SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 16 de Outubro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3638

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

GABINETE DO PRESIDENTE
ATA DA 28ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CIEDEPAR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2026.

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (14/10/2026), com início às 9 horas, em primeira convocação, e às 9:30 horas, em segunda convocação, na sede do Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná – CIEDEPAR, situada na Rua Voluntária da Pátria, nº 402 – Edifício Wawel, 4º Andar – Sala 402, Centro, Curitiba, Estado do Paraná, realizou-se, de forma híbrida, presencial e através do link: https://teams.microsoft.com/meet/262705621156159?p=XGJK1mhgKPRgL0fH6L, a 28ª Assembleia Geral Extraordinária do CIEDEPAR, devidamente convocada por meio de Edital de Convocação datada de 24 de setembro de 2026, em conformidade com a Cláusula Décima Quarta do Protocolo de Intenções do Consórcio. A Assembleia foi presidida pelo Senhor **AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN**, Prefeito do Município de Nova Cantu e Presidente do CIEDEPAR, contando com a participação dos representantes dos municípios consorciados, presencialmente e por meio eletrônico, conforme registros de presença. Declarada aberta a Assembleia, o Presidente cumprimentou os participantes, agradeceu a presença dos representantes municipais e destacou a importância das deliberações constantes da Ordem do Dia para o planejamento, a organização administrativa, a sustentabilidade financeira e o fortalecimento institucional do CIEDEPAR no exercício de 2027. Na sequência, passou-se à apresentação, discussão e deliberação das matérias previstas no Edital de Convocação, sendo todas apreciadas e aprovadas pela Assembleia Geral, conforme segue: **ITEM 1 – APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO FINANCEIRO/PLACIC PARA O EXERCÍCIO DE 2027.** Foi apresentado o orçamento financeiro do CIEDEPAR para o exercício de 2027, acompanhado do PLACIC – Plano de Aplicação de Recursos do Consórcio, contemplando a previsão de receitas e despesas necessárias à manutenção administrativa, ao funcionamento institucional e à execução dos programas, projetos e atividades do Consórcio. Após a apresentação e os esclarecimentos pertinentes, a matéria foi submetida à discussão e votação, sendo **APROVADA** a proposta orçamentária e o PLACIC para o exercício financeiro de 2027, conforme documentos apresentados à Assembleia. **ITEM 2 – APROVAÇÃO DA PLANILHA DE CUSTOS PARA O CONTRATO DE RATEIO DO EXERCÍCIO DE 2027.** Foi apresentada a planilha de custos destinada à composição dos valores do Contrato de Rateio para o exercício de 2027, considerando as necessidades financeiras e operacionais do Consórcio, as despesas administrativas e os custos previstos para a execução de suas atividades institucionais. Após análise e discussão, a Assembleia **APROVOU** a planilha de custos para o exercício de 2027, autorizando sua utilização como referência para a formalização dos respectivos Contratos de Rateio com os municípios consorciados. **ITEM 3 – APROVAÇÃO DAS FINALIDADES ESPECÍFICAS DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E DO PLANO DE TRABALHO PARA O EXERCÍCIO DE 2027.** Foi apresentado o Plano de Trabalho do CIEDEPAR para o exercício de 2027, contemplando as finalidades específicas estabelecidas no Protocolo de Intenções ratificado pelos municípios consorciados, bem como as ações, atividades, programas e projetos destinados ao fortalecimento das políticas públicas educacionais, à cooperação intermunicipal, ao assessoramento técnico e ao aprimoramento da gestão educacional. Após discussão, a Assembleia **APROVOU** o Plano de Trabalho para o exercício de 2027, autorizando sua execução em conformidade com as disponibilidades orçamentárias e financeiras e com as disposições legais e estatutárias aplicáveis. **ITEM 4 – APROVAÇÃO DOS VALORES DO CONTRATO DE RATEIO PARA 2027, CONSIDERANDO OS COEFICIENTES DO FPM DEFINIDOS PELO TCU.** Foi apresentada a proposta de definição dos valores dos Contratos de Rateio para o exercício de 2027, considerando os coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, definidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, conforme Decisão Normativa e respectivo Anexo IX, referentes ao exercício de 2026, nos termos previstos no Edital de Convocação. Após os esclarecimentos, a Assembleia **APROVOU** a utilização dos referidos coeficientes como parâmetro para a definição dos valores de contribuição dos municípios consorciados, conforme a planilha apresentada e aprovada. **ITEM 5 – APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS DO CONTRATO DE RATEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2027.** Foram apresentadas e discutidas as cláusulas contratuais que integrarão os Contratos de Rateio a serem celebrados entre o CIEDEPAR e os municípios consorciados para o exercício financeiro de 2027, abrangendo as obrigações das partes, os valores das contribuições, a forma de repasse dos recursos, a vigência, as responsabilidades administrativas e financeiras e as demais condições necessárias à execução contratual. Após discussão, a Assembleia **APROVOU** as cláusulas contratuais apresentadas, autorizando a formalização dos respectivos instrumentos para o exercício de 2027, observadas as disposições da legislação aplicável e dos atos constitutivos do Consórcio. **ITEM 6 – HOMOLOGAÇÃO DO INGRESSO DO MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE NO CIEDEPAR.** Foi submetida à apreciação da Assembleia a homologação do ingresso do Município de Jardim Alegre, Estado do Paraná, no Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná – CIEDEPAR, considerando a ratificação do Protocolo de Intenções e a autorização legislativa municipal concedida por meio da **Lei Municipal nº 2.830, de 9 de setembro de 2026**, em conformidade com o artigo 37 do Estatuto do Consórcio. Após análise da documentação e discussão da matéria, a Assembleia **APROVOU E HOMOLOGOU** o ingresso do Município de Jardim Alegre no CIEDEPAR, passando o referido ente federado a integrar o Consórcio, com os direitos e obrigações previstos em seus instrumentos constitutivos e na legislação pertinente. **ITEM 7 – ATUALIZAÇÃO DO ANEXO I DO ESTATUTO DO CIEDEPAR – RELAÇÃO**

DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS. Em decorrência da homologação do ingresso do Município de Jardim Alegre, foi apresentada a proposta de atualização do Anexo I do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná, que contém a relação dos municípios integrantes do CIEDEPAR. Após apreciação, a Assembleia **APROVOU** a atualização do referido Anexo I, com a inclusão do Município de Jardim Alegre e a consolidação da relação dos entes federados consorciados, observadas as adesões regularmente homologadas. **ITEM 8 – ATUALIZAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CIEDEPAR.** Foi apresentada a proposta de atualização da Cláusula Quarta do Protocolo de Intenções, referente à identificação dos municípios consorciados que integram o Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná. A alteração tem por finalidade manter atualizada a relação dos entes federados que ratificaram, mediante lei municipal, o Protocolo de Intenções e tiveram seus ingressos regularmente homologados. Após discussão, a Assembleia **APROVOU** a atualização da Cláusula Quarta, contemplando a inclusão do Município de Jardim Alegre e a correspondente adequação da relação dos municípios consorciados. **ITEM 9 – ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA CINQUENTA DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.** Foi apresentada e discutida a proposta de alteração da Cláusula Cinquenta do Protocolo de Intenções do CIEDEPAR, com a finalidade de incluir previsão expressa para a contratação de pessoal por tempo determinado, destinada ao atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, mediante processo seletivo simplificado. A proposta contempla as seguintes hipóteses: I – Até que se realize concurso público para provimento dos empregos que não foram preenchidos ou que vierem a vagar; II – Para atender demandas do serviço, com programas, projetos, atividades e convênios; III – Implantação e execução de programas e ações do Consorcio em fase inicial ou em período experimental. Após apresentação dos fundamentos e discussão da matéria, a Assembleia **APROVOU** a alteração da Cláusula Cinquenta, com a inclusão das hipóteses apresentadas, observadas as exigências constitucionais e legais aplicáveis à contratação temporária, bem como os procedimentos administrativos. **ITEM 10 – ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 029/2023 DO CIEDEPAR – PROCEDIMENTO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP).** Foi apresentada à Assembleia a proposta de alteração da Resolução nº 029/2023 do CIEDEPAR, com a finalidade de adequar o procedimento público de Intenção de Registro de Preços – IRP, no âmbito do Consórcio, quando atuar na condição de órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços – SRP. A proposta decorre da necessidade de atendimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR, constantes do **Acórdão nº 2192/2026 – Tribunal Pleno**, visando ao aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos, à transparência, à publicidade e à conformidade das contratações públicas realizadas pelo Consórcio. Após a apresentação dos fundamentos e discussão, a Assembleia **APROVOU** a proposta de alteração da Resolução nº 029/2023, autorizando a adoção das providências administrativas e normativas necessárias à sua implementação, em conformidade com a legislação vigente e com as recomendações do órgão de controle externo. Concluída a apreciação dos itens constantes da Ordem do Dia, o Presidente do CIEDEPAR, Senhor Airton Antônio Agnolin, agradeceu a participação dos representantes dos municípios consorciados, ressaltando a relevância das decisões aprovadas para o funcionamento administrativo, financeiro e institucional do Consórcio no exercício de 2027. Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a **28ª Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná – CIEDEPAR**. Para constar, foi lavrada a presente Ata, a qual serve como registro fiel da reunião e que por mim, Luís Guilherme Cuenca Borsatto, que secretariou a presente reunião de forma *ad hoc*, e vai assinada por mim, pelo Senhor Presidente do CIEDEPAR, Sr. Airton Antônio Agnolin, pelo Senhor Jacir Bombonato Machado, Secretário Executivo do CIEDEPAR, Sr. Edimar Aparecido Pereira dos Santos, Superintendente da Gestão Pedagógica do CIEDEPAR, Sr. Jean Evandro Rocha, Controlador Interno do CIEDEPAR.

que, após lida e considerada conforme, será assinada pelos responsáveis, para que produza seus efeitos legais, administrativos e institucionais.

Curitiba, Paraná, 14 de outubro de 2026.

LUÍS GUILHERME CUENCA BORSATTO
Diretor Executivo - CIEDEPAR
"Secretário AD HOC"

AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN
Presidente do CIEDEPAR
Prefeito de Nova Cantu

JACIR BOMBONATO MACHADO
Secretário-Executivo do CIEDEPAR

JORDAN ROGATTE DE MOURA
Assessor Juridico.

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Superintendente da Gestão Pedagógica do CIEDEPAR

JEAN EVANDRO ROCHA
Controlador Interno do CIEDEPAR

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:BB494784

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO DE RESULTADO CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 012/2026

AVISO DE RESULTADO
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 012/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 098/2026
O Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, o **RESULTADO da Concorrência Presencial nº 009/2026**, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada em serviços de execução de obras de Pavimentação Asfáltica em CBUQ em estrada Rural, com área total de 15.217,16 m² de acordo com o Instrumento de Repasse nº 4103024/2025 Programa Itaipu Mais que Energia, a serem realizados no Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme especificações e quantitativos descritos nos projetos, planilhas e memorial descritivo.**

EMPRESA CLASSIFICADA EM 1º LUGAR:
R.M.C. CONSTRUTORA LTDA.
Representante: Fernanda Camila Zucco Dedea.
Valor global: R$ 3.240.000,00 (três milhões, duzentos e quarenta mil reais).

Durante a sessão, o Agente de Contratação tentou negociar com a empresa classificada em primeiro lugar, buscando obter condições mais vantajosas para a Administração Pública.

Após a análise da proposta e dos lances apresentados, a empresa R.M.C. CONSTRUTORA LTDA. foi classificada em primeiro lugar, pelo valor global de R$ 3.240.000,00, ficando o prosseguimento do certame condicionado à observância dos trâmites legais aplicáveis.
Boa Esperança do Iguaçu – PR, **15 de outubro de 2026**.

RENATO GRASSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:E8D90983

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3.568 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Declara *Situação de Emergência* nas áreas do município afetadas por Tempestade Local/Convectiva - Vendaval (13215).

O(A) Senhor(a) **Givanildo Trumi**, Prefeito(a) do município de **Boa Esperança do Iguaçu**, localizado no estado de(o) Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012,

CONSIDERANDO:

Que ocorreu vendaval seguido de granizo na madrugada de 04 de outubro de 2026, conforme Nota Técnica e Parecer Técnico, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR - Campus de Dois Vizinhos, que possui estação climática no local e com abrangência à Boa Esperança do Iguaçu. Segundo o Parecer, os ventos chegaram a 111,6 km/h, no horário das 00h à 01h da referida data. Houve ainda a ocorrência de granizo e chuvas 47,8 mm no período. Situação agravada, pelas fortes chuvas de dias anteriores, visto que em 29 de setembro de 2026, o Município já havia sido atingido por outra ocorrência, fortes chuvas - enxurradas - Registrada no SISDC Sob . N. 678/2026 - Decretação de Situação de Emergência. afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto;

Como conseqüência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto;

Que o parecer da COMPDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência**.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **Tempestade Local/Convectiva - Vendaval (13215)**.
Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.
Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.
Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:
Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.
Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.
§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.
§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.
Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.
Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 15 de Outubro de 2026.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito(a) Municipal

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:5D1F7B26

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERMO DE AJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA N° 011.2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026
Processo Adm: Nº 097/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção da Rua Coberta, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais serviços necessários à execução integral da obra, localizada na Rua da Portulacas, no Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, memorial de cálculo e demais documentos técnicos, em atendimento ao contrato de Repasse OGU n° 984986/2025.

Empresas vencedoras valor total: R$ 679.000,00 (seiscentos e setenta e nove mil reais): **AUGUSTO MARINHAK VALUS LTDA** (16841572000133) com os lotes: 1 no valor total de R$ 679.000,00 (seiscentos e setenta e nove mil reais).

Boa Esperança do Iguaçu, 15 de outubro de 2026.

GIVANILDO TRUMI
Autoridade Competente

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:1AB093C7

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA N° 011.2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026
Processo Adm: Nº 097/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção da Rua Coberta, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais serviços necessários à execução integral da obra, localizada na Rua da Portulacas, no Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, memorial de cálculo e demais documentos técnicos, em atendimento ao contrato de Repasse OGU n° 984986/2025.

Empresas vencedoras valor total: R$ 679.000,00 (seiscentos e setenta e nove mil reais): **AUGUSTO MARINHAK VALUS LTDA** (16841572000133) com os lotes: 1 no valor total de R$ 679.000,00 (seiscentos e setenta e nove mil reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU (PR), 15 de outubro de 2026.

GIVANILDO TRUMI
Autoridade Competente

EXTRATO DO CONTRATO
NÚMERO DO CONTRATO: 112/2026.
CONTRATANTE: Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, com sede à Avenida Vereador Valmir Antônio Alexandre, n° 278, centro na cidade de Boa Esperança do Iguaçu/PR, inscrito no CGC/MF n° 95.589.255/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Givanildo Trumi, portador do CPF/MF n° 980.XXX.XXX-68.
CONTRATADA: AUGUSTO MARINHAK VALUS LTDA – CPNJ 16.841.572/0001-33.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção da Rua Coberta, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais serviços necessários à execução integral da obra, localizada na Rua da Portulacas, no Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, memorial de cálculo e demais documentos técnicos, em atendimento ao contrato de Repasse OGU n° 984986/2025, Operação n° 1105646-22, do Programa "Turismo, Esse é o Destino".
VALOR TOTAL: R$ 679.000,00 (seiscentos e setenta e nove mil reais.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze meses) meses.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 06 (seis) meses.
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 15/10/2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:69DA2D49

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 77.774.511/0001-95, com sede na Rua Diogo Antônio Feijó, nº 4073, Centro, neste Município e Comarca de Chopinzinho/PR, neste ato representada pela sua Presidente, **Sra. LÍDIA POSSO**, em pleno exercício de seu mandato e funções, **TORNA PÚBLICA A INTENÇÃO DE OBTER PROPOSTAS DE PREÇOS ADICIONAIS** de eventuais interessados, inclusive dos que já apresentaram orçamentos, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa, observadas as especificações e condições do termo de referência, com fulcro no art. 75, inciso II, e §3º, da Lei nº 14.133/21 e Resolução nº 007/2023 desta Câmara Municipal.

OBJETO: contratação temporária de 01 (um) auxiliar de serviços gerais para prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação das dependências da Câmara Municipal de Chopinzinho/PR, com execução prevista o mês de janeiro, em substituição a servidora efetiva durante o período de férias, visando atender às necessidades deste Legislativo Municipal, conforme especificações e demais condições constantes do termo de referência

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2026
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 4.320,00
DATA LIMITE PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇO: 21/10/2026
HORÁRIO FINAL: 23h59min (horário de Brasília/DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA: licitacao@chopinzinho.pr.leg.br

São partes integrantes deste Aviso, os seguintes Anexos: Anexo I – Termo de referência; II – Minuta de termo de contrato; III – Modelo de proposta de preços; IV – Modelo de declaração unificada
Os documentos encontram-se disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial <https://camarachopinzinho.pr.gov.br/ >, na aba "Avisos e editais de licitações e dispensas".
Informações poderão ser obtidas pelo *e-mail* <licitacao@chopinzinho.pr.leg.br>, pelo telefone nº (46) 32421686 ou presencialmente na sede da Câmara Municipal, durante o expediente.

Chopinzinho/PR, datado e assinado digitalmente.

LÍDIA POSSO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Nataly Klabunde
Código Identificador:4D0EF13D

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO 90066/2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS LUMINOSOS, MATERIAIS ELÉTRICOS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO, DESMONTAGEM E TRANSPORTE, DESTINADOS À IMPLANTA

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 90066/2026. (987503 - 30/2026). Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: Dia 03 de novembro de 2026, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de produtos luminosos, materiais elétricos e contratação de serviços de instalação, montagem, manutenção, desmontagem e transporte, destinados à implantação de iluminação temporária em espaços públicos do Município de Chopinzinho. Valor máximo estimado: R$ 281.306,53 (duzentos e oitenta e um mil, trezentos e seis mil e cinquenta e três centavos). Gênero: Serviços. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00hrs, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo telefone: (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:B28F592A

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1118-2026 - RETIFICAÇÃO ALTERAÇÃO LOTAÇÃO ADRIANA CASAGRANDE

RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 1.118/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO a solicitação contida no despacho inicial do Memorando Eletrônico n.º 5.397/2026, da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos,

RESOLVE:

Art. 1º. Lotar a servidora Adriana Casagrande, matrícula funcional nº 1451-4, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, junto à Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos/Departamento de Gestão SUAS/Divisão de Proteção Social Básica/CRAS ~~Central~~ Bairro Nossa Senhora Aparecida, a partir de 03 de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a lotação anterior.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

NEIDE GASPARETTO PASQUALI
Secretária de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:3E2DE404

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1129-2026 - REVOGA REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO ADRIANES PERERA

PORTARIA Nº 1.129/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO a Lei n.º 3.893/2021;

CONSIDERANDO o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho/PR – Lei Complementar n.º 68/2012;

CONSIDERANDO que o Decreto n.º 139/2024 foi revogado pelo Decreto n.º 325/2025;

CONSIDERANDO a reavaliação de concessão de horário especial conforme art. 7º do Decreto n.º 325/2025 - despacho 12 do Protocolo Eletrônico n.º 1.924/2024;

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar, a partir de 20 de outubro de 2026, a Portaria 1.146/2025, que concedia redução de carga horária.

Art. 2º. Conforme artigo 5º, §4º, do Decreto Municipal n.º 325/2025, é permitido à servidora Adrianes Perera, matrícula funcional nº 1353-2, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, ausentar-se para consultas, exames e demais procedimentos relativos à sua solicitação, sendo dispensada a compensação de horários referente ao período do atestado/declaração de comparecimento, sem limitação quanto ao número de ocorrências mensais, a partir de 20 de outubro de 2026.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administraçãoe Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:024E1F7E

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1130-2026 - REVOGA REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO GENIANA DA SILVA QUADRA

PORTARIA Nº 1.130/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO a Lei n.º 3.893/2021;

CONSIDERANDO o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho/PR – Lei Complementar n.º 68/2012;

CONSIDERANDO que o Decreto n.º 139/2024 foi revogado pelo Decreto n.º 325/2025;

CONSIDERANDO a reavaliação de concessão de horário especial conforme art. 7º do Decreto n.º 325/2025 - despacho 8 do Memorando Eletrônico n.º 4.205/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar, a partir de 20 de outubro de 2026, a Portaria 1.105/2025, que concedia redução de carga horária.

Art. 2º. Conforme artigo 5º, §4º, do Decreto Municipal n.º 325/2025, é permitido à servidora Geniana da Silva Quadra, matrícula funcional nº 1927-5, ocupante do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, ausentar-se para consultas, exames e demais procedimentos relativos à sua solicitação, sendo dispensada a compensação de horários referente ao período do atestado/declaração de comparecimento, sem limitação quanto ao número de ocorrências mensais, a partir de 20 de outubro de 2026.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:0B36278E

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1131-2026 - REVOGA REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO MARCIA CERESOLI

PORTARIA Nº 1.131/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO a Lei n.º 3.893/2021;

CONSIDERANDO o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho/PR – Lei Complementar n.º 68/2012;

CONSIDERANDO que o Decreto n.º 139/2024 foi revogado pelo Decreto n.º 325/2025;

CONSIDERANDO a reavaliação de concessão de horário especial conforme art. 7º do Decreto n.º 325/2025 - despacho 9 do Protocolo Eletrônico n.º 1.312/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar, a partir de 20 de outubro de 2026, a Portaria 1.113/2025, que concedia redução de carga horária.

Art. 2º. Conforme artigo 5º, §4º, do Decreto Municipal n.º 325/2025, é permitido à servidora Marcia Ceresoli, matrícula funcional nº 2124-6, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, ausentar-se para consultas, exames e demais procedimentos relativos à sua solicitação, sendo dispensada a compensação de horários referente ao período do atestado/declaração de comparecimento, sem limitação quanto ao número de ocorrências mensais, a partir de 20 de outubro de 2026.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:E7107C81

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1132-2026 - REVOGA REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO MAGDA MILENE GRANDO DE CARLI

PORTARIA Nº 1.132/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO a Lei n.º 3.893/2021;

CONSIDERANDO o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho/PR – Lei Complementar n.º 68/2012;

CONSIDERANDO que o Decreto n.º 139/2024 foi revogado pelo Decreto n.º 325/2025;

CONSIDERANDO a reavaliação de concessão de horário especial conforme art. 7º do Decreto n.º 325/2025 - despacho 14 do Memorando Eletrônico n.º 2.871/2024;

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar, a partir de 20 de outubro de 2026, a Portaria 1.103/2025, que concedia redução de carga horária.

Art. 2º. Conforme artigo 5º, §4º, do Decreto Municipal n.º 325/2025, é permitido à servidora Magda Milene Grando de Carli, matrícula funcional nº 2883-8, ocupante do cargo de Secretário Escolar, ausentar-se para consultas, exames e demais procedimentos relativos à sua solicitação, sendo dispensada a compensação de horários referente ao período do atestado/declaração de comparecimento, sem limitação quanto ao número de ocorrências mensais, a partir de 20 de outubro de 2026.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:4CEDE318

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1133-2026 - REVOGA REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO VANDREIA DA CHAGA

PORTARIA Nº 1.133/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO a Lei n.º 3.893/2021;

CONSIDERANDO o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho/PR – Lei Complementar n.º 68/2012;

CONSIDERANDO que o Decreto n.º 139/2024 foi revogado pelo Decreto n.º 325/2025;

CONSIDERANDO a reavaliação de concessão de horário especial conforme art. 7º do Decreto n.º 325/2025 - despacho 12 do Protocolo Eletrônico n.º 812/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar, a partir de 20 de outubro de 2026, a Portaria 1.109/2025, que concedia redução de carga horária.

Art. 2º. Conforme artigo 5º, §4º, do Decreto Municipal n.º 325/2025, é permitido à servidora Vandreia da Chaga, matrículas funcionais nº 2851-5 e nº 3782-1, ocupante de dois cargos de Professor, ausentar-se para consultas, exames e demais procedimentos relativos à sua solicitação, sendo dispensada a compensação de horários referente ao período do atestado/declaração de comparecimento, sem limitação quanto ao número de ocorrências mensais, a partir de 20 de outubro de 2026.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:E2F1670C

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1134-2026 - FOLGA COMPENSATÓRIA SERVIÇOS ELEITORAIS IVONETE REINHEIMER

PORTARIA Nº 1.111/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico n.º 5.628/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Folga Compensatória por serviços prestados à Justiça Eleitoral, para a servidora Ivonete Reinheimer, matrícula funcional nº 3641-0, ocupante do emprego público de Agente

Comunitário de Saúde, durante os dias 22 e 23 de dezembro de 2026, e 29 e 30 de dezembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:5A27522D

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO 322/2026 - ALTERA O INCISO II DO ART. 2º DO DECRETO Nº 214, DE 8 DE JULHO DE 2026

DECRETO Nº 322, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

ALTERA O INCISO II DO ART. 2º DO DECRETO Nº 214, DE 8 DE JULHO DE 2026, QUE DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO COMITÊ MUNICIPAL DO PROGRAMA PARANÁ AMIGO DA PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º O inciso II do art. 2º do Decreto nº 214, de 08 de julho de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 2º** .....
[...]
II - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Titular: Karla Cevero"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:B60913AE

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 25/2026

MENOR PREÇO GLOBAL

O Município de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, em conformidade com Art. 75, Inciso II e Parágrafo 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a Contratação de empresa para fornecimento de passaportes para Parque Aquático para crianças, adolescentes e adultos, utilizando recurso SCFV, em atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme anexo I, parte integrante do processo administrativo.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 22/10/2026 às 08h00min (oito horas).

Os interessados deverão se inscrever realizando o devido credenciamento junto à BNC - Bolsa Nacional de Compras; telefone: (42) 3026-4550; e-mail: contato@bnc.org.br; até o horário fixado neste Edital para o início da apresentação das propostas; devendo apresentar toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento/credenciamento.

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Corumbataí do Sul e na plataforma eletrônica BNC. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

CORUMBATAÍ DO SUL – PR, 15 de outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:CF09BF02

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA CONTRATUAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38-2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10-2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, cep.: 86.970-000, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA: CONSTRUSUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.427.514/0001-81, inscrição estadual nº 904.59067-33, com sede na Rua Guarani, nº 151, térreo, centro, cep.: 86.970-000, Corumbataí do Sul – Pr, neste ato representada pelo senhor **EDSON PAULO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Guarani, nº 151, térreo, centro, cep.: 86.970-000, Corumbataí do Sul – Pr, portador da cédula de identidade Rg. nº 3.640.691-7/Pr e CPF. nº 446.415.679-72.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA – Fica prorrogado o fornecimento e a vigência da Ata Contratual para 15 de outubro de 2027, conforme Cláusula Segunda da Ata Contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas vigentes da Ata Contratual primitiva.

E, por assim estarem justos e combinados, lavraram o presente Instrumento de Termo Aditivo de Ata Contratual primitiva, que depois de lido acharam conforme e assinam com as testemunhas abaixo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

PAÇO MUNICIPAL, 15 de outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

CONSTRUSUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:EA310454

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

CÂMARA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU
PORTARIA 80-2026

SÚMULA Parecer Prévio Tribunal de Contas, Processo nº 165470/25, Prestação de Contas de Contas Poder Executivo Municipal referente exercício financeiro de 2024.

JULIANO MORELLI, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 28, inciso II da Lei Orgânica do Município de Cruzeiro do Iguaçu-Paraná, e:

Considerando o recebimento do Ofício nº. 854/25-OPD-GP, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que encaminha Parecer Prévio da Prestação de Contas do Poder Executivo Municipal, referente exercício financeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Informar que durante o prazo de 60 (sessenta) dias as contas municipais (referente o exercício financeiro de 2024) ficarão à disposição da população nas dependências da Câmara Municipal, para exame e, se for o caso, para que o interessado solicite às informações que julgar conveniente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

JULIANO MORELLI
Presidente

Registre-se e Publique-se;

AGDA KAYANE NUNES DE OLIVEIRA
Secretária Executiva

Publicado por:
Rafael Costa Ferreira
Código Identificador:513FAC26

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8170-2026

PORTARIA Nº 8170/2026

Concede férias.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o Art. **89º** da **Lei Municipal** nº **073/1994** de **19/09/1994**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder dez (10) dias de férias a servidora **SIDNEIA APARECIDA PORTELA DA SILVA**, portadora do RG 8.281.***-*, cargo Telefonista, a contar de 15/outubro/2026 a 24/outubro/2026, referente ao período aquisitivo de 08/07/2024 a 07/07/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente
JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente
VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:DBEAC785

SECRETARIA DE FINANCAS
INEXIGIBILIDADE

ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 0046/2026

Em análise ao processo de Inexigibilidade de Licitação nº 0046/2026, instaurado pela Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições, o JEAN CARLOS CARDOSO, Prefeito de Cruzeiro do Iguaçu, em exercício R A T I F I C A o procedimento tomado pela Secretaria Municipal de Finanças com amparo na Lei Federal 14.133/2021, artigo 74, inciso II.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 14/10/2026.
VALOR R$ 7.636,20 (sete mil seiscentos e trinta e seis reais e vinte centavos).
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recauchutagem e vulcanização o de pneus 1400 destinados a manutenção o da frota municipal, através da adesão à Ata de Registro de Preços nº 018/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 018/2025, gerenciado pelo Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai - CIRAU.
EMPRESA: FM PNEUS LTDA, CNPJ 81.374.845/0001-49, COM SEDE NA AV. MARAVILHA N. 833, CENTRO, MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, TELEFONE/WHATSAPP: 49 99198-0518 - E-MAIL: op@fmpneus.com.br.

CONTRATANTE: Município de Cruzeiro do Iguaçu - Paraná.

Cruzeiro do Iguaçu, 14 de outubro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO 0046/2026

ESPÉCIE	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PARTES:	MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - PR
	EMPRESA CONTRATADA: FM PNEUS LTDA, CNPJ 81.374.845/0001-49, COM SEDE NA AV. MARAVILHA N. 833, CENTRO, MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, TELEFONE/WHATSAPP: 49 99198-0518 - E-MAIL: op@fmpneus.com.br.
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recauchutagem e vulcanização o de pneus 1400 destinados a manutenção o da frota municipal, através da adesão à Ata de Registro de Preços nº 018/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 018/2025, gerenciado pelo Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai - CIRAU.**
VALOR TOTAL:	R$ 7.636,20 (sete mil seiscentos e trinta e seis reais e vinte centavos).
FUNDAMENTO LEGAL:	Fundamenta-se tal contratação, baseando-se no disposto no artigo 74, Inciso II da Lei Federal 14.133/2021.
DOTAÇÃO:	3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros pessoa jurídica.

Cruzeiro do Iguaçu, 14 de outubro de 2026.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

HOMOLOGO E ADJUDICO INEXIGIBILIDADE Nº 0046/2026

Homologo o resultado apresentado pela Comissão de Licitações, referente ao Processo de Inexigibilidade nº 0046/2026, em favor FM PNEUS LTDA, CNPJ 81.374.845/0001-49, COM SEDE NA AV. MARAVILHA N. 833, CENTRO, MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, TELEFONE/WHATSAPP: 49 99198-0518 - E-MAIL: op@fmpneus.com.br, com o valor R$ 7.636,20 (sete mil seiscentos e trinta e seis reais e vinte centavos).

Cruzeiro do Iguaçu, 14 de outubro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:1C518582

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE FAZENDA
DECRETO 2323/2026

DECRETO MUNICIPAL N.º 2323/2026

Dispõe sobre a definição das competências institucionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Enéas Marques/PR e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, I, "f", da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no art. 84, VI, "a", da Constituição Federal, aplicável à Chefia do Poder Executivo Municipal por força do princípio da simetria, que autoriza a edição de decreto autônomo para dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Pública, desde que não implique aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal n.º 109/2023 estabelece a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal e prevê as atribuições dos agentes que a integram, tendo instituído a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e especificado as atribuições de seu titular, sem, contudo, discriminar de forma autônoma e sistematizada as competências institucionais da própria Secretaria; e

CONSIDERANDO a consequente necessidade de conferir maior clareza à delimitação das competências institucionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, de modo a favorecer a organização, a coordenação e a adequada execução dos serviços públicos sob sua responsabilidade;

DECRETA:

Art. 1º Ficam definidas, na forma deste Decreto, as competências institucionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, para fins de organização, funcionamento e delimitação de sua atuação administrativa, em conformidade com a estrutura administrativa municipal e com as atribuições estabelecidas na legislação vigente.

Art. 2º Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no âmbito de sua área de atuação:
I – desenvolver e acompanhar os objetivos, as metas e as ações do planejamento de governo relacionados à Secretaria;
II – planejar, supervisionar, orientar, acompanhar e controlar o desempenho da Rede Municipal de Ensino, em consonância com as normas e diretrizes dos sistemas federal e estadual de educação;
III – elaborar e propor normas complementares destinadas ao atendimento das necessidades do sistema municipal de ensino, observadas as competências legalmente atribuídas às autoridades e aos órgãos competentes;
IV – disponibilizar vagas e acompanhar a oferta da educação infantil em creches e pré-escolas e do ensino fundamental, conforme as competências municipais;
V – desenvolver o planejamento operacional necessário à execução das atividades pedagógicas de ensino, compreendendo a pesquisa didático-pedagógica e outras ações voltadas ao desenvolvimento do ensino municipal;
VI – desenvolver indicadores de desempenho para o sistema municipal de ensino, compreendendo o controle da documentação escolar, a assistência ao estudante e o gerenciamento das questões específicas da área educacional;
VII – coordenar a administração das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
VIII – elaborar e coordenar estudos, planos, programas, projetos e pesquisas destinados ao desenvolvimento da política educacional do Município;
IX – promover ações de formação continuada dos profissionais da educação municipal;
X – desenvolver, em parceria com outras Secretarias e órgãos competentes, políticas públicas destinadas à redução da evasão escolar e da repetência;
XI – executar, coordenar e acompanhar a gestão dos Conselhos e Fundos vinculados às áreas de educação, cultura e esporte, respeitadas as competências próprias de cada instância e as disposições da legislação específica;
XII – acompanhar os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das unidades escolares municipais, interpretar e analisar os dados obtidos e propor metas e intervenções destinadas à superação das dificuldades de aprendizagem identificadas;
XIII – acompanhar e adotar as providências administrativas pertinentes para que o sistema educacional municipal observe as exigências legais e os parâmetros federais e estaduais aplicáveis, cumpra os índices e indicadores previstos, participe dos programas e projetos educacionais pertinentes e receba regularmente as transferências financeiras a que fizer jus;
XIV – formular planos e programas municipais de cultura e esporte e, após sua aprovação pelas instâncias competentes, executá-los ou promover sua execução;
XV – promover a democratização do acesso às expressões culturais locais e o desenvolvimento do esporte amador e profissional;
XVI – planejar, coordenar e supervisionar ações de implementação, monitoramento e avaliação de programas, projetos e ações de promoção da cidadania e da diversidade cultural;
XVII – formular planos e programas relativos ao ensino e à divulgação das artes plásticas, musicais, cênicas e literárias e, após sua aprovação pelas instâncias competentes, executá-los ou promover sua execução;
XVIII – programar o calendário de eventos culturais e esportivos do Município;
XIX – executar programas e projetos esportivos, observados os princípios do esporte de participação e comunitário e as etapas de iniciação, aperfeiçoamento e treinamento, considerando o crescimento e o desenvolvimento humano;
XX – formular critérios e diretrizes para a política de captação e promoção de eventos esportivos no Município;
XXI – estabelecer e viabilizar programas e projetos destinados ao esporte amador, profissional e paradesporto, considerando as bases de crescimento e desenvolvimento humano;
XXII – subsidiar a Administração Municipal na proposição e no acompanhamento dos investimentos físico-financeiros destinados ao desenvolvimento das ações de esporte e recreação;
XXIII – propor a celebração de convênios e instrumentos congêneres com a União, os Estados, os Municípios, os respectivos órgãos e entidades da Administração indireta e entidades não governamentais, observadas as competências para sua formalização;
XXIV – promover, articular e prestar apoio às entidades esportivas amadoras e profissionais, visando ao seu desenvolvimento;
XXV – executar as demais atividades administrativas, técnicas e operacionais necessárias à organização, à continuidade e ao adequado funcionamento dos serviços sob sua responsabilidade, desde que

compatíveis com suas competências institucionais e com a legislação aplicável.

Art. 3º A definição das competências institucionais estabelecida neste Decreto não implica criação ou extinção de órgãos, cargos ou funções, alteração do quadro de pessoal ou ampliação das atribuições legalmente reservadas a outras autoridades e unidades administrativas.
Parágrafo único. A execução das competências previstas neste Decreto deverá ocorrer no âmbito da estrutura administrativa existente, observadas as dotações orçamentárias, as normas de organização municipal e as atribuições específicas previstas na legislação vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO DE ENÉAS MARQUES/PR, EM 15 DE OUTUBRO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito

Publicado por:
Barbara Simoni Pereira Rydz
Código Identificador:CE308A29

DEPARTAMENTO DE FAZENDA
DECRETO 2324/2026

DECRETO Nº 2324/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 5º da Lei Municipal nº1532/2025-LOA, de 26 de novembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 2.880,00 (dois mil, oitocentos e oitenta reais)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	263	06.001.0008.0241.0038.2025 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	09005	2.800,00
1	Suplementar	265	06.001.0008.0241.0038.2025 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	09004	80,00
			Total		**2.880,00**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Excesso		41321011133000000000 Rendimentos BB 90702-2 - DELIBERAÇÃO 24/2023 - VÍNCULO 9004	09004	80,00
Excesso		41321011140000000000 Rendimentos BB 93750-9 - DELIBERAÇÃO 34/2024 CEDIPI - VÍNCULO 9005	09005	2.800,00
		Total	**2.880,00**	

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superávit**	**Excesso**
9004	0,00	0,00	80,00
9005	0,00	0,00	2.800,00
Total	**0,00**	**0,00**	**2.880,00**

Art. 2º Ficam alterados os anexos da LDO 2026 e do PPA 2026-2029.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 15 de outubro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Barbara Simoni Pereira Rydz
Código Identificador:764E7730

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO EM FACE DE PRESTADOR DE SERVIÇO

PORTARIA N.º 4265/2026

Instaura Processo Administrativo de Responsabilização em face de prestador de serviços e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos arts. 71, II, "f", da Lei Orgânica Municipal, 50, 121, e 155 a 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e 1º do Decreto Municipal n.º 1.870/2023,
CONSIDERANDOque o regime jurídico administrativo confere à Administração Pública a prerrogativa jurídica de aplicar sanções em face de eventuais descumprimentos contratuais ou outras violações às disposições preconizadas pela Lei Federal n.º 14.133/2021;
CONSIDERANDOque a apuração de eventuais transgressões contratuais ou licitatórias e, se for o caso, a aplicação das penalidades cabíveis não constituem atos discricionários do administrador público, mas, sim, um poder-dever;
CONSIDERANDOque a Lei Federal n.º 14.133/2021 e o Decreto Municipal n.º 1.870/2023, em consonância com os princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, disciplinam que a imposição de sanções decorrentes do descumprimento de deveres contratuais ou licitatórios deve observar processo administrativo regular, assegurada ao acusado a oportunidade de exercer sua defesa;
CONSIDERANDO as informações preliminarmente coligidas no âmbito do **Processo Digital n.º 1.711/2026**, dando conta de que a empresa **AEROFOTO NORDESTE LTDA**., inscrita no CNPJ sob o n.º 02.499.001/0001-58, com quem o Município de Enéas Marques celebrou a **Ata de Registro de Preços n.º 208/2025**, decorrente do **Pregão Eletrônico n.º 33/2024**, cujo objeto consiste na prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em tese, não remunera seus trabalhadores terceirizados em conformidade com os parâmetros estabelecidos nas normas coletivas de trabalho aplicáveis às respectivas categorias, bem como que, após devidamente instada por esta Administração, em diferentes oportunidades, a comprovar o pleno cumprimento de suas obrigações trabalhistas, não atendeu às solicitações de informações e documentos dos agentes públicos incumbidos da fiscalização e controle da execução da avença. Tais circunstâncias, se comprovadas, podem configurar violação ao disposto nos arts. 7º, XXVI, da Constituição Federal, 468 e 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, 50 e 155, I e II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, além de descumprimentos às obrigações específicas estabelecidas na Cláusula 5.1 da Ata de Registro de Preços n.º 208/2025 e no item 13, "g" e "i", do Termo de Referência do Pregão Eletrônico n.º 33/2024.
CONSIDERANDO que tais infrações, se confirmadas, podem sujeitar a empresa infratora às sanções previstas pelo art. 156, II, III e IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021, pela Cláusula 14ª da Ata de Registro de Preços n.º 208/2025 e pelo item 21 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico n.º 33/2024, além da extinção unilateral do vínculo obrigacional que atualmente mantém com o Município de Enéas Marques;
CONSIDERANDO, por fim, que o § 3º do art. 121 da Lei Federal n.º 14.133/2021 determina que, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pela empresa prestadora de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração poderá, entre outras medidas, condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato ou, em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado, hipóteses igualmente previstas

pela Cláusula 11.2 da Ata de Registro de Preços n.º 208/2025 e pelo item 15, "h" e "i", do Termo de Referência do Pregão Eletrônico n.º 33/2024;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo de Responsabilização em face da empresa **AEROFOTO NORDESTE LTDA**., inscrita no CNPJ sob o n.º 02.499.001/0001-58, visando à apuração de possíveis violações ao disposto nos arts. 7º, XXVI, da Constituição Federal, 468 e 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, 50 e 155, I e II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, além de descumprimentos às obrigações específicas estabelecidas na Cláusula 5.1 da Ata de Registro de Preços n.º 208/2025 e no item 13, "g" e "i", do Termo de Referência do Pregão Eletrônico n.º 33/2024.

Art. 2º O processo de responsabilização a que se refere este instrumento será conduzido pela Comissão Processante designada pela Portaria n.º 3.897/2024, respeitando as garantias do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa que são constitucionalmente asseguradas à empresa acusada, conforme preveem a Lei Federal n.º 14.133/2021 e o Decreto Municipal n.º 1.870/2023.

Art. 3º Fica desde logo estabelecido que, com esteio no art. 121, § 3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, na Cláusula 11.2 da Ata de Registro de Preços n.º 208/2025 e no item 15, "h" e "i", do Termo de Referência do Pregão Eletrônico n.º 33/2024, nenhum pagamento será realizado diretamente à empresa prestadora de serviços até que seja devidamente comprovada a quitação das suas obrigações trabalhistas vencidas relativas ao objeto em questão. Além disso, se necessário, poderá ser promovido o pagamento de eventuais salários atrasados e demais verbas trabalhistas pendentes diretamente aos trabalhadores prejudicados pelo inadimplemento da empresa prestadora de serviços, ou mediante a consignação em pagamento perante a Justiça do Trabalho.

Art. 4º Notifique-se a empresa acusada do teor desta Portaria, bem como do conteúdo constante do **Processo Digital n.º 1.711/2026**, para que tome ciência da instauração do Processo Administrativo de Responsabilização e, querendo, no prazo legal, apresente defesa escrita e especifique as provas que pretende produzir.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO DE ENEAS MARQUES/PR
EM 15 DE OUTUBRO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Galvan
Código Identificador:83913232

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 161/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 161/2026
Aquisição de Retroescavadeira - Convênio SEAB nº 148/2026

CONTRATANTE: Município de Enéas Marques/PR, CNPJ nº 76.205.657/0001-57.
CONTRATADA: SHARK MAQUINAS P/CONSTRUÇAO LTDA, CNPJ nº 06.224.121/0002-84.
PROCESSOS: Processo Administrativo nº 054/2026; Processo Digital nº 1.689/2026; Adesão nº 02/2026.
ORIGEM: Adesão, na condição de órgão não participante, à Ata de Registro de Preços nº 007/2025, gerenciada pelo COPES e decorrente do Pregão Eletrônico nº 007/2025, para aquisição de 2 (duas) retroescavadeiras, 1 (uma) minicarregadeira com vassoura recolhedora e 1 (um) rolo compactador, novos, zero hora, correspondentes aos itens 9, 13 e 29 da referida ata.
OBJETO: Retroescavadeira sobre pneus, marca NEW HOLLAND, modelo B80C, de fabricação nacional, nova, cabine fechada com ar-condicionado, com para-brisa frontal, com as seguintes características técnicas: MOTOR Marca e Modelo: CNH S8000 Tier 3 Potência Bruta ISO 14396: 97 hp (72kW) Potência Líquida ISO 14396: 95 hp (71kW) Torque Bruto Máximo: 420 Nm @1.300 rpm Cilindrada: 3,9 L Aspiração / Injeção: Turbo / Mecânico Certificação: TIER3 TRANSMISSÃO Caixa de Câmbio: Power Shuttle com conversor de torque Tração: 4x4 Freios: Freios a disco em banho de óleo Freio de Mão: Manual, com alavanca PESO. Peso Operacional: 7.561 kg CERTIFICAÇÃO Cabine: ROPS/FOPS
SISTEMA HIDRÁULICO Taxa de Fluxo da Bomba Hidráulica: 145 L/min. COMPONENTES Tanque de Combustível: 129 L CAPACIDADE CAÇAMBA. Capacidade da Caçamba Cheia: 1 m³ Largura da Caçamba: 2.277 mm.
VALOR: R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais).
RECURSOS: Convênio SEAB nº 148/2026, Protocolo nº 24.550.066-1, será suportado por R$ 368.000,00 de recurso estadual, na referência 290/vínculo 7099, e R$ 12.000,00 de complemento municipal, na referência 343/vínculo 501. A despesa está indicada na ação 1007, funcional 0015.0452.0150, natureza 3449052000000000000**.**
PRAZO DE ENTREGA: até 90 (noventa) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento.
GARANTIA: mínimo de 12 (doze) meses, sem limite de horas, contado do recebimento definitivo. **DATA DA ASSINATURA FINAL:** 15 de outubro de 2026 (instrumento datado de 13 de outubro de 2026). **SIGNATÁRIOS:** Edson Lupatini, pelo Contratante, e Filipe Ferreira de Souza, pela Contratada.

EDSON LUPATINI
Prefeito

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:DDD5628E

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

CÂMARA MUNICIPAL DE FÊNIX
PORTARIA Nº 15/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Fênix, Estado do Paraná, **JOAQUIM RODRIGUES NOVO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

RESOLVE:
Art. 1º - Fica nomeada as Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Fênix, em concordância com artigo 45 do Regimento Interno da Câmara Municipal, terão a seguinte composição:
I - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO:
Membro: EMERSON LUIZ BAIA - PP
Membro: MARCOS ROBERTO DOS SANTOS - PSD
Membro: LUCAS SILVA BAIA– SD

II - Comissão da Organização dos Poderes, Meio Ambiente, Urbanismo e Segurança Pública:
Membro: JOÃO CEZAR DIAS BATISTA - PSD
Membro: TIAGO CHAGAS DE SOUZA - PP
Membro: JOÃO VITOR DE OLIVEIRA PINHA -SD

III - Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas:
Membro: CELSO ADRIANO ANDRADE DE CERQUEIRA - PSD
Membro: JOSÉ ROBERTO DE SALES - PP
Membro: TIAGO CHAGAS DE SOUZA – PP

IV - Comissão de Educação
Membro: EMERSON LUIZ BAIA - PP
Membro: JOSÉ ROBERTO DE SALES - PP
Membro: JOÃO CEZAR DIAS BATISTA - PSD

V - Comissão de Saúde e Assistência Social
Membro: MARCOS ROBERTO DOS SANTOS - PSD
Membro: CELSO ADRIANO ANDRADE DE CERQUEIRA - PSD

Membro: JOÃO VITOR DE OLIVEIRA PINHA -SD

Art. 2º - Fica Revogada a Portaria 07/2025 de 15 de fevereiro de 2025.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Fênix, em 15 de outubro de 2026.

JOAQUIM RODRIGUES NOVO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Edson Aparecido Teixeira
Código Identificador:AE551FD4

CÂMARA MUNICIPAL DE FÊNIX
PORTARIA Nº 16/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Fênix, Estado do Paraná, **JOAQUIM RODRIGUES NOVO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora CAMILA MENEGUINI FARIAS, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Administração, 15 (quinze) dias de férias, a que faz jus referente ao período compreendido de 07/03/2025 a 06/03/2026, a ser usufruído de 13/10/2026 a 27/10/2026.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13/10/2026.

Edifício da Câmara Municipal de Fênix, em 15 de outubro de 2026.

JOAQUIM RODRIGUES NOVO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Edson Aparecido Teixeira
Código Identificador:741F17A1

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 623/2026

Dispõe sobre o encerramento de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Dar encerramento aos trabalhos da comissão de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), instaurado pela Portaria nº 503/2026, por ter concluído e emitido relatório de seus trabalhos, conforme o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças/PR, 15 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:787C06DD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026. O Município de Nossa Senhora das Graças/PR informa a realização do Pregão na forma eletrônica nº 42/2026- Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares, materiais odontológicos, materiais e equipamentos de fisioterapia, bem como demais insumos e equipamentos correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora das Graças/PR. Valor estimado total: R$ 2.968.411,18. Envio das propostas: de 19/10/2026, às 08h30, até 03/11/2026, às 08h30 Abertura da fase de lances: 03/11/2026, às 09h00. Acesso ao edital e mais informações: Contato: (44) 9 9137-8221 (WhatsApp). Nossa Senhora das Graças/PR, 14 de outubro de 2026. Assinatura: Clodoaldo Aparecido Rigieri – Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:B6992084

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 126/2026

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 126/2026 Pregão Eletrônico N°. 49/2026**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	MARCELO CAPELETTO BORRACHARIA LTDA- CNPJ nº. 33.374.155/0001-47
Objeto	**Contratação de empresa especializada no fornecimento de produtos e prestação de serviços de borracharia, visando à manutenção preventiva e corretiva de pneus (incluindo o fornecimento de câmaras de ar, protetores, bicos, válvulas, manchões e a execução de serviços de conserto, desmontagem, montagem e rodízio de pneus), para atender à frota de vans, caminhonetes, caminhões, ônibus e micro-ônibus das diversas secretarias e departamentos do Município de São Jorge D'Oeste/PR.**
Valor	R$ 123.986,80 (cento e vinte e três mil, novecentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos)
Prazo de execução	12(Meses), até 15/10/2027
Prazo de vigência	até 15/10/2027
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 15/10/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:2B22AD39

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 187/2026, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº. 187/2026, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 4º da Lei Municipal nº. 1.660/2025, de 18 de dezembro de 2025 (LOA 2026), DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 4.614,82 (quatro mil, seiscentos e quatorze reais e oitenta e dois centavos), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde

Fonte: 2971 – Incremento Temporario APS Emenda Individual 202533320003 - Superávit
Despesa: 339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
Valor em R$: 1.614,82

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 13 – Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 2.016 – Gestão da Secretaria de Assistência Social
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 3.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 4.614,82.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2025, do excesso de arrecadação de receitas, e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, I, II e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025:

Fonte de Recurso: 971 – Incremento Temporario APS Emenda Individual 202533320003
Valor do Superávit Financeiro R$: 1.053,00

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 1.053,00.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

Natureza da Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01.00
Descrição: Remuneração de Depósitos Bancários - Principal
Fonte de Recurso: 971 – Incremento Temporario APS Emenda Individual 202533320003
Valor Excesso de Arrecadação R$: 561,82

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$ 561,82.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 13 – Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 2.016 – Gestão da Secretaria de Assistência Social
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 339046 – Auxílio-Alimentação
Valor em R$: 3.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 3.000,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 14 de outubro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:0461473F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026 - PMSI

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026-PMSI
PROCESSO N.º 104/2026
REGIDO PELA LEI 14.133/2021
A Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 29 de outubro de 2026, a abertura de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas – Plano de Ação nº 09032026-095498, conforme condições, quantitativos e demais especificações editalícias, de acordo com as especificações estabelecidas no termo de referência e nos termos do edital e seus anexos.
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: **R$ 507.033,33** (quinhentos e sete mil, trinta e três reais e trinta e três centavos).
MODO DE DISPUTA: "ABERTO".
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 8h do dia 29 de outubro de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 8h01 do dia 29 de outubro de 2026.
RECEBIMENTO DOS LANCES: a partir das **8h30 do dia 29 de outubro de 2026**, no endereço eletrônico: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".
Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Divisão de Licitações e Contratos, na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 - site http://www.saudadedoiguacu.pr.gov.br/licitações, também através do site: www.bll.org.br e PNCP Portal Nacional de Contratações Públicas.
Informações complementares através dos telefones 0800 090 6545 – ramal 212.
Saudade do Iguaçu, 15 de outubro de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:963D1071

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026 - PMSI

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026-PMSI-SRP
PROCESSO N.º 105/2026
REGIDO PELA LEI 14.133/2021
A Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 29 de outubro de 2026, a abertura de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO TOTAL**, que tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual contratação de profissionais da área de saúde, conforme condições, quantitativos e demais especificações editalícias, de acordo com as especificações estabelecidas no termo de referência e nos termos do edital e seus anexos.
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: **R$ 377.385,96** (trezentos e setenta e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos).
MODO DE DISPUTA: "ABERTO".

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 8h30 do dia 29 de outubro de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 8h31 do dia 29 de outubro de 2026.
RECEBIMENTO DOS LANCES: a partir das **9h do dia 29 de outubro de 2026**, no endereço eletrônico: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".
Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Divisão de Licitações e Contratos, na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 - site http://www.saudadedoiguacu.pr.gov.br/licitações, também através do site: www.bll.org.br e PNCP Portal Nacional de Contratações Públicas.
Informações complementares através dos telefones 0800 090 6545 – ramal 212.
Saudade do Iguaçu, 15 de outubro de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:96D0A353

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026 - PMSI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026
Processo Adm: Nº 90/2026
Objeto: Aquisição de equipamentos para academia ao ar livre e parque infantl.
Empresas vencedoras valor total: R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais): METALURGICA SILLOTT LTDA (42531033000108) com os lotes: 1 no valor total de R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

SAUDADE DO IGUAÇU (PR), quinta-feira, 15 de outubro de 2026

ROGERIO GALLINA
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:914F40CF

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 188/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 188/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Subcomissão Técnica responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas apresentadas no procedimento licitatório para contratação de agência de publicidade e propaganda.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, que estabelece normas gerais para licitação e contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda;
CONSIDERANDO a realização de três procedimentos de chamamento público destinados à formação da Subcomissão Técnica, os quais não alcançaram o número mínimo de profissionais inscritos para a realização do sorteio previsto na legislação;
CONSIDERANDO a necessidade de composição da Subcomissão Técnica para análise e julgamento das propostas técnicas no procedimento licitatório a ser instaurado pelo Município;
DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes profissionais para compor a Subcomissão Técnica responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas referentes ao procedimento licitatório, na modalidade concorrência, destinado à contratação de agência de publicidade e propaganda:

Nome do profissional	Formação/Área de atuação
Suzane Marie Gantzel	Comunicação
Rafael Ricardo de Oliveira	Comunicação
Leila Aparecida Camargo Lemos	Comunicação

Art. 2º Compete à Subcomissão Técnica realizar a análise e o julgamento das propostas técnicas, observadas as disposições da Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, e os critérios estabelecidos no respectivo instrumento convocatório.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SAUDADE DO IGUAÇU, 15 de outubro de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:2F5293FD

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 189/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 189/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Retifica o Decreto nº 148/2026, de 20 de agosto de 2026, que dispõe sobre o desmembramento e unificação de imóvel localizado no perímetro urbano do Município de Saudade do Iguaçu.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º Ficam retificados os incisos I e II do art. 1º do Decreto nº 148/2026, de 20 de agosto de 2026, para corrigir o número da matrícula imobiliária neles indicada, passando a vigorar com a seguinte redação:
"I – Parte da Fração do Lote nº 73, da **Matrícula nº 32.207**, com área de 150,00 m², passa a ser a Fração do Lote nº 72, do Condomínio Iate Clube Salto Santiago, ficando com uma área total de 425,00 m², em favor do proprietário: **CESAR AUGUSTO CIELLO E OUTROS**;
II – Parte da Fração do Lote nº 73, da **Matrícula nº 32.207**, com área de 125,00 m², passa a ser a Fração do Lote nº 74, do Condomínio Iate Clube Salto Santiago, ficando com uma área total de 400,00 m², em favor do proprietário: **DILVO ALBANESE**."
Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 148/2026, de 20 de agosto de 2026.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, 15 DE OUTUBRO DE 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:FB6029F5

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 190/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 190/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de membros para atuar na avaliação dos itens de composição técnica referente ao Edital de Licitação cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento de solução integrada de gestão pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU - PR, no uso de suas competências, que lhes confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º. Ficam nomeadas para compor a comissão técnica para atuar na avaliação dos itens de composição técnica referente ao Edital de Licitação será instaurado por esta municipalidade, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento de solução integrada de gestão pública municipal, os servidores infra relacionados:

NOME DO SERVIDOR
EDIMAR VERONA
JOSÉ ROBERTO BOCALON
SIDNEI LUIZ DERLAN
EDUARDO ZANESCO
SUZAMARA HANCKE
EDILAINE SANDRIN
ALCIR LIMA

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu-PR., 15 de outubro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:7001EF0C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRONICA Nº 96/2026

Extrato de publicação

DISPENSA ELETRÔNICA - 96/2026
Nº PROC. ADM. 392/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE ABATIA, de acordo com a regulamentação realizará DISPENSA ELETRÔNICA sendo conduzido por ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS e tendo como autoridade SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES.

PUBLICAÇÃO: 15/10/2026 16:24
INÍCIO REC. PROPOSTA: 16/10/2026 08:00
FIM REC. PROPOSTA: 22/10/2026 08:00
INÍCIO DISPUTA: 22/10/2026 08:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 17.099,7300

OBJETO DO PROCESSO

Aquisição de três scanners documental com ADF, digitalização colorida, simplex e duplex, atendidos os requisitos mínimos do Termo de Referência.

Para demais informações contato via e-mail: gabinete@abatia.pr.gov.br, telefone: 4335561222 ou acesso pelo link: https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5D2Xdv52QMx82vew9hnj6e5%2F39b8ziaYY2bepT08bKvSK3eMx7j93yei8pmJ8okMhorob%2FIjQj52C2wRCvDEylPX2RTrhseVEC9mFZPI%2FbOiA%3D

ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS
ABATIÁ-PR - 15/10/2026

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:B6F085E3

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 122/2023

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 122/2023

PROCESSO Nº 261/2023

PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO Nº 04/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR.

CONTRATADA: EMPRESA VIEIRA E PERTELE LTDA – ME, CNPJ nº 22.301.726/0001-05.

OBJETO: Prorrogação da prestação de serviços de fisioterapia de sessões de baixa complexidade, média complexidade e alta complexidade, por um período de 12 (doze) meses, através da Secretaria Municipal de Saúde.

LOTE I				
NÍVEL/GRAVIDADE	DESCRIÇÃO	R$ POR SESSÃO	QUANT	R$ TOTAL
MÍNIMO	Assistência fisioterapêutica de baixa complexidade com atendimento ambulatorial	R$ 37,56	1600	R$ 60.096,00
MÉDIO	Assistência fisioterapêutica de média complexidade com atendimento ambulatorial	R$ 46,34	120	R$ 5.560,80
ALTO	Assistência fisioterapêutica de alta complexidade com atendimento domiciliar	R$ 67,82	120	R$ 8.138,40

VALOR TOTAL: R$ 73.795,20 (setenta e três mil, setecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: 07/11/2026 a 06/11/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:7575F5F9

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 123/2023

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 123/2023

PROCESSO Nº 261/2023

PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO Nº 04/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR.

CONTRATADA: EMPRESA FISIO COMPANY CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA – ME, CNPJ nº 51.501.080/0001-08.

OBJETO: Prorrogação da prestação de serviços de fisioterapia de sessões de baixa complexidade, média complexidade e alta complexidade, por um período de 12 (doze) meses, através da Secretaria Municipal de Saúde.

LOTE II				
NÍVEL/GRAVIDADE	DESCRIÇÃO	R$ POR SESSÃO	QUANT	R$ TOTAL
MÍNIMO	Assistência fisioterapêutica de baixa complexidade com atendimento ambulatorial	R$ 37,56	1600	R$ 60.096,00
MÉDIO	Assistência fisioterapêutica de média complexidade com atendimento ambulatorial	R$ 46,34	120	R$ 5.560,80
ALTO	Assistência fisioterapêutica de alta complexidade com atendimento domiciliar	R$ 67,82	120	R$ 8.138,40

VALOR TOTAL: R$ 73.795,20 (setenta e três mil, setecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: 07/11/2026 a 06/11/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:B7879152

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 124/2023

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 124/2023

PROCESSO Nº 261/2023

PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO Nº 04/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR.

CONTRATADA: EMPRESA ZANATA FERRI FISIOTERAPIA LTDA – ME, CNPJ nº 21.533.291/0001-53.

OBJETO: Prorrogação da prestação de serviços de fisioterapia de sessões de baixa complexidade, média complexidade e alta complexidade, por um período de 12 (doze) meses, através da Secretaria Municipal de Saúde.

LOTE III				
NÍVEL/GRAVIDADE	**DESCRIÇÃO**	**R$ POR SESSÃO**	**QUANT**	**R$ TOTAL**
MÍNIMO	Assistência fisioterapêutica de baixa complexidade com atendimento ambulatorial	R$ 37,56	1600	R$ 60.096,00
MÉDIO	Assistência fisioterapêutica de média complexidade com atendimento ambulatorial	R$ 46,34	120	R$ 5.560,80
ALTO	Assistência fisioterapêutica de alta complexidade com atendimento domiciliar	R$ 67,82	120	R$ 8.138,40

VALOR TOTAL: R$ 73.795,20 (setenta e três mil, setecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: 07/11/2026 a 06/11/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:5404C004

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 215/2026

Portaria Nº 215, de 15 de Outubro 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:
I - NOMEAR, a partir de **20/10/2026,** a candidata aprovada no Concurso Público Municipal, regido pelo **Edital Nº 001/2023 de 19/12/2023,** homologado pelo **Edital nº 18.01/2023** em **30/04/2024,** publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em **03/05/2024, Edição nº 3015,** para o Cargo de Provimento Efetivo do Quadro Pessoal do Município, como segue:

CARGO – SECRETARIA ESCOLAR

CLASSIF.	Candidato	CPF	Nascimento	Modalidade
2º	ANA LUCIA DOS SANTOS	083.122.679-05	05/05/1991	Ampla Concorrência

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 15 de Outubro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:7C383533

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 198/2026 EXTRATO DE CONTRATOS MODALIDADE: CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026

RESOLUÇÃO Nº 198/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATOS
MODALIDADE: CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – RECURSO DO PNAE.
PRAZO: 12 (doze) meses

CONTRATOS CELEBRADOS:

CONTRATO Nº 079/2026
CONTRATADA: LUBIANE BORATO BUDAL DA COSTA
VALOR: R$ 9.778,40 (nove mil, setecentos e setenta e oito reais e quarenta centavos).

CONTRATO Nº 080/2026
CONTRATADA: SIDNEI MARIANO DOS SANTOS
VALOR: R$ 9.974,74 (nove mil novecentos e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos).

CONTRATO Nº 081/2026
CONTRATADA: VILMARA DE FÁTIMA RODRIQUES DA LUZ
VALOR: R$ 9.979,53 (nove mil novecentos e setenta e nove reais e cinquenta e três centavos).

CONTRATO Nº 082/2026
CONTRATADA: AIRTON BIAJONE DE ALMEIDA
VALOR: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

CONTRATO Nº 083/2026
CONTRATADA: DEVERLI BIAJONE DE ALMEIDA DA LUZ
VALOR: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

CONTRATO Nº 084/2026
CONTRATADA: GIVANILDO MARIANO SANTOS
VALOR: R$ 9.885,54 (nove mil oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

CONTRATO Nº 085/2026
CONTRATADA: ELIANE SANTOS DA MOTA COSTA
VALOR: R$ 9.937,04 (nove mil novecentos e trinta e sete reais e quatro centavos).

CONTRATO Nº 086/2026
CONTRATADA: JOCIMÉRIA MARIANO SANTOS
VALOR: R$ 8.405,48 (oito mil quatrocentos e cinco reais e quarenta e oito centavos).

CONTRATO Nº 087/2026
CONTRATADA: PEDRO MORAES CARDOSO
VALOR: R$ 8.172,39 (oito mil cento e setenta e dois reais e trinta e nove centavos).

CONTRATO Nº 088/2026
CONTRATADA: GIZELE NARCIZO GONÇALVES
VALOR: R$ 8.862,43 (oito mil, oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos).

CONTRATO Nº 089/2026
CONTRATADA: GEORGINA TABORDA DOS SANTOS NARCIZO
VALOR: R$ 7.649,52 (sete mil, seiscentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).

Adrianópolis, 15 de outubro de 2026.

TALES HENRIQUE FARIAS ZAMIEROWSKI
Agente de Contratações

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:C98F0A27

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 199/2026 EXTRATO DE CONTRATOS MODALIDADE: CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026

RESOLUÇÃO Nº 199/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATOS
MODALIDADE: CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – RECURSO PRÓPRIO.
PRAZO: 12 (doze) meses

CONTRATOS CELEBRADOS:

CONTRATO Nº 090/2026
CONTRATADA: LUBIANE BORATO BUDAL DA COSTA
VALOR: R$ 9.778,40 (nove mil, setecentos e setenta e oito reais e quarenta centavos).

CONTRATO Nº 091/2026
CONTRATADA: SIDNEI MARIANO DOS SANTOS
VALOR: R$ 9.974,74 (nove mil novecentos e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos).

CONTRATO Nº 092/2026
CONTRATADA: VILMARA DE FÁTIMA RODRIQUES DA LUZ
VALOR: R$ 9.979,53 (nove mil novecentos e setenta e nove reais e cinquenta e três centavos).

CONTRATO Nº 093/2026
CONTRATADA: AIRTON BIAJONE DE ALMEIDA
VALOR: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

CONTRATO Nº 094/2026
CONTRATADA: DEVERLI BIAJONE DE ALMEIDA DA LUZ
VALOR: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

CONTRATO Nº 095/2026
CONTRATADA: GIVANILDO MARIANO SANTOS
VALOR: R$ 9.885,54 (nove mil oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

CONTRATO Nº 096/2026
CONTRATADA: ELIANE SANTOS DA MOTA COSTA
VALOR: R$ 9.937,04 (nove mil novecentos e trinta e sete reais e quatro centavos).

CONTRATO Nº 097/2026
CONTRATADA: JOCIMÉRIA MARIANO SANTOS
VALOR: R$ 8.405,48 (oito mil quatrocentos e cinco reais e quarenta e oito centavos).

CONTRATO Nº 098/2026
CONTRATADA: PEDRO MORAES CARDOSO
VALOR: R$ 8.172,39 (oito mil cento e setenta e dois reais e trinta e nove centavos).

CONTRATO Nº 099/2026
CONTRATADA: GIZELE NARCIZO GONÇALVES
VALOR: R$ 8.862,43 (oito mil, oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos).

CONTRATO Nº 100/2026
CONTRATADA: GEORGINA TABORDA DOS SANTOS NARCIZO
VALOR: R$ 7.649,52 (sete mil, seiscentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).

Adrianópolis, 15 de outubro de 2026.

TALES HENRIQUE FARIAS ZAMIEROWSKI
Agente de Contratações

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:DD8AE0EE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO 04

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a aprovação da Instrução Normativa n°05/2026 da Secretaria Municipal da Educação Institui e regulamenta a Equipe Municipal de Avaliação e Acompanhamento Educação Especial Inclusiva da Rede Municipal de Ensino de Agudos do Sul estabelece procedimentos para análise de estudos de caso e realização de encaminhamentos.

O Conselho Municipal de Educação - CME, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 701 de 09 de outubro de 2014 e Lei n.º 849 de 14 de novembro de 2017 e pelo Decreto Municipal nº 092 de 02 de junho de 2022 e com base nas deliberações tomadas em Reunião Ordinária do CME de 14 de outubro de 2026, resolve,
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AGUDOS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e administrativas,
CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, especialmente o art. 208, inciso III, que assegura o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente os arts. 58, 59 e 60, que dispõem sobre a Educação Especial;
CONSIDERANDO o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI, especialmente quanto à adoção de medidas individualizadas, à garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem e ao planejamento de estudo de caso e do Plano de Atendimento Educacional Especializado;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, especialmente seu art. 11, que estabelece o estudo de caso como etapa inicial necessária para a identificação do estudante público da Educação Especial;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, que altera o Decreto nº 12.686/2025 e estabelece que o resultado do estudo de caso o Plano de Atendimento Educacional Especializado – PAEE e o Plano Educacional Individualizado – PEI;
CONSIDERANDO o Parecer CNE/CP nº 50/2023, reanalisado em 2024, que dispõe sobre orientações específicas para o atendimento dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista;

CONSIDERANDO as normativas do Sistema Municipal de Ensino de Agudos do Sul e as demais disposições legais e pedagógicas relativas à Educação Especial Inclusiva;

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe sobre a aprovação da Instrução Normativa n°05/2026 da Secretaria Municipal da Educação Institui e regulamenta a Equipe Municipal de Avaliação e Acompanhamento Educação Especial Inclusiva da Rede Municipal de Ensino de Agudos do Sul estabelece procedimentos para análise de estudos de caso e realização de encaminhamentos;
Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Agudos do Sul PR, 14 de outubro de 2026.

VERIDIANA PRUCHAKI
Presidente do CME

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:150E917D

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO CME

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe aprovar sobre os critérios de assiduidade, controle de frequência e desligamento por infrequência nas instituições da rede Municipal de Ensino Infantil (Creches).

O Conselho Municipal de Educação - CME, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 701 de 09 de outubro de 2014 e Lei n.º 849 de 14 de novembro de 2017 e pelo Decreto Municipal nº 092 de 02 de junho de 2022 e com base nas deliberações tomadas em Reunião Ordinária do CME de 14 de outubro de 2026, resolve;

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe aprovar sobre os critérios de assiduidade, controle de frequência e desligamento por infrequência nas instituições da rede Municipal de Ensino Infantil (Creches).

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Agudos do Sul PR, 14 de outubro de 2026.

VERIDIANA PRUCHAKI
Presidente do CME

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:63A0FDD8

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO CME

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Fica Instituído o Fórum Permanente Municipal de Educação - FME Agudos do Sul - Pr

O Conselho Municipal de Educação - CME, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 701 de 09 de outubro de 2014 e Lei n.º 849 de 14 de novembro de 2017 e pelo Decreto Municipal nº 092 de 02 de junho de 2022 e com base nas deliberações tomadas em Reunião Ordinária do CME de 10 de setembro de 2026, resolve,

Resolve:

Art. 1º - Fica instituído Fórum Permanente Municipal de Educação – FME.

Considerando a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – PNE, para o decênio 2026-2036;

Considerando a Lei Municipal nº 1369 de 27 de agosto de 2026, institui o Fórum Permanente Municipal de Educação – FME, estabelece as diretrizes de funcionamento;

Considerando a aprovação pela plenária do Fórum Permanente Municipal de Educação – FME, realizado no dia 10 de setembro de 2026;

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul PR, 10 de setembro de 2026.

VERIDIANA PRUCHAKI
Presidente do CME

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:AA00DFA5

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO CME

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre aprovação da Instrução Normativa n°03/2026 Da Secretaria Municipal de Educação Que regulamenta a organização e oferta Do atendimento Pedagógico e Domiciliar E Hospitalar.

O Conselho Municipal de Educação - CME, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 701 de 09 de outubro de 2014 e Lei n.º 849 de 14 de novembro de 2017 e pelo Decreto Municipal nº 092 de 02 de junho de 2022 e com base nas deliberações tomadas em Reunião Ordinária do CME de 14 de outubro de 2026, resolve,
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AGUDOS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e administrativas;
Considerando a Constituição Federal de 1988;
Considerando a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
Considerando a Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
Considerando a Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
Considerando o Decreto Federal nº 12.686/2025;
Considerando a Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026, que regulamenta a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva – PNEEI e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva – RENEEI

Resolve:
Art. 1º - Dispõe sobre a aprovação Instrução Normativa n°03/2026 da Secretaria Municipal de Educação que regulamenta a organização e oferta do Atendimento Pedagógico Domiciliar e Hospitalar;

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Agudos do Sul PR, 14 de outubro de 2026.

VERIDIANA PRUCHAKI
Presidente do CME

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:E9BD0620

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO CME

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobra aprovação da Instrução Normativa n°04/2026 de Secretária Municipal de Educação Que regulamenta a organização, implantação e funcionamento das Salas Sensoriais nas instituições da Rede Municipal de Ensino de Agudos do Sul – Paraná, e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Educação - CME, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 701 de 09 de outubro de 2014 e Lei n.º 849 de 14 de novembro de 2017 e pelo Decreto Municipal nº 092 de 02 de junho de 2022 e com base nas deliberações tomadas em Reunião Ordinária do CME de 14 de outubro de 2026, resolve,
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AGUDOS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e administrativas,
CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente as disposições relativas à educação especial e à garantia de atendimento educacional adequado às necessidades dos estudantes;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que assegura à pessoa com deficiência o direito à educação em sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece que a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais;
CONSIDERANDO a Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.686/2025;
CONSIDERANDO a Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026, que regulamenta a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva – PNEEI e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva – RENEEI;
CONSIDERANDO a necessidade de promover condições de acesso, participação, aprendizagem, desenvolvimento e permanência dos estudantes públicas da Educação Especial nas instituições da Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar ambientes educacionais acessíveis, acolhedores, seguros e adequados às diferentes necessidades apresentadas pelos estudantes;

CONSIDERANDO o aumento da matrícula de estudantes com Transtorno do Espectro Autista – TEA na Rede Municipal de Ensino de Agudos do Sul;
CONSIDERANDO a necessidade de ampliar as estratégias pedagógicas voltadas à percepção, exploração, organização e regulação sensorial dos estudantes;
CONSIDERANDO os princípios da educação inclusiva, da equidade, da acessibilidade, da participação e do respeito às singularidades dos estudantes;

Resolve:
Art. 1º - Dispõe sobra aprovação da Instrução Normativa n°04/2026 de Secretária Municipal de Educação Que regulamenta a organização, implantação e funcionamento das Salas Sensoriais nas instituições da Rede Municipal de Ensino de Agudos do Sul – Paraná, e dá outras providências**.**

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Agudos do Sul PR, 14 de outubro de 2026.

VERIDIANA PRUCHAKI
Presidente do CME

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:4A8A16EA

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO CME

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a organização, o acompanhamento e o monitoramento das atividades pedagógicas adaptadas e do apoio pedagógico no âmbito da Educação Inclusiva para estudantes do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, e estabelece procedimentos para registro, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas desenvolvidas pelas unidades escolares

O Conselho Municipal de Educação - CME, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 701 de 09 de outubro de 2014 e Lei n.º 849 de 14 de novembro de 2017 e pelo Decreto Municipal nº 092 de 02 de junho de 2022 e com base nas deliberações tomadas em Reunião Ordinária do CME de 14 de outubro de 2026, resolve,
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AGUDOS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e administrativas,

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe sobre a aprovação a organização, o acompanhamento e o monitoramento das atividades pedagógicas adaptadas e do apoio pedagógico no âmbito da Educação Inclusiva para estudantes do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, e estabelece procedimentos para registro, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas desenvolvidas pelas unidades escolares.

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Agudos do Sul PR, 14 de outubro de 2026.

VERIDIANA PRUCHAKI
Presidente do CME

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:0B89909C

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO CME

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe aprovar sobre os critérios de distribuição de aulas e atribuição de vagas nas Instituições Municipais de Ensino de Agudos do Sul -Pr;

O Conselho Municipal de Educação - CME, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 701 de 09 de outubro de 2014 e Lei n.º 849 de 14 de novembro de 2017 e pelo Decreto Municipal nº 092 de 02 de junho de 2022 e com base nas deliberações tomadas em Reunião Ordinária do CME de 14 de outubro de 2026, resolve;

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe aprovar sobre os critérios de distribuição de aulas e atribuição de vagas nas Instituições Municipais de Ensino de Agudos do Sul -Pr – instrução normativa n°07/2026;

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Agudos do Sul PR, 14 de outubro de 2026.

VERIDIANA PRUCHAKI
Presidente do CME

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:22C42A2C

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO CME

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe aprovar sobre a aprovação da Instrução Normativa n°01/2026 da Secretaria de Municipal de Educação para Ambiente Alfabetizador nas Escolas da rede Municipal de ensino Fundamental.

O Conselho Municipal de Educação - CME, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 701 de 09 de outubro de 2014 e Lei n.º 849 de 14 de novembro de 2017 e pelo Decreto Municipal nº 092 de 02 de junho de 2022 e com base nas deliberações tomadas em Reunião Ordinária do CME de 14 de outubro de 2026, resolve;

Resolve:
Art. 1º - Dispõe sobre a aprovação da Instrução Normativa n° 01/2026 da Secretaria Municipal de Educação para Ambiente Alfabetizador nas Escolas da rede Municipal de ensino Fundamental.

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Agudos do Sul PR, 14 de outubro de 2026.

VERIDIANA PRUCHAKI
Presidente do CME

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:434937BE

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO CME

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe aprovar sobre a aprovação da Instrução Normativa n°06/2026 da Secretaria de Municipal de Educação instruções normativas para ambiente contemplando os territórios de aprendizagem nas escolas da Rede Municipal de Ensino Infantil;

O Conselho Municipal de Educação - CME, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 701 de 09 de outubro de 2014 e Lei n.º 849 de 14 de novembro de 2017 e pelo Decreto Municipal nº 092 de 02 de junho de 2022 e com base nas deliberações tomadas em Reunião Ordinária do CME de 14 de outubro de 2026, resolve;

Resolve:
Art. 1º - Dispõe aprovar sobre a aprovação da Instrução Normativa n°06/2026 da Secretaria de Municipal de Educação instruções normativas para ambiente contemplando os territórios de aprendizagem nas escolas da Rede Municipal de Ensino Infantil;

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Agudos do Sul PR, 14 de outubro de 2026.

VERIDIANA PRUCHAKI
Presidente do CME

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:42D6D4C6

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO CMS INCORREÇÃO

RESOLUÇÃO CMS Nº 13/2026, de 01 de OUTUBRO de 2026

Aprovação e Liberação de Recursos para a Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde considerando RESOLUÇÃO SESA 1990/2025;

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Agudos do Sul-PR, em reunião Ordinária, realizada em 01 de outubro de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 384/2007;

Considerando: Transferência de recursos financeiros para a CONSTRUÇÃO DE 2 (DUAS) UNIDADE BÁSICAS DE SAÚDE E AMPLIAÇÃO DE 1 (UMA) UNIDADE DE SAÚDE já existente no Município, em conformidade com a resolução SESA 1990/2025

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe sobre a aprovação da CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDA BÁSICA DE SAÚDE NA COMUNIDADE DE PALMITO no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta centos mil reais), conforme resolução SESA 1990/2025;

Art. 2° - Dispõe sobre a aprovação da CONSTRUÇÃO DE 1 (UMA) UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NA COMUNIDADE DOS QUEIMADOS, no valor de R$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);

Art. 3° - Dispõe sobre a aprovação AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE FRANCISCA DE OLIVEIRA SILVA, no valor de R$400.000,00 (quatrocentos mil reais), pela necessidade de se adequar um novo espaço para atendimento a farmácia básica deste município.

Art. 4° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, alterando a resolução 05/2026 revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 01 de OUTUBRO de 2026.

DENIZETE OLIVEIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:A21FFB85

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - 123/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 47/2026
DETENTOR: S.DAS.G.SILVA DISTRIBUIDORA GÁS
CNPJ: 23.519.682/0001-49
TELEFONE: 41 98712-3330
E-MAIL: distribuidoragasribeiro@gmail.com
DATA DE ASSINATURA: 14/10/2026
VIGÊNCIA: 14/10/2027

LOTE 01 (ÚNICO) – GÁS GLP				VALOR	
ITEM	UND.	QTDE	DESCRIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL
01	UN	20	Botijão/casco vazio confeccionado em metal, resiste a impacto e com	R$190,00	R$3.800,00

			capacidade de 13kg para acondicionamento de gás GLP, fabricado segundo a NBR 8614 da ABNT.		
02	UN	450	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP P-13) - Recarga em botijão retornável de 13 Kg, fabricado segundo a NBR 8614 da ABNT.	R$105,00	R$47.250,00

Publicado por:
Pamella Guerreiro
Código Identificador:FFB0967E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 447, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 447, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no art. 179 do Decreto Municipal nº 161/2023 e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução das atas de registro de preços e dos contratos,por representantes da Administração;
R E S O L V E
Art. 1º DESIGNAR como gestor e fiscal do contrato, o servidor abaixo relacionado:

Contrato:	102/2026	**Vigência:**	15/10/2026 à 13/04/2027	
Modalidade:	Inexigibilidade de Licitação	**Nº:**	16/2026	
Contratada:	COMERCIAL BAIL LTDA – CNPJ 08.582.368/0001-17			
Objeto:	Locação de imóvel destinado ao funcionamento do serviço de atendimento da Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde.			
Gestor:	Josiane Rosario da Cruz de Andrade		**CPF:**	***.200.429-**
Fiscal:	Tatiane Aparecida Lima de Andrade		**CPF**	***.897.749-**

Art. 2º - O servidor será responsável pela gestão e fiscalização da execução do contrato mediante a execução das atividades de orientação, acompanhamento, controle e aceite do objeto pactuado.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem validade enquanto permanecer vigente o Contrato acima mencionado.

Cumpra-se e registre-se.

Agudos do Sul, em 15 de outubro de 2026.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamella Guerreiro
Código Identificador:A01CE91C

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI Nº 1370/2026 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Denomina "Rua Anísio Sirino" a via localizada no bairro Ribeirãozinho, no Município de Agudos do Sul/PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL, Estado do Paraná, Senhor GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica denominada "Rua Anísio Sirino" a via sem saída localizada no bairro Ribeirãozinho, neste Município, com 200,00 m (duzentos metros) de extensão e 6,00 m (seis metros) de largura, conforme as seguintes coordenadas geográficas:
I – Ponto inicial: latitude 25°57'48.15"S e longitude 49°19'30.85"O;
II – Ponto final: latitude 25°57'46.14"S e longitude 49°19'24.50"O.
Art. 2º O Poder Executivo Municipal fica obrigado a providenciar a instalação de placas indicativas nas extremidades da via, no prazo de 90 (noventa) dias.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Cristina Ferreira
Código Identificador:DBBD4194

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
EDITAL 002/2026

EDITAL Nº 02 / 2026

PROCESSO DE INSCRIÇÃO E ESCOLHA DAS REPRESENTAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOSIÇÃO DO CMDCA – BIÊNIO 2027/2028

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – CMDCA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente aquelas previstas na Lei Municipal nº 127/1991 e no Regimento Interno do Conselho, - RESOLUÇÃO 036/2026, torna público o presente Edital de Inscrição e Escolha das Representações da Sociedade Civil para composição do CMDCA no biênio 2027/2028.

DO OBJETO
1.1. O presente Edital tem por objeto estabelecer os procedimentos para inscrição, habilitação e escolha das entidades da sociedade civil organizada que irão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Almirante Tamandaré para o biênio 2027/2028.
1.2. Serão escolhidas 05 (cinco) entidades observada a composição paritária do Conselho entre representantes do Governo e da Sociedade Civil.
1.3. A vaga no CMDCA pertence à entidade da sociedade civil escolhida, cabendo a esta indicar formalmente um representante titular e um representante suplente.

2. DAS ENTIDADES HABILITADAS A PARTICIPAR
2.1. Poderão inscrever-se as entidades da sociedade civil organizada que:
I – estejam legalmente constituídas há pelo menos 02 (dois) anos;
RESOLUÇÃO 036/2026 - aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Almirante Tamandaré e dá outras providências.

"SEÇÃO III DA ANÁLISE E DO REGISTRO DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO E DOS PROGRAMAS POR ELAS EXECUTADOS: *Art. 39. Na forma do disposto nos arts.90, par. único e 91, da Lei nº 8.069/90, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuar o registro: a) das entidades não governamentais sediadas em sua base territorial que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o art.90, caput e correspondentes às medidas previstas nos arts.101, 112 e 129, todos da Lei nº 8.069/90; b) dos referidos programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, em execução por entidades governamentais ou não governamentais; Parágrafo único. O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente realizará periodicamente, a cada 02 (dois) anos, o recadastramento das entidades e dos programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política de atendimento traçada. "*
II – desenvolvam atendimento direto a crianças e adolescentes; ou
III – tenham entre suas finalidades institucionais a promoção, defesa ou garantia dos direitos da criança e do adolescente.
2.2. A entidade deverá demonstrar, no momento da inscrição, sua atuação ou finalidade institucional relacionada à promoção, proteção, defesa ou garantia dos direitos da criança e do adolescente.

2.3. Cada entidade poderá concorrer a 01 (uma) vaga no processo de escolha, observadas as disposições do Regimento Interno quanto à pluralidade e representatividade dos segmentos.

DA INSCRIÇÃO

3.1. As inscrições deverão ser realizadas no período de 02/11/2026 a 13/11/2026, junto à Secretaria-Executiva do CMDCA, na "Subprefeitura", situada à Rua Maurício Rosemann, nº 43-125, São Sebastião, Almirante Tamandaré – PR, no horário das 08h00 às 17h00.

As inscrições poderão ser realizadas de forma física ou mediante encaminhamento da documentação para os e-mails oficiais: almirantegsuas@gmail.com ou casadosconselhosatt@gmail.com. **Contendo o Título – Inscrição para cadeira do colegiado CMDCA – 2027-2028**

3.2. A entidade interessada deverá apresentar:

I – Ficha de Inscrição, conforme modelo constante do Anexo I deste Edital;

II – cópia do Estatuto Social ou documento equivalente;

III – comprovante de inscrição no CNPJ;

IV – documento que comprove a constituição da entidade há pelo menos 02 (dois) anos;

V – documentos que comprovem a atuação da entidade na área da criança e do adolescente, quando aplicável;

VI – indicação do representante titular e do representante suplente da entidade para eventual composição do CMDCA.

3.3. A inscrição somente será considerada efetivada após o recebimento e conferência da documentação exigida.

DA HABILITAÇÃO

4.1. A documentação apresentada será analisada pelo CMDCA, por meio de *comissão eleitoral* especialmente constituída para este fim.

4.2. A Comissão poderá solicitar esclarecimentos ou documentos complementares à entidade, quando necessários à análise da habilitação.

4.3. Após a análise, será publicada a relação das entidades habilitadas e não habilitadas a participar do processo de escolha via resolução do CMDCA em diário eletrônico.

4.4. Às entidades não habilitadas será assegurado o direito de apresentar recurso no prazo de 3 úteis, contado da publicação do resultado.

4.5. A decisão sobre os recursos será proferida pelo CMDCA, sendo publicada a relação definitiva das entidades habilitadas.

DA APRESENTAÇÃO DAS ENTIDADES

5.1. As entidades habilitadas participarão da 12° Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ocasião em que poderão realizar breve apresentação institucional aos participantes do processo de escolha.

5.2. A apresentação deverá contemplar, preferencialmente:

I – nome e finalidade da entidade;

II – histórico de atuação;

III – principais ações desenvolvidas em benefício de crianças e adolescentes;

IV – experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

V – proposta de atuação e contribuição para o CMDCA.

5.3. O tempo destinado à apresentação de cada entidade será definido previamente pela Comissão Organizadora, assegurada igualdade de condições entre as entidades habilitadas.

DO PROCESSO DE ESCOLHA

6.1. A escolha das entidades da sociedade civil será realizada durante a 12° Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante votação das entidades habilitadas e credenciadas para participação no processo eleitoral.

6.2. Cada entidade habilitada e credenciada terá direito a 01 (um) voto.

6.3. Serão consideradas eleitas as 05 (cinco) entidades que obtiverem o maior número de votos, observada a regra de pluralidade e representatividade prevista no Regimento Interno do CMDCA.

6.4. As demais entidades habilitadas serão classificadas pela ordem decrescente de votação e poderão ser consideradas suplentes, conforme a ordem de classificação, respeitada a regra prevista no Regimento Interno.

6.5. A votação será realizada de forma presencial, conforme definição prévia do CMDCA e da Comissão Organizadora com aval da comissão eleitoral.

DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

7.1. Em caso de empate entre duas ou mais entidades para a última vaga disponível, será adotado, sucessivamente, o seguinte critério:

I – maior tempo de constituição legal da entidade;

II – maior tempo de atuação comprovada na área da criança e do adolescente;

III – persistindo o empate, será realizada nova votação entre as entidades empatadas, exclusivamente para definição da vaga.

7.2. Persistindo o empate após nova votação, será realizado sorteio público, registrado em ata pela Comissão Organizadora.

DA INDICAÇÃO DOS REPRESENTANTES

8.1. A entidade eleita deverá apresentar formalmente ao CMDCA a indicação de seu representante titular e representante suplente, conforme informações constantes da Ficha de Inscrição – Anexo I.

8.2. A indicação deverá observar o vínculo do representante com a entidade.

8.3. Eventual substituição dos representantes durante o mandato deverá ser formalmente comunicada ao CMDCA pela entidade responsável pela vaga.

DO RESULTADO E DA POSSE

9.1. O resultado final do processo de escolha será registrado em ata e posteriormente publicado pelo CMDCA.

9.2. As entidades eleitas serão oficialmente comunicadas para apresentação da documentação necessária à formalização de sua participação no Conselho.

9.3. A nomeação dos representantes da sociedade civil para composição do CMDCA será formalizada pelo Poder Público, conforme legislação municipal vigente.

9.4. O mandato corresponderá ao biênio 2027/2028, observadas as disposições legais e regimentais aplicáveis.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A participação no processo de escolha implica plena concordância com as disposições deste Edital, da legislação aplicável e do Regimento Interno do CMDCA.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – Comissão Eleitoral.

10.3. Este Edital será divulgado nos meios oficiais do Município e do CMDCA, bem como encaminhado às entidades da sociedade civil potencialmente interessadas.

10.4. Integra o presente Edital, para todos os fins, a Ficha de Inscrição – Anexo I.

Almirante Tamandaré, 15 de outubro de 2026 de 2026.

DARCLE SUSAN WESTPHAL DA CUNHA

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO
PROCESSO DE ESCOLHA DA SOCIEDADE CIVIL – CMDCA
BIÊNIO 2027/2028

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE
Nome da entidade: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Bairro: _____Município: _____
Telefone: _____WhatsApp: _____
E-mail: _____
Site/Redes sociais: _____
Data de constituição da entidade: / /_____
2. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE
Finalidade institucional:
_____

Principais ações/projetos desenvolvidos com crianças e adolescentes:
_____

Tempo de atuação na área da criança e do adolescente:
_____
3. INDICAÇÃO DOS REPRESENTANTES
REPRESENTANTE TITULAR
Nome completo: _____
CPF: _____Telefone: _____
E-mail: _____
Cargo/função na entidade: _____
REPRESENTANTE SUPLENTE
Nome completo: _____
CPF: _____Telefone: _____
E-mail: _____
Cargo/função na entidade: _____

4. DECLARAÇÃO
Declaramos, para os devidos fins, que a entidade acima identificada atende aos requisitos estabelecidos no Edital nº ___/2026 e no Regimento Interno do CMDCA, estando ciente das normas que regulamentam o processo de inscrição, habilitação e escolha das representações da sociedade civil para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, biênio 2027/2028.
Declaramos, ainda, que as informações prestadas nesta ficha são verdadeiras, responsabilizando-nos por sua veracidade.

Almirante Tamandaré, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal da entidade
Nome: _____
Cargo: _____

DOCUMENTOS CONFERIDOS PELA COMISSÃO ELEITORAL:
☐ Ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada;
☐ Estatuto Social ou documento equivalente;
☐ Comprovante de inscrição no CNPJ;
☐ Documento comprobatório da constituição da entidade há pelo menos 02(dois) anos;
☐ Comprovação de atuação na área da criança e do adolescente, quando aplicável;
REPRESENTAÇÃO DA ENTIDADE
☐ Indicação de representante titular;
☐ Indicação de representante suplente;

Resultado da análise:
☐HABILITADA
☐NÃO HABILITADA
Observações:
_____
Comissão de Habilitação/Eleitoral do CMDCA – Resolução 037/ 2026 – CMDCA

Publicado por:
Sandra Mara Gomes
Código Identificador:908273C8

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
RESOLUÇÃO 037/2026

Constitui a Comissão Eleitoral responsável pela condução do processo de eleição das entidades da sociedade civil para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, referente ao Edital nº 02/2026.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO as disposições da Resolução nº 105/2005 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, e demais normativas aplicáveis ao processo de escolha das entidades da sociedade civil;

CONSIDERANDO o disposto na legislação municipal que regulamenta o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Almirante Tamandaré;

CONSIDERANDO o Edital nº 02/2026 – CMDCA, que regulamenta o processo eleitoral para escolha das entidades da sociedade civil que irão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente biênio 2027 – 2028

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a organização, transparência, imparcialidade e regularidade das etapas do processo eleitoral;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMDCA, realizada em 15 de outubro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Eleitoral responsável pela organização, acompanhamento e condução do processo de eleição das entidades da sociedade civil para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, nos termos do Edital nº 02/2026 – CMDCA.

Art. 2º A Comissão Eleitoral será composta por 04 (quatro) integrantes, representantes dos dois segmentos que compõem o CMDCA, sendo:

I – 02 (dois) representantes do Poder Público:

• **a)** Secretaria Municipal de Saúde: Fernanda dos Santos de Oliveira;
• **b)** Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos: Henrique Cardoso dos Santos.

II – 02 (dois) representantes da Sociedade Civil:

• **a)** Darclê Susan Westphal;
• **b)** Luciano Mendes Pereira.

Art. 3º Compete à Comissão Eleitoral:

I – acompanhar e executar as etapas previstas no Edital nº 02/2026;
II – receber, analisar e conferir a documentação apresentada pelas entidades interessadas, observados os requisitos estabelecidos no Edital;
III – analisar a habilitação ou não habilitação das entidades inscritas;
IV – apreciar eventuais pedidos de impugnação, recursos ou manifestações apresentados no decorrer do processo eleitoral, observadas as competências estabelecidas no Edital;
V – organizar e acompanhar a Assembleia de Eleição;
VI – zelar pela regularidade, transparência e imparcialidade do processo eleitoral;
VII – elaborar os documentos, atas e demais registros necessários à formalização das etapas do processo eleitoral;
VIII – encaminhar ao Plenário do CMDCA os assuntos que demandem deliberação do Conselho;
IX – praticar os demais atos necessários à adequada condução do processo eleitoral, observadas as disposições do Edital nº 02/2026 e das normas aplicáveis.

Art. 4º Os integrantes da Comissão Eleitoral deverão declarar eventual situação de impedimento ou conflito de interesses que possa comprometer sua atuação no processo eleitoral.
Parágrafo único. Os integrantes da Comissão Eleitoral que sejam representantes de entidades da sociedade civil participantes do processo eleitoral deverão se declarar impedidos de atuar nas etapas relativas à análise, habilitação, julgamento ou demais procedimentos que envolvam diretamente a entidade que representam, quando aplicável.

Art. 5º A Comissão Eleitoral terá vigência a partir da publicação desta Resolução e permanecerá constituída até a conclusão de todas as etapas previstas no Edital nº 02/2026, incluindo a elaboração da documentação final do processo eleitoral.

Art. 6º A Secretaria-Executiva do CMDCA prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento da Comissão Eleitoral.

Art. 7º Os casos omissos serão submetidos à apreciação e deliberação do Plenário do CMDCA, observada a legislação vigente e as disposições do Edital nº 02/2026.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Almirante Tamandaré, 15 de outubro de 2026 de 2026.

DARCLÊ SUSAN WESTPHAL DA CUNHA
Presidente do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente –Almirante Tamandaré – PR

Publicado por:
Sandra Mara Gomes
Código Identificador:AAAF5DB1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 319/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 319 /2026

PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA VOICERCOM RADIO COMPANY LTDA.

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE RÁDIOS COMUNICADORES PORTÁTEIS EM VHF, COM BATERIAS RESERVAS E FONES DE OUVIDO, E ESTAÇÃO REPETIDORA EM VHF, DESTINADOS À COMUNICAÇÃO OPERACIONAL ENTRE OS TRABALHADORES ENVOLVIDOS NA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DA 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO"

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL SERÁ DE 06 (SEIS) MESES, INICIADO A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO, PODENDO SER PRORROGADO OU RENOVADO MEDIANTE ACORDO ENTRE AS PARTES, DESDE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS LEGAIS.

VALOR R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2026

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
23.01	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
04.122.0004.2.108	Eventos Municipais
3.3.90.39.00 - 1000	Outros Serviços de Terceirois – Pessoa Jurídica 525

Almirante Tamandaré, 15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:27E78463

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 441/2025

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.0000018270/2026.
OBEJTO: Fornecimento parcelado de produtos de higiene, limpeza e diversos, para atender à demanda das secretarias municipais, unidades escolares e unidades de saúde.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA KELLY MINIOLI COMERCIO DE PRODUTOS LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA PRORROGAÇÃO.
O presente instrumento tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e da vigência do Contrato nº 441/2025, por um período de 12 (doze) meses, passando o seu termo final de vigência de 29/10/2026 para 29/10/2027.
CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DO CONTRATO.
O valor do contrato se mantém inalterado em R$ 181.672,00 (cento e oitenta e um mil seiscentos e setenta e dois reais) – cláusula segunda do contrato originário.

Data da Assinatura: 02/10/2026.

Almirante Tamandaré, 15 de outubro de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Procurador Geral do Município
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:3E7A43D3

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 208/2026

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.0000017897/2026.
OBEJTO: Fornecimento parcelado de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIS) destinados aos servidores da secretaria municipal de saúde de Almirante Tamandaré/PR.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA SEGURE GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
Altera-se os dados da cláusula quarta item 4.1 do contrato nº 208/2026, da dotação orçamentária:

09.01 – Secretaria Municipal de Saúde
10.301.0015.2.032 – Atenção Primária em Saúde PAB
3.3.90.30.00 – 1222 – Material de Consumo 150
10.301.0015.2.037 – Atenção Primária da Saúde Estadual
3.3.90.30.00 – 1343 – Material de Consumo 158
10.301.0015.2.046 – Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00 – 1000 – Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1303 – Material de Consumo 173
10.304.0016.2.041 – Serviço de Vigilância Sanitária
3.3.90.30.00 – 1222 – Material de Consumo 200

Data da Assinatura: 05/10/2026.

Almirante Tamandaré, 15 de outubro de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Procurador Geral do Município
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:13CC2C5F

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 210/2026

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.0000017899/2026.

OBEJTO: Fornecimento parcelado de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIS) destinados aos servidores da secretaria municipal de saúde de Almirante Tamandaré/PR.

PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA MERCÚRIO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Altera-se os dados da cláusula quarta item 4.1 do contrato nº 210/2026, da dotação orçamentária:

09.01 – Secretaria Municipal de Saúde

10.301.0015.2.032 – Atenção Primária em Saúde PAB

3.3.90.30.00 – 1222 – Material de Consumo 150

10.301.0015.2.037 – Atenção Primária da Saúde Estadual

3.3.90.30.00 – 1343 – Material de Consumo 158

10.301.0015.2.046 – Serviços de Saúde Pública

3.3.90.30.00 – 1000 – Material de Consumo 173

3.3.90.30.00 – 1303 – Material de Consumo 173

10.304.0016.2.041 – Serviço de Vigilância Sanitária

3.3.90.30.00 – 1222 – Material de Consumo 200

Data da Assinatura: 05/10/2026.

Almirante Tamandaré, 15 de outubro de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Procurador Geral do Município
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:3F30E3CC

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 212/2026

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.0000017901/2026.
OBEJTO: Fornecimento parcelado de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIS) destinados aos servidores da secretaria municipal de saúde de Almirante Tamandaré/PR.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA ALS UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
Altera-se os dados da cláusula quarta item 4.1 do contrato nº 212/2026, da dotação orçamentária:

09.01 – Secretaria Municipal de Saúde
10.301.0015.2.032 – Atenção Primária em Saúde PAB
3.3.90.30.00 – 1222 – Material de Consumo 150
10.301.0015.2.037 – Atenção Primária da Saúde Estadual
3.3.90.30.00 – 1343 – Material de Consumo 158
10.301.0015.2.046 – Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00 – 1000 – Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1303 – Material de Consumo 173
10.304.0016.2.041 – Serviço de Vigilância Sanitária
3.3.90.30.00 – 1222 – Material de Consumo 200

Data da Assinatura: 05/10/2026.

Almirante Tamandaré, 15 de outubro de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Procurador Geral do Município
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:AFACA983

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 213/2026

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.0000017903/2026.
OBEJTO: Fornecimento parcelado de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIS) destinados aos servidores da secretaria municipal de saúde de Almirante Tamandaré/PR.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA AZO PRODUTOS LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
Altera-se os dados da cláusula quarta item 4.1 do contrato nº 213/2026, da dotação orçamentária:

09.01 – Secretaria Municipal de Saúde
10.301.0015.2.032 – Atenção Primária em Saúde PAB
3.3.90.30.00 – 1222 – Material de Consumo 150
10.301.0015.2.037 – Atenção Primária da Saúde Estadual
3.3.90.30.00 – 1343 – Material de Consumo 158
10.301.0015.2.046 – Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00 – 1000 – Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1303 – Material de Consumo 173
10.304.0016.2.041 – Serviço de Vigilância Sanitária
3.3.90.30.00 – 1222 – Material de Consumo 200

Data da Assinatura: 02/09/2026.

Almirante Tamandaré, 15 de outubro de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Procurador Geral do Município
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:D198F0D1

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 214/2026

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.0000017904/2026.

OBEJTO: Fornecimento parcelado de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIS) destinados aos servidores da secretaria municipal de saúde de Almirante Tamandaré/PR.

PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA PLASTICOURO COMERCIAL DE BOLSAS LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Altera-se os dados da cláusula quarta item 4.1 do contrato nº 214/2026, da dotação orçamentária:

09.01 – Secretaria Municipal de Saúde

10.301.0015.2.032 – Atenção Primária em Saúde PAB

3.3.90.30.00 – 1222 – Material de Consumo 150

10.301.0015.2.037 – Atenção Primária da Saúde Estadual

3.3.90.30.00 – 1343 – Material de Consumo 158

10.301.0015.2.046 – Serviços de Saúde Pública

3.3.90.30.00 – 1000 – Material de Consumo 173

3.3.90.30.00 – 1303 – Material de Consumo 173

10.304.0016.2.041 – Serviço de Vigilância Sanitária

3.3.90.30.00 – 1222 – Material de Consumo 200

Data da Assinatura: 05/10/2026.

Almirante Tamandaré, 15 de outubro de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Procurador Geral do Município
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:62D649C7

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO TERMO DE ERRATA AO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 012/2022

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000007556/2026.
OBEJTO: Oferta de programas e projetos de parcerias com escolas de educação básica na modalidade educação especial, a fim de prestação de serviço educacional especializado a estudantes na etapa educação infantil e ensino fundamental, escolaridade/anos iniciais e na EJA fase I.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E INSTITUTO DE HABILITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DO EXCEPCIONAL DO PARANÁ – IHOEPAR.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA RETIFICAÇÃO.
Constitui objeto da presente errata a retificação da **"Cláusula Primeira**: **Do Prazo de Vigência"**, do **Terceiro Aditivo** ao Termo de Colaboração nº 012/2022, conforme segue:

a) onde se lê: "CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Prazo de Vigência.
As partes de comum acordo procedem à prorrogação do Prazo do **Termo de Colaboração nº 012/2022**, por mais 180 (cento e oitenta) dias**, iniciando-se em 26 de outubro de 2025 e finalizando-se em 23 de abril de 2026**";

b) leia-se: "CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Prazo de Vigência.
As partes de comum acordo procedem à prorrogação do Prazo de Vigência do Termo de Colaboração nº 012/2022, por mais 12 (doze) meses, com início em 25 de outubro de 2025 e término em 25 de outubro de 2026".

CLÁUSULA SEGUNDA: DA INCLUSÃO DA CLÁUSULA FINANCEIRA.
Constitui objeto do presente Termo a INCLUSÃO ao Terceiro Aditivo do Termo de Colaboração nº 012/2022, de **CLÁUSULA TERCEIRA,** conforme segue:

"CLÁUSULA TERCEIRA: Do Valor do Termo de Colaboração.
O valor do Termo de Colaboração nº 012/2022 será mantido conforme consta no segundo termo aditivo (fl. 15), na importância de R$ 57.240,00 (cinquenta e sete mil duzentos e quarenta reais)".

Data da Assinatura: 02/12/2025.

Almirante Tamandaré, 15 de outubro de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Procurador Geral do Município
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:8D66B2C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 154/2026

"Cria a Secretaria Municipal Extraordinária de Manutenção Predial e Limpeza Urbana e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 69, inciso VIII, e 89, inciso I, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, bem como nos artigos 8º, § 3º, e 12 da Lei Municipal nº 2.498/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a Secretaria Municipal Extraordinária de Manutenção Predial e Limpeza Urbana, destinada à coordenação, ao planejamento e ao acompanhamento de ações voltadas à conservação dos prédios públicos municipais e à melhoria dos serviços de limpeza e conservação urbana.
Art. 2º São atribuições específicas da Secretaria Municipal Extraordinária de Manutenção Predial e Limpeza Urbana:
I – planejar, coordenar e acompanhar as ações de manutenção preventiva e corretiva dos prédios públicos municipais, visando à conservação do patrimônio público e à adequada utilização das instalações;
II – identificar as necessidades de manutenção, reparação, conservação e adequação dos imóveis públicos municipais, estabelecendo prioridades de atendimento em conjunto com os órgãos responsáveis;
III – elaborar e implementar planos de manutenção predial, com definição de prioridades, cronogramas de execução e acompanhamento dos serviços realizados;
IV – coordenar e acompanhar a execução dos serviços de pequenos reparos, conservação e manutenção das instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, de cobertura, pintura e demais componentes dos prédios públicos, observadas as atribuições dos órgãos técnicos competentes;
V – realizar levantamentos e vistorias nos prédios públicos municipais, identificando problemas estruturais, necessidades de reparação e situações que possam comprometer a segurança, a funcionalidade ou a continuidade dos serviços públicos;
VI – organizar e manter atualizado o levantamento das condições físicas dos imóveis públicos municipais, subsidiando o planejamento das intervenções necessárias;
VII – planejar, coordenar e acompanhar ações de limpeza e conservação dos espaços públicos municipais, especialmente vias, calçadas, praças, parques, áreas de convivência e demais locais de uso comum;
VIII – desenvolver e implementar cronogramas de limpeza urbana, considerando as necessidades dos bairros, a circulação de pessoas, a utilização dos espaços públicos e as prioridades estabelecidas pela Administração Municipal;
IX – promover ações de conservação, roçada, capina, retirada de resíduos e limpeza de áreas públicas, em articulação com as Secretarias competentes e respeitadas as atribuições legalmente estabelecidas;
X – identificar pontos críticos de acúmulo de resíduos, descarte irregular de materiais, sujeira recorrente e degradação de espaços públicos, propondo e coordenando medidas para a solução dos problemas identificados;
XI – planejar e coordenar ações periódicas e integradas de limpeza urbana, inclusive por meio de mutirões e operações especiais de conservação dos espaços públicos;
XII – estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação da qualidade dos serviços de manutenção predial e limpeza urbana, propondo medidas para aumentar a eficiência, a produtividade e a economicidade das ações executadas;
XIII – acompanhar a execução dos serviços contratados relacionados às finalidades da Secretaria, mediante articulação com os gestores e fiscais formalmente designados, sem prejuízo das competências dos órgãos responsáveis pelas contratações e pela fiscalização contratual;
XIV – articular-se com as demais Secretarias Municipais para identificar demandas, estabelecer prioridades e organizar a execução integrada dos serviços de manutenção predial e limpeza urbana;
XV – promover o uso racional de materiais, equipamentos, veículos e demais recursos empregados na execução dos serviços sob sua coordenação;
XVI – elaborar relatórios periódicos sobre os serviços realizados, as demandas identificadas, as providências adotadas e os resultados alcançados;
XVII – propor e desenvolver projetos, programas e ações destinados à melhoria contínua da conservação dos prédios públicos e da limpeza urbana;
XVIII – estabelecer parcerias e promover ações conjuntas com órgãos e entidades públicas, observada a legislação aplicável, para o desenvolvimento de projetos relacionados às finalidades da Secretaria;

XIX – desempenhar outras atividades correlatas, determinadas pelo Prefeito Municipal, compatíveis com a natureza e as finalidades da Secretaria.
Art. 3º Ao Secretário Municipal Extraordinário de Manutenção Predial e Limpeza Urbana incumbe:
I – prestar assistência direta ao Prefeito Municipal nos assuntos relacionados às finalidades da Secretaria;
II – dirigir, coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria, assegurando o cumprimento das prioridades estabelecidas pela Administração Municipal;
III – elaborar e apresentar ao Prefeito Municipal o planejamento das ações, os cronogramas de trabalho e as propostas de melhoria dos serviços de manutenção predial e limpeza urbana;
IV – estabelecer prioridades para atendimento das demandas de manutenção dos prédios públicos e de limpeza dos espaços urbanos, observadas as disponibilidades operacionais e orçamentárias;
V – acompanhar e avaliar a execução das ações e dos serviços sob sua coordenação, propondo medidas corretivas quando necessárias;
VI – promover a articulação institucional com as demais Secretarias Municipais e órgãos da Administração Pública para a execução integrada das atividades;
VII – acompanhar a aplicação dos recursos destinados às atividades da Secretaria, em conjunto com os órgãos competentes, observadas as normas de execução orçamentária, financeira e patrimonial;
VIII – apresentar relatórios de atividades e indicadores de desempenho, propondo medidas para aperfeiçoamento dos serviços públicos;
IX – expedir orientações e instruções internas necessárias à organização e ao funcionamento das atividades da Secretaria, respeitadas as competências legais dos demais órgãos municipais;
X – desempenhar as demais atribuições inerentes ao cargo e aquelas que lhe forem legalmente determinadas pelo Prefeito Municipal.
Art. 4º A Secretaria Municipal Extraordinária de Manutenção Predial e Limpeza Urbana ficará diretamente vinculada ao Prefeito Municipal, integrando a estrutura de assessoramento do Poder Executivo, nos termos da Lei Municipal nº 2.498/2025.
Art. 5º A execução das atividades da Secretaria ocorrerá de forma integrada com as Secretarias Municipais de Obras e Infraestrutura, de Administração e Previdência, de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente e com os demais órgãos municipais cujas competências guardem relação com as finalidades previstas neste Decreto.
Parágrafo único. A atuação da Secretaria não afasta nem substitui as competências legais dos demais órgãos municipais, cabendo-lhe coordenar, planejar e acompanhar as ações que lhe forem atribuídas, mediante articulação administrativa e observância das responsabilidades de cada unidade.
Art. 6º A execução orçamentária e financeira das atividades da Secretaria observará as dotações consignadas no orçamento municipal e as regras legais aplicáveis, ficando eventual remanejamento ou alteração de dotações condicionado à adoção dos instrumentos orçamentários próprios e à autorização legal, quando necessária.
Art. 7º A estrutura de cargos e o provimento de pessoal necessários ao funcionamento da Secretaria observarão os cargos e as condições estabelecidos na Lei Municipal nº 2.498/2025, não implicando este Decreto, por si só, criação de novos cargos, ampliação de quantitativos ou concessão de vantagens remuneratórias.
Art. 8º A Secretaria Municipal Extraordinária de Manutenção Predial e Limpeza Urbana terá natureza extraordinária e duração vinculada ao atendimento das finalidades e dos programas que justificam sua instituição, observado o disposto no artigo 12 da Lei Municipal nº 2.498/2025.
Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 14 de outubro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erick Adriano Pedroso de Moraes
Código Identificador:4D75A5E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2026

ATA DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2026

OBJETO: Objeto da presente licitação é a aquisição de Pneus, câmara de ar a serem utilizados por toda frota de veículos, caminhões, ônibus e máquinas pesadas pertencentes ao município de Altamira do Paraná.

ITEM 1 – ADJUDICADO – 15/10/2026
DESCRIÇÃO: PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO 275/80 R22.5, RADIAL, BORRACHUDO. INDICE DE CARGA 149/146 (3.000 a 2725 KG), INDICE DE VELOCIDADE L (120 KM/H) COM 16 a 18 LONAS, TIPO: SEM CÂMARA (TL). SELO DE APROVACAO INMETRO, CONFORME
PORTARIA INMETRO 379/2021, PRAZO DE GARANTIA MINIMO DE 5 ANOS.
(PNEU NOVO, NÃO REMANUFATURADO, E NÃO REMOLDADO)
QUANTIDADE: 200
UNIDADE: UND.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.395,90.
VALOR TOTAL: R$ 279.180,00.

Com fundamento no resultado do julgamento e da habilitação, em conformidade com o disposto no Art. 71, Inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e considerando que foram cumpridos todos os requisitos do edital Do Pregão Eletrônico nº 035/2026, a Prefeita Municipal resolve **ADJUDICAR** o objeto da contratação supramencionada, tendo como Contratada, **LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA, CNPJ: 02.678.428/0001-13.**

Encaminhe-se para homologação da autoridade superior e demais providências legais.

Altamira do Paraná, 15 de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:B6D58488

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 143/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 34/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 143/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 34/2026

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ nº **78.069.143/0001-47**, com sede na Rua Cantú, n. 180, em Altamira do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **ELZA APARECIDA DA SILVA**.

CONTRATADA: BETANIAMED COMERCIAL LTDA, estabelecida na Rua Antônio Gravatá, nº 80, bairro Cinquentenário, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.570-040, inscrita no CNPJ sob o n° **09.560.267/0001-08.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (um) consultório odontológico completo e 01 (uma) caneta de alta rotação, destinados

ao aparelhamento da Unidade de Atenção Primária à Saúde da Família do Município de Altamira do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato tem fundamento na Lei
Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, decorrente do Processo de Dispensa Eletrônica n°
34/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A CONTRATADA compromete-se a fornecer e entregar a Caneta de Alta Rotação conforme as especificações estabelecidas no contrato e no Termo de Referência, responsabilizando-se pela qualidade do equipamento, pelo transporte até o local indicado e pela comunicação prévia à CONTRATANTE de qualquer fato que possa impedir ou atrasar a entrega do objeto.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR TOTAL: R$ 399,00 (Trezentos e noventa e nove reais).

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (Doze) meses, contados da assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, observada a disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
07.002.10.301.0021.1060 - AMPLIAÇÃO, REFORMAS E MELHORIAS NAS UNIDADES DE SAÚDE
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Proveniente do Fundo Estadual de Saúde, conforme a Resolução SESA nº 860/2022. E- Protocolo 19.916.757-0: R$ 25.000,00 (Equipamentos de Saúde Bucal).

Altamira do Paraná/PR, 15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:5B399A6F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2026

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2026

OBJETO: Objeto da presente licitação é a aquisição de Pneus, câmara de ar a serem utilizados por toda frota de veículos, caminhões, ônibus e máquinas pesadas pertencentes ao município de Altamira do Paraná.

Com fundamento no artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021, a Prefeita Municipal resolve **HOMOLOGAR** O PREGÃO ELETRÔNICO 10/2026 para a contratação supramencionada, tendo como Contratada, **LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA, CNPJ: 02.678.428/0001-13.**

Encaminhe-se para publicação e demais providências legais.

Altamira do Paraná, 15 de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:0DA10630

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
LEI MUNICIPAL Nº. 854/2026

Súmula: Institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Altamira do Paraná - Paraná, para o desenvolvimento de ações de alfabetização e recomposição das aprendizagens, em consonância com as diretrizes nacionais e estaduais, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, aprovou, e Eu, Elza Aparecida da Silva, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei Municipal:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização do Município de Altamira do Paraná, destinada a assegurar o direito à alfabetização das crianças na idade certa, promover a recomposição das aprendizagens e elevar a qualidade da educação pública municipal.

Parágrafo único. A Política fundamenta-se nas diretrizes do Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, na Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que instituiu o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná, e na Resolução SEED nº 5.158, de 07 de agosto de 2023, que institui a estratégia Alfabetiza Juntos.

Art. 2° A Política Municipal de Alfabetização compreende ações articuladas voltadas à:

I – Educação Infantil, especialmente as turmas da Pré-Escola (Infantil IV e Infantil V);
II – Ensino Fundamental – Anos Iniciais;
III – Recomposição das aprendizagens dos estudantes que apresentem defasagens educacionais; e
IV – Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) – Fase I.
Parágrafo único - Constituem público prioritário da Política Municipal de Alfabetização as turmas da Pré-Escola (Infantil IV e Infantil V) e do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.

Art. 3° Para fins desta Lei, considera-se:

I – Alfabetização: desenvolvimento das habilidades de leitura, compreensão e produção autônoma da escrita em um sistema alfabético;
II – Analfabetismo absoluto: condição daquele que não sabe ler nem escrever;
III – Analfabetismo funcional: condição daquele que possui habilidades limitadas de leitura e de compreensão de texto;
IV – Consciência fonêmica: conhecimento consciente das menores unidades fonológicas da fala e a habilidade de manipulá-las intencionalmente;
V – Consciência fonológica: conhecimento consciente dos sons das palavras, dissociando-as do seu significado e segmentando as palavras nos sons que as constituem;
VI – Fluência em leitura oral: capacidade de ler com precisão, velocidade e prosódia;
VII – Literacia: conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a prática social da leitura, da escrita e da oralidade (letramento);
VIII – Literacia familiar: conjunto de práticas e experiências de letramento manifestadas no ambiente familiar;
IX – Literacia emergente: conjunto de práticas e experiências de letramento que se manifestam naturalmente antes da escolarização formal;
X – Numeracia: conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a matemática que trabalham, estimulam e estruturam o raciocínio lógico;
XI – Educação não formal: designação dos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem fora dos sistemas regulares de ensino; e
XII – Multiletramento: prática de leitura e produção de textos construídos a partir de diferentes linguagens (sonoras, visuais, escritas, corporais e digitais).

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 4° Constituem princípios da Política Municipal de Alfabetização:

I – garantia do direito à aprendizagem e à alfabetização na idade certa;
II – equidade educacional, com respeito às peculiaridades regionais e socioeconômicas;
III – inclusão e valorização da diversidade cultural, linguística e étnico-racial;
IV – valorização e formação continuada dos professores atuantes no ciclo de alfabetização;
V – gestão democrática e articulada no âmbito escolar;
VI – regime de colaboração entre os entes federativos;
VII – utilização de evidências e dados educacionais para a tomada de decisões;
VIII – transparência, monitoramento contínuo e avaliação dos resultados;
IX – valorização da avaliação como instrumento formativo e de acompanhamento das aprendizagens;
X – integração entre as práticas pedagógicas de literacia, numeracia e multiletramentos;
XI – aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática como instrumento de superação de vulnerabilidades sociais e condição para o exercício pleno da cidadania;
XII – reconhecimento da prática social como um dos agentes potencializadores do processo de alfabetização;
XIII – respeito à autonomia pedagógica das unidades escolares e dos profissionais da educação, em consonância com as diretrizes curriculares da rede municipal; e
XIV – ênfase no ensino de componentes essenciais para a alfabetização, incluindo consciência fonêmica e fonológica, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos, produção autônoma de texto, prática social da leitura e escrita e aquisição da estrutura ortográfica.

Art. 5° São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

I – garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II – elevar os índices de alfabetização e a qualidade da aprendizagem da rede municipal;
III – assegurar o desenvolvimento pleno das competências de leitura, escrita, oralidade, produção textual e raciocínio lógico-matemático;
IV – contribuir para o cumprimento das metas previstas no Plano Municipal de Educação;
V – fortalecer a transição e a articulação pedagógica entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
VI – implementar práticas e metodologias pedagógicas baseadas em evidências;
VII – reconhecer e disseminar práticas exitosas, pedagógicas e de gestão;
VIII – assegurar programas de formação continuada aos professores alfabetizadores e profissionais da educação;
IX – promover a participação ativa da família e da comunidade no processo educativo;
X – desenvolver estratégias permanentes de recomposição das aprendizagens para os estudantes em risco de defasagem;
XI – reduzir desigualdades educacionais e promover a equidade socioeconômica, regional, étnico-racial e de gênero;
XII – implementar ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos, no âmbito da Educação de Jovens e Adultos – EJA; e
XIII – elaborar anualmente o Plano de Ação de Alfabetização de Altamira do Paraná.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES E DO PLANO DE AÇÃO

Art. 6° Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:

I – priorização da alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II – incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia emergente na Educação Infantil;
III – integração de práticas motoras, musicalização, expressão dramática e artes ao desenvolvimento de habilidades fundamentais;
IV – fortalecimento das práticas de leitura, escrita, oralidade e compreensão leitora;
V – monitoramento contínuo e diagnóstico da defasagem escolar, utilizando dados do SAEB e avaliações escolares locais e estaduais;
VI – assistência técnico-pedagógica contínua para as equipes gestoras das escolas;
VII – fomento à participação ativa e corresponsável das famílias;
VIII – implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens; e
IX – articulação pedagógica com as escolas.

Art. 7° Para a efetivação da Política Municipal de Alfabetização, as escolas elaborarão, no início de cada ano letivo, Plano de Ação de Alfabetização, articulado aos seus instrumentos de planejamento pedagógico, como instrumento de planejamento e estratégia estruturante.

§ 1º O Plano de Ação contemplará ações voltadas à:

I – formação continuada de professores e gestores;
II – acompanhamento pedagógico sistemático;
III – avaliação, monitoramento e recomposição das aprendizagens; e
IV – apoio didático e metodológico aos professores.

§ 2º O Plano de Ação será elaborado com base na análise do cenário educacional do Município, considerando os resultados das avaliações educacionais e os indicadores de aprendizagem.

CAPÍTULO IV
PÚBLICO-ALVO E AGENTES ENVOLVIDOS

Art. 8° A Política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:

I – crianças matriculadas na Pré-Escola (Infantil IV e V);
II – alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental; e
III – estudantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA, Fase I.
Parágrafo único. São beneficiários prioritários os grupos a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo.

Art. 9° São agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização:

I – professores da Educação Infantil (Infantil IV e V);
II – professores atuantes nas turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
III – professores do Ensino Fundamental – Anos Iniciais do Município;
IV – gestores escolares; e
V – comunidade escolar.

CAPÍTULO V
DA IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 10 A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio de ações estruturadas de orientação curricular, formação continuada, avaliação diagnóstica e recomposição das aprendizagens.

Art. 11 Compete à Secretaria Municipal de Educação de Altamira do Paraná a coordenação estratégica das ações decorrentes desta Lei, incluindo o acompanhamento dos resultados de aprendizagem e a gestão dos indicadores educacionais.

Art. 12 As ações previstas nesta Lei serão executadas mediante recursos consignados nas leis orçamentárias do Município, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e a legislação aplicável, podendo ser complementadas por recursos estaduais e federais.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (15/10/2026).

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:0F7E3494

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 396/2026

SÚMULA: Concede férias à servidora do pública municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*
RESOLVE
***Art. 1º - CONCEDER** a partir do dia 14 (quatorze) de outubro de 2026**,** 10 (dez) dias de **FÉRIAS** à servidora **SONIA MARIA PEREIRA**, matrícula funcional nº **508176**, ocupante do cargo de Educador Infantil, exercendo a função de SUPERVISORA EDUCACIONAL, lotada na Sec. de Educação e Cultura**,** referente ao período aquisitivo de 04/11/2024 à 03/11/2025, conforme art. 71 da Lei 131/2005 (Estatuto dos Servidores do Magistério).*

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*

***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 14 (quatorze) dias do mês de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:5FE95D03

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 397/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares à servidora pública municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;*
CONSIDERANDO a previsão legal de fracionamento do período das férias.

RESOLVE
***Art. 1º -** CONCEDER a partir do dia 15 (quinze) de outubro de 2026, 10 (dez) dias de férias à servidora **TAINARA DO NASCIMENTO VIANA,** matrícula funcional nº **508955,** ocupante do cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA, lotada na CLÍNICA DE FISIOTERAPIA, referente ao período aquisitivo 03/02/2025 à 02/02/2026, nos termos da Lei nº 680/2022.*

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*

***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 15 (quinze) dia do mês de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:F9D8C155

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 124/2026 DE 14/09/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$30.000,00 (trinta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.003 DIVISAO DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO
03.003.23.695.0032.2.109 ATIVIDADES, INCENTIVOS E APOIO A INDUSTRIA COM. E SERVIÇOS
49 - 3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 1.000,00
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.004 DIVISAO DE EDUCACAO - ENSINO FUNDAMENTAL
05.004.12.361.0074.2.026 MANTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL
122 - 3.3.90.30.00.00 1103 MATERIAL DE CONSUMO 7.000,00
06 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
06.001 DEPARTAMENTO DE ESPORTE
06.001.27.812.0018.2.049 ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ESPORTE
163 - 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 1.500,00
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.302.0019.2.057 ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL
187 - 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 4.000,00
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
211 - 3.3.90.14.00.00 1303 DIÁRIAS - CIVIL 1.000,00
215 - 3.3.90.39.00.00 2495 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 12.500,00
08 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001 DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.001.08.244.0022.2.078 EXECUÇÃO DO PROGRAMA IGD
261 - 3.3.90.30.00.00 31940 MATERIAL DE CONSUMO 1.000,00
09 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E REC HIDRICOS
09.001 DIVISAO DE AGRICULTURA, ASSISTENCIA TÉCNICA E MEIO AMBIENTE
09.001.18.541.0083.2.226 PROGRAMA COLETA SELETIVA
307 - 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 2.000,00
Total Suplementação: 30.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Redução
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.003 DIVISAO DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO
03.003.23.695.0032.2.109 ATIVIDADES, INCENTIVOS E APOIO A INDUSTRIA COM. E SERVIÇOS

48 - 3.3.90.36.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 1.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
Redução
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
212 - 3.3.90.30.00.00 2495 MATERIAL DE CONSUMO 12.500,00
213 - 3.3.90.34.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO 15.500,00
1303
08 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001 DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.001.08.244.0022.2.078 EXECUÇÃO DO PROGRAMA IGD
264 - 4.4.90.52.00.00 31940 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.000,00
Total Redução: 30.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 14 de Setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:7F925762

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 125/2026 DE 14/09/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$2.000.000,00 (dois milhões de reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
10 SECRETARIA DE TRANSPORTE, VIAÇÃO E URBANISMO
10.001 DIVISAO DE OBRAS E URBANISMO
10.001.15.452.0026.2.085 ATIVIDADES OPERAC. DEPTO DE OBRAS E URBANISMO
348 - 4.4.90.51.00.00 892 OBRAS E INSTALAÇÕES 2.000.000,00
Total Suplementação: 2.000.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Receita
Receita: 2.4.2.2.54.0.1 Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de 2.000.000,00
Total da Receita: 2.000.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 14 de Setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:616658E7

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 126/2026 DE 14/09/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$11.000,00 (onze mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.001.04.122.0003.2.006 ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA
38 - 3.3.90.39.00.00 3000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 3.500,00
08 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001 DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.001.08.244.0022.2.070 ATIVIDADES OPERACIONAIS DA AÇÃO SOCIAL
248 - 3.3.90.39.00.00 3000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 5.500,00
10 SECRETARIA DE TRANSPORTE, VIAÇÃO E URBANISMO
10.002 DIVISAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
10.002.26.782.0026.2.086 ATIVIDADES OPERACIONAIS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
378 - 3.3.90.39.00.00 3000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 2.000,00
Total Suplementação: 11.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 14 de Setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:9079EB72

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 131/2026 DE 28/09/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Transposição e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Transposição, no Orçamento Geral do Município, no valor de

R$255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes DotaçõesOrçamentárias.

Suplementação
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.001 DIVISAO DE EDUCACAO - FUNDEB
05.001.12.361.0072.2.022 GESTÃO DO QUADRO DE APOIO DO FUNDEB
70 - 3.1.90.11.00.00 1104 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 11.000,00
05.002 DIVISAO DE EDUCACAO - INFANTIL
05.002.12.365.0033.2.230 PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO - EDUCAÇÃO
92 - 3.3.90.39.00.00 1104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 15.000,00
05.004 DIVISAO DE EDUCACAO - ENSINO FUNDAMENTAL
05.004.12.361.0009.2.025 ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
109 - 3.1.90.13.00.00 1103 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 7.000,00
111 - 3.1.91.13.00.00 1103 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 5.000,00
117 - 3.3.90.39.00.00 1104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 1.000,00
118 - 3.3.90.46.01.00 1000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 34.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.302.0019.2.057 ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL
189 - 3.3.90.39.00.00 1303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 91.000,00
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
205 - 3.1.90.11.00.00 494 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 53.000,00
07.002.10.301.0021.2.059 EXECUÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL
228 - 3.3.90.34.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO 6.000,00
494
08 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001 DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.001.08.244.0022.2.071 AÇÕES DE PROMOÇÃO SOCIAL E PROTEÇÃO A FAMÍLIA
250 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 7.000,00
252 - 3.1.91.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.000,00
10 SECRETARIA DE TRANSPORTE, VIAÇÃO E URBANISMO
10.002 DIVISAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
10.002.26.782.0026.2.086 ATIVIDADES OPERACIONAIS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
372 - 3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 7.000,00
375 - 3.3.90.30.00.00 1504 MATERIAL DE CONSUMO 3.000,00
379 - 3.3.90.46.01.00 1000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 12.000,00
Total Suplementação: 255.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Redução
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.001 DIVISAO DE EDUCACAO - FUNDEB
Redução
05.001.12.361.0072.2.022 GESTÃO DO QUADRO DE APOIO DO FUNDEB
70 - 3.1.90.11.00.00 1103 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 7.000,00
72 - 3.1.91.13.00.00 1103 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 5.000,00
05.002 DIVISAO DE EDUCACAO - INFANTIL
05.002.12.365.0012.2.034 GESTÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
75 - 3.1.90.11.00.00 1103 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 34.000,00
05.004 DIVISAO DE EDUCACAO - ENSINO FUNDAMENTAL
05.004.12.361.0009.2.025 ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
108 - 3.1.90.11.00.00 1104 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 11.000,00
05.004.12.361.0074.2.026 MANTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL
123 - 3.3.90.33.00.00 1103 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 16.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
213 - 3.3.90.34.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO 91.000,00
1303
07.002.10.301.0021.2.058 APOIO ÁS INSTITUIÇÕES E FUNDAÇÕES DE SAÚDE- CISCONCAM
224 - 3.3.72.39.00.00 494 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 59.000,00
08 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.002 FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
08.002.08.243.0023.2.074 ATIVIDADES OPERAC. DO FDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
278 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 10.000,00
10 SECRETARIA DE TRANSPORTE, VIAÇÃO E URBANISMO
10.001 DIVISAO DE OBRAS E URBANISMO
10.001.15.452.0026.2.085 ATIVIDADES OPERAC. DEPTO DE OBRAS E URBANISMO
344 - 3.3.90.30.00.00 1504 MATERIAL DE CONSUMO 3.000,00
347 - 3.3.90.46.01.00 1000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 19.000,00
Total Redução: 255.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 28 de Setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:D2043FEA

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 132/2026 DE 28/09/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Remanejamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Remanejamento, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$482.500,00 (quatrocentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
02 GOVERNO MUNICIPAL
02.001 GABINETE DO PREFEITO
02.001.04.122.0069.2.003 COORDENAÇÃO, ASSESSORIA JURIDICA E COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA

16 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 30.000,00
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.001.04.122.0003.2.006 ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA
28 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 145.000,00
29 - 3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 5.000,00
30 - 3.1.90.94.00.00 1000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 4.000,00
31 - 3.1.91.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 10.000,00
40 - 3.3.90.46.01.00 1000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 2.000,00
04 SECRETARIA DE FINANÇAS
04.001 DIVISAO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE
04.001.04.123.0005.2.015 ATIVIDADES OPERAC. DEPTO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE
52 - 3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.000,00
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.004 DIVISAO DE EDUCACAO - ENSINO FUNDAMENTAL
05.004.12.361.0009.2.025 ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
108 - 3.1.90.11.00.00 1103 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 75.000,00
06 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
06.001 DEPARTAMENTO DE ESPORTE
06.001.27.812.0018.2.049 ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ESPORTE
165 - 3.3.90.36.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 500,00
166 - 3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 2.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.302.0019.2.057 ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL
181 - 3.1.90.11.00.00 1303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 99.000,00
184 - 3.1.91.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 500,00
189 - 3.3.90.39.00.00 1504 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 23.000,00
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
211 - 3.3.90.14.00.00 2495 DIÁRIAS - CIVIL 500,00
08 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001 DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.001.08.244.0022.2.070 ATIVIDADES OPERACIONAIS DA AÇÃO SOCIAL
242 - 3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.000,00
Suplementação
249 - 3.3.90.46.01.00 1000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 3.000,00
08.001.08.244.0022.2.222 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA PARA PESSOAS IDOSAS E COM DEFICIENCIA
267 - 3.1.91.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 500,00
08.003 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
08.003.08.244.0053.2.082 EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE BENEFICIOS EVENTUAIS
302 - 3.3.90.32.00.00 856 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 2.500,00
10 SECRETARIA DE TRANSPORTE, VIAÇÃO E URBANISMO
10.002 DIVISAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
10.002.26.782.0026.2.086 ATIVIDADES OPERACIONAIS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
371 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 72.000,00
373 - 3.1.91.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 4.000,00
Total Suplementação: 482.500,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução
02 GOVERNO MUNICIPAL
02.001 GABINETE DO PREFEITO
02.001.04.122.0035.2.002 MANUTENÇÃO ATIVIDADES OPERACIONAIS DO GABINETE DO PREFEITO
1 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 10.000,00
2 - 3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 12.000,00
02.001.04.122.0068.2.112 MANUTENÇAO DO CONTROLE INTERNO
10 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 15.000,00
04 SECRETARIA DE FINANÇAS
04.001 DIVISAO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE
04.001.04.123.0005.2.015 ATIVIDADES OPERAC. DEPTO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE
53 - 3.1.91.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.000,00
04.001.04.123.0005.2.017 ATIVIDADES OPERAC. DEPTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
61 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 37.000,00
62 - 3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 7.000,00
63 - 3.1.91.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 6.000,00
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.001 DIVISAO DE EDUCACAO - FUNDEB
05.001.12.361.0008.2.021 GESTÃO DO QUADRO PERMANENTE DO MAGISTERIO
68 - 3.1.91.13.00.00 1103 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 20.000,00
05.002 DIVISAO DE EDUCACAO - INFANTIL
05.002.12.365.0012.2.034 GESTÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
76 - 3.1.90.13.00.00 1103 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 25.000,00
78 - 3.1.91.13.00.00 1103 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 100.000,00
86 - 3.3.90.46.01.00 1000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 6.000,00
05.006 DEPARTAMENTO DE CULTURA
05.006.13.392.0017.2.046 ATIVIDADES OPERACIONAIS DA DIVISÃO DA CULTURA
137 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 18.000,00
145 - 3.3.90.46.01.00 1000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 6.000,00
06 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
06.001 DEPARTAMENTO DE ESPORTE
Redução
06.001.27.812.0018.2.049 ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ESPORTE
161 - 3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.000,00
162 - 3.1.91.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.000,00
167 - 3.3.90.46.01.00 1000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 5.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.301.0033.2.229 PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO - SAÚDE
177 - 3.1.91.13.00.00 1303 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 20.000,00
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
212 - 3.3.90.30.00.00 2495 MATERIAL DE CONSUMO 500,00
07.002.10.301.0021.2.059 EXECUÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL
226 - 3.1.91.13.00.00 1303 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 5.000,00
230 - 3.3.90.46.01.00 1000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 9.000,00
08 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001 DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.001.08.244.0022.2.071 AÇÕES DE PROMOÇÃO SOCIAL E PROTEÇÃO A FAMÍLIA
251 - 3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 6.000,00
255 - 3.3.90.36.00.00 856 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 2.500,00
08.002 FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
08.002.08.243.0023.2.074 ATIVIDADES OPERAC. DO FDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
278 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 10.000,00

279 - 3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 17.000,00
280 - 3.1.91.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 5.000,00
08.002.08.243.0023.2.224 EXECUÇÃO DO PROGRAMA SERVIÇOS DE CONV. E FORT. DE VINCULOS
284 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 8.000,00
285 - 3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 6.000,00
09 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E REC HIDRICOS
09.001 DIVISAO DE AGRICULTURA, ASSISTENCIA TÉCNICA E MEIO AMBIENTE
09.001.20.606.0030.2.104 ATIVIDADES OPERACIONAIS DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
312 - 3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 4.000,00
313 - 3.1.91.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 14.000,00
318 - 3.3.90.46.01.00 1000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 10.000,00
10 SECRETARIA DE TRANSPORTE, VIAÇÃO E URBANISMO
10.001 DIVISAO DE OBRAS E URBANISMO
10.001.15.452.0026.2.085 ATIVIDADES OPERAC. DEPTO DE OBRAS E URBANISMO
341 - 3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 14.000,00
344 - 3.3.90.30.00.00 1504 MATERIAL DE CONSUMO 23.000,00
347 - 3.3.90.46.01.00 1000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 1.000,00
13 SECRETARIA DA MULHER
13.001 SECRETARIA DA MULHER
13.001.14.244.0007.2.000 ATIVIDADES OPERACIONAIS DA SECRETARIA DA MULHER
380 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 11.000,00
381 - 3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 7.000,00
386 - 3.3.90.46.01.00 1000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 9.000,00
Redução
14 SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
14.001 DIVISÃO DE PESSOAL
14.001.04.122.0003.2.007 MANUTENÇÃO ATIVIDADES OPERACIONAIS DO DEPARTAMENTO
PESSOAL
395 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 23.000,00
99 ENCARGOS GERAIS
99.999 ENCARGOS GERAIS
99.999.99.9 Reserva de Contigência
404 - 9.9.99.99.00.00 9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA 2.500,00
Total Redução: 482.500,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 28 de Setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:D9CB3EA6

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 133/2026 DE 28/09/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$27.000,00 (vinte e sete mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.001.04.122.0003.2.006 ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA
38 - 3.3.90.39.00.00 3000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 11.000,00
08 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.002 FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
08.002.08.243.0023.2.224 EXECUÇÃO DO PROGRAMA SERVIÇOS DE CONV. E FORT. DE VINCULOS
290 - 3.3.90.36.00.00 2882 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 3.000,00
08.002.08.243.0033.2.231 PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO - Assistencia Social
293 - 3.3.90.39.00.00 2882 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 4.000,00
09 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E REC HIDRICOS
09.001 DIVISAO DE AGRICULTURA, ASSISTENCIA TÉCNICA E MEIO AMBIENTE
09.001.18.541.0083.2.228 Executar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Residuos Sólidos
310 - 3.3.90.39.00.00 3000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 6.000,00
09.001.20.606.0030.2.104 ATIVIDADES OPERACIONAIS DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
317 - 3.3.90.39.00.00 3000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 3.000,00
Total Suplementação: 27.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 28 de Setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:C5AA37EE

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 134/2026 DE 28/09/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.001 DIVISAO DE EDUCACAO - FUNDEB
05.001.12.361.0008.2.021 GESTÃO DO QUADRO PERMANENTE DO MAGISTERIO

68 - 3.1.91.13.00.00 1101 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 18.000,00
05.002 DIVISAO DE EDUCACAO - INFANTIL
05.002.12.365.0012.2.034 GESTÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
76 - 3.1.90.13.00.00 1101 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.000,00
78 - 3.1.91.13.00.00 1101 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 10.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
215 - 3.3.90.39.00.00 908 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 16.500,00
Total Suplementação: 45.500,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Receita
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.19 INCREMENTO TEMPORÁRIO DO PAB - Fonte: 908 16.500,00
Receita: 1.7.5.1.50.0.1 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento 29.000,00
Total da Receita: 45.500,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 28 de Setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:31BD027E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CONTABILIDADE MUNICIPAL
RETIFICAÇÃO

***EXTRATO DO CONTRATO* nº 02/2026 ID: 002**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2026

DAS PARTES:
Contratante: PREVIDÊNCIA SOCIAL SERVIDORES PÚBLICOS MUNICÍPIO DE AMAPORÃ, Pessoa Jurídica de Direito Público, Inscrito no CNPJ sob nº 00.073.108/0001-04.
Contratado: PUBLIPREV – CONSULTORIA PREVIDENCIÁRIA SS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.792.568/0001-31.

DO OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CONTINUADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS DO AMAPORÃPREV, VISANDO AO APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO NA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA, MEDIANTE ATENDIMENTO PRESENCIAL, ATENDIMENTO REMOTO CONTÍNUO E VISITA TÉCNICA PRESENCIAL SEMPRE QUE SOLICITADO PELO DIRETOR PRESIDENTE.

DO VALOR:
O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), totalizando R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) para 12 (doze) meses.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
O pagamento do serviço é proveniente de recursos do Tesouro (Descentralizados) do exercício de 2024, através da dotação 10.001.04.122.0001.2.166.3.3.90.30.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – PJ – Fonte 100.
E dotações que vierem a substituir no exercício subsequente.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada e comprovada a regularidade da CONTRATADA.

DA VALIDADE:
O prazo de vigência deste instrumento será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado com fulcro na Lei n° 14.133/21.

Amaporã/PR, 02 de outubro de 2026.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO
Diretor Presidente do Fundo Previdenciário de Amaporã

Publicado por:
Florença Thais Castro Borges
Código Identificador:8AA66526

LICITAÇÃO
EXTRATO DO AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 095/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026

EXTRATO DO AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 095/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026

Maior preço por item

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E PARCELADAS AQUISIÇÕES de FÓRMULAS ALIMENTARES INFANTIS, COMPLEMENTOS LÁCTEOS EM PÓ E ALIMENTOS INFANTIS À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Saúde e Educação do Município de Amaporã/PR.

Valor Máximo de **R$ 151.401,28 (cento e cinquenta e um mil e quatrocentos e um reais e vinte e oito centavos.**

Data da sessão: 03/11/2026
Horário: 09h00min (**Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF**).
Data e horário limite para encaminhar as propostas: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as **08h59min** do dia **03/11/2026.**
Local de Realização do Pregão: (https://comprasbr.com.br/)

Amaporã/PR, 15 de outubro de 2026.

ROSÂNGELA ALEXANDRE DE ANDRADE
Pregoeira

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:4E3674CB

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 08/2026

SÚMULA: Aprova o Edital de Prorrogação nº 02/2026, referente ao Processo de Escolha

Suplementar dos membros do Conselho Tutelar de Amaporã/PR, e o novo cronograma do Edital CMDCA nº 01/2026.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE AMAPORÃ/PR, por meio de sua Presidente, SIRLEI MARIA FARIAS DA SILVA MARQUES, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 276, de 23 de junho de 2009, e suas alterações;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;

CONSIDERANDO o Edital CMDCA nº 01/2026, que regulamenta o Processo de Escolha Suplementar destinado ao preenchimento de uma vaga de membro titular e cinco vagas de suplentes do Conselho Tutelar do Município de Amaporã/PR;

CONSIDERANDO que o prazo inicial de inscrições, compreendido entre 24 de setembro e 14 de outubro de 2026, encerrou-se sem o registro de candidatos inscritos;

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogar o prazo de inscrições, visando ampliar a divulgação do processo e oportunizar a participação de interessados que preencham os requisitos estabelecidos no edital;

CONSIDERANDO a necessidade de readequação das datas das etapas subsequentes do Processo de Escolha Suplementar, de modo a viabilizar a realização dos procedimentos necessários;

CONSIDERANDO a deliberação e aprovação do colegiado do CMDCA, conforme registro em ata;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Edital de Prorrogação nº 02/2026, que prorroga por mais 15 (quinze) dias corridos o prazo de inscrições do Processo de Escolha Suplementar dos membros do Conselho Tutelar de Amaporã/PR, em razão da inexistência de candidatos inscritos no período inicialmente estabelecido.

Art. 2º Aprovar o novo cronograma do Processo de Escolha Suplementar, vinculado ao Edital CMDCA nº 01/2026, constante do Anexo I do Edital de Prorrogação nº 02/2026, com a readequação das datas das etapas subsequentes, com votação proposta para 8 de dezembro de 2026.

Art. 3º Permanecem inalterados os requisitos para candidatura, a documentação exigida e as demais disposições do Edital CMDCA nº 01/2026 que não tenham sido expressamente modificadas pelo Edital de Prorrogação nº 02/2026.

Art. 4º Determinar a publicação e ampla divulgação do Edital de Prorrogação nº 02/2026 e do novo cronograma, pelos meios oficiais disponíveis, garantindo publicidade e transparência ao processo.

Art. 5º Encaminhar cópia desta Resolução e do Edital de Prorrogação nº 02/2026, acompanhado do cronograma atualizado, ao Ministério Público com atribuição perante a Justiça da Infância e da Juventude da Comarca, para conhecimento e acompanhamento.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Amaporã/PR, 15 de outubro de 2026.

SIRLEI MARIA FARIAS DA SILVA MARQUES
Presidente do CMDCA

EDITAL DE PRORROGAÇÃO Nº 02/2026

EMENTA: Prorroga o prazo de inscrições do Edital CMDCA nº 01/2026, referente ao Processo de Escolha Suplementar dos membros do Conselho Tutelar de Amaporã/PR, e divulga o cronograma atualizado.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE AMAPORÃ/PR – CMDCA, SIRLEI MARIA FARIAS DA SILVA MARQUES, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 276, de 23 de junho de 2009, e suas alterações, torna pública a prorrogação do prazo de inscrições do Processo de Escolha Suplementar dos membros do Conselho Tutelar, regulamentado pelo Edital CMDCA nº 01/2026, nos termos a seguir:

CONSIDERANDO que o período inicial de inscrições, de 24 de setembro a 14 de outubro de 2026, encerrou-se sem o registro de candidatos inscritos;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a divulgação do processo e oportunizar a participação de interessados que preencham os requisitos previstos no edital;

CONSIDERANDO a aprovação da prorrogação e do cronograma atualizado pelo colegiado do CMDCA, por meio da Resolução CMDCA nº 08/2026;

TORNA PÚBLICO:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 15 (quinze) dias corridos o prazo para realização das inscrições e entrega da documentação referente ao Processo de Escolha Suplementar, em razão da inexistência de candidatos inscritos no período inicialmente estabelecido.

Art. 2º As inscrições serão recebidas no período de 16 a 30 de outubro de 2026, pessoalmente na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua XV de Novembro, nº 40, Amaporã/PR, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira.

Art. 3º Permanecem vigentes os requisitos para candidatura, a documentação exigida e as demais disposições do Edital CMDCA nº 01/2026 que não conflitarem com este Edital de Prorrogação.

Art. 4º Fica atualizado o cronograma das etapas subsequentes do processo de escolha, conforme o Anexo I deste Edital, inclusive a data da votação, reprogramada para 8 de dezembro de 2026, das 18h às 21h, na Escola Municipal Cecília Meireles, situada na Rua Minas Gerais, nº 23, Centro, Amaporã/PR, observadas as providências administrativas e a legislação aplicável.

Art. 5º O CMDCA dará ampla publicidade a este Edital e ao cronograma atualizado, encaminhando cópia ao Ministério Público para conhecimento e acompanhamento.

Art. 6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Divulgue-se. Encaminhe-se cópia ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e à Câmara Municipal, para conhecimento.

Amaporã/PR, 15 de outubro de 2026.

SIRLEI MARIA FARIAS DA SILVA MARQUES
Presidente do CMDCA

ANEXO I
CALENDÁRIO ATUALIZADO DO EDITAL CMDCA Nº 01/2026

DATA	EVENTO
24/09/2026	Publicação do Edital nº 01/2026
16/10/2026	Publicação do Edital de Prorrogação nº02/2026
16 a 30/10/2026	Prorrogação das inscrições e entrega da documentação na Secretaria Municipal de Assistência Social, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira.
03/11/2026	Análise dos requerimentos de inscrição e da documentação
04/11/2026	Publicação da lista dos candidatos inscritos e abertura do prazo para impugnação
04 a 09/11/2026	Prazo de 5 (cinco) dias para impugnação das candidaturas
10/11/2026	Notificação dos candidatos impugnados

10 a 16/11/2026	Prazo de 5 (cinco) dias para defesa dos candidatos impugnados
17/11/2026	Análise das impugnações e das defesas pela Comissão Especial
18/11/2026	Publicação da relação dos candidatos deferidos e indeferidos e abertura do prazo para recurso
18/11 a 23/11/2026	Prazo de 5 (cinco) dias para recurso à Plenária do CMDCA
24/11/2026	Julgamento dos recursos pela Plenária do CMDCA
25/11/2026	Publicação da lista definitiva dos candidatos habilitados e encaminhamento de cópia ao Ministério Público
26/11/2026	Reunião com os candidatos habilitados para orientação sobre as regras da campanha
27 a 07/12/2026	Período de campanha eleitoral
07/12/2026	Divulgação dos locais de votação
08/12/2026	ELEIÇÃO – das 18h às 21h
08/12/2026	Apuração e divulgação do resultado da votação
10/12/2026	Publicação oficial do resultado
10 a 14/12/2026	Eventuais impugnações/recursos relativos ao resultado da escolha
15 e 16/12/2026	Julgamento das impugnações/recursos
17/12/2026	Homologação, diplomação e posse

Publicado por:
Naira Lígia Lopes Ferreira do Vale
Código Identificador:3F950D67

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 087/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2026

Aos 09 (nove) dias do mês de outubro do ano 2026, o MUNICÍPIO DE ANAHY, com sede na Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, 591, Centro, na cidade de Anahy, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito Arilson Batista de Souza, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto do a instituição do Sistema de Registro de Preços, destinado à eventual aquisição de equipamentos hospitalares e materiais permanentes, abrangendo mobiliário clínico, aparelhos de suporte, dispositivos de tecnologia assistiva à mobilidade e acessórios correlatos, com a finalidade de estruturar e modernizar a Unidade Básica de Saúde (UBS) do Município de Anahy, no Estado do Paraná.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

2.1.Fornecedor Registrado: A empresa **CICAVEL CIRURGICA CASCAVEL EIRELI, CNPJ nº 76.345.370/0001-22,** com sede na Rua Da Lapa, 2674, Bairro Parque São Paulo, Cidade De Cascavel, Estado Do Paraná,CEP: 85802-062, representada por seu Proprietário o Sr. Adiles Breda, Portador do RG sob nº 12R3XXX62 Órgão emissor SSP/SC CPF/MF n. º 842.XXX.XXX-20, E-mail: cicavelcascavel@hotmail.com, Whatsapp 45) 99966-0087 ou 99971-0596.

Item	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
1, 2 e 10	CICAVEL CIRURGICA CASCAVEL LTDA CNPJ: 76.345.370/0001-22	R$ 117.359,98 (cento e dezessete mil e trezentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos).
VALOR TOTAL		**R$ 117.359,98 (cento e dezessete mil e trezentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos).**

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, e caso as assinaturas sejam realizadas de forma eletrônica, os efeitos da Ata serão produzidos a partir da data da última assinatura.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:FE5D43A5

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E CREDENCIAMENTO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 030/2026 | PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 089/2026 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026

O Prefeito Municipal de Anahy/PR, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as disposições do art. 71 c/c art. 74, IV e art. 79, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando a decisão de habilitação exarada pela Comissão de Contratação/Agente de Contratação.

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e reparação elétrica e eletrônica veicular, executados sob demanda, para atender à frota de veículos leves e pesados da Administração Direta do Município de Anahy/PR, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus Anexos.

RESOLVE:

HOMOLOGAR o procedimento administrativo de Credenciamento referente à Inexigibilidade de Licitação nº 030/2026.

DEFERIR O CREDENCIAMENTO da empresa abaixo qualificada, por haver atendido integralmente aos requisitos de habilitação e qualificação exigidos no Edital de Chamamento Público nº 002/2026:

CREDENCIADA: 18.593.176 ANDRESSA GOMES MOREIRA MUCELINI, CNPJ nº 18.593.176/0001-60

Item	Descrição Resumida do Serviço	Unid.	Quantitativo Estimado (12 Meses)	Valor Fixo da Hora de Serviço (R$)	Valor Total Estimado (R$)
1	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores **pesados**.	Horas	300	R$ 211,29	R$ 63.387,00
2	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores **leves**.	Horas	300	R$ 179,48	R$ 53.844,00

Anahy, 15 de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:546F80D2

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.625/2026.

Dá provimento a servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e com base na Lei Municipal nº 337/2005 e Lei nº 338/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Prover na função de Contador, a partir de 15 de outubro de 2026, Ana Paula Batista de Souza, portadora do RG. 9.767.276-8/PR, matrícula funcional nº 7595-1, lotada no Departamento de Finanças, convocada pelo Edital 003/2026, de 13 de outubro de 2026, em caráter originário do Concurso Público nº 01/2022, de 21 de outubro de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 15 dias do mês de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:BA13FD00

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.383/2026 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 134.943,56 (cento e trinta e quatro mil novecentos e quarenta e três reais e cinqüenta e seis centavos), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.002.00.000.0000.0.000.		ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE	
02.002.28.846.0000.0.001.		Promover o Pagamento de Precatórios Judiciais	
25 - 3.3.90.91.00.00	1000	SENTENÇAS JUDICIAIS	115.293,56
08.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.001.04.122.0021.2.060.		Manter o Gabinete da Secretaria de Viação e Serviços Públicos	
635 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	19.650,00
		Total Suplementação:	**134.943,56**

Artigo 2º - Os recursos para a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata este decreto serão resultantes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.002.00.000.0000.0.000.		ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE	
02.002.28.846.0000.0.001.		Promover o Pagamento de Precatórios Judiciais	
24 - 3.1.90.91.00.00	1000	SENTENÇAS JUDICIAIS	115.293,56
08.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.001.04.122.0021.2.060.		Manter o Gabinete da Secretaria de Viação e Serviços Públicos	
643 - 3.3.90.46.00.00	1000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	19.350,00
645 - 3.3.90.96.00.00	1000	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	300,00
		Total Redução:	**134.943,56**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:E249BE54

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.384/2026 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 60.445,23 (sessenta mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte e três centavos), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0002.2.007.		Manter a Cantina	
1386 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0012.2.038.		Manter os Serviços de Transporte da Saúde	
1471 - 3.3.90.33.00.00	3303	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, TURISMO E INOVAÇÃO	
07.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE FOMENTO TURISTICO	
07.002.04.122.0002.2.055.		Manter e Promover o Turismo e Eventos Municipais	
1469 - 3.3.90.39.00.00	3013	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.413,30
08.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.001.04.122.0021.2.060.		Manter o Gabinete da Secretaria de Viação e Serviços Públicos	
1473 - 3.3.90.14.00.00	3000	DIÁRIAS - CIVIL	1.320,00
08.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.15.452.0021.2.062.		Manter e Conservar Vias e Logradouros Públicos	
1418 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	11.300,00
08.003.15.452.0021.2.064.		Manter o Programa Bombeiro Comunitário	
1472 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	6.540,00
08.003.15.452.0021.2.073.		Manter Parques, Praças e Jardins	
1436 - 3.3.90.37.00.00	3000	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	8.117,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
10.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.003.08.241.0023.2.079.		Manter o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - CCI	
1261 - 3.3.90.30.00.00	3960	MATERIAL DE CONSUMO	4.750,27
10.004.00.000.0000.0.000.		FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA	
10.004.08.243.0023.6.006.		Manter o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Projeto Esperança	
1279 - 3.3.90.30.00.00	3981	MATERIAL DE CONSUMO	1.004,66
13.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
13.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
13.002.04.122.0002.2.186.		Manter e Proteger Animais	
1470 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
		Total Suplementação:	**60.445,23**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:B38E1BCC

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 025/2026 PSS - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL I, EDUCADOR INFANTIL, PEDAGOGO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ARTE E PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.

A Prefeita Municipal de Andirá, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o resultado final do Processo Seletivo Simplificado de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL I, EDUCADOR INFANTIL, PEDAGOGO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ARTE E PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, objeto do Edital nº 004/2026, homologado em 23 de Abril de 2026, CONVOCA para contratação, os candidatos abaixo relacionados, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal de Andirá – Pr., no Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, n. 190 – Jardim Vésper – Andirá-Pr, e se apresentar até a data de 20 de outubro de 2026, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00.

Candidato convocado:

CARGO: Professor de Ensino Fundamental/Educação infantil - PSS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
40º	JHENIFFER DA SILVA CORREIA

O candidato classificado convocado, deverá se apresentar no Departamento de Recursos Humanos no prazo fixado de **2 dois dias úteis**, onde será entregue a lista de documentos necessários para admissão e, aberto novo prazo de **3 dias úteis** para entrega de documentos e procedimentos administrativos, o candidato convocado que não se apresentar nos prazos indicados será encaminhado para o final de lista, sendo convocado o candidato classificado em ordem subsequente, de acordo com o Edital nº 004/2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Andirá, 15 de outubro de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Gustavo Taconi
Código Identificador:4BA30E68

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.383 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art.1º. Nomear os membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – CMPDEC, do Munícipio de Andirá, Estado do Paraná, conforme segue:

COORDENADOR MUNICIPAL
GUSTAVO TACONI CPF: ***.129.129-1*
SECRETÁRIO
EDEVALDO BARBOSA CPF: ***.631.129-2*
DIRETOR OPERACIONAL
ALEXANDRE MENDES PEREIRA CPF: ***.174.769-0*

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:9D526CD8

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.384 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 106, da Lei Municipal nº. 1.170 de 26 de outubro de 1993;

CONSIDERANDO o atestado médico emitido pelo **Dr.Paulo G. Nascimento Prompto**, na data de 05 de outubro de 2026, à Servidora Pública Municipal **ANGELICA PONTARA MARQUES**,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder**,** a partir do dia 04 de outubro de 2026, por um período de 30 dias, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, à Servidora Pública Municipal, **ANGELICA PONTARA MARQUES** ocupante do cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de outubro de 2026.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:8F71AFD4

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.385 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, a Servidora Pública Municipal **IRENE DE FÁTIMA REZENDE** do cargo em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE,** a partir do dia 14 de outubro de 2026**.**

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir do dia 14 de outubro de 2026.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APª SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:733FC2FC

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.386 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, a Servidora Pública Municipal **CLAUDETE APARECIDA DA SILVA** do cargo em comissão de **CHEFE DIVISÃO CENTRO CONVIVÊNCIA IDOSO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE,** a partir do dia 14 de outubro de 2026**.**

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir do dia 14 de outubro de 2026.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APª SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:CD071CFC

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.387 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Senhora **IRENE DE FÁTIMA REZENDE** para exercer o cargo em comissão de **CHEFE DIVISÃO CENTRO CONVIVÊNCIA IDOSO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE,** a partir do dia 14 de outubro de 2026**.**

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir do dia 14 de outubro de 2026.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APª SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:159224C6

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE EXTINÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, resolve:

TORNAR PÚBLICO:

TERMO DE EXTINÇÃO da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2026 - LOTE 09 *"COPO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ, CAPACIDADE DE 50 ML, CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO (PP), CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL"* **– PREGÃO ELETRÔNICO N° 010/2026,** a partir do dia **15/10/2026**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL EM DIVERSAS APRESENTAÇÕES, GÁS GLP, BOTIJÕES E GARRAFÕES ENVASADOS (COTA), COPOS DESCARTÁVEIS, REGULADORES DE GÁS, DISPENSERS E LIXEIRAS COLETORAS PARA COPOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DA FUNPESPA**, entre o **MUNICÍPIO DE ANDIRÁ/PR** e a empresa **NIKKEY COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob nº. 62.390.734/0001-81.**

Com fundamento no art. 138, II da Lei 14.133/2021, extinção do contrato consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

Andirá, 15.10.2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

TAYNARA ELLEN ROMERO BATISTELA
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:E2D9624D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO, COMPATIBILIZAÇÃO TÉCNICA E EXECUÇÃO INTEGRAL DA OBRA DE REFORMA DO CENTRO DE EVENTOS COMENDADOR GUIDO VELTRINI, LOCALIZADO NA AVENIDA AILSON RAMOS DOS SANTOS, NO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ/PR, CONTEMPLANDO PAVIMENTAÇÃO INTERTRAVADA EM BLOCOS DE CONCRETO, RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ, EXECUÇÃO DE GUIAS E MEIOS-FIOS, INFRAESTRUTURA SUBTERRÂNEA PARA FUTURA PASSAGEM DE CABOS DE ENERGIA E DADOS, CAIXAS DE PASSAGEM, DRENAGEM, ACESSIBILIDADE, SINALIZAÇÃO, LEVANTAMENTOS, ENSAIOS, CONTROLES TECNOLÓGICOS, MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À ENTREGA COMPLETA DO EMPREENDIMENTO, ATENDENDO À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO E À SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO.
DISPONIBILIDADE DO EDITAL: a partir do dia 19/10/2026.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08h:59 min do dia 29/01/2027.
INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: às 09h:00min do dia 29/01/2027.
LOCAL: BNC (Bolsa Nacional de Compras) - www.bnc.org.br.
EDITAL: sítio da PMA: https://andira.pr.gov.br/licitacoes ou Portal da Transparência: https://servicos.andira.pr.gov.br:9095/portaltransparencia/1/licitacoes.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 0800 115 1500 (Ramal 226) ou licitacao@andira.pr.gov.br.

Andirá, 15 de outubro de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:D933BE98

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SESSÃO - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – PREGÃO ELETRONICO Nº 098/2024

A Prefeitura Municipal de Andirá, através da Pregoeira, Sra Cyndi Thayná Subirá Antunes, convoca os licitantes classificados na etapa de lances para participarem da sessão de reequilíbrio econômico referente ao item nº 59 a fim de se verificar se alguma empresa participante consegue fazer uma oferta melhor do que a oferecida no pedido de reequilíbrio apresentado pelo atual fornecedor.

As empresas participantes classificadas poderão encaminhar uma proposta para o e-mail licitacao.pmandira@gmail.com ou comparecer na sessão eletrônica para dar lances através do link de chamada (meet.google.com/kxc-basd-mmh).

Às Empresas:

- CRISTIANE DE MELLO TARDELI ME
- RPG - COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA

INÍCIO DA SESSÃO: às 09h:00min do dia 19/10/2026.
LOCAL: Via Google Meet, através do link: (meet.google.com/kxc-basd-mmh)

Andirá, 15 de outubro de 2026.

CYNDI THAYNÁ SUBIRÁ ANTUNES
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:357BF087

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2026

PROCESSO LICITAÇÃO Nº **159/2026**
Pregão Nº **14/2026**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO E LOCAÇÃO DE BOMBA PARA LANÇAMENTO DE CONCRETO.

EMPRESA VENCEDORA:
GRUPO LONDRIBAZA CONCRETO E ARGAMASSA LTDA-CNPJ:36.979.923/0007-70.

VIGÊNCIA: 15/10/2026 a 14/10/2027.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

RONIVALDO VISOTO
Pregoeiro

WILSON BAZA
Representante Legal

OBS: A RELAÇÃO DE ITENS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO E ATA DE REGISTRO ESTARÁ DISPONIVEL NO SITE OFICIAL DO SAMAE.
https://samaeandira.com.br/licitacoes

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:CC840A40

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA N° 1.574 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA, Diretor Presidente, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDO a Portaria Nº 324 de 11 de abril de 2019 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	**EDSON LUIZ DE SOUZA**		
Fiscal Substituto:	**REGINALDO LUIZ DOS SANTOS**		
Gestor Titular:	**WAGNER MARTINS DE ALMEIDA**		
Gestor Substituto:	**FELIPE DE SOUZA FERNANDES**		
ATA Nº:	**025-2026**	**Vigência:**	**15/10/2026 A 14/10/2027**
ID DA ATA:	**064-2026**		
Modalidade:	**PREGÃO ELETRÔNICO**		
Nº Licitação:	**14/2026**		
Contratado:	**GRUPO LONDRIBAZA CONCRETO E ARGAMASSA LTDA**		
Objeto:	**AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO E LOCAÇÃO DE BOMBA PARA LANÇAMENTO DE CONCRETO.**		
Valor:	**R$ 137.449,60 (Cento e trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos.)**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o SAMAE perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Andirá, 15 de outubro de 2026.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:38084295

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº. 1.582 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias período inicial, a partir do dia 16 de novembro de 2026, a Servidora Pública Municipal **IZABEL CRISTINA DA SILVA**, ocupante do cargo de **OPERADOR DE BOMBAS**, referente ao período aquisitivo 15-05-2024 a 14-05-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Andirá, 15 de outubro de 2026.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor- Presidente do SAMAE

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:08D2527B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 344/2026 - ABRE CRÉDITO ESPECIAL DE R$ 500.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 344/2026 de 06/10/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 344/2026 de 06/10/2026.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Meio Ambiente	
08.001.04.122.0051.2.300.		Manut. gab. sec. de meio ambiente	
542 - 4.4.90.61.00.00	01000	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	500.000,00
Total Suplementação:			**500.000,00**

Artigo 2º - Para Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO	
05.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do secretario de Obras	
05.001.04.122.0007.2.031.		Manutenção da Equipe da Secretaria de Obras	
95 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	300.000,00
05.003.00.000.0000.0.000.		Divisão de Obras	
05.003.15.451.0007.1.234.		Execução de Projetos de Convênios com Órgãos Federais e Estaduais	
126 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.001.00.000.0000.0.000.		Divisão de Assistencia Social	
10.001.08.122.0005.2.050.		Gab. da sec. assist. social	
372 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
Total Redução:			**500.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado em 06 de outubro de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

FOED SALIBA SMAKA JUNIOR
Secretario de Finanças

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:96354A23

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 345/2026 - ABRE CRÉDITO ESPECIAL DE R$ 5.571,52

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA
Estado do Paraná
Exercício: 2026

Decreto nº 345/2026 de 06/10/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 345/2026 de 06/10/2026.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 5.571,52 (cinco mil quinhentos e setenta e um reais e cinqüenta e dois centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do secretario	
04.001.04.123.0002.2.010.		Manut. do gab. do secret. financeiro	
638 - 3.3.90.93.00.00	2410	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.222,58
639 - 3.3.90.93.00.00	31611	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	348,94
Total Suplementação:			**5.571,52**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do cré pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado em 06 de outubro de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

FOED SALIBA SMAKA JUNIOR
Secretario de Finanças

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:04452945

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N.º 721/2026 **REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

PORTARIA N.º 721/2026
****Republicado por incorreção****

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em atenção ao Processo administrativo n° 25112/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. – Rescindir o contrato de trabalho por prazo determinado de **LUCIANE APARECIDA JOSLIN ZEMPULSKI**,matrícula n.º 542115, do cargo de "PSS - TRAB EM EDUCACAO - EDUCADOR", lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando sua vigência a partir de 09.10.2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 14 de outubro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:77CF3AFD

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N.º 722/2026

PORTARIA N.º 722/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em atenção ao Processo administrativo n° 25066/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. – Rescindir a pedido o contrato de trabalho por prazo determinado de **JOSELYLLIAN ALVES VEDAM**,matrícula n.º 542156, do cargo de "PSS – PRO EDUC – PROFESSOR N I PHNM", lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando sua vigência a partir de 01.10.2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 14 de outubro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:5A9F7CD2

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N.º 723/2026

PORTARIA N.º 723/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o contido no processo administrativo n.º 25741/2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 180 dias a servidora **ANDREA APARECIDA HENRIQUE,** registrada na matrícula n.º 41581, ocupante do cargo de "AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE".
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir de 11.10.2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 15 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:AE9F1230

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N. º 724/2026

PORTARIA N. º 724/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo n° 25619/2026,
RESOLVE:

Art. 1º. Fica transferido (a) o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

Nome	Cargo	Matricula	A partir de
ANA LUCIA FERREIRA **Origem:** SMECE – Escola Municipal Irmã Rosalina **Destino:** SMECE - Margarida Florida Chiló	PSS – Assistente Educacional	542226	05/10/2026

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições ao contrário.

Balsa Nova, 15 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:C37175FB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 198/2026

DECRETO Nº 198/2026

Súmula: *"Institui o Grupo de Trabalho Técnico Intersetorial sobre Mudanças Climáticas – GTTMC, e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Grupo de Trabalho Técnico Intersetorial sobre Mudanças Climáticas – GTTMC, de caráter técnico e intersetorial, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º - O Grupo tem por finalidade promover a integração entre os órgãos da Administração Municipal na organização, consolidação e desenvolvimento da agenda municipal relacionada às mudanças climáticas, priorizando a integração das políticas públicas já existentes e a implementação gradual de novas ações, conforme a capacidade técnica, administrativa e orçamentária do Município.

Art. 3º - São objetivos do Grupo:

I – integrar as ações municipais relacionadas às mudanças climáticas;
II – promover o intercâmbio de informações entre os órgãos municipais;
III – identificar programas, projetos, planos, estudos e demais instrumentos existentes relacionados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
IV – identificar riscos, vulnerabilidades e oportunidades de aperfeiçoamento das políticas públicas municipais;
V – propor diretrizes para a implementação gradual da agenda municipal de mudanças climáticas;
VI – acompanhar programas, políticas públicas, normas e iniciativas estaduais e federais relacionadas à temática;
VII – emitir recomendações técnicas, quando necessário.

Art. 4º - Compete ao Grupo:

I – realizar diagnóstico institucional das ações municipais relacionadas às mudanças climáticas;
II – consolidar informações provenientes dos diversos órgãos da Administração Municipal;
III – definir prioridades de atuação e metodologia para o desenvolvimento dos trabalhos;
IV – propor diretrizes para a implementação gradual das ações relacionadas às mudanças climáticas;

V – elaborar relatórios técnicos e recomendações decorrentes das atividades desenvolvidas;
VI – propor, quando necessário, a elaboração de estudos, normas e instrumentos de planejamento relacionados ao tema, inclusive visando à elaboração do Plano Municipal de Ação Climática.

Art. 5º - O Grupo será composto por:

I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, ocupante do cargo de Engenheiro Ambiental, que exercerá a Coordenação;
II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo;
III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras, ocupante do cargo de Arquiteto e Urbanista;
IV – 01 (um) membro da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC.

Art. 6º - Os membros deverão ter formação técnica para atuar na comissão e serão designados por Portaria do Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º - O Grupo reunir-se-á conforme a necessidade de desenvolvimento dos trabalhos, mediante convocação de sua Coordenação.

§1º – As principais ocorrências serõa lavradas em ata, que deverá ser aprovada na próxima reunião do órgão.

§2º - As reuniões serão convocadas por qualquer um dos membros do Grupo devendo conter na convocação o assunto a ser discutico.

§3º - A convocação poderá se dar por meios informais, desde que passíveis de comprovação.

Art. 9º - Poderão ser convidados representantes de outros órgãos municipais, entidades públicas, instituições de ensino e pesquisa ou organizações da sociedade civil para colaborar com os trabalhos, sem integrar permanentemente o Grupo.

Art. 10 - A participação no Grupo será considerada serviço público relevante, não remunerada.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bala Nova, 15 de outubro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:3AF71152

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2026

OBJETO: Aquisição DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 821.621,7800 (oitocentos e vinte e um mil, seiscentos e vinte e um reais e setenta e oito centavos).

Recebimento das Propostas: das 08h:00min do dia 19/10/2026 às 08h:00min. do dia 06/11/2026.
Abertura das Propostas: das 08h 00min. do dia 06/11/2026 às 08h 29min. do dia 06/11/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 08h 30min. do dia 06/11/2026.

O edital poderá ser obtido junto ao portal de transparência acessando o site www.balsanova.pr.gov.br *https://balsanova.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes* e no site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil *https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1* . Demais informações poderão ser solicitados pelo endereço de e-mail pregoeiro@balsanova.pr.gov.br ou pelo telefone: (41) 3636-8013/8015/8067.

Balsa Nova/PR, 10 de outubro de 2026.

Assinado Digitalmente
DEJALMA KOCHINSKI
Pregoeiro
Portaria Nº 570/2026

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:9CF3773E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA APRESENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO REVISADO

AVISO DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA APRESENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO REVISADO

A Prefeitura Municipal de Balsa Nova, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, comunica a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Municipal de Saneamento Básico revisado, com o objetivo de dar publicidade ao processo de revisão do planejamento municipal de saneamento básico e possibilitar o conhecimento e a participação da população.

Data: 05 de novembro de 2026 (quinta-feira)

Horário: das 13h às 17h

Local: Auditório da Câmara Municipal de Balsa Nova - PR.

A audiência é aberta à participação da população, bem como de representantes de instituições públicas e privadas e demais interessados no tema.

Balsa Nova, 15 de outubro de 2026.

RENATA SOTOMAIOR KOSINSKI
Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:34EB7DA6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº. 2026170

PORTARIA DE DIÁRIA Nº. 2026170

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA , Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 1.481 /2026, de 03 de Março de 2026.

DETERMINA:

Fica concedido a(o) Sr.(a), Gabriela Muckenberger Saddi , matrícula nº 416, Médica Veterinária, a importância de R$ 131,88 para atender as despesas de 2 diária(s) para viagem e/ou alimentação em sua

missão no município de Curitiba - PR devendo posteriormente solicitar a baixa de responsabilidade de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de ressarcimento ao erário.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova em 15/10/2026.

LUCIANO JOSE DE SOUZA
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:C32671BF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
PORTARIA Nº 170/2026

Ementa: Dispõe sobre o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público no âmbito da Câmara Municipal de Barbosa Ferraz, em consonância com o Decreto Municipal nº 83/2026, e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 25, inciso I e inciso VII, alínea "m", do Regimento Interno, e o art. 128 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o Dia do Servidor Público é comemorado anualmente em 28 de outubro;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal, por meio do Decreto nº 83/2026, de 07 de outubro de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 13 de outubro de 2026, Edição 3635, transferiu o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público para o dia 30 de outubro de 2026;

CONSIDERANDO a conveniência de uniformizar o funcionamento das repartições dos Poderes Legislativo e Executivo do Município;

CONSIDERANDO que não há sessão ordinária prevista para os dias 28 e 30 de outubro de 2026, nos termos do art. 92 do Regimento Interno;
RESOLVE:

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo, no âmbito da Câmara Municipal de Barbosa Ferraz, o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira), em comemoração ao Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro, não havendo expediente na Câmara Municipal nessa data.

Art. 2º O expediente na Câmara Municipal será normal no dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira).

Art. 3º Em razão do disposto no art. 1º, o prazo para protocolo de proposições previsto no art. 94, § 1º, do Regimento Interno, relativo à sessão ordinária subsequente, encerrar-se-á às 15h do dia 29 de outubro de 2026 (quinta-feira).

Art. 4º Dê-se ciência aos Vereadores e aos servidores da Câmara Municipal, e ampla divulgação desta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

ANDRÉ DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Sirley Montila de Sá
Código Identificador:BC2750DA

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após a conferência das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Inexigibilidade 56/ 2026
b) Objeto Homologado:	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA REGIONAL ROSENILDO DE PAULA 31663893268, CNPJ Nº 37.208.492/0001-15, PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
ROSENILDO DE PAULA 31663893268	37.208.492/0001-15	R$ 4.000,00

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Show artístico musical com Rosenildo de Paula e Banda, composto de um repertório variado, INCLUINDO diferentes ritmos na data de 17/10/26. A duração do Show /Baile é de 03:30 (Três horas e trinta minutos) apresentadas de acordo com o cronograma do evento.	SERV	1	4.000,00	4.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)

Barbosa Ferraz, 15 de Outubro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:9E1D9D76

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 56/ 2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 158/ 2026

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, Inscrito no CNPJ Nº 76.950.062/0001-26, com sede à Avenida Presidente Kenedy, 636 – Centro CEP: 86960-000 - Barbosa Ferraz/PR**,** nos termos da Lei 14133/2021 Art. 74 - II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública; e o decreto municipal 26/2023 e demais regulamentações, **COMUNICA QUE RATIFICA** a **INEXIGIBILIDADE** em favor ROSENILDO DE PAULA 31663893268**,** inscrita(o) no CPF/CNPJ sob n. 37.208.492/0001-15, com sede/domicílio na(o) RUA FREDERICO LEOPOLDO SEFRIN 238, JARDIM VILLAGGIO TROMBINI, Campo Mourão/ PR - CEP:87308855.
OBJETO**: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA REGIONAL ROSENILDO DE PAULA 31663893268, CNPJ Nº 37.208.492/0001-15, PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR.**

Pelo **VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)**

BARBOSA FERRAZ, PR – 15/10/2026.

Ratifico por este termo a **INEXIGIBILIDADE Nº 56/ 2026**

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:32A96162

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ
CONTRATO 05/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 05/2026

Partes: CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ/PR E A EMPRESA VLADIMIR APARECIDO PALUDETTO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 31.675.007/0001-37.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fabricação, fornecimento, transporte e instalação de móveis planejados sob medida, incluindo materiais, mão-de-obra, ferragens, acessórios e demais itens necessários à perfeita execução dos serviços.
Contas Dotações: 0140 do exercício de 2026.
Valor: R$ 26.390,00 (Vinte e seis mil, trezentos e noventa reais).
Prazo de vigência: 12 meses.
Data da Assinatura: 25/09/2026.
Foro: Comarca de Andirá – PR.

CLEITON PENTEADO CALIXTO
Presidente

Publicado por:
João Penteado da Cruz
Código Identificador:AE61262A

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ
RESOLUÇÃO 03/2026 - CMBJ

Súmula: Institui o Sistema de Controle Interno e a Unidade Central de Controle Interno da Câmara Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS COM BASE NO SEU REGIMENTO INTERNO PROPÔS, A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E EU PRESIDENTE PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam instituídos, no âmbito da Câmara Municipal de Barra do Jacaré, o Sistema de Controle Interno – SCI e a Unidade Central de Controle Interno – UCCI, em observância às Constituições Federal e Estadual, à Lei Complementar Federal nº 101/2000, à Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis.
Art. 2º O Sistema de Controle Interno compreende o conjunto de normas, procedimentos e atividades destinados à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e administrativa da Câmara Municipal, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, transparência e proteção do patrimônio público.
Art. 3º O Sistema de Controle Interno será exercido de forma preventiva, orientadora, concomitante e posterior, observados os princípios constitucionais da Administração Pública, a independência técnica, a objetividade, a gestão de riscos, a transparência e a segregação de funções.

CAPÍTULO II
DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Art. 4º Fica criada a Unidade Central de Controle Interno, vinculada administrativamente à Presidência da Câmara Municipal, com independência técnica no exercício de suas atribuições.
Parágrafo único. A vinculação administrativa não autoriza interferência nas conclusões, relatórios, pareceres, recomendações ou demais manifestações técnicas da Unidade.
Art. 5º A Unidade Central de Controle Interno tem por finalidade avaliar, fiscalizar, orientar e acompanhar a gestão da Câmara Municipal, visando prevenir irregularidades, aperfeiçoar os controles administrativos e assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos.
Art. 6º Compete à Unidade Central de Controle Interno:
I – avaliar o cumprimento das metas e a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Poder Legislativo;
II – verificar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia dos atos de gestão;
III – acompanhar o cumprimento dos limites constitucionais e legais aplicáveis ao Poder Legislativo, inclusive os previstos na Lei Complementar nº 101/2000;
IV – acompanhar a prestação de contas anual e os relatórios fiscais da Câmara Municipal;
V – acompanhar e avaliar os procedimentos relativos às licitações, contratações diretas, contratos e sua execução;
VI – acompanhar os atos de gestão de pessoal, folha de pagamento, diárias, benefícios e demais despesas de pessoal;
VII – avaliar os controles relativos ao patrimônio, almoxarifado e demais bens públicos;
VIII – verificar o cumprimento das normas de transparência, acesso à informação e divulgação dos atos oficiais;
IX – avaliar os controles internos e os riscos das atividades administrativas;
X – realizar auditorias, inspeções, diligências e fiscalizações;
XI – emitir pareceres, relatórios, recomendações, orientações e alertas de controle;
XII – acompanhar o cumprimento das determinações e recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
XIII – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
XIV – comunicar à autoridade competente as ilegalidades ou irregularidades constatadas e, quando cabível, aos órgãos de controle externo; e
XV – exercer outras atribuições de controle previstas na legislação.
Parágrafo único. A atuação do Controle Interno não substitui as atribuições dos gestores, da Procuradoria Jurídica, dos agentes de contratação, fiscais de contratos, comissões ou demais agentes responsáveis pela prática dos atos administrativos.

CAPÍTULO III
DO CONTROLADOR INTERNO

Art. 7º A Unidade Central de Controle Interno será dirigida pelo Controlador Interno, designado dentre servidores efetivos da Câmara Municipal, para o exercício de função gratificada, por prazo determinado de até 4 (quatro) anos, permitida nova designação, observados os requisitos desta Resolução e da legislação específica.
§1º O Controlador Interno deverá exercer suas atribuições com independência, imparcialidade, objetividade e observância do interesse público.
§2º A escolha recairá sobre servidor efetivo com formação de nível superior e qualificação compatível com as atribuições de controle, preferencialmente nas áreas de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Economia, Gestão Pública ou áreas afins.
§3º A designação deverá observar prazo previamente definido, de modo a assegurar continuidade, rotatividade e independência no exercício da função, não coincidindo, sempre que possível, o início e o término da designação com o início e o término do mandato da Mesa Diretora.
Art. 8º Compete ao Controlador Interno:
I – dirigir e executar as atividades da Unidade Central de Controle Interno;
II – elaborar o planejamento anual das atividades de controle;
III – realizar auditorias, inspeções e diligências;
IV – emitir relatórios, pareceres, recomendações, orientações e alertas;
V – acompanhar o atendimento às recomendações expedidas;
VI – requisitar documentos, informações e esclarecimentos necessários ao exercício de suas atribuições;
VII – elaborar relatório anual das atividades desenvolvidas;

VIII – acompanhar as determinações e recomendações dos órgãos de controle externo; e
IX – exercer as demais atribuições previstas nesta Resolução e na legislação aplicável.
Art. 9º É assegurado ao Controlador Interno livre acesso às dependências, processos, documentos, sistemas informatizados, registros, contratos e demais informações necessárias ao exercício de suas atribuições, observado o dever de sigilo e a legislação de proteção de dados.
§1º Todos os órgãos e servidores da Câmara deverão prestar as informações e o apoio necessários às atividades de controle interno.
§2º A recusa ou o atraso injustificado no fornecimento de informações será comunicado à Presidência para adoção das providências cabíveis.
§3º No exercício de suas atribuições, o Controlador Interno poderá representar à Presidência ou à Mesa Diretora contra atos sem fundamentação legal, contrários ao interesse público ou incompatíveis com os princípios constitucionais e administrativos, recomendando as providências corretivas cabíveis.
§4º O Controlador Interno não poderá ser afastado da função antes do término do período para o qual foi designado, salvo a pedido, por motivo devidamente justificado ou em razão da prática de irregularidade apurada em processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Art. 10 As manifestações do Controlador Interno possuem natureza técnica e, quando opinativas, não afastam a responsabilidade da autoridade competente pela prática do ato administrativo.

CAPÍTULO IV
DAS GARANTIAS E VEDAÇÕES

Art. 11 São assegurados à Unidade Central de Controle Interno:
I – independência técnica;
II – acesso às informações e documentos necessários às suas atividades;
III – autonomia para elaborar seu planejamento de fiscalização;
IV – emissão de manifestações técnicas sem interferência em seu conteúdo; e
V – comunicação e representação ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e ao Ministério Público, quando a autoridade competente não adotar as providências necessárias diante de irregularidades, ilegalidades ou desvio de recursos; e
VI – condições mínimas de trabalho, espaço físico adequado, equipamentos, sistemas de informática e acesso aos sistemas informatizados e bancos de dados necessários ao desempenho das funções institucionais, consideradas a relevância e a complexidade das atividades da Câmara Municipal.
Art. 12 É vedado ao Controlador Interno:
I – estar em estágio probatório;
II – realizar atividade político-partidária incompatível com a independência e a imparcialidade exigidas para a função;
III – exercer outra atividade profissional;
IV – ter sofrido penalização administrativa, civil ou penal por decisão definitiva, quando incompatível com o exercício da função de controle;
V – praticar atos de gestão sujeitos à sua própria fiscalização;
VI – ordenar despesas ou autorizar pagamentos;
VII – exercer a função de gestor ou fiscal de contratos;
VIII – integrar comissão responsável pela prática de atos que posteriormente estejam sujeitos à sua fiscalização; e
IX – exercer atribuições incompatíveis com a independência da atividade de controle, inclusive funções típicas de contabilidade, gestão de contratos, assessoramento jurídico ou outras atividades que devam ser por ele fiscalizadas.
Parágrafo único. A atuação do Controlador Interno será exclusiva nas atividades de controle, observado o princípio da segregação de funções, sendo permitida sua participação em reuniões ou grupos de trabalho de natureza consultiva ou orientadora, desde que não pratique atos de gestão nem assuma atribuições sujeitas à sua própria fiscalização.

CAPÍTULO V
DO PLANEJAMENTO, AUDITORIAS E RECOMENDAÇÕES

Art. 13 As atividades do Controle Interno serão desenvolvidas mediante planejamento anual, observados critérios de risco, relevância, materialidade e oportunidade.
Parágrafo único. Poderão ser realizadas auditorias ou fiscalizações extraordinárias sempre que houver determinação dos órgãos competentes, indícios de irregularidade, denúncia fundamentada ou situação de risco relevante.
Art. 14 Constatada impropriedade ou irregularidade, a Unidade Central de Controle Interno expedirá recomendação ao responsável, indicando os fatos constatados e as providências consideradas necessárias.
§1º O responsável deverá adotar as providências cabíveis ou apresentar justificativa fundamentada para o não atendimento da recomendação.
§2º A Unidade Central de Controle Interno acompanhará as providências adotadas e, permanecendo irregularidade relevante, comunicará o fato à Presidência e, quando exigido pela legislação, ao órgão de controle externo competente.
Art. 15 Sempre que identificar risco relevante à legalidade, ao patrimônio público ou à regularidade administrativa, o Controle Interno poderá emitir alerta à autoridade competente para adoção das providências preventivas necessárias.

CAPÍTULO VI
DO APOIO AO CONTROLE EXTERNO

Art. 16 A Unidade Central de Controle Interno prestará apoio ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, competindo-lhe, especialmente:
I – fornecer e organizar as informações necessárias à fiscalização;
II – acompanhar auditorias e inspeções;
III – monitorar determinações, recomendações, ressalvas e decisões relacionadas à Câmara Municipal; e
IV – acompanhar as providências decorrentes das prestações de contas e demais processos de controle externo.

CAPÍTULO VII
DOS RELATÓRIOS
Art. 17 A Unidade Central de Controle Interno elaborará os relatórios, pareceres e demais manifestações necessárias ao exercício de suas atribuições.
Art. 18 Ao final de cada exercício será elaborado Relatório Anual das Atividades de Controle Interno, contendo síntese das fiscalizações realizadas, principais constatações, recomendações expedidas e providências adotadas.
Parágrafo único. Os relatórios serão encaminhados à Presidência e mantidos à disposição dos órgãos de controle externo, observadas as normas relativas ao acesso à informação, sigilo e proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 As unidades administrativas da Câmara Municipal deverão colaborar com o Sistema de Controle Interno, manter os controles relacionados às atividades sob sua responsabilidade e comunicar situações que possam representar risco relevante à Administração.
Art. 20 O Controle Interno poderá expedir orientações técnicas relacionadas às suas atividades e propor à Presidência ou à Mesa Diretora a edição de normas destinadas à padronização dos procedimentos administrativos.
Art. 21 A Câmara Municipal assegurará condições materiais, tecnológicas e funcionais necessárias ao adequado exercício das atividades de Controle Interno.
Art. 22 A Câmara Municipal promoverá capacitação periódica do Controlador Interno, observadas as disponibilidades orçamentárias e administrativas, de modo a assegurar atualização técnica compatível com as atribuições exercidas.
Art. 23 Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência da Câmara, observadas a legislação aplicável e as competências da Mesa Diretora.
Art. 24 Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 25 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, 13 de outubro de 2026.

CLEITON PENTEADO CALIXTO
Presidente 2025/2026

Publicado por:
João Penteado da Cruz
Código Identificador:C4D248CE

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE 15/10/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ-PR, com sede no município de Barra do Jacaré, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.407.568/0001-93, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº. LUIZ FABIANO ZANATTA, residente nesta cidade, denominado CONTRATANTE, e ANDREY DOS SANTOS VAZ – Matr. 360837 (**cargo de Coveiro**), residente e domiciliado nesta cidade, denominado simplesmente CONTRATADO, nos termos do art. 249 § 1º,2º e 3º, art. 250 ítem V e art. 252 da Lei Municipal n°. 16/93 e Lei Municipal nº. 821/2023 de 19/09/2023 Artº 3º, 4º e 5º.

CLÁUSULA PRIMEIRA – do objeto

Prorrogar o prazo de vigência de contrato nº. 03/2025 de 22/10/2025, portanto com vencimento em 21/10/2026. Ou seja, a partir de 22/10/2026 fica por um período de ATÉ 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.
A prorrogação do contrato é amparada pela aprovação no processo seletivo (PSS) – Edital nº. 04/2025 de 25/08/2025 – (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – Edição 3350 de 27/08/2025*) – resultado homologado através do Edital nº. 004/2025 de 01/10/2025, (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – Edição 3376 de 02/10/2025*).

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor.

Barra do Jacaré-PR, 15 de outubro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

ANDREY DOS SANTOS VAZ
Contratado

TESTEMUNHAS:

CIBELLI KAROLAINE CALIXTO DUTRA

VANESSA DO SANTOS LAURO JULIANO

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:F888E80B

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE 15/10/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ-PR, com sede no município de Barra do Jacaré, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.407.568/0001-93, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº. LUIZ FABIANO ZANATTA, residente nesta cidade, denominado CONTRATANTE, e RODRIGO DE OLIVEIRA PAZ – Matr. 360839 (**cargo de Motorista**), residente e domiciliado nesta cidade, denominado simplesmente CONTRATADO, nos termos do art. 249 § 1º,2º e 3º, art. 250 ítem V e art. 252 da Lei Municipal n°. 16/93 e Lei Municipal nº. 821/2023 de 19/09/2023 Artº 3º, 4º e 5º.

CLÁUSULA PRIMEIRA – do objeto

Prorrogar o prazo de vigência de contrato nº. 05/2025 de 24/10/2025, portanto com vencimento em 23/10/2026. Ou seja, a partir de 24/10/2026 fica por um período de ATÉ 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.
A prorrogação do contrato é amparada pela aprovação no processo seletivo (PSS) – Edital nº. 04/2025 de 25/08/2025 – (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – Edição 3350 de 27/08/2025*) – resultado homologado através do Edital nº. 004/2025 de 01/10/2025, (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – Edição 3376 de 02/10/2025*).

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor.

Barra do Jacaré-PR, 15 de outubro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

RODRIGO DE OLIVEIRA PAZ
Contratado

TESTEMUNHAS:
CIBELLI KAROLAINE CALIXTO DUTRA

VANESSA DO SANTOS LAURO JULIANO

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:AED9966B

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE 15/10/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ-PR, com sede no município de Barra do Jacaré, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.407.568/0001-93, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº. LUIZ FABIANO ZANATTA, residente nesta cidade, denominado CONTRATANTE, e DANIEL DOS SANTOS – Matr. 360840 (**cargo de Motorista**), residente e domiciliado nesta cidade, denominado simplesmente CONTRATADO, nos termos do art. 249 § 1º,2º e 3º, art. 250 ítem V e art. 252 da Lei Municipal n°. 16/93 e Lei Municipal nº. 821/2023 de 19/09/2023 Artº 3º, 4º e 5º.

CLÁUSULA PRIMEIRA – do objeto

Prorrogar o prazo de vigência de contrato nº. 04/2025 de 24/10/2025, portanto com vencimento em 23/10/2026. Ou seja, a partir de 24/10/2026 fica por um período de ATÉ 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.
A prorrogação do contrato é amparada pela aprovação no processo seletivo (PSS) – Edital nº. 04/2025 de 25/08/2025 – (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – Edição 3350 de 27/08/2025*) – resultado homologado através do Edital nº. 004/2025 de 01/10/2025, (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – Edição 3376 de 02/10/2025*).

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor.

Barra do Jacaré-PR, 15 de outubro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

DANIEL DOS SANTOS
Contratado

TESTEMUNHAS:

CIBELLI KAROLAINE CALIXTO DUTRA

VANESSA DO SANTOS LAURO JULIANO

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:DB8DE8A1

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE 15/10/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ-PR, com sede no município de Barra do Jacaré, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.407.568/0001-93, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº. LUIZ FABIANO ZANATTA, residente nesta cidade, denominado CONTRATANTE, e DAVID ANDERSON DA SILVA – Matr. 360843 (**cargo de Motorista**), residente e domiciliado nesta cidade, denominado simplesmente CONTRATADO, nos termos do art. 249 § 1º,2º e 3º, art. 250 ítem V e art. 252 da Lei Municipal n°. 16/93 e Lei Municipal nº. 821/2023 de 19/09/2023 Artº 3º, 4º e 5º.

CLÁUSULA PRIMEIRA – do objeto

Prorrogar o prazo de vigência de contrato nº. 06/2025 de 27/10/2025, portanto com vencimento em 26/10/2026. Ou seja, a partir de 27/10/2026 fica por um período de ATÉ 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.
A prorrogação do contrato é amparada pela aprovação no processo seletivo (PSS) – Edital nº. 04/2025 de 25/08/2025 – (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – Edição 3350 de 27/08/2025*) – resultado homologado através do Edital nº. 004/2025 de 01/10/2025, (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – Edição 3376 de 02/10/2025*).

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor.

Barra do Jacaré-PR, 15 de outubro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

DAVID ANDERSON DA SILVA
Contratado

TESTEMUNHAS:

CIBELLI KAROLAINE CALIXTO DUTRA

VANESSA DO SANTOS LAURO JULIANO

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:150434D9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, GELSON MAFFI nos no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo (a) pregoeiro (a)e sua equipe de apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR56/2026
b) Modalidade: Pregão
c) Data Homologação: 15/10/2026
d) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS E MOBILIA PARA SUPRIR A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BELA VISTA DA CAROBA
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

5903 - EDUCAR MOVEIS LTDA (20.132.150/0001-66)
5630 - AUGUSTINHO MACHADO FABRICA DE MOVEIS (33.764.646/0001-02)

TOTAL GERAL: R$ 89.100,00

Bela Vista da Caroba, 15/10/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:E7A94873

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

CAMARA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001

DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026, INEXIGIBILIDADE N.º 04/2026, CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE.

Registra o presente TERMO DE APOSTILAMENTO do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026, doravante denominado CONTRATAÇÃO ORIGINAL, que será regido pela Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, mediante as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a adição de saldo para cumprimento do contrato nos termos do contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
2.1. O presente Termo de Apostilamento encontra amparo no art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
Produto: Serviços de fornecimento de água potável.
Valor:R$840,00

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 02/2026, não modificadas por este instrumento.

E para que produza seus jurídicos e legais efeitos, firma-se o presente Termo de Apostilamento.

RODINEI MARCOS MATIAZZO
Presidente do Poder Legislativo
Boa Ventura de São Roque/PR

RENILSON PIRES DOS SANTOS
Fiscal de Contrato

Publicado por:
Josiane Aparecida Hoffmann Correia
Código Identificador:71B9CE9F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 14/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 14/2026

O SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL NESTOR KENEAR E DO DIRETOR DO SAMAE DIONEFAN ELISSON PROENÇA DE OLIVEIRA, TORNA PUBLICO O EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2026.

CONVOCAÇÃO:
Convoca o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 01/2026 para comparecer em cinco dias úteis de, 16 de outubro de 2026 até o dia 22 de outubro de 2026, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min horas, no setor de Recursos Humanos na Sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua Moises Miranda nº422, Centro de Boa Ventura de São Roque – PR, munido da documentação exigida no Anexo I, para confirmar a aceitar a vaga.

CARGO: AGENTE OPERACIONAL

CANDIDATO (A)	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIF.	COTAS
ALEXANDRO PORTES	019.304.291-09	62.50	02º	**Ampla**

Revogada as disposições em contrário, este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 15 de outubro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

DIONEFAN E. PROENÇA DE OLIVEIRA
Diretor Do SAMAE

ANEXO II
DOCUMENTOS PARA A NOMEAÇÃO:
Os documentos deverão ser autenticados em Tabelionato de Notas, ou poderão ser apresentados sem autenticação desde que apresentado juntamente ao original, e conferidos pelo servidor que recepcionar a documentação, onde fará o carimbo de conferência com o documento original.

DOCUMENTAÇÃO:
Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
CPF e fotocópia;
Fotocópia da CNH categorias A e C;
Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
Título de eleitor e fotocópia, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência e fotocópia, ou declaração de quitação eleitoral;
Carteira de Trabalho e cadastro do PIS/PASEP e fotocópia;
Comprovante de escolaridade exigida para nomeação no cargo;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, acompanhado do cartão da criança (até 06 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 7 a 14 anos), quando houver;
Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal, em todos os Estados do Brasil onde o candidato já tenha residido.
Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
Conta Bancaria, sendo Banco do Brasil ou Cresol.
Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
Declaração de desvinculação, para o candidato que exerce cargo, ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal;
Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
Atestado de Saúde Ocupacional – ASO. O candidato será encaminhado para o Médico do Trabalho credenciado da Prefeitura para realizar os exames conforme item 19.7 do edital de abertura;
OBSERVAÇÃO: O candidato convocação, assinará o termo de posse, e nomeado através de decreto assinado pelo perfeito e publicado em Diário oficial, após a entrega dos documentos, e apto no exame admissional.

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES QUE COMPÕEM O PATRIMÔNIO PRIVADO:
Eu,_____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado (a) à _____, declaro, para os devidos fins, que os bens e valores que compõem o meu patrimônio privado são os seguintes:
BENS MÓVEIS: _____

BENS IMÓVEIS: _____

VALORES QUE COMPÕEM SEU PATRIMÔNIO PRIVADO:
_____
Declaro ainda que as informações acima são verdadeiras e refletem o estado atual dos meus bens e valores. Estou ciente de que a omissão ou falsificação de informações pode acarretar responsabilidades legais.

Boa Ventura de São Roque – PR, ____/_____/ 2026.

Assinatura: _____

DECLARAÇÃO DE DESVINCULAÇÃO, PARA O CANDIDATO QUE EXERCE CARGO, OU FUNÇÃO PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL, OU MUNICIPAL, CONFORME PREVÊ EM OS INCISOS XVI E XVII, DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Eu,_____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado (a) à _____, declaro para os devidos fins de contratação para Concurso Público Nº 01/2025, que não ocupo outro cargo público, ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal de 88.
Declaro que as informações aqui prestadas são verdadeiras e estou ciente de que a falsidade de qualquer dado poderá resultar em sanções legais.

Boa Ventura de São Roque – PR, ____/_____/ 2026.

Assinatura: _____

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PROVENTO DECORRENTE DE APOSENTADORIA E PENSÃO:

Eu,_____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado (a) à _____, declaro para os devidos fins de contratação para Concurso Público Nº 01/2025, que _____ beneficiário (a) de proventos decorrentes de aposentadoria e/ou pensão, conforme informações abaixo:

APOSENTADORIA: _____

PENSÃO: _____

Declaro que as informações aqui prestadas são verdadeiras e estou ciente de que a falsidade de qualquer dado poderá resultar em sanções legais.

Boa Ventura de São Roque – PR, ____/_____/ 2026.

Assinatura: _____

TERMO DE DESISTÊNCIA DE VAGA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026 DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ.

Eu,_____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado (a) à _____, declaro, por meio deste, minha **desistência formal da vaga** para o cargo de _____, ciente de que, com a desistência, a vaga será disponibilizada para o próximo candidato (a) classificado (a).
Esclareço que, por motivos pessoais/ profissionais, não poderei assumir o cargo no prazo estabelecido, motivo pelo qual, de forma livre e consciente, formalizo minha desistência da referida vaga para qual foi convocado (a).

Boa Ventura de São Roque – PR, ____/_____/ 2026.

Assinatura: _____

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:A9CB14D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 276/2026

DECRETO Nº 276/2026

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR NESTOR KENEAR, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE,

CONSIDERANDO, a nomeação da Senhora Clavenice de Campos Conrado, por meio do Decreto nº 150/2026, de 13 de abril de 2026, para exercer a função de Suplente de Conselheiro Tutelar do Município de Boa Ventura de São Roque – PR;
CONSIDERANDO, o encerramento do período de exercício da suplência, nos termos da necessidade administrativa que motivou sua atuação;
CONSIDERANDO, a necessidade de formalizar o encerramento do vínculo funcional decorrente do exercício da referida função;

DECRETA:

Art. 1º: Fica exonerada a Senhora Clavenice De Campos Conrado, Matrícula nº 418218, da função de Suplente de Conselheiro Tutelar do Município de Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná, para a qual foi nomeada por meio do Decreto nº 150/2026, de 13 de abril de 2026, em razão do encerramento do período de exercício da suplência.
Art. 2º: Compete aos setores administrativos competentes adotar as providências necessárias à efetivação do presente ato, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Art. 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, de 14 de outubro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:F040A3FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº361/2026

PORTARIA Nº361/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER. O Senhor Gelson Kelner da Silva, Matricula de Nº 417658, nomeado pelo decreto de Nº 85/2020 para exercer o Cargo de Motorista 05 (cinco) dias de férias relativas ao período de 01/04/2024 á 31/03/2025 que serão fruídos a partir de 26/10/2026 a 30/10/2026, e adicional de 1/3 (um terço) da sua remuneração e também o pagamento de 10 dias convertidos em abano pecuário referente ao mesmo período. Conforme Lei 832/2015 art. 101. Com plena anuência do servidor.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 13 de outubro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:DE4263FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 363/2026

PORTARIA Nº 363/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:
CONCEDER: à servidoraIzabel Camargo de Lima, matrícula nº296-1nomeada através do decreto 109/2011 para exercer o cargo Serviços Gerais,90 (noventa) dias de Licença-Prêmio, referente ao quinquênio compreendido entrede 2011 a 2018, nos termos doart. 136, § 3º, da Lei Municipal nº 832/2015.
A Licença-Prêmio será usufruída no período de14 de outubro de 2026 a 11 de janeiro de 2027, devendo a servidora apresentar-se para o retorno às suas atividades funcionais em12 de janeiro de 2027, ficando registrada sua plena anuência quanto ao período de fruição concedido.
Art. 1º: Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de14 de outubro de 2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 14 de outubro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:F7A3E955

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 364/2026

PORTARIA Nº 364/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: Ao Servidor Vilmar Cerineu da Silva, Matricula 632-1, nomeado através do Decreto 063/2008 para exercer o Cargo de Técnico Agrícola, 10 (dez) dias de férias, relativas aos períodos de 01/02/2025 a 31/01/2026, que serão fruídas de 20/10/2026 até 29/10/2026. Conforme Lei 832/2015 art. 101. Com plena anuência do servidor.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 14 de outubro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:BFC4BB31

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 365/2026

PORTARIA Nº 365/2026

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE USUFRUTO DE FÉRIAS DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS,

RESOLVE:
Art. 1º: ALTERAR o período de usufruto das férias da Servidora Janete Aparecida De Oliveira Soares, matrícula nº 645-1, ocupante do cargo efetivo de Contadora, nomeada por meio da Portaria nº 091/2008, anteriormente concedidas pela Portaria nº 351/2026, passando o período de usufruto a ser de 03 de novembro de 2026 a 06 de novembro de 2026, totalizando 04 (quatro) dias, referentes ao período aquisitivo de 01 de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2026, mediante plena anuência da servidora.
Art. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, de 14 de outubro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:96AA165D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 206/2026

PORTARIA N° 206/2026
DATA: 06/10/2026

SÚMULA:Concede Diárias.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS,PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS ATRAVÉS DA LEI N° 757/2023 DE 27/09/2023.
RESOLVE:
Art. 1°Conceder Diárias ao vice-prefeito e ao motorista socorrista, conforme segue:
Nome:RILDO JOSÉ PELOSO
Função:VICE-PREFEITO
Cidade:CURITIBA - PR.
Quantidade de diárias:1,0 diárias X R$ 700,00 = R$ 700,00
Data:06/10/2026 à 07/10/2026.
Nome:LEANDRO REBELLO LOEHDER
Função:MOTORISTA
Cidade:CURITIBA - PR.
Quantidade de diárias:1,0 diárias X R$ 350,00 = R$ 350,00
Data:06/10/2026 à 07/10/2026.
Justificativa: Viagem a Curitiba/PR, quando em retirada de ambulância do SAMU do Ministério da Saúde.
Art. 2°Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 06 de Outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:4914166A

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 177/2026

PORTARIA N° 177/2026
DATA: 11/08/2026

SÚMULA:Concede Diárias.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS,PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS ATRAVÉS DA LEI N° 757/2023 DE 27/09/2023.
RESOLVE:
Art. 1°Conceder Diárias ao Prefeito Municipal e ao Assessor lotado no Gabinete do Prefeito, conforme segue:
Nome:EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Função:PREFEITO MUNICIPAL
Cidade:CURITIBA - PR.
Quantidade de diárias:3,0 diárias X R$ 700,00 = R$ 2.100,00
Data:10/08/2026 à 12/08/2026
Nome:RILDO JOSÉ PELOSO
Função:VICE-PREFEITO
Cidade:CURITIBA - PR.
Quantidade de diárias:3,0 diárias X R$ 700,00 = R$ 2.100,00
Data:10/08/2026 à 12/08/2026.
Justificativa: Viagem a Curitiba/PR, quando em reunião na Secretaria de Estado das Cidades, Secretaria de Estado do Turismo, Secretaria de Estado da Saúde e Assembleia Legislativa.

Art. 2°Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 11 de Agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:00279D4D

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 186/2026

PORTARIA N° 186/2026
DATA: 02/09/2026

SÚMULA:Concede Diárias.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS,PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS ATRAVÉS DA LEI N° 757/2023 DE 27/09/2023.
RESOLVE:
Art. 1°Conceder Diárias ao Prefeito Municipal, conforme segue:
Nome:EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Função:PREFEITO MUNICIPAL
Cidade:CURITIBA - PR.
Quantidade de diárias:1,0 diárias X R$ 700,00 = R$ 700,00
Data:02/09/2026 à 03/09/2026.
Justificativa: Viagem a Curitiba/PR, quando em reunião na Secretaria das Cidades em assinatura de convênio e Assembleia legislativa.
Art. 2°Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 02 de Setembro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:34ABE4CE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 189/2026

PORTARIA N° 189/2026
DATA: 09/09/2026

SÚMULA:Concede Diárias.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS,PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS ATRAVÉS DA LEI N° 757/2023 DE 27/09/2023.
RESOLVE:
Art. 1°Conceder Diárias ao vice-prefeito e ao motorista socorrista, conforme segue:
Nome:RILDO JOSÉ PELOSO
Função:VICE-PREFEITO
Cidade:CURITIBA - PR.
Quantidade de diárias:2,0 diárias X R$ 700,00 = R$ 1.400,00
Data:09/09/2026 à 10/09/2026.
Nome:BRUNI FAGUNDES
Função:MOTORISTA SOCORRISTA
Cidade:CURITIBA - PR.
Quantidade de diárias:2,0 diárias X R$ 350,00 = R$ 700,00
Data:09/09/2026 à 10/09/2026.
Justificativa: Viagem a Curitiba/PR, quando em reunião da Defesa Civil.
Art. 2°Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 09 de Setembro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:3DA8E370

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 203/2026

PORTARIA N° 203/2026
DATA: 01/10/2026

SÚMULA:Concede Diárias.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS,PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS ATRAVÉS DA LEI N° 757/2023 DE 27/09/2023.
RESOLVE:
Art. 1°Conceder Diárias a diretora em saúde e ao motorista socorrista, conforme segue:
Nome:CACIANA MARA BORGES
Função:DIRETORA EM SAÚDE
Cidade:UMUARAMA - PR.
Quantidade de diárias:0,5 diárias X R$ 300,00 = R$ 150,00
Data:01/10/2026.
Nome:BRUNI FAGUNDES
Função:MOTORISTA SOCORRISTA
Cidade:UMUARAMA - PR.
Quantidade de diárias:0,5 diárias X R$ 350,00 = R$ 150,00
Data:01/10/2026.
Justificativa: Viagem a UMUARAMA/PR, quando em transferência de paciente para internamento psiquiátrico para clínica Santa Cruz.
Art. 2°Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 01 de Outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:F0605961

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 204/2026

PORTARIA N° 204/2026
DATA: 05/10/2026

SÚMULA:Concede Diárias.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS,PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS ATRAVÉS DA LEI N° 757/2023 DE 27/09/2023.
RESOLVE:
Art. 1°Conceder Diárias as enfermeiras, conforme segue:
Nome:MARIA APARECIDA BORGES DE ARAUJO
Função:ENFERMEIRA
Cidade:FOZ DO IGUAÇU - PR.
Quantidade de diárias:3,5 diárias X R$ 300,00 = R$ 1.050,00
Data:05/10/2026 à 08/10/2026.
Nome:DANIELA FERREIRA DUTRA
Função:ENFERMEIRA
Cidade:FOZ DO IGUAÇU- PR.
Quantidade de diárias:3,5 diárias X R$ 300,00 = R$ 1.050,00
Data:05/10/2026 à 08/10/2026.
Justificativa: Viagem a FOZ DO IGUAÇU/PR, quando em participação de Oficina de Formação de Multiplicadores para Microplanejamento para atividades de vacinação de alta qualidade (AVAQ) – Regional Macro Oeste.
Art. 2°Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 05 de Outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:F365EFD5

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 208/2026

PORTARIA N° 208/2026
DATA: 07/10/2026

SÚMULA: Concede Diárias.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS ATRAVÉS DA LEI N° 757/2023 DE 27/09/2023.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder Diária ao Servidor Municipal lotado na Secretaria de Saúde, conforme segue:
Nome: SERGIO BORGES DA SILVA
Função: MOTORISTA
Cidade: CURITIBA - PR.
Quantidade de diárias: 1,0 diárias X R$ 350,00 = R$ 350,00
Data: 07/10/2026 à 08/10/2026.
Justificativa: Viagem a CURITIBA/PR, levar paciente quando em cirurgia no Hospital Pequeno Principe.
Art. 2° Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 07 de Outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:CBAEB409

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 213/2026

PORTARIA N° 213/2026
DATA: 13/10/2026

SÚMULA: Concede Diárias.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS ATRAVÉS DA LEI N° 757/2023 DE 27/09/2023.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder Diária a Servidora Municipal lotada na Secretaria de Saúde, conforme segue:
Nome: HENAIZA MAGDA LOPES
Função: MOTORISTA
Cidade: GUARAPUAVA - PR.
Quantidade de diárias: 0,5 diárias X R$ 300,00 = R$ 150,00
Data: 13/10/2026.
Justificativa: Viagem a GUARAPUAVA/PR, levar paciente em consulta médica no Hospital Regional Deputado Reinaldo Ribas.
Art. 2° Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 13 de Outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:CF4E8104

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 016/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 016/2026
O Município de Boa Vista da Aparecida/PR., torna público que fará realizar, às 09h (nove) horas do dia 26 de novembro do ano de 2026, na plataforma BNC – Bolsa Nacional de Compras, https://www.bnc.org.br, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Estradas Vicinais na Zona Rural	Pavimentação CBUQ	21.008,28 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Boa Vista da Aparecida, www.boavistadaaparecida.pr.gov.br e na plataforma https://www.bnc.org.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Boa Vista da Aparecida, 15 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danieli Sebold
Código Identificador:E382A949

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 114/2026-CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 114/2026-CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2026

CONTRATANTE: Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, com sede à Avenida Cícero Barbosa Sobrinho,1190, Centro, inscrito no CNPJ nº 78.121.985/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Eduardo José Henrichs,e

CONTRATADA: CONSTRUTORA DE OBRAS LUNICA LTDA, CNPJ n.º 15.566.795/0001-77, localizada na Rua Alexandre de Gusmão, 1383, Jardim Maria Luiza, Cascavel-PR, neste ato representada pelo Sr. Gustavo José Manso Vieira.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA (LAZER) COM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES; CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMA SINTÉTICA, ALAMBRADO, REDE DE COBERTURA, ILUMINAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS; CALÇADAS, PAISAGISMO, EQUIPAMENTOS EXTERNOS; SERVIÇOS COMPLEMENTARES; LIMPEZA FINAL E DEMAIS ITENS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO..

VALOR: R$ 429.900,00 (quatrocentos e vinte e nove mil e novecentos reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 (trezentos e sessenta) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 15 de outubro de 2026.

FORO: Comarca de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.

Boa Vista da Aparecida, 15 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:04EA157C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 215/2026

PORTARIA nº 215/2026
Data: 15/10/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias a servidora municipal efetiva e dá outras providências.

Eduardo José Henrichs, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o memorando interno da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida férias a servidora municipal efetiva, abaixo relacionada pelo período de 10 (dez) dias, conforme segue:

Servidor (a)	Dias de férias	Período de gozo	Período Aquisitivo
Angela Pereira de Lima	10	14/10/2026 a 23/10/2026	2025/2026

Art. 2º - Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 15 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:F39AE95A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
EMENDA AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL Nº 002/2026

EMENDA AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL Nº 002/2026
REDAÇÃO FINAL APROVADA

SÚMULA: Acrescenta o Título X-A à Resolução nº 001/06 (Regimento Interno), para instituir a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, tipificar as condutas incompatíveis com o decoro, estabelecer as sanções aplicáveis e dispor sobre o processo disciplinar, e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, aprova a seguinte
EMENDA AO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA:
Art. 1º - Os seguintes dispositivos da Resolução nº 001/2006 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 10....
...
§ 1º A cassação do mandato de Vereador, nas hipóteses do § 1º do art. 167-B deste Regimento, será decidida pela Câmara Municipal, por voto nominal e aberto de, no mínimo, dois terços (2/3) de seus membros, mediante denúncia de qualquer eleitor, observado o rito do art. 167-I deste Regimento e do art. 5º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, ressalvadas as hipóteses de extinção do mandato previstas no art. 8º do mesmo Decreto-Lei, que serão declaradas pelo Presidente da Câmara na forma ali estabelecida, assegurada ampla defesa.

Art. 43. Compete às Comissões Permanentes, nos campos de suas respectivas atribuições:
I - à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR): manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental, gramatical e de técnica legislativa;
II - à Comissão de Finanças e Orçamentos (CFO): emitir parecer sobre todos os projetos e matérias de caráter financeiro e, especialmente, sobre:
a) Matéria tributária, abertura de crédito, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município;
b) Os Projetos do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária e, privativamente, a prestação de contas do Executivo e da Mesa da Câmara;
III - à Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Social e Econômico (CIDSE): emitir parecer sobre as matérias e proposições que digam respeito a:
a) Obras, urbanismo, transportes, comunicações e serviços públicos municipais;
b) Educação, cultura, desporto, saúde pública e assistência social;
c) Agricultura, indústria, comércio, turismo e defesa do meio ambiente; d) Defesa dos direitos e garantias fundamentais do cidadão;
e) Demais assuntos de interesse público local que não sejam de competência específica das Comissões de Constituição, Justiça e Redação ou de Finanças e Orçamentos.

Art. 110. O processo de votação das proposições legislativas observará os seguintes ritos:
I – As Emendas à Lei Orgânica serão discutidas e votadas em 2 (dois) turnos, com interstício mínimo de 10 (dez) dias.
II – As Leis Complementares serão aprovadas em turno único.
III – As Leis Ordinárias e as demais proposições serão aprovadas em turno único.
Parágrafo único – REVOGADO

Art. 116. A votação é o ato pelo qual o Plenário manifesta sua vontade deliberativa. A votação será, em regra, simbólica.
§ 1º A votação será nominal e aberta sempre que exigida pela Lei Orgânica ou por este Regimento, especialmente nas deliberações que exijam quórum de maioria absoluta ou de dois terços.
§ 2º É vedada a realização de votação por escrutínio secreto para qualquer matéria legislativa ou de fiscalização, admitida somente para a eleição da Mesa Diretora.
§ 3º O Vereador que presidir a sessão só terá direito a voto nas hipóteses previstas no Art. 33 da Lei Orgânica e na eleição da Mesa Diretora.

Art. 116-A. As deliberações do Plenário serão tomadas conforme os seguintes quóruns:
I - Maioria Simples: Para as Leis Ordinárias e demais proposições, como Resoluções, Decretos Legislativos e Requerimentos.
II - Maioria Absoluta: Para a aprovação de Leis Complementares, para a rejeição de veto do Poder Executivo e para a aplicação da sanção de suspensão temporária do exercício do mandato de Vereador;
III - Dois Terços: Para a aprovação de Propostas de Emenda à Lei Orgânica, para afastar o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas anuais do Prefeito, nos termos do art. 31, § 2º, da Constituição Federal, e para a cassação do mandato de Vereador, nos termos do art. 5º, VI, do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.

Art. 116-B. Para os fins deste Regimento, considera-se:
I - Maioria Simples: O primeiro número inteiro superior à metade dos votos dos Vereadores presentes na sessão, desconsiderados os votos em branco e as abstenções.
II - Maioria Absoluta: O primeiro número inteiro superior à metade do número total de membros que compõem a Câmara Municipal, correspondendo a, no mínimo, 5 (cinco) votos favoráveis.
III - Maioria de Dois Terços: O resultado favorável de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do número total de membros que compõem a Câmara Municipal, correspondendo a, no mínimo, 6 (seis) votos favoráveis.
Parágrafo único. O número de membros a ser considerado para o cálculo da Maioria Absoluta e do quórum de dois terços corresponde à composição total da Câmara, fixada em 9 (nove) Vereadores.

Art. 158. A alteração deste Regimento Interno será realizada mediante Projeto de Resolução, aprovado em turno único pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara.
§ 1º A proposta de alteração, protocolada nos termos do art. 157, será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR),

que terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para exarar parecer sobre sua admissibilidade e mérito.
§ 2º Com o parecer da CCJR, o Projeto de Resolução será incluído na Ordem do Dia para discussão e votação.
§ 3º Durante a discussão em Plenário, poderão ser apresentadas emendas por qualquer Vereador, as quais serão votadas antes da votação do texto principal do Projeto.

Art. 160. A apreciação do veto pelo Plenário será feita em discussão e votação únicas, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento.
Parágrafo único. O veto somente será rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em votação aberta e nominal.

Art. 2º A Resolução nº 001, de 08 de março de 2006 (Regimento Interno), passa a vigorar acrescida do seguinte Título X-A:

TÍTULO X-A
DA ÉTICA E DO DECORO PARLAMENTAR
CAPÍTULO I
DAS CONDUTAS INCOMPATÍVEIS COM O DECORO PARLAMENTAR

Art. 167-A. Atenta contra o decoro parlamentar o Vereador que praticar qualquer ato que afete a dignidade de seu mandato ou a imagem do Poder Legislativo. Consideram-se procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, entre outros:
I - Abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas ao Vereador;
II - Receber vantagens indevidas em razão do cargo;
III - Praticar irregularidades graves no desempenho do mandato ou de suas funções;
IV - Perturbar a ordem das sessões da Câmara ou das reuniões das Comissões;
V - Usar, em seus discursos ou pareceres, de expressões ofensivas ou caluniosas contra qualquer pessoa ou autoridade;
VI - Praticar agressão física ou moral no edifício da Câmara ou fora dele, quando no exercício do mandato;
VII - Desrespeitar, por atos ou palavras, a Mesa Diretora ou qualquer membro do Poder Legislativo;
VIII - Obstruir, por qualquer meio, os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

CAPÍTULO II
DAS SANÇÕES DISCIPLINARES
Art. 167-B. A violação das normas de decoro parlamentar sujeitará o Vereador infrator, conforme a gravidade da falta, às seguintes sanções:
I - nadvertência, consistente em repreensão verbal ou escrita, de caráter reservado, aplicada pela Mesa Diretora;
II - censura pública, consistente em repreensão formal, verbal ou escrita, aplicada em sessão pública pela Mesa Diretora;
III - suspensão temporária do exercício do mandato, consistente no afastamento do Vereador por prazo de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias, com perda da remuneração correspondente ao período de afastamento, sem convocação do suplente;
IV - cassação do mandato.
§ 1º A cassação do mandato somente será aplicada ao Vereador que, nos termos do art. 7º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967:
I - utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;
II - fixar residência fora do Município;
III - proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.
§ 2º As sanções previstas nos incisos I a III do caput serão aplicadas mediante o processo disciplinar de que tratam os arts. 167-F a 167-H, e a cassação do mandato, exclusivamente mediante o processo de que trata o art. 167-I.

Art. 167-C. Na aplicação das sanções, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para a Câmara e as circunstâncias atenuantes ou agravantes.

CAPÍTULO III
DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Art. 167-D. Fica instituída a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, de caráter permanente, composta por 3 (três) membros, com mandato de 2 (dois) anos, designados pelo Presidente da Câmara no início de cada biênio legislativo, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional partidária.
Parágrafo único. O membro da Comissão que for autor da representação ou representado ficará impedido de atuar no respectivo processo, e o Presidente da Câmara designará substituto.

Art. 167-E. Compete à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste Título, atuando na preservação da dignidade do mandato parlamentar e instruindo os processos disciplinares destinados à aplicação das sanções previstas nos incisos I a III do art. 167-B.
Parágrafo único. A Comissão não atuará no processo de cassação do mandato, cuja instrução compete exclusivamente à Comissão Processante constituída na forma do art. 167-I.

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO DISCIPLINAR
Art. 167-F. O processo disciplinar destinado à aplicação das sanções previstas nos incisos I a III do art. 167-B será instaurado mediante representação escrita e fundamentada, com a exposição dos fatos e a indicação das provas, apresentada à Mesa Diretora por qualquer eleitor, partido político representado na Câmara ou Vereador.
Parágrafo único. A denúncia que tenha por objeto a cassação do mandato, nas hipóteses do § 1º do art. 167-B, será processada exclusivamente na forma do art. 167-I, não se aplicando a ela o disposto nos arts. 167-G e 167-H.

Art. 167-G. A Mesa Diretora, na primeira sessão ordinária após o protocolo, fará juízo prévio de admissibilidade da representação. Se admitida, a representação será encaminhada à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar; se inadmitida, será arquivada.
§ 1º Da decisão que inadmitir a representação caberá recurso ao Plenário, interposto pelo autor ou por qualquer Vereador no prazo de 5 (cinco) dias, a ser deliberado por maioria simples.
§ 2º A Mesa Diretora não exercerá juízo de admissibilidade sobre denúncia que tenha por objeto a cassação do mandato, cuja leitura e cuja deliberação sobre o recebimento competem ao Plenário, na forma do art. 167-I, II.

Art. 167-H. Instaurado o processo disciplinar na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, seguir-se-á o seguinte rito:
I - o Presidente da Comissão notificará o Vereador representado, entregando-lhe cópia integral da representação e das provas, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, apresente defesa prévia por escrito, indique provas e arrole até 3 (três) testemunhas;
II - a Comissão, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, prorrogável por igual período mediante deliberação do Plenário, procederá às diligências necessárias, ouvirá as testemunhas e colherá as provas pertinentes, e o representado será intimado de todos os atos, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e audiências, formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa;
III - concluída a instrução, será aberta vista do processo ao representado para razões finais escritas, no prazo de 5 (cinco) dias;
IV - apresentadas as razões finais ou decorrido o respectivo prazo, a Comissão elaborará, no prazo de 10 (dez) dias úteis, parecer fundamentado, opinando pelo arquivamento da representação ou pela sua procedência, sugerindo, neste caso, a sanção aplicável dentre as previstas nos incisos I a III do art. 167-B.
§ 1º O parecer será lido em Plenário e incluído na Ordem do Dia da sessão subsequente para deliberação, assegurado ao representado ou a seu procurador o direito à sustentação oral pelo prazo de 30 (trinta) minutos.
§ 2º A sanção de advertência ou de censura pública será aplicada por ato da Mesa Diretora, após aprovação do parecer por maioria simples do Plenário.
§ 3º A sanção de suspensão temporária do exercício do mandato dependerá de aprovação por maioria absoluta dos membros da Câmara, em votação nominal e aberta.

§ 4º Se, no curso do processo disciplinar, a Comissão verificar indícios de infração prevista no § 1º do art. 167-B, encaminhará cópia dos autos ao Presidente da Câmara, o que não importará recebimento de denúncia nem instauração de processo de cassação, que dependerão de denúncia apresentada por qualquer eleitor, inclusive membro da Comissão, na forma do art. 167-I, observados os impedimentos do seu inciso I. É vedada, no processo de que trata este artigo, a proposição ou a aplicação da sanção de cassação do mandato.

Art. 167-I. O processo de cassação do mandato de Vereador, nas hipóteses do § 1º do art. 167-B, obedecerá ao rito estabelecido no art. 5º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, observando-se o seguinte:
I - a denúncia escrita poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas, e, se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão Processante, podendo praticar todos os atos de acusação; se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal para os atos do processo e só votará se necessário para completar o quórum de julgamento, convocando-se o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão Processante;
II - de posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará o Plenário sobre o seu recebimento, que dependerá do voto da maioria dos presentes, e, decidido o recebimento, na mesma sessão será constituída a Comissão Processante, com 3 (três) Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator;
III - recebendo o processo, o Presidente da Comissão Processante iniciará os trabalhos dentro de 5 (cinco) dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e dos documentos que a instruírem, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente defesa prévia por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de 10 (dez), e, se o denunciado estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes no órgão oficial, com intervalo de, pelo menos, 3 (três) dias, contado o prazo da primeira publicação;
IV - decorrido o prazo de defesa, a Comissão Processante emitirá parecer dentro de 5 (cinco) dias, opinando pelo prosseguimento ou pelo arquivamento da denúncia, o qual, neste último caso, será submetido ao Plenário, e, se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o seu Presidente designará desde logo o início da instrução e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários para o depoimento do denunciado e a inquirição das testemunhas;
V - o denunciado será intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e audiências, formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa;
VI - concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado para razões escritas, no prazo de 5 (cinco) dias, e, após, a Comissão Processante emitirá parecer final pela procedência ou improcedência da acusação e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento;
VII - na sessão de julgamento, serão lidas as peças requeridas por qualquer dos Vereadores e pelo denunciado, e, a seguir, os que desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um, e, ao final, o denunciado ou seu procurador terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para produzir sua defesa oral;
VIII - concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais e abertas quantas forem as infrações articuladas na denúncia, considerando-se cassado o mandato do denunciado que for declarado, pelo voto de, no mínimo, dois terços (2/3) dos membros da Câmara, incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia;
IX - concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, havendo condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato, e, se o resultado for absolutório, determinará o arquivamento do processo, comunicando, em qualquer dos casos, o resultado à Justiça Eleitoral.
§ 1º O processo de que trata este artigo deverá estar concluído dentro de 90 (noventa) dias, contados da data em que se efetivar a notificação do denunciado, e, transcorrido o prazo sem o julgamento, será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.
§ 2º Aplicam-se ao processo de cassação, no que couber, as disposições do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que prevalecerão sobre as normas deste Regimento em caso de conflito.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Ficam revogados o art. 99 e seu parágrafo único e o art. 123 da Resolução nº 001/2006.
Edifício da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul, em 15 de outubro de 2026.

CARLOS RODRIGO ISRAEL
Presidente

ADILSON SERGIO SCREMIN
1ª Secretário

Publicado por:
Fernanda Borato Schlickmann
Código Identificador:EE56D4D1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 2 DO CONTRATO N°62-2025

TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo do Contrato N°62/2025, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. HELIO JOSE SURDI, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3, a seguir denominada **CONTRATANTE** e a empresa **PADARIA E CONFEITARIA CHEIRO DE PÃO**, inscrita no CNPJ sob o Nº 46.564.389/0001-07, com sede na Avenida Ipiranga, 271, centro, na cidade de Bom Jesus do Sul do Sul, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. JAISSON MARCOS OLIVEIRA DOS REIS, brasileiro, portador do RG N°5679577 SSP/SC, inscrito no CPF Nº 065.871.679-42, residente e domiciliado na cidade de Bom Jesus do Sul do Sul - PR, a seguir denominada **CONTRATADA**, de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO
Fica prorrogada a vigência do presente contrato até a data de 27 de outubro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul – PR, 15 de outubro de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
- Contratante-

PADARIA E CONFEITARIA CHEIRO DE PÃO
- Contratada-

LORIZETE TEIXEIRA SURDI
- Gestora do Contrato-

TESTEMUNHAS:

_____
ALCIONE MAZZOCATO

_____
JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:E8235F7E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº 3.928, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Institui a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Bom Sucesso do Sul, referente ao decênio 2026–2036 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 214 da Constituição Federal, que estabelece o Plano Nacional de Educação como instrumento articulador do Sistema Nacional de Educação, com vigência decenal;
CONSIDERANDO a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2026–2036 e estabelece objetivos, metas e estratégias para a política educacional brasileira, organizados em torno dos pilares acesso, qualidade e equidade;
CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Educação constitui referência obrigatória para a elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação, no regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
CONSIDERANDO que o Plano Municipal de Educação é instrumento de planejamento de longo prazo, responsável por definir diretrizes, metas e estratégias para a educação no âmbito municipal, devendo ser elaborado de forma democrática, com ampla participação da sociedade civil, dos profissionais da educação e do poder público;
CONSIDERANDO que as etapas de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do PME constituem processo contínuo, articulado e baseado em evidências;
CONSIDERANDO a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação em assegurar apoio técnico e administrativo ao processo,

DECRETA:

CAPÍTULO I — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica instituída a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Bom Sucesso do Sul, referente ao decênio 2026–2036, composta pelas seguintes instâncias:

I — Comissão Gestora;
II — Equipe Técnica;
III — Grupos de Trabalho (GTs).

Parágrafo único. As instâncias de que trata o caput atuarão de forma articulada, complementar e contínua, visando assegurar qualidade técnica, participação social, viabilidade institucional e coerência metodológica ao Plano Municipal de Educação.
Art. 2º A elaboração do Plano Municipal de Educação observará, no mínimo, as seguintes etapas:
I — Instalação da governança;
II – Formação inicial para comissão gestora, equipe técnica e coordenadores dos grupos de trabalho;
III – Elaboração de diagnóstico da realidade educacional do Município, fundamentado em dados oficiais e em escuta participativa;
IV — Definição de objetivos, metas e estratégias compatíveis com o PNE 2026–2036 e com as especificidades locais;
IV — consulta e validação social;
V — elaboração e revisão do texto-base do Projeto de Lei do PME;
VI — encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal.
CAPÍTULO II — DA COMISSÃO GESTORA
Art. 3º A Comissão Gestora constitui instância de coordenação política, institucional e deliberativa do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação.
Art. 4º Compete à Comissão Gestora:
I — coordenar o processo geral de elaboração do PME;
II — definir diretrizes, cronograma e organização dos trabalhos;
III — instituir e supervisionar a Equipe Técnica e os Grupos de Trabalho;
IV — garantir a participação social e a transparência do processo;
V — validar o diagnóstico educacional do Município;
VI — deliberar sobre objetivos, metas e estratégias do PME;
VII — aprovar o texto-base do Plano Municipal de Educação;
VIII — acompanhar a tramitação do Projeto de Lei junto ao Poder Legislativo;
IX — articular-se com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Conselho Municipal de Educação e com o Fórum Municipal de Educação;
X — assegurar condições institucionais e operacionais para o desenvolvimento dos trabalhos;
XI — designar os Coordenadores dos Grupos de Trabalho;
XII — definir e distribuir os eixos temáticos dos Grupos de Trabalho, com base no PNE 2026–2036;
XIII — deliberar sobre casos omissos e questões supervenientes ao processo de elaboração.

Art. 5º A Comissão Gestora será composta por representantes das seguintes instituições:

I — 3 (três) representante do Departamento Municipal de Educação;
II — 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
III — 1 (um) representante do Fórum Municipal de Educação, quando instituído;
IV — 1 (um) representante da Comissão de Educação da Câmara Municipal;
V — 1 (um) representante do conselho municipal de alimentação escolar-CAE
VI — 1 (um) representante da rede estadual de ensino com unidades no Município;
VII— 1 (um) representante da sociedade civil

§ 1º Cada uma das instituições referidas neste artigo indicará formalmente 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente.
§ 2º Os membros da Comissão Gestora serão nomeados por ato do Poder Executivo Municipal, mediante indicação formal das respectivas instituições, no prazo máximo de 5 dias contados da publicação deste Decreto.
§ 3º A coordenação geral da Comissão Gestora será exercida por representante do Departamento Municipal de Educação, a quem competirá presidir as reuniões e representar a Comissão externamente.
§ 4º A Comissão Gestora reunir-se-á ordinariamente conforme cronograma aprovado e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Coordenador ou de um terço de seus membros.
§ 5º As deliberações da Comissão Gestora serão tomadas por maioria simples dos presentes, exigida a presença mínima da maioria absoluta de seus membros, e registradas em ata.
§ 6º A participação na Comissão Gestora é considerada serviço público relevante e não enseja remuneração de qualquer natureza.
CAPÍTULO III — DA EQUIPE TÉCNICA

Art. 6º A Equipe Técnica constitui instância de caráter técnico-operacional, responsável pela condução metodológica, levantamento, análise e sistematização de dados, bem como pela elaboração do conteúdo do Plano Municipal de Educação.
Art. 7º Compete à Equipe Técnica:
I — levantar, analisar e sistematizar dados educacionais oriundos de fontes oficiais, especialmente do INEP, do IBGE e da Plataforma do PAR;
II — elaborar o diagnóstico da realidade educacional do Município, com identificação dos principais problemas e desigualdades;
III — analisar indicadores e metas dos planos vigentes, especialmente os resultados do PME do ciclo anterior;
IV — apoiar os Grupos de Trabalho na identificação e análise de problemas e na construção da árvore de problemas;
V — orientar a construção metodológica dos trabalhos, observando o Guia Metodológico do MEC;
VI — sistematizar as contribuições oriundas da participação social;

VII — garantir coerência entre diagnóstico, objetivos, metas e estratégias;
VIII — elaborar documentos técnicos, relatórios e o texto-base do PME;
IX — padronizar conceitos, terminologia e metodologia ao longo do processo;
X — assessorar tecnicamente a Comissão Gestora;
XI — subsidiar decisões com base em evidências;
Parágrafo único. A Equipe Técnica não possui caráter deliberativo, cabendo-lhe formular subsídios e recomendações à Comissão Gestora.
Art. 8º A Equipe Técnica será composta por, no mínimo, [Nº] membros titulares, designados pela Diretora do Departamento Municipal de Educação por meio de Portaria específica.
§ 1º A equipe deverá ser composta, preferencialmente, por servidores públicos de carreira, com perfil multidisciplinar, contemplando experiência em:
I — estatísticas e indicadores educacionais;
II — planejamento e gestão pública;
III — orçamento público e financiamento da educação;
IV — elaboração de documentos técnicos e normativos;
V — currículo, avaliação e práticas pedagógicas das diferentes etapas e modalidades de ensino.
§ 2º Poderão integrar a Equipe Técnica, como membros convidados, técnicos de outras secretarias municipais, representantes de instituições de ensino superior e especialistas.
§ 3º Em razão do caráter contínuo e técnico das atividades, não haverá suplência na Equipe Técnica, podendo, contudo, ser realizada substituição mediante novo ato de designação.
§ 4º A Equipe Técnica contará com o suporte administrativo da Secretaria Municipal de Educação.
§ 5º A coordenação da Equipe Técnica será exercida por servidor designado no ato de sua composição.

CAPÍTULO IV — DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 9º Os Grupos de Trabalho (GTs) constituem instâncias de caráter participativo e temático, vinculadas aos eixos estruturantes do Plano Nacional de Educação 2026–2036.
Art. 10. Compete aos Grupos de Trabalho:
I — analisar a realidade educacional do Município no respectivo eixo temático, com base em dados e evidências;
II — identificar e formular problemas educacionais prioritários;
III — contribuir para a construção da árvore de problemas e da matriz de causas e efeitos;
IV — propor objetivos, metas e estratégias para o PME, em diálogo com o PNE;
V — participar das discussões, escutas e validações coletivas;
VI — submeter as contribuições à Equipe Técnica para sistematização.
Art. 11. Os Grupos de Trabalho serão organizados por eixos temáticos alinhados ao PNE 2026–2036, podendo contemplar, entre outros:
I — Educação Infantil;
II — Alfabetização e Ensino Fundamental;
III — Ensino Médio e articulação com a Educação Profissional e Tecnológica;
IV — Educação Integral e em tempo integral;
V — Diversidade, Inclusão e Equidade (Educação Especial, Indígena, Quilombola, do Campo e Educação de Jovens e Adultos);
VI — Valorização dos Profissionais da Educação;
VII — Gestão Democrática, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica;
VIII — Financiamento da Educação;
IX — Conectividade, Infraestrutura e Tecnologias Educacionais;
X — Articulação com a Educação Superior, quando pertinente à realidade local.
Parágrafo único. Caberá à Comissão Gestora a definição e distribuição final dos eixos temáticos, bem como o agrupamento de eixos correlatos, conforme a realidade do Município e a disponibilidade de participantes.
Art. 12. Cada Grupo de Trabalho contará com:
I — 1 (um) Coordenador, designado pela Comissão Gestora em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, preferencialmente entre profissionais com conhecimento técnico ou trajetória reconhecida no eixo temático;
II — 1 (um) Relator, escolhido entre os participantes do próprio Grupo de Trabalho na primeira reunião.
§ 1º Compete ao Coordenador conduzir as reuniões, zelar pelo cumprimento da metodologia e articular-se com a Equipe Técnica.
§ 2º Compete ao Relator registrar as discussões, sistematizar deliberações preliminares e encaminhar as contribuições à Equipe Técnica nos prazos definidos pelo cronograma.
Art. 13. A participação nos Grupos de Trabalho será aberta ao público, mediante chamamento divulgado pelos canais oficiais do Município.
§ 1º A inscrição dos participantes ocorrerá por meio de instrumento próprio definido pela Comissão Gestora, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação.
§ 2º A participação será voluntária e não remunerada e, quando se tratar de servidores públicos municipais, deverá ocorrer, preferencialmente, fora do horário regular de trabalho.
§ 3º Poderá ser estabelecido limite de participantes por Grupo de Trabalho, considerando critérios de organização e representatividade.
§ 4º Deverá ser assegurada, sempre que possível, diversidade de representação, contemplando profissionais da educação, gestores, estudantes maiores de idade, famílias, sociedade civil organizada e demais atores interessados.
§ 5º A relação de participantes inscritos por Grupo de Trabalho será registrada e publicizada por meio de Portaria de homologação a ser publicada pela Secretaria Municipal de Educação.
§ 6º A participação não gera vínculo de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal.
CAPÍTULO V — DA ARTICULAÇÃO ENTRE AS INSTÂNCIAS
Art. 14. A articulação entre as instâncias instituídas por este Decreto observará o seguinte fluxo metodológico:
I — a Equipe Técnica fornece dados, subsídios e orientação metodológica aos Grupos de Trabalho;
II — os Grupos de Trabalho realizam debates, formulam problemas e apresentam propostas de objetivos, metas e estratégias;
III — a Equipe Técnica sistematiza as contribuições e elabora versão preliminar do texto-base;
IV — a Comissão Gestora analisa, valida e delibera sobre o texto-base;
V — o texto validado é submetido a consulta pública e/ou audiência pública, quando assim deliberado pela Comissão Gestora;
VI — o documento final é consolidado e encaminhado, na forma de Projeto de Lei, ao Poder Legislativo Municipal.
Art. 15. Todas as etapas do processo serão registradas em atas, relatórios e demais documentos, assegurando-se transparência, publicidade e rastreabilidade das deliberações.

CAPÍTULO VI — DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 16. As instâncias instituídas por este Decreto têm caráter temporário e finalidade exclusiva, sendo responsáveis unicamente pelo processo de elaboração do Plano Municipal de Educação referente ao decênio 2026–2036.
Art. 17. Após a aprovação do Plano Municipal de Educação, o processo de implementação, monitoramento e avaliação das metas e estratégias será conduzido pelas instâncias permanentes de acompanhamento da política educacional, especialmente pela Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação do PME e pelo Fórum Municipal de Educação, nos termos da legislação vigente e dos atos normativos próprios.
Art. 18. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas, se necessário.
Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Gestora, ouvida, quando necessário, a Procuradoria-Geral do Município.
Art. 20. Fica revogado integralmente o Decreto nº 3.840 de 12 de maio de 2026.
Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, estado do Paraná, aos 15 dias do mês Outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:154090B5

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 544, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Conceder auxílio deslocamento a servidores municipais.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados auxílios deslocamento em razão do deslocamento à cidade de **Capanema–PR**, a serviço do Departamento de Educação, Cultura e Esportes, para participação da XXIV Copa Sudoeste de Futsal

Servidor	Cargo/Função	Data e horários	Quantidade	Transporte
Alessandro José Capelin	Chefe da Divisão de Esportes	**15/10/2026** Saída: 17:30h Retorno:00:00h	01 - (um) Auxílio deslocamento	Veículo Oficial
Roni Eduardo Arsego	Motorista	**15/10/2026** Saída: 17:30h Retorno:00:00h	01 - (um) Auxílio deslocamento	Veículo Oficial

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 15 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de outubro do ano de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:88D1EBA7

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 545, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede auxílio deslocamento a servidora Ana Rafaela Dagostin Incheski.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder a servidora **Ana Rafaela Dagostin Incheski**, ocupante do cargo efetivo de **Assistente Social**, matrícula nº **772-2/1**, **01 (um) auxílio deslocamento de viagem**, para o dia **15 de outubro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Francisco Beltrão/PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Assistência Social, para participar de Seminário Regional do Trabalho Infantil no Sudoeste do Paraná.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 15 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos **15 (quinze) dias do mês de outubro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:4B33ADE6

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 52/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº39/2026
Número da Contratação no comprasnet 22/2026
UASG: 989979
O Município de Bom Sucesso do Sul/PR. comunica que realizará o Pregão Eletrônico nº 52/2026, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** destinado ao **registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para locação temporária de estruturas luminosas e elementos decorativos destinados ao Natal de Luz 2026 do Município de Bom Sucesso do Sul/PR, conforme especificações técnicas quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência. O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações contantes deste edital, e no Instrumento Convocatório e em seus anexos.** A sessão do pregão eletrônico será realizada através do site **www.gov.br/compras/pt-br, no dia 03/11/2026, às 09h00min**. O edital encontra-se disponível nos endereços eletrônicos: **www.gov.br/compras/pt-br e www.bomsucessodosul.pr.gov.br,** podendo também ser solicitado pelos e-mails pregoeiro_bss@hotmail.com e/ou licitacoes@bssul.pr.gov.br. Informações pelo fone (46) 3199-2333.

Bom Sucesso do Sul, 15 de outubro de 2026.

JOSIANE FOLLE
Pregoeira

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:126F4CC4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 60/2026

SUMULA: DISPÕE SOBRE A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY AO DECRETO ESTADUAL Nº 3.434, DE 14 DE SETEMBRO DE 2023, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 20.436, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE A LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA, E INSTITUI PARÂMETROS PARA CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS CONSIDERADAS DE BAIXO RISCO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZIELINSKI, Prefeito Municipal de Braganey, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica), que estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 20.436/2020, que dispõe sobre a adoção de medidas de desburocratização e liberdade econômica no âmbito do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 3.434, de 14 de setembro de 2023, que regulamenta a referida Lei Estadual e define a classificação de risco das atividades econômicas, incluindo aquelas consideradas de Baixo Risco (Nível I);

CONSIDERANDO a necessidade de promover maior eficiência administrativa, celeridade nos processos de licenciamento e melhoria do ambiente de negócios no Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica formalizada a adesão do Município de Braganey ao Decreto Estadual nº 3.434, de 14 de setembro de 2023, que regulamenta a Lei Estadual nº 20.436/2020 e estabelece os parâmetros para classificação das atividades econômicas consideradas de Baixo Risco, nos termos da Lei Federal nº 13.874/2019.

Art. 2º A lista das atividades econômicas classificadas como de Baixo Risco (Nível I), conforme estabelecida pelo Decreto Estadual nº 3.434/2023 e suas atualizações, passa a ser adotada integralmente pelo Município de Braganey para fins de dispensa de atos públicos de liberação, licenciamento ou autorizações prévias, nos termos da legislação vigente

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:81B22C34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0177/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 035/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0177/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 035/2026

PREÂMBULO
Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa A M MENDES - ACESSORIOS**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 06.009.600/0001-05, sediada na RUA CEARA,290 JARDIM APUCARANA, na cidade de APUCARANA, Estado do PR, CEP: 86804-210, neste ato representada pelo **Sra.** ADRIANA MICHELE MENDES**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 034.600.949-90** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 035/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de pneus novos, câmaras de ar e protetores, de primeira linha, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, pesados, máquinas agrícolas e equipamentos de terraplanagem das diversas secretarias do Município de Braganey – PR**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 88.140,00 (oitenta e oito mil, cento e quarenta reais).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **15/10/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 15 de outubro de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:18F22D75

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0179/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 035/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0179/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 035/2026

PREÂMBULO
Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 10.158.356/0001-01, sediada na AVENIDA RODOVIA ANTÔNIO HEIL, Nº.800,0 ITAIPAVA, na cidade de ITAJAI, Estado do SC, CEP: 88316-001, neste ato representada pelo **Sr.** GUILHERME DO PRADO**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 057.063.669-85** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 035/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de pneus novos, câmaras de ar e protetores, de primeira linha, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, pesados, máquinas agrícolas e equipamentos de terraplanagem das diversas secretarias do Município de Braganey – PR**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 32.238,00 (trinta e dois mil, duzentos e trinta e oito reais).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **15/10/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 15 de outubro de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:76A1013D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0181/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 035/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0181/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 035/2026

PREÂMBULO

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa JMC DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA - EPP**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 01.795.704/0001-60, sediada na RUA MARECHAL FLORIANO,2803 CENTRO, na cidade de CASCAVEL, Estado do PR, CEP: 85801-250, neste ato representada pelo **Sr.** JOSE CARLOS DEZEN**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 497.024.750-15** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 035/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de pneus novos, câmaras de ar e protetores, de primeira linha, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, pesados, máquinas agrícolas e equipamentos de terraplanagem das diversas secretarias do Município de Braganey – PR**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 52.471,00 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e setenta e um reais).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **15/10/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 15 de outubro de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:711B45F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0182/2026
VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 035/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0182/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 035/2026

PREÂMBULO
Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa J M COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 59.958.478/0001-71, sediada na, AV BRASIL,108 NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, na cidade de TRÊS BARRAS DO PARANÁ, Estado do PR, CEP: 85486-500, neste ato representada pelo **Sra.** Janaine Menegazzo da Silva**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 101.689.279-93** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 035/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de pneus novos, câmaras de ar e protetores, de primeira linha, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, pesados, máquinas agrícolas e equipamentos de terraplanagem das diversas secretarias do Município de Braganey – PR**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil, quinhentos reais).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **15/10/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 15 de outubro de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:8606125C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0184/2026
VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 035/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0184/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 035/2026

PREÂMBULO
Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 36.097.231/0001-02, sediada na AVENIDA RUA JOÃO CARLOS MARINHO, 25,0 BORTOLON, na cidade de Xanxerê, Estado do SC, CEP: 89820-000, neste ato representada pelo **Sra.** EDITE TEREZINHA MORETTO BOMBASSARO**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 516.757.819-15** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 035/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de pneus novos, câmaras de ar e protetores,**

de primeira linha, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, pesados, máquinas agrícolas e equipamentos de terraplanagem das diversas secretarias do Município de Braganey – PR

CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL

Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 16.884,00 (dezesseis mil, oitocentos e oitenta e quatro reais).**

CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até **15/10/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 15 de outubro de 2026.

.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:570D5D6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0185/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 035/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0185/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 035/2026

PREÂMBULO

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**

2. E, de outro lado, a empresa PNEUPLUS LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 46.112.902/0001-10, sediada na RUA ROTARY,692 BAIRRO SANTANA, na cidade de GUARAPUAVA, Estado do PR, CEP: 85070-280, neste ato representada pelo **Sra.** KARLA MURIEL SALVADOR SZYCHTA**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 049.302.269-45** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 035/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."

CLÁUSULA – DO OBJETO

O objeto desta ATA é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de pneus novos, câmaras de ar e protetores, de primeira linha, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, pesados, máquinas agrícolas e equipamentos de terraplanagem das diversas secretarias do Município de Braganey – PR**

CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL

Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 52.110,00 (cinquenta e dois mil, cento e dez reais).**

CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até **15/10/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 15 de outubro de 2026.

.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:32C1D1AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 16/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 27/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Pregão Eletrônico N°. 16/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 27/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor Por Item, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a organização completa de dois eventos oficiais do "I Encontro de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família", incluindo estrutura, logística, apoio técnico, profissionais, materiais e demais serviços necessários à plena execução das atividades.

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico N°. 16/2026,**

conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
MAJESTIC EVENTOS INTERNACIONAIS LTDA	62.893.713/0001-89	R$ 76.099,99

Braganey, 15 de Outubro 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:BE1BD0B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 35/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 81/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Pregão Eletrônico N°. 35/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 81/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor Por Item, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de pneus novos, câmaras de ar e protetores, de primeira linha, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, pesados, máquinas agrícolas e equipamentos de terraplanagem das diversas secretarias do Município de Braganey – PR

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico N°. 35/2026,**

conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
60.715.289 LEONARDO FRANCIOSI	60.715.289/0001-57	R$ 96.234,00
A M MENDES - ACESSORIOS	06.009.600/0001-05	R$ 88.140,00
COUTINHO PNEUS LTDA	49.230.882/0001-70	R$ 137.311,50
CPX DISTRIBUIDORA S/A	10.158.356/0001-01	R$ 32.238,00
GAMA PNEUS LTDA	55.623.647/0001-61	R$ 37.800,00
JMC DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA - EPP	01.795.704/0001-60	R$ 52.471,00
J M COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA	59.958.478/0001-71	R$ 58.500,00
LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA	56.933.664/0001-68	R$ 196.990,41
MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA	36.097.231/0001-02	R$ 16.884,00
PNEUPLUS LTDA	46.112.902/0001-10	R$ 52.110,00
SILVA & SILVA COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	29.438.648/0001-26	R$ 62.490,00

Braganey, 15 de outubro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:94F7D28B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 102/2026
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 82/2026
Pregão - Eletrônico Nº. 30/2026

Contratante: MUNICIPÍO DE CAFEARA, CNPJ nº . 75.845.545/0001-06
Contratada: DEPOSITO FLORAI LTDA, CNPJ nº 14.391.137/0001-29
Valor total de R$ 217.180,00 (duzentos e dezessete mil e cento e oitenta reais).
Fundamento legal: Lei 14133/21
Data da assinatura: 15/10/2026
Vigencia: 12 meses

Publicado por:
Thais Fernanda Tomadon
Código Identificador:FA891460

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DA DECISÃO

EXTRATO DA DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 90/2026
RECORRENTE: 43.665.571 PRISCILA APARECIDA DOS SANTOS DIAS ROSALINO (RD Consultoria Educacional)
RECORRIDA: RAFAEL SANTANA FRIZON SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
OBJETO: Contratação de empresa ou profissional especializado para prestação de serviços técnicos destinados à elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Município de Cafeara – PR.
A autoridade superior, após análise do recurso administrativo interposto, decidiu por CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo integralmente a decisão do Agente de Contratação de 09 de outubro de 2026.
Fica mantida como HABILITADA E VENCEDORA da Dispensa de Licitação nº 39/2026 a proponente RAFAEL SANTANA FRIZON SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, pelo valor global de R$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais).
Determinou-se o retorno dos autos ao Setor de Licitações e Compras para prosseguimento das fases subsequentes do procedimento, inclusive adjudicação, homologação e formalização da contratação, na forma da legislação aplicável.
A decisão integral permanece juntada aos autos do Processo Administrativo nº 90/2026 e disponível para consulta pelos interessados.

Cafeara/PR, 15 de outubro de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:2C0F3029

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO CONTRATO Nº 78/2026
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 38/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2026
Contratante:
Nome: MUNICÍPIO DE CAFEARA – PR
CNPJ: 75.845.545/0001-06
Contratado:
Nome: DENTAL MED EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA. – EPP
CNPJ/MF: 07.978.004/0001-98
Valor: R$ 15.150,00 (quinze mil, cento e cinquenta reais).
Fundamento Legal: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
Data de Assinatura: 15/10/2026.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DE CONSUMO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO ODONTOLÓGICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAFEARA.
Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:9C4DFD9E

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 79/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 90/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO: nº 39/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAFEARA, CNPJ nº 75.845.545/0001-06.
CONTRATADA: RAFAEL SANTANA FRIZON SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ nº 69.227.417/0001-98.
OBJETO: Contratação de empresa ou profissional especializado para prestação de serviços técnicos destinados à elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Município de Cafeara - PR.
VALOR GLOBAL: R$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.
INÍCIO DA EXECUÇÃO: Em até 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da Ordem de Serviço, Nota de Empenho ou documento equivalente.
FORMA DE ENTREGA: A versão final do Plano deverá ser entregue à Secretaria Municipal de Assistência Social em formato digital editável e em PDF, consolidada, revisada e apta à apreciação e deliberação pelo CMDPCD.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2026; Conta 06210; Funcional Programática 07.002.08.244.0010.2082; Fonte 934; Natureza da Despesa 3.3.90.39.00.00.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente art. 75, inciso II, e demais normas aplicáveis.

Cafeara/PR, 15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:D8F22E57

GOVERNO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0030/2026
Processo Adm: Nº 0000082

Objeto:REGISTRO DE PREÇO para Contratação de empresa especializada para fornecimento de cascalho britado tipo bica corrida, com granulometria variável, contendo material pétreo e finos, destinado à manutenção e recuperação de estradas rurais do Município de Cafeara, incluindo carga, transporte e descarga, com frete incluso.
Empresas vencedoras valor total: R$ 217.180,00(duzentos e dezessete mil e cento e oitenta reais):DEPOSITO FLORAI LTDA(14391137000129) com os lotes: 1 no valor total de R$ 217.180,00 (duzentos e dezessete mil e cento e oitenta reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE CAFEARA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) LEI 14133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

CAFEARA (PR), quinta-feira, 15 de outubro de 2026

ELTON FABIO LAZARETTI
Autoridade Competente

Publicado por:
Thais Fernanda Tomadon
Código Identificador:0E31B09E

GOVERNO MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.86/2026

Dispensa Nº. 38/2026

Fica HOMOLOGADO o resultado do Procedimento Licitatório - Dispensa nº 38/2026, de 29/09/2026, para o qual tem como objeto: "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DE CONSUMO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO ODONTOLÓGICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAFEARA" pelo critério de menor preço por lote, sendo vencedor(es) do objeto da licitação a(s) empresa(s):
DENTAL MED EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA. CNPJ Nº 07.978.004/0001-98 no valor total de R$15.350,00 (Quinze Mil, Trezentos e Cinqüenta Reais).

Cafeara - PR, quinze dias de outubro de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal
Cafeara – PR

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:07EC7051

GOVERNO MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 90/2026

Dispensa Nº. 39/2026

Fica HOMOLOGADO o resultado do Procedimento Licitatório - Dispensa nº 39/2026, de 02/10/2026, para o qual tem como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DESTINADOS À ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAFEARA – PR" pelo critério de menor preço por LOTE, sendo vencedor(es) do objeto da licitação a(s) empresa(s):
RAFAEL SANTANA FRIZON SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA CNPJ Nº 69.227.417/0001-98 no valor total de R$2.850,00 (Dois Mil, Oitocentos e Cinqüenta Reais).

Cafeara - PR, oito dias de outubro de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal
Cafeara –PR

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:9874DB95

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 373/2025 - PREGÃO -USO ATÉ 30/04/26 Nº 088/2025.

Extrato do 1° Termo Aditivo À ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 373/2025 - Pregão -Uso até 30/04/26 Nº 088/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.
Contratado: JOHNER RECREAÇÃO E EVENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 14.975.241/0001-60, RUA AMÉRICO SCHIO, 1112 CASA 04 - CEP: 85903540 - BAIRRO: JARDIM COOPAGRO, e-mail: andre@johnereventos.com.br, TELEFONE:(45) 9 9806-0669, CIDADE: Toledo/PR neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) GIANE FERNANDES DAMACENO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Fica alterada a cláusula **da vigência** do contrato originário para prorrogação por mais **12 (doze) meses,** da Ata de Registro de Preços nº 373/2025, **findando-se em 14/10/2027.**
Fica alterada a cláusula **valores** e **critério de reajuste** do contrato originário, reajustando o valor mensal de acordo com a variação dos últimos 12(doze) meses do **IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de 4,58%** (cinco inteiros e cinquenta e oito centésimos percentuais), passando o valor do contrato originário.

Valor Total: R$ 230.814,90 (Duzentos e Trinta Mil, Oitocentos e Quatorze Reais e Noventa Centavos
Assinaturas: Junior Motter, GIANE FERNANDES DAMACENO
Vigência: 15/10/2026 A 14/10/2027
Data da Assinatura:15/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:BE6DD60B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 211/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 38/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 211/2026 – Inexigibilidade nº 38/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: MADEIREIRA FICAGNA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 02.200.044/0001-90, RUA ORQUÍDEA, 2333 - CEP: 85420000 - BAIRRO: ALVORADA DO SOL, E-MAIL: ficagnamadeiras@hotmail.com, Telefone, (45) 9 9133-5839 CIDADE: Corbélia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) VANESSA CANDIDA FICAGNA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO, SOB DEMANDA, DE PRANCHAS DE MADEIRA SERRADA DE EUCALIPTO VERMELHO (EUCALYPTUS CAMALDULENSIS OU EUCALYPTUS TERETICORNIS), CONSTITUÍDAS PREDOMINANTEMENTE POR MADEIRA DE CERNE, DESTINADAS À MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO, REFORMA E EXECUÇÃO DE SUPERESTRUTURAS DE PONTES, PONTILHÕES E DEMAIS ESTRUTURAS DE MADEIRA SOB RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR..

Valor Total: R$ 344.775,00 (Trezentos e Quarenta e Quatro Mil, Setecentos e Setenta e Cinco Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, VANESSA CANDIDA FICAGNA.
Vigência: 15/10/2026 a 14/10/2027.
Data da Assinatura:15/10/2026.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:D5DF2650

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 212/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 38/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 212/2026 – Inexigibilidade nº 38/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: ZANELLI & BARROS DE SOUZA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 84.806.264/0001-27, AVENIDA DESEMBARGADOR MUNHOZ DE MELLO, 354 - CEP: 85415000 - BAIRRO: centro, E-MAIL: zanellibarros@gmail.com, Telefone, (45) 3241-1402 CIDADE: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) ANGELO ZANELLA BARROS DE SOUZA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO, SOB DEMANDA, DE PRANCHAS DE MADEIRA SERRADA DE EUCALIPTO VERMELHO (EUCALYPTUS CAMALDULENSIS OU EUCALYPTUS TERETICORNIS), CONSTITUÍDAS PREDOMINANTEMENTE POR MADEIRA DE CERNE, DESTINADAS À MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO, REFORMA E EXECUÇÃO DE SUPERESTRUTURAS DE PONTES, PONTILHÕES E DEMAIS ESTRUTURAS DE MADEIRA SOB RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS ESTIMADOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS..

Valor Total: R$ 344.755,00 (Trezentos e Quarenta e Quatro Mil, Setecentos e Cinqüenta e Cinco Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, ANGELO ZANELLA BARROS DE SOUZA.
Vigência: 15/10/2026 a 14/10/2027.
Data da Assinatura:15/10/2026.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:815E7743

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 481/2026 - DRH

PORTARIA N.º 481/2026-DRH

SÚMULA: Concede Gratificação por Exercício Funcional em regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - GTIDE a servidor efetivo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com o objetivo de dar cumprimento ao Art. 1º da Lei Municipal nº 1.657 de 28 de junho de 2019,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER ao Servidor **ROMULO PETER MOROTTI** matrícula 80561, ocupante do cargo efetivo de **OPERADOR DE MÁQUINAS (PESADO)** lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TURISMO**, a Gratificação por Exercício Funcional em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – GTIDE, o percentual de 70% (setenta por cento) sobre o vencimento básico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01/10/2026, em conformidade com o Oficio Nº181/2026-SAMACIT, revogando em especial a Portaria Nº 224/2025-DRH.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 15 de outubro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:50F22801

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 276

DECRETO 276/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.972,01 (um mil e novecentos e setenta e dois reais e um centavo), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEMASC
06.002 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
06.002.08.122.0035.2.033 MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
3.3.90.93.00.00 1016 INDENIZACOES E RESTITUICOES 63,42
3.3.90.93.00.00 896 INDENIZACOES E RESTITUICOES 1.908,59

Total Suplementação: 1.972,01

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Fonte:
1016 - Emendas Individuais Impositivas - Transferência Especial - (Inciso I do Art. 166-A da E.C. 105/2019)
896 - Repasse APAE por Emenda nº 202530840005l através do FNAS

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 15 de outubro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:E5DFC3FC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 277

DECRETO 277/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 23.745,79 (vinte e três mil e setecentos e quarenta e cinco reais e setenta e nove centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEMASC
06.002 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
06.002.08.122.0035.2.033 MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
3.3.90.93.00.00 1016 INDENIZACOES E RESTITUICOES 5,34
3.3.90.93.00.00 896 INDENIZACOES E RESTITUICOES 10.503,71
3.3.90.93.00.00 914 INDENIZACOES E RESTITUICOES 5.422,60
3.3.90.93.00.00 916 INDENIZACOES E RESTITUICOES 3.907,07
3.3.90.93.00.00 917 INDENIZACOES E RESTITUICOES 3.907,07
Total Suplementação: 23.745,79

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita:

1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Fonte: 1016 5,34
1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Fonte: 896 10.503,71
1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Fonte: 914 5.422,60
1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Fonte: 916 3.907,07
1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Fonte: 917 3.907,07

Total da Receita: 23.745,79

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 15 de outubro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:A8E78535

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 278

DECRETO 278/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
09 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA - SEMA
09.001 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA
09.001.20.608.0026.2.060 MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA.
4.4.90.52.00.00 892 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 61.000,00

Total Suplementação: 61.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Fonte:
892 - EMENDA PARLAMENTAR PLANO DE AÇÃO 09032025-080997.

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 15 de outubro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:45685479

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 279

DECRETO 279/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 17.766,90 (dezessete mil e setecentos e sessenta e seis reais e noventa centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
09 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA - SEMA
09.001 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA
09.001.20.608.0026.2.060 MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA.
3.3.90.93.00.00 909 INDENIZACOES E RESTITUICOES 10.810,00
3.3.90.93.00.00 925 INDENIZACOES E RESTITUICOES 6.956,90

Total Suplementação: 17.766,90

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Receita:
1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Fonte: 909 10.810,00
1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Fonte: 925 6.956,90

Total da Receita: 17.766,90

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 15 de outubro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:76140B72

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
DECRETO Nº 1.403, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 1.403, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: Regulamenta a concessão, aplicação e prestação de contas de Adiantamentos (Regime de suprimentos de fundos).

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, no uso de suas atribuições legais, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que trata do regime de adiantamento (Suprimento de Fundos);

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos para solicitação, concessão, pagamento e prestação de contas de adiantamentos;

CONSIDERANDO os critérios de avaliação do Programa de Transparência e Governança Pública (Progov) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR),

DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - A concessão de Adiantamentos (Regime de Suprimento de Fundos) a servidores municipais obedecerá ao disposto neste Decreto.
Art. 2º - Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - Adiantamento (Suprimento de Fundos): Entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas urgentes ou de pequeno vulto que não possam se submeter ao processo normal de aplicação (licitação ou dispensa).

CAPÍTULO II
DO REGIME DE ADIANTAMENTO (SUPRIMENTO DE FUNDOS)

Art. 3º - O Adiantamento somente será concedido para atender a despesas:

I - De pequeno vulto, assim entendidas aquelas cujo valor total não ultrapasse o limite de 3.000,00 (três mil reais);

II - Urgentes e inadiáveis, cuja demora em realizar o procedimento ordinário de despesa possa causar prejuízo ao erário ou à prestação do serviço público;

III - Que devam ser pagas em espécie ou por meio bancário imediato.

Art. 4º - O fluxo de concessão do Adiantamento obedecerá às seguintes etapas:

I - A Secretaria interessada formalizará o pedido ao Ordenador de Despesa, via processo administrativo, contendo:

a) A justificativa da urgência ou pequeno vulto da despesa;

b) A descrição clara do objeto a ser adquirido ou serviço a ser pago;

c) O nome completo, matrícula e CPF do servidor que receberá o numerário (Suprido);

d) A dotação orçamentária que suportará a despesa.

II - O Ordenador de Despesa autorizará o pedido.

III - O Setor de Contabilidade emitirá a Nota de Empenho em nome do servidor Suprido.

IV - O Setor de Tesouraria efetuará o pagamento ao servidor.

Art. 5º - O servidor Suprido deverá exigir Nota Fiscal ou recibo idôneo, emitido em nome da Prefeitura Municipal de Campina do Simão, para cada despesa realizada.

Art. 6º - A prestação de contas do Adiantamento deverá ser apresentada pelo servidor Suprido ao Setor de Contabilidade no prazo máximo de 10 dias corridos após o recebimento do numerário.

§ 1º - A prestação de contas será composta por:

I - Vias originais dos documentos fiscais (Notas Fiscais);

II - Comprovante de devolução do saldo não utilizado, se houver.

§ 2º - O Setor de Contabilidade analisará a prestação de contas, fazendo glosas quando necessário.

Art. 7º - É vedada a concessão de novo Adiantamento a servidor que esteja em atraso na prestação de contas de suprimento anterior.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º - A Controladoria Interna (UCCI) auditará, por amostragem ou quando provocada, a regularidade dos processos de Adiantamento e Diárias.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANDRE JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano Mexko
Código Identificador:05615A18

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 109, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Designa responsável pela fiscalização periódica e obrigações em saúde e segurança do trabalho das empresas contratadas pelo Município de Campina do Simão.

O Prefeito do Município de Campina do Simão no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e pela Lei Municipal nº 273/2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Sr. **Adilson Wrublewski**, Técnico em Segurança do Trabalho Registro no MTE 003736.2-PR, prestador de serviços da empresa **Adilson Wrublewski-ME** CNPJ 38129457/0001-73, através do contrato n° 34/2026, para fiscalizar periodicamente o cumprimento das obrigações em Saúde e Segurança do trabalho em relação aos trabalhadores das empresas contratadas pelo Município de Campina do Simão.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e publique-se em, 15 de outubro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:56166F0F

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 13, DE 15 OUTUBRO DE 2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO – PARANÁ

RESOLUÇÃO CMAS Nº 13, DE 15 OUTUBRO DE 2026

Regulamenta os critérios, valores, formas de provisão, periodicidade, prazos, procedimentos de acesso, concessão e renovação dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social de Campina do Simão, em conformidade com a Lei Municipal nº 946/2026, a Lei Federal nº 8.742/1993 – LOAS e a Resolução CNAS nº 213, de 28 de outubro de 2025.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE CAMPINA DO SIMÃO**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a legislação municipal que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social e a Lei Municipal nº 946 de 25 de agosto de 2026, que regulamenta os Benefícios Eventuais;

CONSIDERANDO que os Benefícios Eventuais constituem provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – LOAS;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 213, de 28 de outubro de 2025, que estabelece parâmetros orientadores para a deliberação de critérios e prazos pelos Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Assistência Social para a provisão dos Benefícios Eventuais;

CONSIDERANDO que a Resolução CNAS nº 213/2025 determina que os Benefícios Eventuais sejam providos mediante procedimentos simples, ágeis e não burocratizados, vedada a exigência de contribuição prévia, contrapartida ou condicionalidade;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 946/2026 atribui ao Conselho Municipal de Assistência Social a regulamentação complementar dos Benefícios Eventuais, inclusive quanto às formas de acesso, critérios, procedimentos, formas de provisão, valores, periodicidade, prazos de concessão e renovação e documentos necessários;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar tratamento uniforme, transparente, equânime e tecnicamente fundamentado na concessão dos Benefícios Eventuais no território municipal;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Esta Resolução regulamenta os critérios, valores, formas de provisão, periodicidade, prazos, procedimentos de acesso, concessão, renovação, registro, monitoramento e controle dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social de Campina do Simão.
Art. 2º Os Benefícios Eventuais destinam-se a indivíduos, famílias, grupos e comunidades que vivenciem situações de vulnerabilidade temporária, insegurança ou desproteção social decorrentes de contingências, riscos, perdas ou danos que comprometam a sobrevivência, a autonomia, a dignidade ou a convivência familiar e comunitária.
Art. 3º A concessão dos Benefícios Eventuais observará:
I – a dignidade da pessoa humana;
II – a universalidade do acesso à proteção socioassistencial;

III – a equidade;
IV – a não discriminação;
V – a autonomia dos usuários;
VI – a celeridade e a simplificação dos procedimentos;
VII – a vedação de condicionalidades;
VIII – a integração com os serviços socioassistenciais;
IX – a transparência e a publicidade dos critérios;
X – o respeito às especificidades territoriais, culturais, familiares e comunitárias;
XI – a proteção contra exposição, constrangimento, estigmatização ou revitimização; e
XII – o reconhecimento dos Benefícios Eventuais como direito socioassistencial.

Art. 4º Os Benefícios Eventuais poderão ser concedidos cumulativamente, quando identificadas necessidades distintas ou complementares, inclusive com programas de transferência de renda, benefícios assistenciais e serviços ou benefícios de outras políticas públicas.

Art. 5º A concessão de Benefício Eventual não poderá ser condicionada:
I – à inscrição prévia no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico;
II – à participação em grupos, reuniões, cursos ou atividades;
III – ao acompanhamento familiar pelo PAIF ou PAEFI;
IV – à inserção em qualquer serviço socioassistencial;
V – à participação em programas, projetos ou ações governamentais;
VI – à realização de contrapartida pelo usuário;
VII – à contribuição financeira prévia;
VIII – à apresentação de documentação cuja obtenção seja incompatível com a situação emergencial; ou
IX – a qualquer outra exigência que não esteja diretamente relacionada ao reconhecimento da situação de vulnerabilidade temporária.

Art. 6º O CadÚnico poderá ser utilizado como fonte complementar de informação, quando disponível, não constituindo requisito absoluto para reconhecimento do direito.

Art. 7º A ausência de documentação civil não impedirá o atendimento, a avaliação ou a concessão do Benefício Eventual quando caracterizada situação de vulnerabilidade, devendo a equipe orientar e, quando necessário, articular a regularização documental.

Capítulo II
DOS CRITÉRIOS DE ACESSO, ELEGIBILIDADE E PRIORIZAÇÃO

Art. 8º. O acesso ordinário aos Benefícios Eventuais previstos nesta Resolução observará, como parâmetro objetivo de elegibilidade, a renda familiar mensal ***per capita*** **igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional vigente**, sem prejuízo da análise da situação concreta de vulnerabilidade temporária, dos riscos, perdas e danos circunstanciais vivenciados pelo indivíduo ou família.

§ 1º O critério estabelecido no caput constitui parâmetro de acesso e priorização da provisão dos Benefícios Eventuais, devendo ser aplicado em conjunto com a avaliação socioassistencial da situação vivenciada, não podendo a renda, isoladamente, substituir a análise técnica da vulnerabilidade temporária.

§ 2º Poderão ser concedidos Benefícios Eventuais a indivíduos ou famílias cuja renda familiar mensal per capita seja superior ao limite estabelecido no caput, excepcionalmente, quando a avaliação socioassistencial identificar situação de vulnerabilidade temporária, risco, perda ou dano circunstancial que justifique a provisão imediata, mediante fundamentação técnica da equipe de referência.

§ 3º Para fins do disposto neste artigo, a renda familiar per capita será obtida mediante a divisão da renda mensal total do núcleo familiar pelo número de pessoas que o integram, observados os critérios e conceitos estabelecidos na legislação e nas normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

§ 4º A inexistência, desatualização ou impossibilidade de comprovação documental da renda não impedirá o atendimento, a avaliação socioassistencial ou a concessão do Benefício Eventual, podendo ser utilizadas informações autodeclaratórias e outros elementos disponíveis para a análise da situação.

§ 5º Nas situações de emergência, desastre, calamidade pública ou aquelas que envolvam risco à sobrevivência, à integridade ou à dignidade da pessoa, o critério de renda previsto no caput não poderá impedir a pronta resposta socioassistencial, admitindo-se procedimento simplificado e posterior complementação das informações necessárias.

§ 6º A aplicação do critério previsto neste artigo deverá observar os princípios da equidade, universalidade, dignidade da pessoa humana, supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica e não discriminação, bem como as demais disposições da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – LOAS, e da Resolução CNAS nº 213, de 28 de outubro de 2025.

§ 7º O Conselho Municipal de Assistência Social avaliará periodicamente a adequação do limite previsto neste artigo, considerando o diagnóstico socioterritorial, a demanda pelos Benefícios Eventuais, os indicadores de vulnerabilidade e a capacidade de financiamento da Política Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO III
DAS MODALIDADES

Art. 9º São regulamentadas por esta Resolução as seguintes modalidades:
I – Benefício Eventual por Gestação e Nascimento;
II – Auxílio-Alimentação;
III – Auxílio-Moradia Temporário;
IV – Auxílio-Aluguel Temporário para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar;
V – Auxílio para Documentação Civil;
VI – Auxílio para Passagem e Transporte;
VII – Benefício Eventual por Morte;
VIII – Benefícios Eventuais concedidos em bens ou pecúnia, como forma de provisão das modalidades previstas nesta Resolução; e
IX – Benefício Eventual para situações de emergência em assistência social, desastre e calamidade pública.

§ 1º A concessão em bens ou pecúnia constitui forma de provisão dos Benefícios Eventuais e não impede a concessão concomitante de modalidades distintas quando presentes necessidades específicas.

§ 2º Outras situações de vulnerabilidade temporária identificadas no território poderão ensejar provisão de Benefício Eventual, observadas as disposições da Lei Municipal, desta Resolução e das normativas do SUAS.

CAPÍTULO IV
DOS CRITÉRIOS GERAIS DE RECONHECIMENTO DO DIREITO

Art. 10 O reconhecimento do direito aos Benefícios Eventuais será realizado pela equipe de referência da unidade pública estatal do SUAS responsável pelo atendimento do usuário.

Art. 11. A avaliação socioassistencial deverá considerar, de forma conjunta:
I – a situação concreta vivenciada;
II – a natureza e intensidade da vulnerabilidade temporária;
III – a existência de risco, perda ou dano;
IV – a repercussão da situação sobre a sobrevivência e a autonomia;
V – a composição e dinâmica familiar;
VI – a presença de crianças, adolescentes, pessoas idosas ou pessoas com deficiência;
VII – a dependência de cuidados;
VIII – as condições de moradia;
IX – a existência ou ruptura de vínculos familiares e comunitários;
X – a localização territorial e as condições de acesso a serviços;
XI – a existência de contingência emergencial;
XII – a capacidade circunstancial de provisão da família ou indivíduo; e
XIII – outros elementos relevantes identificados pela equipe de referência.

Art. 12. A renda familiar ou renda *per capita* poderá ser considerada como elemento complementar da avaliação, mas não poderá constituir critério único, automático ou absoluto para concessão ou indeferimento do Benefício Eventual.

Art. 13. As informações prestadas pelo usuário poderão ser autodeclaratórias, sem prejuízo da responsabilidade legal por informações falsas e da possibilidade de verificação proporcional e não vexatória.

Parágrafo único. Sempre que tecnicamente possível, a equipe deverá reconhecer o direito no primeiro atendimento, evitando sucessivas

convocações do usuário para apresentação de documentos ou informações já disponíveis.

CAPÍTULO V
DO BENEFÍCIO EVENTUAL POR GESTAÇÃO E NASCIMENTO

Art. 14. O Benefício Eventual por Gestação e Nascimento destina-se à pessoa gestante, puérpera, nutriz, criança ou crianças que irão nascer ou recém-nascidas, bem como aos familiares, famílias extensas, guardiãs e acolhedoras, quando presentes necessidades decorrentes da gestação, nascimento, guarda, adoção ou acolhida familiar.

Art. 15. O benefício será concedido quando identificada situação de vulnerabilidade temporária relacionada à gestação ou nascimento, independentemente da condição civil da gestante, da existência de vínculo matrimonial ou da composição familiar.

Art. 16. Serão consideradas, entre outras, as seguintes situações:

I – gestação com necessidades materiais decorrentes da vulnerabilidade temporária;

II – nascimento de criança ou crianças;

III – nascimento múltiplo;

IV – nascimento de criança com deficiência;

V – necessidade decorrente de guarda;

VI – adoção;

VII – acolhida no âmbito da família extensa;

VIII – situação de vulnerabilidade da família guardiã ou acolhedora; e

IX – outras situações que demandem provisão temporária para prevenção da institucionalização e preservação da convivência familiar e comunitária.

Art. 17. O benefício será concedido preferencialmente em pecúnia, podendo ser complementado ou substituído por bens quando esta forma se mostrar mais adequada à situação identificada.

Art. 18. O valor de referência do Benefício Eventual por Gestação e Nascimento será de **50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional vigente.**

§ 1º Nos casos de nascimento múltiplo, o benefício será concedido em valor correspondente ao número de crianças nascidas.

§ 2º Situações excepcionais que demandem provisão adicional poderão ser atendidas mediante concessão cumulativa de outro Benefício Eventual, desde que caracterizada necessidade distinta.

Art. 19. O benefício poderá ser requerido durante a gestação **30 (trinta) dias antes do nascimento** ou até **90 (noventa) dias após o nascimento ou termo de guarda/acolhimento,** ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas pela equipe de referência.

Art. 20. Para fins de reconhecimento do direito poderão ser utilizados, quando disponíveis:

I – documento de identificação;

II – documento de acompanhamento medico ou informação que permita confirmar a gestação ou o nascimento;

III – certidão de nascimento, quando já expedida; e

IV – declaração do usuário ou outros elementos disponíveis.

Parágrafo único. A ausência de qualquer dos documentos previstos neste artigo não impedirá o atendimento ou a avaliação da situação.

Art. 21. O prazo máximo para concessão será até o **décimo dia útil do mês subsequente** ao pedido devidamente aprovado, contado do reconhecimento da necessidade, ressalvadas situações emergenciais, nas quais a concessão deverá ocorrer imediatamente.

CAPÍTULO VI
DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Art. 22. O Auxílio-Alimentação constitui provisão suplementar, temporária e emergencial destinada a indivíduos e famílias que vivenciem insegurança alimentar circunstancial decorrente de vulnerabilidade temporária.

Art. 23. O benefício poderá ser concedido, entre outras, nas seguintes situações:

I – ausência circunstancial de recursos para aquisição de alimentos;

II – redução ou interrupção temporária da renda;

III – desemprego ou perda temporária da capacidade de subsistência;

IV – acidente, doença ou outro evento que comprometa temporariamente a provisão alimentar;

V – falecimento de membro responsável pela provisão familiar;

VI – desastre ou emergência;

VII – situação de rua;

VIII – migração, refúgio, apatridia, retorno ou situação correlata;

IX – rompimento temporário de vínculos e redes de apoio; e

X – outras situações circunstanciais de insegurança alimentar reconhecidas pela equipe de referência.

Art. 24. O Auxílio-Alimentação será concedido preferencialmente mediante:

I – transferência direta de recursos;

II – cartão ou instrumento equivalente; ou

III – fornecimento de gêneros alimentícios.

§ 1º O fornecimento de gêneros alimentícios deverá observar padrão de qualidade, segurança alimentar e nutricional e adequação às necessidades da família.

Art. 25. O valor mensal de referência do Auxílio-Alimentação a que se refere o inciso I do artigo anterior, será de **10% (dez por cento) do valor do salário mínimo nacional vigente** por família.

§ 1º Em situação emergencial, desastre ou calamidade, os limites previstos neste artigo poderão ser excepcionalmente ampliados mediante justificativa técnica e observância da regulamentação específica da emergência.

§ 2º Em momento oportuno será publicada resolução com normativa de valores correspondentes ao inciso II do artigo anterior.

Art. 26. O benefício será concedido pelo período inicial de **1 (um) mês**, podendo ser renovado por até **3 (três) meses consecutivos ou intercalados**, desde que nova avaliação confirme a permanência da vulnerabilidade temporária.

§ 1º A renovação não será automática.

§ 2º Excepcionalmente, quando demonstrada a persistência da situação de desproteção e inexistirem outras provisões suficientes, poderá ser concedida nova renovação, mediante justificativa técnica.

Art. 27. A existência de programa de segurança alimentar não impedirá a concessão do Auxílio-Alimentação quando houver necessidade circunstancial não suficientemente atendida.

Art. 28. O Auxílio-Alimentação não substitui alimentação escolar, programas permanentes de segurança alimentar e nutricional ou responsabilidades de outras políticas públicas.

Art. 29. A concessão deverá ocorrer, preferencialmente, no mesmo mês ao pedido devidamente aprovado, ressalvadas quando houver risco à subsistência, nas quais a concessão deverá ocorrer imediatamente.

CAPÍTULO VII
DO AUXÍLIO-MORADIA TEMPORÁRIO

Art. 30. O Auxílio-Moradia Temporário constitui provisão suplementar, provisória e emergencial destinada a indivíduos e famílias que tenham perdido circunstancialmente as condições de permanência em moradia segura.

Art. 31. Poderá ser concedido quando houver:

I – desabrigo;

II – desalojamento;

III – interdição temporária da moradia;

IV – destruição ou comprometimento da moradia por desastre ou evento adverso;

V – residência em área de risco;

VI – imóvel temporariamente inabitável;

VII – ausência circunstancial de alternativa habitacional segura;

VIII – situação de rua relacionada à perda ou fragilidade de vínculos e moradia;

IX – migração, refúgio, apatridia, repatriação, deportação ou retorno sem alternativa habitacional imediata; ou

X – outra situação excepcional de desproteção habitacional temporária.

Art. 32. O Auxílio-Moradia poderá ser concedido mediante:

I – transferência direta de recursos;

II – pagamento do aluguel ao beneficiário ou, mediante autorização, diretamente ao locador;

III – custeio temporário de hospedagem;

IV – solução habitacional provisória; ou

V – materiais de primeira necessidade destinados à recuperação emergencial das condições mínimas de habitabilidade, observados os requisitos desta Resolução.

Art. 33. O valor mensal máximo do Auxílio-Moradia Temporário será de até **35% (trinta e cinco por cento) do valor do salário mínimo nacional vigente**.

§ 1º O valor poderá ser ajustado, mediante justificativa técnica, quando os valores praticados no território demonstrarem que o limite

previsto no caput é insuficiente para garantir solução habitacional temporária minimamente adequada.
§ 2º A concessão será destinada exclusivamente à finalidade habitacional temporária.
Art. 34. O benefício será concedido inicialmente pelo prazo de **01 (um)** até **3 (três) meses**.
§ 1º Caso persistir a vulnerabilidade temporária e inexistir alternativa habitacional adequada, poderá ser prorrogado por períodos sucessivos de **3 (três) meses**, até o **período máximo de 12 (doze) meses,** ressalvada a hipótese excepcional prevista no § 3º.
§ 2º A permanência prolongada deverá ser acompanhada pela gestão municipal para articulação com a Política de Habitação e demais políticas públicas competentes.
§ 3º Em situações excepcionais, devidamente justificadas por parecer técnico elaborado pela equipe responsável e/ou encaminhamento do Poder Judiciário, o Auxílio-Moradia Temporário poderá ser prorrogado por prazo superior ao limite previsto no § 1º, desde que persista a vulnerabilidade habitacional, não exista alternativa habitacional adequada e seja realizada reavaliação periódica da necessidade do benefício.
Art. 35. O Auxílio-Moradia não constitui direito permanente à locação custeada pelo Município e não substitui políticas habitacionais permanentes.
Art. 36. O prazo máximo para concessão será até o **décimo dia útil do mês subsequente** ao pedido devidamente aprovado, contado do reconhecimento da necessidade, ressalvadas situações emergenciais, nas quais a concessão deverá ocorrer imediatamente.
§ 1º Nas situações de desastre, emergência ou risco iminente, o benefício poderá ser concedido imediatamente, inclusive mediante procedimento simplificado e posterior complementação documental.

CAPÍTULO VIII
DO AUXÍLIO-ALUGUEL TEMPORÁRIO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
Art. 37. O Auxílio-Aluguel Temporário para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar constitui provisão socioassistencial temporária destinada à proteção da mulher e de seus dependentes quando o afastamento do domicílio for necessário à preservação de sua integridade e não houver condições circunstanciais de prover moradia segura.
Art. 38. Poderão ser consideradas, entre outras:
I – violência física;
II – violência psicológica;
III – violência sexual;
IV – violência patrimonial;
V – violência moral;
VI – ameaça ou risco de agravamento da violência;
VII – necessidade de afastamento do agressor;
VIII – impossibilidade de permanência segura no domicílio; e
IX – ausência de alternativa habitacional segura.
Art. 39. A concessão poderá ocorrer independentemente da existência de medida protetiva de urgência ou decisão judicial, desde que a situação de violência e vulnerabilidade seja reconhecida mediante elementos disponíveis à rede de proteção e à equipe responsável.
Art. 40. A análise será realizada de forma sigilosa, célere e não revitimizante.
Art. 41. O valor mensal máximo do Auxílio-Aluguel Temporário será de **até 50% (cinquenta por cento)** do salário mínimo nacional vigente.
§ 1º O benefício será concedido pelo período inicial **01 (um)** mês.
§ 2º Poderá ser prorrogado **mensalmente**, mediante nova avaliação, enquanto persistir situação de risco pelo período de 12 (doze) meses e inexistir alternativa habitacional segura.
§ 3º A prorrogação deverá ser analisada prioritariamente considerando a segurança da mulher e de seus dependentes, podendo ser feito através de relatório pela equipe técnica.
§ 4º Em situações excepcionais, devidamente justificadas por parecer técnico elaborado pela equipe responsável e/ou encaminhamento do Poder Judiciário, o Auxílio-Moradia Temporário para mulheres vítimas de violência poderá ser prorrogado por prazo superior ao limite previsto no § 2º, desde que persista a vulnerabilidade habitacional, não exista alternativa habitacional adequada e seja realizada reavaliação periódica da necessidade do benefício.
Art. 42. O benefício deverá ser articulado, quando necessário e sem condicionar sua concessão, com: serviços socioassistenciais; órgãos de proteção e defesa das mulheres; Política Municipal de Habitação; serviços de saúde; segurança pública; Ministério Público; Poder Judiciário; Defensoria Pública; e demais integrantes da rede de proteção.
Art. 43. Nenhuma informação relativa à situação de violência poderá ser divulgada em relatórios públicos de forma que permita a identificação da beneficiária.

CAPÍTULO IX
DO AUXÍLIO PARA DOCUMENTAÇÃO CIVIL
Art. 44. O Auxílio para Documentação Civil destina-se a assegurar o acesso à documentação necessária ao exercício da cidadania e à garantia de direitos quando sua ausência, perda, extravio, deterioração ou irregularidade produzir ou agravar situação de vulnerabilidade temporária.
Art. 45. Poderão ser custeadas, quando não houver gratuidade legal ou quando esta não puder ser obtida em tempo compatível com a situação de vulnerabilidade:
I – certidões;
II – segunda via de documentos;
III – fotografias;
IV – taxas e emolumentos;
V – despesas indispensáveis de deslocamento;
VI – documentos necessários à regularização do registro civil;
VII – documentos necessários ao acesso a benefícios, serviços e direitos; e
VIII – outros custos diretamente relacionados à regularização documental.
Art. 46. O Município deverá priorizar a articulação com os órgãos responsáveis para obtenção gratuita da documentação quando houver previsão legal de gratuidade.
Art. 47. O benefício será concedido preferencialmente mediante pagamento direto da despesa ou fornecimento da provisão necessária, podendo ocorrer ressarcimento excepcionalmente quando previamente autorizado.
Art. 48. Não haverá valor fixo para o Auxílio de Documentação Civil, sendo o benefício limitado ao custo efetivamente necessário à obtenção ou regularização da documentação reconhecida pela equipe como indispensável.
Art. 49. O benefício poderá ser concedido tantas vezes quantas forem necessárias para atender diferentes situações documentais, desde que cada concessão esteja vinculada a necessidade social concretamente identificada.
Art. 50. O prazo máximo para concessão será até o **décimo dia útil do mês subsequente** ao pedido devidamente aprovado, contado do reconhecimento da necessidade, ressalvadas situações emergenciais, nas quais a concessão deverá ocorrer imediatamente.

CAPÍTULO X
DO AUXÍLIO PARA PASSAGEM E TRANSPORTE
Art. 51. O Auxílio para Passagem e Transporte poderá ser concedido quando o deslocamento for indispensável:
I – à preservação ou recomposição de vínculos familiares e comunitários;
II – ao retorno ao município ou local de referência familiar;
III – à reunificação familiar;
IV – ao acesso à documentação;
V – à proteção social;
VI – à superação de situação de rua;
VII – à migração ou retorno;
VIII – ao acesso a serviço ou direito cuja ausência implique situação de desproteção social (INSS, bancos, audiências, etc.); e
IX – a outras situações compatíveis com a finalidade dos Benefícios Eventuais.
Art. 52. O benefício compreenderá o transporte com veículo oficial e/ou o custeio de passagem pelo valor efetivamente necessário até o limite por pessoa de **30% (trinta por cento) do salário mínimo nacional vigente** ao deslocamento reconhecido pela equipe de referência.
§ 1º O transporte com veículo oficial deverá ser agendado junto a equipe de referência do SUAS, momento em que será verificada a necessidade do encaminhamento.

§ 2º O custeio de passagem poderá incluir bilhete rodoviário intermunicipal ou interestadual, a fim do atendimento às demandas descritas nos incisos do artigo anterior.
§ 3º O benefício de que trata o caput será limitado ao deslocamento indispensável à finalidade reconhecida.
Art. 53. Para concessão poderão ser utilizados, quando existentes:
I – documento de identificação;
II – comprovante ou informação relativa ao destino;
III – declaração do usuário;
IV – informações da rede socioassistencial; e
V – outros elementos que demonstrem a necessidade do deslocamento.
Art. 54. A ausência de documentação não impedirá a concessão quando sua exigência inviabilizar a proteção necessária.
Art. 55. É expressamente vedada a utilização do benefício para:
I – remoção compulsória;
II – retirada forçada de pessoas em situação de rua;
III – práticas higienistas;
IV – práticas aporofóbicas;
V – deslocamentos involuntários;
VI – qualquer ação que tenha por finalidade ocultar ou afastar pessoas consideradas indesejáveis do território; ou
VII – qualquer finalidade incompatível com a proteção socioassistencial.
Art. 56. Na modalidade de custeio de passagem, o benefício será concedido, em regra, para um deslocamento de ida e/ou retorno, conforme a situação concreta.
§ 1º Novas concessões poderão ocorrer quando surgir situação de vulnerabilidade distinta ou quando a finalidade socioassistencial permanecer demonstrada.
§ 2º Na modalidade de transporte com veículo oficial, o benefício será concedido, em regra, quantas vezes forem necessárias ao atendimento à demanda evidenciada pela equipe de referência, desde que cada concessão esteja vinculada a necessidade social concretamente identificada.
Art. 57. O prazo para concessão será de **até 5 (cinco) dias úteis**, devendo ocorrer imediatamente nas situações emergenciais.

CAPÍTULO XI
DO BENEFÍCIO EVENTUAL POR MORTE
Art. 58. O Benefício Eventual por Morte destina-se ao apoio à família diante das perdas e danos decorrentes do falecimento de membro familiar.
Art. 59. O benefício poderá compreender:
I – urna funerária;
II – paramentos;
III – velório;
IV – sepultamento;
V – translado do corpo;
VI – despesas diretamente relacionadas ao funeral; e
VII – provisões necessárias à realização de sepultamento digno.
Art. 60. Quando concedido em pecúnia, o benefício será limitado às despesas necessárias ao atendimento funerário reconhecido pela equipe.
Art. 61. O valor máximo de referência para custeio funerário será de **até 02 (dois) salários mínimos nacionais vigentes** por óbito.
§ 1º O limite previsto no caput poderá ser ultrapassado exclusivamente quando o custo do translado ou outra circunstância excepcional devidamente comprovada tornar o valor insuficiente para assegurar o sepultamento digno.
§ 2º O benefício poderá ser prestado diretamente mediante contratação ou fornecimento de bens e serviços funerários.
Art. 62. Nos casos de falecimento de criança, pessoa gestante ou recém-nascido, a concessão deverá observar as necessidades específicas da família, podendo ser cumulada com outras modalidades de Benefícios Eventuais.
Art. 63. A prestação deverá respeitar:
I – a liberdade de credo e religião;
II – os ritos funerários;
III – os costumes familiares;
IV – os ritos de povos e comunidades tradicionais; e
V – a dignidade da pessoa falecida e de seus familiares.
Art. 64. O atendimento e orientação sobre o benefício aos usuários deverá ocorrer com prontidão, tendo em vista a natureza do benefício.
§ 1º A documentação poderá ser complementada posteriormente quando sua obtenção imediata comprometer a realização do funeral.
Art. 65. O valor do benefício poderá ser pago diretamente ao requerente ou a empresa funerária, mediante apresentação de Nota Fiscal ou documento equivalente dos gastos, o prazo para pagamento será até o **décimo dia útil do mês subsequente** ao pedido devidamente aprovado, ressalvadas situações emergenciais, nas quais a concessão deverá ocorrer imediatamente.

CAPÍTULO XII
DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS EM BENS OU PECÚNIA
Art. 66. Os Benefícios Eventuais poderão ser concedidos em pecúnia, bens ou outra provisão material adequada à necessidade identificada.
Art. 67. A escolha da forma de provisão deverá considerar:
I – a natureza da necessidade;
II – a urgência;
III – a autonomia do usuário;
IV – a capacidade de escolha;
V – as condições territoriais;
VI – a existência de mercado local;
VII – a efetividade da provisão; e
VIII – a preservação da dignidade do beneficiário.
Art. 68. Sempre que tecnicamente adequado, deverá ser priorizada a forma de provisão que preserve a autonomia e a capacidade de escolha do usuário.
Art. 69. Poderão ser concedidos, entre outros:
I – alimentos;
II – água potável e caixa d'água;
III – roupas;
IV – agasalhos;
V – cobertores;
VI – colchões;
VII – itens de higiene pessoal;
VIII – materiais de limpeza;
IX – utensílios domésticos essenciais;
X – itens destinados à proteção de crianças;
XI – itens destinados a pessoas idosas;
XII – itens destinados a pessoas com deficiência;
XIII – itens destinados a gestantes;
XIV – materiais emergenciais para proteção contra frio e intempéries;
XV – materiais básicos de recuperação emergencial de habitabilidade; e
XVI – outros bens diretamente relacionados à situação de vulnerabilidade temporária.
Art. 70. A concessão de materiais de construção ficará restrita a itens indispensáveis à recuperação emergencial das condições mínimas de segurança, salubridade e habitabilidade.
§ 1º Poderão ser fornecidos, conforme avaliação:
I – telhas;
II – cumeeiras;
III – lonas;
IV – tijolos ou blocos;
V – cimento;
VI – cal;
VII – areia;
VIII – brita;
IX – argamassa;
X – portas e janelas;
XI – materiais elétricos básicos;
XII – materiais hidráulicos básicos;
XIII – materiais para instalações sanitárias;
XIV – madeira;
XV – ferragens;
XVI – materiais de vedação e isolamento; e
XVII – outros materiais de primeira necessidade.
§ 2º É vedada a utilização do benefício para:
I – ampliação de imóvel;
II – construção de nova residência;
III – reforma estética;
IV – valorização patrimonial;
V – obras de luxo; ou
VI – despesas não relacionadas à recuperação emergencial das condições mínimas de habitabilidade.

Art. 71. A concessão de bens deverá ocorrer de forma digna, discreta e não discriminatória, vedada qualquer exposição pública do beneficiário.
§ 1º O bem ou custeio será fornecido ao beneficiário conforme critérios estalecidos pela equipe de referência do SUAS, observados os incisos do artigo 67, com valor efetivamente necessário até o limite de **01 (um) do salário mínimo nacional vigente** por núcleo familiar.
§ 2º Quando o benefício for concedido em bem, o prazo para pagamento dos fornecedores será até o **décimo dia útil do mês subsequente** ao pedido devidamente aprovado e com apresentação de Nota Fiscal dos serviços ofertados, ressalvadas situações emergenciais, nas quais a concessão deverá ocorrer imediatamente.

CAPÍTULO XIII
DAS EMERGÊNCIAS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESASTRES E CALAMIDADES
Art. 72. O Benefício Eventual para situações de emergência em assistência social, desastre e calamidade pública será destinado a garantir proteção social imediata às pessoas, famílias e grupos afetados.
Art. 73. A concessão independerá:
I – da existência de Plano de Contingência Local;
II – da decretação formal de situação de emergência;
III – da decretação de estado de calamidade pública; ou
IV – de qualquer outro ato administrativo que não seja necessário à caracterização da situação concreta de desproteção social.
Art. 74. Poderão ser concedidos, conforme a situação:
I – alimentos;
II – água potável;
III – materiais de higiene;
IV – materiais de limpeza;
V – roupas;
VI – calçados;
VII – colchões;
VIII – cobertores;
IX – roupas de cama e banho;
X – utensílios domésticos essenciais;
XI – materiais de proteção;
XII – materiais de recuperação emergencial da habitabilidade;
XIII – itens destinados a crianças;
XIV – itens destinados a pessoas idosas;
XV – itens destinados a pessoas com deficiência;
XVI – itens destinados a gestantes;
XVII – auxílio financeiro emergencial; e
XVIII – outras provisões indispensáveis à proteção imediata.
Art. 75. Quando concedido em pecúnia, o benefício emergencial terá valor de referência de até **02 (dois) salários mínimos nacionais vigentes por família,** sem prejuízo da possibilidade de concessão cumulativa de outras modalidades quando identificadas necessidades distintas.
§ 1º Em situações coletivas de **grande extensão, os critérios de provisão poderão ser adaptados à natureza e dimensão do evento,** mediante regulamentação específica do órgão gestor e ciência do CMAS.
§ 2º Em situações que coloquem em risco a sobrevivência, a concessão deverá ser realizada imediatamente, admitindo-se posterior complementação dos registros administrativos.
Art. 76. A concessão emergencial deverá priorizar a proteção da vida, da dignidade, da sobrevivência, da segurança e das condições mínimas de autonomia.
Art. 77. O Município deverá manter fluxos interinstitucionais entre Assistência Social, Defesa Civil, Saúde, Habitação, Segurança Alimentar e Nutricional e demais políticas públicas.

CAPÍTULO XIV
DO PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO
Art. 78. O procedimento de concessão observará, preferencialmente, as seguintes etapas:
I – acolhida e escuta qualificada;
II – identificação da situação de vulnerabilidade temporária;
III – avaliação socioassistencial;
IV – definição da modalidade e forma de provisão adequada;
V – reconhecimento do direito;
VI – concessão;
VII – registro;
VIII – orientação quanto aos direitos;
IX – eventual articulação com a rede socioassistencial e intersetorial; e
X – acompanhamento, quando necessário e sempre como direito do usuário, nunca como condição de acesso.
Art. 79. A concessão deverá ser realizada pela equipe de referência da unidade pública estatal do SUAS.
§ 1º As entidades e organizações da sociedade civil poderão identificar situações de vulnerabilidade e encaminhar os usuários às unidades públicas para avaliação e concessão.
§ 2º A concessão não poderá ser delegada a entidade privada quando a legislação ou regulamentação exigir reconhecimento do direito pela unidade pública estatal.
Art. 80. O registro da concessão deverá conter, no mínimo:
I – identificação do usuário;
II – modalidade concedida;
III – situação de vulnerabilidade identificada;
IV – forma de provisão;
V – valor ou quantidade concedida;
VI – data da concessão;
VII – prazo de duração, quando aplicável;
VIII – identificação da unidade responsável; e
IX – registro técnico à fundamentação da concessão.
Parágrafo único. Os registros deverão observar o sigilo profissional, a proteção de dados pessoais e a vedação de exposição dos beneficiários.

CAPÍTULO XV
DA RENOVAÇÃO E CUMULAÇÃO
Art. 81. A renovação somente será exigida para benefícios cuja natureza seja continuada por determinado período.
Art. 82. A renovação dependerá de nova avaliação da situação de vulnerabilidade, dispensada quando se tratar de benefício de concessão única ou quando a própria natureza da situação justificar a continuidade imediata.
Art. 83. Poderão ser concedidos cumulativamente quaisquer combinações de benefícios eventuais justificadas pela existência de necessidades distintas.
Parágrafo único. A concessão cumulativa deverá ser fundamentada na situação concreta e não poderá ser limitada por critérios meramente formais.

CAPÍTULO XVI
DA NEGATIVA, REVISÃO E RECURSO
Art. 84. O indeferimento deverá ser fundamentado e informado ao usuário de maneira clara, acessível e respeitosa.
Art. 85. O usuário poderá apresentar pedido de revisão à unidade responsável quando discordar da decisão.
§ 1º O pedido de revisão poderá ser verbal ou escrito, conforme as condições do usuário.
Art. 86. O usuário poderá recorrer administrativamente ao órgão gestor da Assistência Social e, em última instância administrativa, apresentar manifestação ao CMAS quanto à regularidade da regulamentação e da execução da política, observado o âmbito de competência do Conselho.
Art. 87. O Município deverá divulgar os canais de reclamação, recurso e defesa de direitos.

CAPÍTULO XVII
DO MONITORAMENTO E CONTROLE SOCIAL
Art. 88. O CRAS encaminhará semestralmente ao órgão gestor número de benefícios concedidos, para que o órgão gestor expeça ao CMAS, relatório contendo:
I – previsão orçamentária;
II – execução financeira;
III – demanda registrada;
IV – número de benefícios concedidos;
V – modalidade dos benefícios;
VI – demanda não atendida;
VII – valores empregados;
VIII – formas de provisão;
IX – quantidade de renovações;
X – acompanhamento pelos serviços socioassistenciais;

XI – situações recorrentes de vulnerabilidade; e
XII – avaliação dos resultados e impactos identificados.
Art. 89. O CMAS acompanhará, fiscalizará e avaliará a execução dos Benefícios Eventuais, podendo propor alterações dos valores, critérios, prazos e procedimentos.
Art. 90. Os relatórios públicos deverão preservar o sigilo e não poderão conter informações que permitam identificar individualmente os beneficiários.
Art. 91. O CMAS poderá realizar audiências, consultas, reuniões com usuários e trabalhadores do SUAS e demais mecanismos participativos para avaliação da regulamentação.

CAPÍTULO XVIII
DA PROTEÇÃO DE DADOS, SIGILO E NÃO EXPOSIÇÃO
Art. 92. As informações obtidas no processo de concessão dos Benefícios Eventuais serão utilizadas exclusivamente para fins de proteção social, gestão, monitoramento, avaliação e controle da política pública, e vigilância socioassistencial, observada a legislação aplicável.
Art. 93. É vedada a divulgação de fotografias, nomes, endereços, imagens, relatos ou quaisquer informações que permitam identificar beneficiários, salvo nas hipóteses legalmente autorizadas.
Art. 94. É vedada a utilização dos Benefícios Eventuais para:
I – promoção pessoal de agente público ou político;
II – propaganda eleitoral;
III – favorecimento político;
IV – clientelismo;
V – constrangimento;
VI – discriminação;
VII – práticas higienistas;
VIII – práticas aporofóbicas;
IX – remoção compulsória de pessoas em situação de rua; ou
X – qualquer finalidade estranha à proteção socioassistencial.

CAPÍTULO XIX
DAS SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS
Art. 95. As situações de vulnerabilidade temporária não expressamente previstas nesta Resolução poderão ser reconhecidas quando:
I – estiverem relacionadas a risco, perda, dano ou desproteção social circunstancial;
II – comprometerem a sobrevivência, autonomia ou convivência familiar e comunitária;
III – não houver provisão suficiente de outra política pública para enfrentamento imediato da situação; e
IV – a provisão pretendida for compatível com a finalidade dos Benefícios Eventuais.
§ 1º O reconhecimento deverá ser fundamentado pela equipe de referência.
§ 2º Situações recorrentes deverão ser encaminhadas ao órgão gestor e ao CMAS para avaliação da necessidade de regulamentação específica.

CAPÍTULO XXI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 96. Os valores estabelecidos nesta Resolução poderão ser avaliados **anualmente** pelo CMAS, considerando:
I – inflação;
II – custo de vida;
III – preços praticados no território;
IV – diagnóstico socioterritorial;
V – demanda registrada;
VI – disponibilidade orçamentária; e
VII – suficiência do benefício para atendimento da necessidade social identificada.
Art. 97. A revisão dos valores poderá ocorrer sempre que alterações significativas nas condições econômicas ou sociais do Município demonstrarem insuficiência dos valores estabelecidos.
Art. 98. O órgão gestor deverá elaborar e manter atualizados os fluxos, formulários e instrumentos operacionais necessários à execução desta Resolução, observando seus critérios e não criando requisitos adicionais incompatíveis com a legislação e as normativas do SUAS.
§ 1º O órgão gestor deverá promover capacitação periódica das equipes responsáveis pelo atendimento e concessão dos Benefícios Eventuais.
Art. 99. Os formulários administrativos deverão priorizar declarações simplificadas, sendo vedada a criação de procedimentos que imponham aos usuários exigências vexatórias, discriminatórias ou desnecessárias.
Art. 100. Os casos omissos serão resolvidos pelo órgão gestor, observadas a LOAS, a Lei Municipal de Benefícios Eventuais, as normativas do CNAS e as deliberações do CMAS, submetendo-se ao Conselho as matérias que impliquem alteração dos critérios, valores, modalidades ou prazos estabelecidos nesta Resolução.
Art. 101. Esta Resolução deverá ser amplamente divulgada, inclusive nas unidades públicas do SUAS e nos meios oficiais de comunicação do Município, assegurando-se informação acessível aos usuários.
Art. 102. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação**,** revogando as disposições municipais em contrário relativas à regulamentação dos Benefícios Eventuais, em especial a Resolução CMAS 07/2022.

Campina do Simão – Paraná, 15 de outubro de 2026.

MÁRCIO AMADIU
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
Campina do Simão – Paraná

Publicado por:
Rodrigo Mayer Colaco
Código Identificador:0D2BF92E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

GABINETE
DECRETO N.º 2.752, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Altera o Decreto Municipal n.º 2.614, de 22 de janeiro de 2026, que dispõe sobre o calendário de feriados e pontos facultativos do ano de 2026 e sobre o recesso remunerado para comemorações de final de ano para os órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Campina Grande do Sul, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando a conveniência administrativa de ampliar o período de recesso de final de ano, visando a racionalização das atividades administrativas, a otimização dos recursos públicos e a adequação do funcionamento dos órgãos municipais durante os períodos de festividades;

Considerando a redução habitual da demanda por serviços administrativos durante festividades de ano novo,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto altera o Decreto Municipal n.º 2.614, de 22 de janeiro de 2026, que dispõe sobre o calendário de feriados e pontos facultativos do ano de 2026 e sobre o recesso remunerado para comemorações de final de ano para os órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Campina Grande do Sul e dá outras providências, na forma que especifica.

Art. 2º O caput do artigo 3º do Decreto Municipal n.º 2.614, de 22 de janeiro de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Fica decretado recesso remunerado aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, do dia 21 de dezembro de 2026 ao dia 08 de janeiro de 2027, em virtude das comemorações de final de ano, com a realização de serviços internos,

mediante escalas de servidores previamente organizadas, para o adequado fechamento do exercício financeiro.
(...)"

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 09 de outubro de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:06515213

GABINETE
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 - REDE MUNICIPAL DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA PREMIAÇÃO DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA - CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL! RESULTADO FINAL DA ETAPA DE SELEÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ETAPA DE HABILITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Cultura, no uso de suas atribuições legais e conforme o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026, TORNA PÚBLICO aos interessados o RESULTADO FINAL DA ETAPA DE SELEÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ETAPA DE HABILITAÇÃO, referente à premiação de Pontos e Pontões de Cultura da Rede Municipal de Pontos e Pontões de Cultura, e CONVOCA os proponentes abaixo relacionados com a situação de SELECIONADOS a apresentarem, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do primeiro dia útil posterior a esta publicação, a documentação de habilitação conforme sua natureza jurídica, em estrito cumprimento ao regramento do Edital.
Legenda:
SELECIONADO: Inscrição contemplada no edital;
SUPLENTE: Inscrição não contemplada, mas apta a receber recursos em casos de desistência, redistribuição ou suplementação;
DESCLASSIFICADO: Inscrição desclassificada.

CATEGORIA GERAL

PROJETO	PROPONENTE	COTISTA	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
ASSOCIAÇÃO KAZUCO AKAMINE	Kazuco Akamine Ferraz	NÃO	92,92	SELECIONADO Ampla concorrência
grupo capoeira brasil	ROBERTO FARIAS/ Grupo Capoeira Brasil	PESSOAS NEGRAS	84,83	SELECIONADO Cotas pessoas negras
PONTO DE CULTURA DE ARTESANATO INDÍGENA GUARANI NHANDEWA	Jardes Rodrigues Amorim/ Grupo Ponto de Cultura de Artesanato Indígena	PESSOAS INDÍGENAS	79,17	DESCLASSIFICADO Conforme item 4.2
CTG Recanto dos Tropeiros – Tradição, Cultura e Memória Gaúcha	CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHA RECANTO DOS TROPEIROS	NÃO	75,67	SELECIONADO Cotas Cultura Popular
Rodeio Crioulo e Valorização da Cultura Tradicionalista	ctg rancho da tradição	NÃO	72,75	SELECIONADO Cotas Cultura Popular
A PAIXÃO DE CRISTO DE CAMPINA GRANDE DO SUL	PAULO CORDEIRO/ Coletivo Entre Atos Compania Teatral	NÃO	67,00	SELECIONADO Remanejamento cotas pessoas negras
Instituto Arcanjo Miguel – Saberes Tradicionais	Instituto Espaço Arcanjo Miguel	NÃO	63,25	SELECIONADO Cotas Cultura Popular
Pelas águas de Campina.	Denisson Miranda	NÃO	53,75	DESCLASSIFICADO Conforme ítem 5.1 alínea b)
Trajetória Musical e Canto Social: Voz, Cultura e Ação Comunitária	Joice Aparecida Martinez de Santi	NÃO	49,83	DESCLASSIFICADO Conforme ítem 5.1 alínea b)

Categoria Áreas Periféricas

PROJETO	PROPONENTE	COTISTA	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
MTN - GRUPO MONTANHEROS	Edmilson da Costa da Fonseca/ Coletivo Cultural MTN – GRUPO MONTANHEROS	NÃO	38,08	DESCLASSIFICADO Conforme item 1 (natureza não cultural) e item 9.10. item c (não atingiu nota mínima)

Campina Grande do Sul - PR, 15 de outubro de 2026.

Secretaria Municipal de Cultura
Município de Campina Grande do Sul - PR

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:DBF5AD1C

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO N°. 1 DA ATA Nº. 158/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo de aditivo n°. 1 da ATA nº. 158/2025, objetivando o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO PARA UTILIZAÇÃO NA MANUTENÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS E CALÇADAS DE VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS** decorrente do Pregão n° 59/2025, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e empresa C**OLOMBO INDUSTRIA DE TUBOS EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **10.917.290/0001-96.** Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação de vigência da prestação do serviço da *ATA nº 158/2025 decorrente do Pregão nº. 59/2025, por* mais 12 (doze) meses, ou seja, de 11/10/2026 até 10/10/2027, com fundamento no artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/2021, e Decreto Federal nº 11.462/2023. Os preços inicialmente registrados foram devidamente atualizados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) compreendendo o período de 08/2025 a 07/2026, sendo o índice acumulado aplicado no percentual de 4,44302%, totalizando o valor de R$ 970.216,20 (novecentos e setenta mil, duzentos e dezesseis reais e vinte centavos).

Grande do Sul, 09 de outubro de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:552F3C35

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA Nº 23/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Dispensa nº 23/2026
Processo nº 268/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no Art. 72, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021 e considerando os elementos contidos no presente processo de contratação direta e no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **AUTORIZO** e **HOMOLOGO** o presente processo administrativo de Dispensa n°. 23/2026, que tem por objeto CREDENCIAMENTO DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ, REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2026, em favor do(s) contratado(s) abaixo relacionado(s).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL NASCENTE	07.749.973/0001-77	R$ 1.458.690,20

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br)
Campina Grande do Sul, 15/10/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:1DE1CB08

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA Nº 24/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Dispensa nº 24/2026
Processo nº 269/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no Art. 72, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021 e considerando os elementos contidos no presente processo de contratação direta e no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **AUTORIZO** e **HOMOLOGO** o presente processo administrativo de Dispensa n°. 24/2026, que tem por objeto CREDENCIAMENTO DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ, REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2026, em favor do(s) contratado(s) abaixo relacionado(s).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
COOPERATIVA DE PROCESSAMENTO ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR SOLIDARIA DE PIRAQUARA	17.259.020/0001-84	R$ 1.458.690, 20

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br)
Campina Grande do Sul, 15/10/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:2285DF90

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1288/2026

A Secretária Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 172 da Lei Municipal nº. 09/2004 e pelo artigo 2º, inciso I, alínea "d", da Portaria nº. 1.455/2025,

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal da Educação, formalizada por meio do Memorando nº. 1.091/2026, protocolado sob nº. 36846/2026, referente aos fatos relatados envolvendo a servidora D.R.O, matrícula nº. 129201, ocupante do cargo de Educadora Infantil;

Considerando o disposto no art. 178 da Lei Municipal nº. 09/2004, quanto à possibilidade de afastamento cautelar da servidora, sem prejuízo da remuneração, para resguardar a regularidade da apuração;

R E S O L V E

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da servidora D.R.O, com a finalidade de apurar os fatos relatados no Memorando nº. 1.091/2026, da Secretaria Municipal da Educação, protocolado sob nº. 36846/2026, e nos demais documentos que instruem o expediente.

Art. 2º Determinar, como medida cautelar, o afastamento da servidora de suas atividades funcionais pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de sua remuneração, nos termos do art. 178 da Lei Municipal nº. 09/2004.

Parágrafo único. O afastamento de que trata este artigo possui natureza cautelar e preventiva, não constituindo penalidade disciplinar nem implicando antecipação de juízo quanto à responsabilidade da servidora, devendo a Secretaria Municipal de Educação providenciar a designação de local temporário adequado para sua permanência durante o período de afastamento, de modo a resguardar o regular andamento da apuração.

Art. 3º Determinar que a referida apuração seja realizada no prazo **de 60 (sessenta) dias**, nos termos da Lei, por Comissão composta pelos seguintes servidores: **RONY ZOTTO CARTAXO – Matrícula nº. 272351 (Presidente), ANA PAULA BISCARO DE MATOS – Matrícula nº. 148851 (Suplente) e membros: DAIHANE GISELE DOS SANTOS – Matrícula nº. 149151; DIOGO GIACOMITI – Matrícula nº. 271971; PATRÍCIA SIMIONI DA CRUZ – Matrícula nº. 146561; SILMARA DE SOUZA COSTA – Matrícula nº. 157841 e TIAGO TREVISAN – Matrícula nº. 327063**, todos estáveis e em exercício.

Art. 4º A referida Comissão terá assessoria jurídica da servidora **JOICE CECCON DE GODOY, inscrita na OAB/PR nº. 63.089 – Matrícula nº. 202731.**

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 15 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

SILMARA APARECIDA GIACOMITTI BELO
Secretária Municipal de Administração

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:3D70FF7A

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1289/2026

A Secretária Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 172, da Lei Municipal nº. 09/2004, RESOLVE,

Art. 1º Instaurar a abertura de **Processo Administrativo Disciplinar** em desfavor da servidora V.S.B., mencionada no Memorando nº. 1.111/2026, da Secretaria Municipal da Educação, protocolado sob nº. 36.843/2026, com a finalidade de apurar os fatos nele relatados.

Art. 2º Determinar que a referida apuração seja realizada no prazo de **60 (sessenta) dias**, nos termos da Lei, por Comissão composta pelos seguintes servidores: **RONY ZOTTO CARTAXO – Matrícula nº. 272351 (Presidente), ANA PAULA BISCARO DE MATOS - Matrícula nº. 148851 (Suplente) e membros: DAIHANE GISELE DOS SANTOS – Matrícula nº. 149151; DIOGO GIACOMITI – Matrícula nº. 271971; PATRÍCIA SIMIONI DA CRUZ - Matrícula nº. 146561; SILMARA DE SOUZA COSTA - Matrícula nº. 157841 e TIAGO TREVISAN - Matrícula nº. 327063,** todos estáveis e em exercício.

Art. 3º A referida comissão terá assessoria jurídica da Servidora **JOICE CECCON DE GODOY, inscrita na OAB/PR nº. 63.089 – Matrícula nº. 202731**.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 15 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

SILMARA APARECIDA GIACOMITTI BELO
Secretária Municipal de Administração
Autoridade Instauradora

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:E6F5B653

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 01 / 2026

Processo Licitatório: 48 / 2026
Fundamento: Artigo nº 28 da Lei Federal 14.133/2021
Objeto: Construção de Creche, contendo: secretaria, diretoria, sala de professores, brinquedoteca, sala de amamentação, I.S. masculino, I.S. feminino, I.S. infantil, I.S. PCD adulto, 03 salas de aula, refeitório, lactário, cozinha, despensa, lavanderia, vestiário masculino, vestiário feminino, D.M.L., jardim sensorial descoberto, sala de espera coberta e pátio coberto. Com execução dos serviços de: serviços preliminares e administração da obra; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenarias, divisórias, muros e fechos; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrossanitários, gás-GLP, incêndio e aparelhos; revestimentos de parede e piso, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos e; diversos (limpezas, ensaios tecnológicos e equipamentos) e demais itens e especificações constantes em projeto. Área Construída: 456,86 m², sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos.
Empresa Contratada:
OMEGA INCORPORACOES E CONSTRUCAO CIVIL LTDA CNPJ: 53.877.877/0001-21, Contrato 107/2026 - assinatura: 15/10/2026, vigência: 540 dias.
Valor total do processo: R$ 2.098.000,00 (dois milhões e noventa e oito mil reais).
Dotação Orçamentária:
06 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA
06.001 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
08.244.0006.1033 – Construção/Amplicação/Reforma de Unidades de Assistencia
4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações
Fonte 00786 – Programa Creche Infancia Feliz
Fonte 00000 – Recursos Municipais.
Data de homologação: 28/08/2026

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo do Rocio Thimotheo
Código Identificador:00542A9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº042/2026

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE EMPENHOS DA DESPESA NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, Prefeito Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas, nos termos da Lei Orgânica Municipal, nos termos do artigo 9º da Lei Complementar Federal nº.101/2000, nos termos do artigo 25 da Lei Municipal nº 013/2026- **LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias)** e demais legislações pertinentes; e considerando a necessidade de manter o equilíbrio orçamentário e financeiro, **DECRETA:**

Art. 1º Fica programado para o 6º (sexto) bimestre de 2026, a redução de empenhos da despesa em 15% (quinze por cento) da meta prevista do mesmo período, no seguinte Grupo de despesa do Orçamento em vigor: 3.3.90.00.00.00 Outras Despesas Correntes.

Parágrafo único. a Redução de que trata Este Artigo poderá ser compensada com o Aumento da Receita Orçamentária no mesmo período.

Art. 2º A medida referida no artigo anterior não se aplica às despesas referentes às obrigações constitucionais e legais, inclusive às destinadas ao pagamento do serviço da dívida. **MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE,** Estado do Paraná.

Art. 3º Restabelecimento a capacidade financeira, ainda que parcial, a retomada da execução orçamentária dar-se-á nos limites da disponibilidade, ficando suspensas as medidas adotadas no artigo 1°.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo do Tenente, (PR),13 outubro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Dê-se Ciência. Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:0A124A13

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 807/2026

Nomeia LAIS PAULA RODRIGUES DE OLIVEIRA, na forma que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista:

a) O Memorando SAS n.o 365/2026;
b) Concurso Público Edital CP n.º 05/2024;
c) Lei Complementar n.º 06/2012, que contém o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos pertencentes à área da Saúde do Município de Campo Magro;
d) A Lei Municipal n.º 126/2000, que contém o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

D E C R E T A

Art. 1º - **NOMEAR,** a partir de 19 de outubro de 2026, **LAIS PAULA RODRIGUES DE OLIVEIRA,** portadora do RG n.º 10.***.955-3/II-PR e do CPF n.º 047.***.*39-10, para ocupar o cargo

de Assistente Social, Classe A, Referência 1, da Tabela Salarial, Lei Complementar n.º 06/2012, com vaga na Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS.

Art. 2º - O (a) referido (a) servidor (a) cumprirá um período de 03 (três) anos, de efetivo exercício, em Estágio Probatório, contados a partir da data do início das atividades, de acordo com a Lei Municipal n.º 126/2000, sendo avaliado(a) por Comissão Específica.

Paço Municipal de Campo Magro,em 15 de outubro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:C1E0336D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 808/2026

Nomeia LAIS PAULA RODRIGUES DE OLIVEIRA, na forma em que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º - Art. 1º - **NOMEAR,** a partir de 19 de outubro de 2026, **LAIS PAULA RODRIGUES DE OLIVEIRA,** portadora do RG n.º 10.***.955-3/II-PR e do CPF n.º 047.***.*39-10, para ocupar o cargo de Secretário Municipal, da Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS, símbolo CC1, Anexo I, da Lei Municipal n.º 1226/2022.

Art. 2º - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de outubro de 2026.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 15 de outubro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:7F49AA65

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 809/2026

Altera a lotação do servidor LUCAS VINICIUS BATISTA RIBAS, na forma que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º - **ALTERA A LOTAÇÃO** do servidor **LUCAS VINICIUS BATISTA RIBAS,** matrícula n.º 3463, a partir de 13 de outubro de 2026, passando o mesmo a ocupar o cargo de Diretor de Departamento P2, Símbolo DC 2, previsto no artigo 3.º da Lei Municipal n.º 1226/2022, do Departamento de Finanças, da Secretaria Municipal de Fazenda - SEFAZ.

Art. 2º - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 13 de outubro de 2026.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 15 de outubro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:FDCD565F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 810/2026

Concede Gratificação do art. 46 à servidora MARISTELA SOARES DA SILVA, na forma em que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) A solicitação contida no Memorando SAS n.º 522/2026.

D E C R E T A

Art. 1º - **Concede** Gratificação do art. 46 da Lei Complementar n.º 06/2012 no percentual de **16,67% (dezesseis vírgula sessenta e sete por cento)**, à servidora **MARISTELA SOARES DA SILVA,** matrícula n.º 3561, a partir de 01 de outubro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 01.10.2026.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 15 de outubro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:E5FBFCC3

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO RESULTADO DE CONVOCAÇÃO N.º 129/2026
ASSISTENTE SOCIAL CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 05/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Municipal n.º 126/00 e considerando o disposto no inciso II, do Art. 37 da Constituição Federal e o inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1 - Tornar público resultado da convocação do Edital n.º 129/2026, destinado para apresentação dos documentos referentes à habilitação do Edital CP n.º 05/2024 dos candidatos aprovados para o cargo de **ASSISTENTE SOCIAL.**

2 - Ressaltar que os candidatos que **NÃO COMPARECERAM A CONVOCAÇÃO**, perderam o direito à investidura ao cargo.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 13 de outubro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	SITUAÇÃO DOCUMENTAÇÃO	EXAME ADMISSIONAL
31	LAIS PAULA RODRIGUES DE OLIVEIRA	Em análise	Apto para Função

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:1598E03B

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Protocolo 5629/2026

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2026

HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Parceiro: Associação do Deficiente Motor
CNPJ/MF nº 78.174.448/0001-19

Objeto: Atendimento a pessoa com deficiência motora em escola de educação básica, na modalidade de educação especial

Vigência: 12 (doze) meses

Valor global: R$85.200,00 (oitenta e cinco mil e duzentos reais)

Trata-se de dispensa de chamamento público (Lei nº 13.019/2014) para celebração de Termo de Fomento com Associação do Deficiente Motor, CNPJ/MF nº 78.174.448/0001-19, pelo prazo de 12 (doze) meses, no valor global de R$85.200,00 (oitenta e cinco mil e duzentos reais), tendo por objeto o atendimento a pessoa com deficiência motora em escola de educação básica, na modalidade de educação especial.

As considerações trazidas pela Sra. Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer atendem ao interesse público e, de acordo com os pareceres do Sr. Procurador-Geral e do Sr. Controlador-Geral, obedeceram aos princípios constitucionais e aos termos legais, de forma que, não tendo havido impugnação no prazo legal, acato a justificativa e a homologo, para os devidos fins.

Determino que esta homologação esteja disponível na rede mundial de computadores – Internet – no site da Prefeitura do Município de Campo Magro, como forma de atender o art. 32, § 1º, da Lei Federal nº 13.019/2014. Ainda, haja a publicação em órgão oficial de comunicação, Diário Oficial deste Município, em data possível.

Campo Magro, 15 de outubro de 2026

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:282998E3

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA (BIÊNIO 2027-2028)

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no art. 14 do Regimento Interno desta Casa,

CONVOCA

Os Senhores Vereadores para a Sessão de Eleição da Mesa Diretora para o biênio 2027-2028, a ser realizada no dia 20 de outubro de 2026, às 17h30, no Plenário desta Casa de Leis.

A eleição destina-se ao preenchimento de todos os cargos da Mesa Diretora, em conformidade com o § 1º do art. 14 do Regimento, para um mandato de 2 (dois) anos, com posse em 1º de janeiro de 2027.

Nos termos do art. 15 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 02/2026, é permitida a recondução dos membros para o mesmo cargo dentro da respectiva legislatura.

As candidaturas aos cargos da Mesa Diretora deverão ser apresentadas ao Presidente da Câmara Municipal, observando-se o procedimento previsto nos artigos 13 e 14 do Regimento Interno, com votação nominal e individualizada para cada cargo.
Publique-se e cumpra-se.

Campo Magro, 15 de outubro de 2026.

RONES RIBAS MACHADO
Presidente da Câmara Municipal de Campo Magro

Publicado por:
Cintia Kudlawiec Casprek
Código Identificador:61F67799

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 277/2026 DATA: 15/10/2026

DECRETO Nº 277/2026
Data: 15/10/2026

Acrescenta Setor na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Candói (PR), conforme disposições da Lei Municipal nº 1.631, de 16 de agosto de 2021.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI (PR), no uso de suas atribuições legais e constitucionais e tendo em vista o disposto no Art. 33 da Lei Municipal nº 1.631/2021;

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescentado junto ao DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, estabelecido pelo inciso I do § 1º art. 19 da Lei Municipal nº 1.631 de 16 de agosto de 2021, o Setor de Controle Orçamentário e de Contratos.
Parágrafo Único: Caberá ao setor referido no caput além de outras atribuições previstas em normas vigentes:
I – acompanhar e controlar a execução orçamentária dos recursos destinados à Secretaria Municipal de Saúde, observando as dotações orçamentárias e a disponibilidade de recursos;
II – acompanhar as despesas da Secretaria, promovendo o controle dos empenhos, das liquidações e dos pagamentos, em articulação com os setores competentes;
III – verificar a disponibilidade orçamentária para as contratações, aquisições e demais despesas da Secretaria, encaminhando as demandas aos setores responsáveis para as providências cabíveis;
IV – manter controle atualizado dos contratos, atas de registro de preços, convênios e demais instrumentos congêneres vinculados à Secretaria Municipal de Saúde;
V – acompanhar os prazos de vigência, execução e encerramento dos contratos, alertando tempestivamente os responsáveis quanto à necessidade de prorrogação, renovação, reajuste ou adoção de outras providências administrativas;
VI – auxiliar no planejamento das contratações da Secretaria, em conjunto com os setores requisitantes, contribuindo para a previsão das despesas e a organização das demandas anuais;
VII – acompanhar os saldos contratuais e das atas de registro de preços, mantendo registros atualizados dos quantitativos contratados, utilizados e disponíveis;
VIII – acompanhar a execução financeira dos contratos, em articulação com os fiscais e gestores contratuais, verificando a conformidade dos registros e documentos necessários à tramitação das despesas;
IX – organizar e manter arquivo físico ou digital dos documentos orçamentários e contratuais sob sua responsabilidade, assegurando sua integridade, atualização e disponibilidade para consulta;
X – solicitar e consolidar informações relativas à execução orçamentária e contratual, elaborando relatórios gerenciais para subsidiar a tomada de decisões pela Secretaria Municipal de Saúde;
XI – auxiliar na identificação de riscos relacionados à insuficiência de recursos orçamentários, ao vencimento de contratos e ao comprometimento da continuidade dos serviços de saúde, comunicando as situações aos responsáveis;

XII – acompanhar as demandas de contratação de bens, materiais, medicamentos, equipamentos e serviços necessários ao funcionamento da rede municipal de saúde, no que se refere aos aspectos orçamentários e contratuais de sua competência;
XIII – manter articulação com os setores de contabilidade, compras, licitações, patrimônio, almoxarifado e demais unidades administrativas, visando à adequada execução das despesas e ao cumprimento dos instrumentos contratuais;
XIV – prestar informações aos órgãos de controle interno e externo, quando solicitadas, observadas as competências legais e a documentação sob sua responsabilidade;
XV – zelar pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento e transparência na execução das atividades do setor;
XVI – executar outras atividades correlatas à sua área de atuação, determinadas pela autoridade competente, respeitadas as atribuições legais dos demais setores e agentes públicos.
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais em 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15 de outubro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:8C3C187A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RECEITAS SETEMBRO 2026

C O M U N I C A D O
O Município de Candói, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, através da Secretaria Municipal de Finanças, em atendimento ao disposto no art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97 de 20/03/1997.
C O M U N I C A:
A todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Conselhos e as Entidades Empresariais com Sede no Município de Candói, Estado do Paraná, que o Governo Federal liberou ao Município de Candói no período de **01/09/2026 a 30/09/2026** os recursos financeiros conforme segue:

RECURSO	VALOR
FPM	2.279.186,33
FPM – COTA EXTRA	1.486.893,47
COMPENSAÇÃO RECURSOS MINERAIS	1.719,82
COMPENSAÇÃO FINANC. PROD. PETRÓLEO 7990/89	2.189,98
ITR	297.768,96
FEP	63.883,43
LEI COMPLEMENTAR 176/2020	14.079,05
FNS/INC. FINANC. PER CAPITA BASE POPULACIONAL	7.523,78
PAB/SUS/MAC	7.935,81
FNS/INCENTIVO APS EQUIPES SAÚDE EQ ATENÇÃO 3493/24	164.000,00
PAB/SUS PACS	103.744,00
FNS/ATENÇÃO SAÚDE BUCAL	47.077,00
FNS/IMPLEMENTAÇÃO SEGURANÇA ALIM. NUTRICIONAL	23.430,20
FNS/SAMU	17.062,50
FNS/VIGILÂNCIA EM SAÚDE – COMBATE A ENDEMIAS	12.968,00
FNS/INC. FIN. EXEC. AÇÕES VIG.SANITÁRIA	1.000,00
FNS/ INC. FIN. EXEC. AÇÕES VIG.PREV. AIDS E HEPATITE	1.250,00
FNDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	101.294,53
FNDE/PNAE	72.205,75
FNDE/VAAR	117.736,65
FNAS/IGBDF	415,85
FNAS/PISO BÁSICO FIXO	4.516,74
FNAS/PISO VARIÁVEL III – EQUIPE VOLANTE	3.387,55
FNAS/SCFV	4.964,45
FNAS/PSEMAC	184,01
SUAS – BPS ESP. INC. TEMP. CALAMIDADE PÚBLICA	40.000,00
SUAS – BPS BÁS. INC. TEMP. CALAMIDADE PÚBLICA	27.000,00
SUBTOTAL	**4.903.417,86**

Candói (PR), 13 de outubro de 2026.

THAIS FLAVIA DE BONA
Secretária de Finanças

C O M U N I C A D O

O Município de Candói, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, através da Secretaria Municipal de Finanças, em atendimento ao disposto no art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97 de 20/03/1997.

C O M U N I C A:

A todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Conselhos e as Entidades Empresariais com Sede no Município de Candói, Estado do Paraná, que o Governo Federal e Estadual liberou ao Município de Candói no período de **01/09/2026 a 30/09/2026** os recursos financeiros conforme segue:

RECURSO	VALOR
CONV. SECID 251/25 – ASFALTO NOVO – VIDA	3.437.052,84

Candói (PR),13 de outubro de 2026.

THAIS FLAVIA DE BONA
Secretária de Finanças

Publicado por:
Ednilce da Rocha Boeno
Código Identificador:2E18B77E

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO - CONTRATO N° 146/2025

CONTRATO Nº 146/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2.430/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: LOCALAR LTDA - CNPJ nº 02.527.103/0001-30.
OBJETO: a Pavimentação de vias urbanas em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área de 5.389,70 m², compreendendo: serviços preliminares; terraplenagem; drenagem; base e sub-base; revestimento; meio-fio e sarjeta; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; e ensaios de controle tecnológico. Trechos: • RUA NAILOR ARAÚJO LACERDA, entre a Rua Gerônimo Ribeiro ramos e o fim da rua • RUA GERÔNIMO RIBEIRO RAMOS, entre a Rua Everaldo Graubner e o fim da rua • RUA PROJETADA 01, entre a Rua Gerônimo Ribeiro ramos e a Rua Projetada 04 • RUA PROJETADA 02, entre a Rua Projetada 01 e a Rua Nailor Araújo Lacerda • RUA PROJETADA 03, entre a Rua Projetada 02 e o fim da rua • RUA PROJETADA 04, entre a Rua Projetada 03 e o fim da rua - lote 04.
FUNDAMENTO: O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento na Cláusula Quarta, item 4.2, alínea "f", do Contrato nº 146/2025, que autorizam a prorrogação dos prazos de execução e vigência em decorrência da ocorrência de fatos supervenientes, condições climáticas adversas, fatos alheios à vontade das partes e demais circunstâncias que impactem o cronograma originalmente estabelecido.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 31 de janeiro de 2027.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 de julho de 2027.
DATA DE ASSINATURA: 01/10/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:35B82797

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2026

CONTRATO Nº 137/2026. CREDENCIAMENTO Nº 90.005/2026 (PROCESSO Nº 1.748/2026). CONTRATANTE. MUNICÍPIO DE CANDÓI **(**CNPJ nº 95.684.478/0001-94). **CONTRATADO:** 55.625.898 MATOSALEM AYRES BONFIM (CNPJ nº 55.625.898/0001-85). **OBJETO:** Prestação de serviços de roçada de áreas verdes, abrangendo logradouros públicos, prédios municipais e vias urbanas, com o devido recolhimento e transporte dos resíduos

gerados. **VALOR:** até **R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais)**. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, mediante justificativa e interesse público, nos limites do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, respeitada a vigência máxima. **PRAZO DE EXECUÇÃO:** Serviço executado em forma de rodízio e sob demanda, devendo ser iniciado no prazo máximo de 24 (vinte e quaro) horas após a solicitação, ou em data específica determinada pelo Fiscal do Contrato (comunicada com a mesma antecedência). **DOTAÇÃO:** 13.003.15.451.0003.2065 - Departamento de Urbanismo e Engenharia, natureza de despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, conta: 04400, fonte de recurso: 00000 – Recursos Ordinários (Livre), e dotação: 13.002.18.541.0003.2063 - Manutenção do Departamento de Gestão Ambiental, natureza de despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, conta: 04330, fonte de recurso: 00000 – Recursos Ordinários (Livre). **FISCAL:** Adriano Aparecido de Oliveira. **GESTOR:** Charles Eloi Echer. **DATA DE ASSINATURA:** 15/10/2026. **FORO:** Comarca de Guarapuava – PR. **VALIDAÇÃO DA AUTENTICIDADE DAS ASSINATURAS:** https://candoi.1doc.com.br/verificacao/6738-449B-9A02-368A

Publicado por:
Rodrigo Miss
Código Identificador:11087CC0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 32/2026 DATA: 15/10/2026

PORTARIA N.º 32/2026
DATA: 15/10/2026

SÚMULA: Concede Férias a servidora abaixo relacionada, no período que menciona.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e de acordo com a Lei Municipal n° 1.703/2011 de 30 de maio de 2011,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder férias ao servidor abaixo relacionado, no período que menciona:

NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	PERÍODO DE FÉRIAS
Jusemara Aparecida da Silva Gonçalves	Zeladora	02/10/2025 a 01/10/2026	20	21/10/2026 a 09/11/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, em 15 de outubro de 2026.

SIDINEI JOSÉ GIUSTI
Presidente

Publicado por:
Eduarda Bianca de Oliveira Prause da Silva
Código Identificador:89218BF5

GABINETE PREFEITO
DECRETO Nº 420/2026 DATA: 15.10.2026

SÚMULA: Declara vacância do cargo ocupado pelo servidor que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais, e com base no Artigo 56, Inciso VII, da Lei Municipal nº 1.784/2012, de 23/03/2012,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica declarada a vacância do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, ocupado pelo servidor **Rivaldino Domingos de Quadros**, RG.-CFP. nº 033.***.***-65, em razão de seu falecimento, ocorrido em 13/10/2026, conforme Certidão de Óbito, emitida pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, de Capitão Leônidas Marques, Pr.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, Pr. 15 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Junior Bertramelli
Código Identificador:9C08E07D

GABINETE PREFEITO
ERRATA À RESOLUÇÃO Nº 001/2026

Publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº 3627, em 30/09/2026.
Na Resolução nº 001/2026, em que convoca a I Conferência Municipal de Esportes de Capitão Leônidas Marques, aprova o Regimento Interno e dá outras providências:
ONDE SE LÊ:
Art. 1º Fica convocada a I Conferência Municipal de Esportes de Capitão Leônidas Marques, a ser realizada no dia 15 de outubro de 2026, às 19h, na Casa da Cultura Vitor Valendolf, neste Município.
LEIA-SE:
Art. 1º Fica convocada a I Conferência Municipal de Esportes de Capitão Leônidas Marques, a ser realizada no dia 09 de novembro de 2026, às 19h30min, na Casa da Cultura Vitor Valendolf, neste Município.
No Anexo I – Regimento Interno da I Conferência Municipal de Esportes de Capitão Leônidas Marques:
ONDE SE LÊ:
Art. 1º A I Conferência Municipal de Esportes de Capitão Leônidas Marques será realizada no dia 15 de outubro de 2026, às 19h, na Casa da Cultura Vitor Valendolf, no Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná.
LEIA-SE:
Art. 1º A I Conferência Municipal de Esportes de Capitão Leônidas Marques será realizada no dia 09 de novembro de 2026, às 19h30min, na Casa da Cultura Vitor Valendolf, no Município de Capitão Leônidas Marques - Paraná.
Permanecem inalterados os demais dispositivos da Resolução e de seu Anexo I.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 15 de outubro de 2026.

ALTER JOSÉ RAGADALI
Secretário Municipal de Esportes

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:F88A805A

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 411/2026

DATA: 13.10.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 1.303,43 (Um Mil Trezentos e Três Reais e Quarenta e Três Centavos), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:

15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
15.001 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
15.001.18.541.1017.2211-3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES R$1.303,43
00878/01007.03.99.01.03.1.702.0000 CV 4500069471 - ITAIPU BINACIONAL 1.303,43

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com ao Artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de arrecadação no valor de R$ 1.303,43 (Um Mil Trezentos e Três Reais e Quarenta e Três Centavos), de acordo com o Inciso II do Artigo 43, da Lei Federal 4.320 e alterações, a ocorrer nas alíneas de Receita e Fonte de Recursos abaixo:

Receita:	Fonte:	Valor:
1.3.2.1.01.1.1.01.00.00.00.00	00878	1.303,43

Total.....R$ 1.303,43

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 13 de Outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Moretti Iop
Código Identificador:531074E4

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 412/2026

DATA: 13.10.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 12.214,13 (Doze Mil Duzentos e Quatorze Reais e Treze Centavos), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
15.001 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
15.001.18.541.1017.2211-3.3.90.93.00.00.00.00 - Ind R$12.214,13
00878/01007.03.99.01.03.2.702.0000 (SF) - ITAIPU - 12.214,13
Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com o Artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro parcial apurado no encerramento do Exercício Anterior, na seguinte Fonte de Recurso:

00878 R$ 12.214,13

Total.....R$ 12.214,13

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 13 de Outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Moretti Iop
Código Identificador:200EC793

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
ATA CREDENCIAMENTO 013/2026

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTAS
Às nove horas do dia quinze do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pelo **Decreto nº 001 de 08.01.2026,** com redação dada pelo **Decreto nº 244 de 02.07.2026**, para procederem a abertura e julgamento dos envelopes contendo a proposta e documentação referentes ao ***Credenciamento 013/2026 de 12.08.2026,*** destinado ao credenciamento de pessoas jurídicas para fornecimento futuro e eventual, de forma parcelada, de marmitas (refeições prontas acondicionadas em embalagem apropriada), visando atender às necessidades das Secretarias Municipais de Capitão Leônidas Marques – PR, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento. Foi registrado, conforme protocolo em anexo ao processo, o interesse da seguinte empresa em se credenciar: ***CHURRASCARIA TAVARES LTDA,*** inscrita no CNPJ sob nº 52.606.041/0001-20. Não houve a presença de representantes para acompanhar o julgamento, porém, a empresa, ao se apresentar para este processo de credenciamento, declara ter conhecimento e sujeitar-se às condições nele estabelecidas. Os membros da Comissão deram prosseguimento ao processo com a abertura do envelope. Em todos os procedimentos, foram verificadas as regularidades às vistas das exigências do edital, nos termos do item 3 (habilitação jurídica, regularidade fiscal, econômico-financeira). Foram analisados também os documentos complementares, compreendendo declarações e a solicitação de credenciamento e a carta proposta. A empresa acima relacionada, foi habilitada atendendo a todos os requisitos do edital. Não houve quaisquer tipos de questionamentos, quanto aos procedimentos adotados no processo. A Comissão deliberou credenciar a empresa acima mencionada para a execução do objeto em consideração. Fica aqui registrado que a empresa declara ciência de que o fornecimento do objeto será remunerado de acordo com os valores constantes do Termo de Referência, cuja aceitação já foi expressa por meio da Declaração do Anexo III, e que também está ciente de todas as condições para o fornecimento do objeto. Após transcorridos todos os procedimentos, o resultado será publicado no Diário Oficial do Município. Poderão ser apresentados recursos no prazo de 03 (três) dias a contar da data da publicação do Diário Oficial do Município, sendo este protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques-Pr, ou no e-mail licitacao@clm.pr.gov.br e dirigido à Comissão de Licitação. Vencido os prazos e inexistindo recurso ou após devidamente julgados, a documentação será encaminhada ao Departamento de Compras para autorização de abertura do Processo de Inexigibilidade de Licitação. Após o deferimento do credenciamento, os interessados serão comunicados via correio eletrônico para assinatura do Contrato, o qual estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do Edital e da proposta a que se vinculam, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da notificação/convocação, sob pena de decadência desse direito. Os atos administrativos que dizem respeito a este Processo de Credenciamento serão sempre interpretados visando assegurar o aproveitamento da licitação, devendo ser anulados somente aqueles que não sejam passíveis de saneamento, à luz o Regulamento de Licitações e Contratos, aproveitando-se todos os demais atos antecedentes, prosseguindo-se com o processo até o seu termo final. Este julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação será encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal, cabendo-lhe o direito de revogar ou anular o procedimento de credenciamento, por justas razões de conveniência e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, mediante parecer devidamente fundamentado, como consta no Termo de Referência deste edital. O presente Edital tem validade de 12 (doze) meses contados a partir da data da primeira publicação. Ultrapassada a data e horário de hoje, onde realizou-se um

julgamento, os demais interessados poderão solicitar credenciamento, durante a vigência do edital, obedecidas às exigências estabelecidas no mesmo, todavia, a efetiva contratação dependerá da disponibilidade de serviços objeto deste processo, ficando então no aguardo de convocação para que possam também firmar o contrato de prestação de serviços, observada a necessidade e conveniência da administração. Nada mais havendo, estando em conformidade com as disposições do edital e tendo transcorridos todos os procedimentos legais, encerra-se esta sessão de julgamento e análise, cujos atos foram aqui registrados, lavrando-se esta Ata circunstanciada, a qual será assinada pelos membros da Comissão Julgadora, ficando no aguardo dos prazos para dar seguimento ao processo.
De acordo,

NATALI APARECIDA PAGEL DA SILVEIRA
Agente de Contratação

ALDO PEREIRA DOS SANTOS
Membro

HENRIQUE XAVIER DE SOUZA
Membro

KAUANY DAMIÃO GOMES
Membro

LARISSA GABRIELI DA SILVA
Membro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:A256E718

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
TERMO ADITIVO (APOSTILAMENTO) Nº. 001/2026.

Referências:
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 455/2025.
CONCORRÊNCIA N. º 009/2025 de 28.08.2025.
OBJETO: Contratação de empresa para a execução de construção de 25 (vinte e cinco) Unidades Habitacionais, em conformidade com as especificações técnicas, projetos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos que integram o presente processo, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 970900/2024/MCidades/Caixa, referente à Operação nº 1099296-00, integrante do Programa Moradia Digna, contemplando o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários, observados os prazos, condições e normas técnicas vigentes, conforme solicitação nº 276/2025 da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.
Que entre si celebram:
MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI*; *e,*
PICCOLI E BOHLER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, com sede na Rua Butiazeiro, 1921, Sala 01, Centro, em Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, CEP: 85.650-000, inscrita no CNPJ sob n. º 21.131.546/0001-51, neste ato devidamente representada por seu Titular, Senhor *VANDERLEI PICCOLI,* portador do CPF sob n. º 627.701.959-72.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, o "Reajuste Econômico Financeiro Contratual", em decorrência de reajuste de valores ocorridos no período, com base no índice do IPCA, nos limites permitidos pela Lei 14.133/2021 após análise e Parecer Técnico do Departamento de Engenharia e Parecer Jurídico.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Soma-se ao valor inicialmente contratado o total de R$ 136.090,00 (cento e trinta e seis mil e noventa reais).
CLÁUSULA TERCEIRA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

PICCOLI E BOHLER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:74B613DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INEX. 152/2026 - EXTRATO CTO 460/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 152/2026.

Processo Adm. Nº 283/2026.
Solicitação Nº 340/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento nos artigos 72, inciso VI, e 74, inciso III, "a" e "c", ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 264.996,00 (duzentos e sessenta e quatro mil novecentos e noventa e seis reais), a favor da empresa ***CMM ASSESSORIA TRIBUTARIA E PROJETOS LTDA,*** pessoa jurídica de direito privado, sita à Rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1561, sala 02-A, condomínio Empresar Office One, quadra 183, lote 10, Centro, município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, CEP: 85.601-030, inscrita no CNPJ sob nº 27.015.954/0001-24, para execução de projeto técnico de revisão, atualização, consolidação e adequação integral da legislação municipal de recursos humanos, com modelagem econômico-financeira das alterações propostas na estrutura de pessoal do Município, abrangendo o Estatuto dos Servidores Públicos, o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos servidores em geral e dos profissionais da educação, a estrutura administrativa, os cargos efetivos, cargos em comissão, funções gratificadas, tabelas remuneratórias e normas correlatas à gestão de pessoal, incluindo a elaboração de diagnóstico normativo e funcional, estudo de impacto orçamentário-financeiro, projeções de despesa de pessoal, cenários comparativos, memória de cálculo, análise de compatibilidade fiscal e orçamentária, bem como elaboração das respectivas minutas de projetos de lei, anexos, tabelas e regulamentos complementares, em atendimento a solicitação nº 340/2026 da Secretaria Municipal de Administração.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 460/2026.

REF:
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 152/2026.
Processo Adm. Nº 283/2026.
Solicitação Nº 340/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: CMM ASSESSORIA TRIBUTARIA E PROJETOS LTDA.

OBJETO: O presente termo tem por objeto a prestação de serviços especializados por meio da execução de projeto técnico de revisão, atualização, consolidação e adequação integral da legislação municipal de recursos humanos, com modelagem econômico-

financeira das alterações propostas na estrutura de pessoal do Município, abrangendo o Estatuto dos Servidores Públicos, o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos servidores em geral e dos profissionais da educação, a estrutura administrativa, os cargos efetivos, cargos em comissão, funções gratificadas, tabelas remuneratórias e normas correlatas à gestão de pessoal, incluindo a elaboração de diagnóstico normativo e funcional, estudo de impacto orçamentário-financeiro, projeções de despesa de pessoal, cenários comparativos, memória de cálculo, análise de compatibilidade fiscal e orçamentária, bem como elaboração das respectivas minutas de projetos de lei, anexos, tabelas e regulamentos complementares, em atendimento a solicitação nº 340/2026 da Secretaria Municipal de Administração.

VALOR: R$ 264.996,00 (duzentos e sessenta e quatro mil novecentos e noventa e seis reais).

VIGÊNCIA: A contratação objeto deste contrato será vigente por até 12 (doze) meses, a partir da data do Termo Contratual.

RECURSOS: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 7 - 02.001.04.122.1004.2101.3.3.90.39.00;**
*** 16 - 02.001.04.122.1004.2104.3.3.90.39.00;**
*** 62 - 03.001.04.122.1004.2111.3.3.90.39.00 fontes 510, 511 e livre;**
*** 92 - 03.003.04.122.1004.2112.3.3.90.39.00;**
*** 102 - 03.004.04.122.1004.2113.3.3.90.39.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:2326B8C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 112/2024. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 534/2024.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI,* em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado a empresa ***CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN,*** com sede na Rua Azevedo Portugal, 1369, Centro, em Guarapuava, Estado do Paraná, CEP: 85.504-440, inscrita no CNPJ sob n. º 03.233.240/0001-24, neste ato devidamente representada por seu Titular, Senhor *JOÃO CARLOS MIOTTO,* portador do CPF sob n. º 025.990.789-89. Fundamentando-se na Lei 14.133 de 01.04.2021, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte*:*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência e prestação dos serviços, para até mais 12 (doze) meses, com aplicação de reajuste na taxa de administração do Termo Contratual original, mantidas as demais condições firmadas em 15 de outubro de 2024 e aditivo subsequente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA TAXA
Fica alterado a taxa administrativa em 4,5761%, passando de 0,53 (zero vírgula cinquenta e três por cento) para 0,56 (zero vírgula cinquenta e seis por cento).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência até 15 de outubro de 2027.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Ratificam-se as demais disposições do Contrato e Alteração não modificadas por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:504B0792

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. TERMO DE INEXIGIBILIDADE N. 091/2025. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 438/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor *ELISANDRO DOS REIS*, em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado a empresa ***ABRELINO FELIPPE LTDA***, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.615.485/0001-11, com sede na Rua Beija Flor, nº 116, Santa Monica, Capitão Leônidas Marques-Pr, CEP 85.790-000, neste ato representada por *ABRELINO FELIPPE*, brasileiro, motorista, portador da CI/RG nº 14.445.473-1 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 467.110.820-87. Fundamentando-se na Lei 14.133 de 01.04.2021, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte*:*

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos automotores, com condutor, destinados ao transporte de pessoas, de materiais e ao apoio logístico para suprir necessidades operacionais, emergenciais e rotineira, conforme demanda das Secretarias Municipais de Capitão Leônidas Marques-Pr, e conforme especificações do Termo de Referência do edital de referência *Credenciamento/Chamamento N. º 008/2025 – Inex. de Licitação nº 056/2025 - P. Adm. n. º 157/2025*.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivos deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência do contrato para até mais 02 (dois) meses, mantidas as demais condições firmadas no Termo Original em data de 30 de setembro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência para até 30 de novembro de 2026, a partir do vencimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

ABRELINO FELIPPE LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:048AA750

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 003/2026. TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 062/2025. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N º 343/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI* em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado a empresa ***CHURRASCARIA TAVARES LTDA***, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 52.606.041/0001-20, com sede na Rod. Br 163, Km 140, Trevo de acesso a Capitão Leônidas Marques-PR, CEP 85.790-007, neste ato representada por *CELMA APARECIDA TAVARES*, portadora da CI/RG nº 7.375.917-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 989.386.900-59. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:

Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência para até mais 01 (um) mês a partir do seu vencimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

Fica prorrogada o prazo de vigência para até 13.11.2026.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

CHURRASCARIA TAVARES LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:DCF735D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 003/2026. TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 063/2025. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N º 344/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI* em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado a empresa ***ADRIEU VITOR PAULA SAUTIEHR***, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 58.971.267/0001-06, com sede na Linha Vista Alegre, Rod. BR 163, KM 142, Capitão Leônidas Marques-PR, CEP 85.790-007, neste ato representada por **ADRIEU VITOR PAULA SAUTIEHR**, portador da CI/RG nº 13487499-6 SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº 101.595.629-70. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:

Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência para até mais 02 (dois) meses a partir do seu vencimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

Fica prorrogada o prazo de vigência para até 13.12.2026.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

ADRIEU VITOR PAULA SAUTIEHR
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:F67AFDB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 111/2025. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 457/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tibagi, 375, Município de Capitão Leônidas Marques Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 09.401.856/0001-43, neste ato devidamente representado pela Secretária Municipal de Saúde, Senhora *CRISTINA REGINA ANTUNES* e de outro lado a empresa ***NV NUTRIÇÃO LTDA EPP***, sita à Rua General Osório, 3012 -B, Centro, município de Cascavel, Estado do Paraná, CEP 85.802-070, inscrita no CNPJ sob n. º 48.512.178/0001-48, neste ato devidamente representada pelo, Senhor *NILDO VACCARIN*, portador do CPF sob n. º 295.230.959-00. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte*:*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:

Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência para até mais 02 (dois) meses do seu vencimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

Fica prorrogada a vigência para até 13.12.2026.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

REGINA CRISTINA ANTUNES
Secretária Municipal de Saúde

NV NUTRIÇÃO LTDA EPP
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:6B56EBA3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 111/2025. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 459/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tibagi, 375, Município de Capitão Leônidas Marques Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 09.401.856/0001-43, neste ato devidamente representado pela Secretária Municipal de Saúde, Senhora *CRISTINA REGINA ANTUNES* e de outro lado a empresa ***EFFRA IN HUB DE COMERCIO E SERVIÇOS***, sita à Rua Arlindo Pedralli, 1009, Sala 04 e 05, Pioneiro, Jardim Santa Helena, município de Maringá, Estado do Paraná, CEP 87.083-327, inscrita no CNPJ sob n. º 54.388.779/0001-93, neste ato devidamente representada pelo, Senhor *JHONATAN CANDIDO DE SOUZA*, portador do CPF sob n. º 064.550.599-48. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte*:*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:

Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência para até mais 01 (um) mês do seu vencimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

Fica prorrogada a vigência para até 13.11.2026.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

REGINA CRISTINA ANTUNES
Secretária Municipal de Saúde

EFFRA IN HUB DE COMÉRCIO E SERVIÇOS
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:0A38CD15

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
RESOLUÇÃO Nº 010 DE 05 DE OUTUBRO DE 2026

RESOLUÇÃO Nº 010/2026

Súmula: "Regulamenta a execução da função fiscalizadora da Câmara Municipal de Carlópolis, estabelece critérios para o planejamento das fiscalizações, constituição de equipes e comissões, requisição de informações, realização de diligências, elaboração e discussão de relatórios, tratamento e encaminhamento dos achados de fiscalização, publicidade dos resultados e demais procedimentos destinados ao fortalecimento da função fiscalizadora do Poder Legislativo Municipal. ".

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE:
RESOLUÇÃO
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Esta Resolução regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Carlópolis, a execução da função fiscalizadora do Poder Legislativo sobre os atos da Administração Pública Municipal, observadas a Constituição Federal, a Constituição do Estado do Paraná, a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno, a legislação aplicável e as orientações e critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR.
Art. 2º A atividade de fiscalização da Câmara Municipal tem por finalidade acompanhar e avaliar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, transparência e interesse público dos atos, programas, projetos, contratos, serviços, obras, receitas, despesas e demais ações do Poder Executivo Municipal e das entidades sujeitas à fiscalização legislativa.
Art. 3º A fiscalização será exercida de forma planejada, documentada, objetiva, imparcial e contínua, mediante procedimentos capazes de produzir registros e evidências suficientes para demonstrar as ações realizadas pela Câmara Municipal.

Art. 4º A atividade fiscalizadora poderá ser realizada, entre outros meios, mediante:
I – requerimento de informações;
II – diligências;
III – inspeções e visitas técnicas;
IV – análise documental;
V – acompanhamento de obras, serviços, programas e políticas públicas;
VI – reuniões e oitivas com gestores e responsáveis;
VII – análise de contratos, licitações, convênios e instrumentos congêneres;
VIII – acompanhamento da execução orçamentária e financeira;
IX – análise de informações provenientes da Ouvidoria e dos canais oficiais de comunicação da Câmara;
X – demandas apresentadas por cidadãos, organizações da sociedade civil e entidades representativas;
XI – audiências públicas;
XII – atuação das Comissões Permanentes e Temporárias;
XIII – outras medidas compatíveis com as atribuições constitucionais e regimentais do Poder Legislativo.
CAPÍTULO II
DO PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

Art. 5º A Câmara Municipal elaborará, preferencialmente no início de cada exercício, Plano Anual de Fiscalização, instrumento destinado a organizar e formalizar as ações fiscalizatórias a serem realizadas no período.
§ 1º O Plano de Fiscalização deverá indicar, sempre que possível:
I – objeto ou tema da fiscalização;
II – justificativa e relevância do objeto;
III – objetivos;
IV – órgão, entidade, programa, obra, serviço ou política pública a ser fiscalizada;
V – comissão, vereador ou equipe responsável;
VI – período estimado para realização;
VII – procedimentos previstos;
VIII – documentos e informações a serem analisados;
IX – resultados esperados;
X – forma de elaboração, discussão e divulgação do relatório.
§ 2º Na elaboração do Plano de Fiscalização deverão ser consideradas, sempre que existentes:
I – demandas apresentadas pelas Comissões Permanentes;

II – requerimentos e proposições dos vereadores;
III – manifestações recebidas pela Ouvidoria e pelos canais oficiais de comunicação da Câmara;

IV – demandas apresentadas diretamente por cidadãos;
V – demandas apresentadas por organizações da sociedade civil e entidades representativas;
VI – recomendações, determinações e apontamentos dos órgãos de controle;

VII – resultados e graus de implementação de políticas públicas apurados pelo TCE-PR no âmbito do ProGov;

VIII – fatos relevantes identificados durante o exercício;

IX – situações que apresentem risco ou relevância para o interesse público.

Art. 6º O Plano Anual de Fiscalização será formalizado por instrumento oficial da Câmara Municipal, podendo ser aprovado por Resolução, Ato da Mesa, deliberação da Comissão competente ou outro instrumento previsto no Regimento Interno.

Parágrafo único. A inclusão de novas fiscalizações durante o exercício será admitida sempre que houver fato superveniente, denúncia, representação, demanda social ou outro motivo relevante devidamente registrado.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPES E COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO

Art. 7º As fiscalizações poderão ser executadas:

I – pelas Comissões Permanentes;

II – pelas Comissões Temporárias ou Especiais constituídas na forma regimental;

III – por Comissão ou equipe de fiscalização especificamente designada pela Presidência ou Mesa Diretora, quando cabível;

IV – por vereador ou vereadores, mediante os instrumentos próprios de fiscalização previstos na legislação e no Regimento Interno;

V – com apoio técnico dos servidores da Câmara Municipal, observadas suas atribuições;

VI – com apoio de órgãos técnicos ou profissionais legalmente habilitados, quando autorizado e necessário.

Art. 8º O ato que constituir a equipe ou comissão responsável deverá indicar, no mínimo:

I – os membros responsáveis;

II – o presidente ou coordenador, quando aplicável;

III – o objeto da fiscalização;

IV – o período de realização;

V – as atribuições dos responsáveis;

VI – os procedimentos que poderão ser adotados;

VII – o prazo para apresentação do relatório preliminar ou final.

§ 1º A designação deverá ser formalizada e mantida em registro oficial da Câmara.

§ 2º A composição da equipe poderá observar a natureza e a complexidade do objeto fiscalizado, buscando, quando possível, a participação de servidores com conhecimento técnico relacionado à matéria.

CAPÍTULO IV

DOS REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO

Art. 9º Os pedidos de informação destinados à fiscalização deverão ser formalizados por escrito e conter, sempre que possível:

I – identificação do órgão ou autoridade destinatária;

II – objeto da informação solicitada;

III – descrição clara e objetiva dos documentos ou dados requeridos;

IV – finalidade fiscalizatória;

V – identificação da fiscalização ou processo ao qual o pedido está relacionado;

VI – prazo para atendimento, observada a legislação aplicável.

Art. 10. Os requerimentos de informação poderão ser formulados pelas Comissões, pelos vereadores e pelos demais instrumentos previstos na Constituição, na Lei Orgânica e no Regimento Interno.

Art. 11. Os órgãos e agentes públicos destinatários deverão prestar as informações dentro do prazo legal ou daquele expressamente estabelecido no requerimento, quando juridicamente cabível.

§ 1º O recebimento, encaminhamento, resposta e eventual reiteração dos pedidos deverão permanecer registrados nos sistemas ou arquivos oficiais da Câmara.

§ 2º O não atendimento injustificado de requerimento de informação será registrado no processo de fiscalização e poderá ensejar a adoção das providências previstas na legislação.

CAPÍTULO V

DA EXECUÇÃO DA FISCALIZAÇÃO

Art. 12. A execução de cada fiscalização deverá ser formalmente registrada em processo próprio ou expediente administrativo equivalente.

Art. 13. O processo de fiscalização deverá conter, sempre que aplicável:

I – instrumento que determinou ou autorizou a fiscalização;

II – identificação do objeto;

III – plano ou roteiro de fiscalização;

IV – identificação da equipe ou comissão responsável;

V – requerimentos de informação;

VI – documentos recebidos;

VII – atas, termos, fotografias, registros de visitas e demais evidências;

VIII – manifestações dos responsáveis;

IX – relatório preliminar;

X – registro da discussão dos achados com os gestores;

XI – manifestações e documentos apresentados pelos gestores;

XII – relatório final;

XIII – encaminhamentos e providências adotadas;

XIV – comprovante de publicação do relatório final, quando cabível.

Art. 14. Os procedimentos de fiscalização deverão ser realizados com objetividade, buscando a obtenção de evidências suficientes para fundamentar as conclusões apresentadas.

CAPÍTULO VI

DOS ACHADOS DE FISCALIZAÇÃO

Art. 15. Considera-se achado de fiscalização toda situação identificada durante a fiscalização que indique possível irregularidade, deficiência, risco, descumprimento de norma, inadequação de procedimento ou oportunidade de melhoria na atuação da Administração Pública.

Art. 16. Os achados deverão ser apresentados de forma objetiva e, sempre que possível, conter:

I – situação encontrada;

II – critério ou parâmetro utilizado para avaliação;

III – evidências;

IV – causa ou possível causa;

V – consequência ou risco identificado;

VI – manifestação do responsável;

VII – recomendação ou providência proposta.

Art. 17. A identificação de achado não implicará, por si só, conclusão definitiva de irregularidade, devendo ser assegurada a manifestação do gestor ou responsável antes da consolidação do relatório final, nos termos desta Resolução.

CAPÍTULO VII

DA DISCUSSÃO DOS ACHADOS COM OS GESTORES

Art. 18. Antes da publicidade do relatório final de fiscalização, os achados constantes do relatório preliminar deverão ser apresentados e discutidos com os gestores ou responsáveis pelo órgão, entidade, programa, obra, serviço ou atividade fiscalizada, sempre que a natureza da fiscalização permitir.

§ 1º A discussão terá por finalidade:

I – oportunizar o conhecimento dos achados pelos gestores;

II – permitir a apresentação de esclarecimentos, documentos e justificativas;

III – possibilitar a correção de eventuais inconsistências;

IV – buscar soluções para os problemas identificados;

V – definir, quando possível, medidas corretivas e respectivos responsáveis e prazos.

§ 2º A discussão deverá ser formalmente registrada por meio de ata, ofício, e-mail institucional, termo de reunião, manifestação escrita ou outro documento idôneo.

§ 3º A ausência de manifestação do gestor, após regularmente cientificado, deverá ser registrada no processo e não impedirá a conclusão da fiscalização.

Art. 19. Após a análise das manifestações apresentadas, a equipe ou comissão responsável elaborará o relatório final, indicando expressamente, quando cabível:

I – os achados mantidos;

II – os achados afastados ou corrigidos;

III – as justificativas acolhidas;

IV – as providências acordadas;

V – as recomendações;

VI – os prazos e responsáveis pelas providências, quando definidos.

CAPÍTULO VIII

DO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Art. 20. Toda fiscalização concluída deverá resultar em relatório, observando, sempre que aplicável, o modelo padrão constante do Anexo I desta Resolução.

Art. 21. O relatório de fiscalização deverá conter, no mínimo:

I – identificação da Câmara Municipal;

II – identificação da fiscalização;

III – objeto;

IV – período de realização;

V – responsáveis pela fiscalização;

VI – objetivo;

VII – metodologia e procedimentos adotados;

VIII – documentos e evidências analisados;

IX – achados identificados;

X – manifestação dos gestores ou responsáveis;

XI – análise das manifestações;

XII – conclusões;

XIII – recomendações;

XIV – encaminhamentos;

XV – identificação dos responsáveis pela elaboração e aprovação do relatório.

Art. 22. O relatório preliminar terá caráter de documento de trabalho e deverá ser utilizado para a discussão dos achados com os gestores.

Art. 23. O relatório final deverá refletir o resultado da fiscalização após a análise das manifestações apresentadas e será submetido à autoridade, comissão ou órgão competente para ciência e adoção das providências cabíveis.

CAPÍTULO IX

DOS ENCAMINHAMENTOS DOS ACHADOS

Art. 24. Os achados identificados poderão resultar, conforme sua natureza e gravidade, em:

I – recomendação ao Poder Executivo;

II – solicitação de adoção de providências;

III – indicação de medidas corretivas;

IV – acompanhamento posterior;

V – requerimento de novas informações;

VI – encaminhamento à Comissão competente;

VII – comunicação ao Controle Interno Municipal;

VIII – encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

IX – encaminhamento ao Ministério Público;

X – encaminhamento a outros órgãos de controle ou autoridades competentes;

XI – adoção das medidas legislativas ou regimentais cabíveis.

Parágrafo único. O encaminhamento deverá ser fundamentado e registrado no processo de fiscalização.

CAPÍTULO X

DO ACOMPANHAMENTO DAS PROVIDÊNCIAS

Art. 25. As recomendações e providências decorrentes das fiscalizações poderão ser acompanhadas pela Comissão ou equipe responsável, especialmente quando houver prazo ou responsável definido para sua implementação.

Art. 26. O acompanhamento deverá registrar, quando aplicável:

I – providência recomendada;

II – órgão ou responsável;

III – prazo;

IV – situação da implementação;

V – documentos comprobatórios;

VI – conclusão do acompanhamento.

CAPÍTULO XI

DO RELATÓRIO ANUAL DE FISCALIZAÇÕES

Art. 27. A Câmara Municipal manterá relatório consolidado das fiscalizações realizadas em cada exercício.

§ 1º O relatório anual deverá contemplar, no mínimo:

I – fiscalizações previstas no Plano Anual;

II – fiscalizações efetivamente realizadas;

III – fiscalizações incluídas durante o exercício;

IV – objeto de cada fiscalização;

V – comissão, vereador ou equipe responsável;

VI – situação de cada fiscalização;

VII – principais achados;

VIII – recomendações e encaminhamentos;

IX – situação das providências adotadas;

X – identificação dos relatórios finais publicados.

§ 2º O relatório anual deverá permitir a comparação entre as fiscalizações planejadas e as efetivamente executadas.

CAPÍTULO XII

DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

Art. 28. Os relatórios finais de fiscalização deverão ser disponibilizados no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal, observadas as hipóteses legais de sigilo, proteção de dados pessoais e restrição de acesso.

Art. 29. A Câmara Municipal deverá manter seção específica destinada à divulgação das ações fiscalizatórias, contendo, sempre que possível:

I – Plano Anual de Fiscalização;

II – relação das fiscalizações realizadas;

III – relatórios finais;

IV – encaminhamentos;

V – recomendações;

VI – situação das providências;

VII – demais documentos cuja publicidade seja legalmente permitida.

CAPÍTULO XIII

DO REGISTRO E DA EVIDENCIAÇÃO DAS AÇÕES FISCALIZATÓRIAS

Art. 30. Todos os atos relacionados às fiscalizações deverão ser formalizados e arquivados de modo a permitir sua localização, rastreabilidade e comprovação.

Art. 31. A Câmara Municipal deverá manter registros suficientes para demonstrar:

I – o planejamento da fiscalização;

II – sua execução;

III – os responsáveis;

IV – as informações solicitadas;
V – as evidências coletadas;
VI – a discussão dos achados;
VII – o relatório final;

VIII – os encaminhamentos;
IX – o acompanhamento das providências;
X – a publicidade dos resultados.

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. A Mesa Diretora poderá expedir atos complementares necessários à execução desta Resolução, inclusive para atualização dos formulários, modelos e fluxos administrativos.

Art. 33. Os modelos constantes dos anexos desta Resolução poderão ser atualizados por ato da Mesa Diretora quando houver alteração da legislação, do Regimento Interno ou dos critérios de avaliação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, desde que não haja alteração substancial das normas estabelecidas nesta Resolução.

Art. 34. As disposições desta Resolução deverão ser interpretadas de forma compatível com as normas constitucionais, legais, regimentais e orientações dos órgãos de controle.

Art. 35. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões João Luiz Claro, 05 de outubro de 2026.

ELTON HERNANDES TRINDADE
Presidente

LUCIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Primeiro Secretario

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:E4B8A403

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 339/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026 PROCESSO INTERNO Nº 80/2026

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**FABIANE PORTELA BARBOSA, CNPJ 43.826.156/0001-39**
Objeto:	Prestação de serviços de oficineiros para atender as Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Assistência Social, Turismo e Cultura e Mulher, Igualdade Racial e Idoso
Vigência do Contrato:	14/10/2026 à 14/10/2027
Valor Contratual:	**R$ 7.255,35 (sete mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos)**

Dotação Orçamentária
27.001.12.361.0501.6.440.3.3.90.39.00.00. - 104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.361.0501.6.440.3.3.90.39.00.00. - 106 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

27.001.12.365.0501.6.438.3.3.90.39.00.00. - 102 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.365.0501.6.439.3.3.90.39.00.00. - 104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
28.002.08.122.0331.2.409.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
28.002.08.122.0331.2.409.3.3.90.39.00.00. - 1934 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.001.13.392.0365.2.443.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.001.13.392.0365.2.443.3.3.90.39.00.00. - 1063 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 1494 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 2494 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 1011 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
33.001.08.244.0405.2.504.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
33.002.08.241.0406.2.479.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 14 de outubro de 2026.

FABIELE ABUCARUB MIRANDA DOMINGUES
Secretária Municipal de Assistência Social
Contratante
FABIANE PORTELA BARBOSA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:F1C5D772

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 340/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026 PROCESSO INTERNO Nº 80/2026

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**LOGOS SPORTS COMERCIO E FORMACAO LTDA, CNPJ 27.268.072/0001-70**
Objeto:	Prestação de serviços de oficineiros para atender as Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Assistência Social, Turismo e Cultura e Mulher, Igualdade Racial e Idoso
Vigência do Contrato:	14/10/2026 à 14/10/2027
Valor Contratual:	**R$ 4.200,65 (quatro mil e duzentos reais e sessenta e cinco centavos)**

Dotação Orçamentária
27.001.12.361.0501.6.440.3.3.90.39.00.00. - 104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.361.0501.6.440.3.3.90.39.00.00. - 106 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.365.0501.6.438.3.3.90.39.00.00. - 102 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.365.0501.6.439.3.3.90.39.00.00. - 104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
28.002.08.122.0331.2.409.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
28.002.08.122.0331.2.409.3.3.90.39.00.00. - 1934 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.001.13.392.0365.2.443.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.001.13.392.0365.2.443.3.3.90.39.00.00. - 1063 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 1494 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 2494 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 1011 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
33.001.08.244.0405.2.504.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
33.002.08.241.0406.2.479.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 14 de outubro de 2026.

FABIELE ABUCARUB MIRANDA DOMINGUES
Secretária Municipal de Assistência Social
Contratante
LOGOS SPORTS COMERCIO E FORMACAO LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:98A12894

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 341/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026 PROCESSO INTERNO Nº 80/2026

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**ULISSES RIBEIRO DA SILVA-ME, CNPJ 27.022.704/0001-11**
Objeto:	Prestação de serviços de oficineiros para atender as Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Assistência Social, Turismo e Cultura e Mulher, Igualdade Racial e Idoso
Vigência do Contrato:	14/10/2026 à 14/10/2027
Valor Contratual:	**R$ 14.788,14 (quatorze mil, setecentos e oitenta e oito reais e quatorze centavos)**

Dotação Orçamentária
27.001.12.361.0501.6.440.3.3.90.39.00.00. - 104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.361.0501.6.440.3.3.90.39.00.00. - 106 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.365.0501.6.438.3.3.90.39.00.00. - 102 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.365.0501.6.439.3.3.90.39.00.00. - 104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
28.002.08.122.0331.2.409.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
28.002.08.122.0331.2.409.3.3.90.39.00.00. - 1934 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.001.13.392.0365.2.443.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.001.13.392.0365.2.443.3.3.90.39.00.00. - 1063 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 1494 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 2494 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 1011 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
33.001.08.244.0405.2.504.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
33.002.08.241.0406.2.479.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 14 de outubro de 2026.

FABIELE ABUCARUB MIRANDA DOMINGUES
Secretária Municipal de Assistência Social
Contratante
ULISSES RIBEIRO DA SILVA-ME
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:E0F11491

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 118/2026-DP

"*Súmula: "Concede elevação de nível a servidoras efetivas, integrantes do Quadro Próprio do Magistério."*

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, **Nilton Douglas de Meira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica do Município de Carlópolis, demais disposições legais aplicáveis, e

CONSIDERANDO os ofícios **166/2026** e **167/2026** da Secretaria Municipal de Educação **(SME)**, solicitando o avanço vertical dentro da carreira da(s) professora(s) abaixo nominada(s), tendo-se em vista que conseguiu atingir os requisitos necessários para tal mister, devidamente acompanhado de documentações comprovatória;

CONSIDERANDO os **Art.43** e **44**, da **Lei 1.210/2014**, que dispõe sobre o Plano de carreira e remuneração do Magistério Público Municipal, em especial, nos artigos acima mencionados, conceituando a progressão de carreira, o avanço vertical dentro da carreira, e como este último ocorre, o Prefeito Municipal de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Parágrafo Único do **art. 3º** da Lei Municipal nº 1.653 de 20 de março de 2024;

RESOLVE

Art. 1º - Em cumprimento ao **Art.43** e **44**, da **Lei 1.210/2014, CONCEDO** elevação de nível às professoras abaixo indicadas integrantes do Quadro Próprio do Magistério:

I) **ELISABETE TEODORO RODRIGUES GERALDO**, matrícula **nº 12161, do nível C Classe 05, para o nível D, Classe 05;**
II) **LUANA MARIA PEREIRA**, matrícula **nº 11521**, do **nível C Classe 06,** para o **nível D, Classe 06.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Que o Departamento de Pessoal tome as medidas necessárias para o cumprimento integral da presente Portaria.

Carlópolis, 15 de outubro de 2026

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salomão Carlos Oliva Silva
Código Identificador:6C04288D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 304/2026 ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº **436 de 14 de outubro de 2026.**
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício financeiro de 2026, um Crédito ESPECIAL, em conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:

I – Criação de rubrica de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.08.26.782.1900.3.030	4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	4033	R$ 3.875.045,76
02.11.10.301.1300.3.008	4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	4034	R$ 1.900.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos o disposto no Artigo 43º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, produto do "Excesso de Arrecadação" da (s) referida (s) fonte (s) de recursos:

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los com as alterações promovidas no artigo 1º deste Decreto, bem como o seu Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR,15 de outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:172306A6

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 305/2026

Súmula: Institui a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal do Esporte de Catanduvas/PR e dispõe sobre suas atribuições.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº 422/2026, o Regimento Interno do Conselho Municipal do Esporte e a Resolução nº 001/2026 do Conselho, **DECRETA**:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal do Esporte de Catanduvas/PR, para coordenação operacional do evento, em articulação com o Conselho Municipal do Esporte.
Art. 2º. A Comissão será composta pelos seguintes integrantes, observadas as indicações institucionais:
I – Felipe Da Silva Trombeta – Sec. de Esportes, Coordenador;
II – Ana Claudia Casanova Finger – Membro do CME, secretária;
III – Marcos de Oliveira Ribeiro – Prof. De Ed. Física, membro;
IV – Nadir Pandini – Dir. de Esportes, membro.
Parágrafo único. A composição e as designações deverão observar as competências de indicação e representação previstas na legislação municipal e no Regimento Interno do Conselho.
Art. 3º. Compete à Comissão:
I – Planejar a logística, programação e mobilização;
II – Executar a metodologia aprovada no Regulamento;
III – Preparar diagnóstico esportivo municipal resumido;
IV – Organizar inscrições, acessibilidade e credenciamento;
V – Indicar facilitadores, relatores e equipe de apoio;

VI – Receber e sistematizar contribuições;
VII – Registrar deliberações;
VIII – Elaborar relatório final;
IX – Encaminhar os resultados ao Conselho e ao órgão municipal responsável pelo esporte.
Art. 4º. O Conselho Municipal do Esporte preserva integralmente suas competências legais de convocação, deliberação, aprovação do Regulamento e acompanhamento do processo de elaboração do Plano Decenal, não podendo a Comissão alterar as regras aprovadas por Resolução.
Art. 5º. A Comissão prestará contas dos trabalhos ao Conselho e ao órgão municipal responsável pelo esporte e encerrará suas atividades após a entrega do relatório final e a conclusão das providências de sua competência.
Art. 6º. O apoio material, administrativo e financeiro à Conferência será prestado pelos órgãos municipais competentes, observadas a disponibilidade orçamentária e a legislação aplicável.
Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas/PR, 15 de outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:0B886527

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 307/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº **408 de 18 de dezembro de 2025 – LOA.**
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:
I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.10.20.606.1700.3.054	4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1045	R$ 545,12

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos o disposto no Artigo 43º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, produto do "Excesso de Arrecadação" da (s) referida (s) fonte (s) de recursos:

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los com as alterações promovidas no artigo 1º deste Decreto, bem como o seu Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR,15 de Outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:ABFAD532

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
RESOLUÇÃO Nº 001/2026 - CME

Súmula: Convoca a 1ª Conferência Municipal do Esporte de Catanduvas/PR, aprova seu Regulamento e dispõe sobre providências de organização.

O Conselho Municipal do Esporte de Catanduvas, no exercício das competências conferidas pela legislação municipal, considerada a deliberação de sua reunião de 14 de outubro de 2026, conforme Ata nº 005/2026, **RESOLVE:**

Art. 1º. Convocar a 1ª Conferência Municipal do Esporte de Catanduvas/PR, com o tema central "Plano Decenal Municipal do Esporte: participação e planejamento para os próximos dez anos", a realizar-se em 03 de novembro de 2026, das 09:00 horas às 11:30 horas, no Memorial da Revolução em anexo a PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS, situada na Avenida dos Pioneiros, nº 500.
Parágrafo único. A convocação deverá ser publicada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, conforme orientação do Guia Instrucional do Programa O Esporte Que Queremos, sem prejuízo de prazo superior previsto na legislação municipal.

Art. 2º. Aprovar o Regulamento da 1ª Conferência Municipal do Esporte de Catanduvas/PR, constante do Anexo Único desta Resolução.

Art. 3º. A Conferência terá por finalidade debater e aprovar propostas e prioridades destinadas a subsidiar a elaboração do Plano Decenal Municipal do Esporte, sem substituir as etapas posteriores de sistematização técnica, deliberação institucional e tramitação legislativa.

Art. 4º. Os trabalhos serão desenvolvidos em três eixos:
I – Formação Esportiva;
II – Excelência Esportiva;
III – Esporte para Toda a Vida, admitida a discussão transversal de inclusão, paradesporto, infraestrutura, financiamento, gestão e governança.

Art. 5º. A Comissão Organizadora, designada em ato próprio do Poder Executivo, executará as providências de apoio, mobilização, credenciamento, registro, sistematização e elaboração do relatório final, em articulação com o Conselho e com o órgão municipal responsável pelo esporte.

Art. 6º. Ficam autorizadas a divulgação da programação, a abertura de inscrições e a recepção prévia de propostas, observadas as regras do Regulamento aprovado.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas/PR, 15 de outubro de 2026.

Conselho Municipal do Esporte
FELIPE DA SILVA TROMBETA
Presidente

ANEXO ÚNICO – RESOLUÇÃO Nº 001/2026

1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO ESPORTE

REGULAMENTO

CAPÍTULO I — DA NATUREZA, DATA E FINALIDADES

Art. 1º. A 1ª Conferência Municipal do Esporte de Catanduvas/PR constitui espaço público de participação social, diagnóstico, debate e

deliberação de propostas para subsidiar o Plano Decenal Municipal do Esporte.

Art. 2º. A Conferência ocorrerá em 03 de novembro de 2026, das 09:00 horas às 11:00 horas, no Memorial da Revolução em anexo a PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS, situada na Avenida dos Pioneiros, nº 500., observada a convocação do Conselho e a publicidade oficial.

Art. 3º. São objetivos:
I – Avaliar necessidades e oportunidades do esporte municipal;
II – Promover participação social ampla e acessível;
III – Discutir prioridades e propostas para o período decenal;
IV – Contribuir para o alinhamento da política municipal com as diretrizes estadual e nacional;
V – Produzir relatório final e encaminhamentos para a elaboração do Plano Decenal.

Art. 4º. As deliberações da Conferência têm natureza propositiva e orientadora do planejamento, não constituindo autorização automática de despesa, contratação, criação de programa ou aprovação legislativa do Plano Decenal.

CAPÍTULO II — DOS EIXOS TEMÁTICOS

Art. 5º. Os debates serão organizados em três eixos: I – Formação Esportiva, abrangendo vivência, iniciação e aprendizagem; II – Excelência Esportiva, abrangendo especialização, aperfeiçoamento e rendimento; III – Esporte para Toda a Vida, abrangendo lazer, saúde, participação, inclusão e prática esportiva em diferentes fases da vida.
Parágrafo Primeiro. Os temas de paradesporto, acessibilidade, infraestrutura, financiamento, gestão, governança, educação e participação social poderão ser tratados transversalmente em qualquer eixo.
Parágrafo Segundo. A Comissão Organizadora poderá adequar o número de grupos de debate ao quantitativo de participantes, sem suprimir os três eixos e sem impedir a apresentação de propostas transversais.

CAPÍTULO III — DA ORGANIZAÇÃO E PREPARAÇÃO

Art. 6º. A organização será realizada pela Comissão Organizadora instituída em ato próprio, em articulação com o Conselho Municipal do Esporte e o órgão municipal responsável pela política esportiva.

Art. 7º. Compete à Comissão:
I – Divulgar a convocação e a programação;
II – Mobilizar segmentos sociais;
III – Organizar inscrições, credenciamento, acessibilidade e apoio;
IV – Preparar diagnóstico resumido do esporte municipal, com base nos dados do cadastro esportivo municipal e demais levantamentos sobre a realidade esportiva do Município;
V – Designar facilitadores e relatores;
VI – Receber e sistematizar propostas;
VII – Assegurar o registro das deliberações;
VIII – Elaborar relatório final.

Art. 8º. A Conferência será realizada em etapa municipal única, sem pré-conferências obrigatórias, assegurada a recepção antecipada de contribuições por meios divulgados pela Comissão.

Art. 9º. As contribuições antecipadas poderão ser apresentadas por formulário físico ou eletrônico até as 12:00 horas do dia 29 de outubro de 2026, com identificação mínima do tema e descrição da proposta, resguardada a proteção de dados pessoais.
Parágrafo único. As contribuições recebidas antecipadamente serão organizadas por eixo e disponibilizadas para apreciação, não sendo automaticamente consideradas aprovadas.

CAPÍTULO IV — DOS PARTICIPANTES E DO CREDENCIAMENTO

Art. 10. Poderão participar pessoas interessadas na política esportiva municipal, inclusive atletas, paratletas, profissionais, estudantes, famílias, entidades, associações, gestores, conselheiros e demais cidadãos.

Art. 11. Para fins de participação, o credenciamento dos participantes será realizado no local da Conferência, mediante registro em lista de presença, com identificação do participante e, quando for o caso, da entidade, órgão ou segmento que representa.
Parágrafo primeiro. O direito de voto caberá a cada participante presente e credenciado até o encerramento do credenciamento, desde que tenha idade mínima de 16 anos, independentemente de vínculo institucional, assegurado um voto por pessoa.
Parágrafo segundo. Serão considerados participantes credenciados aqueles que realizarem o registro de presença até o início das deliberações da Conferência.
Art. 12. Todos os participantes credenciados terão direito a voz e voto, observado o disposto neste Regimento. Cada participante credenciado terá direito a um voto, pessoal e intransferível

Art. 13. A organização deverá promover condições razoáveis de acessibilidade, acolhimento e participação, observada a capacidade do espaço e a igualdade de tratamento.

CAPÍTULO V — DA DINÂMICA E DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 14. A Conferência compreenderá:
I – Abertura e apresentação do diagnóstico e da metodologia;
II – Discussão dos temas;
III – Sistematização das propostas;
IV – Deliberação Final;
V – Encerramento.

Art. 15. As propostas deverão identificar, sempre que possível: problema ou necessidade, ação sugerida, público beneficiado, resultado esperado e eixo temático.

Art. 16. Propostas similares poderão ser reunidas, mediante ciência dos proponentes presentes, preservado o conteúdo essencial; divergências relevantes deverão constar do registro.

Art. 17. A Comissão poderá organizar o material recebido em quadro de propostas para facilitar a apreciação da plenária, vedada a alteração substancial do conteúdo sem deliberação dos participantes.

CAPÍTULO VI — DA PLENÁRIA E DAS VOTAÇÕES

Art. 18. As decisões serão tomadas por maioria simples dos votos válidos dos participantes presentes no momento da votação; abstenções não integram os votos válidos.
Parágrafo primeiro. A votação ocorrerá preferencialmente por manifestação ostensiva, com contagem quando houver dúvida sobre o resultado.
Parágrafo segundo. Em caso de empate, será realizada nova votação após breve discussão; persistindo o empate, a proposta será registrada como não aprovada, sem prejuízo de constar no relatório.

Art. 19. A mesa registrará as propostas aprovadas, rejeitadas, emendadas e prejudicadas, com resultados de votação e ressalvas pertinentes.

Art. 20. Questões de ordem relativas ao cumprimento deste Regulamento serão decididas pela mesa, com possibilidade de recurso imediato à plenária, decidido por maioria simples.

CAPÍTULO VII — DO RELATÓRIO E DO PLANO DECENAL

Art. 21. A Comissão Organizadora elaborará relatório final com:
I – Dados de realização e participação;
II – Síntese do diagnóstico;
III – Metodologia;
IV – Propostas por eixo e resultados das votações;
V – Contribuições não aprovadas ou não apreciadas;
VI – Encaminhamentos;

VII – Ata e listas de presença, preservados os dados pessoais cuja divulgação seja inadequada.

Art. 22. O relatório será encaminhado ao Conselho Municipal do Esporte e ao órgão municipal responsável pelo esporte em até 30 (trinta) dias após a Conferência, salvo justificativa formal de prorrogação.

Art. 23. As propostas aprovadas subsidiarão a elaboração técnica da matriz do Plano Decenal, contendo diretrizes, objetivos, metas, ações, indicadores, responsáveis e corresponsáveis, com avaliação de viabilidade técnica, orçamentária e jurídica.
Parágrafo único. A sistematização técnica não poderá ser apresentada como nova deliberação da Conferência nem substituir a apreciação pelos órgãos competentes e o procedimento legislativo cabível.

Art. 24. O acompanhamento posterior do Plano Decenal deverá prever mecanismos de monitoramento, avaliação e participação do Conselho, observadas as disposições da legislação municipal.

CAPÍTULO VIII — DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. A programação detalhada será divulgada previamente pela Comissão, admitidos ajustes operacionais que não prejudiquem o debate, a votação e a publicidade.

Art. 26. As despesas necessárias à realização da Conferência observarão as dotações disponíveis, os procedimentos de contratação e as demais normas de direito financeiro.

Art. 27. Os casos omissos serão decididos fundamentadamente pela Comissão Organizadora, respeitadas as competências do Conselho e o direito de recurso à plenária em questões relativas aos trabalhos da Conferência.

Art. 28. Este Regulamento integra a Resolução que o aprovar e entra em vigor com sua publicação.

PROGRAMAÇÃO.
09:00— Credenciamento e acolhimento
09h30— Abertura, apresentação do diagnóstico e da metodologia
10h00— Debates e votações
10h30— Leitura dos encaminhamentos e encerramento

Catanduvas/PR, 15 de outubro de 2026.

Conselho Municipal do Esporte
FELIPE DA SILVA TROMBETA
Presidente

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:70CA3AA0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº108/2026

PORTARIA nº108/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a constituição e nomeação dos membros do Comitê Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Centenário do Sul, em conformidade com a Lei Municipal nº 3312/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização, e com o Decreto Municipal nº 265/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, **ESTADO DO PARANÁ**, **MELQUIADES TAVIAN JUNIOR**, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, que assegura o direito à educação e à garantia da aprendizagem;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
CONSIDERANDO o Referencial Curricular do Paraná;
CONSIDERANDO as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3312/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Centenário do Sul, Estado do Paraná;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 265/2026, que regulamenta a Política Municipal de Alfabetização;
RESOLVE:
ARTIGO 1º - Instituir o Comitê Municipal de Alfabetização, órgão de caráter consultivo, propositivo, articulador e de acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Centenário do Sul.
ARTIGO 2º - O Comitê Municipal de Alfabetização tem por finalidade acompanhar, monitorar, avaliar e propor ações voltadas ao fortalecimento da alfabetização, assegurando a implementação das diretrizes, objetivos e estratégias previstos na Política Municipal de Alfabetização.

ARTIGO 3º - Ficam nomeados para compor o Comitê Municipal de Alfabetização os seguintes membros:
I – Presidente

• **Valquíria Pereira de Barros** – Secretária Municipal de Educação.

II – Articuladora Municipal da Política de Alfabetização

• **Mônica Servelin de Paula** – Articuladora Municipal da Política de Alfabetização.

III – Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação

• **Rosirene Cristina SILVA de Araújo** – Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

IV – Representantes da Secretaria Municipal de Educação

• **Iara RODRIGUES Passeti** – Técnica da Secretaria Municipal de Educação;
• **Rita APARECIDA Amaral Zaia** – Técnica da Secretaria Municipal de Educação.

V – Representante da Equipe Gestora Escolar

• **Janice Verderio Martins** – Gestora Escolar.

VI – Representante da Coordenação Pedagógica Escolar

• **Vivian Isabela Julião** – Pedagoga.

VII – Representante dos Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

• **Taiza Roberta Plácido dos Santos** – Professora.

VIII – Representante da Educação Infantil

• **YASMIM RAIZA DE SOUZA** – Professora da Educação Infantil.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os membros nomeados exercerão suas funções pelo período de vigência da gestão da Política Municipal de Alfabetização ou até que nova Portaria disponha em sentido diverso, podendo ser substituídos a qualquer tempo por ato da Secretária Municipal de Educação, quando houver alteração na representação ou necessidade administrativa.
ARTIGO 4º - Compete ao Comitê Municipal de Alfabetização:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;

II – monitorar a execução das ações, programas e projetos voltados à alfabetização;
III – analisar os resultados das avaliações internas e externas da aprendizagem;
IV – propor estratégias para o fortalecimento da alfabetização, da leitura, da escrita e da alfabetização matemática;
V – acompanhar a execução das ações de formação continuada dos profissionais da educação;
VI – acompanhar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização;
VII – colaborar na elaboração, implementação e avaliação do Plano Municipal de Alfabetização e do Plano Anual de Ação;
VIII – emitir recomendações técnicas à Secretaria Municipal de Educação para o aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização;
IX – incentivar a integração entre Secretaria Municipal de Educação, unidades escolares e comunidade escolar;
X – acompanhar as ações de recomposição das aprendizagens e propor medidas para melhoria dos resultados educacionais.
ARTIGO 5º - O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por sua Presidente ou pela Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 6º - As reuniões serão registradas em ata, contendo a pauta, os assuntos discutidos, as deliberações e os encaminhamentos aprovados pelos membros.
ARTIGO 7º - Sempre que necessário, poderão ser convidados para participar das reuniões representantes de outros Órgãos Públicos, Instituições de Ensino, Universidades, Conselhos, Especialistas ou demais profissionais que possam contribuir com os trabalhos do Comitê, sem direito a voto.
ARTIGO 8º - A participação no Comitê Municipal de Alfabetização será considerada serviço público relevante, não sendo devida qualquer remuneração aos seus membros.

ARTIGO 9º - Compete à Secretaria Municipal de Educação, prestar o suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Comitê Municipal de Alfabetização.
ARTIGO 10 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê Municipal de Alfabetização, observadas as disposições da Lei Municipal nº 3312/2026 e do Decreto Municipal nº 265/2026.
ARTIGO 11 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 14 de outubro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:F82C7AF3

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 109/2026

PORTARIA nº 109/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a instituição da Equipe Técnica Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Centenário do Sul, Estado do Paraná e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, **ESTADO DO PARANÁ, MELQUIADES TAVIAN JUNIOR**, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente,
R E S O L V E:
ARTIGO 1º -Nomear e constituir a Equipe Técnica Municipal de Alfabetização que será composta por:

• **Valquíria Pereira de Barros** – Secretária Municipal de Educação
• **Mônica Servelin de Paula** – Articuladora Municipal da Política de Alfabetização
• **Rosirene Cristina de Araújo** – Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação
• **Iara Rodrigues Passeti Passetti** – Técnica da Secretaria Municipal de Educação
• **Rita Aparecida Amaral Zaia** – Técnica da Secretaria Municipal de Educação
• **Vivian Isabela Julião** – Pedagoga.

ARTIGO 2º - As Atribuições da Equipe Técnica Municipal de Alfabetização será:
I - coordenar a execução da Política Municipal de Alfabetização;
II - acompanhar a implementação das ações nas unidades escolares;
III - organizar e executar as formações continuadas;
IV - acompanhar os resultados das avaliações internas e externas;
V - elaborar planos de ação e intervenções pedagógicas;
VI - orientar as equipes gestoras e os professores;
VII - acompanhar as ações de recomposição das aprendizagens;
VIII - elaborar relatórios técnicos de monitoramento;
IX - assessorar o Comitê Municipal de Alfabetização;
X - propor estratégias para melhoria dos indicadores educacionais.
ARTIGO 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando às disposições em contrário.

Centenário do Sul, 14 de outubro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:44D45417

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº110/2026

PORTARIA Nº110/2026

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, Prefeito Municipal de Centenário do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,
R E S O L V E

Artigo 1° - Designar os membros abaixo nominados para compor a **COMISSÃO ESPECIAL** com poderes para analisar as amostras dos enfeites natalinos, apresentadas no processo licitatório.

- ADRIANO MORAES SANTOS
- RONALDO PEREIRA DA SILVA
- LILIAN FAUSTINA DA SILVA

Parágrafo Único – Referida comissão será responsável pela análise dos itens apresentados, atestando a coerência entre os mesmos e objeto.
Artigo 2° - Esta portaria produzirá efeitos na data de sua publicação.

Centenário do Sul, 15 de outubro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal.

PUBLIQUE-SE.

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:0650E2E7

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2026 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 3289/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2026

PROCESSO LICITATÓRIO n. 113/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2026
CONSULTA ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Em consultas realizadas junto à internet e ao próprio fornecedor/prestador através do envio de suas documentações,

CERTIFICO que o fornecedor, nos termos do art. 72, *caput*, V da Lei Federal nº 14.133, de 2021, preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessário

Centenário do Sul/PR, 15 de outubro de 2026.

DANILO KAINÃ GARCIA DA SILVEIRA
Agente de Contratações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2026
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 3289/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2026

DO OBJETO

Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Centenário do Sul APAE, no valor de R$ 262.000,00, com recursos da Emenda Parlamentar Federal nº 50490001 (GND 3 Custeio).

A resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) n° 21, de 24 de novembro de 2016, estabelece requisitos para celebração de parcerias, entre o órgão gestor e as organizações da sociedade civil que prestam serviços tipificados na política de assistência social, sendo os seguintes:
I- ser constituída em conformidade com o disposto no art 3° da Lei n° 8.742/1993;
II- estar inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, na forma do art. 9° da lei n° 8.742/1993;
III- estar cadastrada no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social-CNEAS, de que trata o inciso IX do art.19 da lei n° 8.742/1993, na forma estabelecida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário-MDSA

No que tange aos requisitos supracitados, a instituição possui constituição jurídica, através do CNPJ: 78.973.021/0001-80; está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, através do registro n° 001 e, está cadastrada no CNEAS, conforme link de acesso:
http://aplicacoes.mds.gov.br/cneas/publico/xhtml/consultapublica/pesquisar.jsf., cumprindo as
exigências legais para o processo de Inexigibilidade de Chamamento Público.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Centenário do Sul, entidade não governamental, filantrópica e sem fins lucrativos, foi fundada no dia 15 de agosto de 1988. Atende pessoas com deficiência intelectual e múltipla e suas famílias nas áreas de: ***Assistência Social***, através do Serviço de Proteção Especial, ***Educação***, através da Escola de Educação Básica Padre Flávio Maria Cosso, na modalidade Educação Especial, e ***Saúde***, através de atendimentos na área de Psicologia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Fisioterapia e Neurologia.

A APAE tem como missão promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações. Prestação de serviços e apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Metas: Despesas de custeio da APAE, compreendendo pagamento de vencimentos e salários, gêneros alimentícios, material de consumo, de expediente, de limpeza e higienização, manutenção e conservação do imóvel e de veículos, serviços de energia elétrica, água e esgoto, entre outras despesas necessárias à manutenção dos serviços prestados pela instituição, que atende atualmente 144 alunos com deficiência intelectual e múltipla e transtornos globais do desenvolvimento, nas áreas de assistência social, educação e saúde.

2. Fundamento Legal da Inexigibilidade do Chamamento Público:

O fundamento principal para a presente iniciativa, baseia-se do art. 31 da Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei n. 13.204/2015 - que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, onde será inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade especifica.

3. Justificativa da Inexigibilidade do Chamamento Público:
A atividade desenvolvida na entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais é totalmente relevante ao interesse público uma vez que a instituição mencionada possibilita os serviços contínuos a pessoas com deficiência, sendo a **ÚNICA** que presta este tipo de serviço em nosso município, proporcionado um ambiente saudável, educativo e seguro.

O serviço prestado tem como princípio norteador o respeito à peculiaridade de cada pessoa com deficiência proporcionando espaço adequado ao desenvolvimento do sentido de ser e do pertencer, bem como a autonomia pessoal pelo exercício da participação e cidadania.

Em razão da inexistência de outra instituição no município onde às pessoas com deficiência, é de suma importância e relevância os serviços ora executados pela instituição, diante disto e da complexidade dos serviços ofertados é necessário a continuidade ininterrupta das ações.

A realização dos serviços contínuos a pessoas com deficiência é realizada excepcionalmente para proporcionado um ambiente saudável, educativo e seguro, bem como, encaminhamento realizado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social cujas famílias ou responsáveis encontram-se impossibilitadas de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou na sua impossibilidade, encaminhamento para a família substituta portanto, desnecessário a realização do chamamento público.

Quanto ao mérito do dano gerado ao usuário, verifica-se que a natureza de alguns serviços socio assistenciais, especialmente os de alta complexidade, sobretudo do serviço historicamente existente que oferta acolhimento de longa permanência, por exemplo, pode configurar hipótese de dispensa do chamamento público, de forma a evitar que a possibilidade de transferência dos usuários, em função de uma parceria com entidade distinta da que lhes presta o serviço, contribua para um novo rompimento de vínculos, ensejando, assim, fator de risco à sua integridade física e emocional.

O serviço de acolhimento, em qualquer modalidade de oferta, pressupõe a construção de vínculo de afeto e confiança entre os usuários e a equipe técnica, educadores/cuidadores e demais profissionais. A execução desse serviço deve se dar em unidade de referência inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar.

Assim, consoante art. 31, da Lei Federal n 13.019/2014, para que não haja paralisação e/ou descontinuidade dos serviços, consequentemente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, apresento a justificativa para Inexigibilidade de chamamento público, com vista à celebração de parceria por meio do Termo de Colaboração.

4. VALOR DE REPASSE:
R$ 262.000,00 (duzentos e sessenta e dois mil)

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será realizado conforme estabelecido no plano de trabalho:

MÊS DE REFERÊNCIA	VALOR
Parcela unica	R$ 262.000,00
VALOR TOTAL	R$ 262.000,00

Beneficiária:

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE de CENTENÁRIO DO SUL/PR, inscrito no CNPJ nº. 78.973.021/0001-80, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua: Vereador Antônio Soares Pinto, n.º 401, neste ato representado pelo seu Presidente, LAÉRCIO DOS SANTOS ANTIVERE, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 666.814.649-04, residente e domiciliado na Rua: Maziad Felício, n.° 226, nesta cidade.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
A despesa será reconhecida contabilmente pela dotação orçamentária:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	7	07.003.08.242.0008.2064	19395	3.3.50.43.00.00	Do Exercício

7. PRAZO DE IMPUGNAÇÃO:
Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação desta justificativa, para impugnação, nos termos do art. 31, da Lei N° 13.019/2014 e alterações posteriores.

Centenário do Sul, 15 de outubro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:CF1CD405

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

INSTITUTO PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 014/2026 - DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO ELEITORAL RESPONSÁVEL PELA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS SEGURADOS EM ATIVIDADE E DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS NOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL DO CERRO AZUL PREV, PARA O MANDATO DE 2027 A 2028.

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL – CERRO AZUL PREV, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo Anexo III da Lei Complementar Municipal nº003/2022, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 008/2025,

CONSIDERANDO a necessidade de realização do processo eleitoral para escolha dos representantes dos segurados em atividade e dos aposentados e pensionistas nos Conselhos Deliberativo e Fiscal do CERRO AZUL PREV, para o mandato de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2028;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 007/2026 do Conselho Deliberativo do CERRO AZUL PREV, que regulamenta o processo eleitoral e atribui ao Superintendente a designação dos membros da Comissão Eleitoral e de seu Presidente;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores para compor a Comissão Eleitoral responsável pela condução do processo eleitoral dos representantes dos segurados em atividade e dos aposentados e pensionistas nos Conselhos Deliberativo e Fiscal do CERRO AZUL PREV:

I – **WILLIAN LORENSKI,** Presidente;
II – **LAURA DE MATOS MARTINS**, membro;
III – **KAUANE TAIS LAGRANGE**, membro.

Art. 2º Compete à Comissão Eleitoral exercer as atribuições estabelecidas na Resolução n.º 007/2026 do Conselho Deliberativo do CERRO AZUL PREV, inclusive decidir as questões relacionadas ao processo eleitoral, publicar editais e demais atos, elaborar os formulários e modelos de declarações e divulgar e alterar o cronograma, observados os limites e os prazos previstos na Resolução.

Art. 3º Os membros da Comissão Eleitoral não poderão candidatar-se às vagas objeto do processo eleitoral.
Parágrafo único. O membro impedido de participar de determinada decisão deverá comunicar o fato, observadas as disposições da Resolução n.º 007/2026 do Conselho Deliberativo relativas à sua substituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cerro Azul, 15 de outubro de 2026.

ARTHUR DANIEL MARQUARDT
Superintendente

Publicado por:
Arthur Daniel Marquardt
Código Identificador:0E0C488C

INSTITUTO PREVIDÊNCIA
RESOLUÇÃO Nº 007/2026 - REGULAMENTA O PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DOS SEGURADOS E BENEFICIÁRIOS NOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL DO CERRO AZUL PREV, PARA O MANDATO DE 2027 A 2028.

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL – CERRO AZUL PREV, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo Anexo III da Lei Complementar Municipal nº003/2022, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 008/2025, torna público que o **CONSELHO DELIBERATIVO**, por ocasião da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2026, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO a representação dos segurados e beneficiários nos Conselhos Deliberativo e Fiscal assegurada pela Lei Municipal nº 32, de 13 de novembro de 2007, e a necessidade de organizar a eleição de seus representantes para o mandato de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2028;

CONSIDERANDO os requisitos de habilitação e permanência dos conselheiros previstos na Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e na Portaria MTP nº1.467, de 2 de junho de 2022, especialmente quanto à ausência de impedimentos e à certificação profissional, cuja verificação compete ao ente federativo e à unidade gestora;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar igualdade de participação, transparência e publicidade no processo eleitoral, mediante regras previamente estabelecidas e decisões fundamentadas, garantidos o contraditório e a ampla defesa;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar as candidaturas, a votação, a apuração, os recursos e a convocação de suplentes, preservando a composição legal e a continuidade do funcionamento dos Conselhos;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução regulamenta o processo eleitoral para escolha dos representantes dos segurados e beneficiários nos Conselhos Deliberativo e Fiscal do CERRO AZUL PREV, para o mandato de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2028.
Parágrafo único. Para os fins desta Resolução, a denominação Conselho Deliberativo corresponde ao Conselho Municipal de Previdência previsto na Lei Municipal nº 32, de 13 de novembro de 2007.

Art. 2º A eleição será realizada, em data prevista, em **3 de dezembro de 2026**, das 8h às 16h, na sede do CERRO AZUL PREV.
§ 1º A votação ocorrerá sem interrupção no intervalo das 12h às 13h.
§ 2º A data poderá ser alterada pela Comissão Eleitoral mediante decisão fundamentada, quando necessário à conclusão das etapas anteriores ou à preservação dos prazos de manifestação dos interessados.
§ 3º A alteração será publicada no Diário Oficial do Município e divulgada nos canais institucionais do Instituto.

Art. 3º Para inscrições, protocolos e atendimentos relacionados ao processo eleitoral, o expediente do Instituto será das 8h às 12h e das 13h às 17h, nos dias úteis.
Parágrafo único. A regra de expediente deste artigo não se aplica ao intervalo da votação, que observará o § 1º do art. 2º.

CAPÍTULO II

DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 4º O processo eleitoral será conduzido por Comissão Eleitoral composta por 3(três) membros designados por portaria do Superintendente do CERRO AZUL PREV, que indicará, dentre eles, o Presidente da Comissão.
§ 1º Os integrantes da Comissão Eleitoral não poderão concorrer na eleição que conduzirem.
§ 2º As decisões serão tomadas por maioria de votos, com participação dos 3 (três) membros, e registradas em ata ou decisão fundamentada.
§ 3º O membro impedido de participar de determinada decisão deverá comunicar o fato e abster-se de atuar na matéria, cabendo a deliberação aos demais membros.
§ 4º Havendo empate na deliberação dos demais membros, caberá ao Superintendente decidir a matéria, mediante decisão fundamentada juntada ao processo eleitoral.

Art. 5º Compete à Comissão Eleitoral organizar, conduzir e decidir todas as questões relativas ao processo eleitoral, observadas as disposições desta Resolução, especialmente:
I – elaborar e publicar o edital de abertura de inscrições e os demais editais, comunicados e atos do processo eleitoral;
II – elaborar e disponibilizar os formulários de inscrição, as declarações e os demais documentos necessários à participação dos interessados;
III – estabelecer, divulgar e alterar o cronograma, observados os prazos e as condições previstos nesta Resolução;
IV – receber e analisar as inscrições e os documentos apresentados, realizar diligências e decidir sobre a habilitação das candidaturas;
V – elaborar, conferir e divulgar a relação de eleitores e decidir os pedidos de correção;
VI – receber, processar e decidir impugnações, recursos, denúncias e demais requerimentos relacionados ao processo eleitoral;
VII – expedir notificações e assegurar aos interessados os prazos de defesa e manifestação;
VIII – organizar a votação, elaborar as cédulas e as listas de votação e adotar as providências necessárias ao funcionamento dos locais de votação;
IX – realizar a apuração, decidir as ocorrências e dúvidas relativas aos votos e estabelecer a classificação dos candidatos;
X – lavrar atas, publicar os resultados preliminar e definitivo e encaminhar o resultado definitivo ao Chefe do Poder Executivo;
XI – decidir os casos omissos relativos à execução do processo eleitoral e praticar os demais atos necessários à sua conclusão.
§ 1º As decisões da Comissão Eleitoral serão fundamentadas e registradas no processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando puderem afetar direitos dos interessados.
§ 2º A elaboração dos formulários e as alterações do cronograma não poderão criar requisitos adicionais, modificar as regras desta Resolução ou reduzir os prazos nela estabelecidos.
§ 3º A Comissão Eleitoral poderá solicitar informações e apoio administrativo ao Instituto e aos órgãos municipais.
§ 4º As atribuições previstas neste artigo não abrangem a nomeação, a destituição dos conselheiros ou a alteração desta Resolução, que competem às respectivas autoridades.

CAPÍTULO III

DAS VAGAS E DO MANDATO

Art. 6º Serão preenchidas as seguintes vagas eletivas:
I – no Conselho Deliberativo:
a) 2 (duas) vagas de membros titulares representantes dos segurados em atividade, com 2 (duas) vagas de suplentes;
b) 1 (uma) vaga de membro titular representante dos aposentados e pensionistas, com 1 (uma) vaga de suplente;
II – no Conselho Fiscal:
a) 1 (uma) vaga de membro titular representante dos segurados em atividade, com 1 (uma) vaga de suplente;
b) 1 (uma) vaga de membro titular representante dos aposentados e pensionistas, com 1 (uma) vaga de suplente.
§ 1º As vagas destinadas aos representantes indicados pelo Poder Executivo não integram o processo eleitoral.
§ 2º A classificação dos candidatos e o preenchimento das vagas de titulares e suplentes observarão separadamente o Conselho e a categoria de representação.

Art. 7º O mandato será de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2028.
§ 1º A data de assinatura do termo de posse não alterará o período do mandato.
§ 2º Os suplentes que assumirem a titularidade e os membros escolhidos em eleição suplementar exercerão a função pelo período restante do mandato.

CAPÍTULO IV

DAS CANDIDATURAS E DOS REQUISITOS

Art. 8º Poderão candidatar-se:
I – às vagas dos segurados em atividade, os servidores titulares de cargo efetivo vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cerro Azul;
II – às vagas dos aposentados e pensionistas, os beneficiários de aposentadoria ou pensão por morte mantida pelo CERRO AZUL PREV.
Parágrafo único. O candidato somente poderá concorrer às vagas da categoria à qual pertença.

Art. 9º Cada interessado poderá registrar candidatura para apenas um Conselho.
§ 1º As candidaturas serão individuais, vedada a inscrição de chapas.
§ 2º Será admitida a alteração do Conselho pretendido durante o período de inscrições, mediante requerimento que substitua expressamente a inscrição anterior.
§ 3º Identificadas inscrições para ambos os Conselhos, o interessado será notificado para indicar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a candidatura que deseja manter.
§ 4º Na ausência de manifestação, será mantida apenas a inscrição protocolada por último, por ser a mais recente, ficando a anterior sem efeito.
§ 5º A manutenção da inscrição não dispensa a análise dos requisitos e da documentação necessários ao seu deferimento.

Art. 10. São requisitos para habilitação da candidatura:
I – possuir o vínculo correspondente à categoria de representação pretendida, nos termos do art. 8º;
II – ter concluído, no mínimo, o ensino médio;
III – não ter sofrido condenação criminal nem incidido nas situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos nela estabelecidos;
IV – não estar no exercício de segundo mandato consecutivo no Conselho para o qual pretende candidatar-se, admitida apenas uma recondução;
V – apresentar a documentação exigida para a inscrição.
§ 1º A certificação profissional não será exigida para o registro da candidatura, devendo ser comprovada na forma do Capítulo V.
§ 2º O candidato que já possuir certificação profissional poderá apresenta-la no ato da inscrição.

Art. 11. É vedado o exercício simultâneo das funções de membro dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.
Parágrafo único. O candidato que já integrar outro Conselho deverá comprovar sua desvinculação antes de assumir a função para a qual tenha sido eleito.

CAPÍTULO V

DA CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 12. Os membros eleitos e nomeados para exercer a titularidade deverão comprovar a certificação profissional no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contado da publicação do decreto de nomeação no Diário Oficial do Município.
§ 1º O prazo será contado com exclusão do dia da publicação e inclusão do dia do vencimento.
§ 2º O prazo correrá independentemente da data de assinatura do termo de posse.
§ 3º Se o vencimento ocorrer em dia sem expediente no Instituto, ficará prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

Art. 13. A certificação deverá ser emitida por entidade reconhecida pelos órgãos competentes do Ministério da Previdência Social, estar válida e ser compatível com a função exercida e com o nível exigido pelas normas federais.
§ 1º Serão admitidas as hipóteses de reconhecimento e equivalência previstas nas normas federais e no Manual de Certificação dos Profissionais dos Regimes Próprios de Previdência Social.
§ 2º Compete à Superintendência verificar a autenticidade, a validade e a adequação dos certificados apresentados.
§ 3º O prazo previsto no art. 12 não afasta a obrigação de atendimento da certificação da maioria dos membros titulares de cada Conselho, nem altera os prazos e as situações de comprovação previstos na Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022.
§ 4º Os membros titulares deverão manter a certificação válida durante o exercício da função e comprovar sua renovação ao Instituto no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contado do término da validade do certificado anterior, sob pena de destituição, observado o procedimento previsto no art. 14 e sem prejuízo das exigências federais de manutenção da certificação.

Art. 14. Encerrado o prazo sem comprovação da certificação profissional, a Superintendência notificará o membro para apresentar defesa no prazo de 2 (dois) dias úteis.
§ 1º Na defesa, o membro poderá requerer, excepcionalmente, a prorrogação do prazo para comprovação da certificação, mediante justificativa acompanhada de documentos que demonstrem as circunstâncias que impediram seu cumprimento.
§ 2º Apresentada a defesa ou encerrado o prazo sem manifestação, a Superintendência encaminhará os documentos e relatório fundamentado ao Prefeito Municipal.
§ 3º O Prefeito Municipal poderá conceder, em caráter excepcional e mediante decisão fundamentada, a prorrogação por até 15 (quinze) dias corridos, contados da publicação da decisão, desde que não comprometa o atendimento às exigências federais de certificação profissional.
§ 4º Indeferida a prorrogação ou encerrado o prazo concedido sem comprovação da certificação, e confirmado o descumprimento, o Prefeito Municipal determinará a substituição do membro por decreto fundamentado, com convocação do próximo suplente habilitado da mesma categoria, observada a ordem de classificação.

Art. 15. O suplente nomeado para assumir a titularidade deverá comprovar a certificação profissional no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contado da publicação do decreto de nomeação do Prefeito Municipal no Diário Oficial do Município.
§ 1º Aplicam-se à contagem do prazo as disposições dos §§ 1º a 3º do art. 12.
§ 2º O suplente ficará sujeito às exigências de certificação previstas no art. 13 e, em caso de descumprimento, ao procedimento de substituição estabelecido no art.14.

CAPÍTULO VI

DAS INSCRIÇÕES E DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 16. As inscrições serão gratuitas e realizadas mediante protocolo na sede do CERRO AZUL PREV, situada na Rua Barão do Cerro Azul, nº 10, Centro, Cerro Azul, Paraná, no horário estabelecido no art. 3º.
§ 1º O período de inscrições será divulgado no edital de abertura.
§ 2º O requerimento será assinado pelo candidato e indicará o Conselho e a categoria de representação pretendidos.
§ 3º O candidato informará endereço de e-mail e número de telefone para recebimento de mensagens pelo WhatsApp e declarará concordância com o recebimento das notificações por esses meios.

Art. 17. O requerimento de inscrição será acompanhado de:
I – cópia de documento oficial de identificação e do CPF;
II – comprovante de vínculo com o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cerro Azul, mediante declaração funcional, ato de nomeação ou posse no cargo efetivo, ato de concessão de aposentadoria ou pensão ou documento equivalente;
III – certificado, diploma ou declaração expedida pela instituição de ensino que comprove a conclusão do ensino médio ou de nível superior;
IV – certidões negativas de antecedentes criminais da Justiça Estadual e da Justiça Federal competentes;
V – declaração de não incidência nas demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990;
VI – declaração dos mandatos anteriormente exercidos nos Conselhos Deliberativo e Fiscal, com indicação dos respectivos períodos e da condição de titular ou suplente;
VII – certificação profissional, caso o candidato opte por apresentá-la na inscrição.
§ 1º A Comissão Eleitoral poderá dispensar a reapresentação dos documentos disponíveis nos registros do Instituto, desde que suficientes e atualizados, registrando sua conferência no processo.
§ 2º A existência de apontamento em certidão não acarretará indeferimento automático da candidatura, devendo a Comissão Eleitoral verificar se configura impedimento legal, assegurada ao candidato oportunidade de esclarecimento.
§ 3º A Comissão Eleitoral poderá solicitar esclarecimentos ou complementação documental no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da notificação.
§ 4º A complementação documental não permitirá o registro de nova candidatura após o encerramento das inscrições, ressalvada a regularização das inscrições simultâneas prevista no art. 9º.
§ 5º Os modelos das declarações previstas nos incisos V e VI serão disponibilizados juntamente com o edital de abertura das inscrições.

CAPÍTULO VII

DA HABILITAÇÃO DAS CANDIDATURAS, DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

Art. 18. Encerradas as inscrições e concluídas as diligências necessárias, a Comissão Eleitoral publicará a relação preliminar das candidaturas deferidas e indeferidas, organizada por Conselho e categoria de representação, sujeita a impugnação e recurso.
Parágrafo único. Os indeferimentos serão fundamentados, assegurado ao candidato acesso à respectiva decisão.

Art. 19. Será concedido prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da publicação da relação preliminar, para:
I – recurso do candidato contra o indeferimento de sua inscrição;
II – impugnação de candidatura por segurado ou beneficiário vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social.
§ 1º O recurso ou a impugnação será dirigido à Comissão Eleitoral, mediante requerimento fundamentado e protocolado na sede do Instituto.
§ 2º A impugnação identificará o interessado, o candidato impugnado, os fatos e os fundamentos, acompanhados dos documentos disponíveis.

Art. 20. O candidato impugnado será notificado para apresentar defesa no prazo de 2 (dois) dias úteis.

§ 1º A notificação será acompanhada de cópia da impugnação e dos documentos que a instruem.
§ 2º Se o recurso contra indeferimento puder afetar diretamente outro candidato, este será notificado para manifestação no mesmo prazo.

Art. 21. A Comissão Eleitoral julgará os recursos e as impugnações por decisão fundamentada, no prazo de 2 (dois) dias úteis após o encerramento dos prazos de manifestação.
§ 1º A Comissão Eleitoral poderá realizar diligências indispensáveis ao julgamento, preferencialmente dentro do prazo previsto no caput, admitida sua prorrogação pelo tempo estritamente necessário, mediante decisão fundamentada.
§ 2º Será assegurado ao candidato prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da notificação, para manifestação apenas quando a diligência revelar fato ou fundamento novo que possa resultar no indeferimento de sua candidatura e sobre o qual não tenha tido oportunidade de se manifestar.
§ 3º Concluídos os julgamentos, será publicada a relação definitiva das candidaturas habilitadas.
§ 4º A votação somente ocorrerá após a conclusão da etapa de habilitação.

CAPÍTULO VIII

DA DIVULGAÇÃO DAS CANDIDATURAS

Art. 22. Os candidatos poderão divulgar individualmente suas candidaturas, às próprias expensas, respeitados o funcionamento dos serviços públicos e a igualdade entre os concorrentes.
Parágrafo único. A divulgação institucional realizada pelo Instituto assegurará tratamento igual aos candidatos.

Art. 23. São vedados:
I – o oferecimento de vantagem em troca de voto;
II – a coação de eleitores;
III – a utilização de recursos públicos para beneficiar candidatura;
IV – a divulgação de conteúdo ofensivo à honra de candidatos ou eleitores;
V – a realização de propaganda eleitoral, no dia da votação, no recinto de votação, nas áreas de acesso e na fila de eleitores.

Art. 24. As denúncias de irregularidade serão examinadas pela Comissão Eleitoral, assegurado ao candidato denunciado prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da notificação, para apresentação de defesa.
§ 1º Comprovada a prática de conduta vedada nesta Resolução, a Comissão Eleitoral poderá determinar a cessação da irregularidade, aplicar advertência ou indeferir a candidatura, conforme a gravidade da conduta e sua repercussão no processo eleitoral.
§ 2º O indeferimento da candidatura dependerá de decisão fundamentada que demonstre a gravidade da irregularidade e o comprometimento da liberdade de voto ou da igualdade de condições entre os candidatos.

CAPÍTULO IX

DOS ELEITORES E DA VOTAÇÃO

Art. 25. Poderão votar os segurados em atividade, os aposentados e os pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cerro Azul, exclusivamente nos candidatos da respectiva categoria de representação.
Parágrafo único. Cada eleitor poderá participar da votação uma única vez, independentemente da quantidade de vínculos ou benefícios que possua, observada a quantidade de candidatos que poderá escolher para cada Conselho.

Art. 26. A Comissão Eleitoral disponibilizará a relação preliminar de eleitores para consulta antes da votação.
§ 1º Os interessados poderão requerer correção de omissões ou inconsistências no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da divulgação da relação.
§ 2º Os requerimentos serão decididos antes da votação.
§ 3º A relação definitiva será utilizada para identificação e controle da participação dos eleitores.

Art. 27. O voto será pessoal, direto e secreto, vedada a votação por procuração.
§ 1º O eleitor apresentará documento oficial com fotografia e assinará a lista de votação.
§ 2º Será utilizada cédula única para os dois Conselhos, com modelo próprio para cada categoria de representação e campos separados para o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal.
§ 3º A Comissão Eleitoral elaborará as cédulas conforme as candidaturas habilitadas, indicando a quantidade de candidatos que o eleitor poderá escolher para cada Conselho, vedada a inclusão de rubricas ou elementos que permitam identificar o eleitor.
§ 4º Não será exigido quórum mínimo de comparecimento.
§ 5º Os eleitores presentes na fila no horário de encerramento terão assegurado o direito de votar.

Art. 28. Os segurados em atividade poderão votar:
I – em até 2 (dois) candidatos para o Conselho Deliberativo;
II – em 1 (um) candidato para o Conselho Fiscal.

Art. 29. Os aposentados e pensionistas poderão votar:
I – em 1 (um) candidato para o Conselho Deliberativo;
II – em 1 (um) candidato para o Conselho Fiscal.

CAPÍTULO X

DA APURAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 30. A apuração será pública e iniciada imediatamente após o encerramento da votação, sob responsabilidade da Comissão Eleitoral.
§ 1º Antes da contagem dos votos, serão conferidas a integridade das urnas e a correspondência entre o número de cédulas e os registros de votação.
§ 2º Eventuais divergências serão registradas em ata e examinadas antes da conclusão da apuração.
§ 3º Os votos serão apurados separadamente por Conselho e categoria.

Art. 31. Serão nulos os votos que, no campo destinado ao respectivo Conselho:
I – indiquem quantidade de candidatos superior à permitida;
II – não permitam identificar com segurança a escolha realizada.
§ 1º A nulidade do voto para um Conselho não prejudicará o voto regularmente assinalado para o outro.
§ 2º Será considerada integralmente nula a cédula que contenha identificação do eleitor ou não corresponda ao modelo oficial elaborado pela Comissão Eleitoral.
§ 3º Será considerado em branco o voto sem indicação de candidato no campo destinado ao respectivo Conselho.

Art. 32. Para o Conselho Deliberativo, serão eleitos:
I – como titulares representantes dos segurados em atividade, os 2 (dois) candidatos mais votados dessa categoria, ficando os 2 (dois) seguintes como suplentes, em ordem decrescente de votação;
II – como titular representante dos aposentados e pensionistas, o candidato mais votado dessa categoria, ficando o seguinte como suplente.

Art. 33. Para o Conselho Fiscal, serão eleitos:
I – como titular representante dos segurados em atividade, o candidato mais votado dessa categoria, ficando o seguinte como suplente;
II – como titular representante dos aposentados e pensionistas, o candidato mais votado dessa categoria, ficando o seguinte como suplente.

Art. 34. Em caso de empate, terá preferência o candidato com maior tempo de vínculo com o RPPS do Município de Cerro Azul, como segurado ou beneficiário, apurado até a data da eleição e comprovado por documento oficial.
Parágrafo único. Persistindo o empate, será realizado sorteio público pela Comissão Eleitoral, com prévia comunicação aos interessados e registro em ata.

Art. 35. A Comissão Eleitoral lavrará ata contendo:
I – o número de eleitores presentes;
II – o número de votos válidos, brancos e nulos;

III – a votação de cada candidato;
IV – as ocorrências e as decisões adotadas durante a votação e a apuração;
V – a classificação preliminar.

CAPÍTULO XI

DO RESULTADO PRELIMINAR, DOS RECURSOS E DO RESULTADO DEFINITIVO

Art. 36. A Comissão Eleitoral publicará o resultado preliminar, assegurado prazo de 2 (dois) dias úteis para recurso fundamentado, contado da publicação.
Parágrafo único. O recurso será protocolado na sede do Instituto e indicará os fatos, os fundamentos e os documentos disponíveis.

Art. 37. O candidato cuja classificação possa ser afetada por recurso será notificado para apresentar manifestação no prazo de 2 (dois) dias úteis.

Art. 38. A Comissão Eleitoral julgará os recursos por decisão fundamentada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado do primeiro dia útil seguinte ao encerramento dos prazos de manifestação, observado, quando necessária a realização de diligência, o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 21.

Art. 39. Concluídos os julgamentos, ou encerrado o prazo sem apresentação de recursos, será publicado o resultado definitivo, com classificação por Conselho e categoria.

CAPÍTULO XII

DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 40. A Comissão Eleitoral encaminhará o resultado definitivo ao Chefe do Poder Executivo no prazo de 2 (dois) dias úteis após sua publicação, para nomeação dos membros eleitos.

Art. 41. A nomeação dos membros eleitos será formalizada por decreto do Prefeito Municipal, que indicará o Conselho, a categoria de representação e a condição de titular ou suplente de cada membro.
Parágrafo único. O prazo para comprovação da certificação profissional dos membros nomeados para exercer a titularidade será contado da publicação do decreto, na forma do art. 12.

Art. 42. Os membros eleitos e nomeados deverão comparecer à sede do CERRO AZUL PREV, no horário de expediente estabelecido no art. 3º, para assinatura do termo de posse até 15 de janeiro de 2027, independentemente de notificação.
§ 1º O termo de posse identificará o Conselho, a categoria de representação, a condição de titular ou suplente e o período do mandato.
§ 2º A ausência de assinatura do termo de posse no prazo implicará a perda do direito à investidura, cabendo ao Prefeito Municipal formalizar, por decreto, a revogação da nomeação e nomear o suplente da respectiva categoria, observada a ordem de classificação.

Art. 43. A convocação de suplentes observará a ordem de classificação na categoria correspondente à vaga.
§ 1º Na representação dos segurados em atividade no Conselho Deliberativo, o segundo suplente poderá ser convocado quando o primeiro já tiver assumido outra vaga, desistir, estiver impedido ou deixar de atender aos requisitos para exercício da função.
§ 2º É vedada a convocação de suplente de categoria de representação diversa daquela correspondente à vaga.
§ 3º O suplente convocado será notificado para manifestar interesse em assumir a função no prazo de 2 (dois) dias úteis.
§ 4º A ausência de manifestação no prazo será considerada desistência da convocação, devendo ser convocado o suplente seguinte, quando houver.
§ 5º A nomeação será formalizada por decreto do Prefeito Municipal, e a posse, mediante assinatura de termo específico, em prazo fixado no ato de convocação.
§ 6º O suplente que assumir a titularidade exercerá a função pelo período restante do mandato, com término em 31 de dezembro de 2028, observadas as disposições do Capítulo V relativas à certificação profissional.

Art. 44. Esgotados os suplentes habilitados da categoria correspondente, ou inexistindo candidatos suficientes para preenchimento das vagas, será realizada eleição suplementar.
§ 1º A eleição suplementar será destinada exclusivamente às vagas remanescentes, mediante edital de abertura de inscrições.
§ 2º Aplicam-se à eleição suplementar as regras desta Resolução, com cronograma próprio.
§ 3º O mandato dos membros escolhidos em eleição suplementar terminará em 31 de dezembro de 2028.

CAPÍTULO XIII

DOS PRAZOS E DAS NOTIFICAÇÕES

Art. 45. Os prazos para recursos, impugnações, defesas, manifestações e complementação documental serão contados em dias úteis, com exclusão do dia da publicação ou notificação e inclusão do dia do vencimento.
§ 1º A contagem terá início no primeiro dia útil seguinte à publicação ou notificação.
§ 2º Consideram-se úteis os dias em que houver expediente no Instituto.
§ 3º Os requerimentos e documentos deverão ser protocolados no horário estabelecido no art. 3º, até as 17h do dia do vencimento.

Art. 46. As notificações individuais serão realizadas por e-mail e/ou pelo aplicativo WhatsApp, nos contatos informados pelo interessado na ficha de inscrição, cujo formulário será elaborado pela Comissão Eleitoral.
§ 1º A ficha de inscrição conterá declaração de concordância com o recebimento de notificações pelos meios previstos no caput.
§ 2º O interessado deverá manter seus contatos atualizados durante o processo eleitoral e, após a nomeação, durante o procedimento de comprovação da certificação profissional.
§ 3º A notificação indicará sua finalidade, o prazo e a forma de resposta, acompanhada dos documentos necessários à manifestação.
§ 4º Serão registrados no processo o conteúdo da notificação, o destinatário, a data e o horário do envio e a comprovação de entrega.
§ 5º Considera-se realizada a notificação na data da entrega comprovada ao contato informado, independentemente de confirmação de leitura.
§ 5º Quando utilizados ambos os meios, será considerada a primeira entrega comprovada.
§ 6º São de exclusiva responsabilidade do interessado os prejuízos decorrentes da indicação incorreta dos contatos, de sua alteração sem comunicação ou da falta de acompanhamento das mensagens regularmente entregues.
§ 7º Identificada falha de entrega, a notificação será renovada por outro meio que permita comprovar a ciência do interessado.

Art. 47. Os prazos iniciados por publicação serão contados da divulgação do ato no Diário Oficial do Município.
Parágrafo único. A disponibilização do ato em outros canais terá caráter complementar e não alterará o início do prazo.

Art. 48. A Comissão Eleitoral publicará o cronograma juntamente com o edital de abertura das inscrições, com indicação, em caráter meramente informativo, das datas previstas para as etapas do processo eleitoral, observados os prazos estabelecidos nesta Resolução.
Parágrafo único. A Comissão Eleitoral poderá alterar o cronograma mediante decisão fundamentada, preservados os prazos de manifestação dos interessados e observada a publicidade prevista no § 3º do art. 2º.

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 49. O edital de abertura de inscrições informará as vagas, o período de inscrição, o local de atendimento, os horários de expediente, o cronograma previsto e os meios de acesso a esta Resolução e aos formulários.
Parágrafo único. O edital não reproduzirá integralmente esta Resolução nem estabelecerá regras adicionais.

Art. 50. As relações de candidaturas e os resultados serão publicados no Diário Oficial do Município e divulgados nos canais institucionais do Instituto.
Parágrafo único. A publicidade observará a proteção dos dados pessoais, vedada a exposição desnecessária de documentos de identificação, endereços e informações pessoais dos participantes.

Art. 51. Os formulários disponibilizados pelo Instituto reproduzirão as informações e declarações exigidas nesta Resolução, sem criar requisitos adicionais.

Art. 52. Os documentos, atas, decisões e comprovantes de publicação e notificação serão reunidos em processo administrativo próprio.

Art. 53. A atuação da Comissão Eleitoral será encerrada após a publicação do resultado definitivo e o encaminhamento dos documentos para nomeação.
Parágrafo único. Caberá à Superintendência acompanhar a nomeação, a posse, a comprovação da certificação e as substituições posteriores.

Art. 54. Os casos omissos relativos à execução do processo eleitoral serão decididos pela Comissão Eleitoral, mediante decisão fundamentada.
Parágrafo único. As questões que excedam sua competência ou dependam de alteração desta Resolução serão submetidas ao Conselho Deliberativo, respeitadas as atribuições do Prefeito Municipal.

Art. 55. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cerro Azul, 15 de outubro de 2026.

ARTHUR DANIEL MARQUARDT
Superintendente

Publicado por:
Arthur Daniel Marquardt
Código Identificador:79129CD2

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1325, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a publicação do extrato do Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 002/2026, celebrado entre o Município de Cerro Azul e o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul – CERRO AZUL PREV.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 002, de 14 de abril de 2026;

CONSIDERANDO a celebração, em 05 de outubro de 2026, do Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 002/2026, entre o Município de Cerro Azul e o CERRO AZUL PREV, para a cessão parcial, em regime de colaboração funcional, do servidor público efetivo Rodrigo Augusto Navarete;

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula Décima Primeira do referido Termo, que prevê a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, para fins de publicidade, eficácia e transparência.

RESOLVE:

Art. 1º Publicar no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, o extrato do Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 002/2026, na forma do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cerro Azul, 15 de outubro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 1325/2026

EXTRATO DO TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 002/2026

ESPÉCIE: Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 002/2026.

PARTÍCIPES: MUNICÍPIO DE CERRO AZUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 76.105.626/0001-24, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edson Cordeiro do Nascimento; e INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL – CERRO AZUL PREV, autarquia municipal, inscrita no CNPJ nº 08.927.997/0001-31, representada pelo Superintendente, Sr. Arthur Daniel Marquardt.

OBJETO: Cessão parcial, em regime de colaboração funcional, do servidor público efetivo RODRIGO AUGUSTO NAVARETE, ocupante do cargo de Agente Administrativo do quadro permanente do Município de Cerro Azul, designado pelo Decreto Municipal nº 329/2026, para atuação junto ao CERRO AZUL PREV como Agente de Contratação e Pregoeiro, nos procedimentos licitatórios e nas contratações públicas promovidas pela Autarquia.

REGIME DA CESSÃO: Cessão parcial, sem transferência de cargo, alteração de lotação ou modificação do vínculo funcional do servidor, que permanece vinculado ao Município de Cerro Azul.

ÔNUS FINANCEIRO: Sem ônus financeiro para o CERRO AZUL PREV, permanecendo sob responsabilidade do Município de Cerro Azul a remuneração do servidor e os respectivos encargos funcionais, previdenciários e tributários.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 002, de 14 de abril de 2026, especialmente seu art. 5º, incisos I, II, III, VIII e IX, e parágrafo único; Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, prorrogável mediante termo aditivo, enquanto presente o interesse público.

DATA DA ASSINATURA: 05 de outubro de 2026.

SIGNATÁRIOS: Edson Cordeiro do Nascimento (Prefeito Municipal); Arthur Daniel Marquardt (Superintendente do CERRO AZUL PREV); e Rodrigo Augusto Navarete (Servidor Cedido).

Cerro Azul, 15 de outubro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:D5593BC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1296, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EVERSON BOARD, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1296, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Everson Board, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem 1 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Everson Board, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°451/2026 o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$ 72,58 (setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba-PR, no dia 10 de outubro do ano em curso, para transportar paciente até o Hospital Angelina Caron. Saída as 08:00 e retorno as 17:45

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 13 de outubro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:BAA30BD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1297, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EVERSON BOARD, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1297, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Everson Board, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem 1 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Everson Board, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°452/2026 o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$ 72,58 (setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba-PR, no dia 09 de outubro do ano em curso, para transportar paciente até o Hospital Angelina Caron. Saída as 12:30 e retorno as 19:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 13 de outubro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:2D28F855

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1298, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELAINE CRISTINA DE SOUZA DE MATOS, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1298, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Elaine Cristina de Souza de Matos, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem 1 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Elaine Cristina de Souza de Matos, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°453/2026 o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$ 72,58 (setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba-PR, no dia 10 de outubro do ano em curso, para transportar paciente até o Hospital Marilac. Saída as 10:30 e retorno as 17:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 14 de outubro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:1116C724

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1299, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOCENILDA COSTA DO ESPIRITO SANTO, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1299, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Jocenilda Costa do Espirito Santo, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem 1 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Jocenilda Costa do Espirito Santo, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°454/2026 o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$ 72,58 (setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba-PR, no dia 09 de outubro do ano em curso, para transportar paciente até o Hospital Angelina Caron. Saída as 13:15 e retorno as 19:15.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 14 de outubro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:B1984D8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1300, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WALTER JOSÉ DO VALE, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 2 (DUAS) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1300, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Walter José do Vale, ocupante do cargo de Motorista 2 (duas) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Walter José do Vale, ocupante do cargo de Motorista, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°455/2026 o pagamento de 02 (duas) diárias no valor de R$ 145,16 (cento e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba-PR, nos dias 10 e 13 de outubro do ano em curso, para transportar paciente em tratamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 14 de outubro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:1FEB613F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1301, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROZIANE APARECIDA DE PAULA GOUVEIA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1301, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Roziane Aparecida de Paula Gouveia, ocupante do cargo de Agente administrativo 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal Roziane Aparecida de Paula Gouveia sendo ocupante do cargo de Agente administrativo vinculado à Secretaria Municipal de Administração conforme memorando nº18/2026, o pagamento de 1(uma) diária no valor de R$ 72,58 (setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba– PR, no dia 16 de outubro do ano em curso, para realizar retiradas de documentos Gerais (RGS) já liberados pelo Orgão Estadual. Saídas as 08:00 e retornos 17:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 14 de outubro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:BC847BB8

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.
EDITAL Nº 021.005/2026 – CONVOCAÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 005/2026

EDITAL Nº 021.005/2026 – CONVOCAÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 005/2026

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Edital nº 005/2026, bem como a ordem de classificação e a necessidade da Administração Pública, TORNA PÚBLICA a presente **CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS**, que apresentaram a documentação exigida e encontram-se aptos a assumir turmas, para participação no processo de **distribuição de turmas.**
Os candidatos relacionados abaixo ficam **CONVOCADOS a comparecer na Secretaria Municipal de Educação de Cerro Azul/PR, no dia 19 de outubro de 2026, às 09h00**, para realização da distribuição das turmas disponíveis.
A distribuição das turmas observará rigorosamente a **ordem de classificação**, a respectiva região de inscrição e a disponibilidade de turmas, conforme as necessidades da Administração Pública.

SEDE – GERAL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)
64º	Aline Aparecida dos Santos

REGIÃO 3 – GERAL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)
10º	Regiane Aparecida Schneider

Os candidatos deverão comparecer ao local, data e horário estabelecidos, munidos de documento oficial de identificação.
A distribuição das turmas será realizada individualmente, respeitando-se a ordem de classificação, a região de inscrição e as turmas disponíveis no momento da convocação.
O não comparecimento do candidato no horário determinado poderá acarretar a perda da oportunidade de escolha da turma, observadas as disposições previstas no Edital nº 005/2026 e demais atos do Processo Seletivo Simplificado.

Cerro Azul, 15 de outubro de 2026

ADRIANA CHAVES DA SILVA
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Decreto nº 0266/2026

Publicado por:
Angela Maria Hilman
Código Identificador:3D3CDA47

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 114/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE

Art. 1º Constituir e nomear **Comissão Permanente de Licitação**, pelo prazo de 1 (um) ano, com as atribuições definidas nos itens I e II do Anexo VI, da Lei Complementar nº 1737, de 29 de setembro de 2023, tendo como integrantes os servidores abaixo indicados:

- Kalyane Marie Micaloski Kowalski, contadora, portadora da Cédula de Identidade RG nº *.839.***-*-SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº ***.381.***-** - Presidente;

- André Luis Carneiro Romão, técnico de gestão legislativa, portador da Cédula de Identidade RG nº *.218.***-*-SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº ***.106.***-** - membro;

- Diego Schneider Martinez, técnico de gestão legislativa, portador da Cédula de Identidade RG nº. *.556.***-*-SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. ***.973.***-** - membro;

- Gileade Dos Santos Machado, agente de gestão legislativa I, portador da Cédula de Identidade RG nº. 10.570.748-7 -SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 067.340.939-21 - membro;

- Luciane Seretni, técnico de gestão legislativa, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.894.221-7-SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 016.877.509-39 - membro;

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 100/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 15 de outubro de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Giane Bertol Rosa
Código Identificador:B304619B

COLOMBO PREVIDÊNCIA
PORTARIA DE DESIGNAÇÃO

PORTARIA N° 25/2026

A COLOMBO PREVIDÊNCIA – Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Colombo, por seu Diretor Superintendente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 960/2006,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a servidora abaixo relacionada para atuar como Secretária Executiva do Comitê de Investimentos da Colombo Previdência, nos termos do artigo 20 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 23/2026:

Joice Lagos Marone – RG nº 8.XXX.XXX-0/PR.

Art. 2º – Compete à Secretária Executiva desempenhar as atribuições previstas no art. 21 do Regimento Interno do Comitê de Investimentos, bem como promover o arquivamento dos registros eletrônicos dos trabalhos do Comitê, na forma do art. 25, § 2º, do referido Regimento.
Parágrafo único. A designação de que trata esta Portaria destina-se ao apoio administrativo e documental do Comitê e não confere a condição de membro do colegiado.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se publicidade

Colombo, 13 de outubro de 2026.

WILTON LUIZ CARRÃO
Diretor Superintendente

Publicado por:
Joice Lagos Marone
Código Identificador:80768D7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 011/2026 - PONTOS DA CULTURA - PNAB

RESULTADO

A Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial do Município de Colombo/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas.
RESOLVE:
Tornar Público o resultado do **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 011/2026**, Processo Administrativo nº 24702/2026 referente a Premiação de Pontos de Cultura que tem objetivo de premiar 10 (dez) entidades e/ou coletivos, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) cada prêmio. Sendo oito prêmios para pontos de cultura já existentes e dois para novos pontos, por meio da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), instituída pela Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014.
A fase de habilitação para apresentação da documentação, descrita no item 10 do edital "ETAPA DE HABILITAÇÃO" será de até **05 (cinco) dias úteis** após a publicação desse resultado, por meio de protocolo na Prefeitura da Sede, localizado na Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo.
ENTIDADE: FABIANA VALENTINA DA SILVA – CPF. 807.586.490-53 - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AFRO-BRASILEIRA SÃO JERÔNIMO E SÃO JORGE - PROCESSO: 35278/2026 - NOTA: 98,00 - CATEGORIA: Existente - RESULTADO: **Habilitada.**
ENTIDADE: COLETIVO ARTE E EXPRESSÃO - PROCESSO: 35124/2026 - NOTA: 98,00 - CATEGORIA: Existente - RESULTADO: **Habilitada**.

ENTIDADE: RONALDO CAMPOS DIOGO – CPF. 039.036.269-70 CIA. MIRABÓLICA DE TEATRO E PALHACARIA (COTA NEGRA) - PROCESSO: 34757/2026 - NOTA: 98,00 - CATEGORIA: Existente - RESULTADO: **Habilitada**.
ENTIDADE: ANDRÉ LUIZ MAIER POPP – CPF. 046.193.979-70 - TEATRO A TRÓIS - PROCESSO: 35206/2026 - NOTA: 97,33 - CATEGORIA: Existente - RESULTADO: **Habilitada.**
ENTIDADE: VERÔNICA VANESSA DE SOUZA – CPF. 041.983.919-47 CENTRO CULTURAL SONHO DE LIBERDADE - PROCESSO: 35073/2026 - NOTA: 97,33 - CATEGORIA: Existente - RESULTADO: **Habilitada**.
ENTIDADE: DENER LUCAS KLUCK – CPF. 416.979.118-54 COLOMBO LIXO ZERO
PROCESSO: 35248/2026 - NOTA: 97,00 - CATEGORIA: Existente - RESULTADO: **Habilitada**.
ENTIDADE: JURANDIR LEITE CORDEIRO JUNIOR – CPF. 024.366.379-03 GARAGEM PSYCOLOMBO - PROCESSO: 35190 - NOTA: 96,67 - CATEGORIA: Existente - RESULTADO: **Habilitada**.
ENTIDADE: AMANDA DE CARVALHO FERREIRA DOS SANTOS – CPF. 078.835.759-02 - PROJETO ME REPRESENTA (COTA NEGRA) - PROCESSO: 35200/2026 - NOTA: 96,33 - CATEGORIA: Existente - RESULTADO: **Habilitada.**
ENTIDADE: GIANCARLO HANNEMANN BRUSTULIN – CPF. 747.201.129-00 -AADHU - ILÊ ASÉ OBANGBÉ AGBARA - PROCESSO: 34303/2026 - NOTA: 94,33
CATEGORIA: Novo - RESULTADO: **Habilitada**.
ENTIDADE: BRUNO MORAIS KELLER – CPF. 108.413.229-02 - MOVIMENTANDO CAPOEIRA - PROCESSO: 33832/2026 - NOTA: 92,00 - CATEGORIA: Novo - RESULTADO: **Habilitada**.
ENTIDADE: ROSANGELA KUSMA GASPARIN – CPF. 000.261.939-30 - ASSOCIAÇÃO ITALIANA PADRE ALBERTO CASAVECCHIA
PROCESSO: 35219/2026 - NOTA: 95,67 - CATEGORIA: Existente - RESULTADO: **Suplente**.
ENTIDADE: ROSEMARI APARECIDA DE OLIVEIRA – CPF. 030.812.199-65 - COACOL - COLETIVO DE AÇÃO CULTURAL DE COLOMBO - PROCESSO: 35263/2026 - NOTA: 92,33 - CATEGORIA: Existente - RESULTADO: **Suplente**.
ENTIDADE: MARA FRANCIELI MOTIN – CPF. 073.806.379-75 - ASSOCIAZIONE VENETI NEL MONDO – COLOMBO - PROCESSO: 35216/2026 - NOTA: 84,67 - CATEGORIA: Existente - RESULTADO: **Suplente**.

ENTIDADE: MARIA TEREZINHA VARGAS DA ROSA – CPF. 958.802.169-34 - VILA E ARTE - PROCESSO: 33464/2026 - NOTA: 84,33 - CATEGORIA: Existente - RESULTADO: **Suplente**.
ENTIDADE: EVERSON CHEMIN – CPF. 020.530.679-93 - COLETIVO AFROCOR (COTA NEGRA) - PROCESSO: 34060/2026 - NOTA: 68,67 - CATEGORIA: Existente - RESULTADO: **Suplente**.
ENTIDADE: ADRIANO ROBERTO RIBAS – CPF. 921.984.579-20 - PROJETO NOVA TERRA - PROCESSO: 35064/2026 - NOTA: 86,67 - CATEGORIA: Novo - RESULTADO: **Suplente**.

ENTIDADE: WILLIAN MACHADO PRINS – CPF. 074.421.019-41 - ABC DA CAPOEIRA - PROCESSO: 34007/2026 - NOTA: 82,33 - CATEGORIA: Existente - RESULTADO: **Dabilitado.** Coletivo sem Declaração de Representação (Anexo 4) (item 6.2, III do Edital 011/2026).
ENTIDADE: WESLEY RUAN POLLI – CPF. 075.180.689-74 - ESPAÇO CULTURAL TRUCK - PROCESSO: 35268/2026 - NOTA: 75,67 - CATEGORIA: Existente - RESULTADO: **Desabilitado.** Natureza vedada (empresário individual com fins lucrativos, 5.1) e sem documentos pessoais (6.2, V do Edital 011/2026).
Contra a decisão do resultado preliminar da etapa de seleção e/ou para solicitação do espelho de notas, caberá recurso destinado à comissão de avaliação, que deve ser apresentado por meio de protocolo na Prefeitura da Sede na Rua XV de Novembro, 105. no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar desta publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Colombo, 15 de outubro de 2026

MARINEI VIDOLIN
Secretaria de Cultura e Igualdade Racial

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:25042BD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 012/2026 - PONTOS DA CULTURA - PROJETOS TCC - PNAB

RESULTADO
A Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial do Município de Colombo/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas.
RESOLVE:
Tornar Público o resultado do **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 012/2026**, Processo Administrativo nº. 24883/2026, referente a Premiação de Pontos de Cultura, Projetos TCC que tem objetivo de premiar 02 Projetos - TCC, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) cada prêmio, por meio da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), instituída pela Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014.
A fase de habilitação para apresentação da documentação, descrita no item 12 do edital "ETAPA DE HABILITAÇÃO" será de até **05 (cinco) dias úteis** após a publicação desse resultado, por meio de protocolo na Prefeitura da Sede, localizado na Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO ITALIANA PADRE ALBERTO CASAVECCHIA -CNPJ. 04.559.180/0001-05 - ROSANGELA KUSMA GASPARIN CPF. 000.261.939-30 - ASSOCIAÇÃO ITALIANA PADRE ALBERTO CASAVECCHIA - PROJETO: 25 ANOS DE HISTÓRIA - PROCESSO: 35221/2026 – NOTA: 86,83 - RESULTADO: **Habilitada.** (Mérito favorável, com ajustes que não

intereferem na habilitação (item 11.11): memória de cálculo dos R$ 25 mil de tributos, referências de preço e datas do cronograma).
ENTIDADE: ROBSON LUIZ DE SOUZA - CNPJ: 68.218.828/0001-54 - ROBSON LUIZ DE SOUZA – CPF. 005.326.759-16 - CENTRO CULTURAL SONHO DE LIBERDADE - PROJETO: CONEXÃO CULTURAL DO SABER ANCESTRAL - PROCESSO: 35075/2026 - NOTA: 90,50 - RESULTADO: **Desabilitada**. (CNPJ 68.218.828/0001-54 registrada como Empresário Individual, incompatível com entidade sem fins lucrativos).
ENTIDADE: CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHA QUERENCIA SANTA MÔNICA - CNPJ:15.657.888/0001-07 HELENITA TEREZINHA KAEFER - CPF:283.133.649-04 - CTG QUERÊNCIA SANTA MÔNICA - PROJETO: PRÉ-ESTREIA DAS CINCO INVERNADAS - PROCESSO: 32975/2026 - NOTA: 85,17 - RESULTADO: **Desabilitada** (item 11.10, I c/c 6.2, II e Anexo 04): Comitê Gestor incompleto, 4º membro "a confirmar". Não comprova certificação como ponto de cultura, pré-certificada (Bloco 1 ≥ 50).
ENTIDADE: INTITUTO PAVILHÃO DAS ARTES CNPJ:38.279.164/0001-72 JOÃO FRANCISCO DE SOUZA - CPF:233.178.929-00 - INSTITUTO PAVILHÃO DAS ARTES - PROJETO: CULTURA VIVA EM MOVIMENTO - PROCESSO: 35279/2026 - NOTA: 83,50 - RESULTADO: **Desabilitada** Anexo 03 – Formulário de inscrição - não localizado, plano sem assinatura, Comitê Gestor e ações 2024/2025 pendentes).
Contra a decisão do resultado preliminar da etapa de seleção e/ou para solicitação do espelho de notas, caberá recurso destinado à comissão de avaliação, que deve ser apresentado por meio de protocolo na Prefeitura da Sede na Rua XV de Novembro, 105. no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar desta publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

Colombo, 15 de outubro de 2026

MARINEI VIDOLIN
Secretaria de Cultura e Igualdade Racial

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:544F9578

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 450/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026

Processo: 16.247/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Obras e Viação
Contratada: BRASIL MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ n.º 14.877.413/0001-63
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor da Ata: Sr Gilmar de Oliveira Santini, matrícula funcional n.º 19.767 - Fiscal Técnico: Sr Claudiomir Carrão, matrícula funcional n.º 19.493
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), faixas "C" e "F", e massa asfáltica para aplicação a frio, destinados à execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da malha viária do Município de Colombo, abrangendo operações de tapa-buracos, recomposição de pavimento, recapeamento e pavimentação, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Viação.
Valor: O valor total é de R$ 4.732.500,00 (quatro milhões, setecentos e trinta e dois mil e quinhentos reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA n.º 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 14 de outubro de 2026
Assinatura: Alcione Luiz Giaretton

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:F2A1CB95

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 451/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026

Processo: 16.247/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Obras e Viação
Contratada: RENOVA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E ASFÁLTICO LTDA, CNPJ n.º 49.149.027/0001-30
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor da Ata: Sr Gilmar de Oliveira Santini, matrícula funcional n.º 19.767 - Fiscal Técnico: Sr Claudiomir Carrão, matrícula funcional n.º 19.493
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), faixas "C" e "F", e massa asfáltica para aplicação a frio, destinados à execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da malha viária do Município de Colombo, abrangendo operações de tapa-buracos, recomposição de pavimento, recapeamento e pavimentação, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Viação.
Valor: O valor total é de R$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA n.º 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 14 de outubro de 2026
Assinatura: Alcione Luiz Giaretton

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:67CB1CE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 452/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026

Processo: 16.247/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Obras e Viação
Contratada: GUARICANA TRANSPORTE E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ n.º 19.013.506/0001-63
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor da Ata: Sr Gilmar de Oliveira Santini, matrícula funcional n.º 19.767 - Fiscal Técnico: Sr Claudiomir Carrão, matrícula funcional n.º 19.493
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), faixas "C" e "F", e massa asfáltica para aplicação a frio, destinados à execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da malha viária do Município de Colombo, abrangendo operações de tapa-buracos, recomposição de pavimento, recapeamento e pavimentação, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Viação.
Valor: O valor total é de R$ 2.115.893,75 (dois milhões, cento e quinze mil, oitocentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos).

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA n.º 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 14 de outubro de 2026
Assinatura: Alcione Luiz Giaretton

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:B44E88A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 364/2026 – INEXIGIBILIDADE N.º 055/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 013/2026

Processo: 15.270/2026 e 37.563/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratado: ARIELSON JACOB CAVALLI
Fiscalização: A fiscalização será responsabilidade dos servidores: Gestor de Contrato: Sr Paulo Cezar Antoniacomi, matrícula funcional n.º 2825 - Fiscal de Contrato: Srª Eliane Maria Cavalheiro de Carvalho, matrícula funcional n.º 6370
Objeto: Credenciamento de agricultores familiares detentores de DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – Pessoa Física) do município de Colombo, conforme diretrizes estabelecidas na Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006 e enquadrados no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.
Prazos: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da emissão: Colombo, 03 de setembro de 2026
Assinatura: Jerônimo Strapasson

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:DE0274B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 442/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 019/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 058/2026

Processo: 18.561/2026
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Contratada: CLÍNICA VETERINÁRIA BINHO LTDA, CNPJ n.º 29.433.003/0001-09
Fiscalização: A fiscalização do presente contrato ficará a cargo dos servidores: Gestora do Contrato Srª Annelize Mercúrio, matrícula funcional n.º 15.189 e Fiscal do Contrato Sr. Douglas Luís Vieira – matrícula funcional n.º 19.144
Objeto: Contratação de empresa especializada, através de credenciamento, para procedimentos médico-veterinários, cirurgias e exames complementares (laboratoriais e de imagem) para cães e gatos, do município de Colombo/Pr para atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
Valor: O valor total da contratação é de R$ 70.000,00 (setenta mil reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA n.º 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência do contrato é de 12 **(doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da emissão: Colombo, 30 de setembro de 2026
Assinatura: Willian Zanini

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:B48F42BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N.º 001/2026 DO CONTRATO Nº 331/2026 – CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 011/2025 - INEXIGIBILIDADE N.º 020/2026

Processo: 44303/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: SMALLMED SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 33.108.276/0001-47
Objeto O presente termo tem como objeto a RESCISÃO do Contrato n.° 331/2026, firmado em 27 de agosto de 2026, cujo objeto consiste em: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos (Infectologista, **Psiquiatria**, Plantonista, Ecografista e Clínico Geral), visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Colombo/PR. Rescisão contratual realizada de forma amigável, por acordo entre as partes**, com fundamento na** Lei n.º 14.133/2021 **e cláusulas contratuais aplicáveis.**
Local e data da Rescisão: Colombo, 13 de outubro de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:4435A451

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO N° 002/2024
MEMORANDO N° 552/2026

Ficam prorrogados os contratos de trabalho oriundos do Processo Seletivo Público Simplificado n° 002/2024, por mais 180 dias, nos termos do art. 6° da Lei Municipal n° 1244/2011, conforme relação a seguir:

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	1ª PRORROGAÇÃO (180 dias) A PARTIR DE:
20108	DANIELLE DOS SANTOS NASCIMENTO MOTA	ASSISTENTE SOCIAL	13/10/2026
20109	ANA PAULA DOS SANTOS	ASSISTENTE SOCIAL	13/10/2026
20117	PRISCILA SIQUEIRA DE ARAUJO	PSICÓLOGO	13/10/2026

Colombo, 15 de outubro de 2026.

ELIZIANE CHEMIM
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ISMAILIN SCHROTTER
Secretário Municipal de Administração

ELISANGELA RENA BERALDO LAZAROTTO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Cibelle Cristina Strapasson Toniolo
Código Identificador:94F325C3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 013/2026

DECRETO LEGISLATIVO N.º 013/2026

Súmula: "Estabelece ponto facultativo no âmbito da Câmara Municipal de Contenda e dá outras providencias".

O Presidente da Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo no âmbito desta Câmara Municipal no dia 30 de outubro de 2026, em razão do dia do servidor público comemorado no dia 28 de outubro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas às disposições em contrário.

Contenda, 15 de outubro de 2026.

MARCOS SCHINDA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Angela Kovalski Batista
Código Identificador:B1561B78

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 016/2026

PORTARIA Nº 016/2026

Súmula: "Nomeia servidora para exercer cargo em comissão de Assessora Jurídica da Presidência".

Marcos Schinda da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando as disposições da Lei Municipal Nº 1.976/2022,
RESOLVE

Art. 1º Fica nomeada a Senhora **ANA PAULA DUARTE** para exercer o cargo de provimento em comissão de **Assessora Jurídica da Presidência**, símbolo CC-1, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 023.242.669-46 e na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sob o nº 30.108.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15 de outubro de 2026.

Contenda, 15 de outubro de 2026

MARCOS SCHINDA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Marina Schultz Fragoso Padilha
Código Identificador:5B6EFFCE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 222/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 170/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 261/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 222/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 170/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 261/2026
OBJETO: chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$27.576,00 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais)
CONTRATADA: FRANCIELI APARECIDA NUNES DOS ANJOS, CNPJ: 69.229.518/0001-06
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 15/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:682CCB96

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 223/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 171/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 258/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 223/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 171/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 258/2026
OBJETO: chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$27.576,00 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais)
CONTRATADA: ALEXSANDRA NERIS DE MOURA, CNPJ: 69.282.899/0001-89
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 15/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:A8AF3C5E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 224/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 172/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 256/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 224/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 172/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 256/2026
OBJETO: chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$27.576,00 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais)
CONTRATADA: ELEN THAYNA DA SILVA - CNPJ: 62.743.420/0001-15
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 15/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:DBFE4459

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 225/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 173/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 259/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 225/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 173/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 259/2026
OBJETO: chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$27.576,00 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais)
CONTRATADA: KAMILA MOZELE - CNPJ: 63.668.886/0001-66
VIGÊNCIA: 12 MESES

EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 15/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:3DA3C31E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 226/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 174/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 226/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 174/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260/2026
OBJETO: chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$27.576,00 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais)
CONTRATADA: DAIANA APARECIDA ALVES DA SILVA, CNPJ: 69.177.421/0001-99
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 15/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:EE9BD822

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE DISTRATO – DESCREDENCIAMENTO CONTRATO Nº 088/2026 CHAMADA PUBLICA N° 003/2025

EXTRATO DE TERMO DE DISTRATO – DESCREDENCIAMENTO
CONTRATO Nº 088/2026
CHAMADA PUBLICA N° 003/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 097/2026
FUNDAMENTO LEGAL: **Art. 138. Inciso II da lei 14.133/2021**
OBJETO: Chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente**.**
EMPRESA: SILVANA PADILHA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.678.686/0001-78
DATA: 15/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:6FB65265

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 07/2026 – CMDCA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 07/2026 – CMDCA

Súmula: Altera a Resolução nº 06/2026 – CMDCA, amplia e consolida o objeto dos trabalhos da Comissão destinada à avaliação da jornada de trabalho dos Conselheiros Tutelares, extingue o Grupo de Trabalho instituído para estudos e proposição de atualização da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – PADCA, reconhece os trabalhos técnicos já realizados, registra a apreciação e deliberação sobre a minuta de Projeto de Lei de revisão da legislação municipal, estabelece seu encaminhamento para análise jurídica e delibera sobre a reprogramação de saldo do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal n° 8.069/1990 – ECA e conforme Lei Municipal nº 733/1998,
CONSIDERANDO que compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente formular, deliberar e acompanhar a política municipal de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO a necessidade de permanente avaliação e aperfeiçoamento da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – PADCA, de modo a adequá-la à legislação vigente, às normativas do Sistema de Garantia de Direitos e às necessidades atuais do Município;
CONSIDERANDO a necessidade de realização de estudos técnicos e levantamento da legislação municipal correlata, com vistas à identificação de dispositivos que demandem atualização, adequação ou aperfeiçoamento;
CONSIDERANDO a deliberação ocorrida na reunião realizada em 09 de julho de 2026, às 14 horas, na qual foi constituída Comissão destinada a avaliar a jornada de trabalho dos Conselheiros Tutelares;
CONSIDERANDO que, no decorrer dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão destinada à avaliação da jornada de trabalho dos Conselheiros Tutelares, verificou-se a necessidade de análise conjunta da legislação municipal relacionada à Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – PADCA, considerando a relação entre as matérias e a necessidade de compatibilização das normas municipais;
CONSIDERANDO que, por meio da Resolução nº 06/2026 – CMDCA, foi formalizada a Comissão para Avaliação da Jornada de Trabalho dos Conselheiros Tutelares e instituído Grupo de Trabalho para estudos, análise e elaboração de proposta de atualização da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – PADCA;
CONSIDERANDO que os trabalhos técnicos relacionados à avaliação da jornada de trabalho dos Conselheiros Tutelares e aos estudos da legislação municipal referente à Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – PADCA já foram desenvolvidos e concluídos pelos integrantes envolvidos;
CONSIDERANDO a necessidade de consolidar e formalizar os estudos, levantamentos, análises e proposições já realizados, de modo a assegurar sua adequada sistematização e continuidade no âmbito do CMDCA;
CONSIDERANDO a necessidade de submissão do material técnico produzido à análise do órgão jurídico competente, para verificação de sua adequação jurídica, legal e normativa;
CONSIDERANDO que a minuta de Projeto de Lei de revisão da legislação municipal relativa à Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – PADCA foi apresentada, apreciada e deliberada pelo Plenário do CMDCA na reunião de 15 de outubro de 2026, com encaminhamento para análise jurídica antes da deliberação final sobre a proposta;
CONSIDERANDO a necessidade de organização dos trabalhos internos do CMDCA e de formalização dos procedimentos necessários à continuidade da matéria, em conformidade com os encaminhamentos deliberados em reunião;
CONSIDERANDO que, na reunião ordinária realizada em 15 de outubro de 2026, o Plenário do CMDCA aprovou a alteração e ampliação da Resolução nº 06/2026 – CMDCA, anteriormente submetida ad referendum pela Presidência, autorizando as providências necessárias à formalização e publicação do ato;
CONSIDERANDO que, na mesma reunião, a minuta de Projeto de Lei de revisão da legislação municipal relativa à Política de

Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase nas disposições relacionadas ao Conselho Tutelar, foi apreciada e aprovada por unanimidade, com deliberação de encaminhamento ao setor jurídico do Município;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMDCA pela reprogramação do saldo de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), vinculado à fonte 3895 e à conta 18916-2 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMCA, inicialmente destinado a passagens e despesas com locomoção, para despesas com serviços de terceiros – pessoa jurídica (PJ) relacionadas à realização da Conferência da Criança e do Adolescente, já prevista no Plano de Ação e na deliberação correspondente;

RESOLVE:

Art. 1° - Fica ampliado o objeto da Comissão para Avaliação da Jornada de Trabalho dos Conselheiros Tutelares, formalizada pelo Art. 1° da Resolução nº 06/2026 – CMDCA, para fins de consolidação dos trabalhos técnicos já desenvolvidos, passando a compreender também a sistematização e consolidação dos estudos realizados acerca da legislação municipal relacionada à Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – PADCA.

§ 1º A ampliação prevista no caput tem por finalidade formalizar e consolidar os trabalhos já realizados, considerando a necessidade de análise conjunta e compatibilização das matérias relacionadas à jornada de trabalho dos Conselheiros Tutelares e à legislação municipal referente à Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – PADCA.

§ 2º A composição da Comissão será aquela definida em deliberação do CMDCA, conforme registro em ata da reunião que deu origem à sua constituição.

Art. 2° - Fica alterado o § 1º do Art. 1° da Resolução nº 06/2026 – CMDCA, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º A Comissão terá por objeto a avaliação da jornada de trabalho dos Conselheiros Tutelares e a consolidação dos estudos, levantamentos, análises e proposições referentes à legislação municipal relacionada à Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – PADCA."

Art. 3° - Ficam reconhecidos, para fins de sistematização e continuidade do processo, os estudos, levantamentos, análises, discussões e proposições técnicas já realizados pelos integrantes da Comissão e do Grupo de Trabalho instituídos pela Resolução nº 06/2026 – CMDCA, bem como a minuta de Projeto de Lei de revisão da legislação municipal relativa à Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – PADCA, apresentada, apreciada e deliberada pelo Plenário do CMDCA na reunião de 15 de outubro de 2026.

Parágrafo Único: A apreciação e deliberação mencionadas no caput referem-se ao encaminhamento da minuta para análise jurídica e à continuidade de sua tramitação, não representando aprovação definitiva do Projeto de Lei nem alteração da legislação municipal vigente.

Art. 4° - O material técnico produzido, incluindo estudos, levantamentos, análises, proposições e minuta de anteprojeto de lei, será encaminhado ao órgão jurídico competente para análise quanto à sua adequação à legislação federal, estadual e municipal vigente, bem como quanto à técnica legislativa e aos demais aspectos jurídicos pertinentes.

Parágrafo Único: A análise jurídica prevista no caput terá caráter técnico-opinativo e servirá de subsídio à deliberação final do Plenário do CMDCA sobre a proposta, após o retorno do material com a respectiva manifestação jurídica.

Art. 5° - Após a conclusão da análise jurídica, o material técnico, acompanhado do respectivo parecer ou manifestação jurídica, será novamente submetido à apreciação e deliberação do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, para decisão quanto à proposta final e aos encaminhamentos cabíveis.

Parágrafo Único: Caberá ao Plenário do CMDCA deliberar quanto às propostas apresentadas e, se for o caso, quanto ao encaminhamento da minuta de anteprojeto de lei ao Poder Executivo Municipal, observadas as competências legais de cada órgão.

Art. 6° - A Comissão não possui competência deliberativa, normativa ou executiva para promover, por si só, alterações na legislação municipal, cabendo-lhe a realização, sistematização e apresentação dos estudos e proposições técnicas que subsidiarão a apreciação do CMDCA.

Art. 7° - Ficam revogados os Arts. 2°, 3°, 4°, 5°, 6°, 7° e 8° da Resolução nº 06/2026 – CMDCA, referentes à instituição, composição, funcionamento, prazo, atribuições e apoio administrativo do Grupo de Trabalho para Estudos e Proposição de Atualização da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – PADCA.

Parágrafo Único: Os estudos, documentos e proposições produzidos pelo Grupo de Trabalho até a data de sua extinção permanecem integrados ao conjunto de documentos técnicos relacionados à matéria e serão considerados para os fins previstos nesta Resolução.

Art. 8° - Fica mantido o disposto no § 2º do Art. 1° da Resolução nº 06/2026 – CMDCA, relativo à composição da Comissão, conforme deliberação registrada em ata, passando a Comissão a atuar nos termos estabelecidos pela presente Resolução.

Art. 9° - A Secretaria Executiva do CMDCA prestará o apoio administrativo necessário à organização, sistematização e encaminhamento dos documentos produzidos, observadas as disponibilidades administrativas do Conselho.

Art. 10º - Fica aprovada, nos termos da deliberação do Plenário do CMDCA registrada na Ata nº 05/2026, a reprogramação do saldo no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), vinculado à fonte 3895 e à conta 18916-2 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMCA, inicialmente destinado a passagens e despesas com locomoção, para utilização em despesas com serviços de terceiros – pessoa jurídica (PJ) relacionadas à realização da Conferência da Criança e do Adolescente.

§ 1º A reprogramação prevista no caput destina-se exclusivamente à adequação da classificação/destinação da despesa às necessidades de execução da Conferência da Criança e do Adolescente, cuja realização já se encontra prevista no Plano de Ação e contemplada na deliberação correspondente.

§ 2º A execução dos recursos deverá observar a finalidade do Fundo, o Plano de Ação e as deliberações aplicáveis, a legislação vigente e os procedimentos orçamentários, financeiros e administrativos pertinentes.

Art. 11º - A Secretaria Executiva do CMDCA, em articulação com os setores municipais competentes, adotará as providências administrativas necessárias à formalização dos encaminhamentos deliberados nesta Resolução, inclusive quanto à reprogramação de saldo prevista no artigo anterior.

Art. 12º - Os casos omissos serão dirimidos pela Presidência do CMDCA, observadas as disposições da legislação municipal e do Regimento Interno do Conselho, sem prejuízo da competência do Plenário para as matérias que lhe sejam reservadas.

Art. 13º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Contenda, 15 de outubro de 2026.

RUBIENE JANI SCHMITZ VANDRESEN
Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Alexandre Paniagua
Código Identificador:1E5897F9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 053/2026 DE 15/10/2026 - PSS 001/2026

EDITAL Nº. 053/2026, de 15 de outubro de 2026.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2026 DE 10/02/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o item 09 do Edital do Processo Seletivo 001/2026 de 10/02/2026 (abertura do certame) combinado com Edital nº. 007/2026 de 30/03/2026 (homologação) e a Leis Municipais nº. 071/2025, 072/2025 e 073/2025;

Considerando a necessidade do Município de Coronel Vivida, **RESOLVE,**

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º. A ***convocação*** de candidato(a)s habilitado(a)s no Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital do Processo Seletivo 001/2026 de 10/02/2026, para o provimento de vaga temporária de **Professor Municipal**, conforme abaixo:

Cargo: **PROFESSOR MUNICIPAL**

Nº ordem	Nome	Classificação	Nº Protocolo
1	Juliana Aparecida Schwan de Mello	19º	1321/26

Art. 2º. Os(As) Candidatos(as) convocados(as), tem prazo de 24h (vinte e quatro horas), a contar da data de **16 (dezesseis) de outubro de 2026**, para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, sito Praça Ângelo Mezzomo, S/N, em Coronel Vivida-PR, para declarar se aceita ou não a vaga, sob pena de perda da vaga.

Art. 3º. O não comparecimento do candidato dentro do prazo estabelecido na convocação ou apresentação dentro dos prazos estabelecidos para a contratação, porém, sem satisfazer as exigências previstas no Edital de Abertura do Processo Seletivo nº. 001 de 10/02/2026, será automaticamente excluído da lista de candidatos do PSS, reservando-se a Administração o direito de convocar o próximo candidato da lista de classificados.

Art. 4º. Que a publicação deste, além do Jornal de Beltrão de Francisco Beltrão – PR, do endereço eletrônico: *http://www.diariomunicipal.com.br/amp/* - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de outubro de 2026, 137º da República e 71º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Gabriel Turra
Código Identificador:B818FBE9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
CONTRATO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
CONTRATO n° 86/2026 – Inexigibilidade nº 23/2026 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: EDITORA FTD S.A., CNPJ sob n.º 61.186.490/0009-04. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CMEIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CORONEL VIVIDA/PR NO PERÍODO LETIVO DE 2027. O valor total R$ 1.544.960,00. O prazo de vigência: 12 (doze) meses, de 07 de outubro de 2026 a 06 de outubro de 2027.

Coronel Vivida, 05 de outubro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Leila Marcolina
Código Identificador:01AF6AFB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA 071 - DESIGNAÇÃO COMISSÃO SELEÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO

PORTARIA Nº 071, de 15 de outubro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 24, Inciso II, alínea "b",

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão de Seleção, referente ao Chamamento Público 01/2026, através da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, que tem como objeto seleção de entidade(s) executora(s) organizações da sociedade civil, localizadas no território do Município de Coronel Vivida, visando celebração de termo de colaboração para transferências voluntárias de recursos financeiros, nas áreas de educação e esporte no Município de Coronel Vivida – PR, com foco no desenvolvimento e fomento da modalidade de futsal de rendimento e formação de base, composta pelos seguintes membros:

NOME	MATRÍCULA
Rafael Tasca	2400-7
Juceney Panazzolo Rosa	2403-1
Simone Terezinha Sozo	700-5

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de outubro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Mayannapoli14@Outlook.com
Código Identificador:1691B499

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 007/2026 DIVULGAÇÃO DA LISTA CONSELHEIROS DO CONSELHO GESTOR MUN. DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL

CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
CORONEL VIVIDA PR.

EDITAL 07/2026

A Comissão eleitoral do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social do município de Coronel Vivida Paraná no uso de suas atribuições, conforme preconiza a Lei Municipal Nº 3.622/2026, divulga os conselheiros eleitos da sociedade civil conforme preconiza o Edital Nº 01/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Divulga a lista dos conselheiros titulares e suplentes eleitos que irão representar a sociedade civil no Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social do município de Coronel Vivida Paraná - CGFMHIS no triênio 2026/2029:

Movimentos Populares
CLUBE UNIÃO QUE TRANSFORMA – BAIRRO SÃO JOSÉ OPERÁRIO
Titular: ELIANE DA SILVA PORTELA DE LIMA
Suplente: JUSSARA DE SOUZA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO PRIMAVERA II
Titular: SADI ANTÔNIO PAES
Suplente: JOVENIL DUARTE DE MATOS

Entidades
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI
Titular: DUCELIA MARA SABADIN HENSEL

Suplente: PAULO HENRIQUE DE MATOS
SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DAAGRICULTURA FAMILIAR - SINTRAF
Titular: DACIO DOMINGOS HAUBERT
Suplente: ROSIMARI FERREIRA SANTOS

Profissionais com Experiência na Área de Habitação e Urbanismo
Titular: JÉSSICA TOZI GIARETTA
Suplente: FABRICIOSFREDO BERTUZZO
Profissionais com Experiência na Área de Regularização Fundiária
Titular: KEILA APARECIDA DA COSTA
Suplente: ANGELA FERREIRA BERNY AIMON

Coronel Vivida, 15 de outubro de 2026.

ADRIANO NUNES DE OLIVEIRA

CARLA PATRÍCIA NUNES BORGES ROSA

THUANE RITA DA SILVA
Comissão Eleitoral

Publicado por:
Inês Delmira Poletto
Código Identificador:DDFC1A83

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ÓRGÃO GESTOR CMAS RESOLUÇÃO 22/2026

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de Coronel Vivida – Pr
Resolução nº 22/2026
SÚMULA: Adesão a Deliberação Nº 08/2024 do CEAS – PR – Ano 2027.
O CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de Coronel Vivida, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº2801/2017, e o disposto na Lei Municipal nº2573/2014, e, Deliberação em Plenária realizada na data de 15 de outubro de 2026.
Considerando:
A deliberação 059/2023 do CEAS – PR, a qual dispõe sobre a unificação dos seguintes pisos: a) Piso Paranaense de Assistência Social I - PPAS I; b) Piso Paranaense de Assistência Social II CENTRO POP - PPAS II; c) Piso Paranaense de Assistência Social III PAEFI - PPAS III; d) Piso Paranaense de Assistência Social IV ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - PPAS IV; e) Piso Paranaense de Assistência Social V SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADULTOS E FAMÍLIAS - PPAS V; f) Centro dia para PCD; g) Serviço de Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua; h) Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua; i) Residência Inclusiva Municipal.
A deliberação 08/2024 do CEAS – PR, a qual dispõe sobre a expansão de municípios e a ampliação de valores do Piso Único de Assistência Social (PAS), por meio da transferência dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a adesão do Município de Coronel Vivida à deliberação 08/2024 do CEAS – PR, ano 2027;
Art. 2° - Aprovar e ratificar o plano de ação do Município de Coronel Vivida para a deliberação 08/2024 do CEAS – PR, ano 2027;
Art. 3° - Esta resolução entra em vigor na data de publicação.
Coronel Vivida, em 15 de outubro de 2026.

GISMAELI TAIS GALEAZZI
Presidente do CMAS.

Publicado por:
Aline Mari Dos Santos Canova
Código Identificador:4B2AD370

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ÓRGÃO GESTOR CMAS RESOLUÇÃO 23/2026

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de Coronel Vivida – Pr
Resolução nº 23/2026
SÚMULA: Adesão a Deliberação Nº 55/2024 do CEAS – PR, ano 2027.
O CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de Coronel Vivida, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº2801/2017, e o disposto na Lei Municipal nº2573/2014, e, Deliberação em Plenária realizada na data de 15 de outubro de 2026.
Considerando:
A deliberação 55/2024 do CEAS – PR, a qual dispõe sobre recursos fundo a fundo para atendimento de requisições para acolhimento institucional de Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência de 18 a 59 anos, advindas de Municípios de Pequeno Porte I e II.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a adesão do Município de Coronel Vivida à deliberação 55/2024 do CEAS – PR, ano 2027;
Art. 2° - Aprovar e ratificar o plano de ação do Município de Coronel Vivida para a deliberação 55/2024 do CEAS – PR, para o ano 2027;
Art. 3° - Esta resolução entra em vigor na data de publicação.
Coronel Vivida, em 15 de outubro de 2026.

GISMAELI TAIS GALEAZZI
Presidente do CMAS.

Publicado por:
Aline Mari Dos Santos Canova
Código Identificador:5F69EF9E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2990/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 539/2025 de 11/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
06.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
06.002.00.000.0000.0.000 DEPARTAMENTO DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO
06.002.27.812.0013.2.034 Atividades do Departamento de Esportes
431 - 3.3.90.39.00.00 427 OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA..... R$ 20.000,00.
Total Suplementação..... R$ 20.000,00.
Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita 1.7.2.9.99.01.02.0000 Fonte 427 ..... R$ 20.000,00.
Total da Receita..... R$ 20.000,00.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:0920C3E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL PR 36/2026

E X T R A T O C O N T R A T U A L

Que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE,** e de outro lado a empresa abaixo qualificada. **Processo licitatório sob nº 134/2026**; na modalidade licitatória Pregão na forma Eletrônica por **Registro de Preços sob nº 36/2026**; **Contratação 989915-16/2026**, **menor preço por item**. Objeto: **locação de brinquedos infláveis para a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, do Município de Diamante D´Oeste;** observadas as características e demais condições definidas neste Edital e em seus Anexos. Contrato de Fornecimento, com vigência de 12 (doze) meses, a partir da data do contrato, ou seja, até 15/10/2027.

EMPRESA CONTRATADA	Item	Valor Global R$
"49.775.397 JANETE ROSA" CNPJ sob nº. 49.775.397/0001-82. Contrato nº 275/2026.	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24	257.550,00
"44.851.595 JAQUES LUIZ MOCELLIN" CNPJ sob nº. 44.851.595/0001-64. Contrato nº 276/2026.	08	18.990,00

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:A7A530E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL PR 37/2026

E X T R A T O C O N T R A T U A L

Que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE,** e de outro lado a empresa abaixo qualificada. **Processo Licitatório sob nº 137/2026, na modalidade Pregão na forma Eletrônica por Registro de Preço sob nº 37/2026, Contratação 989915-17/2026**; **menor preço por item**. Objeto: **aquisição de brindes diversos, para utilização em eventos institucionais, campanhas educativas e ações de conscientização, programas sociais e demais atividades de interesse público, atendendo assim as diversas Secretarias do Município de Diamante D´Oeste;** observadas as características e demais condições definidas neste Edital e em seus Anexos. Contrato de Fornecimento, com vigência de 12 (doze) meses, a partir da data do contrato, ou seja, até 15/10/2027.

EMPRESA CONTRATADA	Item	Valor Global R$
"ALINE WOLF DOS SANTOS" CNPJ sob nº. 31.158.552/0001-56. Contrato nº 277/2026.	01, 02, 03 ,06, 07, 08, 10, 15, 16, 17, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 54, 56, 57, 58, 59, 60 ,61, 62, 63 ,64 , 65, 66, 67, 68, 70, 72, 74, 75, 77, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 90, 92,94, 95, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 109, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 131, 133, 134	89.282,10
"F. VAGNER FERREIRA ALVES LTDA" CNPJ sob nº. 79.040.465/0001-26 Contrato nº 278/2026.	21, 22, 114	3.274,40
"KATIA ALESSANDRA CEQUINATTO FRONZA" CNPJ sob nº. 31.841.467/000198. Contrato nº 225/2026.	04, 05, 09, 12, 13, 14, 18, 23, 29, 30, 31, 33, 40, 42, 44, 51, 52, 53, 55, 69, 71, 73, 76, 78, 79, 80, 86, 89, 91, 93, 96, 97, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 125, 129, 130, 132	36.662,50

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:FDBED5D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 578/2026

LEI N° 578/2026

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ARCAR COM DESPESAS PARA A FESTA DA PADROEIRA 2026 – NOSSA SENHORA APARECIDA, PADROEIRA DO MUNICIPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D´OESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVA, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

LEI

Art. 1°. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas de até R$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinadas à aquisição de alimentos e outras despesas estritamente necessárias para a Festa da Padroeira 2026 – Nossa Senhora Padroeira, realizado pela Paróquia Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Município.

Art. 2º. A aquisição dos gêneros alimentícios e demais itens necessários à consecução do evento, observará rigorosamente os preceitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e suas alterações.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas, já consignadas no orçamento vigente da Unidade Orçamentária 002 - Departamento de Cultura, Esporte e Turismo, do Órgão 06 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, sob as seguintes rubricas orçamentárias:

I - Projeto/Atividade 13.392.0011.2-031 Manutenção das Atividades Culturais, Natureza de Despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO; e

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D´OESTE
Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:FC11BCA3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 159/2026

SUMULA: Dispõe sobre pagamento de diárias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Artigo 1° - Autorizar o pagamento de 02(duas) diária para o Senhor Marcos Aurélio Mocellin, Assistente Administrativo, referente à viagem para a cidade de Curitiba – PR; nos dias 16 e 17 de outubro de 2026, para participar do curso Técnico da defesa civil no Instituto Federal do Paraná.
Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D Oeste.
Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e Vinte seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:659736DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 158/2026

PORTARIA Nº. 158/2026

Altera a Comissão do Processo Administrativo de Responsabilização -PAR designada pela Portaria nº 134/2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA, Prefeito do Município de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, regimentais que lhe são conferidas de acordo com Legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o Art. 2º da Portaria nº 134/2026, conforme segue:

"Art. 2º - Designar os servidores públicos municipais estáveis abaixo relacionados para comporem a Comissão:

I - Nilton da Silva Lippert Junior, presidente;
II – Solange Aparecida de Andrade, primeiro secretário;
III - Rogerio Schiefelbein, segunda secretária (NR).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga disposições em contrário.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:02AD5924

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
ERRATA AO CONTRATO Nº 406/2026

ERRATA AO CONTRATO Nº 406/2026

CONTRATO Nº 406/2026 | CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026
CONTRATANTE: Município de Diamante do Sul/PR, CNPJ nº 95.595.120/0001-95.
CONTRATADA: Jupiter Serviços Ltda, CNPJ nº 56.524.802/0001-55.
OBJETO: Pavimentação de vias urbanas, em CBUQ, com área de 20.703,86 m².
O Município de Diamante do Sul/PR torna pública a presente errata para retificar exclusivamente a data do orçamento estimado indicada no item 9.2 da Cláusula Nona – Do Reajustamento de Preços.
ONDE SE LÊ:
9.2 O reajustamento dos preços será concedido, quando e se for o caso, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento prevista em 17/08/2026, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato;
LEIA-SE:
9.2 O reajustamento dos preços será concedido, quando e se for o caso, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento prevista em 26/11/2025, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato;
Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 406/2026.
Diamante do Sul/PR, 15 de outubro de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:1A196B88

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 90075/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

Aviso de Retificação do Edital do Pregão Eletrônico 90075/2026

Objeto: Aquisição de 1 (um) veículo automotor novo, zero quilômetro, tipo minivan, com capacidade para 7 (sete) lugares, destinado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, para atendimento das demandas do Serviço de Acolhimento Institucional – Abrigo Institucional.

1. Fica alterada a data para a abertura do certame e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação que passa a ser até 8h15min do dia 3/11/2026.

2. Permanecem inalteradas as demais condições do edital.

Dois Vizinhos, 15 de outubro de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:9650ACFB

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23868/2026

DECRETO Nº 23868/2026

Desapropria amigável os imóveis abaixo consignados para fins de utilidade pública.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Desapropria de forma amigável as áreas abaixo descritas, declaradas de Utilidade Pública pelo Decreto n.º 23284/2026, que serão destinadas para a instalação de caixa d'água.

§ 1º A área a ser desapropriada é a seguinte:

Lotes rurais n.º	Matrícula	Livro	Ficha	Área utilidade pública	Proprietário
17-C-1	56.492	2	1	100,00m²	Altamir Carlos Krugel, CPF: 617.XXX.XXX-78 Elaine Simon, CPF: 031.XXX.XXX-19

§ 2º As áreas estão localizadas no Município de Dois Vizinhos, matriculadas no Cartório de Registro de Imóveis deste Município e Comarca.

Art. 2º Aa áreas foram avaliadas pela Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, designada pelo Decreto nº 22691/2025, em R$ 1.309,33(Um mil, trezentos e nove reais, trinta e três centavos).

Art. 3° As despesas com a transferência das áreas a serem desapropriadas serão de responsabilidade do Município.

Art. 4º Revoga-se o Decreto nº 21141/2024.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos-PR, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:2775CCB0

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23870/2026

DECRETO Nº 23870/2026

Desapropria amigável os imóveis abaixo consignados para fins de utilidade pública.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Desapropria de forma amigável as áreas abaixo descritas, declaradas de Utilidade Pública pelo Decreto n.º 23285/2026, que serão destinadas para a instalação de caixa d'água.

§ 1º A área a ser desapropriada é a seguinte:

Lotes rurais n.º	Matrícula	Livro	Ficha	Área utilidade pública	Proprietário
17-C	59.996	2	1	100,00m²	Dacir Antonio Tramontin, CPF: 971.XXX.XXX-68

§ 2º As áreas estão localizadas no Município de Dois Vizinhos, matriculadas no Cartório de Registro de Imóveis deste Município e Comarca.

Art. 2º Aa áreas foram avaliadas pela Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, designada pelo Decreto nº 22691/2025, em R$ 3.666,366 (Três mil, seiscentos e sessenta e seis reais, sessenta e seis centavos).

Art. 3° As despesas com a transferência das áreas a serem desapropriadas serão de responsabilidade do Município.

Art. 4º Revoga-se o Decreto nº 21141/2024.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos-PR, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:3A63F18B

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23871/2026

DECRETO Nº 23871/2026

Concede Licença por morte em pessoa da família a servidora Maria de Lourdes Teixeira Guareski.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Licença por Morte em Pessoa da Família (cônjuge) à servidora **MARIA DE LOURDES TEIXEIRA GUARESKI**, matrícula funcional 13272-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós, lotada junto a Secretaria de Educação e Cultura/CMEI Mariana, no período de 04 a 11 de outubro de 2026, com base no artigo 10, Inciso VII, alínea "b", da Lei 1875/2014 e suas alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:3AECD86D

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23872/2026

DECRETO Nº 23872/2026

Anula o Decreto nº 23847/2026.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando erro material do Departamento de Administração na expedição do Decreto.

D E C R E T A:

Art. 1º Anula o Decreto n° 23847/2026.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIS DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:76E68E51

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23873/2026

DECRETO Nº 23873/2026

Revoga o Decreto nº 23050/2026 que designou o servidor Luis Antonio Iorkoski para desempenhar a função de Motorista de Caminhão Prancha.

Raul Camilo Isotton, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Revoga o Decreto nº 23050/2026 que designou o servidor **LUIS ANTONIO IORKOSKI,** matrícula funcional nº 19751-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, para desempenhar a função de Motorista de Caminhão Prancha, junto à Secretaria de Desenvolvimento Rural e concedia gratificação de 10% (dez por cento) sobre seu vencimento, a partir de 01 de setembro de 2026, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65° ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:2C907A00

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23874/2026

DECRETO Nº 23874/2026

Concede Licença para Casamento ao servidor Jeferson França.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1° CONCEDE Licença para Casamento ao servidor **JEFERSON FRANÇA**, matrícula funcional 20607-1, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Comunicação Social, lotado junto a Secretaria de Comunicação Social e Marketing, no período de 03 a 10 de outubro de 2026, com base no artigo 152, Inciso I, da Lei 577/93 e suas alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:6D791E34

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23875/2026

DECRETO Nº 23875/2026

Concede Licença Maternidade à servidora Ana Luisa Barbosa.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Licença Maternidade à servidora **ANA LUISA BARBOSA**, matrícula funcional 20060-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, lotada junto à Secretaria de Educação e Cultura/Departamento de Ensino, no período de 01 de outubro de 2026 a 29 de março de 2027, com base na Lei n° 1.551/2010.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65° ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:2DDCD36F

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23876/2026

DECRETO Nº 23876/2026

Concede Licença por morte em pessoa da família a servidora Roseli Lorenzett.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Licença por Morte em Pessoa da Família (pai) à servidora **ROSELI LORENZETT**, matrícula funcional 13324-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar em Saúde Bucal, lotada junto a Secretaria de Saúde/PSF LUZ, no período de 24 de setembro a 01 de outubro de 2026, com base no artigo 10, Inciso VII, alínea "b", da Lei 1875/2014 e suas alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:7C59DC26

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23877/2026

DECRETO Nº 23877/2026

Concede Licença por morte em pessoa da família ao servidor Albino Lorenzett.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Licença por Morte em Pessoa da Família (pai) ao servidor **ALBINO LORENZETT**, matrícula funcional 20608-1, ocupante do cargo de provimento comissão de Chefe de Gestão Rural, lotado junto a Secretaria de Desenvolvimento Rural/Departamento de Agricultura e Pecuária, no período de 24 de setembro a 01 de outubro de 2026, com base no artigo 10, Inciso VII, alínea "b", da Lei 1875/2014 e suas alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:385735F6

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23878/2026

DECRETO Nº 23878/2026

Declara a vacância do cargo público do servidor Antonio de Abreu Castanha, em razão da concessão de Aposentadoria por Tempo de Serviço de Professor.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Declara a vacância, nos termos do Artigo 79 – inciso V da Lei 577/93 e suas alterações, do cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós, lotado junto à Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal Santa Luzia, em razão da concessão de Aposentadoria por Tempo de Serviço de Professor junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, ao servidor **ANTONIO DE ABREU CASTANHA**, matrículas funcionais 2542-1 (1º padrão) e 2542-2 (2º padrão), a partir de 05 de outubro de 2026.

Art. 2º Concede prêmio por motivo de aposentadoria, no valor correspondente ao valor de 1 (um) vencimento básico do nível em que se encontra, conforme prevê o art. 89, Parágrafo Único da Lei 2902/2025.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:8D808E3C

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23880/2026

DECRETO Nº 23880/2026

Decreta ponto facultativo municipal e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo nas repartições Públicas Municipais no dia 30 de outubro de 2026, sexta-feira, em comemoração ao Dia do Servidor Público, originalmente comemorado dia 28 de outubro de cada ano.

Art. 2º Os serviços considerados essenciais serão mantidos pelos órgãos da Administração Pública Municipal, no período mencionado neste Decreto, organizados pelos titulares de cada pasta.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário contidas no Decreto nº 22897/2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:CA2FCDB2

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23881/2026

DECRETO Nº 23881/2026

Nomeia a Senhora Bruna Ribeiro dos Santos para o cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Habilitação em Licenciatura Plena, Nível "NI - Classe 01".

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Senhora **BRUNA RIBEIRO DOS SANTOS**, matrícula funcional n° 20872-1, regularmente aprovada no Concurso Público, Edital 001/2023, para o cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Habilitação em Licenciatura Plena, Nível "NI - Classe 01", para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal Tia Anastácia, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 14 de outubro de 2026, com base na Lei 2902/2025 e posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:84BAA42C

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23882/2026

DECRETO Nº 23882/2026

Nomeia o Senhor Lucas Augusto Florentino para o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Habilitação em Licenciatura Plena, Nível "NI - Classe 01".

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia o Senhor **LUCAS AUGUSTO FLORENTINO**, matrícula funcional n° 20871-1, regularmente aprovado no Concurso Público, Edital 001/2023, para o cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Habilitação em Licenciatura Plena, Nível "NI - Classe 01", para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal João Paulo II, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 15 de outubro de 2026, com base na Lei 2902/2025 e posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:0BC49A09

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23883/2026

DECRETO Nº 23883/2026

Nomeia a Senhora Raquel Gaginski para o cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Habilitação em Licenciatura Plena, Nível "NI - Classe 01".

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Senhora **RAQUEL GAGINSKI**, matrícula funcional n° 20870-1, regularmente aprovada no Concurso Público, Edital 001/2023, para o cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Habilitação em Licenciatura Plena, Nível "NI - Classe 01", para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal Santa Luzia, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 14 de outubro de 2026, com base na Lei 2902/2025 e posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:2FA90D16

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23884/2026

DECRETO Nº 23884/2026

Concede férias aos servidores municipais.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE férias aos servidores abaixo mencionados, com base no Artigo 90 da Lei 577/93 e suas alterações:

Matricula Funcional	Nome	Período aquisitivo	Período de gozo
14222-1	Delco Pereira de Lima	2024/2025	13/10/2026 a 27/10/2026
13197-1	Geni Sbardelotto	2026/2027	13/10/2026 a 27/10/2026
14150-1	Ivonei Lopes Pedroso	2024/2025	13/10/2026 a 27/10/2026

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:0CED5FB5

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23885/2026

DECRETO Nº 23885/2026

Revoga o dispositivo do Decreto n° 23869/2026 que concedeu férias a servidora Carina Carvalho Cardoso.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Revoga o dispositivo do Decreto n° 23869/2026, que concedeu férias à servidora **CARINA CARVALHO CARDOSO**, matrícula 20244-1, lotada junto à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a partir de 13 de outubro de 2026, em atendimento ao Memorando/CI -1Doc nº 8.305/2026.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:7E28F319

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23886/2026

DECRETO Nº 23886/2026

Revoga o Decreto nº 23744/2026 que concedeu a prorrogação da Licença para tratar de doença em pessoa da família a servidora Dieli Geremia Pandolfi.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Revoga o Decreto nº 23744/2026 que concedeu à servidora **DIELI GEREMIA PANDOLFI**, matrícula funcional 18512-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada junto à Secretaria de Administração e Finanças/Departamento de Compras a prorrogação de licença para tratar de doença em pessoa da família (filha), a partir de 18 de outubro de 2026.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:AE41EB23

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23887/2026

DECRETO Nº 23887/2026

Concede Licença Maternidade à servidora Danglei Cristina Reginatto.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Licença Maternidade à servidora **DANGLEI CRISTINA REGINATTO**, matrícula funcional 19455-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada junto à

Secretaria de Saúde/Pronto Atendimento, no período de 06 de outubro de 2026 a 03 de abril de 2027, com base na Lei n° 1.551/2010.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65° ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:8C1DCFCD

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23888/2026

DECRETO Nº 23888/2026

Nomeia a Senhora Naomi Saldanha Laurentino para o cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Habilitação em Licenciatura Plena, Nível "NI - Classe 01".

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Senhora **NAOMI SALDANHA LAURENTINO**, matrícula funcional n° 20873-1, regularmente aprovada no Concurso Público, Edital 001/2023, para o cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Habilitação em Licenciatura Plena, Nível "NI - Classe 01", para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal Jardim Da Colina, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 15 de outubro de 2026, com base na Lei 2902/2025 e posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:FE869FF7

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23889/2026

DECRETO Nº 23889/2026

Contrata a Senhora Simone Jerkiewicz Perbelini para o cargo de provimento temporário de Professora de Educação Infantil com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Contrata a Senhora **SIMONE JERKIEWICZ PERBELINI,** matrícula funcional 20874-1, regularmente classificada no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 12/2025, para o cargo de provimento temporário de Professora de Educação Infantil com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós, para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal 28 de Novembro, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15 de outubro de 2026 a 17 de dezembro de 2027, com base na Lei nº 2917/2025 e posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:10A53297

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2026

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** a candidata abaixo relacionada, regularmente classificada no Processo Seletivo Simplificado – PSS N° 01/2025 para o cargo de **MÉDICO VETERINÁRIO**, com base no Edital 01/2025, para comparecerem junto ao Departamento de Gestão de Pessoas para a entrega da documentação exigida e o encaminhamento aos exames admissionais no prazo de 10 (dez) dias, no horário das 08h00 às 12h00.

MÉDICO VETERINÁRIO

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Soily Lazarin	5° Lugar

DOIS VIZINHOS – PR, 13 de outubro de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:D6C1DBBD

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 118/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 118/2026

Contrato	462/2026 – Pregão Eletrônico nº 90062/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Dicapel Papeis e Embalagens Ltda - CNPJ/MF nº 83.413.591/0003-18.
Objeto	Aquisição de material de expediente para atender as demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 104.580,00 (cento e quatro mil, quinhentos e oitenta reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	08 de outubro de 2026.

Contrato	465/2026 – Pregão Eletrônico nº 90062/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Distribuidora De Suprimentos Ética Ltda - CNPJ/MF nº 04.708.626/0001-08.
Objeto	Aquisição de material de expediente para atender as demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 176.788,50 (cento e setenta e seis mil, setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	08 de outubro de 2026.

Contrato	468/2026 – Pregão Eletrônico nº 90062/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	L S Dias Agronegócios Ltda - CNPJ/MF nº 61.861.796/0001-61.
Objeto	Aquisição de material de expediente para atender as demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 217.715,60 (duzentos e dezessete mil, setecentos e quinze reais e sessenta centavos).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	08 de outubro de 2026.

Contrato	469/2026 – Pregão Eletrônico nº 90062/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Map Brasil Representações e Serviços Técnicos Ltda - CNPJ/MF nº 54.589.560/0001-52.
Objeto	Aquisição de material de expediente para atender as demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 2.651,50 (dois mil, seiscentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	08 de outubro de 2026.

Contrato	470/2026 – Pregão Eletrônico nº 90062/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	M3. Business Group Ltda - CNPJ/MF nº 54.494.740/0001-50.
Objeto	Aquisição de material de expediente para atender as demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 4.088,00 (quatro mil e oitenta e oito reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	08 de outubro de 2026.

Contrato	474/2026 – Dispensa de Licitação nº 90027/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Xuxu Eventos Ltda - CNPJ nº 14.728.231/0001-20.
Objeto	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de buffet, com fornecimento de jantar, incluindo disponibilização de espaço apropriado para realização do evento e consumo das refeições, com mobiliário, utensílios, equipe de garçons e pessoal de apoio, para realização do Jantar em Comemoração ao Dia dos Professores e Servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 49.100,00 (quarenta e nove mil e cem reais).
Prazo de Vigência	90 (noventa) dias.
Data de Assinatura	08 de outubro de 2026.

Dois Vizinhos, 15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:45A22DE2

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 114/2026

PORTARIA Nº 114/2026

Nomeia a Comissão para análise da documentação exigida das empresas para assinatura dos Contratos/Atas de Registro de Preços.

Luís Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1° Fica nomeada a Comissão responsável pela análise da documentação exigida na assinatura dos Contratos/Atas de Registro de Preços a serem firmados pelo Município de Dois Vizinhos e as empresas vencedoras das licitações.

Nome	**Matrícula**
Caetano Besson Fernandes	20229-1
André Duarte	20384-1
Fiscal do Contrato/Ata de Registro de Preços indicado na licitação	

Art. 2º A Comissão deverá apresentar declaração comprovando a validade dos documentos analisados.

Art. 3º Revoga-se a Portaria n. º 002/2025.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:623F3CD7

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 115/2026

PORTARIA Nº 115/2026

Altera a Portaria nº 129/2025.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Altera a composição da Comissão Permanente de Farmácia e Terapêutica instituída pela Portaria nº 023/2021 e nomeada pela Portaria nº 129/2025:

Nome	Função
Amanda Cristina de Assis Rosa	Coordenação enfermagem urgência/emergência
Andrea Regina Pellin Cagnini	Administrativo
Francieli Tessaro	Coordenação Saúde Mental
Gilmara Rompkovski Camargo	Representante Nutricionista
Jandrieli Luzia Beus	Representante da Farmácia do Estado
Jaqueline Cordeiro dos Santos de Almeida	Coordenação enfermagem Atenção Primária
Karen Cardoso Ubiali	Representante da Farmácia
Luciano Schmeing	Coordenação Saúde Mental
Nelciane Moretto Estivalet	Coordenação da Assistência Farmacêutica
Raquel Cristina Pacci	Coordenação Saúde Bucal
Thiara Daniela Diesel	Coordenação médica Atenção Básica

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 129/2025.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:4C56D007

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO N.º 010/2026/CMDCA

RESOLUÇÃO n.º 010/2026/CMDCA

Cria a Comissão Organizadora Municipal da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dois Vizinhos/PR, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal n.º 1.413/2008, e
Considerando a deliberação em reunião ordinária do CMDCA realizada em 15/10/2026;
RESOLVE:
Art. 1º – Constituir a Comissão Organizadora Municipal da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o tema ***"Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA e a Democracia Participativa"***,
02 (dois) Conselheiros Representantes do Poder Público
1. Gabriela Daniel de Campos
2. Franciele Buratto Beal

02 (dois) Conselheiros Representantes da Sociedade Civil
1. Cristiane Denis Geremia
2. Kamila do Nascimento Pizato

01 (um) Representante de Crianças e/ou Adolescentes
1. Allana Azevedo da Costa

§ 1º O representante de adolescente deverá ser, preferencialmente, integrante do Comitê de Participação de Adolescentes do município, quando houver.
Sendo assim, como o CMDCA de Dois Vizinhos até o presente momento não possui Comitê de Participação de Adolescentes, o representante de crianças e adolescentes foi indicado e escolhido na plenária do CMDCA realizada em 15/10/2026, sendo o critério de obrigatoriedade ter entre 8 e 17 anos e ser participante de alguma atividade das organizações que compõem o CMDCA.
Art. 2º –A Comissão Organizadora Municipal da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ampliar sua composição além do mínimo estabelecido, incluindo representantes da Secretaria Executiva, do Conselho Tutelar e outros colaboradores, conforme a realidade local. Sendo assim, além dos representantes já mencionados, também fazem parte da comissão:
1. Geisekele Leão que representa: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico
2. Raquel Pacci que representa: Secretaria da Saúde

Art. 3º – Como Coordenadora da Comissão Organizadora Municipal foi escolhido Gabriela Daniel de Campos, representante da Secretaria Municipal de Assistências Social e Cidadania no CMDCA, que terá como competência:
I – Orientar e acompanhar a realização e os resultados da Conferência;
II –Acompanhar toda a organização a operacionalização da Conferência Municipal;
III – Dar suporte técnico-operacional durante a conferência – em conjunto com os demais membros da comissão;
IV – Acompanhar as ações desenvolvidas pelos responsáveis pela organização do evento;
V – Manter todos os membros da Comissão informados sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização da Conferência Municipal.
VI – Convocar reuniões da comissão e plenárias extraordinárias do CMDCA caso necessário, com foco exclusivo na conferência.
Art. 4º – Tendo em vista que a Comissão Organizadora Municipal poderá contar com colaboradores eventuais para auxiliar na realização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o CMDCA contará com a colaboração do Instituto Ranai – Ensino e Desenvolvimento para a realização da Conferência.
Parágrafo Único. Consideram-se colaboradores eventuais conselheiros, instituições e organizações governamentais ou da sociedade civil, da administração pública ou da iniciativa privada, prestadoras de serviços, bem como consultores e convidados.
Art. 5º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Dois Vizinhos, 15 de Outubro de 2026.

GILBERTO DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dois Vizinhos/PR

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:193CF766

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Luís Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público, para fins de direito, que **ADJUDICA e RATIFICA**, o objeto da licitação relativamente ao **1º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 024/2025**, cujo objeto é: **Credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas, para prestação de serviços de avaliação de imóveis que o município de Dois Vizinhos, venha a adquirir, alienar, permutar ou locar,** em favor das seguintes proponentes:

Proponentes	CNPJ/CPF	Ordem
LGR CONSTRUCOES DE OBRAS LTDA	20.862.430/0001-20	10
MURILO LUIZ PELLIN	19.824.491/0001-13	11
ELAINE CRISTINA R C DE RESENDE SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA	47.799.315/0001-04	12

E **HOMOLOGA** o referido procedimento, pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 13 de outubro de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:3867E6EF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0027/2026

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0027/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação, conforme segue:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO nº 0027/2026
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço POR ITEM.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) GRUPOS GERADORES DE ENERGIA ELÉTRICA, NOVOS E SEM USO, ACIONADOS POR MOTOR A DIESEL, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, TRANSPORTE, ENTREGA, INSTALAÇÃO, TESTES OPERACIONAIS, PARTIDA TÉCNICA E COMISSIONAMENTO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES/PR,

CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DEMAIS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO LAUDO TÉCNICO DE LEVANTAMENTO DE CARGA E DIMENSIONAMENTO DE GRUPOS GERADORES.

VALOR MÁXIMO: R$ 164.427,39 (CENTO E SETENTA E QUATRO MIL, QUATROCENTOS E VINTE E SETE REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 30/10/2026 às 09h00.

ANALISE DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE DISPUTA: dia 30/10/2026 a partir das 09h05.

LOCAL: Site: https://www.bll.org.br/ **Para todas as referências de tempo será observado horário de Brasília (DF).**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto a Superintendência de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, sito a Rua Olívio Gabriel de Oliveira, 10, Centro, das 08h00minh às 16h30min. O edital completo encontra-se disponível no endereço eletrônico www.doutorulysses.pr.gov.br no link licitações.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses/PR, 15 de outubro de 2026.

HELISSON PATRICK BESTEL
Pregoeiro

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:AF9FB44D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 315/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 315/2026 de 13/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 77.138,22 (setenta e sete mil cento e trinta e oito reais e vinte e dois centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	
11.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS E VICINAIS	
11.002.26.782.0016.2.050.		Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais	
651 - 3.3.90.30.00.00	3512	MATERIAL DE CONSUMO	54.325,69
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
12.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA	
12.001.20.606.0017.2.052.		Manutenção do Departamento de Agricultura	
650 - 3.3.90.30.00.00	3511	MATERIAL DE CONSUMO	22.812,53
		Total Suplementação:	**77.138,22**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:369532C4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 316/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 316/2026 de 13/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 40.400,00 (quarenta mil quatrocentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.122.0012.2.074.		Manutenção do Programa IGD - Bolsa Família	
652 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00
08.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.002.08.245.0009.2.037.		Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
189 - 3.3.90.30.00.00	934	MATERIAL DE CONSUMO	7.400,00
08.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08.003.08.243.0009.6.003.		Manutenção do Conselho Tutelar	
208 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	
11.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA MUNICIPAL	
11.001.26.782.0015.2.049.		Manutenção do Departamento da Frota Municipal	
331 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
333 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10.000,00
		Total Suplementação:	**40.400,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000	Fonte: 934	7.400,00
Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000	Fonte: 1001	18.000,00
Receita:1.7.1.1.52.01.00.00000000	Fonte: 1001	15.000,00
Total da Receita:		**40.400,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:5A182E28

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0317/2026 EXONERAR A PEDIDO A SENHORA CLEUSA APARECIDA MACHADO DE SOUZA PORTADORA DO CPF/MF Nº 054.XXX.XXX-29, DO CARGO TEMPORÁRIO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

DECRETO Nº 0317/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o pedido apresentado pela servidora;
DECRETA

Artigo 1º – EXONERAR a pedido a senhora **CLEUSA APARECIDA MACHADO DE SOUZA** portadora do CPF/MF nº 054.xxx.xxx-29, do cargo temporário de TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

Artigo 2° - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 14 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:D0094C63

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0085/2026. ORIGEM: DISPENSA ELETRONICA N°0013/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0085/2026.

ORIGEM: DISPENSA ELETRONICA N°0013/2026.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 06 de outubro de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

EMPRESA: VELOZSPORTS MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA INSCRITA NO CNPJ Nº 52.233.615/0001-61 COM SEDE NA AVENIDA AMÉRICO BELAY, 1158, SALA 01-147, JARDIM IMPERIAL, CEP 87025210, CIDADE DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR.

VALOR TOTAL R$ 3.226,27 (TRÊS MIL DUZENTOS E VINTE SEIS REAIS E VINTE SETE CENTAVOS).
VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 15 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:E4AB81BB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0086/2026. ORIGEM: DISPENSA ELETRONICA N°0013/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0086/2026.

ORIGEM: DISPENSA ELETRONICA N°0013/2026.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 09 de outubro de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

EMPRESA: KS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA INSCRITA NO CNPJ Nº 27.730.606/0001-39 COM SEDE NA RUA ANTÔNIO PRENDIM NETO, 180, BAIRRO CAMPO LARGO DA ROSEIRA, CEP 83091202, CIDADE DE SÃO JOSE DOS PINHAIS, ESTADO DO PARANÁ.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR.

**VALOR TOTAL R$** R$ 2.890,00 (DOIS MIL E OITOCENTOS E NOVENTA REAIS).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 15 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:A865583B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0087/2026. ORIGEM: DISPENSA ELETRONICA N°0013/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0087/2026.

ORIGEM: DISPENSA ELETRONICA N°0013/2026.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 06 de outubro de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

EMPRESA: 64.387.196 BRUNA MELRO FRANCO INSCRITA NO CNPJ Nº 64.387.196/0001-00 COM SEDE NA RUA JORNALISTA MOACIR PADILHA, CENTRO, CEP 24020350, CIDADE DE NITERÓI, ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR.

VALOR TOTAL R$ 1.320,00 (UM MIL TREZENTOS E VINTE REAIS).
VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 15 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:D8F56A84

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0088/2026. ORIGEM: DISPENSA ELETRONICA N°0013/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0088/2026.

ORIGEM: DISPENSA ELETRONICA N°0013/2026.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 06 de outubro de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

EMPRESA: RMM SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA INSCRITA NO CNPJ Nº 22.382.705/0001-53 COM SEDE NA AVENIDA RIO BRANCO, 762, BAIRRO ZONA 05, CEP 87015380, CIDADE DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR.

VALOR TOTAL R$ 1.128,20(UM MIL CENTO E VINTE E OITO REAIS E VINTE CENTAVOS).
VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 15 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:E2D50D15

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0089/2026. ORIGEM: DISPENSA ELETRONICA N°0013/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0089/2026.

ORIGEM: DISPENSA ELETRONICA N°0013/2026.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 09 de outubro de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

EMPRESA: AK INOVAÇÕES LTDA INSCRITA NO CNPJ Nº 53.696.164/0001-61 COM SEDE NA RUA PROFESSOR AMALIO PINHEIRO, BAIRRO SANTA CRUZ, SALA 3, CEP 85015440, CIDADE DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR.

VALOR TOTAL R$ 655,84 (SEISCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 15 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:85673B5B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0090/2026. ORIGEM: DISPENSA ELETRONICA N°0013/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0090/2026.

ORIGEM: DISPENSA ELETRONICA N°0013/2026.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 06 de outubro de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

EMPRESA: SANGAO REDES ESPORTIVAS LTDA INSCRITA NO CNPJ Nº 36.208.029/0001-00 COM SEDE NA RUA ENFERMEIRA SANDRA HELENA, BAIRRO JARDIM DAS AVENIDAS, CEP 88906010, CIDADE DE ARARANGUÁ ESTADO DE SANTA CATARINA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR.

VALOR TOTAL R$ 540,00 (QUINHENTOS E QUARENTA REAIS).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 15 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:56E57B2B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0091/2026. ORIGEM: DISPENSA ELETRONICA N°0013/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0091/2026.

ORIGEM: DISPENSA ELETRONICA N°0013/2026.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 15 de outubro de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

EMPRESA: FANEL SPORT COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA inscrita no CNPJ nº 76.700.657/0001-23 com sede na Rua Saldanha Marinho, 148, Bairro Centro, Cep 80410150, cidade de Curitiba Estado do Paraná.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR.

VALOR TOTAL R$ 389,00 (TREZENTOS E OITENTA E NOVE REAIS).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 15 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:17845169

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 026/2026 SÚMULA: ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES, ESTADO DO PARANÁ, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 026/2026

SÚMULA: Estabelece as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Município de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2027, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais **APROVOU** por proposta do **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL** e eu, **ESEQUIEL BESTEL JUNIOR,** Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal de 1988, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e na Lei Orgânica do Município de Doutor Ulysses, as diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município para o exercício financeiro de 2027, compreendendo:
– as prioridades, os objetivos e as metas da administração municipal, em conformidade com o Plano Plurianual;
– a estrutura, a organização e as diretrizes para elaboração, alteração e execução dos orçamentos do Município;
– as disposições relativas às despesas com pessoal;
– As disposições sobre a dívida pública municipal;
– As disposições sobre alterações na legislação tributária;
– As disposições relativas às transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
– as condições para a celebração de convênios com outras esferas de governo; e
– as disposições sobre as emendas ao projeto de lei orçamentária.
Art. 2º Integram esta Lei os seguintes Anexos:

– Anexo I – Previsão da Receita para 2027 a 2029 e da Despesa para 2027, contendo:
receita consolidada por categoria econômica e origem, realizada em 2024 e 2025, reestimada para 2026 e prevista para 2027 a 2029, acompanhada de metodologia detalhada de cálculo, especialmente quanto às estimativas de arrecadação tributária e às perspectivas de transferências;
Receita Corrente Líquida projetada para 2027;
previsão da despesa por categoria econômica e grupo de natureza de despesa, com levantamento das despesas de caráter continuado, em especial a despesa de pessoal; e
metodologia e premissas de cálculo das principais receitas e despesas;
– Anexo II – Metas e Prioridades por Programa de Governo para 2027, definindo, para cada Programa de Governo do Plano Plurianual 2026/2029 e respectivas ações orçamentárias que utilizarem recursos em 2027, no mínimo:
objetivo;
indicadores e respectivas métricas;
metas para 2027; e
valores, ações e iniciativas vinculadas, observados o § 16 do art. 37 e o art. 165 da Constituição Federal e a Nota Técnica nº 37/2025 – CGF/TCE-PR, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
– Anexo III – Metas Fiscais para os exercícios de 2027 a 2029, contendo, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000:
metas anuais de receita, despesa, resultado nominal, resultado primário e montante da dívida pública, com memória e metodologia de cálculo;
avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
evolução do patrimônio líquido;
origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, administrado pelo Instituto de Previdência Social – Doutor Ulysses PREV;
estimativa e compensação da renúncia de receita; e
margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

– Anexo IV – Riscos Fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, e a indicação das providências a serem tomadas caso se concretizem;
– Anexo V – Relatório dos Projetos em Andamento; e
– Anexo VI – Demonstrativo da Participação Popular na elaboração da proposta orçamentária.
§ 1º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá exposição circunstanciada da situação econômico-financeira do Município, indicando saldos de créditos especiais, restos a pagar e demais compromissos exigíveis, além da metodologia de cálculo da receita e da despesa.
§ 2º O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para o encaminhamento da proposta orçamentária, os estudos e estimativas de receita, inclusive da Receita Corrente Líquida, e as respectivas memórias de cálculo, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO
Art. 3º Os valores constantes do Anexo II possuem caráter indicativo, não constituindo limite à programação das despesas.
Parágrafo único. Os valores constantes dos programas do Plano Plurianual serão atualizados pelos valores previstos nesta Lei, quando a lei do PPA assim o autorizar.
Art. 4º Os indicadores, os valores de referência, as metas, os órgãos e unidades responsáveis pela execução, bem como as iniciativas sem financiamento orçamentário, poderão ser alterados pelo Poder Executivo, mediante publicidade no órgão de imprensa oficial do Município, para efeitos de acompanhamento da execução orçamentária.
Art. 5º Os códigos dos programas de governo observarão a organização definida no Plano Plurianual.
Art. 6º As ações e iniciativas orçamentárias vinculadas a cada programa e priorizadas nesta Lei serão compatibilizadas com o Plano Plurianual.
Art. 7º Fica assegurada a participação popular na elaboração e discussão do Plano Plurianual, desta Lei e da Lei Orçamentária Anual, nos termos do inciso I do § 1º do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000, da alínea "f" do inciso III do art. 4º e do art. 44 da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e do inciso V do art. 2º da Lei Orgânica do Município, mediante:
– Realização de audiências públicas, com ampla divulgação prévia, durante o processo de elaboração das propostas; e

– Submissão da proposta, quando cabível, à análise e deliberação dos Conselhos Municipais afetos às respectivas políticas setoriais.
Parágrafo único. A comprovação da participação popular referida no caput constará do Demonstrativo da Participação Popular de que trata o inciso VI do art. 2º desta Lei.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO
Seção I – Da Apresentação do Orçamento
Art. 8º O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderá a programação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus órgãos, fundos e entidades da administração indireta, inclusive o

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e o Instituto de Previdência Social – Doutor Ulysses PREV.

Art. 9º O orçamento discriminará a despesa por órgão e unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação e, quanto à natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, nos termos do art. 6º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001.

§ 1º Os Poderes discriminarão, por atos próprios, no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, os elementos de despesa e seus desdobramentos.

§ 2º O QDD e as vinculações de fonte de recursos e destinação poderão ser alterados por ato dos Poderes, para atendimento das necessidades de execução orçamentária, preservada a vinculação legal dos recursos.

§ 3º O Poder Executivo e o Poder Legislativo editarão, respectivamente, decreto e resolução, em até 30 (trinta) dias da publicação da Lei Orçamentária Anual, estabelecendo o QDD.

Art. 10. O projeto de lei orçamentária a ser encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo será constituído, no mínimo, de:

– demonstrativos, metodologia e premissas de cálculo da receita e da despesa, nos termos do art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 22 da Lei Federal nº 4.320/1964;

– Anexos orçamentários nºs 1, 2, 6, 7, 8 e 9 da Lei Federal nº 4.320/1964;

– descrição sucinta de cada unidade administrativa e suas finalidades, com indicação da legislação respectiva;

– Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

– Quadros demonstrativos da receita e do plano de aplicação dos fundos especiais;

– Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;

– demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

– demonstrativo das aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS;

– Demonstrativo das aplicações na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE e no FUNDEB;

– Anexo de compatibilidade do orçamento com o Anexo de Metas Fiscais, nos termos do inciso I do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

– anexo demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

– anexo demonstrativo da despesa com pessoal do Poder Executivo, do Poder Legislativo e consolidado do Município; e

– anexo demonstrativo dos limites de despesa do Poder Legislativo.

Seção II – Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 11. A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência correspondente a, no mínimo, 0,50% (cinquenta centésimos por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o Município, destinada ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nos termos do inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º A Lei Orçamentária conterá também reserva de contingência destinada a:

– Servir de cobertura para créditos adicionais durante o exercício; e

– Equilibrar o orçamento do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

§ 2º A partir de 1º de dezembro de 2027, o saldo da reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos, não utilizado, poderá ser empregado como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.

Art. 12. Para os efeitos do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujos valores não ultrapassem os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, atualizados na forma do seu art. 182.

Art. 13. O Poder Executivo elaborará e publicará, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o cronograma de desembolso mensal, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, de modo a assegurar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal.

§ 1º O Poder Legislativo encaminhará ao Executivo, em até 10 (dez) dias da publicação da Lei Orçamentária, sua proposta de programação financeira, para fins de integração.

§ 2º As receitas previstas serão desdobradas em metas bimestrais de arrecadação, com especificação das medidas de combate à evasão e à sonegação e da evolução da dívida ativa, nos termos do art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000.

Seção III – Dos Recursos ao Poder Legislativo

Art. 14. Os valores correspondentes ao duodécimo do Poder Legislativo serão repassados até o dia 20 (vinte) de cada mês, conforme a programação financeira elaborada por aquele Poder, nos termos do art. 168 da Constituição Federal.

Art. 15. Ao final do exercício, o saldo de caixa do Poder Legislativo será devolvido ao Poder Executivo, deduzido o passivo financeiro, podendo ser contabilizado como adiantamento de repasse para o exercício seguinte.

Seção IV – Do Controle de Custos e Avaliação dos Programas

Art. 16. O Poder Executivo divulgará a avaliação de suas políticas públicas no órgão de imprensa oficial, no mesmo período de entrega da Prestação de Contas Anual ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos termos do § 16 do art. 37 da Constituição Federal, observados os atributos mínimos de cada programa de governo definidos no Anexo II e a Nota Técnica nº 37/2025 – CGF/TCE-PR.

Art. 17. O controle de custos de que trata a alínea "e" do inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 considerará o princípio da competência da despesa, apurando o custo dos serviços prestados à sociedade nas ações orçamentárias finalísticas.

Seção V – Da Conservação do Patrimônio Público e dos Novos Projetos

Art. 18. Em cumprimento ao art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, as obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre novos projetos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

§ 1º Novos projetos somente serão incluídos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais após terem sido adequadamente contemplados, com os recursos necessários ao término ou à obtenção de uma unidade completa, todos os projetos em andamento, e assegurados os recursos para a manutenção do patrimônio público.

§ 2º Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto quando houver recursos suficientes para os projetos em andamento e para o novo projeto.

§ 3º Os custos programados para a conservação do patrimônio público e as obras em andamento constarão de relatório específico, na forma do Anexo V desta Lei.

Seção VI – Dos Convênios com Outros Entes

Art. 19. Fica o Município autorizado a firmar convênios ou instrumentos congêneres com a União e o Estado, por meio de seus órgãos da administração direta ou indireta, para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou a ele afetos, com vistas ao desenvolvimento local e a objetivos compatíveis com os

programas do Plano Plurianual, bem como, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, para contribuir com o custeio de despesas de competência daqueles entes, desde que haja recursos consignados na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O Poder Executivo dará ciência ao Poder Legislativo dos convênios firmados.

Seção VII – Das Transferências a Entidades da Administração Indireta e ao Setor Privado

Art. 20. O Município poderá efetuar transferências financeiras a entidades da administração indireta, autorizadas em lei específica, nos termos do inciso VIII do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 21. A transferência de recursos a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos observará a Lei Federal nº 13.019/2014 e a regulamentação municipal.

Art. 22. As transferências a entidades privadas sem fins lucrativos não enquadradas na Lei Federal nº 13.019/2014 dependerão de autorização em lei municipal específica, observados o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e a legislação aplicável.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas prestarão contas da aplicação dos recursos no prazo fixado no respectivo instrumento, contado do término de sua vigência, submetendo-se à fiscalização do poder concedente.

Art. 23. O auxílio a pessoas físicas dependerá de interesse público motivado e de regulamentação em legislação municipal, precedido de levantamento cadastral que comprove a situação de necessidade.

Art. 24. Os incentivos de natureza tributária a investimentos privados somente serão concedidos mediante aprovação de projetos que propiciem aumento de arrecadação e de emprego, observado o art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Seção VIII – Dos Créditos Adicionais

Art. 25. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais observarão a mesma estrutura programática da Lei Orçamentária Anual, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, da Portaria MOG nº 42/1999 e da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001.

§ 1º Os créditos especiais e extraordinários cujo ato de autorização tenha sido promulgado nos últimos quatro meses do exercício de 2026 poderão ser reabertos, nos limites de seus saldos, no exercício de 2027, por decreto do Poder Executivo, desde que previstos no Plano Plurianual, nos termos do § 2º do art. 167 da Constituição Federal.

§ 2º Acompanharão os projetos de créditos adicionais a exposição de motivos e a memória de cálculo do excesso de arrecadação ou do superávit financeiro, separando recursos livres e vinculados.

§ 3º No Poder Legislativo, os créditos adicionais suplementares com indicação de recursos compensatórios, nos termos do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, serão abertos por resolução, observados os limites autorizados na Lei Orçamentária Anual.

Seção IX – Da Transposição, Remanejamento e Transferência de Dotações

Art. 26. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar, mediante decreto, a transposição, o remanejamento e a transferência de dotações orçamentárias, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual, sem alteração do valor global das programações, para assegurar a execução das ações previstas nesta Lei.

§ 1º Para os fins desta Lei, entende-se por:

– Transposição: a movimentação dentro de um mesmo órgão, entre programas;

– Remanejamento: a realocação entre órgãos diversos, decorrente de reforma administrativa; e

– transferência: a alteração entre projetos e atividades dentro de um mesmo órgão e programa.

§ 2º Não se computam no limite deste artigo os créditos adicionais suplementares decorrentes de excesso de arrecadação, superávit financeiro ou de leis municipais específicas.

CAPÍTULO IV

DAS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO E DAS DESPESAS COM PESSOAL

Seção I – Da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 27. A compensação de que trata o § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, poderá ser realizada mediante o aproveitamento da margem de expansão apurada no Anexo III, alínea "h".

Parágrafo único. Inexistindo margem de expansão, ou sendo ela insuficiente, a compensação dar-se-á pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa, nos termos do § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Seção II – Das Despesas com Pessoal

Art. 28. As despesas com pessoal do Município, para o exercício de 2027, ficam limitadas, em conformidade com o inciso III do art. 19 e as alíneas "a" e "b" do inciso III do art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, a:

– 54,00% (cinquenta e quatro por cento) da Receita Corrente Líquida, para o Poder Executivo; e

– 6,00% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida, para o Poder Legislativo.

Parágrafo único. Fica observado o limite prudencial de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, correspondente a 51,30% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) da Receita Corrente Líquida para o Poder Executivo e a 5,70% (cinco inteiros e sete décimos por cento) para o Poder Legislativo.

Art. 29. No exercício de 2027, a concessão de vantagens, o aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções, a alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, obedecerão às disposições desta Seção e, no que couber, à Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Para os fins do inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição Federal, o aumento da despesa com pessoal fica autorizado, respeitados os limites do art. 20 e do parágrafo único do art. 22 e cumpridas as exigências dos arts. 16, 17 e 21 da Lei Complementar nº 101/2000, para:

– Conceder vantagens e reajustar a remuneração de servidores;

– Criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;

– prover cargos efetivos mediante concurso público e realizar contratações por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público; e

– Prover cargos em comissão e funções de confiança.

Art. 30. As exposições de motivos dos atos que impliquem aumento de despesa com pessoal deverão demonstrar, para os fins dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000:

– A estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes; e

– A declaração do ordenador de despesa quanto à adequação orçamentária e financeira e à compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual.

§ 1º As estimativas e a declaração referidas no caput terão validade de 6 (seis) meses, contados de sua elaboração.

§ 2º Os atos praticados em desacordo com este artigo serão nulos de pleno direito.

Art. 31. Para os efeitos do parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, no exercício de 2027, quando a despesa com pessoal ultrapassar os limites prudenciais de que trata o parágrafo único do art. 28 desta Lei, a contratação de horas extras somente poderá ocorrer para o atendimento de:

– Situações de emergência ou de calamidade pública;

– Situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens; ou

– hipóteses em que a relação custo-benefício se revele mais favorável do que qualquer alternativa possível.

Parágrafo único. A autorização e o controle da realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Art. 32. A contratação de horas extras, fora das hipóteses do artigo anterior, fica limitada a 15% (quinze por cento) do total da folha de pagamento nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, e a 10% (dez por cento) nas demais áreas da administração.

Art. 33. Para efeito desta Lei e dos registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente à substituição de servidores, de que trata o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, a contratação cujas atividades ou funções guardem relação com funções previstas no Plano de Cargos do Município, ou sejam relativas a cargos ou categorias extintos, total ou parcialmente, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. Na política de administração tributária do Município, ficam definidas as seguintes diretrizes para 2027:

– Edição de legislação específica sobre as alíquotas de contribuição dos servidores e do Município para o custeio do Regime Próprio de Previdência Social, em consonância com a avaliação atuarial;

– Revisão da legislação tributária municipal, em obediência à Constituição Federal e ao Código Tributário Nacional;

– adequação da legislação tributária municipal à Emenda Constitucional nº 132/2023 e à Lei Complementar nº 214/2025, inclusive quanto à transição do Imposto sobre Serviços para o Imposto sobre Bens e Serviços e à atualização do cadastro imobiliário; e

– Consolidação, por decreto, das alterações promovidas no Código Tributário do Município.

Art. 35. O Poder Executivo, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária para estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes de classes menos favorecidas, devendo tais benefícios ser considerados no orçamento da receita e precedidos de estudo de

impacto orçamentário e financeiro no exercício de vigência e nos dois subsequentes, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 36. Os créditos tributários inscritos em dívida ativa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança poderão ser cancelados, mediante autorização em lei municipal específica que estabeleça o valor mínimo para cobrança e os critérios de cancelamento, não se constituindo renúncia de receita, nos termos do inciso II do § 3º do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO VI

DAS METAS E DOS RISCOS FISCAIS

Art. 37. As metas de resultado primário e nominal fixadas no Anexo III poderão ser atualizadas pela Lei Orçamentária Anual, admitindo-se, em sua execução, as seguintes variações:

– O resultado primário poderá ficar superior ao valor fixado em qualquer montante e inferior em até 20% (vinte por cento); e

– O resultado nominal poderá ficar inferior ao valor fixado em qualquer montante e superior em até 20% (vinte por cento).

Parágrafo único. As variações admitidas neste artigo não afastam a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 38. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles relacionados no Anexo IV desta Lei.

Parágrafo único. Concretizando-se os riscos fiscais, estes serão atendidos com recursos da reserva de contingência e, se necessário, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2026, sendo que, na sua insuficiência, o Executivo encaminhará projeto de lei à Câmara propondo a anulação de dotações não comprometidas.

Art. 39. A limitação de empenho e movimentação financeira, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, será efetivada separadamente por cada Poder, observada a seguinte ordem de prioridade no Poder Executivo: redução de cargos em comissão e funções gratificadas; contenção de novas contratações; redução de horas extras; contenção de diárias, estagiários e despesas de expansão de serviços; e paralisação de obras com recursos próprios, nessa ordem, e, no Poder Legislativo, ordem equivalente adaptada à sua estrutura.

§ 1º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao final de cada bimestre, os parâmetros e montantes da limitação.

§ 3º Não ocorrendo a limitação de empenho quando exigida, caberá à coordenação do sistema de Controle Interno comunicar o fato ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos termos do art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 4º Cessada a causa da limitação, a recomposição das dotações será proporcional às reduções efetivadas.

CAPÍTULO VII

DAS EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE ORÇAMENTO

Art. 40. Emendas ao projeto de lei orçamentária deverão ser compatíveis com o Plano Plurianual e com as diretrizes, prioridades e metas desta Lei, nos termos do § 3º do art. 166 da Constituição Federal e dos §§ 2º e 3º do art. 114 da Lei Orgânica do Município.

§ 1º Não serão admitidas emendas que reduzam despesas com pessoal e encargos sociais ou com o serviço da dívida.

§ 2º Serão consideradas incompatíveis com as diretrizes desta Lei as emendas que:

– Apliquem recursos abaixo dos mínimos constitucionais para manutenção e desenvolvimento do ensino e para ações e serviços públicos de saúde;

– Não preservem dotações para pagamento de sentenças judiciais;

– reduzam dotações vinculadas a transferências legais ou voluntárias, alienação de bens ou operações de crédito; ou

– Reduzam em mais de 5% (cinco por cento) o montante destinado à conservação do patrimônio público e aos projetos do Anexo V.

§ 3º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do § 8º do art. 166 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VIII

DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 41. A Lei Orçamentária de 2027 poderá conter autorização para a contratação de operações de crédito destinadas ao atendimento de despesas de capital, observados o inciso III do art. 167 da Constituição Federal, o limite da dívida consolidada líquida de 120% (cento e vinte por cento) da Receita Corrente Líquida, fixado pela Resolução do Senado Federal nº 40/2001, e os limites e condições da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

Parágrafo único. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 42. Ultrapassado o limite de endividamento de que trata o art. 41 desta Lei, o Poder Executivo promoverá a recondução da dívida ao limite, obtendo o resultado primário necessário inclusive por meio da limitação de empenho e movimentação financeira, nos termos do art. 31 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 43. Serão destinados recursos no orçamento para o cumprimento do disposto no art. 100 da Constituição Federal e seus parágrafos, relativo ao pagamento de precatórios judiciais.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 44. O Poder Executivo encaminhará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido no art. 179 da Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção no prazo nele fixado, observado o Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 45. Não havendo a publicação da Lei Orçamentária até 31 de dezembro de 2026, a programação constante do projeto de lei orçamentária poderá ser executada, excepcionalmente e até que aquela ocorra, para o atendimento de despesas correntes dos Poderes Executivo e Legislativo, nos limites estritamente necessários à manutenção dos serviços essenciais, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês do valor previsto em cada dotação.

Parágrafo único. Excetuam-se do limite mensal previsto no caput as despesas com pessoal e encargos sociais, o serviço da dívida e as transferências constitucionais e legais, que poderão ser executadas conforme sua exigibilidade.

Art. 46. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses/PR em 13 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito do Município de Doutor Ulysses

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:B4556184

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 027/2026 SÚMULA: AUTORIZA CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R$ 4.510.796,62 (QUATRO MILHÕES, QUINHENTOS E DEZ MIL, SETECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS).

LEI Nº 027/2026

SÚMULA: Autoriza crédito adicional suplementar na importância de até R$ 4.510.796,62 (quatro milhões, quinhentos e dez mil, setecentos e noventa e seis reais e sessenta e dois centavos).

A Câmara Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais APROVOU por proposta do PODER EXECUTIVO MUNICIPAL e eu, ESEQUIEL BESTEL JUNIOR, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026 (Lei Municipal nº 042/2025), crédito adicional suplementar nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R$ 4.510.796,62 (quatro milhões, quinhentos e dez mil, setecentos e noventa e seis reais e sessenta e dois centavos).
Suplementação

02.000.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO
02.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
02.001.04.122.0001.2.002. Manutenção da Assessoria do Gabinete
634 - 3.1.90.11.00.00 3000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 233.081,37
PESSOAL CIVIL
635 - 3.1.90.13.00.00 3000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 16.498,64
636 - 3.1.91.13.00.00 3000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 6.638,36
5 - 3.3.90.14.00.00 01000 DIÁRIAS - CIVIL 5.997,27
03.000.00.000.0000.0.000. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
03.001.00.000.0000.0.000. ASSESSORIA JURÍDICA
03.001.02.092.0001.2.003. Manutenção da Assessoria Jurídica
11 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 20.649,78
12 - 3.1.90.13.00.00 01000 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 9.505,51
05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
05.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
05.001.04.128.0001.2.005. Manutenção do Departamento de Recursos Humanos
31 - 3.1.90.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 3.489,21
05.003.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
05.003.04.122.0001.2.007. Manutenção do Departamento de Administração
48 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 47.538,82
49 - 3.1.90.13.00.00 01000 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 13.486,49
51 - 3.1.91.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 41.441,06
54 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 15.453,29
534 - 3.3.90.32.00.00 01000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA 55.000,00
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
06.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

06.001.04.122.0001.2.008. Manutenção do Departamento de Contabilidade
73 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.500,00
06.002.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO
06.002.04.129.0001.2.009. Manutenção do Departamento de Tributação
77 - 3.1.91.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 1.711,46
06.003.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
06.003.04.123.0001.2.010. Manutenção do Departamento de Tesouraria e Finanças
83 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 31.036,98
84 - 3.1.90.13.00.00
01000 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
9.976,88
07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.122.0013.2.039. Manutenção de Desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal
de Saúde
93 - 3.1.90.11.00.00 01303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 428.419,42

94 - 3.1.90.13.00.00
01303 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
21.695,25
96 - 3.1.91.13.00.00 01303 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 129.264,50
07.001.10.301.0013.2.040. Manutenção da Atenção Básica de Saúde
110 - 3.1.91.13.00.00 01303 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 33.731,75
113 - 3.3.72.39.00.00 01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 111.944,75

117 - 3.3.90.30.00.00
01303 JURÍDICA
MATERIAL DE CONSUMO
56.472,48
123 - 3.3.90.39.00.00 01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 38.440,14
JURÍDICA
07.001.10.301.0013.2.042. Manutenção das Atividades do Programa Agente Comunitário de Saúde
- ACS
476 - 3.1.90.11.00.00 01303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 7.251,12
477 - 3.1.90.13.00.00 01303 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 908,70
478 - 3.1.91.13.00.00 01303 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 2.190,70
07.001.10.301.0013.2.044. Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Equipe de Saúde
Bucal
129 - 3.1.90.11.00.00 01303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 222.269,17

130 - 3.1.90.13.00.00
01303 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
2.141,30
131 - 3.1.91.13.00.00 01303 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 16.022,73
08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001.08.122.0012.2.035. Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social
150 - 3.1.91.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 13.479,94
154 - 3.3.90.14.00.00 01000 DIÁRIAS - CIVIL 8.414,28
08.003.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE
08.003.08.243.0009.6.003. Manutenção do Conselho Tutelar
205 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 14.769,80
PESSOAL CIVIL
206 - 3.1.90.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 9.255,49
09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
09.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS
09.001.12.361.0004.1.059. Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70% - Profissionais do
Campo

231 - 3.1.90.11.00.00 01101 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 640.240,08

232 - 3.1.90.13.00.00
01101 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
20.973,28
233 - 3.1.91.13.00.00 01101 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 97.354,25
09.001.12.361.0004.2.017. Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70%
237 - 3.1.90.11.00.00 01101 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 317.432,45
PESSOAL CIVIL
09.001.12.361.0006.2.026. Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental

258 - 3.3.90.33.00.00 01103 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 81.602,48
259 - 3.3.90.33.00.00 01104 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 144.621,52
633 - 3.3.90.33.00.00 3028 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 252.132,55
09.001.12.365.0003.2.085. Manutenção das escolas de Ensino Infantil - Pré-escola
268 - 3.1.90.11.00.00 01101 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 111.739,78

482 - 3.1.90.13.00.00
01101 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
3.166,15
271 - 3.1.91.13.00.00 01101 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 15.718,92
09.001.12.365.0003.2.086. Manutenção das escolas de Ensino Infantil - creche
278 - 3.1.90.11.00.00 01101 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 141.147,76
PESSOAL CIVIL
279 - 3.1.90.11.00.00 01102 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 10.246,87
PESSOAL CIVIL
483 - 3.1.90.13.00.00 01101 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 1.813,15
282 - 3.1.91.13.00.00 01101 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 16.536,48
09.003.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
09.003.12.122.0002.2.013. Manutenção da Secretaria Municipal de Educação
475 - 3.1.91.13.00.00 01103 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 280,49
10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
10.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS
10.001.15.452.0014.2.047. Manutenção da Secretaria Municipal de Obras
306 - 3.1.90.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 10.129,72
307 - 3.1.91.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 6.056,14
11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
11.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA
MUNICIPAL
11.001.26.782.0015.2.048. Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes
320 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 24.126,34

324 - 3.3.90.30.00.00
01000 PESSOAL CIVIL
MATERIAL DE CONSUMO
5.000,00
11.001.26.782.0015.2.049. Manutenção do Departamento da Frota Municipal
331 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 70.000,00
12.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
12.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA
12.001.20.606.0017.1.041. Armazém da Família
341 - 3.3.90.14.00.00 01000 DIÁRIAS - CIVIL 1.000,00
12.001.20.606.0017.2.051. Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura
637 - 3.1.90.11.00.00 3000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 236.959,98
638 - 3.1.90.13.00.00 3000 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 5.448,02
639 - 3.1.91.13.00.00 3000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 5.214,32
349 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 86.424,05
12.001.20.606.0017.2.052. Manutenção do Departamento de Agricultura
640 - 3.1.90.11.00.00 3000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 27.860,09
641 - 3.1.90.13.00.00 3000 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 19.239,67
642 - 3.1.91.13.00.00 3000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 20.653,32
358 - 3.3.90.14.00.00 01000 DIÁRIAS - CIVIL 2.863,88
359 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 135.000,00
360 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 7.572,87
JURÍDICA
13.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
13.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO
13.001.15.122.0014.2.054. Manutenção do Departamento de Planejamento Urbano
371 - 3.1.90.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 2.930,87
13.002.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
13.002.15.452.0014.2.055. Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos
643 - 3.1.90.11.00.00 3000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 161.565,34

644 - 3.1.90.13.00.00
3000 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
9.212,57

645 - 3.1.91.13.00.00 3000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 14.336,60
380 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 14.086,33
14.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
14.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
14.001.18.541.0007.2.056. Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
404 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 91.435,28
405 - 3.1.90.13.00.00 01000 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 4.826,16
407 - 3.1.91.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 8.182,48
408 - 3.3.90.14.00.00 01000 DIÁRIAS - CIVIL 1.000,00
410 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 6.839,64
JURÍDICA
16.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
16.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
16.001.13.392.0019.2.058. Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

432 - 3.1.90.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 3.354,60
435 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 4.526,79
437 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 3.150,45
JURÍDICA
17.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
17.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
17.001.04.121.0001.2.059. Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento
646 - 3.1.90.11.00.00 3000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 31.746,76

647 - 3.1.90.13.00.00
3000 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
5.371,50
Total Suplementação: 4.510.796,62

Art. 2º - Para atender ao disposto no art. 1º desta Lei, servirão como recurso os provenientes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964.
Redução
02.000.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO
02.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
02.001.04.122.0001.2.002. Manutenção da Assessoria do Gabinete

1 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

13.566,91

2 - 3.1.90.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 5.656,66
3 - 3.1.90.94.00.00 01000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 5.000,00

4 - 3.1.91.13.00.00
01000 TRABALHISTAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
63,69
6 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 8.700,97
8 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 8.566,35
JURÍDICA
624 - 3.3.90.40.00.00 01000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 40,00
E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
10 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 14.717,60
03.000.00.000.0000.0.000. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
03.001.00.000.0000.0.000. ASSESSORIA JURÍDICA
03.001.02.092.0001.2.003. Manutenção da Assessoria Jurídica
14 - 3.1.91.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 246,35
15 - 3.3.90.14.00.00 01000 DIÁRIAS - CIVIL 9.432,81
18 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 4.805,76
JURÍDICA
20 - 3.3.90.91.00.00 01000 SENTENÇAS JUDICIAIS 10.000,00
04.000.00.000.0000.0.000. CONTROLADORIA GERAL

04.001.00.000.0000.0.000. CONTROLADORIA GERAL
04.001.04.124.0001.2.004. Manutenção da Controladoria Geral
22 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 2.606,06
PESSOAL CIVIL
25 - 3.1.91.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 6.008,10
26 - 3.3.90.14.00.00 01000 DIÁRIAS - CIVIL 3.865,63
28 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 9.893,33
JURÍDICA
05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
05.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
05.001.04.128.0001.2.005. Manutenção do Departamento de Recursos Humanos
30 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 23.840,25

33 - 3.1.91.13.00.00
01000 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
5.496,89
34 - 3.3.90.14.00.00 01000 DIÁRIAS - CIVIL 5.000,00
05.001.04.128.0001.2.077. Indenizações e Restituições Trabalhistas
38 - 3.1.90.94.00.00 01000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 8.486,04
TRABALHISTAS
05.002.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
05.002.04.122.0001.2.006. Manutenção do Departamento de Compras e Licitações
39 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 76.247,21

40 - 3.1.90.13.00.00
01000 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
12.862,36
41 - 3.1.90.94.00.00 01000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 27.107,53
42 - 3.1.91.13.00.00 01000 TRABALHISTAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 23.661,44
43 - 3.3.90.14.00.00 01000 DIÁRIAS - CIVIL 5.865,63
44 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 3.000,00
47 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 6.150,00
05.003.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
05.003.04.122.0001.2.082. Aporte para cobertura do Déficit Atuarial do RPPS
62 - 3.3.91.97.00.00 01000 APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT 1.041.858,07
ATUARIAL DO RPPS
05.003.04.122.0001.2.104. Aquisição de 04(quatro) - CONVÊNIO 393/2025 - SECID
64 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.000,00
05.003.04.122.0001.2.115. Aquisição e Renovação de Veículos e Equipamentos – Administração
584 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.545,00
06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
06.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
06.001.04.122.0001.2.008. Manutenção do Departamento de Contabilidade
65 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 12.647,57

66 - 3.1.90.13.00.00
01000 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
12.217,19
68 - 3.1.91.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 8.492,88
71 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 1.481,33
JURÍDICA
06.002.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO
06.002.04.129.0001.2.009. Manutenção do Departamento de Tributação
74 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 21.173,30

78 - 3.3.90.14.00.00

01000 PESSOAL CIVIL DIÁRIAS - CIVIL
1.912,76
79 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 2.880,93
82 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.000,00
06.003.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
06.003.04.123.0001.2.010. Manutenção do Departamento de Tesouraria e Finanças
87 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 4.688,67
88 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 160,00
JURÍDICA
90 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.225,00
06.003.28.843.0000.2.065. Encargos e Amortização da Dívida Pública

91 - 3.2.90.21.00.00 01000 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO 5.000,00
92 - 4.6.90.72.00.00 01000 PRINCIPAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA RESGATADO 2.617,64
07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.122.0013.2.039. Manutenção de Desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal
de Saúde
97 - 3.3.71.70.00.00 01303 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO 35.000,00

99 - 3.3.90.30.00.00
01303 PÚBLICO
MATERIAL DE CONSUMO
12.000,00
100 - 3.3.90.36.00.00 01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 4.173,68
FÍSICA
102 - 3.3.90.40.00.00 01303 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 14.508,23
E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
103 - 4.4.90.52.00.00 01303 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00
07.001.10.301.0013.2.040. Manutenção da Atenção Básica de Saúde
107 - 3.1.90.11.00.00 01303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 527.209,32
PESSOAL CIVIL
108 - 3.1.90.13.00.00 01303 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 26.322,45
121 - 3.3.90.36.00.00 01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 1.455,00
FÍSICA
125 - 4.4.90.52.00.00 01303 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 20.000,00
07.001.10.301.0013.2.045. Manutenção da Assistência Farmacêutica
135 - 3.3.72.30.00.00 01303 MATERIAL DE CONSUMO 50.000,00
07.001.10.301.0013.2.067. Manutenção do Serviço Móvel de Urgência e Emergência - SAMU
137 - 3.3.72.39.00.00 01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 30.000,00
JURÍDICA
07.001.10.304.0013.2.046. Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica
140 - 3.1.90.11.00.00 01303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 4,67
PESSOAL CIVIL
141 - 3.1.91.13.00.00 01303 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 885,40
07.001.10.305.0013.2.096. Manutenção da Vigilância Epidemiológica
143 - 3.1.90.11.00.00 01303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 80.116,02
PESSOAL CIVIL
144 - 3.1.90.13.00.00 01303 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 4.538,93
145 - 3.1.91.13.00.00 01303 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 1.478,60
146 - 3.3.90.30.00.00 01303 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00
08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001.08.122.0012.2.035. Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social
147 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 3.224,36
PESSOAL CIVIL
148 - 3.1.90.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 802,86
164 - 3.3.90.40.00.00 01000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 1.522,16
E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
166 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 8.772,00
08.001.08.122.0012.2.072. Assistência ao Portador de Deficiência
167 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 500,00
168 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 500,00
JURÍDICA
08.001.08.122.0012.2.073. Proteção Social Básica
169 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 1.000,00
170 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 1.000,00
JURÍDICA
08.001.08.122.0012.2.089. CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
176 - 3.3.90.14.00.00 01000 DIÁRIAS - CIVIL 1.000,00
177 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 3.668,04
178 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 1.000,00
JURÍDICA
08.001.08.122.0012.2.099. Construção de Creches - CEDCA/PR
180 - 4.4.90.51.00.00 01000 OBRAS E INSTALAÇÕES 100,00

08.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.002.08.245.0009.2.036. Manutenção de Benefícios Eventuais
181 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 500,00
182 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 500,00
JURÍDICA
183 - 3.3.90.93.00.00 01000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 500,00
08.002.08.245.0009.2.037. Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
184 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 19.677,91

185 - 3.1.90.13.00.00
01000 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
3.326,67
186 - 3.1.91.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 28,53
194 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 6.495,40

195 - 4.4.90.52.00.00
01000 JURÍDICA
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
6.526,10
08.002.08.245.0009.2.079. Construção do espaço físico para o CRAS
199 - 4.4.90.51.00.00 01000 OBRAS E INSTALAÇÕES 100,00
08.003.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE
08.003.08.243.0009.6.002. Manutenção do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente
200 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 1.713,60
202 - 3.3.90.36.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 500,00
FÍSICA
08.003.08.243.0009.6.003. Manutenção do Conselho Tutelar
208 - 3.3.90.14.00.00 01000 DIÁRIAS - CIVIL 2.092,53

209 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 5.673,11
210 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 3.200,00
JURÍDICA
08.003.08.243.0009.6.006. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA
211 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 1.000,00
212 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.001,00
08.003.08.243.0009.6.007. Programa Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças
e Adolescentes – FIA Estadual
213 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 1.000,00
08.004.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL AO IDOSO
08.004.08.241.0009.2.076. Assistência à Pessoa Idosa
214 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 500,00
215 - 3.3.90.36.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 500,00
216 - 3.3.90.39.00.00 01000 FÍSICA
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 500,00
JURÍDICA
08.004.08.241.0009.2.088. Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI
217 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 500,00
09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
09.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS
09.001.12.306.0005.2.024. Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil
221 - 3.3.90.32.00.00 01103 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA 38.559,00
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
09.001.12.306.0005.2.025. Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental
224 - 3.3.90.32.00.00 01103 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA 42.763,23
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
09.001.12.361.0004.1.060.
234 - 3.1.90.11.00.00 01102 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 55.475,62
235 - 3.1.90.13.00.00 01102 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 4.133,06
236 - 3.1.91.13.00.00 01102 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 53.801,63
09.001.12.361.0004.2.017. Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70%
238 - 3.1.90.13.00.00 01101 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 22.582,87
239 - 3.1.91.13.00.00 01101 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 40.427,98
09.001.12.361.0004.2.021. Aquisição de Uniforme e Material Didático - Ensino Fundamental

249 - 3.3.90.32.00.00 01103 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 30.000,00
09.001.12.361.0004.2.062. Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30%
251 - 3.1.90.11.00.00 01102 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 205.270,58
252 - 3.1.90.13.00.00 01102 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 1.796,71
253 - 3.1.91.13.00.00 01102 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 93.664,58
09.001.12.361.0004.2.063. Implantação da Educação Integral
254 - 3.3.90.30.00.00 01103 MATERIAL DE CONSUMO 500,00
255 - 4.4.90.51.00.00 01103 OBRAS E INSTALAÇÕES 90.000,00
09.001.12.361.0024.1.053. Transporte de Alunos do Ensino Técnico e Superior
265 - 3.3.90.14.00.00 01103 DIÁRIAS - CIVIL 6.000,00
266 - 3.3.90.33.00.00 01103 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 30.000,00
09.001.12.365.0003.2.016. Aquisição de Material Didático - Educação Infantil
267 - 3.3.90.32.00.00

09.001.12.365.0003.2.085. 01104 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
Manutenção das escolas de Ensino Infantil - Pré-escola 24.707,43
269 - 3.1.90.11.00.00 01102 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 14.687,55
270 - 3.1.90.13.00.00 01102 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 4.800,00
272 - 3.1.91.13.00.00 01102 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 3.340,02
273 - 3.3.90.14.00.00 01103 DIÁRIAS - CIVIL 2.000,00
276 - 3.3.90.39.00.00
09.001.12.365.0003.2.086. 01103 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Manutenção das escolas de Ensino Infantil - creche 5.000,00
280 - 3.1.90.11.00.00 01104 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 2.500,00

281 - 3.1.90.13.00.00
01102 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
3.761,76
283 - 3.1.91.13.00.00 01102 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 840,66
284 - 3.1.91.13.00.00 01104 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 2.600,00
285 - 3.3.90.14.00.00 01103 DIÁRIAS - CIVIL 1.468,89
286 - 3.3.90.30.00.00 01103 MATERIAL DE CONSUMO 1.773,39
288 - 3.3.90.39.00.00
09.001.12.366.0004.2.023. 01103 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Manutenção da Educação de Jovens e Adultos 5.000,00
290 - 3.3.90.39.00.00 01104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 500,00

291 - 4.4.90.52.00.00
01103 JURÍDICA
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
500,00
09.001.12.367.0004.1.009. Aparelhar as Escolas com Móveis e Equipamentos Adaptados aos
292 - 4.4.90.52.00.00 01104 Alunos com Deficiência
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.000,00
09.001.12.367.0006.2.027. Manutenção e Aquisição de Veículo para Transporte Escolar - Educação
293 - 4.4.90.52.00.00 01103 Especial
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.000,00
09.002.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
09.002.12.365.0006.2.028. Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil
489 - 3.3.90.33.00.00 3028 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 252.132,55
09.003.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
09.003.12.122.0002.2.013. Manutenção da Secretaria Municipal de Educação
295 - 3.1.90.11.00.00 01103 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 13.360,04
296 - 3.1.90.13.00.00 01103 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 4.646,28
297 - 3.1.90.94.00.00 01103 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 12.618,23
298 - 3.3.71.70.00.00 01103 TRABALHISTAS
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO 903,81

300 - 3.3.90.30.00.00
01103 PÚBLICO
MATERIAL DE CONSUMO
10.000,00
302 - 3.3.90.40.00.00 01103 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 1.327,80

512 - 4.4.90.52.00.00 01103 E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 75.300,04

10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
10.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS
10.001.15.452.0014.2.047. Manutenção da Secretaria Municipal de Obras 305 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -
PESSOAL CIVIL
308 - 3.3.72.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA

10.712,24

1.000,00

JURÍDICA
310 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 1.588,51
312 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 5.000,00

313 - 4.4.90.52.00.00
01000 JURÍDICA
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
11.162,00
10.001.15.452.0014.2.112. Construção de 25(vinte e cinco) unidades habitacionais
548 - 4.4.90.51.00.00 3000 OBRAS E INSTALAÇÕES 793.826,54
10.002.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo
10.002.16.482.0026.2.110. Construção de Melhoria de 25 Unidades Habitacionais de Interesse
Social (Sub 50)
318 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 500,00
319 - 4.4.90.51.00.00 01000 OBRAS E INSTALAÇÕES 500,00
11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
11.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA
MUNICIPAL
11.001.26.782.0015.2.048. Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes
321 - 3.1.90.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 500,00
323 - 3.3.90.14.00.00 01000 DIÁRIAS - CIVIL 2.583,56
325 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 1.430,61
326 - 3.3.90.40.00.00 01000 JURÍDICA
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 978,00
E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
11.001.26.782.0015.2.049. Manutenção do Departamento da Frota Municipal
327 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 19.058,58

328 - 3.1.90.13.00.00
01000 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
1.052,85
333 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 1.148,23
JURÍDICA
334 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 323,00
11.002.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS E
VICINAIS
11.002.26.782.0016.2.050. Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais
335 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 20.402,76

336 - 3.1.90.13.00.00
01000 PESSOAL CIVIL CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
6.715,19
337 - 3.1.90.94.00.00 01000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 9.291,44
338 - 3.1.91.13.00.00 01000 TRABALHISTAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 1.310,56
12.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
12.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA
12.001.20.606.0017.1.041. Armazém da Família
342 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 886,52
343 - 3.3.90.36.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 7.226,67

344 - 3.3.90.39.00.00
01000 FÍSICA
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
10.671,12
JURÍDICA
12.001.20.606.0017.2.051. Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura
348 - 3.3.90.14.00.00 01000 DIÁRIAS - CIVIL 1.174,09
351 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 4.132,81
JURÍDICA
12.001.20.606.0017.2.052. Manutenção do Departamento de Agricultura
355 - 3.3.71.70.00.00 01000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO 500,00
PÚBLICO
356 - 3.3.72.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 500,00

357 - 3.3.72.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA
361 - 3.3.90.40.00.00 01000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

500,00
2.918,60

E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
362 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.262,15
12.001.20.606.0017.2.094. AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS – CONVÊNIO
947416/2023
363 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 949,99
12.001.20.606.0017.2.098. Aquisição de Maquinas e Equipamentos - 005563/2024
364 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.000,00
12.001.20.606.0017.2.103. Aquisição de Equipamentos- Convênio 348/2025 - SEAB
365 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 500,00
12.001.20.606.0017.2.109. Aquisição de Máquinas e Equipamentos – Convênio nº 981450/2025
464 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.608,99
13.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
13.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO
13.001.15.122.0014.2.054. Manutenção do Departamento de Planejamento Urbano
370 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 2.785,60
PESSOAIS CIVIS
372 - 3.1.91.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 1.472,83

13.002.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
13.002.15.452.0014.2.055. Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos
379 - 3.3.90.14.00.00 01000 DIÁRIAS - CIVIS 7.459,00
381 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 20.523,31
JURÍDICOS
382 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 6.014,10
13.002.15.452.0014.2.064. Manutenção com Iluminação Pública
383 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 6.200,00
14.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
14.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
14.001.18.541.0007.1.013. Aquisição de Equipamento para Coleta e Destinação de Resíduos
Sólidos
387 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.000,00
14.001.18.541.0007.1.032. Promoção da Educação Ambiental no município
388 - 3.3.22.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 1.000,00
JURÍDICA
14.001.18.541.0007.1.049. Manejo de Resíduos Sólidos
391 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 1.000,00
JURÍDICA
14.001.18.541.0007.2.029. Manutenção da Educação Ambiental
392 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 2.760,00
14.001.18.541.0007.2.030. Manutenção do Cemitério Municipal
398 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 1.000,00
399 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 1.000,00
JURÍDICA
400 - 4.4.90.51.00.00 01000 OBRAS E INSTALAÇÕES 1.000,00
14.001.18.541.0007.2.033. Conservação e Recuperação de Matas Ciliares e Manutenção do
Sistema de Drenagem Pluvial
401 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 1.000,00
402 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 1.000,00
JURÍDICA
14.001.18.541.0007.2.056. Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
411 - 3.3.90.40.00.00 01000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 35,93
E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
412 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 3.236,00
14.001.18.541.0007.2.093. PROGRAMA "ITAIPU MAIS QUE ENERGIA"
413 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.000,00
15.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO
15.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO
15.001.27.812.0018.2.057. Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas

416 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -
PESSOAL CIVIL

12.876,91

418 - 3.1.91.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 1.773,34
420 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 13.000,00
16.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
16.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
16.001.13.392.0019.1.051. "Implantação e Funcionamento da Casa da Cultura"
426 - 3.3.90.14.00.00 01000 DIÁRIAS - CIVIL 727,75
427 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 1.000,00
428 - 3.3.90.36.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 1.000,00
429 - 3.3.90.39.00.00 01000 FÍSICA
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 1.000,00
JURÍDICA
430 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.000,00
16.001.13.392.0019.2.058. Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
431 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - 6.006,04
433 - 3.1.90.94.00.00 01000 PESSOAL CIVIL
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 1.000,00
TRABALHISTAS
434 - 3.3.90.14.00.00 01000 DIÁRIAS - CIVIL 1.432,81
438 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 429,80
Total Redução: 4.510.796,62

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses/PR em 13 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito do Município de Doutor Ulysses

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:3DC37B4C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - FANEL SPORT COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	/2026
b) Licitação Nrº :	13/2026
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	15/10/2026
e) Objeto Homologado :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR
f) Processo Adm Nrº :	65/2026

27.812.0018.2.057. - Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas
27.812.0018.2.057. - Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: FANEL SPORT COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
CNPJ/CPF: 76.700.657/0001-23

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	KIT UNIFORME PARA ARBITROS DE FUTEBOL CONTENDO 1 CAMISA / 1 CALÇÃO / 1 PAR MEIÃO, CONFECCIONADO EM DRY FIT, LOGOMARCA FRENTE E COSTA NA CAMISA E FRENTE NO	TRB POLIESTER	2	R$ 194,5000	R$ 389,0000

	CALÇÃO.				

Valor Total Homologado - R$ 389,00

DOUTOR ULYSSES, 15 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:D8EA3D23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 177/2026

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 01.619.323/0001-20, com sede na Avenida Remis João Loss, nº 600, Centro, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, torna pública a abertura da Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme as condições, quantidades e preços estabelecidos no edital e no Anexo I – Termo de Referência.
Poderão participar agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, individualmente ou organizados em associações e cooperativas, que atendam às condições de participação e habilitação previstas no edital.
O procedimento tem fundamento no art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e suas alterações, na Lei nº 11.326/2006 e na Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, aplicando-se aos contratos a Lei nº 14.133/2021, no que couber.
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DOS PROJETOS DE VENDA: De 19 de outubro de 2026 a 9 de novembro de 2026, até as 17h do último dia, junto ao Protocolo da Prefeitura Municipal, no endereço acima, das 8h30 às 11h30 e das 13h às 17h, ou pelo e-mail licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br, conforme as condições do edital.
ABERTURA E ANÁLISE: após o encerramento do prazo de recebimento, em data previamente divulgada no portal oficial do Município.
O edital e seus anexos estão disponíveis no endereço eletrônico https://www.fernandespinheiro.pr.gov.br/, na área de processos licitatórios, e no Setor de Licitações. Informações pelo telefone (42) 3570-0106 ou pelo e-mail licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br.

Fernandes Pinheiro, 15 de outubro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:B6FD6045

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 262/2026 SÚMULA: ALTERA OS MEMBROS DA CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar Nutricional é órgão deliberativo, de caráter executivo, que tem como objetivo articular, utilizando seus instrumentos de gestão, as ações desenvolvidas na Administração Pública Municipal Direta e Indireta que visem a assegurar o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas.

Art. 1º: À CAISAN compete:

I - articular com os diversos setores governamentais as estratégias para ampliação das condições de acesso à alimentação adequada;

II - diligenciar junto a cada Secretaria Municipal a inclusão das ações, programas e projetos de Segurança Alimentar e Nutricional no Plano Plurianual, para o fortalecimento da Política Municipal de Segurança Alimentar
e Nutricional - PMSAN e do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – SMSAN;

III – revisar, executar e monitorar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PMSAN, mediante interlocução permanente com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, a partir das deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - articular, monitorar, acompanhar e avaliar as ações, os programas e os projetos de segurança alimentar e nutricional, sem prejuízo do controle interno e externo pelos órgãos competentes;

V - manter arquivo com informações de ações, programas e projetos desenvolvidos no âmbito do SMSAN;

VI - buscar a continuidade dos programas, dos projetos e das ações implementados no âmbito do SMSAN;

VII - pleitear a garantia, por secretaria, órgão ou entidade, de recursos para o desenvolvimento de ações que promovam o acesso a alimentação adequada à população em situação de insegurança alimentar e nutricional;

VIII - elaborar o seu Regimento Interno.

Art. 2º A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, será integrada pelas seguintes secretarias:
I - Secretário de Saúde (Amauri Klossowski)
II - Secretária de Assistência Social (Eliane Mehret Neivert)
III - Secretária de Agricultura (Luciele Aparecida Scheidt)
IV – Secretária de Educação (Solange de Oliveira Góes Dallazuanna)

§ 1º Os membros integrantes da Câmara indicarão ao Presidente seus respectivos suplentes.

§ 2º: A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Fernandes Pinheiro será presidida pelo representante da Secretaria de Educação.
§ 3º A participação dos membros na Câmara não ensejará a percepção de remuneração, a qualquer título, sendo, no entanto, considerada de serviço público relevante.

Art. 3º A Câmara se reunirá ordinariamente, trimestralmente, e extraordinariamente, por convocação do Seu Presidente.
Parágrafo único. As decisões da Câmara serão tomadas por maioria simples.

Art. 4º O funcionamento da Câmara e as atribuições de seus membros serão disciplinados na forma do seu Regimento Interno.

Art. 5º A Câmara intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional poderá instituir comitês técnicos com a atribuição de proceder à prévia análise de ações específicas.

Art. 6º- Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, em 15 de outubro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito municipal

Publicado por:
Jacson Ricardo Ribeiro
Código Identificador:84624F47

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
LEI Nº 923/2026 - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO, A POSSE RESPONSÁVEL E O MANEJO POPULACIONAL ÉTICO DE CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO

Dispõe sobre a proteção, a posse responsável e o manejo populacional ético de cães e gatos no Município de Fernandes Pinheiro, estabelece normas para sua circulação e permanência em vias e espaços públicos, institui ações de identificação e controle populacional e estabelece penalidades administrativas.

A Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, aprovou, e Eu, Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Esta Lei estabelece normas para a proteção, o bem-estar, a posse responsável e o manejo populacional ético de cães e gatos no Município de Fernandes Pinheiro, com o objetivo de:
I – promover a convivência harmoniosa entre animais e a população;
II – prevenir o abandono e a procriação descontrolada de cães e gatos;
III – reduzir a circulação de animais desacompanhados em vias e espaços públicos;
IV – prevenir ataques e acidentes envolvendo animais;
V – promover a identificação dos animais e de seus responsáveis;
VI – incentivar e promover a esterilização cirúrgica de cães e gatos;
VII – estimular a guarda responsável e a conscientização da população;
VIII – contribuir para a saúde pública, o bem-estar animal e a redução da população de animais em situação de rua.
Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:
I – **animal doméstico:** cão ou gato mantido sob responsabilidade humana, para companhia, guarda ou estimação;
II – **tutor ou responsável:** pessoa física ou jurídica que detenha a posse, guarda ou responsabilidade pelo animal, ainda que temporariamente;
III – **posse responsável:** conjunto de deveres e cuidados destinados a assegurar a saúde, o bem-estar e a segurança do animal e da coletividade;
IV – **animal solto:** aquele que se encontre em via ou espaço público sem acompanhamento, controle ou supervisão de seu tutor ou responsável;
V – **animal comunitário:** aquele que estabelece laços de dependência e manutenção com a comunidade onde vive, sem possuir tutor individual definido;
VI – **microchip:** dispositivo eletrônico de identificação individual do animal, implantado de forma segura e conforme orientação médico-veterinária;
VII – **manejo populacional ético:** conjunto de ações destinadas ao controle populacional de cães e gatos de forma humanitária, especialmente por meio de esterilização, identificação, educação, prevenção do abandono e guarda responsável.
CAPÍTULO II
DA POSSE RESPONSÁVEL
Art. 3º É dever do tutor ou responsável manter o animal em condições adequadas de alimentação, higiene, abrigo, segurança e bem-estar, providenciando atendimento médico-veterinário quando necessário.
Art. 4º Compete ao tutor ou responsável:
I – manter o animal em local adequado e seguro, que impeça sua fuga e circulação desacompanhada;
II – garantir alimentação e água em quantidade suficiente;
III – providenciar vacinação e demais cuidados sanitários recomendados pelas autoridades competentes;
IV – providenciar atendimento médico-veterinário sempre que necessário;
V – adotar medidas para impedir que o animal cause riscos ou danos a pessoas, outros animais ou ao patrimônio;
VI – responder administrativamente pelas infrações previstas nesta Lei praticadas em decorrência da guarda inadequada do animal;
VII – comunicar, quando cabível, a alteração de tutor, desaparecimento ou óbito do animal ao cadastro municipal, na forma do regulamento.
Art. 5º O tutor ou responsável pelo animal responderá pelos danos causados pelo cão ou gato sob sua guarda, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal previstas na legislação.
CAPÍTULO III
DA CIRCULAÇÃO DE ANIMAIS EM VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS

Art. 6º É proibida a permanência ou circulação de cães e gatos desacompanhados de seu tutor ou responsável em vias públicas, praças, parques, jardins, áreas de lazer e demais espaços públicos do Município.
§ 1º A circulação de cães e gatos em vias e espaços públicos será permitida desde que acompanhados e mantidos sob controle de seu tutor ou responsável.
§ 2º Durante a circulação em espaços públicos, o tutor ou responsável deverá utilizar meios adequados de contenção e condução do animal, compatíveis com suas características e porte.
§ 3º Nos casos de animais que apresentem comportamento agressivo ou que ofereçam risco à segurança de pessoas ou outros animais, deverão ser adotadas medidas adicionais de contenção e segurança, conforme orientação das autoridades competentes.
Art. 7º Constitui infração administrativa deixar cão ou gato sob sua responsabilidade solto ou desacompanhado em vias ou espaços públicos, ainda que o animal não tenha causado dano a pessoa ou a outro animal.

CAPÍTULO IV
DO ABANDONO
Art. 8º É proibido abandonar cão ou gato em vias públicas, terrenos, praças, áreas públicas, propriedades particulares sem autorização do responsável ou em qualquer outro local que não assegure a adequada manutenção do animal.
Parágrafo único. A constatação de abandono será comunicada, quando caracterizada, às autoridades competentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas previstas nesta Lei.

CAPÍTULO V
DO MANEJO POPULACIONAL ÉTICO, DA CASTRAÇÃO E DA MICROCHIPAGEM
Art. 9º O Município poderá desenvolver programas permanentes de manejo populacional ético de cães e gatos, mediante planejamento técnico dos órgãos municipais competentes e observada a disponibilidade orçamentária e financeira.
Art. 10. As ações municipais de manejo populacional poderão compreender:
I – esterilização cirúrgica de cães e gatos;
II – identificação individual por microchip;
III – cadastramento dos animais e de seus tutores ou responsáveis;
IV – vacinação e ações de prevenção de doenças, conforme programas e disponibilidade do Município;
V – campanhas educativas sobre posse responsável;
VI – orientação da população sobre prevenção do abandono;
VII – levantamento e identificação das áreas com maior concentração de animais;
VIII – ações destinadas à redução da reprodução descontrolada de cães e gatos;
IX – outras medidas técnicas consideradas necessárias pelos profissionais responsáveis.
Art. 11. O Município poderá promover campanhas permanentes ou periódicas de esterilização cirúrgica de cães e gatos, observados critérios técnicos e de saúde animal.
§ 1º Poderão ser priorizados, conforme critérios definidos pelo Poder Executivo:
I – animais pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
II – animais comunitários;
III – animais em situação de rua;
IV – animais pertencentes a protetores independentes ou organizações de proteção animal;

V – regiões identificadas pelo Município com maior concentração ou reprodução descontrolada de animais.

§ 2º A esterilização deverá ser realizada por profissional habilitado, observadas as normas técnicas e de bem-estar animal aplicáveis.

Art. 12. A identificação eletrônica por meio de microchip será obrigatória para todos os cães e gatos que possuam tutor ou responsável e que sejam mantidos no território do Município de Fernandes Pinheiro.

§ 1º A implantação do microchip deverá ser realizada por médico-veterinário ou por profissional habilitado sob responsabilidade técnica de médico-veterinário, observadas as normas técnicas e de bem-estar animal aplicáveis.

§ 2º Os cães e gatos que já possuam tutor ou responsável na data de entrada em vigor desta Lei deverão ser identificados eletronicamente no prazo de **12 (doze) meses**, contado da entrada em vigor desta Lei.

§ 3º Os cães e gatos que passarem a possuir tutor ou responsável após a entrada em vigor desta Lei deverão ser identificados eletronicamente no prazo de **90 (noventa) dias**, contado da aquisição, adoção ou transferência de responsabilidade, observado o disposto no regulamento.

§ 4º O tutor ou responsável deverá fornecer ao Município as informações necessárias ao cadastramento e manter atualizados os dados relativos ao animal, especialmente quanto à alteração de endereço, transferência de responsabilidade, desaparecimento e óbito.

§ 5º A recusa injustificada do tutor ou responsável em permitir a identificação eletrônica do animal sujeitará o infrator às penalidades previstas nesta Lei.

§ 6º A recusa será formalizada, sempre que possível, mediante **Termo de Ciência e Recusa**, contendo a identificação do tutor ou responsável, os dados disponíveis do animal, a descrição da obrigação legal, a ciência das consequências do descumprimento e a respectiva orientação quanto à regularização.

§ 7º A assinatura do Termo de Ciência e Recusa não afasta a obrigatoriedade da identificação eletrônica, nem impede a aplicação das penalidades administrativas previstas nesta Lei.

§ 8º Não será exigida a implantação do microchip enquanto houver contraindicação médico-veterinária devidamente comprovada por atestado emitido por médico-veterinário, devendo a identificação ser realizada tão logo cesse a contraindicação, quando tecnicamente possível.

§ 9º Os cães e gatos em situação de rua, sem tutor ou responsável identificado, poderão ser identificados mediante microchip e cadastrados pelo Município, inclusive por meio de ações, campanhas, programas ou serviços públicos de manejo populacional, esterilização, vacinação, atendimento veterinário ou outras ações de interesse público voltadas à proteção, identificação e controle populacional ético dos animais, sempre que tecnicamente viável.

§ 10. A identificação eletrônica dos animais em situação de rua não implicará, por si só, obrigação de recolhimento, abrigamento ou manutenção permanente do animal pelo Município.

§ 11. O cadastro municipal poderá conter, entre outras informações:

I – identificação do animal;
II – número do microchip;
III – nome ou identificação do animal;
IV – espécie, sexo, raça ou características físicas;
V – idade real ou presumida;
VI – informações sobre vacinação e esterilização;
VII – identificação e contato do tutor ou responsável;
VIII – endereço onde o animal é mantido;
IX – informações sobre alteração de tutor, desaparecimento ou óbito.

Art. 13. O Município poderá integrar suas ações de identificação, microchipagem, esterilização e cadastramento aos programas e sistemas estaduais ou federais destinados à proteção e ao manejo populacional ético de cães e gatos.

Parágrafo único. O Município poderá aderir a programas, convênios, termos de cooperação, parcerias e demais instrumentos disponibilizados pela União, pelo Estado do Paraná ou por outros entes e instituições, visando à obtenção de apoio técnico, financeiro ou operacional para as ações previstas nesta Lei.

CAPÍTULO VI
DA EDUCAÇÃO E DA POSSE RESPONSÁVEL

Art. 14. O Poder Executivo poderá promover campanhas educativas permanentes destinadas à conscientização da população sobre:

I – posse responsável;
II – prevenção do abandono;
III – vacinação;
IV – esterilização;
V – identificação dos animais;
VI – riscos decorrentes da circulação de animais desacompanhados;
VII – prevenção de ataques e acidentes;
VIII – bem-estar animal.

Art. 15. As ações educativas poderão ser realizadas em escolas, unidades de saúde, espaços públicos, meios de comunicação e demais locais considerados adequados pelo Poder Executivo.

CAPÍTULO VII
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 16. Constituem infrações administrativas, para os fins desta Lei:

I – deixar cão ou gato solto ou desacompanhado em via ou espaço público;
II – permitir que animal sob sua responsabilidade circule em local público sem os meios adequados de contenção;
III – abandonar animal;
IV – deixar de adotar medidas de segurança quando o animal apresentar comportamento agressivo ou oferecer risco a pessoas ou outros animais;
V – permitir que o animal sob sua responsabilidade ataque pessoa ou outro animal;
VI – prestar informação falsa ou omitir informação relevante ao cadastro municipal, quando exigido;
VII – descumprir as demais obrigações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 17. As infrações previstas nesta Lei sujeitarão o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis:

I – advertência, quando expressamente prevista nesta Lei;
II – multa;
III – multa em dobro em caso de reincidência, na forma desta Lei.

Art. 18. A infração prevista no inciso I do art. 16 sujeitará o tutor ou responsável às seguintes multas:

I – 2 (duas) UFM, na primeira ocorrência;
II – 4 (quatro) UFM, na primeira reincidência;
III – 8 (oito) UFM, nas reincidências posteriores.

Art. 19. Quando o cão ou gato encontrado solto ou desacompanhado causar ataque ou dano a outro animal, a multa será de 5 (cinco) UFM, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas em lei.

Art. 20. Quando o animal sob responsabilidade do tutor atacar pessoa, serão aplicadas as seguintes multas, observada a gravidade do resultado:

I – 10 (dez) UFM, quando resultar lesão corporal;
II – 20 (vinte) UFM, quando resultar lesão corporal grave;
III – 50 (cinquenta) UFM, quando resultar morte.

Parágrafo único. A aplicação das multas previstas neste artigo não exclui eventual responsabilidade civil ou penal decorrente do fato.

Art. 21. A infração de abandono de animal sujeitará o infrator à multa de 10 (dez) UFM, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação.

Art. 22. Para fins desta Lei, considera-se reincidência a prática de nova infração da mesma natureza dentro do prazo de 12 (doze) meses contados da decisão administrativa definitiva referente à infração anterior.

Art. 23. A aplicação das penalidades previstas nesta Lei observará a gravidade da infração, suas consequências, eventual reincidência e as circunstâncias do caso concreto.

CAPÍTULO VIII
DA FISCALIZAÇÃO E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 24. A fiscalização do cumprimento desta Lei será realizada pelo órgão municipal competente, na forma definida pelo Poder Executivo.

Art. 25. A constatação da infração poderá ocorrer mediante:

I – fiscalização direta por agente público competente;
II – registros fotográficos ou audiovisuais;
III – documentos e registros oficiais;
IV – depoimentos ou declarações de testemunhas;
V – denúncias formalizadas perante o Município, acompanhadas dos elementos necessários à apuração;
VI – outros meios de prova admitidos em direito.

Art. 26. Constatada a infração, será lavrado Auto de Infração, contendo, sempre que possível:
I – identificação do infrator;
II – descrição circunstanciada dos fatos;
III – local, data e horário da ocorrência;
IV – identificação do animal, quando possível;
V – indicação do dispositivo legal infringido;
VI – penalidade aplicada ou proposta;
VII – demais informações necessárias à apuração.
Art. 27. A aplicação das penalidades previstas nesta Lei será precedida de processo administrativo, assegurados ao infrator o contraditório e a ampla defesa.
Art. 28. O Poder Executivo regulamentará os procedimentos relativos à fiscalização, autuação, defesa, julgamento e recurso administrativo.
Art. 29. As multas não pagas no prazo legal serão encaminhadas para inscrição em dívida ativa do Município, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO IX
DOS RECURSOS

Art. 30. Os valores arrecadados com as multas previstas nesta Lei poderão ser destinados, na forma da legislação orçamentária, preferencialmente às ações municipais relacionadas à:
I – esterilização de cães e gatos;
II – microchipagem e identificação animal;
III – campanhas educativas;
IV – vacinação e ações de saúde animal;
V – programas de manejo populacional ético;
VI – demais ações de proteção e bem-estar animal.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. A implementação das ações previstas nesta Lei observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, bem como os limites estabelecidos na legislação fiscal e orçamentária.
Art. 32. O Município poderá celebrar convênios, acordos de cooperação, termos de parceria e outros instrumentos com órgãos públicos, instituições de ensino, clínicas veterinárias, organizações da sociedade civil e entidades privadas, visando à execução das ações previstas nesta Lei.
Art. 33. A presente Lei não implica obrigação de recolhimento ou manutenção, pelo Município, de animais encontrados soltos ou abandonados em vias e espaços públicos, ressalvadas as hipóteses decorrentes de legislação específica ou de programas municipais que venham a ser instituídos.
Art. 34. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber.
Art. 35. Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 15 de outubro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:7BC11B5B

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2026 PROCESSO ADM: Nº 00000132

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de software web de gestão da assistência social, incluindo implantação, migração de dados, treinamento, hospedagem, manutenção e suporte técnico.
Empresas vencedoras valor total: R$ 26.300,00 (vinte e seis mil e trezentos reais): IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA (05982200000100) com os lotes: 1 no valor total de R$ 26.300,00 (vinte e seis mil e trezentos reais).

FERNANDES PINHEIRO (PR), quinta-feira, 15 de outubro de 2026

OZIEL NEIVERT
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:018D6857

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2026 PROCESSO ADM: Nº 00000132

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de software web de gestão da assistência social, incluindo implantação, migração de dados, treinamento, hospedagem, manutenção e suporte técnico.
Empresas vencedoras valor total: R$ 26.300,00 (vinte e seis mil e trezentos reais): IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA (05982200000100) com os lotes: 1 no valor total de R$ 26.300,00 (vinte e seis mil e trezentos reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FERNANDES PINHEIRO (PR), quinta-feira, 15 de outubro de 2026

OZIEL NEIVERT
Autoridade Competente

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:541E6D1D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA 04-2026

ESTADO DO PARANÁ	
CAMARA MUNICIPAL FLOR DA SERRA DO SUL	
R. Francisco Perondi, 756 - Centro - Flor da Serra do Sul	DISPENSA DE LICITAÇÃO
CEP: 85618-000 CNPJ: 01.838.620/0001-67 Telefone: (46) 3565-1367	**Nr.: 4/2026**
E-mail: licitacao@flordaserradosul.pr.leg.br Site: http://www.flordaserradosul.pr.	**Processo Adm.: 7/2026**
	Data do Processo: 28/09/2026
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO	
O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:	
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:	
a) Nr. Processo:	7/2026
b) Nr. Licitação:	4/2026 - DL
c) Modalidade:	Dispensa de licitação
d) Data de Homologação:	15/10/2026
e) Objeto da Licitação:	*Aquisição de Bebedouro de bancada, equipamento de limpeza, itens de cozinha para suprir as necessidades da Câmara de Vereadores de Flor da Serra do Sul.*

Lote: 1
Participante: MULTI ACAO - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA LTDA (73.244.337/0001-18)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
2	Carro funcional para limpeza tipo Conjunto Doblo, com dois baldes independentes Marca: Bralimpia	1,000	UNI	740,00	740,00
3	Mop seco completo Marca: Bralimpia	1,000	UNI	176,69	176,69
4	Cabo telescópico extensivel até 3,00 metros Marca: Bralimpia	1,000	UNI	144,42	144,42
Total do Participante:					**1.061,11**

Lote: 2
Participante: PROSUL COMERCIO E SERVICOS LTDA (62.110.122/0001-98)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
5	Chaleira em aço inoxidável capacidade 2,5 litros Marca: Artinox	1,000	UNI	70,00	70,00
6	Porta-condimentos em vidro com tampa de vedação hermética, Capacidade de 2,3 a 2,5 litros. Marca: Docesar	2,000	UNI	64,20	128,40
7	Porta-condimentos em vidro com tampa de vedação hermética. Marca: Docesar	2,000	UNI	60,11	120,22
8	Porta-condimentos em vidro com tampa	2,000	UNI	46,70	93,40

	de vedação hermética. Capacidade de 800 a 900 ml. Marca: Docesar				
Total do Participante:					**412,02**
Lote: 3					
Participante: AVANTIS COMERCIAL LTDA (68.582.475/0001-77)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Bebedouro de água de mesa (bancada) para galão de 20 litros Marca: Latina BR335	1,000	UNI	548,99	548,99
Total do Participante:					**548,99**
Total Geral:					**2.022,12**

Flor da Serra do Sul, 15 de Outubro de 2026

_____
Assinatura do Responsável

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:A87BC035

JURIDICO
DECISÃO ADMINISTRATIVA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 36/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026 ATA/CONTRATO Nº 49/2026

Diante do exposto, acolho o Relatório Final Complementar e Retificador e o Parecer Jurídico Municipal e DECIDO:
I – MANTER A EXTINÇÃO UNILATERAL da relação contratual decorrente da Ata/Contrato nº 49/2026, relativamente à Solicitação de Fornecimento nº 1.257/2026, com fundamento nos artigos 137, inciso I, e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021;
II – INDEFERIR o pedido de reconsideração apresentado pela empresa SDC M. e S. Ltda., quanto ao restabelecimento da contratação;
III – DETERMINAR que eventual multa contratual seja previamente calculada e fundamentada conforme o edital e a Ata de Registro de Preços, com posterior apreciação pela autoridade competente;
IV – DETERMINAR a intimação formal da empresa acerca desta decisão, assegurando-lhe o direito ao recurso administrativo cabível, no prazo legal;
V – DETERMINAR, após a conclusão da fase recursal, o encaminhamento dos autos ao Setor de Licitações para as providências cabíveis.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Flor da Serra do Sul/PR, 15 de outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio de Lara Felipe
Código Identificador:6CA000F7

RH
DECRETO 054/2026

DECRETO Nº 054/2026

Institui a Estrutura Municipal de Gestão, Coordenação e Acompanhamento da Política de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Flor da Serra do Sul – PR e estabelece suas finalidades, atribuições e formas de funcionamento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação vigente,
CONSIDERANDO o direito à educação e à aprendizagem, assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer o planejamento, a implementação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação das ações de alfabetização desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a importância da articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, a coordenação pedagógica, a articulação municipal da política de alfabetização, as equipes gestoras das unidades escolares e os professores alfabetizadores;
CONSIDERANDO a necessidade de organizar e formalizar as responsabilidades administrativas e pedagógicas relacionadas à política municipal de alfabetização, em conformidade com a estrutura administrativa e a legislação municipal;
DECRETA:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Flor da Serra do Sul – PR, a Estrutura Municipal de Gestão, Coordenação e Acompanhamento da Política de Alfabetização, destinada a planejar, coordenar, orientar, acompanhar, monitorar e avaliar as ações de alfabetização desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º A estrutura de que trata este Decreto ficará vinculada administrativamente à Secretaria Municipal de Educação e atuará de forma articulada com a coordenação pedagógica, as equipes gestoras e pedagógicas das unidades escolares e os profissionais envolvidos no processo de alfabetização.
Parágrafo único. A atuação da estrutura deverá observar as competências legais e administrativas dos órgãos, das unidades escolares e dos profissionais envolvidos, respeitando a organização da Rede Municipal de Ensino.
Art. 3º A Estrutura Municipal de Gestão, Coordenação e Acompanhamento da Política de Alfabetização será composta exclusivamente por profissionais que atuam na Secretaria Municipal de Educação de Flor da Serra do Sul – PR, responsáveis pela gestão, coordenação pedagógica e articulação das ações de alfabetização, observadas as atribuições dos respectivos cargos e funções.
§ 1º A estrutura será integrada pelos profissionais responsáveis pela Secretaria Municipal de Educação, pela Coordenação Pedagógica Municipal e pela Articulação Municipal da política de alfabetização, incluindo a atuação vinculada à Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa), quando aplicável.
§ 2º A identificação nominal dos profissionais integrantes, seus respectivos cargos ou funções e suas responsabilidades será registrada em ato administrativo próprio ou em documento oficial da Secretaria Municipal de Educação.
§ 3º Os profissionais integrantes da estrutura exercerão suas atividades em conformidade com seus vínculos funcionais, atribuições e jornadas de trabalho, observada a legislação municipal vigente.
§ 4º A instituição da estrutura não implica, por si só, criação de cargos, empregos públicos, funções gratificadas, vantagens funcionais ou alteração dos vínculos funcionais existentes.
Art. 4º Compete à Estrutura Municipal de Gestão, Coordenação e Acompanhamento da Política de Alfabetização:
I – planejar e acompanhar a implementação das ações municipais de alfabetização;
II – promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as equipes gestoras, as coordenações pedagógicas e os professores alfabetizadores;
III – apoiar a elaboração, a execução e o monitoramento dos planos de trabalho relacionados à alfabetização;
IV – organizar, apoiar e acompanhar ações de formação continuada dos profissionais envolvidos no processo de alfabetização;
V – acompanhar os indicadores de aprendizagem e os resultados das avaliações educacionais pertinentes;
VI – orientar a organização de estratégias pedagógicas destinadas ao desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita dos estudantes;
VII – acompanhar as ações de recomposição das aprendizagens, quando necessárias;
VIII – organizar e analisar informações educacionais para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões;
IX – acompanhar a execução das ações relacionadas aos programas e às políticas estaduais e federais de alfabetização dos quais o Município participe;
X – produzir e organizar registros, relatórios técnicos, atas e instrumentos de monitoramento das ações desenvolvidas;
XI – avaliar as ações realizadas e propor medidas para o aperfeiçoamento da política municipal de alfabetização;

XII – contribuir para a garantia do direito à alfabetização dos estudantes da Rede Municipal de Ensino.
Art. 5º A organização funcional da Estrutura Municipal de Gestão, Coordenação e Acompanhamento da Política de Alfabetização observará a seguinte composição:
I – Secretaria Municipal de Educação: responsável pela coordenação administrativa e institucional da política municipal de alfabetização;
II – Coordenação Pedagógica Municipal: responsável pelo planejamento, pela orientação e pelo acompanhamento pedagógico das ações de alfabetização;
III – Articulação Municipal da política de alfabetização: responsável pela articulação, pelo acompanhamento e pelo desenvolvimento das ações relacionadas à política municipal de alfabetização, incluindo aquelas vinculadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e à Renalfa, quando aplicáveis e conforme as atribuições formalmente estabelecidas.
Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação poderá articular-se com as equipes gestoras, as coordenações pedagógicas das unidades escolares, os professores alfabetizadores e os demais profissionais da Rede Municipal de Ensino para o desenvolvimento das ações de alfabetização, sem que essa articulação implique sua inclusão como integrantes da estrutura instituída por este Decreto.
Art. 6º Os profissionais integrantes da estrutura exercerão as atividades relacionadas à alfabetização de forma compatível com seus cargos, funções, vínculos funcionais, atribuições e jornadas de trabalho, observada a legislação municipal aplicável.
§ 1º A jornada de trabalho funcional de cada profissional deverá ser identificada individualmente, com base nos registros administrativos do Município.
§ 2º O tempo especificamente destinado às atividades de alfabetização deverá ser registrado separadamente, em horas semanais, quando houver informações e registros que permitam sua identificação.
§ 3º Nos casos de acumulação de atribuições, deverão ser identificadas as atividades relacionadas à alfabetização, sem presumir que toda a jornada de trabalho seja dedicada exclusivamente a essa finalidade.
§ 4º Quando não houver quantificação formal da dedicação específica às ações de alfabetização, essa circunstância deverá ser expressamente registrada, vedada a atribuição de carga horária não comprovada.
Art. 7º A composição da estrutura, a identificação dos profissionais envolvidos, seus cargos ou funções, as responsabilidades institucionais, as jornadas de trabalho e, quando disponíveis, as informações relativas ao tempo destinado às ações de alfabetização serão documentadas em Relatório Técnico elaborado e atualizado pela Secretaria Municipal de Educação.
§ 1º O Relatório Técnico deverá refletir as informações administrativas e pedagógicas correspondentes ao período de referência nele indicado.
§ 2º O documento poderá ser acompanhado de quadros demonstrativos, atos de nomeação ou designação, registros de reuniões, planejamentos, documentos de formação continuada, registros de acompanhamento pedagógico e demais evidências pertinentes.
§ 3º As informações constantes do Relatório Técnico deverão ser compatíveis com os registros oficiais do Município e com as atividades efetivamente realizadas.
Art. 8º Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – coordenar o funcionamento da estrutura instituída por este Decreto;
II – formalizar, quando necessário e juridicamente cabível, a identificação dos profissionais responsáveis pelas ações de alfabetização;
III – manter atualizados os registros relativos à composição, às atribuições e às jornadas de trabalho dos profissionais envolvidos;
IV – acompanhar o desenvolvimento das ações previstas neste Decreto;
V – elaborar, manter e atualizar o Relatório Técnico comprobatório da organização e das atividades da estrutura;
VI – organizar e conservar as evidências documentais das ações realizadas;
VII – promover a articulação com as unidades escolares e com os programas e as políticas de alfabetização dos quais o Município participe;
VIII – expedir, quando necessário e juridicamente cabível, atos complementares para a execução deste Decreto.
Art. 9º A execução das disposições deste Decreto observará a legislação municipal vigente e não implicará criação automática de despesas, cargos, empregos públicos, funções remuneradas ou vantagens funcionais.
Parágrafo único. Eventuais medidas que impliquem aumento de despesa, criação de cargos ou funções ou concessão de vantagens dependerão de autorização legal específica e do atendimento aos requisitos orçamentários e administrativos aplicáveis.
Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul – PR, 15 de outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:A0EB05E3

RH
PORTARIA 403/2026

PORTARIA N.º 403/2026

ALTERA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS REFERENTES AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2025.

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo cargo e pela Lei:

R E S O L V E:

Art. 1°. ALTERAR os servidores para compor a COMISSÃO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS REFERENTES AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2025, cujo objeto é o Registro de preços para contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de roupas de vestuário, destinadas a atender às demandas das Secretarias Municipais de Flor da Serra do Sul – PR.:

Nome	Cargo
Lais Souza Zanella	Dir. Dpto de Contraturno
Jaynara Juchneski	Fiscal de Tributos
Marcos Cavazotto	Assistente Administrativo

Art. 2° Compete à comissão nomeada nesta Portaria:

a) Avaliar e emitir relatório/laudo técnico de todos os itens do Pregão Eletrônico nº 059/2025, aprovando ou reprovando as amostras apresentadas pelas empresas participantes do certame.

b) Para a avaliação deverão ser adotados os seguintes critérios:
- QUALIDADE do produto apresentado;
- Especificações nos termos do edital;
- Compatibilidade;
- Durabilidade;
- Verificação se o produto atende com a eficácia ao fim a que se destina;
- Comparação Custo x Benefício, a fim de averiguar a qualidade do material, através da seguinte metodologia: verificação, através da utilização do material, se o mesmo tem rendimento adequado às necessidades da municipalidade.

Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Flor da Serra do Sul, 15 de outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:1757140C

RH
PORTARIA 404/2026

PORTARIA Nº 404/2026

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER Licença para tratamento de saúde para a Servidora Pública Municipal Sra. MARIA APARECIDA CELANTE, inscrita no RG sob nº 71965333- SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Servente de Serviços Gerais, conforme relatório de Avaliação Médica Pericial a partir de 06/10/2026 até 03/04/2027.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 15 de outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:3CC641D5

RH
PORTARIA 405/2026

PORTARIA Nº 405/2026

CONCEDE TRABALHO REMOTO PARA SERVIDOR

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER TRABALHO REMOTO para o Servidor Público Municipal Sr. ADALBERTO LUIZ KLAUCK, inscrito no RG sob nº 88517784- SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Procurador Municipal, de acordo com o § 4º do Art. 31 da Lei nº 1005/2026 e conforme relatório Médico Pericial a partir de 29/09/2026 até 27/12/2026.

Art. 2º Durante o período mencionado no artigo anterior, o servidor desempenhará suas atividades em regime de trabalho remoto, observadas as condições e orientações estabelecidas pela Administração Municipal.

Art. 3º A partir de 28 de dezembro de 2026, o servidor deverá retornar ao desempenho de suas atividades em regime presencial, junto ao setor de lotação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 15 de outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:AF3BB1D1

RH
PORTARIA 406/2026

PORTARIA Nº 406/2026

EXONERA SERVIDORA DE CARGO EM COMISSÃO COM FG DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR a Servidora Sra. **SILVANA FÁTIMA ONGARATO,** portadora da RG Nº 3996847- SSP-SC, efetiva no cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, do Cargo de Diretora de Departamento do CRAS, Símbolo "CC 2" com "FG 2", a partir de 15 de outubro de 2026, devendo retornar as funções de origem.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 15 de outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:2C11C7BC

RH
PORTARIA 407/2026

PORTARIA Nº 407/2026

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO COM "FG"

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a servidora Sra. **QUELI TOIGO DOS SANTOS,** inscrita no RG Nº 70288036 - SSP- PR, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Higiene Dental, para o Cargo em Comissão de Diretor de Departamento do CRAS, Símbolo "CC2" com "FG2", a partir de 16 de outubro de 2026.
Art. 2º - A Servidora percebera por opção, os vencimentos do cargo efetivo acrescido de "FG".
Art. 3° - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 15 de outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:1EF597EB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1/202

Contratante: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratada: CM CONSULTORIA E GOVERNANCA CORPORATIVA LTDA
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Consultoria de Valores Mobiliários ao Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Flórida.
Valor Total Contratação: R$ 26.160,00 (vinte e seis mil, cento e sessenta reais).
Vigência do contrato: Até 01/10/2027.

Flórida, 01 de outubro de 2026.

PAULO SÉRGIO PEREIRA
Presidente

Publicado por:
Paulo Sergio Pereira
Código Identificador:247561CC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.662, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 2.662, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Divulga a relação dos servidores públicos da educação elegíveis ao recebimento do Bônus de Resultado de Aprendizagem (BRA) e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ,** no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº 826/2026 e considerando o resultado do desempenho alcançado no IDEB 2025

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o **Bônus de Resultado de Aprendizagem (BRA),** conforme disposto no art.3º e art. 4º da Lei 826/2026, aos seguintes servidores em efetivo exercício vinculados à Secretaria de Educação:

I - Cargo de Professor:

Matrícula	Funcionário	Cargo
201127	Adelia Graciana Barbosa Jorge	Professor de Ensino Fundamental
201231	Adriano Carioca de Oliveira	Professor de Ensino Fundamental
201251	Alessandra Poupolim Delmundes	Professor de Ensino Fundamental
201299	Aline de Oliveira Veloso	Professor de Educação Infantil
201264	Ana Claudia Souza Gomes	Professor de Educação Infantil
201298	Bruna Caroline Tows da Silva	Professor de Educação Infantil
201301	Bruna L. Rodrigues de Melo Fiori	Professor de Educação Infantil
201302	Caio Acacio Marim	Professor de Educação Física
201137	Celia Maria Sette	Professor de Ensino Fundamental
201317	Cintia Maria Aguetoni da Silva	Professor de Educação Infantil
201312	Cleonice Neves	Professor de Educação Infantil
201169	Daniela Mateus dos Santos	Professor de Educação Física
201252	Daniele Renata Pereira	Professor de Educação Infantil
201194	Denise Aparecida dos Santos	Professor de Ensino Fundamental
201218	Elisangela Ferreira Meireles	Professor de Educação Infantil
201279	Gessica C.dos Santos Crivellaro	Professor de Educação Infantil
201262	Gleisiane P. Andrade de Souza	Professor de Educação Infantil
201120	Helena Maria Ribeiro Zanolli	Professor de Ensino Fundamental
201061	Iris Falcao de Moura	Professor de Educação Infantil
201275	Irma Gomes dos Santos	Professor de Educação Infantil
201179	Jandira Maria Lopes da Silva	Professor de Educação Infantil
201098	Janetti A. Dias Cornelio de Souza	Professor de Ensino Fundamental
201066	Leia Bernuci Crippa	Professor de Ensino Fundamental
201189	Lucidalva Martins de Albuquerque Mesquita	Professor de Educação Infantil
201248	Luzia de Fatima Leonardo de Paula	Professor de Educação Infantil
201184	Maria Andrea Vicentin Cesnik	Professor de Ensino Fundamental
201188	Maria Helena Silvestre Palodeti Egea	Professor de Educação Infantil
201305	Maria Ines Ruas Pereira Ramos	Professor de Educação Infantil
201233	Maria Solange Hortensi Vicentim	Professor de Ensino Fundamental
201077	Marilza Aparecida de Almeida	Professor de Educação Infantil
201064	Marlene Maria de Souza Benhossi	Professor de Ensino Fundamental
201190	Michelle Quaquio	Professor de Educação Infantil
201269	Natieli da Silva E. Gomes de Oliveira	Professor de Educação Infantil
201126	Neusa Alice dos Santos Moura	Professor de Educação Infantil
201274	Patricia Amaral de Sousa	Professor de Educação Infantil
201273	Patricia Andretto Pichinim	Professor de Ensino Fundamental
201181	Patricia de Paiva Grilo Benhozzi	Professor de Ensino Fundamental
201103	Patricia Santos de Souza	Professor de Ensino Fundamental
201300	Rafaela da Silva Ziroldo	Professor de Educação Infantil
201119	Rosilene Del Bianco Larocca	Professor de Ensino Fundamental
201271	Sara Lariane Suzana da Silva	Professor de Educação Infantil
201062	Sonia Aparecida Aragao	Professor de Educação Infantil
201187	Suzi Elaine Cardoso Arenas	Professor de Ensino Fundamental
201241	Tamires Coleone	Professor de Educação Infantil
201118	Valeria Valeska Favaro Gondolfo	Professor de Ensino Fundamental
900004	Vanessa Cristina Benhozzi	Professor
201096	Vera Lucia Gusmao	Professor de Ensino Fundamental
201175	Viviani Vacholiz Marins Sparapan	Professor de Ensino Fundamental

II – Demais servidores:

Matrícula	Funcionário	Cargo
201315	Alicio Alves de Souza Junior	Motorista
201160	Aline Kathiuce Russiano	Nutricionista
201295	Ana Paula de Matos Castro	Zelador
201224	Andressa Denipoti Vilhena da Silva	Psicologo
201257	Bruna Graciele Da Silva Portella	Zelador
201170	Claudineia Ferreira da Silva	Agente Operacional
201092	Danieli Maria Sverzut de Souza	Agente Operacional
201140	Eliane Aparecida da Silva Fernandes	Merendeira
201250	Elizangela Alves	Zelador
201307	Eunice Paulino da Silva	Motorista
201246	Fabiana Tome Pessoa	Zelador
201122	Irene Nunes Palhares da Silva	Merendeira
201002	Kelly Cristyna de Oliveira Rufino Mesquita	Zelador
201310	Livia Fernandes	Fonoaudiologo
201239	Lucimar Tavares de Sousa	Zelador
201136	Marcela Gomes Santiago	Merendeira
201076	Marcia Cristina Porfirio	Zelador
201212	Marcia Ruas Pereira Stortte	Zelador
201099	Marta Aparecida de Almeida Ciavolela	Zelador
201238	Nicoly da Silva Almeida Zanolli	Auxiliar Administrativo
201145	Oliria Barbara Godoys Sirilo	Agente Operacional
201114	Paula Andreia Benhosse	Merendeira
201016	Rosana Sesnik	Auxiliar Administrativo
201268	Rosilani de Paiva Oliveira	Zelador
201123	Sivalda Pereira Santos Lima	Zelador
201228	Sonia Mariana Carvalho de Albuquerque	Zelador
201285	Tais Regina da Silveira	Agente Operacional
402021	Thamily Helena Nascimento da Cruz	Assessor Especial III
402023	Viviane Moura da Costa	Assessor Especial II

Art. 2º O pagamento do respectivo bônus ocorrerá em parcela única, a ser creditada em folha de pagamento complementar na competência de outubro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de emissão.

Flórida-PR, 13 de outubro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Genilza Corrêa de Godoi
Código Identificador:0343FDC5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratada: ST EMPREENDIMENTOS LTDA
Objeto: Aquisição de veículos automotores destinados ao atendimento das demandas operacionais e administrativas das Secretarias Municipais, de acordo com o TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).
Valor Total Contratação: R$ 752.950,00 (setecentos e cinquenta e dois mil, novecentos e cinquenta reais).
Vigência do contrato: Até 15/01/2027.

Flórida, 15 de outubro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:9AFC9A15

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITACAO PREGAO ELETRONICO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 036/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 465/2026

O Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, comunica que realizará o **Pregão Eletrônico nº 036/2026**, do tipo menor preço por item, cujo objeto é a **"AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS (DE PRIMEIRO USO), PROTETORES E CÂMARAS DE AR, QUE ATENDAM ÀS NORMAS DO INMETRO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES ÀS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO",** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

Início de Recebimento das propostas: 19/10/2026 - 08h00min até 29/10/2026 as 08h29min.
Abertura e julgamento das propostas: 29/10/2026 - 08h30min até - 08h59min
Início da sessão de disputa de preços: 29/10/2026 às 09h00min.

O edital poderá ser obtido nos sítios eletrônicos https://bll.org.br ou www.fozdojordao.pr.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal, na Divisão de Compras e Licitações - Rua Padre Emílio Barbiéri, nº 339, Centro, CEP 85.145-000, Foz do Jordão (PR). Contato: licitacao@fozdojordao.pr.gov.br.

Foz do Jordão, 15 de outubro 2026.

ANDRESSA DA SILVA DE SOUZA
Agente de Contratação
Decreto nº 035/2025

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:4CA53D6D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITACAO PREGAO ELETRONICO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 037/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 468/2026

O Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, comunica que realizará o **Pregão Eletrônico nº 037/2026**, do tipo menor preço por item, cujo objeto é a **"AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE MULTIMÍDIA PARA O CCI- CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO, COM A FINALIDADE DE ESTRUTURAR ADEQUADAMENTE OS ESPAÇOS DE ATENDIMENTO, OFICINAS E ATIVIDADES SOCIOASSISTENCIAIS, GARANTINDO MELHORES CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, EFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E APOIO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL",** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

Início de Recebimento das propostas: 19/10/2026 - 08h00min até 30/10/2026 as 08h29min.
Abertura e julgamento das propostas: 30/10/2026 - 08h30min até - 08h59min
Início da sessão de disputa de preços: 30/10/2026 às 09h00min.

O edital poderá ser obtido nos sítios eletrônicos https://bll.org.br ou www.fozdojordao.pr.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal, na Divisão de Compras e Licitações - Rua Padre Emílio Barbiéri, nº 339, Centro, CEP 85.145-000, Foz do Jordão (PR). Contato: licitacao@fozdojordao.pr.gov.br.

Foz do Jordão, 15 de outubro 2026.

ANDRESSA DA SILVA DE SOUZA
Agente de Contratação
Decreto nº 035/2025

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:8318DD1C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 1 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 99/2026

Pregão - Eletrônico Nº 20/2026
PARTES: Município de Foz do Jordão e a EmpresaM C W PROD MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
OBJETO: O reequilíbrio financeiro em tela visa atender à solicitação do FORNECEDOR, na qual assim requer ao demonstrar a elevação dos custos da medicação "CIPROFIBRATO 100MG BIOLAB", devido ao aumento nos custos, conforme documentos fiscais e planilhas demonstrativos acostados aos autos do processo. Passando o valor de R$ 0,2249 para R$ 0,2349 por comprimido.
VIGÊNCIA: 12/06/2026 a 11/06/2027

Foz do Jordão, 15 de outubro de 2026

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:5EE86BC6

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITACAO

TERMO DE AUTORIZAÇAO
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO SRP Nº 028/2026
Processo Adm: Nº 461/2026

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A PRIMEIRA REVISÃO DA FIAT/ARGO PLACA: UBI-6B34"

Empresa vencedora:

FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 77.396.810/0001-33, com um total de R$ **1.254,57 (Um mil duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos); para** realizar revisão de veículos.
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei 14.133/2021, conforme Artigo 75 Inciso II, e suas alterações, resolve autorizar a contratação por Dispensa de Licitação (Contratação direta) resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FOZ DO JORDÃO (PR), quinta-feira 15 de outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:2F3B49A7

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇAO INEXIGIBILIDADE

TERMO DE AUTORIZAÇAO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 034/2026
Processo Administrativo: Nº 463/2026

Objeto:"AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS DO PROJETO RAÍZES CULTURAIS UMA JORNADA PELA DIVERSIDADE, DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES SOBRE DIVERSIDADE CULTURAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO"

Empresa vencedora:
EDITORA EDUCACIONAL CORREA LTDA, - pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 56.170.867/0001-49, vencedora com valor de R$ **11.700,00**(Onze mil e setecentos) **aquisição de materiais pedagógicos do projeto raízes culturais uma jornada pela diversidade, destinados ao desenvolvimento de atividades sobre diversidade cultural na rede municipal de ensino.**

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei 14.133/2021, conforme Artigo 72 Inciso VIII, Artigo 74 Inciso III alínea "f" e suas alterações, resolve Autorizar a contratação por Inexigibilidade (Contratação direta) resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FOZ DO JORDÃO (PR), @Quinta-feira, 15 de outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:C9BB5C43

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 270/2026

PORTARIA Nº 270/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Municipal nº 05/1997, artigo 240 Parágrafo Único:

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os profissionais abaixo relacionados para compor o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Foz do Jordão – PR:

I – Secretária Municipal de Educação: Graci Soares **CPF: ***523**915**;
II – Coordenadora Municipal de Alfabetização: **Silmara Matos de Souza CPF:** ***684**989**;
III – Representante da equipe técnico-pedagógica: **Franciele da Silva CPF ***889**931**;
IV – Representante da direção escolar: CPF: **Sonia Mara Pereira CPF ***260**951**;
V – Representante dos professores alfabetizadores: **Gissele Bedin Ramos CPF: ***226**929**;
VI – Representante da Educação Infantil: **Ângela Flores de Oliveira CPF: ***921**925**;
VII – Representante dos anos iniciais do Ensino Fundamental: **Luciane Carmem Zemolin Capra CPF: ***593**072**.
VIII – Representante dos Pais: **Jonathan Santo Pereira Padilha CPF ***113**988.**

Art. 2º Os membros designados participarão das atividades de planejamento, articulação, acompanhamento e avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização, conforme as atribuições estabelecidas no Decreto Municipal que institui o Comitê.
Art. 3º A coordenação dos trabalhos ficará sob responsabilidade de Franciele da Silva, a quem caberá organizar as reuniões, acompanhar os encaminhamentos e promover a articulação entre os integrantes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Foz do Jordão, 15 de outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselaine Presa
Código Identificador:AB0F75BF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 106/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, Vereador **JOAQUIM RAFAEL NETO**, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com a Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder 2,75 diárias ao senhor **JOAQUIM RAFAEL NETO, MATRÍCULA Nº.** 205; **CARGO:** Presidente da Câmara**,** correspondente a R$2.186,25 (dois mil cento e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos), destinados a fazer frente com despesas em viagem a Curitiba, Capital do Estado, no período de 20 a 22 de outubro de 2026, para tratar realizar diligências junto a ALEP, para tratar de assuntos de interesse da municipalidade, conforme termo de solicitação de diária.
Artigo 2º - Fica o beneficiário das diárias concedidas por este Termo, obrigado a apresentar relatório de viagem, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019.

Artigo 3º - Este Termo entra em vigor na data de sua emissão.

Goioerê/PR, 15 de outubro de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:B3891340

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 107/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, Vereador **JOAQUIM RAFAEL NETO**, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com a Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder 2,75 diárias ao senhor **LEONILDO DE OLIVEIRA SOUZA, MATRÍCULA Nº.** 206; **CARGO:** Vereador**,** correspondente a R$2.186,25 (dois mil cento e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos), destinados a fazer frente com despesas em viagem a Curitiba, Capital do Estado, no período de 20 a 22 de outubro de 2026, para tratar realizar diligências junto a ALEP, para tratar de assuntos de interesse da municipalidade, conforme termo de solicitação de diária.

Artigo 2º - Fica o beneficiário das diárias concedidas por este Termo, obrigado a apresentar relatório de viagem, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019.

Artigo 3º - Este Termo entra em vigor na data de sua emissão.

Goioerê/PR, 15 de outubro de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:B0706DDE

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 108/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, Vereador **JOAQUIM RAFAEL NETO**, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com a Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder 0,75 diárias ao senhor **ROGERIO DA SILVA, MATRÍCULA Nº.** 216; **CARGO:** Assessor Legislativo**,** correspondente a R$543,75 (quinhentos e quarenta a três reais e setenta e cinco centavos), destinados a fazer frente com despesas em viagem a Curitiba, Capital do Estado, no período de 20 a 22 de outubro de 2026, para tratar realizar diligências junto a ALEP, para tratar de assuntos de interesse da municipalidade, conforme termo de solicitação de diária.
Artigo 2º - Fica o beneficiário das diárias concedidas por este Termo, obrigado a apresentar relatório de viagem, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019.

Artigo 3º - Este Termo entra em vigor na data de sua emissão.

Goioerê/PR, 15 de outubro de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:9A8FCDAF

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 109/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, Vereador **JOAQUIM RAFAEL NETO**, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com a Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder 0,75 diárias ao senhor **ROBSON CARLOS LEOPOLDINO MARTINS, MATRÍCULA Nº.** 215; **CARGO:** Assessor Legislativo**,** correspondente a R$543,75 (quinhentos e quarenta a três reais e setenta e cinco centavos), destinados a fazer frente com despesas em viagem a Curitiba, Capital do Estado, no período de 20 a 22 de outubro de 2026, para tratar realizar diligências junto a ALEP, para tratar de assuntos de interesse da municipalidade, conforme termo de solicitação de diária.
Artigo 2º - Fica o beneficiário das diárias concedidas por este Termo, obrigado a apresentar relatório de viagem, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019.

Artigo 3º - Este Termo entra em vigor na data de sua emissão.

Goioerê/PR, 15 de outubro de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:8532CF7A

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 110/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, Vereador **JOAQUIM RAFAEL NETO**, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com a Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder 1,75 diárias ao senhor **PATRIK PELOI FLÁVIO, MATRÍCULA Nº.** 209; **CARGO:** Vereador**,** correspondente a R$1.391,25 (um mil trezentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos), destinados a fazer frente com despesas em viagem a Curitiba, Capital do Estado, no período de 20 a 22 de outubro de 2026, para tratar realizar diligências junto a ALEP, para tratar de assuntos de interesse da municipalidade, conforme termo de solicitação de diária.
Artigo 2º - Fica o beneficiário das diárias concedidas por este Termo, obrigado a apresentar relatório de viagem, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019.

Artigo 3º - Este Termo entra em vigor na data de sua emissão.

Goioerê/PR, 15 de outubro de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:5E501A8E

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 10.022/2026

ALTERA O CAPUT DO ART. 4º DO DECRETO Nº 9.466/2025, QUE DECLAROU INTERVENÇÃO NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA MARIA ANTONIETA DE GOIOERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.466/2025, que declarou intervenção na Santa Casa de Misericórdia Maria Antonieta de Goioerê;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade, a eficiência e a regularidade dos trabalhos decorrentes da intervenção;

DECRETA:

Art. 1º O caput do art. 4º do Decreto nº 9.466/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Para o desempenho das atribuições decorrentes da presente Intervenção-Requisição, fica designado e reconduzido ao cargo de Interventor o Sr. ADILSON SOUZA DE BRITO, brasileiro, solteiro, Vice prefeito do Município de Goioerê, em substituição à Sra. GABRIELA FABRÍCIO MARTINS."

Art. 2º O § 1º do art. 4º do Decreto nº 9.466/2025 e seus respectivos incisos permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 15 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:67901ECD

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ATA DE RECEBIMENTO, ABERTURA DE ENVELOPES E JULGAMENTO - SESSÃO 1

INEXIGIBILIDADE Nº 46/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO EMPRESA ESPECIALIZADA para a realização de EXAMES OCUPACIONAIS - ADMISSIONAIS, PERIÓDICOS, DEMISSIONAIS e EXAMES COMPLEMENTARES, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração de Goioerê-PR.
Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e cinquenta minutos, reuniram-se na sala de reunião do Paço Municipal de Goioerê a agente de contratação e equipe de apoio, designada através da Portaria nº 487/2026, para realização da sessão pública destinada ao recebimento, abertura e julgamento dos envelopes protocolados, referente ao Chamamento Público nº 10/2026. Declarada aberta a sessão, a Agente de Contratação informou o encerramento do prazo para recebimento de novos envelopes destinados à presente sessão, nos termos do item 5.2 do edital, registrando que foi protocolado o seguinte requerimento de credenciamento: Interclínica Serviços Médicos Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 05.278.263/0001-80, protocolado em 15/10/2026 às 07h34. Registra-se que não houve comparecimento de representante da empresa interessada para acompanhar a presente sessão. Na sequência, procedeu-se à conferência da inviolabilidade do envelope, seguida de sua abertura, rubricando-se toda a documentação apresentada. Em atendimento ao disposto no item 5.2.1 do edital, foi realizada consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas, disponibilizados no Portal de Certidões do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), não sendo constatada qualquer vedação à participação ou contratação da interessada, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 156, § 5º, da mesma Lei. Durante a análise da documentação, verificou-se que a certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica havia sido emitida há mais de 90 (noventa) dias, encontrando-se fora do prazo de validade exigido no edital. Diante disso, considerando o entendimento firmado no Acórdão nº 966/2022 do Tribunal de Contas da União (Plenário), que admite a juntada, em diligência, de documentos destinados a comprovar condição preexistente à abertura da sessão pública, bem como a orientação do Acórdão nº 286/2022 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Tribunal Pleno), quanto à necessidade de avaliar a possibilidade de saneamento documental antes da inabilitação, a Agente de Contratação, com fundamento no art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e no item 5.3 do edital, determinou a suspensão da sessão para realização de diligência junto à interessada. A diligência terá por finalidade a apresentação de certidão atualizada e dos esclarecimentos necessários à comprovação de que a condição de habilitação já estava atendida na data de apresentação do requerimento de credenciamento, ficando o julgamento condicionado à análise da documentação apresentada. A sessão pública não foi transmitida ao vivo pelo canal oficial da Prefeitura Municipal de Goioerê na plataforma YouTube, em virtude a falhas nos equipamentos de mídia. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme, segue assinada pela Agente de Contratação e pela Equipe de Apoio.

VANESSA JOSÉ DA SILVA
Agente de Contratação

JÉSSICA AYUMI MATUSHITA
Equipe de Apoio

PATRÍCIA DANIELE NERIS
Equipe de Apoio

REGIANE DA SILVA SILVESTRE
Equipe de Apoio

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:845EA77F

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ATA DE RECEBIMENTO, ABERTURA DE ENVELOPES E JULGAMENTO - SESSÃO 2

INEXIGIBILIDADE Nº 45/2026
OBJETO: Credenciamento de Instituição Especializada para prestação de serviços de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas em Situação de Vulnerabilidade Social, em modalidade de longa permanência, contemplando unidades classificadas nos Graus de Dependência I, II e III, conforme normativas vigentes, assegurando atendimento integral, assistência à saúde, suporte psicossocial e condições adequadas de habitabilidade
Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas, reuniram-se na sala de reunião do Paço Municipal de Goioerê a agente de contratação e equipe de apoio, designada através da Portaria nº 487/2026, para realização da primeira sessão pública destinada ao recebimento, abertura e julgamento dos envelopes protocolados, referente ao Chamamento Público nº 9/2026. Declarada aberta a sessão, a Agente de Contratação informou o encerramento do prazo para recebimento de novos envelopes destinados à presente sessão, nos termos do item 5.2 do edital, registrando que foi protocolado envelope pela interessada LAR DE IDOSOS SÃO JOAQUIM E SANT'ANA DE CAMPO MOURÃO, inscrita no CNPJ sob nº 77.645.661/-070001, protocolado em 08/10/2026 às 15h02. Registra-se que não houve comparecimento de representante da interessada para acompanhar a presente sessão. Na sequência, procedeu-se à conferência da inviolabilidade do envelope, seguida de sua abertura, rubricando-se toda a documentação apresentada. Em atendimento ao disposto no item 5.2.1 do edital, foram realizadas consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas, disponibilizados no Portal de Certidões do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), não sendo constatada qualquer vedação à participação ou contratação da interessada, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 156, § 5º, da mesma Lei. Da análise da documentação apresentada restou constatado o atendimento aos requisitos do item 4.1 do edital, razão pela qual declara-se habilitada e credenciada a sociedade LAR DE IDOSOS SÃO JOAQUIM E SANT'ANA DE CAMPO MOURÃO, observando-se, para fins de contratação futura a seleção da instituição a critério da pessoa idosa beneficiária ou, quando juridicamente necessário, de seu representante legal, nos termos do art. 79, II, da Lei nº 14.133/2021, e nos moldes do item 9 do edital.
Nos termos do item 6.1 do Edital, a publicação da presente Ata no Diário Oficial dos Municípios do Paraná constitui a divulgação do credenciado, iniciando-se, a partir de sua publicação, o prazo de 03 (três) dias úteis para interposição de recurso. Havendo interposição de recurso, o credenciado fica automaticamente intimado para, querendo, apresentar as contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente. A íntegra do processo permanecerá disponível para consulta no Portal da Transparência do Município de Goioerê-PR. Registra-se, ainda, que a presente sessão pública não foi transmitida ao vivo pelo canal oficial da Prefeitura Municipal de Goioerê na plataforma YouTube em virtude a falhas nos equipamentos de mídia. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual lavrada a presente ata, que, lida e achada conforme, segue assinada.

VANESSA JOSÉ DA SILVA
Agente de Contratação

JÉSSICA AYUMI MATUSHITA
Equipe de Apoio

PATRÍCIA DANIELE NERIS
Equipe de Apoio

REGIANE DA SILVA SILVESTRE
Equipe de Apoio

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:89E47A7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026

O Município de Goioerê/PR, por meio da pregoeira, comunica aos interessados a SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico nº 49/2026, cujo objeto é a aquisição de veículos zero quilômetro (PICK-UP, HATCH, VAN E AMBULÂNCIA), em atendimento às Resoluções SESA nº 1.108/2023, 1.699/2024, 1.147/2025 e 1.357/2025, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, em razão de impugnações apresentadas ao edital.
A nova data de realização do certame será divulgada mediante publicação oficial, após a análise e decisão das impugnações e a conclusão dos eventuais ajustes necessários ao edital.
Mais informações pelo fone (44) 3521-8918.
Goioerê-Pr, 15 de outubro de 2026

VANESSA JOSÉ DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:DE7F544E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERASIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
FNS – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	ATENCAO A SAUDE BUCAL	15/10/2026	R$ 55.848,00
FNS – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	ATENCAO A SAUDE DE PESSOAS EM CONFLITO COM A LEI - ADPF 347	15/10/2026	R$ 4.000,00
FNS – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	15/10/2026	R$ 2.593,60
FNS – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - PROMOCAO À SAÚDE	15/10/2026	R$ 15.725,91
FNS – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	COMPONENTE PER CAPITA DE BASE POPULACIONAL	15/10/2026	R$ 14.887,40
FNS – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF E EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA/EAP	15/10/2026	R$ 226.000,00
FNS – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	EMULTI	15/10/2026	R$ 28.500,00
FNS – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	15/10/2026	R$ 116.712,00
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	CFM	15/10/2026	R$ 1.108,15
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	SIMPLES NACIONAL	15/10/2026	R$ 1.072,28

Goioerê, 15 de outubro de 2.026.

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:19B27856

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

CAMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM
ERRATA AO DECRETO N° 006/2026

ONDE SE LÊ: A SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E CONSIDERANDO A AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI ORÇAMENTÁRIA 935/2025.

LEIA-SE: A SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E CONSIDERANDO A AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI ORÇAMENTÁRIA 945/2025.

ONDE SE LÊ:

01 Legislativo Municipal
01.001 Câmara Municipal
01.031.0001.2001 Atividades da Câmara Municipal de Goioxim
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
10 00001 Recursos do Tesouro (Descentralizados)
Valor: R$ 20.000,00

LEIA-SE:

01 Legislativo Municipal
01.001 Câmara Municipal
01.031.0001.2001 Atividades da Câmara Municipal de Goioxim
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
40 00001 Recursos do Tesouro (Descentralizados)
Valor: R$ 20.000,00

GOIOXIM, 15 DE OUTUBRO DE 2026.

MARIZELE UCHAK VISENTIN VAZ
Presidente

Publicado por:
Fernanda Bertuol
Código Identificador:BEB48EDC

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO N° 56 2026- DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO DA UFM DE OUTUBRO

SÚMULA: Atualiza o valor da Unidade Fiscal do Município – UFM.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOXIM, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e com fundamento no art. 33º, §2º, inciso III, do Código Tributário Municipal.
CONSIDERANDO que a atualização da Unidade Fiscal do Município – UFM é mensal, conforme o artigo supra, e que o prazo de vigência se inicia no dia 11 do mês corrente e se encerra aos 10 dias do mês seguinte.
DECRETA
Art. 1º Fica atualizado o valor da Unidade Fiscal do Município – UFM, fixando-se em R$ 68,55 (sessenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos) a partir de 11 de outubro de 2026, com vigência mensal conforme o período estabelecido no considerando.
Art. 2º O valor da UFM será utilizado como unidade de referência para o cálculo de tributos, taxas, multas e demais valores previstos na legislação tributária municipal.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11 de outubro de 2026, e cada atualização mensal seguirá o mesmo critério do artigo 1º.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 15 de outubro de 2026.
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:47003348

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO CONTRATOS PE 033 2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 | PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 143/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOIOXIM, Estado do Paraná, CNPJ nº 01.607.627/0001-78.
CONTRATADA: RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.162.488/0001-47, representada por RAUL SOPKO JUNIOR.
OBJETO – ITEM 4: Elaboração do Plano de Encerramento e Recuperação Ambiental do antigo aterro controlado municipal, em área aproximada de 24.200,00 m², incluindo Avaliação Preliminar e Investigação Confirmatória de Passivo Ambiental, levantamentos e estudos técnicos, método geofísico eletrorresistivo, levantamento topográfico, instalação de 03 (três) poços de monitoramento, análises de solo e água subterrânea, relatórios conclusivos, ART e protocolo perante o órgão competente.
VALOR TOTAL: R$ 43.350,00 (quarenta e três mil, trezentos e cinquenta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, observadas as disposições do instrumento contratual e da Lei nº 14.133/2021.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 120 (cento e vinte) dias corridos, a partir do recebimento da Ordem de Serviço e da disponibilização dos documentos, acessos e autorizações de responsabilidade do Município, conforme o Termo de Referência.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2026; conta 520; funcional programática 07.001.15.451.0007.2015; fonte 00000; natureza da despesa 3.3.90.39.00.00.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 002/2024, Pregão Eletrônico nº 33/2026, edital, Termo de Referência e proposta vencedora.
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO: Gestor: MANOEL ANTONIO FERREIRA BUENO. Fiscal: ANDERSON BITTENCOURT, ou substitutos formalmente designados.
DATA DO CONTRATO: 15 de outubro de 2026, conforme instrumento contratual.

Goioxim/PR, 15 de outubro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 | PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 143/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOIOXIM, Estado do Paraná, CNPJ nº 01.607.627/0001-78.
CONTRATADA: FERRONATTO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.908.314/0001-27, representada por RAFAEL FELIPE FERRONATTO.
OBJETO – ITEM 1: Elaboração de Projeto Técnico de Compensação Ambiental por Supressão de Vegetação Nativa (CASVN) e, quando aplicável, Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD), referente ao imóvel CTG, matrícula nº 11.570, incluindo memória de cálculo, mapas, arquivos vetoriais e ART ou documento equivalente.
VALOR TOTAL: R$ 2.550,00 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, observadas as disposições do instrumento contratual e da Lei nº 14.133/2021.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (sessenta) dias corridos, a partir do recebimento da Ordem de Serviço e da disponibilização dos documentos, acessos e autorizações de responsabilidade do Município, conforme o Termo de Referência.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2026; conta 520; funcional programática 07.001.15.451.0007.2015; fonte 00000; natureza da despesa 3.3.90.39.00.00.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 002/2024, Pregão Eletrônico nº 33/2026, edital, Termo de Referência e proposta vencedora.
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO: Gestor: MANOEL ANTONIO FERREIRA BUENO. Fiscal: ANDERSON BITTENCOURT, ou substitutos formalmente designados.
DATA DO CONTRATO: 15 de outubro de 2026, conforme instrumento contratual.

Goioxim/PR, 15 de outubro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 | PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 143/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GOIOXIM, Estado do Paraná, CNPJ nº 01.607.627/0001-78.
CONTRATADA: MATA SUL SOLUÇÕES AMBIENTAIS E FLORESTAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 61.522.902/0001-82, representada por RHUAN PIERRI PACHINSKI KRUGER.
OBJETO: Contratação de serviços ambientais, correspondentes aos itens 2 e 3 adjudicados à contratada, conforme o Termo de Referência:
Item 2 – Inventário Florestal do tipo Censo e documentação técnica para requerimento de autorização de supressão de vegetação nativa em APP na área da ponte sobre o Rio Juquiá, abrangendo cerca de 300 m², com CASVN, memória de cálculo, PRAD quando aplicável, mapas, arquivos vetoriais e ART ou equivalente.
Item 3 – Inventário Florestal do tipo Censo e documentação técnica para requerimento de autorização de supressão de vegetação nativa em APP na área da ponte sobre o Rio Piquiri, abrangendo cerca de 3.000 m², com CASVN, memória de cálculo, PRAD quando aplicável, mapas, arquivos vetoriais e ART ou equivalente.

ITEM	OBJETO	VALOR
2	Inventário Florestal / ponte Rio Juquiá	R$ 4.935,00
3	Inventário Florestal / ponte Rio Piquiri	R$ 8.085,00

VALOR TOTAL: R$ 13.020,00 (treze mil e vinte reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, observadas as disposições do instrumento contratual e da Lei nº 14.133/2021.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (sessenta) dias corridos, a partir do recebimento da Ordem de Serviço e da disponibilização dos documentos, acessos e autorizações de responsabilidade do Município, conforme o Termo de Referência.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2026; conta 520; funcional programática 07.001.15.451.0007.2015; fonte 00000; natureza da despesa 3.3.90.39.00.00.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 002/2024, Pregão Eletrônico nº 33/2026, edital, Termo de Referência e proposta vencedora.
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO: Gestor: MANOEL ANTONIO FERREIRA BUENO. Fiscal: ANDERSON BITTENCOURT, ou substitutos formalmente designados.
DATA DO CONTRATO: 15 de outubro de 2026, conforme instrumento contratual.

Goioxim/PR, 15 de outubro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:CD8E569A

MUNICIPIO DE GOIOXIM
LEI N° 982-2026 - DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE ATÉ R$ 8.000.000,00

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente do Município de Goioxim, no valor de até R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), com recursos provenientes da operação de crédito autorizada pela Lei Municipal nº 923/2025, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, no valor de até R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), destinado à execução dos investimentos especificados nesta Lei, utilizando-se como fonte de recursos o produto da operação de crédito autorizada pela Lei Municipal nº 923/2025, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Lei Complementar Federal nº 101/2000, conforme as seguintes classificações orçamentárias:

09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA**	
09.002	**Departamento de Esporte**	
27.812.0009-2090	**OP. CREDITO-CONTRAPARTIDA OBRA CONST.CENTRO POLIESPORTIVO DE GOIOXIM**	
44.90.51.00.00	**OBRAS E INSTALAÇOES**	
01001- 00627	Operações de Creditos Internas	R$:300.000,00

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.001	**Departamento Administrativo Secretaria de Saúde**	
10.301.0010-2091	**OP. CREDITO-CONTRAPARTIDA OBRA UNIDADE MISTA DE SAUDE**	
44.90.51.00.00	**OBRAS E INSTALAÇOES**	
01002- 00627	Operações de Creditos Internas	R$:1.200.000,00

15	**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO**	
15.001	**Departamento Operacional do Urbanismo**	
18.541.0015-2092	**OP. CREDITO-AQUISIÇÃO TERRENO COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**	
44.90.61.00.00	**AQUISIÇAO DE IMÓVEIS**	
01003- 00627	Operações de Creditos Internas	R$:1.500.000,00

15	**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO**	
15.001	**Departamento Operacional do Urbanismo**	
15.451.0015-2093	**OP. CREDITO-AQUISIÇÃO TERRENO CONSTRUÇAO PARQUE INDUSTRIAL**	
44.90.61.00.00	**AQUISIÇAO DE IMÓVEIS**	
01004- 00627	Operações de Creditos Internas	R$:1.000.000,00

09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA**	
09.002	**Departamento de Esporte**	
27.812.0009-2094	**OP. CREDITO-CONSTRUÇAO ARENA ESPORTIVA EQUESTRE MULTIUSO**	
44.90.51.00.00	**OBRAS E INSTALAÇÕES**	
01005- 00627	Operações de Creditos Internas	R$:3.000.000,00

15	**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO**	
15.001	**Departamento Operacional do Urbanismo**	
15.451.0015-2095	**OP. CREDITO-CONSTRUÇAO DE UM LAGO**	
44.90.61.00.00	**AQUISIÇAO DE IMÓVEIS**	
01006- 00627	Operações de Creditos Internas	R$:500.000,00

09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA**	
09.001	**Departamento de Cultura**	
13.392.0009-2096	**OP. CREDITO-CONSTRUÇAO DE UM MUSEU**	
44.90.51.00.00	**OBRAS E INSTALAÇÕES**	
01007- 00627	Operações de Creditos Internas	R$:500.000,00

Total do Crédito Adicional Especial: R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais).
Art. 2º. Os investimentos previstos nesta Lei deverão observar a compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), devendo eventuais adequações nesses instrumentos ser promovidas mediante os procedimentos legalmente exigidos, observada a legislação vigente.
Art. 3º O Poder Executivo Municipal adotará as providências administrativas, contábeis e orçamentárias necessárias à execução desta Lei, observadas as condições da operação de crédito e a legislação aplicável.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Goioxim, Estado do Paraná em 15 de outubro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:8FFB7F4D

MUNICIPIO DE GOIOXIM
LEI N° 983-2026 - DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 2.865.000,99

Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 2.865.000,99 (dois milhões e oitocentos e sessenta e cinco mil reais e noventa e nove centavos) no orçamento vigente e dá outras providências**.**

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Goioxim, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal Eder dos Santos, sanciono com base no art. 56, inciso I da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional especial no valor de R$ 2.865.000,99 (dois milhões e oitocentos e sessenta e cinco mil reais e noventa e nove centavos) nas seguintes contas de despesas:

12	**SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, PESSOA IDOSA E IGUALDADE RACIAL**	
12.001	**Departamento de Políticas Públicas para a Mulher**	
14.241.0012-2097	**CONSTRUÇAO CENTRO DE CONVIVENCIA**	
44.90.51.00.00	**OBRAS E INSTALAÇOES**	
01606 - 00000	Recursos Ordinários (Livres)	R$: 865.000,99
01607- 00839	Transferências Voluntarias Públicas Estaduais	R$:2.000.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos do Convenio celebrado com a SEMIPI-Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, no valor de R$ 2.865.000,99 (dois milhões e oitocentos e sessenta e cinco mil reais e noventa e nove centavos).

Art. 3º Ficam assim, alterados os anexos do Plano Plurianual de 2026 a 2029, Lei nº 936/2025, da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 935-2025 e da Lei Orçamentária Anual nº 945/2025.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Goioxim, Estado do Paraná em 15 de outubro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:E9635546

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
ATO DE DIÁRIA Nº 16/2026

A Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, vem através do presente autorizar a emissão de 3 e 1 /2 (três e meia) diárias, equivalente a um valor total de R$.1.557,96 (um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais, noventa e seis centavos), para cobrir despesas de alimentação, locomoção urbana e hospedagem, de acordo com a solicitação em anexo e em conformidade com o que preconiza a Lei 2.062/2018, para viagem da Vereadora Srta. MIRELE PAULA CETTO LEITE, à CURITIBA/PR, com saída no dia 20 de outubro e retorno 23 de outubro de 2026.

MOTIVO DA VIAGEM: Participação no curso "Cidades do Futuro e os Novos Desafios Municipais / O Legislativo Municipal na Construção do Futuro / Planejamento, Inovação e Desenvolvimento Municipal", promovido pelo CCGP – Centro de Treinamento e Capacitação Ltda., a ser realizado entre os dias 20 e 23 de outubro de 2026, no Hotel Euro Suite Batel, em Curitiba/PR, conforme programação anexa.

JUSTIFICATIVA: A presente solicitação não decorre de interesse meramente particular da parlamentar, mas da necessidade de aperfeiçoamento técnico diretamente relacionado ao exercício das funções legislativas e fiscalizatórias atribuídas constitucionalmente ao Poder Legislativo Municipal.
A programação do curso contempla, entre outros, os seguintes temas:
Papel estratégico do vereador no planejamento e desenvolvimento municipal;
Funções legislativa e fiscalizadora;
Acompanhamento de políticas públicas;
Fiscalização de obras, serviços e investimentos públicos;
Utilização de indicações e informações como instrumentos de fiscalização;
Participação popular e aproximação entre Câmara e sociedade;
PPA, LDO e LOA;
Prioridades orçamentárias;
Emendas parlamentares;
Planejamento de longo prazo;
Sustentabilidade fiscal;
Responsabilidade na tomada de decisões;
Inovação e desenvolvimento municipal.
Portanto, existe relação direta entre o conteúdo programático e as atribuições inerentes ao mandato parlamentar, especialmente quanto à fiscalização dos atos da Administração, acompanhamento da execução das políticas públicas, análise do planejamento municipal e controle da aplicação dos recursos públicos.
A Constituição Federal estabelece, no art. 37, que a Administração Pública de todos os Poderes e entes federativos deve observar, entre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Nesse contexto, a busca por conhecimento técnico e atualização legislativa constitui instrumento capaz de contribuir para uma atuação parlamentar mais qualificada, responsável e eficiente.
Data do evento: dias 20 a 23 de outubro de 2026
Local do evento: Hotel Euro Suite Batel, Curitiba-PR.

Guaíra/PR, 15 de outubro de 2026

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente da Câmara
Gestão 2025/2026

Publicado por:
Edson Jose Ito
Código Identificador:64B1CB0B

CAMARA MUNICIPAL
ATO DE DIÁRIA Nº 17/2026

A Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, vem através do presente autorizar a emissão de 3 e 1 /2 (três e meia) diárias, equivalente a um valor total de R$.1.557,96 (um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais, noventa e seis centavos), para cobrir despesas de alimentação, locomoção urbana e hospedagem, de acordo com a solicitação em anexo e em conformidade com o que preconiza a Lei 2.062/2018, para viagem da Vereadora Sra. KARINA PATRICIA BACH, à CURITIBA/PR, com saída no dia 20 de outubro e retorno 23 de outubro de 2026.

MOTIVO DA VIAGEM: Participação no curso "Cidades do Futuro e os Novos Desafios Municipais / O Legislativo Municipal na Construção do Futuro / Planejamento, Inovação e Desenvolvimento Municipal", promovido pelo CCGP – Centro de Treinamento e Capacitação Ltda., a ser realizado entre os dias 20 e 23 de outubro de 2026, no Hotel Euro Suite Batel, em Curitiba/PR, conforme programação anexa.

JUSTIFICATIVA: A presente solicitação não decorre de interesse meramente particular da parlamentar, mas da necessidade de aperfeiçoamento técnico diretamente relacionado ao exercício das funções legislativas e fiscalizatórias atribuídas constitucionalmente ao Poder Legislativo Municipal.
A programação do curso contempla, entre outros, os seguintes temas:
Papel estratégico do vereador no planejamento e desenvolvimento municipal;
Funções legislativa e fiscalizadora;
Acompanhamento de políticas públicas;
Fiscalização de obras, serviços e investimentos públicos;
Utilização de indicações e informações como instrumentos de fiscalização;
Participação popular e aproximação entre Câmara e sociedade;
PPA, LDO e LOA;
Prioridades orçamentárias;
Emendas parlamentares;
Planejamento de longo prazo;
Sustentabilidade fiscal;
Responsabilidade na tomada de decisões;
Inovação e desenvolvimento municipal.
Portanto, existe relação direta entre o conteúdo programático e as atribuições inerentes ao mandato parlamentar, especialmente quanto à fiscalização dos atos da Administração, acompanhamento da execução das políticas públicas, análise do planejamento municipal e controle da aplicação dos recursos públicos.
A Constituição Federal estabelece, no art. 37, que a Administração Pública de todos os Poderes e entes federativos deve observar, entre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Nesse contexto, a busca por conhecimento técnico e atualização legislativa constitui instrumento capaz de contribuir para uma atuação parlamentar mais qualificada, responsável e eficiente.
Data do evento: dias 20 a 23 de outubro de 2026
Local do evento: Hotel Euro Suite Batel, Curitiba-PR.

Guaíra/PR, 15 de outubro de 2026

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente da Câmara
Gestão 2025/2026

Publicado por:
Edson Jose Ito
Código Identificador:67936089

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 297/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 433/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 068/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **GENTE SEGURADORA SA, CNPJ nº 90.180.605/0001-02**

Objeto do Contrato: Prestação de serviços de seguro veicular para a frota do Município de Guaíra/PR.

Objetivo do Aditivo: O objetivo do presente aditivo é aumento de metafísica nos Lotes 1 e 2 do Contrato Administrativo nº 433/2026, que se referem aos seguros contratados pelo Município.

Do Acréscimo de Valor: A Contratante pagará à Contratada, pela inclusão dos veículos listados no Anexo I do presente Aditivo, o valor total máximo de **R$ 40.180,92 (quarenta mil, cento e oitenta reais e noventa e dois centavos)**, que corresponde ao percentual de **12,73%** do valor total inicial do contrato, que é de **R$ 315.750,00 (trezentos e quinze mil e setecentos e cinquenta reais (trezentos e quinze mil, setenta e cinquenta reais)**.

Recursos Orçamentários:

Dotação: 1753 - 13.002.2101.3339039690300000000.00000505 - Seguros de demais veículos públicos
Dotação: 1489 - 11.002.2081.3339039690300000000.00000505 - Seguros de demais veículos públicos
Dotação: 1545 - 11.003.2083.3339039690300000000.00000505 - Seguros de demais veículos públicos
Dotação: 1568 - 11.004.2085.3339039690300000000.00000505 - Seguros de demais veículos públicos
Dotação: 1605 - 11.005.2089.3339039690300000000.00000505 - Seguros de demais veículos públicos
Dotação: 1703 - 12.004.2112.3339039690300000000.00000505 - Seguros de demais veículos públicos
Dotação: 0692 - 08.001.2044.3339039690100000000.00000107 - Seguros de veículos da educação / transporte escolar
Dotação: 1416 - 10.003.2119.3339039690300000000.00000000 - Seguros de demais veículos públicos
Dotação: 0971 - 09.001.2060.3339039690300000000.00000413 - Seguros de demais veículos públicos

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços original.

Guaíra, Paraná, 15 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:AF244932

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 667/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 061/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 311/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, CNPJ nº 32.651.451/0001-85**

Objeto do Contrato: Contratação do Instituto AGP para realização de Curso In Company presencial, a ser ministrado pelo Prof. Dr. Luciano Elias Reis, sobre a fase preparatória da contratação pública e a construção dos artefatos de planejamento.

Fundamentação: Art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Recurso Orçamentário:

433.06.05.2035.3339039480000000000.505
Prazo de Vigência: O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, tendo início na data de assinatura e término em **15 de outubro de 2027**, podendo ser prorrogado por igual período, conforme nos termos da Lei n° 14.133/21.

Data de Assinatura: 15 de outubro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 15 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:09B419C1

CONSAMU
ATO DE CONSÓRCIO Nº 115/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo Estatuto Social e no Ato de Consórcio nº 150/2025, resolve:

Art. 1º Fica este Consórcio autorizado abrir, no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar na importância de **R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, destinado à rubrica orçamentária a seguir relacionada:

Projeto/Atividade: 01.001.10.302.0001.2.002 Manutenção dos Serviços de Urgência e Emergência
Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
Fonte de Recurso: 01- Contrato de Rateio - Entes Consorciados
Valor: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Art. 2º A importância **R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)** é decorrente de redução parcial da dotação orçamentária abaixo relacionada:

Projeto/Atividade: 01.001.10.302.0001.2.002 Manutenção dos Serviços de Urgência e Emergência
Despesa: 3.3.90.39.00.00– Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 01- Contrato de Rateio - Entes Consorciados
Valor: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Art. 3º Este Ato de Consórcio entra em vigor nesta data.

Cascavel – PR, 15 de outubro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:EF2167BA

CONSAMU
ATO DE CONSÓRCIO Nº 116/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo Estatuto Social e no Ato de Consórcio nº 150/2025, resolve:

Considerando a publicação do Ato de Consórcio nº 115/2026 que altera o Orçamento do Exercício de 2026 e sua Programação Financeira.

Art. 1º Alterar o Cronograma de Desembolso do Exercício de 2026 do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná - CONSAMU, como estabelece abaixo:

§ 1º Alterações Adicionais do Cronograma de Desembolso do Exercício de 2026:

FONTE DE RECURSO	CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA	VALOR
01- Contrato de Rateio - Entes Consorciados	3 Despesa Corrente	R$ 50.000,00

Parágrafo 2: Alterações Diminutivas do Cronograma de Desembolso do Exercício de 2026:

FONTE DE RECURSO	CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA	VALOR
01- Contrato de Rateio - Entes Consorciados	3 Despesa Corrente	R$ 50.000,00

Art. 3º Este Ato de Consórcio entra em vigor nesta data.

Cascavel – PR, 15 de outubro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:A344FC97

CONSAMU
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026 - RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO

OBJETO: "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços na área de informática, para locação de softwares integrados específicos à gestão pública, incluindo os serviços de instalação, implantação, treinamento, suporte técnico e operacional, manutenção, atualização, customização e as alterações que se fizerem necessárias de acordo com leis vigentes durante a execução do contrato para atendimento as áreas administrativas e financeiras do CONSAMU".

RESULTADO:

Empresa: HF GESTÃO PÚBLICA LTDA no lote único com valor total de R$622.000,00 (seiscentos e vinte e dois mil reais).

Cascavel – PR, 15 de outubro de 2026.

DANILO GUSTAVO NOBRE FIUZA
Encarregado do Setor de Compras e Licitações/ Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:B490980C

PROJUR
DECRETO Nº 482/2026 DATA: 15.10.2026 EMENTA: CRIA FONTES DE DESPESAS E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2025 E ANTERIORES NO VALOR DE R$ 1.146.561,20 (UM MILHÃO, CENTO E QUARENTA E SEIS MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E UM REA

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições contidas na Portaria nº 447/02 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e na Instrução Técnica nº 01/06 da Diretoria Municipal de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e de conformidade com a Lei Municipal nº 2446 de 05 de Dezembro de 2025, e igualmente com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R$ 1.146.561,20 (um milhão, cento e quarenta e seis mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte centavos), na forma abaixo discriminada:

Órgão: 7 - Secretaria Municipal de Fazenda			
Unidade: 1 - Diretoria de Gestão Orçamentaria e Financeira			
Ação: 2 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS - Contabilidade			
Funcional: 0028.0846.0000			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
469	33390930000 - Indenizações e restituições	883	983.862,08
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde			
Ação: 2063 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSÓRCIOS - CISCOPAR E CONSAMU			
Funcional: 0010.0302.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1056	33372390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	413	142.699,12
Ação: 2066 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE			
Funcional: 0010.0302.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1111	33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	413	20.000,00
Valor Total:			**1.146.561,20**

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura e execução do crédito suplementar aberto pelo artigo 1º, serão constituídos por intermédio de recursos de SUPERÁVIT financeiro do saldo da conta contábil e bancária de receitas oriundas do exercício de 2025 e anteriores, na forma abaixo discriminada:

Vínculo	**Valor (R$)**
413 - Bloco de Custeio - Estadual	162.699,12
883 - Convênio Itaipu nº 4108809/2023	983.862,08
Valor Total:	**1.146.561,20**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 16 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:E1428D6A

PROJUR
DECRETO Nº 483/2026 DATA: 15.10.2026 EMENTA: CRIA FONTES DE DESPESAS E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT DE RESTOS A PAGAR ANULADOS DO EXERCÍCIO DE 2025 E ANTERIORES NO VALOR DE R$ 11.819,67 (ONZE MIL, OITOCENTOS E DEZENOVE REAIS E SESSENTA E SETE C

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições contidas na Portaria nº 447/02 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e na Instrução Técnica nº 01/06 da Diretoria Municipal de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e de conformidade com a Lei Municipal nº 2446 de 05 de Dezembro de 2025, e igualmente com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R$ 11.819,67 (onze mil, oitocentos e dezenove reais e sessenta e sete centavos), na forma abaixo discriminada:

Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde			
Ação: 2063 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSÓRCIOS - CISCOPAR E CONSAMU			
Funcional: 0010.0302.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1056	33372390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	413	8.125,64
Ação: 2071 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			
Funcional: 0010.0305.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1839	33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	391	3.694,03
Valor Total:			**11.819,67**

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura e execução do crédito suplementar aberto pelo artigo 1º, serão constituídos por intermédio de recursos de SUPERÁVIT financeiro do saldo da conta contábil e bancária de receitas oriundas do exercício de 2025 e anteriores, na forma abaixo discriminada:

Vínculo	**Valor (R$)**
391 - SESA - Programa Estadual de fortalecimento da vigilância em Saúde - ProvigiA	3.694,03
413 - Bloco de Custeio - Estadual	8.125,64
Valor Total:	**11.819,67**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:89138778

PROJUR
DECRETO Nº 486/2026 DATA: 15.10.2026 EMENTA: EXONERA A PEDIDO DIRETOR DA DIRETORIA DE AGROPECUÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e

consoante dispositivos das Leis Municipais nºs 2.024 de 26.09.2017 e alterações, e, considerando o memorando on-line sob o nº 024/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica exonerado a pedido **ZINALDO DA ROCHA**, portador da CI/RG nº XX.690.10X-X SESP/PR, do cargo em comissão de Diretor da Diretoria de Agropecuária, símbolo CC-02, com desligamento no dia 14 de outubro de 2026, sendo este o seu último dia de trabalho.

Art. 2° Revoga-se o Decreto nº 098/2025 de 09 de janeiro de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 14 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:8D8E9939

PROJUR
DECRETO Nº 487/2026 DATA: 15.10.2026 EMENTA: EXONERA ASSESSOR DA SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA, INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE EM ÁREA URBANA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e consoante dispositivos das Leis Municipais nºs 2.024 de 26.09.2017 e alterações, e, considerando o memorando on-line sob o nº 024/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica exonerado **VANDERLEI NEVES DO NASCIMENTO**, portador da CI/RG nº XX.468.31X-X - SESPII/PR, do cargo em comissão de Assessor da Secretaria de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente em Área Urbana, símbolo CC-03, com desligamento no dia 14 de outubro de 2026, sendo este o seu último dia de trabalho.

Art. 2° Revoga-se o Decreto nº 101/2025 de 09 de janeiro de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 14 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:DA987ADC

PROJUR
DECRETO Nº 488/2026 DATA: 15.10.2026 EMENTA: EXONERA ASSESSOR DA DIRETORIA DE URBANISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e consoante dispositivos das Leis Municipais nºs 2.024 de 26.09.2017 e alterações, e, considerando o memorando on-line sob o nº 024/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica exonerado **FLAVIO CESAR AMES**, portador da CI/RG nº X.X81.40X-X SESP/PR, do cargo em comissão de Assessor da Diretoria de Urbanismo, símbolo CC-04, com desligamento no dia 14 de outubro de 2026, sendo este o seu último dia de trabalho.

Art. 2° Revoga-se o Decreto nº 102/2025 de 09 de janeiro de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 14 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 10 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:3632BC67

PROJUR
DECRETO Nº 489/2026 DATA: 15.10.2026 EMENTA: NOMEIA DIRETOR DA DIRETORIA DE AGROPECUÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DECRETO Nº 489/2026 DATA: 15.10.2026 EMENTA: NOMEIA DIRETOR DA DIRETORIA DE AGROPECUÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e consoante dispositivos da Lei nº 2.024 de 26.09.2017 e alterações, e, considerando o memorando on-line sob o nº 024/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica nomeado **MAURO JOSÉ VANIN,** portador da CI/RG nº X.X90.54X-X - SESP/PR, para exercer, em comissão, o cargo de Diretor da Diretoria de Agropecuária, símbolo CC-02, a partir de 15 de outubro de 2026, com atribuições descritas no artigo 116 da Lei Municipal nº 2.024 de 26.09.2017, cuja remuneração dar-se-á nos termos da Legislação em vigor.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:7A894494

PROJUR
DECRETO Nº 490/2026 DATA: 15.10.2026 EMENTA: NOMEIA DIRETOR DA DIRETORIA DE URBANISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e consoante dispositivos da Lei nº 2.024 de 26.09.2017 e alterações, e, considerando o memorando on-line sob o nº 024/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica nomeado **VANDERLEI NEVES DO NASCIMENTO,** portador da CI/RG nº X.X68.31X-X - SESP/PR, para exercer, em comissão, o cargo de Diretor da Diretoria de Urbanismo, símbolo CC-02, a partir de 15 de outubro de 2026, com atribuições descritas no artigo 114 da Lei Municipal nº 2.024 de 26.09.2017, cuja remuneração dar-se-á nos termos da Legislação em vigor.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:BD55B18E

PROJUR
DECRETO Nº 491/2026 DATA: 15.10.2026 EMENTA: NOMEIA ASSESSOR DA SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA, INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE EM ÁREA URBANA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e consoante dispositivos da Lei nº 2.024 de 26.09.2017 e alterações, e, considerando o memorando on-line sob o nº 024/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica nomeado **FLAVIO CESAR AMES,** portador da CI/RG nº X.X81.40X-X - SESP/PR, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor da Secretaria de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente em área Urbana, símbolo CC-03, a partir de 15 de outubro de 2026, com atribuições descritas no artigo 108 da Lei Municipal nº 2.024 de 26.09.2017, cuja remuneração dar-se-á nos termos da Legislação em vigor.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:DD3BF6B4

SECRETARIA DA FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 015/2026

O Município de Guaíra, Estado do Paraná, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20.03.97, **NOTIFICA** a **Câmara Municipal de Vereadores**, os **Partidos Políticos**, os **Sindicatos** e as **Entidades Empresariais,** com sede no Município de Guaíra, Estado do Paraná, que no dia 15/10/2026, foi creditado na conta corrente nº 575250676-6 da Agência nº 0722 no Banco Caixa Econômica Federal, o valor de R$ 189.588,07 (cento e oitenta e nove mil, quinhentos e oitenta e oito reais e sete centavos), referente a 3ª parcela do Contrato de Financiamento nº 0624064-89/2025, no âmbito do Programa Pró-Moradia, Modalidade PROM - Produção de Conjuntos Habitacionais, para Construção de 65 unidades Habitacionais, neste Município de Guaíra, Estado do Paraná.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Moro da Costa Silva
Código Identificador:78300733

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

CAMARA MUNICIPAL DE GUARACI
AVISO DE DISPENSA

Encontra-se aberto na Câmara Municipal de Guaraci, DISPENSA n° 002/2026, do tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. A presente licitação tem por objeto Aquisição de equipamentos de informática e áudio/vídeo (Televisor 70", Notebook, Impressora Multifuncional Laser Monocromática e Monitor Profissional Multiconexão) para suprir as necessidades operacionais e administrativas da Câmara Municipal de Guaraci/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste aviso e seus anexos. A entrega das propostas terá início às 13:00 do dia 16 de outubro de 2026, e a finalização da entrega das propostas acontecerá às 13:00 do dia 21 de outubro de 2026. Existe interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, onde será selecionada a proposta mais vantajosa.
O Aviso estará disponível aos interessados em participar da presente dispensa, através do e-mail licitacao.camaraguaraci@gmail.com; pelo site do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Guaraci-PR https://guaraci.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/5/licitacoes;
maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 99173-2333 ou pelo e-mail licitacao.camaraguaraci@gmail.com.
Guaraci, 15 de outubro de 2026.

EDSON APARECIDO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Michelli de Souza Soares
Código Identificador:2C379EFF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto no Município de Guaraci, **PREGÃO ELETRÔNICO nº 029/2026**, do tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM.** A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE DESTILADORES DE ÁGUA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO EQUIPAR E FORTALECER A ESTRUTURA DAS UNIDADES DE SAÚDE E DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, CONSIDERANDO AINDA QUE O REFERIDO ITEM RESTOU MALSUCEDIDO NO PREGÃO ANTERIOR, DO MUNICÍPIO DE GUARACI/PR.** A abertura da sessão de disputa dar-se-á no dia **29 de outubro de 2026 às 09:00 horas**. O credenciamento e recebimento das propostas será realizado até as 08:00 horas do dia da sessão de disputa. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, através do e-mail licitacao@guaraci.net; pelo site do Portal da Transparência do Município de Guaraci-PR https://guaraci.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes; pelo Portal BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, disponível no endereço eletrônico https://www.bll.org.br/ ou então pelo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@guaraci.net.

Guaraci, 15 de outubro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:670F7355

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 176/2026

PORTARIA Nº 176/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Conceder 01 diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar professores do Colégio Carmela Dutra no Colégio Regional, no dia 31 de agosto 2026, das 07:30 as 12:00, na cidade de Londrina- Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar munícipes em Nossa Senhora das Graças para Caminhada da Fé, no dia 30 de agosto 2026, das 05:20 as 15:00, na cidade de Nossa Sra das Graças - Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 105,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar munícipe em Universidade para Palestra, no dia 06 de setembro 2026, das 15:00 as 19:00, na cidade de Londrina - Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 140,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para buscar bailarinos para desfile do 7 de setembro, no dia 07 de setembro 2026, das 04:00 as 15:00, na cidade de Goioerê – Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 140,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar munícipe em Universidade para Palestra, no dia 05 de setembro 2026, das 07:00 as 14:00, na cidade de Londrina - Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar munícipe na Clínica Humanas em Londrina, no dia 02 de setembro 2026, das 07:00 as 14:00, na cidade de Londrina - Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 105,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar munícipe em evento cultural próximo ao Shopping Catuaí, no dia 29 de agosto 2026, das 14:00 as 18:30, na cidade de Londrina - Pr.

Conceder 01 diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Eric Leandro Rosa, para levar professores da Apae, em uma palestra no colégio antigo Núcleo, no dia 01 de setembro de 2026, das 07:00 as 14:00, na cidade de Londrina - Pr.
Revogam-se as disposições em contrário.
Município de Guaraci, Estado do Paraná,
Aos 15 dias do mês de outubro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo José Amaro
Código Identificador:3F1C5508

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO ATO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2026

O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.022.508/0001-52, com sede na Travessa Sete de Setembro – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000, por intermédio de seu Departamento de Compras e Licitações, torna público, para os fins do art. 72 c/c art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que pretende realizar a contratação direta, por Dispensa de Licitação, do objeto a seguir especificado:
1. OBJETO: Contratação emergencial de empresa especializada para o fornecimento de materiais de madeira tratada e elementos de fixação, destinados à construção de uma passarela de madeira para acesso ao flutuante localizado na Ilha Rasa, Município de Guaraqueçaba/PR.
2. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: A escolha fundamenta-se pesquisa de mercado, detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), onde a proposta da referida empresa foi a que atendeu a todos os requisitos técnicos do Termo de Referência (TR).
3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente contratação direta fundamenta-se no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021,
4. CONTRATADA: CORADIM MADEIRAS TRATADAS LTDA inscrito no CNPJ: 11.266.139/0001-06
5. VALOR TOTAL:R$ 31.172,50 (trinta e um mil, cento e setenta e dois reais e cinquenta centavos).
6. PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO: O prazo de vigência e execução será de 30 (trinta) dias.
7. DISPOSIÇÕES FINAIS: A documentação completa e integral do processo, incluindo o Documento de Formalização de Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência (TR), de Dotação, encontra-se devidamente autuada e disponível para consulta no Portal da Transparência do Município.

JEFFERSON SUNDADOZO TERESA
Diretor compras e Licitação

8. ADJUDICOo objeto da presente dispensa de licitação à empresa CORADIM MADEIRAS TRATADAS LTDA inscrito no CNPJ: 11.266.139/0001-06

9. HOMOLOGO, com fulcro no art. 75 inciso II da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a presente contratação direta por dispensa

Guaraqueçaba/PR, 15 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:415B3C8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 039.2026

AVISO DE LICITAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº. 039/2026. Objeto: **Aquisição de 01 (uma) Ambulância Tipo Lancha (Ambulancha), caracterizada como Unidade de Suporte Aquático e equipada como serviço de Ambulância de Suporte Básico – Tipo B**, nova, completa, montada, equipada, testada e pronta para utilização, destinada ao transporte sanitário aquático de pacientes e ao deslocamento de profissionais das equipes de saúde, medicamentos, materiais e equipamentos necessários à assistência à saúde em localidades cujo acesso por via terrestre seja difícil ou inexistente. Abertura: 30 de Outubro de 2026, as 14:00 (Quatorze horas), no Portal compras br, https://comprasbr.com.br/. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Edital: Estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Municipal de Guaraqueçaba, https://www.guaraquecaba.pr.gov.br/portal-da-transparencia E Portal Nacional de Contratações Publicas PNCP,

Guaraqueçaba, 15 de Outubro de 2026.

MIGUEL RUBENS PERIM NETO.

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:7C3F00E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 886, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município de Guaraqueçaba afetadas por eventos adversos associados a condições meteorológicas e hidrológicas extremas, com comprometimento da infraestrutura de acesso aquaviário da comunidade insular de Ilha Rasa, e estabelece medidas emergenciais de proteção e defesa civil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação vigente;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 2º, 3º e 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e estabelece competências municipais para a adoção de medidas de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação diante de desastres;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020, e demais normas aplicáveis à declaração e ao reconhecimento de situações de emergência e estados de calamidade pública;
CONSIDERANDO a ocorrência registrada pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, sob nº 771/2026, referente ao colapso parcial de estrutura de trapiche na comunidade insular de Ilha Rasa, ocorrido em 5 de outubro de 2026, às 6h50, conforme Formulário de Informações de Desastre – FIDE;
CONSIDERANDO que, conforme informações constantes do FIDE, no momento da ocorrência havia chuva intensa e maré alta, condições que podem ter contribuído para o agravamento do comprometimento estrutural, sem prejuízo da necessária apuração técnica das causas definitivas;
CONSIDERANDO que o colapso parcial da estrutura provocou ferimentos leves em três pessoas, que receberam atendimento médico, e comprometeu as condições de embarque e desembarque na comunidade;
CONSIDERANDO que aproximadamente 300 moradores da comunidade insular dependem do acesso aquaviário para seus deslocamentos, incluindo cerca de 100 estudantes usuários do transporte escolar por embarcações e sete pessoas acamadas que necessitam de cuidados e acesso a serviços de saúde;
CONSIDERANDO que a restrição de acesso compromete a mobilidade da população, dificulta o atendimento de urgência, o transporte escolar e o abastecimento de alimentos, medicamentos e outros itens essenciais;
CONSIDERANDO a necessidade de adoção imediata de medidas destinadas à redução dos riscos à integridade física dos moradores e à continuidade dos serviços públicos essenciais, especialmente diante da possibilidade de agravamento das condições meteorológicas e hidrológicas;
CONSIDERANDO a necessidade de implantação de solução provisória segura para restabelecer o acesso entre a comunidade e o ponto de embarque aquaviário, até que sejam concluídas as avaliações técnicas e adotadas as medidas necessárias à recuperação definitiva da infraestrutura;
CONSIDERANDO que a declaração de situação de emergência deve estar fundamentada nos danos efetivamente constatados, nos riscos existentes e na demonstração da capacidade municipal de resposta, observados os critérios técnicos da Defesa Civil;

DECRETA:
Art. 1º Fica declarada **SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA** nas áreas do Município de Guaraqueçaba afetadas pelo comprometimento da infraestrutura de acesso aquaviário da comunidade insular de Ilha Rasa, em decorrência da ocorrência registrada em 5 de outubro de 2026, conforme documentação técnica da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Parágrafo único. A delimitação territorial da área afetada, os danos e prejuízos decorrentes da ocorrência e a classificação do desastre deverão observar o Formulário de Informações de Desastre – FIDE, os relatórios técnicos e os demais documentos oficiais que instruem o procedimento administrativo.

Art. 2º A declaração prevista neste Decreto tem por finalidade permitir a adoção coordenada de medidas emergenciais de proteção à população, redução de riscos, restabelecimento provisório do acesso aquaviário e recuperação da infraestrutura pública afetada.

Art. 3º Fica a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil responsável pela coordenação das ações emergenciais, competindo-lhe:
I – monitorar as condições de segurança da área afetada e os riscos relacionados às condições meteorológicas, às marés e às correntes aquáticas;
II – promover o levantamento e a atualização dos danos humanos, materiais e dos prejuízos públicos;
III – orientar a população quanto aos riscos existentes e às medidas preventivas necessárias;
IV – articular, com as Secretarias Municipais e os demais órgãos competentes, as ações de atendimento à comunidade;
V – elaborar e encaminhar os relatórios técnicos, registros fotográficos e demais documentos necessários à instrução dos procedimentos perante os órgãos estaduais e federais de proteção e defesa civil.

Art. 4º Ficam os órgãos da Administração Pública Municipal autorizados, no âmbito de suas respectivas competências, a adotar as providências necessárias ao atendimento da situação emergencial, especialmente:
I – executar medidas provisórias destinadas a assegurar condições adequadas de embarque e desembarque de passageiros;
II – promover a avaliação técnica da estrutura danificada e das condições de segurança da área;
III – assegurar, dentro das possibilidades operacionais e orçamentárias do Município, a continuidade do transporte escolar aquaviário e do acesso aos serviços de saúde e de emergência;
IV – organizar, quando necessário, o transporte e o fornecimento de medicamentos, alimentos e outros itens essenciais à população afetada;
V – adotar medidas de isolamento, sinalização e restrição de acesso a estruturas ou áreas que apresentem risco à integridade física das pessoas.

Art. 5º A eventual construção de passarela provisória em madeira de eucalipto ou a execução de outra solução de acesso emergencial ficará condicionada à avaliação de segurança, à definição técnica da intervenção e à obtenção das autorizações legalmente exigíveis.
Parágrafo único. As intervenções deverão observar as normas técnicas aplicáveis, as exigências ambientais pertinentes, a segurança dos usuários e a necessidade de posterior recuperação definitiva da infraestrutura.

Art. 6º As contratações e aquisições eventualmente necessárias ao enfrentamento da situação emergencial deverão observar a legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com a devida caracterização da urgência, delimitação do objeto, justificativa de preços, demonstração da necessidade e instrução processual correspondente.

Parágrafo único. A declaração de situação de emergência não dispensa o cumprimento dos requisitos legais para a contratação pública, nem autoriza a realização de despesas sem a correspondente disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 7º A Secretaria Municipal competente, em conjunto com a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, deverá providenciar a atualização dos levantamentos de danos e prejuízos e a instrução dos procedimentos necessários à eventual solicitação de reconhecimento da situação de emergência pelos órgãos estaduais ou federais competentes.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, observadas as normas de execução orçamentária e financeira e as medidas de adequação que se mostrarem legalmente necessárias.

Art. 9º A declaração de situação de emergência vigorará pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da publicação deste Decreto, podendo ser revista ou prorrogada mediante novo ato devidamente fundamentado, caso persistam as condições que justificaram sua edição e sejam atendidos os requisitos legais aplicáveis.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal de Guaraqueçaba

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:CDF61DD6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 46/2026 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL OSMAR SCHOTTEN.

CONTRANTE MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.
CONTRATADA OSMAR SCHOTTEN, inscrito no **CNPJ** nº 00.285.111/0001-91, com sede na Paula Miranda nº 46, **Bairro:** Centro, Guaraqueçaba/PR, **CEP:** 83.390-000 representada pelo senhor **OSMAR SCHOTTEN** empresário, CPF nº 206.912.119-49, Carteira de Identidade nº 13056218, órgão expedidor SESP PR.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a **OSMAR SCHOTTEN,** inscrito no CNPJ nº 00.285.111/0001-91,doravante denominado CONTRATADA, de comum acordo e com base no processo administrativo protocolado sob n.º 5393/2025 e no disposto na Lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021, inexigibilidade n.º 08/2025, celebram o presente Termo Aditivo de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO **CONTRATO ADMINISTRATIVO n.º 46/2026, celebrado em, cujo objeto é a** Contratação de empresa para fornecimento de combustível (gasolina comum e diesel s10), em atendimento à Secretarias Municipal de Abastecimento Rural e Insular

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.
As partes, de comum acordo, procedem com a prorrogaçãode prazo de vigência e execução do Contrato Administrativo nº 46/2026, pelo período de 06 (seis) meses, iniciando no dia 07/10/2026, com término em 06/04/2027, com a quantidade a seguir :
Gasolina Comum: 15.000Litros
Diesel S 10: 3.000Litros

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.
As despesas para cobertura dos valores oriundos deste termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária
3.3.90.30.00.00- Material de consumo

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 46/2026, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.
Guaraqueçaba, 06 de outubro de 2026

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHISKI
CPF:039.773.459-07
Prefeito do Município de Guaraqueçaba/PR

OSMAR SCHOTTEN
CNPJ nº 00.285.111/91

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:619663E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 47/2026 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL OSMAR SCHOTTEN.

CONTRANTE MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.
CONTRATADA OSMAR SCHOTTEN, inscrito no **CNPJ** nº 00.285.111/0001-91, com sede na Paula Miranda nº 46, **Bairro:** Centro, Guaraqueçaba/PR, **CEP:** 83.390-000 representada pelo senhor **OSMAR SCHOTTEN** empresário, CPF nº 206.912.119-49, Carteira de Identidade nº 13056218, órgão expedidor SESP PR.
As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a **OSMAR SCHOTTEN,** inscrito no CNPJ nº 00.285.111/0001-91,doravante denominado CONTRATADA, de comum acordo e com base no processo administrativo protocolado sob n.º 5393/2025 e no disposto na Lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021, inexigibilidade n.º 08/2025, celebram o presente Termo Aditivo de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO **CONTRATO ADMINISTRATIVO n.º 47/2025, celebrado em, cujo objeto é a** Contratação de empresa para aquisição de combustível, em atendimento à Secretarias Municipal de Saúde
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO.
As partes, de comum acordo, procedem com a prorrogaçãode prazo de vigência e execução do Contrato Administrativo nº 47/2026, pelo período de 06 (seis) meses, iniciando no dia 09/10/2026, com término em 08/04/2027, com a quantidade a seguir :
Gasolina Comum: 88.050 Litros
Diesel S 10: 28.736 Litros
CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.
As despesas para cobertura dos valores oriundos deste termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária
3.3.90.30.00.00- Material de consumo
CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 47/2026, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 07 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHISKI
CPF:039.773.459-07
Prefeito do Município de Guaraqueçaba/PR

OSMAR SCHOTTEN
CNPJ nº 00.285.111/91

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:3E3B12F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 118/2025 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E A EMPRESA ELIZABETH MARIA BARBOZA ROSA

CONTRANTE MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede na Travessa Sete de Setembro, Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.
CONTRATADA empresa **ELIZABETH MARIA BARBOZA ROSA**, inscrito no CPF/CNPJ nº 05.705.837/0001-50, residente/sediado na **ROD PR 405 KM 36**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo tem por objeto formalizar a**rescisão do Contrato 118/2026 da Inexigibilidade 13/2026,** cujo objeto consiste em CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE LOGÍSTICO FLUVIAL DE APOIO À SAÚDE (PACIENTES, EQUIPES E CARGAS/INSUMOS) NO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA – PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO
2.1. Fica rescindido, a partir de**06/10/2026**, o Contrato 118/2026, Inexigibilidade de Licitação 13/2026, ficando o(a) CREDENCIADO(A), a partir dessa data, desvinculado(a) das obrigações contratual

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS JÁ PRESTADOS E DOS PAGAMENTOS
3.1. As partes declaram que os serviços realizados até a data da rescisão serão devidamente apurados e, estando regulares, serão objeto de pagamento pelo Contratante, observadas as condições estabelecidas no contrato da Inexigibilidade 13/2026 e na legislação aplicável.
3.2. Caso existam valores pendentes de pagamento, estes serão quitados após a regular liquidação da despesa e apresentação dos documentos exigidos pela Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUSÊNCIA DE PENALIDADES
4.1. A presente rescisão, não decorrendo de infração contratual, inadimplemento ou aplicação de penalidade administrativa, razão pela qual não serão aplicadas penalidades ao(à) CREDENCIADO(A), ressalvadas eventuais irregularidades ou obrigações já constituídas e que venham a ser regularmente apuradas.

CLÁUSULA QUINTA – DA QUITAÇÃO
5.1. Cumpridas as obrigações financeiras eventualmente existentes e após a regular apuração dos serviços/fornecimentos realizados até a data da rescisão, as partes darão entre si plena quitação quanto às obrigações decorrentes ao contrato

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
6.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato n.º 118/2026, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo de Prorrogação.
E, por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 15 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba/PR

ELIZABETH MARIA BARBOZA ROSA
CNPJ: 05.705.837/0001-50

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:CC25C7C3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

CONSELHOS MUNICIPAIS
ERRATA N° 01/2026 - CMAS

ERRATA Nº 01/2026

ONDE SE LÊ:

Art. 1° Honório Serpa, 27 de agosto de 2026;

LEIA-SE:

Art. 2° Honório Serpa, 14 de outubro de 2026;

Art. 3° Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Honório Serpa Paraná, 15 de outubro de 2026.

ANELIZE FORNARI CRISTOFOLI
Presidente do CMAS

Publicado por:
Kauely Vitoria Beck
Código Identificador:02C62D82

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO N°13/2026 - CMAS

SÚMULA: APROVA O TERMO DE ADESÃO E O PLANO DE AÇÃO DO PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PAS, PARA O ANO DE 2027.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 352 de 14 de junho de 2010, em reunião ordinária realizada dia 14 de outubro de 2026, conforme ATA n° 11/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Termo de Adesão do Piso Único de Assistência Social – PAS, para o ano de 2027;

Art. 2º Aprovar o Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS, para o ano de 2027;

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Honório Serpa Paraná, 15 de outubro de 2026.

ANELIZE FORNARI CRISTOFOLI
Presidente do CMAS

Publicado por:
Kauely Vitoria Beck
Código Identificador:4B09DEBE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO DA FESTSERPA 2026 EDITAL Nº 09-A/2026 PROCESSO Nº 2705/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO DA FESTSERPA 2026
EDITAL Nº 09-A/2026 • PROCESSO Nº 2705/2026
O Município de Honório Serpa, por meio do Departamento de Administração e Planejamento, torna pública a seleção de interessados em patrocinar a FESTSERPA 2026, observada a Constituição Federal, art. 37, a Lei Orgânica Municipal, arts. 4º, 46, 66 e 108, conforme as condições deste edital. O chamamento está condicionado à instrução e à aprovação prévias da justificativa administrativa de interesse público apresentada na seção 1-A e formalizada no processo administrativo.
1 OBJETO E ABRANGÊNCIA
1.1. Captar patrocínio em dinheiro, bens e serviços para o 7º FESTSERPA 2026, em 12 e 13 de novembro de 2026, no espaço cedido pelo União Esporte Clube, em Avenida São Francisco de Assis, s/n, Centro, Honório Serpa/PR, CEP 85548-000, mediante as cotas e contrapartidas do Anexo I. No segundo dia ocorrerão a final do festival e baile de três horas após a final. O atendimento ao público será das 18h00 de 12/11 às 02h00 de 13/11 e das 18h00 de 13/11 às 02h00 de 14/11, incluindo o encerramento após a meia-noite.
1.2. A adesão não confere direito de exploração da copa ou cozinha, venda de produtos, instalação de estandes ou exclusividade de segmento.
1-A JUSTIFICATIVA DO INTERESSE PÚBLICO E DA CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIOS

1-A.1. A realização da 7ª FESTSERPA 2026, nos dias 12 e 13 de novembro de 2026, constitui iniciativa municipal de interesse público destinada ao incentivo à cultura, à valorização de talentos artísticos de diferentes faixas etárias, ao fortalecimento das tradições locais e à integração da comunidade de Honório Serpa.
1-A.2. O festival oferece espaço de expressão artística e de convivência comunitária, contribuindo para democratizar o acesso às manifestações culturais e valorizar a identidade do Município. A promoção dessas atividades é compatível com os arts. 23, V, 30, IX, e 215 da Constituição Federal, observadas as competências municipais e a legislação aplicável.
1-A.3. A programação também apresenta potencial de estimular a atividade econômica local, especialmente o comércio e a prestação de serviços vinculados ao evento. Esse efeito é acessório à finalidade principal de promoção cultural e integração social, não representando garantia de resultados econômicos específicos.
1-A.4. Considerando a relevância cultural e social do evento e a necessidade de gestão responsável dos recursos públicos, a Administração considera conveniente e oportuna a realização de chamamento público para captação voluntária de patrocínios financeiros e de apoios em bens ou serviços necessários às atividades previamente planejadas. Busca-se ampliar a colaboração da sociedade e reduzir, quando efetivamente possível e comprovável, as despesas suportadas pelo erário.
1-A.5. A captação possui caráter complementar e não substitui o planejamento, a autorização e os controles orçamentários da despesa pública. Não constitui garantia de arrecadação, devendo a Administração identificar previamente as necessidades do evento, estimar os custos, verificar a utilidade e a equivalência econômica dos bens e serviços eventualmente ofertados e prevenir a duplicidade de custeio.
1-A.6. A oferta de contrapartidas limita-se à divulgação institucional do nome ou da marca do patrocinador nas condições objetivas do Anexo I, sendo vedadas vantagens comerciais não previstas, favorecimento em contratações públicas, interferência na atuação administrativa e promoção pessoal de agentes públicos. O chamamento aberto e os critérios uniformes de seleção destinam-se a observar a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência previstas no art. 37 da Constituição Federal.
1-A.7. Os valores financeiros recebidos serão recolhidos e registrados pelos canais oficiais do Município. O ingresso de bens e a execução de serviços serão documentados, avaliados e fiscalizados, com comprovação das entregas e das respectivas contrapartidas. Ao final, a prestação de informações deverá demonstrar os apoios efetivamente obtidos, seu emprego e os benefícios identificáveis para a realização do evento.
1-A.8. Assim, justifica-se o interesse público na FESTSERPA 2026 e a adoção do chamamento para patrocínios como instrumento de cooperação social e de busca de economicidade, condicionados à motivação formal no processo, à aprovação da autoridade competente e às análises técnicas e jurídicas cabíveis.

2 PARTICIPANTES E DOCUMENTOS

2.1. Poderão participar pessoas físicas maiores de 18 anos ou legalmente emancipadas e pessoas jurídicas, legalmente aptas a assumir as obrigações. Não poderão participar interessados sujeitos a impedimento legal aplicável ao instrumento, interpostas pessoas utilizadas para contornar impedimentos ou propostas que dependam de publicidade ilícita.
2.2. Apresentar proposta do Anexo II e declaração de inexistência de impedimento. Pessoa física: CPF, documento de identificação, endereço e contato. Pessoa jurídica: CNPJ, ato constitutivo ou documento equivalente, identificação do representante e comprovação de seus poderes. Havendo bens ou serviços, apresentar o plano do Anexo IV e documentos fiscais e técnicos cabíveis. Documentação adicional de regularidade somente será exigida quando houver fundamento legal aplicável expressamente indicado no edital, de forma proporcional ao objeto.

3 INSCRIÇÃO E CRONOGRAMA

3.1. Apresentar os documentos e a proposta mediante protocolo no Departamento de Administração e Planejamento, Rua Elpídio dos Santos, 541, Centro, Honório Serpa/PR, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, de 16/10/2026 a 23/10/2026, até o fim do expediente, observado o horário de Brasília. Será fornecido comprovante de protocolo. Consultas, impugnações e recursos serão encaminhados pelo e-mail administracao@honorioserpa.pr.gov.br. Informações: (46) 3245-1130 / 3245-1122.

Etapa	Cronograma proposto
Publicação do edital	16/10/2026
Inscrições	16/10 a 23/10/2026, até as 17h00
Esclarecimentos e impugnações	Até 23/10/2026, às 17h00, pelo canal do item 3.1
Respostas e eventuais retificações	Até 23/10/2026
Resultado preliminar	26/10/2026; sorteio público em 27/10, se necessário as 13h30 – No Departamento de Administração.
Recursos e contrarrazões	Recursos: 28/10/2026; contrarrazões: 30/10/2026, até as 17h00
Decisão e resultado final	03/11/2026
Assinatura e recolhimento	04 a 06/11/2026; envio da marca até 06/11/2026

3.2. Respostas, retificações e resultados serão divulgados em Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná – AMP e no site www.honorioserpa.pr.gov.br. Alterações que afetem propostas exigirão reabertura de prazo compatível com o procedimento.

4 ANÁLISE DAS PROPOSTAS

4.1. A comissão foi designada pelo Prefeito Municipal pela portaria 52/2026. Verificará a habilitação, a compatibilidade da proposta, a disponibilidade de cotas e a comprovação da equivalência econômica dos apoios não financeiros, com decisões motivadas e divulgadas. As cotas são: Diamante – R$ 5.000,00; Ouro – R$ 3.000,00; Prata – R$ 2.000,00; Bronze – R$ 1.000,00; e Apoio – R$ 300,00. Os limites quantitativos e as contrapartidas constam do Anexo I. A oferta de bens, serviços ou custeio de atividade dependerá de necessidade previamente identificada, avaliação fundamentada e aprovação municipal antes da execução.
4.2. Serão admitidos os interessados habilitados até a quantidade prevista por cota no Anexo I. A cota Apoio não possui limite numérico. Em caso de excesso de propostas habilitadas para Diamante, Ouro, Prata ou Bronze, haverá sorteio público por cota, com igualdade de chances, registro em ata e suplentes. A oferta de valor superior não confere preferência. Nenhum patrocinador poderá escolher beneficiários, jurados, vencedores ou fornecedores em nome do Município.
4.2.2. O valor atribuído ao patrocínio em bens ou serviços será limitado ao efetivamente comprovado e aceito pelo Município, mediante documentação fiscal idônea, parâmetros de mercado e termo de recebimento, sem transferência de recursos municipais ao patrocinador. Prêmios em dinheiro ou pagamentos pessoais a jurados somente poderão ser incluídos após avaliação jurídica, financeira e tributária específica e definição da forma regular de execução, não se presumindo autorizados por este edital.
4.2.1. Poderão ser oferecidos, como patrocínio não financeiro, bens e serviços destinados à premiação (troféus, medalhas e demais itens previamente definidos), bem como serviços relacionados à atuação de jurados, desde que esses itens integrem o planejamento do festival e sejam previamente aceitos pela Administração, conforme Anexo IV. O patrocinador poderá contratar e pagar diretamente, em nome próprio e por sua conta e risco, fornecedor de bens ou serviços que constitua obrigação exclusiva do patrocinador. É vedado pagar diretamente obrigação já contratada, empenhada ou devida pelo Município, substituir irregularmente despesa pública, contornar licitação ou interferir na seleção e remuneração de jurados ou na definição das premiações.
5.1. Após o resultado final, o selecionado será convocado para firmar o Termo do Anexo III. A parcela financeira será recolhida até 06/11/2026 por guia ou conta de titularidade municipal indicada pela Contabilidade e pelo Financeiro, com identificação do patrocinador e vinculação ao processo. É vedado recolhimento em conta pessoal ou diretamente a agente público. Apoios em bens e serviços serão executados pelo patrocinador nas condições do Anexo IV, inclusive mediante contratação e pagamento direto a fornecedor por conta própria, quando previamente aprovados e sem assumir ou quitar dívida municipal.

5 FORMALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

5.1. Após o resultado final, o selecionado será convocado para firmar o Termo do Anexo III. A parcela em dinheiro será recolhida até 06/11/2026 por guia ou conta de titularidade municipal indicada pela Contabilidade e pelo Financeiro, com identificação do patrocinador e vinculação ao processo. A forma de recolhimento deverá ser

divulgada antes das inscrições. É vedado recolhimento em conta pessoal ou diretamente a agente público.

5.2. O início da divulgação exige termo firmado, pagamento da parcela financeira exigível e aprovação do plano de entrega não financeira. O Anexo IV definirá marcos de entrega e correção. O Município registrará receitas, bens e serviços conforme as regras aplicáveis. O apoio não gera benefício fiscal.

6 CONTRAPARTIDAS E RESPONSABILIDADES

6.1. O Município executará somente as entregas discriminadas no Anexo I e reunirá evidências de sua realização. Não são garantidos número de espectadores, alcance em redes sociais, retorno comercial ou transmissão não prevista no anexo.

6.2. O patrocinador fornecerá marca e arquivos até 06/11/2026, responsabilizando-se por sua titularidade e conteúdo. Pessoa física poderá ser identificada pelo nome autorizado. O uso será limitado às contrapartidas, à duração do ajuste e à manutenção dos registros institucionais, sem cessão definitiva da marca.

6.3. Toda divulgação deve identificar o apoio e respeitar a comunicação institucional, sem promoção pessoal de autoridades. O apoio não interfere em decisões administrativas, contratações, fiscalização ou seleção de participantes do festival.

7 ALTERAÇÕES E ENCERRAMENTO

7.1. No adiamento, as partes formalizarão novo calendário ou encerramento. No cancelamento ou na impossibilidade de entregar contrapartidas, apurar as entregas efetivas e a restituição financeira cabível, conforme Anexo I. Bens ainda disponíveis serão devolvidos quando possível; bens consumidos e serviços prestados terão solução motivada conforme o termo e a legislação, sem promessa automática de ressarcimento em dinheiro. Custos internos não justificam retenção automática.

7.2. O Município publicará os resultados e, até 30 dias após o evento, relatório de execução com receitas, bens, serviços, uso efetivo, saldos e destinação, disponibilizado aos patrocinadores. Preservar dados pessoais desnecessários à transparência. Integrarão o edital os Anexos I a IV.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas, questões ou litígios decorrentes deste edital, com expressa renúncia a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja observada a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa.

Honório Serpa, 15 de outubro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

ANEXO I COTAS E CONTRAPARTIDAS

As publicações ocorrerão entre 11 e 13/11/2026 no Facebook e no Instagram institucionais, com a quantidade de publicações de cada cota cumprida integralmente em cada rede; agradecimentos em locução serão realizados em cada noite. Nas peças coletivas, as marcas terão tratamento equivalente dentro da mesma cota e hierarquia visual proporcional: Diamante 120%, Ouro 100%, Prata 75% e Bronze 50% da área de referência, garantida a legibilidade. Apoio será identificado pelo nome. As contrapartidas serão executadas com a estrutura disponível, sem promessa de audiência ou de alcance. Para fins de eventual execução parcial, atribuem-se 60% às publicações e 40% à locução, distribuídos igualmente entre as entregas de cada grupo. Guardar os links, capturas e registros das menções.

Cota	Valor e limite	Contrapartidas
Diamante	R$ 5.000,00 1 cota	4 publicações individuais e 4 coletivas com marca (8 no total); 8 agradecimentos nominais por noite (16 no total).
Ouro	R$ 3.000,00 2 cotas	3 publicações individuais e 3 coletivas com marca (6 no total); 6 agradecimentos nominais por noite (12 no total).
Prata	R$ 2.000,00 3 cotas	2 publicações individuais e 2 coletivas com marca (4 no total); 4 agradecimentos nominais por noite (8 no total).
Bronze	R$ 1.000,00 5 cotas	2 publicações coletivas com marca; 3 agradecimentos nominais por noite (6 no total).
Apoio	R$ 300,00 Sem limite numérico	1 publicação coletiva com nomes dos apoiadores; 2 agradecimentos coletivos por noite (4 no total).

Publicações entre 11 e 13/11/2026 nos perfis institucionais do Município no Facebook e no Instagram, com identificação da cota. A quantidade de publicações prevista para cada cota será cumprida integralmente em cada uma das duas redes; a reprodução do mesmo conteúdo em ambas não reduzirá a quantidade devida em nenhuma delas; menções na locução em cada noite. Nas peças coletivas, marcas da mesma cota terão área equivalente; Ouro 100%, Prata 75% e Bronze 50% da área de referência, com legibilidade. Apoio será identificado pelo nome. Listas extensas poderão usar carrossel. Confirmar equipe, canal e disponibilidade do locutor antes da publicação; não se prevê contratação adicional de mídia, impressão ou estruturas. Para execução parcial, atribuir 60% do valor da cota às publicações e 40% à locução, divididos igualmente entre as entregas de cada grupo. Guardar links, capturas e registros das menções.

ANEXO II PROPOSTA DE PATROCÍNIO E DECLARAÇÃO

Proponente: [NOME OU RAZÃO SOCIAL]. Cadastro: [CPF OU CNPJ]. Endereço: [ENDEREÇO DO PROPONENTE]. Representante, quando houver: [NOME E QUALIFICAÇÃO]. Contato: [E-MAIL E TELEFONE].

Cota pretendida: [COTA]. Valor total proposto: R$ [VALOR]. Composição: dinheiro R$ [VALOR]; bens R$ [VALOR]; serviços R$ [VALOR]. Itens e prazos: Anexo IV. Valores não financeiros sujeitos à avaliação municipal. Marca a divulgar: [MARCA OU NOME AUTORIZADO]. Arquivos fornecidos: [RELAÇÃO]. Prazo de validade da proposta: até 06/11/2026.

Declaro conhecer o edital e seus anexos, dispor dos poderes e direitos necessários ao uso da marca, não incidir em impedimento legal aplicável e assumir as obrigações da cota. A proposta não condiciona o apoio a vantagem diversa das contrapartidas publicadas, exclusividade comercial ou acesso à copa e cozinha.

Autorizo o uso da marca e dos materiais entregues exclusivamente nas contrapartidas aprovadas. Declaro deter os direitos necessários e responder por seu conteúdo. O uso de símbolos municipais pelo patrocinador exige autorização específica. As informações prestadas são verdadeiras e poderão ser verificadas; dados desnecessários não serão publicados.

[LOCAL E DATA]

[ASSINATURA DO PROPONENTE OU REPRESENTANTE]

ANEXO III TERMO DE PATROCÍNIO

TERMO Nº [NÚMERO]/2026 • EDITAL Nº [NÚMERO]/2026 • PROCESSO Nº [NÚMERO]/2026

Partes: Município de Honório Serpa, CNPJ [CNPJ], representado por João Carlos Garbin, Prefeito Municipal, e [PATROCINADOR], identificado por [CADASTRO E ENDEREÇO], representado por [NOME E PODERES].

1 VALOR E MODALIDADES DE APOIO

Valor econômico aceito: R$ [TOTAL], sendo dinheiro R$ [VALOR], bens R$ [VALOR] e serviços R$ [VALOR]. Dinheiro: recolher até 06/11/2026 por guia ou conta de titularidade municipal indicada pela Contabilidade e pelo Financeiro. Apoio não financeiro: cumprir o Anexo IV aprovado. Não se admite quitar dívida municipal diretamente com fornecedor nem substituir unilateralmente dinheiro por materiais ou serviços.

2 ENTREGAS E FISCALIZAÇÃO

Contrapartidas devidas: [TRANSCREVER ENTREGAS, QUANTIDADES, CANAIS, DATAS E VALORES UNITÁRIOS DO ANEXO I]. O Município executará e documentará essas entregas. O patrocinador enviará os arquivos até 06/11/2026. Gestor: [NOME E ATO]. Fiscal: [NOME E ATO]. Canal para ocorrências: administracao@honorioserpa.pr.gov.br.

3 VIGÊNCIA E MARCA

Vigência: da assinatura até 13/12/2026, preservadas as obrigações de prestação de informações e eventual restituição. A marca será utilizada somente nas peças pactuadas e nos registros institucionais do evento. Não haverá uso para promover agentes públicos, sugerir preferência em compras públicas ou autorizar atividade comercial.

4 INEXECUÇÃO E MUDANÇAS NO EVENTO

As ocorrências serão registradas e comunicadas às partes. Correção, extinção e restituição seguirão o edital. Em caso de entrega parcial, a apuração utilizará os valores e evidências do Anexo I, garantindo manifestação do patrocinador.

5 TRANSPARÊNCIA E SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

A execução financeira e as contrapartidas serão registradas no processo. Dados pessoais serão tratados para seleção, execução,

controle e transparência, observadas as bases legais pertinentes. Controvérsias serão inicialmente submetidas ao canal administrativo administracao@honorioserpa.pr.gov.br, sem prejuízo do acesso ao juízo competente.

Honório Serpa, 15 de outubro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

O valor reconhecido será fundamentado e aceito pelo proponente antes da assinatura. A cota será calculada pela soma da parcela financeira e dos valores não financeiros aprovados. Eventual complemento em dinheiro deverá estar previsto na proposta; não haverá obrigação de adquirir excedentes.

Item aceito	Quantidade e especificação	Valor e fundamento
[BEM OU SERVIÇO]	[UNIDADE, QUANTIDADE, QUALIDADE E ESCOPO]	[VALOR UNITÁRIO, TOTAL E PESQUISA]
[BEM OU SERVIÇO]	[UNIDADE, QUANTIDADE, QUALIDADE E ESCOPO]	[VALOR UNITÁRIO, TOTAL E PESQUISA]
Troféus e premiações materiais	[TIPO, QUANTIDADE, ESPECIFICAÇÃO, DESTINAÇÃO]	[ORÇAMENTO/NOTA FISCAL/VALOR ACEITO]
Serviços de jurados (se admitidos)	[ESCOPO, PERÍODO, CRITÉRIOS DE IMPARCIALIDADE]	[COMPROVAÇÃO DO CUSTEIO E VALOR ACEITO]

2 PLANO DE ENTREGA VINCULADO AO TERMO

Patrocinador: [NOME]. Executor, se diferente: [IDENTIFICAÇÃO E RESPONSABILIDADES]. Entrega ou execução em [LOCAL], até [DATA E HORÁRIO]. Fiscal e responsável pelo recebimento: [NOMES]. Documentos de origem e execução: recibo de entrega e aceite, notas fiscais e documentos técnicos cabíveis; observar a forma fiscal legalmente aplicável ao prestador pessoa física. Se o bem for apenas emprestado, identificar inventário, prazo de devolução e valor de uso, sem computar como doação definitiva.

O patrocinador suportará os custos da prestação pactuada. Serviços sujeitos a habilitação profissional, licenças ou segurança exigirão as comprovações pertinentes. O termo não constitui contratação remunerada pelo Município e não poderá ser utilizado para contornar procedimento de contratação aplicável.

3 ACEITE, CORREÇÃO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

O fiscal registrará quantidade, conformidade e evidências, emitindo recibo de recebimento e aceite, acompanhado das notas fiscais e demais documentos cabíveis. Entrega inadequada será recusada ou terá correção exigida no prazo fixado no plano, compatível com o evento. Substituições dependerão de análise técnica e formalização, preservando a equivalência econômica e a igualdade entre participantes.

A divulgação seguirá os marcos do plano aprovado, com conclusão dos itens necessários antes de seu uso no evento. Inadimplemento permitirá suspender divulgações ainda não executadas e adotar as medidas previstas no edital. O relatório final discriminará dinheiro recebido, bens e serviços efetivamente aceitos, valores reconhecidos e contrapartidas executadas, sem dupla contagem com despesas públicas.

[ASSINATURAS DO PATROCINADOR, AVALIADOR E AUTORIDADE COMPETENTE]

Publicado por:
Elessandra de Oliveira
Código Identificador:B67C713C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE SELEÇÃO PARA COPA E COZINHA DA FESTSERPA 2026 EDITAL Nº 10-A/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2701/2026

EDITAL DE SELEÇÃO PARA COPA E COZINHA DA FESTSERPA 2026

EDITAL Nº 10-A/2026 • PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2701/2026

O Município de Honório Serpa, por meio do Departamento de Administração e Planejamento, torna pública a seleção de entidades sem fins lucrativos para autorização de uso de espaços destinados às atividades de copa e cozinha durante a FESTSERPA 2026, nos dias 12 e 13 de novembro de 2026, a título gratuito, precário e por prazo determinado, conforme as condições deste edital e anexos, observada a motivação administrativa específica constante do processo.

O procedimento observará os princípios do art. 37, caput, da Constituição Federal e as garantias do art. 5º, incisos LIV e LV. A operação estará sujeita à Lei Federal nº 8.078/1990, à Lei Federal nº 8.069/1990, especialmente seus arts. 81, II, e 243, à Lei Federal nº 13.709/2018 e às normas sanitárias e de segurança pertinentes, inclusive a RDC Anvisa nº 216/2004, segundo as orientações e a manifestação da Vigilância Sanitária competente.

1 OBJETO E NATUREZA DA AUTORIZAÇÃO

1.1. Selecionar uma entidade sem fins lucrativos por lote para atendimento ao público no recinto da FESTSERPA 2026, conforme localização, delimitação e estrutura descritas no Anexo I. A seleção visa organizar o atendimento e permitir a arrecadação de recursos para as finalidades estatutárias de interesse social das entidades.

Lote	Atividade autorizada	Vaga
1 Cozinha	Pastéis e alimentos assemelhados. Vedada a venda de bebidas.	1 entidade
2 Copa	Exclusivamente cerveja, água e refrigerantes. Vedada a venda de alimentos e de outras bebidas.	1 entidade

1.2. A autorização será pessoal, intransferível e limitada ao lote, aos produtos e ao período indicados. Não confere propriedade, permanência, direito de renovação ou preferência em edições futuras, nem se estende automaticamente ao rodeio ou a outras atividades.

1.3. Trata-se de autorização administrativa para exploração temporária das atividades durante o evento, sem transferência de recursos financeiros municipais e sem execução de projeto ou atividade em regime de mútua cooperação. Não serão celebrados termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação por este edital.

1.4. O atendimento de 13 de novembro incluirá a final e o baile de três horas subsequente, inclusive eventual término após a meia-noite. Montagem, vistoria, abastecimento e desocupação observarão os horários do Anexo I.

1.5. JUSTIFICATIVA E INTERESSE PÚBLICO. A FESTSERPA 2026 promove manifestações artísticas e culturais, valoriza talentos locais e estimula a integração comunitária. A disponibilização organizada, temporária e gratuita de espaços de copa e cozinha a entidades sem fins lucrativos visa assegurar atendimento ao público e proporcionar oportunidade acessória de obtenção de receitas próprias para as finalidades estatutárias de interesse social dessas entidades, sem transferência de recursos financeiros do Município.

1.6. MOTIVAÇÃO DA ESCOLHA DO INSTRUMENTO. Reconhece-se que, diante da natureza social da destinação, o chamamento público para celebração de acordo de cooperação, na forma da Lei Federal nº 13.019/2014, constitui alternativa a ser considerada na estruturação ordinária de parcerias de interesse público. Excepcionalmente, em razão do prazo reduzido até o evento, adota-se a autorização administrativa de uso, limitada à ocupação e à exploração temporária dos espaços, sem execução compartilhada de plano de trabalho ou transferência de recursos públicos. Essa opção depende de motivação expressa nos autos, avaliação jurídica e demonstração de que a medida atende à finalidade cultural do evento sem frustrar a seleção impessoal e pública das entidades.

1.7. A autorização extinguir-se-á automaticamente ao término do período definido no Anexo I, sem direito à permanência, prorrogação automática ou renovação. A seleção por habilitação e, quando cabível, sorteio público preservará a isonomia, a impessoalidade e a publicidade. A presente autorização não constitui parceria formal regida pela Lei nº 13.019/2014 nem dispensa eventual enquadramento diverso que venha a ser indicado pela Assessoria Jurídica.

2 GRATUIDADE E DESTINAÇÃO DAS RECEITAS

2.1. A autorização será gratuita. Não haverá aluguel, preço de outorga, taxa de inscrição, lance financeiro, patrocínio obrigatório ou repasse de percentual das vendas como condição de acesso ou de permanência no lote.

2.2. A entidade arcará com seus custos operacionais, pessoal, produtos, equipamentos e insumos não disponibilizados no Anexo I, além das licenças e dos tributos legalmente exigíveis. A gratuidade não implica isenção tributária. O fornecimento e o custeio de água e energia deverão constar do Anexo I antes da publicação.

2.3. As receitas das vendas pertencerão à entidade, que destinará o resultado líquido às suas finalidades estatutárias, vedada a distribuição a associados ou dirigentes. Não haverá garantia de público, faturamento ou lucro.

3 PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar pessoas jurídicas sem fins lucrativos regularmente constituídas, cujo estatuto permita aplicar os resultados nas finalidades da entidade.
3.2. Cada entidade poderá apresentar uma única inscrição, em apenas um lote. Não serão admitidas pessoas físicas, sociedades empresárias como titulares da autorização ou inscrições por interpostas pessoas destinadas a contornar os requisitos.
3.3. Não poderão participar entidades dissolvidas ou com impedimento legal ou decisão judicial vigente que alcance a atividade deste edital. Informações falsas ou simulação da condição de entidade sem fins lucrativos ensejarão inabilitação ou cancelamento da seleção, mediante decisão motivada e possibilidade de manifestação.
3.4. Integrantes da comissão e da fiscalização deverão declarar vínculo ou interesse que comprometa sua imparcialidade e se afastar da análise da respectiva entidade, com substituição formal. A participação de entidade não será recusada por mera afinidade pessoal ou política.

4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A inscrição deverá conter: a) formulário e declarações do Anexo II; b) comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ; c) estatuto e alterações registrados; d) ata vigente de eleição da diretoria ou documento equivalente; e) identificação do representante legal e comprovação de seus poderes, quando necessária; f) certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, inclusive contribuições previdenciárias, na forma aplicável; g) prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e a Fazenda Municipal da sede da entidade; h) certificado de regularidade do FGTS, quando legalmente exigível; i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou positiva com efeitos de negativa. Serão aceitos documentos equivalentes legalmente admitidos e hipóteses de dispensa formalmente justificadas.
4.1.1. As certidões deverão estar válidas na data prevista para habilitação, admitida verificação eletrônica pela comissão. Eventual exigência dispensada por disposição legal aplicável deverá ser expressamente fundamentada no processo, sem imposição de obrigação incompatível com a natureza jurídica da entidade.
4.2. O estatuto deverá demonstrar a ausência de finalidade lucrativa e a destinação dos resultados às finalidades da entidade. A inscrição identificará responsável operacional, produtos, equipamentos, equipe prevista e necessidades de água, energia e gás.
4.3. A abertura da operação ao público fica condicionada à avaliação e à liberação da Vigilância Sanitária competente e das autoridades de segurança, inclusive quanto às licenças ou dispensas formalmente reconhecidas, à higiene, ao acondicionamento, à manipulação e à comercialização de alimentos e bebidas. A exigência de CNAE específico de manipulação de alimentos não será presumida como condição geral de habilitação: sua necessidade, assim como outras condições cadastrais ou operacionais, dependerá da orientação sanitária aplicável à atividade efetivamente exercida.
4.4. Serão admitidas cópias legíveis, sujeitas à conferência com os originais ou validação eletrônica. A comissão poderá realizar diligências e conceder prazo uniforme para esclarecer informações ou comprovar condição já existente na data de encerramento das inscrições, sem alterar o lote escolhido ou permitir vantagem entre participantes.

5 INSCRIÇÕES E COMUNICAÇÕES

5.1. As inscrições serão gratuitas, mediante protocolo no DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, Rua Elpidio dos Santos 541, centro – Honório Serpa – PR, no horário das 08h00 as 12h00 e das 13h00 as 17h00, até o encerramento indicado no cronograma, observado o horário de Brasília. O recebimento deverá gerar comprovante com data e identificação da entidade.
5.2. A comissão será designada por ato próprio. O edital, suas retificações e todas as decisões serão divulgados no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná - AMP e no www.honorioserpa.pr.gov.br Consultas, impugnações e recursos serão encaminhados pelo e-mail – administracao@honorioserpa.pr.gov.br.
5.3. Qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o edital até três dias úteis antes do encerramento das inscrições. A comissão responderá antes do encerramento; alteração que afete a participação ou a formulação da inscrição exigirá retificação e reabertura de prazo adequado.
5.4. A seleção será conduzida conforme o cronograma abaixo. Os prazos de recursos são estabelecidos por este edital, não sendo apresentados como prazo mínimo legal de outro regime.

Etapa	Data prevista em 2026
Publicação do edital	16/10
Inscrições	16/10 a 23/10, até o fim do expediente
Habilitação preliminar	27/10
Recursos da habilitação	27/10
Contrarrazões aos recursos da habilitação	29/10
Decisão dos recursos e habilitação definitiva	30/10
Sorteio público eletrônico e resultado preliminar	03/11, às 13:30 em Departamento de Administração
Recursos do resultado	05/11
Contrarrazões aos recursos do resultado	06/11
Decisão final e homologação	10/11
Atendimento ao público	12/11 e 13/11, incluindo final e baile

5.5. A contagem de prazos em dias úteis excluirá o dia da divulgação e incluirá o do vencimento, considerando os dias de expediente municipal. Se houver suspensão de expediente ou atraso em decisão que afete etapa subsequente, a comissão divulgará cronograma retificado e assegurará os prazos integrais, sem antecipar sorteio, homologação ou liberação da atividade.

6 HABILITAÇÃO E SORTEIO PÚBLICO ELETRÔNICO POR LOTE

6.1. A comissão publicará a relação preliminar de habilitados e inabilitados por lote, com motivação das decisões. Após a apreciação dos recursos, divulgará a lista definitiva. Não haverá classificação por ordem de chegada, preço ou volume prometido de vendas.
6.2. Havendo uma única entidade habilitada no lote, ela será selecionada. Havendo duas ou mais, será realizado sorteio público eletrônico para definir a selecionada e a ordem completa dos suplentes. Sem habilitados, poderá haver reabertura das inscrições com publicidade e preservação das condições e dos prazos de defesa.
6.3. O sorteio será realizado eletronicamente, separadamente por lote, em sessão pública, por meio da ferramenta de sorteio de nomes disponível em https://sorteio.com/sorteio-de-nomes. A comissão exibirá a lista definitiva de habilitados e inserirá a denominação de cada entidade uma única vez, em linha própria, conferindo a ausência de duplicidades e omissões antes de iniciar. A tela e as configurações utilizadas serão exibidas aos presentes, com igualdade de condições entre os participantes.
6.4. Será configurada a seleção de um nome por rodada. A entidade sorteada na primeira rodada será a selecionada; nas rodadas seguintes, será definida, sucessivamente, a ordem dos suplentes. Após cada resultado, a entidade sorteada será registrada em ata e excluída da lista antes da rodada seguinte, até esgotar todos os participantes do lote. A sessão será documentada por gravação contínua da tela e capturas dos resultados. A ata registrará data, horário, endereço da ferramenta, lista de habilitados, configurações, sequência integral, presentes, ocorrências e assinaturas da comissão. Somente as denominações das entidades serão inseridas na ferramenta, sem documentos ou dados pessoais desnecessários. A ausência da entidade não impedirá sua participação.
6.5. Inconformismo com o resultado não autoriza repetição de rodada válida. Indisponibilidade do site ou da conexão, ou falha técnica, será registrada em ata e poderá ensejar suspensão da sessão, com divulgação da retomada. Serão preservados os resultados das rodadas concluídas e devidamente registrados cuja validade não tenha sido afetada. Eventual anulação de rodada ou da sessão exigirá decisão motivada, identificação dos resultados atingidos e prévia divulgação de nova sessão. Testes da ferramenta deverão ocorrer antes da sessão, com nomes fictícios, sem utilização da lista oficial de habilitados.

7 RECURSOS E FORMALIZAÇÃO

7.1. Caberá recurso contra a habilitação e contra o resultado, inclusive por irregularidade no sorteio, em três dias úteis contados da divulgação. Os interessados terão acesso aos fundamentos e aos documentos pertinentes, resguardados dados pessoais desnecessários, e poderão apresentar contrarrazões em dois dias úteis após a divulgação dos recursos.
7.2. Os recursos serão dirigidos à comissão pelo canal do item 5.2. A comissão poderá reconsiderar a decisão; se a mantiver, encaminhará o recurso, com manifestação, ao Prefeito Municipal, a quem caberá a decisão final e a homologação.

7.3. Não será realizado sorteio antes da decisão dos recursos da habilitação. A homologação e a emissão da autorização dependerão da decisão dos recursos tempestivos que possam afetar o resultado.
7.4. Após a homologação, a entidade será convocada para receber a autorização e assinar a ciência e o compromisso do Anexo III em um dia útil. Recusa, desistência ou impossibilidade de cumprir as condições de funcionamento ensejarão decisão motivada e convocação do próximo suplente do mesmo lote. A convocação do suplente não dispensa as licenças nem a vistoria.
7.5. A entrega do espaço dependerá da autorização municipal, da ciência da entidade e da vistoria. Patrocínio ao festival não confere vantagem na seleção ou direito de exploração comercial fora do lote.

8 OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE AUTORIZADA

8.1. Providenciar e custear pessoal, produtos, utensílios, equipamentos e insumos não fornecidos no Anexo I. Manter atendimento durante os horários autorizados e respeitar a acessibilidade, a lotação, as rotas de fuga e a capacidade das instalações elétricas e de gás.
8.2. Garantir procedência, validade, conservação, refrigeração, higiene e preparo seguro dos produtos; cumprir as orientações da Vigilância Sanitária e as boas práticas aplicáveis. Manter tabela de preços visível e prestar informações claras ao consumidor.
8.3. É proibido vender ou fornecer bebida alcoólica a menores de 18 anos, mesmo gratuitamente, conforme os arts. 81, inciso II, e 243 da Lei Federal nº 8.069/1990. A entidade verificará a idade quando houver dúvida. Não serão servidos produtos ao público em recipientes de vidro.
8.4. Manter limpa a área de operação e seus equipamentos, disponibilizar recipientes de resíduos e encaminhá-los aos pontos de coleta definidos. A limpeza geral do evento não substitui essas obrigações.
8.5. Não ceder, sublocar ou repassar a exploração a associado, empresa ou terceiro. Empregados, voluntários e colaboradores atuarão sob responsabilidade da entidade, respeitada a legislação aplicável. A entidade responderá por danos comprovadamente decorrentes de sua atuação, mediante apuração.
8.6. Manter registros das receitas, despesas e destinação do resultado e apresentar, até 30 dias após o encerramento do evento, relatório sintético assinado pelo representante, com totais de vendas, custos, resultado líquido e finalidade estatutária beneficiada. A obrigação se limita à demonstração do uso da oportunidade concedida por este edital.

9 OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E LIMITES DA AUTORIZAÇÃO

9.1. Disponibilizar os espaços destinados à copa e à cozinha no recinto do evento, fornecer apenas os bens e utilidades indicados no Anexo I, designar responsável pelo acompanhamento e fiscal, organizar os acessos e registrar entrega e devolução.
9.2. A divisão de produtos vincula as entidades selecionadas. Não haverá exclusividade geral perante outros vendedores, salvo limite expressamente definido no Anexo I antes da publicação. A publicidade comercial dependerá das regras da organização do evento.

10 FISCALIZAÇÃO E ENCERRAMENTO

10.1. Irregularidades serão registradas pelo fiscal e comunicadas à entidade, com descrição do fato e prazo de correção compatível com a gravidade. Risco à saúde ou segurança poderá justificar interrupção imediata da atividade, mediante registro e motivação, com comunicação à autoridade competente.
10.2. Descumprimento das regras de produtos, repasse da exploração, falsidade documental, ausência de licença exigível, abandono da operação ou reiterada recusa de correção poderão ensejar cancelamento da autorização por decisão do Prefeito Municipal. A entidade será notificada dos fatos e terá três dias úteis para apresentar defesa antes da decisão definitiva, sem prejuízo de medida cautelar necessária e das competências sanitárias ou de segurança.
10.3. A autorização é precária e poderá ser revogada por interesse público superveniente devidamente motivado, mediante comunicação à entidade, com prazo de desocupação compatível com a urgência e a segurança do evento. A revogação regular, por si só, não gera direito a indenização, retenção do espaço ou compensação financeira em favor da entidade, ressalvadas hipóteses de responsabilidade previstas em lei e reconhecidas na forma legal. A revogação não será utilizada como penalidade disfarçada, aplicando-se ao descumprimento as garantias do item 10.2. A anulação por ilegalidade observará decisão fundamentada e o direito de manifestação quando cabível.
10.4. Não são instituídas por este edital multas pecuniárias ou impedimentos de participar de outros procedimentos. Danos e responsabilidades legais serão apurados em procedimento próprio, assegurados contraditório e defesa.
10.5. Alteração, adiamento ou cancelamento do festival exigirão decisão motivada e comunicação. A entidade assume o risco comercial ordinário, sem garantia de receitas e sem renúncia genérica a direitos legalmente assegurados.
10.6. Ao término do período autorizado, a entidade devolverá o espaço limpo e os bens inventariados, ressalvado desgaste regular, com vistoria conjunta. Resultados e informações essenciais serão publicados, protegidos os dados pessoais desnecessários. Integram este edital os Anexos I a IV.
10.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas, questões ou litígios decorrentes deste edital, com expressa renúncia a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja observada a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa.

Honório Serpa, 15 de outubro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

ANEXO I MEMORIAL DOS ESPAÇOS

EDITAL Nº [NÚMERO]/2026 • PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [NÚMERO]/2026
Local do evento: União Esporte Clube, Honório Serpa/PR. Endereço completo: Avenida São Francisco de Assis, s/n - Centro, Honório Serpa - PR, 85548-000. Os campos de infraestrutura e os horários deverão ser completados antes da publicação.

Lote	Área e produtos
1 Cozinha	Pastéis e alimentos assemelhados. Sem bebidas.
2 Copa	Somente cerveja, água e refrigerantes. Sem alimentos ou outras bebidas.

Montagem e vistoria: até as 16h00 do dia 12/11. Atendimento de 12/11: 18h00 – 13/11 - 02h00. Atendimento de 13/11: 18h00 – 14/11 - 02h00, incluindo a final e o baile de três horas subsequente, inclusive se o encerramento ultrapassar a meia-noite. Abastecimento: conforme necessidade apenas pelo acesso proprio. Retirada e devolução: 14-11 a partir das 09h00.

Estrutura	Lote 1 Cozinha	Lote 2 Copa
Bens fornecidos	Pias, bancadas em marmore, fogão industrial.	Apenas espaço.
Água e energia	Pontos já instalados na cozinha do Clube. Sem custo a entidade.	Pontos já instalados na copa do Clube. Sem custo a entidade.
Gás e instalações	Gás e equipamentos de preparo por conta da entidade; instalação sujeita à vistoria e por responsabilidade da entidade.	NÃO SE APLICA
Limpeza e resíduos	Área e equipamentos por conta da entidade.	Área e equipamentos por conta da entidade.

Preços máximos: bebidas e alimentos R$ 7,00. Os preços praticados deverão estar visíveis ao consumidor.
O uso será gratuito em ambos os lotes. Não serão exigidas refeições gratuitas, doações, patrocínios ou repasses de vendas como condição de uso. Os demais utensílios, insumos e equipamentos serão providenciados pela entidade. O inventário definitivo será registrado na entrega, sem modificar os encargos informados neste anexo.

ANEXO II INSCRIÇÃO E DECLARAÇÕES

EDITAL Nº [NÚMERO]/2026 • PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [NÚMERO]/2026

Identificação da entidade

Denominação: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Representante e cargo: _____
E-mail e telefone: _____
Finalidades estatutárias: _____
Lote escolhido, assinalar apenas um: ( ) Lote 1 Cozinha ( ) Lote 2 Copa
Responsável operacional e contato: _____
Equipe prevista e funções: _____

Plano de operação

Produtos: _____
Equipamentos próprios: _____
Necessidades de água, energia e gás: _____

Organização da higiene, atendimento e resíduos: _____
Finalidade a ser beneficiada pelo resultado: _____

Declarações do representante

Declaro que a entidade é regularmente constituída, não possui fins lucrativos e aplicará o resultado líquido da operação em suas finalidades estatutárias, sem distribuição a associados ou dirigentes. As informações prestadas são verdadeiras e poderão ser verificadas.

Declaro conhecer as condições do lote e assumir pessoal, produtos, insumos e demais custos de responsabilidade da entidade, sem garantia de faturamento ou repasse financeiro municipal. A autorização será gratuita, temporária, precária, pessoal e intransferível.

Declaro ciência da seleção por habilitação e sorteio público eletrônico, quando houver mais de uma entidade apta no lote, com formação de suplência e sem preferência por pagamento ou patrocínio. A ausência à sessão não impede a participação.

Comprometo-me a comprovar as licenças ou dispensas exigíveis antes da abertura, cumprir as regras sanitárias e de segurança, impedir fornecimento de álcool a menores e não transferir a exploração a terceiros. A entidade apresentará o relatório do item 8.6.

Declaro inexistir impedimento legal aplicável à entidade, comprometo-me a manter a regularidade fiscal e trabalhista exigível e informarei fatos que possam gerar conflito de interesses. Estou ciente da publicidade dos atos e do tratamento de dados para seleção, execução, fiscalização e transparência, sem autorização irrestrita de uso promocional da imagem pessoal.

Documentos anexados: _____

Honório Serpa, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do representante legal

ANEXO III AUTORIZAÇÃO TEMPORÁRIA E PRECÁRIA

AUTORIZAÇÃO Nº [NÚMERO]/2026 • EDITAL Nº [NÚMERO]/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [NÚMERO]/2026

O Município de Honório Serpa, CNPJ [CNPJ DO MUNICÍPIO], por seu Prefeito Municipal, autoriza [ENTIDADE], CNPJ [CNPJ], representada por [NOME E CARGO], selecionada no procedimento acima, a explorar gratuitamente a atividade do lote [NÚMERO], no recinto da FESTSERPA 2026, conforme o edital, a homologação e as condições seguintes.

1. Objeto: operação do lote [NÚMERO, ÁREA E PRODUTOS], em [ENDEREÇO], para atendimento em 12 e 13/11/2026, incluindo a final e o baile de três horas após a final do segundo dia, conforme o Anexo I. O uso é pessoal, temporário, precário e intransferível.

2. Acesso e período: entrega em [DATA E HORA]; operação e abastecimento nos horários do Anexo I; devolução em [DATA E HORA]. O atendimento dependerá da comprovação das condições exigíveis e da vistoria anterior à abertura.

3. Gratuidade: não haverá aluguel, preço de outorga, lance, patrocínio obrigatório ou repasse de percentual das vendas. A entidade assumirá seus encargos operacionais e destinará o resultado líquido às finalidades estatutárias. Permanecem exigíveis as licenças e os tributos previstos em lei.

4. Acompanhamento: o Município fornecerá somente os bens e utilidades descritos no Anexo I e fiscalizará a operação. Responsável pelo acompanhamento: [NOME E ATO]. Fiscal: [NOME E ATO]. O registro de entrega integram esta autorização.

5. Fiscalização, revogação e extinção: a autorização poderá ser interrompida cautelarmente, cancelada por descumprimento, revogada por interesse público superveniente ou anulada por ilegalidade, observados os itens 10.2 e 10.3 do edital. Por sua natureza gratuita e precária, a revogação regular e motivada não confere à entidade direito a indenização, retenção, permanência ou compensação financeira, ressalvados direitos inderrogáveis expressamente assegurados pela legislação.

6. Encerramento: a autorização extingue-se automaticamente ao final do período estabelecido no Anexo I, sem renovação ou prorrogação automática. A entidade devolverá o espaço e os bens nas condições estabelecidas e apresentará relatório sintético até 30 dias após o evento. Eventuais danos serão apurados mediante evidências e manifestação da entidade.

7. Foro: fica eleito o foro da comarca judicial competente para o Município de Honório Serpa/PR, respeitadas as normas de competência absoluta, para questões judiciais decorrentes desta autorização.

8. Condições sanitárias: a operação dependerá de prévia liberação da Vigilância Sanitária competente e do atendimento às exigências efetivamente aplicáveis a cada lote, inclusive às boas práticas pertinentes da RDC Anvisa nº 216/2004.

Honório Serpa, ____ de _____ de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Ciência e compromisso da entidade

Declaro ter recebido esta autorização e assumir o cumprimento do edital, de seus anexos e das condições acima, incluindo os limites de produtos, horários, responsabilidade operacional e devolução. A assinatura registra a ciência e o compromisso da entidade autorizada.

_____
Nome e assinatura do representante legal
Entidade e CNPJ: [IDENTIFICAÇÃO]

ANEXO IV REGISTRO DE ENTREGA E DEVOLUÇÃO

Processo: _____ Lote: _____
Entidade: _____
Vistoria: ( ) Entrega ( ) Devolução
Data e hora: _____
Participantes e funções: _____

Bem ou instalação	Quantidade e estado	Pendência e responsável
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Limpeza e resíduos: _____
Instalações elétricas, água e gás: _____
Medidores e chaves, se houver: _____
Fotografias e documentos anexos: _____
Correções e prazo: _____
Ressalvas: _____
_____
_____
_____
Responsável municipal

_____
Representante da entidade

Publicado por:
Elessandra de Oliveira
Código Identificador:3742121C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 052, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA
ESTADO DO PARANÁ
Rua Elpídio dos Santos, nº 541 - Fone (46) 3245-1130
CEP - 85548-000 - Honório Serpa - PR

PORTARIA Nº 052, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Designa Comissão Gestora dos procedimentos de seleção de copa e cozinha e de captação de patrocínios da 7ª FESTSERPA 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA, Estado do Paraná, JOÃO CARLOS GARBIN, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, considerando o art. 37 da Constituição Federal e os Processos Administrativos nº 2701/2026 e nº 2705/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a Comissão Gestora responsável pela condução e pelo acompanhamento dos seguintes procedimentos relativos à 7ª FESTSERPA 2026:

I – Edital nº 10-A/2026, Processo Administrativo nº 2701/2026: seleção de entidades sem fins lucrativos para autorização temporária e precária de uso dos espaços de copa e cozinha;
II – Edital nº 09-A/2026, Processo Administrativo nº 2705/2026: chamamento público para captação de patrocínios privados em dinheiro, bens e serviços.
Art. 2º A Comissão Gestora terá a seguinte composição:

Função	Servidor designado
Presidente	LÚCIO DIEGO GUERRA
Membro	MARCIANE BORGES DE CAMARGO
Membro	ELESSANDRA DE OLIVEIRA

Art. 3º Compete à Comissão, conforme os editais: analisar inscrições, propostas e documentos; verificar habilitação; realizar diligências; organizar os sorteios públicos, quando cabíveis; lavrar atas e decisões motivadas; divulgar resultados; analisar recursos e encaminhá-los à autoridade competente, quando necessário; e instruir a formalização dos instrumentos.
Art. 4º A Comissão acompanhará o cumprimento das obrigações dos selecionados e patrocinadores, registrará ocorrências e encaminhará à unidade competente as providências de fiscalização, recebimento, controle financeiro ou decisão que excedam suas atribuições, sem substituir as competências da Vigilância Sanitária, dos setores contábil e financeiro e da autoridade homologadora.
Art. 5º Os designados observarão a legalidade, a impessoalidade, a publicidade e a motivação dos atos, resguardando dados protegidos. Deverão comunicar eventual impedimento ou conflito de interesses e se abster de atuar no caso até sua substituição formal.

Art. 6º Os trabalhos serão registrados separadamente nos respectivos processos administrativos, observando-se os prazos, os critérios e as competências definidos em cada edital.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos até a conclusão das atividades e obrigações dos editais, sem prejuízo de alteração por ato posterior.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa/PR, em 15 de outubro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elessandra de Oliveira
Código Identificador:398F9BA2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LEILÃO ELETRONICO 03.2026

AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO Nº 03/2026

O **MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA,** Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitações, designada pela portaria nº 04/2026, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações e demais legislações aplicáveis à espécie; e o leiloeiro oficial contratado, André Luiz Wuitschik, Matriculado na Junta Comercial do Paraná, em conformidade de Leiloeiro Oficial 20/327-L, designado pela portaria Municipal 35/2026 em conformidade com o disposto no art. 4º do Decreto nº. 21.981 de 1932, e art. 32, I, da Lei nº. 8.934/94, de 18 de novembro de 1994 , suas alterações e demais legislações aplicáveis à espécie, **TORNA PÚBLICO** a realização de licitação no dia **10/11/2026**, às **10:30 horas**, o evento será realizado exclusivamente na forma **ON-LINE** através do site ANDRÉ LUIZ LEILÕES www.andreluizleiloes.com.br; e Considerando que o Leiloeiro André Luiz Wuitschik é um agente de vendas no Superbid Exchange, através do SUPERBID EXCHANGE www.superbid.net na modalidade **LEILÃO**, na forma **ON-LINE** visando a alienação dos **BENS** especificados no item nº.1 deste edital, sendo a presente licitação do tipo **"MAIOR LANCE"**, de cada **LOTE**, observadas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, pelo Decreto Federal nº. 21.981/32, de 19 de outubro de 1932, com as modificações introduzidas pelo Decreto nº. 22.427/33, de 01 de fevereiro de 1933, e de mais legislações pertinentes, bem como as disposições contidas no presente Edital.

Honório Serpa, 15 de Outubro de 2026

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:D68D246F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA 45/2026

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/2026

Com base nas justificativas e anexos, **AUTORIZO e RATIFICO** o Processo Administrativo nº 99/2026, modalidade Dispensa de Licitação nº 45/2026 da Prefeitura Municipal de Honório Serpa com o seguinte objeto: **Aquisição de 01 (uma) impressora de etiquetas para identificação patrimonial, acompanhada de etiquetas compatíveis, destinada ao atendimento das necessidades do Município de Honório Serpa/PR, visando garantir a identificação, o controle, a organização e a rastreabilidade dos bens móveis pertencentes ao patrimônio público municipal**. E **ADJUDICO** o objeto em favor da empresa: **FLC SUPRIMENTOS LTDA** – CNPJ 22.371.010/0001-76, situada na Rua DR CLAUDINO DOS SANTOS - CEP 85.550-000, na cidade de Coronel Vivida - PR. **Valor da contratação: R$ 3.699,90 (três mil seiscentos e noventa e nove reais, noventa centavos).**
Gabinete do Prefeito Municipal, 15 de Outubro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:D003422F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 44/2026

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 44/2026

Com base nas justificativas e anexos, **AUTORIZO e RATIFICO** o Processo Administrativo nº 98/2026, modalidade Dispensa de Licitação nº 44/2026 da Prefeitura Municipal de Honório Serpa com o seguinte objeto: **AQUISIÇÃO DE REVISÃO CREDENCIADA DO VEICULO HB20 TBX 6J80,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. E **ADJUDICO** o objeto em favor da empresa**:** Dados do contratado: **SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A CNPJ: 11.596.056/0002-58** situada na AVENIDA TUPI N°631 - PATO BRANCO - PR - CEP:85.504-000. Valor da contratação: **R$ 1.508,58 (um mil quinhentos e oito reais, cinquenta e oito centavos). Com base no art. 75 inciso IV alínea ''a'' da Lei 14.133/2021.**
Gabinete do Prefeito Municipal, 15 de Outubro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:FF375A0B

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CHAMAMENTO 01-Z.6

EDITAL 01-Z.6 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a convocação de candidato aprovado no Teste Seletivo Simplificado nº 001/2026, Edital de Abertura nº 01-A/2026 e Edital de Homologação do Resultado nº 01-I/2026 de 27 de março de 2026.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1.º Convocar os nomes abaixo relacionados, devidamente aprovados (a), para tomar posse da vaga oriunda do Teste Seletivo Simplificado n° 01-A/2026, devendo comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Honório Serpa-Pr, munidos dos documentos exigidos no referido edital, no prazo de 24 (vinte e quatro horas) após a publicação.

CARGO: AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS PSS

Nº Ordem	Candidato(a)	CLASSIFICAÇÃO
07	Jusara Aparecida Da Silva	7º

CARGO: MOTORISTA CAMINHÃO/ONIBUS PSS

Nº Ordem	Candidato(a)	CLASSIFICAÇÃO
06	João Maria De Brito	6º

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, 15 de outubro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:F7A632C9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CAMARA MUNICIPAL DE IGUARAÇU
CERTIFICAÇÃO MENSAL DE EFETIVO EXERCÍCIO

PODER LEGISLATIVO DE IGUARAÇU – ESTADO DO PARANÁ
CERTIFICAÇÃO MENSAL DE EFETIVO EXERCÍCIO

Mês/Ano de referência: Agosto/2026

SIDNEI ROBERTO FEDRIGO, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e, na qualidade de **chefia imediata e autoridade administrativa**, **CERTIFICO**, para fins administrativos e de regularidade funcional, que os servidores abaixo relacionados **encontram-se em efetivo exercício de suas atribuições**, tendo desempenhado regularmente as atividades inerentes aos respectivos cargos durante o período acima indicado, conforme acompanhamento direto das rotinas administrativas, participação em sessões, reuniões, comissões e demais atividades legislativas.
Declaro, ainda, que não houve registro de ausências injustificadas, descumprimento funcional ou irregularidade no exercício das funções no período certificado, ressalvados os afastamentos legais por férias regulamentares devidamente concedidas e documentadas, razão pela qual resta validado o pagamento da remuneração correspondente."

SERVIDORES EFETIVOS	CARGO	Situação Funcional
Décio Vicente Galdino Cardin	Contador	Em efetivo exercício
Rafael Vieira Ramalho	Advogado	Em efetivo exercício
Rosimara de Oliveira	Oficial Administrativo	Em efetivo exercício
Fabiana Borgo Fernandes	Agente de Asseio e Conservação	Em efetivo exercício

Servidores Comissionados	Cargo	Situação Funcional
Drieli Cristina Lopes	Chefe de Divisão de Apoio Legislativo	Em efetivo exercício
Guilherme Ribeiro Rui	Chefe de Divisão de Comunicação Institucional	Em efetivo exercício.
José da Silva Costa	Assessor Legislativo	Em efetivo exercício
Sérgio Costa	Assessor Jurídico	Em efetivo exercício até 02/08/2026, entrando em férias regulamentares no período de 03/08/2026 a 22/08/2026, retornando ao efetivo exercício em 23/08/2026.
Simone Bernardo da Silva	Chefe de Divisão de Contabilidade e Finanças	Em efetivo exercício
Wanderson dos Santos Goulart	Encarregado de Seção de Protocolo e Arquivo	Em efetivo exercício

A presente certificação **não constitui controle de ponto**, mas instrumento de **responsabilização administrativa da chefia**, em conformidade com a autonomia do Poder Legislativo e com a legislação vigentes.

Câmara Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 08 de setembro de 2026.

Publicado por:
Decio Vicente Galdino Cardin
Código Identificador:2328853E

CAMARA MUNICIPAL DE IGUARAÇU
CERTIFICAÇÃO MENSAL DE EFETIVO EXERCÍCIO

PODER LEGISLATIVO DE IGUARAÇU – ESTADO DO PARANÁ
CERTIFICAÇÃO MENSAL DE EFETIVO EXERCÍCIO

Mês/Ano de referência: Setembro/2026

SIDNEI ROBERTO FEDRIGO, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e, na qualidade de **chefia imediata e autoridade administrativa**, **CERTIFICO**, para fins administrativos e de regularidade funcional, que os servidores abaixo relacionados **encontram-se em efetivo exercício de suas atribuições**, tendo desempenhado regularmente as atividades inerentes aos respectivos cargos durante o período acima indicado, conforme acompanhamento direto das rotinas administrativas, participação em sessões, reuniões, comissões e demais atividades legislativas.
Declaro, ainda, que não houve registro de ausências injustificadas, descumprimento funcional ou irregularidade no exercício das funções no período certificado, ressalvados os afastamentos legais por férias regulamentares devidamente concedidas e documentadas, razão pela qual resta validado o pagamento da remuneração correspondente."

SERVIDORES EFETIVOS	CARGO	Situação Funcional
Décio Vicente Galdino Cardin	Contador	Em efetivo exercício
Rafael Vieira Ramalho	Advogado	Em efetivo exercício
Rosimara de Oliveira	Oficial Administrativo	Em efetivo exercício
Fabiana Borgo Fernandes	Agente de Asseio e Conservação	Em efetivo exercício

Servidores Comissionados	Cargo	Situação Funcional
Drieli Cristina Lopes	Chefe de Divisão de Apoio Legislativo	Em efetivo exercício
Guilherme Ribeiro Rui	Chefe de Divisão de Comunicação Institucional	Em efetivo exercício.
José da Silva Costa	Assessor Legislativo	Em efetivo exercício
Sérgio Costa	Assessor Jurídico	Em efetivo exercício
Simone Bernardo da Silva	Chefe de Divisão de Contabilidade e Finanças	Em efetivo exercício
Wanderson dos Santos Goulart	Encarregado de Seção de Protocolo e Arquivo	Em efetivo exercício

A presente certificação **não constitui controle de ponto**, mas instrumento de **responsabilização administrativa da chefia**, em conformidade com a autonomia do Poder Legislativo e com a legislação vigentes.
Câmara Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná,
06 de outubro de 2026.

Publicado por:
Decio Vicente Galdino Cardin
Código Identificador:F8AC9EBA

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 206/2026

PORTARIA Nº 206/2026

SÚMULA – Concede Licença-Prêmio, na forma que se especifica.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com as disposições contidas no art. 122, §3˚ da Lei n˚ 005/97.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao servidor SIDNEI ROBERTO FEDRIGO, matrícula 999/2, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2014/2019, para serem gozadas no período de 19/10/2026 à 17/11/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 15 de outubro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:A632A835

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026

O Município de Iguaraçu/PR torna público, para conhecimento dos interessados, que foi promovida a **RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026**, cujo objeto é aquisição parcelada de Materiais Médico Hospitalares, destinados ao abastecimento da UBS 24 horas, das Unidades Básicas de Saúde, das equipes de Estratégia Saúde da Família, da Farmácia Municipal e dos demais serviços vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.

A retificação refere-se exclusivamente ao item 9 do edital, permanecendo inalteradas as demais disposições do instrumento convocatório e de seus anexos, e, considerando que, a partir da divulgação do edital retificado, permanece assegurado o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação das propostas, fica mantida a data da sessão pública, conforme segue:

Data: 28/10/2026
Horário: 08h00min
Local: Plataforma BLL Compras – www.bll.org.br

O edital retificado e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município e na plataforma eletrônica utilizada para realização do certame.

Iguaraçu/PR, 14 de outubro de 2026.

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Pregoeira

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:12145003

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
RELAÇÃO DE EMPRESA CREDENCIADA E HABILITADA CREDENCIAMENTO Nº 011/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 201/2026

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas no ramo de panificação, confeitaria e fornecimento de alimentos preparados, para fornecimento parcelado de pães, produtos de panificação e confeitaria, lanches, salgados, produtos fatiados, frios, bebidas e demais gêneros alimentícios correlatos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias, departamentos, unidades administrativas e demais órgãos do Município de Iguaraçu/PR, conforme especificações, condições, quantitativos estimados e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência.

ORDEM	CREDENCIADO	CNPJ	HABILITADO
01	PANIFICADORA KETLLYN LTDA	21.548.257/0001-52	HABILITADO

Iguaraçu, 15 de outubro de 2026

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:58CB39E3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO COMPRA DIRETA Nº 069/2026

Ratifico a COMPRA DIRETA e autorizo a despesa e emissão de empenho para aquisição de materiais esportivos, consistentes em bolas destinadas às modalidades de basquete masculino, vôlei de praia e handebol infantil, para atender às necessidades de manutenção e continuidade das atividades esportivas, recreativas e de treinamento desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Iguaraçu/PR, em favor da empresa **SFERA ESPORTES LTDA** sob CNPJ N° 22.883.224/0001-21, situada na Pc Megumu Tanaka, nº 138 – Parque das Grevileas II – na cidade de Maringá/PR, no valor de 12.839,96 (doze mil oitocentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos) com fundamentos no Artigo 95, parágrafo 2º, da Lei n º 14.133/21. Em anexo as documentações legais da empresa proponente do menor valor, para comprovação.

IGUARAÇU/PR, 15/10/2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:83098E7E

SAAE- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU
EXTRATO CONTRATUAL Nº 020/2026

Ref: Contrato n.º 020/2026
Assunto: Dispensa de Licitação nº 016/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU/PR
CNPJ N.º 18.265.024/0001-38

CONTRATADA: Hidro Paraná Poços Artesianos Ltda, CNPJ nº 09.157.805/0001-18, sito na Av. das torres,6417, Parque Hortencia - cidade de Maringá/PR - CEP: 87075-485.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conserto e manutenção corretiva de motobombas submersíveis pertencentes ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguaraçu – SAAE.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
EXECUÇÃO: a partir de 16 de outubro de 2026.
VALOR CONTRATUAL: R$ 65.369,00 (sessenta e cinco mil, trezentos e sessenta e nove reais).
CLAUSULA DE PRORROGAÇÃO: Existente.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se à Dispensa de Licitação n.º 016/2026, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99, a partir de 16/10/2026.

MÁRCIO MAGALHÃES TITATO
Superintendente do SAAE

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:4352BAD9

SAAE- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 016/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2026

Ratifico por este termo, a Dispensa para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conserto e manutenção corretiva de motobombas submersíveis pertencentes ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguaraçu – SAAE, em favor da empresa Hidro Paraná Poços Artesianos Ltda, CNPJ nº 09.157.805/0001-18, sito na Av. das torres,6417, Parque Hortencia - cidade de Maringá/PR - CEP: 87075-485, no valor de R$ 65.369,00 (sessenta e cinco mil, trezentos e sessenta e nove reais) com base no Art. 75, inciso II, da *Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021*, e tendo em vista os elementos que instruem o **Processo de Dispensa de Licitação n.º 016/2026**.
Iguaraçu/PR., 15/10/2026.

MÁRCIO MAGALHÃES TITATO
Superintendente do SAAE

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:9F056427

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

Processo Administrativo nº043/2026

OBJETO: Credenciamento pessoas jurídicas para Fornecimento de bolsa de colostomia/urostomia, cateters e adjuvantes para os pacientes dos municípios que integram o CIS Amcespar.

FAVORECIDO: Todos aos credenciados que obedecerem aos requisitos.

Valor estimado: R$ 2.938.634,49 (dois milhões novecentos e trinta e oito mil seiscentos e trinta e quatro reais e quarenta e nove centavos) no ano..

PRAZO: Até 25/10/2027

01.100
10.302.0001.2.002.3.3.90.32.00.00 fonte 385
10.302.0001.2.006.3.3.90.32.00.00 fonte 31369 SUS

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 6º, inciso XLIII, em conjunto com Art. 74, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.

Declaração de inexigibilidade emitida pela Agente de Contratação e ratificada pelo Sr. Bertoldo Rover, Presidente do CIS/AMCESPAR, de acordo com o parecer jurídico.

Irati, 15 de outubro de 2026

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS/AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:FCDA3F7F

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 04° DO CONTRATO N°. 015/2023

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 04° DO CONTRATO N°. 015/2023
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da AMCESPAR - CIS/AMCESPAR. Com CNPJ n° 00.358.098/0001-53.
CONTRATADA: **PANKA IMÓVEIS LTDA**
CNPJ: º23.524.563/0001-84
OBJETO: Adiciona-se prazo de **vigência do contrato** em **05 (cinco)** meses, a partir do último dia da vigência anterior, até 05/02/2027. A prorrogação importa em renovação do quantitativo contratado no importe proporcional. A prorrogação importa em renovação do quantitativo contratado no importe proporcional. A prorrogação de prazo na contratação definida neste instrumento, não importa em incremento de valores, ocorrerá através da manutenção do valor ora pactuado originário o contrato. Os prazos acima estabelecidos poderão ser prorrogados nos termos do artigo 107 da lei federal n°14.133/2021 e legislações pertinentes, do processo de administrativo de licitação n° 019/2023, da Inexigibilidade: 009/2023, qual originou o contrato n° 015/2023 para **Locação de imóvel, constituído de 08 (oito) salas no segundo pavimento do Edifício Perola do Sul na Rua Dezenove de Dezembro, nº 280 – Bairro Centro, destinado as atividades de Ambulatório Médico de Especialidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Administrativo – CIS/AMCESPAR.**
VALOR REGISTRADO: conforme o firmando em contrato.
Unidade: 01- CIS/AMCESPAR.
DATA DA ASSINATURA: Irati, 02 de setembro de 2026.
FORO: IRATI-PR

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS/AMCESPAR
Contratante

_____
PANKA IMÓVEIS

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:DAA8F96A

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 184/2026

Em consideração, que cabe ao ente, nos termos do disposto nos artigos 37, V da Constituição Federal, para organizar e formalizar as ações da Administração Pública;

Em consideração a exposição e estrutura presentes no plano de cargos e carreira do CIS – Amcespar, Resolução n°02/2022.

Em consideração aos atos administrativos inerentes a dar operacionalização das atribuições adicionais do Art. 106, § 2º do Plano de Cargos, e solicitar cumprimento das tarefas da rotina de trabalho.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias

RESOLVE

Art. 1º - Conforme a Resolução 02/2022 do CIS Amcespar, a qual expõem as atividades inerentes de cada cargo, vem por meio este ato operacionalizar e gerar a gratificação por encargo para as atividades além da descrita no plano de cargos de forma a suplementar e enquanto desempenhar a respectivas atividades adicionais pelo servidor a ser designado;

Art. 2º - O Encargo de que trata esta Resolução compreende o desenvolvimento das seguintes atividades de apoio durante o período de permanência e ociosidade operacional de servidor, conforme os seguintes descritivos;

I. Acolher presencialmente os pacientes, acompanhantes e demais públicos na recepção do Consórcio;

II. Prestar informações aos usuários sobre fluxos referentes ao transporte sanitário;

III. Auxiliar na organização da fila e verificação das guias/autorizações de atendimento dos usuários;

IV. Conferir matérias/insumos recebidos através de transportadoras, ou encaminhados através dos meios de transportes dos municípios consorciados. E auxiliar do transporte dos materiais de responsabilidade do CIS Amcespar.

V. Na movimentação de pacientes do CIS Amcespar, prestar apoio as equipes operacionais nas atividades de rotina e de informações de baixa complexidade.

VI. Se necessário, aos pacientes entrar em contato com setores do CIS Amcespar ou dos municípios consorciados, para encaminhar solicitação ou pedido de apoio na condução de paciente.
VI. Atendimento de ligações de contato institucional quando eventualmente o servidor designado não estiver disponível e encaminhar ao setor competente.

VII. Recebimento e despacho aos setores competentes de documentos e protocolos.

Art. 3º A atribuição deste Encargo a qual fará jus a gratificação possui natureza transitória, pontual e excepcional, e de comum acordo do empregado público mediante Termo de Ciência e Opção de Aceite de Encargo.

Parágrafo Único. Cessadas as razões de interesse público ou manifestado o desinteresse pelo empregado, a presente Resolução ficará sem efeito e será de forma imediata descontinuado o pagamento do adicional pecuniário, sem gerar direito à estabilidade financeira.

Art. 4º - Os desenvolvimentos destas atribuições ocorrerão em concomitância com as atribuições originarias do servidor público aqui destacado, sem importar em retificação das atribuições originais ou exclusão, promoção ou modificação.

Art. 5º - O exercício e desenvolvimento desta Gratificação por Encargo fará jus o adicional no percentual de 10% (dez por cento) sobre seus respectivos vencimentos básicos, durante o período de efetiva atuação a qual caberá a controle institucional do setor de Recursos Humanos.

Art. 6º - Vem designar o funcionário, **Antonio Carlos de Oliveira**, portador(a) do CPF: 339.826.949-49, para desenvolver o presente Encargo conforme procedimento administrativo pertinente, lavrando a termo as obrigações, responsabilidades e anotações funcionais competentes em quanto permanecer a designação.
Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 13 de outubro de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:5DFF4B82

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 185/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE,

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a funcionária MARCIA CRISTINA SCHOENHERR GLINSKI, durante o período de 14/10/2026 a 15/10/2026, conforme atestado médico apresentado pelo servidor.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 15 de outubro de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:3EF6B37A

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 186/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE,

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a funcionária JESSICA LAIS JUSTUS, durante o período de 14/10/2026 a 14/10/2026, conforme atestado médico apresentado pelo servidor.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 15 de outubro de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:39AE5AEF

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 187/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE,

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a funcionária JESSICA LAIS JUSTUS, durante o período de 15/10/2026 a 15/10/2026, conforme atestado médico apresentado pelo servidor.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 15 de outubro de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:33433C5B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 218/2026

DECRETO Nº 218/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Inácio Martins,

DECRETA

Art. 1º- Fica Nomeada, a partir de **13/10/2026,** a senhora **CAMILA TRINKAUS FRANCO – MATRICULA 80000772,** para exercer o cargo de Agente Político em Comissão de **CONSELHEIRA TUTELAR CONVOCADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 06/2026.**
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de outubro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:E4E1B3BD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 219/2026

DECRETO Nº 219/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e com base na Lei Orgânica do Município,
DECRETA

Art. 1.º - Fica Exonerado, a pedido, a partir de 14/10/2026, o senhor **NILSON DOS SANTOS VIEIRA – MATRICULA 80000624**, que exercia o cargo Efetivo de Contador**.**

Artº 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de outubro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:269A3B9D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 446/2026

PORTARIA Nº 446/2026

Institui a Comissão Organizadora do Fórum Municipal de Educação para coordenar os trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Educação – PME do Município de Inácio Martins/PR.

O Prefeito Municipal do Município de Inácio Martins/Pr, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente,

CONSIDERANDO a necessidade de promover a elaboração/revisão do Plano Municipal de Educação – PME, em consonância com a Constituição Federal, a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o Plano Nacional de Educação e a legislação municipal pertinente;
CONSIDERANDO a importância da participação democrática da comunidade educacional e da sociedade civil no planejamento das políticas públicas educacionais;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n º 104/2026, que trata institui o Fórum Municipal de Educação.

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir a Comissão Organizadora do Fórum Municipal de Educação, responsável pelo planejamento, coordenação, organização e acompanhamento dos trabalhos destinados à realização do Fórum Municipal de Educação para elaboração/revisão do Plano Municipal de Educação.

Art. 2º. Compete à Comissão Organizadora:
I – elaborar o cronograma de atividades;
II – elaborar e propor o Regimento Interno do Fórum;
III – organizar o credenciamento dos participantes;
IV – promover a ampla divulgação do evento;
V – articular a participação dos diversos segmentos da sociedade;
VI – organizar os grupos de trabalho;
VII – sistematizar as propostas apresentadas;
VIII – elaborar a Ata e o Relatório Final do Fórum;
IX – encaminhar o documento final à Secretaria Municipal de Educação para as providências cabíveis.

Art. 3º. A Comissão será composta pelos seguintes membros:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação
Titular: Cleusy de Fátima Nascimento
Suplente: Elis Daniele Fernandes

Representantes da Câmara Municipal de Vereadores
Titular: Camila Kellin Ferreira Vaz
Suplente: José Vilmar de Andrade

Representantes do Conselho Municipal de Educação
Titular: Silmarise Domingues
Suplente: Simone das Graças de Lara

Representantes do Conselho Municipal do CACS-FUNDEB
Titular: Silvana Nordt
Suplente: Sirlei Terezinha Gadomski

Representantes do Conselho Municipal de Alimentação Escolar
Titular: Alessandra Kopicki Bonato
Suplente: Ildefonso José Stroparo

Representantes dos Professores da Educação Infantil
Titular: Maria Gracieli de Andrade
Suplente: Camila Medina

Representantes dos Professores do Ensino Fundamental
Titular: Josele Fogaça
Suplente: Suellen Cristina Tavares Setrinski

Representantes dos Professores do Ensino Médio
Titular: Adilson José Stresser
Suplente: Claudia das Graças da Maia Pereira

Representantes da Educação de Jovens e Adultos
Titular: Lorena dos Santos
Suplente: Marli Stresser

Representantes da Educação Especial
Titular: Edilmara Terezinha de Lima Dziurkowski
Suplente: Silvana de Lima Capote

Representantes do Instituições de Ensino Superior
Titular: Vilma Salete dos Santos Pereira
Suplente: Kleber Fernandes

Representantes dos Estudantes
Titular: Darlei Brizola
Suplente: Rodrigo Antônio Carneiro

Representantes dos Pais, mães ou responsáveis
Titular: Franciele Farinhuk
Suplente: Eliane Ianiski Ferreira Stroparo

Representantes dos Gestores escolares
Titular: José Elias de Lima
Suplente: Evandro Stresser de Oliveira

Representantes do Conselho Tutelar

Titular: Ana Paula Machado
Suplente: Sônia Aparecida Machado Molinari

Representantes do Sindicato do Magistério Municipal
Titular: Beatriz Aparecida Anicheski
Suplente: Eliane Aparecida Chila Gaudêncio

Representantes dos Movimentos sociais atuantes no município
Titular: Patrícia Tatiane Gumiero de Oliveira
Suplente: Camilly Graziela Florczak

Representantes da Educação do Campo
Titular: Zerli de Fátima Ferreira Vieira
Suplente: Cristiane Raquel Kuchla

Representantes da Educação Indígena
Titular: Marilene Rete Veríssimo
Suplente: Elisete Florentino

Art. 4º. A Comissão poderá convidar técnicos, especialistas e representantes de instituições públicas e privadas para colaborar com os trabalhos, sem direito a voto.

Art. 5º. A participação na Comissão Organizadora será considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 6º. Esta Portaria revoga a Portaria nº 351/2026, e entra em vigor na data de sua publicação.

Inácio Martins, 13 de outubro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:9D1E53F9

GOVERNO MUNICIPAL
1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 038/2026

1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 038/2026
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2026
ABERTURA: 26/10/2026, ÀS 09H00MIN
O Município de Inácio Martins, Estado do Paraná, CNPJ nº 76.178.029/0001-20, através do Prefeito Municipal de Inácio Martins/PR e da Pregoeira juntamente com a Equipe de Apoio, designados através do Decreto nº 185/2026, **TORNA PÚBLICO A PRESENTE RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO N° 038/2026,** a todas as empresas interessada em participar da licitação Pregão Eletrônico Registro de Preços n° 029/2026, cujo objeto é o Registro de preços para aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores, destinados as secretarias municipais.
A retificção do Edital de Licitação É REFERENTE A ALTERAÇÃO DOS PRAZOS DE DOT E DE GARANTIA DO PRODUTO:

Termo de Referência, item nº 4.4	
Onde se lê:	deverão ter prazo de fabricação (dot) não superior a 06 (seis) meses no ato da entrega na secretaria solicitante.
Leia-se:	deverão ter prazo de fabricação (dot) não superior a 12 (doze) meses no ato da entrega na secretaria solicitante.
Termo de Referência, item nº 6.1	
Onde se lê:	A empresa vencedora compromete-se com a garantia dos produtos pelo período mínimo de 12 (doze) meses.
Leia-se:	A empresa vencedora compromete-se com a garantia dos produtos pelo período mínimo de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.
Termo de Referência, item nº 8.26	
Onde se lê:	Assegurar ao município de Inácio Martins/PR, o prazo de garantia de no mínimo 12 (doze) meses.
Leia-se:	Assegurar ao município de Inácio Martins/PR, o prazo de garantia de no mínimo 05 (cinco) anos.
Anexo III – Modelo de Declaração Unificada	
Onde se lê:	Que assegura ao município de Inácio Martins/PR, o prazo de garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.
Leia-se:	Que assegura ao município de Inácio Martins/PR, o prazo de garantia de no mínimo 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.

Com a Retificação, MANTÉM-SE A DATA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO, PARA O DIA 26/10/2026 (SEGUNDA-FEIRA), AS 09H00MIN, no sistema eletrônico da BLL.

A Retificação está disponível aos interessados no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, através do site do Município de Inácio Martins/PR, disponível em www.inaciomartins.pr.gov.br, no Sistema Eletrônico, o site da Bolsa de Licitações e Leilão do Brasil – BLL, disponível em www.bll.org.br, no site do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, disponível em www.gov.br/pncp/pt-br, no site do Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP, disponível em www.diariomunicipal.com.br/amp, no site do Diário Oficial do Estado do Paraná – DIOE, disponível em dioe.pr.gov.br/ e no Jornal Hoje Centro Sul.

Inácio Martins/PR, 13 de Outubro de 2026.

ELOYSE G. BINKOWSKI
Pregoeira – Decreto nº 185/2026

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:8B02F282

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO N° 220./2026

DECRETO N° 220/2026
O Prefeito Municipal de Inácio Martins, do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Inácio Martins,
DECRETA:
Art. 1° - Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, como membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, sendo:

TITULARES	SUPLENTES	ENTIDADE
Edson José do Nascimento	Luciana de Fátima Garcia	SANEPAR
Eder Lopes	Raunan Mateus Machado de Souza	Sec. Mun. Meio Ambiente
Silvana do Carmo Gavronski	Andrei Dutra	Sec. Mun. Saúde
Suzete Baitala	Maria Clara Perússolo Rodrigues	Usuários do Serviço de Saneamento Básico
Osvaldir Nunes Pereira	Meridiana de Campos Perússolo	Cons. Mun. Saúde
Mateus Felipe Nordt	Rosemir Brizola Vaz	CMDRS

DIRETORIA

PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	SECRETÁRIO
Suzete Baitala	Mateus Felipe Nordt	Eder Lopes

Art. 2° - Este decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de outubro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:31EE555F

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO DE ANULAÇÃO

TERMO DE ANULAÇÃO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 097/2026 – PREGÃO ELETRONICO Nº 009/2026. Objeto: Registro de preço para aquisição de materiais permanentes, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e afins, destinados as Secretarias municipais**.** Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ n° 76.178.029/0001-20. Contratada: R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA. - CNPJ n° 34.140.249/0001-14. Motivo da anulação: Empresa se recusou a assinar a Ata de Registro de Preço.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:936DABBC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 075/2026

O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão eletrônico nº 075/2026, referente ao Processo Administrativo 180/2026.
O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente
por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/**.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital
OBJETO: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para locação de caminhão equipado com guindaste hidráulico tipo Munck, por hora de utilização, destinado ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias Municipais.
VALOR MÁXIMO: R$ R$ 400.155,00 (quatrocentos mil, cento e cinquenta e cinco reais).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:50h do dia 28/10/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:50h às 09:00h do dia 28/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Ás 09:00h do dia 28/10/2026.

Iporã – PR, 15 de Outubro de 2026

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:C22E0CC2

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 076/2026

O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão eletrônico nº 076/2026, referente ao Processo Administrativo 181/2026.
O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente
por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/**.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e produtos de mercado destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e Departamentos do Município de Iporã/PR.
VALOR MÁXIMO: R$ 328.149,90 (trezentos e vinte e oito mil, cento e quarenta e nove reais e noventa centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:50h do dia 28/10/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13:50h às 14:00h do dia 28/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Ás 14:00h do dia 28/10/2026.

Iporã – PR, 15 de Outubro de 2026

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:64FCA434

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 077/2026

O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão eletrônico nº 077/2026, referente ao Processo Administrativo 182/2026.
O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente
por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/**.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital
OBJETO: Aquisição de lixeiras ecológicas com capacidade aproximada de 100 litros, destinadas à coleta de resíduos recicláveis, para instalação e utilização em espaços públicos do Município de Iporã/PR.
VALOR MÁXIMO: R$ 250.546,16 (duzentos e cinquenta mil, quinhentos e quarenta e seis reais e dezesseis centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:50h do dia 29/10/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:50h às 09:00h do dia 29/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Ás 09:00h do dia 29/10/2026.

Iporã – PR, 15 de Outubro de 2026

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:534F2AA8

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 078/2026

O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão eletrônico nº 078/2026, referente ao Processo Administrativo 183/2026.
O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente
por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/**.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital
OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada para serviços e manutenções elétricas, destinado a suprir as necessidades das Secretaria de Infraestrutura Urbana e Limpeza Públicas do município de Iporã-PR.
VALOR MÁXIMO: R$ R$ 79.823,80 (setenta e nove mil, oitocentos e vinte e três reais e oitenta centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:50h do dia 29/10/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13:50h às 14:00h do dia 29/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Ás 14:00h do dia 29/10/2026.

Iporã – PR, 15 de Outubro de 2026

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:BA3DFE09

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 079/2026.

O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 079/2026.**

O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente
por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/**.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, e demais

legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital

OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e execução dos serviços de substituição da fachada da Rodoviária Municipal de Iporã/PR, compreendendo fornecimento e instalação de revestimento em ACM, substituição da cobertura em chapa tipo rufo TP 25, reforma da estrutura metálica existente e demais materiais, mão de obra e insumos necessários.

VALOR MÁXIMO: R$ 79.237,50 (setenta e nove mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:50 horas do dia 30/10/2026

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:50 às 09:00 horas do dia 30/10/2026

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 30/10/2026

Iporã – PR, 15 de Outubro de 2026.

JANINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:9ADB9EF6

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO /CREDENCIAMENTO Nº 027/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 044/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0185/2026

O MUNICÍPIO DE IPORÃ, Estado do Paraná, por meio do Agente de Contratação, torna público a REPUBLICAÇÃO do Edital de Chamada Pública/Credenciamento nº 027/2026, cujo objeto é o Credenciamento de propostas para aquisição de lote rural destinada à implantação de área industrial em conformidade com a Prioridade nº. 80 PROGRAMA TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS SECID-PARANACIDADE-GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – MUNICÍPIO DE IPORÃ – PROTOCOLO 24.315.267-4 , em conformidade com as exigências do Anexo I deste Edital..

A presente republicação tem por objetivo ampliar o prazo e oportunizar a participação de interessados, promovendo maior competitividade e isonomia no processo de credenciamento.

PRAZO PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

- Data de inscrição: de **16/10/2026 à 30/10/2026**
Horário: **das 08h00 às 11:30h e das 13h00 às 17:00h**
Local: RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL Nº2677

O edital republicado e seus anexos estão disponíveis no site oficial da Prefeitura de Iporã (www.ipora.pr.gov.br), no Portal da Transparência, e podem ser solicitados também via e-mail: licitacao.ipora@ipora.pr.gov.br.

Demais condições do Edital permanecem inalteradas.

P U B L I Q U E - S E.

Iporã/PR, 15 de Outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:2F833129

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 025/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 040/2026

A Comissão de Seleção e Julgamento do Município de Iporã/PR torna público o resultado da fase de habilitação do Chamamento Público nº 025/2026, Inexigibilidade nº 040/2026, cujo objeto é o credenciamento de empresa especializada para cessão não onerosa de licença de uso de sistema informatizado destinado à gestão, operacionalização e controle das consignações em folha de pagamento dos servidores do Município de Iporã/PR.

Após a análise da documentação apresentada, foram consideradas HABILITADAS as seguintes empresas:

EMPRESA	RESULTADO
CONSIGNET SISTEMAS LTDA	HABILITADA
FASITEC DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA LTDA	HABILITADA

As empresas habilitadas foram convocadas para a realização da Prova de Conceito, nos termos do item 7.4 do edital e do Anexo VI – Critérios para Pontuação Técnica e Roteiro da Prova de Conceito, conforme os seguintes agendamentos:

EMPRESA	DATA	HORÁRIO
CONSIGNET SISTEMAS LTDA	19/10/2026	08h às 11h
FASITEC DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA LTDA	19/10/2026	13h às 16h

Local: Departamento de Recursos Humanos (RH) da Prefeitura Municipal de Iporã/PR.

A habilitação documental não implica aprovação na Prova de Conceito nem conclusão definitiva do credenciamento, permanecendo as empresas sujeitas à avaliação técnica prevista no edital.

Iporã/PR, 15 de outubro de 2026.

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:0A340E5E

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1607/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA TATIANE APARECIDA DE OLIVEIRA FONSECA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;

I – Conceder, no dia 14 de outubro de 2026 de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **TATIANE APARECIDA DE OLIVEIRA FONSECA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 058.xxx.xxx-60, residente e domiciliada nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 14 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:35573C51

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1608/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA MILENA FERNANDES DA SILVA SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 14 de outubro de 2026, ½ (meio) período de AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA a Servidora MILENA FERNANDES DA SILVA SANTOS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 110.xxx.xxx-27, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 066/2025, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, no cargo de AUXILIAR DE APOIO A INFÂNCIA, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 14 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:B95E4478

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1609/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA BARBARA PRISCILA DUCATTI SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 13 de outubro de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **BARBARA PRISCILA DUCATTI SILVA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 060.xxx.xxx-85, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **FARMACÊUTICO BIOQUIMICO**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 13 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:6DB9A1FC

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1610/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA MARCIA CRISTINA CAETANO FURQUIM PEREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 13 de outubro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **MARCIA CRISTINA CAETANO FURQUIM PEREIRA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 997.xxx.xxx-72, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **PROFESSOR 02 (DOIS) PADRÕES**, respondendo pela **Direção do CEMEIs Recanto dos Pequeninos e Santa Rita de Cassia**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 13 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:488113A7

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1611/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA ALANA CAMILE GOMES BARGAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;

I – Conceder, a partir de 13 de outubro de 2026, 05 (cinco) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **ALANA CAMILE GOMES BARGAS**, brasileira, inscrito no C.P.F. sob nº. 094.xxx.xxx-40, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 027/2026, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, para o cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 13 de outubro de 2026.

Registra-se,

Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:396EB4E7

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1612/2026

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE LUTO A SERVIDORA FERNANDA APARECIDA DE ALMEIDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 165, inciso III da Lei nº. 233/1993;
a Certidão de Óbito matricula nº.085613 01 55 2026 4 00014 282 0005838 46, referente à pessoa da família.

RESOLVE;

I – Conceder, a partir de 07 de outubro de 2026, 05 (cinco) dias de **LICENÇA POR MOTIVO DE LUTO** a Servidora **FERNANDA APARECIDA DE ALMEIDA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 074.xxx.xxx-47, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 07 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:9593BAB6

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1613/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA GEISIANE BORGES DE OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 13 de outubro de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **GEISIANE BORGES DE OLIVEIRA**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 066.xxx.xxx-02, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em concurso público, no Cargo de **AUXILIAR DE APOIO A INFÂNCIA**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 13 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:C297B247

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1614/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA GISELE CRISTINA RIBEIRO PEGORARO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 06 de outubro de 2026, 04 (quatro) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **GISELE CRISTINA RIBEIRO PEGORARO,** brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob nº 037.xxx.xxx-11, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 06 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:2FE425C1

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1615/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA HELENA APARECIDA LIANDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 09 de outubro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **HELENA APARECIDA LIANDO,** brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob nº. 021.xxx.xxx-17, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Iporã – Paraná, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 09 de outubro de 2026.

Registra-se,

Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:212DE4C1

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1616/2026

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE LUTO A SERVIDORA TALITA DAIANE PAULINO HUNGARO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 165, inciso III da Lei nº. 233/1993;
a Certidão de Óbito matricula nº.085613 01 55 2026 4 00014 281 0005837 48, referente à pessoa da família.

RESOLVE;

I – Conceder, a partir de 06 de outubro de 2026, 05 (cinco) dias de **LICENÇA POR MOTIVO DE LUTO** a Servidora **TALITA DAIANE PAULINO HUNGARO,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 051.xxx.xxx-83, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 06 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:A0E4918C

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1617/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA FRANCINE IOHANA GONÇALVES ANDRIONI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 13 de outubro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **FRANCINE IOHANA GONÇALVES ANDRIONI**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 009.xxx.xxx-47, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, no Cargo de **ENFERMEIRA,** lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 13 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:617B4A7E

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1618/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA MARINA DOS SANTOS PEREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 13 de outubro de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **MARINA DOS SANTOS PEREIRA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 945.xxx.xxx-53, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS (FEMININO)**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 13 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:713C52F5

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1619/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA PATRICIA DA SILVA EZEQUIEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 09 de outubro de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **PATRICIA DA SILVA EZEQUIEL,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 600.xxx.xxx-04, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **ENFERMEIRA**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 09 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:065FE4D0

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1620/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA AO SERVIDOR VALDEMIR RONCHI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 05 de outubro de 2026, 10 (dez) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** ao Servidor **VALDEMIR RONCHI,** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 706.xxx.xxx-00, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidor Público Municipal, aprovado em Concurso Público, ocupante do cargo de **MOTORISTA DE CAMINHÃO E ÔNIBUS**, lotado na Secretaria de Infraestrutura Urbana e Limpeza Pública.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 05 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:3D0E3FF8

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1621/2026

NOMEIA A SENHORA, ISABEL MARIA PEREIRA DE MELO, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2026, DO MUNICIPIO DE IPORÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº. 001/2026 de 02 de junho de 2026, Edital n°. 043/2026 de 28/07/2026 que homologou o resultado final do Concurso Público, e o Edital de Convocação nº. 046/2026 de 18/09/2026.

RESOLVE;
I – Nomear, a partir de 16 de outubro de 2026, a Senhora **ISABEL MARIA PEREIRA DE MELO**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 139.xxx.xxx-63, residente e domiciliada na cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, para exercer o Cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo para tanto a remuneração especificada no Anexo II – Tabela de Salários, da Lei Municipal 1159/2011 de 01/07/2011, com seus acréscimos legais publicados até a presente data, iniciando nesta data seu estágio probatório.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:C66B86AC

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1622/2026

NOMEIA A SENHORA, KELLY CRISTINA PERROUT PIVETA, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2026, DO MUNICIPIO DE IPORÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº. 001/2026 de 02 de junho de 2026, Edital n°. 043/2026 de 28/07/2026 que homologou o resultado final do Concurso Público, e o Edital de Convocação nº. 046/2026 de 18/09/2026.

RESOLVE;
I – Nomear, a partir de 16 de outubro de 2026, a Senhora **KELLY CRISTINA PERROUT PIVETA**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 070.xxx.xxx-51, residente e domiciliada na cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, para exercer o Cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo para tanto a remuneração especificada no Anexo II – Tabela de Salários, da Lei Municipal 1159/2011 de 01/07/2011, com seus acréscimos legais publicados até a presente data, iniciando nesta data seu estágio probatório.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:504E804D

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1623/2026

NOMEIA A SENHORA, MARIA DE LOURDES RAMOS DE OLIVEIRA, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2026, DO MUNICIPIO DE IPORÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº. 001/2026 de 02 de junho de 2026, Edital n°. 043/2026 de 28/07/2026 que homologou o resultado final do Concurso Público, e o Edital de Convocação nº. 046/2026 de 18/09/2026.

RESOLVE;
I – Nomear, a partir de 16 de outubro de 2026, a Senhora **MARIA DE LOURDES RAMOS DE OLIVEIRA**, brasileira, inscrita no

CPF/MF sob nº 787.xxx.xxx-53, residente e domiciliada na cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, para exercer o Cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência à Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo para tanto a remuneração especificada no Anexo II – Tabela de Salários, da Lei Municipal 1159/2011 de 01/07/2011, com seus acréscimos legais publicados até a presente data, iniciando nesta data seu estágio probatório.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:4BE7E1CE

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1624/2026

NOMEIA A SENHORA, MARILIA MENDES TAVARES, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2026, DO MUNICIPIO DE IPORÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº. 001/2026 de 02 de junho de 2026, Edital n°. 043/2026 de 28/07/2026 que homologou o resultado final do Concurso Público, e o Edital de Convocação nº. 046/2026 de 18/09/2026.

RESOLVE;
I – Nomear, a partir de 16 de outubro de 2026, a Senhora **MARILIA MENDES TAVARES**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 043.xxx.xxx-52, residente e domiciliada na cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, para exercer o Cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo para tanto a remuneração especificada no Anexo II – Tabela de Salários, da Lei Municipal 1159/2011 de 01/07/2011, com seus acréscimos legais publicados até a presente data, iniciando nesta data seu estágio probatório.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:5B14ACD3

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1625/2026

NOMEIA A SENHORA, SILVANA SCARABELLI, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2026, DO MUNICIPIO DE IPORÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº. 001/2026 de 02 de junho de 2026, Edital n°. 043/2026 de 28/07/2026 que homologou o resultado final do Concurso Público, e o Edital de Convocação nº. 046/2026 de 18/09/2026.

RESOLVE;
I – Nomear, a partir de 16 de outubro de 2026, a Senhora **SILVANA SCARABELLI**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 061.xxx.xxx-19, residente e domiciliada na cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, para exercer o Cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo para tanto a remuneração especificada no Anexo II – Tabela de Salários, da Lei Municipal 1159/2011 de 01/07/2011, com seus acréscimos legais publicados até a presente data, iniciando nesta data seu estágio probatório.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:B1BB3BD0

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1626/2026

NOMEIA A SENHORA, SIMONE DA SILVA MONTEIRO, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2026, DO MUNICIPIO DE IPORÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº. 001/2026 de 02 de junho de 2026, Edital n°. 043/2026 de 28/07/2026 que homologou o resultado final do Concurso Público, e o Edital de Convocação nº. 046/2026 de 18/09/2026.

RESOLVE;
I – Nomear, a partir de 16 de outubro de 2026, a Senhora **SIMONE DA SILVA MONTEIRO**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 127.xxx.xxx-39, residente e domiciliada na cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, para exercer o Cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo para tanto a remuneração especificada no Anexo II – Tabela de Salários, da Lei Municipal 1159/2011 de 01/07/2011, com seus acréscimos legais publicados até a presente data, iniciando nesta data seu estágio probatório.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:564FD9F8

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1627/2026

NOMEIA A SENHORA, THAÍS MEDEIROS DE CARVALHO GUIMARÃES, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2026, DO MUNICIPIO DE IPORÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o

Edital do Concurso Público nº. 001/2026 de 02 de junho de 2026, Edital n°. 043/2026 de 28/07/2026 que homologou o resultado final do Concurso Público, e o Edital de Convocação nº. 046/2026 de 18/09/2026.

RESOLVE;
I – Nomear, a partir de 16 de outubro de 2026, a Senhora **THAÍS MEDEIROS DE CARVALHO GUIMARÃES**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 101.xxx.xxx-76, residente e domiciliada na cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, para exercer o Cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência à Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo para tanto a remuneração especificada no Anexo II – Tabela de Salários, da Lei Municipal 1159/2011 de 01/07/2011, com seus acréscimos legais publicados até a presente data, iniciando nesta data seu estágio probatório.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:3F115CBB

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1628/2026

NOMEIA O SENHOR, ODAIR JOSE DE ALMEIDA LARA, APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2026, DO MUNICIPIO DE IPORÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº. 001/2026 de 02 de junho de 2026, Edital n°. 043/2026 de 28/07/2026 que homologou o resultado final do Concurso Público, e o Edital de Convocação nº. 045/2026 de 09/09/2026.

RESOLVE;
I – Nomear, a partir de 16 de outubro de 2026, o Senhor **ODAIR JOSE DE ALMEIDA LARA**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 007.xxx.xxx-38, residente e domiciliado na cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, para exercer o Cargo de **MOTORISTA CAMINHÃO/ÔNIBUS,** lotado na Secretaria Municipal de Assistência à Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo para tanto a remuneração especificada no Anexo II – Tabela de Salários, da Lei Municipal 1159/2011 de 01/07/2011, com seus acréscimos legais publicados até a presente data, iniciando nesta data seu estágio probatório.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:B4539E31

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1629/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA AO SERVIDOR VINICIUS DA SILVA DESTRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34 da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;

I – Conceder, no dia 15 de outubro 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** ao Servidor **VINICIUS DA SILVA DESTRO**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº. 082.xxx.xxx-26, residente e domiciliado na cidade e comarca de Perola, Estado do Paraná, servidor Público Municipal, aprovado em Concurso Público, para o cargo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**, lotado na Secretaria de Assistência à Saúde.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:3B0F1C4E

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1630/2026

AUTORIZA O ASSESSOR PROFISSIONAL A VIAJAR A CIDADE DE MARINGÁ NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **ASSESSOR PROFISSIONAL**, o Senhor **LUIZ RICARDO BONDEZAN FERREIRA**, a viajar no dia 16 de outubro de 2026, a cidade de Maringá no Estado do Paraná, junto ao Hospital Santa Rita, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 01 (uma) diária.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:94ED42FE

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1631/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA JOSIANE APARECIDA PEREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 08 de outubro de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora

JOSIANE APARECIDA PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob nº 049.xxx.xxx-92, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **TÉCNICO DE HIGIÊNE DENTAL,** lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 08 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:87C6F7F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

PROCURADORIA
DECRETO Nº 778/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 002/2026, e demais dispositivos aplicáveis à espécie,

D E C R E T A:

Art. 1º - NOMEAR e CONTRATAR, por prazo determinado profissionais, na Secretaria de Educação, para os seguintes cargos abaixo relacionados:

PROFESSOR 20 HR PSS 2026

MARCIA DAS GRAÇAS PEDROSO	XXX.XXX.029-76

SECRETARIO ESCOLAR PSS 2026

LETICIA PADILHA PEREIRA BATISTA	XXX.XXX.329-70

Art. 2º - O contrato de trabalho entra em vigor na data de 14 de outubro de 2026.
Art. 3º - Poderá haver a prorrogação de contrato, à critério da Administração, conforme disposto no edital nº 002/2026.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos à data mencionada.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 15 de OUTUBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:CA4C7C93

PROCURADORIA
DECRETO Nº 779/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, e demais dispositivos aplicáveis à espécie,

D E C R E T A:

Art. 1º - NOMEAR e CONTRATAR, por prazo determinado profissionais, na Secretaria de Educação, para os seguintes cargos abaixo relacionados:

Monitor de Transporte Escolar

PATRICIA VIANA DOS SANTOS BORIAN	XXX.XXX.069-50

Art. 2º - O contrato de trabalho entra em vigor na data de 15 de outubro de 2026.
Art. 3º - Poderá haver a prorrogação de contrato, à critério da Administração, conforme disposto no edital nº 001/2025.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos à data mencionada.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 15 de OUTUBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:BA534C77

PROCURADORIA
DECRETO Nº 780/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2026, e demais dispositivos aplicáveis à espécie,

D E C R E T A:

Art. 1º - NOMEAR e CONTRATAR, por prazo determinado profissionais, na Secretaria de Assistência Social, para os seguintes cargos abaixo relacionados:

Cuidador Social Pss

STEPHANY TAUANI RODRIGUES	XXX.XXX.859-39

Art. 2º - O contrato de trabalho entra em vigor na data de 15 de outubro de 2026.

Art. 3º - Poderá haver a prorrogação de contrato, à critério da Administração, conforme disposto no edital nº 001/2026.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos à data mencionada.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 15 de OUTUBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:27F16B0D

PROCURADORIA
DECRETO Nº 781/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, e demais dispositivos aplicáveis à espécie,

D E C R E T A:

Art. 1º - NOMEAR e CONTRATAR, por prazo determinado profissionais, na Secretaria de Educação, para os seguintes cargos abaixo relacionados:

Auxiliar de cozinha

JUCIMARA NARCISO	XXX.XXX.539-50

Faxineira

SELIA REGINA VIEIRA	XXX.XXX.879-01
VALDENICE PERPETUA SILVEIRA	XXX.XXX.849-00

Art. 2º - O contrato de trabalho entra em vigor na data de 14 de outubro de 2026.

Art. 3º - Poderá haver a prorrogação de contrato, à critério da Administração, conforme disposto no edital nº 001/2025.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos à data mencionada.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 15 de OUTUBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:4B67AFE5

PROCURADORIA
DECRETO Nº 782/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora abaixo relacionada:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
IZABEL BRANT	Faxineira	Secretaria de Educação	XXX.XXX.389-00
ANDRIELE APARECIDA VONSOVICZ	Auxiliar De Serviços Gerais	Secretaria de Educação	XXX.XXX.989-19

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nessa data, produzindo efeitos retroativos à 13/10/2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 15 de outubro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:C22A82F6

PROCURADORIA
DECRETO Nº 783/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora abaixo relacionada:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
ALEXIA KAOANE CORDEIRO	Assessora Técnica I	Secretaria de Saúde	XXX.XXX.169-03

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nessa data, produzindo efeitos retroativos à 09/10/2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 15 de outubro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:5F7EC5F3

PROCURADORIA
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 18/2026

OBJETO: Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público, com vistas à celebração de parceria estabelecida pela administração pública e ASI - Associação Santos Inocentes, inscrita no CNPJ: 95.683.223/0001-07, para a consecução de suas finalidades de interesse público.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31, inciso II, da Lei 13.019/2014 com alterações da Lei 13.204/2015

ENTIDADE: ASI - Associação Santos Inocentes Irati -PR, inscrita no CNPJ: 95.683.223/0001-07, Irati-PR.

DA JUSTIFICATIVA
ASI - Associação Santos Inocentes exerce um papel fundamental para a comunidade iratiense e faz um trabalho para assegurar absoluta prioridade a todas essas crianças e adolescentes e de efetivação dos direitos referente à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao esporte, ao lazer, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária. Os projetos são executados em sua quase totalidade dentro da entidade. A programação e cronograma das atividades são realizados pela administração da instituição juntamente com todos os parceiros e voluntários no início de cada ano, estipulando uma grade diária de atividades a serem desempenhadas no decorrer do ano.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização ou descontinuidade dos serviços e conseqüente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, apresentamos a justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público.

DA RAZÃO DA ESCOLHA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
Não existindo outra entidade de natureza similar no Município, há patente hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto do Plano de Trabalho apresentado.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS
O valor do repasse será de até R$ 23.039,31 (vinte e três mil, trinta e nove reais e trinta e um centavos)
Os recursos destinados, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
Dotação: 10.001.08.243.0801.2.074.4.4.50.42.00.00
FUNDO MUN 1A INFANCIA, CÇA E ADOLESCENTES – AUXÍLIOS
FONTE 3880

DA CONCLUSÃO
Diante do exposto verificamos que a INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO se torna imperiosa, visando a melhoria na qualidade dos serviços prestados, especialmente por dinamizar e tornar mais eficiente a prestação dos serviços pela Entidade.

DO PRAZO DE IMPUGNAÇÃO:
Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação desta justificativa, para impug- nação da presente Inexigibilidade, nos termos do § 2º do art.32 da ei 13.019/2014 e alterações posteriores.

Irati, 15 de outubro de 2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal de Irati

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:32AA9421

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026. Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição para o fornecimento de alimentação e refeições preparadas. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2026. Contratada: CH COMERCIO VAREJISTA LTDA. CNPJ: 41.465.392/0001-41. Valor Contratual: R$: 51.649,60 (cinquenta e um mil, seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos) para o lote 04. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2026. Contratada: CHURRASCARIA ITALIANO LTDA. CNPJ: 01.670.716/0001-69. Valor Contratual: R$: 93.192,00 (Noventa e três mil, cento e noventa e dois reais) para o lote 03. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 097/2026. Contratada: JACKSON BARBOSA DOS SANTOS. CNPJ: 54.079.171/0001-87. Valor Contratual: R$: 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para o lote 01. Prazo de execução: 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Data e assinaturas.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:60DD3094

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo Contrato de Prestação de Serviços nº 067/2025, Pregão Eletrônico nº 016/2025 – PMI. Contratada: Rodrigo Dessbesell, CNPJ 49.381.482/0001-66. Objeto: Contratação de um (1) profissional de Educação Física especialista na modalidade de voleibol para atuar nas categorias de base do município, em atendimento ao Projeto "Iniciação e Treinamento Desporto de Voleibol de Irati" em atendimento ao Processo nº: 71000.067272/2021-7 SLI nº: 2102355-Ministério do Esporte. Do Prazo Contratual: Fica renovado o prazo de execução dos serviços por 12 (doze) meses, passando o vencimento de 28/08/2026 para 28/08/2027, e o prazo de vigência de 28/10/2026 para 28/10/2027. Do Valor Contratual: Fica renovado o valor contratual de R$ 52.188,00 (cinquenta e dois mil, cento e oitenta e oito reais), estimado para o período de 12 (doze) meses. Data e assinaturas.

Primeiro Termo Aditivo Contrato de Prestação de Serviços nº 003/2026, Pregão Eletrônico nº 052/2025 – PMI. Contratada: Marcelo Amaral Lucas Ltda, CNPJ 34.843.253/0001-49. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço contínuo, por demanda, de manutenção corretiva e preventiva em veículos automotores mecânica em geral, elétrica automotiva, eletrônica, funilaria e pintura, estofamento com fornecimento de todo material necessário para a execução dos serviços a serem realizados nos veículos de linha leve, motos, ônibus, caminhões e máquinas pesadas da frota pertencente a Prefeitura Municipal de Irati-PR. Do Valor Redimensionamento Contratual: Fica aditada ao valor contratual original, a importância de R$ 255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil reais), equivalente ao acréscimo contratual de 25% (vinte e cinco por cento) para o Lote 12. Data e assinaturas.

Segundo Termo Aditivo Contrato de Prestação de Serviços nº 003/2026, Pregão Eletrônico nº 052/2025 – PMI. Contratada: Marcelo Amaral Lucas Ltda, CNPJ 34.843.253/0001-49. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço contínuo, por demanda, de manutenção corretiva e preventiva em veículos automotores mecânica em geral, elétrica automotiva, eletrônica, funilaria e pintura, estofamento com fornecimento de todo material necessário para a execução dos serviços a serem realizados nos veículos de linha leve, motos, ônibus, caminhões e máquinas pesadas da frota pertencente a Prefeitura Municipal de Irati-PR. Do Valor Redimensionamento Contratual: Fica aditada ao valor contratual original, a importância de R$ 142.500,00 (cento e quarenta e dois mil e quinhentos reais), equivalente ao acréscimo contratual de 25% (vinte e cinco por cento) para o Lote 11. Data e assinaturas.

Quarto Termo Aditivo Contrato de Prestação de Serviços nº 109/2023, Pregão Eletrônico nº 099/2023 – PMI. Contratada: Elcio Gustavo Zarpelon, CNPJ 30.138.468/0001-08. Objeto: Contratação de empresa para serviços e fornecimento de peças para manutenção de motosserras, roçadeiras e sopradores. Do Prazo Contratual: Fica renovado o prazo de execução dos serviços por 12 (doze) meses, passando o vencimento de 16/10/2026 para 16/10/2027, e o prazo de vigência de 16/12/2026 para 16/12/2027. Do Valor Contratual: Fica renovado o valor contratual original de R$ 86.451,21 (oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e um centavos), estimado para o período de 12 (doze) meses. Data e assinaturas.

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:11EBE99E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2026.

O Município de Itambaracá, Estado do Paraná, torna público que fará realizar-se no dia **22/10/2026**, seleção de propostas mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Contratação compartilhada de empresa especializada para prestação de serviços destinados à realização de jantar comemorativo em homenagem aos servidores públicos, alusivo ao Dia do Servidor Público (28 de outubro), a ser realizado no dia 27 de outubro de 2026, das 20h00 às 01h00 do dia 28 de outubro de 2026, no Salão de Festas da Igreja Matriz de Itambaracá/PR, contemplando locação do salão, fornecimento de buffet completo, bebidas não alcoólicas, sobremesa, mesas, cadeiras e respectivos acessórios e utensílios, serviço de garçons, bem como apresentação musical ao vivo com sistema de sonorização e iluminação.

Valor Total: R$ 25.902,08 (vinte e cinco mil, novecentos e dois reais e oito centavos).

Os recursos financeiros para custear as despesas objetos desta DISPENSA estão anexados no processo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00min do dia 19/10/2026 às 08h00min do dia 22/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h30min do dia 22/10/2026 às 14h30min do dia 22/10/2026
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações".

O Edital da Dispensa Eletrônica nº 004/2026, do tipo MENOR PREÇO estará à disposição dos interessados a partir do dia 16/10/2026, diretamente na BLL e no portal de transparência da Prefeitura Municipal.
Informações através do e-mail: licitacao@itambaraca.pr.gov.br ou pelo telefone (43) 3543-1224.

Itambaracá/Pr, 15 de outubro de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Cristina Dos Santos
Código Identificador:EB70DCF8

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2026

Objeto: Ata é o Registro de Preços para aquisição e fornecimento de Material de Expediente, em atendimento às Secretarias diversas da Administração Municipal, para um período de 12 (doze) meses.
Contratante: o MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº. 76.235.738/0001-08.
Contratada: Dipar distribuidora de Papéis e Revistas Ltda, com sede na cidade de Campos Novos-Santa Catarina, sito à Rua: Coronel Farrapo, nº 1073, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.803.230/0001-53.
Valor total registrado: **R$ 28.600,00**
Vigência: 13/10/2026 a 13/10/2027
Itambaracá, 15 de outubro de 2026.

CLEBERSON PEREIRA
Fiscal do Contrato

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Silvestrini
Código Identificador:93A48BC8

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2026
Objeto: Ata é o Registro de Preços para aquisição e fornecimento de Material de Expediente, em atendimento às Secretarias diversas da Administração Municipal, para um período de 12 (doze) meses.
Contratante: o MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº. 76.235.738/0001-08.
Contratada: Magic Paper Atacado de Papelaria Ltda, com sede na cidade de Andirá-Estado do Paraná, sito à Rodovia BR 369, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.350.851/0001-11.
Valor total registrado: **R$ 3.443,35**
Vigência: 13/10/2026 a 13/10/2027
Itambaracá, 15 de outubro de 2026.

CLEBERSON PEREIRA
Fiscal do Contrato

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Silvestrini
Código Identificador:888C23AD

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 053/2022
PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 051/2022
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de armazenamento, transbordo, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos/domésticos, Classe II, em aterro devidamente licenciado pelo órgão competente.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ – Estado do Paraná, CNPJ nº 76.235.738/0001-08, com sede na Avenida Interventor Manoel Ribas, nº 06, Itambaracá/PR.
CONTRATADA: OMS AMBIENTAL EIRELI, CNPJ nº 09.251.694/0001-04, com sede na Avenida das Indústrias, nº 89, Parque Industrial, Siqueira Campos/PR, CEP 84.940-000.
DA VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 053/2022 de 25 de outubro de 2026 para 25 de outubro de 2027, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.
FORO: Comarca de Andirá/PR.
Itambaracá/PR, 15 de outubro de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Silvestrini
Código Identificador:C9D5CAD0

LICITAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO 02/2026

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2026

FORNECEDOR: CNPJ Nº LUCANO INFRAESTRUTURA LTDA 46.534.246/0001-44	
ENDEREÇO: AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 2401 CEP: 19807-130 - ASSIS-SP	
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 01/2026 PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 DIAS - FORMA DE PAGAMENTO: CONFORME EXECUÇÃO FISCAL DA OBRA: EVERTON VIZOTO DE SOUZA	
ÓRGÃO SOLICITANTE	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS, VIAÇÃO, HABITAÇÃO E URBANISMO.	
DESCRIÇÃO DO OBJETO	**VALOR TOTAL DO CONTRATO**
O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É RECAPEAMENTO DE VIAS URBANAS EM CBUQ, 66.437,38 M², COM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE: SERVIÇOS PRELIMINARES, LIMPEZA COM JATO DE ALTA PRESSÃO, PINTURA DE LIGAÇÃO, REVESTIMENTO, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ENSAIOS TECNOLÓGICOS, PLACA DE OBRA, E DEMAIS ITENS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES EM PROJETO	VALOR DO CONTRATO É DE ***R$ 4.109.929,49*** (QUATRO MILHÕES E CENTO E NOVE MIL E NOVECENTOS E VINTE E NOVE REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS)
AUTORIZAMOS O INÍCIO DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS PELA EMPRESA LUCANO INFRAESTRUTURA LTDA; OS SERVIÇOS SÃO REFERENTES À EXECUÇÃO DE OBRA DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ EM VÁRIAS VIAS DO MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ-PR.	

Itambaracá, 15 de OUTUBRO de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

AGNALDO JOSÉ XAVIER DE BARROS
Secretário Municipal De Obras

Publicado por:
Ariovaldo Martins
Código Identificador:B267B2E5

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 396/2026

PORTARIA Nº 396/2026

Súmula: Dispõe sobre a convocação de Suplente conforme prevê Lei Municipal nº 1.950/2023 de 09 de maio de 2023 no Art. 57 e dá outras providências.

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1179/2026 do o Ofício nº 107/2026 da Secretária Municipal de Assistência Social, que solicita a convocação de Suplente;

CONSIDERANDO, que o Conselho Tutelar não pode funcionar com menos de 05 (cinco) membros, que se constitui o número legal para composição do colegiado;

CONSIDERANDO o disposto da **Lei Municipal nº 1.950/2023** - Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e cria o Conselho Municipal e Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, em **Art. 57** prevê que ocorrendo vacância no cargo, assumirá o suplente que houver recebido o maior número de votos, para o que será imediatamente convocado pelo **CMDCA;**

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E :

Art. 1º. Convocar o Senhor **WILSON DE OLIVEIRA**, na qualidade de **SUPLENTE** do **CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ**/PR, para substituir a Conselheira **ELISANGELA MUNHOZ** (matricula **120052**), referente ao Atestado Médico da Conselheira Tutelar, conforme prevê a Lei Municipal nº 1.950/2023 de 09 de maio de 2023 no Art. 57, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. O suplente convocado deverá se apresentar no dia **16 de outubro de 2026**, na sede do Conselho Tutelar para tomar posse, munido dos seguintes documentos:
Cópia de CPF;
Cópia do RG;
Comprovante de Residência atualizado;
Cópia do Título de Eleitor;
Comprovante de votação na última eleição;
Comprovante de escolaridade;
Comprovante de inscrição PIS/PASEP;
Comprovante de Conta Corrente perante o Banco Bradesco S/A.

Parágrafo único: O não comparecimento na data apontada no "caput" deste artigo gerará exclusão do suplente faltoso e será convocado o candidato suplente em lista de classificação dos suplentes do conselheiro tutelar.
Art. 3º. A suplente convocada iniciará suas atividades no dia **16/10/2026**, e exercerá o cargo até o término do referido atestado médico.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 15 DE OUTUBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:9B8EB63D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DOS IDOSOS

RESOLUÇÃO nº 008/2026

Súmula: Dispõe sobre o Registro da Instituição Lar do Sussego – Irmã Clarice no Conselho Municipal do Idoso - CMI.

O Conselho Municipal do Idoso - CMI – de Itambé, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 1238/2016, conforme deliberado em reunião extraordinária realizada no dia 14 de outubro de 2026 e registrada em Ata nº09/2026:

RESOLVE:

Art. 01: Aprovar com Recomendação o Registro da Instituição Lar do Sussego – Irmã Clarice inscrita no CNPJ nº 24.924.606/0001-81, estabelecida na Avenida Lafayette Grenier, 415 - Centro, Itambé - PR, sob o nº 03/2026.

Art. 02: O Registro é válido no período de 16/10/2026 a 16/10/2027.

Itambé, 16 de outubro de 2026.

SOLANGE FERREIRA
Presidente do CMI

Publicado por:
Rosana Gomes Reis
Código Identificador:CF05776B

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026
PROCESSO Nº 070/2026

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL
Disputa: ABERTO
Objeto: **Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à Construção de barracão industrial nos termos do Contrato de Repasse nº 972435/2024 - MDIC/Proposta Transferegov nº 007717/2024**, conforme projetos executivos, planilhas orçamentárias, memoriais descritivos, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos constantes deste Edital e seus anexos.
Data e Horário do termino do recebimento das propostas das empresas, até às 8h15min do dia **06/11/2026**.
Data e Horário da sessão de disputa de preços, às 8h30min do dia **06/11/2026**.
Local: Plataforma BLL (https://bll.org.br).
Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na Plataforma BLL, no Portal da Transparência do Município (https://itambe.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes) ou na Divisão de Licitações, sita a Praça Rui Barbosa, nº 34, Centro, CEP: 87175-000, Itambé/PR. Fone (44) 98826-9739.

Itambé/PR, 15 de outubro de 2026.

LUÍS CEZAR CONTRERAS
Agente de Contratação

Publicado por:
Luis Cezar Contreras
Código Identificador:F2EECC4C

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 160/2026 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 191.800,00 (cento enoventa e um mil oitocentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações
Orçamentárias.
Suplementação
04.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE PESSOAL
04.001.11.124.0010.2.005. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE PESSOAL
40 - 3.3.90.47.00.00 01000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS 50.000,00

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05.003.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE TESOURARIA
05.003.04.123.0010.2.009. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TESOURARIA
103 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA… 15.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
06.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
06.002.04.122.0012.2.011. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE GARAGEM MUNICIPAL

138 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 50.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
08.001.10.304.0003.2.037. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - VIGILÂNCIA SANITÁRIA
440 - 3.3.90.39.00.00 01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 10.000,00

10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001.08.244.0014.2.031. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ASSITENCIA SOCIAL
783 - 3.3.90.30.00.00 01934 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00

10.001.08.244.0014.2.032. MANUTENÇÃO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS
497 - 3.3.90.48.00.00 01000 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS
FÍSICAS 40.000,00

10.003.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.003.08.244.0014.2.034. MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
539 - 3.3.90.36.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
FÍSICA 10.000,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
11.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ESPORTE

11.001.27.811.0013.2.028. MANUTENÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES E ATIVIDADES
ESPORTIVAS
779 - 3.3.90.39.00.00 830 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 1.800,00

12.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
12.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO
12.002.13.392.0015.2.047. MANUTENÇÃO DA CASA DA CULTURA, TURISMO,
READEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO
603 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 10.000,00
Total Suplementação: 191.800,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita:1.7.1.1.51.11.00.00000000 Fonte: 1000 185.000,00
Receita:1.7.1.6.50.01.01.00000000 Fonte: 1000 5.000,00
Receita:1.7.2.9.99.01.01.00000000 Fonte: 830 1.800,00
Total da Receita: 191.800,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:78B71C3B

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 161/2026 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 100.000,00 (cem mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
06.003.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE RUAS E AVENIDAS
06.003.15.452.0012.2.013. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RUAS E AVENIDAS
652 - 3.3.90.39.00.00 31507 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 100.000,00
Total Suplementação: 100.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:4697611B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90059/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – PR
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90059/2026
CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA Nº 038/2026
O Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por Item, no dia 03 (três) de Novembro de 2026, às 10h:00min (dez) horas, tendo como objeto à seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar municipal para o transporte de alunos, residentes na Zona Rural, pertencentes as Redes Municipal e Estadual de Educação do Município de Itapejara D'Oeste – PR.
A abertura das propostas e recebimento dos lances será a partir das 10h00min (dez) horas do dia 03 (três) de Novembro de 2026, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.
Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Pregão Eletrônico N° 90059/2026, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:30min às 17h:30min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste – PR, no endereço eletrônico http://www.itapejaradoeste.pr.gov.br/licitacoes e https://www.gov.br/compras/pt-br. Maiores informações em contato pelo Telefone (046) 3199 – 2598.
Itapejara D'Oeste-PR, 07 (sete) de Outubro de 2026.

DAIANI HOFFMAN,
Agente de Contratação - Decreto N° 046/2024

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:B941AD4C

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 232/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 232/2026
DATA: 14.10.2026

SÚMULA: Dispõe sobre féria de servidor público Municipal, e da outras providencias.

Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, e
Considerando a necessidade de regularização de férias dos Servidores da Administração Municipal;
CONSIDERANDO a existência de períodos de férias vencidas não usufruídas pelo servidor;
DECRETA:
Art. 1º Ficam concedidos ao servidor Eleandro Rodrigues Perondi 20 (vinte) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 2025/2026, para fruição no período de 08 de outubro de 2026 a 27 de outubro de 2026, correspondentes à primeira parcela das férias do referido período aquisitivo, restando 10 (dez) dias a serem usufruídos oportunamente.
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08.10.2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 14 (quatorze) dias do mês de outubro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:8C3A72D8

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA Nº 827 A Nº 838/2026

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 827/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Vilson Nonato, Matrícula: 112.356-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Elio terres, Jacice Dall Olmo e trazer pacientes. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 08/10/2026 as 12h00 e retorno dia 09/10/2026 as 20h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: Transit (Oficial). Finalidade da viagem: consulta e exames. Local: H.C. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 08.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 828/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Augusto Gadini, Matrícula: 015.532-1. Órgão de Lotação: Depto de Esportes e Cultura. Cargo ou função: Diretor. Acompanhante: Atletas. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 11/10/2026 as 07h00 e retorno dia 11/10/2026 as 13h30. Destino: Francisco Beltrão. Valor de diárias: R$ 100,00. Transporte utilizado: Ônibus (Oficial). Finalidade da viagem: Copa Leia de Futsal. Local: Ginásio. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 09.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 829/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Bruna B. Tlusze, Matrícula: 018.019-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Assistente Social. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 14/10/2026 as 08h00 e retorno dia 14/10/2026 as 17h30. Destino: Francisco Beltrão. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Carro particular. Finalidade da viagem: Seminário Regional. Local: AMSOP. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 09.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 830/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Leandra M. Passini, Matrícula: 017.284-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Assistente Social. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 14/10/2026 as 08h00 e retorno dia 14/10/2026 as 17h00. Destino: Francisco Beltrão. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Carro particular. Finalidade da viagem: Seminário Regional. Local: AMSOP. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 09.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 831/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Augusto Gadini, Matrícula: 015532-1. Órgão de Lotação: Depto de Esportes e Cultura. Cargo ou função: Diretor. Acompanhante: Atletas. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 17/10/2026 as 13h00 e retorno dia 17/10/2026 as 19h30. Destino: Dois Vizinhos. Valor de diárias: R$ 100,00. Transporte utilizado: Spin (Oficial). Finalidade da viagem: Copa Eclypse. Local: Estadio. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 09.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 832/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Lucas Kruger, Matrícula: 111.813-1. Órgão de Lotação: Depto de Esportes e Cultura. Cargo ou função: Prof. Ed. Física. Acompanhante: Atletas. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 17/10/2026 as 12h00 e retorno dia 17/10/2026 as 18h30. Destino: Renascença. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Ônibus (Oficial). Finalidade da viagem: Torneio. Local: Ginásio. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 09.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 833/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Lucas Kruger, Matrícula: 111.813-1. Órgão de Lotação: Depto de Esportes e Cultura. Cargo ou função: Prof. Ed. Física. Acompanhante: Atletas. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 18/10/2026 as 09h00 e retorno dia 18/10/2026 as 18h30. Destino: Bom Sucesso do Sul. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Gol (Oficial). Finalidade da viagem: Torneio. Local: Ginásio. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 09.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 834/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Edson Tolotti, Matrícula: 014.633-1. Órgão de Lotação: Depto de Esportes e Cultura. Cargo ou função: Prof. Ed. Física. Acompanhante: Atletas. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 17/10/2026 as 13h00 e retorno dia 17/10/2026 as 19h30. Destino: Dois Vizinhos. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte

utilizado: Micro-Ônibus (Oficial). Finalidade da viagem: Copa Eclypse. Local: Estádio. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 09.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 835/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Luis F. Pedroso, Matrícula: 015.583-1. Órgão de Lotação: Divisão de Esportes. Cargo ou função: Chefe. Acompanhante: Atletas. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 16/10/2026 as 12h30 e retorno dia 16/10/2026 as 19h30. Destino: Francisco Beltrão. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Ônibus (Oficial). Finalidade da viagem: Super Copa. Local: Campo. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 09.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 836/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Luis F. Pedroso, Matrícula: 015.583-1. Órgão de Lotação: Divisão de Esportes. Cargo ou função: Chefe. Acompanhante: Atletas. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 17/10/2026 as 16h30 e retorno dia 17/10/2026 as 23h30. Destino: Santo Antônio do Sudoeste. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Van (Oficial). Finalidade da viagem: Taça Sudoeste. Local: Ginásio. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 14.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 837/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Edson Tolotti, Matrícula: 014.633-1. Órgão de Lotação: Depto de Esportes e Cultura. Cargo ou função: Prof. Ed. Física. Acompanhante: Atletas. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 11/10/2026 as 07h00 e retorno dia 11/10/2026 as 13h30. Destino: Francisco Beltrão. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Ônibus (Oficial). Finalidade da viagem: Copa Leia de Futsal. Local: Ginásio. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 09.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 838/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Solange A. V. B. Locatelli, Matrícula: 014.820-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Coord. Pedagógica. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 15/10/2026 as 08h30 e retorno dia 15/10/2026 as 15h30. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Strada placa UBH-9A89 (Oficial). Finalidade da viagem: Sesc em rede. Local: SESC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 14.10.2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:DDA78528

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2283/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 2283/2026
DATA: 14.10.2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a conceder brindes festivos, aos servidores públicos municipais do Município de Itapejara D'Oeste, define critérios de elegibilidade, condições, limites e vedações, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, a todos os servidores públicos ativos do Município, bens de consumo, a título de brindes festivos, consistente em bombons, panetones e outros produtos de valor unitário reduzido, nas datas comemorativas, tais como: Páscoa, Natal, Dia do Servidor e outras datas a serem definidas em Decreto.
Art. 2º - Para os fins desta Lei, considera-se:
I – brinde festivo: bens de consumo imediato, de valor econômico reduzido, adquirido pela Administração e entregue gratuitamente ao servidor, sem caráter remuneratório, indenizatório ou de recompensa por desempenho;
II – data comemorativa: as festividades de Natal e, outras datas de reconhecido significado institucional, definidas em regulamento;
III – servidor: ocupante de cargo efetivo, de cargo em comissão ou de função temporária, em exercício ativo na Administração Pública Municipal direta e indireta, na data da entrega.
Art. 3º - A concessão do brinde festivo observará os seguintes critérios de elegibilidade:
I – universalidade: o brinde será concedido a todos os servidores ativos abrangidos pelo art. 2º, III, vedada qualquer seleção discricionária, por setor, hierarquia ou critério de desempenho;
II – isonomia: todos os servidores receberão brinde de mesma natureza e valor;
III – exigência de exercício ativo na data da entrega, admitida, a entrega posterior ao servidor em férias, licença-saúde, licença-maternidade, licença paternidade.
Parágrafo único. Não fazem jus ao brinde os servidores em licença sem remuneração, em afastamento para exercício de mandato eletivo ou cedidos a outros entes sem ônus para o Município.
Art. 4º - A concessão do brinde festivo fica sujeita aos seguintes limites e condições:
I – valor máximo anual por servidor de R$ 300,00 (trezentos reais), atualizável por decreto do Chefe do Poder Executivo, vedada a superação desse teto;
II – vedada a conversão do brinde em dinheiro, vantagem pecuniária, vale, crédito ou qualquer modalidade de pagamento;
III – o brinde não se incorpora à remuneração do servidor, não constitui base de incidência de contribuições previdenciárias ou tributárias e não gera direito adquirido a concessões em exercícios futuros;
IV – vedada a aquisição de bens perecíveis sem previsão de entrega imediata, sob pena de responsabilidade;
V – vedada a utilização do brinde, de sua embalagem ou do ato de entrega com finalidade eleitoral, promocional, publicitária ou de divulgação pessoal de agente político ou servidor.
Art. 5º - A aquisição dos brindes festivos observará exclusivamente os procedimentos de licitação e contratação previstos na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, vedado o fracionamento de despesa.
Art. 6º - O custeio das despesas decorrentes desta Lei correrá à conta de dotação orçamentária específica consignada no orçamento do Município, observados:
I – a prévia e suficiente dotação orçamentária, nos termos do art. 169, § 1º, I, da Constituição Federal;
II – a autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias do respectivo exercício, nos termos do art. 169, § 1º, II, da Constituição Federal;
III – os limites e requisitos da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, inclusive quanto à classificação e ao acompanhamento da despesa.
Art. 7º - A concessão do brinde ficará suspensa, sem direito a compensação posterior, quando:
I – a despesa total com pessoal do Poder Executivo exceder o limite prudencial previsto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000;
II – a concessão for vedada pela legislação eleitoral no exercício correspondente, em especial o art. 73, §10, da Lei federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
III – a concessão incidir nas vedações do art. 21 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000, relativas ao final de mandato.
Art. 8º - O ato de concessão será formalizado em registro próprio, com identificação dos beneficiários, quantidades, valores e dotação

orçamentária utilizada, e os comprovantes fiscais correspondentes integrarão os autos do procedimento de aquisição, permanecendo à disposição dos órgãos de controle interno e externo.
Parágrafo único. O Município publicará no Portal da Transparência o valor total da despesa e a quantidade de beneficiários, sem divulgação de lista nominal, em observância à Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).
Art. 9º - A primeira concessão de brinde festivo com fundamento nesta Lei somente poderá ocorrer:
I – após a consignação da dotação orçamentária específica correspondente.
Art. 10. - Esta Lei não autoriza a concessão de brindes a agentes políticos, a servidores de outros entes federativos em exercício no Município, salvo disposição em contrário do instrumento de cessão, nem a pessoas jurídicas ou particulares estranhos ao quadro de servidores.
Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapejara D'Oeste, 14 (quatorze) de outubro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:A1FE7083

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2284/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 2284/2026
DATA: 14.10.2026

SÚMULA: Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.078, de 10 de agosto de 2022, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM e do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:
Art. 1º Altera os Arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 da Lei Municipal nº 2.078/2022, de 10 de agosto de 2022, que passam a vigorar com a seguinte redação:
(.....)
"Art. 19. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM, vinculado administrativamente ao Departamento Municipal de Assistência Social, ou órgão municipal que venha a sucedê-lo na gestão da política pública para as mulheres, de natureza contábil, com a finalidade de gerenciar recursos destinados à implantação de programas, projetos, serviços e ações relacionados à promoção e garantia dos direitos da mulher no Município de Itapejara D'Oeste.
Parágrafo único -O Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM tem por finalidade assegurar recursos necessários à execução de políticas públicas destinadas à promoção da equidade de gênero, à garantia e efetivação dos direitos das mulheres, ao fortalecimento da autonomia e participação social das mulheres e ao enfrentamento das situações de violência e vulnerabilidade."
Art. 20.A aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM observará as prioridades estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, mediante deliberação plenária, em conformidade com o planejamento municipal, o Plano de Aplicação, as leis orçamentárias e as normas de execução orçamentária e financeira.
§ 1º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM deliberar sobre as diretrizes, prioridades, programas, projetos e ações da política municipal dos direitos da mulher que poderão ser financiados com recursos do FMDM, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras.
§ 2ºA deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM quanto à aplicação dos recursos terá caráter orientador e deliberativo no âmbito de suas competências, não abrangendo atos de execução orçamentária, financeira ou administrativa, os quais serão praticados pelos agentes públicos competentes da Administração Municipal.
§ 3ºA execução das despesas, a ordenação de empenhos, a liquidação, o pagamento e os demais atos de gestão financeira do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher - FMDM observarão as normas legais e regulamentares aplicáveis à Administração Pública Municipal."
Art. 21. Constituirão receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM:
I – dotações consignadas no orçamento municipal destinadas às políticas públicas, programas, projetos e ações relacionados aos direitos das mulheres;
II – recursos provenientes dos Fundos Estadual e Federal dos Direitos da Mulher, quando destinados ao Município;
III – doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;
IV – contribuições dos governos e organismos nacionais, estrangeiros e internacionais, quando destinadas especificamente ao Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM;
V – rendimentos de aplicações financeiras dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM, observada a legislação aplicável;
VI – recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes, contratos e instrumentos congêneres celebrados pelo Município, quando destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM;
VII – outros recursos que lhe forem legalmente destinados.
§ 1º As dotações orçamentárias destinadas ao Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM serão consignadas nas leis orçamentárias, observadas as disposições do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.
§ 2º Os recursos que compõem o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM serão depositados e mantidos em instituição financeira oficial, em conta específica em nome do Fundo, observadas as normas de contabilidade pública e de gestão financeira aplicáveis.
§ 3ºA aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM observará a disponibilidade orçamentária e financeira, as finalidades previstas nesta Lei, as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM e as demais normas legais aplicáveis.
§ 4º Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM serão aplicados exclusivamente nas finalidades para as quais foram destinados, observada a legislação pertinente.
Art. 22.A gestão administrativa, orçamentária e financeira do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM será de responsabilidade do Departamento Municipal de Assistência Social, ou órgão municipal que venha a sucedê-lo na gestão da política pública para as mulheres, observadas as normas de direito financeiro, contabilidade pública, execução orçamentária e demais disposições legais aplicáveis.
§ 1ºA movimentação financeira do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM será realizada pelos agentes públicos competentes da Administração Municipal, na forma da legislação vigente e das normas internas de execução orçamentária e financeira do Município.
§ 2º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM deliberar sobre as diretrizes e prioridades das políticas públicas para as mulheres, bem como acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM, sem exercer atos de gestão financeira ou de execução orçamentária.
§ 3º Os atos de gestão, execução orçamentária e movimentação financeira do Fundo serão praticados pelos agentes públicos legalmente competentes, observadas as respectivas atribuições funcionais e as normas municipais aplicáveis.
Art. 23.A prestação de contas dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM será realizada pelos órgãos e agentes públicos responsáveis pela execução orçamentária e financeira, na forma da legislação aplicável.
§ 1ºO órgão gestor responsável manterá registros contábeis, orçamentários e financeiros adequados à identificação das receitas e despesas realizadas à conta do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM.
§ 2º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM, podendo solicitar

informações, relatórios e documentos necessários ao exercício de suas competências.
§ 3ºA prestação de contas observará as normas estabelecidas pela legislação municipal, pelo Tribunal de Contas competente e pelos demais órgãos de controle, quando aplicável.
Art. 24. Compete ao Departamento Municipal de Assistência Social, ou órgão municipal que venha a sucedê-lo na gestão da política pública para as mulheres, relativamente à administração do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM, observados os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente:
I – acompanhar e registrar os recursos orçamentários destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM;
II – registrar os recursos provenientes de transferências, convênios, acordos, doações e demais fontes legalmente destinadas ao Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM;
III – manter os controles contábeis, orçamentários e financeiros necessários à adequada administração dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM;
IV – promover a execução orçamentária e financeira dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM, observadas as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, o planejamento municipal, as leis orçamentárias e a legislação aplicável;
V – adotar as providências necessárias à realização das despesas do Fundo, inclusive quanto ao empenho, liquidação e pagamento, observadas as competências dos agentes públicos responsáveis;
VI – manter atualizados os registros e demonstrativos relativos à execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM;
VII – elaborar ou providenciar a elaboração dos relatórios e das prestações de contas exigidos pela legislação;
VIII – fornecer ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM as informações e os documentos necessários ao acompanhamento e à fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM;
IX – adotar as demais providências administrativas necessárias ao regular funcionamento do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM.
Art. 25. Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM serão mantidos em instituições financeiras oficiais e aplicados na execução de programas, projetos, serviços e ações relacionados às políticas públicas para as mulheres, observadas as prioridades deliberadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, o planejamento municipal, as leis orçamentárias e a legislação aplicável.
Parágrafo único - Os rendimentos decorrentes das aplicações financeiras dos recursos do Fundo serão incorporados ao seu saldo e destinados às finalidades previstas nesta Lei, observada a legislação pertinente.
Art. 26. Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM serão destinados aos programas, projetos, serviços e ações relacionados às políticas públicas para as mulheres, observadas as prioridades deliberadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, a disponibilidade orçamentária e financeira e as disposições da legislação aplicável.
§ 1ºO Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM exercerá o acompanhamento e o controle social da aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM, inclusive mediante análise de relatórios e informações sobre sua execução.
§ 2º Caberá ao órgão gestor responsável pela administração do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM adotar as providências administrativas, orçamentárias e financeiras necessárias à execução das despesas e à respectiva prestação de contas.
§ 3ºA liberação e a aplicação dos recursos observarão os procedimentos previstos na legislação de execução orçamentária e financeira do Município.
(.....)
Art. 2º Fica revogado o inciso XI, do art. 2º, da Lei Municipal nº 2.078/2022, de 10 de agosto de 2022.
Art. 3ºO Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, mediante decreto.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 14 (quatorze) dias do mês de outubro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:590C137C

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no procedimento Licitatório na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico Nº 90049/2026, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de buffet completo com fornecimento de refeições e bebidas destinados ao evento de homenagem aos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino de Itapejara D'Oeste - PR, decide HOMOLOGAR o processo Licitatório em conformidade com o Termo de Julgamento n.º 90049/2026, em que sagrou-se vencedora para o Lote Nº 01, Item Nº 01, a empresa Piubelle Marmitaria e Cozinha Industrial Ltda - Me, com o valor unitário de R$ 86,49 (Oitenta e seis reais e quarenta e nove centavos). Ficando nesta data HOMOLOGADO.
Itapejara D'Oeste, 15 (quinze) de Outubro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:A6F713B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO Nº 025/2026 – CMAS DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS DE ITAPERUÇU/PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS DE ITAPERUÇU/PR, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 629/2019 de 20 de agosto de 2019 e Lei Municipal 688/2021 de 12 de março de 2021.

CONSIDERANDO reunião ordinária realizada às 09h00min do dia 08 de outubro de 2026, na Sala de Reuniões dos Conselhos da Assistência Social, conforme deliberação registrada na Ata nº 017/2026.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados novos membros para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ITAPERUÇU/PR, ficando representados pelos seguintes membros:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO E SEUS RESPECTIVOS SUPLENTES:
Secretaria Municipal de Assistência Social:

MARA LUCIA PIASSA – Titular;
MARIA EDUARDA DE MIRANDA – Suplente;

Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar:

ERIVAN FREIRE BRAGA – Titular;
JANINE ISABELLE DE ASSUMPÇÃO – Suplente;

Secretaria Municipal de Educação:

ALAITE FARIA DE JESUS LARA – Titular;
JOSIANE BUENO STRESSER ALMEIDA – Suplente;

CRAS e Cadastro Único:

MARIA MAZUR DE FREITAS – Titular
PATRICIA DE FÁTIMA PINHEIRO – Suplente

Secretaria Municipal De Esportes:

FELIPE DOS SANTOS – Titular
JHONATAN BUAVA DOS SANTOS – Suplente

Secretaria De Desenvolvimento Urbano:

STEFANIE SALAMON SCHIMMEL – Titular
ERIC BRANDT - Suplente

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E SEUS RESPECTIVOS SUPLENTES:

Representantes dos usuários:

JANETE APª CORDEIRO DOS SANTOS – Titular
ROSILENE DE FATIMA DE CRISTO – Suplente

RAFAELI PEDROSO DE MATOS – Titular
CATARINA GONÇALVES PILAR - Suplente

REPRESENTANTES DE ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAIS, DEVIDAMENTE INSCRITAS NO CMAS:

APMI Itaperuçu:

ABEL FURQUIM – Titular
CILMARA STRESSER WOSCH – Suplente

Centro de Treinamento Monte Horebe:

DAMARES CRISTINA TOSTO DE FRANÇA – Titular
SUZANE CRISTINA DE OLIVEIRA VIDAL - Suplente

Representante de Entidades de Trabalhadores do Setor:
STEPHANE CRHISTYNE STOCCHERO– Titular;
VICTÓRIA CAROLINE ALVES – Suplente

ADIMIR ARTIGAS – Titular
GISLAINE ADELLE CHRISTAN - Suplente

Art. 2º. A presente resolução não altera a composição da Mesa Diretora, sendo composta pelos seguintes membros:

Presidente: MARA LUCIA PIASSA
Vice Presidente: DAMARES CRISTINA TOSTO DE FRANÇA
1º Secretario: ALAITE FARIA DE JESUS LARA
2º secretario: STEPHANE CRHISTYNE STOCCHERO

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na presente data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Itaperuçu, 15 de outubro de 2026

MARA LUCIA PIASSA
Presidente do CMAS – Itaperuçu/PR.

Publicado por:
Larissa Fernanda de Bomfim
Código Identificador:A03A7BE3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 069/2026, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: DESIGNA OS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR – COMSEA DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 746, de 15 de dezembro de 2021,
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 027/2026, de 06 de junho de 2023,
CONSIDERANDO a Resolução nº 001, de 22 de agosto de 2025 - COMSEA;
DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itaperuçu/PR:

I – Representantes do Poder Executivo e seus Respectivos Suplentes:

a) Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento:

1. Titular: Antônio Silvestre Leite
2. Suplente: Joaquim Gregório Rausis

b) Secretaria Municipal de Assistência Social:

1. Titular: Mara lucia Piassa
2. Suplente: Beatriz do Rocio Silva Marques

c) Secretaria Municipal de Saúde:

1. Titular: Rodrigo Farias Rosner
2. Suplente: Carla Mayara Bueno Ribeiro de Lima

d) Secretaria Municipal de Educação:

1. Titular: Josiliane Perpétua Costa
2. Suplente: Kauane Vitória Hemkaemaier

I – Representantes da Sociedade Civil Organizada e seus respectivos suplentes:

a) Cooperativa PROVALE:

1. Titular: Bruno Guimarães
2. Suplente: Eduardo Polli Nepomuceno

b) Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar:

1. Titular: Ana Christina Bazan Franco
2. Suplente: João Stresser

c) Cooperativa INTEGRALE:

1.Titular: Rosangela Guimarães
2. Suplente: Diego Guimarães

d) APRAFI:

1. Titular: Floriano Rodrigues de França
2. Suplente: Erculano Alves de Meira

Art. 2º O mandato dos conselheiros titulares e suplentes do COMSEA será de 2 (dois) anos, correspondente ao período de 22 de agosto de 2025 a 22 de agosto de 2027, admitidas duas reconduções consecutivas, nos termos da Lei Municipal nº 746/2021.

Art. 3º A Mesa Diretora do COMSEA fica composta pelos seguintes membros:
I - Presidente: Ana Christina Bazan Franco;
II - Primeiro-Secretário: Antonio Silvestre Leite.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Vargas da Rosa
Código Identificador:96C9629B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 419/2026 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora **ELIANE DO ROCIO VELOSO,** portadora da Cédula de Identidade RG **Nº *******485/PR,** CPF **Nº ********949,** matrícula **8841,** ocupante de Cargo Efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 03 de Novembro de 2026 a 17 de Novembro de 2026, referente ao Período Aquisitivo 2025 a 2026.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:82C3F8E0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 422/2026 DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias ao servidor **BRENDON RITHIERY COSTA,** portador da Cédula de Identidade RG **Nº *******820/PR,** CPF **Nº ********908,** matrícula **63601,** ocupante de Cargo de Comissão de **CONTROLADOR GERAL**, referente ao Período Aquisitivo 2025 a 2026, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 04 de Novembro de 2026 a 13 de Novembro de 2026.

Parágrafo Único – Fica autorizado o pagamento do terço constitucional de férias ao servidor nominado no Caput deste artigo.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:66516951

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 425/2026 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder para a servidora **CARMEM SILVIA SOARES,** RG **N° *******220/PR,** CPF **N° ********900,** matrícula **40241,** ocupante do Cargo Efetivo de **Professor,** Licença de 30 dias a contar da data de 13/10/2026 a 11/11/2026, conforme Lei 276/2005 Art. 78.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:1270496C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 428/2026 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Prorrogar por 30 dias a Licença da Servidora **NAYARA CECYLIA CRISTO DE FARIA,** RG **********883/PR, CPF N° ********998,** matrícula **59991,** ocupante do Cargo Efetivo de **Professor,** a contar da data de 15/10/2026 à 13/11/2026, conforme Lei 276/2005 Art. 78.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:C3D22340

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO N° 90/2026

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR, no uso de minhas atribuições Legais, ADJUDICO E HOMOLOGO a presente licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 90/2026, que tem como objeto a **"**Aquisição parcelada no fornecimento de RAÇÃO para alimentação de cães atendidos pelo Atendimento Temporário Animal**".** Cujo vencedor foi a empresa **DANIELA SABRINA COSTA AGROPECUÁRIA AGROSUL, CNPJ: 31.261.918/0001-18**, no valor de **R$ 65.700,00 (sessenta e cinco mil e setecentos reais).** Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.

Itaperuçu/PR, 15 de outubro de 2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:6A21E446

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2026

Data Limite para Abertura de Proposta: até: 05/11/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 05/11/2026 às 09h00min.
Objeto: ***"Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de acolhimento em período integral (24h), com disponibilização de 04 (quatro) vagas, destinadas a pessoas com idade entre 18 (dezoito) e 59 (cinquenta e nove) anos, de ambos os***

sexos, com transtornos mentais e/ou deficiência mental moderada, com ou sem comprometimento comportamental, podendo apresentar quadros como esquizofrenia e dependência de cuidados de terceiros, em situação de risco e vulnerabilidade sociofamiliar, sendo: 02 (dois) pacientes Grau 1 & 02 (dois) pacientes Grau 2".
VALOR MÁXIMO: Valor Total R$ 277.185,12 (duzentos e setenta e sete mil cento e oitenta e cinco reais e doze centavos).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*

Itaperuçu/PR, 15 de outubro de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:5955553D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2026

LICITAÇÃO COM LOTES PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E LOTE PARA AMPLA CONCORRENCIA
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 06/11/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 06/11/2026 às 09h00min.
Objeto: **Aquisição de Leite em Pó Fórmula Infantil e Suplementos Alimentares" para atender as necessidades do Setor de Nutrição e Assistência Social desta Secretaria Municipal de Saúde**
VALOR MÁXIMO: Valor Total R$ 1.111.735,00 (um milhão cento e onze mil setecentos e trinta e cinco reais).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*

Itaperuçu/PR, 15 de outubro de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:04118727

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2026

LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS PARA ME E EPP NO ÂMBITO REGIONAL DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 09/11/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 09/11/2026 às 09h00min.
Objeto: ***"Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento turístico, visando à execução do Programa "Viaja Mais 60 – Fase III", destinado à promoção da inclusão social da pessoa idosa, à efetivação dos direitos à cultura e ao lazer, ao bem-estar, à integração social e à qualidade de vida, por meio da realização de viagem/passeio turístico no território paranaense, atendendo, no mínimo, 75 (setenta e cinco) pessoas idosas, com acompanhamento por Equipe Técnica nos limites estabelecidos na Deliberação nº 004/2026 – CEDIPI/PR"***
VALOR MÁXIMO: R$ 23.993,00 (vinte e três mil novecentos e noventa e três reais).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*
Itaperuçu/PR, 15 de outubro de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:EC3B912D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2026

LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS PARA ME E EPP NO ÂMBITO REGIONAL DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 10/11/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 10/11/2026 às 09h00min.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de técnico/professor(a) de dança, destinados ao desenvolvimento do Projeto**DANÇA, LAZER E BEM ESTAR**, realizado pela**Secretaria Municipal de Esportes e Lazer**de Itaperuçu/PR.

VALOR MÁXIMO: R$ 17.280,00 (dezessete mil duzentos e oitenta reais).

Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*

Itaperuçu/PR, 15 de outubro de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:5B06FFBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 057/2026

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU – PR, no uso de minhas atribuições Legais, **RATIFICO** a presente licitação na modalidade **INEXIGIBILIDADE Nº 057/2026**, que tem como objeto a *Formalização de Termo de Fomento com a APMI , CNPJ: 72.106.289/0001-39 para repasse dos recursos, destinado ao projeto Atendimento especializado à Pessoa com deficiência", no valor de R$ 8.140,84 (oito mil cento e quarenta reais e quarenta centavos),* nas conformidades do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14.133/2021 e em consonância Parágrafo Único do Art. 72 da Lei mencionada anteriormente.
Itaperuçu/PR, 15 de outubro de 2026.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:4AAB614B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 77/2026

LICITAÇÃO PARA AMPLA CONCORRENCIA
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 11/11/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 11/11/2026 às 09h00min.

Objeto: ***"Contratação de empresa especializada para o fornecimento de troféus e medalhas, destinados à premiação dos participantes de eventos esportivos, culturais e sociais promovidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo do Município de Itaperuçu/PR".***
VALOR MÁXIMO: Valor Total R$135.290,82 (cento e trinta e cinco mil duzentos e noventa reais e oitenta e dois centavos).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*
Itaperuçu/PR, 15 de outubro de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:EEDDEA20

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI 1724/2026

LEI MUNICIPAL Nº 1724/2026
De 15 de outubro de 2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização para o desenvolvimento das ações de alfabetização no Município de Itaúna do Sul em consonância com o Programa Educa Juntos, estratégia Alfabetiza Juntos e com o Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada.

A Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, Gilson José de Góis, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização no Município de Itaúna do Sul, destinada ao desenvolvimento de ações estruturadas e articuladas, em regime de colaboração com a União e o Estado do Paraná, visando à consolidação das aprendizagens dos estudantes nos anos iniciais do ensino fundamental, com ênfase na alfabetização das crianças. *(cf. emenda modificativa nº 11/2026)*
Parágrafo Único: A Política fundamenta-se nas diretrizes da Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025 que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, na Lei nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022 que instituiu o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e na Resolução nº 5.158, de 07 de agosto de 2023 que institui a estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos.

Art. 2º Princípios que compõem a Política Municipal de Alfabetização:
regime de colaboração entre União, Estado e Município para o desenvolvimento das ações de alfabetização;
garantia do direito à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental;
equidade educacional, sendo considerados aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero;
valorização da avaliação como instrumento formativo e de acompanhamento das aprendizagens;
formação continuada dos profissionais da educação;
uso de evidências e dados educacionais para a tomada de decisão;
garantia de condições pedagógicas adequadas, incluindo materiais didáticos e recursos de apoio.

Art. 3ºSão objetivos da Política Municipal de Alfabetização
elevar a qualidade da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
contribuir para o cumprimento da meta de alfabetização do Plano Municipal de Educação;
fortalecer práticas pedagógicas baseadas em evidências;
promover o uso de tecnologias educacionais inovadoras no processo de alfabetização;
socializar as experiências e produções em alfabetização e letramento desenvolvidas em sala de aula;
reconhecer e disseminar práticas exitosas, pedagógicas e de gestão, no âmbito da garantia do direito à alfabetização;
garantir a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Art. 4º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:
priorização da alfabetização até o 2º ano do Ensino Fundamental;
promoção de práticas pedagógicas que desenvolvam a leitura/escuta, a escrita, oralidade, a produção textual e compreensão leitora;
assistência pedagógica para as equipes gestoras das unidades escolares;
fortalecimento da gestão pedagógica nas unidades escolares;
acompanhamento e monitoramento sistemático das aprendizagens dos estudantes;
implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;
incentivo às práticas para desenvolver a linguagem oral e escrita desde a Educação Infantil;
promoção da participação das famílias no processo educativo;
apoio técnico-pedagógico contínuo às escolas.

Art. 5º A política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:
crianças matriculadas na pré-escola (4 e 5 anos);
estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

Art. 6º Agentes envolvidos na política Municipal de Alfabetização:
gestores municipais;
equipes pedagógicas;
gestores escolares;
professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
comunidade escolar.

Art. 7º A política Municipal de Alfabetização será implementada por ações que incluam:
definição de orientações curriculares e metas mensuráveis e objetivas;
adesão e oferta de formação continuada para professores e gestores;
utilização de materiais didáticos e pedagógicoscomplementares de apoio para professores e estudantes;
desenvolvimento de estratégias de recomposição das aprendizagens;
adesão às avaliações formativas e externas;
monitoramento contínuo das aprendizagens;
recomposição das aprendizagens para estudantes que não tenham sido alfabetizados até o 2º ano do Ensino Fundamental.

Art. 8º Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização:
acompanhamento dos resultados de aprendizagem;
definição, análise e monitoramento de indicadores educacionais;
sistematização de dados por estudante, turma e escola;
avaliação da efetividade das ações implementadas;
uso dos resultados para o replanejamento das ações pedagógicas.

Art. 9º. Compete à Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura e Turismo, ou ao órgão que legalmente venha a sucedê-la nas atribuições relativas à educação, a coordenação estratégica das ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização. *(cf. emenda modificativa nº 11/2026)*

Art. 10. As ações decorrentes desta Lei serão executadas à conta das dotações orçamentárias próprias e vinculadas consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário, observadas a

disponibilidade orçamentária e financeira e as exigências da legislação fiscal aplicável. *(cf. emenda aditiva nº 01/2026)*

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. *(cf. emenda modificativa nº 11/2026)*

Itaúna do Sul, 15 de outubro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito

VALDIRENE LUCAS DA SILVA
Secretária de Educação Município de Itaúna do Sul

Publicado por:
Caio Cesar de Santi Ferreira
Código Identificador:BBBDEA8C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATAS DE REGISTRO DE PREÇO (38/2026, 39/2026 E 40/2026) – PREGAO ELETRONICO Nº 036/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - Extrato ATAS DE REGISTRO DE PREÇO (38/2026, 39/2026 e 40/2026) – PREGAO ELETRONICO Nº 036/2026. Processo Administrativo 124.2026. Registro de Preço para Aquisição de Eletrodomésticos e Mobiliários Diversos. VALOR TOTAL ADJUDICADO E HOMOLOGADO: R$ 48.236,88 (quarenta e oito mil, duzentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos). ATA DE RP Nº 38/2026: Empresa: A. J. T. F. LTDA 62.231.351/0001-60 (item01) valor R$1.189,00; ATA DE RP 039/2026: REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA 52.386.933/0001-62 (itens 5, 10 e 11) valor total R$16.206,12; ATA DE RP 040/2026 Empresa: DRS MOVEIS E DECORACOES LTDA 58.892.523/0001-70 (itens 6,7,8,9 e 12) Valor total R$30.841,76. Foro: Comarca de Nova Londrina-PR. Autoridade Competente: Gilson José de Gois. Prefeito Municipal. Local e data: Itaúna do Sul-PR, 15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:994C5CA1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026

MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL – PR
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de eletrodomésticos e mobiliários diversos.
O Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, **Gilson José de Gois**, torna público que **ADJUDICOU** o objeto às empresas abaixo relacionadas e **HOMOLOGOU** o resultado do procedimento licitatório, conforme os respectivos termos, em favor de:

Empresa vencedora	CNPJ	Itens	Valor total
A. J. T. F. LTDA	62.231.351/0001-60	1	R$ 1.189,00
REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA	52.386.933/0001-62	5, 10 e 11	R$ 16.206,12
DRS MOVEIS E DECORACOES LTDA	58.892.523/0001-70	6, 7, 8, 9 e 12	R$ 30.841,76

VALOR TOTAL ADJUDICADO E HOMOLOGADO: R$ 48.236,88 (quarenta e oito mil, duzentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos).
ITENS FRACASSADOS: 2, 3 e 4.
Itaúna do Sul – PR, 15 de outubro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:3D6CA739

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 083/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 083/2026
CONTRATANTE: Município de Ivaí – PR
CONTRATADA: 34.847.289 JANETE MALYSCZA
DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO:
Fornecimento de uniforme para servidores municipais.
Dotação orçamentária:
10.001.15.451.1501.1081.3.3.90.39.00.00
VALOR R$54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021.
RATIFICADO EM 15/10/2026

ORLIANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Caroline Stadler
Código Identificador:7FC6097B

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº:001/2025

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº:001/2025
OBJETO: Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a execução de obra, visando Construção da UBS Tipo 1, conforme proposta nº 09311.4700001/24-001, Novo PAC.
ASSUNTO: Convocação de Licitante Remanescente em razão de Rescisão Contratual (art. 90, § 7º, da Lei nº 14.133/2021)
DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO DO REMANESCENTE E HOMOLOGAÇÃO
Vistos e examinados os autos do Processo Administrativo em epígrafe, no qual restou rescindido o Contrato nº 144/2025 firmado com a empresa MATT CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA;
CONSIDERANDO a faculdade prevista no art. 90, § 7º da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão contratual;
CONSIDERANDO que a licitante classificada em 3º lugar,**UEME CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 79.785.432/0001-05, aceitou a contratação do saldo remanescente e teve sua documentação de habilitação devidamente analisada e julgada regular pelo Agente de Contratação, conforme constante nos autos do processo;
No uso das atribuições legais a mim conferidas:

ACOLHO a manifestação do Agente de Contratação e**JULGO HABILITADA**a empresa**UEME CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA;**
ADJUDICOo saldo remanescente do objeto licitado, correspondente ao valor total de **R$ 1.531.599,95 (um milhão e quinhentos e trinta e um mil e quinhentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos,** em favor de**UEME CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.**
HOMOLOGOo procedimento de convocação de licitante remanescente;
IVAÍ/PR, 14 DE OUTUBRO DE 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:F5F927C7

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 182/2026

DECRETO Nº 182/2026

Súmula: Exonera Servidora Pública.

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º - É exonerada a pedido, a Servidora Pública Municipal Sra. **LETÍCIA RIBEIRO SILVESTRIN, Matrícula** 1328176, do cargo de Diretora de Departamento de Recursos Humanos, a partir de 15 de outubro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de outubro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO, em 15 de outubro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:0A1D7789

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 180, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 180, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Declara situação de emergência em todo o território do Município de Ivaí, em razão de chuvas intensas e persistentes, e dispõe sobre as medidas administrativas de resposta, assistência, prevenção e recuperação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVAÍ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO que, segundo dados do Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná — Simepar, divulgados pela Agência Estadual de Notícias em 1º de outubro de 2026, as estações de monitoramento do Estado registraram, no mês de setembro de 2026, volumes de chuva acima da média histórica, com registros extremos em diversos pontos, inclusive na região dos Campos Gerais;
CONSIDERANDO que as chuvas persistem no mês de outubro de 2026, sob influência do fenômeno *El Niño*, com previsão de precipitação acima da média para o período, circunstância que mantém o solo saturado e aumenta o risco de novos danos;
CONSIDERANDO que a Defesa Civil do Estado do Paraná registrou número expressivo de ocorrências de desastres no mês de setembro de 2026, com perspectiva de agravamento do quadro em outubro, exigindo atuação coordenada dos Municípios;
CONSIDERANDO que as chuvas intensas e persistentes vêm atingindo o Município de Ivaí há mais de 30 dias, com impactos em todo o território municipal, nas áreas urbanas e rurais;
CONSIDERANDO que os eventos pluviométricos ocasionaram danos e prejuízos em estradas, bueiros, pontes e sistemas de drenagem, além de alagamentos, danos ou riscos a moradias e comprometimento de serviços públicos;
CONSIDERANDO que os danos atingem todo o território municipal e podem comprometer a mobilidade da população, o transporte escolar, o acesso a serviços de saúde e assistência social, o abastecimento, a segurança dos moradores e a continuidade de serviços públicos essenciais;
CONSIDERANDO a necessidade de atuação coordenada das Secretarias Municipais, da Defesa Civil, dos órgãos de infraestrutura, saúde, assistência social, educação, agricultura e demais unidades administrativas competentes;
CONSIDERANDO que a situação demanda a adoção imediata de medidas de resposta, assistência, monitoramento, prevenção do agravamento dos danos e recuperação das áreas afetadas;
CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.608/2012 atribui aos Municípios a execução da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil em âmbito local, a avaliação de danos e prejuízos, a manutenção de informações atualizadas e a declaração de situação de emergência e de estado de calamidade pública;
CONSIDERANDO que a situação de emergência corresponde a situação anormal provocada por desastre que implica comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público municipal e necessidade de recursos complementares dos demais entes federativos;
CONSIDERANDO os levantamentos preliminares realizados pelos órgãos municipais competentes, sem prejuízo da consolidação dos relatórios técnicos, registros fotográficos, mapas, medições e estimativas de danos e custos;
DECRETA:
Art. 1º. Fica declarada situação de emergência em todo o território do Município de Ivaí, Estado do Paraná, em razão de chuvas intensas e persistentes, com danos e prejuízos decorrentes a estradas, bueiros, pontes, sistemas de drenagem, moradias e serviços públicos.
Parágrafo único. A classificação e a codificação do desastre deverão ser confirmadas pelos órgãos municipais competentes de proteção e defesa civil, conforme os levantamentos técnicos e os sistemas oficiais aplicáveis.
Art. 2º. A declaração de situação de emergência tem por finalidade permitir a adoção coordenada e temporária das medidas necessárias para:
I — atender a população afetada e preservar a vida, a integridade física, a saúde e a segurança das pessoas;
II — recuperar e manter, em condições de segurança, a trafegabilidade das estradas municipais;
III — desobstruir, reparar ou reconstruir bueiros, pontes, galerias, canais e demais estruturas de drenagem danificadas;
IV — prevenir o agravamento de alagamentos, erosões, deslizamentos, rompimentos e outros riscos associados às chuvas;
V — assegurar, dentro das condições de segurança, o acesso da população aos serviços de saúde, educação, assistência social e demais serviços públicos essenciais;
VI — proteger, acolher e prestar assistência às pessoas cujas moradias tenham sido atingidas ou estejam sob risco;
VII — restabelecer os serviços públicos afetados e reduzir os prejuízos à mobilidade, ao transporte escolar, à produção agropecuária e às atividades econômicas locais;
VIII — levantar, registrar e quantificar os danos humanos, materiais, ambientais, econômicos e sociais decorrentes do desastre; e
IX — preparar os documentos necessários à solicitação de apoio técnico, operacional e financeiro ao Estado do Paraná e à União, quando cabível.
Art. 3º. Fica autorizada a mobilização dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal para atuação articulada nas ações de resposta, assistência, prevenção, monitoramento e recuperação, sob a coordenação do órgão municipal responsável pela proteção e defesa civil.
§ 1º Os órgãos municipais deverão indicar servidores, equipamentos, veículos, materiais e demais recursos disponíveis para atendimento das ações prioritárias.
§ 2º Poderão ser convocados servidores públicos municipais, observada a legislação aplicável, para atuação em atividades de apoio, monitoramento, atendimento à população, levantamento de danos e execução das medidas emergenciais.
§ 3º A mobilização deverá observar as normas de segurança do trabalho, as condições de trafegabilidade e os protocolos técnicos aplicáveis.
Art. 4º. O órgão municipal responsável pela proteção e defesa civil, em articulação com as Secretarias Municipais competentes, elaborará relatório técnico consolidado contendo, no mínimo:
I — a descrição do evento e do período de ocorrência;

II — a identificação das áreas, comunidades, vias, pontes, bueiros, sistemas de drenagem, moradias e serviços públicos atingidos;
III — a avaliação dos danos humanos, materiais, ambientais, econômicos e sociais;
IV — os registros fotográficos e audiovisuais, preferencialmente datados e georreferenciados;
V — a estimativa dos custos das ações de resposta e recuperação;
VI — a relação das medidas já executadas e das providências prioritárias ainda necessárias; e
VII — a indicação dos recursos municipais disponíveis e da eventual necessidade de apoio estadual ou federal.
Art. 5º. As Secretarias Municipais deverão manter registro documental individualizado das providências adotadas, incluindo relatórios de campo, registros fotográficos, medições, ordens de serviço, identificação dos equipamentos e materiais utilizados, despesas realizadas e demais documentos necessários ao controle interno, ao controle externo e à prestação de contas.
Art. 6º. A Administração Municipal poderá solicitar ao Estado do Paraná e à União apoio técnico, operacional e financeiro para as ações de resposta e recuperação, mediante apresentação da documentação exigida pelos órgãos competentes e dos respectivos planos de trabalho.
Parágrafo único. As transferências de recursos destinadas a ações de prevenção, resposta e recuperação observarão a legislação federal aplicável, inclusive as exigências relativas à demonstração da necessidade, execução do objeto, transparência e prestação de contas.
Art. 7º. A realização de obras, serviços, compras ou locações diretamente relacionadas ao enfrentamento da situação de emergência dependerá de processo administrativo próprio, instruído com a demonstração da necessidade, da urgência, da adequação do objeto, da compatibilidade dos preços com o mercado e da limitação das contratações ao estritamente necessário.
§ 1º A eventual contratação direta com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 somente poderá ser realizada quando caracterizada a urgência de atendimento capaz de ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade de serviço público ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos ou outros bens.
§ 2º As contratações emergenciais deverão limitar-se aos bens necessários ao atendimento da situação emergencial e às parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo legal de um ano, contado da ocorrência da emergência, sendo vedadas a prorrogação e a recontratação fundada na mesma situação emergencial, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.
§ 3º A autorização deste artigo não constitui contratação automática nem dispensa a instrução individualizada de cada processo administrativo.
Art. 8º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, observada a legislação orçamentária e financeira.
Parágrafo único. Caso sejam necessárias despesas urgentes e imprevisíveis que não possam ser atendidas pelos créditos orçamentários existentes, poderão ser adotadas as providências legais para abertura de créditos adicionais, inclusive extraordinários quando presentes seus pressupostos, com imediata comunicação ao Poder Legislativo, nos termos da legislação aplicável.
Art. 9º. O órgão municipal responsável pela proteção e defesa civil adotará as providências necessárias para:
I — comunicar a declaração aos órgãos estaduais e federais competentes;
II — avaliar a necessidade de requerer o reconhecimento estadual ou federal da situação de emergência;
III — inserir e manter atualizadas as informações nos sistemas oficiais de proteção e defesa civil;
IV — acompanhar a evolução das chuvas, dos danos e dos riscos à população; e
V — propor a revisão, a prorrogação ou a revogação deste Decreto conforme a evolução da situação.
Art. 10. A população deverá ser informada sobre os riscos existentes, as áreas que demandem cautela, as vias interditadas ou parcialmente comprometidas, os canais oficiais de atendimento e as orientações de segurança expedidas pelos órgãos municipais competentes.
Art. 11. O presente Decreto não autoriza a realização de despesas ou contratações sem a observância das normas de planejamento, motivação, controle, transparência, fiscalização e prestação de contas aplicáveis à Administração Pública.
Art. 12. A situação de emergência declarada por este Decreto vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de sua publicação, podendo ser prorrogada ou revogada mediante ato fundamentado, conforme a evolução dos danos e dos riscos, observado o prazo e o procedimento previstos na legislação aplicável.
Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ, em 15 de outubro de 2026.

ORLI ANTÔNIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal de Ivaí

Publicado por:
Wicto Eduardo Bonette
Código Identificador:9F12AFAB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.031, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, aprovou e Eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI:-

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), no âmbito do FINISA - Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento, destinados à aplicação em despesas de capital observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º *Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia à Caixa Econômica Federal, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "pro solvendo", as receitas a que se referem os artigos 158 e 159,inciso I, alíneas "b", "d", "e" e "f" e parágrafo 3º,nos termos do inciso IV do art. 167, todos da Constituição Federal, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los, bem como outras garantias admitidas em direito. Serão conferidos à Caixa Econômica Federal os poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamente exequíveis no caso de inadimplemento.*

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 15 (quinze) dia do mês de outubro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:444A3F4E

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.032, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, aprovou e Eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI:-

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) destinado a ocorrer com as despesas dos projetos abaixo indicados, objeto de Operação de Crédito com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, no âmbito do programa FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento na Modalidade Apoio Financeiro, mediante fonte de despesa, nas seguintes dotações orçamentárias:

05.001.15.452.0010.2.018 – Manutenção de ruas e avenidas

4.4.90.52.00.00	Equipamentos e material permanente – fonte: 41620	160.000,00
Valor .....:		**160.000,00**

05.004.15.452.0010.1.030 – Aquisição de Imóveis

4.4.90.61.00.00	Aquisição de imóveis – fonte: 41620	1.340.000,00
Valor .....:		**1.340.000,00**
Valor do Crédito .....:		**1.500.000,00**

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura do Crédito autorizado pelo artigo anterior, serão provenientes das receitas de Operação de Crédito com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, no âmbito do programa FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento na Modalidade Apoio Financeiro, fonte: 41620, nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43 da Lei Federal nº 4320 de 17 de março de 1.964, conforme Demonstrativo abaixo:

Código da Receita	Denominação da receita	fonte	Valor R$
2.1.1.9.99.0.1.02.00.00.00.00	Operação de Crédito - CAIXA FINISA	41620	1.500.000,00
Valor do excesso de arrecadação .....:			**1.500.000,00**

Art. 3º - Para atender o crédito supracitado, fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar os ajustes necessários na Lei 963/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO-2026) e na Lei 988/2025 (Plano Plurianual – PPA – 2026-2029).

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 15 (quinze) dia do mês de outubro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:5959CC1F

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.033, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: Institui, em caráter excepcional, o Prêmio de Reconhecimento pelo Desempenho Educacional aos profissionais da Rede Municipal de Ensino, em razão da evolução dos indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, conforme resultado divulgado no ano de 2026, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, aprovou e Eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI:-

Art. 1º Fica instituído, em caráter excepcional, o **Prêmio de Reconhecimento pelo Desempenho Educacional – IDEB 2026**, destinado aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Ivatuba, em razão da **evolução dos indicadores educacionais verificada no resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB divulgado no ano de 2026**.

Parágrafo único. O Prêmio constitui reconhecimento institucional pelo resultado coletivo alcançado pela Rede Municipal de Ensino, não constituindo contraprestação ordinária pelo exercício das atribuições do cargo, emprego ou função.

Art. 2º Farão jus ao Prêmio os profissionais da educação que tenham contribuído para o resultado alcançado pela Rede Municipal de Ensino, observado o efetivo exercício de suas funções no período correspondente à avaliação que resultou no IDEB divulgado em 2026.

§ 1º Para os fins desta Lei, consideram-se profissionais da educação aqueles que exerçam suas funções:
I – nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
II – em atividades de direção, coordenação, orientação, supervisão ou apoio pedagógico; ou
III – em atividades da Secretaria Municipal de Educação diretamente relacionadas ao desenvolvimento e à execução das políticas públicas educacionais.

§ 2º A identificação dos profissionais beneficiários será realizada pela Secretaria Municipal de Educação, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 3º O Prêmio de Reconhecimento pelo Desempenho Educacional – IDEB 2026 será concedido **uma única vez, no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), em parcela única**, aos profissionais que atenderem aos critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 4º O Prêmio de que trata esta Lei possui caráter excepcional e não permanente, não constituindo:
I – vencimento, salário ou vantagem permanente;
II – gratificação ou adicional incorporável à remuneração;
III – base de cálculo para outras vantagens funcionais;
IV – parcela integrante dos vencimentos ou proventos; ou
V – direito adquirido à percepção de benefício semelhante em exercícios posteriores.

Art. 5º A concessão do Prêmio decorre exclusivamente do reconhecimento da **evolução dos indicadores educacionais da Rede Municipal de Ensino de Ivatuba, constatada no resultado oficial do IDEB divulgado em 2026**, não estando vinculada ao desempenho individual de determinado profissional.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e as disposições da legislação fiscal e orçamentária aplicável.

Art. 7º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei exclusivamente quanto aos procedimentos necessários à identificação dos beneficiários e ao processamento e pagamento do Prêmio, vedada a ampliação das hipóteses de concessão estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 15 (quinze) dia do mês de outubro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:50905B70

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.034, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: Dispõe sobre o aporte financeiro destinado à amortização do déficit atuarial do Fundo de Previdência Municipal de Ivatuba – FPMI, referente ao exercício de 2026, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, aprovou e Eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI:-

Art. 1º O Município de Ivatuba efetuará, no exercício de 2026, aporte financeiro ao Fundo de Previdência Municipal de Ivatuba – FPMI, no valor de **R$ 679.292,99 (seiscentos e setenta e nove mil, duzentos e noventa e dois reais e noventa e nove centavos)**, destinado à amortização do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art. 2º O aporte previsto no art. 1º desta Lei será realizado **em cumprimento ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido pela Lei Municipal nº 994/2025**.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 15 (quinze) dia do mês de outubro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:DDFBA9A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Referência: Dispensa de Licitação nº 038/2026 Processo nº 2129/2026

A Prefeitura Municipal de Ivatuba/PR torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objetivo: **Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de serviços de capacitação, por meio de Curso de Atendimento Pré-Hospitalar (APH), destinado aos funcionários da Rede Municipal de Saúde de Ivatuba/Pr,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital.

Visando atender o disposto no § 3º do art. 75 da Lei nº 14.333/2021 abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais à municipalidade.

Data e horário limite para apresentação das propostas:	Data: **20/10/2026** Entrega física: até às 17h (horário de expediente) Envio em endereço eletrônico: até às 23h59min.
Referência de Horário:	Horário de Brasília – DF.
Endereço eletrônico e físico para entrega da proposta	E-mail: licita@ivatuba.pr.gov.br e/ou ivatubalicitacao@gmail.com. Protocolo (Licitação): Rua Marechal Floriano, nº 797, Centro, Ivatuba/PR, CEP: 87.130-000.

Edital, modelo de proposta e este aviso podem ser visualizados no site oficial municipal, sendo https://ivatuba.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes a partir de 16 de outubro de 2026.

Ivatuba/Pr, 15 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:607BEC04

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE NÃO FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E EXCLUSÃO DE FORNECEDOR

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 029/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2026

O MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ, Estado do Paraná, por intermédio de sua Administração Municipal, torna público, para conhecimento dos interessados, que, em razão da justificativa apresentada pela empresa **VIA SOM BRASIL LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 04.473.887/0001-96, com sede na Rua Sequoia, nº 96, Jardim Pinheiros, Maringá/PR, referente à impossibilidade de atendimento integral das condições estabelecidas no item 1 do Pregão Eletrônico SRP nº 029/2026, cujo objeto corresponde à locação de geradores de energia, foi acolhido o pedido de dispensa da assinatura da Ata de Registro de Preços nº 029/2026, conforme decisão administrativa competente.

A empresa comunicou formalmente que, após reavaliar as exigências técnicas do objeto licitado, constatou não possuir condições de atender integralmente às especificações previstas, solicitando a dispensa da assinatura da ata e a adoção das providências administrativas cabíveis. Diante do exposto, fica determinada a **não formalização da Ata de Registro de Preços nº 029/2026 em relação à empresa VIA SOM BRASIL LTDA ME**, bem como sua exclusão do registro correspondente ao item 1, no valor total de **R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais)**, sem prejuízo da adoção das providências necessárias ao prosseguimento do procedimento licitatório, observada a legislação aplicável.

Eventual aplicação de sanções administrativas será objeto de análise em procedimento próprio, com observância do contraditório, da ampla defesa e das disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do edital e demais normas aplicáveis.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Jaguapitã-PR, 15 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:78DD4765

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 012/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 147/2026.

O Município de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público, que promovera licitação na modalidade Concorrência Eletrônica através da plataforma eletrônica www.bll.org.br.

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANA EM CBUQ, 13.212,78 M², INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLANAGEM, DRENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO E SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE OBRA.

Local e Data do Credenciamento e da Realização Da Concorrência: O credenciamento e o recebimento das propostas de preços e de habilitação serão a partir das 09h00m horas do dia **16 de outubro de 2026** até às 08h20m do dia **04 de novembro de 2026**. O início da avaliação das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08h30m do dia **04 de novembro de 2026**.

Edital: O presente edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações e poderá ser solicitado através do e-mail pregao@jaguapita.pr.gov.br.

Mais informações: Mais informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL). Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone Setor de Licitações – Fone: (43) 3272-1122.

Jaguapitã – PR, 15 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:EE593884

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 013/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 148/2026.

O Município de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público, que promovera licitação na modalidade Concorrência Eletrônica através da plataforma eletrônica www.bll.org.br.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO DESTINADO À COMPOSTAGEM DE RESÍDUOS ORGÂNICOS, A SER IMPLANTADO NO ATERRO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ/PR, INCLUINDO A EXECUÇÃO DE FUNDAÇÕES, ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO, PISO ESTRUTURAL, DIVISÕES DAS BAIAS, ESTRUTURA METÁLICA DE COBERTURA, TELHAMENTO E FECHAMENTOS, SISTEMAS DE COLETA DE LÍQUIDOS E DRENAGEM PLUVIAL, BEM COMO OS DEMAIS SERVIÇOS PREVISTOS NOS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CONTRATO DE FINANCIAMENTO FINISA 0644971-87/2025.

Local e Data do Credenciamento e da Realização Da Concorrência: O credenciamento e o recebimento das propostas de preços e de habilitação serão a partir das 09h00m horas do dia **16 de outubro de 2026** até às 09h50m do dia **04 de novembro de 2026**. O início da avaliação das propostas comerciais ocorrerá a partir das 10h00m do dia **04 de novembro de 2026**.

Edital: O presente edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações e poderá ser solicitado através do e-mail pregao@jaguapita.pr.gov.br.

Mais informações: Mais informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL). Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone Setor de Licitações – Fone: (43) 3272-1122.
Jaguapitã – PR, 15 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:9F6C5C4D

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 014/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 149/2026.

O Município de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público, que promovera licitação na modalidade Concorrência Eletrônica através da plataforma eletrônica www.bll.org.br.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DA PONTE TRIUNFO, COMPREENDENDO A DEMOLIÇÃO DA PONTE DE MADEIRA EXISTENTE E A CONSTRUÇÃO DE NOVA TRAVESSIA EM ADUELAS (GALERIA CELULAR) PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO, COM FUNDAÇÃO EM RADIER, ABAS LATERAIS, GUARDA-RODAS, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, LOCALIZADA NA ESTRADA RURAL HT-002, COMUNIDADE ÁGUA SÃO JOSÉ, MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR.

Local e Data do Credenciamento e da Realização Da Concorrência: O credenciamento e o recebimento das propostas de preços e de habilitação serão a partir das 09h00m horas do dia **16 de outubro de 2026** até às 13h50m do dia **04 de novembro de 2026**. O início da avaliação das propostas comerciais ocorrerá a partir das 14h00m do dia **04 de novembro de 2026**.

Edital: O presente edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações e poderá ser solicitado através do e-mail pregao@jaguapita.pr.gov.br.

Mais informações: Mais informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL). Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone Setor de Licitações – Fone: (43) 3272-1122.

Jaguapitã – PR, 15 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:ACBDD30B

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 049/2026 CONCURSO PUBLICO-CARGO PUBLICO – EDITAL 001/2024

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 018/2024 de 30/08/2024, para o ingresso no Cargo Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 077/2024 de 30/08/2024, prorrogado pelo Decreto nº 068/2026 de 14/07/2026, as candidatas abaixo relacionadas:

PROFESSOR /20 HRS
MARÍLIA YASMIN VIEIRA GONÇALVES
MARCIA APARECIDA DE SOUZA
CRISTINA DE LIMA ARRUDA CARDOSO
DANIELE HONORATO RODRIGUES
CAROLINA DOS SANTOS

As convocadas acima deverão comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:30 e das 14:00 as 16:30hrs, no período de 16/10/2026 a 22/10/2026, munidas dos seguintes documentos original e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

•
RG e CPF.

•
Título de eleitor.

•
Carteira de trabalho e N. º do PIS.

•
Certificado de reservista (homem).

•
01 (uma) foto 3x4, atual.

•
Comprovante de grau de instrução.

•
Comprovante de registro no respectivo conselho.

•
Comprovante de residência, Nº de Telefone Celular e E-mail.

•
Certidões **NEGATIVA** de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (**1- Federal/DPF**, **2-** Estadual/Instituto Identif. **Polícia Civil** e **3- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência** nos últimos 05 anos.

•
Certidão de nascimento ou casamento.

•
Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

•
Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

•
Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento) / Declaração de Bens.

•
Auto declaração de raça/etnia.

•
Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia).

•
Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado).

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 15 de outubro de 2026.

_____
Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:3F3CAFDA

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 02.01/2026

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 07.02/2026 de 11/08/2026, para o ingresso no Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 086/2026 de 17/08/2026, os candidatos abaixo relacionados:
MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR
MARCIO MARQUES CONSALTER
MARCELO MARQUES CONSALTER

Os convocados acima deverão comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:00 ou das 14:00 as 16:30, no período de 16/10 a 22/10/2026, munidos dos seguintes documentos originais e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

•
RG e CPF.

•
CNH, Categoria "D" ou superior, com registro/observação "EAR" – Exerce Atividade Remunerada.

•
Certificado de Curso Especializado para Transporte Escolar/CONTRAN.

•
Título de eleitor.

•
Carteira de trabalho e N. º do PIS.

•
Certificado de reservista (homem).

•
01 (uma) foto 3x4 atual.

•
Comprovante de grau de instrução.

•
Comprovante de residência, N.º. de Telefone e e-mail.

•
Certidões **NEGATIVA** de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (**1- Federal** /DPF, **2-** Estadual/Instituto Identif. **Polícia Civil** e **3- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência dos últimos 05 anos.**

•
Certidão de nascimento ou casamento.

•
Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

•
Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

•
Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento)/ declaração de Bens.

•
Auto declaração de raça/etnia

•
Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia)

•
Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Declaração de recebimento ou não de proventos de aposentadoria, com código de benefício e a espécie, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado).

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 15 de outubro de 2026.

_____
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:0FBED7E6

GOVERNO MUNICIPAL
ERRATA – PORTARIA N°.176/2026

Na publicação do Diário Oficial Eletrônico (DOE), do dia 15/10/2026, a PORTARIA Nº. 176/2026, Código Identificador:AC741C51, Edição 3637,

Onde se lê: PORTARIA N°.176/2026
Leia-se:PORTARIA N°.691/2026

Onde se lê: Art. 1° - Designar a Servidora Pública Municipal Helena Cateli Rodrigues Oliveira, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, portadora do RG n° 5.048.748-2 e CPF n° 682.265.869-68 como gestora do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente à viagem da APAE para Morro dos Anjos, localizado no município Bandeirantes-PR a ser realizada nos dias 24/11 à 25/11/2026.
Leia-se: Art. 1° - Designar a Servidora Pública Municipal Helena Cateli Rodrigues Oliveira, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo, portadora do RG n°5.048.748-2 e CPF n° 682.265.869-68 como gestora do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente à viagem da APAE, em atenção ao programa PARANÁ MAIS VIAGEM, a ser realizada nos dias 24/11 à 25/11/2026.

Onde se lê: Art. 2° - Designar a Servidora Pública Municipal Adriana Aparecida Rosa, ocupante do cargo de Assessora da Cultura e Turismo, portador do RG n°. 7.041.687-5 e CPF n°. 029.123.109-89 como fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente à viagem da APAE para Morro dos Anjos, localizado no município Bandeirantes-PR a ser realizada nos dias 24/11 à 25/11/2026.
Leia-se: Art. 2° - Designar a Servidora Pública Municipal Adriana Aparecida Rosa, ocupante do cargo de Assessora da Cultura e Turismo, portador do RG n°. 7.041.687-5 e CPF n°. 029.123.109-89 como fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente à viagem da APAE, em atenção ao programa PARANÁ MAIS VIAGEM, a ser realizada nos dias 24/11 à 25/11/2026.
Art.3°-Estaportariaentraemvigornestadata,revogadaasdisposiçõesem contrário.

Jaguapitã,15 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DEALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:D1E807BC

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/2026

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 040/2026.

CONTRATANTE: Município de Jaguapitã, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 75.457.341/0001-90.
CONTRATADA: INSTITUTO FERNANDO ARAPIRANGA – IFAC, inscrito no CNPJ sob nº 21.132.491/0001-02.

OBJETO: Chamamento público para credenciamento visando à contratação de pessoa física e/ou jurídica especializada para prestação de serviços de oficineiro, destinados ao desenvolvimento de oficinas socioeducativas, culturais e recreativas no âmbito dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, voltadas aos grupos de idosos, crianças e adolescentes, compreendendo oficinas de música, artesanato e dança, conforme demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social. Neste contrato, corresponde à Oficina de Música destinada a crianças e adolescentes (Lote 2), vinculada ao SCFV.

VALOR TOTAL: R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

FORMA DE PAGAMENTO: Mensal, conforme condições previstas no instrumento contratual.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 74, inciso IV, e art. 79, inciso I, conforme instrumento de credenciamento.

Jaguapitã - PR, 08 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:43F4145C

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 035/2026

CONTRATADA: D-REIS SOFTWARE LTDA., inscrita no CNPJ nº 54.377.724/0001-88.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 3887/2026.

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 009/2026.

CONTRATO: Nº 035/2026.

OBJETO: Extinção consensual do Contrato Administrativo nº 035/2026, cujo objeto consiste na contratação de solução tecnológica integrada, destinada ao registro, controle, gerenciamento, validação e consolidação das informações relativas à produção agropecuária dos produtores rurais do Município de Jaguapitã/PR.

MOTIVO: A extinção consensual decorre de razões de interesse público, em virtude da reavaliação das necessidades administrativas e operacionais do Município, que identificou a necessidade de solução mais ampla e integrada, abrangendo demandas de natureza administrativa, tributária, contábil e jurídica, cuja incorporação poderia configurar alteração substancial do objeto originalmente licitado, conforme instrução constante do processo administrativo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Jaguapitã – PR, 15 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:F3393835

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR EDITAL DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO REF.: CREDENCIAMENTO Nº 013/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143/2026

A Comissão de Avaliação, designada pela Portaria nº 643/2026, comunica aos interessados no **Credenciamento nº 013/2026** que, após a análise da documentação apresentada pelos interessados, conforme as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, procedeu à verificação das condições de habilitação, apresentando o seguinte resultado:

INTERESSADOS (AS)	PROTOCOLO	RESULTADO
CREARE ESPACO MULTIDISCIPLINAR LTDA	4412/2026	HABILITADA
CENTRO DE ATENDIMENTO CLINICO MULTIDISCIPLINAR LTDA	4570/2026	HABILITADA

Os interessados acima relacionados foram considerados **HABILITADOS**, por terem apresentado a documentação exigida no Edital de Credenciamento nº 013/2026 e atendido às condições estabelecidas para a prestação de **SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM TERAPIA OCUPACIONAL E PSICOLOGIA COM ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA – ABA**, destinados a atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Jaguapitã/PR.

A habilitação decorre exclusivamente da análise da documentação apresentada, não implicando, por si só, garantia de contratação, de quantidade mínima de serviços ou de execução imediata, ficando a prestação dos serviços condicionada às necessidades da Administração, à disponibilidade orçamentária e às demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Fica assegurado aos interessados o direito de interposição de recurso, nos termos e prazos estabelecidos no Edital de Credenciamento nº 013/2026 e na legislação aplicável.

Jaguapitã/PR, 14 de outubro de 2026.

ELAINE BELLO MIRANDA
Matrícula nº 8148365
Comissão de Avaliação

ESTEFANI NAYARA BARCELLOS
Matrícula nº 8147590
Comissão de Avaliação

IZABELLA BORDIGNON
Matrícula nº 8148567
Comissão de Avaliação

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:06371B0B

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 692/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E,
EXONERAR a partir de 16 de outubro de 2026, o Sr. CLEVERSON MARTIN DANTAS, inscrito no CPF nº. ***.376.039-**, do contrato por tempo determinado – processo seletivo simplificado edital nº. 01/2026, do cargo de Cuidador Social, por motivo de descumprimento de cláusula contratual.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

COMUNIQUE-SE

CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 15 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:08F11B2A

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 693/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E,

EXONERAR a partir de 16 de outubro de 2026, o Sr. SERGIO LUIZ DA CRUZ, inscrito no CPF nº. ***.555.219-**, do contrato por tempo determinado – processo seletivo simplificado edital nº. 02.01/2026, do cargo de Motorista de Transporte Escolar, por motivo de descumprimento de cláusula contratual.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

COMUNIQUE-SE

CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 15 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:1C44E761

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 694/2026

Ementa: Dispõe sobre a continuidade, por prazo indeterminado, dos trabalhos da Comissão Técnica de Levantamento de Requisitos e Avaliação de Sistemas de Informação para a Gestão Municipal, em razão da conclusão do Estudo Técnico Preliminar, e dá outras providências.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO a Portaria nº 185/2026, que instituiu a Comissão Técnica de Levantamento de Requisitos e Avaliação de Sistemas de Informação para a Gestão Municipal, estabelecendo suas competências e atribuições nas fases de planejamento e execução contratual;
CONSIDERANDO a Portaria nº 579/2026, que atualizou a composição da Comissão Técnica e alterou o prazo anteriormente estabelecido para a conclusão dos trabalhos;
CONSIDERANDO a conclusão do Estudo Técnico Preliminar (ETP), etapa integrante do planejamento da contratação de sistemas de informação para a gestão municipal;
CONSIDERANDO que a conclusão do Estudo Técnico Preliminar não esgota as atribuições da Comissão, permanecendo necessárias as atividades de análise, avaliação e assessoramento técnico nas etapas subsequentes do processo de contratação, bem como, quando cabível, durante a execução contratual;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto ao planejamento das contratações públicas, à definição adequada do objeto e à necessidade de atendimento ao interesse público;
RESOLVE:
Art. 1º Fica estabelecida a continuidade, por prazo indeterminado, dos trabalhos da Comissão Técnica de Levantamento de Requisitos e Avaliação de Sistemas de Informação para a Gestão Municipal, instituída pela Portaria nº 185/2026 e com composição atualizada pela Portaria nº 579/2026, em razão da conclusão do Estudo Técnico Preliminar (ETP).
Art. 2º A Comissão continuará exercendo as competências e atribuições previstas na Portaria nº 185/2026, especialmente quanto:

I – à conclusão e formalização das manifestações técnicas necessárias ao planejamento da contratação;
II – ao subsídio técnico para elaboração, revisão e adequação do Termo de Referência e dos demais documentos técnicos pertinentes;
III – à análise dos requisitos funcionais, operacionais e tecnológicos dos sistemas de informação, observadas as necessidades dos setores usuários;
IV – à avaliação técnica de soluções, demonstrações e provas de conceito, quando previstas no instrumento convocatório;
V – ao acompanhamento técnico da implantação e da execução contratual, nos limites de suas atribuições, mediante emissão de relatórios e pareceres e comunicação de eventuais inconformidades às autoridades competentes.
Art. 3º A continuidade dos trabalhos prevista nesta Portaria não afasta a necessidade de observância dos procedimentos, prazos, competências e responsabilidades legalmente estabelecidos para cada etapa do processo de contratação, nem substitui as atribuições próprias dos agentes públicos responsáveis pela elaboração dos documentos, condução do procedimento licitatório, gestão e fiscalização contratual.
Art. 4º Fica afastada a limitação temporal anteriormente estabelecida no art. 6º da Portaria nº 185/2026, com a redação conferida pela Portaria nº 579/2026, passando a Comissão a atuar por prazo indeterminado, enquanto subsistirem as necessidades administrativas que justificam suas atribuições, sem prejuízo de posterior alteração ou extinção por ato da autoridade competente.
Art. 5º Permanecem inalteradas e ratificadas as demais disposições da Portaria nº 185/2026 e da Portaria nº 579/2026 que não conflitarem com a presente Portaria, inclusive a composição nominal e as competências da Comissão.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Jaguapitã, 15 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:0EA5A3FF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

ADMINISTRAÇÃO
LEI 1019/2026

LEI n.º 1019/2026

Dispõe sobre: "Concede o Título de Cidadão Jardinolindense ao Ilustríssimo Senhor ANTONIO GOMES DOS SANTOS e dá outras providências.

ARTIGO 1º:- Fica concedido o Título de "Cidadão Jardinolindense" ao Senhor ANTONIO GOMES DOS SANTOS, portador do RG nº 3.852.106-3 e CPF nº 174.558.049-20, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Município de Jardim Olinda e à comunidade jardinolindense.

ARTIGO 2º:- A honraria de que trata o art. 1º será entregue em Sessão Solene da Câmara Municipal, em data a ser designada pela Mesa Diretora.

Parágrafo Único. Juntamente com o Título, será entregue ao homenageado uma Medalha e Diploma alusivos à homenagem.

ARTIGO 3º:- As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal.

ARTIGO 4º:- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardim Olinda - PR, 15 de outubro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Weslei Sorte
Código Identificador:7ACF1DF8

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
NORMATIVA Nº 04/2026

Dispõe sobre a organização, a realização e o desenvolvimento dos Encontros Intermunicipais de Trocas de Experiências e Práticas Pedagógicas entre os municípios de Jardim Olinda , Itaguajé, Paranapoema, e Santa Inês, e estabelece orientações para sua execução.

As Secretarias Municipais de Educação dos municípios de Jardim Olinda,Itaguajé, Paranapoema, e Santa Inês, no uso de suas atribuições administrativas e educacionais, considerando a importância da cooperação intermunicipal, da formação continuada dos profissionais da educação e da valorização das práticas pedagógicas exitosas desenvolvidas no âmbito das instituições de ensino, estabelecem a presente Normativa.

CAPÍTULO I — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam instituídos, no âmbito da articulação entre os municípios de Jardim Olinda, Itaguajé, Paranapoema, e Santa Inês, os Encontros Intermunicipais de Trocas de Experiências e Práticas Pedagógicas, destinados à socialização de conhecimentos, metodologias, estratégias de ensino e experiências educativas desenvolvidas pelos profissionais da educação.
Art. 2º Os encontros serão realizados de forma colaborativa e itinerante, com a participação dos municípios envolvidos, observando-se o cronograma previamente estabelecido pelas respectivas Secretarias Municipais de Educação.
Art. 3º As atividades deverão priorizar o diálogo entre os profissionais, a reflexão sobre a prática pedagógica, a valorização das experiências exitosas e a construção coletiva de conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

CAPÍTULO II — DOS OBJETIVOS

Art. 4º Constituem objetivos dos Encontros Intermunicipais:
I – promover o intercâmbio de experiências e práticas pedagógicas entre os profissionais da educação dos municípios participantes;
II – fortalecer a cooperação técnica e pedagógica entre as redes municipais de ensino;
III – socializar metodologias, projetos, recursos didáticos e estratégias de ensino que contribuam para o desenvolvimento integral dos estudantes;
IV – fomentar a reflexão coletiva acerca dos desafios e das possibilidades presentes no cotidiano escolar;
V – incentivar a inovação pedagógica e a disseminação de práticas educativas significativas e exitosas;
VI – contribuir para o aprimoramento do planejamento docente e para a qualificação dos processos de ensino e aprendizagem;
VII – fortalecer os vínculos institucionais entre as equipes gestoras, os coordenadores pedagógicos e os professores das redes municipais.

CAPÍTULO III — DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º Os encontros serão organizados de maneira conjunta pelas Secretarias Municipais de Educação dos municípios participantes, mediante planejamento prévio e definição compartilhada das responsabilidades.
Art. 6º A organização de cada encontro deverá contemplar:
I – a definição do município anfitrião;
II – a elaboração e a divulgação da programação;
III – a definição dos profissionais e das turmas ou etapas de ensino participantes;
IV – a seleção e a organização das práticas pedagógicas a serem socializadas;
V – a definição dos espaços, dos materiais e dos recursos necessários à realização das atividades;
VI – o registro das atividades desenvolvidas e dos encaminhamentos estabelecidos.

Art. 7º Os encontros poderão compreender apresentações de experiências pedagógicas, relatos de práticas, exposições de materiais produzidos pelos estudantes, oficinas, rodas de conversa, atividades colaborativas e outras estratégias que favoreçam a interação e a aprendizagem entre os participantes.

Art. 8º As práticas apresentadas deverão estar relacionadas ao trabalho pedagógico efetivamente desenvolvido, considerando os objetivos de aprendizagem, as metodologias utilizadas, os recursos empregados, os resultados observados e as possibilidades de adaptação ou aplicação em outros contextos escolares.

CAPÍTULO IV — DO CRONOGRAMA DOS ENCONTROS — 2026

Art. 9º Para o exercício de 2026, ficou estabelecido o seguinte cronograma de encontros, conforme planejamento conjunto das Secretarias Municipais de Educação:

I – **1º Encontro** – 24 de maio de 2026 , no Município de Paranapoema.

Participantes: Equipes das secretarias de Educação, Equipes pedagógicas e diretivas das instituições, professores, Equipe do Núcleo Regional (NCPM). Tema: A importância da Educação Infantil , nos pré requisitos para a alfabetização.

II - **2º Encontro** – Troca de experiências (**Infantil V**)– 11 de junho de 2026.

Participantes: Equipes das secretarias de Educação, Equipes pedagógicas e diretivas das instituições, professores.

III - **3º Encontro** – Troca de experiências (**1º ano) -** 12 de agosto de 2026, no município de Itaguajé;

Participantes: Equipes das secretarias de Educação, Equipes pedagógicas e diretivas das instituições, professores.

IV – **4º Encontro** – Troca de experiências (**2º ano) :** 22 de agosto de 2026, no município de Santa Inês;

Participantes: Equipes das secretarias de Educação, Equipes pedagógicas e diretivas das instituições, professores.

V –**5º Encontro** – Troca de experiências (**3º ano) :** 18 de setembro de 2026, no município de Paranapoema;

Participantes: Equipes das secretarias de Educação, Equipes pedagógicas e diretivas das instituições, professores.

VI – **6º Encontro** – Troca de experiências (**4º ano) :** 29 de setembro de 2026, no município de Itaguajé;

Participantes: Equipes das secretarias de Educação, Equipes pedagógicas e diretivas das instituições, professores.

VII –**7º Encontro** – Troca de experiências (**5º ano) :** 16 de outubro de 2026, no município de Jardim Olinda.

Participantes: Equipes das secretarias de Educação, Equipes pedagógicas e diretivas das instituições, professores.

Parágrafo único. Eventuais alterações de datas, locais ou organização deverão ser acordadas entre as Secretarias Municipais de Educação e comunicadas previamente aos profissionais envolvidos.

CAPÍTULO V — DAS RESPONSABILIDADES DOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES

Art. 10. Compete às Secretarias Municipais de Educação:

I – planejar e coordenar, de forma articulada, a realização dos encontros;

II – indicar os profissionais responsáveis pela organização e pelo acompanhamento das atividades;

III – mobilizar e orientar as equipes pedagógicas e os docentes participantes;

IV – assegurar, dentro das possibilidades administrativas de cada município, as condições necessárias à realização dos encontros;

V – acompanhar o desenvolvimento das atividades e avaliar os resultados alcançados;

VI – incentivar a continuidade das ações colaborativas entre as redes municipais de ensino.

Art. 11. Compete ao município anfitrião:

I – organizar e disponibilizar o espaço destinado à realização do encontro;

II – colaborar com a estruturação da programação e com o acolhimento dos participantes;

III – articular, em conjunto com os demais municípios, as condições necessárias ao desenvolvimento das atividades;

IV – contribuir para o registro e a sistematização das experiências socializadas.

Art. 12. Compete aos coordenadores pedagógicos, gestores escolares e professores participantes:

I – colaborar com o planejamento e a organização dos encontros;

II – apresentar experiências pedagógicas pertinentes às propostas de trabalho desenvolvidas em suas unidades escolares, quando previamente acordado;

III – participar das atividades de socialização, reflexão e discussão coletiva;

IV – respeitar os horários, a programação e as orientações estabelecidas pela organização;

V – contribuir para a disseminação dos conhecimentos construídos junto às respectivas equipes escolares.

CAPÍTULO VI — DOS REGISTROS E DA AVALIAÇÃO

Art. 13. Cada encontro deverá contar, sempre que possível, com registros que possibilitem documentar as atividades realizadas, as experiências compartilhadas e os encaminhamentos definidos.

Art. 14. Os registros poderão compreender listas de presença, atas, relatórios, fotografias autorizadas, produções pedagógicas e outros instrumentos pertinentes.

Art. 15. Ao término de cada encontro, recomenda-se a realização de uma avaliação coletiva, com vistas à identificação dos aspectos positivos, das necessidades de aprimoramento e das possibilidades de continuidade das ações intermunicipais.

Parágrafo único. Os conhecimentos e as experiências socializados deverão, sempre que pertinente, subsidiar o planejamento pedagógico e as ações formativas desenvolvidas nas redes municipais participantes.

CAPÍTULO VII — DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. A participação nos encontros deverá observar as orientações organizacionais estabelecidas pelas Secretarias Municipais de Educação, respeitadas as atribuições e a organização administrativa de cada rede de ensino.

Art. 17. Os casos omissos nesta Normativa serão analisados e deliberados conjuntamente pelas Secretarias Municipais de Educação dos municípios participantes.

Art. 18. A presente Normativa poderá ser revisada ou complementada sempre que necessário, mediante acordo entre os municípios envolvidos.

Art. 19. Esta Normativa entra em vigor na data de sua aprovação pelas instâncias competentes.

Jardim Olinda, 15 outubro de 2026.

JOCILENE GUIRADO DOS SANTOS SOARES
Diretora do Departamento de Educação
Port: 284/2025

Publicado por:
Maria Altanira de Oliveira Reis
Código Identificador:EBAE809C

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PLANO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE JARDIM OLINDA-PR

Ações de Alfabetização - 2026

Município	JARDIM OLINDA-PR
Órgão responsável	Departamento Municipal de Educação
Vigência	Ano de 2026/2030

1. APRESENTAÇÃO

O presente Plano organiza a comunicação interna e externa das ações de alfabetização desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino de Jardi Olinda/PR. O documento está alinhado à Política Municipal de Alfabetização, à Política de Alfabetização do Estado do Paraná e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, visando informar, mobilizar e fortalecer a participação dos profissionais da educação, das famílias e da comunidade.

2. OBJETIVO GERAL

Fortalecer a comunicação, a mobilização e a participação da comunidade escolar nas ações de alfabetização da Rede Municipal de Ensino, dando visibilidade às iniciativas, formações, avaliações, projetos, resultados e boas práticas, de modo a contribuir para a

garantia do direito de todas as crianças à alfabetização e para o acompanhamento responsável dos avanços e desafios educacionais.

2.1 Objetivos Específicos

Dar visibilidade às ações de alfabetização e mobilizar a comunidade escolar para a garantia do direito de todas as crianças à alfabetização.
Divulgar formações, avaliações, projetos, resultados e boas práticas desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino.
Orientar gestores, coordenadores pedagógicos, professores e famílias quanto às ações, responsabilidades e estratégias relacionadas à alfabetização.
Fortalecer a participação e o envolvimento das escolas e das famílias nas ações de alfabetização.
Compartilhar resultados, avanços, desafios e experiências exitosas de forma clara, responsável, transparente e acessível à comunidade escolar.

3. PÚBLICOS-ALVO

Gestores Escolares, coordenadores pedagógicos, técnicos da secretaria, professores e demais profissionais da educação.
Estudantes e famílias da Rede Municipal de Ensino.
Conselho Municipal de Educação e demais instituições parceiras.

4. CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Canal	Finalidade principal
WhatsApp	Comunicados rápidos, orientações, convites e mobilizações.
Ofícios e comunicados	Formalização de convocações, orientações e encaminhamentos.
Reuniões e formações	Diálogo, estudo, orientação pedagógica e apresentação de resultados.
Redes sociais e canais oficiais	Divulgação pública das ações, resultados e boas práticas.
Escolas	Murais, reuniões com famílias e comunicação direta com a comunidade escolar.
Relatórios e apresentações	Sistematização e análise dos resultados da alfabetização.

5. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO

Articulação do DME com gestores escolares e coordenadores pedagógicos para multiplicação das informações nas escolas.
Envio antecipado de orientações, cronogramas, convites e materiais de divulgação.
Mobilização das famílias antes das avaliações e das ações escolares de alfabetização.
Socialização de experiências e reconhecimento das boas práticas desenvolvidas pelas escolas.
Apresentação dos resultados às equipes escolares para subsidiar o planejamento pedagógico.

6. PERIODICIDADE DAS COMUNICAÇÕES

As comunicações serão realizadas de acordo com o calendário das ações de alfabetização da Rede Municipal de Ensino, considerando a natureza e a Finalidade de cada ação.
Comunicados operacionais: serão enviados sempre que houver necessidade de orientar, informar ou organizar procedimentos relacionados às ações de alfabetização.
Mobilizações: serão realizadas previamente às formações, avaliações, projetos, campanhas e demais eventos, com o objetivo de garantir a participação e o envolvimento da comunidade escolar.
Divulgação de resultados: ocorrerá após a consolidação, análise e validação dos dados pelo Departamento Municipal de Educação (DME), assegurando que as informações sejam apresentadas de forma clara, responsável, transparente e acessível.
Periodicidade: contínua, conforme o cronograma e a necessidade das ações previstas no Plano Municipal de Alfabetização.

7. PLANO DE AÇÕES

Ação	Público	Canal	Período	Situação
Divulgação das formações do Alfabetiza MT e do CNCA	Gestores e professores	WhatsApp, ofícios e reuniões	Conforme cronograma	**Contínua**
Mobilização para avaliações de alfabetização	Escolas, estudantes e famílias	WhatsApp, escolas e reuniões	Antes de cada avaliação	**Contínua**
Apresentação e análise dos resultados	Gestores, coordenadores e professores	Reuniões, relatórios e slides	Após cada ciclo	**Contínua**
Compromisso com o Aprender	Rede e comunidade	Convites, redes sociais e comunicação oficial	2 de julho	**Realizada**
Seminário Municipal de Boas Práticas	Profissionais da educação	Convites, WhatsApp e redes sociais	25 de setembro	**Realizada**
Divulgação da Política Municipal de Alfabetização	Rede e comunidade	Canais oficiais e reuniões	Após aprovação	**Prevista**
Socialização dos resultados anuais	Rede e comunidade	Relatório, reunião e canais oficiais	Final de 2026	**Prevista**

8. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados das avaliações e das ações de alfabetização serão analisados pelo DME e apresentados às equipes escolares por meio de reuniões, relatórios e apresentações. Quando adequado, serão produzidas sínteses para divulgação nos canais oficiais, preservando os dados pessoais dos estudantes e destacando avanços, desafios e encaminhamentos da Rede Municipal.

9. RESPONSÁVEIS

A execução das ações de comunicação e mobilização será realizada de forma articulada entre o Departamento Municipal de Educação, a equipe responsável pela alfabetização, as unidades escolares e o setor de comunicação institucional, conforme as atribuições de cada área.
Departamento Municipal de Educação (DME): coordenação, acompanhamento e supervisão das ações previstas no Plano.
Coordenação Municipal do Programa Alfabetiza MT e Articulação Municipal da RENALFA: organização e sistematização das informações, elaboração dos comunicados e articulação das mobilizações pedagógicas.
Gestores e coordenadores pedagógicos: divulgação das informações e mobilização da comunidade escolar nas respectivas unidades de ensino.
Setor responsável pela Comunicação Institucional: apoio na elaboração, divulgação e publicação das ações nos canais oficiais de comunicação do município.

10. MONITORAMENTO E REGISTRO

A Secretaria Municipal de Educação (SME) realizará o acompanhamento sistemático da execução do Plano, assegurando o registro e a organização das ações de comunicação e mobilização desenvolvidas ao longo de sua vigência.
Serão mantidos, sempre que pertinentes, registros e evidências das ações realizadas, tais como ofícios, comunicados, convites, listas de presença, registros fotográficos, apresentações, relatórios, links e capturas de publicações nos canais oficiais.
Ao final de cada ano, será elaborada uma síntese das ações de comunicação realizadas, contemplando as principais iniciativas, alcance das mobilizações, resultados obtidos, avanços, desafios identificados e encaminhamentos para o período seguinte.

11. VIGÊNCIA

Este Plano entra em vigor na data de sua aprovação e terá vigência no período de 2026 a 2030, podendo ser revisado e atualizado durante esse período, sempre que necessário, de acordo com as demandas, resultados do monitoramento e necessidades da Rede Municipal de Ensino de Jardim Olinda,PR.

Jardim Olinda, 15 de outubro de 2026.

JOCILENE GUIRADO SOARES SANTOS
Diretora do Departamento Municipal de Educação
Port: 284/2025

Publicado por:
Maria Altanira de Oliveira Reis
Código Identificador:3B6B62E6

LICITAÇÃO
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 266-2025

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 266-2025

Extrato do 2º Termo de aditivo do contrato nº.266/2025, objetivando a Contratação de profissional (fonoaudiólogo) para realização de atendimentos semanais, integrados a uma equipe multiprofissional, na UBS Anita Canet, contemplando avaliação, diagnóstico, planejamento, e execução de terapias fonoaudiologias, assim como também orientações a equipes e familiares, conforme demanda do município.. decorrente de Dispensa n° 81/2025, que entre si celebram

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a R CEOLIN VALERIO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA inscrita no CNPJ sob nº. 36.596.980/0001-84. aditivam o contrato na importância de R$6.650,00 (seis mil, seiscentos e cinquenta reais) nos termos da Lei de licitações n.º n.º 14.133/21.

Jardim Olinda, 15 de outubro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sivaldo Lopes Ferreira
Código Identificador:BC3BE267

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO 266 - 2025

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 266-2025

Extrato de Termo de aditivo n°1 Termo do contrato nº.266/2025, objetivando a Contratação de profissional (fonoaudiólogo) para realização de atendimentos semanais, integrados a uma equipe multiprofissional, na UBS Anita Canet, contemplando avaliação, diagnóstico, planejamento, e execução de terapias fonoaudiologias, assim como também orientações a equipes e familiares, conforme demanda do município.. decorrente de Dispensa n° 81/2025, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a R CEOLIN VALERIO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA inscrita no CNPJ sob nº. 36.596.980/0001-84. aditivam o contrato com término 15/12/2026 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 14.133/21.

Jardim Olinda, 15 de outubro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sivaldo Lopes Ferreira
Código Identificador:3BCE0C05

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS Nº 125/2026

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a Empresa BOM JESUS PEÇAS, MANUTENÇÕES E CARGAS LTDA, CNPJ nº 69.138.277/0001-81.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Processo na Modalidade Chamada Publica n° 002/2026 – Credenciamento nº 002/2026 - Processo Administrativo nº 065/2026. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS especializadas para Prestação de Serviços de Reparos Mecânicos em Geral, com Fornecimento de Peças de Reposição e Acessórios, pelo período de 12 (doze) meses, nos prazos fixados, de acordo com as Especificações e Valores Estabelecidos neste Edital, cujo Processo e Julgamento serão realizados de acordo com os preceitos da Lei 14.133/2021, constantes no Termo de Referência (ANEXO I).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas serão cobertas por conta da seguinte dotação orçamentária, sendo suplementada se necessário Através de Lei Orçamentária Municipal nº nº 802/2025, de 22/12/2025.
VIGENCIA: 12 (doze) meses após assinatura do contrato e publicação do ato.
VALOR: R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 15/10/2026.
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – Pr.
Jundiaí do Sul – Estado do Paraná, 15 de outubro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:52021C43

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL-PR
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 169/2023

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a Empresa RADIO DIFUSORA PLATINNESE LTDA, CNPJ: 81.160.228/0001-40

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Em conformidade com o Processo de Dispensa nº 31/2023, nos termos do art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.

ESPÉCIE: 3º*Termo Aditivo* para prorrogação do PRAZO de vigência do *Contrato de Prestação de Serviços nº. 169/2023*, com vistas ao *interesse público* e à *necessidade conveniente ao caso*, nos termos do *art. 57, inciso II da Lei 8.666/93*.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de propaganda em mídia (rádio) para divulgação de diversas campanhas e ações, com a entrega do original para futuras divulgações

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Com previsão na Lei Orçamentária nº 802 de 22/12/2025
VIGÊNCIA:12 (doze) meses.
DATA DA ASSINATURA:03/10/2026
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – PR.

Jundiaí do Sul- PR, 15 de outubro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:EA404519

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 034/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2026 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 1162- 2026 RATIFICAÇÃO

O presente documento trata do Processo Inexigibilidade de Chamamento Público nº. 034/2026 e Processo Administrativo nº 035/2026, para formalização de Termo de Colaboração com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jundiaí do Sul – PR.
O Inciso II do artigo 31 da Lei Federal nº 13.019/2014 de 31/07/2014, alterado pela Lei Federal nº 13.204/2015, regulamenta a questão da inexigibilidade do Chamamento Público:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3° do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."
Instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pelo Município com as OSC´s para a consecução de

finalidades de interesse público e recíproco propostas pela Administração Pública que envolvam a transferência de recursos, pela emenda está cadastrada no Sistema Estrutura SUAS sob a programação nº 411290020260001, vinculada à Funcional Programática nº 08.245.5131.219G.0041, destinados ao custeio da unidade socioassistencial beneficiária APAE PAULO FOGAÇA de Jundiaí do Sul, inscrita no CNPJ nº 07.450.470/0001-04, **propondo a parceria.**
Considerando a exposição do dispositivo legal acima descrito, RATIFICO o Processo Inexigibilidade de Chamamento Público nº. 034/2026 e Processo Administrativo nº 035/2026, para celebração do Termo de Colaboração, nos termos aprovado pela procuradoria Jurídica e Controladoria Interna do Município, junto à entidade abaixo relacionada:
Entidade: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jundiaí do Sul – PR.
CNPJ: 07.450.470/0001-04.
Endereço: Rua São Francisco, nº. 882– Centro – Jundiaí do Sul – PR.
Valor do Repasse: R$ 100.000,00 (cem mil reais).
Período:- Exercício 2026.
Tipo da Parceria:- Termo de Colaboração.
OBS: (Instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pelo Município com as OSC´s para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela Administração Pública que envolvam a transferência de recursos do Departamento Municipal de Assistência Social propondo a parceria.
Justificativa: A APAE de Jundiaí do Sul – PR há anos vêm desenvolvendo atividades em parceria com o poder público municipal de maneira satisfatória, que a atividade objeto do plano de trabalho proposto é de natureza singular, que é a única entidade no município que desenvolve a atividade proposta, sendo de grande relevância que os serviços ofertados sejam desenvolvidos no próprio município, seja em razão do deslocamento dos usuários, como para o fortalecimento do vínculo familiar, haja visto o número de usuários atendidos, residentes no município.
PUBLIQUE-SE

Jundiaí do Sul – Estado do Paraná, 15 de outubro de 2026

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:E6C7B468

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 82/2026

DECRETO Nº 82, DE 15 OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre o cancelamento de empenhos, que constam em resto a pagar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e tendo em vista O Decreto 83/2025 artigo 4º dos Prazos e Validade, parágrafo III.
Considerando que a nota de empenho constitui operação financeira de caráter contábil, visando à reserva de numerário para o pagamento de despesa comprometida dentro da dotação específica;
Considerando que resto a pagar não processado não constitui obrigação de pagamento, pelo produto ou serviço não ter sido entregue.

D E C R E T A:
Art. 1º Fica a Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul-PR, através do setor contábil autorizado a cancelar os empenhos abaixo relacionados:

EMPENHOS			
3613/2021	2808/2011	2753/2011	2047/2016

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, Jundiaí do Sul-PR 15 de outubro de 2026

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Esther Nery de Barros Rodrigues Andrade
Código Identificador:77C8332E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI
RESOLUÇÃO N° 251, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Aprova a renovação do Registro de Funcionamento e da Inscrição de Programa/ Serviços de Atendimento aos Idosos da Prefeitura Municipal da Lapa- PR, CNPJ: 76.020.452/0001-05.

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI/LAPA-PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de criação nº 1666, de 26/11/2002;

• Considerando que a fundamentação legal para o Registro das Entidades sem fins lucrativos no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso está prevista no Estatuto do Idoso, especificamente nos artigos 47, 48, 49 e 50, que definem também, sobre as inscrições dos programas de atendimento das Entidades Governamentais e Não-Governamentais junto ao Conselho;

• Considerando o inciso XI do artigo 7º da Lei Municipal nº 1666, de 26 de novembro de 2002, que dispõe sobre as funções do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;
• Considerando a Resolução CMDI Nº. 33, de 17 de Outubro de 2016, que regulamenta os critérios e procedimentos para concessão, renovação e cassação do Registro de Funcionamento e inscrição dos Programas das Entidades não-governamentais, dos prestadores de serviços público e privado de atendimento aos idosos e da outras providências;

• Considerando o Requerimento de renovação do Registro e renovação de inscrição de programas datado de 22 de Setembro de 2026, da Coordenadora do Centro de Convivência da Pessoa Idosa;

• Considerando a análise da Comissão do Conselho em 13 de Outubro de 2026, dos documentos apresentados,

• Considerando deliberação da plenária, por meio de reunião ordinária realizada em 14/10/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar a renovação de Registro de Funcionamento e da Inscrição de Programa/ Serviços de Atendimento aos Idosos da Prefeitura Municipal da Lapa- PR, CNPJ: 76.020.452/0001-05, conforme segue:

DATA DA DELIBERAÇÃO	ENTIDADE/ PROGRAMAS/ SERVIÇOS	SITUAÇÃO/TIPO	NÚMERO
15/09/2021	**Entidade:** Prefeitura Municipal da Lapa- PR, CNPJ: 76.020.452/0001-05- Centro de Convivência da Pessoa Idosa Vida Saudável.	Registro de Funcionamento	08
03/07/2024 14/10/2026		Renovação de Registro de Funcionamento	
15/09/2021	**Serviço de Convivência para Idosos Vida Saudável:** Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos vinculados ao CRAS, Programa Municipal Vida Saudável e Projeto Fortalecendo Vidas.	Inscrição do Serviço Público de Atendimento	8.1
03/07/2024 14/10/2026		Renovação da Inscrição do Programa de Atendimento	

Art. 2º - O Registro de Funcionamento da Prefeitura Municipal da Lapa e Inscrição do Programa/ Serviços de Atendimento aos Idosos terá a validade de 02 (dois) anos, a partir desta deliberação.

Art. 3º - A Entidade deverá protocolar o pedido de Renovação de Registro de Funcionamento e Inscrição dos Programas de atendimento, no CMDI, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término da vigência.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Lapa – Paraná, 14 de Outubro de 2026.

ROSELI DE SOUZA PORTES
Presidente do CMDI

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:8D60E400

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI
RESOLUÇÃO N° 252, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Aprova a Prestação de Contas Parcial referente ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025- Anual 2025- do Incentivo ao serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa, Deliberação nº 19/2023 CEDI/PR no município de Lapa/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI/LAPA-PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de criação nº 1666, de 26/11/2002;

• Considerando a Lei Municipal Nº 1666, de 26/11/2002 e Artigo 4º da Lei Municipal Nº 2747, de 06/06/2012;

• Considerando a deliberação 19/2023 do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI/PR, que prevê repasse de recursos financeiros do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso para o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

• Considerando a Resolução CMDI N° 170 de 24 de Outubro de 2023, que aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação da Deliberação nº 19/2023 CEDI/PR, para o Incentivo ao serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa, no Município de Lapa/PR;

• Considerando o Ofício Nº 217, de 09 de Outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher o qual encaminha a Prestação de Contas Parcial referente ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025- Anual 2025, Deliberação Nº019/2023 CEDI/PR para análise e aprovação do Conselho,

• Considerando deliberação da plenária realizada no dia 14/10/2026, em reunião ordinária.

R E S O L V E:

Art. 1º - Deliberar pela Aprovação Total da Prestação de Contas Parcial, através do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, referente ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025- Anual 2025, do Incentivo ao serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa Deliberação Nº019/2023, CEDI/PR para o município de Lapa/PR.

Art. 2º - Aprovar a justificativa referente ao Saldo financeiro em conta na data de 30/06/2023, superior a 30%.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Lapa – Paraná, 14 de Outubro de 2026.

ROSELI DE SOUZA PORTES
Presidente do CMDI

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:6C7DEDA7

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI
RESOLUÇÃO N° 253, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Aprova a Prestação de Contas Parcial referente ao período do pagamento até 31/12/2025- Anual 2025- do Incentivo Cuida Mais Paraná- Acolhimento, Deliberação nº 33/2024 CEDIPI/PR, no município de Lapa/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI/LAPA-PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de criação nº 1666, de 26/11/2002;

• Considerando a Lei Municipal Nº 1666, de 26/11/2002 e Inciso I do Artigo 3º da Lei Municipal Nº 2747, de 06/06/2012;

• Considerando a deliberação n° 033/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoas Idosa – CEDIPI/PR, que prevê repasse de recursos financeiros do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso para o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

• Considerando a Resolução CMDI N° 198, de 16 de Outubro de 2024, que aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação da Deliberação nº 33/2024 CEDIPI/PR, para o Incentivo Cuida Mais Paraná- Acolhimento, no Município de Lapa/PR;

• Considerando o Ofício Nº 218, de 09 de Outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher o qual encaminha a Prestação de Contas Parcial referente ao período do pagamento até 31/12/2025- Anual 2025, Deliberação Nº33/2024 CEDI/PR para análise e aprovação do Conselho,

• Considerando deliberação da plenária, por meio de reunião ordinária realizada em 14/10/2024.

R E S O L V E:

Art. 1º - Deliberar pela Aprovação Total da Prestação de Contas Parcial, através do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, referente ao período do pagamento até 31/12/2025, Anual 2025, do Incentivo Cuida Mais Paraná- Acolhimento, Deliberação nº 33/2024 CEDIPI/PR para o município de Lapa/PR.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Lapa – Paraná, 14 de Outubro de 2026.

ROSELI DE SOUZA PORTES
Presidente do CMDI

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:2D755C80

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI
RESOLUÇÃO N° 254, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Aprova a Prestação de Contas Parcial referente ao período do pagamento até 31/12/2025- Anual 2025- do Incentivo Projeto Viaja Mais 60- Fase II, Deliberação nº 34/2024 CEDIPI/PR, no município de Lapa/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI/LAPA-PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de criação nº 1666, de 26/11/2002;

• Considerando a Lei Municipal Nº 1666, de 26/11/2002 e Inciso I do Artigo 3º da Lei Municipal Nº 2747, de 06/06/2012;

• Considerando a deliberação 034/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoas Idosa – CEDIPI/PR, que prevê repasse de recursos financeiros do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso para o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

• Considerando a Resolução CMDI N° 199, de 16 de Outubro de 2024, que aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação da Deliberação nº 34/2024 CEDIPI/PR, para execução do Incentivo Projeto Viaja Mais 60- Fase II, no Município de Lapa/PR;

• Considerando o Ofício Nº 219, de 09 de Outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher o qual encaminha a Prestação de Contas Parcial referente ao período do pagamento até 31/12/2025- Anual 2025, Deliberação Nº34/2024 CEDI/PR para análise e aprovação do Conselho,

• Considerando deliberação da plenária, por meio de reunião ordinária realizada em 14/10/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Deliberar pela Aprovação Total da Prestação de Contas Parcial, através do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, referente ao período do pagamento até 31/12/2025, Anual 2025, do Incentivo Projeto Viaja Mais 60- Fase II, Deliberação nº 34/2024 CEDIPI/PR, para o Município de Lapa/PR.

Art. 2º - Aprovar a justificativa referente ao Saldo financeiro em conta na data de 30/06/2023, superior a 30%.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Lapa – Paraná, 14 de Outubro de 2026.

ROSELI DE SOUZA PORTES
Presidente do CMDI

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:BA9F095B

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI
RESOLUÇÃO N° 255 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Aprova a Prestação de Contas Parcial referente ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025- Anual 2025, do Incentivo de Garantia de Direitos à Pessoa Idosa- Centro de Convivência, Deliberação nº 015/2022 CEDI/PR para o município de Lapa/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI/LAPA-PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de criação nº 1666, de 26/11/2002;

• Considerando o Artigo 7º da Lei Municipal Nº 1666, de 26/11/2002 e Artigo 4º da Lei Municipal Nº 2747, de 06/06/2012;

• Considerando o disposto no Artigo 16 do Capítulo VII da Deliberação N° 15/2022 CEDI-PR;

• Considerando a Resolução Nº. 149, de 21 de Setembro de 2022, que Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação da Deliberação nº 15/2022 CEDI/PR, para execução de Projetos, Programas e Serviços para o Atendimento de Pessoas Idosas, Aprimoramento do Controle Social e Fortalecimento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Paraná, conforme Lei Federal Nº 10.741 de 01/10/2003- Estatuto da Pessoa Idosa, no Município de Lapa/PR.

• Considerando o Ofício Nº 220, de 09 de Outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher, o qual encaminha a Prestação de Contas Parcial referente ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025- Anual 2025, Deliberação Nº015/2022 CEDI/PR para análise e aprovação do Conselho,

• Considerando deliberação da plenária realizada no dia 14/10/2026, em reunião ordinária.

R E S O L V E:

Art. 1º - Deliberar pela Aprovação Total da Prestação de Contas Parcial, através do Relatório de Gestão Físico-Financeiro e de Execução, referente ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025, Anual 2025, do Incentivo de Garantia de Direitos à Pessoa Idosa- Centro de Convivência, Deliberação nº 015/2022 CEDI/PR para o município de Lapa/PR.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Lapa – Paraná, 14 de Outubro de 2026.

ROSELI DE SOUZA PORTES
Presidente do CMDI

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:E3299DC2

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI
RESOLUÇÃO N° 256, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Convoca Audiência Pública para Prestação de Contas do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa referente aos meses de Julho, Agosto e Setembro do ano de 2026 do Município de Lapa/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI/LAPA-PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de criação nº 1666, de 26/11/2002;

• Considerando o Artigo 7º inciso III da Lei Municipal nº 1666, de 26/11/2002 e Artigos 4º e 7º da Lei Municipal 2747, de 06/06/2012;

• Considerando a Resolução N° 20, de 19 de Novembro de 2015 - CMDI/LAPA-PR, que Convoca a Audiência Pública trimestral para Prestação de Contas do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Lapa/PR;

• Considerando deliberação da plenária, por meio de reunião ordinária realizada em 14/10/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Convocar Audiência Pública para Prestação de Contas do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, referente aos meses de Julho, Agosto e Setembro do ano de 2026 do Município de Lapa / PR, que realizar-se-á no dia 29 de Outubro de 2026, às 09h30m, no Auditório do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, situado à Rua Octávio José Kuss, nº. 383, Lapa/PR.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Lapa – Paraná, 14 de Outubro de 2026.

ROSELI DE SOUZA PORTES
Presidente do CMDI

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:B2330263

GABINETE
DECRETO N° 29978, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Excesso de Arrecadação, devidamente autorizado pela Lei nº 4613, de 14 de Outubro de 2026, referente inclusão de rubricas orçamentárias na Ação 1002, da Secretaria Municipal

de Obras, para pavimentação de vias urbanas provenientes dos Convênios nº 1133/2026 e nº 1134/2026, firmados com a Secretaria de Estado das Cidades - SECID.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando a Lei nº 4613, de 14/10/2026;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar até o limite de R$ 22.601.176,20 (Vinte e Dois Milhões, Seiscentos e Um Mil, Cento e Setenta e Seis Reais e Vinte Centavos), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

11 Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte	
11.07 Departamento de Pavimentação	
15.451.0011.1002 Pavimentar e Recapear Ruas	
2117: 4.4.90.51.00.00.445 – Obras e instalações	R$ 11.844.458,21
2118: 4.4.90.51.00.00.446 – Obras e instalações	R$ 10.756.717,99
TOTAL.....	**R$ 22.601.176,20**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito Autorizado no artigo anterior serão utilizados o:

Excesso de Arrecadação da fonte 445, conta nº 45.063-4	R$ 11.844.458,21
Excesso de Arrecadação da fonte 446, conta nº 45.064-2	R$ 10.756.717,99
TOTAL.....	**R$ 22.601.176,20**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 15 de Outubro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 15 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:CF8EBA69

GABINETE
DECRETO N° 29979, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Excesso de Arrecadação, devidamente autorizado pela Lei nº 4611, de 08 de Outubro de 2026, referente inclusão de rubricas orçamentárias na Ação 1002, da Secretaria Municipal de Obras, para pavimentação de vias urbanas provenientes dos Convênios nº 1033/2026 e nº 1044/2026, firmados com a Secretaria de Estado das Cidades - SECID.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando a Lei nº 4611, de 08/10/2026;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar até o limite de R$ 3.213.971,89 (Três Milhões, Duzentos e Treze Mil, Novecentos e Setenta e Um Reais e Oitenta e Nove Centavos), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

11 Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte	
11.07 Departamento de Pavimentação	
15.451.0011.1002 Pavimentar e Recapear Ruas	
2108: 4.4.90.51.00.00.443 – Obras e instalações	R$ 2.358.026,01
2109: 4.4.90.51.00.00.444 – Obras e instalações	R$ 855.945,88
TOTAL.....	**R$ 3.213.971,89**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito Autorizado no artigo anterior serão utilizados o:

Excesso de Arrecadação da fonte 443, conta nº 44.982-2	R$ 2.358.026,01
Excesso de Arrecadação da fonte 444, conta nº 44.983-0	R$ 855.945,88
TOTAL.....	**R$ 3.213.971,89**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 15 de Outubro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 15 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F5D9E207

GABINETE
DECRETO N° 29980, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Excesso de Arrecadação, devidamente autorizado pela Lei n° 4501 de 17 de Dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4501, de 17/12/2025;
Considerando o P.D. nº 25268, de 13/10/2026, da Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 550.000,00 (Quinhentos e Cinquenta Mil Reais), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

11 Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte	
11.05 Departamento de Transporte	
26.453.0083.2490 Subsidiar a Tarifa do Transporte Coletivo	
1643: 3.3.90.45.00.00.000 – Subvenções econômicas	R$ 350.000,00
26.782.0010.2041 Adquirir Materiais	
1645: 3.3.90.30.00.00.504 – Material de consumo	R$ 200.000,00
TOTAL.....	**R$ 550.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o:

Excesso de Arrecadação da fonte 0, conta nº 31.236-3	R$ 350.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 504, conta nº 19.662-2	R$ 200.000,00
TOTAL.....	**R$ 550.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 15 de Outubro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 15 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:1A6A145A

GABINETE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2026

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2026 (PD N.º 17381/2026).
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU PREFEITO MUNICIPAL SR. DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS.

FORNECEDOR: DALLAS ÁUDIO VISUAL LTDA, CNPJ SOB Nº 03.015.027/0001-46, REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. ANTONIO LUIZ SIATKOVSKI.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS NO MUNICÍPIO DA LAPA PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL, ITEM 4.
VALOR GLOBAL: R$ 112.320,00 (CENTO E DOZE MIL, TREZENTOS E VINTE REAIS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TERÃO VIGÊNCIA DE 12(DOZE) MESES, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
NA HIPÓTESE DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA INICIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ HAVER A RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS EM RELAÇÃO A CADA ITEM, ATÉ O LIMITE DO QUANTITATIVO ORIGINAL, NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL 26.815 DE 31 DE MARÇO DE 2023 E DECRETO MUNICIPAL 28.994 DE 15 DE AGOSTO DE 2025.
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO N.º 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ VEDADA CONFORME ITEM 1.3 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.
DATA: 05/10/2026
DATA ASSINATURA: 13/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:920C4D6F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS Nº 206/2022

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 72/2022 (PD Nº 26062/2022)
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU PROCURADOR GERAL, (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28237, DE 01.01.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. RICARDO GUANABARA PREVEDELLO.
LOCADOR: SR. LEANDRO THEREZIO GANZERT, CPF/MF SOB Nº 871.960.269-34.
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL, TOTALIZANDO UMA ÁREA DE APROXIMADAMENTE 239,15 M2, NA REGIÃO CENTRAL DO MUNICÍPIO DA LAPA, RUA: CORONEL DULCIDIO PEREIRA, Nº 310, CENTRO, LAPA/PR, CEP: 83.750-000, OBJETIVANDO SEDIAR A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1399/2026 (PD Nº 23461/2026) DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO E PARECER Nº 903/2026/PGM, CONFORME DISPÕE O ART. 62, §3º, INCISO I DA LEI Nº 8666/93:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS Nº 206/2022, POR 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 24.10.2026 E 23.10.2027, COM O VALOR CONTRATUAL DE R$ 55.800,00 (CINQUENTA E CINCO MIL E OITOCENTOS REAIS), SENDO O VALOR MENSAL DE R$4.650,00 (QUATRO MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS).
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 08/10/2026
DATA ASSINATURA: 14/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:228C6964

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 055/2026 – UASG 987657-

A Prefeitura Municipal da Lapa torna público a todos os interessados a retificação do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2026cujo objeto trata-se deaquisição de materiais para continuidade das ações de combate a dengue, materiais para Campanha do DIA D, de combate a dengue, lixeira veicular, bottons, e chaveiros.
As novas etapas do referido processo são:
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 06/11/2026 às 09:29 horas.
NOVA DATA DATA DA SESSÃO: 06/11/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço por Item..
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$13.748,00 (treze mil, setecentos e quarenta e oito reais).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Informamos que houve alterações no Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição Nº 3628 na data de 01/10/2026 e que o Edital retificado poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço:lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone(41) 3547-8029.
Lapa, 15 de outubro de 2026.

APARÍCIO LEVI DE QUEVEDO
Pregoeiro

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:755DBB79

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 186/2026

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2026 (PD N.º 3552/2026).
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA SILVA LTDA ME, CNPJ SOB Nº 32.656.339/0001-37, REPRESENTADA POR SUA TITULAR, SRA. EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA SILVA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL, ITENS 08, 09, 22, 24, 26, 28, 29, 30, 35, 37, 38, 43, 49, 59, 69, 70, 71, 73, 74, 79, 81, 86, 98, 99, 100 E 102.
VALOR GLOBAL: R$ 43.535,40 (QUARENTA E TRÊS MIL, QUINHENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E QUARENTA

CENTAVOS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TERÃO VIGÊNCIA DE UM ANO, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
NA HIPÓTESE DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA INICIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ HAVER A RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS EM RELAÇÃO A CADA ITEM, ATÉ O LIMITE DO QUANTITATIVO ORIGINAL, NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL 26.815 DE 31 DE MARÇO DE 2023 E DECRETO MUNICIPAL 28.994 DE 15 DE AGOSTO DE 2025.
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO N.º 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÃO SEGUIR O DISPOSTO NO ARTIGO 209 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023. DISPONÍVEL EM:
HTTPS://LAPA.ATENDE.NET/CIDADAO/PAGINA/DECRETOS-MUNICIPAIS.
DATA: 13/10/2026
DATA ASSINATURA: 14/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:48C491AC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2026

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2026 (PD N.º 3552/2026).
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: PACHTO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 21.424.240/0001-93, REPRESENTADA POR SUA TITULAR SRA. ANA POLA RONN.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL, ITENS 04, 05, 12, 16, 19, 31, 39,44, 45, 47, 56, 60, 65, 67, 80 E 96.
VALOR GLOBAL: R$ 55.278,66 (CINQUENTA E CINCO MIL, DUZENTOS E SETENTA E OITO REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023).
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TERÃO VIGÊNCIA DE UM ANO, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
NA HIPÓTESE DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA INICIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ HAVER A RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS EM RELAÇÃO A CADA ITEM, ATÉ O LIMITE DO QUANTITATIVO ORIGINAL, NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL 26.815 DE 31 DE MARÇO DE 2023 E DECRETO MUNICIPAL 28.994 DE 15 DE AGOSTO DE 2025.
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO N.º 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÃO SEGUIR O DISPOSTO NO ARTIGO 209 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023. DISPONÍVEL EM:
HTTPS://LAPA.ATENDE.NET/CIDADAO/PAGINA/DECRETOS-MUNICIPAIS.
DATA: 13/10/2026
DATA ASSINATURA: 14/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:DC5793B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMOVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS Nº 158/2025

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 51/2025 (PD Nº 11226/2025)
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815/2023, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
LOCADOR: SR. ADIR BRASÍLIO TERRES, CPF/MF SOB Nº 016.031.529-89.
OBJETO: LOCAÇÃO DE UM TERRENO URBANO, COM ÁREA MÍNIMA DE 600M², DESTINADO EXCLUSIVAMENTE À GUARDA DE VEÍCULOS APREENDIDOS, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, REGISTRADO SOB MATRÍCULA Nº 23.676.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1358/2026 (PD Nº 22411/2026) DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E O PARECER JURÍDICO Nº 925/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E 107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS Nº 158/2025 POR 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 15.10.2026 E 14.10.2027 COM VALOR CONTRATUAL DE R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS).
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 14/10/2026
DATA ASSINATURA: 14/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:0C4BC037

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO (ECO) E PLANO DE ATIVIDADES CELEBRADO ENTRE O ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE POSITIVO - NICOLI MARIA ALBANSKE E MUNICÍPIO DA LAPA.

As partes acima qualificadas resolvem firmar o presente Termo de Compromisso de Estágio Curricular Obrigatório (ECO) e Plano de Atividades, os quais reger-se-ão pela Lei nº 11.788 de 25/09/2008, pela Resolução nº 53 de 28/01/2013 do Conselho Acadêmico Superior (CAS) da Universidade Positivo e pelas condições a seguir:

Objeto: Propiciar a realização de estágio, assim considerado como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Vigência: 06/10/2026 a 20/10/2026

Total de horas semanais: 18h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Nicoli Maria Albanske, Geyssi Gabrielly Ponciano da Silva, Maria Cristina Matsuno e Gabriele Geane David Veloso.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:4DE538B6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFATECIE - INTERVENIENTE, MUNICÍPIO DA LAPA - UNIDADE CONCEDENTE (EMPRESA) E ESTAGIÁRIO (A).

Vigência: 03/08/2026 a 09/11/2026

Total de horas: 201h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Fernanda Giordani Abrantes, Joelson Vieira Brandenburg, Barbara Cassimira de Souza e Eryka Jovania Pereira.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:C978A0E8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram a Universidade Federal do Paraná (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

O presente Termo de Compromisso de Estágio tem por objetivo solenizar a realização de atividade de formação profissional entre a CONCEDENTE e o ESTUDANTE, ambos devidamente identificados a seguir com a interveniência de Universidade Federal do Paraná, inscrita sob o CNPJ nº 75.095.679/0001-49, nos termos da Lei nº 11.788/08, do Art. 82 da Lei nº 9.394/96 - LDB e em consonância com a Resolução nº 46/10-CEPE/UFPR e demais normativas reguladoras.

Início: 28/09/2026
Final: 10/12/2026
Duração: 4h diárias

ASSINATURAS: CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA, KARINA FALAVINHA E GISLAINE HORNING DE OLIVEIRA.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:561429D5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e Município da Lapa (Parte Concedente).

O curso forma profissionais aptos à ação reflexiva e crítica em relação aos diversos aspectos que envolvem a atuação do profissional. As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 14/10/2026
Final: 20/10/2026
Horas semanais: 12h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Marcia Maria Previato de Souza e Adrielly Kaseker Martins.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:969C9AC3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram a Universidade Federal do Paraná (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

O presente Termo de Compromisso de Estágio tem por objetivo solenizar a realização de atividade de formação profissional entre a CONCEDENTE e o ESTUDANTE, ambos devidamente identificados a seguir com a interveniência de Universidade Federal do Paraná, inscrita sob o CNPJ nº 75.095.679/0001-49, nos termos da Lei nº 11.788/08, do Art. 82 da Lei nº 9.394/96 - LDB e em consonância com a Resolução nº 46/10-CEPE/UFPR e demais normativas reguladoras.

Início: 28/09/2026
Final: 10/12/2026
Duração: 4h diárias

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Karina Falavinha, Andrea Aparecida Pfutz de Castro Ribi e Ellen da Silva.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:AD9389A4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram a Universidade Federal do Paraná (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

O presente Termo de Compromisso de Estágio tem por objetivo solenizar a realização de atividade de formação profissional entre a CONCEDENTE e o ESTUDANTE, ambos devidamente identificados a seguir com a interveniência de Universidade Federal do Paraná, inscrita sob o CNPJ nº 75.095.679/0001-49, nos termos da Lei nº 11.788/08, do Art. 82 da Lei nº 9.394/96 - LDB e em consonância com a Resolução nº 46/10-CEPE/UFPR e demais normativas reguladoras.

Início: 28/09/2026
Final: 10/12/2026
Duração: 4h diárias

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Karina Falavinha, Andrea Aparecida Pfutz de Castro Ribi e Nicole Ferreira Ramin dos Santos.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:EA454301

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e Município da Lapa (Parte Concedente).

O curso forma profissionais aptos à ação reflexiva e crítica em relação aos diversos aspectos que envolvem a atuação do profissional. As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de
Estágio Obrigatório.

Início: 13/10/2026
Final: 30/11/2026
Horas semanais: 30h

ASSINATURAS: CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA, RAQUEL CRISTINA
LUIS MINCOFF E AMANDA DE OLIVEIRA CHAVES MONTEIRO.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:06239E35

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e Município da Lapa (Parte Concedente).

O curso forma profissionais aptos à ação reflexiva e crítica em relação aos diversos aspectos que envolvem a atuação do profissional. As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 05/11/2026
Final: 06/11/2026
Horas semanais: 8h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Marcia Maria Previato de Souza e Maria Aparecida de Lima Bueno.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:1AC8B56A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e Município da Lapa (Parte Concedente).

O curso forma profissionais aptos à ação reflexiva e crítica em relação aos diversos aspectos que envolvem a atuação do profissional. As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de
Estágio Obrigatório.

Início: 19/10/2026
Final: 20/11/2026
Horas semanais: 20h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Marcia Maria Previato de Souza e Maria Aparecida de Lima Bueno.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:3363A29C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram a Universidade Federal do Paraná (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

O presente Termo de Compromisso de Estágio tem por objetivo solenizar a realização de atividade de formação profissional entre a CONCEDENTE e o ESTUDANTE, ambos devidamente identificados a seguir com a interveniência de Universidade Federal do Paraná, inscrita sob o CNPJ nº 75.095.679/0001-49, nos termos da Lei nº 11.788/08, do Art. 82 da Lei nº 9.394/96 - LDB e em consonância com a Resolução nº 46/10-CEPE/UFPR e demais normativas reguladoras.

Início: 28/09/2026
Final: 10/12/2026
Duração: 4h diárias

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Karina Falavinha, Denise Terezinha Coreluk Karas e Marcio Anis Mattar Assad.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:09DAD04F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e Município da Lapa (Parte Concedente).

O curso forma profissionais aptos à ação reflexiva e crítica em relação aos diversos aspectos que envolvem a atuação do profissional.

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 05/10/2026
Final: 17/11/2026
Horas semanais: 30h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Raquel Cristina Luis Mincoff e Eliane do Rocio Silva da Fonseca.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:C34FA4F6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e Município da Lapa (Parte Concedente).

O curso forma profissionais aptos à ação reflexiva e crítica em relação aos diversos aspectos que envolvem a atuação do profissional. As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 05/10/2026
Final: 17/11/2026
Horas semanais: 30h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Raquel Cristina Luis Mincoff e Leni Kmiecik Machado Perosa.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:73936879

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Unicesumar - Centro Universitário de Maringá (Instituição de Ensino) e Município da Lapa (Parte Concedente).

O curso forma profissionais aptos à ação reflexiva e crítica em relação aos diversos aspectos que envolvem a atuação do profissional. As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 05/10/2026
Final: 02/12/2026
Horas semanais: 12h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Maria Elaine Ferreira dos Santos e Aline R. Tacon Dambros Gauze.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:EADADFE4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram a Faculdade Educacional da Lapa - FAEL (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

O Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório tem por objetivo formalizar as condições básicas para a realização de Estágio Obrigatório de Estudante da Instituição de Ensino junto a unidade Concedente de Estágio, o qual, obrigatório ou não, deve estar de acordo com a Lei 11.788/2008 e ser de interesse curricular e pedagogicamente útil, entendido o ESTÁGIO como uma Estratégia de Profissionalização que integra o Processo de Ensino-Aprendizagem.

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

Início: 28/09/2026
Final: 04/12/2026
Total: 16 horas semanais

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Maria Lucia Ribas e Moezia Maria de Oliveira.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:312BFC0A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram a Universidade Federal do Paraná (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

O presente Termo de Compromisso de Estágio tem por objetivo solenizar a realização de atividade de formação profissional entre a CONCEDENTE e o ESTUDANTE, ambos devidamente identificados a seguir com a interveniência de Universidade Federal do Paraná, inscrita sob o CNPJ nº 75.095.679/0001-49, nos termos da Lei nº 11.788/08, do Art. 82 da Lei nº 9.394/96 - LDB e em consonância com a Resolução nº 46/10-CEPE/UFPR e demais normativas reguladoras.

Início: 05/10/2026
Final: 10/12/2026
Duração: 4h diárias

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Karina Falavinha, Suellen Linhares Alberti e Helena Coelho Grose.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:3184B2C1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram a Universidade Federal do Paraná (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de
Estágio Obrigatório.

O presente Termo de Compromisso de Estágio tem por objetivo solenizar
a realização de atividade de formação profissional entre a CONCEDENTE
e o ESTUDANTE, ambos devidamente identificados a seguir com a interveniência de Universidade Federal do Paraná, inscrita sob o CNPJ
nº 75.095.679/0001-49, nos termos da Lei nº 11.788/08, do Art. 82 da Lei nº 9.394/96 - LDB e em consonância com a Resolução nº 46/10-CEPE/UFPR e demais normativas reguladoras.

Início: 15/09/2026
Final: 10/12/2026
Duração: 4h diárias

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Karina Falavinha,
Jacqueline Santos Chaves Klingbeil e Silvana Schuster do Nascimento Fior.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:C5582B66

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram a Universidade Federal do Paraná (Instituição de Ensino) e a Prefeitura Municipal da Lapa (Parte Concedente).

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório.

O presente Termo de Compromisso de Estágio tem por objetivo solenizar a realização de atividade de formação profissional entre a CONCEDENTE e o ESTUDANTE, ambos devidamente identificados a seguir com a interveniência de Universidade Federal do Paraná, inscrita sob o CNPJ nº 75.095.679/0001-49, nos termos da Lei nº 11.788/08, do Art. 82 da Lei nº 9.394/96 - LDB e em consonância com a Resolução nº 46/10-CEPE/UFPR e demais normativas reguladoras.

Início: 28/09/2026
Final: 10/12/2026
Duração: 4h diárias

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Karina Falavinha, Jonas Zella Hoffmann e Vanice Santina Bisoto Schuster.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:6A12326B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre
si celebram Uningá - Centro Universitário Ingá (Instituição de Ensino) e o Município da Lapa (Parte Concedente).

O presente termo tem por objetivo regulamentar o desenvolvimento de estágio supervisionado obrigatório, assim definido como tal no projeto do curso, cuja integralização da carga horária é requisito
indispensável para aprovação e obtenção de diploma pelo estagiário.

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso de
Estágio Obrigatório.

Início: 28/09/2026
Final: 16/10/2026
Total de horas: 52h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Jaiane Cardoso Costa Tavares e Luciclea Monteiro Bueno.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:642E2EF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO - APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 107/2026

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2025 (PROCESSO DIGITAL Nº 10679/2025)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28.533, DE 26.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SRA. JANAINA PIOVEZAN RIBAS.
CONTRATADA: CONSTRUTORA VIEIRA SANTOS LTDA ME, INSCRITO (A) NO CNPJ/MF SOB O Nº 17.514.801/0001-78.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PARA EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DA CASA DE PASSAGEM, NO MUNICÍPIO DA LAPA/PR, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).
O PRESENTE TERMO DE APOSTILAMENTO TEM POR OBJETIVO SUBSTITUIR FISCAL CONSTANTE NA CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO SUPRA, PASSANDO A SER A SRA. SILVIA WIEDMER SCHUSTER, MATRÍCULA 81170, TELEFONE (41) 3547-8005, E-MAIL SILVIA.ARQUITETALAPA@GMAIL.COM, CONFORME PORTARIA Nº 019, DE 07 DE JULHO DE 2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRANSITO E TRANSPORTE EM ATENDIMENTO AO PROCESSO DIGITAL 24735/2026 E REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1471/2026.
O REGISTRO DESTA APOSTILA ESTÁ RESPALDADO NO ART. 117 DA LEI 14.133/2021.
DATA: 09/10/2026
DATA ASSINATURA: 14/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:2A01FEC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 251/2026

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2026 (PD Nº 7742/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRANSITO E TRANSPORTE, (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28509, DE 25.02.2025 E CONFORME O DECRETO Nº 26.815 DE 31 DE MARÇO DE 2023), SR. MARCO ANTONIO BORTOLETTO.
CONTRATADO: CLAIR S BLASKIEVICZ EMPREENDIMENTOS ME, CNPJ/MF SOB O Nº 38.231.813/0001-65, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU TITULAR SR. CLAIR SCHLEMM BLASKIEVICZ.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA/ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ, EM TRECHO DE 90,08M DA RUA CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE E UM TRECHO DE 49,27M DA RUA SEM DENOMINAÇÃO (RUA T), NO BAIRRO BAIXO DA LAPA, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: A VIGÊNCIA DO CONTRATO SE INICIA DA PUBLICAÇÃO DO MESMO NO PNCP, DURANTE 8 (OITO) MESES.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 04 (QUATRO) MESES CONTADOS A PARTIR DA DATA ESTABELECIDA NA ORDEM DE SERVIÇO.
GARANTIA DE EXECUÇÃO: COMO CONDIÇÃO PARA ASSINATURA DESTE CONTRATO, A CONTRATADA

DEPOSITOU A CONTRATANTE, A TÍTULO DE GARANTIA DE CUMPRIMENTO DE SUAS CLÁUSULAS, A IMPORTÂNCIA DE R$ 21.500,00 (VINTE E UM MIL E QUINHENTOS REAIS), CORRESPONDENTE A 5% (CINCO POR CENTO) DO VALOR DESTE CONTRATO, REPRESENTADA POR TERMO DE CAUÇÃO Nº 041/2026 (ANEXO II) - APÓLICE SEGURO GARANTIA Nº 01-0775-0731762, Nº REGISTRO SUSEP: 05436202600010775073176 2 COM VENCIMENTO EM 09/09/2027, PELO QUAL GARANTIRÁ A FIEL OBSERVÂNCIA DOS TERMOS EXPOSTOS, DE ACORDO COM O ART. 96 DA LEI 14.133/2021.
VALOR CONTRATUAL: R$ 430.000,00 (QUATROCENTOS E TRINTA MIL REAIS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
RECURSO: 1657
ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE.
UNIDADE: 7 - DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO
AÇÃO: 1002 - PAVIMENTAR E RECAPEAR RUAS
ELEMENTO: 3449051020200000000 - RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS
VÍNCULO: 643 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO - PROGRAMA FINISA - FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO - FINISA Nº 0614326-33
RECURSO: 1658
ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE.
UNIDADE: 7 - DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO
AÇÃO: 1002 - PAVIMENTAR E RECAPEAR RUAS
ELEMENTO: 3449051020200000000 - RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS
VÍNCULO: 710 - CONTRATO DE REPASSE Nº 1083584-31 CONVÊNIO Nº 934.210/2022/MDR/CAIXA PAVIMENTAÇÃO DE VIA URBANA - VÍNCULO 710.
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 7742/2026 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, DECRETO Nº 26.815 DE 31 DE MARÇO DE 2023 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 14/10/2026
DATA ASSINATURA: 15/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:D128442E

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE EXTRATO DO CONTRATO Nº 250/2026-CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 09/2026 (PROTOCOLO Nº 11591/2026)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, ESTADO DO PARANÁ, COM SEDE NA PRAÇA MIRAZINHA BRAGA, Nº 87, INSCRITO(A) NO CNPJ SOB O Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE, (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28509, DE 25.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815/2023 DE 31.03.2023), SR. MARCO ANTONIO BORTOLETTO, PORTADOR DO CIRG Nº 444.157.379-00 SESP/PR, INSCRITO NO CPF SOB Nº 444.157.379-00, E
CONTRATADA: CLAIR S BLASKIEVICZ EMPREENDIMENTOS ME, CNPJ 38.231.813/0001-65, LOCALIZADA RUA AMÁLIO FERREIRA DA SILVA, 485, CENTRO, ANTÔNIO OLINTO/PR, CEP 83.980-000, TELEFONE (42) 98869-0941, E-MAIL CWMELETRICA@GMAIL.COM, CWMEMPREENDIMENTOS.AO@GMAIL.COM,
REPRESENTADA POR SEU TITULAR SR. CLAIR SCHLEMM BLASKIEVICZ, BRASILEIRO, CASADO, EMPRESÁRIO, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE R.G. N. º 7.711.901-9 SESP/PR, INSCRITO NO CPF SOB N. º 042.833.209-94.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ÁREA DE 7.104,80 M², COMPREENDENDO: SERVIÇOS PRELIMINARES; TERRAPLENAGEM; DRENAGEM; BASE E SUB-BASE; REVESTIMENTO; MEIO-FIO E SARJETA; SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E ENSAIOS DE CONTROLE TECNOLÓGICO, CONFORME DEFINIDO NO CONVÊNIO Nº 480/2026. AS INTERVENÇÕES SERÃO EXECUTADAS NAS SEGUINTES VIAS: A) RUA JOSÉ MAIER – COORDENADAS: 634582.79, 7154452.54– LOTE 1.
VALOR: R$ 2.499.000,00 (DOIS MILHÕES, QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE MIL REAIS).
PRAZO DE EXECUÇÃO: EM ATÉ 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONTADOS A PARTIR DA DATA DA ASSINATURA CITADA NO EXTRATO DO CONTRATO PUBLICADO NO PNCP OU NO DIÁRIO OFICIAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 (TREZENTOS E SESSENTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DA ASSINATURA CITADA NO EXTRATO DO CONTRATO PUBLICADO NO PNCP OU NO DIÁRIO OFICIAL.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 14 DE OUTUBRO DE 2026.
FORO: COMARCA DE LAPA, ESTADO DO PARANÁ.

LAPA, 14 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:56BE75AF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRONICO Nº. 25/2026

AVISO
PREGÃO ELETRONICO nº. 25/2026
Procedimento Licitatório nº. 116/2026

O Município de Laranjal, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal 14.133/2021 e conforme disposto no Decreto Municipal nº 44/2023, com alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LARANJAL, ESTADO DO PARANÁ.**

DATA DE ABERTURA: 09h00m do dia 03/11 /2026 (Horário de Brasília).
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço
VALOR GLOBAL: **R$ 682.064,50 (seiscentos e oitenta e dois mil e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos).**

INFORMAÇÕES: Rua Pernambuco, 501 – Departamento de Licitações – CEP 85.275-000, Laranjal – Paraná. Fone: (42) 3645-1149, no horário de expediente. Edital e anexos disponíveis na Prefeitura Municipal de Laranjal – Pr e no sítio do Município www.laranjal.pr.gov.br.
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES - **BOLSA NACIONAL DE COMPRAS** – https://bnc.org.br

Laranjal, 15 de outubro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elzio Miguel da Costa
Código Identificador:22686B4B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
PORTARIA Nº. 042/2026-L.

PORTARIA Nº. 042/2026-L.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO, PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ,no uso das atribuições legais e, em especial, a Lei nº. 622/94-E de 05/09/1994;

Considerando a previsão contida no artigo 90, § 4º, e Parágrafo Único do artigo 91, todos da Lei Municipal nº 622/94-E, Estatuto dos Servidores Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º -Conceder20 (vinte) dias de**Férias**à servidora: **TALITA ALVES GONZALES DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF: ***.***.***-36 e RG: *.***.**1-9, ocupante do cargo de Contadora, nível 41, constante no anexo II e II-A – QUADRO DO PROVIMENTO EFETIVO, a serem usufruídas no período de 19/10/2026 a 07/11/2026", referente ao período aquisitivo 2025-2026.

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Lobato, aos 14 dias do mês de outubro do ano de 2026.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Márcia Andréia Milani
Código Identificador:DA512DA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ERRATA RETIFICA RESOLUÇÃO Nº 006-2026

O Conselho Municipal de Assistencia Social de Lobato – CMAS, retifica a Resolução nº 006/2026 CMAS de 30/09/2026 publicado no Órgão Oficial do Município, Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP, no dia 06 de outubro de 2026 - Edição 3631.

Onde se lê:
"Lobato, 30 de setembro de 2027."
Leia-se:
"Lobato, 30 de setembro de 2026".

Permanecem inalterados e ratificados todos os demais termos da Resolução.

Lobato, 15 de outubro de 2026.

LIANA DE OLIVEIRA GAZZONE
Vice-Presidente do CMAS

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:96C089A9

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
ATA DE CONFERÊNCIA DE DOCUMENTOS - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5/2026

OBJETO: Credenciamento de estabelecimentos especializados no fornecimento de materiais de construção civil, materiais elétricos, materiais hidráulicos, ferragens, ferramentas, equipamentos, equipamentos de proteção individual (EPIs) e demais materiais necessários à manutenção preventiva e corretiva das instalações, equipamentos, redes de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Lobato/PR.
DATA: 15 de outubro de 2026.
Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, a Sra. **SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES**, Agente de Contratação, designada por meio da Portaria nº 07/2025, de 13 de junho de 2025, procedeu à conferência da documentação apresentada pelas empresas interessadas no credenciamento, no âmbito do Chamamento Público nº 1/2026, referente ao Processo Administrativo nº 5/2026.
Após a análise e conferência dos documentos apresentados, constatou-se que as seguintes empresas atenderam às exigências documentais estabelecidas no edital:
SANCHES & MORAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.114.731/0001-68;
NOVA CASA ACABAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 21.904.385/0001-91.
Diante do atendimento às exigências estabelecidas no instrumento convocatório, **registra-se que as empresas acima relacionadas estão CREDENCIADAS e APTAS A SEREM CONTRATADAS**, no âmbito do Chamamento Público nº 1/2026, observadas as condições estabelecidas no edital, a necessidade da Autarquia, a disponibilidade orçamentária e financeira e os demais requisitos legais e administrativos aplicáveis a cada contratação.
Ressalta-se que o credenciamento não implica obrigação de contratação imediata, ficando a efetivação das contratações condicionada à demanda do SAMAE e ao cumprimento dos procedimentos pertinentes, conforme as regras estabelecidas no edital.
A presente ata destina-se a registrar o resultado da conferência documental e a situação das empresas em relação ao procedimento de credenciamento, servindo de subsídio para o prosseguimento dos trâmites administrativos necessários à formalização dos respectivos instrumentos contratuais.
Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente Ata de Conferência de Documentos e Registro do Credenciamento, que segue assinada pela responsável.
Lobato/PR, 15 de outubro de 2026.

SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES
Agente de Contratação
Portaria Nº 07/2025, de 13 de Junho de 2025

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:65DD1F23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

GABINETE/SECRETARIA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Julga o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidades (PAAR) instituído pela Portaria nº 80/2026, em face da empresa JUV Distribuidora de Equipamentos de Informática Ltda., decorrente do inadimplemento contratual verificado na Ata de Registro de Preços nº 232/2025 (Pregão Eletrônico nº 45/2025), e dá outras providências.

PROCESSO: PAAR instituído pela Portaria nº 80/2026 (Setor de Gestão de Contratos, processo administrativo nº 11/2026)
NOTIFICADA/CONTRATADA: JUV Distribuidora de Equipamentos de Informática Ltda. — CNPJ nº 45.298.461/0001-20
VÍNCULO SUBJACENTE: Ata de Registro de Preços nº 232/2025 — Pregão Eletrônico nº 45/2025 — itens 68, 142 e 146
I — RELATÓRIO
Trata-se de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidades instaurado pela Portaria nº 80/2026, em desfavor da empresa JUV DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA., detentora de preços registrados na Ata de

Registro de Preços nº 232/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 45/2025.

Os autos demonstram que a contratada deixou de entregar os equipamentos objeto da Requisição de Compra nº 42078 (emitida em 16/03/2026), tendo sido notificada extrajudicialmente em 15/04/2026 sem qualquer atendimento, e que, posteriormente, em 23/06/2026, recusou-se expressa e antecipadamente a cumprir a Requisição de Compra nº 42900, comunicando por escrito, em canal institucional, que "não vamos entregar" e "não tem como entregar", independentemente do resultado de eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

Em 16/07/2026, a contratada apresentou pedido de rescisão contratual amigável, com pedido de dispensa de sanções, para os itens 68, 142 e 146, alegando elevação de custos de insumos e crise financeira interna. O pleito foi objeto de manifestações técnicas contrárias do Departamento de Fiscalização de Contratos e da Gestão de Contratos (Parecer nº 03/2026), bem como do Parecer Jurídico nº 155/2026, todos convergindo pela inaplicabilidade da Teoria da Imprevisão e pela necessidade de rescisão unilateral com apuração de responsabilidade.

Diante disso, foi editada a Portaria nº 80/2026, instituindo o presente PAAR, com citação regular da empresa para apresentação de defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Certificou-se, em 19/08/2026, o decurso in albis do referido prazo, sem qualquer manifestação da notificada.

Os autos foram encaminhados à Procuradoria Jurídica do Município, que exarou o Parecer Jurídico nº 190/2026, de 10/09/2026, de lavra do Procurador Substituto Dr. Renato José dos Santos Mota (OAB/PR nº 83.646), reconhecendo a regularidade procedimental, a validade da citação, a consumação da revelia e a preclusão da matéria fática, e opinando pela manutenção da revelia, pelo indeferimento do pedido de rescisão amigável, pela decretação da rescisão unilateral, pela aplicação das sanções cabíveis e pela concessão de prazo recursal de 15 (quinze) dias úteis com efeito suspensivo.

É o relatório. Passo a decidir.

II — FUNDAMENTAÇÃO

Acolho, como razões de decidir, os fundamentos técnicos e jurídicos constantes do Parecer Técnico da Fiscal de Contratos, do Parecer da Gestora de Contratos nº 03/2026, do Parecer Jurídico nº 155/2026 e do Parecer Jurídico nº 190/2026, os quais passo a adotar, no que couber, como razões de decidir, sem prejuízo das ponderações complementares a seguir.

II.1 — Da regularidade procedimental e da revelia

A instrução processual observou estritamente o contraditório e a ampla defesa (art. 5º, LV, da Constituição Federal), tendo a notificada sido regularmente citada em conformidade com a Cláusula Décima Oitava da Ata de Registro de Preços nº 232/2025 e com o art. 157 da Lei Federal nº 14.133/2021. O transcurso in albis do prazo de defesa prévia, devidamente certificado, opera a preclusão da oportunidade de a empresa impugnar a matéria fática, restando incontroversas a autoria e a materialidade do inadimplemento.

II.2 — Da inaplicabilidade da Teoria da Imprevisão e da improcedência do pedido de rescisão amigável

As justificativas apresentadas pela contratada na fase pré-processual — oscilação de preços de insumos e dificuldades financeiras internas — configuram álea ordinária do negócio, inapta a caracterizar a imprevisibilidade e a extraordinariedade exigidas pelo art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021. A consumação do inadimplemento é anterior e autônoma em relação ao pedido de rescisão amigável, de modo que o deferimento da extinção consensual com dispensa de sanções representaria renúncia indevida de receita pública sancionatória, em afronta à indisponibilidade do interesse público, à isonomia entre licitantes e à moralidade administrativa (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

II.3 — Do poder-dever sancionador e da individualização da pena

Comprovada a infração, a Administração não dispõe de discricionariedade para eximir-se da apuração e da aplicação das sanções cabíveis, tratando-se de poder-dever vinculado (art. 156 da Lei nº 14.133/2021). Considerando a natureza e a gravidade da conduta — retardamento na entrega da Requisição nº 42078 e recusa expressa e injustificada de fornecimento da Requisição nº 42900, com consequente inexecução dos itens 68, 142 e 146 da Ata —, bem como a ausência de indícios de fraude, má-fé ou conluio, e observados os critérios do art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 (natureza e gravidade da infração, peculiaridades do caso concreto, danos ao Contratante e ausência de programa de integridade), reputo proporcionais e suficientes à repressão da conduta a aplicação cumulativa de multa e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo da rescisão unilateral do ajuste.

III — DISPOSITIVO

Ante o exposto, e no exercício da competência que me é conferida pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Federal nº 14.133/2021, DECIDO:

1. MANTER a Certidão de Decurso de Prazo — Revelia, de 19/08/2026, reconhecendo a validade da citação e a preclusão da matéria fática relativa ao inadimplemento contratual da empresa JUV Distribuidora de Equipamentos de Informática Ltda.;

2. INDEFERIR definitivamente o pedido de rescisão contratual amigável/consensual com dispensa de sanções formulado pela empresa JUV Distribuidora de Equipamentos de Informática Ltda. em 16/07/2026;

3. DECRETAR a RESCISÃO UNILATERAL da Ata de Registro de Preços nº 232/2025 em relação aos itens 68 (computador completo tipo estação de trabalho), 142 (placa mãe) e 146 (processador), por culpa exclusiva da contratada, nos termos do art. 137, inciso I, c/c art. 138, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021;

4. APLICAR à empresa JUV Distribuidora de Equipamentos de Informática Ltda. as seguintes sanções, nos termos da Cláusula Sétima da Ata de Registro de Preços nº 232/2025 e dos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021: a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor das Requisições de Compra nº 42078 e nº 42900, a ser apurada e liquidada pela Gestão de Contratos, observado o limite de 10 (dez) dias; b) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços nº 232/2025 nos itens rescindidos (R$ 103.640,00), em razão da inexecução configurada pela recusa expressa de fornecimento; c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

5. DETERMINAR que a exigibilidade e a cobrança das sanções ora aplicadas permaneçam SUSPENSAS até o transcurso do prazo recursal ou o julgamento de eventual recurso administrativo, nos termos do art. 168 da Lei Federal nº 14.133/2021;

6. DETERMINAR a notificação da empresa JUV Distribuidora de Equipamentos de Informática Ltda. acerca da presente Decisão, pelos canais oficiais previstos na Cláusula Décima Oitava da Ata de Registro de Preços nº 232/2025, abrindo-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da ciência, para interposição de recurso administrativo, nos termos do art. 166 da Lei Federal nº 14.133/2021, ficando expressamente consignado que a matéria de mérito (autoria e materialidade da infração e improcedência da rescisão amigável) encontra-se preclusa, restringindo-se o objeto recursal à dosimetria, razoabilidade e proporcionalidade das sanções ora fixadas;

7. DETERMINAR que, uma vez transcorrido o prazo recursal sem interposição de recurso, ou após o julgamento de eventual recurso interposto, sejam adotadas as providências para: a) publicação e registro da rescisão e das sanções aplicadas, inclusive no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021; e b) convocação do licitante remanescente classificado no Pregão Eletrônico nº 45/2025 para os itens 68, 142 e 146, a fim de assegurar a continuidade do fornecimento às Secretarias Municipais;

8. DETERMINAR o retorno dos autos à Gestão de Contratos para cumprimento desta Decisão e acompanhamento dos atos subsequentes.

Publique-se. Registre-se. Cientifique-se. Cumpra-se.

Lupionópolis/PR, 15 de outubro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:2BD8EDD6

GABINETE/SECRETARIA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA
JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE — PAAR Nº 28/2026
Processo Administrativo: PAAR nº 28/2026 (Portaria nº 71/2026)
Interessada: FRANCIELE ELETRO LTDA. — CNPJ nº 47.646.580/0001-52
Instrumento: Ata de Registro de Preços nº 226/2025 — Pregão Eletrônico nº 45/2025 — Processo Licitatório nº 98/2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo art. 53, caput e § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, após regular tramitação do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade instaurado pela Portaria nº 71/2026, e à vista do Parecer Jurídico nº 211/2026, profere a presente DECISÃO.

1. DO RELATÓRIO
Adoto, como razão de decidir, o relatório constante do Parecer Jurídico nº 211/2026, que sintetiza com fidelidade a instrução dos autos — notificações extrajudiciais de 15/05/2026 e 18/06/2026, Portaria nº 71/2026 (instauração do PAAR), notificação de citação de 02/07/2026, Certidão Retificadora nº 01/2026 (comprovação de ciência inequívoca da contratada em 02/07/2026, via WhatsApp corporativo, com resposta de sua preposta), decurso in albis do prazo de defesa e ausência de entrega dos itens das Requisições nº 41552, nº 41799 e nº 41824 até a presente data —, dispensando-se sua reprodução integral, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999, de aplicação subsidiária.
2. DA FUNDAMENTAÇÃO
2.1. Da regularidade processual e da citação. Acolho integralmente a conclusão do Parecer Jurídico nº 211/2026 quanto à higidez do ato citatório.
2.2. Da interpretação do prazo contratual de entrega. Tendo em vista que todas as Requisições em exame (nº 41552, nº 41799 e nº 41824) foram formalizadas e encaminhadas à contratada por meio eletrônico decido fixar, para todos os fins deste processo, o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do efetivo recebimento de cada ordem de compra, como a interpretação aplicável, por ser a mais específica (Cláusula 6.1, "r") e a mais favorável à contratada diante da dúvida apontada.
2.3. Do enquadramento legal da conduta. As três Requisições somam R$ 12.283,99 (doze mil, duzentos e oitenta e três reais e noventa e nove centavos). Diante desses elementos concretos, e sem prejuízo de que a caracterização de grave dano ao funcionamento dos serviços públicos, nos termos do art. 155, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, exigiria instrução adicional não constante destes autos, enquadro a conduta, com base nos fatos efetivamente comprovados, como retardamento injustificado da execução e da entrega do objeto contratado (art. 155, inciso VII).
2.4. Da sanção pecuniária. Aplico à contratada a multa moratória prevista na Cláusula 7.3, "a", da Ata de Registro de Preços nº 226/2025 (0,5% ao dia sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10 dias úteis de atraso, correspondente ao teto de 5%), incidente sobre o valor de cada uma das Requisições nº 41552 (R$ 4.198,00), nº 41799 (R$ 6.396,00) e nº 41824 (R$ 1.689,99), a partir do primeiro dia útil subsequente ao termo final do respectivo prazo de entrega de 15 dias úteis. Acolho a recomendação do item "d" da conclusão do Parecer Jurídico nº 211/2026 e deixo de aplicar a multa compensatória prevista na Cláusula 7.3, "b".
2.5. Da liquidação dos valores. determino a remessa dos autos ao Setor de Gestão de Contratos, nos termos do item "c" da conclusão do Parecer Jurídico nº 211/2026, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis: apure e junte aos autos a planilha de cálculo da multa moratória incidente sobre cada requisição, observada a contagem em dias úteis fixada no item 2.2 desta decisão e os valores individualizados no item 2.3.
2.6. Da sanção de impedimento de licitar e contratar. Considerando a reiteração do inadimplemento em três ordens de fornecimento sucessivas, o decurso de prazo manifestamente superior ao limite de 10 (dez) dias previsto na Cláusula 7.3, "a", da Ata a ausência de qualquer justificativa apresentada pela contratada mesmo após sucessivas notificações e a oportunidade de defesa no âmbito do PAAR, e a afetação de itens destinados a serviços essenciais de assistência social e saúde, aplico à empresa FRANCIELE ELETRO LTDA. a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública municipal, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos do art. 156, inciso III, e dosimetria do art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.
2.7. Da rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços. Com fundamento no art. 137, inciso I, c/c art. 138, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e na Cláusula 7.3, "d", do instrumento contratual, declaro extinta, unilateralmente e por culpa exclusiva da contratada, a Ata de Registro de Preços/Contrato nº 226/2025.
2.8. Da convocação de licitante remanescente. Autorizo a Gestão de Contratos, a convocar o licitante classificado em segundo lugar nos Lotes 103, 105 e 116 do Pregão Eletrônico nº 45/2025.
3. DO DISPOSITIVO
Diante do exposto, DECIDO:
I — Declarar regular e hígido o ato citatório praticado no âmbito do PAAR nº 28/2026, reconhecendo a revelia da empresa FRANCIELE ELETRO LTDA.;
II — Fixar em 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento de cada ordem de compra, o prazo contratual de entrega aplicável às Requisições nº 41552, nº 41799 e nº 41824;
III — reconhecer o inadimplemento contratual da empresa FRANCIELE ELETRO LTDA. quanto às Requisições nº 41552 (R$ 4.198,00), nº 41799 (R$ 6.396,00) e nº 41824 (R$ 1.689,99), no valor total de R$ 12.283,99, enquadrado como retardamento injustificado da execução/entrega (art. 155, VII) e inexecução parcial do objeto (art. 155, I), ambos da Lei nº 14.133/2021;
IV — Aplicar multa moratória, nos termos da Cláusula 7.3, "a", da Ata de Registro de Preços nº 226/2025;
V — aplicar a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública municipal pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;
VI — declarar a extinção unilateral da Ata de Registro de Preços nº 226/2025, quanto aos itens não entregues, com fundamento nos arts. 137, I, e 138, I, da Lei nº 14.133/2021;
VII — autorizar a convocação do licitante remanescente classificado em segundo lugar nos Lotes 103, 105 e 116 do Pregão Eletrônico nº 45/2025, nos termos do art. 90, § 7º, da mesma Lei;
VIII — determinar a notificação da empresa FRANCIELE ELETRO LTDA. desta decisão, cientificando-a de que, nos termos do art. 166, caput, da Lei nº 14.133/2021, cabe recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da intimação, contra a multa e o impedimento de licitar e contratar, com efeito suspensivo até decisão final, nos termos do art. 168, caput, da mesma Lei;
IX — determinar à Gestão de Contratos a adoção das providências, incluindo a liquidação dos valores (item 2.5), a formalização do termo de rescisão, e, uma vez esgotado o prazo recursal sem provimento, a atualização dos cadastros de sanções no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 161, caput e parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;
X — determinar a publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

Publique-se. Notifique-se. Cumpra-se.
Lupionópolis/PR, 13 de outubro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:1158E9BD

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 114/2026

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2026, instaurado pela Portaria nº 87/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei

Orgânica do Município e com fundamento no artigo 76 da Lei Municipal nº 16/2016,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Comissão Processante instituída pela Portaria nº 87/2026.

CONSIDERANDO que o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, previsto no artigo 76 da Lei Municipal nº 16/2016, encerra-se em 20/10/2026;

CONSIDERANDO o acúmulo involuntário, pelos mesmos membros, da condução simultânea dos Processos Administrativos Disciplinares nº 01/2026 e nº 02/2026, sem prejuízo das atribuições ordinárias de seus cargos, nos termos do artigo 35 da Lei Municipal nº 16/2016;

CONSIDERANDO a redesignação de ato de instrução determinada por decisão judicial e as dificuldades verificadas na comunicação dos atos ao servidor indiciado, que bloqueou o contato dos servidores municipais, retirou-se dos grupos institucionais da Prefeitura e recusou-se a receber comunicações por correio eletrônico;

CONSIDERANDO a pendência de diligências deferidas a requerimento da defesa, inclusive junto a órgão externo, e a necessidade de assegurar o contraditório e a ampla defesa, na forma do artigo 113 da Lei Municipal nº 16/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por **60 (sessenta) dias**, a contar de 20/10/2026, o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2026, instaurado pela Portaria nº 87/2026.

Art. 2º Permanece inalterada a composição da Comissão Processante designada pela Portaria nº 87/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lupionópolis/PR, 15 de outubro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Munique Aparecida Ferreira
Código Identificador:40F690B5

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2026

Contrato N° 162/2026 – Concorrência - Eletrônica nº 3/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: COSMOS PROJETOS E SERVICOS DE ENGENHARIA PROMOCAO DE VENDAS LTDA
Objeto: IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA NÁUTICA PÚBLICA (COMPOSTA POR RAMPA NÁUTICA, PÍER FLUTUANTE E ESTRUTURAS DE APOIO) NO RIO PARANAPANEMA, NA
LOCALIDADE DENOMINADA MAIRÁ (ÁREA RURAL), VISANDO O FOMENTO DO TURISMO, LAZER E O ORDENAMENTO DO USO DAS ÁGUAS NO MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS/PR. RECURSOS: CONTRATO DE REPASSE INSTITUTO ÁGUA E TERRA GERÊNCIA DE SANEAMENTO. PROTOCOLO IAT Nº 23.706.060-1 (REFERENTE À INSTRUÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONVÊNIO Nº 011/2026).
Valor Total 888.909,99 (Oitocentos e Oitenta e Oito Mil, Novecentos e Nove Reais e Noventa e Nove Centavos).

Funcional Programática:
DOTAÇÕES

Conta da despesa - Funcional programática - Fonte de recurso - Natureza da despesa - Grupo da fonte
1110 - 05.001.04.122.0005.2014 - 0 - 4.4.90.51.00.00 - Do Exercício
Prazo de execução: 540
Data da assinatura: 15 de outubro de 2026

Publicado por:
Henrique Alves Constante
Código Identificador:D16E1E73

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 037/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET torna público que fará realizar Licitação sob modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 037/2026** com as seguintes características:

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, mediante aplicação de recursos estaduais provenientes de Resoluções SESA e de emendas federais de investimento na rede pública municipal de saúde.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min de 16 de outubro de 2026 até às 17h00min do dia 30 de outubro de 2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min às 09h00min do dia 03 de novembro de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 03 de novembro de 2026.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Está disponível no site www.bllcompras.org.br e no sítio eletrônico do município desde 15/10/2026.

INFORMAÇÕES: 0800 542 1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 15/10/2026.

FELIPE ZOLONDEK
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:023CE80F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET torna público que fará realizar Licitação sob modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026** com as seguintes características:

OBJETO: Aquisição de aparelhos de ar-condicionado destinados às unidades e aos estabelecimentos da rede pública municipal de saúde.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min de 16 de outubro de 2026 até às 17h00min do dia 30 de outubro de 2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min às 09h00min do dia 03 de novembro de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 11h00min do dia 03 de novembro de 2026.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Está disponível no site www.bllcompras.org.br e no sítio eletrônico do município desde 15/10/2026.

INFORMAÇÕES: 0800 542 1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 15/10/2026.

FELIPE ZOLONDEK
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:66A30EBE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 039/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET torna público que fará realizar Licitação sob modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 039/2026** com as seguintes características:

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia de minas, em objeto único e indivisível, para prestação de serviço técnico especializado de responsabilidade técnica pela regularização e pelo acompanhamento da lavra de cascalho da Cascalheira Municipal da Linha Norte, situada no imóvel de matrícula nº 085704.2.0014472-92, Colônia Linha Norte, Município de Mallet-PR, compreendendo o requerimento, o acompanhamento e a obtenção dos atos autorizativos cabíveis, bem como a elaboração dos relatórios, levantamentos e demais documentos técnicos exigidos junto à Agência Nacional de Mineração (ANM) — mediante processo minerário próprio — e ao Instituto Água e Terra do Paraná (IAT), com vistas a tornar e manter a área apta à exploração lícita e ambientalmente regular, durante toda a vigência contratual.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min de 16 de outubro de 2026 até às 17h00min do dia 30 de outubro de 2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min às 09h00min do dia 03 de novembro de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14h00min do dia 03 de novembro de 2026.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Está disponível no site www.bllcompras.org.br e no sítio eletrônico do município desde 15/10/2026.

INFORMAÇÕES: 0800 542 1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 15/10/2026.

FELIPE ZOLONDEK
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:6FFF4F13

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 040/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET torna público que fará realizar Licitação sob modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 040/2026** com as seguintes características:

OBJETO: Aquisição de testes psicológicos e materiais psicopedagógicos para atender à demanda da Secretaria Municipal de Educação.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min de 16 de outubro de 2026 até às 09h00min do dia 04 de novembro de 2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min às 10h00min do dia 04 de novembro de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 04 de novembro de 2026.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Está disponível no site www.bllcompras.org.br e no sítio eletrônico do município desde 15/10/2026.

INFORMAÇÕES: 0800 542 1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 15/10/2026.

FELIPE ZOLONDEK
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:F2C24337

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 041/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET torna público que fará realizar Licitação sob modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 041/2026** com as seguintes características:

OBJETO: Aquisição de equipamentos e móveis destinados à estruturação, qualificação e fortalecimento das Unidades de Saúde, mediante aplicação de recursos estaduais provenientes de Resoluções SESA.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min de 16 de outubro de 2026 até às 09h00min do dia 04 de novembro de 2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min às 10h00min do dia 04 de novembro de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14h00min do dia 04 de novembro de 2026.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Está disponível no site www.bllcompras.org.br e no sítio eletrônico do município desde 15/10/2026.

INFORMAÇÕES: 0800 542 1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 15/10/2026.

FELIPE ZOLONDEK
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:3E6B41DE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 042/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET torna público que fará realizar Licitação sob modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 042/2026** com as seguintes características:

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais esportivos e recreativos, uniformes, equipamentos, acessórios e materiais de apoio destinados à Secretaria Municipal de Esportes.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min de 16 de outubro de 2026 até às 09h00min do dia 05 de novembro de 2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min às 10h00min do dia 05 de novembro de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 05 de novembro de 2026.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Está disponível no site www.bllcompras.org.br e no sítio eletrônico do município desde 15/10/2026.

INFORMAÇÕES: 0800 542 1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 15/10/2026.

FELIPE ZOLONDEK
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:CCD5F1EB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 043/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET torna público que fará realizar Licitação sob modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 043/2026** com as seguintes características:

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de receituários e notificações de receita sujeitos a controle especial, destinados às unidades e serviços vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com a RDC Anvisa nº 1.000/2025.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min de 16 de outubro de 2026 até às 09h00min do dia 05 de novembro de 2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min às 10h00min do dia 05 de novembro de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14h00min do dia 05 de novembro de 2026.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Está disponível no site www.bllcompras.org.br e no sítio eletrônico do município desde 15/10/2026.

INFORMAÇÕES: 0800 542 1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 15/10/2026.

FELIPE ZOLONDEK
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:0875755D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL NOTIFICAÇÃO PARA QUITAÇÃO AMIGÁVEL DE DÉBITOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SETOR DE TRIBUTAÇÃO
EDITAL NOTIFICAÇÃO PARA QUITAÇÃO AMIGÁVEL DE DÉBITOS MUNICIPAIS

Nos termos do art. 91, I do Código Tributário Municipal e art.8º, IV do Decreto nº 293/2026, ficam os contribuintes e seus sucessores **NOTIFICADOS** quanto à inscrição em dívida ativa dos créditos tributários de **Taxa de Licença e Funcionamento (T.L.F.) e Imposto Sobre Serviço (I.S.S.).**
A presente notificação **abrange mais de um exercício consolidados na respectiva Certidão de Dívida Ativa (CDA)**.
Caso o débito total não seja quitado no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da publicação deste edital, a divida será registrada em Cartório de Protesto e cobrada através de processo judicial de Execução Fiscal.

Nome:	Natureza Tributária:	Inscrição CDA:
ADILSON LUIS SALVADOR EIRELI	I.S.S.	889/2026
ADILSON LUIS SALVADOR EIRELI	T.L.F.	96/2026
JOSMAR DE SOUZA - MOVEIS	T.L.F.	619/2026
EDINALDO FERREIRA DOS SANTOS	T.L.F.	871/2026
OLIMPIO DE OLIVEIRA E CIA LTDA.	T.L.F.	622/2026
ESPÓLIO DE CYRO CESAR PASTERNAK	T.L.F./I.S.S.	908/2026
LEOPOLDO WISNIEWSKI MALLET - ME	T.L.F.	627/2026
M C SOBANSK	T.L.F.	614/2026
LEANDRO FERREIRA LOURENCO LTDA	T.L.F.	724/2026
LUZ DO SOL TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - EPP	T.L.F.	620/2026

Transcorrido o prazo sem manifestação, o envio das Certidões de Dívida Ativa para a recuperação de crédito por meio de protesto extrajudicial será realizado independentemente de nova notificação conforme determinado no art.9º do Decreto nº 293/2026.

Secretaria Municipal da Fazenda – Setor de Tributação, 15 de outubro de 2026.

MARCELO MARCINIUK
Responsável Pela Secretaria Da Fazenda

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal de Mallet/PR

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:36AF0E1B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 173/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 173/2026

DATA DE ASSINATURA: 15 de outubro de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: DALGALLO MUSIC CENTER LTDA CNPJ 12.940.258/0001-57, domiciliada à Avenida Manoel Ribas, nº 397, sala B, centro, no município de União da Vitória, estado do Paraná, representada pela Sócia Responsável, senhora **PATRÍCIA APARECIDA KUKLA, CPF 058.746.819-06**, residente à Rua João Visinone, nº 112, bairro São Gabriel, no município de União da Vitória, estado do Paraná.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar o fornecimento de acessórios para sistema de sonorização, compreendendo cabos de áudio, extensões elétricas e equipamentos de áudio e vídeos, destinados aos eventos realizados pela Prefeitura Municipal de Mallet, correspondentes aos itens que restaram desertos e ao item que restou fracassado no Pregão Eletrônico nº 027/2026.

VALOR: Pelo fornecimento do produto ora adquirido, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 1.611,54 (mil seiscentos e onze reais e cinquenta e quatro centavos).**

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á **12 (doze) meses após.**

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:CB797E4B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 414/2026

DECRETO N.º 414/2026

Dispõe sobre o reposicionamento em final de fila de candidata classificada em Processo Seletivo.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO o contido no Processo Cloud nº 000003393/2026 ;
CONSIDERANDO o contido no Processo Cloud nº 1084.003.00204.000000081;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica homologado o requerimento de reposicionamento em final de fila da candidata **MARICEIA INÊS RODAKIEVICZ**, inscrição nº 2747/2025;

Art. 2º - Fica homologado o requerimento de reposicionamento em final de fila da candidata **MARICEIA INÊS RODAKIEVICZ,** inscrição nº 2747/2025, em final de lista de classificação para o cargo de Agente de Apoio Educacional – 20 horas, do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2025, homologado pelo Decreto n° 634 de 08 de setembro de 2025;

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 15 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:4B7EA006

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 022.001/2026 – PSS 001/2025
CONVOCAÇÃO DE CANDIDATA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 022.001/2026 – PSS

001/2025 CONVOCAÇÃO DE CANDIDATA
Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025

PEDRO KOWALCZYK, Prefeito Municipal de Mallet – PR, no uso de suas atribuições legais e considerando o que determina a Lei Municipal n° 1.330/2017;
CONSIDERANDO que o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2025 restou homologado pelo Decreto n° 634/2025;
CONSIDERANDO o processo Cloud nº 000003393/2026;
CONSIDERANDO o processo Cloud nº 1084.003.00204.00000008;

TORNA PÚBLICO

I - A convocação da candidata abaixo relacionada, aprovada no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025, o qual foi homologado pelo Decreto Municipal sob **N.º 634 de 08 de setembro de 2025.**

I – **AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL – 20H**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
2804/2025	LAURIELE DALLA ROZ DE ALMEIDA	70	31°

II – A candidata deverá comparecer, até o dia 22 de outubro de 2026, entre às 08:00hrs e 17:00hrs, na Prefeitura Municipal de Mallet – PR, conforme item 10.5. do Edital do PSS 001/2025, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais comprobatórios para o cargo, os quais são os seguintes:
10.5.1. *O candidato deve ser brasileiro nato, naturalizado ou, no caso de nacionalidade*
portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º, do artigo 12, da Constituição Federal, bem como todos os direitos e obrigações políticas e civis reconhecidos no país;
10.5.2. Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos;
10.5.3. Ter cumprido as obrigações e encargos militares previstos em lei;
10.5.4. Estar em dia com as obrigações eleitorais;
10.5.5. Possuir aptidão física e mental para o desempenho do cargo;
10.5.6. Não estar em situação irregular de acúmulo de cargo público;
10.6. O candidato convocado deverá entregar os seguintes documentos:
a) Comprovante de Inscrição no Processo Seletivo Simplificado;
b) Carteira de Identidade – RG (fotocópia frente e verso);
c) Cadastro de Pessoa Física – CPF (fotocópia);
d) PIS ou PASEP (fotocópia);
e) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (fotocópia) - contendo número, série e dados pessoais;
f) Título de Eleitor (fotocópia);
g) Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral no site www.tse.jus.br;
h) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação se candidato do sexo masculino (cópia);
i) Certidão de Casamento, quando couber (cópia);
j) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos, se considerados como dependentes para fins de declaração do Imposto de Renda (cópia);
k) Averbação de Divórcio, quando couber (fotocópia);
l) Comprovante de endereço (cópia);
m) Foto 3x4;
n) Laudo Médico (Anexo V):
1. Expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM ou Registro do Ministério da Saúde-RMS;
2. Declarar que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para o desempenho da Função Pública objeto deste Edital Normativo;
3. Conter nome, assinatura e carimbo com o número do CRM ou RMS;
4. Estar dentro do prazo de validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição;
o) Declaração de que não foi demitido a bem do serviço público (Federal, Estadual,
Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos, modelo anexo a esse Edital (Declaração de Idoneidade Profissional).
p) Comprovante do Tempo de Experiência Profissional dos últimos 10 (dez) anos, se registrado no formulário de inscrição;
q) Documentos comprobatórios da escolaridade exigida para o exercício da Função Pública, apresentados na inscrição.
r) Comprovantes da Prova de Títulos, se registrados no formulário de inscrição.
s) Atestados e Certidões Negativas de Antecedentes Criminais, conforme descritos a seguir:
1) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida por distribuidores da circunscrição ou cartórios criminais ou varas de execução penal em fóruns da Justiça Estadual, expedida em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação.
1.1 Não serão aceitas certidões de antecedentes criminais emitidas pela Polícia Federal.

2) Certidão Negativa Criminal da Justiça Federal a ser emitida/solicitada por meio do endereço eletrônico https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa/, expedida em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação.
2.1 Não serão aceitas certidões de antecedentes criminais emitidas pela Polícia Federal.
3) Atestado de Negativa de Antecedentes Criminais:
3.1 Para o candidato com Carteira de Identidade (Registro Geral) emitida no Estado do Paraná, emitir/solicitar por meio do endereço eletrônico http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/, em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação;
3.2 Documento original ou eletrônico com a devida validação;

III – A candidata convocada deve se atentar aos prazos de emissão das certidões, visto que, alguns sistemas levam 24hrs para emitir o documento.
Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 15 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:68CEE666

SECRETARIAS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO Nº 002/2026/CME

RESOLUÇÃO Nº 002/2026/CME

Súmula: Dispõe sobre a abertura de cadastro específico para crianças de 3 (três) anos, em vagas remanescentes, no Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Anjo da Guarda, da Rede Municipal de Ensino de Mallet/PR, e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Municipal de Educação de Mallet, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 990/2010, e,
OBSERVANDO o contido nas Leis Federais nº 9.394/96 e nº 8.069/90; na Resolução nº 5 de 17.12.2009 do Ministério da Educação; no Parecer nº 08/11 do Conselho Nacional de Educação; nas Deliberações nº 02/05, nº 08/06, nº 02/10, 02/14, 06/25 e Parecer Normativo nº 02/2018, todas do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná; na Resolução SESA nº 860 de 23 de setembro de 2021, assim como na Indicação de nº 01 de 2021 do Conselho Estadual do Paraná, a Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, qual institui o Programa em Tempo Integral e a Lei nº 14.851, de 03 de maio de 2024, que cria mecanismos de levantamento e de divulgação da demanda por vagas;
CONSIDERANDO a Resolução nº 001/2026/CME, que dispõe sobre normas, critérios e procedimentos para o ingresso de crianças nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI, na Rede Municipal de Ensino, por meio de cadastro, classificação e efetivação de matrícula, e regulamenta o processo de prioridade para vagas existentes;
CONSIDERANDO a existência de vagas remanescentes no CMEI Anjo da Guarda, especificamente para a faixa etária de 3 (três) anos, decorrentes do cadastro realizado no ano de 2026;
CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar procedimento específico e temporário para o preenchimento dessas vagas, sem prejuízo das normas gerais estabelecidas na Resolução nº 001/2026/CME;
CONSIDERANDO a aprovação da presente Resolução em reunião extraordinária do Conselho Municipal de Educação, por unanimidade de votos;
RESOLVE:
Art. 1º. Fica autorizada a abertura de cadastro específico para o preenchimento de aproximadamente 15 (quinze) vagas remanescentes destinadas a crianças de 3 (três) anos de idade, no Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Anjo da Guarda, da Rede Municipal de Ensino de Mallet/PR.
Parágrafo único. As vagas referidas no *caput* decorrem do cadastro realizado no ano de 2026, conforme os critérios e procedimentos estabelecidos na Resolução nº 001/2026/CME.
Art. 2º. O cadastro de que trata o art. 1º será realizado exclusivamente na Secretaria do CMEI Anjo da Guarda, no período de **26 a 30 de outubro de 2026**, durante o horário de funcionamento da instituição.
§1º. O cadastro será efetuado pelos pais ou responsáveis legais pela criança, mediante preenchimento de formulário próprio e apresentação dos documentos relacionados no art. 23 da Resolução nº 001/2026/CME, no ato do cadastro ou no momento da matrícula.
§2º. A relação dos documentos exigidos para a efetivação da matrícula observará o disposto no art. 23 da Resolução nº 001/2026/CME.
Art. 3º. Poderão participar do cadastro específico de que trata esta Resolução:
I – crianças de 3 (três) anos que ainda não possuam cadastro, desde que comprovem residência no Município de Mallet/PR.
Parágrafo único. As crianças já cadastradas no ano de 2026 terão sua inscrição automaticamente considerada para as vagas referentes ao ano de 2027, devendo os responsáveis comparecer ao CMEI Anjo da Guarda, no período estabelecido no art. 2º, para confirmação de interesse e atualização de dados, se necessário.
Art. 4º. A classificação para o preenchimento das vagas remanescentes observará, obrigatoriamente, a ordem de critérios estabelecida no art. 7º da Resolução nº 001/2026/CME, a saber:
I – crianças declaradas pelos órgãos de proteção da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social, mediante encaminhamento feito por órgãos de proteção da criança e do adolescente;
II – possuir necessidades educacionais especiais, comprovadas por laudo médico ou equivalente;
III – pertencer à família que a mãe ou responsável legal trabalhe fora do lar, considerando primeiramente o trabalho em tempo integral e posteriormente em tempo parcial;
IV – pertencer à família beneficiária do Programa Bolsa Família;
V – residir em distância mais próxima onde o CMEI esteja localizado.
Parágrafo único. A falta da apresentação da documentação nas datas estabelecidas acarretará no indeferimento da participação no processo de seleção.
Art. 5º. Encerrado o período de cadastro, a Comissão Especial designada nos termos dos arts. 19 e 20 da Resolução nº 001/2026/CME realizará a classificação das crianças inscritas, observando os critérios de prioridade e a disponibilidade de vagas.
§1º. A lista de classificados será divulgada no site da Prefeitura Municipal de Mallet, na Secretaria Municipal de Educação e no CMEI Anjo da Guarda, conforme cronograma a ser definido pela Secretaria Municipal de Educação.
§2º. Os responsáveis pelas crianças classificadas deverão comparecer ao CMEI Anjo da Guarda, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da divulgação da lista, para efetivação da matrícula.
§3º. Caso os responsáveis não sejam localizados ou não compareçam no prazo estabelecido no §2º, será dada continuidade ao chamamento, ficando a criança ao final da lista, conforme disposto no art. 6º da Resolução nº 001/2026/CME.
Art. 6º. As crianças que não forem contempladas com as vagas remanescentes permanecerão na lista de espera, observando-se o disposto nos arts. 10, 13 e 17 da Resolução nº 001/2026/CME, para possível inserção em vagas que surgirem no decorrer do ano letivo.
Art. 7º. A matrícula das crianças classificadas será realizada no CMEI Anjo da Guarda, pela Secretaria da instituição, mediante apresentação da documentação exigida no art. 23 da Resolução nº 001/2026/CME.
Art. 8º. A Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação, promoverá a ampla divulgação do cadastro de que trata esta Resolução, a fim de informar a toda a comunidade sobre os trâmites e prazos estabelecidos.
Art. 9º. Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação junto à Secretaria Municipal de Educação, observando-se, no que couber, as disposições da Resolução nº 001/2026/CME.
Art. 10. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até o encerramento do processo de matrícula para as vagas remanescentes de que trata o art. 1º.

Mallet/PR,15 de outubro de 2026.

DIVA PROHMANN DE LIMA
Presidente Conselho Municipal de Educação
Decreto nº 240/2026

Publicado por:
Sylvia Dirceia Tychanowicz Kolodziejwski
Código Identificador:C6697E53

SECRETARIAS MUNICIPAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 010/2026 - SME

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO nº 010/2026 - SME

SÚMULA: Dispõe sobre os critérios para atribuição de jornada estendida para o ano letivo de 2026, a docentes efetivos da rede municipal de ensino e dá outras disposições.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Município de Mallet, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 045/2025 e art. 34, da Lei Municipal nº 1.236, de 25 de fevereiro de 2015,

CONSIDERANDO as disposições dos incisos XVI e XVII, do artigo 37, da Constituição Federal e da Lei n° 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional,

CONSIDERANDO a necessidade de valorização dos servidores públicos municipais do magistério,

CONSIDERANDO a necessidade de se determinar critérios objetivos para fins de concessão de jornada estendida, visando evitar a realização de atos arbitrários, em atenção ao princípio da impessoalidade,

RESOLVE:

Art. 1º- A jornada estendida será concedida aos docentes efetivos da rede municipal de ensino, consoante ordem de classificação estipulada por meio dos critérios constantes da presente Resolução, para provimento de vaga provisória de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação durante o ano letivo de 2026.

Art. 2º- Para fins de análise dos critérios e elaboração de lista de classificação, os docentes que tenham interesse na realização de jornada estendida deverão entregar, no dia **16/08/2026, até as 12h00,** currículo acompanhado de todos os documentos comprobatórios para fins de pontuação.

Parágrafo Único. O tempo de serviço será comprovado com requisição**, feita pela comissão** no RH da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Para fins de classificação dos docentes serão avaliados, nos termos do Anexo I, os seguintes critérios:

I-Tempo de Serviço;
II-Escolaridade e Formação Complementar;
III-Assiduidade.

Parágrafo Único- No caso de empate, será utilizado como critério de desempate a pontuação alcançada nos critérios elencados nos incisos deste artigo, de forma sucessiva. Se ainda persistir o empate, será utilizado o critério de maior idade para definição da classificação final.

Art. 4º- A análise da pontuação, bem como a elaboração da lista de classificação será realizada por Comissão de Avaliação composta pelos seguintes servidores:

Presidente

I-Secretária Municipal de Educação;

Membros

I- 02 servidores representantes da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º- Da lista classificatória caberá recurso, no prazo de 1 (um) dia, contados da publicação da lista, dirigido ao Presidente da Comissão de Avalição.

Art. 6º- Os profissionais convocados para suprimento das vagas que assumirem suas funções e por eventual necessidade solicitarem exoneração durante o período do contrato, ficam impedidos de inscreverem-se no processo de atribuição de jornada estendida no ano seguinte.

Parágrafo Único. O caput não se aplica nos casos previsos nos incisos I, III, IV, V, e VII do Art. 80, da Lei Municipal 632/1999.

I - por motivo de doença em pessoa da família;
II - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;
III - para o serviço militar;
IV - para atividade política;
V - para capacitação;
VI - para tratar de interesses particulares;
VII - para desempenho de mandato classista.

Art. 7º- Os casos eventualmente não contemplados nesta Resolução serão apreciados pela Comissão de Avalição.

Art. 8º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Mallet, 15 de outubro de 2026.

CARLA CASSIANA MACHADO NOWACKI
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Tempo de serviço:

A comprovação máxima será de 10 pontos.

Pontuação atribuída	Pontuação Máxima
1 ponto por cada período de 12 meses	10 pontos

Escolaridade e Formação:

os documentos deverão ser comprovados com cópia e original no ato da entrega.

ESCOLARIZAÇÃO	
Pontuação atribuída	**Pontuação Máxima**
Diploma de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado ou doutorado): 05 pontos por título.	10
Diploma de pós-graduação *lato sensu* (carga horária mínima de 360 horas):05 pontos por título.	15
Diploma de graduação em nível superior, em curso de licenciatura: 05 pontos por título.	15

A cada 10 horas de curso na área da educação, realizado nos 36 (trinta e seis) meses anteriores ao período de publicação do presente Decreto, o equivalente a 1 ponto

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	
Pontuação atribuída	**Pontuação Máxima**
A cada 10 horas de curso: 1 ponto	45

Assiduidade

quanto à assiduidade: com a atribuição de até 5(cinco) pontos, aferidos de acordo com o total de ausências do servidor nos 36 últimos meses letivos, observada a tabela de pontos a seguir;

para apuração da frequência do candidato, para pontuação da assiduidade, será considerada toda e qualquer ausência, exceto as justificadas, nos termos do Estatuto dos Servidores.

Nº de faltas injustificadas	Pontuação
0 a 1 falta	5
2 a 3 faltas	3
4 a 5 faltas	2
Mais de 5 faltas	0

Publicado por:
Danieli Bachtchen
Código Identificador:22F64A5B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 498/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 498/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A Prefeita municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4421/2025 de 16/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$20.300,00 (vinte mil e trezentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.243.0025.6.165		MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA	
834 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
08.001.08.244.0024.2.157		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	
847 - 3.3.90.30.00.00	934	MATERIAL DE CONSUMO	3.700,00
08.001.08.244.0024.2.158		MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - ESPAÇO CONVIVER	
862 - 3.3.90.30.00.00	934	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
08.001.08.244.0025.2.162		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	
873 - 3.3.90.30.00.00	1941	MATERIAL DE CONSUMO	2.500,00
873 - 3.3.90.30.00.00	33941	MATERIAL DE CONSUMO	3.100,00
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
09.001		UNIDADE DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
09.001.20.605.0033.2.182		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS, ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
954 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	4.000,00
Total Suplementação:			20.300,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Anulação de dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso III da Lei Federal 4.320/64:

Redução			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.243.0025.6.165		MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA	
835 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.000,00
08.001.08.244.0024.2.157		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -	
851 - 3.3.90.39.00.00	31934	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3.700,00
08.001.08.244.0024.2.158		MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE	
863 - 3.3.90.39.00.00	31934	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.000,00
08.001.08.244.0025.2.162		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE	
876 - 3.3.90.36.00.00	33941	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	3.100,00
877 - 3.3.90.39.00.00	1941	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.500,00
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
09.001		UNIDADE DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
09.001.20.605.0033.2.182		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS, ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
949 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
Total Redução:			20.300,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo quinto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (15/10/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:9A11B8D9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 499/2026 - EXCLUI E NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE RECEBIMENTOS DE BENS,

DECRETO Nº. 499/2026

Súmula: Exclui e nomeia servidora pública municipal para integrar a Comissão de Recebimentos de Bens, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam excluídos os servidores abaixo relacionados da Comissão de Recebimentos de Bens, nomeada através do Decreto Nº 096/2021, de 05/02/2021 a saber:

MATRÍCULA	NOME	MOTIVO
98091	Gabriela Farineli Duque	EXONERADA EM 05/08/2026
97828	Amanda Manholer Plaza Gonçalves	Transferência de secretaria
96796	Michelle Caroline Freitas Feijo Caitano	EXONERADA EM 01/09/2026

Art. 2º Fica nomeado o membro abaixo para compor a Comissão de Recebimentos de Bens, nomeada através do Decreto Nº 096/2021, de 05/02/2021 a saber:

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	DEPARTAMENTO
98611	Lucilene Aparecida Cordeiro Campos	VOGAL	COMPRAS/ADMINISTRATIVO

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto que instituiu a referida Comissão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo quinto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (15/10/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:19C31EFE

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº. 319/2026 - CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 343/2025

EDITAL Nº. 319/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 343/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 343/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 003/2026.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
35	ANA CRISTINA SAKAE MADOKORO	53

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
69	ELISABETE ROCHA NUNES PEREIRA	74

Mandaguari, 15 de outubro de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:BDE7CBC3

LICITAÇÃO
AVISO DE RESCISÃO UNILATERAL

A Prefeitura Municipal de Mandaguari – PR, no uso de suas atribuições legais, após solicitação da secretaria, parecer jurídico e demais documentos que instruem o processo, resolve **RESCINDIR UNILATERALMENTE a Ata de Registro de Preços nº 398/2025 – Pregão Eletrônico nº 92/2025 do Processo Administrativo nº 219/2025,** firmado com a empresa **MUNIZ & ROCHA LTDA,** tendo em vista o descumprimento contratual, caracterizando a inexecução da Ata de Registro de Preços nº 398/2025.
A presente Rescisão, não isenta esta municipalidade de aplicar as penalidades previstas na ata de registro de preços, bem como na lei 14.133/21, pelo descumprimento de condições previstas no instrumento convocatório.
Fica intimado o interessado para querendo, apresentar recurso no prazo da Lei 14.133/21.

Mandaguari/PR, 15 de outubro de 2026.

ENFª IVONEIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:28822A0F

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2026

DISPENSA Nº 36/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: RIBEIRO VEICULOS S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.642.256/0001-00, com endereço na Avenida Colombo, 199, PARQUE INDUSTRIAL SUL, CEP: 87045-000, na cidade de Maringá/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **ANDRÉ GANDOLFI FEIO RIBEIRO**, inscrito no CPF sob o nº 018.668.739-70.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DA REVISÃO PREVENTIVA PROGRAMADA DE 100 (CEM) HORAS, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DE FÁBRICA, DO CAMINHÃO VOLVO VM, PLACA TBH7J35, RENAVAM 01435563805, ANO/MODELO 2025.

VALOR: 7.760,84.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 25 de Setembro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:8651CD9A

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 72/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.651.451/0001-85, com endereço na TRAVESSA DOS ESTUDANTES, s/n, PRESIDENTE KENNEDY, CEP: 85605-080, na cidade de Francisco Beltrão/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **EDUARDO ANZILIERO**, inscrito no CPF sob o nº. 062.856.909-28.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA COM A EMPRESA IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA ESPECIALIZADA EM MINISTRAR CURSO PARA ATUALIZAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS) PARA OS SERVIDORES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR: 8.360,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 2 de Outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:9B5005C0

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 107/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 107/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.255.187/0001-08, com endereço na Rua Duque de Caxias, 831, Centro CEP: 89.120-000, na cidade de Timbó/ SC, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **FABIANO BUSNARDO**, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.291.301-4 e inscrito no CPF sob o nº 777.742.219-72.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços integrados de telecomunicações e segurança digital para o atendimento das Secretarias do Município de Mandaguari, compreendendo o fornecimento, implantação, configuração, gerenciamento e suporte técnico continuado de links de internet dedicada via fibra óptica (Link Full) em ultravelocidade simétrica e internet banda larga para redundância, infraestrutura de telefonia fixa modernizada via tecnologia (VoIP) com recursos de ramais DDR e franquia de minutos ilimitada, serviços de telefonia móvel corporativa (SMP) com tecnologia 5G e franquias de dados (sem fornecimento de aparelhos), solução de segurança de rede gerenciada através de Firewall de Próxima Geração, filtro de conteúdo web, conectividade segura via VPN e gestão de caixas de e-mails corporativos com proteção anti-spam, garantindo a conformidade integral com as diretrizes da LGPD (Lei nº 13.709/2018), os indicadores de qualidade RQUAL da ANATEL e os ditames da Lei nº 14.133/2021 para assegurar a disponibilidade, integridade e eficiência da infraestrutura tecnológica municipal..
VALOR: 40.147,80.
FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 2 de Outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:D6153291

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 106/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 47/2023
PROCESSO Nº 212/2023

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ./M.F. n.º 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções a **Sra. IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portadora do RG nº 4.291.301-4 e CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada nesta cidade, e a **CONTRATANTE**, a pessoa jurídica **CASA DE RECUPERAÇÃO ESPAÇO ESPERANÇA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.675.135/0001-07, com endereço na Estrada Vitória Do Alegre, Km 12, Gleba Vitória Do Alegre, CEP: 86.975-000, na cidade de MANDAGUARI/PR, neste ato representada por sua representante legal, o Senhor **JEFFERSON MARQUES**, inscrito no CPF sob o nº 218.556.268-10, tem justo e acertado o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo, nos termos da Inexigibilidade 47/2023, bem como pela legislação vigente em especial o artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Com o presente fica prorrogado o prazo de vigência e execução do Contrato n° 106/2023, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 18/10/2026, conforme solicitado pela Secretaria responsável.
CLÁUSULA SEGUNDA - O valor referente à prorrogação será de R$117.600,00 (cento e dezessete mil e seiscentos reais), conforme acordado entre as partes e tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	SERVIÇO DE APOIO E RECUPERAÇÃO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	Mês	12	R$9.800,00	R$117.600,00

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais disposições.
Mandaguari (PR), 09 de Outubro de 2026.

ENFª IVONEIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:3CEF01B6

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE TROCA DE MARCA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026
PROCESSO Nº 71/2026

O **MUNICÍPIO DE MANDAGUARI,** Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná**,** neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 4.291.301-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada na cidade de Mandaguari – PR e do outro lado a empresa **GALERA DA CESTA BÁSICA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.693.344/0001-61, com endereço na RUA PAULO SERGIO DE LIMA MARASCA 395, PARQUE INDUSTRIAL BANDEIRANTES, CEP: 87070-060, na cidade de MARINGÁ/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **CRISTHIANE MICHEL NASSER MANEIRA**, inscrito no CPF sob o nº 033.504.349-67, têm justo e acertado o presente Termo Aditivo a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2026**, nos termos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026,** bem como pela legislação vigente em especial a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA:
É do objeto do presente aditivo a substituição da marca do produto abaixo relacionado:

Lote	Descrição	Unidade	Marca homologada	Marca (TROCA)
83	BOMBONS SORTIDOS, cobertura de chocolate ao leite e recheios diversos. Produto de 1ª qualidade. Apresentação: Caixa contendo no mínimo 245g, lacrada e revestida de filme plástico protetor. O rótulo deve conter informações nutricionais, lote e	UNID	GAROTO	NESTLÉ

	validade. Validade mínima de 06 meses na entrega			

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente aditivo fundamenta-se nas informações contidas no requerimento da Contratada solicitando a substituição da marca do item acima, bem como, parecer exarado pela secretaria responsável e parecer jurídico.

CLÁUSULA TERCEIRA:
Permanecem inalteradas as demais disposições.

E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo à ata de registro de preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Mandaguari/PR, 14 de outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:34E12392

LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026
PROCESSO Nº 71/2026

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500, centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções a **Sra. Enfª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portadora do RG nº 4.291.301-4 e CPF/MF nº 539.360.609-59, brasileira, casada, residente e domiciliado nesta cidade de Mandaguari-PR e do outro lado a empresa **GALERA DA CESTA BÁSICA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.693.344/0001-61, com endereço na RUA PAULO SERGIO DE LIMA MARASCA 395, PARQUE INDUSTRIAL BANDEIRANTES, CEP: 87070-060, na cidade de MARINGÁ/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **CRISTHIANE MICHEL NASSER MANEIRA**, inscrito no CPF sob o nº 033.504.349-67, têm justo e acertado o presente Termo de rescisão parcial amigável nos termos do comunicado interno exarado pela secretaria responsável datada do dia 24 de setembro de 2026, parecer jurídico, bem como pela legislação vigente em especial o art. 139, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e pela seguinte cláusula:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Com o presente fica rescindido a ata de registro de preços 181/2026, referente ao Pregão Eletrônico 31/2026, no que tange ao seguinte item:

LOTE	DESCRICAO
43	AZEITONA VERDE SEM CAROÇO, em conserva (salmoura). Frutos sãos, firmes, de coloração uniforme e tamanho padronizado. Composição: azeitonas, água, sal e acidulantes. Embalagem tipo sachê ou vidro, com peso líquido drenado de no mínimo 170g. O rótulo deve indicar claramente o peso com e sem o líquido. Validade mínima de 06 meses na entrega. Valor homologado R$ 1,40

CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais disposições.
Mandaguari (PR), 14 de outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:82BA6176

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 10 2026

ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2026

Considerando os elementos contidos no presente processo devidamente justificado, nos termos do artigo 72, *caput*, incisos I ao VIII da Lei nº 14.133/2021; o parecer jurídico pelo prosseguimento do processo administrativo que foram cumpridas as exigências legais, e assim no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 74, inciso III, alínea *f*, da Lei nº 14.133/2021, **DECLARO AINEXIGIBILIDADEDELICITAÇÃO DO OBJETO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026**.
Autorizo em consequência, a contratação da empresa **Betha Sistemas LTDA**, inscrita no CNPJ nº **00.456.865/0001-67**, conforme descrição do objeto abaixo:

Objeto da Inexigibilidade de licitação: Inscrição de uma servidora no treinamento da Betha Sistemas em Gestão de Patrimônio.
Valor total: R$ 149,90 (cento e quarenta e nove reais e noventa centavos).
Justificativa:anexa nos autos do processo administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 115/2026.

Dotação Orçamentária:
01 - Poder Legislativo
001 - Câmara Municipal de Mandirituba
2001 - Manutenção das Atividades Legislativas
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Mandirituba, 15 de outubro de 2026

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:14DB7CE9

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA COMPRASGOV N.º 145/2026 DISPENSA ELETRÔNICA N.º 31/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
COMPRASGOV N.º 145/2026
DISPENSA ELETRÔNICA N.º 31/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 91/2026
EXCLUSIVO PARA ME/EPP

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.105.550/0001-37, sediado na Praça Bom Jesus, n.° 44, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-058, por meio do Departamento de Compras e Licitações, através de seu Agente de Contratação designado pela Portaria n.º 160/2026, devidamente autorizado pelo Senhor Prefeito Municipal, Felipe Claudino Machado, torna público que realizará Dispensa Eletrônica, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como das disposições constantes do Decreto Municipal n.º 1216, de 13 de abril de 2023, e demais normas aplicáveis. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA AGENTES DA GUARDA MUNICIPAL. Valor estimado: R$ 2.397,00 (dois mil trezentos e noventa e sete reais). Critério de Julgamento: Menor Preço - EXCLUSIVO PARA

ME/EPP. Data da Sessão: 22/10/2026 Período de cadastro das propostas: 16/10/2026 a 22/10/2026, às 08h14min. Horário da Fase de Lances: início as 08h15min e término as 14h15min - UASG: 455978 – PGC 145/2026 - Link acesso ao sistema: www.gov.br/compras/ - PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=mandirituba
Mandirituba, 15 de outubro de 2026 –

FELIPE CLAUDINO MACHADO -
Secretaria Municipal de Segurança.

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:F3BD14C7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA Nº 021/2026

Institui e aprova o Plano Anual de Fiscalização da Comissão de Acompanhamento da Execução do Orçamento e das Políticas Públicas da Câmara Municipal de Manfrinópolis para o exercício de 2026.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MANFRINÓPOLIS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Regimento Interno,
RESOLVE:
Art. 1.º - Fica instituído e aprovado, no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Manfrinópolis, o Plano Anual de Fiscalização da Comissão de Acompanhamento da Execução do Orçamento e das Políticas Públicas, para o exercício de 2026, constante do Anexo I.
Art. 2.º - O Plano Anual de Fiscalização tem como objetivos:
I – Verificar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos;
II – Acompanhar a execução de políticas públicas, programas, projetos e contratos;
III – Avaliar o cumprimento das normas legais, regulamentares e regimentais;
IV – Fortalecer a transparência e o controle institucional;
V – Subsidiar a adoção de medidas corretivas e preventivas, com foco na melhoria das avaliações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) e do Índice de Transparência Pública (ITP).
Art. 3.º - O Plano Anual de Fiscalização contemplará, no mínimo:
I – As áreas, órgãos, entidades ou unidades a serem fiscalizadas;
II – Os temas e objetos prioritários de fiscalização, com base nas avaliações do PROGOV e do ITP;
III – Os critérios de seleção das ações fiscalizatórias;
IV – O cronograma estimado de execução;
V – A metodologia e os instrumentos de fiscalização a serem utilizados;
VI – A indicação das subcomissões temáticas ou responsáveis pela execução das atividades.
Art. 4.º - A execução do Plano Anual de Fiscalização será de responsabilidade das subcomissões temáticas, podendo haver cooperação da área administrativa e jurídica, quando necessário.
Art. 5.º - O Plano Anual de Fiscalização poderá ser revisto ou ajustado ao longo do exercício, mediante decisão fundamentada da Mesa Diretora, em razão de fatos supervenientes, demandas relevantes ou interesse público, especialmente para atender a novas recomendações do TCE-PR ou do ITP.
Art. 6.º - As atividades e ações de fiscalização desenvolvidas pela Comissão de Acompanhamento da Execução do Orçamento e das Políticas Públicas e pelas Subcomissões Temáticas deverão ser formalmente documentadas por meio de atas, relatórios de fiscalização, pareceres, visitas técnicas, diligências e demais instrumentos de registro necessários à comprovação das ações executadas, cabendo à Secretaria da Câmara promover o apoio administrativo, o arquivamento, a organização e a publicação dos documentos produzidos, garantindo-se a publicidade e a transparência dos atos praticados mediante divulgação no Portal da Transparência da Câmara Municipal, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo.
Art. 7.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Manfrinópolis - PR, 15 de outubro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FRANCISCONI
Presidente

ANEXO I
PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

Período de Vigência: 2026
Órgão Executor: Mesa Diretora / Comissão de Acompanhamento da Execução do Orçamento e das Políticas Públicas / Subcomissões Temáticas / Controladoria Interna
1. Objetivos do Plano
1.1 Objetivo Geral
Fortalecer o controle e a transparência da administração pública municipal, garantindo que o Executivo cumpra a legislação, execute o orçamento com responsabilidade e respeite o interesse público, com foco na **melhoria contínua dos indicadores de desempenho do PROGOV do TCE-PR e do Índice de Transparência Pública (ITP)**.
1.2 Objetivos Específicos

• Avaliar a execução orçamentária e financeira do Município, com atenção especial aos pontos de baixa pontuação no PROGOV (liquidação de despesas, gestão de impostos e taxas, dívida ativa, estrutura da administração fazendária) e no ITP (divulgação de receitas, despesas, dívida ativa, etc.).
• Monitorar a legalidade dos atos do Poder Executivo, incluindo a regularidade das contratações e a adequação da estrutura para o desempenho das funções essenciais da área de contratações públicas, bem como a transparência desses processos conforme o ITP.
• Fiscalizar contratos, licitações e convênios, buscando garantir a conformidade com a Lei 14.133/2021 e a ampla divulgação de informações sobre eles, conforme o ITP.
• Acompanhar políticas públicas essenciais (saúde, educação, infraestrutura, agricultura, assistência social, meio ambiente), identificando gargalos e propondo melhorias, especialmente nas áreas de menor desempenho no PROGOV (Meio Ambiente, Transparência e Relacionamento, Saúde) e no ITP (planos de saúde e educação, listas de espera, estoques de medicamentos).
• Incentivar a participação popular e ampliar a transparência dos processos, com foco na promoção do controle social e na efetividade dos canais de comunicação com o cidadão, conforme as exigências do ITP para o e-SIC e ouvidoria.
• Produzir relatórios independentes para subsidiar decisões legislativas e recomendações ao Executivo, visando a elevação das notas do PROGOV e do ITP.

2. Estrutura Institucional para a Fiscalização
2.1 Subcomissões Temáticas Envolvidas

• Subcomissão de Educação

• **Membros:** Fernanda da Rosa e Domingos Alberto Rech
• **Foco:** Monitoramento da qualidade da gestão educacional, acesso e permanência dos alunos, direito à aprendizagem, infraestrutura escolar e programas suplementares.

• Subcomissão de Política Urbana e Segurança Pública e Meio Ambiente

• **Membros:** Fernando Gandin e Manoel Vanderlei Lopes
• **Foco:** Fiscalização da defesa civil, gestão de recursos ambientais, drenagem, planejamento urbano, resíduos sólidos e mudanças climáticas.

• Subcomissão de Saúde e Assistência Social

• **Membros:** Elizângela Fonseca de Oliveira e Nereu Correa Becker
• **Foco:** Avaliação do sistema único de saúde, atenção primária, saúde da pessoa idosa e crônicas, saúde rural, assistência farmacêutica,

infraestrutura de saúde, e política municipal de assistência social, CRAS, CREAS, serviços de proteção social básica.

• **Subcomissão de Administração Financeira e Aquisições e Contratações**

• **Membros:** Dauri Teixeira e José João Machado Filho
• **Foco:** Análise da elaboração e execução do PPA, LDO e LOA, liquidação de despesas, gestão de impostos e taxas, dívida ativa, estrutura da administração fazendária, planejamento de contratações, documentação de formalização da demanda, regularidade das contratações e estrutura de apoio.

2.2 Apoio Técnico

• Controladoria Interna
• Procuradoria Jurídica
• Assessoria Legislativa e Contábil
• Servidores da Câmara
• Solicitação de auditorias externas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR), quando necessário.

3. Eixos de Fiscalização e Ações Específicas com Notas PROGOV e ITP
3.1 Subcomissão de Educação

• **Ações:**

• Verificação do cumprimento dos instrumentos de planejamento e processos para gestão educacional (**PROGOV: 10,00%**).
• Monitoramento dos esforços para garantir acesso e permanência das crianças (**PROGOV: 7,12%**).
• Avaliação dos esforços para garantir o **direito à aprendizagem (PROGOV: 5,55% - Ponto de atenção)**.
• Fiscalização da quantidade e formação de profissionais da educação (**PROGOV: 9,39%**).
• Vistorias na infraestrutura das unidades escolares (**PROGOV: 8,09%**).
• Acompanhamento dos programas suplementares de alimentação e transporte escolar (**PROGOV: 8,68%**).
• Divulgação do plano de educação e o respectivo relatório de resultados (**ITP: 100,00%**).
• Divulgação da lista de espera em creches públicas e os critérios de priorização de acesso a elas (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).

• **Entregáveis:** Relatórios trimestrais de acompanhamento, com propostas de melhoria para o direito à aprendizagem e para a transparência das informações educacionais.

3.2 Subcomissão de Política Urbana e Segurança Pública e Meio Ambiente

• **Ações:**

• Análise da estrutura de Defesa Civil e planos de prevenção de desastres (**PROGOV: 2,47% - Ponto crítico**).
• Fiscalização da gestão de recursos ambientais e uso sustentável (**PROGOV: 5,50%**).
• Verificação do sistema de drenagem e manejo de águas pluviais (**PROGOV: -0,67% - Ponto crítico**).
• Avaliação do planejamento urbano ambiental e uso do solo (**PROGOV: 0,63% - Ponto crítico**).
• Monitoramento das políticas de abastecimento de água e esgotamento sanitário (**PROGOV: 2,50% - Ponto crítico**).
• Fiscalização da gestão de resíduos sólidos (**PROGOV: 3,07% - Ponto crítico**).
• Acompanhamento das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas (**PROGOV: 2,50% - Ponto crítico**).
• Divulgação de informações sobre as obras contendo o objeto, a situação atual, as datas de início e conclusão de obra, empresa contratada e o percentual concluído (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação dos quantitativos e os preços unitários e totais contratados (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação dos quantitativos executados e os preços efetivamente pagos (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação de relação das obras paralisadas contendo o motivo, o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).

• **Entregáveis:** Relatórios bimestrais detalhados com recomendações urgentes para as áreas críticas, audiências públicas sobre os temas de menor desempenho e propostas para aprimorar a transparência das informações sobre obras e meio ambiente.

3.3 Subcomissão de Saúde e Assistência Social

• **Ações:**

• Avaliação dos instrumentos de planejamento e avaliação do SUS (**PROGOV: 5,45% - Ponto de atenção**).
• Fiscalização do aperfeiçoamento da gestão do trabalho na atenção primária (**PROGOV: 4,31% - Ponto de atenção**).
• Monitoramento da coordenação da atenção primária e rede de atenção à saúde (**PROGOV: 5,26% - Ponto de atenção**).
• Verificação do processo de territorialização e vínculo na atenção primária (**PROGOV: 5,42% - Ponto de atenção**).
• Acompanhamento da disponibilidade de ações e serviços essenciais (**PROGOV: 7,86% a 9,71%**).
• Fiscalização da assistência farmacêutica (**PROGOV: 7,02%**).
• Vistorias na infraestrutura física e equipamentos de saúde (**PROGOV: 8,25%**).
• Análise dos instrumentos de planejamento e monitoramento da política de assistência social (**PROGOV: 5,17% - Ponto de atenção**).
• Verificação dos processos da Vigilância Socioassistencial (**PROGOV: 6,29%**).
• Acompanhamento das ações de articulação socioassistencial e intersetorial dos CRAS e CREAS (**PROGOV: 8,37%**).
• Monitoramento da oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) (**PROGOV: 7,67%**).
• Fiscalização do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio (**PROGOV: 7,58%**).
• Avaliação da infraestrutura física e recursos humanos para os serviços de proteção social básica (**PROGOV: 8,06%**).
• Divulgação do plano de saúde, a programação anual e o relatório de gestão (**ITP: 100,00%**).
• Divulgação de informações relacionadas aos serviços de saúde, indicando os horários, os profissionais prestadores de serviços, as especialidades e local (**ITP: 66,67%**).
• Divulgação da lista de espera de regulação para acesso às consultas, exames e serviços médicos (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação lista dos medicamentos a serem fornecidos pelo SUS e informações de como obter medicamentos, incluindo os de alto custo (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação dos estoques de medicamentos das farmácias públicas (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).

• **Entregáveis:** Relatórios setoriais trimestrais, com foco nas áreas de atenção e propostas para fortalecer a gestão e os serviços, e para aprimorar a transparência das informações de saúde e assistência social.

3.4 Subcomissão de Administração Financeira e Aquisições e Contratações

• **Ações:**

• Análise da elaboração, monitoramento e revisão do PPA (**PROGOV: 5,50%**).
• Verificação do alinhamento da LDO e LOA às diretrizes legais (**PROGOV: 5,65%**).
• Fiscalização da liquidação e pagamento de despesas orçamentárias (**PROGOV: 3,00% - Ponto crítico**).
• Monitoramento do reconhecimento e transparência das obrigações financeiras (**PROGOV: 8,10%**).

• Avaliação da normatização da atividade tributária, estrutura do cadastro mobiliário e aperfeiçoamento da gestão das isenções (**PROGOV: 2,54% - Ponto crítico**).
• Fiscalização da gestão dos impostos e taxas (**PROGOV: 2,24% - Ponto crítico**).
• Aprimoramento da gestão da dívida ativa (**PROGOV: 5,33% - Ponto de atenção**).
• Verificação da estrutura, recursos e gestão de pessoas na administração fazendária (**PROGOV: 3,38% - Ponto crítico**).
• Análise da elaboração e monitoramento do Plano de Contratações Anual (PCA) (**PROGOV: 7,73%**).
• Fiscalização da elaboração do Documento de Formalização da Demanda (DFD), Estudos Técnicos Preliminares (ETPs) e Termos de Referência ou Projetos Básicos (TR/PB) (**PROGOV: 10,00%**).
• Monitoramento da regularidade dos editais e contratos administrativos (**PROGOV: 9,44%**).
• Verificação da regularidade das contratações e controle da execução dos contratos (**PROGOV: 6,51%**).
• Avaliação da estrutura, servidores e recursos tecnológicos para o desempenho das funções de contratações públicas (**PROGOV: 1,33% - Ponto crítico**).
• Divulgação da Lei do Plano Plurianual (PPA) e seus anexos (**ITP: 100,00%**).
• Divulgação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) (**ITP: 60,00%**).
• Divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) (**ITP: 60,00%**).
• Divulgação das receitas do Poder ou órgão, evidenciando sua previsão e realização (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação da classificação orçamentária por natureza da receita (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação da lista dos inscritos em dívida ativa, contendo, no mínimo, dados referentes ao nome do inscrito e o valor total da dívida (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação do total das despesas empenhadas, liquidadas e pagas (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação das despesas por classificação orçamentária (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Possibilidade de consulta de empenhos com os detalhes do beneficiário do pagamento ou credor, o bem fornecido ou serviço prestado e a identificação do procedimento licitatório originário da despesa (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Identificação das transferências recebidas a partir da celebração de convênios/acordos (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Identificação das transferências realizadas a partir da celebração de convênios/acordos/ajustes (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Identificação dos acordos firmados que não envolvam transferência de recursos financeiros (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação da relação das licitações em ordem sequencial, informando o número e modalidade licitatória, o objeto, a data, o valor estimado/homologado e a situação (**ITP: 83,33%**).
• Divulga a íntegra dos editais de licitação (**ITP: 100,00%**).
• Divulga o plano de contratações anual (art. 12,VII, da Lei n. 14.133) (**ITP: 100,00%**).
• Divulgação da íntegra dos demais documentos das fases interna e externa das licitações (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação da íntegra dos principais documentos dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação da íntegra das Atas de Adesão - SRP (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação da relação dos licitantes e/ou contratados sancionados administrativamente pelo Poder/órgão (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação da relação dos contratos celebrados em ordem sequencial, com o seu respectivo resumo, contendo, no mínimo, indicação do contratado(a), do valor, do objeto e da vigência, bem como dos aditivos deles decorrentes (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação do inteiro teor dos contratos e dos respectivos termos aditivos (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação da relação/lista dos fiscais de cada contrato vigente e encerrado (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação da ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentaram a eventual alteração dessa ordem (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Publicação da Prestação de Contas do Ano Anterior (Balanço Geral) (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação do Relatório de Gestão ou Atividades (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação do resultado do julgamento das Contas do Chefe do Poder Executivo pelo Poder Legislativo (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação do plano estratégico institucional (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação da Lei do Diretrizes Orçamentárias (LDO) e seus anexos (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação da Lei Orçamentária (LOA) e seus anexos (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação das desonerações tributárias concedidas e a fundamentação legal individualizada (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação dos valores da renúncia fiscal prevista e realizada, por tipo ou espécie de benefício ou incentivo fiscal (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação de informações sobre projetos de incentivo à cultura (incluindo esportivos), identificando os projetos aprovados, o respectivo beneficiário e o valor aprovado (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Identificação das emendas parlamentares recebidas, contendo informações sobre a origem, a forma de repasse, o tipo de emenda, o número da emenda, a autoria, o valor previsto e realizado, o objeto e função de governo (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Demonstração da execução orçamentária e financeira oriundas "emendas pix" (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).

• **Entregáveis:** Pareceres trimestrais sobre a execução orçamentária e financeira, relatórios de conformidade de licitações e contratos, com propostas para as áreas críticas e para aprimorar a transparência fiscal e de contratações.

3.5 Transparência, Participação Popular e Controle Social (Ações Transversais)

• **Ações:**

• Aprimoramento do Portal da Transparência Legislativo e Executivo.
• Publicação dos relatórios de fiscalização das Subcomissões.
• Realização de audiências públicas sobre temas prioritários (**PROGOV: 2,63% - Ponto crítico**).
• Aprimoramento dos canais para recebimento de denúncias e sugestões da população.
• Verificação da existência e efetividade de instrumentos de planejamento e procedimentos para auditorias internas (**PROGOV: 1,25% - Ponto crítico**).
• Avaliação da unidade central de controle interno (**PROGOV: 1,43% - Ponto crítico**).
• Divulgação da relação nominal dos servidores/autoridades/membros, seus cargos/funções, lotações, datas de admissão/exoneração/inativação e carga horária (**ITP: 71,43%**).
• Divulgação da lista de estagiários (**ITP: 66,67%**).
• Divulgação de tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro e fora do Estado (**ITP: 25,00%**).
• Divulgação do nome e cargo/função do beneficiário, valor total recebido, número de diárias usufruídas, período, motivo e local de destino (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Divulgação de relatório anual estatístico contendo a quantidade de pedidos de acesso recebidos, atendidos, indeferidos e informações genéricas sobre os solicitantes (**ITP: 85,71%**).
• Identifica a remuneração nominal de cada servidor/autoridade/Membro e a tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Publica lista dos terceirizados que prestam serviços para o Poder ou órgão/ entidades (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Existe o SIC no site e Indica a unidade/setor responsável (**ITP: 100,00%**).
• Indica o endereço físico, o telefone e o e-mail da unidade responsável pelo SIC, além do horário de funcionamento (**ITP: 100,00%**).
• Divulga nesta seção, instrumento normativo local que regulamente a Lei nº 12.527/2011 - LAI (**ITP: 100,00%**).
• Divulga, na seção relativa ao e-SIC, os prazos de resposta ao cidadão, incluindo o recursal, e as autoridades competentes para o

exame dos pedidos, além do procedimento referente à realização do pedido e de eventual recurso (**ITP: 100,00%**).
• Divulga relatório anual estatístico contendo a quantidade de pedidos de acesso recebidos, atendidos, indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes (**ITP: 85,71%**).
• Divulga lista de documentos classificados em cada grau de sigilo, contendo pelo menos o assunto sobre o qual versa a informação, a categoria na qual ela se encontra, o dispositivo legal que fundamenta a classificação e o respectivo prazo (**ITP: 100,00%**).
• Divulga lista das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses (**ITP: 100,00%**).
• Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC) (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• A solicitação por meio de eSic é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Há informações sobre o atendimento presencial pela Ouvidoria (Indicação de endereço físico e telefone, além do horário de funcionamento) (**ITP: 100,00%**).
• Há canal eletrônico de acesso/interação com a Ouvidoria (**ITP: 100,00%**).
• Divulga Carta de Serviços ao Usuário (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Identifica o encarregado/responsável pelo tratamento de dados pessoais e disponibiliza Canal de Comunicação (telefone e/ou e-mail) (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Publica a sua Política de Privacidade e Proteção de Dados (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Possibilita a demanda e o acesso a serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em dados abertos (estruturados e legíveis por máquina), e a página contém as regras de utilização (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).
• Realiza e divulga resultados de pesquisas de satisfação (**ITP: 0,00% - Ponto crítico**).

• **Entregáveis:** Relatórios de audiências públicas, compilado semestral de manifestações populares, propostas para fortalecer o controle interno e a participação social, e para aprimorar a transparência ativa e passiva do município.

4. Cronograma Anual
Para facilitar a visualização, o cronograma será apresentado por subcomissão, destacando as ações e a periodicidade.
5. Indicadores de Desempenho

• Número de relatórios produzidos pelas Subcomissões.
• Número de vistorias realizadas.
• Percentual de respostas aos requerimentos enviados ao Executivo.
• Número de contratos analisados.
• Índice de cumprimento das metas do PPA e da LOA.
• Número de audiências públicas e participação popular.
• **Variação das notas do PROGOV do TCE-PR nas áreas fiscalizadas.**
• **Variação das notas do Índice de Transparência Pública (ITP) nas áreas fiscalizadas.**

6. Relatório Final de Fiscalização
Ao fim do ciclo anual, deverá ser elaborado um Relatório Global, contendo:

• Panorama da execução orçamentária e financeira.
• Irregularidades encontradas e recomendações ao Executivo.
• Propostas de aprimoramento legislativo.
• Indicadores consolidados, incluindo a evolução das notas do PROGOV e do ITP.
• Encaminhamentos ao TCE-PR ou Ministério Público (se necessário).

7. Considerações Finais
Este plano oferece uma estrutura prática, profissional e aderente às competências legais da Câmara Municipal de Manfrinópolis, com foco estratégico na melhoria dos indicadores de desempenho do PROGOV do TCE-PR e do ITP. Poderá ser atualizado conforme demandas locais, recomendações do TCE-PR, do ITP e decisões da Mesa Diretora.

Câmara Municipal de Manfrinópolis - PR, aos 15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Vitor Moreira da Silva
Código Identificador:38656311

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 4590/2026 - 15.10.2026

Concede Licença por motivo de casamento a Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08.07.2002, Art. 84, Parágrafo III, alínea "a" e Processo nº 232/2026 – SRH, de 01 de outubro de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder 08 (oito) dias de Licença por motivo de Casamento a Servidora Pública Municipal Sra. FABIANE ANDRESA DE OLIVEIRA, cadastrada sob a matrícula n° 1012180, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor III - Escola Municipal Eça de Queirós no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a contar a partir de 02 de outubro de 2026 até 09 de outubro de 2026.
Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 02 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:6EC54AB0

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 4591/2026 - 15.10.2026

Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 0157/2002 de 08.07.2002, Art. 74, e com suas alterações posteriores, bem como Processo nº 237/2026 – SRH, de 15 de outubro de 2026,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 15 (quinze) dias de férias proporcionais a Servidora Pública Municipal **Sra. ADRIANA INÊS MERLINI ORZECHOSKI,** cadastrada sob a matrícula nº 1541, ocupante de Cargo de Provimento Efetivo de DOCUMENTADORA no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de **16 de outubro de 2026 até 30 de outubro de 2026,** referente ao Período Aquisitivo de 01.06.**2023** até 31.05.**2024**, e 15 (quinze) dias a serem usufruídos futuramente.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:6FD46008

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
PAUTA DA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO ANO LEGISLATIVO DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA (19/10/2026).

Pauta da 36ª Sessão Ordinária do segundo ano legislativo da 19ª legislatura da Câmara Municipal de Mangueirinha (19/10/2026).

-Matérias a apresentar:
-Projeto de lei 078/2026 - Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um Crédito Especial no valor de R$ 2.197.998,00 (dois milhões cento e noventa e sete mil e novecentos e noventa e oito reais), e dá outras providências.
-Projeto de lei 079/2026 - Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um Crédito Especial no valor de R$ 2.797.841,90 (dois milhões setecentos e noventa e sete mil, oitocentos e quarenta e um reais e noventa centavos), e dá outras providências.
-Projeto de lei 080/2026 - Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um Crédito Especial no valor de R$ 212.844,80 (duzentos e doze mil oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), e dá outras providências.

-Indicações e Requerimentos a serem apresentadas:
-Não há indicações apresentadas.

-Matérias constantes na Ordem do Dia:
-Em primeira votação:
-Projeto de lei 061/2026- Institui o Programa Regulariza Agora - Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2026 para regularização dos débitos decorrentes da alienação de terrenos e barracões, bem como das concessões e permissões onerosas de uso previstas na Lei Municipal nº 2.042, de 2018 (PRODEMAN), e dá outras providências.
-Projeto de lei 067/2026 - Desafeta do uso público e incorpora à categoria de bens públicos dominicais os imóveis de propriedade do Município de Mangueirinha que especifica, destinados à transferência dominial autorizada pela Lei Municipal nº 2.532, de 13 de abril de 2026, e dá outras providências.
-Projeto de lei 070/2026 – Institui o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Mangueirinha - CODEMANG e o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, bem como confere outras providências.
-Projeto de lei 072/2026 - Revoga o art. 2º da Lei Municipal nº 507, de 04 de fevereiro de 1980, que concedeu benefício ao Loteamento Jardim Mercedes, e dá outras providências.
-Projeto de lei 077/2026 - Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um Crédito Especial no valor de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), e dá outras providências.
Projeto de Resolução Nº 02/2026- Regulamenta o funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão — SIC no âmbito da Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, revogando a Resolução nº 002, de 22 de outubro de 2013.

-Em votação única:
-Moção de Aplausos n.º 009/2026- Moção de Aplausos aos Motoristas da Secretaria de Saúde. **(Doca)**
-Moção de Aplausos n.º 010/2026- Moção de Aplausos aos Motoristas da Secretaria de Educação. **(Doca)**
-Moção de Aplausos n.º 011/2026- Moção de Aplausos aos Motoristas e Operadores da Secretaria de Viação e Infraestrutura Rural e de Urbanismo e Limpeza Pública Educação. **(Doca)**
-Moção de Aplausos n.º 012/2026- Moção de Aplausos aos atletas corredores que representaram o município na Meia Maratona de Porto Alegre. **(Doca)**

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara Municipal de Mangueirinha

Publicado por:
Jean Felipe Dos Santos
Código Identificador:FC2121A2

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 010/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N.° 010/2026 RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 006/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 010/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.° 010/2026
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 006/2026

Fundamentado no artigo 74, inciso III, Letra "f" da Lei Federal nº 14.133/2021, RATIFICO a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 006/2026**, cujo objeto é a Inscrição para o Inscrição para o Seminário Finanças Públicas ministrado pela Unyflex – Unygov Governance Capacitação e Treinamentos Governamentais Ltda e da documentação acostada ao Processo Administrativo n.º 010/2026.

CONTRATADA: Unyflex – Unygov Governance Capacitação e Treinamentos Governamentais Ltda.
CNPJ: 55.930.096/0001-89
VALOR: R R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

Mangueirinha, 14 de outubro de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara

Publicado por:
Jean Felipe Dos Santos
Código Identificador:D66A4C76

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 011/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N.° 011/2026 RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 011/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.° 011/2026
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 007/2026

Fundamentado no artigo 74, inciso III, Letra "f" da Lei Federal nº 14.133/2021, RATIFICO a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 007/2026**, cujo objeto é a Inscrição para o Inscrição para o Seminário Contratações Públicas, Planejamento e Elaboração dos Documentos, Oficina Prática, realizada pela Idadi Consultoria de Tecnologia Ltda e da documentação acostada ao Processo Administrativo n.º 011/2026.

CONTRATADA: Idadi Consultoria de Tecnologia Ltda.
CNPJ: 58.511.090/0001-65
VALOR: R$ 13.450,00 (treze mil, quatrocentos e cinquenta reais)

Mangueirinha, 15 de outubro de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara

Publicado por:
Jean Felipe Dos Santos
Código Identificador:3901B631

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
RESOLUÇÃO DE MESA Nº 002/2026 REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS INTERNOS DE APOIO À EXECUÇÃO, AO REGISTRO E AO ACOMPANHAMENTO DAS FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA.

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 002/2026

Regulamenta os procedimentos internos de apoio à execução, ao registro e ao acompanhamento das

fiscalizações realizadas pela Câmara Municipal de Mangueirinha.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA, Estado do Paraná, no exercício das atribuições previstas nos arts. 18, §§ 1º, 5º e 6º, e 20, incisos I, V, VI e VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 011/1991, com as alterações da Resolução nº 003/2023, e observado o art. 31 da Constituição Federal, **RESOLVE:**

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução disciplina os procedimentos internos de apoio à execução das fiscalizações da Câmara Municipal de Mangueirinha sobre a administração pública municipal, com a finalidade de examinar a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a eficiência e a efetividade dos atos de gestão e das políticas públicas.

§ 1º As fiscalizações poderão abranger a execução de políticas públicas, o cumprimento da legislação e das normas aplicáveis, a apuração de indícios de irregularidades, falhas ou desvios e o acompanhamento de programas, ações e serviços municipais.

§ 2º Os procedimentos previstos nesta Resolução complementam a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno, preservadas as competências do Plenário, da Presidência e das comissões, os requisitos para sua constituição e as regras próprias de convocação, requerimento de informações e investigação parlamentar.

Art. 2º Para fins de planejamento e registro, as fiscalizações classificam-se em:

I – ordinárias, quando previstas no planejamento anual de fiscalização aprovado na forma regimental;

II – extraordinárias, quando decorrentes de requerimento, denúncia ou situação superveniente, após o encaminhamento e a deliberação cabíveis;

III – temáticas, quando voltadas a determinada política pública, serviço ou área de atuação municipal;

IV – contínuas, quando destinadas ao acompanhamento periódico de ações, programas, recomendações ou compromissos.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 3º A fiscalização será conduzida pelo vereador ou pela comissão competente, conforme a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno, com apoio dos servidores da Câmara, respeitadas suas atribuições legais.

§ 1º A composição, a designação e o funcionamento das comissões observarão exclusivamente as normas regimentais, inclusive quanto à proporcionalidade partidária, ao número de integrantes e à deliberação do Plenário, quando exigida.

§ 2º Poderá ser organizado apoio técnico para a realização das diligências, sem a necessária criação de comissão parlamentar ou transferência de suas competências aos servidores.

§ 3º O auxílio de especialistas externos dependerá de justificativa técnica, disponibilidade orçamentária e observância das normas de contratação ou cooperação aplicáveis.

Art. 4º A organização dos trabalhos considerará a competência temática da comissão, a qualificação necessária, a disponibilidade dos participantes, o interesse público, a ausência de conflitos de interesses e a compatibilidade com o calendário legislativo.

Parágrafo único. O participante comunicará eventual impedimento ou conflito de interesses à autoridade ou à comissão responsável, para adoção das providências cabíveis.

Art. 5º A abertura dos trabalhos será registrada em documento próprio, vinculado ao requerimento, à deliberação ou ao ato regimental que fundamentar a fiscalização.

§ 1º O registro identificará o responsável pela condução, os participantes e suas funções, o objeto, os objetivos, o período examinado, o cronograma, o prazo estimado de conclusão e os recursos necessários, quando houver.

§ 2º A Mesa Diretora providenciará o apoio administrativo e técnico necessário, sem substituir as deliberações reservadas ao Plenário ou às comissões.

Art. 6º Caberá ao responsável pela condução dos trabalhos organizar o cronograma, articular o apoio técnico, promover a formalização dos pedidos de informações e diligências pelos canais competentes, manter os registros, coordenar a elaboração do relatório e acompanhar os prazos e os recursos autorizados.

CAPÍTULO III
DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES E DAS DILIGÊNCIAS

Art. 7º Os pedidos de informações ao Poder Executivo serão formalizados por requerimento e encaminhados pela Presidência, observadas a Lei Orgânica Municipal e a tramitação prevista no Regimento Interno, conforme a hipótese aplicável.

Parágrafo único. A solicitação indicará sua relação com o objeto da fiscalização e será instruída com os quesitos e a identificação dos documentos necessários.

Art. 8º O pedido de informações conterá:

I – identificação da fiscalização e de seu fundamento;

II – identificação da autoridade destinatária e do órgão ou entidade responsável;

III – descrição objetiva das informações e dos documentos solicitados, com indicação do período de referência;

IV – prazo de resposta e seu fundamento na Lei Orgânica Municipal ou na legislação aplicável;

V – forma de apresentação e canal oficial para o envio da resposta;

VI – identificação e assinatura da autoridade competente para o encaminhamento.

§ 1º Nos pedidos dirigidos ao Prefeito, observar-se-á o prazo referido **no** Regimento Interno, em remissão ao art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

§ 2º Eventual pedido de prorrogação será submetido à autoridade competente, observada a aprovação do Plenário eventualmente exigida pelo Regimento Interno, vedada a concessão automática pela equipe de apoio.

Art. 9º O encaminhamento ocorrerá por protocolo oficial físico ou eletrônico que permita comprovar o recebimento, com juntada do comprovante ao processo de fiscalização.

Art. 10. A ausência de resposta, a resposta incompleta ou a impossibilidade de acesso aos documentos será registrada no processo, com indicação do pedido, da data de recebimento, do prazo e das informações pendentes.

§ 1º O responsável pelos trabalhos dará ciência ao autor do requerimento e à autoridade competente, para avaliação da reiteração do pedido e das medidas previstas na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno.

§ 2º A comunicação aos órgãos de controle observará o art. 17 e será fundamentada nos fatos e elementos disponíveis, sem atribuição antecipada de responsabilidade.

CAPÍTULO IV
DO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Art. 11. O relatório de fiscalização apresentará, de forma clara e fundamentada:

I – identificação da fiscalização, de seu fundamento, dos responsáveis, do objeto, dos objetivos, do período examinado e dos limites dos trabalhos;

II – metodologia empregada, com indicação das diligências, entrevistas, visitas, documentos examinados e eventuais limitações de acesso ou de análise;

III – achados, individualizados e numerados, com descrição da situação constatada, do critério de avaliação, das evidências, dos efeitos e, quando possível, das causas e da relevância;

IV – análise das manifestações dos órgãos fiscalizados e dos documentos complementares, com indicação dos achados mantidos, alterados ou afastados e da respectiva justificativa;

V – recomendações ou propostas de providências, relacionadas aos achados, com identificação do órgão competente, dos prazos sugeridos ou pactuados, dos indicadores de acompanhamento e dos recursos necessários, quando estimáveis;

VI – conclusão, com síntese dos resultados, limitações, propostas de encaminhamento e medidas de acompanhamento;

VII – identificação, data e assinatura dos responsáveis pela elaboração e aprovação, conforme a competência regimental.
§ 1º Cada achado será amparado por evidência identificável no processo, vedadas conclusões baseadas apenas em suposições ou alegações não verificadas.
§ 2º A classificação da relevância dos achados, quando utilizada, será justificada segundo o risco, o impacto e a urgência das providências, sem substituir a análise jurídica ou técnica pertinente.
§ 3º A versão preliminar identificará expressamente os pontos sujeitos à manifestação do órgão fiscalizado e não será apresentada como conclusão definitiva.

Art. 12. O modelo do Anexo I será disponibilizado aos responsáveis desde a abertura dos trabalhos e poderá ser adaptado ao objeto e à complexidade da fiscalização, preservado o conteúdo mínimo do art. 11.

CAPÍTULO V
DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS COM O ÓRGÃO FISCALIZADO
Art. 13. Antes da conclusão e da divulgação do relatório final, será oportunizada ao órgão fiscalizado manifestação sobre os achados preliminares, mediante reunião ou resposta escrita, com encaminhamento das informações necessárias à compreensão dos pontos examinados e indicação de prazo para manifestação.
§ 1º A reunião será organizada com participação do responsável pelos trabalhos, dos integrantes da comissão ou dos vereadores envolvidos e de representantes do órgão fiscalizado, preferencialmente com atribuições relacionadas ao objeto.
§ 2º A discussão destina-se a esclarecer os achados, receber justificativas e documentos complementares, corrigir inexatidões e avaliar medidas e prazos para a solução dos problemas identificados.
§ 3º O convite para reunião não substitui a convocação formal de autoridade nem altera os procedimentos eventualmente previstos no Regimento Interno.

Art. 14. Na discussão serão apresentados os achados e as evidências, assegurado o registro das manifestações do órgão fiscalizado e das propostas de correção, sem prejuízo da independência das conclusões e dos encaminhamentos legalmente exigíveis.

Art. 15. A reunião será documentada em ata, contendo data, horário, local ou meio de realização, identificação dos participantes, síntese dos achados discutidos, manifestações, documentos apresentados, compromissos, responsáveis e prazos, quando definidos.
Parágrafo único. A ata será juntada ao processo, com assinatura dos participantes ou registro da forma de validação, e eventual recusa de assinatura será consignada.

Art. 16. O convite para discussão será encaminhado, preferencialmente, em até dez dias úteis após a elaboração do relatório preliminar, com antecedência razoável e prazo expressamente indicado para manifestação.
§ 1º O não comparecimento ou a ausência de manifestação será registrado, com o comprovante do convite e do prazo concedido, podendo os trabalhos prosseguir com base nos elementos disponíveis.
§ 2º A ausência do órgão fiscalizado não será registrada como discussão realizada, nem interpretada, por si só, como concordância com os achados.
§ 3º A existência de risco de dano imediato ou de dever legal de comunicação permitirá o encaminhamento urgente à autoridade competente, com registro da motivação e posterior continuidade da análise.

CAPÍTULO VI
DOS ENCAMINHAMENTOS E DA PUBLICIDADE
Art. 17. Concluído o relatório, os encaminhamentos serão definidos pela autoridade ou pela comissão competente, mediante decisão fundamentada, considerados o objeto, a natureza dos achados e as atribuições dos destinatários.
§ 1º Poderão ser encaminhadas recomendações ao órgão fiscalizado e, havendo elementos que justifiquem a comunicação, remetidas informações ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ao Ministério Público ou a outro órgão competente, conforme a matéria e a atribuição legal.
§ 2º A mera identificação de falha formal ou de oportunidade de melhoria não determinará, isoladamente, comunicação automática aos órgãos de persecução ou de controle, sem prejuízo dos deveres legais de representação.
§ 3º O encaminhamento descreverá os fatos e as evidências disponíveis, distinguindo irregularidades constatadas, indícios sujeitos à apuração e recomendações de melhoria.

Art. 18. A comunicação será acompanhada do relatório aprovado e dos documentos necessários à compreensão dos fatos, inclusive evidências e registro da manifestação do órgão fiscalizado, quando existente, com indicação das providências solicitadas.

Art. 19. Os encaminhamentos serão protocolados e registrados no processo de fiscalização, que permanecerá sob guarda da Câmara, com acesso organizado aos documentos e controle de suas versões.
§ 1º O relatório final, os encaminhamentos e os resultados do acompanhamento serão divulgados no sítio eletrônico oficial da Câmara, em seção identificável de fiscalização, observadas as restrições legais de acesso.
§ 2º A versão pública omitirá dados pessoais desnecessários e informações legalmente protegidas, preservada a integridade da versão completa no processo e a possibilidade de acesso pelos órgãos competentes.

CAPÍTULO VII
DO PLANO DE AÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO
Art. 20. Ao encaminhar recomendações, a Câmara solicitará ao órgão fiscalizado a apresentação de plano de ação ou de manifestação sobre as medidas propostas, com indicação do prazo legal aplicável ou do prazo sugerido para resposta, conforme a natureza da solicitação.
§ 1º O plano de ação, conforme o modelo do Anexo II, identificará cada recomendação, a medida prevista, o órgão ou agente responsável, o prazo de execução, o indicador ou resultado esperado, a situação de cumprimento e as evidências correspondentes.
§ 2º A ausência de plano de ação será registrada e avaliada no acompanhamento, sem que esta Resolução crie obrigação autônoma, sanção ou prazo vinculante para o Poder Executivo além dos previstos em lei.

Art. 21. O plano de ação recebido será juntado ao processo, encaminhado ao responsável pela fiscalização e disponibilizado para conhecimento do Plenário, com divulgação no sítio eletrônico oficial, observadas as restrições legais.
Parágrafo único. O cronograma de acompanhamento considerará os prazos informados, a relevância dos achados, os riscos e a capacidade operacional da Câmara.

Art. 22. O acompanhamento verificará a execução das medidas, mediante análise de documentos, pedidos de informações ou novas diligências, com elaboração de registro ou relatório de monitoramento.
§ 1º Cada recomendação será classificada como atendida, parcialmente atendida, não atendida ou não aplicável, com justificativa, data da verificação e identificação das evidências.
§ 2º O encerramento do acompanhamento dependerá de decisão fundamentada do responsável competente, registradas as pendências e os encaminhamentos adicionais, quando necessários.

CAPÍTULO VIII
DO APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO
Art. 23. Os servidores e as unidades administrativas da Câmara prestarão apoio à organização das diligências, ao protocolo, à documentação, ao arquivo e à divulgação dos resultados, observadas suas atribuições legais e as determinações da autoridade competente.
Parágrafo único. A Procuradoria Jurídica e a Contadoria poderão prestar assessoria nas matérias de suas respectivas competências, sem substituir a condução parlamentar da fiscalização ou assumir atribuições estranhas aos respectivos cargos.

Art. 24. A Mesa Diretora promoverá, conforme o planejamento e a disponibilidade de recursos, capacitação dos vereadores e servidores

em fiscalização, análise documental, avaliação de políticas públicas, elaboração de relatórios, comunicação de resultados e proteção de informações.

Art. 25. O apoio às fiscalizações utilizará os recursos humanos, materiais e tecnológicos disponíveis, com acesso aos sistemas necessários, organização dos documentos e preservação da independência técnica dos trabalhos.
Parágrafo único. A realização de despesas dependerá de autorização competente, previsão orçamentária e observância das normas aplicáveis, não decorrendo desta Resolução criação de cargos ou autorização genérica de contratação.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 26. As dúvidas operacionais relativas a esta Resolução serão resolvidas pela Mesa Diretora, ouvida a Procuradoria Jurídica quando necessário, preservadas as competências regimentais da Presidência, das comissões e do Plenário.

Art. 27. A Mesa Diretora avaliará a necessidade de revisão dos procedimentos a cada dois anos, ou antes, em razão de alteração normativa, orientação dos órgãos de controle ou necessidade identificada na execução dos trabalhos.

Art. 28. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo seu texto e seus anexos ser disponibilizados no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Mangueirinha.

Câmara Municipal de Mangueirinha, 07 de outubro de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL	***CLAUDIONEI DA MOTTA***
Presidente	Vice-Presidente
JAMES PAULO CALGARO	***ADRIANA PADILHA DANGUI***
1º Secretário	2ª Secretária

ANEXO I
MODELO DE RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

1 Identificação e fundamento
[Preencher]

2 Objeto objetivos período e limites
[Preencher]

3 Responsáveis e participantes
[Preencher]

4 Metodologia e diligências
[Preencher]

5 Achados individualizados
[Preencher]
Para cada achado, informar: número; descrição da situação; critério ou norma aplicável; evidências e sua localização no processo; causas, quando identificadas; efeitos; relevância e justificativa; manifestação do órgão fiscalizado; análise da manifestação; conclusão e recomendação correspondente.

6 Discussão dos resultados
[Preencher]
Identificar o convite, a reunião ou manifestação escrita, os participantes e os documentos recebidos. Em caso de ausência, registrar o prazo concedido e os comprovantes, sem declarar a realização da discussão.

7 Recomendações e encaminhamentos
[Preencher]
Vincular cada medida ao achado correspondente e indicar destinatário, fundamento, prazo sugerido ou pactuado e forma de acompanhamento.

8 Conclusão e aprovação
[Preencher]
Indicar limitações, achados mantidos, alterados ou afastados, providências propostas, deliberação competente, data e assinaturas.

9 Relação de documentos e versão pública
[Preencher]
Relacionar os anexos e indicar eventuais informações protegidas e o tratamento adotado para a publicação.

ANEXO II
MODELO DE PLANO DE AÇÃO E MONITORAMENTO
Câmara Municipal de Mangueirinha

Fiscalização nº [preencher]. Relatório de referência: [preencher]. Órgão fiscalizado: [preencher]. Data da manifestação: [preencher].

Repetir o bloco abaixo para cada recomendação. O preenchimento do plano não implica reconhecimento de responsabilidade e admite justificativa para medida alternativa ou impossibilidade de execução.

1 Número da recomendação e do achado
[Preencher]

2 Medida proposta ou justificativa para não adoção
[Preencher]

3 Órgão e agente responsável
[Preencher]

4 Prazo de execução e etapas intermediárias
[Preencher]

5 Resultado esperado indicador e recursos necessários
[Preencher]

6 Situação de cumprimento e evidências apresentadas
[Preencher]
Campos de monitoramento pela Câmara
Data da verificação: [preencher]. Responsável: [preencher]. Classificação: [atendida / parcialmente atendida / não atendida / não aplicável]. Evidências examinadas: [preencher]. Justificativa: [preencher]. Próxima verificação ou encaminhamento: [preencher].

Publicado por:
Jean Felipe Dos Santos
Código Identificador:062793BC

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
RESOLUÇÃO DE MESA Nº 003/2026 REGULAMENTA OS PROCESSOS DE TRABALHO PARA A ATUAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL, ESTABELECENDO PROCEDIMENTOS DE REUNIÕES, FISCALIZAÇÕES, APURAÇÃO DE DENÚNCIAS, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, ESTUDOS TEM

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 003/2026

Regulamenta os processos de trabalho para a atuação das comissões permanentes e temporárias da Câmara Municipal, estabelecendo procedimentos de reuniões, fiscalizações, apuração de denúncias, audiências públicas, estudos temáticos, parecer sobre orçamento e reuniões com secretários municipais.

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA**, Estado do Paraná, no exercício das atribuições previstas nos arts. 18, §§ 1º, 5º e 6º, e 20, incisos I, V, VI e VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 011/1991, com suas alterações, **RESOLVE:**

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Esta Resolução disciplina os procedimentos operacionais e as rotinas de apoio às comissões permanentes e temporárias da Câmara

Municipal de Mangueirinha, observadas as competências e as regras previstas na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno.
Parágrafo único. Sua aplicação preservará a composição, as atribuições, os quóruns, os prazos e os procedimentos decisórios das comissões, inclusive os regimes próprios das comissões parlamentares de inquérito e das comissões processantes.

Art. 2º Os procedimentos considerarão a estrutura formada pela Comissão de Justiça e Redação, pela Comissão de Orçamento e Finanças e pela Comissão de Políticas Públicas.
§ 1º Os procedimentos e serviços de apoio previstos nesta Resolução abrangem os trabalhos regularmente determinados pela Comissão de Políticas Públicas nas matérias de sua competência regimental, inclusive educação, saúde, assistência social, meio ambiente e política urbana, bem como segurança pública e proteção e defesa civil, na medida em que compreendidas nas atribuições da comissão e relacionadas à atuação municipal.
§ 2º A atuação articulada entre as comissões respeitará suas respectivas competências e a autonomia de suas análises e deliberações.

Art. 3º O calendário das comissões contemplará reuniões ordinárias ao menos quadrimestralmente, sem prejuízo das reuniões necessárias ao cumprimento dos prazos regimentais e à execução dos trabalhos.
§ 1º Os presidentes das comissões definirão previamente os dias, horários e locais das reuniões ordinárias, mediante calendário divulgado no sítio eletrônico oficial e afixado no recinto da Câmara, com ciência dos membros.
§ 2º As reuniões previstas dispensam comunicação individual adicional, mantida a divulgação do aviso e da pauta, na forma do art. 51, inciso I, do Regimento Interno.
§ 3º As alterações do calendário e as reuniões extraordinárias serão comunicadas aos membros, com indicação de data, horário, local e pauta.
§ 4º Nas comissões temporárias, a programação observará o período de funcionamento e os prazos do respectivo ato constitutivo.
§ 5º Na Comissão de Políticas Públicas, o calendário contemplará, em cada quadrimestre, o exame de assuntos de educação, saúde, assistência social, política urbana, segurança pública, defesa civil e meio ambiente, admitido seu tratamento em uma mesma reunião, desde que a pauta e a ata identifiquem os assuntos e os encaminhamentos correspondentes a cada área.
§ 6º Cada comissão manterá plano, agenda ou cronograma anual de trabalho, com indicação dos temas, das atividades previstas e do período estimado de realização, podendo a Comissão de Políticas Públicas reunir as quatro áreas em documento único.

Art. 4º A pauta identificará as matérias ou os assuntos a serem examinados, disponibilizando-se aos membros os documentos necessários à análise.
Parágrafo único. As reuniões serão públicas, ressalvadas as hipóteses legais de restrição de acesso, e a participação de interessados observará a organização dos trabalhos pelo presidente da comissão.

Art. 5º As reuniões serão registradas em ata, com identificação dos participantes, dos assuntos examinados, das deliberações, dos votos e dos encaminhamentos.
§ 1º A ata registrará expressamente eventual ausência de deliberação conclusiva, sem atribuição de voto de qualidade por esta Resolução.
§ 2º As ausências e suas justificativas serão registradas, observadas as hipóteses e os procedimentos previstos no Regimento Interno.

Art. 6º As fiscalizações serão organizadas pela comissão competente, mediante definição do objeto, dos responsáveis, das informações necessárias e do cronograma, observadas as seguintes etapas:
I – coleta de documentos e informações, mediante pedidos formalizados na forma regimental, visitas, reuniões ou outras diligências pertinentes;
II – análise das informações e identificação das situações constatadas;
III – exame dos esclarecimentos e documentos apresentados pelo órgão fiscalizado;
IV – elaboração e apreciação do relatório ou parecer conclusivo;
V – definição dos encaminhamentos e do acompanhamento das providências propostas.
§ 1º Os pedidos de informações e as convocações de autoridades observarão os procedimentos e os prazos previstos na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno.
§ 2º O cronograma indicará os prazos de coleta, análise e conclusão, conforme a complexidade do objeto, preservados os prazos legais e regimentais.

Art. 7º O relatório de fiscalização conterá, no mínimo, identificação do objeto e dos responsáveis, procedimentos utilizados, constatações e respectivas evidências, conclusões, recomendações e encaminhamentos.
§ 1º Antes da apreciação do relatório conclusivo, será oportunizada ao órgão fiscalizado manifestação sobre as constatações preliminares, mediante reunião ou resposta escrita, observados os procedimentos de fiscalização regulamentados pela Câmara.
§ 2º Os encaminhamentos aos órgãos competentes serão fundamentados na natureza dos fatos e nos elementos disponíveis, respeitados os deveres legais de comunicação.
§ 3º As recomendações serão acompanhadas mediante informações, documentos ou diligências, com registro dos resultados.

Art. 8º O acompanhamento dos planos, metas e programas municipais nas áreas de competência regimental da Comissão de Políticas Públicas compreenderá a identificação das ações previstas, dos prazos e dos indicadores disponíveis, a obtenção de informações sobre sua execução e a análise dos resultados alcançados.
§ 1º As constatações e os encaminhamentos serão registrados em ata, relatório ou documento equivalente, podendo integrar os trabalhos de fiscalização.
§ 2º O acompanhamento pela Câmara preservará a responsabilidade do Poder Executivo pela execução das políticas públicas.

Art. 9º As denúncias recebidas serão protocoladas e encaminhadas à comissão competente para análise dos fatos, dos elementos disponíveis e das providências cabíveis.
§ 1º A comissão deliberará sobre diligências, pedidos de informações, encaminhamento ou arquivamento fundamentado, registrando a conclusão em ata, relatório ou documento equivalente.
§ 2º A apuração observará as competências ordinárias da comissão, os direitos dos envolvidos e as hipóteses legais de sigilo, preservados os requisitos próprios para constituição de comissão parlamentar de inquérito ou comissão processante.

Art. 10. Os estudos sobre temas de interesse público serão definidos pela comissão competente e poderão utilizar dados, legislação, documentos, experiências de outros municípios e contribuições técnicas pertinentes.
Parágrafo único. Os resultados serão apresentados em parecer, relatório, nota técnica ou documento equivalente, com indicação das fontes, das conclusões e das providências propostas.

Art. 11. A programação anual contemplará mecanismos de participação social relacionados às áreas de atuação das comissões, mediante audiências, consultas, reuniões ampliadas ou outros meios adequados, preservadas as audiências obrigatórias previstas em lei.
§ 1º A preparação compreenderá a definição do tema, da data, do local e da forma de participação, com divulgação prévia que permita o conhecimento e a participação dos interessados.
§ 2º As manifestações e os encaminhamentos serão registrados em ata ou relatório, acompanhados dos documentos comprobatórios disponíveis; quando realizada audiência pública, será produzida e disponibilizada sua gravação audiovisual em canal oficial da Câmara.

Art. 12. A análise do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual observará a distribuição das matérias, as competências e os prazos regimentais.
§ 1º Quando regularmente submetidas à sua apreciação, a Comissão de Políticas Públicas examinará as propostas em relação às políticas públicas compreendidas em suas competências regimentais, considerando os recursos previstos, os planos municipais e as necessidades identificadas.
§ 2º Os pareceres serão fundamentados, submetidos à deliberação e juntados ao processo, preservadas as atribuições da Comissão de

Orçamento e Finanças, da Comissão de Justiça e Redação e da Contadoria.

Art. 13. A programação anual contemplará reuniões com secretários municipais ou dirigentes responsáveis pelas áreas de atuação das comissões, para discussão dos planos, programas, resultados e dificuldades da administração.
§ 1º O convite identificará os temas, a data, o horário e o local, observadas as regras regimentais quando houver convocação formal.
§ 2º A reunião será registrada em ata ou relatório, com indicação dos participantes, dos assuntos discutidos e dos encaminhamentos.
§ 3º A programação contemplará interação com os conselhos municipais das áreas de educação, saúde, assistência social, política urbana, segurança pública, defesa civil e meio ambiente, mediante reunião, audiência, oitiva ou participação dos membros da comissão em reunião do respectivo conselho, com registro da data, dos participantes e dos assuntos examinados.

Art. 14. Os servidores da Câmara prestarão apoio às comissões na organização dos trabalhos, na preparação dos documentos, no controle dos expedientes e na publicação dos resultados, conforme suas atribuições legais.
Parágrafo único. As manifestações técnicas da Procuradoria Jurídica e da Contadoria subsidiarão os trabalhos, preservadas a responsabilidade do relator e a competência deliberativa da comissão.

Art. 15. As atas, os pareceres, os relatórios e os demais documentos serão mantidos em arquivo organizado e divulgados no sítio eletrônico oficial, observadas as restrições legais de acesso.
Parágrafo único. Um mesmo documento poderá registrar atividades relacionadas entre si, desde que identifique os assuntos examinados, os procedimentos realizados e os resultados correspondentes.

Art. 16. As dúvidas administrativas relativas à execução desta Resolução serão resolvidas pela Mesa Diretora, preservadas as competências regimentais da Presidência, das comissões e do Plenário.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Mangueirinha, 07 de outubro de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL	***CLAUDIONEI DA MOTTA***
Presidente	Vice-Presidente
JAMES PAULO CALGARO	***ADRIANA PADILHA DANGUI***
1º Secretário	2ª Secretária

Publicado por:
Jean Felipe Dos Santos
Código Identificador:F05227E5

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA RESOLUÇÃO DE MESA Nº 004/2026 ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA O CONTROLE E REGISTRO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS APRESENTADAS PELOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA.

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 004/2026

Estabelece procedimentos para o controle e registro de proposições legislativas apresentadas pelos Vereadores da Câmara Municipal de Mangueirinha.

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA**, Estado do Paraná, no exercício das atribuições previstas nos arts. 18, §§ 1º, 5º e 6º, 20, incisos I, V, VI e VII, e 127 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 011/1991, com suas alterações, **RESOLVE:**

Art. 1º O controle das proposições legislativas permitirá identificar a quantidade apresentada e aprovada por vereador, discriminada por tipo, mediante registro e atualização das informações de tramitação.

Art. 2º O registro compreenderá as espécies de proposição admitidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno, com identificação de:
I – autoria e demais signatários, quando houver;
II – tipo, número e data de apresentação;
III – objeto;
IV – situação de tramitação e resultado da apreciação.
§ 1º A identificação da autoria observará o art. 124, § 2º, do Regimento Interno, considerando-se autor, para efeitos regimentais, o primeiro signatário, com registro separado das assinaturas de apoio.
§ 2º As proposições de autoria da Mesa, das comissões, do Poder Executivo ou de iniciativa popular serão identificadas separadamente.
Art. 3º As informações serão mantidas pelo setor responsável pelo protocolo e pela tramitação legislativa, mediante o sistema eletrônico utilizado pela Câmara.
Parágrafo único. A consolidação poderá utilizar planilha ou outro instrumento complementar, com aproveitamento dos dados existentes e preservação da correspondência com os registros oficiais.
Art. 4º Os dados serão consolidados anualmente em relatório que apresente a quantidade de proposições apresentadas e aprovadas por vereador e por tipo, identificando o período abrangido.
§ 1º O relatório distinguirá as proposições aprovadas das rejeitadas, retiradas, arquivadas ou ainda em tramitação.
§ 2º Cada proposição será computada uma única vez no total geral, preservada a identificação de sua autoria.
§ 3º A consolidação poderá integrar o Relatório Anual de Atividades da Câmara, dispensada a elaboração de documento separado quando nele constarem as informações exigidas.
Art. 5º O relatório será disponibilizado no sítio eletrônico oficial e mantido em arquivo, servindo de subsídio à transparência, ao planejamento institucional e à prestação de informações aos órgãos de controle.
Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Mangueirinha, 07 de outubro de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL	***CLAUDIONEI DA MOTTA***
Presidente	Vice-Presidente
JAMES PAULO CALGARO	***ADRIANA PADILHA DANGUI***
1º Secretário	2ª Secretária

Publicado por:
Jean Felipe Dos Santos
Código Identificador:FC81895A

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA RESOLUÇÃO DE MESA Nº 005/2026 ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO DAS LEIS A FIM DE APURAÇÃO DOS BENEFÍCIOS ESPERADOS PARA O MUNICÍPIO E A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA.

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 005/2026

Estabelece procedimentos para avaliação das leis a fim de apuração dos benefícios esperados para o Município e a população do Município de Mangueirinha.

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA**, Estado do Paraná, no exercício das atribuições previstas nos arts. 18, §§ 1º, 5º e 6º, e 20, incisos I, V, VI e VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 011/1991, com suas alterações, **RESOLVE:**

Art. 1º A Câmara Municipal manterá procedimento documentado de avaliação das leis, destinado a identificar os benefícios esperados e os resultados alcançados para o Município e a população, bem como a qualidade da legislação produzida.
Parágrafo único. A avaliação subsidiará o aperfeiçoamento legislativo, preservadas as competências das comissões, dos vereadores e do Plenário.

Art. 2º O procedimento poderá compreender estudo sobre a necessidade de manutenção, alteração, revogação, consolidação ou

atualização de normas municipais vigentes, mediante seleção justificada e registro das conclusões.

Art. 3º A avaliação dos benefícios será realizada por seleção de leis, considerando a relevância social, o alcance da medida, a disponibilidade de informações e o tempo necessário à produção de seus efeitos.
§ 1º A programação contemplará, anualmente, a avaliação de efetividade de ao menos uma lei de relevância material aprovada no exercício de referência ou no exercício imediatamente anterior, com indicação dos objetivos, dos benefícios esperados e dos resultados observados.
§ 2º A avaliação da qualidade poderá abranger a totalidade ou amostra justificada da legislação produzida no exercício, com identificação dos critérios de seleção, podendo aproveitar pareceres jurídicos, manifestações das comissões e outros documentos do processo legislativo, considerados os textos finais aprovados.
§ 3º A seleção será fundamentada nos critérios previstos no *caput*, não se limitando a leis de concessão de títulos honoríficos, denominação de logradouros ou outras normas sem relevância material para a avaliação proposta.

Art. 4º A avaliação observará, conforme a natureza da norma:
I – cumprimento e alcance dos objetivos;
II – efeitos sobre a população ou o setor destinatário;
III – custos e benefícios identificáveis, quando pertinentes;
IV – clareza, coerência, aplicabilidade e conformidade jurídica, observadas as normas de técnica legislativa, especialmente a Lei Complementar nº 95/1998;
V – dificuldades de execução e necessidade de aperfeiçoamento.
Parágrafo único. Os indicadores serão definidos conforme o objeto e as informações disponíveis, podendo compreender alcance da medida, execução das ações previstas, resultados dos serviços ou manifestações dos beneficiários, com registro das limitações da análise.

Art. 5º O procedimento compreenderá:
I – identificação da norma e dos objetivos da avaliação;
II – definição dos critérios, das informações necessárias e do prazo de conclusão;
III – coleta e análise de documentos, dados e manifestações pertinentes;
IV – registro das conclusões e das recomendações.
§ 1º As informações poderão ser obtidas dos processos legislativos, de fontes públicas, dos órgãos responsáveis pela execução e de consultas aos interessados, quando necessárias.
§ 2º Os pedidos de informações aos órgãos municipais observarão a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno.

Art. 6º A Presidência organizará o apoio administrativo às avaliações, mediante designação de servidores, respeitadas suas atribuições legais.
§ 1º A Procuradoria Jurídica e a Contadoria poderão contribuir nas matérias de suas respectivas competências, com aproveitamento das manifestações já existentes.
§ 2º A participação das comissões ocorrerá no exercício de suas atribuições regimentais, preservada sua autonomia de análise e deliberação.

Art. 7º Os resultados serão documentados em relatório, parecer, estudo ou instrumento equivalente, contendo identificação das normas examinadas, critérios e fontes utilizados, resultados, limitações e recomendações.
§ 1º Quando ainda não houver tempo ou informações suficientes para verificar determinado resultado, essa circunstância será expressamente registrada.
§ 2º As conclusões não produzirão alteração, suspensão ou revogação automática das normas, podendo subsidiar as iniciativas legislativas cabíveis.

Art.8º Os documentos conclusivos serão disponibilizados no sítio eletrônico oficial e mantidos em arquivo, observadas as restrições legais de acesso.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Mangueirinha, 07 de outubro de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL	***CLAUDIONEI DA MOTTA***
Presidente	Vice-Presidente
JAMES PAULO CALGARO	***ADRIANA PADILHA DANGUI***
1º Secretário	2ª Secretária

Publicado por:
Jean Felipe Dos Santos
Código Identificador: A7DC0C93

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
RESOLUÇÃO DE MESA Nº 006/2026 ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA.

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 006/2026

Estabelece procedimentos para elaboração e publicação do Relatório Anual de Atividades da Câmara Municipal de Mangueirinha.

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA**, Estado do Paraná, no exercício das atribuições previstas nos arts. 18, §§ 1º, 5º e 6º, e 20, incisos I, V, VI e VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 011/1991, com suas alterações, **RESOLVE:**

Art. 1º A Câmara Municipal elaborará e publicará anualmente Relatório de Atividades, com informações sobre sua atuação legislativa, administrativa e institucional.
Art. 2º O relatório conterá, no mínimo:
I – quantidade de proposições apresentadas e aprovadas, discriminadas por tipo e por vereador, e síntese das matérias apreciadas;
II – atividades das comissões, incluindo reuniões, pareceres, estudos e mecanismos de participação social, com identificação das áreas de educação, saúde, políticas públicas, segurança pública, defesa civil, assistência social e meio ambiente nos trabalhos da Comissão de Políticas Públicas;
III – relação das fiscalizações realizadas, com comparação entre as ações planejadas e executadas, indicação dos principais resultados, encaminhamentos e acompanhamento das recomendações;
IV – principais ações administrativas e institucionais, incluindo capacitações, melhorias da estrutura e iniciativas de transparência e participação da população;
V – outras informações relevantes para a compreensão das atividades realizadas no período.
Parágrafo único. Os conteúdos serão apresentados conforme as atividades efetivamente realizadas, com indicação da ausência de ocorrência quando pertinente.
Art. 3º O relatório será organizado pelos servidores designados pela Presidência, a partir dos registros legislativos, das informações das comissões e dos documentos administrativos existentes.
§ 1º Os responsáveis pelas informações prestarão os esclarecimentos necessários à consolidação dos dados, observadas suas atribuições.
§ 2º Poderão ser incorporados ou referenciados relatórios e documentos já elaborados, inclusive o controle de proposições e os resultados das avaliações de leis, dispensada a reprodução integral de seus conteúdos.
Art. 4º A elaboração compreenderá a coleta das informações, sua consolidação e conferência e a submissão do relatório à Mesa Diretora para aprovação.
§ 1º A Presidência organizará o cronograma para permitir a publicação no exercício de referência.
§ 2º O relatório identificará o exercício, o período efetivamente abrangido e a data de atualização das informações, podendo ser complementado após o encerramento do exercício.
Art. 5º O relatório será publicado no sítio eletrônico oficial, em formato digital que permita consulta e *download*, e disponibilizado para conhecimento dos vereadores e da população.
Parágrafo único. Os dados e documentos utilizados na elaboração serão mantidos em arquivo, observadas as restrições legais de acesso.
Art. 6º O relatório servirá de subsídio à transparência, ao planejamento institucional e à prestação de informações aos órgãos de

controle, sem substituir os documentos exigidos pela legislação para a prestação de contas.
Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Mangueirinha, 07 de outubro de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL	***CLAUDIONEI DA MOTTA***
Presidente	Vice-Presidente
JAMES PAULO CALGARO	***ADRIANA PADILHA DANGUI***
1º Secretário	2ª Secretária

Publicado por:
Jean Felipe Dos Santos
Código Identificador:9CB079A1

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
RESOLUÇÃO DE MESA Nº 007/2026 TORNA OFICIAL O USO DO SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO (SAPL) COMO SISTEMA DE TRAMITAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL E DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA.

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 007/2026

Torna oficial o uso do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) como sistema de tramitação legislativa da Câmara Municipal e designa servidor responsável pela administração do sistema.

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o que se segue:

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal utiliza o Sistema de Apoio Legislativo – SAPL para gestão e tramitação de proposições legislativas;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar juridicamente o uso deste sistema para garantir a segurança, rastreabilidade e conformidade legal dos processos legislativos;

CONSIDERANDO que a adoção de sistema eletrônico de tramitação legislativa é exigida pela legislação federal e pelos critérios de avaliação da atuação legislativa municipal;

CONSIDERANDO que compete à Mesa Diretora a responsabilidade de manter os meios operacionais e tecnológicos para o funcionamento adequado da Câmara;

CONSIDERANDO a necessidade de designar servidor responsável pela administração, manutenção e segurança do sistema;

CONSIDERANDO que a formalização contribuirá para a modernização da gestão legislativa municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica oficialmente institucionalizado o uso do SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO (SAPL) como ferramenta de tramitação legislativa da Câmara Municipal de Mangueirinha.

Art. 2º O SAPL será utilizado para o registro das proposições, de seus autores e documentos, dos encaminhamentos, pareceres, deliberações e resultados, bem como para a organização das pautas e a divulgação das informações legislativas.
§ 1º O protocolo identificará a proposição, sua autoria e a data e o horário de apresentação, permitindo seu acompanhamento.
§ 2º Os vereadores poderão apresentar proposições por meio de credenciais próprias, cabendo ao setor competente conferir o recebimento, registrar e promover os encaminhamentos previstos no art. 127 do Regimento Interno.
§ 3º Os registros serão atualizados pelo setor responsável por cada etapa, conforme os perfis de acesso e as atribuições dos usuários.

Art. 3º A inserção e a alteração de dados dependerão de autorização e de credenciais pessoais e intransferíveis, com perfis compatíveis com as atribuições dos servidores e vereadores.
Parágrafo único. A consulta às informações públicas será disponibilizada sem autenticação, ressalvadas as restrições legais de acesso.

Art. 4º Designa-se servidor ALEX ADRIANO BIZZOTTO, matriculado sob o n.º 7901, como responsável pela administração e manutenção do sistema SAPL.
Parágrafo único. Compete ao responsável organizar os perfis de acesso, orientar os usuários, acompanhar o funcionamento do sistema e solicitar ao suporte competente as providências de manutenção, atualização e segurança necessárias.

Art. 5º Os dados e documentos armazenados no sistema SAPL possuem plena validade jurídica e equivalem aos registros em papel, atendidas as exigências de autenticação e rastreabilidade.
Parágrafo único. Todos os registros do sistema serão mantidos em *backup* digital, com preservação de históricos e auditoria de acessos.

Art. 6º A administração local acompanhará, em articulação com o provedor, as condições de acesso, preservação e recuperação dos dados, conforme os recursos disponíveis e as responsabilidades estabelecidas no instrumento de hospedagem ou cooperação.
Parágrafo único. A utilização do sistema observará a Lei de Acesso à Informação e a legislação de proteção de dados pessoais.

Art. 7º As informações públicas serão acessíveis pelo portal institucional ou pelo módulo público do SAPL, e sua divulgação não substituirá a publicação no veículo oficial quando exigida.

Art. 8º As providências de suporte, capacitação e melhoria utilizarão a estrutura disponível, e eventuais despesas observarão a autorização competente, a disponibilidade orçamentária e as normas aplicáveis.
Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Mangueirinha, 07 de outubro de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL	***CLAUDIONEI DA MOTTA***
Presidente	Vice-Presidente
JAMES PAULO CALGARO	***ADRIANA PADILHA DANGUI***
1º Secretário	2ª Secretária

Publicado por:
Jean Felipe Dos Santos
Código Identificador:81D78B9D

PROCURADORIA
DECRETO Nº 236, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 236, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

Altera o calendário de pontos facultativos estabelecido pelo Decreto Municipal nº 001, de 05 de janeiro de 2026, dispõe sobre a transferência do ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público e estabelece outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA, Estado do Paraná, LEANDRO DORINI, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a competência do Poder Executivo Municipal para disciplinar o funcionamento dos órgãos e repartições públicas municipais, observados os princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do calendário de pontos facultativos do exercício de 2026, de modo a assegurar o planejamento e a organização das atividades administrativas municipais;

CONSIDERANDO a existência de procedimentos e atividades administrativas previamente programados para o dia 28 de outubro de

2026, cuja realização recomenda a manutenção do expediente regular nessa data;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa da transferência do ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público para o dia 30 de outubro de 2026, preservada a continuidade dos serviços públicos essenciais;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer, com antecedência, o funcionamento das repartições municipais no dia 07 de dezembro de 2026 (véspera de feriado municipal), permitindo o adequado planejamento das atividades administrativas e do atendimento à população;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o calendário de pontos facultativos estabelecido pelo Decreto Municipal nº 001, de 05 de janeiro de 2026, para transferir o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, originalmente previsto para o dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira), para o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira).
Parágrafo único. No dia 28 de outubro de 2026, será mantido o expediente regular nos órgãos e repartições públicas da Administração Municipal Direta e Indireta.

Art. 2º Fica estabelecido ponto facultativo no dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira), no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, em comemoração ao Dia do Servidor Público, ressalvada a continuidade dos serviços públicos essenciais.

Art. 3º Fica estabelecido ponto facultativo no dia 07 de dezembro de 2026 (segunda-feira véspera de feriado municipal), no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, ressalvada a continuidade dos serviços públicos essenciais.

Art. 4º Compete aos titulares das Secretarias Municipais e aos dirigentes dos demais órgãos e entidades abrangidos por este Decreto adotar as providências administrativas necessárias à organização das escalas de trabalho e à manutenção dos serviços públicos essenciais, de modo a assegurar a continuidade e a regularidade dos atendimentos indispensáveis à população.
§ 1º Os serviços públicos que, por sua natureza ou relevância, não admitam interrupção deverão manter funcionamento regular ou em regime de plantão, conforme a necessidade e as especificidades de cada área.
§ 2º Deverá ser assegurada, especialmente, a continuidade dos serviços essenciais de saúde, dos serviços de urgência e emergência, do atendimento prestado pelo Conselho Tutelar e dos serviços de acolhimento institucional, inclusive da Casa Lar, sem prejuízo de outros serviços cuja interrupção possa comprometer o interesse público.
§ 3º Os responsáveis pelos respectivos órgãos e serviços deverão providenciar a divulgação das escalas de atendimento e, quando necessário, dos canais de comunicação disponibilizados à população.

Art. 5º As disposições deste Decreto não se aplicam às atividades escolares da Rede Municipal de Ensino, que observarão o Calendário Escolar Municipal aprovado para o ano letivo de 2026, salvo disposição em contrário, sem prejuízo das determinações administrativas específicas aplicáveis aos demais serviços da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º Os servidores públicos municipais cedidos a outros órgãos ou entidades observarão, durante o período de cessão, o calendário de expediente e funcionamento do órgão ou entidade em que estiverem em exercício, respeitados os termos do respectivo ato de cessão.

Art. 7º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto Municipal nº 001, de 05 de janeiro de 2026, que não conflitarem com o disposto neste Decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:7D5D2406

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

CÂMARA MUNICIPAL DE MARILENA
PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA
O Agente de Contratação, designada através da Portaria nº 010/2024 de 13 de junho de 2024, com base na Lei Federal 14.133/2021 e legislação complementar, torna público Resultado do processo de Dispensa de Licitação.
MODALIDADE: DISPENSA Nº 006/2026
PROCESSO Nº 007/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia destinados à realização de levantamento cadastral in loco, elaboração de planta baixa de imóvel com área aproximada de 204,91 m² e levantamento detalhado com elaboração de quantitativo de materiais, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Marilena/PR.

ITEM01
DESCRIÇÃOContratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia, compreendendo levantamento cadastral in loco para elaboração de planta baixa de imóvel com área aproximada de 204,91 m², bem como levantamento detalhado e compilação de quantitativo de materiais, incluindo todos os serviços técnicos necessários à elaboração e entrega dos respectivos documentos técnicos, destinados à Câmara Municipal de Marilena/PR.
UNDServiço
QTD01
VALOR UNT.R$ 4.500,00
VALOR TOTALR$ 4.500,00

PROPOSTA APRESENTADA: CONSTRUTORA E ENGENHARIA CAVALCANTI LTDA.
CNPJ Nº 39.652.083/0001-39
VALOR DA PROPOSTA: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)
APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO: a empresa encaminhou toda a documentação solicitada em ACORDO com o disposto na Lei 14133/21, bem como no Termo de Referencia, estando para tanto **HABILITADA**.

Com a publicação do presente Aviso de Contratação Direta, inicia-se a contagem do prazo de 3 (três) dias úteis previsto no art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021. Durante esse período, permanecerá aberta a oportunidade para apresentação de propostas adicionais, as quais deverão serem encaminhadas para o e-mail: licitacao@marilena.pr.leg.br, devendo constar, no campo "Assunto", o número da Dispensa de Licitação correspondente

Marilena-PR, 13 de outubro de 2026

EVERALDO DOMINGUES JUNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Everaldo Domingues Junior
Código Identificador:11FC84D8

COMPRAS E LICITAÇÕES
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº107/2026

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os Contrato Administrativo nº 137/2026, oriundo do Processo Licitatório na modalidade Dispensa nº031/2026, Processo Administrativo nº 088/2026, firmado com a empresa **G H ALEIXO**;
RESOLVE:
Art. 1º
DESIGNAR a servidora Kelly Saraiva Muniz da Mata, matrícula nº 6347, ocupante do cargo de Secretária de Assistência Social como GESTOR DO CONTRATO nº 137/2026.
Art. 2º
DESIGNARa servidora Fátima Izumi Matsumoto Bilieri, matrícula nº 6055, ocupante do cargo de Assistente Social, como FISCAL DO CONTRATO nº137/2026.
Art. 3º
São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;
II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;
III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;
V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;
VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;
VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;
VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.
Art. 4º
São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;
II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;
IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;
V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.
Art. 5º
Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 15 de Outubro de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:3BD1EE2C

COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 360/2026.

DECRETO Nº 360/2026.

SÚMULA: HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 88/2026.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Dispensa de Licitação nº 31/2026, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte, alimentação, seguro viagem, passeio turístico e guia turístico para atender a demanda da Secretaria de Assistência Social do Município de Marilena-Pr.

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo Licitatório na modalidade Dispensa de Licitação n. º 31/2025, em favor da empresa: **G H ALEIXO,** com sede na Av: Claudio Domingos Soletti, nº30, Andar segundo, Residencial Alvaro Coelho, Terra Rica-PR., CEP: 87.890-000, inscrita no **CNPJ:53.216.381/0001-07**.

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, EM 15 DE OITUBRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:B06D129A

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº137/2026.

ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA - PR, CNPJ Nº 75.971.010/0001-73.

CONTRATADA: **G H ALEIXO, CNPJ:53.216.381/0001-07**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, SEGURO VIAGEM, PASSEIO TURÍSTICO E GUIA TURÍSTICO PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR.

VALOR: R$ 21.200,00 (VINTE E UM MIL E DUZENTOS REAIS).

FONTE DE RECURSOS:

07.001.08.246.0005.2118.3.3.90.39 –SEDS/CEDI-PR/Delib 34/2024-Paraná viaja mais 60/Fase II OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA
367 – 872 – SEMIP- CEDIPI/PR- Delib 34/2024 – Projeto viaja m

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA SERÁ DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO.

MARILENA-PR, EM 15 DE OUTUBRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

ATO Nº 25/2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO, COM CIÊNCIA DO DESIGNADO.

Pelo presente, designo para atuar como Gestor e Fiscal do contrato, os seguintes
Servidores:

Atribuição Nome Matrícula

Gestor de contrato: Kelly Saraiva Muniz da Mata 6347
Fiscal do contrato: FÁTIMA IZUMI MATSUMOTO BELIERI 6055

Os Servidores foram cientificados do encargo, exarando sua ciência abaixo:

Ciente do encargo atribuído. Ciente do encargo atribuído.

_____ ---
_____
Kelly Saraiva Muniz da Mata FÁTIMA IZUMI MATSUMOTO BELIERI

_____
Celio Lelis da Mata

Marilena - PR, 09 de Setembro de 2025.

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:2C1D7ECC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 40/2026

Contrato de prestação de serviço por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária e excepcional interesse público, nos termos do artigo 37 inciso IX da Constituição Federal.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
CONTRATADO(A): **EMILIANE MOURA DE ASSIS MORAIS – CPF: xxx.605.149-xx**
As partes acima identificadas concordam em celebrar o presente aditivo de contrato de trabalho, que tem fundamento na Lei Complementar Municipal nº 1129/2013, Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2025, pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª – O(a) Contratado(a) prestará serviços na função de: **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.**
Cláusula 2ª - Plantar, transplantar e cuidar de vegetais e plantas decorativas; zelar pela conservação de parques, praças e jardins; Preparar a terra e sementeiras destinadas ao plantio e transplante de vegetais e plantas decorativas dos parques, praças e jardins; Plantar cortar e conservar gramados; Adubar a terra, fazer enxertos e molhar as plantas; Executar tratos culturais, capinas plantio e transplante de mudas de folhagem, preparação de covas, amarra de árvores aos tutores e outros; Zelar pela conservação e manutenção de parques, praças e jardins; Manter sob sua guarda materiais destinados ao seu trabalho; Participar de ações de manutenção e limpeza de prédios, ruas, logradouros, terrenos e outros. Coletar, selecionar e acondicionar o lixo comum ou contaminado, conforme orientações. Auxiliar nos trabalhos relativos à construção civil, calçamento, pavimentação em geral, preparar argamassa, auxiliar no recebimento, pesagem e contagem de material, quebrar pedras, auxiliar nos serviços de pintura em geral e outros, em conformidade com a política da Instituição. Auxiliar na jardinagem, cuidar de arvores e manutenção dos equipamentos urbanos e rurais, conforme orientação do responsável. Varrer, escovar, lavar, remover lixo das ruas e logradouros, limpeza de bueiros, terrenos baldio, praças e outros conforme orientação do responsável e a política da Instituição. Executar serviços de transporte, armazenagem, carga e descarga de materiais, equipamentos e outros. Auxiliar na operação de tratores, veículos, caminhão e outros, conforme a política da Instituição e orientação do responsável. Zelar pela conservação e limpeza dos prédios públicos. Cavar sepultura, auxiliar em sepultamento, exumação e outros conforme a política da Instituição. Manejar instrumentos agrícolas, realizar apreensão de animais soltos em vias públicas, aplicar inseticidas e fungicidas, conforme a política da Instituição. Auxiliar nos serviços de abastecimento, lubrificação, lavagem de veículos, bem como a limpeza e organização das oficinas, sob orientação do responsável. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função, bem como atividades inerentes ao cargo assumido.

Cláusula 3ª – PRORROGAÇÃO
Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 53/2025 até do dia 14/10/2027.

Cláusula 4º - Fica eleita a Comarca de Nova Londrina para nela serem dirimidas eventuais questões decorrentes do presente contrato .
Por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Marilena, 15 de Outubro de 2026

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

EMILIANE MOURA DE ASSIS MORAIS
Agente de Serviços Gerais

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:961945C9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº023/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº089/2026

OBJETO: Aquisição de kits escolares destinados aos alunos da educação infantil e do ensino fundamental da rede Municipal de ensino do Município de Marilena, Estado do Paraná.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Íntegra do Edital a partir de 16 de outubro de 2026 – de segunda à sexta-feira das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Marilena – PR, situada na Rua Dante Pasqualetto, nº. 855, centro – Marilena – PR, e ainda disponível na integra no Portal da Transparência do Município e plataforma ComprasBR.

ABERTURA DA SESSÃO: **29 de outubro de 2026, às 09h00min – Horário de Brasília/DF**.

Sistema/Local da Sessão Pública: COMPRAS BR - https://comprasbr.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA/PR

Telefone: (44) 3900-3910
E-mail: marilenalicita@gmail.com e pmm-licitacao@marilena.pr.gov.br

Gabinete do Prefeito Municipal de Marilena, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:7E51931C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
DECRETO Nº 5302, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, mediante processo n° 1236886/2026, decreta a:

EXONERAÇÃO

Art.1º A pedido, de **DAVID JOSÉ BORGES,** inscrito no CPF sob o nº 455.xxx.xxx-72 e portador da Carteira de Identidade RG nº 3.xxx.xxx-0 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE SETOR DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS,** simbologia **CC-3**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 08 de outubro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:14C1257C

GABINETE
DECRETO Nº 5303, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, decreta a:

NOMEAÇÃO
Art.1º De **TIAGO OLIVEIRA FURQUIM,** inscrito no CPF sob o nº 076.xxx.xxx-51 e portador da Carteira de Identidade RG nº 10.xxx.754-1 SESP/PR, no cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO GABINETE DO PREFEITO,** simbologia CC-2, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 15 de outubro de 2026, revogando as disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:34655A85

GABINETE
EDITAL 150-2026 CONVOCAÇÃO DE DENTISTA ESF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 150/2025

O Prefeito do Município de Matinhos **Eduardo Antonio Dalmora, CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, aprovados conforme Edital nº 011/2023 a comparecer na data e local relacionado abaixo, munido dos documentos pessoais e os exigidos no item 19.4 do edital nº 089/2022.
Os documentos deverão ser entregues às **09h00min do dia 29 de outubro de 2026** no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Matinhos, sito à Rua Elias Abrahão nº 22, bairro Centro – Matinhos PR.
Desistência e remanejamento para o final da lista de classificados deverão ser protocolados no período de **15/10/2026 a 29/10/2026** conforme item 19.4 "y" do edital nº 089/2022.
NÃO SERÃO RECEBIDOS DOCUMENTOS FORA DO HORÁRIO E DIA ESTIPULADO.
O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.

•
Os documentos são os seguintes:

•
Cópia da Cédula de Identidade;

•
Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;

•
Situação Regular do Cadastro de Pessoa Física - CPF (site da Receita Federal);

•
Extrato do (PIS/PASEP/NIT/NIS), obtido junto à Caixa Econômica Federal/Gov.br;

•
Cópia do Título de Eleitor;

•
Certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;

•
Certificado de Reservista para o Sexo masculino (idade igual ou inferior a 40 anos);

•
Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento com as respectivas averbações se for o caso;

•
Cópia da Carteira de Trabalho Física (parte da foto frente e verso) e/ou cópia dos dados da Carteira de Trabalho Digital;

•
Cópia do Certificado/Diploma de Conclusão do Curso exigido pelo requisito do cargo com registro no MEC;

•
01 (uma) fotografia 3X4 recente;

•
Última Declaração de Imposto de Renda;

•
Cópia do comprovante de residência atualizado (máximo 60 dias), para o cargo de Agente Comunitário comprovante que residi na área de atuação desde a data de inscrição no concurso;

•
Cópia do Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade, quando for requisito do cargo;

•
Certidão de Regularidade Profissional expedido pelo Órgão de Classe, quando for requisito do cargo.

•
Cópia da Certidão de Nascimento ou RG do(s) filho(s), menores de 18 (dezoito) anos;

•
CPF do(s) filho(s), menores de 18 (dezoito) anos;

•
CPF do cônjuge, quando houver.

•
Atestado de Antecedente Criminal Municipal, expedida pelas Comarcas onde residiu nos últimos 05 anos;

•
Atestado de Antecedente Criminal Estadual, expedida no site: www.3distrib.com.br

•
Atestado de Antecedente Criminal Federal expedida no site: www.jfpr.jus.br

•
Declaração de não acúmulo de cargo (fornecida pela Secretaria de Administração, na data da entrega de documentos), caso tenha outro emprego público deverá apresentar uma declaração expedida pelo outro Órgão Público, contendo carga horária semanal, horário de trabalho e remuneração, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, sob pena de ser responsabilizado civil e criminalmente, o candidato que tiver outro cargo público que venha exceder as quarenta horas semanais, devem apresentar no ato da assinatura do termo de posse, o decreto ou portaria comprovando a exoneração, não será aceito protocolo de pedido de exoneração;

1.1 **O candidato deverá apresentar as cópias juntamente com os documentos originais;**

2. DOS EXAMES MÉDICOS

2.1 O candidato deverá apresentar todos os exames solicitados, **no dia 29 de outubro de 2026 os quais correrão às suas expensas;**

2.2 **A avaliação psicológica será realizada pelo Município;**

2.2 O candidato deverá apresentar para a realização do exame médico o resultado dos exames abaixo relacionados, com intervalo máximo de 30 (trinta)

Cargos: Dentista ESF;

a) Consulta Ocupacional será realizada pelo Médico Perito do Município;
b) Acuidade Visual;
c)Hemograma Completo;
d) HbsAg;
e) Anti-HbsAg;
f) Parcial de Urina;

2.3 A Junta médica poderá ainda solicitar outros exames e/ou avaliações especializadas, se necessário, com a finalidade de esclarecer dúvidas diagnósticas ou suscitadas pelos laudos dos exames apresentados pelos candidatos.
2.4 Os exames complementares solicitados pelo médico deverão ser apresentados acompanhados dos respectivos laudos médicos, em local, data e horário estipulado para a avaliação.
2.5 O candidato receberá, após a realização do exame médico, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com o resultado de APTO ou INAPTO.
2.6 Será considerado ELIMINADO o candidato que:
2.7 Deixar de apresentar algum exame relacionado no presente edital ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;
2.8 Não comparecer na data e local agendado para a avaliação.
2.9 A declaração falsa ou inexata de dados constantes da Ficha Médica e Psicológica na Avaliação Admissional será motivo suficiente para a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
2.10 A Avaliação Psicológica utilizará testes de acordo com as resoluções nºs 02/2016 e 09/2018 do Conselho Federal de Psicologia, sendo esta avaliação de caráter eliminatório, na qual o candidato será considerado INDICADO ou CONTRA-INDICADO para o cargo.
2.11 Não será permitida a saída do candidato do recinto quando estiverem sendo aplicados testes de Avaliação Psicológica.
2.12 A Avaliação Médica A Avaliação Psicológica, terá caráter eliminatório, conforme edital de abertura nº089/2022.
2.13 Será divulgado no site oficial do município www.matinhos.pr.gov.br (aba Recursos Humanos) Edital de convocação para a avaliação psicológica e perícia médica oficial.
2.14 Não haverá segunda chamada para os Exames Laboratoriais e/ou Avaliação Médica, por qualquer motivo, inclusive moléstia, acidente ou outro fato, importando na eliminação automática do candidato.
2.15 **Não será aceita qualquer alegação de desconhecimento dos procedimentos exigidos.**

Cargo	Nome	Classificação	Lotação
DENTISTA ESF	Andressa Cristina Motta Nascimento	8º	Secretaria Municipal de Saúde

Matinhos, PR, 14 de outubro de 2026.

• EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Camila da Rosa Belarmino
Código Identificador:096B504B

GABINETE
EDITAL 151-2026 CONVOCAÇÃO DE MÉDICO CLINICO GERAL PLANTONISTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 151/2026

O Prefeito do Município de Matinhos **Eduardo Antonio Dalmora, CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, aprovados conforme Edital nº 079/2024 a comparecerem na data e local relacionado abaixo, munidos dos documentos pessoais e os exigidos no item 19.13 do edital nº 055/2024.
Os documentos deverão ser entregues às **09h:00min no dia 05 de novembro de 2026** no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Matinhos, sito à Rua Elias Abrahão nº 22, bairro Centro – Matinhos PR.
Desistência e remanejamento para o final da lista de classificados deverão ser protocolados no período de **15/10/2026 a 05/11/2026** conforme item 19.13 "y" do edital nº 055/2024.
NÃO SERÃO RECEBIDOS DOCUMENTOS FORA DO HORÁRIO E DIA ESTIPULADO.
O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.

•
Os documentos são os seguintes:

•
Cópia da Cédula de Identidade;

•
Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;

•
Situação Regular do Cadastro de Pessoa Física - CPF (site da Receita Federal);

•
Extrato do PIS/PASEP, obtido junto a Caixa Econômica Federal;

•
Cópia do Título de Eleitor;

•
Certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;

•
Certificado de Reservista para o Sexo masculino (idade igual ou inferior a 40 anos);

•
Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento com as respectivas averbações se for o caso;

•
Cópia da Carteira de Trabalho Física (parte da foto frente e verso) e/ou cópia dos dados da Carteira de Trabalho Digital;

•
Cópia do Certificado/Diploma de Conclusão do Curso exigido pelo requisito do cargo com registro no MEC;

•
01 (uma) fotografia 3X4 recente;

•
Última Declaração de Imposto de Renda;

•
Cópia do comprovante de residência atualizado (máximo 60 dias);

•
Cópia do Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade, quando for requisito do cargo;

•
Certidão de Regularidade Profissional expedido pelo Órgão de Classe, quando for requisito do cargo.

•
Cópia da Certidão de Nascimento ou RG do(s) filho(s), menores de 18 (dezoito) anos;

•
CPF do(s) filho(s), menores de 18 (dezoito) anos;

•
CPF do cônjuge, quando houver.

•
Atestado de Antecedente Criminal Municipal, expedida pelas Comarcas onde residiu nos últimos 05 anos;

•
Atestado de Antecedente Criminal Estadual, expedida no site: www.3distrib.com.br

•
Atestado de Antecedente Criminal Federal expedida no site: www.jfpr.jus.br

•
Declaração de não acúmulo de cargo (fornecida pela Secretaria de Administração, na data da entrega de documentos), caso tenha outro emprego público deverá apresentar uma declaração expedida pelo outro Órgão Público, contendo carga horária semanal, horário de trabalho e remuneração, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, sob pena de ser responsabilizado civil e criminalmente, o candidato que tiver outro cargo público que venha exceder as quarenta horas semanais, devem apresentar no ato da assinatura do termo de posse, o decreto ou portaria comprovando a exoneração, não será aceito protocolo de pedido de exoneração;

1.1 **O candidato deverá apresentar as cópias juntamente com os documentos originais;**

2. DOS EXAMES MÉDICOS

2.1 O candidato deverá apresentar todos os exames solicitados, **até o dia 05 de novembro de 2026, os quais correrão às suas expensas;**

2.2 **A avaliação psicológica será realizada pelo Município;**

2.2 O candidato deverá apresentar para a realização do exame médico o resultado dos exames abaixo relacionados, com intervalo máximo de 30 (trinta)

Cargo: Médico Clínico Geral Plantonista:

a) Consulta Ocupacional será realizada pelo Médico Perito do Município;
b) Acuidade Visual;
c) Audiometria;
d) Hemograma Completo;
e) Glicemia;

2.3 A Junta médica poderá ainda solicitar outros exames e/ou avaliações especializadas, se necessário, com a finalidade de esclarecer dúvidas diagnósticas ou suscitadas pelos laudos dos exames apresentados pelos candidatos.

2.4 Os exames complementares solicitados pelo médico deverão ser apresentados acompanhados dos respectivos laudos médicos, em local, data e horário estipulado para a avaliação.

2.5 O candidato receberá, após a realização do exame médico, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com o resultado de APTO ou INAPTO.

2.6 Será considerado ELIMINADO o candidato que:

2.7 Deixar de apresentar algum exame relacionado no presente edital ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;

2.8 Não comparecer na data e local agendado para a avaliação.

2.9 A declaração falsa ou inexata de dados constantes da Ficha Médica e Psicológica na Avaliação Admissional será motivo suficiente para a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.

2.10 A Avaliação Psicológica utilizará testes de acordo com as resoluções CFP nºs 31/2022 e 08/2025 do Conselho Federal de Psicologia, sendo esta avaliação de caráter eliminatório, na qual o candidato será considerado INDICADO ou CONTRA-INDICADO para o cargo.

2.11 Não será permitida a saída do candidato do recinto quando estiverem sendo aplicados testes de Avaliação Psicológica.

2.12 A Avaliação Médica A Avaliação Psicológica, terá caráter eliminatório, conforme edital de abertura nº055/2024.

2.13 Será divulgado no site oficial do município www.matinhos.pr.gov.br (aba Recursos Humanos) Edital de convocação para a avaliação psicológica e perícia médica oficial.

2.14 Não haverá segunda chamada para os Exames Laboratoriais e/ou Avaliação Médica, por qualquer motivo, inclusive moléstia, acidente ou outro fato, importando na eliminação automática do candidato.

2.15 **Não será aceita qualquer alegação de desconhecimento dos procedimentos exigidos.**

Cargo	Nome	Classificação	Lotação
MÉDICO CLÍNICO GERAL PLANTONISTA	****Raimundo Renato Ramos de Araújo (Candidato convocado pela classificação de afrodescendentes.)**	75º	**Secretaria Municipal de Saúde**
	****Gilvanes Domingues Filho (Candidato convocado pala classificação PcD)**	76º	
	Miriam Teresinha Gonzalez Minervini	77º	

****O candidato Raimundo Renato Ramos de Araújo, foi convocado pela reserva de vagas para afrodescendentes, nos termos do Edital de Convocação nº 021/2025.**

****A candidata Gilvanes Domingues Filho foi convocado pela reserva de vagas para PcD, e admitido pelo Decreto nº3635/2025**.

Matinhos, PR, 14 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Camila da Rosa Belarmino
Código Identificador:7A7F1062

GABINETE
PORTARIA Nº 1089/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, conforme processo n° 1236622/2026, resolve:

CONCEDER

A servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Administração, **15 (quinze) dias de férias**, a partir de 14 de outubro de 2026, concedidas por meio da Portaria nº 964/2025, suspensas por meio da Portaria nº 1188/2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
76201/1	Tatiane Maria Pereira Sales	Auxiliar de Administração	2022/2023

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14 de outubro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:1020845A

GABINETE
PORTARIA Nº 1090/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, mediante processo n° 1237127/2026, resolve:

CONCEDER

Ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Administração , **30 (trinta) dias de férias**, a contar de 03 de novembro a 02 de dezembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período	
18562/1	Anderson Taborda Ribas	Auxiliar de Administração	2025/2026	

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos no dia 03 de novembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:1A01DE9C

GABINETE
PORTARIA Nº 1091/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

CONCEDER

Art.1º LICENÇA MATERNIDADE, a servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Artigo n° 108, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo Pericial expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
101330/1	Thais Elaine Cardenaz de Freitas	Professor	04/10/2026 a 01/04/2026 (180 dias)	Sim

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 04 de outubro de 2026, revogando as disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:2219E6B5

GABINETE
PORTARIA Nº 1092/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná**, Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e tendo em vista ao Laudo Pericial em anexo:
RESOLVE
Art.1º Conceder readaptação, nos termos do artigo 65, § 4º, alínea a, da Lei Municipal nº 1165/2008, a servidora municipal **SIMONE SANGLARD PENTEADO,** ocupante do cargo de Professor, Matrícula 77224/1, por 180 (cento e oitenta) dias a contar **de 07/10/2026 até 04/04/2027**, devendo se manter afastada de atividades de regência de classe, conforme atestado médico e laudo pericial.
Considerando as atribuições preconizadas na Lei 1819/2016, a mesma pode,
Participar do processo de planejamento das atividades da escola; Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Atualizar-se em sua área de conhecimento; Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe; Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola; Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo e executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo conforme descrição do cargo prevista na lei n°1819/2016.
Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 07 de outubro de 2026, revogando suas disposições em contrário.
Matinhos, PR, 14 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:8F8D8C4E

GABINETE
PORTARIA Nº 1093/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em conformidade com as Leis Municipais nº 1165/2008 e nº 2208/2021 e suas alterações, mediante o ofício n° 145/2026-SMAS,

CONSIDERANDO o interesse da Administração Pública em assegurar a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços públicos de saúde,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do quadro de pessoal às demandas administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO o interesse público na correta distribuição dos recursos humanos para assegurar o atendimento das políticas públicas de saúde;

RESOLVE

Art.1º Lotar na Secretaria Municipal de Saúde, a servidora **DEBORA RAQUEL RIBAS SUGAI,** matrícula n° 101659/1, ocupante do cargo público de **Assistente Social**.

Art.2º Revogar a função gratificada de Responsável Técnico do CCI – Gaivotas, concedida pela portaria 1020/2026.
Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 14 de outubro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:CAC5F725

GABINETE
PORTARIA Nº 1094/2026

Institui sindicância investigativa, designa a respectiva Comissão, determina o afastamento preventivo de servidor do magistério e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, especialmente com fundamento nos arts. 232, 233 e 234 da Lei Municipal nº 1.165/2008 e no Decreto nº 4.518/2025, com a redação dada pelo Decreto nº 5.193/2026, aplicável aos servidores do magistério por força dos arts. 60 e 67 da Lei Municipal nº 1.819/2016,

CONSIDERANDO o Ofício nº 505/2026, da Secretaria Municipal de Educação e Esporte, de 9 de outubro de 2026, que relata fatos atribuídos ao servidor D. da S. R., Professor, cargo efetivo, matrícula 101289, consistentes, em tese, em ofensa verbal e ameaça dirigidas a aluno menor de idade (L. M. M.), nas dependências da Escola Municipal Wallace Tadeu de Mello e Silva, em setembro de 2026;

CONSIDERANDO o Boletim de Ocorrência nº 2026/1328340, registrado na Delegacia de Polícia de Matinhos em 6 de outubro de 2026;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico PGM nº 51/2026, que opina pela abertura de sindicância investigativa autônoma, conexa ao Processo Administrativo nº 26899/2026, destinada a apurar a materialidade e a autoria dos fatos, nos termos do art. 234 da Lei Municipal nº 1.165/2008;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 233 da Lei Municipal nº 1.165/2008, a permanência do servidor em exercício representa risco concreto à colheita da prova, por serem crianças a vítima e as testemunhas, sujeitas à sua autoridade e avaliação, conforme fundamentado no Parecer Jurídico PGM nº 51/2026;

CONSIDERANDO o dever de comunicação ao Conselho Tutelar previsto nos arts. 13 e 56, I, da Lei Federal nº 8.069/1990, e a prioridade absoluta assegurada à criança pelo art. 4º do mesmo diploma,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar sindicância investigativa para apurar a materialidade e a autoria de suposta infração funcional, consistente em ofensa verbal e ameaça a aluno menor de idade, atribuída ao servidor D. da S. R., Professor, cargo efetivo, matrícula 101289, em exercício na Escola Municipal Wallace Tadeu de Mello e Silva, noticiados pelo Ofício nº 505/2026 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Parágrafo único. Esta sindicância é conexa ao Processo Administrativo nº 26899/2026, para fins de histórico funcional do servidor e eventual exame conjunto de dosimetria, sem prejuízo da autonomia de objeto, prova e instrução de cada processo, nos termos do Parecer Jurídico PGM nº 51/2026.

Art. 2º Desig**nar** para a condução dos trabalhos os seguintes membros da Comissão Permanente de Sindicância, na forma do art. 1º, § 2º, do Decreto nº 4.518/2025, com a redação dada pelo Decreto nº 5.193/2026:

I - Presidente: Henrique Buck Zella, matrícula 100682/1;
II - Membro titular: Nathalia Battistella, matrícula 74926;
III - Membro titular: Ernesto Cordeiro Junior, matrícula 82600/1;
IV - Membro suplente: Edicleia Espinel Santos, matrícula 101226;
V - Membro suplente: Tatiani Ribeiro, matrícula 77330/2.

§ 1º Os membros suplentes atuarão nos casos de impedimento, suspeição ou afastamento legal dos titulares.

§ 2º Aplicam-se à Comissão os impedimentos previstos no art. 235, § 3º, da Lei Municipal nº 1.165/2008, não podendo dela participar cônjuge, companheiro(a) ou parente do servidor, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 3º A Comissão conduzirá os trabalhos com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos, nos termos do art. 236, § 2º, da Lei Municipal nº 1.165/2008, observando, no que couber e quanto à oitiva do aluno, o regime de escuta especializada da Lei Federal nº 13.431/2017, preferencialmente por profissional capacitado e nunca na presença do servidor.

Art. 3º O servidor Jeferson Almar Borges (matrícula 72486/1) atuará no apoio jurídico à Comissão, sem integrá-la, nos termos do art. 261 da Lei Municipal nº 1.165/2008.

Art. 4º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da sindicância, contados da publicação desta Portaria, prorrogável por mais 30 (trinta) dias em caso de força maior, nos termos do art. 236, § 1º, da Lei Municipal nº 1.165/2008.

Art. 5º Com fundamento no art. 233 da Lei Municipal nº 1.165/2008, **determinar o afastamento preventivo** do servidor D. da S. R. do exercício do cargo de Professor, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua ciência pessoal desta Portaria, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º O afastamento tem natureza exclusivamente cautelar, **não constitui penalidade, não antecipa juízo sobre a responsabilidade do servidor e não será anotado em sua ficha funcional**.

§ 2º Os efeitos do afastamento cessarão ao término do prazo fixado no caput, ainda que não concluídos os trabalhos da Comissão, salvo prorrogação por igual período, mediante decisão fundamentada que demonstre a persistência do risco à apuração, nos termos do parágrafo único do art. 233 da Lei Municipal nº 1.165/2008.

§ 3º Durante o afastamento, o servidor não deverá comparecer à Escola Municipal Wallace Tadeu de Mello e Silva, salvo convocação da Administração ou da Comissão de Sindicância, e deverá abster-se de contato, direto ou por interposta pessoa, com o aluno L. M. M., seus familiares e os alunos da turma, a respeito dos fatos ora apurados, ressalvada a atuação de sua defesa nos autos.

§ 4º O servidor deverá manter atualizados seu endereço e telefone junto à Administração e atender prontamente às convocações da Comissão de Sindicância.

Art. 6º Determinar à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte que:

I - providencie a imediata substituição do docente na turma em que leciona, de modo a evitar prejuízo pedagógico aos alunos;
II - assegure que a Direção da Escola Municipal Wallace Tadeu de Mello e Silva comunique, de imediato e por escrito, os fatos ao Conselho Tutelar do Município de Matinhos, nos termos dos arts. 13 e 56, I, da Lei Federal nº 8.069/1990, juntando-se cópia da comunicação aos autos da sindicância;
III - convoque o servidor a comparecer à sede da Secretaria, e não à unidade escolar, para receber cópia integral desta Portaria, lavrando-se Termo de Intimação Pessoal, com assinatura de duas testemunhas em caso de recusa.

Art. 7º Os documentos de natureza médica relativos ao aluno L. M. M. serão autuados em apartado, com acesso restrito à Comissão de Sindicância, ao servidor e à sua defesa, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo o afastamento preventivo de que trata o art. 5º efeitos em relação ao servidor a partir de sua ciência pessoal, ainda que anterior à publicação, devendo ser dada ciência do ato à Comissão de Sindicância e à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 9º A publicação desta Portaria observará, quanto aos fatos apurados, a reserva necessária à preservação da identidade e da imagem da criança, nos termos do art. 17 da Lei Federal nº 8.069/1990.

Matinhos/PR, 14 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:DE6F398C

GABINETE
PORTARIA Nº 1095/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, mediante processo n° 1236051/2026, resolve:

CONCEDER

Ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, **30 (trinta) dias de férias**, a contar de 03 de novembro a 02 de dezembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
82953/1	Rodrigo Igor Doelle Antonelli	Fiscal de Obras e Posturas	2025/2026

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos no dia 03 de novembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:1F72253B

GABINETE
PORTARIA Nº 1096/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.
Considerando o parecer clínico exarado pela Perícia Oficial do Município em conformidade com os artigos 37 e 38 da Lei Municipal n° 1165/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos, resolve:
PRORROGAR
Art. 1º HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO em favor da servidora **LUCIA TEREZA DA SILVA,** ocupante do cargo público de Auxiliar de Enfermagem, matricula 56898/2, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar do dia 13 de setembro de 2026 a 12 de setembro de 2027, com redução de 02h30min (duas horas e trinta minutos) diárias, 01 (um) dia da semana (quarta-feira) para acompanhamento do dependente nos especialistas.

Art. 2º O servidor deverá apresentar os documentos comprobatórios de comparecimento para justificar suas ausências até o término de cada mês no Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º A ausência de apresentação dos documentos descrito no artigo anterior, ensejará na conversão dos dias de afastamento em faltas proporcionais às horas de afastamentos.

Art. 4º Sempre que possível, o horário especial estabelecido conforme o caput deste artigo, preservará a reposição de carga horária ordinariamente já estabelecida por ato do Prefeito Municipal, estando a critério da secretária o cronograma de reposição.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 13 de setembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 14 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:AD2FF3C3

GABINETE
PORTARIA Nº 1097 / 2026

Institui sindicância investigativa, designa a respectiva Comissão e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, especialmente com fundamento nos arts. 232, 234 e 235 da Lei Municipal nº 1.165/2008 e no Decreto nº 4.518/2025, com a redação dada pelo Decreto nº 5.193/2026, aplicável aos servidores do magistério por força dos arts. 60 e 67 da Lei Municipal nº 1.819/2016,
CONSIDERANDO o Ofício nº 345/2026, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, de 27 de julho de 2026, que solicita a instauração de sindicância e deu origem ao Processo Administrativo nº 26899/2026, instruído com atas, registros fotográficos, capturas de publicações em rede social, oitivas administrativas e representação de servidora (D. B.);
CONSIDERANDO que os documentos referidos noticiam, em tese, condutas funcionais atribuídas ao servidor D. da S. R., Professor, cargo efetivo, matrícula 101289, em exercício na Escola Municipal Wallace Tadeu de Mello e Silva, consistentes em publicações em rede social com acusações a colegas e à Administração, lançamento de material em sala utilizada por outra docente e manifestação perante alunos, ocorridas em junho de 2026;
CONSIDERANDO o dever da autoridade que tiver ciência de irregularidade de promover-lhe a apuração imediata, nos termos do art. 228 da Lei Municipal nº 1.165/2008;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico PGM nº 52/2026, que opina pela admissibilidade da apuração e pela instauração de sindicância investigativa, nos termos do art. 234 da Lei Municipal nº 1.165/2008;
CONSIDERANDO a Portaria nº 1094/2026, que instaurou sindicância investigativa conexa a este processo e determinou o afastamento preventivo do servidor,

RESOLVE:
Art. 1º Instaurar sindicância investigativa para apurar a materialidade e a autoria de suposta infração funcional, consistente nas condutas descritas nos considerandos, atribuída ao servidor D. da S. R., Professor, cargo efetivo, matrícula 101289, noticiadas pelo Ofício nº 345/2026 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e pelos documentos do Processo Administrativo nº 26899/2026.
§ 1º Esta sindicância é conexa à sindicância instaurada pela Portaria nº 1094/2026 (Processo nº 1237195/2026), para fins de histórico funcional do servidor e eventual exame conjunto de dosimetria, sem prejuízo da autonomia de objeto, prova e instrução de cada processo, com vinculação recíproca nos respectivos autos.
§ 2º Os registros administrativos de 2023 e de março de 2025 integram os autos como contexto, não podendo fundamentar sanção quanto a fatos alcançados pela prescrição, nos termos do art. 225 da Lei Municipal nº 1.165/2008.
§ 3º A Comissão apurará as alegações apresentadas pelo servidor sobre progressão funcional, fornecimento de materiais e tratamento diferenciado na medida necessária à sua defesa e à caracterização das condutas, devendo noticiar à autoridade competente eventuais indícios de irregularidade imputável a terceiros, para apuração em procedimento próprio.
Art. 2º Designar para a condução dos trabalhos os seguintes membros da Comissão Permanente de Sindicância, na forma do art. 1º, § 2º, do Decreto nº 4.518/2025, com a redação dada pelo Decreto nº 5.193/2026:

I - Presidente: Henrique Buck Zella, matrícula 100682/1;
II - Membro titular: Nathalia Battistella, matrícula 74926;
III - Membro titular: Ernesto Cordeiro Junior, matrícula 82600/1;
IV - Membro suplente: Edicleia Espinel Santos, matrícula 101226;
V - Membro suplente: Tatiani Ribeiro, matrícula 77330/2.

§ 1º Os membros suplentes atuarão nos casos de impedimento, suspeição ou afastamento legal dos titulares.
§ 2º Aplicam-se à Comissão os impedimentos previstos no art. 235, § 3º, da Lei Municipal nº 1.165/2008, não podendo dela participar cônjuge, companheiro(a) ou parente do servidor, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
§ 3º A Comissão conduzirá os trabalhos com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos, nos termos do art. 236, § 2º, da Lei Municipal nº 1.165/2008.
Art. 3º O servidor Jeferson Almar Borges (matrícula 72486/1) atuará no apoio jurídico à Comissão, sem integrá-la, nos termos do art. 261 da Lei Municipal nº 1.165/2008.
Art. 4º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da sindicância, contados da publicação desta Portaria, prorrogável por mais 30 (trinta) dias em caso de força maior, nos termos do art. 236, § 1º, da Lei Municipal nº 1.165/2008.
Parágrafo único. Ao final da instrução, a Comissão elaborará o Parecer da Sindicância, na forma do art. 238, e, se a sanção a ser aplicada não exigir processo disciplinar, observará o procedimento do art. 239, § 2º, da Lei Municipal nº 1.165/2008, nos termos da decisão da autoridade competente.
Art. 5º Determinar à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte que, no prazo de 5 (cinco) dias, preserve e encaminhe à Comissão os arquivos digitais originais das capturas de publicações, as atas originais, as imagens de câmeras de segurança dos dias 17 e 18 de junho de 2026, se existentes, e os registros de frequência e de horário-atividade do servidor.
Art. 6º Não se determina, nesta Portaria, novo afastamento preventivo, permanecendo em vigor o determinado pela Portaria nº

1094/2026. Fica o servidor orientado a abster-se de contato, direto ou por interposta pessoa, com as servidoras e demais testemunhas a respeito dos fatos apurados, ressalvada a atuação de sua defesa nos autos.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo o servidor ser pessoalmente intimado, com entrega de cópia integral do ato, o que poderá ocorrer na mesma oportunidade da ciência da Portaria nº 1094/2026, e dela se dando ciência à Comissão de Sindicância e à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 8º A publicação desta Portaria observará a reserva necessária à preservação da identidade de servidores, estudantes e responsáveis mencionados nos autos, que serão identificados apenas por iniciais.

Matinhos/PR, 14 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:BD20C0D3

GABINETE
PORTARIA Nº 1098/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, mediante memorando 135/2026, resolve:

REVOGAR

Art. 1° Do (a) servidor (a) abaixo relacionado (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, **30 (trinta) dias de férias**, a contar do dia 03 de novembro a 02 de dezembro de 2026, concedidas por meio da Portaria n° 1087/2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
101391/1	Samantha Padeski	Nutricionista	2024/2025

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 03 de novembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 15 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:EA50377A

GABINETE
PORTARIA Nº 1099/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

Considerando o parecer clínico exarado pela Perícia Oficial do Município em conformidade com os artigos 37 e 38 da Lei Municipal n° 1165/2008, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos, resolve:

CONCEDER

Art. 1º HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO em favor da servidora **ANDRIELE DA SILVA,** ocupante do cargo público de Técnico de Enfermagem, matricula 100579/2, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar do dia 23 de setembro de 2026 a 22 de setembro de 2027, com redução de 04 (quatro) horas diárias, 05 (cinco) dias da semana (segunda a sexta-feira) para acompanhamento do dependente nos especialistas.

Art. 2º O servidor deverá apresentar os documentos comprobatórios de comparecimento para justificar suas ausências até o término de cada mês no Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º A ausência de apresentação dos documentos descrito no artigo anterior, ensejará na conversão dos dias de afastamento em faltas proporcionais às horas de afastamentos.

Art. 4º Sempre que possível, o horário especial estabelecido conforme o caput deste artigo, preservará a reposição de carga horária ordinariamente já estabelecida por ato do Prefeito Municipal, estando a critério da secretária o cronograma de reposição.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 23 de setembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 15 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:85A7877C

GABINETE
PORTARIA Nº 1100/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

CONCEDER

Art. 1° LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
70823/2	Indianara Pereira Farias	Professor	21/09/2026 A 20/10/2026 (30) dias	Sim

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 21 de setembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 15 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:0F49F78A

GABINETE
PORTARIA Nº 1101/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

CONCEDER

Art. 1° LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
101478/1	Jaqueline Pinheiro Rocha	Professor	30/09/2026 A 19/10/2026 (20) dias	Sim

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 30 de setembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 15 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:B8EB098F

GABINETE
PORTARIA Nº 1102/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

CONCEDER

Art. 1° LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
80853/1	Maristel De Souza Lopes	Coordenador Educacional	24/09/2026 A 22/12/2026 (90) dias	Sim
80853/2	Maristel De Souza Lopes	Professor	24/09/2026 A 22/12/2026 (90) dias	Sim

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 24 de setembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 15 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:6EDAA93E

GABINETE
PORTARIA Nº 1103/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

PRORROGAR

Art. 1° A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, da servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo Pericial expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
101321/1	Andrea Luiza Mazetto Pesch	Fiscal do Meio Ambiente	28/09/2026 A 27/10/2026 (30) dias	Não

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 28 de setembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 15 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:6ECE20F4

GABINETE
PORTARIA Nº 1104/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, da servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo Pericial expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
51195/2	Lidiane de Souza de Paula	Professor	27/09/2026 A 25/11/2026 (60) dias	Não

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 27 de setembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 15 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:59E7CB1D

GABINETE
PORTARIA Nº 1105/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:
PRORROGAR

Art. 1° A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, da servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
52221/1	Evanir Pereira	Auxiliar de Serviços Gerais	26/09/2026 A 24/12/2026 (90) dias	Não

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 26 de novembro de 2026, revogando portaria 382/2026 e suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 15 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:8C134CD3

GABINETE
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO PORTARIA Nº 1087/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são

conferidas, em conformidade com o processo n° 1236991/2026, resolve:
CONCEDER

Art.1° A servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **15 (quinze) dias de férias**, a contar de 01 a 15 de novembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
101751/1	Rosani Aparecida de Pontes	Enfermeiro	2025/2026

Art.2° Aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, **15 (quinze) dias de férias**, a contar de 03 a 17 de novembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
82724/2	Ananias Caetano da Silva	Técnico Vigilância Sanitária	2024/2025
101745/1	Jessica Ribeiro dos Santos Maestrelli	Enfermeiro	2025/2026
101811/1	Nathaly Barrozo Neves	Auxiliar de Administração	2025/2026

Art.3° A servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **15 (quinze) dias de férias**, a contar de 05 a 19 de novembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
101844/1	Gabriela Dockhorn Paluch	Médico Ginecologista e Obstetra Plantonista	2025/2026

Art.4° Aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, **15 (quinze) dias de férias**, a contar de 16 a 30 de novembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
101800/1	Liana Bueno de Souza Batista Freire	Técnico em Enfermagem	2025/2026
60810/1	Sonia de Fatima dos Santos	Agente Comunitário de Saude	2025/2026

Art.5° Aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, **15 (quinze) dias de férias**, a contar de 23 de novembro a 07 de dezembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
101360/1	Fernanda Goulin Drausnick	Agente de Combate a Endemias	2025/2026
21555/2	Marcia de Oliveira Machado	Farmacêutico Generalista	2020/2021
101318/1	Ricardo de Amorim Falcão	Agente de Combate a Endemias	2025/2026

Art.6° Ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **15 (quinze) dias de férias**, a contar de 30 de novembro a 14 de dezembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
100840/2	Heloy Ignacio Ribeiro	Agente de Combate a Endemias	2025/2026

Art.7° A servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **20 (vinte) dias de férias**, a contar de 16 de novembro a 05 de dezembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
100715/1	Cintia Siufi de Julio Barbo	Técnico Em Radiologia	2024/2025

Art.8° Aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, **30 (trinta) dias de férias**, a contar de 01 a 30 de novembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
100513/1	Elianai Zapchau	Auxiliar de Serviços Gerais	2023/2024
101781/1	Elisa Leodoro da Silva	Técnico em Enfermagem	2025/2026
78768/1	Eloha Dosso da Silva	Enfermeiro	2020/2021
101614/1	Isabella Cristina Mendes Rossa	Médico Clínico Geral Plantonista	2025/2026
101386/1	Leonardo Francisco Pereira	Técnico em Enfermagem	2024/2025
101377/1	Lucimara de Oliveira	Técnico em Enfermagem	2025/2026
57509/2	Renato Ioscazu Amemiya	Médico Ginecologista e Obstetra Plantonista	2023/2024
52450/2	Roberto Costa	Auxiliar de Administração	2021/2022
55573/1	Terezinha Antunes de Souza Borges	Auxiliar de Enfermagem	2020/2021

Art.9° Aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, **30 (trinta) dias de férias**, a contar de 03 de novembro a 02 de dezembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
61263/1	Dilson Caetano	Fisioterapeuta	2022/2023
101786/1	Dulcineia Rabelo Pianca	Técnico em Enfermagem	2025/2026
101573/2	Eluana Cristina Rosa Macalossi	Chefe de Departamento	2025/2026
101815/1	Leandro Luiz Minas	Auxiliar de Administração	2025/2026
101391/1	Samantha Padeski	Nutricionista	2024/2025

Art.10° Aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, **30 (trinta) dias de férias**, a contar de 03 de novembro a 02 de dezembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
83356/1	Alessandra Moreno Munhoz Firmino	Agente Comunitário de Saúde	2025/2026
67601/1	Claudineia Aparecida da Silva	Agente Comunitário de Saúde	2024/2025
65757/1	Adenir Maria Veiga Correa	Agente Comunitário de Saúde	2025/2026

Art.11° Aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, **30 (trinta) dias de férias**, a contar de 16 de novembro a 15 de dezembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
101186/1	Thalita Felix de Oliveira	Agente Comunitário de Saúde	2025/2026
73490/1	Stefanny Karolini de Carvalho Liberato	Auxiliar de Serviços Gerais	2024/2025

Art.12° Aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, **30 (trinta) dias de férias**, a contar de 23 de novembro a 22 de dezembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
100903/1	Cinthya Rodrigues da Silva	Nutricionista	2024/2025

Art.13° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 09 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:EDA9F453

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
26º ATA DA REUNIÃO - 07 DE OUTUBRO DE 2026 - COMITÊ DE INVESTIMENTOS - MATINHOS PREV

Aos 07 (sete) dias do mês de outubro de 2026, às 15:00, reuniram-se na sede da Previdência de Matinhos, sito à Avenida Juscelino Kubitschek, 975, sala 10, os membros do Comitê de Investimentos, os Alessandro Koiti Ymai, Roberta de Oliveira D'Amato, Marlise Alboit Ramos e Henrique Buck Zella, para reunião ordinária do mês de outubro. Aberta a reunião, o presidente do Comitê de Investimentos deu início aos trabalhos e informou que foram solicitados todos os resgates e aplicações das deliberações anteriores restando apenas o resgate do fundo Guepardo. Sequencialmente o presidente iniciou a leitura da minuta da defesa administrativa que será apresentada ao TCE-PR referente ao Fundo CARE11. Os demais integrantes do Comitê observaram individualmente cada elemento constante no documento e efetuaram sugestões de adequações e inclusões de fatos de acordo com todas as fundamentações comprobatórias que a acompanhará a defesa administrativa. Após a conclusão da análise feita em conjunto, o presidente informou que foi aberto o processo administrativo com a inclusão da documentação para prosseguimento administrativo na contratação do Trademate da B3 para fins de cumprimento da política de investimentos no que tange ao percentual destinado aos títulos públicos. Nada mais havendo a tratar, a reunião

foi encerrada às 16:20. Eu, Henrique Buck Zella, lavrei a presente ata, que será assinada pelos presentes.

ALESSANDRO KOITI YMAI
Presidente

ROBERTA DE OLIVEIRA D'AMATO
Membro

MARLISE ALBOIT RAMOS
Membro

HENRIQUE BUCK ZELLA
Membro

Publicado por:
Roberta de Oliveira d Amato
Código Identificador:E2B31C65

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 361/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 361/2026
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS
CONTRATADA: M M P NANTES COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS
CNPJ: 21.690.355/0001-20
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
26	Faca de sobremesa: em aço inox; medindo no mínimo (180 mm); com cabo de aço inox; sem decoração; com ponta arredondada. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	5048	R$0,95	R$4.795,60
	TOTAL			R$4.795,60	

VALOR: R$4.795,60 (quatro mil e setecentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 07/10/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:ABDFA657

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 364/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 364/2026
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS
CONTRATADA: VOLANS DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 68.291.059/0001-10
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
54	Chaira (amolador de facas): estriada, 12 polegadas, haste em aço inox, cabo em polipropileno. Garantia de no mínimo 3 meses contra defeitos de fabricação.	UND	67	R$15,00	R$1.005,00
	TOTAL			R$1.005,00	

VALOR: R$1.005,00 (um mil e cinco reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 07/10/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:1D97BF4B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL - PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a decisão do agente de contratação, nomeado conforme Decreto nº 5054/2026 de 19/06/2026, e todos os atos referente ao certame disponível através do portal de licitação BLL COMPRAS, link https://bllcompras.com/Home/Login, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, bem como ainda de acordo com as condições estabelecidas no edital supracitado, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, resolve:

H O M O L O G A R

O resultado da licitação, onde adjudicou o objeto do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2026, que tem por finalidade a AQUISIÇÃO DE DIETA ENTERAL PARA FORNECIMENTO AOS PACIENTES ACAMADOS E/OU PORTADORES DE AGRAVO GRAVE, paras as seguintes empresas: NUTRIPLUS BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 62.872.998/0001-71 com os lotes: 2, 3, 4, 6, 16 no valor total de R$ 209.650,56 (duzentos e nove mil seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos). A L M COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE - EIRELI, inscrita no CNPJ nº 28.921.456/0001-03 com os lotes: 7, 19, 32 no valor total de R$ 89.865,00 (oitenta e nove mil oitocentos e sessenta e cinco reais). NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.612.312/0004-97 com os lotes: 1, 10, 11 no valor total de R$ 233.917,02 (duzentos e trinta e três mil novecentos e dezessete reais e dois centavos). MAIS SAÚDE MARINGÁ PRODUTOS MEDICOS E NUTRICIONAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.715.704/0001-22 com os lotes: 17, 21, 24, 27, 31, 34 no valor total de R$ 177.326,00 (cento e setenta e sete mil e trezentos e vinte e seis reais). MN NUTRIÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.496.518/0001-40 com os lotes: 13, 22, 23, 28, 35 no valor total de R$ 156.694,00 (cento e cinquenta e seis mil e seiscentos e noventa e quatro reais).

Município de Matinhos, em 08 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:790C32E6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a decisão do agente de contratação, nomeado conforme Decreto nº 5054/2026 de 19/06/2026, e todos os atos referente ao certame disponível através do portal de licitação BLL COMPRAS, link https://bllcompras.com/Home/Login, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, bem como ainda

de acordo com as condições estabelecidas no edital supracitado, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, resolve:

H O M O L O G A R

O resultado da licitação, onde adjudicou o objeto do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2026, que tem por finalidade a AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, para as seguintes empresas: COMERCIAL HERZOG LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.048.610/0002-71 com os lotes: 9, 13, 41, 43, 59, 63, 65, 67, 68, 87 no valor total de R$ 14.720,90 (quatorze mil e setecentos e vinte reais e noventa centavos); LUIZ MINIOLI NETTO LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.221.429/0001-13 com os lotes: 1, 2, 8, 17, 19, 30, 34, 42, 50, 56, 57, 72, 85 no valor total de R$ 61.115,95 (sessenta e um mil e cento e quinze reais e noventa e cinco centavos); TOP CENTER DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 55.949.772/0001-66 com os lotes: 3, 4, 5, 7, 10, 12, 15, 16, 18, 20, 21, 25, 27, 29, 31, 32, 40, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 55, 64, 66, 69, 70, 71, 73, 75, 78, 79, 80, 81, 86, 88 no valor total de R$ 169.518,44 (cento e sessenta e nove mil e quinhentos e dezoito reais e quarenta e quatro centavos); VOLANS DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 68.291.059/0001-10 com os lotes: 54 no valor total de R$ 1.005,00 (um mil e cinco reais); M M P NANTES COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS, inscrita no CNPJ nº 21.690.355/0001-20 com os lotes: 26 no valor total de R$ 4.795,60 (quatro mil e setecentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos); WL NOGUEIRA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.334.764/0001-81 com os lotes: 23, 58 no valor total de R$ 5.146,91 (cinco mil e cento e quarenta e seis reais e noventa e um centavos) e REINVENTAR SUPRIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 68.830.568/0001-73 com os lotes: 6, 22, 24, 28, 35, 36, 37, 38, 39, 53, 60, 61, 74, 76, 77, 82, 83, 84 no valor total de R$ 59.204,70 (cinquenta e nove mil e duzentos e quatro reais e setenta centavos).

Município de Matinhos, em 07 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:8445E42E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE MATO RICO E A EMPRESA IVETE DAL SANTOS ME.

Pelo presente Termo, de um lado o **A CÂMARA MUNICIPAL DE MATO RICO**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº.95.684.502/0001-95, com sede Avenida das Araucárias, s/nº, na Cidade de Mato Rico, Estado do Paraná, neste ato devidamente representado por seu Presidente senhor Marcelo Rak, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade Rg nº 7.***.***-1/PR, e inscrito no CPF sob nº 037.***.***-78, e de outro lado a empresa **IVETE DAL SANTOS - ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. **04.303.870/0001-90**, na cidade de Mato Rico, Estado do Paraná, estabelecida à Av. das Araucárias, s/n, CEP 85.240-000, representada neste ato, por sua representante legal Senhora Ivete Dal Santos, portadora da Cédula de Identidade RG n° 6.***.***-6 SSP/PR., e inscrita no CPF sob nº 865.***.***-78, resolvem ajustam o presente termo aditivo ao contrato de fornecimento decorrente da Dispensa nº 04/2025, condicionado à regular instrução e autorização do processo administrativo, conforme cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios, salgados, doces, panificados e produtos de higiene e limpeza, para serem entregues de forma parcelada, atendendo as necessidades da Câmara Municipal de Mato Rico

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
A vigência fica prorrogada de 16 de outubro de 2026 a 15 de outubro de 2027, com fundamento na cláusula quinta do contrato original e no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração, nos autos, da natureza contínua do fornecimento, da vantajosidade dos preços e condições e da autorização da autoridade competente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS, QUANTITATIVOS E PREÇOS
Para o período prorrogado, serão observados integralmente os itens, descrições, unidades de medida, quantitativos anuais e preços unitários atribuídos à CONTRATADA no Termo de Ratificação e Homologação da Dispensa nº 04/2025, cuja relação individual integra o presente processo.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR
O valor estimado para os 12 (doze) meses prorrogados é de R$ 12.638,20 (doze mil seiscentos e trinta e oito reais e vinte centavos), correspondente à contratação anual originalmente homologada para esta CONTRATADA. Os pagamentos observarão as entregas efetivamente solicitadas e recebidas, conforme o contrato original.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas correrão à conta de créditos próprios da Câmara Municipal, na classificação 01.001.01.031.0101.2.001.3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo, observada a dotação e a disponibilidade orçamentária de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA
Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original, não alteradas por este termo.

Mato Rico, 14 de outubro de 2026.

Contratante:
Câmara Municípal de Mato Rico/PR
MARCELO RAK
Presidente

Contratada:
Ivete Dal Santos ME
IVETE DAL SANTOS
Proprietária

Publicado por:
Joel Aurelio
Código Identificador:CCF5D3DD

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE MATO RICO E A EMPRESA OZEIAS MORAES DOS SANTOS E CIA LTDA ME.

Pelo presente Termo, de um lado o **A CÂMARA MUNICIPAL DE MATO RICO**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº.95.684.502/0001-95, com sede Avenida das Araucárias, s/nº, na Cidade de Mato Rico, Estado do Paraná, neste ato devidamente representado por seu Presidente senhor Marcelo Rak, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade Rg nº 7.***.***-1/PR, e inscrito no CPF sob nº 037.***.***-78, e de outro lado a empresa **OZEIAS MORAES DOS SANTOS E CIA LTDA - ME,** pessoa jurídica de direito privado,

inscrita no CNPJ/MF sob o nº. **08.364.537/0001-42**, na cidade de Mato Rico, Estado do Paraná, estabelecida à Av. das Araucárias, s/n, CEP 85.240-000, representada neste ato, por sua representante legal Senhor Ozeias Moraes Dos Santos, portadora da Cédula de Identidade RG n° 9.***.***-3 SSP/PR., e inscrita no CPF sob nº 073.***.***-50, resolvem ajustam o presente termo aditivo ao contrato de fornecimento decorrente da Dispensa nº 04/2025, condicionado à regular instrução e autorização do processo administrativo, conforme cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios, salgados, doces, panificados e produtos de higiene e limpeza, para serem entregues de forma parcelada, atendendo as necessidades da Câmara Municipal de Mato Rico

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
A vigência fica prorrogada de 16 de outubro de 2026 a 15 de outubro de 2027, com fundamento na cláusula quinta do contrato original e no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração, nos autos, da natureza contínua do fornecimento, da vantajosidade dos preços e condições e da autorização da autoridade competente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS, QUANTITATIVOS E PREÇOS
Para o período prorrogado, serão observados integralmente os itens, descrições, unidades de medida, quantitativos anuais e preços unitários atribuídos à CONTRATADA no Termo de Ratificação e Homologação da Dispensa nº 04/2025, cuja relação individual integra o presente processo.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR
O valor estimado para os 12 (doze) meses prorrogados é de R$ 14.572,60 (quatorze mil quinhentos e setenta e dois reais e sessenta centavos), correspondente à contratação anual originalmente homologada para esta CONTRATADA. Os pagamentos observarão as entregas efetivamente solicitadas e recebidas, conforme o contrato original.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas correrão à conta de créditos próprios da Câmara Municipal, na classificação 01.001.01.031.0101.2.001.3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo, observada a dotação e a disponibilidade orçamentária de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA
Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original, não alteradas por este termo.

Mato Rico, 14 de outubro de 2026.

Contratante:
Câmara Municípal de Mato Rico/PR
MARCELO RAK
Presidente

Contratado:
Ozeias Moraes Dos Santos e Cia LTDA
OZEIAS MORAES DOS SANTOS
Proprietário

Publicado por:
Joel Aurelio
Código Identificador:FCDACA8C

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE MATO RICO E A EMPRESA VALDEMAR SEGURO E CIA LTDA

Pelo presente Termo, de um lado o **A CÂMARA MUNICIPAL DE MATO RICO**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº.95.684.502/0001-95, com sede Avenida das Araucárias, s/nº, na Cidade de Mato Rico, Estado do Paraná, neste ato devidamente representado por seu Presidente senhor Marcelo Rak, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade Rg nº 7.***.***-1/PR, e inscrito no CPF sob nº 037.***.***-78, e de outro lado a empresa **VALDEMAR SEGURO E CIA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. **05.255.212/0001-33**, na cidade de Mato Rico, Estado do Paraná, estabelecida à Av. das Araucárias, s/n, CEP 85.240-000, representada neste ato, por sua representante legal Senhora Ivete Dal Santos, portadora da Cédula de Identidade RG n° 4.***.***-1 SSP/PR., e inscrita no CPF sob nº 598.***.***-20, resolvem ajustam o presente termo aditivo ao contrato de fornecimento decorrente da Dispensa nº 04/2025, condicionado à regular instrução e autorização do processo administrativo, conforme cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios, salgados, doces, panificados e produtos de higiene e limpeza, para serem entregues de forma parcelada, atendendo as necessidades da Câmara Municipal de Mato Rico

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
A vigência fica prorrogada de 16 de outubro de 2026 a 15 de outubro de 2027, com fundamento na cláusula quinta do contrato original e no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração, nos autos, da natureza contínua do fornecimento, da vantajosidade dos preços e condições e da autorização da autoridade competente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS, QUANTITATIVOS E PREÇOS
Para o período prorrogado, serão observados integralmente os itens, descrições, unidades de medida, quantitativos anuais e preços unitários atribuídos à CONTRATADA no Termo de Ratificação e Homologação da Dispensa nº 04/2025, cuja relação individual integra o presente processo.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR
O valor estimado para os 12 (doze) meses prorrogados é de R$ 13.812,88 (treze mil oitocentos e doze reais e oitenta e oito centavos), correspondente à contratação anual originalmente homologada para esta CONTRATADA. Os pagamentos observarão as entregas efetivamente solicitadas e recebidas, conforme o contrato original.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas correrão à conta de créditos próprios da Câmara Municipal, na classificação 01.001.01.031.0101.2.001.3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo, observada a dotação e a disponibilidade orçamentária de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA
Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original, não alteradas por este termo.

Mato Rico, 14 de outubro de 2026.

Contratante:
Câmara Municípal de Mato Rico/PR
MARCELO RAK
Presidente

Contratada:
Valdemar Seguro e CIA LTDA
VALDEMAR SEGURO
Proprietário

Publicado por:
Joel Aurelio
Código Identificador:654D5C10

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO 30-2026 REGULAMENTA OS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

MUNICÍPIO DE MATO RICO – ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 30/2026

Regulamenta a Lei Municipal nº 740/2026, institui fatores de modulação tarifária incidentes sobre os valores de referência do seu Anexo I, disciplina a leitura, o faturamento e a cobrança dos serviços de abastecimento de água, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATO RICO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º, § 2º, 46 e 70 da Lei Municipal nº 740/2026 e nos arts. 29 e 30 da Lei Federal nº 11.445/2007;
CONSIDERANDO que a remuneração dos serviços de abastecimento de água tem natureza de preço público (tarifa), e não de tributo;
CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 11.445/2007 admite estrutura tarifária por faixas de consumo, que considere a capacidade de pagamento dos usuários e incentive o uso racional da água;
CONSIDERANDO a realidade socioeconômica das comunidades rurais atendidas e a necessidade de estimular a economia de água;
CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 01/2026 – PG/AS

DECRETA:
CAPÍTULO I – DO OBJETO
Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei Municipal nº 740/2026 quanto à estrutura tarifária, aos preços públicos, à leitura, ao faturamento e à cobrança dos serviços de abastecimento de água nas áreas urbanas e rurais não atendidas pela SANEPAR.
Art. 2º A remuneração pelos serviços de que trata este Decreto tem natureza de preço público, arrecadada pelo Departamento de Tributação por meio do sistema tributário do Município.
CAPÍTULO II – DA ADESÃO DAS COMUNIDADES
Art. 3º A inclusão dos sistemas comunitários no Sistema Municipal dar-se-á mediante Termo de Adesão aprovado em assembleia pela maioria das famílias usuárias, nos termos do art. 5º, § 1º, da Lei nº 740/2026.
§ 1º A comunidade que não aderir continuará responsável pelos custos e pela gestão do seu sistema.
§ 2º Após a adesão, cada unidade consumidora será cadastrada pelo Município, sendo condição para a ligação a existência de reservatório domiciliar (caixa d'água) com boia, conforme os arts. 18 e 19 da Lei nº 740/2026.
CAPÍTULO III – DA ESTRUTURA TARIFÁRIA
Art. 4º O valor a ser faturado na Categoria A – Residencial será obtido mediante a aplicação de fatores de modulação tarifária sobre os valores de referência constantes do Anexo I da Lei nº 740/2026, apurados na forma dos seus arts. 46 a 48, conforme o Anexo Único deste Decreto.
§ 1º O cálculo será feito em duas etapas:
I – apuração do valor de referência de cada faixa de consumo, segundo o Anexo I da Lei nº 740/2026;
II – aplicação, sobre o valor de referência de cada faixa, do fator de modulação correspondente.
§ 2º Ficam instituídos os seguintes fatores de modulação:
I – 0,80 (oitenta centésimos) sobre a tarifa mínima, correspondente ao consumo de até 5 m³ (cinco metros cúbicos);
II – 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) sobre o valor unitário de cada faixa de consumo excedente.
§ 3º O valor unitário modulado do metro cúbico excedente será arredondado para duas casas decimais antes de sua multiplicação pelos metros cúbicos consumidos em cada faixa.
§ 4º Os fatores de modulação não alteram os valores nominais constantes do Anexo I da Lei nº 740/2026, que permanecem como referência legal para todos os efeitos.
Art. 5º Sobre a unidade consumidora cujo consumo mensal for inferior a 5 m³ (cinco metros cúbicos) incidirá, adicionalmente, fator de incentivo ao consumo racional de 0,80 (oitenta centésimos) sobre o valor modulado da tarifa mínima.
Art. 6º O reajuste anual previsto no art. 46, parágrafo único, da Lei nº 740/2026 incidirá sobre os valores de referência do Anexo I, mantidos os fatores de modulação deste Decreto, que poderão ser revistos por ato do Poder Executivo.
Art. 7º A multa prevista no art. 54, § 1º, da Lei nº 740/2026 será calculada com base na tarifa mínima de referência constante do Anexo I da referida Lei, sem aplicação dos fatores de modulação.
CAPÍTULO IV – DA LEITURA, DO FATURAMENTO E DA COBRANÇA
Art. 8º O ciclo mensal de leitura, faturamento e cobrança obedecerá ao seguinte calendário de faturamento, nos termos do art. 45 da Lei nº 740/2026:

Etapa	Prazo	Responsável
Leitura dos hidrômetros	Dia 25 ao dia 30 de cada mês	Servidores designados pela Secretaria competente, com repasse ao Departamento de Tributação
Emissão dos boletos	Até o dia 4 do mês seguinte	Departamento de Tributação
Envio dos boletos	Dia 5 do mês seguinte, por WhatsApp ou outro meio eletrônico cadastrado	Departamento de Tributação
Vencimento da fatura	Dia 20 do mês seguinte	Usuário

§ 1º Nos meses com menos de 30 (trinta) dias, a leitura encerra-se no último dia do mês.
§ 2º Quando a data de emissão ou de envio cair em dia não útil, o prazo fica prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.
§ 3º Quando o vencimento cair em sábado, domingo ou feriado, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil seguinte, sem acréscimo de encargos.
Art. 9º A fatura será emitida em boleto pelo sistema tributário do Município e ficará disponível também no sítio oficial do Município, conforme o art. 69 da Lei nº 740/2026.
§ 1º A fatura demonstrará, para cada faixa de consumo, o valor de referência apurado segundo a Lei nº 740/2026, o fator de modulação aplicado e o valor efetivamente cobrado.
§ 2º O não recebimento do boleto não exime o usuário do pagamento, podendo ser emitida segunda via.
Art. 10. O atraso no pagamento sujeita o usuário a juros de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, limitados a 10% (dez por cento), conforme o art. 54, § 5º, da Lei nº 740/2026.
§ 1º Após a data de vencimento, o boleto original perde a validade, e o pagamento somente poderá ser efetuado mediante emissão de novo boleto, com o valor atualizado pelos encargos previstos no caput até a data do pagamento.
§ 2º O boleto atualizado poderá ser emitido no Departamento de Tributação ou pelo sítio eletrônico oficial do Município, nos termos do art. 69 da Lei nº 740/2026.
§ 3º Os encargos quitados por meio do boleto atualizado não serão cobrados novamente na fatura subsequente, aplicando-se a cobrança na fatura seguinte, prevista no art. 54, § 5º, da Lei nº 740/2026, apenas aos valores ainda não pagos.
Art. 11. Decorridos 30 (trinta) dias corridos do vencimento sem pagamento, o fornecimento poderá ser interrompido, desde que o usuário tenha sido previamente notificado, nos termos do art. 37, inciso I e § 1º, inciso II, da Lei nº 740/2026.
§ 1º A notificação prévia informará o valor do débito, o prazo para regularização e a data a partir da qual o fornecimento poderá ser interrompido.
§ 2º A religação dependerá da quitação ou do parcelamento do débito, nos termos do art. 60 e do art. 68 da Lei nº 740/2026.
Art. 12. Os débitos não pagos serão inscritos em dívida ativa não tributária e cobrados na forma da legislação vigente.
CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 13. A primeira cobrança nos moldes deste Decreto ocorrerá a partir da leitura do mês de outubro de 2026.
Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo e pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, ouvido o Departamento de Tributação.
Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Luiz Bini, Mato Rico/PR, 06 de outubro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 30/2026
FATORES DE MODULAÇÃO TARIFÁRIA – CATEGORIA A – RESIDENCIAL

Faixa de consumo mensal	Valor de referência (Lei nº 740/2026)	Fator	Valor faturado
Tarifa mínima (até 5 m³)	R$ 53,74	0,80	R$ 42,99
Consumo inferior a 5 m³	R$ 42,99 (modulado)	0,80	R$ 34,39
De 6 a 10 m³	R$ 1,66 por m³	1,20	R$ 1,99 por m³
De 11 a 15 m³	R$ 9,26 por m³	1,20	R$ 11,11 por m³
De 16 a 20 m³	R$ 9,31 por m³	1,20	R$ 11,17 por m³
De 21 a 30 m³	R$ 9,39 por m³	1,20	R$ 11,27 por m³
Acima de 30 m³	R$ 15,88 por m³	1,20	R$ 19,06 por m³

Os valores faturados são demonstrativos, resultantes da aplicação do art. 4º deste Decreto, e acompanham automaticamente os reajustes dos valores de referência.

Publicado por:
Juliane Cassia Correia
Código Identificador:426C8388

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DA RESCISÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº29/2026

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2026

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico nº 04/2026.
Mato Rico/PR, 15 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Mato Rico, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 95.684.510/0001-31.
FORNECEDORA REGISTRADA: M. Maciel Peças Agrícolas Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 18.928.204/0001-52.
OBJETO: Extinção consensual da Ata de Registro de Preços nº 29/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 04/2026, cujo objeto consiste no registro de preços para eventual aquisição de materiais de construção, tintas e ferragens destinados à manutenção das Secretarias Municipais de Mato Rico/PR.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentação municipal aplicável e disposições pertinentes do edital e da Ata de Registro de Preços.
MOTIVO: Encerramento consensual da Ata de Registro de Preços, mediante acordo entre as partes, formalizado em processo administrativo próprio, observadas as condições legais e regulamentares aplicáveis.
SIGNATÁRIOS: Edelir de Jesus Ribeiro da Silva, Prefeito Municipal, pelo Município de Mato Rico/PR, e Marcio Maciel, representante legal da empresa M. Maciel Peças Agrícolas Ltda.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:D970F478

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO CONTRATO Nº204/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº204/2026
CREDENCIAMENTO Nº 02/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATO RICO, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.684.510/0001-31.
CONTRATADA: HOLOVKA E BITTENCOURT TOMOGRAFIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.716.421/0001-81, com sede na Rua João Gonçalves Padilha, nº 188, sala comercial, Centro, Pitanga/PR, CEP 85.200-000, representada por Orlando Holokva.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação complementar de serviços médicos, clínicos, ambulatoriais e hospitalares, especificamente para a realização de exames de tomografia e demais procedimentos constantes do Anexo Individual de Itens Habilitados, conforme as condições estabelecidas no edital de Credenciamento nº 02/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso IV, combinado com os arts. 78 e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 15 de outubro de 2026.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.
FORO: Comarca de Pitanga, Estado do Paraná

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:8A062CE9

MUNICÍPIO DE MATO RICO
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº41/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 41/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 113/2026

O Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, **Sr. Edelir de Jesus Ribeiro da Silva**, no uso de suas atribuições legais e considerando os elementos constantes do Processo Administrativo nº 113/2026, referente à Dispensa de Licitação nº 041/2026, cujo objeto é a **aquisição de bomba para abastecimento de água, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Mato Rico/PR**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no aviso de dispensa e seus anexos;
Considerando a realização do procedimento de contratação direta, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;
Considerando a análise das propostas apresentadas pelas empresas participantes e a verificação dos documentos de habilitação, conforme registrado na Ata da Sessão de Conferência das Propostas e Habilitação;
Considerando que a empresa 2M POÇOS ARTESIANOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 59.136.068/0001-45, apresentou a proposta de menor valor global, no montante de R$ 24.150,00 (vinte e quatro mil cento e cinquenta reais), atendendo às condições estabelecidas no procedimento, conforme análise realizada pela equipe responsável;
Considerando a necessidade de observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público;
RESOLVE:

Art. 1º – ADJUDICAR o objeto da Dispensa de Licitação nº 041/2026 à empresa 2M POÇOS ARTESIANOS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 59.136.068/0001-45, pelo valor global de R$ 24.150,00 (vinte e quatro mil cento e cinquenta reais).

Art. 2º – HOMOLOGAR o procedimento de Dispensa de Licitação nº 041/2026, reconhecendo a regularidade dos atos praticados, observadas as condições constantes do processo administrativo e a legislação aplicável.

Art. 3º Determinar ao setor competente que adote as providências necessárias à formalização da contratação, à emissão do instrumento contratual ou equivalente, quando cabível, à publicidade dos atos e ao acompanhamento da execução do objeto, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

Mato Rico/PR, 14 de outubro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:B30A7B56

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 332 2026 CONCEDER RETIDE NILSON FERREIRA BUENO

PORTARIA Nº 332/2026

SÚMULA – Concede gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva, a servidor efetivo.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

CONCEDER:
Ao Sr. **NILSON FERREIRA BUENO**, portador da cédula de identidade civil nº 8.417.352-5 e inscrição no CPF nº 050.556.09-36, ocupante do cargo efetivo de "**VIGILANTE SANITARIO**", admitida em 13/05/2015, sob matricula nº 200730, **gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva**, na proporção de 72,26% de seus vencimentos básicos, de acordo com o artigo 102 da Lei Municipal 067/97, por trabalhos excedentes de sua carga horaria "logística de viagem veículos da saúde" concomitante com as atribuições de seus cargo, ficando assim excluído de seus vencimentos a remuneração por hora extraordinária conforme termo previamente assinado, a contar de **01/10/2026**.
Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagido seus efeitos a **01/10/2026**, revogando as disposições em contrário.
Publique-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico, 15 de OUTUBRO de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:F2099076

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RESOLUÇÃO 10 2026 - CMAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MATO RICO/PR

CMAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MATO RICO/PR LEI Nº 299/2009

RESOLUÇÃO – 10/2026.

SUMULA: Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS referente ao ano de 2027 para o município de Mato Rico PR.

O CMAS Conselho Municipal de Assistência Social de Município de Mato Rico/PR, no uso de suas atribuições conferidas pela legislação em reunião ordinária no dia 13 de outubro de 2026.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar Termo de Adesão e o Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS referente ao ano de 2027 para o município de Mato Rico PR.

Art. 2º - Está resolução entrará em vigor nesta data, revogando as disposições contrarias.

Mato Rico, 14 de outubro de 2026.

MARIA VERONICA DA SILVA HUMENIUK
Presidente do CMAS

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:82D8DF49

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LICITAÇÃO
11O TERMO ADITIVO AO CONTRATO NO 001/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASELVA E A EMPRESA LB ASFALTOS LTDA - ME – PROCESSO ADMINISTRATIVO NO 061/2023 – CONCORRÊNCIA NO 001/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MIRASELVA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Dona Madalena, no 41, em MIRASELVA/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o no 75.845.529/0001-05, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito JOÃO MARCOS FERRER, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob no 3.870.229-7 e inscrito no CPF/MF no 365.867.819-49, residente e domiciliado neste Município e;

CONTRATADA: LB ASFALTOS LTDA - ME, CNPJ 50.101.316/0001-48, localizada na Rua Jose Januário da Silva, no 554, em Alvorada do Sul/PR, endereço eletrônico: lbasfaltos@gmail.com, telefone: (43) 99175-9595, representada por Gabriela Rosa Faria, portadora da cédula de identidade R.G. no 10.680.019-7, inscrita no CPF sob no 068.816.479-05, residente na Rua Jose Januário da Silva, no 554, em Alvorada do Sul/PR, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo aditivo: Pavimentação de vias urbanas em CBUQ, 21.114,94m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, urbanização, sinalização de trânsito, drenagem e ensaios tecnológicos, conforme processo administrativo no 061/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no art. 57 da Lei no 8.666/93, fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA contratual, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, passando a vencer em 16/02/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA
As necessidades do Termo Aditivo encontram-se devidamente justificadas por meio de parecer técnico elaborado pelo responsável pela fiscalização da obra, acompanhado de documentos técnicos constantes do Processo Administrativo nº 061/2023, os quais passam a integrar o presente instrumento para todos os fins de direito, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 001/2024 que não conflitarem com as disposições deste Termo Aditivo.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e validade, diante das testemunhas abaixo.

Miraselva, 15 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE MIRASELVA
Contratante

LB ASFALTOS LTDA - ME
Contratada

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:735E0521

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES
EXTRATO DO PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES

Exercício de 2026 (Alterado pela inclusão dos Planos Setoriais da Saúde e Assistência Social – aprovados na Sessão Ordinária de 14/10/2026)

A Câmara Municipal de Morretes, através de suas competências constitucionais e regimentais, elabora o presente Plano Anual de Fiscalização (PAF), instrumento que orienta as ações fiscalizatórias do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo. Este plano busca aprimorar a qualidade das ações fiscalizatórias, garantindo efetividade, sistematicidade e abrangência nas avaliações do

cumprimento das leis e da boa gestão dos recursos públicos municipais.

ÁREAS PRIORITÁRIAS DE FISCALIZAÇÃO – FISCALIZAÇÃO SETORIAL DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES

5.1 CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO:

Tema:	Fiscalização da aplicação e do cumprimento da Lei Municipal nº 748, de 21 de dezembro de 2022, que institui a Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Morretes (PMAUP), mapeando o estágio atual de regulamentação e as causas de eventual morosidade administrativa.

5.2 FINANÇAS, ORÇAMENTO E GESTÃO

Tema:	Analise da efetividade da Lei complementar 067/2025, no qual tange aos impactos financeiros, orçamentários e de gestão decorrentes da citada norma, com foco na precisão de aumento ou renúncia de arrecadação, regularidade de repasses e eventuais convênios com associações e empresas, e otimização dos recursos públicos administrados pelo Executivo advindos da Taxa de Lixo Municipal.

5.3 LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Tema:	Fiscalização da legalidade da previsão de vagas, dos procedimentos de contratação, da execução contratual, bem como do cumprimento dos direitos e da observância das obrigações previstas nos contratos de professores contratados por Processo Seletivo Simplificado (PSS) da Rede Municipal de Ensino, firmados no exercício de 2026.

5.4 EDUCAÇÃO

Tema:	Fiscalização das Condições de Lotação e Qualidade do Transporte Escolar no Município de Morretes

5.5 OBRAS, DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Tema:	Fiscalização da obra da Capela Mortuária do Cemitério Municipal Santa Esperança – Município de Morretes/PR

5.6 SAÚDE

Tema:	Fiscalização das Ações de Vacinação e do Alcance da Cobertura Vacinal no Município de Morretes

5.7 ASSUNTOS SOCIAIS

Tema:	Fiscalização do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS e do seu monitoramento no Município de Morretes.

Este Plano Anual de Fiscalização foi elaborado e aprovado pela Câmara Municipal em data de 15 de julho de 2026, conforme registrado na ata da 23ª Sessão Ordinária do Plenário da Câmara Municipal de Morretes.

Mesa Diretora – Biênio 2025/2026

JOÃO PELUSO
Presidente

FABIANO CIT
Vice - Presidente

SILVIA STOPASOL
1ª Secretária

SAMIRA DA SAÚDE
2ª Secretária

Publicado por:
Nathália Emanuele Valerio
Código Identificador:766DF883

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES
RESOLUÇÃO Nº 098/2026

Altera dispositivos da Resolução nº 05, de 05 de novembro de 1990, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Morretes, e dá outras providências.

(Origem Projeto de Resolução nº 053/2026 – Iniciativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Morretes composta por João Peluso, Silvia Stopasol, Samira da Saúde e Fabiano Cit)

O Presidente da Câmara Municipal de Morretes, promulga nos termos do art. 18, inciso IV, do R.I, a seguinte Resolução:

Art. 1º O artigo 17 da Resolução nº 05, de 05 de novembro de 1990, passa a vigorar acrescido do inciso VIII:

"Art. 17. *[...]*
VIII - aprovar e acompanhar, em cada exercício, Plano Anual de Capacitação destinado aos Vereadores e servidores da Câmara, contemplando, conforme as atribuições exercidas, processo legislativo, fiscalização, atuação das Comissões, sistemas eletrônicos, transparência, controle e demais temas necessários ao desenvolvimento institucional."

Art. 2º O inciso XXXI do artigo 18 da Resolução nº 05, de 05 de novembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. *[...]*
XXXI - apresentar e determinar a publicação, ao final de cada exercício, de relatório anual das atividades da Câmara Municipal, contendo síntese das atividades legislativas, fiscalizatórias, administrativas, das Comissões Permanentes e das ações de relacionamento com a sociedade;"

Art. 3º O inciso VI do artigo 33 da Resolução nº 05, de 05 de novembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33. *[...]*
VI - Educação, Saúde e Assistência Social - com sessões ordinárias todas as terças-feiras às 12:00 horas."

Art. 4º A Resolução nº 05, de 05 de novembro de 1990, passa a vigorar acrescida do artigo 37-A, com a seguinte redação:

"Art. 37-A. *Sem prejuízo das reuniões ordinárias previstas neste Regimento, as Comissões Permanentes organizarão anualmente sua atuação, observadas as respectivas competências regimentais.*
§ 1º No início da sessão legislativa de cada exercício, as Comissões devem elaborar e aprovar plano, agenda ou cronograma de trabalho, indicando, sempre que possível, temas prioritários, reuniões, estudos, fiscalizações, audiências e demais atividades previstas.
§ 2º Das sessões serão mantidos registros que identifiquem, no mínimo, a data, os membros presentes, os assuntos tratados, as deliberações e os encaminhamentos adotados.
§ 3º As deliberações das Comissões serão tomadas pela maioria dos membros presentes, desde que presente a maioria de seus integrantes.
§ 4º No exercício de suas atribuições, as Comissões poderão promover audiências públicas, consultas, reuniões ampliadas ou outros mecanismos de escuta social, bem como realizar reuniões ou oitivas com Secretários Municipais, dirigentes, gestores, Conselhos Municipais e representantes da sociedade civil.
§ 5º Ao término de cada exercício, as Comissões consolidarão relatório sucinto de suas principais atividades, análises, conclusões e encaminhamentos.
§ 6º As atas e demais registros públicos das sessões das Comissões serão disponibilizados no sítio eletrônico oficial da Câmara, ressalvadas as informações legalmente protegidas."

Art. 5º O artigo 40 e parágrafo único da Resolução nº 05, de 05 de novembro de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40. *Compete à Comissão de Obras, Desenvolvimento e Serviços Públicos opinar sobre todos os processos atinentes à realização de obras e serviços prestados pelo Município, suas Autarquias, Entidades Paraestatais e Concessionárias de Serviços Públicos de âmbito municipal, bem como opinar sobre matérias relativas à indústria, ao comércio, à agricultura, à pecuária, ao desenvolvimento urbano e rural, ao meio ambiente, ao turismo e a assuntos climáticos, de prevenção e enfrentamento de eventos adversos e de proteção e defesa civil, ou matérias congêneres.*
Parágrafo único. Compete ainda à Comissão fiscalizar a execução do Plano de Desenvolvimento do Município e acompanhar e fiscalizar as políticas, programas, projetos e ações municipais relacionados ao desenvolvimento sustentável, à proteção e preservação do meio ambiente, ao turismo, à prevenção e mitigação dos efeitos de eventos climáticos e às ações de proteção e defesa civil."

Art. 6º O artigo 41 da Resolução nº 05, de 05 de novembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 41.** Compete à Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social manifestar-se sobre as proposições e acompanhar e fiscalizar as políticas, planos, programas, projetos, metas, indicadores e ações municipais relacionados:*
I - à educação, ao ensino, à cultura, às artes, ao patrimônio histórico e ao esporte;
II - à saúde pública, à vigilância, à prevenção, à promoção e à assistência à saúde;
III - à assistência social, à proteção social e às políticas destinadas à infância, à adolescência, à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e demais políticas sociais de sua competência.
Parágrafo único. Compete ainda à Comissão acompanhar, nas áreas de sua competência, a execução dos respectivos planos setoriais e a programação orçamentária, podendo promover estudos, diligências, audiências, consultas, reuniões ampliadas e oitivas de gestores, conselhos e representantes da sociedade civil, sem prejuízo das atribuições das demais Comissões."

Art. 7º O artigo 78 da Resolução nº 05, de 05 de novembro de 1990, passa a vigorar acrescido dos §§ 3º, 4º e 5º:

***"Art. 78.** [...]*
§ 3º Em situações excepcionais devidamente justificadas, poderá a Mesa Diretora autorizar a realização de sessão em formato híbrido ou remoto, assegurados a publicidade dos trabalhos e o exercício pleno das prerrogativas parlamentares.
§ 4º A participação remota deverá ocorrer por plataforma ou sistema que permita a identificação do Vereador, o registro de presença, a manifestação, o exercício do voto, a verificação do quórum e a preservação dos registros da sessão.
§ 5º A Mesa Diretora poderá regulamentar, por ato próprio, as condições, os limites e os procedimentos operacionais para realização das sessões previstas no § 3º."

Art. 8º O parágrafo único do artigo 80 da Resolução nº 05, de 05 de novembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

***"Art. 80.** [...]*
Parágrafo único. Considerar-se-á presente à sessão o Vereador que registrar sua presença no sistema eletrônico oficial ou, nas sessões híbridas ou remotas, pelos mecanismos de autenticação da plataforma adotada, observado o registro no livro de presença. O registro deverá ocorrer até o início da Ordem do Dia, com participação nas deliberações e votações. Na hipótese de indisponibilidade técnica, poderão ser utilizados meios alternativos de registro ou apenas a assinatura no livro de presença.

Art. 9º O artigo 83 da Resolução nº 05, de 05 de novembro de 1990, passa a vigorar acrescido dos §§ 1º a 4º:

***"Art. 83.** [...]*
§ 1º Todas as Sessões Plenárias da Câmara Municipal de Morretes serão transmitidas ao vivo, em áudio e vídeo, por canal ou plataforma digital oficial mantida ou administrada pelo Poder Legislativo.
§ 2º As gravações integrais das transmissões das sessões deverão ser arquivadas em meio digital seguro e disponibilizadas para acesso público e irrestrito no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal, constituindo patrimônio e registro histórico documental da Casa.
§ 3º A transmissão ao vivo das sessões será obrigatória, ressalvadas as hipóteses de impossibilidade ou interrupção decorrente de indisponibilidade de energia elétrica, rede de internet ou comunicação, falha ou indisponibilidade dos sistemas, equipamentos ou serviços tecnológicos necessários à transmissão, bem como outras circunstâncias técnicas devidamente justificadas.
§ 4º Na ocorrência das situações previstas no § 3º, sempre que houver condições técnicas, a sessão deverá ser integralmente gravada em áudio e/ou vídeo, para posterior disponibilização nos canais oficiais da Câmara tão logo restabelecidos os meios necessários, sem prejuízo da validade dos atos, desde que devidamente registrados em ata."

Art. 10º O artigo 86 da Resolução nº 05, de 05 de novembro de 1990, passa a vigorar acrescido do § 5º:

***"Art. 86.** [...]*
§ 5º A verificação de quórum e a chamada dos Vereadores para a abertura dos trabalhos serão realizadas mediante registro de presença em painel eletrônico, terminal ou sistema eletrônico disponibilizado para essa finalidade, sem prejuízo do registro em livro próprio de presença para fins de controle e documentação. O sistema eletrônico deverá gerar relatório automatizado do registro de presença, a ser anexado aos autos da respectiva sessão."

Art. 11º O artigo 90 da Resolução nº 05, de 05 de novembro de 1990, passa a vigorar acrescido dos §§ 5º e 6º:

***"Art. 90.** [...]*
§ 5º Após sua aprovação, as atas das sessões serão disponibilizadas no sítio eletrônico oficial da Câmara, acompanhadas da relação dos Vereadores presentes, ressalvadas as informações legalmente protegidas.
§ 6º Os relatórios das votações nominais ou eletrônicas, com a identificação do voto de cada Vereador por matéria, serão disponibilizados no sistema legislativo e no sítio eletrônico oficial da Câmara, vinculados, sempre que tecnicamente possível, à respectiva sessão e proposição."

Art. 12º O § 1º do artigo 93 da Resolução nº 05, de 05 de novembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

***"Art. 93.** [...]*
§ 1º As proposições dos Vereadores deverão ser apresentadas, até às 12h de cada terça-feira, por meio do sistema eletrônico oficial da Câmara, no qual serão protocoladas, numeradas e registradas para encaminhamento ao Presidente em exercício e inclusão na pauta da Sessão Ordinária. Em caso de indisponibilidade técnica devidamente registrada, admitir-se-á protocolo por meio alternativo, com posterior inserção no sistema eletrônico."

Art. 13º O § 1º do artigo 95 da Resolução nº 05, de 05 de novembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

***"Art. 95.** [...]*
§ 1º Será realizada a verificação de presença, em regra, por registro em sistema eletrônico ou, subsidiariamente, por chamada nominal pelo 1º Secretário, e a sessão somente prosseguirá para a Ordem do Dia se constatada a presença da maioria absoluta dos Vereadores."

Art. 14º O artigo 96 da Resolução nº 05, de 05 de novembro de 1990, passa a vigorar acrescido do § 4º:

***"Art. 96.** [...]*
§ 4º A pauta da Ordem do Dia será gerada, organizada e divulgada por meio do sistema eletrônico oficial da Câmara, com vinculação às proposições e demais documentos pertinentes, ressalvada a indisponibilidade técnica devidamente registrada."

Art. 15º O artigo 103 da Resolução nº 05, de 05 de novembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

***"Art. 103.** Os processos legislativos serão organizados pela Diretoria Legislativa da Câmara e tramitarão por meio do sistema eletrônico oficial de gerenciamento e registro dos atos legislativos.*
§ 1º O sistema eletrônico constituirá o meio oficial para protocolo, tramitação, registro e publicidade dos atos do processo legislativo, ressalvadas as hipóteses de indisponibilidade técnica devidamente registrada, sem prejuízo da posterior inserção dos atos no sistema.
§ 2º A Mesa Diretora regulamentará, por ato próprio, os perfis de acesso, as responsabilidades pela administração do sistema, os procedimentos de protocolo e tramitação, os mecanismos de segurança e preservação dos registros e os procedimentos de contingência.
§ 3º As informações legislativas de caráter público deverão ser disponibilizadas para consulta no sítio eletrônico oficial da Câmara, por integração com o sistema ou por módulo público de acesso."

Art. 16º O artigo 157 da Resolução nº 05, de 05 de novembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 157.** Os processos de votação no Plenário são: eletrônico, nominal e simbólico.*
§ 1º O processo de votação eletrônica será utilizado obrigatoriamente nas deliberações plenárias, ressalvadas as hipóteses de indisponibilidade ou falha técnica previstas no § 4º, e consiste no registro individual do voto SIM ou NÃO em terminal eletrônico ou dispositivo individual disponibilizado a cada Vereador, com registro de impedimento quando cabível.
§ 2º Aberta a votação pelo Presidente, os votos serão computados e exibidos simultaneamente no painel eletrônico do Plenário, com indicação da proposição em pauta, autor, quórum exigido, identificação e voto de cada parlamentar e placar final consolidado.
§ 3º O sistema eletrônico gerará relatório informatizado de cadavotação, que será preservado, anexado ao respectivo processo legislativo e registrado em resumo na ata dos trabalhos.
§ 4º Em caso de pane, defeito no sistema, queda de energia, falha de conectividade ou outra indisponibilidade técnica devidamente declarada pela Presidência ou pela Mesa Diretora, as votações serão realizadas, subsidiariamente, pelos processos nominal ou simbólico previstos neste Regimento, registrando-se a ocorrência em ata."

Art. 17º O § 3º do artigo 158 da Resolução nº 05, de 05 de novembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 158.** [...]*
§ 3º O processo simbólico será utilizado subsidiariamente nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 157 ou quando expressamente determinado por lei ou por este Regimento."

Art. 18º O artigo 160 da Resolução nº 05, de 05 de novembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 160.** Nas deliberações da Câmara, as votações serão públicas e abertas, com registro individual do voto nos processos eletrônico e nominal, ressalvadas as hipóteses de sigilo expressamente previstas na Constituição, em lei ou neste Regimento."*

Art. 19º A Mesa Diretora poderá expedir os atos complementares necessários à regulamentação e à execução dos procedimentos previstos nesta Resolução, especialmente quanto ao sistema eletrônico oficial, ao painel eletrônico de votação, às sessões híbridas ou remotas e aos mecanismos de publicidade e preservação dos registros.

Art. 20º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Marumbi, Morretes 14 de outubro de 2026.

JOÃO PELUSO
Presidente

Publicado por:
Nathália Emanuele Valerio
Código Identificador:4C819891

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3004 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 3004/2026 de 14/10/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 452.565,35 (quatrocentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.002.10.301.0160.2.036		MANUTENCAO DE PROGRAMAS DE ATENCAO BASICA	
236 - 4.4.90.52.00.00	7017	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	452.565,35
Total Suplementação:			452.565,35

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Superávit financeirode acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 14 de Outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:24267D89

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3005 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 3005/2026 de 14/10/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 302.434,65 (trezentos e dois mil e quatrocentos e trinta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.002.10.301.0160.2.036		MANUTENCAO DE PROGRAMAS DE ATENCAO BASICA	
236 - 4.4.90.52.00.00	1009	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	286.822,44
236 - 4.4.90.52.00.00	7007	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.612,21
		Total Suplementação:	302.434,65

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Excesso de arrecadação de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.02.71 REM. BANC. - TRANSFERENCIAS RECURSOS SUS - RESOLUÇÕES - Fonte: 7007	15.612,21
Receita: 2.1.1.9.99.0.1.01 OUTRAS OPERACOES DE CREDITO - Fonte: 1009	286.822,44
Total da Receita:	302.434,65

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 14 de Outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:5D82FFF6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3006 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 3006/2026 de 14/10/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 83.953,01 (oitenta e três mil e novecentos e cinquenta e três reais e um centavo), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PUBLICAS	
09.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PUBLICAS	
09.001.26.782.0330.1.009		OBRAS - PAVIMENTACAO DE VIAS URBANAS E RURAIS	
410 - 4.4.90.51.00.00	1009	OBRAS E INSTALACOES	83.953,01
		Total Suplementação:	83.953,01

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Excesso de arrecadaçãode acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita	
Receita: 2.1.1.9.99.0.1.01 OUTRAS OPERACOES DE CREDITO - Fonte: 1009	83.953,01
Total da Receita:	83.953,01

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 14 de Outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:40A9D128

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 115/2026
Dispensa de Licitação n.º 22/2026

OBJETO: Trata-se de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reforma e manutenção da carroceria tipo baú do caminhão utilizado na Coleta Seletiva do Município de Morretes/PR, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos que integram o processo de contratação.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pela Senhora Mariana Meduna Moscardi Charello, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.

CONTRATADA:
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 140/2026 – ID 310/2026
CS REFORMADORA DE ONIBUS LTDA.
CNPJ n.º 49.330.028/0001-86.
Lote Único.
Valor total de R$ 19.095,00 (dezenove mil e noventa e cinco reais).
Assinatura: André Vitoriano da Silva, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogada nos moldes do Art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO
01	SUBSTITUIÇÃO DO ASSOALHO DO BAÚ	SERVIÇO	01	R$ 5.750,00
02	SUBSTITUIÇÃO DA BASE INFERIOR DO BAÚ	SERVIÇO	01	R$ 950,00
03	SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DA ESTRUTURA LATEAL DIREITA (LD) E LATERAL ESQUERDA (LE) DO BAÚ	SERVIÇO	01	R$ 850,00
04	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLATAFORMA PARA O BAÚ	SERVIÇO	01	R$ 5.800,00
05	ALINHAMENTO DAS TAMPAS TRASEIRAS DO BAÚ	SERVIÇO	01	R$ 750,00
06	PINTURA DOS FORROS DAS PORTAS LATERAL DIREITA (LD) E LATERAL ESQUERDA (LE) DO BAÚ	SERVIÇO	01	R$ 1900,00
07	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE TRAVA NA PARTE SUPERIOR DO BAÚ	SERVIÇO	01	R$ 750,00
08	SUBSTITUIÇÃO DAS LANTERNAS LATERAL DIREITA (LD) E LATERAL ESQUERDA (LE) DO BAÚ	SERVIÇO	01	R$ 995,00
09	RECUPERAÇÃO DO PERFIL LATERAL EXTERNO DO BAÚ	SERVIÇO	01	R$ 700,00
10	LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DAS SUPERFÍCIES INTERNA E EXTERNA DO BAÚ	SERVIÇO	01	R$ 650,00

Publicado por:
Gianlucca Cândido de Rocco
Código Identificador:781A7D9D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 1000 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

LEI ORDINÁRIA Nº 1000 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

"Institui o atendimento prioritário no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal de Morretes e dá outras providências."

(Origem Projeto de Lei Ordinária nº 2.665/2026 - Iniciativa do Poder Legislativo Municipal – Vereador Antônio da Agromania).
A Câmara Municipal de Morretes, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO, no uso de minhas atribuições legais, com fulcro disposto no artigo 69, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o atendimento prioritário e imediato às pessoas previstas no art. 2º desta Lei, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta de Morretes, assegurando tratamento digno, humanizado e célere.

Art. 2º Terão direito ao atendimento prioritário:
I – Pessoas com deficiência, permanente ou temporária, inclusive aquelas com mobilidade reduzida;
II – Pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;
III – Gestantes;
IV – Lactantes;
V – Pessoas acompanhadas por crianças de colo;
VI – Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e, quando necessário, seu acompanhante;
VII – Pessoas com doenças raras ou outras condições de saúde que dificultem a permanência em filas ou longos períodos de espera, mediante comprovação por documento médico ou documento oficial equivalente.

Art. 3º O atendimento prioritário será assegurado mediante:
I – Preferência no atendimento em relação aos demais usuários, ressalvados os casos de urgência e emergência devidamente classificados pelos serviços de saúde;

II – Disponibilização de guichês, setores ou mecanismos de atendimento preferencial, quando houver viabilidade administrativa;

III – Adoção de procedimentos internos que garantam a efetividade do atendimento prioritário.

Art. 4º O direito ao atendimento prioritário será comprovado mediante apresentação de documento oficial de identificação e, quando necessário, de documento que comprove a condição que enseja o benefício, observado o disposto na legislação vigente.

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão:
I – Manter sinalização visível informando sobre o direito ao atendimento prioritário;
II – Orientar e capacitar os servidores responsáveis pelo atendimento ao público quanto à aplicação desta Lei;
III – Adotar medidas para garantir atendimento humanizado e acessível aos beneficiários.

Art. 6º Caberá ao Poder Executivo promover a fiscalização e adotar as medidas administrativas necessárias para assegurar o cumprimento desta Lei pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 7º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 14 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:C1D2145A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 998 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

LEI ORDINÁRIA Nº 998 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

> *"Institui a mandioca como Produto da Terra do Município de Morretes e reconhece a importância histórica, cultural e econômica da produção de farinha e derivados da mandioca pelos agricultores locais."*

(Origem Projeto de Lei Ordinária nº 2.656/2026 - Iniciativa do Poder Legislativo Municipal – Vereadora Samira da Saúde).

A Câmara Municipal de Morretes, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO, no uso de minhas atribuições legais, com fulcro disposto no artigo 69, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a mandioca como "Produto da Terra" do Município de Morretes, em reconhecimento à sua relevância histórica, cultural, econômica e alimentar para a população morretense.

Art. 2º. O Poder Executivo poderá promover ações de valorização da cultura da mandioca e da produção artesanal de farinha e derivados, incentivando:
I – A preservação das tradições agrícolas locais;
II – O fortalecimento da agricultura familiar;
III – A divulgação da história dos produtores rurais e farinheiras tradicionais do município;
IV – A realização de feiras, festivais, exposições e eventos culturais relacionados à mandioca e seus derivados;
V – O incentivo ao turismo rural e gastronômico associado à produção de farinha artesanal.

Art. 3º. Poderão ser desenvolvidas ações educativas e culturais junto às escolas municipais e à comunidade, visando preservar a memória e os conhecimentos tradicionais ligados ao cultivo da mandioca e à produção de farinha no município.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 14 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:7053C4BD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 999 DE 08 DE OUTUBRO DE 2026

LEI ORDINÁRIA Nº 999 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

> "Dispõe sobre a instalação, em espaços de uso público, de brinquedos adaptados e equipamentos especialmente desenvolvidos para lazer e recreação de crianças portadoras de deficiência e mobilidade reduzida, visando sua integração com outras crianças e inclusão social, no âmbito do Município de Morretes/PR''.

(Origem Projeto de Lei Ordinária nº 2.663/2026 - Iniciativa do Poder Legislativo Municipal – Vereadora Taninha da Luz) (Nova Redação dada pela Emenda n° 001/2026 – Modificativa e Aditiva – Proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, com fulcro no art. 135, § 3° e § 4º do Regimento Interno da Câmara, em 14/09/2026).

A Câmara Municipal de Morretes, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO, no uso de minhas atribuições legais, com fulcro disposto no artigo 69, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Os playgrounds infantis instalados em estabelecimentos de ensino, jardins, parques, praças, áreas de lazer e áreas abertas ao público em geral, no Município de Morretes, deverão disponibilizar brinquedos adequados ao uso de crianças portadoras de deficiência e mobilidade reduzida, visando sua integração com outras crianças e inclusão social. *(Nova Redação dada pela Emenda n° 001/2026 – Modificativa e Aditiva – Proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, com fulcro no art. 135, § 3° e § 4º do Regimento Interno da Câmara, em 14/09/2026).*
§ 1° Nas áreas de lazer, previstas nesta Lei, já equipadas com brinquedos e equipamentos, o percentual de 5 % (cinco por cento) poderá ser atingido de forma gradual, de acordo com a programação de manutenção e substituição dos brinquedos e equipamentos já existentes. *(Nova Redação dada pela Emenda n° 001/2026 – Modificativa e Aditiva – Proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, com fulcro no art. 135, § 3° e § 4º do Regimento Interno da Câmara, em 14/09/2026).*
§ 2º A disponibilização de brinquedos adaptados nos parques e áreas públicas de lazer, será feita de forma gradativa, na medida da disponibilidade financeira do Poder Executivo. *(Nova Redação dada pela Emenda n° 001/2026 – Modificativa e Aditiva – Proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, com fulcro no art. 135, § 3° e § 4º do Regimento Interno da Câmara, em 14/09/2026).*
§ 3° As áreas públicas de estabelecimentos de ensino terão o prazo de um ano, contado da data de publicação desta Lei, para se adequarem às disposições aqui previstas. *(Nova Redação dada pela Emenda n° 001/2026 – Modificativa e Aditiva – Proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, com fulcro no art. 135, § 3° e § 4º do Regimento Interno da Câmara, em 14/09/2026).*

Art. 2º As praças, parques e locais afins de que trata esta Lei, deverão contar com rampas para o acesso de pessoas com deficiência.

Art. 3º Nos locais a que se refere o Art. 1 º desta Lei, deverão ser afixadas placas indicativas com a seguinte informação: "Brinquedos adaptados para inclusão de crianças com deficiência ou mobilidade reduzida ".

Art.4º Os eventos do calendário municipal que contenham atividades destinadas ao público infantil deverão contar com atividades recreativas inclusivas para crianças portadoras de necessidades especiais.

Art. 5º As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º O Poder Executivo fica autorizado a buscar formas de incentivo para custear as despesas oriundas das adaptações exigidas nesta Lei.

Art. 7º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei num prazo máximo de 90 (noventa dias).

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. *(Nova Redação dada pela Emenda n° 001/2026 – Modificativa e Aditiva – Proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, com fulcro no art. 135, § 3° e § 4º do Regimento Interno da Câmara, em 14/09/2026).*

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 14 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:0D4F40F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA INTERNA Nº 001/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL DR. ALCÍDIO BORTOLIN

PORTARIA INTERNA Nº 001/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: "Institui e designa os membros da Comissão de Revisão de Óbito do Hospital e Maternidade Municipal Dr. Alcídio Bortolin."

O **DIRETOR GERAL, SR. JORGE MARCELO PICCININ**, no uso de suas obrigações legais e regimentais, inscrito no CPF nº 028.302.389-90, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto na Resolução CFM nº 2.171/2017, com as alterações promovidas pela Resolução CFM nº 2.469/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão de Revisão de Óbito do Hospital e Maternidade Municipal Dr. Alcídio Bortolin, destinada à análise técnica e sistemática dos óbitos ocorridos na instituição, visando à identificação de oportunidades de melhoria dos processos assistenciais e ao aprimoramento da qualidade e da segurança da assistência.

Art. 2º Designar para compor a Comissão de Revisão de Óbito os seguintes profissionais:

– Dr. Oswando Daniel Alcala Acosta, Médico, CRM-PR nº 33.652 - Coordenador da Comissão e Responsável Técnico Médico;

– Dra. Glauciely Costalonga Moura, Médica, CRM-PR nº 49.714 – Membro;

– Dra. Raphaela Montalvao Morais Mazur, Médica, CRM-PR nº 51.283 – Membro;

– Gizele Dana Xavier Buzato, Enfermeira, COREN-PR nº 284.040 – CCIH – Membro;

– Luciana Karla Ferreira Xavier, Enfermeira, COREN-PR nº 597.519 – Responsável Técnica de Enfermagem – Membro.

Morretes, 15 de outubro de 2026.

JORGE MARCELO PICCININ
Superintendente Geral de Saúde Diretor Hospital Municipal de Morretes

MANOEL DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:A624E1AE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 9509 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL DR. ALCÍDIO BORTOLIN

PORTARIA N° 9509 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a criação do Núcleo de Segurança do Paciente – NSP, no âmbito do Hospital e Maternidade Municipal Dr° Alcídio Bortolin."

O **DIRETOR GERAL, SR. JORGE MARCELO PICCININ**, no uso de suas obrigações legais e regimentais, considerando a Resolução RDC n° 36, de 25 de julho de 2013, da Agência Nacional da Vigilância – ANVISA, que institui ações para segurança do paciente em serviço de saúde;

CONSIDERANDO a portaria MS n° 529, de 1° de abril de 2013, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP);

CONSIDERANDO a necessidade de promover a qualidade na atenção à saúde e reduzir riscos e eventos adversos nos serviços prestados pela instituição;

RESOLVE:

Art. 1° Fica criado, no âmbito do Hospital e Maternidade Municipal Dr° Alcídio Bortolin, o Núcleo de segurança do Paciente (NSP), com a finalidade de desenvolver ações voltadas à promoção da segurança do paciente e à prevenção de eventos adversos.

Art. 2º O NSP ficará vinculado Hospital e Maternidade Municipal Dr° Alcídio Bortolin, funcionando como órgão de assessoria a direção do hospital, e de execução das ações de segurança do paciente, estando assegurado sua autonomia funcional junto aos setores estratégicos para essas ações.

Art. 3° O NSP será composto por profissionais de diferentes áreas da instituição, conforme designação abaixo:

I - Gizele Dana Xavier Buzato - Coordenador (a) do NSP
II - Luciana Karla Ferreira Xavier - Representante da Enfermagem
III - Oswando Daniel Alcala Acosta - Representante de Medicina
IV - Ângela Santos Macedo - Representante da Farmácia
V - Gabriela Berlim Pazinatto - Representante da Nutrição

Outros membros e convidados:

I - Francielin de F. Apolinario De Souza - Representante da Vigilância em Saúde
II - Lenora Catharina Rodrigo - Representante da Vigilância em Saúde

Morretes, 13 de outubro de 2026.

JORGE MARCELO PICCININ
Superintendente Geral de Saúde
Diretor HMM

MANOEL DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:BD57A51C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9511 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9511 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, Motorista, no dia 18/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 18/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:C05D0E42

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9512 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9512 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, Motorista, no dia 04/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 04/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:E39C6F1C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9513 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9513 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, Motorista, no dia 28/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 28/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:5B5965B2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9514 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9514 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, Motorista, no dia 01/09/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº

970/2026, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 01/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:BD3BCF55

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9515 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9515 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, Motorista, no dia 14/09/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 14/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:3207EAD4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9516 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9516 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, Motorista, no dia 22/09/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 22/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:F9D1CFE2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9517 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9517 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, Motorista, no dia 24/09/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 24/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:351088C6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9518 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9518 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, Motorista, no dia 30/09/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº

970/2026, ao servidor ALUIR ALVES TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 30/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:B12172AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9519 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9519 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor OSVALDO CHARELLO, Motorista, no dia 01/09/2026, Piraquara/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor OSVALDO CHARELLO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Piraquara/PR no dia 01/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:AA841DE8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9520 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9520 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor OSVALDO CHARELLO, Motorista, no dia 04/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor OSVALDO CHARELLO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 04/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:A38FADFB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9521 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9521 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor OSVALDO CHARELLO, Motorista, no dia 11/09/2026, Piraquara/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor OSVALDO CHARELLO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Piraquara/PR no dia 11/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:AEF706B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9522 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9522 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor OSVALDO CHARELLO, Motorista, no dia 18/09/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº

970/2026, ao servidor OSVALDO CHARELLO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 18/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:5419D890

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9523 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9523 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor OSVALDO CHARELLO, Motorista, no dia 17/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor OSVALDO CHARELLO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 17/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:8B21BBEF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9524 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9524 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor OSVALDO CHARELLO, Motorista, no dia 22/09/2026, Piraquara/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor OSVALDO CHARELLO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Piraquara/PR no dia 22/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:3DB6CA89

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9525 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9525 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor OSVALDO CHARELLO, Motorista, no dia 23/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor OSVALDO CHARELLO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 23/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes,13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:6A359F70

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9526 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9526 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor OSVALDO CHARELLO, Motorista, no dia 03/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor OSVALDO CHARELLO, lotado na Secretaria

Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 03/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:5FF31EE3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9527 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9527 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ANDERSON DE PAULA SILVA, Motorista, no dia 01/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ANDERSON DE PAULA SILVA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 01/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:FA0C3056

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9527 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9527 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ANDERSON DE PAULA SILVA, Motorista, no dia 01/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ANDERSON DE PAULA SILVA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 01/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:07D2F561

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9528 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9528 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ANDERSON DE PAULA SILVA, Motorista, no dia 08/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ANDERSON DE PAULA SILVA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 08/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:97857D23

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9529 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9529 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ANDERSON DE PAULA SILVA, Motorista, no dia 11/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ANDERSON DE PAULA SILVA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 11/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:1979972A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9530 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9530 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ANDERSON DE PAULA SILVA, Motorista, no dia 22/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ANDERSON DE PAULA SILVA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 22/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:95D9F45E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9531 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9531 DE 09 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ANDERSON DE PAULA SILVA, Motorista, no dia 17/09/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ANDERSON DE PAULA SILVA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 17/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:D4B19B8A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9532 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9532 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ANDERSON DE PAULA SILVA, Motorista, no dia 18/09/2026, Colombo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ANDERSON DE PAULA SILVA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Colombo/PR no dia 18/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:05579F04

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9533 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9533 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ANDERSON DE PAULA SILVA, Motorista, no dia 21/09/2026, Colombo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ANDERSON DE PAULA SILVA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Colombo/PR no dia 21/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:D40ED494

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9534 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9534 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ANDERSON DE PAULA SILVA, Motorista, no dia 04/09/2026, Piraquara/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ANDERSON DE PAULA SILVA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Piraquara/PR no dia 04/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:CDB8EB57

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9535 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9535 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, Motorista, no dia 28/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 28/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:236F59E7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9536 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9536 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, Motorista, no dia 22/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 22/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:0E30CCC0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9537 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9537 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, Motorista, no dia 18/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos

termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 18/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:77066E77

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9538 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9538 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, Motorista, no dia 16/09/2026, Colombo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Colombo/PR no dia 16/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:38CCE858

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9539 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9539 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, Motorista, no dia 11/09/2026, Colombo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Colombo/PR no dia 11/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:9F901214

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9540 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9540 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, Motorista, no dia 09/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 09/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:311FDB5B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9541 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9541 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, Motorista, no dia 02/09/2026, Colombo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Colombo/PR no dia 02/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:3085E05B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9542 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9542 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, Motorista, no dia 03/09/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ORLEI FERNANDO VIEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 03/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes,13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:0D60341B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9543 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9543 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor LUIZ HENRIQUE DA SILVA, Motorista, no dia 02/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor LUIZ HENRIQUE DA SILVA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 02/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:03EF3AB6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9544 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9544 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor LUIZ HENRIQUE DA SILVA, Motorista, no dia 08/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor LUIZ HENRIQUE DA SILVA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 08/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:849AEFB3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9545 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9545 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor LUIZ HENRIQUE DA SILVA, Motorista, no dia

10/09/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor LUIZ HENRIQUE DA SILVA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 10/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:38000BC1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9546 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9546 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor LUIZ HENRIQUE DA SILVA, Motorista, no dia 18/09/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor LUIZ HENRIQUE DA SILVA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 18/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:E553B069

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9547 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9547 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor LUIZ HENRIQUE DA SILVA, Motorista, no dia 14/09/2026, Colombo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor LUIZ HENRIQUE DA SILVA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Colombo/PR no dia 14/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:E0174C4C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9548 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9548 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor LUIZ HENRIQUE DA SILVA, Motorista, no dia 17/09/2026, Colombo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor LUIZ HENRIQUE DA SILVA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Colombo/PR no dia 17/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:5ED7D855

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9549 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9549 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor LUIZ HENRIQUE DA SILVA, Motorista, no dia

22/09/2026, Colombo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor LUIZ HENRIQUE DA SILVA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Colombo/PR no dia 22/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:1313E0EE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9550 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9550 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor LUIZ HENRIQUE DA SILVA, Motorista, no dia 25/09/2026, Colombo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor LUIZ HENRIQUE DA SILVA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Colombo/PR no dia 25/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:B2ABA6D8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9551 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9551 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor IVAIR ALVES PEREIRA, Motorista, no dia 03/09/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor IVAIR ALVES PEREIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 03/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:8EC5C887

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9552 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9552 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor IVAIR ALVES PEREIRA, Motorista, no dia 09/09/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor IVAIR ALVES PEREIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 09/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:99ED4A23

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9553 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9553 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor IVAIR ALVES PEREIRA, Motorista, no dia 11/09/2026,

Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor IVAIR ALVES PEREIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 11/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:D1672527

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9554 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9554 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor IVAIR ALVES PEREIRA, Motorista, no dia 16/09/2026, Colombo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor IVAIR ALVES PEREIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Colombo/PR no dia 16/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:F7DA486A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9555 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9555 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor IVAIR ALVES PEREIRA, Motorista, no dia 21/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor IVAIR ALVES PEREIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 21/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:4B718585

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9556 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9556 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor IVAIR ALVES PEREIRA, Motorista, no dia 23/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor IVAIR ALVES PEREIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 23/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:353D5305

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9557 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9557 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor IVAIR ALVES PEREIRA, Motorista, no dia 24/09/2026,

Colombo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor IVAIR ALVES PEREIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Colombo/PR no dia 24/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:D4B091CD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9558 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9558 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor IVAIR ALVES PEREIRA, Motorista, no dia 28/09/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor IVAIR ALVES PEREIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 28/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:9D3D40CD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9559 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9559 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, Motorista, no dia 22/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 22/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:16490B44

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9560 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9560 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, Motorista, no dia 29/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 29/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:07200545

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9561 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9561 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, Motorista, no dia 30/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 30/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:51B87838

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9562 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9562 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, Motorista, no dia 28/09/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 28/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:91FEC42A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9563 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9563 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, Motorista, no dia 21/09/2026, Paranaguá/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 74,41 (setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Paranaguá/PR no dia 21/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:B11E1446

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9564 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9564 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, Motorista, no dia 23/09/2026, Paranaguá/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 74,41 (setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Paranaguá/PR no dia 23/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:28F04E2D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9565 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9565 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, Motorista, no dia 25/09/2026, Paranaguá/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 74,41 (setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor EDSON SIDIVAL CARDOSO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Paranaguá/PR no dia 25/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:86797434

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9566 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9566 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor JOSÉ RICARDO DE ASSUMPÇÃO, Motorista, no dia 09/09/2026, Colombo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor JOSÉ RICARDO DE ASSUMPÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Colombo/PR no dia 09/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:79140BD7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9567 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9567 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor JOSÉ RICARDO DE ASSUMPÇÃO, Motorista, no dia 11/09/2026, Colombo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor JOSÉ RICARDO DE ASSUMPÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Colombo/PR no dia 11/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:BE14B12C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9568 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9568 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor JOSÉ RICARDO DE ASSUMPÇÃO, Motorista, no dia 15/09/2026, Colombo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor JOSÉ RICARDO DE ASSUMPÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Colombo/PR no dia 15/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:A70749EC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9569 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9569 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor JOSÉ RICARDO DE ASSUMPÇÃO, Motorista, no dia 21/09/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor JOSÉ RICARDO DE ASSUMPÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 21/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:6472A029

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9570 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9570 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor JOSÉ RICARDO DE ASSUMPÇÃO, Motorista, no dia 16/09/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor JOSÉ RICARDO DE ASSUMPÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 16/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:8742ECC2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9571 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9571 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor JOSÉ RICARDO DE ASSUMPÇÃO, Motorista, no dia 23/09/2026, Colombo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor JOSÉ RICARDO DE ASSUMPÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Colombo/PR no dia 23/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:61B07A69

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9572 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9572 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor JOSÉ RICARDO DE ASSUMPÇÃO, Motorista, no dia 28/09/2026, Colombo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor JOSÉ RICARDO DE ASSUMPÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Colombo/PR no dia 28/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:082CFB4C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9573 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9573 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor JOSÉ RICARDO DE ASSUMPÇÃO, Motorista, no dia 30/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor JOSÉ RICARDO DE ASSUMPÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 30/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:493CF605

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9574 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9574 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor MARCELO ASSUNÇÃO, Motorista, no dia 03/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor MARCELO ASSUNÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 03/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:51204236

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9575 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9575 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor MARCELO ASSUNÇÃO, Motorista, no dia 09/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor MARCELO ASSUNÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 09/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:8257888A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9576 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9576 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor MARCELO ASSUNÇÃO, Motorista, no dia 14/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor MARCELO ASSUNÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 14/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:2127EF86

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9577 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9577 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor MARCELO ASSUNÇÃO, Motorista, no dia 16/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor MARCELO ASSUNÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 16/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:7F048E99

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9578 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9578 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor MARCELO ASSUNÇÃO, Motorista, no dia 04/09/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor MARCELO ASSUNÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 04/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:C2A934E8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9579 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9579 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor MARCELO ASSUNÇÃO, Motorista, no dia 22/09/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor MARCELO ASSUNÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 22/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:5C30ACAC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9580 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9580 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor MARCELO ASSUNÇÃO, Motorista, no dia 17/09/2026, Colombo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor MARCELO ASSUNÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Colombo/PR no dia 17/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:3F6D5220

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9581 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9581 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor MARCELO ASSUNÇÃO, Motorista, no dia 28/09/2026, Fazenda Rio Grande/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor MARCELO ASSUNÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Fazenda Rio Grande/PR no dia 28/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:FF4C67BB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9582 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9582 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação a servidora NELMA ALVES GIMENES, Motorista, no dia 09/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotada na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, a servidora NELMA ALVES GIMENES, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 09/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:2530B5B6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9583 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9583 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação a servidora NELMA ALVES GIMENES, Motorista, no dia 10/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotada na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, a servidora NELMA ALVES GIMENES, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 10/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:4A432C79

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9584 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9584 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação a servidora NELMA ALVES GIMENES, Motorista, no dia 14/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotada na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, a servidora NELMA ALVES GIMENES, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 14/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:9E13AF5F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9585 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9585 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação a servidora NELMA ALVES GIMENES, Motorista, no dia 16/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotada na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, a servidora NELMA ALVES GIMENES, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 16/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:D19E95A6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9586 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9586 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação a servidora NELMA ALVES GIMENES, Motorista, no dia 15/09/2026, Campo Largo/PR, lotada na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, a servidora NELMA ALVES GIMENES, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 15/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:B3CB7495

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9587 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9587 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação a servidora NELMA ALVES GIMENES, Motorista, no dia 23/09/2026, Campo Largo/PR, lotada na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, a servidora NELMA ALVES GIMENES, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 23/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:69643331

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9588 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9588 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação a servidora NELMA ALVES GIMENES, Motorista, no dia 28/09/2026, Campo Largo/PR, lotada na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, a servidora NELMA ALVES GIMENES, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 28/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:20A09682

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9589 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9589 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação a servidora NELMA ALVES GIMENES, Motorista, no dia 02/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotada na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, a servidora NELMA ALVES GIMENES, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 02/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:B7CF952A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9590 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9590 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, Motorista, no dia 29/09/2026, Piraquara/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Piraquara/PR no dia 29/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:78D4470A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9591 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9591 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, Motorista, no dia 22/09/2026, Piraquara/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Piraquara/PR no dia 22/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:8D6E64A6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9592 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9592 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, Motorista, no dia 15/09/2026, Piraquara/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Piraquara/PR no dia 15/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:04F06C11

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9593 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9593 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, Motorista, no dia 09/09/2026, Piraquara/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Piraquara/PR no dia 09/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:458D0869

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9594 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9594 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, Motorista, no dia 01/09/2026, Piraquara/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Piraquara/PR no dia 01/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:05562A8F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9595 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9595 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, Motorista, no dia 03/09/2026, Curitiba/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 111,61 (cento e onze reais e sessenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Curitiba/PR no dia 03/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:16391FA0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9596 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9596 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, Motorista, no dia 11/09/2026, Curitiba/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 111,61 (cento e onze reais e sessenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Curitiba/PR no dia 11/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:C58FD1E3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9597 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9597 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, Motorista, no dia 18/09/2026, Curitiba/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 111,61 (cento e onze reais e sessenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ODIR IRENO DE MIRANDA JUNIOR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Curitiba/PR no dia 18/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:56CF54E5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9598 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9598 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, Motorista, no dia 01/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (50%), no valor total de R$ 66,96 (sessenta e seis reais e noventa e seis centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 01/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:7309C918

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9599 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9599 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, Motorista, no dia 03/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 03/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:07CD8749

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9600 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9600 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, Motorista, no dia 11/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 11/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:A043C08B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9601 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9601 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, Motorista, no dia 15/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 15/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:5BE87021

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9602 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9602 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, Motorista, no dia 17/09/2026, Campina Grande do Sul/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campina Grande do Sul/PR no dia 17/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:A16D0872

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9603 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9603 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, Motorista, no dia 01/09/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (50%), no valor total de R$ 66,96 (sessenta e seis reais e noventa e seis centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 01/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:16DD43E4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9604 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9604 DE 13 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesas de alimentação ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, Motorista, no dia 08/09/2026, Campo Largo/PR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. Manoel Medeiros Machado, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 6613 de 01 de agosto de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 133,93 (cento e trinta e três reais e noventa e três centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor ROMUALDO PEREIRA DE LIMA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo Motorista, o qual se deslocou até Campo Largo/PR no dia 08/09/2026, para Translado de Paciente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 13 de outubro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:3FB16F27

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9606 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9606 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesa de alimentação ao servidor LUIS GUILHERME DIAS DA COSTA, Motorista, no dia 17/10/2026, Paranaguá/PR, lotado na Secretaria Municipal de Esporte

O Secretário Municipal de Esporte, Sr. Gibran Luiz De Araujo, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 9506 de 08 de outubro de 2026**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 74,41 (setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor LUIS GUILHERME DIAS DA COSTA, lotado na Secretaria Municipal de Esporte, Cargo de Motorista, no qual se deslocará até Paranaguá/PR no dia 17/10/2026, para transportar atletas para os Jogos Copa Alceu de Voleibol.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 14 de outubro de 2026.

GIBRAN LUIZ DE ARAUJO
Secretário Municipal de Esporte

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:9B01F4F0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9607 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9607 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO

Súmula: Despesa de alimentação ao servidor VINICIUS HENRIQUE OLIVEIRA, cargo Diretor de Fomento ao Esporte, no dia 17/10/2026, Paranaguá/PR, lotado na Secretaria Municipal de Esporte

O Secretário Municipal de Esporte, Sr. Gibran Luiz De Araujo, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 9506 de 08 de outubro de 2026**.**

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação de (100%), no valor total de R$ 74,41 (setenta e quatro reais e quarenta e um centavos), conforme disposto na tabela IV - Anexo I da Lei nº 970/2026, ao servidor VINICIUS HENRIQUE OLIVEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Esporte, cargo Diretor de Fomento ao Esporte, no qual se deslocará até Paranaguá/PR no dia 17/10/2026, para transportar atletas para os Jogos Copa Alceu de Voleibol.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 14 de outubro de 2026.

GIBRAN LUIZ DE ARAUJO
Secretário Municipal de Esporte

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:9CD7E442

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9609 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9609 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026
DESPESA DE ALIMENTAÇÃO E LOCOMOÇÃO URBANA

Súmula: Despesa de alimentação e locomoção urbana, ao Prefeito, Sr. Sebastião Brindarolli Junior, no dia 14/10/2026, Curitiba/PR

A **Secretária Municipal de Governo,** Sr.ª. Jessica Ronchini Montalvão , no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da Lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, portaria nº 5966 de 05 de maio de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar 01 (uma) despesa de alimentação e locomoção urbana (50%), no valor total de R$ 251,12 (duzentos e cinquenta e um reais e doze centavos), conforme disposto no anexo II - tabela III da Lei nº 970/2026, ao Prefeito, Sr. Sebastião Brindarolli Junior, no dia 14/10/2026, se deslocou até Curitiba/PR, para participar de reunião no Gabinete do Deputado Alexandre Curi, às 9h30min, e do evento do PROGOV, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) e pela Escola de Gestão Pública, às 11h30min, ocasião em que recebeu a homenagem e o reconhecimento concedidos à Secretaria Municipal de Assistência Social no âmbito do referido programa.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 15 de outubro de 2026.

JESSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Governo

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:7BE6F7A7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo nº 90/2026
Pregão Eletrônico nº 43/2026

Objeto:AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EXTINTORES, RECARGAS E MANUTENÇÃO, ASSIM COMO SEUS ACESSÓRIOS E PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO E SEGURANÇA.

Com base nas informações constantes do Procedimento Licitatório N.º 90/2026 e Pregão Eletrônico N.º 43/2026, por força do inciso IV, art. 71 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a(s) autoridade(s) competente(s) resolve(m) **ADJUDICAR** o(s) objeto(s) do processo licitatório epigrafado, considerando o julgamento das propostas, lances, habilitação e análise recursal realizada pelo Agente de Contratação à(s) seguinte(s) empresa(s):

GUERING GASES LTDA, inscrita no CNPJ n.º62.666.663/0001-05, vencedora do item 1 no valor total de R$ 125.997,55 (cento e vinte e cinco mil e novecentos e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos).

Em sequência, resolve(m) então **HOMOLOGAR** o referido procedimento, conforme delegação atribuída em seu Art. 1° do Decreto 560/2022.

[...]" Decreto Municipal 560/2022: art. 1º em razão de circunstâncias de índole técnica e jurídica e com intuito de acelerar o trâmite dos processos administrativos internos, fica delegada aos Secretários Municipais a competência para homologação das licitações e subscrição dos contratos administrativos municipais e aditivos, incluindo os convênios, termos de parceria e contratos de gestão, referentes a contratações da respectiva Secretaria." [...]

Por fim, convoca(m)-se a(s) proponente(s) supramencionada(s) para assinatura do respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021.

Morretes, 14 de outubro de 2026.

JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE	***MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLO***
Secretário Municipal de Administração	Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER	***ADRIANA ASSUMPÇÃO***
Secretário de Agricultura, Abastecimento e Inovação	Secretária Municipal de Educação
MANOEL MEDEIROS MACHADO	***MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO***
Secretário Municipal de Saúde	Secretária Municipal de Assistência Social
ANDERSON LUIS DE AMORIM FERREIRA	
Secretário Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil	

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:6A3713B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 95/2026

O Município de Nova América da Colina torna pública a realização da Dispensa de Licitação nº 31/2026, Processo Administrativo nº 95/2026, com critério de julgamento de menor preço por item, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. O objeto consiste na Prestação de serviços técnicos especializados em segurança eletrônica e videomonitoramento municipal, abrangendo câmeras VHD, Full HD, IP, Speed Dome e LPR para leitura de placas veiculares. A participação é exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, com prioridade de contratação regional conforme as diretrizes da AMUNOP. As propostas de preço devem ser enviadas para o e-mail licita@novaamericadacolina.pr.gov.br até o dia 21 de outubro de 2026, às 09h30. O aviso completo e seus anexos podem ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Paraná, nº 276, Centro, ou através do site oficial do município.

Nova América da Colina, 15 de outubro de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO.
Prefeita

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:9341C369

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 46/2024

Extrato de publicação e providências finais
Terceiro termo aditivo ao Contrato nº 46/2024
CONTRATANTE: Município de Nova América da Colina/PR, CNPJ nº 75.827.204/0001-08. LOCADOR: Francisco Donizeti Concimo. OBJETO: alteração consensual do aluguel do imóvel situado na Avenida Paraná, 263, Centro, destinado ao Departamento de Fiscalização e Tributação, de R$ 850,14 para R$ 1.050,14 mensais, com acréscimo de R$ 200,00. INÍCIO DOS EFEITOS: 23/10/2026. VIGÊNCIA: mantida até 23/05/2028, sem prorrogação. DATA DA ASSINATURA: 15/10/2026. SIGNATÁRIOS: Tania Cristina da Silva Basso e Francisco Donizeti Concimo.

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:7079B09E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
04/2026

Resolução 04 /2026

SUMULA:DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO PAS – (PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) ATRAVÉS DA INCLUSÃO DE BENEFICIOS EVENTUAIS, CALAMIDADE PÚBLICA, VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA E SERVIÇOS DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E DE EMERGÊNCIAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Nova América da Colina, no uso de suas atribuições legais, conferido pela Lei Municipal nº
Considerando
- Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS; nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
- Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 14 de outubro de 2004.
- A Norma Operacional Básica do SUAS, a NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130, de 11115 de julho de 2005;
- A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;
- Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013 do CNAS;
- A deliberação da plenária,

Resolve:

Artigo 1º - **APROVAR A ALTERAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO PAS – (PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) ATRAVÉS DA INCLUSÃO DE BENEFICIOS EVENTUAIS E CALAMIDADE PÚBLICA, VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA E SERVIÇOS DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E DE EMERGÊNCIAS.**

Artigo 2º - Essa resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em 13 de setembro de 2026.

ALINE GOMES LEANDRO BASSO
Presidente CMAS

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:549C022B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 57/2026

DECRETO N° 57/2026

A Prefeita Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, Tania Cristina da Silva Basso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI – PROFESSORA DEYANNI SETNIROGATTI, para os anos de 2025/2027,
sendo composto pelos seguintes Membros:

Silvia Cristina de Oliveira Carvalho - **Presidente**
Elvira de Fátima Licorini Balardim **- Vice-presidente**

Representante da Equipe Pedagógica:
Elvira de Fátima Licorini Balardim – como titular

Representantes do Corpo Docente:
Flávia de Souza - como titular
Nilcilene Rocha da Silva Mendes - como Suplente

Representantes dos Funcionários Administrativos:
Maria Filomena dos Santos - como Titular Maria Aparecida Pereira - como Suplente
Representantes do Corpo Discente:
Emillya Maria Rodrigues Pina –Representante Flávia Ferreira Rodrigues Pina - como titular
Ayla de Oliveira Talman dos Santos - Representante Angelica de Oliveira como suplente
Representantes de Pais de alunos:
Silvana Gegiane dos Santos - como Titular; Niridiane Jora dos Santos - como Suplente Rayane Fagundes de Santana - como Titular
Cassiane Aparecida Rodrigues da Cruz - como suplente

Representantes dos Movimentos Sociais Organizados da Comunidade:
Gian Aparecido de Oliveira David - como Titular Emanuel Luis Santos - como Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, em especial o decreto 31/2025.

Nova América da Colina-Pr, 15 de outubro de 2025.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:A3446A91

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU – PR

AVISO DE LEILÃO Nº 005/2026

O MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n. 78.103.884/0001-05, sediado na Vereador Valmor Gomes, Cidade de Nova Prata do Iguaçu – PR, neste ato representado pela Prefeita Municipal, ELIZETE CAVAZIN, **TORNA PÚBLICO**, através do Leiloeiro, o Servidor Municipal Sr.(a) Janderson Jandir Giotti, nomeado pelo Decreto Municipal nº 3774/2023, de 21 de setembro de 2023, realizará a venda de ativos inservíveis, ao final deste edital discriminados, através de **leilão público oficial on-line**, devidamente assessorado pela empresa Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda, contratada para prestar serviços de tecnologia para vendas de ativos considerados inservíveis, conforme Contrato de Prestação de Serviço nº 020/2023. Todo o processo de realização do leilão será acompanhado pela comissão especial formada pelos servidores: Gerson Zatta, Sidney Gonçalves Alberton e Edson Calgarotto, nomeados pela Portaria Municipal nº 3932 de 19 de fevereiro de 2025, conforme dispõe a Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal n° 3766/2023.
DATA DE REALIZAÇÃO DO LEILÃO: O leilão será realizado no dia 16 de novembro de 2026, a partir das 14:00h, exclusivamente na modalidade on line através do SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) e ECKERT TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA (www.eckertleiloes.com.br).
VISITAÇÃO: Cabe aos interessados vistoriar os bens a serem apregoados até o dia 12 de novembro de 2026 das 09:00horas as 11:00horas e das 14:00horas as 17:00horas. Os interessados deverão entrar em contato com o responsável Edson Calgarotto para agendamento de visitação no Município de Nova Prata do Iguaçu/PR, pelo telefone (46) 99107-4516, e-mail jandersongabinete@npi.pr.gov.br com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis para agendamento.
Os lotes a serem apregoados neste leilão encontram-se no seguinte endereço:
Rua Vereador Valmor Gomes, nº 11/59, Centro, CEP 85685-000, Município de Nova Prata do Iguaçu – Pr.
RETIRADA DO EDITAL: Disponível na íntegra no site do município de Nova Prata do Iguaçu, no endereço eletrônico www.npi.pr.gov.br, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 15 de outubro de 2026.

JANDERSON JANDIR GIOTTI –
Leiloeiro

ELIZETE CAVAZIN –
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:358BFD0F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO Nº 403/2026 CÓD. VERIFICADOR: P1LJ99NF

INTERESSADO(A): Fernando Antônio Filipini
ASSUNTO: Cessão de direitos decorrentes da outorga (Termo de Permissão) para exploração do serviço de táxi, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 12.468/2011, incluído pela Lei Federal nº 15.271/2025.
MUNICÍPIO: Nova Prata do Iguaçu – PR
REFERÊNCIA NORMATIVA: Lei Federal nº 12.468, de 26 de agosto de 2011; Lei Federal nº 15.271, de 26 de novembro de 2025; Lei Municipal nº 015, de 12 de setembro de 1983.
REFERÊNCIA OPINATIVA: Parecer Jurídico nº 006/2026, de 06 de outubro de 2026.

1. RELATÓRIO

Trata-se de requerimento administrativo, datado e protocolado em 23 de setembro de 2026, formulado por Fernando Antônio Filipini, por meio do qual pleiteia a transferência (cessão) do Termo de Permissão para exploração do serviço de táxi de titularidade do Sr. Anselmo Filipini, seu pai.
Em síntese, sustenta o Requerente que o titular, por razões de saúde e idade avançada, encontra-se com a capacidade reduzida de exercer regularmente a atividade profissional comprometida, e afirma que a cessão não teria caráter comercial, mas sucessório, fundamentando o pedido no art. 6º, §1º, da Lei Municipal nº 015/1983. Acompanha o requerimento documento de anuência expressa assinado pelo titular.
Os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica de Gabinete, que emitiu o Parecer Jurídico nº 006/2026, concluindo ser juridicamente possível a cessão, nos termos do art. 16 da Lei nº 12.468/2011, desde que sub-rogado o cessionário nos termos e condições da outorga original e comprovados os requisitos legais, e recomendando, ainda, a elaboração de nova legislação municipal sobre o tema.

É o breve relatório. Passa-se à fundamentação e decisão.

2. FUNDAMENTAÇÃO E RAZÕES DE DECIDIR

Acolho integralmente as razões do Parecer Jurídico nº 006/2026, que passam a integrar esta decisão como fundamento, em motivação por referência (*per relationem*), técnica admitida pelo art. 50, §1º, da Lei nº 9.784/1999, aplicável por analogia.
O art. 16, caput, da Lei nº 12.468/2011, incluído pela Lei nº 15.271/2025, admite expressamente a cessão de direitos decorrentes da outorga para exploração do serviço de táxi, ficando o cessionário sub-rogado nos mesmos termos e condições estabelecidos na outorga original, pelo prazo remanescente. Não se trata, portanto, de nova outorga, nem de renovação ou prorrogação do prazo.
O §1º do mesmo dispositivo condiciona a efetivação da cessão à comprovação, pelo cessionário, do atendimento dos requisitos e condições da legislação específica, e dispõe que, verificada a regularidade da documentação apresentada, o reconhecimento da substituição do titular constitui ato vinculado. O §8º, por sua vez, determina que a cessão observe a Constituição Federal, em especial o art. 37, e a legislação do poder competente.
Registro que o pedido, tal como formulado, trata de cessão em vida, com anuência expressa do titular, e não da hipótese do §6º, do art. 16 (falecimento do outorgado). Assim, o deferimento ora proferido tem por fundamento o art. 16, caput, da Lei nº 12.468/2011 e não se funda em direito hereditário, nem importa em renovação ou perpetuação do título, em consonância com a interpretação restritiva e as cautelas recomendadas no Parecer Jurídico, à luz da orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 5.337.
Quanto aos requisitos, o art. 3º, da Lei nº 12.468/2011 exige o seguinte:

Art. 3º A atividade profissional de que trata o art. 1º somente será exercida por profissional que atenda integralmente aos requisitos e às condições abaixo estabelecidos:
I – habilitação para conduzir veículo automotor, em uma das categorias B, C, D ou E, assim definidas no art. 143 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II – curso de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos, promovido por entidade reconhecida pelo respectivo órgão autorizatário, inclusive na modalidade a distância;
III – veículo com as características exigidas pela autoridade de trânsito;
IV – certificação específica para exercer a profissão, emitida pelo órgão competente da localidade da prestação do serviço;
V – inscrição como segurado no Instituto Nacional de Seguridade Nacional – INSS, ainda que exerça a profissão na condição de taxista autônomo, taxista auxiliar de condutor autônomo ou taxista locatário; e
VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, para o profissional taxista empregado.

Ademais, cumpre destacar que a Lei Municipal nº 015/1983 dispõe sobre requisitos para a transferência do Termo de Permissão, senão vejamos:

Art. 6º O Termo de Permissão será registrado em livro próprio, podendo ser revogado ou modificado a qualquer tempo pelo Município, quando este julgar necessário.
§1º O Termo de Permissão somente será transferido preenchido os requisitos desta Lei, mediante a comprovação do recolhimento aos cofres do Município da taxa de transferência equivalente a 05 (cinco) UFM a época do pedido de transferência.
(...)

É de se notar, com isso, que a Lei Municipal já reforçava a necessidade de observância do cumprimento dos requisitos da lei para a cessão. A referida norma municipal, em seu art. 4º, regulamenta a necessidade de inscrição no Cadastro Municipal de Condutores de táxi para se fazer valer da autorização, pelo Poder Público, do transporte de passageiros no município. *In verbis*:

Art. 4º A pessoa física, para obter a outorga do Termo de Permissão deverá fazer prova de estar inscrita no Cadastro Municipal dos Condutores de táxi.

Tais requisitos ainda não foram comprovados nos autos, razão pela qual o deferimento deve ficar condicionado à sua efetiva demonstração.
Por fim, quanto à recomendação da elaboração de nova legislação municipal sobre o serviço de táxi, em razão da defasagem da Lei Municipal nº 015/1983 frente ao arcabouço federal superveniente, a sugestão será analisada oportunamente por esta Administração.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fundamento no art. 16, caput, da Lei Federal nº 12.468/2011, incluído pela Lei Federal nº 15.271/2025, **DECIDO**:
A) **DEFERIR** a cessão de direitos decorrentes da outorga (Termo de Permissão) para exploração do serviço de táxi, titularizada por Anselmo Filipini, em favor de Fernando Antônio Filipini, ficando o cessionário sub-rogado nos mesmos termos e condições estabelecidos na outorga original, inclusive quanto ao prazo remanescente e às obrigações dela decorrentes;
B) **CONDICICONAR** o deferimento e a efetivação da cessão à comprovação, pelo cessionário, dos requisitos constantes no art. 3º da Lei Federal nº 12.468/2011, sem prejuízo do requisito existente no art. 4º da Lei Municipal nº 015/1983;
C) **DETERMINAR** que o(a) responsável pelo Departamento de Tributação deste Município intime o interessado para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente os documentos pertinentes à comprovação dos requisitos referidos no item anterior, especificando na intimação, *Ipsis litteris*, os requisitos constantes no art. 3º da Lei Federal nº 12.468/2011 e no art. 4º da Lei Municipal nº 015/1983, bem como eventuais certidões de regularidade perante o Município;
D) **DETERMINAR** que, apresentada a documentação, os autos sejam submetidos à nova verificação de sua regularidade e, estando atendidos os requisitos, seja formalizada a substituição do titular no Termo de Permissão e nos registros municipais pertinentes;
E) Não sendo atendida a intimação no prazo fixado, ou não comprovados os requisitos exigidos, encaminhe-se os autos ao arquivo provisório pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, oportunidade em que, findo o prazo, os autos serão arquivados definitivamente;
F) **CONSIGNAR** que a recomendação da elaboração de nova legislação municipal sobre o serviço de táxi será analisada oportunamente.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Nova Prata do Iguaçu – PR, 15 de outubro de 2026

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:04386B8D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 4112/2026

DECRETO Nº 4112/2026
DATA: 14/10/2026

Súmula: Nomeia membros do Conselho Municipal de Saúde do Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Municipal nº 1075/2011.

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, os seguintes membros:

I – REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

a) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

1) Titular: Vilmar da Costa
2) Suplente: Ana Paula da Costa

b) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde Coordenação da Atenção Primária

1) Titular: Cândida Bruna Pereira
2) Suplente: Adrejani Filipini

c) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde Vigilância em Saúde

1) Titular: Janice Ceconi Pasqualon
2) Suplente: Francieli Buzim

II – REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE

a) Representantes da Clínica Viríssimo

1) Titular: Edimarcia Viríssimo da Rosa
2) Suplente: Júlia Grassi Ribeiro

b) Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

1) Titular: Aliny Heloise Belle Hibner
2) Suplente: Mara Antunes Ribas

III – REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA SAÚDE

a) Representantes do Conselho de Enfermagem

1) Titular: Claudete Figuero Koerich
2) Suplente: Irlete Lucia Frison

b) Representantes do Conselho de Odontologia

1) Titular: Neusa Clarice Minozzo
2) Suplente: Leodacir José Pereira

c) Representantes do Conselho de Farmácia

1) Titular: Magali Meurer
2) Suplente: Andressa Chaiane Santiami

d) Representantes do Conselho de Medicina

1) Titular: Samuel Mendes Cardoso Sandri
2) Suplente: Neyder Santacruz de Nandi

e) Representantes do Conselho de Fisioterapia e Psicologia

1) Titular: Ionara Belle
2) Suplente: Camilla Medeiros

IV – REPRESENTANTES DOS SEGMENTOS ORGANIZADOS DE USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

a) Representantes da Pastoral da Pessoa Idosa

1) Titular: Margarida Rodrigues
2) Suplente: Jocelane Machado Spessoto

b) Representantes da Associação de Moradores

1) Titular: Edison Antônio da Silva
2) Suplente: João Marques de Lima

c) Representantes da Entidade Religiosa – Igreja Católica

1) Titular: Fabiano Possiedi
2) Suplente: Luirdes Aparecida Kruczkevicz Blasius

d) Representantes do Sindicato da Agricultura Familiar

1) Titular: Angela Aparecida Vieira Oliboni
2) Suplente: Inês Rodrigues da Silva

e) Representantes da Associação de Mães e Amigos de Autistas - AMAA

1) Titular: Caroline Cason
2) Suplente: Lilian Dal Pra da Silva

f) Representantes da Associação de Clube de Mães da Comunidade de Nova Gaúcha

1) Titular: Leonice Stempcoski Brito
2) Suplente: Silvana Tomazi Norbet

g) Representantes da Associação de Clube de Mães da Comunidade de Nova Vitória

1) Titular: Zenita Lubavi da Silva
2) Suplente: Elizena Maria Appio Amaral

h) Representantes do Rotary Club

1) Titular: Flavio Couss
2) Suplente: Robson Dal Molin

i) Representantes da Igreja Evangélica

1) Titular: Helena de Moura
2) Suplente: Helena Flores Pinheiro

j) Representantes dos Associação Alcoólicos Anônimos

1) Titular: Cristovam Almeida
2) Suplente: Gilberto Dal Pra

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 3942/2025.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, aos 14 dias do mês de outubro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:D2440296

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 4113/2026

DECRETO Nº 4113/2026
DATA: 15/10/2026

Súmula: Dispõe sobre a transferência do ponto facultativo em comemoração ao Dia do Servidor Público no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA

Art. 1º - Fica transferido no ano de 2026, o ponto facultativo do dia 28 de outubro comemorativo ao "Dia do Servidor Público", no âmbito

da Administração Municipal, para o dia 30 de outubro, exceto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e as Escolas Públicas Municipais.

Parágrafo Único. As atividades consideradas essenciais, que deverão permanecer em funcionamento, serão definidas por ato próprio pelo(a) Secretário(a) Municipal de cada Secretaria.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, aos 15 dias do mês de outubro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:ACC47182

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6409/2026

PORTARIA Nº 6409/2026
DATA: 15/10/2026

SÚMULA: Concede férias aos Servidores Públicos Municipais de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias aos Servidores Públicos Municipais de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, conforme segue:

Antônio Luiz Lupattini, matricula funcional nº 9571-03, ocupante do cargo efetivo de Motorista, relativo ao período aquisitivo de 17/10/2025 a 16/10/2026, que serão gozadas a partir de 15/10/2026 a 13/11/2026 (30 dias).

Douglas Orben, matricula funcional nº 142605-01, ocupante do cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Serviços Administrativos, relativo ao período aquisitivo de 10/02/2025 a 09/02/2026, que serão gozadas a partir de 14/10/2026 a 28/10/2026 (15 dias).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de outubro 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:4EC97B1F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 527/2026

de 2 de outubro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 15 (quinze) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **5 a 19 de outubro de 2026**, a Servidora Pública Municipal ROSANGELA DE OLIVEIRA ROCHA DE SOUZA, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.570.399-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.434.489-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora (20 horas) – 1° PADRÃO** desde 26 de julho de 2005.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 2 de outubro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:AD1BDB57

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 528/2026

de 2 de outubro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 15 (quinze) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **5 a 19 de outubro de 2026**, a Servidora Pública Municipal ROSANGELA DE OLIVEIRA ROCHA DE SOUZA, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.570.399-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.434.489-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora (20 horas) – 2° PADRÃO** desde 11 de março de 2011.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 2 de outubro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:E6BEB9EF

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 529/2026

de 2 de outubro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 20 (vinte) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **1 a 20 de outubro de 2026**, a Servidora Pública Municipal SOLANGE APARECIDA MONARIN, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.221.152-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.464.601-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora (20 horas) – 2° PADRÃO** desde 11 de março de 2011.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 2 de outubro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:6D2655D5

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 530/2026

de 2 de outubro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 66 (sessenta e seis) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **14 de outubro a 18 de dezembro de 2026**, o Servidor Público Municipal ARGEU BENITES LOPES, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.989.338-*- SESP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.185.219-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Contador** desde 6 de fevereiro de 2006.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 2 de outubro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:F73B832D

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 532/2026

de 6 de outubro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir de 6 de outubro de 2026, do Emprego Público de Professora de Educação Infantil (40 horas) – P. S. S., a Servidora Pública GERSIA FERREIRA DOS SANTOS SANTANA, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.603.863-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.416.669-**, admitida em 7 de março de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 6 de outubro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora - Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:5D7782BE

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 534/2026

de 9 de outubro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 10 (dez) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **14 a 23 de outubro de 2026**, a Servidora Pública Municipal ALICE MEDEIRO MUNIZ DE BRITO, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.100.564-*- SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.614.559-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora (20 horas)** desde 02 de fevereiro de 2004.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 9 de outubro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:F1128D68

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 535/2026

de 9 de outubro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 45 (quarenta e cinco) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **19 de outubro a 2 de dezembro de 2026**, a Servidora Pública Municipal ELIZETE APARECIDA SILVA PASTRE, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.121.375-*- SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.624.239-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora de Educação Infantil (40 horas)** desde 14 de agosto de 2014.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 9 de outubro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:A4EB6BDA

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 536/2026

de 9 de outubro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir de 9 de outubro de 2026, do Emprego Público de Professora (20 horas) – P. S. S., a Servidora Pública BRUNA LORENA DA SILVA ANDREA, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.154.374-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.647.419-**, admitida em 10 de outubro de 2024.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 9 de outubro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora - Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:6DE521F9

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 537/2026

de 9 de outubro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir de 9 de outubro de 2026, do Emprego Público de Professora (20 horas) – P. S. S., a Servidora Pública JULIANA OLIVEIRA SANTOS, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.309.464-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.659.949-**, admitida em 10 de outubro de 2024.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 9 de outubro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora - Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:66829DB5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 588 2026

PORTARIA N° 588/2026

O Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei.
RESOLVE:
Art. 1° - Designar o Servidor Público Municipal, John Everton de Lima Bastos, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração, portador do RG n°. 8136144-4 e CPF n°.006.979.979-28, como gestor do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao 66º Aniversário do Município de Paiçandu.
Art. 2° - Designar o Servidor Publico Municipal, Mauro José Rodriguero, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Turismo, portador do RG n°. 48243193 e CPF n°.695.395.969-04 como fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao 66º Aniversário do Município de Paiçandu.
Art. 3° - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Município de Paiçandu, 15 de outubro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Caroline Pereira
Código Identificador:3E9DF83F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 286/2026

REGULAMENTA O TRANSPORTE ESCOLAR E ESTABELECE NORMAS PARA SUA OPERAÇÃO.

O Senhor Ismael Batista, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando:
a Lei Estadual nº 11.721, de 20 de maio de 1997, alterada pela Lei nº 17.568, de 15 de maio de 2013, que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar (PETE) no Paraná;
a Resolução nº 777/2013 - GS/SEED e demais atos de execução pela Fundepar, que disciplinam critérios operacionais, transferência de recursos, execução e prestação de contas do PETE;
as diretrizes e exigências do Sistema de Gestão do Transporte Escolar - SIGET/PR quanto a cadastro, monitoramento de rotas, condições dos veículos, condutores, usuários e transparência;
o Código de Trânsito Brasileiro - CTB (Lei nº 9.503/1997) e resoluções do CONTRAN aplicáveis ao transporte escolar, notadamente requisitos de segurança, identificação do veículo, curso específico do condutor e vistorias;
a Lei nº 10.880/2004 (PNATE), que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar;
a Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), quanto à prioridade absoluta, proteção integral e dever de prevenir a ocorrência de ameaça ou violação de direitos;
a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e normas de acessibilidade pertinentes;
as características territoriais e a realidade do Município de Paiçandu/PR, que compreende áreas urbana e rural, exigindo planejamento de rotas e contingências sazonais;
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º O presente Decreto aplica-se ao Transporte Escolar Público no âmbito da rede municipal de Ensino de Paiçandu-PR, abrangendo atendimento urbano e rural, em oferta direta ou terceirizada, inclusive convênios e cooperações com o Estado quando aplicável.
Art. 2º Este Decreto estabelece os critérios, procedimentos e atribuições para oferta, controle, uso, manutenção e fiscalização do Transporte Escolar Público Municipal, em consonância com o PETE, SIGET e demais normas estaduais aplicáveis.
§ 1º É de competência da Fundação de Educação de Paiçandu planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos referentes ao transporte escolar, de acordo com os critérios e normas estabelecidas pelo Poder Público Municipal.
§ 2º A Divisão de Transporte Escolar Público Municipal, sob responsabilidade da Fundação de Educação, é responsável pelo atendimento direcionado ao transporte para os estabelecimentos de Ensino da Rede Municipal e Estadual do município.
Art. 3º São princípios: segurança viária; prioridade absoluta à criança e ao adolescente (ECA); universalização do acesso e da permanência; eficiência e economicidade; transparência e acessibilidade e continuidade do serviço.
Art. 4º A execução observará o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e resoluções do CONTRAN, o Programa Estadual de Transporte Escolar (PETE/PR), o SIGET/Fundepar, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e demais normas correlatas.
Art. 5º Definições:
I - Rota: itinerário planejado com horários.
II - Ponto: local de embarque e desembarque.
III - Condutor: motorista habilitado e capacitado para transporte escolar.
IV - Monitor: profissional responsável pelo apoio a embarque, segurança e orientação de estudantes e estudantes com deficiência e/ou mobilidade reduzida.
V - Usuário: estudante beneficiário cadastrado com direito ao Transporte Escolar, de acordo com o Programa Estadual de Transporte Escolar (PETE/PR).
VI - Acessibilidade: condições de uso igualitário por estudantes com deficiência e/ou mobilidade reduzida.
CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS
Art. 6º Buscando assegurar o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes por meio de transporte escolar seguro, regular,

inclusivo e de qualidade, articulado ao calendário letivo. Este Decreto possui, enquanto objetivos específicos:

I - Garantir cumprimento de rotas e horários, evitando atrasos e interrupções.

II - Reduzir a evasão e o absenteísmo escolar, especialmente na zona rural.

III - Assegurar acessibilidade e atendimento adequado a estudantes com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

IV - Oferecer aos estudantes condições de frequentarem a escola por meio de um transporte seguro e de qualidade.

V - Promover formação inicial e continuada de condutores e monitores.

VI - Otimizar custos e sustentabilidade (racionalização de rotas e manutenção preventiva).

CAPÍTULO III

DO BENEFICIÁRIO

Art. 7º Poderá utilizar o transporte escolar o estudante que cumprir, cumulativamente:

I - Estar matriculado em Escola Pública Municipal ou Estadual, situada no Município de Paiçandu/Água Boa-PR.

II - Estar devidamente cadastrado no SERE ou sistema equivalente e no SIGET, quando aplicável.

III - Apresentar frequência escolar regular, conforme controle da respectiva unidade de ensino.

IV - O transporte escolar é garantido para estudantes que se enquadram nos termos da Lei Estadual nº 11.721/1997 e Resolução nº 777/2013, considerando a distância mínima de 2 (dois) quilômetros entre a residência do estudante e a escola, condições do trajeto e situações específicas previstas na legislação. De acordo com a Lei nº 11.721/1997, caso o estudante opte por uma escola mais distante, tendo uma opção próxima, o transporte é de responsabilidade dos responsáveis.

V - Estar cursando os Anos Iniciais/Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio Regular ou Técnico ou Escolas de Inclusão e Apoio às Pessoas com Deficiência. Não será realizado o transporte de estudantes da Educação Infantil.

§ 1º Poderá ser priorizado o atendimento a estudantes da zona rural, em situação de vulnerabilidade social, com deficiência e/ou mobilidade reduzida, bem como àqueles que residam em locais de risco,**sempre que as condições pessoais ou do trajeto justificarem a necessidade do transporte escolar**, mediante avaliação técnica da Fundação de Educação de Paiçandu, ainda que não atendido o critério geral de distância previsto no inciso IV deste artigo.

§ 2º O atendimento a estudantes com deficiência deve observar a compatibilidade de veículo/rota/tempo de deslocamento e a necessidade de monitor, quando indicada por laudo e/ou avaliação pedagógica e da Fundação de Educação.

CAPÍTULO IV

DOS PONTOS DE EMBARQUE E DESEMBARQUE

Art. 8º Os pontos serão definidos pela Fundação de Educação de Paiçandu juntamente com o setor do transporte escolar, com base em critérios técnicos, segurança e viabilidade, observando:

I - Distância máxima de até 2.000 metros entre a residência do estudante e o ponto de embarque.

II - Segurança, acessibilidade e condições do trajeto até o ponto.

III - Otimização das rotas, evitando sobreposições e prejuízos operacionais, com integração urbano-rural quando necessário.

Parágrafo único. O deslocamento entre a residência e o ponto de embarque é de responsabilidade dos pais ou responsáveis, devendo ser observado o melhor interesse da criança e do adolescente (ECA), bem como a obrigação de manter comunicação imediata com o estabelecimento de ensino em caso de ausência ou impedimento do estudante.

CAPÍTULO V

DOS CONDUTORES

Art. 9º Observando os critérios, procedimentos e atribuições para oferta, controle, uso, manutenção e fiscalização, em consonância com o PETE, SIGET e demais normas estaduais aplicáveis, os condutores devem:

I - Possuir CNH categoria "D" ou E (ou conforme normativo aplicável), idade mínima legal e ausência de restrições impeditivas.

II - Comprovar aprovação e atualização em curso especializado para transporte de escolares, nos termos das resoluções do CONTRAN.

III - Cumprir regras de direção defensiva, velocidade compatível e proibição de uso de celular durante a condução.

IV - Participar de formações continuadas promovidas ou indicadas pela Fundação de Educação de Paiçandu e/ou outros órgãos responsáveis.

V - Zelar pela segurança e higiene dos veículos, inspecionando-os diariamente antes e após cada itinerário.

CAPÍTULO VI

DOS MONITORES

Art. 10º A função do monitor é de fundamental importância para a segurança, o bem-estar e o apoio dos estudantes com deficiência e/ou mobilidade reduzida. A presença do monitor será obrigatória para alunos com Necessidades Específicas: com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e/ou mobilidade reduzida, cuja necessidade de acompanhamento esteja formalmente indicada em laudo, avaliação pedagógica ou parecer técnico da Fundação de Educação. Rotas complexas (zonas rurais, trajetos difíceis ou com muitos estudantes) poderão ter um monitor para auxiliar o motorista.

Art. 11º Compete ao monitor de transporte escolar, de forma a garantir a segurança e o bem-estar desses estudantes, executar as seguintes funções dentro do veículo e nos pontos de embarque/desembarque:

I - Supervisionar e manter a disciplina no interior do veículo, promovendo um ambiente seguro e respeitoso durante o trajeto.

II - Auxiliar ativamente no embarque e desembarque dos estudantes, zelando pela integridade física dos mesmos e orientando quanto à conduta adequada no transporte.

III - Comunicar imediatamente ao estabelecimento de ensino e/ou à Fundação de Educação quaisquer ocorrências relevantes durante o transporte.

IV - Auxiliar em situações de emergência, promovendo o bem-estar dos estudantes e adotando medidas cabíveis até a chegada de socorro, se necessário.

V - Zelar pela limpeza e organização do interior do veículo, contribuindo para um ambiente agradável e higiênico.

VI - Zelar para que os estudantes não se levantem, não coloquem partes do corpo para fora das janelas e não distraiam o condutor durante a viagem.

CAPÍTULO VII

DOS VEÍCULOS

Art. 12º O Transporte Escolar Público Municipal poderá ser realizado por ônibus, micro-ônibus e veículos do tipo van, ou outros veículos admitidos pela legislação aplicável, observadas as características, capacidade, equipamentos obrigatórios e demais requisitos de segurança estabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro, pelo CONTRAN, pelo órgão executivo de trânsito competente e pelas normas estaduais aplicáveis.

Art. 13º Os veículos empregados no Transporte Escolar Público Municipal deverão possuir idade máxima de 10 (dez) anos, observadas as condições de conservação, segurança, vistoria e demais requisitos estabelecidos pela legislação de trânsito e pelas normas específicas aplicáveis ao transporte escolar, **de modo a assegurar a integridade física e a segurança dos alunos, não podendo sua utilização, em qualquer hipótese, ocasionar riscos, prejuízos ou comprometimento à segurança, à saúde ou ao bem-estar dos estudantes transportados.**

Parágrafo único.A exigência de idade máxima prevista no caput será observada na composição e renovação da frota municipal, devendo os veículos integrantes da frota municipal que, na data de publicação deste Decreto, ultrapassarem o limite de idade estabelecido no caput ser objeto de planejamento gradual de substituição, sem prejuízo do cumprimento das exigências de segurança, vistoria, autorização e demais requisitos estabelecidos pelos órgãos competentes.

CAPÍTULO VIII

DO CADASTRO, CONTROLE E PLANEJAMENTO DE ROTAS

Art. 14º Para que o transporte escolar seja oferecido de forma eficiente e segura, é necessário atender a alguns requisitos fundamentais:

I - O cadastro de estudantes, condutores, veículos e rotas será mantido atualizado no SERE/SIGET, com integração à base da Fundação de Educação de Paiçandu.

II - As rotas por turno, com horários de embarque/desembarque, pontos e tempos estimados serão organizados pelo setor do Transporte Escolar.
III - Haverá plano de contingência para períodos de chuvas intensas e vias vicinais danificadas, priorizando a segurança.

CAPÍTULO IX
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15º A fiscalização será exercida pela Fundação de Educação, por meio da Divisão de Transporte Escolar, e, quando necessário, pelo Comitê Municipal de Transporte Escolar, e contemplará:
a) acompanhar o cumprimento deste Decreto, das leis estaduais (PETE) e normas do SIGET;
b) verificar relatórios de uso, condições dos veículos, cadastros e dados no SIGET;

CAPÍTULO X
DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E SUSPENSÃO DO BENEFÍCIO

Art. 16º O benefício ao estudante poderá ser suspenso temporariamente em casos de uso indevido, dano intencional ao patrimônio ou indisciplina grave reiterada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
§ 1º A suspensão do benefício de transporte, em nenhuma hipótese, poderá implicar em restrição ou privação do direito fundamental de acesso e permanência à educação, devendo ser priorizadas medidas educativas, acompanhamento pedagógico, envolvimento obrigatório dos pais ou responsáveis para resolução da situação e quando necessário, comunicação à Fundação de Educação e ao Conselho Tutelar.
§ 2º Em casos de indisciplina grave que configure ameaça ou violação de direitos, o fato deverá ser comunicado imediatamente à Fundação de Educação e ao Conselho Tutelar, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17º As medidas disciplinares decorrentes do descumprimento observarão os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
Art. 18º Os casos omissos ou situações excepcionais serão deliberados pela Fundação de Educação, com parecer do Comitê Municipal de Transporte Escolar, se necessário.
Art. 19º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 603/2025.
Paiçandu, 06 de outubro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:E3F4FF07

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 346 /2026

SÚMULA: Dispõe sobre Ponto Facultativo, nas repartições públicas municipais, no dia 28 de outubro de 2026.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAIÇANDU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A
Art. 1º- Fica Decretado Ponto Facultativo, nas repartições públicas municipais, sem interrupção dos serviços essenciais no dia 28 de outubro de 2026 - Dia do Funcionário Público.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, aos 09 dias do mês de outubro do ano de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:23F9709A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
LEI N° 3488/2026

Altera a alínea "b" do inciso II e acrescenta o § 3º ao art. 1º, altera o inciso II do art. 3º e dá nova redação ao art. 9º da Lei Municipal nº 2.362, de 25 de junho de 2014, que dispõe sobre a distribuição dos honorários advocatícios entre os advogados membros da Procuradoria Jurídica do Município de Paiçandu.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, **PREFEITO MUNICIPAL**, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º A alínea "b" do inciso II do art. 1º da Lei Municipal nº 2.362, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"b) cargo em comissão, exclusivamente na condição de titular do cargo de Procurador-Geral do Município." **(NR)**

Art. 2º O art. 1º da Lei Municipal nº 2.362, de 25 de junho de 2014, passa a vigorar acrescida do § 3º, com a seguinte redação:
"§ 3º A hipótese prevista na alínea 'b' do inciso II deste artigo restringe-se exclusivamente ao titular do cargo de Procurador-Geral do Município, ainda que ocupante exclusivamente de cargo em comissão, não abrangendo os demais servidores ocupantes de cargos comissionados sem vínculo efetivo com a Administração Pública Municipal." **(NR)**

Art. 3º É expressamente vedada a destinação ou o repasse de qualquer parcela a título de honorários advocatícios sucumbenciais aos demais servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão que desempenhem funções de assessoramento, chefia ou direção na Procuradoria Jurídica do Município, sem vínculo efetivo com a Administração Pública Municipal, ressalvada exclusivamente a hipótese do titular do cargo de Procurador-Geral prevista na alínea "b" do inciso II e no § 3º do art. 1º da Lei Municipal nº 2.362, de 2014.

Art. 4º O inciso II do art. 3º da Lei Municipal nº 2.362, de 25 de junho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II – 95% (noventa e cinco por cento) do montante global serão rateados entre os advogados efetivos da Procuradoria Jurídica e o titular do cargo de Procurador-Geral do Município, inclusive quando ocupante exclusivamente de cargo em comissão, observados os demais requisitos desta Lei e o limite remuneratório previsto no art. 6º;" **(NR)**

Art. 5º O art. 9º da Lei Municipal nº 2.362, de 25 de junho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou ato administrativo que, sem fundamento nesta Lei, suprima ou restrinja indevidamente o direito à distribuição dos honorários advocatícios dos beneficiários que preencham os requisitos nela previstos, observados as condições e os limites estabelecidos nesta Lei e na legislação aplicável." **(NR)**

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, aos 15 dias do mês de outubro do ano de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:4D32108B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA 33/2026

Extrato de publicação

DISPENSA ELETRÔNICA - 33/2026
Nº PROC. ADM. 121/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE PAICANDU, de acordo com a regulamentação realizará DISPENSA ELETRÔNICA sendo conduzido por VERÔNICA SIMÃO BENATTI e tendo como autoridade ISMAEL BATISTA.

PUBLICAÇÃO: 15/10/2026 14:49
INÍCIO REC. PROPOSTA: 15/10/2026 15:20
FIM REC. PROPOSTA: 21/10/2026 08:30
INÍCIO DISPUTA: 21/10/2026 09:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 2.996,4000

OBJETO DO PROCESSO

contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo conexão de internet por fibra óptica e serviço de telefonia fixa, incluindo o fornecimento dos equipamentos necessários em regime de comodato, instalação, configuração, ativação, suporte técnico e manutenção dos serviços, bem como a portabilidade da linha telefônica fixa atualmente utilizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, mantendo-se o número telefônico existente.

Para demais informações contato via e-mail: compras@paicandu.pr.gov.br, telefone: 4432440400 ou acesso pelo link:
https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DSr96rgS3MGudYOcM1_dNZui4eOQw2LeW43Y93jEYFpIHG5GlLpRYLOQrE%2FkNfkN0hNXb6Ki1XrulEQUwIyN3ofvwD6%2FnXjp5hnjPh53S2eA%3D

_____
VERÔNICA SIMÃO BENATTI

PAIÇANDU-PR - 15/10/2026

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:5C16ABFD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 25/2026

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 25/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 56/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/21, resolve homologar a Inexigibilidade de Licitação n°. 25/2026, e adjudicar o objeto desta contratação nos termos que seguem:
Objeto: Aquisição de passagens aéreas, através de Inexigibilidade de Licitação.
Empresa Contratada: JGT VIAGENS E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ nº 59.200.765/0001-18, com o valor total de R$ 8.636,43 (oito mil seiscentos e trinta e seis reais e quarenta e três centavos).

Publique-se.

15 de outubro de 2026

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:60409D3D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 99.2026

O Município de Palmeira torna público que às **09:00 do dia 28/10/2026** realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR item, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Aquisição de Lanches prontos.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

15 de outubro de 2026

JOCELI GOMES CUNHA
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:3B83D2E2

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº. 07/2026 TRANSPORTES CZELUSNIAK & CZELUSNIAK LTDA PROCESSO DIGITAL Nº 12231/2026

CREDENCIAMENTO Nº. 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 193/2026
PROCESSO DIGITAL Nº 3230/2026

A Comissão de Contratação do Município de Palmeira torna público o resultado da análise do pedido de credenciamento ao Credenciamento nº. 07/2026, cujo objeto prevê o credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, com fornecimento de peças, serviços de borracharia e guincho.

Proponente	CPF/CNPJ	Processo Administrativo	Resultado
TRANSPORTES CZELUSNIAK & CZELUSNIAK LTDA	**07.857.690/0001-49**	**12231/2026**	**HABILITADO**

Os documentos de habilitação foram disponibilizados para acesso através do Portal da Transparência do Município (acesso pelo site www.palmeira.pr.gov.br). Abre-se a partir da data de publicação deste extrato, o prazo de 03 (três) dias para interposição de recursos. Eventuais recursos deverão ser apresentados nos termos do item 4.2.10 do edital.

Publique-se.

OSMAIR LEDERER
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:D3A6B8E7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 26.673, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026 - INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA

Súmula: Instaura Processo Administrativo de Sindicância

O**Prefeito do Municípiode Palmeira**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar processo de sindicância para apurar possíveis irregularidades no serviço público, tendo em vista os fatos identificados no Procedimento Administrativo nº 15612/2025, com fundamento no Art. 224 da Lei Municipal nº 1700/94.

Parágrafo único. Não se excluem deste Processo de Sindicância outros fatos que possam surgir no curso deste processo.

Art. 2º Conforme determina o parágrafo único do Art. 224, da Lei nº 1700/94, fica designada para a condução do procedimento a Comissão de Processo Administrativo de Sindicância constituída pelo inciso IV, do Art. 1º, do Decreto nº 17.072 de 10 de Abril de 2024, composta pelos seguintes membros:

a) *Angela Hass Dias, Matrícula nº 203772 - Membro;*
b) *Simone Aparecida dos Santos de Chaves - Matrícula nº 102575 – Membro;*
c) *Talita Linhares, matrícula nº 203910 – Membro;*
d) *Rafaela de Oliveira Kieras - Matrícula nº 203930 - Suplente.*

Art. 3° Os trabalhos deverão iniciar no prazo de 03 (três) dias contados da publicação desta Portaria e encerrados em 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado até igual prazo e por uma única vez, nos termos do Art. 223, parágrafo único, da Lei nº 1700/94.

Art. 4º Dispensada a publicação dos elementos que permitem a identificação, conforme solicitação da autoridade instauradora, nos termos do art. 133, parágrafo único da Lei Estadual nº 20656/21.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de Outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Isadora Stadler Rocha Leite
Código Identificador:CEA5FDE2

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 19.641, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026 - RETIFICA PARCIALMENTE O DECRETO Nº 19.160 DE 25 DE MARÇO DE 2026.

O **Prefeito Municipal de Palmeira**, no Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o artigo 82, inciso XI da Lei Orgânica do Município, combinados com os Artigos 2º, 5º, "E" e "H" e 6º do Decreto-Lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956.

DECRETA

Art. 1º A área abaixo, declarada de utilidade pública através do **Decreto nº 19.160/2026** publicado no Diário Oficial Eletrônico na data de 25 de março de 2026, do Órgão Oficial do Município de Palmeira, para fins de desapropriação administrativa ou judicial em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, fica retificado o seguinte item na forma como segue:

ÁREA DE SERVIDÃO DA CAPTAÇÃO

Proprietário: Andrea Maria Rolim Marcon ou a quem de direito pertencer
Município: **Palmeira** U.F: **PR**
Matrícula: **245** Comarca: **Palmeira**
Área atingimento(m²): **20.501,323m².** Perímetro(m): **2.458,218**

DESCRIÇÃO: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P1, de coordenadas N 7.195.041,024 m e E 607.868,579 m; situado dentro do imóvel denominado "Terreno rural, situado no lugar "SALTO" e na margem do Rio do Salto; deste segue o caminhamento com os seguintes azimutes e distâncias: com azimute de 133°49'52" e 25,000 m até o vértice P02, de coordenadas N 7.195.023,710 m e E 607.886,614 m; com azimute de 223°34'04" e 46,556 m até o vértice P3, de coordenadas N 7.194.989,978 m e E 607.854,527 m; 133°42'21" e 93,789 m até o vértice P04, de coordenadas N 7.194.925,173 m e E 607.922,327 m; 152°10'38" e 52,945 m até o vértice P05, de coordenadas N 7.194.878,349 m e E 607.947,039 m; 169°13'47" e 64,105 m até o vértice P06, de coordenadas N 7.194.815,374 m e E 607.959,018 m; 227°24'03" e 62,630 m até o vértice P07, de coordenadas N 7.194.772,982 m e E 607.912,916 m; 182°21'23" e 116,303 m até o vértice P08, de coordenadas N 7.194.656,777 m e E 607.908,134 m; 221°23'26" e 76,111 m até o vértice P09, de coordenadas N 7.194.599,677 m e E 607.857,810 m; situado na divisa com imóvel de Arno Eurich; deste, segue confrontando pela divisa com o imóvel Arno Eurich com azimute de 278°36'11" e 627,262 m até o vértice P10, de coordenadas N 7.194.693,507 m e E 607.237,606 m; deste, segue confrontando com Terreno Rural, situado no lugar "SALTO"; com os seguintes azimutes e distâncias: 8°36'11" e 13,400 m até o vértice P11, de coordenadas N 7.194.706,757 m e E 607.239,610 m; 278°36'11" e 24,448 m até o vértice P12, de coordenadas N 7.194.710,414 m e E 607.215,438 m; situado sobre a faixa de domínio da Estrada Municipal Colônia Quero-Quero; deste segue confrontando com a referida estrada com os seguintes azimutes e distâncias: 23°27'03" e 39,418 m até o vértice P14, de coordenadas N 7.194.760,043 m e E 607.239,029 m; situado sobre a faixa de dominio da Estrada Municipal e divisa com o Terreno rural, situado no lugar "SALTO", deste segue caminhamento por dentro do referido imóvel com os seguintes azimutes e distâncias: 98°36'11" e 54,121 m até o vértice P15, de coordenadas N 7.194.751,947 m e E 607.292,542 m; 188°36'11" e 51,000 m até o vértice P16, de coordenadas N 7.194.701,521 m e E 607.284,913 m; com o azimute de 98°36'11" e 574,695 m até o vértice P17, de coordenadas N 7.194.615,554 m e E 607.853,142 m; 41°23'26" e 62,324 m até o vértice P18, de coordenadas N 7.194.662,311 m e E 607.894,350 m; 2°21'23" e 117,146 m até o vértice P19, de coordenadas N 7.194.779,358 m e E 607.899,166 m; 47°24'03" e 60,647 m até o vértice P20, de coordenadas N 7.194.820,408 m e E 607.943,809 m; 349°13'47" e 54,218 m até o vértice P21, de coordenadas N 7.194.873,671 m e E 607.933,677 m; 332°10'38" e 45,414 m até o vértice P22, de coordenadas N 7.194.913,835 m e E 607.912,481 m; 313°42'21" e 119,468 m até o vértice P23, de coordenadas N 7.194.996,339 m e E 607.826,075 m; 43°34'04" e 61,671 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Perfazendo uma extensão de 2.458,218 m e área total de 20.501,323 m². Todas as coordenadas aqui descritas foram georreferenciadas e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como o Da tum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

ÁREA DE SERVIDÃO

Proprietário: Andrea Maria Rolim Marcon ou a quem de direito pertencer
Município: **Palmeira** U.F: **PR**
Matrícula: **245** Comarca: **Palmeira**

Área atingimento (m²): **20.849,058 m².** Perímetro (m): **2.462,172**

DESCRIÇÃO:
Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **P1**, de coordenadas **N 7.195.041,024 m** e **E 607.868,579 m**; situado dentro do imóvel denominado "Terreno rural, situado no lugar "SALTO" e na margem do Rio do Salto; deste segue o caminhamento com os seguintes azimutes e distâncias: com azimute de 133°49'52" e 25,000 m até o vértice **P02**, de coordenadas **N 7.195.023,710 m** e **E 607.886,614 m**; com azimute de 223°34'04" e 46,556 m até o vértice **P3**, de coordenadas **N 7.194.989,978 m** e **E 607.854,527 m**; 133°42'21" e 93,789 m até o vértice **P04**, de coordenadas **N 7.194.925,173 m** e **E 607.922,327 m**; 152°10'38" e 52,945 m até o vértice **P05**, de coordenadas **N 7.194.878,349 m** e **E 607.947,039 m**; 169°13'47" e 64,105 m até o vértice **P06**, de coordenadas **N 7.194.815,374 m** e **E 607.959,018 m**; 227°24'03" e 62,630 m até o vértice **P07**, de coordenadas **N 7.194.772,982 m** e **E 607.912,916 m**; 182°21'23" e 116,303 m até o vértice **P08**, de coordenadas **N 7.194.656,777 m** e **E 607.908,134 m**; 221°23'26" e 76,111 m até o vértice **P09**, de coordenadas **N 7.194.599,677 m** e **E 607.857,810 m**; situado na divisa com imóvel de Arno Eurich; deste, segue confrontando pela divisa com o imóvel Arno Eurich com azimute de 278°36'11" e 655,262 m até o vértice **P10**, de coordenadas **N 7.194.697,696 m** e **E 607.209,921 m**; situado sobre a faixa de domínio da Estrada Municipal Colônia Quero-Quero; deste segue confrontando com a referida estrada com os seguintes azimutes e distâncias: 23°27'03" e 29,410 m até o vértice **P11**, de coordenadas **N 7.194.724,676 m** e **E 607.221,625 m**; 26°12'10" e 39,418 m até o vértice **P12**, de coordenadas **N 7.194.760,043 m** e **E 607.239,029 m**; situado sobre a faixa de dominio da Estrada Municipal e divisa com o Terreno rural, situado no lugar "SALTO", deste segue caminhamento por dentro do referido imóvel com os seguintes azimutes e distâncias: 98°36'11" e 54,121 m até o vértice **P13**, de coordenadas **N 7.194.751,947 m** e **E 607.292,542 m**; 188°36'11" e 51,000 m até o vértice **P14**, de coordenadas **N 7.194.701,521 m** e **E 607.284,913 m**; com o azimute de 98°36'11" e 574,695 m até o vértice **P15**, de coordenadas **N 7.194.615,554 m** e **E 607.853,142 m**; 41°23'26" e 62,324 m até o vértice **P16**, de coordenadas **N 7.194.662,311 m** e **E 607.894,350 m**; 2°21'23" e 117,146 m até o vértice **P17**, de coordenadas **N 7.194.779,358 m** e **E 607.899,166 m**; 47°24'03" e 60,647 m até o vértice **P18**, de coordenadas **N 7.194.820,408 m** e **E 607.943,809 m**; 349°13'47" e 54,218 m até o vértice **P19**, de coordenadas **N 7.194.873,671 m** e **E 607.933,677 m**; 332°10'38" e 45,414 m até o vértice **P20**, de coordenadas **N 7.194.913,835 m** e **E 607.912,481 m**; 313°42'21" e 119,468 m até o vértice **P21**, de coordenadas **N 7.194.996,339 m** e **E 607.826,075 m**; 43°34'04" e 61,671 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Perfazendo uma extensão de **2.462,172 m** e área total de **20.849,058 m².** Todas as coordenadas aqui descritas foram georreferenciadas e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º Permanecem inalterados todos os demais termos e dizeres do Decreto nº 19.160/2026 publicado no Diário Oficial Eletrônico na data de 25 de março de 2026.
Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:FFBDCAC5

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
LEI COMPLEMENTAR Nº 42, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026 - ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR N 14, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO - REPUBLICADA

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º Acrescenta os incisos XVI, XVII e XVIII e os parágrafos §15, §16 e § 17 ao art. 21 da Lei Complementar nº 14, de 12 de dezembro de 2019, bem como altera o Mapa constante no item 3.1 do Anexo III da referida Lei Complementar, conforme Mapa anexado nesta Lei:

"Art. 21
XVI – Setor Especial de Uso e Ocupação do Solo 1;
XVII – Setor Especial de Uso e Ocupação do Solo 2;
XVIII – Setor Especial de Uso e Ocupação do Solo 3.
§ 15 Setor Especial de Uso e Ocupação do Solo 1 (SEUS1) é constituído por Loteamentos aprovados sob a égide de legislação especial, cujos parâmetros de uso e ocupação do solo foram disciplinados em Lei Municipal diversa;
§ 16 O Setor Especial de Uso e Ocupação do Solo 2 (SEUS 2) é constituído por áreas urbanas para as quais foram estabelecidas condições urbanísticas de loteamento e limitações incidentes sobre os lotes e suas respectivas edificações, oriundas das restrições convencionais do parcelamento e consolidadas no registro imobiliário, além daquelas constantes nas diretrizes fixadas;
§ 17 O Setor Especial de Uso e Ocupação do Solo 3 (SEUS3) engloba os condomínios de lotes, cujas diretrizes para o aproveitamento e a ocupação da área são complementadas pelas normas estabelecidas em suas respectivas Convenções de Condomínio."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 14 de Outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Anexo MAPA: *https://palmeira.pr.gov.br/wp-content/uploads/2026/10/Anexo-a-Lei-Complementar-no-42.2026.pdf*

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:5B4921F7

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 6.462, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026 - DISPÕE SOBRE NORMAS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA O RECOLHIMENTO DE VEÍCULOS ABANDONADOS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas e procedimentos administrativos para a o recolhimento de veículos abandonados em logradouros públicos do Município de Palmeira, desde que não configure outra infração de trânsito prevista no Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se em estado de abandono o veículo que:
I – estiver estacionado ou depositado em logradouro público ou estacionamento público por prazo superior a 30 (trinta) dias;
II – estiver estacionado ou depositado em via pública ou estacionamento público, sem capacidade de locomoção por meios próprios e, em razão de seu estado de conservação ou deterioração, oferecer risco à saúde pública, à segurança pública ou ao meio ambiente, independentemente de estar em local permitido;
III – estiver depositado em terreno não edificado ou sem ocupação regular, público ou particular, sem autorização do proprietário, possuidor ou responsável pelo imóvel, quando apresentar sinais

objetivos de abandono ou representar risco à saúde pública, à segurança pública ou ao meio ambiente.
§ 1º O veículo que não se enquadrar no inciso II deste artigo será considerado abandonado quando permanecer no mesmo local do logradouro público por prazo superior a 90 (noventa) dias.
§ 2º Para os fins do inciso III deste artigo, a constatação da situação de abandono deverá considerar as condições do veículo, o local em que se encontra e a existência de autorização ou justificativa legítima para sua permanência.
§ 3º Não se aplica o disposto nesta Lei aos veículos encontrados dentro de córregos, riachos, ribeirões ou rios, cuja remoção observará a legislação específica e as competências do órgão responsável.
§ 4º A constatação da situação de abandono poderá decorrer de fiscalização de ofício ou de denúncia formal apresentada por qualquer interessado, sem prejuízo da adoção de outros meios de prova admitidos em direito.

Art. 3º Constatada a situação de abandono, o órgão ou entidade municipal competente notificará o proprietário ou responsável pelo veículo, quando identificável, para que providencie sua retirada ou regularização no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da notificação.
§ 1º Nos casos previstos no inciso III do art. 2º, o proprietário, possuidor ou responsável pelo imóvel poderá ser notificado para informar a situação do veículo e, quando cabível, possibilitar a adoção das providências administrativas necessárias, sem prejuízo da notificação do proprietário ou responsável pelo veículo.
§ 2º A notificação será realizada por meio que assegure a comprovação de sua ciência, na forma da legislação aplicável.
§ 3º Quando não for possível identificar ou localizar o proprietário ou responsável pelo veículo, a notificação poderá ser realizada por edital ou por outro meio admitido pela legislação aplicável.
Art. 4º Decorrido o prazo previsto no art. 3º sem que tenha sido promovida a retirada ou regularização do veículo, o órgão ou entidade municipal competente poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive promover ou solicitar sua remoção, observadas as competências estabelecidas na legislação federal de trânsito e, nos casos de imóveis particulares, os requisitos legais para acesso, remoção e atuação do Poder Público.

Art. 5º O veículo recolhido nos termos desta Lei será levado pelo órgão municipal competente para o pátio de recolhimento do município e sua liberação fica condicionada ao contido no CTB.

Art. 6º A remoção de veículo localizado em terreno particular dependerá, quando exigido pela legislação, de autorização do proprietário, possuidor ou responsável pelo imóvel ou de outro fundamento legal que legitime a atuação do Poder Público, sem prejuízo das medidas administrativas decorrentes de risco à saúde pública, à segurança ou ao meio ambiente.

Art. 7º O veículo removido nos termos desta Lei será encaminhado ao depósito competente, e sua liberação, classificação, destinação, alienação ou eventual leilão observarão integralmente o Código de Trânsito Brasileiro e as demais normas federais e regulamentares aplicáveis.
§ 1º O Município manterá registro dos veículos removidos em decorrência desta Lei, contendo, no mínimo, os dados necessários à sua identificação, registro fotográfico e laudo ou relatório de vistoria, observadas as normas de acesso à informação e de proteção de dados pessoais.
§ 2º Constatada a permanência do veículo recolhido em depósito do município não reclamado por seu proprietário, por período superior ao previsto no caput do art. 328 do CTB, este será levado a alienação por meio de Leilão.
§ 3º Os veículos classificados como sucata terão a destinação prevista na legislação de trânsito e nas normas regulamentares aplicáveis.

Art. 8º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, para estabelecer procedimentos complementares necessários à sua execução.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação oficial.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:85FF9C72

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 6.463, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026 - DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE DIVULGAÇÃO DE MENSAGENS DE CONSCIENTIZAÇÃO E PROTEÇÃO ÀS MULHERES DURANTE A REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS EM ESPAÇOS PÚBLICOS, ESTÁDIOS, GINÁSIOS E QUADRAS DESPORTIVAS NO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Palmeira, o programa de divulgação de mensagens de conscientização, prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres durante a realização de eventos esportivos em espaços públicos municipais, estádios, ginásios, quadras desportivas e demais equipamentos esportivos de uso público.

Art. 2º As mensagens de que trata esta Lei deverão abordar, preferencialmente:
I – a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher;
II – a conscientização sobre a igualdade de direitos entre homens e mulheres;
III – o respeito à dignidade, à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial e moral das mulheres;
IV – a divulgação dos diferentes tipos de violência previstos na Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha;
V – a divulgação dos canais oficiais de denúncia e atendimento às mulheres em situação de violência;
VI – a orientação de que a violência contra a mulher constitui violação de direitos e deve ser denunciada.

Art. 3º As mensagens poderão ser veiculadas por meio de:
I – placas, faixas, cartazes e banners;
II – painéis eletrônicos e telões;
III – sistemas de som dos locais de realização dos eventos;
IV – materiais impressos ou digitais distribuídos aos espectadores;
V – outros meios de comunicação disponíveis no local do evento.

Art. 4º Sempre que possível, as mensagens deverão conter informações sobre os canais oficiais de atendimento e denúncia, especialmente o número 180 – Central de Atendimento à Mulher, sem prejuízo da divulgação de outros serviços municipais, estaduais ou federais existentes.

Art. 5º A divulgação das mensagens poderá ser realizada em parceria com a Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Palmeira, órgãos da Administração Pública Municipal, entidades esportivas, associações, clubes, organizações da sociedade civil e demais instituições relacionadas à promoção dos direitos das mulheres.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a forma de divulgação das mensagens previstas nesta Lei nos eventos esportivos realizados em espaços públicos municipais e demais equipamentos esportivos de uso público, observadas as características do local e a viabilidade técnica dos meios disponíveis.

Art. 7º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, estabelecendo critérios para sua execução.

Art. 8º A implementação das medidas previstas nesta Lei deverá observar a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, não implicando, por si só, a criação de novas despesas obrigatórias.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:6984BC1A

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA N° 26.675, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026 - INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA - P.A 1035.26

O**Prefeito do Municípiode Palmeira**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar processo de sindicância para apurar possíveis irregularidades no serviço público, tendo em vista os fatos identificados no Procedimento Administrativo nº 1035/2026, com fundamento no Art. 224 da Lei Municipal nº 1700/94.

Parágrafo único. Não se excluem deste Processo de Sindicância outros fatos que possam surgir no curso deste processo.

Art. 2º Conforme determina o parágrafo único do Art. 224, da Lei nº 1700/94, fica designada para a condução do procedimento a Comissão de Processo Administrativo de Sindicância constituída pelo inciso I, do Art. 1º, do Decreto nº 17.072 de 10 de Abril de 2024, composta pelos seguintes membros:

a) *Vilmari Aparecida dos Santos Schamber, matrícula nº 204101 – Presidente*
b) *Gislaine Aparecida Gogola, matrícula nº 203842 – Membro;*
c) *Sandra Mara Hipólito – matrícula nº 203524 – Membro;*
d) *Daniele Aparecida Bach, matrícula nº 203926 – Suplente.*

Art. 3° Os trabalhos deverão iniciar no prazo de 03 (três) dias contados da publicação desta Portaria e encerrados em 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado até igual prazo e por uma única vez, nos termos do Art. 223, parágrafo único, da Lei nº 1700/94.

Art. 4º Dispensada a publicação dos elementos que permitem a identificação, conforme solicitação da autoridade instauradora, nos termos do art. 133, parágrafo único da Lei Estadual nº 20656/21.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:047F6CB6

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 26.674, DE 15/10/2026 - PRORROGA POR 15 DIAS O PRAZO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA, DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 26.643, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

O**PREFEITO DO MUNICÍPIODE PALMEIRA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere, considerando a solicitação formulada no Processo Administrativo nº 27943/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam prorrogados, por mais 15 (quinze) dias, os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo de Sindicância designada pela Portaria nº 26.643, de 01 de outubro de 2026, a contar de 20 de outubro de 2026.

Art. 2º A presente prorrogação permitirá a conclusão dos trabalhos até o dia 03 de novembro de 2026.

Art. 3º Registre-se e publique-se.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:C103927C

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 26.676, DE 15/10/2026 - PRORROGA POR 15 DIAS O PRAZO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA, DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 26.644, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

O**PREFEITO DO MUNICÍPIODE PALMEIRA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere, considerando a solicitação formulada no Processo Administrativo nº 7044/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam prorrogados, por mais 15 (quinze) dias, os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo de Sindicância designada pela Portaria nº 26.644, de 01 de outubro de 2026, a contar de 20 de outubro de 2026.

Art. 2º A presente prorrogação permitirá a conclusão dos trabalhos até o dia 03 de novembro de 2026.

Art. 3º Registre-se e publique-se.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:8B74216D

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N.º 1.332 DE 14/10/2026 CONCEDE APOSENTADORIA A ELIANE ALTIVA FERREIRA MARTINS

A Diretora-Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo e,
Considerando o teor do processo protocolado nesta Autarquia sob nº **2722/2026**, em que é requerente **Eliane Altiva Ferreira Martins**;
Considerando mais, o disposto no artigo 99 da Lei Municipal n.º 2.404 de 30/09/2005 que dispõe sobre a aposentadoria do professor pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, bem como com fundamento no Art. 6° da Emenda Constitucional n.º 41 de 30/12/2003.
Resolve:
Conceder **Aposentadoria Voluntária por idade e por Tempo de Contribuição,** a partir de 01 de novembro de 2026, para a servidora **Eliane Altiva Ferreira Martins**, matrícula funcional n.º 201707 , portadora do R.G. 6.3xx.xx4-5 PR e inscrito no CPF sob n.º 925.xxx.xx9-20, ocupante do cargo efetivo de *"Professor",* lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo que os proventos corresponderão à última remuneração do servidora, ou seja, R$

10.517,61 (dez mil, quinhentos e dezessete reais e sessenta e um centavos) e o benefício será suportado financeiramente pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se e publique-se.
Sede do RPPS, município de Palmeira, Estado do Paraná, em 14 de outubro de 2026.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Diretora-Presidente do RPPS

Publicado por:
Daysi Baptista Pinheiro de Lima
Código Identificador:0582402F

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PORTARIA N.º 1.333 DE 14/10/2026 CONCEDE APOSENTADORIA A SORAYA COMIN

A Diretora-Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo e,
Considerando o teor do processo protocolado nesta Autarquia sob nº **2013/2026**, em que é requerente **Soraya Comin**;
Considerando mais, o disposto no artigo 99 da Lei Municipal n.º 2.404 de 30/09/2005 que dispõe sobre a aposentadoria do professor pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, bem como com fundamento no Art. 6° da Emenda Constitucional n.º 41 de 30/12/2003.
Resolve:
Conceder **Aposentadoria Voluntária por idade e por Tempo de Contribuição,** a partir de 01 de novembro de 2026, para a servidora **Soraya Comin**, matrícula funcional n.º 203031, portadora do R.G. 4.3xx.xx2-7 PR e inscrito no CPF sob n.º 975.xxx.xx9-15, ocupante do cargo efetivo de *"Professor",* lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo que os proventos corresponderão à última remuneração do servidora, ou seja, R$ 10.959,39 (dez mil, novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e nove centavos) e o benefício será suportado financeiramente pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se e publique-se.

Sede do RPPS, município de Palmeira, Estado do Paraná, em 14 de outubro de 2026.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Diretora-Presidente do RPPS

Publicado por:
Daysi Baptista Pinheiro de Lima
Código Identificador:0BE96140

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PORTARIA N.º 1.334 DE 15/10/26 CONCEDE APOSENTADORIA A LUCIANGELA DELFRATE

A Diretora-Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo e,
Considerando o teor do processo protocolado nesta Autarquia sob nº **829/2025**, em que é requerente **Luciangela Delfrate**;
Considerando mais, o disposto no artigo 52 da Lei Municipal n.º 2.404 de 30/09/2005 que dispõe sobre a aposentadoria do professor pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, bem como com fundamento no Art. 40° § 5º da CF (Redação anterior à EC 103/2019).
Resolve:
Conceder **Aposentadoria Voluntária por idade e por Tempo de Contribuição,** a partir de 01 de novembro de 2026, para a servidora **Luciangela Delfrate** matrícula funcional n.º 203493, portadora do R.G. 3.7xx.xx3-6 PR e inscrito no CPF sob n.º 677.xxx.xx9-15, ocupante do cargo efetivo de *"Professor",* lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo que os proventos corresponderão à última remuneração do servidora, ou seja, R$ 5.652,77 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e sete centavos) e o benefício será suportado financeiramente pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se e publique-se.
Sede do RPPS, município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Diretora-Presidente do RPPS

Publicado por:
Daysi Baptista Pinheiro de Lima
Código Identificador:31D1FE13

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1454/2023

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65,** com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portador da cédula de identidade R.G n° 4.323.609-1 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° 024.319.929-50, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal nº 17.878/2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **DESCNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº 22.366.517/0001-31,** localizada na Avenida Martin Piasesk, n.º 435, Centro, Descanso/SC, neste ato representado pelo **Sr. Leandro Carlos Silveira,** inscrito no **CPF/MF sob o n.º 020.652.949-06**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram através do Processo Administrativo nº 11003/2026, por força do presente instrumento e de conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº1454/2023**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO: Quanto à vigência do contrato, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses a contar de 08 de novembro de 2026 até a data de 08 de novembro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:49539040

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA AUXILIAR DE CUIDADOR DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2026

Palmeira, 15 de outubro de 2026**.**

A Secretaria Municipal de Assistência Social, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 19 de outubro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, para substituição de Auxiliar de Cuidador de Acolhimento Institucional, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 01/2026, o não comparecimento no prazo de 24h após o

chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelos imediatos classificados, conforme processo nº. 3732/2026.

Auxiliar de Cuidador De Acolhimento Institucional:

ACSA REGINA NUNES

Atenciosamente,

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:07A66C14

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA ENFERMEIRO ESF - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2026

Palmeira, 15 de outubro de 2026.

A Secretaria Municipal de Saúde, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 19 de outubro de 2026, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para substituição de Enfermeiro ESF, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2026, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 7960/2026.

ENFERMEIRO ESF:

JULIANA SILVA DO NASCIMENTO

Atenciosamente,

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:49080292

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA MÉDICO ESF PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2026

Palmeira, 15 de outubro de 2026.

A Secretaria Municipal de Saúde, solicita o comparecimento dos candidatos abaixo, no dia 19 de outubro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para substituição de Médico ESF, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2026, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 8266/2026.

MÉDICO ESF:

MATHEUS BONZANINI;
CLARISSA COELHO DE OLIVEIRA LIMA

Atenciosamente,

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:6A89CC86

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 - MÉDICO ESF

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 02/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou no prazo em qualquer das fases agendadas.**

Nome completo: LUCIANO MONTEIRO PERDIGÃO PEREIRA BRITO
Inscrição: 928
Emprego público: MÉDICO ESF

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:D633E666

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA TERMO DE DESISTÊNCIA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2026 - AUXILIAR DE CUIDADOR DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado 01/2026, pelo Município de Palmeira, para suprir a falta de **Auxiliar de Cuidador de Acolhimento Institucional,** chamado a se apresentar para assumir a vaga para a qual concorreu, compareceu na Secretaria Municipal de Assistência Social, e expressamente, manifesta, pelo presente, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, liberando com isso o Município para que possa admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Para que fique devidamente registrado sua desistência assina o presente termo, na presença de testemunha.

Palmeira, 15 de outubro de 2026.

KARINA GREMSKI
Desistente

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:AD7845E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA TERMO DE DESISTÊNCIA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2026 - MÉDICO ESF

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado 02/2026, pelo Município de Palmeira, para suprir a falta de **Médico ESF,** chamado a se apresentar para assumir a vaga para a qual concorreu, compareceu na Secretaria Municipal de Saúde, e expressamente, manifesta, pelo presente, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, liberando com isso o Município para que possa admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Para que fique devidamente registrado sua desistência assina o presente termo, na presença de testemunha.

Palmeira, 13 de outubro de 2026.

LEANDRO BRASIL FERRO COSTA
Desistente

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:63105278

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1730/2026
O Secretário Municipal de Agricultura do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: HERIK FERNANDO ZANELLA DA LUZ
CARGO: CHEFE DE DIVISÃO AGRICULTURA FAMILIAR
CPF N. 800.302.699.700 **MATRÍCULA n.º** 54856
OBJETIVO DA VIAGEM: PARTICIPAR DE CURSO DE DRONE DE PULVERIZAÇÃO.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 05/10/2026
Data de Retorno: 08/10/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL-PR.
CIDADE DE DESTINO: ASSIS CHATEAUBRIAND-PR **Código do IBGE**: 4102000
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 3 **PERNOITE:** (X) SIM ( ) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 300,00 (TREZENTOS REAIS).
N.º DE DIÁRIAS: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$:75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL R$: 975,00 (NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 05 de Outubro de 2026.

KIMBERLY KETES ROSSI
Secretária Municipal da Agricultura

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:B7EBA99D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1731/2026
O Secretário Municipal de Agricultura do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: DAVID BREGUEDO FERREIRA
CARGO: CHEFE DE DIVISÃO DE CADASTRO DE PRODUTORES
CPF N. 163.096.069-13 **MATRÍCULA n.º** 54760
OBJETIVO DA VIAGEM: PARTICIPAR DE CURSO DE DRONE DE PULVERIZAÇÃO.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 05/10/2026
Data de Retorno: 08/10/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL-PR
CIDADE DE DESTINO: ASSIS CHATEAUBRIAND-PR **Código do IBGE**: 4102000
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 3 **PERNOITE:** (X) SIM ( ) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 300,00 (TREZENTOS REAIS).
N.º DE DIÁRIAS: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$:75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL R$: 975,00 (NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 05 de Outubro de 2026.

KIMBERLY KETES ROSSI
Secretária Municipal da Agricultura

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:753FED68

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1732/2026
O secretário de administração Municipal do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: JULIANE FRYDER MATOZO DE OLIVEIRA
CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
CPF N° 090.448.539-02 **MATRÍCULA Nº** 51914
OBJETIVO DA VIAGEM: RETIRAR CARTEIRAS DE IDENTIDADE NO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 06/10/2026
Data de Retorno: 06/10/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL - PR
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA - PR **Código do IBGE**: 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 05 de Outubro de 2026.

DIEGO PADILHA DE JESUS
Secretário de Administração

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:508934FE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº **1728/2026**

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PALMITAL, COM BASE NOS DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº1.113/2018, DEFERE REQUERIMENTO E RESOLVE CONCEDER DIÁRIAS (S), PARA DESLOCAMENTO DO SERVIDOR CONFORME ESPECIFICADO A SEGUIR:
NOME DO SERVIDOR: CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
MATRÍCULA: Nº 53953
CARGO: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE **CPF N. º** 031.137.989-30

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO ATÉ A CIDADE DE GUARAPUAVA- PR, PARA PARTICIPAR DA CAPACITAÇÃO mhGAP – PROGRAMA DE ATENÇÃO PARA REDUZIR LACUNAS EM SAÚDE MENTAL.

PERÍODO DE AFASTAMENTO:
DATA DA SAIDA: 06/10/2026
DATA DE RETORNO: 08/10/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL-PR
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE:** 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99-OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS:2 (DUAS) **PERNOITE:** (X) SIM ( ) NÃO.
VALOR UNITÁRIO R$: 500,00 (QUINHENTOS REAIS)
N.º DE DIÁRIAS:1/2 (MEIA) **PERNOITE:** ( ) SIM (x) NÃO.
VALOR UNITÁRIO R$: 125,00(CENTO E VINTE E CINCO REAIS)
VALOR TOTAL DIÁRIAS R$: 1.125,00(MIL CENTO E VINTE E CINCO REAIS).

PALMITAL, 05 DE OUTUBRO DE 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:C187DE4A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº **1729/2026**
A Secretária Municipal de Saúde de Palmital, com base nos dispositivos da lei Municipal nº 1113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária (s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: ALINE DE SOUZA PINTO
MATRÍCULA: Nº 286866
CARGO: ENFERMEIRA(COORDENADORA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITAL)
CPF N. º082.672.889-88
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO ATÉ A CIDADE DE GUARAPUAVA- PR, PARA PARTICIPAR DA CAPACITAÇÃO mhGAP – PROGRAMA DE ATENÇÃO PARA REDUZIR LACUNAS EM SAÚDE MENTAL.

PERÍODO DE AFASTAMENTO:
DATA DA SAÍDA: 06/10/2026
DATA DE RETORNO: 08/10/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL-PR
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE:** 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99-OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: 2 (DUAS) **PERNOITE:** (X) SIM ( ) NÃO.
VALOR UNITÁRIO R$: 500,00 (QUINHENTOS REAIS).
N.º DE DIÁRIAS:1/2 (MEIA) **PERNOITE:** ( ) SIM (x) NÃO.
VALOR UNITÁRIO R$: 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL DIÁRIAS R$: 1.125,00 (MIL CENTO E VINTE E CINCO REAIS).

PALMITAL, 05 DE OUTUBRO DE 2026.

CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:44CFAA20

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO
TESTE SELETIVO 002/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL, entidade da Administração Pública Direta com sede na Rua Moisés Lupion, 1001, Centro, Palmital/PR, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, CNPJ/MF nº 75.680.025/0001/82, neste ato legalmente representada pelo Prefeito, **Sr**. **ROBERTO CARLOS ROSSI**.

CONTRATADO: GRACIELE DOS SANTOS VAZ, brasileira, portadora do RG 91261227 e inscrita no CPF/MF 063.896.449-06, residente e domiciliada na localidade Rio da Casa, Palmital-Pr,

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO TÉCNICA DE PROFESSORA, COM CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS SEMANAIS. O CONTRATO SERÁ REGIDO PELA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ESPECÍFICA E O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

DATA DO CONTRATO: 14 de outubro de 2026.

VIGÊNCIA: 18 de junho de 2027.

VALOR DA REMUNERAÇÃO: R$ 2.565,31 (dois mil e quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos), de acordo com o art. 3.1 do edital do Teste Seletivo 02/2026.

FORO: Comarca de Palmital.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO
TESTE SELETIVO 002/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL, entidade da Administração Pública Direta com sede na Rua Moisés Lupion, 1001, Centro, Palmital/PR, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, CNPJ/MF nº 75.680.025/0001/82, neste ato legalmente representada pelo Prefeito, **Sr**. **ROBERTO CARLOS ROSSI**.

ELENA KAVIAK, brasileira, portadora do RG 9.761.228-5 e inscrita no CPF/MF 056.571.829-01, residente e domiciliada na localidade Rio Duas Casas, Sitio São Valdomiro, Palmital-Pr

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO TÉCNICA DE PROFESSORA, COM CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS SEMANAIS. O CONTRATO SERÁ REGIDO PELA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ESPECÍFICA E O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

DATA DO CONTRATO: 14 de outubro de 2026.

VIGÊNCIA: 18 de junho de 2027.

VALOR DA REMUNERAÇÃO: R$ 2.565,31 (dois mil e quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos), de acordo com o art. 3.1 do edital do Teste Seletivo 02/2026.

FORO: Comarca de Palmital.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO
TESTE SELETIVO 002/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL, entidade da Administração Pública Direta com sede na Rua Moisés Lupion, 1001, Centro, Palmital/PR, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, CNPJ/MF nº 75.680.025/0001/82, neste ato legalmente representada pelo Prefeito, **Sr**. **ROBERTO CARLOS ROSSI**.

CONTRATADO: DANILO GIOVANI ROCHA, brasileiro, portador do RG 12.305.841-0 e inscrito no CPF/MF 090.565.209-62, residente e domiciliado na Newton Halila, Bairro, Vila Carolo, Palmital-Pr,

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO TÉCNICO DE PROFESSOR, COM CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS SEMANAIS. O CONTRATO SERÁ REGIDO PELA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ESPECÍFICA E O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

DATA DO CONTRATO: 16 de outubro de 2026.

VIGÊNCIA: 18 de junho de 2027.

VALOR DA REMUNERAÇÃO: R$ 2.565,31 (dois mil e quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos), de acordo com o art. 3.1 do edital do Teste Seletivo 02/2026.

FORO: Comarca de Palmital.

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:2A5A9854

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 600/2026

PORTARIA Nº 600/2026

SÚMULA: Concede Licença Para Tratamento de Saúde de Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE.

CONCEDER
Art. 1º- Catorze (14) dias de **Licença para Tratamento de Saúde** ao Servidor **JAIR MACHADO,** ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Programas e Convênios e Geral lotado na Secretaria de Saúde, a partir de **18 de setembro de 2026** conforme laudo médico pericial e de acordo com os Artigos nº 91 e 99 da Lei Municipal 172/1991.
Art. 2º- Fica garantido e caracterizado Auxílio Doença o prazo descrito nesse Ato e conforme estabelece a Lei Municipal n.º 172/1991 e Lei Municipal n.º 1.154/2020.
Art. 3º- Decorrido o prazo acima descrito o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia **02 de outubro de 2026.**
Art. 4º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 07 de outubro de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:105BB28C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 606/2026

PORTARIA Nº 606/2026

SÚMULA: Faz nomeação de Servidor Público Municipal Temporário e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE.

NOMEAR

Art. 1º - A Sra. **GRACIELE DOS SANTOS VAZ**, inscrita no CPF nº 063.***.***-06, aprovada em 40º lugar para o cargo de **PROFESSORA,** conforme resultado final homologado, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 02/2026, para exercer suas funções junto à Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º - A contratação decorrente desta nomeação será por prazo determinado, observadas as disposições do edital do Processo Seletivo Simplificado e da legislação municipal pertinente.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 14 de outubro de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:A529B891

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 607/2026

PORTARIA Nº 607/2026

SÚMULA: Faz nomeação de Servidor Público Municipal Temporário e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE.

NOMEAR

Art. 1º - A Sra. **ELENA KAVIAK**, inscrita no CPF nº 055.***.***-01, aprovada em 41º lugar para o cargo de **PROFESSORA,** conforme resultado final homologado, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 02/2026, para exercer suas funções junto à Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º - A contratação decorrente desta nomeação será por prazo determinado, observadas as disposições do edital do Processo Seletivo Simplificado e da legislação municipal pertinente.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 14 de outubro de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:0DAF6C45

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 608/2026

PORTARIA Nº 608/2026

SÚMULA: Faz nomeação de Servidor Público Municipal Temporário e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE.

NOMEAR

Art. 1º - O Sr. **DANILO GIOVANI ROCHA**, inscrito no CPF nº 068.***.***-54, aprovado em 42º lugar para o cargo de **PROFESSOR,** conforme resultado final homologado, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 02/2026, para exercer suas funções junto à Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º - A contratação decorrente desta nomeação será por prazo determinado, observadas as disposições do edital do Processo Seletivo Simplificado e da legislação municipal pertinente.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 16 de outubro de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:2B8F8189

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 609/2026

PORTARIA N.º 609/2026

SÚMULA: Concede Férias a Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE.

CONCEDER

Art. 1º- Férias aos Servidores abaixo nominados, referente à férias não usufruídas no mês de janeiro para serem usufruídas no dia relacionado a cada servidor, de acordo com os artigos nº 78 a 81 da Lei Municipal n.º 172 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palmital.

ARIANE SORGATO MORCHE (09/10/2026:08H – 14/10/2026:08H)
JOSÉ TEIXEIRA DE PAULA (16/10/2026:08H)
SUZIELEN SOARES KLABUNDE (09/10/2026:04H)

12/

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 16 de outubro de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:39C6CD31

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 610/2026

PORTARIA Nº 610/2026

SÚMULA: Concede Licença Para Tratamento de Saúde de Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE.

CONCEDER

Art. 1º- Cento e oitenta (180) dias de **Licença para Tratamento de Saúde** ao Servidor **CASSEMIRO RUTS DOS SANTOS,** ocupante do cargo de Vigia lotado na Secretaria de Administração, a partir da de **14 de junho de 2026** conforme laudo médico pericial e de acordo com os Artigos nº 91 e 99 da Lei Municipal 172/1991.
Art. 2º- Fica garantido e caracterizado Auxílio Doença o prazo descrito nesse Ato e conforme estabelece a Lei Municipal n.º 172/1991 e Lei Municipal n.º 1.154/2020.
Art. 3º- Decorrido o prazo acima descrito o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia **11 de dezembro de 2026.**
Art. 4º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 16 de outubro de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:1D0A8800

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 611/2026

PORTARIA Nº 611/2026

SÚMULA: Regulamenta o custeio das despesas de deslocamento e manutenção dos membros do Conselho Municipal de Saúde de Palmital/PR, quando no exercício de suas funções, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO o disposto no art. 9º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 934/2013, que assegura a todos os conselheiros do Conselho Municipal de Saúde o custeio das despesas de deslocamento e manutenção quando do exercício de suas funções;
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os procedimentos para viabilizar a participação dos membros do Conselho Municipal de Saúde em eventos, reuniões, conferências, congressos, seminários, capacitações e demais atividades relacionadas às suas atribuições institucionais;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica regulamentado o custeio das despesas de deslocamento e manutenção dos membros do Conselho Municipal de Saúde de Palmital/PR, quando em atividades externas relacionadas ao exercício de suas funções institucionais.

Art. 2º - O custeio de que trata esta Portaria poderá abranger:
I – o fornecimento de transporte pelo Município, preferencialmente mediante utilização de veículo oficial, conforme disponibilidade;
II – as despesas de manutenção decorrentes do deslocamento, mediante concessão de diárias ou outra forma de custeio legalmente admitida, observada a regulamentação municipal aplicável;
III – outras despesas diretamente relacionadas à participação em atividades institucionais, desde que previamente autorizadas e legalmente permitidas.

Art. 3º - Poderão ser custeadas as despesas decorrentes da participação dos conselheiros em:
I – reuniões, encontros e atividades oficiais de Conselhos de Saúde;
II – conferências municipais, estaduais e nacionais de saúde;

III – congressos, seminários, fóruns, cursos, capacitações e eventos relacionados ao Sistema Único de Saúde – SUS e ao controle social das políticas públicas de saúde;
IV – reuniões e atividades de representação institucional do Conselho Municipal de Saúde;
V – outras atividades devidamente justificadas e reconhecidas como de interesse do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 4º - A concessão do custeio dependerá de solicitação prévia, com indicação do conselheiro participante, finalidade, local, período e justificativa da atividade, bem como de autorização da autoridade competente e disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 5º - As despesas de deslocamento e manutenção serão custeadas conforme os critérios, valores e procedimentos previstos na legislação municipal aplicável, vedado o pagamento em duplicidade de despesas já suportadas pelo Município ou por terceiros.

Art. 6º - O conselheiro beneficiado deverá comprovar sua participação na atividade, mediante apresentação de certificado, declaração de presença, lista de participação ou documento equivalente, bem como cumprir os procedimentos de prestação de contas e devolução de valores, quando exigidos pela legislação vigente.

Art. 7º - O custeio previsto nesta Portaria destina-se exclusivamente a viabilizar o exercício das funções institucionais dos membros do Conselho Municipal de Saúde, não constituindo remuneração pelo desempenho da função de conselheiro.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor nesta data.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 16 de outubro de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:0C064783

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
ERRATA DOS ATOS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2026

Processo Administrativo nº 30.211/2026
A Câmara Municipal de Paranaguá torna pública a retificação das disposições referentes às inscrições excedentes constantes da autorização de contratação direta, do extrato da dispensa e do termo de adjudicação e homologação relativos à contratação da Fundação FAFIPA, CNPJ nº 05.566.804/0001-76, publicados no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 14 de outubro de 2026, edição 3636, páginas 220 e 221.
ONDE SE LÊ:
"R$ 29,75 por inscrição homologada excedente a 5.000, limitada a 1.000 inscrições excedentes, correspondendo ao valor máximo estimado de R$ 29.750,00." "Valor máximo estimado da contratação: R$ 192.400,00."
LEIA-SE:
"R$ 29,75 por inscrição homologada que exceder o quantitativo de 5.000 inscrições, incidente sobre a totalidade das inscrições homologadas excedentes, sem limitação a 1.000 inscrições."
"Valor global inicialmente estimado da contratação: R$ 192.400,00, calculado mediante o preço-base de R$ 162.650,00 e o cenário estimativo de 1.000 inscrições excedentes, ao preço unitário de R$ 29,75. Esse cenário não constitui limite de inscrições ou teto definitivo de remuneração. O valor efetivo será apurado conforme o número de inscrições homologadas, observadas a cobertura orçamentária e as formalizações contratuais legalmente cabíveis."
A remuneração será calculada pela seguinte fórmula: Valor total = R$ 162.650,00 + [R$ 29,75 × número de inscrições homologadas que exceder 5.000]. Quando o total de inscrições homologadas for igual ou inferior a 5.000, não haverá pagamento relativo ao Item 02. Permanecem mantidas as demais disposições dos atos retificados. Paranaguá, assinatura digital.

ADALBERTO MARCOS DE ARAUJO
Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá

Publicado por:
Rogerio Hainocz da Veiga
Código Identificador:89CC4759

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
PORTARIA Nº 2734

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM O PROTOCOLADO N.º 73.004/2026,

RESOLVE

Converter em indenização pecuniária a Licença Prêmio referente ao 1º quinquênio ininterrupto a que tem direito o servidor abaixo, nos termos do § 1º do Art.125 da LC 046/06:

SERVIDOR	Cargo
Thais Andressa de Leão	Técnico Administrativo

PARANAGUÁ, PALÁCIO CARIJÓ, em 15 de outubro de 2026.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Danielle Alves da Costa
Código Identificador:D179345E

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
3° TERMO ADITIVO EXTRATO DE CONTRATO N.º42/2023 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 10/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2023

Contratante:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná –CISLIPA
CNPJ:	13.681.884/0001-39
Responsável pela assinatura:	Rodolfo Nogueira Pedro Bom – Diretor Executivo
Contratada:	Publitech Softwares LTDA
CNPJ:	07.252.028/0001-65
Responsável pela assinatura:	Tiago Lubian
Objeto:	Contratação de empresa especializada no fornecimento e Licenciamento de Softwares para Gestão Pública Integrados.
Justificativa	Conforme Lei Federal 8.666/93, Lei Estadual 15.608/2007 e inteiro teor no processo Adm. n° 92/2023.
Dotação	01.001.10.122.0901.2001.3.3.90.40.00.00
Valor	R$ 175.366,08 (cento e setenta e cinco mil, trezentos e sessenta e seis reais e oito centavos)
Prazo/Vigência	12 (doze) meses
Foro	Comarca de Paranaguá – PR
Data da Assinatura	15/10/2026

Paranaguá,15 de outubro de 2026.

RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM
Diretor Executivo Do CISLIPA

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:0532D687

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
RESOLUÇÃO N° 33 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná, no uso de suas atribuições, e na lei n° 4.320/64, torna público:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no valor de **R$ 26.090,60 (vinte e seis mil, noventa reais e sessenta centavos)**, destinados ao reforço das seguinte Dotação Orçamentária:
Suplementação:

01		**CISLIPA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**	
01.001		**GESTÃO ADMINISTRATIVA CISLIPA**	
01.001.10.122.0901.2001.		**Gestão Administrativa Cislipa**	
8 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	3.090,60
01.002		**SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU**	
01.002.10.302.0902.2002		**Gestão de Serviços de Saúde - SAMU**	
37 3.1.90.49.00.00	1000	AUXILIO TRANSPORTE	16.000,00
53 3.3.90.40.00.00	1000	SERVS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.000,00
63 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
		Total da Suplementação:	**26.090,60**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° desta Resolução, servirá como recursos os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução:

01		**CISLIPA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**	
01.001		**GESTÃO ADMINISTRATIVA CISLIPA**	
01.001.10.122.0901.2001.		**Gestão Administrativa Cislipa**	
16 3.3.90.93.00.00	1000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.579,42

17 4.4.90.52.00.00	1000	MATERIAL PERMANENTE	1.511,18
01.002		**SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU**	
01.002.10.302.0902.2002		**Gestão de Serviços de Saúde - SAMU**	
25 3.1.90.04.00.00	1.000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.000,00
47 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVS. DE TERCEIROS P.FISICA	5.000,00
50 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVS. DE TERCEIROS P.JURICIA	17.000,00
		Total da Suplementação:	**26,090,60**

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Paraná, em 15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:C64DC59B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA 2027

AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOA 2027

Município: Paranaguá
Data: 23 de Setembro de 2026
Horário: 15:00 hrs
Local: Auditório da Biblioteca Municipal Leôncio Correia - SEMEDI
Formato: Presencial com transmissão online (YouTube)
Órgão responsável: Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento

Audiência Pública para apresentação e discussão do Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA 2027 do Município de Paranaguá, em cumprimento ao disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, com participação presencial e transmissão ao vivo pelo canal da Prefeitura no YouTube.
A abertura destacou a finalidade da audiência de dar transparência ao processo de elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento público, bem como possibilitar a participação popular na definição das prioridades e investimentos do Município.
Na sequência, a Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento, Veronica Marodim Marques, realizou a abertura institucional, ressaltando a importância da participação da população no processo de elaboração da LOA 2027.
A apresentação técnica foi realizada pelo contador do município, superintendente de orçamento, André Luiz da Silva, com participação do economista Valtair Fernandes Júnior, explanando os principais conceitos, fundamentos legais e etapas da elaboração da LOA, bem como sua relação com as demais peças orçamentaria, PPA e a LDO.
Foi apresentada a estimativa das receitas municipais para o exercício de 2027, no montante total estimado de R$ 1.480.000.000,00 (Um bilhão, quatrocentos e oitenta milhões de reais), abrangendo recursos livres, recursos vinculados, receitas correntes e de capital, receitas próprias, transferências da União e do Estado, receitas patrimoniais e demais fontes.
Quanto às despesas, foi apresentada a distribuição dos tetos por secretaria, e os principais grupos de aplicação dos recursos, com destaque para despesas com pessoal, saúde, educação, manutenção dos serviços públicos, obras, investimentos, despesas previdenciárias e demais obrigações municipais. Também foram abordadas as vinculações constitucionais e legais aplicáveis às áreas de saúde e educação, bem como os recursos provenientes do FUNDEB.
Durante a apresentação, foi divulgado o resultado da consulta pública realizada para identificação das prioridades da população, que contou com 194 participantes. Entre as prioridades apresentadas destacaram-se saúde, infraestrutura urbana, habitação, educação, meio ambiente e segurança pública. Foi informado que os resultados serão considerados no planejamento das secretarias, observadas as limitações orçamentárias e as vinculações legais.
Na etapa de manifestações e questionamentos, foram apresentadas dúvidas relacionadas à educação, especialmente quanto à obrigatoriedade da ampliação de matrículas na educação integral e sobre a previsão de recursos para atendimento das novas demandas. Foi esclarecido que a distribuição do orçamento das secretarias municipais, é elaborada pelas respectivas secretarias que encaminham sua composição conforme suas necessidades. Nesse questionamento houve manifestação do Secretário de Educação, Thiago Casas do Nascimento, que confirmou que o orçamento está abrangendo as deliberações das novas demandas, também foram prestados esclarecimentos sobre a previsão de ampliação de unidades educacionais, tendo sido informado que existem duas ampliações previstas, uma já licitada e outra em processo de licitação.
Foi questionada ainda a previsão orçamentária para as áreas de mulher e igualdade racial, sendo esclarecido que essas ações estão contempladas na estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social, com recursos destinados às respectivas atividades.
Durante a audiência, o representante do Instituto Ecoe, Rafael Décio Souza, apresentou proposta relacionada à adoção de marcador orçamentário climático e à rotulagem do orçamento climático, com o objetivo de ampliar a transparência sobre os recursos destinados à redução de riscos, desastres e adaptação às mudanças climáticas. A proposta foi formalmente entregue à equipe responsável para conhecimento e análise.
Também foram realizados questionamentos pela Vereadora Municipal Tenile Xavier sobre a relação entre as prioridades identificadas na consulta publica, com as estabelecidas na LOA, bem como sobre mecanismos de acompanhamento, pela população, da execução das prioridades definidas nos instrumentos de planejamento. Em resposta, foi esclarecido que o PPA estabelece diretrizes e metas de médio prazo, a LDO estabelece prioridades e regras e a LOA estrutura a previsão orçamentária para execução no exercício. Ressaltou-se ainda que a execução dos recursos é de competência das respectivas Secretarias e que o orçamento possui caráter dinâmico, podendo sofrer alterações conforme as necessidades e condições financeiras do Município.
Ao final, foi reforçada a importância da transparência, participação popular e acompanhamento da execução orçamentária, sendo destacada a necessidade de compatibilização das demandas da população com a disponibilidade de recursos, as vinculações legais e os compromissos assumidos pelo Município.
Não havendo outros questionamentos ou manifestações, a audiência foi encerrada, sendo agradecida a presença dos participantes presenciais e virtuais, representantes do Poder Legislativo, Secretários Municipais, servidores, munícipes e demais presentes.

Verônica Marodim Marques
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

André Luiz da Silva
Superintendente de Orçamento

Paranaguá, 30 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:4E6D656B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.226

DECRETO Nº 2.226

"Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências."

O Prefeito Municipal do MUNICIPIO DE PARANAGUA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4634/2025 de 02/12/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito Suplementar, em conformidade com o inciso I do Art. 41º da lei federal nº 4.320/64 e Lei autorizativa nº 4634/2025 de 02/12/2025, até a importância de R$ 645.000,00 (seiscentos e quarenta e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação

20		Secretaria Municipal de Segurança	
20.002		Departamento da Guarda Civil Municipal - Gcm	
20.002.06.181.0023.2.201		Manutenção do comando do Guarda Municipal.	
1062 - 3.3.90.39.00.00	045	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	645.000,00
Total Suplementação:			645.000,00

Art. 2° Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso II da Lei Federal 4.320/64. O valor referente a este artigo será crescido ao valor da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso conforme publicado no Decreto 318/2026:

Receita	
Receita: 1.9.9.9.99.2.1.17 Compensação Social pela Desafetação (CSD) - (F-045) - Fonte: 1045	645.000,00
Total da Receita:	645.000,00

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 15 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:502E290F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.911

PORTARIA Nº 2.911

"Concede diárias ao servidor Carlos Eduardo Ferla Correa, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 82.816/2026,

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor CARLOS EDUARDO FERLA CORREA, Superintendente-Executivo, matrícula n° 98.030-3, a importância correspondente a 06 (seis) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 3.310,59 (Três mil trezentos e dez reais e cinquenta e nove centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 18 de outubro e retorno no dia 24 de outubro do corrente.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "20º Pregão Week - Para capacitação da Nova Lei de Licitações 14133/2021 e as Novas Jurisprudências."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 15 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:29A2EFE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.912

PORTARIA Nº 2.912

"Concede diárias ao servidor Tiago Fontes César Leal, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 82.816/2026,

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor TIAGO FONTES CÉSAR LEAL, Procurador Geral, matrícula n° 12.265-11, a importância correspondente a 06 (seis) diárias de 164 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 4.414,12 (Quatro mil quatrocentos e quatorze reais e doze centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 18 de outubro e retorno no dia 24 de outubro do corrente.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "20º Pregão Week - Para capacitação da Nova Lei de Licitações 14133/2021 e as Novas Jurisprudências."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 15 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:E3A1A796

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.913

PORTARIA Nº 2.913

"Concede diárias ao servidor Felipe Blageski Araujo, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 82.816/2026,

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor FELIPE BLAGESKI ARAUJO, Superintendente, matrícula n° 94.180-4, a importância correspondente a 06 (seis) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município),

totalizando o valor de R$ 3.310,59 (Três mil trezentos e dez reais e cinquenta e nove centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 18 de outubro e retorno no dia 24 de outubro do corrente.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "20º Pregão Week - Para capacitação da Nova Lei de Licitações 14133/2021 e as Novas Jurisprudências."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 15 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:38267D71

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.914

PORTARIA Nº 2.914

"Concede diárias a servidora Ana Paula Pinheiro da Silveira, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 82.631/2026,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora ANA PAULA PINHEIRO DA SILVEIRA, Pregoeiro, matrícula n° 9.434-2, a importância correspondente a 06 (seis) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 3.310,59 (Três mil trezentos e dez reais e cinquenta e nove centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 18 de outubro e retorno no dia 24 de outubro do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "20º Pregão Week - Para capacitação da Nova Lei de Licitações 14133/2021 e as Novas Jurisprudências."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 15 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:59E3F77C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.915

PORTARIA Nº 2.915

"Concede diárias a servidora Bianca Freitas de Souza Russo, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 82.851/2026,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora BIANCA FREITAS DE SOUZA RUSSO, Pregoeiro, matrícula n° 96.348-1, a importância correspondente a 06 (seis) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 3.310,59 (Três mil trezentos e dez reais e cinquenta e nove centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 18 de outubro e retorno no dia 24 de outubro do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "20º Pregão Week - Para capacitação da Nova Lei de Licitações 14133/2021 e as Novas Jurisprudências."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 15 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:F0733C9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 03 AO CONTRATO N° 067/2025 DOK ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA CNPJ: 35.786.112/0001-02

EXTRATO DE ADITIVO 03 AO CONTRATO N° 067/2025
DOK ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 35.786.112/0001-02

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
DOK ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA

Data: 16/10/2026

Objeto: Aditivo 03 ao Contrato nº **067/2025**. "Fica aditivado o valor total de R$ 356.776,42 (trezentos e cinquenta e seis mil, setecentos e setenta e seis reais e quarenta e dois centavos), correspondente ao percentual de 12,46% do valor do contrato originário, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Concorrência n°: 008/2024
Processo Administrativo n°: 27557/2026

Valor: R$ 356.776,42 (trezentos e cinquenta e seis mil, setecentos e setenta e seis reais e quarenta e dois centavos)

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
GUILHERME HENRIQUE DE OLIVEIRA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:4E9D2BAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE APOSTILAMENTO 02 AO CONTRATO N° 059/2025 PORTO MARINA OCEANIA SERVIÇOS DE ATRACADORES EIRELI CNPJ: 01.048.690/0001-11

EXTRATO DE APOSTILAMENTO 02 AO CONTRATO N° 059/2025
PORTO MARINA OCEANIA SERVIÇOS DE ATRACADORES EIRELI
CNPJ: 01.048.690/0001-11

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
PORTO MARINA OCEANIA SERVIÇOS DE ATRACADORES EIRELI

Data: 16/10/2026

Objeto: **Apostilamento 02 ao Contrato nº 059/2025.** " O presente Instrumento tem como objetivo a adequação através da inclusão da seguinte Dotação Orçamentária, com o valor total de **R$ 199.920,00 (cento e noventa e nove mil e novecentos e vinte reais)**, realizada pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral ao Contrato n° 059/2025.

Dotação: 11.002.12.365.0017.2.082.3.3.90.39

Fundamentação Legal: Art. 136, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21."

Inexigibilidade de Licitação n°: 019/2025

Assinaturas:
THIAGO CASAS DO NASCIMENTO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:BD56CEE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO 35.906/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2026

A **PREFEITURA DE PARANAGUÁ–PR**, com sede na Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Palácio São José, Paranaguá-PR CEP: 83203-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.017.458/0001-15, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Obras Públicas, Senhor Eduardo Felipe Miranda, no uso da competência subdelegada pelo art. 1º do Decreto Municipal nº 831, de 13 de julho de 2018, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO Nº 046/2026, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta Ata, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e Termo de Referência, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Decretos Municipais nº 683/2018 e 4.319/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **DO OBJETO**

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia, compreendendo o fornecimento, transporte e aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), faixa F do DER-PR, destinados à manutenção corretiva do pavimento asfáltico, incluindo operações de tapa-buracos e reperfilagem, bem como a execução de lombadas e passagens de pedestres nas vias públicas do Município de Paranaguá/PR, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência, anexo ao Edital do Pregão Eletrônico nº 046/2026, e nas propostas cujos preços foram registrados.

2. **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA: Litopav Construções Ltda	
CNPJ: 04.713.363/0001-25	**FONE/FAX: (41) 98723-9696**
ENDEREÇO: Rua Rodrigues Alves, n° 870 – Centro Histórico, Paranaguá/PR CEP: 83203-170	
REPRESENTANTE LEGAL: Soraya Castro Silva Athanásio	
CPF Nº: 025.650.959-02	**RG Nº: 4.403.128-0 SESP/PR**
E-MAIL: bruathanasio@yahoo.com.br	

LOTE ÚNICO – AMPLA CONCORRÊNCIA					
Item	**Quantidade**	**Un.**	**Descrição do Produto**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	6.000	Ton	Fornecimento e Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) faixa F em diversas vias públicas para a recuperação de pavimento – tapa buraco, serviço para manutenção do Sistema Viário do Município de Paranaguá, conforme demanda da Secretaria Municipal de Obras Públicas	R$ 1.139,341	R$ 6.836.046,00

3. **ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE**

3.1. O órgão gerenciador será a **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS.**

4. **DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as exigências legais de publicidade.

4.2. A Ata poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, mediante justificativa fundamentada e formalização do respectivo termo de prorrogação, observadas as disposições legais, regulamentares e editalícias aplicáveis.

4.3. A eventual renovação dos quantitativos originalmente registrados ficará condicionada à existência de previsão no instrumento convocatório e à observância da regulamentação aplicável.

5. **DO CADASTRO RESERVA**

5.1. Nos termos do § 4º do art. 298 do Decreto Municipal nº 4.319/2023, poderá ser formalizado Cadastro de Reserva, composto pelos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, observada a ordem de classificação da licitação e os requisitos estabelecidos na legislação aplicável.

6. **REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser atualizados, revisados ou alterados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, desde que comprovada a ocorrência das hipóteses previstas nos arts. 301 e seguintes do Decreto Municipal nº 4.319/2023, mediante processo administrativo devidamente instruído, observados os princípios da legalidade, da motivação, da razoabilidade, da economicidade e da preservação do equilíbrio das condições registradas.

7. **CONDIÇÕES GERAIS**

7.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento/execução, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pela autoridade competente e pelo particular fornecedor.

Paranaguá/PR, 14 de outubro de 2026

EDUARDO FELIPE MIRANDA
Secretário Municipal de Obras Públicas

Litopav Construções LTDA
SORAYA CASTRO SILVA ATHANÁSIO

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:55BB0824

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2026

FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA – PREÇOS IGUALADOS E PREÇOS ORIGINAIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 27.186/2026
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 043/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura do Município de Paranaguá

Aos 14 (quatorze) dias do mês de outubro do ano de 2026, a Prefeitura do Município de Paranaguá, por intermédio da Comissão Permanente de Contratação, resolve registrar os preços dos proponentes remanescentes para fins de **FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**, nos termos do art. 82, § 5º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021 e do Edital de licitação acima referenciado, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual e futura Aquisição de Troféus e Medalhas, em atendimento as Secretarias Municipais de Paranaguá, conforme especificações constantes do Termo de Referência do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA
2.1. A validade desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas. (art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ESTRUTURA DO CADASTRO RESERVA
3.1. Integra esta Ata, na qualidade de Anexo I, o cadastro de reserva de licitantes, organizados por item, obedecida a ordem de classificação obtida no certame.
3.2. O Cadastro Reserva desta Ata é composto apenas pelo preço original de preço, conforme manifestação dos licitantes na sessão pública:

•
I – Preço Igualado: nenhum fornecedor aceitou fornecer o objeto pelo preço do licitante vencedor;

•
II – Preço Original: Itens em que o licitante da reserva optou por manter a sua proposta e preços original de lance, por não ter interesse ou possibilidade de reduzir ao valor do vencedor.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONVOCAÇÃO E CONDIÇÕES DE PREÇO
4.1. Os licitantes integrantes do cadastro reserva somente serão convocados nas hipóteses de cancelamento do registro do vencedor, recusa em assinar o contrato/empenho/ ata de registro de preços, ou esgotamento dos quantitativos da Ata principal.
4.2. No momento da convocação de licitante que possua Preço Igualado, a contratação ocorrerá pelo valor idêntico ao da adjudicatária original.
4.3. No momento da convocação de licitante que possua Preço Original, a contratação pelo valor maior fica estritamente condicionada a:

•
I – Realização de pesquisa de mercado atualizada pelo órgão público para comprovar que o preço original da empresa continua compatível com os preços praticados no mercado no momento da convocação;

•
II – Demonstração da vantagem econômica e interesse público na contratação.

4.4. A habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica dos licitantes constantes do cadastro reserva somente será examinada no momento de sua efetiva convocação.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO
5.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranaguá/Paraná para dirimir quaisquer dúvidas.

Paranaguá, 14 de outubro de 2026

•***JOSÉ MIGUEL PEREIRA***
•Secretário Municipal de Esporte e Juventude

•***THIAGO CASAS DO NASCIMENTO***
•Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

•
•

•***JOSÉ REIS DE FREITAS NETO***
•Secretário Municipal de Cultura e Turismo

ANEXO I – TABELAS DO CADASTRO RESERVA

Abaixo consta a tabela detalhada por item, identificando quem é a empresa vencedora (adjudicatária) e quais empresas estão na reserva, apontando se o preço foi igualado ou mantido o original.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID
01	65.986	TROFÉU DE PREMIAÇÃO 45 CM	UNID
01	65.987	MEDALHA DE PREMIAÇÃO 10 CM	UNID
02	65.988	MEDALHA DE PREMIAÇÃO 7,5 CM	UNID
03	65.989	MEDALHA DE PREMIAÇÃO 5 CM	UNID

LOTE ÚNICO COM 04 ITENS

•
EMPRESA ADJUDICATÁRIA: ROGER ANDRÉ BRAUN

•
CNPJ: 29.253.577/0001-97

•
Preço Unitário Adjudicado: R$ 256.275,00

O 5º colocado manifestou interesse com seu preço final

Posição na Reserva	Classificação Original	Razão Social do Licitante	CNPJ	Condição do Preço	Preço Registrado na Reserva (R$)
1ª Reserva	5º Lugar	SPEED LIFE RUN LTDA PR	55.145.448/0001-95	Preço Original	374.875,00

O 6º colocado manifestou interesse com seu preço final

Posição na Reserva	Classificação Original	Razão Social do Licitante	CNPJ	Condição do Preço	Preço Registrado na Reserva (R$)
2ª Reserva	6º Lugar	FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA PR	41.227.145/0001-07	Preço Original	381.906,50

O 9º colocado manifestou interesse com seu preço final

Posição na Reserva	Classificação Original	Razão Social do Licitante	CNPJ	Condição do Preço	Preço Registrado na Reserva (R$)
3ª Reserva	9º Lugar	DSP BRINDES PERSONALIZADOS LTDA SC	55.358.183/0001-03	Preço Original	499.889,00

O 10º colocado manifestou interesse com seu preço final

Posição na Reserva	Classificação Original	Razão Social do Licitante	CNPJ	Condição do Preço	Preço Registrado na Reserva (R$)
4ª Reserva	10º Lugar	COMERCIAL AGATA DE ARTESANATO	00.363.814/0001-90	Preço Original	602.714,00

		LTDA PR			

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:F704CDBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. 75, INCISO II DA LEI 14133/2021

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. 75, INCISO II DA LEI 14133/2021 Município de Paranaguá – CNPJ nº. 76.017.458/0001-15

Município de Paranaguá – CNPJ nº. 76.017.458/0001-15

O Município de Paranaguá, através da Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, neste ato representado pela Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, torna público, para conhecimento de todos, que tem interesse na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ENSAIO DE SONDAGEM E ENSAIO DE PERCOLAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ - 3 Pontos - CRAS Alexandra - Rua Antônio Mioto, nº 173, Distrito de Alexandra – Paranaguá – PR, conforme detalhado abaixo. A contratação visa atender o Centro de Referência da Assistência Social - Alexandra.

INICIO DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: 16/10/2026 às 00:h00m
LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: 20/10/2026 às 23:h59m

ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS

ITEM CÓDIGO DESCRIÇÃO -
01 66943 ENSAIOS DE SONDAGEM E PERCOLAÇÃO DO SOLO (Ensaio de Sondagem à percussão SPT até 15m - 03 furos, Ensaio de Percolação do solo - 3 furos, Mobilização e desmobilização e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART). QUANTIDADE 01 (SERVIÇO)

Paranaguá, 15 de outubro de 2026.

OBS: A proposta deverá conter o timbre e/ou identificação da empresa (razão social), CNPJ, responsável para contato, telefone e e-mail, validade da proposta, prazo de entrega. O envio da proposta deverá ser via e-mail em arquivo anexado e assinado. Preços Líquidos: Todas as despesas deverão ser incluídas no preço.

Endereço eletrônico para envio dos orçamentos: giselle.loreni@paranagua.pr.gov.br

CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO
Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:3C74D17F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
CPE Nº 009/2026 R.P 050/2026
UASG 987745 – 15/2026
PROCESSO Nº 74.516/2026
OBJETO: Contratação de Empresa(s) Especializada(s) em Serviços Técnicos nas Áreas de Engenharia, Arquitetura, Urbanismo, Geotecnia, Cartografia e Meio Ambiente para Elaboração de Projetos e outros documentos, conforme especificado no Termo de Referência, no Edital e demais documentos técnicos que o compõem, adotando a modelagem da informação da construção na plataforma BIM (Building Information Modeling).
TIPO: Menor Preço Global por Lote.
DATA DA ABERTURA: 26/11/2026 – **HORÁRIO:** 15:00 horas.
VALOR ESTIMADO: R$ 12.568.093,01 (doze milhões, quinhentos e sessenta e oito mil e noventa e três reais e um centavos).
ENDEREÇOS:
https://paranagua.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes, www.gov.br/compras e https://pncp.gov.br/app/editais
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais 4319/2023, a ser processada e julgada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, na sua redação atual e suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Presidente da Comissão na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: neuma.beatriz@paranagua.pr.gov.br, cpl@paranagua.pr.gov.br.
Paranaguá, 15 de outubro de 2026.

NEUMA BEATRIZ BARCELLOS VALERA
Comissão Especial de Contratação

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:8BEBAE12

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2026
PROCESSO Nº 7021/2026 – UASG 987745 – 17/2026
A Prefeitura do Município de Paranaguá/Pr comunica aos interessados que o Edital do certame em epígrafe foi retificado para a inclusão de imagens ilustrativas.
As referidas imagens foram adicionadas no item 2.1.1 Especificação e quadro de distribuição do Anexo I do Termo de Referência, com o objetivo de melhor ilustrar as especificações técnicas do objeto e facilitar a elaboração das propostas.
Fica esclarecido que a presente inclusão mantém inalterada os prazos para a entrega e abertura das propostas, permanecendo a data da sessão pública agendada para o dia 23/10/2026 às 09:00 horas.
O edital consolidado, contendo as novas imagens ilustrativas, já se encontra disponível para consulta e download no endereço eletrônico: https://paranagua.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes e https://pncp.gov.br/app/editais.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoeira na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br e marilete.silva@paranagua.pr.gov.br.

Paranaguá, 15 de outubro de 2026.

MARILETE RODRIGUES DA SILVA DO ROSÁRIO
Pregoeira

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:0AD53F26

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ – CNPJ nº 76.017.458/0001-15.
COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ – CELEPAR– CNPJ Nº 76.545.011/0001-19.

Objeto: "Contratação da Empresa Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná-Celepar, para Prestação de

Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, considerando o termo de convênio 213/2022, formalizado entre o DETRAN/Pr e a Prefeitura de Paranaguá, que tem por objeto a operacionalização das ações conjuntas de fiscalização e lavratura de autos de infração de trânsito, em cumprimento ao art. 25 da Lei Federal nº 9.503/97. Com fulcro no artigo 75, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/21, em atendimento à Secretaria Municipal de Segurança, de acordo com o inteiro teor do processo administrativo nº 22.120/2026 e seus anexos"

Dotação orçamentária: 20.003.2202.006.0181.0023.3339039.1509

Valor estimado para 60 (sessenta) meses: R$ 4.017.600,00

Período de Contratação: 60 (sessenta meses) conforme legislação vigente.

Paranaguá, 10 de Agosto de 2026.

FRANCISCO LEUDOMAR NÓBREGA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Segurança

Republicado por incorreção

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:F508D30D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2026

VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026

PROCESSO Nº 35.906/2026
VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses

O Município de Paranaguá, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.017.458/0001-15, com sede à Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, nesta cidade – Estado do Paraná, torna pública a Ata de Registro de Preços firmada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, correspondente ao Pregão Eletrônico nº 046/2026, que originou a Ata de Registro de Preços nº 036/2026, com vistas à futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia, compreendendo o fornecimento, transporte e aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), faixa F do DER-PR, destinados à manutenção corretiva do pavimento asfáltico, incluindo operações de tapa-buracos e reperfilagem, bem como a execução de lombadas e passagens de pedestres nas vias públicas do Município de Paranaguá/PR, **conforme Termo de Referência (Anexo I)**, assinada aos 14 (quatorze) dias do mês de outubro de 2026, com validade de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

Empresa detentora da Ata: Litopav Construções Ltda
CNPJ: 04.713.363/0001-25
Valor total registrado: R$ 6.836.046,00

LOTE ÚNICO – AMPLA CONCORRÊNCIA					
Item	**Quantidade**	**Un.**	**Descrição dos Serviços**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	6.000	tonelada (t)	Fornecimento e Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) faixa F em diversas vias públicas para a recuperação de pavimento – tapa buraco, serviço para manutenção do Sistema Viário do Município de Paranaguá, conforme demanda da Secretaria Municipal de Obras Públicas	R$ 1.139,341	R$ 6.836.046,00

Paranaguá, 14 de outubro de 2026

•ASSINATURAS:

Eduardo Felipe Miranda
Secretário Municipal de Obras Públicas
Litopav Construções Ltda
Soraya Castro Silva Athanásio

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:72D99991

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 415/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 27/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
ACR5461	277450T000054506	01/08/2026	54600	
AIY9D85	277450T000036696	29/07/2026	55500	
ANR0056	277450T000039953	01/08/2026	54100	
APR5I38	277450T000009245	29/07/2026	55500	
ARS8E81	277450T000054140	01/08/2026	54100	
AUF7D67	277450T000036689	29/07/2026	55500	
AYF3E19	277450T000036698	29/07/2026	55500	
AYW0E63	277450T000036692	29/07/2026	55500	06198676525
BAZ9469	277450T000009246	29/07/2026	55500	
BCP1219	277450T000054139	01/08/2026	54100	
BCY4F16	277450T000036699	29/07/2026	55500	
BCZ1E14	277450T000031813	29/07/2026	73232	
BEO9G51	277450T000054904	29/07/2026	55500	03905458498
DIO3A67	277450T000054902	29/07/2026	55500	
FFE4F15	277450T000026951	01/08/2026	53800	
QCN8F42	277450T000040016	01/08/2026	54100	01184326478
SDU8E03	277450T000054031	31/07/2026	55500	
UBZ3D68	277450T000010901	29/07/2026	55500	
UCG5E12	277450T000009249	29/07/2026	55500	07294317083

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:45C01A02

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 420/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 30/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AST0E29	277450T000054144	01/08/2026	54100	
GPR9B84	277450T000056030	05/08/2026	55250	06484922695

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:5848EA53

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 416/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 27/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AHW9G18	277450NIC0046316	18/09/2026	50020
EGI1J62	277450NIC0046312	18/09/2026	50020
HBG6H85	277450NIC0046315	18/09/2026	50020
MCN7A73	277450NIC0046317	18/09/2026	50020
MMI9B16	277450NIC0046314	18/09/2026	50020
QHZ8633	277450NIC0046313	18/09/2026	50020

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:A5BC128E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 004/2025

1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 004/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025

1º Termo Aditivo de ITEM, PRAZO e VALOR da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 004/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025, referente a registro de preços para a eventuais aquisições de pá carregadeira, moto niveladora, trator esteira, retor escavadeira, escavadeira hidráulica, rolo compactador, caminhão caçamba 6x4, para Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental e Municípios Consorciados, conforme Convênio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

CONTRATANTE: O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL, pessoa jurídica de direito Público, com sede na Rua Professora Neusa Cascão Borba, 1691 – Jardim Antigo Aeroporto II, Cep: 87705-160, inscrito no C.N.P.J. sob n.º 15.255.346/0001-08, neste ato, devidamente representado pelo Senhor Presidente, , Sr. JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO, RG.: x.xxx.xxx-8 SESP/PR; CPF: xxx.xxx.xxx-92; Domiciliado na Rua Silvio Carneiro, nº 36, CEP 87.730-000, Município de Santo Antônio do Caiuá – PR, exercendo o cargo público de Prefeito do Município de Santo Antônio do Caiuá – Pr;

CONTRATADA: CONTRATADA: INGA CAMINHOES LTDA, CNPJ nº 23.008.729/0001-00, Endereço: BR 101 KM 383 – BAIRRO: BARRACÃO - CIDADE: IÇARA/SC, Representante Legal: Sr. LEONARDO SCHOLL GIARETTA – Coordenador Comercial., resolvem de comum acordo, firmar o presente **1º TERMO ADITIVO DE ITEM, PRAZO e VALOR** nos seguintes termos, resolvem de comum acordo, firmar o presente 1º TERMO ADITIVO DE ITEM, PRAZO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente 1º Termo Aditivo de ITEM, PRAZO e VALOR da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 004/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025, registro de preços para a eventuais aquisições de pá carregadeira, moto niveladora, trator esteira, retor escavadeira, escavadeira hidráulica, rolo compactador, caminhão caçamba 6x4, para Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental e Municípios Consorciados, conforme Convênio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO QUANTITATIVO
Ficam renovados os quantitativos e valores inicialmente registrados na Ata, conforme tabela abaixo:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REEQUILÍBRIO
No presente Termo Aditivo, reajusta-se o valor do item conforme solicitação e comprovação mediante justificativa enviada juntamente com as notas fiscais comprobatórias do aumento do valor do item acima do valor solicitado de 5,5% (cinco vírgula cinco), passando a vigorar na vigência da presente ata o valor reajustado, conforme abaixo:

Caminhão 280, marca Mercedes Benz, Modelo Atego 2730, Valor de R$ 722.675,00 (Setecentos e vinte e dois mil seiscentos e setenta e cinco reais).

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, **por mais 1 (um) ano, a partir de 06 de outubro de 2026 até a 06 de outubro de 2027**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS
Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente Termo Aditivo.

E assim, por estarem de acordo as partes assinam o presente TERMO ADITIVO DE ITEM e PRAZO em (2) duas vias de igual forma e teor.

Paranavaí, 24 de setembro de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente – CICA

LEONARDO SCHOLL GIARETTA
Represente Contratado

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:E2CEC306

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 008/2025

1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 008/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025

1º Termo Aditivo de ITEM, PRAZO, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 008/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025, referente a registro de preços para a eventuais aquisições de pá carregadeira, moto niveladora, trator esteira, retor escavadeira, escavadeira hidráulica, rolo compactador, caminhão caçamba 6x4, para Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental e Municípios Consorciados, conforme Convênio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

CONTRATANTE: O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL, pessoa jurídica de direito Público, com sede na Rua Professora Neusa Cascão Borba, 1691 – Jardim Antigo Aeroporto II, Cep: 87705-160, inscrito no C.N.P.J. sob n.º 15.255.346/0001-08, neste ato, devidamente representado pelo Senhor Presidente, , Sr. JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO, RG.: x.xxx.xxx-8 SESP/PR; CPF: xxx.xxx.xxx-92; Domiciliado na Rua Silvio Carneiro, nº 36, CEP 87.730-000, Município de Santo Antônio do Caiuá – PR, exercendo o cargo público de Prefeito do Município de Santo Antônio do Caiuá – Pr;

CONTRATADA: PARANA EQUIPAMENTOS S/A, CNPJ nº 76.527.951/0001-85, Rodovia Br-116, n° 11.807, KM 100, Bairro Hauer, Cidade/UF: Curitiba/PR, Representante Legal: Sr. MARCELO CARVALHO GRADE, resolvem de comum acordo, firmar o presente 1º TERMO ADITIVO DE ITEM, PRAZO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente 1º Termo Aditivo de ITEM, PRAZO, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 008/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025, registro de preços para a eventuais aquisições de pá carregadeira, moto niveladora, trator esteira, retor escavadeira, escavadeira hidráulica, rolo compactador, caminhão caçamba 6x4, para Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental e Municípios Consorciados, conforme Convênio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO QUANTITATIVO

Ficam renovados os quantitativos e valores inicialmente registrados na Ata, conforme tabela abaixo:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE
Os valores totais reajustados na tabela acima, de acordo com o índice geral, IPCA acumulado nos 12 meses em 2026 de acordo com os dados do IBGE representam o percentual de 4,44%, passando a vigorar na vigência da presente ata, os seguintes valores:

Motoniveladora modelo 919, passando a vigorar o valor de R$ 938.000,00 (novecentos e trinta e oito mil reais).
Rolo Compactador modelo CS10GC, passando a vigorar o valor de R$ 624.551,00 (seiscentos e vinte e quatro mil quinhentos e cinquenta e um reais).

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, **por mais 1 (um) ano, a partir de 06 de outubro de 2026 até a 06 de outubro de 2027**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS
Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente Termo Aditivo.

E assim, por estarem de acordo as partes assinam o presente TERMO ADITIVO DE ITEM e PRAZO em (2) duas vias de igual forma e teor.

Paranavaí, 24 de setembro de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente – CICA

MARCELO CARVALHO GRADE
Represente Contratado

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:9D2DFA25

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 013/2025

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 013/2025

Inexigibilidade nº 002/2025
Processo Administrativo nº 014/2025

1º TERMO ADITIVO de Prazo e Valor do Contrato nº 013/2025, do processo de Inexigibilidade nº 002/2025, Processo Administrativo nº 014/2025 que versa sobre a contratação de pessoa jurídica autorizada para prestação de serviço técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, referente a capacitação na lei 14.133/21 do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental - Cica.

CONTRATANTE: **O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL**, pessoa jurídica de direito Público, com sede na Rua Professora Neusa Cascão Borba, 1691 – Jardim Antigo Aeroporto II, Cep: 87705-160, inscrito no C.N.P.J. sob n.º 15.255.346/0001-08, neste ato, devidamente representado pelo Senhor Presidente, Sr. José Gabriel Gonçalves Fachiano, portador da Cédula de Identidade nº 8.xxx.xxx-8, e inscrito no CPF sob nº 049.xxx.xxx-92.

CONTRATADA: empresa **ROSIANE OLIVEIRA LIMA GONCALVES LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 22.762.257/0001-13, através do seu representante legal, a Sra. Rosiane Oliveira Lima Gonçalves, portadora da Carteira de Identidade nº 9.xxx.xxx-3 e do CPF nº 057.xxx.xxx-96, resolvem de comum acordo, firmar o presente TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR, nos seguintes termos:

As partes acima nominadas acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 suas alterações e demais legislações pertinentes, conforme as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente **TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR**; referente ao Contrato nº 013/2025, do processo de Inexigibilidade nº 002/2025, Processo Administrativo nº 014/2025, corresponde a contratação de pessoa jurídica autorizada para prestação de serviço técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, referente a capacitação na lei 14.133/21, atualizações conforme o tribunal de contas e a lei 14.770/2023, com ênfase em contratos, implantação e treinamento do sistema do pregão eletrônico (comprasnet/contrata+brasil), treinamento e aperfeiçoamento contínuo de pessoal para os servidores do Consórcio CICA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DOS SERVIÇOS

O presente termo fica prorrogado por mais 12 meses, com a vigência de 21 de outubro de 2026 até 21 de outubro de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES/REAJUSTE

O valor a ser pago mensal pelo objeto do presente termo, terá seu reajuste firmado no índice geral, IPCA acumulado nos 12 meses em 2026, de acordo com os dados do IBGE representam o percentual de 4,44%, passando a vigorar na vigência do aditivo, os seguintes valores:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de pessoa jurídica autorizada para prestação de serviço técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, referente a capacitação na lei 14.133/21, atualizações conforme o tribunal de contas e a lei 14.770/2023, com ênfase em contratos, implantação e treinamento do sistema do pregão eletrônico(comprasnet/contrata+brasil), treinamento e aperfeiçoamento contínuo de pessoal para os servidores do Consórcio CICA.	12	R$ 5.326,44	R$ 63.917,28

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato nº 013/2025, do processo de Inexigibilidade nº 002/2025, Processo Administrativo nº 014/2025.

E assim, por estarem de acordo as partes assinam o presente **TERMO ADITIVO** em (2) duas vias de igual forma e teor.

Paranavaí, 15 de outubro de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente – CICA

ROSIANE OLIVEIRA LIMA GONÇALVES
Representante da Contratada

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:8F90BC16

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
AVISO PREGÃO 17/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 56/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 17/2026

Exclusivo para participação de EPP/ME/MEI

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE ALARME DE INTRUSÃO

E CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV), BEM COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, DESTINADOS ÀS UNIDADES OPERACIONAIS DO CIS/AMUNPAR NO MUNICÍPIO DE LOANDA/PR

Informamos aos interessados que o Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/Amunpar, realizará licitação na modalidade de PREGÃO na sua forma ELETRÔNICO, em obediência a Lei nº 14.133/21, regulamentada pela Resolução nº 25/2023-CIS/AMUNPAR, conforme as seguintes especificações:

1 – Objeto do Pregão**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE ALARME DE INTRUSÃO E CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV), BEM COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, DESTINADOS ÀS UNIDADES OPERACIONAIS DO CIS/AMUNPAR NO MUNICÍPIO DE LOANDA/PR**, conforme especificações mínimas estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Edital.

2 **– DATA E HORÁRIO DO CERTAME:**

2.1.1. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir de sua publicação até as 08:00 horas do dia 04 de novembro de 2026.
2.1.2. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: **04 de novembro de 2026 às 08:01 horas.**
2.1.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **às 08:15 horas do dia 04 de novembro de 2.026.**
2.1.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
2.1.5. LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado"
2.1.6. FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO, por Lote.

3 **–** O Prazo Máximo de execução do Contrato será de 12 (doze) meses**,** podendo ser prorrogado nos termos do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/21.

4 –O valor máximo estimado para licitação é de **R$18.077,02 (dezoito mil e setenta e sete reais e dois centavos).**

5 – Tipo: **MENOR PREÇO, Lote.**

6 – Dotação: As despesas resultantes desta contratação correrão por conta de recursos disponibilizados pelas dotações orçamentárias **01.001.0010.0302.2009.2001.3.3.3.90.30.26.00 - Fonte 013, 01.001.0010.0302.2009.2001.3.3.3.90.39.77.02 - Fonte 013 e 01.001.0010.0302.2009.2001.3.4.4.90.52.33.00 - Fonte 001 .**

7 – Poderão participar do processo interessados que atenderem às exigências deste Edital e seu(s) anexo(s), e efetivem seu cadastramento junto ao **Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br).**

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) https://pncp.gov.br/, no Portal Transparência, através do endereço eletrônico https://cisamunpar.atende.net/transparencia e endereço eletrônico **Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br),** ou junto ao setor de licitações do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/Amunpar, até 24 horas antes da abertura da licitação, por meio de solicitação por e-mail: licitacoes.cis@gmail.com, Telefone para contato:(44) 3421-5174 – 3421-5180 – 3421-5183 e (44) 92004-8034 WhatsApp.

Paranavaí, 15 de outubro de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Direção Geral Do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:6AB9404C

PROCURADORIA
LEI Nº 5.625/2026

Inclui o dia 8 de maio, a "Mobilização Municipal pela Saúde Mental Materna", no Anexo único da Lei Municipal nº 4.725/2018, que institui o Calendário Oficial de Eventos do Município de Paranavaí.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Inclui o dia "8 de Maio, a Mobilização Municipal pela Saúde Mental Materna" no Anexo único da Lei Municipal nº 4.725/2018, que institui o Calendário Oficial de Eventos do Município de Paranavaí, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO ÚNICO - CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ - PR
"MAIO" dia 08 de maio / Mobilização Municipal pela Saúde Mental Materna"

Art. 2° As ações de conscientização, incentivo ao cuidado e promoção do tema objeto desta Lei, poderão ser desenvolvidas através de caminhada, reuniões, palestras, cursos, oficinas, rodas de conversas, seminários, distribuição de material informativo, entre outras, sempre priorizando:
I – A conscientização da população sobre a importância da saúde mental materna;
II - O incentivo aos órgãos da Administração Pública Municipal, empresas, entidades de classe, associações, e à sociedade civil organizada para se engajarem nas campanhas sobre o tema objeto desta Lei.

Art. 3º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que lhe couber.

Art. 4° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 21 dias do mês de setembro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito de Paranavaí

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:1B69AF22

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 28.045/2026

Dispõe sobre desaverbação, a pedido, de tempo de serviço de servidor público municipal.

Considerando o Decreto Municipal nº 22.312/2021, que concede a incorporação do tempo de serviço para a servidora;

Considerando o processo digital nº 46614/2026, o qual foi encaminhado pela servidora;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

DECRETA:
Art. 1° Fica autorizado a desaverbação, a pedido, do tempo de serviço da servidora **GENERINA LACERDA DA SILVA**, matrícula nº 5359-1, ocupante do cargo de **COZINHEIRA**, correspondente ao período de 06 (seis) anos, 08 (oito) meses e 21 (vinte e um) dias, referente contribuição para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), conforme Certidão de Tempo de Contribuição - CTC, de nº 14023060.1.00027/18-6, emitida em 21 de maio de 2018, pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o qual não foi utilizado para fins funcionais junto ao Município de Paranavaí, para a

concessão de anuênio, abono de permanência, licença prêmio, elevação funcional, ou quaisquer outros benefícios funcionais e previdenciários.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 14 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:697027DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 28.046/2026

Dispõe sobre incorporação de tempo de serviço para fins de aposentadoria e disponibilidade na ficha funcional de servidor público municipal.

Considerando o processo digital nº 35918/2026, o qual foi encaminhado pelo servidor;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

DECRETA:

Art. 1° Fica incorporado, para fins de aposentadoria e disponibilidade, na ficha funcional do servidor público municipal **JOSE BATISTA CAVALCANTE DE ARAUJO**, matrícula nº 847-1, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, o tempo de contribuição correspondente aos seguintes períodos:

I – 08 (oito) meses e 25 (vinte e cinco) dias, referentes ao período de 06 de abril de 1992 a 31 de dezembro de 1992;

II – 01 (um) ano, 01 (um) mês e 05 (cinco) dias, referentes ao período de 12 de janeiro de 1993 a 16 de fevereiro de 1994.

Parágrafo único. A incorporação de que trata este artigo fundamenta-se no processo protocolado sob nº 35918/2026, em 26 de junho de 2026, e na Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) nº 14024040.1.00285/21-3, emitida em 31 de julho de 2021 pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 14 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:96BDB64A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 305/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 305/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 62/2025
O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais ALEX ROMERA , RAFAEL LUCAS TORRENTE, LUCAS DE OLIVEIRA , ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR, CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, ANDREIA MARTINS DE SOUZA, JANE NUNES DE LIMA, WANESSA DURANTE, ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCA,** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **Registro de Preços para aquisição de lixeiras, containers, coletores de medicamentos e gaveteiros plásticos, por meio das Secretarias Municipais de Educação, Infraestrutura e Serviços Públicos, Saúde, Desenvolvimento Econômico, Assistência Social, Administração, Proteção à Vida e Patrimônio Público, Meio Ambiente, Esporte e Lazer e a Fundação Cultural de Paranavaí.**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,223453%** referente à variação do IPCA no período de setembro/2025 a setembro/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 305/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser de **R$ 110.310,48 (cento e dez mil, trezentos e dez reais e quarenta e oito centavos).**

Fornecedor: CITY CLEAN COM. EQUIPAMENTOS LTDA					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
1	Kit com cinco lixeiras para coleta seletiva, capacidade de no mínimo 50 litros com suporte, estrutura em aço galvanizado, nas cores vermelho, azul, amarelo, verde e marrom, em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), de acordo com pprincipais normas vigentes da Anvisa, com os respectivos adesivos (Plástico, Papel, Vidro, Metal, Orgânico), Parafusos, arruelas e peças para montagem. Incluso montagem completa da estrutura.	Unid.	189	R$ 437,74	R$ 82.732,86
6	kit com cinco lixeiras para coleta seletiva, capacidade de no mínimo 50 litros com suporte, estrutura em aço galvanizado, nas cores vermelho, azul, amarelo, verde e marrom, em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), de acordo com pprincipais normas vigentes da Anvisa, com os respectivos adesivos (Plástico, Papel, Vidro, Metal, Orgânico), Parafusos, arruelas e peças para montagem. Incluso montagem completa da estrutura.	Unid	63	R$ 437,74	R$ 27.577,62
Total Fornecedor: R$ 110.310,48 (cento e dez mil, trezentos e dez reais e quarenta e oito centavos)					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 305/2025), datada de 28 de novembro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa:
CITY CLEAN COM. EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 48.256.518/0001-17
Endereço: AVENIDA DAS AMERICAS, 13685 - RECREIO DOS BANDEIRANTES, Rio de Janeiro - RJ,
E-mail: comercial@cityclean.com.br, COMERCIAL@CITYCLEAN.RIO.BR
Telefone: (21) 97017-6677, (21) 2434-7764

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:9E1BFE21

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 54/2025 (ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO DE METAFÍSICA, PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E REAJUSTE)

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 54/2025
(ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO DE METAFÍSICA, PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E REAJUSTE)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2025

2º (Segundo) Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada Global nº 54/2025 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a empresa OLIVEIRA & AMORIM ENGENHARIA LTDA, na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ. sob nº **76.977.768/0001-81**, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, inscrita no CPF 042.081.609-77.
CONTRATADA: OLIVEIRA & AMORIM ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.587.294/0001-60, estabelecida à Rua Ettore Giovine, n.º 2734, Jardim Renata, na cidade de Paranavaí – Paraná, CEP 87.701-150, e-mail eron.amorim@hotmail.com, neste ato representada pelo Sr. **Eron Silva Amorim**, inscrito no CPF 085.655.019-14.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO ORIGINAL
1.1. O objeto do presente contrato é a "Construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte III – Novo PAC, Localizado na Rua Irene Pomim, s/n, Lote 01-REM da Quadra 11, Jardim Tarumã, Distrito do Sumaré, Paranavaí-PR, cujas especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato".

Parágrafo Único – Os materiais e serviços ora contratados deverão ser prestados de modo atender as necessidades do CONTRATANTE, correspondente às exigências contidas no edital da Concorrência Eletrônica nº 004/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO DE METAFÍSICA
2.1. Através do presente aditivo, considerando as justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano através do Memorando nº 718/2026/SEDUR, a lista de verificação do Parecer Jurídico Referencial nº 002/2023/PGM assinado pela Gestora do Contrato, o Parecer Técnico e, a anuência da Gestora do Contrato, **promove a supressão dos itens conforme planilha**, representando supressão monetária no montante de **R$ 33.746,06 (trinta e três mil, setecentos e quarenta e seis reais e seis centavos)**, nos termos da Cláusula 16ª do Contrato nº 54/2025.
Parágrafo Único: Os valores a serem reduzidos da presente supressão serão retirados através dos empenhos nº 12.430/2026, 12.431/2026, 12.569/2026 e 19.667/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO DE METAFÍSICA
3.1. Através do presente aditivo, considerando as justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano através do Memorando nº 196/2026/SEDUR, a lista de verificação do Parecer Jurídico Referencial nº 002/2023/PGM assinado pela Gestora do Contrato, o Parecer Técnico e, a anuência da Gestora do Contrato e, as declarações de adequação orçamentária e dotação, **promove o acréscimo dos itens conforme planilha**, no montante de **R$ 145.396,27 (cento e quarenta e cinco mil, trezentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos),** nos termos da Cláusula 16ª do Contrato nº 54/2025, representando o percentual de 4,78%.
Parágrafo Único: Os custos provenientes do presente acréscimo serão cobertos com recursos provenientes da seguinte Dotação Orçamentária:
Secretaria Municipal de Saúde – REF122 – 3449051000000000000 – Obras e instalações – Ação 1045 – Vínculo 0 – 0010.0301.0006

CLÁUSULA QUARTA – REAJUSTE DE VALOR SOBRE OS ITENS ACRESCIDOS/SUPRIMIDOS
4.1. Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, conforme o percentual correspondente ao 1º Termo Aditivo, resultando em **reajuste no valor de R$ 6.607,81 (seis mil, seiscentos e sete reais e oitenta e um centavos)**, com fundamento na Cláusula 11ª do Contrato n° 54/2025, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme Memorando nº 196/2026/SEDUR, Memória de cálculo realizado pela Fiscalização Contratual, a anuência da Gestora do Contrato e, as declarações de adequação orçamentária e dotação.
Parágrafo Primeiro: Os custos do presente reajuste serão cobertos com recursos provenientes da seguinte Dotação Orçamentária:
Secretaria Municipal de Saúde – REF122 – 3449051000000000000 – Obras e instalações – Ação 1045 – Vínculo 0 – 0010.0301.0006

CLÁUSULA QUINTA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO
5.1. Através do presente termo aditivo as partes resolvem prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto do referido contrato por mais 30 (trinta) dias, **passando o vencimento do prazo de execução da obra para 17 de outubro de 2026**, nos termos da Cláusula 5ª do Contrato nº 54/2025, tendo em vista a solicitação apresentada pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano através do Memorando nº 718/2026/SEDUR, a lista de verificação do Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023/PGM assinado pela Gestora do Contrato, o Parecer Técnico assinado pelo Fiscal e, a anuência da Gestor do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO
6.1. Após a supressão, acréscimo e reajuste firmados através deste termo aditivo, o valor global atualizado do Contrato de Empreita Global nº 54/2025, para o período de 12(doze) meses, passa a ser de: **R$ 3.427.399,85 (três milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, trezentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos)**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

7.1. A empresa CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da assinatura deste aditivo, nova garantia de execução contratual ou garantia complementar a existente, destinada à garantia para fiel execução deste contrato, no percentual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratual atualizado, nos termos da Cláusula 8ª, do Contrato nº 54/2025.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
8.1. Este aditivo entra em vigor na data de sua publicação.
8.2. Os documentos que integram a formalização do presente termo aditivo encontram-se encartados no Processo Digital IPM nº 52524/2026/IPM.
8.3. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 54/2025).

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 24 DE SETEMBRO DE 2026.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal De Saúde
Contratante

Oliveira & Amorim Engenharia LTDA
Representada Por
ERON SILVA AMORIM
Contratada

MICHEL EIJI AKUTSU
Fiscal

SARA ANDRESSA CONSANI
Gestora

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:9CA8EBFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 34/2025 (PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA)

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 34/2025
(PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025

3º (Terceiro) Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada Global nº 34/2025 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a empresa R. M. RIBAS - OBRAS E SERVICOS LTDA, na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ. sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, **ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA**, inscrito no CPF sob nº 228.462.578-92.
CONTRATADA: R. M. RIBAS - OBRAS E SERVICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.959.353/0001-32, estabelecida à Avenida Martin Luther King, 2885, Letra A, Jardim Farropilha, na cidade de Paranavaí–PR, CEP 87708-272, e-mail reinaldo_rmr@hotmail.com, neste ato representada pelo Sr. **Reinaldo Mendes Ribas**, inscrito no CPF 004.621.749-56.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO ORIGINAL
O objeto do presente contrato é a "EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA ESTRADA DO BARBALHO E PROLONGAMENTO DA RUA ETTORE GIOVINE, com área total de execução de pavimentação de 27.000,00 m², conforme mapas de localização anexo aos projetos, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, através do Contrato de Repasse nº4118402 - ITAIPU"**.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL
Através do presente termo aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo de execução por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias e, vigência contratual por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias dos serviços objeto do referido contrato, passando o **vencimento do prazo de execução e vigência da obra para 29 de outubro de 2027**, nos termos da Cláusula 2ª e 5ª do Contrato nº 34/2025, tendo em vista a solicitação apresentada por meio do Memorando n° 854/2026/SEINFRA, autorização para prorrogação contratual assinada pelo Secretário ordenador da despesa, parecer técnico, anuência do gestor do contrato e, considerando ainda, o atendimento às disposições do Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023/PGM, conforme lista de verificação juntada aos autos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADITIVO: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
Considerando a alteração no prazo contratual, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de **05 (cinco) dias** contados da assinatura deste aditivo, nova garantia financeira de execução contratual, destinada à garantia para fiel execução deste contrato, abrangendo o prazo atualizado, nos termos da Cláusula 8ª do Contrato de Empreitada Global nº 34/2025.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
4.1. Os documentos que integram a formalização do presente termo aditivo encontram-se encartados no Processo Digital IPM nº 56701/2026.
4.2. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 34/2025).

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 15 DE OUTUBRO DE 2026.

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Contratante

R. M. Ribas - Obras e Servicos LTDA
REPRESENTADA POR REINALDO MENDES RIBAS
Contratada

CARLOS ALBERTO SHOJI
Fiscal do Contrato

REGINALDO AVELAR DA SILVA
Gestor do Contrato

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:55AE86D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - AVISO DE ERRATA REF. CONTRATO N.º 150/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 08/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ - PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS

AVISO DE ERRATA

REF. CONTRATO N.º 150/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 08/2026

O Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica n.º 1/1990, considerando o Contrato n.º 150/2026, oriundo da Concorrência Eletrônica n.º 08/2026, cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução das obras de construção do CMEI Infância Feliz, no âmbito

do Programa Paraná Cidade, conforme Termo de Adesão", resolve retificar parcialmente o 1º (Primeiro) Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada Global n.º 150/2026 (Acréscimo de Meta Física), mantendo-se inalterado e vigente o referido Termo no que não for objeto da presente retificação:

Desta forma, onde se lê:

1º (Primeiro) Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada Global nº 150/2026 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a empresa EXPERTPRIME SERVICOS LTDA, na forma abaixo.

Leia-se:

1º (Primeiro) Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada Global nº 150/2026 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a empresa RW TORRE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, na forma abaixo.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 15 de outubro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:A0A8B505

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 52/2026 REF. EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 18/2026 (RERRATIFICAÇÃO Nº TERMO DE CREENCIAMENTO)

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 52/2026
REF. EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 18/2026
(RERRATIFICAÇÃO Nº TERMO DE CREENCIAMENTO)

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, a Sra. ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA, inscrito no CPF: 042.081.609-77, doravante denominado **CREDENCIADOR** e a empresa**LABER PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 39.937.790/0001-71, estabelecida àRua Matheus, Nº 335,SALA 01, Jardim Ouro Brancona cidade de Paranavaí– PR, CEP 87704-220, e-maillaisbertuolc@gmail.com, neste ato representada pelo Sra.**LAÍS BERTUOL CHAVES**, inscrito no CPF 079.494.939-84, doravante denominado **CREDENCIADO** resolvem celebrar TERMO DE CREDENCIAMENTO, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO

O objeto do presente Termo de Credenciamento é relacionado a prestadora de serviços de consultas médicas nas especialidades de PEDIATRIA, GINECOLOGIA, PSIQUIATRIA e CLÍNICA GERAL na Unidade de Pronto Atendimento UPA, nas Unidades Básicas de Saúde e Programas do Sistema Único de Saúde de Paranavaí – PRnos termos do Edital de Credenciamento nº 18/2026.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste termo de credenciamento vigorará enquanto perdurar a vigência do Edital de Credenciamento nº 18/2026, ou conforme critério da administração, caso a demanda seja suprida.

CLÁUSULA 3ª: DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO E VALORES

Conforme disponível em edital, a CREDENCIADA deverá prestar os seguintes serviços e seus respectivos valores, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNDE	QTDE	VL. UNIT.
02	Consulta médica - Pediatria	Unidade	10.000	R$ 68,45

CLÁUSULA 4ª: LOCAL DE EXECUÇÃO

O local e o prazo de entrega / execução, assim como outras descrições da solução e requisitos da contratação constam do Anexo I - Especificações do edital e faz parte deste termo de credenciamento.

CLÁUSULA 5ª: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento ocorrerá até o dia 20 do mês seguinte a execução do serviço, sendo que este prazo é similar com a iniciativa privada.
O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação exigidos neste termo de credenciamento.
Nos casos de descumprimento parcial da obrigação será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.
Caso o credenciado não emita a nota fiscal dentro do prazo para o pagamento, o credenciador aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer, nestes casos, em até 15 (quinze) dias, contados da entrega da nota fiscal.
A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao credenciado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.
Nos casos de multas aplicadas ao credenciado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.
O fiscal da execução comunicará previamente ao credenciado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.
Em caso de atraso no pagamento pelo credenciador, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora será objeto de incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, da taxa referencial do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.
Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

CLÁUSULA 6ª: CABERÁ AO CREDENCIADO

CONFORME OBRIGAÇÕES DISPONÍVEL NO ITEM 2.6.DO ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, REFERENTE A ESTE EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

CLÁUSULA 7ª: CABERÁ AO CREDENCIADOR

CONFORME OBRIGAÇÕES DISPONÍVEL NO ITEM 2.7. DO ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, REFERENTE A ESTE EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

CLÁUSULA 9ª: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As infrações praticadas pelo credenciado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no item 5.7. do Termo de Referência.

CLÁUSULA 10ª: CANCELAMENTO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante, por meio dos canais indicados no edital, o qual surtirá efeitos a partir do protocolo do pedido.
O credenciado que deixar de cumprir às exigências do edital ou descumprir contratos firmados com a Administração Municipal será descredenciado, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis,conforme disciplinado nos respectivos instrumentos.

CLÁUSULA 11ª: FORO

O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Paranavaí.

Paço municipal, 15 de outubro de 2026.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal De Saúde
Credenciador

LABER PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Credenciado

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:D24807AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTARIA MUNICIPAL Nº 1879/2026

Determina a instauração de Sindicância Administrativa nº 023/2026 e constitui Comissão de Sindicância.

Considerando *o Processo Digital nº 54382/2026 e documentações anexas,*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1° Instaurar a Sindicância Administrativa nº 023/2026, para apurar possíveis irregularidades na conduta funcional de servidores públicos municipais, considerando o Processo Digital nº 54382*/2026* e documentações anexas.

Art. 2° Constituir a Comissão de Sindicância para apurar as irregularidades noticiadas, composta pelos servidores efetivos abaixo nominados:

I – Marcelo Gomes de Souza, Matrícula nº 8477-1 -Presidente;
II – Thais Roberta Tokuzumi, Matrícula nº 11167-1 - Secretário;
III – Jaqueline Antunes da Silva, Matrícula nº 10856- 1 Membro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 09 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jaqueline Mitiko Fujihara da Silva
Código Identificador:598E19E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.887/2026

Autoriza a prorrogação de prazo da Sindicância Administrativa n° 021/2026, instaurada pela Portaria Municipal n° 1.712/2026.

Considerando o processo digital nº 57881/2026, encaminhado pela Comissão de Sindicância Administrativa;

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:
Art. 1° Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, o prazo de conclusão da Sindicância Administrativa n° 021/2026, instaurada pela Portaria Municipal n° 1.712/2026, nos termos do art. 134, § 1°, da Lei Municipal n° 3.891/2012.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 14 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:E0BD4B8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.891/2026

Concede Licença-maternidade à servidora pública municipal, ANGELITA FERNANDES DOS SANTOS.

Considerando *o protocolo nº 770166764/2026, solicitando* Licença-maternidade e *o Atestado Médico anexado ao referido Processo*

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder 180 (cento e oitenta) dias de Licença-maternidade**,** à servidora **ANGELITA FERNANDES DOS SANTOS**, Matrícula nº 11129-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **COZINHEIRA**, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme dispõe o artigo 93 da Lei Municipal nº 3.891, de 12 de janeiro de 2012, com início em 08/10/2026 e término em 05/04/2027.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de outubro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:5C5676D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.892/2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **INEZ MARCIA GOMES,** Matrícula nº 7119-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AJUDANTE GERAL** junto a Secretaria Municipal de Administração, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 29 de setembro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 29 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:AEA07D5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.893/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder ao servidor **MARINALDO ANDRADE MACHADO,** Matrícula nº 6719-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AJUDANTE GERAL** junto a Secretaria Municipal de

Saúde, 180 (cento e oitenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 06 de outubro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 06 de outubro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:191B8FCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.894/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **MARLI TERESINHA CARDOSO,** Matrícula nº 8769-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de **ENFERMEIRO** junto a Secretaria Municipal de Saúde, 45 (quarenta e cinco) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 06 de outubro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 06 de outubro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:4BFE5FEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.895/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **GABRIELA CRESPI DA COSTA,** Matrícula nº 11961-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR** junto a Secretaria Municipal de Educação, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 08 de outubro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 08 de outubro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:DC9913E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.896/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **CRISTINA BOMFIM OMITO,** Matrícula nº 6538-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** junto a Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 13 de outubro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 13 de outubro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:25B5BEB8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.897/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **SONIA APARECIDA COELHO VIRMOND,** Matrícula nº 8500-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** junto a Secretaria Municipal de Saúde, 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 13 de outubro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 13 de outubro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:676A5079

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.898/2026

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação à servidora **MARIA JOSE GUAZELLI,** Matrícula nº 6214-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **13 de outubro de 2026** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 13 de outubro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:9047CE94

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.899/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação à servidora **JUANITA CACIA DA SILVA DE MACEDO,** Matrícula nº 4818-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **14 de outubro de 2026** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 14 de outubro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:1D7BF5B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.900/2026

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação à servidora **SONIA HATUM ALONSO,** Matrícula nº 9335-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **14 de outubro de 2026** pelo período de **90 (noventa) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 14 de outubro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:909D5E7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.901/2026

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação à servidora **ALACY DE SOUZA ANDRADE RODRIGUES,** Matrículas nº 8604-4 e nº 8604-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **15 de outubro de 2026** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:B27BCB7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.902/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação à servidora **DANIELE APARECIDA DA SILVA,** Matrícula nº 7926-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE CONSERVAÇÃO,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **15 de outubro de 2026** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:F1D761DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 1ª ADITIVO DE REMANEJAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAI E CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – CECAP

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e, como interveniente a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA** representada pela sua secretária **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas** e de outro lado a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL-OSC CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - CECAP,** pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos , inscrita no CNPJ/MF sob o 97.391.072/0001-49, neste ato representado por seu representante legal **Priscila dos Santos Tondelli,** portador da cédula de identidade RG 5.343.027-9 SESP PR , inscrita no CPF/MP sob o nº. 005.498.449-10, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Colaboração, mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

VALOR CONCEDENTE: R$ 886.549,31 (oitocentos e oitenta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos)

1.1. Plano de Aplicação Detalhado

PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO 2026	
ESPECIFICAÇÃO	**VALOR TOTAL DO ELEMENTO**
Material de Consumo	**R$ 65.165,81**
Gêneros alimentícios	R$ 52.164,95
Material de produção de higiene e limpeza	R$ 4.844,50
Material de expediente	R$ 7.481,36
Material educativo e esportivo	R$ 675,00
Serviço de terceiros pessoa juridica	**R$ 70.968,96**
Serviço de Água	R$ 4.620,19
Serviço de Energia	R$ 3.767,01
Serviço de Telecomunicação	R$ 2.279,76
Vigilância Ostensiva/monitorada	R$ 21.648,00
Serviços Técnicos Profissionais (Escritório Contábil)	R$ 25.896,00
Serviço e Conservação de Máquinas e Equipamentos	R$ 4.858,00
Serviço e Conservação de Bens Imóveis	R$ 7.900,00
Transporte- Despesas com Locomoção	**R$ 6.000,00**
Locação de Transportes	R$ 6.000,00
Pessoal e encargos	**R$ 744.414,54**
Vencimentos e Salários	R$ 519.668,97
Férias – abono constitucional	R$ 61.504,69
13º Salário	R$ 48.898,99
Indenizações e restituições trabalhistas	R$ 2.514,21
FGTS	R$ 73.086,32
INSS retido	R$ 38.741,36
PLANO DE APLICAÇÃO RESUMIDO	
ESPECIFICAÇÃO	**VALOR TOTAL DO ELEMENTO**
Material de Consumo	**R$ 65.165,81**
Serviço de Terceiros Pessoa Juridica	**R$ 70.968,96**
Transporte – despesa com locomoção	**R$ 6.000,00**
Pessoal e encargos	**R$ 744.414,54**
VALOR TOTAL DAS DESPESAS	**R$ 886.549,31**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através desse Termo Aditivo e, em conformidade com a cláusula Terceira do Termo de Colaboração, a PARCEIRA apresentou por meio do Ofício: 051/2026 de 28 de setembro de 2026, solicitação de remanejamento do plano de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA: Para fins deste Termo Aditivo, considera-se o valor global do Termo de Colaboração de R$ 886.549,31 (oitocentos e oitenta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos). O presente Termo Aditivo formaliza o remanejamento de recursos entre as rubricas do Plano de Trabalho, mediante a transferência de valores inicialmente previstos para despesas de custeio para a rubrica de pessoal e encargos, conforme readequação do Plano de Trabalho, sem alteração do valor global da parceria, que permanece fixado em R$ 886.549,31 (oitocentos e oitenta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos).

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do presente Termo de Colaboração será de 01/01/2026 a 31/12/2026.

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente Termo de Colaboração.

Paranavaí, 13 de outubro de 2026.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município Decreto

PRISCILA DOS SANTOS TONDELLI
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:61A41335

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 1ª ADITIVO DE REMANEJAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAI E A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL VIGILANTES MIRINS DE PARANAVAÍ 'FREI RAFAEL MAINKA'

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e, como interveniente a **SECRETARIA**

MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA representada pela sua secretária **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas** e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL VIGILANTES MIRINS DE PARANAVAÍ "FREI RAFAEL MAINKA"**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o 76.954.411/0001-88, neste ato representado por seu representante legal **Nivaldo Baratella**, portador da cédula de identidade RG 3.939.214-3 SESP PR, inscrita no CPF/MP sob o nº 504.815.769-91, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Fomento, mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

1.1 VALOR CONCEDENTE: R$ 497.121,72 (quatrocentos e noventa e sete mil cento e vinte e um reais e setenta e dois centavos).

1.2 Plano de aplicação detalhado

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	**MATERIAL DE CONSUMO**	**R$ 77.121,21**
1.1	Combustíveis e lubrificantes	R$ 10.000,00
1.2	Material de Limpeza e produção de higienização	R$ 2.173,01
1.3	Gêneros de alimentação	R$ 34.348,20
1.4	Gás e outros materiais engarrafados	R$ 4.000,00
1.5	Material de processamento de dados	R$ 13.000,00
1.6	Materiais para manutenção de veículos	R$ 1.467,00
1.7	Materiais para manutenção e conservação de bens imóveis	R$ 12.133,00
2	**SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**	**R$ 53.535,31**
2.1	Serviços de telecomunicação	R$ 2.000,00
2.2	Serviços contábeis	R$ 19.900,00
2.3	Serviços de Água e esgoto	R$ 2.500,00
2.4	Serviços de energia elétrica	R$ 1.800,00
2.5	Serviços de Manutenção e conservação de bens imóveis	R$ 20.765,31
2.6	Serviços de Manutenção de veículos	R$ 800,00
2.7	Serviços de Monitoramento e Vigilância	R$ 1.600,00
2.8	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica (seguro do veículo)	R$ 2.700,00
2.9	Locação de bens imóveis e outras naturezas intangíveis	R$ 1.470,00
3	**PESSOAL E ENCARGOS**	**R$ 366.465,20**
3.1	Pessoal	R$ 251.244,61
3.2	13° Salário	R$ 23.900,00
3.3	Férias	R$ 31.907,01
3.4	INSS	R$ 26.412,95
3.5	FGTS	R$ 27.900,63
3.6	Outras obrigações tributárias e contributivas	R$ 5.100,00
TOTAL DE DESPESAS (1+2+3)		**R$ 497.121,72**

1.3. Plano de Aplicação Resumido

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	MATERIAL DE CONSUMO	**R$ 77.121,21**
2	SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	**R$ 53.535,31**
3	MATERIAL PERMANENTE	**R$ 366.465,20**
TOTAL DE DESPESAS (1+2+3)		**R$ 497.121,72**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através desse Termo Aditivo e, em conformidade com a cláusula Terceira do Termo de Fomento, a PARCEIRA apresentou por meio do Ofício: 76/2026 de 22 de setembro de 2026, solicitação de remanejamento do plano de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA: Para fins deste Termo Aditivo, considera-se o valor global do Termo de Fomento de R$ 497.121,72 (quatrocentos e noventa e sete mil cento e vinte e um reais e setenta e dois centavos). O presente Termo Aditivo formaliza o remanejamento de recursos entre as rubricas do Plano de Trabalho, mediante a transferência de valores inicialmente previstos para despesas de custeio para a rubrica de pessoal e encargos, conforme readequação do Plano de Trabalho, sem alteração do valor global da parceria, que permanece fixado em R$ 497.121,72 (quatrocentos e noventa e sete mil cento e vinte e um reais e setenta e dois centavos).

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 01/01/2026 a 31/12/2026.

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de fomento .

Paranavaí, 14 de outubro de 2026.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

NIVALDO BARATELLA
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:32542070

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1ª ADITIVO DE REMANEJAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 017/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAI E CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – CECAP

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e, como interveniente a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL , representada pela sua secretária **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas** e de outro lado a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL-OSC CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - CECAP**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos , inscrita no CNPJ/MF sob o 97.391.072/0001-49, neste ato representado por seu representante legal **Priscila dos Santos Tondelli,** portador da cédula de identidade RG 5.343.027-9 SESP PR , inscrita no CPF/MP sob o nº. 005.498.449-10, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Fomento , mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

VALOR CONCEDENTE: R$ 246.337,92 (duzentos e quarenta e seis mil, trezentos e trinta e sete reais e noventa e dois centavos)

1.1. Plano de Aplicação Detalhado

RECURSOS ORIUNDOS DO FIA/PR			
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DOS ITENS**	**QUANTIDADE DE ITENS**	**VALOR TOTAL (em R$)**
Investimento	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	15 itens	R$ 82.078,26
	Equipamentos de processamento de dados	16 itens	R$ 72.800,00
	Peças não incorporáveis a imóveis	08 itens	R$ 25.154,00
	Mobiliário em geral	02 itens	R$ 3.440,00
	Valor total		**R$ 183.472,26**
Custeio Material de Consumo	Material de expediente	751 itens	R$ 7.462,70
	Generos alimentícios	8.200 itens	R$ 7.775,82
	Material de Higiene e Limpeza	55 itens	R$ 2.786,18
	Despesas com gás de cozinha	16 itens	R$ 6.870,00
	Uniformes, tecidos e aviamentos	Diversos	R$ 22.907,98
	Valor total		**R$ 47.802,68**
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica	Manutenção de maquinas e equipamentos	Diversos	R$ 6.122,98
	SERVIÇO PRESTADO DE COSTUREIRO PARA FIGURINOS	Diversos	R$ 8.940,00
	Valor total		**R$ 15.062,98**
TOTAL RECURSOS FIA/PR SEM OS RENDIMENTOS			**R$ 240.000,00**
VALOR TOTAL DOS RENDIMENTOS INCORPORADOS NAS RUBRICAS			**R$ 6.337,92**
VALOR TOTAL DO PROJETO COM OS RENDIMENTOS			**246.337,92**
VALOR TOTAL UTILIZADO NO PROJETO			**246.337,92**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através desse Termo Aditivo e, em conformidade com a cláusula Terceira do Termo de Fomento, a PARCEIRA apresentou por meio do Ofício: 051/2026 de 28 de

setembro de 2026, solicitação de remanejamento do plano de aplicação e uso de rendimentos.

CLÁUSULA TERCEIRA: Considera-se, para fins deste termo aditivo, o valor do Termo de Fomento R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), com a adição de R$ 6.337,92 (seis mil, trezentos e trinta e sete reais e noventa e dois centavos) referentes aos rendimentos do exercício de 2026, totalizando R$ 246.337,92 (duzentos e quarenta e seis mil, trezentos e trinta e sete reais e noventa e dois centavos), provenientes da autorização para utilização de rendimentos financeiros relativos ao exercício de 2026, conforme disposto no artigo 51, parágrafo único, da Lei nº 13.019/2014.
Dessa forma, o valor global do Termo de Fomento passa a ser de R$ 246.337,92 (duzentos e quarenta e seis mil, trezentos e trinta e sete reais e noventa e dois centavos).

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 14/11/2025 a 14/11/2026.

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de fomento .

Paranavaí, 14 de outubro de 2026.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município Decreto

PRISCILA DOS SANTOS TONDELLI
Presidente da OSC PARCEIRA

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:3334C0D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1º ADITIVO DE REMANEJAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAI E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CASA DA CRIANÇA DE PARANAVAÍ.

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e, como interveniente a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA** representada pela sua secretária **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas** e de outro lado a **CASA DA CRIANÇA DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos , inscrita no CNPJ/MF sob o 79.710.141/0001-58, neste ato representado por seu representante legal **Nelci Borges,** inscrito no CPF/MP sob o nº. 319.170.032-34, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Colaboração, mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

VALOR CONCEDENTE: R$ 277.046,66 (duzentos e setenta e sete mil, quarenta e seis reais, e sessenta e seis centavos).

1.1. Plano de aplicação detalhado

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	**MATERIAL DE CONSUMO**	**R$ 43.000,00**
1.2	Gêneros alimentícios	R$ 21.000,00
1.3	Material esportivo educativo	R$ 6.259,00
1.4	Materiais de limpeza e IPIS	R$ 9.000,00
1.5	Materiais para manutenção de Bens e imóveis	R$ 6.741,00
2	**SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**	**R$ 38.287,62**
2.1	Internet	R$ 1.558,80
2.2	Manutenção e conservação de maquinas e equipamentos	R$ 8.584,80
2.8	Serviço de terceiros Pessoa Jurídica	R$ 20.000,00
2.9	Manutenção e conservação de Bens e imóveis	R$ 8.144,02
3	**PESSOAL E ENCARGOS**	**R$ 195.759,04**
3.1	Vencimentos e salários	R$ 136.000,00
3.2	Rescisão	R$ 459,04
3.2	13° Salário	R$ 12.000,00
3.3	Férias	R$ 15.300,00
3.4	INSS	R$ 15.000,00
3.5	FGTS	R$ 17.000,00
TOTAL DE DESPESAS (1+2+3)		**R$ 277.046,66**

1.2. Plano de Aplicação Resumido

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	Material de Consumo	R$ 43.000,00
2	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 38.287,62
3	Pessoal e Encargos	R$ 195.759,04
TOTAL DE DESPESAS (1+2+3)		**R$ 277.046,66**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através desse Termo Aditivo e, em conformidade com a cláusula Terceira do Termo de Colaboração, a PARCEIRA apresentou por meio do Ofício: 042/2026 de 22 de setembro de 2026, solicitação de remanejamento do plano de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA: Para fins deste Termo Aditivo, considera-se o valor global do Termo de Colaboração de R$ 277.046,66 (duzentos e setenta e sete mil, quarenta e seis reais, e sessenta e seis centavos). O presente Termo Aditivo formaliza o remanejamento de recursos entre as rubricas do Plano de Trabalho, mediante a transferência de valores inicialmente previstos para despesas de pessoal e encargos para as rubricas de material de consumo e serviços de terceiros pessoa jurídica, conforme readequação do Plano de Trabalho, sem alteração do valor global da parceria, que permanece fixado em R$ 277.046,66 (duzentos e setenta e sete mil, quarenta e seis reais, e sessenta e seis centavos).

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do presente Termo de Colaboração será de 01/01/2026 a 31/12/2026.

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente Termo de Colaboração.

Paranavaí, 14 de outubro de 2026.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

NELCI BORGES
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:5C30DE6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1º ADITIVO DE REMANEJAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 006/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAI E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e, como interveniente a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL , representada pela sua secretária Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas e de outro lado **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS –**

APAE, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 76.136.589/0001-11, com sede na Cidade de Paranavaí- PR, no endereço Rua Guanabara, 371 Jardim Morumbi, CEP 87.703-020, na cidade de Paranavaí-PR, neste ato representado por seu representante legal **Thiago Alberto Aparecido**, portador da cédula de identidade RG 9.765.118-3 SESP PR , inscrito no CPF/MP sob o nº. 061.792.809-67, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Colaboração, mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

VALOR CONCEDENTE: R$ 255.782,74 (duzentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta e dois reais e setenta e quatro centavos).

1.1. Plano de aplicação detalhado

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	**PESSOAL E ENCARGOS**	
1.1	Vencimentos e Salários	R$ 179.982,74
1.2	13° Salário	R$ 15.100,00
1.3	Férias	R$ 20.200,00
1.4	FGTS	R$ 20.000,00
1.5	Contribuição Previdenciária INSS	R$ 20.500,00
TOTAL DE DESPESAS (1+2)		**R$ 255.782,74**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através desse Termo Aditivo e, em conformidade com a cláusula Terceira do Termo de Colaboração, a PARCEIRA apresentou por meio do Ofício: 53/2026 de 28 de setembro de 2026, solicitação de remanejamento do plano de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA: Para fins deste Termo Aditivo, considera-se o valor global do Termo de Colaboração de R$ R$ 255.782,74 (duzentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta e dois reais e setenta e quatro centavos). O presente Termo Aditivo formaliza o remanejamento de recursos entre as rubricas do Plano de Trabalho, mediante a transferência de valores inicialmente previstos para despesas de custeio para a rubrica de pessoal e encargos, conforme readequação do Plano de Trabalho, sem alteração do valor global da parceria, que permanece fixado em R$ 255.782,74 (duzentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta e dois reais e setenta e quatro centavos).

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 02/03/2026 a 03/03/2027.

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de fomento .

Paranavaí, 13 de outubro de 2026.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

THIAGO ALBERTO APARECIDO
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:F71115CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1º ADITIVO DE REMANEJAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 002/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAI E A ASSOCIACAO DE PROTECAO AO AMOR MATERNO DA DIOCESE DE PARANAVAI - APAM

De um lado, o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e, como interveniente a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA** representada pela sua secretária **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.034.403.-3 SSP-PR e inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50, e de outro lado a **ASSOCIACAO DE PROTECAO AO AMOR MATERNO DA DIOCESE DE PARANAVAI- APAM**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 01.388.753/0001-89, com sede na Cidade de Paranavaí- PR, Rua Pará, nº 1097, Centro CEP: 87.702-270, neste ato representada por seu representante legal **Mario Spaki**, portador da cédula de identidade RG 5.843.239 SSP/PR, inscrito no CPF/MP sob o nº. 793.149.889-53, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Fomento, mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

VALOR CONCEDENTE: R$ 190.272,38 (cento e noventa mil, duzentos e setenta e dois reais e trinta e oito centavo).

1.1. Plano de aplicação detalhado

Item	Especificação	Valor Total Elemento (R$)
1	**MATERIAL DE CONSUMO**	R$ 457,55
1.1	Material de Expediente	R$ 457,55
2	**SERVIÇO DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**	R$ 6.351,05
2.1	Serviços de Telecomunicação	R$ 1.099,89
2.2	Energia	R$ 3.496,86
2.3	Água	R$ 1.754,30
3	**PESSOAL E ENCARGOS**	R$ 183.463,78
3.1	Vencimentos e Salários	R$ 133.035,70
3.2	13º Salário	R$ 10.116,98
3.3	Férias	R$ 10.589,89
3.4	INSS	R$ 12.755,19
3.5	FGTS	R$ 16.966,02
TOTAL DE DESPESAS (1+2+3)		R$ 190.272,38

1.2. Plano de aplicação resumido

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL ELEMENTO
1	Material de Consumo	R$ 457,55
2	Serviço de terceiros pessoa jurídica	R$ 6.351,05
2	Pessoal e Encargos	R$ 183.463,78
VALOR TOTAL		R$ 190.272,38

CLÁUSULA SEGUNDA: Através desse Termo Aditivo e, em conformidade com a cláusula Terceira do Termo de Fomento, a PARCEIRA apresentou por meio do Ofício: 035/2026 de 30 de setembro de 2026, solicitação de remanejamento do plano de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA: Para fins deste Termo Aditivo, considera-se o valor global do Termo de Fomento de R$ 190.272,38 (cento e noventa mil, duzentos e setenta e dois reais e trinta e oito centavo). O presente Termo Aditivo formaliza o remanejamento de recursos entre as rubricas do Plano de Trabalho, mediante a transferência de valores inicialmente previstos para despesas de custeio para a rubrica de pessoal e encargos, conforme readequação do Plano de Trabalho, sem alteração do valor global da parceria, que permanece fixado em R$ 190.272,38 (cento e noventa mil, duzentos e setenta e dois reais e trinta e oito centavo).

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 01/01/2026 a 31/12/2026.

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de fomento .

Paranavaí, 13 de outubro de 2026.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

MARIO SPAKI
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:A843BA02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1º ADITIVO DE REMANEJAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 003/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAI E A ASSOCIAÇÃO DOS PORTADORES DE DOENÇA ESPECIAL - APDE

De um lado, o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e, como interveniente a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA** representada pela sua secretária **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas** e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO DOS PORTADORES DE DOENÇA ESPECIAL - APDE,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 01.949.052/0001-71, com sede na Cidade de Paranavaí- PR, Avenida Lázaro Figueiredo Vieira, nº 220, Jardim São Vicente CEP: 87.709-330, neste ato representada por seu representante legal Ilton Donizeti Bigoto, portador da cédula de identidade RG 1.932.309-9 SSP/PR, inscrito no CPF/MP sob o nº. 331.130.339-34, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Fomento, mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

VALOR CONCEDENTE: R$177.605,74 (cento e setenta e sete mil, seiscentos e cinco reais e setenta e quatro centavos).

1.1. Plano de aplicação detalhado

Item	Especificação	Valor Total do Elemento
1.	**Material de Consumo**	**R$ 1.000,00**
1.3	Material de Higiene e Limpeza	R$ 1.000,00
2.	**Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica**	**R$ 4.747,00**
2.1	Energia Elétrica	R$ 1.975,00
2.2	Água e Esgoto	R$ 2.772,00
3.	**Pessoal e Encargos**	**R$ 171.858,74**
3.1	Vencimentos e Salários	R$105.194,12
3.2	13º Salário	R$14.052,67
3.3	Férias + 1/3 Férias	R$2.621,02
3.4	INSS	R$18.231,75
3.5	FGTS	R$17.715,63
3.6	Adicional do Tempo de Serviço	R$14.043,55
	Total de Despesas (1+2+3)	**R$177.605,74**

1.2. Plano de Aplicação Resumido

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	Material de Consumo	R$ 1.000,00
2	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 4.747,00
3	Pessoal e Encargos	R$ 171.858,74
TOTAL DE DESPESAS (1+2+3)		**R$177.605,74**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através desse Termo Aditivo e, em conformidade com a cláusula Terceira do Termo de Fomento, a PARCEIRA apresentou por meio do Oficio: 013/2026 de 28 de setembro de 2026, solicitação de remanejamento do plano de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA: Para fins deste Termo Aditivo, considera-se o valor global do Termo de Fomento de R$177.605,74 (cento e setenta e sete mil, seiscentos e cinco reais e setenta e quatro centavos). O presente Termo Aditivo formaliza o remanejamento de recursos entre as rubricas do Plano de Trabalho, mediante a transferência de valores inicialmente previstos para despesas de custeio para a rubrica de pessoal e encargos, conforme readequação do Plano de Trabalho, sem alteração do valor global da parceria, que permanece fixado em R$177.605,74 (cento e setenta e sete mil, seiscentos e cinco reais e setenta e quatro centavos).

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 01/01/2026 a 31/12/2026.

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de fomento .

Paranavaí, 13 de outubro de 2026.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

ILTON DONIZETI BIGOTO
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:0ED257C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1º ADITIVO DE REMANEJAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 005/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAI E A ASSOCIAÇÃO CASAS DO SERVO SOFREDOR - MOSTEIRO MONTE CARMELO

De um lado, o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e, como interveniente a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA** representada pela sua secretária **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas** e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO CASAS DO SERVO SOFREDOR– MOSTEIRO MONTE CARMELO**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos , inscrita no CNPJ/MF sob o 02.300.137/0004-30, neste ato representado por seu representante legal **João Bernardes Alves,** inscrito no CPF/MP sob o nº. 899.474.449-53, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Fomento, mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

VALOR CONCEDENTE: R$ 290.39,45 (duzentos e noventa mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta e cinco centavos)

1.1. Plano de aplicação detalhado

ITEM	Especificação	Valor Total Elemento
1.	**VENCIMENTOS E SALÁRIOS**	**R$ 219.600,19**
1.1	Salários	R$ 144.250,89
1.2	13º Salário	R$ 19.960,10
1.3	Férias + Abono Constitucional	R$ 22.960,10
1.4	FGTS	R$ 16.960,10
1.5	Contribuições Previdenciárias – INSS	R$ 15.369,00
1.6	Indenizações e Restituições Trabalhistas	R$ 100,00
2	**MATERIAL DE CONSUMO**	**R$ 60.459,76**
2.1	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R$ 22.000,00
2.2	Gás e Outros Materiais Engarrafados	R$ 8.000,00
2.3	Gêneros de Alimentação	R$ 25.000,00
2.4	Material de Expediente	R$ 559,76
2.5	Material de Limpeza e Produtos de Higienização	R$ 4.200,00
2.6	Uniforme, tecidos e aviamentos	R$ 700,00
3	**SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**	**R$ 10.337,50**
3.1	Serviços de Energia Elétrica	R$ 1.500,00
3.2	Serviços de Água e Esgoto	R$ 4.000,00

3.3	Serviços de Telecomunicação	R$ 100,00
3.4	Internet	R$ 100,00
3.5	Serviços de Manutenção e Conservação de bens imóveis	R$ 1.000,00
3.6	Monitoramento	R$ 200,00
3.7	Manutenção de Veículo	R$ 3.437,50
TOTAL DE DESPESAS (1+2+3)		**R$ 290.397,45**
Item	**Especificação**	**Valor Total Elemento**
1	Vencimentos e Salários	R$ 219.600,19
2	Material de Consumo	R$ 60.459,76
3	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 10.337,50
TOTAL DE DESPESAS (1+2+3)		**R$ 290.397,45**

1.2. Plano de Aplicação Resumido

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL ELEMENTO
1	**PESSOAL E ENCARGOS**	R$219.600,19
2	**MATERIAL DE CONSUMO**	R$ 60.459,76
03	**SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA**	R$ 10.337,50
TOTAL DE DESPESAS (1+2+3)		**R$ 290.397,45**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através desse Termo Aditivo e, em conformidade com a cláusula Terceira do Termo de Fomento, a PARCEIRA apresentou por meio do Ofício: 22/2026 de 30 de setembro de 2026, solicitação de remanejamento do plano de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA: Para fins deste Termo Aditivo, considera-se o valor global do Termo de Fomento de R$ 290.397,45 (duzentos e noventa mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta e cinco centavos). O presente Termo Aditivo formaliza o remanejamento de recursos entre as rubricas do Plano de Trabalho, mediante a transferência de valores inicialmente previstos para despesas de custeio para a rubrica de pessoal e encargos, conforme readequação do Plano de Trabalho, sem alteração do valor global da parceria, que permanece fixado em R$ 290.39,45 (duzentos e noventa mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 01/01/2026 a 31/12/2026.

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de fomento .

Paranavaí, 03 de outubro de 2026.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

JOÃO BERNARDES ALVES
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:6506D75F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 1º ADITIVO DE REMANEJAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 006/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAI E O GRUPO GOTAS DE ESPERANÇA - GOES

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e, como interveniente a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA** representada pela sua secretária **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas,** inscrita no CPF nº 005.538.459-50 e de outro lado o **GRUPO GOTAS DE ESPERANÇA - GOES**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos , inscrita no CNPJ/MF sob o 03.622.828.0001-70, neste ato representado por seu representante legal **Eliete Alves da Silva**, inscrita no CPF/MP sob o nº. 034.155.789-76, portadora do RG nº 260.214.297/ SSPSP ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Fomento, mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

VALOR CONCEDENTE: R$ 177.605,74 (cento e setenta e sete mil, seiscentos e cinco reais e setenta e quatro centavos)

1.1. Plano de aplicação detalhado

Item	Especificação	Valor Total (R$)
1.	**MATERIAL DE CONSUMO**	**R$ 52.284,94**
1.1	Gêneros alimentícios	R$ 35.829,97
1.2	Material higiene e limpeza	R$ 12.938,80
1.3	Material de Escritório	R$ 3.516,17
2.	**PESSOAL E ENCARGOS**	**R$ 125.320,80**
2.1	Vencimentos e salários	R$ 117.574,72
2.2	13º salário	R$ 208,33
2.3	Férias	R$ 3.402,77
2.5	FGTS	R$ 1.249,56
2.6	Verbas rescisórias	R$ 2.885,42
TOTAL DE DESPESAS (1 + 2)		**R$ 177.605,74**

1.2. Plano de Aplicação Resumido

Item	Especificação	Valor Total (R$)
1	Material de Consumo	R$ 52.284,94
2	Pessoal e Encargos	R$ 125.320,80
TOTAL DE DESPESAS (1 + 2)		**R$ 177.605,74**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através desse Termo Aditivo e, em conformidade com a cláusula Terceira do Termo de Fomento, a PARCEIRA apresentou por meio do Ofício: 203/2026 de 10 de agosto de 2026, solicitação de remanejamento do plano de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA: Para fins deste Termo Aditivo, considera-se o valor global do Termo de Colaboração de R$ 177.605,74 (cento e setenta e sete mil, seiscentos e cinco reais e setenta e quatro centavos). O presente Termo Aditivo formaliza o remanejamento de recursos entre as rubricas do Plano de Trabalho, mediante a transferência de valores inicialmente previstos para despesas de material de consumo para a rubrica de pessoal e encargos, conforme readequação do Plano de Trabalho, sem alteração do valor global da parceria, que permanece fixado em R$ 177.605,74 (cento e setenta e sete mil, seiscentos e cinco reais e setenta e quatro centavos).

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 01/01/2026 a 31/12/2026.

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de fomento .

Paranavaí, 15 de outubro de 2026.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

ELIETE ALVES DA SILVA
Presidente da OSC PARCEIRA

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:A66303B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 1º ADITIVO DE REMANEJAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 014/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAI E A ASSOCIAÇÃO DOS PORTADORES DE DOENÇA ESPECIAL - APDE

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e, como interveniente a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,MULHER FAMÍLIA** representada pela sua secretária **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas** e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO DOS PORTADORES DE DOENÇA ESPECIAL - APDE**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 01.949.052/0001-71, com sede na Cidade de Paranavaí- PR, Avenida Lázaro Figueiredo Vieira, nº 220, Jardim São Vicente CEP: 87.709-330, neste ato representada por seu representante legal **Ilton Donizeti Bigoto**, portador da cédula de identidade RG 1.932.309-9 SSP/PR, inscrito no CPF/MP sob o nº. 331.130.339-34, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Fomento, mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

VALOR CONCEDENTE: R$ 275.338,22 (duzentos e setenta e cinco mil, trezentos e trinta e oito reais e vinte e dois centavos).

1.1. Plano de aplicação detalhado

Item	Especificação	Valor Total do Elemento
1.	**Material de Consumo**	**R$ 256.278,22**
1.1	Gêneros Alimentícios – Cestas Básicas	R$ 102.480,00
1.2	Gêneros Alimentícios – Alimentação Suplementar	R$ 131.580,00
1.3	Material de Higiene e Limpeza (fralda / absorvente / bolsa de colostomia)	R$ 14.740,00
1.4	Material de Expediente	R$ 5.940,00
1.5	Material de Processamento de Dados	R$ 1.538,22
2.	**Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica**	**R$ 19.060,00**
2.1	Fornecimento de Alimentação	R$ 8.060,00
2.2	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	R$ 11.000,00
	Total de Despesas (1+2)	**R$ 275.338,22**

1.2.Plano de Aplicação Resumido

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	Material de Consumo	R$ 256.278,22
2	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 19.060,00
TOTAL DE DESPESAS (1+2)		**R$ 275.338,22**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através desse Termo Aditivo e, em conformidade com a cláusula Terceira do Termo de Fomento, a PARCEIRA apresentou por meio do Oficio: 016/2026 de 08 de outubro de 2026, solicitação de remanejamento do plano de aplicação e uso de rendimentos.

CLÁUSULA TERCEIRA: Considera-se, para fins deste termo aditivo, o valor do Termo de Fomento R$ 262.438,22
(duzentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e vinte e dois centavos), com a adição de R$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais) referentes aos rendimentos do exercício de 2026, totalizando R$ 275.338,22 (duzentos e setenta e cinco mil, trezentos e trinta e oito reais e vinte e dois centavos), provenientes da autorização para utilização de rendimentos financeiros relativos ao exercício de 2026, conforme disposto no artigo 51, parágrafo único, da Lei nº 13.019/2014.

Dessa forma, o valor global do Termo de Fomento passa a ser de R$ 275.338,22 (duzentos e setenta e cinco mil, trezentos e trinta e oito reais e vinte e dois centavos).
Ademais o presente Termo Aditivo formaliza o remanejamento de recursos entre as rubricas do Plano de Trabalho, mediante a transferência de valores inicialmente previstos para despesas de Manutenção e Conservação de Bens Imóveis para a rubrica de Gênero Alimentícios - Alimentação Suplementar.

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 14/11/2025 a 14/11/2026.

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de fomento .

Paranavaí, 14 de outubro de 2026.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

ILTON DONIZETI BIGOTO
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:DFE0D48D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2ª ADITIVO DE REMANEJAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 005/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAI E O LAR DE IDOSOS LINS DE VASCONCELOS DE PARANAVAÍ

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e, como interveniente a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA** representada pela sua secretária **Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas** e de outro lado o **LAR DE IDOSOS LINS DE VASCONCELOS,** pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.726.501/0001-00, com sede na Avenida Martin Luther King, CEP 87.708-272, na cidade de Paranavaí-PR, neste ato representado por seu representante legal Melchior Heckmann, portador da cédula de identidade RG 1.718.759-7 SESP PR, inscrito no CPF/MP sob o nº. 397.126.309-78, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Colaboração, mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

1.1 VALOR CONCEDENTE: R$ 908.103,48 (novecentos e oito mil, cento e três reais e quarenta e oito centavos).

1.2. Plano de aplicação detalhado

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	**MATERIAL DE CONSUMO**	**R$ 37.264,78**
1.1	Material de Expediente	R$ 1.726,51
1.2	Material de Limpeza e Produtos de Higienização	R$ 24.411,39
1.3	Gás e Outros Materiais Engarrafados	R$ 10.738,00
1.4	Gêneros Alimentícios	R$ 388,88
2	**PESSOAL E ENCARGOS**	**R$ 879.838,70**
2.1	Vencimentos e salários	R$ 522.733,51
2.2	13º Salário	R$ 61.650,00
2.3	INSS	R$ 68.775,79
2.4	FGTS	R$ 74.183,62
2.5	Adicional de Insalubridade	R$ 73.072,57
2.6	Horas Extras e Serviços Extraordinários	R$ 31.931,49
2.7	Adicional Noturno	R$ 34.635,70
2.8	Gratificação por Exercícios de Funções	R$ 3.219,00
2.9	Indenização e Restituição Trabalhista	R$ 637,02
TOTAL DE DESPESAS (1+2)		**R$ 908.103,48**

1.3. Plano de aplicação resumido

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	Material de Consumo	R$ **37.264,78**
2	Pessoal e Encargos	R$ **879.838,70**
TOTAL DE DESPESAS (1+2)		**R$ 908.103,48**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através desse Termo Aditivo e, em conformidade com a cláusula Terceira do Termo de Colaboração, a

PARCEIRA apresentou por meio do Ofício: 46/2026 de 05 de outubro de 2026, solicitação de remanejamento do plano de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA: Para fins deste Termo Aditivo, considera-se o valor global do Termo de Colaboração de R$ 908.103,48 (novecentos e oito mil, cento e três reais e quarenta e oito centavos). O presente Termo Aditivo formaliza o remanejamento de recursos entre as rubricas do Plano de Trabalho, mediante a transferência de valores inicialmente previstos para despesas de custeio para a rubrica de pessoal e encargos, conforme readequação do Plano de Trabalho, sem alteração do valor global da parceria, que permanece fixado em R$ 908.103,48 (novecentos e oito mil, cento e três reais e quarenta e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do presente Termo de Colaboração será de 03/01/2026 a 02/01/2027.

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de Colaboração.

Paranavaí, 13 de outubro de 2026.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município Decreto

MELCHIOR HECKMANN
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:00C6DAE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PARANAVAÍ – CMDCA - RESOLUÇÃO 021/2026

RESOLUÇÃO Nº 021/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da Renovação da Inscrição do Abrigo Anjo da Guarda no Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Paranavaí – CMDCA.

O Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Paranavaí - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 3.579/2010.
Considerando a análise da Comissão de Documentação e Inscrição do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Paranavaí – CMDCA instituída pela Resolução n° 017/2026.
Considerando as deliberações da reunião ordinária realizada no dia 02 de outubro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a inscrição Abrigo Anjo da Guarda de Paranavaí no Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Paranavaí - CMDCA, sendo que, a Organização é prestadora de Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Programa de Proteção em regime de Acolhimento Institucional - Modalidade: Abrigo Institucional.

Art. 2º. A presente inscrição tem validade por 02 anos.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 08 de outubro de 2026.

FABIANA PERIN DA COSTA VASSI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Suellen Regina Vedovato Mendes
Código Identificador:EA3C56BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PARANAVAÍ – CMDCA - RESOLUÇÃO 022/2026

RESOLUÇÃO Nº 022/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da Renovação da Inscrição do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS no Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Paranavaí – CMDCA.

O Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Paranavaí - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 3.579/2010.
Considerando a análise da Comissão de Documentação do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Paranavaí – CMDCA instituída pela Resolução n° 017/2026.
Considerando as deliberações da reunião ordinária realizada no dia 02 de outubro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a inscrição do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS no Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Paranavaí - CMDCA, sendo que, a Organização caracteriza-se como prestadora de Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em regime de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); e, Serviço Especializado em Abordagem Social.

Art. 2º. A presente inscrição tem validade por 02 anos.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 09 de outubro de 2026.

FABIANA PERIN DA COSTA VASSI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Suellen Regina Vedovato Mendes
Código Identificador:4DA9C542

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PARANAVAÍ – CMDCA - RESOLUÇÃO 023/2026

RESOLUÇÃO Nº 023/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da Renovação da Inscrição do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Paranavaí – CMDCA.

O Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Paranavaí - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 3.579/2010.
Considerando a análise da Comissão de Documentação do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Paranavaí – CMDCA instituída pela Resolução n° 017/2026.
Considerando as deliberações da reunião ordinária realizada no dia 02 de outubro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a inscrição do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Paranavaí - CMDCA, sendo que, a Organização é prestadora de Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - em Serviço de Acolhimento Familiar - modalidade Família Acolhedora, regime de Colocação Familiar.

Art. 2º. A presente inscrição tem validade por 02 anos.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 09 de outubro de 2026.

FABIANA PERIN DA COSTA VASSI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Suellen Regina Vedovato Mendes
Código Identificador:D72B3DCF

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 28.048/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº 28048 de 15 de outubro de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAí, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2059)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0301.0006.2250	**Atividade:** Atenção Primária em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	09985 - Incremento PAP- Emenda de Comissão- Portaria nº 8.495	R$ 500.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
Unidade Orçamentária: 09.001 (2342)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática: 09.001.0004.0122.0002.2150	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	01162 - Recursos Consignação Folha - Decreto N° 18.731/2018	R$ 5.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 505.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 15 de outubro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:366C4EAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

CONSIDERANDO a realização do Chamamento Público nº 01/2026, destinado à seleção de Organização Social qualificada na área da saúde para a celebração de Contrato de Gestão com o Município de Paranavaí, tendo por objeto o gerenciamento, a operacionalização e a execução das atividades do Centro de Atendimento do Autista;

CONSIDERANDO a habilitação das Organizações Sociais participantes e a análise das propostas apresentadas, em conformidade com os critérios e requisitos estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº 01/2026 e seus anexos;

CONSIDERANDO os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Seleção, nomeada pela Portaria nº 1.504/2026, constituída para condução do certame, especialmente quanto à análise, avaliação e classificação das propostas apresentadas pelas entidades participantes;

CONSIDERANDO, por fim, a regularidade dos atos praticados no curso do procedimento e a conclusão da Comissão de Seleção quanto ao resultado final do Chamamento Público;

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado final do Chamamento Público nº 01/2026, destinado à seleção de Organização Social qualificada na área da saúde para celebração de Contrato de Gestão com o Município de Paranavaí, tendo por objeto o gerenciamento e a execução das atividades do Centro de Atendimento do Autista.

Art. 2º Fica reconhecida como primeira colocada e vencedora do Chamamento Público nº 01/2026 a Organização Social **INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.453.830/0001-70, nos termos dos critérios estabelecidos no Edital e após a análise e julgamento dos recursos administrativos apresentados no curso do procedimento.

Art. 3° A homologação ora realizada não implica, por si só, a celebração imediata do Contrato de Gestão, ficando sua formalização condicionada ao cumprimento das providências previstas no Edital de Chamamento Público nº 01/2026, na legislação aplicável e nos demais atos que integram o processo administrativo.

Art. 4º Determina-se a publicação do presente Termo de Homologação no Diário Oficial do Município, para conhecimento dos interessados e produção dos efeitos legais cabíveis.

Paranavaí/PR, 15 de Outubro de 2026.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:353416CA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
PORTARIA Nº 186, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas no art. 31, XI, da Resolução n° 1, de 8 de janeiro de 2014 (Regimento Interno), bem como o que estabelece o parágrafo único, do art. 3º, da Lei nº 5.017, de 20 de setembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Atualizar os valores das diárias previstos nos incisos I, II, III e IV, do art. 3º, da Lei nº 5.017, de 20 de setembro de 2017, na ordem de 4,29%, de acordo com a variação do INPC acumulado do período de outubro/2025 a setembro/2026.

Parágrafo único. Fica o Departamento Contábil responsável pela implementação dos valores atualizados.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, *documento datado e assinado digitalmente*.

(Assinado Digitalmente)
JOECIR BERNARDI
Presidente

Publicado por:
Cristiane Cavichioli Rosset
Código Identificador:5D8930C2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 217/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 213/2026 – PROCESSO Nº 217/2026.
EMENDA DE BANCADA 134/2025

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** e ***Centro de Tradições Gaúchas Carreteando a Saudade,*** inscrita no CNPJ nº 77.738.631/0001-37. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, a execução de um projeto cultural voltado à promoção da inclusão social, fortalecimento da convivência comunitária e valorização da cultura gaúcha, por meio da realização de oficinas gratuitas de Chula e Declamação para crianças, adolescentes e jovens, bem como da participação dos beneficiários em Rodeios Artísticos, promovendo o envolvimento da comunidade e a preservação da identidade cultural regional. **VALOR TOTAL:** R$ 30.000,00 (trinta mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 25618- 43217. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 15 de outubro de 2026.

MARLIZE RUFATTO -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:90E563B0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 224/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 222/2026 – PROCESSO Nº 226/2026.
EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA 5/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** e ***Instituto Azuriz Pato Branco - IAPB,*** inscrita no CNPJ nº 51.041.321/0001-75 **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, Promover a educação, a saúde e a inclusão social de crianças e adolescentes por meio da prática orientada do futebol, incentivando a participação em atividades esportivas que estimulem o aprendizado, a convivência e a integração social. **VALOR TOTAL:** R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 08 (oito) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26887 - 43207 **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 15 de outubro de 2026.

ROBSON RAMOS -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:4DCA8446

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 225/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 223/2026 – PROCESSO Nº 227/2026.
REMANEJAMENTO N°84/2026 - EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA N° 133/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** ***Kart Clube Pato Branco,*** inscrita no CNPJ nº 80.873.524/0001-26. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, O projeto "Kart Clube Pato Branco" tem como finalidade promover o acesso da população à prática esportiva do kartismo, proporcionando oportunidades de iniciação, formação e aperfeiçoamento esportivo para crianças, adolescentes, jovens e adultos do município. A parceria busca fomentar o esporte como instrumento de inclusão social, desenvolvimento pessoal, disciplina, responsabilidade e convivência comunitária. **VALOR TOTAL:** R$ 12.000,00 (doze mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 06 (seis) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26887 – 43207. **GESTORA:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 15 de outubro de 2026.

LUCIAN PATRICK BRANDALIZE -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:3FE7CA08

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 226/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 225/2026 – PROCESSO Nº 229/2026.
REMANEJAMENTO N° 33/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 48/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** ***Instituto Jojoca de Beneficência,*** inscrita no CNPJ nº nº 48.690.043/0001-72. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, Oferecer aulas gratuitas de ballet e taekwondo para crianças e adolescentes atendidos pelo Instituto Jojoca de Beneficência, residentes no Bairro São João, visando promover desenvolvimento físico, cultural e social, ampliando oportunidades de acesso à prática esportiva e atividades artísticas. **VALOR TOTAL:** R$ 30.000,00 (trinta mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 08 (oito) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26026 – 34313. **GESTORA:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 15 de outubro de 2026.

GREICE MIGUELAO PRIGOL -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:CE123448

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 227/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 227/2026 – PROCESSO Nº 231/2026.
EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 145/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** ***Associação de Natação de Pato Branco/PR-Pato Natação,*** inscrita no CNPJ nº 54.772.189/0001- 60. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, Organização e gerência de uma equipe natação, que tem por meta fomentar a prática esportiva na modalidade, no município de Pato Branco. Este é um projeto social esportivo totalmente gratuito para 48 (quarenta e oito) crianças e adolescentes dos 07 aos 17 anos de idade de ambos os sexos. As

atividades serão realizadas as terças e quintas-feiras no Centro Aquático do Largo da Liberdade. **VALOR TOTAL:** R$ 20.000,00 (vinte mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 09 (nove) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26903 – 43206. **GESTORA:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 15 de outubro de 2026.

ADELAR MONTEIRO BARRETO -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:99BD7235

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 145/2025 INEXIGIBILIDADE N.º 227/2026 – PROCESSO N.º 231/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva Individual 145/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Associação de Natação de Pato Branco/PR- Pato Natação,*** inscrita no CNPJ nº 54.772.189/0001-60, com sede na Rua Jóse Tatto N°35, Bairro Fraron, CEP 85.503-290, em Pato Branco-PR, telefone: (46)98804 0678, endereço eletrônico: adelarmb@gmail.com. Para a organização e gerência de uma equipe natação, que tem por meta fomentar a prática esportiva na modalidade, no município de Pato Branco. Este é um projeto social esportivo totalmente gratuito para 48 (quarenta e oito) crianças e adolescentes dos 07 aos 17 anos de idade de ambos os sexos. As atividades serão realizadas as terças e quintas-feiras no Centro Aquático do Largo da Liberdade.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.Pato Branco, 09 de Outubro de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER -
Secretário Municipal de Esporte e Lazer.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito Município de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:278760E6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 216/2026 – PROCESSO N.º 220/2026 - EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA 134/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva de Bancada n°134/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Centro De Tradições Gauchas Carreteando a Saudade***, inscrita no CNPJ nº 77.738.631/0001-37, com sede na Rua Fernando Ferrari, nº 955, São Vicente, em Pato Branco/PR, CEP 85.506-400, telefone: (46) 99976-9920, endereço eletrônico: carreteandoasaudade@hotmail.com. Para a execução de um projeto cultural voltado à promoção da inclusão social, fortalecimento da convivência comunitária e valorização da cultura gaúcha, por meio da realização de oficinas gratuitas de Chula e Declamação para crianças, adolescentes e jovens, bem como da participação dos beneficiários em Rodeios Artísticos, promovendo o envolvimento da comunidade e a preservação da identidade cultural regional.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sra. Ivete Ferrarini Iakmiu, através do endereço eletrônico seceducacao@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 02 de Outubro de 2026.

IVETE FERRARRINI IAKMIU
Secretária Municipal de Educação e Cultura

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:92AE7A5E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICON.º 222/2026 – PROCESSO N.º 226/2026 - EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA 5/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva de Bancada n° 5/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil **Instituto Azuriz Pato Branco - IAPB**, inscrito no CNPJ nº 51.041.321/0001-75, com sede no endereço Avenida Tupi, n°2159, n°sala, n° 301 sala interna 30, Bairro Centro, CEP: 85.501-284, em Pato Branco-PR, Telefone: (46) 99977-0226, eletrônico: financeiro@azuriz.com.br Para promover a educação, a saúde e a inclusão social de crianças e adolescentes por meio da prática orientada do futebol, incentivando a participação em atividades esportivas que estimulem o aprendizado, a convivência e a integração social.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida ao Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico, secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.
Pato Branco, 07 de Outubro de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:5BA8DCE0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 223/2026 – PROCESSO N.º 227/2026 - REMANEJAMENTO N°84/2026 - EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA N°133/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando o Remanejamento n°84/2026 - Emenda impositiva de Bancada n° 133/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Kart Clube Pato Branco***, inscrita no CNPJ nº 80.873.524/0001-26, com sede na Rua Veríssimo Rizzi, 176, Bairro Fraron, CEP: 85503-370, em Pato Branco-PR, Telefone: (46) 98404-9397, endereço eletrônico: lucianbrandalize@hotmail.com. Para o projeto "Kart Clube Pato Branco" tem como finalidade promover o acesso da população à prática esportiva do kartismo, proporcionando oportunidades de iniciação, formação e aperfeiçoamento esportivo para crianças, adolescentes, jovens e adultos do município. A parceria busca fomentar o esporte como instrumento de inclusão social, desenvolvimento pessoal, disciplina, responsabilidade e convivência comunitária.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida ao Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico, secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.
Pato Branco, 08 de Outubro de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:85A668E8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 225/2026 – PROCESSO N.º 229/2026 - REMANEJAMENTO N° 33/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 48/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:

"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando o Remanejamento n°33/2026 - Emenda impositiva Individual n°48/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Instituto Jojoca De Beneficência,*** inscrita no CNPJ nº 48.690.043/0001-72, com sede na Rua Tapir, nº 1336, Centro, em Pato Branco/PR, CEP 85.501-288, telefone: (46) 99933-9098, endereço eletrônico: projetojojoca@hotmail.com. Para Oferecer aulas gratuitas de ballet e taekwondo para crianças e adolescentes atendidos pelo Instituto Jojoca de Beneficência, residentes no Bairro São João, visando promover desenvolvimento físico, cultural e social, ampliando oportunidades de acesso à prática esportiva e atividades artísticas.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sra. Tânia Raber Bertelli, através do endereço eletrônico secsocial@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 08 de Outubro de 2026.

TÂNIA RABER BERTELLI
Secretária Municipal de Assistência Social

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:CFCA133E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 23/2026 - PROCESSO Nº 163/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 23/2026
O Município de Pato Branco torna público que fará realizar, às 09 horas do dia 30 de outubro do ano de 2026, na plataforma Canal de Compras Brasil - www.canaldecomprasbrasil.com.br, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Comunidade Três Pontes	Pavimentação CBUQ	27.577,77 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Pato Branco - PR (www.patobranco.pr.gov.br) e na plataforma Canal de Compras Brasil - www.canaldecomprasbrasil.com.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Pato Branco, 15 de outubro de 2026.

THAIS LOVE PERES
Agente de Contratação

Publicado por:
Thais Love
Código Identificador:B278B8AD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 143/2026 – CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ: 76.995.448/0001-54 e Cooperativa Dos Agricultores Familiares De Pato Branco - COFIPATO, CNPJ nº 11.600.922/0001-56. **OBJETO**: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural para a destinação mínima de 45% dos recursos recebidos através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) atendendo alunos matriculados na rede municipal de educação básica pública, cumprindo os preceitos da Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 04 de 26 de fevereiro de 2026, Lei nº 14.660 de 23 de agosto de 2023 e Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025. **VALOR**: R$ 929.529,49. **VIGÊNCIA**: 12 meses a partir da data de sua assinatura pelas partes. **DOTAÇÃO**: 25407-35074, 25411-35078, 25359-35082. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 01 de outubro de 2026.

ROSALDO GRASSI GIACOMONI –
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:131B0961

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 144/2026 – CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ: 76.995.448/0001-54 e Elielma Cristiane Xavier Colla, CPF nº 008.122.169-03. **OBJETO**: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural para a destinação mínima de 45% dos recursos recebidos através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) atendendo alunos matriculados na rede municipal de educação básica pública, cumprindo os preceitos da Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 04 de 26 de fevereiro de 2026, Lei nº 14.660 de 23 de agosto de 2023 e Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025. **VALOR**: R$ 39.998,82. **VIGÊNCIA**: 12 meses a partir da data de sua assinatura pelas partes. **DOTAÇÃO**: 25407-35074, 25411-35078, 25359-35082. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 06 de outubro de 2026.

ELIELMA CRISTIANE XAVIER COLLA –
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:14A48E1D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 145/2026 – CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ: 76.995.448/0001-54 e Juliane Salete Lora Comelli, CPF nº 941.158.509-49. **OBJETO**: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural para a destinação mínima de 45% dos recursos recebidos através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) atendendo alunos

matriculados na rede municipal de educação básica pública, cumprindo os preceitos da Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 04 de 26 de fevereiro de 2026, Lei nº 14.660 de 23 de agosto de 2023 e Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025. **VALOR**: R$ 39.980,19. **VIGÊNCIA**: 12 meses a partir da data de sua assinatura pelas partes. **DOTAÇÃO**: 25407-35074, 25411-35078, 25359-35082. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 06 de outubro de 2026.

JULIANE SALETE LORA COMELLI –
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:813E1668

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 146/2026 – CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ: 76.995.448/0001-54 e Cooperativa De Leite Da Agricultura Familiar De Chopinzinho - CLAF Chopinzinho, CNPJ nº 06.956.271/0001-00. **OBJETO**: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural para a destinação mínima de 45% dos recursos recebidos através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) atendendo alunos matriculados na rede municipal de educação básica pública, cumprindo os preceitos da Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 04 de 26 de fevereiro de 2026, Lei nº 14.660 de 23 de agosto de 2023 e Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025. **VALOR**: R$ 179.260,00. **VIGÊNCIA**: 12 meses a partir da data de sua assinatura pelas partes. **DOTAÇÃO**: 25407-35074, 25411-35078, 25359-35082. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 02 de outubro de 2026.

LUCI APARECIDA COMIRAN BARALDI –
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:9EA836B8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 147/2026 – CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ: 76.995.448/0001-54 e Cooperativa Agroindustrial Santo Expedito - COOPASE, CNPJ nº 31.831.778/0001-76. **OBJETO**: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural para a destinação mínima de 45% dos recursos recebidos através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) atendendo alunos matriculados na rede municipal de educação básica pública, cumprindo os preceitos da Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 04 de 26 de fevereiro de 2026, Lei nº 14.660 de 23 de agosto de 2023 e Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025. **VALOR**: R$ 11.400,00. **VIGÊNCIA**: 12 meses a partir da data de sua assinatura pelas partes. **DOTAÇÃO**: 25407-35074, 25411-35078, 25359-35082. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 01 de outubro de 2026.

NELSON CAPPELLARO –
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:E55C0BC1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 148/2026 – CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ: 76.995.448/0001-54 e José Nunes De Almeida, CPF nº 495.810.829-72 e Ines Piaia De Almeida e CPF nº 554.006.049-00. **OBJETO**: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural para a destinação mínima de 45% dos recursos recebidos através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) atendendo alunos matriculados na rede municipal de educação básica pública, cumprindo os preceitos da Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 04 de 26 de fevereiro de 2026, Lei nº 14.660 de 23 de agosto de 2023 e Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025. **VALOR**: R$ 39.738,00. **VIGÊNCIA**: 12 meses a partir da data de sua assinatura pelas partes. **DOTAÇÃO**: 25407-35074, 25411-35078, 25359-35082. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 07 de outubro de 2026.

JOSÉ NUNES DE ALMEIDA -
Representante Legal.

INES PIAIA DE ALMEIDA -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:4A43D441

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 149/2026 – CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ: 76.995.448/0001-54 e Marcia Maria Grando, CPF nº 495.810.829-72 e Ines Piaia De Almeida e CPF nº 031.787.559-00. **OBJETO**: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural para a destinação mínima de 45% dos recursos recebidos através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) atendendo alunos matriculados na rede municipal de educação básica pública, cumprindo os preceitos da Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 04 de 26 de fevereiro de 2026, Lei nº 14.660 de 23 de agosto de 2023 e Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025. **VALOR**: R$ 39.738,00. **VIGÊNCIA**: 12 meses a partir da data de sua assinatura pelas partes. **DOTAÇÃO**: 25407-35074, 25411-35078, 25359-35082. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 05 de outubro de 2026.

MARCIA MARIA GRANDO -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:3756CC3A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 150/2026 – CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ: 76.995.448/0001-54 e Vanderlei Presa, CPF nº 866.745.289-00 e Salete Furlan Presa e CPF nº 028.460.019-95. **OBJETO**: Aquisição

de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural para a destinação mínima de 45% dos recursos recebidos através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) atendendo alunos matriculados na rede municipal de educação básica pública, cumprindo os preceitos da Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 04 de 26 de fevereiro de 2026, Lei nº 14.660 de 23 de agosto de 2023 e Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025. **VALOR**: R$ 38.664,00. **VIGÊNCIA**: 12 meses a partir da data de sua assinatura pelas partes. **DOTAÇÃO**: 25407-35074, 25411-35078, 25359-35082. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 28 de setembro de 2026.

VANDERLEI PRESA **-**
Representante Legal.

SALETE FURLAN PRESA **-**
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA **-**
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:7E12FA0F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 151/2026 – CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ: 76.995.448/0001-54 e Cooperativa Dos Produtores Orgânicos E Agroecológicos Do Sudoeste Do Paraná - COOPERVEREDA, CNPJ nº 22.808.515/0001-55. **OBJETO**: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural para a destinação mínima de 45% dos recursos recebidos através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) atendendo alunos matriculados na rede municipal de educação básica pública, cumprindo os preceitos da Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 04 de 26 de fevereiro de 2026, Lei nº 14.660 de 23 de agosto de 2023 e Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025. **VALOR**: R$ 374.261,00. **VIGÊNCIA**: 12 meses a partir da data de sua assinatura pelas partes. **DOTAÇÃO**: 25407-35074, 25411-35078, 25359-35082. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 01 de outubro de 2026.

MAURO SERGIO ERDMANN **-**
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA **-**
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:7A3A32F5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 152/2026 – CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ: 76.995.448/0001-54 e Fabio Garbossa, CPF nº 040.797.949-24. **OBJETO**: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural para a destinação mínima de 45% dos recursos recebidos através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) atendendo alunos matriculados na rede municipal de educação básica pública, cumprindo os preceitos da Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 04 de 26 de fevereiro de 2026, Lei nº 14.660 de 23 de agosto de 2023 e Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025. **VALOR**: R$ 27.330,00. **VIGÊNCIA**: 12 meses a partir da data de sua assinatura pelas partes. **DOTAÇÃO**: 25407-35074, 25411-35078, 25359-35082. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 06 de outubro de 2026.

FABIO GARBOSSA **-**
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA **-**
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:54C54C6B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 153/2026 – CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ: 76.995.448/0001-54 e Cooperativa Agroecológica Vale Do Iguaçu - COOAVI, CNPJ nº 06.261.279/0001-43. **OBJETO**: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural para a destinação mínima de 45% dos recursos recebidos através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) atendendo alunos matriculados na rede municipal de educação básica pública, cumprindo os preceitos da Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 04 de 26 de fevereiro de 2026, Lei nº 14.660 de 23 de agosto de 2023 e Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025. **VALOR**: R$ 43.280,00. **VIGÊNCIA**: 12 meses a partir da data de sua assinatura pelas partes. **DOTAÇÃO**: 25407-35074, 25411-35078, 25359-35082. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 02 de outubro de 2026.

RUDI MUNDEL **-**
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA **-**
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:34763248

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 966, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento no art. 42, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 15.854, de 20 de maio de 2026, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Remover a servidora pública **JULIANE CASAROTO**, matrícula 10909-3, ocupante do cargo de Enfermeira, função, Enfermeira 40h, dentro do quadro da Secretaria Municipal de Saúde, do Setor de Transporte Saúde para a Central de Materiais e Esterilização.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:84E95C2C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 967, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento no art. 42, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro

de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 15.854, de 20 de maio de 2026, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Remover a servidora pública efetiva **RAQUEL KALISKI BOCCHESE BALBINOTTI**, matrícula 7520-5, ocupante do cargo de Enfermeira, função, Enfermeira 40h, dentro do quadro da Secretaria Municipal de Saúde, do Núcleo Integrado de Saúde Central, para a Central de Materiais e Esterilização.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:17A63F7F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 968, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento no art. 42, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 15.854, de 20 de maio de 2026, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Remover a servidora pública efetiva **MARINES DOS SANTOS FERNANDES**, matrícula 6929-9, ocupante do cargo de Enfermeira, função, Enfermeira 40h, dentro do quadro da Secretaria Municipal de Saúde, da Vigilância Sanitária e Epidemiológica Núcleo Integrado de Saúde Central, para a Central de Materiais e Esterilização.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28 de outubro de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:62D102C9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 969, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento no art. 42, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 15.854, de 20 de maio de 2026, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Remover a servidora pública efetiva **CLAUDETE DE VASCONCELOS BOCHMANN**, matrícula 5520-4, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função, Motorista I, dentro do quadro da Secretaria Municipal de Saúde, do Núcleo Integrado de Saúde Central, para a Central de Materiais e Esterilização.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:FDF73298

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 973, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo nº 35.353, de 09 de outubro de 2026, apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora pública **NATHASSIA EMANUELY DE MEDEIROS,** matrícula nº 8825-0, ocupante do cargo de Odontóloga, função Odontóloga 40h, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 20 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:844C35DD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 974, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no Art. 33, IV e VII da Lei Municipal nº 3.812 de 4 de abril de 2012, e considerando o contido no Memorando nº 25.847 de 25 de agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar de 43% (quarenta e três por cento) para 60% (sessenta por cento) o percentual da gratificação concedida por meio da Portaria nº 357 de 15 de abril de 2013, a servidora pública efetiva **SILVANE FIORINI**, matrícula nº 1896-1, ocupante do cargo de Assistente em Gestão, função Assistente Administrativo - S, lotada junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:F9BE1108

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 975, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no Art. 33, IV e VII da Lei Municipal nº 3.812 de 4 de abril de 2012, e considerando o contido no Memorando nº 25.847 de 25 de agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

RESOLVE:
Art. 1º Alterar de 49% (quarenta e nove por cento) para 60% (sessenta por cento) o percentual da gratificação concedida por meio da Portaria nº 357 de 15 de abril de 2013, a servidora pública efetiva **EVANDRA CARLA FIORINI BIANCO**, matrícula nº 5042-3, ocupante do cargo de Assistente em Gestão, função Assistente Administrativo - S, lotada junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:1A18224F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 976, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento nos arts. 18 e 19 da Lei Municipal nº 4.742, de 29 de fevereiro de 2016, e considerando o contido no Memorando nº 25.847 de 25 de agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar para FG11, a função gratificada concedida à servidora pública **FRANCIELE APARECIDA DA SILVA**, Matrícula nº 7072-6, ocupante do de provimento em comissão de Chefe da Seção de Emissão e Controle de Alvarás, lotada junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º Revogar a função gratificada – FG09 concedida através da Portaria nº 378, de 14 de fevereiro de 2025, referente à servidora de que trata o Art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:FAC79DB8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 977, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento nos arts. 18 e 19 da Lei Municipal nº 4.742, de 29 de fevereiro de 2016, e considerando o contido no Memorando nº 25.847 de 25 de agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
RESOLVE:

Art. 1º Alterar para FG10, a função gratificada concedida ao servidor público **ADENILSON LUNKES**, Matrícula nº 7612-0, ocupante do de provimento em comissão de Chefe do Setor do Parque de Exposições e Eventos, lotado junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º Revogar a função gratificada – FG02 concedida através da Portaria nº 159, de 17 de janeiro de 2025, referente ao servidor de que trata o Art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:A51252F0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 978 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, homologado pela Portaria nº 433, de 03 de junho de 2024; considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da administração pública; considerando o contido no Memorando nº 28.669 de 18 de setembro de 2026 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata aprovada no Concurso Público Municipal para ocupar cargo de provimento efetivo no Município de Pato Branco, conforme segue:

EDITAL	003/2024		
CARGO	Agente de Apoio		
FUNÇÃO	Merendeira		
CANDIDATA	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Angela Maria Rodrigues Miron	81º	-	-

Art. 2º A candidata relacionada no Art. 1º, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.

Art. 3º O não comparecimento no prazo estabelecido no artigo anterior implicará em desistência tácita, conforme disposições do Edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:3D024604

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 11.040, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Nomeia os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Pato Branco - FUNDURB.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, VII e XXIII, na forma do art. 62, I, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento na Lei Municipal nº 6.373 de 12 de dezembro de 2024, que regulamenta o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Pato Branco (FUNDURB); e
Considerando o contido no Memorando nº 31.340, de 15 de outubro de 2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Pato Branco (FUNDURB), fica composto dos seguintes membros:
I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:
a) Yara Miotto Chioquetta;
II – 1 (um) representante da Procuradoria do Município:
a) Elisandra Funghetto;
III – 1 (um) representante da Secretaria de Planejamento Urbano:
a) Emerson Carlos Michelin;
IV – 1 (um) representante do Conselho Municipal do Plano Diretor (COPLAN)
a) Rafael Kaghofer;
V – 1 (um) representante da União das Associações dos Moradores dos Bairros:
a) Marcelo da Luz;
VI – 1 (um) representante da Associação Regional dos Engenheiros e Arquitetos (AREA):
a) Osmar João Consoli.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:8373F6A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE ASSEMBLEIA PÚBLICA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026

OBJETO: Convocação de Assembleia Pública para escolha dos representantes da sociedade civil que integrarão o Comitê Municipal de Gestão Intersetorial de Políticas Públicas pela Primeira Infância de Pato Branco, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 11.011, de 14 de setembro de 2026, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.708, de 8 de janeiro de 2021, alterada pela Lei Municipal nº 6.463, de 28 de agosto de 2025.

Serão escolhidos 02 (dois) representantes de organizações da sociedade civil com atuação na promoção, proteção ou atendimento dos direitos das crianças na primeira infância; 01 (um) representante de instituição de ensino superior com atuação no Município; e 01 (um) representante do setor privado, pertencente a empresa ou entidade representativa do segmento empresarial com atuação no Município, preferencialmente vinculada a ações ou projetos relacionados à primeira infância. Cada representação contará com titular e respectivo suplente.

DATA DA ASSEMBLEIA: 18 de novembro de 2026, às 14h.
CREDENCIAMENTO: 13h30min às 14h
LOCAL: Secretaria Municipal de Assistência Social, Rua Teófilo Augusto Loiola, nº 264, Bairro Sambugaro, Pato Branco – PR.

O credenciamento será realizado no próprio local, antes do início da Assembleia, mediante apresentação de documento de identificação, comprovação da representação e demais documentos exigidos no Edital.

As candidaturas serão apresentadas durante a própria Assembleia, após o credenciamento e a verificação dos requisitos estabelecidos, não sendo necessária inscrição prévia.

Poderão participar e se candidatar as organizações da sociedade civil, instituições de ensino superior e empresas ou entidades representativas do segmento empresarial que atendam às condições estabelecidas no Edital e possuam atuação no Município de Pato Branco.

O Edital de Convocação nº 01/2026, contendo as regras de participação, credenciamento, candidaturas e processo de escolha, poderá ser consultado e obtido no site oficial do Município de Pato Branco, **https://patobranco.pr.gov.br/wp-content/uploads/2026/10/EDITAL-DE-CONVOCACAO-No-01-Primeira-Infancia.pdf, a qualquer tempo.**

Demais informações pelo e-mail: direcaosuas@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 15 de outubro de 2026.

TANIA RABER BERTELLI
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Vanessa Laskoski Furtoso
Código Identificador:046072FF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

PODER LEGISLATIVO
AVISO DE EDITAL N° 04/2026 – PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 08/2026

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Unitário
FORMA: Dispensa de Licitação. O principal motivo jurídico para essa dispensa é o **Artigo 75, inciso II** da Lei 14.133/2021, que autoriza a contratação direta para compras e outros serviços comuns.
1. Do Objeto, Dotação Orçamentária e Justificativa
02 (DOIS) Televisores Smart TV de 75 Polegadas, Resolução 4 K UHD, com conversor digital integrado, Wi-fi, entradas HDMI e USB, incluindo suporte de parede.
Dotação Orçamentária: 3.3.44.90.52.33.00.00
3.3.44.90.52.33.42.00

Justificativa da Contratação: Destinada à exibição do painel eletrônico de votação, presença dos vereadores, cronômetro de discursos e mídias institucionais no Plenário da Câmara Municipal.
A aquisição justifica-se pela necessidade de modernização do Plenário, garantindo maior **transparência pública**, publicidade dos atos legislativos e perfeita visibilidade dos votos e tempos de fala, tanto para os parlamentares quanto para os cidadãos presentes nas sessões e espectadores das transmissões oficiais.
2. Especificações Técnicas Detalhadas do Equipamento
Tamanho da Tela: 75 polegadas (diagonal visual aproximada de 189 cm).
Resolução: 4K Ultra HD (3840 x 2160 pixels).
Conectividade Sem Fio: Wi-Fi integrado (Dual Band) e Bluetooth integrado.
Conexões Físicas Mínimas: No mínimo **3 portas HDMI** e no mínimo **1 porta USB**.
Sistema Smart: Sistema operacional que permita instalação de aplicativos de compartilhamento de tela e streaming.
Acessórios Obrigatórios: Controle remoto (com pilhas alcalinas nacional/baterias inclusas), cabo de alimentação padrão brasileiro, base de mesa e **suporte de parede articulado ou fixo compatível com o padrão VESA do aparelho**.

Voltagem: Bivolt automático (110V/220V).
Garantia: Mínima de **12 meses** oferecida pelo fabricante.
3. Do Recebimento das Propostas
Local de entrega das propostas físicas: Rua agostinho de Souza n° 600, Centro, Plenário Câmara Municipal de Vereadores de Paula Freitas PR.
Prazo para entrega das propostas (orçamento): As propostas de orçamentos deverão ser entregues até o dia **23/10 2026** com validade de propostas até **30/10/ 2026**
As Propostas podem ser enviadas no endereço acima descrito bem como por e-mail cm@paulafreitas.leg.pr.br ou licitacao@paulafreitas.leg.pr.br ou em PDF pelo WhatsApp n° (42) 92002-3002
4. Dos Documentos de Habilitação Exigidos (Simplificada)
Por se tratar de Dispensa de Licitação de pronta entrega e baixo valor, exige-se do proponente vencedor:
Regularidade Fiscal e Trabalhista: Certidão Conjunta Federal (RFB/PGFN), Certidão de Regularidade do FGTS (CRF) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
Regularidade Estadual e Municipal: Certidões negativas de débitos com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio da empresa.

3. Habilitação Jurídica: Cartão CNPJ e Contrato Social atualizado (ou Certificado de MEI), Cópia do Documento Pessoal do Empresário ou Sócio (s).
5. Das Condições de Entrega, Pagamento e Sanções
Prazo de Entrega: O equipamento deverá ser entregue, instalado e testado no prazo de até **03 dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.
Forma de Pagamento: O pagamento será realizado **uma única vez** após o recebimento definitivo do objeto e apresentação da Nota Fiscal eletrônica devidamente atestada pelo setor contábil.
Penalidades: O descumprimento total ou parcial das obrigações sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021 (advertência, multa ou impedimento de licitar).
6. DISPOSIÇÕES GERAIS
6.1. Integram este Aviso de Edital, para todos os fins e efeitos, demais documentos elaborados e preenchidos pelo Sistema Betha Compras e enviados para o PNCP (Portal Nacional de Compras Públicas). A elaboração da Minuta de Contrato e especificidade de contrato sob a responsabilidade do Setor Jurídico. Orçamento para preenchimento encontra- se anexado neste Aviso de Edital no Site da Câmara Municipal de Paula Freitas PR.

TERMO DE REFERÊNCIA
CONTRATAÇÃO DIRETA POR PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°26/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO N°08/2026
Fundamento Legal: Artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021
1. DO OBJETO
1.1. Aquisição de **02 (Dois) aparelhos televisores Smart TV de 75 polegadas**, novo, primeiro uso, acompanhado de suporte de fixação de parede, visando atender às demandas de exibição do sistema eletrônico de votação e cronometragem da Câmara Municipal.
2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DA OPÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO
2.1. **Da Necessidade:** A aquisição tem por finalidade assegurar a perfeita visualização dos votos dos parlamentares, listas de presença e controle de tempo de discurso, promovendo a transparência pública ativa durante as sessões plenárias.
2.2. **Da Opção pela Forma Dispensa de Licitação:** Justifica-se a realização do ato na forma Artigo 75, Inciso II para **fomentar o comércio regional**, priorizando a agilidade no suporte técnico, substituição imediata em caso de defeitos e eliminação de custos com fretes de longa distância para um item de grande porte sensível a quebras.
3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO
Smart TV de 75 polegadas, Resolução 4K UHD, com conversor digital integrado, Wi-Fi, entradas HDMI e USB, incluindo suporte de parede compatível. **Tamanho da Tela: 75 polegadas** (diagonal visual aproximada de 189 cm).
Resolução: 4K Ultra HD (3840 x 2160 pixels).
Conectividade Sem Fio: Wi-Fi integrado (Dual Band) e Bluetooth integrado.
Conexões Físicas Mínimas: No mínimo **3 portas HDMI** e no mínimo **1 porta USB**. **Sistema Smart:** Sistema operacional que permita instalação de aplicativos de compartilhamento de tela e streaming.
Acessórios Obrigatórios: Controle remoto (com pilhas slcalinas nacional/baterias inclusas), cabo de alimentação padrão brasileiro, base de mesa e **suporte de parede articulado ou fixo compatível com o padrão VESA do aparelho**.
Voltagem: Bivolt automático (110V/220V).
Garantia: Mínima de **12 meses** oferecida pelo fabricante.

4. VALOR ESTIMADO, ENQUADRAMENTO DA DISPENSA e DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1. O valor total estimado para esta contratação se dará pelo **Menor Preço global** , obtido por meio de pesquisa de preços com o preenchimento de Orçamento realizada pelos fornecedores locais praticantes de mercado.
4.2. A contratação se enquadra na Dispensa de Licitação por Valor (Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021), cujo teto para compras e serviços comuns atualizado pelo **Decreto Federal nº 12.807/2025** é de **R$ 65.492,11**. O valor deste bem permanece significativamente abaixo do limite legal.
4.3 Dotação Orçamentária :3.3.44.90.52.33.00.00
3.3.44.90.52.33.42.00

5. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E PARTICIPAÇÃO
5.1. O critério de julgamento será o **Menor Preço e Qualidade**
5.2. Os interessados deverão enviar seus Orçamentos na sede da Câmara Municipal, As Propostas podem ser enviadas no endereço acima descrito bem como por e-mail cm@paulafreitas.leg.pr.br ou licitacao@paulafreitas.leg.pr.br ou em PDF pelo WhatsApp n° (42) 92002-3002 .
5.3. Proposta comercial contendo marca, modelo e descrição detalhada do televisor ofertado.
5.4 Comprovante de Situação Cadastral do CNPJ (Regular).
5.5 Certidões de Regularidade Fiscal (Federal, Estadual, Municipal e FGTS), Cópia do Contrato Social atualizado, Cópia Documento Pessoal Empresário ou sócio (s).
6. PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E GARANTIA
6.1. O fornecedor vencedor deverá entregar e instalar os televisores no Plenário da Câmara Municipal em até **03 dias úteis** após a assinatura do contrato ou recebimento da Nota de Empenho.
6.2. O produto deverá contar com garantia integral do fabricante por um período mínimo de **12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.
7. DO PAGAMENTO
7.1. O pagamento será realizado em parcela única, no prazo de até **05 dias** após a entrega do equipamento instalado, mediante a emissão e ateste da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) pela equipe de fiscalização designada pela Câmara.

Paula Freitas, 15 de Outubro de 2026.

ELIZETE MARIA RONHAKI
Agente de Licitações
Câmara Municipal de Paula Freitas PR

Publicado por:
Leandro Weisshaar
Código Identificador:5E561B9A

PODER LEGISLATIVO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

VO (a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75,§ e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

Homologar e Adjudicar a presente Licitação nos termos: a) Processo nº 25/2026; b) Licitação nº 18/2026 IL; c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação; d) Data de Homologação : 15/10/2026; e) Objeto da Licitação: Inscrição curso de capacitação "LEGISLAÇÃO DE GESTÃO MUNICIPAL DA CAUSA ANIMAL, ASPECTOS PRÁTICOS PARA FORMULAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS" GESTÃO PÚBLICA BRASIL LTDA Quantidade de itens: 2; Média desconto(%): 0,0000; Total dos itens (em reais $)2.890,00,00/5.780,00;
2) Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente Manutenção dos Serviços administrativos da Câmara Dotação: 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00 Valor Estimado: R$5.780,00

Paula Freitas, 15 de Outubro 2026.

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO
Presidente

Publicado por:
Leandro Weisshaar
Código Identificador:AC87AD00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO DE LICITAÇÃO E RESULTADO FINAL DO JULGAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 09/2026

OBJETO: Dispensa de Licitação para aquisição de colchões destinados ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Paula Freitas – PR, considerando a necessidade de assegurar condições mínimas de dignidade, conforto e bem-estar às famílias beneficiárias.

MRS ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 59.166.872/0001-77
Total: R$ 7.860,00 (Sete mil oitocentos e sessenta reais).

TOTAL GERAL: R$ 7.860,00 (Sete mil oitocentos e sessenta reais).

Paula Freitas, 15 de outubro de 2026.

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

ADJUDICAR PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2026

O responsável pela condução do processo, Sr. TADEU RAFAEL CORDEIRO, no uso de suas atribuições legais, após analisado o resultado da Dispensa Eletrônica nº 09/2026, resolve

ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 09/2026

OBJETO: Dispensa de Licitação para aquisição de colchões destinados ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Paula Freitas – PR, considerando a necessidade de assegurar condições mínimas de dignidade, conforto e bem-estar às famílias beneficiárias.

MRS ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 59.166.872/0001-77
Total: R$ 7.860,00 (Sete mil oitocentos e sessenta reais).

TOTAL GERAL: R$ 7.860,00 (Sete mil oitocentos e sessenta reais).

Paula Freitas, 15 de outubro de 2026.

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

HOMOLOGAÇÃO: 15/10/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 09/2026

OBJETO: Dispensa de Licitação para aquisição de colchões destinados ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Paula Freitas – PR, considerando a necessidade de assegurar condições mínimas de dignidade, conforto e bem-estar às famílias beneficiárias.

MRS ELETROMOVEIS LTDA CNPJ: 59.166.872/0001-77
Total: R$ 7.860,00 (Sete mil oitocentos e sessenta reais).

TOTAL GERAL: R$ 7.860,00 (Sete mil oitocentos e sessenta reais).

Paula Freitas, 15 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:E98686EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO DE LICITAÇÃO E RESULTADO FINAL DO JULGAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Engenharia para execução de obra de Reforma do Posto de Saúde do Centro de Paula Freitas, Estado do Paraná, mediante o regime de empreitada por preço global, conforme especificações, em conformidade com as disposições deste Projeto Básico.

GABRIEL FARY CNPJ: 27.517.454/0001-90
Total: R$ 497.000,00 (Quatrocentos e noventa e sete mil reais).

TOTAL GERAL: R$ 497.000,00 (Quatrocentos e noventa e sete mil reais).

Paula Freitas, 15 de outubro de 2026.

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

ADJUDICAR PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2026

O Agente de Contratação, Sr. TADEU RAFAEL CORDEIRO, no uso de suas atribuições legais, após analisado o resultado da Concorrência Eletrônica nº 06/2026, resolve
ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Engenharia para execução de obra de Reforma do Posto de Saúde do Centro de Paula Freitas, Estado do Paraná, mediante o regime de empreitada por preço global, conforme especificações, em conformidade com as disposições deste Projeto Básico.

GABRIEL FARY CNPJ: 27.517.454/0001-90
Total: R$ 497.000,00 (Quatrocentos e noventa e sete mil reais).

TOTAL GERAL: R$ 497.000,00 (Quatrocentos e noventa e sete mil reais).

_____
Paula Freitas, 15 de outubro de 2026.

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

HOMOLOGAÇÃO: 15/10/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Engenharia para execução de obra de Reforma do Posto de Saúde do Centro de Paula Freitas, Estado do Paraná, mediante o regime de empreitada por preço global, conforme especificações, em conformidade com as disposições deste Projeto Básico.

GABRIEL FARY CNPJ: 27.517.454/0001-90
Total: R$ 497.000,00 (Quatrocentos e noventa e sete mil reais).

TOTAL GERAL: R$ 497.000,00 (Quatrocentos e noventa e sete mil reais).

_____
Paula Freitas, 15 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA **-**
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026
CONTRATO Nº 38/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Engenharia para execução de obra de Reforma do Posto de Saúde do Centro de Paula Freitas, Estado do Paraná, mediante o regime de empreitada por preço global, conforme especificações, em conformidade com as disposições deste Projeto Básico.

GABRIEL FARY CNPJ: 27.517.454/0001-90
Total: R$ 497.000,00 (Quatrocentos e noventa e sete mil reais).

TOTAL GERAL: R$ 497.000,00 (Quatrocentos e noventa e sete mil reais).

Paula Freitas, 15 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA –
Prefeito Municipal

_____

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:BC32D55C

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PARA CADASTRO DE RESERVA E CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMNADO
EDITAL PSS Nº 03/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PARA CADASTRO DE RESERVA E CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO EDITAL Nº 03/2026,** Homologado em 11 de setembro de 2026 , **CONVOCA**, o candidato abaixo relacionado para apresentar-se a Secretaria Municipal de Recursos Humanos, munido da documentação exigida, para fim de admissão no cargo para o qual foi classificado, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da publicação deste edital, conforme:

Cargo: Atendente Administrativo-40h-Ampla Concorrência

Classificação	Nome
12º Lugar	Vitória Cintia dos Santos

Paula Freitas, 14 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:05EB253E

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2026

Concurso Público - Edital nº 01/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Concurso Público nº 01/2026, Homologado em 13 de agosto de 2026, **CONVOCA**, o candidato abaixo relacionado para apresentarem-se ao Departamento Municipal de Recursos Humanos, munido da documentação exigida, para fins de admissão no cargo para o qual foi classificado, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da publicação deste edital, conforme disposto no item 19.6 do Edital do Concurso em epigrafe.

Cargo: Médico PSF-40hrs-Ampla Concorrência

Classificação	Nome	Inscrição nº
1.º Lugar	Gabriele Pfeifer	23813508

Paula Freitas, 15 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:04E8BDDA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 611/2026

DECRETO Nº 611/2026

DISPÕE SOBRE A RESTRIÇÃO DO TRÂNSITO DE CAMINHÕES DE TRANSPORTE DE MADEIRA EM TORA NAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN EM PERÍODOS DE CHUVA, INSTITUI O TERMO DE COMPROMISSO DE CONSERVAÇÃO DE TRECHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, Prefeito do Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 65, IV, e o art. 85, I, "m", da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o disposto no art. 30, I, da Constituição Federal, no art. 7º, I, XVIII e XIX, da Lei Orgânica Municipal e nos arts. 21, II, e 24, II, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e

CONSIDERANDO que compete ao Município regulamentar a utilização das vias e dos demais bens públicos de seu território, inclusive o trânsito nas estradas rurais sob sua circunscrição, de modo a assegurar condições seguras de circulação;

CONSIDERANDO que a malha viária rural do Município é, em sua maior parte, não pavimentada e que o tráfego de veículos pesados sobre o leito saturado pela chuva provoca atoleiros, sulcos e a destruição do revestimento primário, comprometendo o transporte escolar, o atendimento de saúde e o escoamento da produção agrícola, como já reconhecido pelo Decreto Municipal nº 286, de 16 de outubro de 2023;

CONSIDERANDO que, segundo a Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos – NOAA e o Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná – Simepar, o fenômeno El Niño deve permanecer em intensidade forte a muito forte até o trimestre de janeiro a março de 2027, com chuvas acima da média em todo o Estado do Paraná e episódios prolongados de precipitação, o que agrava a saturação do leito das estradas rurais não pavimentadas;

CONSIDERANDO que o transporte de madeira em tora é realizado por veículos de elevado peso bruto, em tráfego concentrado nos períodos de colheita florestal e repetido no mesmo trecho em curto intervalo de tempo, sendo responsável pela maior parte dos danos verificados nas estradas rurais após as chuvas;

CONSIDERANDO o elevado custo suportado pelo erário com a recuperação recorrente das estradas rurais e o dever de conservação do patrimônio público;

CONSIDERANDO o interesse público em admitir que os usuários regulares de determinado trecho assumam, em igualdade de condições e sem ônus para o Município, a sua conservação,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA RESTRIÇÃO DE TRÂNSITO

Art. 1º Fica proibido o trânsito de caminhões de transporte de madeira em tora nas estradas rurais não pavimentadas do Município de Paulo Frontin durante o período de restrição.

§ 1º Considera-se caminhão de transporte de madeira em tora o caminhão, o caminhão-trator ou a combinação de veículos de carga que transporte madeira em tora, toretes ou lenha em toras.

§ 2º O período de restrição compreende a ocorrência de chuva e as 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao seu término.

§ 3º Considera-se chuva a precipitação acumulada igual ou superior a 5 mm (cinco milímetros) em até 24 (vinte e quatro) horas, registrada pela estação meteorológica do Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná – Simepar situada em União da Vitória/PR, e/ou pela estação do Simepar ou do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET mais próxima do Município.

§ 4º A Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos – SMOTSU divulgará o início e o término de cada período de restrição, com indicação de dia e hora, no sítio eletrônico oficial e nas redes sociais do Município, produzindo a restrição efeitos a partir da divulgação.

§ 5º Independentemente do volume previsto no § 3º, a SMOTSU poderá declarar período de restrição em trecho determinado quando vistoria constatar a saturação de seu leito, mediante divulgação na forma do § 4º.

§ 6º Sobrevindo nova chuva antes do término do período de restrição, o prazo de 24 (vinte e quatro) horas será contado a partir do novo término.

§ 7º A proibição aplica-se somente ao veículo carregado.

Art. 2º Excetuam-se da proibição prevista no art. 1º:

I — os veículos de socorro de incêndio e salvamento, de polícia e de fiscalização e operação de trânsito, as ambulâncias e os veículos da Defesa Civil, quando em serviço de urgência;

II — os veículos do Município, ou a seu serviço, quando empregados na conservação das estradas rurais ou em atendimento de emergência;

III — os veículos autorizados pela SMOTSU, em caráter excepcional, em situação de urgência justificada, quando a vistoria indicar que o trecho comporta o tráfego sem dano relevante à via;

IV — os veículos vinculados a Termo de Compromisso de Conservação de Trecho, exclusivamente no trecho nele delimitado e durante a vigência da autorização especial de que trata o art. 7º.

Parágrafo único. A autorização de que trata o inciso III do caput será expedida por escrito, com indicação do veículo, do trecho, da data e do horário, deverá ser portada pelo condutor e poderá ser condicionada à limitação de carga ou à adoção de medidas de proteção da via.

CAPÍTULO II

DO TERMO DE COMPROMISSO DE CONSERVAÇÃO DE TRECHO

Art. 3º A pessoa física ou jurídica que realize ou contrate, com regularidade, o transporte de madeira em tora em trecho de estrada rural municipal poderá requerer à SMOTSU a celebração de Termo de Compromisso de Conservação de Trecho, pelo qual assumirá, por sua conta e risco e sem ônus para o Município, a manutenção e a recuperação do trecho.

§ 1º O Termo será celebrado com qualquer interessado que atenda às condições deste Decreto, admitida a celebração com mais de um compromissário para o mesmo trecho.

§ 2º O Termo não implica transferência de recursos públicos, concessão, permissão ou cessão de uso, nem confere ao compromissário exclusividade, preferência ou direito de restringir o uso do trecho pelos demais usuários.

§ 3º O Termo não autoriza a extração de cascalho, saibro, pedra ou qualquer outro material do leito ou das margens da estrada, nem a alteração de seu traçado, de sua largura ou de seu sistema de drenagem.

Art. 4º O requerimento indicará o trecho pretendido, a atividade exercida, os veículos utilizados e a frequência estimada do tráfego, e será instruído com documento de identificação ou ato constitutivo do requerente e com prova de regularidade fiscal perante o Município.

Art. 5º O Termo de Compromisso de Conservação de Trecho conterá, no mínimo:

I — a delimitação do trecho, com pontos de início e fim, extensão e coordenadas geográficas;

II — o padrão técnico mínimo de conservação definido pela SMOTSU, inclusive quanto a revestimento primário, abaulamento e drenagem;

III — o prazo máximo para a recuperação do trecho após cada chuva ou dano verificado;

IV — a identificação dos veículos vinculados, com placa e peso bruto total;

V — a responsabilidade integral do compromissário pelos danos causados à via, ao Município e a terceiros;

VI — a vigência, de até 12 (doze) meses, renovável por iguais períodos mediante vistoria favorável.

Art. 6º Antes da celebração do Termo, a SMOTSU realizará vistoria do trecho e registrará seu estado de conservação em relatório fotográfico, que servirá de referência para a fiscalização.

Art. 7º Celebrado o Termo, a SMOTSU poderá expedir autorização especial para o trânsito dos veículos vinculados, no trecho delimitado, durante o período de restrição, desde que:

I — a vistoria indique que o trecho se encontra no padrão de conservação ajustado;

II — o tráfego não ofereça risco aos demais usuários, especialmente nos horários do transporte escolar;

III — o compromissário esteja adimplente com as obrigações do Termo.

§ 1º A autorização especial tem caráter precário e poderá ser suspensa ou revogada a qualquer tempo, independentemente de notificação prévia, em caso de chuva excepcional, risco à segurança, dano relevante à via ou descumprimento do Termo.

§ 2º A autorização especial não se estende a trecho diverso do delimitado no Termo nem a veículo nele não identificado.

Art. 8º O descumprimento do Termo acarretará, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a sua rescisão, a cassação da autorização especial e a obrigação de ressarcir ao Município os custos de recuperação do trecho.

Art. 9º Os Termos celebrados e as autorizações especiais expedidas serão publicados no sítio eletrônico oficial do Município, com indicação do compromissário, do trecho e da vigência.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. O descumprimento do disposto no art. 1º sujeita o infrator à penalidade prevista no art. 187, I, do Código de Trânsito Brasileiro, aplicada pela autoridade de trânsito competente, sem prejuízo do disposto no art. 11.

Parágrafo único. A fiscalização será exercida pela Polícia Militar do Paraná e, quando instituído, pelo órgão executivo de trânsito do Município, inclusive mediante convênio, na forma do art. 25 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 11. O proprietário do veículo, o condutor e o contratante do transporte responderão pelos danos causados às estradas rurais municipais pelo tráfego realizado em desacordo com este Decreto, cabendo-lhes ressarcir ao Município os custos de recuperação, apurados em processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma dos arts. 186 e 927 do Código Civil.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pela SMOTSU, ouvido, quando couber, o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte, instituído pela Lei Municipal nº 1.327, de 7 de abril de 2022.

Art. 13. Fica revogado o Decreto Municipal nº 286, de 16 de outubro de 2023.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin/PR, 14 de outubro de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:E8B40369

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 07/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026

O Municpiode Paulo Frontin torna público que fará realizar, às 09:30 horas do dia 04 de Novembro do ano de 2026, na plataforma BLL COMPRAS (https://bll.org.br/), **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Rua Vereador João Retcheski	Centro de Referência de Assistência Social	197,65 m²	270 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura Paulo Frontin e na plataforma BLL COMPRAS . Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Paulo Frontin , 14 de outubro de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:70E49057

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE PREGÃO ELETÔNICO 34/2026 AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026
Nº PROC. ADM. 97/2026

O MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN, torna público que realizará Pregão Eletrônico nº 34/2026, que possui como objeto a IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COMPUTADORES, NOTEBOOKS, MONITORES, PERIFÉRICOS, EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO, SUPRIMENTOS DE IMPRESSÃO, EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS, PEÇAS E MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, DEPARTAMENTOS, UNIDADES ADMINISTRATIVAS E UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR. 2026 , a sessão pública ocorrerá no dia 29 de outubro de 2026 as 09 horas e 30 minutos Os interessados poderão acessar edital completo no site da Prefeitura Municipal de Paulo Frontin e no endereço eletrônico www.bll.org.br, onde as propostas também serão recebidas e processadas por meio eletrônico.

INÍCIO REC. PROPOSTA: 16/10/2026 08:00
FIM REC. PROPOSTA: 29/10/2026 09:00
INÍCIO DISPUTA: 29/10/2026 09:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 1.046.300,000

IRINEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Teska
Código Identificador:061EBAF1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 249/2026

PORTARIA Nº 249/2026

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE CONSULTOR JURÍDICO DE GABINETE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Artigo 85, inciso II, alínea "A", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal nº 1.472/2025, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Município de Paulo Frontin;

CONSIDERANDO a previsão do cargo em comissão de Consultor Jurídico de Gabinete na estrutura administrativa municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de assessoramento jurídico no âmbito do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **ANDERSON BARCELOS AMARAL**, inscrito no CPF sob nº ***.***.879-43, para exercer o cargo em comissão de **CONSULTOR JURÍDICO DE GABINETE**, com remuneração correspondente ao nível **35-A**, nos termos da Lei Municipal nº 1.472/2025.

Art. 2º O exercício do cargo fica condicionado ao atendimento dos requisitos legais para investidura, inclusive à comprovação da formação em Direito e da inscrição regular na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos funcionais e financeiros a partir de **15 de outubro de 2026**.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paulo Frontin/PR, em **15 de outubro de 2026**.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Teska
Código Identificador:77D067E3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 169/2021

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 169/2021

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: CLEONIR TEREZINHA HEINTZE GIONGO – ME.
ORIGEM: Contrato nº 169/2021 na modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2021.
VIGENCIA ORIGINAL: 09/10/2025 a 09/10/2026.
VIGENCIA COM ADITIVO: 09/10/2026 a 09/10/2027.
BASE LEGAL: Lei nº 8666/93.
DATA DO FIRMAMENTO: 09/10/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:63C66148

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 69/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 43/2026 — Pregão Eletrônico nº 10/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE – PR, CNPJ nº 75.924.290/0001-69.
CONTRATADA: MIRANDA REFRIGERAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 17.136.563/0001-04, São José do Rio Pardo – SP.
OBJETO: fornecimento, com montagem e instalação, dos itens do Lote 01 — câmaras frias modulares e ambiente modular (itens 01 a 10) — conforme o Termo de Referência e o Anexo I do Edital, destinando-se os bens, exclusivamente, à concessão de uso instituída pela Lei Municipal nº 1.620/2026.
VALOR: R$ 509.000,00 (quinhentos e nove mil reais).
PRAZO DE ENTREGA: até 60 (sessenta) dias corridos do recebimento da Ordem de Fornecimento, incluída a instalação concluída e testada.
VIGÊNCIA: da assinatura até o recebimento definitivo e o integral cumprimento das obrigações de garantia e de assistência técnica dos bens (garantia mínima de 12 meses, contados do recebimento definitivo).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Municipal nº 1.620/2026 e Decretos Municipais nº 20 a 34/2023.
DATA DA ASSINATURA: 06/10/2026.
SIGNATÁRIOS: Edsom Luiz Bagetti, Prefeito Municipal, pelo Contratante; Rogério Miranda, Administrador, pela Contratada.
FORO: Comarca de Capanema – PR.

Pérola d'Oeste – PR, 06/10/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:AFCFBA32

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 116/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Anula o Decreto Municipal nº 106/2026, restabelece o vínculo funcional da servidora que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO o requerimento administrativo protocolado em 24 de setembro de 2026 pela servidora **ELIZIANY TEREZINHA FRESCURA**, matrícula funcional nº 1959, autuado sob o Processo Administrativo nº 02/2026 e recebido como pedido de reconsideração, nos termos dos arts. 76 a 78 e 80 da Lei Municipal nº 300/2002;
CONSIDERANDO o Laudo Pericial Conclusivo da Junta Médica Oficial Especial designada pela Portaria nº 52/2026, datado de 08 de outubro de 2026, que atestou a ausência de capacidade plena de autodeterminação da servidora no período compreendido entre 24 de agosto e 03 de setembro de 2026, incluída a data de 03 de setembro de 2026, para a prática de ato de desligamento definitivo do serviço público;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 001/2026 da Assessoria Jurídica do Município e a Decisão Administrativa proferida nos autos em 15 de outubro de 2026;
CONSIDERANDO o poder-dever de autotutela da Administração Pública, consagrado na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, e o disposto no art. 81, parágrafo único, da Lei Municipal nº 300/2002;
DECRETA:
Art. 1º Fica **ANULADO** o Decreto Municipal nº 106/2026, de 03 de setembro de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº 3610, em 04 de setembro de 2026, que exonerou a pedido a servidora **ELIZIANY TEREZINHA FRESCURA**, por vício na manifestação de vontade que lhe serviu de pressuposto.
Art. 2º Fica **RESTABELECIDO**, em consequência, o vínculo funcional de ELIZIANY TEREZINHA FRESCURA, inscrita no CPF sob o nº 039.535.439-03, no cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 04, 40 (quarenta) horas semanais, matrícula funcional nº 1959, sem solução de continuidade.
Parágrafo único. A reassunção do exercício dar-se-á em 19 de outubro de 2026, mediante lavratura do termo próprio pelo Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º A anulação de que trata o art. 1º não produz efeitos financeiros quanto ao período de afastamento, por ausência de prestação de serviço, ressalvada a remuneração correspondente aos dias 01, 02 e 03 de setembro de 2026, mediante prévia certificação do efetivo exercício naquele período.
Art. 4º Fica suspensa a contagem do estágio probatório da servidora no intervalo compreendido entre o desligamento e a reassunção do exercício, retomando-se a partir desta, cabendo ao Departamento de Recursos Humanos proceder às anotações funcionais correspondentes.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taiana Maria Locateli Machado
Código Identificador:6D585775

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D´OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

RELATÓRIO TÉCNICO
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO
Município: Pérola D'Oeste – Paraná
Órgão responsável: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo
Período de referência: 2026

Documentos comprobatórios: Decreto Municipal nº 88/2026 e Portaria Municipal nº 44/2026

1. IDENTIFICAÇÃO E FINALIDADE

O presente Relatório Técnico tem por finalidade apresentar e comprovar a implementação de estrutura administrativa e pedagógica específica no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo de Pérola D'Oeste, destinada à elaboração, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização.

A estrutura apresentada está fundamentada no Decreto Municipal nº 88, de 24 de julho de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino, e na Portaria Municipal nº 44/2026, que institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização e designa seus membros.

2. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

O Município de Pérola D'Oeste instituiu formalmente sua Política Municipal de Alfabetização por meio do Decreto Municipal nº 88/2026.

O Decreto estabelece a Política Municipal de Alfabetização como documento balizador das ações e estratégias destinadas a assegurar a alfabetização dos estudantes, desde a Educação Infantil até o final do 2º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

A Política também contempla os estudantes dos anos subsequentes que apresentem necessidade de recomposição das aprendizagens.

O Decreto estabelece, ainda, princípios, objetivos, diretrizes, agentes envolvidos, ações de implementação e mecanismos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização.

3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

O Decreto Municipal nº 88/2026 estabelece expressamente os agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização, incluindo:

• professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de Infantil 4 e Infantil 5;
• professores dos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
• professores de Sala de Recursos Multifuncional, Sala de Apoio à Aprendizagem e recomposição das aprendizagens;
• articuladores dos programas de alfabetização;
• professores formadores;
• coordenadores pedagógicos;
• diretores escolares;
• equipe pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo;
• equipe de avaliação e monitoramento da alfabetização da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo;
• comunidade escolar.

Dessa forma, a Política Municipal de Alfabetização prevê uma estrutura articulada entre a Secretaria Municipal de Educação, as equipes pedagógicas, as unidades escolares e os profissionais diretamente envolvidos no processo de alfabetização.

A previsão da equipe de assessores pedagógicos e da equipe de avaliação e monitoramento da alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação demonstra a institucionalização de atribuições específicas para apoiar a implementação e o acompanhamento da Política.

4. COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Decreto Municipal nº 88/2026 estabelece que compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação, a coordenação, o acompanhamento, o monitoramento e a execução da Política Municipal de Alfabetização.

Essa definição normativa atribui à Secretaria Municipal de Educação responsabilidade direta pela condução da Política Municipal de Alfabetização, fortalecendo sua capacidade institucional para planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino.

5. INSTITUIÇÃO DO COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL

Como mecanismo de fortalecimento da governança da Política Municipal de Alfabetização, foi publicada a Portaria Municipal nº 44/2026, que institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização.

O Comitê constitui instância responsável pela:

• coordenação estratégica;
• monitoramento;
• avaliação;
• acompanhamento da implementação da Política Municipal de Alfabetização.

A Portaria designa formalmente as seguintes servidoras:

Keyla Cristiane Heintze Fiss – Presidente do Comitê Estratégico Municipal, na qualidade de Articuladora Municipal da RENALFA e responsável pela coordenação das ações estratégicas da Política Municipal de Alfabetização;

Sandra de Fátima Giboski de Almeida – Membro;

Vivian Petry Kindler – Membro.

A designação formal das servidoras demonstra a alocação de servidores para atuação institucional na governança e no acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização.

6. ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL

Conforme estabelecido na Portaria nº 44/2026, compete ao Comitê Estratégico Municipal:

I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;

II – monitorar os indicadores de aprendizagem, alfabetização e fluência leitora;

III – analisar os resultados das avaliações diagnósticas, formativas e externas, propondo estratégias de melhoria da aprendizagem;

IV – acompanhar a execução das ações previstas no Plano Municipal de Alfabetização;

V – articular as ações entre a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, as unidades escolares e os programas estaduais e federais relacionados à alfabetização;

VI – subsidiar tecnicamente a Secretaria Municipal de Educação na tomada de decisões relativas à Política de Alfabetização;

VII – elaborar relatórios de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização;

VIII – acompanhar e fortalecer as ações desenvolvidas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e demais programas correlatos.

As atribuições demonstram que a estrutura instituída possui caráter administrativo e pedagógico, atuando diretamente sobre planejamento, acompanhamento, análise de resultados, articulação, tomada de decisão e monitoramento das ações de alfabetização.

7. CARÁTER PERMANENTE DA ESTRUTURA

A Portaria Municipal nº 44/2026 estabelece que o Comitê Estratégico Municipal atuará de forma permanente, integrado às ações da Política Municipal de Alfabetização.

Sua atuação contempla o acompanhamento contínuo das metas, indicadores e estratégias voltadas à garantia da alfabetização das crianças na idade adequada.

Assim, a estrutura instituída não se caracteriza como ação pontual ou isolada, mas como mecanismo permanente de governança, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização.

8. AÇÕES PREVISTAS E MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO

A Política Municipal de Alfabetização estabelece ações relacionadas à:

• formação de professores da Educação Infantil e dos anos iniciais;
• formação continuada de professores alfabetizadores;
• formação continuada de gestores escolares;
• produção e disseminação de materiais pedagógicos;
• utilização de recursos educacionais;
• recomposição das aprendizagens;
• elaboração de planos de apoio pedagógico;
• elaboração e aplicação de avaliações;
• utilização dos resultados das avaliações para melhoria da aprendizagem;
• desenvolvimento de indicadores municipais;
• monitoramento da aprendizagem dos estudantes.

A estrutura administrativa e pedagógica instituída pela Secretaria Municipal de Educação constitui suporte para a organização e acompanhamento dessas ações.

9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Decreto Municipal nº 88/2026 estabelece mecanismos específicos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização. Entre eles estão:

• monitoramento e avaliação da qualidade, eficiência, eficácia e efetividade dos programas e ações;
• monitoramento da aprendizagem dos estudantes em processo de alfabetização;
• acompanhamento dos registros das ações de recomposição das aprendizagens;
• análise dos resultados de avaliações internas e externas;
• utilização dos resultados para melhoria do processo de ensino-aprendizagem;
• desenvolvimento de indicadores municipais relacionados à alfabetização.

A Política prevê a participação dos gestores, professores e da equipe de avaliação e monitoramento da alfabetização da Secretaria Municipal de Educação nesse processo.

10. ARTICULAÇÃO ENTRE SECRETARIA E UNIDADES ESCOLARES

A estrutura instituída promove a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e os programas estaduais e federais relacionados à alfabetização.

O Comitê Estratégico Municipal possui, entre suas atribuições, a articulação dessas ações e o acompanhamento da implementação da Política nas unidades educacionais.

Essa organização favorece a integração entre planejamento da Secretaria, acompanhamento pedagógico, avaliação da aprendizagem e definição de estratégias para melhoria dos resultados educacionais.

11. COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DA ESTRUTURA

A implementação da estrutura administrativa e pedagógica da Política Municipal de Alfabetização é comprovada pelos seguintes documentos oficiais:

Documento 1 – Decreto Municipal nº 88/2026
Comprova:

• instituição da Política Municipal de Alfabetização;
• definição dos agentes envolvidos;
• participação da equipe de assessores pedagógicos da Secretaria;
• participação da equipe de avaliação e monitoramento da alfabetização;
• definição das responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação;
• estabelecimento de mecanismos de monitoramento e avaliação.

Documento 2 – Portaria Municipal nº 44/2026
Comprova:

• instituição do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização;
• designação nominal das servidoras integrantes;
• definição da presidência e da função de Articuladora Municipal da RENALFA;
• atribuições específicas do Comitê;
• atuação permanente;
• responsabilidade pelo acompanhamento, monitoramento, avaliação e articulação das ações da Política Municipal de Alfabetização.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos documentos normativos demonstra que o Município de Pérola D'Oeste possui estrutura institucional formalizada para a implementação da Política Municipal de Alfabetização.

O Decreto Municipal nº 88/2026 institui a Política, define seus agentes, estabelece as responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação e prevê equipes específicas relacionadas à assessoria pedagógica e à avaliação e monitoramento da alfabetização.

A Portaria Municipal nº 44/2026, por sua vez, materializa essa estrutura por meio da instituição do Comitê Estratégico Municipal e da designação formal de servidoras para atuação na coordenação estratégica, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política.

Dessa forma, os documentos apresentados demonstram a existência de estrutura administrativa e pedagógica específica, com servidores formalmente designados e atribuições institucionais relacionadas à elaboração, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização.

O conjunto documental constitui evidência da institucionalização e da organização da capacidade administrativa e pedagógica do Município para a implementação de sua Política Municipal de Alfabetização.

Pérola D'Oeste – Paraná, 20 de Setembro de 2026.

ROSANI M. H. GIONGO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Publicado por:
Rosani Maria Heintze Giongo
Código Identificador:AA411274

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D´OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

RELATÓRIO DESCRITIVO — SEMINÁRIO DE COMPARTILHAMENTO DE BOAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

1. Identificação da ação

• **Nome da ação:** Seminário de Compartilhamento de Boas Práticas Pedagógicas.
• **Município:** Pérola D'Oeste – PR.
• **Responsável:** Secretaria Municipal de Educação.
• **Data de realização:** 16/10/2026
• **Local:** PÉROLA CLUBE DE CAMPO
• **Público participante:** escolas, gestores escolares e docentes da rede municipal de ensino.
• **Áreas de enfoque:** alfabetização e recomposição das aprendizagens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

2. Objetivo geral

Promover o reconhecimento, a valorização e a disseminação de boas práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas da rede municipal de ensino, com foco na alfabetização e na recomposição das aprendizagens, incentivando a troca de experiências, a reflexão sobre as estratégias de ensino e o fortalecimento do trabalho pedagógico.

3. Descrição da ação

O Seminário de Compartilhamento de Boas Práticas Pedagógicas constitui uma iniciativa de socialização de experiências desenvolvidas no contexto escolar, proporcionando aos profissionais da educação um espaço para apresentar estratégias, metodologias e intervenções pedagógicas relacionadas aos processos de alfabetização e recomposição das aprendizagens.

A ação busca valorizar o trabalho realizado pelas escolas, pelos gestores e pelos docentes, favorecendo a circulação de conhecimentos e experiências que possam contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas na rede municipal.

Durante o seminário, serão apresentadas experiências relacionadas à alfabetização, ao desenvolvimento da leitura e da escrita e à recuperação e consolidação de aprendizagens essenciais, conforme os trabalhos efetivamente selecionados e apresentados pelos participantes.

A iniciativa também prevê a emissão de certificados e a divulgação das experiências compartilhadas, como formas de valorização dos profissionais e de disseminação do conhecimento pedagógico.

4. Metodologia

A ação será desenvolvida por meio de apresentações e momentos de compartilhamento de experiências pedagógicas, envolvendo escolas, gestores e docentes da rede municipal.

A metodologia compreende, conforme a programação efetivamente realizada:

• Organização e divulgação do seminário;
• Identificação das escolas e dos profissionais responsáveis pelas apresentações;

• Socialização das práticas relacionadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;
• Discussão e reflexão sobre as estratégias pedagógicas apresentadas;
• Registro das experiências compartilhadas;
• Emissão de certificados aos participantes, conforme os critérios definidos pela organização;
• Divulgação das experiências por meio dos canais institucionais disponíveis.

5. Formas de reconhecimento e disseminação
O reconhecimento dos profissionais e das experiências pedagógicas ocorrerá por meio da valorização pública das práticas apresentadas, da participação no seminário, da emissão de certificados e da divulgação das experiências compartilhadas.
Essas iniciativas visam incentivar a troca de conhecimentos entre os profissionais, valorizar o trabalho desenvolvido nas unidades escolares e ampliar as possibilidades de utilização de estratégias pedagógicas em outros contextos da rede municipal.
6. Resultados esperados

• Valorização das experiências pedagógicas desenvolvidas nas escolas municipais;
• Ampliação das oportunidades de troca de conhecimentos entre gestores e docentes;
• Disseminação de estratégias relacionadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;
• Incentivo à reflexão sobre os resultados das práticas pedagógicas;
• Fortalecimento da colaboração entre as unidades escolares;
• Estímulo à continuidade de ações voltadas à melhoria das aprendizagens dos estudantes.

7. Evidências documentais
A comprovação da realização da ação será organizada por meio dos documentos efetivamente disponíveis, tais como:

• Convite e programação do seminário;
• Lista de presença;
• Registros fotográficos;
• Relação das escolas e dos profissionais participantes;
• Identificação e descrição das práticas apresentadas;
• Cópias ou modelos dos certificados emitidos;
• Registros da divulgação institucional;
• Ata, memória ou relatório final do evento.

8. Considerações finais
O Seminário de Compartilhamento de Boas Práticas Pedagógicas representa uma iniciativa de valorização e disseminação de experiências educacionais no âmbito da rede municipal de ensino de Pérola D'Oeste – PR.
Por meio da socialização de práticas relacionadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens, a ação busca fortalecer a colaboração entre os profissionais da educação e incentivar o aprimoramento contínuo do trabalho pedagógico.
O presente relatório deverá ser finalizado após a realização do evento, com a inclusão dos dados efetivos de participação e das evidências correspondentes.
Pérola D'Oeste – PR, 15/10/2026.

ROSANI MARIA HEINTZE GIONGO
Secretária Municipal de Educação de Pérola D'Oeste – PR
Decreto nº 61/2026

Publicado por:
Rosani Maria Heintze Giongo
Código Identificador:37BD81AC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CHAMADA PÚBLICA 013/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 013/2026
PROCESSO Nº 4040/2026

O Município de Piên, inscrito no CNPJ sob n.º 76.002.666/0001-40, sediado à Rua Amazonas, n° 373, Centro, PIÊN/PR, através da Comissão de Credenciamento, designada pela Secretaria Solicitante, devidamente autorizada pelo Senhor Prefeito Municipal, MAICON GROSSKOPF, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações e demais normas pertinentes, torna pública a que se encontra aberto o Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO PARA Credenciamento de empresas especializadas para a prestação de serviços técnicos de Engenharia e Arquitetura, compreendendo a elaboração de estudos, levantamentos, projetos, orçamentos, memoriais, especificações, planejamento, compatibilização, modelagem BIM e demais serviços técnicos correlatos previstos na Tabela de Serviços - Anexo I, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Piên/PR, desde que compatíveis com a contratação paralela e não excludente, mediante condições padronizadas, critérios objetivos de habilitação, distribuição e remuneração estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.
Qualquer empresa que cumpra com as condições, restrições, critérios e exigências presentes no edital, que demonstre interesse em credenciar-se, poderá fazê-lo exclusivamente de forma eletrônica no e-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br.

O Edital completo do presente Chamamento Público permanecerá à disposição dos interessados no endereço **https://www.pien.pr.gov.br/licitacoes**.

Piên/PR, 14 de outubro de 2026.

MARCOS AURÉLIO MELENEK
Agente de Contratações

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:81D0E432

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 150/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 150/2026

MODALIDADE: REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 044/2026

CONTRATADO: 25.243.101 RAFAELA FRANCO
CNPJ: 25.243.101/0001-14
OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de trajes típicos completos de prenda, destinados às candidatas do Concurso de Escolha da Rainha e Princesas do Município de Piên/PR, incluindo a realização de prova dos trajes, ajustes individualizados, higienização, entrega no local indicado pela Administração e retirada após a utilização.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Locação de traje típico completo de prenda	UN	10	R$ 250,00	R$ 2.500,00

VALOR TOTAL: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

FISCAL: Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo.

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da publicação no diário podendo ser prorrogado.

DATA DE ASSINATURA: 13 de outubro de 2026.

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:BC85F33C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 151/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 151/2026
REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 131/2026
VICULADO AO CHAMAMENTO PÚBLICO N° 009/2026

CONTRATADO: GISELE GONÇALVES DOS SANTOS DE OLIVEIRA
CNPJ: 37.179.347/0001-53

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de acolhimento institucional de longa permanência, destinado ao atendimento de pessoas idosas, de ambos os sexos, com grau de dependência I, II e III, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil.

Obs: O valor total e o quantitativo de vagas previstos no contrato pretendido possuem caráter meramente estimativo, não constituindo obrigação de demanda mínima por parte da Administração Pública. A efetiva execução dos serviços e o correspondente pagamento estarão condicionados às necessidades da Administração e ao rateio proporcional da demanda entre todos os prestadores devidamente credenciados para a execução do mesmo objeto, observadas as regras estabelecidas no edital de credenciamento e demais normativos aplicáveis.

FISCAL: Danielli dos Santos - Matrícula 101591

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação podendo ser prorrogado.

DATA DE ASSINATURA: 15 de outubro de 2026.

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:B0283ADC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N°312 DE 15 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N.º 312 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 25.940,00.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 25.940,00, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**
Suplementar

Códigos	Descrição	Valor
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	EDUCAÇÃO	
12.361.9.2.20	GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2170	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	20.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	
10.002	DEFESA CIVIL	
6.182.12.2.30	DEFESA CIVIL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3430	0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.940,00
	SUBTOTAL	5.940,00
	TOTAL	25.940,00

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....25.940,00

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:
Anulação

Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
4.122.3.2.4	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
730	0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.940,00
	SUBTOTAL	5.940,00
	TOTAL	5.940,00

2. O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita

Receita	Descrição	Valor
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - PRINCIPAL	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....25.940,00
Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 15 de outubro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:329F3938

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ERRATA DO EDITAL 046/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

TESTE SELETIVO Nº 01/2025
PRAZO DETERMINADO – Lei n° 965/2007 e Lei 1198/2014

ERRATA DO EDITAL 046/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Teste Seletivo 001/2025 -

Edital nº 001/2025, homologado pelo Edital 016./2025 de 17 de novembro de 2025, torna público a **ERRATA do Edital 046/2026**

ONDE SE LÊ:
EDITAL 046/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Teste Seletivo 001/2025 - Edital nº 001/2025, homologado pelo Edital 016./2025 de 17 de novembro de 2025,

RESOLVE:
Convocar o (a) candidato (a) a seguir relacionados para comparecer na Área Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **09 de outubro de 2026,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Médico temporário

Classificação	Nome do Candidato
26º	PLINIO DOS ANJOS RAMALHO

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, em 08 de outubro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT
Diretora de Área de Administração e Finanças

LEIA-SE:
EDITAL 046/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Teste Seletivo 001/2025 - Edital nº 001/2025, homologado pelo Edital 016./2025 de 17 de novembro de 2025,

RESOLVE:
1.1. Convocar o (a) candidato (a) a seguir relacionados para comparecer na Área Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **16 de outubro de 2026,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Médico temporário

Classificação	Nome do Candidato
26º	PLINIO DOS ANJOS RAMALHO

1.2 O candidato, após a convocação, deverá comparecer a Área de Recursos Humanos do Município de Piên - PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicação do Edital de convocação, munido de documento de identidade original,para o fim de declarar se aceita a função ou, neste mesmo prazo, o candidato poderá formalizar pedido de opção por final de lista ou requerimento de desistência da vaga.

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:52CCCE66

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 132/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 132/2026

PROTOCOLO: 4100/2026

Objeto: Adesão Credenciamento compartilhado 03/2024 do COMESP, cujo objeto é o Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de Serviço de Acolhimento para Mulheres, com filhos ou sem, em situação de risco pessoal, social ou ameaça em razão de violência doméstica e familiar, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE ENCONTRO COM DEUS
CNPJ nº 03.858.312/0001-29
VALOR: R$ 3.475,54 (três mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos)

AUTORIZAÇÃO 15/10/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:1C012295

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1365, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1365, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Eri Garcia Buemo, e ratificado pelo (a) Dr(a) Flavio W. A. Machado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 14 de setembro a 28 de setembro de 2026, a servidora pública **DOROTI DE FATIMA PIECKOCZ** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 601.***.***-** e matrícula funcional 4766042, ocupante do cargo público de provimento em comissão de **Assessor de Area I - Contratos.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 13 de outubro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Republicado por Incorreção

Publicado por:
Lucas Lietz
Código Identificador:31C8BF2F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para aquisição de eucalipto serrado, ripas de eucalipto e tábuas de pinus, para atendimento das Secretarias Municipais. **Entrega das propostas**: a partir 16/10/2026 no site no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas**: 05/11/2026 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 15 de outubro de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:BCE72F55

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 222/2026

DECRETO 222/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 1.490,71 (Um mil quatrocentos e noventa reais e setenta e um centavos) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 15 de Outubro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:5F1023F3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/2021 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 191/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO

CONTRATADA: VALCI ISIDORO BARBIERI

CLÁUSULA PRIMEIRA - VALOR: O contrato fica aditivado no valor de **R$ 38.522,25 (trinta e oito mil, quinhentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos)**, nos termos do Pregão presencial n.º 76/2025 e da solicitação das secretarias responsáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Pinhal de São Bento/PR, 15 de outubro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:281142F8

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 368/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026

ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Sadi Onisko Matrícula: 6851
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 16/10/2026 (saída as 09:00 horas)
Destino: Cascavel/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,5 = 121,08
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar a paciente Tatiane Dalariva e Silva Haas para consulta no CEONC em Cascavel/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: CEONC em Cascavel/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
0**	1***-6	2****-8	082.***.***-43

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 15 de outubro de 2026.
Solicitante da viagem: Sadi Onisko
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:4BBA515F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº. 11.001/2023 e de acordo com o procedimento licitatório e julgamento das propostas apresentadas ao **Pregão Eletrônico** nº. 12/2026 – **Processo**

Administrativo nº 33/2026 – **Objeto:** "Aquisição de licenças de softwares para a Câmara Municipal de Piraquara": **HOMOLOGA** o referido processo licitatório, **ADJUDICANDO** seu resultado às seguintes empresas:

Itens 1 e 6:ARTUR NOGUEIRA SANTOS, CNPJ:**64.502.561/0001-71**, com sede narua das Rosas, N° 20, Parque Verde - Belém - Pará, CEP 66633-165, pelo valor deR$ 3.940,00(três mil, novecentos e quarenta reais).

Item 2:T&M SOLUCOES EM TECNOLOGIAS LTDA, CNPJ: **63.403.255/0001-15**, com sede naAv.Juazeiro, 84, Tabuleiro do Martins, Município de Maceió/AL, CEP57.080-000, pelo valor deR$503,70 (quinhentos e três reais e setenta centavos).

Item 3:BLACKAMEL SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA · CNPJ: **67.188.298/0001-86**, com sede naAv. Robson Custódio Machado, 563, Apto. 702 — Loteamento Floresta — São José dos Campos/SP —CEP 12.226-392, pelo valor deR$ 2.012,53 (dois mil e doze reais e cinquenta e três centavos).

Item 4:ETZRIVER SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA,CNPJ: **60.951.749/0001-46**, com sede naRua Cônego Demétrio, 562 - Bairro Centro, Tatuí - SP, 18270-160, pelo valor deR$ 1.400,00 (Mil e quatrocentos reais).

Item 5:SW10 Soluções Digitais Ltda,CNPJ: **57.423.507/0001-75**, com sede naAl. Rio Negro, 503 – Sala 2011,DISTRITO ALPHAVILLE CENTRO INDUSTRIAL E EMPRESARIAL, Cidade: Barueri Estado: SP CEP: 06454-000, pelo valor deR$ 1.286,35 (um mil duzentos e oitenta e seis reais e trinta e cinco centavos).

Câmara Municipal de Piraquara, em 15 de outubro de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Piraquara

Publicado por:
Solange Regina Silva Almeida
Código Identificador:A826AFC3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.102/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base nas disposições constantes na Lei Municipal nº 2559/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada no cargo de Superintendente de Gestão de Pessoas, em caráter Interino, sem efeitos pecuniários, a senhora **Tálita Tyrka Borges Neves,** no período de 16 de outubro de 2026 até 30 de outubro de 2026.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 16/10/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 15 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:ED376A00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO COMUSP Nº 35, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

Institui Comissão Especial para atualização, revisão e adequação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP e para elaboração das diretrizes destinadas à atualização dos Regimentos Internos dos Conselhos Locais de Saúde, em conformidade com as normas do Conselho Nacional de Saúde, Conselho Estadual de Saúde do Paraná e legislação municipal vigente.

O **PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAQUARA – COMUSP**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela **Lei Municipal nº 1.004, de 05 de maio de 2009, pela Lei Municipal nº 1.299/2013**, pelo Regimento Interno do COMUSP e demais normas aplicáveis ao controle social do Sistema Único de Saúde – SUS,

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, especialmente as disposições relativas à participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a **Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e sobre a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO a **Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e estabelece a existência dos Conselhos de Saúde como instâncias colegiadas permanentes e deliberativas;

CONSIDERANDO a **Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012**, que regulamenta os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde e estabelece normas de fiscalização, avaliação e controle;

CONSIDERANDO a **Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 453, de 10 de maio de 2012**, que estabelece diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde, reconhecendo os Conselhos Locais como espaços de participação da comunidade nas políticas públicas e na administração da saúde, sob coordenação do Conselho de Saúde da esfera correspondente;

CONSIDERANDO que a Quinta Diretriz da Resolução CNS nº 453/2012 estabelece, entre as competências dos Conselhos de Saúde, a elaboração do Regimento Interno e de outras normas de funcionamento;

CONSIDERANDO a legislação estadual vigente e as normativas expedidas pelo **Conselho Estadual de Saúde do Paraná – CES/PR**, que regulamentam e orientam o exercício do controle social no âmbito do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a **Lei Municipal nº 1.004/2009**, a **Lei Municipal nº 1.299/2013** e demais normas municipais relacionadas à organização e ao funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara;

CONSIDERANDO o Regimento Interno vigente do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP, que regulamenta a competência, as atribuições, a organização e o funcionamento do Conselho, bem como estabelece competências relacionadas ao acompanhamento e funcionamento dos Conselhos Locais de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a atualização do Regimento Interno do COMUSP, adequando-o às normas nacionais, estaduais e municipais vigentes e às atuais necessidades do controle social do SUS no Município de Piraquara;

CONSIDERANDO a necessidade de, após a atualização do Regimento Interno do COMUSP, promover a revisão e adequação dos Regimentos Internos dos Conselhos Locais de Saúde, assegurando compatibilidade entre as normas, respeito às particularidades territoriais e fortalecimento da participação popular;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir segurança jurídica, transparência, participação social, representatividade, paridade, funcionamento democrático e definição clara das competências dos Conselhos Locais de Saúde;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP, em **Reunião Extraordinária realizada no dia 01 de outubro de 2026, às 14 horas, na sala de reuniões do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Piraquara**;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a **Comissão Especial para Atualização do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP e dos Regimentos dos Conselhos Locais de Saúde**, com a finalidade de realizar estudos, análises, debates e apresentar propostas de atualização normativa ao Plenário do COMUSP.

Art. 2º A Comissão Especial terá como objetivos:

I – analisar integralmente o Regimento Interno vigente do COMUSP;

II – identificar dispositivos que necessitem de atualização, adequação, complementação ou revogação;
III – adequar o Regimento Interno às normas e diretrizes do **Conselho Nacional de Saúde – CNS**;
IV – observar as normas e orientações do **Conselho Estadual de Saúde do Paraná – CES/PR**;
V – observar a legislação municipal vigente, especialmente as Leis Municipais nº 1.004/2009 e nº 1.299/2013;
VI – analisar a organização, composição, competências, funcionamento, participação e representação dos Conselheiros Municipais de Saúde;
VII – analisar e propor normas relativas às Comissões do COMUSP;
VIII – analisar os procedimentos de convocação, realização e deliberação das reuniões;
IX – analisar as normas referentes à participação de titulares e suplentes;
X – estabelecer, após a aprovação do novo Regimento do COMUSP, diretrizes gerais para a atualização dos **Regimentos Internos dos Conselhos Locais de Saúde**;
XI – propor modelo ou estrutura mínima para os Regimentos Internos dos Conselhos Locais, respeitadas as particularidades de cada território;
XII – apresentar ao Plenário do COMUSP minuta consolidada para apreciação, discussão, alteração e aprovação.

Art. 3º

A Comissão Especial será composta pelos seguintes Conselheiros Municipais de Saúde:

I – SEGMENTO USUÁRIO:

• **Guilherme Souza Cavalcanti de Albuquerque** – Conselheiro representante do segmento Usuário;
• **Élio Moreira Santos** – Conselheiro representante do segmento Usuário.

II – SEGMENTO TRABALHADOR:

• **Thiago Da Silva Pereira** – Conselheiro representante do segmento Trabalhador;
• **Caroline Haninec Iackusch** – Conselheira representante do segmento Trabalhador.

III – SEGMENTO PRESTADOR:

• **Lauryane Karla Silva Guetten Almeida** – Conselheira representante do segmento Prestador.

IV – SEGMENTO GESTÃO:

• **José Roberto Jacomel Junior –** Conselheiro representante do segmento Gestão;
• **Sacha Testoni Lange** – Conselheira representante do segmento Gestão.

Art. 4º

A Comissão Especial deverá assegurar, em seus trabalhos, a observância da **participação social, da representação dos diferentes segmentos que compõem o controle social, da transparência e do caráter deliberativo do Conselho Municipal de Saúde**.

Art. 5º

A Comissão Especial poderá, mediante deliberação de seus integrantes:
I – solicitar documentos e informações necessários à realização dos trabalhos;
II – consultar legislação, resoluções, recomendações, orientações técnicas e demais normativas dos Conselhos Nacional e Estadual de Saúde;
III – convidar servidores, técnicos, conselheiros, representantes dos Conselhos Locais e demais pessoas com conhecimento técnico ou experiência relacionada à matéria para contribuir com os trabalhos;
IV – promover reuniões de estudo e discussão;
V – solicitar apoio técnico e administrativo da Secretaria Executiva do COMUSP.

Art. 6º

Os trabalhos da Comissão Especial serão realizados de forma articulada com a **Secretaria Executiva do COMUSP**, que ficará responsável pelo apoio administrativo necessário, inclusive organização de documentos, atas, convocações e demais registros pertinentes.

Art. 7º

A Comissão Especial deverá apresentar ao Plenário do COMUSP **minuta de atualização do Regimento Interno**, acompanhada, quando necessário, de justificativas e fundamentação das alterações propostas.

Art. 8º

Após a aprovação do Regimento Interno atualizado do COMUSP, a Comissão Especial dará continuidade aos trabalhos para elaboração das **diretrizes e minuta-base para atualização dos Regimentos Internos dos Conselhos Locais de Saúde**.

Parágrafo único. As propostas relativas aos Conselhos Locais deverão ser submetidas à apreciação e deliberação do Plenário do COMUSP, antes de sua implementação.

Art. 9º

A Comissão Especial terá caráter **temporário**, permanecendo constituída até a conclusão dos trabalhos previstos nesta Resolução e a apresentação dos respectivos documentos ao Plenário do COMUSP, salvo se o Plenário deliberar por sua prorrogação ou encerramento antecipado.

Art. 10

As propostas elaboradas pela Comissão Especial **não terão efeito normativo automático**, devendo ser submetidas ao Plenário do COMUSP para análise, discussão, alterações e aprovação, observadas as competências legais e regimentais do Conselho.

Art. 11

Os trabalhos da Comissão deverão observar os princípios da **legalidade, publicidade, transparência, participação social, democracia, equidade, paridade e fortalecimento do controle social do SUS**.

Art. 12

A presente Resolução deverá ser encaminhada para publicação nos meios oficiais de divulgação do Município e do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara, para conhecimento dos Conselheiros, Conselhos Locais de Saúde, trabalhadores, usuários, gestores, prestadores e da população em geral.

Art. 13

Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Piraquara, **01 de outubro de 2026**.

OSMAR DE SOUZA SILVA
Presidente
Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP
Resolução 031/2026

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:90704A2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO COMUSP Nº 36 /2026 DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a suspensão temporária dos processos eleitorais dos Conselhos Locais de Saúde de Piraquara, em razão da necessidade de atualização do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde – COMUSP e posterior adequação dos Regimentos Internos dos Conselhos Locais de Saúde.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAQUARA – COMUSP**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial as conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; Lei Municipal nº 1.004, de 05 de maio de 2009; Lei Municipal nº 1.299, de 2013; Resolução CNS nº 453, de 10 de maio de 2012; legislação estadual pertinente; e pelo Regimento Interno do COMUSP,

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Saúde – COMUSP é órgão colegiado permanente, deliberativo, normativo e fiscalizador

do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal, conforme estabelecido no Regimento Interno do COMUSP;
CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, inciso III, do Regimento Interno do COMUSP, que atribui ao Conselho a competência para elaborar seu Regimento Interno e estabelecer critérios para os Regimentos Internos dos Conselhos Locais de Saúde e outras normas de funcionamento;
CONSIDERANDO o disposto no **art. 4º,** inciso XX, do Regimento Interno do COMUSP, que estabelece como competência do Conselho coordenar, acompanhar, avaliar e redimensionar o funcionamento dos Conselhos Locais das Unidades Básicas de Saúde e de outros conselhos gestores vinculados ao SUS, em consonância com as políticas públicas de saúde e as diretrizes do COMUSP;
CONSIDERANDO o disposto no art. 7º, parágrafo único, do Regimento Interno do COMUSP, segundo o qual os Conselheiros Locais deverão observar os requisitos, critérios para escolha dos representantes, bem como o número mínimo e máximo estabelecidos em Regimento próprio;
CONSIDERANDO que a Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, estabelece diretrizes para a instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde, reconhecendo os Conselhos Locais como espaços de participação social e controle social do SUS, sob a coordenação do Conselho de Saúde da esfera correspondente;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar que os processos de escolha e composição dos Conselhos Locais de Saúde estejam em conformidade com as normas nacionais, estaduais e municipais vigentes, bem como com as diretrizes e critérios definidos pelo COMUSP;
CONSIDERANDO a necessidade de atualização do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP, visando adequá-lo à legislação vigente, às normativas do Conselho Nacional de Saúde, às orientações do Conselho Estadual de Saúde do Paraná e às necessidades atuais do controle social no Município;
CONSIDERANDO que, após a aprovação e consolidação do novo Regimento Interno do COMUSP, será necessária a análise, revisão e adequação dos Regimentos Internos dos Conselho**s Locais de Saúde**, de modo a garantir uniformidade, segurança jurídica, transparência, participação social e observância dos princípios do Sistema Único de Saúde;
CONSIDERANDO que a realização de processos eleitorais dos Conselhos Locais antes da conclusão dessas atualizações poderá resultar em regras distintas ou incompatíveis entre os Conselhos Locais e o Regimento atualizado do COMUSP;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP, em **Reunião Extraordinária realizada em 1º de outubro de 2026, às 14 horas, na sala de reuniões do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Piraquara;**
RESOLVE:
Art. 1º Ficam temporariamente suspensos os processos eleitorais destinados à escolha e/ou renovação dos representantes dos Conselhos Locais de Saúde do Município de Piraquara, até a conclusão das etapas previstas nesta Resolução.
Art. 2º A suspensão prevista no art. 1º tem caráter temporário e administrativo, não implicando extinção, dissolução ou interrupção das atividades dos Conselhos Locais de Saúde regularmente constituídos.
Art. 3º Durante o período de suspensão dos processos eleitorais, os Conselhos Locais de Saúde deverão observar as normas vigentes e permanecerão vinculados às diretrizes de participação social e controle social estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde e pelo COMUSP, respeitadas as competências de cada instância.
Art. 4º O COMUSP deverá promover, prioritariamente, a atualização e aprovação de seu Regimento Interno, observando a legislação federal, estadual e municipal vigente, bem como as diretrizes do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Estadual de Saúde do Paraná.
Art. 5º Após a aprovação do novo Regimento Interno do COMUSP, será iniciado o processo de revisão, atualização e padronização dos Regimentos Internos dos Conselhos Locais de Saúde, observadas as características e necessidades de cada território e unidade de saúde.
Art. 6º Os novos processos eleitorais dos Conselhos Locais de Saúde somente serão retomados após:
I – a aprovação do Regimento Interno atualizado do COMUSP;
II – a definição, pelo COMUSP, dos critérios gerais para funcionamento e composição dos Conselhos Locais;
III – a atualização e aprovação dos respectivos Regimentos Internos dos Conselhos Locais de Saúde;
IV – a definição das normas e procedimentos eleitorais aplicáveis aos respectivos processos de escolha; e
V – a divulgação prévia e ampla do processo eleitoral à comunidade e aos segmentos interessados.
Art. 7º O COMUSP deverá assegurar que o processo de atualização dos Regimentos Internos dos Conselhos Locais de Saúde seja realizado de forma **democrática, transparente e participativa**, garantindo, sempre que cabível, a participação dos usuários, trabalhadores, gestores e demais segmentos envolvidos no controle social da saúde.
Art. 8º Eventuais processos eleitorais de Conselhos Locais de Saúde que estejam em fase de organização, convocação ou inscrição de candidaturas ficam igualmente **suspensos a partir aprovação desta Resolução**, devendo ser retomados somente após o cumprimento das etapas estabelecidas nesta Resolução.
Art. 9º A suspensão prevista nesta Resolução permanecerá vigente **até que o COMUSP** delibere expressamente pela retomada dos processos eleitorais dos Conselhos Locais de Saúde, mediante ato próprio.
Art. 10. A Secretaria Executiva do COMUSP deverá dar ciência desta Resolução às Unidades Básicas de Saúde, aos Conselhos Locais de Saúde, à Secretaria Municipal de Saúde e aos demais setores envolvidos, promovendo sua ampla divulgação.
Art. 11. Esta Resolução deverá ser publicada nos meios oficiais de comunicação do Município e do Conselho Municipal de Saúde, para conhecimento da população e dos interessados.
Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP.

Piraquara, 01 de outubro de 2026.

OSMAR DE SOUZA SILVA
Presidente Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP
Resolução 031/2026

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:60B6466B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 037/2026 DE 01 DE OUTUBRO DE 2026 – ATUALIZAÇÃO

Atualiza a composição da Comissão Permanente de Ética do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP, constituída pela Resolução nº 032, de 26 de agosto de 2026, e dá outras providências.

O PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAQUARA – COMUSP, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO a Resolução nº 032, de 26 de agosto de 2026, que constituiu as Comissões Permanentes do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP para a Gestão 2026–2029;
CONSIDERANDO o disposto no Art. 38 do Regimento Interno do COMUSP, que estabelece as atribuições da Comissão Permanente de Ética;
CONSIDERANDO que a composição nominal da Comissão Permanente de Ética ficou pendente de definição, conforme deliberação do Plenário na Reunião Extraordinária realizada em 26 de agosto de 2026;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do COMUSP, ocorrida na Reunião Extraordinária de 1º de outubro de 2026, que aprovou a composição da Comissão Permanente de Ética;
RESOLVE:
Art. 1º Fica definida e aprovada a composição nominal da Comissão Permanente de Ética do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP, para a Gestão 2026–2029, com os seguintes integrantes:

I – Sacha Testoni Lange;
II – Caroline Haninec Iackusch Vieira;
III – Gerson Santos de Andrade;
IV – Emanuel José Teixeira Gottlich.
Art. 2º A Comissão Permanente de Ética exercerá as atribuições previstas no Art. 38 do Regimento Interno do COMUSP, podendo ser acionada pela Mesa Diretora ou pelo Plenário, quando necessário, assegurando-se aos Conselheiros envolvidos o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos das normas aplicáveis.
Art. 3º A Comissão Permanente de Ética escolherá, entre seus próprios integrantes, seu Coordenador(a) e Relator(a), conforme estabelecido no Art. 31, § 4º, do Regimento Interno do COMUSP, devendo a escolha ser registrada em ata e comunicada à Mesa Diretora.
Art. 4º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Resolução nº 032, de 26 de agosto de 2026, que não conflitarem com a presente atualização.
Art. 5º Esta atualização entra em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP.

Piraquara, 1 de outubro de 2026.

OSMAR DE SOUZA SILVA
Presidente Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP
Resolução 031/2026

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:80F30888

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
PORTARIA N° 34/2026

PORTARIA N° 34/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, CONFERIDAS PELO ARTIGO 27 DO REGIMENTO INTERNO,

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias regulamentares a servidora Regiane Bobato, ocupante do cargo de Agente Administrativo, contadas de 20 de outubro de 2026 a 29 de outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 01 de dezembro de 2024 a 30 de novembro de 2025, conforme requerimento nº 87/2026, protocolado sob nº 1349/2026 e deferido em 15 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PITANGA, 15 DE OUTUBRO DE 2026.

AMADEUS PENGA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:0D2557CE

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 79/2026

Concede Diária(s) ao(à) Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, ou representante ora designado, de acordo com os dispositivos da Lei Municipal nº 2437/2022, e regulamentada pelo Decreto nº 85/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Deferir Requerimento e conceder Diária(s) para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

Nome do Beneficiário(a): Aguinaldo de Jesus Galdin
Nº de Matrícula: 50157
Cargo/Função: Motorista
Data de Início: 21/10/2026
Data Fim: 16/11/2026
Nº de Diárias: (10) dez, sem pernoite (Informamos que no período de segunda a sexta – feira, a viagem é realizada por dois motoristas, em sistema de revezamento).
Valor Unitário: 150,00
Valor Total: 1.500,00
Município de Destino: Curitiba/ Pr
Código do IBGE do Município de Destino: 4106902
Objetivo da Viagem: Justifica-se o deslocamento para a cidade de Curitiba PR com o objetivo de levar pacientes para atendimento médico especializado. A viagem é necessária para garantir o acesso aos serviços de saúde que não estão disponíveis no município de origem.

Art. 2º Este Ato de Concessão entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga/PR, 09 de Outubro de 2026

ADRIELE ANDREIA INÁCIO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:9A820B0E

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 196, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Altera membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA | Biênio 2025-2027.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o Memorando n° 22.386/2026, do Departamento de Pecuária,

RESOLVE

Art. 1º Alterar membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, criado através da Lei nº 1729, de 24 de junho de 2012, e constituído pelo Decreto nº 231, de 23 de julho de 2025:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Titular: Rosilene Lavezzo Melo
Suplente: Josemary Giraldi

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Titular: Adriele Andreia Inacio
Suplente: Luciane Stafim Buchmann

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Titular: Vilmar Bezusko
Suplente: Dircelia Aparecida Maia

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Titular: Juraci de Farias
Suplente: Dilmarise Gonçalves da Luz

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA

Titular: Carlos Henrique Parolo
Suplente: Ilma Gzegoski da Fonseca

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Titular: Ivaldo Moura de Oliveira
Suplente: Keidyane de Lara Costa

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

COOPERATIVA DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR – COORLAF
Titular: Valdemiro Variza
Suplente: Jussara Gruber

ASSOCIAÇÃO DE PAIS AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE
Titular: Jorge Luiz da Rosa
Suplente: Aniele Cardoso dos Santos

CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE
Titular: Maria Rita Valencio Kleticoski
Suplente: Vanilza Carla Euzébio

CONSÓRCIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL – CONSAD
Titular: Roseli Pittner
Suplente: Nilson Padilha

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
Titular: Elisangela de Meira Zandoná
Suplente: Lurianny Assunção Barão

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS
Titular: Dioneia Bonassoli Rodrigues
Suplente: Romilda Terezinha Stoski

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PITANGA
Titular: Dirceu Alves de Lima
Suplente: Osvaldo Goulart

ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL DE BORBOLETA DO SÃO ROQUE
Titular: Alexandra Buchmann
Suplente: Flavio Henrique Nascimento Teixeira

ASSOCIAÇÃO DE APOIO A TERCEIRA IDADE DE PITANGA – CASA LAR SANTANA
Titular: Marcelita Aniela Cortes
Suplente: Maria Helena da Silva Rafaeli
ROTARY CLUB PITANGA
Titular: Luiz Fernando de Souza
Suplente: Vanderlei de Barros

SINDICATO RURAL DE PITANGA
Titular: Marilma Elizette de Lima Machado
Suplente: Jozieli Cristina Sidor Mazzuco Petrechen

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO CENTRO DO PARANÁ – COOACEPA
Titular: Miguel Javoski
Suplente: Hélio Bueno

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 125, de 02 de junho de 2026.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga/PR, em 09 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:0F753E52

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL N.º 014/2026 DA 4ª ETAPA DA CONVOCAÇÃO DO EDITAL N.º 006/2026 DA COMPROVAÇÃO DE TÍTULOS

A Comissão de Avaliação e Julgamento do Processo Seletivo Simplificado do ano de 2026, no uso das atribuições legais:

TORNA PÚBLICO

O RESULTADO da 2ª Etapa da convocação para a comprovação dos títulos declarados no formulário de inscrição do Processo Seletivo Simplificado do município de Pitanga, os candidatos classificados:

do 24º ao 33º lugar do Anexo I - Ampla Concorrência do Edital nº 006/2026:

NOME	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADOS
BERNADETE PRESTES STADLER	24º	NÃO COMPARECEU
JOCELIA MACHADO	25º	COMPROVOU
EDIMERI KAMPHORST	26º	NÃO COMPARECEU
MARCOS PEREIRA DOS SANTOS	27º	NÃO COMPARECEU
SHAIANE CRISTINE STOSKI MOREIRA	28º	COMPROVOU
JHONY LUCAS	30º	NÃO COMPARECEU
GABRIELLY DP NASCIMENTO MARTINS	31º	COMPROVOU
ADRIANE DE FATIMA VELOZO ESPLUGUES	32º	NÃO COMPARECEU
VALDIRENE DE FATIMA ASSIS	33º	COMPROVOU

o 81º lugar do Anexo II- do Edital n º 006/2026; que corresponde ao 6 º lugar da classificação da seleção de vagas para Afrodescendente.

NOME	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADOS
ALÉX SOARES DA SILVA	81º	COMPROVOU

Pitanga, 14 de outubro de 2026.

CLEIDE APARECIDA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Avaliação e Julgamento

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:5DDDBFE9

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 014/2026 - PSS 002/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, inscrito no CNPJ nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIRCEU MORAES.

CONTRATADA: RENATA SANTOS TKACZUK, brasileira, solteira, residente na Rua Fernando Ferrari, 670, portadora do CPF. ***.149.879-**.

OBJETO: O objetivo da presente contratação por prazo determinado é a prestação de serviços para exercer a função de ORIENTADOR SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: A Contratante pagará a Contratada, a importância de R$ 2.179,97 (dois mil, cento e setenta e nove reais e noventa e sete centavos) correspondente ao padrão remuneratório, constante do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2025.

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência certa e determinada, de 01 (um) ano, com início em 13 de outubro de 2026 e término em 12 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado, atendendo ao interesse e à conveniência da Administração, desde que não ultrapasse 24 (vinte e quatro) meses.

FORO: Pitanga.

Pitanga, 13 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

RENATA SANTOS TKACZUK
Contratada

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:E5583D8D

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 814, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder férias ao Servidor Claudio Estachio, Matrícula nº 50266, no cargo de Operador De Maquinas 44 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art.1º Conceder **10 (dez)** dias de **férias** ao servidor **CLAUDIO ESTACHIO,** matrícula nº **50266**, no cargo de Operador De Maquinas 44 horas**,** referente ao período aquisitivo de 2025/2026, a contar de 20 de outubro de 2026.

Art. 2º Decorrido o prazo descrito no artigo 1º, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 30 de outubro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 15 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:551F622B

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12/2026 – SEMECE PROCESSO DE ORDEM DE SERVIÇO PARA O ANO LETIVO DE 2027

Súmula: Regulamenta o processo e os critérios de concessão de Ordem de Serviço para atribuição e distribuição de vagas remanescentes nas Escolas Municipais e nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs aos profissionais do Quadro Próprio do Magistério, professores em estágio probatório e professores contratados por Processo Seletivo Simplificado – PSS da Rede Municipal de Ensino de Pitanga, para o ano letivo de 2027.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE PITANGA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 885/1998,
RESOLVE:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Instrução Normativa estabelece normas, procedimentos, critérios e etapas para a concessão de Ordem de Serviço aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Pitanga, para o ano letivo de 2027, visando ao atendimento das vagas remanescentes após os processos oficiais de lotação e remoção, não se aplicando à escolha ou definição de turno.
Art. 2º A Ordem de Serviço destina-se aos profissionais do magistério que estiverem em efetivo exercício nas instituições de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Pitanga, observados os requisitos e critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa.
Art. 3º A Ordem de Serviço possui caráter temporário e destina-se ao atendimento das necessidades da Rede Municipal de Ensino durante o ano letivo de 2027.
Art. 4º O processo será coordenado, organizado e acompanhado pela Comissão Especial do Processo de Concurso de Lotação e Remoção, designada pela Portaria nº 628/2026.
Art. 5º Compete à Comissão Especial:
I – levantar e organizar as vagas remanescentes;
II – receber e conferir a documentação;
III – analisar e validar as inscrições;
IV – elaborar as classificações;
V – analisar recursos;
VI – expedir os encaminhamentos de Ordem de Serviço;
VII – resolver dúvidas e casos omissos, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO II – DAS ETAPAS E DA ORDEM DE PRIORIDADE

Art. 6º A atribuição das vagas remanescentes ocorrerá em 03 (três) etapas sucessivas, observada rigorosamente a seguinte ordem de prioridade:
I – 1ª ETAPA: profissionais integrantes do Quadro Próprio do Magistério **que já tenham concluído o estágio probatório;** que ocorrerá no dia **27/10/2026 (Terça-feira)** na Secretaria Municipal de Educação, **das 8:00 h às 12:00 – das 13:00 às 17:00 h.**
II – 2ª ETAPA: professores integrantes do Quadro Próprio do Magistério **que estejam em estágio probatório; que** ocorrerá no dia **28/10/2026 (quarta-feira)** na Secretaria Municipal de Educação, **das 8:00 h às 12:00 – das 13:00 às 17:00 h.**
III – 3ª ETAPA: professores contratados por Processo Seletivo Simplificado – **PSS vigente do ano de 2026,** para as vagas que permanecerem após as etapas anteriores que ocorrerá no dia **03/11/2026 (Terça-feira)** na Secretaria Municipal de Educação, **das 8:00 h às 12:00 – das 13:00 às 17:00 h.**
Art. 7º A participação em uma etapa não assegura a escolha de determinada instituição, ficando a escolha condicionada à classificação do candidato e à disponibilidade de vaga no momento da atribuição.

CAPÍTULO III – DA INSCRIÇÃO E DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 8º A inscrição será realizada exclusivamente de forma presencial, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, conforme data e horário definidos no cronograma desta Instrução Normativa.
Parágrafo único. Na impossibilidade de comparecimento presencial do candidato na data estabelecida para a inscrição e entrega da documentação, será admitida a representação por terceiro, mediante apresentação de procuração (simples) devidamente assinada pelo candidato, acompanhada dos documentos exigidos para a inscrição, observados os prazos e demais disposições desta Instrução Normativa.
Art. 9º Será estabelecido um dia específico para inscrição e entrega da documentação de cada etapa. O candidato deverá comparecer munido de toda a documentação exigida.
Art. 10. Não serão aceitas inscrições ou documentos enviados por e-mail, aplicativos de mensagens, correspondência ou qualquer outro meio não presencial.
Art. 11. Para efetivar a inscrição, o candidato deverá preencher a ficha própria e apresentar os documentos exigidos, acompanhados dos originais para conferência, quando solicitado pela Comissão.
Art. 12. A documentação deverá ser entregue no ato da inscrição da respectiva etapa. O candidato que não apresentar a documentação no período determinado não poderá participar do processo.
Art. 13. A ficha de inscrição e os documentos apresentados são de inteira responsabilidade do candidato, que responderá pela veracidade, correção e autenticidade das informações.
Art. 14. Cada candidato poderá indicar até 03 (três) instituições de ensino, em ordem de preferência, observada a existência de vaga e os critérios de classificação.
Art. 15. Ao realizar a inscrição, o candidato declara conhecer e concordar com todos os termos desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO IV – DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Art. 16. Para os profissionais das **1ª e 2ª etapas,** deverão ser apresentados **(cópias e originais)**:
I – documento de identificação;
II – certidão de tempo de serviço no Magistério Municipal de Pitanga, emitida pelo Departamento de Recursos Humanos;
III – holerite do mês de setembro;

IV – diplomas ou certificados de graduação e pós-graduação utilizados para pontuação;
V – ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada;
Art. 17. Para os profissionais da **3ª etapa,** serão exigidos os documentos **(cópias e originais):**
I – documento de identificação;
II– diplomas ou certificados de graduação e pós-graduação utilizados para pontuação;
III- holerite do mês de setembro;
IV- ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada;

CAPÍTULO V – DA CLASSIFICAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

Art. 18. A classificação dos profissionais das **1ª e 2ª etapas** observará a titulação e o tempo de serviço, mediante comprovação documental.

Critério	Pontuação	Limite
Pós-graduação na área da Educação	10 pontos por curso	Até 2 cursos – 20 pontos
Graduação	10 pontos por curso	Até 2 cursos – 20 pontos
Tempo de serviço em estágio probatório	0,1 ponto por mês	Até 36 meses – 3,6 pontos
Tempo de serviço efetivo	0,2 ponto por mês	Até 282 meses – 56,4 pontos
Total		100 pontos

Art. 19. Somente serão considerados, para fins de pontuação, documentos válidos e compatíveis com os critérios desta Instrução Normativa.
Art. 20. Para os candidatos da 3ª etapa – PSS, será observada exclusivamente a ordem de classificação final do Processo Seletivo Simplificado – PSS (vigente do ano de 2026), conforme as regras do respectivo processo.

CAPÍTULO VI – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Art. 21. Em caso de empate entre candidatos das 1ª e 2ª etapas, serão observados, sucessivamente:
I – maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal de Pitanga;
II – maior pontuação em titulação;
III – maior idade, considerando dia, mês e ano de nascimento.

CAPÍTULO VII – DA ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E ESCOLHA DAS VAGAS

Art. 22. Encerrado o período de inscrição de cada etapa, a Comissão realizará a conferência da documentação e elaborará a relação dos candidatos habilitados e sua respectiva classificação.
Art. 23. A definição das vagas será realizada após a análise da inscrição fornecida pelo candidato e as vagas existentes nas instituições indicadas, por ordem de prioridade.

CAPÍTULO VIII – DA ORDEM DE SERVIÇO E DA NÃO GARANTIA DE LOTAÇÃO

Art. 24. Finalizada a escolha em cada etapa, a Comissão expedirá o Encaminhamento de Ordem de Serviço, para que o profissional se apresente à direção da instituição de ensino de destino, conforme as orientações da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 25. A Ordem de Serviço possui caráter temporário e excepcional, sendo válida exclusivamente para o ano letivo de 2027.
Art. 26. A concessão de Ordem de Serviço NÃO assegura ao profissional direito à lotação definitiva na instituição de ensino para a qual foi concedida, nem gera direito adquirido à vaga.
§ 1º A permanência do profissional na instituição estará condicionada às necessidades da Rede Municipal de Ensino e à existência de vaga.
§ 2º Para os profissionais em estágio probatório, ao término do estágio, havendo vaga disponível na instituição em que estiverem atuando por Ordem de Serviço, poderá ser analisada a possibilidade de lotação definitiva, observados a legislação municipal, o Plano de Lotação, a existência de vaga e os critérios do processo de lotação vigente.
§ 3º A atuação por Ordem de Serviço em determinada instituição não assegura preferência, prioridade ou direito automático à futura lotação naquela unidade.
§ 4º Eventual lotação definitiva dependerá de procedimento próprio e não decorrerá automaticamente da concessão ou do período de permanência em Ordem de Serviço.
Art. 27. A Ordem de Serviço não altera, por si só, a lotação definitiva do profissional.

CAPÍTULO IX – DOS RECURSOS

Art. 28. Os recursos deverão indicar de forma objetiva o motivo da discordância e deverão ser encaminhados para o e-mail remocaolotacao@gmail.com, no prazo de 06 a 09 de novembro.
Art. 29. A decisão da Comissão será registrada e divulgada conforme os meios oficiais definidos para o processo.

CAPÍTULO X – DO CRONOGRAMA

Atividade	Data	Horário
Publicação da Instrução Normativa em Diário Oficial do Município	16/10/2026	
Entrega da documentação – 1ª Etapa – Quadro Próprio (professores QPM)	**27/10/2026**	**8h às 12h e 13h às 17h**
Entrega da documentação – 2ª Etapa – Professores em estágio probatório	**28/10/2026**	**8h às 12h e 13h às 17h**
Entrega da documentação – 3ª Etapa – Professores PSS	**03/11/2026**	**8h às 12h e 13h às 17h**
Publicação do resultado Provisório em Diário Oficial do Município	05/11/2026	—
Período para Recursos	06/11/2026 a 09/11/2026	—
Analise dos Recursos	10/11/2026	
Publicação do Resultado Final em Diario Oficial do Município	12/11/2026	—
Encaminhamento das Ordens de Serviço	16/11/2026 à 19/11/2026	

CAPÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Comissão Especial, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Art. 31. A Ordem de Serviço terá validade exclusiva para o ano letivo de 2027, não produzindo, por si só, alteração da lotação definitiva do profissional.
Art. 32. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 33. As dúvidas relativas a esta Instrução Normativa deverão ser dirigidas à Comissão Especial por meio do e-mail remocaolotacao@gmail.com.

Pitanga/PR, 16 de outubro de 2026

Secretário Municipal de Educação, Cultura E Esporte
Pitanga – Paraná

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:672F3225

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR N° 028/2026

Dispõe sobre o parcelamento e o remembramento do solo para fins urbanos e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pitangueiras, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° – Esta Lei disciplina o parcelamento do solo para fins urbanos no Município de Pitangueiras, compreendendo as modalidades de loteamento, desmembramento e remembramento, nos termos do art. 182 da Constituição Federal, da Lei nº 6.766/1979, da Lei nº 10.257/2001, da Lei nº 13.465/2017 e demais normas federais e estaduais aplicáveis, observadas as diretrizes do Plano Diretor Municipal e da legislação urbanística correlata.

Art. 2° – Considera-se parcelamento do solo urbano a subdivisão de gleba ou lote em duas ou mais parcelas autônomas destinadas à edificação, mediante loteamento ou desmembramento, nos termos da legislação federal aplicável.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 3° – Esta Lei aplica-se:
I. aos loteamentos, desmembramentos e remembramentos realizados para fins de edificação, comercialização ou aproveitamento imobiliário no perímetro urbano;
II. aos atos de divisão decorrentes de inventário, partilha, dissolução de condomínio ou decisão judicial ou extrajudicial, quando resultarem na configuração de parcelamento do solo urbano nos termos desta Lei e da legislação federal aplicável.

Art. 4° – Para fins desta Lei, adotam-se as seguintes definições:
I. ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas;
II. Área Non Aedificandi: área onde é vedada edificação, por imposição legal ou técnica;
III. Área Rural: parcela do território situada fora do perímetro urbano que envolve atividade de exploração extrativa agrícola, pecuária, silvícola ou agroindustrial;
IV. Área Urbana: parcela do território, contínua ou não, incluída no perímetro urbano por lei municipal específica, que não se enquadre na definição de área rural; destinada à moradia, ao comércio, a indústria, delimitado pelo perímetro urbano e nele incidindo o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;
V. Áreas Públicas: áreas destinadas ao uso comum do povo ou à implantação de equipamentos públicos, a serem incorporadas ao patrimônio municipal;
VI. Áreas Verdes: áreas destinadas à preservação ambiental, paisagismo ou lazer, conforme parâmetros urbanísticos definidos na legislação municipal;
VII. Arruamento: abertura de via ou logradouro público destinado à circulação de pedestres ou veículos;
VIII. CAU: Conselho de Arquitetura e Urbanismo;
IX. Condomínio de Chácaras: caracteriza-se pela subdivisão de gleba em lotes de grandes dimensões, destinados predominantemente a uso residencial, de lazer ou recreação, com implantação de sistema viário interno, infraestrutura mínima e áreas comuns, regida por convenção condominial, sendo vedada a subdivisão posterior dos lotes;
X. Condomínio de Lotes: modalidade prevista na legislação civil que consiste na subdivisão de gleba em lotes com áreas comuns e infraestrutura urbana, regida por convenção condominial, sendo vedada a subdivisão posterior dos lotes;
XI. Condomínio Edilício: caracteriza-se pela implantação de edificações horizontais ou verticais em lote único ou conjunto de lotes, com unidades autônomas e áreas comuns de uso exclusivo dos condôminos, regida por convenção condominial, nos termos da legislação civil vigente;
XII. CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;
XIII. Desmembramento: subdivisão de gleba ou lote sem abertura de novas vias públicas, destinados à edificação, salvo exceções constantes desta lei;
XIV. Diretriz Viária: traçado, faixa ou corredor territorial previsto em mapa oficial do Município destinado à implantação, prolongamento ou adequação futura de vias públicas, conforme hierarquia definida na Lei do Sistema Viário;
XV. Equipamentos Comunitários: edificações e instalações públicas destinadas à educação, saúde, cultura, esporte, lazer e assistência social;
XVI. Faixa de Domínio: área vinculada à infraestrutura viária ou ferroviária, destinadas a garantir o uso, a segurança e a proteção do meio ambiente, definita na licença urbanística, nos termos da legislação específica;
XVII. Gleba: área de terra ainda não submetida a parcelamento do solo para fins urbanos;
XVIII. Lote: unidade autônoma resultante de parcelamento do solo;
XIX. Perímetro Urbano: linha delimitadora da área urbana definida por lei municipal específica;
XX. Plano de Loteamento: conjunto de documentos técnicos que formalizam o projeto de parcelamento;
XXI. Quadra: conjunto de lotes delimitado por vias públicas;
XXII. Referência de Nível: cota altimétrica oficialmente adotada pelo Município;
XXIII. Remembramento: unificação de dois ou mais lotes em uma única unidade imobiliária, com aproveitamento do sistema viário existente;
XXIV. Zona de Expansão Urbana: área delimitada em lei municipal destinada à futura urbanização, conforme diretrizes do Plano Diretor;
XXV. Zona de Urbanização Específica: área delimitada em lei destinada a uso urbano com parâmetros próprios descritos para cada Macrozona ou Zona Urbana.

§ 1° – Não será admitido desmembramento sucessivo que resulte, na prática, em parcelamento do solo equivalente a loteamento sem a observância das exigências urbanísticas aplicáveis a essa modalidade.

§ 2° – Quando verificada a ocorrência da situação prevista no caput, o Município poderá exigir a observância das normas aplicáveis ao loteamento.

TÍTULO II
DO PARCELAMENTO DO SOLO

CAPÍTULO I
DO PERÍMETRO URBANO

Art. 5° – O parcelamento do solo para fins urbanos somente será admitido em imóveis situados no interior do perímetro urbano definido em lei municipal, devendo observar as diretrizes do Plano Diretor, da Lei de Uso e Ocupação do Solo, da Lei do Sistema Viário e das demais normas urbanísticas aplicáveis.

§ 1° – O parcelamento deverá respeitar os parâmetros urbanísticos da zona em que se insere o imóvel, especialmente quanto ao uso do solo, dimensionamento de lotes, traçado viário e destinação de áreas públicas.

§ 2° – A aprovação do parcelamento dependerá da compatibilidade do projeto com as diretrizes viárias, ambientais e urbanísticas estabelecidas na legislação municipal vigente.

Art. 6° – O uso, o aproveitamento e os parâmetros urbanísticos dos lotes, incluindo área mínima, testada, coeficientes e demais índices aplicáveis, serão definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, cujas disposições deverão ser observadas em todo parcelamento, desmembramento ou remembramento do solo.

Art. 7° – O parcelamento do solo em áreas classificadas como Zona de Expansão Urbana somente será admitido quando atendidas as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor, na Lei de Uso e Ocupação do Solo e nesta Lei, observadas as condições de integração ao sistema viário existente e à infraestrutura urbana básica.

§ 1° – A aprovação de parcelamentos em Zona de Expansão Urbana deverá demonstrar a viabilidade de atendimento por infraestrutura urbana, especialmente quanto a:
I. acesso viário adequado à malha urbana existente;
II. abastecimento de água potável;
III. drenagem de águas pluviais;
IV. fornecimento de energia elétrica;
V. coleta e destinação de resíduos sólidos.

§ 2° – O Município poderá condicionar a aprovação do parcelamento à execução, pelo empreendedor, das obras necessárias à integração do empreendimento à infraestrutura urbana existente.

§ 3° – O parcelamento em Zona de Expansão Urbana deverá observar a continuidade do traçado viário previsto na Lei do Sistema Viário e as diretrizes territoriais definidas pelo Plano Diretor.

§ 4° – Os projetos de parcelamento situados em Zona de Expansão Urbana deverão ser submetidos à análise técnica do órgão municipal competente e ao parecer do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE, previamente à decisão do Poder Executivo.

CAPÍTULO II
DAS VEDAÇÕES AO PARCELAMENTO

Art. 8° – É vedado o parcelamento do solo:
I. em terrenos alagadiços, sujeitos a inundações periódicas ou que apresentem risco de inundação, antes da adoção das medidas de drenagem e saneamento necessárias;
II. em áreas de nascentes, cursos d'água e demais Áreas de Preservação Permanente – APP, nos termos da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), e da legislação ambiental aplicável;
III. em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem a prévia execução de obras de saneamento e recuperação ambiental;
IV. em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo mediante comprovação de viabilidade técnica por estudos geotécnicos, análise do órgão municipal competente e parecer do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE;
V. em terrenos cujas condições geológicas ou geotécnicas não recomendem a edificação ou o parcelamento, podendo o Poder Executivo exigir laudos técnicos, sondagens e estudos específicos;
VI. em áreas onde a poluição ou degradação ambiental impeça condições adequadas de salubridade, segurança ou habitabilidade, até que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
VII. em áreas destinadas à preservação ambiental ou proteção de recursos naturais previstas no Plano Diretor, na legislação ambiental ou em ato normativo específico;
VIII. em faixa de 15m (quinze metros) para cada lado das faixas de domínio ou segurança de redes de alta tensão, ferrovias, rodovias e dutos, salvo maiores exigências dos órgãos municipais, estaduais e federais competentes;
IX. em áreas destinadas à implantação de obras públicas de controle de erosão, drenagem ou outras intervenções necessárias à estabilidade do solo e à proteção ambiental.

CAPÍTULO III
DAS MODALIDADES DE PARCELAMENTO

Art. 9° – O parcelamento do solo urbano poderá ocorrer nas seguintes modalidades:
I. loteamento;
II. desmembramento;
III. condomínio de lotes;
IV. remembramento.

§ 1° – O loteamento e o desmembramento constituem modalidades de parcelamento do solo disciplinadas pela legislação federal e por esta Lei.

§ 2° – O condomínio de lotes será admitido nos termos da legislação civil e da Lei Federal nº 13.465/2017, observadas as disposições desta Lei e da legislação urbanística municipal.

§ 3° – O remembramento consiste na unificação de dois ou mais lotes ou glebas em uma única unidade imobiliária, mediante aprovação do Município e posterior registro no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 4° – Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação que implique abertura de novas vias ou logradouros públicos, ou o prolongamento, modificação ou ampliação dos existentes.

§ 5° – Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba ou lote em parcelas destinadas à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente e da infraestrutura pública disponível, desde que não haja abertura de novas vias ou logradouros públicos, nem modificação ou ampliação dos já existentes.

§ 6° – O parcelamento do solo poderá ser implantado sob a forma de loteamento com controle de acesso ou sob a modalidade de condomínio de lotes, nos termos da legislação civil e federal vigente, observadas as diretrizes do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo, vedada a instituição de regime que implique privatização de bens públicos ou restrição ao uso comum do povo em desconformidade com a legislação aplicável.

Art. 10 – Considera-se parcelamento do solo urbano toda forma de divisão ou reorganização de glebas ou lotes destinada à formação de unidades imobiliárias autônomas, observadas as diretrizes do Plano Diretor, da Lei de Uso e Ocupação do Solo e da legislação urbanística municipal.

Parágrafo Único: O parcelamento do solo deverá assegurar a adequada integração do empreendimento ao sistema viário, à infraestrutura urbana e ao planejamento territorial do Município.

CAPÍTULO IV
DO LOTEAMENTO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 11 – Considera-se loteamento o parcelamento do solo realizado mediante a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação que implique abertura de novas vias ou logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação dos existentes

Art. 12 – O loteamento deverá observar, cumulativamente:
I. compatibilidade com as diretrizes do Plano Diretor e com as disposições da Lei de Uso e Ocupação do Solo;
II. integração ao sistema viário municipal, respeitando as diretrizes viárias estabelecidas na legislação específica;
III. atendimento às exigências de infraestrutura urbana mínima previstas nesta Lei e nas normas técnicas municipais;
IV. destinação de áreas públicas para sistema viário, uso institucional, áreas verdes e espaços livres de uso público, nos percentuais estabelecidos nesta Lei;
V. observância da legislação ambiental federal, estadual e municipal aplicável.

Parágrafo Único: A aprovação de loteamentos dependerá da verificação da conformidade do projeto com a legislação urbanística, ambiental e técnica aplicável, bem como com os instrumentos de planejamento territorial do Município, mediante análise técnica do órgão municipal competente e parecer do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE.

Seção II
Das Modalidades de Loteamento

Art. 13 – Os loteamentos urbanos classificam-se, quanto à sua destinação predominante, nas seguintes modalidades:
I. loteamento residencial;
II. loteamento industrial;
III. loteamento de chácaras;
IV. loteamento de interesse social.

§ 1° – As modalidades previstas neste artigo deverão observar os parâmetros urbanísticos definidos no Plano Diretor, na Lei de Uso e Ocupação do Solo e nesta Lei.

§ 2° – As dimensões mínimas dos lotes, incluindo área e testada, serão aquelas estabelecidas no Anexo II da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município.

Art. 14 – Em todo loteamento deverão ser destinadas ao sistema viário, áreas institucionais, áreas verdes e espaços livres de uso público, observados os percentuais estabelecidos nesta Lei e na legislação urbanística municipal.

Parágrafo Único: As áreas públicas referidas no *caput* deverão ser integradas ao sistema viário e ao planejamento urbano do Município, observadas as diretrizes do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 15 – O loteamento residencial refere-se de uma modalidade formal de parcelamento de solo urbano, realizado em lotes de acesso livre. Caracteriza-se pela abertura ou prolongamento do sistema viário conforme estabelecido na legislação pertinente. Os lotes são predominantemente destinados ao uso residencial, com a obrigação de

destinar áreas institucionais, áreas verdes e áreas de equipamentos públicos.

Art. 16 – O loteamento industrial refere-se a uma modalidade legal de parcelamento de solo urbano em lotes de acesso livre. É caracterizada pela abertura ou prolongamento do sistema viário e pela implementação da infraestrutura conforme determinado pela legislação vigente. A finalidade principal desses lotes é abrigar atividades industriais, exigindo-se também a destinação de áreas institucionais, áreas verdes e áreas de equipamentos públicos.

Parágrafo Único: Eventual subdivisão posterior de lotes industriais dependerá de aprovação do Poder Executivo Municipal, precedida de análise e parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Cidade, devendo respeitar os parâmetros urbanísticos da zona em que se situam e compatibilidade com a infraestrutura urbana existente.

Art. 17 – O loteamento de chácaras configura-se uma modalidade oficial de parcelamento de solo urbano em lotes de acesso livre. Consiste na abertura ou prolongamento do sistema viário e na instalação da infraestrutura de acordo com as disposições legais aplicáveis. Esses lotes são predominantemente destinados a fins de lazer e recreação, sendo obrigatória a destinação de áreas institucionais, áreas verdes e áreas de equipamentos públicos não sendo permitido subdivisões nesta modalidade.

Parágrafo Único: Não será admitida a subdivisão posterior dos lotes resultantes desta modalidade de loteamento.

Art. 18 – O loteamento de interesse social caracteriza-se pela abertura ou prolongamento do sistema viário conforme estabelecido na legislação pertinente, com a obrigação de destinar áreas institucionais, áreas verdes e áreas de equipamentos públicos. Reserva-se a Zonas Especiais de Interesse Social para fins de implantação de empreendimentos habitacionais de interesse social com apoio de programas governamentais ou a áreas de interesse público de urbanização emergente.

Parágrafo Único: Nos loteamentos de interesse social deverão ser destinadas áreas públicas institucionais, áreas verdes e espaços livres de uso público, observados os parâmetros urbanísticos definidos na legislação municipal.

Seção III
Da Infraestrutura Urbana

Art. 19 – A infraestrutura mínima dos loteamentos deverá observar, no mínimo, os seguintes requisitos:
I. o arruamento e as quadras deverão observar as dimensões mínimas e as projeções estabelecidas nas diretrizes viárias previstas na Lei do Sistema Viário Municipal;
II. a pavimentação das vias deverá ser executada em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, observando, no mínimo:
a) subleito compactado com espessura mínima de 20 cm (vinte centímetros);
b) base de brita graduada com espessura mínima de 15 cm (quinze centímetros);
c) revestimento asfáltico com espessura mínima de 4 cm (quatro centímetros);
III. sistema de drenagem pluvial com tubulações de no mínimo 60 cm (sessenta centímetros) de bitola;
IV. sarjetas com largura mínima de 30 cm (trinta centímetros) e declividade transversal mínima de 5% (cinco por cento);
V. iluminação pública, em LED, com luminárias certificadas pelo INMETRO;
VI. rede de abastecimento de água conforme projeto aprovado pela concessionária responsável;
VII. arborização urbana executada conforme o Plano de Arborização Urbana Municipal e o projeto de arborização aprovado para o empreendimento;
VIII. faixa de proteção do pavimento com largura mínima de 40 cm (quarenta centímetros) de pavimentação em concreto sob o passeio público, a partir do meio-fio em direção ao alinhamento predial;
IX. implantação de rede seca de esgotamento sanitário quando houver inviabilidade técnica de ligação à rede pública, mediante anuência do órgão competente;
X. sinalização horizontal e vertical executada conforme projeto aprovado pelo Município;
XI. identificação dos logradouros mediante instalação de postes e placas indicativas nas esquinas;
XII. implantação de marcos de referência topográfica;
XIII. placas de identificação das quadras e lotes;
XIV. cercamento das áreas de preservação permanente, nascentes ou áreas de reserva legal, com alambrados metálicos de ao menos 2m (dois metros) de altura.

§ 1° – Os projetos e estudos técnicos necessários à implantação da infraestrutura deverão ser apresentados pelo empreendedor no processo de aprovação do loteamento, acompanhados de laudo técnico emitido por profissional habilitado e da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

§ 2° – As áreas de preservação permanente deverão observar a distância mínima de 30m (trinta metros) ao longo de córregos e ribeirões além de 50m (cinquenta metros) ao longo de rios e nascentes

§ 3° – O empreendedor responderá pela manutenção e garantia das obras de infraestrutura implantadas pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos após o recebimento do loteamento pelo Município.

Seção IV
Das Áreas Públicas

Art. 20 – Nos loteamentos deverão ser destinadas áreas públicas ao Município para implantação de equipamentos comunitários, áreas verdes e espaços livres de uso público, observado o percentual mínimo de 10% (dez por cento) da área total da gleba objeto do loteamento.

§ 1° – A distribuição das áreas públicas entre equipamentos comunitários, áreas verdes e espaços livres de uso público deverá, preferencialmente, observar os seguintes percentuais de referência:
I. 6% (seis por cento) para equipamentos comunitários;
II. 2% (dois por cento) para espaços livres de uso público;
III. 2% (dois por cento) para áreas verdes.

§ 2° – A distribuição dos percentuais previstos no §1º poderá ser ajustada no projeto urbanístico, mediante justificativa técnica fundamentada, desde que:
I. seja mantido o percentual mínimo total de áreas públicas previsto no caput;
II. seja assegurada a adequada distribuição espacial e funcional das áreas públicas;
III. seja demonstrado o atendimento ao interesse público e à qualidade urbanística do empreendimento.

§ 3° – A localização das áreas públicas será definida no projeto urbanístico do loteamento e deverá ser aprovada pelo Município, observadas as diretrizes do planejamento urbano.

§ 4° – As áreas verdes e os espaços livres de uso público não poderão ser utilizados para implantação de infraestrutura urbana como poços, reservatórios, bacias de drenagem ou instalações similares, salvo quando tecnicamente justificados e compatíveis com sua função.

§ 5° – As áreas de preservação permanente não poderão ser computadas para fins de atendimento aos percentuais de áreas verdes previstos neste artigo.

Seção V
Da Integração Urbanística do Empreendimento

Art. 21 – Quando o loteamento ou condomínio não estiver diretamente conectado ao sistema viário urbano existente, o empreendedor deverá executar as obras necessárias à ligação do empreendimento à malha viária do Município, incorporando o respectivo trecho de ligação ao projeto urbanístico do loteamento.

§ 1° – As obras de infraestrutura viária mencionadas no caput deverão ser executadas pelo empreendedor e concluídas antes do recebimento do loteamento pelo Município, de modo a garantir a trafegabilidade e a adequada integração do empreendimento ao sistema viário urbano.

§ 2° – A pavimentação e as demais infraestruturas viárias do trecho de ligação deverão atender aos mesmos padrões técnicos e especificações exigidos para as vias internas do loteamento, conforme as disposições desta Lei.

Seção IV
Do Procedimento de Aprovação do Loteamento

Art. 22 – A implantação de loteamento dependerá de prévia aprovação do projeto urbanístico pelo Município, observadas as disposições desta Lei, do Plano Diretor, da Lei de Uso e Ocupação do Solo e da legislação urbanística aplicável.

§ 1° – A aprovação do loteamento será precedida de análise técnica do órgão municipal competente e de parecer do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE.

§ 2° – O projeto de loteamento deverá demonstrar a viabilidade urbanística, ambiental e de infraestrutura do empreendimento, bem como sua integração com a malha urbana existente.

§ 3° – O projeto aprovado deverá ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis competente, nos termos da legislação federal aplicável.

§ 4° – Qualquer alteração relevante no projeto urbanístico aprovado dependerá de nova análise técnica do órgão municipal competente e de parecer do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE.

Art. 23 – O processo administrativo de aprovação de loteamentos observará as seguintes fases:
I. 1ª Fase: estudo prévio e expedição de diretrizes urbanísticas;
II. 2ª Fase: aprovação do projeto geométrico e verificação da conformidade fundiária;
III. 3ª Fase: aprovação dos projetos complementares e das licenças ambientais;
IV. 4ª Fase: expedição da licença de instalação e formalização da garantia das obras;
V. 5ª Fase: da execução das obras e do recebimento.

Subseção I
1ª Fase
Do Estudo Prévio e Expedição de Diretrizes Urbanísticas

Art. 24 – O interessado na implantação de loteamento deverá protocolar requerimento junto à Administração Municipal solicitando a expedição de diretrizes urbanísticas, instruído com matrícula atualizada do imóvel e croqui contendo, no mínimo, a disposição preliminar das quadras e do sistema viário proposto.

§ 1° – O Município analisará a viabilidade urbanística do parcelamento e expedirá, no prazo de até 30 dias, salvo justificativa técnica, Certidão de Diretrizes Urbanísticas, que estabelecerá:
I. a possibilidade de parcelamento do imóvel, total ou parcial;
II. as diretrizes de uso e ocupação do solo aplicáveis ao empreendimento;
III. as vias de circulação existentes ou previstas que deverão ser respeitadas pelo loteamento;
IV. as áreas públicas a serem destinadas ao Município;
V. os coletores principais de drenagem pluvial e esgotamento sanitário existentes ou previstos;
VI. as áreas não edificáveis (non aedificandi), quando houver;
VII. o traçado e as dimensões do sistema viário principal do loteamento;
VIII. as áreas de preservação ambiental, faixas de domínio e demais restrições urbanísticas e ambientais previstas na legislação aplicável;
IX. as obras de infraestrutura que deverão ser executadas pelo empreendedor.
X. as condições de integração do empreendimento com a infraestrutura urbana existente.

§ 2° – A Certidão de Diretrizes Urbanísticas terá validade de até 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser renovada uma única vez por igual período mediante solicitação fundamentada.

§ 3° – A emissão das diretrizes urbanísticas não implica aprovação do loteamento, constituindo apenas manifestação preliminar do Município quanto à viabilidade urbanística da área.

Subseção II
2ª Fase
Da Aprovação do Projeto Geométrico e Verificação da Conformidade Fundiária

Art. 25 – O empreendedor deverá protocolar requerimento junto à Administração Municipal instruído com os seguintes documentos:
I. Certidão de Diretrizes Urbanísticas válida;
II. projeto geométrico elaborado em conformidade com as diretrizes urbanísticas expedidas, em formato digital compatível com o sistema municipal de geoprocessamento, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
III. planta cadastral planialtimétrica do imóvel acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo ao menos:
a) divisas do imóvel perfeitamente definidas e traçadas;
b) localização dos cursos d'água, lagoas, represas, áreas sujeitas a inundações, vegetação relevante, pedreiras, linhas de transmissão de energia elétrica, dutos e construções existentes;
c) curvas de nível de metro em metro;
d) orientação magnética e verdadeira do Norte, com indicação do mês e ano do levantamento topográfico;
e) referência de nível;
f) arruamento contíguo a todo o perímetro, com a localização das vias de comunicação, áreas livres e equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências;
g) pontos onde foram realizados os testes de percolação do solo, quando aplicável;
h) coordenadas georreferenciadas dos vértices do imóvel, quando exigido pela legislação aplicável.
IV. laudo de sondagem e, quando necessário, teste de percolação do solo;
V. matrícula atualizada do imóvel.

§ 1° – As peças técnicas e o projeto geométrico serão submetidos à análise técnica do Grupo Técnico de Acompanhamento Permanente do Plano Diretor, no prazo de até 60 (sessenta) dias.

§ 2° – Caso sejam necessárias correções ou a apresentação de documentos complementares, o empreendedor será notificado para atendimento no prazo de até 90 (noventa) dias, sob pena de arquivamento do processo administrativo.

§ 3° – Após a aprovação do projeto geométrico, será expedida Certidão de Aprovação do Projeto Geométrico, permitindo o prosseguimento do processo administrativo para a fase subsequente.

Subseção III
3ª Fase
Da Aprovação dos Projetos Complementares e das Licenças Ambientais

Art. 26 – Na fase de aprovação dos projetos complementares, o empreendedor deverá apresentar os seguintes documentos e projetos técnicos:
I. Certidão de Aprovação do Projeto Geométrico;
II. Licença Ambiental Prévia expedida pelo órgão ambiental competente;
III. projeto de drenagem urbana e galerias pluviais, com indicação do local de lançamento, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
IV. projeto de pavimentação das vias acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;

V. projeto de arborização urbana do empreendimento acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
VI. carta de viabilidade de fornecimento de água emitida pelo órgão ou concessionária responsável, acompanhada do projeto de abastecimento de água potável e da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
VII. carta de viabilidade de implantação de rede de esgotamento sanitário emitida pelo órgão ou concessionária responsável, acompanhada do projeto de coleta e tratamento de esgoto sanitário e da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, observado que:
a) na hipótese de inexistência de viabilidade técnica para implantação imediata da rede de esgoto, deverá ser apresentada anuência do órgão responsável para implantação de rede seca de esgotamento sanitário;
VIII. carta de viabilidade de implantação de rede elétrica e de iluminação pública emitida pelo órgão ou concessionária responsável, acompanhada do respectivo projeto elétrico e da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
IX. especificação técnica das luminárias de iluminação pública a serem utilizadas no empreendimento, com certificação do INMETRO e atendimento às normas técnicas vigentes;
X. cronograma físico-financeiro das obras de infraestrutura do loteamento, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

§ 1° – Para garantia da execução das obras de infraestrutura exigidas para o parcelamento do solo, o empreendedor deverá prestar garantia equivalente ao valor total estimado das obras, podendo esta ser constituída por uma das seguintes modalidades, observada, preferencialmente, a ordem de prioridade abaixo, admitida a adoção de modalidade diversa mediante justificativa técnica aprovada pela Administração Municipal:
I. caução de bens imóveis livres e desembaraçados, preferencialmente não integrantes do parcelamento;
II. depósito em dinheiro ou aplicação financeira vinculada ao Município;
III. fiança bancária;
IV. seguro-garantia de execução de obras;
V. outras modalidades de garantia admitidas em direito e previamente aceitas pela Administração Municipal;
VI. em caráter excepcional e subsidiário, caução de lotes integrantes do próprio loteamento, desde que:
a) estejam devidamente individualizados e registrados;
b) não correspondam a áreas públicas, institucionais, áreas verdes ou espaços livres de uso público;
c) estejam localizados em áreas com maior grau de consolidação urbana ou proximidade com infraestrutura existente, que favoreçam sua liquidez em caso de execução da garantia;
d) sejam avaliados previamente pelo Município com base em critérios técnicos e valor de mercado;
e) não representem risco à efetiva execução das obras de infraestrutura.

§ 2° – A adoção da modalidade prevista no inciso VI dependerá da comprovação da insuficiência ou inviabilidade das demais modalidades de garantia, mediante justificativa técnica do interessado e aprovação do órgão municipal competente.

§ 3° – O valor da garantia será atualizado periodicamente conforme índice oficial adotado pelo Município.

§ 4° – A liberação da garantia ocorrerá de forma proporcional à execução das obras, mediante vistoria e laudo técnico emitido pelo órgão municipal competente.

§ 5° – As peças técnicas apresentadas nesta fase serão submetidas à análise técnica do Grupo Técnico de Acompanhamento Permanente do Plano Diretor ou do órgão municipal equivalente responsável pelo planejamento urbano.

§ 6° – Caso sejam necessárias correções ou a apresentação de documentos adicionais, o empreendedor será notificado para atendimento no prazo de até 90 (noventa) dias, sob pena de arquivamento do processo administrativo.

§ 7° – O Grupo Técnico analisará o cronograma físico-financeiro das obras e emitirá parecer técnico para fins de formalização e eventual averbação da garantia junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente.

§ 8° – Após a análise e aprovação dos projetos complementares e da documentação apresentada, o Município expedirá a Certidão de Aprovação de Projetos Complementares, permitindo o prosseguimento do processo administrativo para a fase subsequente de implantação do loteamento.

Subseção IV
4ª Fase
Da Expedição da Licença de Instalação e Formalização da Garantia das Obras

Art. 27 – Concluídas as fases anteriores, o empreendedor deverá apresentar os seguintes documentos:
I. Certidão de Aprovação de Projetos Complementares;
II. Licença de Instalação expedida pelo órgão ambiental competente;
III. instrumento de garantia das obras de infraestrutura do loteamento, na forma prevista nesta Lei;
IV. comprovação da publicação da Licença de Instalação no Diário Oficial do Estado ou meio oficial equivalente.

§ 1° – Verificada a regularidade da documentação e da garantia das obras, o processo será submetido ao Conselho Municipal de Desenvolvimento, que emitirá parecer urbanístico de caráter consultivo sobre a implantação do loteamento, devendo sua manifestação ser considerada na decisão administrativa, sendo obrigatória a devida fundamentação nos casos de eventual divergência.

§ 2° – Após a manifestação do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE, o Chefe do Poder Executivo poderá expedir, no prazo de até 20 dias, salvo justificativa técnica, Decreto de Aprovação do Loteamento, autorizando a implantação do empreendimento e o início da execução das obras de infraestrutura.

Subseção V
5ª Fase
Da Execução das Obras e do Recebimento

Art. 28 – Após a expedição do Decreto de Aprovação do Loteamento, que autoriza a implantação do empreendimento, o empreendedor deverá executar as obras de infraestrutura previstas no projeto aprovado, sob acompanhamento do Município, até o recebimento definitivo do empreendimento.
I. a Municipalidade fará vistorias e medições bimestrais, podendo esta, a qualquer tempo, solicitar, mediante Decreto, paralização das obras para fins de ajustamento e correto cumprimento das execuções, mediante os projetos aprovados;
II. as obras de infraestrutura deverão ser concluídas no prazo máximo de 2 (dois) anos, contado da data do Decreto de Aprovação do Loteamento, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período mediante solicitação fundamentada do empreendedor.

§ 1° – Concluídas as obras de infraestrutura, o empreendedor deverá requerer vistoria final junto ao órgão municipal competente.
I. a vistoria final deverá ser realizada no prazo de até 30 (trinta) dias após o protocolo do requerimento;
II. o pedido deverá ser acompanhado de laudos técnicos de execução das obras de infraestrutura, emitidos por profissional habilitado e acompanhados das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, observado, entre eles:
a) laudo de pavimentação asfáltica, elaborado em até 45 (quarenta e cinco) dias antes do protocolo do pedido de vistoria final, devendo atestar as espessuras das camadas do pavimento, o grau de compactação, a regularidade superficial e a resistência estrutural do pavimento executado.

§ 2° – O Município não receberá o loteamento caso as obras executadas estejam em desacordo com os projetos aprovados ou com as normas técnicas aplicáveis.

§ 3° – Constatada a necessidade de correções ou intervenções, o empreendedor será notificado para realizá-las no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

§ 4° – Após a vistoria final e constatada a regularidade das obras, o órgão municipal competente elaborará relatório técnico conclusivo e o encaminhará ao Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE para apreciação em até 30 (trinta) dias, com registro em ata.

§ 5° – Havendo manifestação favorável do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE, o Chefe do Poder Executivo expedirá Decreto de Recebimento do Loteamento, declarando a conclusão das obras de infraestrutura e autorizando a liberação da garantia prestada, sem prejuízo da responsabilidade do empreendedor pela manutenção das obras pelo prazo de 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO III
DO DESMEMBRAMENTO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 29 – Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba ou lote em parcelas destinadas à edificação, aproveitando o sistema viário existente, sem abertura de novas vias ou logradouros públicos.

§ 1° – O desmembramento somente será admitido quando os lotes resultantes possuírem acesso direto a via pública existente e atenderem aos parâmetros urbanísticos definidos na legislação municipal.

§ 2° – O desmembramento deverá observar as diretrizes do Plano Diretor, da Lei de Uso e Ocupação do Solo, da Lei do Sistema Viário Municipal e das demais normas urbanísticas aplicáveis.

Art. 30 – Os desmembramentos de imóveis urbanos serão permitidos desde que atendam, cumulativamente, aos seguintes critérios:
I. as dimensões mínimas de área e testada dos lotes resultantes deverão atender aos parâmetros estabelecidos para a zona correspondente na Lei de Uso e Ocupação do Solo;
II. o imóvel a ser desmembrado deverá contar com infraestrutura mínima de abastecimento de água potável e fornecimento de energia elétrica;
III. o desmembramento deverá respeitar o sistema viário existente, não podendo criar situações que comprometam a acessibilidade, a mobilidade urbana ou a integração com a malha viária municipal.

§ 1° – Quando o imóvel estiver atingido por diretriz de prolongamento do sistema viário prevista no planejamento urbano municipal, o projeto deverá reservar a área necessária à futura implantação da via pública, observadas as dimensões estabelecidas na Lei do Sistema Viário Municipal.

§ 2° – A solicitação de desmembramento poderá ser indeferida pelo Município mediante decisão fundamentada, especialmente quando for constatado:
I. incompatibilidade com as diretrizes urbanísticas da área;
II. risco de prejuízo ao ordenamento territorial ou à integração do sistema viário;
III. ausência de infraestrutura mínima exigida.

§ 3° – Não será admitida a utilização do regime de condomínio de lotes com a finalidade de promover, de forma indireta, a subdivisão de gleba ou lote em desacordo com as regras de desmembramento previstas nesta Lei.

§ 4° – Caracterizar-se-á como desmembramento irregular, ainda que sob a forma de condomínio de lotes, o empreendimento que:
I. resultar na criação de unidades autônomas com características equivalentes a lotes urbanos independentes;
II. não apresentar estrutura condominial efetiva, com áreas comuns reais e funcionalmente integradas;
III. for utilizado como forma de fracionamento sucessivo do solo urbano, sem atendimento aos parâmetros urbanísticos mínimos.

Seção II
Da Aprovação do Projeto de Desmembramento

Art. 31 – Para aprovação do desmembramento, o proprietário do imóvel deverá protocolar requerimento junto ao Município instruído com os seguintes documentos:
I. certidão atualizada da matrícula do imóvel expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente;
II. certidão negativa de débitos municipais referentes ao imóvel;
III. projeto de desmembramento apresentado em meio físico e digital, na escala definida pelo órgão municipal competente, assinado pelo proprietário e pelo profissional responsável, contendo no mínimo:
a) divisas do imóvel perfeitamente definidas e traçadas;
b) localização de cursos d'água, lagoas, áreas sujeitas a inundação, vegetação relevante e construções existentes;
c) orientação do norte verdadeiro e magnético, com indicação da data do levantamento topográfico;
d) situação do imóvel e o arruamento existente no seu entorno;
e) planta da situação anterior e posterior ao desmembramento, com identificação dos lotes resultantes, dimensões lineares e angulares e demais elementos necessários à análise técnica;
f) quadro estatístico de áreas;
g) indicação do uso predominante da área;
h) outras informações que venham a ser exigidas pelo órgão municipal competente para adequada análise do projeto.
IV. Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica – ART ou RRT, conforme o caso;
V. memorial descritivo dos lotes resultantes.

Parágrafo Único: Os projetos, memoriais descritivos, cálculos e especificações técnicas deverão observar as normas da ABNT e as exigências dos órgãos competentes, devendo estar assinados pelo proprietário e pelo responsável técnico.

Seção III
Das Condições Urbanísticas do Desmembramento

Art. 32 – Nos casos de desmembramento de imóveis confrontantes com vias públicas pavimentadas, será admitida a subdivisão da matrícula em lotes desde que:
I. não haja abertura de novas vias de circulação interna;
II. sejam observados os parâmetros urbanísticos mínimos definidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo;
III. seja respeitado o dimensionamento máximo de quadra estabelecido na legislação urbanística municipal.

§ 1° – Quando o projeto atingir o limite máximo de quadra estabelecido na legislação municipal, deverá ser reservada área destinada à futura abertura de via pública, em alinhamento e dimensões compatíveis com a Lei do Sistema Viário Municipal.

§ 2° – A aprovação do desmembramento poderá ficar condicionada à reserva da área necessária à futura implantação da via pública, com averbação da respectiva destinação na matrícula do imóvel.

§ 3° – A área reservada para diretriz viária:
I. não poderá ser alienada, transferida ou utilizada para finalidade diversa da prevista;
II. não poderá receber edificações, benfeitorias permanentes ou usos incompatíveis com a futura implantação da via pública;
III. deverá ter sua destinação registrada na matrícula do imóvel.

§ 4° – Quando a área reservada for destacada como lote ou faixa autônoma, poderá ser exigida sua doação ao Município, livre e desembaraçada de ônus.

CAPÍTULO IV
DO REMEMBRAMENTO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 33 – Considera-se remembramento a unificação de dois ou mais lotes ou glebas contíguas em uma única unidade imobiliária, mediante

aprovação do Município e posterior registro no Cartório de Registro de Imóveis competente.

§ 1° – O remembramento deverá respeitar as diretrizes do Plano Diretor, da Lei de Uso e Ocupação do Solo, da Lei do Sistema Viário Municipal e das demais normas urbanísticas aplicáveis.

§ 2° – O lote resultante do remembramento deverá possuir acesso regular à via pública e atender às condições urbanísticas da zona em que se localiza.

Seção II
Da Aprovação do Projeto de Remembramento

Art. 34 – Para aprovação do remembramento, o proprietário deverá protocolar requerimento junto ao Município instruído com os seguintes documentos:
I. certidões atualizadas das matrículas dos imóveis expedidas pelo Cartório de Registro de Imóveis competente;
II. certidão negativa de débitos municipais referentes aos imóveis envolvidos;
III. projeto de remembramento apresentado em meio físico e digital, na escala definida pelo órgão municipal competente, assinado pelo proprietário e pelo profissional responsável, contendo no mínimo:
a) divisas dos imóveis perfeitamente definidas e traçadas;
b) localização de cursos d'água, lagoas, áreas sujeitas a inundação, vegetação relevante e construções existentes;
c) orientação do norte verdadeiro e magnético, com indicação da data do levantamento topográfico;
d) indicação do sistema viário existente no entorno;
e) planta da situação anterior e posterior ao remembramento, com identificação dos imóveis envolvidos e do lote resultante, contendo dimensões lineares, angulares e demais elementos necessários à análise técnica;
f) quadro estatístico de áreas;
g) outras informações que venham a ser exigidas pelo órgão municipal competente para adequada análise do projeto.
IV. Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica – ART ou RRT do profissional responsável;
V. memorial descritivo do lote resultante.

Parágrafo Único: Os projetos, memoriais descritivos, cálculos e especificações técnicas deverão observar as normas da ABNT e as exigências dos órgãos competentes, devendo estar assinados pelo proprietário e pelo responsável técnico.

Seção III
Do Registro do Remembramento

Art. 35 – Após a aprovação do projeto, o interessado deverá promover o registro do remembramento no Cartório de Registro de Imóveis no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Único: O não registro do remembramento no prazo previsto no caput implicará perda da eficácia da aprovação administrativa.

Art. 36 – O remembramento de imóveis não poderá ser utilizado com a finalidade de afastar ou reduzir as exigências urbanísticas estabelecidas na legislação municipal, especialmente aquelas relativas a:
I. coeficiente de aproveitamento;
II. taxa de ocupação;
III. taxa de permeabilidade;
IV. densidade máxima;
V. dimensões máximas de quadra ou demais parâmetros urbanísticos.

§ 1° – O lote resultante do remembramento deverá observar os parâmetros urbanísticos aplicáveis à zona em que se localiza.

§ 2° – Caso o remembramento resulte em área ou configuração que possa gerar impacto urbanístico relevante, o Município poderá exigir análise técnica específica ou condicionantes urbanísticas para aprovação do projeto.

CAPÍTULO V
DO CONDOMÍNIO DE LOTES

Seção I
Disposições Gerais

Art. 37 – O parcelamento do solo urbano poderá ser implantado sob a forma de condomínio de lotes, nos termos da legislação civil e da Lei nº 13.465/2017, observadas as disposições desta Lei e da legislação urbanística municipal.

§ 1° – Considera-se condomínio de lotes a subdivisão de gleba em unidades autônomas destinadas à edificação, vinculadas a frações ideais de áreas comuns, organizadas sob regime condominial.

§ 2° – O condomínio de lotes constitui forma de ocupação urbanística organizada sob regime condominial, devendo observar as diretrizes do Plano Diretor e da legislação urbanística municipal.

§ 3° – As dimensões mínimas das unidades autônomas serão aquelas estabelecidas na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

§ 4° – Fica vedada a subdivisão ou fracionamento posterior das unidades autônomas resultantes do condomínio de lotes.

§ 5° – A implantação do condomínio de lotes dependerá de aprovação do Poder Executivo Municipal, mediante análise técnica do órgão competente e parecer do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE.

Art. 38 – A adoção do regime de condomínio de lotes não poderá ser utilizada com a finalidade de afastar ou reduzir as exigências urbanísticas aplicáveis ao parcelamento do solo previstas nesta Lei, no Plano Diretor e na legislação de uso e ocupação do solo.

§ 1° – Sempre que o empreendimento apresentar características urbanísticas equivalentes às de loteamento, o Município poderá exigir medidas de mitigação ou compensação urbanística compatíveis com o impacto gerado, observados os princípios da proporcionalidade e da função social da propriedade.

§ 2° – A definição das medidas de mitigação ou compensação urbanística e das condições de implantação do empreendimento dependerá de análise técnica do órgão municipal competente e de parecer do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE.

§ 3° – A decisão administrativa deverá considerar, entre outros fatores:
I. a dimensão da área do empreendimento;
II. a quantidade de unidades autônomas;
III. o impacto sobre a infraestrutura urbana e os equipamentos públicos;
IV. a integração com o sistema viário e com a malha urbana existente.

§ 4° – A implantação de condomínio de lotes deverá assegurar adequada integração com o sistema viário existente e projetado, sendo vedada quando implicar prejuízo à conectividade urbana, à mobilidade ou à continuidade da malha viária, ainda que inexistente diretriz viária formalmente estabelecida.

Art. 39 – Será obrigatoriamente submetido ao regime jurídico do loteamento o parcelamento do solo que:
I. implique abertura, prolongamento, modificação ou ampliação de vias públicas, com transferência ao domínio do Município;
II. preveja a implantação de sistema viário destinado à integração pública com a malha urbana municipal, com possibilidade de circulação irrestrita;
III. resulte na constituição de quadras urbanas abertas ao domínio público;
IV. resulte na formação de conjunto urbano destinado à expansão da malha urbana municipal.

§ 1° – Na hipótese prevista neste artigo, não será admitida a utilização do regime de condomínio de lotes com o objetivo de afastar as exigências urbanísticas aplicáveis ao loteamento.

§ 2° – A caracterização do empreendimento como loteamento ou condomínio de lotes será definida no processo de aprovação do projeto urbanístico, mediante análise técnica do órgão municipal competente e parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento.

§ 3° – Não se enquadram nas hipóteses deste artigo os empreendimentos implantados sob a forma de condomínio de lotes que possuam sistema viário interno de natureza privada, restrito ao uso dos condôminos, desde que não haja previsão de integração ao sistema viário público municipal.

Art. 40 – O condomínio de lotes poderá destinar-se a uso residencial, comercial, misto ou de chácaras, conforme parâmetros definidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Seção II
Da Infraestrutura e Responsabilidades

Art. 41 – Os condomínios de lotes deverão garantir integração física e funcional com a malha urbana existente, observadas as diretrizes do Plano Diretor e da Lei do Sistema Viário Municipal.

§ 1° – O projeto urbanístico deverá assegurar a continuidade ou previsão de conexão futura das vias estruturais, arteriais ou coletoras definidas na legislação municipal.

§ 2° – Não será admitida a implantação de empreendimentos que resultem em enclaves urbanos isolados ou que impeçam a continuidade do sistema viário estruturante do Município.

§ 3° – Quando necessário para garantir a integração urbana, o Município poderá exigir a implantação de vias públicas externas ou obras de conexão viária com a malha urbana existente.

§ 4° – A verificação da integração urbanística do empreendimento será realizada no processo de aprovação do projeto, mediante análise técnica do órgão municipal competente e parecer do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE.

Art. 42 – Nos empreendimentos implantados sob a forma de condomínio de lotes, o Município poderá exigir contrapartida urbanística destinada à ampliação ou melhoria dos espaços públicos e da infraestrutura urbana, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da função social da propriedade urbana.

Art. 43 – Nos empreendimentos implantados sob a forma de condomínio de lotes, poderá ser exigida contrapartida urbanística quando constatado impacto urbanístico relevante, sem prejuízo do enquadramento como loteamento quando cabível, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da função social da propriedade urbana.

§ 1° – A contrapartida urbanística tem por finalidade compensar os impactos decorrentes da implantação do empreendimento sobre a infraestrutura urbana, os serviços públicos e o ordenamento territorial do Município.

§ 2° – Considera-se impacto urbanístico relevante, para fins deste artigo, a ocorrência de, no mínimo, um dos seguintes fatores:
I. aumento significativo da demanda por infraestrutura urbana ou serviços públicos;
II. impacto no sistema viário, na mobilidade urbana ou na acessibilidade;
III. alteração relevante na densidade de ocupação da área;
IV. necessidade de ampliação ou adequação de equipamentos urbanos e comunitários;
V. localização em áreas estratégicas para o ordenamento territorial do Município.

§ 3° – A contrapartida urbanística deverá ser definida de forma proporcional ao impacto urbanístico gerado, podendo corresponder, como referência, a parâmetros equivalentes às áreas públicas e à infraestrutura exigidas para loteamentos, conforme análise técnica do órgão municipal competente.

§ 4° – Para fins deste artigo, considera-se área útil a parcela da gleba destinada à implantação das unidades autônomas ou passível de parcelamento.

§ 5° – A contrapartida urbanística poderá ser cumprida mediante:
I. doação ao Município de área destinada a uso público, localizada fora dos limites do empreendimento;
II. execução de obras de infraestrutura urbana;
III. implantação ou ampliação de equipamentos urbanos ou comunitários;
IV. outras medidas equivalentes definidas pelo Município, desde que vinculadas ao interesse público.

§ 6° – A definição da forma e do valor da contrapartida urbanística dependerá de análise técnica do órgão municipal competente, devendo ser devidamente fundamentada e formalizada no processo de aprovação do empreendimento.

§ 7° – A dispensa da contrapartida urbanística somente poderá ocorrer de forma excepcional, mediante decisão motivada do Poder Executivo, precedida de análise técnica que demonstre a inexistência de impacto urbanístico relevante.

Art. 44 – Nos empreendimentos implantados sob a forma de condomínio de lotes deverão ser observadas, além das disposições desta Lei, as seguintes infraestruturas e condições:
I. fechamento do perímetro com muros, gradis ou solução de fechamento equivalente, com altura mínima de 2 m (dois metros), podendo, nos condomínios de chácaras, ser utilizado alambrado de igual altura;
II. a pavimentação das vias internas poderá ser executada em blocos intertravados, pavers ou solução equivalente, mediante aprovação técnica do Município;
III. o sistema de drenagem pluvial poderá adotar solução híbrida, combinando galerias e bocas de lobo convencionais com técnicas alternativas de drenagem urbana, desde que fundamentado em estudo técnico aprovado pelo órgão municipal competente, mediante análise técnica e parecer do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE;
IV. a implantação do condomínio de lotes não poderá interromper linhas de transmissão de energia, fundos de vale ou prolongamentos de vias públicas, especialmente aquelas classificadas como estruturais, arteriais ou coletoras na Lei do Sistema Viário Municipal;
V. as vias internas deverão observar as disposições da Lei do Sistema Viário Municipal.

Parágrafo Único: Compete ao condomínio a manutenção e conservação das infraestruturas internas do empreendimento, incluindo:
I. arborização das vias internas;
II. vias de circulação, pavimentação e sinalização interna;
III. a coleta e acondicionamento de resíduos sólidos até o ponto de coleta pública;
IV. sistemas internos de iluminação;
V. drenagem pluvial interna.

TÍTULO III
DOS EMPREENDIMENTOS CONDOMINIAIS

CAPÍTULO I
DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 45 – O condomínio edilício caracteriza-se pela implantação de edificações horizontais ou verticais em lote único ou conjunto de lotes, com unidades autônomas e áreas comuns, nos termos da legislação civil.

§ 1° – O condomínio edilício não configura parcelamento do solo.

§ 2° – Os empreendimentos deverão observar os parâmetros urbanísticos definidos no Plano Diretor, na Lei de Uso e Ocupação do Solo e nas demais normas urbanísticas municipais.

§ 3° – A implantação de condomínio edilício dependerá de aprovação do projeto pelo Município, mediante análise técnica do órgão competente e parecer do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE.

Art. 46 – Os empreendimentos em regime de condomínio edilício deverão observar, conforme a zona em que se localizem, os parâmetros urbanísticos definidos na legislação municipal, especialmente quanto:
I. ao uso e ocupação do solo;
II. aos índices urbanísticos aplicáveis, incluindo coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação e taxa de permeabilidade;
III. aos recuos obrigatórios e à altura máxima das edificações;
IV. à densidade urbana e ao número máximo de unidades;
V. às condições de acesso e integração com o sistema viário municipal.

Art. 47 – A instituição de condomínio edilício dependerá da aprovação do projeto arquitetônico e urbanístico pelo Município, observadas as disposições da legislação urbanística municipal.

§ 1° – O registro do empreendimento no Cartório de Registro de Imóveis deverá observar integralmente o projeto aprovado pelo Município.

§ 2° – Qualquer alteração relevante do projeto aprovado dependerá de nova análise do órgão municipal competente e parecer do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE.

Art. 48 – Os empreendimentos implantados sob a forma de condomínio edilício que, em razão de sua dimensão, densidade ou potencial impacto urbano, possam gerar efeitos relevantes sobre a infraestrutura urbana ou sobre o sistema viário municipal poderão ser condicionados à apresentação de estudo de impacto urbanístico.

§ 1° – O estudo de impacto urbanístico deverá avaliar, entre outros aspectos:
I. a geração de tráfego e a capacidade do sistema viário;
II. a demanda por infraestrutura urbana e serviços públicos;
III. os impactos sobre a drenagem urbana, o meio ambiente e a paisagem urbana;
IV. a compatibilidade do empreendimento com o zoneamento e com o planejamento territorial do Município.

§ 2° – O estudo referido no caput será analisado pelo órgão municipal competente, podendo o Município estabelecer medidas mitigadoras ou compensatórias necessárias à adequada inserção urbana do empreendimento.

§ 3° – A exigência e os critérios para apresentação do estudo de impacto urbanístico poderão ser regulamentados pelo Poder Executivo Municipal, mediante decreto.

§ 4° – A análise do estudo de impacto urbanístico deverá ser submetida à apreciação do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE.

TÍTULO IV
DAS RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

Art. 49 – Os levantamentos topográficos, projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas de cálculo, laudos, perícias, avaliações e demais documentos técnicos apresentados ao Município deverão ser elaborados e assinados por profissionais legalmente habilitados e devidamente cadastrados na prefeitura.

§ 1° – Consideram-se profissionais legalmente habilitados aqueles regularmente inscritos e em situação ativa junto ao respectivo conselho profissional competente.

§ 2° – Os documentos técnicos deverão ser acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, conforme a natureza do serviço e o conselho profissional competente.

§ 3° – A responsabilidade técnica pelos levantamentos, projetos, estudos, cálculos e demais peças técnicas caberá exclusivamente aos seus autores e responsáveis técnicos.

§ 4° – A responsabilidade pela execução das obras e serviços caberá aos profissionais ou empresas responsáveis pela construção ou implantação do empreendimento.

§ 5° – A aprovação de projetos pelo Município limita-se à verificação de sua conformidade com a legislação urbanística aplicável, não implicando reconhecimento ou assunção de responsabilidade técnica pelo conteúdo dos projetos apresentados.

TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I
DO CADASTRO E DAS TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS

Art. 50 – O cadastro imobiliário municipal dos lotes integrantes de loteamento aprovado será realizado após o registro do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis e a abertura das matrículas individuais das unidades resultantes.

§ 1° – A inscrição dos lotes no cadastro imobiliário municipal será realizada pelo órgão competente no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apresentação da documentação registral pelo interessado.

§ 2° – A inscrição cadastral tem por finalidade permitir o adequado controle urbanístico e tributário do Município.

Art. 51 – É proibido anunciar, oferecer à venda, prometer vender, reservar ou negociar lotes antes do registro do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis competente, conforme disposto na legislação federal.

Parágrafo Único: O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o responsável às sanções administrativas previstas nesta Lei, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Art. 52 – O Município poderá solicitar ao empreendedor ou ao responsável pelo loteamento informações relativas às transações imobiliárias realizadas no empreendimento, com a finalidade de atualização do cadastro imobiliário municipal e fiscalização urbanística.

§ 1° – As informações poderão incluir, entre outros elementos:
I. identificação dos lotes negociados;
II. identificação dos adquirentes;
III. data e valor da transação imobiliária.

§ 2° – As informações solicitadas deverão ser fornecidas no prazo estabelecido pelo órgão municipal competente.

Art. 53 – O Município poderá instituir, por meio de legislação tributária específica, isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre os lotes integrantes de loteamentos regularmente aprovados, com o objetivo de incentivar a implantação de empreendimentos urbanos.

§ 1° – A eventual concessão do benefício de que trata o caput deverá observar, no mínimo:
I. concessão exclusiva ao empreendedor responsável pelo loteamento;
II. limitação aos lotes que permanecerem sob sua titularidade;

III. prazo máximo de até 05 (cinco) anos, contados do registro do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 2° – A concessão da isenção dependerá de previsão expressa no Código Tributário Municipal ou em lei específica, observadas as condições, critérios e contrapartidas eventualmente estabelecidos pelo Município.

CAPÍTULO II
DAS GARANTIAS E EXECUÇÃO DE OBRAS

Art. 54 – Caso as obras de infraestrutura previstas no projeto aprovado não sejam executadas no prazo estabelecido no cronograma físico-financeiro, o Município poderá executar as garantias prestadas pelo empreendedor para conclusão das obras necessárias.

§ 1° – A execução da garantia poderá ocorrer mediante utilização dos bens caucionados, fiança bancária, seguro-garantia ou outra modalidade admitida pela legislação aplicável.

§ 2° – A execução da garantia não afasta a responsabilidade do empreendedor pela conclusão das obras e pela reparação de eventuais danos ao Município ou a terceiros.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES VIÁRIAS E DIMENSIONAMENTO URBANO

Art. 55 – O Município poderá exigir a reserva de áreas ou a adaptação do projeto de parcelamento do solo para garantir a continuidade das diretrizes viárias previstas no Plano Diretor e na Lei do Sistema Viário Municipal.

Parágrafo Único: Quando necessário para assegurar a continuidade da malha viária urbana, o Município poderá limitar a extensão de quadras ou exigir adequações no projeto urbanístico apresentado.

Art. 56 – O dimensionamento das quadras nos parcelamentos urbanos deverá observar as diretrizes estabelecidas na Lei do Sistema Viário Municipal e na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

§ 1° – As quadras deveram respeitar o dimensionamento mínimo de 50 m (cinquenta metros) e máximo de 200 (duzentos metros);

§ 2° – Poderão ser admitidas soluções urbanísticas específicas mediante justificativa técnica aprovada pelo órgão municipal competente.

CAPÍTULO IV
DO FRACIONAMENTO IRREGULAR RURAL

Art. 57 – É vedada a subdivisão de imóveis rurais em áreas inferiores ao módulo rural mínimo definido pela legislação agrária federal.

§ 1° – Constatada a divulgação ou comercialização de parcelas inferiores ao módulo rural mínimo, o Município poderá notificar o responsável para cessar imediatamente a prática irregular.

§ 2° – O descumprimento da notificação poderá ensejar aplicação das sanções administrativas cabíveis e comunicação aos órgãos competentes, incluindo o Ministério Público e os órgãos de fiscalização agrária.

TÍTULO VI
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

CAPÍTULO I
DA COMPETÊNCIA DA FISCALIZAÇÃO

Art. 58 – A fiscalização do cumprimento das normas relativas ao parcelamento do solo urbano e rural, incluindo a lavratura de Notificações Preliminares, Autos de Infração, a aplicação de multas e a adoção de medidas administrativas como embargo, interdição e cassação de alvarás, compete:

I. à Secretaria Municipal de Planejamento, Obras ou órgão equivalente responsável pelo controle urbanístico;
II. aos Agentes Fiscais de carreira legalmente investidos no exercício do poder de polícia administrativa urbanística.

§ 1° – A designação de servidores públicos de outras carreiras para o exercício das funções fiscalizatórias previstas nesta Lei somente ocorrerá na inexistência ou insuficiência de agentes fiscais de carreira, mediante ato formal e devidamente motivado do Chefe do Poder Executivo, observados, cumulativamente:
I. a compatibilidade das atribuições com o cargo efetivo do servidor designado;
II. a habilitação técnica e a capacitação para o exercício das atividades fiscalizatórias;
III. a inexistência de vedação em legislação específica, decisões judiciais ou administrativas superiores, bem como na Lei Orgânica Municipal.

§ 2° – Os responsáveis técnicos da municipalidade, tais como engenheiros, arquitetos, geógrafos ou outros profissionais legalmente habilitados, poderão prestar apoio técnico aos agentes fiscais, inclusive por meio de vistorias, laudos, pareceres e manifestações técnicas, vedada a eles a lavratura de notificações, autos de infração, aplicação de multas ou demais atos sancionatórios, atribuições estas exclusivas do agente fiscal.

§ 3° – Os atos de apoio técnico não se confundem com o exercício do poder de polícia administrativa, o qual permanece restrito aos agentes legalmente investidos dessa competência.

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FISCAL

Art. 59 – São atribuições do Agente Fiscal, no exercício de suas funções, garantida a fé pública de seus atos:
I. proceder a vistorias, inspeções e diligências em imóveis, glebas, obras de infraestrutura e áreas objeto de parcelamento do solo;
II. exigir e examinar projetos aprovados, licenças, registros imobiliários, contratos, anúncios, materiais publicitários e demais documentos legalmente exigíveis;
III. expedir Notificação Preliminar para correção de irregularidades passíveis de regularização;
IV. lavrar Auto de Infração e Imposição de Multa, nos termos desta Lei e do ANEXO I;
V. lavrar Auto de Embargo administrativo de obras, interdição de atividades ou suspensão da comercialização de lotes quando constatada infração grave ou risco ao ordenamento territorial;
VI. promover a comunicação entre o fiscalizado e os órgãos licenciadores, registrais ou técnicos competentes, visando à regularização das irregularidades constatadas.

CAPÍTULO III
DAS INFRAÇÕES

Art. 60 – O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará os responsáveis às sanções administrativas previstas neste Capítulo e no ANEXO I – Das Infrações Administrativas e das Sanções Aplicáveis ao Parcelamento do Solo, sem prejuízo das demais sanções civis e penais cabíveis.

Art. 61 – As infrações administrativas relativas ao parcelamento do solo serão apuradas mediante procedimento administrativo próprio, podendo resultar na aplicação das seguintes medidas, conforme o caso:
I. Notificação Preliminar;
II. Auto de Infração e Imposição de Multa;
III. embargo administrativo;
IV. interdição;
V. cassação de alvará ou licença.

CAPÍTULO IV
DA NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR

Art. 62 – A Notificação Preliminar terá caráter preventivo e corretivo e será aplicada quando a infração for passível de regularização, sem consolidação do dano ao ordenamento territorial.

§ 1° – A Notificação Preliminar será utilizada, entre outros casos, quando constatadas:
I. irregularidades formais em projetos, documentos ou registros;
II. descumprimento de prazos ou condicionantes administrativas;
III. infrações de natureza leve, nos termos do ANEXO I.

§ 2° – A Notificação Preliminar deverá conter, obrigatoriamente:
I. a identificação do infrator e do imóvel;
II. a descrição clara da infração constatada e sua base legal;
III. o prazo para regularização, fixado pela autoridade fiscal entre 5 (cinco) e 30 (trinta) dias;
IV. a advertência quanto à lavratura de Auto de Infração e à aplicação das sanções cabíveis em caso de descumprimento.

CAPÍTULO V
DO AUTO DE INFRAÇÃO E DA MULTA

Art. 63 – O Auto de Infração e Imposição de Multa será lavrado independentemente de Notificação Preliminar nos seguintes casos:
I. infração consolidada, irreversível ou que cause dano efetivo ou potencial ao ordenamento territorial;
II. parcelamento do solo, desmembramento, loteamento ou comercialização irregular sem a devida aprovação municipal;
III. descumprimento total ou parcial da Notificação Preliminar;
IV. reincidência;
V. embaraço, resistência ou impedimento à ação fiscalizatória.

Parágrafo Único: O prazo para apresentação de defesa administrativa será de 15 (quinze) dias, contados da ciência do Auto de Infração.

Art. 64 – A multa será fixada pela autoridade fiscal dentro das faixas previstas no ANEXO I, observados, cumulativamente:
I. a gravidade da infração;
II. a vantagem econômica auferida;
III. o dano causado ou potencial ao ordenamento territorial;
IV. a reincidência;
V. o porte do empreendimento ou da gleba.

CAPÍTULO VI
DO EMBARGO, DA INTERDIÇÃO E DA CASSAÇÃO DO ALVARÁ

Art. 65 – O embargo administrativo será aplicado quando constatada a execução de obras de parcelamento do solo em desacordo com esta Lei, com projetos aprovados ou sem a devida autorização municipal.

Art. 66 – A interdição será aplicada quando a atividade ou intervenção relacionada ao parcelamento do solo representar risco à segurança, à salubridade, ao meio ambiente ou ao ordenamento territorial.

Art. 67 – O alvará ou licença concedidos poderão ser cassados, a qualquer tempo, quando constatado:
I. desvirtuamento da finalidade expressa no ato autorizativo;
II. descumprimento reiterado das normas desta Lei;
III. ocorrência de infração grave ou gravíssima, nos termos do ANEXO I;
IV. prestação de informações falsas ou omissão de dados relevantes no processo de licenciamento.

Art. 68 – A cassação dependerá de procedimento administrativo regular, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO VII
DA REINCIDÊNCIA

Art. 69 – Considera-se reincidência, para os fins desta Lei, a prática de nova infração administrativa pelo mesmo infrator dentro do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da decisão administrativa definitiva que tenha aplicado penalidade anterior.

§ 1° – A reincidência poderá ser:
I. específica, quando o infrator repetir infração da mesma natureza;
II. genérica, quando praticar infração distinta, porém relacionada ao parcelamento do solo ou ao ordenamento territorial.

§ 2° – A reincidência específica poderá ensejar a aplicação de penalidade agravada dentro dos limites previstos no ANEXO I.

§ 3° – A reincidência genérica será considerada como circunstância agravante para fins de fixação da multa.

CAPÍTULO VIII
DO ENQUADRAMENTO POR ANALOGIA

Art. 70 – Constatada infração ao parcelamento do solo não expressamente tipificada no ANEXO I, o agente fiscal poderá enquadrá-la, de forma fundamentada, por analogia, na infração que apresentar maior identidade de natureza, gravidade e potencial lesivo.

§ 1° – O enquadramento por analogia deverá ser devidamente motivado, com indicação expressa da infração de referência.

§ 2° – É vedada a aplicação de penalidade mais gravosa do que aquela prevista para infração de natureza equivalente.

§ 3° – É assegurado ao infrator o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

TÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 71 – O Poder Executivo Municipal poderá, mediante decreto, estabelecer normas complementares e especificações técnicas relativas à apresentação de projetos, peças gráficas, memoriais, estudos técnicos e execução das obras de infraestrutura exigidas por esta Lei, desde que não alterem ou ampliem as exigências estabelecidas nesta legislação.

Art. 72 – Os conjuntos habitacionais promovidos pela iniciativa pública ou privada ficam sujeitos às disposições desta Lei, sem prejuízo das normas federais e estaduais aplicáveis.

Parágrafo Único: A alteração, modificação ou cancelamento de parcelamento do solo registrado no Cartório de Registro de Imóveis dependerá de prévia aprovação do Município, observado o disposto nesta Lei e na Lei Federal nº 6.766/1979, ou outra que venha a substituí-la.

Art. 73 – Não será concedido alvará de construção, reforma, ampliação ou demolição em lotes resultantes de parcelamento do solo, desmembramento ou remembramento que não tenham sido regularmente aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal, nos termos desta Lei.

Art. 74 – A aprovação municipal de projetos de loteamento, desmembramento, remembramento ou outras modalidades de parcelamento do solo não implica reconhecimento do direito de propriedade nem gera responsabilidade do Município quanto:
I. à exatidão das dimensões ou confrontações dos imóveis;
II. à legitimidade dominial da área parcelada;
III. a eventuais direitos de terceiros sobre o imóvel.

Art. 75 – O prazo máximo para análise e decisão administrativa dos pedidos de aprovação de desmembramento, remembramento ou fracionamento será de até 60 (sessenta) dias, contado da data em que o processo estiver devidamente instruído com todos os documentos e projetos exigidos pela legislação municipal.

Art. 76 – Após a aprovação municipal e o registro do parcelamento do solo no Cartório de Registro de Imóveis, os lotes resultantes poderão ser individualmente cadastrados no cadastro imobiliário municipal, para fins de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, observado o disposto na legislação tributária municipal.

Art. 77 – Os casos omissos e as dúvidas de interpretação decorrentes da aplicação desta Lei serão analisados pelo órgão municipal competente, podendo ser submetidos ao Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE, que emitirá parecer técnico consultivo.

Art. 78 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar 20/2023 de 17 de maio de 2023.

Paço Municipal de Pitangueiras/PR, 14 de outubro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I
TABELA DE INFRAÇÕES E PENALIDADES

Infração	Classificação	Multa (UF)
Apresentar projeto, memorial ou documentação técnica com informações falsas, incompletas ou inconsistentes	Leve	25 a 51 UFM
Omitir ou prestar informações cadastrais obrigatórias ao Município	Leve	25 a 51 UFM
Executar obras de infraestrutura em desacordo com os projetos aprovados	Média	28 a 76 UFM
Comercializar, prometer, reservar ou anunciar lotes antes do registro no Cartório de Registro de Imóveis	Grave	79 a 250 UFM
Desrespeitar diretrizes viárias, faixas reservadas ou áreas non aedificandi	Grave	79 a 250 UFM
Iniciar loteamento ou desmembramento sem aprovação do Poder Executivo Municipal	Grave	79 a 250 UFM
Alienar, edificar ou permitir ocupação em áreas destinadas a diretrizes viárias ou áreas públicas	Grave	79 a 250 UFM
Parcelamento irregular por desmembramentos sucessivos com burla à legislação	Grave	79 a 250 UFM
Descumprir embargo administrativo ou ordem de paralisação de obras	Gravíssima	381 a 761 UFM
Parcelar, anunciar ou comercializar imóvel rural em área inferior ao módulo rural mínimo	Gravíssima	381 a 761 UFM
Impedir ou dificultar a ação fiscalizatória do Município	Gravíssima	381 a 761 UFM
Comercializar ou anunciar lotes em empreendimento objeto de embargo administrativo	Gravíssima	381 a 761 UFM
Reincidir em infração classificada como grave ou gravíssima, no prazo de 5 anos	Gravíssima	Multa em dobro

Observações:
1. As penalidades previstas neste Anexo serão aplicadas conforme o procedimento estabelecido no Código de Posturas Municipal.
2. A reincidência específica observará os critérios temporais e procedimentais definidos na legislação municipal vigente.
3. A aplicação das multas não afasta a adoção das medidas administrativas previstas nesta Lei.
4. Para os fins deste Anexo, a sigla "UF" corresponde à Unidade Fiscal do Município de Pitangueiras, ou outra unidade que venha a substituí-la, conforme legislação municipal vigente à época da aplicação da penalidade.

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:303D7545

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR N° 029/2026

Dispõe sobre o Sistema Viário do Município de Pitangueiras.

A Câmara Municipal de Pitangueiras Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DAS DIRETRIZES DO SISTEMA VIÁRIO

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° – Esta Lei dispõe sobre a organização, a hierarquização, o dimensionamento, a implantação, a fiscalização e a gestão do Sistema Viário do Município de Pitangueiras, como instrumento complementar e integrado ao Plano Diretor Municipal.

Art. 2° – O Sistema Viário Municipal compreende o conjunto de vias públicas urbanas e rurais, logradouros públicos, passeios, ciclovias, faixas de domínio, dispositivos de circulação, sinalização e demais elementos destinados à mobilidade de pessoas e bens.

Art. 3° – O Sistema Viário observará os princípios da função social da cidade e da propriedade, da mobilidade urbana sustentável, da acessibilidade universal, da segurança viária, da eficiência administrativa, da gestão democrática e da integração entre planejamento viário, uso do solo e mobilidade urbana.

Art. 4° – Aplicam-se ao Sistema Viário, no que couber, as disposições do Código de Trânsito Brasileiro, da legislação urbanística, ambiental e de mobilidade urbana vigentes.

Art. 5° – Integram esta Lei, para todos os efeitos legais, os seguintes Anexos:
I. Anexo I – Mapa das Diretrizes e Hierarquia Viária;
II. Anexo II – Passeio Ecológico;
III. Anexo III – Perfis das Vias;
IV. Anexo IV – Definições;
V. Anexo V – Tabela de Infrações e Penalidades.

§ 1° – Os Anexos integram esta Lei para todos os efeitos legais, possuindo a mesma hierarquia normativa.

§ 2° – A alteração dos Anexos somente poderá ocorrer por meio de lei específica, vedada sua modificação por ato administrativo.

Seção I
Dos Objetivos

Art. 6° – São objetivos do Sistema Viário do Município de Pitangueiras:
I. induzir o desenvolvimento pleno das áreas urbanas do Município, por meio da compatibilização entre a circulação viária e o zoneamento, uso e ocupação do solo urbano, considerando a relação direta entre o ordenamento do sistema viário e o adequado desenvolvimento das atividades urbanas;
II. adaptar a malha viária urbana e rural existente à melhoria das condições de circulação e mobilidade;
III. hierarquizar as vias urbanas e rurais, bem como implementar soluções que promovam maior fluidez do tráfego, assegurando segurança e conforto aos usuários;
IV. eliminar ou mitigar pontos críticos de circulação, especialmente aqueles com maior incidência de acidentes;
V. adequar os locais de concentração, acesso e circulação pública às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo Único: Os projetos que envolvam implantação de novos eixos viários, pontes, duplicações ou reestruturação relevante do sistema viário deverão ser submetidos à apreciação consultiva do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE, sem prejuízo das exigências ambientais previstas na legislação competente.

Art. 7° – As disposições desta Lei deverão ser observadas na aprovação de projetos viários, de parcelamento do solo e na execução de quaisquer obras particulares, bem como em todas as iniciativas do Poder Público Municipal, Estadual ou Federal realizadas no território do Município de Pitangueiras.

§ 1° – A Certidão de Diretrizes Viárias terá validade de 2 anos e conterá:
I. classificação da via
II. largura obrigatória
III. recuos viários
IV. restrições de acesso
V. necessidade de estudos de impacto

§ 2° – É de observância obrigatória a Certidão de Diretrizes Viárias, expedida pelo órgão municipal competente.

§ 3° – Os projetos de construção, reconstrução, reforma ou ampliação de edificações localizadas em áreas abrangidas por esta Lei dependerão da prévia emissão de diretrizes viárias pelo órgão municipal competente.

§ 4° – Toda e qualquer obra viária somente poderá ter início após a regularização jurídica da área por instrumento adequado, observados o devido processo legal e, quando aplicável, a indenização prevista em lei.

§ 5° – Empreendimentos que possam gerar impacto significativo no sistema viário deverão ser submetidos à análise técnica municipal e à manifestação consultiva do Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE, previamente à decisão administrativa final.

§ 6° – Considera-se irregular, para fins desta Lei, a execução de obra ou intervenção viária sem a prévia formalização de instrumento jurídico que assegure ao Município a posse, o uso ou a intervenção na área, tais como doação, cessão, servidão administrativa, autorização formal ou outro meio admitido em direito.

Art. 8° – A emissão da Certidão de Diretrizes Viárias e a análise de projetos viários observarão, obrigatoriamente, critérios técnicos objetivos, especialmente:
I. a hierarquia viária definida nesta Lei e em seus Anexos;
II. os parâmetros mínimos de dimensionamento estabelecidos;
III. a compatibilidade com o Plano Diretor Municipal, legislação de uso e ocupação do solo e parcelamento do solo;
IV. o impacto na mobilidade urbana e rural, na segurança viária e na acessibilidade;
V. a continuidade do sistema viário e a integração com a malha existente;
VI. impacto ambiental e paisagístico;
VII. a observância das normas técnicas aplicáveis.

§ 1° – O indeferimento de diretrizes viárias ou de projetos deverá ser devidamente motivado, com indicação expressa dos critérios técnicos não atendidos.

§ 2° – O prazo para análise será de até 30 dias, prorrogável mediante justificativa.

§ 3° – É vedada a adoção de critérios discricionários não previstos nesta Lei ou em normas técnicas aplicáveis.

Art. 9° – O Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE, constitui órgão colegiado de caráter consultivo e de acompanhamento da política urbana municipal, competindo-lhe manifestar-se nos casos previstos nesta Lei.

§ 1° – A composição, organização e funcionamento do Conselho observarão legislação específica.

§ 2° – A ausência de manifestação do Conselho no prazo regulamentar não impedirá a decisão administrativa, devendo o ato ser devidamente motivado.

§ 3° – Os pareceres do Conselho não substituem a decisão administrativa do Poder Executivo, que deverá ser fundamentada.

Art. 10 – A conservação dos logradouros públicos municipais competirá ao Poder Público Municipal, excetuados aqueles inseridos em empreendimentos implantados na modalidade de condomínio, observado o disposto na legislação específica.

CAPÍTULO II
DAS DIRETRIZES VIÁRIAS

Art. 11 – As diretrizes viárias representam a orientação oficial para o desenvolvimento e a integração do Sistema Viário Municipal, constituindo referência obrigatória para parcelamentos do solo, abertura de vias, prolongamentos, remembramentos e demais intervenções urbanísticas.

§ 1° – As diretrizes viárias poderão sofrer ajustes pontuais de traçado, consistentes em pequenos deslocamentos, correções de alinhamento ou adaptações de geometria, desde que devidamente justificados, quando motivados por:
I. adequação à topografia local;
II. necessidade de compatibilização com elementos naturais ou ambientais;
III. existência de infraestrutura urbana consolidada;
IV. melhoria do aproveitamento urbanístico;
V. otimização da geometria da via, visando à segurança, visibilidade, rampas e curvas.

§ 2° – Os ajustes de que trata o §1º deverão respeitar, obrigatoriamente:
I. o sentido estrutural da diretriz originalmente proposta;
II. a função urbanística e a hierarquia viária da via;
III. a continuidade espacial entre seus pontos de origem e destino;
IV. a coerência com a malha viária planejada.

§ 3° – Não serão admitidos ajustes que resultem em:
I. quebra de continuidade ou interrupção do eixo principal da diretriz;
II. alterações significativas de ângulo que descaracterizem sua orientação predominante;
III. deslocamentos substanciais que afastem a diretriz de seu corredor viário previsto;
IV. mudança de hierarquia, rebaixamento funcional ou redução da função estrutural da via;
V. prolongamentos incompatíveis com o traçado definido no Anexo I.

§ 4° – Todo ajuste de diretriz viária deverá ser devidamente justificado em estudo técnico, elaborado por profissional legalmente habilitado e aprovado pelo Município, demonstrando que a adaptação preserva:
I. a função estruturante da via;
II. a integração com as demais diretrizes viárias;
III. a viabilidade de futuros prolongamentos;
IV. a observância dos princípios e diretrizes do planejamento urbano estabelecidos no Plano Diretor Municipal.

§ 5° – A revisão das diretrizes viárias que implique alteração substancial de traçado, sentido, hierarquia ou função somente poderá ocorrer mediante lei específica, precedida de estudo técnico, participação popular e parecer consultivo da equipe técnica municipal competente.

Art. 12 – A revisão das diretrizes viárias que implique alteração substancial deverá ser precedida de participação popular, por meio de, no mínimo:
I. audiência pública;
II. divulgação prévia dos estudos técnicos;
III. disponibilização de informações em meio eletrônico.

Parágrafo Único: A participação popular não possui caráter vinculante, devendo, contudo, ser considerada na motivação da decisão administrativa.

Art. 13 – As vias existentes do Município, quando prolongadas ou conectadas a novos loteamentos, empreendimentos ou à abertura oficial de novos logradouros, deverão observar, quanto à sua seção transversal, as seguintes diretrizes:

§ 1° – Quando a via existente apresentar seção transversal inferior àquela estabelecida nesta Lei para sua respectiva hierarquia viária, sua largura poderá ser mantida até a próxima interseção, devendo o novo trecho, a partir desse ponto, adotar obrigatoriamente os parâmetros fixados nesta Lei.

§ 2° – Quando a via existente apresentar seção transversal superior aos parâmetros mínimos estabelecidos nesta Lei, o seu prolongamento deverá manter a mesma largura da via existente, vedada qualquer redução, devendo essa condição ser observada por novos loteamentos e aberturas de vias.

Art. 14 – A instituição de faixas não edificáveis e de servidões administrativas no âmbito do Sistema Viário Municipal deverá ser precedida de motivação técnica, devidamente fundamentada em estudos de engenharia, mobilidade, segurança viária, drenagem ou infraestrutura urbana, observado o interesse público.

§ 1° – A definição da largura, extensão e localização das faixas não edificáveis deverá atender aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, limitando-se ao estritamente necessário à implantação, manutenção ou proteção da via e de seus equipamentos.

§ 2° – Quando a instituição da faixa não edificável ou da servidão administrativa incidir diretamente sobre imóvel determinado, restringindo de forma individualizada o uso da propriedade, deverá ser assegurado ao interessado o devido processo administrativo, com ciência prévia, possibilidade de manifestação e decisão motivada.

§ 3° – O disposto neste artigo não afasta a aplicação da legislação urbanística, ambiental e de mobilidade, nem exclui eventual necessidade de indenização, quando configurada nos termos da legislação vigente.

§ 4° – A instituição de faixa não edificável ou servidão administrativa que implique restrição substancial ao uso, gozo ou aproveitamento econômico do imóvel ensejará indenização ao proprietário, nos termos da legislação vigente.

§ 5° – Considera-se restrição substancial aquela que:
I. inviabilize o uso regular do imóvel conforme sua destinação urbanística;
II. impeça o aproveitamento econômico razoável da propriedade;
III. resulte em redução significativa de seu valor de mercado.

§ 6° – A indenização será devida sempre que a restrição implicar esvaziamento econômico da propriedade, independentemente de declaração expressa do Poder Público.

§ 7° – A instituição de restrições administrativas deverá ser precedida de estudo técnico específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo próprio.

CAPÍTULO III
DO SISTEMA VIÁRIO URBANO E RURAL

Art. 15 – O Sistema Viário Municipal é composto de forma hierarquizada e articulada, com vistas a viabilizar a circulação de pessoas, veículos e cargas, estruturando-se nas seguintes categorias de vias e representado graficamente nos Anexos VI e VII:
I. Rodovias de Interligação Regional: vias sob responsabilidade da União ou do Estado, destinadas à interligação do Município com municípios ou estados vizinhos, observada a legislação específica aplicável;
II. Vias de Interligação Territorial – Tipo 1: vias rurais que estruturam a circulação no interior do Município, destinadas à interligação entre as diversas regiões do território municipal, recebendo tráfego proveniente de outras estradas e exercendo função predominante de conexão territorial, escoamento da produção e acesso a serviços e equipamentos públicos;
III. Vias de Interligação Territorial – Tipo 2: vias rurais de acesso local, destinadas prioritariamente ao atendimento de glebas e propriedades rurais, caracterizadas por não receberem tráfego de interligação regional ou territorial e por exercerem função predominante de acesso às unidades produtivas e imóveis rurais;
IV. Vias Estruturais: vias urbanas, geralmente constituídas por avenidas, caracterizadas pelo elevado volume de tráfego e pela concentração de atividades comerciais e de serviços, destinadas a interligar, coletar e distribuir os principais fluxos de circulação no interior da malha urbana, articulando as vias coletoras e os principais polos de atividade da cidade;
V. Vias Coletoras: vias urbanas destinadas a coletar o tráfego originado das vias locais e distribuí-lo para as vias estruturais, bem como a receber o tráfego destas, assegurando a integração do sistema viário urbano;
VI. Vias Locais: vias urbanas destinadas predominantemente à circulação no interior dos bairros, permitindo o acesso direto aos lotes e edificações, com função principal de alimentar as vias coletoras e estruturais;
VII. Vias Marginais: vias auxiliares adjacentes a vias estruturais ou arteriais, geralmente paralelas a estas, destinadas a possibilitar o acesso controlado aos lotes lindeiros e a limitar os acessos diretos à via principal;
VIII. Vias de Interesse Paisagístico e de Fundo de Vale: vias localizadas ao longo de fundos de vale ou áreas de relevante interesse paisagístico, destinadas prioritariamente à contemplação da paisagem, ao lazer e à mobilidade de baixa velocidade, devendo possuir tratamento viário e pavimentação diferenciados, respeitada a legislação ambiental aplicável.

Subseção I
Do Dimensionamento das vias

Art. 16 – As Vias de Interligação Territorial – Tipo 1 deverão observar os seguintes dimensionamentos mínimos:
I. leito carroçável com duas faixas de rolamento, totalizando 8,00 m (oito metros);
II. faixas multifuncionais laterais, uma em cada lado da via, com largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), destinadas a usos compatíveis, tais como circulação de pedestres, ciclistas, acostamentos estruturados, implantação de ciclovias, pistas de caminhada ou outras finalidades definidas em projeto;
III. faixa de domínio com largura mínima de 10,00 m (dez metros) a partir do eixo central da via, totalizando 20,00 m (vinte metros);
IV. faixa não edificável com largura mínima de 6,00 m (seis metros) ambos os lados, destinada à implantação de dispositivos de drenagem, manutenção e limpeza, quando necessária.

Parágrafo Único: A faixa multifuncional lateral deverá ser implantada de forma contínua ao longo do trecho da via, podendo ser pavimentada, estabilizada ou revestida conforme Projeto Básico e critérios técnicos definidos pelo Município.

Art. 17 – As Vias de Interligação Territorial – Tipo 2 deverão observar os seguintes dimensionamentos mínimos:
I. leito carroçável com duas faixas de rolamento, totalizando 8,00 m (oito metros);
II. facultativamente, acostamentos não estruturados, quando tecnicamente recomendados;
III. faixa de domínio com largura mínima de 10,00 m (dez metros) a partir do eixo central da via, totalizando 20,00 m (vinte metros);
IV. faixa não edificável com largura mínima de 6,00 m (seis metros) ambos os lados, destinada a dispositivos de drenagem, manutenção e limpeza, quando necessária.

Art. 18 – As Vias Estruturais deverão possuir largura total mínima de 21,00 m (vinte e um metros), contendo, no mínimo:
I. duas faixas de rolamento para veículos, com largura mínima de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) cada;
II. duas faixas destinadas ao estacionamento de veículos, com largura mínima de 2,00 m (dois metros) cada;
III. (dois) passeios para pedestres, com largura mínima de 3,00 m (três metros) cada;
IV. canteiro central com largura mínima de 4,00 m (quatro metros), contendo, no mínimo, uma ciclovia unidirecional com largura mínima de 2,00 m (dois metros).

Art. 19 – As Vias Coletoras deverão possuir largura total mínima de 15,00 m (quinze metros), contendo:
I. duas faixas de rolamento para veículos, com largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) cada;
II. duas faixas destinadas ao estacionamento de veículos, com largura mínima de 2,00 m (dois metros) cada;
III. 2 (dois) passeios para pedestres, com largura mínima de 3,00 m (três metros) cada.

Art. 20 – As Vias Locais deverão possuir largura total mínima de 14,00 m (quatorze metros), contendo:
I. duas faixas de rolamento para veículos, com largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) cada;

II. duas faixas destinadas ao estacionamento de veículos, com largura mínima de 2,00 m (dois metros) cada;
III. 2 (dois) passeios para pedestres, com largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) cada.

Art. 21 – As Vias Marginais deverão possuir largura total mínima de 16,50 m (dezesseis metros e cinquenta centímetros), conforme os Anexos desta Lei, contendo:
I. duas faixas de rolamento para veículos, com largura mínima de 3,00 m (três) cada;
II. duas faixas destinadas ao estacionamento de veículos, com largura mínima de 2,75 m (dois metros e setenta e cinco centímetros) cada;
III. uma faixa localizada entre o estacionamento e o passeio público, destinada à implantação de ciclovia direcional com largura mínima de 2,50 m (dois metros e meio).
IV. um passeio para pedestres, com largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

Parágrafo Único: Nos terrenos lindeiros às vias integrantes do sistema rodoviário estadual ou federal será obrigatória a reserva de faixa *non aedificandi* de 15,00 m (quinze metros), nos termos da Lei Federal nº 6.766 de 1979, para a implantação de via marginal, podendo esta possuir dimensão superior, desde que respeitadas as diretrizes, a hierarquia e os demais critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 22 – As vias de interesse paisagístico deverão possuir largura total mínima de 18,50 m (dezoito metros e cinquenta centímetros), contendo:
I. duas faixas de rolamento para veículos, com largura mínima de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) cada;
II. duas faixas destinadas ao estacionamento de veículos, com largura mínima de 2,00 m (dois metros) cada;
III. passeios para pedestres, com largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) em ambos os lados da via;
IV. ciclovia bidirecional, com largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), implantada preferencialmente no lado confrontante com Área de Preservação Permanente – APP, de forma integrada ao passeio e ao tratamento paisagístico da via.

Parágrafo Único: A implantação da ciclovia não afasta a obrigatoriedade dos passeios para pedestres, devendo ambos ser projetados de forma contínua, acessível e integrada ao sistema viário urbano.

Art. 23 – Nas vias cujo leito carroçável não estiver no mesmo nível dos terrenos marginais, o responsável pela abertura da via deverá executar talude de proteção ou muro de arrimo, conforme solução técnica adequada, de modo a viabilizar o acesso aos lotes e garantir a estabilidade e segurança dos terrenos lindeiros.

Art. 24 – As vias sem saída não poderão ultrapassar 70,00 m (setenta metros) de extensão, devendo conter, obrigatoriamente, em seu término, bolsão de retorno com dimensões que permitam a inscrição de um círculo de diâmetro mínimo de 19,00 m (dezenove metros).

Art. 25 – As vias não poderão ser executadas com inclinação longitudinal superior a 15% (quinze por cento), podendo, em casos excepcionais devidamente justificados em estudo técnico, ser admitida inclinação superior, desde que não ultrapasse 20% (vinte por cento) e mediante estudo técnico aprovado pelo Município, com parecer consultivo do Conselho Municipal competente, sem prejuízo da decisão final motivada do Poder Executivo.

Parágrafo Único: O estudo técnico referido no caput deverá conter, no mínimo, análise de segurança viária, acessibilidade, drenagem urbana, impacto na circulação e justificativa técnica da excepcionalidade, subscrito por profissional legalmente habilitado.

Seção II
Da Circulação e Sinalização Viária

Art. 26 – A definição das vias preferenciais, dos sentidos de circulação, dos fluxos viários e das eventuais limitações de tráfego deverá observar as diretrizes estabelecidas nesta Lei e em seus Anexos, competindo ao Poder Executivo Municipal a elaboração e a implementação do Plano ou Projeto de Sinalização Urbana, bem como dos projetos técnicos necessários à definição das diretrizes viárias e das readequações geométricas pertinentes.

Art. 27 – Os atos normativos infralegais editados pelo Poder Executivo para regulamentação desta Lei deverão limitar-se à sua fiel execução, sendo vedada a inovação, modificação ou ampliação de direitos, obrigações ou restrições não previstas nesta Lei.

Parágrafo Único: As restrições à circulação, ao uso do solo e às intervenções no sistema viário deverão observar os limites estabelecidos nesta Lei, sendo vedada sua instituição exclusivamente por ato administrativo.

Art. 28 – Compete ao Poder Público Municipal disciplinar o uso das vias de circulação, no que se refere, dentre outros aspectos:
I. ao estabelecimento de locais, horários e condições adequados para carga e descarga, bem como para o estacionamento de veículos;
II. à definição de rotas especiais para veículos de carga e para o transporte de produtos perigosos, observada a legislação aplicável;
III. à adequação dos passeios para pedestres localizados junto a equipamentos e serviços públicos, tais como escolas, terminal rodoviário, equipamentos culturais e similares, em conformidade com as normas de acessibilidade universal, especialmente aquelas previstas na legislação federal vigente.

Parágrafo Único: A implantação das ações e atividades previstas neste artigo poderá ser realizada de forma integrada ou em cooperação com órgãos de outras esferas governamentais, quando necessário.

Art. 29 – O desenho geométrico das vias de circulação deverá observar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como demais normas técnicas e regulamentares aplicáveis à segurança viária e à mobilidade urbana.

Seção III
Do Passeio Público e da Acessibilidade

Art. 30 – Os passeios públicos deverão ser executados e mantidos em conformidade com as diretrizes, critérios e especificações estabelecidas na Seção VII do Capítulo I do Título II do Código de Obras do Município, observadas as normas técnicas e a legislação vigente.

Art. 31 – Além das disposições constantes do Código de Obras relativas aos passeios públicos, deverão ser observados, obrigatoriamente:
I. na interrupção das faixas permeáveis, das faixas livres de circulação ou das guias de balizamento, a instalação de sinalização tátil direcional, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis;
II. em todas as esquinas, a execução de rampas de acessibilidade, destinadas às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme as especificações da NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e da legislação federal de acessibilidade.

Art. 32 – Quando os passeios públicos se encontrarem em mau estado de conservação, o Município notificará os proprietários dos imóveis lindeiros para que promovam os reparos necessários, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

§ 1° – Será obrigatória a substituição integral do revestimento do passeio público no prazo máximo de 30 (trinta) dias, quando o mau estado de conservação atingir 50% (cinquenta por cento) ou mais da área total do calçamento.

§ 2° – Quando o mau estado do passeio público resultar de obras executadas por órgão ou entidade do Poder Público, os reparos e a recomposição do passeio correrão por conta do respectivo responsável.

Seção IV
Da Arborização

Art. 33 – A arborização urbana deverá observar os critérios técnicos de espaçamento, porte, espécie e localização definidos no Plano Municipal de Arborização Urbana, devendo as árvores ser implantadas, preferencialmente, no terço externo do passeio público, em conformidade com a legislação ambiental e urbanística municipal.

§ 1° – A supressão ou remoção de árvore somente poderá ocorrer mediante autorização do Poder Executivo Municipal, devendo ser realizada a compensação ambiental com o plantio de nova muda, preferencialmente no mesmo local ou, quando tecnicamente inviável, em área próxima indicada pelo Município.

§ 2° – Em nenhuma hipótese será dispensada a compensação ambiental decorrente da supressão de árvores, competindo ao Poder Executivo Municipal promover a fiscalização e exigir o replantio, nos termos da legislação municipal vigente, especialmente do Código de Obras e do Plano Municipal de Arborização Urbana.

§ 3° – Os passeios públicos desprovidos de arborização deverão receber novas mudas, conforme as diretrizes, espécies e critérios estabelecidos no Plano Municipal de Arborização Urbana.

CAPÍTULO IV
DA FISCALIZAÇÃO, DAS INFRAÇÕES E DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DO SISTEMA VIÁRIO

Seção I
Disposições Gerais e da Competência

Art. 34 – Os instrumentos administrativos previstos neste Capítulo constituem meios de exercício do poder de polícia administrativa municipal no âmbito do Sistema Viário, não implicando criação, ampliação ou modificação das atribuições, competências ou do regime jurídico dos cargos públicos, observada a legislação de pessoal e o Código de Posturas do Município.

Art. 35 – O exercício do poder de polícia administrativa no âmbito do Sistema Viário observará os princípios da legalidade, proporcionalidade, razoabilidade, motivação e devido processo legal.

§ 1° – As medidas administrativas deverão ser aplicadas de forma gradual, observada a seguinte ordem, sempre que possível:
I. notificação preliminar;
II. auto de infração e multa;
III. embargo;
IV. interdição;
V. cassação.

§ 2° – A aplicação de sanção mais gravosa sem a adoção prévia das medidas menos restritivas deverá ser expressamente justificada.

Art. 36 – A fiscalização do cumprimento das disposições desta Lei do Sistema Viário, bem como a lavratura de notificações, autos de infração e a aplicação das sanções administrativas previstas nesta Lei e no Anexo V, competem aos servidores ocupantes do cargo de Fiscal de Obras e Postura, bem como aos demais agentes fiscais de carreira legalmente investidos no exercício do poder de polícia administrativa municipal, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único: O procedimento administrativo para apuração de infrações e aplicação de sanções observará integralmente o disposto no Código de Posturas do Município, aplicando-se esta Lei apenas quanto à tipificação das infrações e definição das penalidades.

Art. 37 – Compete, ainda, à Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo, Obras, Engenharia ou órgão equivalente responsável pelo sistema viário e pelo controle urbanístico:
I. coordenar e supervisionar as ações de fiscalização;
II. analisar projetos, diretrizes viárias e autorizações;
III. prestar suporte administrativo e técnico às ações fiscalizatórias.

Art. 38 – Os profissionais técnicos da municipalidade, tais como engenheiros, arquitetos, geógrafos ou outros legalmente habilitados, poderão prestar apoio técnico à fiscalização por meio de vistorias, laudos, pareceres e manifestações técnicas, vedado o exercício de atos típicos do poder de polícia administrativa.

Parágrafo Único: O apoio técnico não se confunde com o exercício do poder de polícia administrativa, o qual permanece restrito aos agentes legalmente investidos dessa competência.

Art. 39 – No exercício de suas atribuições, os agentes fiscais municipais terão livre acesso às áreas públicas, vias, logradouros, obras viárias e demais intervenções integrantes do sistema viário, respeitadas as garantias constitucionais relativas à inviolabilidade do domicílio.

Art. 40 – Quando a fiscalização envolver imóvel utilizado como residência, o ingresso do agente fiscal dependerá de autorização do morador, salvo nos casos de irregularidade visível a partir do logradouro público ou mediante ordem judicial.

Seção II
Das Infrações e Sanções

Art. 41 – O descumprimento das disposições desta Lei do Sistema Viário sujeitará o responsável às sanções administrativas nela previstas e no Anexo V, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Art. 42 – As infrações administrativas ao Sistema Viário serão apuradas mediante procedimento administrativo próprio, observando-se, conforme o caso, as seguintes medidas:
I. Notificação Preliminar;
II. Auto de Infração e Imposição de Multa;
III. Embargo administrativo;
IV. Interdição;
V. Cassação de autorizações, licenças ou anuências concedidas pelo Município.

Seção III
Das Atribuições Do Agente Fiscal

Art. 43 – São atribuições do Agente Fiscal, no exercício de suas funções, garantida a fé pública de seus atos:
I. proceder a vistorias, inspeções e diligências em vias, logradouros públicos, obras viárias, loteamentos, acessos, passeios, ciclovias, estacionamentos e demais elementos integrantes do sistema viário;
II. exigir e examinar diretrizes viárias, projetos aprovados, autorizações, licenças e demais documentos legalmente exigíveis;
III. solicitar, sempre que necessário, apoio da equipe técnica municipal para a elaboração de laudos, pareceres e manifestações técnicas;
IV. expedir Notificação Preliminar para a correção de irregularidades passíveis de adequação;
V. lavrar Auto de Infração e Imposição de Multa, nos termos desta Lei e do Anexo V;
VI. determinar o embargo administrativo de obras ou intervenções viárias, quando constatada infração grave ou situação que ofereça risco à segurança viária, à mobilidade, à acessibilidade ou à ordem urbana;
VII. promover a comunicação entre o responsável pela infração e os órgãos técnicos competentes, visando à regularização das irregularidades constatadas.

Seção IV
Da Notificação Preliminar

Art. 44 – A Notificação Preliminar terá caráter preventivo e corretivo, sendo aplicada quando a infração for passível de regularização e não representar risco imediato à segurança viária, à mobilidade, à acessibilidade ou à ordem urbana.

§ 1° – A Notificação Preliminar será utilizada, especialmente, nos casos de infrações classificadas como de natureza leve ou média, nos termos do Anexo V.

§ 2° – A Notificação Preliminar deverá conter, no mínimo:
I. identificação do infrator e da área, via ou intervenção objeto da fiscalização;
II. descrição clara da infração constatada e sua fundamentação legal;
III. prazo para regularização, fixado entre 5 (cinco) e 30 (trinta) dias;
IV. advertência quanto à lavratura de Auto de Infração e Imposição de Multa em caso de descumprimento.

Seção V
Do Auto de Infração e da Multa

Art. 45 – O Auto de Infração e Imposição de Multa será lavrado independentemente de Notificação Preliminar quando:
I. a infração estiver consolidada ou gerar risco efetivo ou potencial à segurança viária;
II. a obra ou intervenção viária estiver sendo executada sem autorização ou diretrizes viárias;
III. houver descumprimento de Notificação Preliminar;
IV. caracterizar-se reincidência;
V. houver embaraço, resistência ou impedimento à ação fiscalizatória.

Parágrafo Único: O prazo para apresentação de defesa administrativa será de no máximo 15 (quinze) dias, contados da ciência do Auto de Infração.

Art. 46 – A multa será fixada pela autoridade fiscal dentro dos intervalos previstos no ANEXO V, considerando, cumulativamente:
I. a gravidade da infração;
II. o risco à segurança viária, à mobilidade ou à acessibilidade;
III. a extensão do dano ao sistema viário;
IV. a vantagem econômica auferida;
V. a reincidência.

Art. 47 – Na hipótese de constatação de infração às disposições desta Lei não expressamente tipificada no ANEXO V, a autoridade fiscal poderá aplicar multa administrativa mediante enquadramento fundamentado, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Seção VI
Do Embargo, Da Interdição E Da Cassação

Art. 48 – O embargo administrativo será aplicado quando constatada a execução de obra ou intervenção viária:
I. sem autorização, diretrizes viárias ou anuência municipal, quando exigidas;
II. em desacordo com os parâmetros desta Lei ou com projeto aprovado;
III. em descumprimento de Notificação Preliminar;
IV que ofereça risco à segurança viária, à mobilidade, à acessibilidade ou à ordem urbana;
V. em situação de reincidência.

§ 1° – O embargo implica a paralisação imediata da intervenção, vedada a continuidade de qualquer serviço, salvo aqueles estritamente necessários à eliminação de risco iminente.

§ 2° – O descumprimento do embargo constitui infração grave, nos termos do Anexo V.

Art. 49 – A interdição poderá ser aplicada quando a via, trecho, acesso ou equipamento viário:
I. apresentar risco efetivo à segurança de pessoas ou bens;
II. estiver sendo utilizado em desacordo com a finalidade autorizada;
III. descumprir embargo administrativo regularmente imposto.

Art. 50 – As autorizações, licenças ou anuências concedidas poderão ser cassadas quando constatado:
I. desvirtuamento da finalidade;
II. descumprimento reiterado das disposições desta Lei;
III. prática de infração classificada como grave;
IV. prestação de informações falsas;
V. resistência à ação fiscalizatória.

Parágrafo Único: A cassação não exime o infrator da obrigação de regularizar a situação nem do pagamento das multas aplicadas.

Art. 51 – Esta Lei não cria cargos, funções ou órgãos públicos, nem altera a estrutura administrativa do Município, limitando-se a disciplinar o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito do Sistema Viário.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 52 – As disposições desta Lei não substituem nem afastam a obrigatoriedade de observância das normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, especialmente aquelas destinadas a assegurar condições ambientais, sanitárias, de iluminação, ventilação, insolação, acessibilidade e circulação interna das edificações, independentemente da zona ou setor em que se localizem.

Art. 53 – Os loteamentos aprovados e registrados anteriormente à vigência desta Lei, ainda não implantados e cujos lotes tenham sido alienados ou compromissados, no todo ou em parte, serão analisados sob a ótica desta Lei, da legislação de parcelamento do solo e da legislação edilícia municipal, mediante parecer consultivo do Conselho Municipal competente, sem prejuízo da decisão final motivada do Poder Executivo.

Art. 54 – A presente Lei, que disciplina os aspectos físicos e funcionais do Sistema Viário Municipal, será complementada, no que couber, pelo Plano de Sinalização Urbana e pelo Plano de Arborização Urbana, observadas as disposições desta Lei e de seus Anexos.

Art. 55 – As infrações e sanções previstas nesta Lei serão aplicadas no âmbito de sua competência material, observando-se o procedimento estabelecido no Código de Posturas do Município, que prevalecerá quanto às regras processuais.

Art. 56 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 22/2023 de 17 de Maio de 2023.

Paço Municipal de Pitangueiras/PR, 14 de outubro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I
MAPA DAS DIRETRIZES E HIERARQUIA VIÁRIA

ANEXO II
PASSEIO ECOLÓGICO

Total do passeio	Área impermeável para circulação (adjacente ao alinhamento predial)	Área permeável	Área impermeável para desembarque (adjacente ao meio fio)
Para passeio público existente com largura de 3,50 metros			
3,5 metros	2,0 m	1,0 m	0,50 m
Para passeio público com largura de 3,0 metros			
3,0 metros	1,50 m	1,0 m	0,50 m
Para passeio público com largura de 2,5 metros			
2,5 metros	1,20 metros	1,0 m	0,30 m

Notas Explicativas
1. Para os passeios com outras metragens, às especificações serão definidas pelo município para toda a via.
2. Os ajustes técnicos previstos neste Anexo deverão respeitar os parâmetros mínimos estabelecidos nesta Lei e somente poderão ocorrer mediante justificativa técnica fundamentada, vedada a redução de padrões mínimos de acessibilidade, segurança e mobilidade.

ANEXO III
PERFIL DAS VIAS

ANEXO IV
DEFINIÇÕES

I. Logradouro Público: avenidas, ruas, alamedas, travessas, contornos rodoviários, estradas e caminhos destinados à circulação, de uso público;
II. Código de Trânsito Brasileiro (CTB): conjunto de normas que disciplinam a circulação, a segurança e a utilização das vias públicas e privadas abertas à circulação, nos termos da legislação federal vigente;
III. Passeio ou Calçada: parte do logradouro público ou da via de circulação destinada ao trânsito de pedestres;
IV. Pista de Rolamento: parte do logradouro público ou da via de circulação destinada ao tráfego de veículos, composta por uma ou mais faixas de rolamento;
V. Sistema Viário Básico: conjunto das vias principais de circulação do Município, dotadas de funções estruturais específicas e hierarquizadas;
VI. Tráfego: fluxo de veículos que percorre determinada via em um período de tempo definido;
VII. Faixa ou Área Permeável: faixa ou área livre de qualquer tratamento impermeabilizante, destinada à absorção de águas pluviais, ao ajardinamento e à arborização;
VIII. Faixa Pavimentada: faixa impermeabilizada por meio de pavimentação ou revestimento que impeça ou reduza significativamente a absorção de águas pluviais;
IX. Guia de Balizamento: elemento edificado ou instalado junto aos limites laterais da superfície de circulação de pedestres, destinado a definir claramente esses limites, de modo a torná-los perceptíveis às pessoas com deficiência visual, conforme normas técnicas aplicáveis;
X. Piso Podotátil de Alerta: tipo de piso tátil utilizado para sinalizar situações que envolvam risco à segurança, devendo apresentar contraste cromático e tátil em relação ao piso adjacente, conforme normas técnicas da ABNT;
XI. Piso Podotátil Direcional: tipo de piso tátil utilizado para indicar direções preferenciais de circulação, especialmente na ausência ou descontinuidade de linha-guia identificável, em ambientes internos ou externos, conforme normas técnicas da ABNT;
XII. Testada do Lote: largura do lote voltada para o logradouro público;
XIII. Sarjeta: dispositivo destinado ao escoamento superficial das águas pluviais, localizado junto ao meio-fio dos passeios ou da pista de rolamento;
XIV. Via Paisagística: via lindeira a cursos d'água, implantada ao longo de fundos de vale, respeitada a legislação ambiental vigente, com finalidade paisagística, de lazer e de mobilidade de baixa velocidade;
XV. Via de Circulação Restrita: trecho ou porção de via ou praça pública destinada à circulação de veículos em baixa velocidade, com possibilidade de restrição ou fechamento temporário ao tráfego, especialmente em fins de semana, feriados ou eventos, conforme regulamentação do Poder Executivo Municipal.

ANEXO V
TABELA DE INFRAÇÕES E PENALIDADES

Infração	Classificação	Multa (UF)
Executar obra ou intervenção viária em logradouro público, área pública ou de uso comum sem prévio instrumento jurídico formal que autorize a intervenção ou assegure a regularização da área, quando exigido	Grave	79 a 250 UFM
Implantar via em desacordo com a hierarquia viária definida nos Anexos da Lei	Grave	79 a 250 UFM
Alterar diretriz viária sem estudo técnico aprovado pelo Município	Grave	79 a 250 UFM
Executar ajustes de traçado que descaracterizem a função, hierarquia ou continuidade da via	Grave	79 a 250 UFM
Implantar via com largura inferior à seção mínima prevista para sua classificação	Grave	79 a 250 UFM
Prolongar via existente reduzindo sua seção transversal	Grave	79 a 250 UFM
Executar passeios públicos em desacordo com as dimensões e critérios técnicos exigidos	Média	28 a 76 UFM
Deixar de manter ou reparar passeio público após notificação do Município	Média	28 a 76 UFM
Não implantar ciclovia quando obrigatória pelo tipo de via	Grave	79 a 250 UFM
Executar via com inclinação superior ao permitido, sem estudo técnico aprovado pelo Município	Grave	79 a 250 UFM
Implantar via sem saída em desacordo com o comprimento máximo ou sem bolsão de retorno	Grave	79 a 250 UFM
Utilizar pavimentação inadequada em vias de interesse paisagístico ou fundo de vale	Grave	79 a 250 UFM
Não implantar arborização urbana conforme Plano Municipal de Arborização	Leve	3 a 8 UFM
Suprimir árvore sem autorização do Poder Público Municipal	Média	28 a 76 UFM
Reincidência específica, caracterizada pela repetição da mesma infração no prazo definido no Código de Posturas Municipal	Grave	Multa em dobro

Observações:
1. As penalidades previstas neste Anexo serão aplicadas conforme o procedimento estabelecido no Código de Posturas Municipal.
2. A reincidência específica observará os critérios temporais e procedimentais definidos na legislação municipal vigente.
3. A aplicação das multas não afasta a adoção das medidas administrativas previstas nesta Lei.
4. Para os fins deste Anexo, a sigla "UF" corresponde à Unidade Fiscal do Município de Pitangueiras, ou outra unidade que venha a substituí-la, conforme legislação municipal vigente à época da aplicação da penalidade.

ANEXO VI
MAPA DA HIERARQUIA VIÁRIA

ANEXO VII
MAPA DA HIERARQUIA VIÁRIA MUNICIPAL

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:CD15F9C7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 230/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

Art. 1º – Conceder diárias à servidora **Gabriele Cristina Simões de Souza**, ocupante do cargo em comissão de Secretária Municipal de Assistência Social, para seu deslocamento até a cidade de Curitiba/PR, com saída no dia 20/10/2026, e retorno previsto para o dia 22/10/2026, para sua participação em Capacitação para Vigilância Socioassistencial, conforme Processo Administrativo 1Doc nº 3.621/2026, de 14 de outubro de 2026.

Art. 2º – As diárias serão concedidas nos termos do Art. 14 e tabela constante do Anexo I, da Lei Municipal nº 689/2021, de 26 de março de 2021, alterada pela Lei Municipal n° 881/2025, de 05 de dezembro de 2025.

Art. 3º – O valor concedido será de R$ 1.300,00 (mil e trezentos reais), correspondente à 2,0 (duas) diárias com pernoite, calculado na forma do disposto no Art. 14 da referida Lei.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 15 de outubro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:E3BB0489

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 231/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

Art. 1º – Conceder diárias à servidora **Beatriz Aparecida Gonçalves dos Santos**, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, para seu deslocamento até a cidade de Curitiba/PR, com saída no dia 20/10/2026, e retorno previsto para o dia 22/10/2026, para sua participação no Encontro Estadual sobre a Vigilância

Socioassistencial, conforme Processo Administrativo 1Doc nº 3.620/2026, de 14/10/2026.

Art. 2º – As diárias serão concedidas nos termos do Art. 14, § 1° e tabela constante do Anexo I, da Lei Municipal nº 689/2021, de 26 de março de 2021, alterada pela Lei Municipal n° 881/2025, de 05 de dezembro de 2025.

Art. 3º – O valor concedido será de R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), correspondente à 2,0 (duas) diárias com pernoite, calculado na forma do disposto no Art. 14 da referida Lei.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 15 de outubro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:DD255EA8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 232/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

Art. 1º – Conceder diárias ao servidor **Marcos Roberto de Souza**, ocupante do cargo de efetivo de Motorista, para seu deslocamento até a cidade da Curitiba/PR, com saída no dia 20/10/2026, e retorno previsto para o dia 22/10/2026, com a finalidade de realizar o serviço de transporte da Gestora Gabriele Cristina Simões de Souza Nunes e Coordenadora do CRAS Beatriz Aparecida Gonçalves dos Santos, para participarem de evento de capacitação, conforme Processo Administrativo 1Doc nº 3.643/2026, de 15/10/2026.

Art. 2º – As diárias serão concedidas nos termos do Art. 14, § 1° e tabela constante do Anexo I, da Lei Municipal nº 689/2021, de 26 de março de 2021, alterada pela Lei Municipal n° 881/2025, de 05 de dezembro de 2025.

Art. 3º – O valor concedido será de R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), correspondente à 2,0 (duas) diárias com pernoite, calculado na forma do disposto no Art. 14 da referida Lei.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 15 de outubro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:B0868A13

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA Nº 15/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 92/2026

OBJETO: Contratação de empresa, nos moldes da Lei Complementar 123/06, especializada na formação de motoristas para o trabalho com transporte escolar.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR MÁXIMO: R$ 4.819,14 (quatro mil, oitocentos e dezenove reais e quatorze centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: do dia 20/10/2026 às 07h59min ao dia 26/10/2026 às 07h59min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 26/10/2026 às 08h00min.

ENVIO DAS PROPOSTAS: Através do Protocolo Online, conforme item 5 do edital.

CONSULTAS AO EDITAL E INFORMAÇÕES: www.pitangueiras.pr.gov.br ou Avenida Central, nº 408, Pitangueiras-Pr.

ESCLARECIMENTOS: através do telefone (43) 3257-1143, na Avenida Central, 408, na cidade de Pitangueiras – PR, pessoalmente ou via protocolo online, conforme item 5 do Edital.

Pitangueiras, 15 de outubro de 2026.

ALAN CRISTIAN DA SILVA MATTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:B6B91371

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
DECISÃO EM IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PREGÃO Nº 45/2026

DECISÃO EM IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Pregão Eletrônico	nº 45/2026
Processo Administrativo	nº 81/2026
Objeto	Registro de preços, com lotes exclusivos para empresas constituídas nos moldes da Lei Complementar nº 123/2006 e lotes de ampla concorrência, para eventual aquisição de pneus.
Impugnante	PIETRO E-COMMERCE LTDA – CNPJ nº 48.878.990/0001-91
Protocolo da impugnação	09 de outubro de 2026
Sessão pública	19 de outubro de 2026
Ato de padronização	Decreto Municipal nº 765/2026

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL. PREGÃO ELETRÔNICO. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES. INDICAÇÃO DE MARCAS DECORRENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE PADRONIZAÇÃO. ART. 41, I, "a", E ART. 43, CAPUT E § 1º, DA LEI Nº 14.133/2021. PARECER TÉCNICO DE COMISSÃO DESIGNADA, DESPACHO MOTIVADO DA AUTORIDADE SUPERIOR E DIVULGAÇÃO OFICIAL. ADESÃO MOTIVADA A PROCESSOS DE PADRONIZAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARANAENSES CUJA REGULARIDADE FOI RECONHECIDA PELO TCE-PR (ACÓRDÃO Nº 1317/23 E ACÓRDÃO Nº 2094/24, AMBOS DO TRIBUNAL PLENO; DESPACHO Nº 1104/25). OBSERVÂNCIA DA ORIENTAÇÃO EXPRESSA DO ACÓRDÃO Nº 1038/25 – TRIBUNAL PLENO. INAPLICABILIDADE DO REGIME DA "MARCA DE REFERÊNCIA" (ART. 41, I, "d"). PLURALIDADE DE FABRICANTES E DE FORNECEDORES. COMPETITIVIDADE PRESERVADA. IMPUGNAÇÃO CONHECIDA E, NO MÉRITO, NÃO PROVIDA.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de impugnação ao edital apresentada por **PIETRO E-COMMERCE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 48.878.990/0001-91, com sede em Barra Velha/SC, por intermédio de seu representante legal, protocolada em 09 de outubro de 2026, em face do edital do Pregão Eletrônico nº 45/2026, cuja sessão pública está designada para 19 de outubro de 2026.

2. A insurgência dirige-se contra o item XII do edital ("Da Padronização das Marcas"), cujo subitem 12.1 estabelece que somente serão aceitas as marcas indicadas no Decreto Municipal nº 765/2026, a saber: **para pneus**, GOODYEAR, PIRELLI, CONTINENTAL, MICHELIN, FIRESTONE e BRIDGESTONE; e, **para câmaras de ar e protetores**, PIRELLI, MICHELIN e MAGGION.

3. Em síntese, a impugnante sustenta que:

as marcas mencionadas no edital deveriam funcionar como meras sugestões ou referências, sem caráter vinculante, devendo ser aceitos produtos de outras marcas com características iguais ou superiores,

invocando os Acórdãos nº 113/2016, nº 2.829/2015, nº 636/2006 e nº 1.861/2012, do Tribunal de Contas da União;
a indicação de marca somente seria admitida quando demonstrado, por pareceres, laudos e estudos, que as marcas indicadas são as únicas capazes de atender às necessidades da Administração, com fundamento no art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021;
a exigência contrariaria a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, notadamente o Acórdão nº 1045/16 – Tribunal Pleno;
a Administração não teria apresentado motivação técnica nem comprovação de vantajosidade econômica, tampouco demonstrado a realização de chamamento público para que interessados submetessem catálogos de suas marcas, o que levaria a crer em "seleção interna" das marcas;
inexistiria, no edital, conexão entre as marcas indicadas e as especificações técnicas dos itens, tais como índice de velocidade, índice de carga, lonagem e material de carcaça; e
haveria "infinidade" de marcas testadas e aprovadas pelo INMETRO aptas a atender à Administração, de modo que a restrição decorreria de subjetivismo dos responsáveis e cercearia a competitividade.
4. Ao final, requer o provimento da impugnação, com a retificação do edital "quanto ao apontado", e a intimação da decisão no endereço eletrônico juridico@pietropneus.com.br.
5. Para a análise, foram consultados o Decreto Municipal nº 765/2026, bem como decisões do Tribunal de Contas do Estado do Paraná semelhantes ao caso.
É o relatório. Passa-se à decisão.

II – DA ADMISSIBILIDADE

6. A impugnação ao edital está disciplinada no art. 164 da Lei nº 14.133/2021:
Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
7. A lei confere legitimidade a "qualquer pessoa", de modo que a impugnante, sociedade empresária atuante no comércio de pneus, é parte legítima.
8. A sessão pública está designada para 19 de outubro de 2026 (segunda-feira). Contados retroativamente 3 (três) dias úteis, o termo final para o protocolo da impugnação recaiu em 14 de outubro de 2026, considerado ainda o feriado nacional de 12 de outubro (Lei nº 6.802/1980). Protocolada em 09 de outubro de 2026, a impugnação é **tempestiva**.
9. A peça foi apresentada por escrito, nos termos do item 10 do edital, com identificação da impugnante e de seu representante, exposição dos fundamentos e pedido certo.
10. Presentes os pressupostos de admissibilidade, a impugnação deve ser **conhecida (recebida)**. Registra-se que a Lei nº 14.133/2021 não atribui efeito suspensivo à impugnação, razão pela qual o certame segue seu curso regular, e que esta decisão será divulgada no prazo do parágrafo único do art. 164.

III – DO MÉRITO

III.1 – Delimitação da controvérsia: marca de referência não se confunde com marca padronizada

11. A argumentação da impugnante parte de premissa equivocada: a de que toda menção a marca em edital teria natureza de mera referência, impondo-se sempre a aceitação de produtos "similares" ou "equivalentes". Essa leitura reproduz a lógica do regime revogado da Lei nº 8.666/1993 (arts. 7º, § 5º, e 15, § 7º, I), sob o qual foram proferidos todos os julgados do Tribunal de Contas da União transcritos na peça.
12. A Lei nº 14.133/2021 passou a disciplinar expressamente, em hipóteses autônomas, as situações em que a Administração pode indicar marcas ou modelos no fornecimento de bens:
Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:
I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:
a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;
d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir **apenas como referência**; (grifou-se)
13. As alíneas não se confundem. Na hipótese da **alínea "d"**, a marca é indicada "apenas como referência", isto é, como recurso descritivo do objeto, e por isso a Administração deve aceitar produtos similares, cuja qualidade será demonstrada pelos meios previstos no art. 42 da mesma Lei. É a esse instituto, e somente a ele, que se aplicam as expressões "ou similar", "ou equivalente" e "ou de melhor qualidade" invocadas pela impugnante.
14. Na hipótese da **alínea "a"**, ao contrário, a marca indicada **é o próprio padrão** adotado pela Administração ao término de processo administrativo específico (art. 43) e, por definição, vincula as aquisições subsequentes. Admitir "similares" em licitação lastreada em padronização esvaziaria o instituto: um padrão que aceita qualquer produto supostamente equivalente simplesmente não padroniza coisa alguma.
15. Também não procede a tese de que a indicação só seria válida se demonstrado que as marcas escolhidas são "as únicas capazes" de atender à Administração. Essa exigência corresponde à **alínea "c"** do art. 41, I, hipótese autônoma e distinta da padronização. A impugnante transporta para a alínea "a" um requisito que a lei reservou à alínea "c". Na padronização, a lei exige outra coisa: o processo do art. 43, com parecer técnico, despacho motivado e divulgação oficial.
16. A própria jurisprudência trazida pela impugnante confirma essa distinção. O Acórdão nº 2.829/2015 – Plenário do TCU, por ela transcrito com grifos, é explícito ao reconhecer a padronização como hipótese legítima de indicação de marca específica:
4. A padronização, uma das hipóteses para eventual indicação de marca específica, é um instrumento dirigido a aquisições futuras e não pode ser realizada ao alvedrio da Administração, devendo ser precedida de procedimento específico, cuja escolha deve ser objetiva e técnica, fundamentada em estudos, laudos, perícias e pareceres que demonstrem as vantagens econômicas e a requerida satisfação do interesse público.
17. No mesmo sentido é a **Súmula nº 270 do TCU**: "Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificação". Mesmo o Acórdão nº 1.861/2012 – Primeira Câmara, também citado, ressalva expressamente as hipóteses "devidamente justificadas por critérios técnicos".
18. Assim, a questão a ser enfrentada não é se a Administração pode exigir determinadas marcas, pois a lei expressamente o permite, mas se a padronização que fundamenta a exigência foi regularmente instituída. E, como se demonstrará, foi.

III.2 – O regime jurídico da padronização na Lei nº 14.133/2021

19. A padronização é princípio expresso do planejamento das compras públicas (art. 40, V, "a": "da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho") e concretiza os princípios da eficiência, do planejamento e da economicidade (art. 5º), bem como o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa "inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto" (art. 11, I).
20. Na lição de Jessé Torres Pereira Júnior, reproduzida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná no Acórdão nº 1038/25 – Tribunal Pleno, "a padronização de materiais deve ser alvo permanente da Administração. Desde que não signifique direcionamento que contorne os princípios da igualdade e competividade, a padronização: a) favorece rigor na caracterização do objeto por adquirir; b) atende superiormente, aos interesses do serviço porque enseja maior antecipação na compra, maior eficiência na manutenção e pertinência no controle de estoque e de qualidade; c) assegura aquisição de acordo, o mais possível, com as condições de mercado". Para Marçal Justen Filho, trata-se de "instrumento de racionalização da atividade administrativa, com redução de custos e otimização da aplicação de recursos" (citado no Acórdão nº 260/20 – Tribunal Pleno do TCE-PR).
21. O procedimento está disciplinado no art. 43:

Art. 43. O processo de padronização deverá conter:
I - parecer técnico sobre o produto, considerados especificações técnicas e estéticas, desempenho, análise de contratações anteriores, custo e condições de manutenção e garantia;
II - despacho motivado da autoridade superior, com a adoção do padrão;
III - síntese da justificativa e descrição sucinta do padrão definido, divulgadas em sítio eletrônico oficial.
§ 1º É permitida a padronização com base em processo de outro órgão ou entidade de nível federativo igual ou superior ao do órgão adquirente, devendo o ato que decidir pela adesão a outro processo de padronização ser devidamente motivado, com indicação da necessidade da Administração e dos riscos decorrentes dessa decisão, e divulgado em sítio eletrônico oficial.
22. A lei oferece, portanto, dois caminhos: a padronização própria (caput) e a adesão a processo de outro ente de nível federativo igual ou superior (§ 1º). O Município de Pitangueiras adotou solução que reúne ambos: instaurou processo próprio, conduzido por comissão designada, com análise da sua frota e das suas contratações anteriores, e, nos termos do § 1º, valeu-se motivadamente das conclusões técnicas de processos de padronização de outros Municípios paranaenses cuja regularidade foi examinada e reconhecida pelo TCE-PR.

III.3 – O processo de padronização instaurado pelo Município

23. Ao contrário do que afirma a impugnante, que indaga "qual foi o procedimento adotado para padronizar os produtos e marcas", o próprio subitem 12.1 do edital indica a fonte da exigência: o Decreto Municipal nº 765/2026, que percorreu as seguintes etapas:

Documento de Formalização de Demanda – DFD nº 001/2026 (06/07/2026), da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, que justificou a necessidade da padronização diante da heterogeneidade de marcas adquiridas sem critérios técnicos uniformes, da dificuldade de controle de vida útil e de acionamento de garantias e do risco de contratações desvantajosas pelo critério isolado do menor preço unitário, e que fixou os critérios de análise correspondentes aos elementos do art. 43, I;

Despacho do Prefeito Municipal (07/07/2026), que autorizou a abertura do processo e determinou a elaboração de parecer técnico sobre especificações técnicas e estéticas, desempenho, análise de contratações anteriores, custo, condições de manutenção e garantia e levantamento de processos de padronização de outros Municípios, com autorização expressa para utilização do art. 43, § 1º;

Portaria nº 177/2026 (09/07/2026), que designou a Comissão de Padronização composta por três servidores, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 10/07/2026, Edição nº 3570;

Despacho da Comissão de Padronização (13/07/2026), que realizou diligências e juntou aos autos os processos de padronização e as decisões do TCE-PR referentes aos Municípios de Juranda (Processo nº 137118/23), Cândido de Abreu (Processo nº 25459/24) e Miraselva (Processo nº 401580/25);

Parecer Técnico da Comissão de Padronização, abordando todos os elementos do art. 43, I, adiante detalhados;

Decisão Administrativa nº 001/2026, despacho motivado do Prefeito Municipal que adotou o padrão (art. 43, II); e

Decreto Municipal nº 765/2026, que instituiu a padronização, divulgado no sítio eletrônico oficial do Município e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 04/09/2026, Edição nº 3610 (art. 43, III e § 1º).

24. O parecer técnico, peça central do processo, não se limitou a afirmações genéricas. Ele contém, entre outros elementos:

Diagnóstico da frota municipal: 66 veículos, máquinas e equipamentos, fabricados entre 1963 e 2025, dos quais 44 movidos a diesel, 19 flex e 3 a gasolina, distribuídos entre Setor Rodoviário (25), Saúde (20), Agricultura (6), Educação (4), Assistência Social (4), Segurança (3), Administração (2), Gabinete (1) e Esporte (1), com caracterização das condições reais de uso: estradas rurais não pavimentadas, trechos cascalhados, áreas agrícolas, transporte escolar rural, transporte de pacientes e operação de retroescavadeiras, motoniveladora, tratores, pás-carregadeiras e rolo compactador;

Especificações técnicas por item: relação dos itens a padronizar com medidas, número de lonas, classificação de serviço (L3, R4), construção (radial ou convencional), índices de carga e velocidade (a exemplo de 215/75R17.5, 12 lonas, índice 126/124 K, e 175/70R14, índice 88T) e aplicação (estrada de chão e asfalto, uso severo em cascalho, agrícola);

Análise de contratações anteriores: exame individualizado das 22 marcas ou denominações registradas nas Atas de Registro de Preços nº 128/2024, 129/2024, 130/2024, 131/2024, 132/2024, 133/2024, 63/2025 e 64/2025, oriundas do Pregão Eletrônico nº 63/2024 (Processo Administrativo nº 97/2024): AT 65, BKT, CARGO, CASUMINA, CHENGSHAN, DOUBLE KING, DPLUS, EMPEROR, FORERUNNER, INVOVIC, JK, KAPSEN, LINGLONG, RX, SAILUN, STEER, SUNWIDE, TORNEL, WESTLAKE e XBRI (pneus), IRA e JABUTI (câmaras de ar). A Comissão identificou que parte das denominações registradas (AT 65, CARGO, EMPEROR, RX, STEER e IRA) sequer permite identificar com segurança o fabricante, o catálogo técnico ou o responsável pela garantia, o que compromete a rastreabilidade, e que, quanto às demais, não havia documentação do modelo concreto ofertado que demonstrasse equivalência ao padrão nas condições locais de uso. Ressaltou, com prudência técnica, que a conclusão "não decorre de desqualificação geral" dos fabricantes, mas da insuficiência de comprovação relativa ao produto ofertado;

Análise de custo pelo ciclo de vida: estudo de custo por quilômetro rodado (CPK), demonstrando que o menor preço unitário não corresponde, necessariamente, ao menor custo, já que, no exemplo analisado, o CPK das marcas sem padrão (R$ 0,011 a R$ 0,014/km) é igual ou superior ao das marcas padronizadas (R$ 0,008 a R$ 0,011/km), antes mesmo de computados os custos indiretos de paralisação, mão de obra e manutenção não programada;

Desempenho, manutenção e garantia: avaliação da rede de distribuição e assistência técnica, da facilidade de acionamento de garantia, das certificações e da compatibilidade com as diversas aplicações da frota;

Motivação da adesão (art. 43, § 1º): demonstração da compatibilidade funcional, operacional, veicular, logística, preventiva e econômica entre a frota de Pitangueiras e as frotas dos Municípios paradigmas, com a ressalva expressa de que a utilização desses processos "não representa reprodução automática de suas conclusões";

Necessidade da Administração e matriz de riscos: indicação da necessidade decorrente do encerramento da vigência das atas anteriores e da demanda contínua de reposição, e avaliação dos riscos de restrição à competitividade, sobrepreço, desabastecimento e risco jurídico, com as respectivas medidas mitigadoras.

25. O quadro a seguir sintetiza a correspondência entre os requisitos legais e o que consta dos autos:

Requisito legal	Atendimento no processo de padronização
Art. 43, I – especificações técnicas e estéticas	Parecer Técnico: relação de itens com medidas, lonas, classificação de serviço e índices de carga e velocidade; itens 3.3 e 4
Art. 43, I – desempenho	Parecer Técnico: itens 4.1 e 5 (durabilidade, resistência em uso severo, aderência, frenagem, trocas emergenciais)
Art. 43, I – análise de contratações anteriores	Parecer Técnico: itens 3.1 e 3.5 (análise das 22 marcas das ARPs nº 128 a 133/2024, 63/2025 e 64/2025)
Art. 43, I – custo	Parecer Técnico: itens 3.6 e 4.4 (custo por quilômetro rodado e custo do ciclo de vida)
Art. 43, I – manutenção e garantia	Parecer Técnico: itens 4.3 e 4.5 (assistência técnica, rede nacional, garantia, certificações)
Art. 43, II – despacho motivado	Decisão Administrativa nº 001/2026 do Prefeito Municipal
Art. 43, III – divulgação	Decreto Municipal nº 765/2026, divulgado no sítio eletrônico oficial em 04/09/2026
Art. 43, § 1º – mesmo nível federativo	Paradigmas: Municípios de Juranda, Cândido de Abreu e Miraselva/PR
Art. 43, § 1º – motivação, necessidade e riscos	Parecer Técnico: itens 3.3, 6, 7.1 (necessidade) e 7.2 (riscos)

26. Diante desse acervo, a afirmação de que "a Administração não apresentou quaisquer motivações ou análises técnicas justificadas ou comprovação de vantajosidade econômica" é **faticamente incorreta**. A impugnação, de resto, ataca o edital em abstrato: não aponta um único erro, lacuna ou incoerência no parecer técnico, não indica qual marca pretende ofertar e não traz qualquer documento técnico que demonstre a equivalência de outro produto ao padrão adotado.

III.4 – A adesão motivada (art. 43, § 1º) e a jurisprudência do TCE-PR

27. O § 1º do art. 43 condiciona a adesão a processo de padronização de outro ente a cinco requisitos: (i) nível federativo igual ou superior; (ii) ato motivado; (iii) indicação da necessidade da Administração; (iv) indicação dos riscos decorrentes da decisão; e (v) divulgação em sítio eletrônico oficial. Todos foram atendidos, conforme demonstrado no quadro anterior: os paradigmas são Municípios, ou seja, entes do mesmo nível federativo; a compatibilidade das frotas foi demonstrada

à luz da realidade concreta de Pitangueiras; a necessidade e os riscos foram expressamente indicados; e o ato foi publicado.

28. Os processos adotados como paradigma tiveram sua regularidade examinada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em representações que veiculavam argumentos essencialmente idênticos aos desta impugnação:

29. **(a) Município de Juranda – Processo nº 137118/23 – Acórdão nº 1317/23 – Tribunal Pleno** (Rel. Cons. Augustinho Zucchi, j. 25/05/2023, unânime). O padrão então impugnado é **exatamente o mesmo** adotado por Pitangueiras: pneus GOODYEAR, PIRELLI, CONTINENTAL, MICHELIN, FIRESTONE e BRIDGESTONE; câmaras de ar e protetores PIRELLI, MICHELIN e MAGGION. Após a instrução da Coordenadoria de Gestão Municipal (Instrução nº 1170/23-CGM) e o parecer do Ministério Público de Contas (Parecer nº 308/23), o Tribunal Pleno julgou a representação improcedente e revogou a cautelar antes concedida. Destaca-se da instrução técnica:

Ao todo, foram indicadas 7 (sete) marcas, sem ordem de preferência, tais quais, GOODYEAR, PIRELLI, CONTINENTAL, MICHELIN, FIRESTONE, BRIDGESTONE E MAGION, que além de serem marcas conhecidas do mercado, são comercializadas por diversas empresas, garantindo a qualidade e competitividade na referida contratação.

30. **(b) Município de Cândido de Abreu – Processo nº 25459/24 – Acórdão nº 2094/24 – Tribunal Pleno** (Rel. Cons. Fabio de Souza Camargo, j. 18/07/2024, unânime). O Município utilizou, como insumo, o estudo técnico de Juranda, e o Tribunal, acolhendo a Instrução nº 2250/24-CGM e o Parecer nº 462/24 do Ministério Público de Contas, negou procedência à representação:

Assim, a exigência de marcas específicas no edital do Pregão Eletrônico n.º 100/2023 não restringe a concorrência e não viola os princípios de isonomia e competitividade, tendo em vista a realização de estudos técnicos que justificaram a escolha dessas marcas. [...] A legislação pertinente ao caso em comento (Leis Federais n.º 8.666/1993 e Lei n.º 14.133/2021) e os precedentes jurisprudenciais permitem a padronização de marcas em licitações, desde que justificadas tecnicamente.

31. No mesmo sentido, quanto a certame anterior do mesmo Município, o Acórdão nº 1504/24 – Tribunal Pleno, citado no parecer ministerial, registrou ser "contraproducente contrariar o trabalho realizado pelo município na busca da melhor compra sob o argumento de que eventuais problemas poderiam ser resolvidos no âmago da contratação".

32. **(c) Município de Miraselva – Processo nº 401580/25 – Despacho nº 1104/25** (Cons. Fabio de Souza Camargo, 26/08/2025). Diante de representação contra padronização das mesmas marcas, construída com base nos processos de Juranda e Cândido de Abreu, o Relator sequer recebeu a representação, ao constatar que o Município instituiu Comissão Técnica, elaborou Parecer Técnico e utilizou "os pareceres e estudos dos Municípios de Cândido de Abreu e Juranda como insumos para análise no seu Parecer Técnico":

[...] com base em uma análise comparativa nos três processos, vê-se que não existe o distinguishing necessário para o afastamento das conclusões que as unidades técnicas chegaram nos processos n.º 13711-8/23 e n.º 2545-9/24, que dão razão ao município representado, entende-se que a presente representação não passa pelo crivo da admissibilidade realizado por este relator.

33. Essa linha decisória já havia sido firmada pelo Tribunal nos Acórdãos nº 260/20 (Bituruna) e nº 262/22 (Assaí), ambos do Tribunal Pleno, e foi reafirmada, já sob a Lei nº 14.133/2021, no Acórdão nº 688/24 – Tribunal Pleno (Assaí), assim ementado: "Pregão Eletrônico para compra de pneus. Exigência de marcas. Restrição de competitividade. Inocorrência. Justificativa embasada em estudo técnico. Possibilidade legal do art. 41, I, a, da Lei 14.133/2021. Julgamento pela improcedência".

O Acórdão nº 1038/25 – Tribunal Pleno e a rota expressamente recomendada pelo TCE-PR

34. O precedente mais recente do Tribunal sobre a matéria, o **Acórdão nº 1038/25 – Tribunal Pleno** (Rel. Cons. Fernando Augusto Mello Guimarães, j. 08/05/2025, unânime), reforça a conclusão aqui adotada. Naquele caso, a padronização do Município de Assaí foi considerada irregular porque o respectivo processo "se resumiu a uma simples pesquisa de usuários dos produtos", isto é, um questionário aplicado a usuários leigos, sem parecer técnico sobre especificações, desempenho, contratações anteriores, custo e garantia, e sem despacho motivado e divulgação oficial.

35. Ainda assim, o Tribunal reafirmou a legitimidade do instituto, consignando que "a indicação de marcas em decorrência de processo de padronização não é contrário ao ordenamento jurídico e nem mesmo à jurisprudência" e que "tal medida pode reduzir custos pelo aumento da competividade, pois o mercado passa a conhecer de antemão e de forma transparente os bens ou serviços que serão pretendidos pela Administração em futuras licitações". E, ao final, **recomendou expressamente** o caminho trilhado por Pitangueiras:

III - recomendar ao Município de Assaí que, caso deseje utilizar o instrumento de padronização para aquisição de pneus em futuras licitações, realize um novo processo de padronização, observando os requisitos previstos no art. 43 da Lei nº 14.133/21; ou, caso não possua expertise em seu corpo técnico para tal atribuição, pode adotar processo de padronização já realizado por outro órgão ou entidade de nível federativo igual ou superior, conforme permissivo expressamente previsto no §1º do referido art. 43, evitando, com isso, a realização de retrabalhos ou a necessidade de elaboração de novos estudos técnicos para atender a legislação.

36. O contraste entre o caso de Assaí e o de Pitangueiras é nítido:

Elemento	Assaí (Acórdão nº 1038/25)	Pitangueiras
Base da escolha	Questionário de opinião a usuários leigos	Parecer técnico de comissão designada e adesão motivada a processos validados pelo TCE-PR
Elementos do art. 43, I	Não analisados	Analisados um a um (especificações, desempenho, contratações anteriores, custo/CPK, garantia)
Análise de contratações anteriores	Inexistente	Análise individualizada de 22 marcas de 8 atas anteriores
Despacho motivado	Inexistente	Decisão Administrativa nº 001/2026
Divulgação oficial	Inexistente	Portaria nº 177/2026 (DOM 10/07/2026) e Decreto nº 765/2026
Necessidade e riscos (§ 1º)	Não se aplicava	Itens 7.1 e 7.2 do Parecer Técnico

37. Esclarece-se, por oportuno, que o processo de padronização do Município de Assaí, declarado irregular pelo Acórdão nº 1038/25, **não constitui paradigma de adesão** para fins do art. 43, § 1º. A adoção do padrão por Pitangueiras apoia-se tecnicamente nos processos de Juranda, Cândido de Abreu e Miraselva, cuja regularidade foi reconhecida pelo TCE-PR, e nas análises próprias da Comissão sobre a frota e as contratações anteriores do Município. Eventuais menções ao Município de Assaí nos autos da padronização têm caráter contextual, relativo à evolução da jurisprudência do Tribunal, e não infirmam a higidez do padrão adotado.

38. Por fim, é significativo que o Conselheiro José Durval Mattos do Amaral, relator do Acórdão nº 1045/16 invocado pela impugnante, tenha integrado, por unanimidade, os colegiados que proferiram os Acórdãos nº 1317/23, nº 2094/24 e nº 1038/25, todos reconhecendo a validade da padronização de marcas de pneus regularmente instituída.

III.5 – Exame específico dos demais argumentos

a) O Acórdão nº 1045/16 – Tribunal Pleno do TCE-PR

39. O Acórdão nº 1045/16, proferido sob a égide da Lei nº 8.666/1993, censurou a escolha **casuística** de marcas sem qualquer procedimento de padronização. O próprio trecho transcrito pela impugnante revela isso: "A definição de uma determinada marca e a exclusão das demais, ainda que semelhantes, deve ser pormenorizadamente esclarecida, destacando-se os motivos determinantes (técnicos) que levaram àquela específica escolha – **padronização. In casu, tais circunstâncias inexistiram**". O julgado, longe de vedar a padronização, aponta-a como a via legítima para a indicação de marcas. No caso presente, as circunstâncias técnicas existem e estão documentadas, como demonstrado. Trata-se de típico caso de distinção (*distinguishing*), confirmado pelos precedentes posteriores do próprio Tribunal acima referidos.

b) A alegada ausência de chamamento público

40. O art. 43 da Lei nº 14.133/2021 não exige chamamento público como etapa do processo de padronização. Os requisitos legais são três (parecer técnico, despacho motivado e divulgação oficial), acrescidos, na adesão, da motivação quanto à necessidade e aos riscos. A impugnante confunde a padronização com a **pré-qualificação de bens** (art. 80, II), procedimento distinto, dotado de edital próprio e aberto à inscrição de interessados. Não pode o intérprete criar requisito procedimental que o legislador não previu, tanto mais quando o TCE-PR validou, nos três paradigmas, processos de padronização sem tal etapa.

41. Também não há "seleção interna" sigilosa. O ato de designação da Comissão foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná; o padrão foi instituído por decreto divulgado no sítio oficial; o edital remete expressamente ao decreto; e os autos do processo de padronização estão à disposição de qualquer interessado. A impugnante não requereu vista nem cópia do processo antes de afirmar que ele não existiria.

42. Ademais, o padrão não é imutável. O art. 4º do Decreto nº 765/2026 prevê sua revisão, ampliação ou ajuste "a qualquer tempo, mediante novo parecer técnico fundamentado e decisão motivada da Administração", e o parecer técnico registra que a avaliação desfavorável de determinadas marcas se deu "sem prejuízo de futura reavaliação mediante apresentação de documentação e testes adequados". Fabricantes e fornecedores interessados podem, portanto, submeter à Comissão de Padronização, em procedimento próprio, a documentação técnica de seus produtos. O que não se admite é que o padrão vigente seja afastado, no curso de licitação específica, por alegação genérica desacompanhada de qualquer elemento técnico.

c) A alegada ausência de conexão entre as marcas e as especificações técnicas

43. A crítica decorre de incompreensão sobre a função da padronização. As marcas padronizadas e as especificações técnicas de cada item **são exigências cumulativas e complementares**, e não alternativas. As especificações de cada item (medida, número de lonas, construção radial ou convencional, classificação de serviço, índices de carga e velocidade e aplicação) constam do termo de referência e devem ser integralmente atendidas pelo produto ofertado. A marca padronizada, por sua vez, funciona como filtro qualitativo adicional, assegurando rastreabilidade, procedência, desempenho consolidado em uso severo, rede de assistência e garantia acionável, aspectos que a mera descrição dimensional não captura.

44. O próprio parecer técnico enfrentou exatamente esse ponto, ao registrar que, nas aplicações severas da frota, "a análise não pode se limitar à correspondência da medida, devendo considerar classificação de serviço, quantidade de lonas, capacidade de carga, desenho da banda, resistência dos flancos, profundidade dos sulcos e compatibilidade com a atividade desempenhada", e que pneus com "dimensões externas semelhantes" podem apresentar "diferenças consideráveis de construção, número de lonas, capacidade de carga, composto de borracha, tipo de talão e resistência a perfurações". Longe de demonstrar falha do edital, o argumento da impugnante confirma a premissa técnica da padronização: medida e lonagem iguais não garantem desempenho equivalente.

d) A certificação do INMETRO

45. A certificação compulsória do INMETRO estabelece requisitos **mínimos** de segurança e conformidade para que um pneu possa ser comercializado no país. Ela é exigida de todas as marcas, inclusive das padronizadas, mas não afere durabilidade em condições severas de uso, custo por quilômetro rodado, regularidade de desgaste, capacidade de recapagem, rede de assistência técnica ou efetividade da garantia, que são precisamente os elementos que o art. 43, I, manda considerar. Se a certificação compulsória bastasse para tornar indiferentes todos os produtos certificados, o art. 43 da Lei nº 14.133/2021 não teria aplicação a qualquer bem regulado, o que evidentemente não corresponde à intenção do legislador.

e) A alegada restrição à competitividade e à economicidade

46. A padronização adotada não conduz a fornecedor exclusivo nem a marca única. Abrange **seis fabricantes de pneus** e **três fabricantes de câmaras de ar e protetores**, todos com ampla presença no mercado nacional e comercializados por numerosos distribuidores e revendedores, que disputarão entre si o menor preço, sem qualquer ordem de preferência entre as marcas. O certame preserva, ainda, lotes exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, em observância à Lei Complementar nº 123/2006.

47. A própria impugnante, que atua no comércio eletrônico de pneus, **não está impedida de participar** do certame: basta que oferte produtos das marcas padronizadas, como pode fazer qualquer revendedor. A competição ocorre entre fornecedores, e não entre fabricantes.

48. Por outro lado, a competitividade não é valor absoluto. Ela se harmoniza com a eficiência, a economicidade, a segurança e o planejamento. O art. 9º, I, "c", da Lei nº 14.133/2021 veda as exigências "impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato", o que não é o caso de critério de qualidade diretamente relacionado à segurança de veículos de transporte escolar, de ambulâncias e de máquinas pesadas, e respaldado em processo técnico regular. Quanto à economicidade, o parecer demonstrou, pela métrica do custo por quilômetro rodado, que o menor preço unitário de produtos sem desempenho comprovado não se traduz em menor dispêndio (art. 11, I).

f) O alegado subjetivismo

49. Os critérios empregados pela Comissão são objetivos e verificáveis: identificação inequívoca do fabricante e rastreabilidade do produto; existência de documentação técnica do modelo ofertado; custo por quilômetro rodado; rede de assistência técnica; condições de garantia; compatibilidade com as aplicações da frota; e validação, pelo TCE-PR, dos processos de padronização tomados como paradigma. Não se trata de preferência pessoal de agentes públicos, mas de decisão técnica, motivada, publicada e passível de controle, que goza de presunção de legitimidade e veracidade, não afastada por qualquer elemento concreto trazido pela impugnante.

III.6 – Consequências práticas da decisão (art. 20 da LINDB)

50. Nos termos do art. 20 do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), "nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão".

51. O acolhimento da impugnação implicaria afastar, no curso do certame, padrão instituído por decreto vigente, regularmente fundamentado, providência que não se insere na competência do agente de contratação. Implicaria, ainda, reinstalar o cenário que motivou a padronização: aquisição de produtos heterogêneos, parte deles sem identificação segura de fabricante, sem histórico de desempenho comprovado nas condições da frota e com dificuldade de acionamento de garantia. Os riscos recairiam diretamente sobre serviços essenciais, como o transporte escolar rural, o transporte de pacientes e a manutenção das estradas rurais. Somado ao encerramento da vigência das atas anteriores, o eventual adiamento do certame exporia a frota a risco de desabastecimento e a contratações emergenciais, em regra mais onerosas.

52. De outro lado, a manutenção do edital não causa prejuízo à competitividade, pois a disputa permanece aberta a todos os fornecedores das nove marcas padronizadas, e não cria obstáculo à eventual revisão futura do padrão pela via técnica adequada.

53. Por todas essas razões, a cláusula impugnada é legal, tecnicamente motivada e compatível com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, não havendo fundamento para a retificação pretendida.

IV – DECISÃO

54. Diante do exposto, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 40, V, "a", 41, I, "a", e 43, caput e § 1º, da mesma Lei, bem como no Decreto Municipal nº 765/2026, **DECIDO**:

CONHECER (RECEBER) a impugnação apresentada por PIETRO E-COMMERCE LTDA, CNPJ nº 48.878.990/0001-91, por ser tempestiva e formulada por parte legítima;

no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo-se integralmente o item XII (subitem 12.1) e as demais disposições do edital do Pregão Eletrônico nº 45/2026;

MANTER a data da sessão pública designada para 19 de outubro de 2026, às 09h30, uma vez que o edital não sofreu alteração;

DIVULGAR esta decisão no sítio eletrônico oficial do Município e na plataforma eletrônica do certame BLL, nos termos do art. 164, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

INTIMAR a impugnante, por meio do endereço eletrônico juridico@pietropneus.com.br, conforme requerido; e

JUNTAR esta decisão aos autos do processo licitatório e dar ciência à autoridade competente e à Comissão de Padronização.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Pitangueiras/PR, 15 de outubro de 2026.

ALAN CRISTIAN DA SILVA MATTOS
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:74CDF953

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
DECISÃO EM IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PREGÃO Nº 45/2026

DECISÃO EM IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Pregão Eletrônico	nº 45/2026
Processo Administrativo	nº 81/2026
Objeto	Registro de preços, com lotes exclusivos para empresas constituídas nos moldes da Lei Complementar nº 123/2006 e lotes de ampla concorrência, para eventual aquisição de pneus.
Impugnante	COUTINHO PNEUS LTDA – CNPJ nº 49.230.882/0001-70
Protocolo da impugnação	13 de outubro de 2026
Sessão pública	19 de outubro de 2026
Ato de padronização	Decreto Municipal nº 765/2026

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL. PREGÃO ELETRÔNICO. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES. INDICAÇÃO DE MARCAS DECORRENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE PADRONIZAÇÃO. ART. 41, I, "a", E ART. 43, CAPUT E § 1º, DA LEI Nº 14.133/2021. PARECER TÉCNICO DE COMISSÃO DESIGNADA, DESPACHO MOTIVADO DA AUTORIDADE SUPERIOR E DIVULGAÇÃO OFICIAL. ADESÃO MOTIVADA A PROCESSOS DE PADRONIZAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARANAENSES CUJA REGULARIDADE FOI RECONHECIDA PELO TCE-PR (ACÓRDÃO Nº 1317/23 E ACÓRDÃO Nº 2094/24, AMBOS DO TRIBUNAL PLENO; DESPACHO Nº 1104/25). OBSERVÂNCIA DA ORIENTAÇÃO EXPRESSA DO ACÓRDÃO Nº 1038/25 – TRIBUNAL PLENO. INAPLICABILIDADE DO REGIME DA "MARCA DE REFERÊNCIA" (ART. 41, I, "d"). PLURALIDADE DE FABRICANTES E DE FORNECEDORES. COMPETITIVIDADE PRESERVADA. IMPUGNAÇÃO CONHECIDA E, NO MÉRITO, NÃO PROVIDA.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de impugnação ao edital apresentada por **COUTINHO PNEUS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 49.230.882/0001-70, com sede em Indaial/SC, por intermédio de seu representante legal, protocolada em 13 de outubro de 2026, em face do edital do Pregão Eletrônico nº 45/2026, cuja sessão pública está designada para 19 de outubro de 2026.

2. A insurgência dirige-se contra o item XII do edital ("Da Padronização das Marcas"), cujo subitem 12.1 estabelece que somente serão aceitas as marcas indicadas no Decreto Municipal nº 765/2026, a saber: **para pneus**, GOODYEAR, PIRELLI, CONTINENTAL, MICHELIN, FIRESTONE e BRIDGESTONE; e, **para câmaras de ar e protetores**, PIRELLI, MICHELIN e MAGGION.

3. Em síntese, a impugnante sustenta que:

as marcas mencionadas no edital deveriam funcionar como meras sugestões ou referências, sem caráter vinculante, devendo ser aceitos produtos de outras marcas com características iguais ou superiores, invocando os Acórdãos nº 113/2016, nº 2.829/2015, nº 636/2006 e nº 1.861/2012, do Tribunal de Contas da União;

a indicação de marca somente seria admitida quando demonstrado, por pareceres, laudos e estudos, que as marcas indicadas são as únicas capazes de atender às necessidades da Administração, com fundamento no art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021;

a exigência contrariaria a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, notadamente o Acórdão nº 1045/16 – Tribunal Pleno;

a Administração não teria apresentado motivação técnica nem comprovação de vantajosidade econômica, tampouco demonstrado a realização de chamamento público para que interessados submetessem catálogos de suas marcas, o que levaria a crer em "seleção interna" das marcas;

inexistiria, no edital, conexão entre as marcas indicadas e as especificações técnicas dos itens, tais como índice de velocidade, índice de carga, lonagem e material de carcaça; e

haveria "infinidade" de marcas testadas e aprovadas pelo INMETRO aptas a atender à Administração, de modo que a restrição decorreria de subjetivismo dos responsáveis e cercearia a competitividade.

4. Ao final, requer o provimento da impugnação, com a retificação do edital "quanto ao apontado", e a intimação da decisão no endereço eletrônico contato@coutinhosc.com.br.

5. Para a análise, foram consultados o Decreto Municipal nº 765/2026, bem como decisões do Tribunal de Contas do Estado do Paraná semelhantes ao caso.

É o relatório. Passa-se à decisão.

II – DA ADMISSIBILIDADE

6. A impugnação ao edital está disciplinada no art. 164 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

7. A lei confere legitimidade a "qualquer pessoa", de modo que a impugnante, sociedade empresária atuante no comércio de pneus, é parte legítima.

8. A sessão pública está designada para 19 de outubro de 2026 (segunda-feira). Contados retroativamente 3 (três) dias úteis, o termo final para o protocolo da impugnação recaiu em 14 de outubro de 2026, considerado ainda o feriado nacional de 12 de outubro (Lei nº 6.802/1980). Protocolada em 09 de outubro de 2026, a impugnação é **tempestiva**.

9. A peça foi apresentada por escrito, nos termos do item 10 do edital, com identificação da impugnante e de seu representante, exposição dos fundamentos e pedido certo.

10. Presentes os pressupostos de admissibilidade, a impugnação deve ser **conhecida (recebida)**. Registra-se que a Lei nº 14.133/2021 não atribui efeito suspensivo à impugnação, razão pela qual o certame segue seu curso regular, e que esta decisão será divulgada no prazo do parágrafo único do art. 164.

III – DO MÉRITO

III.1 – Delimitação da controvérsia: marca de referência não se confunde com marca padronizada

11. A argumentação da impugnante parte de premissa equivocada: a de que toda menção a marca em edital teria natureza de mera referência, impondo-se sempre a aceitação de produtos "similares" ou "equivalentes". Essa leitura reproduz a lógica do regime revogado da Lei nº 8.666/1993 (arts. 7º, § 5º, e 15, § 7º, I), sob o qual foram proferidos todos os julgados do Tribunal de Contas da União transcritos na peça.

12. A Lei nº 14.133/2021 passou a disciplinar expressamente, em hipóteses autônomas, as situações em que a Administração pode indicar marcas ou modelos no fornecimento de bens:

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;

c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir **apenas como referência**; (grifou-se)

13. As alíneas não se confundem. Na hipótese da **alínea "d"**, a marca é indicada "apenas como referência", isto é, como recurso descritivo do objeto, e por isso a Administração deve aceitar produtos similares, cuja qualidade será demonstrada pelos meios previstos no art. 42 da mesma Lei. É a esse instituto, e somente a ele, que se aplicam as expressões "ou similar", "ou equivalente" e "ou de melhor qualidade" invocadas pela impugnante.

14. Na hipótese da **alínea "a"**, ao contrário, a marca indicada **é o próprio padrão** adotado pela Administração ao término de processo administrativo específico (art. 43) e, por definição, vincula as aquisições subsequentes. Admitir "similares" em licitação lastreada em padronização esvaziaria o instituto: um padrão que aceita qualquer produto supostamente equivalente simplesmente não padroniza coisa alguma.

15. Também não procede a tese de que a indicação só seria válida se demonstrado que as marcas escolhidas são "as únicas capazes" de atender à Administração. Essa exigência corresponde à **alínea "c"** do art. 41, I, hipótese autônoma e distinta da padronização. A impugnante transporta para a alínea "a" um requisito que a lei reservou à alínea "c". Na padronização, a lei exige outra coisa: o processo do art. 43, com parecer técnico, despacho motivado e divulgação oficial.
16. A própria jurisprudência trazida pela impugnante confirma essa distinção. O Acórdão nº 2.829/2015 – Plenário do TCU, por ela transcrito com grifos, é explícito ao reconhecer a padronização como hipótese legítima de indicação de marca específica:
4. A padronização, uma das hipóteses para eventual indicação de marca específica, é um instrumento dirigido a aquisições futuras e não pode ser realizada ao alvedrio da Administração, devendo ser precedida de procedimento específico, cuja escolha deve ser objetiva e técnica, fundamentada em estudos, laudos, perícias e pareceres que demonstrem as vantagens econômicas e a requerida satisfação do interesse público.
17. No mesmo sentido é a **Súmula nº 270 do TCU**: "Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificação". Mesmo o Acórdão nº 1.861/2012 – Primeira Câmara, também citado, ressalva expressamente as hipóteses "devidamente justificadas por critérios técnicos".
18. Assim, a questão a ser enfrentada não é se a Administração pode exigir determinadas marcas, pois a lei expressamente o permite, mas se a padronização que fundamenta a exigência foi regularmente instituída. E, como se demonstrará, foi.

III.2 – O regime jurídico da padronização na Lei nº 14.133/2021

19. A padronização é princípio expresso do planejamento das compras públicas (art. 40, V, "a": "da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho") e concretiza os princípios da eficiência, do planejamento e da economicidade (art. 5º), bem como o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa "inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto" (art. 11, I).
20. Na lição de Jessé Torres Pereira Júnior, reproduzida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná no Acórdão nº 1038/25 – Tribunal Pleno, "a padronização de materiais deve ser alvo permanente da Administração. Desde que não signifique direcionamento que contorne os princípios da igualdade e competitividade, a padronização: a) favorece rigor na caracterização do objeto por adquirir; b) atende superiormente, aos interesses do serviço porque enseja maior antecipação na compra, maior eficiência na manutenção e pertinência no controle de estoque e de qualidade; c) assegura aquisição de acordo, o mais possível, com as condições de mercado". Para Marçal Justen Filho, trata-se de "instrumento de racionalização da atividade administrativa, com redução de custos e otimização da aplicação de recursos" (citado no Acórdão nº 260/20 – Tribunal Pleno do TCE-PR).
21. O procedimento está disciplinado no art. 43:
Art. 43. O processo de padronização deverá conter:
I - parecer técnico sobre o produto, considerados especificações técnicas e estéticas, desempenho, análise de contratações anteriores, custo e condições de manutenção e garantia;
II - despacho motivado da autoridade superior, com a adoção do padrão;
III - síntese da justificativa e descrição sucinta do padrão definido, divulgadas em sítio eletrônico oficial.
§ 1º É permitida a padronização com base em processo de outro órgão ou entidade de nível federativo igual ou superior ao do órgão adquirente, devendo o ato que decidir pela adesão a outro processo de padronização ser devidamente motivado, com indicação da necessidade da Administração e dos riscos decorrentes dessa decisão, e divulgado em sítio eletrônico oficial.
22. A lei oferece, portanto, dois caminhos: a padronização própria (caput) e a adesão a processo de outro ente de nível federativo igual ou superior (§ 1º). O Município de Pitangueiras adotou solução que reúne ambos: instaurou processo próprio, conduzido por comissão designada, com análise da sua frota e das suas contratações anteriores, e, nos termos do § 1º, valeu-se motivadamente das conclusões técnicas de processos de padronização de outros Municípios paranaenses cuja regularidade foi examinada e reconhecida pelo TCE-PR.

III.3 – O processo de padronização instaurado pelo Município

23. Ao contrário do que afirma a impugnante, que indaga "qual foi o procedimento adotado para padronizar os produtos e marcas", o próprio subitem 12.1 do edital indica a fonte da exigência: o Decreto Municipal nº 765/2026, que percorreu as seguintes etapas:
Documento de Formalização de Demanda – DFD nº 001/2026 (06/07/2026), da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, que justificou a necessidade da padronização diante da heterogeneidade de marcas adquiridas sem critérios técnicos uniformes, da dificuldade de controle de vida útil e de acionamento de garantias e do risco de contratações desvantajosas pelo critério isolado do menor preço unitário, e que fixou os critérios de análise correspondentes aos elementos do art. 43, I;
Despacho do Prefeito Municipal (07/07/2026), que autorizou a abertura do processo e determinou a elaboração de parecer técnico sobre especificações técnicas e estéticas, desempenho, análise de contratações anteriores, custo, condições de manutenção e garantia e levantamento de processos de padronização de outros Municípios, com autorização expressa para utilização do art. 43, § 1º;
Portaria nº 177/2026 (09/07/2026), que designou a Comissão de Padronização composta por três servidores, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 10/07/2026, Edição nº 3570;
Despacho da Comissão de Padronização (13/07/2026), que realizou diligências e juntou aos autos os processos de padronização e as decisões do TCE-PR referentes aos Municípios de Juranda (Processo nº 137118/23), Cândido de Abreu (Processo nº 25459/24) e Miraselva (Processo nº 401580/25);
Parecer Técnico da Comissão de Padronização, abordando todos os elementos do art. 43, I, adiante detalhados;
Decisão Administrativa nº 001/2026, despacho motivado do Prefeito Municipal que adotou o padrão (art. 43, II); e
Decreto Municipal nº 765/2026, que instituiu a padronização, divulgado no sítio eletrônico oficial do Município e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 04/09/2026, Edição nº 3610 (art. 43, III e § 1º).
24. O parecer técnico, peça central do processo, não se limitou a afirmações genéricas. Ele contém, entre outros elementos:
Diagnóstico da frota municipal: 66 veículos, máquinas e equipamentos, fabricados entre 1963 e 2025, dos quais 44 movidos a diesel, 19 flex e 3 a gasolina, distribuídos entre Setor Rodoviário (25), Saúde (20), Agricultura (6), Educação (4), Assistência Social (4), Segurança (3), Administração (2), Gabinete (1) e Esporte (1), com caracterização das condições reais de uso: estradas rurais não pavimentadas, trechos cascalhados, áreas agrícolas, transporte escolar rural, transporte de pacientes e operação de retroescavadeiras, motoniveladora, tratores, pás-carregadeiras e rolo compactador;
Especificações técnicas por item: relação dos itens a padronizar com medidas, número de lonas, classificação de serviço (L3, R4), construção (radial ou convencional), índices de carga e velocidade (a exemplo de 215/75R17.5, 12 lonas, índice 126/124 K, e 175/70R14, índice 88T) e aplicação (estrada de chão e asfalto, uso severo em cascalho, agrícola);
Análise de contratações anteriores: exame individualizado das 22 marcas ou denominações registradas nas Atas de Registro de Preços nº 128/2024, 129/2024, 130/2024, 131/2024, 132/2024, 133/2024, 63/2025 e 64/2025, oriundas do Pregão Eletrônico nº 63/2024 (Processo Administrativo nº 97/2024): AT 65, BKT, CARGO, CASUMINA, CHENGSHAN, DOUBLE KING, DPLUS, EMPEROR, FORERUNNER, INVOVIC, JK, KAPSEN, LINGLONG, RX, SAILUN, STEER, SUNWIDE, TORNEL, WESTLAKE e XBRI (pneus), IRA e JABUTI (câmaras de ar). A Comissão identificou que parte das denominações registradas (AT 65, CARGO, EMPEROR, RX, STEER e IRA) sequer permite identificar com segurança o fabricante, o catálogo técnico ou o responsável pela garantia, o que compromete a rastreabilidade, e que, quanto às demais, não havia documentação do modelo concreto ofertado que demonstrasse equivalência ao padrão nas condições locais de uso. Ressaltou, com prudência técnica, que a conclusão "não decorre de desqualificação geral" dos fabricantes, mas da insuficiência de comprovação relativa ao produto ofertado;
Análise de custo pelo ciclo de vida: estudo de custo por quilômetro rodado (CPK), demonstrando que o menor preço unitário não corresponde, necessariamente, ao menor custo, já que, no exemplo analisado, o CPK das marcas sem padrão (R$ 0,011 a R$ 0,014/km) é igual ou superior ao das marcas padronizadas (R$ 0,008 a R$

0,011/km), antes mesmo de computados os custos indiretos de paralisação, mão de obra e manutenção não programada;

Desempenho, manutenção e garantia: avaliação da rede de distribuição e assistência técnica, da facilidade de acionamento de garantia, das certificações e da compatibilidade com as diversas aplicações da frota;

Motivação da adesão (art. 43, § 1º): demonstração da compatibilidade funcional, operacional, veicular, logística, preventiva e econômica entre a frota de Pitangueiras e as frotas dos Municípios paradigmas, com a ressalva expressa de que a utilização desses processos "não representa reprodução automática de suas conclusões";

Necessidade da Administração e matriz de riscos: indicação da necessidade decorrente do encerramento da vigência das atas anteriores e da demanda contínua de reposição, e avaliação dos riscos de restrição à competitividade, sobrepreço, desabastecimento e risco jurídico, com as respectivas medidas mitigadoras.

25. O quadro a seguir sintetiza a correspondência entre os requisitos legais e o que consta dos autos:

Requisito legal	Atendimento no processo de padronização
Art. 43, I – especificações técnicas e estéticas	Parecer Técnico: relação de itens com medidas, lonas, classificação de serviço e índices de carga e velocidade; itens 3.3 e 4
Art. 43, I – desempenho	Parecer Técnico: itens 4.1 e 5 (durabilidade, resistência em uso severo, aderência, frenagem, trocas emergenciais)
Art. 43, I – análise de contratações anteriores	Parecer Técnico: itens 3.1 e 3.5 (análise das 22 marcas das ARPs nº 128 a 133/2024, 63/2025 e 64/2025)
Art. 43, I – custo	Parecer Técnico: itens 3.6 e 4.4 (custo por quilômetro rodado e custo do ciclo de vida)
Art. 43, I – manutenção e garantia	Parecer Técnico: itens 4.3 e 4.5 (assistência técnica, rede nacional, garantia, certificações)
Art. 43, II – despacho motivado	Decisão Administrativa nº 001/2026 do Prefeito Municipal
Art. 43, III – divulgação	Decreto Municipal nº 765/2026, divulgado no sítio eletrônico oficial em 04/09/2026
Art. 43, § 1º – mesmo nível federativo	Paradigmas: Municípios de Juranda, Cândido de Abreu e Miraselva/PR
Art. 43, § 1º – motivação, necessidade e riscos	Parecer Técnico: itens 3.3, 6, 7.1 (necessidade) e 7.2 (riscos)

26. Diante desse acervo, a afirmação de que "a Administração não apresentou quaisquer motivações ou análises técnicas justificadas ou comprovação de vantajosidade econômica" é **faticamente incorreta**. A impugnação, de resto, ataca o edital em abstrato: não aponta um único erro, lacuna ou incoerência no parecer técnico, não indica qual marca pretende ofertar e não traz qualquer documento técnico que demonstre a equivalência de outro produto ao padrão adotado.

III.4 – A adesão motivada (art. 43, § 1º) e a jurisprudência do TCE-PR

27. O § 1º do art. 43 condiciona a adesão a processo de padronização de outro ente a cinco requisitos: (i) nível federativo igual ou superior; (ii) ato motivado; (iii) indicação da necessidade da Administração; (iv) indicação dos riscos decorrentes da decisão; e (v) divulgação em sítio eletrônico oficial. Todos foram atendidos, conforme demonstrado no quadro anterior: os paradigmas são Municípios, ou seja, entes do mesmo nível federativo; a compatibilidade das frotas foi demonstrada à luz da realidade concreta de Pitangueiras; a necessidade e os riscos foram expressamente indicados; e o ato foi publicado.

28. Os processos adotados como paradigma tiveram sua regularidade examinada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em representações que veiculavam argumentos essencialmente idênticos aos desta impugnação:

29. **(a) Município de Juranda – Processo nº 137118/23 – Acórdão nº 1317/23 – Tribunal Pleno** (Rel. Cons. Augustinho Zucchi, j. 25/05/2023, unânime). O padrão então impugnado é **exatamente o mesmo** adotado por Pitangueiras: pneus GOODYEAR, PIRELLI, CONTINENTAL, MICHELIN, FIRESTONE e BRIDGESTONE; câmaras de ar e protetores PIRELLI, MICHELIN e MAGGION. Após a instrução da Coordenadoria de Gestão Municipal (Instrução nº 1170/23-CGM) e o parecer do Ministério Público de Contas (Parecer nº 308/23), o Tribunal Pleno julgou a representação improcedente e revogou a cautelar antes concedida. Destaca-se da instrução técnica:

Ao todo, foram indicadas 7 (sete) marcas, sem ordem de preferência, tais quais, GOODYEAR, PIRELLI, CONTINENTAL, MICHELIN, FIRESTONE, BRIDGESTONE E MAGION, que além de serem marcas conhecidas do mercado, são comercializadas por diversas empresas, garantindo a qualidade e competitividade na referida contratação.

30. **(b) Município de Cândido de Abreu – Processo nº 25459/24 – Acórdão nº 2094/24 – Tribunal Pleno** (Rel. Cons. Fabio de Souza Camargo, j. 18/07/2024, unânime). O Município utilizou, como insumo, o estudo técnico de Juranda, e o Tribunal, acolhendo a Instrução nº 2250/24-CGM e o Parecer nº 462/24 do Ministério Público de Contas, negou procedência à representação:

Assim, a exigência de marcas específicas no edital do Pregão Eletrônico n.º 100/2023 não restringe a concorrência e não viola os princípios de isonomia e competitividade, tendo em vista a realização de estudos técnicos que justificaram a escolha dessas marcas. [...] A legislação pertinente ao caso em comento (Leis Federais n.º 8.666/1993 e Lei n.º 14.133/2021) e os precedentes jurisprudenciais permitem a padronização de marcas em licitações, desde que justificadas tecnicamente.

31. No mesmo sentido, quanto a certame anterior do mesmo Município, o Acórdão nº 1504/24 – Tribunal Pleno, citado no parecer ministerial, registrou ser "contraproducente contrariar o trabalho realizado pelo município na busca da melhor compra sob o argumento de que eventuais problemas poderiam ser resolvidos no âmago da contratação".

32. **(c) Município de Miraselva – Processo nº 401580/25 – Despacho nº 1104/25** (Cons. Fabio de Souza Camargo, 26/08/2025). Diante de representação contra padronização das mesmas marcas, construída com base nos processos de Juranda e Cândido de Abreu, o Relator sequer recebeu a representação, ao constatar que o Município instituiu Comissão Técnica, elaborou Parecer Técnico e utilizou "os pareceres e estudos dos Municípios de Cândido de Abreu e Juranda como insumos para análise no seu Parecer Técnico":

[...] com base em uma análise comparativa nos três processos, vê-se que não existe o distinguishing necessário para o afastamento das conclusões que as unidades técnicas chegaram nos processos n.º 13711-8/23 e n.º 2545-9/24, que dão razão ao município representado, entende-se que a presente representação não passa pelo crivo da admissibilidade realizado por este relator.

33. Essa linha decisória já havia sido firmada pelo Tribunal nos Acórdãos nº 260/20 (Bituruna) e nº 262/22 (Assaí), ambos do Tribunal Pleno, e foi reafirmada, já sob a Lei nº 14.133/2021, no Acórdão nº 688/24 – Tribunal Pleno (Assaí), assim ementado: "Pregão Eletrônico para compra de pneus. Exigência de marcas. Restrição de competitividade. Inocorrência. Justificativa embasada em estudo técnico. Possibilidade legal do art. 41, I, a, da Lei 14.133/2021. Julgamento pela improcedência".

O Acórdão nº 1038/25 – Tribunal Pleno e a rota expressamente recomendada pelo TCE-PR

34. O precedente mais recente do Tribunal sobre a matéria, o **Acórdão nº 1038/25 – Tribunal Pleno** (Rel. Cons. Fernando Augusto Mello Guimarães, j. 08/05/2025, unânime), reforça a conclusão aqui adotada. Naquele caso, a padronização do Município de Assaí foi considerada irregular porque o respectivo processo "se resumiu a uma simples pesquisa de usuários dos produtos", isto é, um questionário aplicado a usuários leigos, sem parecer técnico sobre especificações, desempenho, contratações anteriores, custo e garantia, e sem despacho motivado e divulgação oficial.

35. Ainda assim, o Tribunal reafirmou a legitimidade do instituto, consignando que "a indicação de marcas em decorrência de processo de padronização não é contrário ao ordenamento jurídico e nem mesmo à jurisprudência" e que "tal medida pode reduzir custos pelo aumento da competividade, pois o mercado passa a conhecer de antemão e de forma transparente os bens ou serviços que serão pretendidos pela Administração em futuras licitações". E, ao final, **recomendou expressamente** o caminho trilhado por Pitangueiras:

III - recomendar ao Município de Assaí que, caso deseje utilizar o instrumento de padronização para aquisição de pneus em futuras licitações, realize um novo processo de padronização, observando os requisitos previstos no art. 43 da Lei nº 14.133/21; ou, caso não possua expertise em seu corpo técnico para tal atribuição, pode adotar processo de padronização já realizado por outro órgão ou entidade de nível federativo igual ou superior, conforme permissivo expressamente previsto no §1º do referido art. 43, evitando, com isso, a realização de retrabalhos ou a necessidade de elaboração de novos estudos técnicos para atender a legislação.

36. O contraste entre o caso de Assaí e o de Pitangueiras é nítido:

Elemento	Assaí (Acórdão nº 1038/25)	Pitangueiras
Base da escolha	Questionário de opinião a usuários leigos	Parecer técnico de comissão designada e adesão motivada a processos validados pelo TCE-PR

Elementos do art. 43, I	Não analisados	Analisados um a um (especificações, desempenho, contratações anteriores, custo/CPK, garantia)
Análise de contratações anteriores	Inexistente	Análise individualizada de 22 marcas de 8 atas anteriores
Despacho motivado	Inexistente	Decisão Administrativa nº 001/2026
Divulgação oficial	Inexistente	Portaria nº 177/2026 (DOM 10/07/2026) e Decreto nº 765/2026
Necessidade e riscos (§ 1º)	Não se aplicava	Itens 7.1 e 7.2 do Parecer Técnico

37. Esclarece-se, por oportuno, que o processo de padronização do Município de Assaí, declarado irregular pelo Acórdão nº 1038/25, **não constitui paradigma de adesão** para fins do art. 43, § 1º. A adoção do padrão por Pitangueiras apoia-se tecnicamente nos processos de Juranda, Cândido de Abreu e Miraselva, cuja regularidade foi reconhecida pelo TCE-PR, e nas análises próprias da Comissão sobre a frota e as contratações anteriores do Município. Eventuais menções ao Município de Assaí nos autos da padronização têm caráter contextual, relativo à evolução da jurisprudência do Tribunal, e não infirmam a higidez do padrão adotado.

38. Por fim, é significativo que o Conselheiro José Durval Mattos do Amaral, relator do Acórdão nº 1045/16 invocado pela impugnante, tenha integrado, por unanimidade, os colegiados que proferiram os Acórdãos nº 1317/23, nº 2094/24 e nº 1038/25, todos reconhecendo a validade da padronização de marcas de pneus regularmente instituída.

III.5 – Exame específico dos demais argumentos

a) O Acórdão nº 1045/16 – Tribunal Pleno do TCE-PR

39. O Acórdão nº 1045/16, proferido sob a égide da Lei nº 8.666/1993, censurou a escolha **casuística** de marcas sem qualquer procedimento de padronização. O próprio trecho transcrito pela impugnante revela isso: "A definição de uma determinada marca e a exclusão das demais, ainda que semelhantes, deve ser pormenorizadamente esclarecida, destacando-se os motivos determinantes (técnicos) que levaram àquela específica escolha – **padronização. In casu, tais circunstâncias inexistiram**". O julgado, longe de vedar a padronização, aponta-a como a via legítima para a indicação de marcas. No caso presente, as circunstâncias técnicas existem e estão documentadas, como demonstrado. Trata-se de típico caso de distinção (*distinguishing*), confirmado pelos precedentes posteriores do próprio Tribunal acima referidos.

b) A alegada ausência de chamamento público

40. O art. 43 da Lei nº 14.133/2021 não exige chamamento público como etapa do processo de padronização. Os requisitos legais são três (parecer técnico, despacho motivado e divulgação oficial), acrescidos, na adesão, da motivação quanto à necessidade e aos riscos. A impugnante confunde a padronização com a **pré-qualificação de bens** (art. 80, II), procedimento distinto, dotado de edital próprio e aberto à inscrição de interessados. Não pode o intérprete criar requisito procedimental que o legislador não previu, tanto mais quando o TCE-PR validou, nos três paradigmas, processos de padronização sem tal etapa.

41. Também não há "seleção interna" sigilosa. O ato de designação da Comissão foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná; o padrão foi instituído por decreto divulgado no sítio oficial; o edital remete expressamente ao decreto; e os autos do processo de padronização estão à disposição de qualquer interessado. A impugnante não requereu vista nem cópia do processo antes de afirmar que ele não existiria.

42. Ademais, o padrão não é imutável. O art. 4º do Decreto nº 765/2026 prevê sua revisão, ampliação ou ajuste "a qualquer tempo, mediante novo parecer técnico fundamentado e decisão motivada da Administração", e o parecer técnico registra que a avaliação desfavorável de determinadas marcas se deu "sem prejuízo de futura reavaliação mediante apresentação de documentação e testes adequados". Fabricantes e fornecedores interessados podem, portanto, submeter à Comissão de Padronização, em procedimento próprio, a documentação técnica de seus produtos. O que não se admite é que o padrão vigente seja afastado, no curso de licitação específica, por alegação genérica desacompanhada de qualquer elemento técnico.

c) A alegada ausência de conexão entre as marcas e as especificações técnicas

43. A crítica decorre de incompreensão sobre a função da padronização. As marcas padronizadas e as especificações técnicas de cada item **são exigências cumulativas e complementares**, e não alternativas. As especificações de cada item (medida, número de lonas, construção radial ou convencional, classificação de serviço, índices de carga e velocidade e aplicação) constam do termo de referência e devem ser integralmente atendidas pelo produto ofertado. A marca padronizada, por sua vez, funciona como filtro qualitativo adicional, assegurando rastreabilidade, procedência, desempenho consolidado em uso severo, rede de assistência e garantia acionável, aspectos que a mera descrição dimensional não captura.

44. O próprio parecer técnico enfrentou exatamente esse ponto, ao registrar que, nas aplicações severas da frota, "a análise não pode se limitar à correspondência da medida, devendo considerar classificação de serviço, quantidade de lonas, capacidade de carga, desenho da banda, resistência dos flancos, profundidade dos sulcos e compatibilidade com a atividade desempenhada", e que pneus com "dimensões externas semelhantes" podem apresentar "diferenças consideráveis de construção, número de lonas, capacidade de carga, composto de borracha, tipo de talão e resistência a perfurações". Longe de demonstrar falha do edital, o argumento da impugnante confirma a premissa técnica da padronização: medida e lonagem iguais não garantem desempenho equivalente.

d) A certificação do INMETRO

45. A certificação compulsória do INMETRO estabelece requisitos **mínimos** de segurança e conformidade para que um pneu possa ser comercializado no país. Ela é exigida de todas as marcas, inclusive das padronizadas, mas não afere durabilidade em condições severas de uso, custo por quilômetro rodado, regularidade de desgaste, capacidade de recapagem, rede de assistência técnica ou efetividade da garantia, que são precisamente os elementos que o art. 43, I, manda considerar. Se a certificação compulsória bastasse para tornar indiferentes todos os produtos certificados, o art. 43 da Lei nº 14.133/2021 não teria aplicação a qualquer bem regulado, o que evidentemente não corresponde à intenção do legislador.

e) A alegada restrição à competitividade e à economicidade

46. A padronização adotada não conduz a fornecedor exclusivo nem a marca única. Abrange **seis fabricantes de pneus** e **três fabricantes de câmaras de ar e protetores**, todos com ampla presença no mercado nacional e comercializados por numerosos distribuidores e revendedores, que disputarão entre si o menor preço, sem qualquer ordem de preferência entre as marcas. O certame preserva, ainda, lotes exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, em observância à Lei Complementar nº 123/2006.

47. A própria impugnante, que atua no comércio eletrônico de pneus, **não está impedida de participar** do certame: basta que oferte produtos das marcas padronizadas, como pode fazer qualquer revendedor. A competição ocorre entre fornecedores, e não entre fabricantes.

48. Por outro lado, a competitividade não é valor absoluto. Ela se harmoniza com a eficiência, a economicidade, a segurança e o planejamento. O art. 9º, I, "c", da Lei nº 14.133/2021 veda as exigências "impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato", o que não é o caso de critério de qualidade diretamente relacionado à segurança de veículos de transporte escolar, de ambulâncias e de máquinas pesadas, e respaldado em processo técnico regular. Quanto à economicidade, o parecer demonstrou, pela métrica do custo por quilômetro rodado, que o menor preço unitário de produtos sem desempenho comprovado não se traduz em menor dispêndio (art. 11, I).

f) O alegado subjetivismo

49. Os critérios empregados pela Comissão são objetivos e verificáveis: identificação inequívoca do fabricante e rastreabilidade do produto; existência de documentação técnica do modelo ofertado; custo por quilômetro rodado; rede de assistência técnica; condições de garantia; compatibilidade com as aplicações da frota; e validação, pelo TCE-PR, dos processos de padronização tomados como paradigma. Não se trata de preferência pessoal de agentes públicos, mas de decisão técnica, motivada, publicada e passível de controle, que goza de presunção de legitimidade e veracidade, não afastada por qualquer elemento concreto trazido pela impugnante.

III.6 – Consequências práticas da decisão (art. 20 da LINDB)

50. Nos termos do art. 20 do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), "nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão".

51. O acolhimento da impugnação implicaria afastar, no curso do certame, padrão instituído por decreto vigente, regularmente

fundamentado, providência que não se insere na competência do agente de contratação. Implicaria, ainda, reinstalar o cenário que motivou a padronização: aquisição de produtos heterogêneos, parte deles sem identificação segura de fabricante, sem histórico de desempenho comprovado nas condições da frota e com dificuldade de acionamento de garantia. Os riscos recairiam diretamente sobre serviços essenciais, como o transporte escolar rural, o transporte de pacientes e a manutenção das estradas rurais. Somado ao encerramento da vigência das atas anteriores, o eventual adiamento do certame exporia a frota a risco de desabastecimento e a contratações emergenciais, em regra mais onerosas.

52. De outro lado, a manutenção do edital não causa prejuízo à competitividade, pois a disputa permanece aberta a todos os fornecedores das nove marcas padronizadas, e não cria obstáculo à eventual revisão futura do padrão pela via técnica adequada.

53. Por todas essas razões, a cláusula impugnada é legal, tecnicamente motivada e compatível com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, não havendo fundamento para a retificação pretendida.

IV – DECISÃO

54. Diante do exposto, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 40, V, "a", 41, I, "a", e 43, caput e § 1º, da mesma Lei, bem como no Decreto Municipal nº 765/2026, **DECIDO**:

CONHECER (RECEBER) a impugnação apresentada por COUTINHO PNEUS LTDA, CNPJ nº 49.230.882/0001-70, por ser tempestiva e formulada por parte legítima;

no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo-se integralmente o item XII (subitem 12.1) e as demais disposições do edital do Pregão Eletrônico nº 45/2026;

MANTER a data da sessão pública designada para 19 de outubro de 2026, às 09h30, uma vez que o edital não sofreu alteração;

DIVULGAR esta decisão no sítio eletrônico oficial do Município e na plataforma eletrônica do certame BLL, nos termos do art. 164, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

INTIMAR a impugnante, por meio do endereço eletrônico contato@coutinhosc.com.br, conforme requerido; e

JUNTAR esta decisão aos autos do processo licitatório e dar ciência à autoridade competente e à Comissão de Padronização.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Pitangueiras/PR, 15 de outubro de 2026.

ALAN CRISTIAN DA SILVA MATTOS
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:82336CA6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

LICITAÇÃO
AVISO DE CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 011/2026

AVISO DE CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 011/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 011/2026, conforme descrito abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa legalmente constituída e especializada para a execução de obra de implantação de espaço de recreação – campo de futebol para crianças locais e visitantes – e de espaço coberto para incentivo à agricultura familiar local, de forma a fortalecer a rota turística municipal, na Praça Francisco Hoffmann, Município de Planalto/PR, incluindo todos os serviços, fornecimentos, equipamentos, mão de obra, encargos, transportes, testes, limpeza e providências necessários à entrega completa e funcional do empreendimento.

VALOR TOTAL: R$ 859.556,84 (oitocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

DATA DA ABERTURA: Dia 03 de novembro de 2026, a partir das 09h00min.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br.

Planalto – PR, 16 de outubro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:58E12005

LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL DE LEILÃO LEILÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

MUNICÍPIO DE PLANALTO
AVISO DE EDITAL DE LEILÃO
"LEILÃO ELETRÔNICO" Nº 001/2026

O Município de Planalto, através da Comissão Permanente de Licitação, em conformidade com Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna pública a realização de **LEILÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026**, em tempo real para alienação de veículos e bens inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Planalto-PR, do tipo maior lance de cada lote, por meio do Leiloeiro Oficial do Município de Planalto-PR, Amauri Machado De Mello, designado pela Portaria nº 304 de 2025, através das plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net), devidamente contratado pelo Contrato nº 296/2025 da Concorrência Eletrônica nº 004/2025, objetivando a venda de bens inservíveis para a Administração, conforme descrito abaixo:

OBJETO: O presente edital tem por objeto a alienação de bens móveis inservíveis do município de Planalto-PR, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a Portaria nº 304 de 2025, conforme Termo de Referência e Edital.

VALOR TOTAL: R$ 416.300,00 (quatrocentos e dezesseis mil e trezentos reais).

DATA DE INICIO DOS LANCES: 19 de outubro de 2026 até 25 de novembro de 2026 – às 10h00min. O presente edital encontra-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações, conforme endereço no preâmbulo, e será retirado no site do Município de Planalto, ou ainda solicitado pelo e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br, assim como se encontra disponível nos sítios eletrônicos plataformas Eckert Tecnologia e Assessoria Ltda (www.eckertleiloes.com.br) e Superbid Exchange (www.superbid.net).

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:6E26D333

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026

MUNICÍPIO DE PLANALTO
AVISO DE LICITAÇÃO
"PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 046/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 046/2026, conforme descrito abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e insumos de higiene e limpeza hospitalar, e equipamentos em regime de comodato, destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR.

VALOR: R$ 211.052,00(Duzentos e onze mil e cinquenta e dois reais).

ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: Dia 04 de novembro de 2026, a partir das 09h00min.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br ou através do site www.compras.gov.br.
SISTEMA ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:E924A1A6

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026

MUNICÍPIO DE PLANALTO
AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO
"PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 041/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 041/2026, conforme descrito abaixo:
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza artístico-cultural, destinados à realização de aulas, oficinas, ensaios, apresentações, preparações artísticas e acompanhamento técnico nas áreas de atividades circenses, dança e ginástica rítmica e artística da Escola de Arte e Cultura Professora Luziane Santos Leite – DUDA, conforme programação da Secretaria Municipal da Cultura e Educação.
VALOR: R$ 311.100,00 (Trezentos e onze mil e cem reais).
NOVA DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: Dia 05 de novembro de 2026, a partir das 09h00min.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br ou através do site www.compras.gov.br.
SISTEMA ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:0AD78806

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 017/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 472/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 017/2026
PROCESSO LICITATÓRIO nº 472/2026 – Objeto: **Contratação de empresa especializada para a execução da obra de ampliação e reforma da Escola Municipal Artur Tavares, na rua Valdevino Simões Périco Junior, no bairro Praia de Atami, neste munícipio.** A contratação será pelo período de 360 dias. ABERTURA**:** **04/11/2026,** às 09:00 horas. A sessão será realizada na internet no endereço eletrônico **https://comprasbr.com.br**. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. O edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico **www.pontaldoparana.pr.gov.br**, link portal da transparência/licitações e portal **https://comprasbr.com.br**

Pontal do Paraná, 15 de outubro de 2026.

GABRIELA MARIA VIEIRA MARTINS
Agente de Contratação
Decreto 13.485/2026

Publicado por:
Gabriela Maria Vieira Martins
Código Identificador:8DC81435

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 474/2026 DISPENSA Nº. 40/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 474/2026
Dispensa Nº. 40/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a Dispensa nº 40/2026, que tem por Objeto: Aquisição de 1 (uma) passagem aérea, com bagagem despachada e serviço de transporte de menor desacompanhado para a cidade de Natal-RN, para o atendimento de decisão judicial de desacolhimento institucional de adolescente abrigada no Serviço de Acolhimento Institucional – Abrigo Corais do Mar. Empresa Contratada: 59.094.729 DEBORA DE KASSIA ALVES, inscrita no CNPJ n.º 30.172.403/0001-89. Data da ratificação e homologação**:** 15 de outubro de 2026. Valor homologado: **R$ 2.852,55 (Dois mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).** Dotação orçamentária: 07.005.23.695.0015.2.029.3.3.90.33.00.00 - CR 252 - FR 3000.

Pontal do Paraná, 15 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielle da Veiga Alves
Código Identificador:5DEDF87F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 737/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 737/2024
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ – CNPJ Nº 01.609.843/0001-52.
EMPRESA CONTRATADA: CONSTRUTORA SERRA DA PRATA, inscrita no CNPJ sob no nº 82.083.270/0001-78
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)
O objeto do presente Contrato é a Reforma e ampliação dos molhes do canal DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), com estrutura de rochas, no molhe leste com calçamento em bloco de concreto intertravado e banco de bloco de concreto, implantação de sistema de iluminação pública em ambos e placa de comunicação visual - Molhe Leste.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO
O objeto deste termo é ADITAR o prazo de vigência em 120 (cento e vinte dias) do contrato 737/2024, ato solicitado pela empresa contratada com anuência da Secretaria Municipal de Projetos e Planejamento Urbano, conforme o artigo 111 da Lei nº 14.133/2021, e demais justificativas constantes no Protocolo nº 25.720/2026.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica a partir deste, ajustada a vigência do presente instrumento contratual com vigência até 10/02/2027.
Pontal do Paraná, 09 de outubro de 2026.

DANIELLE DA VEIGA ALVES

Publicado por:
Danielle da Veiga Alves
Código Identificador:4AAB0E2E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 471/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 347/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 347/2026, que tem por credenciamento de profissionais habilitados para a execução de oficinas, a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino Escolas e CMEIS do Município de Pontal do Paraná, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação.
Empresa Contratada 57.782.711 MARIA EDUARDA MARQUES DA SILVA inscrita no CNPJ n.º 57.782.711/0001-82 Data da ratificação e homologação**:** 15 de outubro de 2026.
Valor homologado: **R$ 28.042,00 (vinte e oito mil e quarenta e dois reais).**
Dotação orçamentária: 10.002.12.365.0062.2.042.3.3.90.39.00.00-
CR 415 –
FR 103.

Pontal do Paraná,15 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:DA3C4347

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 473/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 348/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 348/2026, que tem por credenciamento de profissionais habilitados para a execução de oficinas, a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino Escolas e CMEIS do Município de Pontal do Paraná, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação.
Empresa Contratada 66.269.346 SABRINA GARCIA DE CAMARGO inscrita no CNPJ n.º 66.269.346/0001-06
Data da ratificação e homologação**:** 15 de outubro de 2026.
Valor homologado: **R$ 28.042,00 (vinte e oito mil e quarenta e dois reais).**
Dotação orçamentária: 10.002.12.365.0062.2.042.3.3.90.39.00.00-
CR 415 –
FR 103.

Pontal do Paraná,15 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:4D880827

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO REPUBLICAÇÃO CONCORRÊNCIA 15

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº.15/2026
PROCESSO LICITATÓRIO nº 436/2026 – Objeto: **Contratação de Empresa Especializada para Execução dos Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos e Rurais, Coleta e Transporte de Resíduos Recicláveis Urbanos e Rurais, no Município de Pontal do Paraná.** DATA DE ABERTURA: **03/11/2026,** às 09:00 horas. A sessão será realizada na internet, no endereço eletrônico http://comprasbr.com.br . Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. O edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.pontaldoparana.pr.gov.br, link portal da transparência/licitações e portal http://comprasbr.com.br .

Pontal do Paraná, 15 de outubro de 2026.

AUREA MUNHOZ
Pregoeira Municipal
Decreto 13.485/2026

Publicado por:
Aurea Munhoz
Código Identificador:EC34AF00

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - GUARDA MUNICIPAL
PORTARIA N°. 034, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026 – CGCM

A Corregedoria da Guarda Civil Municipal – CGCM, da Secretaria Municipal de Segurança - SMSP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 3º, 4º e 5º da Lei nº 2066 de 1° de setembro de 2020, e do artigo 13 inciso I da Lei 13.022 de 08 de agosto de 2014, por intermédio das informações constantes na denúncia, formalizada pelo Comandante da Guarda Civil Municipal, através do memorando n° 5.856/2026.
CONSIDERANDO o disposto no artigo 67 da Lei Municipal n° 2.066/2020, que estabelece a sindicância investigativa poderá ser realizada pelo Corregedor da Guarda Civil Municipal;
CONSIDERANDO o disposto no § 1° do artigo 67 da Lei Municipal n° 2.066/2020 que autoriza o Corregedor da Guarda Civil Municipal a nomear servidor para auxiliá-lo no procedimento de sindicância;

RESOLVE:
Art. 1º INSTAURAR SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA para apuração dos fatos contidos no memorando n° 5.856/2026, em tese praticados por servidor público municipal, lotado na Secretaria Municipal de Segurança Pública.
Art. 2º A sindicância investigativa será conduzida pela Corregedora da Guarda Civil Municipal, Camila Fernanda Bini, nos termos do artigo 67 da Lei Municipal n° 2.066/2020.
Art. 3º Fica designado para auxiliar na realização dos atos e diligências necessários à presente sindicância investigativa o Guarda Civil Municipal Gil Cassius Cordeiro, matrícula n° 317981, nos termos do artigo 67, § 1°, da lei Municipal ° 2.066/2020 e da Portaria n° 033/2026.
Art. 4º O prazo para conclusão da sindicância investigativa será de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 68 da Lei Municipal n° 2.066/2020, para emissão de relatório final, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa fundamentada.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Cumpra-se.

Pontal do Paraná/PR, 15 outubro de 2026.

CAMILA FERNANDA BINI
Corregedora da Guarda Civil Municipal

Publicado por:
Camila Fernanda Bini
Código Identificador:C1D6451F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO N° 13.734 DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula "Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Pontal do Paraná, no âmbito das ações de implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e dá outras providências".

RUDISNEY GIMENES FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e

demais normas aplicáveis e conforme solicitado no **Memorando nº 26.503/2026.**

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, especialmente quanto ao direito à educação e à garantia do padrão de qualidade do ensino;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, destinado a garantir o direito à alfabetização de todas as crianças ao final do 2º ano do Ensino Fundamental e à recomposição das aprendizagens, especialmente do 3º ao 5º ano;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 2.435, de 7 de junho de 2023, que regulamenta o Programa Educa Juntos e estabelece ações de apoio técnico, pedagógico e de gestão às redes municipais de ensino;

CONSIDERANDO a Resolução GS/SEED nº 5.158, de 7 de agosto de 2023, que institui a Estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos, com ênfase na alfabetização das crianças;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer o regime de colaboração entre União, Estado e Município para a implementação das ações de alfabetização;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, os profissionais da educação e as demais instâncias envolvidas na garantia do direito à alfabetização;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar sistematicamente os indicadores de aprendizagem, os resultados das avaliações internas e externas, a fluência leitora e os processos de recomposição das aprendizagens;

CONSIDERANDO a necessidade de utilizar os resultados das avaliações como subsídio para o planejamento, a intervenção pedagógica e a tomada de decisões educacionais;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DA FINALIDADE

Art. 1. Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Pontal do Paraná, órgão colegiado de natureza consultiva, propositiva, mobilizadora, articuladora e de acompanhamento, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2. O Comitê Estratégico Municipal tem por finalidade fortalecer a governança da Política Municipal de Alfabetização, promovendo a articulação, o acompanhamento e o monitoramento das ações destinadas à garantia do direito à alfabetização das crianças da Rede Municipal de Ensino.

Art. 3. O Comitê atuará em articulação com:

I. a Política Municipal de Educação;
II. o Plano Municipal de Educação;
III. a Proposta Pedagógica Curricular da Rede Municipal de Ensino;
IV. o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
V. o Programa Educa Juntos;
VI. a Estratégia Alfabetiza Juntos;
VII. as ações de avaliação e monitoramento da aprendizagem desenvolvidas pelo Estado do Paraná;
VIII. as ações de avaliação e monitoramento das aprendizagens desenvolvidas pelo Município de Pontal do Paraná;
IX. as demais políticas, programas e ações relacionadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4. Compete ao Comitê Estratégico Municipal:

I. acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização e suas ações estratégicas;
II. acompanhar a elaboração, a execução, o monitoramento e a revisão do Plano de Ação Municipal da Alfabetização, articulado às ações e orientações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e da Estratégia Alfabetiza Juntos;
III. acompanhar os indicadores de aprendizagem da Rede Municipal de Ensino, considerando avaliações internas e externas;
IV. analisar os resultados de alfabetização e de fluência leitora dos estudantes;
V. acompanhar os resultados da Prova Paraná Mais, do SAEP e de outros instrumentos oficiais de avaliação utilizados pela Rede Municipal, quando aplicáveis;
VI. acompanhar indicadores relacionados ao desenvolvimento da alfabetização, incluindo leitura, escrita, compreensão e demais habilidades definidas nos instrumentos curriculares e avaliativos da Rede;

VII. propor estratégias para assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
VIII. acompanhar as ações de recomposição das aprendizagens dos estudantes do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental;
IX. propor estratégias para redução das desigualdades de aprendizagem entre estudantes, turmas e unidades escolares;
X. acompanhar as unidades escolares que apresentem resultados que demandem atenção pedagógica prioritária;
XI. apoiar a articulação entre diagnóstico, planejamento, intervenção pedagógica, acompanhamento e reavaliação da aprendizagem;
XII. acompanhar as ações de formação continuada relacionadas à alfabetização;
XIII. fortalecer a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, especialmente no processo de transição da pré-escola para o 1º ano;
XIV. estimular a participação das famílias e da comunidade escolar nas ações de promoção da alfabetização;
XV. promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, o Conselho Municipal de Educação e demais órgãos e instituições envolvidos com a educação;
XVI. fortalecer o regime de colaboração com o Estado do Paraná e a União;
XVII. identificar, valorizar e disseminar práticas pedagógicas exitosas desenvolvidas pelas unidades escolares;
XVIII. acompanhar a execução das ações previstas nos planos de intervenção pedagógica das unidades escolares;
XIX. propor medidas de aprimoramento das políticas e ações municipais de alfabetização;
XX. elaborar recomendações e encaminhamentos para o fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 5. O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização será composto por membros titulares e respectivos suplentes, representantes dos seguintes segmentos:

I. 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação;
II. 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação responsável pela coordenação da Política Municipal de Alfabetização;
III. o Articulador Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, quando houver designação específica;
IV. 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
V. 1 (um) representante das equipes gestoras das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;

VI. 1 (um) representante dos coordenadores pedagógicos que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
VII. 2 (dois) professores alfabetizadores da Rede Municipal de Ensino;
VIII. 1 (um) representante da Educação Infantil;
IX. 1 (um) representante da Modalidade de Educação Especial.

§ 1º A composição prevista neste artigo poderá ser ampliada ou ajustada mediante ato do Poder Executivo, considerando a organização da Secretaria Municipal de Educação e as necessidades de implementação da Política Municipal de Alfabetização.

§ 2º Os membros do Comitê serão indicados pelos respectivos órgãos ou segmentos e designados por ato oficial.

§ 3º A participação no Comitê será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

CAPÍTULO IV
DA COORDENAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 6. O Comitê Estratégico Municipal será coordenado pelo representante da Secretaria Municipal de Educação responsável pela Política Municipal de Alfabetização ou por servidor por ele designado.

Parágrafo único. O Articulador Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada atuará de forma integrada à coordenação do Comitê, contribuindo para a articulação das ações municipais com as orientações do regime de colaboração.

Art. 7. Compete à Coordenação do Comitê:

I. convocar e coordenar as reuniões;
II. elaborar a pauta dos encontros;
III. organizar os registros das reuniões;
IV. acompanhar o cumprimento dos encaminhamentos;
V. articular as ações entre os diferentes segmentos representados;
VI. apresentar periodicamente os resultados e os encaminhamentos da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 8. O Comitê reunir-se-á:

I. ordinariamente, trimestralmente;
II. extraordinariamente, sempre que necessário, especialmente para análise dos resultados das avaliações e definição de encaminhamentos pedagógicos prioritários.

§ 1º As reuniões, deliberações e encaminhamentos deverão ser registrados em ata.

§ 2º Poderão ser convidados para participar das reuniões, sem direito a voto, profissionais da educação, representantes de órgãos públicos, instituições de ensino superior, especialistas e demais pessoas cuja contribuição seja considerada relevante para os trabalhos do Comitê.

§ 3º As reuniões serão instaladas com a presença da maioria absoluta dos membros titulares ou, na ausência destes, de seus respectivos suplentes.

§ 4º As deliberações e recomendações do Comitê terão caráter orientador e subsidiarão as ações da Secretaria Municipal de Educação, observadas as competências legais dos órgãos e unidades da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO V
DO ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS

Art. 9. O Comitê Estratégico Municipal deverá monitorar periodicamente os indicadores de alfabetização da Rede Municipal de Ensino, analisar pedagogicamente os resultados obtidos e acompanhar a implementação dos encaminhamentos e das ações definidas a partir dessa análise, considerando, quando disponíveis e aplicáveis:

I. resultados das avaliações próprias do Município;
II. resultados de fluência leitora;
III. resultados de leitura e escrita;
IV. resultados de avaliações externas;
V. resultados da Prova Paraná Mais e indicadores vinculados ao SAEP;
VI. dados de frequência e permanência escolar;
VII. indicadores de recomposição das aprendizagens;
VIII. evolução dos resultados por escola, turma e, quando pertinente, grupos de estudantes.

Art. 10. A análise dos resultados deverá subsidiar a definição de prioridades, a elaboração de estratégias de intervenção pedagógica e o acompanhamento das unidades escolares.

Art. 11. O Comitê deverá acompanhar especialmente as unidades escolares que apresentarem resultados que indiquem necessidade de apoio pedagógico ou de intervenção prioritária.

CAPÍTULO VI
DO PLANO DE AÇÃO MUNICIPAL DA ALFABETIZAÇÃO

Art. 12. A Secretaria Municipal de Educação, com apoio do Comitê Estratégico Municipal, deverá elaborar e acompanhar o Plano de Ação Municipal da Alfabetização, articulado às políticas nacional e estadual de alfabetização.

Art. 13. O Plano de Ação deverá contemplar, sempre que aplicável:
I. diagnóstico da situação da alfabetização no Município;
II. objetivos e metas;
III. ações pedagógicas;
IV. ações de formação continuada;
V. estratégias de avaliação e monitoramento;
VI. ações de recomposição das aprendizagens;
VII. estratégias de acompanhamento das escolas;
VIII. responsáveis pela execução das ações;

IX. cronograma;
X. indicadores de acompanhamento.

Art. 14. O Plano de Ação Municipal da Alfabetização deverá ser revisto periodicamente, considerando os resultados obtidos e as necessidades identificadas pela Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO VII
DA ARTICULAÇÃO E DA MOBILIZAÇÃO

Art. 15. O Comitê Estratégico Municipal promoverá ações de mobilização e sensibilização da comunidade escolar sobre a importância da alfabetização.

Art. 16. As ações de mobilização poderão envolver:

I. profissionais da educação;
II. famílias;
III. estudantes;
IV. Conselho Municipal de Educação;
V. demais conselhos e órgãos relacionados à garantia dos direitos da criança;
VI. instituições de ensino superior;
VII. organizações e instituições parceiras.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares necessárias à implementação deste Decreto.

Art. 18. O Comitê Estratégico Municipal deverá atuar de forma articulada às estruturas administrativas e pedagógicas já existentes na Secretaria Municipal de Educação, evitando a sobreposição de competências.

Art. 19. O exercício das atividades dos membros do Comitê será considerado serviço público relevante, não sendo remunerado.

Art. 20. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação educacional vigente.

Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 14 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

CINTIA MENDES DA SILVA
Secretaria Municipal de Educação

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:D82405E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.735 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: " Dispõe sobre o cancelamento de empenhos não processados e processados , que constam em resto a pagar e dá outras providências ".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fulcro nos artigos 36 e 38 da Lei 4.320/64 e conforme solicitado no **Memorando nº 27.563/2026.**

CONSIDERANDO que a nota de empenho constitui operação financeira de caráter contábil, visando à reserva de numerário para o pagamento de despesa comprometida dentro da dotação específica;

CONSIDERANDO que resto a pagar não processado não constitui obrigação de pagamento,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam cancelados todos os empenhos, constantes dos Anexos – parte integrante do presente Decreto, referentes a despesas inscritas em restos a pagar não processadas e processados de 2022 e 2023.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 15 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:AE4DD5E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PARECER 020/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Comissão de Isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e de Contribuição de Melhoria

Parecer 020/2026

Súmula: Apreciação do requerimento de isenção de IPTU protocolizado no exercício 2025

A Comissão de Isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano e Contribuição de Melhoria, instituída pela Portaria n° 814, de 08 de julho de 2024, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 6°, § 1°, da Lei Municipal 485, de 15 de janeiro de 2024 e do art. 5°A, da Lei Promulgado 2004, de 25 de novembro 2019.
Considerando a análise documental, realizada em reunião da comissão de isenção, na sede da prefeitura, no dia 14 de outubro de 2026, conforme Ata n° 020/2026.
Emite parecer:
1) Aprovados os documentos do pedido de isenção de tributos municipais para os exercícios 2023, 2024, 2025 e 2026, do protocolo relacionado abaixo:

Protocolo	Cadastro	CPF	Tributo	% Dedução	Valor Dedução
14830/2025	1- 8390	**62.784.889/0001-00**	IPTU	100 %	**2023 - R$ 2.044,96** **2024 - R$ 2.139,03** **2025 - R$ 2.700,37** **2026 - R$ 2.782,35**
Fundamentação Legal					
Art.1°e 2° Lei 485/2004 (igreja)					

2) Submeta-se o presente parecer ao Secretário Municipal de Finanças e Orçamento, para verificação orçamentária e análise final.

Pontal do Paraná, 14 de outubro de 2026.

LILIANE DAYANE SCHADLICK
Presidente da Comissão
Portaria n° 814/2024

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:24178045

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
PAUTA DA ORDEM DO DIA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA

PAUTA DA ORDEM DO DIA DA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU A REALIZAR-SE NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2026

PRIMEIRA VOTAÇÃO – PROJETO DE LEI Nº 39/2026
PRIMEIRA VOTAÇÃO – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/2026
PRIMEIRA VOTAÇÃO – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – PARECER FAVORÁVEL CLJ ACOLHIMENTO VETO TOTAL PL 38/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 154/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 155/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 156/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 157/2026

SALA DAS SESSÕES, 15 DE OUTUBRO DE 2026

VALDINEI DE ALCÂNTARA DIAS
Presidente

Publicado por:
Nadir Luciano Polegatti
Código Identificador:22207F75

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 128, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Abre um Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porecatu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2051/25, de 11 de dezembro de 2025.

ARTIGO 1. º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 265.800,00 (duzentos e sessenta e cinco mil e oitocentos reais)**, no exercício financeiro corrente, destinado à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

0500	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
0501	Gabinete do Secretário e Serviço Administrativo	
2.008	Manutenção da Secretaria de Administração	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.30	Material de Consumo	30.000,00

Fonte de Recursos – 0 – Recursos Ordinários (Livre)

0600	SECRETARIA DE FAZENDA	
0604	Divisão de Tesouraria	
2.023	Manutenção da Divisão de Tesouraria	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	600,00

Fonte de Recursos – 3832 – Convênio Poço Artesiano IAT – SIT 66085

0800	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
0802	Divisão de Educação	
2.031	Manutenção Do Ensino Fundamental	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	100.000,00

Fonte de Recursos – 104 – Demais Impostos Vinculados a Educação Básica

0800	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
0802	Divisão de Educação	
2.033	Manutenção dos Centros de Educação Infantil	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	60.000,00

Fonte de Recursos – 104 – Demais Impostos Vinculados a Educação Básica

1100	SECRETARIA DE SAÚDE	
1101	Fundo Municipal de Saúde	
2.042	Manutenção das Unidades Básicas de Saúde	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	50.000,00

Fonte de Recursos – 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00

1200	SECRETARIA DE SERVIÇO SOCIAL	
1203	Fundo Municipal de Assistência Social	
2.056	Manutenção da Divisão de Assistência Social	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.50.00	TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
3.3.50.43	Subvenções Sociais	25.200,00

Fonte de Recursos – 0 – Recursos Ordinários - Livres

ARTIGO 2. º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso, na forma do disposto no Artigo 43, Parágrafo 1º, o Inciso I, II e III da Lei Federal nº. 4.320/64, Superávit Financeiro o Excesso de Arrecadação e o Cancelamento Total/Parcial das seguintes Dotações Orçamentárias.

0500	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
0501	Gabinete do Secretário e Serviço Administrativo	
2.008	Manutenção da Secretaria de Administração	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	30.000,00

Fonte de Recursos – 0 – Recursos Ordinários (Livre)

0800	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
0802	Divisão de Educação	
2.031	Manutenção Do Ensino Fundamental	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.30	Material de Consumo	100.000,00

Fonte de Recursos – 104 – Demais Impostos Vinculados a Educação Básica

0800	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
0802	Divisão de Educação
2.031	Manutenção Do Ensino Fundamental
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 60.000,00

Fonte de Recursos – 104 – Demais Impostos Vinculados a Educação Básica

1100	SECRETARIA DE SAÚDE	
1101	Fundo Municipal de Saúde	
2.052	Manutenção do Hospital Municipal	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	50.000,00

Fonte de Recursos – 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00

ARTIGO 3. º - Fica alterado o Cronograma de Desembolso Mensal conforme alterações previstas supramencionadas.

ARTIGO 4. º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (15.10.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:316AF446

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP N°079/2026 RETIFICADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº079/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XXXX335-X SSP/PR, CPF nº XXX.490.XXX-53, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **LICITA MOURA LTDA**, CNPJ n° 44.737.879/0001-24, estabelecida à rua Estados Unidos, n°2367, Boa Vista, Curitiba, estado do Paraná, CEP 82.540-030, representada por **JAQUELINE PRISCILA SOARES DE MOURA**, inscrita no CPF XXX.864.XXX-90, portadora da cédula de identidade Civil RG XXXX.085-X SSP/PR, para assinarem a presente Ata, nos termos dos Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº018/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisições de Troféus e Medalhas para o município de Porto Amazonas, pelo período de 12 meses, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
23	Kit disco esportivo Conjunto para treinamento funcional e agilidade, composto por 12 discos demarcatórios (tipo "half cone" ou "chapéu chinês") e 01 suporte para transporte e organização. Discos confeccionados em material plástico flexível e resistente a impactos (polipropileno ou similar), com diâmetro aproximado de 18,5 cm e altura de 7,5 cm. O kit deve apresentar cores variadas de alta visibilidade (amarelo, azul, laranja, verde, vermelho e rosa). Acompanha suporte específico com altura aproximada de 23,5 cm. Produto novo, de primeira qualidade. Marca: 365Sports	Kit	16	R$ 28,44	R$ 455,04

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº018/2026.

2 Os materiais, equipamentos e uniformes deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, atendendo às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e às normas técnicas aplicáveis.

3 A entrega/execução será realizada conforme as condições, prazos e quantidades estabelecidos na solicitação encaminhada por meio da respectiva Nota de Empenho.

4 Local de entrega, responsável pelo recebimento do objeto:
- Rua Barão do Rio Branco, 637, Centro (Departamento de Assistência Social)
- Rua Duque de Caxias, 28, Centro Ginásio de Esportes Alcides Gomes da Costa (Departamento de Esporte Recreação e Turismo)
- Rua Conrado Geremias Schühli, s/n Centro (Departamento de Educação e Cultura), ou no ato da solicitação será informado o endereço da escola.

5 A nota Fiscal deverá ser encaminhadajuntamente com a mercadoria no ato da entrega, eno e-mail institucional:assistenciasocial@portoamazonas.pr.gov.brpara fins de confirmação do recebimento da mercadoria;

6 O pagamento se dará ematé30 dias após liquidação da Nota Fiscal na Divisão de Contabilidade,ou ainda em obediência a ordem cronológica de pagamento, conforme prevê o Decreto Municipal que será publicado para o ano de 2026.

7 A notafiscalsó poderá ser emitida após a requisição de empenho ser enviada para a empresa contratada, e o número de empenho deverá constar no corpo da Nota Fiscal.

8 Deverão constar no corpo da Nota Fiscal os impostos obrigatórios a serem retidos, como o Imposto de Renda, conforme consta no INRFB 1234/2012

9 A gestora do contrato será Thayse de Paula Padilha, designada conforme o Decreto de Nomeação nº 27/2023. O servidor Moisés Schreiber será fiscal do contrato, conforme a Portaria nº 24/2024.

10 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 455,04 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 14/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 13/10/2027.

11 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n°018/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Porto Amazonas, 13/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*LICITA MOURA LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:B9C8927B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PE 034/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 26.433.898-0/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº034/2026 - SRP

EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP

MENOR VALOR POR ITEM

OBJETO: Registro de preços, objetivando a contratação de empresa para a aquisição de material de insumos e materiais básicos utilizados na Atenção Básica do Município e no Pronto Atendimento Municipal do Departamento Municipal de Saúde de forma fracionada, para um período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 07:00 horas do dia 29 de outubro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:00 horas do dia 29 de outubro de 2026.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 819.112,05 (Oitocentos e dezenove mil, cento e doze reais e cinco centavos).
Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.
Informações através do e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 15 de outubro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:49EA3A90

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 58/2026

PORTARIA Nº 58 DE 15 DE OUTUBRO 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 64, incisos IX, X, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Empregada Pública Municipal Sheila Molkenthin, matrícula nº 2841, ocupante do cargo de provimento efetivo de "Assistente Social" do Departamento Municipal de Assistência Social, para responder como Gestora dos Contratos de Licitação referentes ao Departamento Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Designar os Empregados Públicos Municipais Moises Schereiber, matrícula nº 1000015, ocupante do cargo de provimento efetivo de "Assistente Administrativo" e Sabrina Bronoski das Neves, matrícula nº 1000243, ocupante do cargo de provimento efetivo de "Assistente Administrativo", para responderem como Fiscais dos Contratos de Licitação referentes ao Departamento Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Revoga-se a Portaria Nº 11, de 30 de janeiro de 2025.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, 15 de outubro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:CBEE38F7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PE 030/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 26.434.211-2/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº030/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

COTA PRINCIPAL E RESERVA DE COTA PARA MEI, ME E EPP

MAIOR DESCONTO PERCENTUAL

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa do ramo de farmácia comercial para fornecimento de medicamentos tendo como referência a Tabela da CMED – Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, através do MAIOR DESCONTO PERCENTUAL para atendimento de famílias em vulnerabilidade e/ou demandas judiciais que necessitem de medicamentos não padronizados no município de Porto Amazonas, que não constem na Relação Municipal de Medicamentos – REMUME, para o Departamento de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

RESOLVE:

ADJUDICAR a licitante abaixo para os itens que compõem o objeto do Pregão Eletrônico n°030/2026:

PORTO MED FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 67.657.943/0001-62 com os lotes: 1 e 2 no valor total de R$ 140.250,00 (cento e quarenta mil e duzentos e cinquenta reais).

Porto Amazonas, 15 de outubro de 2026.

MICHELE DE OLIVEIRA MARTINS
Pregoeira Municipal

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:9FD383DA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
PAUTA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2026

PAUTA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA

SEGUNDA-FEIRA – 19/10/2026 – 19:00 HORAS

ORDEM DO DIA

ITEM 01

VET 02/2026 - Análise do Veto Jurídico Integral às alterações introduzidas pela Emenda modificativa e aditiva nº 01/2026 ao Projeto de Lei Nº 18/2026, Institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC no Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, e dá outras providências.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Prado Ferreira

Publicado por:
Wallyngson Bruno
Código Identificador:3A958137

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 065/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR
CNPJ: 04.823.494/0001-65

CONTRATADA: CENTROSAT SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA.
CNPJ: 05.974.112/0001-67.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços continuados de monitoramento de alarme e de CFTV em violações, destinados à expansão do sistema de segurança eletrônica do CISPAR para o imóvel contíguo à atual sede administrativa, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Termo de Referência

VALOR: R$ 4.680.00 (Quatro mil, seiscentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: vigência de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Jussara - PR, 08 de outubro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná -CISPAR

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:C6954F80

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PORTARIA N.º 27, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a transferência da data do feriado nacional referente ao Dia do Servidor Público.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público, pelo Estatuto Social e demais normas aplicáveis;

RESOLVE:

Art. 1º Fica transferido para a sexta-feira, 30 de outubro de 2026, o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, originalmente previsto para a quarta-feira, 28 de outubro de 2026, nos termos da Resolução nº 01, de 05 de janeiro de 2026.

Art. 2º Na data de que trata o art. 1º, ficam suspensas as atividades administrativas e de atendimento ao público da sede administrativa do CISPAR

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá-PR, 15 de outubro de 2026.

FABIO CHICAROLI
Presidente

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:985770DA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
DISPENSA: 19/2026

HOMOLOGAÇÃO: 15/10/2026

OBJETO: **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, para acompanhamento, orientação e gestão das obrigações relacionadas à Segurança e Saúde no Trabalho – SST, incluindo a gestão e transmissão dos eventos aplicáveis ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Quatro Barras – PR. Conforme especificações constantes no TR**

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
CONTRATADA: AJ SANTIAGO ENGENHARIA LTDA

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: 11.712,00 (ONZE MIL SETECENTOS E DOZE REAIS)

DESPESA:

01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.39.00.00. - 1001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Câmara Municipal de Quatro Barras, 15/10/2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente da Câmara Municipal de Quatro Barras

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:D0F20683

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11.961/2026

Declara de utilidade pública as áreas de terras localizada no Município de QUATRO BARRAS, para fins de Instituição de Servidão de Passagem, pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR necessária para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários no Município de Quatro Barras - Paraná.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e na conformidade com o disposto no art. 2º, 5º, Letras "e" e "h", 6º e 7º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e a vista do contido no Ofício SANEPAR nº 705/2025_GPOCT, ratificado através do Ofício CA-348/2026-GPOCT, contantes dos Processos Administrativos nº 22198/2025, 3479/2026 e 6287/2026,

DECRETA

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública as áreas abaixo descritas, bem como as benfeitorias que possam sobre elas existirem, para fins de Instituição de Servidão de Passagem, para implantação da Tubulação de Esgotos Sanitários – Rede Coletora de Esgotos Sanitários (RCE) necessária à Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitários no Município de Quatro Barras – Paraná, pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, "E" e "H" e 6º, do Decreto-Lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956:

I - Área 1 – Área 1.699,61m² - Dentro do Lote "A-5" (a-cinco) com área de 20.000,00m², da Planta de Subdivisão de terreno rural, situado no lugar denominado BORDA DO CAMPO, Município e Foro da Comarca de Quatro Barras, de propriedade atribuída a OUREANA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. ou a quem de direito pertencer, constante na matrícula nº 20.586 do Registro de Imóveis da Comarca de Campina Grande do Sul, uma área com a com a seguinte DESCRIÇÃO: Inicia-se a descrição no ponto 02S, de coordenadas Norte 7189373.552 e Leste 697494.955, situado na divisa com a faixa de domínio da Rua José Perine, segue adentrando o imóvel de OUREANA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, com os seguintes azimutes e distâncias: 97°35'19" e 51.71m até o PV03; 85°25'00" e 79.21m até o PV04A; 83°54'47" e 31.16m até o PV05; 63°09'55" e 73.96m até o PV06; 69°01'35" e 26.86m até o PV06A; 68°54'28" e 6.00m até o PV07; 15°28'11" e 14.36m até ponto 07S, situado na divisa desta propriedade com propriedade de OUREANA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. Esse trecho perfaz uma extensão total de 293,27m e definem o eixo de uma faixa de 6,00m de largura, com área total de atingimento de 1.699,61m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS2000. Fuso22. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

II - Área 2 – Área 682,59m² - Dentro do Lote "A-4" (a-quatro) com área de 20.000,00m², da Planta de Subdivisão de terreno rural, situado no lugar denominado BORDA DO CAMPO, Município e Foro da Comarca de Quatro Barras, de propriedade atribuída a OUREANA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. ou a quem de direito pertencer, constante na matrícula nº 20.585 do Registro de Imóveis da Comarca de Campina Grande do Sul, uma área com a com a seguinte DESCRIÇÃO: Inicia-se a descrição no ponto 07S, de coordenadas Norte 7189435.346 e Leste 697756.663, situado na divisa desta propriedade com propriedade de OUREANA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. - CNPJ: 31.729.694/0001-26, matrícula 20.586 CGS. Segue adentrando o imóvel de OUREANA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, com os seguintes azimutes e distâncias: 15°28'11" e 55.61m até o PV08; 62°01'49" e 58.16m até o ponto 08S, situado na divisa desta propriedade com propriedade de OUREANA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. - CNPJ: 31.729.694/0001-26, matrícula 20.584 CGS. Esse trecho perfaz uma extensão total de 113,76m e definem o eixo de uma faixa de 6,00m de largura, com área total de atingimento de 682,59m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS2000. Fuso22. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

III - Área 3 – Área 639,95m² - Dentro do Lote "A-3" (a-três) com área de 20.000,00m², da Planta de Subdivisão de terreno rural, situado no lugar denominado BORDA DO CAMPO, Município e Foro da Comarca de Quatro Barras, de propriedade atribuída a OUREANA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. ou a quem de direito pertencer, constante na matrícula nº 20.584 do Registro de Imóveis da Comarca de Campina Grande do Sul, uma área com a com a seguinte DESCRIÇÃO: Inicia-se a descrição no ponto 08S, de coordenadas Norte 7189516.215 e Leste 697822.859, situado na divisa desta propriedade com propriedade de OUREANA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. - CNPJ: 31.729.694/0001-26, matrícula 20.585 CGS. Segue adentrando o imóvel de OUREANA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, com os seguintes azimutes e distâncias: 62°01'49" e 6.46m até o PV09; 13°15'45" e 76.03m até o PV10; 8°35'43" e 24.16m até o ponto 10S, situado na divisa desta propriedade com propriedade de OUREANA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. - CNPJ: 31.729.694/0001-26, matrícula 20.583 CGS. Esse trecho perfaz uma

extensão total de 106,65m e definem o eixo de uma faixa de 6,00m de largura, com área total de atingimento de 639,95m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS2000. Fuso22. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

IV - Área 4 – Área 687,70m² - Dentro do Lote "A-2" (a-dois) com área de 22.000,00m², da Planta de Subdivisão de terreno rural, situado no lugar denominado BORDA DO CAMPO, Município e Foro da Comarca de Quatro Barras, de propriedade atribuída a OUREANA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. ou a quem de direito pertencer, constante na matrícula nº 20.584 do Registro de Imóveis da Comarca de Campina Grande do Sul, uma área com a com a seguinte DESCRIÇÃO: Inicia-se a descrição no ponto 10S, de coordenadas Norte 7189617.143 e Leste 697849.620, situado na divisa desta propriedade com propriedade de OUREANA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. - CNPJ: 31.729.694/0001-26, matrícula 20.584 CGS. Segue adentrando o imóvel de OUREANA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, com os seguintes azimutes e distâncias: 8°35'43" e 9,66m até o PV10A; 8°35'13" e 12.00m até o PV11A; 0°52'02" e 28,30m até o PV12; 81°18'15" e 15.05m até o PV13; 21°11'38" e 10.71m até o PV14; 83°27'11" e 23.95m até o PV15; 43°23'30" e 4.76m até o ponto 15S, situado na divisa desta propriedade com propriedade de "A quem de direito pertencer". Esse trecho perfaz uma extensão total de 114,44m e definem o eixo de uma faixa de 6,00m de largura, com área total de atingimento de 687,70m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS2000. Fuso22. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

V - Área 5 – Área 2.619,24m² - Dentro do terreno situado no lugar denominado BORDA DO CAMPO, Município e Foro da Comarca de Quatro Barras, de POSSE DE FM COMERCIO DE PEDRAS E TERRAPLANAGEM LTDA ou a quem de direito pertencer, uma área com a com a seguinte DESCRIÇÃO Inicia-se a descrição no ponto 15S, de coordenadas Norte 7189695.201 e Leste 697900.598, situado na divisa desta propriedade com propriedade de OUREANA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. - CNPJ: 31.729.694/0001-26, matrícula 20.583 CGS. Segue adentrando o imóvel de A quem de direito (AQDP) – Posse de FM Comércio de Pedras e Terraplenagem Ltda ME, com os seguintes azimutes e distâncias: 43°23'30" e 25.10m até o PV16; 48°20'05" e 67,96m até o PV19A; 14°03'36" e 40.86m até o PV21; 17°49'58" e 20.00m até o PV22A; 349°42'50" e 30.89m até o PV22B; <-333°55'39" e 31.04m até o PV24; 6°57'11" e 26.80m até o PV25; 98°39'23" e 38.25m até o PV26; 72°04'01" e 23.96m até o PV27A; 4°28'30" e 5.06m até o PV27B; 294°36'27" e 34.18m até o PV28; 7°37'02" e 40.86m até o PV29; 43°54'13" e 32.24m até o PV30; 52°19'39" e 19.34m até o PVE16A, igual ao PVE que será escoado. Esse trecho perfaz uma extensão total de 436,54m e definem o eixo de uma faixa de 6,00m de largura, com área total de atingimento de 2.619,24m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS2000. Fuso22. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º Fica autorizada a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a promover todos os atos judiciais ou extrajudiciais necessários para instituição da servidão de passagem ficando-lhe assegurado o direito de acesso às áreas compreendida no artigo 1º deste decreto para os fins indicados.

Art. 3º Fica reconhecida a conveniência de constituição da servidão em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º Os proprietários das áreas atingidas pelo ônus da faixa de servidão limitarão o uso e gozo delas ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se, consequentemente, da prática dentro das referidas áreas, de quaisquer atos que causem danos à mesma.

Art. 5º À Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR fica assegurado, para os fins indicados, a prerrogativa do artigo do artigo 7º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autorizadas a ingressar nas áreas compreendidas na declaração, para realizar inspeções e levantamentos de campo.

Art. 6º A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, poderá invocar em juízo, quando necessário, a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1.941, e suas alterações.

Art. 7º O ônus decorrente da instituição da servidão de passagem, das áreas a que se refere o art. 1º deste decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 8º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 15 de outubro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito do Município

Publicado por:
Ana Claudia Valenga
Código Identificador:D9F94851

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2026

OBJETO: Registro de preço para eventual necessidade de para aquisição de capachos personalizados para atender o consumo das secretarias desta prefeitura, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital

NOVA DATA DE ABERTURA DO PREGÃO:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 17h00 do dia 15/10/2026 às 08:29 min do dia 04/11/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 8h30min do dia 04/11/2026.
MODO DE DISPUTA: Aberto
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário Oficial de Brasília.

Ficam mantidas as demais condições do referido Edital. Prefeitura Municipal de Quatro Barras, 15 de outubro 2026.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:451E0C6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 24/2026 PROCESSO Nº. 13.201/2026

TIPO: Menor Preço Por Item

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Quatro Barras realizará Dispensa Eletrônica, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 10.807/2025 e demais legislações aplicáveis.

OBJETO: Contratação de empresa para a aquisição de colchões casca de ovo e muletas (axilares e canadenses) para atender às necessidades da Secretaria de Saúde, visando suprir os itens fracassados no Pregão Eletrônico nº 53/2026, conforme condições, quantidades e exigências

estabelecidas no Termo de Referências (Anexo 01) do referido Aviso de Dispensa Eletrônica.

DATA DA SESSÃO: 22/10/2026.

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: das 08:00h às 14:00h.

TEMPO DE DISPUTA: 06 horas ininterruptas.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário Oficial de Brasília.

LINK: Portal Compras BR - www.comprasbr.com.br "Acesso Identificado"

O Aviso de Contratação Direta completo poderá ser examinado e adquirido pelo site *www.quatrobarras.pr.gov.br*, menu "Licitações" ou solicitado via e-mail licitacao@quatrobarras.pr. gov.br. Informações poderão ser obtidas pelo site, email ou telefone (041) 3671-8800, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

Quatro Barras, 15 de outubro de 2026.

MARCELO OLEGÁRIO DA SILVA FILHO
Agente de Dispensa

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:93E3B370

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONCEDE LICENÇA PREMIO

PORTARIA Nº.137/2026

SÚMULA: Concede Licença Prêmio.

Alex Sandro Fernandes, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE:

Conceder 78 (setenta e oito) dias de **Licença Prêmio** a Servidora **SILMARA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, portadora da Cédula de Identidade com RG. nº. 6.9**.**3-1 e do CPF nº. 044.***.***-77, referente ao período aquisitivo de **2011/2016,** conforme Artigo 192 da Lei nº. 069/2003, alterada pelo Artigo 1º. da Lei nº 1.268 de 20/12/2012, retroativo em 09/09/2026.

Registre-se e
Publique-se.

Querência do Norte, PR, 15 de Outubro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:5A6EC19B

CONTABILIDADE E ORÇAMENTO
DECRETO 141/2026

DECRETO N° 141 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados, por Anulação de Dotação e por Superávit Financeiro de Recursos Vinculados no orçamento do município de Querência do Norte, para o exercício de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 2.063/2025 de 08 de outubro de 2025 e pela Lei Federal n° 4.320/64 de 17 de março de 1964;

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 196.562,32 (Cento e noventa e seis mil, quinhentos e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO ADMINISTRATIVA
05.002.12.361.0006.2.057. Gestão das Despesas do Programa Escola em Tempo Integral
792- 3.3.90.30.00.00 3149 MATERIAL DE CONSUMO 105.902,42
793- 3.3.90.39.00.00 3149 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 388,51
JURÍDICA
291- 3.3.90.39.00.00 149 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 9.611,49
JURÍDICA
794- 4.4.90.52.00.00 3149 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 659,90

10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, TURISMO E CULTURA
10.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE
10.002.18.541.0005.2.107. Gestão das Despesas do Fundo Municipal do Meio Ambiente
650- 4.4.90.52.00.00 1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 55.000,00
10.002.18.541.0005.2.110. Conv. ITAIPU - Mais que Energia - Recuperação e Proteção de Nascentes
659- 3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 25.000,00
JURÍDICA

Total Suplementação: 196.562,32

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo 1º, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita: 1.3.2.1.01.11.03.09.000000 Fonte: 1000 9.000,00
Total da Receita: 9.000,00

Artigo 3º - Para Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
03.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
03.001.99.999.9999.9.999. Reserva de Contingência
65- 9.9.99.99.00.00 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA 80.411,49

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO ADMINISTRATIVA
05.002.12.361.0006.2.057. Gestão das Despesas do Programa Escola em Tempo Integral
290- 3.3.90.30.00.00 149 MATERIAL DE CONSUMO 100,00
293- 4.4.90.52.00.00 149 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 100,00

Total Redução: 80.611,49

Artigo 4º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo 1º, na forma do disposto pelo artigo 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro;

Artigo 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joelson Ziani Coito
Código Identificador:43ED26AF

LICITAÇÃO
ADITIVO 131/2026

1º TERMO ADITIVO – CONTRATO 131/2026
CREDENCIAMENTO nº 01/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 25/2026
Vencimento 27/04/2027

CONTRATANTE: "MUNICIPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE-PR, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Rua Waldemar dos Santos, n.º 1197, inscrita no CGC/MF sob o n.º 76.973.692/0001-16
CONTRATADA: empresa 65.039.334 MARIA DOS SANTOS BISPO, CNPJ sob o nº 65.039.334/0001-14, com sede na Rua Acre, nº. 2077, CEP: 87930-000 - bairro CENTRO, Querência do Norte/PR
II - Tendo em vista o que dispõe as normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos, do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Termo Aditivo AUMENTO DE PRAZO E VALOR.
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo por mais 06 (seis) meses até 26/04/2027 com início do aditivo em 26/10/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O valor do aditivo será de R$ 10.896,48 (dez mil oitocentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos),
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Querência do Norte – PR, 06 de outubro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES	*MARIA BISPO DOS SANTOS*
Prefeito	Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
C.P.F. _____

_____
C.P.F._____ ____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:F33F78F0

LICITAÇÃO
ADITIVO 20/2025

3º TERMO ADITIVO – CONTRATO 20/2025
CREDENCIAMENTO nº 01/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 13/2025
Vencimento 07/04/2027

CONTRATANTE: "MUNICIPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE-PR, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Rua Waldemar dos Santos, n.º 1197, inscrita no CGC/MF sob o n.º 76.973.692/0001-16
CONTRATADA: empresa 58.910.052 ELISANGELA APARECIDA MARQUES COELHO, CNPJ sob o nº 58.910.052/0001-85 com sede na Rua Padre Rene Becker, 94 - CEP: 87930000 - bairro CENTRO, Querência do Norte/PR.

II - Tendo em vista o que dispõe as normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos, do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Termo Aditivo AUMENTO DE PRAZO E VALOR.
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo por mais 06 (seis) meses até 07/04/2027 com início do aditivo em 07/10/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O valor do aditivo será de R$ 10.896,48 (dez mil, oitocentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos).
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Querência do Norte – PR, 06 de outubro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES	*ELISANGELA APARECIDA MARQUES COELHO*
Prefeito	Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
C.P.F. _____

_____
C.P.F._____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:425D9D9C

LICITAÇÃO
ADITIVO 216/2025

2º TERMO ADITIVO – CONTRATO 216/2025
CREDENCIAMENTO nº 01/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 69/2025
Vencimento 16/04/2027

CONTRATANTE: "MUNICIPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE-PR, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Rua Waldemar dos Santos, n.º 1197, inscrita no CGC/MF sob o n.º 76.973.692/0001-16

CONTRATADA: empresa 62.611.233 ANDREINA VITORIA RAMOS SANTANA, CNPJ sob o nº 62.611.233/0001-88, com sede na Rua 25 DE DEZEMBRO, 2275 - CEP: 87930000 - bairro: Centro, Querência
do Norte/PR.

II - Tendo em vista o que dispõe as normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos, do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Termo Aditivo AUMENTO DE PRAZO E VALOR.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo por mais 06 (seis) meses até 16/04/2027 com início do aditivo em 16/10/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O valor do aditivo será de R$ 10.205,82 (dez mil, duzentos e cinco reais e oitenta e dois centavos).
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Querência do Norte – PR, 06 de outubro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES	*ANDREINA VITORIA RAMOS SANTANA*
Prefeito	Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
C.P.F. _____

_____
C.P.F._____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:F2E3096E

LICITAÇÃO
ADITIVO 56/2025

4º TERMO ADITIVO – CONTRATO 56/2025
CREDENCIAMENTO nº 01/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 25/2025
Vencimento 08/05/2027

CONTRATANTE: "MUNICIPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE-PR, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Rua Waldemar dos Santos, n.º 1197, inscrita no CGC/MF sob o n.º 76.973.692/0001-16
CONTRATADA: empresa E **60.202.409 ELAINE FERREIRA LIMA, CNPJ sob o nº 60.202.406/0001-12, com sede na rua Projetada, 440 - CEP: 87930000 - bairro: Centro, Querência do Norte/PR, para Serviços Gerais**.

II - Tendo em vista o que dispõe as normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos, do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Termo Aditivo AUMENTO DE PRAZO E VALOR.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo por mais 06 (seis) meses até 08/05/2027 com início do aditivo em 08/11/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O valor do aditivo será de R$ 10.205,82 (dez mil, duzentos e cinco reais e oitenta e dois centavos).
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Querência do Norte – PR, 06 de Outubro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES	*ELAINE FERREIRA LIMA*
Prefeito	Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
C.P.F. _____

_____
C.P.F._____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:D33A2DCD

LICITAÇÃO
ADITIVO 94/2026

1º TERMO ADITIVO – CONTRATO 94/2026
CREDENCIAMENTO nº 01/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 20/2026
Vencimento 06/04/2027

I - "MUNICIPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE-PR, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Rua Waldemar dos Santos, n.º 1197, inscrita no CGC/MF sob o n.º 76.973.692/0001-16 E doravante denominadas CONTRATANTES doravante denominadas CONTRATANTES 65.129.120 PATRICIA BAUMGARTNER, CNPJ sob o nº 65.129.120/0001-39 com sede na Avenida Brasil Paraná, nº1730, CEP: 87930-000 - bairro CENTRO, Querência do Norte/PR, doravante denominada CONTRATADA.
II - REPRESENTANTES: Representa a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE, o Prefeito, ALEX SANDRO FERNANDES, brasileiro, portador do CPF/MF no. 083.560.979-08 e Cédula de Identidade RG 10.236.514-3 SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Belém, nº 160, e a empresa PATRICIA BAUMGARTNER, brasileira.
III - Tendo em vista o que dispõe as normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos, do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Termo Aditivo AUMENTO DE PRAZO E VALOR, com base no do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo por mais 06 (seis) meses até 06/04/2027 com início do aditivo em 06/10/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O valor do aditivo será de R$ 10.205,82 (Dez Mil, Duzentos e Cinco Reais e Oitenta e Dois Reais).
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Querência do Norte – PR, 06 de Outubro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES	*PATRICIA BAUMGARTNER*
Prefeito	Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
C.P.F. _____

_____
C.P.F._____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:269E07D3

LICITAÇÃO
ADITIVO 95/2026

2º TERMO ADITIVO – CONTRATO 95/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 21/2026
Vencimento 06/04/2027

I - "MUNICIPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE-PR, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Rua Waldemar dos Santos, n.º 1197, inscrita no CGC/MF sob o n.º 76.973.692/0001-16 E doravante denominadas CONTRATANTES doravante denominadas CONTRATANTES 65.506.300 MARINES TAVARES, CNPJ sob o nº 65.506.300/0001-92 com sede na Rua Maria de Lourdes Dionisio Cardoso, nº400, CEP: 87930-000 - bairro CENTRO, Querência do Norte/PR, doravante denominada CONTRATADA.
II - REPRESENTANTES: Representa a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE, o Prefeito, ALEX SANDRO FERNANDES, brasileiro, portador do CPF/MF no. 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG 10.***.514-* SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Belém, nº 160, e a empresa MARINES TAVARES, brasileira, inscrita no CPF 351.***.858-**.
III - Tendo em vista o que dispõe as normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos, do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Termo Aditivo AUMENTO DE META, com base no do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo por mais 06 (seis) meses até 06/04/2027 com início do aditivo em 06/10/2026.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Querência do Norte – PR, 06 de Outubro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES	*MARINES TAVARES*
Prefeito	Contratada

TESTEMUNHAS:
_____ _____
C.P.F. _____

_____
C.P.F._____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:79693CAC

LICITAÇÃO
ADITIVO 95/2026 1.

1º TERMO ADITIVO – CONTRATO 95/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 21/2026
Vencimento 06/10/2026

I - "MUNICIPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE-PR, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Rua Waldemar dos Santos, n.º 1197, inscrita no CGC/MF sob o n.º 76.973.692/0001-16 E doravante denominadas CONTRATANTES doravante denominadas CONTRATANTES 65.506.300 MARINES TAVARES, CNPJ sob o nº 65.506.300/0001-92 com sede na Rua Maria de Lourdes Dionisio Cardoso, nº400, CEP: 87930-000 - bairro CENTRO, Querência do Norte/PR, doravante denominada CONTRATADA.
II - REPRESENTANTES: Representa a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE, o Prefeito, ALEX SANDRO FERNANDES, brasileiro, portador do CPF/MF no. 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG 10.***.514-* SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Belém, nº 160, e a empresa MARINES TAVARES, brasileira, inscrita no CPF 351.***.858-**.
III - Tendo em vista o que dispõe as normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos, do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Termo Aditivo AUMENTO DE META, com base no do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLAUSULA PRIMEIRA –- DO VALOR
O valor do aditivo será de 10.258,92 (Dez mil, Duzentos e Cinquenta e Oito Reais e Noventa e Dois Centavos).
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Querência do Norte – PR, 10 de Agosto de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES	***MARINES TAVARES***
Prefeito	Contratada

TESTEMUNHAS:
_____
C.P.F. _____

_____
C.P.F._____ __

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:9559D190

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO PREGÃO N° 42/2026 – PMQ

MUNICÍPIO DE QUITANDINHA - PR
AVISO PREGÃO N° 42/2026 – PMQ
LOCAL: www.bllcompras.com
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE CESTAS NATALINAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE QUITANDINHA PR. **Data limite do cadastramento das propostas**: 05/11/2026 às 8h45min. **Data de inicio dos lances**: 05/11/2026 às 9h. Os prazos, só serão prorrogados em caso de retardamento causado pela Prefeitura e nunca por licitantes. Informações e integra do edital: www.quitandinha.pr.gov.br/licitacoes, email: licitação@quitandinha.pr.gov.br e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) www.gov.br/pncp , ou diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Rua José de Sá Ribas, 238, Fone 41-3623-1231. Quitandinha, 15 de outubro de 2026.

ANTONIO IARGAS -
Secretário Interino Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação.

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:2F3872FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA

PORTARIA 342/09/2026

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D´Oeste, Estado do Paraná, Senhor **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei nº 959/09/2025, resolve:

AUTORIZAR

I – A Servidora **JANAINA NAYARA SILVA MARIANO**, ocupante do cargo de **ASSISTENTE SOCIAL,** para se ausentar a Serviço do Município de Rancho Alegre D´Oeste;
II – Concessão de diárias para participação no Encontro Estadual de Vigilância Socioassistencial do Paraná - 2026, fortalecendo a execução das políticas públicas socioassistenciais nos municípios em Curitiba-PR.
III – Data: **20/10/2026 a 23/10/2026.**
IV – Cidade de **Curitiba/PR**.
V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO".

Rancho Alegre D´Oeste, PR., 15 de outubro de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Rayane Macedo da Cruz Ferreira
Código Identificador:A14B677E

CÂMARA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE
PORTARIA Nº 24/2026

Declara a extinção do mandato eletivo do Vereador José Antonio Zanuto, em razão de seu falecimento, decreta a vacância da respectiva vaga na Câmara Municipal, determina a convocação do suplente Everson Ribeiro de Jesus e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, Sra. VALÉRIA MINERVINO AGUILAR, no uso de suas atribuições legais, regimentais e constitucionais, especialmente aquelas conferidas pelo Artigo 27, inciso XVIII e Artigo 29, inciso VI, alínea "b" do Regimento Interno da Casa Legislativa, e
CONSIDERANDO o lamentável falecimento do nobre Vereador titular JOSÉ ANTONIO ZANUTO, ocorrido em 8 de outubro de 2026, conforme atesta a Certidão de Óbito devidamente apresentada e autuada junto a esta Secretaria Administrativa;
CONSIDERANDO os termos imperativos do Artigo 279, inciso I do Regimento Interno desta Câmara Municipal, que estatui de modo inequívoco a extinção do mandato parlamentar em decorrência do falecimento do seu titular;
CONSIDERANDO que o Artigo 279, § 2º, combinado com o Artigo 280, inciso I do sobredito diploma regimental, impõe à Presidência o dever de, ex officio, declarar a extinção do mandato e abrir os procedimentos decorrentes da vacância parlamentar;
CONSIDERANDO a obrigatoriedade de se manter o pleno funcionamento da atividade legislativa, assegurando a representação proporcional do povo ranchoalegrense nesta Edilidade, que conta com

a composição legal fixa de 09 (nove) Vereadores, conforme reza o Artigo 1º do texto regimental;
CONSIDERANDO, por fim, as normas dispostas no Artigo 283, caput e inciso I, bem como em seus parágrafos, que preceituam a imediata e compulsória convocação do primeiro suplente partidário para o exercício do mandato no caso de ocorrência de vaga definitiva;
RESOLVE:
Art. 1º Fica declarada oficialmente a EXTINÇÃO DO MANDATO do nobre e saudoso Vereador JOSÉ ANTONIO ZANUTO, nos estritos termos estabelecidos pelo Artigo 279, inciso I, e § 2º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, em decorrência de seu falecimento havido em 8 de outubro de 2026.
Art. 2º Em consequência da extinção decretada no artigo anterior, declara-se a VACÂNCIA em definitivo da respectiva cadeira parlamentar na Câmara Municipal de Vereadores, consoante o disposto no Artigo 280, inciso I do texto regimental.
Art. 3º Determina-se à Secretaria Executiva Administrativa da Câmara Municipal a imediata expedição de Ofício de Convocação ao primeiro suplente diplomado da respectiva agremiação partidária, o Sr. EVERSON RIBEIRO DE JESUS, com amparo no Artigo 283, caput e inciso I do Regimento Interno.
Parágrafo único. O suplente ora convocado deverá, nos moldes do Artigo 283, § 3º, manifestar-se e tomar a regular posse no prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias contados do efetivo recebimento da respectiva convocação escrita, sob pena de ser considerado renunciante ao direito do mandato, passando-se a imediata vaga ao suplente subsequente, salvo motivo de força maior plenamente justificado e aceito pela maioria absoluta do Plenário, conforme o § 4º do mesmo dispositivo.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Órgão Oficial Eletrônico do Município, em fiel obediência ao comando inscrito no Artigo 332, caput, inciso IV, e § 3º do Regimento Interno, retroagindo os seus plenos efeitos jurídicos e administrativos à data do óbito do titular (8 de outubro de 2026).

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL
Rancho Alegre D'Oeste-PR, em 13 de outubro de 2026.

VALÉRIA MINERVINO AGUILAR
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ivanildo Divino Ferreira
Código Identificador:91249DFA

CÂMARA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Eu, VALÉRIA MINERVINO AGUILAR, Presidente da Câmara Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais e de acordo com os art. 72 e 75, da Lei nº 14.133/2021 e demais alterações;

RESOLVE:

ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente contratação, nestes termos:

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7/2026	
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de comunicação visual da fachada da Câmara Municipal, contemplando a confecção de portal central e acabamentos estruturais nas laterais em ACM, letras e brasão do município em PVC expandido de 20 mm de espessura (sem iluminação própria) e sistema decorativo de iluminação em LED embutido, conforme quantitativos e especificações constantes no termo de referência e seus anexos.	
CONTRATADA	**ANDARE ADESIVOS LTDA**
CNPJ Nº	**05.561.905/0001-54**
VALOR	**R$ 32.480,00 (trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta reais).**
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:	**15/10/2026**
CONTRATO	**2 (dois) meses.**
FUNDAMENTAÇÃO	**Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.**

Rancho Alegre D'Oeste-PR, 15 de outubro de 2026.

VALÉRIA MINERVINO AGUILAR
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ivanildo Divino Ferreira
Código Identificador:94F69BCC

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE
PORTARIA Nº. 341/09/2026

SÚMULA: Concede Aposentaria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição. Art. 3º da EC 47/05 - FÓRMULA 85/95 - Comum Provento Integral - Com Paridade Última Remuneração.

O **PREFEITO EVERTON CÁSSIO ZANUTO, DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D´OESTE, DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria do servidor *José Reginaldo Pepece,*

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida ao servidor **José Reginaldo Pepece,** brasileiro, servidor público municipal de Rancho Alegre D´Oeste, ocupante do cargo efetivo de **Contador,** padrão XVI, nível 14, portador da Carteira de Identidade Nacional (CIN), inscrito no CPF sob o nº 565.789.899-00, **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com proventos integrais, com fundamento no Art. 3º da EC 47/05 - FÓRMULA 85/95**, **em sua redação anterior à Emenda Constitucional 103/2019.**
Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 21.055,89, conforme demonstrativo de cálculo.
Art. 3º Para efeito de recebimento, por força do artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, deverá ser pago o valor correspondente a R$ 20.265,57 (teto constitucional).
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.
PAÇO MUNICIPAL 20 DE MARÇO, EM 15 DE OUTUBRO DE 2025.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivone Vieira de Brito
Código Identificador:C24AE01D

SAÚDE
PORTARIA 343/09/2026

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Senhor **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei n. 959/09/2025, resolve:

AUTORIZAR
I – O Servidor **THIAGO SENNA BARBOSA**, ocupante do cargo de **MOTORISTA II** para se ausentar a Serviço do Município de Rancho Alegre D'Oeste;
II – Concessão de diárias para **Transporte de Pacientes em Tratamento de Saúde na cidade de Curitiba e RMC**;
III – Data: **15/10/2026** a **17/10/2026;**
IV– Cidade de **Curitiba-PR**;
V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO".

Rancho Alegre D'Oste - PR, 15 de outubro de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vagner Duarte
Código Identificador:4EAABAC5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 5.113, DE QUINZE DE OUTUBRO DE 2026.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – COMSAB E O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – FUMSAB.

DIRCEU PAULO BALDISSERA, Prefeito em Exercício do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n.º 2.106 de 07 de novembro de 2023, **DECRETA:**

Art. 1º- Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – COMSAB e o FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – FUMSAB, pelo período de dois anos:

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Titular: Marcos Vinicius Pagliarini
Suplente: Kleitson Telmo Grisa

secretaria de saúde
titular: Vitoria Karolini Betim Fieldkircher Caus
Suplente: João Carlos Santos

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Titular: Gilberto Luz
Suplente: Elizandra Aparecida Winck Rizzi

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Titular: Moacir Fiamoncini
Suplente: Tainara Setti

SECRETARIA DE FINANÇAS
Titular: Marcos Henrique Tomazini Mikoanski
Suplente: Francieli Alves Teixeira

ENTIDADES

SANEPAR
Titular: Eder Nonnenmacher
Suplente: Ewerton Nonnenmacher

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
Titular: Maria Luiza Souza Neto
Suplente: Francisco Lima

APARA
Titular: Gabriely Venâncio
Suplente: Andressa Cardoso dos Santos

ACIAR
Titular: Tatiana Fátima Palinski
Suplente: Douglas Cesar Patel

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
Titular: Berta Lucia Pereira Villagra
Suplente: Gilza Maria de Souza Franco

Art. 2º- São atribuições do Conselho Municipal de Saneamento Básico - COMSAB e do Fundo Municipal de Saneamento Básico - FUMSAB:

I - elaborar seu regimento interno;
II - dar encaminhamento às deliberações das Conferências Municipal, Regional, Estadual e Nacional de Saneamento Básico;
III - articular discussões para a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico;
IV - opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento da cidade quando couber;
V - emitir pareceres sobre propostas de alteração da Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e dos Regulamentos;
VI - acompanhar a execução do desenvolvimento de planos e projetos de interesse do desenvolvimento do Município;
VII - opinar sobre projetos de lei de interesse da política do saneamento municipal, antes do seu encaminhamento à Câmara;
VIII - acompanhar a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico previsto na Lei Municipal nº 2.027/2022;
IX - opinar sobre casos não previstos na Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e na legislação municipal correlata; e
X - Fiscalizar a aplicação dos recursos de competência do FUMSAB, bem como acompanhar seu cronograma de aplicação.

Art. 3º- Os serviços prestados pelo Conselho serão gratuitos e considerados relevantes para o Município.

Art. 4º - Fica revogado o Decreto Municipal nº 4.666, de 17 de novembro de 2023.

Art. 5º- Este Decreto vigora a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:9DE28258

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 5.114, DE QUINZE DE OUTUBRO DE 2026.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – CMMA E O FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

DIRCEU PAULO BALDISSERA, Prefeito em Exercício do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n.º 1039/06 de 12/09/06, DECRETA:
Art. 1º- Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – CMMA E O FUNDO MUNCIPAL DO MEIO AMBIENTE, pelo período de dois anos:
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Titular: Marcos Vinicius Pagliarini
Suplente: Kleitson Telmo Grisa
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Titular: Moacir Fiamoncini
Suplente: Marcos Henrique Tomazini Mikoanski
SECRETARIA DE SAÚDE
Titular: Indianara Spiss Correia
Suplente: João Carlos Santos
SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO URBANA
Titular: Marieli Cristina Dalla Costa de Sousa
Suplente: Thais Furlan Prates
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Titular: Gilberto Luz
Suplente: Elizandra Aparecida Winck Rizzi
SECRETARIA DE FINANÇAS
Titular: Valdair Pollan
Suplente: Francieli Alves Teixeira
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Titular: Zaneti de Carli Marcante
Suplente: Jaqueline Gomes Demarchi Grisa
ENTIDADES

SANEPAR
Titular: Gilmar Zanella
Suplente: Ewerton Nonnenmacher
SINDICATO RURAL
Titular: Dayane Noschang
Suplente: Laurecir M. da Rocha
CREA
Titular: Evandra Alves Souza de Oliveira
Suplente: Anderson Muller
APARA
Titular: Gabriely Venâncio
Suplente: Andressa Cardoso dos Santos
IDR
Titular: Cesar Roberto Silva Paz
Suplente: Jayme Rogerio Taube
UFFS
Titular: Berta Lucia Pereira Villagra
Suplente: Gilza Maria de Souza Franco
ROTARY
Titular: Ivan Pavan
Suplente: Rafael Dallagnol

Art. 2º- São atribuições do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA e o Fundo Municipal de Meio Ambiente:

I- Levantar o patrimônio ambiental, natural, étnico e cultural do Município de Realeza;

II- Localizar e Mapear áreas onde se desenvolvam atividades com utilização de recursos naturais ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como, empreendimentos capazes de causar degradação ambiental a fim de permitir a vigência e o controle desses procedimentos e o cumprimento da legislação vigente;

III- Colaborar no planejamento municipal mediante recomendações à proteção do patrimônio ambiental do Município;

IV- Estudar, definir e propor normas e procedimentos visando à proteção ambiental do Município;

V- Promover e colaborar na execução de programas intersociais de proteção ambiental do Município;

VI- Fornecer informações e subsídios técnicos relativos ao conhecimento e proteção do meio ambiente;

VII- Colaborar em campanhas educativas relativas ao meio ambiente e aos problemas de saúde, de saneamento básico, de uso e ocupação de água e solos;

VIII- Manter intercâmbio com entidades oficiais e privadas de pesquisas no Município, e/ou atividades ligadas ao conhecimento e proteção ambiental;

IX- Identificar, prever e comunicar as agressões ambientais ocorridas no Município, diligenciando efetiva apuração e sugerindo aos poderes e órgãos públicos as medidas cabíveis, além de contribuir, em caso de emergência para a mobilização da comunidade.

Art. 3º- Os serviços prestados pelo Conselho serão gratuitos e considerados relevantes para o Município.

Art. 4º- Este Decreto vigora a partir de sua publicação, revogando o Decreto nº. 4.840, de 18 de fevereiro de 2025, bem como as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:05DADF47

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 5.099/2026 08/09/2026

ABERTURA DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

DIRCEU PAULO BALDISSERA, Prefeito em exercício do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei Municipal n.º 2.268, de 04 de dezembro de 2025, **DECRETA**:

Art. 1º - Fica aberto ao **Orçamento Geral do Município**, para o **Exercício de 2026,** um **Crédito Adicional Suplementar**, na importância de **R$701.719,32 (Setecentos e um mil, setecentos e dezenove reais e trinta e dois centavos.)** conforme segue:

07	Secretaria de saúde pública
07.001	Fundo municipal de saúde
10.301.1001.2057	Atenção básica fixa
3.3.90.30.00.00	Material de consumo
203201089	Repasse de Incentivo Financeiro de Custeio PROAPS Paraná Resol. 709/2025
Valor	13.009,50

07	Secretaria de saúde pública
07.001	Fundo municipal de saúde
10.301.1001.2057	Atenção básica fixa
3.3.90.30.00.00	Material de consumo
205701160	Emendas de Bancadas – Custeio PAP – Dep. Fed. Mateus Laiola – Port. 11225
Valor	3.760,08

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção básica fixa
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
208301089	Repasse de Incentivo Financeiro de Custeio PROAPS Paraná Resol. 709/2025
Valor	4.228,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2053	Manutenção do hospital
3.3.90.30.00.00	Material de consumo
189201109	Transferências de Outros Programas – HOSPSUS-HOSPITAL
Valor	5.601,95

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2053	Manutenção do hospital
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
191201109	Transferências de Outros Programas – HOSPSUS-HOSPITAL
Valor	10.010,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2056	Média/alta complexidade ambulatorial e hospitalar
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
197601165	Recurso extra custeio MAC-DEP. Paulo Litro portaria GM/MS
Valor	441.000,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.305.1001.2059	Vigilância em saúde
3.3.90.30.00.00	Material de consumo
220100353	Transferências de outros programas – PROVIGIA-CUSTEIO
Valor	7.020,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.243.0802.6039	Proteção Social especial a criança e adolescente
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
350201166	Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)-EMENDA DEP. PAULO
Valor	6.656,50

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2029	Atividades gerais de proteção social
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
324101107	Transferências voluntárias públicas estaduais-DELIBERACAO 13/2025-CEDCA/PR
Valor	6.245,53

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2031	Proteção social a família/atendimentos realizados CRAS
3.3.90.30.00.00	Material de consumo
328301084	Fundo do idoso, inclusive Art. 9º- I.N RFB nº1131/2011
Valor	3.455,20

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2031	Proteção social a família/atendimentos realizados CRAS
3.3.90.30.00.00	Material de consumo
328201165	Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)-EMENDA DEP. PAULO
Valor	2.159,50

11	Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
11.002	Departamento de esportes e lazer
27.812.2701.2167	Atividades do departamento de esportes
3.3.90.30.00.00	Material de consumo
400201174	Transferência fundo estadual do esporte deliberação 01/2026
Valor	145.542,81

11	Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
11.002	Departamento de esportes e lazer
27.812.2701.2167	Atividades do departamento de esportes
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
403401174	Transferência fundo estadual do esporte deliberação 01/2026
Valor	53.030,25

Art. 2º- Para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, a ser aberto em decorrência da autorização constante no presente Decreto, serão utilizados recursos oriundos do:

I- Superávit Financeiro Vinculado: R$ 9.700,73
II- Excesso de Arrecadação das Alíneas:

1.7.1.3.50.1.1.39.00.00.00.00	EMENDAS BANCADAS – CUSTEIO PAP – DEP FED MATEUS LAIOLA – PORT.11225	3.760,08
1.7.2.3.50.0.1.05.00.00.00.00	PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA VIGILANCIA EM SAUDE-PROVIGIA CUSTEIO	7.020,00
1.7.1.9.99.0.1.06.00.00.00.00	ESTRUTURAÇÃO REDE DE SERVIÇOS CUSTEIO SUAS-EMENDA DEP PAULO LITRO - FNAS	8.816,00
1.7.2.3.50.0.1.11.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE OUTROS PROGRAMAS-HOSPSUS-HOSPITAL	15.611,95
1.7.2.3.50.0.1.15.00.00.00.00	REPASSE DE INCENTICO FINANCEIRO DE CUSTEIO PROAPS PARANA RESOL. 709/2025 E 905/2025	17.237,50
2.4.2.9.99.0.1.14.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS FUNDO ESTADUAL DO ESPORTE DELIBERAÇÃO 01/2026 INVESTIMENTO	198.573,06
1.7.1.3.50.2.1.13.00.00.00.00	RECURSO EXTRA CUSTEIO MAC-DEP. PAULO LITRO PORTARIA GM/MS 6916/2025	441.000,00
VALOR TOTAL		**R$ 692.018,59**

Art. 3º - Fica adequado o Cronograma de Desembolso para o exercício, das fontes que sofreram alterações Adicionais através de suplementações orçamentárias utilizando como recurso de crédito o Superávit Vinculado e Excesso de Arrecadação.

Art. 4º- Este Decreto vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:4EC62C46

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.159/2026 15/10/2026

DIRCEU PAULO BALDISSERA, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a pedido o servidor abaixo relacionado do cargo comissionado de Coordenador de Oficina Mecânica, a partir da data de hoje 15 de outubro de 2026.

RUDIMAR DA SILVA	Coordenador de Oficina Mecânica

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:5813F4F3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.160/2026 15/10/2026

DIRCEU PAULO BALDISSERA, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER Licença Prêmio de 03 meses para a servidora **MAIARA MULLER** ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil matricula 307911, referente ao período de 25/04/2021 a 24/04/2026**,** a partir da data de 20 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:6527AEF4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-236

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 30/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ASY5H03	278050T000004682	04/08/2026	76332	R$ 293,47
AUE1F27	278050T000004640	04/08/2026	76331	R$ 293,47
AUU5331	278050T000004681	04/08/2026	76332	R$ 293,47
AXE9D36	278050T000004685	05/08/2026	51930	R$ 293,47
SDW1D55	278050T000004683	04/08/2026	54010	R$ 195,23
UCK3H53	278050T000004688	05/08/2026	76332	R$ 293,47

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:26E96B7F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-237

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 30/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ALJ2917	278050T000005138	02/10/2026	76331
APQ0E73	278050T000005288	30/09/2026	55412
AYZ2B33	278050T000005285	30/09/2026	55412
AZM9J27	278050T000005134	05/10/2026	54522
BCH5510	278050T000005135	05/10/2026	54522
BDC4F59	278050T000005274	29/09/2026	55412

CXD1413	278050T000005283	30/09/2026	55412
DUU6J03	278050T000005284	30/09/2026	55412
FJW5B03	278050T000005136	30/09/2026	55920
FPA9E43	278050T000005129	06/10/2026	55250
IKU8E37	278050T000005282	30/09/2026	55412
PWE0I01	278050T000005132	03/10/2026	55414
QER4E61	278050T000005278	29/09/2026	55412
QQN4B39	278050T000005133	03/10/2026	54526
RTS9J19	278050T000005276	29/09/2026	55412
RTS9J19	278050T000005289	30/09/2026	55412
SQC8A67	278050T000005141	06/10/2026	76332
TBP3E21	278050T000005140	05/10/2026	56222
UBS5G09	278050T000005272	29/09/2026	55412

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:7808B19F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-238

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 30/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAA4J08	278050T000005268	28/09/2026	55412
AMV7905	278050T000005256	26/09/2026	55412
AUE1E62	278050T000005267	28/09/2026	55412
BBI3I19	278050T000005270	29/09/2026	55412
GIE6H81	278050T000005258	26/09/2026	55412
LXL2788	278050T000005137	01/10/2026	55920
PJG7E48	278050T000005275	29/09/2026	55412
RBY3B39	278050NIC0000688	19/09/2026	50020
RTP1F66	278050T000005262	28/09/2026	55412
SEL4B90	278050NIC0000687	19/09/2026	50020
SWG9C32	278050T000005265	28/09/2026	55412
SWG9C32	278050T000005254	26/09/2026	55412
TBI6I41	278050T000005263	28/09/2026	55412

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:E369FFBC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-239

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 27/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AVR2E99	278050NIC0000686	18/09/2026	50020
AVR2E99	278050NIC0000685	18/09/2026	50020

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:1CE1FCB5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-240

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 27/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ACS2575	278050T000004613	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AFV7I43	278050T000004612	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AKI4I36	278050T000004674	01/08/2026	57200	R$ 195,23
AMT9954	278050T000004672	01/08/2026	57200	R$ 195,23
ANS4B27	278050T000004620	01/08/2026	55250	R$ 130,16
AQC5F74	278050T000004609	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AQU0F49	278050T000004619	01/08/2026	51930	R$ 293,47
ARF0325	278050T000004545	23/07/2026	55412	R$ 195,23
ARS1784	278050T000004661	31/07/2026	54522	R$ 195,23
ASC8C58	278050T000004614	22/07/2026	55412	R$ 195,23
ATG3C54	278050T000004669	01/08/2026	76332	R$ 293,47
AVI3B98	278050T000004539	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AYO9H62	278050T000004544	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AYO9H62	278050T000004605	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AZR9185	278050T000004542	23/07/2026	55412	R$ 195,23
BBR4F02	278050T000004538	23/07/2026	55412	R$ 195,23
BDN4J25	278050T000004618	01/08/2026	73232	R$ 130,16
CRL0516	278050NIC0000569	14/07/2026	50020	R$ 390,46
DOC3677	278050T000004671	01/08/2026	57200	R$ 195,23
EVP3A53	278050T000004540	23/07/2026	55412	R$ 195,23
EVP3A53	278050T000004607	22/07/2026	55412	R$ 195,23
FJL3J89	278050T000004629	03/08/2026	51930	R$ 293,47
FSK8G69	278050T000004604	22/07/2026	55412	R$ 195,23
FZR5B19	278050T000004616	22/07/2026	55412	R$ 195,23
HTJ2D88	278050T000004675	01/08/2026	57200	R$ 195,23
IRK5A31	278050T000004543	23/07/2026	55412	R$ 195,23
LSQ5C11	278050T000004608	22/07/2026	55412	R$ 195,23
MIA8H26	278050T000004670	01/08/2026	51930	R$ 293,47
MKD0H36	278050T000004606	22/07/2026	55412	R$ 195,23
MMM6G20	278050NIC0000568	14/07/2026	50020	R$ 390,46
MVL1I14	278050T000004535	23/07/2026	55412	R$ 195,23
RHU9G78	278050T000004662	31/07/2026	76332	R$ 293,47
RMQ7I34	278050T000004677	03/08/2026	76332	R$ 293,47
RTV9C61	278050T000004668	31/07/2026	65640	R$ 293,47
SEK2C04	278050T000004679	03/08/2026	76332	R$ 293,47
SEO5I93	278050T000004680	04/08/2026	54522	R$ 195,23
SFI1F72	278050T000004678	03/08/2026	76332	R$ 293,47

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:ACE50466

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-241

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à REALTRAN - REALEZA até 23/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AXW9H00	278050NIC0000675	15/09/2026	50020
BEY7J41	278050NIC0000673	15/09/2026	50020
MLW2C10	278050NIC0000672	15/09/2026	50020
MMM6G20	278050NIC0000667	15/09/2026	50020
MMM6G20	278050NIC0000666	15/09/2026	50020
QBP6J76	278050NIC0000668	15/09/2026	50020
RHR4C65	278050NIC0000671	15/09/2026	50020
RLA2E72	278050NIC0000676	15/09/2026	50020
RNU2C27	278050NIC0000684	15/09/2026	50020
TBA4E30	278050NIC0000674	15/09/2026	50020
UBP4A82	278050NIC0000683	15/09/2026	50020
UBS6C05	278050NIC0000670	15/09/2026	50020

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:82621CBB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REALTRAN - NOT. DE INFRAÇÕES - 2026-242

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à REALTRAN - REALEZA até 27/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
MFD9F95	116100T003862076	26/07/2026	55250	

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:2B21E9EA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO - PE-RP 44

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 44/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 112/2026

ABERTURA: DIA 09/10/2026 ÀS 08:30 HORAS.

OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE baldes plásticos de 20 litros, com tampa e alça metálica galvanizada, destinados ao acondicionamento de resíduos orgânicos domiciliares, visando atender ao Programa Municipal de Compostagem desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente do Município de Realeza/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S): LICITA PARANA LTDA, ITEM 1, COM VALOR TOTAL DE **R$79.880,00** (Setenta e nove mil e oitocentos e oitenta reais). ITEM 2, COM VALOR TOTAL DE **R$79.880,00** (Setenta e nove mil e oitocentos e oitenta reais). VALOR TOTAL GERAL DE **R$159.760,00** (Cento e Cinqüenta e Nove Mil, Setecentos e Sessenta Reais).

REALEZA, AOS nove dias de outubro de 2026.

KELLY CRISTINA MELLO
Pregoeira

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:299A33C8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO RETIFICADO - CONC. 5

RESULTADO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 5/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 96/2026

ABERTURA: DIA 24/08/2026 ÀS 08:30 HORAS.

OBJETO: O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada para execução de obra de construção de barracão industrial, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à perfeita execução da obra, em conformidade com os projetos executivos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais especificações técnicas elaboradas pelo Município de Realeza/PR, destinada ao fortalecimento da infraestrutura pública de apoio ao desenvolvimento econômico municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S): ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER EPP, ITEM 1, COM VALOR TOTAL GERAL DE **R$ 330.000,00 (Trezentos e Trinta Mil Reais).**

REALEZA, AOS vinte e quatro dias de agosto de 2026.

KELLY CRISTINA MELLO
Agente de Contratação

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:292B079E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PE-RP 44

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de processo de pregão eletrônico nº 44/2026, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE baldes plásticos de 20 litros, com tampa e alça metálica galvanizada, destinados ao acondicionamento de resíduos orgânicos domiciliares, visando atender ao Programa Municipal de Compostagem desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente do Município de Realeza/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, adjudicando em favor da mesma para que produza seus efeitos legais.

REALEZA, AOS nove dias de outubro de 2026.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito Em Exercício

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:67CD5675

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N 2769 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Abre crédito adicional especial no Plano Plurianual-PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, e na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o Exercício Financeiro de 2026.

A Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 1º da Lei Municipal nº 2034, de 14 de outubro de 2026:

Art. 1º) – Abre **Crédito Adicional ESPECIAL** e complementa ações do **PPA**-Plano Plurianual, Lei nº 1959 de 30/07/2025, **LDO**-Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 1963/2025 de 10/09/2025, e **LOA**-Lei Orçamentária Anual, Lei nº 1990/2025 de 10/12/2025, para o Exercício Financeiro de **2026**, no valor de **R$ 2.511,07 (dois mil, quinhentos e onze reais e sete centavos),** conforme classificação funcional programática abaixo:

Órgão:	**08.000**	**Secretaria Municipal de Saúde**
Unidade:	**08.001**	**Fundo Municipal de Saúde**
Funcional Programática:	10.301.0034.2.031	*ATENÇÃO BÁSICA FIXA - FMS*
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
Fonte:		**495 – EA**
Valor:		**R$ 11,07**
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
Fonte:		**497 – EA**
Valor:		**R$ 2.500,00**
Total:		**R$ 2.511,07**

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do **Crédito Adicional Especial** de que trata o Art. 1º, correrão à conta dos recursos abaixo especificados:

I – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (EA) de repasses de rendimentos de fontes vinculadas recebidas em 2026 conforme abaixo especificada:

CÓDIGO DA FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE	VALOR DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM 2026
495	**Atenção Básica à Saúde – SUS:** recursos vinculados destinados ao financiamento das ações e serviços de Atenção Básica/Atenção Primária à Saúde, incluindo manutenção das UBS, equipes de saúde da família, consultas e procedimentos básicos, ações de prevenção, promoção e acompanhamento da saúde da população.	R$ 11.07
497	**Vigilância em Saúde – SUS:** recursos vinculados destinados ao financiamento das ações de vigilância em saúde, compreendendo vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, controle e prevenção de doenças e agravos, imunização, monitoramento de riscos à saúde e demais ações de vigilância previstas no SUS.	R$ 2.500,00
TOTAL		**R$ 2.511,07**

Art. 3º) – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:A4BE7B85

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2768 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Abre crédito adicional especial no Plano Plurianual-PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, e na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o Exercício Financeiro de 2026.

A Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 1º da Lei Municipal nº 2033, de 14 de outubro de 2026:

Art. 1º) – Abre Crédito Adicional ESPECIAL e complementa ações do PPA-Plano Plurianual, Lei nº 1959 de 30/07/2025, LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 1963/2025 de 10/09/2025, e LOA-Lei Orçamentária Anual, Lei nº 1990/2025 de 10/12/2025, para o Exercício Financeiro de 2026, no valor de **R$ 11.356,01** (onze mil trezentos e cinquenta e seis reais e um centavo), conforme classificação funcional programática abaixo:

Órgão:	06.00	Secretaria Municipal de Educação, cultura e Esportes.
Unidade:	06.001	Departamento de Educação
Funcional Programática:	12.365.0018.2.016	*CRECHE: Desenvolvimento das atividades de aprendizado específicas para crianças do Berçário aos 3 anos*
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte:		**31044 – EA**
Valor:		R$ 11.356,01
Total:		**R$ 11.356,01**

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o Art. 1º, correrão à conta dos recursos abaixo especificados:

I – REDUÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (RD) conforme abaixo especificadas:

Órgão:	06.00	Secretaria Municipal de Educação, cultura e Esportes.
Unidade:	06.001	Departamento de Educação
Funcional Programática:	12.361.0019.1.010	*Estruturação do Ensino Fundamental*
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Fonte:		**31044 – EA**
Valor:		R$ 11.356,01
Total:		**R$ 11.356,01**

Art. 3º) – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:CB490810

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 339 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Exonera o servidor Lucas Eduardo Brito de Arruda**.**

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art.1º - Exonerar, o servidor **Lucas Eduardo Brito de Arruda**, matricula nº 158811, ocupante do cargo em comissão de **Diretor do Departamento de Serviços e Turismo**, vinculado à Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, a partir de 15 de outubro de 2026.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:D8FE8961

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO N°: 165/2026 SÚMULA: EXONERA SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. NEUSA DE FATIMA CUSTODIO, brasileira, portadora do CPF de nº: XXX.969.539-XX, servidora pública do Município de Reserva do Iguaçu, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Creche, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:D88186E4

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO N° 166/2026 SÚMULA: APOSENTA SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aposentada a Sr.ª **Neusa de Fatima Custodio dos Santos**, brasileira, inscrita no CPF sob nº: XXX.969.539-XX, servidora pública do Município de Reserva do Iguaçu, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Creche, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição**, conforme o Art. 50, § 1º e §2º, da Lei Municipal Complementar nº 1146/2021, Comum Integral - com Paridade, última remuneração.

Art. 2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 3.990,75 (três mil novecentos e noventa reais e setenta e cinco centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:4B990ED7

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO N°: 167/2026 SÚMULA: EXONERA SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. LEDA MARIA ANTONICHEN DANGUY DE PAULA, brasileira, portadora do CPF de nº: XXX.822.529-XX, servidora pública do Município de Reserva do Iguaçu, ocupante do cargo efetivo de Professor V, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:D8B93B70

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO N° 168/2026 SÚMULA: APOSENTA SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aposentada a Sr.ª **LEDA MARIA ANTONICHEN DANGUY DE PAULA**, brasileira, inscrita no CPF sob nº: XXX. 822.529-XX, servidora pública do Município de Reserva do Iguaçu, ocupante do cargo efetivo de Professor V, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição**, conforme o Art. 50, § 1º e §2º, da Lei Municipal Complementar nº 1146/2021, Comum Integral - com Paridade, última remuneração.

Art. 2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 4.444,49 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:5AD95947

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EDITAL 01/2026 - PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA - ELEIÇÃO DIRETOR ESCOLAR

PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA – ELEIÇÃO DIRETOR ESCOLAR
Edital de Avaliação Escrita de Conhecimentos Específicos nº 01/2026 -

O **PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE RESERVA DO IGUAÇU e a PRESIDENTE DA COMISSÃO CENTRAL**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna público o Edital de Avaliação Escrita de Conhecimentos Específicos do Processo da Gestão Democrática para designação de Diretores das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Educação Básica de Reserva do Iguaçu, que se regerá pela Lei Municipal n° 1184 de 13 de setembro de 2022, pelas normas estabelecidas neste Edital e faz saber que a Avaliação Escrita de Conhecimentos Específicos inerentes a função de Gestor será realizada dia 11 de novembro de 2026 das 18 horas e 30 minutos às 21 horas e 30 minutos.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
1.1 O Processo de Gestão Democrática das Instituições de Ensino, mantidas pela Rede Municipal de Ensino, obedecerá os princípios de autonomia, cidadania, dignidade da pessoa humana, gestão democrática do ensino público, pluralismo político, igualdade perante a lei, valorização dos profissionais da educação, promoção da integração instituição de ensino/comunidade, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade eficiência e melhoria da qualidade social da educação básica.
1.2 As Instituições de Ensino da Educação Básica de que trata este Edital compreendem as Escolas Municipais da Rede Pública Municipal de Reserva do Iguaçu.
1.3 O Processo será realizado por critérios técnicos de avaliação, configurado a gestão democrática, envolvendo os conceitos de mérito e desempenho mediante as etapas:
a) Avaliação de Mérito;
b) Avaliação Comportamental;
c) Avaliação Escrita de Conhecimentos Específicos.
d) Consulta pública
1.4 A coordenação geral deste Processo de Gestão Escolar, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura através da Comissão Central.

2. CRONOGRAMA

PROCEDIMENTO/EVENTO	DATA
Publicação do Edital de Avaliação Escrita de Conhecimentos Específicos Portal de Transparência. Link: http://www.reservadoiguacu.pr.gov.br	16/10/2026
Inscrição para avaliação de Mérito. Local: SMEC Horário:13h às 17h.	20/10/2026
Avaliação de Mérito do candidato (Comissão Central). Local: SMEC Horário: 16h	21/10/2026
Divulgação do Resultado da Avaliação Mérito no portal de transparência. Link: http://www.reservadoiguacu.pr.gov.br	22/10/2026
Avaliação de Desempenho/ Comportamental (Comissão Institucional e Comissão Central). Local: SMEC / Horário: 8h	27/10/2026
Resultado de desempenho Comportamental no Portal de Transparência. Link: http://www.reservadoiguacu.pr.gov.br	28/10/2026
Inscrição para a Avaliação Escrita de Conhecimentos Específicos. Local: SMEC Horário: 13h às 17h.	29/10/2026 a 04/11/2026
Avaliação Escrita de Conhecimentos Específicos. Local da prova: Biblioteca Municipal Terezinha Ribeiro de Lima Horário: 18h30min às 21h30min	11/11/2026
Resultado parcial da Avaliação Escrita de Conhecimentos Específicos Portal de Transparência. Link: http://www.reservadoiguacu.pr.gov.br	13/11/2026
Prazo para recurso do Resultado parcial da Avaliação Escrita de Conhecimentos Específicos. Local: SMEC Horário: 8h às 11h e das 13h às 17h	16/11/2026
Resultado final no Portal de Transparência da Avaliação Escrita de Conhecimentos Específicos e divulgação dos aptos a participar da consulta pública. Link: http://www.reservadoiguacu.pr.gov.br	18/11/2026
Entrega do plano de ação dos candidatos a diretores para a aprovação da SMEC e Comissão Central Local: SMEC Horário: 13h às 17h.	19/11/2026 a 25/11/2026
Assembleia Geral (organizada pela Direção Escolar) Local: Escola Municipal Monteiro Lobato Local: Escola Municipal Pedro Siqueira Horário: a ser definido pela diretora da instituição de ensino	26/11/2026 a 30/11/2026
Inscrição dos candidatos que passaram pelos processos de avaliações e estão aptos a participar da Consulta Pública para a Direção Escolar. Local: SMEC Horário: 13h às 17h	01/12/2026
Eleição dos candidatos. Local: Escola M. Monteiro Lobato Horário: 13h às 20h Local: Escola Municipal Pedro Siqueira Horário: 13h às 20h	11/12/2026
Recurso do resultado da Eleição.	14/12/2026

Local: SMEC Horário: 08h às 11h e das 13h às 17h	
Divulgação do Resultado Final dos Eleitos para Direção Escolar no Portal de Transparência. Link: http://www.reservadoiguacu.pr.gov.br	18/12/2026

3. DA PROVA ESCRITA

3.1São requisitos para a Avaliação de Mérito e Desempenho:

3.1.1 Pertencer ao Quadro Próprio do Magistério Municipal;

3.1.2 Possuir curso superior com licenciatura na área da Educação;

3.1.3 Ter no mínimo 03 (três) anos de experiência em sala de aula;

3.1.4 Ter, no mínimo, 1½ anos ininterruptos de exercício no Estabelecimento de Ensino que pretende dirigir até a data do registro da candidatura;

3.1.5 Ter disponibilidade legal para assumir a função com demanda de 40 (quarenta) horas de direção quando o funcionamento da instituição exigir;

3.1.6 Não ter cumprido pena estabelecida em sentença criminal transitada em julgado nos últimos 2 (dois) anos;

3.1.7 Não ter sido condenado, nos últimos 3 (três) anos, ao cumprimento de penalidade administrativa de suspensão de 45 (quarenta e cinco) dias ou mais, multa, destituição da função, demissão e cassação de aposentadoria;

3.1.8 Não ter respondido processos administrativos.

3.2 A prova será escrita, individual, composta de 30 (trinta) questões de múltipla escolha, abrangendo as seguintes áreas de conhecimento:

Conteúdos	**Quantidade de Questões**	**Peso Individual**	**Total de pontos**
Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Gestão Escolar)	3	2,0	6,0
Estatuto da Criança e Adolescente - ECA	3	2,0	6,0
Função de Diretor –	3	2,0	6,0
Sistemas (PDDE, PDDE Interativo, SIMEC, LRCOM, SERE, PNLD, SERP, GOV, E-Protocolo)	3	2,0	6,0
Avaliação interna e externa (PROARI, Prova Paraná, SAEB, Prova Mais Paraná, Fluência, Aprender Valor)	3	2,0	6,0
Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico (PPP)	3	2,0	6,0
Aspectos Históricos e políticos dos Direitos a Educação (Constituição Federal 1988)	2	2,0	4,0
História da Educação	2	2,0	4,0
Tendências Pedagógicas	2	2,0	4,0
Relações humanas e interpessoais	2	2,0	4,0
Sete pilares da Gestão Escolar	2	2,0	4,0
Avaliação Escolar	2	2,0	4,0
TOTAL DE PONTOS NA PROVA			**60,0**

3.3 A prova escrita será realizada na Biblioteca Municipal Terezinha Ribeiro de Lima, prevista para o dia 11 de novembro de 2026, das 18h e 30 min às 21h e 30 min, com a duração prevista para 3 (três) horas, sendo que o candidato só poderá se retirar do local após decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova.

3.4 A prova escrita e individual, composta de 30 (trinta) questões de múltipla escolha, valendo 60 pontos.

3.5 A aplicação da prova escrita será feita pela Comissão Central que deverá disponibilizar o gabarito e o resultado provisório em até 24 (vinte e quatro) horas após a sua realização na SIMEC e mural nas unidades de ensino.

3.6 Caso seja anulada alguma questão da prova escrita, esta será contada como acerto para todos os participantes.

3.7 Durante o período de realização da prova, os candidatos não poderão consultar qualquer tipo de material ou estabelecer comunicação com outro(s) candidato(s) e outras pessoas estranhas ao processo.

3.8 Caberá recurso à Comissão Central quanto as questões da prova e ao gabarito no prazo de 01 (um) dia útil após a publicação da relação dos candidatos(as) considerados(as) aptos(as);

3.9 A divulgação do resultado definitivo da prova escrita individual será feita no site oficial do Município Link: http://www.reservadoiguacu.pr.gov.br, nos murais das unidades de ensino e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir do dia 18 de novembro de 2026.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 As ocorrências não previstas neste edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos Comissão Central.

Reserva do Iguaçu, 16 de outubro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

JANETTE VARNIER DOS SANTOS
Presidente da Comissão Central

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:21D554ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL Nº 02.01/2026 – DEFERIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 02.01/2026

DEFERIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

A Presidente da Câmara Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria,

TORNA PÚBLICO

o Deferimento das solicitações de Isenção da taxa de Inscrição do Concurso Público n.º 01/2026, nos seguintes termos.

Art.1º Fica divulgado no ANEXO ÚNICO deste Edital, com fulcro no regramento contido nos subitens 5.22, 5.23 e 5.24 do Edital de Abertura, a relação dos candidatos que tiveram o pedido de isenção DEFERIDO.

Art.2º Registra-se que todos os pedidos de isenção INDEFERIDOS, possuem justificativas quanto a posição adotada pela banca examinadora, as quais encontram-se dispostas na "Área do candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.3º Quanto ao INDEFERIMENTO da solicitação de Isenção da taxa de Inscrição, caberá interposição de recurso no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir das 0h do dia 16/10/2026 às 23h59min do dia 17/10/2026, observando o horário oficial de Brasília - DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Azul (PR), 15 de outubro de 2026

A.A. JUSSARA APARECIDA MOREIRA MARTINS
Presidente de Câmara Municipal

ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 02.01/2026
DEFERIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

8994 - AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS - RIO AZUL

INSCRIÇÃO: 0042216
NOME IDENTIFICAÇÃO: ALESSANDRA MASNEI

TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042146
NOME IDENTIFICAÇÃO: EMANUELA CALAZANS DE JESUS COSTA
TIPO: CadÚnico

INSCRIÇÃO: 0042177
NOME IDENTIFICAÇÃO: LAYANA DOMINGUES DE AMORIM BUFF
TIPO: CadÚnico

8995 - ASSISTENTE LEGISLATIVO - RIO AZUL
INSCRIÇÃO: 0042200
NOME IDENTIFICAÇÃO: ANA PAULA DOS SANTOS
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042202
NOME IDENTIFICAÇÃO: CAIO FELIPE DOMINGUES
TIPO: Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná

INSCRIÇÃO: 0042147
NOME IDENTIFICAÇÃO: CARLA CRISTINA STRONA ANTUNES
TIPO: Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná

INSCRIÇÃO: 0042212
NOME IDENTIFICAÇÃO: CARLA FLAIANE DA SILVA
TIPO: Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná

INSCRIÇÃO: 0042233
NOME IDENTIFICAÇÃO: FERNANDA LIANE SOARES
TIPO: Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná

INSCRIÇÃO: 0042227
NOME IDENTIFICAÇÃO: FLAVIA CRISTINA MENDES DE OLIVEIRA
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042232
NOME IDENTIFICAÇÃO: FRANCIELE LUZIA SOARES
TIPO: Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná

INSCRIÇÃO: 0042144
NOME IDENTIFICAÇÃO: JEFFERSON SALAZAR FILHO
TIPO: CadÚnico

INSCRIÇÃO: 0042222
NOME IDENTIFICAÇÃO: JÉSSICA DO PRADO SANTOS
TIPO: CadÚnico

INSCRIÇÃO: 0042192
NOME IDENTIFICAÇÃO: JESSICA MEIRELES DE SOUZA
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042139
NOME IDENTIFICAÇÃO: JHEYNNIFER GOMES APARECIDO
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042189
NOME IDENTIFICAÇÃO: JULIANA BUENO REBELLO
TIPO: CadÚnico

INSCRIÇÃO: 0042123
NOME IDENTIFICAÇÃO: KATIA MARIA BUASKI MUSIALAKI
TIPO: CadÚnico

INSCRIÇÃO: 0042220
NOME IDENTIFICAÇÃO: LAIANE DOS SANTOS
TIPO: CadÚnico

INSCRIÇÃO: 0042181
NOME IDENTIFICAÇÃO: LEONARDO AUGUSTO PACHECO
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042223
NOME IDENTIFICAÇÃO: MALIA SENKIV SOARES
TIPO: Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná

INSCRIÇÃO: 0042178
NOME IDENTIFICAÇÃO: MARCELO PEREIRA
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042129
NOME IDENTIFICAÇÃO: MARCOS VIGAND
TIPO: CadÚnico

INSCRIÇÃO: 0042215
NOME IDENTIFICAÇÃO: MARCOS VINICIUS IONNGBLOOD
TIPO: Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná

INSCRIÇÃO: 0042120
NOME IDENTIFICAÇÃO: MARIELE TUCHOLKA
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042154
NOME IDENTIFICAÇÃO: MATEUS DANIEL BASILIO
TIPO: CadÚnico

INSCRIÇÃO: 0042155
NOME IDENTIFICAÇÃO: MATEUS DANIEL BASILIO
TIPO: CadÚnico

INSCRIÇÃO: 0042175
NOME IDENTIFICAÇÃO: PAULO HENRIQUE VAGNER DE SOUZA
TIPO: CadÚnico

INSCRIÇÃO: 0042150
NOME IDENTIFICAÇÃO: RICKSON ALAN NASSIN
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042125
NOME IDENTIFICAÇÃO: RITIELLY ALVES MARIANO
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042164
NOME IDENTIFICAÇÃO: RODRIGO DOS SANTOS RODRIGUES DE ANDRADE
TIPO: CadÚnico

INSCRIÇÃO: 0042124
NOME IDENTIFICAÇÃO: RONALDO GIMENEZ MONTEIRO
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042138
NOME IDENTIFICAÇÃO: ROSIMERI IVANCHESKI
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042230
NOME IDENTIFICAÇÃO: SANDRA KNOPIK
TIPO: CadÚnico

INSCRIÇÃO: 0042196
NOME IDENTIFICAÇÃO: SERLI APARECIDA CIPRIANO GONÇALVES
TIPO: Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná

INSCRIÇÃO: 0042196
NOME IDENTIFICAÇÃO: SERLI APARECIDA CIPRIANOGONÇALVES
TIPO: Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná

INSCRIÇÃO: 0042219
NOME IDENTIFICAÇÃO: SILVANO JOÃO DE LIMA
TIPO: Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná

INSCRIÇÃO: 0042225
NOME IDENTIFICAÇÃO: TACIANE BODIN

TIPO: CadÚnico

INSCRIÇÃO: 0042179
NOME IDENTIFICAÇÃO: THAYANE SULEIMA AZEVEDO VIANA
TIPO: CadÚnico

INSCRIÇÃO: 0042148
NOME IDENTIFICAÇÃO: TOMÁS NOMI SILVA
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042145
NOME IDENTIFICAÇÃO: WALLACE ALLAN MARTINS
TIPO: CadÚnico

8996 - CONTADOR - RIO AZUL

INSCRIÇÃO: 0042134
NOME IDENTIFICAÇÃO: ALEXANDRE KEHL PEREIRA
TIPO: CadÚnico

INSCRIÇÃO: 0042136
NOME IDENTIFICAÇÃO: ALEXARI LEAL
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042170
NOME IDENTIFICAÇÃO: ALINE CAMARGO SOARES
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042226
NOME IDENTIFICAÇÃO: ANDRIELI BUREY
TIPO: Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná

INSCRIÇÃO: 0042127
NOME IDENTIFICAÇÃO: ANGELO BABIUK
TIPO: Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná

INSCRIÇÃO: 0042126
NOME IDENTIFICAÇÃO: ARIELLY THASLINY DE SOUZA
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042132
NOME IDENTIFICAÇÃO: BLONDY LOUISE VOIDA
TIPO: Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná

INSCRIÇÃO: 0042190
NOME IDENTIFICAÇÃO: CLEITON ALVES
TIPO: CadÚnico

INSCRIÇÃO: 0042208
NOME IDENTIFICAÇÃO: DANIEL INOCENCIO MENDES
TIPO: Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná

INSCRIÇÃO: 0042213
NOME IDENTIFICAÇÃO: EDUARDO HENRIQUE CARVALHO SANTANA
TIPO: CadÚnico

INSCRIÇÃO: 0042149
NOME IDENTIFICAÇÃO: EDUARDO OLIVEIRA PINTO
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042151
NOME IDENTIFICAÇÃO: EMERSON SILVA DE SOUSA
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042130
NOME IDENTIFICAÇÃO: FABRICIO ALVES DE SOUSA
TIPO: CadÚnico

INSCRIÇÃO: 0042141
NOME IDENTIFICAÇÃO: GABRIEL WOINAROVICZ
TIPO: Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná

INSCRIÇÃO: 0042188
NOME IDENTIFICAÇÃO: IZAIULA LECHECHEM
TIPO: Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná

INSCRIÇÃO: 0042176
NOME IDENTIFICAÇÃO: JOHN CARLOS EMANOEL LESQUIEVICZ
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042168
NOME IDENTIFICAÇÃO: LARICE DE OLIVEIRA DALAGO
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042207
NOME IDENTIFICAÇÃO: LUANA MEURER SCHUELTER
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042201
NOME IDENTIFICAÇÃO: MICHAEL BUSSOLA
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042180
NOME IDENTIFICAÇÃO: PEDRO HENRIQUE ATAMANCZUK
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042143
NOME IDENTIFICAÇÃO: RENAN VIEIRA DOS SANTOS
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042173
NOME IDENTIFICAÇÃO: VALDIR LUCIANO DE SOUZA
TIPO: CadÚnico

INSCRIÇÃO: 0042137
NOME IDENTIFICAÇÃO: WAGNER LUIZ OLIVEIRA MARTINS
TIPO: Doador de Medula Óssea

INSCRIÇÃO: 0042128
NOME IDENTIFICAÇÃO: WILIAN JOSE DA SILVA
TIPO: Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná

Publicado por:
José Augusto Gueltes
Código Identificador:11C6A143

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 101/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Pregão ELETRÔNICO, nº. 101/2026, do tipo maior desconto sobre a tabela semanal de referência da A.N.P. POR LOTE, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 04 de novembro de 2026, às 08 Hr 30 min, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO FUTURAS E PARCELADAS DE GASOLINA COMUM PARA A FROTA MUNICIPAL, COM INSTALAÇÃO DE TANQUE DE ARMAZENAMENTO E BOMBA DE ABASTECIMENTO EM COMODATO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 16/10/2026 às 08 hr 29 min do dia 04/11/2026, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 04/11/2026. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 16 de outubro de 2026.

Rio Azul, 15 de outubro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:2D344E3F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 102/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Pregão ELETRÔNICO, nº. 102/2026, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 04 de novembro de 2026, às 08 Hr 30 min, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS E PARCELADAS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHEIRO DE MINAS, ENSAIOS LABORATORIAIS E SONDAGEM A PERCUSSÃO, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL/. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 16/10/2026 às 08 hr 29 min do dia 04/11/2026, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 04/11/2026. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 16 de outubro de 2026.

Rio Azul, 15 de outubro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:780B26DB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 103/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Pregão ELETRÔNICO, nº. 103/2026, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 05 de novembro de 2026, às 08 Hr 30 min, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS, INCLUINDO PALCO, CAMARIM, PAVILHÃO, BANHEIROS QUÍMICOS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO, POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL/. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 16/10/2026 às 08 hr 29 min do dia 05/11/2026, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 05/11/2026. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 16 de outubro de 2026.

Rio Azul, 15 de outubro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:C7E42984

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 104/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Pregão ELETRÔNICO, nº. 104/2026, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 05 de novembro de 2026, às 08 Hr 30 min, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TROFÉUS E MEDALHAS, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO DE RIO AZUL, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL/. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 16/10/2026 às 08 hr 29 min do dia 05/11/2026, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 05/11/2026. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 16 de outubro de 2026.

Rio Azul, 15 de outubro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:E95FBC6C

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 200/2026

DECRETO Nº 200/2026

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, parte de imóvel rural destinada à implantação de ponto turístico e cultural e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO AZUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 7º, inciso XII, e 68, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal, no art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando os elementos do Processo Administrativo de Desapropriação nº 01/2026,

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de **10.031,40 m² (dez mil e trinta e um vírgula quarenta metros quadrados)**, integrante de uma área maior do imóvel rural objeto da Matrícula nº 16.865 do Registro de Imóveis da Comarca de Rebouças/PR, situada na localidade de Rio Vinagre, Município de Rio Azul/PR, de propriedade de KARLA FLAIANE BURKO HERTHEL, FABIANO BURKO e MARIO VICTOR BURKO JUNIOR, todos qualificados no procedimento administrativo, conforme planta e memorial descritivo que integram este Decreto como Anexo I.
Parágrafo único. A descrição perimetral e as confrontações são aquelas constantes do memorial e planta definitivos que integram o processo administrativo.

Art. 2º A área destina-se à implantação de ponto turístico e cultural de acesso público, com estrutura de contemplação, circulação e convivência e instalação de monumento artístico, conforme justificativa e documentos técnicos constantes do processo administrativo.

Parágrafo único. A declaração fundamenta-se nas hipóteses de utilidade pública do art. 5º, alíneas "k" e "m", do Decreto-Lei nº 3.365/1941, sem prejuízo de outra hipótese legal específica devidamente indicada e justificada no processo.

Art. 3.º - Fica atribuído o valor de avaliação de R$ 405.250,00 (quatrocentos e cinco mil duzentos e cinquenta reais) para a área em desapropriação, correspondente à avaliação administrativa da área, conforme relatório técnico da Comissão Municipal de Avaliação.
Parágrafo único. Havendo concordância dos proprietários do imóvel acerca do valor atribuído pela Comissão Municipal de Avaliação, a desapropriação se dará de forma amigável, mediante acordo administrativo, a qual servirá de base para a elaboração da Escritura Pública junto à Serventia Cartorária competente.

Art. 4.º - O pagamento da importância contida no artigo anterior correrá à conta dos recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária:
03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0402.1003 EQUIPAMENTOS, MÓVEIS, VEÍCULOS E TERRENOS
0460 000 4.4.90.61.00.00 Aquisição de Imóveis

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal
Em Rio Azul, 14 de outubro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

ANEXO
MEMORIAL DESCRITIVO[1]
Proprietário: Município de Rio Azul
Bairro: Área Rural – Rio Vinagre
Município: Rio Azul – PR
Comarca: Rebouças – PR
Área: 10.031,40 m²
Perímetro: 418,70 m
Lote de terreno rural, sem benfeitorias, situado na comunidade Rio Vinagre, no Município de Rio Azul/PR, comarca de Rebouças/PR, contendo a seguinte descrição do polígono: Ponto 01 a 02 azimute de 86º38'24" extensão de 93,02m – confrontação Mario Burko; Ponto 02 a 03 azimute de 176º40'48" extensão de 82,63m – confrontação Mario Burko; Ponto 03 a 04 azimute de 241º42'36" extensão de 112,50m – confrontação Alexandre Burko; Ponto 04 a 01 extensão de 130,38m, seguindo pela estrada Rio Azul a Marumbi dos Elias até encontrar o ponto 01, ponto de partida, assim fechando o perímetro total de 418,70m e área total de 10.031,40 m² (Dez mil e trinta e um metros quadrados e quarenta decímetros quadrados.
Rio Azul, 01 de outubro de 2026.

NATANA PAOLA ZANLORENSI
Eng. Civil CREA-PR 124461/D

LEANDRO JASINSKI
Prefeito de Rio Azul

[1] ART 1720266013707

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:42D8019B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

CAMARA MUN. DE RIO BRANCO DE IVAÍ
ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2026

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2026

A Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, no âmbito do Processo Administrativo nº 17/2026, autorizou a contratação direta da empresa AKM TREINAMENTOS PUBLICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº.62.759.380/0001-08, com base no art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/2021. O objetivo é a participação dos Vereadores Gilberto de Oliveira, Lício Crespim Carneiro, Marcio de Souza, Rozana de Oliveira Camargo Rimovicz , Valdeci Ireno de Souza e Adriano Barbosa, no Seminário presencial: **Decoro Parlamentar, Emendas Impositivas, Controle Interno e Externo, Ouvidoria e Procuradoria da Mulher, de 20 a 23 de Outubro de 2026, em Curitiba-PR**. O valor total é de R$ 19.740,00 (R$ 3.290,00 por participante), cuja conformidade de preços restou devidamente confirmada nos autos. O processo foi autorizado pela autoridade competente.

RIO BRANCO DO IVAÍ, 15 de Outubro de 2026

JOSÉ DOS SANTOS
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Beatriz Emanuelly Araujo
Código Identificador:27C21A4E

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 259/2026 - RH

PORTARIA Nº. 259/2026

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias consecutivos de FÉRIAS a Sra. SIMONE LEITE DOS SANTOS RIBAS, servidora do quadro efetivo desta municipalidade, lotada no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, relativo ao período aquisitivo de 08/02/2024 à 07/02/2025, a partir do dia 15 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições ao contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de outubro de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:84FEB3B3

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
RESOLUÇÃO 007-2026- CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
RIO BRANCO DO IVAÍ – PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 07/2026

Aprova a alteração do Plano do Piso Único de Assistência Social (PAS), com a inclusão do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, no município de Rio Branco do Ivaí – PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE RIO BRANCO DO IVAÍ – PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando a deliberação dos conselheiros presentes na reunião realizada em 07 de outubro de 2026, conforme Ata nº 10/2026,

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a alteração do Plano do Piso Único de Assistência Social (PAS) do município de Rio Branco do Ivaí – PR, apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2º A alteração consiste na inclusão do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, visando garantir ações de proteção e atendimento às famílias e aos indivíduos afetados por situações de calamidade pública e emergência, conforme as necessidades identificadas no município.
Art. 3º A execução das ações deverá observar a legislação vigente e as normativas aplicáveis à Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
Art. 4º Esta Resolução foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes na reunião realizada em 07 de outubro de 2026, conforme registrado na Ata nº 10/2026.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Rio Branco do Ivaí – PR, 07 de outubro de 2026.

LETÍCIA MARIA SIQUEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:90EEC062

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL
REGIMENTO INTERNO RESOLUÇÃO Nº 03, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Rio Branco do Sul/PR.

Vereador ELEANDRO FONTOURA MACHADO, Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco do Sul,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Título I
DA CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal, composta por vereadores eleitos para cada legislatura, mediante sufrágio universal e voto direto, secreto e de igual valor para todos, nos termos da Lei Orgânica Municipal e da legislação eleitoral vigente.
§1º Compete à Câmara Municipal exercer as funções legislativa, fiscalizatória e de controle externo dos atos do Poder Executivo, bem como o julgamento político-administrativo e as demais atribuições que lhe são próprias, especialmente as relativas à sua organização e funcionamento.
§2º O número de vereadores que compõe a Câmara Municipal, em cada legislatura, será fixado em conformidade com a população do Município, apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, observados os limites estabelecidos no art. 29, inciso IV, da Constituição Federal do Brasil de 1988.
Art. 2º A Câmara Municipal exercerá suas funções com independência e harmonia em relação ao Poder Executivo, deliberando sobre as matérias de sua competência na forma deste Regimento.
§ 1º A função fiscalizatória compreende o exercício do controle da Administração Pública Municipal — abrangidos os atos do Poder Executivo e da própria Câmara —, especialmente quanto à execução orçamentária, financeira e patrimonial, bem como o julgamento das contas prestadas pelo Prefeito, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
§ 2º O controle externo exercido pela Câmara Municipal abrange a fiscalização das ações governamentais do Poder Executivo, da Administração Indireta e de qualquer entidade que aplique recursos públicos municipais, sob os aspectos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
§ 3º A função julgadora da Câmara Municipal será exercida nos termos da Constituição Federal e da Lei Orgânica, competindo-lhe, especialmente:
I – julgar as contas anuais prestadas pelo Prefeito Municipal, mediante a apreciação do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas;
II – julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores por infrações político-administrativas cabíveis, com vistas à cassação ou extinção de mandatos, nos termos da legislação federal.
§4º A gestão dos assuntos internos da Câmara Municipal será realizada por meio da disciplina regimental de suas atividades, bem como da organização e administração de seus serviços.
§5º No âmbito das dependências da Câmara Municipal, o exercício da liberdade de manifestação observará os limites constitucionais e legais, sendo vedadas manifestações que:
I – configurem crime;
II – atentem contra o Estado Democrático de Direito ou as instituições públicas;
III – contenham discriminação ou preconceito de raça, religião, gênero ou qualquer outra forma;
IV – Violem a honra ou a imagem das pessoas.
Art. 3º A Câmara Municipal tem sede no Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, onde se realizam as sessões legislativas e as atividades administrativas, salvo disposição em contrário prevista neste Regimento.
§1º As atividades da Câmara Municipal realizadas fora de sua sede serão nulas, salvo nas seguintes hipóteses:
I – sessão Solene;
II – sessão Descentralizada;
III – reuniões de trabalho e audiências públicas das comissões.
§2º A realização de Sessão Solene dependerá de requerimento aprovado pelo Plenário, por maioria dos membros da Câmara.
§3º As Sessões Descentralizadas serão realizadas por deliberação dos membros da Câmara Municipal, conforme o art. 135, deste Regimento, observada a periodicidade máxima de 1 (uma) por mês, aplicando-se, no que couber, as normas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias, devendo ocorrer em espaços públicos ou locais cedidos, sem ônus para a Câmara, preferencialmente relacionados à comunidade onde se realizará o ato.
§4º Para a realização das Sessões Descentralizadas, poderão ser designados servidores e disponibilizados os meios materiais necessários, facultada a divulgação de informações institucionais e legislativas à população, podendo a Mesa Diretora cancelar ou suspender a sessão em caso de inviabilidade técnica, estrutural ou financeira.
§5º As reuniões de trabalho e audiências públicas das comissões, quando realizadas fora da sede, dependerão de deliberação da maioria absoluta de seus membros.
§6º Impedido o acesso ao recinto da Câmara Municipal, a Mesa Diretora designará local provisório para a realização de suas atividades, enquanto perdurar a situação.
§7º Na hipótese do §6º, será dada ampla divulgação à mudança temporária de local, principalmente por meios eletrônicos oficiais.
§8º As dependências da Câmara Municipal destinam-se às suas atividades institucionais, podendo ser cedidas, mediante autorização da Mesa Diretora, para eventos de natureza cívica, educativa ou partidária, vedada a utilização para fins lucrativos.
§9º A entidade autorizada a utilizar as dependências da Câmara firmará termo de responsabilidade, comprometendo-se a:
I – observar o horário estabelecido;
II – zelar pela conservação e limpeza do espaço;
III – ressarcir eventuais danos causados.
§10. É vedada a afixação ou exposição de propaganda exclusivamente partidária nas áreas comuns da Câmara Municipal, ressalvado o uso nos gabinetes parlamentares e nos casos de cessão formal para convenções partidárias, na forma da legislação aplicável.
§11. Mediante solicitação da família e autorização da Presidência, poderão ser realizadas cerimônias fúnebres nas dependências da Câmara Municipal em homenagem a autoridades locais que tenham exercido mandato eletivo.

§12. A publicação dos atos oficiais da Câmara Municipal será realizada em órgão oficial e em meio eletrônico, assegurada a ampla publicidade, inclusive por meio de:
I – sítio eletrônico oficial;
II – redes sociais institucionais;
III – outros meios de comunicação oficialmente instituídos.
Art. 4º É assegurado a qualquer cidadão o direito de assistir às sessões plenárias e às reuniões públicas da Câmara Municipal, na parte do recinto que lhe for destinada, desde que:
I – não se apresente com vestimentas inadequadas ao ambiente institucional, conforme regulamentação da Mesa Diretora;
II – não porte armas de qualquer natureza, salvo nos casos autorizados em lei;
III – mantenha comportamento respeitoso, condizente com a dignidade dos trabalhos legislativos;
IV – não promova manifestações que perturbem a ordem, o decoro ou o regular andamento dos trabalhos;
V – não dirija a palavra aos vereadores, salvo nos casos previstos neste Regimento.
Art. 5º A segurança da Câmara Municipal compete à Presidência, sendo exercida por seus servidores ou por outros meios legalmente admitidos.
§1º O Presidente poderá, quando necessário, determinar a retirada de qualquer pessoa que descumpra as normas regimentais de permanência, podendo requisitar força policial para a garantia da ordem.
§2º Verificada a prática de infração penal nas dependências da Câmara, o Presidente determinará a prisão em flagrante do responsável, promovendo seu imediato encaminhamento à autoridade policial competente, para as providências legais cabíveis.
§3º Não sendo hipótese de flagrante, o Presidente comunicará imediatamente o fato à autoridade policial competente.
Art. 6º As bandeiras do Brasil, do Estado do Paraná e do Município de Rio Branco do Sul deverão permanecer hasteadas ou dispostas em local de destaque, observadas as normas legais e protocolares aplicáveis, durante o expediente e nas sessões plenárias da Câmara Municipal.

Capítulo II
DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA E DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

Seção I
Da Sessão de Instalação e Posse

Art. 7º No dia 1º (primeiro) de janeiro do 1º (primeiro) ano de cada Legislatura, às 9h (nove horas), a Câmara reunir-se-á para a instalação da Legislatura, posse dos vereadores diplomados e eleição da Mesa Diretora e da Comissão Representativa.
§1º A sessão será realizada com qualquer número de vereadores presentes.
§2º Após a instalação, a Câmara entrará em recesso até o dia 1º (primeiro) de fevereiro.
Art. 8º Na sessão de instalação da legislatura a ordem dos trabalhos será a seguinte:
I - prestação do compromisso legal dos vereadores;
II - posse dos vereadores presentes;
III - eleição e posse dos membros da Mesa;
IV - posse do Prefeito e Vice-Prefeito.
V - eleição e posse da Comissão Representativa;
§ 1º Assumirá a presidência da Sessão de Posse, que se realizará independente do número de vereadores presentes, o eleito que mais recentemente tenha exercido cargo na Mesa, tendo como preferência aquele que ocupou cargo de maior grau, ou, na hipótese de inexistir tal situação, o mais votado entre os presentes no mais recente pleito municipal, no caso de empate ou inexistência das situações anteriores, o mais idoso entre os presentes, que, ao prestar o seguinte compromisso, será considerado empossado:
"*PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR COM LEALDADE, HONRA E DEDICAÇÃO O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO, TRABALHANDO PELO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL E PELO BEM-ESTAR DE SEU POVO* ."
§ 2º Após o compromisso prestado pelo presidente, o secretário designado fará a chamada nominal dos vereadores, que deverão se manifestar individualmente, dizendo: *"ASSIM O PROMETO"*.
§ 3º Empossados os vereadores legalmente diplomados, o Presidente fará processar-se a eleição da Mesa Diretora da Câmara, na forma deste Regimento e demais dispositivos da Lei Orgânica.
§ 4º Apurados os resultados, o Presidente declarará empossados os membros da Mesa Diretora.
§ 5º O Presidente eleito da Câmara Municipal de Vereadores, convidará o Prefeito e o Vice-Prefeito eleitos e diplomados a prestarem o compromisso legal e os declarará empossados, devendo os mesmos tomarem assento à direita do Presidente.
§ 6º O vereador que não tomar posse na Sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo, aceito pela Câmara Municipal.
§ 7º Se decorridos 10 (dez) dias da data fixada para a posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito, salvo motivos de força maior aceito pela Câmara, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
§ 8º No ato da posse, os Vereadores, o Prefeito e o Vice-Prefeito deverão apresentar declaração de bens atualizada, a qual será repetida ao término do mandato, bem como comprovar a inexistência de impedimentos ou incompatibilidades para o exercício do mandato, se for o caso, nos termos da Constituição Federal e da legislação aplicável.
§ 9º Imediatamente depois da posse, o Presidente da Câmara Municipal, ouvindo os vereadores, instalará a Comissão Representativa da Câmara, que será por ele presidida e representará a Câmara de Vereadores durante o recesso Legislativo nos termos deste Regimento e da Lei Orgânica.
§ 10. Os vereadores que tomarem posse em ocasião posterior, e os suplentes que assumirem pela primeira vez, prestarão o compromisso legal, e, previamente, apresentarão o diploma e as respectivas declarações de bens.
Art. 9º Finda a Sessão de Instalação e posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito serão acompanhados pelos integrantes da Mesa Diretora até o Gabinete do Presidente da Câmara.

Seção III
Da Legislatura

Art. 10. A Legislatura compreende o período de 4 (quatro) anos, com início em 1º (primeiro) de janeiro do primeiro ano e término em 31 (trinta e um) de dezembro do quarto ano.
Parágrafo único. A Legislatura divide-se em 4 (quatro) Sessões Legislativas.

Seção IV
Da Sessão Legislativa

Art. 11. A sessão legislativa anual desenvolve-se de 02 (dois) de fevereiro a 30 (trinta) de junho e de 1º (primeiro) de agosto a 22 (vinte e dois) de dezembro, independentemente de convocação.
§ 1º As Sessões Plenárias que recaírem em feriado ou ponto facultativo serão, preferencialmente, transferidas para o primeiro dia útil subsequente.
§ 2º Mediante deliberação do Plenário, poderá ser designada nova data para a realização da sessão, inclusive com antecipação ou adiamento, desde que dentro do mesmo mês.
§ 3º O início da Sessão Legislativa ordinária independe de convocação.
Art. 12. Durante o recesso poderão ser realizadas Sessões Legislativas Extraordinárias, em casos de urgência ou de relevante interesse público.
§ 1º A convocação de Sessão Legislativa Extraordinária far-se-á:
I - pelo Presidente da Câmara;
II - por 1/3 (um terço) dos vereadores;
III - pela Comissão Representativa;
IV - pelo Prefeito.
§ 2º Na Sessão Legislativa Extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória ou de remuneração adicional, em razão da convocação.

§ 3º Na hipótese do inciso IV do § 1º o Prefeito indicará o período de dias da convocação, cabendo à Câmara, pela Mesa Diretora, organizar o cronograma de Sessões Plenárias, de reuniões de Comissão e de audiências públicas necessárias para instrução e deliberação das matérias.
§ 4º A convocação de Sessão Legislativa Extraordinária antecipará a composição das Comissões Permanentes, de acordo com os critérios definidos neste Regimento Interno.

Capítulo III
DOS VEREADORES

Seção I
Do Exercício do Mandato

Art. 13. Os Vereadores são agentes políticos investidos em mandato parlamentar no âmbito do Município, eleitos para o exercício de uma Legislatura.
Art. 14. Os direitos dos Vereadores compreendem o pleno exercício do mandato, observados os preceitos da Constituição Federal do Brasil, da Lei Orgânica do Município e deste Regimento, especialmente as garantias de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos.
Parágrafo único. Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou delas receberam informações.
Art. 15. Compete ao Vereador:
I – participar das discussões e deliberações nas Sessões Plenárias;
II – votar na eleição da Mesa Diretora;
III – concorrer aos cargos da Mesa Diretora;
IV – usar da palavra em Sessão Plenária, nas reuniões de Comissão e nas audiências públicas, nos limites estabelecidos neste Regimento;
V – apresentar proposições;
VI – cooperar com a Mesa Diretora para a regularidade e eficiência dos trabalhos;
VII – compor as Comissões como titular ou suplente;
VIII – exigir o cumprimento deste Regimento e valer-se dos meios nele previstos.
§ 1º É assegurado ao Vereador, no exercício do mandato, livre acesso aos órgãos da Administração Pública municipal direta, indireta e fundacional, inclusive a documentos, processos e instalações, podendo diligenciar pessoalmente, solicitar esclarecimentos, informações e cópias, devendo ser atendido nos prazos legais.
§ 2º É dever do vereador atuar com urbanidade, ética e responsabilidade ao exercer a prerrogativa do caput e do § 1º.
§ 3º O suplente de vereador, quando no exercício do cargo, disporá das competências previstas neste artigo, exceto a prevista no inciso III do *caput*.
Art. 16. São deveres do Vereador:
I – comparecer, no dia e horário designados, às Sessões Plenárias e participar da Ordem do Dia, discutindo e votando a matéria em deliberação;
II – não se eximir de trabalho relativo ao desempenho do mandato;
III – comparecer às reuniões das Comissões de que seja membro titular ou, quando convocado na condição de suplente, participar das discussões e, quando designado relator, elaborar o voto condutor do parecer;
IV – propor ou levar ao conhecimento da Câmara Municipal medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e da população;
V – impugnar medidas que lhe pareçam prejudiciais ao interesse público;
VI – comunicar à Mesa Diretora sua ausência do Município durante o período de recesso, mantendo atualizados os seus meios de contato para fins de eventual convocação extraordinária;
VII – apresentar-se com as vestimentas exigidas para os atos institucionais, nos termos definidos pela Mesa Diretora, e manter conduta compatível com o decoro parlamentar;
VIII – observar, quando for o caso, as normas constitucionais, legais e eleitorais relativas à desincompatibilização e ao afastamento para o exercício de atividade ou candidatura incompatível com o mandato parlamentar, bem como apresentar, por ocasião da posse, anualmente e ao final do mandato, declaração pública de bens, admitida a entrega de cópia da declaração anual de rendimentos apresentada ao órgão federal competente;
IX – conhecer e cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado do Paraná, a Lei Orgânica do Município de Rio Branco do Sul e este Regimento.
Parágrafo único. O Vereador impossibilitado de comparecer às Sessões Plenárias ou às reuniões de Comissão de que seja membro deverá apresentar, no prazo de até 3 (três) dias úteis após a ausência, justificativa formal, fundamentada e comprovada à Presidência da Casa Legislativa, no caso de Sessão Plenária, ou à Presidência da respectiva Comissão, no caso de reunião de Comissão, sob pena de caracterização de falta injustificada e consequente desconto proporcional em seu subsídio.
Art. 17. Os Vereadores sujeitam-se ao cumprimento das disposições deste Regimento Interno, especialmente às previstas no Título VIII — Da Ética e do Decoro Parlamentar, competindo à Câmara Municipal, assegurados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, processar e julgar a prática de atos que configurem quebra de decoro parlamentar.
Parágrafo único. A Mesa Diretora, de ofício, ou a requerimento de vereador, ao tomar conhecimento de fato que possa configurar as hipóteses de procedimentos incompatível com o decoro parlamentar, remeterá a questão para investigação e apreciação pela Comissão de Ética, observado o que dispõe o Título VIII deste Regimento.

Seção II
Da Licença

Art. 18. O Vereador poderá licenciar-se, mediante solicitação por escrito dirigida à Mesa Diretora:
I – por motivos de saúde, devidamente comprovados, observado o disposto na legislação federal;
II – para tratar de interesse particular, sem subsídio, desde que o período de licença não seja superior a 120 (cento e vinte) dias por Sessão Legislativa, nem inferior a 30 (trinta) dias;
III – em razão de nascimento de filho ou adoção, sem prejuízo do subsídio, pelo prazo estabelecido na legislação correlata; e
IV – para exercer missão de representação do Legislativo, mediante autorização do Plenário.
§ 1º Nos casos dos incisos I e II, o Vereador poderá reassumir antes que se tenha esgotado o prazo de sua licença, mediante comunicação à Mesa Diretora, com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas).
§ 2º Para fins de pagamento, considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos dos incisos I, III e IV.
§ 3º O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente será considerado automaticamente licenciado a partir da data de sua posse no cargo executivo, devendo comunicar o fato por escrito à Mesa Diretora, instruído com a cópia do ato de nomeação, podendo optar pelo subsídio da vereança.
§ 4º O Vereador licenciado para exercer o cargo de Secretário Municipal ou equivalente, quando do seu retorno à vereança, deverá comunicar o fato por escrito com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), anexando o ato de exoneração.
§ 5º O suplente será convocado imediatamente nos casos de vaga ou de investidura do titular em cargo de Secretário Municipal ou equivalente, ou quando o titular se licenciar por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias.
§ 6º O afastamento para o desempenho de missões temporárias de interesse do Município não será considerado como licença, sem prejuízo do subsídio do cargo.
§ 7º O Vereador licenciado que se afastar do Território Nacional deverá dar ciência à Câmara de seu destino e eventual meio de contato eletrônico.
Art. 19. O vereador que, não estando licenciado ou com justificativa formal aceita pela Mesa, deixar de comparecer às sessões da Câmara Municipal, terá descontado 1/30 (um trinta avos) de seu subsídio por sessão não justificada.
Parágrafo único. A Câmara Municipal deverá garantir a transparência ativa do exercício da vereança, assegurando:

I – divulgação eletrônica dos comparecimentos, justificativas de ausência e registros de votação dos vereadores;

II – publicação online das licenças, substituições, decisões disciplinares e demais informações de interesse público;

III – criação de canal eletrônico permanente para recebimento de denúncias, sugestões e pedidos de informação da população.

Seção III
Da Vaga de Vereador

Art. 20. As vagas, na Câmara Municipal, verificar-se-ão em virtude de:
I - perda do mandato;
II - cassação do mandato;
III - renúncia;
IV - falecimento.
§ 1º A perda do mandato de vereador dar-se-á em decorrência de decisão judicial, observada a legislação federal, mediante declaração da presidência.
§ 2º Perderá ainda o mandato o vereador que:
I - infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo 38 da Lei Orgânica do Município;
II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar, mediante contraditório e ampla defesa;
III - deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo licença ou missão por esta autorizada;
§ 3º A cassação do mandato de vereador dar-se-á mediante o devido processo, observado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos casos e de acordo com o processo disciplinado em norma federal.
§ 4º O termo de renúncia do vereador ao mandato será dirigido à Mesa Diretora, por escrito, independerá de aprovação do Plenário e produzirá seus efeitos a partir da sua publicação oficial.
§ 5º Considera-se, ainda, como renúncia tácita de Vereador:
I – não prestar compromisso no prazo estabelecido neste Regimento, salvo por motivo de força maior devidamente justificado e aceito pelo Plenário;
II – deixar de comparecer a 8 (oito) reuniões consecutivas de comissão, quando titular, por Sessão Legislativa, salvo nos casos de licença ou de falta justificada;
§ 6º A vacância, nos casos previstos nos incisos do § 5º, será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer vereador ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.
§ 7º O suplente será convocado pelo Presidente da Câmara, nas licenças e no caso de vaga, previstas no art. 20 deste Regimento.
§ 8º No caso de convocação de suplente, esta se dará no prazo de 3 (três) dias úteis após a concessão de licença do vereador titular, por escrito, mediante protocolo.
§ 9º O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara, sob pena de ser considerado renunciante.
§ 10. Se a vaga ocorreu durante o recesso, o suplente prestará compromisso perante a Comissão Representativa.
§ 11. Ocorrendo vaga e não havendo suplente para assumi-la, o Presidente da Câmara comunicará o fato dentro de 48h (quarenta e oito horas), ao Juiz Eleitoral.
§ 12. Enquanto a vaga referida no parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o *quorum* em função dos vereadores remanescentes.
Art. 21. A extinção do mandato se efetiva pela declaração do ato ou fato extintivo, pelo Presidente da Câmara, inserida em ata.
Parágrafo único. O Presidente da Câmara que deixar de declarar a extinção do mandato de vereador, nos casos previstos neste Regimento Interno, ficará sujeito às sanções previstas em lei.

Seção IV
Da Remuneração

Art. 22. A remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores será fixada por meio de lei pela Câmara Municipal no último ano de cada mandato, até 30 (trinta) dias antes das eleições, e vigorará para o mandato subsequente, conforme parâmetros estabelecidos na Constituição Federal.

Art. 23. O subsídio dos Vereadores será limitado ao teto previsto no art. 29, VI, da Constituição Federal.

Art. 24. Se o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários ou Vereadores não for fixado dentro do prazo, prevalecerão os valores do último mandato.

Parágrafo Único. Aplica-se o mesmo critério com relação à previsão do 13º salário e férias.

Título II
DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo I
DA MESA DIRETORA

Seção I
Da Composição

Art. 25. A Mesa Diretora é o órgão de direção dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara e compõe-se do Presidente, do Vice-Presidente, do Primeiro Secretário e do Segundo Secretário.
§ 1º O Presidente será substituído, em suas ausências, pelo Vice-Presidente e pelos Secretários, segundo a ordem hierárquica.
§ 2º Ausentes os membros da Mesa, presidirá a Sessão Plenária o Vereador mais votado na última eleição municipal, que escolherá, entre seus pares, um Vereador para exercer as funções de Secretário.
§ 3º Ausentes os Secretários, o Presidente convidará um Vereador para exercer as funções de Secretário.
§ 4º A Mesa Diretora reunir-se-á para tratar de assuntos de sua competência, quando convocada pelo Presidente ou por 2 (dois) de seus membros.
§ 5º A reunião da Mesa Diretora instalar-se-á com a maioria absoluta de seus membros, e suas decisões serão tomadas por maioria de votos.
§ 6º As decisões da Mesa Diretora que tenham caráter geral e impessoal serão formalizadas por Resolução da Mesa, com ampla divulgação, especialmente por meios eletrônicos.
§ 7º As Resoluções da Mesa terão numeração sequencial própria, observada a ordem cronológica de sua publicação.

Seção II
Da Eleição, Formação e Modificação

Art. 26. A eleição da Mesa da Câmara dar-se-á conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal e as normas deste Regimento Interno.
Art. 27. A eleição da Mesa dar-se-á por votação nominal e aberta, exigida a presença da maioria absoluta dos Vereadores, excetuada a Sessão de Instalação.
Parágrafo único. No caso de eleição dos membros da primeira Mesa de cada Legislatura, se, por motivo justificado, não tiver sido realizada na data prevista no art. 7º, os trabalhos serão dirigidos conforme o art. 8º deste Regimento Interno até a eleição e posse dos respectivos membros, ficando o Presidente em exercício obrigado a convocar tantas Sessões Plenárias quantas forem necessárias, com intervalo de 3 (três) dias entre elas, até a eleição e posse da Mesa.
Art. 28. O mandato dos integrantes da Mesa Diretora será de 2 (dois) anos, permitida uma única reeleição ou recondução sucessiva para o mesmo cargo.
Art. 29. A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á obrigatoriamente na última Sessão Ordinária do segundo ano da Legislatura, empossando-se os eleitos em 1º de janeiro do ano subsequente.
Art. 30. A eleição dos membros da Mesa observará as seguintes disposições:
§ 1º As chapas concorrentes deverão ser protocoladas na Secretaria da Câmara até 48 (quarenta e oito) horas antes da última Sessão Ordinária do segundo ano da Legislatura, sob pena de indeferimento.
§ 2º A chapa será composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, sendo vedado ao Vereador concorrer ou integrar mais de uma chapa.
§ 3º Na Sessão Plenária, o Presidente anunciará as chapas concorrentes.
§ 4º Em seguida, será realizada a votação nominal e aberta, por meio eletrônico.

§ 5º Em caso de empate restará eleita a chapa que detém o vereador, candidato à presidência, mais votado no respectivo pleito municipal.
§ 6º Na hipótese de não haver chapas eleitorais, serão considerados eleitos os vereadores mais votados no respectivo pleito municipal, sendo os que obtiveram maior quantidade de votos ocupantes dos cargos de maior hierarquia na Mesa Diretora.
§ 7º Encerrada a votação, o Presidente proclamará o resultado, sendo considerada eleita a chapa que obtiver a maioria dos votos válidos.
Art. 31. Vagando qualquer cargo da Mesa Diretora, será realizada eleição para seu preenchimento no prazo de até 15 (quinze) dias, observando-se, no que couber, o disposto no art. 30 deste Regimento Interno, completando o eleito o período restante do mandato.
Parágrafo único. Em caso de renúncia total da Mesa Diretora, no prazo de 15 (quinze) dias proceder-se-á à eleição dos novos membros, sob a presidência do Vereador mais votado no respectivo pleito municipal, observadas as disposições do art. 30 deste Regimento Interno, completando os eleitos o período restante do mandato.
Art. 32. O Presidente da Câmara não poderá integrar Comissões Permanentes.
Art. 33. A Mesa Diretora reunir-se-á, no mínimo, uma vez por mês, para deliberar sobre os assuntos de sua competência.
Art. 34. Modificar-se-á a composição da Mesa Diretora ocorrendo vaga em qualquer dos cargos que a compõem.
§ 1º Considerar-se-á vago o cargo quando:
I – extinguir-se o mandato do respectivo ocupante ou se este o perder;
II – o Vereador for destituído da Mesa por decisão do Plenário;
III – ocorrer o falecimento do titular;
IV – o Vereador estiver licenciado do mandato por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou para assumir cargo de Secretário Municipal;
V – houver renúncia do cargo.
§ 2º A renúncia ao cargo da Mesa deverá ser formalizada por escrito, devidamente assinada, sendo imediatamente aceita, independentemente de leitura em Plenário.
§ 3º Ocorrendo vaga, a substituição dar-se-á mediante ascensão aos cargos subsequentes, observada a ordem hierárquica, sendo realizada eleição apenas para o cargo de Segundo Secretário, nos termos deste Regimento Interno.
§ 4º Não será considerada renúncia a licença de até 60 (sessenta) dias do exercício de função da Mesa Diretora, por ano legislativo, hipótese em que o Vereador permanecerá apenas no exercício do mandato parlamentar.
§ 5º Durante a licença prevista no § 4º, a substituição observará a ordem estabelecida no art. 25 deste Regimento Interno.

Art. 35. Os membros da Mesa Diretora poderão ser destituídos de suas funções, isolada ou conjuntamente, mediante resolução aprovada em votação nominal e aberta pela maioria absoluta dos membros da Câmara, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
§ 1º O membro da Mesa será passível de destituição quando:
I – faltoso;
II – omisso;
III – apresentar desempenho incompatível com as atribuições do cargo;
IV – exorbitar das competências que lhe são conferidas.
§ 2º A deliberação sobre o projeto de resolução de destituição será realizada em Sessão Plenária Extraordinária, especialmente convocada para esse fim.
Art. 36. O processo de destituição de membro da Mesa Diretora terá início com a apresentação de representação fundamentada, subscrita por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, lida em Plenário na sessão subsequente ao protocolo.
§ 1º Recebida a representação pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, será instaurada Comissão Processante, constituída por 3 (três) membros definidos por sorteio entre os Vereadores desimpedidos, assegurando-se a proporcionalidade partidária sempre que possível.
§ 2º O acusado será notificado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, recebendo cópia integral da representação, e terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa prévia por escrito e arrolar testemunhas.
§ 3º Encerrado o prazo de defesa, a Comissão realizará as diligências necessárias, ouvirá as testemunhas e emitirá parecer final no prazo de 15 (quinze) dias.
§ 4º Se o parecer da Comissão Processante concluir pela improcedência da representação, este será lido em Plenário na primeira sessão subsequente e o processo será arquivado definitivamente de ofício pelo Presidente, independentemente de votação.
§ 5º Concluindo a Comissão pela procedência das acusações, proporá a destituição do membro por meio de Parecer acompanhado do respectivo Projeto de Resolução, o qual será submetido à discussão e votação em Sessão Extraordinária com pauta única, a ser convocada no prazo máximo de 5 (cinco) dias.
§ 6º Na sessão extraordinária de julgamento, observar-se-á o seguinte rito de debates:
I – o Relator da Comissão terá 15 (quinze) minutos para a leitura do relatório geral;
II – cada Vereador inscrito poderá se manifestar por até 5 (cinco) minutos, vedados os apartes;
III – o acusado, pessoalmente ou por seu procurador, disporá do prazo regulamentar de 30 (trinta) minutos para produzir sua defesa oral final antes da votação.
§ 7º A votação do Projeto de Resolução de destituição será nominal e aberta, exigindo-se o quórum qualificado de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal para a sua aprovação.
§ 8º Aprovada a destituição, a Mesa Diretora promulgará a respectiva Resolução, declarando a vacância do cargo e convocando novas eleições para o seu preenchimento no prazo previsto neste Regimento.
§ 9º O processo não poderá ser presidido nem relatado pelo autor da representação, ficando o Vereador acusado impedido de votar na sessão de julgamento, convocando-se o respectivo suplente para fins de quórum.

Seção III
Da Competência

Art. 37. Compete à Mesa Diretora:
I – administrar a Câmara Municipal, assegurando o pleno exercício das prerrogativas do Poder Legislativo;
II – apresentar proposições que disponham sobre:
a) organização e funcionamento institucional;
b) criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções públicas;
c) remuneração de seus servidores;
III – elaborar e encaminhar ao Poder Executivo a proposta orçamentária da Câmara Municipal, observados os limites constitucionais, para integração aos projetos de lei do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;
IV – providenciar a suplementação, transposição e remanejamento de dotações do orçamento da Câmara, observado o limite autorizado na Lei Orçamentária, desde que os recursos sejam provenientes de seu próprio orçamento;
V – elaborar e regulamentar a organização dos serviços administrativos e legislativos da Câmara;
VI – apresentar, na última Sessão Plenária Ordinária da Sessão Legislativa, relatório das atividades realizadas, com sugestões que entender pertinentes;
VII – fixar diretrizes para a divulgação das atividades da Câmara Municipal, especialmente por meio eletrônico;
VIII – deliberar sobre a organização e o funcionamento dos serviços da Câmara Municipal, durante as Sessões Legislativas e nos recessos, adotando as providências necessárias à regularidade dos trabalhos;
IX – propor ação direta de inconstitucionalidade, por iniciativa própria ou a requerimento de Vereador ou de Comissão, após aprovação do Plenário;
X – adotar providências para o funcionamento da Câmara Municipal quando suas atividades forem realizadas fora da sede;
XI – elaborar e divulgar, inclusive em meio eletrônico de amplo acesso público, a discriminação analítica das dotações orçamentárias e o cronograma de desembolso da Câmara Municipal, bem como promover suas alterações, quando necessário, comunicando ao Poder Executivo;
XII – aplicar as penalidades de censura verbal ou escrita a Vereador, na forma prevista neste Regimento, ou formalizar a suspensão temporária do mandato quando esta for decretada pelo Plenário;

XIII – proceder à declaração da perda definitiva ou extinção do mandato de Vereador, quando determinada pelo Poder Judiciário ou decretada pelo Plenário, nos termos da legislação federal, da Lei Orgânica do Município e deste Regimento Interno;
XIV – propor projeto de decreto legislativo para sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou sejam declarados inconstitucionais;
XV – providenciar a elaboração dos relatórios de gestão fiscal e assegurar a transparência das informações exigidas pela legislação federal, inclusive por meios eletrônicos;
XVI – promulgar emendas à Lei Orgânica do Município e determinar sua publicação;
XVII – propor projeto de lei que fixe os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais para o mandato subsequente, bem como projeto de lei que fixe o subsídio dos Vereadores para a legislatura subsequente;
XVIII – exercer outras atribuições previstas na Lei Orgânica do Município.
Parágrafo único. Os projetos de lei referidos no inciso XVIII deverão observar os limites constitucionais aplicáveis e serão acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

Subseção I
Do Presidente e do Vice-Presidente

Art. 38. O Presidente é o representante legal da Câmara nas suas relações externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretivas de todas as atividades internas, competindo-lhe privativamente, além das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:
I – quanto às atividades legislativas:
a) convocar as Sessões Extraordinárias e comunicar os Vereadores, nos termos e prazos estabelecidos neste Regimento Interno;
b) determinar a retirada de expediente por requerimento do autor;
c) não aceitar substitutivos ou emendas que não sejam pertinentes à proposição inicial;
d) declarar prejudicados os projetos e expedientes em face da aprovação de outro com o mesmo objetivo;
e) expedir os projetos à Procuradoria Jurídica e às comissões e incluí-los na pauta;
f) zelar pelos prazos dos processos legislativos, bem como os concedidos às comissões e ao Prefeito;
g) nomear os membros das Comissões Especiais e de Inquérito criadas pela Câmara, bem como as Comissões de Representação;
h) designar os substitutos das comissões referidas na alínea anterior;
i) declarar a perda de lugar de membro das comissões quando não comparecerem a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas, sem justificativa;
j) convocar os suplentes na forma deste Regimento;
k) designar dia e hora do início das Sessões Extraordinárias.
II – quanto às Sessões:
a) convocar, presidir, abrir, encerrar, suspender, prorrogar as Sessões, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as disposições do presente Regimento;
b) determinar ao Primeiro Secretário a leitura da Ata e das comunicações que sejam de interesse da Câmara;
c) determinar, de ofício ou a requerimento de vereador, em qualquer fase dos trabalhos, a verificação de presença;
d) declarar a hora destinada ao Expediente ou à Ordem do Dia e os prazos facultados aos oradores;
e) anunciar a Ordem do Dia e submeter à discussão e votação a matéria dela constante e declarar o resultado das votações;
f) conceder ou negar a palavra aos vereadores, nos termos do Regimento Interno, e não permitir divagações ou apartes estranhos ao assunto em discussão;
g) interromper o orador que falar sem o respeito devido à Câmara ou a qualquer de seus membros, advertindo-o e, em caso de insistência, cassando-lhe a palavra, podendo ainda suspender a Sessão, quando não atendido e/ou as circunstâncias o exigirem;
h) chamar a atenção do orador quando se esgotar o tempo a que tem direito;
i) estabelecer com clareza o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações;
j) determinar ao Primeiro Secretário a anotação do decidido pelo Plenário, no processo competente;
k) manter a ordem no recinto da Câmara, advertir os presentes, mandar evacuar o recinto, podendo solicitar a força necessária para esses fins;
l) resolver sobre os requerimentos que, por este Regimento, forem de sua alçada;
m) resolver soberanamente qualquer questão de ordem ou submetê-la ao Plenário, quando omisso o Regimento;
n) mandar anotar em acervo eletrônico próprio os precedentes regimentais, para solução de casos análogos;
o) anunciar o término das Sessões, convocando os vereadores para a próxima.
III – quanto à administração da Câmara Municipal:
a) nomear, exonerar, promover, remover, admitir, suspender e demitir servidores da Câmara, conceder-lhes férias, licenças, abono de faltas, aposentadoria e as vantagens determinadas por lei, bem como promover a sua responsabilidade administrativa e representar perante os órgãos competentes para a apuração de responsabilidade civil e criminal;
b) superintender os serviços da Câmara, ordenar as suas despesas dentro dos limites das dotações orçamentárias e requisitar o respectivo repasse financeiro do duodécimo ao Poder Executivo;
c) mandar proceder às licitações para compras, obras e serviços da Câmara, de acordo com a legislação pertinente;
d) determinar a abertura de sindicâncias e processos administrativos;
e) validar os registros e documentos produzidos no âmbito da Câmara e de sua Secretaria, preferencialmente por meio eletrônico, nos sistemas oficiais adotados;
f) mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para defesa de direitos e esclarecimento de situações;
g) fazer, ao fim de sua gestão, relatório dos trabalhos e do patrimônio da Câmara.
IV – quanto às relações externas da Câmara:
a) conceder audiências públicas ou individuais na Câmara, mediante agendamento prévio ou em horários definidos pela Presidência;
b) superintender e censurar a publicação do constante nos anais, não permitindo expressões vedadas pelo Regimento Interno;
c) representar a Câmara, judicial e extrajudicialmente, por iniciativa própria na defesa de suas prerrogativas institucionais, ou por deliberação do Plenário nos demais casos;
d) encaminhar ao Prefeito e aos Secretários Municipais o pedido de convocação para prestar informações;
e) encaminhar ao Prefeito no prazo de 3 (três) dias úteis os expedientes aprovados pela Câmara que seja da alçada do Poder Executivo;
f) promulgar as resoluções e os decretos legislativos bem como as leis com sanção tácita e as cujo veto rejeitado pelo Plenário não tenham sido promulgado pelo Prefeito no prazo legal.
V – compete ainda ao Presidente:
a) executar as deliberações do Plenário;
b) assinar a Ata das Sessões, os editais, as portarias e os expedientes da Câmara;
c) dar andamento legal aos recursos interpostos contra atos seus, da Mesa ou das comissões, desde que satisfaçam as exigências regimentais, quanto ao prazo de interposição e ao número de signatários e que contenham justificativa adequada;
d) licenciar-se da Presidência quando precisar se ausentar do Município por mais de 15 (quinze) dias, para tratar de assunto de interesse particular;
e) dar posse aos vereadores que não foram empossados na Sessão de Instalação da Legislatura e aos suplentes de vereadores, presidir a Sessão de eleição da Mesa do período legislativo seguinte e dar-lhes posse;
f) declarar a extinção do mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito nos casos previstos em lei federal, bem como promulgar os decretos legislativos de perda de mandato decretados pelo Plenário;
g) exercer em substituição a chefia do Poder Executivo municipal conforme previsto na Lei Orgânica do Município;
h) delegar as atribuições administrativas e de relações externas a outro membro da Mesa Diretora.
Art. 39. Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará seu cargo, passando-o a seu substituto legal, e falará da Tribuna destinada aos oradores.

Art. 40. Quando o Presidente se omitir ou exorbitar das funções que lhe são atribuídas neste Regimento, qualquer vereador poderá objetar sobre o fato, cabendo recurso do ato ao Plenário.
§ 1º O Presidente deverá cumprir a decisão soberana do Plenário, sob pena de destituição.
§ 2º O recurso seguirá a tramitação indicada no art. 244 deste Regimento, no que couber.
Art. 41. O vereador no Exercício da Presidência, estando com a palavra, não poderá ser interrompido ou aparteado.

Art. 42. O Presidente da Câmara, ou quem o substituir, votará apenas nas seguintes hipóteses:
I – nas deliberações que exijam o voto favorável de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara;
II – em caso de empate nas votações do Plenário;
III – na eleição da Mesa Diretora;
IV – nos casos de destituição de membro da Mesa;
V – nos processos de cassação de mandato de Vereador ou de Prefeito.
§ 1º O exercício do voto pelo Presidente não altera o quórum de deliberação, devendo este ser apurado conforme a espécie de maioria exigida, observando-se que:
I – nos casos de maioria absoluta ou de quórum qualificado, o cálculo será realizado com base no total de membros da Câmara, independentemente de ausências ou impedimentos;
II – nos casos de maioria simples, o quórum será apurado com base nos membros presentes à sessão.
§ 2º Nas hipóteses elencadas no *caput* deste artigo, o Presidente da Câmara, querendo, após a proclamação do resultado da votação, poderá justificar seu voto, pelo prazo de 3 (três) minutos, sem aparte dos demais vereadores.
§ 3º Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente de acordo com as atribuições contidas na Lei Orgânica e neste Regimento.
§ 4º Ausente ou impedido, o Vice-Presidente será substituído em todas as suas atribuições pelo Primeiro Secretário.
§ 5º Aos substitutos do Presidente, na direção dos trabalhos das Sessões, não lhes é conferida competência para outras atribuições, além das necessárias ao andamento dos respectivos trabalhos.

Subseção II
Dos Secretários

Art. 43. Ao Primeiro Secretário, além de substituir o Vice-Presidente, em suas ausências ou impedimentos, compete:
I – fazer a chamada nominal de vereadores na abertura da Sessão Plenária, registrando as ausências e outras ocorrências sobre o assunto;
II – encerrar o Registro de Presença no final da Sessão Plenária;
III – fazer a chamada de vereadores em outras ocasiões da Sessão Plenária, por solicitação do Presidente;
IV – ler e registrar impugnações à ata da Sessão Plenária anterior e providenciar a correção, se assim for determinado pelo Plenário;
V – comunicar o Expediente da Sessão Plenária, referindo as comunicações do Prefeito e de outras origens, bem como as proposições e demais documentos e papéis que devam ser do conhecimento do Plenário;
VI – fazer a inscrição dos oradores;
VII – anotar, em cada proposição, a decisão do Plenário;
VIII – encaminhar e acompanhar, inclusive quanto aos prazos e diligências, a instrução de proposição, de acordo com o critério de identidade temática, junto às comissões;
IX – superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da Sessão Plenária, e assiná-la juntamente com o Presidente;
X – assinar, com o Presidente, as resoluções de Mesa e toda a operação financeira realizada pela Câmara;
XI – determinar a publicação oficial e promover o registro, principalmente em meio eletrônico, nos sistemas institucionais da Câmara:
a) de emendas à Lei Orgânica do Município;
b) de decretos legislativos, resoluções e leis promulgadas pelo Presidente da Câmara;
c) de portarias e resoluções de mesa.
XII – acompanhar a execução dos serviços internos da Câmara Municipal e fazer observar o regulamento;
XIII – realizar outras atribuições relacionadas à Mesa Diretora, por solicitação do Presidente da Câmara.
Art. 44. Cabe ao Segundo Secretário:
I – substituir o Primeiro Secretário em seus impedimentos ou ausências;
II – atender delegação do Presidente da Câmara, na hipótese prevista na alínea "h" do inciso V do art. 38 deste Regimento Interno.

CAPÍTULO III
DO CONTROLE DE ACESSO E CADASTRO DE VISITANTES

Art. 45. O acesso de visitantes às dependências da Câmara Municipal será realizado mediante identificação e cadastramento na recepção, observadas as normas de segurança, controle de acesso e proteção de dados pessoais.
§ 1º O cadastramento poderá ser realizado por meio de sistema eletrônico de identificação facial, destinado exclusivamente ao controle de acesso, à segurança das dependências e à identificação dos visitantes.
§ 2º O tratamento dos dados pessoais coletados deverá observar a legislação aplicável, especialmente a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, bem como as medidas de segurança e proteção estabelecidas pela Câmara Municipal.
Art. 46. O controle de acesso dos visitantes será realizado na recepção da Câmara Municipal, mediante procedimento de identificação e cadastramento eletrônico, podendo ser solicitadas informações necessárias à identificação do visitante e à finalidade de seu acesso às dependências do Poder Legislativo.
§ 1º O visitante deverá ser informado acerca da realização do tratamento de seus dados pessoais e de sua finalidade, nos termos da legislação aplicável.
§ 2º O acesso às dependências administrativas de uso restrito poderá ser condicionado à autorização e ao acompanhamento de servidor ou pessoa responsável.
§ 3º A regulamentação dos procedimentos operacionais relativos ao cadastramento, ao armazenamento, à segurança e ao tratamento dos dados poderá ser disciplinada por ato da Mesa Diretora, observada a legislação aplicável.

Capítulo IV
DAS COMISSÕES

Seção I
Das Disposições Preliminares

Art. 47. As comissões são órgãos técnicos da Câmara, constituídos por seus membros, com a finalidade de realizar estudos, emitir pareceres, promover investigações e representar o Poder Legislativo, conforme suas atribuições.
Parágrafo único. As comissões classificam-se, quanto à sua natureza, em:
I – permanentes;
II – temporárias.
Art. 48. Na composição das comissões será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos com representatividade na Câmara Municipal.
Art. 49. As comissões permanentes reunir-se-ão ordinariamente em dias e horários previamente fixados e, extraordinariamente, quando convocadas.
Art. 50. As comissões permanentes elegerão, dentre seus membros, um Presidente e um Vice-Presidente, em reunião presidida pelo membro mais votado no pleito municipal mais recente.
§ 1º Enquanto não realizada a eleição, exercerá a Presidência o membro mais votado no pleito municipal mais recente, observados, em caso de empate, o mais idoso.
§ 2º Cada Comissão manterá registro próprio de suas atas e controle de presença, por em meio eletrônico, asseguradas a autenticidade, integridade, segurança, preservação e possibilidade de auditoria dos documentos, nos termos da legislação vigente.
§ 3º As comissões contarão com o apoio técnico e administrativo dos servidores da Câmara para o cumprimento de suas atribuições.

§ 4º O membro que deixar de comparecer, sem justificativa, a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, no curso da Sessão Legislativa, poderá ser destituído, na forma prevista neste Regimento.
§ 5º O membro que deixar de comparecer às reuniões das comissões deverá apresentar justificativa formal e devidamente fundamentada, no prazo estabelecido neste Regimento, cabendo à Mesa Diretora apreciar sua aceitação, sob pena de ser considerada injustificada a ausência.
Art. 51. Às comissões especiais e às comissões de inquérito aplicam-se, no que couber, as normas relativas à organização e ao funcionamento das comissões permanentes.
Art. 52. As vagas nas Comissões ocorrerão:
I – por renúncia;
II – por destituição.
§ 1º A renúncia de membro da Comissão será formalizada por escrito e dirigida à Presidência da Câmara, produzindo efeitos imediatos.
§ 2º As faltas poderão ser justificadas mediante motivo relevante, devidamente comprovado, tais como doença, luto, gala ou desempenho de missão oficial.
§ 3º A destituição será declarada pelo Presidente da Câmara, mediante provocação e após a verificação das ausências injustificadas, assegurado ao membro o direito de apresentação de justificativa.
§ 4º Em caso de vaga, licença ou impedimento, caberá ao Presidente da Câmara designar substituto, observada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares.
Art. 53. É assegurada aos partidos que componham a minoria a participação nas comissões, observada a proporcionalidade, garantindo-se, no mínimo, a presença em uma comissão permanente.
Art. 54. As reuniões das Comissões serão públicas e, como regra geral, integralmente registradas por meio de gravação em áudio e vídeo.
§ 1º Os arquivos digitais de áudio e imagem resultantes das gravações deverão ser indexados ou anexados à respectiva ata sucinta da reunião, integrando-a para todos os fins de direito.
§ 2º O armazenamento dos registros audiovisuais dar-se-á em meio digital oficial da Câmara Municipal, asseguradas a autenticidade, a integridade, a segurança, a preservação e a possibilidade de auditoria dos documentos, nos termos da legislação vigente.
§ 3º A publicidade dos atos será garantida mediante a disponibilização oficial das atas e dos respectivos registros audiovisuais nos canais eletrônicos e sítios digitais de comunicação da Câmara Municipal, permitindo o amplo acesso e a participação remota da população.
§ 4º Na hipótese excepcional de impossibilidade técnica temporária para a realização do registro audiovisual, a reunião das Comissões poderá ocorrer normalmente, devendo tal circunstância e suas justificativas ser expressamente consignadas na ata escrita.
Art. 55. As reuniões das comissões somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros.
Art. 56. As deliberações das comissões serão tomadas por maioria de votos, considerando-se inexistente o parecer da comissão quando não for atendida essa exigência.
Parágrafo único. Quando algum integrante da comissão julgar-se impedido de votar, o Presidente da Comissão solicitará ao Presidente da Câmara providências no sentido do preenchimento da vaga.
Art. 57. Recebida a proposição, o Presidente da Comissão designará relator, a quem competirá elaborar o parecer.
§ 1º O parecer do relator será submetido à apreciação da comissão.
§ 2º Na votação, serão considerados:
I – favoráveis, os votos que aprovarem o parecer;
II – contrários, os votos que divergirem do parecer.
§ 3º O voto divergente do parecer do relator será formalizado como voto em separado, devidamente fundamentado.
§ 4º Aprovado o parecer do relator, este passará a constituir o parecer definitivo da comissão.
§ 5º Rejeitado o parecer do relator, considerar-se-á como parecer da comissão o voto em separado que obteve a maioria, sendo o seu autor designado para redigir o termo final no prazo fixado pela Presidência da comissão.
§ 6º Os pareceres, emendas, substitutivos e demais manifestações da comissão serão formalizados e registrados em meio eletrônico, mediante assinatura digital ou eletrônica de seus membros, com identificação dos participantes e o registro nominal de seus votos.
Art. 58. O prazo para a emissão do parecer definitivo pelas Comissões Permanentes será de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da matéria pelo Presidente da respectiva Comissão.
§ 1º Tratando-se de projetos de codificação (Códigos, Estatutos e Planos Diretores), o prazo previsto no *caput* será triplicado.
§ 2º Os prazos previstos neste artigo não se aplicam à elaboração da redação final, que observará rito próprio previsto neste Regimento.
§ 3º Nos casos de proposições submetidas ao regime de urgência de iniciativa do Prefeito ou urgência parlamentar aprovada, o prazo global da Comissão será reduzido para 5 (cinco) dias úteis.
Art. 59. O parecer da Comissão será conclusivo quanto à aprovação ou rejeição da proposição, podendo propor emendas, subemendas ou substitutivo.
Parágrafo único. As proposições que receberem parecer contrário em todas as comissões serão consideradas arquivadas.
Art. 60. No exercício de suas atribuições, as comissões poderão convocar pessoas interessadas, tomar depoimentos, solicitar informações e documentos, proceder a todas as diligências que julgarem necessárias para o esclarecimento do assunto.
Art. 61. As comissões poderão solicitar informações ao Prefeito, por intermédio do Presidente da Câmara, necessárias à instrução das matérias sob sua análise.
§ 1º O prazo para emissão de parecer ficará suspenso até o recebimento das informações solicitadas.
§ 2º O Presidente da Câmara adotará as providências necessárias para o atendimento das solicitações no menor prazo possível.
Art. 62. As comissões poderão ter acesso a documentos e informações das repartições municipais, mediante solicitação formal, por intermédio do Presidente da Câmara.
Art. 63. Aplicam-se às reuniões das comissões, no que couber, as normas das Sessões Plenárias, cabendo ao seu Presidente a direção dos trabalhos.
Art. 64. Qualquer Vereador poderá assistir às reuniões das comissões das quais não faça parte, com direito a voz, mas sem voto.
Parágrafo único. O membro da comissão que tiver impedimento na matéria não poderá votar, devendo declarar sua condição, sendo-lhe permitido acompanhar a discussão.
Art. 65. As matérias sujeitas à apreciação das comissões permanentes não poderão ser submetidas à discussão e votação em Plenário sem o respectivo parecer, salvo nas hipóteses previstas neste Regimento.

Seção II
Das Comissões Permanentes

Art. 66. As Comissões Permanentes têm por finalidade examinar, acompanhar e fiscalizar as matérias submetidas à sua apreciação, emitindo pareceres e elaborando, por iniciativa própria ou por deliberação do Plenário, proposições e expedientes no âmbito de sua competência.
Parágrafo único. As Comissões Permanentes são compostas por 3 (três) Vereadores, com as seguintes denominações:
I – Comissão de Constituição e Justiça;
II – Comissão de Finanças e Fiscalização Orçamentária;
III – Comissão de Obras, Serviços Públicos, Meio Ambiente e Política Urbana; e
IV – Comissão de Educação, Saúde, Cultura, Assistência Social e Segurança Pública.
Art. 67. A composição das Comissões Permanentes observará, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos com assento na Câmara Municipal.
§ 1º Os membros das Comissões Permanentes serão designados pelo Presidente da Câmara, mediante ato próprio, observado o disposto no caput deste artigo.
§ 2º Os suplentes no exercício temporário do mandato poderão integrar as Comissões Permanentes, assegurada, sempre que possível, a prioridade dos Vereadores titulares.
§ 3º Na impossibilidade de aplicação do disposto no § 2º, a vaga será ocupada por suplente, mantida, se possível, a representação do partido político do Vereador titular substituído.
§ 4º O mandato dos membros das Comissões Permanentes coincidirá com o da Mesa Diretora.
Art. 68. De cada reunião das Comissões será lavrada ata sucinta, formalizada em meio eletrônico e validada por assinatura digital de seus membros, a qual consignará:

I – a data, o horário de início e de encerramento e o local da reunião;
II – a relação nominal dos Vereadores presentes e ausentes, com indicação de eventuais justificativas de falta;
III – a relação das matérias discutidas e deliberadas;
IV – a síntese dos pareceres emitidos e o registro nominal das deliberações adotadas.
Parágrafo único. As reuniões da Câmara Municipal serão obrigatoriamente gravadas e transmitidas por meios audiovisuais, por meio dos canais oficiais de comunicação institucional, devendo os respectivos arquivos digitais de áudio e imagem ser preservados e devidamente vinculados ou indexados à ata da reunião, integrando-a para todos os fins de direito.
§ 1º Não havendo matérias a serem apreciadas, tal circunstância constará expressamente da ata.
§ 2º A não realização da reunião deverá ser registrada, com a indicação das respectivas razões.
§ 3º Na hipótese de impossibilidade técnica de realização do registro eletrônico, a reunião poderá ocorrer normalmente, devendo a circunstância ser expressamente consignada em ata.
§ 4º A ata será lida, discutida e aprovada na reunião subsequente, podendo ser dispensada a leitura quando previamente disponibilizada aos membros.
§ 5º Após aprovação, a ata será assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Comissão.
Art. 69. As Comissões poderão requisitar apoio técnico e assessoramento especializado, inclusive de servidores da Câmara Municipal, para subsidiar a análise de matérias e a execução de atividades no âmbito de sua competência.
Parágrafo único. O assessoramento de que trata o *caput* poderá, quando necessário, ser complementado por colaboração externa, na forma da legislação aplicável.
Art. 70. No exercício de suas atribuições, as Comissões Permanentes poderão:
I – promover audiências públicas, estudos e pesquisas sobre matérias de interesse público relacionadas à sua competência;
II – emitir parecer pela aprovação, rejeição, total ou parcial, ou pelo arquivamento das proposições sob seu exame, bem como elaborar proposições delas decorrentes;
III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas;
IV – sugerir ao Plenário o desmembramento de proposições ou requerer ao Presidente da Câmara a tramitação conjunta de matérias análogas;
V – solicitar, por intermédio do Presidente da Câmara, o comparecimento de Secretários Municipais, dirigentes de órgãos da administração indireta ou servidores públicos, para prestar esclarecimentos sobre assuntos inerentes às suas atribuições;
VI – requisitar, por intermédio de seu Presidente, diligências necessárias à instrução das matérias em exame;
VII – encaminhar pedidos de informações ao Poder Executivo, por intermédio do Presidente da Câmara, para esclarecimento de matéria sob sua apreciação;
VIII – apresentar recomendações e relatórios ao Plenário sobre matérias de sua competência.
§ 1º O não atendimento, sem justificativa, às solicitações e convocações previstas neste artigo poderá ensejar a adoção das medidas regimentais cabíveis.
§ 2º Os pedidos de informação deverão ser atendidos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, podendo a Comissão fixar prazo superior, conforme a complexidade da matéria, admitida prorrogação por igual período, mediante justificativa, a critério da Comissão.
§ 3º As conclusões das Comissões poderão ser encaminhadas aos órgãos competentes do Poder Executivo para ciência e eventual adoção de providências.
Art. 71. A composição das Comissões Permanentes será efetivada até a realização da primeira sessão ordinária da legislatura e, nos anos subsequentes, até a realização da primeira sessão ordinária de cada sessão legislativa.
Parágrafo único. A composição das Comissões será formalizada por ato do Presidente da Câmara.
Art. 72. Não sendo possível a composição no prazo previsto no artigo anterior, caberá ao Presidente da Câmara promovê-la no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contado da data da realização da primeira sessão ordinária, observada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos.

Subseção I
Da Comissão de Constituição e Justiça

Art. 73. Compete à Comissão de Constituição e Justiça:
I – examinar e emitir parecer sobre:
a) os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das matérias;
b) a admissibilidade de proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;
c) o Plano Diretor e a legislação urbanística básica;
d) o Código de Posturas;
e) vetos fundamentados em inconstitucionalidade ou ilegalidade;
f) assuntos de natureza jurídica submetidos à sua apreciação pelo Presidente da Câmara, pelo Plenário, por outra Comissão ou em razão de recurso previsto neste Regimento;
g) pedidos de intervenção no Município;
h) transferência temporária da sede da Câmara ou do Município;
i) regime jurídico, previdenciário e Estatuto dos servidores públicos municipais;
j) recursos interpostos contra atos da Mesa ou de seu Presidente;
k) direitos e deveres relativos ao exercício do mandato parlamentar;
l) sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;
m) consórcios, convênios, ajustes e instrumentos congêneres;
n) matérias relativas à organização do Município, à sua estrutura administrativa e aos seus Poderes;
o) licença ou afastamento do Prefeito e do Vice-Prefeito;
p) alterações deste Regimento;
q) concessão de títulos honoríficos e outras homenagens;
r) declaração de utilidade pública;
s) denominação e alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos;
t) toda matéria que não seja de competência específica de outra Comissão.
II – promover, no âmbito de sua competência, a realização de audiências públicas;
III – elaborar a redação final das proposições aprovadas pelo Plenário, observada a técnica legislativa.
Parágrafo único. A Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito de sua competência, deverá manifestar-se previamente às demais Comissões.

Subseção II
Da Comissão de Finanças e Fiscalização Orçamentária

Art. 74. Compete à Comissão de Finanças e Fiscalização Orçamentária:
I – examinar e emitir parecer sobre:
a) as propostas e os projetos de lei do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;
b) os projetos de lei relativos a créditos adicionais;
c) os projetos de lei, inclusive suas emendas, que tratem de matéria financeira, tributária ou orçamentária;
d) os vetos que envolvam matéria financeira, orçamentária ou tributária;
e) a prestação de contas anual do Prefeito e o respectivo parecer prévio do Tribunal de Contas;
f) os balancetes e balanços da Mesa da Câmara;
g) as matérias relativas a tributos, arrecadação, renúncia de receita, despesas públicas, endividamento, operações de crédito e aquelas que, direta ou indiretamente, impliquem impacto sobre a receita ou a despesa pública;
II – apresentar emendas às propostas orçamentárias;
III – exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução orçamentária e financeira do Município;
IV – manifestar-se sobre proposições que fixem ou alterem a remuneração dos servidores públicos e os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, observada a legislação aplicável;
V – fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas, especialmente as previstas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
VI – realizar audiências públicas para avaliação do cumprimento das metas fiscais, nos meses de fevereiro, maio e setembro, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000;

VII – requisitar, por intermédio de seu Presidente, informações, documentos e demonstrativos contábeis, financeiros e orçamentários necessários ao desempenho de suas atribuições;
VIII – elaborar relatórios periódicos sobre a execução orçamentária e financeira do Município, encaminhando-os ao Plenário;
IX – apreciar matérias relacionadas ao desenvolvimento econômico, quando houver impacto financeiro ou orçamentário relevante.
Parágrafo único. Constatada, em parecer, a inobservância às normas de finanças públicas, especialmente à Lei de Responsabilidade Fiscal, a matéria será submetida à apreciação do Plenário, na forma deste Regimento.

Subseção III
Da Comissão de Obras, Serviços Públicos, Meio Ambiente e Política Urbana

Art. 75. Compete à Comissão de Obras, Serviços Públicos, Meio Ambiente e Política Urbana analisar e emitir parecer sobre:
I – matérias relativas à realização de obras públicas e à prestação de serviços públicos pelo Município, inclusive por autarquias, entidades da administração indireta e concessionárias ou permissionárias de serviços públicos;
II – criação, organização, reorganização e funcionamento dos serviços públicos municipais;
III – matérias relacionadas à infraestrutura urbana, saneamento básico, transportes, mobilidade urbana, sistema viário, comunicações, energia e demais serviços essenciais;
IV – planejamento e ordenamento territorial urbano, incluindo o Plano Diretor, uso, ocupação e parcelamento do solo urbano;
V – políticas públicas de desenvolvimento urbano, habitação, regularização fundiária e expansão urbana;
VI – proteção ao meio ambiente, preservação dos recursos naturais, especialmente dos mananciais, licenciamento ambiental e controle da poluição em todas as suas formas;
VII – instrumentos de política urbana previstos na legislação, inclusive aqueles destinados a assegurar a função social da propriedade;
VIII – outras matérias correlatas à sua área de atuação.
Parágrafo único. Compete ainda à Comissão fiscalizar a execução das políticas públicas relacionadas à sua área de atuação, especialmente o Plano Diretor e o Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado, podendo requisitar informações e promover diligências para esse fim.

Subseção IV
Da Comissão de Educação, Saúde, Cultura, Assistência Social e Segurança Pública

Art. 76. Compete à Comissão de Educação, Saúde, Cultura, Assistência Social e Segurança Pública analisar, emitir parecer, acompanhar e fiscalizar matérias relativas às seguintes áreas:
I – políticas públicas de educação, compreendendo o sistema municipal de ensino, a valorização dos profissionais da educação, a qualidade do ensino e a aplicação dos recursos públicos destinados ao setor;
II – políticas públicas de saúde, abrangendo o Sistema Único de Saúde no âmbito municipal, ações de promoção, prevenção e assistência à saúde, bem como a fiscalização da aplicação dos recursos públicos destinados ao setor;
III – desenvolvimento, proteção e difusão da cultura no âmbito municipal, incluindo o patrimônio histórico, artístico e cultural e as diversas manifestações culturais;
IV – políticas públicas de assistência social, com ênfase na proteção à família, à criança, ao adolescente, ao jovem, à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às pessoas em situação de vulnerabilidade social;
V – programas, ações e serviços voltados à promoção da inclusão social, redução das desigualdades e garantia de direitos sociais;
VI – políticas relacionadas ao trabalho, emprego e geração de renda, no âmbito municipal;
VII – programas e ações de caráter assistencial, inclusive aqueles desenvolvidos por entidades públicas ou privadas com atuação no Município;
VIII – políticas públicas de segurança pública e defesa social, no âmbito das competências do Município, compreendendo ações de prevenção à violência, proteção da população, integração com os órgãos de segurança pública, defesa civil e demais medidas voltadas à preservação da ordem pública e da segurança da comunidade;
IX – outras matérias correlatas à sua área de atuação.
Parágrafo único. Compete ainda à Comissão:
I – acompanhar e fiscalizar a execução das políticas públicas nas áreas de sua competência;
II – acompanhar e fiscalizar os programas e ações municipais relacionados à segurança pública, à defesa social, à prevenção da violência e à proteção da população;
III – requisitar informações e documentos aos órgãos competentes;
IV – promover audiências públicas, diligências e reuniões com autoridades, órgãos públicos e entidades da sociedade civil;
V – apresentar relatórios e recomendações ao Plenário quanto à efetividade das políticas públicas analisadas.

Subseção V
Da Responsabilidade das Comissões Quanto aos Vetos do Executivo

Art. 77. Vetado o projeto de lei pelo Prefeito, a análise, instrução e emissão de parecer caberão:
I – à Comissão de Constituição e Justiça, quando as razões do veto se fundamentarem em inconstitucionalidade ou ilegalidade;
II – à Comissão competente em razão da matéria, quando as razões do veto se fundamentarem em contrariedade ao interesse público.
§ 1º O prazo para instrução do veto pelas Comissões será de até 10 (dez) dias.
§ 2º Na hipótese do inciso II do *caput*, a Comissão competente poderá, no prazo previsto no § 1º, promover audiência pública para debater as razões do veto com a comunidade e os órgãos interessados.
§ 3º Os vetos terão tramitação prioritária nas Comissões.
§ 4º Quando a matéria envolver, simultaneamente, aspectos jurídicos e de mérito relevante, haverá atuação conjunta da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão competente em razão da matéria.

Subseção VIII
Do Presidente

Art. 78. Compete ao Presidente da Comissão:
I – fixar os dias e horários das reuniões, dando ciência à Mesa;
II – convocar reuniões extraordinárias, de ofício ou a requerimento da maioria de seus membros;
III – presidir as reuniões, zelando pela ordem dos trabalhos e submetendo a ata à discussão e votação;
IV – receber as matérias destinadas à Comissão e designar Relator dentre seus membros;
V – assegurar que as proposições afetas à área de atuação da Comissão sejam devidamente encaminhadas para instrução, podendo avocá-las em caso de omissão do Presidente da Câmara;
VI – organizar a pauta das reuniões;
VII – adotar as providências necessárias ao atendimento de diligências aprovadas pela Comissão, inclusive quanto à realização de audiências públicas, convocação de autoridades e requisição de informações e documentos;
VIII – zelar pelo cumprimento dos prazos regimentais;
IX – submeter à deliberação da Comissão o voto do Relator;
X – determinar o registro em ata das matérias apreciadas, com os votos e conclusões dos pareceres;
XI – conceder vista aos membros da Comissão, pelo prazo de 3 (três) dias, nas proposições em tramitação ordinária;
XII – solicitar ao Presidente da Câmara a designação de substituto, em caso de ausência ou impedimento de membro titular da Comissão;
XIII – decidir, nos termos deste Regimento, as questões de ordem suscitadas no âmbito da Comissão;
XIV – representar a Comissão perante o Plenário e, quando convocado, perante a Mesa Diretora;
XV – organizar, em conjunto com o Relator, o cronograma de instrução das matérias sujeitas a rito especial ou de relevante repercussão.
§ 1º O Presidente da Comissão poderá exercer a relatoria de proposições e terá direito a voto.
§ 2º Das decisões do Presidente da Comissão sobre a realização de audiência pública, consulta pública, diligências ou convocação de autoridades caberá recurso ao Plenário, desde que interposto na

própria reunião, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, sendo apreciado na primeira sessão plenária subsequente.
§ 3º O Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos.

Subseção IX
Do Funcionamento

Art. 79. As Comissões Permanentes funcionarão, regra geral, por meio de reuniões presenciais, admitindo-se a realização de reuniões extraordinárias ou o formato de participação virtual ou híbrida apenas em caráter excepcional, mediante justificativa fundamentada aceita pela Presidência da respectiva Comissão.
Parágrafo único. Nas reuniões, independentemente da modalidade de sua realização, observar-se-á, preferencialmente, a seguinte ordem dos trabalhos:
I – abertura da reunião e verificação de quórum;
II – discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
III – comunicação das matérias encaminhadas;
IV – designação de relatorias;
V – deliberação sobre a realização de audiência pública, consulta pública, diligências ou convocação de autoridades para prestar esclarecimentos;
VI – apresentação dos votos dos relatores;
VII – discussão e deliberação dos votos;
VIII – concessão de vista, quando requerida.
§ 1º A designação de relatorias deverá ocorrer, preferencialmente, na mesma reunião em que for comunicada a matéria.
§ 2º O Relator designado terá o prazo de até 10 (dez) dias para a apresentação de seu voto por escrito à Presidência da Comissão, contados da data de sua designação.
§ 3º O prazo previsto no § 2º ficará suspenso nas seguintes hipóteses, retomando-se a contagem pelo período remanescente após a cessação do fato motivador:
I – enquanto não atendidas as diligências ou pedidos de informações formalizados pela Comissão ao Poder Executivo ou órgãos externos;
II – durante o interstício compreendido entre o ato de convocação e a efetiva realização de audiência pública ou o comparecimento de autoridade convocada.
§ 4º Não sendo apresentado o voto no prazo estabelecido no § 2º, o Presidente da Comissão avocará a relatoria ou designará, de imediato, novo Relator, o qual disporá do prazo improrrogável de 3 (três) dias para manifestação.
§ 5º Nas proposições em regime de urgência, o Relator terá o prazo máximo de até 3 (três) dias úteis para apresentar seu voto, devendo a deliberação da Comissão ocorrer obrigatoriamente na reunião subsequente ou em sessão extraordinária do órgão colegiado convocada para esse fim, não se aplicando as hipóteses de suspensão do § 3º.
§ 6º O voto do Relator conterá:
I – identificação da matéria, com indicação do número do processo, espécie normativa, autoria, data de protocolo e ementa;
II – relatório, com a síntese do histórico da tramitação;
III – fundamentação, com a exposição dos motivos do voto;
IV – conclusão, que poderá ser:
a) favorável;
b) favorável com emendas;
c) contrária.
§ 7º Aprovado pela maioria dos membros da Comissão, o voto do Relator converter-se-á em parecer.
§ 8º Rejeitado o parecer do Relator, aplicar-se-á o rito de substituição e fixação do parecer vencedor nos termos do art. 57 deste Regimento Interno.
§ 9º O Presidente da Comissão votará em caso de empate.
§ 10. É facultado aos membros da Comissão apresentar voto em separado.
§ 11. As reuniões poderão ser realizadas por meio de recursos tecnológicos que permitam a participação remota dos membros, assegurada a identificação dos participantes, a publicidade dos atos e a integridade das deliberações.
§ 12. A ordem dos trabalhos poderá ser alterada por deliberação da maioria dos membros da Comissão, mediante justificativa.

Art. 80. As proposições que tratem de matéria de grande repercussão social poderão ser submetidas à realização de audiência pública pela Comissão competente, para debate com a comunidade.
§ 1º O Presidente da Comissão, em conjunto com o Presidente da Câmara, definirá a logística, o local, a data, o formato (presencial, virtual ou híbrido) e assegurará a ampla divulgação da audiência pública.
§ 2º Após a publicação do edital de convocação, a proposição objeto da audiência pública, acompanhada de sua justificativa e documentos pertinentes, ficará disponível para acesso público no sítio eletrônico da Câmara Municipal, pelo prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas.
§ 3º A audiência pública observará a seguinte ordem:
I – abertura pelo Presidente da Comissão, com:
a) registro das autoridades e Vereadores presentes;
b) apresentação da matéria a ser debatida;
c) exposição da metodologia dos trabalhos;
II – manifestação de até 8 (oito) oradores inscritos, pelo prazo de até 5 (cinco) minutos cada, vedados apartes;
III – manifestação dos Vereadores, pelo prazo de até 5 (cinco) minutos cada, vedados apartes, na seguinte ordem:
a) membros titulares da Comissão;
b) demais Vereadores;
c) Relator da proposição.
§ 4º O Relator poderá, a qualquer momento, solicitar a palavra para prestar esclarecimentos.
§ 5º Encerrada a audiência pública, será assegurado o prazo de 72 (setenta e duas) horas para o recebimento de contribuições da sociedade, por meio físico ou eletrônico, inclusive por formulários disponibilizados no sítio oficial da Câmara.
§ 6º As contribuições recebidas serão analisadas pelo Relator quanto à sua viabilidade técnica e consideradas na elaboração do voto, devendo eventual rejeição ser fundamentada.
§ 7º A ata da audiência pública, acompanhada, sempre que possível, de registro audiovisual, será publicada no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado do encerramento do prazo previsto no § 5º.
§ 8º Para os fins deste artigo, consideram-se matérias de grande repercussão social:
I – os projetos de lei do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;
II – os projetos que alterem as leis referidas no inciso I, quando relacionados a programas sociais;
III – as proposições que versem sobre:
a) Plano Diretor e planejamento urbano;
b) paisagismo urbano;
c) trânsito, transporte e mobilidade urbana;
d) acessibilidade;
e) transporte coletivo;
f) meio ambiente e preservação ambiental;
g) obras e posturas municipais;
h) tributos e benefícios fiscais;
i) turismo e desenvolvimento regional;
j) outras matérias de relevante interesse público, assim reconhecidas pela Comissão.
§ 9º Optando-se pela realização de audiência pública, sua realização não será dispensada em razão da tramitação em regime de urgência ou de convocação de sessão legislativa extraordinária, devendo o Presidente da Câmara, em conjunto com o Presidente da Comissão, adotar as medidas necessárias à sua efetivação.
§ 10. A inscrição de oradores poderá ser realizada previamente ou no início da audiência pública, assegurada a participação equitativa dos interessados, na forma definida no edital de convocação.
§ 11. A audiência pública poderá contar com participação remota da população, por meio de plataformas digitais, assegurada a identificação dos participantes e a integridade das manifestações.
§ 12. Caberá ao Presidente da Comissão assegurar a ordem dos trabalhos, podendo limitar intervenções que se afastem do tema em debate ou que comprometam o regular andamento da audiência.

Art. 81. As proposições que instituam códigos ou promovam alterações em seus dispositivos permanecerão disponíveis para consulta pública no sítio eletrônico da Câmara Municipal, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para recebimento de contribuições da sociedade, sem prejuízo do disposto no art. 83 deste Regimento.

Parágrafo único. Não se aplica às proposições de que trata este artigo o regime de urgência.

Art. 82. Nenhuma proposição será incluída na Ordem do Dia sem prévio parecer de Comissão e sua respectiva divulgação, inclusive por meios eletrônicos, ressalvados os seguintes casos:

I – veto, após decorrido o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da data de seu recebimento;

II – proposição em regime de urgência, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de sua distribuição às Comissões.

Parágrafo único. Em caso de relevante interesse público ou iminente perigo social, o Plenário poderá, mediante requerimento subscrito pela maioria absoluta dos membros da Casa e aprovado por 2/3 (dois terços) dos presentes, autorizar a inclusão da matéria na Ordem do Dia com a dispensa dos pareceres das comissões, desde que haja parecer verbal da Comissão de Constituição e Justiça emitido em plenário.

Art. 83. As reuniões das Comissões serão públicas, e suas atas e, sempre que possível, seus registros audiovisuais serão divulgados, inclusive por meios eletrônicos.

Seção III
Das Comissões Temporárias

Art. 84. As Comissões Temporárias destinam-se à apreciação de assuntos relevantes ou excepcionais, bem como à representação da Câmara, e serão compostas por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, ressalvadas as hipóteses de representação pessoal.

Art. 85. As comissões temporárias poderão ser:

I - especial;

II - parlamentar de inquérito;

III - de ética e decoro parlamentar;

IV - de representação externa;

V - representativa;

VI - processante.

§ 1º O Ato Normativo que instituir Comissão Temporária fixará seu prazo de funcionamento, admitida sua prorrogação, mediante solicitação fundamentada de seus membros e aprovação pelo Plenário.

§ 2º As Comissões Temporárias serão extintas:

I – com o cumprimento de sua finalidade;

II – com o término do prazo fixado para o seu funcionamento.

§ 3º Na composição das Comissões Temporárias será observado, tanto quanto possível, o critério da proporcionalidade partidária, ressalvada a hipótese de representação pessoal prevista neste artigo.

Art. 86. As Comissões Temporárias serão criadas e instituídas da seguinte forma:

I – Comissão Especial e de Representação Externa: por Ato da Presidência, mediante requerimento de qualquer Vereador ou da Mesa Diretora, aprovado pela maioria simples do Plenário;

II – Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI): por Ato da Presidência, mediante requerimento de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, cuja instalação é obrigatória desde que preenchidos os requisitos constitucionais;

III – Comissão de Ética e Decoro Parlamentar: por Resolução da Mesa, observadas as normas do Código de Ética;

IV – Comissão Representativa (Recesso): por Ato da Presidência, mediante indicação da Mesa na última sessão ordinária do período legislativo;

V – Comissão Processante: por Ato da Presidência, imediatamente após a deliberação do Plenário que receber a denúncia contra o Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou membros da Mesa Diretora, nos termos deste Regimento e da legislação federal.

Subseção I
Da Comissão Especial

Art. 87. A Comissão Especial é um órgão temporário e facultativo, que poderá ser constituída por ato do Presidente da Câmara, mediante deliberação do Plenário, para:

I – analisar matérias de alta complexidade ou relevância institucional, tais como propostas de emenda à Lei Orgânica, projetos de lei complementar ou reforma do Regimento Interno, quando assim deliberado pelo Plenário ou determinado pela Presidência;

II – tratar de matéria não compreendida na competência das Comissões Permanentes, desde que considerada relevante ou excepcional.

§ 1º As matérias previstas no inciso I deste artigo tramitarão ordinariamente pelas Comissões Permanentes da Casa, sendo a criação da Comissão Especial uma medida excepcional destinada a conferir maior celeridade ou aprofundamento técnico ao debate.

§ 2º As Comissões Especiais serão constituídas, observada, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária.

§ 3º Aplicam-se às Comissões Especiais, no que couber, as disposições deste Regimento relativas às Comissões Permanentes, quanto à sua composição, funcionamento e procedimentos.

§ 5º As Comissões Especiais terão prazo determinado para a conclusão de seus trabalhos, que se materializará em relatório final ou em proposição legislativa.

§ 6º O parecer ou relatório da Comissão Especial será publicado, comunicado aos Vereadores em Sessão Plenária e divulgado, inclusive por meios eletrônicos.

§ 7º Caso o relatório conclua pela necessidade de adoção de providências institucionais pela Câmara Municipal, a matéria será submetida à apreciação do Plenário na primeira sessão subsequente à sua publicação.

§ 8º Aplicam-se ao Presidente da Comissão Especial, no que couber, as atribuições previstas neste Regimento para o Presidente das Comissões.

§ 9º A Comissão Especial poderá promover audiências públicas, consultas públicas e diligências, com vistas à adequada instrução das matérias sob sua análise.

§ 10º Para o desempenho de suas atribuições, a Comissão Especial poderá requisitar apoio técnico e administrativo dos órgãos da Câmara Municipal.

Subseção II
Da Comissão Parlamentar de Inquérito

Art. 88. A Câmara Municipal, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos da Lei Orgânica do Município, para apuração de fato determinado e por prazo certo, com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica ou social do Município, devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá atuar durante o recesso legislativo e terá prazo de 120 (cento e vinte) dias para conclusão de seus trabalhos, prorrogável por até 60 (sessenta) dias, mediante deliberação do Plenário.

§ 3º A Comissão será composta por 3 (três) Vereadores titulares e 3 (três) suplentes, que atuarão nos impedimentos e ausências dos titulares.

§ 4º O primeiro signatário do requerimento integrará automaticamente a Comissão, computando-se sua participação para fins de proporcionalidade partidária.

§ 5º Preenchidos os requisitos do caput, caberá ao Presidente da Câmara:

I – verificar o atendimento aos requisitos formais do requerimento, especialmente quanto à caracterização de fato determinado;

II – promover a instalação da Comissão no prazo de até 5 (cinco) dias úteis;

III – assegurar os meios técnicos, operacionais e administrativos necessários ao funcionamento da Comissão;

IV – declarar a extinção da Comissão que não se instalar no prazo previsto no inciso II, sem prejuízo de nova constituição.

§ 6º Instalada a Comissão, em sua primeira reunião:

I – serão eleitos, dentre os membros titulares, o Presidente e o Vice-Presidente;

II – será designado Relator pelo Presidente da Comissão;

III – será aprovado o plano ou cronograma de trabalho, admitida a aplicação subsidiária das normas do Código de Processo Penal, no que couber.

§ 7º Compete ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito:

I – convocar e presidir as reuniões;

II – dirigir os trabalhos e zelar pela sua regularidade;

III – qualificar e compromissar depoentes;

IV – requisitar documentos, informações, servidores e diligências;

V – convocar testemunhas e determinar a oitiva de investigados;
VI – representar a Comissão;
VII – proferir voto de desempate;
VIII – requerer ao Plenário a prorrogação do prazo de funcionamento.
§ 8º No exercício de suas atribuições, a Comissão deverá assegurar o contraditório e a ampla defesa e poderá:
I – ouvir investigados e testemunhas;
II – determinar diligências;
III – requisitar informações e documentos;
IV – requerer a convocação de Secretários Municipais ou autoridades equivalentes;
V – praticar os atos necessários ao esclarecimento dos fatos.
§ 9º A Comissão poderá requisitar apoio técnico e jurídico dos órgãos da Câmara Municipal.
§ 10. Investigados e testemunhas serão intimados por servidores designados da Câmara Municipal, por via postal com aviso de recebimento (AR) ou, subsidiariamente, por meio eletrônico que assegure a certeza da ciência do destinatário, observada a legislação aplicável.
§ 11. Membros da Comissão e servidores poderão ser designados para a realização de diligências externas.
§ 12. Ao término dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado, que será publicado e divulgado, inclusive por meios eletrônicos, e encaminhado:
I – à Mesa, para providências de sua competência;
II – às Comissões Permanentes competentes, para eventual elaboração de proposições;
III – ao Ministério Público, quando houver indícios de ilícitos penais ou atos de improbidade administrativa;
IV – ao Poder Executivo, para adoção de providências administrativas cabíveis;
V – à Comissão Permanente pertinente, para acompanhamento das medidas decorrentes.
§ 13. As remessas previstas nos incisos II e III do § 12 serão realizadas pelo Presidente da Câmara no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
§ 14. O relatório deverá consignar, inclusive, as diligências realizadas e aquelas não efetivadas, com a devida justificativa.
§ 15. Não será admitida Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de matéria coberta por decisão judicial transitada em julgado, nem para interferir no exercício da função jurisdicional.
§ 16. Esgotado o prazo de funcionamento sem apresentação do relatório final, a Comissão será automaticamente extinta.
§ 17. Aplicam-se subsidiariamente às Comissões Parlamentares de Inquérito, no que couber, as normas da legislação federal e do Código de Processo Penal.

Subseção III
Da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

Art. 89. A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar tem por finalidade apurar, instruir e emitir parecer conclusivo sobre atos de Vereador que possam caracterizar violação à ética, ao decoro parlamentar ou à dignidade do Poder Legislativo Municipal e de seus membros, encaminhando suas conclusões à Mesa Diretora, observado o procedimento específico previsto neste Regimento.
Parágrafo único. Compete ainda à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos da Lei Orgânica do Município e deste Regimento Interno, atuando na preservação da dignidade do mandato parlamentar e do regular funcionamento da Câmara Municipal.

Subseção IV
Da Comissão de Representação

Art. 90. As Comissões de Representação têm por finalidade representar a Câmara Municipal em atos externos e serão constituídas por iniciativa da Mesa Diretora ou mediante requerimento de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.
§ 1º Compete ao Presidente da Câmara designar os membros da Comissão, observado, sempre que possível, o critério da proporcionalidade partidária.
§ 2º As Comissões de Representação serão compostas por até 5 (cinco) Vereadores, dentre os quais será eleito o respectivo Presidente.
§ 3º As Comissões de Representação extinguir-se-ão com a conclusão dos atos que motivaram sua constituição.
§ 4º Encerrados os trabalhos, o Presidente da Comissão apresentará relatório circunstanciado ao Plenário, por escrito, contendo a descrição das atividades realizadas, as conclusões e as assinaturas de seus membros.
§ 5º Eventuais despesas decorrentes da atuação da Comissão deverão ser devidamente justificadas e discriminadas no relatório final, observadas as normas administrativas e orçamentárias aplicáveis.
§ 6º A atuação da Comissão de Representação deverá restringir-se à finalidade que motivou sua constituição, vedada a utilização para fins estranhos ao interesse institucional da Câmara Municipal.

Subseção V
Da Comissão Representativa

Art. 91. A Comissão Representativa é o órgão de representação e atuação da Câmara Municipal durante o recesso legislativo, sendo integrada pelo Presidente da Câmara e por mais 2 (dois) Vereadores, designados pela Mesa Diretora na última Sessão Plenária Ordinária de cada sessão legislativa.
§ 1º Os membros escolhidos para a Comissão Representativa atuarão exclusivamente durante o período de recesso para o qual foram designados, cessando suas funções com o reinício dos trabalhos legislativos ordinários.
§ 2º A Presidência da Comissão Representativa será exercida pelo Presidente da Câmara, que será substituído, em seus impedimentos e ausências, pelos demais membros da Mesa Diretora, na ordem regimental.
§ 3º É vedada a participação de membros da Mesa Diretora na Comissão Representativa, exceto para substituição do Presidente, na forma do § 2º deste artigo.
§ 4º Aos Vereadores que não integrem a Comissão Representativa é facultada a participação em suas reuniões, com direito à palavra, vedado o voto.
§ 5º Aplicam-se à Comissão Representativa, no que couber, as disposições deste Regimento relativas às Comissões Permanentes.
Art. 92. Compete à Comissão Representativa:
I – zelar pelas prerrogativas da Câmara Municipal, enquanto Poder Legislativo, e pela observância da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município e deste Regimento Interno;
II – convocar, por deliberação da maioria de seus membros, Secretários Municipais ou autoridades equivalentes para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos de extrema urgência e previamente determinados;
III – autorizar o Prefeito a ausentar-se do Estado ou do País, quando a ausência exigir autorização nos termos da Lei Orgânica do Município;
IV – receber e protocolizar pedidos de licença de Vereador, encaminhando-os para a Mesa Diretora ou ao Plenário, ressalvados os casos de licença para tratamento de saúde, que serão homologados de ofício;
V – dar posse a suplente de Vereador, nos casos de vacância ou licença superior a 120 (cento e vinte) dias, quando a convocação ocorrer durante o recesso parlamentar;
VI – zelar pela continuidade dos serviços administrativos essenciais da Câmara Municipal, em conjunto com o Presidente, nas situações de urgência e excepcionalidade;
VII – exercer a fiscalização e o controle externo da Administração Pública Municipal, nos limites de sua atuação durante o recesso;
VIII – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas;
IX – designar Vereador para representar a Câmara em atos ou eventos de interesse institucional;
X – convocar Sessão Legislativa Extraordinária, nos termos deste Regimento Interno.
Parágrafo único. Durante a realização de Sessão Legislativa Extraordinária, fica suspensa a atuação da Comissão Representativa, com o restabelecimento das atividades da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes.

Subseção VI
Da Comissão Processante

Art. 93. A Comissão Processante será constituída para instruir processos destinados à apuração e julgamento das seguintes matérias:
I – infrações político-administrativas praticadas por:
a) Prefeito;
b) Vereador;
II – destituição de membro da Mesa Diretora.
§ 1º Nas hipóteses dos incisos I e II, a constituição, o funcionamento, as atribuições e os prazos da Comissão Processante observarão a legislação federal aplicável, especialmente o Decreto-Lei nº 201, de 1967, bem como o previsto neste Regimento, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
§ 2º Os membros da Comissão Processante serão designados de forma a garantir, tanto quanto possível, a imparcialidade na condução dos trabalhos, vedada a participação de Vereador que esteja diretamente envolvido no fato objeto da apuração.
§ 4º Aplicam-se à Comissão Processante, as disposições previstas na legislação federal, bem como, no que couber, as normas relativas às Comissões, previstas neste Regimento Interno.

Capítulo V
DA SECRETARIA DA CÂMARA

Art. 94. A Secretaria da Câmara Municipal é o órgão responsável pela execução dos serviços administrativos, legislativos e de apoio institucional do Poder Legislativo, compreendendo o conjunto de seus servidores e das unidades administrativas que integram a estrutura organizacional da Casa.
§ 1º A Secretaria funcionará sob a supervisão, coordenação e controle da Mesa Diretora, sendo sua estrutura organizacional, unidades administrativas e quadro de pessoal definidos em lei específica.
§ 2º Os procedimentos operacionais e as rotinas diárias das unidades administrativas de que trata o § 1º serão disciplinados por Ato da Mesa Diretora, observadas as competências fixadas na legislação organizacional vigente.
§ 3º As interpelações, pedidos de informação ou questionamentos de Vereadores acerca dos serviços administrativos da Secretaria serão dirigidos à Mesa Diretora, por intermédio da Presidência, formalizados por meio eletrônico.
§ 4º A resposta da Mesa Diretora será formulada e encaminhada ao Vereador solicitante no prazo máximo de 15 (quinze) dias, salvo motivo de força maior ou complexidade técnica da matéria, devidamente justificado por escrito.
§ 5º Decorrido o prazo de que trata o § 4º sem a prestação das informações solicitadas ou sem a devida justificativa de prorrogação, o Vereador poderá requerer a intervenção do Plenário para a adoção das providências cabíveis.

Capítulo VI
DO PLENÁRIO

Art. 95. O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara Municipal, constituído pela reunião dos Vereadores no exercício do mandato, na forma e com o quórum legal para deliberar.
§ 1º A reunião dos Vereadores, na forma prevista neste artigo, denomina-se Sessão Plenária.
§ 2º As Sessões Plenárias realizar-se-ão na sede da Câmara Municipal, observado, no que couber, o disposto no art. 3º deste Regimento.
Art. 96. Compete ao Plenário deliberar sobre as matérias de competência da Câmara Municipal, nos termos da Lei Orgânica do Município e deste Regimento Interno.
Art. 97. As deliberações do Plenário, observado o quórum mínimo de maioria absoluta para abertura da Sessão, serão tomadas:
I – por maioria simples, quando exigido o voto favorável da maioria dos Vereadores presentes;
II – por maioria absoluta, quando exigido o voto favorável da maioria dos membros da Câmara Municipal;
III – por maioria qualificada, quando exigido o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.
§ 1º Não havendo exigência de maioria absoluta ou qualificada na Lei Orgânica do Município ou neste Regimento Interno, as deliberações serão tomadas por maioria simples.
§ 2º O voto de desempate do Presidente da Câmara será exercido nas deliberações por maioria simples e por maioria absoluta.

Título III
DAS SESSÕES PLENÁRIAS

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 98. As Sessões da Câmara Municipal classificam-se em:
I – de Instalação, conforme o disposto no art. 7º deste Regimento;
II – Ordinárias, realizadas semanalmente, em dias e horários fixados em Ato próprio da Mesa Diretora, garantida a ampla divulgação nos canais oficiais da Câmara;
III – Extraordinárias, quando realizadas em dia ou horário diverso dos fixados para as Sessões Ordinárias;
IV – Solenes;
V – Especiais, destinadas a finalidades específicas não compreendidas nas demais modalidades previstas neste Regimento;
VI – Descentralizadas, realizadas fora da sede da Câmara Municipal, com o objetivo de ampliar o acesso da população às atividades legislativas.
§ 1º As Sessões da Câmara Municipal serão realizadas, preferencialmente, de forma presencial, podendo ocorrer, excepcionalmente, de forma virtual ou híbrida, mediante justificativa fundamentada e aprovação do Plenário.
§ 2º Considera-se:
I – sessão presencial: aquela realizada com a presença física dos Vereadores no recinto da Câmara;
II – sessão virtual: aquela realizada integralmente por meio de sistema eletrônico;
III – sessão híbrida: aquela realizada com a presença física de parte dos Vereadores e participação remota de outros.
§ 3º A realização de sessões virtuais ou híbridas não poderá ocorrer de forma habitual, devendo ser preservada a presencialidade como regra de funcionamento do Poder Legislativo.
§ 4º O sistema eletrônico utilizado deverá assegurar:
I – a identificação segura dos Vereadores;
II – a publicidade dos atos;
III – a transparência das votações;
IV – o registro integral da sessão.
Art. 99. O acesso ao recinto do Plenário, durante as Sessões, é restrito às seguintes pessoas:
I – Vereadores;
II – servidores da Câmara Municipal, quando em serviço, no apoio às atividades legislativas ou à Mesa Diretora;
III – autoridades, convidados oficiais e demais pessoas autorizadas pela Mesa Diretora.
§ 1º É assegurado o acesso do público às dependências destinadas à assistência, observadas as condições estabelecidas neste Regimento.
§ 2º O público presente deverá:
I – estar adequadamente trajado;
II – não portar armas de qualquer espécie;
III – manter comportamento compatível com a dignidade do recinto;
IV – respeitar os Vereadores e as autoridades presentes;
V – atender às determinações da Presidência.
§ 3º É admitida a manifestação do público presente, desde que realizada de forma respeitosa, moderada e sem prejuízo ao regular andamento dos trabalhos, cabendo ao Presidente da Sessão zelar pela ordem e, se necessário, restringi-la ou suspendê-la.
§ 4º A Câmara Municipal poderá destinar parte da Sessão à realização de homenagens, comemorações ou recepção de autoridades ou personalidades, observada a ordem dos trabalhos.
Art. 100. Durante a Sessão, além dos Vereadores, poderão, excepcionalmente, mediante autorização da Mesa Diretora, usar da palavra:
I – visitantes recepcionados ou homenageados;
II – o Prefeito, quando convocado ou quando solicitar a palavra;
III – Secretários Municipais ou autoridades equivalentes, quando convocados ou quando solicitarem a palavra.
IV – cidadãos previamente inscritos junto à Secretaria da Câmara, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da Sessão, quando autorizados pela Mesa Diretora.
§ 1º O orador submeter-se-á às seguintes normas:
I – falará de pé, exceto o Presidente, e, por motivo de enfermidade, poderá obter permissão para falar sentado;
II – dirigir-se-á ao Presidente ou ao Plenário;

III – dará ao Presidente e aos demais Vereadores o tratamento de "Vossa Excelência".
§ 2º O orador não poderá ser interrompido, salvo para:
I – formulação de questão de ordem;
II – apartes, nas hipóteses admitidas neste Regimento, inclusive quanto ao tempo de fala;
III – requerimento de prorrogação da Sessão.
Art. 101. A Sessão poderá ser suspensa:
I – pelo Presidente:
a) para manutenção da ordem;
b) para ouvir comissão;
c) em razão de visita de convidados oficiais ou de pessoas ilustres, exceto durante a Ordem do Dia;
d) por falta de quórum;
e) em cumprimento de ordem judicial;
II – por deliberação do Plenário, a requerimento de Vereador, por motivo de interesse público.
§ 1º A suspensão prevista na alínea "a" do inciso I poderá ser determinada por tempo indeterminado, não se computando na duração da Sessão.
§ 2º O pedido de suspensão formulado por Vereador, nas hipóteses de competência do Presidente, será por este decidido de plano.
§ 3º A suspensão deliberada pelo Plenário, nos termos do inciso II, terá duração máxima de 30 (trinta) minutos, computando-se o respectivo tempo no período de duração da Sessão.
Art. 102. As Sessões poderão ser prorrogadas, conforme descreve o art. 129 e seus parágrafos.
§ 1º A prorrogação destinar-se-á exclusivamente à conclusão da discussão e votação da matéria em apreciação.
§ 2º Os requerimentos de prorrogação somente poderão ser formulados com a finalidade prevista no § 1º deste artigo.
Art. 103. Qualquer cidadão poderá assistir às Sessões, desde que não perturbe a ordem dos trabalhos, sendo vedada qualquer forma de interpelação aos Vereadores.
§ 1º O Presidente poderá determinar a retirada de qualquer pessoa que perturbe a ordem, bem como, se necessário, a evacuação do recinto destinado ao público.
§ 2º Não haverá Sessão secreta.
§ 3º Será assegurada ampla publicidade às Sessões, especialmente por meios eletrônicos, garantindo-se a divulgação prévia da pauta e posterior dos atos e deliberações, bem como o acesso da imprensa.
Art. 104. Para os efeitos legais, considerar-se-á presente à Sessão Plenária o Vereador que efetuar registro eletrônico de presença até o início da Ordem do Dia e participar dos trabalhos do Plenário e das votações.
§ 1º O registro de presença será realizado por meio de sistema eletrônico oficial da Câmara Municipal, apto a identificar o parlamentar de forma individualizada, com indicação de data e horário, asseguradas a integridade e a autenticidade dos dados.
§ 2º O registro de presença será encerrado pelo Presidente no início da Ordem do Dia, competindo ao Primeiro Secretário verificar e consignar em ata o nome dos Vereadores ausentes.
§ 3º Ao final da Sessão Plenária, o Primeiro Secretário registrará em ata o nome dos Vereadores que, embora tenham registrado presença, tenham se ausentado antes do encerramento da Ordem do Dia ou deixado de participar das respectivas votações.
§ 4º A verificação de presença poderá ser requerida por qualquer Vereador, a qualquer momento da Sessão, sendo o resultado apurado mediante consulta ao sistema eletrônico e imediatamente proclamado pelo Presidente.
§ 5º Os registros eletrônicos de presença deverão ser publicados no Portal da Transparência da Câmara Municipal, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da Sessão, assegurado o livre acesso ao público.
§ 6º Na hipótese de indisponibilidade técnica do sistema eletrônico, o registro será realizado por meio físico, devendo os dados ser digitalizados e inseridos no sistema oficial no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, com a devida certificação da ocorrência.
§ 7º A presença em Sessão Solene ou Especial será igualmente registrada por meio eletrônico, aplicando-se, no que couber, as disposições deste artigo.
§ 8º As Sessões Plenárias da Câmara Municipal serão transmitidas, ao vivo, por meio da internet, em canal oficial do Poder Legislativo, assegurada, sempre que possível, a gravação e a disponibilização do respectivo conteúdo para acesso público.
§ 9º Os procedimentos para gravação, armazenamento, preservação e disponibilização das gravações das Sessões Plenárias observarão o seguinte:
I – todas as Sessões Plenárias e demais reuniões cuja gravação seja exigida por este Regimento, inclusive reuniões das comissões, serão registradas integralmente, em formato digital compatível com sua preservação, autenticidade, integridade e reprodução;
II – as gravações digitais constituem documento oficial da Câmara Municipal e integrarão o acervo documental do Poder Legislativo;
III – compete conjuntamente ao Setor de Áudio e Vídeo e ao Setor de Informática realizar a gravação, o armazenamento, a organização, a preservação, a manutenção da integridade dos arquivos digitais e a adoção de rotinas de cópias de segurança (backup);
IV – as gravações serão armazenadas em sistema eletrônico oficial da Câmara Municipal, com mecanismos de segurança destinados a garantir sua autenticidade, integridade, disponibilidade e recuperação, vedada a exclusão ou alteração não autorizada;
V – as gravações permanecerão arquivadas pelo prazo mínimo previsto na legislação arquivística aplicável e na Tabela de Temporalidade de Documentos da Câmara Municipal, observado, quando cabível, o recolhimento para guarda permanente;
VI – o acesso às gravações será assegurado por meio do Portal da Câmara Municipal ou de outro meio eletrônico oficial, observado o disposto na Lei de Acesso à Informação, na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e nas demais normas aplicáveis;
VII – na impossibilidade técnica de disponibilização eletrônica, qualquer interessado poderá requerer acesso ou cópia das gravações, observadas as normas de transparência, proteção de dados pessoais e preservação do acervo documental;
VIII – verificada falha técnica que comprometa total ou parcialmente a gravação da Sessão, o fato será certificado pelo Setor de Áudio e Vídeo e comunicado imediatamente à Presidência, para as providências cabíveis, sem prejuízo da validade dos atos legislativos regularmente praticados, quando preservados por outros meios oficiais de registro.
IX – as especificações técnicas relativas ao formato dos arquivos, aos procedimentos de armazenamento, às rotinas de backup, à preservação digital, à migração tecnológica e aos mecanismos de segurança da informação poderão ser disciplinadas em ato da Mesa Diretora, observadas as normas arquivísticas e de gestão documental aplicáveis.

Capítulo II
DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 105. A Câmara Municipal realizará Sessões Plenárias Ordinárias, independentemente de convocação, nos dias e horários fixados em Ato da Mesa Diretora, destinadas ao desenvolvimento regular dos trabalhos legislativos, na forma deste Regimento Interno.
§ 1º O Ato da Mesa Diretora que fixar o calendário das Sessões Ordinárias será publicado oficialmente e amplamente divulgado nos canais eletrônicos da Câmara Municipal, permanecendo em vigor até que seja expressamente alterado por novo Ato.
§ 2º Ocorrendo feriado, ponto facultativo ou necessidade justificada de alteração da data, a Sessão Ordinária será realizada, preferencialmente, no primeiro dia útil subsequente, ou em outra data designada por Ato Presidencial, mediante prévia comunicação aos Vereadores e ampla divulgação pública.
Art. 106. As Sessões Plenárias Ordinárias iniciar-se-ão com a presença de, no mínimo, a maioria absoluta dos Vereadores, verificada por meio do sistema eletrônico, ou, na impossibilidade, subsidiariamente, por chamada nominal.
§ 1º Não havendo número legal, o Presidente aguardará até 15 (quinze) minutos.
§ 2º Persistindo a ausência de quórum, o Presidente declarará encerrada a Sessão, determinando a lavratura de ata negativa, na qual constarão os nomes dos Vereadores presentes, bem como o despacho dos documentos constantes do Expediente.

§ 3º Para fins de registro de comparecimento, considerar-se-á a participação efetiva do Vereador nos trabalhos da Sessão, observando-se que:
I – não será considerado presente o Vereador que apenas registrar presença e não participar da Ordem do Dia e das respectivas votações;
II – o sistema eletrônico deverá registrar, além da identificação do Vereador, o horário de eventual saída antecipada da Sessão;
III – não será admitido o registro de presença, para fins de comparecimento, ao Vereador que ingressar na Sessão após o encerramento da Ordem do Dia;
IV – no início dos trabalhos, o Presidente declarará a abertura da Sessão mediante a verificação do quórum registrado no sistema eletrônico oficial, procedendo-se à chamada nominal em voz alta apenas em caso de indisponibilidade técnica do sistema ou para a confirmação de ausências;
§ 4º À hora regimental, verificado o quórum, o Presidente declarará aberta a Sessão.
§ 5º Consideram-se Sessões Plenárias Ordinárias aquelas realizadas nos termos deste Regimento, computando-se a ausência dos Vereadores ainda que, por falta de quórum, não se realize a Ordem do Dia.
§ 6º Não poderá ser realizada mais de uma Sessão Plenária Ordinária por dia.
§ 7º Durante as Sessões, além dos Vereadores, permanecerão no recinto do Plenário, a critério do Presidente, os servidores necessários ao regular andamento dos trabalhos.
§ 8º A convite do Presidente, por iniciativa própria ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão assistir aos trabalhos, no recinto do Plenário, autoridades públicas e personalidades, bem como representantes da imprensa, devidamente credenciados.
§ 9º Durante as Sessões, poderão usar da palavra os Vereadores e, nos termos deste Regimento Interno, os visitantes, autoridades e cidadãos autorizados.
Art. 107. Quando houver orador na Tribuna, o Vereador somente poderá solicitar a palavra para:
I – requerer prorrogação da Sessão;
II – formular questão de ordem;
III – aparteá-lo, nas hipóteses admitidas neste Regimento Interno.

Seção II
Do Quórum

Art. 108. Quórum é o número mínimo de Vereadores presentes necessário para a realização de Sessão Plenária, reunião de Comissão ou deliberação.
Parágrafo único. Para a abertura da Sessão Plenária e para a deliberação, exige-se a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, salvo disposição em contrário prevista na Lei Orgânica do Município ou neste Regimento Interno.
Art. 109. As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria de votos, desde que presente a maioria absoluta dos Vereadores, salvo as hipóteses que exijam quórum qualificado.
§ 1º Dependerá do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal a aprovação:
I – das leis concernentes a:
a) plano diretor do Município;
b) alienação de bens imóveis do Município;
c) concessão de honrarias;
d) concessão de moratória, privilégios e remissão de dívida;
II – da rejeição de parecer prévio do Tribunal de Contas;
III – da aprovação de proposta para mudança de nome do Município;
IV – da mudança de local de funcionamento da Câmara;
V – da destituição de membros da Mesa;
VI – da representação contra o Prefeito;
VII – da cassação do mandato do Prefeito, conforme legislação federal;
VIII – da alteração da Lei Orgânica do Município, observado o rito próprio.
§ 2º Dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal a aprovação:
I – das leis concernentes a:
a) Código Tributário Municipal;
b) denominação de próprios e logradouros públicos;
c) rejeição de veto do Prefeito;
d) zoneamento e uso do solo;
e) Código de Edificações e Obras;
f) Código de Posturas;
II – do Regimento Interno da Câmara Municipal.
§ 3º As demais matérias dependerão do voto favorável da maioria simples dos Vereadores presentes à Sessão, desde que presente a maioria absoluta de seus membros.
§ 4º As votações serão realizadas na forma estabelecida neste Regimento Interno.
§ 5º As deliberações serão tomadas em voto público e aberto.
§ 6º Estará impedido de votar o Vereador que tiver interesse direto na matéria, ou cujo cônjuge ou parente, consanguíneo ou por afinidade, até o terceiro grau, tenha interesse direto na deliberação.
§ 7º Será nula a votação realizada em desacordo com a Lei Orgânica do Município ou com este Regimento Interno.
Art. 110. A verificação de quórum será realizada pelo Presidente, de ofício ou mediante requerimento de Vereador, antes das deliberações e sempre que necessário.
Parágrafo único. Verificada a inexistência de quórum durante a Ordem do Dia, o Presidente suspenderá os trabalhos pelo prazo de até 5 (cinco) minutos e, persistindo a ausência, declarará encerrada a Sessão.

Seção III
Das Partes da Sessão Plenária Ordinária

Art. 111. A Sessão Plenária Ordinária divide-se nas seguintes partes:
I – Abertura, compreendendo:
a) verificação de quórum;
b) declaração de abertura da Sessão, com indicação do dia e da hora;
c) proferimento de oração, facultativa;
d) apreciação da ata da Sessão anterior, com duração de até 10 (dez) minutos;
II – Expediente, destinado à leitura das matérias, compreendendo:
a) matérias recebidas do Poder Executivo;
b) matérias recebidas de terceiros;
c) matérias apresentadas pelos Vereadores;
III – Grande Expediente;
IV – Ordem do Dia;
V – Explicações Pessoais;
VI – Encerramento, compreendendo o anúncio do término da Sessão e a convocação para a próxima, com indicação do dia e horário de sua realização.
§ 1º O Grande Expediente é o espaço destinado à manifestação dos Vereadores sobre assuntos de interesse público, com duração total de até 30 (trinta) minutos. Caso o número de Vereadores inscritos exceda a 6 (seis), o tempo total de 30 (trinta) minutos será dividido de forma proporcional e igualitária entre todos os inscritos daquela Sessão.
§ 2º A Ordem do Dia é a parte destinada à apreciação das matérias sujeitas à deliberação, sendo iniciada com nova verificação de quórum e tendo preferência sobre as demais fases da Sessão, até o esgotamento da pauta ou o término do tempo regimental.
§ 3º As Explicações Pessoais destinam-se à manifestação dos Vereadores sobre atitudes ou posicionamentos assumidos durante a Sessão, dispondo cada orador de até 5 (cinco) minutos, sendo vedados apartes e desvios de finalidade.

Subseção I
Da Duração dos Discursos

Art. 112. Aos Vereadores serão assegurados os seguintes prazos individuais para uso da palavra:
I – 5 (cinco) minutos para apresentar retificação ou impugnação;
II – 15 (quinze) minutos para uso da palavra no Grande Expediente;
III – 5 (cinco) minutos para exposição de requerimento de urgência especial;
IV – durante a Ordem do Dia:
a) 15 (quinze) minutos para discussão de projeto em primeira discussão;
b) 10 (dez) minutos para discussão de projeto em segunda discussão;
c) 10 (dez) minutos para discussão da redação final;
d) 10 (dez) minutos para discussão de requerimentos sujeitos a debate;
e) 3 (três) minutos para questão de ordem;
f) 3 (três) minutos para aparte;

g) 5 (cinco) minutos para encaminhamento de votação ou justificação de voto;
V – 5 (cinco) minutos para uso da palavra em Explicações Pessoais.
§ 1º A palavra será concedida aos Vereadores conforme a ordem de inscrição, vedada nova inscrição na mesma fase da Sessão.
§ 2º O Vereador poderá ceder sua inscrição no Grande Expediente ao Vereador subsequente inscrito, exclusivamente para conclusão de assunto de relevante interesse público, hipótese em que o tempo cedido será reduzido pela metade.
§ 3º O Vereador que ceder sua inscrição perderá o direito ao uso do tempo remanescente.
§ 4º O aparte dependerá da anuência do orador e será computado no tempo da manifestação.
§ 5º Nas Explicações Pessoais, o uso da palavra dependerá de prévia inscrição ou requerimento, observado o prazo previsto no inciso V deste artigo.
§ 6º Compete ao Primeiro-Secretário realizar o controle da ordem das manifestações e dos respectivos prazos regimentais.
§ 7º Os prazos previstos neste artigo não prevalecerão quando houver disposição regimental específica em sentido diverso.
§ 8º O controle do tempo das manifestações será realizado por sistema eletrônico de cronometragem, inclusive com exibição em painel ou outro meio digital.
§ 9º O Plenário poderá, mediante requerimento aprovado pela maioria simples, prorrogar os prazos de discussão previstos neste artigo, quando a relevância da matéria assim exigir.

Subseção II
Da Pauta

Art. 113. As matérias constantes da Ordem do Dia serão disponibilizadas aos Vereadores, por meio eletrônico, com antecedência de 5 (cinco) horas à realização da Sessão.

Subseção III
Da Ordem do Dia

Art. 114. A Ordem do Dia destina-se à discussão e votação de:
I – requerimentos, moções e recursos cuja deliberação seja de competência do Plenário;
II – proposições devidamente instruídas pelas comissões, com os respectivos pareceres.
Parágrafo único. As matérias constantes da Ordem do Dia, acompanhadas das respectivas proposições, justificativas e pareceres, deverão ser disponibilizadas aos Vereadores e à comunidade, por meio eletrônico, com antecedência mínima de 5 (cinco) horas da realização da Sessão Plenária, ressalvadas as hipóteses de Sessão Extraordinária convocada em regime de urgência.
Art. 115. A instalação da Ordem do Dia dependerá da presença da maioria absoluta dos Vereadores.
Parágrafo único. Não verificado o quórum regimental, o Presidente aguardará até 5 (cinco) minutos para nova verificação, antes de suspender ou encerrar os trabalhos.
Art. 116. A organização da pauta da Ordem do Dia obedecerá à seguinte classificação:
I – Matérias de controle institucional e jurídico:
a) vetos;
b) recursos;
II – Proposições de iniciativa legislativa:
a) projetos de lei de iniciativa popular;
b) projetos de lei de iniciativa dos Vereadores;
c) projetos de lei de iniciativa do Prefeito, para os quais tenha sido solicitada urgência;
d) projetos de lei de iniciativa do Prefeito, sem solicitação de urgência;
III – Proposições normativas e acessórias:
a) substitutivos;
b) projetos de resolução;
c) projetos de decreto legislativo;
IV – Matérias de deliberação simples:
a) requerimentos, quando for o caso;
b) moções;
V – Expedientes e comunicações:
a) comunicações e expedientes de outros órgãos e entidades.
§ 1º Se necessário, a Ordem do Dia poderá conter item único no caso de discussão e votação de proposição sujeita a rito especial.
§ 2º O projeto de lei em regime de urgência e o veto, quando vencidos os prazos de tramitação, sobrepor-se-ão às demais matérias da Ordem do Dia, impedindo a deliberação das demais proposições até sua apreciação final.
§ 3º Caberá ao Presidente da Câmara organizar a Ordem do Dia das Sessões Plenárias Ordinárias, observados os critérios definidos neste Regimento.
§ 4º A requerimento de Vereador ou por iniciativa própria, o Presidente determinará a retirada da Ordem do Dia de matéria que tenha tramitado ou sido distribuída em desacordo com as disposições regimentais.
§ 5º O Presidente de comissão poderá requerer a retirada da Ordem do Dia de matéria sujeita à apreciação da comissão e que não lhe tenha sido regularmente distribuída.
Art. 117. A Ordem do Dia poderá ser modificada pela Mesa Diretora, com aprovação do Plenário, no caso de:
I – adiamento de votação ou concessão de vista, na forma prevista neste Regimento;
II – inserção de projetos em regime de urgência;
III – inversão da pauta, mediante aprovação do Plenário;
IV – cumprimento de decisão judicial com efeitos sobre a tramitação de matéria legislativa.

Subseção IV
Da Discussão

Art. 118. A discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário.
§ 1º Os Projetos de Lei serão submetidos, como regra, a duas discussões.
§ 2º Os Projetos de Resolução e os Projetos de Decreto Legislativo serão submetidos a uma única discussão.
§ 3º Os requerimentos, moções e demais proposições de natureza simples serão submetidos a uma única discussão, quando houver necessidade de deliberação em Plenário.
§ 4º O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses de regime de rito especial previstas neste Regimento, observados os limites e prazos intransponíveis estabelecidos na Lei Orgânica do Município.

Subseção V
Da Votação

Art. 119. A votação é a fase de deliberação plenária das matérias.
§ 1º A votação será realizada, como regra geral, a forma nominal, por meio eletrônico, com registro individual do voto de cada Vereador.
§ 2º São modalidades de votação:
I – nominal eletrônica;
II – simbólica.
§ 3º O Presidente da Câmara somente votará na eleição da Mesa Diretora, nas votações que exijam quórum qualificado ou em caso de empate.
Art. 120. A votação simbólica será utilizada na impossibilidade de utilização do sistema eletrônico.
§ 1º Na votação simbólica, o Presidente solicitará aos Vereadores que se manifestem, sendo considerados favoráveis os que permanecerem sentados e contrários os que se levantarem.
§ 2º Proclamado o resultado, o Presidente declarará a aprovação ou rejeição da matéria, mencionando se a deliberação ocorreu por unanimidade ou por maioria de votos.
§ 3º Havendo dúvida quanto ao resultado proclamado, qualquer Vereador poderá requerer a verificação de votação.
§ 4º O resultado da votação simbólica será registrado em ata, indicando se a matéria foi aprovada ou rejeitada, com o registro nominal apenas dos Vereadores que fizerem questão de declarar formalmente o seu voto contrário.
Art. 121. A votação nominal será realizada por meio eletrônico, mediante registro individual do voto de cada Vereador, que manifestará sua posição por “sim” ou “não”.
§ 1º O resultado da votação nominal será registrado em sistema eletrônico próprio, com a identificação individual do voto de cada Vereador, e consignado em ata da sessão.

§ 2º A proposição rejeitada em Plenário somente poderá ser reapresentada na mesma Legislatura nos termos deste Regimento Interno.
§ 3º É vedada a abstenção de voto, devendo o Vereador presente manifestar-se favoravelmente ou contrariamente à matéria submetida à deliberação, ressalvadas as hipóteses de impedimento previstas neste Regimento Interno.

Subseção VI
Da Questão de Ordem

Art. 122. A questão de ordem é o instrumento destinado a dirimir dúvidas sobre a interpretação ou aplicação deste Regimento Interno durante os trabalhos legislativos.
§ 1º A questão de ordem deverá ser formulada de forma clara e objetiva, com indicação do dispositivo regimental que se pretende interpretar ou aplicar.
§ 2º Não será admitida questão de ordem que verse sobre o mérito da proposição em discussão ou votação, ou que não tenha pertinência com a fase dos trabalhos legislativos.
§ 3º O Vereador deverá solicitar a palavra "pela ordem" ou "questão de ordem", dispondo de até 3 (três) minutos para sua formulação, vedados apartes.
§ 4º A questão de ordem não poderá ser utilizada para manifestação de caráter pessoal, ofensivo ou desconectado do objeto regimental invocado.
Art. 123. A questão de ordem será decidida, de plano, pelo Presidente da Mesa, cabendo recurso ao Plenário mediante requerimento do Vereador proponente.
§ 1º A votação do recurso pelo Plenário dar-se-á:
I – de forma imediata, caso o Presidente decida a questão de plano na própria Sessão;
II – na Sessão Ordinária subsequente ao recebimento do parecer, na hipótese de envio do caso à Procuradoria Jurídica.
§ 2º Se a Questão de Ordem envolver matéria de alta complexidade jurídica ou regimental, o Presidente poderá suspender a decisão e encaminhar o caso à Procuradoria Jurídica da Câmara, que deverá emitir parecer técnico no prazo máximo de até 5 (cinco) dias.
§ 3º O parecer da Procuradoria Jurídica possui caráter opinativo, competindo ao Presidente proferir a decisão e, em caso de recurso, ao Plenário a deliberação final.
§ 4º As decisões proferidas em questões de ordem serão registradas em sistema eletrônico oficial da Câmara com sua fundamentação, para fins de consulta e padronização interpretativa, podendo constituir precedentes regimentais de caráter orientador.
Art. 124. Durante o uso da tribuna, somente será admitida questão de ordem para:
I – comunicar o descumprimento de prazo regimental pelo orador;
II – registrar que o orador mencionou indevidamente o nome de Vereador;
III – solicitar providências do Presidente diante de pronunciamento com conteúdo manifestamente injurioso ou ofensivo.
Parágrafo único. Não serão admitidas questões de ordem:
I – quando o Presidente estiver com a palavra, na direção dos trabalhos;
II – durante a votação;
III – durante a Ordem do Dia, salvo para questões estritamente regimentais;
IV – quando houver orador na tribuna, fora das hipóteses previstas neste artigo.

Subseção VII
Do Aparte

Art. 125. Aparte é a interrupção breve, oportuna e consentida do orador de tribuna, destinada a indagação, esclarecimento ou contestação.
§ 1º O aparte somente será permitido com a autorização do orador.
§ 2º O aparte será sempre breve, não podendo exceder 3 (três) minutos.
§ 3º Durante o aparte, não haverá suspensão da contagem do tempo do orador principal.
§ 4º O aparteante deverá permanecer em pé durante sua intervenção.
§ 5º O aparte concedido não poderá ser direcionado a outros Vereadores, devendo limitar-se ao diálogo com o orador da tribuna.
§ 6º O aparte não será registrado quando considerado anti-regimental ou utilizado em desacordo com as normas deste Regimento.
Art. 126. Não serão admitidos apartes:
I – à palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;
II – quando a palavra estiver sendo usada para declaração de voto;
III – durante a leitura ou discussão de ata;
IV – durante o uso da palavra para questão de ordem;
V – em sustentação de recurso;
VI – nas explicações pessoais;
VII – quando a palavra estiver sendo usada em fase em que o Regimento não admita interrupção.
§ 1º O aparte subordina-se às normas gerais do debate parlamentar, no que couber.
§ 2º É facultado ao orador negar a concessão de aparte.

Subseção VIII
Do Direito de Resposta

Art. 127. O Vereador que for nominalmente citado por outro Vereador durante o uso da tribuna poderá, mediante autorização do Presidente, exercer o direito de resposta, pelo prazo de 1 (um) minuto, vedada a réplica.

Subseção IX
Da Suspensão da Sessão

Art. 128. A Sessão Plenária poderá ser suspensa, por decisão do Presidente ou por deliberação do Plenário, nas seguintes hipóteses:
I – para manutenção da ordem;
II – para recepção de visitantes ilustres;
III – para ouvir comissão ou autoridade convocada;
IV – para homenagem póstuma ou manifestação de pesar;
V – por falta de quórum, nos termos deste Regimento.
§ 1º A suspensão da Sessão será decidida pelo Presidente, cabendo recurso imediato ao Plenário.
§ 2º O recurso será interposto por Vereador, que apresentará suas razões no prazo de 2 (dois) minutos, com deliberação imediata do Plenário.
§ 3º Não será admitida suspensão da Sessão durante a fase de votação da Ordem do Dia, salvo para manutenção da ordem ou ocorrência de fato que inviabilize a continuidade dos trabalhos.

Subseção X
Da Prorrogação da Sessão Plenária

Art. 129. A Sessão Plenária poderá ser prorrogada, por prazo não superior a 1 (uma) hora, para conclusão da discussão e votação de matéria constante da Ordem do Dia.
§ 1º A prorrogação poderá ser requerida verbalmente por Vereadores que representem, no mínimo, 1/3 (um terço) da composição da Câmara ou proposta pelo Presidente.
§ 2º O requerimento de prorrogação será submetido à deliberação do Plenário, sendo aprovado pela maioria dos presentes, dispensada discussão e encaminhamento.
§ 3º A prorrogação limitar-se-á à conclusão da matéria que motivou sua concessão, vedada nova ampliação do prazo**.**

Capítulo III
DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Art. 130. A Sessão Extraordinária será convocada pelo Presidente, de ofício ou mediante requerimento subscrito por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Vereadores ou por Comissão Representativa, destinando-se exclusivamente à apreciação de matéria relevante ou urgente, devidamente especificada no ato de convocação.
§ 1º A convocação para Sessão Extraordinária será realizada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo em caso de extrema urgência, mediante justificativa plausível, norteada pelo interesse público, mediante comunicação pelos meios oficiais da Câmara Municipal.
§ 2º Consideram-se meios oficiais de comunicação os sistemas institucionais adotados pela Câmara Municipal, incluindo o correio

eletrônico institucional e os aplicativos de mensagens oficialmente utilizados pelo Poder Legislativo.
§ 3º Considera-se realizada a convocação no dia seguinte ao do envio da comunicação pelos meios oficiais, desde que comprovada a respectiva remessa. **Se o dia seguinte ao do envio recair em dia não útil, considerar-se-á realizada a convocação no primeiro dia útil subsequente.**
§ 4º A convocação também poderá ser realizada pessoalmente ao Vereador ou ao respectivo Chefe de Gabinete, mediante comprovação de recebimento.
§ 5º A convocação realizada durante Sessão Plenária dispensa as formalidades previstas nos parágrafos anteriores, desde que conste em ata.
§ 6º É dever do Vereador acompanhar regularmente os meios oficiais de comunicação da Câmara Municipal, diariamente, bem como manter atualizados seus dados de contato, não podendo alegar desconhecimento de convocações ou comunicações regularmente encaminhadas na forma deste artigo.
Art. 131. A Sessão Extraordinária, observado o quórum regimental, será destinada exclusivamente à discussão e votação das matérias constantes do ato de convocação.
§ 1º Somente serão admitidas proposições diretamente relacionadas às matérias que motivaram a convocação.
§ 2º A pauta da Sessão Extraordinária, acompanhada das respectivas proposições e justificativas, será divulgada pelos meios oficiais da Câmara Municipal com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ressalvadas as hipóteses de urgência devidamente justificadas.
§ 3º As Sessões Extraordinárias terão duração necessária à apreciação da Ordem do Dia e poderão ser realizadas em qualquer dia da semana e horário, inclusive aos sábados, domingos e feriados.
§ 4º Não havendo quórum para abertura da Sessão, o Presidente adotará as providências regimentais cabíveis.
Art. 132. Verificada a impossibilidade de conclusão da Ordem do Dia mediante prorrogação da Sessão Plenária Ordinária, o Presidente poderá convocar Sessão Extraordinária para apreciação da matéria remanescente, dando ciência aos Vereadores e registrando a convocação em ata eletrônica.
Parágrafo único. Não anunciada a convocação durante Sessão Plenária, os Vereadores serão convocados pelos meios oficiais previstos no art. 130, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
Art. 133. O Presidente poderá convocar Sessão Extraordinária mediante solicitação expressa do Prefeito, acompanhada da indicação da matéria a ser apreciada e das razões que justifiquem a convocação.
Parágrafo único. A realização de Sessão Extraordinária não ensejará pagamento de verba indenizatória, gratificação ou qualquer espécie de remuneração adicional aos Vereadores.

Capítulo IV
DA SESSÃO SOLENE

Art. 134. A Sessão Solene destina-se à realização de homenagens, comemorações, entregas de honrarias e demais atos de caráter cívico, institucional, cultural ou comunitário relacionados ao Município, suas instituições ou pessoas que se destaquem por relevantes serviços prestados à coletividade.
§ 1º Farão uso da palavra:
I – o Vereador requerente da Sessão Solene, pelo prazo de até 5 (cinco) minutos;
II – até 3 (três) Vereadores previamente inscritos junto à Mesa Diretora, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da realização da Sessão, pelo prazo de até 5 (cinco) minutos cada;
III – o Prefeito Municipal ou representante por ele designado, pelo prazo de até 5 (cinco) minutos;
IV – o homenageado ou representante da instituição, entidade ou causa objeto da homenagem ou comemoração, pelo prazo de até 10 (dez) minutos.
§ 2º A Sessão Solene não ensejará pagamento de verba indenizatória, gratificação ou qualquer espécie de remuneração adicional aos Vereadores.
§ 3º Nas Sessões Solenes serão dispensadas as formalidades regimentais relativas à verificação de quórum, leitura de ata, Expediente e Ordem do Dia, restringindo-se os trabalhos aos assuntos que motivaram sua convocação.
§ 4º As Sessões Solenes serão gravadas, transmitidas e arquivadas em meio eletrônico, observadas as normas de transparência, publicidade e preservação documental da Câmara Municipal.
§ 5º A Sessão Solene terá a duração necessária ao cumprimento de sua finalidade, observada a programação estabelecida no ato de convocação.

Capítulo V
DA SESSÃO DESCENTRALIZADA

Art. 135. A Sessão Descentralizada destina-se a aproximar o Poder Legislativo da comunidade, mediante a realização de sessão fora da sede da Câmara Municipal, em local previamente definido e divulgado.
§ 1º A realização da Sessão Descentralizada dependerá de requerimento aprovado pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
§ 2º Não poderão ser realizadas mais de 1 (uma) Sessão Descentralizada por mês.
§ 3º A convocação da Sessão Descentralizada será amplamente divulgada pelos meios oficiais de comunicação da Câmara Municipal, com indicação da data, horário, local e pauta dos trabalhos.
§ 4º A Sessão Descentralizada poderá contar com espaço destinado à manifestação da comunidade, observado o procedimento definido pela Mesa Diretora.
§ 5º Na Sessão Descentralizada somente poderão ser deliberadas e votadas as seguintes proposições:
I – pedidos de providências;
II – indicações;
III – moções;
IV – requerimentos.
§ 6º As Sessões Descentralizadas, sempre que possível, serão gravadas, transmitidas e arquivadas em meio eletrônico, observadas as normas de transparência, publicidade e preservação documental da Câmara Municipal.

Capítulo VI
DA SESSÃO ESPECIAL

Art. 136. A Sessão Especial destina-se:
I – à abertura da Sessão Legislativa;
II – ao recebimento de relatórios, prestação de contas, planos, programas ou informações institucionais do Poder Executivo;
III – a ouvir Secretários Municipais, dirigentes de entidades da administração indireta e demais autoridades convidadas para prestar esclarecimentos sobre assuntos de interesse público;
IV – à realização de palestras, seminários, debates, audiências técnicas, capacitações ou outros eventos de interesse público relacionados à atividade legislativa, à administração pública ou a matérias em tramitação na Câmara Municipal.
§ 1º A Mesa Diretora definirá a programação e a metodologia da Sessão Especial, promovendo sua divulgação pelos meios oficiais da Câmara Municipal com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.
§ 2º Nas Sessões Especiais poderão ser dispensadas as formalidades regimentais incompatíveis com sua finalidade, conforme definido pela Mesa Diretora no ato de convocação.
§ 3º As Sessões Especiais não ensejarão pagamento de verba indenizatória, gratificação ou qualquer espécie de remuneração adicional aos Vereadores.
§ 4º As Sessões Especiais serão gravadas, transmitidas e arquivadas em meio eletrônico, observadas as normas de transparência, publicidade e preservação documental da Câmara Municipal.

Capítulo VII
DA ATA

Art. 137. A ata é o registro resumido dos trabalhos realizados durante a Sessão da Câmara Municipal, elaborada sob a supervisão do Primeiro Secretário e aprovada pelo Plenário, quando exigido por este Regimento.
§ 1º Das Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Solenes, Especiais e Descentralizadas será elaborada ata, observando-se que:

I – os expedientes, documentos e proposições apresentados serão identificados pelo respectivo número, quando houver, e por descrição sucinta de seu objeto, salvo deliberação em contrário do Plenário;
II – a minuta da ata da Sessão Ordinária anterior será disponibilizada aos Vereadores pelos meios oficiais de comunicação da Câmara Municipal com antecedência mínima de 5 (cinco) horas da Sessão em que será submetida à apreciação;
III – as gravações audiovisuais das Sessões constituirão registro complementar dos trabalhos legislativos, podendo ser utilizadas para esclarecimento de dúvidas quanto ao conteúdo da ata.
§ 2º O Vereador poderá manifestar-se exclusivamente para solicitar retificação da ata, pelo prazo máximo de 2 (dois) minutos.
§ 3º Havendo pedido de retificação, o Primeiro Secretário poderá prestar esclarecimentos e, reconhecida sua procedência pelo Plenário, a correção será efetuada antes da aprovação da ata.
§ 4º A ata aprovada será assinada eletronicamente pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário, admitida a assinatura eletrônica dos demais Vereadores que desejarem subscrevê-la.
§ 5º A íntegra da ata aprovada será disponibilizada no Portal da Transparência ou no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após sua aprovação.
§ 6º A ata da última Sessão Ordinária de cada Legislatura será elaborada, lida, discutida e aprovada na própria Sessão, independentemente de quórum, antes do seu encerramento.
§ 7º A Câmara Municipal deverá adotar sistema eletrônico de elaboração, tramitação, assinatura, armazenamento, preservação e consulta das atas e demais documentos legislativos, observadas as normas de autenticidade, integridade, segurança e preservação documental.

Título IV
DO PROCESSO LEGISLATIVO

Capítulo I
DOS PROJETOS E DAS PROPOSIÇÕES

Seção I
Das Disposições Preliminares

Art. 138. A iniciativa das proposições, nos limites estabelecidos pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual, pela Lei Orgânica Municipal e por este Regimento Interno, poderá ser exercida:
I – pelo Prefeito;
II – pela Mesa Diretora;
III – pelas Comissões da Câmara Municipal;
IV – por Vereador, individual ou coletivamente;
V – pelos eleitores do Município, na forma da Lei Orgânica Municipal.
§ 1º As proposições observarão, conforme sua natureza e espécie normativa, as seguintes fases de tramitação:
I – protocolo;
II – leitura ou comunicação ao Plenário;
III – encaminhamento à Procuradoria Jurídica para emissão de parecer quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa;
IV – apreciação pelas Comissões competentes;
V – inclusão na Ordem do Dia;
VI – deliberação pelo Plenário.
§ 2º Independerão de parecer jurídico prévio as indicações, os pedidos de providências, pedidos de informação, as moções e os requerimentos de natureza meramente administrativa, procedimental ou de expediente, sem prejuízo de sua solicitação pela Presidência, pela Mesa Diretora ou pela Comissão competente.
§ 3º A Procuradoria Jurídica terá o prazo de 5 (cinco) dias para a emissão do parecer, assegurado o direito à prorrogação por igual período, quando se tratar de análise de códigos ou de matérias que, em razão de sua complexidade, demandem exame mais aprofundado.
§ 4º A iniciativa de proposição da Mesa Diretora observará o disposto no art. 25, § 5º, deste Regimento Interno.
§ 5º O projeto de lei de iniciativa popular:
I – poderá ser defendido perante as Comissões e o Plenário por representante indicado pelos signatários;
II – terá assegurado ao representante o uso da palavra pelo prazo de até 10 (dez) minutos na abertura da discussão em Plenário;
III – após a manifestação do representante, os Vereadores poderão se pronunciar na forma deste Regimento.
§ 6º As proposições serão protocoladas por meio eletrônico, observadas as normas de gestão documental adotadas pela Câmara Municipal.
§ 7º As proposições e respectivas justificativas serão disponibilizadas nos meios oficiais de divulgação da Câmara Municipal após seu protocolo, observadas as hipóteses legais de sigilo.
§ 8º O Presidente devolverá ao autor a proposição manifestamente inconstitucional, ilegal, antirregimental, estranha à competência da Câmara Municipal ou desacompanhada dos requisitos formais indispensáveis, cabendo recurso ao Plenário da decisão.
§ 9º Os projetos de iniciativa popular poderão receber adequações de técnica legislativa pela Comissão competente, sem alteração de seu conteúdo material.
§ 10. Toda proposição deverá ser acompanhada de justificativa escrita, salvo disposição regimental em contrário.
§ 11. Considera-se autor da proposição o seu primeiro signatário, constituindo simples apoiamento as assinaturas subsequentes, salvo quando a Lei Orgânica Municipal ou este Regimento exigir número mínimo de subscritores.
§ 12. O autor poderá requerer a retirada da proposição:
I – independentemente de deliberação do Plenário, até sua inclusão na Ordem do Dia;
II – mediante aprovação do Plenário, após sua inclusão na Ordem do Dia e antes da deliberação definitiva.
§ 13. A retirada de proposição subscrita por mais de um Vereador dependerá da anuência expressa dos demais coautores.
§ 14. Ao final de cada Legislatura serão arquivadas as proposições pendentes de deliberação definitiva, facultado ao autor ou a qualquer Vereador requerer seu desarquivamento na Legislatura seguinte, observadas as disposições deste Regimento.
§ 15. Em caso de extravio, perda de documentos ou impossibilidade de tramitação, a Mesa Diretora promoverá a reconstituição do processo legislativo correspondente, de ofício ou mediante requerimento.
§ 16. A gestão do processo legislativo será realizada por meio de sistema eletrônico oficial, destinado ao registro, tramitação, controle, assinatura eletrônica, arquivamento e publicidade dos atos legislativos, asseguradas a autenticidade, a integridade, a disponibilidade e a preservação das informações.
§ 17. A Câmara Municipal manterá, por meio de sistema eletrônico oficial, controle permanente da produção legislativa individual dos Vereadores, com o registro, por tipo de proposição, da quantidade de matérias apresentadas e de sua tramitação, devendo, ao término de cada Sessão Legislativa, elaborar relatório estatístico consolidado para fins de transparência, controle institucional e avaliação da atividade legislativa.
§ 18. A Câmara Municipal elaborará, ao término de cada Sessão Legislativa, Relatório Anual das Atividades Legislativas, contendo a consolidação das ações desenvolvidas pelo Poder Legislativo, com o objetivo de promover a transparência, o controle institucional e a avaliação do desempenho legislativo, observado o procedimento, a estrutura, o conteúdo e os critérios definidos em resolução específica.
§ 19. A Câmara Municipal manterá procedimento institucional destinado à análise da clareza, precisão, ordem lógica, coerência, objetividade e técnica legislativa das proposições submetidas à apreciação do Poder Legislativo, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a Lei Orgânica do Município e com este Regimento Interno, observados os critérios e procedimentos estabelecidos em resolução específica.

Seção II
Das Propostas em Espécie

Subseção I
Da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município

Art. 139. A Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município poderá ser apresentada por:
I – no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara Municipal;
II – pelo Prefeito;
III – pela população do Município, mediante subscrição de, no mínimo, 10% (dez por cento) do eleitorado municipal.

§ 1º A Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município tramitará em rito especial e será discutida e votada em 2 (dois) turnos, com interstício mínimo de 10 (dez) dias entre eles, exigindo-se, para sua aprovação, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.
§ 2º A Emenda à Lei Orgânica do Município será promulgada pela Mesa Diretora, no prazo de até 10 (dez) dias após sua aprovação definitiva, recebendo numeração sequencial própria e sendo divulgada pelos meios oficiais da Câmara Municipal.
§ 3º A matéria constante de Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município rejeitada ou havida por prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa.
§ 4º Não será objeto de deliberação a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município que:
I – seja incompatível com a Constituição Federal ou com a Constituição do Estado do Paraná;
II – atente contra a autonomia municipal ou a separação dos Poderes;
III – suprima ou restrinja direitos e garantias fundamentais assegurados pela ordem constitucional.
§ 5º A Lei Orgânica não poderá ser emendada durante a vigência de estado de sítio, estado de defesa ou intervenção no Município.

Subseção II
Dos Projetos de Lei

Art. 140. Projeto de lei é a proposição destinada a disciplinar matéria de competência legislativa do Município, sujeita à deliberação da Câmara Municipal e à sanção ou veto do Prefeito, nos termos da Lei Orgânica Municipal.
§ 1º As matérias definidas pela Lei Orgânica Municipal como objeto de lei complementar serão processadas sob essa espécie normativa e dependerão, para aprovação, do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
§ 2º É vedada, como regra geral, a submissão de projetos de lei complementar ao rito de urgência, admitindo-se, excepcionalmente, a tramitação sob esse regime mediante requerimento fundamentado da Mesa Diretora ou do Prefeito Municipal, aprovado pelo Plenário por quórum de 2/3 (dois terços) dos presentes, desde que fique demonstrado o iminente perigo à ordem pública, à saúde coletiva, às finanças municipais ou em casos de calamidade pública.
§ 3º As demais matérias sujeitas ao processo legislativo ordinário serão processadas como projeto de lei ordinária e dependerão, para aprovação, da maioria simples dos votos, observados o quórum de instalação da sessão e as demais disposições deste Regimento Interno.

Subseção III
Do Projeto de Decreto Legislativo

Art. 141. Projeto de Decreto Legislativo é a proposição destinada a disciplinar matéria de competência exclusiva da Câmara Municipal, com efeitos externos, não sujeita à sanção ou veto do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal.
Parágrafo único. Constituem objeto de decreto legislativo, entre outras hipóteses previstas na legislação aplicável:
I – o julgamento das contas anuais do Prefeito;
II – a suspensão da execução, no todo ou em parte, de norma declarada inconstitucional por decisão judicial transitada em julgado, quando couber à Câmara Municipal;
III – a suspensão de ato normativo do Poder Executivo que exorbite do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa;
IV – a cassação de mandato, nos casos previstos em lei;
V – a concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município, nos termos da Lei Orgânica Municipal;
VI – as demais matérias de competência exclusiva da Câmara Municipal que produzam efeitos externos.
Art. 142. Os projetos de decreto legislativo serão apreciados em turno único de discussão e votação, exigindo-se para sua aprovação o quórum previsto na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal, neste Regimento Interno ou na legislação específica aplicável.

Subseção IV
Do Projeto de Resolução

Art. 143. Projeto de resolução é a proposição destinada a disciplinar matéria de competência privativa da Câmara Municipal, relacionada à sua organização, funcionamento, processo legislativo e demais assuntos de sua economia interna, não sujeita à sanção ou veto do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal.
§ 1º Constituem objeto de resolução, entre outras hipóteses previstas neste Regimento Interno e na legislação aplicável:
I – a decisão de recursos de natureza regimental;
II – a destituição de membro da Mesa Diretora, nos casos previstos neste Regimento;
III – a aprovação, alteração, reforma ou interpretação do Regimento Interno;
IV – a concessão de licença a Vereador, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal;
V – a apreciação das conclusões de comissões temporárias, quando produzirem efeitos no âmbito interno da Câmara Municipal;
VI – a instituição, organização ou alteração de procedimentos e normas internas da Câmara Municipal;
VII – a organização, estruturação e funcionamento dos serviços administrativos da Câmara Municipal;
VIII – as demais matérias de competência privativa da Câmara Municipal que não dependam de lei ou de decreto legislativo.
§ 2º Após a devida instrução pelas comissões competentes, o projeto de resolução será apreciado em turno único de discussão e votação, exigindo-se para sua aprovação o voto favorável da maioria simples, salvo disposição em contrário prevista na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal, neste Regimento Interno ou em legislação específica.

Subseção V
Da Moção

Art. 144. Moção é a proposição destinada a expressar manifestação institucional da Câmara Municipal sobre determinado fato, acontecimento, pessoa, entidade ou tema de interesse público.
§ 1º São espécies de moção:
I – de aplauso;
II – de apoio;
III – de repúdio;
IV – de pesar.
§ 2º A moção será formulada por escrito, devidamente fundamentada e subscrita por, no mínimo, um Vereador.
§ 3º A moção deverá ser protocolada até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da Sessão Plenária em que se pretenda sua apreciação, salvo motivo relevante reconhecido pelo Plenário.
§ 4º A moção independerá de parecer das Comissões Permanentes e será submetida à discussão e votação em turno único.
§ 5º A moção será considerada aprovada quando obtiver a maioria simples dos votos, observadas as disposições deste Regimento Interno.
§ 6º A Moção de Pesar poderá ser apresentada e apreciada na própria Sessão em que for protocolada, independentemente do prazo previsto no § 3º.

Subseção VI
Do Requerimento, da Indicação, do Pedido de Informação e do Pedido de Providências

Art. 145. Requerimento é a proposição, verbal ou escrita, formulada por Vereador ou por Presidente de Comissão, dirigida à Mesa Diretora, ao Presidente da Câmara ou ao Plenário, destinada à prática de atos administrativos ou regimentais no âmbito do Poder Legislativo Municipal.
§ 1º O requerimento escrito sujeito à deliberação do Plenário deverá ser protocolado até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da Sessão Plenária em que se pretenda sua apreciação, salvo nos casos expressamente previstos neste Regimento Interno.
§ 2º Os requerimentos independem de parecer das Comissões Permanentes.
§ 3º Quanto à competência para apreciá-los, os requerimentos serão dirigidos ao Presidente da Câmara ou ao Plenário, conforme disposto nos arts. 146 a 149 deste Regimento Interno.

§ 4º Os requerimentos previstos nos arts. 146 e 147 serão apreciados e decididos de plano pelo Presidente da Câmara, independentemente de discussão ou votação.

Art. 146. Os requerimentos verbais abaixo relacionados serão apreciados e decididos de plano pelo Presidente da Câmara Municipal:

I – a palavra ou desistência dela;

II – leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

III – envio de votos de pesar;

IV – retirada, pelo autor, de requerimento ainda não submetido à deliberação do Plenário;

V – verificação de quórum para discussão ou votação;

VI – informações sobre os trabalhos ou a pauta da Ordem do Dia;

VII – requisição de documentos, processos, livros ou publicações existentes na Câmara Municipal relacionados à proposição em discussão.

Art. 147. Os requerimentos escritos abaixo relacionados serão apreciados e decididos de plano pelo Presidente da Câmara Municipal, observadas as disposições deste Regimento Interno:

I – renúncia de membro da Mesa Diretora;

II – audiência de comissão, quando o pedido for apresentado por outra;

III – juntada ou desentranhamento de documentos;

IV – cópias de documentos existentes nos arquivos da Câmara Municipal;

V – arquivamento ou desarquivamento de proposição;

VI – retirada, pelo autor, de proposição ainda não submetida à deliberação do Plenário, quando admitida por este Regimento Interno.

Art. 148. Dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos verbais que tratem de:

I – destaque de matéria para votação;

II – alteração do processo de votação, nos casos admitidos por este Regimento Interno;

III – adiamento de discussão ou votação;

IV – prorrogação da Sessão Plenária para concluir a discussão ou votação das matérias constantes da Ordem do Dia;

V – alteração ou inversão da pauta da Ordem do Dia;

VI – outros casos expressamente previstos neste Regimento Interno.

Parágrafo único. Os requerimentos previstos neste artigo serão votados sem discussão, admitindo-se encaminhamento de votação, e serão aprovados por maioria simples dos votos.

Art. 149. Dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos escritos que tratem de:

I – inserção de documentos em ata;

II – informações sobre atos da Mesa Diretora, da Presidência ou da Câmara Municipal;

III – urgência parlamentar;

IV – constituição de comissão especial;

V – concessão de licença a Vereador para desempenho de missão temporária de representação da Câmara Municipal;

VI – outros casos expressamente previstos neste Regimento Interno.

Parágrafo único. Os requerimentos previstos neste artigo serão discutidos e votados em turno único, sendo aprovados por maioria simples dos votos, salvo disposição regimental em contrário.

Art. 150. Indicação é a proposição por meio da qual o Vereador sugere aos órgãos ou autoridades competentes a adoção de medidas administrativas, legislativas, programas, projetos ou políticas públicas de interesse coletivo.

§ 1º A indicação será lida no Expediente da Sessão Plenária e encaminhada ao destinatário independentemente de deliberação do Plenário.

§ 2º A indicação será publicada nos meios oficiais da Câmara Municipal.

Art. 151. Qualquer Vereador poderá encaminhar, por intermédio da Mesa Diretora, pedido de informação sobre fato determinado relacionado à atuação da Administração Pública Municipal, cuja fiscalização seja de interesse do Poder Legislativo, no exercício de suas atribuições constitucionais e regimentais.

§ 1º Recebido o pedido de informação, este será publicado, divulgado pelos meios oficiais da Câmara Municipal e comunicado no Expediente da Sessão Plenária subsequente, sendo encaminhado ao Prefeito independentemente de deliberação do Plenário.

§ 2º Não atendido o pedido de informação no prazo legal, o Presidente da Câmara, mediante solicitação do autor, promoverá sua reiteração, sem prejuízo das medidas cabíveis para apuração de eventual responsabilidade da autoridade omissa.

§ 3º Não cabem em pedido de informação providências a tomar, consultas, sugestões, conselhos ou questionamentos acerca das intenções da autoridade a quem se dirige.

§ 4º A Mesa Diretora poderá deixar de receber pedido de informação formulado de modo genérico ou em desacordo com as disposições deste artigo, cabendo recurso ao Plenário.

§ 5º O pedido de informação deverá ser formulado por escrito e protocolado na Câmara Municipal.

Art. 152. Pedido de Providências é a proposição por meio da qual o Vereador solicita aos órgãos ou autoridades competentes a execução de obras, serviços, reparos, manutenções ou demais providências administrativas de interesse público.

Parágrafo único. O Pedido de Providências será protocolado, publicado, comunicado no Expediente da Sessão Plenária subsequente e encaminhado ao destinatário competente, independentemente de parecer, discussão ou votação.

Subseção VII
Do Recurso

Art. 153. Da decisão ou omissão do Presidente da Câmara caberá recurso ao Plenário nas seguintes hipóteses:

I – questão de ordem;

II – representação ou proposição de Vereador, de Comissão ou da Mesa Diretora;

III – dos requerimentos de competência da Presidência previstos nos arts. 146 e 147 deste Regimento Interno;

IV – da decisão da Mesa Diretora que deixar de receber pedido de informação, nos termos do § 4º do art. 151 deste Regimento Interno.

Parágrafo único. O recurso não terá efeito suspensivo, salvo deliberação em contrário do Plenário.

Art. 154. O recurso será interposto por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da ciência da decisão.

§ 1º Apresentado o recurso, o Presidente deverá, no prazo de 2 (dois) dias úteis, reconsiderar a decisão recorrida ou encaminhá-lo à Comissão de Constituição e Justiça, que emitirá parecer no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§ 2º Emitido o parecer, o recurso será incluído na Ordem do Dia da primeira Sessão Plenária subsequente para deliberação do Plenário.

§ 3º Provido o recurso, o Presidente deverá cumprir a decisão do Plenário e adotar as providências necessárias à sua efetivação.

Subseção VIII
Da Emenda, do Substitutivo e da Mensagem Retificativa

Art. 155. Emenda é a proposição apresentada por Vereador, Comissão ou Mesa Diretora destinada a alterar proposição em tramitação.

§ 1º A emenda pode ser:

I – supressiva, quando retira dispositivo ou parte da proposição;

II – modificativa, quando altera a redação de dispositivo da proposição;

III – substitutiva, quando substitui integralmente dispositivo, capítulo, seção ou parte da proposição;

IV – aditiva, quando acrescenta dispositivo à proposição;

V – redacional, quando corrige erro material, de técnica legislativa, incoerência ou imperfeição de redação.

§ 2º A emenda será admitida:

I – por Comissão, quando inserida no respectivo parecer;

II – por Vereador.

§ 3º O Presidente não admitirá emenda que não guarde pertinência temática com a proposição principal.

§ 4º A emenda à redação final somente será admitida para corrigir erro material, incoerência, contradição, impropriedade de linguagem ou vício de técnica legislativa.

Art. 156. Substitutivo é a proposição apresentada por Vereador, Comissão ou Mesa Diretora destinada a substituir outra proposição sobre o mesmo assunto.

§ 1º Não será admitido mais de um substitutivo à mesma proposição, sem a prévia retirada do anteriormente apresentado.

§ 2º O substitutivo observará, no que couber, as regras de tramitação aplicáveis à proposição principal.

Art. 157. O Prefeito poderá encaminhar mensagem retificativa aos projetos de sua iniciativa até o início da votação da matéria em Plenário.
§ 1º Nos projetos relativos ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual, a mensagem retificativa poderá ser apresentada até o início da votação do parecer da Comissão de Finanças e Fiscalização Orçamentária.
§ 2º A mensagem retificativa será encaminhada às Comissões competentes para manifestação, reabrindo-se os prazos regimentais apenas quando a alteração promovida modificar substancialmente o conteúdo da proposição, por provocação do Presidente da respectiva Comissão ou de seu Relator, mediante decisão fundamentada do Presidente da Câmara.

Capítulo II
DA TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 158. As proposições protocolizadas até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização da Sessão serão incluídas no expediente, divulgadas e despachadas pelo Presidente.
§ 1º Recebida a proposição, esta será incluída no Expediente da Sessão Plenária subsequente para fins de leitura e contabilidade de sua apresentação oficial, sendo, ato contínuo, encaminhada pelo Presidente às comissões permanentes competentes para análise, instrução e emissão de parecer.
§ 2º Antes do envio às comissões permanentes, as proposições serão encaminhadas obrigatoriamente à Procuradoria Jurídica para emissão de parecer sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, ressalvadas as exceções expressamente previstas neste Regimento.
§ 3º O Presidente da Câmara ou o Presidente de qualquer das comissões poderá, motivadamente, solicitar novos pareceres ou esclarecimentos complementares à Procuradoria Jurídica sempre que reputado necessário à adequada instrução da matéria.
Art. 159. Conforme sua natureza, a proposição observará um dos seguintes ritos:
I – rito ordinário;
II – rito de urgência;
III – rito especial.
Art. 160. Salvo disposição específica prevista neste Regimento, toda proposição será apreciada inicialmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluirá pelo arquivamento quando:
I – versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara Municipal;
II – delegar a outro Poder atribuições privativas da Câmara Municipal;
III – fizer remissão à lei, decreto, regulamento ou outro ato normativo sem que o respectivo texto acompanhe a proposição, quando indispensável à sua compreensão;
IV – fizer referência a contratos, convênios ou instrumentos congêneres sem que estes acompanhem a proposição, quando essenciais à compreensão da matéria;
V – contiver expressões ofensivas;
VI – for manifestamente inepta ou destituída de conteúdo normativo;
VII – tiver sido rejeitada e novamente apresentada em desacordo com a Lei Orgânica Municipal;
VIII – for considerada ilegal ou inconstitucional.
§ 1º A Comissão de Constituição e Justiça contará, em suas reuniões, com o apoio técnico da Procuradoria Jurídica, mediante emissão de parecer jurídico.
§ 2º Sobrevindo parecer pela ilegalidade ou inconstitucionalidade da Comissão de Constituição e Justiça, o Presidente determinará o arquivamento da proposição, dispensada a deliberação do Plenário.
§ 3º É vedada a tramitação de proposição que trate de matérias sem conexão entre si, podendo o Presidente determinar o desmembramento da proposição para tramitação autônoma de cada matéria.
Art. 161. Havendo duas ou mais proposições em tramitação que tratem da mesma matéria ou de matéria conexa, serão apensadas para tramitação conjunta.
Parágrafo único. Aprovada ou rejeitada uma das proposições, as demais que versem sobre a mesma matéria e que com ela sejam incompatíveis serão declaradas prejudicadas e remetidas ao arquivo.

Seção II
Da Discussão e da Votação

Subseção I
Das Disposições Preliminares

Art. 162. Na discussão, a proposição será apreciada em seu conjunto, salvo deliberação em contrário do Plenário ou requerimento aprovado para discussão por artigos.
§ 1º Durante a discussão poderão ser apresentadas emendas e subemendas, vedada a apresentação de substitutivos.
§ 2º Aprovada qualquer emenda ou subemenda, a proposição será encaminhada à Comissão de Constituição e justiça para elaboração da redação final.
Art. 163. O adiamento da discussão de qualquer proposição dependerá de requerimento aprovado pelo Plenário.
Parágrafo único. O adiamento não poderá exceder o intervalo entre 3 (Três) sessões ordinárias consecutivas, ressalvados os casos previstos neste Regimento.
Art. 164. O Vereador deverá declarar-se impedido de discutir ou votar matéria em que tenha interesse direto ou indireto, próprio ou de cônjuge, companheiro, parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, sob pena de nulidade da votação, caso seu voto seja decisivo para o resultado.
§ 1º O Vereador que se declarar impedido comunicará o fato ao Presidente, sendo sua presença computada exclusivamente para efeito de quórum de instalação.
§ 2º Ressalvadas as hipóteses de impedimento previstas neste artigo, o Vereador não poderá abster-se de votar, computando-se a sua presença para efeito de quórum, cabendo ao Presidente registrar em ata a recusa de voto como descumprimento de dever regimental.
Art. 165. O pedido de vista será formulado por requerimento verbal de qualquer Vereador, submetido à deliberação do Plenário.
Parágrafo único. O prazo de vista será de até 5 (cinco) dias, limitado a 2 (dois) pedidos por proposição, hipótese em que os prazos regimentais de apreciação da matéria na respectiva comissão ficarão suspensos, retomando-se a contagem a partir do primeiro dia útil subsequente à devolução do processo.
Art. 166. O encerramento da discussão ocorrerá:
I – pela ausência de oradores inscritos;
II – pelo encerramento dos prazos regimentais;
III – mediante aprovação de requerimento de encerramento da discussão, desde que tenham se manifestado, no mínimo, 2 (dois) vereadores favoráveis e 2 (dois) contrários à proposição.

Subseção II
Do Processo de Votação

Art. 167. Encerrada a discussão, a proposição será imediatamente submetida à votação, observado o disposto neste Regimento.
§ 1º Nenhum Vereador poderá escusar-se de votar, salvo quando declarar previamente seu impedimento, computando-se sua presença para fins de quórum e registrando-se em ata a respectiva justificativa legal de impedimento.
§ 2º Após a votação simbólica ou nominal, o Vereador poderá encaminhar à Mesa, por escrito, declaração de voto, que será lida pelo Primeiro Secretário e publicada nos anais da Câmara.
§ 3º Se a declaração de voto contiver expressões comprovadamente ofensivas ou incompatíveis com o decoro parlamentar, o Presidente poderá suspender sua leitura e publicação, cabendo recurso da decisão ao Plenário no prazo de 2 (dois) dias.
§ 4º A votação será contínua, somente podendo ser interrompida nos casos expressamente previstos neste Regimento.
§ 5º Será considerado válido o voto proferido de forma remota pelo Vereador cuja participação na Sessão Plenária tenha sido previamente autorizada pela Presidência, desde que observados os requisitos previstos neste Regimento Interno para o exercício do voto, especialmente a presença durante a deliberação, a identificação inequívoca do parlamentar, o registro nominal do voto e os demais procedimentos estabelecidos neste Regimento.
Art. 168. Os processos de votação deliberativa na Câmara Municipal são:
I – nominal, realizado obrigatoriamente por meio do sistema eletrônico de votação, com o registro individual e público do voto de cada Vereador no painel e na ata da sessão;

II – simbólico, utilizado de forma excepcional nas hipóteses expressamente previstas neste Regimento Interno ou quando houver indisponibilidade técnica justificada do sistema eletrônico.

Art. 169. No processo simbólico de votação, os Vereadores favoráveis à proposição permanecerão sentados e os contrários deverão se levantar.

§ 1º É nula a votação realizada sem quórum regimental, devendo a matéria ser incluída na Ordem do Dia da sessão subsequente.

§ 2º Ao proclamar o resultado da votação simbólica, o Presidente declarará apenas se a proposição foi aprovada ou rejeitada.

§ 3º Havendo dúvida inequívoca quanto ao resultado visual, o Presidente, de ofício, determinará a repetição do processo simbólico.

§ 4º Do resultado da votação simbólica caberá, imediatamente após a sua proclamação, requerimento de verificação, hipótese em que o Presidente procederá à votação nominal mediante chamada de viva voz dos Vereadores, com registro manual do voto de cada um pelo Primeiro Secretário.

§ 5º Havendo empate, observar-se-á o disposto na Lei Orgânica quanto ao voto de desempate do Presidente.

Art. 170. A votação nominal será realizada por meio eletrônico, mediante registro individual do voto de cada Vereador, que manifestará sua posição por "sim" ou "não".

§ 1º O resultado da votação nominal será registrado em sistema eletrônico próprio, com a identificação individual do voto de cada Vereador, e consignado em ata da sessão.

§ 2º O Vereador que ingressar no Plenário após iniciada a votação eletrônica poderá registrar seu voto, desde que o Presidente ainda não tenha encerrado o processo no sistema e proclamado o resultado.

Art. 171. As deliberações da Câmara Municipal serão tomadas, obrigatoriamente, por voto público e aberto, sendo vedada qualquer modalidade de votação secreta.

Art. 172. A votação observará a seguinte ordem de preferência:

I – substitutivo apresentado pelo Prefeito Municipal;

II – substitutivo apresentado por comissão;

III – substitutivo apresentado por Vereador;

IV – emendas:

a) com parecer favorável;

b) com parecer contrário;

c) sem parecer;

V – proposição principal, com as emendas aprovadas.

§ 1º Poderão ser objeto de destaque para votação separada:

I – título;

II – capítulo;

III – seção;

IV – artigo;

V – parágrafo;

VI – inciso;

VII – alínea;

VIII – item;

IX – expressão.

§ 2º Os pedidos de destaque poderão ser formulados por escrito ou verbalmente, tendo preferência os escritos.

§ 3º Compete ao Presidente decidir sobre a admissibilidade dos destaques verbais, cabendo recurso imediato ao Plenário em caso de rejeição.

Art. 173. Iniciada a votação, será facultado o encaminhamento da votação por qualquer Vereador, pelo prazo improrrogável de até 5 (cinco) minutos, sem apartes.

§ 1º O encaminhamento de votação será restrito a 1 (um) Vereador favorável e 1 (um) contrário à matéria.

§ 2º Havendo destaque, será assegurada a palavra ao autor do requerimento e ao relator da matéria, ou Vereador por este indicado, pelo prazo de até 5 (cinco) minutos para cada um, estritamente para defender ou contestar o objeto destacado.

Art. 174. A votação poderá ser adiada.

Parágrafo único. Não será admitido adiamento da votação de:

I – veto;

II – matéria submetida ao regime de urgência, quando esgotado o respectivo prazo regimental.

Subseção III
Do Destaque

Art. 175. Destaque é o requerimento destinado a separar parte de uma proposição ou proposição integrante de um conjunto de matérias, para possibilitar sua apreciação ou votação em separado pelo Plenário, devendo ser apresentado por Vereador antes do início da votação da matéria constante da Ordem do Dia.

Subseção IV
Da Votação de Emenda e da Redação Final

Art. 176. Havendo emendas ou substitutivos, estes serão apreciados antes da votação da proposição principal, observada a ordem estabelecida neste Regimento.

§ 1º As emendas serão lidas e votadas individualmente, respeitada a preferência das emendas apresentadas pelas comissões permanentes e a ordem de sua apresentação.

§ 2º Admitir-se-á requerimento de preferência para votação de determinada emenda, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 3º Mediante requerimento subscrito por um terço dos Vereadores ou por proposta do Presidente, as emendas poderão ser votadas em bloco ou por grupos previamente especificados.

§ 4º Rejeitada a proposição principal, considerar-se-ão prejudicadas as respectivas emendas e substitutivos.

§ 5º O substitutivo terá preferência sobre as emendas e sobre a proposição principal.

Art. 177. Concluída a votação, sendo aprovada a matéria, a proposição será encaminhada para elaboração do parecer de redação final, observado o seguinte:

I – pela Comissão de Finanças e Fiscalização Orçamentária, quando se tratar de matéria orçamentária;

II – pela Comissão Especial, quando se tratar de código, estatuto ou deste Regimento;

III – pela Comissão de Constituição e Justiça, nos demais casos.

§ 1º O parecer de redação final conterá:

I – o texto definitivo da proposição, incorporadas as emendas aprovadas; ou

II – o texto integral do substitutivo aprovado, quando este houver sido acolhido.

§ 2º O parecer de redação final deverá ser elaborado no prazo de até 5 (cinco) dias.

§ 3º A redação final será publicada e disponibilizada, inclusive por meio eletrônico, pelo prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas antes do encaminhamento do autógrafo, ressalvadas as matérias submetidas ao regime de urgência.

§ 4º Verificada inexatidão material ou erro de técnica legislativa na redação final:

I – a Comissão de Constituição e Justiça promoverá a correção;

II – a Mesa dará ciência ao Plenário;

III – inexistindo impugnação, a correção será considerada aprovada;

IV – já tendo sido encaminhado o autógrafo ao Prefeito, o Presidente da Câmara comunicará oficialmente a correção realizada.

§ 5º Aprovada a redação final, o Presidente da Câmara encaminhará o autógrafo legislativo ao Prefeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

§ 6º Considera-se autógrafo legislativo o texto definitivo da proposição, assinado pelo Presidente da Câmara, destinado ao encaminhamento ao Prefeito para sanção ou veto.

§ 7º As resoluções e os decretos legislativos serão promulgados pelo Presidente da Câmara no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a aprovação da redação final.

§ 8º A redação final restringir-se-á à correção de impropriedades de linguagem, técnica legislativa, remissões, numeração e consolidação das emendas aprovadas, sendo vedada qualquer alteração do conteúdo material da proposição aprovada pelo Plenário.

Subseção V
Da Verificação de Votação

Art. 178. Qualquer Vereador poderá requerer a verificação do resultado da votação, imediatamente após sua proclamação e antes de se passar a outro assunto da pauta.

§ 1º Requerida a verificação no processo eletrônico, esta será realizada mediante a leitura nominal, pelo Primeiro Secretário, dos votos registrados no sistema, para confirmação individual pelos Vereadores presentes.

§ 2º Na hipótese de pane, falha técnica constatada ou dúvida insanável quanto ao funcionamento do sistema eletrônico, a verificação será realizada obrigatoriamente por votação nominal mediante chamada de viva voz.
§ 3º Requerida a verificação, nenhum Vereador poderá ingressar ou retirar-se do Plenário até a proclamação do resultado definitivo.
§ 4º Não será admitido mais de um pedido de verificação para a mesma votação, ficando prejudicado qualquer requerimento idêntico após a confirmação do resultado.

Subseção VI
Do Adiamento de Votação

Art. 179. O adiamento da votação de proposição poderá ser requerido até o momento imediatamente anterior ao início da votação da matéria em Plenário, mediante requerimento verbal de Vereador, devendo indicar o número de Sessões Plenárias Ordinárias pretendido, limitado a 3 (três).
§ 1º Apresentado o requerimento de adiamento da votação, o Presidente:
I – concederá a palavra ao autor para justificá-lo, sem apartes, pelo prazo de até 3 (três) minutos;
II – submeterá o requerimento à deliberação do Plenário, considerando-se aprovado pelo voto da maioria simples dos Vereadores presentes.
§ 2º Não será admitido requerimento de adiamento da votação de matéria submetida ao rito de urgência, observado o disposto neste Regimento.
§ 3º Não será admitido novo requerimento de adiamento da votação da mesma proposição na mesma Sessão Plenária.

Subseção VII
Do Arquivamento

Art. 180. A retirada de proposição pelo autor para fins de arquivamento poderá ocorrer até o encerramento da sua discussão, observado o seguinte:
I – mediante requerimento escrito do autor, despachado de plano pelo Presidente, desde que a proposição não tenha recebido emenda ou substitutivo;
II – mediante requerimento escrito do autor, sujeito à deliberação do Plenário, quando a proposição tiver recebido emenda ou substitutivo de autoria de outro Vereador ou de Comissão.
§ 1º A proposição de autoria da Mesa Diretora ou de Comissão somente poderá ser retirada mediante requerimento subscrito pela maioria absoluta de seus respectivos membros.
§ 2º A proposição retirada voluntariamente pelo autor nos termos deste artigo poderá ser reapresentada na mesma Sessão Legislativa, iniciando-se novo processo de tramitação e protocolo.
Art. 181. Ao término da legislatura, serão arquivadas todas as proposições que ainda se encontrarem em tramitação e que não tenham sido definitivamente apreciadas pelo Plenário.
Parágrafo único. O desarquivamento de proposição de autoria de Vereador reeleito dependerá de requerimento do autor, apresentado no primeiro ano da nova legislatura, hipótese em que a matéria reiniciará sua tramitação pelas Comissões Permanentes, vedado o aproveitamento de emendas, subemendas ou substitutivos vinculados à legislatura anterior.

Capítulo III
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA PELO RITO ESPECIAL

Seção I
Dos Projetos de Lei do Plano Plurianual, das Diretrizes e do Orçamento Anual

Art. 182. Protocolizado o projeto de lei orçamentária, o Presidente da Câmara determinará sua publicação e divulgação, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
§ 1º Para os fins desta Seção, consideram-se projetos de lei orçamentária aqueles relativos ao Plano Plurianual – PPA, à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e à Lei Orçamentária Anual – LOA.
§ 2º A tramitação dos projetos de lei de que trata esta Seção observará o seguinte rito especial:
I – após sua comunicação na Sessão Plenária Ordinária subsequente, o projeto, seus anexos e a exposição de motivos serão disponibilizados aos Vereadores, por meio eletrônico;
II – em seguida, o projeto será encaminhado à Procuradoria Jurídica para Parecer Jurídico, e, posteriormente à Comissão de Finanças e Fiscalização Orçamentária, que:
a) designará um de seus membros titulares para exercer a relatoria;
b) verificará se a proposição está instruída com todos os documentos e anexos exigidos pela legislação aplicável;
c) constatada a ausência de documentos ou informações indispensáveis, solicitará ao Prefeito a respectiva complementação;
d) estando a proposição devidamente instruída, o relator apresentará cronograma de tramitação, contemplando, quando couber:

•
audiências públicas;

•
recebimento de sugestões da sociedade;

•
prazo para apresentação de emendas parlamentares;

•
demais atos necessários à instrução da matéria;

e) aprovado o cronograma, este será divulgado pela Mesa Diretora, inclusive por meios eletrônicos, e comunicado aos Vereadores;
f) as emendas parlamentares individuais ou coletivas poderão ser apresentadas no prazo fixado no cronograma, observadas as limitações previstas na Constituição Federal;
g) o relator examinará a constitucionalidade, legalidade, adequação orçamentária, compatibilidade com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o mérito da proposição e das emendas apresentadas;
h) não serão admitidas emendas após o início da votação do parecer na Comissão de Finanças e Fiscalização Orçamentária;
i) aprovado o voto do relator pela maioria dos membros da Comissão, será emitido o respectivo parecer, que será publicado e divulgado, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
III – concluída a instrução na Comissão de Finanças e Fiscalização Orçamentária, a proposição será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que se manifestará exclusivamente quanto aos aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa, no prazo de até 5 (cinco) dias;
IV – emitido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e decorrido o prazo de divulgação dos pareceres, o Presidente incluirá a matéria na Ordem do Dia.
§ 3º Durante a tramitação dos projetos de lei orçamentária, a Comissão de Finanças e Fiscalização Orçamentária poderá requisitar informações complementares aos órgãos da Administração Pública Municipal, promover diligências e realizar audiências públicas necessárias à adequada instrução da matéria.
§ 4º O Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá conter dotação orçamentária específica e suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes de precatórios judiciais, observadas as disposições da Constituição Federal, da legislação aplicável e das decisões judiciais, devendo contemplar os valores necessários ao pagamento dos requisitórios incluídos no orçamento do respectivo exercício.
§ 5º Aplicam-se subsidiariamente aos projetos de que trata esta Seção as normas do procedimento legislativo ordinário, naquilo em que não conflitarem com este rito especial.

Seção II
Da Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal

Art. 183. Recebida e protocolada a Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal, o Presidente da Câmara determinará sua publicação e divulgação, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
§ 1º A tramitação da Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal observará o seguinte rito especial:

I – após a divulgação prevista no caput, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal, acompanhada de sua justificativa, será comunicada e disponibilizada aos Vereadores, por meio eletrônico, na Sessão Ordinária subsequente;
II – comunicada em Plenário, serão observados os seguintes procedimentos:
a) a Presidência da Comissão Especial designará um dos Vereadores membros para exercer a relatoria;
b) poderá ser realizada audiência pública para debate da matéria com a sociedade, quando a proposta implicar alteração estrutural da Lei Orgânica Municipal;
c) poderão ser apresentadas emendas à Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal na Comissão Especial, subscritas por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara Municipal, antes da votação do parecer do Relator;
d) o Relator analisará a constitucionalidade, legalidade, técnica legislativa e o mérito da Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal, bem como das emendas apresentadas;
e) aprovado o parecer do Relator pela maioria dos membros da Comissão Especial, este será encaminhado ao Presidente da Câmara para publicação e divulgação, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
III – concluída a instrução na Comissão Especial, o Presidente da Câmara, após a divulgação do parecer, incluirá a matéria na Ordem do Dia, observado o disposto no art. 105 deste Regimento Interno.
§ 2º Aplicam-se subsidiariamente às Propostas de Emenda à Lei Orgânica Municipal as normas do processo legislativo ordinário, naquilo que não forem incompatíveis com este rito especial.
§ 3º A Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de 10 (dez) dias entre eles, em Sessões Plenárias, e sua aprovação dependerá do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
§ 4º A Emenda à Lei Orgânica Municipal, após aprovada em segundo turno, com redação final consolidada e divulgada, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) horas, será promulgada e publicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Seção III
Da Sanção

Art. 184. O projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal será encaminhado ao Prefeito Municipal pelo Presidente da Câmara, no prazo de 10 (dez) dias úteis, para sanção.
§ 1º O Prefeito Municipal, aquiescendo, sancionará o projeto de lei no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do seu recebimento, nos termos da Constituição Federal.
§ 2º Decorrido o prazo previsto no parágrafo único sem manifestação do Prefeito Municipal, o silêncio importará em sanção tácita, na forma da Constituição Federal.
§ 3º Os projetos aprovados serão convertidos em autógrafos de lei, numerados e encaminhados ao Prefeito Municipal, com registro e arquivamento, preferencialmente em meio eletrônico, pela Secretaria da Câmara Municipal.

Seção IV
Do Veto

Art. 185. O veto é a recusa total ou parcial do Prefeito Municipal a projeto de lei aprovado pela Câmara, por razões de inconstitucionalidade ou de contrariedade ao interesse público, observado o disposto na Lei Orgânica Municipal.
§ 1º Recebido o veto, com suas razões, a Câmara Municipal observará o seguinte rito especial para sua apreciação:
I – o veto será protocolizado, publicado e divulgado, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
II – após a divulgação, o veto e suas razões serão comunicados aos Vereadores na Sessão Plenária Ordinária subsequente;
III – comunicado em Plenário, o veto será encaminhado:
a) à Comissão de Constituição e Justiça, quando fundamentado em inconstitucionalidade;
b) à Comissão permanente competente, quando fundamentado em contrariedade ao interesse público;
IV – o Presidente da Comissão designará relator para análise das razões do veto, que deverá emitir parecer no prazo improrrogável de 10 (dez) dias;
V – apresentado o parecer do relator, este será submetido à deliberação da Comissão e, aprovado, será encaminhado à Presidência da Câmara para publicação e divulgação pelo prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
VI – encerrada a fase de comissões, o veto será incluído na Ordem do Dia da Sessão subsequente, para discussão e votação;
VII – o veto será apreciado em sessão plenária no prazo de até 15 (quinze) dias, contados de seu recebimento, nos termos da Lei Orgânica Municipal, somente podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em votação aberta;
VIII – esgotado o prazo sem deliberação, o veto será incluído na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestando-se as demais matérias até sua votação final;
IX – a discussão do veto será realizada de forma global, admitindo-se votação em separado por dispositivo vetado, mediante requerimento aprovado pelo Plenário.
§ 2º Havendo empate na votação do veto, considerar-se-á mantida a decisão do Prefeito Municipal.
§ 3º Apreciado o veto, a Câmara Municipal deliberará:
I – se mantido o veto, será arquivado o projeto, com comunicação ao Prefeito;
II – se rejeitado o veto, o projeto será enviado ao Prefeito para promulgação, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

Seção V
Da Promulgação pelo Presidente da Câmara

Art. 186. Compete ao Presidente da Câmara Municipal promulgar:
I – as Emendas à Lei Orgânica Municipal, juntamente com os demais membros da Mesa Diretora;
II – a lei decorrente de sanção tácita;
III – a lei resultante da rejeição de veto total ou parcial;
IV – as resoluções; e
V – os decretos legislativos.
§ 1º As hipóteses previstas nos incisos II e III deste artigo somente ocorrerão se o Prefeito Municipal não promulgar a lei no prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas, contado da sanção tácita ou da rejeição do veto.
§ 2º Expirado o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a promulgação pelo Presidente da Câmara Municipal, competirá, obrigatoriamente, ao Vice-Presidente fazê-lo em igual prazo.

Seção VI
Da Alteração do Regimento Interno

Art. 187. O projeto de resolução destinado à alteração do Regimento Interno, após protocolizado, será publicado e divulgado, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
§ 1º A tramitação do projeto de resolução de alteração do Regimento Interno observará o seguinte rito especial:
I – após a divulgação prevista no caput, o projeto de resolução, acompanhado de sua justificativa, será comunicado e disponibilizado aos Vereadores na Sessão Plenária Ordinária subsequente;
II – comunicada em Plenário, os Vereadores poderão apresentar emendas ao projeto de resolução, no prazo e forma definidos neste Regimento.
§ 2º As emendas e o projeto serão analisados pela Comissão de Constituição e Justiça, que deverá emitir parecer no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias.
§ 3º Aplicam-se subsidiariamente ao processo de alteração do Regimento Interno as normas do procedimento legislativo ordinário, naquilo em que não conflitarem com esta Seção.
§ 4º O projeto de resolução de alteração do Regimento Interno será discutido e votado em única sessão, observado o disposto neste Regimento, e sua aprovação dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
§ 5º A resolução que alterar o Regimento Interno será numerada e promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal.
§ 6º Aplica-se o mesmo rito previsto neste artigo à aprovação de novo Regimento Interno.

Seção VII
Do Julgamento de Contas de Governo do Prefeito

Art. 188. Recebido o parecer prévio ou o acórdão definitivo proferido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas do Prefeito Municipal, a Câmara Municipal realizará seu julgamento em sessão pública, assegurados os princípios da publicidade, do contraditório e da ampla defesa, no prazo de até 90 (noventa) dias, observado o seguinte rito especial:
I – o Presidente da Câmara determinará a imediata publicação do parecer prévio ou do acórdão definitivo e sua inclusão no Expediente da primeira sessão subsequente para ciência do Plenário;
II – após a ciência, as contas e a manifestação do Tribunal de Contas ficarão disponíveis para consulta pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, na Secretaria da Câmara Municipal e no sítio eletrônico oficial, assegurado o acesso eletrônico integral aos autos;
III – simultaneamente ao início do prazo de consulta pública, o processo será encaminhado à Comissão de Finanças e Fiscalização Orçamentária, que notificará o Prefeito ou o responsável pelas contas para apresentar defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias úteis, podendo a Comissão, mediante decisão fundamentada, conceder prorrogação por até 5 (cinco) dias úteis quando a complexidade da matéria ou o volume da documentação assim justificar.
IV – juntamente com a defesa escrita, o responsável pelas contas poderá arrolar até 3 (três) testemunhas, bem como juntar documentos, pareceres técnicos e produzir as demais provas admitidas em direito, que serão apreciadas pela Comissão, podendo as testemunhas ser ouvidas em audiência previamente designada, quando necessária à instrução;
V – a Comissão poderá determinar as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos relevantes, inclusive requisitar informações, documentos, esclarecimentos, pareceres técnicos e demais elementos de convicção aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, bem como às unidades administrativas da Câmara Municipal e, quando cabível, a outros órgãos públicos, suspendendo-se o prazo da instrução por até 10 (dez) dias para o seu cumprimento.
VI – Sempre que o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado envolver matérias afetas à competência de outra Comissão Permanente, a Comissão de Finanças e Fiscalização Orçamentária poderá solicitar manifestação técnica da respectiva Comissão, com a finalidade de subsidiar a instrução do processo de julgamento das contas, sem prejuízo da competência decisória da Comissão de Finanças e Fiscalização Orçamentária.
VII – sobrevindo fato novo, documento ou informação relevante capaz de influenciar o julgamento das contas, a Comissão concederá ao responsável pelas contas nova oportunidade para manifestação e apresentação de defesa complementar, no prazo de 10 (dez) dias, suspendendo-se, se necessário, o prazo da instrução até o seu término.
VIII – encerrada a instrução, o Relator emitirá parecer, no prazo de 10 (dez) dias, acompanhado de Projeto de Decreto Legislativo que:
a) acolha o posicionamento técnico do Tribunal de Contas; ou
b) rejeite o posicionamento técnico do Tribunal de Contas;
IX – aprovado o parecer e o respectivo Projeto de Decreto Legislativo pela Comissão, e decorrido integralmente o prazo de consulta pública previsto no inciso II, a matéria será incluída na Ordem do Dia da sessão subsequente;
X – o responsável pelas contas será notificado da data da sessão com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis para, pessoalmente ou por advogado constituído, apresentar defesa oral pelo prazo de até 30 (trinta) minutos, prorrogável por decisão fundamentada do Presidente da Câmara;
XI – durante a defesa oral não serão admitidos apartes, interrupções ou questionamentos;
XII – encerrada a defesa, o Projeto de Decreto Legislativo será submetido à discussão, facultando-se a cada Vereador manifestação pelo prazo de até 3 (três) minutos;
XIII – encerrada a discussão, proceder-se-á à votação nominal e eletrônica do Projeto de Decreto Legislativo;
XIV – o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal;
XV – O resultado do julgamento será imediatamente proclamado pelo Presidente da Câmara, mediante promulgação do respectivo Decreto Legislativo. A Câmara Municipal comunicará o julgamento ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, encaminhando-lhe cópia do Decreto Legislativo e da documentação pertinente. Rejeitadas as contas, o processo será encaminhado, no mesmo prazo, ao Ministério Público para as providências de sua competência, sem prejuízo da comunicação à Justiça Eleitoral, quando cabível.
§ 1º Se o Plenário deliberar em sentido diverso da conclusão constante do Projeto de Decreto Legislativo apresentado pela Comissão de Finanças e Fiscalização Orçamentária, caberá à Mesa Diretora lavrar e publicar o Decreto Legislativo correspondente ao resultado efetivamente aprovado, dispensadas nova tramitação e redação final.
§ 2º A decisão do Tribunal de Contas do Estado que imputar débito ou multa ao Prefeito ou responsável possui eficácia de título executivo e independe de apreciação ou ratificação pela Câmara Municipal para fins de cobrança judicial pelo ente competente.
§ 3º Recebido o acórdão definitivo do Tribunal de Contas do Estado que julgar irregulares as contas de gestão do Prefeito Municipal, na qualidade de ordenador de despesas, a Câmara Municipal procederá à sua apreciação político-administrativa para os efeitos previstos na Constituição Federal e na legislação eleitoral, observado o seguinte:
I – aplica-se, no que couber, o rito especial previsto neste artigo, assegurados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal;
II – o Decreto Legislativo consignará expressamente se a Câmara Municipal acolhe ou rejeita o julgamento técnico do Tribunal de Contas, servindo, quando cabível, como documento oficial a ser encaminhado à Justiça Eleitoral para os fins previstos na alínea "g" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;
III – o acórdão do Tribunal de Contas somente deixará de prevalecer mediante o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.
§ 4º Aplicam-se subsidiariamente a esta Seção, no que couber, as disposições deste Regimento Interno, da Lei Orgânica do Município, da legislação processual pertinente e os princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da publicidade, da motivação das decisões e da transparência administrativa, observada a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
§ 5º O julgamento das contas pela Câmara Municipal restringir-se-á aos aspectos político-administrativos de sua competência constitucional, vedada a rediscussão dos aspectos estritamente técnicos já apreciados pelo Tribunal de Contas, ressalvada a possibilidade de rejeição do parecer prévio pelo quórum constitucional de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.
§ 6º O Decreto Legislativo que formalizar o julgamento das contas deverá ser motivado, contendo relatório com a síntese do processo e dos principais atos de instrução, fundamentação com a análise das questões de fato e de direito que embasaram a deliberação do Plenário, indicando expressamente as razões de eventual divergência em relação ao parecer prévio ou ao acórdão do Tribunal de Contas do Estado, e dispositivo contendo a decisão final sobre o julgamento das contas.
§ 7º As razões de voto dos Vereadores que fundamentarem divergência em relação ao parecer prévio ou ao acórdão do Tribunal de Contas do Estado deverão constar integralmente da ata da sessão de julgamento, sem prejuízo de sua transcrição no Decreto Legislativo.
§ 8º Caberão embargos de declaração contra o Decreto Legislativo que julgar as contas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quando houver obscuridade, contradição, omissão sobre ponto ou questão que devesse ser apreciada ou erro material, vedada a sua utilização para rediscussão do mérito da decisão. Os embargos serão encaminhados à Comissão de Finanças e Fiscalização Orçamentária, que emitirá parecer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sendo submetidos ao julgamento do Plenário. Quando não implicarem modificação da conclusão do julgamento, os embargos serão acolhidos pelo voto da maioria simples dos vereadores presentes. Na hipótese de os embargos, excepcionalmente, poderem alterar o resultado do julgamento, será assegurado o contraditório ao Prefeito ou ao responsável pelas contas e observado o mesmo quórum exigido para a deliberação originária. A oposição dos embargos interrompe o prazo para comunicação do julgamento ao Tribunal de Contas do Estado e aos demais órgãos competentes, reiniciando-se sua contagem após a publicação da decisão.

Seção VIII
Do Julgamento do Prefeito por Infração Político-Administrativa

Art. 189. O processo de cassação do mandato do Prefeito Municipal por infrações político-administrativas observará integralmente o procedimento previsto no art. 5º do Decreto-Lei federal nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, assegurados o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e a motivação das decisões.
Parágrafo único. Os atos administrativos necessários ao cumprimento do procedimento serão disciplinados pelo Presidente da Câmara e pela Comissão Processante, desde que não impliquem modificação do rito, dos prazos, dos quóruns ou das garantias estabelecidos no Decreto-Lei federal nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.

Seção IX
Do Julgamento de Vereador por Infração Político-Administrativa

Art. 190. O processo de cassação do mandato de Vereador por infrações político-administrativas observará integralmente o procedimento previsto no art. 5º do Decreto-Lei federal nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, assegurados o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e a motivação das decisões.
Parágrafo único. Os atos administrativos necessários ao cumprimento do procedimento serão disciplinados pelo Presidente da Câmara e pela Comissão Processante, desde que não impliquem modificação do rito, dos prazos, dos quóruns ou das garantias estabelecidos no Decreto-Lei federal nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.

Seção X
Do Projeto de Consolidação

Art. 191. As leis municipais poderão ser reunidas em consolidações, constituídas por volumes sistemáticos contendo matérias conexas ou afins, formando, em seu conjunto, a Consolidação da Legislação Municipal.
§ 1º A consolidação consiste na reunião sistemática de normas vigentes sobre determinada matéria em um único diploma, com revogação formal das leis incorporadas, sem modificação de seu alcance normativo.
§ 2º Os projetos de consolidação poderão ser propostos pelo Prefeito, por Vereador ou por Comissão da Câmara Municipal.
Art. 192. A tramitação dos projetos de consolidação observará o seguinte rito especial:
I – protocolizado o projeto de consolidação, acompanhado de sua justificativa, este será imediatamente publicado e divulgado nos meios eletrônicos oficiais, sendo comunicado aos Vereadores na Sessão Plenária subsequente;
II – Apresentado em Plenário, o projeto será encaminhado imediatamente à Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal para emissão de parecer técnico-jurídico no prazo de até 5 (cinco) dias.;
III – munido do parecer da Procuradoria Jurídica, o processo será enviado à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão Permanente cuja competência se relacione à matéria, observados os seguintes procedimentos:
a) os relatores das Comissões utilizarão o parecer da Procuradoria Jurídica como subsídio técnico para a lavratura de seus relatórios;
b) poderão ser apresentadas emendas pelos Vereadores perante as Comissões, antes da deliberação do parecer do relator;
c) o relator examinará a forma, a sistematização, a constitucionalidade e a adequação normativa do projeto de consolidação, bem como as emendas apresentadas, observando os ditames da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998;
d) aprovados os pareceres nas Comissões competentes, o projeto será devolvido ao Presidente da Câmara para inclusão na pauta;
IV – recebidos os pareceres das Comissões, o Presidente da Câmara incluirá a matéria na Ordem do Dia para deliberação em Plenário;
V – aprovado o projeto em Plenário, a Mesa Diretora realizará a lavratura do texto final consolidado para fins de autógrafo e envio para sanção ou promulgação, dispensada a fase de redação final em comissão.
§ 1º Aplicam-se subsidiariamente ao processo de consolidação as normas do procedimento legislativo ordinário, naquilo que não conflitarem com esta Seção.
§ 2º O projeto de consolidação será discutido e votado em sessão única, exigindo-se maioria simples dos Vereadores presentes.
§ 3º Se a consolidação envolver lei complementar, sua aprovação observará o quórum de maioria absoluta, nos termos exigidos pela Lei Orgânica Municipal.
§ 4º Na primeira Sessão Legislativa de cada Legislatura, a Mesa Diretora promoverá a atualização da Consolidação da Legislação Municipal, incorporando as leis, resoluções, decretos legislativos e emendas à Lei Orgânica promulgadas na legislatura anterior, devidamente ordenadas e sistematizadas.

Seção XI
Do Projeto de Lei Complementar

Art. 193. Lei Complementar disciplina matérias de maior relevância e complexidade, nos termos previstos na Lei Orgânica Municipal.
§ 1º A Lei Complementar somente poderá ser alterada por meio de Projeto de Lei Complementar, observado o mesmo quórum e rito exigidos para sua aprovação.
§ 2º É vedada, como regra geral, a submissão de projetos de lei complementar ao rito de urgência, admitindo-se, excepcionalmente, a tramitação sob esse regime mediante requerimento fundamentado da Mesa Diretora ou do Prefeito Municipal, aprovado pelo Plenário por quórum de 2/3 (dois terços) dos presentes, desde que fique demonstrado o iminente perigo à ordem pública, à saúde coletiva, às finanças municipais ou em casos de calamidade pública
§ 3º A aprovação da Lei Complementar dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
§ 4º Aplicam-se aos Projetos de Lei Complementar, no que couber, as normas do processo legislativo ordinário previstas neste Regimento.

Seção XII
Da Sustação de Ato do Poder Executivo

Art. 194. Qualquer Vereador poderá propor projeto de decreto legislativo para sustar ato normativo do Prefeito que exorbite o poder regulamentar ou extrapole os limites da delegação legislativa.
§ 1º O autor do projeto de decreto legislativo deverá indicar, na justificativa, de forma expressa, o ato normativo impugnado e os fundamentos jurídicos da sustação pretendida.
§ 2º Protocolado o projeto de decreto legislativo, este observará o seguinte rito especial:
I – será publicado e divulgado, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
II – após a divulgação, será comunicado ao Plenário na Sessão subsequente;
III – comunicado em Plenário, o projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para instrução;
IV – a Comissão de Constituição e Justiça:
a) designará relator para emissão de parecer;
b) solicitará ao Presidente da Câmara a notificação do Prefeito, para que apresente defesa escrita no prazo de 15 (quinze) dias;
c) emitirá parecer conclusivo sobre a matéria;
V – recebido o parecer, o Presidente da Câmara determinará sua divulgação pelo prazo de 24 (vinte e quatro) horas e incluirá a matéria na Ordem do Dia, observado o art. 105 deste Regimento Interno;
VI – a aprovação do projeto de decreto legislativo dependerá de maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;
VII – rejeitado o projeto, será arquivado;
VIII – aprovado o projeto, será promulgado pelo Presidente da Câmara, com comunicação ao Prefeito;
IX – publicado o decreto legislativo, o ato normativo impugnado terá seus efeitos sustados, nos limites da decisão legislativa.
§ 3º O prazo para instrução do processo pela Comissão de Constituição e Justiça será de até 30 (trinta) dias, incluído o prazo de defesa previsto no inciso IV, alínea "b".
§ 4º O prazo entre a solicitação de notificação e a efetiva ciência do Prefeito não será computado no prazo previsto no § 3º.

Seção XIII
Da Licença do Prefeito

Art. 195. O Prefeito Municipal não poderá, sem licença da Câmara Municipal, afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município por prazo superior a 15 (quinze) dias, sob pena de perda do mandato.
§ 1º O pedido de licença será formalizado por meio de requerimento escrito do Chefe do Executivo, o qual será incluído imediatamente na Ordem do Dia da primeira sessão subsequente, independentemente de parecer de Comissão.
§ 2º O requerimento de licença deverá especificar o motivo do afastamento, dividindo-se nas seguintes hipóteses:
I – motivo de doença comprovada, para tratamento de saúde;
II – gozo de férias regulamentares;
III – serviço ou missão oficial de representação do Município, devendo indicar a natureza e a finalidade do afastamento.
§ 3º Aprovado o requerimento pelo Plenário, a Mesa Diretora expedirá e promulgará imediatamente o respectivo Decreto Legislativo de autorização, formalizando o afastamento e convocando o Vice-Prefeito, se for o caso.
Art. 196. Durante o recesso parlamentar, a licença do Prefeito Municipal poderá ser autorizada pela Comissão Representativa da Câmara Municipal.
Parágrafo único. A decisão da Comissão Representativa que autorizar a licença será formalizada por ato próprio do colegiado, publicado no Diário Oficial, e comunicada formalmente a todos os Vereadores na primeira sessão após o retorno dos trabalhos.

Capítulo IV
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA PELO RITO DE URGÊNCIA

Seção I
Do Rito de Urgência

Art. 197. O Prefeito Municipal, mediante exposição de motivos que justifique a necessidade de tramitação urgente, poderá solicitar regime de urgência para os projetos de lei de sua iniciativa.
§ 1º Não havendo deliberação da Câmara Municipal no prazo de 30 (trinta) dias sobre a proposição em regime de urgência, esta será incluída automaticamente na Ordem do Dia da Sessão subsequente, com ou sem parecer das Comissões, sobrestando-se a deliberação dos demais assuntos até a sua votação final.
§ 2º O prazo previsto no § 1º não corre durante os períodos de recesso parlamentar, aplicando-se a projetos de lei complementar apenas nas hipóteses excepcionais previstas neste Regimento, mediante aprovação do Plenário pelo quórum qualificado de 2/3 (dois terços) dos presentes.
§ 3º Os prazos para manifestação da Procuradoria Jurídica e de cada uma das Comissões Permanentes serão reduzidos para até 3 (três) e 5 (cinco) dias úteis, respectivamente, a partir do recebimento da solicitação de urgência em seus respectivos âmbitos.
§ 4º A tramitação em regime de urgência não dispensa, quando exigível, a realização de audiência pública e demais mecanismos de participação popular previstos neste Regimento.
§ 5º A ausência de exposição de motivos ensejará o processamento da proposição pelo rito ordinário.
§ 6º Aplicam-se subsidiariamente as normas do processo legislativo ordinário, no que não forem incompatíveis com esta Seção.
§ 7º Não será admitido regime de urgência para proposições submetidas a rito especial.

Seção II
Da Urgência Parlamentar

Art. 198. O Vereador poderá requerer, por escrito e com justificativa, a concessão de urgência parlamentar para projeto de lei de sua autoria, enquanto a matéria estiver em tramitação nas Comissões.
§ 1º O requerimento de urgência parlamentar será incluído na Ordem do Dia da sessão subsequente à sua apresentação, sendo deliberado pelo Plenário em votação única, sem discussão, exigido o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
§ 2º Durante o interstício entre a apresentação do requerimento e a deliberação do Plenário, a tramitação do projeto nas Comissões Permanentes seguirá o seu curso ordinário, sem interrupção ou efeito suspensivo.
§ 3º Aprovado o requerimento de urgência parlamentar, o projeto de lei passará a tramitar sob o regime abreviado, aplicando-se-lhe os prazos reduzidos previstos no § 3º do art. 197 deste Regimento, vedado o sobrestamento ou trancamento da pauta de que trata o § 1º do mesmo artigo.

Capítulo V
DA PREFERÊNCIA

Art. 199. Preferência é a primazia na ordenação da pauta ou da votação de uma proposição sobre outras, nas sessões em que devam ser apreciadas.
§ 1º Terão preferência absoluta na Ordem do Dia, com o sobrestamento das demais deliberações da Casa, os vetos presidenciais com prazo legal de apreciação expirado, nos termos da legislação superior.
§ 2º Respeitado o disposto no § 1º, a ordem de preferência para apreciação das matérias na Ordem do Dia obedecerá à seguinte gradação:
I – vetos dentro do prazo legal;
II – propostas de emenda à Lei Orgânica;
III – projetos de lei em regime de urgência com prazo de pauta sobrestada;
IV – matérias orçamentárias (Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual);
V – projetos de lei em regime especial de tramitação;
VI – demais proposições em regime ordinário.
Art. 200. As emendas e substitutivos terão preferência de votação na seguinte ordem cronológica, visando à economia processual:
I – o substitutivo de Comissão sobre o projeto original;
II – o substitutivo de Vereador sobre o projeto original, caso rejeitado o de Comissão;
III – as emendas supressivas;
IV – as emendas substitutivas;
V – as emendas modificativas;
VI – as emendas aditivas.
§ 1º Aprovado um substitutivo, este passará a figurar como projeto definitivo, restando prejudicados o projeto original e todas as emendas a ele apresentadas.
§ 2º As emendas de Comissão têm preferência de votação sobre as emendas de Vereador da mesma natureza.
§ 3º Havendo mais de um requerimento de preferência sobre a mesma matéria, o Presidente submeterá imediatamente ao Plenário a deliberação sobre a ordem de apreciação, sem discussão.

Capítulo VI
DA PREJUDICIALIDADE

Art. 201. Considera-se prejudicada a proposição ou matéria quando, por fato superveniente ou decisão anterior do Plenário, restar inviabilizada sua apreciação ou ocorrer a perda de seu objeto, especialmente nas seguintes hipóteses:
I – proposição com idêntico objeto a outra que já tenha sido convertida em lei ou rejeitada na mesma Sessão Legislativa;
II – projeto original, bem como as emendas a ele apresentadas, quando aprovado substitutivo que o altere integralmente ou o substitua;
III – emenda de conteúdo idêntico ou incompatível com o texto de outra emenda ou artigo já aprovado;
IV – emenda de conteúdo idêntico a outra já rejeitada.
§ 1º Constatada a existência de proposições idênticas ou correlatas em tramitação simultânea, o Presidente da Câmara determinará a sua apensação ao processo que tiver o protocolo mais antigo, para que tramitem e sejam votadas conjuntamente, vedada a declaração de prejudicialidade por mera celeridade de tramitação.
§ 2º A prejudicialidade será declarada de ofício pelo Presidente da Câmara Municipal ou mediante requerimento escrito de Vereador.
§ 3º Havendo impugnação ou dúvida relevante sobre a declaração de prejudicialidade, o Presidente submeterá a matéria à deliberação do Plenário, em votação única e sem discussão.

Título V
DA CONCESSÃO DE TÍTULO HONORÍFICO

Art. 202. A entrega de título honorífico será realizada em Sessão Solene especialmente convocada para esse fim, sendo expressamente vedada a sua realização nos 90 (noventa) dias anteriores à data das eleições municipais.
Parágrafo único. Na Sessão Solene de outorga, farão uso da palavra o Presidente da Câmara, o Vereador propositor, o homenageado ou autoridade por ele designada, e os demais Vereadores e autoridades que se inscreverem previamente junto ao Cerimonial, observado o tempo limite de fala fixado pela Presidência para a sessão.
Art. 203. O projeto de decreto legislativo de concessão de título honorífico deverá ser submetido à discussão e votação, dispondo cada Vereador do prazo máximo de 5 (cinco) minutos para sua manifestação.
Art. 204. O Vereador propositor deverá anexar, junto à justificativa do projeto, o disposto na legislação municipal.
§ 1º É vedada a concessão de honrarias a pessoas que se enquadrem nas hipóteses de inelegibilidade previstas na legislação federal (Lei da Ficha Limpa) ou que tenham sido condenadas por atos de improbidade administrativa.
§ 2º Cada Vereador poderá propor, no máximo, 4 (quatro) títulos honoríficos por Sessão Legislativa (ano).
Art. 205. A concessão de títulos honoríficos observará as espécies, exigências e procedimentos estabelecidos na legislação municipal específica.

Título VI
DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO PARLAMENTAR

Art. 206. A atividade de fiscalização da Administração Pública Direta e Indireta pelo Poder Legislativo Municipal será exercida por meio dos instrumentos previstos na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno, abrangendo o controle político, administrativo, financeiro e orçamentário, especialmente por meio de:
I – pedidos de informações escritos encaminhados ao Poder Executivo;
II – convocação de Secretários Municipais, dirigentes da administração indireta ou autoridades equivalentes para prestarem esclarecimentos em Plenário ou nas Comissões;
III – Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI);
IV – realização de vistorias, inspeções técnicas e visitas fiscalizatórias presenciais em repartições públicas, obras e serviços municipais;
V – realização de audiências públicas obrigatórias para demonstração e avaliação do cumprimento de metas fiscais e relatórios de gestão da saúde, nos termos da legislação federal complementar.
Parágrafo único. A Câmara Municipal editará resolução específica para disciplinar os procedimentos de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação da atividade de fiscalização parlamentar, bem como para instituir o Plano Anual de Fiscalização do Poder Executivo, devendo este ser publicado no site oficial da Câmara Municipal, contendo as diretrizes, prioridades, critérios, metodologia e instrumentos de controle a serem observados no exercício da função fiscalizatória.
Art. 207. Como instrumento de apoio à atividade de fiscalização e promoção da participação cidadã, funcionará junto à Câmara Municipal a Ouvidoria Parlamentar.
§ 1º A Ouvidoria Parlamentar é o órgão de interlocução direta entre a sociedade e o Poder Legislativo, competindo-lhe receber, registrar, canalizar e acompanhar as denúncias, reclamações, representações, sugestões e elogios dos cidadãos referentes a serviços e atos da Administração Pública Municipal e da própria Câmara.
§ 2º As denúncias e reclamações fundadas recebidas pela Ouvidoria que apontem indícios de irregularidades administrativas, desvio de finalidade ou malversação de recursos públicos serão imediatamente encaminhadas pelo Ouvidor:
I – à Presidência da Câmara Municipal;
II – à Comissão Permanente cuja competência se relacione com a matéria, para fins de fiscalização e eventual propositura de medidas cabíveis.
§ 3º A organização interna, as atribuições específicas do Ouvidor e os procedimentos de atendimento da Ouvidoria Parlamentar serão disciplinados em Lei.

Capítulo I
DA CONVOCAÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL OU AUTORIDADE VINCULADA AO PREFEITO

Art. 208. O Secretário Municipal, dirigente de autarquia, fundação pública ou autoridade equivalente vinculada ao Prefeito poderá ser convocado pela Câmara Municipal para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos inerentes às atribuições de seu cargo, perante Comissão Permanente ou em Sessão Plenária especialmente designada.
§ 1º A convocação dependerá de aprovação do Plenário, mediante requerimento, salvo quando promovida por Comissão Permanente no exercício de sua competência fiscalizatória, cabendo ao Presidente da Câmara formalizá-la por meio de ofício encaminhado à autoridade convocada, com ciência ao Prefeito, indicando de forma clara e objetiva os fatos e os assuntos que motivam a convocação.
§ 2º O comparecimento da autoridade convocada deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do ofício, competindo à Mesa Diretora fixar a data e o horário da sessão, notificando o convocado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.
§ 3º O não comparecimento injustificado da autoridade convocada, a recusa em prestar as informações solicitadas ou a prestação de informações comprovadamente falsas sujeitarão o agente às consequências previstas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e na legislação aplicável.
§ 4º O convocado disporá de até 30 (trinta) minutos para exposição inicial, restrita ao objeto da convocação, vedadas interrupções.
§ 5º Encerrada a exposição, terá início a fase de interpelações pelos Vereadores, observada a ordem de inscrição, assegurada preferência ao autor do requerimento de convocação.
§ 6º Cada Vereador disporá de até 3 (três) minutos para formular cada pergunta, vedados apartes, dispondo o convocado de igual prazo para respondê-la, facultadas uma réplica e uma tréplica, pelo prazo de até 2 (dois) minutos cada.
§ 7º As perguntas deverão guardar pertinência com o objeto da convocação, cabendo ao Presidente advertir o Vereador ou o convocado que se desviar da matéria, utilizar linguagem ofensiva ou adotar comportamento incompatível com a ordem dos trabalhos e, persistindo a conduta, retirar-lhe a palavra.
Art. 209. O Prefeito, os Secretários Municipais, os dirigentes de autarquias, fundações públicas ou autoridades equivalentes poderão comparecer espontaneamente perante o Plenário ou Comissão Permanente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos sobre assuntos de interesse público, mediante prévio ajuste com o Presidente da Câmara, que definirá a data e o horário da reunião, aplicando-se, no que couber, o procedimento previsto neste Capítulo.

Capítulo II
DO COMPARECIMENTO DO PREFEITO

Art. 210. O Prefeito poderá comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convite do Plenário, para prestar esclarecimentos sobre assuntos de interesse público, em data e horário previamente acordados com o Presidente da Casa.
§ 1º Durante a exposição inicial, o Prefeito não será interrompido nem aparteado.
§ 2º Encerrada a exposição, os Vereadores poderão formular interpelações sobre o tema objeto da manifestação, assegurado ao Prefeito o direito de prestar os esclarecimentos complementares que entender pertinentes.
§ 3º O Prefeito poderá fazer-se acompanhar de Secretários Municipais, assessores técnicos ou demais auxiliares cuja presença seja necessária aos esclarecimentos.
§ 4º O comparecimento espontâneo do Prefeito não prejudica o exercício das competências fiscalizatórias da Câmara Municipal nem afasta a possibilidade de convocação de Secretário Municipal ou de autoridade equivalente, na forma deste Regimento Interno.

Capítulo III
DO PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Art. 211. O pedido de informação será formulado por escrito por Vereador e terá por objetivo obter esclarecimentos sobre fato determinado relacionado à Administração Pública Municipal.

§ 1º O pedido será encaminhado à Mesa Diretora, que dará ciência ao Plenário no Expediente da Sessão subsequente e o remeterá ao Poder Executivo, que deverá respondê-lo no prazo de 20 (vinte) dias, contados do seu recebimento.
§ 2º Em casos devidamente justificados, o Prefeito poderá solicitar prorrogação do prazo por igual período, mediante justificativa expressa e tempestiva.
§ 3º A Mesa Diretora poderá indeferir pedidos de informação manifestamente anti-regimentais ou que não atendam aos requisitos deste artigo, mediante decisão fundamentada, cabendo recurso ao Plenário.

Capítulo IV
DO PEDIDO DE INFORMAÇÃO A ÓRGÃOS ESTADUAIS

Art. 212. A Câmara Municipal, mediante requerimento aprovado pelo Plenário, poderá solicitar informações a órgãos da Administração Pública Estadual, direta ou indireta, cuja atuação se relacione com fatos ocorridos ou com impactos no âmbito do Município.
Parágrafo único. O pedido de informações deverá versar sobre fato determinado, devidamente justificado no requerimento.

Título VII
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Capítulo I
DA INICIATIVA POPULAR

Art. 213. A iniciativa popular no processo legislativo municipal será exercida nos termos da Lei Orgânica do Município e deste Regimento Interno.
Parágrafo único. A iniciativa popular será exercida por, no mínimo, 10% (dez por cento) do eleitorado do Município, mediante apresentação de projeto de lei de interesse específico local.
Art. 214. Será assegurado o prazo de até 10 (dez) minutos, na Sessão Plenária de apresentação da proposição, para que o representante dos subscritores faça a justificativa do projeto de lei de iniciativa popular.
Art. 215. O representante dos subscritores deverá limitar sua manifestação ao conteúdo do projeto de iniciativa popular, observadas as normas de respeito institucional e disciplina parlamentar.
Parágrafo único. Durante sua manifestação, o expositor deverá:
I – apresentar-se de forma compatível com o decoro da Casa;
II – dirigir-se à Mesa e aos Vereadores com urbanidade;
III – utilizar a Tribuna, quando disponível, para sua exposição.

Capítulo II
DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 216. Cada Comissão Permanente poderá realizar audiência pública, mediante deliberação de seus membros, para instrução de matéria legislativa em tramitação, fiscalização de políticas públicas ou debate de assuntos de relevante interesse público relacionados à sua área de competência, assegurada a participação de entidades da sociedade civil, especialistas e de qualquer cidadão interessado.
Parágrafo único. A audiência pública poderá ser realizada em qualquer local do território do Município, com ampla divulgação pelos meios oficiais da Câmara Municipal, sendo sua data, horário e local definidos previamente pelo Presidente da Comissão, que comunicará os interessados com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.
Art. 217. Aprovada a realização da audiência pública, mediante aprovação da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, a Comissão selecionará as autoridades, especialistas, representantes de entidades e demais interessados que serão ouvidos.
§ 1º Havendo posições divergentes sobre a matéria em debate, a Comissão assegurará a manifestação das diferentes correntes de opinião.
§ 2º Cada expositor disporá de até 10 (dez) minutos para sua manifestação, prazo prorrogável a critério do Presidente da Comissão, vedados apartes durante a exposição.
§ 3º O Presidente da Comissão poderá advertir o expositor e, persistindo o desvio do tema ou a perturbação da ordem dos trabalhos, retirar-lhe a palavra ou determinar sua retirada do recinto.
§ 4º O expositor poderá ser assistido por assessores técnicos, mediante comunicação prévia ao Presidente da Comissão.
§ 5º Os Vereadores poderão formular perguntas ao expositor, na ordem estabelecida pelo Presidente da Comissão, exclusivamente sobre a matéria objeto da audiência, pelo prazo de até 3 (três) minutos, assegurado igual prazo para resposta, facultadas uma réplica e uma tréplica, vedada qualquer extrapolação do objeto da audiência.
Art. 218. Da audiência pública será lavrada ata, preferencialmente em meio eletrônico, contendo o registro dos principais pronunciamentos, documentos apresentados e deliberações eventualmente adotadas pela Comissão.
Parágrafo único. Será assegurado aos interessados o acesso aos registros e a obtenção de cópias dos documentos apresentados na audiência pública, observado o disposto na legislação de acesso à informação.

Título VIII
DA ÉTICA E DO DECORO PARLAMENTAR

Art. 219. O exercício do mandato parlamentar exige conduta compatível com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município, este Regimento Interno e os princípios da ética e do decoro parlamentar.
Parágrafo único. A atividade parlamentar observará, especialmente, os seguintes princípios:
I – legalidade;
II – impessoalidade;
III – moralidade;
IV – publicidade;
V – eficiência;
VI – democracia;
VII – representatividade;
VIII – transparência;
IX – boa-fé;
X – urbanidade e respeito institucional.

Capítulo I
DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Art. 220. A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, aplicando-se-lhe, no que couber, as disposições regimentais relativas às Comissões Permanentes, destina-se a apreciar representações relativas à prática de atos incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar atribuídos aos Vereadores, ressalvadas as hipóteses submetidas ao procedimento de cassação previsto na legislação federal.
§ 1º A Comissão será composta por 3 (três) membros, observada, sempre que possível, a proporcionalidade partidária, designados pela Mesa Diretora e referendados pelo Plenário, para mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução.
§ 2º A designação dos membros para o mandato subsequente será realizada pela Mesa Diretora e submetida ao referendo do Plenário na última Sessão Plenária Ordinária da Sessão Legislativa, iniciando-se o novo mandato no primeiro dia da Sessão Legislativa seguinte.
§ 3º Em sua primeira reunião, a Comissão elegerá dentre seus membros o Presidente e o Vice-Presidente.
§ 4º O membro da Comissão que figure como representado, denunciante, testemunha ou possua interesse direto na matéria ficará impedido de atuar no respectivo processo, sendo substituído por outro Vereador designado pela Mesa Diretora, observada, sempre que possível, a proporcionalidade partidária.
§ 5º A Comissão reunir-se-á por convocação de seu Presidente sempre que necessário.
Art. 221. Os membros da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar deverão:
I – exercer suas funções com independência, imparcialidade, discrição e observância do devido processo legal;
II – manter o sigilo dos atos processuais quando determinado pela Comissão ou quando exigido pela natureza da matéria;
III – comparecer a, no mínimo, dois terços das reuniões da Comissão, salvo motivo justificado.
§ 1º O membro que descumprir os deveres previstos neste artigo poderá ser destituído da Comissão, mediante deliberação da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, assegurados o

contraditório e a ampla defesa, observado o procedimento do art. 36 deste Regimento Interno, no que couber.
§ 2º Ocorrendo vacância, impedimento ou destituição de membro da Comissão, a Mesa Diretora procederá à designação do respectivo substituto, observado, sempre que possível, o critério da proporcionalidade partidária.
Art. 222. Compete à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar:
I – zelar pela observância da ética, do decoro parlamentar e da dignidade do Poder Legislativo;
II – propor projetos de resolução e outras proposições relacionadas à matéria de sua competência;
III – instruir processos disciplinares destinados à apuração das infrações éticas previstas neste Regimento, elaborando os respectivos pareceres;
IV – receber e analisar representações relativas às infrações éticas e disciplinares previstas neste Regimento, ressalvadas aquelas submetidas ao procedimento específico de cassação de mandato previsto na legislação federal;
V – promover palestras, cursos, seminários e ações educativas voltadas ao aperfeiçoamento da atividade parlamentar;
VI – emitir parecer sobre matérias relacionadas à ética e ao decoro parlamentar quando solicitada;
VII – responder consultas formuladas pela Mesa Diretora, pelas Comissões ou por Vereadores sobre matéria de sua competência;
VIII – receber e manter arquivadas as declarações de bens apresentadas pelos Vereadores no início e ao término do mandato, quando exigidas pela legislação;
IX – manter intercâmbio institucional com órgãos legislativos e entidades voltadas ao estudo e aperfeiçoamento da ética parlamentar.
Art. 223. Recebida representação ou denúncia de competência da Comissão, o Presidente designará Relator dentre seus membros, observados os impedimentos regimentais.
§ 1º Compete ao Relator:
I – conduzir a instrução do processo;
II – determinar as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, quando autorizadas pela Comissão;
III – elaborar relatório circunstanciado e apresentar parecer conclusivo;
IV – praticar os demais atos inerentes à instrução processual.
§ 2º O Relator será substituído nos casos de impedimento, suspeição ou afastamento, mediante nova designação do Presidente da Comissão.

Capítulo II
DOS PRECEITOS ÉTICOS REFERENTES AO PODER LEGISLATIVO E AOS PARLAMENTARES

Seção I
Da Prerrogativa do Poder Legislativo

Art. 224. As prerrogativas parlamentares constituem garantias institucionais destinadas a assegurar a independência do Poder Legislativo e o livre exercício do mandato parlamentar.
Art. 225. O Vereador é inviolável, por suas opiniões, palavras e votos proferidos no exercício do mandato e na circunscrição do Município, nos termos do art. 29, inciso VIII, da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município.

Seção II
Da Classificação das Infrações Éticas

Art. 226. Para fins exclusivamente disciplinares e éticos, as condutas contrárias aos deveres previstos neste Título serão classificadas, conforme sua natureza e gravidade, em:
I – infrações éticas leves, sujeitas à censura verbal;
II – infrações éticas, sujeitas à censura escrita;
III – infrações éticas de maior gravidade, sujeitas à apuração pela Comissão de Ética, sem prejuízo da adoção das providências cabíveis quando os fatos também puderem caracterizar infração político-administrativa prevista na legislação federal.
§ 1º A classificação da conduta observará a gravidade concreta do fato, sua relação com o exercício do mandato, a existência de dolo ou manifesta má-fé, a extensão do dano, a repercussão institucional e as circunstâncias agravantes e atenuantes.
§ 2º A reincidência poderá justificar a aplicação de sanção mais gravosa, desde que observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e individualização da sanção.
§ 3º As disposições deste Título possuem natureza exclusivamente ética e disciplinar e não criam, ampliam ou modificam hipóteses de infrações político-administrativas sujeitas à perda ou cassação do mandato, cuja disciplina observará a Constituição Federal e a legislação federal aplicável.
§ 4º Quando os fatos apurados puderem caracterizar infração político-administrativa sujeita à perda do mandato, serão adotadas as providências cabíveis, observando-se integralmente as hipóteses, os requisitos, os quóruns, os prazos e o procedimento estabelecidos na legislação federal aplicável.

Seção III
Das Infrações Éticas Leves

Art. 227. Consideram-se infrações éticas leves as condutas de menor gravidade praticadas no curso das Sessões Plenárias, reuniões de Comissão ou demais atividades oficiais da Câmara Municipal que perturbem ou dificultem o regular andamento dos trabalhos legislativos, sem configurar ofensa grave, abuso das prerrogativas parlamentares ou outra conduta de maior gravidade.
§ 1º Constituem, especialmente, infrações éticas leves:
I – interromper, sem autorização, o pronunciamento de outro Vereador ou orador;
II – realizar aparte sem a autorização do orador ou em desacordo com as regras regimentais;
III – exceder deliberadamente o tempo destinado ao pronunciamento, após advertência do Presidente;
IV – desatender determinação do Presidente destinada à manutenção da ordem ou ao regular desenvolvimento dos trabalhos;
V – promover conversas, manifestações ou intervenções que perturbem o andamento da Sessão Plenária ou reunião de Comissão;
VI – utilizar linguagem inadequada, descortês ou áspera, sem conteúdo ofensivo grave;
VII – manifestar-se ou comportar-se de maneira inadequada durante a discussão ou votação de matéria, quando a conduta não comprometer a regularidade do procedimento;
VIII – descumprir, de forma pontual e sem consequência relevante, determinação regimental relacionada à organização dos trabalhos legislativos.
§ 2º A prática de infração ética leve sujeitará o Vereador à censura verbal, observadas as disposições deste Título.
§ 3º A reincidência em infração leve poderá ensejar censura escrita, na forma deste Regimento.

Seção IV
Das Infrações Éticas Sujeitas à Censura Escrita

Art. 228. Consideram-se infrações éticas sujeitas à censura escrita as condutas que, embora não apresentem gravidade suficiente para ensejar as consequências previstas na legislação federal para infrações político-administrativas, violem de forma relevante os deveres éticos, regimentais ou institucionais inerentes ao exercício do mandato.
§ 1º Constituem, especialmente, infrações sujeitas à censura escrita:
I – reincidir, no prazo de 90 (noventa) dias, em infração ética leve anteriormente punida com censura verbal;
II – dirigir, deliberadamente, manifestação ofensiva, desrespeitosa ou incompatível com a urbanidade a Vereador, servidor, autoridade ou cidadão no exercício de atividade parlamentar, quando a conduta não apresentar gravidade superior;
III – perturbar deliberadamente os trabalhos legislativos de forma reiterada ou relevante;
IV – descumprir reiteradamente deveres previstos neste Regimento Interno relacionados ao exercício do mandato;
V – utilizar prerrogativa parlamentar de maneira inadequada, quando a conduta não configurar abuso de maior gravidade;
VI – utilizar atividade, pronunciamento ou manifestação parlamentar para promoção pessoal indevida, quando a conduta não envolver obtenção de vantagem ilícita;
VII – utilizar de forma inadequada bens, equipamentos, canais de comunicação ou estrutura administrativa da Câmara Municipal, quando a conduta não produzir dano relevante;

VIII – divulgar, de forma irresponsável ou sem a devida cautela, informação obtida no exercício do mandato, quando não protegida por sigilo legal, mas cuja divulgação cause relevante prejuízo institucional;
IX – deixar injustificadamente de cumprir obrigação ou determinação regimental relacionada ao exercício do mandato;
X – praticar outras condutas que, embora incompatíveis com os deveres éticos e institucionais do mandato, não apresentem gravidade superior às previstas neste artigo.
§ 2º A prática das infrações previstas neste artigo sujeitará o Vereador à censura escrita, mediante processo disciplinar, assegurados o contraditório, a ampla defesa e a motivação da decisão.
§ 3º A reincidência em infração sujeita à censura escrita poderá ser considerada circunstância agravante na análise de nova conduta.

Seção V
Das Infrações Éticas de Maior Gravidade

Art. 229. Consideram-se infrações éticas de maior gravidade as condutas que, pelas circunstâncias concretas, pela intensidade da violação aos deveres parlamentares ou pela repercussão institucional, ultrapassem o âmbito das infrações sujeitas à censura verbal ou escrita.
§ 1º Na avaliação da gravidade da conduta serão considerados, especialmente:
I – a intensidade da ofensa aos deveres inerentes ao mandato;
II – a existência de dolo ou manifesta má-fé;
III – a relação da conduta com o exercício do mandato;
IV – a extensão do dano causado ao Poder Legislativo ou ao interesse público;
V – a repercussão institucional da conduta;
VI – a obtenção ou tentativa de obtenção de vantagem indevida;
VII – a existência de reincidência;
VIII – as circunstâncias agravantes e atenuantes.
§ 2º A apuração de infração ética de maior gravidade pela Comissão de Ética não implica, por si só, perda ou cassação do mandato.
§ 3º Quando os fatos puderem caracterizar procedimento incompatível com a dignidade da Câmara Municipal ou falta de decoro na conduta pública, nos termos da legislação federal aplicável, a Câmara adotará as providências cabíveis, sem criar hipótese autônoma de perda ou cassação de mandato.
§ 4º O eventual processo de cassação observará exclusivamente as hipóteses, os requisitos e o procedimento estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e na legislação federal aplicável, especialmente no Decreto-Lei Federal nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.

Seção VI
Das Declarações Públicas

Art. 230. O Vereador deverá apresentar as declarações exigidas pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica do Município e pela legislação aplicável, especialmente a declaração de bens apresentada por ocasião da posse e ao término do mandato.
§ 1º Sempre que matéria submetida à deliberação envolver interesse particular direto do Vereador, este deverá declarar seu impedimento ou justificar sua participação na discussão e na votação, para registro em ata, observadas as disposições legais e regimentais aplicáveis.
§ 2º As declarações de que trata este artigo permanecerão arquivadas junto à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, ficando seu acesso sujeito à legislação aplicável, assegurada a proteção dos dados pessoais e das informações sigilosas.
§ 3º O acesso às declarações observará a Lei de Acesso à Informação, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e as demais normas aplicáveis.

Capítulo III
DAS MEDIDAS DISCIPLINARES

Seção I
Das Sanções Éticas Aplicáveis aos Vereadores

Art. 231. O Vereador que praticar conduta incompatível com a ética parlamentar ou infringir os deveres previstos neste Regimento ficará sujeito, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, às seguintes sanções disciplinares:
I – censura verbal, nas hipóteses de infrações éticas leves;
II – censura escrita, nas hipóteses de infrações éticas previstas neste Regimento.
Parágrafo único. A perda do mandato não constitui sanção disciplinar prevista neste Capítulo, devendo eventual cassação observar exclusivamente as hipóteses e o procedimento estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e na legislação federal aplicável.

Subseção I
Da Censura Verbal

Art. 232. A censura verbal será aplicada pelo Presidente da Câmara Municipal, nas Sessões Plenárias, ou pelo Presidente de Comissão, em suas respectivas reuniões, quando o Vereador praticar infração ética leve prevista no art. 227 deste Regimento.
§ 1º A censura verbal poderá ser aplicada de imediato quando a conduta ocorrer durante os trabalhos legislativos e sua cessação for necessária à preservação da ordem.
§ 2º A censura verbal será registrada em ata quando aplicada formalmente pelo Presidente.
§ 3º A aplicação da censura verbal não impede a adoção de providências posteriores caso a conduta venha a revelar gravidade superior à inicialmente constatada.

Subseção II
Da Censura Escrita

Art. 233. A censura escrita será aplicada pela Mesa Diretora, após regular processo disciplinar e parecer da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, nas hipóteses previstas no art. 228 deste Regimento.
§ 1º A decisão deverá ser fundamentada e indicará os fatos apurados, as normas infringidas, as circunstâncias consideradas e a sanção aplicada.
§ 2º Da decisão da Mesa Diretora caberá recurso ao Plenário, na forma prevista neste Título.
§ 3º A aplicação da censura não afasta a apuração de eventual responsabilidade civil, penal, administrativa ou político-administrativa do Vereador, quando cabível.

Subseção III
Da Perda do Mandato

Art. 234. A perda ou cassação do mandato de Vereador observará exclusivamente as hipóteses previstas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e na legislação federal aplicável.
§ 1º Nos casos em que a perda do mandato depender de deliberação da Câmara Municipal, o processo observará estritamente o rito, os requisitos, os prazos e os quóruns estabelecidos na legislação federal aplicável, especialmente no Decreto-Lei Federal nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.
§ 2º A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar não substituirá a Comissão Processante constituída na forma da legislação federal para apuração de infrações político-administrativas sujeitas à cassação do mandato.
§ 3º A Comissão de Ética poderá encaminhar à Mesa Diretora os fatos que, no curso de processo disciplinar, apresentem indícios de possível infração político-administrativa, para adoção das providências cabíveis na forma da legislação federal.
§ 4º Nos casos em que a perda do mandato decorrer de declaração da Mesa Diretora ou de decisão de outro órgão competente, serão adotadas as providências cabíveis, observado o procedimento previsto na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e na legislação aplicável.
§ 5º A aplicação da penalidade de perda do mandato não afasta eventual responsabilização civil, penal ou administrativa decorrente dos mesmos fatos.

Capítulo IV
DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 235. O processo disciplinar relativo à aplicação da censura escrita poderá ser instaurado mediante representação do Presidente da Câmara, da Mesa Diretora, de Comissão Permanente ou Temporária, de Partido Político com representação na Casa, de qualquer Vereador ou de eleitor no pleno exercício de seus direitos políticos, mediante petição escrita, fundamentada e acompanhada dos elementos mínimos de prova.
§ 1º Recebida a representação, o Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar verificará os requisitos formais de admissibilidade.
§ 2º Verificada a manifesta improcedência, inépcia ou ausência dos requisitos formais da representação, a Comissão poderá determinar seu arquivamento preliminar, mediante decisão fundamentada, da qual caberá recurso ao Plenário no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
§ 3º O Vereador ou membro da Mesa Diretora que figurar como autor ou denunciante ficará impedido de compor a instrução do processo, emitir pareceres e votar em Plenário sobre a matéria, observadas as regras de impedimento previstas neste Regimento.
Art. 236. Admitida a representação, o Presidente da Comissão designará Relator dentre seus membros, observados os impedimentos regimentais.
§ 1º O Relator determinará a notificação pessoal do representado, mediante entrega de cópia da representação e dos documentos que a acompanham, para apresentar defesa escrita e indicar as provas que pretende produzir, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
§ 2º A notificação poderá ser realizada pessoalmente ao representado, mediante recibo, ou encaminhada ao e-mail institucional do Vereador, considerando-se realizada na data de confirmação expressa do recebimento.
§ 3º Recusando-se o representado a receber a notificação pessoal ou não havendo confirmação do e-mail no prazo de 2 (dois) dias úteis, a notificação será formalizada por publicação no Diário Oficial do Município ou meio equivalente de publicação oficial da Câmara Municipal.
§ 4º Não apresentada a defesa no prazo legal, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo dentre os servidores efetivos da Casa ou advogados habilitados, reabrindo-se igual prazo para apresentação da resposta.
Art. 237. É assegurado ao representado o contraditório e a ampla defesa, podendo constituir advogado, produzir provas, requerer diligências, arrolar até 3 (três) testemunhas por fato e acompanhar todos os atos do processo disciplinar.
Art. 238. Encerrada a fase de defesa, o Relator promoverá a instrução processual, podendo determinar diligências, ouvir testemunhas, requisitar documentos e praticar todos os atos necessários ao esclarecimento dos fatos.
Parágrafo único. Concluída a instrução, o Relator apresentará, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, relatório circunstanciado e voto fundamentado, opinando pelo arquivamento da representação ou pela aplicação da sanção cabível.
Art. 239. O parecer do Relator será submetido à deliberação da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.
§ 1º Aprovado o parecer pela Comissão, o processo será encaminhado à Mesa Diretora.
§ 2º Quando o parecer concluir pela aplicação de censura escrita, a Mesa Diretora deliberará sobre a aplicação da penalidade.
§ 3º Da decisão da Mesa Diretora caberá recurso ao Plenário, na forma do Capítulo V deste Título.
Art. 240. As diligências necessárias poderão ser requisitadas a órgãos públicos, inclusive ao Ministério Público, às autoridades policiais, ao Tribunal de Contas e a outros órgãos de controle, quando indispensáveis à elucidação dos fatos e observadas as respectivas competências legais.
Art. 241. O processo disciplinar regulado por este Capítulo deverá ser concluído em prazo razoável, observada a complexidade da matéria e assegurada a efetividade do contraditório e da ampla defesa.
§ 1º A Comissão de Ética deverá adotar as providências necessárias para que o processo seja concluído, preferencialmente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, contados da notificação do representado.
§ 2º O prazo previsto no § 1º possui natureza ordinatória e sua inobservância não implicará, por si só, decadência ou prescrição da pretensão punitiva, sem prejuízo da observância dos prazos previstos na legislação aplicável.
§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos processos de cassação de mandato, que observarão integralmente os prazos, requisitos e procedimentos previstos no Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e na legislação aplicável.
Art. 242. A renúncia ao mandato apresentada durante processo disciplinar destinado à apuração de infração ética será comunicada à Comissão de Ética e à Mesa Diretora, para avaliação quanto à continuidade ou extinção do procedimento, conforme a natureza da matéria e os efeitos jurídicos previstos na legislação aplicável.
Art. 243. Aplicam-se subsidiariamente ao processo disciplinar, no que couber, os princípios do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da motivação das decisões, da razoável duração do processo e da legislação processual administrativa.

Capítulo V
DOS RECURSOS

Art. 244. Das decisões proferidas pela Mesa Diretora ou pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar no âmbito do processo disciplinar caberá recurso ao Plenário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da ciência oficial do ato, mediante petição fundamentada.
§ 1º Recebido o recurso, o Presidente da Câmara o encaminhará à Comissão de Constituição e Justiça, que emitirá parecer técnico-jurídico no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
§ 2º Emitido o parecer, o recurso será incluído na Ordem do Dia da primeira Sessão Plenária Ordinária subsequente, para discussão e votação em turno único pela maioria simples do Plenário.
§ 3º O recurso não terá efeito suspensivo, salvo quando a legislação aplicável ou a decisão recorrida assim determinar.
§ 4º Os prazos previstos neste artigo serão contados em dias úteis, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, prorrogando-se para o primeiro dia útil seguinte quando o vencimento ocorrer em dia sem expediente na Câmara Municipal.
§ 5º O disposto neste artigo não se aplica aos processos de cassação de mandato, que observarão exclusivamente o procedimento e os recursos previstos na legislação federal aplicável.

Título IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS e TRANSITÓRIAS

Art. 245. As atividades administrativas, legislativas, institucionais e de atendimento ao público desenvolvidas pela Câmara Municipal de Rio Branco do Sul, inclusive por seus órgãos auxiliares, pela Ouvidoria Parlamentar, pelo Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), pelos portais eletrônicos oficiais e pelos demais canais institucionais de comunicação, observarão a legislação relativa à proteção de dados pessoais, em especial a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sem prejuízo do cumprimento da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).
§ 1º É assegurada a tutela da intimidade, da vida privada e do sigilo dos dados pessoais, especialmente dos dados pessoais sensíveis, dos cidadãos que acionarem a Ouvidoria Parlamentar, o Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) ou formularem denúncias, representações ou manifestações, ressalvadas as hipóteses de compartilhamento previstas em lei ou decorrentes de requisição de autoridade judicial competente ou de órgãos de controle no exercício de suas atribuições legais.
§ 2º A divulgação de atos oficiais, registros audiovisuais das sessões plenárias, votações, documentos públicos e demais informações institucionais observará os princípios da publicidade, da transparência e da minimização de dados, divulgando-se apenas as informações necessárias ao atendimento do interesse público e ao cumprimento das normas constitucionais e legais.
§ 3º Os pedidos de acesso à informação formulados com fundamento na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, serão autuados e processados pelo órgão competente da Câmara Municipal, observados os prazos e procedimentos previstos na legislação aplicável.
Art. 246. Os processos legislativos e administrativos da Câmara Municipal tramitarão em meio eletrônico, por sistema informatizado oficial de gestão documental e processual, constituindo o processo digital a forma ordinária de autuação, movimentação, instrução,

assinatura, comunicação dos atos, prática dos atos processuais e arquivamento.
§ 1º Os documentos produzidos ou juntados aos processos eletrônicos deverão observar os requisitos de autenticidade, integridade, disponibilidade, rastreabilidade, interoperabilidade e preservação digital, na forma da legislação aplicável.
§ 2º Os atos praticados em meio eletrônico produzirão os mesmos efeitos jurídicos daqueles realizados em meio físico, inclusive quanto à validade das assinaturas eletrônicas e ao registro da data e do horário de sua realização, observada a legislação aplicável.
§ 3º Excepcionalmente, quando houver indisponibilidade do sistema eletrônico, impossibilidade técnica ou outra circunstância devidamente justificada, admitir-se-á a prática de atos em meio físico, os quais deverão ser digitalizados e incorporados ao processo eletrônico imediatamente após cessado o impedimento.
§ 4º A Mesa Diretora regulamentará, mediante Resolução, os procedimentos relativos ao funcionamento do sistema eletrônico de gestão documental e processual, às assinaturas eletrônicas, aos níveis de acesso, à segurança da informação, à preservação digital, à interoperabilidade dos sistemas e às demais normas operacionais necessárias à execução deste Regimento.
Art. 247. Os prazos previstos neste Regimento Interno serão contados em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário.
§ 1º Exclui-se o dia do começo e inclui-se o do vencimento.
§ 2º Os prazos regimentais suspendem-se durante o recesso legislativo, salvo disposição expressa em contrário.
§ 3º Na contagem dos prazos observar-se-á, subsidiariamente e no que couber, a legislação processual civil.
Art. 248. Os casos omissos deste Regimento Interno serão decididos pelo Plenário, mediante questão de ordem, consulta formulada pela Mesa Diretora ou interpretação regimental, constituindo precedente regimental quando assim deliberado.
Parágrafo único. Os precedentes regimentais serão organizados, numerados, compilados e disponibilizados em meio eletrônico oficial, assegurada sua ampla publicidade e consulta.
Art. 249. A Câmara Municipal poderá instituir a **Escola do Legislativo**, destinada à promoção de ações de formação, capacitação, aperfeiçoamento e desenvolvimento institucional dos Vereadores, servidores e demais agentes públicos, bem como de atividades de educação para a cidadania, formação política, participação popular, inclusão social, difusão de direitos e aproximação do Poder Legislativo com a sociedade.
§ 1º A Escola do Legislativo poderá promover cursos, palestras, seminários, oficinas, campanhas educativas, encontros, debates e outras atividades de caráter educativo e informativo destinadas aos Vereadores, servidores públicos e à população em geral, inclusive sobre temas de interesse social e relacionados aos direitos e às políticas públicas, ainda que não estejam diretamente vinculados às funções administrativas ou legislativas da Câmara Municipal.
§ 2º As atividades destinadas à população terão caráter educativo, informativo e de orientação para a cidadania, não compreendendo a prestação direta de serviços públicos próprios de outras áreas da Administração Municipal, especialmente serviços de saúde, assistência social, educação regular ou atendimento especializado.
§ 3º A Escola do Legislativo poderá desenvolver atividades voltadas à divulgação de direitos, ao conhecimento das políticas públicas, à participação social e ao fortalecimento da cidadania, inclusive mediante palestras e ações de orientação dirigidas a grupos específicos da população.
§ 4º A estrutura organizacional, as competências, o funcionamento, as formas de participação e os demais procedimentos relativos à Escola do Legislativo serão estabelecidos em resolução específica, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras da Câmara Municipal.
§ 5º As atividades da Escola do Legislativo poderão ser desenvolvidas mediante parcerias, convênios e acordos de cooperação com órgãos e entidades públicas, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e outras instituições, observada a legislação aplicável.

Art. 250. A Câmara Municipal promoverá, de forma permanente, a modernização de seus procedimentos legislativos e administrativos, mediante a utilização de soluções tecnológicas destinadas ao aprimoramento da eficiência administrativa, da transparência pública, da preservação documental, da segurança da informação e do acesso à informação, observada a disponibilidade orçamentária.
Art. 251. A Mesa Diretora poderá expedir atos normativos destinados à fiel execução deste Regimento Interno, desde que não inovem em matéria reservada à deliberação do Plenário nem contrariem a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município ou este Regimento.
Art. 252. A Câmara Municipal terá o prazo de até 90 (noventa) dias, contado da entrada em vigor desta Resolução, para promover a adequação de seus procedimentos administrativos e legislativos, sistemas eletrônicos, formulários, regulamentos internos e demais atos normativos às disposições deste Regimento Interno.
Parágrafo único. O prazo previsto no caput não suspende nem afasta a aplicação imediata das normas deste Regimento Interno, devendo as adequações necessárias ser implementadas gradualmente durante o período de transição.
Art. 253. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 254. Fica revogado o Regimento Interno Atual da Câmara Municipal de Rio Branco do Sul, bem como as demais disposições em contrário.

Rio Branco do Sul, em 15 de Outubro de 2026.

ELEANDRO FONTOURA MACHADO
Presidente

Publicado por:
Daniel Leandro de Oliveira Neto
Código Identificador:36E99EA4

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 057/2026 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Locação de caminhão palco completo, incluindo estrutura, som, iluminação, gerador, equipe técnica, transporte, montagem, operação e desmontagem. **TIPO DE LICITAÇÃO**: MENOR PREÇO. **VALOR MAXIMO: R$** 42.700,00. **PARECER JURÍDICO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO: 967/2026**. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: Das 13:00 horas, do dia 16/10/2026, até às 08:00 horas do dia 03/11/2026. **ABERTURA DAS PROPOSTAS**: Dia 03/11/2026, às 08:30 horas**. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**: 03/11/2026 às 09:00 horas, no endereço eletrônico: https://elicita.atende.net/cidadao – eLicita. **EDITAL**: Estará disponível aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Portal da Transparência do Município. **INFORMAÇÕES**: poderão ser obtidas pelo telefone: (041) 98881-6632, das 08:30h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Rio Branco do Sul, 15/10/2026.

CAMILA NAIARA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:8EBBCE4D

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de condução de veículos, com dedicação exclusiva de mão de obra. A Agente de Contratação designada pelo decreto nº 8.513/2026, resolve **SUSPENDER** o procedimento licitatório para revisão do Edital. Oportunamente serão divulgadas novas informações.
Rio Branco do Sul, 15/10/2026.

RAFAELA LUIZE BUENO
Agente de Contratação
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:3541645F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
AVISO DE SUSPENSÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Mobilidade Urbana – CIMU torna pública a SUSPENSÃO do
Chamamento Público nº 001/2026, cujo objeto é a seleção de empresa para prestação do serviço de
transporte coletivo semiurbano interestadual de passageiros entre os Municípios de Mafra/SC e Rio
Negro/PR, mediante Autorização Especial.
A suspensão ocorre para realização de ajustes no instrumento convocatório, ficando
suspensos o recebimento das propostas e a sessão pública anteriormente agendada para o dia 19 de
outubro de 2026.
A nova data para recebimento das propostas e realização da sessão pública será divulgada
oportunamente, mediante publicação de novo aviso nos meios oficiais.
Mafra/SC, 14 de outubro de 2026.

ROBINSON FERES
Diretor do CIMU

Presidente da Comissão do Chamamento Público

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:BCBF8CBE

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 160/2026

Dispõe sobre a nomeação do Comitê Gestor Intersetorial de Saúde Mental, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2341, de 22 de agosto de 2013;

DECRETA:
Art. 1º Fica nomeado o Comitê Gestor Intersetorial de Saúde Mental do município de Rio Negro, destinado a promover o desenvolvimento e a articulação da implantação de medidas destinadas a ampliar a acessibilidade e equidade as ações de prevenção de agravos e promoção da saúde mental.

Art. 2º O comitê de que trata o art. 1º será composto pelos representantes abaixo relacionados:

I – Rede Municipal de Saúde Mental
Titular: Nordson Arten;
Suplente: Vivian Jungles Barbosa.

II – Rede Municipal de Saúde de Atenção Primária em Saúde
Titular: Camila Hebe Zanluca Jungles;
Suplente: Sthefany Maria Vaz Melo.

III – Rede Municipal de Saúde de Urgência e Emergência
Titular: Bianca Letícia Sokolski;
Suplente: Rosemari Barbosa.

IV – Conselho Municipal de Saúde
a) Titular: Luciana Souza Sguerre;
b) Suplente: Tatiane Karise Langovski Gomes

V – Secretaria Municipal de Educação
a) Titular: Giceli Elizabeth Luders Henning;
b) Suplente: Elza Marquatz.

VI – Secretaria Municipal de Assistência Social
a) Titular: Daniela Ruthes;
b) Suplente: Vanessa da Silva.

VII – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
a) Titular: Ana Cristina Schütz;
b) Suplente: Jacira Schafhauser.

VIII – Conselho Tutelar
a) Titular: Claudia Fuchs;
b) Suplente: Paula Moreira.

IX – Rede Hospitalar de Saúde
a) Titular: Rogério Weinert;
b) Suplente: Sara Lossano.

Art. 3º O trabalho do Comitês Intersetorial de Saúde Mental, será considerado serviços de relevância pública e não remunerado.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogados o Decreto nº 111, de 18 de outubro de 2013 e o Decreto nº 59, de 25 de maio de 2016.

Rio Negro, 15 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:17BBEE34

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 162/2026

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº 3537, de 15 de outubro de 2026,

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do corrente Exercício, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 336.859,30 (trezentos e trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos), destinado a atender as despesas abaixo relacionadas:

12	Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS	
003	Fundo Mun. de Assistência Social - FMAS	
08.244.0010.2048	Bloco da Proteção Social Básica	
4.4.50.42.00	Auxílios	
Fonte 10190	Emendas Individuais do Legislativo	286.859,30
006	Fundo Municipal do Idoso-FMI	
08.241.0010.2098	Manutenção do Fundo Municipal do Idoso - FMI	
3.3.90.32.00	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	
Fonte 10190	Emendas Individuais do Legislativo	50.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o presente crédito, no valor R$ 336.859,30 (trezentos e trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos), apurados de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, decorrerão do cancelamento parcial ou total das seguintes dotações:

12	Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS
003	Fundo Mun. de Assistência Social - FMAS
08.244.0010.2048	Bloco da Proteção Social Básica
3.3.50.43.00	Subvenções sociais

Fonte 10190	Emendas Individuais do Legislativo	286.859,30
006	Fundo Municipal do Idoso-FMI	
08.241.0010.2098	Manutenção do Fundo Municipal do Idoso - FMI	
3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	
Fonte 10190	Emendas Individuais do Legislativo	50.000,00

Art. 3º Em decorrência do Crédito Adicional previsto neste Decreto ficam alterados os anexos a ele relacionados na Lei Municipal nº 3487, de 16 de dezembro de 2025 e suas alterações, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2026, bem como da Lei Municipal nº 3486, de 16 de dezembro de 2025 e suas alterações, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2026 a 2029, para compatibilizá-los com a Lei Municipal nº 3488, de 17 de dezembro de 2025, que estima a receita e fixa a despesa geral do Município de Rio Negro para o exercício financeiro de 2026, e ainda o Decreto nº 185, de 19 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício de 2026.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 15 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:A45D0931

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 163/2026

Estabelece normas e prazos para o encerramento da execução orçamentária e financeira do exercício de 2026 no âmbito do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os procedimentos relativos ao encerramento da execução orçamentária e financeira do exercício de 2026;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer prazos que permitam o adequado processamento das despesas, a realização dos ajustes orçamentários e o encerramento do exercício em tempo hábil;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta vinculados ao Poder Executivo observarão, no encerramento do exercício financeiro de 2026, as disposições deste Decreto, que estabelece normas e prazos para o encerramento da execução orçamentária e financeira.

Art. 2º Para fins de encerramento da execução orçamentária e financeira do exercício de 2026, ficam estabelecidos os seguintes prazos:
I – até 25 de novembro de 2026, para solicitações de alteração orçamentária mediante abertura de créditos adicionais que necessitem de autorização legislativa;
II – até 15 de dezembro de 2026, para solicitações de alteração orçamentária mediante abertura, por decreto, de créditos adicionais suplementares previamente autorizados em lei;
III – até 13 de novembro de 2026, para encaminhamento das ordens de compras e contratações destinadas ao atendimento das necessidades do exercício de 2026;
IV – até 18 de novembro de 2026, para emissão de empenhos relativos às despesas do exercício;
V – até 10 de dezembro de 2026, para encaminhamento das notas fiscais, faturas, recibos, medições e demais documentos necessários à liquidação das despesas;
VI – até 15 de dezembro de 2026, para conclusão da liquidação das despesas no sistema contábil;
VII – até 16 de dezembro de 2026, para encaminhamento à Tesouraria dos processos de pagamento devidamente liquidados;
VIII – até 18 de dezembro de 2026, para processamento dos pagamentos pela Tesouraria;
IX – até 1º de dezembro de 2026, para revisão preliminar dos saldos de empenhos, com indicação daqueles que deverão ser anulados ou mantidos para fins de inscrição em Restos a Pagar, sem prejuízo da atualização prevista no art. 6º, § 3º;
X – até 15 de dezembro de 2026, para apresentação das prestações de contas dos adiantamentos concedidos no exercício, ressalvados os adiantamentos previstos no art. 8º, § 1º, cuja prestação de contas observará o § 3º do mesmo artigo.
§ 1º Os prazos e procedimentos necessários ao encerramento da execução orçamentária e financeira constam, de forma consolidada, no Anexo I, parte integrante deste Decreto.
§ 2º Os prazos previstos neste artigo observarão as exceções estabelecidas neste Decreto.
§ 3º Os prazos gerais deste artigo destinam-se à organização administrativa do encerramento e não antecipam o término do exercício financeiro, nem afastam o reconhecimento dos fatos e obrigações ocorridos até 31 de dezembro de 2026 ou o cumprimento dos vencimentos legais e contratuais.

Art. 3º Excepcionalmente, o prazo previsto no inciso II do art. 2º poderá ser prorrogado até 24 de dezembro de 2026, exclusivamente para as solicitações de alteração orçamentária mediante abertura de crédito adicional suplementar destinadas ao atendimento de:
I – despesas com folha de pagamento, encargos e rescisões;
II – despesas com juros, encargos e amortização da dívida;
III – despesas necessárias ao cumprimento de obrigações constitucionais e legais;
IV – despesas decorrentes de emendas parlamentares impositivas, ressalvados os impedimentos de ordem técnica devidamente justificados, observados os procedimentos e prazos da Lei Orgânica do Município;
V – despesas custeadas com recursos vinculados cuja não execução possa comprometer a utilização do recurso; e
VI – situações excepcionais ou urgentes devidamente justificadas.

§ 1º As solicitações enquadradas nas hipóteses deste artigo deverão ser justificadas pelo órgão interessado e submetidas a decisão da autoridade competente para a abertura do crédito.
§ 2º A prorrogação prevista neste artigo refere-se apenas ao prazo interno de solicitação e não amplia os limites da autorização legislativa nem dispensa a comprovação dos recursos disponíveis e das demais condições previstas nos arts. 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 4º Após a data estabelecida para emissão de empenhos, somente poderão ser empenhadas despesas relacionadas:
I – à folha de pagamento, encargos e rescisões;
II – ao serviço da dívida e demais obrigações financeiras;
III – ao cumprimento de obrigações constitucionais e legais;
IV – à execução de despesas decorrentes de emendas parlamentares impositivas, ressalvados os impedimentos de ordem técnica devidamente justificados, observados os procedimentos e prazos da Lei Orgânica do Município;
V – à execução de recursos vinculados, convênios, transferências e instrumentos congêneres, quando necessária à preservação do recurso ou ao cumprimento do objeto; e
VI – às situações excepcionais ou urgentes devidamente justificadas.

§ 1º Os empenhos posteriores ao prazo geral, nas hipóteses deste artigo ou em outras situações excepcionais, dependerão de justificativa do órgão interessado e autorização do ordenador de despesas competente.
§ 2º A autorização excepcional não dispensa a existência de crédito orçamentário suficiente, o prévio empenho e as demais exigências legais para a execução da despesa.

Art. 5º As notas fiscais, faturas, recibos, medições e demais documentos relativos às despesas do exercício deverão ser encaminhados, devidamente conferidos e atestados, dentro do prazo estabelecido neste Decreto, de forma a possibilitar sua regular liquidação no sistema contábil até 15 de dezembro de 2026.
§ 1º Concluída a liquidação, os processos de pagamento deverão ser encaminhados à Tesouraria até 16 de dezembro de 2026.
§ 2º A Tesouraria processará, até 18 de dezembro de 2026, os pagamentos dos processos regularmente liquidados, autorizados pela autoridade competente e recebidos nos prazos gerais, observados a disponibilidade financeira por fonte de recursos, os vencimentos legais e contratuais e a ordem cronológica aplicável. A alteração dessa ordem dependerá do atendimento às hipóteses e formalidades da legislação pertinente.
§ 3º Compete à Secretaria requisitante assegurar a conferência e o ateste do efetivo recebimento dos bens, da prestação dos serviços ou da execução das obras pelo fiscal do contrato ou pelo agente ou comissão formalmente designados para o recebimento, conforme suas atribuições.
§ 4º Deverá ser observada especial atenção aos documentos fiscais sujeitos a retenções tributárias e previdenciárias, em razão dos respectivos prazos legais de recolhimento.
§ 5º As despesas admitidas nos arts. 3º e 4º e as obrigações exigíveis após os prazos gerais deverão ter seus documentos encaminhados tão logo disponíveis, com identificação do fundamento da exceção. A liquidação, o encaminhamento à Tesouraria e o pagamento serão processados conforme a efetiva execução e os vencimentos legais e contratuais, inclusive após os prazos gerais, observados o ateste, os requisitos legais de liquidação e pagamento, a disponibilidade financeira por fonte de recursos, a ordem cronológica aplicável e, no encerramento, o disposto no art. 7º.

Art. 6º As Secretarias Municipais e demais órgãos e entidades abrangidos por este Decreto deverão proceder à revisão dos respectivos saldos de empenhos, com análise individualizada e documentada, indicando aqueles que deverão ser anulados ou mantidos para fins de inscrição em Restos a Pagar.
§ 1º Deverão ser indicados para anulação os saldos excedentes ao valor necessário ao cumprimento da obrigação e aqueles relativos a compromissos comprovadamente desfeitos ou a despesas que não serão executadas e não preencham os requisitos legais de manutenção, mediante justificativa e autorização da autoridade competente.
§ 2º A manutenção dos saldos de empenhos exigirá a comprovação da existência da obrigação ou de compromisso válido legalmente passível de manutenção para o exercício seguinte, observados a legislação aplicável, o instrumento contratual, o prazo de execução e a situação do fornecimento, serviço ou obra.
§ 3º A revisão preliminar prevista no art. 2º, inciso IX, deverá ser atualizada com as alterações ocorridas em dezembro, de modo a refletir a posição de 31 de dezembro de 2026. Os órgãos responsáveis encaminharão tempestivamente à Contabilidade os documentos que fundamentem a manutenção ou a anulação dos saldos.
§ 4º A ausência de liquidação, por si só, não autoriza a anulação do empenho. O cancelamento de saldo orçamentário não afasta o reconhecimento contábil de obrigação ou passivo existente, conforme as normas aplicáveis.

Art. 7º As despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro de 2026 serão inscritas em Restos a Pagar, distinguindo-se as processadas das não processadas, observada a legislação aplicável.
§ 1º A inscrição e a classificação em Restos a Pagar deverão observar a existência e o estágio de execução da obrigação. A avaliação da disponibilidade financeira será realizada por fonte ou destinação de recursos, considerando as vinculações e os demais compromissos financeiros existentes.
§ 2º Os Restos a Pagar Processados corresponderão às despesas regularmente liquidadas e não pagas até o encerramento do exercício.
§ 3º A inscrição em Restos a Pagar Não Processados dependerá da análise prevista no art. 6º e do atendimento às condições legais e contábeis de manutenção do empenho, distinguindo-se as despesas a liquidar das despesas em liquidação, conforme a ocorrência do fato gerador e as normas contábeis aplicáveis.
§ 4º A insuficiência de disponibilidade financeira, por si só, não autoriza o cancelamento de despesas regularmente liquidadas nem a omissão de obrigações existentes nos registros contábeis.
§ 5º A Secretaria Municipal da Fazenda consolidará a apuração da disponibilidade de caixa e dos Restos a Pagar e demais obrigações financeiras ao final do exercício, preservando as vinculações dos recursos, para subsidiar a avaliação das restrições fiscais aplicáveis, inclusive as previstas no art. 41-A da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a partir de 1º de janeiro de 2027.

Art. 8º Os responsáveis por adiantamentos deverão apresentar a respectiva prestação de contas até 15 de dezembro de 2026, ressalvada a hipótese do § 1º, observadas a Lei Municipal nº 2.577/2015 e suas alterações, sem prorrogação dos prazos legais.
§ 1º Os pedidos de adiantamento destinados ao atendimento de emergências imprescindíveis durante o período de encerramento deverão ser solicitados até 15 de dezembro de 2026, mediante justificativa do gestor responsável e autorização da autoridade competente, exclusivamente nas hipóteses admitidas pela Lei Municipal nº 2.577/2015 e suas alterações, com prévio empenho na dotação própria.
§ 2º A aplicação dos adiantamentos de que trata o § 1º deverá encerrar-se até 31 de dezembro de 2026, ou em data anterior se assim exigirem a legislação municipal ou o ato de concessão, devendo os saldos não utilizados ser devolvidos até a mesma data, sem prejuízo de prazo legal mais restritivo.
§ 3º A prestação de contas dos adiantamentos previstos no § 1º deverá ser apresentada até 15 de janeiro de 2027, observado eventual vencimento anterior previsto na legislação municipal ou no ato de concessão.
§ 4º Os responsáveis deverão informar à Contabilidade, para o fechamento de 31 de dezembro de 2026, os valores aplicados, devolvidos e eventualmente pendentes, com os respectivos comprovantes, sem prejuízo da prestação de contas integral.

Art. 9º Até 31 de dezembro de 2026, o Setor de Tesouraria deverá realizar levantamento, junto às instituições financeiras que operam com o Município, das contas bancárias ativas e inativas vinculadas aos CNPJs administrados pelo Poder Executivo, para verificação e conciliação dos registros contábeis.
§ 1º O levantamento identificará o CNPJ titular, o banco, a agência, o número da conta, sua finalidade, os saldos e as aplicações financeiras, bem como as pendências de conciliação e os instrumentos de transferência a que esteja vinculada.
§ 2º O encerramento de contas em desuso dependerá de verificação prévia de saldos, compromissos e exigências legais, contratuais ou do concedente, preservadas as contas cuja manutenção seja necessária à execução ou à prestação de contas de transferências e outros instrumentos.

Art. 10. A Secretaria Municipal da Fazenda, a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral e a Controladoria Interna adotarão, no âmbito de suas respectivas competências, as providências necessárias ao cumprimento deste Decreto e ao regular encerramento da execução orçamentária e financeira do exercício de 2026.
Parágrafo único. As chefias organizarão o recebimento e o processamento dos documentos pelos meios oficiais disponíveis, inclusive durante eventual recesso administrativo, de modo a assegurar o cumprimento dos prazos e das obrigações legais e contratuais.

Art. 11. Os órgãos e entidades abrangidos por este Decreto deverão observar os prazos estabelecidos e encaminhar tempestivamente os documentos e informações necessários ao encerramento do exercício.
Parágrafo único. A inobservância injustificada dos prazos estabelecidos neste Decreto e em seu Anexo I ensejará a apuração de responsabilidade funcional, com individualização das condutas e observância do contraditório, da ampla defesa e da legislação vigente.

Art. 12. As situações excepcionais ou não previstas neste Decreto, devidamente justificadas, serão submetidas à análise da Secretaria Municipal da Fazenda e da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, conforme suas atribuições, e decididas pelo Prefeito Municipal ou pela autoridade legalmente competente.

§ 1º A Controladoria Interna exercerá as atribuições de controle e emitirá as manifestações cabíveis, sem substituir o ateste do responsável pelo recebimento nem as decisões e responsabilidades do ordenador de despesas.
§ 2º As decisões excepcionais serão motivadas e registradas no processo correspondente e não poderão afastar exigências ou prazos legais, nem legitimar omissões de obrigações nos registros contábeis.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 15 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

ANEXO I
CRONOGRAMA PARA ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – EXERCÍCIO 2026

PROCEDIMENTO	DATA LIMITE
Solicitações de créditos adicionais que necessitem de nova autorização legislativa.	25/11/2026
Solicitações de créditos suplementares previamente autorizados em lei e abertos por decreto.	15/12/2026
Ordens de compras e contratações para as necessidades do exercício de 2026.	13/11/2026
Emissão de empenhos – prazo geral, ressalvado o art. 4º.	18/11/2026
Encaminhamento de documentos para liquidação – prazo geral.	10/12/2026
Liquidação das despesas no sistema contábil – prazo geral.	15/12/2026
Encaminhamento à Tesouraria dos processos liquidados – prazo geral.	16/12/2026
Processamento dos pagamentos pela Tesouraria – prazo geral.	18/12/2026
Revisão preliminar dos saldos de empenhos, para anulação ou manutenção justificada.	01/12/2026
Atualização da revisão dos empenhos, com a posição do encerramento.	31/12/2026
Solicitações excepcionais de créditos suplementares nas hipóteses do art. 3º.	24/12/2026
Prestação de contas dos adiantamentos – regra geral, observados os prazos legais.	15/12/2026
Solicitação de adiantamentos para emergências, exclusivamente nas hipóteses legais.	15/12/2026
Prestação de contas dos adiantamentos emergenciais.	15/01/2027

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:7054542E

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
LEI N.º 3534/2026

Dispõe sobre alterações e inclusões de itens nos Anexos de que tratam os artigos 1º e 5º da Lei nº 3.486, de 16 de dezembro de 2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Governo do Município de Rio Negro para o período de 2026 a 2029.

A Câmara Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às adequações e compatibilizações técnicas necessárias nos anexos da Lei Municipal nº 3.486, de 16 de dezembro de 2025, em razão das alterações decorrentes do envio do Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2027.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam inalteradas as demais disposições da Lei nº 3.486, de 2025.

Rio Negro, 15 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:7A01348F

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
LEI N.º 3535/2026

Dispõe sobre alterações e inclusões de itens nos Anexos de que trata o artigo 1º da Lei nº 3487, de 16 de dezembro de 2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2026.

A Câmara Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às adequações e compatibilizações técnicas necessárias nos anexos da Lei Municipal nº 3487, de 16 de dezembro de 2025, em razão das alterações orçamentárias decorrentes dos Projetos de Lei Especial e Suplementar.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 3487, de 2025.

Rio Negro, 15 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:953DBFDD

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
LEI Nº 3536/2026

Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial.

A Câmara Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do corrente Exercício, um Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 241.765,36 (duzentos e quarenta e um mil, setecentos e sessenta e cinco reais e trinta e seis centavos), destinado a atender as despesas abaixo relacionadas:

07	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SECTUR	
005	Fundo Municipal da Cultura – FMC	
13.392.0005.2107	Manutenção do Fundo Municipal de Cultura	
3.3.90.35.00	Serviços de consultoria	
Fonte 10222	Lei 14.399/2022-Política Nac. Aldir Blanc Fomento à Cultura	12.562,36
11	Secretaria Municipal de Saúde – SMS/Fundo Municipal de Saúde – FMS	
003	Depto Técnico de Apoio às Ações de Saúde - DATS	
10.304.0008.1176	Adquirir Veículo para Vigilância Sanitária	
4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente	
Fonte 10181	Capital-Prog.Fortalecimento Vig.Saúde-PROVIGIA PR	170.000,00
004	Departamento de Assistência à Saúde - DAS	
10.301.0008.1169	Construir UBS Vila Zelinda	
4.4.90.51.00	Obras e instalações	
Fonte 10185	Construção UBS - Unidade Básica de Saúde	22.982,00
10.301.0008.2135	Atenção Primária em Saúde	
4.4.90.93.00	Indenizações e restituições	
Fonte 10155	Equipamentos-Unidades da Atenção Primária	1.800,00
10.302.0008.1175	Construção Pronto Atendimento Municipal - PAM	
4.4.90.51.00	Obras e instalações	
Fonte 00303	Saúde-receitas vinculadas (EC 29/00-15%)	32.800,00
12	Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS	
005	Fundo Direitos Criança e do Adolescente – FMDCA	
08.243.0009.6003	Manutenção do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	
3.3.90.48.00	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	
Fonte 00000	Recursos ordinários (livres)	1.621,00

Art. 2º Os recursos para atender parte do presente crédito, no valor de R$ 46.983,36 (quarenta e seis mil, novecentos e oitenta e três reais e

trinta e seis centavos), apurados de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, decorrerão do cancelamento parcial ou total das seguintes dotações:

07	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SECTUR	
005	Fundo Municipal da Cultura – FMC	
13.392.0005.2107	Manutenção do Fundo Municipal de Cultura	
3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	
Fonte 10222	Lei 14.399/2022-Política Nac. Aldir Blanc Fomento à Cultura	12.562,36
11	Secretaria Municipal de Saúde – SMS/Fundo Municipal de Saúde – FMS	
001	Gabinete do Gestor – GA	
10.122.0008.1166	Reformar Barracão para Instalação do Almoxarifado Saúde	
4.4.90.51.00	Obras e instalações	
Fonte 00303	Saúde-receitas vinculadas (EC 29/00-15%)	16.100,00
003	Depto Técnico de Apoio às Ações de Saúde - DATS	
10.305.0008.2129	Vigilância Epidemiológica	
3.3.90.37.00	Locação de mão-de-obra	
Fonte 00303	Saúde-receitas vinculadas (EC 29/00-15%)	16.700,00
12	Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS	
001	Gabinete de Assessoramento - GA	
08.244.0010.2045	Serviço de Administração Geral - Assistência Social	
3.1.90.94.00	Indenizações e restituições trabalhistas	
Fonte 00000	Recursos ordinários (livres)	1.621,00

Art. 3º Os recursos para atender parte do presente crédito, no valor de R$ 171.800,00 (cento e setenta e um mil e oitocentos reais), decorrerão do superávit financeiro do exercício anterior, apurado de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 4º Os recursos para atender parte do presente crédito, no valor de R$ 22.982,00 (vinte e dois mil, novecentos e oitenta e dois reais), decorrerão de excesso de arrecadação, apurado de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 15 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:92229F9E

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
LEI Nº 3537/2026

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

A Câmara Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do corrente Exercício, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 336.859,30 (trezentos e trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos), destinado a atender as despesas abaixo relacionadas:

12	Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS	
003	Fundo Mun. de Assistência Social - FMAS	
08.244.0010.2048	Bloco da Proteção Social Básica	
4.4.50.42.00	Auxílios	
Fonte 10190	Emendas Individuais do Legislativo	286.859,30
006	Fundo Municipal do Idoso-FMI	
08.241.0010.2098	Manutenção do Fundo Municipal do Idoso - FMI	
3.3.90.32.00	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	
Fonte 10190	Emendas Individuais do Legislativo	50.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o presente crédito, no valor R$ 336.859,30 (trezentos e trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos), apurados de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, decorrerão do cancelamento parcial ou total das seguintes dotações:

12	Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS	
003	Fundo Mun. de Assistência Social - FMAS	
08.244.0010.2048	Bloco da Proteção Social Básica	
3.3.50.43.00	Subvenções sociais	
Fonte 10190	Emendas Individuais do Legislativo	286.859,30
006	Fundo Municipal do Idoso-FMI	
08.241.0010.2098	Manutenção do Fundo Municipal do Idoso - FMI	
3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	
Fonte 10190	Emendas Individuais do Legislativo	50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 15 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:89458C85

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 014/2026 CMI

O Conselho Municipal do Idoso do município de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei 1401/2003, em reunião extraordinária realizada de forma presencial sede da secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Negro, sito a Rua Dr. Vicente Machado nº 148, centro, no dia 14 de outubro de 2026, sob Ata nº 050.

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar Regimento interno do "II Concurso Miss e Mister Terceira Idade de Rio Negro, a realizar-se em 12 de novembro de 2026.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão Plenária do CMI de Rio Negro-PR, em 14 de outubro de 2026.

ANTONIA SYDORAK ALVES
Presidente CMI

REGIMENTO INTERNO DO "II CONCURSO MISS E MISTER TERCEIRA IDADE DE RIO NEGRO"

Capítulo I - DOS OBJETIVOS DA COORDENAÇÃO

Art. 1º A escolha da MISS E MISTER 3ª IDADE DE RIO NEGRO 2026-2027 tem como objetivo:
• Motivar e envolver os usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e dos grupos de terceira idade do Município.
• Celebrar a beleza e a autoestima na terceira idade.
• Sensibilizar a sociedade para as questões do envelhecimento e da necessidade de proteger e cuidar desse segmento da população.

Art. 2º A coordenação e a organização do evento e/ou atividades desenvolvidas na escolha da MISS E MISTER 3ª IDADE DE RIO NEGRO 2026-2027 são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e CMI.- Conselho Municipal do Idoso.

Capítulo II - DOS REQUISITOS DO CONCURSO

Art. 3º Os candidatos inscritos na escolha da MISS E MISTER 3ª IDADE DE RIO NEGRO 2026-2027 deverão preencher os seguintes requisitos:
• Comprovar domicílio em Rio Negro - PR.
• Ter idade mínima de 60 anos completos até o dia 30/09/2026.
• Fazer parte de alguma Associação Comunitária, Associação da Terceira Idade de Rio Negro, Centros de Convivência, CRAS –

Centro de Referência da Assistência Social, OSC – Organização da Sociedade Civil (mediante comprovação).
• Ter disponibilidade de horários para cumprir o cronograma de ensaios do concurso.
• Cumprir as obrigações constantes neste regulamento e participar de eventos organizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e representar o Município em eventos oficiais, quando solicitado.
• Autorizar o uso do seu nome, sons, fotos e imagens, em todos os tipos de mídia, a serem utilizadas pelos patrocinadores, apoiadores e/ou terceiros por ele expressamente autorizados, sem cobrança de qualquer tipo de remuneração.

Capítulo III - DAS INSCRIÇÕES

Art. 4º O período de inscrições para o concurso será do dia 15 de outubro a 27 de outubro de 2026. As inscrições serão feitas junto a Secretaria de Assistência Social sendo observado o horário: 08:00H às 11:30H / 13:30H às 17:00H

§1º. O período de inscrições poderá ser prorrogado, sendo que o número mínimo para a realização do concurso será de 5 (cinco) candidatos.
§2º. Os ensaios para a apresentação da escolha da MISS E MISTER 3ª IDADE DE RIO NEGRO 2026-2027 acontecerão em local a ser indicado pela comissão organizadora, conforme cronograma a ser apresentado no decorrer deste regulamento.
§3º. A ficha de inscrição deverá ser preenchida e assinada no ato da inscrição pelo candidato e o presidente/representante legal da entidade que está representando.
§4º O regulamento do concurso deverá ser impresso e entregue ao candidato.
§5º. O candidato, ao preencher e assinar a ficha de inscrição, declara conhecer e concordar com todas as cláusulas e condições descritas neste regulamento sob pena de ter sua
inscrição para o concurso cancelada, sem qualquer direito a indenizações.
§6º. O candidato inscrito que desistir de participar do concurso, deverá comunicar o fato por escrito à Comissão Organizadora no mínimo 48 horas antes do evento.
§7º. No caso de não haver número mínimo de candidatos, conforme descrito no parágrafo primeiro, a Comissão Organizadora da apresentação reserva-se o direito de deliberar sobre a redução do número mínimo de inscritos.
§8º. Deverá ser assinado pelo candidato um Termo de Compromisso, conforme disponibilizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Capítulo IV - DO CORPO DE JURADOS

Art. 5º O Corpo de jurados tem a função de avaliar os candidatos e eleger de acordo com o estabelecido no regulamento:
• Como Primeiro colocado individualmente Miss e Mister 3ª Idade de Rio Negro.

§1º. O Corpo de jurados será constituído por cidadãos de reconhecida idoneidade, convidados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
§2º. O jurado deve ter disponibilidade de participar de todas as etapas previstas para o concurso da Terceira Idade.
§3º. O jurado não poderá ter parentesco com os candidatos.

Capítulo V - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 6º A comissão organizadora fará a apuração do resultado final, e a divulgação dos vencedores ocorrerá logo após a conclusão da apuração, no mesmo dia, durante o Baile

§1º. A decisão do corpo de jurados não será passível de recurso.
§2º. O Corpo de jurados é soberano em suas decisões durante o processo de avaliação dos candidatos.

Capítulo VI - DAS FORMAS DE AVALIAÇÃO E CRITÉRIO DE ESCOLHA

Art. 7º A avaliação dos candidatos é resultado da observação dos integrantes do Corpo de jurados, sendo o resultado registrado com os seguintes critérios de avaliação:
Item a):
Apresentação: (20 pontos),
Postura/desenvoltura (25 pontos),
Figurino (15 pontos)
Simpatia (25 pontos),
Beleza (15 pontos).
Pontuação máxima: 100 pontos

§1º. O item "a' será avaliado somente pelo Corpo de jurados.
§2º. Em caso de empate na soma dos pontos, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:
I – Maior pontuação no quesito postura e desenvoltura durante o desfile;
II – Maior pontuação no quesito simpatia;
III – Maior pontuação no quesito apresentação;
IV – Persistindo o empate, será considerado(a) vencedor(a) o(a) candidato(a) de maior idade;

Art. 08º Os candidatos terão o tempo de no máximo 1 minuto para fazer a sua apresentação e saudação.

Art. 09º Receberão faixas, coroas e/ou buquê de flor, de acordo com cada categoria e conforme a pontuação atribuída pela Comissão de Jurados. Ao final da avaliação, os participantes que obtiverem as maiores pontuações serão aclamados Miss e Mister da Terceira Idade, títulos que representarão o período de 2026/2027**.**

Capítulo VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.10º A Comissão Organizadora estabelecerá um padrão de vestuário a ser exigido dos inscritos.
§1º. Critérios de seleção na Fase Final: Desfile em traje Social;
O traje Social é de responsabilidade dos candidatos, bem como pelo calçado que usará no evento.

Art.11º Os candidatos serão responsáveis pela sua produção estética e demais cuidados, bem como o deslocamento para as atividades do concurso.

Art.12º A inscrição dos candidatos implica na aceitação deste Regulamento.

Art. 13º Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:D3E0F531

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 015/2026 CMI

O Conselho Municipal do Idoso do município de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei 1401/2003, em reunião ordinária realizada de forma presencial sede da secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Negro, sito a Rua Dr. Vicente Machado nº 148, centro, no dia 14 de outubro de 2026, sob Ata nº 050.

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar prestação de contas referente ao recurso fundo a fundo da Deliberação 019/2023, que trata do Incentivo ao serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa, no período de janeiro a dezembro de 2025.
Art. 2º - Aprovar prestação de contas referente ao recurso fundo a fundo da Deliberação 034/2024, que trata do *Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase II*, no período de janeiro a dezembro de 2025.
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão Plenária do CMI de Rio Negro-PR, em 14 de outubro de 2026.

ANTONIA SYDORAK ALVES
Presidente CMI

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:2C5FBC85

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 018/2026 COMPRAS.GOV.BR UASG: 987823 CONTRATAÇÃO -42/2026

Processo: 319/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E MELHORIAS NO CENTRO PÚBLICO DE CONVIVÊNCIA HENRIQUE WITT - CONTRATO DE REPASSE Nº 940559/2023/MDASCF/CAIXA.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 21/10/2026 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 21/10/2026 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **09/11/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados. Rio Negro, 15 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:895D10F5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 02 AO CONTRATO N.º 119/2025 REF. INEXIGIBILIDADE Nº 66/2025 ADITIVO DE PRAZO

CONTRATANTE: Município de Rio Negro PR,CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN**, inscrito no CPF/MF sob n.º 936.249.729-87, e **CONTRATADA:** Empresa **LEIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita a rua Rua 240, nº 400, Meia Praia, na cidade de Itapema - SC, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.725.725/0001-35, neste ato representado por seu(ua) Procurador(a) Sr(a). **CARLITO MELLO DE LIZ**, representante legal, inscrita no CPF/MF sob n.º 181.488.089-53, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO nos termos da Lei Federal nº Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO Por solicitação da contratante e anuência da contratada fica prorrogado por mais 12 (doze) meses a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO GERENCIAMENTO, DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO ONLINE DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO EM MEIO ELETRÔNICO DIGITAL DE ACESSO PÚBLICO**, a partir do dia **1º/11/2026**. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de **R$ 13.957,60** (treze mil novecentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos), sendo parcelas **TRIMESTRAIS** e sucessivas no valor de **R$ 3.489,40** (três mil quatrocentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos), com o reajuste de 4,223450%, de acordo com o IPCA/IBGE do período. **CLÁUSULA TERCEIRA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** O recurso orçamentário a ser destinado para essa despesa está assegurado na seguinte dotação orçamentária: 140 – 05.002.04.122.0002.2.011.3.3.90.39.90 – Fonte 000. **CLÁUSULA QUARTA:** As demais cláusulas não atingidas por este termo permanecem inalteradas. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo.

Rio Negro/PR, 15 de outubro de 2026

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:ABEDE7F2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 07 AO CONTRATO N.º 76/2025 REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO NEGRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.641/0001-47, com sede na Rua Juvenal Ferreira Pinto, nº 2070, Rio Negro/PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN**, portador do CPF sob nº 936.249.729-87, e **CONTRATADA** a empresa **IPM SISTEMAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº **01.258.027/0003-03**, localizada na Rua Duque de Caxias, 180, Jardim América, Rio do Sul/SC, CEP 89.160-220, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. **ALDO LUIZ MEES**, inscrito no CPF sob nº 292.867.519-15, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, mediante as cláusulas e condições seguintes: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ADEQUAÇÃO TECNOLÓGICA DO OBJETO CONTRATUAL EM RAZÃO DA IMPLANTAÇÃO DA NFS-e NACIONAL** O presente Termo Aditivo tem por objeto promover a adequação tecnológica do objeto contratado em decorrência da implantação do modelo nacional da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), mediante a inclusão do módulo SyncFiscal e a manutenção do módulo de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), permanecendo inalteradas as demais disposições contratuais não expressamente alteradas por este instrumento, com fulcro no art. 124, inciso II, alínea "b", da Lei Federal 14.133/21 e nos termos da **Resolução CGSN nº 191/2026**, com vigência a partir de **1º de novembro de 2026.** Em razão da entrada em vigor da **Resolução CGSN nº 191/2026**, da implementação do modelo nacional da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e da adoção do Ambiente de Dados Nacional (ADN), fica o objeto contratual adequado à nova arquitetura tecnológica da NFS-e Nacional, mediante a inclusão do módulo SyncFiscal, responsável pela integração entre o Ambiente de Dados Nacional (ADN) e o Sistema Fiscal Atende.Net. A inclusão do módulo SyncFiscal não implica a descontinuação do módulo de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), que permanece integrante da solução contratada, considerando que continua responsável pela preservação do histórico fiscal municipal, pela disponibilização das informações fiscais anteriormente emitidas e pelas demais funcionalidades de gestão tributária inerentes ao Sistema Atende.Net. O módulo SyncFiscal constitui solução tecnológica complementar, destinada à integração com o Ambiente de Dados Nacional (ADN), realizando o consumo das APIs oficiais, a captura dos documentos fiscais eletrônicos emitidos pelo Emissor Nacional, a sincronização, validação, tratamento e integração automática dessas informações ao Sistema Fiscal Atende.Net. A adequação tecnológica ora pactuada não altera as atribuições desempenhadas pelo sistema Atende.Net no âmbito da administração tributária municipal. Permanecem sob sua responsabilidade, conforme o escopo originalmente contratado, o processamento e tratamento das informações fiscais, a escrituração fiscal, a fiscalização tributária, a geração de guias de arrecadação, a manutenção do cadastro mobiliário, o processamento das obrigações acessórias e a execução das demais rotinas administrativas correlatas. O que se altera é, exclusivamente, o componente tecnológico responsável por disponibilizar ao Atende.Net as informações provenientes do ambiente nacional de emissão assegurando a continuidade da prestação dos serviços públicos de administração tributária. A presente adequação tecnológica não implicará qualquer acréscimo ao valor global do contrato, tampouco haverá cobrança de taxa, custo ou valor de implantação referente ao módulo SyncFiscal, permanecendo inalterado o valor total mensal e global anteriormente pactuado entre as partes. As partes reconhecem que a presente adequação tecnológica não representa ampliação quantitativa do objeto contratado, mas atualização da solução tecnológica originalmente fornecida em decorrência de alteração normativa superveniente, preservando-se a equivalência das obrigações originalmente assumidas pelas partes, sem prejuízo da possibilidade de futura revisão do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observado o disposto na legislação aplicável. Serviços adicionais

(opcionais), quando necessários e expressamente solicitados pela CONTRATANTE, serão realizados nas condições e preços estabelecidos no contrato matriz. **CLÁUSULA SEGUNDA:** As demais cláusulas não atingidas por este termo permanecem inalteradas. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo. Rio Negro/PR, 13 de outubro de 2026

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:434A62DD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02 AO CONTRATO N.º 134/2025 REF. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 87/2025

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, com endereço na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, bairro Seminário, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76002641/0001-47 neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN** portador do CPF/MF sob nº 936.249.729-87 e a **CONTRATADA: EDITORA BEM PARANÁ LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua DOUTOR GOULIN, n.º 2020, na cidade de Curitiba/PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.637.305/0001-70, neste ato representada por, **RONEY RODRIGUES PEREIRA**, Representante Legal, inscrito(a) no CPF/MF sob n.º 470.195.909-00, resolve modificar unilateralmente o Contrato nº 134/2025, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, pelas cláusulas e condições seguintes: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO** 1.1 O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação do Contrato registrado e publicado através do nº 134/2025, por parte da Administração, visando o reajuste da data-base, conforme a Cláusula Quinta do Contrato. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR** A partir de 14/10/2026, o valor unitário será reajustado em R$ 8,60 (oito reais e sessenta centavos), conforme o IPCA/IBGE do período, com índice de 4,22%.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Unitário	Valor reajustado IPCA 4,22%
1	1.0000	CMC	PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS na forma escrita em jornal diário de grandecirculação no Estado do Paraná.	R$ 8,25	R$ 8,60

2.1 As despesas provenientes do referido termo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária: 140 – 05.002.04.122.0002.2.011.3.3.90.39.90 – Fonte 000. **CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO** Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas por este Termo de Apostilamento e Termos Aditivos anteriores.

Rio Negro PR, 14 de outubro de 2026

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:51ED79E7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE CREDENCIAMENTO II REF.: LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N.º 068/2026
CREDENCIAMENTO Nº 011/2026

O Município de Rio Negro, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e com fulcro ao edital de Credenciamento nº 011/2026 do processo de Inexigibilidade nº 068/2026, considerando a regularidade da documentação apresentada conforme análise da Comissão Municipal de Licitação, designada pela Portaria 475/2026, resolve credenciar a seguinte proponente para a execução do objeto.

Ordem de credenciamento	Proponente	CNPJ	Data da Proposta
02 °	ALLCET EDUCACIONAL LTDA	18.213.895/0001-08	13/10/2026

Registre-se que o credenciamento nº 011/2026 continua aberto para o recebimento de propostas pelos interessados, até a data limite estipulada no respectivo edital. Publique-se. Rio Negro, 15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:0DF7291A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 071/2026

OBJETO: Manutenção preventiva nos equipamentos Mindray BS-200 e Mindray BC-5380 do laboratório Municipal. INTERESSADO: ANNALAB COMERCIO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS LTDA. CNPJ.: 46.370.726/0001-17. JUSTIFICATIVA: Empresa detentora de exclusividade para a execução de serviços de manutenção preventiva em todos os equipamentos fabricados pela empresa MINDRAY, no município de Rio Negro/PR. Fundamentação Legal: Caput do Artigo 74 da Lei 14.133/21 e suas alterações. Rio Negro, 15 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:81095AEA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
PORTARIA – Nº 51/2026 - RP

A SUPERINTENDENTE DO ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

RESOLVE:

CONCEDER a servidora deste Instituto de Previdência Municipal - Rolândia Previdência, as **FÉRIAS**, regulamentares a que tem direito, conforme segue abaixo:

Nº req.	Nome servidor	Período	Data Inicial	Data Final	Dias
459/2026	Amanda Beatriz Pereira	2025/2026	21/10/2026	30/10/2026	10

Edifício do Instituto de Previdência Municipal de Rolândia, Estado do Paraná, aos 15 de Outubro de 2026.

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Superintendente

Publicado por:
Janaina Coscrato
Código Identificador:9D4A15DD

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 509, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas por lei, e em especial, a Lei Complementar nº 55, de 16 de Setembro de 2011, em especial o teor do artigo 200 que prevê que"a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata mediante sindicância ou processo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa",

CONSIDERANDO as informações constantes no Memorando 16.825/2026,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de averiguar eventual transgressão ao inciso X do art. 174 e inciso XVII do art. 175, bem como enquadramento no Art. 190, III, todos da Lei Complementar nº 055/2011, praticados pelo servidor **VAGNER PEREIRA DA SILVA,** lotado na Chefia de Gabinete.

§ 1º. A Comissão será integrada pelos seguintes membros:

I – **JANAINE CANONICO**, T.G.M.-C, matrícula nº 377.333-7;
II – NILZA ROCIO GARRIDO, Agente Comunitária de Saúde, matrícula nº 325740;
III – **ALESSANDRA GOMES DA SILVA**, A.C.S; matrícula nº 325821/1.

§ 2º. A Presidência dos trabalhos competirá ao servidor indicado no inciso I do parágrafo anterior, a quem competirá designar o servidor encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

§ 3º. Integram a Comissão, na condição de suplentes os servidores:

I- 1ª Suplente: **RODIRLEIAZEREDO CAMPI**, TGM, matrícula nº 32199-0;
II- 2ª Suplente: **TIAGO FERREIRA DE SOUZA**, A.G.M. - C, matrícula nº 33.471-5
III- 3ª Suplente: **MICHELECRISTINA MARQUES**, TGM-A, matrícula nº 339407.

Art. 2º. Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 3º. A Comissão apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias, conforme dispõe o artigo 209 da Lei Complementar nº 55, de 16 de Setembro de 2011.

Parágrafo único: Conforme disposto no §2º do artigo 209 da Lei Complementar nº. 55, de 16 de Setembro de 2011, sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

Art. 4º. Fica assegurado aos servidores envolvidos no processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, durante os respectivos trabalhos de apuração, os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sem prejuízo da aplicação das sanções legais nos exatos termos da Lei Complementar 55, de 16 de Setembro de 2011.

Art. 5º. As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão serão remuneradas, de acordo com o disposto no Art. 115-A da Lei Complementar Municipal nº. 55, de 16 de Setembro de 2011.

Art. 6º. A comissão promoverá averiguações de demais infrações conexas caso emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 15 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*PAULO ROGÉRIO DE LIMA*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:26093EFD

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 510 15 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, em especial, a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de dezembro de 2012.*

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo ao imóvel do contribuinte abaixo**:**

Protocolo nº:	**Nome:**	**Localização do imóvel:**	**Condições de remissão:**
2.146/2026	**Contribuinte:** VALENTIM PINATTI CALIXTO	Rua Azaleia Nº 94, JD. Novo Horizonte	**100% (Cem por cento)** dos débitos de IPTU dos **anos de 2024 e 2025.**

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 15 de Outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

EDER JUNIOR EVANGELISTA
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍLIO PULIQUESI
Diretor de Tributação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:1A0E1641

SECRETARIA GERAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 002/26

PRAZO: 30 DIAS.

ASSUNTO: EXTINÇÃO E REVERSÃO DE CONCESSÃO DE USO PERPÉTUO DE JAZIGOS POR AUSÊNCIA DE PARENTESCO COM OS FALECIDOS SEPULTADOS NO LOCAL.

O Município de Rolândia, por meio da Administração do Cemitério Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n 2399/1994 e 3989/2020.

FAZ SABER a potenciais herdeiros, sucessores, legatários ou terceiros interessados, que se encontra em trâmite o processo de **perda da concessão de uso perpétuo** do jazigo abaixo identificado, em razão da desvinculação da titularidade do concessionário com os falecidos sepultados no local.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO JAZIGO E DO TITULAR FALECIDO:

Concessionário Original: Irene Fasolo ou Irene Fasola
Documento/ inscrição Municipal:
Localização: CEMITÉRIO MUNICIPAL CENTRAL – QUADRA 25 – SECÇÃO 04 – LOTE 15
Data do Óbito do Concessionário: não há informações

2 –SEPULTURA E IDENTIFICAÇÃO DOS FALECIDOS:

1279 – Helena Moseli – 1943
11205 – Marilsa Vieira Moraes – 10/06/1971
14189 –Melaueiras Maria Vieira – 02/11/1978
14580 –Horacio Vieira -- 25/11/1980
17091 – Celso Vieira – 14/12/1989
17938 – Euzebio Lopes Assis – 29/12/1992
20231 – Altair Lopes de Assis – 04/03/2000
26445 – Aguinaldo Lopes de Assis Filho – 29/01/2016

3 – DA CONVOCAÇÃO E PRAZO:

Ficam os interessados NOTIFICADOS a comparecer, no prazo impreterível de 30 (trinta) dias úteis a contar da data de publicação deste edital, a sede da Administração do Cemitério Central Rua Santa Catarina 559 – Centro.
O objetivo do comparecimento é comprovar, por meio de documentos idôneos, o direito de manutenção da concessão de uso perpétuo.

4 – DAS PENALIDADES E REVERSÃO DO BEM

O não comparecimento do titular ou de parentes legítimos ou a falta de manifestação de interesse no prazo estipulado ensejará a perda imediata da concessão de uso perpétuo, nos termos do artigo 20 da Lei 2399/1994 e 3989/2020.
Diante da inércia, o espaço e as construções introduzidas sobre o terreno reverterão ao patrimônio do Município, ficando a Administração Pública autorizada a realizar a exumação dos restos mortais ainda existentes no local ou a transferência de titularidade da concessão, nos termos do § 2 do artigo 20 da Lei 2399/1994 e 3989/2020.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expede-se o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial do Município e fixado em local de costume no Cemitério Municipal.

JOÃO ALEXANDRE BRUNOZI
Gestor de Cemitérios

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:182105DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
3º ADITIVO DO CONTRATO Nº 154/2025

3º ADITIVO DO CONTRATO Nº 154/2025

REFERENTE A CONCORRÊNCIA Nº 027/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, CEP 86600-067, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG n.º 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF n.º 152.150.919-00, residente e domiciliado na cidade de ROLÂNDIA – PR, doravante designado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **CONSTRUTORA STENGE LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 30.550.699/0001-24, localizada Rua Brasil, n.º 1.814, Vila Brasil, CEP 86010-200, na cidade **LONDRINA - PR**, telefone (43)3156-0646 e (43) 99911-4258, e-mail: **construtorastenge@gmail.com**, neste ato, legalmente representada pela Senhora **LAÍS STEINER**, portadora da Cédula de Identidade/RG n.º 12.343.943-0 e do CPF/MF n.º 078.580.019-06, residente e domiciliada na cidade de LONDRINA - PR, doravante designada **CONTRATADA**, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DO CONTRATO**, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR
Com adequação do contrato, suprimido o valor de **R$ 44.443,56** (quarenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos)**,** referente a serviços não efetuados, o valor do contrato passa de **R$ 558.953,91** (quinhentos e cinquenta e oito mil novecentos e cinquenta e três reais e noventa e um centavos) para **R$ 514.510,35** (quinhentos e quatorze mil quinhentos e dez reais e trinta cinco centavos), representando uma redução de aproximadamente **7,95%** (três inteiros e noventa e cinco centésimos por cento), sendo este considerado o **"VALOR CONTRATUAL"**.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORO
Para assegurar a execução do objeto definido no contrato original, para seus efeitos jurídicos e legais, permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições estabelecidas.
E por estarem às partes de pleno acordo com o disposto neste documento, datam e assinam digitalmente, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, para que surta seus efeitos legais e jurídicos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 14 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	*CONSTRUTORA STENGE LTDA*
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

_____
FABRICIO SIMÕES DE MORAIS
Secretário Municipal de Planejamento, Habitação e Urbanismo

_____
LUCINEI APARECIDO MASSON
Secretário Municipal de Serviços Públicos e Infraestrutura

_____
RODRIGO EMANUEL RODRIGUES
CREA PR-145275/D
Fiscal do Objeto do Contrato

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:069DB59E

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ERRATA AO ANEXO II — PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2026 - PROCESSO Nº 163/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação, sob demanda, de serviços comuns de apoio técnico-contábil destinados à elaboração, conferência, revisão e atualização de cálculos judiciais e extrajudiciais, com entrega de memória de cálculo e relatório técnico conclusivo, para subsidiar a atuação da Procuradoria-Geral do Município de Rolândia nas esferas estadual, federal e trabalhista.
O Município de Rolândia torna pública a retificação dos seguintes itens do Anexo II:
4.2. A licitante deverá indicar responsável técnico com formação superior em Ciências Contábeis e registro regular no CRC, ou em Ciências Econômicas e registro regular no CORECON competente, comprovando vínculo juridicamente idôneo com o profissional. O registro da pessoa jurídica será comprovado quando exigível pelas normas profissionais aplicáveis.
4.2.1. A formação e a regularidade profissional serão comprovadas por diploma ou documento acadêmico equivalente e certidão, carteira ou comprovante de registro regular no CRC ou CORECON, conforme o caso. O vínculo poderá ser demonstrado por ato societário, registro de empregado, contrato de prestação de serviços ou outro meio juridicamente admitido.
5.2. A licitante indicará o responsável técnico e apresentará os comprovantes de formação, regularidade no CRC ou CORECON, conforme o caso, e vínculo juridicamente idôneo.
JUSTIFICATIVA: A retificação harmoniza o Anexo II com o item 5.6.2 do Termo de Referência e com o ETP, que já admitem ambas as formações. Não altera o objeto, os quantitativos ou as condições de execução, nem introduz requisito novo. Por não comprometer a formulação das propostas, dispensa nova contagem de prazo, conforme art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
Permanecem as demais disposições, ressalvada a adequação da data da sessão para assegurar o prazo mínimo legal contado da divulgação do aviso de alteração.

Rolândia, 15 de outubro de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:1942193E

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO CONTRATO 089/2026

EXTRATO DO CONTRATO N.º 089/2026

TIPO DE CONTRATAÇÃO: REFERENTE AO PREGÃO Nº 77/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, CEP 86600-067, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG n.º 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF n.º 152.150.919-00, residente e domiciliado na cidade de **ROLÂNDIA – PR**.

CONTRATADA: MATRIX X COMERCIAL LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 63.014.631/0001-80, estabelecida Alamedas das Violetas, 100, sala 36 3º andar, CEP 07.411.375, Bairro Nova Aruja na cidade de **ARUJA - SP** telefone (11) 2367.3560, e-mail: helio_alvarenga01@hotmail.com, neste ato, legalmente representada pelo Senhor **LEANDRO SIMÕES HABIB,** portador da Cédula de Identidade/RG n.º 12951340/ SSP/SP e do CPF/MF n.º 178.404.448-22, residente e domiciliado na cidade de **SANTO ANDRÉ - SP** doravante designada **CONTRATADA**

BASE LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

OBJETO: Van 10+1 lugares - Aquisição de Veículo novo, zero Km, tipo VAN para transporte de passageiros, carroceria em aço e original de fábrica, longo de teto alto, conforme característica a seguir: Tipo: Veículo tipo VAN para transporte de passageiros zero Km; Fabricação: nacional. Configuração: veículo com capacidade mínima de 10 lugares + 1(um) motorista. Equipado com todos os equipamentos de série não especificados e que são exigidos pelo CONTRAN. A empresa deverá realizar o emplacamento em nome do Município e adesivar veículo conforme orientação Anexo III. Cor branca.

VALOR: R$ 285.000.00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (sessenta) Dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) Meses.

DATA DE EDIÇÃO/ASSINATURA DO CONTRATO: 13/10/2026.

FORO: Comarca de Rolândia, Estado do Paraná.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:2220AAE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO CONTRATO 090/2026

EXTRATO DO CONTRATO N.º 090/2026

TIPO DE CONTRATAÇÃO: REFERENTE AO PREGÃO Nº 77/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, CEP 86600-067, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG n.º 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF n.º 152.150.919-00, residente e domiciliado na cidade de **ROLÂNDIA – PR**.

CONTRATADA: ALL BRAZ COMÉRCIO E LOCAÇÕES LTDA - EPP inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 45.762.579/0001-68, estabelecida Rua Dom Bosco,573, CS 4, Centro, CEP 12.781-250, Centro na cidade de **CRUZEIRO - SP** telefone (12) 7813.5855, e-mail: contato.allbraz@gmail.com, neste ato, legalmente representada pelo Senhor **JOÃO PAULO FILIPINI SOARES,** portador da Cédula de Identidade/RG n.º 29.960.021 X e do CPF/MF n.º 256.232.718-71, residente e domiciliado na cidade de **CRUZEIRO - SP** doravante designada **CONTRATADA.**

BASE LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

OBJETO: "PICK-UP Cabine Dupla - Aquisição de Veículo novo, zero Km, tipo veículo utilitário (tipo pick-up) FLEX, 0 (zero) km, Ano/Modelo: 2026 ou superior, potência mínima de 140 cv. Transmissão Automática 6 velocidades, 1 a ré, Airbags frontal, lateral e tipo cortina. Roda de liga 17. Fabricação: nacional, no mínimo rádio AM/FM, entrada USB, no mínimo 02 altofalantes e antena. Ar condicionado, câmera de ré. Equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN. Cabine Dupla. A empresa deverá realizar o emplacamento em nome do Município e adesivar veículo conforme orientação Anexo III. Cor branca.

VALOR: R$ 168.000.00 (cento e sessenta e oito mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (sessenta) Dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) Meses.

DATA DE EDIÇÃO/ASSINATURA DO CONTRATO: 13/10/2026.

FORO: Comarca de Rolândia, Estado do Paraná.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 13 de outubro de 2026.

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:8B0B7965

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REABERTURA DA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL – 10/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO – PR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REABERTURA DA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL – 10/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 61/2026
Aos 15 (quinze) dias do mês de outubro do ano de 2026, às 09h00min, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Salgado Filho – PR, no mesmo local em que foi realizada a sessão anterior, reuniu-se o Agente de Contratação, Sr. Jorge Gabriel Luz dos Reis, juntamente com a Equipe de Apoio designada pela Portaria nº 251/2026, de 12 de agosto de 2026, bem como os demais presentes, para a reabertura da sessão pública da Concorrência Presencial nº 10/2026, referente ao Processo Administrativo nº 61/2026, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021.
O certame tem por objeto a "Permissão de uso a título oneroso de uso e exploração comercial de bar/lanchonete e atividades relacionadas ao esporte, na área do Ginásio Municipal de Esportes Prefeito Sperandio Angelo de Conto do Município de Salgado Filho – Paraná, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme especificações constantes no Termo de Referência".

A presente sessão dá continuidade aos trabalhos iniciados em 15 de setembro de 2026, ocasião em que, após o julgamento da proposta e o início da fase de habilitação, foi constatada a ausência da Certidão de Regularidade do FGTS (CRF). Em razão disso, a sessão foi suspensa para que fosse oportunizada à licitante a regularização da documentação, nos termos registrados na ata da sessão anterior e da legislação aplicável.
Reabertos os trabalhos, o Agente de Contratação registrou a presença dos participantes e dos demais integrantes da sessão, conforme lista de presença e assinaturas ao final desta ata.
Na sequência, o Agente de Contratação verificou a situação da documentação relativa à regularidade do FGTS da licitante ELENICE IZABEL BREITENBACH DO NASCIMENTO, inscrita no CNPJ nº 56.659.024/0001-01, observando o prazo concedido na sessão anterior e o tratamento previsto na Lei Complementar nº 123/2006, conforme aplicável ao caso.
Na reabertura da sessão pública, o Agente de Contratação registrou que a Certidão de Regularidade do FGTS (CRF) da licitante **ELENICE IZABEL BREITENBACH DO NASCIMENTO**, inscrita no CNPJ nº 56.659.024/0001-01, foi apresentada um dia após o prazo inicialmente estabelecido para a regularização da documentação.
Diante da apresentação extemporânea do documento, o Agente de Contratação, previamente à tomada de decisão, realizou consulta ao Departamento Jurídico do Município, a fim de obter orientação quanto à possibilidade de prosseguimento do certame diante das circunstâncias verificadas.
Após a consulta e considerando a orientação jurídica recebida, decidiu-se pelo prosseguimento do procedimento licitatório e pela **habilitação da licitante**, tendo em vista a efetiva regularização da pendência documental, observados os princípios estabelecidos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, eficiência, economicidade, interesse público e segurança jurídica, sem prejuízo da observância aos princípios da isonomia, da vinculação ao edital e do julgamento objetivo.
Considerou-se, ainda, o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, naquilo que for aplicável à regularização da documentação fiscal e trabalhista, bem como a necessidade de que a decisão administrativa seja devidamente motivada e documentada nos autos do processo licitatório.
Assim, diante da regularização da documentação e da orientação jurídica obtida, o Agente de Contratação declarou a licitante habilitada, determinando o prosseguimento das etapas subsequentes do certame, com o registro dos atos praticados e das eventuais manifestações dos presentes nesta ata.
Não havendo mais nada a tratar, o Agente de Contratação encerra a sessão, encerrando a presente Ata lavrada por Nara Morando e que segue assinada por mim, Agente de Contratação, comissão de licitação, representante da empresa e demais presentes.

Salgado Filho – PR,15 de outubro de 2026.

JORGE GABRIEL LUZ DOS REIS
(Agente de Contratações/Pregoeiro)
Portaria Nº 251/2026, de 12 de Agosto de 2026

NARA MORANDO
(Equipe de Apoio)
Portaria Nº 251/2026, de 12 de Agosto de 2026

DAIARA BRUNA DA SILVA ROSA
(Equipe de Apoio)
Portaria Nº 251/2026, de 12 de Agosto de 2026

ELIANE MARCIA RUCH
(Equipe de Apoio)
Portaria Nº 251/2026, de 12 de Agosto de 2026

MARCELO JOÃO BARILI
(Secretário Municipal de Esporte e Cultura)

LUAN DOS SANTOS
(Diretor do Departamento de Esportes)

ELENICE IZABEL BREITENBACH DO NASCIMENTO
Representante Legal da Empresa (CPF 527.800.400-25)

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:64D6856F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2026

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2024

O Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no Edital de Abertura nº 01/2024, datado de 09 de setembro de 2024, Concurso Público nº 01/2024, com Retificação do Edital de Abertura, datada de 18 de setembro de 2024, e considerando o resultado da Homologação Final mediante Edital nº 012/2024, datado de 30 de dezembro de 2024;

TORNA PÚBLICO

Artigo 1º - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, em virtude de aprovação no Concurso Público nº 01/2024, de acordo com a Classificação Final, homologada pelo Edital nº 012/2024, de 30 de dezembro de 2024, para provimento de vagas do seu Quadro de Pessoal conforme segue:

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
23774254	Raquel Czermanski	Professor de Educação Infantil	5º

Artigo 2º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Salgado Filho, com sede administrativa sito à Rua Floriano Francisco Anater, nº 50, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a partir da publicação deste Edital, no horário de expediente compreendido entre 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 horas.

Artigo 3º - O candidato deverá apresentar-se portando **cópias e originais** dos documentos abaixo relacionados para sua admissão, devendo ainda estar cientes dos itens 4 e 18 do Edital de Abertura nº 01/2024 de 09 de setembro de 2024, os quais tratam dos Requisitos e da Convocação para Posse no Cargo Público:

Ter sido aprovado e classificado no Concurso Público;

Ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;

Ter completado 18 (dezoito) anos na data da posse;

Cópia da Carteira de Identidade;

Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF **e** comprovante de situação regular, podendo ser emitido pelo site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp
A quitação com as obrigações eleitorais e militares (se for do sexo masculino), apresentando:
Cópia do Título de Eleitor **e** comprovante de regularidade eleitoral; podendo ser comprovada através da Certidão de Quitação Eleitoral emitida pela justiça eleitoral e retirada pelo site: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/

Cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa;

Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP/NIT;

Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;

Cópia da certidão de nascimento ou casamento;

Comprovante de endereço atualizado;

possuir a escolaridade, e pré-requisitos mínimo exigidos para o exercício do cargo, **apresentando cópias dos documentos comprobatórios, do Anexo I, do Edital de Abertura;**

Encontrar-se inscrito e quite com o Conselho Profissional correspondente, quando for o caso;

Ser julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo, em inspeção médica oficial, determinada pela Prefeitura Municipal de Salgado Filho, que, poderá solicitar exames complementares, devendo ser obrigatoriamente realizados pelo candidato, e apresentados no dia agendado para Avaliação Admissional.

Estar ciente e em conformidade com o disposto no art. 117, da Lei n. 8.112/90;

Cópia do CPF, e da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos,

Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;

Não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos, apresentando Certidão negativa de antecedentes criminais do âmbito Estadual (do Estado que tenha residido nos últimos 05 anos) expedida pelo Distribuidor Público da Comarca da qual faça parte o local de residência ou domicílio do candidato;

Certidão negativa de antecedentes criminais Federal, podendo ser emitida através site https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais

Comprovante de impressão da Consulta à Qualificação Cadastral – CQC – e-Social, sem divergências, que poderá ser obtido no endereço eletrônico do Governo Federal: https://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/qualificacao/qualificar.xhtml, em cumprimento às disposições contidas no Decreto Federal Nº 8.373, de 2014 e ao contido nas Resoluções Federais do Comitê Gestor do e-Social Nº 1, de 2015 e Nº 4, de 2015;

Comprovante de informações bancárias: Número de conta e agência de Bancos/Cooperativas do qual o município possui convênio, obtendo informações junto ao Departamento de Recursos Humanos;

Declarar não ter sido demitido do serviço público municipal, estadual ou federal nos últimos 05 (cinco) anos a contar da data da entrega de documentos;

Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos, **no ato da Posse**;

Declarar que não está aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVI, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, **no ato da Posse**;

Declarar os Bens, Direitos e Valores que constituem seu patrimônio, **no ato da Posse**;

Caso o candidato necessite, o Departamento de Recursos Humanos disponibilizará modelos das Declarações solicitadas nas letras (u,v,w,x,).

Artigo 4º - O candidato convocado será submetido ao exame médico admissional e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga.

Artigo 5º - O candidato poderá optar uma única vez pelo **final da lista**, devendo apresentar requerimento ao Departamento de Recursos Humanos, dentro do prazo estabelecido no Artigo 2º deste Edital.

Artigo 6º - O candidato que optar pela **desistência** da vaga deverá apresentar Termo de Desistência, dentro do prazo estabelecido no Artigo 2º deste Edital.

Artigo 7º - A posse dar-se-á no prazo de até quinze dias contados da data de publicação do ato de nomeação, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período, nos termos do § 1º do art. 37 da Lei nº 34, de 20 de junho de 2018, o qual dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Salgado Filho.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

Publique-se

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:499D7864

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº. 318, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº. 318, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Exonera à pedido servidora pública municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado,

RESOLVE:
Artigo 1º- Exonerar à pedido, e a partir de 16 de outubro de 2026, a servidora pública municipal **LUCIANA BAILKE,** matrícula nº 1766, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, Classe/Nível "NP I", do Quadro de Pessoal deste Executivo Municipal.
Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Estado do Paraná, ao décimo quinto dia do mês outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:152D7256

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA CMAS 04/2026

04/2026
Aos quinze dia do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, as oito e trinta horas, reuniu-se de forma presencial, os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária, presidida na sala de reuniões do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), localizada na Rua Rui Barbosa, número 52, centro de Salgado Filho. Para dar início a Presidente Silvana Tereza Welter, deu as boas-vindas e informou que foi preenchido o questionário do TCE de avaliação do CMAS, bem como anexado documentos comprobatórios. A gestora de assistência social Edina Riva Duarte, apresentou o relatório semestral de todos os trabalhos realizados pela secretaria, bem como programas e projetos atendidos durante o primeiro semestre de 2026. Em sequência, passou a palavra para a técnica administrativa Aluana Pastre, que realizou a prestação de contas do fundo de assistência social do 03° bimestre, referente aos meses maio

e junho, onde foi gasto com: Beneficio eventual ALUGUEL SOCIAL: R$ 13.900,00 (treze mil e novecentos reais); CESTA BÁSICA: R$ 3.057,39 (três mil reais, com cinquenta e sete reais, com trinta e nove centavos); AUXÍLIO NATALIDADE: R$1.996,35 (mil novecentos e noventa e seis reais e trinta e cinco centavos); FRETE/PASSAGEM/MUDANÇA: R$ 2.757,66 (dois mil setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e seis centavos); FUNERAL: R$ 4.202,00 (quatro mil duzentos e dois reais); SERVIÇOES DE PESSOA JURÍDICA: R$ 75.189,00 (setenta e cinco mil cento e oitenta e nove reais); CENTRO DIA DO IDOSO: R$ 209.330,61 (duzentos e nove mil trezentos e trinta reais e sessenta e um centavos); DELIBERAÇÃO CEDCA: R$ 138.339,10(cento e trinta e oito mil trezentos e trinta e nove reais e dez centavos); EQUIPAMENTOS COEDE/OUTROS: R$ 6.352,50 (seis mil trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos); CASA LAR: R$ 24.075,01(vinte e quatro mil e setenta e cinco reais e um centavo); PROCAD SUAS: R$ 9.293,91(nove mil duzentos e noventa e três reais e noventa e um centavos); MATERIAIS DE CONSUMO, HIGIENE E LIMPEZA: R$ 13.976,66 (treze mil novecentos e setenta e seis reais e sessenta e seis centavos); FOLHA DE PAGAMENTO: R$ 99.858,59 (noventa e nove mil oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e nove centavos); PATRONAL: R$ 22.773,15 (vinte e dois mil setecentos e setenta e três reais e quinze centavos); DIÁRIA: R$ 2.560,00 (dois mil quinhentos e sessenta reais); VEÍCULOS: R$ 9.889,74 (nove mil oitocentos e oitenta e nove reais e setenta e quatro centavos); somando o TOTAL: R$ 637.551,67 (seiscentos e trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos); Houve um ajuste contábil no valor de 3.360,00 (três mil trezentos e sessenta reais) referente a empenho do segundo bimestre; A prestação de contas do 3° bimestre segue aprovado por unanimidade. Prosseguindo, foi apresentado a prestação de contas do 4º Bimestre de 2026 - referente aos meses de julho e agosto, sendo que foi gasto o valor de: Benefícios eventual ALUGUEL SOCIAL: R$ 12.230,00 (doze mil duzentos e trinta reais); CESTA BÁSICA: R$ 10.790,79 (dez mil setecentos e noventa reais e setenta e nove centavos); HOSPEDAGEM/PASSAGEM: R$ 2.077,20 (dois mil e setenta e sete reais e vinte centavos); LUZ E ÁGUA: R$ 735,88 (setecentos e trinta e cinco reais e oitenta e oito centavos); SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA: R$ 52.913,26 (cinquenta e dois mil novecentos e treze reais e vinte e seis centavos); CENTRO DIA DO IDOSO: R$ 55.842,05 (cinquenta e cinco mil oitocentos e quarenta e dois reais e cinco centavos); DELIBERAÇÃO COEDE 05/2025: R$ 2.016,31 (dois mil e dezesseis reais e trinta e um centavos); DELIBERAÇÃO COEDE 09/2024: R$ 11.150,00 (onze mil cento e cinquenta reais); GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO: R$ 7.809,22 (sete mil oitocentos e nove reais e vinte e dois centavos); CASA LAR / ILPI: R$ 29.068,80 (vinte e nove mil e sessenta e oito reais e oitenta centavos); DIÁRIAS: R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais); MATERIAIS DE CONSUMO, HIGIENE E LIMPEZA: R$ 4.615,70 (quatro mil seiscentos e quinze reais e setenta centavos); FOLHA DE PAGAMENTO: R$ 112.044,23 (cento e doze mil e quarenta e quatro reais e vinte e três centavos); PATRONAL: R$ 19.591,69 (dezenove mil quinhentos e noventa e um reais e sessenta e nove centavos); VEÍCULOS: R$ 5.454,80 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos); TOTAL GERAL: R$ 326.889,93 (trezentos e vinte e seis mil oitocentos e oitenta e nove reais e noventa e três centavos); A prestação de contas do 4° bimestre, segue aprovado por unanimidade. Foi informado que foi realizado a alteração do plano de ação do piso único de assistência social – FEAS 2026, decorrentes do evento climático EL Niño, que deverá contemplar situações de calamidade pública; foi publicado sob Resolução Ad Referendum 08/2026 do CMAS, que segue aprovado por este conselho. Foi apresentado o Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS, o qual foi aprovado em seguida e posteriormente será publicado. Foi apresentado para o conselho o Oficio circular 018/2026 CEAS/PR, de alterações nas normativas do Programa nascer bem PR. Foi apresentado Ofício nº 285/2026 CEAS/PR de Solicitação de contribuições para o Letramento inicial acerca do Atendimento e Inclusão de Pessoas Neurodivergentes no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Foi realizado a adesão ao Piso – FEAS - Exercício 2027, bem como aprovado o preenchimento do plano de ação do FEAS 2027. Foi apresentado o decreto 294/2026, que institui A Comissão De Estudo Para Análise Da Implantação E De Forma De Execução Do Serviço De Acolhimento Em Família Acolhedora Do Município De Salgado Filho – PR. A gestão informou que já solicitou ao departamento contábil a LOA de 2027 de assistência social, para apreciação e aprovação deste conselho. A coordenadora do Cadastro único Elaine Alves Maciel Tafarel, informou que conforme prevê a lei, irá realizar o descarte de documentos do CAD único do ano de 2021, que já excedeu o tempo e 05 anos. Sem mais a tratar, segue assinado por mim secretária executiva que lavro a ata Alexandra Alves, e pelos demais presentes

Publicado por:
Alexandra Alves
Código Identificador:A36D9393

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 08/2026 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 08/2026

O Conselho Municipal da Assistência Social do Município de Salgado Filho Estado do Paraná, aprovou a prestação de contas do 3º bimestre de 2026, do Fundo Municipal de Assistência Social, do município de Salgado Filho, Estado do Paraná, do ano de 2026.

O Conselho Municipal da Assistência Social do Município de Salgado Filho Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, Lei Municipal nº 029/2009 de 26 de novembro de 2009 e Lei Municipal do SUAS Nº 48/2017 de 26 de junho de 2017.
Considerando a aprovação em reunião ordinária, realizada no dia 15 de outubro de 2026, conforme ata nº 04/2026.

RESOLVE:

Art. 1º – aprovar a prestação de contas do 3º bimestre, referente aos meses de maio e junho, do Fundo Municipal de Assistência Social, do município de Salgado Filho, Estado do Paraná, do ano de 2026.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salgado Filho, em 15 de outubro de 2026.

SILVANA TEREZA WELTER
Presidente do CMAS

Publicado por:
Alexandra Alves
Código Identificador:932C40A8

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 09/2026 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 09/2026

O Conselho Municipal da Assistência Social do Município de Salgado Filho Estado do Paraná, aprovou a prestação de contas do 4º bimestre de 2026, do Fundo Municipal de Assistência Social, do município de Salgado Filho, Estado do Paraná, do ano de 2026.

O Conselho Municipal da Assistência Social do Município de Salgado Filho Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, Lei Municipal nº 029/2009 de 26 de novembro de 2009 e Lei Municipal do SUAS Nº 48/2017 de 26 de junho de 2017.
Considerando a aprovação em reunião ordinária, realizada no dia 15 de outubro de 2026, conforme ata nº 04/2026.

RESOLVE:

Art. 1º – aprovar a prestação de contas do 4º bimestre, referente aos meses de julho e agosto, do Fundo Municipal de Assistência Social, do município de Salgado Filho, Estado do Paraná, do ano de 2026.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salgado Filho, em 15 de outubro de 2026.

SILVANA TEREZA WELTER
Presidente do CMAS

Publicado por:
Alexandra Alves
Código Identificador:72B18D47

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 10/2026 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 10/2026

Aprovar a adesão do Recurso PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PAS, exercício 2027, em conformidade com a Deliberação 59/2023 do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS.

O Conselho Municipal da Assistência Social do Município de Salgado Filho Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, Lei Municipal nº 029/2009 de 26 de novembro de 2009 e Lei Municipal do SUAS Nº 48/2017 de 26 de junho de 2017.

RESOLVE:
Art. 1º: Aprovar a adesão do Recurso PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PAS, exercício 2027, em conformidade com a Deliberação 59/2023 do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS. A aprovação se deu em reunião ordinária realizada no dia 15 de outubro de 2026, conforme ata nº 04/2026.

Art. 2°: Aprovar o Preenchimento plano de ação realizado para o Recurso PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PAS, em conformidade com a Deliberação 59/2023 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS.

Art. 3°: Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Salgado Filho em 15 de outubro de 2026.

SILVANA TEREZA WELTER
Presidente do CMAS

Publicado por:
Alexandra Alves
Código Identificador:BA8AB8BA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 199/2021

OBJETO:	Contratação de prestadora de serviços de mão de obra para execução de serviços de auxiliar de serviços gerais, servente de pedreiro, auxiliar, carpinteiro, motorista, operador de maquinas pesadas, recepcionistas e gari, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais
CONTRATADO:	IGUAÇU DESENVOLVIMENTO LTDA
CNPJ:	17.453.147/0001-30
AUMENTO DE META:	227.164,40
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quinta-Feira, 15 de outubro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:06976929

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 135/2024

OBJETO:	Contratação de empresa especializada para fornecimento de manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de peças, mão de obra de mecânica e transporte (remoção) para máquinas pesadas, pertencentes a frota do município de Salto do Lontra
CONTRATADO:	Z1 INDUSTRIA E COMERCIO DE PEÇAS LTDA
CNPJ:	09.436.050/0001-90
VIGÊNCIA:	11/02/2027
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 14 de outubro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:80525171

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 147/2024

OBJETO:	contratação de empresa para fornecimento fornecer caixas de chocolates e brinquedos para o encerramento e alusão ao Natal com os alunos da rede municipal de ensino, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Salto do Lontra e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
CONTRATADO:	JORGE ITAMAR TAVARES
CNPJ:	09.664.767/0001-90
VALOR:	42.100,00
VIGÊNCIA:	13/10/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Terça-Feira, 13 de outubro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:61A38708

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2024

OBJETO:	contratação de empresa para fornecimento fornecer caixas de chocolates e brinquedos para o encerramento e alusão ao Natal com os alunos da rede municipal de ensino, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Salto do Lontra e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
CONTRATADO:	COMERCIAL TOLOTTI LTDA
CNPJ:	14.156.887/0001-16
VALOR:	4.176,00
VIGÊNCIA:	13/10/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Terça-Feira, 13 de outubro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:612981D9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 13/2026.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA, ÁUDIO E VÍDEO, IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, CONVERSÃO E ARMAZENAMENTO DE DADOS, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA, EVOLUTIVA E ADAPTATIVA DE SISTEMAS DE GESTÃO LEGISLATIVA E ADMINISTRATIVA, BEM COMO SUPORTE TÉCNICO PARA

TRANSMISSÃO E GRAVAÇÃO DE SESSÕES ORDINÁRIAS, SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS, SESSÕES SOLENES, SESSÕES DE POSSE, REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, COM DISPONIBILIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS NOS CANAIS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA/PR, conforme Termo de Referência (Anexo I) e Aviso de Dispensa nº 06/2026.

FORNECEDOR: WEVERTON VICENTE 11292646969.

VALOR TOTAL: R$ 31.800,00 (TRINTA E UM MIL E OITOCENTOS REAIS)

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21.

SANTA AMÉLIA, 15 DE OUTUBRO DE 2026.

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente - CMSA

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:6D4B4144

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 685/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal**.**

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir de 15 de Outubro de 2026, o servidor público municipal **LUCAS FERREIRA DE LIMA ,** matricula- 37591**,** ocupante do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** para exercer a função de **CHEFE DO SETOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS E RURAIS E DE VIAÇÃO**, de acordo com a Lei Municipal 1.554/2022.

Art. 2º O servidor recebera a título de gratificação, em virtude da função retro mencionada o valor de R$ 2.419,31.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de 15 de Outubro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 14 de Outubro de 2025.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:2A5915FB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 686/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 05 (Cinco) dias de férias a servidora **LUANA CRISTINA ARANTES LORDANI** matrícula n° 34251 ocupante do cargo de provimento efetivo **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL ,** Dia 26/10/2026 a 30/10/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, a servidora deverá retornar as atividades normais no dia 31 de Outubro de 2026
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 15 de Outubro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:2ADD840A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 687/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 20 (vinte) dias de férias ao servidor **SILAS DE PAULA JUNIOR** matrícula n° 35031 ocupante do cargo de provimento efetivo **CIRURGIÃO DENTISTA ,** Dia 20/10/2026 a 08/11/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, O servidor deverá retornar as atividades normais no dia 09 de Novembro de 2026
Art. 2º Serão convertidos 10 (dez) dias das referidas férias em abono pecuniário, de acordo com § 1º do Art. 77 da Lei Municipal nº 1108/2005.
Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 15 de Outubro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:F34BE9B5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 689/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 4 (Quatro) dias de férias a servidora **NICOLE ELOISE RAMOS DE SOUZA** matrícula n° 37271 ocupante do cargo de provimento efetivo **AUXILIAR ADMINISTRATIVO III ,** Dia 03/11/2026 a 06/11/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2025/2026, O servidor deverá retornar as atividades normais no dia 07 de Novembro de 2026
Art. 2º Serão convertidos 10 (dez) dias das referidas férias em abono pecuniário, de acordo com § 1º do Art. 77 da Lei Municipal nº 1108/2005.
Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 15 de Outubro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:80502219

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 690/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º. Receber a devolução de diárias concedidas a servidores que estavam com viagem prevista e por motivo de força maior não realizaram.

Alínea	Nome	cargo	Referente ao período	Valor
A	Rafael Abner Severino	Motorista	12 e 14/10/2026	R$ 90,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 15 de Outubro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:B0DF64F7

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 05/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: Aprova a proposta de alteração da Lei Municipal nº 1.539/2022, que dispõe sobre os Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, estabelece diretrizes para a regulamentação dos critérios de concessão por meio de resolução específica do CMAS.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DO MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e
CONSIDERANDO a Lei Ordinária Municipal nº 922/1996;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), especialmente as disposições relativas aos Benefícios Eventuais;
CONSIDERANDO a Resolução do CONSELHO NACINAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS) nº 213/2025 e as orientações normativas aplicáveis à regulamentação e à concessão dos Benefícios Eventuais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
CONSIDERANDO a necessidade de atualização da legislação municipal referente aos Benefícios Eventuais, visando à adequação às normativas vigentes e ao aprimoramento da Política Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal de Assistência Social para acompanhar, avaliar e deliberar sobre matérias relacionadas à Política Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO as deliberações tomadas na Reunião Ordinária nº 08 do CMAS, realizada em 15 de outubro de 2026, às 10 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social de Santa Amélia/PR;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a proposta de alteração da Lei Municipal nº 1.539/2022, que dispõe sobre a concessão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, com vistas à elaboração de nova legislação municipal adequada às normativas vigentes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, seguindo as normativas do Conselho Nacional de Assistência Social, especialmente a resolução nº 213/2025.
Art. 2º Aprovar a definição dos critérios para a concessão dos Benefícios Eventuais por meio de resolução específica do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, contemplando parâmetros objetivos para orientar a avaliação e a concessão dos benefícios, incluindo o parâmetro de renda familiar mensal, sem prejuízo da análise das particularidades e necessidades de cada situação apresentada pelos usuários.
Parágrafo único. Os critérios específicos, os parâmetros de renda e as demais condições para a concessão dos Benefícios Eventuais serão estabelecidos em resolução própria do CMAS, observadas a legislação e as normativas vigentes.
Art. 3º Determinar o encaminhamento da proposta de alteração da legislação municipal de Benefícios Eventuais ao Poder Executivo Municipal, para as providências administrativas e legislativas cabíveis, inclusive o encaminhamento ao Poder Legislativo, quando necessário.
Art. 6º Recomendar que a resolução específica referente aos critérios de concessão dos Benefícios Eventuais, após sua formalização, seja publicada e amplamente divulgada aos profissionais da rede socioassistencial, aos serviços envolvidos e à população, assegurando o conhecimento e a adequada aplicação dos critérios estabelecidos.
Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Amélia/PR, 15 de outubro de 2026.

SOFIA MELLO DE MORAIS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
Decreto nº 27/2026
Município de Santa Amélia – Paraná

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:DD9EB16E

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 06/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Aprova a alteração do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social (PAS) referente ao exercício de 2026 e aprova o Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social (PAS) para o exercício de 2027.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DO MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela legislação municipal vigente e demais normativas que regulamentam o Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
CONSIDERANDO a necessidade de adequação do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social (PAS), referente ao exercício de 2026, visando à atualização das informações, ações e demais elementos necessários à adequada execução da política municipal de assistência social;
CONSIDERANDO a importância do planejamento das ações, serviços, programas e benefícios socioassistenciais para o exercício de 2027, em consonância com as necessidades identificadas no município e com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
CONSIDERANDO a deliberação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social de Santa Amélia/PR, em reunião realizada no dia 15 de outubro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a alteração do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social (PAS), referente ao exercício de 2026, conforme apresentação e deliberação realizadas em reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Santa Amélia/PR, no dia 15 de outubro de 2026.
Art. 2º Aprovar o Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social (PAS) para o exercício de 2027, destinado a orientar o planejamento e a execução das ações da Política Municipal de Assistência Social, observadas as normativas vigentes.
Art. 3º A Secretaria Municipal responsável pela Política de Assistência Social deverá adotar as providências necessárias à execução dos respectivos Planos de Ação, observando as finalidades dos recursos, as metas estabelecidas e as normas aplicáveis ao financiamento da assistência social.
Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social acompanhar e exercer o controle social sobre a execução das ações previstas nos Planos de Ação aprovados, observadas suas atribuições legais.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Amélia/PR, 15 de outubro de 2026.

SOFIA MELLO DE MORAIS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
Decreto nº 27/2026
Município de Santa Amélia – Paraná

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:FDFF286F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2026

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2026

O **MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR**, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, Forma **PRESENCIAL**, do **tipo MENOR PREÇO**, com aplicação do **Sistema Registro de Preços**.

Objeto:	**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VIDROS E SIMILARES.**	
Credenciamento e entrega de Envelopes n. 1 e 2:	Data: 04/11/2026	Horário: 08:00 às 08:30h
Início da sessão:	Data: 04/11/2026	Horário: 08:30h
Local:	Departamento de Licitação, sede da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, Rua Jerônimo Farias Martins, 514, centro, Santa Cecília do Pavão-PR	
Critério de Julgamento:	Menor Preço Por ITEM	
Valor máximo:	**R$ 202.623,30 (duzentos e dois mil seiscentos e vinte e três reais e trinta centavos).**	

* Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, sita na Rua Jerônimo Farias Martins n° 514, ou pelo e-mail: licitacao@santaceciliadopavao.pr.gov.br.
.
Santa Cecília do Pavão, 15 de outubro de 2026.

MARCOS VINÍCIUS DUARTE
Pregoeiro

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:675B2003

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 2.575/2026

DECRETO N.º 2.575/2026

SÚMULA: Criar Crédito Especial no Orçamento do Município, inclusão no PPA E LDO e dá outras Providências.

Claudio Covre, Prefeito Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº. 4.320/1.964, e a Lei Municipal nº. 1206/2026, de 15 de outubro de 2026.

Art. 1º - Abre Crédito Especial no Orçamento, no valor total de **R$ 507.985,12 (quinhentos e sete mil e novecentos e oitenta e cinco reais e doze centavos)** para atender as necessidades do Poder Executivo com a seguinte classificação orçamentária:

Código da Despesa	Descrição	Fonte	Valor
10	**SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER**		
10.001	**DIVISAO DE ESPORTES E LAZER**		
15.451.0005.1078	**CONTRATO DE REPASSE Nº 939877/2022/MDR/CAIXA**		
4.4.90.51	Obras e Instalações	1017	R$ 500.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações	501	R$ 7.985,12
TOTAL ESPECIAL			**R$ 507.985,12**

Art. 2º - Para abertura do Crédito de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos conforme abaixo:

Descrição	Valor
Tendência de Excesso de Arrecadação – RED 119 - Fonte 1017 Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019).	R$ 500.000,00
Tendência de Excesso de Arrecadação - RED 34 - Fonte 501 - Receitas de Alienações de Ativos.	R$ 7.985,12
TOTAL	**R$ 507.985,12**

Art. 3º - Altera a Lei Municipal nº 1.135/2025, de 01 de julho de 2025 (LDO) e a Lei Municipal nº 1.134/2025, de 01 de julho de 2025 (PPA), em igual importância respeitando abertura de créditos Especiais das respectivas alterações orçamentárias.

Art. 4º - Fica autorizado ao Executivo Municipal, a suplementar e redução das dotações desta Lei por Transposição, Remanejamento e Transferência por Decreto Municipal.

Art. 5º - Fica autorizado ao Executivo Municipal vincular outras Fontes de Recursos e Recursos que achar necessário para custear quaisquer despesas desta Lei.

Art. 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 15 de outubro de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:2F695946

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 2.576/2026

DECRETO N.º 2.576/2026

O Prefeito Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, Sr. Claudio Covre, no uso de suas atribuições legais,

Considerando protocolo nº SG0596/2026, datado de 15/10/2026, do conselho Municipal de Assistência Social, que solicita a alteração da composição deste Conselhos, conforme solicitação e justificativa da Presidente do CMAS,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear as pessoas abaixo relacionadas para compor o **Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS:**

Representantes Governamentais
REPRESENTANTE SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Titular: Regina Nunes Pereira
Suplente: Karla Dayane Soares Rodrigues

REPRESENTANTE DE SECRETARIA DE FINANÇAS E FAZENDA
Titular: Mauro Kendi Miyamoto
Suplente: Marcelo Dã Alves Palmeira

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA
Titular: Silvia Pedroso da Silva
Suplente: Andreza de Fátima dos Santos

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PREVENÇÃO
Titular: Leandro Francioli
Suplente: Ellen Cristina de oliveira

REPRESENTANTE DA SECRETÁRIA DE SEGURANÇA, EMPREGO e DEFESA CIVIL
Titular: Rosimari de Oliveira Ynoue
Suplente: Fabio Jose Camargo de Godoy

REPRESENTANTE DA SECRETÁRIA DE AGRICULTURA e MEIO AMBIENTE
Titular: Valdir Pereira Ayala
Suplente: Elaine Cristina Monteira Corrêa

Representantes Não Governamentais

REPRESENTANTES DOS USUARIOS DO SUAS:
Titular: Ana Carolina Abdallah
Suplente: Ana Paula dos Santos Cordeiro

REPRESENTANTES USUARIOS DO SUAS:
Titular: Karollainy de Souza Felix
Suplente: Irene Aparecida Cunha Santos

REPRESENTANTE DE ENTIDADES
Titular: Ana Claudia Aparecida dos Santos
Suplente: Vanessa Ribeiro de Oliveira

REPRESENTANTES DE ENTIDADES
Titular: Maria Adelaide Rubio Argentino
Suplente: Karina Faustino Godoy

REPRESENTANTES TRABALHADORES DO SETOR:
Titular: Valdirene Aparecida Nicoletti
Suplente: Erica do Nascimento Avila

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DO SETOR
Titular: Adriana Ferreira de Mello
Suplente: Terezinha da Silva Santos

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 15 de outubro de 2025.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:52F5B38E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO DE SERVIÇO Nº 30/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE SERVIÇO Nº 30/2026
CONTRATANTE: Munícipio de Santa Cecília do Pavão pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o número 76.290.691/0001-77, com sede na Rua Jerônimo Farias Martins nº 514, Centro na cidade de Santa Cecília do Pavão – Paraná, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal**, CLAUDIO COVRE**, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.959.656-0SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o número 848.208.539-53.
CONTRATADA: BRUNA RIBEIRO NUNES.
CPF nº: 080.832.279-60
RG nº: 10.537.423-2
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA DA ÁREA DA SAÚDE PARA ATENDIMENTO GERAL, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS, JUNTO A REDE DE SAÚDE MUNICIPAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DOS REFERIDOS CARGOS.
VALOR: R$ 4.778,87 (quatro mil setecentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos), bruto mensal, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e Prevenção, em regime de dedicação exclusiva."**.**
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03 (três) meses contados a partir do dia da data da assinatura do Contrato.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 15 de outubro de 2026.
FORO: Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná.
Santa Cecília do Pavão, 15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:197D25B2

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.205/2026

LEI Nº. 1.205/2026

SÚMULA: Altera os níveis de vencimento e amplia o quantitativo de vagas de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Município de Santa Cecília do Pavão e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, aprovou e eu, Claudio Covre, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os níveis de vencimento dos seguintes cargos de provimento efetivo integrantes do Quadro de Pessoal do Município de Santa Cecília do Pavão, constantes da Tabela A do Anexo II da Lei Municipal nº 496/2007, passando a vigorar da seguinte forma:

CARGO	NÍVEL ATUAL	NOVO NÍVEL
Recepcionista Atendente	02	**07**
Jardineiro	01	**06**
Pintor	01	**06**
Operador(a) de Computador	07	**11**

§ 1º A alteração dos níveis prevista no caput deste artigo possui natureza exclusivamente remuneratória, permanecendo inalteradas a denominação, as atribuições, a carga horária, os requisitos de escolaridade, os requisitos para ingresso e as demais características dos respectivos cargos.

§ 2º Os servidores efetivos atualmente ocupantes dos cargos relacionados no caput deste artigo serão enquadrados nos novos níveis de vencimento estabelecidos por esta Lei, sem prejuízo das vantagens pessoais e funcionais regularmente adquiridas.

Art. 2º Fica ampliado o quantitativo de vagas dos seguintes cargos de provimento efetivo integrantes do Quadro de Pessoal do Município:

CARGO	ACRÉSCIMO DE VAGAS
Coletor de Lixo	**02 (duas)**
Enfermeiro(a)	**01 (uma)**
Agente de Saúde	**01 (uma)**
Professor(a)	**03 (três)**

§ 1º As vagas acrescidas por este artigo passam a integrar o quantitativo previsto para os respectivos cargos na legislação municipal.

§ 2º A ampliação do quantitativo de vagas não implica alteração das atribuições, carga horária, requisitos de escolaridade, requisitos de ingresso, nível de vencimento ou demais características estabelecidas na legislação municipal para os respectivos cargos.
Art. 3º O provimento das vagas acrescidas por esta Lei observará as disposições constitucionais e legais aplicáveis, especialmente a exigência de prévia aprovação em concurso público, ressalvada a convocação de candidatos regularmente aprovados em concurso público vigente para os respectivos cargos, observada a ordem de classificação.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal, suplementadas, se necessário, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a promover as adequações necessárias nos anexos e demonstrativos do Quadro de Pessoal do Município, exclusivamente para refletir as alterações expressamente estabelecidas nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 15 de outubro de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:1D451480

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.206/2026

LEI Nº. 1.206/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a Criar Crédito Especial no Orçamento do Município, inclusão no PPA E LDO e dá outras Providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, aprovou e eu, Claudio Covre, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a abrir Crédito Especial no Orçamento, no valor total de **R$ 507.985,12 (quinhentos e sete mil e novecentos e oitenta e cinco reais e doze centavos)** para atender as necessidades do Poder Executivo com a seguinte classificação orçamentária:

Código da Despesa	Descrição	Fonte	Valor
10	**SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER**		
10.001	**DIVISAO DE ESPORTES E LAZER**		
15.451.0005.1078	**CONTRATO DE REPASSE Nº 939877/2022/MDR/CAIXA**		
4.4.90.51	Obras e Instalações	1017	R$ 500.000,00
4.4.90.51	Obras e Instalações	501	R$ 7.985,12
TOTAL ESPECIAL			**R$ 507.985,12**

Art. 2º - Para abertura do Crédito de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos conforme abaixo:

Descrição	Valor
Tendência de Excesso de Arrecadação – RED 119 - Fonte 1017 Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019).	R$ 500.000,00
Tendência de Excesso de Arrecadação - RED 34 - Fonte 501 - Receitas de Alienações de Ativos.	R$ 7.985,12
TOTAL	**R$ 507.985,12**

Art. 3º - Altera a Lei Municipal nº 1.135/2025, de 01 de julho de 2025 (LDO) e a Lei Municipal nº 1.134/2025, de 01 de julho de 2025 (PPA), em igual importância respeitando abertura de créditos Especiais das respectivas alterações orçamentárias.

Art. 4º - Fica autorizado ao Executivo Municipal, a suplementar e redução das dotações desta Lei por Transposição, Remanejamento e Transferência por Decreto Municipal.

Art. 5º - Fica autorizado ao Executivo Municipal vincular outras Fontes de Recursos e Recursos que achar necessário para custear quaisquer despesas desta Lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 15 de outubro de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:986D4432

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

CÂMARA MUNICIPAL
PUBLICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

PUBLICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de reforma e adequação do Plenário da Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais serviços necessários à execução dos serviços, conforme projetos, especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas nos documentos que integram o processo de contratação.

Em conformidade com o art. 7º, parágrafo único do Decreto Legislativo n. 03/2024.

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos os interessados, que foi apresentado proposta para obtenção do *menor preço* da Dispensa de Licitação n° 07/2026, do participante abaixo:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR UNTÁRIO	R$ VALOR TOTAL
01	WAS ENGENHARIA LTDA	52.808.149/0001-03	R$ 21.150,00	R$ 21.150,00

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 15 de outubro de 2026.

DEUSDETE LEMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:DEE33C72

CÂMARA MUNICIPAL
PUBLICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

PUBLICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de reforma e adequação do Plenário da Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais serviços necessários à execução dos serviços, conforme projetos, especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas nos documentos que integram o processo de contratação.

Em conformidade com o art. 7º, parágrafo único do Decreto Legislativo n. 03/2024.

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos os interessados, que foi apresentado proposta para obtenção do *menor preço* da Dispensa de Licitação n° 07/2026, do participante abaixo:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR UNTÁRIO	R$ VALOR TOTAL
01	TROIA ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA	35.408.698/0001-63	R$ 21.000,00	R$ 21.000,00

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 15 de outubro de 2026.

DEUSDETE LEMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:1D93CAB6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 038/2026

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade de Licitação nº 038/2026

AUTORIZO a contratação direta por *inexigibilidade de licitação*, conforme detalhamento:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO - CNPJ nº 75.462.820/0001-02.
CONTRATADO: Razão Social: METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA - **CNPJ nº:** 05.035.532/0004-20.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK UP CABINE DUPLA, POR MEIO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026, FIRMADA PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AMERIOS - CISA, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, conforme Resolução SESA nº 726/2025 e Saldo Remanescente das Resoluções 808/2022 e 374/2024.
VALOR ESTIMADO: R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).
FUNDAMENTO DA DISPENSA: Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº14.133/21.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Programática:
07.001.10.304.0035.2050 - Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária
07.001.10.305.0035.2051 - Manutenção das Atividades de Vigilância Epidemiológica
4.4.90.52.00.00 Equipamento e Material Permanente

Fontes:
31501 - Vigilância em Saúde (Estadual)
1001 - Recursos Livres

PUBLIQUE-SE o resultado.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 15 de outubro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:34429FD7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3.026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 3.026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 2.985, de 04 de agosto de 2026, e dá outras providências.

WILLIAN CEZAR VIEGA, Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com fulcro na Lei Municipal nº 03/1993,

CONSIDERANDO a regular instauração do Processo Administrativo Disciplinar por intermédio da Portaria nº 2.985, de 04 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogação do prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, a fim de assegurar o regular desenvolvimento da instrução processual e a conclusão dos trabalhos;

CONSIDERANDO o permissivo constante no artigo 3º da Portaria nº 2.985/2026, bem como nas disposições da Lei Municipal nº 03/1993 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que autoriza a prorrogação do prazo de instrução por igual período, mediante motivação devidamente justificada,

RESOLVE:
Art. 1º. Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias o prazo para instrução, conclusão e apresentação do relatório final dos trabalhos da Comissão Especial de Inquérito constituída pela Portaria nº 2.985, de 04 de agosto de 2026, a contar do término do prazo originalmente estabelecido.

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições constantes da Portaria nº 2.985, de 04 de agosto de 2026, especialmente quanto à composição da Comissão Especial de Inquérito.

Art. 3º. Ficam integralmente ratificados e convalidados todos os atos processuais e instrutórios regularmente praticados pela Comissão Processante até a presente data.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, revogadas as disposições em contrário.

Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, aos 15 de outubro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:7B81C274

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3.027/2026

PORTARIA Nº 3.027/2026

Dispõe sobre as designações de Servidores Públicos Municipais para exercerem a função de Agente de Contratação, Pregoeiro Municipal, Leiloeiro Municipal e Equipe de Apoio em conformidade com a Lei Federal n.º14.133/2021 e dá outras providencias;

WILLIAN CEZAR VIEGA, PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CONSIDERANDO o que preconiza o Art. 6º, incisos L e LX da Lei Federal n° 14.133/2021;

CONSIDERANDO os arts. 7° e 8°, §§ 1°, 2° e 3° da Lei Federal n° 14.133/2021;

CONSIDERANDO as disposições constantes no art. 9º, §§ 1° e 2° da Lei de Licitações e Contratos Administrativos,

Resolve:

Art. 1º. Designar a servidora efetiva, no cargo de auxiliar administrativo: senhora **Andressa Xavier Catossi**, portador do CPF n.º 105.***.***-40, para desempenho da função de **Agente de Contratação e pregoeiro** e **leiloeira Municipal**, apta a tomar

decisão, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame, e designa suplente a servidora efetiva, no cargo de auxiliar contabilidade a senhora **Fernanda de Oliveira**, portador do CPF n.º 077.***.***-84, podendo o mesmo na ausência da primeira servidora exercer a função de Agente de Contratação/pregoeiro/leiloeira.

Art. 2º. Ficam designados: **Mariane Roma Gurson Fuza -** CPF n. 069.xxx.xxx-52, efetiva no cargo de auxiliar administrativo e **Anna Flávia ALves -** CPF n. 103.xxx.xxx-22**,** no cargo Comissionado de Coordenadora de Projetos Sociais para o desempenho das funções atribuídas a equipe de apoio, aptos, portanto, a função de auxiliar nas atividades materiais do processo licitatório e na verificação de documentos conforme exigido em edital.

Art. 3°. Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei n° 14.133/2021, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 4°. O Agente de Contratação e Equipe de Apoio possuem a prerrogativa de solicitar assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei nº 14.133/2021.

Art. 5º. Esta Portaria terá efeitos a partir de sua publicação, revogando publicações em contrario.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 15 de outubro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:82D7BEC8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3.028/2026

PORTARIA Nº 3.028/2026

Dispõe sobre a nomeação temporária e provisória da servidora efetiva Srª. DAIANE DOS SANTOS GOMES para exercer o cargo em provimento em comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS e dá outras providências.

WILLIAN CEZAR VIEGA, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomeia a **Srª. DAIANE DOS SANTOS GOMES**, brasileira, detentor do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, portador do CPF/MF sob nº. 093.***.***-19, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, percebendo vencimento de acordo com Faixa Salarial CC-09, constante de legislação municipal vigente, a partir do dia 15/10/2026.

Artigo 2º - Esta Portaria terá efeitos a partir de suas prorrogações, revogando quaisquer disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, aos quinze dias de outubro de 2026.

Registre-se.

Publique-se.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:79E4D65A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 038/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 144/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 038/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 144/2026

Eu Willian Cezar Viega, Prefeito da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal n° 14.133/21,

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA** e **HOMOLOGADA** a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 038/2026**, com fundamento no Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº14.133/21, nos seguintes termos:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK UP CABINE DUPLA, POR MEIO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026, FIRMADA PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AMERIOS - CISA, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, conforme Resolução SESA nº 726/2025 e Saldo Remanescente das Resoluções 808/2022 e 374/2024.

CONTRATADA: METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.035.532/0004-20, sediada na Avenida das Torres, 1680, Bairro São Cristóvão, CEP: 83.040-300, São José dos Pinhais, Estado do Paraná, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por Sr. ASSAAD FARES ABOU NABHAN.

VALOR TOTAL: R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 15 de outubro de 2026.

WILLIAN CEZAR VEIGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:4E11CD92

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 319/2026

Cancela tributos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e as que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e tendo em vista o que dispõe o Art. 94, § 3º, da Lei Complementar nº 002/2010,
DECRETA

Art. 1° Fica cancelada a multa lançada pelo Município tendo em vista à nulidade do ato que deu origem a referida multa, por vício de forma, conforme Parecer Jurídico nº 250/2026:

Contribuinte / endereço	Processo	Cadastro	Tributo	Exercício	Valor a cancelar
Carlos Eduardo Simarde Petiscaria ME – Sítio Samoara, sn, Zona Rural	0002453-52.2024.8.16.0180	553122	Multa (101)	2021	R$ 6874,18

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, em 15 de outubro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:B44F9457

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISTRATO 017/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO 050/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2026

Por este instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.291418/0001-67, com sede na Av. Presidente Kennedy, 717, Centro, nesta cidade, neste ato representado pelo **Prefeito**, **Sr. EDSON PALOTTA NETTO**, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado a Sra. **LOURDES APARECIDA FERREIRA DA SILVA,** brasileira, solteiro, RG nº 5.617.664-0 - SESP-PR, inscrita no CPF sob n.º 905.722.039-34, residente e domiciliada no Municipio de Santa Fé – Pr, sito a Rua Mato Grosso, S/Nº, ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADA**, acordam:

O CONTRATANTE e a CONTRATADA, em 13/04/26 firmaram o contrato Nº. 050/26, com prazo de duração do dia 13 de abril de 2026 a 17 de fevereiro de 2027, posteriormente renovado pelo mesmo período, pelo qual o primeiro confiou ao segundo serviços de AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – AUXILIAR DE CRECHE-40H, como previsto na cláusula 1ª do referido Contrato Administrativo.

A CONTRATADA, por força deste instrumento ora DISTRATADO, fica acordado que seus serviços foram prestados até o dia 02 de setembro de 2026. Cumprindo o Art. 19, inciso I, da Lei Complementar nº 004/2011.

O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a quantia estabelecida na CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato nº 050/2026, proporcionalmente até a data de serviços efetivamente prestados, caso ainda possui subsídios a receber.

A CONTRATADA outorga ao CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

As partes, de comum acordo elegem o Foro da Comarca de Santa Fé - PR para resolver as dúvidas, os casos omissos que por ventura restem sobre o presente instrumento e eventuais litígios decorrentes do ora acordado.
E, por estarem assim justas e distratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentárias, para que produza seus efeitos legais .
Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, aos 13 de outubro de 2026.

LOURDES APARECIDA FERREIRA DA SILVA
Distratado

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal
Distratante

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:FB29D840

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 044/2026

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Decreto nº 002/2025, e os protocolados sob nºs 1649, 3024, 3042, 3052, 3053, 3060, 3061/2026.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 15 (quinze) dias de férias restantes aos Servidores abaixo, em seus respectivos cargos e períodos aquisitivos, conforme determina o Art. 104, da Lei Complementar nº 003/2011.

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	INICIO E TÉRMINO
Eliane Maria Cardosos	Ag. Serv, Operacionais	20/06/25 a 19/06/26	03/11/26 a 17/11/26

Art. 2º - Conceder 15 (quinze) dias de férias aos Servidores abaixo, em seus respectivos cargos e períodos aquisitivos, conforme determina o INSS.

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	INICIO E TÉRMINO
Osvaldo Fernandes de Lima	Ag. Veic. Automotores	18/09/25 a 17/09/26	20/10/26 a 03/11/26

Art. 3º - Conceder a Servidora ELIANE CRISTINA GALETTI SCANDELAI, Professora de Educação Infantil – 40h, 25 (vinte) e cinco dias de férias restantes referente ao período trabalhado de 01/01/24 31/12/25, com inicio dia 14/10/26 e término dia 07/ 11/26, conforme determina o Art. 104, da Lei Complementar nº 003/2011.

Art. 4º – Conceder 30(trinta) dias de férias regulamentares a servidora AMANDA ROSSETO CANONICE, Enfermeira – 40h. , referente ao período trabalhado de 02/08/24 a 01/08/25, optando pelo recebimento de 10(dez) dias em pecúnia, ficando 20(vinte) dias a serem usufruídos com início dia 03/11/026 e término dia 22/11/26. Conforme determina o Art. 110, da Lei Complementar nº 003/2011.

Art. 5º - Alterar o Art. 3º, da Port. 043/26, que consta o período aquisitivo da Licença servidora LUZIA DOS SANTOS LIMA, Auxiliar de Creche , ficando o período correto de 03/08/17 a 02/10/22, pois no período aquisitivo a servidora usufruiu de 60(sessenta) dias de licença para acompanhar familiar doente, com início dia 01/10/26 e término dia 30/10/26, conforme determina o Art. 136, da Lei Complementar nº 003/2011.

Art. 6º – Alterar o período de licença para tratamento de saúde a servidora NAIARA FERNANDA DA SILVA, Agente de Serviços Operacionais, concedido através do Art. 5º, da Port. º043/26, ficando o período correto de 25/09/26 e término dia 23/11/26, conforme a perícia médica e determinações do Art.115, da LC nº 003/2011.

Art. 7º – Alterar o Art. 8º ficando na seguinte redação, conceder 37(trinta e sete) dias de licença para tratamento de saúde a Servidora

SALINE ALVES BATISTA, Professora – 20h, em seus dois padrões, retroativo ao período de 25/08/26 e término dia 30/09, conforme determina o Art. 115, da LC nº003/2011.

Art. 8º Conceder 30(trinta) dias de licença premio a servidora SOLANGE BRIZOTTO TEIXEIRA, Professora de Educação Infantil -40h, referente o período de 01/07/08 a 30/06/13, com inicio dia 20/10/26 a 18/11/26, restando 60(sessenta) dias para usufruir posteriormente, conforme determina o Art. 136, da Lei Complementar nº003/2011.

Art. 9º Conceder 30(trinta) dias de licença premio a servidora SALETE APARECIDA TAROZO, Professora de Educação Infantil - 40h, referente o período de 04/05/17 a 03/05/2022, com início retroativo ao dia 09/10/26 a 07/11/26, restando 60(sessenta) dias para usufruir posteriormente, conforme determina o Art. 136, da Lei Complementar nº003/2011.

Art. 10 - Conceder 15(quinze) dias de licença para tratamento de saúde a servidora THAYSA KAROLINE SARAMELA, Agente de Serviços Operacionais – Monitor de Transporte Escolar, retroativo ao dia 28/09/26 com término dia 12/10/26, conforme atestados apresentado, perícia médica conforme INSS.

Art. 11 - Interromper a Licença Premio da Servidora BRUNA DA REISSUREIÇÃO DOS SANTOS, Agente de Serviços Operacionais, concedida através da Portaria nº038, de 28/08/26, a partir do dia 03/11/2026, ficando 30(trinta) dias para serem usufruídos posteriormente,

Art. 12 – Conceder 5(cinco) dia de licença luto ao servidor MAURO CASSEMIRO, Diretor de Combate a Dengue, no período de 07/10/26 a 11/10/26, conforme determina o Art. 146, inciso III, letra "b" 115, da Lei Complementar nº 003/2011.

Art. 13 - Alterar a data final da referida licença para casamento a servidora CLAUDENICE CORREIA DA SILVA, Assistente Social, concedida no art. 11, da Port. 043/26, ficando o término dia 07/10/26, conforme as determinações do Art.146, da LC nº 003/2011.

Art. 14 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 15 de outubro de 2026.

MARIA SEBASTIANA RIBEIRO DE SÁ
Secretária de Administração.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:E80093A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO COM A RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 113/2025 – PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: PARANÁ PAVIMENTAÇÃO E CONCRETO LTDA.
RESUMO DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE CONCRETO USINADO, CONFORME AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES A SEGUIR, SALIENTANDO QUE OS ITENS PODERÃO SER SOLICITADOS EM QUANTIDADES VARIADAS DURANTE A VIGÊNCIA DO PRESENTE TERMO.
OBJETIVO DO ADITIVO: promover a prorrogação com a renovação dos quantitativos e valor contratual por mais 12 (doze) meses, especificamente de 17 de outubro de 2026 até 17 de outubro de 2027.
VALOR DO ADITIVO: R$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais).
DATA DA ASSINATURA: 15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:F9ADA971

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026

PARA CONCESSÃO DE FOMENTO À PRODUÇÃO CULTURAL
RESULTADO PRELIMINAR DA FASE DE HABILITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DA PARANÁ, através do Comissão de Fiscalização e Apoio da Lei Aldir Blanc - PNAB, Ciclo 2, instituída pelo decreto de Nº Nº 0294/2026, em consonância com Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022, denominada Lei Aldir Blanc - PNAB, de acordo com as disposições contidas no **Edital Nº 03/2026** para Fomento a Produções Culturais, torna público o resultado preliminar na fase de habilitação, conforme tabela anexa.

RESULTADO PRELIMINAR FASE DE HABILITAÇÃO – EDITAL 003/2026

Nº	Proponente	Proposta	Categoria	Situação
01	Arte Encenada Produções Artísticas LTDA	"Amor e Arte, Unidos por Elas".	Ampla Concorrência	Habilitado

Santa Fé - PR, 15 de Outubro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

LÉSLIER MARIA PELEGRINI
Secretária de Educação Cultura e Esportes

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:DDF26AF0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO: 320/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE SANTA FE, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2438/2025 de 26/11/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$192.462,00 (cento e noventa e dois mil e quatrocentos e sessenta e dois reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10		ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
10.001		RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO	
10.001.04.122.0002.2.101		MANUTENÇAO DOS ORGAOS DA ADMINISTRAÇAO MUNICIPAL	
5 - 3.3.90.40.00.00	1002	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	31.500,00
10.002		RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA	
10.002.28.843.0005.0.104		AMORTIZAÇAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTOS	
15 - 3.2.90.21.00.00	1002	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	24.800,00
16 - 4.6.90.71.00.00	1002	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	70.500,00
11		GABINETE DO PODER EXECUTIVO	
11.001		CHEFIA DE GABINETE DO PODER EXECUTIVO (CGPE)	

11.001.04.122.0002.2.114		MANUTENÇÃO DOS GABINETES DO PODER EXECUTIVO	
22 - 3.3.90.30.00.00	1002	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
16		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SEMAD)	
16.001		GABINETE DO SECRETARIO	
16.001.04.122.0002.2.161		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO	
99 - 3.3.90.30.00.00	1002	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
16.004		DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS (DRH)	
16.004.04.122.0002.2.164		MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS	
174 - 3.3.90.39.00.00	1002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.550,00
19		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES (SECE)	
19.002		DIRETORIA PEDAGÓGICA (DPED)	
19.002.12.361.0010.2.193		MANUTENÇÃO - ESC MUN JARDIM PRIMAVERA	
451 - 4.4.90.52.00.00	33080	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.512,00
21		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMAS)	
21.003		MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)	
21.003.08.244.0017.2.217		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
630 - 3.3.90.30.00.00	33819	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
631 - 3.3.90.32.00.00	1002	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16.000,00
23		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO (SAMASAN)	
23.003		DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO (DMAS)	
23.003.18.541.0021.2.267		PROGRAMA DE PROTEÇÃO DE ANIMAIS	
901 - 3.3.90.32.00.00	1002	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	3.600,00
Total Suplementação:			192.462,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64.

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA FE, PR., aos quinze dias do mês de Outubro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:A7397223

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO: 321/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA FE, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2438/2025 de 26/11/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$62.173,71 (sessenta e dois mil e cento e setenta e três reais e setenta e um centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10		ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
10.001		RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO	
10.001.04.122.0002.2.101		MANUTENÇAO DOS ORGAOS DA ADMINISTRAÇAO MUNICIPAL	
4 - 3.3.90.39.00.00	1507	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	51.954,71
19		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES (SECE)	
19.001		GABINETE DO SECRETARIO	
19.001.04.122.0002.2.191		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO	
428 - 4.4.90.52.00.00	1026	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.329,00
19.002		DIRETORIA PEDAGÓGICA (DPED)	
19.002.12.365.0010.2.243		MANUTENÇÃO - CMEI PROF. MARLY BATISTA A. E SILVA CRECHE	
516 - 4.4.90.52.00.00	1028	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.890,00
Total Suplementação:			62.173,71

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 1.1.1.2.50.0.1 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL	3.890,00
Receita: 1.2.4.1.50.0.1 CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	51.964,71
Receita: 1.7.1.1.51.1.1 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS -	6.329,00
Total da Receita:	62.183,71

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA FE, PR., aos quinze dias do mês de Outubro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:46F70445

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA DA FAZENDA
AUDIÊNCIA PÚBLICA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO 005/2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 005/2026

JEAN PIER CATTO, Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido na Lei n° 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, capítulo IX, seção I, em seu artigo 48, que segue: *"São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.*
Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos."
TORNA PÚBLICO:
Que realizará Audiência Pública para Apresentação e Discussão do Projeto de Lei do Orçamento Anual – LOA, para o exercício de 2027.
A referida audiência ocorrerá no dia 29 (vinte e nove) de outubro de 2026, às 18:00 horas (dezoito horas), **na sala das sessões da Câmara Municipal de Vereadores.**
Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, 15 de outubro de 2026.

JEAN PIER CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Everton Leandro Camargo Mendes
Código Identificador:9F227343

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°346/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 346/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e EFFRA IN HUB de Comercio e Serviços LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Aquisição de Leites e Suplementos Alimentares, destinados a atender às necessidades da Secretaria de Saúde de Santa Izabel do Oeste, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 13/10/2027.
VALOR TOTAL: R$ 4.748,00 (quatro mil setecentos e quarenta e oito reais).
DATA: 13/10/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 348/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Nutrição Original LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Aquisição de Leites e Suplementos Alimentares, destinados a atender às necessidades da Secretaria de Saúde de Santa Izabel do Oeste, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 13/10/2027.
VALOR TOTAL: R$ 148.861,00 (cento e quarenta e oito mil oitocentos e sessenta e um reais).
DATA: 13/10/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:1217AEC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 02

EXTRATO DE DESPACHO ADMINISTRATIVO nº 02
CONTRATO Nº 16/2024 – CONCORRÊNCIA 03/2023
CONTRATANTE: Município de Santa Lúcia, Estado do Paraná.
CONTRATADA: Pozzebon Engenharia Eireli – EPP.
OBJETO: Pavimentação de vias urbanas – SAM/Lote 34/01.
ASSUNTO: Prorrogação de mais 15 dias da Suspensão cautelar da execução da obra e adoção de providências técnicas para apuração e regularização de inconformidades.
DECISÃO: Fica determinada a **prorrogação por mais 15 (quinze) dias** da suspensão cautelar imediata da execução da obra objeto do Contrato nº 16/2024, que inicialmente estava prevista pelo prazo de 90 (noventa) dias com início em 15/07/2026 e término em 15/10/2026, para apuração e conclusão dos procedimentos, esclarecimento e regularização das inconformidades técnicas apontadas pela fiscalização municipal e pelo Relatório de Supervisão nº 02 – Medição nº 13, do PARANACIDADE, observado o artigo 78 inciso XIV da Lei Federal 8.666/93. Sendo assim, a prorrogação se inicia em 16/10/2026 com término em 30/10/2026.
Determina-se, ainda, a formalização prorrogando o Termo de Suspensão/Paralisação da Obra; a notificação da empresa contratada e do responsável técnico pelo projeto; a reavaliação do dimensionamento estrutural do pavimento; a realização de ensaios de contraprova por empresa ou laboratório independente; a definição de metodologia objetiva de amostragem e aferição; a elaboração de nota técnica ou relatório conclusivo pela fiscalização contratual; e a comunicação das providências adotadas ao PARANACIDADE.
DATA DO DESPACHO: 15 de outubro de 2026.

Santa Lúcia/PR, 15 de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:E19D13F3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DO TERMO DE SUSPENSÃO/PARALISAÇÃO CAUTELAR DE OBRA

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DO TERMO DE SUSPENSÃO/PARALISAÇÃO CAUTELAR DE OBRA
CONTRATANTE: Município de Santa Lúcia, Estado do Paraná.
CONTRATADA: POZZEBON ENGENHARIA EIRELI – EPP.
CONTRATO: Contrato Administrativo nº 16/2024 – Concorrência 03/2023
OBJETO: Execução de obra de pavimentação de vias urbanas — SAM/Lote 34/01.
OBJETO DO TERMO: Prorrogação por mais 15 (quinze) dias com início em 16/10/2026 e término em 30/10/2026 da Suspensão cautelar da execução dos serviços remanescentes do Contrato nº 16/2024, que inicialmente estava prevista pelo prazo de 90 (noventa) dias com início em 15/07/2026 e término em 15/10/2026, contado da ciência formal da Contratada, ou até posterior deliberação administrativa devidamente motivada.
MOTIVAÇÃO: Necessidade de prazo adicional para conclusão dos procedimentos administrativos da apuração, esclarecimento e regularização das inconformidades técnicas apontadas pela Fiscalização Municipal e nos Relatórios de Supervisão nº 01 e nº 02 — Medição nº 13, especialmente quanto às patologias verificadas no pavimento, falhas de execução e acabamento, problemas em meios-fios, calçadas e elementos de drenagem, necessidade de realização de ensaios de contraprova e reavaliação da compatibilidade entre o memorial de cálculo, os projetos executivos, a planilha orçamentária e as condições reais de tráfego.
Durante a suspensão, fica vedada a execução de novos serviços, intervenções ou reparos sem prévia autorização escrita da Administração Municipal, ressalvadas as inspeções, coletas, ensaios tecnológicos e medidas emergenciais de segurança expressamente autorizadas. A suspensão possui natureza cautelar e não implica atribuição definitiva de responsabilidade às partes ou aos agentes envolvidos.
FUNDAMENTO: Despacho Administrativo nº 02 de 15 de outubro de 2026, disposições do Contrato nº 16/2024 e Lei Federal nº 8.666/1993.
DATA DA FORMALIZAÇÃO: 15 de outubro de 2026.
SIGNATÁRIOS: Silvano Tortelli, Prefeito Municipal de Santa Lúcia/PR, e representante legal da POZZEBON ENGENHARIA EIRELI – EPP.
Santa Lúcia/PR, 15 de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:591A7AE1

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 171/2026 DATA: 15/10/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,

R E S O L V E
Art. 1º - Autorizar o lançamento de **meia diária** para o servidor **ELISON CANTIDIO NOGEKOSKI (Motorista),** para busca de paciente de alta na cidade de Foz do Iguaçu - PR, no dia 14 de outubro de 2026. Saída e retorno no dia 14 de outubro de 2026.

TRANSPORTE: ARGO TAZ
PLACA: 8F44

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhefferson Matheus Dalla Costa
Código Identificador:9917726D

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

TERMO DE CONTRATO Nº 33/2026/CMSL	Referente ao Processo de Dispensa de Licitação Nº 10/2026/CMSL
Contratante:	**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA** CNPJ nº 01.491.938/0001-14
Contratado:	**LOGMAX SOLUÇÕES EM SUPRIMENTOS LTDA** CNPJ Nº 58.989.903/0001-27
Objeto:	AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES NOVOS, COMPREENDENDO TABLETS, TELEVISORES, MONITOR LED, MESA DE ESCRITÓRIO E APARELHO DE AR-CONDICIONADO
Valor global:	R$ 9.506,02 (nove mil quinhentos e seis reais e dois centavos)
Prazo de vigência:	90 (noventa) dias
Data assinatura:	15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Ana Flavia Lorenzetti
Código Identificador:AF288398

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

TERMO DE CONTRATO Nº 32/2026/CMSL	Referente ao Processo de Dispensa de Licitação Nº 10/2026/CMSL
Contratante:	**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA** CNPJ nº 01.491.938/0001-14
Contratado:	**DAC MÓVEIS LTDA** CNPJ Nº 56.101.450/0001-25
Objeto:	AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES NOVOS, COMPREENDENDO TABLETS, TELEVISORES, MONITOR LED, MESA DE ESCRITÓRIO E APARELHO DE AR-CONDICIONADO
Valor global:	R$ 600,00 (seiscentos reais)
Prazo de vigência:	90 (noventa) dias
Data assinatura:	15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Ana Flavia Lorenzetti
Código Identificador:E52973ED

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

TERMO DE CONTRATO Nº 34/2026/CMSL	Referente ao Processo de Dispensa de Licitação Nº 10/2026/CMSL
Contratante:	**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA** CNPJ nº 01.491.938/0001-14
Contratado:	**ALFASEGLINS ALARMES E MONITORAMENTO 24 HORAS LTDA** CNPJ Nº 44.586.008/0001-57
Objeto:	AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES NOVOS, COMPREENDENDO TABLETS, TELEVISORES, MONITOR LED, MESA DE ESCRITÓRIO E APARELHO DE AR-CONDICIONADO
Valor global:	R$ 18.920,00 (dezoito mil novecentos e vinte reais)
Prazo de vigência:	90 (noventa) dias
Data assinatura:	15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Ana Flavia Lorenzetti
Código Identificador:FA7105A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
PORTARIA 054/2026

Súmula: Nomeia servidor responsável para tratamento de dados pessoais e exercer a função de Ouvidor-Geral da Ouvidoria Parlamentar da Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste-PR.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, senhor Tiago Variza, no uso de sua atribuição legal que lhe confere o inciso XIX, do artigo 16 do Regimento Interno, e de acordo com Resolução n.º 003/2023, resolve:

Art. 1º - Designar servidora, Sra. ADRIANE DE PAULA NEVES SCHVARZ, portadora da cédula do CPF 058.xxx.xxx-33 como servidora responsável para tratamento de dados pessoais e exercer a função de Ouvidora-Geral da Ouvidoria Parlamentar da Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste-PR.

Art. 2º - Compete ao Ouvidor-Geral exercer as atribuições previstas na Resolução n.º 003/2026 de 03 de julho de 2023.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor nesta data.

Santa Maria do Oeste - PR, em 15 de outubro de 2026.

TIAGO VARIZA
Presidente da Mesa Diretora

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:4458A3C6

LICITAÇÃO
3º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 083/2024

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **MARTINELLI LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA**, inscrita no C.N.P.J. n.º 20.838.016/0001-85, Situada na Rua das Palmeiras, s/n, Cristo Rei, Município de Chopinzinho/PR, neste ato representado pelo Sr. JURANDIR MARTINELLI, inscrito no CPF: 859.819.749-15, e no RG sob Nº 5.969.864-8, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto nos art. 53, § 4, Art. 6.º, inciso XVII, e 111 da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução e vigência de que trata a Cláusula Sexta e quinta do Contrato Administrativo nº. 083/2024.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Cláusula 6ª, fica prorrogado por 04 (quatro) meses, vigorando assim até 16/02/2027.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O Prazo de execução de que trata a Cláusula 5ª, fica prorrogado por 04 (quatro) meses, vigorando assim até 16/02/2027.
CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 18 de junho de 2024, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.
E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Santa Maria do Oeste, 15 de outubro de 2026

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***MARTINELLI LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA***

Testemunhas	_____
_____	
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:B729125B

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 104/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 036/2026

O Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/21, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEICULO TIPO CAMINHONETE (PICK-UP) CABINE DUPLA, TRAÇÃO 4X4, MOVIDO A DIESEL, DESTINADA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA DO OESTE/PR, CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 30410013 E PROPOSTA Nº 106446210001240001 DO ANO DE 2026".

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 09h00min do dia 29 de Outubro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09h00min do dia 29 de Outubro de 2026.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h30min do dia 29 de Outubro de 2026.

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações"

VALOR MAXIMO: R$ 250.692,00 (Duzentos e Cinquenta Mil Seiscentos e Noventa e Dois Reais).

- Critério de Julgamento: Menor Preço Por Item

- Aquisição do Edital

O presente Edital, encontra-se à disposição para verificação por parte dos interessados na Divisão de Licitações, nas dependências da Prefeitura Municipal situada na Rua Jose de França Pereira, 10, Centro – Município de Santa Maria do Oeste-Pr, CEP 85.230-000, no horário das 8:00 ás 12:00 e das 13:00 ás 17:00 horas, bem como no endereço eletrônico: www.santamariadooeste.pr.gov.br.

Informações: (42) 9 9841-0495

Santa Maria do Oeste/PR, 15 de Outubro de 2026.

FERNANDO LOPES
Pregoeiro - Portaria n° 144/2025

Publicado por:
Fernando Lopes
Código Identificador:B5A04EEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 084/2026

SÚMULA: Conceder Licença doença INSS ao servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme o Estatuto do Servidor Público, Lei Municipal n.º 004/2001.

RESOLVE:

ART. 1º Conceder ao servidor público municipal ocupante dos cargos de Prof Pos-Graduacao 20 Horas, Prof Magisterio 20 Horas. Licença doença INSS de 45 dias a partir do dia 14/09/2026.Conforme atestado médico.

MATRICULA	NOME
9996866	ELIANA APARECIDA RODRIGUES
9997434	ELIANA APARECIDA RODRIGUES

ART. 3º Esta portaria entra em vigor 14/09/2026 conforme atestado médico.

Santa Maria do Oeste, 15 de Outubro de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Agnes de Oliveira
Código Identificador:F8F6426C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3542/2026

LEI Nº 3542/2026

Autoriza o Executivo Municipal a proceder a Concessão de Direito Real de Uso de um galpão industrial à empresa ALLIKON ROTOMOLDAGEM LTDA, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar **Termo de Concessão de Direito Real de Uso** com a empresa **ALLIKON ROTOMOLDAGEM LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 31.359.333/0001-35, com sede na Rua Orlando Larssen, nº 410, Bairro São Cristóvão, no Município de Santo Antônio do Sudoeste.

I – Descrição do imóvel:

a) 01Galpão, para uso industrial, com área construída de alvenaria com aproximadamente 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), localizado no Lote Urbano 04, da Quadra nº 400, situado na Rua Orlando Larssen, nº 410, Bairro São Cristóvão, no Município de Santo Antônio do Sudoeste, sendo que o terreno onde está localizado o imóvel possui uma área total de 646,63m² conforme consta na Matricula nº 21.418 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

II – Forma de aquisição pelo Município de Santo Antônio do Sudoeste: Locação através do Processo de Inexigibilidade nº 014/2025 e Contrato nº 049/2025, de propriedade do Sr. Roberto Falcade Fiorese, inscrito no CPF nº 051.458.229-44.

III – Finalidade: Ampliação da empresa no ramo de fabricação de artefatos de material plástico para uso industrial.

Parágrafo Único – A concessão objeto desta lei dar-se-á de forma gratuita, com encargos, na forma e nas condições assumidas no respectivo termo de concessão, aplicando-se no caso o disposto na Lei Municipal nº 1.593/2003, além das demais disposições legais pertinentes.

Art. 2º A Concessão de Direito Real de Uso de que trata a presente Lei, fica condicionada à utilização do bem concedido exclusivamente para os fins e objetivos previstos no artigo anterior e no processo de Inexigibilidade nº 014/2025, ficando estabelecido que o início das atividades nas instalações ora cedidas, será imediato após a assinatura do Termo de Concessão de que trata presente lei, sob pena da reversão da posse do respectivo imóvel à Municipalidade.

Art. 3º A Concessionária obriga-se, sob sua exclusivas expensas, a instalar, todos os equipamentos e maquinários necessários para o desenvolvimento/execução da atividade especificada no artigo 1º, inciso III.

Art. 4º Fica a Concessionária obrigada, durante o prazo de vigência da concessão:
a) Manter sua capacidade produtiva ao fim constante no art. 1º, inciso III, o qual foi destinado o imóvel;
b) Manter em seus quadros, no mínimo 4 (quatro) funcionários;
c) Deverá zelar conservar pela preservação do patrimônio, bem como adimplir pontualmente as tarifas de energia elétrica e água do imóvel e cumprir todas as determinações legais que lhe sejam pertinentes e, sobremaneira, as de natureza fiscal, tributária, administrativa, civil e ambiental.

Art. 5º A Concessão de Direito Real de Uso, objeto desta lei é estabelecida a título gratuito e com prazo de vigência até 10 de fevereiro de 2027, contados da publicação da presente Lei, renovável por igual período, a critério da oportunidade e conveniência do Executivo Municipal sem anuência da Câmara Municipal de Vereadores, e desde que, efetivamente cumprida a integralidade dos encargos definidos nesta Lei, devendo o imóvel ser restituído à Municipalidade, ao final da vigência do respectivo Contrato.

Art. 6º A Concessão de Direito Real de Uso será revogada e o bem será reintegrado à posse da Municipalidade, com os acréscimos constantes do bem, sem qualquer direito a retenção ou indenização, na hipótese de a Concessionária deixar de exercer as atividades para as quais se propõe, em caso de inadimplemento total ou parcial das suas obrigações legais ou contratuais, e nas demais hipóteses previstas no instrumento de concessão ou na legislação pertinente, ressalvados os casos de caso fortuito ou força maior, devidamente demonstrado e aceito pelo Poder Concedente.

Parágrafo Único – A rescisão e conseqüente, reintegração da posse do imóvel a Municipalidade, nas hipóteses de que trata este artigo será imediata e se dará mediante simples notificação extrajudicial, sendo que nos casos em que o Município tenha que se valer de medida judicial, para promover a rescisão da concessão e/ou retomada do bem, fica a Concessionária obrigada a ressarcir-lhe as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios, respectivos, sem prejuízo do ressarcimento dos demais danos verificados.

Art. 7º A Concessionária restará obrigada ao fiel cumprimento dos encargos e obrigações gerais relativos à concessão de uso, estipuladas na Lei Municipal nº 1.593/2003.

Art. 8º Os encargos e obrigações relativos à Concessão de Direito Real de Uso serão objeto de contrato, na forma estabelecida pela Lei Municipal nº 1.593/2003, no que não for conflitante com o ora estabelecido, bem como no que não contrarie com a previsão da Lei Complementar nº 101/2000, devendo ser ratificadas integralmente as condições acima definidas.
Art. 9º A presente concessão tem por base o manifesto interesse público na geração de emprego e renda, e também amparo nas disposições da Lei Municipal nº 1.593/2003, que dispõe sobre o incentivo à industrialização no âmbito do Município de Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná.
Art. 10º Revogadas as disposições em contrário. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Sudoeste-PR, 15 de outubro de 2026.

RICARDO ANTÔNIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:62B8F044

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3543/2026

LEI Nº 3543/2026

SÚMULA: Autoriza o poder Executivo, a rescindir a Concessão de Direito Real de Uso, autorizada pela Lei nº 2526/2015 a empresa STRUB E SILVA LTDA - ME e proceder a Doação com Encargos de imóvel pertencente ao patrimônio público e, dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rescindir a Concessão de Direito Real de Uso, concedida pela Lei Municipal nº 2.526, de 12 de maio de 2015 a empresa STRUB E SILVA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.774.051/0001-97, situada na Rua Teresina, nº 60, Bairro Parque das Embauvas, desta Cidade e Comarca de Santo Antônio do Sudoeste (PR), que concedeu através de Cessão Real de Uso um galpão pré-moldado nas dimensões de 450,00 m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), instalado no Lote nº 02, quadra nº 202, localizado na Rua nº 02, no Bairro Industrial III, Município de Santo Antonio do Sudoeste – PR.

ARTIGO 2º - Considerando o contido no artigo anterior, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivo industrial, mediante a DOAÇÃO COM ENCARGOS à empresa STRUB E SILVA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.774.051/0001-97, situada na Rua Teresina, nº 60, Bairro Parque das Embauvas, desta Cidade e Comarca de Santo Antônio do Sudoeste (PR), objetivando a ampliação da empresa no ramo de confecções do seguinte imóvel:

I – LOTE nº 02 da QUADRA nº 202, situado de frente para Rua Teresina nº 66 do loteamento denominado Bairro Industrial II da planta geral da cidade de Santo Antônio do Sudoeste, com área de 1.200,00m², (um mil e duzentos metros quadrados), incluindo as benfeitorias nele existente, que consistem de um Barracão Industrial em Alvenaria, fechado e com piso, medindo 945,00m² (novecentos e quarenta e cinco metros quadrados) de propriedade do Município de Santo Antônio do cujos limites e confrontações, encontram-se descritos na Matrícula nº 23.714, do Cartório de Registro de Imóveis deste Município e Comarca de Santo Antônio do Sudoeste – PR. (doc. em anexo)..

ARTIGO 3º - A presente Doação com Encargos objeto desta lei é estabelecida em conformidade com artigo 12º alínea "a" do parágrafo 1º, da lei 1593, de 28 de abril de 2003.

ARTIGO 4º - Os encargos relativos ao objeto desta lei não devem contrariar os estabelecidos pela Lei Municipal n. º 1.593, de 28 de abril de 2003, e a lei complementar n. º 101/2000, devendo ainda a empresa beneficiaria cumprir com as seguintes condições:
I – A referida empresa se compromete a manter suas atividades no referido imóvel;
II – Manter no mínimo 50 (cinquenta) empregados devidamente registrados;
III – A devolução de uma Estrutura Pré – Moldado, com cobertura metálica, fechado e com piso, totalizando uma área de 945,00m² (novecentos e quarenta e cinco metros quadrados), com cobertura metálica, devendo ser instalado em imóvel indicado pela Administração Municipal, no prazo de até 05 (cinco) anos, podendo o Município a qualquer tempo solicitar a implantação do mesmo para ser destinado a instalação de outra empresa que for contemplada pela Lei de Incentivo à Industrialização do Município de Santo Antônio do Sudoeste.
IV - A donatária não poderá transferir seus direitos a terceiros, sem prévia autorização do Município, através de lei.

ARTIGO 5º - Sendo que a escritura pública de doação com encargos definitiva do referido imóvel deverá ser lavrada junto ao Cartório de Registro de Imóveis deste Munícipio.
ARTIGO 6º - Os Benefícios constantes da presente lei constarão de ato constitutivo, notadamente da escritura pública nos casos previstos em lei, constando sempre, a cláusula de reversão do patrimônio e os encargos, conforme o caso.
§ 1º - Os encargos e a cláusula de reversão a que alude o caput, deste artigo, poderão ser substituídos por outras garantias capazes de assegurar o cumprimento das obrigações dos beneficiários, podendo ser garantidos por terceiros alheios ao benefício recebido.
§ 2º - Dentre as garantias que podem ser oferecidas constam a ação, hipoteca ou penhor de bens, ou a substituição por outro imóvel.
§ 3º - Os encargos para garantia do município, conforme prevê o parágrafo anterior, poderão ser substituídos por outros, nunca de menor valor e garantia, ouvindo nesta hipótese a Comissão Coordenadora dos Incentivos constante no artigo 4º.(*Art. 14. da Lei Municipal nº 1.593/2003*).
ARTIGO 7º - Não sendo cumpridos a finalidade da doação e o encargo contido no art. 4º desta Lei, o imóvel indicado no inciso I do Art. 2º retornará automaticamente ao patrimônio do Município, não cabendo à donatária qualquer indenização, inclusive por eventuais benfeitorias existentes, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.
ARTIGO 8º - Revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2526/2015. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, 15 DE OUTUBRO DE 2026.

PUBLIQUE-SE:

RICARDO ANTÔNIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:67A17BE7

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3544/2026

LEI Nº 3544/2026

Autoriza o Executivo Municipal a proceder a Concessão de Direito Real de Uso de uma sala industrial à empresa G.C. CASTRO CONFECÇÕES - ME, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar **Termo de Concessão de Direito Real de Uso** com a empresa **G.C. CASTRO CONFECÇÕES - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 53.146.785/001-71, com sede atualmente na Av. Percy Schreiner nº 391, centro do Município de Santo Antônio do Sudoeste.

I – Descrição do imóvel:

a) 01 Sala para uso industrial, com área construída de alvenaria com aproximadamente 222,33m² (duzentos e vinte e dois metros quadrados e trinta e três decímetros quadrados), localizado no Lote Urbano nº 47, da Quadra nº 08, situado na Av. Percy Schreiner, nº 391, centro do Município de Santo Antônio do Sudoeste, sendo que o terreno onde está localizado o imóvel possui uma área total de 844,00m² conforme consta na Matricula nº 13.734 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

II – Forma de aquisição pelo Município de Santo Antônio do Sudoeste: Locação através do Processo de Inexigibilidade nº 021/2026, e Contrato nº 047/2026, de propriedade da Senhora MARIA DE FÁTIMA KOVALSKI DE OLIVEIRA, inscrita no CPF nº 034.139.319-38.

III – Finalidade: Ampliação da empresa no ramo de fabricação de peças do vestuário.

Parágrafo Único – A concessão objeto desta lei dar-se-á de forma gratuita, com encargos, na forma e nas condições assumidas no respectivo termo de concessão, aplicando-se no caso o disposto na Lei Municipal nº 1.593/2003, além das demais disposições legais pertinentes.

Art. 2º A Concessão de Direito Real de Uso de que trata a presente Lei, fica condicionada à utilização do bem concedido exclusivamente para os fins e objetivos previstos no artigo anterior e no processo de Inexigibilidade nº 021/2026, ficando estabelecido que o início das atividades nas instalações ora cedidas, será imediato após a assinatura do Termo de Concessão de que trata presente lei, sob pena da reversão da posse do respectivo imóvel à Municipalidade.

Art. 3º A Concessionária obriga-se, sob suas exclusivas expensas, a instalar, todos os equipamentos e maquinários necessários para o desenvolvimento/execução da atividade especificada no artigo 1º, inciso III.

Art. 4º Fica a Concessionária obrigada, durante o prazo de vigência da concessão:
a) Manter sua capacidade produtiva ao fim constante no art. 1º, inciso III, o qual foi destinado o imóvel;
b) Manter em seus quadros, no mínimo 20 (quarenta) funcionários;
c) Deverá zelar conservar pela preservação do patrimônio, bem como adimplir pontualmente as tarifas de energia elétrica e água do imóvel e cumprir todas as determinações legais que lhe sejam pertinentes e, sobremaneira, as de natureza fiscal, tributária, administrativa, civil e ambiental.

Art. 5º A Concessão de Direito Real de Uso, objeto desta lei é estabelecida a título gratuito e com prazo de vigência até 23 de abril de 2027, contados da publicação da presente Lei, renovável por igual período, a critério da oportunidade e conveniência do Executivo Municipal sem anuência da Câmara Municipal de Vereadores, e desde que, efetivamente cumprida a integralidade dos encargos definidos nesta Lei, devendo o imóvel ser restituído à Municipalidade, ao final da vigência do respectivo Contrato.

Art. 6º A Concessão de Direito Real de Uso será revogada e o bem será reintegrado à posse da Municipalidade, com os acréscimos constantes do bem, sem qualquer direito a retenção ou indenização, na hipótese de a Concessionária deixar de exercer as atividades para as quais se propõe, em caso de inadimplemento total ou parcial das suas obrigações legais ou contratuais, e nas demais hipóteses previstas no instrumento de concessão ou na legislação pertinente, ressalvados os casos de caso fortuito ou força maior, devidamente demonstrado e aceito pelo Poder Concedente.

Parágrafo Único – A rescisão e conseqüente, reintegração da posse do imóvel a Municipalidade, nas hipóteses de que trata este artigo será imediata e se dará mediante simples notificação extrajudicial, sendo que nos casos em que o Município tenha que se valer de medida judicial, para promover a rescisão da concessão e/ou retomada do bem, fica a Concessionária obrigada a ressarcir-lhe as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios, respectivos, sem prejuízo do ressarcimento dos demais danos verificados.

Art. 7º A Concessionária restará obrigada ao fiel cumprimento dos encargos e obrigações gerais relativos à concessão de uso, estipuladas na Lei Municipal nº 1.593/2003.

Art. 8º Os encargos e obrigações relativos à Concessão de Direito Real de Uso serão objeto de contrato, na forma estabelecida pela Lei

Municipal nº 1.593/2003, no que não for conflitante com o ora estabelecido, bem como no que não contrarie com a previsão da Lei Complementar nº 101/2000, devendo ser ratificadas integralmente as condições acima definidas.
Art. 9º A presente concessão tem por base o manifesto interesse público na geração de emprego e renda, e também amparo nas disposições da Lei Municipal nº 1.593/2003, que dispõe sobre o incentivo à industrialização no âmbito do Município de Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná.
Art. 10º Revogadas as disposições em contrário e em especial a Lei nº 3356/2025. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Sudoeste-PR, 15 de outubro de 2026.

RICARDO ANTÔNIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:CBAA55FA

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 3545/2026

LEI N.º 3545/2026

SÚMULA: Autoriza o poder Executivo Municipal a realizar Concessão Administrativa de Bem Público, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Nos termos da Lei Orgânica Municipal, fica o Executivo Municipal autorizado a ceder, mediante Contrato de Concessão Administrativa de Bem Público de propriedade do Município de Santo Antônio do Sudoeste/PR, em favor da:

§ 1º G.C. CASTRO CONFECÇÕES - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 53.146.785/001-71, com sede atualmente na Av. Percy Schreiner nº 391, centro do Município de Santo Antônio do Sudoeste, sob o regime de concessão o bem móvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal, conforme especificação abaixo:

I – 01 MÁQUINA DE COSTURA AUTOMATICA P/ COSTURA TECIDO BOLSO EMBUTIDO, MODELO UM P895 MODELO UM P895 MARCA UNIQUE NUMERO DE SÉRIE 250400507001, PLAQUETA 25761 E CÓDIGO 30792, AVALIADO NO IMPORTE DE R$ 100.500,00 (CEM MIL E QUINHENTOS REAIS);

ARTIGO 2º - A presente Concessão Administrativa de que trata esta lei, fica dispensadas do processo licitatório, por tratarem-se de relevante interesse público; (Art. 17, Inciso II, "a", da Lei 8.666/93);

ARTIGO 3º - O bem móvel especificado no artigo 1° da presente lei, será utilizado no fomento e ampliação da infraestrutura da referida empresa de confecções.

ARTIGO 4º - O prazo de que se trata a Concessão Administrativa prevista nesta lei será de cinco anos, sob autorização do Executivo Municipal, tendo início a partir da publicação da presente lei, podendo ser prorrogado a critério exclusivo do Executivo Municipal.

ARTIGO 5º - São obrigações da concessionária:
I - zelar pela conservação e manutenção do equipamento, conservando e restaurando todas as avarias derivadas do uso e do desgaste enquanto estiver em seu poder;
II - permitir ao concedente toda e qualquer vistoria do patrimônio cedido, sempre que a este o solicitar;
III - devolver o equipamento, findo o prazo estabelecido no art. 4º, nas mesmas condições, que as receberam, ressalvada a depreciação;

ARTIGO 6º - Fica vedado à associação concessionária, sem expresso e formal consentimento do município concedente:
I - transferir o presente contrato seja no seu todo ou em parte.
II - ceder ou doar a qualquer título, mesmo que parcialmente e para fins diversos, os equipamentos cedidos através do presente instrumento administrativos.

ARTIGO 7º - Em caso de dissolução da empresa, ou paralisação de seu funcionamento, a posse do equipamento retornará para o Município.

ARTIGO 8° - Revogam-se as disposições em contrário esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, EM 15 DE OUTUBRO DE 2026.

PUBLIQUE-SE:

RICARDO ANTÔNIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:73ECDECB

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 3546/2026

LEI N.º 3546/2026

SÚMULA: Autoriza o poder Executivo Municipal a realizar Concessão Administrativa de Bem Público, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Nos termos da Lei Orgânica Municipal, fica o Executivo Municipal autorizado a ceder, mediante Contrato de Concessão Administrativa de Bem Público de propriedade do Município de Santo Antônio do Sudoeste/PR, em favor da:

§ 1º ARNO CARNEIRO - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.585.885/0001-02, com sede atualmente na Av. Jesuíno Theodorico de Andrade nº 901, centro do Município de Santo Antônio do Sudoeste, sob o regime de concessão o bem móvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal, conforme especificação abaixo:

I – 01 MÁQUINA DE COSTURA AUTOMATICA P/ COSTURAR TRAVETE ELETRONICO MOLEDO UND430 D, MARCA UNIQUE NUMERO DE SERIE 25040502007E, PLAQUETA 25762 E CÓDIGO 30793, AVALIADO NO IMPORTE DE R$ 10.490,00 (Dez mil, quatrocentos e noventa reais);

ARTIGO 2º - A presente Concessão Administrativa de que trata esta lei, fica dispensadas do processo licitatório, por tratarem-se de relevante interesse público; (Art. 17, Inciso II, "a", da Lei 8.666/93);

ARTIGO 3º - O bem móvel especificado no artigo 1° da presente lei, será utilizado no fomento e ampliação da infraestrutura da referida empresa de confecções.

ARTIGO 4º - O prazo de que se trata a Concessão Administrativa prevista nesta lei será de cinco anos, sob autorização do Executivo

Municipal, tendo início a partir da publicação da presente lei, podendo ser prorrogado a critério exclusivo do Executivo Municipal.

ARTIGO 5º - São obrigações da concessionária:
I - zelar pela conservação e manutenção do equipamento, conservando e restaurando todas as avarias derivadas do uso e do desgaste enquanto estiver em seu poder;
II - permitir ao concedente toda e qualquer vistoria do patrimônio cedido, sempre que a este o solicitar;
III - devolver o equipamento, findo o prazo estabelecido no art. 4º, nas mesmas condições, que as receberam, ressalvada a depreciação;

ARTIGO 6º - Fica vedado à empresa concessionária, sem expresso e formal consentimento do município concedente:
I - transferir o presente contrato seja no seu todo ou em parte.
II - ceder ou doar a qualquer título, mesmo que parcialmente e para fins diversos, os equipamentos cedidos através do presente instrumento administrativos.

ARTIGO 7º - Em caso de dissolução da empresa, ou paralisação de seu funcionamento, a posse do equipamento retornará para o Município.

ARTIGO 8° - Revogam-se as disposições em contrário esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, EM 15 DE OUTUBRO DE 2026.

PUBLIQUE-SE:

RICARDO ANTÔNIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:DB4D9201

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3547/2026

LEI Nº 3547/2026
Autoria: Vereador Cláudio Alain Guterres do Carmo.

Ementa: Institui a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento aos Danos Decorrentes dos Jogos de Apostas e de Promoção do Jogo Responsável no Município de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Santo Antônio do Sudoeste, a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento aos Danos Decorrentes dos Jogos de Apostas e de Promoção do Jogo Responsável, destinada à promoção de ações de informação, conscientização, prevenção, redução de danos, orientação e incentivo à busca de atendimento adequado pelas pessoas afetadas pelo comportamento problemático relacionado aos jogos e apostas, bem como por seus familiares.
§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se jogo responsável o conjunto de práticas destinadas a promover a participação consciente e informada em jogos e apostas, prevenir comportamentos problemáticos e reduzir os riscos de danos à saúde, à vida familiar, social e financeira.
§ 2º Considera-se comportamento problemático relacionado aos jogos e apostas aquele capaz de produzir ou agravar prejuízos à saúde física ou mental, às relações familiares e sociais, à vida profissional, ao patrimônio ou à capacidade financeira da pessoa.
§ 3º A Política instituída por esta Lei possui caráter preventivo, educativo, informativo, assistencial e de promoção da saúde, não se destinando à regulamentação, autorização, fiscalização ou exploração das modalidades lotéricas ou de apostas submetidas à competência normativa da União ou do Estado.

Art. 2º São princípios da Política Municipal: instituída pela presente Lei:
I – A dignidade da pessoa humana;
II – A proteção e promoção da saúde física e mental;
III – A prevenção do comportamento problemático relacionado aos jogos e apostas;
IV – A proteção da família e dos vínculos familiares e comunitários;
V – A proteção integral da criança e do adolescente;
VI – A promoção da educação financeira e do consumo consciente;
VII – O respeito à autonomia, à privacidade e à dignidade da pessoa afetada;
VIII – A não estigmatização e a não discriminação das pessoas que apresentem comportamento problemático relacionado aos jogos e apostas;
IX – A prevenção e a redução dos danos sociais, familiares, financeiros e de saúde associados às práticas de apostas;
X – A articulação, no que couber, entre as políticas públicas de saúde, assistência social, educação, defesa do consumidor e educação financeira; e
XI – A observância das normas federais e estaduais aplicáveis à matéria.
Art. 3º São objetivos da Política Municipal, instituída por esta Lei:
Parágrafo único. O mapa poderá conter, entre outras informações:
I – Promover a conscientização da população acerca dos riscos associados ao uso excessivo ou problemático de jogos e apostas;
II – Divulgar informações claras e acessíveis sobre os sinais indicativos de perda de controle sobre o comportamento de apostar;
III – Estimular a prevenção dos transtornos relacionados ao jogo e das consequências decorrentes do comportamento problemático;
IV – Incentivar a busca precoce por orientação e atendimento nos serviços integrantes das redes públicas de saúde e de assistência social, observadas as respectivas competências;
V – Contribuir para a prevenção do endividamento e do superendividamento associados aos jogos e apostas;
VI – Fomentar ações de educação financeira e consumo consciente, destacando que jogos e apostas não constituem investimento financeiro, fonte segura de renda ou mecanismo adequado para solução de dificuldades econômicas;
VII – Ampliar a divulgação dos instrumentos oficiais de proteção disponibilizados pelos órgãos competentes, inclusive mecanismos de autolimitação e autoexclusão existentes na regulamentação federal;
VIII – Incentivar ações de informação e prevenção destinadas aos familiares e demais pessoas afetadas pelas consequências do comportamento problemático relacionado aos jogos e apostas;
IX – Promover atenção especial à prevenção da exposição de crianças e adolescentes aos riscos relacionados aos jogos e apostas;
X – Contribuir para a disseminação de informações sobre os serviços públicos e canais oficiais disponíveis para orientação, acolhimento e atendimento das pessoas afetadas;
XI – Estimular a formação de uma cultura de prevenção, responsabilidade e proteção da saúde mental e financeira; e
XII – Incentivar a produção e sistematização de informações que possam contribuir para o planejamento e aperfeiçoamento das políticas públicas municipais relacionadas à matéria, respeitada a legislação de proteção de dados pessoais.
Art. 4º A Política Municipal, instituída pela presente Lei, poderá ser desenvolvida mediante ações de caráter educativo, preventivo e informativo, especialmente por meio de:
I – Campanhas de conscientização sobre os riscos decorrentes do comportamento problemático relacionado aos jogos e apostas;
II – Divulgação de materiais informativos em meios físicos ou digitais;
III – Ações de educação financeira e consumo consciente;
IV – Orientação acerca dos sinais que possam indicar comportamento problemático relacionado aos jogos e apostas;
V – Divulgação dos serviços públicos disponíveis para orientação, acolhimento e atendimento;
VI – Divulgação dos mecanismos oficiais de autolimitação, autoexclusão e demais instrumentos de proteção instituídos pelos órgãos federais competentes;
VII – Ações educativas de prevenção destinadas a crianças, adolescentes, jovens, famílias e demais grupos potencialmente vulneráveis, observadas as respectivas faixas etárias e as normas educacionais aplicáveis;

VIII – Incentivo à realização de palestras, debates, atividades educativas e ações de conscientização; e
IX – Articulação com campanhas e políticas desenvolvidas pela União, pelo Estado do Paraná e por outros órgãos e entidades públicas.
Parágrafo único. As ações previstas neste artigo terão caráter prioritariamente informativo e preventivo e poderão ser realizadas mediante utilização das estruturas, programas, serviços, canais institucionais e recursos já existentes, observadas a disponibilidade administrativa e orçamentária e a legislação aplicável.
Art. 5º As ações de prevenção e conscientização, previstas no artigo anterior, deverão, sempre que possível, divulgar informações acerca:
I – Dos riscos do comportamento compulsivo ou problemático relacionado aos jogos e apostas;
II – Dos possíveis impactos sobre a saúde mental, a vida familiar, profissional, social e financeira;
III – Dos riscos de endividamento e superendividamento;
IV – Da inadequação das apostas como estratégia de investimento, geração permanente de renda ou recuperação de prejuízos financeiros;
V – Dos sinais indicativos de perda de controle sobre a frequência, o tempo ou os valores destinados às apostas;
VI – Da importância da busca precoce por orientação e atendimento profissional;
VII – Dos mecanismos oficiais de autolimitação e autoexclusão disponíveis aos apostadores; e
VIII – Dos canais oficiais de atendimento e dos serviços públicos disponíveis.
Art. 6º No âmbito das ações de promoção da saúde e prevenção de agravos, previstos nesta Lei, poderão ser incentivadas medidas destinadas a favorecer:
I – A identificação precoce de sinais de comportamento problemático relacionado aos jogos e apostas;
II – O acolhimento humanizado e não discriminatório das pessoas afetadas e de seus familiares;
III – A orientação quanto aos serviços públicos disponíveis;
IV – O encaminhamento, quando necessário e conforme avaliação profissional, aos pontos adequados da rede de atenção à saúde ou de proteção social; e
V – A integração das ações municipais às estratégias e diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde – SUS.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não implica criação de serviço, cargo, função ou unidade administrativa específica, nem altera as competências legalmente estabelecidas dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
Art. 7º As ações destinadas a crianças e adolescentes, tratadas por esta Lei, observarão o princípio da proteção integral e terão caráter exclusivamente preventivo e educativo, podendo abordar, de forma compatível com a faixa etária:
I – Educação financeira;
II – Consumo consciente;
III – Riscos das apostas e dos jogos de azar;
IV – Influência da publicidade e do ambiente digital sobre decisões de consumo;
V – Prevenção de comportamentos compulsivos; e
VI – Valorização de escolhas responsáveis e proteção da saúde mental e financeira.
Parágrafo único. As ações de que trata este artigo observarão a legislação educacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as competências dos sistemas de ensino, vedada qualquer forma de estímulo, promoção ou normalização da prática de apostas.
Art. 8º O Município poderá promover ou apoiar ações de orientação às famílias afetadas pelas consequências do comportamento problemático relacionado aos jogos e apostas, com ênfase:
I – Na identificação de sinais de comportamento prejudicial;
II – Na preservação dos vínculos familiares;
III – Na prevenção do comprometimento da renda destinada às necessidades essenciais da família;
IV – Na orientação sobre serviços públicos e canais oficiais de atendimento; e
V – Na promoção da educação financeira familiar.
Art. 9º Na implementação desta Política Pública poderão ser utilizados, divulgados ou referenciados materiais técnicos, campanhas, protocolos, orientações e instrumentos produzidos ou reconhecidos:
I – Pelo Ministério da Saúde;
II – Pelo Ministério da Fazenda e pela Secretaria de Prêmios e Apostas;
III – Pelos órgãos integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS;
IV – Pelos órgãos públicos de proteção e defesa do consumidor;
V – Pelo Estado do Paraná; e
VI – Por instituições públicas, acadêmicas ou científicas de reconhecida atuação na matéria.
Art. 10. A Política Municipal instituída por esta Lei observará, no que couber:
I – A Lei Federal nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, especialmente as disposições relativas ao jogo responsável e à prevenção dos transtornos de jogo patológico;
II – A legislação federal que disciplina a modalidade lotérica de apostas de quota fixa;
III – As normas regulamentares expedidas pelos órgãos federais competentes;
IV – As diretrizes e políticas do Sistema Único de Saúde relativas à saúde mental, prevenção e redução de danos associados aos jogos e apostas;
V – O Código de Defesa do Consumidor;
VI – O Estatuto da Criança e do Adolescente;
VII – A Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais; e
VIII – As demais normas federais e estaduais aplicáveis.
Art. 11. A implementação das ações previstas nesta Lei poderá ocorrer de forma integrada às políticas, programas, campanhas, serviços e estruturas já existentes no Município, respeitadas as competências administrativas, a conveniência e oportunidade da Administração e as disponibilidades orçamentárias e financeiras.
Parágrafo único. Esta Lei não cria cargos, empregos ou funções públicas, não institui órgãos ou unidades administrativas, não altera atribuições legalmente estabelecidas de órgãos ou agentes públicos e não disciplina a organização interna da Administração Municipal.
Art. 12. Para consecução dos objetivos desta Lei, poderão ser celebrados, observada a legislação aplicável, instrumentos de cooperação com órgãos e entidades da União, do Estado do Paraná, outros Municípios, instituições de ensino, entidades da sociedade civil e demais instituições que desenvolvam atividades compatíveis com os objetivos desta Política.
Art. 13. A aplicação desta Lei não autoriza o Município a regulamentar, autorizar ou fiscalizar a exploração de apostas submetidas à competência de outros entes federativos, nem a estabelecer obrigações aos agentes operadores além daquelas decorrentes da legislação editada pelo ente constitucionalmente competente.
Art. 14. A execução das ações decorrentes desta Lei observará as dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, quando necessárias, e as normas de responsabilidade fiscal e planejamento orçamentário aplicáveis.
Art. 15. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, para sua adequada execução.
Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, EM 15 DE OUTUBRO DE 2026.

PUBLIQUE-SE:

RICARDO ANTÔNIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:B2AEDDE2

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
ERRATA EXTRATO ADITIVO Nº 3 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 18/2025

ERRATA EXTRATO ADITIVO Nº 3 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66/2025
Inexigibilidade Nº 18/2025

ONDE SE LÊ:

PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: VALDIR CARMINATTI JUNKES - Representante Legal

LEIA-SE:
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: VALDECIR CARMINATTI JUNKES - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:FB531050

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0299/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 0102/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0299/2026
Inexigibilidade nº 0102/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: 30.797.026 ANTONIO DE MELO PEREIRA - MEI
CNPJ Nº 30.797.026/0001-73
Representante: ANTONIO DE MELO PEREIRA
CPF nº 717.567.109-10
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra, conforme as
demandas de necessidade do município de Santo Antônio do Sudoeste-PR, de acordo com o
Chamamento Público n° 07/2024..
VALOR TOTAL: R$ 174.680,00 (Cento e Setenta e Quatro Mil, Seiscentos e Oitenta Reais)
VIGÊNCIA: 14/10/2027
Santo Antônio do Sudoeste, em 15/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:4F58CE19

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 102/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 102/2026

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra, conforme as demandas de necessidade do município de Santo Antônio do Sudoeste-PR, de acordo com o Chamamento Público n° 07/2024.
Em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

Vencedores					
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Quantidade	Preço
30.797.026 ANTONIO DE MELO PEREIRA - MEI	1	1	PEDREIRO	2.000,00	15,82
30.797.026 ANTONIO DE MELO PEREIRA - MEI	1	2	PAVIMENTADOR PAVER	2.000,00	19,88
30.797.026 ANTONIO DE MELO PEREIRA - MEI	1	3	ENCANADOR	2.000,00	17,47
30.797.026 ANTONIO DE MELO PEREIRA - MEI	1	4	PINTOR	6.700,00	10,20

Homologo a presente licitação,

Santo Antônio do Sudoeste, em 15/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:3EE563AB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 39/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PR, através da Pregoeira, nomeado pela Portaria n° 004/2026, COMUNICA aos interessados, que a licitação referente ao Pregão Eletrônico 39/2026 cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E PLANTIO/COLOCAÇÃO DE GRAMA ESMERALDA (ZOYSIA JAPONICA), INCLUINDO PREPARAÇÃO DO TERRENO, REGULARIZAÇÃO E NIVELAMENTO, APLICAÇÃO DE FERTILIZANTE ORGÂNICO COMPOSTO – CLASSE A E APLICAÇÃO DE CALCÁRIO DOLOMÍTICO,** está **SUSPENSO**, por necessidade de realizar alterações no Edital, sobre a republicação do Aviso de Licitação do Edital e uma nova data para abertura do certame as informações serão disponibilizadas através do Portal de Transparência do Município www.saojeronimodaserra.pr.gov.br.
São Jerônimo da Serra, 15 de outubro de 2026.

JUDITH IZABEL DE SALLES
Pregoeira

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:FEF763F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Benedito Valdilei Pereira Rodrigues
Cargo/Função	Motorista
Data	13/10/2026 a 09/11/2026
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00 Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Assaí – PR
Motivação	Viagens para levar alunos matriculados em Escola Técnica e Faculdade no período noturno.

Publicado por:
João Elizeu Bernardo
Código Identificador:C4CA9497

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 262/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER, ao Sr. **NELSON ALCEBIADES GRACIANO MONTEIRO, Técnico em Vigilância Sanitária**, contratado por esta Prefeitura Municipal em 02/10/2023, conforme Portaria 222/2023 de 06/10/2023, 18 (dezoito) dias de férias a que tem direito pelo período de trabalho de 02/10/2025 a 01/10/2026, a partir de 13/10/2026, devendo retornar ao trabalho em 31/10/2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 09 de outubro de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:680F0400

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 121/2025 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 121/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA MONTINI CONSTRUTORA E TRANSACOES IMOBILIARIAS LTDA.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 121/2025

10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 121/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E a EMPRESA MONTINI CONSTRUTORA E TRANSACOES IMOBILIARIAS LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na PRAÇA CORONEL DEOLINDO, no 151, em SÃO JERÔNIMO DA SERRA/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o no 76.290.683/0001-20, neste ato representado pelo(a) Excelentíssimo(a) Sr(a). Prefeito(a) VENICIUS DJALMA ROSA, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade Civil RG sob no 8.241.196-8 e inscrito no CPF/MF no 036.270.189.07, residente e domiciliado(a) neste Município e;

CONTRATADA: MONTINI CONSTRUTORA E TRANSACOES IMOBILIARIAS LTDA, CNPJ 56.425.576/0001-55, localizada na Rua Santa Izabel, nº 109, Jardim Caviúna, cidade de Rolândia/PR, endereço eletrônico: imobmontini@gmail.com, telefone: (43) 99957-4425, representada por LUCAS FERNANDO MONTINI SALLE, portador do R.G nº. 128008136 SESP/PR inscrito(a) no CPF sob no 094.116.919-78, residente na cidade ROLÂNDIA/PR, denominada CONTRATADA.

Considerando a anuência da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;
Considerando a anuência e justificativa do Departamento de Engenharia;
Considerando a permissão legal contida no art. 125 da Lei 14.133/2021;
Considerando o interesse e concordância das partes na reprogramação destes termos;
Considerando o interesse público;

Resolvem:
Celebrar o presente termo aditivo de valores ao contrato administrativo nº 121/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto
Constitui objeto deste Termo, Aditivo de Meta Física para equilibrar quantitativamente nos termos do Artigo 124, I, "a" da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, com Supressão de Valores, conforme parecer e planilha elaborada pelo Departamento de Engenharia relativo à readequação da obra, anexo ao processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Fica alterado o contrato em epígrafe para suprimir quantitativo de itens planilhados, conforme planilha que integra o processo administrativo com fundamento no art. 125 da Lei Federal no 14.133/2021.
Em consequência da alteração, será suprimido o valor de R$ 1.872,69 (um mil oitocentos e setenta e dois reais e sessenta e nove centavos), correspondente à 0,77% do valor originalmente contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato administrativo nº 121/2025.
Assim, estando as partes justas e contratadas, na presença das testemunhas abaixo assinaladas, assinam o presente em três vias de igual forma e teor, para que este aditamento surta os efeitos jurídicos que lhe são desejados.

São Jerônimo da Serra, 14 de outubro de 2026.

Município de São Jerônimo da Serra
VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal
Contratante

MONTINI CONSTRUTORA E TRANSACOES IMOBILIARIAS LTDA
Contratada

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:0E0142FD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 125/2026

Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 20/2024

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei 745/2011, no Edital 20/2024, e na Portaria 104/2024;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 745/2011;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 20/2024;
CONSIDERANDO o ofícios 118/2026 e 147/2026 da Secretaria Municipal de Educação;
CONSIDERANDO a necessidade da Divisão de Recursos Humanos promover férias a servidores, não havendo substituto no quadro de pessoal;

RESOLVE:

I – CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados (as) e classificados (as) no processo seletivo simplificado conforme ordem de classificação, a fim de proceder-se à contratação temporária de excepcional interesse público, para prestação de serviços ao Município.

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Função	**Classif.**	**Candidato**	**Nº inscrição**
Auxiliar de Serviços Gerais	89	CAROLINE DA SILVA JURASKI	35
Auxiliar de Serviços Gerais	90	RENATA CAMARGO DA LUZ	64
Auxiliar de Serviços Gerais	91	IRENE DARAS DE ALMEIDA	115

II – Os(as) candidatos(as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do **período de 16/10 à 22/10/2026 (05 dias úteis)**, para apresentação de documentos e realização de exames médicos conforme solicitados pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação
III –Os(as) candidatos(as) serão contratados(as), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.
IV – O(a) candidato(a) que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado(a).
V – A vigência do contrato obedecerá ao limite disposto no item 11.1.6 do Edital 20/2024

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
São José da Boa Vista–PR, 15 de outubro de 2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:DBBDB696

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 126/2026

Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 75/2025

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei 745/2011, no Edital 075/2025, e na Portaria 271/2025;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 745/2011;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 075/2025;
CONSIDERANDO os Ofícios 62, 63 e 166/2026 da Secretaria Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO que o candidato Técnico em Enfermagem, classificado em 22- CARLOS ROGER VENTURA DE SOUZA, convocado através do Edital 119/2026, e os candidatos Psicólogo, classificado em 16– AUGUSTO TAKEO YANO e a Técnica em Enfermagem classificada em 5 LARISSA SUELLEN FERREIRA – NÃO ATENDERAM à convocação
CONSIDERANDO que foram convocados até o ultimo candidato classificado ao cargo de Técnico em Enfermagem e Psicólogo, passa-se agora a convocar os candidatos que haviam solicitado final de fila.

RESOLVE:

I – CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados (as) e classificados (as) no processo seletivo simplificado conforme ordem de classificação, a fim de proceder-se à contratação temporária de excepcional interesse público, para prestação de serviços ao Município.

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Função	**Classificação**	**Candidato**	**Nº Inscrição**
PSICÓLOGO	02	ALEXANDRE DA SILVA FERRI	013
Técnico em Enfermagem	16	DORLY DE ASSIS MACHADO	030

II – Os(as) candidatos(as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do **período de 16/10/2026 a 22/10/2026 (05 dias úteis)**, para apresentação documentos e realização de exames médicos a serem solicitados pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação
III –Os(as) candidatos(as) serão contratados(as), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.
IV – O(a) candidato(a) que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado(a).
V – A vigência do contrato obedecerá ao limite disposto no item 11.1.6 do Edital 075/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São José da Boa Vista–PR, 15 de outubro de 2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:9D4A2846

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 260/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

Considerando o resultado obtido nas eleições do dia 01/10/2023 para o Cargo de Conselheiro Tutelar, gestão 10/01/2024-09/01/2028;
Considerando o resultado obtido nas eleições suplementares do dia 27/09/2026 para o Cargo de Conselheiro Tutelar, gestão 10/01/2024-09/01/2028;
Considerando o Termo de Posse do dia 15/10/2026 da Conselheira Marielle de Morais.
RESOLVE:

Artigo 1º- HOMOLOGAR nova composição do Conselho Tutelar de São José da Boa Vista, para a Gestão 10/01/2024 a 09/01/2028:

Conselheiro Presidente:
ROSEMARA DE AZEVEDO – Rg. 9.540.***-2 PR

Conselheiros:
ALEXANDRE INOCENCIO DE CAMARGO – Rg. 13.049.***-5 PR
JUNIOR CARLOS VIEIRA - Rg. 10.348.***-0 PR
MARIELLE DE MORAIS - ***.606.***-73
VANDERLEI DE AZEVEDO – Rg. 26.771.***-7

Artigo 2º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:E57189AA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - PROCESSO LICITATORIO Nº 071/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO LICITATORIO Nº 071/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

A prefeitura do município de São José das Palmeiras/PR, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo de pregão eletrônico, conforme indicado abaixo:

Resumo do Certame:

Processo n.º:	071/2026
Pregão Eletrônico n.º:	033/2026
OBJETO	Aquisição de materiais para perfuração e estruturação de 03 (três) poços tubulares profundos nas localidades de São Cristóvão, São Joaquim e Barra Funda, no Município de São José das Palmeiras/PR, destinados ao cumprimento da contrapartida municipal prevista no Termo de Cooperação nº 035/2026 celebrado com o Instituto Água e Terra – IAT.

Tipo de Licitação: Menor Preço POR LOTE;

• **Período de recebimento das propostas**: das 08h10min do dia 16/10/2026 até as 08h10min do dia 29/10/2026

Abertura e Julgamento das Propostas: as 08h10min do dia 29/10/2026
Início Da Sessão De Disputa De Preços: Às 08h40min Do Dia 29/10/2026
Referência de tempo: Horário De Brasília (DF).
Local: Portal Bolsa de Licitações do Brasil– BLL – www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações"
Edital: O Edital Estará Disponível Aos Interessados Para Download No Site Do Município:www.sjpalmeiras.pr.gov.br/ - Na Aba "Licitações".

São José das Palmeiras, 15 de outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:C9B5250A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 108/2026 - DISPÕE SOBRE A COMPATIBILIDADE ENTRE OS PLANOS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 108/2026

SUMULA: Dispõe sobre a compatibilidade entre os Planos para o exercício financeiro de 2027 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela legislação vigente:

CONSIDERANDO, a necessidade da compatibilidade entre os Planos (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e a Lei do Orçamento) para o exercício financeiro de 2027, no atendimento inciso I do artigo 5º da Lei Federal nº 101/2000;

D E C R E T A

Art. 1º – Fica compatibilizado os valores das metas constantes dos anexos das prioridades e metas da administração que fazem parte do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2027.

Art. 2º – A compatibilidade de que trata o artigo anterior é função da adequação de valores aprovados pela Lei do Orçamento Anual nº 776/2026, para o exercício em questão de acordo com o previsto no $ 2º do art. 7º da Lei do Plano Plurianual nº 752/2025 e no parágrafo único do art. 25 da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 772/2026.

Art. 3º – Fica o Departamento de Contabilidade autorizado a proceder as adequações necessárias.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito São José das Palmeiras, 15 de outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:3E3D5552

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 109/2026 - DISPÕE SOBRE AS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO, A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DE ARRECADAÇÃO MENSAL E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027

DECRETO Nº 109/2026

Dispõe sobre as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira de arrecadação mensal e cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício financeiro de 2027.

O Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela legislação vigente:

D E C R E T A

Art. 1º – Em cumprimento ao que dispõe o artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000, fica estabelecido o cronograma de execução mensal de desembolso e a programação financeira de arrecadação mensal para o exercício financeiro de 2027, na forma dos anexos I e II do presente decreto.

Art. 2º – Em cosonância com o disposto no artigo 13 da referida Lei Complementar, a receita prevista na Lei Orçamentária Anual, aprovada pela Lei Municipal nº 776/2026, ficam desdobradas em metas bimestrais na forma do anexo I ao presente decreto.

Art. 3º – Será admitida a extrapolação dos limites estabelecidos para a execução da despesa de cada órgão, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo, desde que estejam comprovadamente assegurada a existência de recursos para cobrir as despesas excedentes.

Art. 4º – Para efeito do artigo anterior, considera-se recursos efetivamente existentes:
I – os oriundos de superávit financeiro e do excesso de arrecadação, de acordo com o estabelecido no artigo 43 da Lei Federal n. 4320/64;

II – os decorrentes de auxílios e convênios com órgãos e entidades de outras esferas de governo, não incluídos na receita prevista para o exercício;

III – Os resultantes de economia de dotações na execução orçamentária ao longo do exercício.

Art. 5º – Visando suas adequações, o cronograma mensal de desembolso e a programação financeira de arrecadação mensal, poderão ser refeitas a medida da da necessidade de ajuste no comportamento efetivo da receita e a compatibilização da despesa oriundas da abertura de créditos adicionais.

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José das Palmeiras, 15 de outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:41CDF5C7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 410/2026

DECRETO Nº 410/2026

Súmula: Homologa a Licitação na Modalidade de Concorrência sob o nº 15/2026-PMSPPR.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PrefeitO Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em cumprimento do disposto na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021

CONSIDERANDO o conteúdo do Parecer Jurídico

D E C R E T A

Art. 1º Fica homologado o PARECER na forma estabelecida pela Comissão Permanente de Licitações, extraído da licitação sob a modalidade de Concorrência nº 15/2026-PMSPPR de 16 de julho de 2026, tomou por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços para a execução de obra de Recape Asfáltico Pavimentação de Vias Urbanas (SAM 73) Convênio 972/2026 SECID, despesa descrita no seguinte projeto:

Modalidade: Concorrência nº 15/2026-PMSPPR de 04 de setembro de 2026
04.001.26.451.0015.1.215. - OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS VICINAIS
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

No Valor Máximo de R$ 2.943.955,34 (dois milhões, novecentos e quarenta e três mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), em favor do proponente:

CONSTRUTORA LONGUINI LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.514.870/0001-19, com o lote 1 no valor total de R$ 2.796.500,00 (dois milhões, setecentos e noventa e seis mil e quinhentos reais).
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Pedro do Paraná-PR, 15 de outubro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:B8F3834D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 411/2026

DECRETO Nº 411/2026

Súmula: Homologa a Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico sob o nº 32/2026-PMSPPR.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PrefeitO Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em cumprimento do disposto na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021.

CONSIDERANDO o conteúdo do Parecer Jurídico

D E C R E T A

Art. 1º. Fica homologado o PARECER na forma estabelecida pelo Pregoeiro, extraído da licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº 32/2026-PMSPPR de 24 de setembro de 2026, que tomou por objeto aquisição de veículo automotor destinado a Secretaria Municipal de Saúde, despesa descrita no seguinte projeto:

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 32/2026-PMSPPR de 24 de setembro de 2026
OBJETO: aquisição veículo
07.001.10.301.0022.1092 - AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA A SAÚDE - AMBULÂNCIAS E DEMAIS VEÍCULOS
4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

No Valor Máximo de R$ 159.990,00 (cento e cinquenta e nove mil novecentos e noventa reais), em favor do proponente:

PONTAL COMERCIO DE VEICULOS E PECAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n°78.909.389/0001-80 com o lote 1 no valor total de R$ 154.000,00 (cento e cinquenta e quatro mil reais).
Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 15 de outubro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:DA1C6854

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA 55-2026

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ E ALLINE HELLEN DE SOUSA – ME, CNPJ n° 17.377.226/0001-09

MODALIDADE: DISPENSA Nº 55/2026, de 09 de outubro de 2026
OBJETO: aquisição de uniformes
07.001.10.301.0022.2060 – PAB – PROGRAMA DE ATENÇAO BÁSICA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
07.001.10.301.0022.2059 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
07.001.10.304.0022.2084 - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITARIA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.122.0023.2063 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DA SECRECARIA MUNICÍPAL DE ASISTÊNCIA SOCIA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.122.0023.2064 CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.243.0024.2184 APOIO FINANCEIRO AO CONSELHO TUTELAR
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0023.2183 AÇÕES DE PROTEÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0023.2511 PAIF - PROGRAMA INTEGRAL DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
1	194 CAMISETAS MANGA CURTA EM TECIDO POLIVISCOSE (PV) ANTIPILLING 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, CORES E QUANTIDADES SORTIDAS CONFORME NECESSIDADE DO DEPARTAMENTO, PERSONALIZADAS CONFORME O EVENTO. (ARTE EM ANEXO)	39,90
2	51 CAMISETAS EM GOLA POLO, MANGA CURTA EM POLIVISCOSE (PV) ANTIPILLING 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, CORES E QUANTIDADES SORTIDAS CONFORME NECESSIDADE DO DEPARTAMENTO, PERSONALIZADAS CONFORME O EVENTO. (ARTE EM ANEXO)	59,90
3	40 CAMISETAS EM ALGODÃO FIO 30 PENTEADO, COR BRANCA, GOLA EM RIBANA CANELADA DA MESMA COR, ESTAMPA EM SERIGRAFIA, CAMPANHA OUTUBRO ROSA – NOVEMBRO AZUL. (ARTE EM ANEXO)	44,90

Valor global: **R$ 12.590,90 (doze mil, quinhentos e noventa reais e noventa centavos)** cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a entrega do material.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 14 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:F09DFF58

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - EDITAL 2/2026 - HOMOLAGA INSCRIÇÕES DIRETORA ESCOLAR

EDITAL Nº 02/2026

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Municipal nº 56/2009, Edital nº 01/2026 e Decreto Municipal nº 364/2026.

TORNA PÚBLICO:

Art. 1º Fica homologado o resultado da análise das inscrições das candidatas que manifestaram interesse em concorrer à consulta à comunidade escolar para a escolha de Diretores das Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de São Pedro do Paraná, referente à Gestão 2027/2028.
Parágrafo único. Torna-se pública, nos termos deste ato, a relação nominal das candidatas cujas inscrições foram deferidas, por atenderem aos requisitos estabelecidos para esta etapa do processo.

RESULTADO DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

NOME DA CANDIDATA	ESTABELECIMENTO	RESULTADO
ANDRÉIA SANTOS SILVA	ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ MARQUES DE MACEDO – ENSINO FUNDAMENTAL I	APROVADA
MARIA APARECIDA DA SILVA	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEQUENO POLEGAR	APROVADA
SIMONE MILARÉ RIBEIRO DA CRUZ	ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO JOÃO BATISTA FERNANDES – ENSINO FUNDAMENTAL I	APROVADA

São Pedro do Paraná, 15 de Outubro de 2026

EZÍDIO BIASI REDE
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:47AF35A1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 1/2026

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA Nº 001/2026

*O **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ,** Estado de Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.975.259/0001-10, com sede administrativa situada à Avenida Paraná, nº 307, Centro, CEP: 87.955-000, por intermédio de seu Prefeito Municipal Sr. VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, no uso de suas atribuições legais,*
***TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de todos os interessados, em especial moradores, ocupantes, titulares de domínio, confrontantes e terceiros eventualmente interessados, que o núcleo urbano informal urbano denominado **ALVES E ESTEVES** encontra-se em processo de **Regularização Fundiária Urbana (REURB)**, nas modalidades **REURB-S** e **REURB-E**, com fundamento na Lei Federal nº 13.465/2017 e no Decreto Federal nº 9.310/2018.*

O procedimento contempla, conforme o caso concreto, a aplicação do instituto da **Legitimação Fundiária**, nos termos dos arts. 23 da Lei Federal nº 13.465/2017 e legislação correlata.
Informa-se que foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral da área, com georreferenciamento, subscrito por profissional legalmente habilitado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), bem como parecer preliminar de viabilidade, visando à individualização das unidades imobiliárias e à abertura de matrículas individualizadas.
As peças integrantes do Projeto de Regularização Fundiária (PRF) foram elaboradas pela equipe multidisciplinar da **Associação para o Desenvolvimento Habitacional Sustentável de Santa Catarina – ADEHASC**, entidade com legitimidade ativa nos termos do art. 14, inciso II, da Lei nº 13.465/2017, regularmente constituída, com atuação direcionada ao desenvolvimento urbano, promoção habitacional e regularização fundiária.
DO NÚCLEO
O núcleo urbano informal denominado Alves e Esteves, localizado neste Município, tem origem na matrícula nº 15.127, de propriedade de FREITAS, ALVES E ESTEVES LTDA., devidamente registrada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Loanda/PR.
O núcleo possui área total a regularizar de 10.061,50 m², distribuída em 26 lotes, sendo 15 lotes aderentes, 11 lotes destinados a futuros proprietários, e 01 rua a regularizar.
O núcleo é servido pelas seguintes vias: Rua Projetada A, a qual será destinada ao domínio público municipal, nos termos do art. 53, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.465/2017, bem como pelas vias Rua Londrina e Avenida São Paulo, já integrantes do domínio público municipal.

QUADRO DE ÁREAS	
Área da matrícula nº 15.127	34.200,00 m²
Área dos lotes aderentes	5.215,40 m²
Área de lotes destinados a futuros proprietários	4.699,35 m²
Área das vias públicas a regularizar	146,75 m²
Área total a regularizar	10.061,50 m²

DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS
A área de intervenção é atendida pelos seguintes equipamentos e serviços públicos:

• sistema viário implantado, com vias de circulação definidas;
• fornecimento de energia elétrica;
• abastecimento de água;
• soluções de esgotamento sanitário;
• acesso a equipamentos públicos e serviços essenciais, tais como educação, saúde e transporte.

DAS CONFRONTAÇÕES
Os titulares de domínio, os confrontantes internos e externos, bem como eventuais terceiros interessados, serão notificados por meio do presente edital e, cumulativamente, mediante notificação encaminhada via postal, com aviso de recebimento (AR), ou por meio de coleta de assinatura pessoal, sendo-lhes assegurada ciência da instauração do procedimento de Regularização Fundiária Urbana (REURB).
Será garantido o **prazo de 30 (trinta) dias**, contados do recebimento da notificação ou da data da publicação deste edital, para apresentação de **impugnação ou manifestação**, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e do Decreto Federal nº 9.310/2018.

Titulares de domínio:
Matrícula nº 15.127, de propriedade de FREITAS, ALVES E ESTEVES LTDA.;

Confrontantes:
Matrícula nº 15.127, de propriedade de FREITAS, ALVES E ESTEVES LTDA.;
Matrícula nº 18.708, de propriedade de PAULO SILVESTRE e JANETE AUGUSTO SILVESTRE;
RUA LONDRINA, de propriedade do município de São Pedro do Paraná/PR;
AVENIDA SÃO PAULO, de propriedade do município de São Pedro do Paraná/PR.

DOS REQUERENTES
São requerentes e beneficiários da regularização fundiária os ocupantes e moradores do núcleo urbano informal denominado Alves e Esteves, devidamente identificados no levantamento cadastral realizado, e que aderiram voluntariamente ao processo de Regularização Fundiária Urbana (REURB), nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e do Decreto Federal nº 9.310/2018.

Nº	NOME
	ADRIANA CORDEIRO GODOY FERNANDES E EDSON DIAS FERNANDES
	DORACI MEIRELES GUIMARÃES DA CRUZ E JUAREZ ALVES DA CRUZ
	ELISANGELA AVELS GALLEA E CICERO ANTONIO APARECIDO DE BRITO
	FATIMA NASCIMENTO
	GLEICIENE FRADIQUE
	IRENE RICIERI
	JOÃO GOMES DA CUNHA
	MARCOS ANTONIO DA ROCHA
	MARIA APARECIDA CEZARINO SOUZA E FRANCISCO XAVIER DE SOUZA
	MARIA INES TEIXEIRA
	NOEMI BAZZUCO SILVESTRE E MARCELO SILVESTRE
	VÂNIA DA CRUZ LEME DO PRADO
	VICTOR AUGUSTO DATRI

Os requerentes optaram pela promoção da regularização às suas expensas, nos termos do art. 33, §2º, da Lei Federal nº 13.465/2017.

DAS IMPUGNAÇÕES
Eventuais impugnações deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da última publicação deste edital, junto ao setor de protocolo da Prefeitura Municipal, devidamente fundamentadas e instruídas com os documentos pertinentes.
As manifestações serão analisadas pelos órgãos técnicos competentes, assegurando a apreciação adequada de todos os argumentos apresentados.
O processo administrativo permanecerá disponível para consulta pelos interessados na sede da Prefeitura Municipal, garantindo transparência e acesso às informações do procedimento.
A ausência de manifestação no prazo legal implicará concordância tácita com o procedimento de regularização, nos termos do art. 31, §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 13.465/2017.
Ao término do procedimento, será emitida a Certidão de Regularização Fundiária (CRF), que constituirá título hábil para registro junto ao Ofício de Registro de Imóveis competente.

São Pedro do Paraná/PR, 15 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:FF6EDB84

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2/2026

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA Nº 02/2026

*O **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.975.259/0001-10, com sede administrativa situada à Avenida Paraná, nº 307, Bairro: Centro, CEP: 87955-000, por intermédio de seu/sua Prefeito/a Municipal Sr. **VANDERLEI CAETANO DE CASTRO**, no uso de suas atribuições legais,*
***TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de todos os interessados, em especial moradores, ocupantes, titulares de domínio, confrontantes e terceiros eventualmente interessados, que o núcleo urbano informal denominado **CRESPILHO** encontra-se em processo de **Regularização Fundiária Urbana (REURB)**, nas modalidades **REURB-S** e **REURB-E**, com fundamento na Lei Federal nº 13.465/2017 e no Decreto Federal nº 9.310/2018.*

O procedimento contempla, conforme o caso concreto, a aplicação do instituto da **Legitimação Fundiária**, nos termos dos arts. 23 da Lei Federal nº 13.465/2017 e legislação correlata.
Informa-se que foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral da área, com georreferenciamento, subscrito por profissional legalmente habilitado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), bem como parecer preliminar de viabilidade, visando à individualização das unidades imobiliárias e à abertura de matrículas individualizadas.
As peças integrantes do Projeto de Regularização Fundiária (PRF) foram elaboradas pela equipe multidisciplinar da **Associação para o Desenvolvimento Habitacional Sustentável de Santa Catarina – ADEHASC**, entidade com legitimidade ativa nos termos do art. 14, inciso II, da Lei nº 13.465/2017, regularmente constituída, com atuação direcionada ao desenvolvimento urbano, promoção habitacional e regularização fundiária.

DO NÚCLEO
O núcleo urbano informal denominado Crespilho, localizado neste Município, tem origem na matrícula nº 14.777, de propriedade de Lilian Aparecida Crespilho Zorzenon de Souza, Elaim Alberto Zorzenon de Souza, Valcir Crespilho, Elaine Rodrigues de Castro Crespilho e Luci de Fatima Crespilho, devidamente registrada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Loanda/PR.
O núcleo possui área total a regularizar de 2.668,80 m², distribuída em 11 lotes, sendo 06 lotes aderentes e 05 lotes destinados a futuros proprietários.
O núcleo é servido pelas seguintes vias: Avenida Santa Catarina, Rua Alagoas e Avenida Brasil, já integrantes do domínio público municipal.

QUADRO DE ÁREAS	
Área da matrícula 14.777	30.000,00 m²
Área dos lotes aderentes	1.477,19 m²
Área de lotes destinados a futuros proprietários	1.191,61 m²
Área total à regularizar	2.668,80 m²

DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS
A área de intervenção é atendida pelos seguintes equipamentos e serviços públicos:

• sistema viário implantado, com vias de circulação definidas;
• fornecimento de energia elétrica;
• abastecimento de água;
• soluções de esgotamento sanitário;
• serviço de coleta de resíduos sólidos;
• acesso a equipamentos públicos e serviços essenciais, tais como educação, saúde e transporte.

DAS CONFRONTAÇÕES
Os titulares de domínio, os confrontantes internos e externos, bem como eventuais terceiros interessados, serão notificados por meio do presente edital e, cumulativamente, mediante notificação encaminhada via postal, com aviso de recebimento (AR), ou por meio de coleta de assinatura pessoal, sendo-lhes assegurada ciência da instauração do procedimento de Regularização Fundiária Urbana (REURB).
Será garantido o **prazo de 30 (trinta) dias**, contados do recebimento da notificação ou da data da publicação deste edital, para apresentação de **impugnação ou manifestação**, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e do Decreto Federal nº 9.310/2018.

Titulares de domínio:
Matrícula nº 14.777, de propriedade de Lilian Aparecida Crespilho Zorzenon de Souza, Elaim Alberto Zorzenon de Souza, Valcir Crespilho, Elaine Rodrigues de Castro Crespilho e Luci de Fatima Crespilho.

Confrontantes:
Matrícula nº 14.777, de propriedade de Lilian Aparecida Crespilho Zorzenon de Souza, Elaim Alberto Zorzenon de Souza, Valcir Crespilho, Elaine Rodrigues de Castro Crespilho e Luci de Fatima Crespilho;
Rua Alagoas de propriedade do município de São Pedro do Paraná/PR;
Avenida Santa Catarina de propriedade do município de São Pedro do Paraná/PR;
Avenida Brasil de propriedade do município de São Pedro do Paraná/PR.

DOS REQUERENTES
São requerentes e beneficiários da regularização fundiária os ocupantes e moradores do núcleo urbano informal denominado Crespilho, devidamente identificados no levantamento cadastral realizado, e que aderiram voluntariamente ao processo de Regularização Fundiária Urbana (REURB), nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e do Decreto Federal nº 9.310/2018.

Nº	NOME
	ANA MARIA GOMES DA CUNHA
	DELIS DE OLIVEIRA PRADO
	ELIZANDRA GOMES DA CUNHA
	MAIARA CAMILA DA SILVA MARIA e RODRIGO CARDOSO DA SILVA
	MARIA DE FATIMA SOARES FORNER e ANTONIO FORNER
	MARIA DE LOURDES VIEIRA FERREIRA e ROBERTO FERREIRA

Os requerentes optaram pela promoção da regularização às suas expensas, nos termos do art. 33, §2º, da Lei Federal nº 13.465/2017.

DAS IMPUGNAÇÕES
Eventuais impugnações deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da última publicação deste edital, junto ao setor de protocolo da Prefeitura Municipal, devidamente fundamentadas e instruídas com os documentos pertinentes.
As manifestações serão analisadas pelos órgãos técnicos competentes, assegurando a apreciação adequada de todos os argumentos apresentados.
O processo administrativo permanecerá disponível para consulta pelos interessados na sede da Prefeitura Municipal, garantindo transparência e acesso às informações do procedimento.
A ausência de manifestação no prazo legal implicará concordância tácita com o procedimento de regularização, nos termos do art. 31, §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 13.465/2017.
Ao término do procedimento, será emitida a Certidão de Regularização Fundiária (CRF), que constituirá título hábil para registro junto ao Ofício de Registro de Imóveis competente.

SÃO PEDRO DO PARANÁ/PR, 15 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:489A1862

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PORTARIA 91/2026

PORTARIA N.º 91/2026

Considerando o atestado de afastamento de 120 dias, emitido no dia 03/10/2026 para fins de licença maternidade, apresentado no dia 14/10/2026.

Vanderlei Caetano de Castro, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e etc...

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder licença maternidade pelo período de 120 dias, a servidora municipal Senhora **ADRIANA DE OLIVEIRA ARRUDA DA SILVA**, matricula nº 826, ocupante do cargo de emprego publico de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, conforme assegura o Artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
Artigo 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos em 01/10/2026.

São Pedro do Paraná, 14 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:65C5F06C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PORTARIA 92/2026

PORTARIA Nº 092/2026

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:
R E S O L V E

Artigo 1º - Deliberar que as contas bancárias do FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇAO E DEFESA CIVIL - FUMDEC, inscrito no CNPJ/MF 69.238.734/0001-00, serão movimentas pelos seguintes servidores:

USIEL BALDOINO DA ROSA, portador do RG 4.320.986-8 e do CPF 773.081.239-87, **Secretário Mun. de Viação Obras e Urbanismo**, com poderes **MASTE**R e de emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; utilizar o crédito aberto na forma e condições; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques, autorizar débitos em conta relativo a operações; retirar cheques devolvidos, endossar cheque; requisitar cartão eletrônico; movimentar conta corrente com cartão eletrônico; sustar/contra-ordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; cadastrar; alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferência por meio eletrônico.
Juntamente com o Senhor **LUCAS DAVID BONFIM PILOTTI**, portador do RG 13.382.358-1 e do CPF/MF 091.172.449-43, **Supervisor do Departamento de Engenharia,** de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná. com poderes de emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; utilizar o crédito aberto na forma e condições; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques, autorizar débitos em conta relativo a operações; retirar cheques devolvidos, endossar cheque; requisitar cartão eletrônico; movimentar conta corrente com cartão eletrônico; sustar/contra-ordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; cadastrar; alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferência por meio eletrônico.

Artigo 2º - Esta Portaria entrar em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no dia 15 do mês de outubro de 2026.

Registre-se Publique-se

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:01E843C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO 25/2026 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SÃO PEDRO DO PARANÁ – PR

RESOLUÇÃO Nº 25/2026

SÚMULA: Aprova a inscrição do Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade) junto ao CMDCA, e dá outras providências.

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente– CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 061/2024, de 23 de outubro de 2024, neste ato representado por sua Presidente Phamela Souza Freitas Dantas, considerando a deliberação da plenária realizada no dia 13 de outubro de 2026.

Resolve:

Art. 1º - APROVAR a inscrição do Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) do Município de São Pedro do Paraná – PR, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes;

Art. 2º - Essa resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, 13 de outubro de 2026.

PHAMELA SOUZA FREITAS DANTAS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Marcelo Antonio Fernandes Junior
Código Identificador:25FF7F1A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

DIVISÃO DE PESSOAL
DECRETO Nº 285/2026

Súmula: Convoca candidato aprovado em Concurso Público e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Concurso Público realizado de conformidade com o Edital de Abertura Publicação nº 001/2024, Edital de Classificação Final Publicação nº 18/2024 e Edital de Homologação Classificação Final Publicação nº19/2024, Protocolo nº 6734/2026 e Mandado de Segurança nº 0001926-43.2026.8.16.0047.

DECRETA:

Art. 1º- Conforme disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2024 – fica convocado (a) o/a candidato (a) aprovado (a), abaixo relacionado (a), para comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, no prazo de 05 (cinco) dias úteis no horário normal de atendimento, portando os documentos pessoais, 01 (uma) foto 3x4 e comprovante de escolaridade.

Art. 2º- O (a) candidato (a) deverá atender os requisitos especificados nos itens 18 e, subitens, respectivamente, do Edital de Abertura Publicação nº 001/2024 juntamente com Laudo Médico Admissional.

Art. 3º- O (a) candidato (a) que não comparecer no prazo determinado será considerado desistente da vaga.

Art. 4º- A presente convocação decorre de decisão liminar proferida nos autos nº 0001926-43.2026.8.16.0047, destinando-se, exclusivamente, à apresentação de documentos e à verificação dos requisitos do certame, não gerando, por si só, direito à nomeação, contratação ou posse.

AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE – CLASSIFICAÇÃO AFRODESCENDENTE –

NOME DO CANDIDATO	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
CLAUDINEY JOSENILTON DA COSTA	62.60	2º

Art. 5º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 15 de outubro de 2026.

ADÃO RODRIGUES DA COSTA
Diretor do Departamento de Recursos Humanos
Portaria Nº 260/2026

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Adão Rodrigues da Costa
Código Identificador:0B60DF82

SETOR DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 29-2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

Nº 29/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Em vista da justificativa e fundamentações retro relatadas e, levando-se em considerações os termos da Ata da Sessão, expedida pelo Agente de Contratação, aprovamos a realização da despesa.

Ratificamos com Dispensa de Licitação, nos termos da justificativa acima e com base no Art. 21 Inciso III do Decreto Municipal 111/2025, a contratação das seguintes empresas:

META TRANSPORTES RECREATIVOS LTDA, estabelecida na Rua Uruguai, nº. 67, Jardim Residencial, CEP: 86 310 000, no Município de **Nova Fátima,** no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº **34.821.878/0001-00.**

Valor total da despesa: R$ 9.000,00 (nove mil reais).

Pagamento: Conforme previsão.

São Sebastião da Amoreira, 15 de outubro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

FRANCISCA BARBOSA DA SILVA BUENO
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:99F6BB21

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 258/2026

DECRETO Nº 258/2026

O Prefeito Municipal de Sapopema, Paulo Maximiano de Souza Junior, no uso de suas atribuições legais, e, de conformidade com o Decreto Municipal nº 005/2026.

R E S O L V E
Art. 1º - Convocar a Servidora lotada no cargo de Professor do Quadro de Servidores Público Municipal, Srª Romilda Aparecida Flores, mat. nº 7385-1, para jornada suplementar e substituir a Srª Gleiciane de Jesus Brizola de Almeida, Professora, em atestado médico e em seguida licença maternidade, até 19/12/2026.
Art. 2º - A Jornada Suplementar acima referenciada extingue-se automaticamente pelo decurso de seu prazo de exercício no ano letivo, tendo em vista sua natureza excepcional e quando cessada a razão determinante da convocação, conforme Decreto acima.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sapopema, 15 de outubro de 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:929673E3

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ERRATA DO AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO LEILÃO Nº 02/2026

ERRATA DO AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO LEILÃO Nº 02/2026

Na publicação do Diário Oficial dos Municípios do Paraná do dia 02/10/2026 – ANO XV / Nº 3629, pg 351.

Onde Lia - se "Lote nº 03: Lote nº 01: veículo ONIBUS ESCOLAR VW/15.190 EOD E.S.ORE 186 CV 60 P, Placa AXB8D49, Chassi/série nº 9532E82W6DR316980/EDUC, Ano 2012/2013, avaliado em R$ 30.000,00, arrematado por **Joel do Nascimento Caires**, Portador do CPF sob nº 347.322.598-39, residente na Rua Américo Oliva, 867 – CEP: 17.035-267 no município de Bauru, São Paulo pelo valor de **R$ 8.000,00 (oito mil reais)**".

LEIA-SE – " Lote nº 03: Lote nº 01: veículo ONIBUS ESCOLAR VW/15.190 EOD E.S.ORE 186 CV 60 P, Placa AXB8D49, Chassi/série nº 9532E82W6DR316980/EDUC, Ano 2012/2013, avaliado em R$ 30.000,00, arrematado por **Joel do Nascimento Caires**, Portador do CPF sob nº 347.322.598-39, residente na Rua Américo Oliva, 867 – CEP: 17.035-267 no município de Bauru, São Paulo pelo valor de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais)."**

Sapopema, 15 de outubro de 2026.

DIRCE DE FÁTIMA V. DE OLIVEIRA
Leiloeira / Portaria nº 04/2025

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:8A884EEE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 58/2026

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 58/2026

Concorrência Eletrônica 06/2026

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 58/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA VALLE CONSTRUÇOES LTDA.

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo sr. **PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR,** Prefeito Municipal, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa
VALLE CONSTRUÇOES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.147.314/0001-85, sediado na cidade de Ibaiti/PR à Rua Vereador Humberto Moacir Schenna, Centro - CEP: 84.900-000, telefone (43) 3546-1236, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado pelo sr. **CRISTIANO PARRA VIEIRA**, brasileiro, maior, empresário, portador da cédula de identidade RG n. º 9.046.826-0 e inscrito no CPF sob nº 055.174.029-92, representante legal, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Registro da Junta Comercial, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Prazo**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de execução**, decorrente da Concorrência Eletrônica nº 06/2026, Processo Administrativo nº 034/2026, cujo objeto é a **PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ**, nos termos do **art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021** e da Cláusula Segunda do instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
2.1. Com fundamento nas disposições da Cláusula Quarta do Contrato nº 58/2026 e nos arts. 111 e 115, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, fica prorrogado o prazo de execução contratual por mais 120 (cento e vinte) dias, observada a formalização do novo prazo final e a correspondente readequação do cronograma físico-financeiro, conforme os registros e as justificativas constantes do processo administrativo.
2.2. A presente prorrogação justifica-se pela ocorrência de fatores que interferiram na sequência executiva originalmente prevista, especialmente a impossibilidade de início dos serviços referentes à Ponte da Farinheira enquanto pendente a liberação da respectiva licença ou autorização ambiental pelo Instituto Água e Terra – IAT, providência cuja tramitação está sendo conduzida pelo Município, bem como pelas dificuldades relacionadas à liberação dos recursos necessários ao pagamento da primeira medição, em razão de documentação pendente perante o Cartório de Registro de Imóveis competente.
2.3. Conforme análise técnica constante dos autos, tais circunstâncias repercutiram no cronograma físico-financeiro da obra, apesar da continuidade dos serviços tecnicamente possíveis, sendo necessária a readequação do prazo para permitir a execução da Ponte da Farinheira após a liberação ambiental e a conclusão das etapas remanescentes do empreendimento, observados os projetos, as especificações técnicas e os padrões de qualidade e segurança previstos no contrato.
2.4. A prorrogação ora formalizada possui natureza temporal, não implicando alteração do objeto contratado nem, por si só, acréscimo do valor contratual, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 58/2026 que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
2.5. A CONTRATADA deverá apresentar cronograma físico-financeiro reprogramado e manter atualizado o Diário de Obras, cabendo à fiscalização e à gestão contratual acompanhar a execução dos serviços remanescentes e registrar as providências adotadas para a superação dos impedimentos identificados.
CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLAÚSULA QUARTA – DO FORO
4.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Sapopema/PR, 15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:EA6E8BB0

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 166/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 166/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 166/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA/PR E A EMPRESA I.P. CURSOS PROFISSIONALIZANTES - LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Os signatários deste instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE SAPOPEMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no

CNPJ sob o nº. 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de mandato e funções, ***SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR,*** brasileiro, portador da cédula de identidade sob o nº. 4.985.239-8 e CPF sob o nº. 769.681.549-00, residente e domiciliado nesta cidade de Sapopema, Rua: Santana - Centro, com fundamento na Lei Federal nº. 14.133/2021, e suas atualizações, decretos Municipais. Processo Administrativo nº 43/2026, decorrente do processo de Licitação sob a modalidade **Pregão Eletrônico n.º 16/2026**, neste ato denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADO: I.P. CURSOSPROFISSIONALIZANTES - LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Maringá-PR. Rua. Rio São Francisco, 2752, Conjunto Habitacional Paulino Carlos Filho - CEP: 87.043-377. Telefone (44) 9 9900-9240 - E-mail: ipcursostreinamento@hotmail.com . Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 10.917.639/0001-90, neste ato representada pela Srª. Janivete Francisco de Siqueira, brasileira, maior, portadora do CPF: Nº 787.831.199-49, RG: nº 3.633.878-4, residente e domiciliado na cidade de Maringá-PR.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO (art. 92, I e II)

- **Contratação de Empresa Especializada Para Prestação de Serviços de Orientador social para a Secretaria Municipal de Assistência Social,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência. Com as características e quantidades assim especificadas:

Vigência: 20 (vinte) meses

Valor total: 46.330,00 (quarenta e seis mil, trezentos e trinta reais).

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Sapopema, 15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:0D53266D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2026

Processo Administrativo nº 006/2026 • Dispensa de Licitação nº 05/2026
CONTRATANTE: CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI/PR - PRESERV.
CONTRATADA: DM LICITA COMERCIO E ASSESSORIA LTDA - CNPJ: 46.613.430/0001-80.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, de forma parcelada, de toners, destinados ao atendimento das necessidades da PRESERV.

Item	Código	Descrição	Quant.	Unid.	Total
1	460297	Toner compatível HP CF226A (26A)	5	Unid.	R$ 149,95
6	617403	Toner compatível HP W1030XC / 151X	20	Unid.	R$ 839,80

VALOR TOTAL GERAL: R$ 989,75 (novecentos e oitenta e nove reais e setenta e cinco centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Gestão/unidade: 03; Fonte de recursos: 1100 – Taxa de Administração; Elemento de despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

Sarandi/PR, 15 de outubro de 2026.

GILSON RUFINO DE SOUZA
Superintendente
Decreto Municipal nº 859/2026

Publicado por:
Vinicius Ziv Masukawa
Código Identificador:256759E7

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2026

Processo Administrativo nº 006/2026 • Dispensa de Licitação nº 05/2026
CONTRATANTE: CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI/PR - PRESERV.
CONTRATADA: WP DO BRASIL LTDA - CNPJ: 04.483.808/0001-28.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, de forma parcelada, de toners, destinados ao atendimento das necessidades da PRESERV.

Item	Código	Descrição	Quant.	Unid.	Total
2	471029	Toner compatível HP W2020X (Preto)	24	Unid.	R$ 960,00
3	471022	Toner compatível HP W2021X (Ciano)	20	Unid.	R$ 900,00
4	471023	Toner compatível HP W2022X (Amarelo)	17	Unid.	R$ 765,00
5	471021	Toner compatível HP W2023X (Magenta)	17	Unid.	R$ 765,00

VALOR TOTAL GERAL: R$ 3.390,00 (três mil, trezentos e noventa reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Gestão/unidade: 03; Fonte de recursos: 1100 – Taxa de Administração; Elemento de despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

Sarandi/PR, 15 de outubro de 2026.

GILSON RUFINO DE SOUZA
Superintendente
Decreto Municipal nº 859/2026

Publicado por:
Vinicius Ziv Masukawa
Código Identificador:B0F6E574

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2026

Processo Administrativo nº 007/2026 • Dispensa de Licitação nº 06/2026
CONTRATANTE: CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI/PR - PRESERV.
CONTRATADA: AZ ALIMENTOS SAUDAVEIS LTDA - CNPJ: 31.845.784/0001-82.
OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento, de forma parcelada, de gêneros alimentícios, para atender a demanda da PRESERV.

Item	Código	Descrição	Quant.	Unid.	Total
3	236613	Chá mate tostado, a granel (cx 250g)	70	Unid.	R$ 274,40
8	625251	Biscoito amanteigado, sachê (Bauducco)	1.080	Sachê	R$ 432,00
9	605938	Biscoito maisena, sachê (Bauducco)	1.080	Sachê	R$ 507,60

VALOR TOTAL GERAL: R$ 1.214,00 (um mil, duzentos e quatorze reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Gestão/unidade: 03; Fonte de recursos: 1100 – Taxa de Administração; Elemento de despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

Sarandi/PR, 15 de outubro de 2026.

GILSON RUFINO DE SOUZA
Superintendente
Decreto Municipal nº 859/2026

Publicado por:
Vinicius Ziv Masukawa
Código Identificador:BEA98F1D

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2026

Processo Administrativo nº 008/2026 • Dispensa de Licitação nº 07/2026
CONTRATANTE: CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI/PR - PRESERV.
CONTRATADA: S&N TELECOM LTDA - CNPJ: 61.017.986/0001-05.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviço de acesso dedicado à internet com IP fixo para a PRESERV.

Item	Código	Descrição	Métrica	Quant.	Total
1	26484	Link de Internet Dedicado (500 Mbps download/upload) em fibra óptica, com 1 (um) IP fixo público e equipamentos em comodato.	Serviço	12 meses	R$ 9.120,00

VALOR TOTAL GERAL: R$ 9.120,00 (nove mil, cento e vinte reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Gestão/unidade: 03; Unidade Orçamentária: 03.001; Fonte de recursos: 1100 – Taxa de Administração; Elemento de despesa: 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

Sarandi/PR, 15 de outubro de 2026.

GILSON RUFINO DE SOUZA
Superintendente
Decreto Municipal nº 859/2026

Publicado por:
Vinicius Ziv Masukawa
Código Identificador:2A8C9370

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
PORTARIA N° 090/2026

Súmula: Aposenta a servidora *Adriana Pereira Soares* e dá outras providências.

GILSON RUFINO DE SOUZA, Superintendente da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Sarandi – PRESERV, no uso de suas atribuições legais, fulcrando-se especialmente nos ditames **art. 40, §1°, I, da CF/88** (Redação anterior à EC 103/2019) **c/c art. 34, §1°, da LC Municipal n° 264/2011,** cuja eficácia deu-se aos 18/12/2011.
I – Considerando a Tríplice Perícia Médica protocolada junto a esta Autarquia Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ a servidora **ADRIANA PEREIRA SOARES,** inscrita no CPF sob. n° 061.xxx.xxx-93, lotada do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo sob a matrícula nº 6665, com o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais– NIV01.

Art. 2° - A presente Aposentadoria é concedida pela regra prevista no Art. 40, §1°, I, da CF/88 (Redação anterior à EC 103/2019) c/c art. 34, §1°, da LC Municipal n° 264/2011.

Art. 3° - O valor do provento de aposentadoria é de R$ 752,70 (setecentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos), devendo ser complementado a fim de assegurar a percepção do piso mínimo municipal de R$ 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais) sendo que seu reajuste será sem paridade, de acordo com o §8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 4° - A vacância do cargo supracitado dar-se-à quando da eficácia do registro inerente a legalidade do presente ato.

Art. 5° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE

SARANDI, em 15 de outubro de 2026

GILSON RUFINO DE SOUZA
Superintendente do Preserv

Publicado por:
Jeane Gomes Barbosa de Lima
Código Identificador:2500FD2D

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
PORTARIA Nº 134/2026

Concede progressão funcional por merecimento à servidor**a** Sandra da Mata Clemente Duarte**.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe confere, conforme trata o art. 33 da Resolução nº 2, de 31 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Conceder progressão funcional por merecimento à servidora Sandra da Mata Clemente Duarte, Oficial de Serviços Gerais, matrícula nº 127, inscrita no CPF sob nº XXX.126.XXX-XX, GOSG3D27 para o nível referencial GOSG3D28 do quadro de pessoal efetivo, fundamentado na alínea "a" do inciso II do art. 38 da Lei nº 2.869, de 1º de dezembro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 15 dias do mês de outubro de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado Digitalmente]

Publicado por:
Marlon Bif
Código Identificador:A8B21C30

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
PORTARIA Nº 135/2026

Concede progressão funcional por merecimento à servidora Camila de Souza Bueno dos Santos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe confere, conforme trata o art. 33 da Resolução nº 2, de 31 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Conceder progressão funcional por merecimento à servidora Camila de Souza Bueno dos Santos, Recepcionista, matrícula nº 114, inscrita no CPF sob nº XXX.589.XXX-XX, GOSG2D37 para o nível referencial GOSG2D38 do quadro de pessoal efetivo, fundamentado

na alínea "a" do inciso II do art. 38 da Lei nº 2.869, de 1º de dezembro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 15 dias do mês de outubro de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado Digitalmente]

Publicado por:
Marlon Bif
Código Identificador:36295CBE

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
PORTARIA Nº 136/2026

Concede progressão funcional por merecimento ao servidor Lucas Ataliba Rantin de Carvalho.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe confere, conforme trata o art. 33 da Resolução nº 2, de 31 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Conceder progressão funcional por merecimento ao servidor Lucas Ataliba Rantin de Carvalho, Oficial de Serviços Gerais, matrícula nº 128, inscrito no CPF sob nº XXX.711.XXX-XX, GOSG3D33 para o nível referencial GOSG3D34 do quadro de pessoal efetivo, fundamentado na alínea "a" do inciso II do art. 38 da Lei nº 2.869, de 1º de dezembro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 15 dias do mês de outubro de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado digitalmente]

Publicado por:
Marlon Bif
Código Identificador:0D9A537E

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 355/2025 ID: 10560

ORIGEM:	**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0039/2025**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – Pr**
CONTRATADA:	**RJ MARCAL AUDIO TECNOLOGIA LTDA**
CNPJ/CPF:	**10.494.777/0001-03**
OBJETO:	*Registro de preços para serviços de comunicação visual, instalação de películas, adesivos de demarcação de solo extintor, totem tríedro e itens infláveis promocionais, visando atender às necessidades do Município de Sarandi/PR*
ADITIVO	**Cláusula Primeira:** "Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 355/2025, durante o período de 15 de outubro de 2026 e 14 de outubro de 2027, com fundamento na Cláusula Quarta – Vigência da Ata, Formalização da ARP e Cadastro de Reserva do contrato original, que prevê a possibilidade de prorrogação por interesse da Administração, conforme a referida Ata de Registro de Preços."
ASSINATURA	09 de outubro de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:EF9EA089

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO CONTRATO N° 376/2025 - ID:10581 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 9-0001/2025

ORIGEM:	**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 9-0001/2025**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**CONSTRUTORA DEL PLATA LTDA**
CNPJ/CPF:	**81.088.965/0001-80**
OBJETO DA LICITAÇÃO:	**Contratação de empresa especializada para Construção de uma Creche na Rua Dirce André Primo, nº 226 - Jardim São Paulo II - Sarandi/PR, tendo como base o projeto do FNDE - Creche Tipo I (Termo de Compromisso 962719/2024 e Operação 1095491-98)**
OBJETO DO APOSTILAMENTO:	O objeto do presente instrumento é: REGISTRAR o reajuste contratual no percentual de 1,03768810%, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao consumidor, do período de abril de 2025 a março de 2026, conforme estabelecido na cláusula VII – Reajuste, Parágrafo 7.2 do contrato Concorrência Eletrônica nº 9-0001/2025:

Descrição	**Local:**	Rua Dirce André Primo, nº 226 – Jardim São Paulo II – Sarandi/PR
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME PLANILHAS EM ANEXO.	**Área:**	1546 M²
	Prazo para execução:	365 dias
	Total estimado licitado:	R$ 4.759.968,87
	Total estimado Reajustado:	R$ 4.939.363,05

Sarandi, 30 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:8BDCC203

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 2º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 355/2025 ID: 10560

ORIGEM:	**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0039/2025**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – Pr**
CONTRATADA:	**RJ MARCAL AUDIO TECNOLOGIA LTDA**
CNPJ/CPF:	**10.494.777/0001-03**
OBJETO:	*Registro de preços para serviços de comunicação visual, instalação de películas, adesivos de demarcação de solo extintor, totem tríedro e itens infláveis promocionais, visando atender às necessidades do Município de Sarandi/PR*
ADITIVO	**Cláusula Primeira**: "Conforme aditivo de prazo de vigência referente ao período 15 de outubro de 2026 e 14 de outubro de 2027, o valor global será de R$ 34.272,00 (trinta e quatro mil e duzentos e setenta e dois reais), pelo período estipulado, com fulcro na Cláusula II - Dos Preços, Especificações e Quantitativos."
ASSINATURA	**09 de outubro de 2026**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:7F769E33

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1391/2026

SÚMULA: EXONERA VICENTE PAULO DE OLIVEIRA FILHO, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerado **VICENTE PAULO DE OLIVEIRA FILHO,** portador do C.P.F. n.º XXX.748.XXX-44, do cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS, Símbolo CC-3, subordinado ao Gabinete.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1353/2026 de 18 de setembro de 2026, este Decreto entra em vigor com efeito retroativo a 01 de outubro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 09 de outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:B3E440C5

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1392/2026

SÚMULA: EXONERA GABRIEL DE OLIVEIRA SANTIAGO AZEVEDO, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerado **GABRIEL DE OLIVEIRA SANTIAGO AZEVEDO,** portador do C.P.F. n.º XXX.796.XXX-57, do cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR, Símbolo CC-3, subordinado a Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1345/2026 de 16 de setembro de 2026, este Decreto entra em vigor com efeito retroativo a 01 de outubro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 09 de outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:681A94AE

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º1393/2026

SÚMULA: Nomeia VICENTE PAULO DE OLIVEIRA FILHO para o Cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005 de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado **VICENTE PAULO DE OLIVEIRA FILHO**, portador da Cédula de Identidade, RG. n.º X.475.XXXX-0 e inscrito no C.P.F. n.º XXX.748.XXX-44, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR, Símbolo CC-3, subordinado a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 02 de outubro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 09 de Outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:D9687CD7

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º1394/2026

SÚMULA: Nomeia GABRIEL DE OLIVEIRA SANTIAGO AZEVEDO para o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005, de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado **GABRIEL DE OLIVEIRA SANTIAGO AZEVEDO**, portador da Cédula de Identidade, RG. n.º X.376.XXXX-8 e inscrito no C.P.F. n.º XXX.796.XXX-57, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS, Símbolo CC-3, subordinado ao Gabinete.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor com efeito retroativo a 02 de outubro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 09 de outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:627D27D9

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1396/2026

SÚMULA: EXONERA a pedido ALVINA BRAGA PRIMO HERECK, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerada a pedido **ALVINA BRAGA PRIMO HERECK,** portadora do C.P.F. n.º XXX.721.XXX-49, do cargo de Provimento em Comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ENFRETAMENTO A POBREZA, Símbolo CC-2, subordinada a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1068/2026 de 06 de maio de 2026, este Decreto entra em vigor com efeito a partir de 15 de outubro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 15 de outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:AEC24A74

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1397/2026

SÚMULA: EXONERA ADILSON GIACOMASSI, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005 e 441/2023.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerado **ADILSON GIACOMASSI,** portador do C.P.F. n.º XXX.552.XXX-68, do cargo de Provimento em Comissão

de COORDENADOR DE TRANSITO, Símbolo CC-1, subordinado a Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança Pública.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 695/2025 de 08 de outubro de 2025, este Decreto entra em vigor com efeito a partir de 15 de outubro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 15 de outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:F59819D0

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º1398/2026

SÚMULA: Nomeia ADILSON GIACOMASSI para o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE EPIDEMIOLOGIA, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005, de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado **ADILSON GIACOMASSI**, portador da Cédula de Identidade, RG. n.º X.940.XXXX-9 e inscrito no C.P.F. n.º XXX.552.XXX-68, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE EPIDEMIOLOGIA, Símbolo CC-2, subordinado a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito a partir de 16 de outubro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 15 de outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:6A6D6082

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º1399/2026

SÚMULA: Nomeia LUIZ SIDNEI DE MORAIS para o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TURISMO, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005 de 27/05/2005 e 483/2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado **LUIZ SIDNEI DE MORAIS**, portador da Cédula de Identidade, RG. n.º X.675.XXXX-0 e inscrito no C.P.F. n.º XXX.553.XXX-72, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TURISMO, Símbolo CC-2, subordinado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito a partir de 16 de outubro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 15 de outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:CECAFBD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ERRATA DE RESOLUÇÃO CMAS

ERRATA DE RESOLUÇÃO n.º 23/2026

Dispõe sobre aprovação da proposta de reprogramação dos Recursos da Política Municipal de Assistência Social da Proteção Social Básica, alocada no FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal n° 2908/2023 Reunido em Plenária Extraordinário CMAS no dia 06 de Outubro de 2026:

- CONSIDERANDO:

- A Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em atenção a Resolução nº 78, de 17 de maio de 2006, alterada pela Resolução CNAS nº 59, de 17 de junho de 2009, que dispõe sobre o processo de elaboração, análise e aprovação do orçamento da Assistência Social;

- A Política Nacional de Assistência Social 2004 que se refere ao papel do Conselho Municipal de Assistência Social no que tange ao controle e acompanhamento das questões relativas ao financiamento da Política Pública de Assistência Social em âmbito local;
- A Lei Municipal n.º 2908/2023;

- A Apresentação pelo Diretoria da Proteção Social Básica, Priscila de Oliveira Silva, e Deliberação dos Ofícios SAS n.º 524/2026 e 505/2026 da proposta de readequação orçamentária envolvendo dotações do projeto da Proteção Social Básica - 2161 - Manutenção dos Serviços de proteção ao atendimento integral à família - PAIF;

RESOLVE:

Artigo 1º. – Aprovar a reprogramação dos Recursos da Política Municipal de Assistência Social Proteção Social Básica, alocada no FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social, conforme a seguinte tabela:

Anulação:
08.001.08.244.0013.2161. - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF

Fonte	Programática e Projeto Atividade	Descrição	Valor
33934	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	R$ 15.000,00

08.001.08.244.0013.2161. - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF

Fonte	Programática e Projeto Atividade	Descrição	Valor
33934	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	R$ 20.000,00

Suplementação:
08.001.08.244.0013.2161. - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF

Fonte	Programática e Projeto Atividade	Descrição	Valor
33934	3.3.90.14.00.00	Diárias - Pessoa Civil	R$ 15.000,00

ONDE SE LÊ:
08.001.08.244.0013.2161. - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF

Fonte	Programática e Projeto Atividade	Descrição	Valor
33934	3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	R$ 20.000,00

LEIA-SE:
08.001.08.244.0013.2161. - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF

Fonte	Programática e Projeto Atividade	Descrição	Valor

33934	**3.3.90.36.00.00**	**Outros Serviços de Terceiros - PF**	R$ 20.000,00

Artigo 2º. – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi-Pr, 09 de Outubro de 2026.

MARIUZA BUENO F. SANDANO
Presidente do CMAS
2025 a 2027

Publicado por:
Marisa De Almeida
Código Identificador:ADC39A7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20261008_191142

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 30/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
UBH7D52	116100T001455940	30/09/2026	55414

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:CCA102FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20261014_191369

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação deinfração cometida com o veículo de sua propriedade,podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 30/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AGC2322	116100T000604797	03/10/2026	54600
EJT8B34	116100T002968817	06/10/2026	54521
FVJ9J67	284610CND0000949	17/08/2026	50450
QHV6J17	116100T000604799	03/10/2026	53800

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:5F9713C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20261015_191499

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação deinfração cometida com o veículo de sua propriedade,podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 03/12/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
SFN8B80	116100T000893755	07/10/2026	54521

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:7E581363

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NADV_20261014_191450

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 03/12/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AOM4499	284610M000362519	29/07/2026	56732	
ARO0363	284610M000362520	29/07/2026	56732	
BCV6A74	284610M000362522	29/07/2026	56732	02108824658
BEM9I87	284610M000362553	30/07/2026	56732	03674527470
EWP2606	284610M000362582	30/07/2026	56732	08610277670
TAS3G47	284610T000011578	04/08/2026	73400	
TDK8E93	284610M000362639	31/07/2026	56732	08398232578
UBH4C34	284610M000362528	29/07/2026	56732	

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:832C455F

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20261010_191309

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 30/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAA2143	284610M000360070	23/06/2026	60503	R$ 293,47
ALG9654	284610M000360184	25/06/2026	60503	R$ 293,47
AUF0F62	284610M000361650	17/07/2026	60503	R$ 293,47
AUG5H19	284610M000362007	22/07/2026	60503	R$ 293,47
AUO5J53	284610T000009985	19/07/2026	65300	R$ 195,23
AYB8A21	284610T000001060	24/07/2026	51851	R$ 195,23
BAL7810	284610M000361903	20/07/2026	60503	R$ 293,47
BBX8D56	284610M000360310	27/06/2026	60503	R$ 293,47
BCF6E36	284610M000360177	25/06/2026	60503	R$ 293,47
BDM4C59	284610M000360609	01/07/2026	60503	R$ 293,47
FIH0J34	284610M000361632	16/07/2026	60503	R$ 293,47
JZW3G92	284610M000360200	25/06/2026	60503	R$ 293,47
MFI9D67	284610M000361618	16/07/2026	60503	R$ 293,47
RFB5A03	284610M000361692	17/07/2026	60503	R$ 293,47
RFH3A87	284610M000362064	23/07/2026	60503	R$ 293,47
RHF4J95	284610T000009983	11/07/2026	65300	R$ 195,23
SSW1B77	284610M000362054	22/07/2026	60503	R$ 293,47
TBW2I08	284610M000361564	15/07/2026	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:52F011F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20261015_191533

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 04/12/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
RHB7C74	284610M000360391	28/06/2026	56732	R$ 130,16

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:20A9BF5F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 5.224/2026

SÚMULA: Encerra Contrato Determinado – Joyce Dayane da Cruz Paião

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica encerrado o contrato por prazo determinado da Sra. Joyce Dayane da Cruz Paião, inscrita no CPF n.º 111.XXX.499-XX, matrícula 6012165 o qual exercia o cargo Cozinheiro -T, na Secretaria Municipal de Educação, com rescisão antecipada do vinculo contratual.
Art. 2.º:- Este Decreto entra em vigor a partir desta data retroagindo seus efeitos a partir de 14/10/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:09401868

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5220/2026

Súmula: Abre Credito Suplementar no valor de R$ 3.500,00 (Três Mil e Quinhentos Reais), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENGES, ESTADO DO PARANÁ, GERSON NUNES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N.779 DE 16/10/2025.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 3.500,00 (Três Mil e Quinhentos Reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Transferência		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.002	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
04.122.0004.2007	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE RECURSOS HUMANOS	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.500,00
	SUBTOTAL	3.500,00
	TOTAL	3.500,00

Art. 2º. Para acorrer ao crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.002	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
04.122.0004.2007	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE RECURSOS HUMANOS	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
630	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.750,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
670	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.750,00
	SUBTOTAL	3.500,00
	TOTAL	3.500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Sengés, 14/10/2026

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:9715121B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 5222/2026

Regulamenta a Comissão Municipal de Acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização – COMAPA, instituída pela Lei Municipal n.º 836, de 03 de agosto de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.407, de 12 de julho de 2022, que alterou o diploma legal retromencionado para estabelecer o compromisso da educação básica com a formação do leitor e o estímulo à leitura;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispôs sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal n.º 836, de 03 de agosto de 2026 instituiu a Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Município de Sengés e estabeleceu diretrizes para a garantia da alfabetização na idade certa;

CONSIDERANDO que o art. 13, Lei Municipal n.º 836, de 03 de agosto de 2026, criou a Comissão Municipal de Acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização – COMAPA;

CONSIDERANDO que o art. 15, parágrafo único, Lei Municipal n.º 836, de 03 de agosto de 2026, estabeleceu que a COMAPA seria regulamentados por decreto do Poder Executivo.

CONSIDERANDO a Política Municipal de Alfabetização do Município de Sengés;

D E C R E T A

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A Comissão Municipal de Acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização – COMAPA tem caráter de órgão consultivo, propositivo, articulador e de acompanhamento, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de acompanhar, monitorar, avaliar e fortalecer a implementação da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Sengés.

Art. 2º. A Comissão será composta pelos seguintes representantes:
I – Secretário(a) Municipal de Educação, que a presidirá;
II – Coordenador(a) Pedagógico(a) Geral da Secretaria Municipal de Educação;
III – Articulador(a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (RENALFA);
IV – 02 (dois) representantes da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação;
V – 01 (um) Coordenador(a) da Educação Infantil;
VI – 01 (um) Coordenador(a) da Educação Especial;
VII – 02 (dois) Diretores Escolares da rede Municipal de ensino;
VIII – 02 (dois) Técnicos Pedagógicos das unidades escolares;
IX – 02 (dois) Professores Alfabetizadores, preferencialmente atuantes no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
X – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação.
XI – 01 (um) representante do Conselho do FUNDEB;
§1º. Os membros titulares e respectivos suplentes serão designados por Decreto do Chefe do Poder Executivo.
§2º. A participação na Comissão será considerada serviço público relevante, não remunerado.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO

Art. 3º. Compete à Comissão Municipal de Acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – monitorar a execução das ações previstas na Política Municipal de Alfabetização;
III – acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas;
IV – monitorar os indicadores de alfabetização;
V – analisar os resultados das avaliações;
VI – propor estratégias de melhoria;
VII – acompanhar as ações de recomposição das aprendizagens;
VIII – apoiar o fortalecimento das práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas;
IX – contribuir para o planejamento das formações continuadas;
X – incentivar a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
XI – emitir recomendações técnicas;
XII – elaborar pareceres e relatórios;
XIII – colaborar na revisão periódica da Política Municipal.

CAPÍTULO III
DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º. As reuniões da Comissão serão:
I – ordinariamente, uma vez por trimestre;
II – extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente ou por solicitação da maioria absoluta de seus membros.
§ 1º. As reuniões serão registradas em ata.
§ 2º. As deliberações serão aprovadas por maioria simples dos membros presentes.
§ 3º. Poderão ser convidados especialistas, representantes de instituições parceiras ou outros profissionais para participar das reuniões, sem direito a voto, sempre que a pauta exigir conhecimento técnico específico.
§4º. O quórum mínimo para realização das reuniões será de maioria absoluta dos membros.
§5º. As reuniões poderão ocorrer de forma presencial ou virtual, conforme deliberação da Presidência.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º. Os membros exercerão suas funções na Comissão enquanto permanecerem no cargo ou função que motivou sua indicação, devendo a alteração ser formalizada mediante novo Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as disposições da Política Municipal de Alfabetização e da legislação vigente.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:36771E7B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 5225/2026

SÚMULA. DISPÕE SOBRE A COMEMORAÇÃO DO DIA DO SERVIDOR PUBLICO NO EXERCICIO DE 2.026.

CONSIDERANDO que no dia 28 de outubro se comemora o Dia do Servidor Público.
CONSIDERANDO que neste ano, o dia 28 de outubro será Quarta-Feira;
CONSIDERANDO o feriado nacional do Dia de Finados, em 2 de novembro;
CONSIDERANDO a necessidade de otimizar a prestação dos serviços públicos e funcionamento das repartições municipais.
O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
DECRETA
Art. 1º. O ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público será comemorado em 30, de outubro de 2.026.
§1º. Serão mantidos os serviços essenciais como os de Saúde e Coleta de Lixo, conforme organização e definição direta pelo Secretário da respectiva Pasta.
§2º. O disposto no caput deste artigo se aplica exclusivamente para o exercício de 2.026.
Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 15de outubro de 2.026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:7455505F

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AUTÓGRAFO DE LEI Nº 851/2026

Súmula: ALTERA A DENOMINAÇÃO DA RUA SANTOS DUMONT PARA RUA VEREADOR BASÍLIO BEREZOV, NO MUNICÍPIO DE SENGÉS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica alterada a denominação da atual via pública, denominada "**Rua Santos Dumont"**, localizada no Bairro Centro - Município de Sengés, Estado do Paraná, que passará a denominar-se "**Rua Vereador Basílio Berezov"**.

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal, por meio dos órgãos competentes, providenciará a atualização da denominação da via pública nos cadastros municipais, mapas, sistemas de endereçamento, placas de identificação e demais registros administrativos pertinentes.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a comunicar a alteração da denominação da via aos órgãos e entidades competentes, inclusive aos serviços de correios, concessionárias de serviços públicos, órgãos de trânsito e demais instituições que necessitem atualizar seus registros.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

(Esta Lei foi Decretada pela Câmara Municipal de Sengés, em Sessão Extraordinária realizada em data de 15-10-2026, conferindo com o original que consta no Livro de Registro de Leis deste Legislativo).

Sala das Sessões, em 15 de Outubro de 2026.

ANÁRIO ALVES FILHO -
Presidente

MARIANE LUPINACCI -
1ª Secretária

Publicado por:
Luciane Aparecida Vieira
Código Identificador:090D1AFC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

(Processo Licitatório n.º **078/2026**)

OBJETO: O objeto da presente licitação é a REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual compra de uniformes para servidores, uniformes escolares, uniformes para projetos assistenciais, camisetas para campanhas e Uniformes e Acessórios para a Guarda Municipal conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VENCEDORES:
ALS UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA (43496899000198) com os lotes: 3, 4 e 26 no valor total de R$ 9.750,61 (nove mil, setecentos e cinqüenta reais e sessenta e hum centavos).
AZO PRODUTOS LTDA (41591664000150) com o lote: 29 no valor total de R$ 4.005,00 (quatro mil e cinco reais).
N. FARIAS CONFECCOES LTDA (64336743000110) com o lote: 002 no valor total de R$ 4.098,24 (quatro mil, noventa e oito reais e vinte e quatro centavos).
A L DA SILVA CONFECCOES (36424884000159) com os lotes: 21 e 25 no valor total de R$ 3.655,00 (três mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 15/10/2026

Sengés, 15 de outubro de 2026.

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:5967DB8F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Câmara Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, representada pelo Presidente da Mesa Diretora, Thiago Totti Lopes, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA toda a população para participar da Audiência Pública a ser realizada no dia 19 de outubro de 2026, às 17h30, na sede da Câmara Municipal, localizada na Rua Senador Souza Naves, nº 504, Centro, Sertanópolis/PR.

A audiência tem por finalidade a apresentação, discussão e apreciação, junto à sociedade civil, do seguinte projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo:

· Projeto de Lei nº 028/2026 – Estima a receita e fixa a despesa do Município de Sertanópolis para o exercício de 2027 – Lei Orçamentária Anual (LOA 2027).

A realização da audiência pública atende ao disposto no artigo 142 da Lei Orgânica Municipal, no artigo 176, § 1º, do Regimento Interno da Câmara Municipal e no artigo 48, § 1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

A participação da comunidade é essencial para garantir a transparência, o controle social e o fortalecimento da gestão democrática. Participe e exerça seu papel de cidadão!

Sertanópolis/PR, 15 de outubro de 2026.

THIAGO TOTTI LOPES
Presidente da Câmara Municipal de Sertanópolis

PAULO DA SILVA PEREIRA
Presidente da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e Fiscalização

Publicado por:
Silvio Aparecido de Andrade
Código Identificador:AA552F0F

CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 004/2026 LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Rua Senador Souza Naves, nº 504; inscrita no CNPJ/MF nº 78.318.169/0001-81, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Sertanópolis, O Sr. **THIAGO TOTTI LOPES**.

CONTRATADO(S): GUGUI DISTRIBUIDORA LTDA
C A HIGUCHI COMÉRCIO DE GÁS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA CONSUMO EM ATENDIMENTO AO PODER LEGISLATIVO.

VALOR: R$ 3.746,00 (TRÊS MIL, SETECENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis-PR, 15 de outubro de 2026.

THIAGO TOTTI LOPES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Silvio Aparecido de Andrade
Código Identificador:70EF4D84

CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
PARECER PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

PARECER PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei nº 028/2026
Iniciativa: Poder Executivo Municipal
Súmula: Estima a Receita e fixa o limite das Despesas do Município de Sertanópolis para o exercício financeiro de 2027.

I – RELATÓRIO
Trata-se de análise prévia de admissibilidade do Projeto de Lei nº 028/2026, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que estima a receita e fixa o limite das despesas do Município de Sertanópolis para o exercício financeiro de 2027.
A proposição foi encaminhada a esta Comissão para análise preliminar, considerando o disposto no Parecer Jurídico nº 38/2026 e no art. 176, § 1º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Sertanópolis.
II – DA ANÁLISE DE ADMISSIBILIDADE
Após exame dos aspectos formais e da iniciativa do Projeto de Lei nº 028/2026, esta Comissão constata que a proposição atende aos requisitos legais e regimentais para sua tramitação, observando os princípios estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – e a compatibilidade com o Plano Plurianual vigente.
A Lei Orçamentária Anual constitui instrumento essencial de planejamento e execução das finanças públicas municipais, devendo observar as disposições constitucionais, a legislação fiscal, a Lei Orgânica Municipal e as normas regimentais aplicáveis.
Quanto à iniciativa, verifica-se que a proposição foi apresentada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, autoridade competente para encaminhar o projeto de lei orçamentária, não sendo identificados, nesta análise preliminar, impedimentos formais ao prosseguimento de sua tramitação.

Dessa forma, não se identificam óbices à admissibilidade do projeto nesta fase, razão pela qual esta Comissão se manifesta favoravelmente ao seu recebimento e ao regular prosseguimento da tramitação legislativa.
Ressalta-se, contudo, a necessidade de observância dos princípios da publicidade, transparência e participação popular, mediante a realização das audiências e consultas públicas legalmente exigidas, conforme estabelece o art. 48, § 1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.
Na forma do § 1º do art. 176 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Sertanópolis, após a emissão e publicação do parecer prévio de admissibilidade, caberá a esta Comissão promover as audiências e consultas públicas pertinentes, com vistas a garantir a transparência e a participação da sociedade no processo de discussão da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2027.
A data e o horário das audiências e consultas públicas serão oportunamente definidos e divulgados por meio do Diário Oficial da Câmara Municipal e do site oficial desta Casa Legislativa.
Concluída essa etapa, o projeto deverá seguir o procedimento regimental pertinente, permanecendo por três sessões ordinárias para o recebimento de emendas, antes de seu regular prosseguimento na tramitação legislativa.
Registra-se que o presente parecer se limita à admissibilidade da proposição, não abrangendo a análise definitiva do mérito orçamentário, da adequação dos valores estimados ou da distribuição das despesas, matérias que poderão ser examinadas oportunamente no curso da tramitação.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e Fiscalização manifesta-se **FAVORAVELMENTE À ADMISSIBILIDADE** do Projeto de Lei nº 028/2026, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que estima a receita e fixa o limite das despesas do Município de Sertanópolis para o exercício financeiro de 2027.
Assim, não havendo óbices formais identificados nesta fase, a Comissão recebe o referido projeto e autoriza o prosseguimento de sua tramitação legislativa, observadas as etapas regimentais aplicáveis, especialmente a realização das audiências e consultas públicas legalmente exigidas e a abertura do prazo para apresentação de emendas.
É o parecer.

Sertanópolis/PR, 15 de outubro de 2026.

CARLOS ROBERTO MARZOLLA
Presidente

PAULO DA SILVA PEREIRA
Relator

REGINALDO APARECIDO TORRES
Membro

Publicado por:
Silvio Aparecido de Andrade
Código Identificador:57B35E22

CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
PAUTA DA ORDEM DO DIA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 19/10/2026

Pauta da Ordem do Dia da Sessão Plenária de 19/10/2026 - Sala das Sessões, às 19h00
Assunto: Comunicação da Ordem do Dia

Senhor(a) Vereador(a),

Comunicamos a Vossa Senhoria a Ordem do Dia da Sessão Plenária que será realizada em 19 de outubro de 2026, às 19h, para apreciação e votação da seguinte proposição:

Projeto de Lei do Executivo nº 026/2026 - Altera a Lei 2.029/2012 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sertanópolis, Estado do Paraná".
Autoria: Executivo Municipal

Emenda Modificativa nº 002/2026 - Modifica a Súmula do Projeto de Lei nº 004/2026 e dá outras providências.
Autoria: Comissão de Legislação, Justiça e Redação
Projeto de Lei nº 004/2026 - Dispõe sobre a inclusão do Código de Endereçamento Postal (CEP) da respectiva rua ou logradouro nas faturas mês de consumo de água e esgoto emitidas no Município de Sertanópolis-Pr, e dá outras providências.
Autoria: Vereadores Glauco Rogério Ghisleri, Anderson Reis Rodrigues e Marco Aurélio de Oliveira Biazotto
Projeto de Lei nº 006/2026 - Dispõe sobre a criação da Carteira Municipal de Identificação da Pessoa com Condição de Saúde Crônica Não Imediatamente Perceptível no Município de Sertanópolis e da outras providências.
Autoria: Vereadores Thiago Totti Lopes, Carlos Alberto Aparecido Torres, Carlos Roberto Marzolla, Luiz Carlos Aparecido Miquelassi, Paulo da Silva Pereira e Reginaldo Aparecido Torres

Sertanópolis-Pr, 15 de outubro de 2026

Atenciosamente,

THIAGO TOTTI LOPES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Silvio Aparecido de Andrade
Código Identificador:91A42E65

CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS, representada pelo Presidente THIAGO TOTTI LOPES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela procuradoria jurídica, resolve:

01 – HOMOLOGAR/ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº	004/2026
b) Licitação Nrº	004/2026
c) Modalidade	DISPENSA
d) Data Adjudicação	15/10/2026
e) Objeto da Licitação	Aquisição de água mineral para consumo em atendimento ao Poder Legislativo.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: GUGUI DISTRIBUIDORA LTDA.
CNPJ/CPF: 60.549.107/0001-15

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VLR UNITÁRIO	VLR TOTAL
LOTE 1 - ÁGUA MINERAL GARRAFA				
1	ÁGUA MINERAL COM GÁS 500ML	1200	R$ 1,25	R$ 1.500,00
2	ÁGUA MINERAL SEM GÁS 500ML	1200	R$ 1,08	R$ 1.296,00
TOTAL LOTE			***R$ 2.796,00***	

Fornecedor: C A HIGUCHI COMÉRCIO DE GÁS
CNPJ/CPF: 46.236.449/0001-54

LOTE 2 - ÁGUA MINERAL GALÃO				
3	ÁGUA MINERAL GALÃO 20 LTS	60	R$ 15,00	R$ 900,00
4	VAZILHAME GALÃO 20LTS PARA ÁGUA MINERAL (NOVO)	2	R$ 25,00	R$ 50,00
TOTAL LOTE			***R$ 950,00***	

Valor Total Homologado- R$ 3.746,00 (três mil, setecentos e quarenta e seis reais).

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

Sertanópolis-PR, 15 de outubro de 2026.

THIAGO TOTTI LOPES
Presidente Câmara Municipal

Publicado por:
Silvio Aparecido de Andrade
Código Identificador:BAA133E1

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 223-2026

EXTRATO DA ATA Nº 223/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 223/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: M. MARCON MENEGHEL ULBRICH & CIA LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS DE CASTRAÇÃO CIRÚRGICA (OVARIOSSALPINGOHISTERECTOMIA E ORQUIECTOMIA) DE CÃES E GATOS, DESTINADOS AOS ANIMAIS RESGATADOS PELO CANIL MUNICIPAL E DE TUTORES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 15 DE OUTUBRO DE 2026.
TÉRMINO: 15 DE OUTUBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 311/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026, ID. 85240.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 15 DE OUTUBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 189.100,00 (CENTO E OITENTA E NOVE MIL E CEM REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:A1A7376D

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 261/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 261/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: RICARDO MESSIAS MARQUES.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO E REFORMA DOS BANHEIROS DO PRÉDIO DO PELOTÃO DA POLÍCIA MILITAR DE SERTANÓPOLIS.
VALOR: R$7.500,00(SETE MIL E QUINHENTOS REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 15 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:A596E01F

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 262/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 262/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: MAFRE SEGUROS GERAIS S.A.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR PARA O VEÍCULO DOBLÔ USADO PELO CANIL MUNICIPAL.
VALOR: R$2.225,45(DOIS MIL, DUZENTOS E VINTE E CINCO REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 15 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:81D397D5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
PORTARIA Nº.122/2026

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, Senhor Gilberto João Rossi, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a Lei Orgânica do Município, e ainda Artigo 174 § 1º da Lei Municipal 1.139/2023, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Sulina,

Resolve:

Artigo 1º - Cancelar a partir 01/10/2026, o Afastamento sem remuneração, da Servidora Pública Municipal Senhora **RUBIA LUZIA MOMOLI,** Matrícula Funcional nº 6734/1, ocupante do Cargo efetivo de Professora.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 011/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 15/10/2026.

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:24B79F9D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
PORTARIA Nº 123/2026

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Orgânica do Município, e, Artigo 123 da Lei Municipal 1.139/2023 de 27/09/2023,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder Licença Maternidade, de 180 dias, à Servidora Pública Municipal, Sra. **RUBIA LUZIA MOMOLI,** Matrícula Funcional 6734/1, ocupante do Cargo de Professor, compreendendo o período de 02/10/2026 a 30/03/2027.

Artigo 2º - A remuneração da licença a que se refere o Artigo anterior será da seguinte forma: 120 (cento e vinte) dias pelo Regime Geral da

Previdência Social, e 60 (sessenta) dias consecutivos, com remuneração integral pago pelo poder executivo Municipal conforme Art. 125 da Lei Municipal nº 1.139/2023 de 29/09/2023.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Em 15/10/2026

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:C433BAFB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
PORTARIA Nº.124/2026

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, Senhor Gilberto João Rossi, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a Lei Orgânica do Município, e ainda Artigo 174 § 1º da Lei Municipal 1.139/2023, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Sulina,

Resolve:

Artigo 1º - **Cancelar** a partir 01/10/2026, o Afastamento sem remuneração, do Servidor Público Municipal Senhor **OSCAR VICENTE BORTH,** Matrícula Funcional nº 7412/1, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 108/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 15/10/2026.

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:3DBE1EC0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
PORTARIA Nº. 125/2026

Gilberto João Rossi, Prefeito do Município de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Orgânica do Município, e ainda Artigo 59 da Lei Municipal 1.142/2023, que dispõe sobre o Plano de cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Municipais de Sulina,

Resolve:

Artigo 1º - Por necessidade dos serviços fica concedida ampliação da carga horária para a Professora efetiva conforme abaixo relacionada:

Matrícula Funcional	Nome dos Servidores	Horas Ampliadas	Data de Validade
9598/1	Daiana Willenborg	06	01/10/2026

Parágrafo Único - As horas ampliadas conforme "caput" são para suprir a demanda de profissionais nas instituições escolares do Município.

Artigo 2º - **REVOGAR,** a partir de 30/09/2026, a Ampliação de Carga Horária da Servidora Municipal a seguir relacionada, e autorizar o pagamento das verbas rescisórias na folha competência 10/2026:

Matrícula	Nome do Servidor	Portaria revogada
9601/1	Fernanda Ritter Dzivielevski	043/2026

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 15/10/2026

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:8C64CC6C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
PORTARIA N.º 47, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre o desligamento de ex-servidora da Câmara Municipal de Teixeira Soares em decorrência de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO a Portaria n.º 25, de 31 de março de 2026, emitida por esta Câmara Municipal em decorrência da concessão de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição concedida pelo Fundo Financeiro Municipal a ex-servidora Débora Maria Serenato,

RESOLVE:

Art. 1.º Fica desligada do serviço público municipal, a contar de 31 de março de 2026, em virtude de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, a ex-servidora DÉBORA MARIA SERENATO, que até então ocupava cargo do Quadro Próprio de Pessoal da Câmara Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná.
Art. 2.º Em decorrência do desligamento de que trata o art. 1º, declara-se a vacância do cargo de Secretário Executivo, pertencente ao Quadro Próprio de Pessoal da Câmara Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná.
Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de março de 2026.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

INÊS APARECIDA FERREIRA

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:2328037B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 51/2026

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 51/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO N° 11/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA PARA A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEIXEIRA SOARES/PR.

CREDENCIADA: DANYELA BRAGANHOL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 47.476.467/0001-76, estabelecida à Rua Nossa Senhora das Dores, no 80, baino, Canisianas, Município lrali - PR.

Valor Mensal do Credenciamento: R$5.196,40 (cinco mil e cento e noventa e seis reais e quarenta centavos).
Valor Total do Credenciamento: R$62.356,80 (Sessenta e dois mil e trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 14/10/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:87352898

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°160/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°160/2025.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO.
OBJETO DO CONTRATO: EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE RETIRADA E
APLICAÇÃO DE PELÍCULA DE PROTEÇÃO SOLAR (INSULFILME).
CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares/PR.
CONTRATADA: DOUGLAS COSTA, inscrita no CNPJ Nº 17.414.285/0001-57, com sede na Rua Horácio Nunes, s/n– Centro - CEP: 84530-000, na Cidade de Teixeira Soares, Estado do Paraná.
CLÁUSULA EDITADA: O Presente Termo de Aditivo, de acordo com o Artigo Nº 107, da Lei Nº14.133/2021, tem por objeto, PRORROGAR o Contrato Inicial de Contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE RETIRADA E APLICAÇÃO DE PELÍCULA DE PROTEÇÃO SOLAR (INSULFILME), conforme termo de referência anexo a), conforme Dispensa de Licitação 43/2025 e anexos, até o dia 03 de setembro de 2027, obedecendo a destinação vinculada ao processo licitatório. O valor a ser pago para a empresa fica reajustado conforme Indice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE acumulado nos últimos 12 (doze) meses, sendo assim, o valor dos materiais terá um reajuste de aproximadamente 4,29%(quatro virgula vinte e nove por cento), ficando acrescido ao valor original do contrato R$710,43(setecentos e dez reais e quarenta e três centavos) onde a contratada se compromete a entregar os serviços relacionados ao contrato nº 160/2025, condicionado a requisição de compra e nota de empenho conforme edital de licitação Dispensa nº.43/2025.

Teixeira Soares-PR, 02 de setembro de 2026.
.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:7E6E0F84

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 167/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 167/2025

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO
LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 08/2025
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada nos serviços de pavimentação em C.B.U.Q, com o fornecimento dos materiais, no trecho denominado Estrada da Gruta, com área de pavimento de 21.000,00m², com recursos do Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística – Modal Rodoviário, Governo do Estado do Paraná e Município de Teixeira Soares
CONTRATADA: CONSTRUTORA TANGARA LTDA, inscrita no CNPJ 04.345.893/0001-68, com sede em Av. Arlete Richa, N° 60, Engenheiro Gutierrez, CEP: 84.500-000, na Cidade de Irati, no Estado do Paraná
CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares/PR.
CLÁUSULA EDITADA: O presente Termo Aditivo, de acordo com o Artigo nº107, da Lei Federal nº.14.113/2021 tem por objeto PRORROGAR o contrato inicial de Obras e Instalações que tem como objeto a Contratação de empresa especializada nos serviços de pavimentação em C.B.U.Q, com o fornecimento dos materiais, no trecho denominado Estrada da Gruta, com área de pavimento de 21.000,00m², com recursos do Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística – Modal Rodoviário, Governo do Estado do Paraná e Município de Teixeira Soares, conforme edital de Concorrência Eletrônica nº.08/2025 e anexos, fica a execução até o dia 08 de novembro de 2026 e a vigência até o dia 12 de janeiro de 2027, a contar a partir da assinatura deste, obedecendo a destinação vinculada ao processo.

Teixeira Soares-PR, 15 de outubro de 2026

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:F0A88BB0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°178/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°178/2025.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90031/2025.
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO E EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE ELETRICISTA, EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO E SERVIÇOS DE PODA DE ÁRVORES COM CAMINHÃO MUNCK EQUIPADO COM CESTO AÉREO
CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares/PR.
CONTRATADA: GRANEMANN E IASIAK LTDA, inscrita no CNPJ Nº 27.843.431/0001-76 com sede em Rua Dr. Alberto Gonçalves, n° 1240, Rocio I, CEP: 84.130-000, na Cidade de Palmeira, Estado Paraná.
CLÁUSULA EDITADA: O Presente Termo de Prorrogação, de acordo com os Artigos nº. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, tem por objeto, PRORROGAR o Contrato Inicial para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE ELETRICISTA, EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO E SERVIÇOS DE PODA DE ÁRVORES COM CAMINHÃO MUNCK EQUIPADO COM CESTO AÉREO, conforme Termo de Referência anexo I., conforme Pregão Eletrônico nº 90031/2025 e anexos até o dia 06 de outubro de 2027, a contar a partir da assinatura deste, obedecendo à destinação vinculada ao Processo Licitatório.

Teixeira Soares-PR, 05 de outubro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:D847747A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°181/2025.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO.
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS CLÍNICOS E CIRÚRGICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE CÃES E GATOS, SOB RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS DE TEIXEIRA SOARES/PR,
CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares/PR.
CONTRATADA: CLINICA VETERINARIA AGRO VET IRATI LTDA, inscrita no CNPJ Nº 14.670.007/0001-25, com sede Rua XV de Novembro, n° 901, Centro, CEP: 84.500-000, na Cidade de Irati, Estado do Paraná
CLÁUSULA EDITADA: O Presente Termo de Aditivo, de acordo com o Artigo Nº 107, da Lei Nº 14.133/2021, tem por objeto, PRORROGAR o Contrato Inicial de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS CLÍNICOS E CIRÚRGICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE CÃES E GATOS, SOB RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS DE TEIXEIRA SOARES/PR, conforme termo de referência anexo a), conforme Dispensa de Licitação 59/2025 e anexos, até o dia 15 de outubro de 2027, obedecendo a destinação vinculada ao processo licitatório. O valor a ser pago para a empresa fica reajustado conforme Indice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE acumulado nos últimos 12 (doze) meses, sendo assim, o valor dos materiais terá um reajuste de aproximadamente 4,29%(quatro virgula vinte e nove por cento), ficando acrescido ao valor original do contrato R$2.167,51(dois mil cento e sessenta e sete reais e cinquenta e um centavos) onde a contratada se compromete a entregar os produtos relacionados ao contrato nº 181/2025, condicionado a requisição de compra e nota de empenho conforme edital de licitação Dispensa nº.59/2025.

Teixeira Soares-PR, 14 de outubro de 2026.
.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:865BAAA9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 217/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 217/2025.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO
LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 10/2025
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada nos serviços de pavimentação em C.B.U.Q, com o fornecimento dos materiais, nas ruas: Eugênio Giehl e Bonifácio Francisco Ferraz, com área de pavimento de 11.232,78 m². - Lote 1, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 10/2025
CONTRATADA: CONSTRUTORA TANGARA LTDA, CNPJ 04.345.893/0001-68, localizada Rua São Jorge, nº.140, sala 05, Bairro Riozinho, CEP: 84.505.656, na Cidade de Irati, Estado do Paraná,
CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares/PR.
CLÁUSULA EDITADA: O presente Termo Aditivo**,** de acordo com o Artigo nº111, da Lei Federal nº.14,113/2021 tem por objeto **PRORROGAR** o contrato inicial de Contratação de empresa especializada nos serviços de pavimentação em C.B.U.Q, com o fornecimento dos materiais, nas ruas: Eugênio Giehl e Bonifácio Francisco Ferraz, com área de pavimento de 11.232,78 m². - Lote 1, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 10/2025, e anexos, fica a execução até o dia 29 de janeiro de 2027, a contar a partir da assinatura deste, obedecendo a destinação vinculada ao processo.

Teixeira Soares-PR, 13 de outubro de 2026

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:5F059A6C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 122/2024.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 122/2024.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA.
LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE N° 16/2024.
OBJETO DO CONTRATO: SERVIÇO ORIENTADOR/EDUCADOR SOCIAL COM FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES - SCFV.
CONTRATADA: SUELEN JUCELI DOS SANTOS MARTINS, pessoa JURÍDICA, inscrita no CNPJ 53.086.100/0001-49 situada na Rua Vereador Teófilo Dessanoski, n.º 186, Bairro Vila Nova, Cidade Teixeira Soares, Estado Paraná.
CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares/PR.
CLÁUSULA EDITADA: O Presente Termo de Prorrogação, de acordo com o Artigo Nº 107, da Lei Nº 14.133/21, tem por objeto, PRORROGAR o Contrato Inicial de Prestação de Serviços que tem como objeto SERVIÇO ORIENTADOR/EDUCADOR SOCIAL COM FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES – SCFV, PARA A SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL de TEIXEIRA SOARES/PR, conforme Termo de Referência, conforme Edital de INEXIGIBILIDADE N° 16/2024 e anexos, fica prorrogado até o dia 04 de dezembro de 2026, a contar a partir da assinatura deste, obedecendo à destinação vinculada ao Processo de inexigibilidade.

Teixeira Soares, 02 de outubro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:66E147C3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 171/2023.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 171/2023.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DE PREÇOS
LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE N° 18/2023.
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRICIONISTA, para a Secretaria Municipal de Educação de Teixeira Soares/PR.

CONTRATADA: PRUDENTE GESTÃO EM SAÚDE S/S LTDA – ME, inscrita no CNPJ Nº 31.793.074/0001-56, com sede em Rua Duque de Caxias, Nº 22, Centro, na Cidade de Irati, Estado do Paraná.
CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares
CLÁUSULA EDITADA: O Presente Termo de Prorrogação, de acordo com o Artigo Nº 65, da Lei Nº 8.666/93, tem por objeto, PRORROGAR e REAJUSTAR o Contrato Inicial para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRICIONISTA, para a Secretaria Municipal de Educação de Teixeira Soares/PR, conforme Termo de Referência – Anexo III do Chamamento nº 11/2023, conforme INEXIGIBILIDADE N° 18/2023 e anexos, até o dia 01 de janeiro de 2027, a contar a partir da assinatura deste, obedecendo à destinação vinculada ao Processo Licitatório. O valor mensal fica reajustado conforme Indice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE acumulado nos últimos 12 (doze) meses, sendo assim os serviços terão um reajuste de aproximadamente 4,83% (quatro virgula oitenta e três por cento) passando o valor mensal para R$2.580,94(dois mil quinhentos e oitenta reais e noventa e quatro centavos). Ficando acrescido ao valor do contrato um total de R$7.742,82(sete mil setecentos e quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos), para a prestação dos serviços para os próximos 3 (três) meses.

Teixeira Soares, 01 de outubro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:791816B4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 180/2024.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 180/2024.
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
LICITAÇÃO: PREGÃO 90023/2024
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Monitor de Ônibus Escola
CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares/PR.
CONTRATADA: SUL BRASIL SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.755.805/0001-46. Localizada na Rua Mauro de Oliveira Cavalin, n° 225 no Bairro São Sebastião, União da Vitória – PR.
CLÁUSULA EDITADA: O Presente Termo de Prorrogação, de acordo com o Artigo nº 107, da Lei Federal nº 14.133/2021, tem por objeto, PRORROGAR o Contrato Inicial para Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Monitor de Ônibus Escolar, conforme Termo de Referência Anexo I do Edital do Pregão 90023/2024 e anexos, para estabelecer que seu vencimento fica prorrogado até 18 de dezembro de 2026, a contar a partir da assinatura desde, obedecendo a destinação vinculada ao Processo Licitatório.

Teixeira Soares, 03 de outubro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:49A48CBD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 189/2025

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 189/2025

ADITIVO DE VALOR
LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº12/2025
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para execução da construção do Centro de Convivência da Pessoa Idosa, no Município de Teixeira Soares/PR, incluindo serviços preliminares, movimentação de terra, fundações, estrutura em concreto armado, alvenaria, cobertura, revestimentos, instalações elétricas, hidrossanitárias e de prevenção contra incêndio, esquadrias, pisos, pintura, paisagismo, urbanização do entorno, em como a execução de todas as demais etapas e serviços necessários ao completo funcionamento da edificação,
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Teixeira Soares/PR.
CONTRATADA: Ponta Fina Comercio e Licitações Ltda, inscrita no CNPJ 00.634.770/0001-96, com sede em Rua Jaime Pinto Rosas, 180 Jardim Carvalho- Ponta Grossa/Pr CEP: 84015-600
CLÁUSULA EDITADA: O Presente Termo Aditivo, de acordo com os Artigo Nº 124 e 125, da Lei Federal Nº 14.133/2021, tem por objeto ADITIVAR o contrato inicial de Obras e Instalações, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para execução da construção do Centro de Convivência da Pessoa Idosa, no Município de Teixeira Soares/PR, incluindo serviços preliminares, movimentação de terra, fundações, estrutura em concreto armado, alvenaria, cobertura, revestimentos, instalações elétricas, hidrossanitárias e de prevenção contra incêndio, esquadrias, pisos, pintura, paisagismo, urbanização do entorno, em como a execução de todas as demais etapas e serviços necessários ao completo funcionamento da edificação, conforme edital de Concorrência Eletrônica nº.12/2025. O valor original do contrato passa a ter um acréscimo de aproximadamente 8,04% (oito virgula zero quatro porcento) o valor total do aditivo é de R$104.480,55 (cento e quatro mil quatrocentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos), conforme planilha apresentada pelo setor de Engenharia, a contar a partir da assinatura desde, obedecendo à destinação vinculada ao Processo Licitatório.

Teixeira Soares-PR, 21 de setembro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:7359664D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90050/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90050/2026
O Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, comunica que fará realizar a licitação em epígrafe, conforme abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição de medicamentos com o objetivo de atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Teixeira Soares.

DATA: 03/11/2026. **HORA:** 09:10 Horas.

LOCAL: www.compras.gov.br "**Acesso Identificado**".

COMPRAS.GOV.BR: PREGÃO ELETRÔNICO 987913 – 17/2026

OBS: O EDITAL encontra-se disponível no site **www.compras.gov.br** também no www.teixeirasoares.pr.gov.br. Portal de transparência através de link de acesso e no PNCP. Na impossibilidade de obtenção por esse meio, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (0**42) 3460 -1155, no horário das 9:00 ás 11:30 horas, 13:30 às 17:00 horas, ou pelo e-mail: licitacaoecompras@teixeirasoares.pr.gov.br.

Teixeira Soares, 16 de outubro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:1AA3542A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90051/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90051/2026
O Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, comunica que fará realizar a licitação em epígrafe, conforme abaixo:

OBJETO: Aquisição de fogões industriais, bebedouros industriais, freezers horizontais, e climatizador de ar portátil destinados ao atendimento das demandas das escolas da Rede Municipal de Ensino de Teixeira Soares-PR.

DATA: 04/11/2026. **HORA:** 09:00 Horas.

LOCAL: www.compras.gov.br "**Acesso Identificado**".

COMPRAS.GOV.BR: PREGÃO ELETRÔNICO 987913 – 18/2026

OBS: O EDITAL encontra-se disponível no site **www.compras.gov.br** também no www.teixeirasoares.pr.gov.br. Portal de transparência através de link de acesso e no PNCP. Na impossibilidade de obtenção por esse meio, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (0**42) 3460 -1155, no horário das 9:00 ás 11:30 horas, 13:30 às 17:00 horas, ou pelo e-mail: licitacaoecompras@teixeirasoares.pr.gov.br.

Teixeira Soares, 16 de outubro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:8BDDB2D9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90052/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90052/2026
O Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, comunica que fará realizar a licitação em epígrafe, conforme abaixo:

OBJETO: Aquisição de **01 (um) BRITADOR NOVO**, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura, com recurso do convênio nº120/2026 celebrado entre a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o Município de Teixeira Soares.

DATA: 04/11/2026. **HORA:** 09:10 Horas.

LOCAL: www.compras.gov.br "**Acesso Identificado**".

COMPRAS.GOV.BR: PREGÃO ELETRÔNICO 987913 – 19/2026

OBS: O EDITAL encontra-se disponível no site **www.compras.gov.br** também no www.teixeirasoares.pr.gov.br. Portal de transparência através de link de acesso e no PNCP. Na impossibilidade de obtenção por esse meio, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (0**42) 3460 -1155, no horário das 9:00 ás 11:30 horas, 13:30 às 17:00 horas, ou pelo e-mail: licitacaoecompras@teixeirasoares.pr.gov.br.

Teixeira Soares, 16 de outubro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:56D1D955

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 10 CONTRATO Nº 148/2026 DE 27/07/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 10 CONTRATO Nº 148/2026 DE 27/07/2026 ENTRE O MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES E A EMPRESA SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA S.A, DÉCIMO TERMO ADITIVO AO PREGÃO 90030/2026

O **MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES**, inscrita no CNPJ/MF sob N° 75.963.850/0001-94 pessoa jurídica de direito público, sito a Rua XV de Novembro, 135, CEP – 84.530-000 Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, neste ato representado por sua Prefeita Municipal em Exercício, Senhor **IVANOR LUIZ MÜLLER**, residente e domiciliado na Localidade do Rio D'Areia de Cima, Centro, Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, CPF – 84530-000, portador do RG n°101.221.047-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande Do Sul, inscrito no CPF/MF n° 281.427.480-53, a seguir denominado **CONTRATANTE**, resolve modificar unilateralmente Contrato **nº148/2026**, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do contrato registrado e publicado através do nº 1482026 de 27/07/2023, por parte da Administração, visando **REAJUSTE DOS ITENS CONTRATADOS,** O OBJETO é a ***Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de óleo diesel S-10 e, óleo diesel S-500, destinados ao abastecimento da frota municipal, incluindo a disponibilização, instalação e manutenção de sistema de abastecimento em regime de comodato,*** o acréscimo do valor do item 01 diesel S10 é de 0,13 (treze centavos) passando de R$6,10(seis reais e dez centavos) para o valor de R$6,23(seis reais e vinte e três centavos), e o acréscimo do item 02 diesel S500 é de R$0,24(vinte e quatro centavos) passando de R$5,65(cinco reais e sessenta e cinco centavos), para o valor de R$5,89(Cinco reais e oitenta e nove centavos), impactando em um acréscimo de R$146.693,90(cento e quarenta e seis mil seiscentos e noventa e três reais e noventa centavos) para o saldo restante do contrato

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 148/2026 de 27/07/2026, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS FATOS
O MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES efetuou os reajustes, os quais foram calculados pelo percentual de descontos obtidos na licitação, sobre o valor da média dos valores praticados na região de Ponta Grossa, pesquisa da ANP.

CLÁUSULA QUARTA – DA PREVISÃO CONTRATUAL
Os reajustes estão previstos na Cláusula Sétima do contrato.

Teixeira Soares, 14 de outubro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:FA5EC631

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 321/2026

DECRETO Nº 321/2026

SÚMULA: DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXERCER A FUNÇÃO DE OUVIDORA GERAL DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 73 da Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.312, de 04 de setembro de 2026, e no Decreto Municipal nº 319/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal **ADRIANE PAULA BARBIERI**, matrícula funcional nº **18701**, ocupante do cargo efetivo de **Técnico Administrativo**, para exercer a função de **Ouvidora Geral do Município de Teixeira Soares**, nos termos da Lei Municipal nº 2.312/2026 e do Decreto Municipal nº 319/2026.

Art. 2º A servidora designada fará jus à Gratificação de Função FG-4, conforme previsto no art. 6º da Lei Municipal nº 2.312/2026 e no art. 14 do Decreto Municipal nº 319/2026, observadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE.

DADO E PASSADO no Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:CBE32E0D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 322/2026

MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO Nº 322/2026

Institui, regulamenta e dispõe sobre a organização e o funcionamento da Vigilância Socioassistencial no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social de Teixeira Soares – Paraná, estabelece sua composição, atribuições e responsabilidades, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando a Constituição Federal, a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS e demais normas aplicáveis ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS,

CONSIDERANDO que a Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado, constituindo política de seguridade social não contributiva;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no âmbito municipal;

CONSIDERANDO que a Vigilância Socioassistencial constitui função da política de Assistência Social destinada à produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos, bem como sobre a oferta e a qualidade dos serviços socioassistenciais;

CONSIDERANDO a necessidade de produzir informações qualificadas que subsidiem o planejamento, a organização, a execução, o monitoramento e a avaliação da política municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO a existência, no Município de Teixeira Soares, de unidade do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e de unidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;

CONSIDERANDO a necessidade de integração das informações produzidas pelos serviços, programas, projetos, benefícios e demais ações socioassistenciais;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DA FINALIDADE

Art. 1º Fica instituída a **Vigilância Socioassistencial do Município de Teixeira Soares – Paraná**, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, como função técnica permanente de apoio à gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Parágrafo único. A Vigilância Socioassistencial será desenvolvida por equipe técnica composta por servidores efetivos já integrantes do quadro da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º A Vigilância Socioassistencial tem por finalidade produzir, sistematizar, analisar, interpretar e disseminar informações territorializadas sobre:

I – as situações de vulnerabilidade e risco social que incidem sobre famílias e indivíduos;

II – as características e dinâmicas do território municipal;

III – a incidência de situações de pobreza, extrema pobreza, desproteção social e demais vulnerabilidades;

IV – a ocorrência de violações de direitos;

V – a demanda e a procura pelos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

VI – a capacidade de atendimento e a cobertura da rede socioassistencial;

VII – a qualidade, o alcance e os resultados das ofertas socioassistenciais.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 3º São objetivos da Vigilância Socioassistencial:

I – contribuir para o planejamento e a organização da política municipal de Assistência Social;

II – identificar e analisar situações de vulnerabilidade e risco social presentes no território;

III – subsidiar a definição de prioridades para a implantação, ampliação, reorganização e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV – apoiar a elaboração, o acompanhamento e a avaliação do Plano Municipal de Assistência Social;

V – produzir informações para subsidiar os instrumentos de planejamento orçamentário municipal;

VI – contribuir para o monitoramento e a avaliação da oferta dos serviços socioassistenciais;

VII – apoiar a tomada de decisões da gestão municipal;

VIII – promover a utilização qualificada das informações produzidas pela rede socioassistencial;

IX – contribuir para a identificação de territórios e públicos prioritários para a política de Assistência Social;

X – fortalecer a integração entre diagnóstico socioterritorial, planejamento, execução, monitoramento e avaliação da política de Assistência Social.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º Compete à Vigilância Socioassistencial:

I – elaborar e atualizar diagnósticos socioterritoriais do Município;

II – identificar situações de vulnerabilidade e risco social presentes nos diferentes territórios do Município;

III – acompanhar indicadores sociais relacionados à população em situação de vulnerabilidade;

IV – acompanhar informações relativas ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;

V – acompanhar informações relacionadas ao Programa Bolsa Família e demais programas de transferência de renda;

VI – acompanhar informações relacionadas ao Benefício de Prestação Continuada – BPC;

VII – acompanhar dados referentes aos benefícios eventuais;

VIII – acompanhar dados referentes aos atendimentos realizados pelo CRAS e pelo CREAS;
IX – acompanhar informações relativas às situações de violação de direitos;
X – acompanhar indicadores relacionados a crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e demais públicos atendidos pela política de Assistência Social;
XI – acompanhar informações relativas à violência e às demais situações de risco social identificadas no território;
XII – organizar, sistematizar e analisar dados provenientes dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
XIII – produzir relatórios técnicos, boletins, diagnósticos, estudos, indicadores e demais instrumentos de informação;
XIV – elaborar mapas e outras formas de representação territorial das vulnerabilidades e das ofertas socioassistenciais;
XV – monitorar a cobertura e a capacidade de atendimento da rede socioassistencial;
XVI – contribuir para o monitoramento e a avaliação dos serviços, programas, projetos e benefícios;
XVII – subsidiar a Secretaria Municipal de Assistência Social na definição de prioridades e estratégias de intervenção;
XVIII – subsidiar a elaboração e revisão do Plano Municipal de Assistência Social;
XIX – fornecer informações necessárias à elaboração do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA;
XX – apoiar a elaboração de diagnósticos, planos, projetos e demais instrumentos de gestão;
XXI – acompanhar e qualificar os dados registrados nos sistemas de informação do SUAS;
XXII – contribuir para o preenchimento e a análise das informações do Censo SUAS, RMA e demais sistemas oficiais;
XXIII – apoiar a qualificação das informações produzidas pelos serviços socioassistenciais;
XXIV – identificar lacunas de cobertura, sobreposição de ofertas e necessidades de expansão ou reorganização dos serviços;
XXV – disponibilizar informações qualificadas ao gestor municipal da Assistência Social;
XXVI – produzir informações para subsidiar o Conselho Municipal de Assistência Social;
XXVII – articular-se com os equipamentos e serviços da rede socioassistencial;
XXVIII – promover a integração das informações com outras políticas públicas, observadas as competências e atribuições legais de cada órgão;
XXIX – desenvolver outras atividades relacionadas à Vigilância Socioassistencial que sejam necessárias ao aprimoramento da gestão do SUAS.

CAPÍTULO IV
DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º A Vigilância Socioassistencial será composta, preferencialmente, por **03 (três) servidores efetivos**, de nível superior, vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 1º A equipe técnica da Vigilância Socioassistencial será indicada por ato do Poder Executivo Municipal, por meio da expedição de decreto.

§ 2º Poderão participar da Vigilância Socioassistencial outros profissionais de nível superior ou servidores da Secretaria, sempre que sua atuação técnica for necessária ao desenvolvimento das atividades.

CAPÍTULO V
DA COORDENAÇÃO E DA VINCULAÇÃO

Art. 6º A Vigilância Socioassistencial ficará vinculada administrativamente à **Secretaria Municipal de Assistência Social** e prestará informações diretamente ao Secretário Municipal de Assistência Social.

Art. 7º Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social assegurar as condições administrativas, técnicas e operacionais necessárias ao funcionamento da Vigilância Socioassistencial.

Art. 8º Os serviços, programas, projetos, benefícios e equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social deverão colaborar com a Vigilância Socioassistencial, fornecendo, dentro de suas competências, as informações necessárias à produção e análise dos dados.

CAPÍTULO VI
DA ARTICULAÇÃO COM A REDE SOCIOASSISTENCIAL

Art. 9º A Vigilância Socioassistencial atuará de forma articulada com:
I – o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
II – o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;
III – o Cadastro Único;
IV – os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
V – o Conselho Municipal de Assistência Social;
VI – os demais órgãos e políticas públicas municipais;
VII – os demais integrantes da rede de proteção social, respeitadas suas competências institucionais.

Art. 10. A articulação intersetorial terá como finalidade ampliar a capacidade de identificação das necessidades sociais do território e subsidiar ações de planejamento e proteção social.

CAPÍTULO VII
DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Art. 11. A Vigilância Socioassistencial acompanhará e utilizará, conforme suas atribuições e permissões de acesso, os sistemas oficiais de informação relacionados ao SUAS e às políticas sociais, incluindo, entre outros:
I – Cadastro Único;
II – sistemas relacionados ao Programa Bolsa Família;
III – sistemas relacionados ao Benefício de Prestação Continuada;
IV – Registro Mensal de Atendimentos – RMA;
V – Censo SUAS;
VI – Prontuário SUAS;
VII – SISC;
VIII – sistemas municipais de informação;
IX – demais sistemas oficiais disponibilizados pelos órgãos competentes.

Art. 12. Compete à Vigilância Socioassistencial apoiar a qualificação, organização, sistematização e análise das informações inseridas nos sistemas oficiais, respeitadas as atribuições dos profissionais e setores responsáveis pelos respectivos registros.

CAPÍTULO VIII
DO PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 13. A Vigilância Socioassistencial deverá produzir informações que subsidiem:
I – o planejamento da política municipal de Assistência Social;
II – a definição de prioridades territoriais;
III – a organização da rede socioassistencial;
IV – a expansão ou reorganização dos serviços;
V – a elaboração e revisão do Plano Municipal de Assistência Social;
VI – a elaboração do PPA, LDO e LOA;
VII – o monitoramento das metas estabelecidas;
VIII – a avaliação dos serviços, programas, projetos e benefícios;
IX – a elaboração de diagnósticos socioterritoriais;
X – o acompanhamento dos resultados da política de Assistência Social.

CAPÍTULO IX
DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 14. A Vigilância Socioassistencial fornecerá ao Conselho Municipal de Assistência Social informações e subsídios necessários ao exercício de suas competências de controle social.

Art. 15. Serão disponibilizados ao Conselho Municipal de Assistência Social, sempre que pertinentes, relatórios, diagnósticos, indicadores e demais informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial.

CAPÍTULO X
DOS RECURSOS

Art. 16. As despesas necessárias à implantação, manutenção e desenvolvimento das ações de Vigilância Socioassistencial correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Assistência Social, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. Poderão ser utilizados recursos municipais e recursos provenientes de transferências vinculadas à política de Assistência Social, quando permitida sua utilização pela legislação aplicável.

Art. 17. O Município deverá assegurar, dentro de suas possibilidades orçamentárias e financeiras, os recursos humanos, materiais, tecnológicos e estruturais necessários ao adequado desenvolvimento das atividades de Vigilância Socioassistencial.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. A Vigilância Socioassistencial constitui função essencial ao aprimoramento da gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e deverá integrar o processo permanente de planejamento, monitoramento e avaliação da política de Assistência Social.

Art. 19. A execução das atividades de Vigilância Socioassistencial deverá observar as normas federais, estaduais e municipais aplicáveis ao Sistema Único de Assistência Social.

Art. 20. As informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial deverão ser utilizadas para fins de planejamento, gestão, monitoramento, avaliação e controle social, observadas as normas aplicáveis ao acesso e à utilização das informações.

Art. 21. A Secretaria Municipal de Assistência Social poderá editar normas complementares necessárias à execução deste Decreto.

Art. 22. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, observada a legislação vigente.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário.

Teixeira Soares, _____ de _____ de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal
Município de Teixeira Soares – Paraná

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:735BF997

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA BOA
ATO DA MESA Nº 04/2026

Súmula: *Dispõe sobre a organização da participação da Câmara Municipal de Terra Boa no Desafio El Niño 2026, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, atribui à Comissão de Políticas Gerais a condução dos trabalhos de fiscalização e estabelece providências correlatas.*

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA BOA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente aquelas previstas nos arts. 13 e 14 do Regimento Interno,

CONSIDERANDO a função fiscalizadora da Câmara Municipal, exercida mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do art. 2º, inciso IV, do Regimento Interno;

CONSIDERANDO a iniciativa denominada ***Desafio El Niño 2026***, promovida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), voltada ao fortalecimento da fiscalização legislativa sobre o planejamento municipal de Proteção e Defesa Civil e a preparação para situações de emergência e desastres;

CONSIDERANDO o Roteiro de Consistência de Dados RCD-MA002 – Planejamento da Defesa Civil, disponibilizado pelo TCE-PR, destinado à verificação da consistência das informações e dos documentos relacionados ao planejamento municipal de Proteção e Defesa Civil;

CONSIDERANDO as competências das Comissões Permanentes previstas nos arts. 40 e 44 do Regimento Interno, especialmente quanto ao acompanhamento e à fiscalização da Administração Municipal e à solicitação de informações e documentos por intermédio da Mesa Executiva;

CONSIDERANDO as atribuições da Comissão de Políticas Gerais previstas no art. 52, incisos I e II, do Regimento Interno, relacionadas, entre outras matérias, ao planejamento urbano, ao meio ambiente, ao saneamento básico, à saúde, ao bem-estar social, à segurança pública e à defesa dos direitos do cidadão;

CONSIDERANDO a composição das Comissões Permanentes para o biênio 2025–2026, estabelecida pela Portaria nº 06/2025;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar organização, rastreabilidade documental, transparência e efetividade aos trabalhos de fiscalização legislativa;

RESOLVE:

Art. 1º Fica organizada, no âmbito da Câmara Municipal de Terra Boa, a participação institucional no Desafio El Niño 2026, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), mediante a realização de fiscalização sobre o planejamento municipal de Proteção e Defesa Civil, observadas as orientações oficiais da iniciativa.

Parágrafo único. A fiscalização terá caráter preventivo e avaliativo, com a finalidade de verificar a consistência das informações e das evidências relacionadas à preparação do Município para situações de emergência e desastres, bem como identificar oportunidades de aperfeiçoamento da gestão pública.

Art. 2º Fica atribuída à **Comissão Permanente de Políticas Gerais (CPG)** a condução dos trabalhos de fiscalização de que trata este Ato, em conformidade com as competências estabelecidas no Regimento Interno da Câmara Municipal.

§ 1º A Comissão de Políticas Gerais observará, na execução dos trabalhos, o Roteiro de Consistência de Dados RCD-MA002 – Planejamento da Defesa Civil, disponibilizado pelo TCE-PR, inclusive seus procedimentos, formulários e orientações aplicáveis.

§ 2º A Comissão exercerá suas atribuições com autonomia técnica na análise das informações, na avaliação das evidências e na formulação de suas conclusões, respeitadas as disposições regimentais.

§ 3º A atuação da Comissão não substitui as competências administrativas e operacionais dos órgãos municipais responsáveis pela Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º A Comissão de Políticas Gerais será responsável pela organização e execução dos trabalhos, competindo-lhe:

I – estabelecer cronograma interno de atividades, compatível com o prazo de encaminhamento dos resultados ao TCE-PR;

II – deliberar sobre a distribuição das atividades entre seus integrantes e, quando pertinente, designar relator;

III – identificar os documentos, informações e esclarecimentos necessários à execução do RCD-MA002;

IV – encaminhar à Mesa Executiva os pedidos de informações e documentos a serem dirigidos ao Poder Executivo Municipal, observadas as disposições regimentais;

V – realizar a análise dos documentos apresentados, verificando sua consistência, atualidade, abrangência e correspondência com os critérios do roteiro;

VI – promover, no âmbito de suas competências, entrevistas, reuniões técnicas, visitas e demais diligências necessárias à verificação das informações;

VII – registrar as atividades realizadas, as evidências obtidas, as inconsistências identificadas e os esclarecimentos prestados;

VIII – assegurar que as conclusões da fiscalização estejam fundamentadas em evidências suficientes e identificáveis;

IX – elaborar e aprovar o Relatório Final de Consistência de Dados, conforme as orientações do TCE-PR;

X – encaminhar o relatório final à Presidência da Câmara, acompanhado dos documentos pertinentes, para adoção das providências institucionais de remessa ao Tribunal de Contas.

Parágrafo único. As reuniões e deliberações da Comissão deverão observar as regras de funcionamento e registro estabelecidas no Regimento Interno.

Art. 4º Os pedidos de informações e documentos necessários à fiscalização serão encaminhados ao Poder Executivo Municipal por intermédio da Mesa Executiva, mediante requerimento da Comissão de Políticas Gerais, observado o disposto nos arts. 13, inciso VII, 40, inciso VII, e 44, inciso V, do Regimento Interno.

Parágrafo único. Os pedidos deverão identificar, de forma objetiva, os documentos e informações solicitados, sua pertinência com o objeto da fiscalização e o prazo proposto para atendimento, observadas as normas aplicáveis.

Art. 5º A fiscalização compreenderá a verificação dos aspectos previstos no RCD-MA002, especialmente:

I – existência, formalização, abrangência e atualização do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;

II – avaliação da eficácia do planejamento municipal de contingência, quando exigida pelo roteiro;

III – disponibilização pública das informações pertinentes, observadas as disposições relativas à transparência e à proteção de dados pessoais;
IV – existência de procedimentos formalizados para situações de emergência e calamidade pública;
V – planejamento do recebimento, armazenamento, controle e distribuição de suprimentos destinados ao atendimento da população afetada;
VI – planejamento e execução de medidas de recuperação após a ocorrência de desastres, quando aplicáveis;
VII – avaliação dos danos e dos impactos sobre os serviços públicos essenciais, nos termos dos critérios estabelecidos pelo TCE-PR.
Parágrafo único. A verificação dos aspectos relacionados neste artigo deverá observar integralmente os critérios, as condições de aplicabilidade e os documentos comprobatórios definidos na versão oficial do RCD-MA002 utilizada na fiscalização.
Art. 6º A Secretaria Administrativa e os setores técnicos da Câmara Municipal prestarão apoio à Comissão de Políticas Gerais, no âmbito de suas atribuições, especialmente quanto:
I – à autuação e à organização do expediente de fiscalização;
II – ao protocolo, à expedição e ao recebimento de correspondências e documentos;
III – à organização e à preservação das evidências documentais;
IV – ao apoio administrativo às reuniões, visitas e diligências;
V – à preparação e à organização dos documentos destinados ao encaminhamento ao TCE-PR.
§ 1º O apoio técnico e administrativo observará as competências dos respectivos setores, sem interferência na autonomia de avaliação e deliberação da Comissão.
§ 2º A Assessoria Jurídica poderá ser consultada quanto às questões jurídicas e regimentais relacionadas aos trabalhos, observadas suas atribuições.
Art. 7º A Comissão de Políticas Gerais deverá organizar seus trabalhos de modo a apresentar o Relatório Final de Consistência de Dados à Presidência da Câmara, preferencialmente, até 20 de novembro de 2026.
§ 1º O prazo previsto no caput constitui referência interna de planejamento, destinada a permitir a conferência dos documentos e a realização das providências administrativas necessárias ao encaminhamento do relatório ao TCE-PR.
§ 2º O cronograma deverá observar o prazo oficial do Desafio El Niño 2026 e eventuais alterações ou orientações supervenientes expedidas pelo Tribunal de Contas.
Art. 8º O Relatório Final de Consistência de Dados deverá apresentar, observadas as exigências do TCE-PR:
I – a identificação da fiscalização realizada e dos responsáveis pelos trabalhos;
II – a descrição dos procedimentos adotados;
III – a relação dos documentos e informações examinados;
IV – os resultados das verificações realizadas;
V – as evidências que fundamentam as conclusões;
VI – as inconsistências eventualmente identificadas, com indicação dos respectivos elementos comprobatórios;
VII – as limitações encontradas durante a fiscalização, inclusive quanto à ausência ou insuficiência de informações;
VIII – as conclusões e, quando pertinentes, recomendações de aperfeiçoamento do planejamento municipal de Proteção e Defesa Civil.
Parágrafo único. As constatações deverão distinguir as situações efetivamente comprovadas daquelas que dependam de esclarecimentos ou verificações adicionais, evitando conclusões sem suporte documental suficiente.
Art. 9º Recebido o relatório final, a Presidência da Câmara adotará, com o apoio dos setores competentes, as providências necessárias ao seu encaminhamento ao TCE-PR, por meio do canal oficial indicado para o Desafio El Niño 2026, observados os requisitos e prazos estabelecidos pelo Tribunal.
Parágrafo único. Deverão ser preservados no expediente administrativo o relatório encaminhado, seus anexos e o respectivo comprovante de protocolo ou recebimento.
Art. 10. As recomendações eventualmente formuladas pela Comissão de Políticas Gerais poderão ser encaminhadas aos órgãos municipais competentes, para conhecimento e avaliação das providências cabíveis, observadas as atribuições institucionais da Câmara Municipal.
Parágrafo único. A Comissão poderá acompanhar as providências adotadas em decorrência das recomendações, no exercício regular de sua função fiscalizadora.
Art. 11. Os casos omissos relacionados à execução administrativa deste Ato serão submetidos à Mesa Executiva, respeitadas as competências da Presidência, das Comissões Permanentes e do Plenário previstas no Regimento Interno.
Art. 12. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Terra Boa, 15 de outubro de 2026.

ADEMIR GALHARDO ROMERO
Presidente

FABIANO MACEDO CARDOSO
Vice - Presidente

WILSON WANDERLEI ESPOSTO
1º Secretário

LUIZ ATÍLIO ZANCAN
2º Secretário

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:FA98FA13

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 404/2026
REF: PREGÃO N° 90/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: C A VIECELLI EIRELI, CNPJ nº 32.404.978/0001-05, com sede Cascavel, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). CLAIR APARECIDA VIECELLI, CPF: 036.544.179-14, carteira de Identidade nº 79822647.

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual Aquisição de larvicida biológico à base de Bacillus thuringiensis var. israelensis (BTI), cepa AM65-52, destinado ao controle integrado de larvas de simulídeos (borrachudos) e demais dípteros vetores nos cursos d'água situados no território do Município de Terra Boa/PR..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **117.500,00 (cento e dezessete mil e quinhentos reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 01 de outubro de 2026, com vencimento até 01 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 01 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:A993996B

LICITAÇÕES
EXTRATO DO DISTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 70/2026 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 33/2025

Por este instrumento particular, Prefeitura Municipal de Terra Boa, com sede na cidade de Terra Boa, estado do Paraná, na Rua Tancredo Neves, 240, inscrita no CNPJ sob o n° 75.793.786/0001-40, neste ato representada pelo Prefeito(a) Municipal Senhor(a) **VALTER PERES,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6-SSP/PR e do CPF/MF sob nº 109.135.319-01, e a seguir denominada CONTRATANTE, e **SABRINA SOUZA TAVARES,** portadora do CPF nº 102.540.869-18 e RG nº 14.079.311-6, a seguir denominado CONTRATADA, acordam:

A CONTRATANTE e o CONTRATADO, em 07 de abril de 2026, firmaram contrato de Prestação de Serviços de orientador Social, para atender o Programa Criança Feliz.

A CONTRATANTE outorga o CONTRATADO plena, total e irrevogável quitação, referente ao **CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ORIENTADOR SOCIAL – MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) OU PESSOA FÍSICA (PF), SOB A COORDENAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA para atender o Programa Criança Feliz realizando visitas domiciliares cujo objetivo é estimular o desenvolvimento infantil e fortalecer os laços familiares, oferecendo orientações e atividades adaptadas a cada situação. O atendimento é semanal para crianças de 0 a 3 anos e quinzenal para crianças com BPC e gestantes, de acordo com a PORTARIA MC Nº 664, de 02 de setembro de 2021. Consolida os atos normativos que regulamentam o Programa Criança Feliz/Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social – SUAS**, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que titulo for, em relação à avença distratada, bem como aos serviços profissionais prestados.

O presente distrato terá seu efeito a partir do dia 19 de outubro de 2026, e é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

As partes elegem o Foro da Comarca de Terra Boa para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor.

Terra Boa, 15 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:BEA4BD86

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA
Terra Rica Pr
Rua: Antônio Gonçalves 750- fone(44) 3441- 3663

Resolução nº14/2026
Súmula: Aprova o Plano de Ação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, referente ao exercício de 2026.
O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Município de Terra Rica, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 030/2015.
CONSIDERANDO a necessidade de planejamento das ações voltadas à promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO a deliberação dos membros do CMDCA, realizada em reunião no dia 12 de maio de 2026, conforme registro em ata;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Plano de Ação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, referente ao exercício de 2026, conforme deliberação realizada em reunião no dia 12 de maio de 2026.
Art. 2º O Plano de Ação tem por finalidade orientar o planejamento e a execução das ações destinadas à promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente no Município de Terra Rica/PR, durante o exercício de 2026.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando registrado que a aprovação do Plano de Ação ocorreu em 12 de maio de 2026.
Terra Rica/PR, 15 de outubro de 2026

KATIELLI APARECIDA FERREIRA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Maria da Conceição Dos Santos Borges
Código Identificador:8B1AB1BB

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE TERRA RICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 003-2026

EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2026

CONTRATANTE: FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE TERRA RICA - PRESOMTER, pessoa jurídica de direito público, sito na cidade de Terra Rica, Paraná, neste ato representado por seu Presidente, o Srº José Roberto Périco, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Rua Bahia, nº 159 portador do CPF nº ***.632.209-**, a seguir denominado **CONTRATANTE.**

CONTRATADA: CARDENSUL EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica sob CNPJ. Sob nº 46.947.848/0001-23, representada pelo seu sócio proprietário, a seguir denominada **CONTRATADA.**

DOMICÍLIO: sita à Rua General Carneiro, nº 154 – Sala 03, Bairro: Centro, na Cidade de São João do Ivaí, Estado do Paraná, CEP 86.930-000.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e arquitetura para a elaboração de Projeto Executivo completo destinado à construção da sede própria do Fundo de Previdência do Município de Terra Rica/PR, contemplando o desenvolvimento de estudos, levantamentos técnicos, projetos arquitetônicos e complementares, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, quantitativos, detalhamentos construtivos e demais documentos necessários para a adequada execução da obra, em conformidade com as normas técnicas vigentes, legislação aplicável e exigências dos órgãos competentes. A execução dos serviços deverá adotar a modelagem da informação da construção (Building Information Modeling - BIM), do Processo dispensa 4/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em 08.10.2026.

VALOR TOTAL: R$ 16.475,00 (dezesseis mil, quatrocentos e setenta e cinco reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir do dia 16 de Outubro de 2026.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 15 de Outubro de 2026

Fundo Previdenciário Municipal De Terra Rica- Presomter

JOSÉ ROBERTO PÉRICO
Contratante

Cardensul Empreendimentos LTDA
DIONE CARDOSO ANANIAS
Contratada

Publicado por:
Elisangela Conegero
Código Identificador:EF915114

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 462/2026

SÚMULA: EXONERA A SENHORA FABIANA CARDOSO FERREIRA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. Fica **EXONERADA,** por término de contrato, a Sra. **FABIANA CARDOSO FERREIRA SILVA**, ocupante do cargo temporário de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM (PSS),** do Município de Terra Rica, criado através da Lei Municipal nº 021/2022, a partir de 15 de Outubro 2026.

Artigo 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (15/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:D0A8D940

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 463/2026

SÚMULA: EXONERA A SENHORA MARIA LUCIA DE OLIVEIRA DO NASCIMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. Fica **EXONERADA,** por término de contrato, a Sra. **MARIA LUCIA DE OLIVEIRA DO NASCIMENTO**, ocupante do cargo temporário de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM (PSS),** do Município de Terra Rica, criado através da Lei Municipal nº 021/2022, a partir de 15 de Outubro 2026.

Artigo 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (15/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:34157199

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 464/2026

SÚMULA: NOMEIA PESSOAL APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

D E C R E T A:

Artigo 1º. - Fica Nomeada a candidata abaixo relacionada, aprovada no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS nº 003/2025**, para o cargo temporário de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM - PSS**, aberto pelo **Edital nº. 060/2025**, **publicado em 12/12/2025**, nos termos do contrato firmado entre as partes sob égide da Lei Municipal nº. 021/2022, de 08/03/2022, para assumir seu cargo a partir de **15 de Outubro de 2026**, como segue

NOME	CLASSIF.
MACIEL MISSIAS BRANDÃO	12º

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. (15/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:3E93FD10

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 452/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA JOICE SANTOS SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **JOICE SANTOS SILVA,** matrícula Nº 12268, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** referente ao período aquisitivo de 01/03/2025 a 28/02/2026, do Município de Terra Rica, que serão 15 (quinze) dias usufruídos, que compreende entre **16/10/2026 a 30/10/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (15/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:767D16C8

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
AVISO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2026 PROCESSO 112/2026

O Samae de Terra Rica, Estado do Paraná, através do Senhor Diretor Adriano Sergio Nunes, torna público o Processo de Dispensa de Licitação 24/2026, O objeto dessa licitação consiste em **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios, no veículo FIAT STRADA, placa AYG-4454, tipo veículo leve de carga (pick-up), integrante da frota oficial do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) de Terra Rica/PR, destinado aos serviços municipais de transporte de materiais e equipe**, conforme detalhado no instrumento convocatório correspondente

Data: A partir da data de publicação até 21/10/2026 (vinte e um dias de outubro de 2026).

O edital completo está disponível no site: https://www.samaetr.com.br/ em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. James Patrick Clark, 233 Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.2441 – 3441.1522, Email licitacao@samaetr.com.br informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.

Terra Rica, 15/10/2026

ADRIANO SERGIO NUNES
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:B32D6640

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2026

CONTRATANTE: SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TERRA RICA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 73.897.589/0001-46, com sede na Av. James Patrick Clark, 233, no Município de Terra Rica, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Diretor Adriano Sergio Nunes, brasileiro, casado, portador do RG nº 274764775 SESP/PR e CPF nº.795.547.339-68, residente e domiciliado à Rua Rui Barbosa, nº1087, no Município de Terra Rica – Estado PR

CONTRATADA: NAVODAP COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **33.540.866/0001-44**.

DOMICÍLIO: RUA EURIDES MACIEL DE ALMEIDA 474, 0 CASA 01 - CEP: 81560460 - BAIRRO: UBERABA, Curitiba/PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES HIDRÁULICAS PARA MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO, do Pregão - Eletrônico 18/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em 15/10/2026.

VALOR TOTAL: R$ **6.528,00 (Seis Mil, Quinhentos e Vinte e Oito Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 15/10/2026(quinze dias de outubro de 2026).

ADRIANO SERGIO NUNES
SAMAE de Terra Rica

Navodap Comércio de Materiais Hidraulicos EIRELI
MARLENE APARECIDA GUERINI PADOVAN

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:3C04D6C5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 078/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 078/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal IVAN REIS DA SILVA, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 37, incisos I, II, III e IX da Constituição Federal e sob a responsabilidade da Comissão Organizadora e Fiscalizadora do Concurso Público, nomeada pelo decreto nº 4.529/2025 de 09/10/2025.

TORNA PÚBLICO

A convocação do(s) candidato(s), aprovado no Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, homologado pelo Edital de Resultado Final nº 53/2026 de 27 de maio de 2026.

CARGO: TECNICO DE ENFERMAGEM

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
9°	ROSELI GERMANO PEREIRA

*Considerando o pedido de desistencia do 8° classificado.

CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
10°	ROSEMAR APARECIDA DO NASCIMENTO

*Considerando o não comparecimento de 9° classificado.

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
3°	LARIANY THALITA DE ALMEIDA ONORIO
4°	RENAN LIDIO MANFROI

*Considerando o não comparecimento de 2° classificado.

CARGO: ACS AREA V

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
1°	LETICIA GABRIELA DOS SANTOS

CARGO: ACS AREA II

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
2°	MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR
3°	LUCILENE SANCHES BATISTA DE SÁ

CARGO: RECEPCIONISTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
6°	CLEONICE DOS SANTOS CARVALHO
7°	AMANDA CAROLINE RODRIGUES GOMES

CARGO: AUXILIAR DE LIMPEZA E COPA

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
27°	MAURINA MAFRA
29°	JOELMA VITAL DE OLIVEIRA

*28° classificado convocado pela vaga de Afrodescendente.

CARGO: TECNICO DE SAUDE BUCAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
1°	JACIARA FERRARI GOMES

CARGO: ENFERMEIRO PADRÃO

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
7°	KRYSTEN DUTRA COSTA
8°	CARLOS HENRIQUE MANGER BACHS

CARGO: ENFERMEIRO PADRÃO - AFRODESCENDENTE

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
1°	GABRYELLE DE LIMA GRAMOSA AZEVEDO

CARGO: MONITOR EDUCACIONAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
15°	LUCIANA REIS LATRONICO
16°	GABRIELA JORGE DOS SANTOS
17°	FABÍOLA CAROLINE FABRINI
18°	SIBELLY ALVES GIOMBELLI
19°	THIAGO LOPES ELIAS DOS SANTOS
20°	RAYSSA GIOVANNA RIBEIRO ROCHA

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
1°	BRUNO DOS SANTOS

O candidato convocado deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Terra Roxa – PR no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação deste Edital, juntamente com todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 18 do Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026.

Após a entrega dos documentos previstos no item II, o candidato será submetido, antes da nomeação, ao exame médico admissional e avaliação psicológica, conforme Edital de Abertura n.º 09/2026 de 02/02/2026.

O candidato convocado deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Terra Roxa – PR no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do edital de convocação para ser empossado.
O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no item II, desse edital, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado, de acordo com subitem 18.2 do Edital de Abertura n.º 09/2026 de 02/02/2026.

Prefeitura do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Rodrigo Timoteo
Código Identificador:7B9B52E0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17650/2026

PORTARIA Nº 17650/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no § 1º do artigo 2º da Lei nº 2043/2023 e considerando o processo n.º 18667/2026 de 14 de outubro de 2026

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo relacionado, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, o percentual de 30% (trinta por cento) pelo exercício da função no serviço do transporte escolar descrita no § 1º do artigo 2º da Lei nº 2043/2023.

NOME	MATRICULA	RETROATIVO A
FAGNER CAMARGO JOSE	142409-02	07/10/2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 07 de outubro de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:813F73EA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 173/2025

TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 173/2025
Que entre si celebraram, de um lado MUNICIPIO DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 75.587.204/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Ivan Reis da Silva, inscrito no CPF sob n° 492.820.779-34com sede na Avenida Presidente Arthur da Costa e Silva, nº 95, centro, na cidade de Terra Roxa, estado de Paraná, neste ato denominado EMPREGADOR, e de outro, CRISTIANE ALVES FRANCO RUIZ, inscrito no CPF sob n° ***.***.559-**, neste ato denominado EMPREGADO(A) no cargo de Auxiliar de Limpeza e Copa, mediante as seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente contrato será prorrogado por mais 3 (três) meses, com início em 16/10/2026 e término em 13/01/2027.
CLÁUSULA SEGUNDA
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.
E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Prorrogação ao Contrato Administrativo Temporário de Trabalho, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Terra Roxa, 15 de outubro de 2026.

_____
Empregador

_____
Empregado(a)

Testemunha: FERNANDO RODRIGO TIMOTEO

Testemunha: MILENE MARIA SANTOS BUENO

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:31B6AC3A

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº.17651/2025

PORTARIA nº. 17651 /2026

Súmula: Concede aposentadoria Voluntária e dá outras providências.

O Prefeito **Ivan Reis da Silva**, do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria do servidor **Braulio Vitor do Carmo**.
RESOLVE
Art. 1º Fica concedida ao servidor **Braulio Vitor do Carmo**, brasileiro, Servidor Público Municipal de Terra Roxa – PR, ocupante do cargo efetivo de Vigia VII, conforme quadro de cargos, portador do RG. nº 1.XXX.386 SSP/PR e inscrito no CPF n°. XXX.625.499-XX, **Aposentadoria Voluntária,** com proventos no valor de R$ 1.453,81(Um mil quatrocentos e cinqüenta e três reais e oitenta e um centavos) com complementação para atingir o piso salarial, na forma da Lei de R$ 167,19(Cento e sessenta e sete reais e dezenove centavos) totalizando o valor de R$1.621,00(Um mil seiscentos e vinte um reais) um salário mínimo vigente no País, com fundamento no Art. 40, § 1º, III, da C.F., c/c art. 14,II, "a" e "c" da LC nº

1922/2021 – Comum, Integral - Sem Paridade, 60% da Média simples + 2% por ano que exceder a 20 anos
de contribuição.
Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor constante na planilha de cálculo de proventos.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nada de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Terra Roxa-PR,15 de outubro de 2026.

Registre-se e Publique-se

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Balonekr Dos Santos
Código Identificador:D7FF48D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2026
PROCESSO COMPRAS.GOV.BR N° 987921-41/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em cumprimento a Lei nº 14.133/21, torna público **a realização no dia 05/11/2026, às 09:00 horas**, a abertura do Edital de **Pregão Eletrônico nº 101/2026**, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS, VULCANIZAÇÃO E MANCHÃO, EM PNEUS DIVERSOS, PERTENCENTES À VEICULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, TENDO COMO CRITÉRIO O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE OS VALORES ENCONTRADOS NO SOFTWARE DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA TRAZ VALOR, TENDO COMO CRITERIO DE TEMPO A TABELA TEMPARIA SINDIREPA-PR,** no valor máximo de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br e/ou no fone (44) 3645-8300.

Terra Roxa - PR, 15 de Outubro de 2026.

EDER SIMÕES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:387BA63B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°443-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 443/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 8 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 50.958.011/0001-57, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. FRANCINETE RAMOS DOS SANTOS, Administrador, portador do RG/CI nº 543313797 e no CPF/MF nº 812.944.333-34, com endereço à Rua MADRE MARIA VILLA, 183/, JARDIM MARISA - 05.108-190, São Paulo - SP.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 1.796,68 (um mil, setecentos e noventa e seis reais e sessenta e oito centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 16, 60, 63, 70.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:3EFD64A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°464-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 464/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 9 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: LMR COMERCIO IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 68.348.974/0001-02, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. LEONARDO MOCELIN ANTICO, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 107.133.309-70, com endereço à Rua PRESIDENTE BERNARDES, 2480, CENTRO - 85.810-130, Cascavel - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 4.810,40 (quatro mil, oitocentos e dez reais e quarenta centavos), condições estas do 1º

colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 58.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:D233AE00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°466-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 466/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 9 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: R&L SOLUCOES COMERCIAIS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 48.705.865/0001-80, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. SUELI LELLI ROBERTI DA LUZ, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 937.382.509-72, com endereço à Rua Humaita, 3050, ZONA IV - 87.504-510, Umuarama - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 280.020,00 (duzentos e oitenta mil e vinte reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 76.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:EE80E10D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°479-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 479/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 9 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 36.469.275/0001-16, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. RAFAEL SCHNEIDER DUTRA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 054.836.349-85, com endereço à Rua PERU, 730D, LIDER CIDADE - 89.805-096, Chapecó - SC.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 2.640,00 (dois mil e seiscentos e quarenta reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 79.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:5558522E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°480-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 480/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 77/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 9 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: RHP COMPUTADORES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 06.187.402/0001-23, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. RONIE HAUER PIEKARZ, Administrador, portador do RG/CI nº 3.703.197-6 e no CPF/MF nº 016.949.159-56, com endereço à Rua Solimões, 792, MERCES - 80.510-140, Curitiba - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES, BEM COMO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA MONITORADA, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 79.718,56 (setenta e nove mil, setecentos e dezoito reais e cinquenta e seis centavos), condições

estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 6, 12, 13, 39.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:CF63F1BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°486-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 486/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 92/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 14 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: RESILIÊNCIA SOLUÇÕES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 55.836.695/0001-38, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. SONIA CASSANIGA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 050.788.599-69, com endereço à Rua RAUL NORONHA DA SILVA, 740, Centro - 85.990-000, Terra Roxa - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CAMA, MESA, BANHO E UTILIDADES DOMÉSTICAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 26.629,05 (vinte e seis mil, seiscentos e vinte e nove reais e cinco centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 13, 32, 34, 35, 47, 51, 53, 58, 60, 61.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:6B5BCF1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°489-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 489/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 92/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 14 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: BRUTEXTIL LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 47.032.374/0001-52, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 855.845.769-72, com endereço à RODOVIA Engenheiro Darci Gomes de Morais, 2348, Balneário Canoas - 83.255-000, Pontal do Paraná - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CAMA, MESA, BANHO E UTILIDADES DOMÉSTICAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 7.056,00 (sete mil e cinquenta e seis reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 2.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:DCE7E2E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°490-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 490/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 92/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 14 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: FC DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 51.647.234/0001-66, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. FABIANA CABRERA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 098.935.979-43, com endereço à Rua rodrigues alves, 2714, Jardim Petrópolis - 87.506-080, Umuarama - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CAMA, MESA, BANHO E UTILIDADES DOMÉSTICAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) VINCULADOS À

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 11.141,00 (onze mil e cento e quarenta e um reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 7, 8, 10.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:6E0321FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°493-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 493/2026

NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 92/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 14 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: M TESTA ATACADO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 43.044.418/0001-03, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. MARINA TESTA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 064.458.499-89, com endereço à Avenida GENEI UHARA, 1263, RESIDENCIAL NOVA ITÁLIA - 87.203-196, Cianorte - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CAMA, MESA, BANHO E UTILIDADES DOMÉSTICAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará à DETENTORA o valor total de R$ 2.312,00 (dois mil e trezentos e doze reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 11.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da ATA REGISTRO DE PREÇO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:584AA1E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°497-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 497/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 92/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 14 de outubro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 49.059.156/0001-37, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ANDREIA CARACATO ROCCO ZANETTI, Administrador, portador do RG/CI nº 75952210 e no CPF/MF nº 032.300.309-58, com endereço à Avenida NEY BRAGA, 440, VILA FRANCHELLO - 87.160-000, Mandaguaçu - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CAMA, MESA, BANHO E UTILIDADES DOMÉSTICAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 2.120,00 (dois mil e cento e vinte reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 9.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:8000C84E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
PORTARIA Nº 27, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 27, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: *Altera a Portaria nº 01/2026, que "Declara ponto facultativo nas repartições públicas da Câmara Municipal nos dias que especifica"*

O Presidente da Câmara Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, considerando o disposto na Portaria n° 417, de 05 de outubro de 2026, emitida pelo Prefeito Municipal, que "Altera a Portaria nº 01/2026, que Divulga os Feriados Nacionais, Estaduais e Municipais e os dias de Ponto Facultativo para o ano de 2026 e confere outras providências'", e, levando em conta o disposto no artigo 172 do Regimento Interno da Câmara Municipal, prevendo que não haverá expediente no Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado pelo Município.

REVOLVE:
Art. 1°. Altera o inciso VIII do art. 1º da Portaria nº 01, de 03 de fevereiro de 2026, transferindo o ponto facultativo relativo ao Dia do Servidor Público, para a data de 30/10/2026, passando a viger com a seguinte redação:

Art. 1º .....
(...)
VIII *– 30 de outubro, terça-feira, Dia do Servidor Público (ponto facultativo);*
(...)

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Tijucas do Sul, Estado do Paraná, 15 de outubro de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Marcia Regina Valaski
Código Identificador:F97167D6

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 156

Prefeito do Município de TIJUCAS DO SUL – PR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o Edital n° 08/2023**, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/HABILITADOS**, para o provimento de cargos públicos do quadro permanente do Município, conforme resultado final homologado, devidamente publicado no sítio www.diariomunicipal.com.br/amp.

1. Lista de Convocação

NOME	INSC.	CARGO	CLASSIF.
LEONARDO HENRIQUE DOS SANTOS DE MELO	203232	MÉDICO II	10º
JULIA VASEL ALVES	203261	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	13º

2. Apresentação de documentos e prazo

2.1 Os candidatos convocados deverão comparecer, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, à Diretoria de Recursos Humanos, localizada na Prefeitura Municipal, sito à Rua Jorge Leprevost, 1000, Centro, Tijucas do Sul – PR.
2.2 Os candidatos serão atendidos por ordem de chegada.
2.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.
2.4 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado no caput deste artigo poderá solicitar, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga.
a) Documento de Identidade, com foto, original e cópia;
b) Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino, original e cópia;
c) C.P.F., original e cópia;
d) Carteira de habilitação, se for o caso, original e cópia, para os cargos de Motorista deve ter a inscrição de EAR e curso conforme área de atuação;
e) Carteira de Trabalho e Previdência Social e cartão do PIS/PASEP, originais e cópias;
f) Certidão de nascimento ou casamento, original e cópia;
g) Título de Eleitor e comprovante da última votação, originais e cópias;
h) 01 foto 3x4 recente;
i) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo;
j) Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional e declaração de quitação de débitos do órgão de classe específico na área, originais e cópias, se quando for o caso;
k) Comprovante de residência, original e cópia;
l) Certidão de Nascimento e C.P.F. dos filhos até 18 anos de idade, originais e cópias;
m) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual, onde o candidato
residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
n) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, onde o candidatoresidiu nos 5 (cinco) últimos anos;
o) Declaração de Bens e Valores que constitui o patrimônio (MODELO – ANEXO I) ou o comprovante da última Declaração Imposto de Renda;
p) Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos previstos em lei, declaração do outro órgão público em que o servidor já esteja vinculado indicando a jornada/escala de trabalho; (MODELO – ANEXO II);
q) Declaração de não demissão do serviço público; ((MODELO – ANEXO III);
r) Exames médicos complementares, quando for o caso, para inspeção médica oficial.
Não sendo apresentados os documentos exigidos no edital de convocação, o candidato será sumariamente eliminado.
2.6 O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no cargo especificado neste Edital impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
2.7 Sendo verificado, a qualquer tempo, falsidade documental, o candidato será eliminado do Concurso, com nulidade da classificação e dos seus efeitos decorrentes, sem prejuízos das sanções penais aplicáveis.

3.Da avaliação médica
3.1 Os candidatos convocados serão submetidos, antes da nomeação, a Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.
3.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.
3.3 Exames complementares deverão ser obrigatoriamente realizados pelo candidato e apresentados no prazo a ser definido pelo Município de Tijucas do Sul, cujas expensas correrão por conta do candidato convocado.
3.4 A falta da apresentação dos exames mencionados no Item anterior caracterizará desistência do candidato.

4. Da perda dos direitos da nomeação
4.1 O candidato que não atender a convocação ou manifestar desinteresse na sua nomeação será eliminado do concurso, decaindo do direito à respectiva vaga.

5. Final de lista
5.1 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado acima pode
solicitar, dentro deste prazo, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, aguardando nova convocação.

Tijucas do Sul, 16 de outubro de 2026

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:B824038B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6404, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Abre crédito adicional especial no orçamento do município de Tijucas do Sul, (Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Tijucas do Sul) para o

exercício de 2026 no valor de 1.350.000,00 (Um Milhão, trezentos e cinquenta mil reais)

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pela lei Municipal 1068/2025, Lei Municipal 1067/2025, Lei Municipal 1116/2026 e Lei Federal 4320/64,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 1.350.000,00 (um milhão e trezentos e cinquenta mil, para o exercício de 2026 conforme discriminado abaixo:

ACRESCIMOS

ESPECIAL		
Códigos	Descrição	Valor
16	INSTITUTO DE PREVIDENCIA TIJUCAS DO SUL PREV	
16.001	INSTITUTO DE PREVIDENCIA TIJUCAS DO SUL PREV	
09.272.0012.2046	MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA TIJUCAS DO SUL.	
4.4.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMOVEIS	
100 (EXERCICIO 2026	TAXAS ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	R$ 81.786,71
100 EA (EX. ANTERIOR)	TAXAS ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	R$ 1.268.213,29
	TOTAL	R$ 1.350.000,00

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito ESPECIAL de que trata a presente Lei, serão através conforme discriminado abaixo:

SUPERAVIT FINANCEIRO EXERCICIO ANTERIOR		
Fonte	Descrição	Valor
100	TAXAS ADMINISTRATIVAS	R$ 1.268.213,29
	TOTAL	R$ 1.268.213,29

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES EXERCICIO ATUAL			
Fonte	Descrição Natureza de Desp.	Valor	
100	4.4.90.51 (Obras e Sv Engenharia)	R$ 81.786,71	Ex. Atual
	TOTAL	R$ 81.786,71	

ACRESCIMO			
Fonte	Descrição Natureza de Desp.	Valor	
100	4.4.90.61 (Aquisição Imóveis)	R$ 81.786,71	Ex. Atual
	TOTAL	R$ 81.786,71	

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, 15 de outubro de 2026.

JOSE ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:F1B7F2BD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 429, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º Conceder licença prevista no art. 83, da Lei nº 50, de 08 de dezembro de 2005, pelo período de 30 (trinta) dias, com início em 13 de outubro de 2026 e término em 11 de novembro de 2026, à servidora **MICHELE ALVES MOREIRA DA ROCHA,** portadora da cédula de identidade com RG nº 9.015.307-2/SSP/PR, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo I, matrícula funcional nº 972.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **13 de outubro de 2026.**

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:C4A84373

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO AVISO DE DESCLASSIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ENVIO DE AMOSTRA - P.E. Nº 26/2026

AVISO DE DESCLASSIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ENVIO DE AMOSTRA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL/PR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026

A Pregoeira do Município de Tijucas do Sul/PR, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispões o item 3. Do termo de referência, segue a seguinte decisão:

Empresa: **Arlimed Distribuidora Hospitalar Ltda**, CNPJ Nº 18.362.195/0001-85
Convocada a enviar amostra para os itens 18, 19 e 20, fica **desclassificada,** por não enviar as amostras dentro do prazo estabelecido.

Com a desclassificação da empresa acima, convoco a próxima proponente classificada, a enviar amostra dos itens 18, 19 e 20, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme determinado em edital.

Empresa convocada:
Vitimed Comércio de Produtos para Saúde Ltda, CNPJ Nº 51.578.226/0001-05
Itens 18, 19 e 20;

3.1.2. *A empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar as amostras no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação pelo pregoeiro ou comissão de contratação.*

Endereço para envio: Rua Jorge Leprevost, nº 1000, Centro, Tijucas do Sul/PR, Cep. nº 83.190-093.

As licitantes que não enviarem a amostra dentro do período estipulado serão desclassificadas.

Tijucas do Sul, 15 de outubro de 2026

ALINE WOIAKIEVICZ GIOMBELLI
Pregoeira

Publicado por:
Aline Woiakievicz Giombelli
Código Identificador:F69AE78A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 41/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 41/2026

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a Inexigibilidade em conformidade ao disposto no artigo 74 parágrafos único da Lei Federal 14.133/21, e em conformidade com o artigo 86 da Lei Federal 14.133/2021 CONSIDERANDO que o DEPARTAMENTO JURÍDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 74, da Lei de Licitações, RATIFICO

a **INEXIGIBILIDADE** DE LICITAÇÃO DO PROCEDIMENTO N.º 41/2026. Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:

O Objeto da **INEXIGIBILIDADE** consiste na **CREDENCIAMENTO DE ATLETAS AMADORES QUE REPRESENTEM O MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL – PR EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS DE NÍVEL REGIONAL, INTERMUNICIPAL, ESTADUAL, NACIONAL OU INTERNACIONAL, PARA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS RELACIONADAS À HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO, INSCRIÇÕES EM EVENTOS ESPORTIVOS/COMPETIÇÕES, MEDICAMENTOS, PASSAGENS OU COMBUSTÍVEL, CONFORME PREVISTO NAS LEIS MUNICIPAIS Nº 782/2021, 1054/2025 E 1060/2025, CREDENCIADO: ALDO ELIZANDRO CRUZ, EVENTO: 7º DUELO DO RANCHO MA - CAMPO MAGRO/PR.**

Credenciado:
ALDO ELIZANDRO CRUZ – CPF: 037.222.649-36
Valor: R$ 858,24 (oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos).

Justificativa anexa nos autos do processo de Inexigibilidade Licitação nº 41/2026.

Dotação Orçamentária:
15 Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude
001 Diretoria de Esporte
27.812.0004.2037 Diretoria de Esporte, Lazer e Juventude
6510 (0000) 3.3.90.48.00.00 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Tijucas do Sul, 15 de outubro de 2026.

JOSE ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:6AAA73F9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 42/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 42/2026

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a Inexigibilidade em conformidade ao disposto no artigo 74 parágrafos único da Lei Federal 14.133/21, e em conformidade com o artigo 86 da Lei Federal 14.133/2021 CONSIDERANDO que o DEPARTAMENTO JURÍDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 74, da Lei de Licitações, RATIFICO a **INEXIGIBILIDADE** DE LICITAÇÃO DO PROCEDIMENTO N.º 42/2026. Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:

O Objeto da **INEXIGIBILIDADE** consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PACOTE DE EVENTO CORPORATIVO (DAY USE), DESTINADO Á REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TIJUCAS DO SUL/PR, COMPREENDENDO LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA TREINAMENTO, ALIMENTAÇÃO, INFRAESTRUTURA DE APOIO, ESTACIONAMENTO E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS.**

Contratado:
VP HOSPITALITY LTDA – CNPJ: 60.118.893/0001-04
Valor: R$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil, e quinhentos reais).

Justificativa anexa nos autos do processo de Inexigibilidade Licitação nº 42/2026.

Dotação Orçamentária:
08 Secretaria Municipal de Educação
001 Diretoria de Educação
12.361.0005.2015 Gestão do Ensino Fundamental
2800 (0104) 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Tijucas do Sul, 15 de outubro de 2026.

JOSE ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:9DA8A612

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

CIAS
ADITAMENTO DE PRAZO E VALOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPIRA

O CIAS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO
Sede administrativa na Prefeitura Municipal de Japira
ADITAMENTO DE PRAZO E VALOR
EXTRATO do terceiro aditivo do Contrato nº 01/2024

Contratado: Limpatur Limpeza Urbana LTDA CNPJ Nº 04.336.100/0001-43
Concorrência Eletrônica Nº: 01/2024
Objeto: Contratação de empresa especializada em execução de serviços de Engenharia Ambiental e Sanitária para realizar atividades de Operação e Manutenção do Aterro Sanitário do Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário – CIAS.
Valor: R$ 1.362.420 (um milhão, trezentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e vinte reais).
Prazo: 12 (doze) meses.
Vigência: 09/11/2027.

Japira, 15 de outubro de 2026.

HARIEL VIEIRA FOGAÇA
Presidente do CIAS

Publicado por:
Ana Celia de Oliveira
Código Identificador:827A1A4F

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 03

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - COMDIM

RESOLUÇÃO Nº 03/2026

SÚMULA – Aprova a Prestação de Contas anual do Recurso Estadual Fortalecimento da Rede de

Proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres Del. 04/2024

O Conselho Municipal dos direitos das Mulheres – CMDDM, reunido no dia 13 de outubro de 2026, no uso das atribuições que lhe confere a Lei de Criação nº: 586/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar Prestação de Contas do Recurso Estadual Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres Del. 04/2024, anual do ano de 2025.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de publicação.

Tomazina - Pr, 15 de outubro de 2026.

JANAINA FERREIRA DA CRUZ SOUZA
Presidente do COMDIM

Publicado por:
Luciane Rosa Gordia Nunes
Código Identificador:4F37307C

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 386/2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão Eleitoral para o processo de seleção de Gestores Escolares no Município de Tomazina/PR.

O Senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no **Decreto nº 72/2025**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para compor a Comissão Eleitoral responsável pelos processos de seleção de Gestores Escolares do Município de Tomazina/PR:

Gabriel Donizetti dos Santos – Representante/Membro do Conselho Municipal de Educação;
Alexandre Oliveira Sanches – Representante/Membro da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR);
Flavio Santos Fontanelli – Secretário Municipal de Educação.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições anteriores.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 15 de outubro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:A602C6CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2026 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Licitação com Itens exclusivos para ME, EPP ou MEI.
Objeto: Registro de preços para aquisição de máquinas de costura, tecidos e aviamentos para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Trabalho e Cidadania e Secretaria Municipal da Mulher de Tomazina-PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e no Edital de Licitação.
A Prefeitura Municipal de Tomazina, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação referente ao PREGÃO ELETRÔNICO n° 31/2026, no portal: (www.bll.org.br).
Valor Total de Referência: R$69.867,32 (sessenta e nove mil e oitocentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos).
Abertura da Licitação: 09 horas do dia **04/11/2026**.
Local da Abertura: Prefeitura Municipal de Tomazina – Praça Tenente João José Ribeiro, 99 – Tomazina – PR. O Edital completo está disponível no site http://tomazina.pr.gov.br, no PNCP no site https://pncp.gov.br/ e no portal: www.bll.org.br. Maiores esclarecimentos estarão à disposição dos interessados de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo whatsapp (43)99615-7043 e pelo email:marcieletmz@gmail.com

Tomazina, 15 de outubro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:FC7F9A87

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 55/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 97/2026

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09:00 HORAS** do dia **04 DE NOVEMBRO DE 2026**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LIVROS LITERÁRIOS DESTINADOS À AMPLIAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 98824-6760 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná/PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.

Três Barras do Paraná-PR, 15 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:866A8297

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 56/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 095/2026

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **14h00** do dia **04 DE NOVEMBRO DE 2026**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO DO LOTE**, regidos pela

Lei n° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PLANEJAMENTO, GEORREFERENCIAMENTO E OTIMIZAÇÃO DAS ROTAS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, INCLUINDO DIMENSIONAMENTO DA FROTA, ESTIMATIVA DE CUSTOS E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 9 8824-6760 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00.
Três Barras do Paraná-PR, 15 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:B097EC97

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 236/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ e W2M CONSTRUTORA LTDA.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 236/2025 por mais 12 (doze) meses, bem como a renovação dos quantitativos originalmente registrados, mantidos os valores unitários vigentes, cujo objeto consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de tubos em concreto (manilhas), destinados ao atendimento das necessidades do Município de Três Barras do Paraná.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços nº 236/2025.
VALOR: R$ 98.199,75 (noventa e oito mil, cento e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos), correspondente ao valor total estimado dos quantitativos renovados, mantidos os preços unitários originalmente registrados.
PRAZO: Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar do término da vigência atualmente estabelecida.
DATA: 15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:A755A27C

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 PROCESSO ADM: Nº 90/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, SENDO O LOTE 01 DESTINADO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E O LOTE 02 AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS PARTICIPANTES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E DEMAIS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
Empresas vencedoras valor total: R$ 210.759,54 (duzentos e dez mil e setecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos): **VTR COMERCIAL LTDA** (52932346000121) com os lotes: 7 no valor total de R$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais). **RHEINHEIMER & RHEINHEIMER LTDA** (03657902000193) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 no valor total de R$ 153.579,54 (cento e cinquenta e três mil e quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos). **ALIMENTEX DISTRIBUIDORA LTDA** (41191505000168) com os lotes: 11, 13, 14 no valor total de R$ 8.306,40 (oito mil e trezentos e seis reais e quarenta centavos). **TOSCAN DISTRIBUIDORA LTDA** (10828263000147) com os lotes: 15 no valor total de R$ 5.673,60 (cinco mil e seiscentos e setenta e três reais e sessenta centavos).
TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quinta-feira, 15 de outubro de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:F7E15068

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 PROCESSO ADM: Nº 90/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, SENDO O LOTE 01 DESTINADO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E O LOTE 02 AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS PARTICIPANTES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E DEMAIS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
Empresas vencedoras valor total: R$ 210.759,54 (duzentos e dez mil e setecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos): **VTR COMERCIAL LTDA** (52932346000121) com os lotes: 7 no valor total de R$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais). **RHEINHEIMER & RHEINHEIMER LTDA** (03657902000193) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 no valor total de R$ 153.579,54 (cento e cinquenta e três mil e quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos). **ALIMENTEX DISTRIBUIDORA LTDA** (41191505000168) com os lotes: 11, 13, 14 no valor total de R$ 8.306,40 (oito mil e trezentos e seis reais e quarenta centavos). **TOSCAN DISTRIBUIDORA LTDA** (10828263000147) com os lotes: 15 no valor total de R$ 5.673,60 (cinco mil e seiscentos e setenta e três reais e sessenta centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.
TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quinta-feira, 15 de outubro de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:9877DE9D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº02/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº02/2026

A **Prefeitura Municipal, mantenedora do Centro Municipal de Educação Infantil Maria Joana Prestes – Educação Infantil**, no uso das atribuições legais conferidas pelas Deliberações n.º 02/2018, n.º 03/2018 - CP/CEE/PR e pelo **Parecer de Legalidade nº 805/2026 – NREAM Norte,**

HOMOLOGA:
Art. 1º. O Projeto Político Pedagógico e a Proposta Pedagógica Curricular**,** do**Centro Municipal de Educação Infantil Maria Joana Prestes – Educação Infantil,** do município de Tunas do Paraná com a oferta da Educação Infantil.
Art. 2º. O Projeto Político-Pedagógico e a Proposta Pedagógica Curricular homologado por este Ato, entra em vigor a partir do início do ano letivo de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 06 de outubro de 2026.

ALESSANDRO PRESTES DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração Finanças e Planejamento
Portaria nº 038/2026 de 01/06/2026

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:28B92DC3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº04/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº04/2026

A **Prefeitura Municipal, mantenedora do Centro Municipal de Educação Infantil Araci dos Santos Cordeiro – Educação Infantil**, no uso das atribuições legais conferidas pelas Deliberações n.º 02/2018, n.º 03/2018 - CP/CEE/PR e pelo **Parecer de Legalidade nº 808/2026 – NREAM Norte.**
HOMOLOGA:
Art. 1º. O Projeto Político Pedagógico e a Proposta Pedagógica Curricular**,** do **Centro Municipal de Educação Infantil Araci dos Santos Cordeiro – Educação Infantil ,** do município de Tunas do Paraná com a oferta da Educação Infantil.
Art. 2º. O Projeto Político-Pedagógico e a Proposta Pedagógica Curricular homologado por este Ato, entra em vigor a partir do início do ano letivo de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 06 de outubro de 2026.

ALESSANDRO PRESTES DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração Finanças e Planejamento
Portaria Nº 038/2026 de 01/06/2026

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:172E52AB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº05/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº05/2026

A **Prefeitura Municipal, mantenedora da CMEI Professora Gelta Santos Taborda De Faria – Educação Infantil** no uso das atribuições legais conferidas pelas Deliberações n.º 02/2018, n.º 03/2018 - CP/CEE/PR e pelo **Parecer de Legalidade nº 812/2026 – NREAM Norte.**
HOMOLOGA:
Art. 1º. O Projeto Político Pedagógico e a Proposta Pedagógica Curricular**,** da**CMEI Professora Gelta Santos Taborda De Faria – Educação Infantil,** do município de Tunas do Paraná com a oferta da Educação Infantil.
Art. 2º. O Projeto Político-Pedagógico e a Proposta Pedagógica Curricular homologado por este Ato, entra em vigor a partir do início do ano letivo de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 07 de outubro de 2026.

ALESSANDRO PRESTES DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração Finanças e Planejamento
Portaria nº 038/2026 de 01/06/2026

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:A68A73EE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026 – PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TUNAS DO PARANÁ (PME) 2026/2036

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ/PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO GESTORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(PME 2026–2036)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026 – PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TUNAS DO PARANÁ (PME) 2026/2036

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS MEMBROS DOS GRUPOS DE TRABALHO (GTs 1 A 5), COMISSÃO GESTORA, PRÓ-FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CONVIDADOS COLABORADORES PARA A SEQUÊNCIA DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (DECÊNIO 2026–2036).

A VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO GESTORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TUNAS DO PARANÁ, E O SECRETÁRIO ADJUNTO DE EDUCAÇÃO (Respondendo pelo expediente da SME – Licença-Maternidade da Titular) no uso de suas atribuições legais, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 158/2026 (Comissão Gestora), da Portaria nº 039/2026 (Pró-Fórum Municipal de Educação) e da Portaria nº 51/2026 (Grupos de Trabalho do PME);

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade à sequência dos trabalhos e ao aprofundamento das propostas com base nos dados pontuais do diagnóstico do novo Plano Municipal de Educação (PME 2026–2036);

CONVOCA os membros titulares e suplentes dos Grupos de Trabalho (GTS) temáticos (GTs 1 a 5), os membros da Comissão Gestora, os representantes do Pró-Fórum Municipal de Educação, as Equipes Técnicas e Pedagógicas de Apoio e demais Convidados Colaboradores para participarem das oficinas de trabalho, que serão realizadas na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Educação, conforme cronograma e pautas abaixo:

1. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO (GTs)

• GT 1 – Educação Infantil e Ensino Fundamental (Metas 1 e 2)
- Titular: Teresinha Arcanjo dos Santos | Suplente: Margarida Eliane Berticelli

• GT 2 – Ensino Médio, Educação Superior, EJA e Educação Especial (Metas 3, 4, 8, 9, 10 e 11)
- Titular: Karin Renata Prestes dos Santos | Suplente: Rosana Aparecida Jetka

• GT 3 – Qualidade da Educação, Alfabetização e Tecnologias (Metas 5, 6, 7 e 12)
- Titular: Gentila Otaviana Camargo Gerent | Suplente: Adriele de Godoi Ribeiro

• GT 4 – Valorização dos Profissionais da Educação e Gestão Democrática (Metas 13 a 19)
- Titular: Edson Brasilio de Oliveira | Suplente: Romeu Gonçalves de Morais

• GT 5 – Financiamento e Infraestrutura Escolar (Meta 20)

- Titular: Karolyne Prestes dos Santos | Suplente: Zuleide Aparecida Buzelatto

2. CRONOGRAMA, DATAS, HORÁRIOS E PAUTAS COM DADOS PONTUAIS DO DIAGNÓSTICO

• DIA 19/10/2026 (Segunda-feira) – Às 13h30min | GT 1
- Pauta: Análise dos dados pontuais de cobertura de atendimento em creches (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos); índices de fluxo escolar, aprovação e distorção idade-série no Ensino Fundamental.

• DIA 20/10/2026 (Terça-feira) – Às 08h30min | GT 3
- Pauta: Análise dos dados pontuais dos índices de alfabetização na idade certa, proficiência em avaliações externas, inserção de tecnologias e computação nas escolas.

• DIA 20/10/2026 (Terça-feira) – Às 13h30min | GT 2
- Pauta: Análise dos dados pontuais da demanda e oferta de vagas na Educação Especial (AEE), matrículas na EJA, taxas de atendimento no Ensino Médio e Educação Superior.

• DIA 21/10/2026 (Quarta-feira) – Às 08h30min | GT 5
- Pauta: Análise dos dados pontuais do financiamento da educação, aplicação dos recursos do FUNDEB e MDE, e levantamento das demandas prioritárias de infraestrutura física e tecnológica.

• DIA 21/10/2026 (Quarta-feira) – Às 13h30min | GT 4
- Pauta: Análise dos dados pontuais do Plano de Carreira (PCCR), índices de formação continuada dos profissionais e funcionamento dos Conselhos Escolares e APMFs (Gestão Democrática).

Tunas do Paraná – PR, 14 de outubro de 2026.

EZULINA APARECIDA BURKNER RIBEIRO
Vice-Presidente da Comissão Gestora do PME

ALESSANDRO PRESTES DOS SANTOS
Secretário Adjunto de Educação
(Respondendo Pelo Expediente da SME)

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:6C25CCB9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 03/2026, 13 DE OUTUBRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 03/2026, 13 de outubro de 2026.

SÚMULA: Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização no âmbito do Município de Tunas do Paraná – PR, alinhado à Política de Alfabetização do Território Estadual e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TUNAS DO PARANÁ, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e pelo cargo;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA);

CONSIDERANDO a necessidade de estruturação e fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado do Paraná e o Município de Tunas do Paraná para garantir a alfabetização plena de todas as crianças na idade certa;

CONSIDERANDO o alinhamento às diretrizes da Política de Alfabetização do Território Estadual (Programa Educa Juntos / Alfabetiza Juntos - PR) e as metas educacionais do município;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o **Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização (CEMPA)** de Tunas do Paraná – PR, com a finalidade de planejar, coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar as ações voltadas à alfabetização na Rede Pública Municipal de Ensino.

Art. 2º Compete ao Comitê Estratégico Municipal:
Planejar e coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização em articulação com as instâncias estaduais e federais;
Acompanhar e monitorar os indicadores educacionais de alfabetização e os resultados de aprendizagem das turmas da pré-escola e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
Propor estratégias de formação continuada para os profissionais da educação infantil e dos anos iniciais;
Avaliar a efetividade das ações pedagógicas e sugerir medidas corretivas para o alcance das metas de alfabetização na idade certa.

Art. 3º O Comitê Estratégico Municipal será composto pelos seguintes membros, representantes dos segmentos educacionais do município:

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Margarida Eliane Berticelli (Coordenadora/Presidente)

II - Representante da Equipe Pedagógica da Rede Municipal:
Magnalene Santos Castro

III - Representante dos Diretores das Escolas Municipais:
Gentila Otaviana Camargo Gerent

IV - Representante dos Professores Alfabetizadores (Educação Infantil/Ensino Fundamental 1º/2º Anos):
Danieli do Rocio Galvão Sykacz

V - Representante do Conselho Municipal de Educação (CME):
Adinaldo de Jesus Franco

Parágrafo único. A função de Secretário(a) Executivo(a) do Comitê será exercida por Ezulina Aparecida Burkner Ribeiro, competindo-lhe a organização das pautas, registros e atas das reuniões.
Art. 4º As reuniões ordinárias do Comitê ocorrerão (trimestralmente) conforme calendário próprio a ser aprovado por seus membros, e extraordinariamente mediante convocação de seu (Coordenador/Presidente).

Art. 5º A participação dos membros no Comitê Estratégico Municipal não será remunerada, sendo considerada de relevante interesse público para o serviço educacional de Tunas do Paraná.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Tunas do Paraná – PR, em 13 de outubro de 2026.

ALESSANDRO PRESTES DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Finanças
Portaria Nº 158/2026 de 01 de Junho de 2026

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:41092F62

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 04/2026 – SME/TUNAS DO PARANÁ

PORTARIA Nº 04/2026 – SME/TUNAS DO PARANÁ

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE TUNAS DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a meta de alfabetizar 100% das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) e a necessidade de manter o padrão de excelência educacional do município (Selo Ouro);

CONSIDERANDO o papel estratégico da comunicação institucional para o engajamento da comunidade escolar e o combate ao absenteísmo e à evasão escolar,

Art. 1º Fica instituído o Plano de Comunicação Municipal para Alfabetização de Tunas do Paraná, com o objetivo de organizar uma rotina de comunicação simples e unificada para garantir a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

Art. 2º O Plano de Comunicação, anexo a esta Portaria, foi feito em construção conjunta com os diretores escolares e guiará as ações das equipes pedagógicas e das unidades escolares da rede municipal de educação de Tunas do Paraná.

Art. 3º Compete aos Diretores Escolares, Coordenadores Pedagógicos e Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação (SME) o fiel cumprimento e a coordenação das ações previstas no referido Plano.

Art. 4º O Plano Estratégico de Comunicação poderá ser revisado e atualizado periodicamente pela Secretaria Municipal de Educação para adequação às necessidades pedagógicas e administrativas da rede.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Tunas do Paraná – PR, 14 de outubro de 2026.

ALESSANDRO PRESTES DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Finanças
Portaria Nº 158/2026 de 01 de Junho de 2026

PLANO ESTRATÉGICO DE COMUNICAÇÃO

1.Objetivos:
Geral: Alfabetizar todas as crianças de Tunas do Paraná na idade certa.
CNCA: Manter a rede focada nas metas do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.
Professores: Apoiar o trabalho em sala de aula e compartilhar boas práticas pedagógicas.
Famílias: Conscientizar sobre a importância da frequência escolar para combater a evasão e o absenteísmo.
Sociedade: Dar transparência aos avanços e resultados das escolas municipais.

2. Campanha
Slogan: *"Tunas do Paraná: Juntos pela Alfabetização no Tempo Certo!"*
Conceito: Mobilizar toda a comunidade escolar, pais, professores e gestão como agentes ativos no sucesso da aprendizagem dos alunos.

3. Canais de Comunicação
Gestão: Ofícios, e-mails institucionais e reuniões mensais de alinhamento.
Professores: Grupos oficiais de WhatsApp e murais informativos nas salas dos professores.
Famílias: Bilhetes impressos no caderno, lista de transmissão do WhatsApp e carro de som nos bairros/zonas rurais.
Transporte Escolar: Comunicação direta via WhatsApp com motoristas e monitores para reforçar a busca ativa.
Sociedade: Redes sociais da Prefeitura, portal institucional e Diário Oficial.

4. Cronograma (Rotina)
Semanal: Envio de lembretes sobre frequência escolar e incentivo à leitura para os pais.
Mensal: Dicas pedagógicas e materiais de apoio para professores via WhatsApp.
Trimestral: Reunião da gestão com diretores para monitoramento de notas, avaliações e faltas.
Semestral: Lançamento de campanhas públicas e prestação de contas dos dados oficiais de alfabetização.

5. Mobilização
Dia da Família na Escola: Encontros acolhedores com oficinas práticas de leitura e escrita compartilhadas entre pais e filhos.
Vitrine Pedagógica: Espaço de compartilhamento interno (digital ou presencial) de fotos, relatos de prática e projetos de sucesso dos alfabetizadores.

6. Divulgação de Resultados
Painel Escolar: Exposição nos murais das escolas com gráficos simples e visuais sobre os índices de presença e leitura.
Reunião comunitária: Encontro semestral aberto à sociedade para prestação de contas dos avanços da rede.
Festa Selo Ouro: Evento de encerramento do ano letivo focado no reconhecimento e premiação do empenho das escolas e profissionais.

7. Disposições Finais e Responsabilidades

Art. 1º A Secretaria Municipal de Educação (SME) será a responsável geral por coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução de todas as ações deste Plano de Comunicação.

Art. 2º Caberá aos Diretores Escolares e Coordenadores Pedagógicos garantir a entrega dos bilhetes às famílias, manter os murais atualizados e gerenciar os canais de comunicação direta com a comunidade escolar.

Art. 3º A equipe pedagógica da SME será responsável por elaborar, validar e programar os conteúdos informativos e pedagógicos direcionados aos professores, famílias e comunidade escolar.

Art. 4º Os casos omissos ou não previstos neste plano serão resolvidos diretamente pelo Gabinete do Secretário Municipal de Educação.

Tunas do Paraná, 14 de outubro de 2026

ALESSANDRO PRESTES DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Finanças
Portaria Nº 158/2026 de 01 de Junho de 2026

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:DFB7825F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ERRATA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026

ERRATA
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026
A Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, torna pública a presente **ERRATA** à Ata de Avaliação dos Documentos de Credenciamento – Habilitação, referente ao Chamamento Público nº 03/2026, para correção da data indicada ao final do documento.

Onde se lê: "Tunas do Paraná, 070 de junho de 2026."
Leia-se: "Tunas do Paraná, 07 de outubro de 2026."
Permanecem inalteradas as demais informações constantes na referida ata.

Tunas do Paraná, 15 de outubro de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:4FD8E7E9

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ERRATA DO AVISO DE LICITAÇAO PREGAO ELETRONICO Nº 75/2026

ERRATA DO AVISO DE LICITAÇAO
PREGAO ELETRONICO Nº 75/2026

Corrige informação.

ONDE LÊ-SE:
O MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ torna público, que fará realizar **LICITAÇÃO, EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE** na modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO, tipo "Maior percentual de Desconto da Tabela ANP".

O Edital e seus anexos estão disponíveis a partir do dia 18/10/2026 no portal da transparência: www.tunasdoparana.pr.gov.br, ou pelo e-mail: licitacao@tunasdoparana.pr.gov.br.

LEIA-SE
O MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ, através do Prefeito Municipal, torna público**, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar LICITAÇÃO, na modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO, tipo "Maior percentual de Desconto da Tabela ANP".

O Edital e seus anexos estão disponíveis a partir do dia 16/10/2026 no portal da transparência: www.tunasdoparana.pr.gov.br, ou pelo e-mail: licitacao@tunasdoparana.pr.gov.br.

Tunas do Paraná, 15 de outubro de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:CFA77F86

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO REFERENETE AO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO REFERENETE AO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026 - implantar e Executar serviço de coleta seletiva, triagem, processamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recicláveis e orgânicos produzidos no Município de Tunas do Paraná
PARTES: **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ** CNPJ/MF sob nº. 68.703.834/0001-05, e, de outro lado a empresa **CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E DE MATÉRIA PRIMA PARA PRODUÇÃO DE ADUBO ORGANICO - TUNAS SUSTENTABILIDADE,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. **141.310.528/0001-44.**

OBJETO: Gestão, operação e manutenção do Centro Municipal de Recicláveis de Tunas do Paraná, com execução de atividades de triagem, processamento de resíduos recicláveis, produção de adubo orgânico, apoio à coleta seletiva e promoção de educação ambiental.
.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente contrato é a Gestão, operação e manutenção do Centro Municipal de Recicláveis**,** visando atender à necessidade imediata da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme descrito abaixo:

ITEM	DESCRITIVO	QUANTIDADE MENSAL	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ESTIMADO 12 MESES
1	Gestão, operação e manutenção do Centro Municipal de Recicláveis de Tunas do Paraná, com execução de atividades de triagem, processamento de resíduos recicláveis, produção de adubo orgânico, apoio à coleta seletiva e promoção de educação ambiental	12	R$ 15.533,15	R$ 186.397,76

CLÁUSULA SEGUNDA: Os recursos para pagamento dos serviços correrão por conta da dotação, previsto no orçamento geral do Município de Tunas do Paraná (PR)**.**

11.001.18.542.0025.1.201–GESTÃO E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
642	3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1001

DATA: Tunas do Paraná, 15 de outubro de 2026.

ASSINAM O TERMO: MARCO ANTONIO BALDÃO - PREFEITO MUNICIPAL E
CLÉRIO JOSÉ MACEDO - Presidente da TUNAS SUSTENTABILIDADE

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:C6B92083

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 118/2026

Dispõe sobre a nomeação da nova composição do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso para o período de 2026 a 2027.

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que são lhe conferidas por Lei.
DECRETA:
Art.1º Nomear os membros titulares e suplentes, representantes dos órgãos governamentais e não governamentais relacionados abaixo para comporem o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso para o período de 2026 a 2027.

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Rosa Terezinha Andrade Gusso
Suplente: Emiliano Ferreira Camargo

Secretaria Municipal de Educação
Titular: Silvia de Almeida
Suplente: Silvane Rickli Horst Schneider

Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social
Titular: Micheli Johann Figueiredo
Suplente: Elizangela Mendes Pereira Jorge

Centro de Referência de Assistência Social- CRAS
Titular: Vilma Aparecida Gonçalves
Suplente: Rosenilda Rodrigues

Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo
Titular: Simone Oliveira
Suplente: Rafaele de Campos Galeski

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS
Associação de Terceira Idade Cantinho da Saudade
Titular: David Divonzir Schinemann
Suplente: Ida Schinemann

Associação de Terceira Idade Tempo de Viver
Titular: Marilda Aparecida Miranda Neves

Suplente: Antonio Carlos Branco

Associação de Terceira Idade Nova Esperança
Titular: Julia Fernandes
Suplente: Lucia de Lima Soares

Associação de Terceira Idade Recanto Feliz
Titular: Otales Carriel Correa
Suplente: Adelir Tratz

Associação de Terceira Idade Reviver
Titular: Elizabeth O. N. Santos
Suplente: José Joarez Moraes

Presidente: Vilma Aparecida Gonçalves
Vice Presidente: Rosa Terezinha Andrade Gusso

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 66/2025.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, 15 de outubro de 2026.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:BA3B7D90

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 167-2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 03/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 167/2026

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado Final do Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 03/2025, homologado pelo Edital n. 10/2025, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado n. 03/2025, homologado pelo Edital n. 10/2025.
2º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Turvo-PR no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais e cópias declarados na inscrição bem como o comprovante de inscrição conforme ANEXO II, além de todos os documentos originais e cópias para efetivar a contratação, conforme item "CONTRATAÇÃO" do Edital de abertura do certame nº 03/2025.

3º A inexatidão de declarações, títulos e dados e a irregularidade na documentação, verificadas em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado importará na eliminação do candidato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO
Motorista D– 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Edson Nereu Camargo	21°

4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:F320A94A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 174/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/2026

Contrato Administrativo nº 174/2026 – Pregão Eletrônico Nº 90/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: 12.800.747 ELOIR GEOVANE MIRANDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 12.800.747/0001-03, com sede localizada na Rua Reverendo Roberto Rickli Sobrinho, Nº 99, no Município de Turvo/PR, CEP 85.153-009, neste ato representada por Eloir Geovane Miranda, portador do CPF/MF sob o nº 010.315.579-11 – **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA MINISTRAR OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS NAS ÁREAS DE TEATRO, DANÇA, ARTESANATO, EDUCAÇÃO FÍSICA, VIOLÃO, LÍNGUA INGLESA E ARTES MARCIAIS, DESTINADAS AOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES E DA SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO – **Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses tendo sua vigência compreendida entre 14/10/2026 a 13/10/2027 - **Valor global:** R$ 40.784,00 (quarenta mil, setecentos e oitenta e quatro reais) – **Gestoras:** Daniela Bottega e Larissa Klosovski Horst - **Fiscais:** Emily Silvestre Gevenka e Vanessa da Silva Carvalho – **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:13D62754

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 175/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2026

Contrato Administrativo nº 175/2026 – Pregão Eletrônico Nº 75/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada:PRIME COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 49.755.681/0001-97, com sede localizada na Rua José Patrício dos Santos, Nº 907, no Município de Sombrio/SC, CEP 88.960-000, neste ato representada por Nairaine de Quadros Gomes, inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 066.303.869-30– **Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE TROFÉUS E MEDALHAS DESTINADOS ÀS PREMIAÇÕES DE EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE TURVO/PR– **Prazo de Vigência:**12 (doze) meses tendo sua vigência compreendida entre 15/10/2026 a 14/10/2027 - **Valor global:** R$ 36.845,26 (trinta e seis mil oitocentos e quarenta e cinco reais e vinte e seis centavos) – **Gestora:** Larissa Klosovski Horst - **Fiscal:** Rafaele Campos Galeski - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:41FA04A9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 157/2025 INEXIGIBILIDADE N° 53/2025

Primeiro Termo Aditivo - Contrato Administrativo nº 157/2025 – Inexigibilidade N° 53/2025 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada:NILO & ALMEIDA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 22.964.948/0001-08, com sede localizada na Q SAUS QUADRA 5, BLOCO K, SALAS 812, 813, 814, 815, 816, Nº 817, no Município de Brasília/DF, CEP 70.070-050, neste ato representada por Edvaldo Nilo de Almeida, portador da cédula de identidade Nº 0958748608 SSP/BA e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 808.872.955-68 – **Objeto:** CONTRATAÇÃO DIRETA MEDIANTE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DA EMPRESA NILO & ALMEIDA ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ N° 22.964.948/0001-08 ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ESPECIALIZADO PARA AJUIZAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE AÇÃO JUDICIAL – **Prazo de Vigência:** Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 157/2025, de forma que a data para o seu termo final passa a ser **15 de outubro de 2027** – **Gestor:** Aletheia Giselle Leonel de Almeida Schnitzer Simões Falci – **Fiscal:** Oscar Dala Rosa Neto - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:0301CDF0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2026

Primeiro Termo de Apostilamento - Contrato Administrativo n° 37/2026 –Inexigibilidade de Licitação Nº 31/2026 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: JUVINO DE FREITAS** inscrita no CPF n.º 125.905.419-53 localizado Rua Paraná, N° 767, CEP: 85.150-000, Turvo/PR - **Objeto:** CONTRATAÇÃO DIRETA PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO LOCALIZADO NA RUA PARANÁ Nº 460, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE TURVO – PR, DESTINADO À INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA – **Do apostilamento:** Esse termo tem por objeto o apostilamento das contas de despesa do Contrato Administrativo Nº 37/2026 **- Foro:** Guarapuava (PR)

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:B33EE0B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ATO DA MESA Nº 83/2026

Autoriza viagem e concede diárias.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Umuarama, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, com base na Lei nº 4.944 e, tendo em vista o requerimento formulado pela Vereador Cristiane Gimenes da Silva,

RESOLVE:

Art. 1° Fica a Vereadora/1ª Secretária Cristiane Gimenes da Silva, autorizada a viajar para a cidade de Curitiba-PR, nos dias 20, 21, 22 e 23 de outubro de 2026, de ônibus leito, para participar do "Seminário Outubro Rosa" com o tema "Decoro Parlamentar, Emendas Impositivas, Controle Interno e Externo, Ouvidoria e Procuradoria da Mulher", a ser realizado pela empresa AKM – Treinamentos Públicos; cabendo-lhe o pagamento antecipado de 04 (quatro) diárias nos termos da Lei nº 4.944, de 30 de março de 2026.

Art. 2° Este Ato da mesa entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, Estado do Paraná, em 14 de outubro de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente

JABÁ DA CARROCERIA
1º Secretário

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:3FB491A9

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ATO DA MESA Nº 84/2026

Autoriza viagem e concede diárias.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Umuarama, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, com base na Lei nº 4.944 e, tendo em vista o requerimento formulado pelo Vereador Jabá da Carroceria,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica o servidor Fernando Dias da Silva – Assessor de Gabinete Parlamentar, a pedido do Vereador Jabá da Carroceria, autorizado a viajar a cidade de Curitiba-PR, nos dias 20, 21, 22 e 23 de outubro do corrente ano, de ônibus leito, para participar do "Seminário Outubro Rosa", com o tema "Decoro Parlamentar, Emendas Impositivas, Controle Interno e Externo, Ouvidoria e Procuradoria da Mulher", a ser realizado pela empresa AKM – Treinamentos Públicos; cabendo-lhe o pagamento antecipado de 04 (quatro) diárias, nos termos da Lei nº 4.944, de 30 de março de 2026.

Art. 2º. Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, Estado do Paraná, em 14 de outubro de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente

CRIS DAS FRUTAS
1ª Secretária

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:ECE4C447

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ATO DA MESA Nº 85/2026

Autoriza viagem e concede diárias.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Umuarama, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, com base na Lei nº 4.944 e, tendo em vista o requerimento formulado pela servidora Sylvia Karine Deltel Ferraz Yugukawa,

RESOLVE:

Art. 1° Fica a servidora Sylvia Karine Deltel Ferraz Yugukawa, autorizada a viajar para a cidade de Curitiba-PR, nos dias 20, 21, 22 e 23 de outubro de 2026, de ônibus leito, para participar do "Seminário Outubro Rosa" com o tema "Decoro Parlamentar, Emenda Impositivas, Controle Interno e Externo, Ouvidoria e Procuradoria da Mulher", a ser realizado pela empresa AKM – Treinamentos Públicos; cabendo-lhe o pagamento antecipado de 04 (quatro) diárias nos termos da Lei nº 4.944, de 30 de março de 2026.

Art. 2° Este Ato da mesa entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, Estado do Paraná, em 14 de outubro de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente

CRIS DAS FRUTAS
1ª Secretária

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:44706AEE

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ATO DA MESA Nº 86/2026

Autoriza viagem e concede diárias.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Umuarama, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, com base na Lei nº 4.944 e, tendo em vista o requerimento formulado pela servidora Lenilse Vaz da Costa,

RESOLVE:

Art. 1° Fica a servidora Lenilse Vaz da Costa – Telefonista e Ouvidora Legislativa, autorizada a viajar para a cidade de Curitiba-PR, nos dias 21, 22 e 23 de outubro de 2026, de ônibus leito, para participar do "Seminário Outubro Rosa" com o tema "Decoro Parlamentar, Emenda Impositivas, Controle Interno e Externo, Ouvidoria e Procuradoria da Mulher", a ser realizado pela empresa AKM – Treinamentos Públicos; cabendo-lhe o pagamento antecipado de 03 (tr6es) diárias nos termos da Lei nº 4.944, de 30 de março de 2026.

Art. 2° Este Ato da mesa entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, Estado do Paraná, em 14 de outubro de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente

CRIS DAS FRUTAS
1ª Secretária

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:61051EB6

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ATO DA MESA Nº 87/2026

Autoriza viagem e concede diárias.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Umuarama, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, com base na Lei nº 4.944 e, tendo em vista o requerimento formulado pelo Vereador Ronaldo Cruz Cardoso,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica o Vereador Ronaldo Cruz Cardoso, autorizado a viajar a cidade de Curitiba-PR, nos dias 19, 20, 21, 22 e 23 de outubro do corrente ano, com o veículo FIAT/Pulse de placa SEL-9C86, de uso e guarda da Câmara Municipal de Umuarama, para nos dias 19 e 20 cumprir agenda institucional na Assembléia Legislativa do Paraná - ALEP com o Deputado Estadual Marcio Nunes e na Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, e, nos dias 20, 21, 22 e 23, para participar do curso com o tema "Gestão Pública no cenário Pós Eleição 2026: Relações Institucionais, Captação de Recursos e Fortalecimento dos Municípios", a ser realizado pela empresa IPB Capacitação; cabendo-lhe o pagamento antecipado de 05 (cinco) diárias, nos termos da Lei nº 4.944, de 30 de março de 2026.

Art. 2º. Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, Estado do Paraná, em 14 de outubro de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente

CRIS DAS FRUTAS
1ª Secretária

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:DC6FB6EB

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ATO DA MESA Nº 88/2026

Autoriza viagem e concede diárias.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Umuarama, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, com base na Lei nº 4.944 e, tendo em vista o requerimento formulado pelo Vereador Ronaldo Cruz Cardoso,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica o servidor Alberto de Salve Spina – Assessor de Gabinete Parlamentar, a pedido do Vereador Ronaldo Cruz Cardoso, autorizado a viajar a cidade de Curitiba-PR, nos dias 19, 20, 21, 22 e 23 de outubro do corrente ano, com o veículo FIAT/Pulse de placa SEL-9C86 de uso e guarda da Câmara Municipal de Umuarama, para nos dias 19 e 20 cumprir agenda institucional na Assembléia Legislativa do Paraná - ALEP com o Deputado Estadual Marcio Nunes e na Secretaria de Saúde do Estado do Paraná – SESA, e, nos dias 20, 21, 22 e 23, para participar do curso com o tema "Gestão Pública no cenário Pós Eleição 2026: Relações Institucionais, Captação de Recursos e Fortalecimento dos Municípios", a ser realizado pela empresa IPB Capacitação; cabendo-lhe o pagamento antecipado de 04½ (quatro e meia) diárias, nos termos da Lei nº 4.944, de 30 de março de 2026.

Art. 2º. Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, Estado do Paraná, em 14 de outubro de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente

CRIS DAS FRUTAS
1ª Secretária

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:792519A3

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ATO DA MESA Nº 89/2026

Autoriza viagem e concede diárias.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Umuarama, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, com base na Lei nº 4.944 e, tendo em vista o requerimento formulado pelos servidores abaixo discriminados,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam os servidores Rodrigo Almeida Mossurunga Moraes – Chefe do Departamento de Finanças, Orçamento, Contabilidade e Recursos Humanos e Pregoeiro e Rogério Siqueira Pinheiro – Assistente de Contabilidade e Membro da Equipe de Apoio do Pregoeiro, autorizados a viajarem a cidade de Curitiba-PR, nos dias 19, 20, 21, 22 e 23 de outubro de 2026, com o veículo Fiat/Cronos de placa BCD-7284, de uso e guarda da Câmara Municipal de

Umuarama, para participarem do "Seminário Contratações Públicas, Planejamento e Elaboração dos Documentos - Oficina Prática" – pelo método consultor", a ser realizado pela empresa IDADI – Consultoria e Tecnologia Ltda; cabendo a cada um, o pagamento antecipado de 04½ (quatro e meia) diárias, nos termos da Lei nº 4.944, de 30 de março de 2026.

Art. 2º. Este Ato da Mesa entra em vigor na data de publicação.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, Estado do Paraná, em 14 de outubro de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente

CRIS DAS FRUTAS
1ª Secretária

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:9ED0E1C7

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
DISPENSA ELETRÔNICA 09/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 09/2026

Procedimento Licitatório 66/2026
Dispensa Eletrônica 09/2026

A **Câmara Municipal de Umuarama/PR**, torna público que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **Menor Preço, Global por Lote**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislações aplicáveis, para aquisição direta de **pneus automotivos novos**, conforme especificações, quantidades e valores constantes do Termo de Referência, em anexo.
OBJETO: Aquisição de pneus automotivos novos, medida 195/55R16, para atendimento das necessidades da frota da Câmara Municipal de Umuarama/PR, conforme especificações e condições estabelecidas neste Aviso e no Termo de Referência.
Recebimento das propostas: até às 09h00min do dia 26 de outubro de 2026
Início da sessão de disputa de preços: às 09h30min do dia 26 de outubro de 2026
Link: Portal BLL Compras – Bolsa de Licitações do Brasil - www.bll.org.br
Horário da Fase de Lances: 09h30min às 15h30min
Dados para Contato: 44-3621-3750, licitacao@cmu.pr.gov.br
Endereço: Sede da Câmara Municipal de Umuarama, Avenida Rio Branco, 3580, Centro Cívico, CEP 87501-170, Umuarama/PR
VALOR MÁXIMO: R$ 2.369,00 (dois mil trezentos e sessenta e nove reais)
1. NORMAS LEGAIS ADOTADAS: Lei de Licitações nº 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, Lei Municipal nº 4.201/2017, de 16 de junho de 2017, Lei Complementar Federal nº 123/06, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
1.1. Neste procedimento a participação será de ampla concorrência, conforme Art. 49, III da Lei Complementar 123/2006.
1.1.1. Caso haja participação de MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, será aplicado também a Lei Municipal nº 4.201/2017, de 16 de junho de 2017.
1.2. Dotação Orçamentária: Elemento de Despesa **3.3.90.30.00 – Material de Consumo** (Subitem específico: **3.3.90.30.39.01 – Aquisição de Pneus**).
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA
A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante da plataforma eletrônica do Portal BLL Compras – Bolsa de Licitações do Brasil, disponível no endereço eletrônico: http://www.bll.org.br

Umuarama, 15 de outubro de 2026.

CÁSSIA PATRÍCIA UNGARO
Agente de Contratação

SIMONE A FREITAS FABIANO MAZIERO
Equipe de Apoio

Publicado por:
Cassia Patricia m P Ungaro
Código Identificador:E6A4BAB4

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
PAUTA DA ORDEM DO DIA - DIA 19/OUTUBRO /2026 - SESSÃO ORDINÁRIA

PROJETO DE LEI Nº 089/2026 -

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder contribuição financeira anual ao Rotary Club de Umuarama, vinculada à aquisição de insumos e de pratos personalizados para a realização da Festa do Frango na Telha, e dá outras providências.

Do Poder Executivo Municipal, **com 08 artigos.**
EM 1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, ARTIGO POR ARTIGO.
PROJETO DE LEI Nº 090/2026 - Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a ceder servidor para a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná - FUNEAS.
Do Poder Executivo Municipal, **com 03 artigos.**
EM 1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, ARTIGO POR ARTIGO.
PROJETO DE LEI Nº 073/2026 - Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir o Programa Municipal "Orquidário Colaborativo e Urbano" que dispõe sobre o plantio e preservação de orquídeas em espaços públicos, no Município de Umuarama, e dá outras providências.
Do Vereador Newton Soares, **com 10 artigos.**
EM 1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, ARTIGO POR ARTIGO.

PROJETO DE LEI Nº 088/2026 - Institui o Caminho da Padroeira, no Município de Umuarama e dá outras providências.
Dos Vereadores Luiz Antonio Caviquioli, Clebão dos Pneus, Cris das Frutas, Ednei do Esporte, Enfermeira Rosangela, Jabá da Carroceira, Marquinho do Climério, Newton Soares, Ronaldo Cruz Cardoso e Washigton Guirão, **com 06 artigos.**
EM 1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, ARTIGO POR ARTIGO.

Edifício Vereador Antônio Milton Siqueira, em 15 de outubro de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:78B0C9F3

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2026 – PMU

AVISO DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2026 – PMU

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 2026/07/401
PROCESSO DIGITAL Nº 8518-26-UMU-PLFD

PARA AMPLA CONCORRÊNCIA COM ITEM(S)S/LOTE(S) EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR

INDIVIDUAL (MEI), LOCAIS E/OU SEDIADAS NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE UMUARAMA.

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: A presente contratação será destinada para a aquisição de itens não perecíveis, que serão fornecidos como ingredientes para cafés, servidos em reuniões e em turnos de trabalho dos servidores lotados nas Escolas, Centros de Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos, durante o ano letivo de 2027, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:00 horas do dia 30/10/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 09:00 horas do dia 30/10/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 30/10/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM**
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 181.312,00 (cento e oitenta e um mil, trezentos e doze reais).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://bllcompras.com/.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); **no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU** no **Portal Nacional de Compras** (http://www.bll.org.br).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.

Umuarama/Pr, 13 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

LETÍCIA LABIAK PEREIRA
Secretaria Municipal de Educação

CLEBER BONFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Gabriela Viana Cardozo
Código Identificador:BE11C78D

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2026 - PMU COM INVERSÃO DE FASES

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO COM INVERSÃO DE FASES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2026 – PMU

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8549-26-UMU-PLFD

PARA AMPLA CONCORRÊNCIA

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, COM INVERSÃO DE FASES**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO, AFERIDO PELA MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO COBRADA DOS ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS – LOTE ÚNICO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital, observadas as datas e os horários a seguir.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Administração, Gestão de Sistema, Emissão de Cartões Magnéticos, com Processamento e Carga de Créditos Eletrônicos, bem como credenciamento de fornecedores para atendimento de Benefícios Eventuais, destinados às famílias e indivíduos residentes no Município de Umuarama/PR, com fundamentação nos princípios de cidadania e dos direitos sociais e humanos no âmbito da Política Pública de Assistência Social.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PRÉVIA: Até às 08:30 horas do dia 03/11/2026.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E INÍCIO DA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO PRÉVIA: Às 09:00 horas do dia 03/11/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Após a conclusão da habilitação prévia e do prazo de intenção de recurso correspondente, em data e horário comunicados pelo Pregoeiro no Sistema BLL.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO, AFERIDO PELA MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO COBRADA DOS ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS – LOTE ÚNICO

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado

VALOR ESTIMADO DOS BENEFÍCIOS: R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). **TAXA MÁXIMA AOS ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS:** 3,53%. **TAXA INCIDENTE SOBRE O MUNICÍPIO:** 0,00%.

LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://bllcompras.com.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.

O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU no Portal Nacional de Compras (http://www.bll.org.br).

Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, E/OU por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.

Umuarama/Pr, 13 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

MARIA LUÍSA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

CLEBER BONFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Gabriela Viana Cardozo
Código Identificador:A1437E87

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 027/2026 – PMU

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA: Nº 027/2026 – PMU

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2891-26-UMU-LIC

PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), LOCAIS E/OU SEDIADAS NA MICRORREGIÃO GEOGRAFICA DE UMUARAMA.

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a contratação direta via **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL (LOTE ÚNICO)**, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 303/2022 e do Decreto Municipal nº049/2025, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

1. DA CONTRATAÇÃO

1.1 OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de alimentação/pizzaria para fornecimento de almoço em sistema de rodízio de pizzas, acompanhamentos e bebidas (refrigerantes e água), com consumo presencial no próprio estabelecimento, de forma parcelada e sob demanda, para atender aos usuários dos serviços e programas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

1.2 RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS: de 19/10/2026 às 09h00min até 23/10/2026 às 23h59min.
1.3 DATA E HORÁRIO DE INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: 23/10/2026 às 09h00min.
1.4 HORÁRIO DE ENCERRAMENTO DA DISPUTA: 23/10/2026 às 15h00min.
1.5 DURAÇÃO DA DISPUTA: 06 (seis) horas.
1.6 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL
1.7 VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO: R$ 21.665,60 (vinte e um mil seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos).
1.9 LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA: https://www.bll.org.br.
1.10 REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
1.11 INFORMAÇÕES:
1.11.1 Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, **OU** por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.

1.11.2 Para acompanhar a presente contratação, o proponente deverá acessar o site bllcompras.com/Home/Login – Acesso Público – Promotor Umuarama, conforme Lei Municipal nº 4647, de 14/03/2023.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária de Assistência Social

CLEBER BONFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Gabriela Viana Cardozo
Código Identificador:404208D6

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N°1307/2026 - PMU

P O R T A R I A Nº 1.307/2026

Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 063/2026 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre as propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 063/2026 – PMU – que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis enviados pela Secretaria Municipal de Educação, através da Divisão de Alimentação Escolar, às escolas municipais e centros municipais de educação infantil para atender os alunos matriculados na rede municipal de ensino no ano de 2026/2027. tendo sido declarado vencedoras as empresas **JCV LICITAÇÕES LTDA.,** para os itens n°01 e 02; **LP DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.,** para os itens n°03, 04, 06, 07 e 08; **MARIA DA S. FUJIYOSHI LTDA.,** para o item n°05.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 13 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:CAC15DA9

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ACESF

RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ACESF

ATA DE COMPRA Nº 001/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026 - PMU
Contratante: ACESF – ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS.
Contratada: A M MENDES - ACESSORIOS.
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de pneus, câmaras de ar, protetor de aro e anéis de vedação para a frota de veículos da Prefeitura do Município de Umuarama/PR.
Vigência: 09/10/2026 a 09/10/2027.
Valor: R$ 1.990,00 (mil, novecentos e noventa reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/02/186 e no Pregão Eletrônico n° 043/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.303/2026, em 08 de outubro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 09 de outubro de 2026, edição nº. 3634, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 067/2023 e do Decreto nº 049/2025 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 001/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026 - PMU
Contratante: ACESF – ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS.

Contratada: VICENZO PNEUS E-COMMERCE LTDA.
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de pneus, câmaras de ar, protetor de aro e anéis de vedação para a frota de veículos da Prefeitura do Município de Umuarama/PR.
Vigência: 09/10/2026 a 09/10/2027.
Valor: R$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/02/186 e no Pregão Eletrônico n° 043/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.303/2026, em 08 de outubro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 09 de outubro de 2026, edição nº. 3634, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 067/2023 e do Decreto nº 049/2025 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 15 de outubro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:6CD6A02F

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - FMS

RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - FMS

ATA DE COMPRA Nº 001/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026 – PMU
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: A M MENDES - ACESSORIOS.
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de pneus, câmaras de ar, protetor de aro e anéis de vedação para a frota de veículos da Prefeitura do Município de Umuarama/PR.
Vigência: 09/10/2026 a 09/10/2027.
Valor: R$ 3.186,00 (três mil, cento e oitenta e seis reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/02/186 e no Pregão Eletrônico n° 043/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.303/2026, em 08 de outubro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 09 de outubro de 2026, edição nº. 3634, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 067/2023 e do Decreto nº 049/2025 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 002/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026 – PMU
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: COUTINHO PNEUS LTDA.
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de pneus, câmaras de ar, protetor de aro e anéis de vedação para a frota de veículos da Prefeitura do Município de Umuarama/PR.
Vigência: 09/10/2026 a 09/10/2027.
Valor: R$ 31.144,52 (trinta e um mil, cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/02/186 e no Pregão Eletrônico n° 043/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.303/2026, em 08 de outubro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 09 de outubro de 2026, edição nº. 3634, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 067/2023 e do Decreto nº 049/2025 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 003/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026 – PMU
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: TEREZA PNEUS LTDA.
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de pneus, câmaras de ar, protetor de aro e anéis de vedação para a frota de veículos da Prefeitura do Município de Umuarama/PR.
Vigência: 09/10/2026 a 09/10/2027.
Valor: R$ 5.584,00 (cinco mil, quinhentos e oitenta e quatro reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/02/186 e no Pregão Eletrônico n° 043/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.303/2026, em 08 de outubro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 09 de outubro de 2026, edição nº. 3634, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 067/2023 e do Decreto nº 049/2025 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 003/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026 – PMU
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: VICENZO PNEUS E-COMMERCE LTDA.
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de pneus, câmaras de ar, protetor de aro e anéis de vedação para a frota de veículos da Prefeitura do Município de Umuarama/PR.
Vigência: 09/10/2026 a 09/10/2027.
Valor: R$ 5.082,00 (cinco mil e oitenta e dois reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/02/186 e no Pregão Eletrônico n° 043/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.303/2026, em 08 de outubro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 09 de outubro de 2026, edição nº. 3634, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 067/2023 e do Decreto nº 049/2025 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 15 de outubro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:1127D98C

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PMU

RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE COMPRA Nº 001/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 043/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: A M MENDES - ACESSORIOS.
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de pneus, câmaras de ar, protetor de aro e anéis de vedação para a frota de veículos da Prefeitura do Município de Umuarama/PR.
Vigência: 09/10/2026 a 09/10/2027.
Valor: R$ 22.530,00 (vinte e dois mil, quinhentos e trinta reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/02/186 e no Pregão Eletrônico n° 043/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.303/2026, em 08 de outubro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 09 de outubro de 2026, edição nº. 3634, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº

123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 067/2023 e do Decreto nº 049/2025 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 002/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 043/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: COUTINHO PNEUS LTDA.
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de pneus, câmaras de ar, protetor de aro e anéis de vedação para a frota de veículos da Prefeitura do Município de Umuarama/PR.
Vigência: 09/10/2026 a 09/10/2027.
Valor: R$ 29.213,72 (vinte e nove mil, duzentos e treze reais e setenta e dois centavos);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/02/186 e no Pregão Eletrônico n° 043/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.303/2026, em 08 de outubro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 09 de outubro de 2026, edição nº. 3634, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 067/2023 e do Decreto nº 049/2025 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 003/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 043/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: CURITIBA COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E TINTAS LTDA EPP.
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de pneus, câmaras de ar, protetor de aro e anéis de vedação para a frota de veículos da Prefeitura do Município de Umuarama/PR.
Vigência: 09/10/2026 a 09/10/2027.
Valor: R$ 7.096,56 (sete mil, noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/02/186 e no Pregão Eletrônico n° 043/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.303/2026, em 08 de outubro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 09 de outubro de 2026, edição nº. 3634, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 067/2023 e do Decreto nº 049/2025 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 004/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 043/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: LV TRANSPORTES E COM. DE PNEUMATICOS LTDA.
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de pneus, câmaras de ar, protetor de aro e anéis de vedação para a frota de veículos da Prefeitura do Município de Umuarama/PR.
Vigência: 09/10/2026 a 09/10/2027.
Valor: R$ 95.656,00 (noventa e cinco mil, seiscentos e cinquenta e seis reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/02/186 e no Pregão Eletrônico n° 043/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.303/2026, em 08 de outubro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 09 de outubro de 2026, edição nº. 3634, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 067/2023 e do Decreto nº 049/2025 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 005/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 043/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: M.A. DAL POZZO ME.
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de pneus, câmaras de ar, protetor de aro e anéis de vedação para a frota de veículos da Prefeitura do Município de Umuarama/PR.
Vigência: 09/10/2026 a 09/10/2027.
Valor: R$ 2.460,00 (dois mil, quatrocentos e sessenta reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/02/186 e no Pregão Eletrônico n° 043/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.303/2026, em 08 de outubro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 09 de outubro de 2026, edição nº. 3634, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 067/2023 e do Decreto nº 049/2025 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 006/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 043/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: PR PNEUS PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA-EPP.
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de pneus, câmaras de ar, protetor de aro e anéis de vedação para a frota de veículos da Prefeitura do Município de Umuarama/PR.
Vigência: 09/10/2026 a 09/10/2027.
Valor: R$ 940,00 (novecentos e quarenta reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/02/186 e no Pregão Eletrônico n° 043/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.303/2026, em 08 de outubro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 09 de outubro de 2026, edição nº. 3634, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 067/2023 e do Decreto nº 049/2025 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE COMPRA Nº 007/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 043/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: VICENZO PNEUS E-COMMERCE LTDA.
Objeto: Registro de preços para possível aquisição de pneus, câmaras de ar, protetor de aro e anéis de vedação para a frota de veículos da Prefeitura do Município de Umuarama/PR.
Vigência: 09/10/2026 a 09/10/2027.
Valor: R$ 59.403,00 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e três reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/02/186 e no Pregão Eletrônico n° 043/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.303/2026, em 08 de outubro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 09 de outubro de 2026, edição nº. 3634, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 067/2023 e do Decreto nº 049/2025 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 15 de outubro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:221BBD68

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATO - PMU

RESUMO DE CONTRATOS

CONTRATO DE COMPRA Nº 226/2026 – PMU
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: EXPRESSO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA LTDA.
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de passagens intermunicipais e metropolitanas para serem utilizadas pelos usuários e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS I, II e III, e pelo Centro de Referência Especializado para População de Rua – Centro Pop, para seus atendidos de baixa renda e transeuntes, pelo Conselho Tutelar e também pelos técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Vigência: 14/10/2026 a 14/10/2027.
Valor: R$ 24.048,40 (vinte e quatro mil, quarenta e oito reais e quarenta centavos).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/08/460; no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 030/2026, autorizado/ratificado em 16 de setembro de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", de 18 de setembro de 2026, edição nº. 3619, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **em especial no art. 74, inciso I**; na Lei Municipal nº 4.618 de 1º de dezembro de 2022 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 15 de outubro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:12D6A0A5

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMO ADITIVO - ACESF

RESUMO DE TERMO ADITIVO - ACESF

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO N° 014/2023
Contratante: ACESF – ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS
Contratado: EXPRESSO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para 14 de outubro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor do presente contrato em até R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), perfazendo o valor deste termo em até R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada as seguintes dotações:
40.001.23.692.0021.2.089. - ED: 3.3.90.39.00.00. - D:23 - F:76
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 13 de outubro de 2026.

Umuarama, 15 de outubro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Ronnie Rodrigo da Silva Oliveira
Código Identificador:887842CE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 094/2026
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: EVOLUTION EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E ENGENHARIA LTDA
Cláusula Primeira: Fica aditado o valor do presente contrato em até R$ 109.231,27 (cento e nove mil, duzentos e trinta e um reais e vinte e sete centavos), perfazendo o valor total deste contrato em até R$ 1.072.294,58 (um milhão, setenta e dois mil e duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos).
Cláusula Segunda: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentaria:
70.001.10.301.0024.1.008. - ED: 4.4.90.51.00.00. - D:087 – F:0001 – Livres
70.001.10.301.0024.1.008. - ED: 4.4.90.51.00.00. - D:298 – F:70045 – Estadual
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 13 de outubro de 2026

TERMO ADITIVO 001 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 068/2025
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: ROLEMAIS AUTO PEÇAS LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 23 de outubro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o quantitativo da ata no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), perfazendo o valor deste termo em até R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.122.0002.2.097. - ED: 3.3.90.30.00.00. - D:15 - F:001 – Livres
70.001.10.122.0002.2.097. - ED: 3.3.90.30.00.00. - D:16 – F: 494 – Federal
70.001.10.122.0002.2.097. - ED: 3.3.90.39.00.00. - D:18 - F:303 – 15%
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 13 de outubro de 2026.

TERMO ADITIVO 001 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 069/2025
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: MARCIO MATIAS LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 23 de outubro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o quantitativo da ata no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), perfazendo o valor deste termo em até R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.122.0002.2.097. - ED: 3.3.90.30.00.00. - D:15 - F:001 – Livres
70.001.10.122.0002.2.097. - ED: 3.3.90.30.00.00. - D:16 – F: 494 – Federal
70.001.10.122.0002.2.097. - ED: 3.3.90.39.00.00. - D:18 - F:303 – 15%
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 13 de outubro de 2026.

TERMO ADITIVO 001 A ATA DE COMPRA Nº 003/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 013/2025 - FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: JOSIANE DO ROCIO MICHALOSK
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 10 de outubro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual do contrato para até R$ 9.545,90 (nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa

centavos), perfazendo o valor total anual de até R$ 9.545,90 (nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos).
Cláusula Terceira: Altera-se para fiscal do contrato a Sra. RAFAELLA GUEDES DE LÍVIO NAVES, inscrita no CPF nº. ***.105.159-**.
Cláusula Quarta: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.277. - ED: 3.3.90.39.00.00.- D:205 – F:303
70.001.10.302.0025.2.277. - ED: 4.4.90.52.00.00.- D:308 – F:360158
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 08 de outubro de 2026.

TERMO ADITIVO 001 A ATA DE COMPRA Nº 004/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 013/2025 - FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: TANKAVEL LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 10 de outubro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual do contrato para até R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), perfazendo o valor total anual de até R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).
Cláusula Terceira Altera-se para fiscal do contrato a Sra. RAFAELLA GUEDES DE LÍVIO NAVES, inscrita no CPF nº. ***.105.159-**.
Cláusula Quarta: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.277. - ED: 3.3.90.39.00.00.- D:205 – F:303
70.001.10.302.0025.2.277. - ED: 4.4.90.52.00.00.- D:308 – F:360158
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 08 de outubro de 2026.

TERMO ADITIVO 001 A ATA DE COMPRA Nº 002/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: INLABEL SOLUÇÕES EM ROTULOS ADESIVOS LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 10 de outubro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor da Ata para até R$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais), perfazendo o valor deste termo em R$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais).
Cláusula Terceira: Altera-se para fiscal do contrato a Sra. **RAFAELLA GUEDES DE LIVIO NAVES**, inscrita no CPF sob nº ***.105.159-**.
Cláusula Quarta: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.277. – ED: 3.3.90.30.00.00 D:205 F:303
70.001.10.302.0025.2.277. – ED: 4.4.90.52.00.00 D:308 F:360158
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 08 de novembro de 2026

TERMO ADITIVO 005 AO CONTRATO N° 095/2024
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: EDER FERREIRA DE OLIVEIRA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 04 de abril de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal do contrato para R$ 5.825,00 (cinco mil oitocentos e vinte e cinco reais), perfazendo o valor deste termo em até R$ 34.950,00 (trinta e quatro mil novecentos e cinquenta reais)
Cláusula Terceira: Altera-se para fiscal do contrato a Sra. **RAFAELLA GUEDES DE LIVIO NAVES**, inscrita no CPF sob nº ***.105.159 -**
Cláusula Quarta: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.277. – ED:3.3.90.36.00.00. - D:206 - F:303 – 15%
70.001.10.302.0025.2.277. – ED:3.3.90.36.00.00. - D:337 - F:001 – Livres
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas

Umuarama, 30 de setembro de 2026.

TERMO ADITIVO 007 AO CONTRATO N° 143/2024
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: ROJAS, SOUSA & CAETANO SERVICOS MEDICOS LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 05 de abril de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de até R$ 33.420,00 (Trinta e três mil, quatrocentos e vinte reais), perfazendo o valor total deste termo em até R$ 200.520,00 (Duzentos mil e quinhentos e vinte reais)
Cláusula Terceira: Altera-se para fiscal do contrato a Sra. **RAFAELLA GUEDES DE LIVIO NAVES**, inscrita no CPF sob nº ***.105.159-**.
Cláusula Quarta: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.277. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:207 F:001 - Livres
70.001.10.302.0025.2.277. – ED: 3.3.90.39.00.00 D:208 F:303 – 15%
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 01 de outubro de 2027.

TERMO ADITIVO 004 AO CONTRATO N° 136/2025
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: GAZIM & VIEGAS S/S ME
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 21 de abril de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de até R$ 39.837,60 (trinta e nove mil, oitocentos e trinta e sete reais e sessenta centavos), perfazendo o valor total deste termo em até R$ 239.025,60 (duzentos e trinta e nove mil, vinte e cinco reais e sessenta centavos).
Cláusula Terceira: Altera-se para o fiscal do contrato a Sra. **RAFAELLA GUEDES DE LIVIO NAVES**, inscrita no CPF sob nº ***.105.159-**.
Cláusula Quarta: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.277. – ED: 3.3.90.39.00.00. – D:208 – F:303 – 15%
70.001.10.302.0025.2.277. – ED: 3.3.90.39.00.00. – D:207 – F:001 – Livres
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 02 de outubro de 2026.

TERMO ADITIVO 004 AO CONTRATO N° 411/2024
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: ANGELICA FERNANDES DA COSTA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 22 de abril de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de até R$ 5.825,00 (cinco mil e oitocentos e vinte e cinco reais), perfazendo o valor total deste termo em até R$ 34.950,00 (trinta e quatro mil e novecentos e cinquenta reais).
Cláusula Terceira: Altera-se para o fiscal do contrato a Sra. **RAFAELLA GUEDES DE LIVIO NAVES**, inscrita no CPF sob nº ***.105.159-**.
Cláusula Quarta: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.277. – ED: 3.3.90.36.00.00. – D:206 – F:303 – 15%

70.001.10.302.0025.2.277. – ED: 3.3.90.36.00.00. – D:337 – F:001 – Livres
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 02 de outubro de 2027.

TERMO ADITIVO 004 AO CONTRATO N° 413/2024
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: G. A. L. O. MEDICINA LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 22 de abril de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de até R$ 33.420,00 (trinta e três mil e quatrocentos e vinte reais), perfazendo o valor total deste termo em até R$ 200.520,00 (duzentos mil e quinhentos e vinte reais).
Cláusula Terceira: Altera-se para o fiscal do contrato a Sra. **RAFAELLA GUEDES DE LIVIO NAVES**, inscrita no CPF sob nº ***.105.159-**.
Cláusula Quarta: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.277. – ED: 3.3.90.39.00.00. – D:208 – F:303 – 15%
70.001.10.302.0025.2.277. – ED: 3.3.90.39.00.00. – D:207 – F:001 – Livres
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 02 de outubro de 2027.

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO N° 329/2025
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: CAROLINA VILAR SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 07 de novembro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual de até R$ 932.747,00 (novecentos e trinta e dois mil, setecentos e quarenta e sete reais), perfazendo o valor total deste termo em até R$ 932.747,00 (novecentos e trinta e dois mil, setecentos e quarenta e sete reais)
Cláusula Terceira: Altera-se para fiscal do contrato a Sra. **JESSICKA FERNANDA DE FIGUEIREDO**, inscrita no CPF sob nº ***.105.159-**, Assistente Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama/PR.
Cláusula Quarta: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00. – D:183 – F:1 – Livres
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00. – D:184 – F:303 – 15%
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00. – D:185 – F:494 – Rec. Federal
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00. – D:188 – F:70014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00. – D:187 – F:60218 – Federal
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00. – D:313 – F:370014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00. – D:316 – F:360218 – Federal
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 01 de outubro de 2027.

TERMO ADITIVO 001 A ATA DE COMPRA Nº 011/2025
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 08 de setembro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.301.0024.2.036 – ED:3.3.90.30.00.00 – D: 99 – F:001 - Livres
70.001.10.301.0024.2.036 – ED:3.3.90.30.00.00 – D: 100 – F:303 – 15%
70.001.10.301.0024.2.036 – ED:3.3.90.30.00.00 – D: 101 – F:494 – Federal
70.001.10.301.0024.2.036 – ED:3.3.90.30.00.00 – D: 102 – F:70014 – Estadual
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 04 de setembro de 2026.

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO N° 335/2025
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: SPEROTTO SERVIÇOS MEDICOS LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 21 de outubro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual do contrato de até R$ 1.278.572,40 (um milhão, duzentos e setenta e oito mil e quinhentos e setenta e dois reais e quarenta centavos)
Cláusula Terceira: Altera-se o fiscal do contrato para JESSICKA FERNANDA DE FIGUEIREDO, Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama-Pr, inscrita no CPF nº ***.295.729-**.
Cláusula Quarta: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00. – D:183 – F:1 – Livres
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00. – D:184 – F:303 – 15%
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00. – D:185 – F:494 – Rec. Federal
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00. – D:188 – F:70014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00. – D:187 – F:60218 – Federal
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00. – D:313 – F:370014 – Rec. Estadual
70.001.10.302.0025.2.096. – ED: 3.3.90.39.00.00. – D:316 – F:360218 – Federal
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 02 de outubro de 2027.

TERMO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 255/2025
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: ALICE DEL MONACO DOS SANTOS LOPES E AVELAR
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa física para a prestação de serviços de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, a serem prestados nas Unidades de Saúde, 40hs semanais aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, do Município de Saúde de Umuarama, conforme **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2024 – CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE.**
CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RAZÕES:
O presente termo de extinção contratual operar-se-á na forma da lei, e se justifica a pedido da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama, a partir da data de sua assinatura.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente extinção consensual é formalizada de modo amigável, nos termos do art. 138, Inciso II, da Lei de Licitações (14.133/2021).
CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: As partes dão entre si quitação mútua relativamente à contratação havida, declarando inexistirem quaisquer pendências decorrentes do Contrato Original, tampouco ter ocorrido o descumprimento das Cláusulas que o integram. **Parágrafo Primeiro:** As partes exoneram-se de qualquer

reclamação futura decorrente da presente rescisão contratual, em todas as esferas de direito. Ainda, concordam que, a partir desta data não mais haverá qualquer obrigação entre elas, inclusive de ordem financeira. **Parágrafo Segundo:** A presente rescisão não acarretará prejuízos ao ente público.

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES PERTINENTES À COMPETÊNCIA 09/2026:

A contratada reconhece a quitação integral e irretratável dos valores provenientes deste contrato e de seus aditivos até a data da assinatura deste Termo, considerando que o pagamento dos valores pertinentes à competência 09/2026, serão realizados nos prazos estabelecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO: Para dirimir todas as questões oriundas do presente Extinção Contratual, é competente o Foro da Comarca de Umuarama – PR, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Subscreve o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de 02 (duas) Testemunhas que também assinam.

Umuarama, 08 de outubro de 2026.

TERMO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 395/2025

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA

Contratado: HORUS DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de saúde para a prestação de serviços de ULTRASSONOGRAFIA SUBMANDIBULAR, ULTRASSONOGRAFIA MAMÁRIA BILATERAL, ULTRASSONOGRAFIA INFANTIL SEM DOPPLER (0 A 10 ANOS) QUALQUER PARTE, CONFORME SOLICITAÇÃO MÉDICA, ULTRASSONOGRAFIA DE TRANSLUCÊNCIA NUCAL, ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA (GINECOLÓGICA), ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN TOTAL, ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR, ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO, ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA, ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA COM DOPPER, ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL, ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL COM DOPPLER;, ULTRASSONOGRAFIA DE CARÓTIDAS BILATERAL, ULTRASSONOGRAFIA VERTEBRAIS BILATERAL, ULTRASSONOGRAFIA DE CERVICAL, ULTRASSONOGRAFIA DE PRÓSTATA (VIA ABDOMINAL), ULTRASSONOGRAFIA DE TIREÓIDE COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA DE REGIÃO INGUINAL, ULTRASSONOGRAFIA MEMBRO INFERIOR OU SUPERIOR (UNILATERAL) MÚSCULO/ESQUELÉTICO, ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL,ULTRASSONOGRAFIA PAREDE ABDOMNIAL, ULTRASSONOGRAFIA DE PARTES MOLES E ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÕES, com complemento desta Secretaria em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, do Município de Umuarama, conforme **Edital de Chamamento Público nº 006/2025 – Credenciamento de Serviços de Saúde.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RAZÕES: O presente termo de extinção consensual operar-se-á na forma da lei, e se justifica a pedido da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama, a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente extinção consensual é formalizada de modo amigável, nos termos do art. 138, Inciso II, da Lei de Licitações (14.133/2021).

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: As partes dão entre si quitação mútua relativamente à contratação havida, declarando inexistirem quaisquer pendências decorrentes do Contrato Original, tampouco ter ocorrido o descumprimento das Cláusulas que o integram. **Parágrafo Primeiro:** As partes exoneram-se de qualquer reclamação futura decorrente da presente rescisão contratual, em todas as esferas de direito. Ainda, concordam que, a partir desta data não mais haverá qualquer obrigação entre elas, inclusive de ordem financeira. **Parágrafo Segundo:** A presente rescisão não acarretará prejuízos ao ente público.

CLÁUSULA SEXTA – DOS VALORES PERTINENTES À COMPETÊNCIA 08/2026: A contratada reconhece a quitação integral e irretratável dos valores provenientes deste contrato e de seus aditivos até a data da assinatura deste Termo, considerando que o pagamento dos valores pertinentes à competência 08/2026, serão realizados nos prazos estabelecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO: Para dirimir todas as questões oriundas do presente Termo de extinção consensual, é competente o Foro da Comarca de Umuarama – PR, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Subscreve o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de 02 (duas) Testemunhas que também assinam.

Umuarama, 05 de outubro de 2026.

T TERMO ADITIVO 001 A ATA DE COMPRA N° 003/2025

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA

Contratado: DM IMPORTAÇÃO E COMERCIO DE SUPRIMENTOS LTDA

Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 25 de junho de 2027**.**

Cláusula Segunda: Fica mantido o valor total da ata de até R$ 11.918,20 (onze mil novecentos e dezoito reais e vinte centavos), perfazendo o valor do presente contrato em até R$ 11.918,20 (onze mil novecentos e dezoito reais e vinte centavos)

Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:

70.001.10.122.0002.2.159. – ED: 3.3.90.30.00.00 D:29 F:001

70.001.10.122.0002.2.159. – ED: 3.3.90.30.00.00 D:30 F:303

Cláusula Quarta: Onde se lê: Os bens objeto da presente contratação são caracterizados como comuns e não possuem fornecimento de natureza continua, nos termos do art. 6º, inciso XIII e XV, respectivamente da Lei Federal nº14.133/2021.

Passa-se a ler: Os bens objeto da presente contratação são caracterizados como comuns e possuem fornecimento de natureza continua, nos termos do art. 6º, inciso XIII e XV, respectivamente da Lei Federal nº14.133/2021.

Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 24 de junho de 2026.

Umuarama, 15 de outubro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Ronnie Rodrigo da Silva Oliveira
Código Identificador:C3D02FEB

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMO ADITIVO - FUNDAÇÃO CULTURAL DE UMUARAMA

RESUMO DE TERMO ADITIVO - FUNDAÇÃO CULTURAL DE UMUARAMA

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO Nº 006/2025

Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE UMUARAMA

Contratada: EXPRESSO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA LTDA

Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 14 de outubro de 2027.

Cláusula Segunda: Fica mantido o valor do contrato e em R$ 6.000,00 (seis mil reais), perfazendo o valor deste termo em até 6.000,00 (seis mil reais).

Cláusula Terceira: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:

50.001.13.392.0022.2.090. - ED: 3.3.90.39.00.00. - D:25 - F:1

Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 13 de outubro de 2026.

Umuarama, 15 de outubro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Ronnie Rodrigo da Silva Oliveira
Código Identificador:E8A03C48

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS – PMU

RESUMO DE TERMOS ADITIVOS – PMU

TERMO ADITIVO 001 – AO CONTRATO Nº 219/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA
Contratado: EXPRESSO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para 14 de outubro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor do presente contrato em até R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), perfazendo o valor deste termo em até R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada as seguintes dotações:
02.001.04.122.0002.2.003. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:15 - F:1000
03.001.04.131.0002.2.008. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:35 - F:1000
04.001.04.122.0002.2.009. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:52 - F:1000
05.001.04.124.0002.2.007. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:69 - F:1000
06.001.04.122.0002.2.012. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:101 - F:1000
06.001.04.122.0002.2.088. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:109 - F:1000
07.001.04.123.0002.2.019. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:129 - F:1000
07.001.04.129.0002.2.017. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:151 - F:1000
24.001.16.122.0004.2.294. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1557 - F:1000
08.001.15.451.0005.2.099. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:180 - F:1000
09.001.15.452.0006.2.077. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:420 - F:511
10.001.15.452.0006.2.207. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:462 - F:1000
11.001.22.122.0007.2.038. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:496 - F:1000
25.001.18.122.0011.2.295. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1622 - F:1000
12.001.20.122.0008.2.006. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:628 - F:1000
13.001.08.122.0002.2.160. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:698 - F:1000
13.001.08.243.0013.2.185. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:714 - F:1000
13.001.08.244.0014.2.199. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:719 - F:1000
14.001.08.244.0012.2.321. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:857 - F:1000
14.001.08.244.0012.2.322. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:865 - F:1000
14.001.08.244.0013.2.320. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:900- F:1000
15.001.08.243.0013.2.182. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:921 - F:1000
15.001.08.243.0013.2.255. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:938 - F:1000
16.001.08.242.0012.2.065. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:947 - F:83
16.001.08.242.0012.2.265. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:953 - F:83
17.001.14.422.0013.2.253. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:960 - F:1000
17.001.14.422.0013.2.272. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:967 - F:1000
18.001.08.241.0012.2.193. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1000 - F:1000
18.001.08.241.0012.2.194. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1011 - F:1000
19.001.12.122.0015.2.100. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1027 - F:104
19.001.12.361.0015.2.046. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1050 - F:104
19.001.12.361.0015.2.047. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1080 - F:103
19.001.12.361.0015.2.047. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1082 - F:107
19.001.12.361.0015.2.048. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1098 - F:104
19.001.12.364.0015.2.170. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1121 - F:1000
19.001.12.365.0015.2.050. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1145 - F:104
19.001.12.366.0015.2.055. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1185 - F:104
19.001.12.367.0015.2.052. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1202 - F:104
20.001.06.181.0016.2.162. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1229 - F:1000
20.002.26.125.0017.2.079. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1276 - F:509
20.002.26.243.0017.6.032. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1315 - F:509
21.001.27.122.0019.2.163. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1386 - F:1000
22.001.14.422.0020.2.010. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1475 - F:1000
22.002.14.422.0020.2.115. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1502 - F:77
26.001.04.244.0002.2.314. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1702 - F:1000
27.001.19.573.0007.2.328. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1720 - F:1000
28.001.23.691.0023.2.329. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1732 - F:1000
90.001.09.122.0009.2.104. - ED: 3.3.90.39.00.00. - D:14 - F:100

Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 13 de outubro de 2026.

TERMO ADITIVO 001 – A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 055/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA
Contratado: E P SOUZA & J M SOUZA COMERCIAL LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 17 de outubro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica aditado o valor da presente Ata de Registro de Preços em R$ 120,00 (cento e vinte reais), referente ao reajuste de 4,22% pelo IPCA/IBGE (data base 09/2025 a 08/2026), perfazendo o valor deste Ata em R$ 2.910,00 (dois mil, novecentos e dez reais).
Cláusula Terceira: Altera-se o gestor **GERALDO REMOR PIKLER**, inscrito no CPF n.º ***.989.509-**, para **CLAUDIO MARCONI**, inscrito no CPF n.º ***.816.969-**, Secretário de Agricultura.
Cláusula Quarta: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
12.001.20.306.0003.2.284. - ED:3.3.90.30.00.00. - D:649 - F:1000
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 09 de outubro de 2026

TERMO ADITIVO 005 AO CONTRATO N° 408/2022
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA
Contratado: PIRES LIMPEZA AMBIENTAL EIRELI
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 19 de outubro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o quantitativo, em até 1.875 (mil oitocentos e setenta e cinco) de horas-máquina, perfazendo o valor de até R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), conforme descrição abaixo.
Cláusula Terceira: Altera-se o fiscal do presente contrato para o Sr. **HELIO DA SILVA JUNIOR**, inscrito no CPF de nº ***.847.059-**, lotado na Secretaria de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos deste Município de Umuarama/PR.
Cláusula Quarta: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
08.002.17.512.0011.1.021. - ED:3.3.90.39.00.00. - D:287- F:1000
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 09 de outubro de 2025

Umuarama, 15 de outubro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Ronnie Rodrigo da Silva Oliveira
Código Identificador:7A3D9045

FUNDAÇÃO CULTURAL DE UMUARAMA
DECRETO Nº 272/2026

DECRETO Nº 272/2026

Designa os membros da Comissão de Seleção do Edital de Chamamento Público n.º 03/2026 – Rede Municipal de Pontos de Cultura de Umuarama – Cultura Viva do Tamanho do Brasil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n.º 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva;

CONSIDERANDO as disposições do Edital de Chamamento Público n.º 03/2026 – Rede Municipal de Pontos de Cultura de Umuarama – Cultura Viva do Tamanho do Brasil, especialmente os itens 9.1, alínea "a", e 10.2, que tratam da designação e da composição da Comissão de Seleção;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna n.º 3147/2026, expedida pela Fundação Cultural de Umuarama, que solicita a formalização da Comissão de Seleção responsável pela análise e avaliação das propostas inscritas no referido edital;

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam designados para compor a Comissão de Seleção responsável pela análise e avaliação das propostas inscritas no Edital de Chamamento Público n.º 03/2026 – Rede Municipal de Pontos de Cultura de Umuarama – Cultura Viva do Tamanho do Brasil, os seguintes membros:

I – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:
Edlainy Oliveira Cavalcanti Hernandes;
Jessica Oliveira Borges Ferreira.
II – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:
Rodrigo Fernandes Pereira, vinculado à Fundação Cultural de Umuarama;
Alessandro Aparecido Salgado, vinculado à Fundação Cultural de Umuarama.

Art. 2º A Comissão deverá observar os critérios e procedimentos estabelecidos no edital, cabendo aos seus membros comunicar eventual situação de impedimento ou conflito de interesses e abster-se de atuar nas hipóteses previstas nos itens 10.3 e 10.3.1 do instrumento convocatório.

Art. 3º Compete à Comissão exercer as atribuições previstas no edital durante a etapa de seleção, inclusive apreciar os recursos que lhe forem destinados, observados os procedimentos e prazos estabelecidos no instrumento convocatório.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 13 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:3051E4F8

FUNDAÇÃO CULTURAL DE UMUARAMA
RESULTADO DA ANÁLISE DOCUMENTAL

FUNDAÇÃO CULTURAL DE UMUARAMA
RESULTADO DA ANÁLISE DOCUMENTAL – EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 – PNAB
O Município de Umuarama, por meio da Fundação Cultural de Umuarama, torna público o Resultado da Análise Documental do Edital de Chamamento Público nº 02/2026, referente ao 2º Ciclo da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), destinado à seleção de projetos de produção audiovisual.
O documento integral, contendo a relação das inscrições homologadas e não homologadas, os motivos de inabilitação e as orientações para interposição de recursos, está disponível no seguinte endereço eletrônico:
https://umuarama.pr.gov.br/files/ArquivoDiversos/arquivo/1792090045.pdf

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:E47C8B60

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SAÚDE, PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL.
DIRETORIA DE COMPRAS E ALMOXARIFADO.PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5225-26-UMU-LIC.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2026.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 2.180,00 (dois mil, cento e oitenta reais).

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SAÚDE, PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL, para contratação direta, **por Dispensa de Licitação**, da empresa: **UMUAR AR CONDICIONADOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 09.722.003/0001-03**, para manutenção corretiva do sistema de ar-condicionado da Pá Carregadeira CAT 924H, utilizada nas atividades operacionais do Aterro Sanitário no Município de Umuarama-PR., com fundamentação nos princípios do artigo 5º e de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021**.**

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº 5225-26-UMU-LIC, de 23 de setembro de 2026, anexo, conforme artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Umuarama, 14 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:066A251C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 30/2026

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS E ALMOXARIFADO.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8399-26-UMU-LIC.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2026.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, para contratação direta, **por Dispensa de Licitação**, da empresa: **INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS GURI LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 79.743.357/0001-10**, para fornecimento de 10 mil unidades de picolé para distribuição no evento em comemoração ao dia das crianças no Município de Umuarama-PR., com fundamentação nos princípios do artigo 5º e de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021**.**

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº8399-26-UMU-LIC, de 09 de outubro de 2026, anexo, conforme artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Umuarama, 15 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Município de Umuarama

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:85C9949E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 31/2026

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS E ALMOXARIFADO.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8411-26-UMU-LIC.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2026.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 13.680,00 (treze mil seiscentos e oitenta reais).

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, para contratação direta, **por Dispensa de Licitação**, da empresa: **PAMELA CERANTO RECREAÇÃO LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 35.125.370/0001-30**, para locação de brinquedos infláveis, camas elástica e carrinhos de pipoca e algodão doce no evento em comemoração ao dia das crianças no Município de Umuarama-PR., com fundamentação nos princípios do artigo 5º e de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021**.**

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº 8411-26-UMU-LIC, de 09 de outubro de 2026, anexo, conforme artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Umuarama, 15 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Município de Umuarama

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:B4DF48C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 262/2026

DECRETO Nº 262/2026

Substitui entidade representante da sociedade civil e nomeia membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o artigo 11 da Lei Municipal n.º 4.069, de 15 de abril de 2015;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 091, de 10 de abril de 2026, alterado pelos Decretos Municipais n.º 129, de 28 de maio de 2026, e n.º 215, de 24 de agosto de 2026;
CONSIDERANDO o Ofício n.º 663/2026, de 02 de setembro de 2026, da GERAR - Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional, que comunicou o declínio da vaga de representação junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
CONSIDERANDO o Ofício n.º 019/2026, de 11 de setembro de 2026, do Instituto Robert Thompson - I.R.T., que indicou Ricardo de Andrade Freitas como titular e José Carlos de Souza como suplente para compor o CMDCA;
CONSIDERANDO a Comunicação Interna n.º 60/2026, expedida pela Secretaria Executiva dos Conselhos em 14 de setembro de 2026, que informa ser o Instituto Robert Thompson - I.R.T. o segundo suplente da representação da sociedade civil, cabendo-lhe ocupar a vaga decorrente do declínio da GERAR - Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica substituída, na composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, a GERAR - Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional **pelo Instituto Robert Thompson - I.R.T.**, na representação da sociedade civil prevista no artigo 1º, inciso II, alínea "g", do Decreto Municipal n.º 091, de 10 de abril de 2026.

Art. 2º Ficam nomeados para representar o Instituto Robert Thompson - I.R.T. no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no restante do biênio 2026/2028, os seguintes membros:

I - RICARDO DE ANDRADE FREITAS, inscrito no CPF n.º 258.***.***-17, na qualidade de membro titular.
II - JOSÉ CARLOS DE SOUZA, inscrito no CPF n.º 822.***.***-72, na qualidade de membro suplente.

Art. 3º Em decorrência do disposto nos artigos 1º e 2º deste Decreto, o artigo 1º, inciso II, alínea "g", do Decreto Municipal n.º 091, de 10 de abril de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)
II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:
(...)
g) Instituto Robert Thompson - I.R.T.:
Titular: Ricardo de Andrade Freitas - CPF n.º 258.***.***-17;
Suplente: José Carlos de Souza - CPF n.º 822.***.***-72."

Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto Municipal n.º 091, de 10 de abril de 2026, alterado pelos Decretos Municipais n.º 129, de 28 de maio de 2026, e n.º 215, de 24 de agosto de 2026.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 06 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:B5DE9E11

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 263/2026

DECRETO Nº 263/2026

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS - FUNDEB, para a Gestão 2027/2030.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 10.656, de 22 de março de 2021;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria FNDE nº 808, de 29 de dezembro de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 4.469 de 23 de março de 2021;

CONSIDERANDO as indicações dos órgãos e das entidades, bem como os resultados dos processos eletivos realizados para a composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS-FUNDEB;

CONSIDERANDO a documentação constante do processo administrativo, especialmente aquela relativa à composição da representação dos estudantes da educação básica pública, na qual se registram as providências adotadas e a ausência de estudantes aptos à representação para o mandato 2027/2030;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº 2697/2026 , expedida pela Secretaria Municipal de Educação.

D E C R E T A :
Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB, para a Gestão 2027 –

2030, com mandato de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2030.

MEMBROS:

I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:
Titular: Elisangela Alves dos Reis
Suplente: Patricia de Araujo Abucarma Stevanato
Titular: Leonardo Takehide Onishi
Suplente: Aline Ramos Nogueira

II – REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:
Titular: Rosimari Bueno Barbosa
Suplente: Sueli da Rocha Diniz

III – REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:
Titular: Iara Jane Doenia
Suplente: Pricilla Ribeiro de Queiros

IV – **REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:**
Titular: Carine dos Santos Garcez Salino
Suplente: Maria Ines dos Santos Felizardo

V – **REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:**
Titular: Ligia Strugala Bezerra
Suplente: Iolanda Flavia dos Santos
Titular: Sandra Renata Expedito
Suplente: Alline da Cruz Siqueira Neves

VI – **REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME):**
Titular: Kelly Regina Barbosa da Costa
Suplente: Claudia Regina Ramos Pietchaki

VII – **REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:**
Titular: Daniele Pacheco Bertinotti de Alvarenga
Suplente: Camila Mara Nogueira Rossoni

VIII –**REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL:**
Titular: Marcia Tiago de Sa
Suplente: Leia Alves
Titular: Deisy Aparecida Duarte
Suplente: Maria Ivonete Lopes

Art. 2º Ficam reconhecidos como de relevância os serviços prestados pelos membros do Conselho, de que trata este Decreto, porém, sem ônus para o Município de Umuarama.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2027, ficando revogados os Decretos Municipais: nº392/2022, nº055/2023, nº71/2023, nº118/2023, nº042/2024, nº059/2024 e nº079/2024 e suas alterações.

PAÇO MUNICIPAL, aos 07 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:FE408BA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 122/2026

EDITAL N.º 122/2026

EDITAL N.º 122/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o que estabelecem o Edital nº 048/2026, de 06 de maio de 2026,

R E S O L V E

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado, para o provimento de emprego público de **Agente administrativo I, Auxiliar de Serviços Gerais e Psicólogos,** a comparecerem na Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Umuarama, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data de publicação deste edital, para se manifestar sobre a aceitação ou não do Emprego Público, ocasião em que deverá apresentar os seguintes documentos para admissão:
* 01 foto colorida 3X4 (atual).
* antecedentes criminais (Fórum 1ª e 2ª vara criminal)
* fotocópia da carteira de identidade (R.G.)
* fotocópia do C.P.F. (se casada os documentos devem estar com o nome de casada)
* fotocópia do C.P.F. (cônjuge).
* fotocópia da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais)
* fotocópia PIS ou PASEP
* certidão de quitação eleitoral (imprimir a Certidão no site www.tse.jus.br)
* fotocópia da certidão de nascimento ou casamento
* carteira de habilitação (quando couber)
* certificado de reservista ou dispensa de incorporação (quando couber)
*** fotocópia e original do comprovante de escolaridade exigido (histórico com certidão ou diploma)**
* registro no conselho da classe (quando couber)
* Comprovante (completo) de Imposto de Renda – Pessoa Física, Exercício do ano vigente (no caso de isenção preecher declaração de bens)
* comprovante de residência
* declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática desabonadora ou demissão por justa causa nos últimos 05(cinco anos)
* tipo sanguineo
* comprovante (impresso) do nº. da conta bancária do BANCO ITAÚ para crédito do pagamento
(a declaração para abertura de conta bancária será disponibilizada ao candidato no ato de entrega de documentos)
* certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos
* carteira de vacinação dos filhos.
Posteriormente serão encaminhados(as) para se submeterem a Exame Médico Pré-admissional previsto no item 1.5 – do referido Edital.

ATENÇÃO
A ausência de qualquer um dos documentos, acima relacionados, dentro do prazo estabelecido para entrega, caracterizará o descumprimento das regras editalícias e consequentemente, a desclassificação do candidato do Processo Seletivo Simplificado previsto no item 11.6 - da Convocação - do referido Edital. Em caso de dúvidas, contatar-nos no telefone (44) 3621-4141 Diretoria de Recursos Humanos ou e-mail concursos@umuarama.pr.gov.br

Caso o(a) candidato(a) aprovado(a) e relacionado(a) neste Edital, não se pronuncie sobre a aceitação ou não do Emprego Público, no prazo estabelecido para esse fim, a Administração convocará o(a) candidato(a) seguinte, perdendo o(a) candidato(a) que não se pronunciou o direito de investidura no cargo para o qual se habilitou, conforme estabelecido no item 20.1 do Edital nº. 48/2026 – Da Assunção da Função Pública.

AGENTE ADMINISTRATIVO I– 40 HORAS SEMANAIS (PROVIMENTO DE 03 VAGAS)

INSCR.	NOME	CPF/RG	CLASS.
0042571	FABIOLA DA SILVA ZARAN	34809366871	73º
0042191	JULIA LUCENA RICARTE	11737114909	75º
0042918	THAIS FERNANDA PEREIRA	7324912907	76º

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40 HORAS SEMANAIS (PROVIMENTO DE 02 VAGAS)

INSCR.	NOME	CPF/RG	CLASS.
0041797	THAYANE CAROLINE MEDEIROS DE SOUSA	9598900924	19º
0042429	VANESSA MIZAEL MACHADO DA SILVA	8741208960	20º

PSICÓLOGOS – 40 HORAS SEMANAIS (PROVIMENTO DE 02 VAGAS)

INSCR.	NOME	CPF/RG	CLASS.
0041692	RYAN JUNIOR BERTI MACARIO	13305788992	18º
0041750	PATRÍCIA ALVES PEREIRA	11875967958	19º

PAÇO MUNICIPAL, 13 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA,
Prefeito Municipal.

ALEXANDRE FAKER RIBEIRO,
Diretor de Recursos Humanos.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:5D92E79C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 123/2026

EDITAL N.º 123/2026
EDITAL N.º 123/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o que estabelecem o Edital nº 089/2025, de 20 de dezembro de 2025,
RESOLVE
Convocar o candidato abaixo relacionado, aprovado e classificado no Processo Seletivo Simplificado, para o provimento de emprego público de **SECRETÁRIO ESCOLAR,** a comparecer na Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Umuarama, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data de publicação deste edital, para se manifestar sobre a aceitação ou não do Emprego Público, ocasião em que deverá apresentar os seguintes documentos para admissão:
* 01 foto colorida 3X4 (atual).
* antecedentes criminais (Fórum 1ª e 2ª vara criminal)
* fotocópia da carteira de identidade (R.G.)
* fotocópia do C.P.F. (se casada os documentos devem estar com o nome de casada)
* fotocópia do C.P.F. (cônjuge).
* fotocópia da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais)
* fotocópia PIS ou PASEP
* certidão de quitação eleitoral (imprimir a Certidão no site www.tse.jus.br)
* fotocópia da certidão de nascimento ou casamento
* carteira de habilitação (quando couber)
* certificado de reservista ou dispensa de incorporação (quando couber)
*** fotocópia e original do comprovante de escolaridade exigido (histórico com certidão ou diploma)**
* registro no conselho da classe (quando couber)
* Comprovante (completo) de Imposto de Renda – Pessoa Física, Exercício do ano vigente (no caso de isenção preecher declaração de bens)
* comprovante de residência
* declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática desabonadora ou demissão por justa causa nos últimos 05(cinco anos)
* tipo sanguineo
* comprovante (impresso) do nº. da conta bancária do BANCO ITAÚ para crédito do pagamento (a declaração para abertura de conta bancária será disponibilizada ao candidato no ato de entrega de documentos)
* certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos
* carteira de vacinação dos filhos.

Posteriormente será encaminhado(a) para se submeter a Exame Médico Pré-admissional previsto no item 1.5 – do referido Edital.
ATENÇÃO
A ausência de qualquer um dos documentos, acima relacionados, dentro do prazo estabelecido para entrega, caracterizará o descumprimento das regras editalícias e consequentemente, a desclassificação do candidato do Processo Seletivo Simplificado previsto no item 11.6 - da Convocação - do referido Edital. Em caso de dúvidas, contatar-nos no telefone (44) 3621-4141 Diretoria de Recursos Humanos ou e-mail concursos@umuarama.pr.gov.br
Caso o(a) candidato(a) aprovado(a) e relacionado(a) neste Edital, não se pronuncie sobre a aceitação ou não do Emprego Público, no prazo estabelecido para esse fim, a Administração convocará o(a) candidato(a) seguinte, perdendo o(a) candidato(a) que não se pronunciou o direito de investidura no cargo para o qual se habilitou, conforme estabelecido no item 11.3 do Edital nº. 89/2025 – Da Convocação.

SECRETÁRIO ESCOLAR – 40 HORAS SEMANAIS			
(PROVIMENTO DE 01 VAGA)			
INSCR.	**NOME**	**CPF/RG**	**CLASS.**
830	ANA JULIA DIAS PIRES *PPP	113.570.429-57	86º

*** A candidata da classificação 86º está sendo convocada na vaga PPP.**

PAÇO MUNICIPAL, 13 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA,
Prefeito Municipal.

ALEXANDRE FAKER RIBEIRO,
Diretor de Recursos Humanos.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:F809A204

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 124/2026

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026
EDITAL Nº 124/2026
O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DE PESSOAL**,** no uso de suas atribuições legais;
Considerando o Edital nº 082/2026, de Abertura do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Umuarama - PR, publicado em 21 de junho de 2026;
Considerando o Edital nº 121/2026 com a convocação para banca de heteroidentificação, publicado em 06 de outubro de 2026;
TORNA PÚBLICO
Art. 1º - O resultado preliminar da banca de Heteroidentificação perante a Comissão de Verificação do Pertencimento Étnico-Racial, conforme estabelecido no Edital de Abertura do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Umuarama - PR, para os candidatos de acordo com anexo único deste Edital.
Art. 2º - **O candidato que por qualquer razão não comparecer ao procedimento de verificação ou não for considerado enquadrado passa a concorrer nas vagas de concorrência.**
Art. 3º - Ao candidato que discordar do resultado, deve entrar com recurso, desde que fundamentado e encaminhado **até dia 17/10/2026** pelo Link disponível na página do Concurso: https://concursos.unioeste.br/concursos/publicacoes/PREFEITURA+MUNICIPAL+DE+UMUARAMA/160
Art. 4º - As respostas aos pedidos de reconsideração e o edital final de resultado da banca de heteroidentificação se dará no dia **20/10/2026.**
Art. 5º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama, Estado do Paraná, 15 de outubro de 2026.

ALEXANDRE FAKER RIBEIRO
Presidente da Comissão Especial

ANEXO ÚNICO – RESULTADO PRELIMINAR DA BANCA DE HETEROIDENTIFICAÇÃO		
AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO		
Inscrição	**Candidato**	**Resultado**
765	ANTONIO SERGIO VIANA DA SILVA	Deferido
161	DANIEL LEITE PAIVA	Deferido
382	EDRIK GEANDER BACARIN	Deferido
573	JOAO DE DEUS ALVES DO NASCIMENTO FILHO	Ausente
105	JOAO HENRIQUE XAVIER	Deferido
678	KAUAN SLASH PEREIRA VIGO	Deferido
762	LEONARDO HENRIQUE NAVIS DA SILVA	Deferido
337	LORENNA MASCOTO ALVES	Ausente
71	MIRIÃ MOREIRA ROCHA DA SILVA	Deferido
992	RAPHAEL CARMANINI SILVA TEIXEIRA	Deferido
225	TIAGO COIMBRA SILVA	Deferido
1.035	WILLIAN DA SILVA CARNAÚBA	Deferido

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:54A5F454

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.271/2026

PORTARIA Nº 1.271/2026

Concede Adicional Insalubridade aos servidores ocupantes do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Adicional Insalubridade, no percentual de 40% (quarenta por cento), aos servidores ocupantes do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais,** lotados na Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionados, a partir de 01 de outubro de 2026.

Item	Matrícula	Servidor(a)	Local de Trabalho
01	1082978	Cristina Moura Lombardi	Esc. Mun. Prof.ª Analides de O. Caruso
02	1083266	Eva Nascimento Soares	Esc. Mun. Prof.ª Analides de O. Caruso
03	1083267	Silvana Maria Bezerra Nunes	Esc. Mun. Prof.ª Analides de O. Caruso

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 30 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:208C0DC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.291/2026

PORTARIA Nº 1.291/2026

Concede licença maternidade a servidora HELENA ALVES DALTO SAQUETTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder a servidora **HELENA ALVES DALTO SAQUETTO**, matricula 10080421, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.350.571-2 – SESP-PR e inscrita no CPF nº 080.839.469-07, nomeada em 14 de março de 2022, para ocupar o cargo de carreira de Professor De Educação Infantil, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença maternidade no período de 29 de setembro de 2026 à 27 de março de 2027, sem prejuízo de seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 02 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:315D7B37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.299/2026

PORTARIA Nº 1.299/2026

Institui a Comissão de Seleção e Eleição para o processo de escolha dos gestores escolares nas unidades da Rede Municipal de Ensino de Umuarama, para o mandato de 2027 a 2029, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso
de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 279 de 13 de setembro de 2022, que regulamenta o processo de escolha e exercício do mandato dos gestores escolares nas unidades educacionais da Rede Pública de Ensino do Município de Umuarama;
CONSIDERANDO o art. 46 da Lei Municipal Complementar nº 346, de 15 de março de 2013;
CONSIDERANDO a Resolução nº 1, de 27 de julho de 2022 da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade;
CONSIDERANDO o art. 14 da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);
CONSIDERANDO o Ofício nº 208/2026, da Secretaria Municipal de Educação, que formaliza a indicação dos representantes da referida Secretaria para composição da Comissão de Seleção e Eleição;
CONSIDERANDO o Ofício nº 16/2026 do Conselho Municipal de Educação de Umuarama;
CONSIDERANDO o Ofício nº 75/2026 do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Umuarama.
CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº 2279/2026, de 22 de setembro de 2026, da Diretoria de Recursos Humanos;
CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº 2280/2026, de 22 de setembro de 2026, da Secretaria Municipal da Procuradoria-Geral;

R E S O L V E :

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Seleção e Eleição para o processo de escolha dos gestores escolares nas unidades da Rede Municipal de Ensino de Umuarama, para o mandato de 2027 a 2029, de acordo com o art. 4º do Decreto Municipal n.º 279, de 13 de setembro de 2022, composta pelos seguintes representantes:
– Representantes da Secretaria Municipal de Educação: Elisangela Alves dos Reis - Coordenadora Educacional; Fátima Regina dos Santos Silva- Coordenadora Educacional;
Patrícia de Araujo Abucarma Stevanato- Coordenadora Educacional.

– Representantes do Conselho Municipal de Educação:
Wilson Miranda de Freitas- Representante dos Profissionais da Educação; Magda de Couto- Representante dos Conselhos Escolares.

- Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Umuarama:

Lígia Strugala Bezerra - Presidente do Sispumu; Kelly Regina Barbosa da Costa – Dirigente Sindical.

- Representante da Diretoria de Recursos Humanos:
Ana Lúcia Lepre- Auxiliar de Serviços.

– Representante da Secretaria Municipal da Procuradoria-Geral:
Roberto Dias Zoccal - Assessor Jurídico.

Art. 2º Para decisões da Secretaria Municipal de Educação, na coordenação do processo de seleção para o mandato de 2027 a 2029, de que trata o art. 1º do Decreto Municipal n.º 279 de 13 de setembro de 2022, poderá ser solicitado o parecer da Comissão de Seleção e Eleição instituída por esta portaria.

Art. 3º Os serviços prestados pelos membros da Comissão ora instituída serão considerados de relevante interesse público, sem ônus para o Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 07 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:D0361FDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.301/2026

PORTARIA Nº 1.301/2026

Exonerar a pedido FABIOLA ESCALFI FERREIRA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Exonerar a pedido **FABIOLA ESCALFI FERREIRA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 13.062.231-3 SSP-PR, inscrita no CPF nº 094.028.039-63, nomeada em 17 de julho de 2024, ocupante do cargo em carreira de Servente Geral , pelo regime estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06 de outubro de 2026, ficando revogada a Portaria nº 1.651/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 08 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:776A469C

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO
(Lei Municipal n.º 4.934, de 19 de fevereiro de 2026)

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.024.289/0001-42, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, n.º 3717, Centro, Umuarama/PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Antonio Fernando Scanavaca, portador da Cédula de Identidade RG n.º 14.891.479-2 e inscrito no CPF sob o n.º 169.395.309-91, residente na cidade de Umuarama/PR, doravante denominado CONCEDENTE.

CONCESSIONÁRIA: COOPLU – COOPERATIVA DE PRODUTORES DE LEITE DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.806.884/0001-15, com sede à Rua Anhumas, n.º 3443, Jardim Tropical, Umuarama/PR, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Milton Gaiari, inscrito no CPF sob o n.º 151.087.161-68, doravante denominada CONCESSIONÁRIA.

As partes acima qualificadas, considerando o disposto no art. 4.º da Lei Municipal n.º 4.934/2026 e na Cláusula Terceira do Termo de Concessão de Uso de Imóvel Público firmado em 20 de fevereiro de 2026, que admitem a prorrogação da vigência por iguais e sucessivos períodos, mediante manifestação expressa das partes e justificativa de interesse público; considerando o requerimento formulado pela CONCESSIONÁRIA em 14 de outubro de 2026 e a Comunicação Interna n.º 200/2026 da Secretaria Municipal de Agricultura, que demonstram a necessidade da prorrogação para viabilizar o pleito de recursos formulado pela cooperativa junto à Itaipu Binacional (Protocolo n.º 039941/26), destinados ao desenvolvimento das atividades previstas no art. 2.º da referida lei, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação, por mais 5 (cinco) anos, do prazo de vigência do Termo de Concessão de Uso de Imóvel Público firmado entre as partes em 20 de fevereiro de 2026, relativo ao Lote n.º 02-B-1-C, com área de 32.273,50 m², do imóvel sob a matrícula n.º 49.229 do Registro de Imóveis do 2.º Ofício de Umuarama.

1.2. O novo período de vigência terá início no dia seguinte ao término do período originalmente estabelecido e se estenderá até 20 de fevereiro de 2036, passando a vigorar pelos próximos 10 (dez) anos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA

2.1. Em razão da prorrogação ora ajustada, o item 3.1 da Cláusula Terceira do Termo de Concessão de Uso passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.1. O presente termo vigorará até 20 de fevereiro de 2036, compreendendo o período inicial de 05 (cinco) anos, contados da assinatura, e uma prorrogação por igual período, nos termos do art. 4.º da Lei Municipal n.º 4.934/2026, podendo ser novamente prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante manifestação expressa das partes e interesse público devidamente justificado."

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Concessão de Uso de Imóvel Público que não tenham sido expressamente alteradas por este instrumento, permanecendo integralmente aplicáveis as obrigações da CONCESSIONÁRIA, as hipóteses de revogação e as disposições da Lei Municipal n.º 4.934/2026, em especial as previstas nos seus arts. 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 11.

3.2. A prorrogação ajustada neste instrumento não gera à CONCESSIONÁRIA direito de propriedade sobre o imóvel, nem afasta a possibilidade de revogação da concessão nas hipóteses previstas em lei e no Termo original.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

4.1. O CONCEDENTE providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo no órgão oficial de divulgação do Município.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Umuarama/PR, 15 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal de Umuarama
Concedente

MILTON GAIARI
Presidente da COOPLU – Cooperativa de Produtores de Leite de Umuarama
Concessionária

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:C06ECC51

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2753 / 2026
SEQUENCIA: 17

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0012, Lote: 001A - PARQUE RESIDENCIAL ITALIA - N.º: S/Nº -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

ANTONIO GONÇALVES DIAS CPF/CNPJ: 47447435953
CADASTRO: 4710810 QUADRA: 0012 LOTE: 001A
ENDEREÇO: RUA ADELIA BALDON BUZELI, S/Nº CEP: 87506650
BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL ITALIA COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:8E8A2590

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2763 / 2026
SEQUENCIA: 10

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0007, Lote: 0009 - DISTRITOS LOVAT - N.º: S/Nº -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

CLAUDETE ALVES DE MEDEIROS CPF/CNPJ: 04331252922
CADASTRO: 1903200 QUADRA: 0007 LOTE: 0009
ENDEREÇO: RUA APUCARANA, S/Nº CEP: 87520000
BAIRRO: DISTRITOS LOVAT COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:6B4529CF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

IMAS - INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2026 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A Presidente do Instituto Municipal de Assistência ao Servidor Público de União da Vitória – PR, Sra.MARLISE CERETTA KUYAVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores, referente ao Edital de Chamamento Público 001/2025, resolve:

HOMOLOGAR a presente Inexigibilidade de Licitação nestes termos:
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de saúde na especialidade de CLINICA MEDICA a todos os segurados do IMAS.
CONTRATO Nº25/2026– SEQUENCIAL Nº 975
CONTRATADO(A)**:SERVIÇOS MEDICOS MAIA & ROCKENBACH**
VALOR GLOBAL**: R$30.000,00(Trinta mil reais)**
DATA DE HOMOLOGAÇÃO:**15/10/2026**
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO**:15/10/2026**
PRAZO DE VIGÊNCIA: **12 (doze) meses**
FORO: **Comarca de União da Vitória**.
União da Vitória,15 de outubro de 2026.

Publicado por:
Marlise Ceretta Kuyava
Código Identificador:A1BB189D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 113/2026

RATIFICO E HOMOLOGO,em 14/10/2026, a Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 75, Inciso VIII da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores, na forma declarada pelo Departamento Jurídico do Município de União da Vitória/PR, em conformidade com a justificativa constante na: **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 113/2026**

OBJETO: Aquisição emergencial de gêneros alimentícios (Alimentação Escolar) e insumos de higiene, destinados aos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), às Escolas Municipais, bem como itens destinados às demais Secretarias Municipais de União da Vitória - PR, em favor da empresa **ACKL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**, **CNPJ Nº 36.178.783/0001-45.** Totalizando o valor global de R$ 161.320,00 (Cento e sessenta e um mil trezentos e vinte reais).

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição emergencial de gêneros alimentícios (Alimentação Escolar) e insumos de higiene, destinados aos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), às Escolas Municipais, bem como itens destinados às demais Secretarias Municipais de União da Vitória - PR.

CONTRATANTE: Município de União da Vitória, CNPJ nº 75.967.760/0001-71.
CONTRATADA:
ACKL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, **CNPJ Nº 36.178.783/0001-45.** Totalizando o valor global de R$ 161.320,00 (Cento e sessenta e um mil trezentos e vinte reais). Contrato nº 76/2026. Data de Assinatura do Contrato: 14/10/2026.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, 14/10/2026 à 14/04/2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.
FORO: Comarca do Município de União da Vitória - Estado do Paraná.

União da Vitória – PR, 15 de outubro de 2026

ARY CARNEIRO JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Melissa Banhuk Ribeiro
Código Identificador:8A4D3FBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PRELIMINAR DA ANÁLISE DOCUMENTAL E CONVOCAÇÃO CONDICIONADA PARA O 1º SORTEIO PÚBLICO

MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA – PR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E DIRETORIA DE COMPRAS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2026

AVISO DE RESULTADO PRELIMINAR DA ANÁLISE DOCUMENTAL E CONVOCAÇÃO CONDICIONADA PARA O 1º SORTEIO PÚBLICO

O Município de União da Vitória, Estado do Paraná, por meio de seu Departamento de Licitações, torna público o resultado da análise documental dos requerimentos apresentados durante a Janela Inicial do Edital de Credenciamento nº 05/2026, encerrada em 14 de outubro de 2026, às 17h, conforme os pareceres da Comissão de Contratação.

Item	Razão social	CNPJ N.º	Lote(s)	Situação
01	HEIL E HEIL LTDA. — MACO Materiais para Construção	75.690.081/0001-06	1 e 2	Habilitada / apta
02	OTIMUS MA' QUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. — OTIMUS INDUSTRIAL	24.657.483/0001-60	2	Habilitada / apta
03	VAMAQ INDU' STRIA E COME' RCIO DE MA' QUINAS — VAMAQ	05.904.470/0001-01	2	Habilitada / apta
04	BV2 E CIA LTDA. — Moretto Bem Viver	51.600.546/0001-14	1 e 2	Habilitada / apta
05	IDEAL TINTAS LTDA. — IDEAL TINTAS	50.953.449/0001-42	1	Apta para o Lote 01; formalização definitiva condicionada à regularização fiscal.

2. RESULTADO OBJETO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

O pedido de credenciamento da empresa **MERCADÃO DO FERRO COMÉRCIO DE METAIS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **36.570.283/0001-54**, foi indeferido pela Comissão de Contratação para os Lotes 01 e 02. Inconformada, a interessada interpôs recurso administrativo, autuado sob o **Processo nº 000021419/2026**, por meio de protocolo digital em **15/10/2026**. O recurso foi encaminhado à Procuradoria Jurídica do Município para análise e manifestação, encontrando-se pendente de julgamento. Dessa forma, a decisão definitiva quanto ao pedido de credenciamento permanece condicionada à apreciação e deliberação do recurso administrativo.

3. DO PRAZO RECURSAL

Eventuais recursos administrativos contra os atos de habilitação ou inabilitação deverão observar o prazo de 3 (três) dias úteis, compreendido entre **19/10/2026 e 21/10/2026**, nos termos do subitem 9.2.1 e do cronograma do Edital, e em conformidade com o art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser formalizados exclusivamente por meio do Protocolo Digital Betha.

4. DA CONVOCAÇÃO CONDICIONADA PARA O 1º SORTEIO PÚBLICO (ORDEM DE RODÍZIO)

Em cumprimento ao subitem 8.4.1 do Edital convocatório, fica prevista a realização da sessão pública do 1º Sorteio Público para Composição da Ordem Inicial de Rodízio, conforme os seguintes parâmetros:

· **Data:** 04 de novembro de 2026;
· **Horário:** 14h, horário de Brasília;
· **Local/meio:** Prefeitura Municipal de União da Vitória, n.º 205, Centro, União da Vitória/PR – 2º Andar.

A ata da sessão e a ordem definitiva de chamada e atendimento serão divulgadas nos canais oficiais, após a conclusão dos atos administrativos cabíveis.

União da Vitória – PR, 15 de outubro de 2026.

MARIA CELESTE DE ASSUNÇÃO MANCE
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Maria Celeste de Assunção Mance
Código Identificador:626B13E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO – CORREÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2026
O Município de União da Vitória, Estado do Paraná, torna pública a retificação do endereço eletrônico constante do item **"XX. LOCAL, HORÁRIO E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS"** do edital da Concorrência Eletrônica nº 07/2026, referente ao Processo Administrativo nº 109/2026.
Onde se lê: **licitacao@uniaodavitoria.gov.br**.
Leia-se: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br.
Permanecem inalteradas as demais disposições do edital.
União da Vitória/PR, 15 de outubro de 2026.

MARIA CELESTE DE ASSUNÇÃO MANCE
Comissão de Contratação

Publicado por:
Maria Celeste de Assunção Mance
Código Identificador:EAD1B8ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 525/2026

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NAS RESPECTIVAS FONTES.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º, Parágrafo Único e seus incisos e art. 10 da Lei nº 5255, de 26 de novembro de 2025 e art. 38, art. 39, art. 40 e art. 41 da Lei nº 5222, de 07 de agosto de 2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2026, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais), conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
PROJETO/ATIV 2.005 – Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
002	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – P CIVIL	200.000,00

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROJETO/ATIV 2.006 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
002	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PF	100.000,00
002	3.3.90.46.00	AUXILIO ALIMENTAÇÃO	600.000,00

ÓRGÃO 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIV 2.071 – Manutenção da Atenção Básica

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1051	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – P CIVIL	600.000,00

ÓRGÃO 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIV 2.030 – Manutenção da Secretaria Mun. de Ação Social

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
002	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – P CIVIL	500.000,00

ÓRGÃO 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
PROJETO/ATIV 2.064 – Manutenção da Secretaria Mun. de Esportes

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
002	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – P CIVIL	200.000,00

ÓRGÃO 21 – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
UNIDADE 01 – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
PROJETO/ATIV 2.076 – Manutenção da Secretaria Mun. de Meio Ambiente

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
002	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	1.000.000,00

TOTAL CRÉDITO	**3.200.000,00**

Art. 2º Para abertura do crédito adicional de que trata o presente Decreto, será utilizado o Excesso de Arrecadação nas respectivas fontes.
Art. 3º Este Decreto acresce os valores referentes ao excesso de arrecadação ao valor da programação financeira e ao cronograma de execução mensal de desembolso, conforme publicado no Decreto nº 644/2025.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

União da Vitória, 15 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI	*ODELIR DILETO CACHOEIRA*
Secretário Municipal de Administração	Secretário de Finanças

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DO DECRETO 525/2026:

Em atendimento a Lei nº 5101/2023, apresentamos as seguintes justificativas:
Conforme o § 1º do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação.
Esta suplementação não altera o saldo do percentual autorizado no art. 7º da LOA e art. 40 da LDO, por se tratar de excesso de arrecadação.

União da Vitória, 15 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI	*ODELIR DILETO CACHOEIRA*
Secretário Municipal de Administração	Secretário de Finanças

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:16B14979

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 526/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeadas candidatas aprovadas em **CONCURSO PÚBLICO,** para o cargo abaixo, **EDITAL Nº 001/2022,** conforme **PORTARIAS nº 2, 3 e 4/2023,** nos termos que fundamentam este Decreto, as pessoas abaixo identificadas, conforme a respectiva data:

Cargo : ENFERMEIRO (A)

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
9º	KATIA DE PAULA	19/10/2026	Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

União da Vitória, 15 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:EA5BD22B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 775/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a **ESCALA DE FÉRIAS COLETIVAS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS**, para o período de **04 A 13 DE JANEIRO DE 2027**, conforme relação abaixo:

NOME COMPLETO	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO
Adriana Bastos Ferreira	991507089	2026/2027	Técnico Administrativo
Arty Coelho de Souza Fleck	991507008	2026/2027	Secretario Mun. Des. Econ.Tur.Urb.
Cesar Empinotti	991505824	2025/2026	Diretor Agencia Trabalhador
Jaime Aparecido Stelmatchuk	991506061	2025/2026	Técnico Administrativo
Michele Do Nascimento Cestari de Souza	991505923	2025/2026	Coordenadora Sala Empreendedor
Michele Roiek	991506203	2025/2026	Técnico Administrativo

Art. 2º Registre-se;
Cumpra-se.

União da Vitória, 13 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:A9794D4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 780/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Processo:	Processo Administrativo n.º 44/2024.
Objeto:	Locação de imóvel, situado na Rua Professora Amazília, nº 593, Centro de União da Vitória, o qual será destinado para o funcionamento do PROCON Municipal de União da Vitória.
Contratada:	**CARLOS AGUSTINI. CPF 286.239.249-91**
Termo de Contrato:	Contrato n.º 25/2024.
Gestor:	ALOISIO FRANCISCO SALVATTI - Secretário Municipal de Administração
Fiscal:	MICHELI APARECIDA OANIÉSKI VIGANÓ, Matrícula 991505929
Fiscal Substituto:	MARIA ESTELA RIBAS, Matrícula 991506263

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 14 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:9FD6881F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 781/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Processo:	Processo Administrativo n.º 44/2024.
Objeto:	Locação de imóvel, situado na Rua Professora Amazília, nº 593, Centro de União da Vitória, o qual será destinado para o funcionamento do PROCON Municipal de União da Vitória.
Contratada:	**JOÃO LUIZ AGUSTINI. CPF 158.578.839-20**
Termo de Contrato:	Contrato n.º 26/2024.
Gestor:	ALOISIO FRANCISCO SALVATTI - Secretário Municipal de Administração
Fiscal:	MICHELI APARECIDA OANIÉSKI VIGANÓ, Matrícula 991505929
Fiscal Substituto:	MARIA ESTELA RIBAS, Matrícula 991506263

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 14 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:DEE06EE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 782/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Pregão Eletrônico n° 45/2026 - Processo Administrativo nº 100/2026

OBJETO: Aquisição de materiais esportivos e recreativos destinados às Escolas de Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino, bem como de materiais e equipamentos de apoio às atividades esportivas desenvolvidas pelos atletas paralímpicos, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de União da Vitória – PR, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de União da Vitória - PR/ Ary Carneiro Júnior.

CONTRATADOS:
ICS ESPORTE COMERCIO MATERIAL ESPORTIVO LTDA, CNPJ Nº 20.525.422/0001-98. Contrato nº 72/2026.

ANSAH COMERCIO LTDA, CNPJ Nº 54.496.178/0001-02. Contrato nº 73/2026.

ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA, CNPJ Nº 14.323.297/0001-30. Contrato nº 74/2026.

ZAMPIERE VOLPATTO SOLUCOES INTEGRADAS LTDA, CNPJ Nº 51.954.194/0001-03. Contrato nº 75/2026.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 09/10/2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, 09/10/2026 à 09/04/2027.

Secretaria Municipal de Educação:
· **Gestor:** Solange Garcia Behrens - Secretária Municipal de Educação.
· **Fiscal:** Rosangela Maria Padilha Schmitt - Matrícula funcional nº 991506775.
· **Fiscal Substituto:** Débora Passos Guimarães - Matrícula funcional nº 1512204.

Secretaria Municipal de Assistência Social:
· **Gestor:** Magali Aparecida Rochembach Carneiro - Secretária Municipal de Assistência Social.
· **Fiscal**: Cleunice de Jesus Ribeiro – Matrícula funcional nº 991505831.
· **Fiscal Substituto**: Felipe dos Santos Ribeiro - Matrícula funcional nº 991506016.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 15 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal De Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:A4E23571

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 783/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Processo:	Processo Administrativo nº 158/2022 e ao Pregão Eletrônico nº 75/2022
Objeto:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão de obra mensal, para manutenção preventiva e corretiva do sistema telefônico da Prefeitura Municipal de União da Vitória – PR, instalação e manutenção no sistema de câmaras e instalação de cabos de rede lógica; conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.
Contratada:	**MARCELO PASQUALIN BOGUT,** CNPJ nº 09.358.640/0001-42.
Termo de Contrato:	Contrato n.º 131/2022
Gestor:	Aloisio Francisco Salvatti - Secretário Municipal de Administração
Fiscal:	Artur Marcos Pavan – Matrícula n.º 1319601
Fiscal Substituto:	Wilmar Alexandre Domingues Bieberbach – Matrícula n.º 1088001

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 15 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:B99FFD28

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 785/2026

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Fica(m) convocado(s) CANDIDATO(S) APROVADO(S) para os cargos abaixo relacionados, referentes ao Edital 001/2025, e conforme PORTARIAS nº 96/2026, 97/2026 e 98/2026, no CONCURSO PÚBLICO, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura, sito à Rua Dr. Cruz Machado nº 205, 4º andar, impreterivelmente NO PERÍODO DOS DIAS 19 A 23 DE OUTUBRO DE 2026, no horário das 13:00 às 17:00 horas, para entrega de documentação e recebimento dos exames médicos, as pessoas abaixo identificadas:

14º Chamada
Cargo: VIGIA

Colocação	Candidato(a)
16º	FERNANDO MAGALHÃES GARGIONI

Conforme Edital 001/2025, Item 13.15 – **não assumindo a vaga e não havendo o requerimento citado no item 13.14 o candidato será eliminado do concurso público**

Documentação Necessária
01 foto 3X4
Carteira de Trabalho
Fotocópias
Certidão De Nascimento ou Casamento ou União Estável
Certidão De Nascimento e CPF doas Filhos Até 21 Anos
Declaração Dos Dependentes Para Imposto De Renda
Título De Eleitor E Comprovante De Voto Na Última Eleição
RG E CPF
Documento Militar - Masculino
Comprovante De Residência atualizado
Extrato De Pis
Declaração De Imposto De Renda Ou Declaração De Bens
Comprovante De Escolaridade e da formação exigida ao cargo – cópia autenticada
Certidão de antecedentes criminais
Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe do Paraná, quando for o caso
Em caso de PPP e PCD – trazer o Laudo anexado na inscrição do Concurso Público.
No momento da entrega dos documentos solicitados o candidato receberá a relação dos exames admissionais.

Art. 2º O não comparecimento dos candidatos convocados por esta Portaria nos dias acima citados, impedirá a formalização do ato de posse, resultando na imediata renúncia da vaga existente, conforme Edital.

Art. 3º Deverão os candidatos assumirem a vaga no dia e data a ser definida pelo Município de União da Vitória.

Art. 4º Entra esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 15 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:71A87CB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 786/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
JONATHAN ECKS	991504234	2022/2023	GEOLOGO	13/10/2026 A 11/11/2026
ROBERTO FERREIRA LOPES	1512612	2025/2026	SERVENTE	13/10/2026 A 01/11/2026
ADRIANA CRISTINA DE LIMA	991506225	2025/2026	ASSISTENTE SOCIAL	10/11/2026 A 19/11/2026
MUANA AUGUSTA KOMONKA ELIAS	991504076	2024/2025	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	27/10/2026 A 25/11/2026
KETLYN BIATRIZ ADACHESKI	991505548	2025/2026	TECNICO ADMINISTRATIVO	09/12/2026 A 18/12/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 15 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:E55E3AAB

UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA
EDITAL N.º 001/2026 - GR

EDITAL N.º 001/2026 - GR

O REITOR da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - Uniuv, nomeado pelo Decreto Municipal n.º 12/2023, de 18 de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 31 do Estatuto desta Fundação,

RESOLVE:

tornar público que no dia 25 de novembro de 2026 ocorrerá a consulta para escolha de Reitor e Vice-Reitor para o quadriênio 2026-2029, e que o período para o registro das chapas é de 20 de a 27 outubro do corrente ano, prazo em que os interessados deverão comparecer a secretaria da UNIUV, munidos de toda a documentação necessária, para o registro das chapas.

União da Vitória, 14 de outubro de 2026.

LÚCIO KÜRTEN DOS PASSOS
Reitor

Publicado por:
Danieli Silva da Costa Novaczek
Código Identificador:7D024C1F

UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA
REGULAMENTO DAS ELEIÇÕES PARA ESCOLHA DO REITOR E VICE-REITOR DA UNIUV

REGULAMENTO DAS ELEIÇÕES PARA ESCOLHA DO REITOR E VICE-REITOR DA UNIUV

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I
DAS FINALIDADES

Art. 1º O presente Regulamento tem por finalidade definir prazos e estabelecer normas para a organização, realização e apuração das eleições para a escolha do Reitor e Vice-Reitor da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória.

Parágrafo único. A coordenação do processo de eleição ficará a cargo de uma Comissão Eleitoral a ser designada pelo Reitor da Fundação, a qual deverá observar as orientações contidas no presente Regulamento.

SEÇÃO II
DO CALENDÁRIO RELATIVO AO PROCESSO DAS ELEIÇÕES

Art. 2º As eleições de que trata o presente Regulamento serão realizadas, na sala da Fundação, localizada no primeiro piso, situada à Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, 3856, em União da Vitória, no dia 9 de novembro de 2026.

SEÇÃO III
DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 3º Não poderão participar da Comissão Eleitoral ou das mesas receptoras de votos, o candidato ou seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art. 4º A Comissão Eleitoral contará com a colaboração da Administração da Fundação, para bem desenvolver as funções previstas neste Regulamento.

Art. 5º Compete à Comissão Eleitoral:
I) receber inscrições, analisar e decidir sobre os requerimentos de candidaturas;
II) coordenar o processo das eleições;
III) manter listas oficiais de servidores e professores;
IV) publicar listas oficiais dos candidatos;
V) emitir instruções sobre a forma de votação;
VI) providenciar e controlar a distribuição de material necessário às eleições;
VII) elaborar modelos de ata de recepção e apuração de votos;
VIII) criar subcomissões para tarefas específicas;
IX) publicar os resultados das eleições; e
X) resolver os casos omissos.

CAPÍTULO II
DA COMUNIDADE VOTANTE E SUA COMPOSIÇÃO

Art. 6º A comunidade votante abrangerá os servidores docentes efetivos (cedidos) e técnicos-administrativos que pertençam ao quadro da UNIUV;

Art. 7º Para as eleições, a comunidade votante constituirá um colegiado composto pelos seguintes agrupamentos, com a respectiva ponderação:
I) Segmento dos servidores docentes, ao qual corresponderá o peso de 70% (setenta por cento) na aferição final dos resultados;
II) Segmento dos servidores técnico-administrativos, ao qual corresponderá o peso de 15% (quinze por cento), na aferição final dos resultados; e
III) Segmento dos discente, ao qual corresponderá o peso de 15% (quinze por cento), na aferição final dos resultados.

Parágrafo único. Para o item III, deve ser considerado o **efeito da Lei Estadual n.º 22.859/2026 e a Lei Municipal n.º 5.262/2025**, justificando-se o cômputo sem acréscimo (zero), da votação da comunidade discente, na aferição final dos resultados.

CAPÍTULO III
DOS CONCORRENTES ÀS ELEIÇÕES

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º Somente poderão concorrer ao pleito, na qualidade de candidato, os docentes do quadro permanente de pessoal da UNIUV e estarem no exercício de suas funções docentes ou administrativas, há mais de 05 (cinco) anos na Instituição, considerando para tal a data da eleição;

§ 1º Não poderá concorrer às eleições o docente que não preencher os requisitos deste Regulamento, bem como os integrantes da Comissão Eleitoral, Subcomissões ou das Mesas Receptoras.

§ 2º Não poderão candidatar-se os docentes que já tiverem sido eleitos por duas vezes consecutivas ao cargo de Reitor, sendo a última delas imediatamente anterior a esta candidatura.

SEÇÃO II
DO PEDIDO E DO REGISTRO DO CANDIDATO ÀS ELEIÇÕES

Art. 9º O docente, para concorrer às eleições na qualidade de candidato, deverá, além de atender às exigências Estatutárias do presente Regulamento, formular, pessoalmente e por escrito, o respectivo pedido de registro de candidatura.

Parágrafo único. Será permitida a formalização do pedido de registro por meio de representação, devendo conter, no instrumento de mandato, poderes especiais para tal;

Art. 10º O pedido de registro de candidatura será formulado no período de **20 a 27 de outubro de 2026**, no horário de expediente da Fundação (8h às 12h e das 13h30 às 17h30), em duas vias, por intermédio de requerimento próprio dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral, devendo ser protocolado junto à Sala da Fundação e contendo, obrigatoriamente, os seguintes dados:

a) nome completo do docente requerente ao cargo de Reitor;
b) nome completo do docente requerente ao cargo de Vice-Reitor;
c) número do registro geral da cédula de identidade e o órgão expedidor dos requerentes;
d) endereço residencial dos requerentes; e
e) local, data e assinatura dos requerentes aos cargos de Reitor e Vice-Reitor.

Parágrafo único. Junto ao pedido de registro de candidatura, o docente firmará declaração de estar ciente e de acordo com o presente Regulamento, e caso eleito, agirá em consonância com o Estatuto e Regimento da Fundação e se escolhido aceitar a nomeação para o mandato.

Art. 11º Os pedidos de registros serão apreciados e deliberados pela Comissão Eleitoral, que verificará o atendimento às exigência deste Regulamento.

Paragrafo único. Acolhidas e deferidas as propostas de registro de candidaturas pela Comissão Eleitoral, será publicada em editais próprios a serem definidos pela Comissão, até o dia **30 de outubro de 2026** a lista contendo os nomes dos candidatos ao pleito.

Art. 12º Das decisões proferidas pela Comissão Eleitoral de acolhimentos e deferimentos, caberá recurso dirigido à mesma, no prazo de três dias (vinte e quatro) horas da data da sua publicação, exaurindo-se o mesmo no dia **03 de novembro de 2026**.

Parágrafo único: O recurso de impugnação interposto por petição dirigida ao Presidente da Comissão eleitoral, será protocolado na Sede da Fundação e deverá conter:
I) nome do servidor interessado;
II) os fundamentos de fato e de direito; e
III) o pedido de revisão da decisão recorrida.

Art. 13º Das decisões proferidas pela comissão caberá recurso ao CONSUN no prazo de 24 horas.

Parágrafo único. A lista final, contendo os nomes dos candidatos ao pleito, será publicada em edital, a partir de 6 de novembro.

Art. 14º Não serão considerados os votos conferidos a docentes que não se inscreveram como candidatos na forma deste Regulamento ou não atenderam às prescrições nele contidas.

CAPÍTULO IV
DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA

Art. 15º O desenvolvimento da campanha deverá contemplar padrões éticos e conduta compatível com a natureza da instituição pública e educacional da Fundação.

Art. 16º Será tolerada propaganda no âmbito da Fundação, ou em locais pré determinados e autorizados pela comissão, desde que não interfira nas atividades acadêmicas ou administrativas.

§1º Não será tolerada propaganda:
I) de incitamento e atentado contra pessoa ou bens;
II) de instigação à desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública;
III) que implique oferecimento de vantagem de qualquer natureza;
IV) que perturbe o bom andamento das atividades acadêmicas ou administrativas, com concentração ou reunião de pessoas em locais impróprios e não autorizados;
V) que caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como autoridades, órgãos ou entidades que exerçam atividade pública;
VI) mediante emprego de recursos financeiros ou materiais da Fundação, em favor de determinado candidato;
VII) inscrita em local não apropriado ou permitido;
VIII) no recinto das mesas receptoras de votos; e
IX) por pessoas não pertencentes aos quadros da instituição.

§2º A Comissão Eleitoral adotará medidas para fazer cessar a propaganda realizada com infração ao disposto neste artigo.

CAPÍTULO V
DAS PENALIDADES E SUA APLICAÇÃO

Art. 17º A decorrência de qualquer uma das situação previstas no artigo 17 e a sua repetição acarretarão ao candidato que lhe der causa, a juízo da Comissão Eleitoral, a seguinte graduação de penalidades:
I) advertência reservada;
II) advertência pública; e
III) cassação do registro e exclusão do candidato.

§1º Quando da ciência do fato tipificado como irregular, a Comissão Eleitoral assinará o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para que o candidato apresente defesa escrita.

§2º Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida e as circunstância agravantes e atenuantes.

§3º As penalidades previstas serão aplicadas por escrito pelo Presidente da Comissão Eleitoral.

CAPÍTULO VI
DO PROCESSO DA ELEIÇÃO E DA VOTAÇÃO

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 18º O critério da eleição obedecerá aos seguintes princípios:
a) a eleição será proporcional, na forma estabelecida neste regulamento;
b) o voto será facultativo, direto, sigiloso e atribuído a um único candidato, não se aceitando voto por procuração.

Parágrafo único. O sigilo e a inviolabilidade do voto serão assegurados mediante o uso de:
I) cédula oficial em papel;
II) cabine indevassável;
III) urnas apropriadas, vazias e vedadas por, pelo menos dois membros da Comissão Eleitoral;
IV) fiscalização; e
V) outras medidas necessárias adotadas pela Mesa Receptora de votos.

Art. 19º As cédulas oficiais trarão, na parte superior, a indicação do segmento da comunidade votante e, na parte inferior, terão impressos os nomes dos candidatos e apelidos e/ou nome da chapa entre parênteses, se for o caso, e quadrícula para indicação do voto.

§1º A ordem, dos candidatos será feita mediante sorteio pela Comissão Eleitoral.

§2º As cédulas destinadas à manifestação dos segmentos dos servidores técnico-administrativos, docentes terão cores diferentes; não havendo cédulas destinadas a discentes.

Art. 20º A comissão Eleitoral publicará em edital próprio e visível as listas de votantes com respectivos locais de votação.

§ 1º O votante que detiver mais de uma matrícula votará uma única vez, devendo o votante interessado informar à mesa, no ato da votação, em qual segmento será computado o seu voto.

§ 2º O Presidente da Comissão Eleitoral, ao detectar qualquer equívoco na lista a que se refere o caput deste artigo, deverá, imediatamente, providenciar a sua correção.

SEÇÃO II
DAS MESAS RECEPTORAS DE VOTOS

Art. 21º Observada a restrição prevista no artigo 3º deste Regulamento, cada Mesa Receptora terá no mínimo dois membros, todos indicados pela Comissão Eleitoral.

Parágrafo único. O número de mesas será definido pela Comissão Eleitoral visando dar celeridade ao processo de recepção dos votos dos segmentos votantes.

Art. 22º Compete aos membros da mesa:
I) garantir o sigilo na recepção dos votos;
II) dirimir eventuais dúvidas sobre a aplicação deste Regulamento, ouvido o Presidente da Comissão Eleitoral;
III) comunicar à Comissão Eleitoral as ocorrência relevantes;
IV) rubricar as cédulas;
V) assegurar a inviolabilidade das urnas;
VI) determinar as providências cabíveis para a lavratura da ata; e
VII) diligenciar para que o votante assine corretamente a lista nominal de comparecimento.

SEÇÃO III
DO INÍCIO DA VOTAÇÃO

Art. 23º No dia e horário previstos para a realização da eleição e nos locais previamente definidos pela Comissão Eleitoral em Edital, tomadas todas as providências, a Mesa Receptora de votos dará início aos trabalhos.

Art. 24º Observar-se-á, na votação, o seguinte procedimento:
a) um dos membros da mesa de votação verificará se o nome do votante consta da relação de eleitores;
b) em caso afirmativo, o votante apresentará à mesa documento idôneo de identidade com foto;
c) não havendo dúvidas sobre a sua identidade, o votante assinará a lista de presença ao lado de seu respectivo nome;
d) em seguida, receberá uma cédula oficial da cor do seu segmento;
e) de posse da cédula, o votante irá à cabine e deverá votar em apenas um candidato ao pleito, depositando, a seguir, a cédula na urna.

§ 1º O crachá de identificação da Fundação ou equivalente, que comprove o vínculo empregatício serão considerados documentos idôneos para comprovação da identidade do votante.

§ 2º O votante que, porventura, rasurar a cédula no momento da votação, não poderá solicitar à mesa a sua substituição.

Art. 25º O votante só poderá votar junto à Mesa Receptora que estiver de posse da lista com o seu nome.

§ 1º Não se admitirá o voto por procuração.

§ 2º Não se admitirá o voto em trânsito.

Art. 26º Somente poderão permanecer no recinto de instalação da Mesa Receptora os seus membros, os membros da Comissão Eleitoral, um representante de cada candidato ou o próprio, e, durante o tempo necessário à votação, o votante.

§1º Nenhuma pessoa estranha à Mesa Receptora, salvo os integrantes da Comissão Eleitoral, poderá, sob qualquer pretexto, intervir em seu funcionamento.

§ 2º Nenhuma pessoa não pertencente ao quadro de pessoal da Instituição poderá permanecer nos locais indicados pela Comissão Eleitoral, no dia da eleição.

SEÇÃO IV
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 27º Cada candidato poderá indicar fiscais, desde que votantes, para atuarem no recinto de instalação das Mesas Receptoras.

§ 1º O candidato que quiser ser representado por fiscais, deverá credenciá-los até 48 horas antes do início da votação junto a Presidência da Comissão Eleitoral.

§ 2º A escolha de fiscais não poderá recair sobre quem já faça parte da Comissão Eleitoral, ou seja, membro da Mesa Receptora de votos.

§ 3º O fiscal só poderá atuar depois de exibir aos membros da Mesa Receptora sua credencial expedida pela Comissão Eleitoral.

§ 4º Só será admitida a presença de um único fiscal, de cada candidato, por vez, em cada Mesa Receptora.

SEÇÃO V
DO ENCERRAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 28º A Comissão Eleitoral determinará, em edital próprio, o horário de término da votação.
Parágrafo único: Havendo votantes que tenham chegado ao recinto antes do horário de encerramento e que não tenham ainda votado, ser-lhes-á garantido o sufrágio mediante a prévia distribuição de senhas devidamente numeradas e rubricadas pelos membros da mesa.

Art. 29º Concluída a votação, os membros da mesa, deverão lavrar a ata da eleição, segundo modelo elaborado pela Comissão Eleitoral.

Art. 30º Na elaboração do modelo da ata, serão levadas em conta, dentre outras, as seguintes informações:
a) nome dos membros da Mesa Receptora;
b) nome dos fiscais;
c) número de votantes constantes da lista de presença; e
d) ocorrência relevantes, a juízo dos membros da mesa.

CAPÍTULO VII
DA APURAÇÃO

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31º A apuração dos votos será realizada em Mesa de Apuração, a ser constituída pela Comissão Eleitoral.

§ 1º A apuração ocorrerá no mesmo dia e local da eleição, logo após o encerramento da votação.

§ 2º Será permitida a presença dos candidatos devidamente registrados ou de um fiscal por eles credenciado em cada Mesa de Apuração.

Art. 32º Ao abrir as urnas, a Comissão Eleitoral verificará:
I) se elas estavam devidamente lacradas; e
II) se o número de cédulas oficiais corresponde ao de votantes presentes.

§ 1º Não havendo coincidência entre o número de votantes presentes que assinaram a lista de presença e o de cédulas encontradas nas urnas, a Comissão Eleitoral só decidirá pela anulação da respectiva urna, caso essa diferença venha a modificar o resultado classificatório dos candidatos.

§ 2º Após essas providências, será iniciada a contagem de todos os votos, registrando seu número em mapa próprio de apuração, de forma a separar os votos atribuídos a cada segmento dos votantes.

Art. 33º Na hipótese de ocorrer erro na apuração da votação, poderá ser permitida a recontagem dos votos, contanto que o pedido de recontagem seja registrado no ato da ocorrência perante a Comissão Eleitoral e devidamente.

SEÇÃO II
DOS CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS VOTADOS

Art. 34º Terminada a apuração, a Comissão Eleitoral lavrará a ata circunstanciada.

§ 1ºDeverão constar da ata os seguintes dados, por segmento:
a) o número de votos atribuídos a cada candidato;
b) o número total de votantes constantes na lista de presença;
c) o número total de votos válidos;
d) o número total de votos nulos;
e) o número total de votos em branco; e

f) o número total de votantes presentes ao sufrágio.

§ 2º Na hipótese de ocorrer empate na apuração geral de votos será considerado o mais votado, para efeito de classificação, o candidato com maior titulação acadêmica; persistindo o empate, o mais antigo no exercício em atividade.

Art. 35º Encerrada a apuração dos votos, a Comissão Eleitoral aplicará a ponderação do artigo 7º deste Regulamento para cada segmento de votantes, a fim de tornar conhecida a classificação dos candidatos em função da votação final.

§ 1º A classificação dos candidatos será feita em função da soma dos percentuais obtidos em cada segmento votante.

§ 2º A Comissão Eleitoral publicará o resultado da eleição, encaminhando ao Reitor da Fundação para homologação e demais providências.

§ 3º Qualquer pedido de impugnação de atos considerados irregulares, após a divulgação do resultado, deverá ser formulado ao Reitor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 4º O recurso interposto em petição deverá conter:
I) o nome e a qualificação do interessado;
II) os fundamentos de fato e de direito; e
III) o pedido de revisão da decisão proferida.

5§ A comissão deverá decidir de forma fundamentada em até 48 horas da data do recebimento do recurso.

SEÇÃO III
DAS NULIDADES

Art. 36º Padecerá de nulidade:
I) a cédula que:
a) Não corresponder ao modelo oficial;
b) Não estiver devidamente autenticada;
c) Contiver expressões e frases; e
d) Contiver sinais em local que não expresse o voto.

II) O voto que:
a) Estiver assinado de forma incorreta ou fora do local próprio, tornando, com isso, duvidosa a manifestação de vontade do eleitor;
b) For atribuído a candidato não registrado; e
c) Contiver mais de um nome assinado.

CAPITULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37º Todos os atos pertinentes ao pleito serão publicados em editais afixados em local de fácil acesso e visualização na Fundação.

Art. 38º Os casos omissos deste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 39º No caso de eventual impedimento do Reitor para decidir em grau de recurso, caberá ao CONSUN deliberar.

Art. 40º Este regulamento entra em vigor após a publicação.

União da Vitoria, 7 outubro de 2026.

LÚCIO KÜRTEN DOS PASSOS
Reitor

Publicado por:
Danieli Silva da Costa Novaczek
Código Identificador:A6F4C224

UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA
RESOLUÇÃO Nº 002/2026

RESOLUÇÃO Nº 002/2026

Dispõe sobre o regime transitório de funcionamento doConselho Universitário (CONSUN) da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória – UNIUV após a incorporação de seus cursos pela UNESPAR (Lei Municipal nº 5.262/2025), declara a vacância estrutural temporária das representações previstas nos incisos IV, V e IX do art. 17 do Estatuto e estabelece a base de cálculo do quórum de instalação e deliberação com fundamento no número de membros efetivamente empossados.

O Conselho Universitário (CONSUN) da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória – UNIUV, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe são conferidas pelo Estatuto e Regimento Geral da Instituição, e
CONSIDERANDOa necessidade premente de assegurar a continuidade administrativa, a governança institucional e a regularidade das atividades decisórias do colegiado;
CONSIDERANDOa ausência temporária de provimento e a impossibilidade fática de preenchimento imediato dos assentos concernentes às categorias previstas nos incisos IV, V e IX do art. 17 do Estatuto da Instituição;
CONSIDERANDOo princípio da razoabilidade, da eficiência administrativa (art. 37, *caput*, da Constituição Federal) e da preservação dos órgãos colegiados, segundo os quais a vacância material não imputável ao órgão não pode obstaculizar ou paralisar o funcionamento regular da entidade universitária;
CONSIDERANDOa necessidade de fixar critério objetivo e seguro para a aferição do quórum de instalação e de deliberação dos atos colegiados durante o período excepcional de transição;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituído o regime transitório de funcionamento doConselho Universitário (CONSUN) da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória – UNIUV, destinado a regulamentar as reuniões, votações e deliberações institucionais até a regularização e o preenchimento integral dos assentos previstos no Estatuto.
Art. 2ºÉ declarada avacância estrutural temporáriados assentos correspondentes às representações dispostas nos incisos IV, V e IX do art. 17 do Estatuto, em razão da inexistência atual de titulares e suplentes formalmente designados ou aptos à posse.
Art. 3º Durante a vigência do regime transitório disciplinado nesta Resolução, a base de cálculo para a aferição doquórum de instalação(abertura de sessões) e do quórum de deliberação(maioria simples, absoluta ou qualificada) terá como parâmetro exclusivo o número de membros efetivamente empossados e em pleno exercício.
§ 1º Para fins do disposto no caput, excluem-se expressamente do cômputo da totalidade dos membros do colegiado as vagas formalmente declaradas em vacância ou pendentes de regularização nos termos do art.
§ *2º*Todas as deliberações, resoluções e atos colegiados editados com observância do quórum apurado sobre os membros empossados são dotados de plena eficácia, validade e legitimidade administrativa perante a comunidade acadêmica e terceiros.
Art. 4º Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Resolução serão dirimidos pela Presidência do colegiado, *ad referendum*do plenário.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

União da Vitória, 7 de outubro de 2026.

LÚCIO KÜRTEN DOS PASSOS
Presidente| CONSUN

Publicado por:
Danieli Silva da Costa Novaczek
Código Identificador:D8FE349F

UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA
RESOLUÇÃO Nº 03/2026 – CONSELHO SUPERIOR DA UNIUV

RESOLUÇÃO Nº 03/2026– CONSELHO SUPERIOR DA UNIUV

Homologa Regulamento das eleições no âmbito da Fundação.

O PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUN da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória – UNIUV, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em conformidade com o art. 31 do Estatuto da Fundação, aprovado pelo Decreto Municipal nº 220/2006, diante da deliberação deste Conselho em reunião realizada em 8 de Dezembro de 2025 e,

RESOLVE

Art. 1º Homologar o regulamento do processo eleitoral para escolha do Reitor e Vice-reitor no âmbito da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória em cumprimento ao estatuto.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 7 de outubro de 2026.

LÚCIO KÜRTEN DOS PASSOS
Presidente| CONSUN

Publicado por:
Danieli Silva da Costa Novaczek
Código Identificador:C257FEAA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO 71/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO N º 71/2026

Que fazem entre si, o **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, pessoa jurídica de direito Público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.995.463/0001-00, com sede e foro à Rua Barão de Capanema, 134, em Vitorino, Estado do Paraná, neste ato representado pele Prefeito Municipal, Sr. MARCIANO VOTTRI, brasileiro, agrônomo, portador do CPF nº. 056xxxxxx98, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa PRE-MOLDADOS WAPEL LTDA situada à Rod. SC 161, 01 industrial, Palma Sola - SC, inscrita no CNPJ sob nº 40.363.462/0001-98neste ato representada por KASSIANO LUIZ PELLE, inscrito no CPF/MF sob nº 052xxxxxx85, doravante denominado **CONTRATADA**, firmam o presente mediante as seguintes cláusulas e condições, em conformidade com protocolo 1698/2025 e pareceres técnico e jurídico.

Cláusula Primeira: Do prazo de Execução – Fica acrescido o prazo de 86 (oitenta e seis) dias ao prazo original, conforme parecer técnico.

Cláusula Segunda: Permanecem em pleno vigor todas as demais disposições contratuais que não conflitem com o presente aditamento.

E assim, por estarem justos e contratados, obrigando-se a bem e fielmente cumprirem integralmente o contrato de parceria de serviços, por si e por seus sucessores, firmam o presente aditamento em duas vias de igual teor e forma.

Vitorino, em 14/10/2026

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal/Contratante

KASSIANO LUIZ PELLE
Contratada
Pre-moldados WAPEL LTDA

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:BA6804AB

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
HOMOLOGAÇÃO PE 46/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO- O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve: 01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos: a) Nr. Processo: 105/2026, b) Nr. Licitação: 46/2026 – PE, c) Modalidade: Pregão eletrônico, d) Data de Homologação: 14/10/2026, e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE CORTINAS E PERCIANAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, CULTURA, ESPORTE E LAZER. Participante: ARTE SUTIL PERSIANAS E CORTINAS LTDA (60.102.937/0001-08)

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:02810786

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 494, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

Portaria 494, de 15 de outubro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Conceder férias aos servidores abaixo relacionados:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
Daniel Bergamaschi Rancati	Técnico Administrativo	2025/2026	23/11/2026 até 02/12/2026
Jucieli Gobbi dos Santos Perin	Técnico em Enfermagem I	2025/2026	16/11/2026 até 30/11/2026
Sandra Breowicz Pederiva	Médico Pediatra	2024/2025	23/11/2026 até 01/12/2026
Sandra Lina Verdi Bittarello	Fisioterapeuta	2024/2025	12/11/2026 até 18/11/2026

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 15 de outubro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:D0C31B58

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA CONTRATUAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38-2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10-2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, cep.: 86.970-000, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de

Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA: CONSTRUSUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.427.514/0001-81, inscrição estadual nº 904.59067-33, com sede na Rua Guarani, nº 151, térreo, centro, cep.: 86.970-000, Corumbataí do Sul – Pr, neste ato representada pelo senhor **EDSON PAULO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Guarani, nº 151, térreo, centro, cep.: 86.970-000, Corumbataí do Sul – Pr, portador da cédula de identidade Rg. nº 3.640.691-7/Pr e CPF. nº 446.415.679-72.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DOS QUANTITATIVOS – Renova-se os quantitativos iniciais com base no Art. 10, § 3º do Decreto Municipal nº 15/2024, conforme a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT LICITADA	SALDO ATUAL	QNT RENOVADA	PERCENTAL DE DESCONTO TABELA SINAPI/PR (%)
1	FERRAGEM: Registra o valor de arames, cantoneiras, colunas de aço, colunas treliças, vergalhão, grampos, hastes, telas alambrados, telas malhas, telas soldadas aço ca-25, aço ca-50, barras de ferro retangular, perfil laminado, rufos, tubo de aço, vigas U, tubos redondos e afins.	1	R$ 79.000,00	R$ 5.070,98	R$ 74.829,02	3,12%
6	ELÉTRICO: Registra o valor de barras de conduíte, buchas para fixação, bocais, cabos flexíveis, cabos PP, caixas de tomada, calhas, chuveiros, chaves de ligação, disjuntores bipolar e tripolar, disjuntores, fitas isolantes, interruptores, lâmpadas, plafon, plug, quadro de distribuição, soquete, spot, tomada, conectores, reatores, torneira elétrica e afins.	1	R$ 79.900,00	R$ 21.153,54	R$ 58.746,46	2,00%
7	MATERIAL ESTRUTURAL: Registra o valor de arames recozido, vergalhão de aço, aditivos impermeabilizante, cal, fixador, chapas de compensado, compensados plastificados, lonas plásticas, pregos, cimento, areia, tijolo e afins.	1	R$ 79.900,00	R$ 258,16	R$ 79.638,82	2,00%
8	ACABAMENTO INTERNO E EXTERNO: Registra o valor de argamassas, azulejos, cantoneiras moldura para forro PVC, pisos cerâmicos, porcelanatos, parquet, bacia sanitária, rodapé, rejunte, separador, porta externa/ interna, forro de PVC e afins.	1	R$ 79.900,00	R$ 5.215,49	R$ 74.684,51	2,00%
13	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI): Registra o valor de botas, luvas, capacetes, protetores solar, óculos e afins.	1	R$ 15.000,00	R$ 11.883,61	R$ 3.116,39	2,00%
VALOR TOTAL: R$ 291.015,22 (duzentos e noventa e um mil e quinze reais e vinte e dois centavos)						

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR - O valor total da Ata Contratual passa de R$ 334.600,00 (trezentos e trinta e quatro mil e seiscentos reais) para R$ 625.618,22 (seiscentos e vinte e cinco mil, seiscentos e dezoito reais e vinte e dois centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas da Ata Contratual vigente.

E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, 15 de outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

CONSTRUSUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
Contratada

TESTEMUNHAS

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF.: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF.: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:9BF526DA

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
5054 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - 2.100.834,86

Decreto nº. 5054/2026

Abre crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2026.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto no orçamento geral do Município de São Jorge D'Oeste para o exercício financeiro de 2026 crédito adicional suplementar no valor de R$ 2.100.834,86 (dois milhões cem mil, oitocentos e trinta e quatro reais e oitenta e seis centavos) conforme Relatório de Alteração Orçamentária anexo I ao presente decreto.
Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de sua edição (01/10/2026).

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º anos de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Município de São Jorge D'Oeste - 2026			
Relatório de alteração orçamentária por funcional programática			
Anexo I- Decreto nº 5054/2026 de 01/10/2026	**Escopo**	**Nº**	**Ano**
Autorização: 10462 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1213	2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**	**Previsto**	**Realizado**
Suplementar	Anulação de Dotações	133.000,00	133.000,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	955.834,86	0,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	0,00	450.000,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	0,00	505.834,86
Suplementar	Superávit Financeiro	183.000,00	0,00
Suplementar	Superávit Financeiro	0,00	183.000,00
Transferência	Anulação de Dotações	199.000,00	0,00
Transferência	Anulação de Dotações	0,00	199.000,00
Transposição	Anulação de Dotações	630.000,00	0,00
Transposição	Anulação de Dotações	0,00	630.000,00

Despesa				
04	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E TURISMO		Anulação	50.000,00
04.002	Divisão de Turismo e Desenvolvimento		Abertura	
23.695.0017.2020	Manutenção da Divisão de Turismo e Desenvolvimento			
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
1500 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
04	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E TURISMO		Anulação	10.000,00
04.002	Divisão de Turismo e Desenvolvimento		Abertura	
23.695.0017.2020	Manutenção da Divisão de Turismo e Desenvolvimento			
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
1570 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
07	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS		Anulação	20.000,00
07.001	Departamento de Administração		Abertura	
04.122.0003.2022	Manutenção dos Serviços Administrativos			
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL			
1710 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
07	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS		Anulação	33.000,00
07.002	Departamento de Contabilidade e Finanças		Abertura	
99.999.0999.9026	Reserva de Contingência			
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
2200 00999	Reservas de Contingências			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		Acréscimo	113.000,00
09.001	Departamento de Agricultura		Abertura	
20.606.0016.2032	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos para o departamento de agricultura			
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
2410 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		Acréscimo	505.834,86
09.001	Departamento de Agricultura		Abertura	
20.606.0016.2032	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos para o departamento de agricultura		Excesso de Arrecadação - Tendência - Livre	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
2436 01100	CONVÊNIO 946768/2023- MAPA- AQUISIÇAO DE CAMINHÃO TANQUE			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Excesso de Arrecadação	
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		Acréscimo	20.000,00
09.001	Departamento de Agricultura		Abertura	
20.606.0016.2033	Manutenção da Atividade Agropecuária			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
2480 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Anulação	70.000,00
10.001	Departamento de Educação		Abertura	
12.361.0013.2040	Manutenção do Ensino		Transposição	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			
3040 00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica			
Crédito adicional:	Transposição	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Anulação	60.000,00
10.001	Departamento de Educação		Abertura	
12.361.0013.2040	Manutenção do Ensino		Transposição	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
3060 00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica			

Crédito adicional:	Transposição	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Anulação	20.000,00
10.001	Departamento de Educação		Abertura	
12.361.0013.2040	Manutenção do Ensino		Transposição	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
3190 00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica			
Crédito adicional:	Transposição	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Acréscimo	180.000,00
10.001	Departamento de Educação		Abertura	
12.361.0013.2041	Transporte Escolar		Transposição	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			
3300 00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica			
Crédito adicional:	Transposição	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Anulação	30.000,00
10.001	Departamento de Educação		Abertura	
12.365.0013.2043	Educação Infantil		Transposição	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			

3470 00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica			
Crédito adicional:	Transposição	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Anulação	120.000,00
11.001	Departamento de Administração em Saude		Abertura	
10.301.0011.2050	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde		Transferência	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
4010 00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
Crédito adicional:	Transferência	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Anulação	49.000,00
11.001	Departamento de Administração em Saude		Abertura	
10.301.0011.2050	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde		Transferência	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL			
4050 00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
Crédito adicional:	Transferência	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Anulação	30.000,00
11.001	Departamento de Administração em Saude		Abertura	
10.301.0011.2050	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde		Transferência	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			
4170 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Transferência	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	450.000,00
11.001	Departamento de Administração em Saude		Abertura	
10.301.0011.2050	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde		Transposição	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4180 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Transposição	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	30.000,00
11.001	Departamento de Administração em Saude		Abertura	
10.301.0011.2050	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde		Transferência	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4180 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Transferência	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	169.000,00
11.001	Departamento de Administração em Saude		Abertura	
10.301.0011.2050	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde		Transferência	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4190 00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
Crédito adicional:	Transferência	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	183.000,00
11.001	Departamento de Administração em Saude		Abertura	
10.301.0011.2050	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde		Superávit Financeiro Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4190 00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	200.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2052	Bloco de estruturação da rede em Serviços de Saúde		Excesso de Arrecadação- Real - Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4336 00425	REPASSE FAF DE INVESTIMENTO, AQUIS DE EQUIP E MAT PERMANENTE,			

Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Excesso de Arrecadação	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	150.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
4407 00423	Emenda incremento PAP 50410002, Prop:36000805439202600, portaria 11335			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Excesso de Arrecadação	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Acréscimo	100.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde		Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4444 00423	Emenda incremento PAP 50410002, Prop:36000805439202600, portaria 11335			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Excesso de Arrecadação	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Anulação	450.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2054	Consórcio de Saúde		Transposição	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4510 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Transposição	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE		Anulação	20.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude		Abertura	
10.301.0011.2054	Consórcio de Saúde			
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
4510 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	

Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Previsto**	**Realizado**
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	133.000,00	133.000,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	133.000,00	133.000,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	955.834,86	0,00 #
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	0,00	450.000,00 #
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	0,00	505.834,86 #
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	183.000,00	0,00 #
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	0,00	183.000,00 #
Transferência	Anulação de Dotações	Acréscimo	199.000,00	0,00 #
Transferência	Anulação de Dotações	Acréscimo	0,00	199.000,00 #
Transferência	Anulação de Dotações	Anulação	0,00	199.000,00 #
Transposição	Anulação de Dotações	Acréscimo	630.000,00	0,00 #

Transposição	Anulação de Dotações	Acréscimo	0,00	630.000,00 #
Transposição	Anulação de Dotações	Anulação	0,00	630.000,00 #

Publicado por:
Ivanir da Silva
Código Identificador:E8A2BC9F

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 125/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026 - PMSI

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 125/2026

OBJETO: Aquisição de equipamentos para academia ao ar livre e parque infantil. conforme Pregão 46/2026. CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob nº 95.585.477/0001-92, representada por seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO GALLINA, portador do CPF nº ***.***.***-** e do RG nº *.***.***-* SESP/PR CONTRATADA:METALURGICA SILLOTT LTDA, com CNPJ Nº42.531.033/0001-08, com sede DOMINGOS SANSON Nº 150, Jaraguá do Sul - SC a neste ato representado por IARA ROSANI OTT, portador do CPF Nº ***.***.***-**e do RG nº*.***.***-*. ITENS:

IT	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	MULTI-ESTAÇÃO SAÚDE Estação da Saúde, fabricada em aço carbono, estrutura principal com tubo redondo de 4” x 2 mm. E secundária com tubos redondos 1.1/2” x 2 mm, flanges de fixação 200x4mm com 4 furos ovalizados 30x20mm, para quatro parabolds galvanizados 5/8 x 3”, manoplas de borracha nos pegadores de mãos e nos apoios para abdominais, tampa externa 4" de plástico injetado. Composto por: Uma placa de orientação, feita com tubo redondo 1.1/4” x 2 mm, chapa de 2000 x 1000 x 1,2 mm, adesivo de plástico 1000 x 1000; Uma barra fixa horizontal (peitoral e ombro), feita com 1.1/2” x 2 mm e 1000 mm de comprimento; Uma Barra fixa curvada (ombro), feitas com 1.1/2” x 2 mm e 200 mm de comprimento; Um Dorsal e abdominal (costas e abdômen), feitas com tubo de 4” x 2 mm; Duas Barras paralelas (flexão de braço) feitas com 1.1/2” x 2 mm e 200 mm de comprimento; Uma Barra paralela suspensa (flexão de braço), feitas com 1.1/2” x 2 mm e 200 mm de comprimento e com tubo de 4” x 2 mm; Uma Barra paralela fixa (peitoral), feitas com 1.1/2” x 2 mm e 200 mm de comprimento e com tubo de 4” x 2 mm; Duas Pranchas abdominais (abdômen), feitas com tubo de 4” x 2 mm e revestidas em madeira plástica; Um Puxador paralelo (braços), feitas com 1.1/2” x 2 mm e 200 mm de comprimento e com tubo de 4” x 2 mm; Um Escada horizontal (braços) com Espaldar (panturrilha, coxa, ombro, panturrilha), composta por 6 barras horizontais com tubos de no mínimo 1.1/4” x 2 mm, com 1000 mm de comprimento e espaçamento de 300 mm entre elas; Processo de Soldagem Mig/Tig e Pintura a pó eletrostática precedida de banhos químicos. Adesivo com material antivandalismo, indicando os músculos trabalhados. Placa de alumínio com marca e demais informação do fabricante. Dimensões aproximadas para instalação: 2000x2500x4500mm (Altura x Largura x Comprimento) e Peso aproximado: 100kg. Fabricação nas normas da ABNT, Desenho industrial/técnico com dimensões e peso. Manual de montagem e instalação dos produtos. Montagem em blocos para facilitar o processo. Este aparelho trabalha o alongamento, coordenação e fortalecimento muscular. Montado e instalado em local indicado.	1	VAXX	R$ 11.059,70	R$ 11.059,70
2	BICICLETA Aparelho fabricado em aço carbono, estrutura principal com tubo redondo 2.1/2” x 2 mm. E secundária com tubos redondos de 2” x 2,65 mm, 1.1/4” x 2 mm, conjunto pé de vela rolamento e pedal, um assento retangular 360 x 330 x 260 x 2mm, um assento com bordas arredondadas e sem quinas tipo com 350 x 270 x 130 X 2mm, tampa externa de 2" de plástico injetado, duas manoplas de borracha 1.1/4” x 150mm, flange para fixação com 200 x 1/4’ com 4 furos ovalizados 30x20mm para quatro parabolds galvanizados 5/8” x 3”. Processo de Soldagem Mig e Pintura a pó eletrostática precedida de banhos químicos. Adesivo com material antivandalismo, indicando os músculos trabalhados. Placa de alumínio com marca e demais informação do fabricante. Montado e instalado em local indicado.	1	VAXX	R$ 1.569,40	R$ 1.569,40
3	ELÍPTICO SENTADO Aparelho fabricado em aço carbono, estrutura principal com tubo redondo 2.1/2” x 3 mm. E secundária com tubos redondos de 2” x 2,65 mm, , 1”.1/2” x 2 mm, 1”.1/4” x 2 mm, retangular de 30 x 50 x 2 mm, chapa calandrada em formato “U” 40 x 25 mm por 1/4”, reforço triangular 50 x 75 x 3mm, dois pisantes vazados com bordas arredondadas e sem quinas com 140 x 320 x 2 mm, pé de vela, assento com borda arredondada e sem quina com 350 x 270 x 130 com 2 mm, tampa externa de 2" de plástico injetado, quatro cubos torneados de 2" x 2mm e dois com 1”.1/2” x 2 mm, um eixo de barra redonda trefilada 20 x 420 mm rosqueadas com porcas fixadoras travantes, quatro rolamentos duplos de 20 x 42mm na e dois rolamentos duplos de 12 x 32mm fixadas com parafusos e porcas galvanizadas 80mm, duas manoplas de borracha 1.1/4” x 200mm, flange para fixação com 200 x 4 mm com 4 furos ovalizados 30x20mm para quatro parabolds galvanizados 5/8” x 3”. Processo de Soldagem Mig e Pintura a pó eletrostática precedida de banhos químicos. Adesivo com material antivandalismo, indicando os músculos trabalhados. Placa de alumínio com marca e demais informação do fabricante. Montado e instalado em local indicado.	1	VAXX	R$ 2.203,80	R$ 2.203,80
4	PEITORAL DUPLO Aparelho fabricado em aço carbono, estrutura principal com tubo redondo 3.1/2” x 3mm. E secundária com tubos redondos de 2”x 2,65mm, 1.1/4” x 2 mm, tubo retangular de 30 x 50 x 2 mm, dois assentos com 350 x 270 x 130 com 2 mm, dois assentos retangulares 360 x 330 x 260 x 2 mm com bordas arredondadas e sem quinas, quatorze cubos torneados de 2" x 2mm, quatorze rolamento duplo de 20 x 42mm, fixadas com parafusos e porcas galvanizadas 80 mm e 3/4”, reforço triangular 150 x 60 x 3mm, quatro manoplas de borracha 1.1/4” x 150mm, tampa externa de 2" de plástico injetado, flange para fixação com 250 x 4 mm com 6 furos ovalizados 30x20mm para seis parabolds galvanizados 5/8” x 5”. Processo de Soldagem Mig e Pintura a pó eletrostática precedida de banhos químicos. Adesivo com material antivandalismo, indicando os músculos trabalhados. Placa de alumínio com marca e demais informação do fabricante. Montado e instalado em local indicado.	1	VAXX	R$ 2.804,90	R$ 2.804,90
5	SIMULADOR DE CAMINHADA Aparelho fabricado em aço	1	VAXX	R$ 1.469,20	R$ 1.469,20

	carbono, estrutura principal com tubo redondo 2.1/2” x 2 mm. E secundária com tubos redondos de 2” x 2,65 mm, , 1”.1/4” x 2 mm, reforço triangular 50 x 75 x 3mm, dois pisantes vazados com bordas arredondadas e sem quinas com 140 x 320 x 2 mm, tampa externa 2"de plástico injetado, quatro cubos torneados de 2" x 2mm, dois eixos de barra redonda trefilada 19,05 x 200 mm rosqueadas com porcas fixadoras travantes, quatro rolamentos duplos de 20 x 42mm na parte superior, flange para fixação com 200 x 1/4’ com 4 furos ovalizados 30x20mm para quatro parabolds galvanizados 5/8” x 3”. Processo de Soldagem Mig e Pintura a pó eletrostática precedida de banhos químicos. Adesivo com material antivandalismo, indicando os músculos trabalhados. Placa de alumínio com marca e demais informação do fabricante. Montado e instalado em local indicado.				
6	SIMULADOR DE ESQUI Aparelho fabricado em aço carbono, estrutura principal com tubo redondo 2.1/2” x 2 mm. E secundária com tubos redondos de 2” x 2,65 mm, 1”.1/2” x 2 mm, 1”.1/4” x 2 mm, 1” x 2 mm, retangular de 30 x 50 x 2 mm, chapa calandrada em formato “U” 40 x 25 mm por 1/4”, reforço triangular 50 x 75 x 3mm, dois pisantes vazados com bordas arredondadas e sem quinas com 140 x 320 x 2 mm, tampa externa 2" de plástico injetado, quatro cubos torneados de 2" x 2mm e quatro com 1”.1/2” x 2 mm, dois eixos de barra redonda trefilada 19,05 x 420 mm rosqueadas com porcas fixadoras travantes, quatro rolamentos duplos de 20 x 42mm na parte superior e quatro rolamentos duplos de 12 x 32mm fixadas com parafusos e porcas galvanizadas 80mm, manoplas de borracha 1.1/4” x 200mm, flange para fixação com 200 x 1/4’ com 4 furos ovalizados 30x20mm para quatro parabolds galvanizados 5/8” x 3”. Processo de Soldagem Mig e Pintura a pó eletrostática precedida de banhos químicos. Adesivo com material antivandalismo, indicando os músculos trabalhados. Placa de alumínio com marca e demais informação do fabricante. Montado e instalado em local indicado.	1	VAXX	R$ 2.070,20	R$ 2.070,20
7	VOLANTE DE ROTAÇÃO DIAGONAL COM VERTICAL CONJUGADO Aparelho fabricado em aço carbono, estrutura principal com tubo redondo 3.1/2” x 2 mm. E secundária com tubos redondos 1”.1/4” x 2 mm, 1” x 2 mm, tampa externa 2" e duas tampa de 2” de plástico injetado, três cubos torneados de 2" x 2mm, dois eixos de barra redonda trefilada 20 x 160 mm e um eixo de barra redonda trefilada 20 x 175 mm rosqueadas com porcas fixadoras travantes, três rolamentos duplos de 20 x 42mm fixadas com parafusos e porcas galvanizadas, esferas de nylon preto com Ø 50mm, dois volantes circulares com Ø 500mm, e um volante Ø 700mm, flange para fixação com 200 x 1/4’ com 4 furos ovalizados 30x20mm para quatro parabolds galvanizados 5/8” x 3”. Processo de Soldagem Mig e Pintura a pó eletrostática precedida de banhos químicos. Adesivo com material antivandalismo indicando os músculos trabalhados. Placa de alumínio com marca e demais informação do fabricante. Montado e instalado em local indicado.	1	VAXX	R$ 968,30	R$ 968,30
8	BALANÇO PREMIUM 02 LUGARES Balanço Infantil colorido, fabricado em aço carbono, estrutura principal em tubos redondos de 2” x 2 mm. E secundaria com tubos redondos 2.1/2”, quatro cubos 1” x 2 x 30 mm com nylon possuindo furo central, parafuso 2” x 1/4” e porca travante 1/4", corrente 30 x 20 x 4mm,oito orelhas de fixação 60 x 35 x 4 mm com furo de 10 mm para fixação ao solo com parabolds galvanizados ou chumbador 3/8” x 5, tampa plástica injetado 2”, com 2 assentos em plástico rotomoldado parede dupla. Processo de Soldagem Mig e Pintura a pó eletrostática precedida de banhos químicos. Adesivo com material antivandalismo, indicando os músculos trabalhados. Placa de alumínio com marca e demais informação do fabricante. É fornecido manual de instalação com planta baixa. Fabricado de acordo com a norma da ABNT NBR 16071:2012. Montado e instalado em local indicado.	1	VAXX	R$ 2.063,60	R$ 2.063,60
9	CARROSSEL PREMIUM Carrossel Infantil (Aparelho) colorido, fabricado em aço carbono, estrutura principal em tubos redondos de 3.1/2” X 2mm. E secundaria com tubos redondos, 1.1/4” x 2 mm, 1” x 2 mm, eixo central de rotação com barra trefilada torneada com 45mm, para fixação de Cubo com Rolamento duplo de 45 x 85mm, tampa fixada com parafuso, flange para fixação com 240 x 1/4’ com6 furos ovalizados 30x20mm para seis parabolds galvanizados 5/8” x 3”, reforço triangular de 150 x 60 mm. Processo de Soldagem Mig e Pintura a pó eletrostática precedida de banhos químicos. Adesivo com material antivandalismo, indicando os músculos trabalhados. Placa de alumínio com marca e demais informação do fabricante. É fornecido manual de instalação com planta baixa. Fabricado de acordo com a norma da ABNT NBR 16071:2012. Montado e instalado em local indicado.	1	VAXX	R$ 2.671,30	R$ 2.671,30
10	ESCORREGADOR PREMIUM Escorregador Infantil colorido, fabricado em aço carbono, estrutura principal em tubos redondos de 2” x 2 mm. E secundaria com tubos de 1.1/4" x 2 mm. Prancha de deslizamento em chapa galvanizada com 16 mm de espessura com 2500 m de deslizamento, proteção antiqueda lateral com tubo 1' 2mm e 5/8'2mm, quatro orelhas de fixação 60 x 35 x 4 mm com furo de 10 mm para fixação ao solo com parabolds galvanizados ou chumbador 3/8” x 5”. Processo de Soldagem Mig e Pintura a pó eletrostática precedida de banhos químicos. Adesivo com material antivandalismo, indicando os músculos trabalhados. Placa de alumínio com marca e demais informação do fabricante. Fabricado de acordo com a norma da ABNT NBR 16071:2012. Montado e instalado em local indicado.	1	VAXX	R$ 1.200,70	R$ 1.200,70
11	GANGORRA PREMIUM Gangorra Infantil colorido, fabricado em aço carbono, estrutura principal em tubos redondos de 1.1/2” x 2mm. E secundaria com tubos redondos de 5/8” x 2 mm, bancos ergométricos chapa de xx? 3mm com bordas arredondadas. Barra Chata em formato de U, para fixação de cubos torneados de 2" x 2mm, com Rolamento duplo 30 x 60 mm, eixo trefilado 20 x 42 mm com rosca para porca travante. Batentes de borracha 2”x30mm e rosca de 10 mm, flange para fixação com 240 x 1/4’ com 4 furos ovalizados 30x20mm para quatro parabolds galvanizados 5/8” x 3” Processo de Soldagem Mig e Pintura a pó eletrostática precedida de banhos químicos. Adesivo com material antivandalismo, indicando os músculos trabalhados. Placa de alumínio com marca e demais informação do fabricante. É fornecido manual de instalação com planta baixa. Fabricado de acordo com a norma da ABNT NBR 16071:2012. Montado e instalado em local indicado.	1	VAXX	R$ 918,90	R$ 918,90
	VALOR TOTAL				R$ 29.000,00

PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: 30 DIAS, PRAZO DE VIGÊNCIA: 13/11/2026. ASSINATURA DO CONTRATO: 15/10/2026.

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:CF251B65

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

O Município de Abatiá, Estado do Paraná, RESOLVE registrar os preços da empresa MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA, inscrito sob CNP nº 36.097.231/0001-02, para futura e eventual aquisição de pneus novos destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos pertencentes ao município de Abatiá – Paraná.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	17864	Pneu 17.5-25; modelo BORRACHUDO, RADIAL, OTR, L2 para uso em máquinas pá carregadeira e motoniveladora: Construção: mínimo 12 lonas; Profundidade mínima do sulco: 30 mm ou superior; Para uso sem câmara de ar; Com certificação do INMETRO; Pneus novos, de primeiro uso, não remoldados, não recapados e não recondicionados, sem sinais de envelhecimento ou deterioração; Garantia contra defeitos de fabricação, conforme política do fabricante, contada a partir da entrega; Data de fabricação: não superior a 12 (doze) meses da entrega	GOODYEAR SG2B	UNID	24,00	6.369,00	152.856,00
LOTE: 003 - Lote 003	1	18307	PNEU 9.00-20, MODELO LISO, RADIAL, PARA USO COM CÂMARA DE AR, ÍNDICE DE VELOCIDADE J (100KM/H), ÍNDICE DE CARGA 133/131 (2.300/2.500 KG), CONSTRUÇAÔ RADIAL COM 14 LONAS, PNEUS NOVOS, DE PRIMEIRO USO , CERTIFICADOS PELO INMETRO, NÃO REMOLDADOS, NÃO RECAPADOS E NÃO RECONDICIONADOS, COM DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 12 (DOZE) MESES DA ENTREGA E GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR STEELMARK AGS	UNID	8,00	1.719,90	13.759,20
TOTAL								166.615,20

VALOR TOTAL R$ 166.615,20 (cento e sessenta e seis mil seiscentos e quinze reais e vinte centavos)
VIGÊNCIA: 16/10/2026 a 15/10/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:6B38DC30

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

O Município de Abatiá, Estado do Paraná, RESOLVE registrar os preços da empresa VICENZO PNEUS E-COMMERCE LTDA, inscrito sob CNP nº 39.859.999/0001-64, para futura e eventual aquisição de pneus novos destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos pertencentes ao município de Abatiá – Paraná.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 002 - Lote 002	1	18306	PNEU 9.00-20, MODELO BORRACHUDO, RADIAL, PARA USO COM CÂMARA DE AR; ÍNDICE DE VELOCIDADE J(100KM/H), ÍNDICE DE CARGA 133/131 (2.300/2.500 KG), CONSTRUÇÃO RADIAL COM 14 LONAS. PNEUS NOVOS, DE PRIMEIRO USO, CERTIFICADOS PELO INMETRO,NÃO REMOLDADOS, NÃO RECAPADOS E NÃO RECONDICIONADOS, COM DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 12 (DOZE) MESES DA ENTREGA E GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	SAILUN S711	UNID	12,00	2.210,00	26.520,00
TOTAL								26.520,00

VALOR TOTAL R$ 26.520,00 (vinte seis mil quinhentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: 16/10/2026 a 15/10/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:C9EE91D0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO 102/2026

Nº PROCESSO	MOD.	Nº LICITAÇÃO	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR	CONTRATADA
108/2026	IN	16	LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO DA SAÚDE MENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.	15/10/2026	06 MESES	R$ 9.000,00	COMERCIAL BAIL LTDA - CNPJ 08.582.368/0001-17

Publicado por:
Pamella Guerreiro
Código Identificador:4E47BD71

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 446, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 446, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no art. 179 do Decreto Municipal nº 161/2023 e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução das atas,por representantes da Administração;

R E S O L V E

Art. 1º DESIGNAR como gestor e fiscal da Ata de Registro de Preços, os servidores abaixo relacionados, conforme dados abaixo:

Modalidade:	Dispensa de Licitação	**Nº licitação:**	47/2026	
ARP:	123/2026	**Vigência:**	14/10/2026 a 14/10/2027	
Objeto:	Registro de Preços para futuras aquisições de Gás GLP em atendimento às Secretarias Municipais.			
Detentor:	S.DAS.G.SILVA DISTRIBUIDORA GÁS – CNPJ 23.519.682/0001-49			
Gestor:	ALESSANDRA NARLOCK DE SOUZA		**CPF:**	***.291.789-**
Fiscal:	ADRIANO JOSÉ TURECK		**CPF:**	***. 512.989-**
Fiscal:	BRAULI GONÇALVES DA LUZ		**CPF:**	***.151.699-**
Fiscal:	DIEGO VALENTE LOPES		**CPF:**	***.389.209-**
Fiscal:	EVERSON LUAN ADOLPHATTO		**CPF:**	***.591.649-**
Fiscal:	JAIME JUNIOR FERREIRA		**CPF:**	***.822.009-**
Fiscal:	JOSIANE ROSÁRIO DA CRUZ DE ANDRADE		**CPF:**	***.200.429-**
Fiscal:	MAYARA ALANNA DE LIMA N. ZOELLNER		**CPF:**	***.161.179-**

Art. 2º - Os servidores serão responsáveis pela gestão e fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços, mediante a execução das atividades de orientação, acompanhamento, controle e aceite do objeto pactuado.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem validade enquanto permanecer vigente a Ata de Registro de Preços acima mencionada.

Cumpra-se e registre-se.
Agudos do Sul, em 15 de outubro de 2026.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamella Guerreiro
Código Identificador:DF2C0C9D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE CONVOCAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2026

Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL EM DIVERSAS APRESENTAÇÕES, GÁS GLP, BOTIJÕES E GARRAFÕES ENVASADOS (COTA), COPOS DESCARTÁVEIS, REGULADORES DE**

GÁS, DISPENSERS E LIXEIRAS COLETORAS PARA COPOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DA FUNPESPA.

O Município de Andirá/PR, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados, em especial aos participantes do**Pregão Eletrônico 010/2026**, a convocação do(s) licitante(s) remanescente(s), tendo em vista que a empresa vencedora do(s) seguinte(s) lote(s):
LOTE 09 -COPO DESCARTÁVEL, IDEAL PARA CAFÉ. CONFECCIONADO COM RESINA TERMOPLÁSTICA, HOMEGÊNIO, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES E BORDAS AFIADAS. ATENDIDO PELAS CONDIÇÕES GERAIS DA NBR 14865 E NBR 13230 DA ABNT. COMPOSIÇÃO: PP COR: TRANSPARENTE. CAIXA CONTENDO 50 PACOTES COM 100 UNIDADES. CAPACIDADE: 50 ML CADA.

A empresa**NIKKEY COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA, solicitou a rescisão do item 09 da Ata de Registro de preços 038/2026,** sendo assim, conforme orientação da Procuradoria Municipal, **convocam-se os licitantes remanescentes**, **em observância à ordem de classificação**, para que, no prazo de **03 (três) dias úteis**, compreendido entre **15/10/2026 a 19/10/2026 até às 16h**, manifestem formalmente interesse em contratar o(s) lote(s) indicado(s) acima. A contratação se dará nas mesmas condições de valor ofertadas pelo licitante vencedor, conforme o(s) preço(s) registrado(s) em ata.
Ficam desde já convocadas a(s) seguinte(s) empresa(s), de acordo com a classificação obtida no certame:
2º lugar: LTALFA COMERCIO E VAREJO LTDA

Ressalta-se que, **havendo manifestação de mais de um licitante dentro do prazo estabelecido**, será declarada vencedora a empresa **melhor classificada**, ainda que sua manifestação ocorra em momento posterior às demais, desde que dentro do prazo fixado.
A contratação ocorrerá nas mesmas condições de valor ofertadas pelo licitante vencedor, observados os valores e marca registrados em ata e a legislação vigente.

Lote	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
9	COPO DESCARTÁVEL, IDEAL PARA CAFÉ. CONFECCIONADO COM RESINA TERMOPLÁSTICA, HOMEGÊNIO, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES E BORDAS AFIADAS. ATENDIDO PELAS CONDIÇÕES GERAIS DA NBR 14865 E NBR 13230 DA ABNT. COMPOSIÇÃO: PP COR: TRANSPARENTE. CAIXA CONTENDO 50 PACOTES COM 100 UNIDADES. CAPACIDADE: 50 ML CADA.	FONPLAST	CAIXA	300	R$ 115,10	R$ 34.530,00

Andirá/PR, 15 de outubro de 2026.

STÉPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira
Portaria n° 20.257/2026

Para mais informações entrar em contato pelo número 3538-8100 – ramal 215/216.
Departamento de Contratos - Ana Gabriely/Vanessa

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:273FD539

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2026

Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL EM DIVERSAS APRESENTAÇÕES, GÁS GLP, BOTIJÕES E GARRAFÕES ENVASADOS (COTA), COPOS DESCARTÁVEIS, REGULADORES DE GÁS, DISPENSERS E LIXEIRAS COLETORAS PARA COPOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DA FUNPESPA.**

O Município de Andirá/PR, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados, em especial aos participantes do**Pregão Eletrônico 010/2026**, a convocação do(s) licitante(s) remanescente(s), tendo em vista que a empresa vencedora do(s) seguinte(s) lote(s):

LOTE 09 -COPO DESCARTÁVEL, IDEAL PARA CAFÉ. CONFECCIONADO COM RESINA TERMOPLÁSTICA, HOMEGÊNIO, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES E BORDAS AFIADAS. ATENDIDO PELAS CONDIÇÕES GERAIS DA NBR 14865 E NBR 13230 DA ABNT. COMPOSIÇÃO: PP COR: TRANSPARENTE. CAIXA CONTENDO 50 PACOTES COM 100 UNIDADES. CAPACIDADE: 50 ML CADA.
Conforme orientação da Procuradoria Municipal, convoca-se o licitante remanescente, na ordem de classificação, **LTALFA COMÉRCIO E VAREJO LTDA**, já devidamente classificada em **SEGUNDO LUGAR** no **LOTE 09**, para que no prazo de 03 (três) dias úteis – 20/10/2026 até às 16:00 horas, manifeste interesse de contratar o lote. A contratação se dará nas mesmas condições ofertadas no momento do lance, conforme os preços registrados em ata.

Lote	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
9	COPO DESCARTÁVEL, IDEAL PARA CAFÉ. CONFECCIONADO COM RESINA TERMOPLÁSTICA, HOMEGÊNIO, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES E BORDAS AFIADAS. ATENDIDO PELAS CONDIÇÕES GERAIS DA NBR 14865 E NBR 13230 DA ABNT. COMPOSIÇÃO: PP COR: TRANSPARENTE. CAIXA CONTENDO 50 PACOTES COM 100 UNIDADES. CAPACIDADE: 50 ML CADA.	ALTACOPPO	CAIXA	300	R$ 127,90	R$ 38.370,00

Caso não haja aceite, a convocação será encerrada, tendo em vista que não há outros fornecedores classificados a serem convocados.
Andirá/PR, 15 de outubro de 2026.

STÉPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira
Portaria n° 20.257/2026

Para mais informações entrar em contato pelo número 3538-8100 – ramal 215/216.
Departamento de Contratos - Ana Gabriely/Vanessa

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:48A83FCF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 023/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO 079/2026

O **MUNICÍPIO DE ANTONINA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.022.516/0001-07, com sede na Rua Quinze de novembro, 150 - Centro, Antonina - PR, 83370-000, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, o presente **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**, em conformidade com o art. 75, inciso VIII e §3º, da Lei nº 14.133/2021, conforme as especificações e disposições a seguir:

OBJETO:
Contratação emergencial de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de exames laboratoriais, com fornecimento de sistema de agendamento, realização de rota de coletas, processamento de amostras hospitalares em regime de 24 horas, emissão de laudos e demais atividades indispensáveis à execução, conforme as condições deste instrumento.

Lote 01

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor total
01	01	Prestação de serviços de exames laboratoriais	Serviço	1	Conforme SIGTAP e acionamento	R$ 750.000,00
01	02	Rota de coleta do Hospital Silvio Bittencourt Linhares – para exames de internamento, urgência e emergência, e das unidades básicas de saúde.	Un.	915	R$ 120,00	R$ 109.800,00
	TOTAL LOTE 01				**R$ 859.800,00**	

Lote 02

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor total
02	01	Kit teste rápido troponina C/ 50un.	Caixa	7	R$ 500,00	R$ 3.500,00
	TOTAL LOTE 02				**R$ 3.500,00**	

	TOTAL DO CERTAME	**R$ 863.300,00**

Conforme ANEXO I do Termo de Referência: Todos os procedimentos indicados no item 01 do Lote 01 serão executados sob demanda e **remunerados pelo valor unitário vigente da Tabela SIGTAP/SUS na competência da realização.**
Na forma do item 10.2 da mesma peça, **o julgamento econômico para o lote 1 considerará o menor valor unitário da rota de coleta indicada no item 2, e, no lote 2, kits de troponina, o menor valor para o insumo**.

2. JUSTIFICATIVA:
A contratação é indispensável para restabelecer e manter exames essenciais ao diagnóstico, à definição de condutas, ao acompanhamento de doenças crônicas, ao atendimento pré-natal, às ações de vigilância e à assistência hospitalar.
O Hospital Municipal Doutor Sílvio Bittencourt Linhares funciona ininterruptamente e atende urgência, emergência e internamento. A ausência de suporte laboratorial compromete decisões clínicas imediatas, aumenta o risco de agravamento, transferência, internação prolongada e ocorrência de danos evitáveis aos pacientes.
As Unidades Básicas de Saúde dependem de exames para prevenção, diagnóstico precoce, monitoramento terapêutico e continuidade do cuidado. A interrupção afeta toda a rede municipal e provoca acúmulo de demanda.
A dispensa fundamenta-se no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, limitada às parcelas necessárias ao atendimento da situação emergencial e ao período suficiente para a conclusão da contratação ordinária. A emergência não afasta a necessidade de justificar a escolha do contratado e a compatibilidade do preço.

O Município de Antonina/PR irá contratar conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, sendo que estes integram este Aviso, além das condições específicas, os documentos a seguir, que estão disponíveis na plataforma de compras públicas "BLL Compras".

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA
ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME E EPP
ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA
ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

RECURSOS ORÇAMENTARIOS

As despesas resultantes desta contratação serão imputadas às seguintes dotações orçamentárias:

07.001.10.301.0030.2015 – Assistência Médica, Odontológica e Sanitária
Red 299 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
Red 300 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1303 – Saúde - Receitas Vinculadas (EC/00 - 15%)
Red 301 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1369 - Serviços Hospitalares
Red 556 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1494 – Recursos da saúde
Red 298 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 494 – Recursos da saúde
07.001.10.301.0030.2327 – Assistência Médica, Odontológica e Sanitária
Red 306 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1495 – Atenção Básica
07.001.10.304.0030.2015 – Assistência Médica, Odontológica e Sanitária
Red 323 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)

4.1. MEDIÇÃO E PAGAMENTO
4.1.1. A seleção da contratada observará os critérios objetivos estabelecidos na Cláusula 10 do Termo de Referência, em conformidade com a legislação aplicável, sendo a medição dos serviços realizada mensalmente e correspondente exclusivamente aos serviços efetivamente executados no período, mediante ateste do fiscal do contrato, para fins de pagamento, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e neste instrumento contratual.
4.1.2. Para cada exame, a contratada deverá indicar o código e a descrição SIGTAP, a quantidade, o valor unitário vigente na competência e o subtotal. Para cada acionamento emergencial, deverá apresentar o protocolo correspondente e o valor unitário contratado;
4.1.3. A soma mensal será: exames efetivamente realizados multiplicados pelos valores SIGTAP vigentes, acrescida dos acionamentos emergenciais comprovados. Nenhuma medição poderá superar o saldo global do contrato;
4.1.4. Não serão pagos exames sem autorização, duplicados, cancelados, não realizados, sem laudo, em desacordo com o grupo contratado ou cuja repetição decorra de erro imputável à contratada;
4.1.5 Os serviços serão executados sob demanda, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e as solicitações regularmente autorizadas, não havendo garantia de consumo mínimo das quantidades estimadas no Termo de Referência. O pagamento será realizado exclusivamente pelos exames efetivamente executados e devidamente atestados;
4.1.5. O recebimento provisório ocorrerá com a entrega do relatório mensal e da nota fiscal; o definitivo ocorrerá após conferência e ateste da fiscalização, observado o prazo previsto no contrato;
4.1.6. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a liquidação regular da despesa, mediante nota fiscal, certidões exigíveis, relatório de produção, protocolos de acionamento e ateste, na forma da legislação e dos procedimentos municipais;
4.1.7. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter a descrição dos serviços prestados, o número do processo de dispensa, o número do contrato, o período de referência da medição e demais informações necessárias à identificação da contratação, devendo ser apresentada juntamente com o requerimento formal de pagamento.
4.1.8. A Fatura/Nota Fiscal deverá ser acompanhada da documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista exigida para a liquidação da despesa, especialmente o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e a Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, sem prejuízo dos demais documentos previstos neste Termo de Referência.
4.1.9. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA, inscrita no CNPJ sob nº 76.022.516/0001-07, com endereço na Rua Quinze de Novembro, nº 150, Centro, Antonina/PR, CEP 83370-000.
4.1.10. O pagamento será realizado mediante depósito ou transferência bancária para a conta corrente indicada pela CONTRATADA no instrumento contratual, após a regular liquidação da despesa.

DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

5.1. O presente **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO** possibilita a apresentação de propostas por interessados, no prazo de 3 (três) dias úteis, em conformidade com o Artigo 75, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.
5.2. Poderão apresentar propostas as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Aviso e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.bll.org.br

- A Proposta de preços deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Aviso;
- **O presente Aviso de Contratação Direta será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP, no sítio eletrônico oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.**
- **A apresentação das propostas e a eventual disputa serão realizadas exclusivamente por meio da plataforma BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, disponível em BLL – Bolsa de Licitações e Leilões,** no período de **08h00 do dia 19/10/2026 às 08h30 do dia 22/10/2026,** a Sessão Pública ocorrerá às **09:00 do dia 22/10/2026, observadas as condições e especificações estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e no Termo de Referência.**

5.3. Caso seja a detentora da melhor proposta, após a convocação pelo ente, deverá apresentar os seguintes documentos, para fins de **HABILITAÇÃO**:
5.3.1. Documentação Jurídica:
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- Documentos pessoais dos sócios;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
5.3.2. Documentação Fiscal:
- Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

- Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), de acordo com a Lei n.º 12.440, de 2011 e Resolução Administrativa n.º 1.470, editada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) em 24 de agosto de 2011, ela poderá ser obtida gratuitamente nos sítios daquele tribunal (www.tst.jus.br), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (www.csjt.jus.br), ou de qualquer Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

5.3.3. Qualificação Técnica Operacional Simplificada:

Conforme item 11.2 do Termo de Referência, a qualificação técnica compreenderá, no mínimo: atestado de capacidade compatível (emitido por entidade pública ou privada); licença sanitária; registro da empresa e do responsável técnico no conselho competente; comprovação de controle externo de qualidade; declaração de atendimento 24 horas; e documentação dos pontos de coleta e processamento.

- Declarações, conforme os modelos disponibilizados (ANEXO III e IV).

5.4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.4.1. Para o julgamento será adotado o critério de **menor preço por item;**

5.4.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4.3. A partir da data e horário estabelecidos, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de propostas adicionais, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.4.4. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para envio das propostas, o procedimento será encerrado e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

5.4.5. Encerrado o procedimento de envio de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.4.6. Definida a proposta vencedora, o órgão ou a entidade poderá solicitar, por meio do sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares.

5.4.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

5.4.8. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.4.9. Após a análise das propostas e documentos apresentados lavrar-se-á Ata indicando o fornecedor vencedor do processo, para posterior ratificação da autoridade competente.

5.4.10. Encerradas a etapa de recebimento das propostas e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.11. Não havendo oferecimento de propostas adicionais no prazo de publicidade, será classificado o menor preço obtido durante a fase de pesquisa de mercado que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

DAS OBRIGAÇÕES:

6.1. CONTRATANTE

6.1.1. Emitir requisições e autorizações e efetuar os agendamentos das UBSs no sistema.

6.1.2. Realizar, por profissionais habilitados, a coleta, identificação, acondicionamento e entrega das amostras hospitalares, conforme instruções e normas sanitárias.

6.1.3. Fornecer à contratada as informações indispensáveis, preservando os dados pessoais. 6.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução, conferir a produção e registrar ocorrências.

6.1.5. Efetuar o pagamento apenas dos exames e acionamentos efetivamente executados, medidos e atestados.

6.1.6. Notificar a contratada sobre falhas e estabelecer prazo para saneamento quando a urgência permitir

6.1.7. Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as especificações, condições, prazos e demais exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência;

6.1.8. Indicar os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento deste serviço;

6.1.9. Atestar as Notas Fiscais/Faturas após a verificação da efetiva prestação dos serviços e da regularidade da documentação exigida para a liquidação da despesa;

6.1.10. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades, falhas ou desconformidades verificadas na execução dos serviços, estabelecendo, quando cabível, prazo para sua correção;

6.1.11. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção;

6.1.12. Garantir à Contratada o direito ao contraditório e ampla defesa nos casos em que forem exigidas trocas ou no caso de aplicação de sanção; e

6.1.13. Informar ao contratado eventual desacordo com os serviços que estão sendo contratados, identificados mesmo após o recebimento e exigir a sua substituição ou reparação, conforme o caso.

6.2. CONTRATADA:

6.2.1. Executar integralmente os serviços autorizados, mantendo as condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência.

6.2.2. Manter ponto de coleta eletiva e atendimento hospitalar 24 horas nos endereços aprovados.

6.2.3. Fornecer e manter o sistema de agendamento e resultados, com suporte aos usuários municipais.

6.2.4. Garantir identificação, rastreabilidade, integridade, confidencialidade e guarda dos registros laboratoriais.

6.2.5. Disponibilizar relatórios mensais discriminados por paciente, unidade, procedimento SIGTAP, quantidade, valor unitário, subtotal e número do acionamento quando houver.

6.2.6. Comunicar intercorrências, resultados críticos, indisponibilidade e qualquer risco à continuidade.

6.2.7. Cumprir a LGPD e permitir acesso a dados somente a pessoas autorizadas.

6.2.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, tributários, comerciais, sanitários e profissionais decorrentes da execução.

6.2.9. Refazer, corrigir ou complementar, sem ônus, serviços executados em desconformidade.

6.2.10. Facilitar a fiscalização e apresentar documentos e registros quando solicitados.

6.2.11. A execução dos serviços deverá observar integralmente as condições estabelecidas na Cláusula 6 – Modelo de Execução do Objeto, do Termo de Referência, especialmente quanto aos horários e às rotas de coleta, ao atendimento laboratorial em regime de 24 (vinte e quatro) horas, ao recebimento, transporte e processamento das amostras, aos prazos para disponibilização dos resultados e às demais condições operacionais previstas.

7. RESPONSABILIDADES ADICIONAIS DAS PARTES

I. Compete à CONTRATADA a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste processo, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitado pelo CONTRATANTE, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA qualquer procedimento legal que porventura houver referente aos objetos contratado;
II. Compete à CONTRATADA comunicar imediatamente à CONTRATANTE em havendo irregularidades relacionadas com a execução do serviço prestado.
III. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas integrantes do contrato, por parte da CONTRATADA, acarretará a responsabilidade civil e criminal, sem prejuízo de outras sanções legais.
IV. A CONTRATANTE se obriga a garantir as condições necessárias para a regular execução do contrato, bem como realizar o pagamento da forma ajustada.

8. DA CONTRATAÇÃO
Cumprido o prazo de 3 (três) dias úteis de publicação do presente aviso de dispensa de licitação, a Secretaria Municipal de Saúde fará a análise das propostas e condições de habilitação da empresa que apresentar o menor valor, procedendo-se a convocação para a assinatura do contrato de forma imediata.

DOS PRAZOS

9.1. O presente contrato terá vigência de até 06 (seis) meses, contados da data definida no instrumento contratual, com início da execução dos serviços na forma nele estabelecida.
9.2. O contrato possui caráter emergencial e não poderá ser prorrogado, devendo sua vigência observar o prazo máximo estabelecido no item 9.1.
9.3. O contrato será extinto antecipadamente, independentemente do término do prazo previsto no item 9.1, quando o contrato decorrente do procedimento regular de contratação estiver apto à execução, de modo a assegurar a continuidade dos serviços públicos, observadas as formalidades legais aplicáveis.

DAS SANÇÕES
10.1 As partes que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal n. º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
10.2. Conforme o item 15.2 do Termo de Referência, constituem falhas graves, entre outras, a recusa injustificada de acionamento, interrupção do atendimento 24 horas, perda de amostra por erro da contratada, atraso que comprometa conduta clínica, cobrança ao paciente, violação de sigilo e faturamento indevido.

DA EXECUÇÃO

11.1. A execução dos serviços deverá ocorrer em estrita conformidade com as condições, especificações, quantitativos, rotinas, horários e demais exigências **estabelecidas no item 6 do Termo de Referência**.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

DO FISCAL
O fiscal do contrato será designado pelo gestor da pasta, conforme portaria de nomeação e terá as seguintes atribuições:
I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo paraacorreção;
IV - demais funções previstas na regulamentação municipal.

12.2. GESTOR DO CONTRATO
O gestor do contrato será determinado conforme portaria de nomeação e terá as seguintes atribuições:
I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a suacompetência;
III - demais funções previstas na regulamentação municipal.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO
Conforme item 5.7 do Termo de Referência, não será admitida a subcontratação integral do objeto. Exames de apoio somente poderão ser encaminhados a laboratório legalmente habilitado, sob responsabilidade integral da contratada, sem custo adicional e sem prejuízo dos prazos.

Antonina, 15 de outubro de 2026.

JOÃO PAULO NUNES
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
Documento integrante deste Aviso, disponibilizado em arquivo separado.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
PROCESSO N.º 0XX/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 0XX/2026

Razão Social: _____, CNPJ: __.___.___/____-__ Logradouro:_____, nº ____, Bairro: _____ Cidade: _____, UF: __, CEP: _____-___, Telefone: (__) _____-____ E-mail: _____

A empresa acima se propõe a fornecer o objeto desta dispensa, conforme discriminado no Termo de Referência - Anexo I, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Contratação de empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Quantidade/unidade ou medida	Valor Unit. (estimado)	Valor Total (estimado)
XX	XXXXXXXX	XXXXX	XXXXX	XXXXXX

1 - DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:
- O prazo de validade desta proposta comercial é de 60 dias, contados da data de seu cadastro ou envio.

2 - DECLARAÇÃO:
Nos termos do art. 63, §1º da Lei 14.133/2021 e do Aviso de Dispensa, declaramos para os devidos fins que a proposta acima compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

LOCAL/DATA

_____
Nome do Responsável

ANEXO III

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA SITUAÇÃO DE MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 0XX/2026

PROPONENTE:_____
CNPJ:_____
ENDEREÇO:_____
CIDADE:_____
TELEFONE:_____FAX:_____

OBJETO: _____

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob n.º....., por intermédio de seu representante legal infra-assinado, Sr(a).....portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º ....., DECLARA, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123/06, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

Data e Assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0XX/2026

A EMPRESA....., ATRAVÉS DE SEU REPRESENTATE LEGAL INFRA-ASSINADO, SOB AS PENAS DA LEI, DECLARA:

1. a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
2. o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
3. o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
4. o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
5. o cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, será comprovado mediante documento firmado pelo interessado ou seu representante legal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão de obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional.
6. que não mantém em seu quadro societário ou de empregados cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de agentes públicos municipais com poder decisório (Súmula Vinculante nº 13 do STF e art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021)

(Local) _____, __ de _____ de 2026.

_____
Empresa e Assinatura do Responsável Legal

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

MINUTA
CONTRATO Nº XXX/2026
DISPENSA EMERGENCIAL Nº 023/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 079/2026

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE ANTONINA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Quinze de Novembro, 150 - Centro, Antonina - PR, 83370-000, inscrito no CNPJ nº 76022516/0001-07, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo Excelentíssimo Prefeito Interino, **Yuri Yoriaki Osaki**, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 48.049.293 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 088.293.439-27, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliada nesta cidade, inscrita no CPF sob o nº 061409458-52, pelo Secretário Municipal de Saúde, que abaixo assina e a **EMPRESA XXXXXXXX.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº. XXXXXXXXXX, sediada à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por **XXXXXXXXX**, XXXXX, inscrito no CPF/ME sob o nº XXXXXXXXXX
O presente contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e pela Lei Municipal nº 81/2023, conforme as cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:
Contratação emergencial de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de exames laboratoriais, com fornecimento de sistema de agendamento, realização de coletas eletivas em ponto de coleta próprio da empresa, processamento de amostras hospitalares em regime de 24 horas, emissão de laudos e demais atividades indispensáveis à execução, conforme as condições deste instrumento.

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor total
01	01	Prestação de serviços de exames laboratoriais	Serviço	1	Conforme SIGTAP e acionamento	R$ 750.000,00
01	02	Rota de coleta do Hospital Silvio Bittencourt Linhares – para exames de internamento, urgência e emergência, e das unidades básicas de saúde.	Un.	915	R$ 120,00	R$ 109.800,00
02	01	Kit teste rápido troponina C/ 50un.	Caixa	7	R$ 500,00	R$ 3.500,00
	TOTAL				**R$ 863.300,00**	

São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência que deu origem à contratação;
A Autorização de Contratação Direta;
A Proposta do Contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 FUNDAMENTO:
2.1. Este contrato decorre da contratação através de Dispensa de Licitação nº 023/2026 objeto do processo administrativo n.º 079/2026, com fundamento no artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:
3.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato, conforme tabela constante no item 1 deste contrato.
3.2 O valor estimado do presente contrato é de **R$ XXXXXXXX,XX (XXXXXX)**
3.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do serviço contratual, compreendendo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas administrativas, custos com recursos humanos, e demais despesas diretas e indiretas indispensáveis à adequada prestação dos serviços contratados.

4. DO REAJUSTE OU ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS
4.1 Os preços não poderão ser alterados ou atualizados, com exceção em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução contrato tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
5. RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:
5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas em legislação específica.
5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste contrato.
5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do contratante.
5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.
6. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:
6.1 A execução do objeto deverá ocorrer em conformidade com as condições, prazos, quantitativos e especificações estabelecidas no **item 6 do Termo de Referência** e demais documentos que integram este instrumento contratual.
6.2 O descumprimento no fornecimento pontual de qualquer dos serviços contratados ensejará a aplicação de glosa na fatura mensal e abertura de processo sancionador.
6.3 A Contratada será responsável por todas as despesas necessárias à adequada execução dos serviços contratados, incluindo recursos humanos, estrutura, manutenção e demais custos inerentes ao cumprimento do objeto contratual.
6.4. A seleção da contratada observará os critérios objetivos definidos no procedimento de contratação e na documentação que o instrui, em conformidade com a legislação aplicável.

7. FONTE DE RECURSOS:
7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.10.301.0030.2015 – Assistência Médica, Odontológica e Sanitária
Red 299 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
Red 300 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1303 – Saúde - Receitas Vinculadas (EC/00 - 15%)
Red 301 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1369 - Serviços Hospitalares
Red 556 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte: 1494 – Recursos da saúde
Red 298 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 494 – Recursos da saúde
07.001.10.301.0030.2327 – Assistência Médica, Odontológica e Sanitária
Red 306 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1495 – Atenção Básica
07.001.10.304.0030.2015 – Assistência Médica, Odontológica e Sanitária
Red 323 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)

7.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

8 PRAZOS
8.1. O contrato terá vigência de até 06 (seis) meses, contados da data definida no instrumento contratual, com início da execução dos serviços na forma estabelecida.
8.2. Em razão de seu caráter emergencial, o contrato não poderá ser prorrogado, devendo sua vigência respeitar o prazo máximo previsto no item 8.1.
8.3. O contrato será extinto antecipadamente quando o contrato decorrente do procedimento regular de contratação estiver apto à execução, independentemente do prazo remanescente, observadas as formalidades legais aplicáveis.

9 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
9.1 São obrigações do Contratado:
I – Executar o objeto contratual de acordo com as condições, especificações, prazos e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência, na proposta apresentada e nos demais documentos que integram o processo administrativo;
II – Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços contratados, incluindo todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas decorrentes da execução do objeto, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade presente ou futura;
III – Manter, durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo administrativo;
IV – Comunicar à fiscalização ou à gestão contratual qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços, indicando as providências necessárias para regularização;
V – Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
VI – Designar preposto para representá-la durante a execução contratual, mantendo comunicação permanente com a Administração para os assuntos relacionados à gestão do contrato;
VII – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução contratual, quando aplicável;
VIII – Cumprir as normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis ao objeto contratado;
IX – Permitir e facilitar o acompanhamento, a fiscalização e a realização de diligências pela Administração durante a execução do contrato;
X – Corrigir, reparar ou substituir, às suas expensas, quando necessário, eventuais falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, conforme orientações da fiscalização contratual.
XI - Manter registros e documentos relacionados à execução dos serviços, observando o dever de sigilo e a proteção das informações dos usuários, quando aplicável;
XII - Fornecer EPIs e uniformes adequados a todos os colaboradores antes do início das atividades;
XIII - Substituir, no prazo máximo de 24 horas, qualquer profissional que não atenda aos requisitos de conduta ou técnica exigidos pela Administração.
9.2 São obrigações do Contratante:
I. Prestar informações necessárias, com clareza à CONTRATADA, para execução objeto avençado;
II. Apresentar à CONTRATADA os servidores autorizados a acompanhar, fiscalizar e conferir a qualidade do objeto;
III. Notificar a CONTRATADA para corrigir, imediatamente, eventuais falhas ou irregularidades na execução dos serviços, sempre que constatadas pela fiscalização do contrato;
IV. Emitir "Nota de empenho" autorizando o início da execução do objeto de forma individualizada à CONTRATADA;
V. Acompanhar e fiscalizar permanentemente, visando o atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas, devendo intervir, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento;
VI. Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente prestados, na forma e nas condições estabelecidas neste contrato.
VII. Notificar a CONTRATADA, condutas impróprias de seus funcionários, que eventualmente tomar conhecimento, para adoção das providências cabíveis;
VII. Aplicar, quando necessário, as penalidades, advertências e sanções previstas no avençado, de acordo com as leis que regem a matéria;
VIII. Solicitar, a qualquer tempo, dados e informações referentes aos serviços objeto do avençado.
10 FORMA DE PAGAMENTO
10.1. A medição será mensal e corresponderá exclusivamente aos serviços efetivamente realizados no período.
10.2. Para cada exame, a contratada deverá indicar o código e a descrição SIGTAP, a quantidade, o valor unitário vigente na competência e o subtotal. Para cada acionamento emergencial, deverá apresentar o protocolo correspondente e o valor unitário contratado.
10.3. A soma mensal será: exames efetivamente realizados multiplicados pelos valores SIGTAP vigentes, acrescida dos acionamentos emergenciais comprovados. Nenhuma medição poderá superar o saldo global do contrato.
10.4 Durante a transição para a contratação regular, fica vedada a duplicidade de faturamento, devendo cada exame ser cobrado uma única vez pela contratada responsável por sua execução.
10.5. Não serão pagos exames sem autorização, duplicados, cancelados, não realizados, sem laudo, em desacordo com o grupo contratado ou cuja repetição decorra de erro imputável à contratada.
10.6. O recebimento provisório ocorrerá com a entrega do relatório mensal e da nota fiscal; o definitivo ocorrerá após conferência e ateste da fiscalização, observado o prazo previsto neste contrato.
10.7. O pagamento será efetuado após a liquidação regular da despesa, mediante nota fiscal, certidões exigíveis, relatório de produção, protocolos de acionamento e ateste, na forma da legislação e dos procedimentos municipais.
10.8 Os valores devidos pela Administração Pública Municipal serão pagos após liquidação formal, em até 30 (trinta) dias, obrigando-se a contratada a manter conta corrente e a fornecer o número desta conjuntamente com o documento fiscal e fatura correspondente, acompanhado dos documentos fiscais de regularidade perante a seguridade social (FEDERAL/FGTS).

10.9. Dos valores devidos, serão descontados os tributos incidentes na condição de responsável. As notas fiscais deverão ser encaminhadas à Secretaria Municipal solicitante, conforme constante na Nota de Empenho.
10.10. A contratada ficará obrigada a emitir Nota Fiscal Eletrônica para pagamento do objeto desta licitação.
10.11. Os pagamentos serão efetuados através de depósito em conta corrente vinculado ao CNPJ da Contratada, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada por servidor encarregado do recebimento, e observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Termo de Referência.
10.12. Havendo erro na Nota Fiscal Eletrônica - NFE ou outra circunstância que desaprove a liquidação, esta será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a empresa vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer tipo de ônus para a Prefeitura de Antonina/PR.
10.13. Caso haja documentos faltantes ou incorretos não será iniciada a contagem do prazo para pagamento.

10.14 EMPENHO PRÉVIO DO CONTRATO
10.14.1 A execução financeira do presente contrato dependerá da prévia emissão de nota de empenho, nos termos do art. 60 da Lei nº 4.320/1964, que dispõe que *"é vedada a realização de despesa sem prévio empenho".*
10.14.2 A ausência de empenho válido poderá ensejar a suspensão da execução contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade da Administração, nos termos da legislação aplicável.

11 DO CONTROLE, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
11.1. O funcionário responsável pela fiscalização deste contrato deverá anotar em registro próprio e notificar a contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições e falhas no decorrer da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção e solução, observando a legislação;
11.2. Os fiscais serão designados por Portaria ou Decreto, os quais serão responsáveis pelo acompanhamento da entrega e/ou execução do objeto pretendido.
11.3. O representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
11.4. As sanções administrativas devem ser aplicadas em procedimento administrativo autônomo em que se assegure ampla defesa e contraditório.

12 GARANTIA DE EXECUÇÃO:
12.1 Não será exigida garantia contratual de execução.
13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
13.1. O contratado que incorra em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
13.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais sujeitará a Contratada às penalidades tipificadas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa prévios:
a) Advertência: Por infrações leves e falhas formais sanáveis;
b) Multas:
Moratória: De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado no início dos serviços ou no fornecimento de insumos/uniformes, calculada sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 10%;
Compensatória: De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total estimado do contrato, nas hipóteses de inexecução parcial ou total, abandono injustificado ou rescisão unilateral por culpa exclusiva da Contratada;
c) Impedimento de Licitar e Contratar: No âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Antonina, pelo prazo de até 3 (três) anos;
d) Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar: Com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14. CASOS DE EXTINÇÃO:
14.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
14.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
14.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
14.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
14.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
14.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
14.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
14.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
14.3.3 Indenizações e multas.
14.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
14.5 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).
14.6 O contrato emergencial extinguir-se-á automaticamente, sem necessidade de aviso ou interpelação, na data em que for formalizado o contrato decorrente do procedimento regular de contratação.
14.7. Fica vedada a nova contratação da mesma empresa com fundamento na mesma situação emergencial, ressalvada a interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.890.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES
15.1. Este contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
15.1.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
15.2. É admissível a continuidade do contrato quando houver fusão, cisão ou incorporação da Contratada por outra pessoa jurídica, desde que:
a) sejam mantidos todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação;

b) sejam preservadas as demais cláusulas e condições contratuais; e
c) não haja prejuízo à execução do objeto, mediante anuência expressa da Administração.
15.3. As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.
15.4. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
15.5. Conforme item 5.7 do Termo de Referência, não será admitida a subcontratação integral do objeto. Exames de apoio somente poderão ser encaminhados a laboratório legalmente habilitado, sob responsabilidade integral da contratada, sem custo adicional e sem prejuízo dos prazos.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade.
16.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE.
16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.
16.5 O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula.
16.6 O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
16.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
16.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
16.10 O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
16.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
16.12. As informações relativas ao tratamento de dados pessoais realizado pela CONTRATADA deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como a legislação aplicável.
16.13. As solicitações do titular dos dados pessoais ou de seu representante legal serão atendidas na forma da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), observadas as competências e responsabilidades das partes.
16.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis.
16.15 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
16.16. As dúvidas de natureza jurídica decorrentes da aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018) poderão ser submetidas à Procuradoria Jurídica do Município, quando necessário.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o termo de referência e a proposta apresentada pelo Contratado durante o procedimento administrativo que deu origem à contração.
17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e demais leis municipais, estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.
17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
17.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca de Antonina – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Antonina, xx de outubro de 2026.

YURI YORIAKI OSAKI
Prefeito Interino Do Muncipio De Antonina

JOÃO PAULO NUNES
Secretário Municipal De Saúde

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Representante Legal

Publicado por:
Deoclecio de Oliveira Millezi
Código Identificador:0841B3E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026 – PREMIAÇÃO CULTURAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026 – PREMIAÇÃO CULTURAL
PREMIAÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (LEI Nº 14.399/2022)
Olá, agentes culturais do Município de Barbosa Ferraz – PR!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público.
Este Edital nº 002/2026 – Premiação é realizado com recursos do Governo Federal, repassados pelo Ministério da Cultura por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Lei nº 14.399/2022), e fundamenta-se na Lei nº 14.903/2024 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (regulamentação da Política Nacional Aldir Blanc) e na Instrução Normativa MinC nº 10/2023, relativa às ações afirmativas e à acessibilidade.
Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura. Desejamos sucesso!
Para facilitar a leitura, separamos as informações nas seguintes seções:

• INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 O que é o prêmio cultural?
1.2 Quantos agentes culturais serão premiados?
1.3 Quantas vagas tem esse edital e qual o valor do prêmio?
1.4 Qual o prazo para inscrição?
1.5 Quem pode participar?
1.6 Quem não pode participar?

• ETAPAS DO EDITAL
• INSCRIÇÕES

3.1 Como posso me inscrever?
3.2 Quais documentos preciso apresentar para realizar a inscrição?

• COTAS

4.1 Quais são as categorias de cotas neste Edital?
4.2 É possível concorrer ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas?
E se eu for aprovado como cotista e desistir?
E se não forem preenchidas as vagas reservadas às cotas?

4.5. Agente cultural que for pessoa jurídica ou coletivo pode se inscrever pelas cotas?

• ETAPA DE SELEÇÃO

5.1. O que é a etapa de seleção?
5.2 Quais são os critérios de avaliação?
5.3 Como funciona o sistema de pontuação?
5.4 E se houver empate? Como desempatar?
5.5 Quem analisa as inscrições?
5.6 Quem NÃO pode fazer parte da Comissão de Seleção?
5.7. Não estou satisfeito com o resultado provisório da etapa de seleção. O que fazer?

• ETAPA DE HABILITAÇÃO

6.1. O que é a etapa de habilitação?
6.2 Qual o prazo para entregar os documentos de habilitação?
6.3 Quais documentos preciso apresentar nessa etapa?
6.3.1 Se você for agente cultural pessoa física
6.3.2 Se você for agente cultural pessoa jurídica
6.3.3 Se você fizer parte de grupo ou coletivo sem CNPJ
6.4. Não estou satisfeito com o resultado dessa etapa. O que fazer?

• RESULTADO FINAL E RECEBIMENTO DO PRÊMIO

7.1. Fui aprovado no resultado final. E agora?

• INFORMAÇÕES ADICIONAIS

8.1 Como acompanhar todos os resultados e etapas deste edital?
8.2 Ainda tem dúvidas? Fale conosco!

• ANEXOS

Anexo 1 – Formulário de Inscrição
Anexo 2 – Trajetória Cultural
Anexo 3 – Declaração de representação de grupo ou coletivo
Anexo 4 - Recibo de premiação cultural
Anexo 5 – Formulário de Recurso
Anexo 6 - Autodeclarações

• INFORMAÇÕES GERAIS

O que é o Prêmio cultural?
Esta modalidade de edital busca reconhecer e valorizar a trajetória de pessoas e grupos que atuam na área cultural, criando, produzindo e promovendo manifestações culturais no Município de Barbosa Ferraz.
A premiação será concedida por pagamento direto, sem exigência de obrigações futuras ou contrapartida, sem necessidade de assinatura de instrumento jurídico e sem prestação de contas, nos termos aplicáveis à modalidade.
Os agentes culturais contemplados poderão ser convidados a participar do evento Expo Crochê 2026 previamente acordado, com a finalidade de promover a valorização, a divulgação e a difusão de sua trajetória e produção cultural. A participação poderá ocorrer por meio de apresentações de acordo com a categoria selecionada pelo agente cultural com data e horário definidos pela organização do Evento Expo Crochê 2026 previamente acordada com o agente cultural.
Quantos agentes culturais serão premiados?
Serão premiados 16 agentes culturais.
Quantas vagas tem esse edital e qual o valor do prêmio?
No total, serão premiados 16 agentes culturais por meio deste Edital, conforme a seguinte distribuição de vagas e valores:

Categoria	Vagas ampla concorrência	Cotas Pessoas negras	Cotas pessoas com deficiência	Total de vagas	Valor do prêmio	Valor total
Categoria 1 Apresentação Musical	8	3	1	12	R$ 800,00 (oitocentos reais)	R$9.600,00 (nove mil e seiscentos reais)
Categoria 2 Apresentação de coreografia de dança	2	1	1	4	R$300,00 (trezentos reais)	R$1.200,00 (mil e duzentos reais)
Total	10	4	2	16		R$10.800,00

§ 1º Caso restem recursos financeiros decorrentes do não preenchimento de vagas após a conclusão da última fase de habilitação, o saldo remanescente será redistribuído **exclusivamente entre os agentes culturais habilitados da mesma categoria**.
§ 2º A divisão de que trata o parágrafo anterior ocorrerá de forma proporcional ou complementar ao valor do prêmio, respeitando o limite orçamentário da própria categoria, **sendo vedada a fusão ou divisão unificada dos recursos** entre categorias distintas nesta etapa final.
§ 3º A redistribuição dos recursos prevista no § 1º poderá resultar no aumento do valor individual da premiação, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira do Edital.
§ 4º A redistribuição dos recursos será realizada no âmbito deste mesmo Edital, não sendo necessária a abertura de novo processo de seleção exclusivamente para aplicação dos valores remanescentes.
ATENÇÃO!
ATENÇÃO À TRIBUTAÇÃO! Os valores dos prêmios estipulados neste edital estão atualmente isentos de retenção de Imposto de Renda na fonte por não atingirem o limite mínimo tributável. Contudo, fica previamente estabelecido que, caso ocorra qualquer alteração na legislação tributária vigente ou se o agente cultural ultrapassar o limite de isenção fixado pela Receita Federal do Brasil por qualquer motivo legal, **haverá a incidência e o desconto dos impostos devidos na forma da lei**, aplicando-se as alíquotas correspondentes sobre o montante a ser pago.
O valor total deste edital é de R$10.800,00 [dez mil e oitocentos reais]
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
09 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
09.002 Departamento de Cultura
09.002.13.392.0007.1215 Apoio emergencial PNAB
426- 3.3.90.31.00.00 31982 Premiações Culturais
Qual o prazo para inscrição?
DE 8:00 HORAS DO DIA 16/10/2026 ATÉ 17:00 HORAS DO DIA 26/10/2026.
Quem pode participar?
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que **reside no Município de Barbosa Ferraz com relevante contribuição artística ou cultural há mais de 2 anos.**
Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, entre outros.
O agente cultural pode ser:
I- Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI);
II- Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc.);
III- Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, cooperativa, etc.);
IV- Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada uma pessoa física como responsável pela assinatura do recibo de pagamento, devendo este apresentar seus documentos e conta pessoais. A representação será formalizada por declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, conforme modelo constante do Anexo 3 deste Edital.
Atenção! Cada agente cultural pessoa física, MEI, pessoa jurídica ou coletivo/grupo pode ser contemplado com no máximo 1(uma) premiação neste edital.
Quem NÃO pode participar?
Não pode se inscrever neste Edital, agente cultural que:
I - Não cumpra os requisitos previstos neste edital;
II - Tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de candidaturas ou na etapa de julgamento de recursos;
III - Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
IV - Sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Ex.: Deputados, Senadores, Vereadores) e do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), bem como membros do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros) e do Ministério Público (Promotor, Procurador)

Atenção! Os parentes e afins até o terceiro grau são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.
Atenção! Se você integrar o Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital, desde que se enquadre nas situações previstas no item 1.5 e não se enquadre nas situações previstas no item 1.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadram nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, se você participou das audiências e consultas públicas não está impedido de participar do edital e pode concorrer normalmente.

• ETAPAS DO EDITAL

Inscrições
Etapa em que você agente cultural preenche o formulário de inscrição e apresenta os documentos necessários
Seleção
Etapa em que uma comissão vai analisar as inscrições e publicar o resultado preliminar com a lista dos selecionados
Recurso da etapa de seleção
Caso você discorde do resultado da seleção, poderá apresentar recurso.
Resultado final da seleção
Após o julgamento dos recursos, será publicado o resultado final com a lista de selecionados.
Habilitação
Nesta etapa apenas os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação (em anexo a lista). Após a análise dos documentos apresentados, será publicado o resultado preliminar de habilitação com a lista dos habilitados
Recurso da etapa de habilitação
Caso você discorde do resultado da habilitação, poderá apresentar recurso.
Resultado final da habilitação
Após o julgamento dos recursos da etapa de habilitação, será publicado o resultado final com a lista dos agentes culturais que vão receber o prêmio.
Assinatura do Recibo – etapa em que os agentes culturais habilitados serão chamados para assinar o Recibo que comprova o recebimento do pagamento do prêmio.
Premiação - Etapa final em que os agentes culturais recebem os valores em suas contas bancárias. Até 30 dias da assinatura do recibo pelo agente cultural premiado.
ATENÇÃO: Para o recebimento do prêmio, o contemplado deverá apresentar as certidões exigidas válidas e regulares. Recomenda-se que, desde o momento da inscrição, verifique a situação das certidões e providencie eventual regularização, a fim de que, caso seja selecionado, esteja apto ao recebimento. O pagamento ficará condicionado à conclusão dos procedimentos administrativos, contábeis e financeiros pertinentes, observadas as normas aplicáveis, incluindo assinatura do recibo.
A seguir vamos detalhar cada uma dessas etapas.
INSCRIÇÕES
Como posso me inscrever?
Você pode fazer a inscrição de forma escrita e presencialmente na Secretaria de Inovação e Tecnologia na parte de baixo da Prefeitura Municipal, ao lado da Casa da Cultura com ALESSANDRO (TUCA) OU ON-LINE pelo formulário Google Forms através do link https://forms.gle/UrmM5mn2p7mNNq9S6
Atenção! Ao se inscrever você aceita todas as regras e condições descritas nesse edital e concorda com os termos da Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura), da Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), do Decreto 11.740/2023 (Decreto Política Nacional Aldir Blanc).
3.2 Quais documentos preciso apresentar para realizar a inscrição?
Anexo 1 – Formulário de Inscrição, preenchido conforme a modalidade do agente cultural (pessoa física ou MEI, pessoa jurídica ou grupo/coletivo sem CNPJ).
Anexo 2 – Trajetória Cultural - Materiais que comprovem a atuação do agente cultural no Município de Barbosa Ferraz, tais como cartazes, folders, fotografias, matérias de jornal.
Anexo 3 – Declaração de representação de grupo ou coletivo, obrigatória para inscrições de coletivos sem CNPJ.
COTAS
Quais são as categorias de cotas neste Edital? São garantidas 3 vagas na categoria 1 para pessoas negras e 1 vaga na categoria 1 para deficientes, e 1 vaga na categoria 2 para negros e 1 vaga na categoria 2 para pessoas com deficiência. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão declarar-se como pessoa negra, ou com deficiência no Formulário de Inscrição e indicar para quais cotas irá concorrer.
É possível concorrer ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas? SIM! Esse caso é a chamada concorrência concomitante e é possível para os inscritos neste Edital! Você pode concorrer ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.
ATENÇÃO! Se você se inscrever em uma das categorias de cotas, mas atingir nota suficiente para se classificar dentro das vagas oferecidas para ampla concorrência, você não ocupará as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, você será selecionado nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
E se eu for aprovado como cotista e desistir?
Caso você desista da vaga destinada a cotas, a sua vaga será ocupada por outra pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
E se não forem preenchidas as vagas reservadas às cotas?
Haverá o remanejamento das cotas.
No caso de não existirem inscrições suficientes para o preenchimento das vagas de alguma categoria de cotas, as vagas restantes deverão ser destinadas inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos para as vagas das categorias de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
Agente cultural que for pessoa jurídica ou coletivo pode se inscrever pelas cotas?
Vamos entender um pouco sobre a aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos.
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, **desde que preencham algum dos requisitos abaixo:**
- Pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração.
ETAPA DE SELEÇÃO

O que é a etapa de seleção?

A etapa de seleção é composta pela análise da trajetória do agente cultural de acordo com a sua relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do Município de Barbosa Ferraz, e será realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no item 5.2.

A análise compreende os critérios individuais da candidatura, bem como seus impactos e relevância social em relação aos outros inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada agente cultural é atribuída em função desta comparação. Após essa análise da Comissão, será divulgado o resultado provisório da etapa de seleção.

Quais são os critérios de avaliação?

A comissão de seleção vai avaliar e dar ponto às candidaturas de acordo com o quadro a seguir:

Critérios obrigatórios	Pontuações					
	Ausente	Pouco	Suficiente	Bom	Muito bom	Pontuação máxima
1 - Reconhecida atuação do agente cultural no município	0	3	5	7	10	10 PONTOS POR CRITÉRIO (MÁX. 40)
2- Integração e inovação do agente cultural com outras esferas do conhecimento e da vida social. Ex.: integração entre cultura e educação, cultura e saúde, cultura e meio ambiente	0	3	5	7	10	
3- Contribuição a populações em situação de vulnerabilidade social, tais como idosos, crianças, pessoas negras, etc)	0	3	5	7	10	
4- Contribuição do agente cultural à(s) comunidade(s) em que atua, tais como realização de ações dentro da comunidade, contratação de profissionais da comunidade, etc	0	3	5	7	10	

Como funciona o sistema de pontuação?

Cada agente cultural poderá obter pontuação final mínima de 0 (zero) e máxima de 40 (quarenta) pontos, considerando os 4 (quatro) critérios obrigatórios de avaliação, cuja pontuação máxima é de 10 (dez) pontos por critério.

A avaliação será realizada por 3 (três) pareceristas, que atribuirão suas notas individualmente, conforme os critérios e níveis de pontuação estabelecidos neste edital.

A pontuação final será calculada pela soma das pontuações atribuídas pelos 3 (três) pareceristas, dividida por 3 (três), obtendo-se a média aritmética das avaliações.

Exemplo 1 – Nota máxima: se cada parecerista atribuir 10 (dez) pontos em cada um dos 4 (quatro) critérios, cada avaliação totalizará 40 (quarenta) pontos. A soma das três avaliações será de 120 (cento e vinte) pontos, divididos por 3 (três), resultando na pontuação final de 40 (quarenta) pontos.

Exemplo 2 – Notas diferentes: se os pareceristas atribuírem pontuações diferentes ao mesmo agente cultural, serão somadas as pontuações totais de cada avaliação e o resultado será dividido por 3 (três), obtendo-se a média final.

Exemplo 3 – Pontuação insuficiente: se cada parecerista atribuir nota 3 (três) em cada um dos 4 (quatro) critérios, cada avaliação totalizará 12 (doze) pontos. A soma das três avaliações será de 36 (trinta e seis) pontos e, dividida por 3 (três), resultará em 12 (doze) pontos na média final. Como a pontuação será inferior a 20 (vinte) pontos, o agente cultural será desclassificado.

Será desclassificado o agente cultural que obtiver pontuação final inferior a 20 (vinte) pontos. A pontuação final será calculada pela soma das pontuações totais atribuídas pelos pareceristas, dividida pelo número de pareceristas.

E se houver empate? Como desempatar?

Havendo empate, será selecionado(a) o(a) agente cultural com mais pontos nos critérios 1, 2, 3 e 4 nessa ordem.

Se o empate continuar, um sorteio decidirá qual agente cultural será selecionado(a).

Quem analisa as inscrições? Os Pareceristas que foram habilitados no edital 001/2026, irão avaliar as candidaturas de todos os inscritos. Todas as atividades serão registradas em justificativas pelos pareceristas.

Quem NÃO pode fazer parte da comissão de seleção?

Estão impedidas de participar da comissão de seleção as pessoas que:

I – Tiverem interesse direto na matéria;

II – No caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

III - Sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.

Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.

Atenção! Os parentes e afins até o terceiro grau são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

Não estou satisfeito com o resultado provisório, o que fazer?

Você poderá apresentar recurso contra o resultado preliminar da etapa de seleção, utilizando o Modelo 1 do Anexo 5.

O recurso usando o modelo 1 do anexo 5 poderá ser enviado via e-mail para culturabf6@gmail.com , ou você pode apresentar o recurso usando o modelo 1 do anexo 5 de forma escrita e entregar presencialmente na Secretaria de Inovação e Tecnologia na parte de baixo da Prefeitura Municipal, ao lado da Casa da Cultura com ALESSANDRO (TUCA) lembrando que deve ser apresentado no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme o inciso III do art. 9º da Lei nº 14.903/2024, a contar da publicação do resultado, em dias úteis.

Esse resultado será divulgado no Diário Oficial e no site oficial do Município.

Os recursos apresentados **após o prazo não serão avaliados**.

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial e no site oficial do Município.

ETAPA DE HABILITAÇÃO

6.1. O que é a etapa de habilitação?

É a fase que o agente cultural selecionado na etapa anterior irá apresentar os documentos listados abaixo na sequência do item 6.3 e se habilitar, cumprindo todos os critérios que permitam o possível recebimento do prêmio, se contemplado.

6.2. Qual o prazo para apresentar esses documentos de habilitação?

O agente cultural selecionado na fase anterior deverá encaminhar no prazo de 10 a 13/11, via email enviado para culturabf6@gmail.com ou presencialmente na Secretaria de Inovação e Tecnologia na parte de baixo da Prefeitura Municipal, ao lado da Casa da Cultura com ALESSANDRO (TUCA) os documentos que serão listados a seguir.

Mas, **ATENÇÃO!**

A lista de documentos que precisam ser apresentados nessa etapa é diferente, a depender se o agente é pessoa física, pessoa jurídica ou grupo ou coletivo sem CNPJ.

Vamos ver quais documentos precisa apresentar em cada caso.

6.3. Quais documentos preciso apresentar nessa etapa?

6.3.1. Se você for agente cultural pessoa física ou MEI:

I – Pessoa Física:

a) Documento oficial de identificação com foto e CPF;

b) Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) Certidão negativa de débitos tributários estaduais;

d) Certidão negativa de débitos tributários municipais;
e) Certidão de Débitos Trabalhistas

II – Microempreendedor Individual (MEI):
a) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI);
b) Comprovante de inscrição no CNPJ;
c) Documento oficial de identificação do representante legal;
d) Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
e) Certidão negativa de débitos tributários estaduais;
f) Certidão negativa de débitos tributários municipais;
g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
h) Certificado de Regularidade do FGTS, quando aplicável;

6.3.2. – Pessoa Jurídica:
a) Comprovante de inscrição no CNPJ;
b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e respectivas alterações, quando houver;
c) Documento oficial de identificação do representante legal;
d) Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
e) Certidão negativa de débitos tributários estaduais;
f) Certidão negativa de débitos tributários municipais;
g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
h) Certificado de Regularidade do FGTS, quando aplicável;

6.3.3. – Representante de grupo ou coletivo sem CNPJ:
a) Documento oficial de identificação e CPF do representante;
b) Certidões exigidas para pessoa física, conforme este Edital;
c) Declaração de representação do grupo ou coletivo cultural, assinada conforme modelo anexo;
d) Dados bancários de titularidade do representante indicado.

Serão aceitas certidões positivas com efeitos de negativas, quando legalmente admitidas. As certidões deverão estar válidas na data exigida para a habilitação.

A Administração poderá consultar a autenticidade e a validade dos documentos apresentados nos respectivos sistemas oficiais, bem como solicitar esclarecimentos ou documentos complementares estritamente necessários à habilitação.

6.4. Não estou satisfeito com o resultado dessa etapa. O que fazer?

Você poderá apresentar recurso contra o resultado preliminar da etapa de habilitação, utilizando o Modelo 2 do Anexo 5.

O recurso usando o modelo 2 do anexo 5 poderá ser enviado via e-mail para culturabf6@gmail.com , ou você pode apresentar o recurso usando o modelo 2 do anexo 5 de forma escrita e entregar presencialmente na Secretaria de Inovação e Tecnologia na parte de baixo da Prefeitura Municipal, ao lado da Casa da Cultura com ALESSANDRO (TUCA), lembrando que deve ser apresentado no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme o inciso III do art. 9º da Lei nº 14.903/2024, a contar da publicação do resultado.

Esse resultado será divulgado no Diário Oficial e no site oficial do Município.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Após o julgamento dos recursos, será divulgado o resultado final da etapa de habilitação no Diário Oficial e no site oficial do Município.

Mas, atenção! Após essa etapa, não caberá mais recurso.

RESULTADO FINAL E RECEBIMENTO DO PRÊMIO

7.1. Fui aprovado no resultado final. E agora?

Parabéns!

Agora se encerraram todas as etapas do Edital.

Após a aprovação final e a assinatura do recibo, será realizado o pagamento do prêmio, observados os procedimentos administrativos, contábeis e financeiros aplicáveis.

O último passo será assinar o recibo de Premiação Cultural, conforme Anexo 4 deste Edital.

Você receberá o recurso na conta bancária de sua titularidade (ou seja, em seu nome). Aquela que foi indicada na entrega dos documentos na habilitação.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Como acompanhar todos os resultados e etapas deste edital?

É muito importante que você acompanhe todas as etapas e resultados deste edital.

Este Edital e seus anexos estarão disponíveis no site oficial da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial.

O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observação dos prazos serão de sua responsabilidade. Portanto, após se inscrever, fique atento a todas as publicações.

CRONOGRAMA DO EDITAL

Etapa	Data / Período
Período de inscrições	16 a 26 de outubro de 2026
Publicação do resultado preliminar da seleção	03 de novembro de 2026
Prazo para interposição de recursos da seleção	03,04 e 05 de novembro de 2026
Publicação do resultado final da seleção	10 de novembro de 2026
Entrega da documentação de habilitação	10 a 13 de novembro de 2026
Publicação do resultado preliminar da habilitação	17 de novembro de 2026
Prazo para interposição de recursos da habilitação	17,18 e 19 de novembro de 2026
Publicação do resultado final do edital	24 de novembro de 2026

Ainda tem dúvidas? Fale conosco!

Presencial na Prefeitura Municipal na Secretaria de Inovação e Tecnologia na parte de baixo da Prefeitura Municipal, ao lado da Casa da Cultura com ALESSANDRO (TUCA) ou online pelo email culturabf6@gmail.com

As questões não previstas no Edital serão solucionadas pelo Conselho Municipal de Cultura do Município de Barbosa Ferraz.

JOÃO BATISTA DE ALMEIDA JUNIOR
Diretor Geral de Cultura
Departamento de Cultura

ANEXOS

Anexo 1 – Formulário de Inscrição

Anexo 2 – Trajetória Cultural
Anexo 3 – Declaração de representação de grupo ou coletivo
Anexo 4 – Recibo de premiação cultural
Anexo 5 – Formulário de Recurso

ANEXO 1
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)
DADOS DA PROPOSTA DE PREMIAÇÃO
O agente concorre em alguma modalidade de reserva de vagas (cotas)? Marque apenas uma opção.
( ) Ampla concorrência
( ) Reserva de vagas para pessoas negras
( ) Reserva de vagas para pessoas com deficiência
Valor da premiação. Qual categoria o agente vai participar. ESCOLHA UMA CATEGORIA SOMENTE.
Categoria 1 – Música ( ) Categoria 2 – Dança ( )
Qual o principal segmento de atuação do agente premiado?
( ) Acervos
( ) Arquivos
( ) Artes Visuais
( ) Artesanato
( ) Audiovisual
( ) Capoeira
( ) Circo
( ) Cultura de Matriz Africana
( ) Cultura dos Povos Originários
( ) Culturas Tradicionais e Populares
( ) Dança
( ) Design
( ) Edição e produção editorial
( ) Festas e Celebrações
( ) Hip Hop
( ) Jogos eletrônicos
( ) Literatura
( ) Mediação e formação de leitores
( ) Moda
( ) Museu
( ) Música
( ) Patrimônio Arqueológico
( ) Patrimônio Cultural Material
( ) Patrimônio Cultural Imaterial
( ) Patrimônio Natural
( ) Performance
( ) Teatro
( ) Outros
O agente premiado trabalha prioritariamente com alguma pauta temática? Qual?
( ) Não se relaciona a nenhuma pauta temática
( ) Cultura Alimentar
( ) Cultura DEF
( ) Cultura Digital
( ) Culturas Imigrantes e Refugiadas
( ) Cultura LGBTQIAPN+
( ) Cultura, Memória e Direitos Humanos
( ) Cultura Nerd
( ) Culturas Periféricas
( ) Cultura Quilombola
( ) Culturas Rurais e Agroecológicas
( ) Culturas Urbanas
( ) Cultura do Sertão
( ) Cultura e Acessibilidade
( ) Cultura e Economia Criativa
( ) Cultura e Educação
( ) Cultura e Gênero
( ) Cultura e Idosos
( ) Cultura e Infância
( ) Cultura e Juventude
( ) Cultura e Meio ambiente
( ) Cultura e Negritude
( ) Cultura e Pessoas em Situação de Privação de Liberdade
( ) Cultura e População de Rua
( ) Cultura e Povos Ciganos
( ) Cultura e Saúde
( ) Cultura e Turismo
( ) Culturas Indígenas
( ) Culturas Tradicionais de Matriz Africana

( ) Outra (especificar)
O agente premiado atua em algum território prioritário?
( ) Não se aplica
( ) Área atingida por desastre natural
( ) Assentamento ou acampamento
( ) Conjunto ou empreendimento habitacional de interesse social
( ) Favelas e comunidades urbanas
( ) Periferia
( ) Regiões com menor histórico de acesso aos recursos da política pública de cultura
( ) Regiões com menor índice de Desenvolvimento Humano - IDH
( ) Sítios arqueológicos e de patrimônio cultural
( ) Território de fronteira
( ) Território de povos e comunidades tradicionais
( ) Território indígena
( ) Território rural
( ) Zona especial de interesse social

I - PESSOA FÍSICA OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

• 1. Tipo de agente cultural individual:

( ) Pessoa física
( ) Microempreendedor individual – MEI

• 2. Nome Completo:

[texto – 100 caracteres]
Nome artístico ou nome social (se houver):
[texto – 100 caracteres]
CPF:
[14 dígitos, apenas números]
CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
[14 dígitos, apenas números]
Data de nascimento:
[dd/mm/aaaa]
E-mail:
[campo de e-mail validado]
Telefone:
[apenas números]
Endereço completo:
[Texto – 200 caracteres]
Cidade:
Estado:
CEP:
[campo CEP validado]
1.13. Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertence a povos ou comunidades tradicionais.
( ) Andirobeiros
( ) Apanhadores de flores sempre vivas
( ) Benzedeiros
( ) Caatingueiros
( ) Caboclos
( ) Caiçaras
( ) Catadores de mangaba
( ) Cipozeiros
( ) Comunidades de fundos e fechos de pasto
( ) Comunidades quilombolas
( ) Extrativistas
( ) Extrativistas costeiros e marinhos
( ) Faxinalenses
( ) Geraizeiros
( ) Ilhéus
( ) Juventude de povos e comunidades tradicionais
( ) Morroquianos
( ) Pantaneiros
( ) Pescadores artesanais
( ) Povo pomerano
( ) Povos ciganos
( )Povos e comunidades de terreiro/de matriz africana
( ) Povos indígenas
( ) Quebradeiras de coco babaçu
( ) Raizeiros
( ) Retireiros do Araguaia
( ) Ribeirinhos

( ) Vazanteiros
( ) Veredeiros
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

1.14. É mestre ou mestra das culturas tradicionais e populares?
( ) Sim
( ) Não

1.15. Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Travesti
( ) Outro
Orientação sexual:
( ) Lésbica
( ) Gay
( ) Heterossexual
( ) Bissexual
( ) Outra
( ) Prefere não responder
Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela
Você é uma Pessoa com Deficiência?
( ) Não
( ) Sim, Auditiva
( ) Sim, física/motora
( ) Sim, Intelectual
( ) Sim, Visual
( ) Sim, Múltipla
( ) Sim, Transtorno do Espectro Autista
( ) Sim, Outra (indicar qual)
. Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós-graduação completa
( ) Pós-graduação incompleta
Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2025, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.525,00.)
( ) Nenhuma renda
( ) De 1,00 a 500,00
( ) De 501,00 a 1.000,00
( ) De 1.001,00 a 2.000,00
( ) De 2.001,00 a 3.000,00
( ) De 3.001,00 a 5.000,00
( ) De 5.001,00 a 10.000,00
( ) De 10.001,00 a 20.000,00
( ) De 20.001,00 a 100.000,00
( ) Acima de 100.000,00
Possui quantos anos de experiência na área cultural?
[Número inteiro]
Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?
( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei
II - PESSOA JURÍDICA

• Tipo de agente cultural:

( ) Pessoa Jurídica com fins lucrativos (empresas)
( ) Pessoa Jurídica sem fins lucrativos (OSCs)
CNPJ:

[campo CNPJ validado]
Razão Social:
[texto – 100 caracteres]
Nome fantasia:
[texto – 100 caracteres]
Data de fundação:
[dd/mm/aaaa]

Nome do representante legal:
[Texto – 100 caracteres]
CPF do representante legal:
[campo CPF validado]
E-mail de contato:
[campo e-mail validado]
Telefone de contato:
[Apenas números]
CEP:
[campo CEP validado]
Endereço completo (da sede):
[texto – 200 caracteres]
Cidade:
[lista municípios IBGE]
Estado:
[lista estados IBGE]
Anos de atuação na área cultural?
[número inteiro]

• **Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?**

( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

III - COLETIVO SEM CONSTITUIÇÃO JURÍDICA

• **Nome do grupo ou coletivo**

[Texto – 100 caracteres]

• **Quantas pessoas fazem parte do coletivo**

[número inteiro]

• **Nome do representante:**

[texto – 100 caracteres]

• **CPF do representante :**

[campo CPF validado]

• **E-mail de contato:**

[campo e-mail validado]

• **Telefone de contato:**

[apenas números]

• **Endereço completo (da sede):**

[texto – 200 caracteres]

• **Cidade:**

[lista municípios IBGE]

• **Estado:**

[lista estados IBGE]

• **CEP:**

[campo CEP validado]

• Anos de atuação na área cultural?

[número inteiro]

• Acessou recursos públicos de fomento à cultura nos últimos 5 (cinco) anos?

( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei
Por meio do preenchimento e envio deste documento, autorizo o uso das minhas informações pelo ente federativo responsável pelo edital e pelo Ministério da Cultura para fins de avaliação da execução da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018).

ANEXO 2
TRAJETÓRIA CULTURAL
1. INFORMAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA CULTURAL
1.1 Quais são as suas principais ações e atividades culturais realizadas?
Aqui, conte, o mais detalhadamente possível, sobre as ações culturais que você realiza, informando em que área ou segmento cultural atua, em que local realiza suas atividades, entre outras informações.
1.2 Como começou a sua trajetória cultural?
Descreva como e quando começou a sua trajetória na cultura, informando onde seus projetos foram iniciados, indicando há quanto tempo você os desenvolve.
1.3 Como as ações que você desenvolve transformam a realidade do seu entorno/sua comunidade?
Responda quem são as pessoas beneficiadas direta ou indiretamente pelas suas atividades, e como suas ações impactam e beneficiam as pessoas ao redor. Destaque se a sua comunidade participou enquanto público ou também trabalhou nos projetos que você desenvolveu.
1.4 Na sua trajetória cultural, você desenvolveu ações e projetos com outras esferas de conhecimento, tais como educação, saúde, etc?
Descreva se as suas ações e atividades possuem relação com outras áreas além da cultura, tais como área de educação, saúde, esporte, assistência social, entre outras.
1.5 Você desenvolveu ações voltadas a grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social, tais como pessoas negras, indígenas, crianças, jovens, idosos, pessoas em situação de rua, entre outros? Se sim, quais?
2. DADOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTO DO PRÊMIO:
(Inserir dados bancários do agente cultural que está concorrendo ao prêmio - conta que receberá os recursos da premiação)
Agência:
Conta:
Banco:

3. DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA
Junte documentos que comprovem a sua atuação cultural, tais como cartazes, folders, reportagens de revistas, certificados, premiações, entre outros documentos tais como: CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA.
PARÁGRAFO ÚNICO: O Agente Cultural deve efetivamente ser domiciliado no Município há mais de 2 (dois) anos.

ANEXO 3
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
ARTÍSTICO- CULTURAL
OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por agentes culturais que integram um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:

DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE, COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA.

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo ou coletivo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada como representante para atuar neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir os procedimentos exigidos, inclusive assinar o recibo, receber comunicações, assumir compromissos relacionados ao edital, receber o pagamento e dar quitação. Os declarantes informam que não incorrem em nenhuma das vedações à participação previstas neste Edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]
[DATA]

ANEXO 4
RECIBO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

NOME DO AGENTE CULTURAL:
Nº DO CPF OU CNPJ:
DADOS BANCÁRIOS DO AGENTE CULTURAL:

Declaro que recebi a quantia de [VALOR NUMÉRICO E POR EXTENSO], na presente data, relativa ao Edital de Premiação Cultural [NOME E NÚMERO DO EDITAL].

NOME

LOCAL

ASSINATURA
ANEXO 5
MODELO 1
FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO
NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF/CNPJ:
CATEGORIA:
RECURSO:
À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital 002/2026 PREMIAÇÃO venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____ _____.
Local, data. _____
Assinatura
NOME COMPLETO

MODELO 2
FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE HABILITAÇÃO
NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF/CNPJ:
CATEGORIA:
RECURSO:
À Comissão responsável pela etapa de habilitação,
Com base na **Etapa de Habilitação** do Edital 002/2026 PREMIAÇÃO venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____ _____.
Local, data._____ _____
Assinatura
NOME COMPLETO

ANEXO 6
AUTODECLARAÇÕES
AUTODECLARAÇÃO DE PESSOA NEGRA (PRETA OU PARDA)
Preencher somente se assinalada a modalidade Pessoa Negra.
Eu, _____, inscrito(a) no CPF nº _____, declaro, para fins de participação no Edital de Premiação Cultural nº 002/2026 – PNAB – Ciclo 2, do Município de Barbosa Ferraz – PR, que me autodeclaro pessoa negra, de cor/raça **preta ou parda**, conforme a classificação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Declaro estar ciente de que as informações prestadas são de minha inteira responsabilidade e de que a apresentação de declaração falsa poderá acarretar as consequências administrativas e legais cabíveis, observadas as disposições do edital e da legislação aplicável.

AUTODECLARAÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD)
Preencher somente se assinalada a modalidade Pessoa com Deficiência.
Eu, _____, inscrito(a) no CPF nº _____, declaro, para fins de participação no Edital de Premiação Cultural nº 002/2026 – PNAB – Ciclo 2, do Município de Barbosa Ferraz – PR, que sou pessoa com deficiência, nos termos da legislação aplicável, especialmente da Lei Federal nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
Declaro estar ciente de que as informações prestadas são de minha inteira responsabilidade e de que a apresentação de declaração falsa poderá acarretar as consequências administrativas e legais cabíveis, observadas as disposições do edital e da legislação aplicável.

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:9F52B905

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 45/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 45/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÕES DE ESPAÇO, MOBILIÁRIOS, ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS, DECORA.

O Município de Barra do Jacaré - Paraná, torna-se público o resultado da licitação Menor Preço; declarando-se como vencedora a empresa **NATHALIA LEANDRO LOURENCO 09177271939**, CNPJ 40.609.145/0001-09, RUA AVELINO LEANDRO FILHO 27 Barra do Jacaré-PR,CEP 86385-000,por apresentarem proposta de menor valor por lote itens, perfazendo um valor total de R$ 307.610,00 (Trezentos e Sete Mil, Seiscentos e Dez Reais), para esta licitação que ora homologo, conforme quadro a seguir:

NATHALIA LEANDRO LOURENCO 09177271939							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Locação de espaço para eventos com capacidade para 400 pessoas sentadas (auditório), área útil mínima de 400 m². Sanitários masculino e feminino. Segurança com saídas de emergência e sistema de combate a incêndio. Espaço limpo e	Serviço	UN	18,00	900,00	16.200,00

		higienizado.					
1	2	Locação de kit individual para refeição: 1 cadeira, 1 prato raso (porcelana branca 27cm), 1 prato sobremesa (porcelana branca 19cm), 1 garfo, 1 faca, 1 colher (aço inox 18/10), 1 copo (vidro 300ml ou superior), 3 guardanapos (40x40cm), 1 mesa (redonda ou quadrada) com toalha e enfeite. Itens limpos, higienizados e em perfeito estado. (Incluso serviço de transporte, montagem, organização e desmontagem dos itens no local do evento).	Serviço	UN	4.800,00	49,90	239.520,00
1	3	Locação e montagem de arco de bexigas descontruído para decoração, com tecido sublimado personalizado conforme evento. Confeccionado com bexigas de látex biodegradáveis (diversos tamanhos), com tratamento para durabilidade mínima de 12 horas. Estrutura de suporte em metal galvanizado ou PVC (aprox. 2,5m x 3,0m), estável e segura. Montagem e desmontagem por equipe especializada, com EPIs e conforme NRs. Inclui transporte, montagem e desmontagem. Bexigas com certificação INMETRO e atóxicas.	Serviço	UN	37,00	670,00	24.790,00
1	4	Locação e montagem de painel decorativo personalizável conforme evento. Estrutura modular em alumínio anodizado ou aço carbono (2,5x3,0m a 3,0x5,0m), com base estável e segura. Revestimento em tecido sublimado, lona vinílica fosca ou MDF laminado, com acabamento sem emendas. Montagem e desmontagem por equipe especializada, com EPIs e conforme NRs. Inclui transporte, montagem e desmontagem.	Serviço	UN	20,00	770,00	15.400,00
1	5	Serviço de mão de obra para eventos: 1 cozinheiro profissional e 5 garçons. Inclui rechauds em aço inoxidável e utensílios para servir (aço inox). Equipe uniformizada e identificada. Equipamentos limpos e higienizados. (Incluso serviço de transporte, montagem, organização e desmontagem dos itens no local do evento).	Serviço	UN	18,00	650,00	11.700,00
TOTAL							307.610,00

Paço Municipal José G. Pereira, Barra do Jacaré/PR, em 15 de outubro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:5CF47EA6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA 029-2026

PREFEITURA MUNICIPAL
BELA VISTA DA CAROBA

SRP – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº056/2026

O Município de Bela Vista da Caroba, Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações, Decreto Municipal nº145/2023, torna público:
1) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS E MOBILIA PARA SUPRIR A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BELA VISTA DA CAROBA, com vigência de 15 de outubro de 2026 a 14 de outubro de 2027, conforme segue:

ATA SRP Nº 029/2026

5903 - EDUCAR MOVEIS LTDA (20.132.150/0001-66)

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
2	13	29884 - CADEIRA FIXA APROXIMAÇÃO, com assento injetado e encosto expandido, Encosto com bordado, cadeiras empilháveis, encosto estruturado em compensado multilaminado anatômico de espessura de no mínimo de 18 mm, estofamento em espuma injetada moldada de poliuretano, colados à espuma expandida/laminada, isenta de CFC, com densidade controlada de 23 Kg/m³ e 30 mm de espessura média, revestida em tecido, acabamento por grampos com zincado fixado, encosto fixação na estrutura, feita com parafusos auto atarrachantes de 5 x 45 mm. Assento estruturado em compensado multilaminado anatômico de espessura de no mínimo 15 mm, colados à espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular resistente, isenta de CFC, com densidade 40 mm de espessura média. Estrutura com quatro pés confeccionada em tubo de aço industrial SAE 1006/1020 quadrado 20x20 mm de 1,90 mm de espessura de parede, travessa frontal e traseira confeccionada em tubo de aço industrial SAE 1006/1020 quadrado 20x20 mm de 1,90 mm de espessura de parede, suporte do encosto em formato semi-circular confeccionada em tubo de aço industrial SAE 1006/1020 quadrado 20x20 mm e 1,90 mm de espessura de parede. A junção das travessas, tubo de suporte do encosto, elemento de ligação e pernas deve ser feito por processo de soldagem do tipo MIG em célula robotizada formando uma estrutura única para posterior montagem. Os componentes metálicos pintados devem possuir tratamento de superfície através de banho nanocerâmico por spray, executado em linha automática, com tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta, a pintura com tinta em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), isenta de metais pesados. Sapatas em polipropileno copolímero injetado na cor preta, retas nos pés frontais e inclinadas nos pés traseiros permitindo correção do grau de inclinação dos pés da cadeira em relação ao chão e tornando-se mais duráveis. Separadores em polipropileno copolímero injetado na cor preta que evitam o atrito entre as pernas das cadeiras no empilhamento, dimensões aproximadas: Altura Total da Cadeira: 830 mm; Largura Total da Cadeira: 440 mm; Profundidade Total da Cadeira: 530 mm; Extensão vertical do Encosto: 380 mm; Largura do Encosto: 390 mm; Largura do Assento: 400 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 405	UN	REIFLEX	30	230,00	6.900,00

		mm; Altura do Assento: 460 mm. Todas as unidades deverão obter o Selo Identificador de Controle de Qualidade do fabricante e a garantia contra defeitos de fabricação de 2 (dois) anos. Cores e bordados a definir pela Secretaria.					
2	14	29885 - Cadeira sem rodas, 4 pés ESTOFADA: Cadeira fixa com 4 pés, com assento e encosto com formato ergonômico em Polipropileno PP injetado, Encosto Componente utilizado como sustentação da região do apoio lombar e que possui a funcionalidade de acomodar confortavelmente as costas em um desenho com concordâncias de raios e curvas ergonômicas, e que modelam de forma agradável e anatômica aos mais variados biótipos de usuários. O encosto é inteiriço, com aberturas para ventilação, fabricado em polipropileno copolímero injetado, moldado anatomicamente com acabamento texturizado, com dimensões de 460 mm de largura por 278 mm de altura, com espessura média de parede de 4 mm e cantos arredondados. A peça une-se a estrutura por meio de suas cavidades posteriores, que se encaixam na estrutura metálica, travada por dois pinos injetados em polipropileno copolímero na cor do encosto, dispensando a presença de rebites ou parafusos. O encosto apresenta alma estofada com espuma laminada, com espessura de aproximadamente 20 mm e densidade controlada de 26 kg/m3, podendo ocorrer variações na ordem de +/- 10%. A alma estofada é montada ao encosto por meio de encaixes. Assento Conjunto estrutural de apoio para a atividade de sentar e com a finalidade de acomodar o usuário de maneira confortável e ergonômica. O assento é fabricado em polipropileno copolímero injetado, moldado anatomicamente com acabamento texturizado e possui aberturas para ventilação. Suas dimensões são de aproximadamente 465 mm de largura, 415 mm de profundidade e aproximadamente 5 mm de espessura de parede, unidos à estrutura por meio de quatro parafusos para plástico. Possui também a borda frontal arredondada para não obstruir a circulação sanguínea do usuário. O assento apresenta alma estofada com espuma injetada, com espessura de aproximadamente 20 mm e densidade controlada de 26 kg/m3, podendo ocorrer variações na ordem de +/-10%.A alma estofada é montada ao assento por meio de parafusos para plástico. Apresentar junto à proposta de preços Certificado da Qualidade do processo produtivo ISO 9001:2015 ABNT/INMETRO, certificado do processo de preparação e pintura em superfícies metálicas, modelo 05 de certificação, relatório do ensaio JIS Z 2801:2010, com taxa de eliminação maior que 99, relatório de ensaio sobre corrosão e envelhecimento por exposição à névoa salina, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de acordo com a ABNT NBR 17088/2023 com no mínimo 4.000 horas de exposição, certificado de regularidade do cadastro técnico federal do IBAMA com data dentro da validade, que comprove que a empresa está legalizada perante o órgão para industrialização de madeiras oriundas de florestas nativas ou de reflorestamento, tanto para os componentes de madeira bem com para as estruturas metálicas, conforme lei federal 6938/1981, junto com o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, com envio de no mínimo 03 (três) Comprovantes de Destinação Final de Resíduos, demonstrando a responsabilidade da empresa Fabricante do produto, com o meio ambiente e a saúde humana. Todos os relatórios em nome do fabricante. A estrutura é composta de tubos de aço 1010/1020, sendo os pés fabricados em tubos oblongos de 16 x 30 mm com 1,2 mm de espessura e os suportes do assento e encosto fabricados em tubos de mesma dimensão com 1,5 mm de espessura, soldados a duas travessas horizontais de tubos de 22,22 mm de diâmetro com 1,2 mm de espessura pelo processo de soldagem MIG, formando um conjunto estrutural empilhável em até dez unidades. Para dar acabamento nas pontas dos tubos dos pés e travessas, a estrutura recebe ponteiras plásticas injetadas em termoplástico de engenharia (Copolímero de Polipropileno). A cadeira também apresenta como opcional a ponteira connect, um acoplamento do tipo “macho e fêmea”, encaixada às extremidades laterais das travessas da cadeira, servindo para conectar uma cadeira à outra quando colocadas lado a lado. As ponteiras são produzidas em polipropileno copolímero injetad	UN	REIFLEX	100	300,00	30.000,00
3	15	29886 - CONJUNTO COLETIVO TAMANHO 01 COM 01 MESA E 04 CADEIRAS - Descrição: Conjunto Coletivo Tamanho 01 - (CJC-01) - (Creches II, III e Sala Multiuso), MODELO FNDE. Conjunto de mesa quadrada com quatro cadeiras para crianças de 1 a 4 anos. Mesa: Mesa para altura do aluno compreendida entre 0,93m a 1,16m, com tampo em MDP ou MDF, revestido na fase superior em laminado melamínico e na face inferior laminado melamínico de baixa pressão. Estrutura tubular de aço. Dimensões: Altura da mesa: 46 cm, Tampo da mesa quadrada para 04 lugares: 80 cm x 80 cm, Características: Tampo em MDP ou MDF, com espessura de 25 mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor cinza, cantos arredondados (conforme projeto padrão FNDE). Revestimento na face inferior em laminado - melamínico de baixa pressão - BP, na cor Branca. Topos encabeçados com fita de bordo em PVC (cloreto de polinivinila) com "primer", acabamento texturizado, na cor laranja, colada com adesivo "Hot Melting". Estrutura da mesa compostas de: pés confeccionados em tubo de aço carbono, laminado a frio, com costura, secção circular de Ø = 38 mm (1 1/2"), em chapa 16 (1,5 mm); travessas em tubo de aço carbono, laminado a frio, com costura, secção retangular de 20 x 40 mm, em chapa 16 (1,5 mm); Ponteiras e sapatas em polipropileno copolímero virgem e sem cargas, injetadas na cor laranja, fixadas à estrutura através de encaixe. Dimensões, design e acabamento conforme projeto padrão FNDE; Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor cinza. Cadeira com Assento/encosto em polipropileno injetado com acabamento texturizado na cor laranja, sendo assento med. 340x260 mm e encosto med. 336x168 mm, no molde do assento/encosto deve ser grafado o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do componente injetado, fixado a estrutura através de rebites de repuxo. Ponteiras, sapatas e espaçadores do assento injetados nas cores laranja fixadas a estrutura através de encaixe e pino expansor. Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio com costura, secção circular de Ø : 20,7 mm em chapa 14 (1,9mm). Pintura epóxi na cor cinza (padrão FNDE) com espessura mínima de 40 micrometros. Apresentar junto à proposta de preços Certificado de Conformidade do INMETRO para o modelo especificado conforme Portaria Nº 401/2020 em nome do fabricante, acompanhado do Certificado da Qualidade do processo produtivo ISO 9001:2015 ABNT/INMETRO, certificado do processo de preparação e pintura em superfícies metálicas, modelo 05 de certificação, relatório do ensaio JIS Z 2801:2010, com taxa de eliminação maior que 99, relatório de ensaio sobre corrosão e envelhecimento por exposição à névoa salina, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de acordo com a ABNT NBR 17088/2023 com no mínimo 4.000 horas de exposição, certificado de regularidade do cadastro técnico federal do IBAMA com data dentro da validade, que comprove que a empresa está legalizada perante o órgão para industrialização de madeiras oriundas de florestas nativas ou de reflorestamento, tanto para os componentes de madeira bem com para as estruturas metálicas, conforme lei federal 6938/1981, junto com o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, com envio de no mínimo 03 (três) Comprovantes de Destinação Final de Resíduos, demonstrando a responsabilidade da empresa Fabricante do produto, com o meio ambiente e a saúde humana. Todos os relatórios em nome do fabricante. Medidas aprox. da cadeira Altura do assento tolerância (+- 10mm) : 260mm Largura da estrutura da Cadeira : 327,7 mm Ângulo entre estrutura do assento/encosto : 98 ° Ângulo da estrutura do assento: 94° Raio pés frontais: 50 mm Raio pés traseiros : 50mm Raio estrutura do encosto : 50 mm Distância entre travessas do assento : 152 mm Distância entre pés frontal/traseiro : 300 mm Obs.	CONJ	REIFLEX	2	700,00	1.400,00
Total (R$):							38.300,00

5630 - AUGUSTINHO MACHADO FABRICA DE MOVEIS (33.764.646/0001-02)

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	1	29872 - CONJUNTO DE ESCRITÓRIO 001 ARMÁRIO ALTO EMBUTIDO (fixo), produzidos em MDF, de 8 a 12 portas 6 gavetas, Corpo e Portas em 25mm, o corpo do armário podendo ser branco, cor das portas a definir pelo contratante, 16 prateleiras distribuídas em todo armário, com pés fixos, prateleiras que suportam o peso de 20 kg, portas com dobradiças com amortecimento, gavetas com rodízio, corrediça telescópica - corrediças de no mínimo 40 cm e 40 mm para 45 kg de peso e chave para trancar todas as gavetas, fundo chapa de 3mm totalmente parafusado nas bordas e na parte frontal a mesma coloração do restante do armário, medidas de A 2.80 x C 3.00 x P 0.45, 3 portas superiores basculantes, O produto deverá ser entregue montado/instalado. MESA EM L, tampo 30 MM - produzidos em MDF, Medidas de acabamento: 2.04x 1,65X 0.64x 0.74 M, montagem da mesa pode ser invertida o lado da forma que preferir, 3 gavetas também podendo inverter o lado ou mesa, Tampos: produzidos em MDF 30MM reengrossado com filete nos contornos. Mesa (A) lado direito medindo: L 1.65x P 0.64x A 0.74 M. Mesa (B) lado esquerdo medindo: L 1.40 x P 0.60 x A 0.74. M, Conexão (C) leque medindo: L 0.60 x P 0.60 M. Saia "painel de travamento" em aço de apoio para conexão furada e/ou pé de suporte para o leque. Gaveteiro de 3 gavetas - com corrediças	CONJ	MARCA PROPRIA	1	7.000,66	7.000,66

		metálicas e tranca para as gavetas. Abaixo das gavetas com suporte para CPU do mesmo material da mesa, Pés duplo com detalhe em aço entre as colunas com estrutura para passar os cabos fios dos equipamentos a ser instalados. Mesas: com painel de travamento em aço perfurado com design diferenciado e exclusivo. Peso suportado: 85kgs distribuídos. Cor a definir pelo contratante. Tampo da mesa com buraco para passagem de cabos. O produto deverá ser entregue montado/instalado. A empresa vencedora deverá realizar conferência das medidas in loco e apresentar projeto em 3D e PNG para aprovação antes da confecção.					
1	2	29873 - CONJUNTO DE ESCRITÓRIO 002 ARMÁRIO ALTO EMBUTIDO (fixo), produzidos em MDF, de 8 a 12 portas 6 gavetas, Corpo e Portas em 25mm, o corpo do armário podendo ser branco, cor das portas a definir pelo contratante, até 24 prateleiras distribuídas em todo armário, com pés fixos, portas com dobradiças com amortecimento, prateleiras que suportam o peso de 20 kg, gavetas com rodízio, corrediça telescópica - corrediças de no mínimo 40 cm e 40 mm para 45 kg de peso e chave para trancar todas as gavetas, fundo chapa de 3mm totalmente parafusado nas bordas e na parte frontal a mesma coloração do restante do armário, medidas de A 2.80 x C 2.64 x P 0.45, 3 portas superiores basculantes, O produto deverá ser entregue montado/instalado. MESA EM L, produzidos em MDF, tampo 30 MM - Medidas de acabamento: 1.60x 1,20X 0.60x 0.74 M, montagem da mesa pode ser invertida o lado da forma que preferir, 3 gavetas também podendo inverter o lado ou mesa, Tampos: produzidos em MDF 30MM reengrossado com filete nos contornos. Mesa (A) lado direito medindo: L 1.20 x P 0.60x A 0.74 M. Mesa (B) lado esquerdo medindo: L 1.60 x P 0.60 x A 0.74. M, Conexão (C) leque medindo: L 0.60 x P 0.60 M. Saia "painel de travamento" em aço de apoio para conexão furada e/ou pé de suporte para o leque. Gaveteiro de 3 gavetas - com corrediças metálicas e tranca para as gavetas. Abaixo das gavetas com suporte para CPU do mesmo material da mesa, Pés duplo com detalhe em aço entre as colunas com estrutura para passar os cabos fios dos equipamentos a ser instalados. Mesas: com painel de travamento em aço perfurado com design diferenciado e exclusivo. Peso suportado: 85kgs distribuídos. Cor a definir pelo contratante. Tampo da mesa com buraco para passagem de cabos. O produto deverá ser entregue montado/instalado. A empresa vencedora deverá realizar conferência das medidas in loco e apresentar projeto em 3D e PNG para aprovação antes da confecção.	CONJ	MARCA PROPRIA	1	6.497,73	6.497,73
1	3	29874 - CONJUNTO DE ESCRITÓRIO 003 MESA EM L e ARMÁRIO – produzidos em MDF, 2 em 1, tampo da mesa 30 MM - Medidas de acabamento: 2.00 x 1,40X 0.60x 0.74 M, montagem da mesa pode ser invertida o lado da forma que preferir, 3 gavetas também podendo inverter o lado ou mesa, Tampos: produzidos em MDF 30MM reengrossado com filete nos contornos. Mesa (A) lado frente medindo: L 2.00 x P 0.60x A 0.74 M. Mesa (B) lado direito medindo: L 1.40 x P 0.60 x A 0.74. M, Conexão (C) leque medindo: L 0.60 x P 0.60 M. Saia "painel de travamento" em aço de apoio para conexão furada e/ou pé de suporte para o leque. Gaveteiro de 3 gavetas - com corrediças metálicas e tranca para as gavetas, portas com dobradiças com amortecimento. Abaixo das gavetas com suporte para CPU do mesmo material da mesa, Pés duplo com detalhe em aço entre as colunas com estrutura para passar os cabos fios dos equipamentos a ser instalados. Mesas com painel de travamento em aço perfurado com design diferenciado e exclusivo. Peso suportado: 85kgs distribuídos. Mesa ligada no ARMÁRIO que tem L 1.90 x A 2.80 x L 0.45, com portas de correr A 2.20, acima portes basculante A 0.60, prateleiras a definir a quantidade. Corpo e Portas em 25mm, o corpo do armário podendo ser branco, cor das portas a definir pelo contratante, prateleiras distribuídas em todo armário, com pés fixos, prateleiras que suportam o peso de 20 kg, fundo chapa de 3mm totalmente parafusado nas bordas e na parte frontal a mesma coloração do restante do armário. Cor a definir pelo contratante. Tampo da mesa com buraco para passagem de cabos. O produto deverá ser entregue montado/instalado. A empresa vencedora deverá realizar conferência das medidas in loco e apresentar projeto em 3D e PNG para aprovação antes da confecção.	CONJ	MARCA PROPRIA	1	4.304,12	4.304,12
1	4	29875 - ARMÁRIO DE ESCRITÓRIO 004 ARMÁRIO ALTO EMBUTIDO (fixo), produzidos em MDF, de 3 a 4 portas 6 gavetas internas, Corpo e Portas em 25mm, portas de correr, o corpo do armário podendo ser branco, cor das portas a definir pelo contratante, até 24 prateleiras distribuídas em todo armário, com pés fixos, prateleiras que suportam o peso de 20 kg, gavetas com rodízio, corrediça telescópica- corrediças de no mínimo 40 cm e 40 mm para 45 kg de peso, um das portas com chave para trancar, fundo chapa de 3mm totalmente parafusado nas bordas e na parte frontal a mesma coloração do restante do armário, medidas de A 2.80 x C 2.30 x P 0.45, 3 portas superiores basculantes, O produto deverá ser entregue montado/instalado. A empresa vencedora deverá realizar conferência das medidas in loco e apresentar projeto em 3D e PNG para aprovação antes da confecção.	UN	MARCA PROPRIA	1	4.029,60	4.029,60
1	5	29876 - CONJUNTO DE ESCRITÓRIO 005 ARMÁRIO ALTO (fixo), produzidos em MDF, de 3 ou 4 portas 2 basculantes, Corpo e Portas em 25mm, o corpo do armário cor das portas a definir pelo contratante, 16 prateleiras distribuídas em todo armário, com pés fixos, portas com dobradiças com amortecimento, prateleiras que suportam o peso de 20 kg, corrediça telescópica - corrediças de no mínimo 40 cm e 40 mm para 45 kg de peso, as gavetas internas, e chave para trancar as portas individuais, fundo chapa de 3mm totalmente parafusado nas bordas e na parte frontal a mesma coloração do restante do armário, medidas de A 2.80 x C 1.80 x P 0.45, O produto deverá ser entregue montado/instalado. MESA EM L, tampo 30 MM - produzidos em MDF, Medidas de acabamento: 1.40 x 1.40 X 0.60x 0.74 M, montagem da mesa pode ser invertida o lado da forma que preferir, 3 gavetas também podendo inverter o lado ou mesa, Tampos: produzidos em MDF 30MM reengrossado com filete nos contornos. Mesa (A) lado direito medindo: L 1.40x P 0.60x A 0.74 M. Mesa (B) lado esquerdo medindo: L 1.20 x P 0.60 x A 0.74. M, Conexão (C) leque medindo: L 0.60 x P 0.60 M. Saia "painel de travamento" em aço de apoio para conexão furada e/ou pé de suporte para o leque. Gaveteiro de 3 gavetas - com corrediças metálicas e tranca para as gavetas. Abaixo das gavetas com suporte para CPU do mesmo material da mesa, Pés duplo com detalhe em aço entre as colunas com estrutura para passar os cabos fios dos equipamentos a ser instalados. Mesas: com painel de travamento em aço perfurado ou do mesmo material com design diferenciado e exclusivo. Peso suportado: 85kgs distribuídos. Cor a definir pelo contratante. Tampo da mesa com buraco para passagem de cabos. O produto deverá ser entregue montado/instalado. MESA REDONDA, diâmetro 100 cm, altura 0.65 cm, 4 pés palito, Tampo produzidos em MDF 30MM reengrossado com filete nos contornos. Mesmo material com design diferenciado e exclusivo. Peso suportado: de no mínimo 85kgs distribuídos. Cor a definir pelo contratante. O produto deverá ser entregue montado/instalado. A empresa vencedora deverá realizar conferência das medidas in loco e apresentar projeto em 3D e PNG para aprovação antes da confecção.	CONJ	MARCA PROPRIA	1	4.925,68	4.925,68
1	6	29877 - CONJUNTO DE ESCRITÓRIO 006 ARMÁRIO ALTO EMBUTIDO (fixo), produzidos em MDF, de 8 a 12 portas 16 gavetas de arquivos reforçadas, Corpo e Portas em 25mm, o corpo do armário podendo ser branco, cor das portas a definir pelo contratante, 16 prateleiras distribuídas em todo armário, portas com dobradiças com amortecimento, com pés fixos, prateleiras que suportam o peso de 20 kg, gavetas com rodízio, corrediça telescópica - corrediças de no mínimo 40 cm e 40 mm para 45 kg de peso e chave para trancar todas as gavetas, fundo chapa de 3mm totalmente parafusado nas bordas e na parte frontal a mesma coloração do restante do armário, medidas de A 2.70 x C 4.00 x P 0.50, o produto deverá ser entregue montado/instalado. MESA EM L, tampo 30 MM - produzidos em MDF, Medidas de acabamento: 1.60 x 1,80X 0.60 x 0.74 M, 3 gavetas também podendo inverter o lado ou mesa, Tampos: produzidos em MDF 30MM reengrossado com filete nos contornos. Mesa (A) lado direito medindo: L 1.60x P 0.640x A 0.74 M.	CONJ	MARCA PROPRIA	1	6.447,36	6.447,36

		Mesa (B) lado esquerdo medindo: L 1.80 x P 0.60 x A 0.74. M, ao final da mesa com armário de duas portas. A Conexão (C) leque medindo: L 0.60 x P 0.60 M. Saia "painel de travamento" em aço de apoio para conexão furada e/ou pé de suporte para o leque. Gaveteiro de 3 gavetas - com corrediças metálicas e tranca para as gavetas. Abaixo das gavetas com suporte para CPU do mesmo material da mesa, Pés duplo com detalhe em aço entre as colunas com estrutura para passar os cabos fios dos equipamentos a ser instalados. Mesas: com painel de travamento em aço perfurado com design diferenciado e exclusivo. Peso suportado: 85kgs distribuídos. Cor a definir pelo contratante. Tampo da mesa com buraco para passagem de cabos. O produto deverá ser entregue montado/instalado. A empresa vencedora deverá realizar conferência das medidas in loco e apresentar projeto em 3D e PNG para aprovação antes da confecção.					
1	7	29878 - CONJUNTO DE ESCRITÓRIO 007 ARMÁRIO ALTO (fixo), de 6 portas, 12 gavetas reforçadas, Corpo e Portas em 25mm, produzidos em MDF, o corpo do armário cor das portas a definir pelo contratante, 16 prateleiras distribuídas em todo armário, com pés fixos, prateleiras que suportam o peso de 20 kg, portas com dobradiças com amortecimento, corrediça telescópica nas gavetas corrediças de no mínimo 40 cm e 40 mm para 45 kg de peso, fundo chapa de 3mm totalmente parafusado nas bordas e na parte frontal a mesma coloração do restante do armário, medidas de A 2.50 x C 1.80 x P 0.45, O produto deverá ser entregue montado/instalado. MESA EM L, produzidos em MDF, tampo 30 MM - Medidas de acabamento: 1.40 x 1.40 X 0.60x 0.74 M, montagem da mesa pode ser invertida o lado da forma que preferir, 3 gavetas também podendo inverter o lado ou mesa, Tampos: produzidos em MDF 30MM reengrossado com filete nos contornos. Mesa (A) lado direito medindo: L 1.40x P 0.60x A 0.74 M. Mesa (B) lado esquerdo medindo: L 1.20 x P 0.60 x A 0.74. M, Conexão (C) leque medindo: L 0.60 x P 0.60 M. Saia "painel de travamento" em aço de apoio para conexão furada e/ou pé de suporte para o leque. Gaveteiro de 3 gavetas - com corrediças metálicas e tranca para as gavetas. Abaixo das gavetas com suporte para CPU do mesmo material da mesa, Pés duplo com detalhe em aço entre as colunas com estrutura para passar os cabos fios dos equipamentos a ser instalados. Mesas: com painel de travamento em aço perfurado ou do mesmo material com design diferenciado e exclusivo. Peso suportado: 85kgs distribuídos. Cor a definir pelo contratante. Tampo da mesa com buraco para passagem de cabos. O produto deverá ser entregue montado/instalado. MESA, produzidos em MDF, tampo 30 MM - Medidas de acabamento: 1.40 x 0.60x 0.74 M, 3 gavetas podendo inverter o lado ou mesa, Tampos: produzidos em MDF 30MM reengrossado com filete nos contornos. Saia "painel de travamento" em aço de apoio para conexão furada e/ou pé de suporte para o leque. Gaveteiro de 3 gavetas - com corrediças metálicas e tranca para as gavetas. Abaixo das gavetas com suporte para CPU do mesmo material da mesa, Pés duplo com detalhe em aço entre as colunas com estrutura para passar os cabos fios dos equipamentos a ser instalados. Mesas: com painel de travamento em aço perfurado ou do mesmo material com design diferenciado e exclusivo. Peso suportado: 85kgs distribuídos. Cor a definir pelo contratante. Tampo da mesa com buraco para passagem de cabos. O produto deverá ser entregue montado/instalado. A empresa vencedora deverá realizar conferência das medidas in loco e apresentar projeto em 3D e PNG para aprovação antes da confecção.	CONJ	MARCA PROPRIA	1	5.597,11	5.597,11
1	8	29879 - MESA DE ESCRITÓRIO 008 MESA EM L, produzidos em MDF, tampo 30 MM - Medidas de acabamento: 1.50 x 1.80 X 0.60x 0.74 M, montagem da mesa pode ser invertida o lado da forma que preferir, 3 gavetas também podendo inverter o lado ou mesa, Tampos: produzidos em MDF 30MM reengrossado com filete nos contornos. Mesa (A) lado direito medindo: L 1.50x P 0.60x A 0.74 M. Mesa (B) lado esquerdo medindo: L 1.80 x P 0.60 x A 0.74. M, ao final da mesa com armário de duas portas. Conexão (C) leque medindo: L 0.60 x P 0.60 M. Saia "painel de travamento" em aço de apoio para conexão furada e/ou pé de suporte para o leque. Gaveteiro de 3 gavetas - com corrediças metálicas e tranca para as gavetas. Abaixo das gavetas com suporte para CPU do mesmo material da mesa, Pés duplo com detalhe em aço entre as colunas com estrutura para passar os cabos fios dos equipamentos a ser instalados. Mesas: com painel de travamento em aço perfurado ou do mesmo material com design diferenciado e exclusivo. Peso suportado: 85kgs distribuídos. Cor a definir pelo contratante. Tampo da mesa com buraco para passagem de cabos. O produto deverá ser entregue montado/instalado. A empresa vencedora deverá realizar conferência das medidas in loco e apresentar projeto em 3D e PNG para aprovação antes da confecção.	UN	MARCA PROPRIA	1	1.989,62	1.989,62
1	9	29880 - BRINQUEDOTECA 009 ESTANTE NICHOS ORGANIZADORES, produzidos em MDF,medidas L 1.95 x A 1.60 x P 0.40, produzidos em MDF 30MM com filete nos contornos, com pés e fixo na parede, 15 nichos tipo colmeia, de 3 a 4 gavetões na parte inferior, gavetões com A 0.35 cm, gavetas com rodízio, corrediça telescópica, fundo chapa de 3mm. Cor a definir pelo contratante. O produto deverá ser entregue montado/instalado. A empresa vencedora deverá realizar conferência das medidas in loco e apresentar projeto em 3D e PNG para aprovação antes da confecção.	UN	MARCA PROPRIA	1	1.791,51	1.791,51
1	10	29881 - ARMÁRIO DE COZINHA 010 ARMÁRIO, produzidos em MDF, com canto DIAGONAL, medidas L 3.40 x A 2.50 x P 0.45, produzidos em MDF 30MM reengrossado com filete nos contornos, com geladeira, forno elétrico e micro-ondas embutidos, 10 ou 12 portas 02 gavetões - corrediça telescópica corrediças de no mínimo 40 cm e 40 mm para 45 kg de peso, portas com dobradiças com amortecimento, fundo chapa de 3mm totalmente parafusado nas bordas e na parte frontal a mesma coloração do restante do armário, com pés fixos, O produto deverá ser entregue montado/instalado. MESA, medidas C 1,60 x L 0,80 x A 0,75, em madeira, cor a definir. BALCÃO, produzidos em MDF, L 1,35 x A 0,80 x P 0,50, produzidos em MDF 30MM reengrossado com filete nos contornos, 2 portas e 5 gavetas - corrediça telescópica - corrediças de no mínimo 40 cm e 40 mm para 45 kg de peso, portas com dobradiças com amortecimento, 4 prateleiras, fundo chapa de 3mm totalmente parafusado nas bordas e na parte frontal a mesma coloração do restante do armário, com pés fixos, O produto deverá ser entregue montado/instalado. A empresa vencedora deverá realizar conferência das medidas in loco e apresentar projeto em 3D e PNG para aprovação antes da confecção.	CONJ	MARCA PROPRIA	1	4.785,15	4.785,15
1	11	29882 - MESA DE ESCRITÓRIO 011 MESA EM L, produzidos em MDF, tampo 30 MM - Medidas de acabamento: 1.50 x 1.80 X 0.60x 0.74 M, montagem da mesa pode ser invertida o lado da forma que preferir, 3 gavetas também podendo inverter o lado ou mesa, Tampos: produzidos em MDF 30MM reengrossado com filete nos contornos. Mesa (A) lado direito medindo: L 1.50x P 0.60x A 0.74 M. Mesa (B) lado esquerdo medindo: L 1.80 x P 0.60 x A 0.74. M, ao final da mesa com armário de duas portas. Conexão (C) leque medindo: L 0.60 x P 0.60 M. Saia "painel de travamento" em aço de apoio para conexão furada e/ou pé de suporte para o leque. Gaveteiro de 3 gavetas - com corrediças metálicas e tranca para as gavetas. Abaixo das gavetas com suporte para CPU do mesmo material da mesa, Pés duplo com detalhe em aço entre as colunas com estrutura para passar os cabos fios dos equipamentos a ser instalados. Mesas: com painel de travamento em aço perfurado ou do mesmo material com design diferenciado e exclusivo. Peso suportado: 85kgs distribuídos. Cor a definir pelo contratante. Tampo da mesa com buraco para passagem de cabos. O produto deverá ser entregue montado/instalado. A empresa vencedora deverá realizar conferência das medidas in loco e apresentar projeto em 3D e PNG para aprovação antes da confecção.	CONJ	MARCA PROPRIA	1	2.021,10	2.021,10
1	12	29883 - MESA PARA REUNIÃO, oval com tampo em MDF, revestido na face superior de laminado melamínico de alta pressão, com espessura de 30mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8mm de espessura, acabamento madeirado na cor a escolher, com cantos arredondados,	UN	MARCA PROPRIA	1	1.410,36	1.410,36

		protegidas por fita de poliestireno semirrígido com espessura mínima de 1 mm no mesmo padrão do revestimento, colada a quente por meio do processo hot melt. Com painel central produzido em fibra de madeira de média densidade em MDF de no mínimo 15 mm. com revestimento melamínimo em ambos os lados e faces, na mesma cor da mesa com 0,40 cm de altura. Apresentar junto à proposta de preços. Certificação Ambiental – Licença de operação do Fabricante (Marca) Estrutura dos pés em mdf 30 mm na cor madeirada na cor a escolher com sapata niveladora. Medidas da mesa: 2,70x1,20x0,74 m. A empresa vencedora deverá realizar conferência das medidas in loco e apresentar projeto em 3D e PNG para aprovação antes da confecção.					
Total (R$):							50.800,00

TOTAL GERAL: R$ 89.100,00

Bela Vista da Caroba, 15/10/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:C3645CFF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 232/2026

Decreto nº 232/2026 Data 10/09/2026

Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

EDUARDO JOSE HENRICHS, Prefeito do Município de BOA VISTA DA APARECIDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº **982/2025** de **03/12/2025**.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 714.922,66 (setecentos e catorze mil novecentos e vinte e dois reais e sessenta e seis centavos)**, mediante as seguintes providências.

SUPLEMENTAÇÃO:			
05		**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
05.001		**DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**	
05.001.04.122.0003.2.015		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DE RECURSOS HUMANOS**	
63 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.600,00
06		**SECRETARIA DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS E URBANOS**	
06.001		**DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS**	
06.001.26.782.0004.2.018		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DOS SERVIÇOS RODOVIARIOS MUNICIPAIS**	
117 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
117 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
07		**SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**	
07.002		**DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE**	
07.002.18.541.0006.2.057		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO MEIO AMBIENTE**	
531 - 3.3.90.39.00.00	825	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50,00
08		**SECRETARIA DE SAÚDE**	
08.002		**DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE**	
08.002.10.301.0007.2.024		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE SAÚDE**	
214 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
217 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
206 - 3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	270.000,00
214 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	45.000,00
214 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	21.000,00
220 - 3.3.90.93.00.00	303	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.000,00
08.004		**DIVISÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL DO HOSPITAL MUNICIPAL**	
08.004.10.301.0028.2.025		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL**	
236 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
239 - 3.3.90.36.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.000,00
236 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	21.000,00
236 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
09		**SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E HABITAÇÃO**	
09.001		**DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA/ CUIDAR**	
09.001.08.244.0008.2.054		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FAMILIA, HABITAÇÃO, IDOSO**	
645 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
660 - 3.1.90.11.00.00	1001	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13.000,00
661 - 3.1.90.13.00.00	1001	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.300,00
250 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.200,00
256 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
256 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
09.002		**CENTRO DE REFERÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CRAS)**	
09.002.08.243.0021.2.055		**DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL**	
272 - 3.3.90.32.00.00	000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15.000,00
09.003		**CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS**	
09.003.08.243.0018.2.056		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DO CONSELHO TUTELAR**	
278 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	350,00

11		**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**	
11.001		**DIVISÃO PEDAGÓGICA**	
11.001.12.361.0009.1.012		**AMPLIAÇÃO DA FROTA E EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE**	
308 - 4.4.90.52.00.00	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
11.001.12.361.0009.2.068		**MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL**	
331 - 3.3.90.30.00.00	103	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
332 - 3.3.90.30.00.00	104	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
11.001.12.365.0010.2.074		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ENSINO INFANTIL**	
351 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
346 - 3.3.90.30.00.00	103	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
347 - 3.3.90.30.00.00	104	MATERIAL DE CONSUMO	13.000,00
11.002		**DIVISÃO DE MATERIAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**	
11.002.12.361.0009.2.070		**MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**	
367 - 3.3.90.32.00.00	103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	25.000,00
11.002.12.365.0010.2.075		**MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL**	
373 - 3.3.90.32.00.00	103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	30.000,00
374 - 3.3.90.32.00.00	104	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	14.922,66
		Total.....:	**714.922,66**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como cobertura a **Anulação de Dotação**, dos Recursos Orçamentários abaixo especificados.

REDUÇÃO:			
02		**GOVERNO MUNICIPAL**	
02.002		**GABINETE DO VICE-PREFEITO**	
02.002.04.122.0002.2.004		**MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO**	
13 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	50,00
02.005		**CHEFIA DE GABINETE**	
02.005.04.122.0002.2.007		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DO CHEFE DE GABINETE**	
28 - 3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
03		**SECRETARIA DA FAZENDA**	
03.002		**DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CADASTRO**	
03.002.04.123.0023.2.011		**MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE FAZENDA**	
35 - 3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	6.000,00
04		**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**	
04.002		**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**	
04.002.04.121.0024.2.040		**MANUTENÇÃO DO SETOR DE PLANEJAMENTO**	
58 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
59 - 3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	7.000,00
58 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
05		**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
05.001		**DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**	
05.001.04.122.0003.2.015		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DE RECURSOS HUMANOS**	
64 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
05.003		**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES E LICITAÇÕES**	
05.003.04.122.0003.2.017		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONTRATOS E LICITAÇÕES**	
71 - 3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
72 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
05.004		**DIVISÃO ADMINISTRATIVA**	
05.004.04.122.0003.2.008		**AÇÕES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA**	
85 - 3.3.90.39.00.00	504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
84 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
91 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
77 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	30.000,00
84 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	45.675,00
06		**SECRETARIA DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS E URBANOS**	
06.001		**DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS**	
06.001.26.782.0004.1.001		**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTO, CONSTRUÇÃO, REFORMA**	
99 - 4.4.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
104 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
104 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.350,00
06.001.26.782.0004.1.002		**PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E POLIÉDRICA, REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS**	
107 - 4.4.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
106 - 4.4.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	11.425,00
109 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00
06.001.26.782.0004.2.018		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DOS SERVIÇOS RODOVIARIOS MUNICIPAIS**	
122 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
122 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
122 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
07		**SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**	
07.001		**DIVISÃO DE AGRICULTURA**	
07.001.20.606.0006.1.004		**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, CONSTRUÇÃO**	
162 - 4.4.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
08		**SECRETARIA DE SAÚDE**	
08.002		**DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE**	
08.002.10.301.0007.1.009		**CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA EM PRÉDIOS PÚBLICOS DA SAÚDE**	
204 - 4.4.90.51.00.00	303	OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00
08.002.10.301.0007.2.024		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE SAÚDE**	
218 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.500,00
219 - 3.3.90.40.00.00	303	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
08.002.10.301.0007.2.096		**EMENDA IMPOSITIVA SAÚDE**	
222 - 3.3.71.70.00.00	303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	500,00
223 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
224 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
225 - 4.4.90.52.00.00	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
08.004		**DIVISÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL DO HOSPITAL MUNICIPAL**	
08.004.10.301.0028.2.025		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL**	
235 - 3.3.90.14.00.00	303	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00

230 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	54.922,66
09		**SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E HABITAÇÃO**	
09.001		**DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA/ CUIDAR**	
09.001.08.244.0008.1.010		**CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E MELHORIA DE PRÉDIOS PÚBLICOS**	
244 - 4.4.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	13.000,00
09.001.08.244.0008.2.054		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FAMILIA, HABITAÇÃO**	
251 - 3.3.90.14.00.00	000	DIÁRIAS - CIVIL	7.000,00
253 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
253 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
09.002		**CENTRO DE REFERÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CRAS)**	
09.002.08.243.0021.2.055		**DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA**	
271 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
09.003		**CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS**	
09.003.08.243.0018.2.056		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DO CONSELHO TUTELAR**	
283 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
09.003.08.243.0018.6.057		**DESENVOLVIMENTO DE AÇOES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA**	
284 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
12		**SECRETARIA DE ESPORTE**	
12.001		**DIVISÃO DE ESPORTE**	
12.001.27.812.0013.1.013		**AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO**	
405 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
399 - 4.4.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
12.001.27.812.0013.2.085		**MANUTENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO AMADOR**	
412 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
413 - 3.3.90.31.00.00	000	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15.000,00
14		**SECRETARIA DE TURSIMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**	
14.001		**DIVISÃO DE TURISMO**	
14.001.23.695.0014.2.086		**MANUTENÇÃO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO TURISTICO**	
439 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
14.002		**DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**	
14.002.22.661.0015.1.014		**CONSTRUÇÃO E REEQUIPAMENTO DE BARRACÕES INDUSTRIAS**	
442 - 4.4.90.61.00.00	000	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.000,00
441 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
14.002.22.661.0015.2.087		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**	
443 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
444 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.000,00
445 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
446 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
Total.....:			**714.922,66**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de BOA VISTA DA APARECIDA, em 10 Setembro 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:EE70B201

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 233/2026

Decreto nº 233/2026 Data 10/09/2026

Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

EDUARDO JOSE HENRICHS, Prefeito do Município de BOA VISTA DA APARECIDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº **982/2025** de **03/12/2025**.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 1.492.358,97 (um milhão quatrocentos e noventa e dois mil trezentos e cinqüenta e oito reais e noventa e sete centavos)**, mediante as seguintes providências.

SUPLEMENTAÇÃO:			
05		**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
05.004		**DIVISÃO ADMINISTRATIVA**	
05.004.04.122.0003.2.008		**AÇÕES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA**	
85 - 3.3.90.39.00.00	504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
85 - 3.3.90.39.00.00	504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
06		**SECRETARIA DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS E URBANOS**	
06.001		**DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS**	
06.001.26.782.0004.1.001		**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTO, CONSTRUÇÃO, REFORMA**	
685 - 4.4.90.93.00.00	965	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	574,82
686 - 4.4.90.93.00.00	984	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	450,65
06.002		**DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS**	
06.002.15.452.0005.2.021		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DOS SERVIÇOS URBANOS**	
145 - 3.3.90.39.00.00	504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
145 - 3.3.90.39.00.00	504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60.000,00
07		**SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**	
07.001		**DIVISÃO DE AGRICULTURA**	
07.001.20.606.0006.1.004		**AQUISIÇÃO DE DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, CONSTRUÇÃO**	
687 - 4.4.90.93.00.00	971	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	398,57
07.001.20.606.0006.2.022		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO SETOR AGROPECUARIO**	
173 - 3.3.90.30.00.00	504	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00

08		**SECRETARIA DE SAÚDE**	
08.001		**DIVISÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS DA SAÚDE**	
08.001.10.302.0016.2.041		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS ESPECIAIS DA SAÚDE**	
197 - 3.3.90.39.00.00	494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
08.002		**DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE**	
08.002.10.301.0007.2.024		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE SAÚDE**	
689 - 3.3.90.14.00.00	498	DIÁRIAS - CIVIL	450,00
217 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
08.004		**DIVISÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL DO HOSPITAL MUNICIPAL**	
08.004.10.301.0028.2.025		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL**	
241 - 3.3.90.39.00.00	494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60.000,00
09		**SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E HABITAÇÃO**	
09.001		**DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA/ CUIDAR**	
09.001.08.244.0008.2.054		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FAMILIA, HABITAÇÃO**	
672 - 3.1.90.13.00.00	997	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.000,00
673 - 3.1.90.13.00.00	998	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.500,00
684 - 3.1.90.94.00.00	998	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.000,00
09.002		**CENTRO DE REFERÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CRAS)**	
09.002.08.243.0021.2.055		**DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA**	
557 - 3.3.90.39.00.00	815	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200,00
09.003		**CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS**	
09.003.08.243.0018.6.057		**DESENVOLVIMENTO DE AÇOES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA ADOLES**	
657 - 3.3.90.30.00.00	954	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
11		**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**	
11.001		**DIVISÃO PEDAGÓGICA**	
11.001.12.361.0009.1.011		**CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E MELHORIAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS DA E**	
608 - 4.4.90.51.00.00	501	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.189,00
11.001.12.361.0009.2.066		**MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 70%**	
498 - 3.1.90.11.00.00	8101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	111.686,16
503 - 3.1.90.13.00.00	8101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	21.000,00
11.001.12.361.0009.2.068		**MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL**	
677 - 3.3.90.39.00.00	8101	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
324 - 3.1.90.11.00.00	103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.000,00
690 - 3.3.90.39.00.00	162	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.600,00
690 - 3.3.90.39.00.00	162	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
331 - 3.3.90.30.00.00	103	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
11.001.12.365.0010.2.074		**ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ENSINO INFANTIL**	
337 - 3.1.90.11.00.00	101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	532.198,75
338 - 3.1.90.11.00.00	103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	137.611,02
339 - 3.1.90.11.00.00	104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
499 - 3.1.90.11.00.00	7101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.500,00
340 - 3.1.90.13.00.00	101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	100.000,00
341 - 3.1.90.13.00.00	103	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	30.000,00
342 - 3.1.90.13.00.00	104	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.000,00
611 - 3.1.90.13.00.00	7101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
346 - 3.3.90.30.00.00	103	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
347 - 3.3.90.30.00.00	104	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
11.002		**DIVISÃO DE MATERIAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**	
11.002.12.365.0010.2.075		**MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL**	
375 - 3.3.90.32.00.00	111	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
11.003		**DIVISÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR**	
11.003.12.361.0009.2.069		**TRANSPORTE ESCOLAR PARA ENSINO FUNDAMENTAL**	
386 - 3.3.90.33.00.00	149	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.000,00
384 - 3.3.90.33.00.00	107	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	35.000,00
12		**SECRETARIA DE ESPORTE**	
12.001		**DIVISÃO DE ESPORTE**	
12.001.27.812.0013.2.085		**MANUTENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO AMADOR**	
635 - 3.3.90.39.00.00	987	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
		Total.....:	**1.492.358,97**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como cobertura o **Excesso de Arrecadação**, dos Recursos Orçamentários abaixo especificados.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:	
Receita: 1.7.2.9.99.01.02.00 - FUNDO DO ESPORTE CUSTEIO	10.000,00
Receita: 1.7.1.5.52.01.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAR - PRINCIPAL	10.000,00
Receita: 1.3.2.1.01.11.01.00 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - GERAL - PRINCIPAL	50.000,00
Receita: 1.7.1.3.50.11.03.00 - INCENTIVO FINANCEIRO PARA ATENÇÃO A SAÚDE BUCAL	20.000,00
Receita: 1.7.2.9.99.01.01.00 - PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICÍPIOS - PETE/PR	5.000,00
Receita: 1.7.1.2.50.01.00.00 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - PRINCIPAL	50.000,00
Receita: 1.7.2.9.99.01.04.00 - GARANTIA CRIANÇA E ADOLESCENTE DELIBERAÇÃO 013/2025 CEDCA/PR	10.000,00
Receita: 1.3.2.1.01.11.01.00 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - GERAL - PRINCIPAL	60.000,00
Receita: 1.7.1.2.50.01.00.00 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - PRINCIPAL	20.000,00
Receita: 1.3.2.1.01.11.01.00 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - GERAL - PRINCIPAL	574,82
Receita: 1.3.2.1.01.11.01.00 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - GERAL - PRINCIPAL	398,57
Receita: 1.3.2.1.01.11.01.00 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - GERAL - PRINCIPAL	450,65
Receita: 1.1.1.3.03.11.01.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER LEGISLATIVO	36.000,00
Receita: 1.7.1.5.50.01.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT - PRINCIPAL	10.500,00
Receita: 1.7.1.5.52.01.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAR - PRINCIPAL	132.686,16
Receita: 1.7.2.1.50.01.00.00 - COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	176.611,02
Receita: 1.7.5.1.50.01.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZARIZAÇÃO	632.198,75
Receita: 1.7.5.9.99.01.04.00 - CASA LAR SANTA LUCIA SIT 85744	1.000,00
Receita: 1.7.5.9.99.01.06.00 - CASA LAR CAPITÃO LEONIDAS MARQUES SIT	11.500,00
Receita: 1.3.2.1.01.11.01.00 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - GERAL - PRINCIPAL	450,00
Receita: 1.7.1.4.52.01.00.00 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - PRINCIPAL	20.000,00
Receita: 1.7.1.2.50.01.00.00 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - PRINCIPAL	110.000,00
Receita: 1.7.1.5.53.01.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB DESTINADOS À CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI - PRINCIPAL	2.600,00

Receita: 1.7.1.6.50.01.05.00 - FNAS - PAEFI REGIONALIZADO	200,00
Receita: 2.2.2.1.01.01.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL	1.189,00
Receita: 1.7.1.5.53.01.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB DESTINADOS À CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI - PRINCIPAL	6.000,00
Receita: 1.7.1.4.50.01.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	35.000,00
Receita: 1.1.1.3.03.11.01.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER LEGISLATIVO	20.000,00
Receita: 1.1.1.2.50.01.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	20.000,00
Receita: 1.7.1.1.51.11.00.00 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	40.000,00
Total.....:	**1.492.358,97**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de BOA VISTA DA APARECIDA, em 10 Setembro 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:97CAA97F

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°234/2026

Decreto nº 234/2026 Data 10/09/2026

Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

EDUARDO JOSE HENRICHS, Prefeito do Município de BOA VISTA DA APARECIDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº **982/2025** de **03/12/2025**.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 375.513,48 (trezentos e setenta e cinco mil quinhentos e treze reais e quarenta e oito centavos)**, mediante as seguintes providências.

SUPLEMENTAÇÃO:			
03		**SECRETARIA DA FAZENDA**	
03.002		**DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CADASTRO**	
03.002.28.846.0023.0.016		**ENCARGOS ESPECIAIS**	
692 - 3.2.90.21.00.00	000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	160.000,00
693 - 4.6.90.71.00.00	000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	134.000,00
08		**SECRETARIA DE SAÚDE**	
08.001		**DIVISÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS DA SAÚDE**	
08.001.10.302.0016.2.041		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS ESPECIAIS DA SAÚDE**	
506 - 3.3.90.39.00.00	498	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
09		**SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E HABITAÇÃO**	
09.001		**DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA/ CUIDAR**	
09.001.08.244.0008.2.054		**DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FAMILIA, HABITAÇÃO**	
541 - 3.3.90.30.00.00	951	MATERIAL DE CONSUMO	5.613,48
696 - 3.3.90.14.00.00	954	DIÁRIAS - CIVIL	900,00
09.001.08.244.0008.2.063		**MANUTENÇÃO DO BLOCO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CAD**	
683 - 3.3.90.30.00.00	934	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
09.003		**CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS**	
09.003.08.243.0018.6.057		**DESENVOLVIMENTO DE AÇOES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA**	
528 - 3.3.90.30.00.00	954	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
		Total.....:	**375.513,48**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como cobertura o **Superávit Financeiro**, dos Recursos Orçamentários abaixo especificados.

SUPERÁVIT FINANCEIRO NA(s) FONTE(s):			
2498	ASSISTENCIA FARMACEUTICA ESTADUAL	498	15.000,00
2951	PROGRAMA CUIDA MAIS PR35/2024	951	5.613,48
2954	GARANTIA CRIANÇA E ADOLESCENTE DELIBERAÇÃO 013/2025	954	50.900,00
3934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	934	10.000,00
21000	Recursos Ordinários (Livres)	000	294.000,00
		Total.....:	**375.513,48**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de BOA VISTA DA APARECIDA, em 10 Setembro 2026.

EDUARDO JOSE HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:63DCA9AF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO 4/2026 IL20/2026 ATUALIZADO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: IL20/2026
b) Modalidade: Credenciamento
c) Data de homologação: 17/07/2026
d) Objeto da licitação: Credenciamento de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de mão de obra sem dedicação exclusiva de serviços de pedreiro, carpinteiro, calceteiro, pintor, eletricista e serviços topográficos
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)	Credenciados
	33496 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de PEDREIRO em geral, considerando todos os custos, como mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas;	hs	3.600	42,99	154.764,00	INSTALADORA E CONSTRUTORA VF LTDA JMS CONSTRUCOES E SEGURANCA LTDA **KFX PRE FABRICADOS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO - EIRELI - ME**
	33497 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de CARPINTEIRO em geral, considerando todos os custos, como mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas;	hs	1.400	40.16	56.224,00	INSTALADORA E CONSTRUTORA VF LTDA JMS CONSTRUCOES E SEGURANCA LTDA **KFX PRE FABRICADOS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO - EIRELI - ME**
	33498 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de CALCETEIRO em geral, considerando todos os custos, como mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas:	hs	2.100	45.49	95.529,00	INSTALADORA E CONSTRUTORA VF LTDA JMS CONSTRUCOES E SEGURANCA LTDA
	33499 - Prestação de serviços de mão de obra de PINTOR em geral:	hs	2.500	31,71	79.275,00	INSTALADORA E CONSTRUTORA VF LTDA **KFX PRE FABRICADOS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO - EIRELI - ME**
	33500 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ELETRICISTA em geral em construções, ampliaçãoes, reformas e reparos de prédios públicos e demais serviços inerentes a atribuição do objeto, compreendendo serviços, encargos sociais, trabalhistas, ART e demais despesas que venham a ocorrer, sendo por conta da empresa contratada.	hs	2.000	62.35	124.700,00	INSTALADORA E CONSTRUTORA VF LTDA **KFX PRE FABRICADOS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO - EIRELI - ME**
	33503 - LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO PARA ESTRADAS RURAIS. Execução de levantamento planialtimétrico em estradas rurais, contemplando o eixo da via e suas faixas laterais, com representação do reAbrangência mínima: - Eixo da estrada georreferenciado; - Largura da plataforma e acostamentos; - Taludes, cortes e aterros; - Obras existentes (bueiros, pontilhões, galerias); - Cercas, acessos, cursos d'água e vegetação relevante; - Pontos cotados ao longo do eixo. Produtos mínimos: - Planta planialtimétrica; - Perfil longitudinal da via; - Seções transversais (quando solicitado); - Curvas de nível; - Arquivo digital (DWG/DXF); levo e dos elementos existentesRelatório técnico com metodologia. Exigências técnicas obrigatórias: - Execução conforme ABNT NBR 13133 (levantamentos topográficos); - Sistema de referência SIRGAS2000 / UTM; - Utilização de equipamentos GNSS e/ou estação total com precisão compatível; - Apresentação de ART do responsável técnico; - Inclusão de todos os custos (deslocamento, equipe, equipamentos e processamento).	MT2	10.000	3,62	36.200,00	INSTALADORA E CONSTRUTORA VF LTDA - TOPOSAN SERVICOS DE TOPOGRAFIA E AGRIMENSURA LTDA
	33504 - LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO PARA VIAS URBANAS. Levantamento planialtimétrico de ruas e avenidas no perímetro urbano, com detalhamento para projetos de pavimentação, drenagem e infraestrutura.Abrangência mínima: - Eixo da via e alinhamento predial; - Meio-fio, sarjetas e calçadas; - Largura da pista e passeios; - Poços de visita, bocas de lobo e redes aparentes; Postes, sinalização, árvores; - Interferências urbanas em geral; - Cotas e curvas de nível. Produtos mínimos: - Planta planialtimétrica detalhada; - Perfil longitudinal; - Seções transversais (quando solicitado); - Curvas de nível; - Arquivo digital (DWG/DXF); - Relatório técnico. Exigências técnicas obrigatórias: - Atendimento à ABNT NBR 13133; - Georreferenciamento em SIRGAS2000 / UTM; - Precisão compatível com projetos urbanos; - ART obrigatória; - Compatibilidade com softwares CAD e BIM (quando aplicável).	M²	50.000	0,93	46.500,00	INSTALADORA E CONSTRUTORA VF LTDA - TOPOSAN SERVICOS DE TOPOGRAFIA E AGRIMENSURA LTDA
	33505 - LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO DE ÁREAS ATÉ 3.000 m². Levantamento planialtimétrico de terrenos urbanos ou rurais com até 3.000 m², para regularização fundiária ou projetos de edificação. Abrangência mínima: - Limites e confrontações; - Benfeitorias existentes; - Vegetação relevante; Desníveis do terreno; - Curvas de nível e pontos cotados. Produtos mínimos: - Planta planialtimétrica; - Memorial descritivo; - Curvas de nível; - Arquivo digital; - Coordenadas georreferenciadas (quando exigido); Relatório técnico. Exigências técnicas obrigatórias: - Atendimento à ABNT NBR 13133; - Sistema SIRGAS2000 / UTM; - ART obrigatória; - Precisão adequada à finalidade (regularização ou projeto); - Inclusão de todos os custos no valor contratado.	M²	10.000	3,08	30.800,00	INSTALADORA E CONSTRUTORA VF LTDA - TOPOSAN SERVICOS DE TOPOGRAFIA E AGRIMENSURA LTDA
	33506 - LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO DE ÁREAS ACIMA DE 3.000 m². Levantamento planialtimétrico de áreas superiores a 3.000 m² para parcelamento do solo ou obras públicas. Abrangência mínima: - Delimitação completa da área; - Levantamento do relevo; - Elementos naturais e construídos; - Sistema viário existente; - Cursos d'água e APPs (quando aplicável). Produtos mínimos: - Planta planialtimétrica; Curvas de nível; - Memorial descritivo; - Arquivos digitais; - Coordenadas georreferenciadas; - Relatório técnico. Exigências técnicas obrigatórias: - ABNT NBR 13133; - SIRGAS2000 / UTM; - ART obrigatória; - Compatibilidade com projetos urbanísticos; - Possibilidade de uso de drone conforme necessidade técnica.	M²	30.000	1,16	34.800,00	INSTALADORA E CONSTRUTORA VF LTDA - TOPOSAN SERVICOS DE TOPOGRAFIA E AGRIMENSURA LTDA
	33507 - LEVANTAMENTO + PROJETO DE TERRAPLENAGEM PARA ESTRADAS RURAIS. Levantamento planialtimétrico com elaboração de projeto de terraplenagem para estradas rurais. Abrangência mínima (levantamento + projeto): -- Perfis longitudinais e transversais; - Definição do greide; - Taludes e drenagem; - Cálculo de volumes de corte e aterro. Produtos mínimos: - Planta planialtimétrica; - Perfil existente e projetado; - Seções transversais; - Quadro de	M²	10.000	7,00	70.000,00	INSTALADORA E CONSTRUTORA VF LTDA - TOPOSAN SERVICOS DE TOPOGRAFIA E AGRIMENSURA LTDA

	volumes; - Arquivos digitais; - Relatório técnico. Exigências técnicas obrigatórias: - Atendimento à ABNT NBR 13133 e boas práticas de engenharia rodoviária; - Sistema SIRGAS2000 / UTM; - ART do levantamento e do projeto; - Memória de cálculo de volumes; - Compatibilidade com execução em campo. Eixo da estrada georreferenciado;					
	33508 - LEVANTAMENTO + PROJETO DE TERRAPLENAGEM PARA LOTES. Levantamento planialtimétrico e projeto de terraplenagem para implantação de edificações. Abrangência mínima: - Limites do terreno; - Curvas de nível; - Definição de platô; - Taludes; - Acesso de veículos e compatibilização com nível da rua; - Volumes de corte e aterro. Produtos mínimos: - Planta planialtimétrica; - Planta de terraplenagem; - Quadro de volumes; - Arquivos digitais; - Memorial descritivo; - Relatório técnico. Exigências técnicas obrigatórias: - ABNT NBR 13133; - SIRGAS2000 / UTM; - ART obrigatória; - Garantia de viabilidade executiva do projeto; - Compatibilização com acesso e drenagem.	M²	10.000	7,00	70.000,00	INSTALADORA E CONSTRUTORA VF LTDA - TOPOSAN SERVICOS DE TOPOGRAFIA E AGRIMENSURA LTDA
	33509 - HORA TÉCNICA. Prestação de serviços de topografia, cartografia e geodesia em geral, incluindo a elaboração de mapas, memoriais cálculos, plantas, projetos cadastrais, medições e demarcações de áreas, subdivisões, alinhamentos e demais serviço inerentes a área de topografia, além do fornecimento/utilização de estação total, GPS, RTK, veículo e demais acessórios usuais, incluindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados. a) Deverão ser realizados serviços como: Alinhamento de ruas e avenidas; - Alinhamento de lotes urbano/rural; - Estaqueamento para alinhamento de postes, ruas e meio –fio; - Levantamento topográfico de terrenos rurais e urbanos de propriedade do município. -Levantamento planimétrico e planialtimétricos georreferenciados, -Projetos de terraplanagem de pavimentação; -Levantamento altimétrico de eixo para projetos de drenagem; -Locação e levantamento de pavimentação em terraplanagem, corte, aterro; -Implantação de marcos topográficos georreferenciados. -Planta e mapa rodoviário do município; -E demais serviços topográficos necessários para suprir as demandas do corpo técnico das obras e dos projetos de engenharia;	hs	150	140,00	21.000,00	INSTALADORA E CONSTRUTORA VF LTDA - TOPOSAN SERVICOS DE TOPOGRAFIA E AGRIMENSURA LTDA
TOTAL R$ 819.792,00						

*Fica alterada a homologação publicada em 17/07/2026, incluindo-se a empresa KFX PRE FABRICADOS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO - EIRELI – ME.

Bom Jesus do Sul-PR, 15/10t/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:F45B8D75

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE 16/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – PARANÁ
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 16/2026
PROTOCOLO 2026/10/293871
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – PR**
CNPJ 80.874.100/0001-86
CONTRATADA: **RENTAL SAAS SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**
CNPJ: 31.766.438/0001-09
OBJETO:
O presente contrato tem por objeto a contratação direta da empresa RENTAL SAAS SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, visando a a aquisição de telas interativas, com sistema integrado e módulo OPS. Adesão ao Pregão Eletrônico n° 002/2024 do Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná - CIEDEPAR, conforme descrito no Anexo I, parte inseparável deste Edital, sendo este, portanto, o Objeto desta Inexigibilidade de Licitação. Adesão considerando a necessidade administrativa, quanto a esta efetivação de negócio, sem representar prejuízo ao erário, conforme relação em anexo.

ITEM 1: RENTAL SAAS SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUAT	VALOR UNITÁRIO	Valor TOTAL
01	Aquisição de Tela Interativa de 75 Polegadas com Sistema Integrado e Módulo OPS (Open Pluggable Specification). **Especificações Técnicas Mínimas da Tela Interativa 75 Polegadas** **1. Características do Hardware da Tela Interativa**: Tamanho da Tela Visível (diagonal): Mínimo de 75 polegadas. Tipo de Tela: Plana Touch Screen. Resolução da Imagem: 4K (3840x2160 pixels). Retroiluminação: DLED. Frequência de Atualização: 60Hz. Contraste: 1200:1. Brilho: Mínimo de 350 cd/m². Armazenamento Integrado: Mínimo de 128 GB. Memória RAM Integrada: Mínimo de 8 GB. Processador Integrado: 8 núcleos de processamento, no mínimo. Sistema Operacional Integrado: Android versão 10.0 ou superior. 2 Auto falante integrado, potência mínima de 20W (vinte watts) total do equipamento; Slot OPS; Webcam integrada; Microfone integrado com funcionalidade de cancelamento de eco, supressão/filtro de ruído; Conexões mínimas: 2 x HDMI 2 x USB 3.0 1 x USB Type-C 1 x RJ45 1 x Wi-Fi IEEE 802.11 b/g/n ou Bluetooth	01	R$ 14.171,79	R$ 14.171,79

	1 x Entrada de Áudio. Alimentação: Bi-Volt automático (100~240v). Vidro Temperado: 3mm. Tecnologia de Toque: IR Touch com capacidade de 20 pontos de toques simultâneos. Alto-falantes: 2 integrados. Suporte: Pedestal móvel com regulagem de altura e rodízio com espessura reforçada e coluna, de fixação da Tela, treliçada garantindo estabilidade e segurança ao conjunto, deve ser fabricado em aço carbono, com pintura eletrostática a pó na cor preta, Deve ter compatibilidade padrão VESA de até 800x400. Carga admissível para no mínimo 60kg Condição: Equipamento deve ser novo **Especificações do OPS (Open Pluggable Specification):** Processador: Equivalente ao Intel i5 ou superior. Memória RAM: Mínimo de 8 GB. Armazenamento: Mínimo de 128 GB. Sistema Operacional: Windows 10 ou superior, devidamente licenciado. Conexões: Compatível com a tela para integração e fácil acoplamento. **3. Aplicação e Funcionamento do Software:** Tela Interativa com software de desenho para interagir com imagem através de toque de dedo (touch) e caneta na tela. ➢ Possuir solução para anotações e colaboração em todas as aplicações, sendo Sistema Operacional Google Android ou Sistema Operacional Microsoft Windows com recursos de nuvem com objetivo de simplificar as discussões em sala de aula, compartilhamento de ideias, nota e opiniões, permitindo o salvamento em nuvem independentemente de onde estejam; ➢ Possuir funcionalidade nativa de acesso a materiais armazenados em nuvens comerciais para iniciar diretamente no display. No mínimo as 2 plataformas: Google Drive e Onedrive; ➢ Possuir funcionalidade para captura de tela em ambos sistemas operacionais, Sistema Operacional Google Android ou Sistema Operacional Microsoft Windows, ambos ajustáveis e que permitam a importação e a capturar telas de qualquer aplicação, incluindo aplicativos, sites e vídeos de qualquer fonte, podendo importar esse conteúdo para o software de colaboração para discussões e anotações adicionais em uma nova página; ➢ Deve ser possível dividir a tela com outros dispositivos na mesma tela; ➢ Deve possuir funcionalidade para compartilhar conteúdo na tela interativa através de QR Code; ➢ Deve possibilitar o espelhamento de tela através da rede cabeada ou sem fio, e que a interatividade esteja habilitada; ➢ Deverá permitir conexão de computador externo com sistema operacional Windows, na versão 10 ou superior. ➢ Deve possuir sensibilidade ao toque da tela deve permitir escrita a partir do uso dos dedos da mão e também de caneta interativa, com ao menos 20 (vinte) pontos de toque e precisão de ± 1mm; ➢ Deve possuir tempo de resposta da tela inferior a 10 ms (dez milissegundos). ➢ Deve ser fornecida, pelo menos, 2 (duas) canetas inteligentes; ➢ Deve ser fornecido treinamento no tempo necessário para utilização total das funcionalidades da tela. O treinamento poderá ser realizado de forma hibrida presencial/virtual, de acordo com a escolha da contratante e será realizada no consórcio ou no município conforme contratação, sendo que a carga horária ficará a cargo do fornecedor; **4. Energia** Consumo de energia em operação padrão: no máximo 450W. Para atendimento do item anterior, considera-se o funcionamento do equipamento em modo de operação padrão, desconsiderando o uso de acessórios/periféricos, como portas USB. ➢ Alimentação: o equipamento deverá operar entre 110~240 VAC. ➢ Temperatura: O equipamento deverá operar com temperaturas entre 0ºC a 40ºC. ➢ Deverá ser fornecido cabo de força, ou fonte externa, adequado à potência da Tela, para ligação a uma tomada de energia elétrica no padrão brasileiro (NBR 14136), no tamanho adequado à perfeita utilização da mesma pelo usuário. ➢ Se houver necessidade de fonte externa, deve ser original, específica e do mesmo fabricante do equipamento. **5. Certificações:** Certificação de compatibilidade com a norma IEC 60950 (adotada pelo INMETRO), ou UL 60950, ou Conformité Européenne (CE) ou FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION (FCC). Tal exigência é necessária para comprovar a segurança do equipamento ao usuário; Certificados de Conformidade Técnica válidos e devidamente homologados pela Anatel; Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial, instituição credenciada, documento do fabricante ou ainda através da certificação EPEAT, desde que claramente especificado. Tal exigência é necessária para comprovar que o equipamento atende as necessidades de controle de impacto ambiental em seu processo de fabricação. **6 - Garantia** Garantia de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, compreendendo manutenção corretiva e serviços de assistência técnica. **Modelo: TMK 7511''+ACES**			
Valor total R$ 14.171,79				

VALOR: R$ 14.171,79(quatorze mil cento e setenta e um reais e setenta e nove centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09.00 – Departamento de Educação, cultura e esporte; 09.02 – Divisão de Ensino FUNDEB; 1236500102.034 – Manutenção do Ensino Pré Escolar Infantil - FUNDEB; 44.90.52; Equipamento e Material Permanente; Despesa 1821 outros equipamentos e material permanente; Fonte de Recurso 102 – FUNDEB – ETI.

JUSTIFICATIVA: Art. 74 inc. I, caput, da Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto 7892/2013.

Bom Sucesso do Sul, 15 de outubro de 2025.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:E8656463

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

GABINETE
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB RESULTADO FINAL DA ETAPA DE SELEÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ETAPA DE HABILITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR, por intermédio de sua Secretaria de Cultura, no uso de suas atribuições legais e conforme o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026, TORNA PÚBLICO aos interessados o RESULTADO FINAL DA ETAPA DE SELEÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ETAPA DE HABILITAÇÃO, referente à seleção de projetos para firmar Termo de Execução Cultural com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, e CONVOCA os proponentes abaixo relacionados com a situação de SELECIONADOS a apresentarem, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do primeiro dia útil posterior a esta publicação, a documentação de habilitação conforme sua natureza jurídica, em estrito cumprimento ao regramento do Edital.

Legenda:
SELECIONADO: Inscrição contemplada no edital;
SUPLENTE: Inscrição não contemplada, mas apta a receber recursos em casos de desistência, redistribuição ou suplementação;
DESCLASSIFICADO: Inscrição desclassificada.

CATEGORIA GERAL:

PROJETO	PROPONENTE	COTISTA	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
Bolinho Rock Fest: O barulho daqui.	Christiano C. Neto	NÃO	76,50	SELECIONADO Ampla concorrência
Quando a Arte Acontece	Fernando Falavinha	NÃO	75,83	SELECIONADO Ampla concorrência
Exposição Fotográfica e Mostra Guia: Caminhos da Fé e da Ancestralidade	Luiz Woellner	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	75,33	SELECIONADO Ampla concorrência
O Sapo que queria entregar ovos de Pascoa	Luciano Agnelo Oro	NÃO	75,17	SELECIONADO Ampla concorrência
GUSTAVO GOIANO - NOVOS CAMINHOS	28.765.373 marcos roberto rodrigues dos santos	NÃO	74,50	SELECIONADO Ampla concorrência
Entre objetos e memórias, histórias de Campina Grande do Sul	Patricia Falavinha	NÃO	72,33 - Critério de desempate A	SUPLENTE
Caminhos da Música	Giovani Amatti	NÃO	72,33	SUPLENTE
ARTE PARA TODOS	JOAO ALCANJA DA SILVA	PESSOAS NEGRAS	72,17	SELECIONADO Cotas pessoas negras
Pelas Águas de Campina	Denisson Miranda	NÃO	71,50	SUPLENTE
TUDO O QUE SABEMOS SOBRE O AMOR - DOCUMENTÁRIO	BRUNO PEREIRA MAGRIN	NÃO	70,83	SUPLENTE
Festival Som da Terra	Lucio Buchi	NÃO	70,17	SUPLENTE
MAIS UM DIA POR AQUI - LIVE SESSION	WILLIAM AUGUSTO DA SILVA DO NASCIMENTO	NÃO	69,33	SUPLENTE
desafio cultural	ROBERTO FARIAS/ Grupo Capoeira Brasil	PESSOAS NEGRAS	69,17	SELECIONADO Cotas pessoas negras
Campininho	Adrieli Silva dos Reis Andreatta	NÃO	69,00	SUPLENTE
Modelando Identidades	MARIA CECCON	NÃO	66,83	SUPLENTE
PRIMEIROS TRAÇOS DE PINTURA PARA CRIANÇA E ADOLECENTES	Adelmo Ferrarini	NÃO	66,17	SUPLENTE
De Tampa em tampa	Catia Carcereri	NÃO	65,67	SUPLENTE
BOLINHO ROCK FEST: REVIVAL	michael santos	PESSOAS NEGRAS	65,50	SELECIONADO Remanejamento Cotas pessoas indígenas
UMBRA -ONDE A LUZ NÃO CHEGA	Gilson Antonio de Lara	NÃO	65,33	SUPLENTE
Lendas de Campina Grande do Sul: Narrativas da memória e do imaginário popular	Adriano da Cruz	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	64,00	SELECIONADO Cotas pessoas com deficiência

CATEGORIA ÁREAS PERIFÉRICAS

PROJETO	PROPONENTE	COTISTA	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
GAME: Uma História em Jogo	Fabiano Gomes	NÃO	74,00	SELECIONADO Ampla concorrência
Saberes que Permanecem - Mulheres Kaingang, charrua e Guarani Artesanato e Transmissão de Saberes	gislaine vieia da silva/ COLETIVO DE MULHERES ARTESÃS DO SUL DO BRASIL	PESSOAS INDÍGENAS	73,00	SELECIONADO Ampla concorrência
Mãos que Moldam	IVANILDE SOPCHENSKI SANTOS	NÃO	69,17	SELECIONADO Remanejamento de Cotas pessoas negras

Campina Grande do Sul - PR, 15 de outubro de 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Município de Campina Grande do Sul - PR

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:8766C459

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 276/2026 DATA: 15/10/2026

DECRETO Nº 276/2026
DATA: 15/10/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2026 no valor de R$ 676.253,95 (seiscentos e setenta e seis mil, duzentos e cinqüenta e três reais e noventa e cinco centavos).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal nº 1.818 de 23 de dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Exercício Financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 676.253,95** *(*seiscentos e setenta e seis mil, duzentos e cinqüenta e três reais e noventa e cinco centavos*)* nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementar

Códigos	Descrição	Valor
02	GABINETE DO PREFEITO	
02.003	PROCURADORIA GERAL	
03.092.0002.2004	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
210	00000-Recursos Ordinários (Livre)	16.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
220	00000-Recursos Ordinários (Livre)	2.000,00
	SUBTOTAL	18.000,00
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
04.122.0002.2006	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SA	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
450	00000-Recursos Ordinários (Livre)	15.000,00
	SUBTOTAL	15.000,00
05	SECRETARIA DE FINANÇAS	
05.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E CONTABILIDADE	
04.123.0002.2009	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADM. E CONTABILIDADE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
680	00000-Recursos Ordinários (Livre)	482,13
	SUBTOTAL	482,13
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO - FME)	
06.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA	
12.361.0005.2014	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1070	00101-FNDE - FUNDEB 70%	52.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1100	00101-FNDE - FUNDEB 70%	4.769,78
12.361.0005.2013	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADM. PEDAGÓGICA	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
960	00000-Recursos Ordinários (Livre)	10.000,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
970	00000-Recursos Ordinários (Livre)	15.000,00
	SUBTOTAL	81.769,78
07	SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E CULTURA	
07.003	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13.392.0006.2022	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1740	00000-Recursos Ordinários (Livre)	70.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1750	00000-Recursos Ordinários (Livre)	10.000,00
	SUBTOTAL	80.000,00
08	SECRETARIA DE SAÚDE (FUNDO MUN. DE SAÚDE - FMS)	
08.003	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA	
10.301.0007.2031	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2470	00303-ASPS - Receitas Vinculadas à Saúde (15%)	345.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2520	00494-ASPS - Bloco de Custeio - Federal	36.000,00
	SUBTOTAL	381.000,00
09	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.003	DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL (FMAS)	
08.122.0006.2040	GESTÃO ADM. DO FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2890	00000-Recursos Ordinários (Livre)	20.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
11	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
11.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
04.122.0004.2055	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SAP	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3920	00000-Recursos Ordinários (Livre)	1.055,07
	SUBTOTAL	1.055,07
12	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	
12.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
04.122.0003.2058	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SDET	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4020	00000-Recursos Ordinários (Livre)	10.000,00
	SUBTOTAL	10.000,00
13	SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE	
13.003	DEPARTAMENTO DE URBANISMO E ENGENHARIA	
15.451.0003.2065	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE URBANISMO E ENGENHARIA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4380	00000-Recursos Ordinários (Livre)	68.946,97
	SUBTOTAL	68.946,97
	TOTAL	**676.253,95**

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos pelo artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de :

I - Anulação de Dotação;

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO - FME)	
06.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA	
12.365.0005.2016	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1320	00101-FNDE - FUNDEB 70%	43.189,21

3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1340	00101-FNDE - FUNDEB 70%	13.580,57
	SUBTOTAL	56.769,78
08	SECRETARIA DE SAÚDE (FUNDO MUN. DE SAÚDE - FMS)	
08.002	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
10.302.0007.2025	MANUTENÇÃO DA ODONTOLOGIA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2110	00303-ASPS - Receitas Vinculadas à Saúde (15%)	300.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2130	00303-ASPS - Receitas Vinculadas à Saúde (15%)	45.000,00
08.003	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA	
10.301.0007.2031	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2500	00494-ASPS - Bloco de Custeio - Federal	36.000,00
08.006	DEPARTAMENTO DE EPIDEMIOLOGIA	
10.305.0007.2036	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EPIDEMIOLOGIA	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2740	00000-Recursos Ordinários (Livre)	482,13
	SUBTOTAL	381.482,13
09	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.003	DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL (FMAS)	
08.245.0006.2045	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3180	00000-Recursos Ordinários (Livre)	20.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
10	SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FROTAS	
04.122.0003.2052	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FROTAS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3570	00000-Recursos Ordinários (Livre)	72.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3580	00000-Recursos Ordinários (Livre)	8.000,00
10.002	DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
06.182.0003.2053	MANUTENÇÃO DO BOMBEIRO COMUNITÁRIO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3690	00000-Recursos Ordinários (Livre)	6.000,00
	SUBTOTAL	86.000,00
13	SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE	
13.002	DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL (FUNDO MUN. - FUAMB)	
18.541.0003.2063	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4290	00000-Recursos Ordinários (Livre)	20.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4300	00000-Recursos Ordinários (Livre)	2.000,00
	SUBTOTAL	22.000,00
	TOTAL	**566.251,91**

II - Superávit do Exercício Anterior;

Fonte		
Fonte	**Descrição**	**Valor**
00000	Recursos Ordinários (Livre)	70.002,04
	TOTAL	**70.002,04**

III - Excesso de Arrecadação;

Conta de receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
1.3.2.1.01.1.1.01.17	REMUNERAÇÃO DB - RECURSOS LIVRES - FOPAG	40.000,00
	TOTAL	**40.000,00**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Candói (PR), 15 de outubro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:DD4BE9E5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 434/2026

PORTARIA Nº 434/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Jacir João Horn	Motorista	01 (uma)	Cascavel – PR	14 de outubro de 2026.	VIII Direitos da pessoa idosa e qualidade de vida.
Thiago Lucietto	Secretário de Desenvolvimento Economico e Renda	01 (uma)	Cascavel – PR	14 de outubro de 2026.	Reunião do PODE – SEBRAE.
Wellinton Edson Ribas da Silva	Agente de Administração	01 (uma)	Cascavel – PR	14 de outubro de 2026.	Reunião do PODE – SEBRAE.
Paula Pavão da Silva	Atendimento ao Público	01 (uma)	Cascavel – PR	14 de outubro de 2026.	Reunião do PODE – SEBRAE.
Vitor Nascimento Huber de Sa	Engenheiro Civil	02 (duas)	Curitiba – PR	18,19,20 de outubro de 2026.	Forum de Obras Públicas – Avanços do BIM nas contratações – TCE – PR.
Albino J. Rheinheimer	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	14 de outubro de 2026.	Hospital Nossa Senhora.
Israel Reis Bento	Motorista	01 (uma)	Guarapuava e Laranjeiras do Sul - PR	14 de outubro de 2026.	Hospital Regional Centro Oeste/ Escritório Dilger Contabilidade.
Valdemar Domingos Quadros	Motorista	02 (duas)	São José dos Pinhais – PR	09,10 de outubro de 2026.	Hospital Adauto Botelho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:2EFB8330

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 410/2026

DATA: 09.10.2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, PARA O EXERCÍCIO DE 2026, NO VALOR DE R$ 2.352.000,00 (DOIS MILHÕES, TREZENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.869/2026 de 07/10/2026, publicada em 08/10/2026.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no Orçamento do Município para o exercício financeiro de 2026, no valor de R$ 2.352.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta e dois mil reais), nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, destinado a execução Despesas nos programas e ações da Atenção Primaria e Vigilância em Saúde /Fundo a Fundo -Estado através registro fonte : 4497/0497.09.02.05.20- Vigilância em Saúde /SUS -Estado e contrapartidas recursos Municipais conforme abaixo detalhado.

Órgão	**09.00.- SECRETARIA DE SAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**	
Unidade	**09.002 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE - MSAUDE/SUS - UNIAO**	
Programa	**1079-AMPLIAÇÃO DA FROTA DE APOIO A SAUDE**	
Função/Subfunção	**10 – SAUDE - Subfunção 301- ATENÇÃO PRIMARIA**	
Projeto /Ação	**1.140– EXECUÇÃO AÇOES INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO – AMBULANCIA (R. SESA 789/2025) R$ 280.000.00**	
Despesas	Descrição	R$ 2026
Fonte Recursos	**4497/0497.09.02.05.20- Vigilância em Saúde /SUS -Estado**	250.000.00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	250.000.00
CONTRAPARTIDA		
Fonte Recursos	**00501.04.99.00.00 – ALIENAÇAO DE ATIVOS**	*30.000.00*
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000.00
Projeto /Ação	**1.141 – EXECUÇÃO AÇOES INCENTIVO EM INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO – ONIBUS (R. SESA 1037/2025) R$ 700.000.00**	
Despesas	Descrição	R$ 2026
Fonte Recursos	**04497/0497.09.02.05.20- Vigilância em Saude /SUS -Estado -**	700.000.00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	700.000.00
Projeto /Ação	**1.142 – EXECUÇÃO AÇOES EM INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO –Ambulância/Micro-ônibus – Resolução 1.147/2025**	774.000.00
Despesas	Descrição	
Fonte Recursos	**04497/0497.09.02.05.20- Vigilância em Saude /SUS -Estado -**	700.000.00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	700.000.00
CONTRAPARTIDA		
Fonte Recursos	**00501.04.99.00.00 – ALIENAÇAO DE ATIVOS**	74.000.00
Projeto /Ação	**1.143– EXECUÇÃO AÇOES INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO – VEICULOS -20 PASSAGEIROS (R. SESA 1357/2025)**	
Despesas	Descrição	R$ 2026
Fonte Recursos	**4497/0497.09.02.05.20- Vigilância em Saude /SUS -Estado**	R$ 596.000.0
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	440.000.00
CONTRAPARTIDA		
Fonte Recursos	**00501.04.99.00.00 – ALIENAÇAO DE ATIVOS**	158.000.00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	158.000.00

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Especial autorizado pelo art. 1º deste Decreto, serão utilizados os seguintes recursos, nos termos do art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

• **Excesso de arrecadação**, no valor de **R$ 2.090.000,00 (dois milhões e noventa mil reais)**, proveniente dos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, destinados à Qualificação da Atenção Primária à Saúde e ao Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, conforme as seguintes Resoluções:

RESOLUÇOES /SESA – ESTADO	Valor R$
Resolução SESA nº 789/2025	250.000.00
Resolução SESA nº 1.147/2025	250.000.00
Resolução SESA nº 1.147/2025	450.000.00
resolução SESA nº 1.037/2025	700.000.00
Resolução SESA nº 1.357/2025	440.000.00

Superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2025, no valor de **R$ 262.000,00 (duzentos e sessenta e dois mil reais)**, referente à Fonte de Recursos **00501.04.99.00.00 – Alienação de Ativos**.

Parágrafo único. A cobertura total do Crédito Adicional Especial de que trata este Decreto será de **R$ 2.352.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta e dois mil reais)**.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 09 de Outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:617A4659

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/2025 - PROVENIENTE DA LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 005/2025 - PROCESSO Nº 163/2025 (PRAZO E VALOR)

O MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, sito à Rua Benedito Salles, nº 1060 - Centro, CNPJ nº 76.965.789/0001-87, sendo neste ato representada pela Senhora Alana Karolina de Souza Bueno, Secretária Municipal de Administração e Comunicação, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº XXXXXXX e portadora da Carteira de Identidade RG XXXXXXX, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, doravante denominado CONTRATANTE; e do outro lado à empresa a abaixo qualificada, nos termos da Lei Federal Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 16 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, com suas alterações; conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no Processo Licitatório Modalidade Concorrência Eletronica nº 005/2026, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

O presente Termo tem o objetivo de aditivar a Ata de Registro de Preços, visando a futura e eventual **Prestação de serviços de sondagens geotécnicas, ensaio com viga benkelman, sondagem SPT com croqui, topografia e geodésia e plotagens colorida e preto e branco,** a serem adquiridos conforme a necessidade, especificações e detalhamentos consignados na Concorrência Eletronica nº 005/2025, que juntamente com a proposta da DETENTORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

TOPOGEO AMBIENTAL - ENGENHARIA, TOPOGRAFIA, GEOLOGIA E CONSU - CNPJ Nº 09.115.828/0001-60, com sede a Rua Perobal, 3930, Zona I, na cidade de Umuarama, CEP 87501300, Estado de Paraná, telefone: (44)99112-1303, E-mail: topogeoambientalcar@gmail.com, representada neste ato por sua sócio (a) administrador (a) Senhor (a) Rosimeire Aparecida Dos Santos Goncalves, portadora da Carteira de Identidade RG nº XXXXXXXX e CPF nº XXXXXXX, doravante denominada DETENTORA, obriga-se a fornecer à Prefeitura Municipal de Carlópolis (PR), de acordo com as solicitações feitas pela CONTRATANTE, os itens a seguir:

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES DO ADITIVO

Permanece inalterado o valor estipulado na Ata de Registro de Preços nº 179/2025.

Lote	Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca
1	1	LAUDO VIGA BENKELMAN	60.000	M2	R$ 0,73	R$ 43.800,00	SERVICO
2	1	SONDAGEM A TRADO COM ESTUDO GEOTECNICO	100.000	M2	R$ 0,66	R$ 66.000,00	SERVICO
5	1	Hora Técnica de serviços de topografia / Geodésia	2.000	HR	R$ 183,54	R$ 367.080,00	SERVICO

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PERIÓDO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO.

Fica prorrogada a vigência da referida Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 16 de outubro de 2026 até 16 de outubro de 2027, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e aqui ratificadas as demais regras e especificações constantes na Ata de Registro de Preços nº 179/2025, as quais não tenham sido expressamente modificadas por este instrumento, cuja ratificação é feita pelas partes.

E assim, para firmeza e validade do que foi acordado, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vai devidamente assinado pelas partes Contratantes.

Carlópolis, 15 de outubro de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal de Administração e Comunicação
Contratante

TOPOGEO AMBIENTAL - ENGENHARIA, TOPOGRAFIA, GEOLOGIA E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:078885F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 - PNAB SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 - PNAB
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Olá, agentes culturais do município de Carlópolis - Paraná!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público.
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura.
Desejamos sucesso!

• POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do município de Carlópolis.
Deste modo, a Prefeitura Municipal de Carlópolis torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

• INFORMAÇÕES GERAIS

2.1 Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro na categoria descrita no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município de Carlópolis - PR.

2.2 Quantidade de projetos selecionados
Serão selecionados 04 projetos.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

2.3 Valor total do edital
Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é de R$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais)
A despesa correrá à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

30.001.13.392.0365.2.443.3.3.90.36.00.00
30.001.13.392.0365.2.443.3.3.90.39.00.00

Sobre o valor total repassado pelo município de Carlópolis ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

2.4 Prazo de inscrição
De 08 horas do dia 19/10/2026 até 17 horas do dia 23/10/2026.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

2.5 Quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que reside no município de Carlópolis ou nos demais do estado do Paraná. O agente cultural precisará comprovar atuação de pelo menos 2 anos na área da categoria que irá concorrer (as categorias desse edital estão descritas no Anexo I).

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VI.

2.6 Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
IV – agentes culturais contemplados no EDITAL - 01/2026 PNAB-Ciclo-2
Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

2.7 Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo 01 projeto e poderá ser contemplado com no máximo 01 projeto.

• ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:

• **Inscrições –** etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
• **Seleção –** etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
• **Habilitação –** etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
• **Assinatura do Termo de Execução Cultural** – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

• INSCRIÇÕES

O agente cultural deve encaminhar para o e-mail: cultura@carlopolis.pr.gov.br, com o assunto EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
b) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
c) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

4.1. Datas e Prazos

DESCRIÇÃO	DATA PREVISTA	DATA DE TÉRMINO
Publicação do Edital no Diário Oficial	16/10/2026	-
Realização das Inscrições	19/10/2026	23/10/2026
Homologação das Inscrições	28/10/2026	-
Divulgação do Resultado da Avaliação Documental e Mérito Cultural	04/11/2026	-
Período para Interposição de Recursos Contra o Resultado Preliminar da Avaliação Documental e de Mérito Cultural	11/11/2026	16/11/2026
Divulgação do Resultado do Julgamento dos Recursos Contra o Resultado Preliminar	19/11/2026	-
Resultado dos Selecionados	24/11/2026	-
Entrega das Certidões Negativas	25/11/2026	01/12/2026
Avaliação das Certidões pela Comissão de Avaliação Documental	02/12/2026	-
Homologação do Resultado Final	04/12/2026	-
Assinatura do Termo de Execução	07/12/2026	11/12/2026

• COTAS

5.1 Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas nesse edital para:
a) pessoas negras (pretas e pardas), sendo 25% do total de vagas;
b) pessoas indígenas, sendo 10% do total de vagas;
c) pessoas com deficiência, sengo 5% do total de vagas.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

5.2 Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.3 Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
5.4 Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.5 Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.]
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VII e Anexo VIII.

• COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)

6.1 Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando a Prefeitura Municipal de Carlópolis de qualquer responsabilidade civil ou penal.

6.2 Previsão de execução do projeto
Os projetos apresentados deverão ser executados em até 6 (seis) meses após a assinatura do Termo de Execução Cultural.

6.3 Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas.
Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.

6.4 Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistidas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

• ETAPA DE SELEÇÃO

7.1 Quem analisa os projetos
Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão os 3 (três) membros titulares do Conselho Municipal de Cultura, e na ausência dos mesmos, serão substituídos por seus respectivos suplentes.

7.2 Quem não pode analisar os projetos
Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;

II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

7.3 Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

7.4 Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

7.5 Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

7.6 Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do município de Carlópolis e no site oficial da Prefeitura Municipal de Carlópolis (www.carlopolis.pr.gov.br).
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Carlópolis, que deve ser apresentado por meio de e-mail (cultura@carlopolis.pr.gov.br) no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no site oficial da Prefeitura Municipal de Carlópolis (www.carlopolis.pr.gov.br).

• REMANEJAMENTO DE VAGAS

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:
Os recursos não utilizados em uma categoria serão destinados aos projetos com maior pontuação geral.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

• ETAPA DE HABILITAÇÃO

9.1 Documentos necessários
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de 3 (três) dias úteis após a publicação do resultado final de seleção, por e-mail (cultura@carlopolis.pr.gov.br) os seguintes documentos:

Se o agente cultural for **pessoa física**:
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
(https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir)

III - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários estaduais;
(http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica)

III - certidão negativa de débitos relativos a créditos municipais expedidas pela Prefeitura Municipal;
(http://191.37.62.90:8090/portal-contribuinte/emissao-certidoes)

IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
(https://cndt-certidao.tst.jus.br/gerarCertidao.faces)

V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
III - que se encontrem em situação de rua.

Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:

I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil; (https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp)

II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;

III – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);

IV - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;

V - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; (https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir)

VI - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários estaduais; (http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica)

VII - certidão negativa de débitos relativos a créditos municipais expedidas pela Prefeitura Municipal; (http://191.37.62.90:8090/portal-contribuinte/emissao-certidoes)

VIII - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS; (https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)

IX - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho; (https://cndt-certidao.tst.jus.br/gerarCertidao.faces)

Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela Prefeitura Municipal em nome do representante do grupo;
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.

As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

9.2 Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Carlópolis, que deve ser apresentado por meio de e-mail (cultura@carlopolis.pr.gov.br) no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no site oficial da Prefeitura Municipal de Carlópolis (www.carlopolis.pr.gov.br).

Após essa etapa, não caberá mais recurso.

• ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS

10.1 Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

10.2 Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único.
Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.

Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural até 3 (três) dias úteis após o recebimento do mesmo sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

• DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal, do Ministério da Cultura e da Politica Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, e as marcas da Prefeitura Municipal de Carlópolis, de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

• MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

12.1 Monitoramento e avaliação realizados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

12.2 Como o agente cultural presta contas a Prefeitura Municipal de Carlópolis
O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo V deste edital.
O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado até 120 dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

• DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Desclassificação de projetos
Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo implicarão na desclassificação do agente cultural.

13.2 Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site www.carlopolis.pr.gov.br.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações no site www.carlopolis.pr.gov.br.

13.3 Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail cultura@carlopolis.pr.gov.br
Os casos omissos ficarão a cargo da Diretora Municipal de Cultura sanar.

13.4 Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 12 meses após a publicação do resultado final.

13.5 Anexos do edital
Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Categorias de apoio;
Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo III - Critérios de seleção
Anexo IV - Termo de Execução Cultural;
Anexo V - Relatório de Objeto da Execução Cultural;
Anexo VI - Declaração de representação de grupo ou coletivo;
Anexo VII - Declaração étnico-racial
Anexo VIII – Declaração PCD
Anexo IX – Formulário de interposição de recurso

NILTON JOSÉ TELES	***MILTON DORTA DE OLIVEIRA***
Secretário Municipal de Turismo e Cultura	Diretor Municipal de Cultura

ANEXO-I - CATEGORIAS

• RECURSOS DO EDITAL – Fomento a Cultura

O presente edital possui valor total de **R$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais)** distribuídos da seguinte forma:
a) R$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais) para CATEGORIA **música**

• DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

2.1. Música
2.1.1. Cantor

Apresentação musical de cantor solo ou dupla, incluindo equipamento de som com capacidade para atender público aproximado de 400 pessoas. O agente deverá realizar no mínimo duas apresentações com 02 horas de duração, podendo incluir os diversos gêneros musicais e estilos. objetivo de promover acesso a cultura em vários públicos, através da música, dança e entretenimento. Natureza jurídica do proponente: pessoa física, jurídica ou coletivo sem CNPJ. O valor por projeto é de até R$2.400,00 (dois mil quatrocentos reais). Serão contemplados 04 projetos, as apresentações serão realizadas nos eventos de cultura do município, em local e data a ser definida pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, em áreas urbanas, rurais, periféricas em territórios e regiões de maior vulnerabilidade econômica ou social, bem como em áreas de povos e comunidades tradicionais do município.

• DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO (R$)	VALOR TOTAL DA CATEGORIA (R$)
CATEGORIA - Música Cantor solo/dupla	02	01	01		04	2.400,00	9.600,00

ANEXO II - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)

1. DADOS DO AGENTE CULTURAL
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Qual categoria irá participar?
( ) Cantor (Solo ou Dupla)

Mini Currículo ou Mini portfólio: (Escreva aqui um resumo do seu currículo destacando as principais atuações culturais realizadas. Você encaminhar o currículo em anexo, se quiser).

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual _____

Gênero:
( ) Mulher cisgênero ( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero ( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa não binária ( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Indígena ( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim ( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outro tipo, indicar qual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo

( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2026, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.621,00.)
( ) Nenhuma renda
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não ( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada ( ) Outro, indicar qual _____

Vai concorrer às cotas ?
( ) Sim ( ) Não

Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra ( ) Pessoa indígena ( ) Pessoa com deficiência

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro (a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a)
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( ) Outro(a)s _____

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não ( ) Sim

Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

2. DADOS DO PROJETO

Nome do Projeto:

Qual categoria irá participar?

( ) Cantor (Solo ou Dupla)

Descrição do projeto (Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

Metas (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
( ) Pessoas vítimas de violência
( ) Pessoas em situação de pobreza
( ) Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
( ) Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)

( ) Pessoas com deficiência
( ) Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
( ) Mulheres
( ) LGBTQIAPN+
( ) Povos e comunidades tradicionais
( ) Negros e/ou negras
( ) Ciganos
( ) Indígenas
( ) Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
( ) Outros, indicar qual: _____

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023).

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra: _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2024	11/11/2024

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal

( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário (R$)	Quantidade	Valor total (R$)	Referência de preço (opcional)
Ex.: locação de equipamentos de som	Necessário para apresentação	Serviço	400,00	02	800,00	

4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES
Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

ANEXO II - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
PESSOA JURÍDICA

1. DADOS DO AGENTE CULTURAL
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero ( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero ( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa não binária ( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Indígena ( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim ( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outra, indicar qual _____

Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo

( ) Pós-Graduação Incompleto

2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:

Qual categoria irá participar?
( ) Cantor (Solo ou Dupla)

Descrição do projeto (Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

Metas (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
( ) Pessoas vítimas de violência
( ) Pessoas em situação de pobreza
( ) Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
( ) Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
( ) Pessoas com deficiência
( ) Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
( ) Mulheres
( ) LGBTQIAPN+
( ) Povos e comunidades tradicionais
( ) Negros e/ou negras
( ) Ciganos
( ) Indígenas
( ) Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
( ) Outros, indicar qual: _____

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023).

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra: _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	15/12/2026	15/06/2027

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário (R$)	Quantidade	Valor total (R$)	Referência de preço (opcional)
Ex.: locação de equipamentos de som	Necessário para apresentação	Serviço	400,00	02	800,00	

4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES
Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

ANEXO III - CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
· Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;
· Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos;
· Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos;
· Não atendimento do critério – 0 pontos.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto** - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma evidente os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do município de Carlópolis – PR.** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do município de Carlópolis – PR.	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** - Considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do**	10

	projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	
E	**Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** - A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente** - Será considerada, para fins de análise, a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		**70**

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
H	Agentes culturais do gênero feminino.	05
I	Agentes culturais negros e indígenas.	05
J	Agentes culturais com deficiência.	05
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		**15 PONTOS**

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
K	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas.	05
L	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres.	05
M	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	05
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		**15 PONTOS**

● A pontuação final de cada candidatura será por média das notas atribuídas por cada membro.
● Os critérios gerais são eliminatórios de modo que o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
● Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.
● Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, respectivamente.
● Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir: agente cultural com maior tempo de atuação no município, agente cultural com maior idade, sorteio.
● Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
● Serão desclassificados os projetos que:
I. receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II. apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
● A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº xx/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PNAB, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1. A prefeitura municipal de Carlópolis, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Turismo e Cultura, Senhor Nilton Jose Teles e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1. Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado conforme processo administrativo **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 – PNAB-2.**

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).

4.2. Serão transferidos à conta do (a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1. Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1. São obrigações da Prefeitura Municipal de Carlópolis – PR:
I) transferir os recursos ao (a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o (a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo (a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo (a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2. São obrigações do (a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Carlópolis por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela Prefeitura Municipal de Carlópolis a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 30 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1. O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2. O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3. Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2., autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4. O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1. O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 30 dias contados do recebimento da notificação.
7.5. Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
11.1 O monitoramento das ações serão realizadas in loco pelo agente cultural para a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

12. VIGÊNCIA
12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por 02 (dois) meses.

13. PUBLICAÇÃO
13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no site da Prefeitura Municipal (www.carlopolis.pr.gov.br).

14. FORO
14.1 Fica eleito o Foro de Carlópolis - PR para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Carlópolis – PR, XX de XX de 2026.

Pelo Órgão
NILTON JOSE TELES

Pelo Agente Cultural
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO V
RELATÓRIO DE Objeto da execução cultural

1. DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural:
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO
2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim ( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( )Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra ou indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim. Negra	Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.5 Em que município e Estado o projeto aconteceu?

6.6 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros.

Nome
Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]

As pessoas abaixo listadas, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do

edital, inclusive assinatura do Termo de Execução Cultura, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital.
Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURAS

Carlópolis – PR, XX de XX de 2026.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 – PNAB** que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VIIi
DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 – PNAB** que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO IX
formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 - PNAB**, venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____

Carlópolis – PR, XX de XX de 2026.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE habilitação

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Secretaria Municipal de Educação e Cultura,
Com base na **Etapa de Habilitação** do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 – PNAB - 2** venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____

Carlópolis – PR, XX de XX de 2026.

_____
Assinatura Agente Cultural

NOME COMPLETO

Publicado por:
Nilton José Teles
Código Identificador:89CE5586

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 306/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº. **408 de 18 de dezembro de 2025 – LOA**.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:
I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.07.12.365.1400.2.081	3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	104	R$ 9.070,00
02.07.12.367.1400.2.015	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	103	R$ 7.000,00
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	303	R$ 42.380,40
02.11.10.301.1300.3.008	4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	303	R$ 11.161,22
02.15.13.392.1450.2.016	3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	0	R$ 2.500,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos o disposto no Artigo 43º, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, produto da anulação da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.04.04.122.1050.2.005	3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	0	R$ 2.500,00
02.07.12.365.1400.2.082	3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	104	R$ 9.070,00
02.07.12.367.1400.2.015	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	103	R$ 7.000,00
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	303	R$ 42.380,40
02.11.10.301.1300.3.007	4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	303	R$ 11.161,22

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los às alterações promovidas pelos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como o seu Cronograma Execução de Mensal de Desembolso.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR, 15 de Outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:77A4CC8F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 273/2026

DECRETO Nº 273/2026

SÚMULA: Cria Crédito Adicional, no orçamento do município de Centenário do Sul, autorizado pela Lei Municipal n°. 3290 de 10 de dezembro de 2025, para o exercício de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:
DECRETA:

Artigo 1°. Fica autorizado no orçamento corrente, abrir Crédito Adicional no valor de R$ 1.020.421,54 (Um Milhão, Vinte Mil, Quatrocentos e Vinte e Um Reais e Cinqüenta e Quatro Centavos), no orçamento do município de Centenário do Sul, para o exercício de 2026, conforme dotações abaixo:

Suplementar

Códigos	Descrição	Valor
06	SECRETARIA DE SAUDE	
06.003	FMS - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
10.301.0004.2024	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
961	02494-Repasse do PROVIGIA Estadual	600,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
970	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	5.800,00
1025	11514-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA DE COMISSAO PROPOSTA 803827 C/C 28341-X	8.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1001	00000-Recursos Ordinários (Livres)	300,00
1002	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	6.000,00
1018	11512-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 766972 C/C 28303-7	675,00
10.302.0005.2025	Manutenção dos Serviços de Saúde - Média e Alta Complexidade	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1197	11514-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA DE COMISSAO PROPOSTA 803827 C/C 28341-X	3.700,00
10.301.0004.2024	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1014	11516-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 766137 C/C 28351-7	8.400,00
	SUBTOTAL	33.475,00
08	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	
12.122.0011.2045	Manutenção das Atividades da Secretaria de Municipal de Educação	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1900	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.200,00
1901	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	3.000,00
12.361.0007.2047	Manutenção do Programa "Mais Oportunidade de Trabalho com Dignidade" - Educação	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
2010	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	30.000,00
08.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR	
12.361.0011.2050	Manutenção das Atividades das Escolas do Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2243	01040-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	18.056,25
	SUBTOTAL	52.256,25
09	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE SERV. PÚBLICOS.	
15.451.0015.2054	Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura e Serv. Públicos	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3207	00512-CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	690,29
15.451.0015.1068	Realização de Obras de Recape Asfálticos em Ruas e Logradouros Municipais	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2875	02003-TRANSF ESPECIAL - RECAPE ASF.EMENDA 202644450003 C/C 28302-9	415.000,00
2874	02004-TRANSF ESPECIAL - RECAPE ASF.EMENDA 202640340001 C/C28301-3	519.000,00
	SUBTOTAL	934.690,29
	TOTAL	1.020.421,54

Artigo 2º- Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso o seguinte:
I - na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64, a anulação das seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
06	SECRETARIA DE SAUDE	
06.003	FMS - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
10.302.0005.2025	Manutenção dos Serviços de Saúde - Média e Alta Complexidade	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1050	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	11.000,00
10.301.0004.2024	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
960	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	800,00
10.302.0005.2025	Manutenção dos Serviços de Saúde - Média e Alta Complexidade	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	300,00
	SUBTOTAL	12.100,00
08	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	
12.122.0011.2045	Manutenção das Atividades da Secretaria de Municipal de Educação	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1890	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.200,00
12.361.0003.2049	Amortização de Parcelamentos da Dívida Previdenciária - Educação	
4.6.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	
1990	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	30.000,00
	SUBTOTAL	31.200,00
09	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE SERV. PÚBLICOS.	
15.451.0015.2054	Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura e Serv. Públicos	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3200	00511-Taxas - Prestação de Serviços	690,29
	SUBTOTAL	690,29
	TOTAL	43.990,29

II - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64, o Excesso de Arrecadação nas seguintes rubricas:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	3.000,00
1.3.2.1.01.1.1.08.00.00.00.00	REMUNERAÇÕES DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FONTE 0000	39.000,00

1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAR - PRINCIPAL	18.056,25
2.4.1.9.51.0.1.03.00.00.00.00	TRANSF ESPECIAL - RECAPE ASF.EMENDA 202644450003 C/C 28302-9	398.000,00
2.4.1.9.51.0.1.02.00.00.00.00	TRANSF ESPECIAL - RECAPE ASF.EMENDA 202640340001 C/C 28301-0	497.500,00
1.7.1.3.50.1.1.10.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO PARA O CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE - ATENÇÃO PRIMARIA	675,00
1.7.1.3.50.1.1.11.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO PARA O CUSTEIO DAS ACOES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE	11.700,00
	TOTAL	967.931,25

III - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64, o Superavit Financeiro nas seguintes rubricas:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
02494	Repasse do PROVIGIA Estadual	600,00
11516	CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 766137 C/C 28351-7	8.400,00
	TOTAL	9.000,00

Artigo 3º- Ficam incluídas na programação financeira e no cronograma de desembolso os seguintes valores como segue.
Alteração Adicional das Cotas de Receita:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	3.000,00
1.3.2.1.01.1.1.08.00.00.00.00	REMUNERAÇÕES DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FONTE 0000	39.000,00
1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAR - PRINCIPAL	18.056,25
2.4.1.9.51.0.1.03.00.00.00.00	TRANSF ESPECIAL - RECAPE ASF.EMENDA 202644450003 C/C 28302-9	398.000,00
2.4.1.9.51.0.1.02.00.00.00.00	TRANSF ESPECIAL - RECAPE ASF.EMENDA 202640340001 C/C 28301-0	497.500,00
1.7.1.3.50.1.1.10.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO PARA O CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE - ATENÇÃO PRIMARIA	675,00
1.7.1.3.50.1.1.11.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO PARA O CUSTEIO DAS ACOES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE	11.700,00
	TOTAL	967.931,25

Artigo 4º- Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 14 de outubro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:E5BCBD59

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL 04,001/2026 - CONCURSO PÚBLICO 001/2026

EDITAL Nº. 04.001/2026
DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

O Prefeito do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Deferimento das Inscrições** do Concurso Público n.º 01/2026, nos seguintes termos.
Art.1º Ficam **DEFERIDAS** as inscrições relacionadas nos **ANEXOS I**, **II e III** deste edital.
O **ANEXO I** refere-se às inscrições dos candidatos as vagas reservadas às Pessoas com Deficiência (PcD);
O **ANEXO II** refere-se aos candidatos inscritos que necessitarão de Condição Especial quando da realização da prova objetiva;
O **ANEXO III** refere-se às inscrições dos candidatos as vagas para Ampla Concorrência.
Art.2º As demais inscrições ficam **INDEFERIDAS.**
Art.3º Quanto ao indeferimento da inscrição, caberá interposição de recurso no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de publicação deste Edital. O recurso deverá ser protocolado em formulário próprio, disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, no período das **0h do dia 15/10/2026 às 23h59min do dia 16/10/2026,** observado o horário oficial de Brasília/DF.
Art.4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Vivida (PR), 14 de outubro de 2026

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

CARLOS LOPES
Presidente da Comissão Especial Organizadora

ANEXO I DO EDITAL N.º 04.001/2026 - DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES (PcD)

	8807 - OPERADOR DE MÁQUINA RODOVIÁRIA - CORONEL VIVIDA		
	INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
	0042718	ADELIR DE RAMOS SILVA	PcD - Pessoa com Deficiência
		8809 - TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL - CORONEL VIVIDA	

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0044530	FRANCIELE TAISA TOMKIEL	PcD - Pessoa com Deficiência
	8812 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - CORONEL VIVIDA	
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0045027	DAINA ROAMA PAIVA FRANCO DA SILVA SANTOS	PcD - Pessoa com Deficiência
0043355	JOAN THEODORO SOZO	PcD - Pessoa com Deficiência
8814 - SECRETÁRIO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0042760	JULIANE BENIN FERRARI	PcD - Pessoa com Deficiência
0042241	LEANDRO MEWS	PcD - Pessoa com Deficiência
	8815 - ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CORONEL VIVIDA	
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0044708	DHIOGO ANDRÉ TORTELI TESTA	PcD - Pessoa com Deficiência
0042479	HEBERT CHRISTIAN YAMANAKA	PcD - Pessoa com Deficiência
0042348	LÁZARO WAGNER CHALFUN MARINHO	PcD - Pessoa com Deficiência
8816 - ASSISTENTE SOCIAL - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0044305	EMANUELA GEMMI	PcD - Pessoa com Deficiência
0043950	MARIZE NASCIMENTO DE CARVALHO PETRY	PcD - Pessoa com Deficiência
8817 - CONTADOR - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0042606	RAFAEL JOSE LIMA DA SILVA	PcD - Pessoa com Deficiência
8818 - ENFERMEIRO - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0042979	ELIANE DE OLIVEIRA MOTA BOS	PcD - Pessoa com Deficiência
0042711	LEANDRO TAVARES DA SILVA	PcD - Pessoa com Deficiência
8820 - FARMACÊUTICO - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0044641	JAYANE KAROLINE ALVES	PcD - Pessoa com Deficiência
8821 - FISCAL TRIBUTÁRIO - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0043438	ANDRE JULIANO FELICIANO MOREIRA	PcD - Pessoa com Deficiência
0044700	JOÃO REINALDO PONTES	PcD - Pessoa com Deficiência
8822 - FONOAUDIÓLOGO - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0042692	ALVARO ANTONIO DA SILVA	PcD - Pessoa com Deficiência
8823 - MÉDICO DA FAMÍLIA - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0045145	EDINALDO PEREIRA SOUZA	PcD - Pessoa com Deficiência
0044735	MATHEUS MISSÃO DA SILVA	PcD - Pessoa com Deficiência
8825 - PROCURADOR JURÍDICO - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0042204	JOÃO VITOR BOLDO DO NASCIMENTO	PcD - Pessoa com Deficiência
0042555	LEONARDO MEDEIROS PASA	PcD - Pessoa com Deficiência
0042102	MARCELLA CAVALLIN VELOSO	PcD - Pessoa com Deficiência
0045199	MAYSA SHIZUMI SOGABE	PcD - Pessoa com Deficiência
0042854	POLYANNA MORAES MACHADO	PcD - Pessoa com Deficiência
0042591	REGIANE DE SOUZA BARBOSA	PcD - Pessoa com Deficiência
8826 - PROFESSOR MUNICIPAL 20H - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0042860	IRLANE RODRIGUES	PcD - Pessoa com Deficiência
0043521	KETLIN JULIANA NEVES	PcD - Pessoa com Deficiência
8827 - PROFESSOR MUNICIPAL 40H - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0044583	DAIANE RIBEIRO DE MATOS DA COSTA	PcD - Pessoa com Deficiência
0044664	JOCIANE DE ANDRADE	PcD - Pessoa com Deficiência
0044978	LUCIANA VILLAR DA ROCHA MONTANHEIRO DE SOUZA	PcD - Pessoa com Deficiência
8829 - PSICÓLOGO - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0043421	ADRIANA CZELUSNIAK	PcD - Pessoa com Deficiência
0042514	MARIA TEREZA PORTELA	PcD - Pessoa com Deficiência
ANEXO II DO EDITAL N.º 04.001/2026 - DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES (CE)		
8812 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CONDIÇÃO**
0045027	DAINA ROAMA PAIVA FRANCO DA SILVA SANTOS	SALA DE CAPACIDADE REDUZIDA (TDAH/TEA)
0043355	JOAN THEODORO SOZO	TEMPO ADICIONAL PARA A PROVA
0043355	JOAN THEODORO SOZO	SALA DE FÁCIL ACESSO
0043355	JOAN THEODORO SOZO	PROVA AMPLIADA (FONTE 24)
0043355	JOAN THEODORO SOZO	FISCAL TRANSCRITOR
0043355	JOAN THEODORO SOZO	FISCAL LEDOR
8814 - SECRETÁRIO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CONDIÇÃO**
0044990	DAIANE DOS SANTOS SMANIOTTO	LACTANTE
0042760	JULIANE BENIN FERRARI	USO APARELHO AUDITIVO
8815 - ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CONDIÇÃO**
0044708	DHIOGO ANDRÉ TORTELI TESTA	SALA DE CAPACIDADE REDUZIDA (TDAH/TEA)
0042479	HEBERT CHRISTIAN YAMANAKA	TEMPO ADICIONAL PARA A PROVA
8816 - ASSISTENTE SOCIAL - CORONEL VIVIDA		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CONDIÇÃO**
0044305	EMANUELA GEMMI	MESA PARA CANHOTO
0044305	EMANUELA GEMMI	FISCAL LEDOR
0044305	EMANUELA GEMMI	FISCAL TRANSCRITOR
0045352	GRACIELI SANTOS DE QUARROS	SALA DE CAPACIDADE REDUZIDA (TDAH/TEA)
0045352	GRACIELI SANTOS DE QUARROS	TEMPO ADICIONAL PARA A PROVA

8821 - FISCAL TRIBUTÁRIO - CORONEL VIVIDA

INSCRIÇÃO	NOME	CONDIÇÃO
0045310	ADRIELI TEREZINHA REIS	LACTANTE

8823 - MÉDICO DA FAMÍLIA - CORONEL VIVIDA

INSCRIÇÃO	NOME	CONDIÇÃO
0042535	AUGUSTO DOS SANTOS GOMES	MESA PARA CANHOTO
0043205	DÉBORA CRISTINA TORATI SANTOS	SALA DE FÁCIL ACESSO
0044735	MATHEUS MISSÃO DA SILVA	TEMPO ADICIONAL PARA A PROVA
0044735	MATHEUS MISSÃO DA SILVA	SALA DE FÁCIL ACESSO
0044735	MATHEUS MISSÃO DA SILVA	SALA DE CAPACIDADE REDUZIDA (TDAH/TEA)

8824 - NUTRICIONISTA - CORONEL VIVIDA

INSCRIÇÃO	NOME	CONDIÇÃO
0042065	NATALIA BERGONZI	MESA PARA CANHOTO

8825 - PROCURADOR JURÍDICO - CORONEL VIVIDA

INSCRIÇÃO	NOME	CONDIÇÃO
0044616	ALANA PATRÍCIA LOCATELLI	MESA PARA CANHOTO
0042795	ELIAS FELIX DA SILVA	TEMPO ADICIONAL PARA A PROVA
0042351	ELOISE SPILKA	SALA DE CAPACIDADE REDUZIDA (TDAH/TEA)
0042555	LEONARDO MEDEIROS PASA	SALA DE CAPACIDADE REDUZIDA (TDAH/TEA)
0045199	MAYSA SHIZUMI SOGABE	SALA DE FÁCIL ACESSO
0044835	YONARA BEATRIZ DE ARAÚJO PENSO	PERMISSÃO PARA USO DE EQUIPAMENTO ESPECIAIS DEVIDAMENTE COMPROVADAS

8826 - PROFESSOR MUNICIPAL 20H - CORONEL VIVIDA

INSCRIÇÃO	NOME	CONDIÇÃO
0044659	ELIZANGELA BALBINOT FERREIRA	PERMISSÃO PARA USO DE EQUIPAMENTO ESPECIAIS DEVIDAMENTE COMPROVADAS
0044093	GABRIELY PAES	LACTANTE

8827 - PROFESSOR MUNICIPAL 40H - CORONEL VIVIDA

INSCRIÇÃO	NOME	CONDIÇÃO
0045399	IVONETE DOS SANTOS DE OLIVEIRA	TEMPO ADICIONAL PARA A PROVA

8829 - PSICÓLOGO - CORONEL VIVIDA

INSCRIÇÃO	NOME	CONDIÇÃO
0043421	ADRIANA CZELUSNIAK	SALA DE CAPACIDADE REDUZIDA (TDAH/TEA)
0043045	MARIA DAS DORES SÍRIA DA SILVA	MESA PARA CANHOTO
0042929	PHRISCILLA ROSA DE ANDRADE REZENDE	LACTANTE
0044853	VITÓRIA KUHN	FISCAL LEDOR
0044853	VITÓRIA KUHN	SALA DE CAPACIDADE REDUZIDA (TDAH/TEA)
0044853	VITÓRIA KUHN	TEMPO ADICIONAL PARA A PROVA

ANEXO III DO EDITAL N.º 04.001/2026 - DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES (AC)

8806 - MOTORISTA - CORONEL VIVIDA

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0044313	ADECIR DE PAULA	Ampla Concorrência
0044219	ADEMAR LUIZ DOS SANTOS VISNIESKI	Ampla Concorrência
0042961	ADEMIR BATISTA	Ampla Concorrência
0043167	ADRIANO DOS SANTOS JUNIOR	Ampla Concorrência
0045228	ADRIANO TRINDADE DA SILVA	Ampla Concorrência
0044088	ALAERCIO BOCCHI	Ampla Concorrência
0043779	ALDENOR SILVA DOS REIS	Ampla Concorrência
0044703	ALEX DE CARVALHO	Ampla Concorrência
0043004	ALOIR GIACOMONI	Ampla Concorrência
0044599	ANDERSON JOSE KUNZLER	Ampla Concorrência
0044466	BERTOLINO MORAIS PALHANO	Ampla Concorrência
0044531	CARLINS DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0043701	CARLOS AUGUSTINHO ANCILIERO	Ampla Concorrência
0043726	CARLOS GUEREGA	Ampla Concorrência
0044721	CARLOS JUNIOR VIEIRA	Ampla Concorrência
0045224	CLAUDECIR GONÇALVES	Ampla Concorrência
0044821	CLAUDEMIR DE QUADROS	Ampla Concorrência
0045424	CLAUDINEI BODANESE	Ampla Concorrência
0042429	CLAUDINEI PADILHA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0043645	CLAUDIOMAR CATIRA	Ampla Concorrência
0045258	CLEBER MARCEL POLEZ	Ampla Concorrência
0045113	CLEBERSON AUGUSTO SANTOS MACIEL DE VARGAS	Ampla Concorrência
0045246	CLEIDSON LEMES DUARTE	Ampla Concorrência
0045194	CLESIO ROQUE CORDEIRO NUNES	Ampla Concorrência
0045142	CRISTIANO LUCAS VARGAS MATIELLO	Ampla Concorrência
0044992	DANILO DE SOUZA MOREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência
0043816	DEIVID DIONATAN GROSS BUENO	Ampla Concorrência
0044606	DENILSON DE LARA FIGUEIRO	Ampla Concorrência
0044843	DIEGO STAVNY	Ampla Concorrência
0043056	DIRCEU ZANDAVALLI DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0042726	DOUGLAS ALVES DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0044849	EBERSON MEDEIROS	Ampla Concorrência
0043694	EDENILSON BRUSTLIN	Ampla Concorrência
0044404	EDENILSON LOCOTTI	Ampla Concorrência
0042128	EDIVALDO DE OLIVEIRA DA SILVA	Ampla Concorrência
0044443	EDIVALDO FRANCISCO DOS SANTOS PRUX	Ampla Concorrência
0042880	EDSON FRANÇA DE LIMA	Ampla Concorrência
0044926	ELIANE DE FÁTIMA DE QUADROS GUBERT	Ampla Concorrência
0044871	ELIAS ALAN SOARES	Ampla Concorrência
0042243	ELIEL CARDOSO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0045405	ELIS VALERIA BROCHI RAMOS	Ampla Concorrência
0045378	ELIZANDRO DE BORBA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência
0042426	EVANDRO ANTONIO GOSCH DE SOUZA	Ampla Concorrência

0044695	EZEQUIEL PEREIRA DE MELLO	Ampla Concorrência	
0042681	FARLEY PEREIRA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044076	FELIPE ALVES	Ampla Concorrência	
0043964	FELIPE SILVA DE LIMA	Ampla Concorrência	
0042777	GEFERSON MELO	Ampla Concorrência	
0042387	GENUIR ALVES DE ANDRADE	Ampla Concorrência	
0043102	GILMAR LARA DE QUADROS	Ampla Concorrência	
0044511	GILVONEI DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0043647	GUSTAVO CRUZ DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042842	GUSTAVO SCHMIDT	Ampla Concorrência	
0044410	IDELCIO FERREIRA	Ampla Concorrência	
0044364	JANERLUSIO DA ROCHA	Ampla Concorrência	
0043285	JOANES PIAZZON SANTOS	Ampla Concorrência	
0042856	JOÃO VITOR LINHARES DE MORAES	Ampla Concorrência	
0042529	JOÃO VITOR LUNELLI	Ampla Concorrência	
0043120	JOCERLEI ZENI	Ampla Concorrência	
0042337	JOSÉ THEODORO DE ANDRADE NETO	Ampla Concorrência	
0042306	JOSIMAR MARTINS	Ampla Concorrência	
0045155	JUCIMAR GIRARDELLO DE FREITAS	Ampla Concorrência	
0045422	JULIANA CASTELLI	Ampla Concorrência	
0044558	JULIO CESAR SALDANHA	Ampla Concorrência	
0042335	JÚLIO CEZAR DREHER	Ampla Concorrência	
0043739	JUSSARA ALVES DE OLIVEIRA ANTUNES	Ampla Concorrência	
0045032	KLAYWER TELLES BUENO	Ampla Concorrência	
0042781	LEANDRO CEZAR DE RAMOS	Ampla Concorrência	
0043185	LEANDRO LUIZ DA CONCEIÇÃO	Ampla Concorrência	
0044183	LUCIANE CORÁ	Ampla Concorrência	
0043539	LUCIANE TASCA	Ampla Concorrência	
0042138	LUCIANO RODRIGUES DA SILVEIRA	Ampla Concorrência	
0042071	LUIZ FELIPE MACHADO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042268	LUIZ HENRIQUE RODRIGUES	Ampla Concorrência	
0044845	MARCELO DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	
0045163	MARCIO GALVÃO	Ampla Concorrência	
0043244	MARCIO GONZAGA	Ampla Concorrência	
0045231	MARCIO KARPINSKI	Ampla Concorrência	
0044010	MARCOS TIBOLA	Ampla Concorrência	
0043802	MATEUS DIAS DE CAMARGO	Ampla Concorrência	
0045060	MAURO DE LIMA	Ampla Concorrência	
0044986	NEURO SALVI	Ampla Concorrência	
0043264	NILTON ROQUE BARBOZA	Ampla Concorrência	
0043486	ODAIR GRANVILLE	Ampla Concorrência	
0043337	OSNI VANDERLEI DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043201	PATRICK SKITTBERG DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042778	PAULO ROBERTO MALMANN	Ampla Concorrência	
0043831	REGINALDO FERREIRA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043217	RENAN GUSTAVO MARQUES XKELOW	Ampla Concorrência	
0042586	ROBSON ADÃO MARQUES	Ampla Concorrência	
0044172	SIDINEI ALMEIDA ALVES	Ampla Concorrência	
0045230	SIDNEI MARCONDES	Ampla Concorrência	
0042536	SIDNEY GOMES DE LARA	Ampla Concorrência	
0042970	SILVANO RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0043534	TALLYS ALEX OGLIARI	Ampla Concorrência	
0044021	TARCIZO JEREMIAS FERRARI CARLIM DA GAMA	Ampla Concorrência	
0042420	VALCIR DAMASIO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043719	VALDECIR DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043448	VALDERI SCHON	Ampla Concorrência	
0044520	VALDEVINO DA FONSECA	Ampla Concorrência	
0042299	VALKIRIA DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0044857	VANDERLEI DO AMARAL	Ampla Concorrência	
0042607	VILMA PIRES ROEGELIN	Ampla Concorrência	
0044952	VILMAR MULLER	Ampla Concorrência	
0042133	WILLIAN CARDOZO PAZ	Ampla Concorrência	
0044814	ZENAIDE NAVA	Ampla Concorrência	
8807 - OPERADOR DE MÁQUINA RODOVIÁRIA CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0042718	ADELIR DE RAMOS SILVA	PcD - Pessoa com Deficiência	
0042456	ADEMIR RIBEIRO DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0045049	ALAN HERNANDES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044498	ALCIONE DE JESUS DA SILVA	Ampla Concorrência	
0045078	ALEX MARCOS DA COSTA	Ampla Concorrência	
0045002	ALISON MAURÍCIO FROES	Ampla Concorrência	
0044837	ANDERSON DE SOUZA DA COSTA	Ampla Concorrência	
0042155	ANDERSON DE SOUZA RAMOS	Ampla Concorrência	
0043729	ANDERSON FERNANDO GUBERT	Ampla Concorrência	
0044734	ANDERSON LUCAS NERES	Ampla Concorrência	
0045346	ANDRE JOSÉ BORGES DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044762	CASSIANO BORGES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0045017	CEZAR HENRIQUE DE OLIVEIRA VARGAS	Ampla Concorrência	
0042063	CLAISON CONFLAS VERLINDO KANIGOSKI	Ampla Concorrência	
0044564	CLEVERSON LUIZ MUSSATTO	Ampla Concorrência	
0044744	DERILSON VERGILIO GOLDONI	Ampla Concorrência	
0043691	DIRNEI RONALDO DALPIZZOL	Ampla Concorrência	
0044133	EDSON LUIZ SANTOS DE QUADROS	Ampla Concorrência	
0044261	EDUARDO FISCHER DE LIMA	Ampla Concorrência	
0043665	ELIANE SAMPAIO DE PAULA	Ampla Concorrência	
0042587	EVANDRO TASCA	Ampla Concorrência	
0043065	GABRIEL ROSSETTI	Ampla Concorrência	
0044874	GILVANIO GROLLI	Ampla Concorrência	
0043680	HEVERTON FORGATI	Ampla Concorrência	

0043660	IVAIR DA SILVA POLEZ	Ampla Concorrência	
0044414	IVONEI LOREGIAN	Ampla Concorrência	
0042270	JAIME KALINOSKI	Ampla Concorrência	
0043144	JAMIR JOSÉ MONEGO	Ampla Concorrência	
0045011	JHONICLEI SMANIOTTO	Ampla Concorrência	
0044209	JOAO CARLOS MACIEL DE VARGAS	Ampla Concorrência	
0043716	JOÃO GUSTAVO VACCA MORAES	Ampla Concorrência	
0043321	JOAO PAULO TRAUTHMAM	Ampla Concorrência	
0044748	JOSÉ CLAUDEMIR SILVA	Ampla Concorrência	
0045356	JOSE SILVINO DE CAMARGO	Ampla Concorrência	
0043107	JOSÉ VALDELIR RUTHES	Ampla Concorrência	
0043638	JOSLEI CZARNIECKI DE COL	Ampla Concorrência	
0043912	LEOMAR GOSSLES	Ampla Concorrência	
0045020	LEONI ANTÔNIO RACOSKI	Ampla Concorrência	
0043711	MAICON FELIPE CARDOSO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044984	MANOEL TADEU ELEOTERIO	Ampla Concorrência	
0042439	MARCIO DALSASSO	Ampla Concorrência	
0043805	MATEUS SILVA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0045359	MAURICIO DE LIMA	Ampla Concorrência	
0044377	MIGUEL CRISTIANO BARBOSA	Ampla Concorrência	
0044649	MILLER JOSÉ HARLAKER	Ampla Concorrência	
0044667	ODACIR ANTONIO BAIFUS	Ampla Concorrência	
0044714	ORIOVALDO KOLOSKI SILVA	Ampla Concorrência	
0043905	RAFAEL TRAJINO	Ampla Concorrência	
0043270	RENATO DE MELOS	Ampla Concorrência	
0044074	SAULO JUNIOR DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042881	SÉRGIO DA ROCHA SOUZA JÚNIOR	Ampla Concorrência	
0042142	SILVIANO AUGUSTINHO DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0043687	THOMAS FELIPE MARTINS	Ampla Concorrência	
0042855	TIAGO MARTINS	Ampla Concorrência	
0045095	UZIAS QUEIROZ	Ampla Concorrência	
0045344	VAGNER FARIKOSKI	Ampla Concorrência	
0044825	VAGNER LUIZ DAL OLMO	Ampla Concorrência	
0043644	VALACIR DA SILVA	Ampla Concorrência	
0043677	VALDAIR JOSE MOROZINI	Ampla Concorrência	
0043342	VALDEMIR LOURENÇO DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0042265	VILMAR IGNACIO DE LIMA	Ampla Concorrência	
0044098	WILLIAM LAMONATTO DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044601	WILLIAN REZER	Ampla Concorrência	
8808 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0044265	ADRIELI APARECIDA MEZAROBA	Ampla Concorrência	
0043012	ALEXANDRE DO NASCIMENTO SOUZA	Ampla Concorrência	
0043351	AMANDA DE FATIMA MUNIZ BORGES	Ampla Concorrência	
0042141	AMANDA RAFAELA BATISTA GRAFF	Ampla Concorrência	
0045190	ANA CAROLINE MILITÃO	Ampla Concorrência	
0043467	ANA CLAUDIA PIRES DA SILVA	Ampla Concorrência	
0045379	ANDREIA FERREIRA	Ampla Concorrência	
0044395	ANDREIA VANESSA DE LARA	Ampla Concorrência	
0043505	CILIANE RIBEIRO DE LIMA	Ampla Concorrência	
0042372	DIRLEI DE FATIMA GOMES MOKFA CALDATTO	Ampla Concorrência	
0044259	ELIZABETE TEXEIRA COUTO	Ampla Concorrência	
0043334	FABIANA REGINA COMIRAN DA SILVA	Ampla Concorrência	
0043552	FERNANDA CRISTINA DE SOUZA FARINA	Ampla Concorrência	
0043709	FERNANDA SGARBOSSA	Ampla Concorrência	
0042825	FRANCIELLY PATRÍCIA ALVES DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0043000	GABRIELI PADILHA DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0044929	GABRIELLA DE FATIMA RODRIGUES	Ampla Concorrência	
0045269	GESLAINE DE FATIMA DALMAZO ALIERI	Ampla Concorrência	
0043384	JANAINA RIBEIRO PIACENTINI	Ampla Concorrência	
0042259	JAQUELINE DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043583	JOANITA HELENA MAURINA RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0042153	JOSIANE ANTUNES	Ampla Concorrência	
0043524	JOSIANE DA SILVEIRA E SILVA LEMES	Ampla Concorrência	
0042415	JOVANI FABRIS	Ampla Concorrência	
0042724	JULCINEIA APARECIDA DOS SANTOS RODRIGUES	Ampla Concorrência	
0042705	KAROLINA PIRES DA SILVA	Ampla Concorrência	
0043515	KIMBERLI KAUANE DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0045110	LILIANE DA SILVA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044240	LUCSANE QUERINO	Ampla Concorrência	
0042464	MAIRA CATARINA LARA	Ampla Concorrência	
0043447	MARA ANDREIA DO CARMO	Ampla Concorrência	
0044953	MARIA MARILVA MAESTRO	Ampla Concorrência	
0044485	MARLENE FERREIRA DO ARTE	Ampla Concorrência	
0043916	NILZA CLÁUDIA FLORES DE LIMA	Ampla Concorrência	
0042629	REGIANE ALVES RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0043915	REGIANE CALDEIRA CUNHA PINTO	Ampla Concorrência	
0045298	ROSA BARBOZA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042849	ROSANGELA VIEIRA	Ampla Concorrência	
0044971	ROSANGELA ZANIN	Ampla Concorrência	
0043412	ROSELI DOS SANTOS MILITAO	Ampla Concorrência	
0044191	SILMARA PEREIRA	Ampla Concorrência	
0045062	TAIANE SOARES CHAGAS LENZ	Ampla Concorrência	
0042251	TAIS REMUSSI	Ampla Concorrência	
0042739	TANIA APARECIDA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044980	VALÉRIA BALBINOT BRUN	Ampla Concorrência	
0045053	VERONICE CRISTINO	Ampla Concorrência	
0043368	WESLEI RODRIGUES DE SOUZA ZORZAN	Ampla Concorrência	
8809 - TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL - CORONEL VIVIDA			

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE	
0043797	ANAHI DEITOS OZELAME	Ampla Concorrência	
0043349	ELISETE REIS GOLDONI	Ampla Concorrência	
0044530	FRANCIELE TAISA TOMKIEL	PcD - Pessoa com Deficiência	
0042082	INDIRA GABRIELLI SOARES SIMSEU	Ampla Concorrência	
0044125	JULIANA PEREIRA	Ampla Concorrência	
0044746	LUCICLEIA LAZARIN LOCH	Ampla Concorrência	
0042822	MARIA RITA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043942	MAYHANE LEMES RODRIGUES LOTTI	Ampla Concorrência	
8810 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0043089	CLAUDEMIR DA SILVA RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0045261	EDUARDO BAYER	Ampla Concorrência	
0043209	EDUARDO CORDEIRO	Ampla Concorrência	
0044913	EDUARDO MICHELETTI OZILIERI	Ampla Concorrência	
0044879	EGON HENRIQUE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0045279	NICOLAS MATHEUS DEVERAS	Ampla Concorrência	
0044532	NICOLI GABRIELE DE CARLI	Ampla Concorrência	
8811 - TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0044905	ADAIR JOSE FERREIRA	Ampla Concorrência	
0044656	ADALTON EVAN BUENO PRUX	Ampla Concorrência	
0044492	ALAN VINICIUS ANDRIGUETTI	Ampla Concorrência	
0043846	EDIMAR CAUTELINO DE ASSIS	Ampla Concorrência	
0043488	FABIANE EMANUELI MACHADO	Ampla Concorrência	
0043873	GEVERSON ANTONIO ZILLI	Ampla Concorrência	
0043558	JOÃO MANOEL ALVES RODRIGUES	Ampla Concorrência	
0044408	LEANDRO ANTÔNIO SUSTISSO	Ampla Concorrência	
0042362	LUCIMARA FERNANDES DE OLIVEIRA DA ROSA	Ampla Concorrência	
0043867	MARIELI DA SILVA GALVÃO	Ampla Concorrência	
0042722	NATHIELE RUCZINSKI CORVALAN	Ampla Concorrência	
0044035	NELSON BERNARDINO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042212	PLÍNIO ABITANTE	Ampla Concorrência	
0043166	RAFAEL ANTONIO DE MAGALHAES	Ampla Concorrência	
0042068	ROSANE SOARES BARBOSA	Ampla Concorrência	
0042567	ROSENILDA BASTOS DE LIMA	Ampla Concorrência	
0042539	TANIA FRANCIELI DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044247	TOBIAS DA SILVA NECKEL	Ampla Concorrência	
0043371	VALERIA COZER	Ampla Concorrência	
8812 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0045171	ADRIELI ALMEIDA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0043199	ALANA FLÁVIA BODANESE	Ampla Concorrência	
0043246	ALINE MICHELY DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0045259	ALINE THALIANA KARPINSKI DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044648	ALISON POLESE DE LIMA	Ampla Concorrência	
0042902	ALLANNA ÂNGELA DALMOLIN VIEIRA KUNZ	Ampla Concorrência	
0045069	AMANDA GILIOLI MARCOMIN	Ampla Concorrência	
0044716	AMANDA LEONA SIEPMANN SILVA	Ampla Concorrência	
0044862	ANA JULIA PIRES DA SILVA VARGAS	Ampla Concorrência	
0042474	ANA PAULA DOMINGOS CIQUELERO	Ampla Concorrência	
0044014	ANA PAULA PORENSKI DOS REIS	Ampla Concorrência	
0043543	ANA PAULA RIEDI	Ampla Concorrência	
0042276	ANA PAULA STAHLSCHMIDT DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044494	ANA VITÓRIA BOS	Ampla Concorrência	
0045324	ANDREIA FIORENTIN	Ampla Concorrência	
0043838	ANDREIA VITORIA DIAS	Ampla Concorrência	
0045233	ANDRIELI LUANA IANKOSKI	Ampla Concorrência	
0042769	ANDRIELI MAURINA	Ampla Concorrência	
0044292	ANGELA DUARTE SILVA	Ampla Concorrência	
0044966	ANGELA FERREIRA BERNY AIMON	Ampla Concorrência	
0044983	ANNY GRAZIELLY SCUSIATO	Ampla Concorrência	
0044763	ANTONIO HENRIQUE SPEGIORIN RODRIGUES	Ampla Concorrência	
0045383	APARECIDA ROSMARI DOS ANJOS DOS	Ampla Concorrência	
0045039	ARIELI ADAME CAPRINI	Ampla Concorrência	
0043105	BEATRIZ DE LIMA CARDOSO	Ampla Concorrência	
0044736	CARLA FERRASSO	Ampla Concorrência	
0042217	CAROLINI BATTISTI MEZZOMO	Ampla Concorrência	
0044192	CASSIANA PEREIRA DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	
0045046	CATIANE BERLANDA DE ANDRADE	Ampla Concorrência	
0045367	CAUÊ BAUKE LISBOA	Ampla Concorrência	
0043814	CIBELLI HENGEN	Ampla Concorrência	
0042615	CLARA ELIS XAVIER FERRARINI	Ampla Concorrência	
0044491	CLEISON CORREA SIQUEIRA	Ampla Concorrência	
0043619	CRISTINE MARTINS DE ANDRADE	Ampla Concorrência	
0043884	DAIANE APARECIDA ROSSI	Ampla Concorrência	
0045027	DAINA ROAMA PAIVA FRANCO DA SILVA SANTOS	PcD - Pessoa com Deficiência	
0043702	DANIELLI JANTUTA	Ampla Concorrência	
0043088	DARIANE ANDRESSA BONETTI	Ampla Concorrência	
0044285	DÉBORA DE OLIVEIRA GHISOLFI	Ampla Concorrência	
0043803	DIEGO ALEX FARIA LUSTOSA SANTOS	Ampla Concorrência	
0044028	DIEGO BAGIO CARDOZO BARBOSA	Ampla Concorrência	
0043087	DIRCE DALLA COSTA	Ampla Concorrência	
0043959	DORIVAL DOS SANTOS MILITAO	Ampla Concorrência	
0042453	EDICLEIA VOGEL	Ampla Concorrência	
0045348	EDIMIR RICARDO LASKOSKI	Ampla Concorrência	
0044085	EDINA RAQUEL PRESTES	Ampla Concorrência	
0043426	EDSON LUIS REICHARDT	Ampla Concorrência	
0044047	EDUARDA VITÓRIA RAMOS	Ampla Concorrência	

0044065	EDUARDO MOREIRA CARBONERA	Ampla Concorrência	
0044620	EMANUELE FOCHI SUTIL ABATTI	Ampla Concorrência	
0042631	ERALDO BIRKHAHN BAHLS	Ampla Concorrência	
0044661	ERAZI ANE BATISTA	Ampla Concorrência	
0044016	ERICA BONASSI	Ampla Concorrência	
0045146	EVANDRO LUIS KUHN	Ampla Concorrência	
0042578	EVELY DE LIMA GLEGOLIN	Ampla Concorrência	
0045131	EVELYN NOGUEIRA DE QUADROS	Ampla Concorrência	
0044794	EVERLISE BERNARDI	Ampla Concorrência	
0044930	FELIPE RODRIGUES CORDEIRO	Ampla Concorrência	
0044350	FRANCIELE NOGUEIRA	Ampla Concorrência	
0042061	FRANCIELY BARBOSA KALINOSKI	Ampla Concorrência	
0043314	FRANCISCA NAIELI VIEIRA	Ampla Concorrência	
0042228	FRANCISLAINE GONÇALVES	Ampla Concorrência	
0043984	GABRIEL EDUARDO DE QUADROS PERON	Ampla Concorrência	
0044931	GABRIEL FELTES DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	
0045172	GABRIEL LOPES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044390	GABRIELA APARECIDA CAMARGO DE LACERDA	Ampla Concorrência	
0042113	GABRIELA HERMANN	Ampla Concorrência	
0044593	GABRIELA KAUANI BORGES DE MORAES	Ampla Concorrência	
0045245	GABRIELA NICOLI POSSAMAI	Ampla Concorrência	
0043381	GEORGIA MARINA PELLIN CENCI	Ampla Concorrência	
0043057	GEZIEL JUSTINO DE ANDRADE	Ampla Concorrência	
0045335	GISELI DA SILVA	Ampla Concorrência	
0043158	GISELI ROCHA TRENTIN	Ampla Concorrência	
0044920	GRAZIELA ZENI	Ampla Concorrência	
0043683	GUILHERME ARTHUR KIIL	Ampla Concorrência	
0044138	GUILHERME LAZAROTTO LOPES	Ampla Concorrência	
0043817	GUILHERME MAIESKI SANTIN	Ampla Concorrência	
0043211	GUILHERME MARINHO MAGALHÃES	Ampla Concorrência	
0042358	HELEN MILENE BRUM	Ampla Concorrência	
0042508	HELENA KUMMER ROTTINI	Ampla Concorrência	
0042780	ISABELA DORINI HAYASHI	Ampla Concorrência	
0042920	JACSON GABRIEL LAMB DE JESUS	Ampla Concorrência	
0044948	JAQUELINE BARBOSA	Ampla Concorrência	
0045303	JAQUELINE RAMOS	Ampla Concorrência	
0045197	JEFERSON LUIZ MUCHINSKI	Ampla Concorrência	
0044918	JENIFER GRAZIELA ESTEVAO	Ampla Concorrência	
0044398	JESSICA FÁTIMA SANTOS DE JESUS	Ampla Concorrência	
0043355	JOAN THEODORO SOZO	PcD - Pessoa com Deficiência	
0044751	JOÃO PEDRO SOBIERAI	Ampla Concorrência	
0043759	JOCELI DOS SANTOS BONETTI	Ampla Concorrência	
0044399	JOSÉ VEIGA DE OLIVEIRA JUNIOR	Ampla Concorrência	
0044500	JOSEMARA CAMARGO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043842	JULIANE BORGES DE FREITAS	Ampla Concorrência	
0043862	KARINA BORGES COSTA	Ampla Concorrência	
0043062	KARINA MOHR DE CARVALHO	Ampla Concorrência	
0044194	KARINE DA SILVA ARAÚJO	Ampla Concorrência	
0044684	KELEN CRISTINA RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0042248	KELLEN SPIEGEL BENJAMIM	Ampla Concorrência	
0045327	LARISSA DA SILVA AZEVEDO	Ampla Concorrência	
0044959	LARISSA LIRA BOLZAN	Ampla Concorrência	
0042098	LAURIANA BOARETTO	Ampla Concorrência	
0044776	LEANDRO FERREIRA AMANCIO	Ampla Concorrência	
0042413	LEDA PEREIRA	Ampla Concorrência	
0044089	LUANA ELIS PARIZOTTO DOS ANJOS	Ampla Concorrência	
0044663	LUHANA CAMILA SPANHOLI	Ampla Concorrência	
0043883	LUIS ARTHUR OLIVEIRA PICOLLI MOREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0045325	LUIZ GABRIEL RIBEIRO DE MORAIS	Ampla Concorrência	
0043609	LUIZA RAFAELA KELM	Ampla Concorrência	
0045278	MARCEL SEBASTIAN CORDEIRO PORTILHO	Ampla Concorrência	
0045167	MARCOS PEDRO SILVA SANTOS	Ampla Concorrência	
0043961	MARIA JULIA DA ROSA	Ampla Concorrência	
0042678	MARINA COSTELLA	Ampla Concorrência	
0043392	MARISANE RODRIGUES DA SILVA	Ampla Concorrência	
0045297	MARLY TEREZINHA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042345	MAURICIO MATHEUS BOLDORI	Ampla Concorrência	
0045013	MAYANNA CERI POLI	Ampla Concorrência	
0044791	MICHELLY MORAES DA ROSA	Ampla Concorrência	
0045173	MILENA DA SILVA LIMA	Ampla Concorrência	
0044645	MILENA PETKOWICZ SILVA	Ampla Concorrência	
0045135	MURILO TREMÉA TOIGO	Ampla Concorrência	
0044600	NATALIA DE LIMA POLESE	Ampla Concorrência	
0043978	NATAN RICARDO OLIVEIRA DE FREITAS	Ampla Concorrência	
0044557	NATHALIA APARECIDA RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0044806	NAYARA MIOTTO	Ampla Concorrência	
0043395	NELCI NOGUEIRA	Ampla Concorrência	
0042566	NEUSA APARECIDA GUARNERI	Ampla Concorrência	
0044844	PATRICIA CLEN	Ampla Concorrência	
0043319	PATRICIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0043332	PATRÍCIA GONÇALVES DE MORAIS	Ampla Concorrência	
0045070	PATRICIA THEREZINHA DE CAMARGO	Ampla Concorrência	
0043911	PAULO VINICIUS NORONHA MOTA	Ampla Concorrência	
0042883	PERICLES FERREIRA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044646	RAQUEL DA ROSA SANTOS	Ampla Concorrência	
0045094	RAUL GONÇALVES	Ampla Concorrência	
0045393	RAYAN WU	Ampla Concorrência	
0042963	REJANE MONTEIRO MACHADO	Ampla Concorrência	
0045045	RENIER TARZO HOFMANN	Ampla Concorrência	

0043851	RONI DOS SANTOS MATOS	Ampla Concorrência	
0045412	RONIZE RAMOS DE QUADROS	Ampla Concorrência	
0042753	ROSIMERI DE FATIMA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044899	SABRINA OLIVEIRA ZANATTO	Ampla Concorrência	
0042303	SHEILA MOREIRA DE PAULA	Ampla Concorrência	
0043516	SILVANE MARIA DILL	Ampla Concorrência	
0044777	SIMONE JOAQUIM DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0042287	STEFANI CRISTINA DE OLIVEIRA TRELLES	Ampla Concorrência	
0044244	TAILINE APARECIDA DA SILVA KRUL	Ampla Concorrência	
0043610	TAINARA GIRALDI	Ampla Concorrência	
0043900	TAMILY SANTOS DE PAULA	Ampla Concorrência	
0043013	THAIS VARGAS FORMENTO	Ampla Concorrência	
0043568	THAISA MARTINS	Ampla Concorrência	
0043649	VANESSA BORTOLINI	Ampla Concorrência	
0045196	VANESSA DE FATIMA JOAY	Ampla Concorrência	
0044462	VERA LÚCIA BARBOZA	Ampla Concorrência	
0044422	VICTOR CHAYANNER SILVA	Ampla Concorrência	
0044850	VINICIUS CAVALHEIRO MAGALHÃES	Ampla Concorrência	
0044681	VITÓRIA DE ANDRADE SILVA	Ampla Concorrência	
0043913	WASHINGTON RENATO MARTINI	Ampla Concorrência	
0043920	WENEGA WAMA	Ampla Concorrência	
8813 - AUXILIAR DE ODONTOLOGIA - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0045386	ADRIANA DE QUADROS TURIANI	Ampla Concorrência	
0045207	ANDRESSA DE SOUZA DO AMARAL	Ampla Concorrência	
0043821	CELINE SANTOS SLOBODA	Ampla Concorrência	
0042710	ELIANE SANTOS	Ampla Concorrência	
0044426	GRAZIELE BORGES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0043621	JOSIELI DE ALMEIDA KORBES	Ampla Concorrência	
0044855	JUCELI ANA VENITE	Ampla Concorrência	
0043896	LORRAINY APARECIDA DA COSTA SILVA	Ampla Concorrência	
0045044	MAIARA BOCIO	Ampla Concorrência	
0042493	MARIA ELISANGELA DA SILVA BLASER	Ampla Concorrência	
0043401	RAISSA PEREIRA	Ampla Concorrência	
0042333	SARA MARIA SPONCHIADO	Ampla Concorrência	
0044982	SIDIANE DA SILVA DIAS	Ampla Concorrência	
0043834	VERIDIANE DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043722	VIVIANE TERESINHA GOLDONI BERTOLDI	Ampla Concorrência	
8814 - SECRETÁRIO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0044915	ADELITA MIOTTO DALMOLIN	Ampla Concorrência	
0043497	ADRIANA ANTONICHEN BOCCHI	Ampla Concorrência	
0043172	ADRIANA DIELL KARPINSKI	Ampla Concorrência	
0044726	ADRIANE COSSEAUS ZANELLA	Ampla Concorrência	
0044072	ADRIELY FORLIN DA SILVA	Ampla Concorrência	
0043943	ALINE MAGANHA	Ampla Concorrência	
0044975	ALINE VERONEZI ANSILIERO	Ampla Concorrência	
0044624	AMANDA GODIN TOSETTO BAYER	Ampla Concorrência	
0043859	ANA BRUNA ALVES PEREIRA	Ampla Concorrência	
0042357	ANA CAROLINA DA COSTA	Ampla Concorrência	
0044668	ANA CAROLINE DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0045182	ANA CLARA DE SOUZA VIEIRA	Ampla Concorrência	
0042206	ANA CLAUDIA DREHER	Ampla Concorrência	
0043100	ANA MARIA CHAVES DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0044764	ANA PAULA DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0042274	ANA PAULA PEROTONI NUNES	Ampla Concorrência	
0044533	ANA PAULA SCHUMANN	Ampla Concorrência	
0044070	ANALICE THEODORO	Ampla Concorrência	
0043753	ANDRE GOMES	Ampla Concorrência	
0042820	ANDRE LUIZ CAVALCANTI DE GUSMAO	Ampla Concorrência	
0045176	ANDREIA DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0042062	ANDRESSA CAPRINI	Ampla Concorrência	
0043811	ANDRESSA VESCOVI	Ampla Concorrência	
0042164	ANGELA BOITO	Ampla Concorrência	
0044264	ANGELINA LENZ MEZAROBA	Ampla Concorrência	
0044052	ANNY KAROLINE DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044084	ANNY LETÍCIA GUIMARÃES TELLES	Ampla Concorrência	
0045180	AUGUSTO JOSÉ ZARISTA MONTEIRO	Ampla Concorrência	
0042546	AYANE CARVALHO TEZONE	Ampla Concorrência	
0045150	BÁRBARA COLLA	Ampla Concorrência	
0043673	BEATRIZ DE FÁTIMA PACÍFICO GREGOLIN	Ampla Concorrência	
0042487	BEATRIZ PRESTES	Ampla Concorrência	
0043263	BIANCA DOS SANTOS BEIRA	Ampla Concorrência	
0044902	BRUNA MARA BAU	Ampla Concorrência	
0044858	BRUNO DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0042698	BRUNO LEONARDI HUFF	Ampla Concorrência	
0044778	CAMILA CAPRINI	Ampla Concorrência	
0043485	CAMILA DA SILVA DUARTE	Ampla Concorrência	
0045237	CAMILA DE LIMA ARAUJO	Ampla Concorrência	
0044679	CAMILA MORAIS DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0044973	CAROLINA DA SILVA ALVIM ROCHA	Ampla Concorrência	
0042232	CAROLINE CAMARGO BARRETO	Ampla Concorrência	
0045166	CAUAN ANTUNES MACIEL	Ampla Concorrência	
0044284	CÉLIA LUIZA TOMALAKI	Ampla Concorrência	
0043328	CLAUDINEI FERREIRA BRANDÃO	Ampla Concorrência	
0044148	CLAUDIR BEE JUNIOR	Ampla Concorrência	
0043437	CLEIDIANE BORGES RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0044990	DAIANE DOS SANTOS SMANIOTTO	Ampla Concorrência	
0042383	DANIELE GUBERT LOPES DA CRUZ	Ampla Concorrência	

0044281	DEBORA CAVALLI	Ampla Concorrência	
0043147	DÉBORA DE SIQUEIRA	Ampla Concorrência	
0043725	DÉBORA GAMBIN DE LIMA	Ampla Concorrência	
0045125	DELOUIZE MEZZOMO	Ampla Concorrência	
0042121	DENISE ANE PASQUALOTTO SASSO	Ampla Concorrência	
0043881	DIEGO VICENTE HARTMANN REZENE	Ampla Concorrência	
0044756	EDE WILSON CASTELLI	Ampla Concorrência	
0042532	EDIELZA VAZ DE QUADROS	Ampla Concorrência	
0044742	EDINEI FÁTIMA FURIGO OLDONI	Ampla Concorrência	
0042389	ELIANE DOS SANTOS DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044534	EMILAINE GONÇALVES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044651	EMILIA RAQUEL ROYER PRUX	Ampla Concorrência	
0043086	FABIANA PEREIRA GAMBIN	Ampla Concorrência	
0043394	FERNANDA CAMARGO DOS SANTOS TOSATTI	Ampla Concorrência	
0042321	FERNANDA GROSSELI OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044719	FERNANDA MORGANA DE BAIRRO RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0043072	FERNANDA WASZCZUK MOREIRA	Ampla Concorrência	
0042579	FLAVIO JUNIOR DUARTE CORADINI	Ampla Concorrência	
0042634	FRANCISCA DOS SANTOS ALMEIDA	Ampla Concorrência	
0045139	GABRIEL DOS SANTOS BOLZON	Ampla Concorrência	
0043835	GABRIELLI NASCIMENTO	Ampla Concorrência	
0042323	GEDIELSON DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	
0043455	GEISE ANTUNES LEPECHACKI	Ampla Concorrência	
0043713	GEZILAINE APARECIDA DE PAULA DA CONCEIÇÃO	Ampla Concorrência	
0045031	GISELE LEITE DA ROSA	Ampla Concorrência	
0043931	GLAUCI LILIANE DE LIMA	Ampla Concorrência	
0043546	GLEICE TATIELLEN KLEIN ALVES	Ampla Concorrência	
0042562	HELLEN CRISTIANE FERREIRA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0045124	HELOISY GABRIELI DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0044696	ILIANE SOARES DA SILVA DE MELLO	Ampla Concorrência	
0045317	ISABELLY VITORIA DE LARA SANTOS	Ampla Concorrência	
0042319	ISMAEL TITO RODRIGUES	Ampla Concorrência	
0042192	JAQUELINE THAIS CARDOSO	Ampla Concorrência	
0044781	JAQUELINE VITORIA DE MATOS LEÃO DE GOES	Ampla Concorrência	
0045295	JARLENE DA SILVA CABRAL	Ampla Concorrência	
0044298	JESSICA LIMA GARBIN	Ampla Concorrência	
0043941	JÉSSICA RÚBIA GUARNERI GOMES	Ampla Concorrência	
0043466	JESSIKA BIANCA ALMEIDA IRIAS	Ampla Concorrência	
0042412	JÉSSYKA KELLY GOMES FERREIRA ROCHA	Ampla Concorrência	
0045085	JOÃO PAULO DA ROSA	Ampla Concorrência	
0042390	JOÃO PAULO ELOI	Ampla Concorrência	
0043940	JOÃO PAULO RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0045357	JOAQUIM MULLER DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042256	JOCIANE DOS SANTOS FERREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044459	JOSIANI DE QUADROS	Ampla Concorrência	
0042955	JUCELIA DE COL FERREIRA	Ampla Concorrência	
0044898	JULIA ANITA SCHMIDT SCUSIATO	Ampla Concorrência	
0045406	JÚLIA LOPES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0042760	JULIANE BENIN FERRARI	PcD - Pessoa com Deficiência	
0042378	JUSSARA DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0045143	JUSSARA REIS MATIELLO VARGAS	Ampla Concorrência	
0044944	KAIKY BARBOSA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042932	KAUANA NASCIMENTO DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044543	KAUANI MILENA FERREIRA CARLIN CORDEIRO	Ampla Concorrência	
0045130	KAUANY MALAGI	Ampla Concorrência	
0044200	KELI SUZANA LENZ	Ampla Concorrência	
0045203	LARISSA REGINATTO	Ampla Concorrência	
0042425	LAURA LUANA DEITOS	Ampla Concorrência	
0042127	LEANDRA BARBOSA	Ampla Concorrência	
0042241	LEANDRO MEWS	PcD - Pessoa com Deficiência	
0044460	LEONARDO GROSS ALVES	Ampla Concorrência	
0043376	LEONICE MARIA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044495	LETÍCIA CORREA FREITAS	Ampla Concorrência	
0042485	LETICIA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0045202	LILIA MARY FRIGO DELLA NINA	Ampla Concorrência	
0043906	LUCAS ALFREDO TESTON	Ampla Concorrência	
0043658	LUCAS DE OLIVEIRA FARIA	Ampla Concorrência	
0045179	LUCAS EDUARDO DE SOUZA VIEIRA	Ampla Concorrência	
0044417	LUCIANE FÁTIMA MOHR FERREIRA	Ampla Concorrência	
0042697	LUCINEIA MARIA DE LARA	Ampla Concorrência	
0044238	LUCIRA PENADEI DO SANTOS	Ampla Concorrência	
0045012	LUISA ADRIELLI PEREIRA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044102	MAISA FERNANDES GROSSELI	Ampla Concorrência	
0042801	MARCIANA BARBOSA DA LUZ	Ampla Concorrência	
0044979	MARCIELI AIRES DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0042356	MARCIELI CRISTINA RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0044147	MARCOS ALBERTO PONTES	Ampla Concorrência	
0043452	MARIA VIVIAN DE LIMA	Ampla Concorrência	
0045185	MARIANY TURRA DE QUADROS	Ampla Concorrência	
0044629	MARILENE AIRES DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0043292	MARLON FELIPE GONSALVES PACHECO	Ampla Concorrência	
0042105	MARTA EMMEL	Ampla Concorrência	
0044311	MATEUS DOS SANTOS OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044406	MATHEUS BACHMANN PEREIRA	Ampla Concorrência	
0043142	MAYARA ANA HERMES CLARO	Ampla Concorrência	
0043565	MEIRYANE RAMOS DE CASTRO	Ampla Concorrência	
0043117	MIRIAN CRISTIANE PHILIPPI	Ampla Concorrência	
0045360	NADIA PAULA SOZO	Ampla Concorrência	
0042405	NATHALIA ARALDI PAULA	Ampla Concorrência	

0043494	NILSEANE TIEPO	Ampla Concorrência	
0042809	NOELI SALETE PALARO	Ampla Concorrência	
0043024	OFÉLIA FERREIRA ZANATTA	Ampla Concorrência	
0045018	PATRICIA CACERES	Ampla Concorrência	
0044171	PAULA DALVANA DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0044788	PRISCILA EZIQUIEL VIEIRA DIAS	Ampla Concorrência	
0042099	RAFAELI DE RAMOS PINHEIRO	Ampla Concorrência	
0043971	RAQUEL CAROLINE RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0044901	RENAN ROBSON SILVA DOS ANJOS	Ampla Concorrência	
0044493	RENATA SOBIERAI	Ampla Concorrência	
0042094	ROBERT DA ROSA PINHEIRO	Ampla Concorrência	
0043400	ROBERTO CESAR DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0042495	RODRIGO BALZAN	Ampla Concorrência	
0045189	RODRIGO NERES FERREIRA DE JESUS	Ampla Concorrência	
0044883	ROSANE DE PAULA AZEVEDO CLEIN	Ampla Concorrência	
0043111	ROSANGELA FERREIRA VAZ	Ampla Concorrência	
0044683	RUBIA FELTRIN	Ampla Concorrência	
0043601	SAMARA CAROLINE SAVITSKI	Ampla Concorrência	
0044168	SANDRA ROSILDA CAVALIN	Ampla Concorrência	
0044164	SARAH MILENY GOMES DE OLIVEIRA CARVALHO	Ampla Concorrência	
0045244	SINTIA ANDREOLA	Ampla Concorrência	
0044103	SOLANGE BATISTA DE OLIVEIRA HERMANN	Ampla Concorrência	
0042851	SUELI SANTOS GONCALVES	Ampla Concorrência	
0044676	TATIANE ELENA HALAS FAVA	Ampla Concorrência	
0045169	TATIANE TEREZINHA DE FREITAS	Ampla Concorrência	
0042444	TATIANI ROSA FERREIRA	Ampla Concorrência	
0045034	THALYTA ASSUNÇÃO BECKER	Ampla Concorrência	
0043721	VALCIR BIESEK	Ampla Concorrência	
0042284	VALMOR RUFATTO BENETTI JUNIOR	Ampla Concorrência	
0043136	VANUSA GONCALVES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044927	VIVIANE APARECIDA LOUREIRO SAMPAIO	Ampla Concorrência	
0043498	VIVIANE CRISTINA SANTOS OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044720	VIVIANE DE RAMOS PIRES VIEIRA	Ampla Concorrência	
0043465	WESLEY FELIPE LEITE DA ROSA	Ampla Concorrência	
0044598	YAVNE ETHEL MOCELLIN CORTIVO	Ampla Concorrência	
8815 - ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0044647	ALEXANDRE NECHER DONNER	Ampla Concorrência	
0044232	ALEXANDRE VINICIUS GIONGO	Ampla Concorrência	
0043095	ALEXSANDRO CAPRA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0045205	ALINE RAFAELA LIBER	Ampla Concorrência	
0045241	ANDERSON HELENO ALVES SARTORI	Ampla Concorrência	
0042199	ANGELO NERY VIEIRA CRESTANI	Ampla Concorrência	
0043491	ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA ROSA	Ampla Concorrência	
0042144	ARIEL NEVES GUILARDI	Ampla Concorrência	
0043794	AURINO SALVADOR BEZERRA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0045093	CARLOS ALEXANDRE BASSANI	Ampla Concorrência	
0043535	CESAR EDMILSON DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042185	CHARLES DAMASCENO VERLINDO	Ampla Concorrência	
0043631	CHRISTOPHER EDUARDO ZAI	Ampla Concorrência	
0043670	DAVI ANGELO POLESE MAGALHÃES	Ampla Concorrência	
0044708	DHIOGO ANDRÉ TORTELI TESTA	PcD - Pessoa com Deficiência	
0044372	DIOGO EDUARDO FERRARI ZUCCHI	Ampla Concorrência	
0044614	DOUGLAS TRAESEL ENGELMANN	Ampla Concorrência	
0044908	EDUARDO CAPRINI	Ampla Concorrência	
0043344	EDUARDO FELIPE TELES VIEIRA	Ampla Concorrência	
0043137	EDUARDO LOVATEL WORLICZECK	Ampla Concorrência	
0043979	EDUARDO MELLO AMORIM	Ampla Concorrência	
0043662	ENDRYO HENRIQUE DE MORAES	Ampla Concorrência	
0042877	FABIANO BASSOLI DONIDA	Ampla Concorrência	
0044784	FABIANO UBERTI MILLANI	Ampla Concorrência	
0043360	FABIO ZANELA	Ampla Concorrência	
0044236	FABRICIO LUDTKE FELIX	Ampla Concorrência	
0045427	FELIPE MERLO SABINO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043707	FELIPE RIBEIRO DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0043651	FERNANDO AUGUSTO DA SILVA BERTOLINI	Ampla Concorrência	
0042152	GEREMIAS GARCIA BERTO	Ampla Concorrência	
0044925	GUILHERME HENRIQUE LEITE MOMOLLI	Ampla Concorrência	
0043657	GUSTAVO NAZARI RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0043832	GUSTAVO ROBERTO SUZIN	Ampla Concorrência	
0042479	HEBERT CHRISTIAN YAMANAKA	PcD - Pessoa com Deficiência	
0042887	HELLEM CRYSTYNA MOTA	Ampla Concorrência	
0044458	HENRIQUE EDUARDO DE OLIVEIRA NUNES	Ampla Concorrência	
0044480	JADSON DOS SANTOS OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0042366	JAQUELINE GABRIELE DIAS	Ampla Concorrência	
0045430	JEAN MARCOS DA SILVA MOREIRA	Ampla Concorrência	
0044609	JOÃO FELIPE LOPES MONTEIRO	Ampla Concorrência	
0043989	JOAO JUGLAIR MORGAN JUNIOR	Ampla Concorrência	
0044872	JOÃO VITOR PIRES DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0043559	JORDI GOMES DA SILVA JUNIOR	Ampla Concorrência	
0045371	LAURA FRIZON DE CAMARGO	Ampla Concorrência	
0042348	LÁZARO WAGNER CHALFUN MARINHO	PcD - Pessoa com Deficiência	
0044328	LEONARDO DALMOLIN SMANIOTO	Ampla Concorrência	
0044394	LEONARDO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044308	LUCAS ALEXSANDRO ANDRADE MARQUES DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	
0045191	LUCAS CALADO BRESOLINO	Ampla Concorrência	
0044351	LUCAS LUSTOSA COELHO	Ampla Concorrência	
0044723	LUCAS MEWS BUGINSKI	Ampla Concorrência	
0045411	LUCAS ROMANZIN DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	

0044034	LUCAS VINICIUS FERREIRA BERTELLA	Ampla Concorrência	
0044832	LUCIANE DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044568	LUCIANO ROSIN DA LUZ	Ampla Concorrência	
0044730	LUIS FELIPE PETRALHA WERDAN	Ampla Concorrência	
0044917	MARCELO TROYAN	Ampla Concorrência	
0044140	MATEUS RICARDO PALUDO BALBINOT	Ampla Concorrência	
0043511	MAURICIO CUNHA PINTO	Ampla Concorrência	
0042688	MAURO ALBRECHT	Ampla Concorrência	
0042910	MISAEL FERREIRA SUZARTE DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043378	NATALI ELIZA RODRIGUES	Ampla Concorrência	
0044801	NATAN INÁCIO PARZIANELLO	Ampla Concorrência	
0042896	NATHALIA LUIZA SCHEDLER CALZA	Ampla Concorrência	
0043563	NEOMAR JUNIOR FANTIN	Ampla Concorrência	
0042210	ODILIO TSUYOSHI MAEDA	Ampla Concorrência	
0044693	OTAVIO AUGUSTO IANESKO	Ampla Concorrência	
0042657	PAULO HENRIQUE MOSCHEN SARTORI	Ampla Concorrência	
0045051	PEDRO HENRIQUE HAVEROTH SUTIL	Ampla Concorrência	
0045102	PEDRO HENRIQUE OGRODOWSKI	Ampla Concorrência	
0042774	PEDRO VINICIUS SOUZA MOREIRA	Ampla Concorrência	
0044006	SAMUEL PIASECKI	Ampla Concorrência	
0044632	SILVONEI LANGENBERG	Ampla Concorrência	
0045285	THAÍS APARECIDA CORRÊA	Ampla Concorrência	
0043813	THOMAS ENDERSON DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0042906	VINICIUS ALVES SCHAUTZ	Ampla Concorrência	
0044537	VINICIUS RIDEO YOSHINO	Ampla Concorrência	
0042072	WILLIAN BORTOLOTTO	Ampla Concorrência	
0042418	YURI DOS SANTOS BOENO	Ampla Concorrência	
8816 - ASSISTENTE SOCIAL - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0043283	ADRIANA SOUZA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044891	ALEXANDRA GESSI	Ampla Concorrência	
0042813	ALINE APARECIDA FERREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044360	ANA CLÁUDIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044704	ANDRESSA BARETA ANTONIO	Ampla Concorrência	
0042858	BEATRIZ MINOSSO FERNANDES	Ampla Concorrência	
0042051	CÂNDIDA MIRELA AIRES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0042132	CARLA PATRICIA NUNES BORGES DA ROSA	Ampla Concorrência	
0044578	CLAUDETE DE FATIMA LAZARIN DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0042202	CLAUDINEIA DE LIMA BORGES	Ampla Concorrência	
0043776	CLEOMAR VASCONCELLOS DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042549	CRISTIANE FRANCISCA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0045210	DAIANE TEIXEIRA DOS REIS	Ampla Concorrência	
0044478	EDINA BARBOZA ROSENO	Ampla Concorrência	
0043066	ELAINE BUENO BOHRER DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044305	EMANUELA GEMMI	PcD - Pessoa com Deficiência	
0043560	EURIDICE MARCIA CARVALHO DA FONSECA FERREIRA	Ampla Concorrência	
0043297	FABÍOLA MONIQUE MARASCHIN MACHADO	Ampla Concorrência	
0044415	GESICA CRISTINA ESTEVÃO	Ampla Concorrência	
0044468	GILMAR DE OLIVEIRA FILHO	Ampla Concorrência	
0045352	GRACIELI SANTOS DE QUARROS	Ampla Concorrência	
0044582	HANATELLI NUNES PADILHA	Ampla Concorrência	
0043134	JÉFERSON MINICKEL	Ampla Concorrência	
0043278	JOCI CARRARO FANTE	Ampla Concorrência	
0043029	JUCELIA PIRES DE LIMA	Ampla Concorrência	
0043823	JULIANA PAOLA BERNARDO	Ampla Concorrência	
0045058	LAIS CASTELO LANGENBERG	Ampla Concorrência	
0042526	LEOBINA GULHAK	Ampla Concorrência	
0043793	LILIAN DONHAUSER	Ampla Concorrência	
0042668	LUCIMARI DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042841	LUCINEIA RAIMUNDA DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0042083	MARINA PARISE REINA	Ampla Concorrência	
0043950	MARIZE NASCIMENTO DE CARVALHO PETRY	PcD - Pessoa com Deficiência	
0042112	MARLENE APARECIDA ROCHA	Ampla Concorrência	
0042647	MAYARA DE OLIVEIRA DE AVILA	Ampla Concorrência	
0043617	NILTON LUIZ ZAROSKI	Ampla Concorrência	
0045010	ROSANE BORTOLINI	Ampla Concorrência	
0042139	ROSANE DOS SANTOS VISNIESKI	Ampla Concorrência	
0045350	ROSILEI RIBEIRO DA SILVA	Ampla Concorrência	
0043626	SALETE MARCELINO	Ampla Concorrência	
0043696	TAINA FABIANE SIQUEIRA	Ampla Concorrência	
0043872	VANESSA PAULA RODRIGUES	Ampla Concorrência	
0044359	VITÓRIA DE LARA	Ampla Concorrência	
8817 - CONTADOR - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0045270	ADILSON ANTONIO BOLLER	Ampla Concorrência	
0042215	ALANA DOS SANTOS MOURA	Ampla Concorrência	
0044571	ALCIONE DZIVIELEVSKI	Ampla Concorrência	
0042898	ALINE CAMARGO SOARES	Ampla Concorrência	
0042944	ALINY CAMPOS MONTEIRO	Ampla Concorrência	
0042422	ANA CRISTINA MANGONI	Ampla Concorrência	
0044892	BIANCA MERGER	Ampla Concorrência	
0042605	BRENDA GABRIELI DE LIMA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0042090	BRENDOW MATHEUS WILLIAN GEMIN	Ampla Concorrência	
0044807	CAROLINE MARIA BARETTA	Ampla Concorrência	
0045434	CRISTIANE RODRIGUES DE CAMPOS ABREU	Ampla Concorrência	
0045041	DANIANE EVA FERREIRA RODRIGUES	Ampla Concorrência	
0042108	DEYSE FINSTERBUSCH ZOPELARO	Ampla Concorrência	
0044691	EDUARDO BRUSTOLIM TRICHES DE MORAES	Ampla Concorrência	
0044662	ERIC EVAIR NUNES DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	

0042073	FABIANO RIBEIRO DIAS	Ampla Concorrência	
0042380	FERNANDA DOS SANTOS LOCKS PONCIANO	Ampla Concorrência	
0045081	FLÁVIO BALDUINO SOARES	Ampla Concorrência	
0045107	GABRIELE MOREIRA GARCIA	Ampla Concorrência	
0044081	GUSTAVO SANTORO	Ampla Concorrência	
0045326	IVANETE MORSELLI	Ampla Concorrência	
0044907	IVANIR CLAUDIA PAVIANI	Ampla Concorrência	
0043675	JULIANA FATIMA DE INHAIA	Ampla Concorrência	
0043775	KELI CRISTINA BORTH	Ampla Concorrência	
0044363	KELI MARA SARTOR	Ampla Concorrência	
0042126	LARICE DE OLIVEIRA DALAGO	Ampla Concorrência	
0043955	MARCIANE ALVES DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	
0042749	MARCOS JOSÉ NOVAKOSKI	Ampla Concorrência	
0045184	MARIANE WELLICA GESUINO SOARES DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044331	MATEUS FERREIRA AMANCIO	Ampla Concorrência	
0042253	MATHEUS ALVES DE LIMA	Ampla Concorrência	
0045429	MATHEUS HENRIQUE SOARES	Ampla Concorrência	
0044885	MAURIVAN SANTIN	Ampla Concorrência	
0043033	MICHAEL BUSSOLA	Ampla Concorrência	
0042499	NESTOR JUNIOR DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043992	NICOLAS GABRIEL CORDEIRO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044672	ORLANDO CHODON HOLOVATI JUNIOR	Ampla Concorrência	
0042606	RAFAEL JOSE LIMA DA SILVA	PcD - Pessoa com Deficiência	
0045221	ROBERSON LUIZ PIT	Ampla Concorrência	
0043593	ROBERVAL RIBEIRO HOMEM	Ampla Concorrência	
0045162	VALDOMIRO TEODORO RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0043311	VALÉRIA CALDAS DA SILVA	Ampla Concorrência	
8818 - ENFERMEIRO - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0042611	ADAIANE GOMES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043595	ADINÉIA RUFATTO GUBERT	Ampla Concorrência	
0043807	ADRIANA MOREIRA	Ampla Concorrência	
0045390	ALESSANDRA CAVASIN	Ampla Concorrência	
0043416	ALEXIA TAIANY SILVEIRA	Ampla Concorrência	
0045316	ALEXSANDRO ALVES DE PAULA	Ampla Concorrência	
0043764	ALINE DE MATOS DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042165	ALINE RITTERBUSCH	Ampla Concorrência	
0042330	AMANDA KAMILA DE MACEDO PALAVICINI	Ampla Concorrência	
0042853	ANA BÁRBARA SCOPEL	Ampla Concorrência	
0044321	ANA CRISTINA DE MORAES	Ampla Concorrência	
0044903	ANA JULIA DE CAMPOS	Ampla Concorrência	
0044319	ANA LAURA FERRAZZA COLLA	Ampla Concorrência	
0045239	ANALICE DELLA PASCOA	Ampla Concorrência	
0042873	ANDRESSA SOARES RODRIGUES	Ampla Concorrência	
0042871	BARBARA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042637	BRUNA EDUARDA FERREIRA	Ampla Concorrência	
0045232	BRUNA MARTINS DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042282	CAMILA FORT ROCHA	Ampla Concorrência	
0042297	CAROLAINE DE OLIVEIRA HOLZ	Ampla Concorrência	
0045120	CLAUDETE MAKCMOVICZ PERETO DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	
0044365	CRISTIANE HAUBERT	Ampla Concorrência	
0044722	DANIECE DA CUNHA	Ampla Concorrência	
0044347	DANIELLI DO AMARAL RZEZNIK	Ampla Concorrência	
0043578	DAVI COUTO	Ampla Concorrência	
0042525	DEIVID SERGIO SANTOS SILVA	Ampla Concorrência	
0043040	DIANDRA MARTELO DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	
0042797	DIRCELENE SALDANHA	Ampla Concorrência	
0042492	DUANA POMIECINSCKI	Ampla Concorrência	
0043684	EDEVANIA APARECIDA MODESTO DA CRUZ	Ampla Concorrência	
0042235	EDINEIA VOGEL	Ampla Concorrência	
0042180	EDISON DIEGO DE MORAES	Ampla Concorrência	
0043058	ELIANE APARECIDA DA CRUZ DIAS DO AMARAL	Ampla Concorrência	
0044951	ELIANE BATISTA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0042979	ELIANE DE OLIVEIRA MOTA BOS	PcD - Pessoa com Deficiência	
0044412	EMANOELE APARECIDA ZINKE	Ampla Concorrência	
0045296	FABIANA NOGUEIRA LEMOS	Ampla Concorrência	
0042537	FÁTIMA VITÓRIA DANTAS BORGES	Ampla Concorrência	
0043094	FERNANDA APARECIDA DA ROSA	Ampla Concorrência	
0042757	FERNANDA PEREIRA FERNANDES FERRI	Ampla Concorrência	
0042325	FERNANDA ROSO SANTANNA SCHREINER	Ampla Concorrência	
0043090	FRANCIELE REGINA ZENI	Ampla Concorrência	
0043276	FRANCINE GONÇALVES BARCAROL	Ampla Concorrência	
0042430	GABRIELA DE OLIVEIRA SANTOS	Ampla Concorrência	
0044136	GABRIELI FERREIRA	Ampla Concorrência	
0043868	GABRIELLE VEGAS PINHEIRO	Ampla Concorrência	
0044576	GABRIELY BRASIL	Ampla Concorrência	
0043891	HIAN CARLOS GUTZEIT BRASIL	Ampla Concorrência	
0042676	ISADORA MENEGATI COVATTI	Ampla Concorrência	
0045159	JAINE PARIZOTO	Ampla Concorrência	
0044887	JAQUELINE APARECIDA MOLINARI CORADI	Ampla Concorrência	
0043197	JESSICA KEILLA SANTIN	Ampla Concorrência	
0044940	JOICE DA COSTA LORES	Ampla Concorrência	
0043963	JORDANNA JOICE MARINHO	Ampla Concorrência	
0044060	JOSIELI DA SILVEIRA	Ampla Concorrência	
0043320	JOSLEI ADOLFO SILVESTRI	Ampla Concorrência	
0045038	JUCELIA CACIA LAZAROTO	Ampla Concorrência	
0042730	JULIANA LOPES DE QUADROS RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0043124	JULIANE DE CAMPOS	Ampla Concorrência	
0043402	KAREN LOUISE NEVES	Ampla Concorrência	

0045008	KARINE GEMI DIAS	Ampla Concorrência	
0042187	KAUANE HANSEN	Ampla Concorrência	
0044423	KAUANNY LAUER WAHLBRINCH	Ampla Concorrência	
0043489	KENDELLY CAROLINE CAPELIN	Ampla Concorrência	
0042285	LAYS PROCOPIO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042711	LEANDRO TAVARES DA SILVA	PcD - Pessoa com Deficiência	
0045015	LETÍCIA DOS REIS POSSER	Ampla Concorrência	
0044967	LETÍCIA MELO SANTOS	Ampla Concorrência	
0043464	LILIAN PAULA CASTELLI	Ampla Concorrência	
0044596	LUANA CANDIAGO	Ampla Concorrência	
0045029	LUANA TONET PORTO	Ampla Concorrência	
0045151	LUCAS GONZALES	Ampla Concorrência	
0043824	LUCIA DE JESUS AVILA SUTIL	Ampla Concorrência	
0044574	LUCIANA FERRI	Ampla Concorrência	
0042938	LUCIANE SABEDOT DALLAGNOL	Ampla Concorrência	
0043895	LUCILENE FERRAZ DO AMARAL	Ampla Concorrência	
0044029	LUCINARA IRALA MOREIRA	Ampla Concorrência	
0042943	LUIZ CARLOS GONÇALVES FRANCO	Ampla Concorrência	
0044162	LUIZA SANTIAGO	Ampla Concorrência	
0042638	MARCELO GROCHOVSKI	Ampla Concorrência	
0045254	MARCIA ADRIANA LOPES	Ampla Concorrência	
0042109	MARCIA KELLY PERATT	Ampla Concorrência	
0042627	MARCIA REGINA RODRIGUES	Ampla Concorrência	
0044513	MARIA ANGELICA CAMARGO OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0043052	MARIA APARECIDA VINUTO LIMA OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0045003	MARIA CAROLINA SQUIZZATO DO SANTOS	Ampla Concorrência	
0042612	MARIA ELENIR SAMPAIO	Ampla Concorrência	
0045077	MARIANE SWIECH	Ampla Concorrência	
0042081	MARIELI ELOINA DE LARA FIGUEIRO	Ampla Concorrência	
0042524	MARIELLY ZACHE ROTH	Ampla Concorrência	
0042695	MARISTELA ROCHA DE VARGAS	Ampla Concorrência	
0045187	MAYARA ALEXANDRA MADALOSSO	Ampla Concorrência	
0042569	MICHELE PIOLI CAETANO GROCHOVSKI	Ampla Concorrência	
0042501	MONICA TONDO	Ampla Concorrência	
0042500	MONIQUE DIAVÃO	Ampla Concorrência	
0043427	NILZA KLIPEL COLLA	Ampla Concorrência	
0042819	PATRICIA MARAFON SILVA	Ampla Concorrência	
0044181	PAULA PRICILA CONTE	Ampla Concorrência	
0045201	REBECA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0045005	ROSILENE INES ECKERT KRUMMENAUER	Ampla Concorrência	
0043743	SAFIRA HEIN	Ampla Concorrência	
0044223	SAMARA SILVEIRA BORGES	Ampla Concorrência	
0042491	SANDRO BLASER GOUVEA	Ampla Concorrência	
0042723	SILVIA AGUIRRE	Ampla Concorrência	
0042211	SILVONEI PORTELLA	Ampla Concorrência	
0043335	SOLANGE DE FÁTIMA BORGES	Ampla Concorrência	
0045384	STEPHANY CARDOZO	Ampla Concorrência	
0042331	TAINARA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042648	TALISE EDUARDA PADILHA RIBAS DE BRITO	Ampla Concorrência	
0043404	TAMARA RUZZA TONION	Ampla Concorrência	
0043806	TAYANARA REGINA SEIBEL	Ampla Concorrência	
0044878	VIVIANE PAIXÃO COELHO	Ampla Concorrência	
8819 - ENGENHEIRO CIVIL - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0042301	AGLAILTON DE OLIVEIRA MAGALHAES	Ampla Concorrência	
0043032	ALINE HERMANN	Ampla Concorrência	
0042095	ALINI SUCHOW	Ampla Concorrência	
0043241	ALVARO SOMAVILLA	Ampla Concorrência	
0044079	ANA CAROLINE DA ROSA SOUZA	Ampla Concorrência	
0042197	ANDRESSA MAIRA LOPES DE PAULA	Ampla Concorrência	
0042755	BIANCA BATISTA OLIVEIRA DA CRUZ	Ampla Concorrência	
0045133	BRUNA LAÍS PERIN	Ampla Concorrência	
0045096	DEBORA FERRO DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0042622	EDUARDO BELLEI	Ampla Concorrência	
0044155	EMILIANO COLFERAI CARNIELETTO	Ampla Concorrência	
0044402	FABRICIO CORREIA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042385	FELIPE FLORES DE ALVARENGA PEIXOTO	Ampla Concorrência	
0044749	FERNANDA TOMASI	Ampla Concorrência	
0045249	FRANCHY RECH	Ampla Concorrência	
0044753	GABRIEL BRUSTOLIN PRATES RODRIGUES	Ampla Concorrência	
0045300	GABRIEL FELIPE MUNARETO	Ampla Concorrência	
0044515	GABRIEL GARCIA	Ampla Concorrência	
0043766	GABRIEL ROMITE	Ampla Concorrência	
0044687	GABRIELA MACIEL	Ampla Concorrência	
0042651	GIOVANI DE BARROS MOREIRA	Ampla Concorrência	
0042198	GREGORY LUIZ DALLA CORTE	Ampla Concorrência	
0042465	GUILHERME FELIPE DA SILVA MIERZWINSKI	Ampla Concorrência	
0042322	HELOÍSA ROCHA FUJITA FURLANI	Ampla Concorrência	
0044361	IGOR FELIPE TATTO	Ampla Concorrência	
0045281	JEAN LUCAS ESQUIVEL SANTOS	Ampla Concorrência	
0043017	JOÃO VICTOR SOUSA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0043071	JONATHAN ROBERTO COSTA FELIPE	Ampla Concorrência	
0042942	LAIS SOUZA ZANELLA	Ampla Concorrência	
0045212	LAURA SABRINA BRUM	Ampla Concorrência	
0042052	LUCAS GALVÃO KUNS	Ampla Concorrência	
0043501	MARCELO DE MELO	Ampla Concorrência	
0045148	MARIA FERNANDA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042481	NEMIAS JUNIOR BISPO DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0043454	ROBERTO FERREIRA XAVES	Ampla Concorrência	

0042599	TABATA MOROZINI SIQUEIRA	Ampla Concorrência	
0042541	TAINARA SAVARIS	Ampla Concorrência	
0043845	THAISE VALNICE MULLER DE LIMA	Ampla Concorrência	
0043362	VINICIUS BANDEIRA	Ampla Concorrência	
8820 - FARMACÊUTICO - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0042088	ADRIANO LUIS HEINEN	Ampla Concorrência	
0043187	ALISSON CALEFFI ALIEVI	Ampla Concorrência	
0043886	AMANDA DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0045243	ANA CAROLINA ANDREOLA	Ampla Concorrência	
0043085	ANA CLAUDIA KOERICH DEORNELES	Ampla Concorrência	
0042230	ANA MARIA BARBOSA MACHADO	Ampla Concorrência	
0044949	ANA PAULA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043892	ANE CAROLINE IAGUCZESKI	Ampla Concorrência	
0045302	ANGELA GOMES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0042905	BIANCA PEREIRA FERNANDES CANDIDO	Ampla Concorrência	
0043614	BIANKA ISABELLY FIORENTIN	Ampla Concorrência	
0042154	CAMILA CARNIELETTO WINQUES	Ampla Concorrência	
0043138	CAMILA SAMPAIO DA SILVA GALLI	Ampla Concorrência	
0043041	CARLA JULIANA SOUZA DA ROSA	Ampla Concorrência	
0044770	CATARINA BOMFIM PAÍS DA CONCEIÇÃO	Ampla Concorrência	
0042804	DÉBORA BORGES MENIN	Ampla Concorrência	
0044225	EDNA COLLA RENOSTO	Ampla Concorrência	
0045264	EDSON PEDROSO VALERIANO	Ampla Concorrência	
0043269	EDUARDA VALDUGA DHEIN	Ampla Concorrência	
0044545	EDUARDO LAZZARINI	Ampla Concorrência	
0045419	FERNANDA HENRICH	Ampla Concorrência	
0042785	FLAVIA BARBOSA	Ampla Concorrência	
0044685	GABRIELA ALBINO	Ampla Concorrência	
0044769	GLAUCYA KAROLINE SOUTHIER	Ampla Concorrência	
0042816	ISABEL PINHEIRO DOS REIS	Ampla Concorrência	
0043324	IVONE GONÇALVES DA CRUZ	Ampla Concorrência	
0044641	JAYANE KAROLINE ALVES	PcD - Pessoa com Deficiência	
0042382	JESSICA BONASSI	Ampla Concorrência	
0042846	JESSICA DE CARVALHO SANTANA GONÇALVES	Ampla Concorrência	
0044882	JOAO DE ALMEIDA ROCHA	Ampla Concorrência	
0042260	JONES DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	
0043575	JUCELI BALEN LIBARDONI	Ampla Concorrência	
0042482	JULIA ELOISE WASZCZUK	Ampla Concorrência	
0042454	JULIANE FETTER	Ampla Concorrência	
0044977	LAÍS SALETE BONGRATES	Ampla Concorrência	
0043367	LATÓIA PRADO BIM	Ampla Concorrência	
0042559	LAURA BORNHIATI CECHETTO	Ampla Concorrência	
0045061	LEIDIANE DA LUZ DE LIMA	Ampla Concorrência	
0045211	LENIR MASCHIO VIEIRA	Ampla Concorrência	
0043398	LUZIARA PENADEI ANDRE	Ampla Concorrência	
0044374	MARCOS CABALLEIRO SILVA	Ampla Concorrência	
0042889	MARINA POLESE MAGALHÃES	Ampla Concorrência	
0044203	MARINES LOPES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044267	MARIO LOPES DE QUADROS	Ampla Concorrência	
0042767	MAYARA DENIZE FERST HEINEN	Ampla Concorrência	
0042307	MONISE CAROLINE CAPELIN	Ampla Concorrência	
0042758	NAIARA CRISTINE RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0042373	NATALIA AMANDA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042687	NIVIA ELENIRA BORGES DOS ANJOS	Ampla Concorrência	
0042462	PATRÍCIA SCHMITT DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043340	PAULA GRACIELA KOETZ	Ampla Concorrência	
0043949	POLIANA DALMOLIN	Ampla Concorrência	
0044154	SILVIA CRISELE JORDANI	Ampla Concorrência	
0043700	TIAGO DA SILVA DE LIMA	Ampla Concorrência	
0043326	VANESSA RADIN	Ampla Concorrência	
0043298	ZENAIDE RIBEIRO DE MELLO	Ampla Concorrência	
8821 - FISCAL TRIBUTÁRIO - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0043007	ADRIANA DA SILVA PAZ	Ampla Concorrência	
0044805	ADRIANO DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0045310	ADRIELI TEREZINHA REIS	Ampla Concorrência	
0044897	ALANA COSTA	Ampla Concorrência	
0045216	ALECSON PIASSA	Ampla Concorrência	
0043361	ALEX GUESSER	Ampla Concorrência	
0042414	ALEXARI LEAL	Ampla Concorrência	
0043118	ALICE LUSCO SALVI	Ampla Concorrência	
0044612	ALVARO ARAUJO DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044856	ANA CAROLINA ORTIZ SINTZ	Ampla Concorrência	
0044950	ANA LUIZA BARANOSKI FERREIRA BIZZOTTO	Ampla Concorrência	
0043438	ANDRE JULIANO FELICIANO MOREIRA	PcD - Pessoa com Deficiência	
0044256	ANDRESA ROSA DE LIMA	Ampla Concorrência	
0044388	ARIEL CIPRIANO	Ampla Concorrência	
0042870	ARIEL COPETTI	Ampla Concorrência	
0042504	ARTHUR PILASTRE NETO	Ampla Concorrência	
0045365	ASSIS GODOY FERREIRA	Ampla Concorrência	
0042982	CAMILA PORTELA CARVALHO	Ampla Concorrência	
0045288	CARIANE LUIZA LASTA DE FREITAS BERNIERI	Ampla Concorrência	
0042497	CARLITO KASPERAVICIUS	Ampla Concorrência	
0042727	CARLOS MAYKEL GONÇALVES	Ampla Concorrência	
0045401	CINARA ALINE MARTINELLI	Ampla Concorrência	
0043569	CLARISSA DAIANE NAGINSKI	Ampla Concorrência	
0043856	CLEBERSON SANGALLI RUZZA	Ampla Concorrência	
0042817	CLEIDE CRISTINA SCHERER	Ampla Concorrência	

0044169	CLEIDES FERNANDES	Ampla Concorrência	
0042172	CLEUNICE SOARES RAIMUNDO	Ampla Concorrência	
0045064	CLEVERSON ELTON DE MORAES	Ampla Concorrência	
0045067	CRISTIANE BALANSIN DANUZO	Ampla Concorrência	
0044514	CRISTIANI SCARIOT ROSA DA CRUZ MACHADO	Ampla Concorrência	
0043586	DANIELA TIEMI VIDAL TUNGUI	Ampla Concorrência	
0044607	DANIELE CARDOZO DE PAULA TOSETTO	Ampla Concorrência	
0045342	DIENEFER DOMINGUES	Ampla Concorrência	
0043582	DOUGLAS LOCH LEITH ROLON	Ampla Concorrência	
0042684	EDDIE ILIE CORREIA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043014	EDESON MARCELO FERREIRA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0045364	EDIVANE PETKOVICZ BUSSOLARO	Ampla Concorrência	
0042686	EDSON MORAES GONÇALVES	Ampla Concorrência	
0044692	EDUAR MENEZES ANTUNES	Ampla Concorrência	
0043409	EDUARDO FELIPE ZANETTE SARTORI	Ampla Concorrência	
0045333	EDUARDO JOSÉ BRANDIELLI	Ampla Concorrência	
0044249	ELAINE CATELI FLORIANO LIMA	Ampla Concorrência	
0042220	ELENA STEIN ANDRIOLO	Ampla Concorrência	
0043777	ELIANE MARIA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043939	ELIESER TOPOLNYAK PADILHA	Ampla Concorrência	
0043596	ELIS LETICIA DALRI GAMBIM	Ampla Concorrência	
0044822	ELISANDRA DA SILVA DE MATTOS	Ampla Concorrência	
0043917	ELISEU DE QUADROS	Ampla Concorrência	
0045126	ELIZANDRA DACHERY GOMES	Ampla Concorrência	
0045136	ELIZETE FÁTIMA ZANCHET	Ampla Concorrência	
0044652	ELIZETE PEREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042402	ELY PAULA BOMBANA	Ampla Concorrência	
0043129	EVA CRISTIANE DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042266	EVANDRO SEVERINO COLONHI	Ampla Concorrência	
0043865	FELIPE TEIXEIRA SANTOS	Ampla Concorrência	
0045160	FERNANDO ALVES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0045402	FERNANDO DAL VESCO	Ampla Concorrência	
0043966	FRANTIESCO VAGNER DA CONCEIÇÃO	Ampla Concorrência	
0042527	GABRIEL FERNANDO LESSI	Ampla Concorrência	
0043693	GABRIEL HENRIQUE BAGGIO BOTINI BOCALON	Ampla Concorrência	
0042604	GABRIEL JULIO ALEXANDRE SCHUINGEL	Ampla Concorrência	
0042428	GABRIELA MAYARA PIETROBON MACCARINI	Ampla Concorrência	
0042490	GENILSON PEREIRA DE JESUS	Ampla Concorrência	
0042469	GIOVANA GARCIA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042581	GUILHERME LEONARDO DA SILVA	Ampla Concorrência	
0043628	HENRIQUE GOMES RAMOS	Ampla Concorrência	
0043250	HERIK PABLO BUSSOLARO	Ampla Concorrência	
0042381	ISABELA RIBEIRO ASSONI	Ampla Concorrência	
0043222	JACKSON PERUSSO	Ampla Concorrência	
0044873	JADY DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0042450	JAKELINE APARECIDA MATIAS	Ampla Concorrência	
0044643	JAMES EDUARDO BASTOS FERREIRA	Ampla Concorrência	
0043570	JANIELI DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044955	JAQUELINE DOS SANTOS BUENO	Ampla Concorrência	
0044804	JAQUELINE FABRICIA PINTO DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044677	JEFERSON QUADROS DE MELLO	Ampla Concorrência	
0044669	JOÃO NILTON SEITHER	Ampla Concorrência	
0044700	JOÃO REINALDO PONTES	PcD - Pessoa com Deficiência	
0045403	JOÃO VICTOR CARLIN DE MELLO	Ampla Concorrência	
0044996	JOÃO VICTOR KORALESKI ADONA	Ampla Concorrência	
0044577	JOSE EDUARDO MACHADO SANTIN	Ampla Concorrência	
0044117	JOSÉ FRANCISCO BRITO GUZMÁN	Ampla Concorrência	
0043882	JUCIELE CRISTINA DE QUADROS	Ampla Concorrência	
0045318	JUCILAINE OLIVEIRA FARIA MAGALHÃES	Ampla Concorrência	
0042075	JULIANA MICHELLY DA CRUZ	Ampla Concorrência	
0044585	JULIANA VARIANI	Ampla Concorrência	
0042924	JULIANE CICHELERO	Ampla Concorrência	
0045082	JULIANO MACIEL DA ROSA	Ampla Concorrência	
0045417	JULIANO MATHEUS TAVARES	Ampla Concorrência	
0042064	JULLY ANNA MARIA DA ROSA SPANHOLI	Ampla Concorrência	
0042675	KATIUCIA TOALDO	Ampla Concorrência	
0045392	KELEN VARGAS BORTOLASO DE FREITAS	Ampla Concorrência	
0042844	LAÍS RIBEIRO DO COUTO	Ampla Concorrência	
0044592	LEIDIANE MEWS	Ampla Concorrência	
0043451	LEONARDO ASSIS FERRI PESSOA	Ampla Concorrência	
0045282	LILIAN LOURDES MODENA LAZZARI	Ampla Concorrência	
0042729	LOEMIR HERICK LEJANOSKI CAVALHEIRO	Ampla Concorrência	
0043048	LOHAINE BATISTEL	Ampla Concorrência	
0042089	LUANA FERREIRA GOMES DIAS	Ampla Concorrência	
0045186	LUANA MARCOLINA	Ampla Concorrência	
0043080	LUANA REOLON NECHE	Ampla Concorrência	
0042264	LUCAS DOMINGOS DE BARROS	Ampla Concorrência	
0043256	LUCAS FELIPE CADONA KOVALESKI	Ampla Concorrência	
0044715	LUCAS RODOLFO FERRI	Ampla Concorrência	
0042521	LUIS FERNANDO CAVALLERO RAMAGEM SOARES	Ampla Concorrência	
0042596	LUIS FERNANDO STRACKE	Ampla Concorrência	
0045215	MAICO RODRIGUES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044924	MARCELO DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	
0044773	MARCIA GABRIELA NUNES DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0045294	MARCILEINE SHIRAIVA NAMIE	Ampla Concorrência	
0045252	MARIANA FERRARI MAGRI	Ampla Concorrência	
0045213	MARIANA LUIZE DEFAVERI	Ampla Concorrência	
0044588	MARINA CAMARGO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0045106	MARIVANIO VISSOTO	Ampla Concorrência	

0045063	MATHEUS BIGOTTO PIMENTA	Ampla Concorrência	
0045165	MATHEUS HENRIQUE RIBEIRO GONSALVES	Ampla Concorrência	
0045413	MAURICIO MATIAS	Ampla Concorrência	
0042352	NAIARA CRISTINA DOS SANTOS FRANCA	Ampla Concorrência	
0045439	OELITON DEOCLIDES	Ampla Concorrência	
0043191	OSMAR JUNIOR DEMARI KURPEL	Ampla Concorrência	
0042267	PABOLA PAULA KLEIN	Ampla Concorrência	
0045152	PAULO CRISTIANO SANTOS E SILVA	Ampla Concorrência	
0042208	PEDRO AUGUSTO RUFATTO PIZZATTO	Ampla Concorrência	
0044960	PEDROVITI DA SILVEIRA	Ampla Concorrência	
0043969	POLIANA DE LIMA BOLZANELL	Ampla Concorrência	
0044114	RAQUEL SIMIONATTO	Ampla Concorrência	
0045305	ROGER FERREIRA LOPES	Ampla Concorrência	
0042263	RONALDO CEZAR ZENI	Ampla Concorrência	
0042751	SABRINA AMANDA TOSIN	Ampla Concorrência	
0042163	SAMARA STEFANI LIBRELATO	Ampla Concorrência	
0042815	SANDRA MARIA DEOTTI	Ampla Concorrência	
0042632	SILMAX CORREIA BORGES	Ampla Concorrência	
0042401	STEFANE BOMBANA	Ampla Concorrência	
0044329	STÉFANY KLARISSA CORRÊA	Ampla Concorrência	
0042181	TAMARA CRISTINA CARDOSO DUARTE	Ampla Concorrência	
0044130	THAIS DA SILVA PADILHA DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0045128	THAÍS EDUARDA SCOPEL	Ampla Concorrência	
0042996	THAIS REGINA MAQUEA BATALINI	Ampla Concorrência	
0042642	THIAGO FELIPE DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0042460	VALERIA HUZAR	Ampla Concorrência	
0042580	VANESSA ALVES TONETE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0042118	VANESSA MAIARA PRESTES	Ampla Concorrência	
0044488	VANILDA DE SOUZA SALES MASCHKE	Ampla Concorrência	
0045347	VICTOR JOSÉ MONTANHEIRO DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0045388	VITORIA FORLIN	Ampla Concorrência	
0045042	VIVIANE BELLO SAVICKI	Ampla Concorrência	
0042249	VIVIANE TELES BERNARDO	Ampla Concorrência	
0042472	WAGNER GUARNERI	Ampla Concorrência	
0044942	WELLEN PEREIRA AUGUSTO	Ampla Concorrência	
8822 - FONOAUDIÓLOGO - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0042692	ALVARO ANTONIO DA SILVA	PcD - Pessoa com Deficiência	
0042503	ANNA LUISA MARIN FELTRIN	Ampla Concorrência	
0042494	GLEYCE GEOVANA SGRINHOLI	Ampla Concorrência	
0045108	HANAY EDUARDA XAVIER DE ALBUQUERQUE	Ampla Concorrência	
0043484	PATRICIA APARECIDA DOPIATE	Ampla Concorrência	
0044590	SUELIN VITÓRIA MARTINELLI	Ampla Concorrência	
0042233	TAYNARA DA ROSA DE JESUS	Ampla Concorrência	
8823 - MÉDICO DA FAMÍLIA - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0044367	ACYR JADER DIAS CORREIA	Ampla Concorrência	
0043284	ÁGATHA BEATRIZ IURCHEVICZ	Ampla Concorrência	
0043768	AGNES BOENIG ONISZCZUK	Ampla Concorrência	
0045219	ALAIN JOSÉ PEREIRA GONÇALVES	Ampla Concorrência	
0042424	ALAN CRISAN ZOCCHE	Ampla Concorrência	
0042950	ALEANDRO STIVAL	Ampla Concorrência	
0044713	ALESSANDRO DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0042434	ALICE VOLPATO ROCHA	Ampla Concorrência	
0042625	ANA CAROLINA VILLAR DE SENA	Ampla Concorrência	
0044343	ANA CLAUDIA ILIVINSKI FRANCESCHINI	Ampla Concorrência	
0043212	ANA JÚLIA LUSTOSA	Ampla Concorrência	
0043143	ANA PAULA CARLI CHIAVAGATTI	Ampla Concorrência	
0045334	ANDRÉ FERREIRA DE LIMA	Ampla Concorrência	
0042419	ANDRE KAISER	Ampla Concorrência	
0042598	ANGÉLICA MOZZATTO RADAELLI	Ampla Concorrência	
0043432	ARTHUR ANGELO DE SOUZA MASUTTI	Ampla Concorrência	
0042535	AUGUSTO DOS SANTOS GOMES	Ampla Concorrência	
0044301	BÁRBARA BERTICELLI	Ampla Concorrência	
0044859	BERNARDO VIGANÓ LATTMANN	Ampla Concorrência	
0045021	BRIAN DOS REIS	Ampla Concorrência	
0045147	BRUNA MARA RAYANA VAZ MOLLER	Ampla Concorrência	
0045198	BRUNA VIEIRA OLIBONI	Ampla Concorrência	
0044813	BRUNO DE ALMEIDA CALDATO	Ampla Concorrência	
0044518	BRUNO DE DEUS SANTOS	Ampla Concorrência	
0045400	CAMILLA BOLDRINI TEDESCO	Ampla Concorrência	
0042741	CARLOS ALEXANDRE BRAMBILA	Ampla Concorrência	
0044780	CELIANE GADELHA ZUMBA	Ampla Concorrência	
0044277	CÉLIO ROBERTO SIQUEIRA LEDESMA	Ampla Concorrência	
0043077	CESAR PANHO	Ampla Concorrência	
0043898	CHARLENE KRUHS PICOLOTTO	Ampla Concorrência	
0043902	CHRISTIAN UTIDA BARROS	Ampla Concorrência	
0044230	CLAUDIA LISSA MAEKAWA	Ampla Concorrência	
0042543	DANIELA CELIS SEVERGNINI	Ampla Concorrência	
0044375	DANIELI CARLA BUCIOLI	Ampla Concorrência	
0045114	DANIELY PETRI VIGANÓ	Ampla Concorrência	
0042703	DEBORA CRISTINA BELLEI	Ampla Concorrência	
0043205	DÉBORA CRISTINA TORATI SANTOS	Ampla Concorrência	
0042838	DÉBORA GONÇALVES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044636	DÉBORA RAFAELI NERI CARVALHO	Ampla Concorrência	
0043460	DIEGO CARNIELETTO	Ampla Concorrência	
0045118	DJENIFER STEFHANE DE MELO NETTO	Ampla Concorrência	
0045309	DORAISIS SOTO GONZALEZ	Ampla Concorrência	
0042960	EDEGAR BLEICHVELH TIBES DE MORAES	Ampla Concorrência	

0045145	EDINALDO PEREIRA SOUZA	PcD - Pessoa com Deficiência	
0044554	EDUARDA CRISTINA ANTONIAZZI	Ampla Concorrência	
0042693	EDUARDA PIZONI CONRADO	Ampla Concorrência	
0044381	EDUARDO FRANCESCHINI	Ampla Concorrência	
0044962	EDUARDO SOARES MARQUES GUIMARÃES	Ampla Concorrência	
0042240	EDUARDO TOMAZONI	Ampla Concorrência	
0044689	EGLEA YAMAMOTO DELLA JUSTINA ARAÚJO	Ampla Concorrência	
0044317	ELEANDRO ZANON	Ampla Concorrência	
0043589	ELISANDRA ZORZO HAEFLIGER	Ampla Concorrência	
0045240	EMILY DANIELE ROCHA DE SOUSA	Ampla Concorrência	
0044185	ERIBERTO AGUILERA REYES	Ampla Concorrência	
0044710	EVERTON LUIZ DALPIAZ	Ampla Concorrência	
0042106	EWERTON DAVIS GUSMÃO DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0042519	FABIANA BILMAYER	Ampla Concorrência	
0045409	FLAVIA GARCIA MICHALICHEN	Ampla Concorrência	
0043429	FLAVIO EMMANUEL BAQUEIRO COSTA	Ampla Concorrência	
0043958	FRANCIANE PANISSON	Ampla Concorrência	
0043745	GABRIEL AUGUSTO COFFY VARNIER	Ampla Concorrência	
0044283	GABRIELA BIRCK	Ampla Concorrência	
0044861	GABRIELA BONETTI BELLANDI	Ampla Concorrência	
0045178	GABRIELA FISS SEITZ	Ampla Concorrência	
0043189	GABRIELI STURZA MARTINS DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042775	GEOVANA PEREIRA DE SOUZA LUZ	Ampla Concorrência	
0045088	GIOVANA BORGA GONÇALVES	Ampla Concorrência	
0042371	GIOVANNA LOURENÇO CAVAGNOLI	Ampla Concorrência	
0045431	GRECIA GISSELLE SILVERO VERA ANZILIERO	Ampla Concorrência	
0043998	GUILHERME SOARES RODRIGUES	Ampla Concorrência	
0044640	HAROLDO LAZZARETTI QUEIROZ	Ampla Concorrência	
0044697	HELLEN KAROLINE DE MORAES VARGAS	Ampla Concorrência	
0044965	HERON AUGUSTO DA SILVA CRESCENCIO	Ampla Concorrência	
0044379	HYARON MINOSSO GNOATTO	Ampla Concorrência	
0044003	ISABELA FAVERO PIRES	Ampla Concorrência	
0042166	ISABELLA KIMURA DE LIMA	Ampla Concorrência	
0042750	JEFERSON LIMA BARBOSA	Ampla Concorrência	
0043781	JOÃO FELIPE FIAMETTI	Ampla Concorrência	
0044775	JOÃO FREDERICO MUSIAL	Ampla Concorrência	
0044989	JOAO PAULO SCHREINER CORREA	Ampla Concorrência	
0043020	JOÃO PEDRO JUNG DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042990	JONAS DA SILVA	Ampla Concorrência	
0045441	JULIANA ARGENTA	Ampla Concorrência	
0044815	JULIANA DANIELO FACHIN	Ampla Concorrência	
0042410	JULIANE PIETRAS	Ampla Concorrência	
0043227	JULIANE SOLDI MALGARIN	Ampla Concorrência	
0044033	KAIO LUÍS PUNTEL	Ampla Concorrência	
0043044	KARLA RAFAELA DE SOUZA ANDERSON	Ampla Concorrência	
0044173	KAUANA RODRIGUES NITZSCHE	Ampla Concorrência	
0042502	LARISSA PORTILHO AGUIAR	Ampla Concorrência	
0044432	LEONARDO DE SOUZA BERRIEL	Ampla Concorrência	
0045329	LETÍCIA PIVA	Ampla Concorrência	
0043918	LIVIA GARCIA DA CUNHA	Ampla Concorrência	
0042926	LUANA APARECIDA BORGA	Ampla Concorrência	
0045209	LUANA BARBOSA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043633	LUANA GABRIELA BERWANGER BARP	Ampla Concorrência	
0042721	LUCAS OLIVEIRA DE ANDRADE	Ampla Concorrência	
0045177	LUCAS TURCATEL MATTIA	Ampla Concorrência	
0042608	LUIS MANUEL GONZALEZ GARCIA	Ampla Concorrência	
0042788	LUIZA GALERA	Ampla Concorrência	
0045292	MAICON JUNIOR MILANI	Ampla Concorrência	
0043710	MAISA RUARO DA ROSA	Ampla Concorrência	
0042087	MANOELA DE MOURA GERVAZONI	Ampla Concorrência	
0042617	MANUELA FARIAS FLÔRES	Ampla Concorrência	
0042540	MARCIO GRISS RAMOS	Ampla Concorrência	
0043273	MARCONI VIEIRA LIMA FILHO	Ampla Concorrência	
0044755	MARCOS VINÍCIUS DA SILVEIRA SMANIOTTO	Ampla Concorrência	
0044650	MARIA CLARA NAUTRAN MATOS	Ampla Concorrência	
0045071	MARIA EDUARDA SAVARIS	Ampla Concorrência	
0043112	MARIA LUIZA REGINATO AFONSO	Ampla Concorrência	
0044051	MARIANA BORGES	Ampla Concorrência	
0042671	MARICELI ELOISA NOGUEIRA	Ampla Concorrência	
0043063	MATHEUS BONZANINI	Ampla Concorrência	
0045336	MATHEUS FELLIPE GEMI	Ampla Concorrência	
0044735	MATHEUS MISSÃO DA SILVA	PcD - Pessoa com Deficiência	
0045286	MAYARA LAZZARINI TOCCHETTO	Ampla Concorrência	
0045374	MERCEDES CARIDAD ROMERO SALLES	Ampla Concorrência	
0044602	MILENA DALSENTE ANDRIGUES	Ampla Concorrência	
0044151	MILENA DAROIT	Ampla Concorrência	
0045308	MILENA DE SOUZA HELLER	Ampla Concorrência	
0044195	MILENA MARIA FERREIRA DE ANDRADE	Ampla Concorrência	
0042347	MONIQUE DAVID DE FARIA	Ampla Concorrência	
0044725	NEIVA CRISTIANE GERTZ	Ampla Concorrência	
0042717	NIEVE TAYS POSSATO	Ampla Concorrência	
0042866	NORBERTO OLIVEIRA HOEGEN	Ampla Concorrência	
0043666	NORGE ARMAS BERMUDEZ	Ampla Concorrência	
0045149	ONASSYS GALTIERY GADELHA ZUMBA	Ampla Concorrência	
0044266	PÂMELA PIMENTEL ARALDI	Ampla Concorrência	
0044757	PAULA CAMARGO DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	
0042837	PAULA GISELLE CZAIKOSKI	Ampla Concorrência	
0043483	PAULO RENNAN SCHINEIDER SOBRAL	Ampla Concorrência	
0044486	PEDRO AUGUSTO SOARES DE SOUZA	Ampla Concorrência	

0043099	PEDRO LUIS SUAREZ LEIVA	Ampla Concorrência	
0042894	QUELEN DAYANY SERRA	Ampla Concorrência	
0043413	RAFAELA BRUM GALLINA	Ampla Concorrência	
0044011	RAFAELA MACARI TAVARES	Ampla Concorrência	
0044482	RAFAELA MARCOLINA	Ampla Concorrência	
0042191	ROBBSON HAUGUSTO DAMBROS	Ampla Concorrência	
0045170	ROBERTO MISAHEL DO AMARAL	Ampla Concorrência	
0045377	RODOLFO MANOSSO LOPES CONCEIÇÃO	Ampla Concorrência	
0044045	RODRIGO DALLAVALLE BARANCELLI	Ampla Concorrência	
0044818	RODRIGO FERNANDO PRESCHLAK	Ampla Concorrência	
0043951	ROSELAINE WENTZ KOCH	Ampla Concorrência	
0042752	ROXANA DE LA CARIDAD GONZÁLEZ BAEZ	Ampla Concorrência	
0044863	SABRINA BOARETTO	Ampla Concorrência	
0044326	SAMIRA MAIRA CORDEIRO REIS	Ampla Concorrência	
0043591	SAMUEL ROBERTO SABADIN HENSEL	Ampla Concorrência	
0042379	SARA ALVES INACIO	Ampla Concorrência	
0043341	SARITA FOPPA	Ampla Concorrência	
0044002	SILVIA LETICIA QUEIROZ BENATO	Ampla Concorrência	
0042050	SIMONE CAROLINY VERSUTI LORETO	Ampla Concorrência	
0044353	SIMONE PEREIRA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042826	STEPHANIE ROCHA PEREIRA	Ampla Concorrência	
0042162	TAIANE GABRIELA MENEGASSI	Ampla Concorrência	
0043382	THAÍS DE ALBUQUERQUE	Ampla Concorrência	
0043804	TIAGO ANTÔNIO VANZIN	Ampla Concorrência	
0044038	TIAGO LUIS WIETCHIKOSKI NILSON	Ampla Concorrência	
0045137	VALDINEI PEREIRA DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0042759	VANUZA BORTOLAN TOMAZINI	Ampla Concorrência	
0043652	VICTOR IVO CRIVOI CALZOLARI	Ampla Concorrência	
0042188	VICTORIA TISCHER SAWKA	Ampla Concorrência	
0042386	VITOR DIAS ESPINDOLA	Ampla Concorrência	
0042879	WILLIAN GUSTAVO TASCA	Ampla Concorrência	
0044180	YISBET BEBERT DIAZ	Ampla Concorrência	
8824 - NUTRICIONISTA - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0043612	ALANA MUZZOLON SILVEIRA	Ampla Concorrência	
0042806	ALANA SOEIRO KIRCHHEIM	Ampla Concorrência	
0043527	AMANDA GOMES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043688	AMANDA LEGRAMANTI CASAGRANDE	Ampla Concorrência	
0044484	AMANDA NAJARA NEIVA PIRES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044760	ANA CELIA SPEGIORIM MICHALICHEN	Ampla Concorrência	
0044938	ANGÉLICA BENVENUTTI GARCIA	Ampla Concorrência	
0042436	AUGUSTO VINICIOS KAMINSKI	Ampla Concorrência	
0042097	BIANKA MACHADO ZANINI	Ampla Concorrência	
0045218	CAROLINE DE CAMPOS	Ampla Concorrência	
0045408	CASSIANA CRISTINA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0042115	CRISTIANE SAGGIN	Ampla Concorrência	
0043296	DÉBORA MARIA TERNOUSKI WELTER	Ampla Concorrência	
0043791	EDUARDA LEHR	Ampla Concorrência	
0044886	ELITON FERNEDA MELLO	Ampla Concorrência	
0042451	EMANUELE KELLI SAMAIA SILVA	Ampla Concorrência	
0044570	EMANUELI GONÇALVES DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042079	FABIOLA SANTOS DE LIMA	Ampla Concorrência	
0043301	FABIOLLA MICHELE SMUTEK	Ampla Concorrência	
0045141	GABRIELLI BRASIL MUHLENBRUCK	Ampla Concorrência	
0043800	GICELDA MARIA SILVEIRA	Ampla Concorrência	
0045321	GUILHERME BROCHI DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044767	ISADORA STEFANI CEZARO	Ampla Concorrência	
0042968	JOÃO EDUARDO GOMES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044444	JOSEANE PEREIRA	Ampla Concorrência	
0042937	JULIA RUFINO DE SANTANA	Ampla Concorrência	
0043411	KARINE RECK	Ampla Concorrência	
0044031	KELLI LAUDICEIA DE QUADROS MAJOR	Ampla Concorrência	
0042577	KELLY APARECIDA DUARTE	Ampla Concorrência	
0044510	KELLY CRISTINA MELLO	Ampla Concorrência	
0042649	KELVIN DOLVITSCH FAREZIN	Ampla Concorrência	
0044501	LIGIA BALBINOT	Ampla Concorrência	
0045268	LUIS FERNANDO DONEL	Ampla Concorrência	
0044657	MÁRCIA MESQUITA MORESCO	Ampla Concorrência	
0042552	MARIA EDUARDA HOLZER DUDA	Ampla Concorrência	
0043132	MARIA ISABEL ROSSATTO	Ampla Concorrência	
0044838	MARIANA REGINA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042734	MICHELE COSTA NEGRI	Ampla Concorrência	
0044124	NAGLA MORANDI DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042065	NATALIA BERGONZI	Ampla Concorrência	
0044566	NATALIA ISER	Ampla Concorrência	
0042391	PAMELA CRISTINA MARIANO DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044834	PRISCILA CORDEIRO DE ANDRADE	Ampla Concorrência	
0045084	RAIANE TEREZA LOBO RÁEZ	Ampla Concorrência	
0042793	ROSENILDA DA SILVA VAZ	Ampla Concorrência	
0042680	SABRINA FONTANA BIAVA	Ampla Concorrência	
0043632	SCHELKA MONALISA LINDEN	Ampla Concorrência	
0042923	SILMARA PELIZZER	Ampla Concorrência	
0044000	THAIS CRISTINA DA CHAGA	Ampla Concorrência	
0045115	THAIS REGINA MATEUS HANZEN	Ampla Concorrência	
0044994	THAYNÁ SEVALD	Ampla Concorrência	
0043330	THAYNARA CORREA DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	
8825 - PROCURADOR JURÍDICO - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0044150	ADALBERTO LUIZ KLAUCK	Ampla Concorrência	

0044234	AGNES PAOLA BALDO ZIMOVSKI	Ampla Concorrência	
0042834	AILTON AKIRA ALVES CORDEIRO	Ampla Concorrência	
0044616	ALANA PATRÍCIA LOCATELLI	Ampla Concorrência	
0044947	ALEX ADRIANO BIZZOTTO	Ampla Concorrência	
0042738	ALEXANDRE MATOS LIMA	Ampla Concorrência	
0044626	ALINE CARLA PISCININI BIER	Ampla Concorrência	
0044100	ALINE TITON PADILHA	Ampla Concorrência	
0042324	ALISON GIOVANE GOMES	Ampla Concorrência	
0045056	AMANDA DA ROSA	Ampla Concorrência	
0042740	AMANDA DAMIAN MONTEIRO	Ampla Concorrência	
0043600	AMANDA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044378	AMANDA KLEIN	Ampla Concorrência	
0042594	AMANDA OLINQUEVICZ	Ampla Concorrência	
0045312	ANA CAROLINA AVELINO	Ampla Concorrência	
0043924	ANA CAROLINA DE OLIVEIRA MENEGUZZI	Ampla Concorrência	
0044477	ANA CAROLINA STEDILE	Ampla Concorrência	
0042993	ANA FLAVIA PENSO ARENDT	Ampla Concorrência	
0045217	ANA LUIZA MAI PALHARINI	Ampla Concorrência	
0042787	ANDRÉ LUIZ CARARO	Ampla Concorrência	
0042936	ANDRE LUIZ QUAGLIOTTO	Ampla Concorrência	
0044812	ANDRES RAVANELLO	Ampla Concorrência	
0042835	ARLINDO LIMA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0043059	ARNOLDO LUIZ DA SILVA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	
0042344	ATILA DA SILVEIRA STRAPASSON	Ampla Concorrência	
0043878	AUREA RENATA XAVIER RODRIGUES	Ampla Concorrência	
0042156	BERTRAM OLIVEIRA DE ALCÂNTARA CARVALHO	Ampla Concorrência	
0042455	BRUNA EDUARDA SOLETTI	Ampla Concorrência	
0042789	CALEBE RIOS	Ampla Concorrência	
0043121	CAMILA EMANUELE PARTOCKI PEDROSO	Ampla Concorrência	
0045273	CARLA DAIANNE BRUSTOLIN	Ampla Concorrência	
0043373	CASSIANO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA	Ampla Concorrência	
0042196	CHRISTIAN DE MORAES PIASSA	Ampla Concorrência	
0045370	CLAUDIA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043444	CLEBERSON TIAGO ROSA MELLO	Ampla Concorrência	
0042300	CRISTIAN OPUCHKEVICZ PAIANO	Ampla Concorrência	
0044970	CRISTINA NUNES CORDEIRO MOREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0043178	DAIANE FERNANDA PEREIRA	Ampla Concorrência	
0042353	DANIEL BRITO DE SANTANA SILVA	Ampla Concorrência	
0044542	DELMAR VIEIRA	Ampla Concorrência	
0045109	DIOGO ROBERTO GUANCINO	Ampla Concorrência	
0042700	EDER JOSE GABRIEL	Ampla Concorrência	
0043103	EDUARDA DEON BELLO	Ampla Concorrência	
0043738	EDUARDA SCAPINELLO FARIAS	Ampla Concorrência	
0044320	EDUARDA TÁSSIA FOCHZATO	Ampla Concorrência	
0044987	EDY CARLOS CHIELE	Ampla Concorrência	
0042636	ELAINE CONSTANTINO LEMOS	Ampla Concorrência	
0042795	ELIAS FELIX DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042351	ELOISE SPILKA	Ampla Concorrência	
0045132	EMMANUEL FIEBIG STEVENS	Ampla Concorrência	
0042258	ERICK CAMARGO DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	
0042476	EZEQUIAS DE ARRUDA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043150	FABIANE CAMILA MABONI	Ampla Concorrência	
0042143	FABRICIO CHRESTANI	Ampla Concorrência	
0043620	FABRICIO VINCENZI DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042792	FELIPE CARVALHO ROMERO	Ampla Concorrência	
0042635	FELISBERTO CHAGAS DE SOUZA JUNIOR	Ampla Concorrência	
0045234	FERNANDA RIBAS PIRES ZIGUER	Ampla Concorrência	
0042823	FERNANDO CÉSAR NUNES ALVES	Ampla Concorrência	
0045001	FERNANDO DE LIMA FOGACA	Ampla Concorrência	
0043396	FERNANDO LOPES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042100	FRANCIELE DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0043307	FRAUZIO FELIX DE OLIVEIRA JUNIOR	Ampla Concorrência	
0043718	GABRIEL DO ESPIRITO SANTO	Ampla Concorrência	
0043364	GABRIEL ROQUE IENERICH	Ampla Concorrência	
0044810	GABRIELA SMANIOTTO	Ampla Concorrência	
0042915	GABRIELLE VIANA DAIBES	Ampla Concorrência	
0042496	GELSON ANDREY DIERK PEREIRA	Ampla Concorrência	
0042470	GIANCARLO GRACIOLI	Ampla Concorrência	
0043069	GIOVANNA ALVES DA CRUZ	Ampla Concorrência	
0042833	GUILHERME BRESCOVIT BANDEIRA	Ampla Concorrência	
0042643	GUILHERME SOUZA AZEVEDO	Ampla Concorrência	
0043757	GUILHERME WOLFF	Ampla Concorrência	
0042461	GUILHERME ZELIN	Ampla Concorrência	
0042475	HELOÍSA KUMMER ROTTINI	Ampla Concorrência	
0043704	HELYSSON DE OLIVEIRA TIBES	Ampla Concorrência	
0042891	HENRIQUE ROBERTO ARRUDA MENEGUELI	Ampla Concorrência	
0042471	HERICA GABRIELE PASQUALOTTO	Ampla Concorrência	
0045423	HERIK LUKASEWICZ	Ampla Concorrência	
0042467	HIGOR GUSTAVO DEL GESSO	Ampla Concorrência	
0042457	IAN DE COL NARDO	Ampla Concorrência	
0042437	INGRID CRISTINA DETONI	Ampla Concorrência	
0042583	IRANEIDE MARIA DE OLIVEIRA PEREIRA TERTO KOMECHE	Ampla Concorrência	
0043574	IRISMENDES AILVES DA SILVA	Ampla Concorrência	
0043131	ISADORA STEIN	Ampla Concorrência	
0044521	IVO RENATO MACHIEVIZC VAZ	Ampla Concorrência	
0042966	JAYNARA JUCHNESKI	Ampla Concorrência	
0043758	JEMIMA PINTO FIGUEIRA WOLFF	Ampla Concorrência	
0043474	JOÃO HENRIQUE ZANATA WEISSHEIMER	Ampla Concorrência	
0043742	JOÃO PEDRO MICHELON FOGASSA	Ampla Concorrência	

0042683	JOÃO PEDRO ROCHA DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	
0044968	JOÃO VICTOR NOGUEIRA HORN	Ampla Concorrência	
0042204	JOÃO VITOR BOLDO DO NASCIMENTO	PcD - Pessoa com Deficiência	
0044895	JOEL AVILA DE FREITAS	Ampla Concorrência	
0042207	JONATAS EVANGELISTA DE RESENDE	Ampla Concorrência	
0042334	JONATHAN MEHRET	Ampla Concorrência	
0043810	JOSÉ FERREIRA DA CRUZ NETO	Ampla Concorrência	
0042438	JOSYANNE FERRAZ ROCHA DE SANTANA	Ampla Concorrência	
0042279	JULIA BORNHIATI CECHETTO	Ampla Concorrência	
0042639	JÚLIO CESAR IDALGO	Ampla Concorrência	
0044573	JUSSARA DE LURDES CORDEIRO	Ampla Concorrência	
0042408	KARLA DENISE ROSIN	Ampla Concorrência	
0042807	KAWANE ALVES DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042660	LAYLA EVELYN MARTINS DA SILVA	Ampla Concorrência	
0043218	LEANDRO NEGRI CUNICO	Ampla Concorrência	
0042533	LEILANE LINHARES DE SOUSA CHELES	Ampla Concorrência	
0042555	LEONARDO MEDEIROS PASA	PcD - Pessoa com Deficiência	
0043428	LETÍCIA APARECIDA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0045236	LUAN LUCAS MALMETO	Ampla Concorrência	
0043705	LUANA ANDRÉIA WINK	Ampla Concorrência	
0045035	LUCAS JOSÉ PIOVESAN	Ampla Concorrência	
0045418	LUCAS KASSIANO DE MOURA	Ampla Concorrência	
0043801	LUCAS WELDT DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0045351	LUCIA TEREZA MICHELON	Ampla Concorrência	
0043547	LUIZ AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETO	Ampla Concorrência	
0042704	LUIZ GUILHERME SUCKER PEREIRA CAMPOS	Ampla Concorrência	
0042736	LUIZA LOPES FLOIS	Ampla Concorrência	
0043309	MAIARA MARTINS MORENO	Ampla Concorrência	
0042102	MARCELLA CAVALLIN VELOSO	PcD - Pessoa com Deficiência	
0043155	MARCELLY MARIA LEDER	Ampla Concorrência	
0042975	MARCOS PAULO PINTO DE ARRUDA SODRÉ	Ampla Concorrência	
0042707	MARIA ANTONIETA TAQUES DE OLIVEIRA MEDEIROS	Ampla Concorrência	
0044724	MARIA CLARA SCANDOLARA	Ampla Concorrência	
0044739	MARIA EDUARDA MEIRA PEREIRA GASPARIM	Ampla Concorrência	
0044197	MARIA LUIZA ALBUQUERQUE MOCHI	Ampla Concorrência	
0044457	MARIAH GEOVANNA KOGICOVSCY	Ampla Concorrência	
0043354	MARIELI THAIS MUSSELINE	Ampla Concorrência	
0045214	MARINA GABRIELA SILVEIRA	Ampla Concorrência	
0043988	MATHEUS FRASSON ZWIEREWICZ	Ampla Concorrência	
0045199	MAYSA SHIZUMI SOGABE	PcD - Pessoa com Deficiência	
0042940	MILENE IARROCHESKI	Ampla Concorrência	
0042151	MONIQUE SILVA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044293	NATALÍ PERERA BATISTA	Ampla Concorrência	
0043379	NATHÁLIA THAIS ALMEIDA PALLAORO	Ampla Concorrência	
0042958	PATRICIA SCHAUSS	Ampla Concorrência	
0043879	PATRÍCIA TEIXEIRA	Ampla Concorrência	
0044972	PATRICK MARAFON SILVA	Ampla Concorrência	
0044800	PEDRO JUNIOR DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0042854	POLYANNA MORAES MACHADO	PcD - Pessoa com Deficiência	
0043495	RAFAEL ALBUQUERQUE	Ampla Concorrência	
0043034	RAFAELA PILAR	Ampla Concorrência	
0045116	RAISSA ARIANE FARIAS NEVES	Ampla Concorrência	
0042650	REGIANE CAPELEZZO	Ampla Concorrência	
0042591	REGIANE DE SOUZA BARBOSA	PcD - Pessoa com Deficiência	
0042791	RENAN GUSTAVO BATISTEL	Ampla Concorrência	
0045319	RENATA ZATT PERUZZO	Ampla Concorrência	
0043727	ROBERTO CAVALHEIRO	Ampla Concorrência	
0043232	RODRIGO RODBARD FALAT	Ampla Concorrência	
0042561	RONALDO GIMENEZ MONTEIRO	Ampla Concorrência	
0042272	SAIONARA ZATERA	Ampla Concorrência	
0042458	SINTIA DA MOTTA	Ampla Concorrência	
0045404	SUELEN VERMAN GUARESCHI	Ampla Concorrência	
0045274	SUELEN VIANNA BAHIENSE	Ampla Concorrência	
0044400	TALITA METZLER GOMES	Ampla Concorrência	
0042182	THAÍS CAROLINE GHENO	Ampla Concorrência	
0042892	THAIS MATIAS DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042074	THALITA LARISSA SCHMOLLER	Ampla Concorrência	
0044066	THALYTA FARIAS OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044202	THIAGO ZAGO DANGUI	Ampla Concorrência	
0042997	VALQUIRIA AMANDA CORDEIRO	Ampla Concorrência	
0044745	VERDISON DE LIMA	Ampla Concorrência	
0044022	VICTOR HUGO VILELA DE TOLEDO	Ampla Concorrência	
0043853	VICTORIA TONET CARNIELETTO	Ampla Concorrência	
0044820	VINICIUS LUVISON FINCO	Ampla Concorrência	
0045121	VITOR ALBERTO BENIN	Ampla Concorrência	
0042714	VIVIANE DE FÁTIMA FRANÇA	Ampla Concorrência	
0042925	WAGNER COSTA MATIAS	Ampla Concorrência	
0043110	WESLLEN BORTOLASSI PRESSINATO	Ampla Concorrência	
0044835	YONARA BEATRIZ DE ARAÚJO PENSO	Ampla Concorrência	
8826 - PROFESSOR MUNICIPAL 20H - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0043109	ADILEUZA APARECIDA ALEXANDRE MARTINS	Ampla Concorrência	
0045267	ADRIAN GILBERTH ROBERTO ALVES	Ampla Concorrência	
0044584	ADRIANA DOS REIS	Ampla Concorrência	
0042989	ADRIANA MAURINA MAFESSONI	Ampla Concorrência	
0044553	ADRIANA MONTEIRO RATIN STEIN	Ampla Concorrência	
0043877	ADRIANA SCRAMOCIN FORNARI	Ampla Concorrência	
0044019	ADRIANA VERÔNICA PETKOWICZ	Ampla Concorrência	
0043338	ADRIELE APARECIDA DUARTE	Ampla Concorrência	

0043554	ADRIELI APARECIDA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044936	ALESSANDRA DALMOLIN SMANIOTO	Ampla Concorrência	
0044228	ALESSANDRA MARCIA CASARIN BIEGER	Ampla Concorrência	
0044416	ALEXIA CORDEIRO	Ampla Concorrência	
0044830	ALICE BRUM	Ampla Concorrência	
0044109	ALINE APARECIDA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044046	ALINE CORREA PRESSER	Ampla Concorrência	
0044467	AMABILE CAROLINE MONTEIRO	Ampla Concorrência	
0043952	AMANDA DA SILVA DUARTE	Ampla Concorrência	
0043365	AMANDA LUIZA TASSI	Ampla Concorrência	
0042250	ANA CARLA ZANOTO	Ampla Concorrência	
0045266	ANA CAROLINA SANTOS POLESE	Ampla Concorrência	
0043717	ANA CLAUDIA CHIMANSKI	Ampla Concorrência	
0044157	ANA CLEIDE DE SIQUEIRA FIORENTIN	Ampla Concorrência	
0043377	ANA CRISTINA ROSSONI	Ampla Concorrência	
0043267	ANA FLÁVIA PERIN GARCIA	Ampla Concorrência	
0042794	ANA PAULA TELES DETOGNI	Ampla Concorrência	
0043852	ANA ROSA MEIRELES TIBOLA	Ampla Concorrência	
0043228	ANDREIA DE FÁTIMA HENRIQUE BERNADO	Ampla Concorrência	
0043672	ANDREIA DORINI	Ampla Concorrência	
0042134	ANDRESSA CAMILA SOUZA	Ampla Concorrência	
0045092	ANDRESSA RIBEIRO ALONSO	Ampla Concorrência	
0044827	ANGELA DE ANDRADE	Ampla Concorrência	
0044555	ANGELA GRACIELI DE LIMA	Ampla Concorrência	
0044670	ANGELA HORT DE LIMA SALVADOR	Ampla Concorrência	
0044090	ANGELA MARIA LOPES DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	
0043358	ANILSON DA SILVA SIQUEIRA	Ampla Concorrência	
0042473	BARBARA ELOIZA BOCCHI TASCA	Ampla Concorrência	
0042803	BARBARA THAYS SANTOS DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	
0043281	BIANCA THAÍS SARTURI	Ampla Concorrência	
0044246	BRUNA DO NACIMENTO MOSENA	Ampla Concorrência	
0043551	BRUNA EDUARDA DA CUNHA GRANDO	Ampla Concorrência	
0044310	BRUNA ELIS DOS SANTOS DA SILVA	Ampla Concorrência	
0045271	BRUNA ISADORA BRUM	Ampla Concorrência	
0043795	BRUNA MARIELI VANELLI DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0043021	BRUNA VARGAS DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044043	CAMILA VESCOVI	Ampla Concorrência	
0044339	CARINE DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044638	CARLA DIANA PRIMEL	Ampla Concorrência	
0042209	CARLA EDUARDA OLIVEIRA LOPES	Ampla Concorrência	
0044420	CARLA LUCIANE DA FONSECA PORTELLA	Ampla Concorrência	
0043414	CATILCIA DUARTE	Ampla Concorrência	
0044934	CEILA KADIJA DA SILVA FERRO LIMA	Ampla Concorrência	
0043622	CINARA ALINE BOSI	Ampla Concorrência	
0043545	CINARA GOZZI	Ampla Concorrência	
0044315	CINTIA MEIRI AMARAL ALVES	Ampla Concorrência	
0045256	CLAUDETE RONCEM DE LIMA	Ampla Concorrência	
0042119	CLAUDIELE ALTHAUS	Ampla Concorrência	
0044881	CLECIELI APARECIDA PALHANO WALKER	Ampla Concorrência	
0043106	CLEUNICE MELLO DAS NEVES RUTHES	Ampla Concorrência	
0045119	CREIR DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044896	CRISTIANO SCUSIATO	Ampla Concorrência	
0043327	CRISTINA SOARES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044597	DAIANE DA LUZ DALPIZZOL	Ampla Concorrência	
0042947	DAIANE VACCA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042845	DANIELA HORT IGNACIO DE LIMA GRANVILLE	Ampla Concorrência	
0045229	DANIELA LERIA TAVARES	Ampla Concorrência	
0044349	DANIELA LIMA	Ampla Concorrência	
0044525	DANIELA MOREIRA	Ampla Concorrência	
0043723	DANIELE PATRICIA SCHNEIGER	Ampla Concorrência	
0042696	DARIANE BORTOLINI DA ROSA	Ampla Concorrência	
0043654	DÉBORA QUEIROZ DA SILVA	Ampla Concorrência	
0043692	DEISE RAQUEL HANZEN	Ampla Concorrência	
0042057	DIANA BENINCA JAGUSEWSKI	Ampla Concorrência	
0043933	DIANA MASIERO	Ampla Concorrência	
0043175	EDICLEIA DA SILVA DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0044327	EDIELE DE OLIVEIRA GENUINO	Ampla Concorrência	
0045089	EDINA WANDSCHER BORTOLAZZI	Ampla Concorrência	
0043678	EDINÉIA GOLIN	Ampla Concorrência	
0043871	EDIVANE SOUZA	Ampla Concorrência	
0043442	EDUARDA CRISTINA MELLO	Ampla Concorrência	
0043784	EDUARDA POLGA DA SILVA DORBERTO	Ampla Concorrência	
0044819	ELAINE POLEZ	Ampla Concorrência	
0044615	ELENICE BOMBANA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044024	ELENICE SANTOS DE OLIVEIRA STAVNY	Ampla Concorrência	
0045341	ELIANE XAVIER DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0042318	ELIS GABRIELA PROCKMAW	Ampla Concorrência	
0044659	ELIZANGELA BALBINOT FERREIRA	Ampla Concorrência	
0044877	EMANUELI APARECIDA DA SILVA ULLRISCH	Ampla Concorrência	
0042189	EMANUELI FERREIRA	Ampla Concorrência	
0042229	ERICA FERREIRA FERNANDES MONTEIRO	Ampla Concorrência	
0044875	ERICA MARIA COMICIOLI	Ampla Concorrência	
0043579	ESTEFANI MAGALHAES BERGER	Ampla Concorrência	
0043642	EUCLEIA GONÇALVES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044904	EUGENIA PAULA DE OLIVEIRA KAUDUINSKI	Ampla Concorrência	
0044991	EVANDRO DA ROSA	Ampla Concorrência	
0044728	EVELIN CRISTINA DERLAM	Ampla Concorrência	
0044581	EVELLYN RENATA VANZIN	Ampla Concorrência	
0044122	FABIANE BELUZZO	Ampla Concorrência	

0043808	FABIANE DOS SANTOS ZANTUTE	Ampla Concorrência	
0045226	FERNANDA BISOGNIN	Ampla Concorrência	
0045410	FERNANDA MINGOTI	Ampla Concorrência	
0045057	FLAVIO RAFAEL FERREIRA	Ampla Concorrência	
0045090	FRANCIELI VIEIRA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043163	GABRIEL BUSANELLO	Ampla Concorrência	
0043249	GABRIELLY VITÓRIA ALVES RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0044093	GABRIELY PAES	Ampla Concorrência	
0045087	GISLAINE DERKOSKI	Ampla Concorrência	
0042847	GRASIELI DA SILVA	Ampla Concorrência	
0043316	GRAZIELA MANFÉ GRIEGER	Ampla Concorrência	
0044563	GRAZIELA MARANOSKI PEREIRA	Ampla Concorrência	
0044384	GRAZIELI DE LIMA FERNANDES	Ampla Concorrência	
0042669	GREISIELI NAIARA DA SILVA DE SOUSA	Ampla Concorrência	
0042289	IARAH RODRIGUES DA ROCHA	Ampla Concorrência	
0044783	IDOLENE DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0042860	IRLANE RODRIGUES	PcD - Pessoa com Deficiência	
0045157	ISABELA CRISTINA SANTOS POLESE	Ampla Concorrência	
0045291	ISABELLI LUIZA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042360	ISADORA PIACENTINI	Ampla Concorrência	
0043168	ITALANANDY BRITO	Ampla Concorrência	
0044779	IVERLENE UTEINSKI LENHART PINHEIRO	Ampla Concorrência	
0044263	IZIS DE COL ACORSI GOULART	Ampla Concorrência	
0043097	JACIRA BALDIN SILVA	Ampla Concorrência	
0044453	JAQUECIANE VALENTINI CALZA	Ampla Concorrência	
0044963	JAQUELINE CAVALHEIRO PERIN	Ampla Concorrência	
0043875	JEANE CECATTO MOZANER	Ampla Concorrência	
0044740	JECI HOFMANN FARIAS	Ampla Concorrência	
0043714	JESSICA ADRIELY PELENZ	Ampla Concorrência	
0043945	JÉSSICA LOPES DE MORAES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0042343	JESSICA NEVES DIAS NOGUEIRA	Ampla Concorrência	
0043790	JISLAINE ANDREIA DA SILVA CARDOSO	Ampla Concorrência	
0044304	JISLAINE FORNARI	Ampla Concorrência	
0043061	JOCIMARA CATELI FLORIANO CAVALLI	Ampla Concorrência	
0043490	JOICE BARBOSA SANAURIA	Ampla Concorrência	
0042589	JOILSE DINIZ	Ampla Concorrência	
0043590	JOSEANE MACIEL DA ROSA	Ampla Concorrência	
0045415	JOSIANE RIBEIRO PIMENTEL	Ampla Concorrência	
0044619	JOSIANE SANTOS DE ASSUNÇÃO LINHARES	Ampla Concorrência	
0044013	JUCERLI RODRIGUES DE OLIVEIRA VIANA	Ampla Concorrência	
0044823	JULIANA APARECIDA SCHWAN DE MELLO	Ampla Concorrência	
0042084	JULIANA BARBOSA DA LUZ	Ampla Concorrência	
0044923	JULIANA BARBOZA	Ampla Concorrência	
0044860	JUSSARA LIMA SANTOS	Ampla Concorrência	
0043765	KAMILLY MARIA ZUCONELLI FAVERO	Ampla Concorrência	
0043796	KAREN CONCEIÇÃO ALVES SOZO	Ampla Concorrência	
0044127	KARINE CARDOSO BIANCATTO	Ampla Concorrência	
0044690	KAROLAINE OLIVEIRA MISSEL	Ampla Concorrência	
0042310	KAUANE DA SILVA LIMA	Ampla Concorrência	
0043604	KEILI ANDREIA PETKOWICZ	Ampla Concorrência	
0043521	KETLIN JULIANA NEVES	PcD - Pessoa com Deficiência	
0044559	KETLIN THAIS RODRIGUES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044589	KEVINI CRISTINA TOGNON	Ampla Concorrência	
0042124	LARISSA DE CARVALHO LASTA	Ampla Concorrência	
0045301	LARISSA MAGRO	Ampla Concorrência	
0044118	LARYSSA GRASYELA CORREA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044759	LEIDIMARA CRISTINA GOETZ	Ampla Concorrência	
0044268	LEILA DO PILAR BIANCATTO	Ampla Concorrência	
0044604	LEILA FATIMA BAIFUS MOREIRA	Ampla Concorrência	
0042939	LETICIA LOREGIAN BELO	Ampla Concorrência	
0045338	LIDIANE ZINI	Ampla Concorrência	
0044324	LILIANE DALLA COSTA MOTTA	Ampla Concorrência	
0042582	LUANA DE OLIVEIRA BELO ALVES	Ampla Concorrência	
0044743	LUCIANE DE ALBUQUERQUE	Ampla Concorrência	
0043734	LUCIANE TABOLKA LOCATELLI	Ampla Concorrência	
0044316	LUZIA ROSA DE OLIVEIRA DE MORAIS ANASTCIO	Ampla Concorrência	
0045000	MADALENA DE OLIVEIRA GALVAN	Ampla Concorrência	
0044946	MAGDA ROBERTA DE AZEREDO	Ampla Concorrência	
0043207	MAILA LETICIA PANIZZON	Ampla Concorrência	
0042554	MARCELO BALZAN	Ampla Concorrência	
0045140	MARI APARECIDA PRADO DA ROSA	Ampla Concorrência	
0045111	MARIA CLAUDIA DE MORAES BRUSTOLIM	Ampla Concorrência	
0043206	MARIA EDUARDA LIMA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0043035	MARIA SALETE ALBUQUERQUE SCUSIATO	Ampla Concorrência	
0045381	MARIANA THAIS DUTSOL	Ampla Concorrência	
0044142	MARIELA DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0044785	MARIELE MUCKE ALVES RAMIRES	Ampla Concorrência	
0043456	MARIELI POLEIS DALASTRA	Ampla Concorrência	
0043585	MARINES GRIZ DE CAMARGO	Ampla Concorrência	
0044809	MARINES SANTOS DA ROSA COPATTI	Ampla Concorrência	
0044653	MARINS SINUHÊ RUWER DE CAMPOS	Ampla Concorrência	
0044644	MARIZA GORCK	Ampla Concorrência	
0044540	MARIZANGELA BOHRER KAGMIERSKI	Ampla Concorrência	
0042784	MARLI FERRARI DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042129	MARYANE APARECIDA DE OLIVEIRA MACHADO	Ampla Concorrência	
0045284	MATHEUS RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0045074	MIRIAM CORREIA THOMAZ MORAES	Ampla Concorrência	
0043182	MIRIAM FRANCIELI MACHADO	Ampla Concorrência	
0045073	MIRIAN KELLI DO AMARAL SCHLIKMANN	Ampla Concorrência	

0043445	MIRIAN TREVISAN GAJAC	Ampla Concorrência	
0042517	MONICA REGINA ZANCAN	Ampla Concorrência	
0042421	MYLLENI CRISTIANE DE PAULA BARBOSA	Ampla Concorrência	
0043985	NATHALIA CAROLINE DUARTE	Ampla Concorrência	
0044621	NEIVETE APARECIDA KUNERT BERTOTTI	Ampla Concorrência	
0043479	ODILA PANTANO ZANATA	Ampla Concorrência	
0043403	PAOLA SCUSIATO	Ampla Concorrência	
0042239	PATRÍCIA FRAGOSO	Ampla Concorrência	
0042869	PATRICIA SCUSIATO BARBOZA	Ampla Concorrência	
0044302	PRISCILA LÚCIA TARTARE LOPES	Ampla Concorrência	
0044135	PRISCILA MARAFON SILVA	Ampla Concorrência	
0045339	QUELI DALMOLIN	Ampla Concorrência	
0045103	RAFAELA FERRARI	Ampla Concorrência	
0044613	RAQUEL MARIA FERNANDES	Ampla Concorrência	
0044771	REGIANE RUFATTO MARTINELLI	Ampla Concorrência	
0043967	RÉGIS RODRIGUES MOREIRA	Ampla Concorrência	
0044828	ROSANE FERREIRA MIOTTO	Ampla Concorrência	
0044870	ROSANE SIKORSKI DUARTE	Ampla Concorrência	
0044738	ROSANE SILVA DA COSTA	Ampla Concorrência	
0043279	ROSANGELA MARCONDES DA CRUZ	Ampla Concorrência	
0043098	ROSELEI APARECIDA ZAGO	Ampla Concorrência	
0043789	ROSELENE DE AMARATH GALVÃO	Ampla Concorrência	
0042304	ROSELI APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044914	ROSEMARI TONION	Ampla Concorrência	
0044627	ROSIANE DE LIMA GALVÃO FARIKOSKI	Ampla Concorrência	
0043145	ROSICLERI MORAES	Ampla Concorrência	
0044587	RUBIA CARLA CORRÊA	Ampla Concorrência	
0042646	RUDIELLEN MARSARO	Ampla Concorrência	
0044876	SAMARA DE OLIVEIRA BOARETTO HAMILTON	Ampla Concorrência	
0044808	SÂMIA LIMA RODRIGUES	Ampla Concorrência	
0043357	SANDRA MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044698	SANDRA MORSCH GIROLOMETTO	Ampla Concorrência	
0044575	SCHAIANE FACCIOCHI	Ampla Concorrência	
0042406	SILVANA REGINA MAZZUCO BUSATTA	Ampla Concorrência	
0043754	SÍLVIA GAWENDA MARCOLINA	Ampla Concorrência	
0042275	SILVIA GUTZEIT BRASIL	Ampla Concorrência	
0044958	SILVIANE GONÇALVES	Ampla Concorrência	
0044254	SIMONE FERNANDES FORNARI	Ampla Concorrência	
0044868	SOLANGE ALICE WASZCZUK ANSILUERO	Ampla Concorrência	
0043522	SUELE CAVALLI	Ampla Concorrência	
0044630	SUÉLI CRISTIANE BATISTA	Ampla Concorrência	
0044078	SUELLEN CRISTINA SANTOS DA ROSA	Ampla Concorrência	
0043477	SUELLEN SCRAMOSIN	Ampla Concorrência	
0043771	TAIANE ALVES SOARES	Ampla Concorrência	
0044981	TAILINI DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0044829	TAINARA APARECIDA RAMOS DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044842	TAIS COMICIOLI	Ampla Concorrência	
0043262	TAMIRES CRISTINA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044702	TANIA MARA DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0044758	TANIA PATRICIA DOS SANTOS SANTANA	Ampla Concorrência	
0044241	TATIANI MARINHO DE MELLO	Ampla Concorrência	
0043928	TAUANA MARCONDES DASSOGLIO	Ampla Concorrência	
0043740	TAYNARA ANDREIS	Ampla Concorrência	
0043876	THAILINI DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044296	THAINE CENCI	Ampla Concorrência	
0043650	THAIS DE LARA SANTOS DE RAMOS	Ampla Concorrência	
0044840	THAIS LINO	Ampla Concorrência	
0044211	THAYNARA GABRIELI KNAKIEVCZ	Ampla Concorrência	
0045375	VANESSA HERMESMEYER MARTINI	Ampla Concorrência	
0043430	VANESSA MARIA PALIOSA STANGARLIN	Ampla Concorrência	
0043698	VANESSA SOARES DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044342	VANICLEIA MARINHO DE MELO LEONARDI	Ampla Concorrência	
0043540	VERIDIANA DOS REIS ANDRIN	Ampla Concorrência	
0044754	VERIDIANE FORNARI DE PAULA CASTELLI	Ampla Concorrência	
0044611	VIVIANE SIQUEIRA	Ampla Concorrência	
0044508	ZENILDO ALEXANDRE PAES JUNIOR	Ampla Concorrência	
8827 - PROFESSOR MUNICIPAL 40H - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0043848	ADRIANA APARECIDA DA LUZ MACHADO	Ampla Concorrência	
0044445	ADRIANA SILVA DUARTE	Ampla Concorrência	
0043769	ADRIANA SIQUEIRA BARBOZA	Ampla Concorrência	
0042446	ADRYELI BARBOSA KALINOSKI	Ampla Concorrência	
0044622	ALEHANDRA VALQUÍRIA DE ALBUQUERQUE QUADROS	Ampla Concorrência	
0042107	ALINE IWANCZUK	Ampla Concorrência	
0044718	ALINE SILVA DUARTE	Ampla Concorrência	
0045260	AMANDA LASTA TABOLKA	Ampla Concorrência	
0045047	ANA CAROLINE ZUQUELO DA CRUZ	Ampla Concorrência	
0044799	ANA JULIA VICARI LOPES	Ampla Concorrência	
0044054	ANA MARIA MINELA	Ampla Concorrência	
0045313	ANA MARIA POLACCI	Ampla Concorrência	
0044909	ANA PAULA VESCOVI BARP	Ampla Concorrência	
0042416	ANALICE ANTUNES DE CASTRO	Ampla Concorrência	
0045355	ANDREIA APARECIDA SILVEIRA	Ampla Concorrência	
0042985	ANDREIA RODRIGUES DA SILVA	Ampla Concorrência	
0045420	ANDRESSA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044440	ANDRESSA XAVIER DA SILVA	Ampla Concorrência	
0045079	ANGELO PAULINO DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0044428	BRUNA APARECIDA DA ROSA PIRES	Ampla Concorrência	
0045432	BRUNA DA SILVA	Ampla Concorrência	

0043449	BRUNA FERNANDA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0042245	CAMILA DE FÁTIMA FERREIRA	Ampla Concorrência	
0042452	CARINE CASAGRANDE	Ampla Concorrência	
0043286	CAROLAINE CAVALLI	Ampla Concorrência	
0042933	CLARICIA HAGN	Ampla Concorrência	
0043353	CLAUDETE DO AMARAL	Ampla Concorrência	
0044893	CLAUDINÉIA ALEXSANDRA WYNNEK MONTAÑA	Ampla Concorrência	
0043157	CLEIVA INES RAUBER	Ampla Concorrência	
0044635	CLEONICE ALVES DE QUADROS	Ampla Concorrência	
0044218	CRISCIELI DALSENTE	Ampla Concorrência	
0042399	CRISTINA APARECIDA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042242	DAIANA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043055	DAIANE DE LIMA CAMPOS CALIXTO	Ampla Concorrência	
0044997	DAIANE DOS SANTOS DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044583	DAIANE RIBEIRO DE MATOS DA COSTA	PcD - Pessoa com Deficiência	
0042255	DAIANE SIMAS DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	
0045361	DAYANA DA ROSA	Ampla Concorrência	
0045030	DAYANA RITA DE SOUZA BUENO	Ampla Concorrência	
0043125	DÉBORA CAMILA PAIM BRUSTOLIN	Ampla Concorrência	
0044207	DÉBORA CRISTINA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044580	DELMA MARIZA HOPPE FERREIRA	Ampla Concorrência	
0045037	DENIZE ALVES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042205	DUANE KOGRE WOLLINGER FERNANDES	Ampla Concorrência	
0043054	EDSON NUNES CALIXTO	Ampla Concorrência	
0044706	EDUARDA NAZARIO	Ampla Concorrência	
0043348	ELAINE ELENA FERRARI	Ampla Concorrência	
0042158	ELEN SAGAZ DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043885	ELENISE DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	
0044303	ELIANE LOURENÇO FRAGOSO DA SILVA	Ampla Concorrência	
0045396	ELIGIA FRANCIELI SIMON	Ampla Concorrência	
0043038	ELISANGELA LEONARDI MESQUITA	Ampla Concorrência	
0043478	ELIZABET ROSA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043370	ELOÁ MARCELA DA VEIGA	Ampla Concorrência	
0042111	EMÍLIA TABOLKA	Ampla Concorrência	
0043393	EMILLYN GONÇALVES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042799	ENEDIR DE FÁTIMA GEHLEN BAYER	Ampla Concorrência	
0045026	ÉRIKA ROBERTA RIBEIRO CARDOSO	Ampla Concorrência	
0044126	EVELYN CRISTINA RIBEIRO KURPEL	Ampla Concorrência	
0045086	FABIANA PATRICIA DIAS	Ampla Concorrência	
0042342	FABIANI DE VARGAS	Ampla Concorrência	
0044717	FERNANDA SILVA DUARTE	Ampla Concorrência	
0045354	FRANCELIA APARECIDA TITTON DOS PASSOS	Ampla Concorrência	
0042531	FRANCIELE DA SILVA PERETTI	Ampla Concorrência	
0045362	FRANCIELI DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044184	FRANCISLEI MACHADO GALLEAZZI	Ampla Concorrência	
0044928	GABRIELA FOLMER MISS	Ampla Concorrência	
0042884	GABRIELI MOCELIN DE CEZARO	Ampla Concorrência	
0044233	GABRIELLY CHAVES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0045200	GEOVANNA FERNANDA NEVES FORMAIO	Ampla Concorrência	
0043322	GIOVANA PENASOL DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044654	GISELE CRISTINA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044798	GISELE LEMOS QUOOS	Ampla Concorrência	
0044239	GISLAINE DE COL	Ampla Concorrência	
0042934	GRAZIELA NOVAIS	Ampla Concorrência	
0043991	ILENA DA APARECIDA OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0043530	ISABELA DE FREITAS	Ampla Concorrência	
0045399	IVONETE DOS SANTOS DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0043761	JANAINA DA ROCHA MENDES	Ampla Concorrência	
0042667	JANDIRA DOS SANTOS VISNIESKI	Ampla Concorrência	
0043760	JAQUELINE DA FONSECA DA LUZ	Ampla Concorrência	
0042365	JAQUELINE FERREIRA BOLZANELL	Ampla Concorrência	
0045276	JESSICA APARECIDA MALINOWSKI	Ampla Concorrência	
0042076	JOANA CRISTINA DA ROSA INGLES	Ampla Concorrência	
0044128	JOÃO GUILHERME DE SOUZA ROCHA	Ampla Concorrência	
0044664	JOCIANE DE ANDRADE	PcD - Pessoa com Deficiência	
0043425	JOELMA CELESTINO DE PAULA	Ampla Concorrência	
0042070	JOSÉ CARLOS JANECZKO	Ampla Concorrência	
0043171	JOSEANE BRASIL DALMOLIN	Ampla Concorrência	
0044299	JOSIANE BERNIERI	Ampla Concorrência	
0042329	JOSICLEIA DAS NEVES PRUX	Ampla Concorrência	
0043123	JULIANA DE LIMA LOCATELLI	Ampla Concorrência	
0042628	JULIANA PAULA SOUTHIER DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0045028	KACIELI DE FÁTIMA DA SILVA E SOUZA	Ampla Concorrência	
0043744	KAROLINA DIAS SCHEMELLER	Ampla Concorrência	
0045397	KAROLINE APARECIDA RODRIGUES	Ampla Concorrência	
0044083	KATHIELY TELES DE MATTOS	Ampla Concorrência	
0045154	KAUANA LUISA SKITTBERG BALBINOT	Ampla Concorrência	
0042814	KAUANE APARECIDA DE SOUZA MUSSATTO	Ampla Concorrência	
0043141	KAUANE DE LIMA DA SILVA LIMA	Ampla Concorrência	
0045138	KELLEN FABIANE FERREIRA	Ampla Concorrência	
0044376	KELLY ADRYANA GREEF DOS SANTOS BARBOSA	Ampla Concorrência	
0044694	KETLYN DAIANNY LOPES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0045105	LAILA MARINHO ASSIS	Ampla Concorrência	
0042055	LARISSA ALANA NOVAES	Ampla Concorrência	
0045065	LEANDRA PAULA ALUPP	Ampla Concorrência	
0043864	LETICIA LALESKA GABRIEL	Ampla Concorrência	
0043234	LETICIA PAMELA ROSA	Ampla Concorrência	
0043047	LUCIANA APARECIDA JESBICK FAORO	Ampla Concorrência	
0042542	LUCIANA NIENDICKER DA SILVA	Ampla Concorrência	

0044978	LUCIANA VILLAR DA ROCHA MONTANHEIRO DE SOUZA	PcD - Pessoa com Deficiência	
0044631	LUCIANE ALVES DE REZENDE	Ampla Concorrência	
0044176	LUCIMARA DE ARAUJO SILVA	Ampla Concorrência	
0044954	LUCIMARA QUADROS DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044338	LUELEN CARDOZO KUCHLA	Ampla Concorrência	
0044357	LUZIA MARCIA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043257	MARCIA BERNARDI	Ampla Concorrência	
0042888	MARCIANE GIELOW	Ampla Concorrência	
0044894	MARIA ISABEL SANTOS POLESE	Ampla Concorrência	
0044355	MARIA JULIANA MIRANDA CORA	Ampla Concorrência	
0043537	MARIA LETICIA FACHIN	Ampla Concorrência	
0045208	MARICIANI ALVES	Ampla Concorrência	
0043861	MARIELI FREITAS OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0043114	MARILICE FERNANDA DOS SANTOS OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0043293	MARIVONE VIEIRA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0045289	MARLI DOS SANTOS PACHECO	Ampla Concorrência	
0043496	MICHELI MUNIZ	Ampla Concorrência	
0043470	MILENE FARIAS DE FREITAS	Ampla Concorrência	
0044499	NATALIA DALLACORT MORAES VASSELECHEN	Ampla Concorrência	
0044786	NATANIELI LUIZ DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043770	NICOLI GILIOLI	Ampla Concorrência	
0043686	PAMELA CRISTINE BRAGA	Ampla Concorrência	
0043064	PEDRO PAULO BODANESE	Ampla Concorrência	
0042214	RAFAEL CARLOS CARNEIRO	Ampla Concorrência	
0042674	RAISSA TAINARA DE QUADROS	Ampla Concorrência	
0043248	RAQUEL FÁTIMA DE BASTIANO POLEZE	Ampla Concorrência	
0045153	REGIANE PEZZI	Ampla Concorrência	
0042978	REGIANE TODERO	Ampla Concorrência	
0044396	RENATA CRISTINE ASSIS DE OLIVEIRA DE MENEZES	Ampla Concorrência	
0042269	RHAYANE KIARA DA CRUZ	Ampla Concorrência	
0044617	ROSANA DE LIMA	Ampla Concorrência	
0045332	ROSANE DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043755	ROSE MERY SOUTHIER GOMES	Ampla Concorrência	
0043715	ROSELAINE BATOCHIO	Ampla Concorrência	
0044961	ROSELENE RODRIGUES DE JESUS OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0043818	ROSELI RODRIGUES DA ROSA	Ampla Concorrência	
0042603	ROSENILDE RAMOS	Ampla Concorrência	
0042691	ROSILDA ANTUNES DE JESUS	Ampla Concorrência	
0042237	SAMARA TABOLKA	Ampla Concorrência	
0044633	SAMIA KARINA RAMOS DE ANDRADE	Ampla Concorrência	
0045322	SANDRA MARA GOMES DA SILVA BIN	Ampla Concorrência	
0042170	SANDRA MOREIRA	Ampla Concorrência	
0042216	SANDRA OLIVEIRA GUIMARÃES	Ampla Concorrência	
0044732	SANDRA SKITTBERG SILVA	Ampla Concorrência	
0044341	SCHEILA DE JESUS BARBOZA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044526	SIDIONE NEILA VANZELLA	Ampla Concorrência	
0045009	SIDNEI VARGAS	Ampla Concorrência	
0043752	SILMARA RODRIGUES DA ROSA BOGGIO	Ampla Concorrência	
0045100	SIMONE SPEGIORIN	Ampla Concorrência	
0045036	SIRLEI CARVALHO DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	
0045183	SOLANGE DE FÁTIMA MONTEIRO DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044957	SOLANGE MARIA LENZ COROLESQUI	Ampla Concorrência	
0043655	SOLANGE VIEIRA	Ampla Concorrência	
0044594	SONIA DO CARMO DE ALENCAR	Ampla Concorrência	
0044438	SONIA MARA CARNEIRO	Ampla Concorrência	
0044481	SONIA MICHELS	Ampla Concorrência	
0042148	STÉFANY RIBEIRO BOLSSÃO	Ampla Concorrência	
0044497	STELLA LUIZA ZUQUI BIAVA	Ampla Concorrência	
0043890	SUELE DA ROSA TRENTINI	Ampla Concorrência	
0045175	SUELEN DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0045320	SUELEN SCHINAIDER	Ampla Concorrência	
0042584	TAIS GUESSER	Ampla Concorrência	
0043223	TAMARA PICCOLI FARIAS	Ampla Concorrência	
0042340	TAMIRES CRISTIANE TRAMARIN	Ampla Concorrência	
0044802	TAMÍS DE CEZERO PARZIANELLO	Ampla Concorrência	
0043005	TATIANE SIECKER	Ampla Concorrência	
0043304	TAYANE SANTOS DE FRANÇA	Ampla Concorrência	
0045238	TAYNARA PIACENTINI PETKOWICZ	Ampla Concorrência	
0045127	THAÍS DUARTE GONÇALVES	Ampla Concorrência	
0044787	THAÍS GORCK RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0045314	THAIS ZENI GRANDO	Ampla Concorrência	
0043446	VANDERLÉIA INÁCIO SPAGNOL SCHON	Ampla Concorrência	
0043233	VANESSA APARECIDA XAVIER	Ampla Concorrência	
0044391	VANESSA MORAES BARBOSA	Ampla Concorrência	
0044463	VANESSA PASQUALOTTO	Ampla Concorrência	
0042545	VANESSA SEHN	Ampla Concorrência	
0044539	VANESSA VENAZZI	Ampla Concorrência	
0044012	VIVIANE PADILHA	Ampla Concorrência	
0042332	WESLEY ADRIANO DE LIMA MARQUES	Ampla Concorrência	
0042507	YOHANNE DANGUI KREVE	Ampla Concorrência	
0044146	YURI CARDOSO QUEVEDO RODRIGUES	Ampla Concorrência	
8828 - PROFESSOR MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20H - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0044916	ADNAN DALMOLIN	Ampla Concorrência	
0044280	ALINE DE PAULA	Ampla Concorrência	
0044795	ANDRESSA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044469	DARIANE DE FATIMA GUBERT DA ROSA STRAPAZZON	Ampla Concorrência	
0042911	DIEGO SEMBAY	Ampla Concorrência	
0044129	EDUARDO GABRIEL DUARTE	Ampla Concorrência	

0044212	ELIANE GRANA BORGA	Ampla Concorrência	
0042506	EMANUEL ARAUJO DALBOSCO	Ampla Concorrência	
0044048	EMERSON DE JESUS DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0045323	ERIK LUCCA	Ampla Concorrência	
0042293	FILIPE THIAGO RECH	Ampla Concorrência	
0044097	FRANCIELI GRANDO LASTA	Ampla Concorrência	
0045257	GABRIEL TURRA	Ampla Concorrência	
0045385	GISELE MELLO DE LIMA	Ampla Concorrência	
0043993	GYLVAN LOIZIO DE LARA FIGUEIRÓ	Ampla Concorrência	
0045331	IGOR BIZZOTTO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	
0044496	JULIANA ESPOSITO	Ampla Concorrência	
0043081	JULIANO ZATT	Ampla Concorrência	
0045097	KAYANE VITORIA LOREGIAN	Ampla Concorrência	
0043176	LEANDRO FELIPE GAZZIERO	Ampla Concorrência	
0042145	LISANGELA MARONI	Ampla Concorrência	
0043556	LUCAS DALTOE D AVILA	Ampla Concorrência	
0045343	MARILEI SANTI	Ampla Concorrência	
0044937	MAURICIO COLDEBELLA	Ampla Concorrência	
0044797	MAYARA BRASIL MUHLENBRUCK	Ampla Concorrência	
0045290	NÁDIJA DE OLIVEIRA PAIXÃO	Ampla Concorrência	
0042840	RAISSA THAINÁ FERREIRA	Ampla Concorrência	
0043999	RODRIVAINE PEREIRA DUARTE COLLA	Ampla Concorrência	
0044392	RONALDO DE PAULA BAIFFUS	Ampla Concorrência	
0045168	RONALDO WANDSCHER	Ampla Concorrência	
0044765	ROSANE PEREIRA DUARTE	Ampla Concorrência	
0045156	SAMUEL VINICIUS ROTERMEL	Ampla Concorrência	
0042326	STEFANI BRUM	Ampla Concorrência	
8829 - PSICÓLOGO - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0043421	ADRIANA CZELUSNIAK	PcD - Pessoa com Deficiência	
0044833	ALEXANDER COMELLI	Ampla Concorrência	
0044314	ALEXANDRA KURPEL	Ampla Concorrência	
0042435	ALINE LETICIA PINTO	Ampla Concorrência	
0042122	AMANDA DROPA MATTEI	Ampla Concorrência	
0044437	AMANDA EDUARDA SIMIONATTO COLPANI	Ampla Concorrência	
0043084	AMANDA JULIA CASAGRANDE	Ampla Concorrência	
0044922	AMANDA MAYARA DE SOUZA	Ampla Concorrência	
0042308	AMANDA SANTOS MACHADO	Ampla Concorrência	
0043161	ANA CAROLINA BORGES DE QUADROS	Ampla Concorrência	
0045134	ANA CAROLINA BUENO CHAVES	Ampla Concorrência	
0045416	ANA CRISTINA PALHOSA	Ampla Concorrência	
0042320	ANA ELIZA LONIEN	Ampla Concorrência	
0044300	ANA FLÁVIA SILVA CABRAL	Ampla Concorrência	
0042708	ANA JULIA ALBUQUERQUE	Ampla Concorrência	
0045066	ANA LUIZA PROVENSI	Ampla Concorrência	
0043874	ANA LUIZA RAYZEL	Ampla Concorrência	
0042967	ANTONIO MARCOS CHAGAS PAIVA	Ampla Concorrência	
0045283	ARTHUR KRUEGER RANSOLIN	Ampla Concorrência	
0042597	ÁTILA RENAN CASTILHOS QUINONEZ	Ampla Concorrência	
0042056	AYLA CECILE DE AMORIM VILAS BOAS	Ampla Concorrência	
0045369	BERNARDO ISAAC CAIMI GONÇALVES	Ampla Concorrência	
0042173	BRUNO FELIPE ROSA	Ampla Concorrência	
0042120	BRUNO FERNANDO FREITAS SAGANSKI	Ampla Concorrência	
0045104	CAMILA BALBINOT TREMEA	Ampla Concorrência	
0043880	CARINE WAGNER	Ampla Concorrência	
0043682	CARLOS EDUARDO GROSS ALVES	Ampla Concorrência	
0043160	CAROLINA SCHUMACHER	Ampla Concorrência	
0043986	CAROLINE PLAKITKA LAVEZZO	Ampla Concorrência	
0042059	CILMARA SOARES	Ampla Concorrência	
0045101	CRYSTHIAN WINICIUS FREITAS WINDBERG	Ampla Concorrência	
0042550	DANIELA APARECIDA TOMALACK	Ampla Concorrência	
0043039	DANIELE NOGUEIRA	Ampla Concorrência	
0043517	DANIELI GASPARI SKOWRONSKI	Ampla Concorrência	
0045048	DÉBORAH MOESCH SEHN	Ampla Concorrência	
0045158	DHEBORA CRYSTINA ALVES DOS SANTOS FRANCO	Ampla Concorrência	
0043229	EDUARDA APARECIDA FRIZON	Ampla Concorrência	
0042053	EDUARDA BORGES FILIPIAK	Ampla Concorrência	
0044974	ELIANE LEIDY DE ALMEIDA AMARAL	Ampla Concorrência	
0045265	EMELLY MAYARA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0044869	EVA DAIK MENGISZTKI	Ampla Concorrência	
0044503	EVA WILMA LEITE DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044456	EVELIN MILENA ALVES DE MORAIS	Ampla Concorrência	
0045227	EVELYN VITORIA	Ampla Concorrência	
0045225	FABIELI MULLER	Ampla Concorrência	
0044271	FABRINE LUANA FERREIRA BRANDÃO	Ampla Concorrência	
0044217	FERNANDA FORTE PRICHULA	Ampla Concorrência	
0044836	FLORIZA SAPLAK	Ampla Concorrência	
0045075	FRANCISCO SILVA DOS ANJOS	Ampla Concorrência	
0044579	GENNER MATEUS SECCO	Ampla Concorrência	
0045091	GEOVANA VITÓRIA SULZBACH	Ampla Concorrência	
0044436	GIOVANA FACCIN DE BORTOLI	Ampla Concorrência	
0043921	GUSTAVO HENRIQUE DE PAULA BIESEK	Ampla Concorrência	
0045247	HELOISA SANTOLIN DA SILVA	Ampla Concorrência	
0045376	ISAAC FERREIRA GONÇALVES	Ampla Concorrência	
0044782	ISABELA STRAPAZZON HOLTZ	Ampla Concorrência	
0043006	ISADORA BALBINOTTI DE LOURENÇO	Ampla Concorrência	
0043681	ISADORA DA MOTTA ALCANTARA	Ampla Concorrência	
0043173	ITALAIANE BRITO	Ampla Concorrência	
0043235	IVAM CARLOS HERMES	Ampla Concorrência	

0045398	JAYNE COCHINSKI DE ANDRADE	Ampla Concorrência	
0044705	JESSICA PADILHA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044790	JÉSSICA RODRIGUES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0043030	JEZREEL LUCAS ALVES RODRIGUES	Ampla Concorrência	
0045188	JOÃO AUGUSTO PAGLIARI	Ampla Concorrência	
0044911	JOÃO VICTOR KOCH	Ampla Concorrência	
0044015	JOÃO VITOR BUENO DREHER	Ampla Concorrência	
0044680	JULIA MARIA GARCIA COLLA	Ampla Concorrência	
0042313	KATIUSSA REGINA KLOSTER	Ampla Concorrência	
0042175	KAUANA SOARES DE ANDRADE	Ampla Concorrência	
0042621	KAUANE RODIGHERO	Ampla Concorrência	
0043763	KEILA LUANA BITENCOURT DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044595	KELIN CRISTINA DE SOUZA TIBRES	Ampla Concorrência	
0043987	LARISSA DELFES	Ampla Concorrência	
0042901	LEANDRA MACHADO PASSINI	Ampla Concorrência	
0045220	LEONARDO TIMOTEO MOREIRA	Ampla Concorrência	
0043009	LETICIA HELEN DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044998	LETICIA MARIA SINHORIN	Ampla Concorrência	
0043475	LIRIANI FABRIS	Ampla Concorrência	
0044198	LUANA MARIA BONATTO LIBARDONI	Ampla Concorrência	
0045437	LUANA MINIUK DA COSTA	Ampla Concorrência	
0044464	LUCAS GABRIEL ALVES RODRIGUES	Ampla Concorrência	
0045025	LUCAS RIESEMBERG FERREIRA	Ampla Concorrência	
0045098	MANUELA AUGUSTIN	Ampla Concorrência	
0042618	MARCO ANTONIO BOASTIK	Ampla Concorrência	
0043690	MARCOS EDUARDO SCHMEING	Ampla Concorrência	
0043045	MARIA DAS DORES SÍRIA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044204	MARIA EDUARDA FONSECA	Ampla Concorrência	
0042613	MARIA EDUARDA MACEDO SCHIAVINI	Ampla Concorrência	
0043737	MARIA GEOVA DA SILVA LIMA	Ampla Concorrência	
0044134	MARIA MEIRIANDE DA SILVA NOLASCO	Ampla Concorrência	
0042514	MARIA TEREZA PORTELA	PcD - Pessoa com Deficiência	
0045307	MARIANA DE FATIMA MELLO LIMA	Ampla Concorrência	
0044196	MARIANA HRENECZEN	Ampla Concorrência	
0043762	MARIANE DE OLIVEIRA COLLARES	Ampla Concorrência	
0043923	MARINA BATTOCCHIO	Ampla Concorrência	
0043627	MARISTANE RODRIGUES DA SILVA VACCA	Ampla Concorrência	
0045248	MATEUS HENRIQUE FURLAN	Ampla Concorrência	
0043329	MATEUS PERIN BAVARESCO	Ampla Concorrência	
0044826	MATHEUS RIBEIRO DA ROSA CRESTANI	Ampla Concorrência	
0043156	MAURICIO MENSCH FIORI	Ampla Concorrência	
0043731	MÔNICA GHIDIN	Ampla Concorrência	
0044956	NATALIA DE LIMA	Ampla Concorrência	
0042393	NATALIA MILANI	Ampla Concorrência	
0044933	NATÁLIA REINO DE MORAES	Ampla Concorrência	
0043339	NATHIELI SOUZA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044187	NICOLE ROBERTA ZAMPROGNA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0045043	PATRICIA CAROLINE DOS SANTOS GONCALVES	Ampla Concorrência	
0045251	PATRÍCIA EMILY BRAGA	Ampla Concorrência	
0042949	PATRICIA UHLIK	Ampla Concorrência	
0043073	PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE JESUS	Ampla Concorrência	
0042929	PHRISCILLA ROSA DE ANDRADE REZENDE	Ampla Concorrência	
0044255	POLYANA CRISTINA SANTANA	Ampla Concorrência	
0043843	PRECILA FIORENTIN	Ampla Concorrência	
0043116	RAFAELA BECKER	Ampla Concorrência	
0044547	RAPHAELA THAYSA DE PAULA	Ampla Concorrência	
0043050	RAYANE DOS SANTOS FOREKEVICZ SILVA	Ampla Concorrência	
0044752	REUEL ALBERTO ARAUJO	Ampla Concorrência	
0042610	SANDRA ROSA	Ampla Concorrência	
0043708	SARA CRISTINA MARTINS VALTER	Ampla Concorrência	
0042110	SORAYA GABRIELA POLESELO	Ampla Concorrência	
0044188	TACILA CAMARGO MAURICIO	Ampla Concorrência	
0043440	TAINA LUIZA GIACOMIN	Ampla Concorrência	
0042080	TALITA CRISTINA DEBASTIANI	Ampla Concorrência	
0044741	TAYLINE ANDREIS	Ampla Concorrência	
0043815	TAYNA PELISSARO DIESEL	Ampla Concorrência	
0045287	THAIS PUHL TARTARI	Ampla Concorrência	
0043221	THALIA ANTUNES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0045016	THALYA ZANATA POHREN	Ampla Concorrência	
0042516	TUANI SAVARIS	Ampla Concorrência	
0042058	TULIO YUDI ISHIKAWA	Ampla Concorrência	
0042981	VANESSA DA SILVA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042588	VANESSA SMAHA DE ARAUJO	Ampla Concorrência	
0042423	VICTOR FELIPE DUARTE CLAUDIANO	Ampla Concorrência	
0042247	VINÍCIUS RODRIGUES SOARES	Ampla Concorrência	
0043689	VITOR HUGO FUZINATTO	Ampla Concorrência	
0043629	VITOR MATEUS QUADROS ALVES TEIXEIRA	Ampla Concorrência	
0043956	VITOR ROSSETTI PERIN	Ampla Concorrência	
0044766	VITÓRIA GUAREZ	Ampla Concorrência	
0044853	VITÓRIA KUHN	Ampla Concorrência	
8830 - TERAPEUTA OCUPACIONAL - CORONEL VIVIDA			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	
0042626	CLEIDIANI SAMPAIO BARBOSA	Ampla Concorrência	
0042376	JAQUELINE DE ALMEIDA PASQUALOTTO	Ampla Concorrência	
0044190	JESSICA MARA MOOZ	Ampla Concorrência	
0043254	LILIANE BIM DE CRISTO	Ampla Concorrência	
0044729	TACIELLY OLIVEIRA FLORES ZULPO	Ampla Concorrência	
8831 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS - MADALOSSO			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**	

0043499	ADRIANA BARBOSA DA SILVA TEIXEIRA	Ampla Concorrência	
0045052	ALANA THALITA KARPINSKI DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
0042927	AMANDA IARA DE LIMA	Ampla Concorrência	
0042574	ANDRESSA BRUSTOLIN	Ampla Concorrência	
0044096	BRENDA THALYA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0043200	CAMILA MOREIRA RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0042078	DANIELE TELLES HENRIQUE	Ampla Concorrência	
0042355	DEBORA BALZAN	Ampla Concorrência	
0045122	DIESSICA IANA	Ampla Concorrência	
0044921	DULCINEIA DOS SANTOS JAZZINI	Ampla Concorrência	
0042731	DYESSEI BELISARIO PARCIANELLO	Ampla Concorrência	
0042234	EDUARDA QUIRINO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0045014	ELAINE RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0042291	ELIS REGINA IGNACIO DE LIMA	Ampla Concorrência	
0043935	FABIO DOEBBER LIMA	Ampla Concorrência	
0042223	GABRIELI DOS SANTOS LIMA	Ampla Concorrência	
0042168	INDIAMARA DE FÁTIMA GONSALVES	Ampla Concorrência	
0042522	IONE DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0044839	JANICE ANTUNES BORGES BELLO	Ampla Concorrência	
0044628	JILIANE MONTEIRO GHISOLFI	Ampla Concorrência	
0043420	JOCELEI FERREIRA CARLIN	Ampla Concorrência	
0042125	JOCIANI IGNACIO DE LIMA	Ampla Concorrência	
0044665	JORDANA DE OLIVEIRA RIBEIRO	Ampla Concorrência	
0043899	JOSIANE BERNARDINO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042477	JOSIANE CORREA NEVES	Ampla Concorrência	
0044847	JULIA STEIN DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044080	KAROLYNE DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	
0045164	LENIR TEREZINHA SCHEIBEL	Ampla Concorrência	
0044524	LUCIANA DA SILVA JOHUSON	Ampla Concorrência	
0045337	LUIS VITOR MENDES TAVARES DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044912	MARIA SALETE RIBEIRO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
0042633	MARIANA VAZ DA SILVA	Ampla Concorrência	
0042440	MARLENE DA APARECIDA BARBOZA	Ampla Concorrência	
0042969	MILENA RAFAELA MENEZES DUTRA	Ampla Concorrência	
0044774	NAIARA CAROLINE NUNES ZANELLA	Ampla Concorrência	
0044889	NATHALIA MARIA RECH	Ampla Concorrência	
0044727	NILO ZANELLA	Ampla Concorrência	
0042140	PATRICIA DE FATIMA ANUNCIATO	Ampla Concorrência	
0043060	PAULO CESAR SANTOS	Ampla Concorrência	
0043850	PRISCILA APARECIDA BITTENCOURT	Ampla Concorrência	
0042193	RAQUEL DA SILVA JOHUSON	Ampla Concorrência	
0042219	RHADASSA GARBIN BOGGIO	Ampla Concorrência	
0045255	ROSÂNGÉLA FÁTIMA DA SILVA	Ampla Concorrência	
0043981	SANDRA MARIA VALENZA	Ampla Concorrência	
0042093	SANDRA SCUSIATO	Ampla Concorrência	
0045275	SCHAIANE ANTONIA RODRIGUES DA SILVA	Ampla Concorrência	
0044257	SIMONE DOS SANTOS NERES	Ampla Concorrência	
0043306	SONIA GARBIN	Ampla Concorrência	
0043594	WILLERSON BELISARIO NUNES	Ampla Concorrência	

Publicado por:
Samara de Moraes Spagnoli
Código Identificador:133E6D93

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23879/2026

DECRETO Nº 23879/2026

Concede Gratificação de Progressão de Carreira por Aperfeiçoamento aos servidores.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Gratificação de Progressão de Carreira por Aperfeiçoamento no percentual de 10% (dez por cento) sobre o vencimento básico, a partir de 01 de outubro de 2026, com base no Artigo 95 - incisos V e VI da Lei 1666/2011, aos servidores abaixo relacionados:

MATRICULA	NOME	CARGO	CURSO	INSTITUIÇÃO
19828-1	Andressa Aparecida Lazzarotto	Enfermeira	Pós-Graduação em Urgência e Emergência Hospitalar	Faculdade FACUMINAS
19820-1	Divanir Soares Aguiar	Técnico em Enfermagem	Graduação em Gestão Pública	Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera
19821-1	Elda Venancio Chaves	Técnico em Enfermagem	Graduação em Enfermagem	Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera
19819-1	Eliane Dambros Andretta	Técnico em Enfermagem	Graduação em Gestão Pública	Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera
19819-1	Eliane Dambros Andretta	Técnico em Enfermagem	Pós-Graduação em Gestão Pública	Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera
19817-1	Jessica Rodrigues Pinto de Col	Técnico em Enfermagem	Graduação em Gestão Pública	Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera
19830-1	Louize Cristine Rossi	Enfermeira	Pós-Graduação em Saúde Pública com Ênfase em ESF – Estratégia Saúde da Família	Faculdade Venda Nova do Imigrante

19822-1	Micheli Szczepkowski Favero	Técnico em Enfermagem	Graduação em Gestão Pública	Centro Universitário Internacional - UNINTER
19822-1	Micheli Szczepkowski Favero	Técnico em Enfermagem	Pós-Graduação em Administração Pública e Gerência de Cidades	Centro Universitário Internacional - UNINTER
19824-1	Natiele Luize Maronesi	Enfermeira	Pós-Graduação em Enfermagem em Urgência e Emergência – Área de Conhecimento: Saúde e Bem-Estar	Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera
19823-1	Paula Jennifer de Oliveira Leal	Técnico em Enfermagem	Graduação em Gestão Publica	Universidade Cruzeiro do Sul

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de a partir de 01 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:74493D1A

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPTRAN

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi				
imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração				
de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV				
até 23/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ACM9C00	275410D000051258	17/07/2026	74550	R$ 130.16
ADD7A04	275410D000051032	20/07/2026	74550	R$ 130.16
AER1J24	275410D000050883	17/07/2026	74550	R$ 130.16
AFO6F88	275410D000051351	19/07/2026	74550	R$ 130.16
AFQ7G00	275410D000051291	18/07/2026	74550	R$ 130.16
AJA1179	275410D000051009	20/07/2026	74550	R$ 130.16
AJY5155	275410D000050923	18/07/2026	74630	R$ 195.23
AKA5F96	275410D000051275	17/07/2026	74550	R$ 130.16
AKE0E90	275410D000051310	19/07/2026	74550	R$ 130.16
AKT2531	275410D000050895	17/07/2026	74550	R$ 130.16
AKT2531	275410D000050885	17/07/2026	74550	R$ 130.16
AKW5D41	275410T000002750	16/07/2026	51851	R$ 195.23
ALA6D76	275410D000051315	19/07/2026	74550	R$ 130.16
ALH7281	275410D000051296	18/07/2026	74550	R$ 130.16
ALW3843	275410D000051003	19/07/2026	74550	R$ 130.16
ALY3A24	275410L000001214	17/07/2026	55412	R$ 195.23
AMG6I42	275410D000050979	19/07/2026	74550	R$ 130.16
AMS0257	275410D000050886	17/07/2026	74550	R$ 130.16
AMW6D77	275410L000001213	17/07/2026	55412	R$ 195.23
ANC1481	275410D000050904	17/07/2026	74550	R$ 130.16
ANE4080	275410D000050985	19/07/2026	74550	R$ 130.16
ANE6758	275410D000050896	17/07/2026	74550	R$ 130.16
ANH3716	275410D000051000	19/07/2026	74550	R$ 130.16
ANP5F24	275410D000050911	17/07/2026	74550	R$ 130.16
ANX3974	275410D000051007	19/07/2026	74550	R$ 130.16
ANX3974	275410D000050908	17/07/2026	74630	R$ 195.23
ANX3974	275410D000050907	17/07/2026	74630	R$ 195.23
AOE2I30	275410T000002767	17/07/2026	76331	R$ 293.47
AOH6H93	275410D000050993	19/07/2026	74550	R$ 130.16
AOI4B11	275410D000048745	13/06/2026	74550	R$ 130.16
AOK7619	275410D000050909	17/07/2026	74550	R$ 130.16
AOT6I88	275410D000051302	18/07/2026	74550	R$ 130.16
APA4G64	275410D000050980	19/07/2026	74630	R$ 195.23
APW0412	275410D000051015	20/07/2026	74550	R$ 130.16
APW0412	275410D000051016	20/07/2026	74630	R$ 195.23
APY1516	275410D000050959	18/07/2026	74550	R$ 130.16
AQG4642	275410L000001212	17/07/2026	55412	R$ 195.23
AQG4642	275410L000001224	16/07/2026	55412	R$ 195.23
AQK4881	275410D000051012	20/07/2026	74550	R$ 130.16
AQS7115	275410L000001222	16/07/2026	55412	R$ 195.23
ARN9A79	275410D000050971	18/07/2026	74630	R$ 195.23
ARQ1G48	275410D000051011	20/07/2026	74550	R$ 130.16
ARQ1G48	275410D000051044	20/07/2026	74630	R$ 195.23
ARQ1G48	275410D000051043	20/07/2026	74710	R$ 880.41
ARQ1G48	275410D000051051	21/07/2026	74550	R$ 130.16
ARQ1G48	275410D000051010	20/07/2026	74550	R$ 130.16
ARQ1G48	275410D000051050	21/07/2026	74630	R$ 195.23
ARX6D52	275410D000051307	19/07/2026	74550	R$ 130.16
ASA3319	275410D000051038	20/07/2026	74710	R$ 880.41

ASA3319	275410D000050863	16/07/2026	74550	R$ 130.16
ASB6J86	275410D000051274	17/07/2026	74550	R$ 130.16
ASB9681	275410D000050874	17/07/2026	74550	R$ 130.16
ASB9681	275410D000050873	17/07/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000050915	17/07/2026	74630	R$ 195.23
ASH4D84	275410D000050965	18/07/2026	74550	R$ 130.16
ASJ2484	275410D000051049	21/07/2026	74550	R$ 130.16
ASJ2869	275410D000050897	17/07/2026	74550	R$ 130.16
ASO8D52	275410D000050898	17/07/2026	74550	R$ 130.16
ATB1A13	275410T000002769	17/07/2026	51930	R$ 293.47
ATE1651	275410D000051256	17/07/2026	74550	R$ 130.16
ATU4C56	275410D000051277	17/07/2026	74630	R$ 195.23
ATY1E67	275410D000051361	20/07/2026	74550	R$ 130.16
ATZ6A56	275410D000051359	20/07/2026	74550	R$ 130.16
AUJ7141	275410D000051026	20/07/2026	74630	R$ 195.23
AUN8396	275410D000050987	19/07/2026	74550	R$ 130.16
AUW2544	275410D000051303	18/07/2026	74550	R$ 130.16
AUW9F11	275410D000051033	20/07/2026	74550	R$ 130.16
AVE7F62	275410D000050934	18/07/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000050988	19/07/2026	74550	R$ 130.16
AVO9E36	275410D000050967	18/07/2026	74630	R$ 195.23
AVP9J12	275410D000051304	18/07/2026	74630	R$ 195.23
AVP9J12	275410D000050964	18/07/2026	74550	R$ 130.16
AVQ2H80	275410D000051370	20/07/2026	74550	R$ 130.16
AVQ8F97	275410D000046252	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AVQ8F97	275410D000046253	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AVT2448	275410T000002756	17/07/2026	51851	R$ 195.23
AVT2448	275410T000002755	17/07/2026	76331	R$ 293.47
AVV6967	275410D000050970	18/07/2026	74630	R$ 195.23
AVW6B63	275410D000050899	17/07/2026	74550	R$ 130.16
AVZ4E84	275410D000048725	12/06/2026	74550	R$ 130.16
AWC4C87	275410T000002470	16/07/2026	76331	R$ 293.47
AWL7B53	275410D000051371	20/07/2026	74630	R$ 195.23
AWM1G39	275410D000051311	19/07/2026	74550	R$ 130.16
AWM9G36	275410T000002472	17/07/2026	76331	R$ 293.47
AWS3C02	275410D000051245	16/07/2026	74550	R$ 130.16
AWS4520	275410D000050912	17/07/2026	74550	R$ 130.16
AXA3D84	275410D000051362	20/07/2026	74550	R$ 130.16
AXB8E55	275410D000050995	19/07/2026	74550	R$ 130.16
AXF8477	275410D000050989	19/07/2026	74550	R$ 130.16
AXG6J74	275410D000050968	18/07/2026	74550	R$ 130.16
AXH2580	275410T000002768	17/07/2026	76331	R$ 293.47
AXV1D87	275410D000050933	18/07/2026	74550	R$ 130.16
AXY3F73	275410D000051312	19/07/2026	74550	R$ 130.16
AZD7C75	275410T000002752	17/07/2026	73232	R$ 130.16
AZI8488	275410D000051293	18/07/2026	74550	R$ 130.16
AZL6966	275410D000050975	19/07/2026	74630	R$ 195.23
AZM1H03	275410D000046195	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AZQ9549	275410T000002283	16/07/2026	76331	R$ 293.47
AZS5442	275410D000050991	19/07/2026	74550	R$ 130.16
AZW3A96	275410L000001217	16/07/2026	55412	R$ 195.23
BAG5F25	275410D000050990	19/07/2026	74550	R$ 130.16
BAQ2E97	275410D000050868	16/07/2026	74550	R$ 130.16
BAR5398	275410T000002761	17/07/2026	76331	R$ 293.47
BAS7A18	275410T000002765	17/07/2026	61220	R$ 293.47
BAV0B00	275410D000051358	19/07/2026	74710	R$ 880.41
BAV5785	275410D000051354	19/07/2026	74550	R$ 130.16
BAZ8096	275410D000046187	18/05/2026	74550	R$ 130.16
BAZ9E61	275410D000051339	19/07/2026	74550	R$ 130.16
BBI9D82	275410D000046145	17/05/2026	74550	R$ 130.16
BBP2E60	275410T000002757	17/07/2026	76331	R$ 293.47
BCD7634	275410D000051325	19/07/2026	74550	R$ 130.16
BCG6337	275410D000051287	18/07/2026	74630	R$ 195.23
BCM5423	275410T000002760	17/07/2026	76331	R$ 293.47
BCT7B94	275410D000051271	17/07/2026	74550	R$ 130.16
BCX8G89	275410D000051329	19/07/2026	74550	R$ 130.16
BCY6A41	275410D000050930	18/07/2026	74630	R$ 195.23
BCY6A41	275410D000050948	18/07/2026	74630	R$ 195.23
BCY6A41	275410D000050931	18/07/2026	74710	R$ 880.41
BDE4D45	275410T000002770	17/07/2026	60175	R$ 293.47
BDP4J72	275410D000051040	20/07/2026	74630	R$ 195.23
BDT7I13	275410D000051336	19/07/2026	74630	R$ 195.23
BDX6D72	275410T000002473	17/07/2026	76331	R$ 293.47
BEH3B59	275410D000050938	18/07/2026	74550	R$ 130.16
BEQ5C88	275410D000051338	19/07/2026	74550	R$ 130.16
BES4B60	275410D000051251	16/07/2026	74550	R$ 130.16
BYY4H73	275410L000001216	16/07/2026	55412	R$ 195.23
CEO6C26	275410D000051356	19/07/2026	74550	R$ 130.16
CFM6D70	275410D000046246	18/05/2026	74550	R$ 130.16
CVE3I45	275410L000001223	16/07/2026	55412	R$ 195.23
CWV3412	275410D000051309	19/07/2026	74550	R$ 130.16
DHW1108	275410T000002471	16/07/2026	76331	R$ 293.47
DIM5A84	275410D000050958	18/07/2026	74550	R$ 130.16
DPM2F71	275410D000051352	19/07/2026	74550	R$ 130.16
DQA5J10	275410D000050919	18/07/2026	74550	R$ 130.16
DSX4C53	275410D000050956	18/07/2026	74550	R$ 130.16
DWL1239	275410T000002751	16/07/2026	76331	R$ 293.47
DYE3B76	275410D000046139	17/05/2026	74550	R$ 130.16
DYE3B76	275410D000046140	17/05/2026	74550	R$ 130.16

EAF9047	275410D000051348	19/07/2026	74550	R$ 130.16
EMD0E90	275410D000050917	17/07/2026	74550	R$ 130.16
ERX6C40	275410T000002469	16/07/2026	76331	R$ 293.47
FCT2I76	275410D000051299	18/07/2026	74550	R$ 130.16
FIQ9246	275410D000050889	17/07/2026	74550	R$ 130.16
FIQ9246	275410D000051027	20/07/2026	74630	R$ 195.23
FIQ9246	275410D000051039	20/07/2026	74550	R$ 130.16
FIQ9246	275410D000051014	20/07/2026	74630	R$ 195.23
FIQ9246	275410D000050864	16/07/2026	74630	R$ 195.23
FIQ9246	275410D000050891	17/07/2026	74550	R$ 130.16
FJD8I45	275410L000001221	16/07/2026	55412	R$ 195.23
FNT8C07	275410D000051241	16/07/2026	74550	R$ 130.16
FPU2J12	275410D000051046	20/07/2026	74550	R$ 130.16
FVA1D34	275410D000051349	19/07/2026	74550	R$ 130.16
GHL4C08	275410D000051236	16/07/2026	74550	R$ 130.16
GJB1I52	275410D000051239	16/07/2026	74550	R$ 130.16
GJB1I52	275410D000051238	16/07/2026	74550	R$ 130.16
HCZ1D10	275410D000050941	18/07/2026	74550	R$ 130.16
IHE1606	275410D000050922	18/07/2026	74550	R$ 130.16
IHI4E48	275410D000051332	19/07/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000051048	20/07/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000051030	20/07/2026	74630	R$ 195.23
ILZ8B94	275410D000050928	18/07/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000050986	19/07/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000051024	20/07/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000050957	18/07/2026	74630	R$ 195.23
IMG4E66	275410D000048644	07/06/2026	74550	R$ 130.16
INC6E30	275410D000051330	19/07/2026	74550	R$ 130.16
ISI3I27	275410D000050942	18/07/2026	74550	R$ 130.16
ITI3I89	275410D000051320	19/07/2026	74550	R$ 130.16
IUW7B64	275410T000002758	17/07/2026	76331	R$ 293.47
IVJ1E60	275410D000050913	17/07/2026	74550	R$ 130.16
IWO8E52	275410T000002286	17/07/2026	66371	R$ 195.23
IZN7C89	275410D000051042	20/07/2026	74550	R$ 130.16
JAN6D64	275410D000046144	17/05/2026	74550	R$ 130.16
JGJ4139	275410D000051001	19/07/2026	74550	R$ 130.16
JKK5F02	275410D000046142	17/05/2026	74550	R$ 130.16
KAS3C94	275410T000002747	16/07/2026	55412	R$ 195.23
KNT1478	275410D000051242	16/07/2026	74550	R$ 130.16
LZV3321	275410D000051345	19/07/2026	74550	R$ 130.16
MAO6A04	275410L000001211	17/07/2026	55412	R$ 195.23
MBA4J09	275410D000050998	19/07/2026	74550	R$ 130.16
MBB6347	275410D000051297	18/07/2026	74550	R$ 130.16
MBW9G71	275410D000051346	19/07/2026	74550	R$ 130.16
MCC1235	275410D000050900	17/07/2026	74550	R$ 130.16
MCF2A14	275410D000051372	20/07/2026	74550	R$ 130.16
MCF2A14	275410D000051306	18/07/2026	74550	R$ 130.16
MCF9G34	275410D000050875	17/07/2026	74630	R$ 195.23
MCM7655	275410T000002759	17/07/2026	51851	R$ 195.23
MDC7053	275410D000051028	20/07/2026	74550	R$ 130.16
MDI2749	275410D000051029	20/07/2026	74550	R$ 130.16
MDI2749	275410D000051047	20/07/2026	74630	R$ 195.23
MEW9309	275410D000050966	18/07/2026	74550	R$ 130.16
MFI8D40	275410D000050882	17/07/2026	74550	R$ 130.16
MFT1H99	275410D000050937	18/07/2026	74550	R$ 130.16
MGC1D48	275410D000051286	18/07/2026	74630	R$ 195.23
MGG7G40	275410D000051019	20/07/2026	74550	R$ 130.16
MHO6F87	275410D000050981	19/07/2026	74550	R$ 130.16
MHS7I79	275410D000050940	18/07/2026	74550	R$ 130.16
MJE2604	275410T000002285	17/07/2026	60681	R$ 195.23
MJH2I02	275410D000051249	16/07/2026	74550	R$ 130.16
MJL1912	275410D000050876	17/07/2026	74550	R$ 130.16
MKQ1C85	275410D000046214	18/05/2026	74550	R$ 130.16
MKS8B70	275410D000050978	19/07/2026	74710	R$ 880.41
MKX8A68	275410D000050973	19/07/2026	74550	R$ 130.16
MLH8D34	275410D000050893	17/07/2026	74550	R$ 130.16
MLH8D34	275410D000050892	17/07/2026	74630	R$ 195.23
MLK6G74	275410D000050996	19/07/2026	74550	R$ 130.16
MLQ7027	275410D000046172	18/05/2026	74550	R$ 130.16
MMH3E65	275410D000050871	17/07/2026	74550	R$ 130.16
MMI6641	275410D000050935	18/07/2026	74550	R$ 130.16
MVJ8F19	275410D000050946	18/07/2026	74550	R$ 130.16
NEF4D95	275410D000050867	16/07/2026	74550	R$ 130.16
NFY9A82	275410D000051298	18/07/2026	74550	R$ 130.16
NFY9A82	275410D000051313	19/07/2026	74550	R$ 130.16
NGD5G48	275410D000050925	18/07/2026	74550	R$ 130.16
NOP8A60	275410D000048588	05/06/2026	74550	R$ 130.16
NRU6E43	275410T000002762	17/07/2026	51930	R$ 293.47
OLU0J36	275410D000050894	17/07/2026	74550	R$ 130.16
OMJ8C29	275410D000051341	19/07/2026	74550	R$ 130.16
OOD6A12	275410D000050955	18/07/2026	74550	R$ 130.16
OSM5A62	275410D000050997	19/07/2026	74630	R$ 195.23
PZM8I39	275410L000001219	16/07/2026	55412	R$ 195.23
PZM8I90	275410D000051265	17/07/2026	74550	R$ 130.16
PZX2D82	275410D000050982	19/07/2026	74630	R$ 195.23
QEG1470	275410D000051283	18/07/2026	74630	R$ 195.23
QFW4040	275410D000051343	19/07/2026	74550	R$ 130.16
QHC4G79	275410L000001210	17/07/2026	55412	R$ 195.23
QHO3I86	275410L000001215	16/07/2026	55412	R$ 195.23

QIG7C02	275410D000051367	20/07/2026	74630	R$ 195.23
QIK1J32	275410D000051002	19/07/2026	74630	R$ 195.23
QIO9I61	275410D000048650	07/06/2026	74550	R$ 130.16
QIV1E05	275410D000051235	16/07/2026	74550	R$ 130.16
QJD9B65	275410T000002749	16/07/2026	61220	R$ 293.47
QNH1I60	275410D000051240	16/07/2026	74550	R$ 130.16
QUE0H40	275410D000050920	18/07/2026	74550	R$ 130.16
QWW4B53	275410D000051365	20/07/2026	74550	R$ 130.16
QXI9F56	275410D000051355	19/07/2026	74550	R$ 130.16
RAJ2E58	275410T000002754	17/07/2026	76331	R$ 293.47
REB8J41	275410D000051013	20/07/2026	74550	R$ 130.16
RFJ9J52	275410D000051247	16/07/2026	74550	R$ 130.16
RHC9J56	275410D000051260	17/07/2026	74630	R$ 195.23
RHG5A39	275410D000051305	18/07/2026	74550	R$ 130.16
RHV6F92	275410D000051272	17/07/2026	74550	R$ 130.16
RHX7E26	275410D000050944	18/07/2026	74630	R$ 195.23
RHZ7G37	275410D000051233	16/07/2026	74550	R$ 130.16
RKZ8F97	275410D000050906	17/07/2026	74630	R$ 195.23
RTX3E77	275410D000051290	18/07/2026	74550	R$ 130.16
RUF0C93	275410D000051319	19/07/2026	74550	R$ 130.16
RUF3E06	275410D000051268	17/07/2026	74550	R$ 130.16
RVS0I77	275410D000050879	17/07/2026	74630	R$ 195.23
RVS0I77	275410D000050878	17/07/2026	74630	R$ 195.23
RYG6C48	275410D000050999	19/07/2026	74630	R$ 195.23
RYH5H88	275410D000051259	17/07/2026	74550	R$ 130.16
RYV4B04	275410D000050872	17/07/2026	74550	R$ 130.16
SDR7F75	275410D000050881	17/07/2026	74710	R$ 880.41
SDU9J50	275410D000051335	19/07/2026	74550	R$ 130.16
SEC4A79	275410T000002753	17/07/2026	76332	R$ 293.47
SEC4J32	275410D000050903	17/07/2026	74710	R$ 880.41
SEC6H45	275410D000051252	16/07/2026	74630	R$ 195.23
SED9H75	275410D000051266	17/07/2026	74550	R$ 130.16
SEG3B61	275410D000050960	18/07/2026	74550	R$ 130.16
SER7I37	275410D000051255	17/07/2026	74550	R$ 130.16
SEX4F96	275410D000050939	18/07/2026	74550	R$ 130.16
SEZ6C86	275410D000050977	19/07/2026	74550	R$ 130.16
SEZ6C86	275410D000050976	19/07/2026	74630	R$ 195.23
SFB7J63	275410D000051045	20/07/2026	74550	R$ 130.16
SFK0F85	275410L000001220	16/07/2026	55412	R$ 195.23
SQE7F40	275410T000002763	17/07/2026	76331	R$ 293.47
TAI1D23	275410D000050950	18/07/2026	74550	R$ 130.16
TAL4A48	275410D000048671	09/06/2026	74550	R$ 130.16
TAN7B92	275410D000051234	16/07/2026	74550	R$ 130.16
TAR6B31	275410D000050947	18/07/2026	74550	R$ 130.16
TAS3I20	275410D000050974	19/07/2026	74550	R$ 130.16
TAU5B65	275410D000051267	17/07/2026	74550	R$ 130.16
TAY6I23	275410D000051023	20/07/2026	74550	R$ 130.16
TBA0E21	275410D000051327	19/07/2026	74550	R$ 130.16
TBH5C85	275410D000051248	16/07/2026	74550	R$ 130.16
TBK8I42	275410D000051334	19/07/2026	74550	R$ 130.16
TBM9A94	275410D000051037	20/07/2026	74630	R$ 195.23
TBO6I23	275410D000051020	20/07/2026	74550	R$ 130.16
TBR5C42	275410D000050884	17/07/2026	74550	R$ 130.16
TBT4D22	275410D000050952	18/07/2026	74550	R$ 130.16
TBT6J37	275410L000001218	16/07/2026	55412	R$ 195.23
TBZ3H90	275410D000050890	17/07/2026	74550	R$ 130.16
TEN7J98	275410T000002748	16/07/2026	61220	R$ 293.47
TES2C00	275410D000051254	17/07/2026	74550	R$ 130.16
TPI9I42	275410D000051350	19/07/2026	74630	R$ 195.23
TXE8C82	275410D000051323	19/07/2026	74630	R$ 195.23
TYQ7E92	275410D000051262	17/07/2026	74550	R$ 130.16
TZF0A09	275410D000051243	16/07/2026	74550	R$ 130.16
UAU7C59	275410D000050945	18/07/2026	74630	R$ 195.23
UAW8J91	275410D000051273	17/07/2026	74550	R$ 130.16
UAY6G28	275410D000051331	19/07/2026	74550	R$ 130.16
UBF0J39	275410D000051292	18/07/2026	74550	R$ 130.16
UBF3E06	275410T000002764	17/07/2026	59910	R$ 293.47
UBG9I15	275410D000050949	18/07/2026	74550	R$ 130.16
UBO7A50	275410D000050870	17/07/2026	74630	R$ 195.23
UBZ0C50	275410D000051021	20/07/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 19/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AWC5C30	275410D000055200	19/09/2026	74550
DQP1G62	275410D000055201	19/09/2026	74550
UCQ9I80	275410D000055092	17/09/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 23/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ABL2I32	275410D000051337	19/07/2026	74550

ABW4718	275410D000051250	16/07/2026	74550
ABY9564	275410D000051344	19/07/2026	74550
ADU1F77	275410D000051237	16/07/2026	74550
ADU9771	275410D000050901	17/07/2026	74550
AHL2494	275410D000051281	18/07/2026	74550
AHO7H55	275410D000050910	17/07/2026	74550
AJX3493	275410D000051004	19/07/2026	74550
AJY5155	275410D000050926	18/07/2026	74550
AKC3973	275410D000051261	17/07/2026	74550
AKX7E65	275410D000050943	18/07/2026	74550
ALX6A22	275410D000051347	19/07/2026	74550
ANF0053	275410D000051326	19/07/2026	74550
ANM0F96	275410D000050866	16/07/2026	74550
AQK5I10	275410D000051288	18/07/2026	74550
ARA2D93	275410D000050961	18/07/2026	74550
ATT0J01	275410D000050984	19/07/2026	74550
AUJ4188	275410D000050969	18/07/2026	74550
AVD1558	275410D000051017	20/07/2026	74550
AWF7F94	275410D000050905	17/07/2026	74550
AWF9613	275410D000051264	17/07/2026	74550
AWH6281	275410D000050914	17/07/2026	74550
AWJ9J96	275410D000050972	18/07/2026	74550
AWZ4F54	275410D000050992	19/07/2026	74550
AZC1C77	275410D000051285	18/07/2026	74550
AZF5C50	275410D000051317	19/07/2026	74550
AZR5D13	275410D000050962	18/07/2026	74550
AZU6G18	275410D000050902	17/07/2026	74550
BAD7I70	275410D000051318	19/07/2026	74550
BBT3I63	275410D000051034	20/07/2026	74550
BDI5I74	275410D000051364	20/07/2026	74550
BDP4J72	275410D000051041	20/07/2026	74550
BDP4J72	275410D000051008	20/07/2026	74550
BDX4F46	275410D000050953	18/07/2026	74550
BEJ2A52	275410D000051301	18/07/2026	74550
DDP9D80	275410D000051276	17/07/2026	74550
DQO3H50	275410D000050865	16/07/2026	74550
EJU0J27	275410D000051353	19/07/2026	74550
ELY5D28	275410D000051284	18/07/2026	74550
FSP0E90	275410D000051269	17/07/2026	74550
HQU9B62	275410D000051232	16/07/2026	74550
IMI4750	275410D000050927	18/07/2026	74550
JDE3J98	275410D000050869	17/07/2026	74550
JXV1J54	275410D000051342	19/07/2026	74550
JYV6094	275410D000051295	18/07/2026	74550
KEC7J71	275410D000051278	18/07/2026	74550
KZM6B33	275410D000051022	20/07/2026	74550
LVA7671	275410D000050951	18/07/2026	74550
LXJ9791	116100T003657773	17/07/2026	54600
MHN3E56	275410D000050963	18/07/2026	74550
MIE4C81	275410D000050994	19/07/2026	74550
MIZ2B90	275410D000050954	18/07/2026	74550
NUA3B58	275410D000051340	19/07/2026	74550
NXW5C37	275410D000051253	16/07/2026	74550
OOH6G01	275410D000051280	18/07/2026	74550
OPH2D00	275410D000051005	19/07/2026	74550
PAD1A76	275410D000051308	19/07/2026	74550
PKM0A82	275410D000051257	17/07/2026	74550
QAH9B72	275410D000051035	20/07/2026	74550
QAK1J68	275410D000051316	19/07/2026	74550
QCF2G28	275410D000051321	19/07/2026	74550
QNO1H18	275410D000050880	17/07/2026	74550
QON4B52	275410D000050924	18/07/2026	74550
QQH3F23	275410D000051231	16/07/2026	74550
QQR9G84	275410D000051018	20/07/2026	74550
RAE7I88	275410D000050887	17/07/2026	74550
RAW2D21	275410D000051328	19/07/2026	74550
RHW3G74	275410D000051294	18/07/2026	74550
RUP7C07	275410D000051368	20/07/2026	74550
RYZ6B57	275410D000051279	18/07/2026	74550
SDR2H12	275410D000051282	18/07/2026	74550
SEE4A78	275410D000051324	19/07/2026	74550
SFG2E66	275410D000051289	18/07/2026	74550
SII9E36	275410D000051314	19/07/2026	74550
SXQ3J17	275410D000050932	18/07/2026	74550
TQB7C51	275410D000051369	20/07/2026	74550
TZA3J31	275410D000051300	18/07/2026	74550
TZP8E45	275410D000051230	16/07/2026	74550
UCC9F58	275410D000051036	20/07/2026	74550
UCH6A37	275410D000051322	19/07/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi				
imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração				
de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV				
até 23/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAA2H06	275410D000051639	25/07/2026	74550	R$ 130.16
ABK9J71	275410D000051594	25/07/2026	74630	R$ 195.23

ABL2723	275410T000002777	24/07/2026	73232	R$ 130.16
ACZ5J12	275410D000051668	26/07/2026	74550	R$ 130.16
AEB1B44	275410D000051485	23/07/2026	74630	R$ 195.23
AEN7318	275410D000051547	24/07/2026	74550	R$ 130.16
AHF3H54	275410D000051713	26/07/2026	74550	R$ 130.16
AIP6204	275410D000051575	25/07/2026	74550	R$ 130.16
AKB8259	275410D000051566	24/07/2026	74550	R$ 130.16
AKB8259	275410D000051626	25/07/2026	74630	R$ 195.23
AKB8259	275410D000051637	25/07/2026	74550	R$ 130.16
AKB8259	275410D000051080	21/07/2026	74630	R$ 195.23
AKF4465	275410D000051602	25/07/2026	74550	R$ 130.16
AKM1073	275410D000051450	23/07/2026	74550	R$ 130.16
AKO1368	275410D000051431	23/07/2026	74550	R$ 130.16
ALW1E94	275410D000051435	23/07/2026	74550	R$ 130.16
ANG8E50	275410D000051588	25/07/2026	74550	R$ 130.16
ANM4875	275410D000051686	26/07/2026	74630	R$ 195.23
ANM4875	275410D000051690	26/07/2026	74550	R$ 130.16
ANO4G78	275410D000051474	23/07/2026	74550	R$ 130.16
ANP5F24	275410D000051062	21/07/2026	74550	R$ 130.16
ANP5F24	275410D000051592	25/07/2026	74550	R$ 130.16
ANP5F24	275410D000051059	21/07/2026	74550	R$ 130.16
ANW7881	275410D000051695	26/07/2026	74550	R$ 130.16
ANZ4506	275410D000051687	26/07/2026	74550	R$ 130.16
AOE2A60	275410D000051082	21/07/2026	74550	R$ 130.16
AOE7A37	275410D000051398	22/07/2026	74550	R$ 130.16
AOJ0J63	275410D000051389	21/07/2026	74550	R$ 130.16
AOK2039	275410D000051627	25/07/2026	74550	R$ 130.16
AOK3A92	275410D000051565	24/07/2026	74550	R$ 130.16
AOK3A92	275410D000051610	25/07/2026	74550	R$ 130.16
AOM2I58	275410D000051685	26/07/2026	74550	R$ 130.16
AOM2I58	275410D000051644	25/07/2026	74630	R$ 195.23
AOM3H04	275410D000051606	25/07/2026	74550	R$ 130.16
AOP4604	275410D000051424	22/07/2026	74550	R$ 130.16
AOX9285	275410D000051504	24/07/2026	74550	R$ 130.16
AQH3166	275410D000051410	22/07/2026	74550	R$ 130.16
AQI4E63	275410D000051553	24/07/2026	74550	R$ 130.16
AQI9104	275410D000051052	21/07/2026	74630	R$ 195.23
AQI9104	275410D000051487	23/07/2026	74550	R$ 130.16
AQQ3780	275410D000051624	25/07/2026	74550	R$ 130.16
AQV0A96	275410D000051061	21/07/2026	74630	R$ 195.23
AQY5J57	275410D000051674	26/07/2026	74550	R$ 130.16
ARQ1G48	275410D000051569	25/07/2026	74550	R$ 130.16
ARQ1G48	275410D000051502	24/07/2026	74630	R$ 195.23
ARQ1G48	275410D000051501	24/07/2026	74550	R$ 130.16
ARQ1G48	275410D000051561	24/07/2026	74630	R$ 195.23
ARQ1G48	275410D000051081	21/07/2026	74630	R$ 195.23
ARQ1G48	275410D000051570	25/07/2026	74630	R$ 195.23
ARQ1G48	275410D000051425	22/07/2026	74630	R$ 195.23
ART6754	275410D000051571	25/07/2026	74550	R$ 130.16
ARU3E04	275410D000051459	23/07/2026	74630	R$ 195.23
ASA7I94	275410D000051632	25/07/2026	74550	R$ 130.16
ASG7162	275410D000051593	25/07/2026	74550	R$ 130.16
ASJ8130	275410D000051664	26/07/2026	74550	R$ 130.16
ASJ8130	275410D000051663	26/07/2026	74630	R$ 195.23
ASJ8480	275410D000051531	24/07/2026	74630	R$ 195.23
ASO7C30	275410D000051643	25/07/2026	74550	R$ 130.16
ATC9236	275410D000051530	24/07/2026	74550	R$ 130.16
ATE1651	275410D000051074	21/07/2026	74550	R$ 130.16
ATP8346	275410D000051430	23/07/2026	74550	R$ 130.16
ATU6J42	275410D000051589	25/07/2026	74710	R$ 880.41
AUE7312	275410T000002475	23/07/2026	76331	R$ 293.47
AUL0F01	275410D000051622	25/07/2026	74550	R$ 130.16
AUL0F01	275410D000051625	25/07/2026	74550	R$ 130.16
AUL0F01	275410D000051634	25/07/2026	74550	R$ 130.16
AUO6J58	275410D000051393	22/07/2026	74550	R$ 130.16
AUW9970	275410D000051535	24/07/2026	74550	R$ 130.16
AVD6G91	275410D000051538	24/07/2026	74550	R$ 130.16
AVH5G05	275410D000051505	24/07/2026	74630	R$ 195.23
AVJ4F85	275410D000051400	22/07/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000051451	23/07/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000051619	25/07/2026	74550	R$ 130.16
AVM8E74	275410D000051518	24/07/2026	74550	R$ 130.16
AVS4F94	275410D000051409	22/07/2026	74550	R$ 130.16
AVV9J09	275410D000051573	25/07/2026	74550	R$ 130.16
AVX9B74	275410D000051529	24/07/2026	74710	R$ 880.41
AVX9B74	275410D000051520	24/07/2026	74710	R$ 880.41
AWM1G39	275410D000051651	26/07/2026	74550	R$ 130.16
AWM5I74	275410D000051067	21/07/2026	74550	R$ 130.16
AWN0H68	275410D000051076	21/07/2026	74630	R$ 195.23
AWN8D36	275410D000051468	23/07/2026	74550	R$ 130.16
AWZ9E63	275410D000051545	24/07/2026	74630	R$ 195.23
AWZ9E63	275410D000051544	24/07/2026	74630	R$ 195.23
AXB7H75	275410D000051541	24/07/2026	74550	R$ 130.16
AXU1240	275410D000051473	23/07/2026	74550	R$ 130.16
AXV1D87	275410D000051471	23/07/2026	74550	R$ 130.16
AXV1G92	275410D000051608	25/07/2026	74550	R$ 130.16
AXW4756	275410D000051590	25/07/2026	74630	R$ 195.23
AXY4C87	275410D000051578	25/07/2026	74550	R$ 130.16
AYW3J19	275410T000002479	27/07/2026	76331	R$ 293.47

AZA8J78	275410D000051478	23/07/2026	74550	R$ 130.16
AZI8488	275410D000051438	23/07/2026	74550	R$ 130.16
AZN0D71	275410D000051432	23/07/2026	74630	R$ 195.23
BAF1D84	275410D000051446	23/07/2026	74550	R$ 130.16
BAG3I99	275410D000051536	24/07/2026	74550	R$ 130.16
BAG5F25	275410D000051539	24/07/2026	74550	R$ 130.16
BAK9I91	275410D000051517	24/07/2026	74550	R$ 130.16
BAY0D95	275410D000051436	23/07/2026	74630	R$ 195.23
BBI2B55	275410D000051715	26/07/2026	74550	R$ 130.16
BBI5C56	275410D000051380	21/07/2026	74630	R$ 195.23
BBL1186	275410D000051658	26/07/2026	74550	R$ 130.16
BBM8J58	275410D000051534	24/07/2026	74550	R$ 130.16
BBN4J73	275410D000051391	22/07/2026	74630	R$ 195.23
BBP5H78	275410D000051415	22/07/2026	74550	R$ 130.16
BBV0F25	275410D000051560	24/07/2026	74630	R$ 195.23
BBW7C64	275410D000051656	26/07/2026	74630	R$ 195.23
BBZ7811	275410D000051467	23/07/2026	74550	R$ 130.16
BCK3831	275410D000051597	25/07/2026	74550	R$ 130.16
BCK9I13	275410D000048891	15/06/2026	74550	R$ 130.16
BCN0H29	275410D000051659	26/07/2026	74550	R$ 130.16
BCQ9J63	275410D000051491	23/07/2026	74550	R$ 130.16
BCQ9J63	275410D000051490	23/07/2026	74550	R$ 130.16
BCR5G71	275410D000051601	25/07/2026	74630	R$ 195.23
BCU9F25	275410D000051054	21/07/2026	74550	R$ 130.16
BCX9J34	275410D000051381	21/07/2026	74550	R$ 130.16
BDE3F16	275410D000051405	22/07/2026	74550	R$ 130.16
BDE3F16	275410D000051635	25/07/2026	74630	R$ 195.23
BDF3F47	275410D000051374	21/07/2026	74550	R$ 130.16
BDG8D99	275410T000002287	23/07/2026	76331	R$ 293.47
BDJ3D10	275410D000051596	25/07/2026	74550	R$ 130.16
BDM3I99	275410D000051437	23/07/2026	74550	R$ 130.16
BDP5D44	275410D000051510	24/07/2026	74550	R$ 130.16
BDY8G57	275410D000051058	21/07/2026	74550	R$ 130.16
BDZ8B13	275410D000051401	22/07/2026	74550	R$ 130.16
BEM6D95	275410D000051709	26/07/2026	74630	R$ 195.23
BEP5D31	275410D000051688	26/07/2026	74550	R$ 130.16
BEQ3C37	275410T000002474	23/07/2026	76331	R$ 293.47
BEQ5D15	275410D000051521	24/07/2026	74550	R$ 130.16
BER7G83	275410T000002478	27/07/2026	76331	R$ 293.47
BES3B39	275410D000051444	23/07/2026	74630	R$ 195.23
BEV1E52	275410D000051488	23/07/2026	74550	R$ 130.16
BIV8496	275410D000051514	24/07/2026	74550	R$ 130.16
BOA5773	275410D000051660	26/07/2026	74550	R$ 130.16
BOA5773	275410D000051703	26/07/2026	74550	R$ 130.16
BOA5773	275410D000051704	26/07/2026	74550	R$ 130.16
BXZ5I76	275410D000051655	26/07/2026	74550	R$ 130.16
CFY6H89	275410D000051537	24/07/2026	74550	R$ 130.16
CJT5H15	275410T000002477	27/07/2026	76331	R$ 293.47
COU5F51	275410D000051456	23/07/2026	74630	R$ 195.23
CTI8D62	275410D000051499	24/07/2026	74550	R$ 130.16
CZZ1847	275410D000051657	26/07/2026	74630	R$ 195.23
DJN8A08	275410D000051675	26/07/2026	74550	R$ 130.16
DQP1G62	275410D000051066	21/07/2026	74550	R$ 130.16
DTD9C89	275410D000051522	24/07/2026	74550	R$ 130.16
EDH3G31	275410D000051482	23/07/2026	74550	R$ 130.16
EFW5D25	275410D000051506	24/07/2026	74550	R$ 130.16
EFW5D25	275410D000051526	24/07/2026	74550	R$ 130.16
ELU8E10	275410D000051481	23/07/2026	74550	R$ 130.16
EOL1I54	275410D000051053	21/07/2026	74550	R$ 130.16
EXC7164	275410D000051075	21/07/2026	74710	R$ 880.41
EXI0F41	275410D000051399	22/07/2026	74630	R$ 195.23
EYU7J25	275410D000051638	25/07/2026	74550	R$ 130.16
EZQ6C91	275410D000051681	26/07/2026	74550	R$ 130.16
FAI3C20	275410D000051497	24/07/2026	74550	R$ 130.16
FIC8381	275410D000051388	21/07/2026	74550	R$ 130.16
FJD3A74	275410D000051618	25/07/2026	74550	R$ 130.16
FLK2I27	275410D000051508	24/07/2026	74550	R$ 130.16
FNT8C07	275410D000051455	23/07/2026	74550	R$ 130.16
FSA7F60	275410D000051698	26/07/2026	74550	R$ 130.16
FSV3I08	275410D000051496	24/07/2026	74550	R$ 130.16
GCF5I46	275410D000051650	26/07/2026	74550	R$ 130.16
GCL0F86	275410D000051691	26/07/2026	74550	R$ 130.16
GIA5G86	275410D000051492	23/07/2026	74550	R$ 130.16
HSC4F59	275410D000051694	26/07/2026	74550	R$ 130.16
HSC4F59	275410D000051702	26/07/2026	74630	R$ 195.23
IER5H22	275410D000051500	24/07/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000051671	26/07/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000051441	23/07/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000051568	25/07/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000051064	21/07/2026	74630	R$ 195.23
ILZ8B94	275410D000051057	21/07/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000051494	24/07/2026	74630	R$ 195.23
ILZ8B94	275410D000051426	23/07/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000051462	23/07/2026	74550	R$ 130.16
IMG4E66	275410D000048878	15/06/2026	74550	R$ 130.16
IQO7I07	275410D000051555	24/07/2026	74550	R$ 130.16
IUJ9E88	275410D000051554	24/07/2026	74550	R$ 130.16
IVE7F01	275410D000048773	13/06/2026	74550	R$ 130.16
IVE9B65	275410D000051562	24/07/2026	74550	R$ 130.16

IXX6I88	275410D000048843	15/06/2026	74550	R$ 130.16
IXX6I88	275410D000051577	25/07/2026	74550	R$ 130.16
IYH2I49	275410D000051678	26/07/2026	74630	R$ 195.23
IYT4C21	275410D000051543	24/07/2026	74550	R$ 130.16
IYV0B12	275410T000002780	24/07/2026	51851	R$ 195.23
IYV0B12	275410T000002779	24/07/2026	76331	R$ 293.47
JAV2J32	275410D000051699	26/07/2026	74630	R$ 195.23
JAV2J32	275410D000051670	26/07/2026	74550	R$ 130.16
JGZ5854	275410D000051472	23/07/2026	74550	R$ 130.16
JHB5696	275410D000051706	26/07/2026	74630	R$ 195.23
JID9052	275410D000051403	22/07/2026	74550	R$ 130.16
JMP6J39	275410D000048855	15/06/2026	74550	R$ 130.16
JZJ9523	275410D000051527	24/07/2026	74550	R$ 130.16
LXJ5A05	275410D000051647	26/07/2026	74710	R$ 880.41
LXJ5A05	275410D000051563	24/07/2026	74630	R$ 195.23
LXJ5A05	275410D000051712	26/07/2026	74630	R$ 195.23
MAJ5401	275410D000051480	23/07/2026	74550	R$ 130.16
MAJ5401	275410D000051528	24/07/2026	74550	R$ 130.16
MAT5263	275410D000051559	24/07/2026	74550	R$ 130.16
MBG8279	275410D000051654	26/07/2026	74550	R$ 130.16
MBN9C42	275410D000051466	23/07/2026	74550	R$ 130.16
MCC1235	275410D000051458	23/07/2026	74630	R$ 195.23
MCF2A14	275410D000051493	23/07/2026	74550	R$ 130.16
MCI5213	275410D000051055	21/07/2026	74630	R$ 195.23
MCR5307	275410D000051620	25/07/2026	74550	R$ 130.16
MEC1C43	275410D000051552	24/07/2026	74550	R$ 130.16
MFE0H93	275410D000051073	21/07/2026	74550	R$ 130.16
MFT1H99	275410D000051556	24/07/2026	74550	R$ 130.16
MFW0735	275410D000051507	24/07/2026	74550	R$ 130.16
MFW7J80	275410D000051603	25/07/2026	74550	R$ 130.16
MHH2D38	275410D000051422	22/07/2026	74550	R$ 130.16
MHQ3802	275410D000051630	25/07/2026	74550	R$ 130.16
MIN3F15	275410D000051509	24/07/2026	74550	R$ 130.16
MJA1J77	275410D000051705	26/07/2026	74550	R$ 130.16
MJF9392	275410D000051718	27/07/2026	74550	R$ 130.16
MJF9392	275410D000051652	26/07/2026	74550	R$ 130.16
MLB6B88	275410D000051679	26/07/2026	74550	R$ 130.16
MLF4C27	275410D000051615	25/07/2026	74550	R$ 130.16
MLF4H56	275410D000051404	22/07/2026	74630	R$ 195.23
MLI3H16	275410D000051486	23/07/2026	74550	R$ 130.16
MLK6G74	275410D000051396	22/07/2026	74550	R$ 130.16
MLP5106	275410D000051078	21/07/2026	74630	R$ 195.23
MMH3E65	275410D000051429	23/07/2026	74630	R$ 195.23
NGB0G74	275410D000051621	25/07/2026	74550	R$ 130.16
NGK1E00	275410D000051669	26/07/2026	74550	R$ 130.16
NNF3148	275410D000051666	26/07/2026	74630	R$ 195.23
NTU8D35	275410D000051503	24/07/2026	74550	R$ 130.16
NTU8D35	275410D000051653	26/07/2026	74550	R$ 130.16
PTE0J03	275410D000051581	25/07/2026	74550	R$ 130.16
PVF4J44	275410D000051394	22/07/2026	74550	R$ 130.16
PZW3F83	275410D000051519	24/07/2026	74630	R$ 195.23
QCF0A69	275410D000051470	23/07/2026	74630	R$ 195.23
QCQ4E61	275410T000002480	27/07/2026	76331	R$ 293.47
QCT9C80	275410D000051406	22/07/2026	74630	R$ 195.23
QJK4B13	275410D000051682	26/07/2026	74550	R$ 130.16
QJL6G79	275410D000051056	21/07/2026	74550	R$ 130.16
QJL9D34	275410D000051464	23/07/2026	74550	R$ 130.16
QJW5A95	275410D000051557	24/07/2026	74630	R$ 195.23
QKW6B20	275410D000051661	26/07/2026	74550	R$ 130.16
QNG6J24	275410T000002774	24/07/2026	76331	R$ 293.47
QNG6J24	275410T000002773	24/07/2026	61220	R$ 293.47
QPQ7D07	275410D000051445	23/07/2026	74550	R$ 130.16
QUA1H39	275410D000051449	23/07/2026	74550	R$ 130.16
QXX2D00	275410D000048789	14/06/2026	74550	R$ 130.16
QYC8B58	275410D000051716	26/07/2026	74550	R$ 130.16
RAC4B73	275410D000051483	23/07/2026	74550	R$ 130.16
RAN7B65	275410D000051576	25/07/2026	74550	R$ 130.16
RCE7C60	275410D000051616	25/07/2026	74550	R$ 130.16
RHC8H11	275410D000051412	22/07/2026	74630	R$ 195.23
RHG3H39	275410D000051070	21/07/2026	74630	R$ 195.23
RHG5H11	275410D000051646	26/07/2026	74550	R$ 130.16
RHH1F90	275410D000051434	23/07/2026	74550	R$ 130.16
RIG5C36	275410D000051408	22/07/2026	74550	R$ 130.16
RLA8F81	275410D000051645	25/07/2026	74550	R$ 130.16
RLI8D90	275410D000051443	23/07/2026	74550	R$ 130.16
RMG6F69	275410D000051579	25/07/2026	74550	R$ 130.16
RML2F92	275410D000051700	26/07/2026	74550	R$ 130.16
RXM3E67	275410D000051416	22/07/2026	74550	R$ 130.16
RXT5A42	275410T000002778	24/07/2026	76331	R$ 293.47
RYO3J68	275410D000051595	25/07/2026	74630	R$ 195.23
SDR7F75	275410T000002772	24/07/2026	61220	R$ 293.47
SDU0H82	275410D000051428	23/07/2026	74630	R$ 195.23
SDX5D48	275410D000051390	22/07/2026	74550	R$ 130.16
SED2B06	275410D000051676	26/07/2026	74630	R$ 195.23
SED4F66	275410D000051549	24/07/2026	74550	R$ 130.16
SEU7E12	275410D000051439	23/07/2026	74550	R$ 130.16
SEV2E34	275410D000051708	26/07/2026	74550	R$ 130.16
SEX5B58	275410D000051524	24/07/2026	74550	R$ 130.16
SFC0I16	275410D000051060	21/07/2026	74550	R$ 130.16

SFD8I00	275410D000051395	22/07/2026	74550	R$ 130.16
SFF5F35	275410D000051550	24/07/2026	74550	R$ 130.16
SFJ3G42	275410D000051418	22/07/2026	74550	R$ 130.16
SIQ7J83	275410T000002288	23/07/2026	76331	R$ 293.47
SJC0I52	275410D000051672	26/07/2026	74550	R$ 130.16
SPI3E88	275410D000051574	25/07/2026	74710	R$ 880.41
SPY5I11	275410D000051442	23/07/2026	74550	R$ 130.16
SUS6A92	275410D000051613	25/07/2026	74550	R$ 130.16
SXG5G79	275410D000051684	26/07/2026	74550	R$ 130.16
SXN2J92	275410D000051515	24/07/2026	74550	R$ 130.16
SXQ7H17	275410D000051692	26/07/2026	74550	R$ 130.16
SXS1H70	275410D000051427	23/07/2026	74550	R$ 130.16
SYI4B71	275410D000051465	23/07/2026	74550	R$ 130.16
SYU9I42	275410D000051614	25/07/2026	74550	R$ 130.16
TAI9D79	275410D000051551	24/07/2026	74550	R$ 130.16
TAJ9B99	275410D000051476	23/07/2026	74550	R$ 130.16
TAL2I53	275410D000051617	25/07/2026	74630	R$ 195.23
TAL5H79	275410D000051083	22/07/2026	74550	R$ 130.16
TAN6E10	275410D000051413	22/07/2026	74630	R$ 195.23
TAV0B57	275410D000051382	21/07/2026	74550	R$ 130.16
TAV2B25	275410D000051377	21/07/2026	74550	R$ 130.16
TAZ6G40	275410D000051665	26/07/2026	74550	R$ 130.16
TBA7I48	275410D000051629	25/07/2026	74550	R$ 130.16
TBC6D01	275410T000002476	24/07/2026	76331	R$ 293.47
TBC7G61	275410D000051512	24/07/2026	74550	R$ 130.16
TBE2G99	275410D000051533	24/07/2026	74550	R$ 130.16
TBH4F58	275410D000051461	23/07/2026	74550	R$ 130.16
TBI0B83	275410D000051072	21/07/2026	74550	R$ 130.16
TBN3J89	275410D000051392	22/07/2026	74550	R$ 130.16
TBS8B69	275410D000051583	25/07/2026	74550	R$ 130.16
TCO2B26	275410D000051711	26/07/2026	74550	R$ 130.16
TET3J07	275410D000051498	24/07/2026	74550	R$ 130.16
TKH6D25	275410D000051378	21/07/2026	74550	R$ 130.16
TPI9I42	275410D000051636	25/07/2026	74630	R$ 195.23
TYA1B75	275410D000051548	24/07/2026	74550	R$ 130.16
UBU9D05	275410D000051523	24/07/2026	74550	R$ 130.16
UCB5H15	275410D000051489	23/07/2026	74630	R$ 195.23
UEK9H36	275410D000051387	21/07/2026	74550	R$ 130.16
UEK9H36	275410D000051460	23/07/2026	74550	R$ 130.16
UGQ2F17	275410D000051375	21/07/2026	74630	R$ 195.23

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 23/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AHK2C80	275410D000051376	21/07/2026	74550
AJR2A11	275410D000051564	24/07/2026	74550
ALD4B75	275410D000051542	24/07/2026	74550
AMX5G16	275410D000051479	23/07/2026	74550
ANY2264	275410D000051683	26/07/2026	74550
AOA6233	275410D000051068	21/07/2026	74550
ASA3319	275410D000051469	23/07/2026	74550
ATA3H28	275410D000051448	23/07/2026	74550
ATJ7505	275410D000051667	26/07/2026	74550
AUL7B30	275410D000051648	26/07/2026	74550
AWD7J91	275410D000051440	23/07/2026	74550
AWY9447	275410D000051477	23/07/2026	74550
AXG9072	275410D000051707	26/07/2026	74550
AYG6C97	275410D000051677	26/07/2026	74550
AYI2H00	275410D000051495	24/07/2026	74550
AYS3B36	275410D000051605	25/07/2026	74550
AZE9294	275410D000051580	25/07/2026	74550
AZM5J63	275410D000051077	21/07/2026	74550
AZV3H42	275410D000051697	26/07/2026	74550
BAG5E89	275410D000051511	24/07/2026	74550
BAK0304	275410D000051384	21/07/2026	74550
BCY8B70	275410D000051696	26/07/2026	74550
BDC7E99	275410D000051710	26/07/2026	74550
BDQ5H54	275410D000051475	23/07/2026	74550
BDX6C92	275410D000051607	25/07/2026	74550
CPA9E61	275410D000051586	25/07/2026	74550
EDP0B12	275410D000051600	25/07/2026	74550
FQB1I75	275410D000051584	25/07/2026	74550
GCL0J33	275410D000051379	21/07/2026	74550
GCW8I51	275410D000051587	25/07/2026	74550
GEF0B25	275410D000051604	25/07/2026	74550
GEY3I28	275410T000002775	24/07/2026	73232
HGO8A55	275410D000051463	23/07/2026	74550
IUG6H36	275410D000051701	26/07/2026	74550
JGS0D98	275410D000051457	23/07/2026	74550
LMA9J25	275410D000051719	27/07/2026	74550
LUP9H88	275410D000051611	25/07/2026	74550
MDE6181	275410D000051599	25/07/2026	74550
MEP4I74	275410D000051397	22/07/2026	74550
MHD5E49	275410D000051513	24/07/2026	74550
MJD6G33	275410D000051454	23/07/2026	74550

MLE6D76	275410D000051582	25/07/2026	74550
PKC0G20	275410D000051640	25/07/2026	74550
PWG2606	275410D000051633	25/07/2026	74550
QAH8H89	275410D000051421	22/07/2026	74550
QCT9C80	275410D000051407	22/07/2026	74550
QFT6E43	275410D000051612	25/07/2026	74550
QHP6D98	275410D000051693	26/07/2026	74550
QIA0I97	275410D000051641	25/07/2026	74550
QTT3C96	275410D000051628	25/07/2026	74550
RHJ1F40	275410D000051484	23/07/2026	74550
RHS7D55	275410D000051516	24/07/2026	74550
RML4G94	275410D000051540	24/07/2026	74550
SDP1G90	275410D000051411	22/07/2026	74550
SEB1C58	275410D000051385	21/07/2026	74550
SEE2H03	275410D000051598	25/07/2026	74550
SFE9I93	275410D000051414	22/07/2026	74550
SFM6A85	275410D000051065	21/07/2026	74550
SXC7G89	275410D000051631	25/07/2026	74550
SXS2E79	275410D000051649	26/07/2026	74550
UAV5A40	275410D000051383	21/07/2026	74550
UBD3I53	275410D000051572	25/07/2026	74550
UBQ7H85	275410D000051419	22/07/2026	74550
UCA8J27	275410D000051609	25/07/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi				
imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de				
trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV				
até 23/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AGO5A04	275410T000002796	27/07/2026	59910	R$ 293.47
AIZ8F61	275410D000051731	27/07/2026	74550	R$ 130.16
AMD2163	275410D000051747	27/07/2026	74550	R$ 130.16
AOQ5G92	275410D000051726	27/07/2026	74550	R$ 130.16
APG8453	275410T000002798	27/07/2026	73400	R$ 130.16
ARQ1G48	275410D000051724	27/07/2026	74630	R$ 195.23
ARQ1G48	275410D000051725	27/07/2026	74630	R$ 195.23
ARQ4J96	275410T000002788	27/07/2026	51851	R$ 195.23
ARQ4J96	275410T000002787	27/07/2026	76331	R$ 293.47
ARW0547	275410NIC0015150	07/07/2026	50020	R$ 260.32
ASE6979	275410T000002783	27/07/2026	55412	R$ 195.23
ASJ2869	275410D000051727	27/07/2026	74550	R$ 130.16
AST9H94	275410D000051746	27/07/2026	74550	R$ 130.16
ATO4B11	275410T000002792	27/07/2026	51930	R$ 293.47
ATP8346	275410D000051728	27/07/2026	74550	R$ 130.16
AUH6C29	275410D000051721	27/07/2026	74550	R$ 130.16
AUK5G99	275410T000002800	27/07/2026	76331	R$ 293.47
AVH8431	275410D000051736	27/07/2026	74550	R$ 130.16
AVH8431	275410T000002793	27/07/2026	51851	R$ 195.23
AVQ8F97	275410D000046293	19/05/2026	74550	R$ 130.16
AVQ8F97	275410D000046379	19/05/2026	74550	R$ 130.16
AVQ8F97	275410D000046415	20/05/2026	74550	R$ 130.16
AWZ5A75	275410NIC0015149	07/07/2026	50020	R$ 586.94
AXO9J70	275410D000046380	19/05/2026	74550	R$ 130.16
AYT0D11	275410D000051751	27/07/2026	74630	R$ 195.23
AZE2F40	275410T000002789	27/07/2026	51930	R$ 293.47
BAZ8096	275410D000046299	19/05/2026	74550	R$ 130.16
BBN7B16	275410D000051743	27/07/2026	74550	R$ 130.16
BCE2067	275410T000002791	27/07/2026	76331	R$ 293.47
BDF7B42	275410D000046342	19/05/2026	74550	R$ 130.16
BDQ6H71	275410NIC0015153	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BEG1I78	275410D000046352	19/05/2026	74550	R$ 130.16
BEO7G21	275410T000002790	27/07/2026	60175	R$ 293.47
BEU7J06	275410D000051750	27/07/2026	74550	R$ 130.16
BEY6F84	275410D000051732	27/07/2026	74550	R$ 130.16
BXZ5I76	275410D000051733	27/07/2026	74550	R$ 130.16
FMN4D52	275410D000046290	19/05/2026	74550	R$ 130.16
GRW4B52	275410D000049092	19/06/2026	74550	R$ 130.16
IKN2126	275410D000046362	19/05/2026	74550	R$ 130.16
IKN2126	275410D000046365	19/05/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000051749	27/07/2026	74710	R$ 880.41
IYH2I49	275410D000051723	27/07/2026	74550	R$ 130.16
JIX6744	275410V000022263	24/10/2025	51851	R$ 195.23
LXV5279	275410D000046336	19/05/2026	74550	R$ 130.16
MAL7A52	275410D000051742	27/07/2026	74630	R$ 195.23
MBB6347	275410D000051738	27/07/2026	74550	R$ 130.16
MCV4I91	275410T000002784	27/07/2026	76331	R$ 293.47
MCV4I91	275410T000002785	27/07/2026	51851	R$ 195.23
MEC9997	275410D000049025	18/06/2026	74550	R$ 130.16
MEE7202	275410D000051739	27/07/2026	74630	R$ 195.23
MGU8208	275410D000051729	27/07/2026	74630	R$ 195.23
MHY0B25	275410D000049069	18/06/2026	74550	R$ 130.16
MIS9C75	275410D000051737	27/07/2026	74550	R$ 130.16
MIW0H64	275410D000048994	17/06/2026	74550	R$ 130.16
MMH3E65	275410D000051730	27/07/2026	74550	R$ 130.16
NGY3C07	275410T000002799	27/07/2026	76331	R$ 293.47
NJJ2H93	275410L000001236	14/07/2026	55412	R$ 195.23
ODO8G32	275410V000022321	30/10/2025	51851	R$ 195.23

ODO8G32	275410V000022322	30/10/2025	76331	R$ 293.47
POJ5F96	275410T000002786	27/07/2026	76331	R$ 293.47
QQQ4I82	275410D000048951	16/06/2026	74550	R$ 130.16
RHM2A18	275410T000002851	27/07/2026	73400	R$ 130.16
RHY6C96	275410D000051745	27/07/2026	74550	R$ 130.16
SED5E34	275410D000051740	27/07/2026	74550	R$ 130.16
SSR8A84	275410T000002781	27/07/2026	76331	R$ 293.47
SXF9E91	275410V000022251	21/10/2025	51930	R$ 293.47
SXF9E91	275410V000022252	21/10/2025	51851	R$ 195.23
TAI1D37	275410D000049051	18/06/2026	74550	R$ 130.16
TAK3G20	275410NIC0015152	07/07/2026	50020	R$ 586.94
TBI3G79	275410T000002794	27/07/2026	61220	R$ 293.47
TBQ1I32	275410D000051735	27/07/2026	74550	R$ 130.16
TBZ6H55	275410D000048968	17/06/2026	74550	R$ 130.16
THJ1A08	275410D000051744	27/07/2026	74550	R$ 130.16
UAS0H63	275410D000051722	27/07/2026	74710	R$ 880.41

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS			
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi			
imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração			
de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV			
até 23/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.			
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AQQ3226	275410D000051734	27/07/2026	74550
AXR6294	275410T000002795	27/07/2026	73400
EKR0D92	275410D000051720	27/07/2026	74550
OKG4E84	275410D000051748	27/07/2026	74550
SDT5I45	275410D000051741	27/07/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS			
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi			
imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração			
de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV			
até 23/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.			
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AJM0779	275410D000051825	28/07/2026	74550
ATV5A94	275410D000051769	27/07/2026	74550
AXY1422	275410D000051779	27/07/2026	74550
AYH5D59	275410D000051808	28/07/2026	74550
AZN5A88	275410D000051813	28/07/2026	74550
IXA3003	275410D000051803	28/07/2026	74550
LYW6590	275410D000051824	28/07/2026	74550
MHQ0F36	275410D000051816	28/07/2026	74550
NJD7A03	275410D000051767	27/07/2026	74550
SDR7F75	275410D000051778	27/07/2026	74550
SEC5H18	275410D000051771	27/07/2026	74550
SJB6D76	275410D000051786	28/07/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi				
imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração				
de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV				
até 23/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAI1B19	275410D000051785	28/07/2026	74550	R$ 130.16
AAW4G82	275410D000051766	27/07/2026	74550	R$ 130.16
AFC0063	275410D000051789	28/07/2026	74550	R$ 130.16
AKZ9J88	275410D000051762	27/07/2026	74550	R$ 130.16
ALY8454	275410D000051791	28/07/2026	74550	R$ 130.16
ALZ1H05	275410D000049392	19/06/2026	74550	R$ 130.16
AOB3B98	275410D000049126	20/06/2026	74550	R$ 130.16
AOC2787	275410D000049344	18/06/2026	74550	R$ 130.16
AQK4881	275410D000051772	27/07/2026	74550	R$ 130.16
ARN6H46	275410D000051768	27/07/2026	74550	R$ 130.16
ARQ1G48	275410D000051773	27/07/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000051787	28/07/2026	74550	R$ 130.16
ASB9681	275410D000051788	28/07/2026	74550	R$ 130.16
ASZ0A22	275410D000051790	28/07/2026	74550	R$ 130.16
ATH4134	275410D000049233	22/06/2026	74550	R$ 130.16
AUM2D30	275410D000051756	27/07/2026	74550	R$ 130.16
AUM4704	275410D000051804	28/07/2026	74630	R$ 195.23
AUR4B25	275410NIC0015316	07/07/2026	50020	R$ 586.94
AVQ8F97	275410D000046701	22/05/2026	74550	R$ 130.16
AVQ8F97	275410D000046634	22/05/2026	74550	R$ 130.16
AVQ8F97	275410D000046601	21/05/2026	74550	R$ 130.16
AVQ8F97	275410D000046489	20/05/2026	74550	R$ 130.16
AVQ8F97	275410D000046488	20/05/2026	74550	R$ 130.16
AWF8E51	275410NIC0015320	07/07/2026	50020	R$ 586.94
AXZ3528	275410NIC0015336	07/07/2026	50020	R$ 260.32
AYC2H47	275410D000046461	20/05/2026	74550	R$ 130.16
AYC5508	275410NIC0015319	07/07/2026	50020	R$ 390.46
AYI2D22	275410D000051795	28/07/2026	74550	R$ 130.16
AYX5837	275410NIC0015326	07/07/2026	50020	R$ 586.94
AZH4907	275410NIC0015511	11/07/2026	50020	R$ 260.32
AZS8C23	275410D000046680	22/05/2026	74550	R$ 130.16
BAI2F14	275410D000046591	21/05/2026	74550	R$ 130.16
BAK9I91	275410D000051794	28/07/2026	74550	R$ 130.16

BAR4632	275410D000051805	28/07/2026	74630	R$ 195.23
BAW2H25	275410D000051775	27/07/2026	74550	R$ 130.16
BBE7091	275410NIC0015331	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BBR4823	275410NIC0015346	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BCM8A44	275410D000051793	28/07/2026	74550	R$ 130.16
BCQ9J63	275410D000051777	27/07/2026	74550	R$ 130.16
BDJ6E13	275410D000051754	27/07/2026	74550	R$ 130.16
BDN8E32	275410NIC0015515	11/07/2026	50020	R$ 260.32
BDR3B90	275410NIC0015339	07/07/2026	50020	R$ 260.32
BER7F77	275410D000051797	28/07/2026	74550	R$ 130.16
BET4D12	275410NIC0015497	10/07/2026	50020	R$ 260.32
BLP8793	116100T003657775	23/07/2026	54521	R$ 195.23
CTI8D62	275410D000051811	28/07/2026	74550	R$ 130.16
CXA0344	275410D000046532	21/05/2026	74550	R$ 130.16
DUG8D84	275410D000051821	28/07/2026	74550	R$ 130.16
DZB3I65	275410D000046722	23/05/2026	74550	R$ 130.16
ELQ6E62	275410D000051752	27/07/2026	74550	R$ 130.16
EWU0240	275410NIC0015340	07/07/2026	50020	R$ 260.32
FEM2F58	275410D000051823	28/07/2026	74630	R$ 195.23
FIQ9246	275410D000051806	28/07/2026	74550	R$ 130.16
FJJ8G23	275410NIC0015304	07/07/2026	50020	R$ 260.32
FYD5H63	275410NIC0015323	07/07/2026	50020	R$ 586.94
GAP0D84	275410NIC0015514	11/07/2026	50020	R$ 260.32
GJA5C15	275410D000051760	27/07/2026	74550	R$ 130.16
GRW4B52	275410D000049385	19/06/2026	74550	R$ 130.16
GRW4B52	275410D000049384	19/06/2026	74550	R$ 130.16
GTS9476	275410D000051796	28/07/2026	74550	R$ 130.16
HSG2B97	275410NIC0015374	07/07/2026	50020	R$ 260.32
ILZ8B94	275410D000051814	28/07/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000051798	28/07/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000051810	28/07/2026	74550	R$ 130.16
IMK7F59	275410D000051792	28/07/2026	74630	R$ 195.23
INQ4869	275410D000049224	22/06/2026	74550	R$ 130.16
IQM6G29	275410D000051780	27/07/2026	74630	R$ 195.23
IUG8I01	275410D000046501	20/05/2026	74550	R$ 130.16
IXR6B02	275410NIC0015499	10/07/2026	50020	R$ 390.46
IYV6684	275410NIC0015322	07/07/2026	50020	R$ 390.46
JHB5696	275410D000051783	28/07/2026	74630	R$ 195.23
LXV5279	275410D000046692	22/05/2026	74550	R$ 130.16
LXV5279	275410D000046679	22/05/2026	74550	R$ 130.16
MAE9430	275410D000051820	28/07/2026	74550	R$ 130.16
MAJ5401	275410D000051818	28/07/2026	74550	R$ 130.16
MCC1235	275410D000051817	28/07/2026	74550	R$ 130.16
MCF2A14	275410D000051782	27/07/2026	74550	R$ 130.16
MDV4005	275410D000051757	27/07/2026	74550	R$ 130.16
MDV4005	275410D000051759	27/07/2026	74550	R$ 130.16
MEE8636	275410D000051799	28/07/2026	74550	R$ 130.16
MGU8208	275410D000051781	27/07/2026	74550	R$ 130.16
MHY0B25	275410D000049356	18/06/2026	74550	R$ 130.16
MIU6H78	275410D000051784	28/07/2026	74550	R$ 130.16
MKH7H29	275410D000051761	27/07/2026	74550	R$ 130.16
MLQ7027	275410D000046633	22/05/2026	74550	R$ 130.16
NCY0008	275410D000051755	27/07/2026	74630	R$ 195.23
NGY3C07	275410D000051758	27/07/2026	74550	R$ 130.16
OUY7A57	275410NIC0015335	07/07/2026	50020	R$ 260.32
PZI4I09	275410D000046513	20/05/2026	74550	R$ 130.16
QAH8H89	275410NIC0015348	07/07/2026	50020	R$ 260.32
QUO9F45	275410D000049128	20/06/2026	74550	R$ 130.16
RHA2D97	275410D000051776	27/07/2026	74550	R$ 130.16
RHA4H70	275410D000051809	28/07/2026	74550	R$ 130.16
RHB3B24	275410D000051819	28/07/2026	74550	R$ 130.16
RHC2E08	275410NIC0015329	07/07/2026	50020	R$ 586.94
RHD9J48	275410D000046499	20/05/2026	74550	R$ 130.16
RHJ1F40	275410D000051807	28/07/2026	74630	R$ 195.23
RHU9G69	275410D000051764	27/07/2026	74550	R$ 130.16
RLJ5B83	275410D000046549	21/05/2026	74550	R$ 130.16
RYR1I67	275410NIC0015343	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SCP5J05	275410D000051774	27/07/2026	74550	R$ 130.16
SDV3E75	275410NIC0015327	07/07/2026	50020	R$ 586.94
SED2B06	275410D000049387	19/06/2026	74550	R$ 130.16
SEP6E78	275410NIC0015350	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SEU5B88	275410D000051812	28/07/2026	74550	R$ 130.16
SEV9C55	275410NIC0015508	11/07/2026	50020	R$ 390.46
SFK1F87	275410D000049370	19/06/2026	74550	R$ 130.16
SFK9I80	275410D000046714	22/05/2026	74550	R$ 130.16
SFM0E80	275410D000051802	28/07/2026	74550	R$ 130.16
SHE0G25	275410NIC0015352	07/07/2026	50020	R$ 260.32
SHZ5F50	275410NIC0015507	11/07/2026	50020	R$ 390.46
SIB3A26	275410D000051765	27/07/2026	74550	R$ 130.16
TAN7B92	275410NIC0015504	11/07/2026	50020	R$ 260.32
TEQ8C32	275410D000051800	28/07/2026	74550	R$ 130.16
TQS4J12	275410D000051770	27/07/2026	74550	R$ 130.16
TXX2H78	275410CND0000150	29/05/2026	50450	R$ 293.47
UAY1C61	275410NIC0015503	11/07/2026	50020	R$ 260.32
UAY1C61	275410NIC0015502	11/07/2026	50020	R$ 390.46
UBF9G73	275410D000046617	21/05/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS		

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi
imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de
trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV
até 27/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AQV5072	275410NIC0015532	14/07/2026	50020	R$ 586.94
AXK3817	275410NIC0015537	14/07/2026	50020	R$ 586.94
BBV0F25	275410NIC0015527	14/07/2026	50020	R$ 586.94
BDK8D56	275410NIC0015525	14/07/2026	50020	R$ 586.94
BEP0F81	275410NIC0015522	14/07/2026	50020	R$ 586.94
FMP5D12	275410NIC0015530	14/07/2026	50020	R$ 586.94
FRY5D42	275410NIC0015531	14/07/2026	50020	R$ 586.94
FYD5H63	275410NIC0015534	14/07/2026	50020	R$ 586.94
IXR6B02	275410NIC0015536	14/07/2026	50020	R$ 390.46
JZC7B66	116100T003657799	26/07/2026	54521	R$ 195.23
OKF5G88	275410NIC0015538	14/07/2026	50020	R$ 586.94
QPZ3A07	275410NIC0015516	14/07/2026	50020	R$ 586.94
QPZ3A07	275410NIC0015526	14/07/2026	50020	R$ 586.94
QTJ9H20	275410NIC0015524	14/07/2026	50020	R$ 586.94
RFA6H75	275410NIC0015518	14/07/2026	50020	R$ 586.94
RHP4F07	275410NIC0015517	14/07/2026	50020	R$ 586.94
SDU7C14	275410NIC0015520	14/07/2026	50020	R$ 586.94
SEH3C16	275410NIC0015529	14/07/2026	50020	R$ 390.46
SEN1G04	275410NIC0015523	14/07/2026	50020	R$ 390.46
SEN8I36	275410NIC0015521	14/07/2026	50020	R$ 390.46
SXO3F06	275410NIC0015535	14/07/2026	50020	R$ 586.94
TAK0D52	275410NIC0015533	14/07/2026	50020	R$ 390.46
TAW7F89	275410NIC0015519	14/07/2026	50020	R$ 586.94
TBO7H65	275410NIC0015539	14/07/2026	50020	R$ 586.94
UBX6C61	275410NIC0015528	14/07/2026	50020	R$ 586.94

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi
imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de
trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV
até 27/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AQV5072	275410NIC0015532	14/07/2026	50020	R$ 586.94
AXK3817	275410NIC0015537	14/07/2026	50020	R$ 586.94
BBV0F25	275410NIC0015527	14/07/2026	50020	R$ 586.94
BDK8D56	275410NIC0015525	14/07/2026	50020	R$ 586.94
BEP0F81	275410NIC0015522	14/07/2026	50020	R$ 586.94
FMP5D12	275410NIC0015530	14/07/2026	50020	R$ 586.94
FRY5D42	275410NIC0015531	14/07/2026	50020	R$ 586.94
FYD5H63	275410NIC0015534	14/07/2026	50020	R$ 586.94
IXR6B02	275410NIC0015536	14/07/2026	50020	R$ 390.46
JZC7B66	116100T003657799	26/07/2026	54521	R$ 195.23
OKF5G88	275410NIC0015538	14/07/2026	50020	R$ 586.94
QPZ3A07	275410NIC0015516	14/07/2026	50020	R$ 586.94
QPZ3A07	275410NIC0015526	14/07/2026	50020	R$ 586.94
QTJ9H20	275410NIC0015524	14/07/2026	50020	R$ 586.94
RFA6H75	275410NIC0015518	14/07/2026	50020	R$ 586.94
RHP4F07	275410NIC0015517	14/07/2026	50020	R$ 586.94
SDU7C14	275410NIC0015520	14/07/2026	50020	R$ 586.94
SEH3C16	275410NIC0015529	14/07/2026	50020	R$ 390.46
SEN1G04	275410NIC0015523	14/07/2026	50020	R$ 390.46
SEN8I36	275410NIC0015521	14/07/2026	50020	R$ 390.46
SXO3F06	275410NIC0015535	14/07/2026	50020	R$ 586.94
TAK0D52	275410NIC0015533	14/07/2026	50020	R$ 390.46
TAW7F89	275410NIC0015519	14/07/2026	50020	R$ 586.94
TBO7H65	275410NIC0015539	14/07/2026	50020	R$ 586.94
UBX6C61	275410NIC0015528	14/07/2026	50020	R$ 586.94

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi
lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo
V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto
à DEPTRAN-DV até 30/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAR9C42	275410D000055882	30/09/2026	74550
AAW5J76	275410D000055977	03/10/2026	74550
ABA0H04	275410D000055980	03/10/2026	74550
ABO4F45	275410D000056037	03/10/2026	74550
ADF1113	275410D000056115	05/10/2026	74550
ADX9A35	275410D000056060	04/10/2026	74630
AGB9H16	275410D000055998	03/10/2026	74550
AHG5J94	275410D000056028	03/10/2026	74550
AIC1107	275410D000055952	02/10/2026	74550
AIC1107	275410D000056083	04/10/2026	74550
AIO4499	275410D000056192	07/10/2026	74550
AIX0306	275410D000055887	01/10/2026	74550
AJD4D81	275410D000055866	30/09/2026	74630
AJG2E67	275410D000056190	07/10/2026	74550
AJG2E67	275410D000056171	06/10/2026	74550
AJU6047	275410D000055939	02/10/2026	74550
AJU6F83	275410D000056031	03/10/2026	74550
AJY4612	275410D000055941	02/10/2026	74550
AJZ5224	275410D000056040	03/10/2026	74550

AKK8H46	275410D000056058	04/10/2026	74550
AKK8H46	275410D000056054	04/10/2026	74550
AKK8H46	275410D000056053	04/10/2026	74550
AKM4341	275410D000056039	03/10/2026	74550
AKO1368	275410D000056111	04/10/2026	74550
AKS4950	275410D000055994	03/10/2026	74630
ALK6961	275410D000055916	01/10/2026	74550
AMC1435	275410D000056068	04/10/2026	74550
AMP6H91	275410D000055875	30/09/2026	74550
AMP6H91	275410D000055880	30/09/2026	74550
ANC1481	275410D000056175	06/10/2026	74550
ANL4E84	275410D000055958	02/10/2026	74550
ANU7G99	275410D000056173	06/10/2026	74550
ANY7102	275410D000056008	03/10/2026	74550
ANY7102	275410D000055904	01/10/2026	74550
AOA6233	275410D000055940	02/10/2026	74550
AOA6233	275410D000055969	02/10/2026	74550
AOA6233	275410D000056002	03/10/2026	74550
AOH6H93	275410D000056110	04/10/2026	74550
AOM4B34	275410D000055886	01/10/2026	74550
AOP4604	275410D000056160	05/10/2026	74550
AOZ4F13	275410T000003363	07/10/2026	76331
AOZ7F25	275410D000055870	30/09/2026	74550
APP5172	275410D000056137	05/10/2026	74550
APS6382	275410D000055981	03/10/2026	74550
AQB8E07	275410D000055869	30/09/2026	74550
AQG4642	275410D000056017	03/10/2026	74550
AQI2G62	275410D000055921	01/10/2026	74550
AQJ5C35	275410D000056013	03/10/2026	74550
AQL9B41	275410D000055949	02/10/2026	74550
AQU1I71	275410D000055973	02/10/2026	74630
ARK5B72	275410D000056140	05/10/2026	74550
ARQ1G48	275410D000055874	30/09/2026	74630
ARQ1G48	275410D000056185	06/10/2026	74630
ARQ1G48	275410D000056119	05/10/2026	74550
ARQ1G48	275410D000056118	05/10/2026	74630
ARQ1G48	275410D000056158	05/10/2026	74630
ARQ1G48	275410D000056166	06/10/2026	74630
ARQ1G48	275410D000055888	01/10/2026	74550
ASA7F21	275410D000056144	05/10/2026	74550
ASB9681	275410D000055936	02/10/2026	74630
ASB9681	275410D000055937	02/10/2026	74550
ASB9681	275410D000055938	02/10/2026	74550
ASB9J01	275410D000056081	04/10/2026	74550
ASH6G87	275410D000055919	01/10/2026	74550
ASI8505	275410D000055923	01/10/2026	74550
ASJ2869	275410D000055889	01/10/2026	74550
ASR4262	275410D000055945	02/10/2026	74550
ATH9E78	275410D000056003	03/10/2026	74630
ATR7B69	275410D000056001	03/10/2026	74550
ATU0633	275410D000056080	04/10/2026	74550
ATU4D52	275410D000055974	02/10/2026	74550
ATV5A94	275410D000055942	02/10/2026	74550
ATX5346	275410D000056112	05/10/2026	74550
ATY1C35	275410T000003366	08/10/2026	66372
AUI2H75	275410D000055922	01/10/2026	74550
AUM2588	275410D000055909	01/10/2026	74550
AUS6F24	275410D000055946	02/10/2026	74550
AUW4929	275410D000056108	04/10/2026	74550
AUW4929	275410D000056107	04/10/2026	74550
AVC7F62	275410D000056156	05/10/2026	74550
AVD0B56	275410D000056180	06/10/2026	74630
AVN9267	275410D000056168	06/10/2026	74550
AVV6142	275410D000056067	04/10/2026	74550
AVW9H33	275410D000055976	03/10/2026	74550
AWC3E52	275410D000056184	06/10/2026	74630
AWI9916	275410D000056027	03/10/2026	74550
AWI9916	275410D000056030	03/10/2026	74630
AWJ1H67	275410D000055983	03/10/2026	74550
AWM9G36	275410D000055865	30/09/2026	74550
AWS3C12	275410D000056088	04/10/2026	74550
AWS4520	275410D000056048	04/10/2026	74550
AXB4654	275410D000056193	07/10/2026	74550
AXC1G76	275410D000055899	01/10/2026	74550
AXE5069	275410T000002079	07/10/2026	51851
AXF0943	275410D000056125	05/10/2026	74550
AXF0J39	275410D000056146	05/10/2026	74550
AXL7C84	275410D000056114	05/10/2026	74550
AXT5431	275410D000056032	03/10/2026	74550
AXU2J04	275410D000056198	07/10/2026	74550
AXZ6H21	275410D000055873	30/09/2026	74550
AYF0F41	275410D000055862	30/09/2026	74550
AYH0340	275410T000002078	07/10/2026	76331
AYI2D22	275410NIC0016359	19/09/2026	50020
AYK8A17	275410D000056132	05/10/2026	74550
AYL4D94	275410D000056167	06/10/2026	74630
AYL9I09	275410D000056122	05/10/2026	74550
AYP3347	275410D000055893	01/10/2026	74550
AYT7151	275410D000056023	03/10/2026	74630

AYV5A42	275410D000056090	04/10/2026	74550
AYV7360	275410D000055962	02/10/2026	74550
AZI1388	275410D000056172	06/10/2026	74550
AZL9J78	275410T000003502	08/10/2026	51930
AZS5442	275410D000056082	04/10/2026	74550
AZX4A09	275410D000056128	05/10/2026	74550
AZX4A09	275410D000056143	05/10/2026	74550
AZY7H69	275410D000055928	01/10/2026	74550
AZY7H69	275410D000055929	01/10/2026	74630
BAE8B79	275410D000056073	04/10/2026	74550
BAK9920	275410D000056076	04/10/2026	74550
BAK9I91	275410NIC0016370	19/09/2026	50020
BAO1F22	275410D000056022	03/10/2026	74550
BAR4632	275410NIC0016360	19/09/2026	50020
BAS9F27	275410D000056044	03/10/2026	74550
BAW2H25	275410NIC0016358	19/09/2026	50020
BAW5F74	275410D000055917	01/10/2026	74550
BAZ0951	275410D000056010	03/10/2026	74550
BAZ7H22	275410D000056096	04/10/2026	74550
BBB8D57	275410D000056061	04/10/2026	74550
BBD8E63	275410D000056127	05/10/2026	74550
BBI1I10	275410D000056176	06/10/2026	74550
BBJ1F08	275410D000055988	03/10/2026	74550
BBP0B35	275410D000056034	03/10/2026	74550
BBS5H45	275410D000055971	02/10/2026	74550
BCB1B90	275410D000055930	02/10/2026	74550
BCB1B90	275410D000055931	02/10/2026	74550
BCC1I79	275410D000056069	04/10/2026	74550
BCQ6635	275410D000056079	04/10/2026	74550
BCQ9J63	275410NIC0016361	19/09/2026	50020
BDB8H53	275410D000056141	05/10/2026	74630
BDF9B11	275410D000055987	03/10/2026	74550
BDJ6E13	275410NIC0016362	19/09/2026	50020
BDQ4B01	275410D000055972	02/10/2026	74550
BDQ4B01	275410D000055881	30/09/2026	74550
BDU7I25	275410D000055871	30/09/2026	74550
BDW2I37	275410D000056189	07/10/2026	74550
BDX1J59	275410D000055944	02/10/2026	74630
BED6E87	275410D000056020	03/10/2026	74550
BED6E87	275410D000056011	03/10/2026	74630
BEJ1J89	275410D000056052	04/10/2026	74630
BEJ2G85	275410D000056070	04/10/2026	74550
BEJ8E37	275410D000055867	30/09/2026	74550
BEV1B03	275410D000056152	05/10/2026	74550
BMW6A54	275410D000056089	04/10/2026	74550
CNN9E38	275410D000055863	30/09/2026	74550
COA5292	275410D000056092	04/10/2026	74630
CRO1416	275410D000055970	02/10/2026	74550
CRT9143	275410D000055903	01/10/2026	74550
CTI8D62	275410D000056195	07/10/2026	74550
CXS6B36	275410D000056105	04/10/2026	74630
DEX6F40	275410D000056042	03/10/2026	74550
DGN2556	275410D000055954	02/10/2026	74550
DHJ3I02	275410D000055914	01/10/2026	74550
DKQ6888	275410D000056085	04/10/2026	74550
DLB1407	275410D000056157	05/10/2026	74550
DQL4H60	275410D000055992	03/10/2026	74550
DTA6752	275410D000056016	03/10/2026	74550
DTA6752	275410D000055995	03/10/2026	74550
DTA6752	275410D000056015	03/10/2026	74550
DTD8F17	275410D000056062	04/10/2026	74550
EFF7512	275410D000055989	03/10/2026	74550
EGF6A01	275410D000056006	03/10/2026	74550
EGW2J64	275410D000056063	04/10/2026	74550
EJZ7B35	275410D000056026	03/10/2026	74630
EKH4H26	275410D000055901	01/10/2026	74550
EKX9623	275410D000056007	03/10/2026	74550
EMN2B25	275410D000055915	01/10/2026	74550
EPG0D23	275410T000003362	07/10/2026	76331
EPZ5A86	275410T000003503	08/10/2026	76331
ERL2C02	275410D000055897	01/10/2026	74550
EUB1E52	275410D000056151	05/10/2026	74550
FBV8B42	275410D000056133	05/10/2026	74550
FMD0J04	275410D000055913	01/10/2026	74550
FUF1A46	275410D000055953	02/10/2026	74550
GCF5J09	275410T000003501	08/10/2026	76331
HMR9H02	275410D000056116	05/10/2026	74630
HOW6B03	275410D000056162	06/10/2026	74550
HTJ5H02	275410D000056065	04/10/2026	74550
ICG9F77	275410D000056196	07/10/2026	74550
IFP3703	275410D000056138	05/10/2026	74550
IQO3J44	275410D000055966	02/10/2026	74630
IRJ9482	275410T000003360	07/10/2026	76331
ISP8J10	275410D000056134	05/10/2026	74630
ISY3276	275410D000056165	06/10/2026	74550
IXU7234	275410D000055993	03/10/2026	74550
IZN7C89	275410D000055996	03/10/2026	74630
KKY6B23	275410D000055986	03/10/2026	74550
LNI6A10	275410D000056045	03/10/2026	74550

LRN0I83	275410D000055959	02/10/2026	74550
LRN0I83	275410D000056043	03/10/2026	74550
LRN0I83	275410D000055984	03/10/2026	74550
LRN0I83	275410D000056084	04/10/2026	74550
LRN0I83	275410D000056106	04/10/2026	74550
LRN0I83	275410D000055895	01/10/2026	74630
LYB3418	275410D000056159	05/10/2026	74550
LYK6559	275410D000056025	03/10/2026	74550
LZP0873	275410D000056051	04/10/2026	74550
MAK1E83	275410D000055951	02/10/2026	74550
MAY8C24	275410D000056123	05/10/2026	74550
MBV4C09	275410D000056000	03/10/2026	74630
MCF2A14	275410D000056188	06/10/2026	74550
MCT6C39	275410D000055878	30/09/2026	74550
MCW1981	275410D000056164	06/10/2026	74550
MDD1608	275410D000055905	01/10/2026	74550
MDE2400	275410D000055963	02/10/2026	74550
MDG4A24	275410D000055902	01/10/2026	74550
MDI0448	275410D000055927	01/10/2026	74630
MDI2749	275410D000056102	04/10/2026	74550
MDI2749	275410D000056100	04/10/2026	74550
MDS7106	275410D000055985	03/10/2026	74550
MDV4005	275410D000056021	03/10/2026	74550
MDY2J46	275410D000055999	03/10/2026	74550
MEB0H43	275410D000056187	06/10/2026	74550
MEN3688	275410D000056091	04/10/2026	74550
MEN3688	275410D000056019	03/10/2026	74550
MEN3988	275410D000056104	04/10/2026	74550
MEU2J97	275410D000056155	05/10/2026	74550
MEU2J97	275410D000055975	02/10/2026	74550
MEW9309	275410D000055872	30/09/2026	74550
MFG8C60	275410D000055892	01/10/2026	74630
MFK1G58	275410D000056014	03/10/2026	74550
MFM9606	275410D000056183	06/10/2026	74630
MFO9902	275410D000056057	04/10/2026	74550
MFO9902	275410D000056056	04/10/2026	74550
MFQ9B19	275410D000056169	06/10/2026	74550
MFQ9B19	275410D000056178	06/10/2026	74550
MFQ9B19	275410D000056139	05/10/2026	74550
MFW0497	275410D000055877	30/09/2026	74550
MFW0497	275410D000055879	30/09/2026	74550
MGP5145	275410D000055935	02/10/2026	74550
MGV8B51	275410D000055896	01/10/2026	74550
MHI4E17	275410D000056029	03/10/2026	74550
MHY9J48	275410D000055910	01/10/2026	74550
MIC9C18	275410D000056099	04/10/2026	74550
MIP6H82	275410D000056136	05/10/2026	74550
MJB8H86	275410D000056129	05/10/2026	74550
MJF1238	275410D000055956	02/10/2026	74550
MJF9392	275410D000056121	05/10/2026	74550
MJF9392	275410D000056181	06/10/2026	74550
MJF9392	275410D000056113	05/10/2026	74550
MJF9392	275410D000055961	02/10/2026	74550
MJH2E84	275410D000055943	02/10/2026	74550
MJM2876	275410D000056038	03/10/2026	74550
MKH7H29	275410NIC0016364	19/09/2026	50020
MKP3A85	275410D000055978	03/10/2026	74550
MKP3A85	275410D000055979	03/10/2026	74630
MLA1B59	275410D000055876	30/09/2026	74550
MLK6G74	275410D000055968	02/10/2026	74550
MMJ4590	275410D000055965	02/10/2026	74550
MUP1845	275410D000055982	03/10/2026	74550
NGY3C07	275410NIC0016369	19/09/2026	50020
NRS4646	275410D000056150	05/10/2026	74550
OBO6E46	275410D000055918	01/10/2026	74550
OEQ4A77	275410D000056018	03/10/2026	74550
OKF2E80	275410D000056097	04/10/2026	74550
OOP8H10	275410D000056154	05/10/2026	74550
OOW6B98	275410D000056004	03/10/2026	74550
OPY2J74	275410D000056126	05/10/2026	74550
ORS8E27	275410D000055926	01/10/2026	74550
PCH5I43	275410D000055912	01/10/2026	74550
PQO9C73	275410D000055947	02/10/2026	74550
PQP2D01	275410D000055950	02/10/2026	74550
PVH1915	275410D000056130	05/10/2026	74550
QBG5H71	275410D000055920	01/10/2026	74550
QCT1E00	275410D000056047	03/10/2026	74630
QDA6B55	275410T000003361	07/10/2026	55412
QIG2I13	275410D000056170	06/10/2026	74550
QIL4D81	275410D000056033	03/10/2026	74550
QNO4E32	275410D000055967	02/10/2026	74550
QPQ7D07	275410D000055955	02/10/2026	74550
QPQ7D07	275410D000056055	04/10/2026	74550
RGC4I67	275410D000056086	04/10/2026	74550
RHA4H70	275410NIC0016371	19/09/2026	50020
RHB3B24	275410NIC0016363	19/09/2026	50020
RHC9F52	275410T000000457	07/10/2026	54600
RHI2E52	275410D000055868	30/09/2026	74550
RHJ4A58	275410D000056035	03/10/2026	74550

RHL0D67	275410D000056120	05/10/2026	74550
RHN9B60	275410D000055991	03/10/2026	74550
RHP2G98	275410D000056163	06/10/2026	74550
RLO3H20	275410D000055906	01/10/2026	74550
RLP6C44	275410T000003365	08/10/2026	76331
RMN5D70	275410D000056005	03/10/2026	74550
RTB4C82	275410D000056098	04/10/2026	74550
SCP5J05	275410NIC0016367	19/09/2026	50020
SDU6A79	275410D000056093	04/10/2026	74550
SDY5I27	275410D000056046	03/10/2026	74550
SDZ6C05	275410D000055932	02/10/2026	74550
SEA4H72	275410D000056135	05/10/2026	74550
SEE4D18	275410D000056103	04/10/2026	74550
SEG1F42	275410D000056147	05/10/2026	74550
SEH6E84	275410D000055957	02/10/2026	74550
SEI0C63	275410D000056145	05/10/2026	74550
SEI0C63	275410D000056124	05/10/2026	74550
SEJ0G38	275410D000055894	01/10/2026	74550
SEL0D83	275410D000056072	04/10/2026	74550
SEN4A10	275410D000056109	04/10/2026	74630
SEP0F89	275410D000056161	06/10/2026	74630
SEP0F89	275410D000056191	07/10/2026	74550
SEP0F89	275410D000055883	01/10/2026	74550
SEU5B88	275410NIC0016372	19/09/2026	50020
SEV4F21	275410D000056049	04/10/2026	74550
SFG0D62	275410D000055908	01/10/2026	74550
SFH7F01	275410D000055907	01/10/2026	74550
SFI1E91	275410D000056024	03/10/2026	74550
SFL2C32	275410D000056179	06/10/2026	74550
SFM0E80	275410NIC0016373	19/09/2026	50020
SFO2I33	275410D000056059	04/10/2026	74550
SIB3A26	275410NIC0016365	19/09/2026	50020
SIH0E94	275410D000056071	04/10/2026	74550
TAI9C35	275410D000056094	04/10/2026	74550
TAT4A65	275410D000055898	01/10/2026	74550
TAZ5D96	275410D000056174	06/10/2026	74550
TBB9H47	275410D000056148	05/10/2026	74550
TBE2G80	275410D000056009	03/10/2026	74550
TBL9E29	275410D000056095	04/10/2026	74550
TBM9C47	275410D000056012	03/10/2026	74630
TBS5G26	275410D000056064	04/10/2026	74550
TBS8A13	275410D000056182	06/10/2026	74550
TBX5G51	275410D000056131	05/10/2026	74550
TBZ4F54	275410D000056036	03/10/2026	74550
TDD3B81	275410D000055884	01/10/2026	74630
TEQ8C32	275410NIC0016366	19/09/2026	50020
TIV6H15	275410D000056197	07/10/2026	74550
TLH9J15	275410D000055960	02/10/2026	74550
TMD1C66	275410D000056117	05/10/2026	74550
TPW0G98	275410D000055925	01/10/2026	74550
TPW0G98	275410D000056041	03/10/2026	74550
TQG1G26	275410D000056101	04/10/2026	74550
TQS4J12	275410NIC0016368	19/09/2026	50020
TYE6F81	275410D000055934	02/10/2026	74550
TYE6F81	275410D000055933	02/10/2026	74550
TYW6J95	275410D000055864	30/09/2026	74550
UAT6C15	275410T000000458	07/10/2026	54522
UAY1G47	275410D000056186	06/10/2026	74630
UAZ8F68	275410D000055900	01/10/2026	74550
UBK7D87	275410D000056078	04/10/2026	74550
UBN5C73	275410D000055964	02/10/2026	74550
UBP4E86	275410D000055990	03/10/2026	74550
UBT8B62	275410D000055885	01/10/2026	74550
UBV2B66	275410D000056153	05/10/2026	74550
UCB9I79	275410D000055948	02/10/2026	74550
UCH3A19	275410D000056149	05/10/2026	74550
UCJ4A00	275410T000003364	07/10/2026	76331
UCN9A54	275410D000056087	04/10/2026	74550
UCQ9I80	275410D000056177	06/10/2026	74550
UCQ9I80	275410D000055924	01/10/2026	74630
UCQ9I80	275410D000056142	05/10/2026	74550
UCS8F34	275410D000056066	04/10/2026	74630
UCV2B26	275410D000056194	07/10/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS			
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi			
lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo			
V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto			
à DEPTRAN-DV até 30/11/2026.			
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AIO4499	275410D000056240	07/10/2026	74550
AMS1C46	275410D000056235	07/10/2026	74630
ANC1481	275410D000056216	07/10/2026	74630
ANP5F24	275410D000056213	07/10/2026	74550
AOD8A78	275410D000056236	07/10/2026	74550
AOD8A78	275410D000056238	07/10/2026	74630
AOH6H93	275410D000056237	07/10/2026	74630
AOQ3018	275410D000056203	07/10/2026	74550

AQJ9A25	275410D000056251	08/10/2026	74630
ASA3319	275410D000056225	07/10/2026	74550
ASA3319	275410D000056205	07/10/2026	74550
ASB9681	275410D000056231	07/10/2026	74710
ASB9681	275410D000056247	08/10/2026	74550
ASB9681	275410D000056248	08/10/2026	74630
ASB9681	275410D000056249	08/10/2026	74630
AVV6967	275410D000056241	07/10/2026	74550
AWS7857	275410D000056229	07/10/2026	74550
AWV2711	275410D000056207	07/10/2026	74550
AXS2A04	275410D000056211	07/10/2026	74550
BAX7805	275410D000056201	07/10/2026	74550
BBE8309	275410D000056245	08/10/2026	74550
BCX8E94	275410D000056212	07/10/2026	74550
BDQ4B01	275410D000056232	07/10/2026	74550
EHQ6B94	275410D000056222	07/10/2026	74550
EKH7I71	275410D000056206	07/10/2026	74550
HCZ1D10	275410D000056208	07/10/2026	74550
IWF9D07	275410D000056209	07/10/2026	74630
LZF1010	275410D000056210	07/10/2026	74550
MDQ7298	275410D000056233	07/10/2026	74550
MFQ9B19	275410D000056221	07/10/2026	74550
MFQ9B19	275410D000056227	07/10/2026	74550
NCK2511	275410D000056228	07/10/2026	74550
NUA9E22	275410D000056202	07/10/2026	74550
NUG1248	275410D000056223	07/10/2026	74550
ODF2D59	275410D000056250	08/10/2026	74550
OOM0A23	275410D000056224	07/10/2026	74630
QCT1E00	275410D000056242	08/10/2026	74550
QPQ7D07	275410D000056234	07/10/2026	74550
QPQ7D07	275410D000056199	07/10/2026	74550
RHN2A08	275410D000056239	07/10/2026	74550
RKY4H89	275410D000056215	07/10/2026	74630
SDY5I27	275410D000056200	07/10/2026	74550
SEP0F89	275410D000056244	08/10/2026	74550
SEU3I67	275410D000056226	07/10/2026	74550
SIL4G71	275410D000056217	07/10/2026	74550
SJE5G59	275410D000056220	07/10/2026	74550
TAS7F51	275410D000056204	07/10/2026	74550
TBE3J47	275410D000056246	08/10/2026	74550
TBS8A13	275410D000056219	07/10/2026	74550
TBU3I44	275410D000056230	07/10/2026	74550
TQO3I36	275410D000056218	07/10/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS			
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi			
imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração			
de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV			
até 30/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.			
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AJA5361	275410D000051977	31/07/2026	74550
AJC4A29	275410D000051972	30/07/2026	74550
AKX2G72	275410D000051981	31/07/2026	74550
AMT8C62	275410D000051928	30/07/2026	74550
ASR6790	275410D000051855	28/07/2026	74550
ATJ6E95	275410D000051870	29/07/2026	74550
AUI8C53	275410D000051864	29/07/2026	74550
AYB8916	275410D000051911	30/07/2026	74550
AYH0340	275410D000051887	29/07/2026	74550
AZP3I26	275410D000051908	30/07/2026	74550
AZS4H50	275410D000051916	30/07/2026	74550
JPT3J90	275410D000051941	30/07/2026	74550
MZX2D71	275410D000051975	31/07/2026	74550
NJU6I82	275410D000051850	28/07/2026	74550
PUX0H85	275410D000051946	30/07/2026	74550
PYL3C61	275410D000051890	29/07/2026	74550
PYO9B43	275410D000051924	30/07/2026	74550
QHZ3B08	275410D000051849	28/07/2026	74550
RDW1J64	275410D000051930	30/07/2026	74550
RTM9F85	275410D000051974	31/07/2026	74550
SEU4E12	275410D000051838	28/07/2026	74550
SFD1G56	275410D000051953	30/07/2026	74550
TBE1F33	275410D000051921	30/07/2026	74550
TNI5D78	275410D000051851	28/07/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi				
imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração				
de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV				
até 30/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAR9C42	275410D000049452	21/06/2026	74550	R$ 130.16
ABM4A98	275410NIC0015576	17/07/2026	50020	R$ 1760.82
AFM4A45	275410D000051936	30/07/2026	74550	R$ 130.16
AIL6I25	275410D000051832	28/07/2026	74550	R$ 130.16
AJD1286	275410V000022340	06/11/2025	58191	R$ 880.41
AKA2126	275410D000051931	30/07/2026	74550	R$ 130.16
AKM1073	275410D000052000	31/07/2026	74550	R$ 130.16

AKM1073	275410D000051980	31/07/2026	74550	R$ 130.16
AKM1073	275410D000051912	30/07/2026	74550	R$ 130.16
ALD5B92	275410D000052003	31/07/2026	74630	R$ 195.23
ALT0269	275410D000051991	31/07/2026	74630	R$ 195.23
ALV8H41	275410D000051990	31/07/2026	74550	R$ 130.16
ALZ3519	275410D000051935	30/07/2026	74550	R$ 130.16
AMP6H91	275410D000051847	28/07/2026	74550	R$ 130.16
AMU0J41	275410D000051834	28/07/2026	74550	R$ 130.16
AMY2H17	275410D000051903	29/07/2026	74550	R$ 130.16
ANA7C11	275410D000051940	30/07/2026	74550	R$ 130.16
ANP5F24	275410D000051829	28/07/2026	74550	R$ 130.16
AOB1769	275410D000051898	29/07/2026	74550	R$ 130.16
AOB3B98	275410D000049507	23/06/2026	74550	R$ 130.16
AOG6165	275410D000051884	29/07/2026	74550	R$ 130.16
AOG6165	275410D000051877	29/07/2026	74550	R$ 130.16
AOQ1C17	275410D000051985	31/07/2026	74630	R$ 195.23
APY1516	275410D000051827	28/07/2026	74550	R$ 130.16
AQD3E53	275410D000051966	30/07/2026	74550	R$ 130.16
AQR8I23	275410D000051920	30/07/2026	74550	R$ 130.16
ARQ1G48	275410D000051857	29/07/2026	74630	R$ 195.23
ARQ1G48	275410D000051901	29/07/2026	74550	R$ 130.16
ARQ1G48	275410D000051886	29/07/2026	74630	R$ 195.23
ARW0547	275410NIC0015551	17/07/2026	50020	R$ 390.46
ARW0547	275410NIC0015553	17/07/2026	50020	R$ 260.32
ARW2D19	275410D000051866	29/07/2026	74550	R$ 130.16
ARW2D19	275410D000051922	30/07/2026	74550	R$ 130.16
ARZ9994	275410NIC0015628	17/07/2026	50020	R$ 260.32
ASB9681	275410D000051983	31/07/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000051986	31/07/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000051885	28/07/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000051914	30/07/2026	74550	R$ 130.16
ASB9681	275410D000051955	30/07/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000051984	31/07/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000051846	28/07/2026	74550	R$ 130.16
ASB9681	275410D000051954	30/07/2026	74630	R$ 195.23
ASI5E93	275410D000051880	29/07/2026	74550	R$ 130.16
ASQ3J00	275410NIC0015636	17/07/2026	50020	R$ 390.46
ASR4262	275410D000051987	31/07/2026	74550	R$ 130.16
ATR3A51	275410D000051889	29/07/2026	74550	R$ 130.16
ATW5036	275410D000051861	29/07/2026	74550	R$ 130.16
AUH4J59	275410D000051994	31/07/2026	74630	R$ 195.23
AUR4B25	275410NIC0015627	17/07/2026	50020	R$ 390.46
AUZ2H25	275410D000049453	21/06/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000051871	29/07/2026	74550	R$ 130.16
AVL5790	275410NIC0015552	17/07/2026	50020	R$ 260.32
AVM7902	275410NIC0015559	17/07/2026	50020	R$ 260.32
AVM8E74	275410D000046780	23/05/2026	74550	R$ 130.16
AVM8E74	275410D000046782	23/05/2026	74550	R$ 130.16
AVQ5598	275410D000051895	29/07/2026	74550	R$ 130.16
AVQ5598	275410D000051894	29/07/2026	74550	R$ 130.16
AVQ5598	275410D000051896	29/07/2026	74550	R$ 130.16
AVQ8F97	275410D000046911	25/05/2026	74550	R$ 130.16
AVS9I17	275410NIC0015568	17/07/2026	50020	R$ 260.32
AVS9I17	275410D000049523	24/06/2026	74550	R$ 130.16
AVV6328	275410NIC0015570	17/07/2026	50020	R$ 260.32
AVX4F56	275410D000051998	31/07/2026	74550	R$ 130.16
AVY5728	275410NIC0015614	17/07/2026	50020	R$ 260.32
AWF8715	275410D000047261	16/05/2026	74550	R$ 130.16
AXO9J70	275410D000047315	18/05/2026	74550	R$ 130.16
AXO9J70	275410D000047358	22/05/2026	74550	R$ 130.16
AXO9J70	275410D000047319	19/05/2026	74550	R$ 130.16
AXR9609	275410D000051993	31/07/2026	74630	R$ 195.23
AYB2B50	275410D000051844	28/07/2026	74550	R$ 130.16
AYC2843	275410NIC0015622	17/07/2026	50020	R$ 390.46
AYI2D22	275410D000051882	29/07/2026	74550	R$ 130.16
AYN0J61	275410D000051876	29/07/2026	74550	R$ 130.16
AYW4D13	275410D000047367	22/05/2026	74550	R$ 130.16
AYW4D13	275410D000047333	19/05/2026	74550	R$ 130.16
AYW4D13	275410D000049432	21/06/2026	74550	R$ 130.16
AZJ8I47	275410NIC0015577	17/07/2026	50020	R$ 390.46
AZU3C30	275410D000051907	30/07/2026	74550	R$ 130.16
AZW7F73	275410NIC0015611	17/07/2026	50020	R$ 260.32
BAF2288	275410D000051982	31/07/2026	74550	R$ 130.16
BAI2F14	275410D000046909	25/05/2026	74550	R$ 130.16
BAX7E48	275410NIC0015563	17/07/2026	50020	R$ 260.32
BBB5515	275410D000051999	31/07/2026	74630	R$ 195.23
BBQ8F01	275410D000046760	23/05/2026	74550	R$ 130.16
BBQ9J44	275410D000051868	29/07/2026	74630	R$ 195.23
BBQ9J44	275410D000051888	29/07/2026	74630	R$ 195.23
BBV0F25	275410D000051839	28/07/2026	74550	R$ 130.16
BBW1J52	275410NIC0015596	17/07/2026	50020	R$ 260.32
BBY8G52	275410D000051947	30/07/2026	74550	R$ 130.16
BCD4930	275410D000051854	28/07/2026	74550	R$ 130.16
BCD8233	275410D000046989	25/05/2026	74550	R$ 130.16
BCO8H19	275410D000051852	28/07/2026	74550	R$ 130.16
BDD1B79	275410D000051872	29/07/2026	74630	R$ 195.23
BDJ7878	275410D000051962	30/07/2026	74630	R$ 195.23
BDL4C87	275410D000051833	28/07/2026	74550	R$ 130.16
BDO3H02	275410D000051989	31/07/2026	74550	R$ 130.16

BDR3B90	275410NIC0015547	17/07/2026	50020	R$ 260.32
BDT5F86	275410D000051869	29/07/2026	74630	R$ 195.23
BDT5F86	275410D000051836	28/07/2026	74550	R$ 130.16
BDV4A66	275410NIC0015564	17/07/2026	50020	R$ 390.46
BDW5I64	275410NIC0015586	17/07/2026	50020	R$ 1760.82
BDX9E12	275410D000051929	30/07/2026	74550	R$ 130.16
BEA7A21	275410NIC0015573	17/07/2026	50020	R$ 260.32
BEH4H95	275410D000046936	25/05/2026	74550	R$ 130.16
BEK7F01	275410NIC0015575	17/07/2026	50020	R$ 260.32
BEL8D64	275410NIC0015579	17/07/2026	50020	R$ 260.32
BEP2E20	275410D000051938	30/07/2026	74550	R$ 130.16
BER2I42	275410NIC0015619	17/07/2026	50020	R$ 260.32
BER2I42	275410NIC0015618	17/07/2026	50020	R$ 260.32
BER3B87	275410D000051949	30/07/2026	74550	R$ 130.16
BER4A55	275410NIC0015548	17/07/2026	50020	R$ 260.32
BEV1E52	275410NIC0015585	17/07/2026	50020	R$ 260.32
BOA5773	275410D000051942	30/07/2026	74550	R$ 130.16
BTO1519	275410D000051897	29/07/2026	74550	R$ 130.16
BWF4D37	275410D000051865	29/07/2026	74710	R$ 880.41
CDK6D46	275410D000051860	29/07/2026	74550	R$ 130.16
CUS0A55	275410NIC0015546	17/07/2026	50020	R$ 260.32
DAY9E90	116100T002352862	29/07/2026	54600	R$ 130.16
DHW1H16	275410D000046922	25/05/2026	74550	R$ 130.16
DSS4E78	275410D000051873	29/07/2026	74550	R$ 130.16
EFF6J73	275410NIC0015613	17/07/2026	50020	R$ 586.94
EQI9C04	275410D000051892	29/07/2026	74550	R$ 130.16
EVK2F45	275410D000051950	30/07/2026	74550	R$ 130.16
EVK8F03	275410D000052001	31/07/2026	74550	R$ 130.16
EZL1B78	275410NIC0015565	17/07/2026	50020	R$ 260.32
FFN9H14	275410D000051843	28/07/2026	74550	R$ 130.16
FGW6C91	275410D000051945	30/07/2026	74550	R$ 130.16
FJP3C59	275410NIC0015599	17/07/2026	50020	R$ 390.46
FMN4D52	275410D000046975	25/05/2026	74550	R$ 130.16
FRQ1C94	275410D000049492	23/06/2026	74550	R$ 130.16
FXB9I06	275410D000051960	30/07/2026	74550	R$ 130.16
GDN5E44	275410D000051919	30/07/2026	74550	R$ 130.16
GEF4A09	275410D000051968	30/07/2026	74630	R$ 195.23
GFU2A35	275410D000051845	28/07/2026	74550	R$ 130.16
GJB1I52	275410D000051900	29/07/2026	74550	R$ 130.16
GWP4417	275410D000051853	28/07/2026	74550	R$ 130.16
HCZ1D10	275410D000051905	29/07/2026	74550	R$ 130.16
HCZ1D10	275410D000051904	29/07/2026	74550	R$ 130.16
HRY9D75	275410D000051958	30/07/2026	74550	R$ 130.16
IAM0E21	275410D000049515	24/06/2026	74550	R$ 130.16
IBI3D51	275410D000049533	24/06/2026	74550	R$ 130.16
IFP3703	275410D000051874	29/07/2026	74630	R$ 195.23
IJZ5653	275410D000049500	23/06/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000051906	30/07/2026	74630	R$ 195.23
ILZ8B94	275410D000051934	30/07/2026	74630	R$ 195.23
ILZ8B94	275410D000051933	30/07/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000051875	29/07/2026	74630	R$ 195.23
IMG4E66	275410D000049576	24/06/2026	74550	R$ 130.16
IQO7I07	275410D000051881	29/07/2026	74550	R$ 130.16
IVN8A11	275410NIC0015629	17/07/2026	50020	R$ 260.32
IWF9I84	275410NIC0015572	17/07/2026	50020	R$ 260.32
IYH2I49	275410D000049560	24/06/2026	74550	R$ 130.16
IZE7H42	275410D000051867	29/07/2026	74550	R$ 130.16
JAM0J07	275410NIC0015581	17/07/2026	50020	R$ 260.32
JAS7597	275410NIC0015616	17/07/2026	50020	R$ 260.32
JIE4G75	275410D000051826	28/07/2026	74550	R$ 130.16
JZC7B66	275410NIC0015612	17/07/2026	50020	R$ 260.32
LRN8D43	275410D000051967	30/07/2026	74550	R$ 130.16
LUK3I67	275410D000051910	30/07/2026	74630	R$ 195.23
LXV5279	275410D000049473	22/06/2026	74550	R$ 130.16
LXV5279	275410D000046746	23/05/2026	74550	R$ 130.16
LYB3418	275410D000051835	28/07/2026	74550	R$ 130.16
LYB3418	275410D000051837	28/07/2026	74550	R$ 130.16
MAE9430	275410D000051915	30/07/2026	74630	R$ 195.23
MAJ5401	275410D000051841	28/07/2026	74630	R$ 195.23
MAJ5401	275410D000051842	28/07/2026	74550	R$ 130.16
MAT5263	275410D000051965	30/07/2026	74630	R$ 195.23
MAT5263	275410D000051956	30/07/2026	74550	R$ 130.16
MCA6865	275410D000049536	24/06/2026	74550	R$ 130.16
MCC3G44	275410V000022145	04/11/2025	76331	R$ 293.47
MCF2A14	275410D000051971	30/07/2026	74550	R$ 130.16
MDO8H62	275410D000051961	30/07/2026	74550	R$ 130.16
MDO8H62	275410D000051963	30/07/2026	74550	R$ 130.16
MFM9606	275410D000051909	30/07/2026	74550	R$ 130.16
MFW7J80	275410D000051969	30/07/2026	74550	R$ 130.16
MFW7J80	275410D000051970	30/07/2026	74550	R$ 130.16
MGG7G40	275410D000051891	29/07/2026	74550	R$ 130.16
MHJ0554	275410D000051944	30/07/2026	74630	R$ 195.23
MHK5E32	275410D000046017	16/05/2026	74550	R$ 130.16
MIL8I65	275410D000051957	30/07/2026	74550	R$ 130.16
MIU6H78	275410D000051976	31/07/2026	74550	R$ 130.16
MJQ5I67	275410NIC0015555	17/07/2026	50020	R$ 260.32
MKC0J63	275410D000051978	31/07/2026	74550	R$ 130.16
MKJ4546	275410D000051923	30/07/2026	74550	R$ 130.16
MKS8B70	275410D000051964	30/07/2026	74550	R$ 130.16

MMH9B28	275410D000046824	24/05/2026	74550	R$ 130.16
MZU6H36	275410D000051943	30/07/2026	74550	R$ 130.16
NCY0008	275410D000051902	29/07/2026	74630	R$ 195.23
NSP9A94	275410D000051988	31/07/2026	74550	R$ 130.16
OBD4I61	275410D000051996	31/07/2026	74550	R$ 130.16
OHB7E43	275410D000051828	28/07/2026	74550	R$ 130.16
PAS7H45	275410D000051973	31/07/2026	74550	R$ 130.16
PAV1009	275410D000051883	29/07/2026	74550	R$ 130.16
PIP5D76	275410D000051952	30/07/2026	74550	R$ 130.16
PPH2A67	275410D000051848	28/07/2026	74550	R$ 130.16
PRM0D69	275410D000051979	31/07/2026	74550	R$ 130.16
PVS8J51	275410D000051840	28/07/2026	74630	R$ 195.23
PYV3H81	275410NIC0015598	17/07/2026	50020	R$ 260.32
PYV3H81	275410NIC0015597	17/07/2026	50020	R$ 260.32
PZC1H61	275410D000051939	30/07/2026	74550	R$ 130.16
QDM2H14	275410D000051830	28/07/2026	74550	R$ 130.16
QHO7J32	275410D000051917	30/07/2026	74550	R$ 130.16
QIJ3A32	275410NIC0015550	17/07/2026	50020	R$ 260.32
QNR0F66	275410NIC0015587	17/07/2026	50020	R$ 260.32
QWS8A72	275410NIC0015588	17/07/2026	50020	R$ 390.46
QWS8A72	275410NIC0015630	17/07/2026	50020	R$ 390.46
QZA2C15	275410NIC0015608	17/07/2026	50020	R$ 260.32
RDU3A74	275410D000051959	30/07/2026	74630	R$ 195.23
RHC4I49	275410V000022309	30/10/2025	51930	R$ 293.47
RHC4I49	275410V000022308	30/10/2025	51851	R$ 195.23
RHD9J48	275410D000046929	25/05/2026	74550	R$ 130.16
RHG8A65	275410V000022134	03/11/2025	55412	R$ 195.23
RHK9D07	275410NIC0015578	17/07/2026	50020	R$ 1760.82
RHL1F82	275410NIC0015602	17/07/2026	50020	R$ 260.32
RHL8F06	275410NIC0015549	17/07/2026	50020	R$ 390.46
RHM6F45	275410NIC0015615	17/07/2026	50020	R$ 390.46
RHP4F07	275410NIC0015571	17/07/2026	50020	R$ 260.32
RHS3J36	275410D000051951	30/07/2026	74550	R$ 130.16
RHV0E47	275410NIC0015567	17/07/2026	50020	R$ 390.46
RMF7C48	275410D000052002	31/07/2026	74550	R$ 130.16
RNJ3J04	275410NIC0015583	17/07/2026	50020	R$ 260.32
RUT0H66	275410NIC0015554	17/07/2026	50020	R$ 260.32
RVJ1A93	275410D000051927	30/07/2026	74550	R$ 130.16
RXZ2A62	275410D000051858	29/07/2026	74550	R$ 130.16
RYL7B00	275410NIC0015635	17/07/2026	50020	R$ 260.32
RYP1G03	275410D000051831	28/07/2026	74630	R$ 195.23
SDU5F87	275410D000051856	29/07/2026	74550	R$ 130.16
SDV5C68	275410D000046390	19/05/2026	74550	R$ 130.16
SDV5C68	275410D000046358	19/05/2026	74550	R$ 130.16
SDX2C61	275410NIC0015592	17/07/2026	50020	R$ 390.46
SDX2C61	275410NIC0015593	17/07/2026	50020	R$ 260.32
SDY8B52	275410D000051859	29/07/2026	74550	R$ 130.16
SDZ5J37	275410NIC0015589	17/07/2026	50020	R$ 260.32
SED4F66	275410NIC0015556	17/07/2026	50020	R$ 260.32
SEF1F61	275410NIC0015590	17/07/2026	50020	R$ 260.32
SEN1H33	275410NIC0015584	17/07/2026	50020	R$ 260.32
SEP5J43	275410NIC0015626	17/07/2026	50020	R$ 390.46
SFA3G67	275410NIC0015557	17/07/2026	50020	R$ 260.32
SFB6C59	116100T003423854	28/07/2026	56222	R$ 88.38
SFB7J63	275410NIC0015562	17/07/2026	50020	R$ 260.32
SFB7J63	275410NIC0015560	17/07/2026	50020	R$ 260.32
SFB7J63	275410NIC0015561	17/07/2026	50020	R$ 260.32
SFE6H50	275410D000051918	30/07/2026	74550	R$ 130.16
SHP7F43	275410D000046905	24/05/2026	74550	R$ 130.16
SIQ7J83	275410NIC0015632	17/07/2026	50020	R$ 260.32
SIS5A54	275410D000051899	29/07/2026	74630	R$ 195.23
SUP1G57	275410NIC0015633	17/07/2026	50020	R$ 260.32
SXD3E57	275410NIC0015634	17/07/2026	50020	R$ 390.46
TAJ2D99	275410NIC0015595	17/07/2026	50020	R$ 260.32
TAL3C86	275410NIC0015580	17/07/2026	50020	R$ 390.46
TAL7F27	275410NIC0015540	17/07/2026	50020	R$ 260.32
TAL7F27	275410NIC0015541	17/07/2026	50020	R$ 260.32
TAN1D87	275410D000051913	30/07/2026	74550	R$ 130.16
TAN8A00	275410NIC0015601	17/07/2026	50020	R$ 390.46
TAR8I52	275410D000047380	23/05/2026	74550	R$ 130.16
TAV3I18	275410NIC0015566	17/07/2026	50020	R$ 260.32
TAY8D29	275410D000051863	29/07/2026	74550	R$ 130.16
TBC3G31	275410NIC0015600	17/07/2026	50020	R$ 260.32
TBD9D14	275410NIC0015603	17/07/2026	50020	R$ 260.32
TBE3J47	275410NIC0015623	17/07/2026	50020	R$ 390.46
TBE3J47	275410NIC0015544	17/07/2026	50020	R$ 260.32
TBE3J47	275410NIC0015545	17/07/2026	50020	R$ 260.32
TBE8E41	275410NIC0015631	17/07/2026	50020	R$ 390.46
TBH4F58	275410NIC0015624	17/07/2026	50020	R$ 260.32
TBI7F02	275410NIC0015542	17/07/2026	50020	R$ 260.32
TBM2E62	275410D000051926	30/07/2026	74550	R$ 130.16
TBM9C47	275410NIC0015558	17/07/2026	50020	R$ 390.46
TBT2C15	275410NIC0015543	17/07/2026	50020	R$ 260.32
TJE2J24	275410NIC0015605	17/07/2026	50020	R$ 390.46
TKZ1J21	275410NIC0015604	17/07/2026	50020	R$ 260.32
TPV6C88	275410NIC0015609	17/07/2026	50020	R$ 260.32
TPV6C88	275410NIC0015610	17/07/2026	50020	R$ 260.32
TYQ8F38	275410NIC0015607	17/07/2026	50020	R$ 260.32
TYQ8F46	275410NIC0015606	17/07/2026	50020	R$ 260.32

TZD3C26	275410D000051862	29/07/2026	74550	R$ 130.16
UAT7J85	275410NIC0015625	17/07/2026	50020	R$ 390.46
UAY1C83	275410NIC0015620	17/07/2026	50020	R$ 260.32
UAY1C83	275410NIC0015591	17/07/2026	50020	R$ 260.32
UAZ6D71	275410NIC0015621	17/07/2026	50020	R$ 260.32
UBE6C51	275410D000051937	30/07/2026	74550	R$ 130.16
UBS9A51	275410NIC0015617	17/07/2026	50020	R$ 260.32
UBT7D54	275410NIC0015594	17/07/2026	50020	R$ 390.46
UBT8B68	275410D000051925	30/07/2026	74550	R$ 130.16
UBU7I96	275410NIC0015569	17/07/2026	50020	R$ 260.32
UBV4F35	275410NIC0015574	17/07/2026	50020	R$ 260.32
UBW9G37	275410NIC0015582	17/07/2026	50020	R$ 260.32

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi
imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração
de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV
até 03/12/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AKK7F92	275410D000052172	02/08/2026	74550
ARJ8A93	275410D000052150	01/08/2026	74550
ATB2B77	275410D000052148	01/08/2026	74550
ATP5I34	275410D000052125	01/08/2026	74550
ATQ5317	275410T000002878	30/07/2026	73400
ATR0663	275410D000052112	01/08/2026	74550
AUF3671	275410D000052210	02/08/2026	74550
AUO5J36	275410D000052144	01/08/2026	74550
AUT0G90	275410D000052145	01/08/2026	74550
AWX9172	275410D000052197	02/08/2026	74550
AXW1C51	275410D000052211	02/08/2026	74550
AZB2C14	275410D000052026	31/07/2026	74550
AZM6A49	275410D000052208	02/08/2026	74550
BEC6F51	275410D000052212	02/08/2026	74550
BEJ2D05	275410D000052177	02/08/2026	74550
CJO8H20	116100T002907468	30/07/2026	54600
DIG2J01	275410D000052113	01/08/2026	74550
DXT4564	275410D000052123	01/08/2026	74550
EMQ2A80	275410D000052215	02/08/2026	74550
FIS1E73	275410D000052106	01/08/2026	74550
FTX1A58	275410D000052168	02/08/2026	74550
IRJ9482	275410D000052032	31/07/2026	74550
JAM0J07	275410D000052015	31/07/2026	74550
LXM7C37	275410D000052158	02/08/2026	74550
NIV3F07	275410D000052124	01/08/2026	74550
OHA2774	275410D000052180	02/08/2026	74550
QAK1A02	275410D000052075	01/08/2026	74550
QAQ9F71	275410D000052126	01/08/2026	74550
QBM2A94	275410D000052201	02/08/2026	74550
QOV3A13	275410D000052012	31/07/2026	74550
QPL1B61	275410D000052165	02/08/2026	74550
QPN0G87	275410D000052147	01/08/2026	74550
QUP8H57	275410D000052137	01/08/2026	74550
RHP5B80	275410D000052036	31/07/2026	74550
RXW5D73	275410D000052096	01/08/2026	74550
RYU2D08	275410D000052064	01/08/2026	74550
SEA8I50	275410D000052089	01/08/2026	74550
SET8F86	275410D000052203	02/08/2026	74550
SEU1H89	275410D000052078	01/08/2026	74550
SJD0H01	275410D000052167	02/08/2026	74550
TAY4B49	275410D000052050	31/07/2026	74550
UCG0F79	275410D000052129	01/08/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi
imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração
de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV
até 03/12/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAA8I32	275410T000002895	31/07/2026	76331	R$ 293.47
ADY0A57	275410D000052223	02/08/2026	74550	R$ 130.16
AEN0605	275410T000002858	28/07/2026	51851	R$ 195.23
AFT9B62	275410D000052045	31/07/2026	74550	R$ 130.16
AGO5A04	275410T000002797	27/07/2026	51851	R$ 195.23
AHU9A56	275410D000047425	27/05/2026	74550	R$ 130.16
AHU9A56	275410D000047417	26/05/2026	74550	R$ 130.16
AIF0B72	275410D000052146	01/08/2026	74550	R$ 130.16
AIF0B72	275410D000052184	02/08/2026	74550	R$ 130.16
AIQ0J22	275410D000052178	02/08/2026	74550	R$ 130.16
AIT6J82	275410T000002966	31/07/2026	51851	R$ 195.23
AJP1988	275410D000052164	02/08/2026	74550	R$ 130.16
AJT6531	275410T000002964	31/07/2026	66020	R$ 293.47
AJT6531	275410T000002963	31/07/2026	51851	R$ 195.23
AJT7704	275410T000000453	02/08/2026	58350	R$ 195.23
AKB8259	275410D000052224	02/08/2026	74550	R$ 130.16
AKB8259	275410D000052225	02/08/2026	74630	R$ 195.23
AKE2B02	275410T000002885	30/07/2026	51851	R$ 195.23
AKE2B02	275410T000002490	30/07/2026	76331	R$ 293.47
AKF4465	275410D000052025	31/07/2026	74550	R$ 130.16

AKF4465	275410D000052027	31/07/2026	74550	R$ 130.16
AKM1073	275410D000052037	31/07/2026	74550	R$ 130.16
AKM1073	275410D000052055	31/07/2026	74550	R$ 130.16
AKM1073	275410D000052229	02/08/2026	74630	R$ 195.23
AKM1073	275410D000052034	31/07/2026	74550	R$ 130.16
AKM1073	275410D000052053	31/07/2026	74550	R$ 130.16
AKP0780	275410T000002873	28/07/2026	76331	R$ 293.47
AKP0A75	275410D000049958	30/06/2026	74550	R$ 130.16
AKP0A75	275410L000001261	24/07/2026	55412	R$ 195.23
AKQ9641	275410D000049809	28/06/2026	74550	R$ 130.16
ALG5D81	275410D000052176	02/08/2026	74550	R$ 130.16
ALJ9E71	275410D000052154	01/08/2026	74630	R$ 195.23
ALY0197	275410T000002482	28/07/2026	55412	R$ 195.23
ALZ7B28	275410T000002961	31/07/2026	51851	R$ 195.23
AMB2989	116100T002907469	31/07/2026	54521	R$ 195.23
AMG7639	275410D000052166	02/08/2026	74630	R$ 195.23
AMH2D59	275410D000052221	02/08/2026	74550	R$ 130.16
AML2J47	275410D000052017	31/07/2026	74550	R$ 130.16
AMQ7C34	275410D000052117	01/08/2026	74550	R$ 130.16
ANM4875	275410D000052090	01/08/2026	74550	R$ 130.16
ANP5F24	275410T000002860	28/07/2026	66371	R$ 195.23
ANR9528	275410D000052191	02/08/2026	74550	R$ 130.16
ANW7881	275410D000052228	02/08/2026	74550	R$ 130.16
ANX3974	275410D000052052	31/07/2026	74550	R$ 130.16
ANX3974	275410D000052214	02/08/2026	74550	R$ 130.16
AOK2039	275410D000052077	01/08/2026	74550	R$ 130.16
AOK2039	275410D000052071	01/08/2026	74550	R$ 130.16
AOK2039	275410D000052213	02/08/2026	74550	R$ 130.16
AOM2I58	275410D000052156	02/08/2026	74550	R$ 130.16
AOP2609	275410NIC0015637	14/07/2026	50020	R$ 586.94
AOV9I75	275410D000052060	01/08/2026	74630	R$ 195.23
APP1254	275410D000052226	02/08/2026	74550	R$ 130.16
AQA0B38	275410D000052127	01/08/2026	74630	R$ 195.23
AQG4642	275410L000001266	23/07/2026	55412	R$ 195.23
AQG4642	275410L000001244	28/07/2026	55412	R$ 195.23
AQG4642	275410L000001254	27/07/2026	55412	R$ 195.23
AQG4C77	275410D000052200	02/08/2026	74630	R$ 195.23
AQK2948	275410D000052192	02/08/2026	74550	R$ 130.16
AQR0C39	275410T000002982	02/08/2026	51851	R$ 195.23
AQS2789	275410T000002871	28/07/2026	76331	R$ 293.47
AQS2789	275410T000002872	28/07/2026	51852	R$ 195.23
ARR7496	275410T000002960	31/07/2026	58270	R$ 195.23
ARU9C41	275410T000002965	31/07/2026	76331	R$ 293.47
ARX8A10	275410T000002859	28/07/2026	51851	R$ 195.23
ASA3319	275410D000052163	02/08/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000052072	01/08/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000052104	01/08/2026	74550	R$ 130.16
ASJ5569	275410T000002484	28/07/2026	76331	R$ 293.47
ASV5B96	275410T000002861	28/07/2026	61220	R$ 293.47
ASY4J19	275410D000052063	01/08/2026	74550	R$ 130.16
ASZ8C20	275410D000049911	29/06/2026	74550	R$ 130.16
ATA8F83	275410D000047202	28/05/2026	74550	R$ 130.16
ATD6A62	275410T000002883	30/07/2026	61220	R$ 293.47
ATS2I72	275410D000052041	31/07/2026	74550	R$ 130.16
ATY0I96	275410D000052231	02/08/2026	74550	R$ 130.16
AUA5600	275410D000052094	01/08/2026	74550	R$ 130.16
AUB3I94	275410D000052046	31/07/2026	74550	R$ 130.16
AUH8B58	275410T000002957	31/07/2026	76331	R$ 293.47
AUK2F92	275410T000002879	30/07/2026	51851	R$ 195.23
AUQ1757	275410D000052035	31/07/2026	74550	R$ 130.16
AUT3E10	275410D000049620	25/06/2026	74550	R$ 130.16
AUV7C56	275410T000002962	31/07/2026	76331	R$ 293.47
AUW3I86	275410D000052024	31/07/2026	74550	R$ 130.16
AVC5G61	275410T000002889	31/07/2026	76331	R$ 293.47
AVD5I58	275410D000052199	02/08/2026	74550	R$ 130.16
AVG4B78	275410T000002977	02/08/2026	51851	R$ 195.23
AVM4I18	275410D000052019	31/07/2026	74550	R$ 130.16
AVN1C08	275410T000002291	29/07/2026	54526	R$ 195.23
AVO4617	275410L000001247	28/07/2026	55412	R$ 195.23
AVS9I17	275410D000047075	27/05/2026	74550	R$ 130.16
AVV2570	275410T000002771	23/07/2026	57380	R$ 293.47
AVV6967	275410D000052141	01/08/2026	74630	R$ 195.23
AVX3B61	275410D000052234	02/08/2026	74550	R$ 130.16
AWH2263	275410D000052222	02/08/2026	74550	R$ 130.16
AWH5691	275410L000001248	28/07/2026	55412	R$ 195.23
AXB4654	275410D000052103	01/08/2026	74550	R$ 130.16
AXB6056	275410NIC0015639	21/07/2026	50020	R$ 586.94
AXG1F38	275410D000052079	01/08/2026	74630	R$ 195.23
AXG5871	275410D000052206	02/08/2026	74630	R$ 195.23
AXG6J74	275410D000052130	01/08/2026	74550	R$ 130.16
AXK3817	275410NIC0015641	21/07/2026	50020	R$ 586.94
AXL7C84	275410D000052039	31/07/2026	74630	R$ 195.23
AXO9J70	275410D000047428	27/05/2026	74550	R$ 130.16
AXO9J70	275410D000046996	26/05/2026	74550	R$ 130.16
AXO9J70	275410D000047418	26/05/2026	74550	R$ 130.16
AXZ3E15	275410D000052182	02/08/2026	74550	R$ 130.16
AYI2D22	275410T000002951	31/07/2026	76331	R$ 293.47
AYI2D22	275410T000002952	31/07/2026	51851	R$ 195.23
AYI2J80	275410D000052088	01/08/2026	74550	R$ 130.16

AYJ5507	275410L000001245	28/07/2026	55412	R$ 195.23
AYL5B09	275410D000052140	01/08/2026	74550	R$ 130.16
AYN4J91	275410T000002959	31/07/2026	51851	R$ 195.23
AYP2608	275410D000052101	01/08/2026	74550	R$ 130.16
AYU4J45	275410T000002975	02/08/2026	51851	R$ 195.23
AZC1494	275410D000052048	31/07/2026	74630	R$ 195.23
AZI9C37	275410NIC0015646	21/07/2026	50020	R$ 586.94
AZM1J28	275410T000002971	31/07/2026	76331	R$ 293.47
AZN0D71	275410D000052161	02/08/2026	74550	R$ 130.16
AZQ5C17	275410L000001246	28/07/2026	55412	R$ 195.23
AZS8C17	275410T000002865	28/07/2026	51851	R$ 195.23
AZS8C17	275410T000002489	28/07/2026	76331	R$ 293.47
AZS8C17	275410T000002869	28/07/2026	51851	R$ 195.23
AZU3C30	275410D000052232	02/08/2026	74550	R$ 130.16
AZZ5C71	275410D000052152	01/08/2026	74550	R$ 130.16
BAI0A70	275410T000002972	31/07/2026	58432	R$ 195.23
BAJ1201	275410NIC0015642	21/07/2026	50020	R$ 586.94
BAW1255	275410T000002970	31/07/2026	76331	R$ 293.47
BBB5515	275410D000052018	31/07/2026	74550	R$ 130.16
BBF4E07	275410D000052183	02/08/2026	74630	R$ 195.23
BBQ8F01	275410D000046997	26/05/2026	74550	R$ 130.16
BBS4392	275410D000047200	28/05/2026	74550	R$ 130.16
BBS9H30	275410L000001267	23/07/2026	55412	R$ 195.23
BBX9C86	275410NIC0015643	21/07/2026	50020	R$ 586.94
BCD8A23	275410D000052143	01/08/2026	74630	R$ 195.23
BCD8A23	275410D000052142	01/08/2026	74630	R$ 195.23
BCK9748	275410D000052205	02/08/2026	74550	R$ 130.16
BCK9H07	275410D000052170	02/08/2026	74550	R$ 130.16
BCM8B75	275410D000052139	01/08/2026	74630	R$ 195.23
BCN5H33	275410T000002953	31/07/2026	76331	R$ 293.47
BDN4E93	275410D000047199	28/05/2026	74550	R$ 130.16
BDT3I87	275410D000052023	31/07/2026	74550	R$ 130.16
BEB0H85	275410T000002969	31/07/2026	76331	R$ 293.47
BEB4D99	275410T000002882	30/07/2026	51930	R$ 293.47
BEB6F34	275410D000052179	02/08/2026	74550	R$ 130.16
BEF2G45	275410D000052216	02/08/2026	74550	R$ 130.16
BEF4B18	275410T000002888	31/07/2026	76331	R$ 293.47
BEG8J80	275410D000049854	28/06/2026	74550	R$ 130.16
BEJ7F92	275410T000002493	30/07/2026	76331	R$ 293.47
BEP4I59	275410D000052031	31/07/2026	74550	R$ 130.16
BES9F84	275410D000052013	31/07/2026	74550	R$ 130.16
BEV7J66	275410T000002492	30/07/2026	76331	R$ 293.47
BEV9A06	275410D000052227	02/08/2026	74550	R$ 130.16
BEW7D04	275410D000052162	02/08/2026	74550	R$ 130.16
BEW7F76	275410T000002967	31/07/2026	76331	R$ 293.47
BEX0G37	275410D000052174	02/08/2026	74550	R$ 130.16
BWF4D37	275410D000052110	01/08/2026	74550	R$ 130.16
BWF4D37	275410D000052111	01/08/2026	74630	R$ 195.23
BWF4D37	275410D000052194	02/08/2026	74630	R$ 195.23
BWW4F27	275410T000002491	30/07/2026	76331	R$ 293.47
BYW3D31	275410L000001256	27/07/2026	55412	R$ 195.23
CCU2A60	275410T000002292	29/07/2026	54526	R$ 195.23
CJX2C02	275410D000052185	02/08/2026	74550	R$ 130.16
CUG5A99	275410T000002891	31/07/2026	51851	R$ 195.23
CYU7072	275410L000001259	27/07/2026	55412	R$ 195.23
DMM0D77	275410D000052186	02/08/2026	74550	R$ 130.16
EES3F01	275410T000002954	31/07/2026	51851	R$ 195.23
EFW0A50	275410T000002488	28/07/2026	76331	R$ 293.47
ELB2J84	275410D000052135	01/08/2026	74550	R$ 130.16
ELM0712	275410T000002852	28/07/2026	73150	R$ 130.16
ELM0712	275410T000002853	28/07/2026	51851	R$ 195.23
EOD1I25	275410D000052069	01/08/2026	74550	R$ 130.16
ETI5C35	275410L000001262	24/07/2026	55412	R$ 195.23
FCZ2A31	275410D000052181	02/08/2026	74630	R$ 195.23
FED7J62	275410T000002494	31/07/2026	76331	R$ 293.47
FFN9H14	275410D000052058	01/08/2026	74550	R$ 130.16
FGC6C17	275410D000052066	01/08/2026	74550	R$ 130.16
FHP9D34	275410D000052118	01/08/2026	74550	R$ 130.16
FJY1H09	275410T000002890	31/07/2026	76331	R$ 293.47
FNJ6E52	275410D000052160	02/08/2026	74550	R$ 130.16
FNT8C07	275410D000052022	31/07/2026	74550	R$ 130.16
FQF8E93	275410D000052204	02/08/2026	74550	R$ 130.16
FRQ1C94	275410D000052061	01/08/2026	74550	R$ 130.16
FUD0H44	275410D000052107	01/08/2026	74550	R$ 130.16
FVN0G67	275410D000052209	02/08/2026	74550	R$ 130.16
GEY9G36	275410T000002886	30/07/2026	76331	R$ 293.47
GEY9G36	275410T000002887	30/07/2026	51851	R$ 195.23
GLB0H04	275410D000052188	02/08/2026	74550	R$ 130.16
GRW4B52	275410D000052074	01/08/2026	74550	R$ 130.16
HAX3A39	275410D000052134	01/08/2026	74550	R$ 130.16
HAX3A39	275410D000052092	01/08/2026	74550	R$ 130.16
HAX3A39	275410D000052133	01/08/2026	74550	R$ 130.16
HCZ1D10	275410D000052049	31/07/2026	74630	R$ 195.23
HCZ1D10	275410D000052173	02/08/2026	74550	R$ 130.16
HKC6C45	275410D000052098	01/08/2026	74550	R$ 130.16
HMR9H02	275410D000052004	31/07/2026	74550	R$ 130.16
HQH8F45	275410D000052171	02/08/2026	74550	R$ 130.16
IAM0E21	275410D000047038	26/05/2026	74550	R$ 130.16
IGS1656	275410L000001258	27/07/2026	55412	R$ 195.23

IGS1656	275410L000001263	24/07/2026	55412	R$ 195.23
IGS1656	275410L000001268	23/07/2026	55412	R$ 195.23
IGS1656	275410L000001250	28/07/2026	55412	R$ 195.23
IJZ5653	275410D000047001	26/05/2026	74550	R$ 130.16
IJZ5653	275410D000047083	27/05/2026	74550	R$ 130.16
ISL5F63	275410D000052030	31/07/2026	74550	R$ 130.16
ITK3B28	275410T000002868	28/07/2026	76331	R$ 293.47
IUK3I13	275410T000002874	29/07/2026	61220	R$ 293.47
IUK3I13	275410T000002875	29/07/2026	51851	R$ 195.23
IVP3B33	275410D000052067	01/08/2026	74550	R$ 130.16
IZJ2C85	275410T000002856	28/07/2026	51851	R$ 195.23
IZJ2C85	275410T000002855	28/07/2026	73150	R$ 130.16
JAZ5B12	275410T000002483	28/07/2026	76331	R$ 293.47
JUF8B24	275410D000052219	02/08/2026	74710	R$ 880.41
JUF8B24	275410D000052218	02/08/2026	74630	R$ 195.23
JUF8B24	275410D000052189	02/08/2026	74550	R$ 130.16
JZQ7G89	275410D000052100	01/08/2026	74630	R$ 195.23
KAG0H73	275410D000052175	02/08/2026	74550	R$ 130.16
KEC7J71	275410D000052230	02/08/2026	74630	R$ 195.23
LMK4D69	275410D000052005	31/07/2026	74550	R$ 130.16
LOW8D02	275410T000002485	28/07/2026	76331	R$ 293.47
LXR1F04	275410T000002978	02/08/2026	51851	R$ 195.23
LXV5279	275410D000047030	26/05/2026	74550	R$ 130.16
MAT5263	275410D000052138	01/08/2026	74630	R$ 195.23
MAY8C24	275410D000052128	01/08/2026	74550	R$ 130.16
MBA6D94	275410D000052115	01/08/2026	74550	R$ 130.16
MBA6D94	275410D000052114	01/08/2026	74630	R$ 195.23
MCC1235	275410D000052080	01/08/2026	74550	R$ 130.16
MCC1235	275410D000052120	01/08/2026	74550	R$ 130.16
MCC1235	275410D000052084	01/08/2026	74550	R$ 130.16
MCC1235	275410D000052081	01/08/2026	74550	R$ 130.16
MCF2A14	275410D000052056	31/07/2026	74550	R$ 130.16
MCV4I91	275410D000052021	31/07/2026	74550	R$ 130.16
MDA3248	275410D000052132	01/08/2026	74550	R$ 130.16
MDC7053	275410D000052157	02/08/2026	74550	R$ 130.16
MDI0448	275410D000052054	31/07/2026	74630	R$ 195.23
MDI5D27	275410D000052233	02/08/2026	74550	R$ 130.16
MDK2021	275410D000052070	01/08/2026	74550	R$ 130.16
MDN6E27	275410T000002867	28/07/2026	51851	R$ 195.23
MDN6E27	275410T000002866	28/07/2026	76331	R$ 293.47
MDP7J46	275410D000052149	01/08/2026	74630	R$ 195.23
MEC9F99	275410D000052073	01/08/2026	74550	R$ 130.16
MEQ6I00	275410D000052008	31/07/2026	74630	R$ 195.23
MEQ6I00	275410D000052009	31/07/2026	74550	R$ 130.16
MFV5498	275410D000047413	26/05/2026	74550	R$ 130.16
MGC7928	275410T000002973	02/08/2026	51851	R$ 195.23
MGC8G64	275410T000002980	02/08/2026	51851	R$ 195.23
MIP2H43	275410T000002899	31/07/2026	73400	R$ 130.16
MJD5820	275410D000052091	01/08/2026	74550	R$ 130.16
MJF9392	275410D000052057	31/07/2026	74550	R$ 130.16
MJQ5I67	275410D000052007	31/07/2026	74550	R$ 130.16
MJS7249	275410D000052153	01/08/2026	74550	R$ 130.16
MJW6420	275410NIC0015647	21/07/2026	50020	R$ 586.94
MKL2075	275410D000049643	25/06/2026	74550	R$ 130.16
MKM3F30	275410D000052151	01/08/2026	74550	R$ 130.16
MKS8B70	275410D000052220	02/08/2026	74550	R$ 130.16
MKT1159	275410L000001243	28/07/2026	55412	R$ 195.23
MKT5A62	275410D000052187	02/08/2026	74550	R$ 130.16
MMF2652	275410D000052093	01/08/2026	74630	R$ 195.23
NLC8657	275410L000001253	27/07/2026	55412	R$ 195.23
NNP9443	275410T000002974	02/08/2026	51851	R$ 195.23
NOM6D30	275410D000047155	27/05/2026	74550	R$ 130.16
NTQ7730	275410T000002979	02/08/2026	51851	R$ 195.23
NXZ0G38	275410D000052119	01/08/2026	74630	R$ 195.23
NXZ0G38	275410D000052196	02/08/2026	74550	R$ 130.16
OMI7G41	275410T000002881	30/07/2026	73150	R$ 130.16
OMI7G41	275410T000002880	30/07/2026	51851	R$ 195.23
OOL7E10	275410T000002981	02/08/2026	51851	R$ 195.23
OOW6B98	275410L000001264	23/07/2026	55412	R$ 195.23
PFN4E96	275410T000002481	28/07/2026	76331	R$ 293.47
PKV1B22	275410T000002857	28/07/2026	76331	R$ 293.47
PUB2C87	275410D000052155	01/08/2026	74550	R$ 130.16
PVD9A25	275410T000002976	02/08/2026	51851	R$ 195.23
QAS0J09	275410D000052131	01/08/2026	74550	R$ 130.16
QDM2J03	275410D000052062	01/08/2026	74550	R$ 130.16
QIO9I61	275410D000049852	28/06/2026	74550	R$ 130.16
QIW0E09	275410D000052198	02/08/2026	74550	R$ 130.16
QJK4J93	275410T000002896	31/07/2026	76331	R$ 293.47
QJK4J93	275410T000002897	31/07/2026	51851	R$ 195.23
QOR4E78	275410D000049719	26/06/2026	74550	R$ 130.16
QOV3A13	275410D000052011	31/07/2026	74630	R$ 195.23
QPP7C91	275410T000002894	31/07/2026	76331	R$ 293.47
QQK7E64	275410D000052169	02/08/2026	74550	R$ 130.16
QXI9F56	275410NIC0015644	21/07/2026	50020	R$ 586.94
RAJ2E58	275410T000002955	31/07/2026	76331	R$ 293.47
RAJ2E58	275410T000002956	31/07/2026	51851	R$ 195.23
RAW6G58	275410L000001255	27/07/2026	55412	R$ 195.23
RGP4A88	275410D000052014	31/07/2026	74550	R$ 130.16
RHJ3H56	275410T000002898	31/07/2026	59910	R$ 293.47

RLJ3E57	275410D000052016	31/07/2026	74550	R$ 130.16
RLN5G49	275410D000052122	01/08/2026	74550	R$ 130.16
RMF7C48	275410D000052099	01/08/2026	74550	R$ 130.16
RMF7C48	275410L000001252	27/07/2026	55412	R$ 195.23
RMM8D91	275410T000002892	31/07/2026	76331	R$ 293.47
RMM8D91	275410T000002893	31/07/2026	51851	R$ 195.23
RNQ7A72	275410D000052121	01/08/2026	74550	R$ 130.16
RNR9C85	275410D000052095	01/08/2026	74550	R$ 130.16
RTG1A09	275410T000002487	28/07/2026	76331	R$ 293.47
RUU3B51	275410T000002486	28/07/2026	76331	R$ 293.47
RVF7E85	275410T000000452	28/07/2026	76331	R$ 293.47
RVM1H47	275410T000002876	29/07/2026	76331	R$ 293.47
RVS2C94	275410D000052020	31/07/2026	74550	R$ 130.16
RYP2I19	275410D000052207	02/08/2026	74550	R$ 130.16
SDR6D20	275410D000052190	02/08/2026	74550	R$ 130.16
SDT1C39	275410T000002289	28/07/2026	66102	R$ 195.23
SDZ2I64	275410D000052010	31/07/2026	74550	R$ 130.16
SED2B06	275410D000049697	26/06/2026	74550	R$ 130.16
SED3J88	275410L000001265	23/07/2026	55412	R$ 195.23
SEJ1B50	275410T000002854	28/07/2026	59910	R$ 293.47
SEM7B18	275410L000001257	27/07/2026	55412	R$ 195.23
SEM7B18	275410T000002877	30/07/2026	66371	R$ 195.23
SEP0F89	275410D000052097	01/08/2026	74630	R$ 195.23
SFC8D52	275410D000052051	31/07/2026	74550	R$ 130.16
SFH1A61	275410D000052059	01/08/2026	74550	R$ 130.16
SFH2A96	275410D000052042	31/07/2026	74630	R$ 195.23
SFH2A96	275410D000052044	31/07/2026	74550	R$ 130.16
SFH2A96	275410D000052043	31/07/2026	74550	R$ 130.16
SFL9I44	275410NIC0015645	21/07/2026	50020	R$ 586.94
SFM5D41	275410L000001251	27/07/2026	55412	R$ 195.23
SHD9H11	275410T000002290	29/07/2026	54526	R$ 195.23
SIB0G30	275410NIC0015638	21/07/2026	50020	R$ 586.94
SIB0H39	275410D000047109	27/05/2026	74550	R$ 130.16
SQE7F40	275410T000002968	31/07/2026	76331	R$ 293.47
STB5C93	275410D000052040	31/07/2026	74710	R$ 880.41
SXZ2A48	275410D000052193	02/08/2026	74630	R$ 195.23
TAK7I73	275410T000002863	28/07/2026	51851	R$ 195.23
TAK7I73	275410T000002862	28/07/2026	76331	R$ 293.47
TAK7I73	275410T000002864	28/07/2026	61220	R$ 293.47
TAN1D87	275410D000052029	31/07/2026	74550	R$ 130.16
TAN1D87	275410D000052038	31/07/2026	74550	R$ 130.16
TAT8F93	275410D000052087	01/08/2026	74550	R$ 130.16
TBA4A80	275410D000052108	01/08/2026	74550	R$ 130.16
TBD8A15	275410D000052202	02/08/2026	74550	R$ 130.16
TBO2G22	275410D000052217	02/08/2026	74550	R$ 130.16
TBR0C70	275410L000001249	28/07/2026	55412	R$ 195.23
TCV6G70	275410NIC0015640	21/07/2026	50020	R$ 586.94
TIU7B88	275410T000002900	31/07/2026	76331	R$ 293.47
UCI6J29	275410D000052083	01/08/2026	74550	R$ 130.16
UCV2B26	275410D000052047	31/07/2026	74550	R$ 130.16
UDW7D22	275410T000002958	31/07/2026	73150	R$ 130.16
UFF7E07	275410D000052006	31/07/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 30/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
BBI9A18	116100T002818615	04/10/2026	54600
BBI9A18	116100T002818614	04/10/2026	55250

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 04/12/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ADT1H00	275410D000052311	04/08/2026	74550
AJE6637	275410T000002999	02/08/2026	73400
AKV2A23	275410T000002997	02/08/2026	73400
ALA4A98	275410T000003002	03/08/2026	73400
ALZ9055	275410T000003015	03/08/2026	73150
AME4E72	275410D000052355	05/08/2026	74550
BBF0119	275410D000052312	04/08/2026	74550
BBN1E08	275410D000052310	04/08/2026	74550
BDZ5D39	275410D000052273	03/08/2026	74550
CSQ0H05	275410D000052266	03/08/2026	74550
FAJ3A05	275410D000052309	04/08/2026	74550
FXP2J77	275410D000052319	04/08/2026	74550
IQM7B52	275410T000002990	02/08/2026	73232
LSH2B36	275410D000052277	03/08/2026	74550
LYW6690	275410D000052289	04/08/2026	74550
MBA7392	275410D000052245	03/08/2026	74550
MJH2484	275410D000052241	03/08/2026	74550
MJS1C48	275410T000003000	03/08/2026	73661
PWP9C75	275410D000052259	03/08/2026	74550
PYD3E25	275410D000052314	04/08/2026	74550

QJU1D79	275410D000052274	03/08/2026	74550
QPL7E01	275410T000003083	05/08/2026	73150
RLG2B58	275410D000052270	03/08/2026	74550
RUR6B53	275410D000052320	04/08/2026	74550
SFJ3I32	275410D000052324	04/08/2026	74550
SHS4G01	275410D000052331	04/08/2026	74550
SXU5H61	275410D000052302	04/08/2026	74550
TXL8A07	275410D000052280	03/08/2026	74550
UAD4A27	275410D000052308	04/08/2026	74550
UBW1F42	275410D000052327	04/08/2026	74550
UCC7B74	275410D000052354	05/08/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 03/12/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AQD3E53	275410NIC0016392	25/09/2026	50020
ATW5036	275410NIC0016383	25/09/2026	50020
AVX4F56	275410NIC0016388	25/09/2026	50020
AYI2D22	275410NIC0016379	25/09/2026	50020
BBQ9J44	275410NIC0016382	25/09/2026	50020
BBQ9J44	275410NIC0016381	25/09/2026	50020
BBV0F25	275410NIC0016390	25/09/2026	50020
BCD4930	275410NIC0016377	25/09/2026	50020
BDO3H02	275410NIC0016391	25/09/2026	50020
BDT5F86	275410NIC0016376	25/09/2026	50020
BDT5F86	275410NIC0016385	25/09/2026	50020
BDX9E12	275410NIC0016375	25/09/2026	50020
FGW6C91	275410NIC0016389	25/09/2026	50020
JZC7B66	275410NIC0016374	22/09/2026	50020
LUK3I67	275410NIC0016397	25/09/2026	50020
MHJ0554	275410NIC0016393	25/09/2026	50020
PIP5D76	275410NIC0016378	25/09/2026	50020
QDM2H14	275410NIC0016387	25/09/2026	50020
RVJ1A93	275410NIC0016380	25/09/2026	50020
RYP1G03	275410NIC0016396	25/09/2026	50020
SDU5F87	275410NIC0016386	25/09/2026	50020
TAY8D29	275410NIC0016384	25/09/2026	50020
TZD3C26	275410NIC0016395	25/09/2026	50020
UBT8B68	275410NIC0016394	25/09/2026	50020

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 04/12/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ABY1E03	275410T000003020	03/08/2026	76331	R$ 293.47
ACM1F93	275410T000003026	04/08/2026	61220	R$ 293.47
ACO2A36	275410T000003023	04/08/2026	51930	R$ 293.47
ACS6525	275410T000002499	05/08/2026	76331	R$ 293.47
AIU2E62	275410D000047680	30/05/2026	74550	R$ 130.16
AJN0D91	275410D000052337	04/08/2026	74550	R$ 130.16
AJY7B63	275410T000003005	03/08/2026	76331	R$ 293.47
AKI2937	275410D000052332	04/08/2026	74550	R$ 130.16
AKM1073	275410D000052344	04/08/2026	74550	R$ 130.16
ALJ4I04	275410T000002293	04/08/2026	66371	R$ 195.23
ALO5B61	275410D000052258	03/08/2026	74550	R$ 130.16
ALP9154	275410T000002989	02/08/2026	73400	R$ 130.16
AMT7G68	275410D000052296	04/08/2026	74550	R$ 130.16
AMT7G68	275410D000052292	04/08/2026	74550	R$ 130.16
ANJ9G75	275410D000052282	03/08/2026	74550	R$ 130.16
ANR5E56	275410T000003046	04/08/2026	51851	R$ 195.23
ANU5C64	116100T003327396	03/08/2026	56144	R$ 195.23
ANV6871	275410D000052283	03/08/2026	74550	R$ 130.16
AOD6D68	275410D000047539	29/05/2026	74550	R$ 130.16
AOZ7G34	275410T000003021	03/08/2026	73400	R$ 130.16
APF2263	275410D000052298	04/08/2026	74550	R$ 130.16
APJ1A40	275410T000003009	03/08/2026	73400	R$ 130.16
APK7J98	275410T000003032	04/08/2026	51851	R$ 195.23
APL8F39	275410T000002994	02/08/2026	73400	R$ 130.16
APY4101	275410D000052330	04/08/2026	74550	R$ 130.16
AQD1437	275410D000052281	03/08/2026	74550	R$ 130.16
AQN9G09	275410T000002993	02/08/2026	76331	R$ 293.47
ARA9I32	275410T000003070	05/08/2026	51930	R$ 293.47
ARC1228	275410T000003024	04/08/2026	51851	R$ 195.23
ARE9D71	275410T000003074	05/08/2026	76331	R$ 293.47
ARF4G46	275410D000047609	30/05/2026	74550	R$ 130.16
ARN1G57	275410D000052316	04/08/2026	74550	R$ 130.16
ARQ1G48	275410D000052350	05/08/2026	74550	R$ 130.16
ARS6G57	275410T000003047	04/08/2026	73150	R$ 130.16
ARS7I73	275410T000002988	02/08/2026	73400	R$ 130.16
ART8A22	275410T000003058	04/08/2026	61220	R$ 293.47
ARW2D19	275410T000002992	02/08/2026	65800	R$ 293.47
ASB9681	275410D000052239	03/08/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000052240	03/08/2026	74630	R$ 195.23

ASB9681	275410D000052275	03/08/2026	74630	R$ 195.23
ASN9737	275410D000052264	03/08/2026	74550	R$ 130.16
ASW9H75	275410D000052323	04/08/2026	74630	R$ 195.23
ATI9354	275410D000052237	03/08/2026	74550	R$ 130.16
ATK2G55	275410D000052257	03/08/2026	74550	R$ 130.16
ATL9803	275410T000002986	02/08/2026	51930	R$ 293.47
ATS7406	275410T000003039	04/08/2026	51930	R$ 293.47
AUY8H98	275410T000002497	05/08/2026	76331	R$ 293.47
AVD0B56	275410D000052267	03/08/2026	74550	R$ 130.16
AVL1J41	275410D000052334	04/08/2026	74550	R$ 130.16
AVN1C08	275410T000003077	05/08/2026	76331	R$ 293.47
AVQ4A20	275410D000052236	03/08/2026	74550	R$ 130.16
AVS9I17	275410D000047655	30/05/2026	74550	R$ 130.16
AVW9D56	275410T000003080	05/08/2026	76331	R$ 293.47
AWC4H44	275410D000052246	03/08/2026	74550	R$ 130.16
AWS5306	275410T000003054	04/08/2026	76331	R$ 293.47
AWV2I88	275410T000002987	02/08/2026	51851	R$ 195.23
AXP6D61	275410T000003025	04/08/2026	61220	R$ 293.47
AXX1764	275410T000002653	05/08/2026	76331	R$ 293.47
AXX1B23	275410T000002991	02/08/2026	51851	R$ 195.23
AYE5567	275410D000052313	04/08/2026	74550	R$ 130.16
AYE5I78	275410T000003006	03/08/2026	76331	R$ 293.47
AYK0F28	275410T000003081	05/08/2026	51851	R$ 195.23
AYK3367	275410T000003011	03/08/2026	76331	R$ 293.47
AYK3367	275410T000003012	03/08/2026	51851	R$ 195.23
AYN5I16	275410T000003030	04/08/2026	76331	R$ 293.47
AYU3H22	275410D000052269	03/08/2026	74550	R$ 130.16
AYW3J22	275410D000052297	04/08/2026	74550	R$ 130.16
AYX5J32	275410D000052295	04/08/2026	74550	R$ 130.16
AZA4517	275410D000052338	04/08/2026	74630	R$ 195.23
AZA4517	275410D000052340	04/08/2026	74630	R$ 195.23
AZL0F16	275410T000002654	05/08/2026	76331	R$ 293.47
AZR1931	275410T000003013	03/08/2026	51930	R$ 293.47
AZS8C17	275410T000003044	04/08/2026	51851	R$ 195.23
AZS8C17	275410T000003057	04/08/2026	76331	R$ 293.47
AZS8C17	275410T000003043	04/08/2026	76331	R$ 293.47
BAI0A70	275410T000003056	04/08/2026	51851	R$ 195.23
BAI9D83	275410D000052250	03/08/2026	74550	R$ 130.16
BAR5398	275410T000003003	03/08/2026	76331	R$ 293.47
BBN5B94	275410T000003036	04/08/2026	51930	R$ 293.47
BBN5B94	275410T000003037	04/08/2026	76331	R$ 293.47
BBQ8F01	275410D000047463	28/05/2026	74550	R$ 130.16
BCA7582	275410T000003040	04/08/2026	76331	R$ 293.47
BCM8B75	275410D000047571	29/05/2026	74550	R$ 130.16
BCS2G95	275410T000003064	04/08/2026	76331	R$ 293.47
BDF9B11	275410T000003060	04/08/2026	76331	R$ 293.47
BDH2G83	275410D000052272	03/08/2026	74550	R$ 130.16
BDJ8J04	275410D000052260	03/08/2026	74550	R$ 130.16
BDM3I99	275410D000052287	04/08/2026	74630	R$ 195.23
BDN8E31	275410T000002496	04/08/2026	76331	R$ 293.47
BDV8B12	275410T000003076	05/08/2026	61220	R$ 293.47
BDW3I34	275410T000003016	03/08/2026	76331	R$ 293.47
BDW5I64	275410D000052300	04/08/2026	74550	R$ 130.16
BDY5C65	275410T000002498	05/08/2026	76331	R$ 293.47
BDZ4H64	275410T000003066	05/08/2026	76331	R$ 293.47
BEJ6H62	275410T000003078	05/08/2026	51851	R$ 195.23
BEM0659	275410T000002984	02/08/2026	66020	R$ 293.47
BEM0659	275410T000002983	02/08/2026	76331	R$ 293.47
BEO6J08	275410T000003063	04/08/2026	76331	R$ 293.47
EFF7512	275410D000052279	03/08/2026	74550	R$ 130.16
EQF3J14	275410T000003035	04/08/2026	76331	R$ 293.47
ERE2B80	275410T000003018	03/08/2026	76331	R$ 293.47
EVK8F03	275410D000052317	04/08/2026	74550	R$ 130.16
EVK8F03	275410D000052348	05/08/2026	74550	R$ 130.16
EZK5J81	275410T000002985	02/08/2026	76331	R$ 293.47
EZM3J88	275410T000003031	04/08/2026	51851	R$ 195.23
FAB3I40	275410D000052235	03/08/2026	74550	R$ 130.16
FFH5E66	275410D000052268	03/08/2026	74630	R$ 195.23
FFQ5F50	275410D000052339	04/08/2026	74630	R$ 195.23
FHI7281	275410T000002495	03/08/2026	76331	R$ 293.47
FHP4A51	275410D000052307	04/08/2026	74550	R$ 130.16
FTJ4269	275410D000052249	03/08/2026	74630	R$ 195.23
GHY9B36	275410T000003079	05/08/2026	51851	R$ 195.23
GRW4B52	275410D000047567	29/05/2026	74550	R$ 130.16
HCZ1D10	275410D000052349	05/08/2026	74550	R$ 130.16
HDB4404	275410D000052357	05/08/2026	74630	R$ 195.23
ICC9304	275410D000052254	03/08/2026	74630	R$ 195.23
ILL7D59	275410T000002998	02/08/2026	73400	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000052286	03/08/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000052299	04/08/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000052318	04/08/2026	74630	R$ 195.23
ILZ8B94	275410D000052322	04/08/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000052346	04/08/2026	74550	R$ 130.16
IVA8B96	275410T000003038	04/08/2026	51851	R$ 195.23
IXN9F92	275410D000052326	04/08/2026	74550	R$ 130.16
JCT4F34	275410D000052253	03/08/2026	74550	R$ 130.16
JGD1956	275410D000052248	03/08/2026	74550	R$ 130.16
KJB0J99	275410T000003042	04/08/2026	76331	R$ 293.47
LMK4D69	275410D000052315	04/08/2026	74550	R$ 130.16

LWZ6E16	275410T000003075	05/08/2026	76331	R$ 293.47
LYB3418	275410T000003059	04/08/2026	76331	R$ 293.47
LYB3418	275410D000052321	04/08/2026	74550	R$ 130.16
MCB1G69	275410D000052261	03/08/2026	74550	R$ 130.16
MCF2A14	275410D000052345	04/08/2026	74550	R$ 130.16
MCF2A14	275410D000052325	04/08/2026	74630	R$ 195.23
MDI0448	275410D000052343	04/08/2026	74630	R$ 195.23
MDV4005	275410D000052251	03/08/2026	74630	R$ 195.23
MEW9309	275410D000052353	05/08/2026	74550	R$ 130.16
MFW7J80	275410D000052238	03/08/2026	74550	R$ 130.16
MGB2E41	275410T000003017	03/08/2026	73400	R$ 130.16
MGQ2350	275410D000052262	03/08/2026	74550	R$ 130.16
MGV3G02	275410D000052306	04/08/2026	74630	R$ 195.23
MIU6H78	275410D000052284	03/08/2026	74550	R$ 130.16
MJK4D08	275410D000052304	04/08/2026	74550	R$ 130.16
MJQ5I67	275410D000052342	04/08/2026	74550	R$ 130.16
MJX3D13	275410D000052243	03/08/2026	74550	R$ 130.16
MKC1F96	275410D000052291	04/08/2026	74550	R$ 130.16
MKI9G32	275410T000003033	04/08/2026	76331	R$ 293.47
MKI9G32	275410T000003034	04/08/2026	51851	R$ 195.23
MKV0E35	275410T000003065	04/08/2026	73400	R$ 130.16
MLB4409	275410T000003014	03/08/2026	76331	R$ 293.47
MLK6G74	275410D000052247	03/08/2026	74550	R$ 130.16
MLK8J95	275410D000052278	03/08/2026	74550	R$ 130.16
MLP5106	275410D000047692	30/05/2026	74550	R$ 130.16
MLP5106	275410D000047691	30/05/2026	74550	R$ 130.16
MLR2G44	275410T000003028	04/08/2026	59910	R$ 293.47
MLR2G44	275410T000003029	04/08/2026	51851	R$ 195.23
MMH9B28	275410D000047620	30/05/2026	74550	R$ 130.16
MML9F84	275410T000003068	05/08/2026	51851	R$ 195.23
MML9F84	275410T000003061	04/08/2026	76331	R$ 293.47
MML9F84	275410T000003067	05/08/2026	76331	R$ 293.47
MQJ6651	275410D000047461	28/05/2026	74550	R$ 130.16
MWB9572	275410D000052333	04/08/2026	74550	R$ 130.16
MWB9572	275410T000003051	04/08/2026	61220	R$ 293.47
MWB9572	275410T000003052	04/08/2026	51851	R$ 195.23
NKV8F05	275410T000003055	04/08/2026	61220	R$ 293.47
OSZ7E87	275410D000052347	05/08/2026	74550	R$ 130.16
OTK2D17	275410T000003082	05/08/2026	76331	R$ 293.47
PXY7F69	275410D000052242	03/08/2026	74550	R$ 130.16
PZB4F14	275410D000052294	04/08/2026	74550	R$ 130.16
PZM8I39	275410T000003048	04/08/2026	76331	R$ 293.47
QBL2G43	275410T000003041	04/08/2026	76331	R$ 293.47
QHK4483	275410D000052329	04/08/2026	74550	R$ 130.16
QHW7G23	275410T000002651	05/08/2026	76331	R$ 293.47
QIO6969	275410D000052356	05/08/2026	74550	R$ 130.16
QNS0G89	275410D000047645	30/05/2026	74550	R$ 130.16
QPO6G34	275410D000047576	29/05/2026	74550	R$ 130.16
RDW8G44	275410D000047775	31/05/2026	74550	R$ 130.16
RFY7E73	275410T000003001	03/08/2026	76331	R$ 293.47
RHC2H01	116100T003903059	02/08/2026	56221	R$ 88.38
RHH1F90	275410D000052293	04/08/2026	74630	R$ 195.23
RHM2A18	275410T000003073	05/08/2026	73400	R$ 130.16
RHM2I78	275410T000003050	04/08/2026	51851	R$ 195.23
RHM4G54	275410D000047608	30/05/2026	74550	R$ 130.16
RHS4A41	275410D000052255	03/08/2026	74550	R$ 130.16
RHX3G85	275410T000002995	02/08/2026	70301	R$ 293.47
RTI9D06	275410D000052351	05/08/2026	74550	R$ 130.16
SED2B06	275410D000047529	29/05/2026	74550	R$ 130.16
SED2B06	275410D000047574	29/05/2026	74550	R$ 130.16
SED2B06	275410D000047748	31/05/2026	74550	R$ 130.16
SFA7A75	275410D000052271	03/08/2026	74630	R$ 195.23
SFB7A48	275410D000052336	04/08/2026	74550	R$ 130.16
SFB7A48	275410D000052303	04/08/2026	74550	R$ 130.16
SFM0E80	275410D000052352	05/08/2026	74550	R$ 130.16
SWN0F91	275410D000052252	03/08/2026	74550	R$ 130.16
TAJ2D99	275410D000052288	04/08/2026	74630	R$ 195.23
TAN4F87	275410T000003084	05/08/2026	76331	R$ 293.47
TAS0F19	275410T000003010	03/08/2026	61220	R$ 293.47
TAT8F93	275410T000002500	05/08/2026	76331	R$ 293.47
TAU7F36	275410T000003072	05/08/2026	76331	R$ 293.47
TAV5F08	275410T000003027	04/08/2026	76331	R$ 293.47
TBH5C85	275410D000052285	03/08/2026	74550	R$ 130.16
TBM7G71	275410T000003045	04/08/2026	73400	R$ 130.16
TPT5A10	275410T000003062	04/08/2026	61220	R$ 293.47
TXL8A07	275410T000003022	04/08/2026	76331	R$ 293.47
TYG4J82	275410D000052244	03/08/2026	74550	R$ 130.16
UAS1I97	275410T000003069	05/08/2026	61220	R$ 293.47
UAT6C07	275410T000003071	05/08/2026	76331	R$ 293.47
UBH7B84	275410D000052276	03/08/2026	74550	R$ 130.16
UBQ5A46	275410T000002652	05/08/2026	76331	R$ 293.47
UCF9G12	275410D000052263	03/08/2026	74630	R$ 195.23

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:0F01CE7C

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 116/2026

PORTARIA Nº 116/2026

Concede diária a servidores municipais.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto nas Lei nº 1662/2011 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER diária aos servidores municipais conforme especificado abaixo:

Nome do servidor	Jair da Silva
Matrícula Funcional	20265-1
Função	Secretário de Habitação
Secretaria	Secretaria de Habitação
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Audiência na Fomento Paraná; visita a COHAPAR
Período	30/09/2026; 01 e 02/10/2026
Valor das diárias	R$ 1.347,91 (um mil, trezentos e quarenta e sete reais e noventa e um centavos)
Memorando nº 7.857/2026-1Doc	

Nome do servidor	Nilson Rodrigo Dalmagro
Matrícula Funcional	20778-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Franciso Beltrão, Itapejara D'Oeste, Guarapuava, Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	22, 23, 24, 25 e 28/09/2026
Valor das diárias	R$ 682,97 (seiscentos e oitenta e dois reais e noventa e sete centavos)
Proc. Administrativo n° 3.138/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Odirlei Galon
Matrícula Funcional	19239-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Coronel Vivida
Objetivo da viagem	Transportar atletas do Galo Futsal
Período	29/09/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo nº 3.140/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Andressa Iung
Matrícula Funcional	20149-1
Função	Psicóloga
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Participação no 1° Seminário sobre Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
Período	07,08 e 09/10/2026
Valor das diárias	R$ 840,15 (oitocentos e quarenta reais e quinze centavos)
Proc. Administrativo nº 3.198/2026 - 1Doc	

Nome do servidor	Jair Antônio Santin Junior
Matrícula Funcional	20446-1
Função	Educador Artístico
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Participação no 1° Seminário sobre Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
Período	07,08 e 09/10/2026
Valor das diárias	R$ 840,15 (oitocentos e quarenta reais e quinze centavos)
Proc. Administrativo nº 3.198/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Lucas Luiz Gilioli
Matrícula Funcional	18784-1
Função	Psicólogo
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Participação no 1° Seminário sobre Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
Período	07,08 e 09/10/2026
Valor das diárias	R$ 840,15 (oitocentos e quarenta reais e quinze centavos)
Proc. Administrativo nº 3.198 /2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Alex Junior Bachi
Matrícula Funcional	20424-1
Função	Educador Artístico I
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania

Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Participação no 1° Seminário sobre Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
Período	07,08 e 09/10/2026
Valor das diárias	R$ 840,15 (oitocentos e quarenta reais e quinze centavos)
Proc. Administrativo 3.198/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Elaine da Silva
Matrícula Funcional	17989-1
Função	Educador Artístico
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Participação no 1° Seminário sobre Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
Período	07,08 e 09/10/2026
Valor das diárias	R$ 840,15 (oitocentos e quarenta reais e quinze centavos)
Proc. Administrativo 3.198/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Marcieli Oliveira dos Santos
Matrícula Funcional	17962-1
Função	Assistente Social
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Participação no 1° Seminário sobre Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
Período	07,08 e 09/10/2026
Valor das diárias	R$ 840,15 (oitocentos e quarenta reais e quinze centavos)
Proc. Administrativonº 3.198/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Taline de Campos Medeiros
Matrícula Funcional	19417-1
Função	Assistente Social
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Participação no 1° Seminário sobre Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
Período	07,08 e 09/10/2026
Valor das diárias	R$ 840,15 (oitocentos e quarenta reais e quinze centavos)
Proc. Administrativo nº 3.198/2026 - 1Doc	

Nome do servidor	Everton Stachowski
Matrícula Funcional	20623-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Transporte dos servidores para participação em Seminário
Período	07,08 e 09/10/2026
Valor das diárias	R$ 840,15 (oitocentos e quarenta reais e quinze centavos)
Proc. Administrativo 3.198//2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Eberson Fabiano Galvão
Matrícula Funcional	19847-1
Função	Conselheiro Tutelar
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Formação Regional junto aos profissionais e demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente da região.
Período	12, 13 e 14/10/2026
Valor das diárias	R$ 840,15 (oitocentos e quarenta reais e quinze centavos)
Proc. Administrativo nº3.201/2026– 1Doc	

Nome do servidor	José Clair Soares Colares
Matrícula Funcional	19848-1
Função	Conselheiro Tutelar
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Formação Regional junto aos profissionais e demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente da região.
Período	12, 13 e 14/10/2026
Valor das diárias	R$ 840,15 (oitocentos e quarenta reais e quinze centavos)
Proc. Administrativo nº 3.201/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Odirlei Galon
Matrícula Funcional	19239-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transportar atletas do Futsal masculino Sub 15 para a Copa LEA
Período	03/10/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo nº 3.178/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Leda Maria Ferrari
Matrícula Funcional	9900-1 e 9900-2
Função	Secretária
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura

Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Participar do encontro ‘’PROGOV Gestão que transforma políticas públicas.’’
Período	13,14 e 15/10/2026
Valor das diárias	R$ 1.347,91 (um mil, trezentos e quarenta e sete reais e noventa e um centavos)
Proc. Administrativo nº 3.144/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jailene Dal Bosco
Matrícula Funcional	17798-1
Função	Diretora Departamento de Ensino
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Participar do encontro ‘’PROGOV Gestão que transforma políticas públicas.’’
Período	13, 14 e 15/10/2026
Valor das diárias	R$ 1.172,64 (um mil, cento e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos)
Proc. Administrativo nº 3.144/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Sirlene Pereira Rosa
Matrícula Funcional	17560-1
Função	Diretora do Departamento de Educação Infantil
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Participar do encontro ‘’PROGOV Gestão que transforma políticas públicas.’’
Período	13,14 e 15/10/2026
Valor das diárias	R$ 1.172,64 (um mil, cento e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos)
Proc. Administrativonº 3.144/2026– 1Doc	

Nome do servidor	Antônio Petri
Matrícula Funcional	13085-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Educação
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Transportar servidoras para participarem do encontro ‘’PROGOV Gestão que transforma políticas públicas.’’
Período	13,14 e 15/10/2026
Valor das diárias	R$ 840,15 (oitocentos e quarenta reais e quinze centavos)
Proc. Administrativo n° 3.144/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Adelir Antonio Coscode
Matrícula Funcional	17361-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel, Francisco Beltrão, São Jorge D’Oeste
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes; buscar vacinas
Período	29 e 30/09/2026; 01,02 e 05/10/2026
Valor das diárias	R$ 477,47 (quatrocentos e setenta e sete reais e quarenta e sete centavos)
Proc. Administrativo n° 3.192/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Adenilso Vieira Schmitz
Matrícula Funcional	16594-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Guarapuava
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	29/09/2026; 01 e 02/10/2026
Valor das diárias	R$ 308,25 (trezentos e oito reais e vinte e cinco centavos)
Proc. Administrativo nº 3.192/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Adilson Nicolodi
Matrícula Funcional	13152-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Pato Branco, Itapejara D’Oeste, Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	22, 24, 25, 28, 29 e 30/09/2026; 02/10/2026
Valor das diárias	R$ 701,11 (setecentos e um reais e onze centavos)
Proc. Administrativo n° 3.192/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Alã Rossatto
Matrícula Funcional	20789-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	29/09/2026; 01, 03 e 05/10/2026
Valor das diárias	R$ 350,55 (trezentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.192/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Amarildo da Rold

Matrícula Funcional	18062-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	29/09/2026; 01,02 e 05/10/2026
Valor das diárias	R$ 411,00 (quatrocentos e onze reais)
Proc. Administrativo n° 3.192/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Angelo Cardoso da Silva
Matrícula Funcional	18148-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	30/09/2026; 01/10/2026
Valor das diárias	R$ 145,05 (cento e quarenta e cinco reais e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.192/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Delço Pereira de Lima
Matrícula Funcional	14222-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	30/09/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.192/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Edenilson Alves de Moraes
Matrícula Funcional	18063-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Ampére, Francisco Beltrão, Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	29 e 30/09/2026; 02 e 05/10/2026
Valor das diárias	R$ 453,31 (quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e um centavos)
Proc. Administrativo n° 3.192/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Edivaldo Rocha de Paula
Matrícula Funcional	14923-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Santa Izabel, Guarapuava
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	08/09/2026; 01/10/2026
Valor das diárias	R$ 187,36 (cento e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos)
Proc. Administrativon° 3.192/2026– 1Doc	

Nome do servidor	Gilberto Morais
Matrícula Funcional	17828-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	01/10/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.192/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Henrique Claro da Silva Machado
Matrícula Funcional	20447-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Cascavel, Londrina
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	24, 29 e 30/09/2026; 02 e 03/10/2026
Valor das diárias	R$ 779,70 (setecentos e setenta e nove reais e setenta centavos)
Proc. Administrativo n° 3.192/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Itamar Jose Frantz
Matrícula Funcional	4650-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Guarapuava, Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste, Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	22, 24, 25, 28, 29 e 30/09/2026
Valor das diárias	R$ 743,40 (setecentos e quarenta e três reais e quarenta centavos)
Proc. Administrativo n° 3.192/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jocemar Aloisio Assmann
Matrícula Funcional	19168-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Guarapuava, Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	29 e 30/09/2026; 01 e 02/10/2026
Valor das diárias	R$ 453,31 (quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e um centavos)
Proc. Administrativo n° 3.192/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Josmar Américo da Silva
Matrícula Funcional	13110-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	04/10/2026
Valor das diárias	R$ 42,30 (quarenta e dois reais e trinta centavos)
Proc. Administrativo n° 3.192/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Leocir Paulo Tranker
Matrícula Funcional	14338-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Guarapuava, Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	21, 22, 23, 24, 28, 29 e 30/09/2026
Valor das diárias	R$ 682,97 (seiscentos e oitenta e dois reais e noventa e sete centavos)
Proc. Administrativo n° 3.192/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Mizael Gonçalves de Menezes
Matrícula Funcional	18065-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Pato Branco, Foz do Iguaçu, Guarapuava
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	28, 29 e 30/09/2026; 02/10/2026
Valor das diárias	R$ 350,55 (trezentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.192/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Nilson Rodrigo Dalmagro
Matrícula Funcional	20778-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Franciso Beltrão, Guarapuava, Capitão Leônidas Marques, Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	01, 02, 03, 04 e 05/10/2026
Valor das diárias	R$ 374,71 (trezentos e setenta e quatro reais e setenta e um centavos)
Proc. Administrativo n° 3.192/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Rafael Krupinski
Matrícula Funcional	18268-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Cascavel, Guarapuava, Itapejara D'Oeste
Objetivo da viagem	Levar doadores de sangue; Transporte de pacientes
Data	29 e 30/09/2026; 01, 02, 03 e 05/10/2026
Valor das diárias	R$ 701,11 (setecentos e um reais e onze centavos)
Proc. Administrativo n° 3.192/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Rafael Muttoni
Matrícula Funcional	17790-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	01, 02 e 05/10/2026
Valor das diárias	R$ 616,51 (seiscentos e dezesseis reais e cinquenta e um centavos)
Proc. Administrativo n° 3.192/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Ricardo Besson
Matrícula Funcional	18060-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Itapejara D'Oeste, Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	30/09/2026; 01, 02 e 03/10/2026
Valor das diárias	R$ 169,20 (cento e sessenta e nove reais e vinte centavos)

Proc. Administrativo nº 3.192/2026 – 1Doc

Nome do servidor	Sebastião Josmar Borba da Silva
Matrícula Funcional	17835-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Curitiba, Santa Izabel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	28, 29 e 30/09/2026; 01,0 2, 03 e 05/10/2026
Valor das diárias	R$ 1.498,96 (um mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos)
Proc. Administrativo n° 3.192/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Valdecir da Silva
Matrícula Funcional	16489-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	29 e 30/09/2026; 01, 02 e 05/10/2026
Valor das diárias	R$ 513,75 (quinhentos e treze reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.192/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Vanderlei Venassi
Matrícula Funcional	13154-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste, Pato Branco, Curitiba, Guarapuava
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	21, 22 e 25/09/2026; 01, 02, 03 e 05/10/2026
Valor das diárias	R$ 1.069,80 (um mil, sessenta e nove reais e oitenta centavos_
Proc. Administrativo n° 3.192/2026 – 1Doc	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:574CE7C9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 314/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 314/2026 de 13/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 42/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 4.510.796,62 (quatro milhões quinhentos e dez mil setecentos e noventa e seis reais e sessenta e dois centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
02.001.04.122.0001.2.002.		Manutenção da Assessoria do Gabinete	
634 - 3.1.90.11.00.00	3000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	233.081,37
635 - 3.1.90.13.00.00	3000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	16.498,64

636 - 3.1.91.13.00.00	3000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.638,36
5 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	5.997,27
03.000.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
03.001.00.000.0000.0.000.		ASSESSORIA JURÍDICA	
03.001.02.092.0001.2.003.		Manutenção da Assessoria Jurídica	
11 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.649,78
12 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	9.505,51
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
05.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
05.001.04.128.0001.2.005.		Manutenção do Departamento de Recursos Humanos	
31 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.489,21
05.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
05.003.04.122.0001.2.007.		Manutenção do Departamento de Administração	
48 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	47.538,82
49 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	13.486,49
51 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	41.441,06
54 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	15.453,29
534 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	55.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
06.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
06.001.04.122.0001.2.008.		Manutenção do Departamento de Contabilidade	

73 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.500,00
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO	
06.002.04.129.0001.2.009.		Manutenção do Departamento de Tributação	
77 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.711,46
06.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
06.003.04.123.0001.2.010.		Manutenção do Departamento de Tesouraria e Finanças	
83 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	31.036,98
84 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	9.976,88
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.122.0013.2.039.		Manutenção de Desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
93 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	428.419,42
94 - 3.1.90.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	21.695,25
96 - 3.1.91.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	129.264,50
07.001.10.301.0013.2.040.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
110 - 3.1.91.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	33.731,75
113 - 3.3.72.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	111.944,75
117 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	56.472,48
123 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	38.440,14
07.001.10.301.0013.2.042.		Manutenção das Atividades do Programa Agente Comunitário de Saúde - ACS	
476 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.251,12
477 - 3.1.90.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	908,70
478 - 3.1.91.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.190,70
07.001.10.301.0013.2.044.		Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Equipe de Saúde Bucal	
129 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	222.269,17
130 - 3.1.90.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.141,30
131 - 3.1.91.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	16.022,73
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.122.0012.2.035.		Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	
150 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	13.479,94
154 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	8.414,28
08.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08.003.08.243.0009.6.003.		Manutenção do Conselho Tutelar	
205 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	14.769,80
206 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	9.255,49
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
09.001.12.361.0004.1.059.		Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70% - Profissionais do Campo	
231 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	640.240,08
232 - 3.1.90.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.973,28

233 - 3.1.91.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	97.354,25
09.001.12.361.0004.2.017.		Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70%	
237 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	317.432,45
09.001.12.361.0006.2.026.		Manutenção do Transporte Escolar - Esnino Fundamental	
258 - 3.3.90.33.00.00	01103	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	81.602,48
259 - 3.3.90.33.00.00	01104	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	144.621,52
633 - 3.3.90.33.00.00	3028	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	252.132,55
09.001.12.365.0003.2.085.		Manutenção das escolas de Ensino enfantil - Pré-escola	
268 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	111.739,78
482 - 3.1.90.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.166,15
271 - 3.1.91.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.718,92
09.001.12.365.0003.2.086.		Manutenção das escolas de Ensino enfantil - creche	
278 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	141.147,76
279 - 3.1.90.11.00.00	01102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.246,87
483 - 3.1.90.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.813,15
282 - 3.1.91.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	16.536,48
09.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
09.003.12.122.0002.2.013.		Manutenção da Secretária Municipal de Educação	
475 - 3.1.91.13.00.00	01103	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	280,49
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
10.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS	
10.001.15.452.0014.2.047.		Manutenção da Secretaria Municipal de Obras	
306 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.129,72
307 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.056,14

11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	
11.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA MUNICIPAL	
11.001.26.782.0015.2.048.		Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes	
320 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.126,34
324 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
11.001.26.782.0015.2.049.		Manutenção do Departamento da Frota Municipal	
331 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
12.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA	
12.001.20.606.0017.1.041.		Armazém da Família	
341 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00
12.001.20.606.0017.2.051.		Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura	
637 - 3.1.90.11.00.00	3000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	236.959,98
638 - 3.1.90.13.00.00	3000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.448,02
639 - 3.1.91.13.00.00	3000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.214,32
349 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	86.424,05
12.001.20.606.0017.2.052.		Manutenção do Departamento de Agricultura	
640 - 3.1.90.11.00.00	3000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	27.860,09
641 - 3.1.90.13.00.00	3000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	19.239,67
642 - 3.1.91.13.00.00	3000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.653,32
358 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	2.863,88
359 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	135.000,00
360 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.572,87
13.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
13.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO	
13.001.15.122.0014.2.054.		Manutenção do Deparatamento de Planejamento Urbano	
371 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.930,87
13.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
13.002.15.452.0014.2.055.		Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	
643 - 3.1.90.11.00.00	3000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	161.565,34
644 - 3.1.90.13.00.00	3000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	9.212,57
645 - 3.1.91.13.00.00	3000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	14.336,60
380 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	14.086,33
14.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
14.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
14.001.18.541.0007.2.056.		Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente	
404 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	91.435,28
405 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.826,16
407 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	8.182,48
408 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00
410 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.839,64
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
16.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
16.001.13.392.0019.2.058.		Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
432 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.354,60
435 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	4.526,79
437 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.150,45
17.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
17.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
17.001.04.121.0001.2.059.		Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento	
646 - 3.1.90.11.00.00	3000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	31.746,76
647 - 3.1.90.13.00.00	3000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.371,50
Total Suplementação:			**4.510.796,62**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
02.001.04.122.0001.2.002.		Manutenção da Assessoria do Gabinete	
1 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13.566,91
2 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.656,66
3 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
4 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	63,69
6 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	8.700,97
8 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.566,35
624 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	40,00
10 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.717,60
03.000.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
03.001.00.000.0000.0.000.		ASSESSORIA JURÍDICA	
03.001.02.092.0001.2.003.		Manutenção da Assessoria Jurídica	
14 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	246,35
15 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	9.432,81
18 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.805,76
20 - 3.3.90.91.00.00	01000	SENTENÇAS JUDICIAIS	10.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.		CONTROLADORIA GERAL	
04.001.00.000.0000.0.000.		CONTROLADORIA GERAL	
04.001.04.124.0001.2.004.		Manutenção da Controladoria Geral	
22 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.606,06
25 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.008,10
26 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	3.865,63
28 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.893,33
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
05.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	

05.001.04.128.0001.2.005.		Manutenção do Departamento de Recursos Humanos	
30 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	23.840,25
33 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.496,89
34 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
05.001.04.128.0001.2.077.		Indenizações e Restituições Trabalhistas	
38 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	8.486,04
05.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO	
05.002.04.122.0001.2.006.		Manutenção do Departamento de Compras e Licitações	
39 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	76.247,21
40 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	12.862,36
41 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	27.107,53
42 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	23.661,44
43 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	5.865,63
44 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
47 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.150,00
05.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
05.003.04.122.0001.2.082.		Aporte para cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	

62 - 3.3.91.97.00.00	01000	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1.041.858,07
05.003.04.122.0001.2.104.		Aquisição de 04(quatro) - CONVÊNIO 393/2025 - SECID	
64 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
05.003.04.122.0001.2.115.		Aquisição e Renovação de Veículos e Equipamentos – Administração	
584 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.545,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
06.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
06.001.04.122.0001.2.008.		Manutenção do Departamento de Contabilidade	
65 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12.647,57
66 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	12.217,19
68 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	8.492,88
71 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.481,33
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO	
06.002.04.129.0001.2.009.		Manutenção do Departamento de Tributação	
74 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	21.173,30
78 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	1.912,76
79 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	2.880,93
82 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
06.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
06.003.04.123.0001.2.010.		Manutenção do Departamento de Tesouraria e Finanças	
87 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	4.688,67
88 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	160,00
90 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.225,00
06.003.28.843.0000.2.065.		Encargos e Amortização da Dívida Pública	
91 - 3.2.90.21.00.00	01000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	5.000,00
92 - 4.6.90.72.00.00	01000	PRINCIPAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA RESGATADO	2.617,64
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.122.0013.2.039.		Manutenção de Desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
97 - 3.3.71.70.00.00	01303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	35.000,00
99 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00
100 - 3.3.90.36.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.173,68
102 - 3.3.90.40.00.00	01303	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	14.508,23
103 - 4.4.90.52.00.00	01303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
07.001.10.301.0013.2.040.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
107 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	527.209,32
108 - 3.1.90.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	26.322,45
121 - 3.3.90.36.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.455,00
125 - 4.4.90.52.00.00	01303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
07.001.10.301.0013.2.045.		Manutenção da Assistência Farmacêutica	

135 - 3.3.72.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
07.001.10.301.0013.2.067.		Manutenção do Serviço Movel de Urgência e Emergência - SAMU	
137 - 3.3.72.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
07.001.10.304.0013.2.046.		Manutenção da Vigiância Sanitária e Epidemiológical	
140 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4,67
141 - 3.1.91.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	885,40
07.001.10.305.0013.2.096.		Manutenção da Vigilância Epidemiológica	
143 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	80.116,02
144 - 3.1.90.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.538,93
145 - 3.1.91.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.478,60
146 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.122.0012.2.035.		Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	
147 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.224,36
148 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	802,86
164 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	1.522,16
166 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.772,00
08.001.08.122.0012.2.072.		Assitencia ao Portador de Deficiência	
167 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
168 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
08.001.08.122.0012.2.073.		Proteção Social Básica	
169 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
170 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
08.001.08.122.0012.2.089.		CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social	
176 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00
177 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	3.668,04
178 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
08.001.08.122.0012.2.099.		Construção de Creches - CEDCA/PR	

180 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	100,00
08.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.002.08.245.0009.2.036.		Manutenção de Benefícios Eventuais	
181 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
182 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
183 - 3.3.90.93.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500,00
08.002.08.245.0009.2.037.		Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
184 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	19.677,91
185 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.326,67
186 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	28,53
194 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.495,40

195 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.526,10
08.002.08.245.0009.2.079.		Construção do espaço físico para o CRAS	
199 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	100,00
08.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08.003.08.243.0009.6.002.		Manutenção do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente	
200 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	1.713,60
202 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
08.003.08.243.0009.6.003.		Manutenção do Conselho Tutelar	
208 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	2.092,53
209 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	5.673,11
210 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.200,00
08.003.08.243.0009.6.006.		Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA	
211 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
212 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.001,00
08.003.08.243.0009.6.007.		Programa Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes – FIA Estadual	
213 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
08.004.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNCIPAL AO IDOSO	
08.004.08.241.0009.2.076.		Assitencia à Pessoa Idosa	
214 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
215 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
216 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
08.004.08.241.0009.2.088.		Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI	
217 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
09.001.12.306.0005.2.024.		Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil	
221 - 3.3.90.32.00.00	01103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	38.559,00
09.001.12.306.0005.2.025.		Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental	
224 - 3.3.90.32.00.00	01103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	42.763,23
09.001.12.361.0004.1.060.			
234 - 3.1.90.11.00.00	01102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	55.475,62
235 - 3.1.90.13.00.00	01102	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.133,06
236 - 3.1.91.13.00.00	01102	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	53.801,63
09.001.12.361.0004.2.017.		Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70%	
238 - 3.1.90.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	22.582,87
239 - 3.1.91.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	40.427,98
09.001.12.361.0004.2.021.		Aquisição de Uniforme e Material Didático - Ensino Fundamental	
249 - 3.3.90.32.00.00	01103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	30.000,00
09.001.12.361.0004.2.062.		Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30%	
251 - 3.1.90.11.00.00	01102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	205.270,58

252 - 3.1.90.13.00.00	01102	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.796,71
253 - 3.1.91.13.00.00	01102	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	93.664,58
09.001.12.361.0004.2.063.		Implantação da Educação Integral	
254 - 3.3.90.30.00.00	01103	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
255 - 4.4.90.51.00.00	01103	OBRAS E INSTALAÇÕES	90.000,00
09.001.12.361.0024.1.053.		Transporte de Alunos do Ensino Técnico e Superior	
265 - 3.3.90.14.00.00	01103	DIÁRIAS - CIVIL	6.000,00
266 - 3.3.90.33.00.00	01103	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	30.000,00
09.001.12.365.0003.2.016.		Aquisição de Material Didático - Educação Infantil	
267 - 3.3.90.32.00.00	01104	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	24.707,43
09.001.12.365.0003.2.085.		Manutenção das escolas de Ensino enfantil - Pré-escola	
269 - 3.1.90.11.00.00	01102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	14.687,55
270 - 3.1.90.13.00.00	01102	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.800,00
272 - 3.1.91.13.00.00	01102	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.340,02
273 - 3.3.90.14.00.00	01103	DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00
276 - 3.3.90.39.00.00	01103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
09.001.12.365.0003.2.086.		Manutenção das escolas de Ensino enfantil - creche	
280 - 3.1.90.11.00.00	01104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.500,00
281 - 3.1.90.13.00.00	01102	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.761,76
283 - 3.1.91.13.00.00	01102	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	840,66
284 - 3.1.91.13.00.00	01104	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.600,00
285 - 3.3.90.14.00.00	01103	DIÁRIAS - CIVIL	1.468,89
286 - 3.3.90.30.00.00	01103	MATERIAL DE CONSUMO	1.773,39
288 - 3.3.90.39.00.00	01103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
09.001.12.366.0004.2.023.		Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	
290 - 3.3.90.39.00.00	01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
291 - 4.4.90.52.00.00	01103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
09.001.12.367.0004.1.009.		Aparelhar as Escolas com Móveis e Equipamentos Adaptados aos Alunos com Deficiência	
292 - 4.4.90.52.00.00	01104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
09.001.12.367.0006.2.027.		Manutenção e Aquisição de Veículo para Transporte Escolar - Educação Especial	
293 - 4.4.90.52.00.00	01103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
09.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
09.002.12.365.0006.2.028.		Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil	
489 - 3.3.90.33.00.00	3028	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	252.132,55
09.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	

09.003.12.122.0002.2.013.		Manutenção da Secretária Municipal de Educação	
295 - 3.1.90.11.00.00	01103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13.360,044
296 - 3.1.90.13.00.00	01103	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.646,28
297 - 3.1.90.94.00.00	01103	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	12.618,23
298 - 3.3.71.70.00.00	01103	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	903,81

300 - 3.3.90.30.00.00	01103	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
302 - 3.3.90.40.00.00	01103	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	1.327,80
512 - 4.4.90.52.00.00	01103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	75.300,04
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
10.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS	
10.001.15.452.0014.2.047.		Manutenção da Secretaria Municipal de Obras	
305 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.712,24
308 - 3.3.72.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
310 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	1.588,51
312 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
313 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.162,00
10.001.15.452.0014.2.112.		Construção de 25(vinte e cinco) unidades habtacionais	
548 - 4.4.90.51.00.00	3000	OBRAS E INSTALAÇÕES	793.826,54
10.002.00.000.0000.0.000.		Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	
10.002.16.482.0026.2.110.		Construção de Melhoria de 25 Unidades Habitacionais de Interesse Social (Sub 50)	
318 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
319 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	500,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	
11.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA MUNICIPAL	
11.001.26.782.0015.2.048.		Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes	
321 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	500,00
323 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	2.583,56
325 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.430,61
326 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	978,00
11.001.26.782.0015.2.049.		Manutenção do Departamento da Frota Municipal	
327 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	19.058,58
328 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.052,85
333 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.148,23
334 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	323,00
11.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS E VICINAIS	
11.002.26.782.0016.2.050.		Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais	
335 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.402,76
336 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.715,19
337 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	9.291,44
338 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.310,56
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
12.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA	
12.001.20.606.0017.1.041.		Armazém da Família	
342 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	886,52

343 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	7.226,67
344 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.671,12
12.001.20.606.0017.2.051.		Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura	
348 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	1.174,09
351 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.132,81
12.001.20.606.0017.2.052.		Manutenção do Departamento de Agricultura	
355 - 3.3.71.70.00.00	01000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	500,00
356 - 3.3.72.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	500,00
357 - 3.3.72.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
361 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	2.918,60
362 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.262,15
12.001.20.606.0017.2.094.		AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS" – CONVÊNIO 947416/2023	
363 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	949,99
12.001.20.606.0017.2.098.		Aquisição de Maquinas e Equipamentos - 005563/2024	
364 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
12.001.20.606.0017.2.103.		Aquisição de Equipamentos- Convênio 348/2025 - SEAB	
365 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00
12.001.20.606.0017.2.109.		Aquisição de Máquinas e Equipamentos – Convênio nº 981450/2025	
464 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.608,99
13.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
13.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO	
13.001.15.122.0014.2.054.		Manutenção do Deparatamento de Planejamento Urbano	
370 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.785,60
372 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.472,83
13.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
13.002.15.452.0014.2.055.		Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	
379 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	7.459,00
381 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.523,31
382 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.014,10
13.002.15.452.0014.2.064.		Manutenção com Iluminação Pública	
383 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	6.200,00
14.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
14.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
14.001.18.541.0007.1.013.		Aquisição de Equipamento para Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos	
387 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
14.001.18.541.0007.1.032.		Promoção da Educação Ambiental no município	
388 - 3.3.22.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
14.001.18.541.0007.1.049.		Manejo de Resíduos Sólidos	
391 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
14.001.18.541.0007.2.029.		Manutenção da Educação Ambiental	

392 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	2.760,00
14.001.18.541.0007.2.030.		Manutenção do Cemitério Municipal	
398 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
399 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
400 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00
14.001.18.541.0007.2.033.		Conservação e Recuperação de Matas Ciliares e Manutenção do Sistema de Drenagem Pluvial	
401 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
402 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
14.001.18.541.0007.2.056.		Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente	
411 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E	35,93
412 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.236,00
14.001.18.541.0007.2.093.		PROGRAMA "ITAIPU MAIS QUE ENERGIA"	
413 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
15.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO	
15.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO	
15.001.27.812.0018.2.057.		Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas	
416 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12.876,91
418 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.773,34
420 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	13.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
16.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
16.001.13.392.0019.1.051.		"Implantação e Funcionamento da Casa da Cultura"	
426 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	727,75
427 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
428 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
429 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
430 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
16.001.13.392.0019.2.058.		Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
431 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.006,04
433 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
434 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	1.432,81
438 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	429,80
		Total Redução:	**4.510.796,62**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:0A64DCA4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2026 EDITAL 04.2026 EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DOS RECURSOS E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2026
EDITAL 04.2026
EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DOS RECURSOS E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 005/2026,

CONSIDERANDO o encerramento do prazo para interposição de recursos contra a classificação preliminar;

CONSIDERANDO que não houve interposição de recursos contra a classificação preliminar;

RESOLVE:

1 – Tornar público que não houve interposição de recursos contra a classificação preliminar do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 005/2026.

2 – Divulgar a classificação final dos candidatos do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 005/2026, conforme relação constante no Anexo deste Edital.

3 – Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Doutor Ulysses – PR, 15/10/2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO FINAL

CARGO	NUTRICIONISTA						
CLASSIFICAÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO	ESCOLARIDADE	APERFEIÇOAMENTO, CAPACITAÇÃO E EXTENSÃO	TEMPO DE SERVIÇO	TOTAL	DESEMPATE
1	ALINE AIÇAR DE PAULA PEREIRA	37	8,75	0,00	29,33	38,08	

CARGO	OPERADOR DE MAQUINAS II (TRATOR AGRICOLA)						
CLASSIFICAÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO	ESCOLARIDADE	APERFEIÇOAMENTO, CAPACITAÇÃO E EXTENSÃO	TEMPO DE SERVIÇO	TOTAL	DESEMPATE
1	KAVIEDI GABRIEL DE OLIVEIRA	05	35,00	15,00	8,74	58,74	
2	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	31	35,00	5,00	8,54	48,54	
3	JADILSON LEAL DE AZEVEDO	11	35,00	0,00	8,12	43,12	
4	JOSIVAL DOS SANTOS SILVA	01	35,00	0,00	7,29	42,29	
5	ADEMIR RIBEIRO	12	0,00	0,00	36,04	36,04	

CARGO	OPERADOR DE MOTONIVELADORA						
CLASSIFICAÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO	ESCOLARIDADE	APERFEIÇOAMENTO, CAPACITAÇÃO E EXTENSÃO	TEMPO DE SERVIÇO	TOTAL	DESEMPATE
1	ELIAS BATISTA MONTEIRO	15	35,00	0,00	31,04	66,04	
2	VALDOMIRO PRODOSSIMO	36	35,00	10,00	20,00	65,00	
3	DANIELSON MARTINS DOS SANTOS	06	35,00	10,00	14,79	59,79	
4	ALDAIR ZICO DE FRANÇA	24	35,00	10,00	12,08	57,08	
5	KAVIEDI GABRIEL DE OLIVEIRA	04	35,00	15,00	2,50	52,50	
6	FELIPE DO AMARAL DOS SANTOS	07	35,00	15,00	2,05	52,08	
7	EDINALDO JOSE CABELIN	49	35,00	0,00	13,33	48,33	
8	JOSIVAL DOS SANTOS SILVA	02	35,00	0,00	7,29	42,29	
9	ADEMIR RIBEIRO	13	0,00	0,00	36,04	36,04	
10	NEI SCHENEIDER	10	0,00	0,00	1,66	1,66	

CARGO	PROFESSOR	LOCALIDADE	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSE BATISTA DE MATOS				
CLASSIFICAÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO	ESCOLARIDADE	APERFEIÇOAMENTO, CAPACITAÇÃO E EXTENSÃO	TEMPO DE SERVIÇO	TOTAL	DESEMPATE
1	MILLENA AURORA DE MATOS PAULA	22	15,00	25,00	18,99	58,99	
2	MILLENA AURORA DE MATOS PAULA	23	15,00	25,00	18,99	58,99	
3	RODE CRISTINA BRANCO DA SILVA	27	35,00	10,00	0,00	45,00	02/01/1978
4	DAIANA GABRIEL DE OLIVEIRA	40	35,00	10,00	0,00	45,00	22/08/2000
5	PRISCILA DE BARROS ALEXANDRE	45	35,00	0,00	6,33	41,33	
6	CAROLINE DA LUZ BUENO	17	15,00	25,00	0,00	40,00	
7	SONIA DE SOUZA	39	10,00	25,00	4,66	39,66	
8	VANEVIR APARECIDA DE JESUS SIQUEIRA	34	35,00	0,00	0,00	35,00	
9	VANEVIR APARECIDA DE JESUS SIQUEIRA	35	35,00	0,00	0,00	35,00	
10	TANIA CRISTINA JORGE RIBEIRO DE ALMEIDA	50	15,00	5,00	0,00	20,00	
11	VANESSA NAYARA DE OLIVEIRA	46	5,00	12,50	0,00	17,50	
12	ANDRIELI FITZ OLIVEIRA MIRANDA	43	0,00	15,00	1,66	16,66	
13	LUCIENE RIBEIRO DE SOUZA	26	5,00	5,00	0,00	10,00	
14	LILIANE DE ANDRADE COSTA	32	0,00	0,00	5,33	5,33	
15	LILIANE DE ANDRADE COSTA	33	0,00	0,00	5,33	5,33	

CARGO	PROFESSOR	LOCALIDADE	ESCOLA DO CAMPO BARRA DO TEIXEIRA				
CLASSIFICAÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO	ESCOLARIDADE	APERFEIÇOAMENTO, CAPACITAÇÃO E EXTENSÃO	TEMPO DE SERVIÇO	TOTAL	DESEMPATE
1	ANGÉLICA PINA OLIVEIRA MATOS	18	15,00	25,00	0,00	40,00	
2	LENI CARDOSO DE MATOS CAVALHEIRO	48	0,00	25,00	0,00	25,00	18/10/1998
3	JOICE CARDOSO CAVALHEIRO	14	0,00	25,00	0,00	25,00	18/10/1998

CARGO	PROFESSOR	LOCALIDADE	ESCOLA MUNICIPAL VILA VARZEÃO				
CLASSIFICAÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO	ESCOLARIDADE	APERFEIÇOAMENTO, CAPACITAÇÃO E EXTENSÃO	TEMPO DE SERVIÇO	TOTAL	DESEMPATE
1	RODE CRISTINA BRANCO DA SILVA	28	35,00	10,00	0,00	45,00	02/01/1978
2	GISELE MARTINS DOS SANTOS	08	35,00	10,00	0,00	45,00	13/12/1996
3	DAIANA GABRIEL DE OLIVEIRA	41	35,00	10,00	0,00	45,00	22/08/2000
4	PRISCILA DE BARROS ALEXANDRE	44	35,00	0,00	6,33	41,33	
5	ARISLENE MELO FREITAS DOS SANTOS	20	15,00	10,00	0,66	40,66	
6	ANGELICA PINA DE OLIVEIRA MATOS	19	15,00	25,00	0,00	40,00	15/02/1993
7	CAROLINE DA LUZ BUENO	16	15,00	25,00	0,00	40,00	24/05/1996
8	SONIA DE SOUZA	38	10,00	25,00	0,00	39,66	
9	EUNICE LEITE DA LUZ	03	15,00	5,00	16,99	36,99	
10	TANIA CRISTINA JORGE RIBEIRO DE ALMEIDA	50	15,00	5,00	0,00	20,00	
11	MARCELE PEREIRA DA SILVA	29	15,00	0,00	3,33	18,33	
12	MARCELE PEREIRA DA SILVA	30	15,00	0,00	3,33	18,33	
13	VANESSA NAYARA DE OLIVEIRA	47	5,00	12,50	0,00	17,50	
14	ANDRIELI FITZ OLIVEIRA MIRANDA	42	0,00	15,00	1,66	16,66	
15	LUCIENE RIBEIRO DE SOUZA	25	5,00	5,00	0,00	10,00	

CARGO	PSICOLOGO						
CLASSIFICAÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO	ESCOLARIDADE	APERFEIÇOAMENTO, CAPACITAÇÃO E EXTENSÃO	TEMPO DE SERVIÇO	TOTAL	DESEMPATE
1	BEATRIZ WUCHER	21	0,00	0,00	6,33	6,33	

ANEXO II – CLASSIFICAÇÃO FINAL - COTAS RACIAIS

CARGO	OPERADOR DE MAQUINAS II (TRATOR AGRICOLA)						
CLASSIFICAÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO	ESCOLARIDADE	APERFEIÇOAMENTO, CAPACITAÇÃO E EXTENSÃO	TEMPO DE SERVIÇO	TOTAL	DESEMPATE
1	ADEMIR RIBEIRO	12	0,00	0,00	36,04	36,04	

CARGO	OPERADOR DE MOTONIVELADORA						

CLASSIFICAÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO	ESCOLARIDADE	APERFEIÇOAMENTO, CAPACITAÇÃO E EXTENSÃO	TEMPO DE SERVIÇO	TOTAL	DESEMPATE
1	ELIAS BATISTA MONTEIRO	15	35,00	0,00	31,04	66,04	
2	ADEMIR RIBEIRO	12	0,00	0,00	36,04	36,04	

CARGO	PROFESSOR	LOCALIDADE	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSE BATISTA DE MATOS				
CLASSIFICAÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO	ESCOLARIDADE	APERFEIÇOAMENTO, CAPACITAÇÃO E EXTENSÃO	TEMPO DE SERVIÇO	TOTAL	DESEMPATE
1	PRISCILA DE BARROS ALEXANDRE	45	35,00	0,00	6,33	41,33	
2	CAROLINE DA LUZ BUENO	16	15,00	25,00	0,00	40,00	

CARGO	PROFESSOR	LOCALIDADE	ESCOLA MUNICIPAL VILA VARZEÃO				
CLASSIFICAÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO	ESCOLARIDADE	APERFEIÇOAMENTO, CAPACITAÇÃO E EXTENSÃO	TEMPO DE SERVIÇO	TOTAL	DESEMPATE
1	PRISCILA DE BARROS ALEXANDRE	44	35,00	0,00	6,33	41,33	
2	CAROLINE DA LUZ BUENO	16	15,00	25,00	0,00	40,00	

COTAS PCD - (não houve candidatos INSCRITOS)

INFORMAMOS QUE O CRITÉRIO DE DESEMPATE APLICADO É O DE IDADE, ONDE O CANDIDATO DE MAIOR IDADE, FICA EM MELHOR CLASSIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AOS CANDIDATOS DE MENOR IDADE, CONFORME ITEM 7.1 DO EDITAL DE REGULAMENTAÇÃO.

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:B3F481FB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 074/2026

INÍCIO: 15/10/2026 **VALIDADE:** 14/10/2027
Objeto: Contratação de serviços de desdobro (serração) e corte de madeira em pé, incluindo transporte, bem como o fornecimento de madeiras diversas, visando atender às necessidades da secretaria municipal de Viação, Obras e Urbanismo, em decorrência do pregão eletrônico nº 057/2026, declarado fracassado, conforme quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência do edital e a proposta da empresa.

Razão Social: MADRIMAR MADEIRAS LTDA
CNPJ: 08.411.755/0001-90
Endereço: Rua Anna Maria da Anunciação, nº 496, Bairro Vila São João, Irati – Pr, CEP 84505-355
Telefone: (42)3423-1782/ (42) 9997-6618
E-mail: madrimar.madeiras@gmail.com
Representante Legal: Adriana Hartman

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇO REGISTRADO
1.1. Constitui o objeto da presente Ata de Registro de Preços a **contratação de serviços de desdobro (serração) e corte de madeira em pé, incluindo transporte, bem como o fornecimento de madeiras diversas, visando atender às necessidades da secretaria municipal de Viação, Obras e Urbanismo, em decorrência do pregão eletrônico nº 057/2026, declarado fracassado,** conforme quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência do edital e a proposta da empresa.
1.2 A contratação direta decorre do resultado fracassado do Pregão Eletrônico nº 057/2026 e tem fundamento no art. 75, inciso III, alínea [preencher conforme motivo comprovado nos autos], combinado com os arts. 82, § 6º, e 84 da Lei nº 14.133/2021 e com o regulamento municipal [identificar]. Integram esta ata o edital do pregão de origem e seus anexos, nas condições preservadas e juridicamente aplicáveis à contratação direta, o Termo de Referência, a proposta aceita e o ato autorizativo da dispensa.
1.3 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 198.500,00 (cento e noventa e oito mil e quinhentos reais), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

Item	Descrição	Apres.	Qtde	Valor Unit	Valor Total
01	Serviço de desdobro (serração) de madeiras, de qualquer espécie, fornecida pelo Município.	M3	50	R$295,00	R$14.750,00
02	Serviço de corte de madeira em pé, transporte até a serraria, desdobro (serração) e transporte até o Pátio de Máquinas da Prefeitura.	M3	50	R$545,00	R$27.250,00
03	Tábua, ripa e sarrafo de pinus de espessuras, largura e comprimentos diversos.	M3	10	R$1.620,00	R$16.200,00
04	Caibros, vigas e vigotes de pinus, diversas bitolas e comprimentos.	M3	10	R$1.480,00	R$14.800,00
05	Tábuas de pinheiro de 1", qualidade 3ª (terceirinha boa), largura e comprimentos diversos.	M3	10	R$ 2.300,00	R$ 23.000,00
06	Caibros, vigas e vigotes de pinheiro de 1", qualidade tipo 3ª (terceirinha boa), largura e comprimentos diversos.	M3	10	R$ 2.150,00	R$ 21.500,00
07	Pranchas, pranchões e vigas de eucalipto, diversas bitolas e comprimentos.	M3	60	R$ 1.350,00	R$ 81.000,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E ENTREGA
2.1. A ata terá vigência de 1 (um) ano, contado da assinatura em [data], podendo ser prorrogada por igual período, mediante formalização anterior ao término da vigência, concordância da Detentora e comprovação do preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do regulamento aplicável.
2.2. Lote 01: os serviços deverão ser iniciados e integralmente executados em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço ou documento equivalente, incluindo os transportes previstos no item solicitado.

2.3. Lote 02: as madeiras deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento equivalente, nos locais indicados pela Administração.
2.4. A execução e as entregas serão parceladas, conforme as necessidades e as quantidades solicitadas, observados os limites registrados. Prorrogações de prazo de pedido dependerão de solicitação formal e justificada, apresentada antes do vencimento e aceita pela Administração.
2.5. O cumprimento de cada pedido dependerá da verificação das especificações e do recebimento pela Administração. A vigência dos contratos decorrentes será definida no respectivo instrumento e poderá ultrapassar a vigência da ata, quando juridicamente cabível. Não serão formalizadas novas contratações após o término da ata.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1 O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente, devendo o faturamento ocorrer 02 (duas) vezes ao mês, da seguinte forma:
3.1.3 O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação do respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.
3.1.4 A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município e conforme relatório dos serviços prestados.
3.2. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em sistema eletrônico (Nota Fiscal Eletrônica) em moeda corrente do país, exceto para empresas que estejam instaladas em municípios que ainda não possuam tal sistema.
3.4. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
3.5. As notas fiscais deverão ser emitidas constando a informação Dispensa nº 074/2026, conforme descrição na Ordem de Fornecimento:

09 SEC. MUN. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
15.451.0901.2-041 MANTER O DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
03680 00000 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
09.003 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RURAIS
26.782.0902.2-047 MANTER O DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS R
04250 00000 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

3.6. ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme link:***
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/materia/E112774E/6d980aa2863a0ccf5dc2cca13834667c6d980aa2863a0ccf5dc2cca13834667c

4. CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
4.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas no Art. 124, inciso II alínea "d" da Lei 14133/2021.
4.2. A Ata de Registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas ás disposições contidas nos artigos 124 á 136 da Lei 14133/2021.
4.3. O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa do município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, desde que autorizado pela autoridade competente desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo o município, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
4.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
I. O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
II.A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
4.5. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:
I . Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;
IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.
4.6. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.
4.7. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar, além da constante no §5°.
4.8. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:
I. A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
II. A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
III. A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;
IV. O cumprimento das exigências previstas no Edital da Licitação ou Ata de Registro de Preços.
4.9. Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.
I. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.
II. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.
4.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico- financeiro quando a Administração constate:
I. Ausência de elevação dos encargos do particular;

II. Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
III. Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da Ata;
IV. Culpa da detentora da Ata pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido;
4.11. Na situação do parágrafo acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ata de registro de preços.
4.12. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.
4.13. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o município poderá:
I- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
II - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.
4.14. Não havendo êxito nas negociações, o município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
4.15. Os aditamentos efetuados na ata de registro de preço serão igualmente publicados no Diário Oficial do Município.
4.16. O município realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS NA PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.
5.2. Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021;
5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
5.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;
5.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
5.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
5.8 O reajuste será realizado por meio de termo aditivo.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
6.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2023.
6.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
6.3. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
6.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.
6.5. Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
6.6. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
6.7. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.
6.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
6.9. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.
6.10. As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
6.11. Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
6.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.
6.13. No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
6.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
6.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".
6.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.

6.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

a). Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

b). Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

c). Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

d). Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

a) Por razão de interesse público;

b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2023.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA ALOCAÇÃO DE RISCOS

8.1 Ajustes de Preço: Fica estabelecido que qualquer aumento de custos relacionado à aquisição de insumos ou produtos destinados à execução do objeto contratual será de responsabilidade exclusiva da Contratada até o limite de 10% (dez por cento) em relação ao valor originalmente pactuado no contrato, quando for por preço global, ou por item, nos casos de licitação por item.

8.2 Reequilíbrio Econômico-Financeiro: Na hipótese de ocorrer variação de preços superior ao limite estipulado no item anterior, a Contratada poderá pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro, que será analisado pela Administração, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021. Esses requisitos incluem, mas não se limitam a:

a) Incidência de Fatos Supervenientes e Imprevisíveis: O pleito deve se basear em eventos que não poderiam ser previstos no momento da contratação, ou que sejam extraordinários e alheios à vontade das partes, conforme previsto no art. 124, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021.

b) Demonstrativo de Impacto Econômico: A Contratada deve apresentar documentação comprobatória que demonstre de maneira detalhada o impacto econômico sofrido, conforme exigido pelo art. 125, inciso II.

c) Não Configuração de Desequilíbrio Natural: O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro não será aceito para cobrir variações naturais do mercado que poderiam ser previstas pelas partes durante a licitação ou contratação, conforme estabelecido no art. 124, inciso III.

8.3 Documentação Necessária: A Contratada deve apresentar documentos que comprovem as variações de preços e os impactos financeiros, como notas fiscais, estudos de mercado e outros que permitam à Administração avaliar a viabilidade e legalidade do pleito, conforme previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

8.4 Prazo para Análise: A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para analisar o pedido de reequilíbrio, podendo prorrogar este prazo por igual período mediante justificativa formal.

9. CLÁUSULA NONA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

9.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.

9.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;

b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;

c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;

e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

9.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.

9.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.

10.2. Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.

10.3. Nomear o gestor e fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação.

10.4. Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços em conformidade com o objeto contratado.

10.5. Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.

10.6. Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.
10.7. Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA
11.1 Manter durante todo ata de registro as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital, informando ao Pregoeiro (a) a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;
11.2 Atender as condições descritas no Anexo 01 – Termo de Referência e do Contrato.
11.3 Prestar os serviços de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos, assim como em sua proposta de preços;
11.4 Arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento do serviço licitado, incluindo taxas, inclusive administrativa, e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, bem como quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto contratado;
11.6 Responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratada, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do fornecimento do objeto contratado;
11.7 Responder pela segurança e saúde de seus empregados e demais trabalhadores utilizados na execução do objeto, devendo cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e as normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis, inclusive quanto ao fornecimento, orientação e fiscalização do uso de EPI e EPC, capacitação dos trabalhadores e utilização segura de máquinas, equipamentos e ferramentas.
11.8 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, na forma do art. 121 da mesma Lei, sem prejuízo das demais responsabilidades legalmente estabelecidas.
11.9 Possuir compromisso com altos padrões de qualidade e conformidade com regulamentos aplicáveis;
11.10 Disponibilidade de suporte pós-venda e serviço ao cliente para resolver problemas com os produtos ou fornecer assistência técnica, conforme necessário.
11.11 Em tudo agir segundo as diretrizes da Contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
12.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
12.2 O compromisso de entrega dos serviços só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.
12.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) servidor (a) designado pela Portaria nº 118/2026.
13.2 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.
13.3. Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:
a). Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;
b). Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;
c). Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.
13.3.1 No caso dos serviços previstos no Lote 01, a fiscalização poderá verificar o cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis à execução do objeto, inclusive quanto à capacitação dos trabalhadores, utilização de EPI e EPC, condições de segurança de máquinas, equipamentos e ferramentas, bem como isolamento e sinalização das áreas de risco.
13.3.2. A fiscalização poderá solicitar, previamente ao início dos serviços e durante sua execução, a apresentação de documentos e comprovantes relativos às condições de segurança e capacitações legalmente exigíveis.
13.3.3. Verificada situação que represente risco à integridade dos trabalhadores, servidores municipais ou terceiros, a fiscalização poderá determinar a imediata paralisação da atividade até que sejam restabelecidas as condições adequadas de segurança, sem prejuízo das demais providências administrativas cabíveis.
13.4. O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
13.5 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.
13.6. Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E LEI LGPD
14.1 Partes, se obrigam a manter o mais absoluto sigilo com a relação à toda e qualquer informação a que tiverem acesso sobre os dados do contrato;
14.2 Para fins deste acordo, serão consideradas confidenciais todas as informações, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou quaisquer outros e de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando a: know-how, design, especificações técnicas, mídias, contratos, planos de negócios, propostas comerciais, processos, nome de cliente, financeiras, comerciais, dentre outros;
14.3 Este termo de confidencialidade é firmado com o intuito de evitar a divulgação e utilização não autorizada das informações confidenciais trocadas entre as PARTES por ocasião da realização.
14.4 CONTRATADA e a CONTRATANTE, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta;
14.5 Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
15.1 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.2. Reserva-se o pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.
15.3 O Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.
15.4 É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.
15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
15.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
15.7 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
15.8 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
15.9 Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
15.10 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
15.11. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
15.12. As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelo pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
15.13 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro, 15 de outubro de 2026.

Município De Fernandes Pinheiro
OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

MADRIMAR MADEIRAS LTDA
Contratada

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:B7FCF1AB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 10.023/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 297.125,40 (duzentos e noventa e sete mil e cento e vinte e cinco reais e quarenta centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2030-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$58.500,00
00494.00494.09.02.06.20.1.600.0000 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	58.500,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2030-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$1.500,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	1.500,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2040-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$1.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2051-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$172.279,47
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	172.279,47
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2051-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$19.728,19
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	19.728,19
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2051-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$27.535,10
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	27.535,10

13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.004 - DEPARTAMENTO DE EAD - ENSINO A DISTANCIA	
13.004.12.364.7.2050-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$2.490,41
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	2.490,41
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.004 - DEPARTAMENTO DE EAD - ENSINO A DISTANCIA	
13.004.12.364.7.2050-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$13.007,10
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	13.007,10
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.004 - DEPARTAMENTO DE EAD - ENSINO A DISTANCIA	
13.004.12.364.7.2050-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$1.085,13
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.085,13

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$58.500,00
00494.00494.09.02.06.20.1.600.0000 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	58.500,00
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.001.4.123.2.2022-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$219.542,76
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	219.542,76
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.304.6.2039-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	R$1.500,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	1.500,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.004 - DEPARTAMENTO DE EAD - ENSINO A DISTANCIA	
13.004.12.364.7.2050-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$2.085,13
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	2.085,13
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.004 - DEPARTAMENTO DE EAD - ENSINO A DISTANCIA	
13.004.12.364.7.2050-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$2.490,41
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	2.490,41
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.004 - DEPARTAMENTO DE EAD - ENSINO A DISTANCIA	
13.004.12.364.7.2050-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R$8.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.004 - DEPARTAMENTO DE EAD - ENSINO A DISTANCIA	
13.004.12.364.7.2050-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$5.007,10
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.007,10

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 15 de outubro de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Henrique de Rezende Salles
Código Identificador:5875A249

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

PROJUR
DECRETO Nº 484/2026 DATA: 15.10.2026 EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 1.499.835,64 (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE MIL, OITOCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS), ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE IGUA

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 2446 de 05 de Dezembro de 2025, bem como da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.499.835,64 (um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil, oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), na forma abaixo discriminada:

Órgão: 5 - Secretaria Municipal de Planejamento			
Unidade: 2 - Diretoria de Engenharia			
Ação: 2022 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENGENHARIA			
Funcional: 0004.0127.0005			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
247	33390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	505	115.000,00
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde			
Ação: 2060 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA			
Funcional: 0010.0301.0010			

Ref.	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor (R$)
943	33390140000 - Diárias - civil	424	93.000,00
952	33390300000 - Material de consumo	424	200.000,00
962	33390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	424	45.000,00
967	33390370000 - Locação de mão-de-obra	424	100.000,00
Ação: 2063 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSÓRCIOS - CISCOPAR E CONSAMU			
Funcional: 0010.0302.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1031	33171700000 - Rateio pela participação em consórcio público	303	100.000,00
1031	33171700000 - Rateio pela participação em consórcio público	303	90.000,00
1042	33371700000 - Rateio pela participação em consórcio público	303	35.160,40
1042	33371700000 - Rateio pela participação em consórcio público	303	10.000,00
1056	33372390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	413	59.175,24
1056	33372390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	413	20.000,00
Ação: 2065 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR			
Funcional: 0010.0302.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1095	33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	303	400.000,00
Ação: 2066 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE			
Funcional: 0010.0302.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1110	33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	303	24.000,00
Ação: 2068 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA			
Funcional: 0010.0303.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1838	33390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	435	500,00
Ação: 2070 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE VIGILANCIA AMBIENTAL E CONTROLE DE ZOONOSES			
Funcional: 0010.0304.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1179	33390300000 - Material de consumo	505	8.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social			
Ação: 2072 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA GESTÃO SUAS			
Funcional: 0008.0122.0017			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1258	33190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	0	20.000,00
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente			
Unidade: 2 - Diretoria de Obras			
Ação: 2091 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMAIN			
Funcional: 0004.0122.0018			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1511	33190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	0	20.000,00
Unidade: 4 - Diretoria de Meio Ambiente			
Ação: 2080 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA COLETA SELETIVA			
Funcional: 0017.0512.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1554	33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	85.000,00
Unidade: 6 - Diretoria de Agropecuária			
Ação: 2090 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORIPA - CONS. INT. P/ A CONSERV.			
Funcional: 0020.0606.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1627	33371700000 - Rateio pela participação em consórcio público	505	75.000,00
Valor Total:			**1.499.835,64**

Art. 2° Os recursos necessários para cobertura e execução do crédito adicional suplementar aberto pelo artigo 1º, serão constituídos por intermédio de recursos de anulação dotação orçamentária de receitas oriundas do exercício de 2026, na forma abaixo discriminada:

Órgão: 5 - Secretaria Municipal de Planejamento			
Unidade: 1 - Diretoria de Planejamento			
Ação: 2021 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO			
Funcional: 0004.0127.0005			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
223	3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	115.000,00
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde			
Ação: 2060 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA			
Funcional: 0010.0301.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
926	3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	303	559.160,40
966	3390370000 - Locação de mão-de-obra	413	39.175,24
929	3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	424	438.000,00
Ação: 2063 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSÓRCIOS - CISCOPAR E CONSAMU			
Funcional: 0010.0302.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1047	3372300000 - Material de consumo	303	100.000,00
Ação: 2065 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR			
Funcional: 0010.0302.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1097	3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	413	40.000,00
Ação: 2068 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA			
Funcional: 0010.0303.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1136	3390300000 - Material de consumo	435	500,00
Ação: 2070 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE VIGILANCIA AMBIENTAL E CONTROLE DE ZOONOSES			
Funcional: 0010.0304.0010			

Ref.	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor (R$)
1186	4490520000 - Equipamentos e material permanente	505	5.000,00
Ação: 2077 - QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA			
Funcional: 0010.0304.0018			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1233	3390300000 - Material de consumo	505	2.000,00
1235	3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	505	1.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social			
Unidade: 3 - Fundo Municipal dos direitos do Idoso			
Ação: 2119 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PESSOA IDOSA			
Funcional: 0008.0245.0019			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1405	3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0	20.000,00
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente			
Unidade: 4 - Diretoria de Meio Ambiente			
Ação: 2085 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MEIO AMBIENTE			
Funcional: 0018.0541.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1570	4490520000 - Equipamentos e material permanente	505	125.000,00
Ação: 2086 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO			
Funcional: 0017.0512.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1577	4490520000 - Equipamentos e material permanente	0	20.000,00
Unidade: 6 - Diretoria de Agropecuária			
Ação: 2090 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORIPA - CONS. INT. P/ A CONSERV.			
Funcional: 0020.0606.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1628	4471700000 - Rateio pela participação em consórcio público	505	35.000,00
Valor Total:			**1.499.835,64**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:406D341D

PROJUR

DECRETO Nº 485/2026 DATA: 15.10.2026 EMENTA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 657.591,67 (SEISCENTOS E CINQUENTA E SETE MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E UM REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS) POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.DECRETO Nº

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 2446 de 05 de Dezembro de 2025, bem como da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R$ 657.591,67 (seiscentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e noventa e um reais e sessenta e sete centavos)por excesso de arrecadação, na forma abaixo discriminada:

Órgão: 3 - Secretaria Municipal de Segurança Pública e Transito			
Unidade: 1 - Diretoria de Transito			
Ação: 2012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE TRÂNSITO			
Funcional: 0006.0181.0003			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
121	33390300000 - Material de consumo	509	45.000,00
121	33390300000 - Material de consumo	509	55.000,00
128	34490520000 - Equipamentos e material permanente	509	65.000,00
1822	33390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	509	93.000,00
Ação: 2014 - QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA DIRETORIA DE TRÂNSITO			
Funcional: 0006.0128.0018			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1877	33390140000 - Diárias - civil	509	6.000,00
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saude			
Ação: 2060 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA			
Funcional: 0010.0301.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
987	34490520000 - Equipamentos e material permanente	304	341.607,36
Ação: 2061 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE ODONTOLOGIA			
Funcional: 0010.0301.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1830	33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	494	271,29
1872	34490520000 - Equipamentos e material permanente	304	9.796,00
Ação: 2068 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA			
Funcional: 0010.0303.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1834	33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	437	8.511,57
1837	33390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	436	16.483,00

1838	33390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	435	16.520,80
Ação: 2070 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE VIGILANCIA AMBIENTAL E CONTROLE DE ZOONOSES			
Funcional: 0010.0304.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1840	34490520000 - Equipamentos e material permanente	343	401,65
Valor Total:			**657.591,67**

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura e execução do crédito suplementar aberto pelo artigo 1º, serão constituídos por intermédio de recursos de excesso de arrecadação de receitas oriundas do exercício de 2026, na forma abaixo discriminada:

Vínculo	**Valor (R$)**
304 - Receitas de Alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros	351.403,36
343 - REPASSE, PROG. DE QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE VIG. EM SAÚDE- VIGIASUS	401,65
435 - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Primária em Saúde - APS	16.520,80
436 - APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS NO SUS	16.483,00
437 - ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS	8.511,57
494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	271,29
509 - Gerenciamento do Transito	264.000,00
Valor Total:	**657.591,67**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor após sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, 15 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:DF453513

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO N.º 207/2026

Prefeitura Municipal de Iguaraçu
Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Fone: 44 3248-1222 - CEP: 86.750-000
CNPJ (MF): 75.772.525/0001-44 IGUARACU/PR
DECRETO N.º 207/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IGUARACU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 42/2025, de 23 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 140.000,00, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias

Suplementação(ões)	
Órgão - 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	
Unidade - 05001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
Funcional - 04.121.0004.2010000 - MANUTENÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL	
Despesa - 101 - 339039 - 00000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
Órgão - 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Funcional - 27.812.0014.2064000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NO MUNICIPIO	
Despesa - 306 - 339030 - 00000 - MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
Órgão - 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 10001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Funcional - 12.361.0006.2026000 - MANUTENÇÃO A DIVISÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
Despesa - 405 - 339030 - 00103 - MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	140.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4320/64

Redução(ões)	
Órgão - 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
Unidade - 04001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTABILIDADE	
Funcional - 28.843.0003.0002000 - Amortização e Encargos da Dívida Fundada Interna	
Despesa - 58 - 329021 - 00000 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	10.000,00
Órgão - 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
Unidade - 04001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTABILIDADE	
Funcional - 28.843.0003.0002000 - Amortização e Encargos da Dívida Fundada Interna	
Despesa - 59 - 469071 - 00000 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	25.000,00
Órgão - 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LOGISTICA	
Unidade - 08001 - DEPARTAMENTO DE MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	

Funcional - 15.452.0013.2033000 - REFORNMA, MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO PRÓPRIOS MUNICIPAIS	
Despesa - 273 - 449052 - 00000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
Órgão - 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Unidade - 09001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Funcional - 27.812.0014.2063000 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
Despesa - 295 - 319011 - 00000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	17.000,00
Órgão - 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Unidade - 09001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Funcional - 27.812.0014.2063000 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
Despesa - 298 - 319094 - 00000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.000,00
Órgão - 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Unidade - 09001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Funcional - 27.812.0014.2063000 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
Despesa - 304 - 339047 - 00000 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.000,00
Órgão - 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Unidade - 09001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Funcional - 27.812.0014.2064000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NO MUNICIPIO	
Despesa - 310 - 339047 - 00000 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.000,00
Órgão - 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Unidade - 09001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Funcional - 27.812.0014.2064000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NO MUNICIPIO	
Despesa - 311 - 339048 - 00000 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15.000,00
Órgão - 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 10001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Funcional - 12.365.0008.2022000 - MANUTENÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL	
Despesa - 322 - 319011 - 00103 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	40.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES =>	140.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de IGUARACU/PR, em 15 de outubro de 2026

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:C3E8C4ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
02º EDITAL DE CONVOCAÇÃO ESTAGIARIOS PSS Nº 02/2026

02º EDITAL DE CONVOCAÇÃO ESTAGIARIOS PSS Nº 02/2026

A Secretária Municipal de Saúde do município de Inácio Martins, convoca os candidatos classificados abaixo relacionados inscritos no Processo Seletivo Público de Estagiários:

CÓDIGO / VAGA: GR05 – Técnico – Saúde (Enfermagem)

Class.	Nome do Candidato	Protocolo	Port.	Mat.	Inf.	CG	Total	Situação	Obs.
1º	Amanda Pinto Rocha	001688	20	16	8	6	50	**CLASSIFICADO**	
2º	Luciane de Campos	001747	24	8	4	2	38	**CLASSIFICADO**	

N

CÓDIGO / VAGA: GR14 – Administração / Gestão Pública

Class.	Nome do Candidato	Protocolo	Port.	Mat.	Inf.	CG	Total	Situação	Obs.
1º	Inayara Cassiane Rocha	001875	20	28	4	6	58	**CLASSIFICADO**	

ERMAGEM G9

CÓDIGO / VAGA: GR17 – Tecnologia da Informação

Class.	Nome do Candidato	Protocolo	Port.	Mat.	Inf.	CG	Total	Situação	Obs.
1º	Hiago Galvão	001793	28	40	8	4	80	**CLASSIFICADO**	

– ENFERMAGEM

CÓDIGO / VAGA: GR24 – Psicologia

Class.	Nome do Candidato	Protocolo	Port.	Mat.	Inf.	CG	Total	Situação	Obs.
1º	Paula Mariana Schroeder	001556	20	20	6	6	52	**CLASSIFICADO**	

Os candidatos convocados deveram manifestar o interesse ou não a vaga de estagio nos 03 (três) dias úteis subsequentes à data da publicação no Diário Oficial, sendo considerado desistente após este prazo.
Inácio Martins/PR, 15 de outubro de 2026.

SILVANE DO CARMO GAVRONSKI
Secretária Municipal de Saúde
Portaria 142/2026

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:233D5B86

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2026

O Prefeito Municipal de INÁCIO MARTINS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no Artigo 37, inciso II e seg. da Constituição Federal e Artigo 54, da Lei Orgânica do Município de Inácio Martins,

RESOLVE

CONVOCAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS PARA SE APRESENTAREM NO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE INACIO MARTINS NO PRAZO E CONDIÇOES PARA INVESTIDURA NOS TERMOS ESTABELECIDO NO EDITAL DE CONCURSO PUBLICO Nº 01/2023, ATENDENDO AOS SEGUINTES REQUISITOS, DEVIDAMENTE COMPROVADOS:

1. REQUISITOS PARA POSSE NO CARGO
1.1 São requisitos básicos para o ingresso no quadro de servidores:
a) ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;
b) ter completado 18 (dezoito) anos, documento oficial de RG e CPF;
c) estar em pleno exercício dos direitos políticos;
d) ser julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo, em inspeção médica oficial, determinada pela Prefeitura.
e) possuir a escolaridade exigida e demais requisitos para o exercício do cargo;
f) declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
g) a quitação com as obrigações eleitorais e militares;
h) não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo público, atestado por declaração assinada pelo candidato;
i) ter sido aprovado no Concurso Público;
j) atender às demais exigências contidas neste Edital.
k) não estar aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVI, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da Constituição Federal.
l) não estar condenado por sentença criminal transitada em julgado e não cumprida, atestada por Certidão Negativa de antecedentes criminais, sem ressalvas, expedido pelo Cartório criminal.
m) estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, quando for o caso;
2. Os requisitos acima deverão ser comprovados pelo candidato, se aprovado e convocado para tomar posse do cargo;
3. Exames Laboratoriais (por conta do nomeado – validade até 30 dias):
a) - Hemograma completo;
b) - Parcial de Urina;
c) - Glicemia em jejum;
d) - Colesterol Total e HDL;
e) - Triglicerídeos;
f) - Raio X do Tórax com Laudo.
g) – Parecer Psiquiátrico;
4. Avaliações Clínicas:
a) oftalmológica;
b) avaliação ortopédica
5. Candidata gestante não realizará o exame de Raio-X do Tórax. Entretanto, deverá entregar atestado de seu médico, informando o tempo de gestação em que se encontra.
6. De posse dos exames e avaliações mencionados no item 1 deste Edital, o candidato deve dirigir-se ao setor de Recursos Humanos para retirar a solicitação para serem submetidos a avalição do Médico
do Trabalho, o qual emitirá Atestado de Saúde Ocupacional Admissional, declarando estar o candidato APTO ou INAPTO para a função pública.
7**.** O candidato convocado para admissão que, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data de convocação, não apresentar a documentação necessária à admissão, será considerado desistente, implicando sua eliminação definitiva e convocação do candidato imediatamente classificado.

CONTADOR								
INSC.	**NOME**	**D.NASC.**	**LP**	**MAT**	**CG**	**CE**	**PE**	**CLASSIF.**
296340	RAFAEL FREITAS MACHADO	07/05/1990	7,50	12,50	6,00	44,00	**70,00**	5º

Inácio Martins, 15 de outubro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:E9FBD42D

GOVERNO MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO Nº 009/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO Nº 009/2026
Objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS E AFINS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.** Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ nº 76.178.029/0001-20. Contratada**: BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA-** CNPJ n° 25.027.024/0001-65. Valor Contratual: de R$ 11.116,00 (Onze Mil, Cento e Dezesseis Reais), referente aos itens abaixo:

Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
066	SMART TV smart tv descrição: smart tv led digital 42' polegadas mínimas full hd, hdmi e usb com ótima	AOC	UN	7,00	1.588,00	11.116,00

	resolução. dimensões aproximadas com base: - altura: 60 cm - largura: 94.4 cm - profundidade: 21.4 cm dimensões aproximadas sem base: - altura: 55.5 cm . profundidade: 7.8 cm peso: 8.5 kg itens incluso: smart tv led, controle remoto, pilhas, cabo de força, manual impresso em português. garantia 1 ano. largura: 94.4 cm -					

Relacionados. Prazo de Execução e Vigência 11 meses: 14/10/2026 até 09/09/2027. Assinatura:14/10/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:032D494B

GOVERNO MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026
Objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E AFINS.** Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ nº 76.178.029/0001-20. Contratada**: BRASFERMA LTDA** - CNPJ n° 00.503.644/0001-00. Valor Contratual: de **R$ 10.272,00 (Dez Mil, Duzentos e Setenta e dois reais),** referente aos itens abaixo:

Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
014	Chave de impacto pneumática 3/4" 180 a 200 kgfm	Potente	UN	8,00	1.284,00	10.272,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026
Contratada**: CONSTRUBRAL CONSTRUÇÕES LTDA** – CNPJ n° 60.440.703/0001-62. Valor Contratual: de **R$ 486.376,06 (Quatrocentos e Oitenta e Seis Mil, Trezentos e Setenta e Seis Reais e Seis Centavos),** referente aos itens abaixo:

Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
001	Alicate Bico Meia-Cana Reto 6"	PROPRIA	UN	11,00	17,00	187,00
002	Alicate de Bico Meia-Cana Curvo	PROPRIA	UN	7,00	28,00	196,00
003	Alicate de pressão 10" ou 12"	PROPRIA	UN	11,00	28,00	308,00
004	Alicate Rebitador manual tipo Alavanca com reservatório indicado para aplicação de rebites, acompanha 3 bicos nos tamanhos 1/8, 5/32, 3/16.	PROPRIA	UN	5,00	70,00	350,00
005	Alicate Rebitador Profissional Com 4 Bicos	PROPRIA	UN	5,00	37,00	185,00
006	Alicate Torquês Armador 12"	PROPRIA	UN	11,00	27,00	297,00
007	Alicate Universal 8" Eletricista, Profissional, 1.000 V.	PROPRIA	UN	13,00	35,00	455,00
008	AREIA MÉDIA	PROPRIA	M³	420,00	145,00	60.900,00
009	Aspirador Industrial de Pó e Líquidos 2 motores 70L 2400W 220V	PROPRIA	UN	5,00	1.500,00	7.500,00
010	Cabo De Madeira Para Enxada 1,50 Metros C/ Corte Cunha	PROPRIA	UN	30,00	20,00	600,00
012	Cabo Para Picareta Chibanca 95cm	PROPRIA	UN	9,00	20,00	180,00
015	Chave Grifo 18'	PROPRIA	UN	11,00	49,90	548,90
017	COLUNA ARMADA 1/4 COM 6MTS	PROPRIA	UN	190,00	79,00	15.010,00
019	COLUNA ARMADA FERRO 3/8X6,00 METROS DE COMPRIMENTO	PROPRIA	UN	260,00	135,00	35.100,00
021	Enxada 1.5 com Cabo	PROPRIA	UN	15,00	34,90	523,50
025	Grelha em concreto armada para boca de lobo 0,50cm x1,00mt	PROPRIA	UN	208,00	92,27	19.192,16
030	Jogo de chaves combinadas de 6 a 32mm com 24 peças.	PROPRIA	JG	10,00	348,00	3.480,00
041	Pá de Bico Cabo de Madeira Reto 120 Cm	PROPRIA	UN	7,00	45,00	315,00
042	PALANQUE ALAMBRADO EM CONCRETO 0,10X0,10X3,00 METROS COMPRIMENTO	PROPRIA	UN	750,00	89,96	67.470,00
043	Palanque pre-moldado H em concreto 0,10x0,10 cm x 0,40 comprimento	PROPRIA	UN	90,00	22,33	2.009,70
044	Palanque pre-moldado H em concreto 0,10x0,10 cm x 1,50 comprimento	PROPRIA	UN	70,00	42,51	2.975,70
045	Palanque pre-moldado H em concreto 0,10x0,10 cm x 2,00 comprimento	PROPRIA	UN	450,00	53,41	24.034,50
046	Palanque pre-moldado H em concreto 0,10x0,10 cm x 2,50 comprimento	PROPRIA	UN	450,00	57,27	25.771,50
047	Palanque pre-moldado H em concreto 0,10x0,10 cm x 3,00 comprimento	PROPRIA	UN	450,00	67,08	30.186,00
049	Palanque pre-moldado T em concreto 0,10x0,10 cm x 2,00 comprimento	PROPRIA	UN	80,00	53,51	4.280,80
050	Palanque pre-moldado T em concreto 0,10x0,10 cm x 2,50 comprimento	PROPRIA	UN	80,00	57,35	4.588,00
051	Palanque pre-moldado T em concreto 0,10x0,10 cm x 3,00 comprimento	PROPRIA	UN	240,00	67,08	16.099,20
052	Palanque pre-moldado T em concreto 0,10x0,10 cm x 3,70 comprimento	PROPRIA	UN	70,00	123,23	8.626,10
055	PEDRA BRITA N° 01	PROPRIA	M³	360,00	129,90	46.764,00
056	Perfurador de Solo a Gasolina 2,5HP com Brocas 80x10, 80x15, 80x30	PROPRIA	UN	5,00	800,00	4.000,00
057	Picareta Alvião com Cabo 90cM	PROPRIA	UN	8,00	60,00	480,00
058	PLACA PRÉ MOLDADA 0,40X0,90 CM	PROPRIA	UN	320,00	14,00	4.480,00
059	PLACA PRÉ MOLDADA EM CONCRETO 0,50X0,90 CM	PROPRIA	UN	2.320,00	14,50	33.640,00
060	PLACA PRÉ MOLDADA EM CONCRETO 0,50X1,90 CM	PROPRIA	UN	480,00	56,50	27.120,00
061	PO DE PEDRA	PROPRIA	M³	240,00	140,00	33.600,00
067	Tampa para caixa de gordura 0,60x,40 cm	PROPRIA	UN	90,00	54,70	4.923,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026
Contratada**: DX DISTRIBUIDORA LTDA** – CNPJ n° 51.499.082/0001-00. Valor Contratual: de **R$ 11.934,50 (Onze Mil, Novecentos e Trinta e Quatro Reais e Cinquenta Centavos),** referente aos itens abaixo:

Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
026	Jogo Chave De Fenda e Phillips: Com 6 und Phillips e 6 und fenda, uso Profissional. Conjunto com 12 peças.	Própria	JG	12,00	70,00	840,00
027	Jogo de Chave Torx Tipo L 10 Peças.	Própria	JG	7,00	30,00	210,00
028	Jogo de Chaves Allen 1/16 a 3/8 abaulada. Jogo com 12 Peças .	Própria	JG	7,00	35,00	245,00
029	Jogo de chaves combinadas 8 mm a 24 mm, com catraca, com 16 peças.	Própria	JG	10,00	539,00	5.390,00
064	Serra Circular 2200W 220/110 V	Própria	UN	5,00	649,90	3.249,50
065	Serra Marmore 125MM 220/110 V 1500W	Própria	UN	5,00	400,00	2.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026
Contratada**: FERRO FORTE PARAFUSOS E FERRAMENTAS LTDA** – CNPJ n° 05.110.947/0001-79. Valor Contratual: de **R$ 4.761,70 (Quatro Mil, Setecentos e Sessenta e Um Reais e Setenta Centavos),** referente aos itens abaixo:

Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
013	Caixa Sanfonada para Ferramentas com 7 gavetas e Alças Fixas. Material de ferro, medidas aprox: comprimento 500mm, largura 200mm, altura 250mm, peso 4,5kg.	MARCON	UN	8,00	179,90	1.439,20
033	Kit Catraca e Cinta Amarração 50mm 3ton 9mt	MAVE	KT	15,00	58,90	883,50
034	Kit Cinta Catraca Amarração 100mm 9,5m 10.000Kg	MAVE	KT	10,00	243,90	2.439,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026
Contratada**: INFANTARIA COMERCIAL LTDA** – CNPJ n° 20.795.155/0001-79. Valor Contratual: de **R$ 10.350,20 (Dez Mil, Trezentos e Cinquenta Reais e Vinte Centavos),** referente aos itens abaixo:

Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
062	Prego 25x72 c/ Cabeça Polido - 1kg	inprel	KG	547,00	16,34	8.937,98
063	Pulverizador Costal Elétrico à Bateria E Manual 20 Lt.	intech	UN	7,00	142,56	997,92
068	Vassoura Jardinagem de Arame de Aço com 22 Dentes	vonder	UN	15,00	27,62	414,30

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026
Contratada**: LAST MOON EQUIPAMENTOS LTDA** – CNPJ n° 55.913.536/0001-90. Valor Contratual: de **R$ 9.960,00 (Nove Mil, Novecentos e Sessenta Reais),** referente aos itens abaixo:

Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
022	Esmerilhadeira 7" 2200W 220V	KRAW	UN	7,00	726,00	5.082,00
053	Parafusadeira/ furadeira de impacto 1/2" com 2 baterias 20V carregador bivolt.	HANABI	UN	9,00	542,00	4.878,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026
Contratada**: LORENA RAMOS FIGUEIREDO ISALBERTI** – CNPJ n° 53.088.755/0001-56. Valor Contratual: de **R$ 9.710,00 (Nove Mil, Setecentos e Dez Reais),** referente aos itens abaixo:

Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
023	Esmerilhadeira Angular de 4 ½' 850W	ECOSEN	UN	6,00	231,00	1.386,00
024	Furadeira de Impacto 1/2 800W 220/110 V com Maleta	kNAKASAKI	UN	6,00	289,00	1.734,00
031	Jogo de soquetes estriados encaixe 3/4", 22 mm a 50 mm. Embalagem com 14 peças.	MEANTON	JG	10,00	659,00	6.590,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026
Contratada**: MAGNATOOLS COMECIO E SERVIÇOS LTDA**– CNPJ n° 54.759.563/0001-05. Valor Contratual: de **R$ 7.881,00 (Sete Mil, Oitocentos e Oitenta e Um Reais),** referente aos itens abaixo:

Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
035	Máquina de solda Inversora TIG 200A Industrial, automática, bivolt, indicada para soldar eletrodo revestido, principalmente 6013,7018.	COBAN	UN	6,00	706,00	4.236,00
038	Martelete Perfurador Rompedor 820w 220/110 V	FASTERR	UN	5,00	441,00	2.205,00
066	Serra tico tico 750 w 220/110 V	STBON	UN	5,00	288,00	1.440,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026
Contratada**: ROSA CAFÉ IMPORTS LTDA** – CNPJ n° 04.631.956/0001-42. Valor Contratual: de **R$ 101.990,50 (Cento e Um Mil, Novecentos e Noventa Reais e Cinquenta Centavos),** referente aos itens abaixo:

Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
032	Jogo soquetes 08mm a 32mm. Jogo com 22 peças.	CBC	JG	10,00	270,00	2.700,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026
Contratada**: STELF MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA** - CNPJ n° 06.083.020/0001-50. Valor Contratual: de **R$ 115.911,15 (Cento e Quinze Mil, Novecentos e Onze Reais e Quinze Centavos),** referente aos itens abaixo:

Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
011	Cabo de Madeira para Pá cortadeira com 1.50 Mt.	MONFORT	UN	27,00	24,50	661,50
016	Chave Inglesa Boca Ajustável 15'	VILA	UN	11,00	96,00	1.056,00
018	COLUNA ARMADA 5/16 COM 6 MTS	GUERDAL	UN	200,00	72,00	14.400,00
020	COLUNA TRELIÇA FERRO 4,2X 6 METROS	GUERDAL	UN	212,00	32,00	6.784,00
036	Marreta Oitavada 1.5 Kg com Cabo	TRAMONTINA	UN	13,00	52,00	676,00
037	Marreta Oitavada 2.0 Kg Com Cabo	TRAMONTINA	UN	17,00	68,00	1.156,00
039	Martelo Unha com Cabo de Fibra 29mm	ATOPY	UN	20,00	40,00	800,00
040	Pá Cortadeira Vanga de Bico com Cabo Reto	PANDOLFO	UN	17,00	41,00	697,00
048	Palanque pre-moldado H em concreto 0,10x0,10 cm x 3,70 comprimento	EUZEBIO	UN	390,00	109,00	42.510,00
054	PEDRA BRITA (PEDRISCO)	JORDÃO	M³	250,00	133,00	33.250,00

Relacionados. Prazo de Execução e Vigência 12 meses: 13/10/226 até 14/10/2027. Assinatura: 13/10/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:3AC192CB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

PROCURADORIA
EDITAL Nº 001.16/2026 – 12ª CONVOCAÇÃO

Irati, 16 de outubro de 2026.

A Prefeitura Municipal de Irati-PR, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, considerando as Leis Municipais nº 1.243 , 4.614 e 4.137, que tratam da contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como os Decretos Municipais nº 003/2026, que autoriza a realização do Processo Seletivo Simplicado e Decreto Municipal nº 002/2026 que institui a Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Presidente: Francieli Dwulatka; Menbros Gerson Arnold e Julio Alberto Bacil Rodrigues) publicados no Diário Oficial do Município em 06/01/2026, Edição 3441, **TORNA PÚBLICO a décima segunda convocação dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado – PSS/SMASDH visando a contratação temporária de profissionais de nível médio e superior, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em Regime Especial de Contratação, de acordo com as normas instituídas no Edital nº 001.1/2026, para que se apresente a Secretaria Municipal de Assistência Social, situado na Rua Doutor Correia, nº 471, Centro, até o dia 21 de outubro de 2026, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 apresentando os seguintes documentos, conforme disposto no item 8. do edital e relacionados abaixo.**

Cuidador(a) Social							
Nº	**CANDIDATO**	**Grupo I (100)**	**Grupo II (100)**	**Grupo III (50)**	**Grupo IV (250)**	**TOTAL**	**Classif.**
070	MARIA EDUARDA KANESKE DE SOUZA	0	100	0	0	100	63
095	VALDERESA CHAVES SOARES	15	80	0	0	95	64

Conforme disposto no item 8.3 para o exercício da Função Pública obrigatoriamente o candidato convocado deverá entregar os seguintes documentos:
a) Cópia do número da inscrição com uma foto 3x4;
b) Carteira de Identidade – RG (cópia);
c) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal - CPF (cópia);
d) PIS ou PASEP – se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar o cartão cidadão (cópia);
e) Carteira de Trabalho (CTPS) física, contendo número, série e dados pessoais (cópia) ou se digital, contendo os dados pessoais (cópia). Caso o candidato ainda não possua, deverá providenciá-la até a data da entrega dos documentos comprobatórios;
f) Título de Eleitor (cópia);
g) Certidão de quitação eleitoral, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, no site: www.tse.jus.br (original);
h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino (cópia);
i) Certidão de Casamento (se couber, cópia);
j) Certidão de Divórcio (se couber, cópia);
k) Comprovante de endereço atual (cópia);
l) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é titular de cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual, Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do artigo 37, da Constituição Federal;
m) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é aposentado em cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, § 10, do artigo 37, e bem como § 6º, do artigo 40, da Constituição Federal;
n) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);
o) Atestado Médico, expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM ou Registro do Ministério da Saúde - RMS, de que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para desempenhar a função de concorrência da vaga. Deve conter o nome, assinatura, carimbo com o número do CRM ou RMS do médico que forneceu o atestado de saúde, conforme ANEXO e ter prazo máximo de 90 (noventa) dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação (original);
p) Laudo médico se o candidato se inscreveu como Pessoa com Deficiência, se o candidato for inscrito como Pessoa com Deficiência deverá apresentar laudo médico com as informações conforme modelo do ANEXO II. O laudo médico comprovando a deficiência deverá ter prazo máximo de 120 dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação. Será de responsabilidade do candidato providenciar com antecedência o laudo médico a ser apresentado na reunião de convocação de apresentação de documentos comprobatórios;
q) Comprovação de escolaridade e formação exigida para o exercício da Função Pública deste Edital;
r) O cargo de Terapeuta Ocupacional deverá apresentar documento que comprove o número de registro ativo e regularidade no respectivo Conselho Profissional, conforme exigência legal da categoria;
s) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida pela Vara de Execução Penal - VEP em fóruns da Justiça Estadual do município que o candidato reside, expedida de até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação. O candidato deverá entregar o documento original com a devida validação.

A não entrega dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de quaisquer dos requisitos exigidos no Edital de Convocação ou daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente, impedirá a contratação do candidato implicando na sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado - PSS.

O candidato convocado que, por qualquer motivo, não se apresentar na data e horário estipulados será eliminado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para a referida função pública, não sendo permitido, o deslocamento para o final da lista classificatória em nenhuma situação.

FRANCIELI DWULATKA
Decreto nº 002/2026
Presidente do PSS

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:4B721122

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO, PENALIDADE E ADVERTÊNCIA DE 01 A 15 DE OUTUBRO DE 2026.

276070 PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 23/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
FZP7E55	116100T003249608	24/09/2026	54521

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 23/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ACW0A79	276070T000019246	30/09/2026	76331

AFR2G00	276070T000019710	29/09/2026	51851
AGV1D61	276070T000016884	29/09/2026	51851
AHE9171	276070T000014242	25/09/2026	56060
AJC8B48	276070T000020055	01/10/2026	51851
AJH6075	276070T000019711	29/09/2026	51851
AJN7B79	276070T000019938	29/09/2026	57463
AKH3J03	276070T000014241	25/09/2026	60412
ANF0H45	276070T000014240	25/09/2026	60412
ANN9G37	276070T000020045	29/09/2026	51851
APS9F48	276070T000020054	01/10/2026	51851
APV7533	276070T000019936	24/09/2026	60501
AQE0F11	276070T000020039	24/09/2026	76332
ARN1C27	276070T000020031	22/09/2026	60174
ARY8504	116100T003997482	24/09/2026	54521
ASF3420	276070T000020034	24/09/2026	51851
ASV5042	276070T000020057	01/10/2026	51851
ASV6226	276070T000016885	29/09/2026	51851
ASZ4G03	276070T000019933	24/09/2026	55090
ATQ9196	276070T000020041	24/09/2026	76331
ATQ9196	276070T000020036	24/09/2026	51851
ATU8865	276070T000019705	24/09/2026	51851
ATW2799	276070T000020049	01/10/2026	51851
AUK6B79	276070T000017048	26/09/2026	51930
AUS9D73	276070T000020056	01/10/2026	51851
AUY4643	276070T000020052	01/10/2026	51851
AWG3703	276070T000019712	29/09/2026	51851
AWI6E51	276070T000014313	25/09/2026	55413
AXA5091	276070T000019707	29/09/2026	51851
AXG2B50	276070T000020040	24/09/2026	51851
AXM4D10	276070T000019932	24/09/2026	55412
AXY6D79	276070T000020046	29/09/2026	51851
AYB4I35	276070T000020058	01/10/2026	51851
AYT7A67	276070T000020032	22/09/2026	55411
AZF2340	276070T000014468	24/09/2026	76331
BAO9H92	276070T000019937	24/09/2026	55920
BBP1751	276070T000014243	01/10/2026	55413
BBX3115	276070T000016886	29/09/2026	73400
BCX8C71	276070T000019708	29/09/2026	76331
BDX7F52	276070T000020043	29/09/2026	51851
BEC0I63	276070T000014239	25/09/2026	73662
BEF6D84	276070T000020038	24/09/2026	76331
BEV1807	116100T003997481	24/09/2026	54521
ELU9C62	276070T000020029	22/09/2026	73232
EMJ6F12	276070T000020059	01/10/2026	51851
EPU9252	276070T000020035	24/09/2026	51851
FCS7H40	276070T000020048	29/09/2026	51930
MAH8F22	276070T000020060	01/10/2026	51851
MBU7H75	276070T000019713	29/09/2026	76331
MCP5D34	276070T000020037	24/09/2026	76331
MGR3369	276070T000019248	30/09/2026	76331
MHU2H29	276070T000019714	30/09/2026	51852
NXY1040	276070T000014238	25/09/2026	51930
PPC4H81	276070T000019243	28/09/2026	55920
PXR6C51	276070T000020033	24/09/2026	76331
QIR5J66	276070T000020051	01/10/2026	51851
QUZ1F59	276070T000020044	29/09/2026	51851
RAE8H72	276070T000020042	25/09/2026	51851
RHM8G91	276070T000019247	30/09/2026	76331
RHN8D75	276070T000019935	24/09/2026	57463
SES0G00	276070T000020050	01/10/2026	76331
SET5C52	276070T000020047	29/09/2026	76252
SFF2B33	276070T000020030	22/09/2026	73232
SFF3C73	276070T000020053	01/10/2026	76332
SFM2E19	276070T000019709	29/09/2026	51851
TBA6B12	276070T000019934	24/09/2026	55412
TBL3G13	276070T000019706	24/09/2026	51851
UBA5B01	276070T000019244	30/09/2026	76331
UBM6F23	276070T000019245	28/09/2026	76251

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 23/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ARU5A55	276070NIC0004406	07/07/2026	50020	R$ 390.46
AUG7B36	276070NIC0004405	07/07/2026	50020	R$ 390.46

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 23/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ALF2F99	116100T002547100	27/09/2026	54100
AOO0114	116100T002547094	27/09/2026	54100
AOY6E45	116100T002547083	26/09/2026	55500
AQU3F65	116100T002547097	27/09/2026	54100

ASM5G79	116100T003734851	27/09/2026	54100
AUO7C45	116100T002547086	26/09/2026	55500
AVA2B77	116100T002547082	26/09/2026	55500
BBD5A12	116100T002547087	26/09/2026	55500
BBI2B19	116100T002547085	26/09/2026	55500
BDQ4I19	116100T002547096	27/09/2026	54100
CRO5H30	116100T003734853	27/09/2026	54100
CVM7C48	116100T002547084	26/09/2026	55500
DBS1J74	116100T002547088	26/09/2026	55500
EGS4D35	116100T002547081	26/09/2026	55500
MHP6C98	116100T002547091	27/09/2026	54521
MKE8D60	116100T002547080	26/09/2026	55500
ORY1J78	116100T003997496	26/09/2026	54521
QFB4A98	116100T003734852	27/09/2026	54100
RNL9B57	116100T002547095	27/09/2026	54100
RNY0E03	116100T002547099	27/09/2026	54100
TAM3A58	116100T002547098	27/09/2026	54100
TAP6H13	116100T002547093	27/09/2026	54100

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 23/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AHL8C82	116100T001574695	23/07/2026	54521	R$ 195.23

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 23/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AYP1E66	276070NIC0004487	15/09/2026	50020
DJE4247	276070NIC0004485	15/09/2026	50020
MGZ8B93	276070NIC0004488	15/09/2026	50020
RHK8B45	276070NIC0004484	15/09/2026	50020
RHY9J76	276070NIC0004481	15/09/2026	50020
RLM0J04	276070NIC0004491	15/09/2026	50020
SEN6J32	276070NIC0004489	15/09/2026	50020
TAL1E70	276070NIC0004483	15/09/2026	50020
TBT8A55	276070NIC0004482	15/09/2026	50020
TJU0J85	276070NIC0004480	15/09/2026	50020
UCA8H18	276070NIC0004486	15/09/2026	50020
UDS2J80	276070NIC0004490	15/09/2026	50020

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 27/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ATL3B97	276070NIC0004413	14/07/2026	50020	R$ 586.94
AZW7073	276070NIC0004407	14/07/2026	50020	R$ 390.46
BAS4G87	276070NIC0004416	14/07/2026	50020	R$ 390.46
BCZ8G03	276070NIC0004415	14/07/2026	50020	R$ 586.94
BDG3C82	276070NIC0004410	14/07/2026	50020	R$ 586.94
PKB1C34	276070NIC0004412	14/07/2026	50020	R$ 586.94
RHA6C33	276070NIC0004414	14/07/2026	50020	R$ 260.32
RHS7C77	276070NIC0004411	14/07/2026	50020	R$ 260.32
RYI9D92	276070NIC0004418	14/07/2026	50020	R$ 586.94
SEN4G94	276070NIC0004417	14/07/2026	50020	R$ 586.94
SFM2A31	276070NIC0004409	14/07/2026	50020	R$ 260.32
TBS6C46	276070NIC0004408	14/07/2026	50020	R$ 586.94

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 30/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
BCX8J80	116100T001568846	01/10/2026	54600

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 30/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AHZ8D65	276070T000020077	02/10/2026	51930
AJV8A67	276070T000019601	09/10/2026	76331
AOT6J50	276070T000020065	02/10/2026	51851
AQC8C91	276070T000020062	01/10/2026	51851
AQT8C13	276070T000019250	03/10/2026	55417
ARR4G82	276070T000020068	02/10/2026	55412
AUF9A47	276070T000020063	01/10/2026	76331
AUN5792	276070T000017049	09/10/2026	51930
AUP5G48	276070T000020067	02/10/2026	51851

AVA1I22	276070T000020069	02/10/2026	54870
AVF2163	276070T000019715	02/10/2026	76331
AXG2G66	116100T004031687	02/10/2026	55417
AYT2051	276070T000020064	02/10/2026	51851
AZE6138	276070T000020061	01/10/2026	76331
BCR3J06	276070T000020074	02/10/2026	76331
BEG1807	276070T000019716	02/10/2026	55920
FWU5283	276070T000020070	02/10/2026	76251
IIA1A67	276070T000019249	03/10/2026	76251
MIU2G18	276070T000013857	02/10/2026	76251
MLA1920	276070T000020066	02/10/2026	51851
MLA1920	276070T000020072	02/10/2026	76331
SET9G53	276070T000019602	09/10/2026	57380
SFK0B24	276070T000020071	02/10/2026	60412
TAJ8A55	276070T000014469	07/10/2026	73662
TBD6I34	276070T000020073	02/10/2026	76332
TBE4F52	276070T000020076	02/10/2026	76331
UBP4A21	276070T000020075	02/10/2026	76331

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 30/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AKP3D17	116100T001432005	03/10/2026	54600
BAG9D95	116100T002113944	05/10/2026	55250
MBK3601	116100T004031688	02/10/2026	54600
MLA1920	116100T002554799	05/10/2026	55500

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 03/12/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AEH9252	276070T000019523	07/08/2026	51851	R$ 195.23
AFZ6169	276070T000019667	10/08/2026	51851	R$ 195.23
AHA7C76	276070T000019450	28/07/2026	76251	R$ 293.47
AHL1F76	276070T000019652	29/07/2026	55680	R$ 195.23
AID4184	276070T000019524	07/08/2026	51852	R$ 195.23
AJQ9C48	276070T000019516	29/07/2026	51851	R$ 195.23
AJR3J76	116100T003090470	01/08/2026	54521	R$ 195.23
AJV8A67	276070T000019518	29/07/2026	51851	R$ 195.23
AKD7188	276070T000019515	29/07/2026	51851	R$ 195.23
AKR1928	276070T000019212	28/07/2026	55090	R$ 130.16
AOQ6740	276070T000019662	31/07/2026	55412	R$ 195.23
AOS5D88	276070T000019520	29/07/2026	51851	R$ 195.23
APD5F19	276070T000016873	31/07/2026	50100	R$ 880.41
ARU8I81	276070T000019470	28/07/2026	55417	R$ 195.23
ASO5B84	276070T000017031	31/07/2026	57380	R$ 293.47
ASX2G97	276070T000019472	28/07/2026	55412	R$ 195.23
ATA8G07	276070T000019479	06/08/2026	55411	R$ 195.23
AUN4F87	276070T000017607	29/07/2026	73662	R$ 130.16
AVQ8168	276070T000019519	29/07/2026	51851	R$ 195.23
AYR6I62	276070T000019476	06/08/2026	76332	R$ 293.47
BBP5D11	276070T000019666	10/08/2026	55411	R$ 195.23
BCX8C71	276070T000019467	28/07/2026	76251	R$ 293.47
BDK7J63	116100T003090468	01/08/2026	54521	R$ 195.23
BEU2F50	276070T000019464	28/07/2026	54521	R$ 195.23
CYG8332	276070T000019656	30/07/2026	60412	R$ 195.23
DGO6G59	276070T000017032	03/08/2026	55411	R$ 195.23
DMM8J26	276070T000012736	01/08/2026	51930	R$ 293.47
IWJ5J13	276070T000019651	29/07/2026	55090	R$ 130.16
JDJ9F39	276070T000019522	07/08/2026	76331	R$ 293.47
KHU8A54	116100T003444110	01/08/2026	54521	R$ 195.23
MCQ8H15	276070T000019517	29/07/2026	51851	R$ 195.23
MDY3J21	276070T000019658	30/07/2026	54870	R$ 195.23
MGG3I49	276070T000019661	31/07/2026	60411	R$ 195.23
MJM9F09	116100T003090469	01/08/2026	54521	R$ 195.23
OWX6B74	276070T000019653	30/07/2026	76332	R$ 293.47
QHL1A80	276070T000019471	28/07/2026	55417	R$ 195.23
QIO4F31	276070T000019475	28/07/2026	55412	R$ 195.23
RHI6H89	276070T000019665	07/08/2026	76251	R$ 293.47
RTG7H99	276070T000017608	10/08/2026	76332	R$ 293.47
SEN2C21	276070T000019664	31/07/2026	56570	R$ 130.16
SEU8J49	276070T000019669	10/08/2026	57463	R$ 130.16
SFE2B70	276070T000019663	31/07/2026	55412	R$ 195.23
SXN5F15	276070T000019473	28/07/2026	55412	R$ 195.23
SXY3I97	276070T000019449	28/07/2026	55411	R$ 195.23
UBC7D01	276070T000019657	30/07/2026	60412	R$ 195.23

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 03/12/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação

ABL0557	**276070T000019213**	**28/07/2026**	**55090**	
ATM0916	**276070T000019474**	**28/07/2026**	**53800**	
AYR6I62	**276070T000019477**	**06/08/2026**	**56731**	
BDT9G39	**276070T000019478**	**06/08/2026**	**55090**	
BDY1D72	**276070T000007668**	**04/08/2026**	**54600**	**4063760204**
BTJ4718	**116100T003090471**	**01/08/2026**	**53800**	
RNY0E03	**116100T002365327**	**02/08/2026**	**55250**	

Publicado por:
Andrelli Cristina de Andrade
Código Identificador:8A35FB34

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 73/2026

Em cumprimento do dispositivo no Art. 11 da Lei nº 1532/2015 com alteração através da Lei 1.973/2023, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Wanderlei Campos Silva	*Operador de Máquina*	*Cornélio Procópio*	*13 e 14/10/2026*	*I Capacitação em Sustentabilidade e Mecanização Conservacionista*	*R$ 120,00*
Amarildo Rodrigues	*Operador de Máquina*	*Cornélio Procópio*	*13 e 14/10/2026*	*I Capacitação em Sustentabilidade e Mecanização Conservacionista*	*R$ 120,00*
José Weliton Ferreira Martins	*Operador de Máquina*	*Cornélio Procópio*	*13 e 14/10/2026*	*I Capacitação em Sustentabilidade e Mecanização Conservacionista*	*R$ 120,00*
Segio Guilherme Zamboni	*Motorista*	*Cornélio Procópio*	*13 e 14/10/2026*	*I Capacitação em Sustentabilidade e Mecanização Conservacionista*	*R$ 120,00*
Rafael de Almeida	*Motorista*	*Cornélio Procópio*	*13 e 14/10/2026*	*I Capacitação em Sustentabilidade e Mecanização Conservacionista*	*R$ 120,00*
Andre Tostes	*Sec de Agricultura*	*Cornélio Procópio*	*13 e 14/10/2026*	*I Capacitação em Sustentabilidade e Mecanização Conservacionista*	*R$ 205,00*
Alvaro Sanches Jorge	*Motorista*	*Arapongas*	*05, 06, 07, 08, 09, 10/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$360,00*
Cristian Guilherme Zamboni	*Motorista*	*Curitiba*	*09/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 200,00*
William Medeiros da Silva	*Motorista*	*Jacarezinho*	*10/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 60,00*
Marcos Roberto da Silva	*Motorista*	*Jacarezinho*	*07 e 09/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 120,00*
Rodrigo Aparecido Ramos	*Motorista*	*Apucarana*	*05/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 60,00*
Rodrigo Aparecido Ramos	*Motorista*	*Londrina*	*19, 20, 21, 22, 23/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Francisco Sanches Filho	*Motorista*	*Cornélio Procópio*	*19, 20, 21, 22, 23, 24/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 360,00*
Salvador Paulo Dias	*Motorista*	*Londrina*	*19, 20, 21, 22, 23/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Tiago Aparecido Borges	*Motorista*	*Londrina*	*19, 20, 21, 22, 23/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
William Medeiros da Silva	*Motorista*	*Londrina*	*19, 20, 21, 22, 23/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Joel Rodrigues da Silva	*Motorista*	*Londrina*	*19, 20, 21, 22, 23/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Cristian Guilherme Zamboni	*Motorista*	*Londrina*	*19, 20, 21, 22, 23/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Valdir da Silva	*Motorista*	*Cornélio Procópio*	*19, 20, 21, 22, 23/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Evaldo Aparecido Roberto	*Motorista*	*Cornélio Procópio*	*19, 20, 21, 22, 23/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Amarildo Tostes	*Prefeito*	*Curitiba*	*13 e 14/10/2026*	*Instituto Agua e Tera -IAT: Secretaria de Estadode Infraestrutura e Logistica – SEIL; Secretaria de Estado das cidades – SECID*	*R$ 1.400,00*

Edifício do Município de Itambaracá-PR, 15 de outubro de 2026.

CANCELAMENTO DE DIÁRIAS:

Ficam canceladas as diárias publicadas no extrato nº 71//2026, em 05 de outubro de 2026, Edição 3630, onde se lê:

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Cristian Guilherme Zamboni	*Motorista*	*Londrina*	*09/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 60,00*
Rodrigo Aparecido Ramos	*Motorista*	*Londrina*	*05/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 60,00*

Edifício do Município de Itambaracá-PR, 15 de outubro de 2026

Publicado por:
Elaine ap Munhoz da Silva
Código Identificador:DEF27AB9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º. TERMO DE ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 023/2025-PMI ADITIVO DE PRAZO E REAJUSTE

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ sob nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **FABIANO PATRIK MARCUSSO SOUTO, inscrita no CNPJ n° 23.075.972/0001-40.**
OBJETO: **O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo e reajuste financeiro da ata de registro de preços nº. 005/2025, firmado com a empresa FABIANO PATRIK MARCUSSO SOUTO, que tem como objeto Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de estrutura, equipamentos, organização e decoração para eventos do município de Ivatuba.**

Item com ajuste de valor:

Item	Undd	Qtdd	Descrição	Valor anterior	Novo valor	Diferença entre valores	Total
1.1	Und	30	**COLUNA DE BALÕES** coluna horizontal ou vertical, podendo ser no tamanho de até três metros, com balões de cores variadas com numeração Nº. 9. Sendo de marca profissional de boa qualidade. Ex: São roque, pic pic, joy.	273,50	285,64	12,14	364,20
1.2	Und	20	**COLUNA DE BALÕES DESCONSTRUIDA** coluna horizontal ou verticâ1, podendo ser no tamanho de até três metros, com balões de cores variadas com numeração, nº 9, nº 5, nº 16. Sendo de marca profissional de boa qualidade. Ex: São roque, pic pic, joy.	423,50	442,30	18,80	376,00
1.3	Und	10	**PAREDE DE BALÕES**, parede construída com balões, podendo ter sua extensão de até dois metros e meio de altura por 4 metros de largura, com balões de cores variadas com numeração, nº 9, nº 5, nº 16. Sendo de marca profissional de boa qualidade. Ex: São roque, pic pic, joy.	1.294,50	1.351,97	57,47	574,70
1.4	Und	20	**ARCO DE BALÕES PARA PORTA** arco em formato meia lua, com estrutura central para parar em pé, com tamanho de três metros de diâmetro, com balões de cores variadas com numeração Nº 9. Sendo de marca profissional de boa qualidade. Ex: São roque, pic pic, joy	516,50	539,43	22,93	458,60
1.5	Und	20	**LOCAÇÃO DE PAINEL SUBLIMADO REDONDO** Painel estampado com artes a escolha no tecido suplex de malha, com elasticidade, com o diâmetro de um metro e meio, com acabamento em elástico em alta qualidade, com estrutura metálica para fixação para ficar em pé.	271,00	283,03	12,03	240,60
1.6	Und	10	**LOCAÇÃO DE PAINEL SUBLIMADO RETANGULAR** Painel estampado com artes a escolha no tecido suplex de malha, com elasticidade, com o tamanho de até 2 metros de altura por 3 de largura, com acabamento em alta qualidade, com estrutura para fixação para ficar em pé.	460,00	480,42	20,42	204,20
1.7	Und	7	**LOCAÇÃO DE ESTUDIO PARA FOTO COMPLETO** espaço decorado para fotos, contendo uma parede em tecido de no mínimo três metros anti chamas, com cores a escolha, duas poltronas, um aparador para suporte de arranjo ou quadro, tapete em pelo sintético ou vinil brilhante em alta qualidade.	1.290,00	1.347,27	57,27	400,89
1.8	Und	6	**FLOREIRA DE FLORES E FOLHAGEM** floreira em flores e folhagens naturais, de tamanho até um metro e vinte, contendo no mínimo três florais, contendo flores nobres e de alta qualidade. Ex: rosas, altromelias, áster, lisiantos, decorar, boca de leão, etc.	485,00	506,53	21,53	129,18
1.9	Und	6	**ARRANJO DE FLORES**, arranjo em flores nobres e de alta qualidade montados, contendo uma floral base F2, com tamanho padrão de cinquenta centímetros de largura por cinquenta centímetros de altura, Ex: rosas, altromelias, aster, lisiantos, decorar, boca de leão, etc	340,00	355,09	15,09	90,54
1.10	Und	6	**ARRANJO FOLHAGENS VERDES** arranjo em folhagem de alta qualidade montados, contendo uma floral base F2, com tamanho padrão de cinquenta centímetros de largura por, cinquenta centímetros de altura, Ex: costela de adão, pritosporio, murta, dracena, etc.	322,00	336,29	14,29	85,74
1.11	Und	300	**LOCAÇÃO DE XÍCARA COM PÍRES** material disponibilizado no período de realização do evento (período máximo de doze horas), em porcelana branca com capacidade de 180m1 em alta qualidade. Ex: shimidt, wolff, etc	5,00	5,22	0,22	66,00
1.12	Und	300	**LOCAÇÃO DE PRATO SOBREMESA** material disponibilizado no período de realização do evento (período máximo de doze horas), em porcelana branca com até 18 centímetros de diâmetro raso, em alta qualidade. Ex: shimidt, wolff, etc	4,50	4,69	0,19	57,00
1.13	Und	400	**LOCAÇÃO DE PRATO DE JANTAR** material disponibilizado no período de realização do evento (período máximo de doze horas), em porcelana branca com até 24 centímetros de diâmetro raso, em alta qualidade. Ex: shimidt, wolff, etc.	5,50	5,74	0,24	96,00
1.14	Und	1000	**LOCAÇÃO DE TALHERES** material disponibilizado no período de realização do evento (período máximo de doze horas), sendo eles garfam, faca ou colher, de até 23 centímetros de comprimento, em aço inox em padrão luxo em alta qualidade. Ex: Tramontina, wollf, brinox, etc.	4,50	4,69	0,19	190,00
1.15	Und	500	**LOCAÇÂO DE TAÇAS ÁGUA**, taças em vidro ou cristal resistente, disponibilizado no período de realização do evento (período máximo de doze horas), com capacidade de 360m1, de vinte centímetros de altura, em alta qualidade. Ex: Allmix, boemia, brasfoot, etc.	7,50	7,83	0,33	165,00
1.16	Und	150	**LOCAÇÃO DE CADEIRA METALICA** Cadeira de ferro empalhável com acento estofado, modelo duplo x branca, reforçada com capacidade de suportar até 130kg, com altura do encosto de 0,92cm, altura de assento 0,45cm, profundidade 0,38cm, e largura de acento 38cm. disponibilizado no período de realização do evento (período máximo de doze horas).	7,80	8,14	0,34	51,00
1.17	Und	700	**LOCAÇÃO DE CADEIRA PLASTICA** Cadeira de plástico empalhável com acento, branco modelo bistrô, reforçada com capacidade de suportar até 130k9, com altura do encosto de 0,89cm, altura de assento 0,45cm, profundidade 0,38cm, e largura de acento 38cm. disponibilizado no período de realização do evento (período máximo de doze horas).	4,60	4,80	0,20	140,00
1.18	Und	50	**LOCAÇÃO DE MESA PLASTICA**. Mesa plástica de quatro lugares em plástico branco com capacidade de peso de até 30kg, com 70 centímetros de altura com até 70 centímetros de largura, disponibilizado no período de realização do evento (período máximo de doze horas).	13,90	14,51	0,61	30,50
1.19	Und	40	**LOCAÇÃO DE MESA REDONDA** mesa de tampo de madeira de 1,80 de diâmetro de boa qualidade, capacidade até oito pessoas, com pé cavalete em ferro disponibilizado no período de realização do evento (período máximo de doze horas)	15,50	16,18	0,68	27,20
1.20	Und	8	**LOCAÇÃO DE MESA BANQUETE MESA** em tampo de madeira retangular de até 4 metros de comprimento Por 70 centímetros de largura, em boa qualidade, com um pé cavalete em ferro por metro, com medida de 75 centímetros de altura do chão, disponibilizado no período de realização do evento (período máximo de doze horas).	54,50	56,91	2,41	19,28
1.21	Und	50	**LOCAÇÃO DE TOALHA MESA 4 LUGARES**, toalhas para mesa de quatro lugares nas cores variadas, com tamanho de 1,40m por 1,40m, podendo ser em tecido malha, jacquar, Oxford, em tecido ante chamas, de boa qualidade, disponibilizado no período de realização do evento (período máximo de doze horas).	17,50	18,27	0,77	38,50
1.22	Und	100	**LOCAÇÃO DE TOALHA MESA REDONDA 8 LUGARES**, toalhas para mesa de oito lugares nas cores variadas, com tamanho de 2,80m, podendo ser em tecido malha, jacquar, Oxford, em tecido ante chamas, de boa qualidade disponibilizado no período de realização do evento (período máximo de doze horas).	29,50	30,80	1,30	130,00
1.23	Und	8	**LOCAÇÃO DE TOALHA MESA BANQUETE** toalhas para mesa banquete nas cores variadas, com tamanho de até 5 metros de comprimento por 1,60 metros de largura, podendo ser em tecido malha, jacquar, Oxford, em tecido ante chamas, de boa qualidade, disponibilizado no período de realização do evento (período máximo de doze horas)	103,50	108,09	4,59	36,72
1.24	Und	150	**LOCAÇÃO DE CAPA PARA CADEIRA** Capa com acento e encosto, tecido podendo ser malha, jacquar, Oxford, ante chama, boa qualidade, disponibilizado no período de realização do evento (período máximo de doze horas).	19,50	20,36	0,86	129,00
1.25	Und	60	**LOCAÇÃO DE LETRAS ILUMINADAS de no mínimo 60 cm de altura:** Letreiro Luminoso para evento, complementa a decoração, espaços para fotos, para interagir com os convidados. Disponibilizado no período de realização do evento (período máximo de doze horas). Palavra a definir conforme o evento.	191,00	199,48	8,48	508,80
1.26	Und	300	**VASO DE CALANDIVA:** vasos com calandiva naturais, cores variadas para enfeite de mesas. Vaso embalado com celofane e laços.	23,50	24,54	1,04	312,00
						TOTAL	**4.921,65**

VALOR DO REAJUSTE: **R$ 4.921,65 (quatro mil novecentos e vinte e um reais e sessenta e cinco centavos).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
VIGÊNCIA: **Prorrogam-se por mais 12 (doze) meses.**
INICIO DA VIGÊNCIA: **15 de outubro de 2026.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **15 de outubro de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba - Pr, 15 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:533D2E9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º. TERMO DE ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 119/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 021/2025-PMI ADITIVO DE PRAZO – VALOR E REAJUSTE

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ sob nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **HF GESTÃO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº.12.402.787/0001-05.**
OBJETO: **O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo, aditivo de valor e reajuste financeiro do Contrato de Prestação de Serviços nº. 119/2025, firmado com a empresa HF GESTÃO PUBLICA LTDA, que tem como objeto Contratação de empresa especializada para a implantação, conversão de dados, locação e manutenção mensal de sistemas integrados de gestão pública, com acesso ilimitado de usuários, destinados à Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Fundo de Previdência do Município de Ivatuba.**

Item a ser aditivado:

Sistemas integrados					
Item	**SISTEMAS/SERVIÇO**	**QUANTIDADE**	**UNID.**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**
1	CONTABILIDADE PÚBLICA - Prefeitura Municipal	12	Mês	1.379,99	16.559,88
2	PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - Prefeitura Municipal	12	Mês	521,99	6.263,88
3	TESOURARIA MUNICIPAL - Prefeitura Municipal	12	Mês	627,62	7.531,44
4	ATENDIMENTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - Prefeitura Municipal	12	Mês	605,07	7.260,84
5	COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - Prefeitura Municipal	12	Mês	1.203,67	14.444,04
6	GESTÃO DE ALMOXARIFADO - Prefeitura Municipal	12	Mês	502,66	6.031,92
7	GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS - Prefeitura Municipal	12	Mês	808,00	9.696,00
8	GESTÃO DE FROTAS - Prefeitura Municipal	12	Mês	805,50	9.666,00
9	GESTÃO DE PATRIMÔNIO - Prefeitura Municipal	12	Mês	805,50	9.666,00
10	TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL - Prefeitura Municipal	12	Mês	1.388,59	16.663,08
11	PORTAL DE ACESSO AO CONTRIBUINTE - Prefeitura Municipal	12	Mês	808,00	9.696,00
12	ITBI - Prefeitura Municipal	12	Mês	302,66	3.631,92
13	ALVARÁ - Prefeitura Municipal	12	Mês	302,66	3.631,92
14	FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL - Prefeitura Municipal	12	Mês	302,66	3.631,92
15	PROCESSOS JUDICIAIS - Prefeitura Municipal	12	Mês	302,66	3.631,92
16	GESTÃO DE CEMITÉRIO - Prefeitura Municipal	12	Mês	1.094,00	13.128,00
17	APLICATIVO DE ACESSO AO CIDADÃO (APP CIDADÃO) - Prefeitura Municipal	12	Mês	1.094,00	13.128,00
18	NOTA FISCAL ELETRÔNICA - Prefeitura Municipal	12	Mês	2.710,00	32.520,00
19	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - Prefeitura Municipal	12	Mês	808,00	9.696,00
20	RECURSOS HUMANOS, FOLHA DE PAGAMENTO E ESOCIAL; - Prefeitura Municipal	12	Mês	1.388,59	16.663,08
21	PORTAL DO SERVIDOR - Prefeitura Municipal	12	Mês	302,66	3.631,92
22	GERENCIAMENTO DE PONTO ELETRÔNICO - Prefeitura Municipal	12	Mês	866,67	10.400,04
23	PROCESSOS DIGITAIS E PROTOCOLO - Prefeitura Municipal	12	Mês	808,00	9.696,00
24	BUSINESS INTELLIGENCE – BI - Prefeitura Municipal	12	Mês	4.738,34	56.860,08
25	DIÁRIO OFICIAL - Prefeitura Municipal	12	Mês	413,08	4.956,96
26	GOVERNO DIGITAL - Prefeitura Municipal	12	Mês	1.083,13	12.997,56
27	GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS (GED) - Prefeitura Municipal	12	Mês	1.304,13	15.649,56
28	DATACENTER EM NUVEM - Prefeitura Municipal	12	Mês	2.775,58	33.306,96
29	SERVIÇO DE CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO - Prefeitura Municipal	01	único	100.549,43	100.549,43
30	SERVIÇO CAPACITAÇÃO SERVIÇOS TÉCNICO DE CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPREENDENDO: REALIZAÇÃO DE APOIO TÉCNICO COM ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO ORÇAMENTÁRIO, ANÁLISE DOS RESULTADOS ECONÔMICOS, FLUXO FINANCEIRO, ORIENTAÇÃO PARA A CORRETA VALIDAÇÃO DOS DADOS PROCESSADOS NO SISTEMA SIM AM, ORIENTAÇÃO NA CORREÇÃO DE EVENTUAIS ERROS APRESENTADOS PELO SIM AM, E VALIDAÇÃO DOS DADOS, CAPACITAR OS USUÁRIOS AS DIVERSAS ROTINAS PARA O CORRETO PREENCHIMENTO DOS DADOS SEJA EM QUALQUER MÓDULO/SISTEMA - Prefeitura Municipal	12	Mês	7.162,67	85.952,04
31	CONTABILIDADE PÚBLICA - Câmara Municipal	12	Mês	358,00	4.296,00
32	PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - Câmara Municipal	12	Mês	340,00	4.080,00
33	TESOURARIA MUNICIPAL - Câmara Municipal	12	Mês	340,00	4.080,00
34	ATENDIMENTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - Câmara Municipal	12	Mês	222,00	2.664,00
35	COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - Câmara Municipal	12	Mês	324,66	3.895,92
36	GESTÃO DE ALMOXARIFADO - Câmara Municipal	12	Mês	355,20	4.262,40
37	GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS - Câmara Municipal	12	Mês	321,87	3.862,44
38	GESTÃO DE FROTAS - Câmara Municipal	12	Mês	314,85	3.778,20
39	GESTÃO DE PATRIMÔNIO - Câmara Municipal	12	Mês	222,00	2.664,00
40	RECURSOS HUMANOS, FOLHA DE PAGAMENTO E ESOCIAL - Câmara Municipal	12	Mês	358,00	4.296,00
41	PORTAL DO SERVIDOR - Câmara Municipal	12	Mês	321,87	3.862,44
42	GERENCIAMENTO DE PONTO ELETRÔNICO - Câmara Municipal	12	Mês	321,87	3.862,44
43	PROCESSOS DIGITAIS E PROTOCOLO - Câmara Municipal	12	Mês	222,00	2.664,00
44	SISTEMA DE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - Câmara Municipal	12	Mês	306,67	3.680,04
45	PORTAL LEGISLATIVO - Câmara Municipal	12	Mês	321,87	3.862,44
46	DATACENTER EM NUVEM - Câmara Municipal	12	Mês	614,66	7.375,92
47	SERVIÇO DE CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO - Câmara Municipal	01	único	20.283,51	20.283,51
48	SERVIÇO CAPACITAÇÃO SERVIÇOS TÉCNICO DE CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPREENDENDO: REALIZAÇÃO DE APOIO TÉCNICO COM ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO ORÇAMENTÁRIO, ANÁLISE DOS RESULTADOS ECONÔMICOS, FLUXO FINANCEIRO, ORIENTAÇÃO PARA A CORRETA VALIDAÇÃO DOS DADOS PROCESSADOS NO SISTEMA SIM AM, ORIENTAÇÃO NA CORREÇÃO DE EVENTUAIS ERROS APRESENTADOS PELO SIM AM, E VALIDAÇÃO DOS DADOS, CAPACITAR OS USUÁRIOS AS DIVERSAS ROTINAS PARA O CORRETO PREENCHIMENTO DOS DADOS SEJA EM QUALQUER MÓDULO/SISTEMA - Câmara Municipal	12	Mês	2.218,00	26.616,00
49	CONTABILIDADE PÚBLICA - Fundo de Previdência Municipal	12	Mês	525,33	6.303,96
50	PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - Fundo de Previdência Municipal	12	Mês	308,54	3.702,48
51	TESOURARIA MUNICIPAL - Fundo de Previdência Municipal	12	Mês	308,54	3.702,48
52	ATENDIMENTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - Fundo de Previdência Municipal	12	Mês	308,54	3.702,48
53	COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - Fundo de Previdência Municipal	12	Mês	525,33	6.303,96

54	GESTÃO DE PATRIMÔNIO - Fundo de Previdência Municipal	12	Mês	308,54	3.702,48
55	PROCESSOS DIGITAIS E PROTOCOLO - Fundo de Previdência Municipal	12	Mês	308,54	3.702,48
56	SISTEMA DE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - Fundo de Previdência Municipal	12	Mês	308,54	3.702,48
57	DATACENTER EM NUVEM - Fundo de Previdência Municipal	12	Mês	614,66	7.375,92
58	SERVIÇO DE CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO - Fundo de Previdência Municipal	01	único	15.193,32	15.193,32
59	SERVIÇO CAPACITAÇÃO SERVIÇOS TÉCNICO DE CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPREENDENDO: REALIZAÇÃO DE APOIO TÉCNICO COM ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO ORÇAMENTÁRIO, ANÁLISE DOS RESULTADOS ECONÔMICOS, FLUXO FINANCEIRO, ORIENTAÇÃO PARA A CORRETA VALIDAÇÃO DOS DADOS PROCESSADOS NO SISTEMA SIM AM, ORIENTAÇÃO NA CORREÇÃO DE EVENTUAIS ERROS APRESENTADOS PELO SIM AM, E VALIDAÇÃO DOS DADOS, CAPACITAR OS USUÁRIOS AS DIVERSAS ROTINAS PARA O CORRETO PREENCHIMENTO DOS DADOS SEJA EM QUALQUER MÓDULO/SISTEMA - Fundo de Previdência Municipal	12	Mês	2.151,33	25.815,96
TOTAL					**740.436,14**

Item com ajuste de valor:

Item	SISTEMAS/SERVIÇO	Qtdd	Undd	Valor anterior	Novo valor	Diferença entre valores	Total
1	CONTABILIDADE PÚBLICA - Prefeitura Municipal	12	Mês	1.379,99	1.438,23	58,24	698,83
2	PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - Prefeitura Municipal	12	Mês	521,99	544,02	22,03	264,34
3	TESOURARIA MUNICIPAL - Prefeitura Municipal	12	Mês	627,62	654,11	26,49	317,83
4	ATENDIMENTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - Prefeitura Municipal	12	Mês	605,07	630,60	25,53	306,41
5	COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - Prefeitura Municipal	12	Mês	1.203,67	1.254,46	50,79	609,54
6	GESTÃO DE ALMOXARIFADO - Prefeitura Municipal	12	Mês	502,66	523,87	21,21	254,55
7	GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS - Prefeitura Municipal	12	Mês	808,00	842,10	34,10	409,17
8	GESTÃO DE FROTAS - Prefeitura Municipal	12	Mês	805,50	839,49	33,99	407,91
9	GESTÃO DE PATRIMÔNIO - Prefeitura Municipal	12	Mês	805,50	839,49	33,99	407,91
10	TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL - Prefeitura Municipal	12	Mês	1.388,59	1.447,19	58,60	703,18
11	PORTAL DE ACESSO AO CONTRIBUINTE - Prefeitura Municipal	12	Mês	808,00	842,10	34,10	409,17
12	ITBI - Prefeitura Municipal	12	Mês	302,66	315,43	12,77	153,27
13	ALVARÁ - Prefeitura Municipal	12	Mês	302,66	315,43	12,77	153,27
14	FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL - Prefeitura Municipal	12	Mês	302,66	315,43	12,77	153,27
15	PROCESSOS JUDICIAIS - Prefeitura Municipal	12	Mês	302,66	315,43	12,77	153,27
16	GESTÃO DE CEMITÉRIO - Prefeitura Municipal	12	Mês	1.094,00	1.140,17	46,17	554,00
17	APLICATIVO DE ACESSO AO CIDADÃO (APP CIDADÃO) - Prefeitura Municipal	12	Mês	1.094,00	1.140,17	46,17	554,00
18	NOTA FISCAL ELETRÔNICA - Prefeitura Municipal	12	Mês	2.710,00	2.824,36	114,36	1.372,34
19	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - Prefeitura Municipal	12	Mês	808,00	842,10	34,10	409,17
20	RECURSOS HUMANOS, FOLHA DE PAGAMENTO E ESOCIAL; - Prefeitura Municipal	12	Mês	1.388,59	1.447,19	58,60	703,18
21	PORTAL DO SERVIDOR - Prefeitura Municipal	12	Mês	302,66	315,43	12,77	153,27
22	GERENCIAMENTO DE PONTO ELETRÔNICO - Prefeitura Municipal	12	Mês	866,67	903,24	36,57	438,88
23	PROCESSOS DIGITAIS E PROTOCOLO - Prefeitura Municipal	12	Mês	808,00	842,10	34,10	409,17
24	BUSINESS INTELLIGENCE – BI - Prefeitura Municipal	12	Mês	4.738,34	4.938,30	199,96	2.399,50
25	DIÁRIO OFICIAL - Prefeitura Municipal	12	Mês	413,08	430,51	17,43	209,18
26	GOVERNO DIGITAL - Prefeitura Municipal	12	Mês	1.083,13	1.128,84	45,71	548,50
27	GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS (GED) - Prefeitura Municipal	12	Mês	1.304,13	1.359,16	55,03	660,41
28	DATACENTER EM NUVEM - Prefeitura Municipal	12	Mês	2.775,58	2.892,71	117,13	1.405,55
29	SERVIÇO DE CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO - Prefeitura Municipal	01	único	100.549,43	104.792,62	4.243,19	4.243,19
30	SERVIÇO CAPACITAÇÃO SERVIÇOS TÉCNICO DE CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPREENDENDO: REALIZAÇÃO DE APOIO TÉCNICO COM ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO ORÇAMENTÁRIO, ANÁLISE DOS RESULTADOS ECONÔMICOS, FLUXO FINANCEIRO, ORIENTAÇÃO PARA A CORRETA VALIDAÇÃO DOS DADOS PROCESSADOS NO SISTEMA SIM AM, ORIENTAÇÃO NA CORREÇÃO DE EVENTUAIS ERROS APRESENTADOS PELO SIM AM, E VALIDAÇÃO DOS DADOS, CAPACITAR OS USUÁRIOS AS DIVERSAS ROTINAS PARA O CORRETO PREENCHIMENTO DOS DADOS SEJA EM QUALQUER MÓDULO/SISTEMA - Prefeitura Municipal	12	Mês	7.162,67	7.464,93	302,26	3.627,18
31	CONTABILIDADE PÚBLICA - Câmara Municipal	12	Mês	358,00	373,11	15,11	181,29
32	PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - Câmara Municipal	12	Mês	340,00	354,35	14,35	172,18
33	TESOURARIA MUNICIPAL - Câmara Municipal	12	Mês	340,00	354,35	14,35	172,18
34	ATENDIMENTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - Câmara Municipal	12	Mês	222,00	231,37	9,37	112,42
35	COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - Câmara Municipal	12	Mês	324,66	338,36	13,70	164,41
36	GESTÃO DE ALMOXARIFADO - Câmara Municipal	12	Mês	355,20	370,19	14,99	179,87
37	GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS - Câmara Municipal	12	Mês	321,87	335,45	13,58	162,99
38	GESTÃO DE FROTAS - Câmara Municipal	12	Mês	314,85	328,14	13,29	159,44
39	GESTÃO DE PATRIMÔNIO - Câmara Municipal	12	Mês	222,00	231,37	9,37	112,42
40	RECURSOS HUMANOS, FOLHA DE PAGAMENTO E ESOCIAL - Câmara Municipal	12	Mês	358,00	373,11	15,11	181,29
41	PORTAL DO SERVIDOR - Câmara Municipal	12	Mês	321,87	335,45	-3,58	162,99
42	GERENCIAMENTO DE PONTO ELETRÔNICO - Câmara Municipal	12	Mês	321,87	335,45	13,58	162,99
43	PROCESSOS DIGITAIS E PROTOCOLO - Câmara Municipal	12	Mês	222,00	231,37	9,37	112,42
44	SISTEMA DE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - Câmara Municipal	12	Mês	306,67	319,61	12,94	155,30
45	PORTAL LEGISLATIVO - Câmara Municipal	12	Mês	321,87	335,45	13,58	162,99
46	DATACENTER EM NUVEM - Câmara Municipal	12	Mês	614,66	640,60	25,94	311,26
47	SERVIÇO DE CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO - Câmara Municipal	01	único	20.283,51	21.139,47	855,96	855,96
48	SERVIÇO CAPACITAÇÃO SERVIÇOS TÉCNICO DE CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPREENDENDO: REALIZAÇÃO DE APOIO TÉCNICO COM ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO ORÇAMENTÁRIO, ANÁLISE DOS RESULTADOS ECONÔMICOS, FLUXO FINANCEIRO, ORIENTAÇÃO PARA A CORRETA VALIDAÇÃO DOS DADOS PROCESSADOS NO SISTEMA SIM AM, ORIENTAÇÃO NA CORREÇÃO DE EVENTUAIS ERROS APRESENTADOS PELO SIM AM, E VALIDAÇÃO DOS DADOS, CAPACITAR OS USUÁRIOS AS DIVERSAS ROTINAS PARA O CORRETO PREENCHIMENTO DOS DADOS SEJA EM QUALQUER MÓDULO/SISTEMA - Câmara Municipal	12	Mês	2.218,00	2.311,60	93,60	1.123,20
49	CONTABILIDADE PÚBLICA - Fundo de Previdência Municipal	12	Mês	525,33	547,50	22,17	266,03
50	PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - Fundo de Previdência Municipal	12	Mês	308,54	321,56	13,02	156,24
51	TESOURARIA MUNICIPAL - Fundo de Previdência Municipal	12	Mês	308,54	321,56	13,02	156,24
52	ATENDIMENTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - Fundo de Previdência Municipal	12	Mês	308,54	321,56	13,02	156,24
53	COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - Fundo de Previdência Municipal	12	Mês	525,33	547,50	22,17	266,03
54	GESTÃO DE PATRIMÔNIO - Fundo de Previdência Municipal	12	Mês	308,54	321,56	13,02	156,24
55	PROCESSOS DIGITAIS E PROTOCOLO - Fundo de Previdência Municipal	12	Mês	308,54	321,56	13,02	156,24
56	SISTEMA DE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - Fundo de Previdência Municipal	12	Mês	308,54	321,56	13,02	156,24
57	DATACENTER EM NUVEM - Fundo de Previdência Municipal	12	Mês	614,66	640,60	25,94	311,26
58	SERVIÇO DE CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO - Fundo de Previdência Municipal	01	único	15.193,32	15.834,48	641,16	641,16
59	SERVIÇO CAPACITAÇÃO SERVIÇOS TÉCNICO DE CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPREENDENDO: REALIZAÇÃO DE APOIO TÉCNICO COM ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO ORÇAMENTÁRIO, ANÁLISE DOS RESULTADOS ECONÔMICOS, FLUXO FINANCEIRO, ORIENTAÇÃO PARA A CORRETA VALIDAÇÃO DOS DADOS PROCESSADOS NO SISTEMA SIM AM, ORIENTAÇÃO NA CORREÇÃO DE EVENTUAIS ERROS APRESENTADOS PELO SIM AM, E	12	Mês	2.151,33	2.242,12	90,79	1.089,43

	VALIDAÇÃO DOS DADOS, CAPACITAR OS USUÁRIOS AS DIVERSAS ROTINAS PARA O CORRETO PREENCHIMENTO DOS DADOS SEJA EM QUALQUER MÓDULO/SISTEMA - Fundo de Previdência Municipal						
						TOTAL	**31.246,41**

VALOR DO ADITIVO: **R$ 740.436,14 (setecentos e quarenta mil quatrocentos e trinta e seis reais e quatorze centavos).**
VALOR DO REAJUSTE: **R$ R$ 31.246,41 (trinta e mil duzentos e quarenta e seis reais e quarenta e um centavos).**
VALOR TOTAL: **R$ R$ 771.682,55 (setecentos e setenta e um mil seiscentos e oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
VIGÊNCIA: **Prorrogam-se por mais 12 (doze) meses.**
INICIO DA VIGÊNCIA: **15 de outubro de 2026.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **15 de outubro de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba - Pr, 15 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:4DD78DD9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE INSCRIÇÃO E SELEÇÃO - EDITAL Nº 001/2026 - PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA – MCMV/FAR

EDITAL DE INSCRIÇÃO E SELEÇÃO
EDITAL Nº 001/2026

PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA – MCMV/FAR
RESIDENCIAL ESPERANÇA – 100 UNIDADES HABITACIONAIS
O MUNICÍPIO DE LOANDA, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal competente e da Comissão Especial de Seleção Habitacional do Residencial Esperança, torna pública a abertura das inscrições e estabelece os procedimentos para seleção das famílias candidatas às 100 (cem) unidades habitacionais do Residencial Esperança, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, em conformidade com a Lei Federal nº 14.620, de 13 de julho de 2023, a Portaria MCID nº 738, de 22 de julho de 2024, e suas alterações, o Decreto Municipal nº 194/2026 e demais normas aplicáveis.

1. DO OBJETO
1.1. O presente Edital disciplina a inscrição, a análise de elegibilidade, a hierarquização, a classificação e a formação da relação de candidatos às 100 (cem) unidades habitacionais do Residencial Esperança.
1.2. Ao final da etapa municipal serão formadas:
a) relação de 100 (cem) candidatos destinados às unidades habitacionais, observadas as reservas obrigatórias;
b) relação de 30 (trinta) candidatos suplentes, observada a classificação geral.
1.3. A inscrição, a classificação, a inclusão na relação das 100 unidades ou na relação de suplentes não garantem o recebimento da unidade habitacional nem geram direito adquirido ao benefício.
1.4. Após a seleção municipal, os candidatos serão submetidos à pesquisa de enquadramento e às demais verificações realizadas pela Caixa Econômica Federal, conforme a regulamentação do Programa.
1.5. Não haverá sorteio para seleção dos beneficiários.

2. DAS INSCRIÇÕES
2.1. As inscrições serão realizadas gratuitamente no período de 19/10/2026 a 23/10/2026.
2.2. Local de atendimento: Prefeitura Municipal – Secretaria de Habitação - R. Mato Grosso, 354 - Centro, Loanda - PR, 87900-000.
2.3. Horário: 8:00 às 11:30 e 13:00 às 17:30.
2.4. A família deverá estar inscrita no Cadastro Habitacional do Município de Loanda e possuir inscrição e dados atualizados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.
2.5. Durante o prazo deste Edital será permitida a inscrição ou atualização do Cadastro Habitacional Municipal, observados os procedimentos definidos pelo Município.
2.6. Será admitida apenas uma inscrição por núcleo familiar.
2.7. A inscrição e a atualização cadastral serão gratuitas, sendo vedada qualquer cobrança ao candidato.
2.8. As informações prestadas são de responsabilidade do candidato, sem prejuízo da conferência pelo Município, pela Caixa Econômica Federal e pelos demais órgãos competentes.
3. QUEM PODE PARTICIPAR – DA ELEGIBILIDADE
Para participar do processo de seleção, a família deverá cumprir cumulativamente os seguintes requisitos:
3.1. Renda: possuir renda bruta familiar mensal enquadrada na Faixa Urbano 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida, atualmente limitada a R$ 3.200,00, ou outro valor que venha a substituí-lo por norma federal.
3.2. Cadastros: estar inscrita no Cadastro Habitacional Municipal e no CadÚnico, com dados atualizados.
3.3. Vedações: não incidir nas hipóteses de impedimento previstas na legislação federal aplicável ao Programa Minha Casa, Minha Vida.
3.4. Déficit habitacional: encontrar-se em pelo menos uma das seguintes situações:
a) habitação precária;
b) coabitação, quando famílias convivam no mesmo domicílio e exista intenção de constituir domicílio exclusivo;
c) adensamento excessivo em imóvel alugado, quando houver média superior a 3 (três) pessoas por dormitório;
d) ônus excessivo com aluguel, quando o valor destinado ao aluguel superar 30% (trinta por cento) da renda familiar mensal;
e) recebimento de aluguel social provisório;

f) situação de rua ou trajetória de rua.

3.5. As situações utilizadas para caracterização do déficit habitacional destinam-se à análise da elegibilidade e não geram pontuação adicional, salvo quando a mesma situação também estiver expressamente prevista entre os critérios de hierarquização.

4. DOS DOCUMENTOS BÁSICOS

No ato da inscrição ou quando convocado pela Comissão, o candidato deverá apresentar os documentos necessários à comprovação das informações declaradas, especialmente:

a) documento oficial de identificação e CPF do responsável familiar e dos demais integrantes, quando aplicável;

b) certidão de nascimento, casamento, união estável, divórcio ou documento equivalente, conforme a situação;

c) certidão de nascimento, documento de guarda ou tutela de crianças e adolescentes;

d) comprovante de endereço;

e) Folha Resumo ou documento equivalente de inscrição no CadÚnico;

f) documentos de comprovação de renda dos integrantes que possuam renda;

g) documentos necessários à comprovação da situação habitacional declarada;

h) documentos específicos relativos aos critérios de hierarquização ou às reservas que o candidato pretenda comprovar.

4.1. A Comissão poderá consultar bases oficiais e solicitar documentos complementares indispensáveis à confirmação das informações prestadas.

4.2. A falta de documento utilizado exclusivamente para comprovação de determinado critério de hierarquização implicará a não contagem daquele critério, sem exclusão automática do candidato, desde que permaneçam preenchidos os requisitos de elegibilidade.

4.3. A falta de comprovação de requisito obrigatório de elegibilidade acarretará a exclusão do processo.

4.4. A relação detalhada dos documentos exigidos para cada critério poderá ser complementada por orientação da Comissão, da Caixa Econômica Federal ou da regulamentação federal aplicável.

5. DA HIERARQUIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS

5.1. As famílias consideradas elegíveis serão hierarquizadas conforme a quantidade de critérios de prioridade atendidos, nos termos do art. 13 da Portaria MCID nº 738, de 22 de julho de 2024, e suas alterações.

5.2. Para fins de registro e operacionalização da classificação, cada critério comprovado corresponderá a 1 (um) ponto, sem diferenciação de peso entre os critérios.

5.3. A pontuação representa exclusivamente a quantidade de critérios atendidos pela família.

5.4. O mesmo critério será contado apenas uma vez por núcleo familiar, ainda que mais de um integrante apresente a mesma condição.

5.5. Critérios diferentes poderão ser acumulados quando simultaneamente comprovados.

5.6. A classificação geral será realizada em ordem decrescente da quantidade de critérios atendidos.

5.7. Em caso de empate no limite das unidades habitacionais disponíveis, terá preferência a família cujo titular do contrato possua maior idade, comprovada por documento civil no qual conste a data de nascimento.

Nº	Critério de hierarquização	Forma principal de comprovação	Pontos
1	Mulher na condição de responsável pela unidade familiar	CadÚnico	1
2	Pessoa negra na composição familiar	CadÚnico	1
3	Pessoa com deficiência na composição familiar	Avaliação/documentação exigida pela regulamentação federal	1
4	Pessoa idosa na composição familiar	Documento civil com data de nascimento	1
5	Criança ou adolescente na composição familiar	Certidão de nascimento, guarda ou tutela	1
6	Pessoa com câncer ou doença rara crônica e degenerativa na composição familiar	Laudo médico	1
7	Mulher vítima de violência doméstica e familiar na composição familiar	Comprovação admitida pela regulamentação federal	1
8	Integrante de povo indígena ou quilombola na composição familiar	CadÚnico	1
9	Família residente em área de risco de deslizamento de grande impacto, inundação brusca ou processo geológico ou hidrológico correlato	PMRR, mapeamento do Serviço Geológico do Brasil ou laudo da Defesa Civil	1
10	Beneficiário cujo contrato habitacional tenha sido distratado ou rescindido involuntariamente	Documento correspondente, conforme normativo específico	1
11	Pessoa ou família em situação de rua ou com trajetória de rua	Ateste do Município	1

Exemplo: família em que a responsável seja mulher, haja uma criança e uma pessoa com deficiência atenderá a 3 (três) critérios e receberá 3 (três) pontos.

6. DAS RESERVAS E DA COMPOSIÇÃO DAS 100 UNIDADES

Na composição da relação das 100 (cem) unidades habitacionais serão observadas, no mínimo, as seguintes reservas:

a) 50 (cinquenta) unidades para famílias caracterizadas pelo recebimento do Programa Bolsa Família – PBF, do Benefício de Prestação Continuada – BPC, ou pela presença de pessoa com microcefalia na composição familiar;

b) 3 (três) unidades para pessoas idosas, na condição de titulares do benefício habitacional;

c) 3 (três) unidades para pessoas com deficiência.

6.1. As reservas não dispensam o atendimento aos requisitos de elegibilidade nem alteram os critérios de hierarquização.

6.2. A condição de enquadramento em reserva não atribui pontuação adicional à família.

6.3. A mesma família poderá enquadrar-se em mais de uma hipótese de reserva, sem direito a mais de uma unidade e sem pontuação adicional.

6.4. A classificação interna dos candidatos pertencentes a cada reserva seguirá os mesmos critérios de hierarquização e desempate previstos no item 5.

6.5. Inicialmente serão identificados os 100 (cem) candidatos melhor classificados na classificação geral.

6.6. Se os 100 (cem) candidatos inicialmente posicionados já atenderem integralmente às reservas mínimas, a composição será mantida sem alteração.

6.7. Se alguma reserva não estiver integralmente atendida, serão realizados apenas os ajustes necessários para alcançar o respectivo mínimo, mediante inclusão dos candidatos mais bem classificados pertencentes à categoria reservada ainda não contemplados na relação inicial.

6.8. Para cada inclusão destinada ao cumprimento de reserva, será deslocado da relação das 100 unidades o candidato de menor classificação geral cuja retirada não comprometa o atendimento de outra reserva obrigatória.

6.9. Os ajustes necessários ao cumprimento das reservas não alteram a pontuação nem a posição do candidato na classificação geral.

6.10. A insuficiência de candidatos habilitados em determinada reserva e a destinação de eventual saldo observarão a regulamentação federal vigente.

7. DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

7.1. Concluída a análise das inscrições, a Comissão publicará relação preliminar contendo, resguardados os dados pessoais protegidos por lei:

a) identificação do candidato;

b) pontuação obtida;

c) posição na classificação geral;

d) situação provisória quanto à composição das 100 unidades;

e) indicação de eventual inclusão para cumprimento de reserva;

f) condição de suplente, quando aplicável.
7.2. A classificação geral permanecerá registrada independentemente dos ajustes necessários à composição das reservas.
7.3. A publicação da relação preliminar não gera direito adquirido à unidade habitacional.

8. DOS RECURSOS

8.1. O candidato poderá apresentar recurso contra a classificação preliminar no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da publicação.
8.2. O recurso deverá indicar claramente a matéria contestada e ser acompanhado dos documentos pertinentes.
8.3. Não será admitida a utilização do recurso para criar condição ou fato inexistente na data final das inscrições, ressalvada a correção de erro material ou a apresentação de documento destinado a comprovar situação já existente naquela data.
8.4. A Comissão decidirá os recursos em até 5 (cinco) dias úteis, podendo o prazo ser prorrogado mediante justificativa registrada no processo administrativo.

9. DA CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA

9.1. Após o julgamento dos recursos será publicada a relação definitiva das famílias hierarquizadas.
9.2. A relação definitiva será composta por:
a) 100 (cem) candidatos destinados às unidades habitacionais, após a aplicação das reservas obrigatórias;
b) 30 (trinta) candidatos suplentes, formados dentre as famílias elegíveis não incluídas nas 100 unidades, observada a classificação geral.
9.3. A Comissão identificará, para fins de controle administrativo, os candidatos pertencentes às categorias de reserva, preservados os dados pessoais sensíveis.
9.4. A classificação municipal não representa aprovação definitiva no Programa.

10. DO ENCAMINHAMENTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DO ENQUADRAMENTO

10.1. A relação final, composta pelos candidatos destinados às 100 unidades habitacionais e pelos 30 suplentes, será encaminhada eletronicamente à Caixa Econômica Federal, por meio do sistema ou procedimento indicado pelo Agente Financeiro, para realização da pesquisa de enquadramento.
10.2. O resultado da pesquisa classificará o candidato como COMPATÍVEL ou INCOMPATÍVEL com as regras do Programa.
10.3. O Município divulgará o resultado, preservados os dados pessoais dos candidatos.
10.4. Os candidatos considerados compatíveis serão convocados para apresentação ou complementação da documentação exigida.
10.5. Os candidatos considerados incompatíveis serão orientados quanto à possibilidade de regularização, quando admitida pela regulamentação federal.
10.6. A inclusão na relação encaminhada à Caixa Econômica Federal não equivale à aprovação definitiva do candidato.

11. DOS SUPLENTES E DAS SUBSTITUIÇÕES

11.1. A condição de suplente constitui mera expectativa de atendimento e não assegura direito à unidade habitacional.
11.2. A substituição de candidato selecionado poderá ocorrer em caso de desistência, desclassificação, incompatibilidade definitiva apurada pelo Agente Financeiro, ausência de comprovação documental ou outra hipótese de exclusão prevista neste Edital ou na regulamentação aplicável.
11.3. Quando a exclusão do candidato não comprometer o atendimento das reservas mínimas, será convocado o próximo candidato da relação de suplentes, observada a classificação geral.
11.4. Quando a exclusão comprometer reserva obrigatória, será convocado o candidato suplente melhor classificado pertencente à respectiva categoria de reserva.
11.5. Quando o candidato excluído integrar mais de uma categoria de reserva, a Comissão verificará quais reservas permanecerão atendidas e realizará a substituição necessária à manutenção dos percentuais mínimos.
11.6. Toda substituição será registrada de forma motivada no processo administrativo.

12. DA VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL E DAS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO

12.1. Após o resultado da pesquisa de enquadramento e antes do encaminhamento dos dossiês dos candidatos compatíveis ao Agente Financeiro, o Município verificará a autenticidade dos documentos e a comprovação dos requisitos de elegibilidade, dos critérios de hierarquização e das condições de reserva, quando aplicáveis.
Será excluído do processo o candidato que:
I – deixar de atender aos requisitos obrigatórios do Programa;
II – não comprovar informação utilizada para sua elegibilidade, hierarquização ou enquadramento em reserva;
III – apresentar informação ou documento falso;
IV – deixar de apresentar documento obrigatório após regularmente convocado, observado o prazo estabelecido;
V – desistir expressamente;
VI – deixar de comparecer aos atos obrigatórios sem justificativa admitida;
VII – vier a ser considerado incompatível pelo Agente Financeiro, após esgotada eventual possibilidade de regularização.
12.2. A exclusão será formalmente registrada e, quando resultar em substituição, serão observadas as regras do item 11.
12.3. A apresentação de informação ou documento falso poderá ser comunicada aos órgãos competentes para apuração das responsabilidades cabíveis.

13. DAS DENÚNCIAS

13.1. Qualquer interessado poderá apresentar denúncia fundamentada sobre possível irregularidade na inscrição, elegibilidade, hierarquização, classificação ou documentação de candidato.
13.2. A denúncia deverá indicar os fatos e, sempre que possível, ser acompanhada de elementos de comprovação.
13.3. Quando a denúncia puder resultar em exclusão ou alteração da classificação, será assegurada manifestação prévia ao candidato interessado.
13.4. A denúncia poderá ser apresentada até a contratação da unidade habitacional, sem prejuízo da observância dos prazos específicos de recurso previstos neste Edital.

14. DA PUBLICIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. Serão divulgados nos meios oficiais do Município o Edital, suas retificações, a classificação preliminar, o resultado dos recursos, a classificação definitiva, o resultado da pesquisa de enquadramento, as convocações e os demais atos de interesse coletivo.
14.2. Os documentos e dados pessoais serão utilizados exclusivamente para as finalidades relacionadas ao processo habitacional, observada a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
14.3. É vedada a publicação de CPF integral, NIS, diagnóstico médico, informações detalhadas sobre violência doméstica ou outros dados pessoais sensíveis que não sejam indispensáveis à transparência do processo.

15. DO CRONOGRAMA

Etapa	**Data / Período**
Publicação do Edital	_16/10//2026
Início das inscrições	19/10//2026
Encerramento das inscrições	23/10/2026
Análise pela Comissão	26/10/2026 a 30/10/2026
Publicação da classificação preliminar	02/11/2026
Prazo para recursos	03/11/2026 a 05/11/2026

Julgamento dos recursos	06/11/2026 a 12/11/2026
Publicação da classificação definitiva	13/11/2026
Encaminhamento ao SIGDH/CAIXA	conforme cronograma operacional
Divulgação do resultado da pesquisa de enquadramento	após retorno da CAIXA
Prazo de regularização de incompatibilidade, quando cabível	conforme regulamentação federal
Convocação dos candidatos compatíveis	após resultado da CAIXA

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O candidato é responsável por acompanhar as publicações oficiais relativas ao processo.

16.2. Alterações de endereço, telefone, composição familiar, estado civil ou outras informações relevantes deverão ser comunicadas ao Município.

16.3. Integra este Edital, para fins de conferência administrativa pela Comissão, o ANEXO I – Ficha Individual de Análise e Hierarquização.

16.4. As situações não previstas neste Edital serão solucionadas de acordo com a legislação federal aplicável e o Decreto Municipal nº 194/2026.

Loanda-PR, 15 de outubro de 2026.

DIOGO MEIRA AMARAL
Secretário Municipal de Habitação
Presidente da Comissão Especial de Seleção Habitacional

ANEXO I
FICHA INDIVIDUAL DE ANÁLISE E HIERARQUIZAÇÃO
RESIDENCIAL ESPERANÇA – MCMV/FAR

Nº da inscrição	
Responsável familiar	
CPF	
Data de nascimento do titular	
Data da análise	

A. ELEGIBILIDADE

Todos os requisitos abaixo devem estar atendidos para que a família prossiga à hierarquização.

Requisito	SIM	NÃO	Documento / Observação
Cadastro Habitacional Municipal	[ ]	[ ]	
CadÚnico atualizado	[ ]	[ ]	
Renda familiar enquadrada na Faixa Urbano 1	[ ]	[ ]	
Ausência de vedação conhecida	[ ]	[ ]	
Integração ao déficit habitacional local	[ ]	[ ]	

A.1. SITUAÇÃO DE DÉFICIT HABITACIONAL

Situação	Assinalar	Documento / Ateste
Habitação precária	[ ]	
Coabitação com intenção de constituir domicílio exclusivo	[ ]	
Adensamento excessivo em imóvel alugado	[ ]	
Ônus excessivo com aluguel	[ ]	
Aluguel social provisório	[ ]	
Situação de rua ou trajetória de rua	[ ]	

RESULTADO DA ELEGIBILIDADE: [ ] ELEGÍVEL [ ] NÃO ELEGÍVEL

Motivo da não elegibilidade, se houver: _____

B. HIERARQUIZAÇÃO

Nº	Critério	Comprovado?	Ponto	Documento / Registro
1	Mulher na condição de responsável pela unidade familiar	SIM [ ] NÃO [ ]	0 / 1	
2	Pessoa negra na composição familiar	SIM [ ] NÃO [ ]	0 / 1	
3	Pessoa com deficiência na composição familiar	SIM [ ] NÃO [ ]	0 / 1	
4	Pessoa idosa na composição familiar	SIM [ ] NÃO [ ]	0 / 1	
5	Criança ou adolescente na composição familiar	SIM [ ] NÃO [ ]	0 / 1	
6	Pessoa com câncer ou doença rara crônica e degenerativa na composição familiar	SIM [ ] NÃO [ ]	0 / 1	
7	Mulher vítima de violência doméstica e familiar na composição familiar	SIM [ ] NÃO [ ]	0 / 1	
8	Integrante de povo indígena ou quilombola na composição familiar	SIM [ ] NÃO [ ]	0 / 1	
9	Família residente em área de risco de deslizamento de grande impacto, inundação brusca ou processo geológico ou hidrológico correlato	SIM [ ] NÃO [ ]	0 / 1	
10	Beneficiário cujo contrato habitacional tenha sido distratado ou rescindido involuntariamente	SIM [ ] NÃO [ ]	0 / 1	
11	Pessoa ou família em situação de rua ou com trajetória de rua	SIM [ ] NÃO [ ]	0 / 1	

TOTAL DE PONTOS: _____ / 11

CLASSIFICAÇÃO GERAL: _____

C. RESERVAS

Categoria	Integra?	Comprovação
PBF / BPC / Microcefalia	SIM [ ] NÃO [ ]	
Pessoa idosa na condição de titular	SIM [ ] NÃO [ ]	
Pessoa com deficiência	SIM [ ] NÃO [ ]	

D. COMPOSIÇÃO DA RELAÇÃO FINAL

Posição na classificação geral: _____

[ ] Entre os 100 inicialmente posicionados na classificação geral
[ ] Incluído para cumprimento de reserva obrigatória
[ ] Deslocado da composição das 100 unidades em razão das reservas
[ ] Selecionado final para uma das 100 unidades
[ ] Suplente – posição _____
[ ] Elegível fora da relação dos 100 selecionados e 30 suplentes

E. PESQUISA DE ENQUADRAMENTO – CAIXA

[ ] COMPATÍVEL
[ ] INCOMPATÍVEL
[ ] Regularização admitida
[ ] Regularização não admitida / não realizada

Resultado final: [ ] APTO [ ] INAPTO [ ] CONTRATADO [ ] DESISTENTE

F. OBSERVAÇÕES E DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

_____
Loanda-PR, ____ de _____ de 2026.

_____ Membro da Comissão	_____ Membro da Comissão
_____ Presidente da Comissão	_____ Membro da Comissão
_____ Membro da Comissão	

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:56038100

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE CONFERÊNCIA DE DOCUMENTOS - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 7/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 77/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços complementares na área de enfermagem, mediante disponibilização de profissionais legalmente habilitados para atuação como Enfermeiro e Técnico de Enfermagem, e na Atenção Primária à Saúde, por meio das equipes da Estratégia Saúde da Família – ESF, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Lobato/PR.
DATA: 14 de outubro de 2026.
Aos 14 (quatorze) dias do mês de outubro de 2026, procedeu-se à conferência e análise dos documentos apresentados pelas pessoas jurídicas interessadas no Chamamento Público nº 7/2026, Processo Administrativo nº 77/2026, cujo objeto está descrito acima.
A conferência foi realizada mediante cotejo da documentação apresentada com as exigências do Edital de Chamamento Público, seus anexos e demais documentos integrantes do procedimento, especialmente quanto à habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação técnica, comprovação da habilitação profissional dos profissionais indicados e demais condições necessárias ao credenciamento.
Para fins de aplicação do critério territorial previsto no edital, foram consideradas as seguintes abrangências: I – âmbito local: Município de Lobato/PR; II – âmbito regional: Municípios integrantes da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense – AMUSEP, compreendendo Ângulo, Astorga, Atalaia, Colorado, Doutor Camargo, Floraí, Floresta, Flórida, Iguaraçu, Itaguajé, Itambé, Ivatuba, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Ourizona, Paiçandu, Paranacity, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, São Jorge do Ivaí, Sarandi e Uniflor; e III – demais localidades: os demais Municípios não abrangidos pelos incisos anteriores, desde que atendidas as condições estabelecidas no edital e no respectivo contrato para a execução dos serviços.
Após a análise, as empresas constantes do quadro de distribuição da demanda anexo foram consideradas credenciadas, observadas as categorias, lotes, profissionais, quantitativos de horas e situação de atendimento/disponibilidade registrados no referido quadro, reproduzidos sinteticamente nesta ata para fins de registro.

I – QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA E SITUAÇÃO

Lote	Descrição dos serviços	Horas/ano	Categoria	Empresa, âmbito, profissional(is) e horas	Situação da demanda
1	Plantão de enfermagem diurno, 12h, segunda a sexta-feira	6.480	Enfermeiro(a)	JJ NURSE LTDA (local): Mirela Raisa Pinheiro de Oliveira – COREN 580.660 (2.160h); Larissa Barbosa Barbalho – COREN 929.495 (2.160h); Patrini Alecrim Crespo – COREN 921.176/PR (2.160h).	Atendida
2	Plantão de enfermagem noturno, 12h, segunda a sexta-feira	2.160	Enfermeiro(a)	JJ NURSE LTDA (local): Patrini Alecrim Crespo – COREN 921.176/PR (2.160h).	Atendida
3	Plantão de enfermagem diurno, 12h, sábados e domingos	1.152	Enfermeiro(a)	JJ NURSE LTDA (local): Mirela Raisa Pinheiro de Oliveira – COREN 580.660 (576h); Patrini Alecrim Crespo – COREN 921.176/PR (576h).	Atendida
4	Plantão de enfermagem noturno, 12h, sábados e domingos	1.152	Enfermeiro(a)	JJ NURSE LTDA (local): Patrini Alecrim Crespo – COREN 921.176/PR (576h); Mirela Raisa Pinheiro de Oliveira – COREN 580.660 (576h).	Atendida
5	Plantão de enfermagem diurno, 12h, feriados	264	Enfermeiro(a)	JJ NURSE LTDA (local): Mirela Raisa Pinheiro de Oliveira – COREN 580.660 (264h).	Atendida
6	Plantão de enfermagem noturno, 12h, feriados	264	Enfermeiro(a)	JJ NURSE LTDA (local): Patrini Alecrim Crespo – COREN 921.176/PR (264h).	Atendida
7	Serviços de enfermagem diurno, 8h/dia, das 08h às 12h e das 13h às 17h	2.400	Enfermeiro(a)	LEMOS & COLLETO LTDA (local): Iêda Zara Coletto Giglioti – COREN 403.330/PR (2.400h).	Atendida
8	Serviços de enfermagem diurno, 8h/dia, Estratégia Saúde da Família, das 08h às 12h e das 13h às 17h	4.800	Enfermeiro(a)	L&N SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA (regional): Nubya de Oliveira Dias – COREN 000.928.852 (2.400h); Lorrana Benhossi Tomitan – COREN 000.980.490 (2.400h).	Atendida
9	Plantão de técnico de enfermagem diurno, 12h, segunda a sexta-feira	8.640	Técnico(a) de enfermagem	JJ NURSE LTDA (local): Fernanda Gomes – COREN 946.900/PR (2.160h); Maria Claudia Modenes Leite Araujo Neves – COREN 002.410.580 (2.160h); Vania Marques Carnavale Flávio – COREN 2.471.766/PR (2.160h). O quadro também registra disponibilidade de 2.160h.	Disponível: 2.160 horas
10	Plantão de técnico de enfermagem noturno, 12h, segunda a sexta-feira	8.640	Técnico(a) de enfermagem	JJ NURSE LTDA (local): Vania Marques Carnavale Flávio – COREN 2.471.766/PR (4.320h); Maria Claudia Modenes Leite Araujo Neves – COREN 002.410.580 (4.320h).	Atendida
11	Plantão de técnico de enfermagem diurno, 12h, sábados e domingos	2.304	Técnico(a) de enfermagem	JJ NURSE LTDA (local): Vania Marques Carnavale Flávio – COREN 2.471.766/PR (1.152h); Fernanda Gomes – COREN 946.900/PR (1.152h).	Atendida
12	Plantão de técnico de enfermagem noturno, 12h, sábados e domingos	2.304	Técnico(a) de enfermagem	JJ NURSE LTDA (local): Vania Marques Carnavale Flávio – COREN 2.471.766/PR (1.152h); Maria Claudia Modenes Leite Araujo Neves – COREN 002.410.580 (1.152h).	Atendida
13	Plantão de técnico de enfermagem diurno, 12h, feriados	528	Técnico(a) de enfermagem	JJ NURSE LTDA (local): Fernanda Gomes – COREN 946.900/PR (264h); Maria Claudia Modenes Leite Araujo Neves – COREN 002.410.580 (264h).	Atendida
14	Plantão de técnico de enfermagem noturno, 12h, feriados	528	Técnico(a) de enfermagem	JJ NURSE LTDA (local): Maria Claudia Modenes Leite Araujo Neves – COREN 002.410.580 (264h); Vania Marques Carnavale Flávio – COREN 2.471.766/PR (264h).	Atendida
15	Serviços de técnico de enfermagem diurno, 8h/dia, das 08h às 12h e das 13h às 17h	4.800	Técnico(a) de enfermagem	L&N SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA (regional): Rosangela Rodrigues Neto – COREN 001.900.916 (2.400h). O quadro registra disponibilidade de 2.400h.	Disponível: 2.400 horas
16	Serviços de técnico de enfermagem diurno, 8h/dia, Estratégia Saúde da Família, das 08h às 12h e das 13h às 17h	4.800	Técnico(a) de enfermagem	L&N SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA (regional): Alexandra Rodrigues Moreira Souza – COREN 001.382.140 (2.400h); Rosangela Rodrigues Neto – COREN 001.900.916 (2.400h).	Atendida

II – DA EMPRESA NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

A empresa NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA., inscrita no CNPJ nº 19.850.311/0001-78, foi enquadrada, para fins do critério territorial, no inciso III – demais localidades. Na conferência da documentação de qualificação técnica dos profissionais prestadores de serviços, verificou-se a ausência dos documentos abaixo relacionados:

Categoria: Enfermagem – Ana Nathalia Izidoro da Silva – COREN 916294/PR: comprovante de endereço, diploma e PIS.
Categoria: Enfermagem – Antonielle Marques Mainardes – COREN 920324/PR: comprovante de residência e PIS.
Categoria: Enfermagem – Joseane Cardoso de Sá Barbosa – COREN 000139129/PR: comprovante de residência e PIS.
Categoria: Enfermagem – Luiz Eduardo Zampieri – COREN 000.688.468/PR: comprovante de residência e PIS.
Categoria: Técnico de Enfermagem – Dileusa Maria Carneiro de Andrade – COREN 001.453.382/PR: comprovante de residência e PIS.
Categoria: Técnico de Enfermagem – Elisandra Silva de Lima – COREN 001.045.577/PR: comprovante de residência e PIS.
Categoria: Técnico de Enfermagem – Francyelle Calefi Martins Perr – COREN 001.118.144/PR: comprovante de residência e PIS.

Em razão da documentação incompleta, a empresa NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA. não foi considerada credenciada neste procedimento. Caso tenha interesse em prosseguir, deverá apresentar novamente toda a documentação de habilitação exigida no Edital de Chamamento Público nº 7/2026, observadas as regras e condições editalícias aplicáveis.

III – CONCLUSÃO

Diante da conferência documental realizada, conclui-se que as empresas **JJ NURSE LTDA., inscrita no CNPJ. 46.410.279/0001-82, LEMOS & COLLETO LTDA., inscrita no CNPJ. 40.119.594/0001-79 e L&N SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA. inscrita no CNPJ. 68.558.033/0001-95 atenderam às exigências editalícias e estão credenciadas e aptas à contratação**, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 7/2026, observados os profissionais indicados, as respectivas categorias profissionais, os lotes correspondentes, os valores estabelecidos e as demais condições previstas no instrumento convocatório.

Ressalva-se que a empresa **NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA., inscrita no CNPJ nº 19.850.311/0001-78**, não foi considerada credenciada nesta análise, em razão da ausência de documentos exigidos para a qualificação técnica dos profissionais indicados, conforme detalhado nesta ata, podendo, caso tenha interesse, apresentar novamente toda a documentação de habilitação exigida no edital, observadas as disposições aplicáveis ao procedimento.

Para fins de distribuição das futuras demandas, deverá ser observado o disposto no **item 2.5 do Edital**, especialmente quanto aos critérios sucessivos de localidade ou região, considerando-se:

I – Primeiro nível – âmbito local: pessoas jurídicas estabelecidas no Município de Lobato/PR;
II – Segundo nível – âmbito regional: pessoas jurídicas estabelecidas nos Municípios integrantes da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense – AMUSEP, observada a composição vigente na data de elaboração do instrumento convocatório; e
III – Terceiro nível – demais localidades: demais pessoas jurídicas credenciadas, independentemente de sua localização geográfica, desde que efetivamente aptas à contratação e em condições de atender à demanda.

Ressalta-se que o enquadramento territorial não constitui exclusividade de contratação, mas critério objetivo de preferência para convocação e contratação, conforme estabelecido no Edital.

Havendo mais de uma pessoa jurídica credenciada e apta pertencente ao mesmo nível de preferência, deverá ser observada a **ordem de inscrição**, nos termos dos itens 2.5.7 a 2.5.9 do Edital.

Registra-se, ainda, que o simples credenciamento não assegura à pessoa jurídica o direito ao recebimento de demandas nem à execução integral dos quantitativos estimados. A efetiva contratação e a execução dos serviços ficam condicionadas às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, à disponibilidade administrativa e orçamentária e ao cumprimento das demais condições estabelecidas no Edital e no respectivo instrumento contratual.

Para fins de registro, esclarece-se que a situação **"ATENDIDA"**, constante do quadro de distribuição da demanda anexo, foi atribuída aos lotes em que a quantidade de profissionais indicados pelas empresas credenciadas correspondeu à quantidade de profissionais solicitada pela Administração. Por sua vez, a indicação de **"DISPONÍVEL"** refere-se aos quantitativos de horas que permaneceram disponíveis, conforme registrado no referido quadro. Essas informações destinam-se a demonstrar o atendimento das necessidades inicialmente previstas e a disponibilidade remanescente, sem prejuízo da observância dos critérios de convocação e contratação estabelecidos no Edital.

Por fim, a presente ata registra os procedimentos de conferência documental e o resultado da análise realizada, devendo integrar o respectivo processo administrativo de credenciamento para fins de transparência, rastreabilidade e controle dos atos praticados pela Administração.

Nada mais havendo a registrar, lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, segue para assinatura dos responsáveis pela conferência e análise documental.

Lobato/PR, 15 de outubro de 2026.

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO
Presidente da Comissão de Contratação

LUCIMARA APARECIDA RIQUENA MEDEIROS DE ALMEIDA
Membro

SIRLENE DE FATIMA DOMINGUES
Membro

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:288F3D5E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
REPUBLICAÇÃO PARA CORREÇÃO DE DADOS

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS
CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

O **MUNICÍPIO DE MALLET**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 75.654.566/0001-36, com sede na Rua XV de Novembro - Sul, nº 28-SE, Centro, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais e

em cumprimento às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 350/2022 e às cláusulas do respectivo Edital e Termo de Referência, torna pública a:

RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS E CREDENCIADOS

OBJETO: Credenciamento de pessoa física para prestação de serviço de Leiloeiro Oficial para realização de Leilões Públicos, visando à venda de bens inservíveis do Município de Mallet/PR, incluindo o levantamento dos bens, avaliação, elaboração e publicação do edital, divulgação (propaganda e marketing), condução e realização do certame, bem como todos os procedimentos decorrentes.

1. DA RELAÇÃO DOS LEILOEIROS OFICIAIS HABILITADOS E CREDENCIADOS

Após regular análise e julgamento da documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica exigidas no instrumento convocatório, foram julgados **HABILITADOS/CREDENCIADOS** os seguintes profissionais:

Ordem	Nome do Leiloeiro	Matrícula JUCEPAR	CPF
01	ELTON LUIZ SIMON	09/023-L	44.016.329-31
02	ANDRE LUIZ WUITSCHIK	20/327-L	028.240.179-29
03	PATRICIA PIMENTEL GROCOSKI COSTA	22/352-L	035.022.569-93
04	PAULO ALEXANDRE HEISLER	25/416-L	534.364.310-87
05	GUSTAVO MORETTO GUIMARÃES DE OLIVEIRA	22/344-L	280.345.868-38
06	FABIO MARLON MACHADO	23/374-L	066.868.919-67
07	SANDRA DE FATIMA SANTOS	22/364-L	830.154.696-49
08	RODRIGO SCHMITZ	25/432-L	720.840.810-68
09	EDUARDO SCHMITZ	20/318-L	945.659.100-04
10	RAFAEL DANIELEWICZ	16/286-L	032.329.549-52
11	CLEVER ELMES MILANI	16/283-L	000.567.899-47
12	DANIEL ELIAS GARCIA	20/316-L	910.192.149-53
13	FABIO GONCALVES BARBOSA	12/042-L	036.503.789-30
14	JOSE FERNANDO DE QUINA	23/380-L	709.929.089-49
15	RAFAEL GALVANI FERREIRA	24/396-L	010.427.359-30
16	DIEGO WOLF DE OLIVEIRA	20/317-L	008.761.599-19
17	WERNO KLOCKNER JUNIOR	600	571.326.589-72
18	EDUARDO JESUS BORDIGNON	25/412-L	037.795.289-32
19	ANDERSON LUCHTENBERG	25/427-L	022.246.659-62
20	HELCIO KRONBERG	653	085.187.848-24
21	PEDRO LERNER KRONBERG	20/322-L	005.142.199-20
22	JOACIR MONZON POUEY	18/295-L	007.917.900-29
23	TATIANA PAULA ZANI DE SOUSA	22/358-L	262.678.818-06
24	LUCIANO MARANGONI	19/308-L	028.943.219-70
25	JAQUELINE SPERANÇA	21/328-L	859.917.759-15
26	ADALBERTO SCHERER FILHO	21/329-L	301.894.209-44
27	JEREMY WU SANTIAGO DA COSTA E SILVA	24/400-L	007.834.909-50
28	CAROLINE DE SOUSA RIBAS	22/358-L	224.335.748-89
29	ALEX SANDRO VIEIRA FELIX	18/297-L	026.187.549-30
30	CAMILA DE MOURA GAIA PELLISSARI	23/376-L	066.326.499-55
31	LUIZ CARLOS DALL AGNOL	639	607.889.929-53
32	LUIZ BARBOSA DE LIMA JUNIOR	10/030-L	397.601.709-49
33	JORGE MARCO AURELIO BIAVATI	17/289-L	580.826.389-15
34	LELIA MARIA DE PAULA LENZ CESAR GAUDÊNCIO	630	839.225.129-68
35	RICARDO FERREIRA GOMES	21/332-L	005.114.589-83
36	CONRADO AUGUSTO CARVALHO DE MAGALHÃES	22/343-L	089.444.926-54
37	SIDNEY BELARMINO FERREIRA JUNIOR	19/309-L	049.611.679-75
38	JORGE VINICIUS DE MOURA CORREA	25/429-L	042.689.509-66
39	RAFAEL CERETTA ALEGRANZZI	25/431-L	830.232.400-00
40	MARCOS ANTONIO TULIO	20/326-L	046.021.839-56
41	ARTHUR FERREIRA NUNES	26/446-L	640.968.904-72
42	FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO	24/401-L	039.167.186-30
43	LUCAS EDUARDO DALCANALE	20/319-L	010.132.359-08
44	JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA	24/402-L	065.132.226-05
45	CATIELE BORGES LEFFA	24/393-L	960.192.550-34
46	PAULO ROBERTO NAKAKOGUE	12/048-L	041.361.129-98
47	MARCIANO MAURO PAGLIARINI	23/365-L	021.563.329-67
48	LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA	24/399-L	014.721.886-16
49	GIANCARLO PETERLONGO LORENZINI MENEGOTTO	24/405-L	587.159.750-53

A relação acima foi elaborada inicialmente em ordem cronológica de entrega e apresentação de documentos, nos termos do item 5.2.2 do TR.

2. DOS PROFISSIONAIS INABILITADOS

Não houve interessados inabilitados.

3. DA ABERTURA DO PRAZO RECURSAL

3.1. Fica aberto, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Oficial Eletrônico do Município, o **prazo de 05 (cinco) dias úteis** para a interposição de eventuais recursos administrativos em face do julgamento da habilitação no credenciamento, com fundamento no item 7.1 do Termo de Referência e na Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. Os recursos deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, devidamente instruídos e fundamentados, podendo ser protocolados:

Por via eletrônica: Através do e-mail institucional licitamallet@hotmail.com; ou

• **Presencialmente:** No Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Mallet, localizado na Rua XV de Novembro - Sul, nº 28-SE, Centro, Mallet/PR, em dias úteis, no horário de expediente das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

3.3. Não serão conhecidas as manifestações interpostas fora do prazo preclusivo ou desprovidas de representação formal.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO SORTEIO PÚBLICO

4.1. Transcorrido o prazo recursal sem interposição de recursos, ou após o julgamento dos que eventualmente forem protocolados, a lista definitiva será homologada e restará convocada a sessão para a realização do sorteio público para definição da ordem sequencial e de rodízio dos leiloeiros para as convocações.

4.2. Conforme preconiza o item 5.2.4 do Termo de Referência, o sorteio público será efetuado por meio da plataforma *https://sorteador.com.br*, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a publicação da lista definitiva homologada, sendo lavrada ata pública com ampla publicidade no Diário Oficial do Município.

Mallet/PR, 15 de outubro de 2026.

FELIPE ZOLONDEK
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Município de Mallet/PR

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:124C8A0D

SECRETARIAS MUNICIPAIS
INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 12/2026- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 12/2026- Secretaria Municipal de Educação

Dispõe sobre a implementação das ações de Educação para as Relações Étnico-Raciais e promoção da equidade racial, regulamenta procedimentos de prevenção, identificação, registro e resposta às situações de racismo e estabelece a criação das Comissões Educadoras Antirracistas nas instituições da Rede Municipal de Ensino de Mallet/PR.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve expedir a presente Instrução Normativa.

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, especialmente os princípios da dignidade da pessoa humana, igualdade e não discriminação;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a proteção integral de crianças e adolescentes;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente o art. 26-A;
CONSIDERANDO as Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 1/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial;
CONSIDERANDO a Portaria MEC nº 470, de 14 de maio de 2024, que institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola – PNEERQ;
CONSIDERANDO que a PNEERQ organiza suas ações em eixos que abrangem fortalecimento das redes, diagnóstico e monitoramento, formação dos profissionais, materiais didáticos, protocolos de identificação e resposta ao racismo, trajetórias quilombolas e difusão de saberes;
CONSIDERANDO os Protocolos de Identificação e Resposta ao Racismo na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, elaborados pelo Ministério da Educação;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos institucionais, pedagógicos e administrativos para promoção da equidade racial e enfrentamento de situações de racismo no âmbito da Rede Municipal de Ensino;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º A presente Instrução Normativa estabelece diretrizes para implementação, acompanhamento e fortalecimento das ações de Educação para as Relações Étnico-Raciais – ERER e promoção da equidade racial no âmbito das instituições pertencentes à Rede Municipal de Ensino de Mallet.
Art. 2º As ações previstas nesta Instrução Normativa deverão integrar o cotidiano das instituições educacionais, não se restringindo a datas comemorativas, projetos isolados ou situações específicas.
Parágrafo único. A temática étnico-racial deverá ser incorporada de maneira transversal e permanente ao currículo, aos planejamentos, às práticas pedagógicas, aos materiais didáticos e literários, às formações continuadas e às relações estabelecidas no ambiente escolar.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS
Art. 3º Constituem princípios das ações previstas nesta Instrução:
I – respeito à dignidade humana e à diversidade étnico-racial;
II – promoção da equidade e da igualdade de oportunidades educacionais;
III – valorização das identidades, histórias, culturas e saberes afro-brasileiros, africanos, indígenas e quilombolas;
IV – prevenção e enfrentamento de todas as formas de racismo e discriminação;
V – proteção integral de crianças e estudantes;
VI – acolhimento e escuta qualificada;
VII – intervenção imediata e adequada diante de situações de racismo;
VIII – caráter prioritariamente educativo, formativo e reparador das intervenções pedagógicas;
IX – preservação da intimidade, da dignidade e do sigilo das pessoas envolvidas;
X – atuação articulada entre instituição de ensino, Secretaria Municipal de Educação, família e Rede de Proteção.
Art. 4º São objetivos desta Instrução Normativa:
I – fortalecer a implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais na Rede Municipal;
II – prevenir e enfrentar manifestações de racismo no ambiente educacional;
III – estabelecer procedimentos comuns para identificação, acolhimento, registro, intervenção e acompanhamento das situações;
IV – qualificar os dados relacionados à raça, cor, etnia e pertencimento quilombola dos estudantes;
V – subsidiar o planejamento de políticas educacionais fundamentadas em evidências;
VI – promover formação continuada dos profissionais da educação;
VII – ampliar a presença de referências positivas e representativas da diversidade étnico-racial nos currículos, ambientes, materiais didáticos e acervos literários;
VIII – contribuir para a redução de desigualdades no acesso, permanência, desenvolvimento e aprendizagem;
IX – fortalecer a participação da comunidade escolar na construção de uma educação antirracista.

CAPÍTULO III
DAS RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – coordenar a implementação desta Instrução Normativa;
II – orientar tecnicamente as instituições educacionais;
III – promover formação continuada sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais e prevenção e enfrentamento ao racismo;
IV – acompanhar a implementação dos Protocolos de Identificação e Resposta ao Racismo;
V – fornecer orientações e instrumentos para registro das situações;
VI – acompanhar e sistematizar dados, resguardando o sigilo e a proteção de dados pessoais;
VII – apoiar a elaboração e execução de ações pedagógicas de prevenção;
VIII – promover articulação com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e demais serviços da Rede de Proteção;
IX – acompanhar indicadores de equidade étnico-racial na Rede Municipal;
X – orientar e acompanhar a constituição das Comissões Educadoras Antirracistas.

CAPÍTULO IV
DAS COMISSÕES EDUCADORAS ANTIRRACISTAS

Art. 6º Ficam instituídas as Comissões Educadoras Antirracistas no âmbito das instituições da Rede Municipal de Ensino de Mallet, devendo cada unidade educacional constituir sua respectiva Comissão, observadas as disposições desta Instrução Normativa.
§ 1º A Comissão Educadora Antirracista constitui instância de caráter educativo, preventivo, consultivo e de apoio operacional à gestão, destinada a contribuir para a implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o adequado cumprimento dos procedimentos de prevenção e resposta às situações de racismo.
§ 2º A Comissão não substitui a Direção Escolar, o Conselho Escolar, a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Tutelar ou qualquer órgão integrante da Rede de Proteção.
§ 3º As decisões administrativas decorrentes das situações acompanhadas permanecem sob responsabilidade da gestão da instituição e, quando pertinente, da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 7º A Comissão deverá possuir composição diversa e representativa da comunidade escolar, contemplando, preferencialmente:
I – representante da equipe gestora;
II – representante da coordenação pedagógica;
III – representante dos professores;
IV – representante dos demais profissionais da instituição;
V – representante das famílias ou responsáveis;
VI – representante da equipe multiprofissional, quando houver.
§ 1º A composição deverá buscar garantir representatividade de mulheres e de pessoas negras, indígenas ou quilombolas, respeitadas as características e a realidade de cada comunidade escolar.
§ 2º Sempre que possível, a organização da Comissão deverá assegurar a existência de membros de referência nos diferentes turnos de funcionamento da instituição.
§ 3º Os integrantes serão designados por ato da direção da instituição, com registro em ata, para mandato de 02 (dois) anos, permitida recondução.
Art. 8º Compete à Comissão Educadora Antirracista:
I – contribuir para a implementação desta Instrução Normativa e dos Protocolos de Identificação e Resposta ao Racismo;
II – apoiar a gestão no planejamento de ações de Educação para as Relações Étnico-Raciais;
III – colaborar com ações de sensibilização e formação da comunidade escolar;
IV – apoiar a análise dos ambientes, materiais, práticas pedagógicas e relações institucionais sob a perspectiva da equidade racial;
V – apoiar a gestão diante da identificação de situações de racismo;
VI – contribuir para que o fluxo de acolhimento, registro, encaminhamento e acompanhamento seja observado;
VII – zelar pela proteção da pessoa atingida e pela preservação do sigilo;
VIII – colaborar com a elaboração e acompanhamento das ações pedagógicas de reparação;
IX – propor ações preventivas e educativas;
X – acompanhar a inclusão da temática étnico-racial no Projeto Político-Pedagógico e no Plano de Ação da instituição;
XI – manter articulação com a Secretaria Municipal de Educação;
XII – colaborar com a avaliação anual das ações realizadas.
Art. 9º A Comissão reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade.
Parágrafo único. As reuniões deverão possuir registro em ata, resguardadas as informações pessoais ou sensíveis relativas às situações específicas acompanhadas.

CAPÍTULO V
DA PREVENÇÃO E DAS AÇÕES PEDAGÓGICAS

Art. 10. As instituições educacionais deverão desenvolver ações permanentes de promoção da equidade racial e prevenção ao racismo, contemplando:
I – práticas pedagógicas que promovam referências positivas relacionadas à população negra, indígena e quilombola;
II – utilização de materiais didáticos e literários representativos da diversidade;
III – análise dos recursos didáticos utilizados pela instituição, buscando identificar e superar representações estereotipadas ou discriminatórias;
IV – projetos e sequências didáticas integradas ao currículo;
V – valorização da diversidade estética, cultural, histórica, religiosa e social;
VI – ações envolvendo famílias e comunidade;
VII – formação e reflexão com os profissionais da educação;

CAPÍTULO VI
DA IDENTIFICAÇÃO E RESPOSTA ÀS SITUAÇÕES DE RACISMO

Art. 11. Ao tomar conhecimento de possível situação de racismo, o profissional deverá interromper a situação, quando ainda estiver ocorrendo, garantir proteção e acolhimento à pessoa atingida e comunicar imediatamente a equipe gestora.
Art. 12. O atendimento deverá preservar a dignidade, a privacidade e o bem-estar das pessoas envolvidas, evitando exposição pública, culpabilização ou repetição desnecessária do relato.
§ 1º O registro deverá limitar-se às informações espontaneamente apresentadas e aos fatos observados, de maneira objetiva.
§ 2º Não compete aos profissionais da instituição realizar interrogatórios, investigações ou formular perguntas que possam induzir respostas.

Art. 13. O procedimento institucional deverá observar, conforme a situação:
I – interrupção da situação;
II – proteção e acolhimento;
III – comunicação à gestão;
IV – registro objetivo;
V – escuta qualificada, quando necessária;
VI – comunicação e orientação às famílias ou responsáveis, observada a situação concreta;
VII – definição da intervenção pedagógica;
VIII – avaliação da necessidade de encaminhamentos internos ou externos;
IX – acompanhamento posterior das pessoas envolvidas;
X – registro das providências adotadas.
Art. 14. Nas situações envolvendo crianças ou estudantes, a resposta pedagógica deverá priorizar a construção de consciência, responsabilização educativa e transformação das práticas, sem prejuízo de outras medidas necessárias para assegurar proteção.
Parágrafo único. Quando a autoria envolver pessoa adulta, especialmente profissional da instituição, deverão ser consideradas a assimetria da relação, a responsabilidade funcional e a necessidade de adoção das medidas administrativas e legais cabíveis.

CAPÍTULO VII
DA ARTICULAÇÃO COM A REDE DE PROTEÇÃO
Art. 15. Havendo indícios de violação de direitos, risco à integridade física ou emocional ou necessidade de acompanhamento especializado, deverão ser acionados os órgãos e serviços competentes da Rede de Proteção, observadas suas respectivas atribuições.
Parágrafo único. Os encaminhamentos externos são complementares às ações da instituição educacional e não substituem o acompanhamento pedagógico e institucional do caso.

CAPÍTULO VIII
DOS REGISTROS ÉTNICO-RACIAIS
Art. 16. A Secretaria Municipal de Educação e as instituições educacionais deverão promover a qualificação permanente dos registros referentes à raça/cor e pertencimento étnico-racial dos estudantes.
Art. 17. Na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a declaração deverá ser realizada pelos pais ou responsáveis legais, respeitado o princípio da autodeclaração.
Art. 18. A instituição deverá:
I – utilizar as categorias oficiais de raça/cor previstas nos sistemas educacionais;
II – orientar as famílias com linguagem clara e acolhedora;
III – não induzir ou atribuir classificação à criança ou estudante;
IV – respeitar a opção da família por não declarar;
V – possibilitar atualização posterior;
VI – preservar a confidencialidade das informações;
VII – utilizar os dados consolidados para diagnóstico, planejamento e acompanhamento das políticas de equidade.
CAPÍTULO IX
DA FORMAÇÃO CONTINUADA
Art. 19. A Secretaria Municipal de Educação promoverá ações de formação continuada destinadas aos profissionais da Rede Municipal, abrangendo, entre outros conteúdos:
I – conceitos de raça, etnia, racismo, identidade e equidade;
II – Educação para as Relações Étnico-Raciais;
III – História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;
IV – procedimentos relacionados à autodeclaração étnico-racial;
V – identificação das diferentes manifestações de racismo;
VI – acolhimento e escuta qualificada;
VII – utilização do Protocolo de Identificação e Resposta ao Racismo;
VIII – práticas pedagógicas antirracistas;
IX – análise e seleção de materiais pedagógicos e literários;
X – proteção de dados e sigilo das informações.

CAPÍTULO X
DO MONITORAMENTO
Art. 20. A Secretaria Municipal de Educação realizará acompanhamento sistemático das ações desenvolvidas pelas instituições de ensino.
Art. 21. O monitoramento poderá considerar, entre outros:
I – constituição e funcionamento das Comissões Educadoras Antirracistas;
II – ações formativas realizadas;
III – inserção das ações nos Projetos Político-Pedagógicos;
IV – projetos e práticas pedagógicas desenvolvidas;
V – qualificação dos registros de raça/cor;
VI – situações registradas e providências institucionais adotadas, mediante dados consolidados e sem exposição de informações pessoais;
VII – participação das famílias e da comunidade;
VIII – disponibilidade e utilização de materiais didáticos e literários relacionados à diversidade étnico-racial;
IX – indicadores educacionais analisados sob a perspectiva da equidade.
CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 22. As instituições da Rede Municipal deverão adequar seus Projetos Político-Pedagógicos, Planos de Ação e demais documentos institucionais às disposições desta Instrução Normativa.
Art. 23. A Secretaria Municipal de Educação disponibilizará modelo próprio de:
I – Formulário para registro de situação de racismo (ANEXO);
II –Instrumento de acompanhamento das ações (ANEXO);
Art. 25. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação vigente e, quando necessário, mediante consulta aos órgãos competentes.

Art. 26. Fica revogada a Instrução Normativa nº 01/2024 – Secretaria Municipal de Educação.
Art. 27. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Mallet/PR, 15 de Outubro de 2026.

CARLA CASSIANA MACHADO NOWACKI
Secretária Municipal de Educação

SITUAÇÕES DE RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR

1. Identificação da situação
Data: _____ /_____ /____ ___ Hora:_____
Local: _____
Escola: _____
2. Tipo de autoria
( ) Autoria de criança ( ) Autoria de pessoa adulta
3. Relato inicial da situação (registro objetivo)
_____
ORIENTAÇÃO: Registrar apenas as informações espontaneamente relatadas, de forma objetiva, sem realizar perguntas investigativas, induzir respostas ou aprofundar o relato. Evitar julgamentos ou interpretações precipitadas.

4. Pessoas envolvidas
PESSOA QUE SOFREU A AÇÃO
Nome:
Idade/ano/turma/função:
Raça/cor:
PESSOA QUE REALIZOU A AÇÃO
Nome:
Idade/ano/turma/função:
Raça/cor

5. Ações imediatas realizadas
( ) Interrupção da situação ( ) Acolhimento
( ) Registro ( ) Diálogo com as famílias

6. Acolhimento e escuta
A escuta foi realizada? ( ) Sim ( ) Não
Local reservado: ( ) Sim ( ) Não
Houve cuidado para evitar novas violências? ( ) Sim ( ) Não
A escuta já havia sido realizada por outro profissional? ( ) Sim ( ) Não
Se sim, evitar nova escuta e utilizar o registro existente.
Observações relevantes:
_____
7. Avaliação de risco imediato
( ) Não há risco imediato
( ) Há risco à integridade física ou emocional
Se sim, quais medidas foram adotadas:
_____
8. Encaminhamentos internos
( ) Medidas institucionais e administrativas (situações de autoria de pessoa adulta)
Descrição:
_____
9. Encaminhamentos externos (se necessário)
ORIENTAÇÃO: Realizar encaminhamento quando houver indícios de violação de direitos ou necessidade de proteção especializada.
( ) Conselho Tutelar ( ) Rede de saúde local (UBS/CAPS)
( ) Assistência Social (CRAS/CREAS) ( ) Defensoria Pública
( ) Ministério Público ( ) Apoio comunitário
( ) Outros: _____
Descrição e justificativa dos encaminhamentos:
_____
10. Ação pedagógica adotada
Descrição:
_____
11. Acompanhamento
Responsável pelo acompanhamento:
Periodicidade:
Aspectos a observar:
( ) Bem-estar da criança ( ) Mudanças de comportamento
( ) Convivência na turma ( ) Novas situações
Registro de acompanhamento:_____

12. Registro e responsabilidade
Registro realizado por:

Função:
Data:

INSTRUMENTO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE EQUIDADE RACIAL E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS – ERER

Unidade Educacional: _____
Diretor(a): _____
Coordenador(a) Pedagógico(a): _____
Período de acompanhamento: _____
Data da visita/reunião de acompanhamento: _____

1. COMISSÃO EDUCADORA ANTIRRACISTA
Os Protocolos do MEC recomendam a criação de Comissão Educadora Antirracista nas unidades, com atuação tanto preventiva quanto de apoio à gestão diante de situações de racismo.
A composição deve buscar diversidade e representatividade e, quando possível, integrantes disponíveis nos diferentes turnos.

ITEM DE ACOMPANHAMENTO	SIM	PARCIAL	NÃO	NÃO SE APLICA	EVIDÊNCIA/OBSERVAÇÃO
A Comissão Educadora Antirracista foi constituída formalmente?					
Existe registro/ata da constituição da Comissão?					
A Comissão possui representação da gestão escolar?					
Há representação da coordenação pedagógica?					
Há representação de professores?					
Há participação de outros profissionais da unidade?					
Há participação de famílias/comunidade escolar?					
A composição busca diversidade e representatividade?					
Há membros de referência nos diferentes turnos?					
A Comissão realiza reuniões periódicas?					
As reuniões possuem registros em ata?					
A Comissão desenvolve ações preventivas e educativas?					
A Comissão conhece o fluxo de identificação e resposta ao racismo?					

Data da constituição:
Número de integrantes:
Quantidade de reuniões realizadas no período:

2. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

ITEM DE ACOMPANHAMENTO	SIM	PARCIAL	NÃO	EVIDÊNCIA/OBSERVAÇÃO
A temática ERER está contemplada no Projeto Político-Pedagógico?				
Está contemplada no Plano de Ação da unidade?				
Está incorporada aos planejamentos pedagógicos?				
As ações ocorrem durante todo o ano letivo, e não apenas em datas comemorativas?				
A unidade contempla as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 em suas práticas curriculares?				
Há participação da gestão no acompanhamento das ações?				

3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E CURRÍCULO

ITEM DE ACOMPANHAMENTO	SIM	PARCIAL	NÃO	EVIDÊNCIA/OBSERVAÇÃO
São desenvolvidas sequências ou projetos relacionados à ERER?				
As propostas valorizam história e cultura afro-brasileira, africana e indígena?				
Há referências positivas de pessoas negras, indígenas e quilombolas?				
As práticas evitam estereótipos ou abordagens discriminatórias?				
As ações favorecem identidade, pertencimento e valorização da diversidade?				
As práticas promovem participação e oportunidades de aprendizagem de forma equitativa?				
O trabalho pedagógico ultrapassa abordagens restritas ao mês de novembro?				

Principais ações desenvolvidas no período:
_____
Potencialidades identificadas:
_____
Aspectos que necessitam de fortalecimento:
_____

Mallet/PR, ____ de _____ de _____.
_____

Direção da Unidade Educacional

_____

Coordenação Pedagógica

_____

Representante da Comissão Educadora Antirracista

Protocolo de Identificação e Resposta ao Racismo nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Publicado por:
Danieli Bachtchen
Código Identificador:469DEF7C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 359/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 359/2026
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS
CONTRATADA: COMERCIAL HERZOG LTDA
CNPJ: 02.048.610/0002-71
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
9	Bacia de plástico redonda P: capacidade 5 L, com tampa, produzida a partir de material virgem (não reciclável), na cor branca. com certificado do Inmetro, de fácil limpeza, em formato redondo. Em caso de defeito, a empresa deverá realizar a troca do item em até 15 dias.	UND	189	R$10,80	R$2.041,20
13	Bacia de plástico retangular M: capacidade 10 L, com tampa, produzida a partir de material virgem (não reciclável), na cor branca. com certificado do Inmetro, de fácil limpeza. Em caso de defeito, a empresa deverá realizar a troca do item em até 15 dias.	UND	199	R$15,00	R$2.985,00
41	Escorredor de louça, material aço inoxidável, capacidade 19 pratos, características adicionais compartimento para talheres.	UND	43	R$100,90	R$4.338,70
43	Amassador de batatas e feijão, lâmina em aço inox, cabo em polipropileno, medindo aproximadamente (CxLxA) 280x82x84, com furo passante que possibilite pendurar o utensílio.	UND	135	R$7,00	R$945,00
59	Concha média: concha feita totalmente em aço inoxidável; concha e cabo em uma única peça, sem emendas, ou seja, monobloco; com superfície lisa (livre de microfissuras e inclusões), facilmente limpável e resistente à corrosão e acidez; para feijão, sopas e caldos; medidas aproximadas do cabo 30 cm, capacidade para aproximadamente 200-300ml, cabo em aço inox.	UND	172	R$6,00	R$1.032,00
63	Escumadeira tam G: De aço inox, tipo raquete; medindo aproximadamente 16cm de diâmetro e 40-50cm de cabo; espessura mínima de 1mm; sem decoração. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	60	R$7,00	R$420,00
65	Espátula vazada: espátula de fundo vazado para drenagem de óleos, também conhecida como escumadeira, aço inox, resistente a avarias, cabo ergonomicamente projetado e de fácil limpeza. Medidas aproximadas: 35x8,4x3cm. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	158	R$6,00	R$948,00
67	Faca para carne: em aço inox com proteção antimicrobiana, resistente ao desgaste do fio, lâmina em aço inox nº 8, com fio liso, cabo em polipropileno injetado diretamente sobre a espiga da lâmina, medidas aproximadas da faca 24 de comprimento x95 de largura x427mm de altura. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	101	R$6,00	R$606,00
68	Faca para pão: lâmina em aço inox, 7 polegadas, com fio serrilhado, cabo de polipropileno medindo aproximadamente 300 x 28 x 11mm. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	74	R$6,50	R$481,00
87	Ralador: em aço inox, resistente, com alça, com quatro faces. Medindo base inferior aproximadamente (10x8)cm, altura 18 cm com tolerância de +/- 20%. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	132	R$7,00	R$924,00
	TOTAL			R$14.720,90	

VALOR: R$14.720,90 (quatorze mil e setecentos e vinte reais e noventa centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 07/10/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:A487DDB5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 360/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 360/2026
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS
CONTRATADA: LUIZ MINIOLI NETTO LTDA
CNPJ: 14.221.429/0001-13
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Abridor de lata e garrafa: Em aço inox, antiferrugem, com no mínimo duas funções (lata/garrafa) com dimensões aproximadas (A x L x P) 2,50 cm, 4,00 cm x 14,30cm e espessura aproximada de 2,80mm.	UND	146	R$4,49	R$655,54
2	Acendedor de fogão: Acendedor de fogão com faísca, para uso diário na cozinha, rápida ignição, formato anatômico. Deverá ser embalado com informações do fabricante e selo do INMETRO.	UND	141	R$4,99	R$703,59
8	Bacia canelada grande: na cor branca, em material virgem, atóxico, inodoro, modelo canelada, capacidade de 13,5 (treze e meio) L, admitida uma tolerância de até 10% para mais ou para menos, com certificado do Inmetro, de fácil limpeza, em formato redondo. Em caso de defeito, a empresa deverá realizar a troca do item em até 15 dias.	UND	212	R$12,29	R$2.605,48
17	Caixa organizadora de alimentos, 20 L: transparente, com tampa, com capacidade mínima de 20 litros, fabricada em polipropileno de alta resistência, densidade, contendo alças c/travas, dimensões aproximadas: (altura, comprimento, largura) 19x48x33cm. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	138	R$27,09	R$3.738,42

19	Colher 60 cm: Colher em Poliamida maciça 60cm - Tamanho: Cabo 60cm / Colher 7,5 cm, material atóxico, não emite odores e evita a proliferação de fungos e bactérias. Resistente a temperatura até 130°C. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	188	R$23,19	R$4.359,72
30	Garrafa térmica 1,8 L: revestida em aço inox, com ampola de vidro, inquebrável, com capacidade aproximada de 1,8 L, com alça, com medidas de aproximadamente altura de 42 cm, largura de 15 cm e profundidade de 16 cm. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	131	R$73,42	R$9.618,02
34	Jarra 2L: em aço inox, com tampa, com capacidade mínima para 2 (dois) L, bico e alça do mesmo material, sendo resistente, em formato cilíndrico, com diâmetro mínimo de 120 Mm; Altura Mínima de 170 m. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	114	R$55,46	R$6.322,44
42	Caixa organizadora de alimentos, 10 L: transparente, com tampa, com capacidade mínima de 10 litros, fabricada em polipropileno de alta resistência, densidade, contendo alças c/travas, dimensões aproximadas: (altura, comprimento, largura) 13x41x29cm. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	138	R$20,22	R$2.790,36
50	Caldeirão de alumínio nº 24: tipo hotelaria, em alumínio, com alças laterais reforçadas, tampa com alça reforçada, com capacidade aproximadamente 10L, diâmetro de 24 cm. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	64	R$66,99	R$4.287,36
56	Colher de arroz/colher de servir: colher para servir, de material em aço inox, com cabo de polipropileno resistente, com a ponta cavada, tamanho de aproximadamente 40 cm. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	183	R$11,14	R$2,038,62
57	Colher de sobremesa: todo o material em aço inox, resistente a corrosão, sem possibilidade de entortar com facilidade. Entre 15-16cm. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	4506	R$0,95	R$4.280,70
72	Frigideira 36cm: corpo em alumínio, revestida de material antiaderente. Cabo anatômico e antitérmico com rebites em alumínio. Pintura na cor preta. Capacidade mínima de 4,0L; Diâmetro de 36cm. Garantia de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	80	R$83,99	R$6.719,20
85	Prato com divisórias: em aço inox, redondo, com 4 divisórias, com diâmetro do prato de aproximadamente 25 cm. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	935	R$13,90	R$12.996,50
	TOTAL			R$61.115,95	

VALOR: R$61.115,95 (sessenta e um mil e cento e quinze reais e noventa e cinco centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 07/10/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:A43A9BA0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 362/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 362/2026
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS
CONTRATADA: REINVENTAR SUPRIMENTOS LTDA
CNPJ: 68.830.568/0001-73
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
6	Bacia canelada pequena: na cor branca, em material virgem, atóxico, inodoro, modelo canelada, capacidade de 5 (cinco) L, admitida uma tolerância de até 10% para mais ou para menos, com certificado do Inmetro, de fácil limpeza, em formato redondo. Em caso de defeito, a empresa deverá realizar a troca do item em até 15 dias.	UND	189	R$7,30	R$1.379,70
22	Cumbuca de inox: Cumbuca/tigela/bowl feita em aço inoxidável, resistente, com capacidade de 150-300 ml, para sobremesas ou pequenas preparações. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	4252	R$2,40	R$10.204,80
24	Espátula de silicone (tipo pão-duro): espátula; de silicone, suporta, no mínimo, 50°C, com tamanho pequeno e estreito medindo aproximadamente 25 cm de comprimento; para manipulação de alimento; sem decoração. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	167	R$5,90	R$985,30
28	Funil para cozinha: em aço inox; medidas aproximadas: diâmetro 12 x altura 12 cm; saída de 20mm contendo aba e suporte; acondicionado de forma apropriada. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	147	R$24,00	R$3.528,00
35	Peneira 20cm: Aço Inox; com diâmetro aproximado de 20cm; com borda de aço inox; para suco ou líquidos concentrados; uso doméstico; acondicionada em embalagem apropriada.	UND	126	R$7,00	R$882,00
36	Peneira 15cm: Aço Inox; com diâmetro aproximado de 15cm; com borda de aço inox; para suco ou líquidos concentrados; uso doméstico; acondicionada em embalagem apropriada.	UND	138	R$5,00	R$690,00
37	Pote 8L: Porta mantimentos; de polietileno; no formato retangular; com capacidade mínima para 8L; para armazenar mantimentos; s/decoração; transparente c/tampa de pressão p/ fechamento hermético p/ fechamento hermético. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	150	R$17,00	R$2.550,00
38	Pote 4L: Porta mantimentos; de polipropileno; no formato retangular; com capacidade mínima para 4L; para armazenar mantimentos; s/decoração; transparente c/tampa de pressão p/ fechamento hermético. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	181	R$13,00	R$2.353,00
39	Potes 2L: Porta mantimentos; de polipropileno; no formato retangular; com capacidade mínima para 2L; para armazenar mantimentos; s/decoração; transparente c/tampa de pressão para fechamento hermético. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	197	R$7,50	R$1.477,50
53	Caneca: em aço inox, com capacidade de no mínimo 200 ml e no máximo 250 ml borda com virola, com cabo fundido e resistente, diâmetro de 7 cm. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	4580	R$3,40	R$15.572,00
60	Jarra medidora/copo medidor: com alça, em polietileno, atóxico e resistente, marcando externamente as unidades de medidas em mililitros, com capacidade de no mínimo 1000 ml.	UND	86	R$3,30	R$283,80
61	Descascador de legumes: manual, todo feito em aço inox, com aproximadamente 15 cm, lâmina com alto poder de corte. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	130	R$4,00	R$520,00
74	Frigideira 20cm: corpo em alumínio, revestida de material antiaderente. Cabo anatômico e antitérmico com rebites em alumínio. Pintura na cor preta. Capacidade mínima de 1,5L; Diâmetro de 20cm. Garantia de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	98	R$20,00	R$1.960,00
76	Garfo tridente: Garfo tridente tipo hotel; cabo pegador em baquelite, aproximadamente 37 cm. sem decoração no cabo. Garantia de no mínimo 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	177	R$25,00	R$4.425,00
77	Pá em polietileno, 60 cm: composta de polietileno, atóxico, na cor branca, de 60 cm de comprimento, na cor banca. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	149	R$28,00	R$4.172,00
82	Peneira 10cm: Aço Inox; com diâmetro aproximado de 10cm; com borda de aço inox; para suco ou líquidos concentrados; uso doméstico; acondicionada em embalagem apropriada.	UND	147	R$2,80	R$411,60
83	Picador de legumes industrial (cabrita) MÉDIO: Picador e cortador de legumes tamanho médio, em alumínio, Lâmina em aço inox desmontável. Com base antiderrapante, com cabo basculante. Altura aproximada de 51cm. Largura 27cm. Comprimento 27cm. Garantia de 1 ano.	UND	22	R$115,00	R$2.530,00
84	Picador de legumes industrial (cabrita) GRANDE: Picador e cortador de legumes tamanho grande, em alumínio, Lâmina em aço inox. Com base antiderrapante e tripé. Com cabo basculante, sistema de corte manual por alavanca. Altura aproximada de 90cm, largura 45cm, área de corte 9cm. . Garantia de 1 ano.	UND	32	R$165,00	R$5.280,00
	TOTAL			R$59.204,70	

VALOR: R$59.204,70 (cinquenta e nove mil e duzentos e quatro reais e setenta centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 07/10/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:21473CC3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 363/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 363/2026
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS
CONTRATADA: TOP CENTER DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 55.949.772/0001-66
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
3	Assadeira alta retangular grande: Em alumínio ABC, tipo hotelaria, nº 6, com alças, formato retangular com medidas aproximadas de 55 cm de comprimento, 34 cm de largura e 7 cm de altura. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	86	R$62,50	R$5.375,00
4	Assadeira retangular média: Em alumínio tipo ABC, tipo hotelaria, nº 4 com alças, formato retangular com medidas aproximadas de 45 cm de comprimento, 32 cm de largura e 5 cm de altura. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	110	R$36,45	R$4.009,50
5	Assadeira redonda com furo: Forma redonda com furo central, para bolos, estilo forma canudo, de alumínio com revestimento antiaderente; medindo aproximadamente 25 cm de diâmetro. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	130	R$17,00	R$2.210,00
7	Bacia canelada média: na cor branca, em material virgem, atóxico, inodoro, modelo canelada, capacidade de 8 (oito) L admitida uma tolerância de até 10% para mais ou para menos, com certificado do Inmetro, de fácil limpeza, em formato redondo. Em caso de defeito, a empresa deverá realizar a troca do item em até 15 dias.	UND	204	R$8,38	R$1.709,52
10	Bacia de plástico redonda M: capacidade 10 L, com tampa, produzida a partir de material virgem (não reciclável), na cor branca. com certificado do Inmetro, de fácil limpeza, em formato redondo. Em caso de defeito, a empresa deverá realizar a troca do item em até 15 dias.	UND	203	R$13,10	R$2.659,30
12	Bacia de plástico retangular P: capacidade 5 L, com tampa, produzida a partir de material virgem (não reciclável), na cor branca. com certificado do Inmetro, de fácil limpeza. Em caso de defeito, a empresa deverá realizar a troca do item em até 15 dias.	UND	189	R$12,55	R$2.371,95
15	Caixa organizadora de alimentos, 50 L: Transparente, com tampa, com capacidade mínima de 50L, fabricada em polipropileno de alta resistência, densidade, contendo alças c/ travas, dimensões aproximadas: (altura, comprimento, largura) 33x58x38cm. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	118	R$43,90	R$5.180,20
16	Caixa organizadora de alimentos, 30 L: Transparente, com tampa, com capacidade mínima de 30L, fabricada em polipropileno de alta resistência, densidade, contendo alças c/ travas, dimensões aproximadas: (altura, comprimento, largura) 28x45x32cm. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	132	R$32,44	R$4.282,08
18	Chaleira grande: tipo hotelaria, em aço inox, cabo baquelite resistente de material próprio para manuseio na cor preta, sem comprometer a altas temperaturas, com capacidade de aproximadamente 5 (cinco) L. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	65	R$89,00	R$5.785,00
20	Colher de sopa: todo o material em aço inox, resistente, sem possibilidade de entortar com facilidade, tamanho de aproximadamente 18 cm. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	4346	R$1,00	R$4.346,00
21	Colher de chá: todo o material em aço inox, resistente a corrosão, sem possibilidade de entortar com facilidade. Aproximadamente 10cm. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	2126	R$0,65	R$1.381,90
25	Faca de mesa: lâmina em aço inox, com fio serrilhado, e cabo em plástico rígido (cor azul marinho) comprimento de aproximadamente 20 cm. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	1511	R$1,25	R$1.888,75
27	COADOR DE PANO G - coador de pano, em tecido 100% algodão, cabo de polipropileno, com diâmetro aproximado de 30cm.	UND	85	R$11,20	R$952,00
29	Garfo de sobremesa: lâmina e cabo em aço inox, resistente, sem possibilidade de entortar com facilidade, tamanho de aproximadamente 160 x 1 mm; sem decoração no cabo. Garantia de no mínimo 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	2686	R$ 0,89	R$2.390,54
31	Garrafa térmica 12 L: com capacidade para 12 (doze) L, com torneira, com medidas aproximadas de altura 42 cm e diâmetro 28cm, isolamento térmico com espuma de poliuretano com dupla camada de polietileno de alta densidade, com conservação de até 6horas do líquido quente, com pé e alça. Garantia de 3 meses contra defeitos de fabricação.	UND	39	R$134,00	R$5.226,00
32	Garrafa térmica 5 L: com capacidade para 5 (cinco) L, com torneira, isolamento térmico com espuma de poliuretano com dupla camada de polietileno de alta densidade, com conservação de até 6 horas do líquido quente, com pé e alça. Garantia de 3 meses contra defeitos de fabricação.	UND	58	R$44,50	R$2.581,00
40	Tábua para corte de laticínios em polietileno, na cor branca, com dimensões de 40 cm de largura e 50 cm de comprimento e 1,5 cm de espessura.	UND	40	R$65,90	R$2.636,00
44	Assadeira retangular pequena: Em alumínio com revestimento antiaderente, cor e acabamento preto, formato retangular com medidas aproximadas de 30 cm de comprimento, 20 cm de largura e 5,4 cm de altura. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	109	R$16,50	R$1.798,50
45	Caçarola industrial nº 20: fabricada em alumínio de alta resistência e durabilidade, com tampa e alças laterais, medindo aproximadamente 20 cm de diâmetro e 10cm de altura, com capacidade mínima aproximada de 3L. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	75	R$38,90	R$2.917,50
46	Caçarola industrial nº 24: fabricada em alumínio de alta resistência e durabilidade, com tampa e alças laterais, medindo aproximadamente 11,5 cm de altura, 24 cm de largura, 2mm de espessura com capacidade aproximada de 4,7L. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	72	R$43,00	R$3.096,00
47	Caçarola industrial nº 30: fabricada em alumínio de alta resistência e durabilidade, com tampa e alças laterais, nº 30, medindo aproximadamente 14 cm de altura, 30 de largura, 02mm de espessura com capacidade mínima de 10L. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	55	R$62,00	R$3.410,00
48	Caçarola industrial nº 34: fabricada em alumínio de alta resistência e durabilidade, com tampa e alças laterais, medindo aproximadamente 15,5 cm de altura, 34 de largura, 2 mm de espessura com capacidade mínima de 14L. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	50	R$82,50	R$4.125,00
49	Caixa plástica branca, para açougue: Polietileno resistente, formato retangular, empilhável, com capacidade mínima de 40 litros, medindo aproximadamente 60cm x 40cm x 20cm. Garantia de 03(três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	109	R$76,00	R$8.284,00
51	Caldeirão de alumínio nº 30: tipo hotelaria, em alumínio, com alças laterais reforçadas, tampa com alça reforçada, com capacidade aproximadamente de 18L diâmetro de 30cm. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	52	R$94,00	R$4.888,00
52	Caneca nº 16 (leiteira): tipo hotelaria, em alumínio, com bico, cabo de plástico resistente, liso, impermeável e lavável, com cabo de baquelite e com capacidade de aproximadamente 3 L, com 16 cm de diâmetro. Garantia de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	104	R$37,00	R$3.848,00
55	Chaleira média: tipo hotelaria, em aço inox, cabo baquelite resistente de material próprio para manuseio na cor preta, sem comprometer a altas temperaturas, com capacidade de aproximadamente 2 (dois) L. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	67	R$36,90	R$2.472,30
64	Escumadeira tam M: Toda de aço inox; medindo aproximadamente 10cm de diâmetro e 30-40cm de cabo; espessura mínima de (5)mm; sem decoração. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	132	R$5,95	R$785,40
66	Espremedor de alho: espremedor/amassador de alho; em aço inox; tipo manual; com comprimento aproximado de 18 cm. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	138	R$13,50	R$1.863,00
69	COADOR DE PANO M - coador de pano, em tecido 100% algodão, cabo de polipropileno, com diâmetro aproximado de 20cm.	UND	127	R$11,00	R$1.397,00
70	Forma com 24 cavidades (tipo cupcake): forma de alumínio com revestimento antiaderente, para mini-bolo ou pão de queijo; com capacidade para 24 unidades; medindo aproximadamente 36,5cm 25cm (comprimento x largura); no formato retangular. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	122	R$39,00	R$4.758,00
71	Forma de pão: em alumínio com revestimento antiaderente, resistente, medindo 28cm (comprimento) x 10cm (largura) x altura mínima de 7cm. Com margem de 2 cm p/mais ou p/menos no comprimento e largura. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	85	R$11,80	R$1.003,00
73	Frigideira 28cm: corpo em alumínio, revestida de material antiaderente. Cabo anatômico e antitérmico com rebites em alumínio. Pintura na cor preta. Capacidade mínima de 3,5L; Diâmetro de 28cm. Garantia de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	78	R$50,90	R$3.970,20
75	Fouet: Batedor de ovos manual, feito em aço inox. Aproximadamente 30cm de comprimento. Garantia de 03(três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	145	R$7,50	R$1.087,50
78	Panela de pressão, 4,5 L: linha profissional, em alumínio polido, com revestimento antiaderente, com aproximadamente 20 cm de diâmetro, altura mínima de 12 cm, capacidade de 4,5 L, equipada com alça e cabo resistente, com fechamento interno com válvula de escape e de segurança. Garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação. Deverá ser embalado com informações do fabricante e selo do INMETRO.	UND	73	R$83,80	R$6.117,40
79	Panela de pressão, 12 L: linha profissional, com pegador de baquelite, em alumínio polido, de alta qualidade, com fechamento externo, medindo aproximadamente 27 cm de diâmetro, Panela com tecnologia turbo, com válvula de segurança repetitiva, asas ergonômicas resistentes, com quatro sistemas de segurança, capacidade mínima de 12 litros, tampa com saída de vapor. Válvula múltipla que permita selecionar no mínimo três pressões de cozimento. Garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação. Deverá ser embalado com informações do fabricante e selo do INMETRO.	UND	61	R$339,99	R$20.739,39
80	Panela de pressão, 20 L: linha profissional, com pegador de baquelite, em alumínio polido, de alta qualidade, com fechamento externo, medindo aproximadamente 31,6 cm. Panela com tecnologia turbo, com válvula de segurança repetitiva, asas ergonômicas resistentes, com quatro sistemas de segurança, capacidade mínima de 20 litros, tampa com saída de vapor. Válvula múltipla que permita selecionar no mínimo três pressões de cozimento. Garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação. Deverá ser embalado com informações do fabricante e selo do INMETRO.	UND	20	R$394,30	R$7.886,00
81	Pegador Universal: em aço inox, com medidas de aproximadamente, comprimento 30 cm e largura 5 cm. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	189	R$6,59	R$1.245,51
86	Prato fundo: em aço inox, redondo, com diâmetro de aproximadamente 23 cm, altura de 3 cm. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	5012	R$5,00	R$25.060,00
88	Escorredor de massa alimentícia tam M: Em aço inox, resistente, com diâmetro superior de aproximadamente 40cm (capacidade de 15L), cabo fundido e resistente, com pé e alças laterais. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	62	R$61,00	R$3.782,00
	TOTAL			R$169.518,44	

VALOR: R$169.518,44 (cento e sessenta e nove mil e quinhentos e dezoito reais e quarenta e quatro centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 07/10/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:555860DD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 365/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 365/2026
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS
CONTRATADA: WL NOGUEIRA DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 24.334.764/0001-81
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
23	Espátula para bolo: Espátula para bolo, totalmente em aço inoxidável, com aproximadamente 2 mm de espessura e 32,5 cm de comprimento. Garantia de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação.	UND	162	R$15,87	R$2.570,94
58	Concha grande: Concha para feijão; feita totalmente em aço inoxidável; concha e cabo em uma única peça, sem emendas, ou seja, monobloco. com superfície lisa (livre de microfissuras e inclusões), facilmente limpável e resistente à corrosão e acidez; com cabo de 40 à 50 cm, capacidade aproximada de 300-400ml; espessura mínima de 5 mm; sem decoração.	UND	173	R$14,89	R$2.575,97
	TOTAL			R$5.146,91	

VALOR: R$5.146,91 (cinco mil e cento e quarenta e seis reais e noventa e um centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 07/10/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:03440ADC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 366/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 366/2026
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS
CONTRATADA: A L M COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE - EIRELI
CNPJ: 28.921.456/0001-03
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIETA ENTERAL PARA FORNECIMENTO AOS PACIENTES ACAMADOS E/OU PORTADORES DE AGRAVO GRAVE

COTA PRINCIPAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
7	Dieta enteral líquida, polimérica, nutricionalmente completa, hipercalórica (2,0 kcal/ml), hiperproteica (mínimo 20% de proteína, 100% proteína animal). Isenta sacarose. Isenta de glúten. Podendo conter ou não fibras. Embalagem em sistema fechado de 500ml com visor graduado que permita a verificação da quantidade de dieta infundida. Bonificação de 1 equipo gravitacional dupla via por embalagem de dieta ou equipo com adaptador. Apresentar registro do produto em órgão competente, devendo ele estar de acordo com a legislação específica vigente atendendo as exigências do Códex alimentarius e portaria M.S nº977/1998. Validade de no mínimo 6 meses.	UND	1.125	R$58,00	R$65.250,00
TOTAL COTA PRINCIPAL					R$65.250,00
COTA RESERVADA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
19	Dieta enteral líquida, polimérica, nutricionalmente completa, hipercalórica (2,0 kcal/ml), hiperproteica (mínimo 20% de proteína, 100% proteína animal). Isenta sacarose. Isenta de glúten. Podendo conter ou não fibras. Embalagem em sistema fechado de 500ml com visor graduado que permita a verificação da quantidade de dieta infundida. Bonificação de 1 equipo gravitacional dupla via por embalagem de dieta ou equipo com adaptador. Apresentar registro do produto em órgão competente, devendo ele estar de acordo com a legislação específica vigente atendendo as exigências do Códex alimentarius e portaria M.S nº977/1998. Validade de no mínimo 6 meses.	UND	375	R$58,00	R$21.750,00
TOTAL COTA RESERVADA					R$21.750,00
COTA EXCLUSIVA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
32	Módulo de triglicerídeos de Cadeia Média enriquecido com ácidos graxos essenciais destinado a nutrição enteral ou oral, composto por óleo de coco fracionado (60 a 70% da composição) e óleo de milho (30 a 40% da composição), isento de corantes, conservantes e sabor neutro, 100% MCT. Frasco de 200 a 250ml.	UND	50	R$57,30	R$2.865,00
TOTAL COTA EXCLUSIVA					R$2.865,00
TOTAL GERAL					R$89.865,00

VALOR: R$89.865,00 (oitenta e nove mil oitocentos e sessenta e cinco reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 08/10/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:870C136E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 367/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 367/2026
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS
CONTRATADA: MAIS SAÚDE MARINGÁ PRODUTOS MEDICOS E NUTRICIONAIS LTDA
CNPJ: 29.715.704/0001-22
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIETA ENTERAL PARA FORNECIMENTO AOS PACIENTES ACAMADOS E/OU PORTADORES DE AGRAVO GRAVE

COTA RESERVADA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
17	Dieta enteral em pó, infantil (indicada para faixa etária de 1 até 10 anos), polimérica, nutricionalmente completa. Indicação via oral ou via enteral. Sabor baunilha ou sabores diversos. Apresentação padrão na forma pó. Ingredientes: Com 100% de proteína animal. Carboidratos de 45 a 65% (com no mínimo 86% maltodextrina e/ou amido de milho e/ou no máximo 14% de sacarose), proteínas de 9 a 15% e lipídeos de 29 a 41% com no mínimo 25% de TCM. Osmolalidade de no máximo 356 mOsm/l de água . Isento de glúten. Podendo conter traços de lactose, sendo esta derivada de matéria-prima, não adicionada, não excedendo o limite máximo de 0,6 gramas em 100 gramas. Isento de glúten. Acrescida de vitaminas e minerais. Densidade calórica de 1,0 kcal/ml. Embalagem: Lata de 380g a 900g, com colher-medida. (Com solicitação via judicial - ISOSOURCE JR). Com validade de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega. Apresentar registro do produto em órgão competente, devendo ele estar de acordo com a legislação específica vigente atendendo às exigências do Códex alimentarius e portaria M.S n° 977/1998. Não sendo necessário mixer ou liquidificador para diluição.	GRAMAS	160.800	R$0,13	R$20.904,00
21	Fórmula Infantil em pó com prebióticos para lactentes de 0 a 6 meses, com proteínas modificadas em sua relação com no mínimo 30% de caseína para no máximo 70% de proteína do soro do leite. Enriquecida com DHA, ARA..e LcPUFAs Contendo como fonte principal de carboidratos lactose. Proteinas de 7 a 9 % (soro de leite/caseína) Acondicionado em lata a partir de 400g com colher medida. Validade no mínimo 6 meses. Apresentar registro do produto em órgão competente, devendo ele estar de acordo com a legislação específica vigente. atendendo as exigências do Códex alimentarius e portaria M.S n° 977/1998.	GRAMAS	288.000	R$0,0725	R$20.880,00
24	Fórmula Pediátrica para nutrição enteral e oral em pó, a base de peptídeos 100% da proteína do soro de leite hidrolisada, normocalórica, isenta de lactose, isenta de glúten, para crianças de 1 a 10 anos de idade com intolerância gastrointestinal e/ou com dificuldade de absorção de proteína intacta. Lata de no mínimo 400g. Apresentar Registro do produto em órgão competente, devendo ele estar de acordo com a legislação específica vigente atendendo as exigências do Códex alimentarius e portaria M.S n°977/1998. Validade de no mínimo 6 meses.	GRAMAS	40.000	R$0,355	R$14.200,00
TOTAL COTA RESERVADA					R$55.984,00
COTA EXCLUSIVA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
27	Fórmula infantil para crianças com regurgitação e/ou refluxo gastroesofágico para crianças a partir do nascimento até 12 meses de vida. Com proteína intacta. Proteínas modificadas em sua relação proteínas do soro do leite/caseína. Enriquecida com ferro, vitaminas, oligoelementos, LCPufas(ARA e DHA) , Prebióticos (GOS/FOS). Lata a partir de 400g com colher medida. atendendo as exigências do Códex alimentarius e portaria M.S n° 977/1998 Fórmula infantil para crianças com regurgitação e/ou refluxo gastroesofágico para crianças a partir do nascimento até 12 meses de vida. Com proteína intacta. Proteínas modificadas em sua relação proteínas do soro do leite/caseína. Enriquecida com ferro, vitaminas, oligoelementos, LCPufas(ARA e DHA) , Prebióticos (GOS/FOS). Lata a partir de 400g com colher medida. atendendo as exigências do Códex alimentarius e portaria M.S n° 977/1998	GRAMAS	355.200	R$0,095	R$33.744,00
31	Módulo de proteína isolada do soro do leite, contendo no mínimo 86% ou mais de proteína na porção. Sem sabor, fácil diluição. Isento de sacarose. Isento de glúten. Com no máximo 500 mg de sódio em 100g de produto. Para uso oral e enteral. Embalagem de no mínimo 250 gramas com colher medida. Validade no mínimo 6 meses. O produto deverá possuir registro sanitário vigente perante a ANVISA como alimento para nutrição enteral, compatível com sua utilização oral e enteral, em conformidade com a legislação sanitária vigente.	GRAMAS	175.000	R$0,322	R$56.350,00
34	Suplemento líquido para uso oral ou enteral formulado para auxiliar na cicatrização. Hipercalórico e hiperproteico, acrescentado de arginina, com zinco, selênio, vitamina A, C e E. Embalagem 200ml	UND	2.016	R$15,50	R$31.248,00
TOTAL COTA EXCLUSIVA					R$121.342,00
TOTAL GERAL					177.326,00

VALOR: R$177.326,00 (cento e setenta e sete mil trezentos e vinte e seis reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 08/10/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:E6757273

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 369/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 369/2026
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS
CONTRATADA: MN NUTRIÇÃO LTDA
CNPJ: 29.496.518/0001-40
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIETA ENTERAL PARA FORNECIMENTO AOS PACIENTES ACAMADOS E/OU PORTADORES DE AGRAVO GRAVE

COTA RESERVADA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
13	Alimento nutricionalmente completo com 100% de aminoácidos não alergênico. Isenta de sacarose, lactose, galactose, frutose, glúten e proteínas origem animal. Para crianças com alergias a múltiplas proteínas, síndromes disabsortivas, transição de nutrição parenteral. Fórmula à base 100% de aminoácidos livres; Carboidratos: sendo xarope de glicose e/ou xarope de glicose, amido e maltodextrina. Óleos vegetais (exceto óleo de soja), com TCM, DHA e ARA. Isenta de sacarose, soja, lactose e glúten. Apresentação: embalagem com 400g com colher medida. Validade no mínimo 6 meses. Apresentar registro do produto em órgão competente, devendo ele estar de acordo com a legislação específica vigente. competente atendendo as exigências do Códex alimentarius e portaria M.S n° 977/1998.	GRAMAS	70.200	R$0,39	R$27.378,00
22	Fórmula infantil hidrolisada, semi-elementar e hipoalergênica a base de proteína extensamente hidrolisada do soro do leite e/ ou caseína, Isenta de proteína láctea. Indicada para crianças que apresentem alergia a proteína do leite de vaca e/ou da soja e síndrome de má-absorção. Uso via oral e/ou enteral para lactentes e crianças de primeira infância. Na apresentação padrão na forma de pó. 100% de proteína do soro leite extensamente hidrolisada e/ou caseína, TCM, óleos vegetais, óleo de peixe, vitaminas e demais ingredientes para o estabelecimento nutricional adequado do paciente. Isento de sacarose, lactose, galactose, frutose, glúten e derivados de soja. Lata de 400 a 800g, com colher-medida, com data de validade mínima de 6 meses no momento da entrega, sendo indispensável registro no órgão competente atendendo as exigências do Códex alimentarius e portaria M.S n° 977/1998.	GRAMAS	168.000	R$0,27	R$45.360,00
23	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância, destinada a necessidades dietoterápicas especificas com 1.0kcal/ml.	GRAMAS	70.800	R$0,31	R$21.948,00

	Fórmula polimérica nutricionalmente completa, hipercalórica, indicado para alimentação oral ou enteral de crianças com LCPUFAS, betacaroteno e prebióticos (e ARA e DHA). Apresentar registro do produto em órgão competente, devendo ele estar de acordo com a legislação específica vigente, atendendo as exigências do Códex alimentarius e portaria M.S n° 977/1998.				
TOTAL COTA RESERVADA					R$94.686,00
COTA EXCLUSIVA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
28	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância isenta de lactose, com proteínas modificadas em sua relação com no mínimo 30% de caseína para no máximo 70% de proteína do soro do leite. Enriquecida com DHA e ARA. Lata a partir de 400g com colher medida. Validade no mínimo 6 meses. Apresentar registro do produto em órgão competente, devendo ele estar de acordo com a legislação específica vigente.	GRAMAS	240.000	R$0,1167	R$28.008,00
35	Suplemento oral líquido, hipercalórico, com densidade energética igual ou superior a 2,0 kcal/mL, e normoproteico, com no mínimo 15% do VET proveniente de proteínas. Sem adição de lactose adicionada. Isento de glúten. Com pelo menos dois sabores. Embalagem de no mínimo 125 mL. Validade mínima de 6 meses. Apresentar registro do produto em órgão competente, devendo estar de acordo com a legislação específica vigente.	UND	2.000	R$17,00	R$34.000,00
TOTAL COTA EXCLUSIVA					R$62.008,00
TOTAL GERAL					R$156.694,00

VALOR: R$156.694,00 (cento e cinquenta e seis mil seiscentos e noventa e quatro reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 08/10/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:E539A04C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 370/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 370/2026
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS
CONTRATADA: NUTRIPLUS BRASIL LTDA
CNPJ: 62.872.998/0001-71
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIETA ENTERAL PARA FORNECIMENTO AOS PACIENTES ACAMADOS E/OU PORTADORES DE AGRAVO GRAVE

COTA PRINCIPAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	Dieta em pó, nutricionalmente completa e balanceada polimérica , normocalórica, normoproteica. Indicado para crianças a partir dos 10 anos, adultos e idosos. Com no mínimo 43% de proteína animal de alta qualidade (caseinato e/ou proteína do soro do leite), acrescido de vitaminas e minerais, para uso enteral e oral. Sabor baunilha ou variado. Com diluição instantânea de 1,0 kcal/ml. Isenta de glúten e de lactose adicionada. Com apresentação de embalagem de no mínimo 370 gramas e no máximo 900 gramas com colher medida. Não sendo necessário mixer ou liquidificador para diluição. Apresentar registro do produto em órgão competente, devendo ele estar de acordo com a legislação específica vigente atendendo às exigências do Códex alimentarius e Portaria M.S n°977/1998. Validade de no mínimo 6 meses.	GRAMAS	600.000	R$0,0839	R$50.340,00
3	Dieta enteral e oral em pó com diluição instantânea, polimérica, nutricionalmente completa, normocalórica, normoproteica. Em uso de pacientes de dieta enteral e/ou oral . Indicado para crianças a partir de 10 anos, adultos e idosos. Com distribuição energética com no mínimo de 40% de proteína de origem animal de alta qualidade (contendo soro de leite). Carboidratos de 45 a 65% (mínimo de 80% de maltodextrina, podendo conter amido de milho e/ou sacarose com no máximo 15%) Isento de glúten. Isento de lactose adicionada. De acordo com RDC 21/2015 que limita teor máximo de 25 mg de lactose por 100kcal de produto. Sabor baunilha ou variado. Indicada para pacientes a partir de 10 anos. Apresentação: lata de 400gr a 800gr com colher medida. Validade no mínimo 6 meses a partir da data de entrega. Acrescido de vitaminas e minerais. Apresentar registro do produto em órgão competente, devendo ele estar de acordo com a legislação específica vigente atendendo as exigências do Códex alimentarius e portaria M.S n° 977/1998. Não sendo necessário mixer ou liquidificador para diluição.	GRAMAS	1.166.400	R$0,0837	R$97.627,68
4	Dieta enteral em pó, infantil (indicada para faixa etária até 10 anos), polimérica, nutricionalmente completa e balanceada. Indicação via oral e/ou via enteral. Com um ou mais sabores e/ou sabor neutro e/ou sem sabor. Apresentação padrão na forma pó. Ingredientes: Carboidratos de 45 a 65% (maltodextrina e/ou sacarose e/ou xarope de milho), proteínas de 10 a 15% (no mínimo, 60% de proteína animal) e lipídeos de 25 a 41%. Isento de glúten. Podendo conter traços de lactose, sendo esta derivada de matéria-prima, não adicionada, não excedendo o limite máximo de 0,6 gramas em 100 gramas. Embalagens: Lata de 380g a 900g, com colher-medida. Densidade calórica de 1,0 a 1,5 kcal/ml. Apresentar registro do produto em órgão competente, devendo ele estar de acordo com a legislação específica vigente atendendo as exigências do Códex alimentarius e Portaria M.S n°977/1998. Não sendo necessário mixer ou liquidificador para diluição. Com validade de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega.	GRAMAS	482.400	R$0,0959	R$46.262,16
TOTAL COTA PRINCIPAL					R$194.229,84
COTA RESERVADA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
16	Dieta enteral em pó, infantil (indicada para faixa etária até 10 anos), polimérica, nutricionalmente completa e balanceada. Indicação via oral e/ou via enteral. Com um ou mais sabores e/ou sabor neutro e/ou sem sabor. Apresentação padrão na forma pó. Ingredientes: Carboidratos de 45 a 65% (maltodextrina e/ou sacarose e/ou xarope de milho), proteínas de 10 a 15% (no mínimo, 60% de proteína animal) e lipídeos de 25 a 41%. Isento de glúten. Podendo conter traços de lactose, sendo esta derivada de matéria-prima, não adicionada, não excedendo o limite máximo de 0,6 gramas em 100 gramas. Embalagens: Lata de 380g a 900g, com colher-medida. Densidade calórica de 1,0 a 1,5 kcal/ml. Apresentar registro do produto em órgão competente, devendo ele estar de acordo com a legislação específica vigente atendendo as exigências do Códex alimentarius e Portaria M.S n°977/1998. Não sendo necessário mixer ou liquidificador para diluição. Com validade de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega.	GRAMAS	160.800	R$0,0959	R$15.420,72
TOTAL COTA RESERVADA					R$15.420,72
TOTAL GERAL					R$209.650,56

VALOR: R$209.650,56 (duzentos e nove mil seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 08/10/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:B47BB459

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 371/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 371/2026
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS
CONTRATADA: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA
CNPJ: 03.612.312/0004-97
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIETA ENTERAL PARA FORNECIMENTO AOS PACIENTES ACAMADOS E/OU PORTADORES DE AGRAVO GRAVE

COTA PRINCIPAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Alimento nutricionalmente completo com 100% de aminoácidos não alergênico. Isenta de sacarose, lactose, galactose, frutose, glúten e proteínas origem animal. Para crianças com alergias a múltiplas proteínas, síndromes disabsortivas, transição de nutrição parenteral. Fórmula à base 100% de aminoácidos livres; Carboidratos: sendo xarope de glicose e/ou xarope de glicose, amido e maltodextrina. Óleos vegetais (exceto óleo de soja), com TCM, DHA e ARA. Isenta de sacarose, soja, lactose e glúten. Apresentação: embalagem com 400g com colher medida. Validade no mínimo 6 meses. Apresentar registro do produto em órgão competente, devendo ele estar de acordo com a legislação específica vigente. competente atendendo as exigências do Códex alimentarius e portaria M.S n° 977/1998.	GRAMAS	210.600	R$0,3875	R$81.607,50
10	Fórmula infantil hidrolisada, semi-elementar e hipoalergênica à base de proteína extensamente hidrolisada do soro do leite e/ ou caseína, Isenta de proteína láctea. Indicada para crianças que apresentem alergia à proteína do leite de vaca e/ou da soja e síndrome de má-absorção. Uso via oral e/ou enteral para lactentes e crianças de primeira infância. Na apresentação padrão na forma de pó. 100% de proteína do soro leite extensamente hidrolisada e/ou caseína, TCM, óleos vegetais, óleo de peixe, vitaminas e demais ingredientes para o estabelecimento nutricional adequado do paciente. Isento de sacarose, lactose, galactose, frutose, glúten e derivados de soja. Lata de 400 a 800g, com colher-medida, com data de validade mínima de 6 meses no momento da entrega, sendo indispensável registro no órgão competente atendendo às exigências do Códex alimentarius e portaria M.S n° 977/1998.	GRAMAS	504.000	R$0,2003	R$100.951,20
11	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância, destinada a necessidades dietoterápicas específicas com 1.0kcal/ml. Fórmula polimérica nutricionalmente completa, hipercalórica, indicado para alimentação oral ou enteral de crianças com LCPUFAS, betacaroteno e prebióticos (e ARA e DHA). Apresentar registro do produto em órgão competente, devendo ele estar de acordo com a legislação específica vigente. atendendo às exigências do Códex alimentarius e portaria M.S n° 977/1998.	GRAMAS	212.400	R$0,2418	R$51.358,32
TOTAL COTA PRINCIPAL					R$233.917,02

VALOR: R$233.917,02 (duzentos e trinta e três mil novecentos e dezessete reais e dois centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 08/10/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:87CA8BF0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 143/2022

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 143/2022, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A EMPRESA SOBENO SERVIÇOS PARA ELEVADORES EPP.

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76.017.466/0001-61, com sede à Rua Pastor Elias Abrahão nº 22, Matinhos - PR, neste ato representado pelo Exmo Prefeito Municipal, Senhor Eduardo Antonio Dalmora, portador do RG n.º 13268215 SESP/PR e inscrito no CPF nº 337.613.459-68.

CONTRATADA:	SOBENO SERVIÇOS PARA ELEVADORES EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 25.201.004/0001-69, com sede à Avenida Jules Verner, n° 125 , Bairro Jardim Santa Rita, na Cidade de Londrina, Cep - 86.072.450, neste ato representada por seu representante legal , Sr. Lucas da Silva Carvalho, portador do RG nº 104.638.970 e inscrito no CPF nº 101.572.659-35.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MATINHOS, doravante denominado CONTRATANTE e a SOBENO SERVIÇOS PARA ELEVADORES EPP, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993, no Contrato Administrativo n.º 143/2022, Pregão Eletrônico n° 101//2022 Processo n° 094/2022 assinado em 13/10/2022 cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E PLATAFORMA DE DESLOCAMENTO VERTICAL EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO , CULTURA E ESPORTE, firmam o presente QUARTO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO , conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO NO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES

As partes de comum acordo procedem à PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 143/2022 , assinado em 16 de outubro de 2026 e sendo prorrogado pelo período de 12 (doze) meses , iniciando-se em 16 de outubro de 2026 e findando-se em 16 de outubro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA : DO VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 143/2022

O valor total do Contrato Administrativo Prorrogado nos termos da cláusula segunda deste termo aditivo, será de R$14.599,92 (quatorze mil e quinhentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	UNIT.	TOTAL
01	12	MÊS	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PLATAFORMA DE DESLOCAMENTO VERTICAL INSTALADA NA ESCOLA MUNICIPAL LEOCÁDIA ORLOWSKI DOS SANTOS A contratada deverá realizar a visita mensal ao local de instalação da plataforma para a realização de serviços necessários, tais como: Execução de limpeza e remoção de sujeiras que venham a acumular nas partes internas dos equipamentos/maquinários comprometendo o funcionamento regular dos mesmos. Lubrificação e regulagens de todo o compartimento, peças e insumos que se encontram em funcionamento junto à plataforma, bem como da casa de máquinas, caixa, poço, pavimentos, dispositivos de segurança, reguladores e demais partes integrantes que necessitam este tipo de serviço. Realização de vistoria geral e monitoramento de circuitos e comandos de natureza elétrica tais como: ajuste e teste do quadro de comando, seletores, indutores, limites, freio, mecanismo de portas, operador elétrico, cabos elétricos, máquinas de tração, corrediças do carro e do contrapeso, reles, escovas, chaves, contatos, aparelho seletor, limitador de velocidade, coletor, despacho, bobinas, conjuntos eletrônicos, módulos de potência, fitas seletoras, cavaletes polias de tração e demais caso necessitem. Em caso de pane geral ou interrupção do funcionamento, a manutenção deverá ser atendida no prazo máximo de 24 horas após a emissão da solicitação. A contratada deverá realizar as inspeções, sendo necessária uma vez do ano a elaboração de revisão geral conforme a NBR aplicada à atividade e emitir a ART pertinente. O valor mensal compreenderá todas as despesas e custos que venham ser necessários para a realização do serviço, assim como todas as despesas decorrentes de pagamentos com alimentação dos colaboradores/técnicos, transporte, hospedagem, impostos, encargos sociais, indenizações e outras que porventura venham a ocorrer. Todos os materiais de segurança, EPIs, ferramentas e equipamentos específicos que sejam necessários deverão ser fornecidos pela contratada.	R$ 716,66	R$ 8.599,92
02	6.000	unid	Valor estimado para aquisição de peças para reposição/troca no sistema que compõe a plataforma elevatória (deslocamento vertical) que se encontra instalada na Escola Municipal Leocádia Orlowski dos Santos. As peças deverão ser novas e compatíveis com o modelo usado, com fornecimento de garantia assistida pela contratada para a realização do serviço de manutenção mensal da plataforma. Caso haja necessidade de serviços adicionais para a reposição, estes ficarão a cargo da Contratada.	R$1,00 (fixo)	R$ 6.000,00 (fixo)
			TOTAL: R$ 14.599,92		

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas para a cobertura do valor oriundo da Prorrogação Contratual , prevista neste Terceiro Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação	Órgão	Unid	Ação	Elemento	Vínculo
1054	08	03	2050	3339030000000000000	104

CLÁUSULA QUARTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 143/2022 e termos aditivos subsequentes que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 01 (uma) via, para que surtam seus efeitos legais.

Matinhos, 15 de outubro 2026

Município De Matinhos
EDUARDO ANTONIO DALMORA
CPF nº 337.613.459-68
Prefeito Municipal
Contratante

Sobeno Serviços Para Elevadores EPP
LUCAS DA SILVA CARVALHO
CPF nº101.572.659-35
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:61D97A6F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA COMISSÃO AVALIADORA – CREDENCIAMENTO DE PARECERISTAS

MUNICÍPIO DE MORRETES – PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

ATA DA COMISSÃO AVALIADORA – CREDENCIAMENTO DE PARECERISTAS
Processo Administrativo nº 110/2026 | Inexigibilidade nº 29/2026

1. Abertura da sessão
Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às 9h, teve início, conforme previsto no cronograma, a sessão inaugural de avaliação das inscrições do Credenciamento de Pareceristas, Inexigibilidade nº 29/2026, com a Comissão Avaliadora composta por Júlia Moretti Pereira, presidente, Larissa Tonetti e Carine Hellen Toniolo, membros.
Em razão do elevado volume de inscrições e da necessidade de conferência individualizada dos requisitos de participação, documentos de habilitação, currículos e comprovantes de experiência, as análises não foram concluídas na sessão inaugural e prosseguiram em continuidade. A data de conclusão fica indicada, nesta minuta, como 15 de outubro de 2026 a ser substituída após o encerramento efetivo dos trabalhos.
2. Procedimentos e parâmetros de uniformização da análise
A Comissão realizou a análise por meio de fichas individuais, com registro da triagem documental, da verificação das condições de participação, da pontuação curricular, da memória dos documentos comprobatórios e das pendências eventualmente identificadas. A pontuação segue os critérios e limites do edital: formação (até 20 pontos), experiência profissional em cultura (até 30 pontos), experiência em análise de projetos culturais (até 35 pontos) e experiência em políticas públicas de cultura, programas de fomento e instrumentos de financiamento cultural (até 15 pontos), observado o mínimo de 50 pontos para habilitação, sem prejuízo dos demais requisitos editalícios.
Para assegurar a aplicação uniforme dos critérios do edital, a Comissão adotou os seguintes entendimentos na conferência documental e na análise curricular:
2.1. Comprovação da experiência, não apenas da aptidão. O simples credenciamento, cadastramento ou habilitação para prestar serviços não comprova, isoladamente, sua execução. Foram considerados os documentos que demonstrem atividade efetivamente desempenhada, com identificação suficiente do serviço, objeto, período e/ou produto realizado. Contratos não são automaticamente desconsiderados: seu conteúdo deve ser examinado para identificar se documentam prestação concreta ou apenas contratação eventual, conforme demanda.
2.2. Critério 3 – análise de projetos culturais. Para pontuar experiência em análise de projetos, emissão de pareceres ou participação em comissões avaliadoras, exige-se demonstração de participação efetiva, em consonância com a exigência de "participação comprovada" do item 5.4, alínea "e", do edital. O mero credenciamento como parecerista, sem convocação, ordem de serviço individualizada, parecer, declaração de execução ou prova equivalente, não basta.
2.3. Critério 4 – políticas públicas de cultura e fomento. A pontuação pressupõe atuação concreta do candidato na gestão, execução ou acompanhamento de política pública cultural, programa de fomento ou instrumento de financiamento cultural. Certificados de cursos, vínculo institucional, reconhecimento de entidade como Ponto de Cultura ou recebimento de recursos por instituição vinculada ao candidato não demonstram, por si, a atuação pessoal exigida. A execução comprovada de projetos realizados no âmbito dessas políticas ou programas pode ser considerada, desde que a documentação identifique a participação efetiva do candidato.
2.4. Contratos, ordens de serviço e credenciamento. O simples credenciamento, cadastramento ou habilitação em banco de pareceristas, comprovado por resultado, lista ou termo de credenciamento, não constitui, isoladamente, comprovação suficiente de experiência em análise e avaliação de projetos culturais. Por outro lado, contratos, termos de prestação de serviços e ordens de serviço constituem meios de comprovação

admitidos pelo item 5.4, alínea "i", do Edital, desde que apresentem elementos suficientes para identificar a atividade desenvolvida e sua vinculação à experiência exigida no respectivo critério de pontuação.

Para fins de avaliação, foram considerados os documentos cuja formalização e pertinência com as atividades de análise e avaliação de projetos culturais puderam ser verificadas, mediante assinatura das partes, publicação oficial ou outros elementos idôneos de comprovação, conforme a natureza do instrumento. Comprovantes de pagamento, registros de entrega e documentos de execução foram considerados quando apresentados, sem constituírem exigência obrigatória em todos os casos.

Os contratos genéricos de credenciamento para eventual prestação futura de serviços, desacompanhados de elementos suficientes para comprovar a experiência alegada, não foram considerados isoladamente para fins de pontuação. Nos casos de dúvida quanto à formalização ou ao conteúdo dos documentos apresentados, foram determinadas diligências ou deixaram de ser atribuídos pontos, conforme fundamentação registrada nas respectivas fichas individuais.

2.5. A Comissão considerou cada experiência comprovada no critério de pontuação correspondente, observando a vedação à dupla pontuação de uma mesma experiência quando referente ao mesmo fato, atividade ou período de atuação, conforme o item 5.4, alínea "g", do Edital. As inconsistências e insuficiências documentais identificadas foram registradas nas respectivas fichas individuais, observadas as disposições editalícias relativas às diligências.

2.6. Conforme estabelecido nos itens 4.1 e 4.3 do Edital, as inscrições e os documentos exigidos deveriam ser encaminhados ao endereço eletrônico secultureditais@morretes.pr.gov.br. A Comissão considerou exclusivamente os documentos apresentados na forma prevista no instrumento convocatório, não sendo aceitos arquivos disponibilizados apenas por meio de links externos, como Google Drive, sem o envio dos respectivos anexos por e-mail. A ausência de documentação obrigatória foi registrada nas fichas individuais, com a devida fundamentação, sendo esse entendimento aplicado uniformemente a todos os inscritos.

2.7. Declaração de disponibilidade financeira — falha material. Durante a conferência documental, a Comissão Avaliadora identificou erro material no documento/modelo de declaração de disponibilidade financeira disponibilizado aos interessados para fins de inscrição. Considerando a falha identificada e visando preservar a isonomia entre os participantes, deliberou-se pela não inabilitação dos inscritos exclusivamente em razão da ausência da referida declaração nesta etapa do credenciamento, ficando sua apresentação exigida previamente à formalização de eventual contratação, como condição a ser verificada pela Administração. Ressalta-se que tal providência não afasta a obrigatoriedade de apresentação dos demais documentos de habilitação regularmente exigidos pelo Edital, tampouco dispensa o atendimento dos requisitos necessários à contratação.

2.8. Critério 2 – contagem dos anos. Para os fins do item 5.4, alínea 'd', a Comissão considerou como ano de experiência cada ano civil em que haja atividade profissional no campo da cultura comprovada por documento idôneo, sem exigência de doze meses contínuos, aplicando esse entendimento a todos os inscritos.

2.9. Das diligências. Nos termos do item 5.2 do Edital, a Comissão Avaliadora deliberou pela realização de diligências nos casos em que foram identificadas irregularidades pontuais, inconsistências ou insuficiências na documentação apresentada, passíveis de esclarecimento ou saneamento, desde que destinadas à comprovação de condições preexistentes à inscrição, sem alteração substancial das informações originalmente declaradas.

Para o atendimento das diligências, foi estabelecido o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado do primeiro dia útil subsequente à comunicação ao interessado, assegurado tratamento isonômico aos inscritos em situações equivalentes.

Por outro lado, a Comissão entendeu não ser cabível a realização de diligência nas hipóteses de ausência integral da documentação essencial à habilitação, quando seu atendimento implicasse a apresentação de documentação inteiramente nova, destinada a suprir requisito não demonstrado no momento da inscrição, em observância aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e do julgamento objetivo.

3. Resultado das inscrições analisadas

A seguir, registram-se as pontuações e as situações das inscrições nº 01 a 40, conforme as fichas individuais de avaliação, distinguindo-se a triagem administrativa da análise curricular.

Para distinguir as causas de não habilitação, a Comissão registra separadamente as etapas previstas no item 5 do Edital: (a) triagem administrativa e documentação de habilitação, inclusive as exigências de envio previstas nos itens 4.1 e 4.3; e (b) análise curricular e pontuação, conforme item 5.4, alínea "k", que exige o mínimo de 50 pontos e habilitação na triagem administrativa. O quadro indica a etapa responsável por cada resultado preliminar, sem substituir a motivação individual constante da ficha.

Na análise curricular, a habilitação exige pontuação mínima de 50 (cinquenta) pontos, desde que cumpridos os requisitos da triagem administrativa, nos termos do item 5.4 do edital.

A motivação da habilitação e da pontuação de cada inscrito consta das respectivas fichas individuais de avaliação, assinadas pelas integrantes da Comissão, que integram os autos do Processo Administrativo nº 110/2026. Em razão dos dados pessoais nelas contidos (Lei nº 13.709/2018), as fichas não serão publicadas, sendo disponibilizadas a cada interessado quanto à sua própria inscrição, inclusive para fins de recurso, nos termos do art. 165, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

Nº	Inscrito / razão social	Pontuação registrada	Situação registrada na ficha	Etapa / fundamento
1	Cristiano Abud Barbosa	80 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
2	Karine Janaina Santos Costa (Janaina Costa Produções – MEI)	40 / 100	Não habilitado na análise curricular	Análise curricular: 40 pontos, inferior ao mínimo de 50 (item 5.4, "k").
3	Studio Digital	0 / 100	Inabilitado na triagem administrativa	Triagem administrativa: documentos enviados apenas por links, sem anexos exigidos (itens 4.1, 5.3 e 5.7).
4	Maria Janaína Batista Clemente	50 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
5	Elaine Cristine Pinho Santos (MEI)	85 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
6	Musicorum Projetos e Produções Ltda	95 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
7	VVC Produções Culturais Ltda (ViraVolta Cultural)	85 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
8	Paulo Henrique dos Reis Junior (MEI)	85 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
9	Daniela Correa Braga	90 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
10	Darnes da Silva Porto (Eutópica Produções – MEI)	90 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
11	Thiago Zanotti Pancieri	100 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
12	Jacqueline dos Santos Gonçalves – MEI (Jacky Saints)	55 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
13	Eduardo Soares de Borba	80 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
14	Maria Lucia Rodrigues Vieira (Lucia Rodrigues Produções)	75 / 100	Inabilitado na triagem administrativa	Triagem administrativa: ausência do Anexo II (itens 4.1 e 5.7).
15	Ana Priscila Nunes da Costa (MEI)	90 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
16	Ralfer Sandim Campagna (MEI)	80 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens

				5.3 e 5.4).
17	Aguimario Pimentel Silva	100 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
18	60.827.213 Alcemir José Ribeiro Palma (MEI)	85 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
19	Roberto Oliveira Produções (Frame7 Cinema) – empresário individual	0/ 100	Inabilitado na triagem administrativa	Triagem administrativa: ausência de registro comercial e certidão fiscal estadual (itens 5.3 e 5.7).
20	Bárbara Batista de Freitas	0/ 100	Inabilitado na triagem administrativa	Triagem administrativa: ausência de certidões fiscais municipal, estadual e federal (itens 5.3 e 5.7).
21	Valdemir de Oliveira Gomes	75 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
22	João Carlos Scarpa MEI	25 / 100	Não habilitado na análise curricular	Análise curricular: 25 pontos, inferior ao mínimo de 50 (item 5.4, "k"); certidão vencida registrada para eventual diligência.
23	Ana Clara Alves Ribeiro	0 / 100	Não habilitada na análise curricular	Habilitada na triagem administrativa; pontuação inferior a 50 pontos na análise curricular (item 5.4).
24	João Pedro de Queiroz Morales MEI	80/ 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
25	Adriano Carneiro dos Santos	40 / 100	Não habilitado na análise curricular	Análise curricular: 40 pontos, inferior ao mínimo de 50 (item 5.4, "k").
26	Vinicius Cintra de Oliveira	65/ 100	Em diligência — resultado pendente	Diligência documental: certidão de regularidade fiscal municipal (itens 5.2 e 5.3).
27	Fabio José de Oliveira dos Santos - MEI	65/ 100	Em diligência — resultado pendente	Diligência documental: certidão de regularidade fiscal municipal (itens 5.2 e 5.3).
28	Neuma Carina de Souza Nascimento Soares MEI	60/ 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
29	Carlos Eduardo Pereira Bernardes Amaral MEI	60/ 100 – pontuação atribuída após análise dos documentos	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
30	Yke de Castro Leon MEI	0/ 100	Inabilitado na triagem administrativa ausência de documentação jurídica e fiscal do MEI (itens 5.3 e 5.7).	Não avaliada (inabilitado na triagem administrativa) (item 5.4, k do edital e item 6.2, I do TR"
31	Ana Maria Kurek Zarpelon	40 / 100	Não habilitado na análise curricular	Análise curricular: 40 pontos, inferior ao mínimo de 50 (item 5.4, "k").
32	Rodrigo Faustini dos Santos	55/ 100	Em diligência — resultado pendente	Diligência documental: comprovante de residência (itens 5.2 e 5.3, "b", III).
33	Carolina Marques Henriques Ficheira	100 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
34	Elisangela de Oliveira Dantas	85 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
35	Carlos Cesar da Costa Belem	85 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
36	FCNA - Produções Artísticas e Culturais Ltda	80 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
37	Ivanelia Moraes Lins MEI	85 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
38	Alessandra Martins Girotto Mendes	70/ 100	Em diligência — resultado pendente	Diligência documental: certidão de regularidade fiscal municipal (itens 5.2 e 5.3).
39	Vania Aparecida Schwenke MEI	0 / 100	Inabilitado na triagem administrativa ausência de documentação jurídica, fiscal e trabalhista do MEI (itens 5.3 e 5.7).	Não avaliada (inabilitado na triagem administrativa) (ausência de documentação jurídica, fiscal e trabalhista do MEI (itens 5.3 e 5.7).
40	Ana Stella de Almeida Quesado	45 / 100	Em diligência — resultado pendente	Diligência sobre comprovação de experiência: documento contratual sem comprovação suficiente de celebração/execução (itens 5.2 e 5.4).
41	Anna Carolina Faria Lirio	90 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
42	Carolina Pucu de Araujo (MEI)	75 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
43	Norberto Bacelar Correa (MEI)	55 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
44	Vivien Patricia Zanlorenzi (MEI)	85 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
45	Zoraia Nunes	95 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
46	Camila Cavalheiro Hamdan	0 / 100	Não habilitado na documentação jurídica.	Ausência de todos os documentos de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista da PJ (5.3, a) – contrato social, CNPJ e certidões apresentados apenas por link de Google Drive – item 5.7, e documento da Análsie Curricular.
47	Elaine Cristina Semicek	30 / 100	Não habilitado nos documentos de pessoa física.	Ausência de documento de identidade, CPF, comprovante de residência e certidões de regularidade fiscal municipal, estadual e federal (5.3, b) – item 5.7.
48	Cantarim Cultural Ltda	0 / 100	Não habilitado na documentação jurídica.	Ausência de todos os documentos de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista da PJ (5.3, a) – nenhum anexo além dos Anexos II e III – item 5.7.
49	Carolina Romano de Andrade ME	100 / 100	Em diligência — resultado pendente	**Diligência - Documentos de habilitação: pessoa jurídica / MEI – Item VIII - Certidão SEFAZ-SP de débitos não inscritos em dívida ativa, emitida 05/10/2026 (6 meses), em nome do CPF da titular, não do CNPJ.**
50	Allan de Jesus Teixeira	0 / 100	Não habilitado na documentação pessoa física.	Ausência de comprovante de residência (5.3, b, III) – item 5.7.
51	Caroline Santos Oliveira	75 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
52	Tathianne Carla Almeida Quesado	85 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
53	Marisa Cristina Rodrigues – MEI	85 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
54	Alessandra Pancera Neves	0 / 100	Não habilitado na documentação pessoa física.	Ausência das certidões de regularidade com as Fazendas municipal, estadual e federal (5.3, b, IV a VI) – item 5.7.
55	Daniele Pezenti Dias - MEI	80 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
56	Allan André Lourenço (MEI)	0 / 100	Não habilitado na documentação de pessoa jurídica/ MEI	Nenhum documento de habilitação jurídica e fiscal apresentado (CCMEI, cartão CNPJ, certidões federal, estadual e municipal, FGTS e CNDT) – 5.3, a, c/c 5.7.
57	Francesco Napoli	80 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
58	Gabriela Cristina dos Santos	80 / 100	Habilitado e classificado (preliminar)	Triagem administrativa e análise curricular: requisitos atendidos, conforme ficha individual (itens 5.3 e 5.4).
59	Thais Laselva Hamer - MEI	0 / 100	Não habilitado na documentação de pessoa jurídica/ MEI	Nenhum documento de habilitação jurídica e fiscal apresentado (CCMEI, cartão CNPJ, certidões federal, estadual e municipal, FGTS e CNDT) – 5.3, a, c/c 5.7.

4. Encerramento

Concluída a análise das inscrições relacionadas nesta ata em 15 de outubro de 2026, a Comissão Avaliadora encerrou os trabalhos desta sessão de avaliação, registrando os resultados preliminares da habilitação documental e da análise curricular, bem como as diligências necessárias, conforme consignado nas respectivas fichas individuais.

Aos interessados cuja documentação tenha sido considerada passível de saneamento ou complementação, **fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para atendimento das diligências determinadas pela Comissão Avaliadora**, nos termos do item 5.2 do Edital, contado do primeiro dia útil subsequente à respectiva comunicação, devendo os documentos e esclarecimentos solicitados ser apresentados na forma indicada na notificação.

Aos interessados **considerados inabilitados no resultado preliminar, bem como aos interessados, fica assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso administrativo**, nos termos do item 8.6 do Edital, contado na forma nele estabelecida, a partir da divulgação do resultado preliminar.
Os interessados submetidos à diligência terão sua situação definida após a análise da documentação complementar apresentada ou o decurso do prazo concedido, devendo eventual decisão desfavorável ser formalmente divulgada, assegurando-se o direito ao recurso administrativo, conforme as disposições editalícias.
Encerrados os prazos, analisados os eventuais recursos e concluídas as diligências, a Comissão adotará as providências necessárias à consolidação dos resultados, com posterior divulgação do resultado definitivo do credenciamento.
Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, segue para assinatura das integrantes da Comissão Avaliadora.

Morretes, 15 de outubro de 2026.

JÚLIA MORETTI PEREIRA –
Presidente

LARISSA TONETTI –
Membro

CARINE HELLEN TONIOLO –
Membro

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:20965BE2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 71/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 35/2026

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 71/2026
Pregão Eletrônico n.º 35/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS 3D E FILAMENTOS, DENTINADOS AO FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CONFORME DELIBERAÇÃO COEDE Nº 09/2024.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pelo(a) Sr.(a) MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO, Secretário(a) Municipal de Assistência Social.

CONTRATADA(S):

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 138/2026 – ID 308/2026
JOSIANE DO ROCIO MICHALOSKI.
CNPJ n.º46.318.775/0001-00.
Item(ns) 1.
Valor total de R$ 15.986,50 (quinze mil e novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos).
Assinatura: Josiane do Rocio Michaloski, representante legal.

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 139/2026 – ID 309/2026
GTMAX TECNOLOGIA EM ELETRONICA LTDA.
CNPJ n.º07.483.598/0001-66.
Item(ns) 2.
Valor total de R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).
Assinatura: Ana Paula Coelho Rosa Gonzales Moda, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do instrumento contratual será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, sem prejuízo dos prazos estabelecidos para entrega, recebimento, garantia e demais obrigações decorrentes da contratação.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	IMPRESSORA 3D: TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: FDM (FUSED DEPOSITION MODELING). VOLUME MÍNIMO DE IMPRESSÃO: 200 MM X 200 MM X 250 MM. VELOCIDADE MÁXIMA DE IMPRESSÃO: 500 MM/S OU SUPERIOR. ACELERAÇÃO MÍNIMA: 8000 MM/S² OU SUPERIOR. ESTRUTURA: ABERTA (ADEQUADA PARA FINS EDUCACIONAIS E DE APRENDIZADO). MESA DE IMPRESSÃO: AQUECIDA. NIVELAMENTO DA MESA: AUTOMÁTICO. CONECTIVIDADE: USB E/OU CARTÃO SD, PODENDO POSSUIR CONEXÃO VIA REDE (WI-FI OU ETHERNET). PARA OS EQUIPAMENTOS QUE POSSUÍREM COMUNICAÇÃO SEM FIO, DEVERÁ SER APRESENTADA COMPROVAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL), CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. COMPATÍVEL COM SOFTWARES DE FATIAMENTO AMPLAMENTE UTILIZADOS NO MERCADO, COMO CURA, PRUSASLICER OU SIMILARES. COMPATÍVEL COM SISTEMAS OPERACIONAIS WINDOWS OU SUPERIORES. GARANTIA MÍNIMA: 12 (DOZE) MESES	UNIDADE	5	R$3.197,30	R$15.986,50
02	FILAMENTO PARA IMPRESSORA 3D, DO TIPO: PLA. DIÂMETRO MÍNIMO: 1,75 MM. TOLERÂNCIA DE DIÂMETRO: ± 0,05 MM. TEMPERATURA DE EXTRUSÃO RECOMENDADA: APROXIMADAMENTE 180°C A 220°C.	UNIDADE	10	R$95,00	R$950,00

	COMPATIBILIDADE: COMPATÍVEL COM IMPRESSORAS 3D DO TIPO FDM/FFF QUE UTILIZEM FILAMENTO DE 1,75 MM. COR: DIVERSAS. EMBALAGEM: ROLO ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA, COM NO MÍNIMO 1KG.				

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:028AF100

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DE LICITAÇÃO

TERMO ADITIVO N° 002/2026 – PRORROGAÇÃO
CONTRATO Nº 232/2025
INEXIGIBILIDADE N°. 029/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 117/2025
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Madyson Consultoria Ltda – CNPJ N° – 59.041.611/0001-20 – Dionísio Cerqueira-SC.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Contratação de empresa especializada na área de gestão pública em saúde, com conhecimento técnico nas normativas do Sistema Único de Saúde (SUS), para prestação de serviços técnicos especializados de assessoramento, orientação e capacitação às equipes das Unidades Básicas de Saúde do Município de Nova Prata do Iguaçu/PR.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO MOTIVAÇÃO – Efetua-se o referido termo aditivo de Prorrogação, tendo em vista a necessidade dos serviços essenciais prestados, devido aos resultados obtidos pela secretaria de saúde, com a melhora nos índices de saúde, captação de recursos, organização dos serviços, sendo vantajoso para os serviços públicos com base nos preceitos do artigo nº 124 da Lei nº 14.133/21, que autoriza o aditivo de prazo de mais 12 (doze) meses, para os itens mensais com reajuste pelo IPCA – Indice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo em hipótese devidamente justificadas desde que respeite os limites e o interesse público considerando a viabilidade e vantajosidade da contratação.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO - Conforme cláusula nona do contrato, fica estabelecido o prazo de vigência para mais 12 (doze) meses a contar do vencimento, ou seja, **até 17/10/2027.**
CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE – Fica reajustado todos os itens conforme previsão na cláusula quinta do contrato, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de 4,576120%, conforme itens abaixo:

Item	Descrição Produto/Serviço	UND	QTDE	Valor Reajustado	Valor Total
01	**Contratação de empresa especializada na área de gestão pública em saúde.** Com conhecimento técnico nas normativas do Sistema Único de Saúde (SUS), para prestação de serviços técnicos especializados de orientação e capacitação contínua às equipes das Unidades Básicas de Saúde do Município de Nova Prata do Iguaçu/PR, bem como, o acompanhamento e fortalecimento da gestão municipal de saúde, com ênfase na organização, execução e monitoramento dos programas e projetos nos quais o município está inserido, especialmente aqueles que exigem alimentação sistemática de dados e informações nos sistemas de informação do SUS, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade da informação em saúde e para a formação de um perfil epidemiológico local baseado em série histórica de dados, auxiliando o planejamento e a tomada de decisão da gestão municipal. Atenção: com carga horária in loco 16 horas mensais, demais serviços será remotamente.	MÊS	12	R$ 5.960,84	R$ 71.530,08

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR – Fica acrescido ao contrato original após o reajuste o valor de R$ 3.130,08 (três mil cento e trinta reais e oito centavos) totalizando **R$ 71.530,08 (setenta e um mil quinhentos e trinta reais e oito centavos).**
CLÁUSULA SEXTA- DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 15 de outubro de 2026

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:51C2E59A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 4099/2026

MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU
Planejamento e Orçamento
Decreto para Suplementações - Decreto para Suplementação - Não agrupa Lotes
LOA: 2026 Entidade(s): Consolidado
Lei: 13056 Decreto: 13737 Texto Padrão: Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento
PREVPRATA mês de setembro Descrição Texto Jurídico: DECRETO Data Documento: 01/09/2026

Número da Lei: 1988
Ano da Lei: 2025
Data da Lei: 24/11/2025

DECRETO Nº 4099, de 1 de setembro de 2026

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR 09/2026

Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral mês de setembro.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Nova Prata do Iguaçu, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 2.764.112,59 (dois milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e doze reais e cinquenta e nove centavos).

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	GABINETE DO EXECUTIVO MUNICIPAL	02.001.0004.0122.0002.2001.3319016000000000000.0000 0	1.600,00
Suplementar	GABINETE DO EXECUTIVO MUNICIPAL	02.001.0004.0122.0002.2001.3319113000000000000.0000 0	1.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	04.001.0004.0122.0004.2003.3319016000000000000.0000 0	15.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	04.001.0004.0122.0004.2003.3339036000000000000.0000 0	4.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	04.001.0004.0122.0004.2003.3339039000000000000.0000 0	2.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	04.001.0004.0122.0004.2003.3339039000000000000.0000 0	2.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	04.001.0004.0122.0004.2003.3339039000000000000.0000 0	5.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	04.001.0004.0122.0004.2003.3339039000000000000.0000 0	7.500,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	04.001.0004.0122.0004.2003.3339040000000000000.0050 4	30.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO	05.003.0004.0123.0005.2008.3339036000000000000.0000 0	2.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2012.3319011000000000000.1040 0	69.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2012.3319016000000000000.0010 1	8.200,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2012.3339030000000000000.0010 3	2.200,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2012.3339030000000000000.0050 4	1.500,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2012.3339036000000000000.0010 4	69.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2012.3339039000000000000.0010 4	10.728,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2012.3339039000000000000.0010 4	10.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2013.3319016000000000000.0010 3	8.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2013.3339033000000000000.0010 4	126.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2013.3339033000000000000.1043 0	4.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2013.3339039000000000000.0010 4	5.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2013.3339039000000000000.0010 4	5.800,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2014.3339030000000000000.0050 4	8.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	08.004.0012.0365.0009.2018.3339039000000000000.0010 4	16.600,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	08.004.0012.0365.0009.2019.3319013000000000000.0010 3	137,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	08.004.0012.0365.0009.2019.3319016000000000000.0010 3	2.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	08.004.0012.0365.0009.2019.3319113000000000000.0010 3	12.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.3319013000000000000.0030 3	25.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.3319016000000000000.0030 3	30.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.3319113000000000000.0030 3	113.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.3339014000000000000.0049 4	1.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.3339014000000000000.0049 4	5.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.3339014000000000000.0049 4	5.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.3339014000000000000.0049 4	5.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.3339036000000000000.0030 3	2.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.3339036000000000000.0030 3	4.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.3339036000000000000.0049 4	2.800,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.3339039000000000000.0049 4	8.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.3339039000000000000.0049 4	2.100,00
Suplementar	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	10.001.0008.0244.0012.2027.3339030000000000000.0093 4	1.700,00
Suplementar	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	10.001.0008.0244.0012.2027.3339030000000000000.0093 4	10.128,00
Suplementar	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	10.001.0008.0244.0012.2027.3339039000000000000.0093 4	10.000,00
Suplementar	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	10.001.0008.0244.0012.2027.3339039000000000000.0093 4	7.000,00
Suplementar	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	10.001.0008.0244.0012.2027.3339039000000000000.0101 1	7.000,00
Suplementar	ORGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.002.0008.0244.0012.2028.3319016000000000000.0000 0	1.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE FOMENTO A AGROPECUARIA	11.001.0020.0606.0013.2029.3319016000000000000.0000 0	7.100,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE FOMENTO A AGROPECUARIA	11.001.0020.0606.0013.2029.3339030000000000000.0050 4	24.300,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE FOMENTO A AGROPECUARIA	11.001.0020.0606.0013.2029.3339030000000000000.0050 4	20.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE FOMENTO A AGROPECUARIA	11.001.0020.0606.0013.2029.3339030000000000000.0050 4	5.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE FOMENTO A AGROPECUARIA	11.001.0020.0606.0013.2029.3339039000000000000.0050 4	22.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	11.002.0018.0542.0016.2030.3339039000000000000.0051 1	5.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	11.002.0018.0542.0016.2030.3339039000000000000.0051 1	5.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E URBANOS	12.002.0015.0452.0015.1006.3449051000000000000.0050 7	552.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E URBANOS	12.002.0015.0452.0015.2033.3319016000000000000.0000 0	2.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E URBANOS	12.002.0015.0452.0015.2033.3339030000000000000.0050 4	10.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E URBANOS	12.002.0015.0452.0015.2033.3339030000000000000.0050 4	3.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E URBANOS	12.002.0015.0452.0015.2033.3339030000000000000.0050 4	6.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E URBANOS	12.002.0015.0452.0015.2033.3339030000000000000.0050 7	67.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E URBANOS	12.002.0015.0452.0015.2033.3339039000000000000.0050 4	15.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E URBANOS	12.002.0015.0452.0015.2033.3339039000000000000.0050 4	6.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS	12.003.0026.0782.0014.2032.3319016000000000000.0000 0	27.700,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS	12.003.0026.0782.0014.2032.3339030000000000000.0000 0	20.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS	12.003.0026.0782.0014.2032.3339030000000000000.0000 0	12.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS	12.003.0026.0782.0014.2032.3339039000000000000.0051 0	5.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	14.001.0027.0812.0020.2038.3339030000000000000.0050 4	3.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	14.001.0027.0812.0020.2038.3339030000000000000.0050 4	2.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	14.001.0027.0812.0020.2038.3339030000000000000.0050 4	2.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	14.001.0027.0812.0020.2038.3339031000000000000.0000 0	7.500,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	14.001.0027.0812.0020.2038.3339039000000000000.0050 4	5.000,00

Suplementar	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	14.001.0027.0812.0020.2038.33390390000000000000.0050 4	384,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE ATLETAS	14.003.0027.0812.0020.2039.33350430000000000000.0000 0	116.000,00
Suplementar	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	88.001.0028.0843.0022.5.33390920000000000000.00000	54.818,05
Suplementar	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	88.001.0028.0843.0022.5.33390920000000000000.00000	18.926,70
Suplementar	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	88.001.0028.0843.0022.5.33390920000000000000.00000	253.000,00
Suplementar	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	88.001.0028.0843.0022.5.33390920000000000000.00000	43.247,45
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÕES DE POLITICAS PÚBLICAS	07.002.0008.0244.0007.2010.33390360000000000000.0000 0	2.400,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.33390300000000000000.0101 8	20.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.33390300000000000000.0101 8	30.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.33390300000000000000.0101 8	10.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.33390300000000000000.0101 8	20.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.33390300000000000000.0101 8	3.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.33390300000000000000.0101 8	7.000,00
Suplementar	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	10.001.0008.0244.0012.2027.33390390000000000000.0900 1	14.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.33390390000000000000.0101 8	12.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.33390390000000000000.0101 8	11.400,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.33390390000000000000.0101 8	52.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.33390390000000000000.0101 8	5.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.33390390000000000000.0101 8	5.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.33390330000000000000.0101 8	10.451,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2026.33371700000000000000.0101 8	52.292,80
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2026.33371700000000000000.0101 8	58.962,80
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2026.33371700000000000000.0101 8	8.100,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2026.33371700000000000000.0101 8	271.351,34
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.33190070000000000000.0030 3	2.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2012.33191130000000000000.1040 0	7.320,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2012.33191160000000000000.1040 0	4.500,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2012.33191300000000000000.1040 0	6.200,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.33390390000000000000.1051 0	26,54
Suplementar	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	10.001.0008.0244.0012.2027.33390400000000000000.0093 6	1.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	04.001.0004.0122.0004.2003.33390390000000000000.0002 0	49.321,87
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	04.001.0004.0122.0004.2003.33390390000000000000.0002 0	3.723,81
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	08.004.0012.0365.0009.2018.33190160000000000000.0010 1	1.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	08.004.0012.0365.0009.2019.33190110000000000000.0101 2	42.000,00

Suplementar	DEPARTAMENTO DE FOMENTO A AGROPECUARIA	11.001.0020.0606.0013.2029.33390400000000000000.0050 4	2.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	08.004.0012.0365.0009.2019.33190130000000000000.0101 2	2.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	08.004.0012.0365.0009.2019.33191130000000000000.0101 2	3.000,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	08.004.0012.0365.0009.2019.33190160000000000000.0101 2	500,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2012.33390390000000000000.0002 0	5.608,08
Suplementar	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS	12.003.0026.0782.0014.2032.33390300000000000000.1016 1	50.000,00
Suplementar	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	10.003.0008.0243.0021.6000.33390140000000000000.0879 0	2.100,00
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.33390390000000000000.0049 5	31,92
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.33390390000000000000.0102 4	21,59
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.33390390000000000000.0101 7	219,13
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.33390390000000000000.0496 3	434,10
Suplementar	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.33390390000000000000.0101 6	178,41

Art. 2 - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo de Previdência Social de Nova Prata do Iguaçu - PREVPRATA, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU-PREVPRATA	20.001.0009.0272.0024.2041.33390140000000000000.00100	10.000,00

Art. 3 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	04.001.0004.0122.0004.2003.33390390000000000000.0050 4	30.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	04.001.0004.0122.0004.2003.33390390000000000000.0050 4	2.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	04.001.0004.0122.0004.2003.33390390000000000000.0050 4	15.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	04.001.0004.0122.0004.2003.33390390000000000000.0050 4	10.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	05.002.0004.0124.0005.2007.33390360000000000000.0000 0	2.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	05.002.0004.0124.0005.2007.33390390000000000000.0050 4	1.500,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA, PROGRAMAS E PROJETOS	06.002.0004.0121.0006.2009.33190110000000000000.0000 0	5.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÕES DE POLITICAS PÚBLICAS	07.002.0008.0244.0007.2010.33390390000000000000.0000 0	2.400,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2012.33190130000000000000.0010 3	20.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2012.33190940000000000000.0000 0	60.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2012.33390320000000000000.0010 4	50.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2012.33390360000000000000.0000 0	26.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2012.33390360000000000000.0010 1	9.200,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2013.33190110000000000000.0010 4	2.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2013.33190160000000000000.0010 4	3.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2013.33190940000000000000.0010 3	2.200,00

Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2013.33390300000000000000.0010 4	10.728,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2013.33390300000000000000.0010 4	76.000,00

Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2013.3339030000000000000.0010 4	5.800,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2013.3339030000000000000.0051 0	5.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.2013.3339033000000000000.0050 4	20.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	08.004.0012.0365.0009.1005.3449051000000000000.0050 4	8.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	08.004.0012.0365.0009.2019.3449052000000000000.0010 4	10.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.3319011000000000000.0049 4	8.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.3319011000000000000.0049 4	5.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.3319011000000000000.0049 4	5.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.3319011000000000000.0049 4	2.100,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.3319011000000000000.0049 4	5.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.3319011000000000000.0049 4	2.800,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.3337233000000000000.0049 4	1.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2021.3449052000000000000.0030 3	2.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	09.001.0010.0301.0011.2026.3337170000000000000.0050 4	2.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIAS	09.002.0010.0304.0011.2023.3319011000000000000.1051 0	26,54
Anulação Dotação	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	10.001.0008.0244.0012.2027.3449052000000000000.0093 6	1.000,00
Anulação Dotação	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	10.003.0008.0243.0021.6002.3339030000000000000.0000 0	30.000,00

Anulação Dotação	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	10.003.0008.0243.0021.6002.3339039000000000000.0000 0	38.900,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE FOMENTO A AGROPECUARIA	11.001.0020.0606.0013.1018.3449052000000000000.0050 4	384,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE FOMENTO A AGROPECUARIA	11.001.0020.0606.0013.2029.3339039000000000000.0051 1	5.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	11.002.0018.0542.0016.2030.3339039000000000000.0050 4	8.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	11.002.0018.0542.0016.2031.3339039000000000000.0050 4	6.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	11.002.0018.0542.0016.2031.3339039000000000000.0050 4	3.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE OBRAS	12.001.0015.0451.0015.1031.3449051000000000000.0000 0	30.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E URBANOS	12.002.0015.0452.0015.2033.3339039000000000000.0051 1	5.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS	12.003.0026.0782.0014.2032.3339039000000000000.0000 0	20.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS	12.003.0026.0782.0014.2032.3339039000000000000.0000 0	12.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS	12.003.0026.0782.0014.2032.3339039000000000000.0050 4	46.300,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS	12.003.0026.0782.0014.2032.3339039000000000000.0050 4	5.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS	12.003.0026.0782.0014.2032.3339039000000000000.0050 4	8.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	14.001.0027.0812.0020.2038.3319049000000000000.0000 0	1.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	14.001.0027.0812.0020.2038.3339033000000000000.0000 0	500,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	14.001.0027.0812.0020.2038.3339034000000000000.0000 0	1.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	14.001.0027.0812.0020.2038.3339036000000000000.0000 0	5.000,00
Anulação Dotação	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	88.001.0028.0843.0022.1.3469071000000000000.00000	2.000,00
Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE ENSINO	08.001.0012.0361.0008.1004.3449051000000000000.0010 3	2.137,00

Anulação Dotação	DEPARTAMENTO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA, PROGRAMAS E PROJETOS	06.002.0004.0121.0006.2009.3339039000000000000.0050 7	67.000,00
Superávit		- 00000	54.818,05
Excesso		4124150010000000000 - 00020	49.321,87
Excesso		4171957010100000000 - 01018	12.000,00
Excesso		4124150010000000000 - 00020	9.331,89
Excesso		4171957010100000000 - 01018	52.292,80
Excesso		4171957010100000000 - 01018	20.000,00
Superávit		- 00000	18.926,70
Excesso		4171957010100000000 - 01018	30.000,00
Excesso		4171351110200000000 - 00934	20.128,00
Superávit		- 01018	11.400,00
Excesso		4171453010000000000 - 10430	4.000,00
Excesso		4171650010100000000 - 00934	1.700,00
Superávit		- 01018	10.451,00
Superávit		- 00507	552.000,00
Excesso		4171957010100000000 - 01018	10.000,00
Excesso		4171957010100000000 - 01018	52.000,00
Excesso		4171957010100000000 - 01018	58.962,80
Excesso		4171957010100000000 - 01018	8.100,00
Superávit		- 00000	253.000,00
Excesso		4171957010300000000 - 10161	50.000,00
Excesso		4171957010100000000 - 01018	20.000,00
Excesso		4171957010100000000 - 01018	3.000,00
Superávit		- 08790	2.100,00
Superávit		- 01017	219,13
Superávit		- 01024	21,59
Superávit		- 00495	31,92
Superávit		- 04963	434,10
Excesso		4171552010000000000 - 10400	87.020,00
Excesso		4111303110100000000 - 00104	69.000,00
Excesso		4175150010000000000 - 01012	47.500,00
Excesso		4111451110000000000 - 00303	174.000,00
Excesso		4172951010100000000 - 01011	7.000,00
Excesso		4171957010100000000 - 01018	271.351,34
Excesso		4171351110200000000 - 00934	7.000,00
Excesso		4171957010100000000 - 01018	5.000,00
Excesso		4111451110000000000 - 00104	16.600,00
Excesso		4171957010100000000 - 01018	5.000,00
Excesso		4172951010200000000 - 09001	14.000,00
Superávit		- 01016	178,41
Excesso		4171957010100000000 - 01018	7.000,00
Superávit		- 00000	43.247,45

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 2 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso		
Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
	- 00100	10.000,00

Art. 5 – Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Prata do Iguaçu - Paraná, 1 de setembro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal
CPF: 042.444.599-95

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:3C6DA7A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
ATA DE HOMOLOGAÇÃO DE 05-2026

FUNDACAO DE EDUCACAO DE PAICANDU						
PAIÇANDU-PR						
ATA DE HOMOLOGAÇÃO						
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 05/2026						
Processo Administrativo Nº 22/2026						
Tipo: AQUISIÇÃO						
CONDUTOR: VERÔNICA SIMÃO BENATTI						
Data de Publicação: 17/09/2026 14:55:47						
LOTE 1 - HOMOLOGADO - 14/10/2026 16:15:04						
LOTE 1						
VALORES UNITÁRIOS FINAIS						
Item: 1	Unidade: SERVICO	Marca: Serviço	Modelo:			
Descrição: ASSESSORIA NA AVALIAÇÃO DO PME 2015/2025, MOBILIZAÇÃO E INSTIUIÇÃO FORMAL DAS EQUIPES DE TRABALHHO, EXECUÇÃO DO DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL, REDAÇÃO INTEGRAL DAS METAS, DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS DO NOVO PME 2026/2036, ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DAS AUDIÊNCIAS - Assessoria na avaliação do PME 2015/2025, Mobilização e instiuição formal das equipes de trabalhho, execução do diagnóstico educacional, redação integral das metas, diretrizes e estratégias do novo PME 2026/2036, organização e condução das audiências públicas, redação final do Projeto de Lei do novo PME, acompanhamento técnico do trâmite legislativo até a sanção, estrutura completa do monitoramento e avliação do PME.						
Quantidade: 1	**Valor Unit.:** 14.500,00	**Valor Total:** 14.500,00				
CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 43.665.571 PRISCILA APARECIDA DOS	044	43.665.571/0001-58	40.716,00	14.500,00		Sim
2 PATRICIA DA CUNHA BATISTA - ME	540	32.632.232/0001-59	40.700,00	15.800,00	8,97	Sim
3 49.844.010 MARLENE VALADAO GODOI	566	49.844.010/0001-00	40.716,67	16.458,97	4,17	Sim
4 INSTITUTO FRANK DUARTE LTDA	045	26.779.309/0001-15	40.000,00	17.800,00	8,15	Sim
5 DANILO HENRIQUE NUNES	410	62.169.238/0001-00	20.765,50	20.765,50	16,66	Sim
6 TRIUNFAR ASSESSORIA, CONSULTORIA	718	41.597.900/0001-45	40.716,67	30.000,00	44,47	Sim
7 SINEX CONTABILIDADE DE GESTAO	917	05.604.230/0001-83	40.716,67	35.000,10	16,67	Sim
8 MALHEIROS INTELIGENCIA PUBLICA	131	61.176.068/0001-10	40.716,67	40.716,67	16,33	Sim
9 INSTITUTO MAKRO MARKETING	864	05.501.153/0001-36	40.716,67	40.716,67	0,00	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI						
Autoridade						
Gerado em: 14/10/2026 16:15:04						

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:8C5D79C7

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE 26-2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Responsavel: ISMAEL BATISTA no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente licitação neste termo:

a) Licitação Nº :	60 /2026					
b) Modalidade :	Pregão					
c) Data Homologação :	15/10/2026					
d) Objeto Homologado :	Contratação de serviço de Cremação de animais domesticos mortos em via publica, coleta, transporte, destinação final e tratamento de carcaças de animais mortos, encontrados em vias e estradas deste municipio, garantindo a adequada remoção e manejo conforme normas sanitárias e ambientais vigentes. e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:					
Fornecedor						
SERVIOESTE SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA						
Item	**Descrição**	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**

1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CREMAÇÃO DE ANIMAIS	serviço	KG	2.000,000	23,7000	47.400,00
				Total:		47.400,00

Paiçandu, 15/10/2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:58D7593B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 332/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representada pela Secretaria de Gestão Pública e Finanças Sra. **CARLA BEATRIZ TURMINA,** brasileira, inscrita no **CPF/MF sob o n.º 029.XXX.XXX-40**, portadora da Cédula de Identidade Civil **RG sob o n.º 5.XXX.XXX-8,** a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal n.º 17.957 de 17/01/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 81/2026**, **processo administrativo nº 7237/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de certificados digitais.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: ALVES & OLIVEIRA SOLUÇÕES DIGITAIS E VENDA DE EQUIPAMENTO LTDA
CNPJ: 46.504.481/0001-73

Lotes: 1, 2, 3 e 4.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	1	CERTIFICADO DIGITAL TIPO A3 PARA PESSOA JURÍDICA (E-CNPJ), EMITIDO NO PADRÃO ICP-BRASIL, COM VALIDADE DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, ARMAZENADO EM TOKEN CRIPTOGRÁFICO USB, INCLUSO NO FORNECIMENTO, EMITIDO POR AUTORIDADE CERTIFICADORA CREDENCIADA À ICP-BRASIL.	Valid	UN	20	R$ 45,0000	R$ 900,00
2	1	CERTIFICADO DIGITAL TIPO A3 PARA PESSOA FÍSICA (E-CPF), EMITIDO NO PADRÃO ICP-BRASIL, COM VALIDADE DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, ARMAZENADO EM TOKEN CRIPTOGRÁFICO USB, INCLUSO NO FORNECIMENTO, EMITIDO POR AUTORIDADE CERTIFICADORA CREDENCIADA À ICP-BRASIL. ADO DIGITAL TIPO A3 PARA PESSOA FÍSICA (E-CPF), EMITIDO NO PADRÃO ICP-BRASIL, COM VALIDADE DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, ARMAZENADO EM TOKEN CRIPTOGRÁFICO USB, INCLUSO NO FORNECIMENTO, EMITIDO POR AUTORIDADE CERTIFICADORA CREDENCIADA À ICP-BRASIL.	Valid	UN	55	R$ 45,0000	R$ 2.475,00
3	1	CERTIFICADO DIGITAL TIPO A1 PARA PESSOA JURÍDICA (E-CNPJ), EMITIDO NO PADRÃO ICP-BRASIL, COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES, ARMAZENADO EM ARQUIVO DIGITAL, EMITIDO POR AUTORIDADE CERTIFICADORA CREDENCIADA À ICP-BRASIL. COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES, ARMAZENADO EM ARQUIVO DIGITAL, EMITIDO POR AUTORIDADE CERTIFICADORA CREDENCIADA À ICP-BRASIL.	Valid	UN	25	R$ 26,0000	R$ 650,00
4	1	CERTIFICADO DIGITAL TIPO A1 PARA PESSOA FÍSICA (E-CPF), EMITIDO NO PADRÃO ICP-BRASIL, COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES, ARMAZENADO EM ARQUIVO DIGITAL, EMITIDO POR AUTORIDADE CERTIFICADORA CREDENCIADA À ICP-BRASIL.	Valid	UN	22	R$ 27,0000	R$ 594,00

Valor Total Homologado - R$4.619,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO E ENTREGA
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 O item deverá estar em conformidade com a descrição, conforme termo de referência. 2.2.2 A emissão e disponibilização dos certificados digitais deverão ocorrer no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da autorização de fornecimento ou instrumento equivalente, mediante agendamento prévio com os responsáveis indicados pela Prefeitura Municipal de Palmeira.
2.2.3 A validação da identidade e a emissão dos certificados deverão ser realizadas de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Autoridade Certificadora, podendo ocorrer de forma presencial ou por videoconferência, conforme as regras aplicáveis ao tipo de certificado contratado.
2.2.4 Nos casos de certificados do tipo A3, quando houver fornecimento de mídia criptográfica (token), esta deverá ser entregue em perfeitas condições de funcionamento, juntamente com as orientações necessárias para sua utilização e instalação.
2.2.5 Para certificados do tipo A1, o certificado deverá ser disponibilizado de forma eletrônica, em formato compatível com sua instalação e utilização, acompanhado das instruções necessárias para instalação e uso.
2.2.6 A contratada deverá prestar suporte técnico necessário à emissão, instalação e ativação dos certificados, sempre que solicitado pela Administração, sem custos adicionais, durante o período de validade do certificado.

2.2.7 A entrega/execução será considerada concluída somente após a efetiva emissão e disponibilização do certificado digital ao responsável indicado pela Prefeitura, com condições adequadas para sua utilização.
2.2.8 A Contratada deverá realizar os procedimentos necessários para a emissão dos certificados digitais, incluindo, quando aplicável, validação de identidade, captura de biometria, fotografia, conferência e registro de documentos e demais procedimentos exigidos pela Autoridade Certificadora.
2.2.9 Os procedimentos poderão ser realizados por meio de videochamada ou presencialmente nas instalações da Prefeitura Municipal, em local a ser indicado pela Secretaria requisitante, mediante prévio agendamento.
2.2.10 Não deverá ser exigido pela Contratada quantitativo mínimo de servidores ou certificados para realização dos procedimentos, devendo o atendimento ocorrer conforme a demanda e os quantitativos efetivamente solicitados pela Administração.
2.2.11 A Contratada deverá fornecer as orientações e o suporte necessários para a emissão, instalação, ativação e utilização dos certificados digitais, quando aplicável, sem custos adicionais para o Município.
2.2.12 A Contratada deverá observar os requisitos de segurança, sigilo e proteção dos dados pessoais apresentados pelos servidores durante os procedimentos de validação e emissão dos certificados.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Gestão.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 de janeiro de 2026.

Tiago Dombroski Moreira – titular
Edna Camargo - suplente

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunha:

_____
Edna Camargo
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:
LOTE 1

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ALVES & OLIVEIRA SOLUÇÕES DIGITAIS	463	46.504.481/0001-73	103,00	45,00		Sim
2 JUNIEL PAMPONET DA SILVA LTDA	151	67.548.810/0001-58	103,00	62,00	37,78	Sim
3 KALI COMERCIO E SERVICOS LTDA	858	25.026.483/0001-24	99,90	99,90	61,13	Sim
4 TECH MINAS DIGITAL LTDA	348	34.158.836/0001-30	100,00	100,00	0,10	Sim
5 CERTISEG SOFTWARE E CERTIFICACAO	853	22.087.251/0001-98	102,00	102,00	2,00	Sim
6 CELEBRAR COBRANÇA E CONSULTORIA	774	22.106.571/0001-48	102,90	102,90	0,88	Sim
7 MIND CERTIFICADORA LTDA	503	39.910.833/0001-25	103,00	103,00	0,10	Sim
8 AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI	542	21.308.480/0001-22	103,00	103,00	0,00	Sim
9 X.DIGITAL BRASIL SEGURANÇA DA	953	38.597.881/0001-42	250,00	250,00	142,72	Sim

LOTE 2

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ALVES & OLIVEIRA SOLUÇÕES DIGITAIS	697	46.504.481/0001-73	104,00	45,00		Sim
2 JUNIEL PAMPONET DA SILVA LTDA	968	67.548.810/0001-58	104,00	62,00	37,78	Sim
3 TECH MINAS DIGITAL LTDA	508	34.158.836/0001-30	90,00	89,00	43,55	Sim
4 KALI COMERCIO E SERVICOS LTDA	839	25.026.483/0001-24	99,90	99,90	12,25	Sim
5 CERTISEG SOFTWARE E CERTIFICACAO	966	22.087.251/0001-98	103,00	103,00	3,10	Sim
6 CELEBRAR COBRANÇA E CONSULTORIA	087	22.106.571/0001-48	104,00	104,00	0,97	Sim
7 AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI	648	21.308.480/0001-22	104,50	104,50	0,48	Sim
8 MIND CERTIFICADORA LTDA	285	39.910.833/0001-25	104,50	104,50	0,00	Sim
9 X.DIGITAL BRASIL SEGURANÇA DA	834	38.597.881/0001-42	240,00	240,00	129,67	Sim

LOTE 3

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ALVES & OLIVEIRA SOLUÇÕES DIGITAIS	683	46.504.481/0001-73	50,00	26,00		Sim
2 TECH MINAS DIGITAL LTDA	304	34.158.836/0001-30	60,00	29,00	11,54	Sim
3 TOTALCERT SOLUÇÃO DIGITAL LTDA	520	57.794.545/0001-34	150,00	38,00	31,03	Sim
4 CERTISEG SOFTWARE E CERTIFICACAO	367	22.087.251/0001-98	49,00	38,50	1,32	Sim
5 JUNIEL PAMPONET DA SILVA LTDA	807	67.548.810/0001-58	50,00	39,00	1,30	Sim
6 KALI COMERCIO E SERVICOS LTDA	422	25.026.483/0001-24	44,90	44,90	15,13	Sim
7 CELEBRAR COBRANÇA E CONSULTORIA	134	22.106.571/0001-48	49,90	49,90	11,14	Sim
8 MIND CERTIFICADORA LTDA	340	39.910.833/0001-25	50,00	50,00	0,20	Sim
9 AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI	454	21.308.480/0001-22	50,00	50,00	0,00	Sim
10 X.DIGITAL BRASIL SEGURANÇA DA	291	38.597.881/0001-42	190,00	190,00	280,00	Sim

LOTE 4

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ALVES & OLIVEIRA SOLUÇÕES DIGITAIS	865	46.504.481/0001-73	50,00	27,00		Sim
2 TECH MINAS DIGITAL LTDA	671	34.158.836/0001-30	50,00	29,00	7,41	Sim
3 CERTISEG SOFTWARE E CERTIFICACAO	822	22.087.251/0001-98	49,00	38,00	31,03	Sim
4 TOTALCERT SOLUÇÃO DIGITAL LTDA	283	57.794.545/0001-34	150,00	39,00	2,63	Sim
5 JUNIEL PAMPONET DA SILVA LTDA	698	67.548.810/0001-58	50,00	39,00	0,00	Sim
6 KALI COMERCIO E SERVICOS LTDA	183	25.026.483/0001-24	44,90	44,90	15,13	Sim
7 CELEBRAR COBRANÇA E CONSULTORIA	484	22.106.571/0001-48	49,90	49,90	11,14	Sim
8 AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI	552	21.308.480/0001-22	50,00	50,00	0,20	Sim
9 MIND CERTIFICADORA LTDA	526	39.910.833/0001-25	50,00	50,00	0,00	Sim

10 X.DIGITAL BRASIL SEGURANÇA DA	241	38.597.881/0001-42	160,00	160,00	220,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:C904A783

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 361/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representada pela Secretária de Gestão Pública, Sra. **CARLA BEATRIZ TURMINA,** brasileira, inscrita no **CPF/MF sob o n.º 029.XXX.XXX-40**, portadora da Cédula de Identidade Civil **RG sob o n.º 5.XXX.XXX-8,** a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal n.º 17.957 de 17/01/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90/2026**, **processo administrativo nº 9818/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de papel higiênico.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: MARCELO JACOB - ME
CNPJ: 11.774.132/0001-97

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	1	PAPEL HIGIÊNICO DE ALTA QUALIDADE, NÃO RECICLADO, COMPOSTO DE 100% CELULOSE. APRESENTANDO NO MÍNIMO DUAS CAMADAS DE MACIEZ, PICOTADO, NEUTRO, NA COR BRANCA. ROLO MEDINDO 30M X 10CM;	SIRIUS	PACOTE COM 16 ROLOS	5500	R$ 14,0200	R$ 77.110,00

Valor Total Homologado - R$77.110,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO E ENTREGA
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 Os fornecimentos serão realizados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de nota de empenho, observados os quantitativos solicitados pela Secretaria requisitante.
2.2.2 A Contratada não poderá impor quantitativos mínimos para atendimento das solicitações de fornecimento, devendo efetuar as entregas integralmente de acordo com as quantidades indicadas pela Administração.
2.2.3 O prazo para entrega dos produtos será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho.
2.2.4 O descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos sujeitará a Contratada às penalidades previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços, no Contrato e na legislação aplicável.
2.2.5 Os produtos fornecidos deverão corresponder integralmente às especificações e demais exigências constantes do Edital e do Termo de Referência.
2.2.6 A Administração poderá recusar, total ou parcialmente, os produtos entregues em desacordo com as especificações estabelecidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
2.2.7 A Contratada deverá substituir, sem qualquer ônus adicional para a Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da notificação, os produtos rejeitados, danificados, defeituosos, com vícios de fabricação, fora das especificações exigidas ou que apresentem qualquer irregularidade que comprometa sua utilização.
2.2.8 Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso e conservação, devidamente acondicionados em embalagens adequadas, de forma a garantir sua integridade durante o transporte, armazenamento e manuseio.
2.2.9 Serão rejeitados os produtos que apresentarem avarias decorrentes do transporte, armazenamento inadequado, violação de embalagem, sinais de deterioração ou qualquer condição que comprometa sua qualidade e utilização, ficando a Contratada obrigada à sua imediata substituição, sem qualquer ônus para a Administração.
2.2.10 A entrega dos produtos será considerada concluída somente após o recebimento provisório e a conferência pela Administração quanto à quantidade, qualidade e conformidade com as especificações contratadas.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso,

devidamente corrigido considerando-se o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Gestão.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 4 (quatro) meses, podendo ser prorrogável conforme disposição da Lei 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei Federal. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado da data da proposta apresentada pela contratada. Após esse período, poderá ser aplicado o reajuste pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), observadas as condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 de janeiro de 2026.

Tiago Dombroski Moreira – titular

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunha:

_____
Tiago Dombroski Moreira
Fiscal de Contrato
Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:
LOTE 1

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 MARCELO JACOB	706	11.774.132/0001-97	24,39	14,02		Sim
2 PAULO ROBERTO PORTELLA	361	32.077.898/0001-92	24,00	15,27	8,92	Sim

3 IMPAR INDÚSTRIA DE PAPÉIS LTDA	651	32.294.504/0001-58	24,39	15,80	3,47	Sim
4 LE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA	135	12.350.742/0001-26	24,39	16,45	4,11	Sim
5 PKL - PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	736	63.318.161/0001-48	24,39	16,50	0,30	Sim
6 MATHAN DISTRIBUIDORA LTDA	325	55.835.715/0001-56	24,39	17,45	5,76	Sim
7 G F SERVICOS E COMERCIO LTDA	561	68.141.656/0001-68	24,39	17,79	1,95	Sim
8 MICHEL DA SILVA FRANÇA LTDA	935	32.462.827/0001-03	24,35	18,30	2,87	Sim
9 SERVETECH SOLUÇÕES EMPRESARIAIS	379	31.332.990/0001-99	24,39	18,50	1,09	Sim
10 NEW MAX DISTRIBUIDORA LTDA	272	45.471.842/0001-60	24,39	18,75	1,35	Sim
11 TAKE DISTRIBUIDORA LTDA	602	52.575.274/0001-02	24,30	18,92	0,91	Sim
12 G M DISTRIBUIDORA LTDA	500	21.604.118/0001-07	24,39	18,93	0,05	Sim
13 MULTISOLUÇOES FE LTDA	019	54.915.332/0001-25	24,39	22,40	18,33	Sim
14 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	473	28.453.476/0001-05	22,50	22,50	0,45	Sim
15 3K LICITAÇÕES E COMÉRCIO DE	273	27.646.448/0001-33	34,20	23,99	6,62	Sim
16 COMERCIAL MARELLY	260	13.986.656/0001-77	24,39	24,00	0,04	Sim
17 INOVA ASSESSORIA E RESULTADOS	595	57.589.415/0001-60	24,39	24,21	0,88	Sim
18 SUDOESTE DISTRIBUIDORA	708	51.339.854/0001-38	24,39	24,39	0,74	Sim
19 LUIZ MINIOLI NETTO LTDA	259	14.221.429/0001-13	24,39	24,39	0,00	Sim
20 AP OESTE DISTRIBUIDORA LTDA	820	64.092.284/0001-76	24,39	24,39	0,00	Sim
21 NK COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME	843	00.201.018/0001-51	100,00	100,00	310,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:3234C661

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 185/2025 – S3208

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

INEXIGIBILIDADE Nº 025/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - Nº 126/2025
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 185/2025 – S3208
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SISTEMA PARA GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS, ELABORAÇÃO, TRAMITAÇÃO, CERTIFICAÇÃO ELETRÔNICA, CONTROLE DE ATENDIMENTO DE DEMANDAS INTERNAS E EXTERNAS.
Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº***6, Centro, Palmital-PR, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado o Fornecedor **1DOC TECNOLOGIA S.A**, com endereço à Av Luiz Boiteux Piazza, 1302 lote 89 andar 1 - CEP: 88056000 - Bairro: Cachoeira Do Bom Jesus, Florianópolis/SC inscrita no sob nº19.625.833/0001-76, neste ato representada legalmente pelo Sr. RAFAEL JOSÉ STABILE, denominada **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 14.33/2021 ao Contrato Administrativo n. 185/2025.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO O presente Termo Aditivo tem por objeto:
I. A **prorrogação do prazo de vigência** (e/ou execução) do Contrato nº 185/2025, relativo à prestação de serviços de: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SISTEMA PARA GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS, ELABORAÇÃO, TRAMITAÇÃO, CERTIFICAÇÃO ELETRÔNICA, CONTROLE DE ATENDIMENTO DE DEMANDAS INTERNAS E EXTERNAS.**
II. O **acréscimo quantitativo do objeto** contratual, correspondente a 100% do valor inicial atualizado do Contrato Administrativo n. 185/2025, conforme valor detalhado abaixo. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 1 de Abril de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO
O prazo de vigência do contrato supramencionado fica prorrogado por igual período sendo 20/10/2026 a 19/10/2027 àquele constante da contratação original , nos termos das cláusulas postas àquele contrato.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO DE VALOR
3.1. Em decorrência do acréscimo de serviços objeto deste aditivo, o valor global do contrato é majorado em R$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais), representando um acréscimo de 100% sobre o valor original atualizado, do Contrato Administrativo n. 185/2025, conforme valor detalhado abaixo. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 1 de Abril de 2021..
3.2. O valor total atualizado do contrato passa de R$ 64.800,00 para R$ 129.600,00 (Cento e vinte e nove mil e seiscentos reais).

LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	1	38852	SISTEMA DE COMUNICAÇAO INTERNA E GESTÃO DOCUMENTAL LICENÇA MENSAL PARA 120 USUÁRIOS - Sistema informatizado integrado e oficial de comunicação interna, externa, gestão documental, com emissão de relatórios gerenciais, parametrização, configuração de mapa de viabilidade configuração de aplicativo para android e iOs para download nas galerias, com módulos: Memorando, Ofício, Circular, Protocolo, Ouvidoria, Pedido de e-SIC, Proc. Administrativo, App atendimento, Ato oficial, Chamado Técnico, Parecer, Carta de Serviços, Workflow, Assinatura em lote, Consulta prévia viabilidade, Mapa Consulta prévia, Aprovação de Projetos, Licenciamento ambiental, Fiscalização de obras e posturas.	MÊS	12	5.400,00	64.800,00
TOTAL							64.800,00

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes deste termo aditivo correrão à conta dos recursos orçamentários próprios da Contratante, alocados na seguinte dotação:

CONTA DA DESPESA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DA DESPESA	GRUPO DA FONTE
640	03.005.04.122.0401.2013	0	3.3.90.40.06.00	DO EXERCÍCIO

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato originário e de seus eventuais aditivos anteriores que não conflitem com o presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO
A eficácia deste Termo Aditivo fica condicionada à publicação do seu extrato no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados de sua assinatura, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 15/10/2026

Município De Palmital/PR
ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

1Doc Tecnologia S.A
RAFAEL JOSÉ STABILE
Contratado

DIEGO PADILHA DE JEUS
Gestor

EVELYN TACIANE SUERO DA CRUZ
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:D439532C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LEILÃO 01/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LEILÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 Processo Administrativo nº76/2026 · Edital nº01/2026
O **PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL**, Estado do Paraná, Sr. **ROBERTO CARLOS ROSSI**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, em especial os arts. 31 e 71, e considerando o relatorio do resultado final emitido pelo Leiloeiro Oficial do Municipio:
RESOLVE
Art. 1º – **HOMOLOGAR** o resultado do Leilão Eletrônico nº 01/2026 e **ADJUDICAR** os lotes aos respectivos arrematantes, pelos maiores lances ofertados, conforme o quadro abaixo:

Lote	Descrição	Arrematante	Valor (R$)
1	GM/Celta 4P Life, 2009/2010	Robson Sullivan Machado	11.100,00
2	Toyota/Bandeirante BJ55LP 2BL, 1999/2000	Felipe Lingner	63.500,00
3	Fiat/Uno Vivace 1.0, 2014/2014	Matheus Mattei Almeida	12.500,00
4	Fiat/Strada Working CE, 2014/2015	Eliel Kaiser Rafael	19.600,00
5	I/Fiat Siena EL 1.0 Flex, 2014/2015	Matheus Mattei Almeida	18.000,00
6	I/Renault Clio EXP1016VH, 2015/2016	Matheus Mattei Almeida	15.900,00
8	Fiat/Siena Attract 1.0, 2017/2018	Matheus Mattei Almeida	19.200,00
9	Chev/Spin 1.8L AT ACT7, 2019/2020	Relampago Comércio de Peças Usadas Ltda	38.600,00
10	I/Ford Transit TCA AMB, 2011/2011	Eliel Kaiser Rafael	22.700,00
11	Renault/Master TCA AMB, 2017/2018	Ze Veículos Comércio de Seminovos Ltda	40.900,00
12	M.Benz/OF 1113, 1985/1985	João Paulo Silva de Araujo	20.000,00
13	M.Benz/OF 1315, 1988/1988	Adelar Jose Zanolla Ferro Velho	19.500,00
14	Scania/S113 CL, 1992/1992	Sivonei Diobaty	34.800,00
15	M.Benz/OF 1318, 1992/1992	Cláudio Ali Geha Gonçalves	24.300,00
16	Ford/B 1618, 1995/1996	Cláudio Ali Geha Gonçalves	29.900,00
17	M.Benz/Mpolo Torino GVU, 2000/2000	Frigodasko Ind. e Comércio de Carnes Ltda	35.200,00
18	VW/Masca Granmini W120 O, 2004/2004	Veridiana Gonçalves de Maia	39.000,00
19	Iveco/Cityclass 70C17, 2013/2014	Gustavo R. Transportes Ltda	41.100,00
20	Iveco/Cityclass 70C17, 2015/2016	André Aguirra Taioqui	55.800,00
21	Ford/8500, 1979/1979	Mario Gomes Jardim Filho	35.700,00
22	M.Benz/L 1513, 1982/1982	Matheus Mattei Almeida	35.600,00
24	Ford/F12000, 1993/1993	Mario Gomes Jardim Filho	42.100,00
25	VW/26.220 Euro3 Worker, 2010/2011	Rudinei Facco	165.400,00
26	I/Iveco Ectector 170E22, 2002/2003	Francisco Marinho de Assis Pereira	103.500,00
27	Metrax	Matheus Mattei Almeida	7.600,00
28	Ford/Cargo 2623 6x4, 2014/2014	Filipe Dognini	220.500,00
29	Ford/Cargo 2623 6x4, 2014/2014	José Donizete Galego	206.000,00
31	Retroescavadeira JCB 3CXTT, 2018	Gilberto Luiz Graçano	63.300,00
32	Retroescavadeira JCB 3CXTT, 2018	Campos Souza Empreendimentos Ltda	106.600,00
33	Motoniveladora Fiatallis FG70B, 1996	Jocineia Maria de Figueiredo	35.000,00
34	Rolo Compactador Hamm, 2012/2013	Alan Panizzon Barankievicz	82.300,00
35	Minicarregadeira Randon RD SL 75R	Frigodasko Ind. e Comércio de Carnes Ltda	85.750,00
36	Pá-carregadeira XCMG LW300KV, 2021	Rafael Scarabelot de Souza	125.800,00
37	Escavadeira JCB JS210SC, 2017	Alan Panizzon Barankievicz	190.500,00
38	Retroescavadeira XCMG XC870BR-I, 2024	Daniel Matchula	93.400,00
39	JCB	Daniel Matchula	16.200,00

40	Cabine suplementar para caminhão	Comercial de Peças para Tratores Monte Claro Ltda	4.500,00
41	Furgo Sul	Edinaldo Aparecido Dias	8.100,00
42	7 pistões de máquinas	Gilberto Luiz Graçano	5.200,00
43	Sucata de pneus	Neuzi Eduarda Marques	1.100,00
	TOTAL		**2.195.750,00**

Ficam registrados como **desertos** os lotes nº **7** por ausência de lances, o Lote nº **30** frustrado, e o Lote nº 23 Cancelado, ficando a critério da Administração a sua reinclusão em novo certame.
Determino a publicação deste Termo no Diário Oficial do Município, e no Portal da Transparência.

Palmital/PR, 22 de Setembro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:4EC74113

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.227

DECRETO Nº 2.227

"Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências."

O Prefeito Municipal do MUNICIPIO DE PARANAGUA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4634/2025 de 02/12/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito Suplementar, em conformidade com o inciso I do Art. 41º da lei federal nº 4.320/64 e Lei autorizativa nº 4634/2025 de 02/12/2025, até a importância de R$ 2.429.789,17 (dois milhões, quatrocentos e vinte e nove mil e setecentos e oitenta e nove reais e dezessete centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
04		Controladoria Geral do Município	
04.001		Controladoria Geral	
04.001.04.124.0050.2.015		Controladoria	
56 - 3.3.90.39.00.00	000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.000,00
05		Procuradoria Geral do Município	
05.001		Procuradoria Geral	
05.001.02.062.0055.2.020		Coordenação e Supervisão Estratégica da Procuradoria Geral do Município	
68 - 3.3.90.14.00.00	000	Diárias - civil	30.000,00
70 - 3.3.90.39.00.00	000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	40.000,00
08		Secretaria Municipal de Administração	
08.001		Gabinete do Secretário	
08.001.04.122.0002.2.040		Coordenação Administrativa e Assessoramento Estratégico	
196 - 3.3.90.39.00.00	000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	92.000,00
197 - 3.3.90.40.00.00	000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	22.100,00
10		Secretaria Municipal de Saúde	
10.001		Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.301.0006.2.062		Atenção Primária em Saúde	
314 - 3.3.90.39.00.00	510	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.200.000,00
10.001.10.304.0006.2.064		Vigilância Sanitária	
351 - 3.3.90.39.00.00	510	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	590.000,00
11		Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral	
11.002		Superintendência de Políticas Educacionais	
11.002.12.365.0017.1.018		Estruturas	
405 - 3.3.90.39.00.00	104	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	152.689,17
12		Secretaria Municipal de Obras Públicas	
12.004		Departamento de Manutenção Urbana	
12.004.15.451.0014.2.103		Manutenção, Pavimentação e Conservação de Pontes Ruas e avenidas. Tráfego em Geral.	
488 - 3.3.90.30.00.00	510	Material de consumo	230.000,00
18		Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial	
18.001		Gabinete do Secretário	
18.001.08.122.0053.2.170		Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Assistência Social	
711 - 3.3.90.30.00.00	000	Material de consumo	12.000,00
18.003		Fundo Municipal de Assistência Social	
18.003.08.245.0019.2.220		Proteção Social Básica	
826 - 3.3.90.39.00.00	000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	40.000,00
18.006		Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	
18.006.08.241.0020.2.203		Piso de Média Complexidade - Idoso	
970 - 3.3.90.30.00.00	931	Material de consumo	20.000,00
Total Suplementação:			2.429.789,17

Art. 2° Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Anulação de dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso III da Lei Federal 4.320/64. O valor referente a este artigo será crescido ao valor da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso conforme publicado no Decreto 318/2026:

Redução			
04		Controladoria Geral do Município	
04.001		Controladoria Geral	
04.001.04.124.0050.2.015		Controladoria	
54 - 3.3.90.30.00.00	1000	Material de consumo	1.000,00
05		Procuradoria Geral do Município	
05.001		Procuradoria Geral	
05.001.28.846.0000.0.005		Precatório	
75 - 4.6.90.91.00.00	1000	Sentenças judiciais	70.000,00
08		Secretaria Municipal de Administração	
08.001		Gabinete do Secretário	
08.001.04.122.0002.2.040		Coordenação Administrativa e Assessoramento Estratégico	
199 - 3.3.90.49.00.00	1000	Auxílio-transporte	114.100,00
10		Secretaria Municipal de Saúde	
10.001		Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.302.0006.2.063		Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Rede de Urgência e	
332 - 3.3.90.39.00.00	1510	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.200.000,00
10.001.10.304.0006.2.064		Vigilância Sanitária	
348 - 3.3.90.32.00.00	1510	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	120.000,00
349 - 3.3.90.33.00.00	1510	Passagens e despesas com locomoção	70.000,00
355 - 4.4.90.52.00.00	1510	Equipamentos e material permanente	400.000,00
11		Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral	
11.001		Gabinete do Secretario	
11.001.12.361.0016.2.080		Manutenção, Conservação e Remuneração dos profissionais das Escolas	
382 - 3.3.90.30.00.00	1104	Material de consumo	152.689,17
12		Secretaria Municipal de Obras Públicas	
12.001		Gabinete do Secretario	
12.001.04.122.0058.2.100		Coordenação e Supervisão Estratégica de Obras	
456 - 3.3.90.39.00.00	1510	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	230.000,00
18		Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial	
18.003		Fundo Municipal de Assistência Social	
18.003.08.245.0053.2.221		Bloco de Programas	
897 - 3.3.90.08.00.00	1000	Outros benefícios assistenciais do servidor e do militar	1.000,00
18.003.08.245.0053.2.226		Conferências Municipais	
916 - 3.3.90.30.00.00	1000	Material de consumo	10.000,00
917 - 3.3.90.31.00.00	1000	Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras	1.000,00
918 - 3.3.90.32.00.00	1000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	11.000,00
919 - 3.3.90.35.00.00	1000	Serviços de consultoria	1.000,00
920 - 3.3.90.36.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	5.000,00
921 - 3.3.90.37.00.00	1000	Locação de mão-de-obra	1.000,00
18.003.08.246.0019.2.342		Transferência de renda municipal	
923 - 3.3.50.41.00.00	1000	Contribuições	1.000,00
924 - 3.3.50.43.00.00	1000	Subvenções sociais	1.000,00
925 - 3.3.90.30.00.00	1000	Material de consumo	1.000,00
926 - 3.3.90.32.00.00	1000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	1.000,00
927 - 3.3.90.39.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.000,00
928 - 3.3.90.48.00.00	1000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	1.000,00
18.006		Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	
18.006.08.241.0020.2.203		Piso de Média Complexidade - Idoso	
973 - 3.3.90.39.00.00	3931	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	20.000,00
18.007		Casa da Mulher	
18.007.14.422.0034.2.316		Manutenção das atividades da Casa de Acolhimento à Mulher Parnanguara	
978 - 3.3.90.14.00.00	1000	Diárias - civil	1.000,00
981 - 3.3.90.33.00.00	1000	Passagens e despesas com locomoção	1.000,00
982 - 3.3.90.36.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	1.000,00
983 - 3.3.90.40.00.00	1000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	1.000,00
18.008		Fundo da Mulher	
18.008.14.422.0034.2.317		Fundo Municipal dos Direitos da Mulher (FMDM)	
987 - 3.3.90.08.00.00	1000	Outros benefícios assistenciais do servidor e do militar	1.000,00
988 - 3.3.90.14.00.00	1000	Diárias - civil	1.000,00
989 - 3.3.90.30.00.00	1000	Material de consumo	1.000,00
990 - 3.3.90.32.00.00	1000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	1.000,00
991 - 3.3.90.33.00.00	1000	Passagens e despesas com locomoção	1.000,00
992 - 3.3.90.36.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	1.000,00
993 - 3.3.90.39.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.000,00
994 - 3.3.90.40.00.00	1000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	1.000,00
995 - 3.3.90.47.00.00	1000	Obrigações tributárias e contributivas	1.000,00
996 - 3.3.90.48.00.00	1000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	1.000,00
18.009		Casa da Mulher Marisqueira, Pescadora e Indígena	
18.009.04.122.0034.1.071		Aquisição de Imóvel, Casa da Mulher Marisqueira Pescadoras e Indígenas	
999 - 3.3.90.30.00.00	1000	Material de consumo	1.000,00
1000 - 3.3.90.32.00.00	1000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	1.000,00
Total Redução:			2.429.789,17

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 15 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:995EF3F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

•
PROCESSO Nº 27.186/2026

•
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

•
REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2026

•
VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses

•

•
Aos quatorze dias de outubro do ano de 2026, a **Prefeitura do Município de Paranaguá/PR**, inscrita no CNPJ sob o nº 76.017.458/0001-15, situada na Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá-PR, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Esporte e Juventude, Senhor JOSÉ MIGUEL PEREIRA, pelo Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral, Senhor THIAGO CASAS DO NASCIMENTO e pelo Secretário Municipal de Cultura e Turismo, Senhor JOSÉ REIS DE FREITAS NETO, institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da Licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026, cujo objetivo fora a formalização de **Registro de Preços para Aquisição de Troféus e Medalhas, em atendimento às Secretarias Municipais de Paranaguá**, processado nos termos do Decreto Municipal nº 4.319/2023, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, demais legislações aplicáveis, que se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, segundo as cláusulas e condições seguintes:

•

• EMPRESA: Roger André Braun ME	•
• CNPJ: 29.253.577/0001-97	• FONE/FAX: (49) 3304-5883 / (49) 99105-1644
• ENDEREÇO: Rua Saudades, nº 418D – Cristo Rei, Chapecó/SC CEP: 89810-110	
• REPRESENTANTE LEGAL: Roger André Braun	
• CPF Nº: 053.623.129-01	• RG Nº: 4936798 SSP/SC
• E-MAIL: rmb.licitacao@hotmail.com	

LOTE 01					
ITEM	**UND**	**QTD.**	**ESPECIFICAÇÃO**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
01	UNID	1250	TROFÉU – BASE DUPLA EM ACRÍLICO, MEDINDO 45 CM DE COMPRIMENTO X 14 CM DE LARGURA X 2 CM DE ALTURA, COM ACABAMENTO DE ALTA QUALIDADE, ALTURA TOTAL APROXIMADA: 33CM, CONFECCIONADO EM ACRÍLICO. PARTE INFERIOR DA BASE REVESTIDA COM MATERIAL LAMINADO E GRAVADO PARANAGUÁ, VISANDO DESIGN E DETALHE DA BASE. PLACA METÁLICA FIXADA NA BASE PARA GRAVAÇÃO DO NOME DA COMPETIÇÃO E DO EVENTO, CORPO PRINCIPAL COMPOSTO POR ACRÍLICO ESTRUTURADO, CONTENDO: PEÇA DE ACRÍLICO COM CANTOS ARREDONDADOS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 40 CM DE LARGURA X 19 CM DE ALTURA X 10 MM DE ESPESSURA, ENCAIXADA NA ESTRUTURA. SOBREPOSIÇÃO FRONTAL EM ACRÍLICO CRISTAL DE 10 MM, CRIANDO EFEITO DE RELEVO/PROFUNDIDADE PARA O FAROL DA CIDADE. PERSONALIZAÇÃO REALIZADA DE ALTA QUALIDADE, IMPRESSA NAS SUPERFÍCIES DE ACRÍLICO E METAL. NA PARTE SUPERIOR, APLICAÇÃO DAS LOGOMARCAS DO EVENTO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E JUVENTUDE E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ. INCLUSÃO DE ELEMENTO DECORATIVO TIPO PÓDIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 10 CM DE LARGURA X 5 CM DE ALTURA, CONTENDO FIGURA/BONECO PERSONALIZADO EM METAL, REPRESENTANDO A PREMIAÇÃO, ACABAMENTO GERAL: SUPERFÍCIES POLIDAS, MONTAGEM FIRME E ALINHADA, SEM REBARBAS OU IMPERFEIÇÕES, PRONTO PARA ENTREGA E USO. **Marca/Fabricante: rmb**	R$ 105,00	R$ 131.250,00
02	UNID	4600	MEDALHA 10 CM : CLASSIFICAÇÃO 1º, 2º, 3º LUGAR – MEDALHA PERSONALIZADA CONFORME A LOGO DA PREFEITURA EM ZAMAK COM FORMATO REDONDO COM 100 MM DE DIÂMETRO(PODENDO VARIAR 2 MM PARA MAIS OU PARA MENOS) E NO MÍNIMO 3 MM DE ESPESSURA (EM TODA ÁREA DA MEDALHA), CONTENDO ACIMA DA MEDALHA PASSADOR PRA FITA VAZADO COM ABERTURA MEDINDO 25 MM COMPRIMENTO X 5 MM DE ALTURA (PODENDO VARIAR 2 MM PARA MAIS OU PARA MENOS) E NO MÍNIMO 3 MM ESPESSURA, COM BANHO OURO E PRATA OU BRONZE (ENVELHECIDOS) – FRENTE: FUNDIDA A LOGO EM ALTO RELEVO E FUNDO TEXTURIZADO. VERSO: FUNDIDA LISO EM ALTO RELEVO – FITA: EM POLIÉSTER PERSONALIZADA EM IMPRESSÃO DIGITAL CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA SECRETARIA, NA FRENTE E NO VERSO, CONTENDO O NOME DO EVENTO E ANO (INFORMAÇÕES A SEREM DEFINIDAS NA SOLICITAÇÃO DE ENTREGA), MEDINDO ENTRE 800 E 810 MM DE COMPRIMENTO X ENTRE 22 E 25 MM DE LARGURA X 1 MM DE ESPESSURA, JUNÇÃO DAS PONTAS COM ACABAMENTO EM COSTURA OU COLADA, PESO MÍNIMO POR UNIDADE: 120G. **Marca/Fabricante: rmb**	R$ 9,50	R$ 43.700,00
03	UNID	4650	MEDALHA 7,5 CM: CLASSIFICAÇÃO 1º, 2º E 3º LUGARES – MEDALHA PERSONALIZADA CONFECCIONADA EM ZAMAK, FORMATO REDONDO, COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 7,5CM E ESPESSURA MÍNIMA DE 3 MM EM TODA A SUA ÁREA. ACABAMENTO: BANHO CATAFORÉTICO NAS CORES OURO, PRATA OU BRONZE , COM EFEITO ENVELHECIDO, CONFORME A CLASSIFICAÇÃO, FRENTE: LOGOMARCA DA PREFEITURA FUNDIDA EM ALTO RELEVO; FUNDO TEXTURIZADO; VERSO: SUPERFÍCIE EM RELEVO; FITA: CONFECCIONADA EM POLIÉSTER, PERSONALIZADA POR IMPRESSÃO DIGITAL EM AMBOS OS LADOS; CONTEÚDO: NOME DO EVENTO E ANO (INFORMAÇÕES FORNECIDAS NO MOMENTO DA SOLICITAÇÃO); DIMENSÕES: COMPRIMENTO ENTRE 800 E 810 MM, LARGURA ENTRE 3CM E ESPESSURA APROXIMADA DE 1 MM; FIXAÇÃO DAS EXTREMIDADES COM DE ALTA RESISTÊNCIA. PESO MÍNIMO POR UNIDADE: 100 G. **Marca/Fabricante: rmb**	R$ 6,50	R$ 30.225,00

04	UNID	10000	MEDALHA 5 CM CLASSIFICAÇÃO 1º, 2º E 3º LUGARES – MEDALHA PERSONALIZADA CONFECCIONADA EM ZAMAK, FORMATO REDONDO, COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 5CM E ESPESSURA MÍNIMA DE 3 MM EM TODA A SUA ÁREA, ACABAMENTO: BANHO CATAFORÉTICO NAS CORES OURO, PRATA OU BRONZE, COM EFEITO ENVELHECIDO, CONFORME A CLASSIFICAÇÃO, FRENTE: LOGOMARCA DA PREFEITURA FUNDIDA EM ALTO RELEVO; FUNDO TEXTURIZADO; VERSO SUPERFÍCIE EM RELEVO; FITA CONFECCIONADA EM POLIÉSTER, PERSONALIZADA POR IMPRESSÃO DIGITAL EM AMBOS OS LADOS; CONTENDO: NOME DO EVENTO E ANO (INFORMAÇÕES FORNECIDAS NO MOMENTO DA SOLICITAÇÃO); DIMENSÕES: COMPRIMENTO ENTRE 800 E 810 MM, LARGURA ENTRE 2,5CM E ESPESSURA APROXIMADA DE 1 MM; FIXAÇÃO DAS EXTREMIDADES COM DE ALTA RESISTÊNCIA. PESO MÍNIMO POR UNIDADE: 75 G. **Marca/Fabricante: rmb**	R$ 5,11	R$ 51.100,00
VALOR GLOBAL DA ATA R$ 256.275,00					

•

1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas (art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021). As especificações técnicas e demais exigências constantes no Edital e anexo do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026** integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

•

1.1. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, nos termos de que dispõe o Art. 299 do Decreto Municipal nº 4.319/2023.

•

2. O órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços – SRP será o agente de contratação/pregoeiro, conforme disposto nos arts. 4 e 291 do decreto municipal 4.319/2023.

•

3. A fiscalização do objeto adquirido ficará a cargo dos servidores designados pelo órgão Gestor participante.

•

4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

•

4.1. Serão registrados na Ata os preços e quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela.

•

4.2. **Será incluído na Ata, na forma de anexo,** o registro dos licitantes ou fornecedores que:

•

4.2.1. Aceitarem cotar os bens ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

•

4.2.2. Mantiverem suas propostas originais.

•

4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na Ata.

•

4.4. O registro a que se refere o item 4.2 tem por objetivo a **formação de cadastro de reserva** para o caso de impossibilidade de atendimento do signatário da Ata.

•

4.5. Para fins de ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

•

4.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

•

4.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital; e

•

4.6.2. Quando houver o cancelamento do Registro do licitante ou Registro de Preços.

•

4.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

•

4.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

•

4.9. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de Assinatura Digital e disponibilizada no sistema de Registro de Preços.

•

4.10. Demais condições constam nas disposições editalícias.

•

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pela autoridade competente e pelo particular fornecedor.

•

•

• ***JOSÉ MIGUEL PEREIRA***
• Secretário Municipal de Esporte e Juventude

• ***THIAGO CASAS DO NASCIMENTO***
• Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

•

•

• ***JOSÉ REIS DE FREITAS NETO***
• Secretário Municipal de Cultura e Turismo

•

•

• Roger André Braun ME
• ***ROGER ANDRÉ BRAUN***

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:12459E7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2026

VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

PROCESSO Nº 27.186/2026
VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses

O Município de Paranaguá, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.017.458/0001-15, com sede à Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, nesta cidade – Estado do Paraná, torna pública a Ata de Registro de Preços firmada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, correspondente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2026, com vistas à futura e eventual Aquisição de Troféus e Medalhas, em atendimento às Secretarias Municipais de Paranaguá, **conforme Termo de Referência (Anexo I)**, assinada aos 14 (quatorze) dias do mês de outubro de 2026, com validade de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

Empresa detentora da Ata: Roger André Braun ME
CNPJ: 29.253.577/0001-97
Valor total registrado: R$ 256.275,00

LOTE 01					
ITEM	**UND**	**QTD.**	**ESPECIFICAÇÃO**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
01	UNID	1250	TROFÉU – BASE DUPLA EM ACRÍLICO, MEDINDO 45 CM DE COMPRIMENTO X 14 CM DE LARGURA X 2 CM DE ALTURA, COM ACABAMENTO DE ALTA QUALIDADE, ALTURA TOTAL APROXIMADA: 33CM, CONFECCIONADO EM ACRÍLICO. PARTE INFERIOR DA BASE REVESTIDA COM MATERIAL LAMINADO E GRAVADO PARANAGUÁ, VISANDO DESIGN E DETALHE DA BASE. PLACA METÁLICA FIXADA NA BASE PARA GRAVAÇÃO DO NOME DA COMPETIÇÃO E DO EVENTO, CORPO PRINCIPAL COMPOSTO POR ACRÍLICO ESTRUTURADO, CONTENDO: PEÇA DE ACRÍLICO COM CANTOS ARREDONDADOS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 40 CM DE LARGURA X 19 CM DE ALTURA X 10 MM DE ESPESSURA, ENCAIXADA NA ESTRUTURA. SOBREPOSIÇÃO FRONTAL EM ACRÍLICO CRISTAL DE 10 MM, CRIANDO EFEITO DE RELEVO/PROFUNDIDADE PARA O FAROL DA CIDADE. PERSONALIZAÇÃO REALIZADA DE ALTA QUALIDADE, IMPRESSA NAS SUPERFÍCIES DE ACRÍLICO E METAL. NA PARTE SUPERIOR, APLICAÇÃO DAS LOGOMARCAS DO EVENTO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E JUVENTUDE E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ. INCLUSÃO DE ELEMENTO DECORATIVO TIPO PÓDIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 10 CM DE LARGURA X 5 CM DE ALTURA, CONTENDO FIGURA/BONECO PERSONALIZADO EM METAL, REPRESENTANDO A PREMIAÇÃO, ACABAMENTO GERAL: SUPERFÍCIES POLIDAS, MONTAGEM FIRME E ALINHADA, SEM REBARBAS OU IMPERFEIÇÕES, PRONTO PARA ENTREGA E USO. **Marca/Fabricante: rmb**	R$ 105,00	R$ 131.250,00
02	UNID	4600	MEDALHA 10 CM : CLASSIFICAÇÃO 1º, 2º, 3º LUGAR – MEDALHA PERSONALIZADA CONFORME A LOGO DA PREFEITURA EM ZAMAK COM FORMATO REDONDO COM 100 MM DE DIÂMETRO (PODENDO VARIAR 2 MM PARA MAIS OU PARA MENOS) E NO MÍNIMO 3 MM DE ESPESSURA (EM TODA ÁREA DA MEDALHA), CONTENDO ACIMA DA MEDALHA PASSADOR PRA FITA VAZADO COM ABERTURA MEDINDO 25 MM COMPRIMENTO X 5 MM DE ALTURA (PODENDO VARIAR 2 MM PARA MAIS OU PARA MENOS) E NO MÍNIMO 3 MM ESPESSURA, COM BANHO OURO E PRATA OU BRONZE (ENVELHECIDOS) – FRENTE: FUNDIDA A LOGO EM ALTO RELEVO E FUNDO TEXTURIZADO. VERSO: FUNDIDA LISO EM ALTO RELEVO – FITA: EM POLIÉSTER PERSONALIZADA EM IMPRESSÃO DIGITAL CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA SECRETARIA, NA FRENTE E NO VERSO,	R$ 9,50	R$ 43.700,00

			CONTENDO O NOME DO EVENTO E ANO (INFORMAÇÕES A SEREM DEFINIDAS NA SOLICITAÇÃO DE ENTREGA), MEDINDO ENTRE 800 E 810 MM DE COMPRIMENTO X ENTRE 22 E 25 MM DE LARGURA X 1 MM DE ESPESSURA, JUNÇÃO DAS PONTAS COM ACABAMENTO EM COSTURA OU COLADA, PESO MÍNIMO POR UNIDADE: 120G. **Marca/Fabricante: rmb**		
03	UNID	4650	MEDALHA 7,5 CM: CLASSIFICAÇÃO 1º, 2º E 3º LUGARES – MEDALHA PERSONALIZADA CONFECCIONADA EM ZAMAK, FORMATO REDONDO, COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 7,5CM E ESPESSURA MÍNIMA DE 3 MM EM TODA A SUA ÁREA. ACABAMENTO: BANHO CATAFORÉTICO NAS CORES OURO, PRATA OU BRONZE , COM EFEITO ENVELHECIDO, CONFORME A CLASSIFICAÇÃO, FRENTE: LOGOMARCA DA PREFEITURA FUNDIDA EM ALTO RELEVO; FUNDO TEXTURIZADO; VERSO: SUPERFÍCIE EM RELEVO; FITA: CONFECCIONADA EM POLIÉSTER, PERSONALIZADA POR IMPRESSÃO DIGITAL EM AMBOS OS LADOS; CONTEÚDO: NOME DO EVENTO E ANO (INFORMAÇÕES FORNECIDAS NO MOMENTO DA SOLICITAÇÃO); DIMENSÕES: COMPRIMENTO ENTRE 800 E 810 MM, LARGURA ENTRE 3CM E ESPESSURA APROXIMADA DE 1 MM; FIXAÇÃO DAS EXTREMIDADES COM DE ALTA RESISTÊNCIA. PESO MÍNIMO POR UNIDADE: 100 G. **Marca/Fabricante: rmb**	R$ 6,50	R$ 30.225,00
04	UNID	10000	MEDALHA 5 CM CLASSIFICAÇÃO 1º, 2º E 3º LUGARES – MEDALHA PERSONALIZADA CONFECCIONADA EM ZAMAK, FORMATO REDONDO, COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 5CM E ESPESSURA MÍNIMA DE 3 MM EM TODA A SUA ÁREA, ACABAMENTO: BANHO CATAFORÉTICO NAS CORES OURO, PRATA OU BRONZE, COM EFEITO ENVELHECIDO, CONFORME A CLASSIFICAÇÃO, FRENTE: LOGOMARCA DA PREFEITURA FUNDIDA EM ALTO RELEVO; FUNDO TEXTURIZADO; VERSO SUPERFÍCIE EM RELEVO; FITA CONFECCIONADA EM POLIÉSTER, PERSONALIZADA POR IMPRESSÃO DIGITAL EM AMBOS OS LADOS; CONTENDO: NOME DO EVENTO E ANO (INFORMAÇÕES FORNECIDAS NO MOMENTO DA SOLICITAÇÃO); DIMENSÕES: COMPRIMENTO ENTRE 800 E 810 MM, LARGURA ENTRE 2,5CM E ESPESSURA APROXIMADA DE 1 MM; FIXAÇÃO DAS EXTREMIDADES COM DE ALTA RESISTÊNCIA. PESO MÍNIMO POR UNIDADE: 75 G. **Marca/Fabricante: rmb**	R$ 5,11	R$ 51.100,00
VALOR GLOBAL DA ATA R$ 256.275,00					

Paranaguá, 14 de outubro de 2026

•

ASSINATURAS:

•

JOSÉ MIGUEL PEREIRA

•

Secretário Municipal de Esporte e Juventude

•

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO

•

Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

•

JOSÉ REIS DE FREITAS NETO

•

Secretário Municipal de Cultura e Turismo

•

ROGER ANDRÉ BRAUN ME

•

Roger André Braun

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:725D5E80

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 411/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 23/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ADM8H98	277450T000062003	02/10/2026	55090
AFH9F61	277450T000053309	01/10/2026	55414
ANE0C33	277450T000057274	02/10/2026	55680
ANY9F10	277450T000061815	02/10/2026	55413
ASQ2C25	277450T000058910	02/10/2026	76252
AVN8162	277450T000057895	02/10/2026	54600
AXA8G50	277450T000057900	02/10/2026	55413
BBR3226	277450T000063662	01/10/2026	60412
BCQ9A49	277450T000061812	02/10/2026	55411
BCR9F71	277450T000063151	02/10/2026	54010
BCR9F71	277450T000062001	02/10/2026	55414
BDD2E45	277450T000057517	02/10/2026	55414
BDG9I01	277450T000061813	02/10/2026	55500
BDI8B16	116100T003261215	28/09/2026	54522
BDT8I51	277450T000058351	02/10/2026	55500

BEK0H73	116100T002884974	28/09/2026	54522
CPL8A71	277450T000057184	02/10/2026	55411
EWR8F74	277450T000057275	02/10/2026	55417
IFF9J00	277450T000061814	02/10/2026	55250
JAF9H48	277450T000049557	02/10/2026	76332
JCM6D16	277450T000057460	01/10/2026	57463
KEM2G21	277450T000062296	02/10/2026	55500
LXN4H90	277450T000055648	02/10/2026	55411
MJR6H35	277450T000062295	02/10/2026	55500
NFO0335	277450T000062297	02/10/2026	55411
NJR8B52	277450T000055646	02/10/2026	55411
NJR8B52	277450T000057897	02/10/2026	65800
NJR8B52	277450T000057896	02/10/2026	55411
NJR8B92	277450T000055647	02/10/2026	55411
NJR8B92	277450T000062294	02/10/2026	55411
NJR8B92	277450T000062293	02/10/2026	65800
QQQ5A23	277450T000058956	02/10/2026	65992
RHB6I49	277450T000062002	02/10/2026	76252
RHT4G09	277450T000031815	02/10/2026	55411
RHV3F75	277450T000063663	01/10/2026	60412
TAJ8A03	277450T000057898	02/10/2026	55411
TBE9A45	277450T000051545	02/10/2026	60501
TYD8A98	277450T000057902	02/10/2026	55413
UBC1F32	277450T000063951	02/10/2026	73662
UBH7G01	277450T000057516	02/10/2026	55414
UBP2C42	277450T000061904	02/10/2026	61220
UFC2G21	277450T000057899	02/10/2026	55411

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:9EFB3498

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 413/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade,podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 23/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACH2E07	277450T000063667	04/10/2026	55411
AEC4H52	277450NIC0046296	15/09/2026	50020
AEM8D27	277450T000063952	06/10/2026	57461
AEQ3C62	277450T000035215	03/10/2026	55250
AFC5J00	277450T000063669	04/10/2026	55411
AIF9H21	277450T000063688	05/10/2026	55500
AIY2492	277450T000063680	05/10/2026	51851
AKU1C39	277450T000035216	03/10/2026	76332
AOA7I78	277450T000054972	03/10/2026	55680
AOB6I68	277450T000063683	05/10/2026	57463
AOL3A66	277450NIC0046300	15/09/2026	50020
API0E69	277450T000059844	05/10/2026	51851
APQ8866	277450T000055650	04/10/2026	65992
APQ8866	277450T000055649	04/10/2026	50100
AQR9E55	277450NIC0046284	15/09/2026	50020
AQY9978	277450T000062298	03/10/2026	55413
ARS9E11	277450T000061662	05/10/2026	51851
ARW4E47	277450T000063685	05/10/2026	55500
ASE8A03	277450T000063674	04/10/2026	55250
ASP7J46	277450T000057520	05/10/2026	55411
ATM2623	277450T000063671	04/10/2026	51851
ATN4B25	277450T000063670	04/10/2026	51851
ATW7F49	277450T000061664	05/10/2026	58191
ATX2F59	277450NIC0046290	15/09/2026	50020
AUI6038	277450NIC0046291	15/09/2026	50020
AVQ8I41	277450T000061663	05/10/2026	51851
AVT2C44	277450T000057963	04/10/2026	54521
AXO0329	277450T000061661	04/10/2026	51851
AYA3C24	277450T000063666	04/10/2026	76331
AYA3F20	277450NIC0046289	15/09/2026	50020
AZH9C62	277450T000061403	05/10/2026	55413
AZI4G25	277450T000063665	04/10/2026	55250
BAB8682	277450T000063678	04/10/2026	76332
BAB9B21	277450T000060888	03/10/2026	73400
BBA6352	277450T000060891	05/10/2026	51851
BBW1286	277450T000063676	04/10/2026	55250
BCO0I39	277450T000054809	04/10/2026	55680
BCO0I39	277450T000060890	04/10/2026	55411
BCZ9D76	277450T000058603	03/10/2026	53800
BDC2B78	277450T000062299	03/10/2026	55414
BDH9B10	277450T000058911	05/10/2026	76251
BDJ1G85	277450T000054161	03/10/2026	75790
BDJ1G85	277450T000054160	03/10/2026	57380
BDV5F23	277450T000053852	04/10/2026	55250
BDX7H93	277450T000054973	04/10/2026	54521
BEE2J34	277450T000060894	05/10/2026	73400
BEE4B63	277450NIC0046287	15/09/2026	50020

BEE4B63	277450NIC0046288	15/09/2026	50020
BEF8I64	277450NIC0046297	15/09/2026	50020
BEM9C51	277450T000057185	03/10/2026	60501
BEW3I35	277450T000060892	05/10/2026	73400
BEY4C97	277450T000057276	03/10/2026	55680
BWK8F28	277450NIC0046286	15/09/2026	50020
BXI6F90	277450T000053853	04/10/2026	55411
CUA6A69	277450T000063682	05/10/2026	55250
DCU6I51	277450NIC0046302	15/09/2026	50020
DMP8E55	277450T000057519	05/10/2026	76252
EPL5E29	277450T000063679	04/10/2026	76332
EQX4A43	277450T000058456	03/10/2026	55680
ERF5H34	277450NIC0046305	15/09/2026	50020
EZU2F53	277450NIC0046299	15/09/2026	50020
FLI5G98	277450T000061665	05/10/2026	57380
GAX7F85	277450NIC0046301	15/09/2026	50020
IFM1322	277450NIC0046283	15/09/2026	50020
JCK7F16	277450NIC0046308	15/09/2026	50020
JCL7E50	277450NIC0046307	15/09/2026	50020
JCL7E52	277450NIC0046311	15/09/2026	50020
LYA8968	277450T000063673	04/10/2026	51851
LZD2B39	277450T000063668	04/10/2026	55411
MBR7A39	277450T000063672	04/10/2026	51930
MCL9C97	277450T000063677	04/10/2026	55411
MCN7A73	277450NIC0046295	15/09/2026	50020
MCN7A73	277450NIC0046293	15/09/2026	50020
MCN7A73	277450NIC0046294	15/09/2026	50020
OBJ5B07	277450T000060889	04/10/2026	55500
OBJ6148	277450NIC0046292	15/09/2026	50020
ODA1B64	277450T000063684	05/10/2026	55250
OUL8G97	277450T000063681	05/10/2026	51851
QCI8H21	277450T000057277	04/10/2026	55680
QID9G41	277450T000063675	04/10/2026	55250
RFQ3F25	277450T000057279	04/10/2026	55680
RMJ6G24	277450NIC0046303	15/09/2026	50020
RUD2G14	277450T000062004	03/10/2026	55414
RXW3F86	277450T000057732	05/10/2026	55411
RYJ6H58	277450T000063687	05/10/2026	55500
SDV3A90	277450T000026584	04/10/2026	50100
SDY5C08	277450T000057909	04/10/2026	66371
SDY5C08	277450T000057908	04/10/2026	52742
SDY5C08	277450T000057907	04/10/2026	66531
SDY5C08	277450T000057906	04/10/2026	50450
SDY5C08	277450T000057905	04/10/2026	57970
SDY5C08	277450T000057904	04/10/2026	76173
SDY5C08	277450T000057910	04/10/2026	66020
SEC7J66	277450NIC0046298	15/09/2026	50020
SEV4G98	277450T000059843	04/10/2026	66531
SEV4G98	277450T000059842	04/10/2026	57380
SEW4G66	277450T000057190	04/10/2026	66371
SEW4G66	277450T000057189	04/10/2026	70301
SEW4G66	277450T000057191	04/10/2026	65992
SEW4G66	277450T000057188	04/10/2026	51180
SEW4G66	277450T000057187	04/10/2026	50100
SFN2C75	277450T000061666	05/10/2026	73400
SPF8C94	277450T000060820	05/10/2026	55500
SVR4G51	277450T000058457	04/10/2026	54521
TAK1F42	277450T000054974	04/10/2026	55680
TAQ4B58	277450T000058912	05/10/2026	55411
TAT3H77	277450T000061659	04/10/2026	54522
TAX6E27	277450T000053851	04/10/2026	55250
TBB1G48	277450T000062005	03/10/2026	58350
TBH5H12	277450T000063664	04/10/2026	55411
TBJ2F41	277450T000053854	05/10/2026	55411
TBK6B37	277450T000060893	05/10/2026	66531
TBL8I30	277450T000056751	04/10/2026	50450
TBP7H83	277450NIC0046285	15/09/2026	50020
TBW2G99	277450T000057962	03/10/2026	55250
TBX5A27	277450T000057186	03/10/2026	66531
TBY5C31	277450T000063686	05/10/2026	55500
TCB8D58	277450T000057278	04/10/2026	54521
TFJ4F98	277450NIC0046304	15/09/2026	50020
TQO3C01	277450NIC0046306	15/09/2026	50020
TYQ1C61	277450T000036810	04/10/2026	54521
UAU7F87	277450T000026583	04/10/2026	50100
UBD2C95	277450T000061660	04/10/2026	73400
UBW9E31	277450NIC0046309	15/09/2026	50020
UBW9E31	277450NIC0046310	15/09/2026	50020
UCL6A64	277450T000057964	04/10/2026	64910
UCL6G50	277450T000054975	04/10/2026	73400
UCL7B67	277450T000058352	04/10/2026	70301
UCT3A79	277450T000057518	03/10/2026	73400

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:3BB5DD8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 417/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 30/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACJ3H50	277450T000063700	08/10/2026	54790
ACJ3H50	277450T000057193	06/10/2026	54790
ACU5299	277450T000063692	08/10/2026	55500
ACV8I07	277450T000057463	08/10/2026	55411
ADW1738	277450T000063901	08/10/2026	54790
AEF3B97	277450T000053858	08/10/2026	54522
AFJ9C24	277450T000062009	07/10/2026	55411
AHQ9I00	277450T000063691	08/10/2026	55500
AIA8A70	277450T000062022	07/10/2026	54527
AIQ9G41	277450T000063452	06/10/2026	55411
AIT7A60	277450T000063689	08/10/2026	51851
AJF4G32	277450T000053253	08/10/2026	54600
AJU8G46	277450P000341217	05/10/2026	51851
AKC8B90	277450P000341226	05/10/2026	51851
AMY5E97	277450T000062016	07/10/2026	54521
AQX6385	277450T000059919	07/10/2026	54521
AQY0070	277450T000059605	07/10/2026	54600
ARH1E51	277450T000062013	07/10/2026	54521
ARN6D64	277450T000061816	06/10/2026	55411
ARN6D64	277450T000063451	06/10/2026	55411
ARW7E44	277450NIC0046324	19/09/2026	50020
ASQ0764	277450T000058918	08/10/2026	76252
ASU0B65	277450T000063699	08/10/2026	57463
ATL7F46	277450T000060821	08/10/2026	76251
AUM8F52	277450T000058763	06/10/2026	55250
AUM8F52	277450T000063953	06/10/2026	55250
AVC0J29	277450T000057194	07/10/2026	76332
AWD1746	277450P000341228	05/10/2026	55680
AWW1I85	277450NIC0046325	19/09/2026	50020
AXJ6583	277450T000057522	08/10/2026	76252
AXL1D64	277450T000062017	07/10/2026	54527
AXR4324	277450T000057199	07/10/2026	54527
AYH5A53	277450T000057524	08/10/2026	73400
AYL2616	277450T000057197	07/10/2026	54527
AYR7454	277450P000341223	05/10/2026	60412
AZB9B53	277450T000049439	08/10/2026	54100
AZH4618	277450T000062014	07/10/2026	54521
AZK8801	277450NIC0046322	19/09/2026	50020
AZS0D58	277450T000035217	08/10/2026	54790
AZS7194	277450T000056752	06/10/2026	54790
BAF6320	277450T000062015	07/10/2026	54521
BAF9C59	277450T000062021	07/10/2026	54527
BAV1B61	277450T000057200	07/10/2026	54527
BBI5737	277450T000057912	07/10/2026	51851
BBN1I83	277450P000341225	05/10/2026	60412
BBP7035	277450NIC0046318	19/09/2026	50020
BBQ3F05	277450T000056759	06/10/2026	55411
BBR4164	277450T000058915	08/10/2026	54521
BBW8C91	277450T000061667	07/10/2026	53800
BCI5146	277450T000057195	07/10/2026	76332
BCL1E44	277450T000054810	06/10/2026	55413
BCL1E44	277450T000054811	06/10/2026	76251
BCO5J68	277450T000049440	08/10/2026	54600
BDD8H64	277450T000063697	08/10/2026	60412
BDI0B37	277450T000057525	08/10/2026	55414
BDR0I19	277450T000056757	06/10/2026	58780
BDR0I19	277450T000056758	06/10/2026	65992
BDS4I28	277450P000341218	05/10/2026	76252
BEJ9G61	277450T000058917	08/10/2026	55411
BEU4E61	277450T000063454	07/10/2026	76332
BEW2C64	277450T000059848	08/10/2026	57200
BEW2C64	277450T000059847	08/10/2026	58350
BEW2C64	277450T000059846	08/10/2026	73400
BEW2C64	277450T000059850	08/10/2026	50100
BEW2C64	277450T000059849	08/10/2026	52152
BEX5J60	277450P000341220	05/10/2026	60412
BEX8B48	277450T000058353	07/10/2026	54521
BWQ0I93	277450T000060895	08/10/2026	55411
BWU5E80	277450T000062007	06/10/2026	55411
BXG7G55	277450T000057461	08/10/2026	55411
CHT5G59	277450P000341229	05/10/2026	51851
CVT1883	277450T000061406	06/10/2026	55413
EMK6J64	277450T000051546	07/10/2026	54521
EYB5918	277450T000057733	08/10/2026	76251
FMX2C34	277450T000058354	07/10/2026	54521
FZJ6A11	277450T000056760	06/10/2026	54600
FZM5B16	277450T000051548	07/10/2026	54521
GFR4E21	277450NIC0046321	19/09/2026	50020
GKB8H60	277450T000059917	07/10/2026	54521

HHP4H61	277450T000055813	07/10/2026	65300
IEF8F08	277450T000057196	07/10/2026	55411
IVA4H29	277450T000055814	07/10/2026	60501
IWA8G35	277450T000058861	06/10/2026	55411
IZT5E82	277450T000056756	06/10/2026	55414
JBU4F51	277450T000062006	06/10/2026	55500
LWZ5F80	277450T000062010	07/10/2026	55411
LXE5D98	277450T000058913	08/10/2026	76252
LYW3I74	277450T000063453	06/10/2026	54521
MAY0G29	277450T000057462	08/10/2026	55411
MBQ5941	277450T000063695	08/10/2026	54521
MFO6682	277450T000063455	07/10/2026	55500
MFV6G26	277450T000061404	05/10/2026	55413
MJN5E37	277450T000057526	08/10/2026	55411
MLG4B81	277450T000053855	05/10/2026	60412
MNN9F55	277450T000059920	07/10/2026	54521
NQN2C94	277450T000058859	06/10/2026	55414
OFT3690	277450T000060896	08/10/2026	55250
OVW7A85	277450T000062020	07/10/2026	54527
PZM5J02	277450T000061668	07/10/2026	53800
QIO6E98	277450T000061817	07/10/2026	51851
QNB1E64	277450T000059918	07/10/2026	54521
QNB1E64	277450T000057198	07/10/2026	54527
QOV4H25	277450T000044454	06/10/2026	54790
QSW4I66	277450T000062018	07/10/2026	54527
QUJ4A13	277450T000054162	06/10/2026	72340
QWY1D28	277450T000063690	08/10/2026	55411
QYE0B56	277450T000058857	06/10/2026	54790
RCX7H18	277450T000062901	07/10/2026	54527
RHG8I26	277450T000057523	08/10/2026	55414
RHI7A05	277450T000063694	08/10/2026	55500
RHI7A07	277450T000063693	08/10/2026	55500
RHO3J98	277450T000058914	08/10/2026	76252
RMO5G17	277450T000059503	06/10/2026	57030
RTL9J36	277450T000058860	06/10/2026	55414
SBY9F35	277450T000056753	06/10/2026	54790
SDS9H14	277450T000054812	07/10/2026	58350
SDX8G17	277450T000062300	06/10/2026	55500
SEB7D90	277450T000058862	06/10/2026	55413
SEE3F08	277450T000062011	07/10/2026	55411
SEK2B92	277450T000063902	08/10/2026	57463
SEM6G72	277450T000063696	08/10/2026	55250
SEW5I70	277450T000063698	08/10/2026	57463
SEZ8J34	277450T000062008	07/10/2026	76332
SFC0H96	277450T000057192	06/10/2026	73662
SFG6A16	277450T000063955	07/10/2026	65992
SFI5J48	277450T000063954	07/10/2026	55500
SFJ4G11	277450T000059845	08/10/2026	66531
SHK8H19	277450T000053856	05/10/2026	60412
TAJ4B53	277450T000056754	06/10/2026	55414
TAK0I63	277450T000062012	07/10/2026	76332
TAL2J86	277450P000341219	05/10/2026	60412
TAM6H50	277450T000059921	07/10/2026	54521
TAR9C25	277450T000056755	06/10/2026	55414
TAU9B45	277450NIC0046320	19/09/2026	50020
TAX1E64	277450T000058858	06/10/2026	54790
TBG1H97	277450T000056761	07/10/2026	51691
TBH5H66	277450T000058916	08/10/2026	73400
TBP2G09	277450T000051547	07/10/2026	54521
TBS1I70	277450T000054976	07/10/2026	73400
TBT1G04	277450T000057521	08/10/2026	76252
TBT5E91	277450T000061818	07/10/2026	76332
TLA5F18	277450T000062019	07/10/2026	54527
TPI6F22	277450NIC0046323	19/09/2026	50020
TPW1I86	277450T000059916	07/10/2026	76332
TZS8E84	277450T000047927	02/10/2026	57380
UAE7I27	277450T000057280	06/10/2026	55413
UAE7I27	277450T000061405	06/10/2026	55413
UAV7F10	277450T000053857	08/10/2026	55500
UAY9B95	277450NIC0046319	19/09/2026	50020
UBJ0I63	277450T000058919	08/10/2026	76252
UBN1H85	277450T000061819	07/10/2026	76331
UBW5J11	277450P000341224	05/10/2026	60412
UEN9I76	277450T000057464	08/10/2026	57463

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:30436A02

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 418/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 30/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração

AMG4F16	277450T000053859	08/10/2026	57463
APO3J30	277450T000048128	08/10/2026	54527
AQT8D49	277450T000063906	08/10/2026	76332
ATD1E21	277450T000063909	08/10/2026	51851
BCH6H53	277450T000053310	08/10/2026	55417
BET4D31	277450T000061204	08/10/2026	55414
BTR0F33	277450T000063907	08/10/2026	55250
CHA5G26	277450T000060897	09/10/2026	54600
CYN2E64	277450T000057527	08/10/2026	55411
FUA7G65	277450T000063908	08/10/2026	55250
JCZ1J87	277450T000048130	08/10/2026	54527
LWZ0C39	277450T000063910	08/10/2026	51851
LZE4A51	277450T000063905	08/10/2026	51930
MFU0I47	277450T000063912	08/10/2026	61220
NZJ8G64	277450T000057529	09/10/2026	76252
QJI2F89	277450T000063911	08/10/2026	61220
RHG4H06	277450T000063903	08/10/2026	55500
RHG5B65	277450T000057528	09/10/2026	76252
RHT3C29	277450T000058920	09/10/2026	76252
RHZ1E12	277450T000049441	08/10/2026	55411
SDP6G91	277450T000053860	08/10/2026	61220
TBA2F17	277450T000063904	08/10/2026	61220
TBC2C60	277450T000058551	08/10/2026	55413
TBC9C77	277450T000048129	08/10/2026	54527
TPU0E54	277450T000063913	08/10/2026	54521
UBF9E45	277450T000061604	08/10/2026	52152
UBF9E45	277450T000061606	08/10/2026	50100
UBF9E45	277450T000061603	08/10/2026	57200
UBF9E45	277450T000061605	08/10/2026	60501
UBF9E45	277450T000061601	08/10/2026	73400
UBF9E45	277450T000061602	08/10/2026	58350

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:809E66CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 412/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 23/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ADI1A18	277450T000056001	28/07/2026	51851	R$ 195,23
AHK2452	277450T000026580	19/07/2026	50100	R$ 880,41
AHK2452	277450T000026579	19/07/2026	51691	R$ 2.934,70
AHK2452	277450T000026581	19/07/2026	51180	R$ 880,41
AIK7C78	277450T000049402	20/07/2026	55500	R$ 130,16
AIK7C78	277450T000042638	14/07/2026	55411	R$ 195,23
AMQ6279	277450T000053144	28/07/2026	54521	R$ 195,23
AOR3G12	277450T000055238	28/07/2026	54521	R$ 195,23
AOU6H35	277450T000055239	28/07/2026	54521	R$ 195,23
AOX2746	277450T000035899	27/07/2026	60501	R$ 293,47
ARK9A30	277450T000053233	28/07/2026	54527	R$ 195,23
ARW7E44	277450T000055749	28/07/2026	57463	R$ 130,16
ASD5410	277450T000055235	28/07/2026	54521	R$ 195,23
ATJ0J12	277450T000036808	27/07/2026	73662	R$ 130,16
AUR9H91	277450T000056005	28/07/2026	66531	R$ 195,23
AUR9H91	277450T000056004	28/07/2026	57380	R$ 293,47
AVX0867	277450T000051016	27/07/2026	55414	R$ 195,23
AWP7F81	277450T000054129	28/07/2026	54527	R$ 195,23
AWW1I85	277450T000056007	28/07/2026	76332	R$ 293,47
AWW2B08	277450T000053149	28/07/2026	54521	R$ 195,23
AXB3H78	277450T000056002	28/07/2026	51851	R$ 195,23
AXK7H50	277450NIC0045978	07/07/2026	50020	R$ 260,32
AXY0I64	277450T000053234	28/07/2026	54527	R$ 195,23
AYM1E37	277450T000055241	28/07/2026	54521	R$ 195,23
AZK8801	277450T000055144	08/07/2026	55680	R$ 195,23
BBD2C68	277450T000038307	28/07/2026	54527	R$ 195,23
BBP7035	277450T000053701	08/07/2026	55500	R$ 130,16
BCV8J18	277450T000056006	28/07/2026	61220	R$ 293,47
BCW3B97	277450T000055237	28/07/2026	54521	R$ 195,23
BDB4A38	277450T000055207	07/07/2026	54790	R$ 130,16
BDT3F20	277450T000054125	27/07/2026	60412	R$ 195,23
BEO6I52	277450T000053232	28/07/2026	54527	R$ 195,23
BEU4B96	277450T000053235	28/07/2026	54527	R$ 195,23
CUD1C68	277450T000051511	24/07/2026	55250	R$ 130,16
CUD1C68	277450T000051512	24/07/2026	55500	R$ 130,16
CUD1C68	277450T000051513	24/07/2026	54600	R$ 130,16
EBA0B47	277450T000053146	28/07/2026	54521	R$ 195,23
FUO6C63	277450T000036871	28/07/2026	76332	R$ 293,47
GFR4E21	277450T000053145	28/07/2026	54521	R$ 195,23
GHV9E07	277450T000038305	28/07/2026	54527	R$ 195,23
IPF3I30	277450T000053147	28/07/2026	54521	R$ 195,23
MGK7C41	277450T000054130	28/07/2026	54527	R$ 195,23
ORC1H14	277450T000054128	28/07/2026	54527	R$ 195,23

PLT9F17	277450T000038308	28/07/2026	54527	R$ 195,23
PZU9567	277450T000054127	28/07/2026	54527	R$ 195,23
RAR1E17	277450T000053237	28/07/2026	54527	R$ 195,23
RHK2H51	277450T000055704	17/07/2026	66371	R$ 195,23
RHK2H51	277450T000055703	17/07/2026	50100	R$ 880,41
RHS8J66	277450T000056008	28/07/2026	61220	R$ 293,47
RXT0G48	277450T000055236	28/07/2026	54521	R$ 195,23
RYS1H12	277450T000054131	28/07/2026	54527	R$ 195,23
SEE7C14	277450T000055240	28/07/2026	54521	R$ 195,23
SFM7A84	277450T000053236	28/07/2026	54527	R$ 195,23
TAN7F21	277450T000056003	28/07/2026	73400	R$ 130,16
TAU9B45	277450T000055748	28/07/2026	57463	R$ 130,16
TBL9C63	277450T000054126	28/07/2026	66531	R$ 195,23
TBQ1D53	277450T000053150	28/07/2026	54521	R$ 195,23
TER9E64	277450T000036414	28/07/2026	55413	R$ 195,23
TPI6F22	277450T000053230	27/07/2026	54600	R$ 130,16
UAY9B95	277450T000038306	28/07/2026	54527	R$ 195,23
UBF6F43	277450T000053148	28/07/2026	54521	R$ 195,23
UBY7E16	277450T000055802	20/07/2026	50100	R$ 880,41
UBY7E16	277450T000055804	20/07/2026	66532	R$ 195,23
UBY7E16	277450T000055803	20/07/2026	50610	R$ 880,41
UCE4E35	277450T000040588	27/07/2026	52151	R$ 293,47

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:664B31A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 414/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 27/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAO5H82	277450T000039839	04/08/2026	55411	R$ 195,23
ABM4J09	277450T000053301	31/07/2026	66531	R$ 195,23
ACN4H60	277450T000039837	30/07/2026	55411	R$ 195,23
ADJ6B03	277450T000055466	03/08/2026	55411	R$ 195,23
ADM5J00	277450T000053488	01/08/2026	60501	R$ 293,47
AFC6A13	277450T000054030	31/07/2026	53800	R$ 130,16
AFJ2683	277450T000055467	03/08/2026	55411	R$ 195,23
AHA9I12	277450T000053491	02/08/2026	51851	R$ 195,23
AIS4B87	277450T000054141	01/08/2026	54100	R$ 130,16
AIU6336	277450T000053489	02/08/2026	55680	R$ 195,23
ALY0J88	277450T000054022	30/07/2026	76251	R$ 293,47
AME9301	277450T000036694	29/07/2026	55500	R$ 130,16
ANS9729	277450T000055604	01/08/2026	54521	R$ 195,23
AOG8464	277450T000026956	01/08/2026	54527	R$ 195,23
ARA4B23	277450T000056019	01/08/2026	66531	R$ 195,23
ARO6I31	277450T000051764	02/08/2026	54100	R$ 130,16
ARW8F38	277450T000036687	29/07/2026	55500	R$ 130,16
ASB9172	277450T000054023	30/07/2026	55413	R$ 195,23
ASP7A91	277450T000056009	01/08/2026	60501	R$ 293,47
ATM8G16	277450T000036695	29/07/2026	55500	R$ 130,16
ATN8352	277450T000057059	22/08/2026	65992	R$ 293,47
ATR6502	277450T000054148	01/08/2026	54527	R$ 195,23
ATT7J44	277450T000055461	03/08/2026	76332	R$ 293,47
ATX2F59	277450T000039835	30/07/2026	55411	R$ 195,23
AUO2382	277450T000039838	04/08/2026	60501	R$ 293,47
AVU2D55	277450T000056014	01/08/2026	55680	R$ 195,23
AWN0B94	277450NIC0045987	14/07/2026	50020	R$ 260,32
AWN8I96	277450T000053171	30/07/2026	55500	R$ 130,16
AWO1H65	277450T000042201	02/08/2026	55413	R$ 195,23
AXG1602	277450T000054145	01/08/2026	54527	R$ 195,23
AXL7A30	277450T000053172	31/07/2026	66020	R$ 293,47
AXT5H02	116100T003777301	27/07/2026	55250	R$ 130,16
AXV5B59	277450T000055603	01/08/2026	54521	R$ 195,23
AXY4I60	277450T000054150	01/08/2026	54527	R$ 195,23
AZN0H05	277450T000002100	01/08/2026	54790	R$ 130,16
BAF3B19	277450T000056015	01/08/2026	55680	R$ 195,23
BBE7F46	277450T000053483	01/08/2026	60501	R$ 293,47
BBH1G44	277450T000054025	30/07/2026	55414	R$ 195,23
BBI7989	277450NIC0045997	14/07/2026	50020	R$ 390,46
BBL6D35	277450T000056556	01/08/2026	66531	R$ 195,23
BBV6I36	277450T000053831	01/08/2026	60501	R$ 293,47
BBW3J94	277450T000036688	29/07/2026	55500	R$ 130,16
BBY5I88	277450T000054149	01/08/2026	54527	R$ 195,23
BCB0632	277450T000055606	01/08/2026	60501	R$ 293,47
BCE8567	277450T000051514	01/08/2026	73400	R$ 130,16
BCI4F19	277450T000054039	03/08/2026	55414	R$ 195,23
BCT1F52	277450T000054038	03/08/2026	55414	R$ 195,23
BCU7B34	277450T000054153	28/07/2026	70301	R$ 293,47
BDG0I03	116100T003821553	25/07/2026	76251	R$ 293,47
BDM7A37	277450NIC0045990	14/07/2026	50020	R$ 390,46
BDO3C59	277450T000026952	01/08/2026	54521	R$ 195,23
BDO3C59	277450T000054146	01/08/2026	54527	R$ 195,23

BDT2C29	277450T000039955	01/08/2026	57463	R$ 130,16
BDU5F47	277450T000026960	01/08/2026	54521	R$ 195,23
BEG3A54	277450T000001179	31/07/2026	54527	R$ 195,23
BEH1C62	277450T000001188	31/07/2026	54527	R$ 195,23
BEQ0918	277450T000034386	01/08/2026	54600	R$ 130,16
BER5B92	277450T000052198	31/07/2026	66531	R$ 195,23
BWF1H29	277450T000039844	04/08/2026	55411	R$ 195,23
CBS2F97	277450T000055243	30/07/2026	55411	R$ 195,23
CZE0D14	277450T000001187	31/07/2026	54527	R$ 195,23
DJC0B80	277450T000055242	30/07/2026	55411	R$ 195,23
DVB5C80	277450T000039954	01/08/2026	58193	R$ 880,41
EIT9D07	277450T000053490	02/08/2026	51851	R$ 195,23
ELK1A41	277450T000052200	31/07/2026	66531	R$ 195,23
ETI9B44	277450T000026953	01/08/2026	54521	R$ 195,23
FLX2F77	277450T000055805	30/07/2026	76331	R$ 293,47
FSO7E41	277450T000055462	03/08/2026	76331	R$ 293,47
FVZ2G55	277450T000012291	01/08/2026	73662	R$ 130,16
FYV3I49	277450T000056022	01/08/2026	66531	R$ 195,23
FZD3C73	277450NIC0045992	14/07/2026	50020	R$ 390,46
FZD3C73	277450NIC0045985	14/07/2026	50020	R$ 260,32
GAU7H17	277450T000056023	01/08/2026	66531	R$ 195,23
GWF9F08	277450T000054143	01/08/2026	54100	R$ 130,16
HCW9D40	277450T000051017	30/07/2026	55413	R$ 195,23
IIO3C45	277450T000039840	04/08/2026	55411	R$ 195,23
ILL0B03	277450T000055465	03/08/2026	57463	R$ 130,16
IRP1F48	277450T000053179	03/08/2026	57463	R$ 130,16
IRY2811	277450T000054024	30/07/2026	55414	R$ 195,23
IWP0E43	277450T000054133	29/07/2026	57463	R$ 130,16
IYH3J41	277450NIC0045988	14/07/2026	50020	R$ 260,32
IZZ1A99	277450T000055463	03/08/2026	73400	R$ 130,16
KQX8I28	277450T000053832	01/08/2026	66531	R$ 195,23
KZZ0199	277450T000053487	01/08/2026	51851	R$ 195,23
LLS2D62	277450T000026959	01/08/2026	54521	R$ 195,23
MDB2C15	277450T000051018	03/08/2026	55500	R$ 130,16
MGX3D41	277450T000036697	29/07/2026	55500	R$ 130,16
MGY7H73	277450T000026958	01/08/2026	54527	R$ 195,23
MHD5J48	277450T000056013	01/08/2026	55680	R$ 195,23
MHH2I96	277450T000036700	29/07/2026	55500	R$ 130,16
MIG4E49	277450T000053174	31/07/2026	52741	R$ 2.934,70
MIQ2J50	277450T000055244	30/07/2026	55411	R$ 195,23
MIT7E77	277450T000039843	04/08/2026	54521	R$ 195,23
MIT7E77	277450T000039842	04/08/2026	55411	R$ 195,23
MJL3282	277450T000001183	31/07/2026	54527	R$ 195,23
MJV5H03	277450T000052748	01/08/2026	76332	R$ 293,47
MKJ8H14	277450NIC0045996	14/07/2026	50020	R$ 260,32
MKP5J08	277450NIC0045998	14/07/2026	50020	R$ 390,46
MMA8A24	277450T000026957	01/08/2026	54527	R$ 195,23
MQY3A61	277450T000039841	04/08/2026	55411	R$ 195,23
NJX9A45	277450NIC0045986	14/07/2026	50020	R$ 390,46
OKF5H29	277450T000040595	29/07/2026	54521	R$ 195,23
OUL8G97	277450T000001181	31/07/2026	54527	R$ 195,23
PRF4A00	277450T000053833	01/08/2026	66531	R$ 195,23
PRF4A00	277450T000056024	01/08/2026	66531	R$ 195,23
PVO9E49	277450T000056554	03/08/2026	52742	R$ 2.934,70
PVR4E78	277450T000038083	03/08/2026	54526	R$ 195,23
QAU1G32	277450T000055601	01/08/2026	54527	R$ 195,23
QCU6E89	277450NIC0045993	14/07/2026	50020	R$ 260,32
QHB6G18	277450T000001178	31/07/2026	54527	R$ 195,23
QHF0B52	277450T000026962	01/08/2026	54521	R$ 195,23
QHZ5D45	277450T000046736	26/07/2026	55411	R$ 195,23
QJZ1D77	277450T000056559	01/08/2026	66531	R$ 195,23
QPF9E52	277450T000054033	31/07/2026	55414	R$ 195,23
QQV1F10	277450T000056017	01/08/2026	60501	R$ 293,47
QTL9606	277450T000055605	01/08/2026	54521	R$ 195,23
RAA9I51	277450T000052199	31/07/2026	66531	R$ 195,23
RAN9G71	277450T000054027	30/07/2026	53800	R$ 130,16
RDZ3G83	277450T000056558	01/08/2026	66531	R$ 195,23
REA5C94	277450T000056551	01/08/2026	52742	R$ 2.934,70
REA5C94	277450T000035900	01/08/2026	52742	R$ 2.934,70
RHB0D98	277450T000056011	01/08/2026	55680	R$ 195,23
RHC8B59	277450T000034761	31/07/2026	66532	R$ 195,23
RHG3E50	277450T000056010	01/08/2026	66531	R$ 195,23
RHJ1D17	277450T000054032	31/07/2026	55680	R$ 195,23
RHW3E74	277450T000056016	01/08/2026	60501	R$ 293,47
RHX8H16	277450T000026963	01/08/2026	54521	R$ 195,23
RLE0G02	277450T000048310	01/08/2026	52742	R$ 2.934,70
RLE0G02	277450T000056553	01/08/2026	52742	R$ 2.934,70
RVI6A96	277450T000009247	29/07/2026	55500	R$ 130,16
RYA3I36	277450T000054142	01/08/2026	54100	R$ 130,16
RYC5D96	277450T000056561	01/08/2026	66531	R$ 195,23
SDQ0D93	277450T000054901	29/07/2026	55500	R$ 130,16
SEA7G81	277450T000053485	01/08/2026	60501	R$ 293,47
SEB0F53	277450NIC0045991	14/07/2026	50020	R$ 390,46
SED9F05	277450NIC0045989	14/07/2026	50020	R$ 390,46
SEI0G20	277450T000055602	01/08/2026	54527	R$ 195,23
SEN2H25	277450T000039845	04/08/2026	55411	R$ 195,23
SET3E97	277450T000054138	31/07/2026	66531	R$ 195,23
SET3E97	277450T000054136	31/07/2026	50100	R$ 880,41
SET3E97	277450T000054135	31/07/2026	65992	R$ 293,47

SET3E97	277450T000054137	31/07/2026	51180	R$ 880,41
SET5C68	277450T000010902	02/08/2026	65480	R$ 130,16
SEU9J57	277450T000056012	01/08/2026	55680	R$ 195,23
SFB2H17	277450T000040589	29/07/2026	54521	R$ 195,23
SFB8C54	277450T000054040	03/08/2026	55413	R$ 195,23
SFF4C08	277450T000056555	01/08/2026	66531	R$ 195,23
SFH2B94	277450T000042644	01/08/2026	66531	R$ 195,23
SFH2B94	277450T000053173	31/07/2026	66531	R$ 195,23
SFM7A84	277450T000001180	31/07/2026	54527	R$ 195,23
SFM9D26	277450T000035206	29/07/2026	60501	R$ 293,47
SFM9D26	277450T000035207	29/07/2026	66532	R$ 195,23
SJG3F22	277450T000040592	29/07/2026	54521	R$ 195,23
SSX0F01	277450T000053175	31/07/2026	52741	R$ 2.934,70
STU9B63	277450NIC0045994	14/07/2026	50020	R$ 260,32
SXN5G34	277450T000026961	01/08/2026	54521	R$ 195,23
SYB6E56	277450T000054034	31/07/2026	76251	R$ 293,47
TAL5F39	277450T000053486	01/08/2026	60501	R$ 293,47
TAV8G26	277450T000054147	01/08/2026	54527	R$ 195,23
TAV8H14	277450T000054029	31/07/2026	55414	R$ 195,23
TBA1G93	277450T000055609	02/08/2026	66531	R$ 195,23
TBB3H65	277450T000026955	01/08/2026	54521	R$ 195,23
TBD6C28	277450T000054036	31/07/2026	54521	R$ 195,23
TBF4F48	277450T000055608	02/08/2026	66531	R$ 195,23
TBH6G87	277450T000051515	02/08/2026	55500	R$ 130,16
TBJ9D15	277450T000001189	31/07/2026	54527	R$ 195,23
TBK5A68	277450T000040593	29/07/2026	54521	R$ 195,23
TBK9G76	277450T000034758	31/07/2026	66532	R$ 195,23
TBR2F07	277450T000035205	29/07/2026	60412	R$ 195,23
TBW6D68	277450T000026965	01/08/2026	54521	R$ 195,23
TBW7I47	277450T000034762	01/08/2026	66532	R$ 195,23
TCS0G79	277450T000001185	31/07/2026	54527	R$ 195,23
TKF7D46	277450T000040597	29/07/2026	54521	R$ 195,23
TXE1J01	277450NIC0045995	14/07/2026	50020	R$ 390,46
TXI5E65	277450T000054903	29/07/2026	55500	R$ 130,16
TXI5E65	277450T000009248	29/07/2026	55411	R$ 195,23
TXJ3E07	277450T000026954	01/08/2026	54521	R$ 195,23
TXM1I00	277450T000035204	29/07/2026	76331	R$ 293,47
TYC5B80	277450T000040598	29/07/2026	54521	R$ 195,23
TYT3B16	277450T000040594	29/07/2026	54521	R$ 195,23
TYU5J31	277450T000056018	01/08/2026	60501	R$ 293,47
TZO1C14	277450T000040599	29/07/2026	54521	R$ 195,23
UAT9F07	277450T000041743	31/07/2026	55414	R$ 195,23
UAZ9F17	277450T000054028	31/07/2026	55414	R$ 195,23
UBC7J95	277450T000001182	31/07/2026	54527	R$ 195,23
UBG0H40	277450T000056560	01/08/2026	66531	R$ 195,23
UBM8C74	277450T000054132	29/07/2026	60760	R$ 293,47
UBN5I31	277450T000026967	02/08/2026	66531	R$ 195,23
UBP2C06	277450T000053238	04/08/2026	60501	R$ 293,47
UBT1I61	277450T000056020	01/08/2026	66531	R$ 195,23
UBU9B85	277450T000053178	03/08/2026	66531	R$ 195,23
UBV7C25	277450T000048309	30/07/2026	61650	R$ 195,23
UBW4F89	277450T000001184	31/07/2026	54527	R$ 195,23
UBZ4G30	277450T000055464	03/08/2026	66531	R$ 195,23
UCA0F36	277450T000055607	02/08/2026	66531	R$ 195,23
UCC5J91	277450T000054134	29/07/2026	60501	R$ 293,47
UCJ7D57	277450T000054021	30/07/2026	55414	R$ 195,23

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:89C5DEE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 419/2026

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 30/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAC6H59	277450T000056025	05/08/2026	55411	R$ 195,23
AFZ3J93	277450T000056027	05/08/2026	51851	R$ 195,23
AJC4D12	277450T000056026	05/08/2026	55411	R$ 195,23
AMW8G63	277450NIC0046000	17/07/2026	50020	R$ 586,94
AOS4411	277450NIC0045999	17/07/2026	50020	R$ 586,94
APV1878	277450T000054046	05/08/2026	55680	R$ 195,23
AQW7644	277450T000054049	05/08/2026	76252	R$ 293,47
ASN2391	277450T000054043	05/08/2026	54522	R$ 195,23
ATJ6390	277450T000025991	05/08/2026	73400	R$ 130,16
ATX2F51	277450T000054702	04/08/2026	57463	R$ 130,16
AXZ4E24	277450T000055002	05/08/2026	76251	R$ 293,47
AZF7I75	277450T000055469	04/08/2026	57200	R$ 195,23
BAS7G00	277450NIC0046003	17/07/2026	50020	R$ 390,46
BBK6F56	277450T000054047	05/08/2026	55680	R$ 195,23
BCJ2369	277450NIC0046009	17/07/2026	50020	R$ 390,46
BCQ0F53	277450NIC0046015	17/07/2026	50020	R$ 390,46
BEF7F63	277450T000053721	05/08/2026	55411	R$ 195,23
BEK5G66	277450NIC0046001	17/07/2026	50020	R$ 390,46

BEP5E74	277450NIC0046017	17/07/2026	50020	R$ 260,32
BEU9H70	277450T000055003	05/08/2026	55413	R$ 195,23
BEY9G24	277450NIC0046007	17/07/2026	50020	R$ 390,46
BTT5907	277450T000056028	05/08/2026	54521	R$ 195,23
BYY9B10	277450T000055610	05/08/2026	70481	R$ 293,47
CVT1871	277450T000054045	05/08/2026	55414	R$ 195,23
FYX9J92	277450NIC0046011	17/07/2026	50020	R$ 260,32
GIG7C41	277450T000051516	05/08/2026	57461	R$ 130,16
HFK7H99	277450T000053180	04/08/2026	60250	R$ 293,47
IBU7941	277450T000042646	04/08/2026	54521	R$ 195,23
IEF8F08	277450T000039846	04/08/2026	54521	R$ 195,23
ISF1G99	277450T000053722	05/08/2026	55411	R$ 195,23
JAR5D17	277450NIC0046016	17/07/2026	50020	R$ 260,32
JQI2C49	277450T000042645	04/08/2026	55250	R$ 130,16
LXN4H90	277450T000055468	04/08/2026	57463	R$ 130,16
LZC0A06	277450T000039847	04/08/2026	55411	R$ 195,23
LZL3F13	277450T000053834	05/08/2026	55411	R$ 195,23
MLA4D81	277450NIC0046008	17/07/2026	50020	R$ 390,46
OQQ1929	277450T000056034	05/08/2026	51851	R$ 195,23
OYB3C37	277450NIC0046012	17/07/2026	50020	R$ 260,32
QAO9G49	277450NIC0046018	17/07/2026	50020	R$ 390,46
QWZ9E67	277450T000053723	05/08/2026	55414	R$ 195,23
RMS9C33	277450T000051517	05/08/2026	55413	R$ 195,23
RRI2J16	277450NIC0046013	17/07/2026	50020	R$ 390,46
RTG2J80	277450T000054050	05/08/2026	55680	R$ 195,23
SFI6I99	277450T000056031	05/08/2026	55250	R$ 130,16
SLW9H15	277450NIC0046014	17/07/2026	50020	R$ 390,46
TAU8E18	277450NIC0046010	17/07/2026	50020	R$ 260,32
TBD1C22	277450T000055001	05/08/2026	55413	R$ 195,23
TBN6E38	277450NIC0046004	17/07/2026	50020	R$ 390,46
TBN6E38	277450NIC0046005	17/07/2026	50020	R$ 260,32
TBT3D56	277450T000056029	05/08/2026	55411	R$ 195,23
TXN2D99	277450T000054044	05/08/2026	55414	R$ 195,23
UAX8F49	277450NIC0046006	17/07/2026	50020	R$ 260,32

Publicado por:
Gisele Tavares de Miranda
Código Identificador:6A6CD3B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 137/2022

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 137/2022
(**PRORROGAÇÃO DE PRAZO**)
(PROCESSO DIGITAL Nº 43622/2026)

REF. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2022

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS que entre si celebram MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e VIAÇÃO GARCIA LTDA., na forma abaixo.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Getúlio Vargas, 900, inscrita no CNPJ nº. 76.977.768/0001-81, neste ato devidamente representado pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 7.034.403-3 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50; e a Secretária Municipal de Saúde **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, divorciada, residente e domiciliada nesta Cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 843.459-46 PR, e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77, conforme artigo 1º do Decreto nº 20.867/2020.

CONTRATADA: VIAÇÃO GARCIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ. sob nº 78.586.674/0001-07, com sede à Rua Estefano Boiko, nº 300, Jardim Marissol, CEP:86030-520, na cidade de Londrina - PR Estado do Paraná, neste ato representada por seu responsável legal **ESTEFANO BOIKO JUNIOR,** brasileiro, casado, gerente, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.973.264-5/SSP/PR, e inscrito no CPF sob o nº 869.157.119-53, residente e domiciliado na Rua Idelfonso Werner, nº 112, Condominio Royal Golf Residence, CEP 86055-454 na cidade de Londrina/PR.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

O presente termo aditivo ao contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS DESTINADAS A PARTICIPAÇÕES EM CAPACITAÇÕES, SEMINÁRIOS, CURSOS, TREINAMENTOS, PALESTRAS, EVENTOS, CONGRESSOS, ATENDIMENTOS PELA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PACIENTES QUANDO NÃO HOUVER ALTERNATIVAS PARA LOCOMOÇÃO**, destinados às Secretarias Municipais de Assistência Social e Saúde, conforme **INEXIGIBILIDADE Nº 22/2022,** valor global firmado entre as partes através do **Contrato de Prestação de Serviços nº 137/2022 e 1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 137/2022 (Prorrogação de Prazo)**, no valor de **R$ 68.436,30 (sessenta e oito mil, quatrocentos e trinta e seis reais e trinta centavos); 2º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 137/2022 (Prorrogação de Prazo, Decréscimo de Valores e Supressão) R$ 20.195,23 (Vinte mil, cento e noventa e cinco reais e vinte e três centavos); 3º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 137/2022 (Prorrogação de Prazo, Decréscimo de Valores e Supressão) R$ 22.012,07 (vinte e dois mil e doze reais e sete centavos), 4º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 137/2022 (Prorrogação de Prazo) R$ 23.842,09,** conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT.	SECRETARIA SOLICITANTE
01	PASSAGEM RODOVIÁRIA PARANAVAI- PR/CURITIBA-PR	UNID	40,00	R$ 195,13	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
02	PASSAGEM RODOVIÁRIA CURITIBA- PR/PARANAVAI-PR	UNID.	40,00	R$ 200,39	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
03	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL - PARANAVAÍ-PR/NOVA ESPERANÇA-PR	UNID.	200,00	R$ 6,15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04	PASSAGEM RODOVIÁRIA PARANAVAI- PR/APUCARANA-PR	UNID.	6,00	R$ 54,95	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
05	PASSAGEM RODOVIÁRIA APUCARANA- PR/PARANAVAI-PR	UNID.	3,00	R$ 57,20	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06	PASSAGEM RODOVIÁRIA PARANAVAI- PR/PONTA GROSSA-PR	UNID.	4,00	R$ 151,21	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07	PASSAGEM RODOVIÁRIA PONTA GROSSA -PR/PARANAVAI -PR	UNID.	3,00	R$ 156,57	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL - NOVA ESPERANÇA-PR/PARANAVAÍ - PR	UNID.	10,00	R$ 6,15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09	PASSAGEM RODOVIÁRIA PARANAVAI- PR/LONDRINA-PR	UNID.	15,00	R$ 78,32	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10	PASSAGEM RODOVIÁRIA LONDRINA- PR/PARANAVAI-PR	UNID.	4,00	R$ 83,07	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TOTAL				**R$ 20.195,23**	

CLÁUSULA SEGUNDA – REAJUSTE DOS VALORES DAS PASSAGENS

Os valores das passagens foram reajustados em relação ao contrato vigente, conforme tabela de reajuste constante no Processo Digital nº IPM 43622/2026, bem como no **Memorando nº 1361/2026/SEMAS** e na pesquisa de preços anexada ao referido processo, considerando que a empresa **VIAÇÃO GARCIA LTDA** é a única fornecedora do serviço, conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTIDE	VALOR UNIT.	SECRETARIA SOLICITANTE
01	PASSAGEM RODOVIÁRIA PARANAVAI- PR/CURITIBA-PR	UNID.	40,00	R$ 231,23	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
02	PASSAGEM RODOVIÁRIA CURITIBA- PR/PARANAVAI-PR	UNID.	40,00	R$ 237,76	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
03	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL - PARANAVAÍ-PR/NOVA ESPERANÇA-PR	UNID.	200,00	R$ 7,10	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04	PASSAGEM RODOVIÁRIA PARANAVAI- PR/APUCARANA-PR	UNID.	6,00	R$ 63,23	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
05	PASSAGEM RODOVIÁRIA APUCARANA- PR/PARANAVAI-PR	UNID.	3,00	R$ 65,67	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06	PASSAGEM RODOVIÁRIA PARANAVAI- PR/PONTA GROSSA-PR	UNID.	4,00	R$ 179,62	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07	PASSAGEM RODOVIÁRIA PONTA GROSSA -PR/PARANAVAI -PR	UNID.	3,00	R$ 185,82	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL - NOVA ESPERANÇA-PR/PARANAVAÍ - PR	UNID.	10,00	R$ 7,10	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09	PASSAGEM RODOVIÁRIA PARANAVAI- PR/LONDRINA-PR	UNID.	15,00	R$ 90,20	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10	PASSAGEM RODOVIÁRIA LONDRINA- PR/PARANAVAI-PR	UNID.	4,00	R$ 96,54	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TOTAL R$ 23.842,09 (vinte e três mil, oitocentos e quarenta e dois reais e nove centavos)					

CLÁUSULA TERCEIRA – DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Por meio do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo da locação do imóvel objeto do Contrato nº 137/2022 por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento do prazo de locação para **25 de outubro de 2027**, nos termos da Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviços nº 137/2022, tendo em vista a justificativa e autorização para prorrogação contratual apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social através do **Memorando 1361/2025/SEMAS** e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 28 de dezembro de 2023, edição 2928.

Parágrafo Primeiro: O pagamento da importância originada pela presente prorrogação de prazo correrá à conta dos recursos provenientes da Dotação Orçamentária:

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rubrica: 07.001.08.0122.0007.2570
Nat. da Despesa: 3.3.90.33.01.00 – Passagens para o país.
Fonte de Recurso/Vinculo: 000 – Recursos Ordinários Livres.
Referencia: 858

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo (CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 137/2022), datado em 25 de outubro de 2022.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, data da assinatura digital.

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

ESTEFANO BOIKO JUNIOR
Viação Garcia LTDA
Contratada

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:6D034926

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 306/2025 (REAJUSTE DE VALORES) (PROCESSO DIGITAL Nº 55912/2026) REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 306/2025
(Reajuste de Valores)
(Processo Digital nº 55912/2026)
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2025
O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) Secretários(as) RENATO DULTRA, RAFAEL LUCAS TORRENTE, RUI NUNES, ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR, CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, ANDREIA MARTINS DE SOUZA, JANE NUNES DE LIMA, WANESSA DURANTE, ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS, residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.
CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta Registro de Preços para aquisição de lixeiras, containers, coletores de medicamentos e gaveteiros plásticos, por meio das Secretarias Municipais de Educação, Infraestrutura e Serviços Públicos, Saúde, Desenvolvimento Econômico, Assistência Social, Administração, Proteção à Vida e Patrimônio Público, Meio Ambiente, Esporte e Lazer e a Fundação Cultural de Paranavaí.
CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALORES
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de 4,2234753% referente variação do IPCA no período de SETEMBRO/2025 a SETEMBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 306/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.
Parágrafo primeiro – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 306/2025, conforme segue:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
2 - Contêiner capacidade mínima de 1.000 (mil) litros para coleta de lixo, com tampa, em conformidade com a norma NBR 15911-3, fabricado em polietileno de alta densidade por processo de injeção, rotomoldagem ou rotomoldagem por extrusão, resistente a ação de raios ultravioleta (proteção anti- uv8), com 04 (quatro) rodízios giratórios de borracha maciça de no mínimo 200mm de diâmetro, com capacidade para resistir a carga especificada e os impactos decorrentes da operação (deslocamento, estabilidade e rolagem), sendo pelo menos duas rodas com freios de estacionamento, equipado com dreno para escoamento de líquidos, deve possuir munhão lateral em aço para basculamento.	UN	GADOTTICAR	99	R$ 1.080,80	R$ 106.999,20
7 - Contêiner capacidade mínima de 1.000 (mil) litros para coleta de lixo, com tampa, em conformidade com a norma NBR 15911-3, fabricado em polietileno de alta densidade por processo de injeção, rotomoldagem ou rotomoldagem por extrusão, resistente a ação de raios ultravioleta (proteção anti- uv8), com 04 (quatro) rodízios giratórios de borracha maciça de no mínimo 200mm de diâmetro, com capacidade para resistir a carga especificada e os impactos decorrentes da operação (deslocamento, estabilidade e rolagem), sendo pelo menos duas rodas com freios de estacionamento, equipado com dreno para escoamento de líquidos, deve possuir munhão lateral em aço para basculamento.	UN	GADOTTICAR	33	R$ 1.080,80	R$ 35.666,40
				Total do Lote:	R$ 142.665,60
				Total do Fornecedor:	R$ 142.665,60

Parágrafo segundo: O valor total reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.
CLÁUSULA 3ª: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 304/2025), datada de 27 de novembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

Fornecedor:
Empresa:
LOGMOV LTDA
CNPJ: 44.333.497/0001-35
Endereço:RUA DOS AEROSOIS, - CAPELA,
Vinhedo - SP, 13.280-000

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:16A65D31

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 014/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Dispensa Eletrônica
Para Compras e serviços
14/2026

Processo Administrativo: 152/2026
Eu, DYERON SOUZA SANTOS, Diretor Especial de Compras do Município de Paranavaí no uso das atribuições que me são conferidas por delegação, por meio do Decreto Municipal nº 24.731/2023, em face da legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Agente de Contratação:
Homologo
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Dispensa Eletrônica nº. 14/2026, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens						
909091 - FLAVIA M. G. BERLOFA EIRELI						
Lote: 1 - Lote 01						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	GUICHÊ DE ATENDIMENTO INTEGRADO (PÚBLICO EM PÉ E ACESSÍVEL ABNT 9050). Dimensões Gerais: Comprimento Total: 525cm (comprimento externo com engrossados). Profundidade Total: Guiche central com 113 cm de profundidade (devido ao guiche acessível)/Guiches laterais com até 88 cm de profundidade (profundidade da bancada de atendimento e trabalho juntas). Altura Total Máxima: 135 cm nos divisores laterais/121 cm nos tampos de atendimento em pé/75 cm nas bancadas de trabalho. Caracterização dos Guichês de Atendimento em Pé (Laterais Esquerdo e Direito): Bancada de trabalho a 75 cm do piso. Balcão superior elevado para atendimento ao público em pé. Fechamento frontal e lateral cego para ocultar fiação e membros inferiores. Guichê de Atendimento Sentado / Acessível (Central - NBR 9050): Comprimento central adaptado para cadeirantes/atendimento sentado. Altura da bancada 75 cm (do piso até a face superior). Altura livre para a entrada da cadeira de rodas abaixo do tampo do guiche de 73 cm livres (do piso até a face inferior do tampo). Painel divisor frontal parcial para resguardo da tela de computador e cabeamento sem impedir o vão livre inferior exigido por norma (80 cm). Acabamento e Detalhes: Cantos Arredondados: Prever raio/curvatura suave nos cantos superiores de todos os fechamentos laterais amadeirados de 5 cm. Gaveteiros Fixos: 03 conjuntos de gaveteiros contendo, cada um: 3 gavetas simples (47 x 14 cm) + 1 gavetão (47 x 24cm) Dimensão total dos gaveteiros (comprimento x altura x profundidade) (49 x 75 x 58 cm). Ajustes de Alinhamento e Pilar: Prever friso/recorte nos fechamentos laterais para perfeito encosto nos pilares da edificação. Aberturas para Tomadas: Lateral Esquerda: Recorte para 03 espelhos de tomadas embutidos (12 x 8 cm) migrados da parede. Lateral Direita: Recorte para 01 espelho de tomada embutido (12 x 8 cm) migrado da parede. Piso: Respeitar a posição das 02 tomadas duplas de piso existentes(13x12cm). Demais especificações previstas no Projeto Anexo.	UNID		1	R$10.805,36	R$10.805,36
2	BALCÃO DE APOIO E ARMAZENAMENTO (TIPO CREDENZA / BUFFET). Dimensões Gerais: Comprimento Total do Tampo: 390 cm. Comprimento do Corpo: 380 cm. Profundidade Total: 50cm (tampo) / 45 cm (corpo do móvel). Altura Total: 98 cm (com tampo amadeirado de 5 cm} e sapata de 10 cm). Distribuição e Configuração Interna: Tampo Superior: MDF Amadeirado com espessura de 5 cm. Módulos de Gavetas: 04 Gavetões para pasta suspensa com ferragens/trilhos específicos para esse tipo específico de gaveta. 02 Gavetas simples na parte superior dos gaveteiros. Módulos de Portas: 06 Portas de giro em MDF Cinza Claro/Off-White com dobradiças com amortecedor 35mm reta p/ armário porta. Divisão interna com prateleira intermediária ao longo do vão do armário para organização de arquivos e suprimentos. Aberturas para Tomadas e Cabeamento: Painel Traseiro: Executar usinagens de precisão para integração com as tomadas da parede posterior, conforme medidas no projeto em anexo. Demais especificações previstas no Projeto Anexo.	UNID		1	R$5.684,64	R$5.684,64
				Total do Fornecedor:		R$16.490,00

Paranavaí, 14 de outubro de 2026

DYERON SOUZA SANTOS
Diretor Especial de Compras
Portaria Municipal Nº 1.797/2026

Publicado por:
Aline da Silva Ferreira
Código Identificador:7EE15D88

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico 51/2026
Processo Administrativo: 131/2026

Eu, DYERON SOUZA SANTOS, Diretor de Compras do Município de Paranavaí no uso das atribuições que me são conferidas por delegação, por meio do Decreto Municipal nº 24.731/2023, em face da legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro:

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Eletrônico nº. 51/2026, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens

362914 - EXPRESS PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
13	Amido de Milho 500g. Amido. Base: De milho. Embalagem: mínimo de 500 gramas.	UN	DO ZE	1.108,	R$5,50	R$6.094,00
121	Massa de pastel 500g. Massa alimentícia. Tipo: pastel. Base da Massa: Farinha de trigo refinada. Apresentação: Fresca/resfriada. Formato: rolo. Embalagem: mínimo 500 gramas.	UN	DAJO	250,	R$6,80	R$1.700,00
				Total do Fornecedor:		R$7.794,00
375103 - JCV LICITACOES LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
31	Coxão mole resfriado. Carne bovina in natura. Tipo corte: Coxão mole. Apresentação: Cortada em cubos, corte para strogonoff. Estado de conservação: Resfriado(a). Embalagem deve conter o certificado de registro no serviço de inspeção SIF, SIP, SIM ou SISB.	QUILOGRAMA	ZAC	8.205,	R$31,99	R$262.477,95
38	Alcatra bovina fatiada em bife e resfriada. Carne bovina in natura. Tipo corte: Alcatra. Apresentação: Fatiada em bife. Estado de conservação: Resfriado(a). Embalagem deve conter o certificado de registro no serviço de inspeção SIF, SIP, SIM ou SISB.	QUILOGRAMA	ZAC	1.000,	R$40,90	R$40.900,00
162	Coxão mole resfriado. Carne bovina in natura. Tipo corte: Coxão mole. Apresentação: Cortada em cubos, corte para strogonoff. Estado de conservação: Resfriado(a). Embalagem deve conter o certificado de registro no serviço de inspeção SIF, SIP, SIM ou SISB.	QUILOGRAMA	ZAC	2.500,	R$31,99	R$79.975,00
				Total do Fornecedor:		R$383.352,95
716143 - MARIA A DA S FUJIYOSHI LTDA.						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor**	**Valor Total**

					Unitário	
37	Patinho bovino moído e resfriado. Carne bovina in natura. Tipo corte: Patinho. Apresentação: Moída. Estado de conservação: Resfriado(a). Embalagem deve conter o certificado de registro no serviço de inspeção SIF, SIP, SIM ou SISB.	QUILOGRAMA	ZAC ALIMENTOS	4.673,	R$26,47	R$123.694,31
135	Frango a passarinho de coxa e sobre coxa congelado 1Kg. Carne de ave in natura. Tipo animal: Frango. Apresentação: À passarinho. Estado de conservação: Congelado(a). Processamento: Com pele, com osso. Embalagem: 1kg. Somente com coxa e sobre coxa. A embalagem deve conter o certificado de registro no serviço de inspeção SIF, SIP, SIM ou SISB.	UN	ZAC ALIMENTOS	260,	R$13,84	R$3.598,40
164	Filé de peito de frango congelado. Carne de ave in natura. Tipo animal: Frango. Tipo corte: Filé de peito. Apresentação: Fatiado. Estado de conservação: Congelado(a). Processamento: Sem pele, sem osso. Embalagem deve conter o certificado de registro no serviço de inspeção SIF, SIP, SIM ou SISB.	QUILOGRAMA	ZAC ALIMENTOS	2.425,	R$17,18	R$41.661,50
165	Patinho bovino moído e resfriado. Carne bovina in natura. Tipo corte: Patinho. Apresentação: Moída. Estado de conservação: Resfriado(a). Embalagem deve conter o certificado de registro no serviço de inspeção SIF, SIP, SIM ou SISB.	QUILOGRAMA	ZAC ALIMENTOS	1.557,	R$26,47	R$41.213,79
				Total do Fornecedor:		R$210.168,00

2106566 - SUPERMERCADO YPE DE PARANAVAI

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	Abóbora cabotiá. Legume in natura. Tipo: Abóbora cabotiá/japonesa.	QUILOGRAMA	CEASA	203,	R$2,50	R$507,50
22	Bebida láctea fermentada. Sabores variados. Emb: Bandeja com 6 unidades, mínimo 540 gramas a bandeja.	UN	CAROLINA	500,	R$6,50	R$3.250,00
45	Linguiça calabresa defumada fina. Embutido. Tipo: Linguiça calabresa. Tamanho: Fina. Tipo preparação: Defumada.	QUILOGRAMA	FRIMESA	200,	R$18,85	R$3.770,00
47	Mortadela bolonha defumada fatiada. Frios. Variedade: Mortadela. Tipo: Bolonha. Tipo preparação: Defumado. Apresentação: Fatiado. Estado de Conservação: Resfriado(a).	QUILOGRAMA	aurora	800,	R$21,80	R$17.440,00
48	Presunto de pernil cozido fatiado. Frios. Variedade: Presunto de pernil. Tipo preparação: Cozido. Composição: Sem capa de gordura. Apresentação: Fatiado. Estado de conservação: Resfriado(a).	QUILOGRAMA	FRIMESA	600,	R$20,30	R$12.180,00
49	Salsicha hot dog resfriada. Embutido. Tipo: Salsicha hot dog. Tipo preparação: Cozida. Estado de conservação: Resfriado(a). Embalagem: Deve estar intacta, em pacotes de polietileno atóxico. Prazo de validade: Mínimo de 04 meses. Data de fabricação: Máximo de 30 dias.	QUILOGRAMA	guibom	5.690,	R$7,99	R$45.463,10
56	Catchup 400g. Molho de mesa. Tipo: Catchup. Composição: Tradicional. Apresentação: Creme. Embalagem: 400 gramas.	UN	DLANCHE	250,	R$4,60	R$1.150,00
79	Melancia. Fruta. Tipo: Melancia vermelha. Apresentação: Natural.	QUILOGRAMA	CEASA	638,	R$1,69	R$1.078,22
103	Laranja pera. Fruta. Tipo: Laranja pera. Apresentação: Natural.	QUILOGRAMA	CEASA	1.625,	R$1,69	R$2.746,25
118	Maionese 500g. Tipo: Tradicional. Aplicação: Uso culinário. Embalagem: 500 gramas.	UN	Suavit	8.250,	R$5,99	R$49.417,50
122	Massa lasanha 500g. Tipo: Macarrão. Uso: Convencional. Características adicionais: Com ovos. Embalagem: 500 gramas.	UN	Floriani	80,	R$8,88	R$710,40
123	Milho Canjica (mungunzá) 500g. Tipo:Grão. Aplicação: Mungunzá (canjica). Embalagem: 500 gramas.	UN	LOPES	2.742,	R$3,19	R$8.746,98
125	Batata palha 500g. Batata processada. Espécie: Inglesa. Tipo formato: Palha. Tipo: Frita. Apresentação: Pronto para consumo. Embalagem: 500 gramas.	UN	+ DOGAO	311,	R$8,99	R$2.795,89
130	Pão de queijo congelado crú 1Kg. Base da massa: Polvilho doce ou azedo e queijo, Ingredientes adicionais: Original. Formato: Coquetel/mini, Apresentação: Cru congelado. Embalagem: 1 kg.	UN	CANÇÃO	540,	R$12,99	R$7.014,60
139	Sorvete 2L. Tipo: Sorvete. Base leite. Sabor: Variado (a definir na solicitação). Forma apresentação: Massa / cremoso. Embalagem: com 2 litros.	UN	CREMONE	300,	R$25,00	R$7.500,00
147	Suspiro. Doce confeitado. Tipo: Suspiro. Características adicionais: Quadrado. Emb: caixa com 50 unidades.	CAIXA	NATURI	200,	R$32,27	R$6.454,00
148	Pirulito coração morango. Bala. Tipo: Pirulito. Sabor: Morango. Características adicionais: Formato de coração. Emb: pacote com 500gramas.	PACOTE	FLORESTAL	2.098,	R$11,60	R$24.336,80
149	Pirulito espiral ou psicodélico. Bala tipo: Pirulito. Sabor: Variado. Formato espiral ou psicodélico, colorido, pequeno. Emb: pacote: mínimo 500 gramas.	PACOTE	FLORESTAL	2.208,	R$15,99	R$35.305,92
150	Pirulito chiclete. Bala Tipo: Pirulito. Sabor: Variado. Com chiclete. Emb: pacote mínimo de 400 gramas.	PACOTE	FLORESTAL	998,	R$11,20	R$11.177,60
173	Canudinho recheado com doce de leite. Pronto para consumo. Recheio: doce de leite. Embalagem: 50 unidades. Embalagem higienizada.	UN	VO CARECA BARATELLA	1.507,	R$28,70	R$43.250,90
				Total do Fornecedor:		R$284.295,66

2115808 - DALLMANN SECOS E MOLHADOS LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
8	Abacate manteiga. Fruta. Tipo: Abacate manteiga. Apresentação: Natural	QUILOGRAMA	CEASA	3.060,	R$9,90	R$30.294,00
9	Alface Crespa. Verdura in natura. Alface crespa.	UN	CEASA	490,	R$3,40	R$1.666,00
11	Almeirão. Verdura in natura. Tipo: Almeirão, maço.	UN	CEASA	200,	R$4,60	R$920,00
18	Bacon defumado. Carne suína. Embalagem: mínimo de 250gramas. Deve conter o certificado de registro no serviço de inspeção SIF, SIP, SIM ou SISB.	PACOTE	pamplona	100,	R$22,00	R$2.200,00
30	Carré (bisteca) suinâ resfriada e fatiada. Carne suína in natura. Tipo do corte: Carré (bisteca). Apresentação: Fatiada. Processamento: Com osso. Estado de conservação: Resfriado(a). Embalagem deve conter o certificado de registro no serviço de inspeção SIF, SIP, SIM ou SISB.	QUILOGRAMA	DIFAL	400,	R$15,80	R$6.320,00
32	Acém bovino congelado. Carne bovina in natura. Tipo corte: Acém. Apresentação: Cortada em cubos. Estado de conservação: Congelado(a). Embalagem deve conter o certificado de registro no serviço de inspeção SIF, SIP, SIM ou SISB.	QUILOGRAMA	FRIOBAM	3.000,	R$29,00	R$87.000,00
33	Filé de peito de frango congelado. Carne de ave in natura. Tipo animal: Frango. Tipo corte: Filé de peito. Apresentação: Fatiado. Estado de conservação: Congelado(a). Processamento: Sem pele, sem osso. Embalagem deve conter o certificado de registro no serviço de inspeção SIF, SIP, SIM ou SISB.	QUILOGRAMA	Lar	7.275,	R$16,00	R$116.400,00
34	Coxinha da asa congelada. Carne de ave in natura. Tipo animal: Frango. Tipo corte: Coxinha da asa (drumete). Apresentação: Inteiro e congelado(a). Processamento: Com pele e com osso. Observações complementares: Embalagem deve conter o certificado de registro no serviço de inspeção SIF, SIP, SIM ou SISB.	QUILOGRAMA	Lar	800,	R$11,50	R$9.200,00
35	Paleta suína resfriada inteira. Carne suína in natura. Tipo corte: Paleta. Apresentação: Peça inteira. Processamento: Sem osso. Estado de conservação: Resfriado(a). Embalagem deve conter o certificado de registro no serviço de inspeção SIF, SIP, SIM ou SISB.	QUILOGRAMA	DIFAL	600,	R$16,00	R$9.600,00
41	Costela suína cortada resfriada. Carne suína in natura. Tipo corte: Costela/costelinha. Apresentação: Cortada. Estado de conservação: Resfriado(a). Embalagem deve conter o certificado de registro no serviço de inspeção SIF, SIP, SIM ou SISB.	QUILOGRAMA	V.MOB.COMERCIO	600,	R$19,00	R$11.400,00
42	Coxa e sobrecoxa congelado(a). Carne de ave in natura. Tipo animal: Frango. Tipo corte: Coxa e sobrecoxa. Apresentação: Inteiro. Estado de conservação: Congelado(a). Processamento: Com pele, com osso. Embalagem deve conter o certificado de registro no serviço de inspeção SIF, SIP, SIM ou SISB.	QUILOGRAMA	MARINGA	5.700,	R$8,70	R$49.590,00
46	Linguiça toscana resfriada. Embutido. Tipo: Linguiça Toscana. Tamanho: Grossa. Estado de conservação: Resfriada.	QUILOGRAMA	MIMOSA	4.125,	R$15,50	R$63.937,50
58	Leite condensado 395g. Tipo: Integral. Ingrediente básico: Leite in natura. Embalagem: 395 gramas.	UN	CAMPOS DO JORDÃO	1.220,	R$5,00	R$6.100,00
59	Leite de coco 200g. Tipo: Integral. Prazo validade mínima: 12 Meses. Embalagem: 200 gramas.	UN	BOM COCO	340,	R$2,40	R$816,00
66	Farinha De Rosca 500g. Base: Pão Torrado. Apresentação: Granulos Finos/Médios. Embalagem: 500 gramas.	PACOTE	OFELIA	100,	R$8,00	R$800,00
68	Farinha de mandioca branca 1Kg. Grupo: Seca. Subgrupo: Branca. Classe: Fina. Aspecto físico: Tipo 1. Acidez: Baixa acidez. Embalagem: 1 kg.	UN	MANIVA	25,	R$4,20	R$105,00
74	Feijão carioca 1 Kg. Leguminosa. Variedade: Feijão carioca. Tipo: Tipo 1. Embalagem: 1 kg.	PACOTE	VO GERALDA	6.900,	R$5,44	R$37.536,00
96	Cebolinha maço. Condimento. Tipo: Cebolinha. Apresentação: Natural. Maço.	UN	EDUARDO FERNADO	3.400,	R$2,00	R$6.800,00
107	Ovo. Origem: Galinha. Grupo: Branco. Classe: A. Tipo: Médio. Embalagem: 30 unidades.	UN	GRANJA TSUZUKI	2.705,	R$13,40	R$36.247,00
111	Requeijão cremoso 200g. Ingredientes: Creme de leite. Tipo: Integral. Conservação: 1 a 10 °c. Características adicionais: Cremoso. Embalagem: mínimo 200 gramas.	UN	CAROLINA	7.500,	R$5,70	R$42.750,00
115	Coco seco ralado 100g. Apresentação: Ralado. Emb: pacote com 100 gramas.	UN	Ingacoco	8.320,	R$2,90	R$24.128,00
143	Coador descartável café Tam 103. Material: Papel. Tamanho:103. Características adicionais: Dupla costura, celulose, isento de impureza. Embalagem: com 30 unidades.	UN	Bom Jesus	236,	R$3,95	R$932,20
163	Acém bovino congelado. Carne bovina in natura. Tipo corte: Acém. Apresentação: Cortada em cubos. Estado de conservação: Congelado(a). Embalagem deve conter o certificado de registro no serviço de inspeção SIF, SIP, SIM ou SISB.	QUILOGRAMA	FRIOBAM	700,	R$29,00	R$20.300,00
167	Linguiça toscana resfriada. Embutido. Tipo: Linguiça Toscana. Tamanho: Grossa. Estado de conservação: Resfriada.	QUILOGRAMA	MIMOSA	1.375,	R$15,50	R$21.312,50
				Total do Fornecedor:		R$586.354,20

2632560 - PANIFICADORA DIVINA PADOKA PARANAVAI LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total

128	Panetone gotas de chocolate 400g. Bolo alimentício. Sabor: Gotas de chocolate. Tipo: Panetone. Emb: peso 400 gramas.	UN	PRÓPRIA	730,	R$6,65	R$4.854,50
129	Panetone frutas cristalizadas 400g. Bolo alimentício. Sabor: Frutas cristalizadas/passas, Tipo: Panetone. Emb: peso 400 gramas.	UN	PRÓPRIA	735,	R$9,70	R$7.129,50
136	Pão bisnaguinha 300g. Base: farinha de trigo refinada. Tipo: Semi- doce. Tipo adicional: Bisnaguinha. Embalagem: mínimo de 300 gramas.	UN	PRÓPRIA	5.500,	R$4,79	R$26.345,00
137	Pão de forma fatiado tradicional 400g. Base: farinha de trigo refinada. Tipo: forma. Tipo adicional: Tradicional. Apresentação: Fatiado. Tipo embalagem: Embalagem individual. Embalagem: mínimo de 400 gramas.	UN	PRÓPRIA	700,	R$5,68	R$3.976,00
				Total do Fornecedor:		R$42.305,00

2795515 - NOROESTE LICITACOES LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
7	Adoçante em pó Stévia 400g. Aspecto Físico: Pó fino branco, stévia, dietético. Embalagem: mínimo com 400 gramas.	UN	LOWÇUCAR	50,	R$22,66	R$1.133,00
12	Amendoim com casca 500g. Oleaginosa. Tipo: Amendoim. Apresentação: Natural. Adicional: com casca. Emb: Pacote mínimo com 500 gramas	UN	CATEMAR	471,	R$4,70	R$2.213,70
14	Arroz Branco Agulhinha 5kg. Arroz beneficiado. Tipo: Agulhinha /branco. Subgrupo: Polido. Classe: Longo fino. Qualidade: Tipo 1. Emb: pacote de 5kg.	PCTE	NUTRIPAR	509,	R$17,00	R$8.653,00
15	Aveia Flocos finos 500g. Aveia beneficiada. Classe: Branca. Apresentação: Em flocos finos. Presença de glúten: Contém glúten. Embalagem mínima de 500 gramas.	PACOTE	NATURALE	320,	R$5,60	R$1.792,00
16	Azeite de oliva extra virgem 500ml. Azeite. Espécie vegetal: De oliva. Tipo: Puro. Teor da acidez: Extra virgem - menor que 0,8%. Embalagem de 500 ml.	UN	COSINEIRO	100,	R$24,10	R$2.410,00
17	Azeitona verde sem caroço 200g. Legume em conserva. Tipo: Azeitona verde. Tamanho: Média. Apresentação: Sem caroço. Embalagem: mínimo de 200 gramas.	PACOTE	Atalaia	1.920,	R$4,99	R$9.580,80
25	Biscoito waffer 80g. Tipo waffer. Sabor: a definir na solicitação. Embalagem mínimo de 80 gramas.	PACOTE	Renata	865,	R$2,95	R$2.551,75
29	Biscoito recheado 110g. Tipo: redondo. Recheio: a definir na solicitação. Embalagem: mínimo 110 gramas.	PACOTE	Renata	515,	R$1,56	R$803,40
36	Creme de cebola em pó 60g. Condimento. Tipo: Cebola. Apresentação: Creme em pó. Embalagem: mínimo 60 gramas.	UN	CATEMAR	100,	R$5,00	R$500,00
50	Sardinha em conserva 125g. Peixe em conserva. Variedade: Sardinha. Apresentação: Descabeçada e eviscerada. Meio de cobertura: Com óleo comestível. Embalagem: mínimo 125 gramas.	UN	NAUTIQUE	920,	R$3,90	R$3.588,00
53	Café torrado e móido 500g. Apresentação: Torrado e moído. Intensidade: Média. Tipo: Superior. Embalagem com 500 gr.	PACOTE	CAFUNDO	500,	R$18,00	R$9.000,00
54	Chá mate natural 250g. Chá alimentação. Tipo: Chá mate. Uso: Alimentício. Sabor: Natural. Embalagem com 250 gramas.	UN	UNIÃO	1.200,	R$2,60	R$3.120,00
55	Cereal matinal milho 400g. Cereal matinal/lanches. Tipo: Flocos pré-cozidos. Ingredientes principais: Milho. Ingredientes adicionais: Fortificado com vitaminas e minerais. Característica adicional: Com açúcar. Embalagem: mínimo 400 gramas.	UN	MUCILON	250,	R$15,00	R$3.750,00
57	Creme de leite 200g. Teor gordura: 21 a 40% de gordura. Processamento: Uht. Emb: unidade com 200 gramas.	UN	LIDER	10.220,	R$2,60	R$26.572,00
61	Gelatina alimentícia 30g. Apresentação: Pó. Sabor: a definir na solicitação. Origem: Animal. Embalagem: mínimo 30 gramas.	UN	LA REND	1.380,	R$1,00	R$1.380,00
63	Fermento biológico em pó granulado 10g. Tipo: Biológico seco. Apresentação: Pó granulado. Embalagem: 10 gramas.	UN	Atalaia	100,	R$0,75	R$75,00
69	Ervilha em conserva 200g. Legume em conserva. Tipo: Ervilha. Embalagem: 200 gramas.	UN	PRAMESA	4.406,	R$2,10	R$9.252,60
72	Erva doce 10g. Condimento. Tipo: Erva doce. Apresentação: Flor. Embalagem: Mínimo 10 gramas.	UN	CATEMAR	1.150,	R$2,00	R$2.300,00
97	Canela casca 10g. Condimento. Tipo: Canela. Apresentação: Casca. Embalagem: mínimo 10 gramas.	UN	CATEMAR	88,	R$3,00	R$264,00
106	Molho mostarda 200g. Molho alimentício. Composição básica: Molho Mostarda, sal, açúcar e condimento. Aspecto Físico: Pastosa. Embalagem: mínimo 200 gramas.	UN	Suavit	120,	R$3,25	R$390,00
108	Orégano Desidratado 1kg. Condimento. Apresentação: desidratado. Embalagem: 1kg.	UN	CATEMAR	672,	R$33,00	R$22.176,00
110	Pimenta do reino moída 50g. Condimento. Tipo: Pimenta do reino. Apresentação: Moída. Embalagem: mínimo de 50gramas.	UN	CATEMAR	80,	R$5,00	R$400,00
112	Sal refinado 1Kg. Tipo: Refinado. Aplicação: Alimentícia. Teor máximo sódio: 196 mg/g. Aditivos: Iodo, prussiato amarelo soda, sílico alumínio sódio. Acidez: 7,50 ph. Embalagem: 1 kg.	UN	FINOSAL	7.280,	R$1,50	R$10.920,00
114	Atum ralado em óleo 170g. Peixe em conserva. Tipo peixe: Atum ralado em óleo. Embalagem: 170 gramas.	UN	NAUTIQUE	620,	R$7,00	R$4.340,00
120	Mistura bolo 400g. Mistura alimentícia. Ingredientes: Farinha de trigo, açúcar e fermento em pó. Sabores: a definir na solicitação. Aplicação: Bolo. Embalagem com 400 gramas.	UN	apti	6.065,	R$4,00	R$24.260,00
124	Óleo Soja 900ml. Óleo vegetal comestível. Tipo: Puro. Espécie vegetal: Soja. Tipo qualidade: Tipo 1. Embalagem com 900ml.	UN	coamo	5.860,	R$7,80	R$45.708,00
126	Fósforo Longo. Material corpo: Madeira. Cor Cabeça: Vermelha. Tipo: Longo. Emb: Pacote com 10 caixas de 40 Unidades, totalizando 400 palitos.	UN	BILLA	1.183,	R$2,50	R$2.957,50
131	Macarrão sêmola 500g. Teor de umidade: Massa seca. Base da massa: De sêmola/semolina. Apresentação: Ave maria/pai nosso (a definir na solicitação). Embalagem: 500 gramas.	UN	Floriani	5.250,	R$2,87	R$15.067,50
138	Polvilho doce 1kg. Amido. Base: mandioca. Grupo: Fécula. Subgrupo: Pó. Acidez: Polvilho doce. Aspecto físico: Tipo 1. Emb: pacote com 1kg.	UN	PRATA	100,	R$3,88	R$388,00
141	Refrigerante 2L. Material: Água gasosa/xarope. Sabor: Variado (a definir na solicitação). Embalagem: com 2 litros.	UN	TERNURA	3.560,	R$4,38	R$15.592,80
145	Pipoca doce 10g. Doce confeitado. Ingredientes: Milho, açúcar. Tipo: Pipoca doce. Emb: peso de 10 gramas.	UN	CEGONHA	36.800,	R$0,37	R$13.616,00
146	Maria mole. Doce confeitado. Tipo: Maria mole. Ingredientes: Gelatina, açúcar e água. Características adicionais: Recoberto com coco ralado. Emb: peso mínimo 1kg ou 50 unidades.	CAIXA	NBONN	100,	R$31,85	R$3.185,00
155	Bala. Tipo: Mastigável. Sabor: Variado, frutas. Embalagem: 500 gramas.	UN	SOBERANA	3.705,	R$6,88	R$25.490,40
160	Suco em pó 500g. Apresentação: Pó. Sabor: a definir na solicitação. Tipo: Artificial. Embalagem: 500 gramas.	UN	Atalaia	490,	R$7,10	R$3.479,00
161	Achocolatado em pó. Apresentação: Pó. Sabor: Tradicional. Prazo validade mínimo: 18 meses. Característica adicional: Enriquecido com vitaminas. Emb: pacote mínimo 400 gramas.	UN	LA REND	7.761,	R$3,48	R$27.008,28
172	Bombom. Cobertura: Chocolate preto. Recheio: com recheio sabor Castanha de caju. Embalagem: 1 kg.	PACOTE	LACTA	1.389,	R$57,56	R$79.950,84
				Total do Fornecedor:		R$383.868,57

3097420 - GALERA DA CESTA BASICA LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
5	Achocolatado em pó. Apresentação: Pó. Sabor: Tradicional. Prazo validade mínimo: 18 meses. Característica adicional: Enriquecido com vitaminas. Emb: pacote mínimo 400 gramas.	UN	LA REND	23.285,	R$3,50	R$81.497,50
6	Açúcar Cristal 5 Kg. Tipo:Cristal. Prazo validade mínimo: 12 meses. Emb: pacote com 5kg.	PACOTE	DOURO	1.000,	R$13,30	R$13.300,00
24	Biscoito maisena. Tipo: Sem recheio. Embalagem: mínimo 300 gramas.	PACOTE	PICCININI	3.695,	R$3,00	R$11.085,00
26	Biscoito rosquinha chocolate 300g. Sabor: chocolate. Tipo: rosquinha. Embalagem: mínimo 300 gramas.	PACOTE	PICCININI	1.335,	R$2,90	R$3.871,50
27	Biscoito rosquinha leite 300g. Sabor: leite. Tipo: rosquinha. Embalagem: mínimo 300 gramas.	PACOTE	PICCININI	6.395,	R$2,90	R$18.545,50
28	Biscoito cream cracker 350g. Biscoito Salgado. Tipo: cream cracker. Sem recheio. Embalagem: mínimo 350 gramas.	PACOTE	PICCININI	2.705,	R$3,00	R$8.115,00
60	Leite em pó 400g. Origem: De vaca. Teor gordura: Integral. Solubilidade: Instantâneo. Embalagem: mínimo 400 gramas.	UN	São Gabriel	6.488,	R$11,50	R$74.612,00
62	Fermento químico em pó 100g. Tipo: Químico. Apresentação: Pó. Embalagem: 100 gramas.	UN	apti	1.279,	R$2,30	R$2.941,70
64	Farofa mandioca pronta 500g. Tipo: Tradicional. Sabor: Natural. Prazo validade: 4 meses. Quantidade calorias: 210 kcal/g, Características adicionais: Com farinha de mandioca Temperada. Embalagem: 500 gramas.	PACOTE	AMAFIL	150,	R$4,80	R$720,00
70	Massa de tomate 300g. Tipo: Extrato concentrado. Composição: Tradicional. Apresentação: Creme. Embalagem: Mínimo 300 gramas.	UN	PRAMESA	3.965,	R$2,50	R$9.912,50
73	Feijão preto 1 Kg. Leguminosa. Variedade: Feijão preto. Tipo: Tipo 2. Embalagem: 1 kg.	PACOTE	OURO DO CAMPO	5.150,	R$4,50	R$23.175,00
82	Milho verde em conserva 200g. Legume em conserva. Tipo: Milho verde. Embalagem: 200 gramas.	UN	Fugini	4.630,	R$2,50	R$11.575,00
109	Palmito inteiro em conserva 300g. Legume em conserva. Tipo: Palmito. Apresentação: Inteiro. Emb: Mínimo de 300gramas.	UN	INGA PALMITO	250,	R$12,00	R$3.000,00
113	Vinagre maça 750ml. Matéria-prima: Maçã. Tipo: Aromático. Acidez: 4,20 PER. Aspecto Físico: Líquido. Aspecto Visual: limpido e sem depósitos. Embalagem: mínimo 750 ml.	UN	NEVAL	1.180,	R$4,90	R$5.782,00
119	Milho de pipoca 500g. Grupo: Duro. Classe: Amarela. Qualidade: Tipo 1. Formato estourado: Tipo irregular/butterfly. Embalagem: 500 gramas.	UN	A NATUREZAA	3.120,	R$2,52	R$7.862,40
127	Polvilho azedo 500g. Amido. Base: mandioca. Grupo: Fécula. Acidez: Polvilho azedo. Aspecto físico: Tipo 1. Embalagem: 500 gramas.	UN	LOPES	100,	R$3,90	R$390,00
132	Macarrão grano duro penne 500g. Teor de umidade: Massa seca. Base da massa: De trigo grano duro. Apresentação: Penne. Embalagem: 500 gramas.	UN	Floriani	350,	R$5,00	R$1.750,00
133	Macarrão grano duro parafuso 500g. Teor de umidade: Massa seca. Base da massa: De trigo grano duro. Apresentação: Parafuso. Embalagem: 500 gramas.	UN	Floriani	450,	R$4,08	R$1.836,00
134	Macarrão sêmola com ovos espaguete 1Kg. Teor de umidade: Massa seca. Base da massa: De sêmola/semolina. Ingredientes adicionais: Com ovos. Apresentação: Espaguete. Embalagem: 1 kg.	UN	Floriani	3.400,	R$5,50	R$18.700,00

140	Farinha de quibe 500g. Composição: Grãos de trigo selecionados e moídos. Tipo: Pré-cozida. Embalagem: 500 gramas.	UN	LOPES	2.150,	R$3,00	R$6.450,00
142	Fubá 1Kg. Farinha de milho. Grão: Amarelo. Tipo: Fubá. Apresentação: Pré-cozida. Característica adicional: Transgênico. Ingrediente adicional: Fortificada com ferro e ácido fólico. Embalagem: 1 kg.	UN	NUTRINOVO	573,	R$2,60	R$1.489,80
144	Suco de uva 1L. Apresentação: Concentrado. Sabor: Uva. Tipo: Industrializado. Características Adicionais: Sem Açúcar e Sem Glúten. Embalagem com 1L.	UN	FRUTA AKI	800,	R$8,00	R$6.400,00
157	Bombom. Cobertura: Chocolate preto. Recheio: com recheio sabor Castanha de caju. Embalagem: 1 kg.	PACOTE	LACTA	4.511,	R$55,00	R$248.105,00
168	Leite em pó 400g. Origem: De vaca. Teor gordura: Integral. Solubilidade: Instantâneo. Embalagem: mínimo 400 gramas.	UN	São Gabriel	2.162,	R$11,50	R$24.863,00
170	Maionese 500g. Tipo: Tradicional. Aplicação: Uso culinário. Embalagem: 500 gramas.	UN	Dusul	2.750,	R$5,20	R$14.300,00
				Total do Fornecedor:		R$600.278,90

6255906 - ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
65	Farinha de trigo 5Kg. Grupo: Industrial. Tipo: Tipo 1, Especial. Ingrediente adicional: Sem fermento. Emb: pacote 5 Kg.	PACOTE	cocamar	4.052,	R$14,14	R$57.295,28
153	Doce de Amendoim. Doce não confeitado. Tipo: Massa - Paçoca. Sabor: Amendoim. Forma apresentação: Tablete. Embalagem: 1 kg.	UN	UNIBOM	2.353,	R$13,78	R$32.424,34
154	Bala goma. Tipo goma. Sabor: variado. Apresentação: tubos. Embalagem: mínimo de 30 tubos.	UN	KUKY	850,	R$19,85	R$16.872,50
156	Pé de moleque. Doce não confeitado. Tipo: Massa sabor Pé de moleque. Forma apresentação: Tablete. Embalagem: mínimo 800 gramas.	UN	UNIBOM	4.133,	R$14,18	R$58.605,94
159	Canudinho recheado com doce de leite. Pronto para consumo. Recheio: doce de leite. Embalagem: 50 unidades. Embalagem higienizada.	UN	CLAMEL	4.523,	R$34,47	R$155.907,81
169	Farinha de trigo 5Kg. Grupo: Industrial. Tipo: Tipo 1, Especial. Ingrediente adicional: Sem fermento. Emb: pacote 5 Kg.	PACOTE	cocamar	1.350,	R$14,14	R$19.089,00
171	Pé de moleque. Doce não confeitado. Tipo: Massa sabor Pé de moleque. Forma apresentação: Tablete. Embalagem: mínimo 800 gramas.	UN	UNIBOM	1.377,	R$14,18	R$19.525,86
				Total do Fornecedor:		R$359.720,73

7393431 - S O M NASSER ALIMENTOS LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Abacaxi. Fruta. Tipo: Abacaxi pérola. Apresentação: Natural.	QUILOGRAMA	CEASA	5.540,	R$4,84	R$26.813,60
3	Abóbora Menina. Legume in natura. Tipo: Abobrinha de pescoço/menina.	QUILOGRAMA	CEASA	206,	R$2,18	R$449,08
4	Acelga. Verdura in natura. Tipo: Acelga.	UN	CEASA	8.050,	R$5,90	R$47.495,00
10	Alho. Apresentação: Natural. Adicional: Cabeça. Alho graúdo, selecionado, à granel, in natura. Grupo: roxo. Subgrupo: nobre.	QUILOGRAMA	CEASA	1.750,	R$15,99	R$27.982,50
19	Banana prata. Fruta in natura. Tipo: Banana prata/banana branca.	QUILOGRAMA	CEASA	5.520,	R$4,90	R$27.048,00
20	Batata doce. Legume in natura.	QUILOGRAMA	CEASA	403,	R$2,65	R$1.067,95
21	Batata inglesa. Legume in natura.	QUILOGRAMA	CEASA	12.703,	R$3,14	R$39.887,42
23	Beterraba. Legume in natura.	QUILOGRAMA	CEASA	153,	R$2,65	R$405,45
52	Brócolis comum. Verdura in natura.	UN	CEASA	258,	R$4,49	R$1.158,42
75	Limão Taiti. Fruta. Tipo: Taiti. Apresentação: Natural.	QUILOGRAMA	CEASA	1.107,	R$4,39	R$4.859,73
76	Maça gala. Fruta. Tipo: gala. Apresentação: Natural.	QUILOGRAMA	CEASA	5.648,	R$4,40	R$24.851,20
77	Mamão Formosa. Fruta. Tipo: Mamão formosa. Apresentação: Natural.	QUILOGRAMA	CEASA	408,	R$3,58	R$1.460,64
78	Manga tommy. Fruta. Tipo: Manga tommy. Apresentação: Natural.	QUILOGRAMA	CEASA	313,	R$3,84	R$1.201,92
80	Melão amarelo. Fruta. Tipo: Melão amarelo. Apresentação: Natural.	QUILOGRAMA	CEASA	315,	R$3,57	R$1.124,55
81	Milho verde. Legume in natura.	QUILOGRAMA	CEASA	3.150,	R$5,82	R$18.333,00
83	Morango. Fruta. Tipo: Morango. Apresentação: Natural.	QUILOGRAMA	CEASA	2.360,	R$24,40	R$57.584,00
84	Pepino caipira. Legume in natura.	QUILOGRAMA	CEASA	100,	R$3,14	R$314,00
85	Pera williams. Fruta. Tipo: Pera williams. Apresentação: Natural.	QUILOGRAMA	CEASA	300,	R$7,18	R$2.154,00
86	Pêssego. Fruta. Tipo: Pêssego. Apresentação: Natural.	QUILOGRAMA	CEASA	300,	R$8,08	R$2.424,00
87	Pimentão amarelo. Legume in natura.	QUILOGRAMA	CEASA	70,	R$10,94	R$765,80
88	Quiabo. Legume in natura.	QUILOGRAMA	CEASA	580,	R$9,20	R$5.336,00
89	Repolho branco/verde. Verdura in natura.	QUILOGRAMA	CEASA	1.180,	R$2,68	R$3.162,40
90	Repolho roxo. Verdura in natura.	QUILOGRAMA	CEASA	1.060,	R$4,67	R$4.950,20
91	Tomate salada. Legume in natura. Tipo: Salada.	QUILOGRAMA	CEASA	5.315,	R$5,70	R$30.295,50
92	Vagem manteiga. Legume in natura. Tipo 1.	QUILOGRAMA	CEASA	580,	R$13,20	R$7.656,00
93	Uva rubi. Fruta. Tipo: Uva rubi. Apresentação: Natural.	QUILOGRAMA	CEASA	320,	R$10,91	R$3.491,20
94	Banana nanica/banana d'água. Fruta. Tipo: Banana nanica / banana d'água. Apresentação: Natural.	QUILOGRAMA	CEASA	780,	R$2,51	R$1.957,80
95	Cebola branca. Legume in natura.	QUILOGRAMA	CEASA	1.715,	R$3,54	R$6.071,10
98	Couve-flor. Verdura in natura.	UN	CEASA	685,	R$3,81	R$2.609,85
99	Couve maço. Verdura in natura.	UN	CEASA	750,	R$3,18	R$2.385,00
100	Chuchu verde. Legume in natura.	QUILOGRAMA	CEASA	150,	R$1,78	R$267,00
101	Cenoura. Legume in natura.	QUILOGRAMA	CEASA	3.415,	R$3,58	R$12.225,70
104	Mandioca/aipim sem casca. Legume in natura. Tipo: Mandioca / aipim. Sem casca.	QUILOGRAMA	CEASA	6.400,	R$3,50	R$22.400,00
105	Hortelã. Condimento. Tipo: Hortelã. Apresentação: Natural.	QUILOGRAMA	CEASA	22,	R$14,00	R$308,00
				Total do Fornecedor:		R$390.496,01

Paranavaí, 15 de outubro de 2026

DYERON SOUZA SANTOS
Diretor Especial de Compras
CPF: 107.135.779-40

Publicado por:
Wellington Jose Ferreira de Lima Batista da Silva
Código Identificador:95C523C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PLANO MUNICIPAL DE EXPANSÃO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Município de Paranavaí - Paraná
Secretaria Municipal de Educação – SEDUC

Período de planejamento: 2026-2029

Paranavaí - PR 2026

1. APRESENTAÇÃO

O Município de Paranavaí, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, apresenta o Plano Municipal de Expansão de Matrículas da Educação Integral em Tempo Integral, destinado a estabelecer diretrizes, metas, estratégias e mecanismos de acompanhamento para a ampliação progressiva da oferta de educação em tempo integral na Rede Pública Municipal de Ensino.
O Plano constitui instrumento de planejamento da política educacional municipal e está articulado ao Decreto Municipal nº 27.893, de 22 de junho de 2026, que regulamenta a Política de Educação Integral em Tempo Integral no Município de Paranavaí, bem como às normas do Ministério da Educação - MEC, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, do Conselho Nacional de Educação - CNE e à legislação do Fundeb.
A expansão deverá ocorrer de maneira gradativa, planejada, sustentável e equitativa, considerando a demanda educacional, as condições de infraestrutura das unidades escolares, a disponibilidade de recursos humanos, alimentação escolar, transporte, organização curricular e capacidade financeira do Município.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O Plano está fundamentado, entre outras, nas seguintes normas e referências apresentados no Quadro 01:

Norma	Aplicação ao Plano
Constituição Federal, arts. 205 e 212-A	Direito à educação e financiamento da educação básica.
Lei Federal nº 9.394/1996 - LDB	Diretrizes e Bases da Educação Nacional e organização da educação básica.
Lei Federal nº 14.113/2020	Regulamenta o Fundeb.
Lei Federal nº 14.640/2023	Institui o Programa Escola em Tempo Integral.
Portaria MEC nº 1.495/2023	Dispõe sobre adesão e pactuação de metas para ampliação de matrículas em tempo integral.
Resolução CD/FNDE nº 18/2023 e alterações posteriores	Regras de transferência, execução e prestação de contas do Programa Escola em Tempo Integral.
Resolução CNE/CEB nº 7/2025	Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral.
Normativas vigentes do FNDE/MEC aplicáveis ao exercício	Regras de financiamento, execução e monitoramento da expansão de matrículas.
Decreto Municipal nº 27.893/2026	Regulamenta a Política de Educação em Tempo Integral no Município de Paranavaí.

O Decreto Municipal nº 27.893/2026 estabelece que a Educação Integral em Tempo Integral compreende jornada igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, totalizando no mínimo 1.400 horas anuais, distribuídas em pelo menos 200 dias letivos.

3. JUSTIFICATIVA
A ampliação da oferta de Educação Integral em Tempo Integral constitui estratégia fundamental para assegurar o direito à educação, ampliar as oportunidades de aprendizagem e promover o desenvolvimento integral dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Paranavaí.
A expansão das matrículas deverá superar a compreensão de tempo integral como simples aumento do período de permanência do estudante na escola, consolidando uma proposta pedagógica integrada, articulada à Base Nacional Comum Curricular - BNCC, à Parte Diversificada e às experiências educativas desenvolvidas nos diferentes espaços escolares e territoriais.
Nesse sentido, o Município estabelece planejamento progressivo para expansão das matrículas, considerando as necessidades educacionais, sociais e territoriais, priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade e desigualdade socioeconômica e assegurando condições adequadas de infraestrutura, alimentação, transporte escolar, recursos humanos, organização curricular e acompanhamento pedagógico.

4. DIAGNÓSTICO DA REDE MUNICIPAL
O diagnóstico da rede deverá consolidar informações por unidade escolar, permitindo identificar a linha de base, a capacidade instalada e a possibilidade de expansão. O quadro a seguir deverá ser preenchido com os dados oficiais da rede municipal conforme Quadro 02:

Unidade Escolar	Etapa	Matrículas 2025	Matrículas em tempo integral	% integral	Possibilidade expansão 2026	Possibilidade expansão 2027
Cmei Alvina Godinho	Ed. Infantil	27	27	100%	0%	
Cmei Avelino Dal-Prá	Ed. Infantil	150	150	100%	0%	
Cmei Alzira Mendonça	Ed. Infantil	118	118	100%	0%	
Cmei Antonia Ayres de Oliveira	Ed. Infantil	153	153	100%	0%	
Cmei Ayrton Senna da Silva	Ed. Infantil	120	120	100%	0%	
Cmei Cecília Vechiatti Giovine	Ed. Infantil	226	226	100%	0%	
Cmei Isbela de Souza Ribeiro Felippe	Ed. Infantil	231	0	0%	0%	
Cmei Jacó de Jesus Souza	Ed. Infantil	140	140	100%	0%	
Cmei Lucilene dos Santos	Ed. Infantil	179	179	100%	0%	
Cmei Maria Madalena Fernandes de Souza	Ed. Infantil	98	98	100%	0%	
Cmei Menina Isabela de Souza da Silva	Ed. Infantil	156	156	100%	0%	
Cmei Menino Davi	Ed. Infantil	95	95	100%	0%	
Cmei Nossa Senhora do Carmo de Paranavaí	Ed. Infantil	128	128	100%	0%	
Cmei Nossa Senhora do Carmo de Graciosa	Ed. Infantil	86	86	100%	0%	
Cmei Rosângela Berto Cassorillo	Ed. Infantil	139	0	0%	0%	
Cmei Tia Irene Rocha Martos	Ed. Infantil	96	96	100%	0%	
E.M. Ayrton Senna da Silva	Ed. Infantil E. Fundamental	351	351	100%	0%	
E.M. Cecília Meireles	Ed. Infantil E. Fundamental	521	0	0%	0%	
E.M. Clemente Niehues	Ed. Infantil E. Fundamental	97	0	0%	0%	
E.M. Dácia Figueredo Fortes	Ed. Infantil E. Fundamental	166	166	100%	0%	
E.M. Deusdete Fereira de Cerqueira Neto	Ed. Infantil E. Fundamental	247	247	100%	0%	
E.M. Edith Ebiner Eckert	Ed. Infantil E. Fundamental	178	178	100%	0%	
E.M. Elza Grassioto Caselli	Ed. Infantil E. Fundamental	426	426	100%	0%	
E.M. Getúlio Vargas	Ed. Infantil E. Fundamental	348	0	0%	0%	
E.M. Hermeto Botelho	Ed. Infantil E. Fundamental	518	0	0%	0%	
E.M. Ilda Campano Santini	Ed. Infantil E. Fundamental	236	236	100%	0%	
E.M. José Vaz de Carvalho	Ed. Infantil E. Fundamental	433	0	0%	0%	
E.M. Maria Schuroff Back	Ed. Infantil E. Fundamental	184	0	0%	0%	
E.M. Neusa Pereira Braga	Ed. Infantil E. Fundamental	623	0	0%	0%	
E.M. Noemia Ribeiro do Amaral	Ed. Infantil E. Fundamental	248	248	100%	0%	
E.M. Profª Pedro Real	Ed. Infantil E. Fundamental	492	492	100%	0%	
E.M. Rotary Arenito	Ed. Infantil E. Fundamental	237	237	100%	0%	
E.M. Santa Teresinha	Ed. Infantil E. Fundamental	339	0	0%	0%	
E.M. Santos Dumont	Ed. Infantil E. Fundamental	240	240	100%	0%	
E.M. Jayme Canet	Ed. Infantil E. Fundamental	255	255	100%	31%	6%

O diagnóstico deverá identificar, no mínimo: (a) total de matrículas da Rede Municipal; (b) matrículas já ofertadas em tempo integral; e (c) quantidade de novas matrículas necessárias para o alcance das metas municipais.

De acordo com os dados atuais da Rede Municipal de Ensino, 22 das 35 unidades escolares ofertam matrículas em tempo integral, correspondendo a 62,86% das escolas. Esse resultado supera o percentual mínimo de 50% das escolas previsto para o quinto ano de vigência na meta do Plano Nacional de Educação (PNE) apresentada como referência para este planejamento, aproximando-se do patamar de 65% estabelecido para o final de sua vigência.

Quanto ao atendimento dos estudantes, das 8.281 matrículas da rede municipal, 4.848 são em tempo integral, o que representa aproximadamente 58,5% do total. Dessa forma, o Município já supera tanto o patamar intermediário de 35% quanto o patamar final de 50% de estudantes atendidos, conforme a referida meta.

Considerando esse diagnóstico, o planejamento municipal deverá priorizar a manutenção e a sustentabilidade dos percentuais já alcançados, a qualidade pedagógica do atendimento e a expansão gradual e equitativa da oferta, especialmente para alcançar o percentual final de 65% das escolas, sem prejuízo das metas anuais de ampliação de matrículas previstas neste Plano.

5. CRITÉRIOS PARA EXPANSÃO

A ampliação de vagas deverá observar critérios pedagógicos, sociais, territoriais, físicos e financeiros. Recomenda-se a utilização da seguinte matriz de análise de acordo com o Quadro 03:

Critério	Análise
Demanda reprimida	Lista de espera, procura das famílias e necessidade local.
Vulnerabilidade socioeconômica	Prioridade para estudantes e territórios em maior situação de vulnerabilidade.
Percentual atual de tempo integral	Identificação das áreas e etapas menos atendidas.
Infraestrutura	Salas, refeitório, cozinha, sanitários, acessibilidade e espaços pedagógicos.
Alimentação escolar	Capacidade de atendimento em jornada ampliada.
Recursos humanos	Disponibilidade de professores, equipe pedagógica e profissionais de apoio.
Transporte escolar	Necessidade e viabilidade de atendimento.
Organização curricular	PPP, PPC e Regimento adequados à Educação Integral.
Condições financeiras	Sustentabilidade da expansão e fontes de financiamento.
Território educativo	Parcerias e equipamentos públicos disponíveis.

6. META GERAL

Ampliar progressivamente o número e a proporção de matrículas da Rede Municipal de Ensino de Paranavaí ofertadas em jornada de tempo integral, assegurando atendimento igual ou superior a 7 horas diárias ou 35 horas semanais, com qualidade pedagógica, equidade no acesso e sustentabilidade administrativa e financeira.

7. METAS ANUAIS DE EXPANSÃO

As metas deverão ser definidas a partir do diagnóstico da rede e da capacidade efetiva de expansão de cada unidade. Recomenda-se registrar a evolução anual conforme o Quadro 04:

Exercício	Linha de base	Novas matrículas previstas	Total projetado	% da rede
2025	4.848 / 8.281	-	-	58,5%
2026	4.928 / 8.361	80	80	58,9%
2027	4.948 / 8.381	20	20	59,0%
2028	4.948 / 8.381	0	0	59,0%
2029	5128 / 8.561	180	180	59,9%

8. FORMAS DE EXPANSÃO

Nos termos do Decreto Municipal nº 27.893/2026, a expansão poderá ocorrer por duas formas de organização:

- Educação Integral em Tempo Integral em Turno Único - ETI;
- Ampliação de Jornada Escolar com atividades curriculares complementares, mediante turno regular e contraturno.

A rede também poderá organizar escolas exclusivas de tempo integral ou escolas mistas, com parte das turmas em jornada ampliada e parte em jornada parcial, permitindo implantação gradual e compatível com a capacidade física e pedagógica de cada unidade conforme mapeamento apresentado no Quadro 05.

9. PLANO DE AÇÃO

Ação	Responsável	Prazo	Indicador
Levantar matrículas atuais por unidade	SEDUC	2026	Diagnóstico concluído
Mapear demanda por tempo integral	SEDUC/Unidades Escolares	2026	Demanda identificada
Avaliar capacidade física das unidades	SEDUC/Setor competente	2026	Relatório por unidade
Definir unidades prioritárias	SEDUC	2026	Relação de unidades aprovada
Adequar PPP e PPC	Unidades Escolares/SEDUC	Antes da implantação	100% adequados
Adequar Regimentos Escolares	Unidades Escolares/SEDUC	Antes da implantação	Adendos aprovados
Organizar quadro de profissionais	SEDUC/RH	Anual	Profissionais suficientes
Planejar alimentação escolar	SEDUC/PNAE	Anual	Atendimento integral assegurado
Planejar transporte, quando necessário	SEDUC	Anual	Rotas atendidas
Registrar corretamente as matrículas	Documentação Escolar	Anual	Matrículas registradas
Acompanhar frequência	Unidades Escolares/SEDUC	Contínuo	Taxa de frequência
Monitorar aprendizagem	Equipe Técnica ETI	Semestral	Indicadores de evolução
Avaliar cumprimento das metas	SEDUC	Semestral/Anual	Relatório de monitoramento

10. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

A expansão de matrículas deverá estar vinculada a uma concepção de educação integral e não apenas à ampliação do tempo de permanência do estudante. A proposta pedagógica deverá integrar os componentes curriculares da BNCC, a Parte Diversificada e atividades de acompanhamento pedagógico, aprofundamento da aprendizagem, pesquisa científica, cultura, arte, esporte, lazer e tecnologias.

As unidades escolares deverão revisar e adequar o Projeto Político-Pedagógico - PPP, a Proposta Pedagógica Curricular - PPC e, quando necessário, o Regimento Escolar, explicitando o regime de funcionamento, a carga horária diária, os intervalos, o almoço, a matriz curricular, os objetivos pedagógicos e as atividades de ampliação de jornada.

11. RECURSOS HUMANOS

A expansão deverá ser acompanhada do dimensionamento e da organização do quadro de profissionais. O Decreto Municipal nº 27.893/2026 prevê corpo docente e equipe pedagógica com qualificação compatível com a área de atuação e com as especificidades da Educação Integral em Tempo Integral.

Para cada unidade/turma ampliada, deverão ser projetados: número de professores, equipe pedagógica, profissionais de apoio, servidores da alimentação escolar, limpeza e demais funções necessárias ao atendimento em jornada ampliada.

12. INFRAESTRUTURA

Cada unidade deverá passar por análise prévia de capacidade e adequação dos espaços, contemplando, no mínimo: salas de aula, refeitório, cozinha, sanitários, áreas de descanso, espaços externos, equipamentos esportivos, acessibilidade, segurança, abastecimento de água, mobiliário e equipamentos pedagógicos.

O Decreto Municipal admite o desenvolvimento de atividades em espaços distintos do território, mediante utilização de equipamentos sociais, culturais e artísticos existentes e parcerias com órgãos ou entidades locais, desde que previstos no respectivo Projeto Político-Pedagógico.

13. FINANCIAMENTO

A expansão da Educação Integral em Tempo Integral deverá observar planejamento financeiro plurianual, compatível com a capacidade de manutenção da rede e com as normas vigentes. Poderão ser consideradas, conforme a legislação aplicável e a disponibilidade de cada programa, as seguintes fontes:

- Fundeb;
- Programa Escola em Tempo Integral;
- Recursos próprios vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE;
- Programas de transporte escolar, quando aplicáveis;
- PDDE e ações complementares;
- Plano de Ações Articuladas - PAR/FNDE, conforme programas e disponibilidade;
- Demais fontes legalmente admitidas.

A utilização de recursos federais deverá observar integralmente as normas vigentes do FNDE/MEC relativas à pactuação, execução, monitoramento e prestação de contas.

13.1. Destinação Constitucional Mínima do Fundeb à Educação Integral em Tempo Integral

Em conformidade com o art. 212-A, inciso XV, da Constituição Federal de 1988, incluído pela Emenda Constitucional nº 135, de 2024, a partir do exercício de 2026, no mínimo 4% (quatro por cento) dos recursos do Fundeb deverão ser destinados à criação de matrículas em tempo integral na educação básica, observadas as diretrizes pactuadas entre a União e os demais entes federativos, até o atingimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação.

A Resolução CIF nº 23, de 17 de março de 2026, estabelece diretrizes para a destinação desses recursos à criação de matrículas em tempo integral. Para fins de planejamento financeiro, o percentual mínimo de 4% incide sobre o total dos recursos do Fundeb, compreendendo os recursos do Fundo Estadual e as complementações da União nas modalidades VAAF, VAAT e VAAR.

O cálculo deverá considerar os recursos efetivamente creditados ao longo de cada exercício financeiro, com a correspondente aplicação dos valores no próprio exercício. Assim, a Secretaria Municipal de Educação deverá acompanhar periodicamente os ingressos do Fundeb e a execução das despesas destinadas à criação de matrículas em tempo integral, assegurando o cumprimento do percentual mínimo constitucional e a compatibilidade com as metas de expansão estabelecidas neste Plano.

13.1.1. Programação Orçamentária para o Exercício de 2027

Conforme o relatório municipal de saldo de dotação referente ao exercício de 2027, a programação orçamentária identificada para a Educação Integral em Tempo Integral totaliza R$ 4.150.000,00, distribuída entre despesas de pessoal e obras de infraestrutura, conforme o demonstrativo abaixo. Os valores representam dotações orçamentárias, não despesas já empenhadas ou executadas conforme disponibilizado no Quadro 06.

Ação / finalidade	Categoria	Fonte / vínculo	Valor previsto (2027)
Folha de pagamento — profissionais da educação	Pessoal / custeio	Fundeb 70% — vínculo 1043	R$ 3.800.000,00
Obra CAIC — construção, reforma e ampliação de unidade escolar	Obras e instalações / capital	Fundeb — vínculo 1044	R$ 350.000,00
TOTAL	Pessoal e capital	Fundeb	R$ 4.150.000,00

Detalhamento da folha: Educação Básica — R$ 2.752.000,00 (ação 2430); Educação Infantil/Creche — R$ 523.600,00 (ação 2441); Educação Infantil/Pré-escola — R$ 524.400,00 (ação 2446). A obra corresponde à ação 1060, referência 2394. O relatório registra R$ 0,00 empenhado e R$ 0,00 reservado na data de emissão (08/10/2026). O cronograma de empenho por bimestre e os valores unitários dependem de definição administrativa.

Fonte: Município de Paranavaí, Secretaria Municipal de Educação, relatório "Saldo Dotação", período até janeiro/2027, emitido em 08/10/2026. A identificação da obra como CAIC decorre da informação fornecida pela SEDUC; o relatório orçamentário apresenta a rubrica geral de construção, reforma e ampliação de unidades escolares.

13.1.2. Quadro De Ações, Estimativa De Custos E Fontes De Financiamento

O quadro a seguir detalha as ações previstas para viabilizar as metas de expansão de 2026 a 2029. Os valores unitários e totais deverão ser preenchidos após levantamento técnico, pesquisa de preços, definição dos quantitativos e compatibilização com o orçamento municipal. As fontes indicadas são possibilidades de financiamento, condicionadas à elegibilidade da despesa e às regras específicas de cada programa de acordo com o Quadro 07.

Objetivo	Ação prevista	Categoria	Fonte possível	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)	Cronograma previsto
Ampliar vagas com infraestrutura adequada	Adequar salas, refeitórios, cozinhas, sanitários, acessibilidade e espaços para atividades físicas.	Capital / custeio	Fundeb; MDE; PAR/FNDE (se habilitado)	A apurar	A apurar	2026–2027
Garantir ambientes equipados	Adquirir mobiliário, equipamentos e recursos para as turmas ampliadas.	Capital	Fundeb; MDE; PAR/FNDE (se habilitado)	A apurar	A apurar	2026–2029
Qualificar a oferta pedagógica	Adquirir materiais didáticos, esportivos, artísticos e tecnológicos para as atividades da jornada ampliada.	Custeio / capital	Fundeb; MDE; PDDE (conforme regras)	A apurar	A apurar	2026–2029
Assegurar profissionais suficientes	Dimensionar e prover professores, equipe pedagógica e profissionais de apoio para novas turmas.	Custeio (pessoal)	Fundeb; MDE, observadas as vinculações legais	A apurar	A apurar	Anual, 2026–2029

Assegurar alimentação escolar	Planejar e ampliar refeições e condições operacionais para estudantes em jornada integral.	Custeio / capital	PNAE (itens elegíveis); MDE/Fundeb (somente despesas permitidas); recursos próprios	A apurar	A apurar	Anual, 2026–2029
Garantir acesso e permanência	Readequar rotas e atendimento de transporte escolar, quando necessário.	Custeio	Programas de transporte escolar; MDE/Fundeb, conforme regras	A apurar	A apurar	Anual, 2026–2029
Preparar as unidades escolares	Revisar PPP, PPC, regimentos e organização curricular; realizar formação continuada.	Custeio	Fundeb; MDE; programas específicos elegíveis	A apurar	A apurar	2026–2029
Acompanhar metas e resultados	Monitorar matrículas, frequência, aprendizagem, equidade e execução financeira.	Custeio administrativo elegível	MDE; Fundeb, conforme enquadramento legal	A apurar	A apurar	Semestral, 2026–2029

Vinculação orçamentária das ações para 2027: a previsão de R$ 4.150.000,00 compreende R$ 3.800.000,00 para folha de pagamento dos profissionais da educação (Fundeb 70%, vínculo 1043; ações 2430, 2441 e 2446) e R$ 350.000,00 para a obra do CAIC (Fundeb, vínculo 1044; ação 1060). Esses valores estão detalhados no demonstrativo da seção 13 e constituem dotações previstas, não execução financeira. A apuração das despesas especificamente elegíveis à criação de novas matrículas em tempo integral deverá ser realizada separadamente.

14. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento será realizado pela Secretaria Municipal de Educação, com apoio da Equipe Técnica responsável pelo Programa Escola em Tempo Integral, em periodicidade semestral, contemplando, entre outros, os seguintes indicadores:

- número total de matrículas em tempo integral;
- percentual de matrículas em tempo integral em relação ao total da rede;
- taxa de frequência e permanência;
- evolução da aprendizagem;
- ocupação das vagas ofertadas;
- adequação de infraestrutura;
- suficiência do quadro de profissionais;
- execução dos recursos financeiros;
- atendimento dos critérios de equidade e vulnerabilidade;
- cumprimento das metas anuais estabelecidas.

Os resultados deverão subsidiar ajustes anuais do Plano e a definição das metas dos exercícios subsequentes. A governança e responsabilidades estão descritas no Quadro 08

15. GOVERNANÇA E RESPONSABILIDADES

Instância	Responsabilidade principal
Secretaria Municipal de Educação - SEDUC	Coordenação geral do Plano, definição de metas, acompanhamento e avaliação.
Equipe Técnica da Educação Integral	Acompanhamento pedagógico, registros, indicadores e apoio às unidades.
Unidades Escolares	Execução da proposta pedagógica, controle de frequência, registros e monitoramento local.
Setor de Documentação Escolar	Registros de matrícula e organização documental.
Setores de Alimentação, Transporte, RH e Infraestrutura	Planejamento e suporte operacional à ampliação da jornada.
CACS-Fundeb	Acompanhamento da execução e aplicação dos recursos, nos termos da legislação.

A finalidade do cronograma é organizar visualmente as atividades, os prazos, a ordem de execução e a alocação de recursos de um projeto, rotina ou estratégia ao longo do tempo, o Quadro 09 apresenta a organização de cada etapa no tempo.

16. CRONOGRAMA GERAL

Etapa	Período
Diagnóstico da rede e demanda	2026
Definição das unidades prioritárias	2026
Adequações pedagógicas, administrativas e físicas	2026-2027
Expansão progressiva das matrículas	2026-2029
Monitoramento semestral	2026-2029
Revisão anual das metas	2026-2029
Avaliação consolidada do ciclo	2029

17. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Plano orienta a expansão planejada e sustentável das matrículas da Educação Integral em Tempo Integral no Município de Paranavaí, em consonância com o Decreto Municipal nº 27.893/2026 e com as normas federais aplicáveis.

A implementação das metas deverá ser precedida de análise técnica das condições pedagógicas, físicas, administrativas e financeiras de cada unidade, de modo a assegurar qualidade, equidade, permanência e efetividade da política pública.

O Plano poderá ser revisto anualmente pela Secretaria Municipal de Educação, especialmente em razão de alterações normativas, disponibilidade orçamentária, evolução da demanda, resultados do monitoramento e novas pactuações com o Ministério da Educação e o FNDE.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb.
BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral.
BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.495, de 2 de agosto de 2023.
BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução CD/FNDE nº 18/2023 e alterações posteriores.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 7/2025.
BRASIL. Emenda Constitucional nº 135, de 20 de dezembro de 2024. Altera a Constituição Federal, inclusive o art. 212-A.
BRASIL. Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade. Resolução CIF nº 23, de 17 de março de 2026. Diretrizes para a destinação de recursos do Fundeb à criação de matrículas em tempo integral.

PARANAVAÍ. Decreto Municipal nº 27.893, de 22 de junho de 2026. Dispõe sobre a Política de Educação em Tempo Integral em instituições escolares do Município de Paranavaí - PR e dá outras providências.

Paranavaí - PR, 9 de outubro de 2026.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:AE958F31

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1º ADITIVO DE REMANEJAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAI E A ASSOCIAÇÃO AGENTES DA PAZ - AGEPAZ

De um lado, o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e, como interveniente a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA representada pela sua secretária Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO AGENTES DA PAZ - AGEPAZ**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos , inscrita no CNPJ/MF sob o 05.336.124/0001-66, neste ato representado por seu representante legal Airton de Melo Gonçalves, inscrito no CPF/MP sob o nº. 490.043.879-00, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Colaboração, mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

VALOR CONCEDENTE: R$ 295.516,45 (duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos).

1.1.Plano de aplicação detalhado

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	**MATERIAL DE CONSUMO**	**R$ 3.015,40**
1.1	Gêneros alimentícios	R$ 30,00
1.2	Material de higiene e limpeza	R$ 2.125,40
1.3	Gás	R$ 860,00
2	**SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**	R$ **11.480,29**
2.1	Água	R$ 1.582,01
2.2	Luz	R$ 1.488,64
2.3	Internet	R$ 2.518,68
2.4	Seguro de vida dos funcionários PJ	R$ 1.284,96
2.5	Serviços de manutenção e conservação de bens imóveis	R$ 30,00
2.7	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	R$ 1.500,00
2.8	Monitoramento de segurança	R$ 1.776,00
2.9	Outros serviços PJ	R$ 1.300,00
3	**PESSOAL E ENCARGOS**	**R$ 281.020,76**
3.1	Vencimentos e salários	R$ 189.420,77
3.2	13° Salário	R$ 18.537,36
3.3	Férias	R$ 24.856,48
3.4	INSS	R$ 23.793,67
3.5	FGTS	R$ 21.710,48
3.6	Verbas rescisórias	R$ 2.702,00

1.2.Plano de Aplicação Resumido

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	Material de Consumo	R$ 3.015,40
2	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 11.480,29
3	Pessoal e Encargos	R$ 281.020,76
TOTAL DE DESPESAS (1+2+3)		**R$ 295.516,45**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através desse Termo Aditivo e, em conformidade com a cláusula Terceira do Termo de Colaboração, a PARCEIRA apresentou por meio do Ofício: 036/2026 de 29 de setembro de 2026, solicitação de remanejamento do Plano de Aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA: Para fins deste Termo Aditivo, considera-se o valor global do Termo de Colaboração de R$ 295.516,45 (duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos). O presente Termo Aditivo formaliza o remanejamento de recursos entre as rubricas do Plano de Trabalho, mediante a transferência de valores inicialmente previstos para despesas de custeio para a rubrica de pessoal e encargos, conforme readequação do Plano de Trabalho, sem alteração do valor global da parceria, que permanece fixado em R$ 295.516,45 (duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do presente Termo de Colaboração será de 01/01/2026 a 31/12/2026.

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de fomento .

Paranavaí, 13 de outubro de 2026.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA GONÇALVES
Controlador Geral do Município
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:8186C093

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 28.049/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº 28049 de 15 de outubro de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 990.000,00 (novecentos e noventa mil reais)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAí, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 990.000,00 (novecentos e noventa mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001 (1512)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 12.001.0004.0122.0002.2030	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001 (1516)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 12.001.0004.0122.0002.2030	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
Unidade Orçamentária: 11.001 (1482)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA	
Funcional Programática: 11.001.0004.0122.0002.2271	**Atividade:** Atividades de Fiscalização de Receitas - TEPP	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 81.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERV PÚBL		
Unidade Orçamentária: 05.001 (545)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
Funcional Programática: 05.001.0004.0122.0002.2410	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 08.001 (1219)	COORDENAÇÃO DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Funcional Programática: 08.001.0004.0121.0011.2091	**Atividade:** Atividades de Planejamento, Orçamentos e Projetos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO		
Unidade Orçamentária: 13.002 (1657)	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
Funcional Programática: 13.002.0006.0181.0015.2086	**Atividade:** Atividades de Patrulhamento - FUMTRAN	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00509 - Gerenciamento de Trânsito	R$ 440.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
Unidade Orçamentária: 09.001 (1327)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática: 09.001.0004.0122.0002.2150	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390470000 - Obrigações tributárias e contributivas	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 3.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (583)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2440	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 95.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO		
Unidade Orçamentária: 13.001 (1598)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO	
Funcional Programática: 13.001.0006.0153.0015.2085	**Atividade:** Atividades Guarda Municipal	

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 990.000,00 (novecentos e noventa mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	00509 - Gerenciamento de Trânsito	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (667)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2446	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	00101 - Transferência do FUNDEB 60%/Fundeb mínimo 70%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 35.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (668)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2446	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**

3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	00101 - Transferência do FUNDEB 60%/Fundeb mínimo 70%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 25.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (295)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0301.0006.2250	**Atividade:** Atenção Primária em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190040000 - Contratação por tempo determinado	00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (245)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0302.0006.2243	**Atividade:** UPA - Unidade de Pronto Atendimento	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 40.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (247)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0302.0006.2243	**Atividade:** UPA - Unidade de Pronto Atendimento	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 70.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (303)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0301.0006.2250	**Atividade:** Atenção Primária em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 140.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (226)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0302.0006.2242	**Atividade:** MAC - Média e Alta Complexidade	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$ 11.000,00
	VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:	**R$ 990.000,00**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001 (1519)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 12.001.0004.0122.0002.2030	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390910000 - Sentenças judiciais	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
Unidade Orçamentária: 11.001 (1484)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA	
Funcional Programática: 11.001.0004.0122.0002.2271	**Atividade:** Atividades de Fiscalização de Receitas - TEPP	

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390460000 - Auxílio-alimentação	00510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 31.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
Unidade Orçamentária: 11.001 (1479)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA	
Funcional Programática: 11.001.0004.0122.0002.2271	**Atividade:** Atividades de Fiscalização de Receitas - TEPP	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERV PÚBL		
Unidade Orçamentária: 05.001 (549)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
Funcional Programática: 05.001.0004.0122.0002.2410	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 08.001 (1226)	COORDENAÇÃO DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Funcional Programática: 08.001.0004.0121.0011.2091	**Atividade:** Atividades de Planejamento, Orçamentos e Projetos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390460000 - Auxílio-alimentação	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO		
Unidade Orçamentária: 13.002 (1651)	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
Funcional Programática: 13.002.0006.0181.0015.2086	**Atividade:** Atividades de Patrulhamento - FUMTRAN	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3360450000 - Subvenções econômicas	00509 - Gerenciamento de Trânsito	R$ 440.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
Unidade Orçamentária: 09.001 (1332)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática: 09.001.0004.0122.0002.2150	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 3.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (684)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2447	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (680)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2447	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3350430000 - Subvenções sociais	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (636)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2443	**Atividade:** Educação Infantil (Creche) - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4450420000 - Auxílios	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 5.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (683)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2447	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 15.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (631)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2443	**Atividade:** Educação Infantil (Creche) - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):		
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 15.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (634)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2443	**Atividade:** Educação Infantil (Creche) - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO		
Unidade Orçamentária: 13.002 (1653)	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
Funcional Programática: 13.002.0006.0181.0015.2086	**Atividade:** Atividades de Patrulhamento - FUMTRAN	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00509 - Gerenciamento de Trânsito	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (669)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2446	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	00101 - Transferência do FUNDEB 60%/Fundeb mínimo 70%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 60.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (304)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0301.0006.2250	**Atividade:** Atenção Primária em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (251)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0302.0006.2243	**Atividade:** UPA - Unidade de Pronto Atendimento	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3191130000 - Contribuições patronais	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 40.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (243)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0302.0006.2243	**Atividade:** UPA - Unidade de Pronto Atendimento	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 70.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (205)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0302.0006.2242	**Atividade:** MAC - Média e Alta Complexidade	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 140.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (222)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0302.0006.2242	**Atividade:** MAC - Média e Alta Complexidade	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$ 11.000,00
	VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:	**R$ 990.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 15 de outubro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:7D2CE169

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 343/2025

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO 063/2025

1º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA BARÃO TERRAPLANAGEM LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, e em conjunto com o Secretário de Planejamento Obras e Urbanismo Sr. Douglas Lietz decreto 147/2026 e o DETENTOR DA ATA **BARÃO TERRAPLANAGEM LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 22.358.599/0001-72, com sua sede na Rua Edgar Train Schafhauser, Antonio Olinto/PR, CEP 83980-000, telefone: (42) 99875-9541, e-mail: emersonjbarao@gmail.com; neste ato representado por Emerson Jose Barão inscrito no CPF sob nº. 066.xxx.399-xx**,** e perante as testemunhas abaixo firmadas, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 343/2025, nos termos do Art. 84 Lei

nº 14.133/21, dos documentos constantes no processo 4179/2026 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica prorrogado por mais 12 meses a ata a partir de 22/10/2026

Cláusula Segunda: Em razão da prorrogação, fica aditivado o valor de R$ 199.400,00 (cento e noventa e nove mil e quatrocentos reais) já considerando o índice INPC conforme abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID	VALOR KM	INPC Set/25 a agosto/26)	NOVO VALOR A PARTIR DE 22/10/2026
1	1	Locação de caminhão caçamba com motorista	KM	R$ 9,59	3,98 %	R$ 9,97

Cláusula Terceira: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

Piên/PR, 14 de outubro de 2026

MAICON GROSSKOPF	*BARÃO TERRAPLANAGEM LTDA*
Contratante	Contratado

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:B5238EE7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 222/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 6049 - Decreto n° 222/2026 de 15/10/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações		1.490,71
Despesa			
	07 Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de alteração:** Anulação	1.490,71
	07.002 Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de operação:** Abertura	
	26.782.1501.1104 SECID - SIT Nº - AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PRANCHA - R$ 850.000,00		
	4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
2671	407 SECID - SIT Nº - AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PRANCHA - R$ 850.000,00		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
	07 Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	1.490,71
	07.004 Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de operação:** Abertura	
	15.452.1501.2056 Manutenção do Departamento de Urbanismo		
	3.3.90.93.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		
14077	407 SECID - SIT Nº - AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PRANCHA - R$ 850.000,00		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	1.490,71
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	1.490,71

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:40BC1D92

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.° 12/2026.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Concorrência n.°12/2026, nestes termos:
Data Concorrência**:** 24/07/2026.
Objeto: Contratação de empresa especializada para a elaboração de orçamento, projeto de reforço e reparo estrutural para retomada de obra paralisada do hospital regional no Município de Pitanga/PR., (devem estar incluso projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e Art), em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
PERICIALL ENGENHARIA LTDA	30.777.038/0001-36	R$ 230.454,39

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 230.454,39 (duzentos e trinta mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e nove centavos)

Lote	Descrição	Und.	Qnt.	Valor Unt.(R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECILAIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO, PROJETO DE REFORÇO E REPARO ESTRUTURAL PARA RETOMADA DE OBRA PARALISADA DO HOSPITAL REGIONAL NO MUNICÍPIO	SERV	1	R$ 230.454,39	R$ 230.454,39	PERICIALL ENGENHARIA LTDA

Lote	Descrição	Und.	Qnt.	Valor Unt.(R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
	DE PITANGA – PR., EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.					

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.
03 – **CONVOCAR** a empresa acima nominada, vencedora do Lote acima descrito, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação da homologação, para encaminhar, via e-mail, o Contrato assinado ou comparecer no Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Patrimônio, Compras e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, Pitanga PR, para assinar o contrato referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 02 de setembro 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO N.° 157/2026.

PARTES**: MUNICÍPIO DE PITANGA** e empresa, **PERICIALL ENGENHARIA LTDA inscrita no CNPJ/MF nº. 30.777.038/0001-36.**

OBJETO: *Contratação de empresa especializada para a elaboração de orçamento, projeto de reforço e reparo estrutural para retomada de obra paralisada do hospital regional no Município de Pitanga/PR., (devem estar incluso projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e Art), em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.*

VALOR: R$230.454,39 (duzentos e trinta mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

260 08.002.10.301.0801.2048.3.3.90.39.00.00 510 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

VIGÊNCIA: 01 de maio de 2027
DATA DA ASSINATURA: 03 de setembro de 2026.
MODALIDADE: **Concorrência Eletrônica n.° 12/2026.**

FORO: **COMARCA DE PITANGA – PARANÁ.**

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:F38AF0AF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 1- DECRETO N° 13.735 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
PARANÁ
Exercício: 2026
RESTOS A PAGAR - TODOS
Período: 01/01/2026 a 14/10/2026

Empenho	Data	Credor	Programática	Fonte	Valor a Processar	Valor Processado
148/2022	13/01/2022	375992 - INGA DIGITAL LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00	1000	1.118,11	0,00
155/2022	13/01/2022	26376 - ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00	1000	4.048,67	0,00
173/2022	14/01/2022	25555 - TELEFONICA BRASIL S A	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00	1000	3.797,15	0,00
175/2022	14/01/2022	26563 - PUBLITECH SOFTWARES LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00	1000	0,00	51.189,27
183/2022	14/01/2022	199622 - COMERCIO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO ZE LEITE LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	41,98	0,00
208/2022	18/01/2022	160022 - DORALICE PRESTES DA ROCHA LIMA	12.001.10.303.0030.2.056.3.3.90.93.00.00	303	0,00	64,03
240/2022	19/01/2022	376650 - AFA LOCAÇOES LTDA EPP	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	4.085,00	0,00
270/2022	20/01/2022	26452 - COTRANS LOCACAO DE VEICULOS LTDA	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.33.00.00	1000	1.118,10	0,00
316/2022	21/01/2022	203906 - CANCAO ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	1.250,00	0,00
335/2022	24/01/2022	180369 - APARECIDA DAS GRAÇAS GRABOSKI	04.001.04.123.0004.2.008.3.3.90.93.00.00	1000	0,00	205,04
343/2022	24/01/2022	24162 - CALL ECG SERVICOS DE TELEMEDICINA LTDA	12.001.10.303.0030.2.056.3.3.90.39.00.00	303	0,00	1.463,54
502/2022	27/01/2022	605698 - LEONARDO WILLIAN FRAGOZO FRANCA 07066911997	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	3.494,27	0,00
523/2022	28/01/2022	605227 - CONSORCIO METROPOLITANO DE SERVIÇOS DO PARANÁ	12.001.10.303.0030.2.056.3.3.71.70.00.00	303	0,00	9.859,62
766/2022	16/02/2022	406307 - CTMGEO - SOLUCOES EM GEOTECNOLOGIAS LTDA	14.001.15.451.0034.2.063.3.3.90.39.00.00	1000	52,31	0,00
770/2022	16/02/2022	605182 - GLADYS HAYDEE SALICE & CIA LTDA	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.30.00.00	1000	540,00	0,00
905/2022	22/02/2022	25661 - BANCO DO BRASIL SA	03.002.06.182.0036.2.077.3.3.90.39.00.00	515	313,15	0,00
1011/2022	24/02/2022	376650 - AFA LOCAÇOES LTDA EPP	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	26.220,00	0,00
1017/2022	24/02/2022	26550 - CENTRO DE INTEGRACAO NACIONAL DE ESTAGIOS PARA ESTUDANTES - CEINEE	03.002.06.182.0036.2.077.3.3.90.39.00.00	515	180,96	0,00
1202/2022	10/03/2022	26452 - COTRANS LOCACAO DE VEICULOS	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.33.00.00	1000	304,45	0,00

		LTDA				
1203/2022	10/03/2022	401416 - MANUTEC CONSTRUCOES EIRELI	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	0,00	744,69
1285/2022	15/03/2022	605283 - BAZAR DIST. DE UTILIDADES E DECORAÇÕES EIRELI EPP	03.002.06.182.0036.2.077.3.3.90.30.00.00	515	158,98	0,00
1293/2022	15/03/2022	24520 - COMERCIAL BORA LTDA	03.002.06.182.0036.2.077.3.3.90.30.00.00	515	992,70	0,00
1450/2022	22/03/2022	26452 - COTRANS LOCACAO DE VEICULOS LTDA	14.001.15.451.0034.2.063.3.3.90.33.00.00	1000	3.905,55	0,00
1477/2022	23/03/2022	605698 - LEONARDO WILLIAN FRAGOZO FRANCA 07066911997	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	0,02	0,00
Empenho	**Data**	**Credor**	**Programática**	**Fonte**	**Valor a Processar**	**Valor Processado**
1504/2022	23/03/2022	26550 - CENTRO DE INTEGRACAO NACIONAL DE ESTAGIOS PARA ESTUDANTES - CEINEE	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	3.777,00	0,00
1677/2022	29/03/2022	605698 - LEONARDO WILLIAN FRAGOZO FRANCA 07066911997	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	194,40	0,00
1696/2022	31/03/2022	26715 - BIG BALL SPORTS MATERIAL ESPORTIVO LTDA	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	271,68	0,00
1713/2022	01/04/2022	605698 - LEONARDO WILLIAN FRAGOZO FRANCA 07066911997	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	97,20	0,00
1714/2022	01/04/2022	376650 - AFA LOCAÇOES LTDA EPP	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	8.526,25	0,00
1885/2022	08/04/2022	605698 - LEONARDO WILLIAN FRAGOZO FRANCA 07066911997	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	81,00	0,00
1946/2022	12/04/2022	203856 - TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE TITULOS DA COMARCA DE PONTAL DO PARANÁ	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	3.190,98	0,00
2354/2022	02/05/2022	164089 - VILSIANE CARVALHO MATOS	10.001.12.361.0026.2.041.3.3.90.48.00.00	1000	0,00	64,03
2368/2022	03/05/2022	26715 - BIG BALL SPORTS MATERIAL ESPORTIVO LTDA	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	1.048,32	0,00
2400/2022	04/05/2022	603065 - LUIZ CARLOS MENON	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	1.245,41	0,00
2402/2022	04/05/2022	607309 - CONSTRUTORA TRANSFORMAR LTDA	12.001.10.122.0030.1.022.4.4.90.51.00.00	1000	0,00	0,10
2418/2022	05/05/2022	606986 - OSMAIR PEDROSO DE MORAIS 93164912900	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	712,41	142,63
2437/2022	06/05/2022	607513 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL	10.001.12.361.0026.2.041.3.1.90.16.00.00	104	0,00	3.031,27
2465/2022	09/05/2022	605698 - LEONARDO WILLIAN FRAGOZO FRANCA 07066911997	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	25,00	0,00
2539/2022	11/05/2022	605698 - LEONARDO WILLIAN FRAGOZO FRANCA 07066911997	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	350,80	0,00
2627/2022	16/05/2022	605182 - GLADYS HAYDEE SALICE & CIA LTDA	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.30.00.00	1000	270,00	0,00
2683/2022	18/05/2022	603065 - LUIZ CARLOS MENON	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	316,69	0,00
2816/2022	25/05/2022	200867 - PATRIMONIO MONITORAMENTO ELETRONICO LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00	1000	6.201,60	0,00
2926/2022	26/05/2022	606892 - 45.723.463 LUAN FELIPE DOS SANTOS NEVES	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	2.643,16	0,00
3075/2022	03/06/2022	603065 - LUIZ CARLOS MENON	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	2.733,18	0,00
3082/2022	03/06/2022	371296 - ANGELO FABIANO SALMENTO E CIA LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	7.443,66	0,00
3083/2022	03/06/2022	371296 - ANGELO FABIANO SALMENTO E CIA LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	7.879,28	0,00
3202/2022	10/06/2022	101443 - MARILENE BALBINO DA SILVA	12.001.10.303.0030.2.083.3.3.90.93.00.00	971	0,00	512,24
3458/2022	21/06/2022	605698 - LEONARDO WILLIAN FRAGOZO FRANCA 07066911997	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	1.096,83	0,00
3474/2022	22/06/2022	605698 - LEONARDO WILLIAN FRAGOZO FRANCA 07066911997	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	3.096,60	0,00
3643/2022	28/06/2022	397303 - HAMMER CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA.	12.001.10.301.0030.1.050.4.4.90.51.00.00	614	328.677,45	0,00
Empenho	**Data**	**Credor**	**Programática**	**Fonte**	**Valor a Processar**	**Valor Processado**
3656/2022	29/06/2022	23995 - SERVICOS DE SAUDE ZANICOTTI SA	12.001.10.301.0031.2.057.3.3.90.34.00.00	303	0,00	6.180,22
3876/2022	12/07/2022	203906 - CANCAO ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	3,00	0,00
3888/2022	12/07/2022	401416 - MANUTEC CONSTRUCOES EIRELI	14.001.15.451.0034.1.032.4.4.90.51.00.00	608	57.894,85	0,00
3900/2022	13/07/2022	26610 - INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	02.001.04.122.0002.2.002.3.3.90.39.00.00	1000	1.965,60	0,00
3945/2022	15/07/2022	315279 - ESPACO AB FESTAS E EVENTOS LTDA	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	704,00	0,00
3975/2022	18/07/2022	606892 - 45.723.463 LUAN FELIPE DOS SANTOS NEVES	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	919,89	0,00
3976/2022	18/07/2022	606892 - 45.723.463 LUAN FELIPE DOS SANTOS NEVES	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	639,17	0,00
3979/2022	18/07/2022	606855 - 45.584.286 PAULO ALCIMAR ZULIN	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	0,02	0,00
3981/2022	18/07/2022	606872 - VALERIA PERES DA CRUZ SANTOS 03864575907	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	0,53	0,00
3982/2022	18/07/2022	607264 - MILENA MATIAS DO NASCIMENTO 11402243952	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	0,12	0,00
3983/2022	18/07/2022	607264 - MILENA MATIAS DO NASCIMENTO 11402243952	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	0,02	0,00
3984/2022	18/07/2022	607264 - MILENA MATIAS DO NASCIMENTO 11402243952	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	0,02	0,00
3985/2022	18/07/2022	607264 - MILENA MATIAS DO NASCIMENTO 11402243952	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	0,02	0,00
3986/2022	18/07/2022	202491 - WANDERSON LUIZ DIAS XAVIER 64502155934	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	0,01	0,00
3988/2022	18/07/2022	606892 - 45.723.463 LUAN FELIPE DOS SANTOS NEVES	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	0,01	0,00
4042/2022	19/07/2022	408341 - JOEL GONCALVES TAVARES 02432011929	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	2.656,93	0,00
4043/2022	19/07/2022	607259 - CARLINHOS ALBANO 80558780997	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	0,02	0,00
4048/2022	19/07/2022	202724 - ADAO KUBIAK KRICHESKI 76526690904	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	0,02	0,00
4099/2022	20/07/2022	394758 - NIVALDO GONÇALVES CORREA JUNIOR	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.14.00.00	1000	120,00	0,00
4304/2022	26/07/2022	605698 - LEONARDO WILLIAN FRAGOZO FRANCA 07066911997	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	796,20	0,00
4314/2022	27/07/2022	202551 - KD - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	0,05	0,00

4315/2022	27/07/2022	376065 - ANTONIO FERREIRA EMPREITEIRA EIRELI	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	0,01	0,00
4319/2022	27/07/2022	26104 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	2.744,31	0,00
4341/2022	29/07/2022	374197 - INGA PUBLICA SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA.	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00	1000	500,00	0,00
4342/2022	29/07/2022	371049 - COPEL DISTRIBUICAO S.A	14.001.15.451.0034.1.042.4.4.90.51.00.00	507	75.601,18	66,29
4358/2022	02/08/2022	24760 - SOLO COMERCIAL LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	1.260,00	0,00
4363/2022	02/08/2022	606855 - 45.584.286 PAULO ALCIMAR ZULIN	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	48,09	0,00
Empenho	**Data**	**Credor**	**Programática**	**Fonte**	**Valor a Processar**	**Valor Processado**
4438/2022	04/08/2022	26043 - COMERCIAL MAB ALIMENTOS	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	2.030,00	0,00
4439/2022	04/08/2022	605698 - LEONARDO WILLIAN FRAGOZO FRANCA 07066911997	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	1.284,60	0,00
4518/2022	09/08/2022	397303 - HAMMER CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA.	12.001.10.302.0030.2.055.3.3.90.39.00.00	971	720,12	0,00
4519/2022	09/08/2022	397303 - HAMMER CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA.	12.001.10.302.0030.2.055.3.3.90.30.00.00	1000	2.735,25	0,00
4521/2022	09/08/2022	397303 - HAMMER CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA.	12.001.10.302.0030.2.055.3.3.90.30.00.00	971	4.834,00	0,00
4620/2022	10/08/2022	391596 - CLOVIS PARMEZAM	12.001.10.303.0030.2.083.3.3.90.93.00.00	971	0,00	64,03
4665/2022	12/08/2022	199622 - COMERCIO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO ZE LEITE LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	44,22	0,00
4805/2022	19/08/2022	606520 - MARCELO HENRIQUE MIGUEL DOS SANTOS	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.48.00.00	1000	1.751,40	0,00
4966/2022	29/08/2022	204522 - GD TELECOMUNICACOES LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00	1000	0,03	0,00
4967/2022	29/08/2022	204522 - GD TELECOMUNICACOES LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00	1000	0,02	0,00
5085/2022	30/08/2022	23171 - AUTO POSTO CAROLINE LTDA	12.001.10.301.0031.2.091.3.3.90.30.00.00	3494	0,00	23.107,55
5240/2022	05/09/2022	608634 - DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	10.225,00	0,00
5283/2022	06/09/2022	605283 - BAZAR DIST. DE UTILIDADES E DECORAÇÕES EIRELI EPP	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	892,50	0,00
5330/2022	09/09/2022	606321 - PRODUSPAR CONSTRUCOES LTDA ME	11.001.15.451.0029.1.018.4.4.90.51.00.00	501	0,00	75.167,99
5345/2022	09/09/2022	379689 - JAIME MARTINS DA SILVA & CIA LTDA	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	0,01	0,00
5415/2022	12/09/2022	26376 - ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00	1000	18.694,32	46,04
5417/2022	12/09/2022	26376 - ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00	1000	13.346,25	0,00
5460/2022	13/09/2022	606321 - PRODUSPAR CONSTRUCOES LTDA ME	10.002.12.365.0027.1.014.4.4.90.51.00.00	1000	0,00	142.291,78
5466/2022	14/09/2022	319681 - BONDAM ACABAMENTOS LTDA	10.003.12.361.0028.2.045.3.3.90.39.00.00	1000	0,00	3.477,22
5655/2022	23/09/2022	376065 - ANTONIO FERREIRA EMPREITEIRA EIRELI	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	0,06	0,00
5703/2022	28/09/2022	377134 - SALISH - COMUNICACAO EIRELI	07.005.23.695.0015.2.029.3.3.90.39.00.00	1000	0,00	3.750,00
5944/2022	03/10/2022	202551 - KD - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.30.00.00	1000	1,56	0,00
6265/2022	14/10/2022	607513 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL	10.003.12.361.0028.2.045.3.1.90.16.00.00	104	0,00	6.138,43
6276/2022	17/10/2022	202724 - ADAO KUBIAK KRICHESKI 76526690904	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	165,05	0,00
6278/2022	17/10/2022	607259 - CARLINHOS ALBANO 80558780997	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	0,02	0,00
6287/2022	17/10/2022	608218 - DNA SIGNS OBRAS E SERVICOS LTDA	07.005.23.695.0015.2.029.3.3.90.39.00.00	1000	0,00	54.479,00
6403/2022	21/10/2022	202551 - KD - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.30.00.00	1000	0,20	0,00
6729/2022	26/10/2022	199029 - IRINEU ZIMMER JUNIOR	02.001.04.122.0002.2.002.3.3.90.39.00.00	1000	100,00	0,00
Empenho	**Data**	**Credor**	**Programática**	**Fonte**	**Valor a Processar**	**Valor Processado**
6761/2022	27/10/2022	607225 - JOSE HENRIQUE MULLER FORQUIM 06949154917	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	299,23	0,00
7290/2022	30/11/2022	608044 - Ronaldo Everaldo Luiz da Silva	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.48.00.00	1000	0,00	430,00
7292/2022	30/11/2022	602916 - PAULO WISTUBA NETTO	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.48.00.00	1000	0,00	430,00
7294/2022	30/11/2022	315224 - JEFERSON DOS SANTOS PEREIRA	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.48.00.00	1000	0,00	430,00
7421/2022	07/12/2022	376065 - ANTONIO FERREIRA EMPREITEIRA EIRELI	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	0,10	0,00
7422/2022	07/12/2022	376065 - ANTONIO FERREIRA EMPREITEIRA EIRELI	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	0,02	0,00
7540/2022	12/12/2022	25430 - LUIZ MINIOLI NETTO LTDA	12.001.10.301.0031.2.080.3.3.90.30.00.00	3494	0,00	448,16
7677/2022	16/12/2022	397303 - HAMMER CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA.	12.001.10.301.0030.1.050.4.4.90.51.00.00	1000	9.505,25	0,00
7680/2022	16/12/2022	198857 - TATHIANNE FRANCERLI DO NASCIMENTO E CIA LTDA	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	0,18	0,00
Total:					**643.983,76**	**383.783,17**
Total Geral:						**1.027.766,93**

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:BD0270A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 2- DECRETO N° 13.735 DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA PARANÁ
Exercício: 2026
RESTOS A PAGAR - TODOS
Período: 01/01/2026 a 14/10/2026

Empenho	Data	Credor	Programática	Fonte	Valor a Processar	Valor Processado
69/2023	09/01/2023	22689 - GOVERNO DO PARANA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	18.520,00	0,00
74/2023	09/01/2023	406971 - TRACE TECNOLOGIA E GESTÃO DE FROTA LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	10.356,20	0,00
78/2023	09/01/2023	26563 - PUBLITECH SOFTWARES LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00	1000	2.600,00	0,00
81/2023	09/01/2023	200867 - PATRIMONIO MONITORAMENTO ELETRONICO LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00	1000	16.233,60	0,00
82/2023	09/01/2023	26104 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	1.493,63	0,00
253/2023	11/01/2023	24505 - VIAÇAO GRACIOSA LTDA	02.001.04.128.0002.2.004.3.3.90.49.00.00	1000	2.286,86	0,00

284/2023	11/01/2023	100312 - VALDIR BORGES	12.001.10.303.0030.2.056.3.3.90.93.00.00	303	0,00	243,36
306/2023	11/01/2023	84104 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR	12.001.10.302.0030.2.055.3.3.90.39.00.00	303	0,00	4.182,97
390/2023	13/01/2023	26376 - ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00	1000	46,52	0,00
391/2023	13/01/2023	26376 - ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00	1000	23.826,20	0,00
406/2023	16/01/2023	608190 - ENGETECH SOLUCOES EM ELETRICIDADE LTDA	10.002.12.365.0027.1.014.4.4.90.51.00.00	1000	12.404,95	50.874,82
565/2023	20/01/2023	202724 - ADAO KUBIAK KRICHESKI 76526690904	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	0,06	0,00
566/2023	20/01/2023	607707 - LUIS CARLOS PADILHA 06625855936	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	0,09	0,00
569/2023	20/01/2023	605209 - GEISEL PEDRO GEJA 05085449983	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	0,34	0,00
570/2023	20/01/2023	398122 - ELEANDRO FERREIRA BASTOS 00439138906	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	0,01	0,00
655/2023	23/01/2023	371049 - COPEL DISTRIBUICAO S.A	11.001.15.452.0029.2.050.4.6.90.71.00.00	507	0,00	32.156,50
656/2023	23/01/2023	371049 - COPEL DISTRIBUICAO S.A	11.001.15.452.0029.2.050.3.2.90.21.00.00	507	0,00	15.980,51
878/2023	27/01/2023	607259 - CARLINHOS ALBANO 80558780997	09.001.18.541.0020.2.034.3.3.90.39.00.00	1000	0,00	2.779,92
948/2023	01/02/2023	610169 - RODRIGO FARIA LOPES 07317124982	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	0,42	0,00
1006/2023	06/02/2023	608628 - CLICK TECNOLOGIA LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	9.270,00	0,00
1032/2023	07/02/2023	202551 - KD - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.30.00.00	1000	0,81	0,00
1097/2023	09/02/2023	376065 - ANTONIO FERREIRA EMPREITEIRA EIRELI	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	0,52	0,00
1167/2023	14/02/2023	198861 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO	09.002.18.542.0023.2.037.3.3.71.70.00.00	511	0,00	0,03
1425/2023	23/02/2023	377134 - SALISH - COMUNICACAO EIRELI	02.001.04.131.0002.2.005.3.3.90.39.00.00	1000	4.328,05	0,00
1668/2023	27/02/2023	609831 - ROBINSON GERALDINO DE PAULA	12.001.10.303.0030.2.056.3.3.90.93.00.00	303	0,00	1.460,13
Empenho	**Data**	**Credor**	**Programática**	**Fonte**	**Valor a Processar**	**Valor Processado**
1702/2023	28/02/2023	201362 - GENECILDO FONSECA DE SOUSA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	122,72	0,00
1818/2023	06/03/2023	607037 - Nadielle Fernanda Ribeiro	12.001.10.303.0030.2.056.3.3.90.93.00.00	303	0,00	0,30
1925/2023	14/03/2023	25661 - BANCO DO BRASIL SA	03.002.06.182.0036.2.085.3.3.90.39.00.00	3515	115,47	0,00
1935/2023	14/03/2023	371296 - ANGELO FABIANO SALMENTO E CIA LTDA	10.003.12.361.0028.2.045.3.3.90.39.00.00	104	0,00	0,30
1958/2023	15/03/2023	376065 - ANTONIO FERREIRA EMPREITEIRA EIRELI	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	0,51	0,00
1959/2023	15/03/2023	376065 - ANTONIO FERREIRA EMPREITEIRA EIRELI	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	0,10	0,00
2041/2023	17/03/2023	610894 - SERVICO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS E SERVICO DE REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS CIVIL	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	252,70	0,00
2100/2023	21/03/2023	607140 - ALYSSON HENRIQUE CHAGAS MENDES	10.001.12.361.0026.2.041.3.3.90.48.00.00	1000	0,00	417,18
2128/2023	21/03/2023	206510 - EDSON SCHWENDTNER PRACI	10.001.12.361.0026.2.041.3.3.90.48.00.00	1000	0,00	417,18
2143/2023	21/03/2023	379319 - GEOVANA MARIA DE GODOY	10.001.12.361.0026.2.041.3.3.90.48.00.00	1000	0,00	834,36
2160/2023	21/03/2023	606469 - JOAO VICTOR FERNANDES DA CRUZ AFFORNALI	10.001.12.361.0026.2.041.3.3.90.48.00.00	1000	0,00	417,18
2170/2023	21/03/2023	380484 - KEROLAYNE CHRISTINNE FERREIRA	10.001.12.361.0026.2.041.3.3.90.48.00.00	1000	0,00	417,18
2171/2023	21/03/2023	402917 - KETTLYN SYNDAI SANTOS	10.001.12.361.0026.2.041.3.3.90.48.00.00	1000	0,00	417,18
2174/2023	21/03/2023	399171 - LIVIA GONÇALVES DE FELIX	10.001.12.361.0026.2.041.3.3.90.48.00.00	1000	0,00	417,18
2194/2023	21/03/2023	379363 - ROZIANE SANS XAVIER	10.001.12.361.0026.2.041.3.3.90.48.00.00	104	0,00	347,65
2246/2023	23/03/2023	26043 - COMERCIAL MAB ALIMENTOS	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	1.030,00	0,00
2297/2023	27/03/2023	199082 - LIGGA TELECOMUNICACOES S.A.	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00	1000	1.290,55	0,00
2881/2023	17/04/2023	371049 - COPEL DISTRIBUICAO S.A	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	0,00	174,40
2900/2023	19/04/2023	376065 - ANTONIO FERREIRA EMPREITEIRA EIRELI	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.30.00.00	1000	0,55	0,00
2906/2023	19/04/2023	165451 - SIMONE FELIX DE MATOS LARA	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.48.00.00	1000	0,00	260,00
2986/2023	25/04/2023	26550 - CENTRO DE INTEGRACAO NACIONAL DE ESTAGIOS PARA ESTUDANTES - CEINEE	03.002.06.182.0036.2.085.3.3.90.39.00.00	3515	380,91	0,00
3165/2023	03/05/2023	381002 - SILVIA MARLLA AGUIAR BERNARDO	12.001.10.301.0031.2.057.3.1.90.04.00.00	303	0,00	105,75
3166/2023	03/05/2023	381002 - SILVIA MARLLA AGUIAR BERNARDO	12.001.10.301.0031.2.057.3.1.90.94.00.00	303	0,00	30,47
3423/2023	10/05/2023	371049 - COPEL DISTRIBUICAO S.A	11.001.15.452.0029.2.050.3.2.90.21.00.00	507	0,00	0,50
3461/2023	12/05/2023	375088 - TSM TECNOLOGIA E SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	46.146,97	0,00
3544/2023	16/05/2023	611284 - TS INTERNET LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00	1000	4.151,32	0,00
3545/2023	16/05/2023	611284 - TS INTERNET LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00	1000	1.148,00	0,00
3546/2023	16/05/2023	611284 - TS INTERNET LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00	1000	9,24	0,00
Empenho	**Data**	**Credor**	**Programática**	**Fonte**	**Valor a Processar**	**Valor Processado**
3555/2023	17/05/2023	611284 - TS INTERNET LTDA	10.003.12.361.0028.2.045.3.3.90.40.00.00	104	0,00	1.549,00
3736/2023	24/05/2023	22689 - GOVERNO DO PARANA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	100,00	0,00
3910/2023	31/05/2023	26760 - IMPORPEÇAS COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA.	11.001.15.452.0029.2.049.3.3.90.30.00.00	511	355,52	0,00
4214/2023	20/06/2023	612365 - Luidy Bento de Azevedo	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.48.00.00	1000	0,00	120,00
4276/2023	23/06/2023	602115 - ANTONIETTI E BORTOLUZZI LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00	1000	3.272,12	0,00
4300/2023	26/06/2023	8443 - GENTE SEGURADORA SA	10.003.12.361.0028.2.045.3.3.90.39.00.00	3107	0,00	319,02
4301/2023	26/06/2023	8443 - GENTE SEGURADORA SA	10.003.12.361.0028.2.045.3.3.90.39.00.00	3107	0,00	253,23
4482/2023	28/06/2023	608190 - ENGETECH SOLUCOES EM ELETRICIDADE LTDA	12.001.10.301.0031.1.057.4.4.90.51.00.00	3940	608,68	19.733,30
4484/2023	28/06/2023	608190 - ENGETECH SOLUCOES EM ELETRICIDADE LTDA	12.001.10.301.0031.1.057.4.4.90.51.00.00	303	1.033,25	0,00
4580/2023	05/07/2023	26452 - COTRANS LOCACAO DE VEICULOS LTDA	02.001.04.122.0002.2.002.3.3.90.33.00.00	1000	0,00	2.853,55
4588/2023	05/07/2023	26452 - COTRANS LOCACAO DE VEICULOS LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.33.00.00	1000	2.609,60	0,00
4635/2023	07/07/2023	26760 - IMPORPEÇAS COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA.	12.001.10.302.0030.2.055.3.3.90.30.00.00	303	14.284,60	0,00
4709/2023	11/07/2023	202551 - KD - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	0,39	0,00
4710/2023	11/07/2023	202551 - KD - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	0,76	0,00
4711/2023	11/07/2023	202551 - KD - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	0,90	0,00
4784/2023	12/07/2023	26452 - COTRANS LOCACAO DE VEICULOS LTDA	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.33.00.00	1000	2.627,30	0,00
4930/2023	14/07/2023	90226 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	06.002.08.243.0008.6.010.3.3.90.47.00.00	1000	0,00	269,76
5003/2023	17/07/2023	612680 - 48.827.369 CESAR MAGNO BORGES	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	73,56	0,00
5028/2023	20/07/2023	612838 - ANA MARIA DE OLIVEIRA FERREIRA DE ALMEIDA 02376968941	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	809,16	0,00
5030/2023	20/07/2023	612679 - 45.451.892 LUIZA HILENE EGGERS DE LIMA	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	1000	36,78	0,00
5411/2023	01/08/2023	611621 - LIMPATEC SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA	03.002.06.182.0036.2.085.3.3.90.34.00.00	3515	1.191,65	0,00
5584/2023	08/08/2023	198334 - PATRIMONIAL MONITORAMENTO ELETRONICO LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	8.441,72	0,00
5668/2023	09/08/2023	371049 - COPEL DISTRIBUICAO S.A	12.001.10.301.0031.2.057.3.3.90.39.00.00	494	0,00	185,45
5730/2023	11/08/2023	371296 - ANGELO FABIANO SALMENTO E CIA LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	527,05	0,00
5736/2023	11/08/2023	612790 - JM PAPELARIA LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	422,50	0,00
5739/2023	11/08/2023	198057 - TOP CENTER PONTAL COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.00	1000	68,80	0,00
5851/2023	15/08/2023	26043 - COMERCIAL MAB ALIMENTOS	12.001.10.301.0031.2.057.3.3.90.30.00.00	3494	717,75	0,00
Empenho	**Data**	**Credor**	**Programática**	**Fonte**	**Valor a Processar**	**Valor Processado**
5979/2023	21/08/2023	610117 - P&M COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA	10.003.12.361.0028.2.045.3.3.90.30.00.00	3104	1.843,00	0,00
6017/2023	22/08/2023	26104 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	2.000,00	0,00
6027/2023	22/08/2023	606892 - 45.723.463 LUAN FELIPE DOS SANTOS NEVES	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	0,01	0,00
6033/2023	22/08/2023	606872 - VALERIA PERES DA CRUZ SANTOS 03864575907	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	0,09	0,00
6034/2023	22/08/2023	609994 - RONALDO LIMA COSTA 28958200820	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	0,00	0,01
6074/2023	23/08/2023	613065 - 51.282.092 AMANDA MENDES MALKO DA SILVA	10.003.12.361.0028.2.045.3.3.90.39.00.00	511	0,00	0,03
6277/2023	28/08/2023	612792 - A.A. DISTRIBUICAO E IMPORTACAO DE ARTIGOS DE DECORACAO LTDA	06.003.08.244.0009.2.023.3.3.90.30.00.00	974	0,00	266,50
6282/2023	29/08/2023	26760 - IMPORPEÇAS COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA.	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.30.00.00	1000	4.791,12	0,00

6325/2023	30/08/2023	26760 - IMPORPEÇAS COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA.	14.001.15.451.0034.2.063.3.3.90.30.00.00	1000	223,60	0,00
6725/2023	21/09/2023	84104 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	29.771,78	0,00
6833/2023	26/09/2023	198334 - PATRIMONIAL MONITORAMENTO ELETRONICO LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00	1000	13.281,52	0,00
7672/2023	20/10/2023	90226 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	06.002.08.243.0008.6.010.3.3.90.47.00.00	1000	883,19	656,87
7752/2023	25/10/2023	80815 - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	06.002.08.243.0008.6.010.3.3.90.47.00.00	1000	0,00	73,30
7818/2023	26/10/2023	80815 - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	12.001.10.304.0031.2.083.3.1.90.04.00.00	1051	0,00	835,79
8012/2023	06/11/2023	23357 - PODER JUDICIARIO DO ESTADO DO PARANÁ	05.001.02.062.0005.2.011.3.3.90.91.00.00	1000	0,00	601,38
8034/2023	08/11/2023	376404 - ASPRAN - ASSOCIÇAO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E ARTESANAIS DE ANTONINA	10.003.12.306.0028.2.046.3.3.90.32.00.00	124	0,00	0,08
8106/2023	14/11/2023	8443 - GENTE SEGURADORA SA	11.001.15.452.0029.2.049.3.3.90.39.00.00	511	0,00	164,90
8431/2023	27/11/2023	171419 - UDO NERCI TESCH	12.001.10.303.0030.2.056.3.3.90.93.00.00	303	0,00	625,77
8452/2023	27/11/2023	23171 - AUTO POSTO CAROLINE LTDA	06.003.08.244.0009.2.019.3.3.90.30.00.00	1744	0,00	277,24
8497/2023	28/11/2023	377134 - SALISH - COMUNICACAO EIRELI	02.001.04.131.0002.2.005.3.3.90.39.00.00	1000	528,80	0,00
8551/2023	29/11/2023	612162 - 50.857.503 GIOVANE FERREIRA PEDROSO	13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00	3000	0,00	0,02
8587/2023	30/11/2023	609426 - FERNANDO MARTINS TAVARES	12.001.10.303.0030.2.056.3.3.90.93.00.00	303	0,00	17,38
8685/2023	05/12/2023	377791 - ALESSANDRA FELIX DE SOUZA	12.001.10.303.0030.2.056.3.3.90.93.00.00	303	0,00	86,91
8690/2023	05/12/2023	370735 - IVANILDA BOTELHO DE SOUZA DOS SANTOS	12.001.10.303.0030.2.056.3.3.90.93.00.00	303	0,00	17,38
8692/2023	05/12/2023	370735 - IVANILDA BOTELHO DE SOUZA DOS SANTOS	12.001.10.303.0030.2.056.3.3.90.93.00.00	303	0,00	34,77
Empenho	**Data**	**Credor**	**Programática**	**Fonte**	**Valor a Processar**	**Valor Processado**
8693/2023	05/12/2023	26760 - IMPORPEÇAS COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA.	12.001.10.302.0030.2.055.3.3.90.30.00.00	3971	7.200,00	0,00
8718/2023	05/12/2023	8443 - GENTE SEGURADORA SA	11.001.15.452.0029.2.052.3.3.90.39.00.00	3000	0,00	450,85
9012/2023	14/12/2023	604509 - ROBERTO FELICIO DA SILVA	12.001.10.303.0030.2.056.3.3.90.93.00.00	3000	0,00	347,65
9023/2023	14/12/2023	371049 - COPEL DISTRIBUICAO S.A	12.001.10.301.0031.2.057.3.3.90.39.00.00	1000	0,00	344,88
9049/2023	15/12/2023	101546 - EDIMARA MORAIS BRUSCO	12.001.10.303.0030.2.056.3.3.90.93.00.00	3000	0,00	34,76
9054/2023	15/12/2023	376759 - JOSE ROBERTO BATISTA	12.001.10.303.0030.2.056.3.3.90.93.00.00	3000	0,00	208,59
9145/2023	18/12/2023	166895 - AMANDA MENDES MALKO DA SILVA	12.001.10.303.0030.2.056.3.3.90.93.00.00	3000	0,00	0,05
9160/2023	18/12/2023	159173 - RUTE DE PONTES FRANÇA	12.001.10.303.0030.2.056.3.3.90.93.00.00	3000	0,00	347,60
9213/2023	19/12/2023	371049 - COPEL DISTRIBUICAO S.A	10.003.12.361.0028.2.045.3.3.90.39.00.00	1000	0,00	70,04
9328/2023	19/12/2023	90226 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	12.001.10.301.0031.2.057.3.1.90.04.00.00	303	0,00	3.118,39
9341/2023	21/12/2023	101294 - CAROLINE IVONE DA LUZ TEIXEIRA	12.001.10.303.0030.2.056.3.3.90.93.00.00	3000	0,00	208,59
9357/2023	22/12/2023	159173 - RUTE DE PONTES FRANÇA	12.001.10.303.0030.2.056.3.3.90.93.00.00	3000	0,00	347,60
9409/2023	26/12/2023	371049 - COPEL DISTRIBUICAO S.A	11.001.15.452.0029.2.050.3.3.90.39.00.00	507	0,00	3.438,62
9436/2023	29/12/2023	198057 - TOP CENTER PONTAL COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA	12.001.10.301.0031.2.057.3.3.90.30.00.00	3494	0,00	2.938,20
9516/2023	29/12/2023	612955 - Bruno Cardoso Barbosa	10.003.12.361.0028.2.045.3.3.90.39.00.00	3000	0,00	0,10
9534/2023	29/12/2023	612733 - Otávio Augusto Martins Alves	06.002.08.243.0008.6.010.3.3.90.36.00.00	511	0,00	505,78
9540/2023	29/12/2023	200867 - PATRIMONIO MONITORAMENTO ELETRONICO LTDA	03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.40.00.00	1000	3.875,00	0,00
				Total:	**257.597,50**	**153.238,39**
					Total Geral:	**410.835,89**

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:3506F2BA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PUBLICAÇÃO DE ADITIVOS CONTRATUAIS

PUBLICAÇÃO DE ADITIVOS CONTRATUAIS							
Nº ADITIVO	CONTRATADA/DETENTORA	ATA/ CONTRATO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	FINALIDADE	DATA DE ASSINATURA	VALOR ANTERIOR VIGÊNCIA ANTERIOR	VALOR ATUAL VIGÊNCIA ATUAL
3	LICITA AQUI BRASIL LTDA	88/2025	PREGÃO Nº 26/2025	REEQUILIBRIO ECONOMICO	07/10/2026	R$ 103.062,30 31/07/2027	R$ 108.953,39 31/07/2027

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:18A4247A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PUBLICACOES DE EXTRATOS – ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

PUBLICACOES DE EXTRATOS – ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS							
ATA-2026	CONTRATADA (O)	PROCESSO	OBJETO	HOMOLOGAÇÃO	ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL
65	AUTO POSTO JUELI LTDA	PREGÃO Nº 27/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS PARA FROTA MUNICIPAL	08/10/2026	08/10/2026	08/10/2027	R$ 4.859.460,00

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:369B47A0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 5.098/2026 08/09/2026

ABERTURA DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

DIRCEU PAULO BALDISSERA, Prefeito em Exercício do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei Municipal n.º 2.268, de 04 de dezembro de 2025, **DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto ao **Orçamento Geral do Município,** para o **Exercício de 2026,** um **Crédito Adicional Suplementar,** na importância de **R$ 1.000.986,00 (um milhão e novecentos e oitenta e seis reais),** conforme segue:

02	Governo Municipal
02.001	Gabinete do Prefeito
04.122.0401.2013	Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.3.90.31.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas e Desportivas
12000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	12.000,00

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.1.90.94.00.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas
20000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	10.200,00

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
24000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	22.300,00

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.3.90.40.00.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica
24500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	3.000,00

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
28.845.0000.0003	Contribuição para Formação do Pasep
3.3.90.47.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas
29000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	80.000,00

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
28.846.0000.0004	Sentenças Judiciais
3.1.90.91.00.00	Sentenças Judiciais
32000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	3.200,00

03	Secretaria de Administração
03.002	Departamento de Defesa Civil
04.182.0402.2022	Atividades do Departamento de Defesa Civil
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
40000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	2.100,00

04	Secretaria de Finanças
04.001	Departamento de Contabilidade e Controle Interno
04.123.0403.2025	Atividades do Departamento de Contabilidade
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
45000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	2.200,00

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
18.541.1801.2120	Manutenção da Coleta de Lixo
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
61000510	Taxas – Exercício Poder de Polícia
Valor	600,00

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
18.541.1801.2120	Manutenção da Coleta de Lixo
3.1.90.13.00.00	Contribuições Patronais
60500510	Taxas – Exercício Poder de Polícia
Valor	700,00

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente

18.541.1801.2120	Manutenção da Coleta de Lixo
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
62000510	Taxas – Exercício Poder de Polícia
Valor	17.000,00

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
18.541.1801.2121	Atividades de Preservação Ambiental
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
64000000	Recursos Ordinárias (Livres)
Valor	5.000,00

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
18.541.1801.2121	Atividades de Preservação Ambiental
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
65000000	Recursos Ordinárias (Livres)
Valor	25.000,00

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
20.606.2001.1129	Veículos e Equipamentos para a Secretaria
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
77000000	Recursos Ordinárias (Livres)
Valor	600,00

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
20.606.2001.2130	Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
78000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	13.000,00

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
20.606.2001.2130	Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário
3.1.90.94.00.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas
79000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	5.000,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.1076	Equipamentos/Veículos/Transporte Escolar/Secretaria
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
128000103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Valor	30.000,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2071	Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.14.00.00	Diárias – Civil
96000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	600,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.94.00.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas
116000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	197.420,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.14.00.00	Diárias – Civil
117000104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Valor	5.000,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
119000103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Valor	63.400,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.32.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
121000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	50.400,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
125000103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Valor	121.300,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
126000104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Valor	3.100,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.365.1201.2069	Manutenção da Educação Infantil FUNDEB
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
84600151	Transferências do FUNDEB – Complementação da União – VAAT, máximo 30%
Valor	5.300,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.365.1201.2080	Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.32.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
140500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	18.200,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.365.1201.2080	Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
142000103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Valor	30.090,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2050	Atividades do Departamento da Saúde
3.3.90.14.00.00	Diárias – Civil
178000303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)
Valor	40.000,00

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.001	Departamento Rodoviário Municipal
26.782.2601.2151	Atividades do Departamento Rodoviário
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
255000000	Recursos Ordinários (livres)
Valor	500,00

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
15.452.1501.1104	Ampliar a Rede de Iluminação Pública
4.4.90.51.00.00	Obras e instalações
286000507	COSIP – Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-C, CF
Valor	18.976,00

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
15.452.1501.2097	Manutenção do Departamento de Obras e Viação
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
270000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	1.000,00

09	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
09.001	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
11.334.2201.2136	Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
302000510	Taxas – Exercício Poder de Polícia
Valor	3.300,00

09	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
09.001	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
22.661.2201.2135	Ações de Fomento à Atividade Empresarial
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
298000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	41.200,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.241.0802.2040	Proteção Especial a Pessoa Idosa
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
352000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	2.000,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.241.0802.2040	Proteção Especial a Pessoa Idosa
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
353000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	2.000,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.243.0802.6039	Proteção Social Especial à Criança e Adolescente
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
350000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	1.000,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2029	Atividades Gerais de Proteção Social
3.3.90.14.00.00	Diárias – Civil
318000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	2.300,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2029	Atividades Gerais de Proteção Social
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
319000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	10.000,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2029	Atividades Gerais de Proteção Social
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
324000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	2.300,00

11	Secretaria de Cultura, esportes e lazer
11.001	Departamento de Cultura
13.392.1301.2161	Atividades do Departamento de Cultura
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
375000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	400,00

11	Secretaria de Cultura, esportes e lazer
11.001	Departamento de Cultura
13.392.1301.2161	Atividades do Departamento de Cultura
3.3.90.14.00.00	Diárias – Civil
378000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	1.000,00

11	Secretaria de Cultura, esportes e lazer
11.001	Departamento de Cultura
13.392.1301.2161	Atividades do Departamento de Cultura
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
379000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	16.200,00

11	Secretaria de Cultura, esportes e lazer
11.001	Departamento de Cultura
13.392.1301.2161	Atividades do Departamento de Cultura
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
382000000	Recursos Ordinários (Livres)

Valor	107.000,00

11	Secretaria de Cultura, esportes e lazer
11.002	Departamento de Esportes e Lazer
27.812.2701.2167	Atividades do Departamento de Esportes
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
403000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	2.000,00

12	Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo
12.001	Departamento de Planejamento, Habitação e Urbanismo
15.121.1501.2168	Manutenção da Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
407000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	2.00,00

12	Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo
12.001	Departamento de Planejamento, Habitação e Urbanismo
15.121.1501.2168	Manutenção da Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
408000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	21.100,00

Art. 2º- Para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, a ser aberto em decorrência da autorização constante na presente Lei, serão utilizados recursos oriundos do:

I- Cancelamento da seguinte dotação orçamentária do orçamento de 2026:

03	Secretaria de Administração
03.002	Departamento de Defesa Civil
04.182.0402.2022	Atividades do Departamento de Defesa Civil
3.3.90.46.00.00	Auxílio-Alimentação
36200000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	18.100,00

04	Secretaria de Finanças
04.001	Departamento de Contabilidade e Controle Interno
04.123.0403.2025	Atividades do Departamento de Contabilidade
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
46000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	2.200,00

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
18.541.1801.2120	Manutenção da Coleta de Lixo
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
63000510	Taxas – Exercício Poder de Polícia
Valor	18.300,00

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
18.541.1801.2122	Paisagismo Urbano e Rural
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
66000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	25.000,00

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
20.606.2001.2128	Parceria EMATER/EMBRAPA/Universidade/Casa Familiar Rural
3.3.90.41.00.00	Contribuições
74000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	13.000,00

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
20.606.2001.2128	Parceria EMATER/EMBRAPA/Universidade/Casa Familiar Rural
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
76000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	5.000,00

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
20.606.2001.2130	Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
83000000	Recursos Ordinários (Livres)

Valor	5.600,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2071	Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
104000104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Valor	5.000,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
122000103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Valor	85.004,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
123000104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Valor	3.100,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2077	Capacitação de Professores
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
129000103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Valor	35.124,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2077	Capacitação de Professores
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
130000103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Valor	6.600,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2077	Capacitação de Professores
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
131000103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Valor	45.052,00

06	Secretaria de Educação	
06.001	Departamento de Educação	
12.361.1201.2078	Manutenção do FUNDEB	
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
132900151	Transferências do FUNDEB – Complementação da União – VAAT, máximo de 30%	
Valor	5.300,00	

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.365.1201.2080	Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
139000103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Valor	73.010,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.1043	Construção/Manutenção da Farmácia Municipal
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações
363000303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)
Valor	40.000,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
209000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	96.620,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2058	Atenção Básica Variável

3.3.90.46.00.00	Auxílio-Alimentação
212500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	5.300,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2056	Média/Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
197000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	290.400,00

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.001	Departamento Rodoviário Municipal
26.782.2601.1149	Pavimentação de Estradas Rurais
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações
252000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	500,00

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
15.452.1501.2097	Manutenção do Departamento de Obras e Viação
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
273000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	1.000,00

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
15.452.1501.2101	Manutenção da Iluminação Pública
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
281000000	COSIP – Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A CF
Valor	18.976,00

09	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
09.001	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
11.334.2201.2136	Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
301400510	Taxas – Exercício Poder de Polícia
Valor	3.300,00

09	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
09.001	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
22.661.2201.1134	Obras de Fomento à Atividade Empresarial
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações
293000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	41.200,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.243.0801.6032	Proteção Social Básica à Criança e Adolescente
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
339000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	8.000,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.243.0801.6039	Proteção Social Especial à Criança e Adolescente
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
349000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	5.000,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2034	Benefício Eventual
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
344000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	2.000,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0802.1042	Construir/Equipar a Rede de Proteção Especial
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
357000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	3.300,00

11	Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer

11.001	Departamento de Cultura
13.392.1301.1159	Manutenção/Reforma Casa da Cultura
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações
373000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	2.400,00

11	Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
11.001	Departamento de Cultura
13.392.1301.2161	Atividades do Departamento de Cultura
3.1.90.94.00.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas
376000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	3.000,00

11	Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
11.001	Departamento de Cultura
13.392.1301.2161	Atividades do Departamento de Cultura
3.3.50.43.00.00	Subvenções Sociais
377000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	1.000,00

11	Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
11.001	Departamento de Cultura
13.392.1301.2161	Atividades do Departamento de Cultura
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
382000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	1.500,00

11	Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
11.001	Departamento de Cultura
13.392.1301.2163	Integrando a População com Lazer
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
385000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	11.600,00

11	Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
11.001	Departamento de Cultura
13.392.1301.2164	Desenvolvendo Talentos
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
386000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	24.000,00

11	Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
11.001	Departamento de Cultura
13.392.1301.2164	Desenvolvendo Talentos
3.3.90.31.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas
387000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	41.400,00

11	Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
11.002	Departamento de Esportes e Lazer
27.812.2701.2167	Atividades do Departamento de Esportes
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
400000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	46.000,00

12	Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo
12.001	Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo
15.121.1501.2168	Manutenção da Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
406000000	Recursos Ordinários (livres)
Valor	10.100,00

12	Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo
12.001	Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo
15.121.1501.2168	Manutenção da Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
408000000	Recursos Ordinários (livres)
Valor	2.000,00

Art. 3º- Este Decreto vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:80F37108

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO SCHMITZ SERVIÇOS MÉDICOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO
SÉTIMO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 584/2022
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: SCHMITZ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS E PESSOAS FÍSICAS NA ÁREA DA SAÚDE EM CLÍNICA GERAL E EM ESPECIALIDADES DIVERSAS PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DE REALEZA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (P.A) E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS).
ADITIVO: Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, prorrogar a vigência e execução do presente contrato para 15 de Novembro de 2027, conforme faculta o disposto no Artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21/06/93 e suas alterações subsequentes..

Lote	Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quant.	Valor contratado
LOTE: 001 - Lote 001	1	44392	Plantão Presencial diurno, em dias úteis com carga horária mínima de 12 horas.	HORAS	375,00	122,43
LOTE: 001 - Lote 001	2	69504	plantão presencial noturno, em finais de semana e feriados, com carga horária de 12 horas.	HORAS	250,00	131,46
LOTE: 001 - Lote 001	3	70381	plantão presencial noturno, em dias úteis (de segunda à sexta-feira), com carga horária de 12 horas.	HORAS	300,00	122,43
LOTE: 001 - Lote 001	4	70382	plantão presencial diurno, em finais de semana e feriados, com carga horária de 12 horas.	HORAS	250,00	131,46

REFERENTE LICITAÇÃO Processo inexigibilidade Nº 27/2022
DATA DA ASSINATURA: 15/10/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:540AE794

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 161/2026

Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº 3536, de 15 de outubro de 2026;

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do corrente Exercício, um Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 241.765,36 (duzentos e quarenta e um mil, setecentos e sessenta e cinco reais e trinta e seis centavos), destinado a atender as despesas abaixo relacionadas:

07	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SECTUR		
005	Fundo Municipal da Cultura – FMC		
13.392.0005.2107	Manutenção do Fundo Municipal de Cultura		
3.3.90.35.00	Serviços de consultoria		
Fonte 10222	Lei 14.399/2022-Política Nac. Aldir Blanc Fomento à Cultura		12.562,36
11	Secretaria Municipal de Saúde – SMS/Fundo Municipal de Saúde – FMS		
003	Depto Técnico de Apoio às Ações de Saúde - DATS		
10.304.0008.1176	Adquirir Veículo para Vigilância Sanitária		
4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente		
Fonte 10181	Capital-Prog.Fortalecimento Vig.Saúde-PROVIGIA PR	170.000,00	
004	Departamento de Assistência à Saúde - DAS		
10.301.0008.1169	Construir UBS Vila Zelinda		
4.4.90.51.00	Obras e instalações		
Fonte 10185	Construção UBS - Unidade Básica de Saúde	22.982,00	
10.301.0008.2135	Atenção Primária em Saúde		
4.4.90.93.00	Indenizações e restituições		
Fonte 10155	Equipamentos-Unidades da Atenção Primária	1.800,00	
10.302.0008.1175	Construção Pronto Atendimento Municipal - PAM		
4.4.90.51.00	Obras e instalações		
Fonte 00303	Saúde-receitas vinculadas (EC 29/00-15%)	32.800,00	
12	Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS		
005	Fundo Direitos Criança e do Adolescente – FMDCA		
08.243.0009.6003	Manutenção do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente		
3.3.90.48.00	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas		
Fonte 00000	Recursos ordinários (livres)		1.621,00

Art. 2º Os recursos para atender parte do presente crédito, no valor de R$ 46.983,36 (quarenta e seis mil, novecentos e oitenta e três reais e trinta e seis centavos), apurados de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, decorrerão do cancelamento parcial ou total das seguintes dotações:

07	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SECTUR	
005	Fundo Municipal da Cultura – FMC	
13.392.0005.2107	Manutenção do Fundo Municipal de Cultura	
3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	
Fonte 10222	Lei 14.399/2022-Política Nac. Aldir Blanc Fomento à Cultura	12.562,36
11	Secretaria Municipal de Saúde – SMS/Fundo Municipal de Saúde – FMS	
001	Gabinete do Gestor – GA	
10.122.0008.1166	Reformar Barracão para Instalação do Almoxarifado Saúde	
4.4.90.51.00	Obras e instalações	
Fonte 00303	Saúde-receitas vinculadas (EC 29/00-15%)	16.100,00
003	Depto Técnico de Apoio às Ações de Saúde - DATS	
10.305.0008.2129	Vigilância Epidemiológica	
3.3.90.37.00	Locação de mão-de-obra	
Fonte 00303	Saúde-receitas vinculadas (EC 29/00-15%)	16.700,00
12	Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS	
001	Gabinete de Assessoramento - GA	
08.244.0010.2045	Serviço de Administração Geral - Assistência Social	
3.1.90.94.00	Indenizações e restituições trabalhistas	
Fonte 00000	Recursos ordinários (livres)	1.621,00

Art. 3º Os recursos para atender parte do presente crédito, no valor de R$ 171.800,00 (cento e setenta e um mil e oitocentos reais), decorrerão do superávit financeiro do exercício anterior, apurado de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 4º Os recursos para atender parte do presente crédito, no valor de R$ 22.982,00 (vinte e dois mil, novecentos e oitenta e dois reais), decorrerão de excesso de arrecadação, apurado de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 5º Em decorrência do Crédito Adicional previsto neste Decreto ficam alterados os anexos a ele relacionados na Lei Municipal nº 3487, de 16 de dezembro de 2025 e suas alterações, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2026, bem como da Lei Municipal nº 3486, de 16 de dezembro de 2025 e suas alterações, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2026 a 2029, para compatibilizá-los com a Lei Municipal nº 3488, de 17 de dezembro de 2025, que estima a receita e fixa a despesa geral do Município de Rio Negro para o exercício financeiro de 2026, e ainda o Decreto nº 185, de 19 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício de 2026.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 15 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:D6EEB6F9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 269/2026 - MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO N° 50/2026

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para as Secretarias Municipais

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
2	235,00	UN	ACHOCOLATADO, PÓ, INSTANTÂNEO, COM NO MÍNIMO 400G	5,19	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
3	20,00	UN	AÇÚCAR CRISTAL, EMBALAGEM 5KG	16,18	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
4	521,00	UN	AÇÚCAR REFINADO, EMBALAGEM 5KG	16,98	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
5	106,00	UN	AÇÚCAR, BAUNILHA, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 40G	2,48	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
6	68,00	UN	ADOÇANTE LÍQUIDO, SACARINA SÓDICA, CICLAMATO DE SÓDIO, BICO DOSADOR, COM NO MÍNIMO 100ML	4,19	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
8	6.500,00	UN	ÁGUA MINERAL SEM GÁS 200ML	0,71	PAPELARIA SAO BENTO LTDA
9	16.650,00	UN	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EMBALAGEM PLÁSTICA, COM NO MÍNIMO 500ML	0,94	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
10	10.100,00	UN	ÁGUA MINERAL, COM GÁS, EMBALAGEM PLÁSTICA, COM NO MÍNIMO 500ML	1,10	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
11	1.565,00	UN	ÁGUA, MINERAL, SOMENTE CARGA, 20 LITROS	15,00	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
12	84,00	KG	AIPIM, MANDIOCA, DESCASCADO, CONGELADO, EMBALAGEM DE 1KG	7,50	VMM BRASIL SOLUTIONS LTDA
13	115,00	UN	AMENDOIM, BRANCO, CRU, DESCASCADO, COM PELE, TIPO 1, EMBALAGEM 500G	5,76	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
14	163,00	UN	AMIDO DE MILHO, EMBALAGEM COM 500G	3,60	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
15	174,00	UN	ARROZ, PARBOILIZADO, LONGO, FINO, TIPO 1, EMBALAGEM 5KG	17,29	HERA LICITA LTDA
16	5.200,00	UN	BARRA DE CEREAL, COM COBERTURA DE CHOCOLATE, SABORES DIVERSOS, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 22G	0,91	PAPELARIA SAO BENTO LTDA
17	690,00	UN	BATATA, PALHA, FRITA, SABOR NATURAL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 450G	10,45	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
18	255,00	PCT	BISCOITO DOCE TIPO MARIA, PACOTE COM NO MÍNIMO 400G	3,55	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
19	1.300,00	UN	BISCOITO DOCE, RECHEADO, DIVERSOS SABORES (CHOCOLATE, MORANGO, BRIGADEIRO, DOCE DE LEITE, CHOCOLATE BRANCO), EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 140G	2,70	PAPELARIA SAO BENTO LTDA
20	850,00	UN	BISCOITO DOCE, ROSQUINHA, SABOR CHOCOLATE, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300G	2,89	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
21	850,00	UN	BISCOITO DOCE, ROSQUINHA, SABOR COCO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300G	2,84	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
22	800,00	UN	BISCOITO DOCE, ROSQUINHA, SORTIDO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300G	2,82	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
23	750,00	UN	BISCOITO DOCE, SORTIDO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 700G	11,98	HERA LICITA LTDA
24	720,00	UN	BISCOITO SALGADO, QUADRADO, TIPO ÁGUA E SAL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400G	3,55	PAPELARIA SAO BENTO LTDA

26	810,00	UN	BISCOITO, DOCE, SABOR LEITE, REDONDO, ROSQUINHA, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300G	2,85	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
27	1.500,00	UN	BISCOITO, SALGADO, RETANGULAR, SUBDIVIDIDO EM 6 PACOTES INTERNOS, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 140G	3,78	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
29	2.780,00	UN	CAFÉ TORRADO E MOÍDO 100% ARÁBICA	14,25	LFR ATACADISTA LTDA
30	110,00	UN	CANELA, PÓ, CONDIMENTO, CANELA EM PÓ, SACHE COM NO MÍNIMO 35G	1,76	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
31	240,00	KG	CARNE BOVINA, FILÉ SIMPLES.	40,80	DS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
32	300,00	KG	CARNE BOVINA, LOMBO AGULHA.	28,15	DS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
33	620,00	KG	CARNE BOVINA, MOÍDA DE MÚSCULO.	28,67	CARLOS HILARIO CONTE FILHO COMERCIO LTDA
34	480,00	KG	CARNE BOVINA, SETE.	37,90	DS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
35	420,00	KG	CARNE DE FRANGO, COXINHA DA ASA, RESFRIADO, COM OSSO.	13,49	VMM BRASIL SOLUTIONS LTDA
36	30,00	KG	CARNE DE FRANGO, INTEIRO, GRANDE, LIMPO	10,80	DS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
37	500,00	KG	CARNE DE FRANGO, PEITO, SEM OSSO, RESFRIADO.	17,80	VMM BRASIL SOLUTIONS LTDA
38	380,00	KG	CARNE DE FRANGO, TULIPA, RESFRIADA.	26,99	VMM BRASIL SOLUTIONS LTDA
39	312,00	KG	CARNE SUÍNA, BACON MANTA, FRESCO.	32,00	CARLOS HILARIO CONTE FILHO COMERCIO LTDA
40	250,00	KG	CARNE SUÍNA, PALETA, FATIADA.	21,50	DS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
41	210,00	KG	CARNE SUÍNA, PERNIL, FATIADO.	14,80	DS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
42	190,00	KG	CARNE SUÍNA, TOUCINHO DEFUMADO.	28,90	CARLOS HILARIO CONTE FILHO COMERCIO LTDA
43	400,00	KG	CARNE, FRANGO, COXA E SOBRE COXA, COM OSSO, RESFRIADO.	8,59	VMM BRASIL SOLUTIONS LTDA
44	300,00	KG	CARNE, SUÍNA, BISTECA.	14,48	DS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
46	237,00	UN	CHÁ, CIDREIRA, CAIXA COM NO MÍNIMO 10 SACHÊS	2,29	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
47	321,00	UN	CHÁ, CAMOMILA, CAIXA COM NO MÍNIMO 10 SACHÊS	2,00	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
48	305,00	UN	CHÁ, MAÇÃ E CANELA, CAIXA COM NO MÍNIMO 10 SACHÊS	2,30	HERA LICITA LTDA
49	200,00	UN	CHÁ, MAÇÃ, CAIXA COM NO MÍNIMO 10 SACHÊS	3,39	OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA
50	262,00	UN	CHÁ, MATE, CAIXA COM NO MÍNIMO 20 SACHÊS	2,94	PAPELARIA SAO BENTO LTDA
51	545,00	UN	CHÁ, MATE, MOÍDO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500G	5,39	PAPELARIA SAO BENTO LTDA
52	196,00	UN	CHÁ, PÊSSEGO, CAIXA COM NO MÍNIMO 25 SACHÊS	2,94	PAPELARIA SAO BENTO LTDA
53	116,00	UN	CHOCOLATE, AO LEITE, TRADICIONAL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 1KG.	39,97	HERA LICITA LTDA
54	6.050,00	UN	CHOCOLATE, BOMBOM SORTIDO, CAIXA, EMPLASTIFICADA, APROXIMADAMENTE 250G	11,96	BASEFLEX DISTRIBUIDORA LTDA
55	490,00	UN	CHOCOLATE, BOMBOM, EMBALAGEM COM 1KG, TIPO SONHO DE VALSA	55,84	HERA LICITA LTDA
56	490,00	UN	CHOCOLATE, BOMBOM, EMBALAGEM COM 1KG, TIPO OURO BRANCO	55,84	HERA LICITA LTDA
57	105,00	UN	CHOCOLATE, GRANULADO, COLORIDO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 150G	3,90	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
58	360,00	UN	CHOCOTONE, TRADICIONAL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500G	14,50	INDUSTRIA E COMERCIO DE PANIFICIO E CONFEITARIA AMORE DI-PANE LTDA
59	135,00	UN	COCO, RALADO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 100G	4,08	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
60	100,00	UN	COLORÍFICO (COLORAU), EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 80G.	1,59	HERA LICITA LTDA
61	68,00	UN	CONDIMENTO, CALDO DE CARNE, EMBALAGEM COM 06 UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. CAIXA COM NO MÍNIMO 57G.	2,30	PAPELARIA SAO BENTO LTDA
62	68,00	UN	CONDIMENTO, CALDO DE GALINHA, EMBALAGEM COM 06 UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. CAIXA COM NO MÍNIMO 57G.	2,50	PAPELARIA SAO BENTO LTDA
64	654,00	UN	CONDIMENTO, DESIDRATADO, MANJERICÃO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 20G	1,60	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
65	60,00	UN	CONDIMENTO, DESIDRATADO, ORÉGANO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10G	1,48	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
66	106,00	KG	CONDIMENTO, IN NATURA, ALHO CABEÇA, GRAÚDO, NACIONAL	22,00	VMM BRASIL SOLUTIONS LTDA
67	150,00	MÇ	CONDIMENTO, IN NATURA, CHEIRO VERDE, SALSA E CEBOLINHA, FOLHA, FRESCO, MAÇO,	4,81	VMM BRASIL SOLUTIONS LTDA
68	102,00	UN	CONDIMENTO, PIMENTA DO REINO, PRETA, MOÍDA, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 30G	2,50	HERA LICITA LTDA
69	60,00	UN	CONDIMENTO, TEMPERO PRONTO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300G	2,63	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
70	65,00	UN	CONFEITO, CHOCOLATE GRANULADO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 150G	3,60	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
72	590,00	UN	CREME DE LEITE, PASTEURIZADO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 200G	2,49	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
73	111,00	UN	DOCE EM PASTA, DE LEITE, POTE COM NO MÍNIMO 1KG	15,90	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
74	130,00	KG	EMBUTIDOS, LINGUIÇA CALABRESA, TRADICIONAL	19,75	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
75	200,00	KG	EMBUTIDOS, LINGUIÇA MISTA, DEFUMADA, CARNE SUÍNA E BOVINA	33,90	CARLOS HILARIO CONTE FILHO COMERCIO LTDA
76	200,00	KG	EMBUTIDOS, LINGUIÇA DE FRANGO.	20,00	DS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
77	200,00	KG	EMBUTIDOS, LINGUIÇA, SUINA, TOSCANA, RESFRIADA.	16,89	DS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
78	140,00	KG	EMBUTIDOS, MORTADELA FATIADA, FINA, SEM GORDURA	20,90	DS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
79	251,00	KG	EMBUTIDOS, PRESUNTO FATIADO, SEM GORDURA, FINO, FRESCO	29,80	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
80	351,00	KG	EMBUTIDOS, SALSICHA, VINA, EMBALADA.	10,00	DS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
81	120,00	UN	ERVA MATE, MOÍDA, GROSSA, EMBALAGEM COM 1KG	10,89	PAPELARIA SAO BENTO LTDA
82	530,00	UN	ERVILHA EM CONSERVA, LATA COM 200G DRENADO	2,75	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
83	52,00	UN	ESSÊNCIA DE BAUNILHA, BICO DOSADOR, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 30ML	7,18	HERA LICITA LTDA
85	66,00	UN	FARINHA DE MANDIOCA, BRANCA, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500G	2,73	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
86	1.060,00	UN	FARINHA DE MANDIOCA, TORRADA, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500G	2,29	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
87	110,00	UN	FARINHA DE MILHO, AMARELA, FLOCOS, EMBALAGEM COM 1KG	3,76	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
88	113,00	UN	FARINHA DE MILHO, BRANCA, FLOCOS, EMBALAGEM COM 1KG	4,93	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
89	364,00	UN	FARINHA DE QUIBE, PRONTA, EMBALAGEM COM 500G	2,95	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
90	75,00	UN	FARINHA DE TRIGO, ESPECIAL, EMBALAGEM COM 5KG	15,19	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
91	10,00	UN	FARINHA DE TRIGO, INTEGRAL, EMBALAGEM COM 1KG	3,25	PAPELARIA SAO BENTO LTDA
92	165,00	UN	FAROFA PRONTA, TIPO TRADICIONAL, SABOR NATURAL, COM FARINHA DE MANDIOCA TEMPERADA SEM PIMENTA, EM BALAGEM COM NO MÍNIMO 500 G	5,30	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
93	170,00	UN	FEIJÃO PRETO, TIPO 1, LIMPO, EMBALAGEM COM 1KG	5,69	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
94	62,00	UN	FERMENTO BIOLÓGICO, PARA PÃO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500G	17,50	PAPELARIA SAO BENTO LTDA
95	95,00	UN	FERMENTO QUÍMICO, PÓ, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 250G	5,29	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
96	240,00	UN	FRUTA, IN NATURA, ABACAXI COMUM.	6,22	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
97	360,00	KG	FRUTA, IN NATURA, BANANA CATURRA, MEIO MADURA	1,45	EULARIANE RENATA DA SILVA ZETYCHI
98	320,00	KG	FRUTA, IN NATURA, LARANJA PÊRA, MADURA, FRESCA	3,48	VMM BRASIL SOLUTIONS LTDA
99	360,00	KG	FRUTA, IN NATURA, MAÇÃ GALA, FRESCA	4,48	VMM BRASIL SOLUTIONS LTDA
100	270,00	KG	FRUTA, IN NATURA, MAMÃO FORMOSA, MEIO MADURO	5,97	VMM BRASIL SOLUTIONS LTDA
101	180,00	KG	FRUTA, IN NATURA, MANGA TOMMY, MEIO MADURA	5,53	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
102	316,00	KG	FRUTA, IN NATURA, MELANCIA, MADURA	2,59	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
103	70,00	UN	FUBÁ DE MILHO, MOÍDO, FINO, EMBALAGEM COM 1KG	2,88	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
105	86,00	UN	GELATINA, EM PÓ, TRADICIONAL, VÁRIOS SABORES, EMBALAGEM COM 1KG	15,19	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
106	331,00	UN	GULOSEIMA, PÉ DE MOLEQUE, AMENDOIM, AÇÚCAR MASCAVO,	21,95	HERA LICITA LTDA

			EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.		
107	562,00	UN	GULOSEIMA, PIRULITO CORAÇÃO, MORANGO, EMBALAGEM COM 50 UNIDADES EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500G	14,04	HERA LICITA LTDA
108	345,00	UN	GULOSEIMA, PIRULITO CORAÇÃO, SORTIDO, EMBALAGEM COM 50 UNIDADES EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500G	14,39	BASEFLEX DISTRIBUIDORA LTDA
109	360,00	UN	GULOSEIMA, PIRULITO PSICODÉLICO, CORES DIVERSAS, PACOTE COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES	15,59	BASEFLEX DISTRIBUIDORA LTDA
110	5.670,00	UN	GULOSEIMA, TORRONE, TIPO WAFER, RECHEADO, PASTA DE AMENDOIM, COM NO MÍNIMO 25G	1,24	HERA LICITA LTDA
112	110,00	KG	LEGUME/VERDURA, IN NATURA BATATA DOCE, LAVADA	2,53	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
113	100,00	KG	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, ABÓBORA PAULISTA	2,59	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
114	120,00	KG	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, ABOBRINHA VERDE	2,81	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
115	105,00	UN	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, ACELGA	3,99	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
116	230,00	UN	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, ALFACE CRESPA	2,91	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
117	100,00	UN	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, ALHO PORÓ, MAÇO	5,25	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
118	430,00	KG	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, BATATA INGLESA, ESCOVADA, GRAÚDA, SADIA	3,45	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
119	710,00	KG	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, BATATA SALSA, LAVADA, FRESCA, SADIA	4,19	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
120	115,00	KG	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, BETERRABA, LAVADA	2,72	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
121	170,00	UN	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, BRÓCOLIS, CABEÇA	4,52	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
122	236,00	KG	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, CEBOLA DE CABEÇA, NACIONAL	3,32	EULARIANE RENATA DA SILVA ZETYCHI
123	140,00	KG	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, CENOURA, TIPO AAA	3,22	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
124	140,00	KG	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, CHUCHU, FRESCO	3,75	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
125	120,00	MÇ	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, COUVE EM FOLHA, VERDE, FRESCA	3,22	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
126	170,00	UN	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, COUVE FLOR, CABEÇA	6,00	VMM BRASIL SOLUTIONS LTDA
127	138,00	KG	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, PEPINO SALADA	3,82	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
128	96,00	KG	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, PIMENTÃO, AMARELO, GRANDE	10,70	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
129	96,00	KG	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, PIMENTÃO, VERDE, GRANDE	6,22	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
130	96,00	KG	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, PIMENTÃO, VERMELHO, GRANDE	11,22	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
131	305,00	UN	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, RABANETE, MAÇO	4,22	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
132	100,00	UN	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, REPOLHO, CABEÇA, GRAÚDA	4,22	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
133	185,00	UN	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, RÚCULA, FRESCA, MAÇO	3,82	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
134	412,00	KG	LEGUME/VERDURA, IN NATURA, TOMATE, LONGA VIDA	4,22	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
135	600,00	UN	LEITE CONDENSADO, TRADICIONAL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 395G	5,36	PAPELARIA SAO BENTO LTDA
136	456,00	UN	LEITE DE COCO, EMBALAGEM COM 200ML	3,05	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
137	835,00	UN	LEITE EM PÓ, INTEGRAL, INSTANTÂNEO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400G	12,14	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
138	2.690,00	L	LEITE INTEGRAL, CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LITRO	5,09	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
139	220,00	UN	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, OVOS PASTEURIZADOS, PACOTE COM NO MÍNIMO 500G	2,34	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
140	200,00	UN	MACARRÃO TIPO PARAFUSO, OVOS PASTEURIZADOS, PACOTE COM NO MÍNIMO 500G	2,32	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
141	170,00	UN	MACARRÃO TIPO PENNE, OVOS PASTEURIZADOS, PACOTE COM NO MÍNIMO 500G	2,52	PAPELARIA SAO BENTO LTDA
142	312,00	UN	MAIONESE, CREME, TRADICIONAL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500G	5,05	PAPELARIA SAO BENTO LTDA
143	375,00	UN	MARGARINA VEGETAL, CREMOSA, EMBALAGEM COM 500G	4,98	HERA LICITA LTDA
144	98,00	UN	MILHO DE CANJICA, BRANCO, EMBALAGEM COM 500G	3,78	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
145	600,00	UN	MILHO PIPOCA, TRADICIONAL, EMBALAGEM COM 500G	2,89	LFR ATACADISTA LTDA
146	70,00	UN	MILHO QUIRERA, MOÍDO, MÉDIO, EMBALAGEM COM 1KG	2,94	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
147	526,00	UN	MILHO VERDE, CONSERVA, LATA COM 200G	2,72	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
148	460,00	UN	MISTURA PARA BOLO, VÁRIOS SABORES, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 450G	6,12	OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA
149	80,00	UN	MOLHO SHOYO, TRADICIONAL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 150ML	3,75	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
150	765,00	UN	ÓLEO DE SOJA, REFINADO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 900ML	6,92	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
151	956,00	DZ	OVOS BRANCOS, EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	7,22	BOX 15 COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
152	90,00	UN	PALMITO EM CONSERVA PUPUNHA INTEIRO, VIDRO COM NO MÍNIMO 300 G	14,46	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
153	2.895,00	KG	PÃO FRANCÊS, TRADICIONAL, ASSADO, FRESCO, UNIDADE COM NO MÍNIMO 50G	13,77	DS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
155	204,00	UN	PEPINO EM CONSERVA, TRADICIONAL, VIDRO COM NO MINÍMO 300G	8,44	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
156	56,00	UN	PÊSSEGO EM CALDA, METADE, LATA COM NO MÍNIMO 820G, 485G DRENADO	15,23	PAPELARIA SAO BENTO LTDA
158	54,00	UN	POLVILHO AZEDO, EMBALAGEM COM 500G	3,56	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
159	84,00	UN	POLVILHO DOCE, EMBALAGEM COM 500G	3,15	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
160	84,00	UN	PUDIM, PÓ, PARA PREPARO COM LEITE, SABOR MORANGO, EMBALAGEM COM 1KG	13,54	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
161	708,00	KG	QUEIJO MUZZARELA, FATIADO, FINO, FRESCO	37,50	VMM BRASIL SOLUTIONS LTDA
162	89,00	UN	SAGU, DE MANDIOCA, EMBALAGEM COM 500G	3,64	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
163	111,00	UN	SAL, REFINADO IODADO, EMBALAGEM COM 1KG	1,58	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
164	195,00	UN	SARDINHA, AO ÓLEO, LATA COM 125G	5,85	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
165	1.110,00	UN	SUCO DE FRUTA, SABORES UVA E ABACAXI, EMBALAGEM TETRA PAK COM NO MÍNIMO 200ML,	1,49	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
167	15,00	KG	UVA PASSA PRETA, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 200G	6,28	CAC ATACADO E LOGÍSTICA LTDA
168	121,00	UN	VINAGRE DE ÁLCOOL, TRADICIONAL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 900ML	1,84	COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA
169	2.640,00	UN	BARRA DE CEREAL COM COBERTURA DE CHOCOLATE - COM XAROPE DE GLICOSE, GRANOLA, FLOCOS DE AVEIA, AÇÚCAR INVERTIDO, FARELO DE TRIGO,FLOCOS DE CEVADA, FLOCOS DE TRIGO, AÇÚCAR MASCAVO, MEL, FLOCOS DE ARROZ E AROMATIZANTES. EMBALAGEM COM 22 GRAMAS	0,89	PAPELARIA SAO BENTO LTDA
171	80,00	UN	AZEITE, OLIVA, EXTRA VIRGEM, EMBALAGEM DE VIDRO COM NO MÍNIMO 500ML	31,70	OLIVIA RIBEIRO DA SILVA NETA
172	1.100,00	UN	CEREAL, BARRA, SABORES DIVERSOS, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 22G	0,89	PAPELARIA SAO BENTO LTDA
174	2,00	POT	EMULSIFICANTE E ESTABILIZANTE NEUTRO. EMBALAGEM DE 200 GRAMAS.	8,30	PAPELARIA SAO BENTO LTDA
177	1.300,00	UN	SUCO CAIXA DIVERSOS SABORES 1 LITRO EMBALAGEM TETRA PAK	5,49	PAPELARIA SAO BENTO LTDA

Rio Negro, 08 de outubro de 2026 –

SHEILA CRISTINE SCHITT DUMS –
Agente de Contratações

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:DC5E0DB4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO SUAS

Plano Municipal de Educação
Permanente do SUAS

Salgado Filho – PR
Agosto de 2026 -
Agosto de 2027.

1- INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação Permanente do Sistema Ùnico de Assistência Social (SUAS) tem como finalidade fortalecer a gestão, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais por meio de qualificação continua dos trabalhadores, gestores, conselheiros e demais atores envolvidos na política da assistência social.
A Educação Permanente constitui um processo contínuo de aprendizagem, fundamentado na reflexão critica sobre a prática profissional, contribuindo para a melhoria da qualidade do atendimento prestado a população, sobretudo, no que se refere a construção de um projeto coletivo de política social, que compactue com um sistema de proteção social mais efetivo. A educação permanente assenta a proposta de fortalecer espaços de reflexão e produção do conhecimento, considerando o cotidiano como ambiente privilegiado, e os sujeitos como protagonistas desse movimento.
O Plano de Capacitação é um norteador das ações de capacitação definindo critérios e metodologias a serem utilizadas para o desenvolvimento profissional dos servidores permitindo-lhes desempenhar com eficácia as competências institucionais.
O Plano de Capacitação fundamenta-se na busca do setor público pela excelência e melhoria da qualidade dos serviços ofertados à sociedade e possui metodologia orientada

para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das atividades dos servidores da instituição.
As ações de capacitação dos servidores visam adequar as competências individuais, às competências institucionais, promovendo o desenvolvimento contínuo do servidor com foco na efetividade do alcance dos objetivos e metas desta instituição, sendo o desenvolvimento dessas competências individuais, condição essencial para a oferta de melhores serviços ao cidadão usuário de serviços públicos.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Promover a qualificação Permanente na Secretaria Municipal de Assistência Social, estabelecendo princípios e diretrizes que qualifiquem as dimensões teórica, técnica, ética, política e metodológica do SUAS, valorizando e fortalecendo o coletivo de trabalhadores do SUAS, bem como dos(as)conselheiros(as) de Assistência Social e gestores.

2.2 Objetivos Específicos

· Construir coletivamente percursos formativos, a partir da reflexão crítica, para qualificar e fortalecer a oferta de serviços e benefícios socioassistenciais, proteção social, vigilância socioassistencial, gestão e controle social;
· Garantir processos formativos, de forma contínua, para trabalhadores do SUAS, gestão e agentes do controle social;
· Implantar espaços permanentes de discussão sobre processos de trabalho, incentivando o registro e a produção de materiais para a sistematização do conhecimento produzido;
· Implementar ações formativas para a rede socioassistencial e intersetorial, de modo a qualificar e fortalecer a rede de serviços no município;

· Incentivar a troca de experiencias entre a equipe do SUAS.
· Aprimorar o atendimento às familias e individuos.

3. PÚBLICO-ALVO

Servidores e gestores públicos municipais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

4. RESULTADOS ESPERADOS

É esperado com a implementação deste Plano:
I. Desenvolvimento, capacitação da força de trabalho, em nível pessoal, gerencial e técnico;
II. Maior comprometimento dos servidores com as metas e necessidades institucionais;
III. Transparência e clareza quanto às ações de capacitação;
IV. Padrões éticos de comportamento valorizados;
V. Extensão de capacitação a todos os servidores na formação contínua;
VI. Maior número de setores atendidos nas demandas de capacitação específica;
VII. Melhoria na qualidade e eficiência dos serviços prestados a sociedade;
VIII. Aumento da produtividade da Instituição;
IX. Alcance dos indicadores organizacionais por meio do desenvolvimento de competências individuais;

X. Desenvolvimento e retenção de talentos.

5. ORÇAMENTO

Os recursos financeiros para a execução do Plano de Capacitação são oriundos do orçamento desta Prefeitura, inseridos na Lei Orçamentária Anual – LOA.

6. FORMAS DE CAPACITAÇÃO

As ações poderão ser realizadas por meio de :
· Capacitações presenciais;
· Cursos on-line;
· Rodas de conversas;
· Reuniões técnicas;
· Participação em eventos promovidos pelos Governos Estadual e Federal.

6. LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Orgão gestor						
Solicitante	**Título da Atividade**	**Carga Horária**	**Modalidade**	**Público- Alvo**	**Período Previsão de Início e Término**	**Instituições**
Secretaria Municipal de Assistência Social	**Vigilância socioassistencial, Diagnóstico socioterritorial, Indicadores sociais, Planejamento e monitoramento, avaliação parcial.**	**100 horas**	**Presencial – e ou, Online.**	**Trabalhadores Do SUAS**	**Agosto de 2026 a agosto de 2027.**	**EGP, SEDEF, Gestão Municipal.**
Secretaria Municipal de Assistência Social	**Avaliação geral e monitoramento dos Planos de Assistência Social**	**50 horas**	**Presencial.**	**Trabalhadores Do SUAS e Controle Social.**	**Agosto de 2026 a agosto de 2027.**	**Gestão Municipal.**
Secretaria Municipal de Assistência Social	**Legislação Municipal do SUAS.**	**40 horas**	**Presencial.**	**Trabalhadores Do SUAS e Controle Social.**	**Agosto de 2026 a agosto de 2027.**	**Gestão Municipal.**
Secretaria Municipal de Assistência Social	**Qualificação da equipe para o suporte e assistência a individuoscom neurodivergências.**	**40 horas**	**Presencial.**	**Trabalhadores Do SUAS e Controle Social.**	**Agosto de 2026 a agosto de 2027.**	**Gestão Municipal. Controle Social.**
Proteção Social Básica						
Proteção Social Básica.	**Atualização sobre o Reordenamento dos Serviços da Proteção Social Básica, critérios, PAIF (objetivos e execução), trabalho com famílias no CRAS, estudo de caso, e discussão na prática.**	**80 Horas.**	**Presencial.**	**Trabalhadores Do SUAS.**	**Agosto de 2026 a agosto de 2027.**	**Gestão municipal.**
Proteção Social especial						
Proteção Social especial.	**Atualização sobre o Reordenamento dos Serviços da Proteção Social especial – média e alta complexidade, Métodologia de trabalho.**	**50 horas.**	**Presencial.**	**Trabalhadores Do SUAS.**	**Agosto de 2026 a agosto de 2027.**	**Gestão municipal.**
Proteção Social especial.	**Capacitação da equipe de referência para Família acolhedora.**	**40 horas.**	**Presencial – e ou, Online.**	**Trabalhadores Do SUAS.**	**Agosto de 2026 a agosto de 2027.**	**Gestão municipal; MP; Vara da Infância e Juventude.**

7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento é imprescindível para o bom desenvolvimento do Plano Municipal de Educação Permanente, este instrumento de gestão nos fornece importantes informações ocorridas durante a execução das ações previstas no Plano, permitindo as devidas correções ou adequações.
O monitoramento e a avaliação bem como todas as etapas do plano, deverá ser elaborado a partir da realidade e das necessidades dos trabalhadores do SUAS, conselheiros e gestores.

O acompanhamento será realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, considerando:
· Número de capacitações realizadas;
· Participação dos trabalhadores,
· Avaliação de Satisfação;
· Aplicação dos conhecimentos na prática profissional;
· Relatórios de execução por temáticas.

Emissão de certificado, após conclusão de cada temática.

8. Elaboração

Equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social
Equipe do Centro de Referência de Assistência Social

9.VIGÊNCIA

O presente Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS terá vigência de Agosto de 2026 a Agosto de 2027, podendo ser revisado sempre que necessário.

Anexo I
FICHA DE AVALIAÇÃO DE CURSO
Nome do Servidor: Evento de Capacitação: Período de Realização da Capacitação:

ITENS	**QUESTÕES**	**RESPOSTAS**			
		SIM	PARCIAL	NÃO	NÃO SE APLICA.
1	O curso atingiu o seu objetivo				
2	O programa estabelecido foi desenvolvido				
3	A abordagem prática foi suficiente				

4	A carga horária foi suficiente para o volume de conteúdos abordados na atividade de capacitação				
5	As instalações e recursos foram adequados				
6	O material didático foi satisfatório				
7	Você diria que seu aproveitamento neste curso foi bom?				
8	Você acha que poderá aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso, na sua prática profissional?				
9	Reconheço situações de trabalho onde é adequado aplicar o conteúdo aprendido				
10	O meu chefe imediato incentivou a minha participação na atividade de capacitação.				
11	Sinto-me motivado a participar de outra atividade de capacitação				
12	Adquiri conhecimento que irão melhorar meu desempenho no trabalho				
13	Sinto-me capaz de propor mudanças no meu setor de trabalho, com base no que aprendi.				
14	Desenvolvi estimulo decorrente da capacitação, para aplicar no trabalho os conhecimentos e habilidades aprendidas.				
15	Foi possível conciliar a carga de trabalho com a minha participação na atividade de capacitação.				

ESPAÇO RESERVADO PARA QUE VOCÊ DÊ OUTRAS OPINIÕES E SUGESTÕES (USE O VERSO SE NECESSÁRIO)

USE O VERSO SE PRECISAR
Anexo II
Modelo de Relatório.
Evento de Capacitação: Período de Realização da Capacitação:
_____

Salgado Filho – PR, ___/___/____

Assinaturas:

*Anexar fotos.

Publicado por:
Alexandra Alves
Código Identificador:310BF552

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O prefeito Municipal INIVALDO BATISTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer jurídico, resolve:
01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:
Processo n°: 55/2026
Licitação n°: 12/2026
Modalidade: Pregão - Eletrônico
Data da Homologação: 14/10/2026
Data de adjudicação: 14/10/2026
Objeto homologado: Registro de preços para futura e eventual aquisição de móveis e eletrodomésticos destinados a atender as demandas das Secretarias do Município.

B2G PARTICIPACOES LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
26	1	FOGÃO DE 4 BOCAS FOGÃO 4 BOCAS. Com acendedor automático nas 4 bocas e forno. Forno do fogão com tampa de vidro; opcionalmente, com tampa própria. Com luz dentro do forno. A gás. Com botões removíveis. Com pés ajustáveis. Com válvula de segurança. Com prateleira do forno ajustável em duas posições. Deve vir com as duas grades de forno. Cor principal: prata inox. Se vier desmontado, o produto deve incluir o serviço de montagem no ato da entrega. Com alça para abrir o forno. Deve conter o serviço de instalação no ato da entrega. Conexões: material atóxico. O produto deve ter garantia de, no mínimo, 12 meses contra defeitos de fabricação. Fogão do tipo comum de cozinha, não industrial. Voltagem: 127 V. Deve vir com a marca do fabricante e os certificados de conformidade impressos ou aplicados de forma permanente e visível no produto.	Mueller	Mueller	UNI	8,00	790,29	6.322,32
TOTAL								6.322,32
BR 2000 INDUSTRIA E METALURGICA LTDA.								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
7	1	ARQUIVO DE AÇO COM 6 GAVETAS ARQUIVO DE AÇO COM 6 GAVETAS. Chapa de aço de número 24. Contém 6 gavetas com puxador. Altura de 133 cm a 136 cm, largura de 47 cm a 58 cm e profundidade de 67 a 70 cm. Trilhos telescópicos que garantem a abertura total da gaveta com deslizamento suave e resistente; deve possuir trava que evita que as gavetas saiam completamente. Se vier desmontado, o produto deve incluir o serviço de montagem no ato da entrega. O produto deve ter garantia de, no mínimo, 12 meses contra defeitos de fabricação. Cor: branco ou azul, com a escolha ficando a critério da administração.	PRÓPRIA	AR-50 ESPECIAL	UNI	14,00	1.099,00	15.386,00
TOTAL								15.386,00
DAC MOVEIS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
46	1	Mesa retangular com 4 cadeiras Mesa retangular com 4	EMOVARI	CJ04	UNI	3,00	900,00	2.700,00

		cadeiras, tampo em granito, 77cm x 60cm x 100cm (A x L x P), material aço carbono, pintura epóxi, cadeiras com assentos revestidos em napa. O produto deverá ser entre montado. Garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.						
TOTAL								2.700,00
DIOGO DIAS F. INFORMATICA LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
5	1	ARMARIO DE ESCIRTÓRIO 02 portas com chave, medindo 42 X 80 X 160 CM (profundidade X largura X altura), estrutura em MPF 15 mm, costas em eucaplac 3 mm e dobradiças em aço. O produto deverá ser entre montado. Garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	GEFLEX	05	UNI	20,00	599,90	11.998,00
6	1	Armário de escritório com 03 portas Armário de escritório com 03 portas, sendo 02 com chave, medindo aproximadamente 120 cm de largura, 45 cm de profundidade e 73,5 cm de altura, na cor branca, confeccionado em MDP de alta resistência, com tampo de espessura mínima de 25 mm e fundo de 15 mm, contendo 02 prateleiras internas reguláveis com capacidade mínima de 10 kg cada, dobradiças metálicas com sistema de amortecimento, bordas arredondadas em conformidade com a NR-17 e acabamento em revestimento melamínico BP. O produto deverá ser entre montado. Garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	GEFLEX	06	UNI	13,00	494,90	6.433,70
13	1	Balcão de pia e aço Balcão de pia e aço com tampo para pia em aço inox, medindo aproximadamente 120cm de largura X 089cm de altura e 045cm de profundida. 02 portas com puxadores, 04 gavetas com puxadores, dobradiças metálicas, corrediças telescópicas, pés de plásticos com regulagem de altura, pintura epóxi, cor branco. O produto deverá ser entre montado. Garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	GEFLEX	13	UNI	6,00	875,00	5.250,00
25	1	ESTANTE MEDINDO 0,80 M X 0,40 M X 1,80 M COM QUATRO PRATELEIRAS Medidas: 180 cm a 190 cm de altura, 80 cm a 90 cm de largura e 40 cm a 45 cm de profundidade. Deve possuir pés de suporte. Laterais e fundo em madeira na categoria MDF com espessura mínima de 18 mm. Deve possuir 4 ou 5 prateleiras. Aberta somente na frente, expondo as prateleiras; fechada em madeira MDF em todas as suas 5 faces restantes. Cores: azul ou cinza. Caso venha desmontado, o produto deve incluir o serviço de montagem no ato da entrega. O produto deve ter garantia de, no mínimo, 12 meses contra defeitos de fabricação. Cor: branco ou azul, com a escolha ficando a critério da administração.	GEFLEX	25	UNI	22,00	339,00	7.458,00
32	1	GAVETEIRO Gaveteiro em MDF OU MDP. Com rodinhas e 4 gavetas. Medidas: altura total de 65 cm a 74 cm, largura de 39 a 50 cm e profundidade de 44,5 a 60 cm. Necessário conter puxador prático em cada gaveta. Tipo de material da gaveta: MDF OU MDP. Cada gaveta deve suportar um peso máximo de pelo menos 25 kg. Caso venha desmontado, o produto deve incluir o serviço de montagem no ato da entrega. O produto deve ter garantia de, no mínimo, 12 meses contra defeitos de fabricação. Cor: branco ou azul, com a escolha ficando a critério da administração.	GEFLEX	32	UNI	19,00	499,00	9.481,00
43	1	MESA DE ESCRITÓRIO 1,2 M X 0,67 M X 0,75 M COM 2 GAVETAS . Mesa de escritório. Medidas aproximadas: largura de 1,12 a 1,25 m por profundidade de 0,60 a 0,68 m e altura de 0,67 a 0,83 m. Gaveteiro fixo com 2 gavetas. Frente das mesas confeccionada de madeira aglomerada com, no mínimo de 14 mm. Pés metálicos, verticais e oblongas (pé reto) de no mínimo 20 cm abaulada, tratamento antiferrugem. Ranhuras frisas com relevo de no mínimo 5 mm; ponteiras das estruturas injetadas em PVC com sapatas niveladoras para apoio total da superfície de trabalho. Cores: azul ou cinza. Caso venha desmontado, o produto deve incluir o serviço de montagem no ato da entrega. O produto deve ter garantia de, no mínimo, 12 meses contra defeitos de fabricação. Cor: branco ou azul, com a escolha ficando a critério da administração.	GEFLEX	43	UNI	35,00	399,90	13.996,50
47	1	MESA RETANGULAR GRANDE COM GAVETAS Mesa retangular grande. Quantidade de gavetas: 2 ou 3. Material principal: MDF ou MDP. Com acabamento de bordas. Tampo de 40 mm encabeçado. Com algum tipo de suporte nas bases das mesas para que a madeira ou o acabamento da madeira não entre em contato direto com o chão; por exemplo, com pés de 25 mm com niveladores de altura. Gaveteiro com duas ou três gavetas. Corrediça telescópica. Comprimento: uma medida entre 155 cm e 170 cm. Profundidade: uma medida entre 68 cm e 75 cm. Altura: uma medida entre: 74 e 76 cm. O produto deve incluir o serviço de montagem no ato da entrega. O produto deve ter garantia de, no mínimo, 12 meses contra defeitos de fabricação. Cor: branco ou azul, com a escolha ficando a critério da administração.	GEFLEX	47	UNI	15,00	489,90	7.348,50
TOTAL								61.965,70
EMGESA EMPRESA DE GERENCIAMENTO DE SOBRESSALENTES E AUTOMAÇÃO EIRELI								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
35	1	LIQUIDIFICADOR COMUM LIQUIDIFICADOR COMUM -. material do copo acrílico; capacidade do copo: 2L; material da base plástico; dimensões aproximadas do produto 40x21x18cm; garantia de 12 meses; 3 velocidades; voltagens: 110V; selo do Inmetro; com furo dosador na tampa; tampa fosca com anel de vedação e aba; lâmina serrilhada; função pulsar: tritura ingredientes mais rígidos e auxilia na limpeza da jarra; base com borrachas antiderrapantes.	12/2026	12/2026	UNI	7,00	148,57	1.039,99
36	1	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL. liquidificador baixa rotação 4 litros, corpo: inox alimentação - voltagem: bivolt potência: 1/hp /800wats frequência: 50/60 hz rotação: 3850rpm copo: 4 litros em aço inox tampa: alumínio repuxado dimensões: altura: 62 cm largura: 22 cm profundidade: 21 cm peso: 6.900 kg. Garantia 1 ano.	12/2026	12/2026	UNI	4,00	590,90	2.363,60

41	1	Máquina elétrica automática para fabricação de pães Máquina elétrica automática para fabricação de pães. O equipamento deverá ser do tipo doméstico/profissional leve, automático, destinado ao preparo e cocção de pães, com capacidade mínima de preparo entre 700 gramas e 1.000 gramas por ciclo, potência mínima de 500W e alimentação elétrica compatível com a rede local, podendo ser 127V. Deverá possuir estrutura confeccionada em material resistente, durável e de fácil higienização, cuba ou forma interna removível com revestimento antiaderente, pá ou misturador removível para mistura automática da massa, tampa superior com visor transparente para acompanhamento do preparo e painel eletrônico ou digital de controle. O equipamento deverá possuir, no mínimo, 10 programas automáticos para preparo de diferentes tipos de pães, massas ou similares, função de programação antecipada/timer, controle de nível de tostagem/cor do pão, sistema automático de mistura, descanso, crescimento e assamento, bem como função de manter aquecido após o preparo. Deverá possuir base com apoio antiderrapante, baixo nível de ruído durante o funcionamento e ser acompanhado de cabo de alimentação elétrica conforme normas brasileiras vigentes. O produto deverá possuir certificação compulsória do INMETRO, quando aplicável, manual de instruções em língua portuguesa e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Será aceito somente produto novo, de primeiro uso, não sendo aceito equipamento recondicionado, remanufaturado, reutilizado ou com partes reaproveitadas.	12/2026	12/2026	UNI	1,00	612,14	612,14
55	1	SUPORTE DE MONITOR C/ 2 GAVETAS Dimensões externas do produto: profundidade de 23 a 27 cm, largura de 33 a 39 cm e altura de 10,7 cm a 14 cm. Cor: preto. Material principal de composição: MDF. Caso venha desmontado, o produto deve incluir o serviço de montagem no ato da entrega. O produto deve ter garantia de, no mínimo, 12 meses contra defeitos de fabricação. Cor: branco ou azul, com a escolha ficando a critério da administração.	12/2026	12/2026	UNI	28,00	100,43	2.812,04
TOTAL								6.827,77

EXX COMÉRCIO LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
20	1	CADEIRA CADEIRA COM BASE FIXA. Cadeira com estrutura resistente (aço carbono) e ampla o suficiente para suportar 140 kg ou mais em uso constante. Medidas aproximadas (1 cm para mais ou para menos): encosto com medidas L53 x A49 cm; assento: L53 x A46 cm; altura total: 94 cm; altura entre o chão e a parte superior da espuma do assento: uma medida entre 47 cm e 49 cm; estrutura reforçada, com 4 pés em tubos metálicos reforçados. Revestimento do assento: couro ecológico ou couríssimo ou tecido reforçado; espumas injetadas com densidade de, no mínimo 55 kg/ m³, e altura de, no mínimo, 4 cm. Cor: preto ou azul. O produto deve incluir o serviço de montagem no ato da entrega. O produto deve ter garantia de, no mínimo, 12 meses contra defeitos de fabricação.	BLM	CF 4000 TECIDO	UNI	36,00	250,00	9.000,00
23	1	CADEIRA GIRATÓRIA ERGONÔMICA DE ESCRITÓRIO (ACABAMENTO EM TELA MESH) Cadeira giratória ergonômica de escritório. Revestimento de apoio de braço. Com sistema de ajuste de braço. Material de revestimento: tela mesh. Material da base: polipropileno. Com corretor de postura (fixo ou regulável). Peso máximo suportado: pelo menos 120 kg. Com 5 rodízios simples. Pistão classe 3 ou 4. Largura do assento de 50 cm ou levemente superior e profundidade do assento de 45 cm ou superior, com espessura de 8 cm. Densidade do assento: 33 ou superior. Largura do encosto podendo ser de 42 cm até 50 cm. Altura regulável. Revestimento estofado de apoio de braço. O produto deve incluir o serviço de montagem no ato da entrega. O produto deve ter garantia de, no mínimo, 12 meses contra defeitos de fabricação. Deve ser, inclusive, apropriada para o uso de pessoa adulta, com altura máxima recomendada de até 1,85 m ou mais.	OR DESIGN	CAD OFFICE MERGURO OR 3360	UNI	53,00	289,00	15.317,00
TOTAL								24.317,00

F.COMM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP.

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
9	1	BALANÇA DIGITAL COM ANTROPÔMETRO BALANÇA DIGITAL COM ANTROPÔMETRO CLINICA MÉDICA DIGITAL ATÉ 200KG 100G CAPACIDADE 200 KG CARGA MÍNIMA 2 KG DIVISÃO 100 G DIMENSÃO 34 X 39 CM DISPLAY COM 06 DÍGITOS EM: LED VERMELHO OU LCD COM BACKLIGHT;	WELMY	W200/50 A BR LED ECPC	UNI	3,00	769,99	2.309,97
TOTAL								2.309,97

FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
15	1	BEBEDOURO INDUSTRIAL DE 25 L BEBEDOURO INDUSTRIAL DE 25 L. Material do gabinete: em aço inox 430. Aparador de água e torneiras em aço Inox 430. Com duas torneiras de rosca, onde uma fornece água natural e a outra água gelada. Isolamento: EPS (poliestireno). Reservatório: fabricado em polietileno. Serpentina: interna, em aço inox 304. Controle de temperatura através de termostato com regulagem. Mangueira para escoamento já embutida. Pode atender, no fluxo, na média 60 pessoas ou mais. Medidas do produto: altura de 125 a 132 cm, largura de 32 cm a 62 cm e profundidade de 45 cm a 58 cm. Deve acompanhar filtro. Cor principal: prata inox. Deve possuir certificado do INMETRO. Se vier desmontado, o produto deve incluir o serviço de montagem no ato da entrega. Deve conter o serviço de instalação no ato da entrega. Conexões: material atóxico. O produto de O produto deve ter garantia de, no mínimo, 12 meses contra defeitos de fabricação. Com temperatura regulável em 7 diferentes níveis. Tomada de 3 pinos conforme a norma da ABNT/nbr/603351. Capacidade do reservatório para, no mínimo, 25 litros de água gelada (a 10° C ou inferior). Voltagem: 127 V. Deve vir com a marca do fabricante impressa ou aplicada de forma permanente e	ECOBLU	E25 + INSTALAÇÃO	UNI	13,00	1.559,99	20.279,87

		visível no produto.						
16	1	Bebedouro de Água em inox. Bebedouro de Água em inox. Bebedouro refrigerado de coluna para galão, com design moderno, compacto e funcional, confeccionado com gabinete em aço sem emendas e estrutura em chapa de aço galvanizado, proporcionando elevada resistência, durabilidade, proteção contra corrosão e facilidade de higienização. Equipado com tampa, aparador de copos, base do aparador e separador de água confeccionados em polipropileno, além de conexões hidráulicas internas atóxicas e reservatório de água em material atóxico, podendo ser em plástico, alumínio com pintura alimentícia ou aço inox. Conta com duas torneiras em plástico ABS de alta resistência, base antiderrapante para maior estabilidade e segurança, e sistema de refrigeração por compressor hermético com utilização de gás ecológico R-134a, garantindo elevada eficiência no resfriamento da água. Possui termostato externo para regulagem de temperatura, com faixa aproximada entre 4°C e 15°C com 7 níveis de temperatura. Equipamento compatível com galões de água padrão, indicado para utilização em ambientes residenciais, comerciais, corporativos, industriais e institucionais. Apresenta potência aproximada de 154 W, frequência de 60 Hz, tensão de alimentação de 127 V, consumo médio de energia de aproximadamente 7,1 kWh/mês, grau de proteção IPX0 e eficiência energética aproximada de 0,19 kW/L. Dimensões aproximadas de 96 cm de altura, 27,5 cm de largura e 36,5 cm de profundidade, com peso aproximado entre 8,88 kg	LIBELL	MASTER CGA	UNI	3,00	739,99	2.219,97
17	1	BEBEDOURO INDUSTRIAL 100 LITROS BEBEDOURO INDUSTRIAL DE 100 LITROS. Com estrutura em aço inox 430. Com Pés reguláveis em ABS injetado de alta resistência. Deve possuir serpentina interna em aço Inox 304. Com reservatório em polipropileno. Com Isolamento em EPS. Com Gás ecológico R134a. Com Termostato para ajuste de temperatura. Com Aparador de água reforçado e mangueira dreno. Com Filtro multiuso. Com Tomada com 3 pinos, conforme norma da ABNT/NBR/603351. Com Capacidade atendimento 300 pessoas por hora, considerando que cada pessoa tome em média 200 ml de água; Classe 1, IPX0 (uso interno), 127v (2,5A) . Com 3 Saídas de água gelada ou natural, com torneira. Possui as seguines medidas aproximadas: Atura: 131 cm. Largura: 74 cm. Profundidade: 70 cm. Peso: de 25 a 45 kg.	ECOBLU	E100	UNI	2,00	1.899,00	3.798,00
29	1	FREEZER HORIZONTAL DE 2 PORTAS 546 LITROS . Com capacidade mínima de 546 Litros, fechadura com chave, rodízios de pés, dreno de descongelamento, controle de temperatura externo termostato, com função freezer ou refrigerador, cor branco, voltagem 127 volts. Após a entrega do produto a garantia mínima do fabricante será de 01 (um) ano, prestada no Estado do Tocantins. Manual de uso e instruções de serviço na língua portuguesa. Cor: branca. Garantia 12 meses.	METALFRIO	DA550IF	UNI	6,00	3.799,99	22.799,94
30	1	FREEZER VERTICAL 234 LITROS Freezer Vertical com espaço interno para até 234 litros com 4 prateleiras de tampas basculantes que deslizam ao abrir para facilitar o acesso, com três grandes gavetas. Pés de nivelamento. Classificação energética A, menor consumo de energia elétrica para maior economia. Gás ecológico (R600). Não agride o meio ambiente nem a camada de ozônio. Com dreno de gelo para facilitar o descongelamento. Material das Prateleiras: Alumínio + Tampa basculante Transparente em ps. Sistema de Refrigeração: Compressor. Tecnologia: Cycle Defrost. Dimensões: altura: 173 cm, largura: 55 cm, profundidade: 62 cm, peso: 52 kg. Garantia: 12 meses.	ELECTROLUX	FEI27	UNI	3,00	2.839,99	8.519,97
33	1	GELADEIRA/REFRIGERADOR Tipo doméstica, Frost Free, duplex, com capacidade mínima de 440 litros, externamente em chapa de aço, pintura na cor branca, selo procel de baixo consumo de energia, 110v, garantia mínima de 12 meses.	MIDEA	MDRT611	UNI	8,00	3.214,46	25.715,68
39	1	MÁQUINA DE LAVAR ROUPA MÁQUINA DE LAVAR ROUPA. A Máquina de Lavar 15kg com Cesto Inox, com dispenser auto limpante com exclusiva tecnologia Jet&Clean , que mantém o dispenser limpo para o próximo ciclo de lavagem com fortes jatos de água, que diluem até 100% do sabão e do amaciante no momento correto do ciclo de lavagem e, ao entrar em contato com a roupa, se espalham de maneira eficiente evitando manchas e relavagens, e promovendo maior cuidado aos tecidos. Cor: Branca. Programas de lavagem: Possui 11 programas de lavagem, especialmente desenvolvidos para lavar adequadamente todos os tipos de roupas e sujeiras. Alta Capacidade.??Capacidade de lavagem: 15 Kg, com ciclos de lavagem, com dispenser para alvejante, dispenser para amaciante, dispenser para sabão em pó, dispenser para sabão líquido, enxágue, filtro elimina fiapos, pés niveladores, quantidade de níveis de água, sistema de lavagem: Agitação.??Velocidades de centrifugação: 630 rpm. Eficiência de centrifugação: a. Classificação Energética: a. Consumo: 0,4 Kw. Frequência: 60 Hz. Voltagem: 110V. Garantia: 12 meses com o fabricante. Dimensões do produto (a x L x p): 105,2 x 66,2 x 72,4 cm, Peso: 46 Kg.	MIDEA	WAVE AGITATOR	UNI	4,00	1.919,89	7.679,56
48	1	MICRO-ONDAS DE 30 LITROS MICRO-ONDAS 30 LITROS. Capacidade de 30 litros. Inclui prato giratório. Potencia mínima 820W; display LCD digital. Com funções descongelamento e cozimento pré-programado. Inclui botão e função para regulagem de potências. Com painel numérico. Com marcador de relógio. Inclui funções de descongelamento de carnes e pratos protos. Com painel do menu para monitorar o tempo de uso. Com botão de iníciar e de cancelar uso. Com função "Manter Aquecido". Com luz interior. Classificação energética: B ou A (de acordo com o Programa Brasileiro de Etiquetagem). Se vier desmontado, o produto deve incluir o serviço de montagem no ato da entrega. Medidas: profundidade de 39 cm a 41 cm, altura de 28 cm a 31 cm e largura de 49 cm a 51 cm. Incluir Manual Detalhado. Deve conter o serviço de instalação no ato da entrega. Conexões: material atóxico. Cor principal: prata inox. O produto deve ter garantia de, no mínimo, 12 meses	AGRATTO	AMICO2BN	UNI	6,00	595,58	3.573,48

		contra defeitos de fabricação. Tensão /voltagem 110V. Deve vir com a marca do fabricante e os certificados de conformidade, inclusive o de eficiência energética, impressos ou aplicados de forma permanente e visível no produto.						
TOTAL								94.586,47
GELCIO MOISES GARCIA ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
3	1	ARMÁRIO DE AÇO C/ 4 OU 5 PRATELEIRAS ARMÁRIO DE AÇO COM 4 OU 5 PRATELEIRAS. Material: majoritariamente aço. Medidas: Altura de 1,92 a 2 m, largura de 0,80 a 1,16 m e profundidade de 0,38 a 0,42 m. Com duas portas principais de modo que seja possível fechar todas as 4 ou 5 prateleiras (isto é, 5 ou 6 compartimentos internos). Com puxadores em ferro, aço ou alumínio. Deve conter um puxador em cada porta. Capacidade máxima de carga: pelo menos 30 kg por prateleira. Deve conter fechadura e, pelo menos, duas cópias de chaves. Pés resistentes de aproximadamente 2 cm. Se vier desmontado, o produto deve incluir o serviço de montagem no ato da entrega. O produto deve ter garantia de, no mínimo, 12 meses contra defeitos de fabricação.	COMAÇO	PA90	UNI	28,00	680,00	19.040,00
8	1	ARQUIVO DE AÇO DE 4 GAVETAS ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS. Quantidade de gavetas: 4. Chapa: 24 / 0,60mm. Medidas: altura de 1,30 a 1,40 m, largura de 0,45 a 0,49 m e profundidade de 0,65 a 0,74 m. Puxador: tipo alça. Portas etiquetas: Sim. Deslizamento: carrinho telescópico. Capacidade de peso por gaveta: 50 kg. Com fechadura e pelo menos duas cópias de chaves. Com sapatas niveladoras. Se vier desmontado, o produto deve incluir o serviço de montagem no ato da entrega. O produto deve ter garantia de, no mínimo, 12 meses contra defeitos de fabricação. Cor: branco ou azul, com a escolha ficando a critério da administração. Com tratamento anti-ferruginoso.	COMAÇO	OF4	UNI	35,00	685,00	23.975,00
21	1	CADEIRA CADEIRA COM BASE FIXA. Cadeira secretaria com base fixa. Assento e encosto com espuma anatômica injetada D45, proporcionando total conforto e durabilidade. Com revestimento de alta resistência. Estrutura em aço carbono com pintura eletrostática em pó, garantindo maior durabilidade e qualidade. Altura total de 85 cm, altura do assento de 45 cm, encosto de 36 cm de largura por 29 cm de comprimento, largura do assento de 40 cm, profundidade do assento de 39 cm. Com espuma anatômica injetada D45. Revestimento: material sintético. Peso máximo suportado: 110 kg. Peso aproximado do produto: 4 kg. Cor: preta. O produto deve ter garantia de, no mínimo, 12 meses contra defeitos de fabricação.	AMAFLEX	BASIC	UNI	74,00	127,00	9.398,00
22	1	CADEIRA CADEIRA EXECUTIVA GIRATÓRIA COM BRAÇO REGULÁVEL??Braços digitalizador com regulagem de altura c/ acionamento através de botão??Estrela de aço com capa em PP, pistão a gás??Assento e encosto confeccionado em madeira 15mm com espuma anatômica injetada 30mm interligados L sanfonado fixado por manipulo??Rodízios em PP??Capacidade de peso: 120 Kg	AMAFLEX	BASIC	UNI	30,00	288,00	8.640,00
TOTAL								61.053,00
IMPACTO ADMINISTRAÇÃO E EFICIÊNCIA LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
53	1	REFRESQUEIRA Refresqueira de Inox – 127 Volts. Com 2 depósitos de 15 litros cada, possuir torneiras totalmente desmontáveis para higienização, garantir boa conservação dos líquidos com o controle automático de temperatura e baixo consumo de energia com o sistema de refrigeração balanceada. Ecocompressor: com gás R134a que não agride o meio ambiente. Torneiras Easy Clean (desmontável para higienização). Depósito em policarbonato cristal injetado Depósito resistente a impacto. Sistema de agitação com pás de alta resistência. Evaporador em aço inox 304. Gabinete cor inox. Ambientes internos e externos. Pé antiderrapantes. Diferenciais: 2 depósitos de 15 litros Ambientes internos e externos Bandeja removível: para esvaziar ou higienizar Controle automático de temperatura Torneiras de alta resistência Volume Total: 30 Litros Volume dos Depósitos: 15 Litros Tempo para Refrigerar: 2h30 Temperatura de Resfriamento: 10°C Proteção: IPX4 Tensão Nominal (v): 127 Amperagem (a): 2,7 Potência (w): 240 Consumo de Energia (kWh/mês) 67,5. Voltagem 127V. Garantia de 1 ano.	BEGEL	Juice II -220v	UNI	2,00	2.655,77	5.311,54
59	1	Ventilador de teto com 03 pás em metal aproximadamente 100cm de diâmetro, tensão elétrica 127V, 130W de potência, aproximadamente 470 RPM. Garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	LOREN SID	VENT. TETO 127V M3 3P09I COD.1509	UNI	13,00	212,99	2.768,87
TOTAL								8.080,41
INFANTARIA COMERCIAL LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
54	1	SANDUICHEIRA ELÉTRICA Capacidade para dois sanduíches simultâneos. Placas antiaderentes. Voltagem 110. Garantia mínima de 12 meses.	agratto	agratto	UNI	6,00	161,74	970,44
56	1	TANQUINHO LAVA ROUPA Capacidade mínima de 10kg, semiautomática, lavagem por turbilhonamento, filtro para fiapos, dispenser para sabão e amaciante, eficiência energética 110V. Garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	libell	lav10	UNI	2,00	522,42	1.044,84
57	1	TORNEIRA ELÉTRICA TORNEIRA ELÉTRICA. Especificações mínimas: • Potência mínima 4800W; • 4 temperaturas; • Sistema de aterramento; • Compatível com sistema DR; • Disjuntor mínimo para 110V: 40ª; • Fiação mínima 6 mm² em 110V.; Voltagem 127V.	zagonel	zagonel	UNI	11,00	181,70	1.998,70
TOTAL								4.013,98
KCRS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
11	1	BALANÇA PROFISSIONAL Balança profissional (com selo de aprovação do INMETRO) compacta, leve	LIDER	P200M	UNI	1,00	1.400,00	1.400,00

		e??totalmente portátil.??Características:??- Divisão: Capacidade de medir em incrementos de 100 g, com faixa de medição de 0,000 kg até 200,000 kg.??- Alimentação: Bateria recarregável interna de 6 Volts que oferece autonomia.??de funcionamento por até 50 horas e fonte carregadora externa bivolt.??Entrada: 90-250VAC, 50/60Hz e Saída 6V/1,5A.??- Display: LCD com 6 dígitos, instalado diretamente na plataforma da balança.??- Corpo: Plataforma e tampa da plataforma em chapa de aço carbono 1020.??- Funções do display: Pesagem, com travamento do peso na estabilização.??Zero automático. Auto on/off backlight que se acende ao sair do zero, e se??apaga ao retornar a zero.??- Pintura: Eletrostática a pó (Padrão de fábrica = branco)??- Alça para transporte: Alça resistente em plástico ABS injetado na cor preta,??que oferece conforto e conveniência tornando a balança totalmente portátil.??- Piso antiderrapante: Tapete reveste a superfície da plataforma de pesagem??proporcionando maior segurança e conforto aos usuários.??- Pés antiderrapantes em borracha sintética: Além de permitir a correção do??nivelamento, oferecem maior aderência ao piso e segurança para as??pesagens.??-Sistema de pesagem: Célula de carga insensível a momento, no centro da??plataforma, que dispensa totalmente o uso de alavanca, liras ou redução??mecânica, proporcionando alta precisão e velocidade na leitura de peso.??- Proteção contra sobrecarga: Possui limitador de sobrecarga que protege a??célula de carga de possíveis impactos acidentais.??- Dimensões: Plataforma: 32 x 28 cm. Altura do piso até o topo do??equipamento: 10 cm??- Peso da balança: Apenas 5,200 kg??- Peso de embarque da balança: Apenas 6 kg??- Consumo: 0,5W??- Garantia de 1 ano.						
TOTAL								1.400,00
LEANDRO ANTONIO OZANA LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
27	1	FOGÃO INDUSTRIAL COM 6 BOCAS FOGÃO INDUSTRIAL COM 6 BOCAS. Fogão Industrial 6 Bocas 30x30 P5 Baixa Pressão Forno 87 Lts. Baixa Pressão a Gás GLP (BOTIJÃO). Mesa Perfil 5 (5cm entre as bocas). 03 Queimadores Duplos 140mm e 03 Simples 100mm Grelhas em ferro fundido 30x30 (6 dedos) Bandeja coletora de resíduo. Pintura Preta texturizada epóxi de alta resistência. Estrutura em aço carbono. Medidas internas do Forno Tampa em Aço Inox 430: Altura:31 cm. Largura:48 cm. Profundidade:59cm. Capacidade: 85 Litros. Medidas do Fogão: altura: 80cm, largura: 110cm. Profundidade: 83cm. Garantia 12 meses.	METALFOUR	5018/5105-6BSDF	UNI	2,00	1.584,77	3.169,54
TOTAL								3.169,54
MODULAR INOX INDUSTRIA E COMÉRCIO								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
42	1	Mesa Aço Inox Industrial. Mesa Aço Inox Industrial. Mesa industrial para manipulação e apoio, confeccionada integralmente em aço inox com acabamento escovado, medindo aproximadamente 160 cm de comprimento, 70 cm de largura e 90 cm de altura. Estrutura reforçada com pés em tubo 30x30 mm, confeccionados em chapa nº 18, proporcionando maior resistência e estabilidade. Tampo em chapa de aço inox AISI 430, espessura mínima nº 22 (0,8 mm), com reforço inferior para suportar capacidade de carga distribuída de até 100 kg. Possui estrado inferior tipo fenestrado com função de prateleira e travamento estrutural, com capacidade de carga distribuída de até 60 kg. Equipada com sapatas de regulagem em nylon para melhor nivelamento e estabilidade. Peso aproximado de 27 kg.	PROPRIA	MESA INOX	UNI	2,00	1.680,00	3.360,00
50	1	PIA AÇO INOX INDUSTRIAL 150X60X90 CM CUBA ESQUERDA PIA AÇO INOX INDUSTRIAL 150X60X90 CM CUBA ESQUERDA - Pia industrial para manipulação e preparo, confeccionada em aço inox com acabamento escovado, medindo aproximadamente 150 cm de comprimento, 60 cm de largura e 90 cm de altura, equipada com cuba posicionada no lado esquerdo, medindo aproximadamente 50x40x30 cm. Estrutura reforçada com pés em tubo de 1', confeccionados em chapa nº 20, garantindo resistência, estabilidade e durabilidade. Tampo confeccionado em chapa de aço inox AISI 430, espessura mínima nº 22 (0,8 mm), com reforço inferior para suportar capacidade de carga distribuída de até 120 kg. Possui estrado inferior tipo fenestrado com função de prateleira e travamento estrutural, com capacidade de carga distribuída de até 60 kg. A cuba é soldada em argônio, proporcionando melhor acabamento, vedação e resistência. Equipada com sapatas de regulagem em nylon para nivelamento e estabilidade. Peso aproximado de 24 kg	PROPRIA	PIA INOX	UNI	1,00	2.120,00	2.120,00
TOTAL								5.480,00
NEUZA WEIZANI SINKUEVITZ								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
31	1	FRITADEIRA ELÉTRICA INDUSTRIAL FRITADEIRA ELÉTRICA INDUSTRIAL. Fritadeira Elétrica Industrial Inox 2 cubas total 7L 110v. Com 1500 Watts de potência em cada resistência, painel em polímero especial: Resistente a altas temperaturas, não deformando ou enferrujando. Resistências em Aço Inox 304: Tubos duráveis, evitando corrosão e curtos-circuitos.Cubas em Aço Inox 304: Padrão gourmet internacional GN 1/3x100 ou GN 1/3x150.Cestos Aramados Estanhados: Durabilidade e facilidade de higienização. Termostato Crown: Faixa ampla de 50 a 300 graus para controle preciso.Luz Piloto de LED: Indica imediatamente o status da resistência. 2 Cabos Elétricos Independentes: Corretamente dimensionados para amperagem e tensão. Sapatas em Baquelite: Estabilidade, reduzindo a transmissão de calor. Base em Aço Inoxidável: Soldas profissionais internas para robustez.??Dimensões: - Cuba:??Capacidade inicial de fritura: 2,0 litros cada cuba. Capacidade ideal de fritura: 2,5 litros cada cuba. Capacidade máxima de fritura: 3 litros cada cuba. Volume total da cuba: 3,5 litros cada cuba (transbordando).??Comprimento da	CENTRAL	7L	UNI	2,00	640,00	1.280,00

		cuba: 290 mm. Largura da cuba: 145 mm. Profundidade da cuba: 100 mm.??- Cesto de Fritura: Comprimento: 225 mm. Largura: 110 mm. Profundidade: 80 mm.??- Base de Inox: Comprimento: 400 mm. Largura: 380 mm. Altura com cabeçote: 210 mm.??Garantia de 1 ano.						
49	1	MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS. processador 7 em 1: liquidificador + 6 acessórios. Acompanhado da jarra liquidificador e mais 6 acessórios: lâmina picadora, fatiador, ralador, palitador, espremedor e filtro do liquidificador. Voltagem: 110V. Alta potência que permita o preparo de alimentos mais consistentes e massas pesadas, jarra do processador de 3,2 litros: A capacidade útil é de 2 litros. Jarra do liquidificador de 3 litros + filtro: A capacidade útil de 2,1 litros. 6 acessórios: Filtro do Liquidificador, lâmina picadora e batedora, lâmina fatiadora: lâmina raladora e granuladora, lâmina Palitador, espremedor de fruta. Com peças removíveis. com trava de segurança e pés antiderrapantes. Garantia de 1 ano.	MONDIAL	MPN01	UNI	3,00	554,00	1.662,00
TOTAL								2.942,00

O R VIDA EIRELI

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
2	1	Armário aéreo de cozinha em aço Armário aéreo de cozinha em aço, 03 portas com puxadores, dobradiças metálicas, medindo aproximadamente 120cm de largura X 055cm de altura e 030cm de profundidade, pintura epóxi, cor branco. O produto deverá ser entregue montado. Garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	ITATIAIA	NEW PREMIUM	UNI	14,00	384,50	5.383,00
4	1	Armário de cozinha em aço Armário de cozinha em aço tipo paneleiro duplo, medindo aproximadamente 191cm de altura X 080cm de largura e 028 de profundidade. 06 portas com puxadores, dobradiças metálicas, pés de plástico com regulagem de altura, pintura epóxi, cor branco. O produto deverá ser entre montado. Garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	ITAIAIA	NEW PREMIUM	UNI	11,00	1.089,00	11.979,00
12	1	Balcão de cozinha em aço Balcão de cozinha em aço com tampo em MDP laminado plástico, medindo aproximadamente 120cm de largura X 089cm de altura e 045cm de profundida. 02 portas com puxadores, 04 gavetas com puxadores, dobradiças metálicas, corrediças telescópicas, pés de plásticos com regulagem de altura, pintura epóxi, cor branco. O produto deverá ser entre montado. Garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	ITATIAIA	ITATIAIA	UNI	7,00	874,50	6.121,50
44	1	Mesa para cozinha Mesa para cozinha, medindo aproximadamente 140cm de largura X 075cm de profundidade e 077cm de altura, base tubular em aço carbono, tampo de granito com acabamento polido, acompanha 06 cadeiras fabricadas em aço carbono com assento e encosto estofados revestidos de material sintético ou tecido. Garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	ARTEFAMOL	MIAMI	UNI	5,00	927,00	4.635,00
TOTAL								28.118,50

R.A HERNANDES LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
18	1	BUFFET TÉRMICO 4 CUBAS BUFFET TÉRMICO 4 CUBAS. Buffet Térmico Self Service 4 cubas 1/2 2000-2500 W .Confeccionado em aço inox 430, capacidade para 4 cubas gastronômicas (GNs) de 1/2 x 100, com iluminação fluorescente. Para garantir a higiene dos alimentos, protetor salivar construído em aço inox brilhante 430. Com estrutura tubular, pintura epóxi eletrostática. Apresentar termostato capilar de bulbo, cuja temperatura varia de 20 °C a 120 °C. Certificado pelo INMETRO. Corpo banho-maria em aço inox AISI 430, cobertura em aço inox. Acompanhar com 4 Cubas de acordo com o padrão mundial Gastronorm, de 1/2 e 1/1. E 4 tampas das cubas em aço inox. Voltagem com tensão 110 volts. Garantia 1 ano.	IBET	ST04	UNI	4,00	1.844,00	7.376,00
19	1	BUFFET TÉRMICO 6 CUBAS. Buffet Térmico Self Service 6 cubas 1/2 2000-2 BUFFET TÉRMICO 6 CUBAS. Buffet Térmico Self Service 6 cubas 1/2 2000-2500 W .Confeccionado em aço inox 430, capacidade para 6 cubas gastronômicas (GNs) de 1/2 x 100, com iluminação fluorescente. Para garantir a higiene dos alimentos, protetor salivar construído em aço inox brilhante 430. Com estrutura tubular, pintura epóxi eletrostática. Apresentar termostato capilar de bulbo, cuja temperatura varia de 20 °C a 120 °C. Certificado pelo INMETRO. Corpo banho-maria em aço inox AISI 430, cobertura em aço inox. Acompanhar com 6 Cubas de acordo com o padrão mundial Gastronorm, de 1/2 e 1/1. E 6 tampas das cubas em aço inox. Voltagem com tensão 110 volts. Garantia 1 ano.	IBET	ST06	UNI	3,00	1.972,00	5.916,00
28	1	FORNO INDUSTRIAL INOX 90 CM A GÁS GLP COM PEDRA REFRATÁRIA. FORNO INDUSTRIAL INOX 90 CM A GÁS GLP COM PEDRA REFRATÁRIA.??Laterais, frente e teto externas em aço inox.??Sistema para abertura do vidro tipo guilhotina com acabamento em pintura a pó eletrostática com base fosfatizada;??Queimadores com sistema de gaveta, em aço tubular, com regulador de entrada de ar para uma chama perfeita;??Pedra refratária que armazena o calor obtendo maior;??Uniformidade no assado;??Bandeja coletora de resíduos em chapa galvanizada superresistente;??Acompanha uma grelha reforçada por câmara;??Cavalete reforçado em aço carbono com acabamento em pintura a pó eletrostática com base fosfatizada;??Revestimento interno em aço galvanizado;??Câmara com três trilhos de apoio para regulagem de altura das grelhas;??Isolamento em lã de rocha;??Abertura total do vidro;??Termômetro na lateral do forno;??Gás baixa pressão (GLP);??Altura: 1250mm / 1890mm;??Largura: 920mm;??Profundidade: 654mm;??Altura total: 1510mm;??Consumo de gás: 0,957 kg/h;??Potência: 10.910 kcal/h;??Altura/Largura/Profundidade interna: 270mm/800mm/600mm. Garantia 12 meses.	ITAJOBI	9093	UNI	1,00	1.707,99	1.707,99

37	1	MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE PROFISSIONAL Máquina de algodão doce profissional, com alimentação elétrica em 127V, potência mínima de 900W, com capacidade de produção de no mínimo 2 (duas) ou 3 (três) unidades por minuto. A cuba deverá ser fabricada em aço inoxidável, removível, com diâmetro mínimo de 50cm. Cabeçote deverá ser confeccionado em alumínio ou aço inoxidável, resistentes a alta temperatura e adequado para uso continuo. O equipamento deverá possuir controle de temperatura, manual ou automático, além de sistema de aquecimento rápido, deverá acompanhar de no mínimo colher dosadora e manual de instruções em língua portuguesa. O produto deverá ser novo, sem uso, e atender normas de segurança vigentes, possuindo certificado do INMETRO ou equivalente, possuir garantia mínima de 12 (dez) meses.	INOVAMAQ	AD50	UNI	1,00	1.457,00	1.457,00
40	1	MÁQUINA DE PIPOCA PROFISSIONAL Máquina de Pipoca profissional, com alimentação elétrica em 127V e potência mínima de 1000W. O equipamento deverá possuir capacidade mínima para produção de 100g a 150g de milho por ciclo, com tempo médio de preparo reduzido, adequado para uso em eventos. A panela deverá ser basculante, removível, com revestimento antiaderente e sistema de aquecimento uniforme. Deverá ser fabricada em aço inoxidável, alumínio ou material resistente equivalente com gabinete em vidro temperado para visualização do preparo e proteção contra contato direto. Deverá possuir portas de acesso, sistema de iluminação interna e preferencialmente, bandeja coletora de resíduos. O equipamento deverá possuir pés antiderrapantes e estrutura estável, desmontagem simples para higienização e manutenção. Deverá acompanhar colher dosadora e manual em língua portuguesa. Produto deverá ser novo, sem uso e atender ás normas de segurança vigentes, com certificação do INMETRO ou equivalente. Deverá possuir garantia de no mínimo 12(doze) meses.	STEVAN METAL	BS-08	UNI	1,00	1.963,24	1.963,24
TOTAL								18.420,23

SANTA ROSA MAQUINAS & FERRAMENTAS LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
34	1	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO LAVADORA DE ALTA PRESSÃO. Pressão mínima 1800 psi, com fluxo de água de 500 l/h, frequência 60 Hz, Potência mínima de 1700 W, bivolt, com válvula de segurança, com diferentes tipos de jatos, com mangueira incluída de no mínimo 5M de comprimento. Possuir rodas para facilitar o seu transporte. Adequada para trabalhar com água a uma temperatura máxima de 40 °C. Função de desligamento automático incorporado ao liberar o gatilho. Protetor térmico incorporado que protege o motor de superaquecimentos. Projetada para poder usar diferentes tipos de jatos para aprofundar a lavagem. Acompanhar bico leque, bico turbo, engate rápido de água, pistola de pressão. Compatível com modelos equivalentes das marcas WAP, Kärcher, Bosch, Electrolux, Jacto, Tramontina ou de qualidade técnica equivalente. Garantia de 1 ano.	WAP	Líder 2200	UNI	7,00	1.234,99	8.644,93
TOTAL								8.644,93

SC COMERCIAL EIRELI

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
38	1	MÁQUINA DE CREPE MÁQUINA DE CREPE. A máquinas de crepe no Palito possuir 12 cavidades, estrutura em aço inoxidável polído de alta qualidade. Equipada com 2 resistências tubulares de alta durabilidade e qualidade com 1000 watts de potência cada, qualidade que proporcionam Um aquecimento uniforme nos dois lados do grill. Sistema exclusivo de canaleta para coletar o produto em excesso.Excelente isolação térmica com lá de rocha e alça antitérmica.Máquina de alta produção, capaz de Produzir 12 crepes no formato 4,5 x 13 cm, produção horária: 180 Crepes no Palito (Após 1o o aquecimento inicial de 15 Min). Grill em alumínio da alta qualidade com coletor nas bordas, exclusividade inovamaq. Thermostato de 50 a 300oC e Luz piloto que indica aquecimento. Capacidade: 12 Crepes. Voltagem: 100v. Altura: 200mm. Largura: 340mm. Profundidade: 380mm.	PRATIC	CREPEIRA	UNI	4,00	1.139,00	4.556,00
TOTAL								4.556,00

VALE COMERCIO DE MATERIAIS LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
58	1	Ventilador de parede aproximadamente 60 cm de diâmetro, oscilante, com controle de velocidade, 6 (seis) pás, 127V (ou bivolt), com grades de proteção, na cor preta. Garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	VENTISOL	VENTISOL	UNI	23,00	269,99	6.209,77
TOTAL								6.209,77

VERTICE COMERCIO DE ARTIGOS DE PLASTICO LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
24	1	CADEIRA PLÁSTICA SEM BRAÇO Especificação: Cadeira plástica sem braço cadeira plástica, sem braço, tipo monobloco, empilhável, fabricada em polipropileno virgem de alta resistência, tratada com resina anti-uv, dimensões: largura 430 mm, profundidade de 510 mm, altura 900 mm, espessura mínima 3mm, variação de 10% para mais e 5% para menos, carga máxima admissível 140 kg, cor branca, garantida mínima 1 ano, nome do fabricante, data de fabricação e recomendação para no máximo 5 anos após a data de fabricação moldada na própria peça, possuir selo de conformidade do inmetro (portaria inmetro n213/2007) abnt/nbr m14.776/2001. Unidade de fornecimento: UNIDADE.	REI DO PLASTICO	BISTRO	UNI	320,00	37,40	11.968,00
45	1	MESA PLÁSTICA Especificação: Mesa Plástica quadrada, tipo monobloco, empilhável, fabricada em polipropileno virgem de alta resistência, tratada com resinha anti-uv, dimensões: largura 700mm, comprimento 700mm, altura 720mm, espessura mínima 3mm, variação de 10% para mais e 5% para menos, capacidade para suportar no mínimo 30kg.	CAPERPASS	QUADRADA	UNI	80,00	73,50	5.880,00

		cor branca, garantia mínima 1 ano, nome do fabricante e data de fabricação moldada na própria peça. Mesa de plástico quadrada produzida em polipropileno. Cor: Branca. Dimensões mínimas: 70 x 70 x 72 cm de altura, resistente a UV.Características adicionais: empilhável. Possuir selo de aprovação do INMETRO.						
TOTAL								17.848,00

Valor homologado: 384.351,59

Santa Amélia, 14 de outubro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito de Santa Amélia

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:75850ADC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O prefeito Municipal INIVALDO BATISTA **,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer jurídico, resolve:
01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:
Processo n°: 85/2026
Licitação n°: 09/2026
Modalidade: Inexigibilidade
Data da Homologação: 15/10/2026
Data de adjudicação: 15/10/2026
Objeto homologado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de natureza predominantemente intelectual, destinados à elaboração do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, revisão integral do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Amélia, elaboração dos respectivos estudos técnicos, financeiros e jurídicos, desenvolvimento das minutas legislativas correspondentes, assessoramento técnico durante a tramitação legislativa e suporte especializado até a aprovação das leis e início de sua implementação

G A E - CONSULTORIA E PROJ. EDUCACIONAIS						
Lote	Item	Produto/Serviço	UN	QTD	Preço	Preço total
1	1	PLANO CARREIRA, PLANO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO e REFORMULAÇAO DO ESTATUDO Contratação de empresa especializada para prestação de serviços??técnicos de consultoria e assessoria para elaboração da Lei do Plano de Carreira Servidores Municipais, Reformulação do Estatuto dos Servidores Municipais, Lei do Plano Municipal de Educação, implantação de instrumento de avalição de desempenho para avanço na carreira dos Servidores, Elaboração de minutas de projetos de lei e acompanhamento até a implantação definitiva dos trabalhos ora relacionados, bem como, Orientar as Regulamentações após a aprovação das respectivas Leis.	SER	1,00	103.800,00	103.800,00
TOTAL						103.800,00

Valor homologado: 103.800,00

Santa Amélia, 15 de outubro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito de Santa Amélia

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:AE582302

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 688/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
I – Secretaria Municipal de Esporte
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Período	Veiculo	Atividade	Valor
A	Adenilton dos Santos	Motorista de veículos pesados	Arapongas / PR	17/10/2026	TBV-9C50	Transportar atletas	R$45,00
B	Nathan Campos Neves	Técnico desportivo	Arapongas / PR	17/10/2026	TBV-9C50	Acompanhar atletas	R$ 45,00
C	Nathan Campos Neves	Técnico desportivo	Cornélio Procópio / PR	18/10/2026	TBV-9C50	Acompanhar atletas	R$ 45,00
D	Rodrigo Aparecido Rossi	Motorista de veículos pesados	Cornélio Procópio / PR	18/10/2026	TBV-9C50	Transportar atletas	R$ 45,00

Parágrafo único: para a concessão das diárias elencadas neste artigo foram considerados os pareceres do controle interno.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 15 de Outubro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:8C011B18

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.574/2026

DECRETO Nº 2.574/2026

SÚMULA: Abre Crédito Suplementar no Orçamento do Município, inclusão no PPA E LDO e dá outras Providências.

Claudio Covre, Prefeito Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº. 4.320/1.964, e a Lei Municipal nº. 1164/2025, de 18 de novembro de 2025.

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no Orçamento, no valor total de **R$ 166.000,00 (cento e sessenta e seis mil reais)** para atender as necessidades do Poder Executivo com a seguinte classificação orçamentária:

Código da Despesa	Descrição	Fonte	Valor
08	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.001	**DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL**		
12.361.0005.1010	**INVESTIMENTO DIVISÃO ENSINO FUNDAMENTAL**		
4.4.90.52	177 - Equipamentos e Material Permanente	104	R$ 140.000,00
10	**SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER**		
10.001	**DIVISÃO DE ESPORTES E LAZER**		
27.812.0008.1013	**INVESTIMENTO DIVISÃO ESPORTE E LAZER**		
4.4.90.51	273 - Obras e Instalações	000	R$ 26.000,00
TOTAL SIUPREMENTAÇÃO			**R$ 166.000,00**

Art. 2º - Para abertura do Crédito de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos provenientes de anulação total ou parcial de dotação, conforme abaixo:

Código da Despesa	Red.	Descrição	Fonte	Valor
05		**SECRETARIA DE FINANÇAS E FAZENDA**		
05.001		**DIVISÃO DE FINANÇAS E FAZENDA**		
04.129.0002.2010		**SENTENÇAS, INDENIZAÇÕES, DEVOLUÇÕES E RESTITUIÇÕES**		
3.3.90.92	58	Despesas de Exercícios Anteriores	000	R$ 5.000,00
3.3.90.93	59	Indenizações e Restituições	000	R$ 10.000,00
06		**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**		
06.001		**DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**		
04.122.0002.1007		**INVESTIMENTO DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**		
4.4.90.52	78	Equipamentos e Material Permanente	000	R$ 19.000,00
04.122.0002.2013		**MANUTENÇÃO DA DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**		
3.3.90.14	84	Diárias – Civil	000	R$ 15.000,00
3.3.90.32	86	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	000	R$ 30.000,00
3.3.90.33	87	Passagens e Despesas com Locomoção	000	R$ 5.000,00
07		**SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**		
07.001		**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
08.244.0004.2024		**PROGRAMA NOVA CASA**		
3.3.90.32	147	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	000	R$ 9.000,00
07.002		**FUNDO M. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**		
08.243.0004.2028		**MANUTENÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**		
3.3.90.46	166	Auxílio-Alimentação	000	R$ 4.000,00
07.003		**FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – FMDI**		
08.241.0004.2029		**MANUTENÇÃO DOS DIREITOS DO IDOSO**		
3.3.90.32	168	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	000	R$ 10.000,00
3.3.90.36	169	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	000	R$ 1.000,00
07.004		**FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER**		
08.244.0004.2063		**MANUTENÇÃO DO FUNDO DOS DIREITOS DA MULHER**		
3.3.90.32	172	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	000	R$ 9.000,00
3.3.90.39	174	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	000	R$ 4.000,00
09		**SECRETARIA DE EMPREGABILIDADE E TURISMO**		
09.001		**DIVISÃO DE EMPREGABILIDADE E TURISMO**		
11.332.0007.1012		**INVESTIMENTO DIVISÃO DE EMPREGABILIDADE E TURISMO**		
4.4.90.52	264	Equipamentos e Material Permanente	000	R$ 8.000,00
12		**SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
12.001		**DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
15.452.0010.1015		**INVESTIMENTO DIVISÃO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
4.4.90.52	331	Equipamentos e Material Permanente	000	R$ 12.000,00
15.452.0010.2059		**MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS RODOVIÁRIOS**		
3.1.90.94	339	Indenizações e Restituições Trabalhistas	000	R$ 5.000,00
3.3.90.34	343	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	000	R$ 20.000,00
TOTAL ANULAÇÃO				**R$ 166.000,00**

Art. 3º - Ficam alteradas a Lei Municipal nº 1.135/2025, de 01 de julho de 2025 (LDO), e a Lei Municipal nº 1.134/2025, de 01 de julho de 2025 (PPA), em igual importância, observadas as alterações orçamentárias decorrentes da abertura do presente Crédito Especial.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar e redução das dotações desta Lei por Transposição, Remanejamento e Transferência por Decreto Municipal.

Art. 5º - Fica autorizado ao Executivo Municipal vincular outras Fontes de Recursos e Recursos que achar necessário para custear quaisquer despesas desta Lei.

Art. 6º - Este decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 15 de outubro de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:2B5842AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026 - PROCESSO Nº 846/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026 - Processo nº 846/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais, transporte, mão de obra e instalação de 10 (dez) esterqueiras revestidas em propriedades rurais do Município, compreendendo a instalação de geomembrana em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), com espessura mínima de 0,80 mm, em tanques escavados com dimensões de 8,00 metros de comprimento, 8,00 metros de largura e 2,30 metros de profundidade, bem como o fornecimento e a instalação de 50 metros de tubo drenante e 40 metros de tela metálica revestida em PVC, malha 5, fio 18, por unidade, destinados ao adequado armazenamento e manejo de dejetos provenientes da atividade pecuária

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Menor Preço, Por item
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: aplicando-se no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133 de 01 de abril de 2021; Decreto Municipal nº. 4.084/2024 de 26 de maio de 2006, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Federal nº 147/2014 e legislação complementar.
EMPRESA VENCEDORA – preço por item.

IRRIGIPAR SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Implantação esterqueira revestida, compreendendo o fornecimento de todos os materiais, transporte, mão de obra e instalação de geomembrana em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), com espessura mínima de 0,80 mm, destinada ao revestimento de tanque escavado com dimensões mínimas de 8,00 m de comprimento, 8,00 m de largura e 2,30 m de profundidade, incluindo o fornecimento e instalação de 50 metros de tubo drenante para captação e drenagem de gases e 40 metros de tela metálica revestida em PVC, malha 5, fio 18, destinada à proteção do tanque.	UN	10,00	7.199,00	71.990,00
TOTAL						71.990,00

Homologo a presente licitação,

Santo Antonio do Sudoeste - PR, em 15/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:7A407EFF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 124/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
Edital nº 113/2026

A comissão organizadora, com amparo no Edital de Abertura 113/2026 e na Portaria 226/2026, torna público:

I – Ficam HOMOLOGADOS os pedidos de inscrições abaixo para Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate as Endemias

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – Inscrição Geral

Nome do candidato	nº Insc.	D.NASC
ALESSANDRA GONÇALVES MARCIANO	40	19/08/1990
ANA CAROLINE DA SILVA	27	01/02/1995
ANA JULIA RODRIGUES	65	24/01/2004
ANA PAULA DA SILVA FREITAS CIZILHA	18	06/05/1986
ANA PAULA DOS SANTOS	79	12/08/1984
ANA PAULA JACO ANDRONIC	61	15/03/1993
ANDRE GABRIEL LIMA DOS SANTOS	62	11/04/1998

APARECIDA INOCENCIA DOS SANTOS	8	22/01/1979
BARABARA KAUANY BERTO DA SILVA	63	05/09/2004
BLENDA STEFANY DE MATTOS MOREIRA DA SILVA	52	05/07/1999
CARLA MARIA RODRIGUES	69	18/12/1989
CASSIA MENDES DE SOUSA	46	19/08/1996
DANIELE APARECIDA PINTO	6	30/04/1994
ELIANE MARIA DE SOUZA	31	25/04/1985
ELOIZA MASCARENHAS DE OLIVEIRA	49	16/02/1984
ERICA RITA DE CASSIA LOPES PROENÇA	9	10/06/1998
EULALIA APARECIDA DA SILVA	73	22/12/1973
EVANDRO DE JESUS SARDINHA TOLEDO	36	07/04/2006
FABIA DE OLIVEIRA	75	30/04/1984
FABIANA ANDRADE MIRANDA	54	28/05/1992
FRANCIEL ALBINO DA SILVA	56	31/01/2000
FRANCIELE APARECIDA TOME	20	22/01/1993
FRANCIELE INOCENCIA CAMARGO AMARAL	50	15/06/1987
GABRIEL ANTONIO FERREIRA	51	30/08/1999
GEOVANI FERREIRA AIRES	22	18/06/1995
GESSICA MENDES DE SOUSA LEAL	30	21/11/1994
HELENICE APARECIDA PEREIRA	53	16/04/1974
JAQUELINE APARECIDA DE ASEVEDO	37	24/10/1983
JESSYKA APARECIDA OUVERNEY	78	15/08/2001
JOÃO LUIZ ROLIM NETO	60	10/10/1999
JOSE GALDINO DA SILVA	24	02/10/1984
JOSELENE MARIA DA SILVA DITTRICH	4	12/11/1982
JUNIOR CESAR VIEIRA	58	30/12/2003
KARINA DE OLIVEIRA ASEVEDO	23	24/08/1986
KARLA PRISCILA DOS SANTOS OLIVEIRA	10	06/05/2002
KATHRYN RAYANE DA SILVA CIZILHA	19	25/04/2006
LAIZ BERTO DA SILVA	21	28/01/1994
LIVIA THAYNARA ROLIM BENTO	5	17/01/2008
LOANA DOS SANTOS MONTEIRO	41	20/08/1995
LUCIANA INOCENCIA DA COSTA ASEVEDO	2	24/09/1982
LUCILDA SALERA BATISTA	25	09/10/2007
LUCIMAR DOS SANTOS SILVESTRINI	67	14/08/1976
LUCIMARA APARECIDA ALLES	17	05/10/1991
MARIA APARECIDA DA SILVA	32	31/01/1985
MARIA APARECIDA DE LIMA	28	22/05/1970
MARIA DE LURDES MASCARENHAS	48	22/02/1987
MARIA IZABEL DA SILVEIRA	7	13/07/1985
MARIA ROSINEIDE GERALDO	64	01/01/1982
MARIO AUGUSTO DA SILVA	59	28/09/2005
MARTA ZENILDA DA COSTA	76	10/11/1990
MATEUS HENRIQUE RIBEIRO DA CUNHA	43	08/02/2008
MATHEUS CAMPOS DE CARVALHO	47	08/05/1999
MICHELE DE GOUVEIA SANTOS	13	09/04/1984
NEUSA DE FATIMA OLIVEIRA	14	09/06/1982
NICOLAS AUGUSTO SILVA	68	04/01/2003
NOELI APARECIDA ALLES	16	16/11/1984
PALOMA DOS SANTOS DE AZEVEDO JACO	38	22/10/1998
PATRICIA MARIA MENDES	66	03/11/1985
RAFAEL APARECIDO DE OLIVEIRA	35	26/07/1991
RAFAELA FERREIRA	39	04/05/2002
ROSELI MARIA BARBOSA	29	03/09/1980
SILMARA CRISTINA CORREA SANTOS	1	27/07/1976
SILVANA ALVES RODRIGUES DE PAIVA	42	05/04/1972
STHEFANY FRANCINY LEME SOARES	70	22/07/2007
TAIZA DE MIRANDA	12	10/05/1992
TATIANE FATIMA DE OLIVEIRA ARAUJO	55	12/11/1985
THIAGO DOS SANTOS VIEIRA	15	13/09/2004
VALDICEIA TEREZINHA LIVERIO DE OLIVEIRA	44	05/02/1990
VALDIRENE INOCENCIA CAMARGO RIBEIRO	57	23/01/1989
VALERIA IRACEMA CORREA	3	07/05/1996
VANIA MILENE DE ASEVEDO	11	05/05/1995
YASMIM THAMARA ROSA	74	24/10/2002

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – Inscrição Afrodescendente

Nome do candidato	nº Insc.	D.NASC
ALESSANDRA GONÇALVES MARCIANO	40	19/08/1990
ANA PAULA DA SILVA FREITAS CIZILHA	18	06/05/1986
ANDRE GABRIEL LIMA DOS SANTOS	62	11/04/1998
DANIELE APARECIDA PINTO	6	30/04/1994
EVANDRO DE JESUS SARDINHA TOLEDO	36	07/04/2006
FRANCIELE INOCENCIA CAMARGO AMARAL	50	15/06/1987
GEOVANI FERREIRA AIRES	22	18/06/1995
JESSYKA APARECIDA OUVERNEY	78	15/08/2001
JOSE GALDINO DA SILVA	24	02/10/1984
KATHRYN RAYANE DA SILVA CIZILHA	19	25/04/2006
LUCILDA SALERA BATISTA	25	09/10/2007
MARIA APARECIDA DA SILVA	32	31/01/1985
MATEUS HENRIQUE RIBEIRO DA CUNHA	43	08/02/2008
NOELI APARECIDA ALLES	16	16/11/1984
THIAGO DOS SANTOS VIEIRA	15	13/09/2004
VALDICEIA TEREZINHA LIVERIO DE OLIVEIRA	44	05/02/1990

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – Inscrição Pessoa com Deficiência - PNE

Nome do candidato	nº Insc.	D.NASC
VALDIRENE INOCENCIA CAMARGO RIBEIRO	57	23/01/1989

AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS – Inscrição Geral

Nome do candidato	nº Insc.	D.NASC
ACACIO VEIGA DE LIMA	80	11/06/1979
ADRIANO AUGUSTO DA SILVA	82	28/02/1984
ALAN MARCELO DE FREITAS	81	05/05/1998
ANDERSON GONZAGA RIBEIRO	83	27/03/2007
ANDRACIR MATEUS MIRANDA	84	23/12/1996
ANTONIO CARLOS DA SILVA NETO	85	26/02/1998
ARLETE APARECIDA PEDROZO LUIZ	86	24/11/1976
BRUNO VILELA DA SILVA	87	09/09/1996
CARLOS RENAN LARA SANTOS	88	09/05/2000
CELSO AUGUSTO SOARES	89	30/11/1980
CLOVIS JUNIOR DE PAIVA	90	08/03/2002
DAISY DANIELE FERREIRA ANTUNES	91	09/08/1987
DAPHYNE GABRIEL	92	02/07/2003
DARCY PASTANA MEDEIROS	93	23/03/1984
DEIVID VILELA DA SILVA	94	22/11/2001
EDGAR DE ANDRADE PEREIRA	95	08/03/1987
ELISANDRA LUCIA DA COSTA	96	30/08/1977
ELIZA MARA DE BARROS OLIVEIRA	97	23/12/1985
EMILAINE DOS SANTOS	98	26/02/2005
ERICA APARECIDA VEIGA	99	17/05/1990
ESTEFANY DOS SANTOS SILVESTRINI	100	26/08/2001
ETIENE CASSIA DE AGUIAR	101	21/05/1995
FELIPE JOSE DE ANDRADE E SILVA	102	30/07/1993
FELIPE ROBERTO DOS SANTOS	103	06/06/2008
FERNANDO HENRIQUE DE LIMA VALERIO	104	16/10/1994
GISLAINE CRISTINA NEVES	105	27/09/1987
HENRIQUE FERNANDES DA SILVA	106	13/06/1988
JAKELINE JAMILI DA SILVA	107	14/04/2003
JAQUELINE MAÇANERO DE ARAUJO	108	08/05/2002
JEFERSON JOÃO CHAGAS	109	26/03/1986
JOÃO LUCAS DA SILVA	110	21/07/2008
JOAO PAULO PEREIRA DA COSTA	111	01/03/1985
JUNIOR CARLOS VIEIRA	112	09/01/1990
KAYLAN VICTOR AZEVEDO ROSA	113	01/02/2009
LARISSA SABRINA SCHROEDER	114	23/01/1992
LEANDRO DE ASSUNÇÃO	115	21/07/2001
LEANDRO INOCENCIO ALLES	116	14/03/1987
LEANDRO INOCENCIO DE BRITO	117	23/10/1991
LENITA RODRIGUES DOS SANTOS	118	02/02/1977
LILIAN PATRICIA FERREIRA	119	21/11/1984
LUCIANE APARECIDA VACILOTO	120	12/10/1973
LUIZ GUILHERME MENDES DE MORAES SILVEIRA	121	17/08/1995
MARCELO ACASSIO CORREA	122	22/10/1999
MARCOS VINICCIUS DA COSTA ASEVEDO	123	25/04/2008
MARIA EDUARDA SOARES PANICHEK	124	29/11/2001
MARIA ISABELA DE OLIVEIRA	125	23/06/2005
MARY EVELLYN FERREIRA DA SILVA	126	27/06/2002
MATEUS HENRIQUE DE OLIVEIRA	127	18/04/2000
MATHEUS APARECIDO ALLES	128	02/04/2003
MILENA DOS SANTOS MATTOS	129	15/02/2007
MISLAINE DA SILVA ROCHA MORIHAMA	130	21/11/1988
NADIA ROSILENE GERALDO	131	10/04/1992
NADIANA NASCIMENTO RODRIGUES	132	12/12/1985
NOEMI LUDIMILA MARTINS SALAMANCA	133	07/03/2002
OSVALDO YOSHIO NAGITA	134	13/02/1978
PABLO ROGERIO ROLIM BENTO	135	24/04/1994
PATRICK GIULIANO TARANTI	136	01/06/1976
RAIANE ESTEFANI APARECIDA ARAUJO	137	21/12/2002
RENATA CAMARGO DA LUZ	138	01/01/1997
RENATA MARIA DA SILVA	139	17/05/1999
RENATA OLIVEIRA	140	07/12/2003
RENATO AUGUSTO DE OLIVEIRA	141	27/04/1989
ROBSON GOMES MENDES	142	26/07/1990
ROSEMARA DE AZEVEDO	143	15/05/1985
SIMONE APARECIDA DE LIMA OLIVEIRA	144	17/05/1983
VALERIA ALESSANDRA MATOS	146	25/10/1988

AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS – Inscrição Afrodescendentes

Nome do candidato	nº Insc.	D.NASC
ANDRACIR MATEUS MIRANDA	84	23/12/1996
CELSO AUGUSTO SOARES	89	30/11/1980
DARCY PASTANA MEDEIROS	93	23/03/1984
DEIVID VILELA DA SILVA	94	22/11/2001
EDGAR DE ANDRADE PEREIRA	95	08/03/1987
ELIZA MARA DE BARROS OLIVEIRA	97	23/12/1985
ESTEFANY DOS SANTOS SILVESTRINI	100	26/08/2001
HENRIQUE FERNANDES DA SILVA	106	13/06/1988
LEANDRO INOCENCIO ALLES	116	14/03/1987
LENITA RODRIGUES DOS SANTOS	118	02/02/1977

LUIZ GUILHERME MENDES DE MORAES SILVEIRA	121	17/08/1995
MARY EVELLYN FERREIRA DA SILVA	126	27/06/2002
NOEMI LUDIMILA MARTINS SALAMANCA	133	07/03/2002

II – Ficam INDEFERIDOS os pedidos de inscrição abaixo descrito:

Nome	**Função**	**FUNDAMENTAÇÃO**
EVANILDA JESUS DA ROSA MAXIMO	Agente Comunitário de Saúde	Item 3.3 "B" (não apresentou comprovante de residência em seu próprio nome ou comprovação de domicílio eleitoral em São José da Boa Vista)
FLAVIA MIRANDA	Agente Comunitário de Saúde	Item 3.3 "B" (não apresentou comprovante de residência em seu próprio nome ou comprovação de domicílio eleitoral em São José da Boa Vista)
GISELE CRISTINE DOS SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	Item 3.3 "B" (não apresentou comprovante de residência em seu próprio nome ou comprovação de domicílio eleitoral em São José da Boa Vista)
INGRID VALERIA ABREU DE OLIVEIRA	Agente Comunitário de Saúde	Item 3.2 (não encaminhou Ficha de Inscrição), Item 3.3 "A" (não encaminhou documentos pessoais) e Item 3.3 "B" (não apresentou comprovante de residência em seu próprio nome ou comprovação de domicílio eleitoral em São José da Boa Vista)
GUTERCLEISON DE OLIVEIRA LIMA	Agente Comunitário de Saúde	Item 3.2 (não encaminhou Ficha de Inscrição), Item 3.3 "A" (não encaminhou documentos pessoais) e Item 3.3 "B" (não apresentou comprovante de residência em seu próprio nome ou comprovação de domicílio eleitoral em São José da Boa Vista)
KARLA DAIANA DE REZENDE	Agente Comunitário de Saúde	Item 3.3 "B" (não apresentou comprovante de residência em seu próprio nome ou comprovação de domicílio eleitoral em São José da Boa Vista)
MAURICIO SAMPAIO DE SOUSA	Agente de Combate as Endemias	Item 3.2 (não encaminhou Ficha de Inscrição)
PEDRO JOSE DA CRUZ	Agente Comunitário de Saúde	Item 3.3 "B" (não apresentou comprovante de residência em seu próprio nome ou comprovação de domicílio eleitoral em São José da Boa Vista)
SUZANA DE OLIVEIRA MESSIAS	Agente de Combate as Endemias	Item 3.3 "a" (não encaminhou documento e identificação com foto e cópia do cadastro Pessoa Física)

III – A classificação provisória dos candidatos conforme pontuação obtida com base na análise dos títulos, consoante ao disposto no item 7 do Edital 113/2026

	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE **Inscrição Geral**			
Class.	**Nome do candidato**	**nº Insc.**	**D.NASC**	**Pontuação**
1º	ELOIZA MASCARENHAS DE OLIVEIRA	49	16/02/1984	13,00
2º	NICOLAS AUGUSTO SILVA	68	04/01/2003	9,00
3º	MARIA DE LURDES MASCARENHAS	48	22/02/1987	8,00
4º	VALERIA IRACEMA CORREA	3	07/05/1996	7,50
5º	ANA PAULA DOS SANTOS	79	12/08/1984	7,00
6º	FRANCIELE INOCENCIA CAMARGO AMARAL	50	15/06/1987	7,00
7º	VALDICEIA TEREZINHA LIVERIO DE OLIVEIRA	44	05/02/1990	7,00
8º	GESSICA MENDES DE SOUSA LEAL	30	21/11/1994	7,00
9º	JESSYKA APARECIDA OUVERNEY	78	15/08/2001	6,50
10º	SILMARA CRISTINA CORREA SANTOS	1	27/07/1976	5,50
11º	MARIA IZABEL DA SILVEIRA	7	13/07/1985	5,50
12º	CASSIA MENDES DE SOUSA	46	19/08/1996	5,50
13º	JOSELENE MARIA DA SILVA DITTRICH	4	12/11/1982	5,00
14º	MARTA ZENILDA DA COSTA	76	10/11/1990	5,00
15º	FRANCIEL ALBINO DA SILVA	56	31/01/2000	5,00
16º	MICHELE DE GOUVEIA SANTOS	13	09/04/1984	4,50
17º	ROSELI MARIA BARBOSA	29	03/09/1980	4,00
18º	FABIA DE OLIVEIRA	75	30/04/1984	4,00
19º	HELENICE APARECIDA PEREIRA	53	16/04/1974	3,50
20º	JOÃO LUIZ ROLIM NETO	60	10/10/1999	3,00
21º	LUCIANA INOCENCIA DA COSTA ASEVEDO	2	24/09/1982	2,50
22º	BLENDA STEFANY DE MATTOS MOREIRA DA SILVA	52	05/07/1999	2,50
23º	YASMIM THAMARA ROSA	74	24/10/2002	2,50
24º	STHEFANY FRANCINY LEME SOARES	70	22/07/2007	2,50
25º	MARIA APARECIDA DE LIMA	28	22/05/1970	2,00
26º	EULALIA APARECIDA DA SILVA	73	22/12/1973	2,00
27º	DANIELE APARECIDA PINTO	6	30/04/1994	2,00
28º	GABRIEL ANTONIO FERREIRA	51	30/08/1999	2,00
29º	MATEUS HENRIQUE RIBEIRO DA CUNHA	43	08/02/2008	2,00
30º	APARECIDA INOCENCIA DOS SANTOS	8	22/01/1979	1,50
31º	KARINA DE OLIVEIRA ASEVEDO	23	24/08/1986	1,50
32º	VALDIRENE INOCENCIA CAMARGO RIBEIRO	57	23/01/1989	1,50
33º	CARLA MARIA RODRIGUES	69	18/12/1989	1,50
34º	ALESSANDRA GONÇALVES MARCIANO	40	19/08/1990	1,50
35º	TAIZA DE MIRANDA	12	10/05/1992	1,50
36º	LAIZ BERTO DA SILVA	21	28/01/1994	1,50
37º	LOANA DOS SANTOS MONTEIRO	41	20/08/1995	1,50
38º	ANDRE GABRIEL LIMA DOS SANTOS	62	11/04/1998	1,50
39º	RAFAELA FERREIRA	39	04/05/2002	1,50
40º	JUNIOR CESAR VIEIRA	58	30/12/2003	1,50
41º	LUCILDA SALERA BATISTA	25	09/10/2007	1,50
42º	JOSE GALDINO DA SILVA	24	02/10/1984	0,50
43º	SILVANA ALVES RODRIGUES DE PAIVA	42	05/04/1972	0,00
44º	LUCIMAR DOS SANTOS SILVESTRINI	67	14/08/1976	0,00
45º	MARIA ROSINEIDE GERALDO	64	01/01/1982	0,00
46º	NEUSA DE FATIMA OLIVEIRA	14	09/06/1982	0,00
47º	JAQUELINE APARECIDA DE ASEVEDO	37	24/10/1983	0,00
48º	NOELI APARECIDA ALLES	16	16/11/1984	0,00
49º	MARIA APARECIDA DA SILVA	32	31/01/1985	0,00
50º	ELIANE MARIA DE SOUZA	31	25/04/1985	0,00
51º	PATRICIA MARIA MENDES	66	03/11/1985	0,00
52º	TATIANE FATIMA DE OLIVEIRA ARAUJO	55	12/11/1985	0,00
53º	ANA PAULA DA SILVA FREITAS CIZILHA	18	06/05/1986	0,00
54º	RAFAEL APARECIDO DE OLIVEIRA	35	26/07/1991	0,00
55º	LUCIMARA APARECIDA ALLES	17	05/10/1991	0,00
56º	FABIANA ANDRADE MIRANDA	54	28/05/1992	0,00

57º	FRANCIELE APARECIDA TOME	20	22/01/1993	0,00
58º	ANA PAULA JACO ANDRONIC	61	15/03/1993	0,00
59º	ANA CAROLINE DA SILVA	27	01/02/1995	0,00
60º	VANIA MILENE DE ASEVEDO	11	05/05/1995	0,00
61º	GEOVANI FERREIRA AIRES	22	18/06/1995	0,00
62º	ERICA RITA DE CASSIA LOPES PROENÇA	9	10/06/1998	0,00
63º	PALOMA DOS SANTOS DE AZEVEDO JACO	38	22/10/1998	0,00
64º	MATHEUS CAMPOS DE CARVALHO	47	08/05/1999	0,00
65º	KARLA PRISCILA DOS SANTOS OLIVEIRA	10	06/05/2002	0,00
66º	ANA JULIA RODRIGUES	65	24/01/2004	0,00
67º	BARABARA KAUANY BERTO DA SILVA	63	05/09/2004	0,00
68º	THIAGO DOS SANTOS VIEIRA	15	13/09/2004	0,00
69º	MARIO AUGUSTO DA SILVA	59	28/09/2005	0,00
70º	EVANDRO DE JESUS SARDINHA TOLEDO	36	07/04/2006	0,00
71º	KATHRYN RAYANE DA SILVA CIZILHA	19	25/04/2006	0,00
72º	LIVIA THAYNARA ROLIM BENTO	5	17/01/2008	0,00

	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - Inscrição Portador Deficiência-PNE			
Class.	**Nome do candidato**	**nº Insc.**	**D.NASC**	**Pontuação**
1º	VALDIRENE INOCENCIA CAMARGO RIBEIRO	57	23/01/1989	1,50

	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - Inscrição Afrodescendentes			
Class.	**Nome do candidato**	**nº Insc.**	**D.NASC**	**Pontuação**
1º	FRANCIELE INOCENCIA CAMARGO AMARAL	50	15/06/1987	7,00
2º	VALDICEIA TEREZINHA LIVERIO DE OLIVEIRA	44	05/02/1990	7,00
3º	JESSYKA APARECIDA OUVERNEY	78	15/08/2001	6,50
4º	DANIELE APARECIDA PINTO	6	30/04/1994	2,00
5º	MATEUS HENRIQUE RIBEIRO DA CUNHA	43	08/02/2008	2,00
6º	ALESSANDRA GONÇALVES MARCIANO	40	19/08/1990	1,50
7º	ANDRE GABRIEL LIMA DOS SANTOS	62	11/04/1998	1,50
8º	LUCILDA SALERA BATISTA	25	09/10/2007	1,50
9º	JOSE GALDINO DA SILVA	24	02/10/1984	0,50
10º	NOELI APARECIDA ALLES	16	16/11/1984	0,00
11º	MARIA APARECIDA DA SILVA	32	31/01/1985	0,00
12º	ANA PAULA DA SILVA FREITAS CIZILHA	18	06/05/1986	0,00
13º	GEOVANI FERREIRA AIRES	22	18/06/1995	0,00
14º	THIAGO DOS SANTOS VIEIRA	15	13/09/2004	0,00
15º	EVANDRO DE JESUS SARDINHA TOLEDO	36	07/04/2006	0,00
16º	KATHRYN RAYANE DA SILVA CIZILHA	19	25/04/2006	0,00

	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS **Inscrição Geral**			
Class.	**Nome do candidato**	**nº Insc.**	**D.NASC**	**Pontuação**
1º	ELISANDRA LUCIA DA COSTA	96	30/08/1977	15,00
2º	LARISSA SABRINA SCHROEDER	114	23/01/1992	11,50
3º	OSVALDO YOSHIO NAGITA	134	13/02/1978	9,50
4º	EDGAR DE ANDRADE PEREIRA	95	08/03/1987	9,00
5º	JOAO PAULO PEREIRA DA COSTA	111	01/03/1985	8,00
6º	JEFERSON JOÃO CHAGAS	109	26/03/1986	7,50
7º	RENATA MARIA DA SILVA	139	17/05/1999	7,00
8º	CARLOS RENAN LARA SANTOS	88	09/05/2000	7,00
9º	ACACIO VEIGA DE LIMA	80	11/06/1979	6,50
10º	ETIENE CASSIA DE AGUIAR	101	21/05/1995	6,00
11º	MARY EVELLYN FERREIRA DA SILVA	126	27/06/2002	6,00
12º	PATRICK GIULIANO TARANTI	136	01/06/1976	5,00
13º	PABLO ROGERIO ROLIM BENTO	135	24/04/1994	5,50
14º	LILIAN PATRICIA FERREIRA	119	21/11/1984	4,50
15º	GISLAINE CRISTINA NEVES	105	27/09/1987	4,50
16º	NADIA ROSILENE GERALDO	131	10/04/1992	4,50
17º	ALAN MARCELO DE FREITAS	81	05/05/1998	4,50
18º	CLOVIS JUNIOR DE PAIVA	90	08/03/2002	4,50
19º	ANTONIO CARLOS DA SILVA NETO	85	26/02/1998	4,00
20º	LEANDRO DE ASSUNÇÃO	115	21/07/2001	4,00
21º	DEIVID VILELA DA SILVA	94	22/11/2001	4,00
22º	MILENA DOS SANTOS MATTOS	129	15/02/2007	4,00
23º	FELIPE ROBERTO DOS SANTOS	103	06/06/2008	4,00
24º	LENITA RODRIGUES DOS SANTOS	118	02/02/1977	3,00
25º	ADRIANO AUGUSTO DA SILVA	82	28/02/1984	3,00
26º	ROSEMARA DE AZEVEDO	143	15/05/1985	3,00
27º	DAISY DANIELE FERREIRA ANTUNES	91	09/08/1987	3,00
28º	HENRIQUE FERNANDES DA SILVA	106	13/06/1988	3,00
29º	JUNIOR CARLOS VIEIRA	112	09/01/1990	3,00
30º	ERICA APARECIDA VEIGA	99	17/05/1990	3,00
31º	ROBSON GOMES MENDES	142	26/07/1990	3,00
32º	FELIPE JOSE DE ANDRADE E SILVA	102	30/07/1993	3,00
33º	ANDRACIR MATEUS MIRANDA	84	23/12/1996	3,00
34º	JAKELINE JAMILI DA SILVA	107	14/04/2003	3,00
35º	KAYLAN VICTOR AZEVEDO ROSA	113	01/02/2009	3,00
36º	FERNANDO HENRIQUE DE LIMA VALERIO	104	16/10/1994	2,50
37º	RAIANE ESTEFANI APARECIDA ARAUJO	137	21/12/2002	2,50
38º	MARCOS VINICCIUS DA COSTA ASEVEDO	123	25/04/2008	2,50
39º	ELIZA MARA DE BARROS OLIVEIRA	97	23/12/1985	2,00
40º	JAQUELINE MAÇANERO DE ARAUJO	108	08/05/2002	2,00
41º	LUCIANE APARECIDA VACILOTO	120	12/10/1973	1,50
42º	VALERIA ALESSANDRA MATOS	146	25/10/1988	1,50
43º	MISLAINE DA SILVA ROCHA MORIHAMA	130	21/11/1988	1,50
44º	BRUNO VILELA DA SILVA	87	09/09/1996	1,50
45º	RENATA CAMARGO DA LUZ	138	01/01/1997	1,50

46º	MATEUS HENRIQUE DE OLIVEIRA	127	18/04/2000	1,50
47º	DAPHYNE GABRIEL	92	02/07/2003	1,50
48º	EMILAINE DOS SANTOS	98	26/02/2005	1,50
49º	ANDERSON GONZAGA RIBEIRO	83	27/03/2007	1,50
50º	JOÃO LUCAS DA SILVA	110	21/07/2008	1,50
51º	NOEMI LUDIMILA MARTINS SALAMANCA	133	07/03/2002	1,00
52º	DARCY PASTANA MEDEIROS	93	23/03/1984	0,50
53º	ARLETE APARECIDA PEDROZO LUIZ	86	24/11/1976	0,00
54º	CELSO AUGUSTO SOARES	89	30/11/1980	0,00
55º	SIMONE APARECIDA DE LIMA OLIVEIRA	144	17/05/1983	0,00
56º	NADIANA NASCIMENTO RODRIGUES	132	12/12/1985	0,00
57º	LEANDRO INOCENCIO ALLES	116	14/03/1987	0,00
58º	RENATO AUGUSTO DE OLIVEIRA	141	27/04/1989	0,00
59º	LEANDRO INOCENCIO DE BRITO	117	23/10/1991	0,00
60º	LUIZ GUILHERME MENDES DE MORAES SILVEIRA	121	17/08/1995	0,00
61º	MARCELO ACASSIO CORREA	122	22/10/1999	0,00
62º	ESTEFANY DOS SANTOS SILVESTRINI	100	26/08/2001	0,00
63º	MARIA EDUARDA SOARES PANICHEK	124	29/11/2001	0,00
64º	MATHEUS APARECIDO ALLES	128	02/04/2003	0,00
65º	RENATA OLIVEIRA	140	07/12/2003	0,00
66º	MARIA ISABELA DE OLIVEIRA	125	23/06/2005	0,00

	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS Inscrição Afrodescendentes			
Class.	**Nome do candidato**	**nº Insc.**	**D.NASC**	**Pontuação**
1º	EDGAR DE ANDRADE PEREIRA	95	08/03/1987	9,00
2º	MARY EVELLYN FERREIRA DA SILVA	126	27/06/2002	6,00
3º	DEIVID VILELA DA SILVA	94	22/11/2001	4,00
4º	LENITA RODRIGUES DOS SANTOS	118	02/02/1977	3,00
5º	HENRIQUE FERNANDES DA SILVA	106	13/06/1988	3,00
6º	ANDRACIR MATEUS MIRANDA	84	23/12/1996	3,00
7º	ELIZA MARA DE BARROS OLIVEIRA	97	23/12/1985	2,00
8º	NOEMI LUDIMILA MARTINS SALAMANCA	133	07/03/2002	1,00
9º	DARCY PASTANA MEDEIROS	93	23/03/1984	0,50
10º	CELSO AUGUSTO SOARES	89	30/11/1980	0,00
11º	LEANDRO INOCENCIO ALLES	116	14/03/1987	0,00
12º	LUIZ GUILHERME MENDES DE MORAES SILVEIRA	121	17/08/1995	0,00
13º	ESTEFANY DOS SANTOS SILVESTRINI	100	26/08/2001	0,00

IV – Os candidatos poderão protocolar recurso dirigido a comissão organizadora, no período de 16 a 20/10/2026 conforme Edital 113/2026, item 10, mediante encaminhamento de e-mail ao endereço eletrônico rh@saojosedaboavista.pr.gov.br, ou entregues pessoalmente na Divisão de Rec. Humanos.

São José da Boa Vista–PR, 15 de outubro de 2026

KELLY DA SILVA SCARTON
Presidente da Comissão de Seleção

JAKELINE APARECIDA DE OLIVEIRA GRAVENA
Membro da Comissão de Seleção

LUCIANO DIAS
Membro da Comissão de Seleção

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:F926BA5C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CONSOLIDAÇÃO GERAL - 2027 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA POR CONTA DE RECEITA

CONSOLIDAÇÃO GERAL - 2027						
Programação financeira por conta de receita						
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL						233.000,00
Janeiro:	19.408,90	Maio:	19.408,90	Setembro:	19.408,90	
Fevereiro:	19.408,90	Junho:	19.408,90	Outubro:	19.408,90	
Março:	19.408,90	Julho:	19.408,90	Novembro:	19.408,90	
Abril:	19.408,90	Agosto:	19.408,90	Dezembro:	19.502,10	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						139.800,00
Janeiro:	11.645,34	Maio:	11.645,34	Setembro:	11.645,34	
Fevereiro:	11.645,34	Junho:	11.645,34	Outubro:	11.645,34	
Março:	11.645,34	Julho:	11.645,34	Novembro:	11.645,34	
Abril:	11.645,34	Agosto:	11.645,34	Dezembro:	11.701,26	
Receita						151.800,00
Janeiro:	12.644,94	Maio:	12.644,94	Setembro:	12.644,94	
Fevereiro:	12.644,94	Junho:	12.644,94	Outubro:	12.644,94	
Março:	12.644,94	Julho:	12.644,94	Novembro:	12.644,94	
Abril:	12.644,94	Agosto:	12.644,94	Dezembro:	12.705,66	
Outras Deduções						(12.000,00)
Janeiro:	(999,60)	Maio:	(999,60)	Setembro:	(999,60)	

Fevereiro:	(999,60)	Junho:	(999,60)	Outubro:	(999,60)	
Março:	(999,60)	Julho:	(999,60)	Novembro:	(999,60)	
Abril:	(999,60)	Agosto:	(999,60)	Dezembro:	(1.004,40)	
00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica						58.250,00
Janeiro:	4.852,23	Maio:	4.852,23	Setembro:	4.852,23	
Fevereiro:	4.852,23	Junho:	4.852,23	Outubro:	4.852,23	
Março:	4.852,23	Julho:	4.852,23	Novembro:	4.852,23	
Abril:	4.852,23	Agosto:	4.852,23	Dezembro:	4.875,52	
Receita						63.250,00
Janeiro:	5.268,73	Maio:	5.268,73	Setembro:	5.268,73	
Fevereiro:	5.268,73	Junho:	5.268,73	Outubro:	5.268,73	
Março:	5.268,73	Julho:	5.268,73	Novembro:	5.268,73	
Abril:	5.268,73	Agosto:	5.268,73	Dezembro:	5.294,02	
Outras Deduções						(5.000,00)
Janeiro:	(416,50)	Maio:	(416,50)	Setembro:	(416,50)	
Fevereiro:	(416,50)	Junho:	(416,50)	Outubro:	(416,50)	
Março:	(416,50)	Julho:	(416,50)	Novembro:	(416,50)	
Abril:	(416,50)	Agosto:	(416,50)	Dezembro:	(418,50)	
00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						34.950,00
Janeiro:	2.911,34	Maio:	2.911,34	Setembro:	2.911,34	
Fevereiro:	2.911,34	Junho:	2.911,34	Outubro:	2.911,34	
Março:	2.911,34	Julho:	2.911,34	Novembro:	2.911,34	
Abril:	2.911,34	Agosto:	2.911,34	Dezembro:	2.925,32	
Receita						37.950,00
Janeiro:	3.161,24	Maio:	3.161,24	Setembro:	3.161,24	
Fevereiro:	3.161,24	Junho:	3.161,24	Outubro:	3.161,24	
Março:	3.161,24	Julho:	3.161,24	Novembro:	3.161,24	
Abril:	3.161,24	Agosto:	3.161,24	Dezembro:	3.176,41	
Outras Deduções						(3.000,00)
Janeiro:	(249,90)	Maio:	(249,90)	Setembro:	(249,90)	
Fevereiro:	(249,90)	Junho:	(249,90)	Outubro:	(249,90)	
Março:	(249,90)	Julho:	(249,90)	Novembro:	(249,90)	
Abril:	(249,90)	Agosto:	(249,90)	Dezembro:	(251,10)	
1.1.1.2.50.0.2.00.00.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS						5.000,00
Janeiro:	416,48	Maio:	416,48	Setembro:	416,48	
Fevereiro:	416,48	Junho:	416,48	Outubro:	416,48	
Março:	416,48	Julho:	416,48	Novembro:	416,48	
Abril:	416,48	Agosto:	416,48	Dezembro:	418,72	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						3.000,00
Janeiro:	249,89	Maio:	249,89	Setembro:	249,89	
Fevereiro:	249,89	Junho:	249,89	Outubro:	249,89	
Março:	249,89	Julho:	249,89	Novembro:	249,89	
Abril:	249,89	Agosto:	249,89	Dezembro:	251,23	
Receita						3.600,00
Janeiro:	299,88	Maio:	299,88	Setembro:	299,88	
Fevereiro:	299,88	Junho:	299,88	Outubro:	299,88	
Março:	299,88	Julho:	299,88	Novembro:	299,88	
Abril:	299,88	Agosto:	299,88	Dezembro:	301,32	
Renúncia						(150,00)
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
Janeiro:	(12,50)	Maio:	(12,50)	Setembro:	(12,50)	
Fevereiro:	(12,50)	Junho:	(12,50)	Outubro:	(12,50)	
Março:	(12,50)	Julho:	(12,50)	Novembro:	(12,50)	
Abril:	(12,50)	Agosto:	(12,50)	Dezembro:	(12,52)	
Restituições						(150,00)
Janeiro:	(12,50)	Maio:	(12,50)	Setembro:	(12,50)	
Fevereiro:	(12,50)	Junho:	(12,50)	Outubro:	(12,50)	
Março:	(12,50)	Julho:	(12,50)	Novembro:	(12,50)	
Abril:	(12,50)	Agosto:	(12,50)	Dezembro:	(12,52)	
Descontos Concedidos						(150,00)
Janeiro:	(12,50)	Maio:	(12,50)	Setembro:	(12,50)	
Fevereiro:	(12,50)	Junho:	(12,50)	Outubro:	(12,50)	
Março:	(12,50)	Julho:	(12,50)	Novembro:	(12,50)	
Abril:	(12,50)	Agosto:	(12,50)	Dezembro:	(12,52)	
Outras Deduções						(150,00)
Janeiro:	(12,50)	Maio:	(12,50)	Setembro:	(12,50)	
Fevereiro:	(12,50)	Junho:	(12,50)	Outubro:	(12,50)	
Março:	(12,50)	Julho:	(12,50)	Novembro:	(12,50)	
Abril:	(12,50)	Agosto:	(12,50)	Dezembro:	(12,52)	
00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica						1.250,00
Janeiro:	104,12	Maio:	104,12	Setembro:	104,12	
Fevereiro:	104,12	Junho:	104,12	Outubro:	104,12	
Março:	104,12	Julho:	104,12	Novembro:	104,12	
Abril:	104,12	Agosto:	104,12	Dezembro:	104,68	
Receita						1.500,00
Janeiro:	124,95	Maio:	124,95	Setembro:	124,95	
Fevereiro:	124,95	Junho:	124,95	Outubro:	124,95	
Março:	124,95	Julho:	124,95	Novembro:	124,95	
Abril:	124,95	Agosto:	124,95	Dezembro:	125,55	
Renúncia						(62,50)
Janeiro:	(5,21)	Maio:	(5,21)	Setembro:	(5,21)	
Fevereiro:	(5,21)	Junho:	(5,21)	Outubro:	(5,21)	
Março:	(5,21)	Julho:	(5,21)	Novembro:	(5,21)	
Abril:	(5,21)	Agosto:	(5,21)	Dezembro:	(5,22)	
Restituições						(62,50)
Janeiro:	(5,21)	Maio:	(5,21)	Setembro:	(5,21)	
Fevereiro:	(5,21)	Junho:	(5,21)	Outubro:	(5,21)	
Março:	(5,21)	Julho:	(5,21)	Novembro:	(5,21)	
Abril:	(5,21)	Agosto:	(5,21)	Dezembro:	(5,22)	

Descontos Concedidos						(62,50)
Janeiro:	(5,21)	Maio:	(5,21)	Setembro:	(5,21)	
Fevereiro:	(5,21)	Junho:	(5,21)	Outubro:	(5,21)	
Março:	(5,21)	Julho:	(5,21)	Novembro:	(5,21)	
Abril:	(5,21)	Agosto:	(5,21)	Dezembro:	(5,22)	
Outras Deduções						(62,50)
Janeiro:	(5,21)	Maio:	(5,21)	Setembro:	(5,21)	
Fevereiro:	(5,21)	Junho:	(5,21)	Outubro:	(5,21)	
Março:	(5,21)	Julho:	(5,21)	Novembro:	(5,21)	
Abril:	(5,21)	Agosto:	(5,21)	Dezembro:	(5,22)	
00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						750,00
Janeiro:	62,47	Maio:	62,47	Setembro:	62,47	
Fevereiro:	62,47	Junho:	62,47	Outubro:	62,47	
Março:	62,47	Julho:	62,47	Novembro:	62,47	
Abril:	62,47	Agosto:	62,47	Dezembro:	62,81	
Receita						900,00
Janeiro:	74,97	Maio:	74,97	Setembro:	74,97	
Fevereiro:	74,97	Junho:	74,97	Outubro:	74,97	
Março:	74,97	Julho:	74,97	Novembro:	74,97	
Abril:	74,97	Agosto:	74,97	Dezembro:	75,33	
Renúncia						(37,50)
Janeiro:	(3,12)	Maio:	(3,12)	Setembro:	(3,12)	
Fevereiro:	(3,12)	Junho:	(3,12)	Outubro:	(3,12)	
Março:	(3,12)	Julho:	(3,12)	Novembro:	(3,12)	
Abril:	(3,12)	Agosto:	(3,12)	Dezembro:	(3,13)	
Restituições						(37,50)
Janeiro:	(3,12)	Maio:	(3,12)	Setembro:	(3,12)	
Fevereiro:	(3,12)	Junho:	(3,12)	Outubro:	(3,12)	
Março:	(3,12)	Julho:	(3,12)	Novembro:	(3,12)	
Abril:	(3,12)	Agosto:	(3,12)	Dezembro:	(3,13)	
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
Descontos Concedidos						(37,50)
Janeiro:	(3,12)	Maio:	(3,12)	Setembro:	(3,12)	
Fevereiro:	(3,12)	Junho:	(3,12)	Outubro:	(3,12)	
Março:	(3,12)	Julho:	(3,12)	Novembro:	(3,12)	
Abril:	(3,12)	Agosto:	(3,12)	Dezembro:	(3,13)	
Outras Deduções						(37,50)
Janeiro:	(3,12)	Maio:	(3,12)	Setembro:	(3,12)	
Fevereiro:	(3,12)	Junho:	(3,12)	Outubro:	(3,12)	
Março:	(3,12)	Julho:	(3,12)	Novembro:	(3,12)	
Abril:	(3,12)	Agosto:	(3,12)	Dezembro:	(3,13)	
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA						10.000,00
Janeiro:	832,98	Maio:	832,98	Setembro:	832,98	
Fevereiro:	832,98	Junho:	832,98	Outubro:	832,98	
Março:	832,98	Julho:	832,98	Novembro:	832,98	
Abril:	832,98	Agosto:	832,98	Dezembro:	837,22	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						6.000,00
Janeiro:	499,79	Maio:	499,79	Setembro:	499,79	
Fevereiro:	499,79	Junho:	499,79	Outubro:	499,79	
Março:	499,79	Julho:	499,79	Novembro:	499,79	
Abril:	499,79	Agosto:	499,79	Dezembro:	502,33	
Receita						6.600,00
Janeiro:	549,78	Maio:	549,78	Setembro:	549,78	
Fevereiro:	549,78	Junho:	549,78	Outubro:	549,78	
Março:	549,78	Julho:	549,78	Novembro:	549,78	
Abril:	549,78	Agosto:	549,78	Dezembro:	552,42	
Renúncia						(150,00)
Janeiro:	(12,50)	Maio:	(12,50)	Setembro:	(12,50)	
Fevereiro:	(12,50)	Junho:	(12,50)	Outubro:	(12,50)	
Março:	(12,50)	Julho:	(12,50)	Novembro:	(12,50)	
Abril:	(12,50)	Agosto:	(12,50)	Dezembro:	(12,52)	
Restituições						(150,00)
Janeiro:	(12,50)	Maio:	(12,50)	Setembro:	(12,50)	
Fevereiro:	(12,50)	Junho:	(12,50)	Outubro:	(12,50)	
Março:	(12,50)	Julho:	(12,50)	Novembro:	(12,50)	
Abril:	(12,50)	Agosto:	(12,50)	Dezembro:	(12,52)	
Descontos Concedidos						(150,00)
Janeiro:	(12,50)	Maio:	(12,50)	Setembro:	(12,50)	
Fevereiro:	(12,50)	Junho:	(12,50)	Outubro:	(12,50)	
Março:	(12,50)	Julho:	(12,50)	Novembro:	(12,50)	
Abril:	(12,50)	Agosto:	(12,50)	Dezembro:	(12,52)	
Outras Deduções						(150,00)
Janeiro:	(12,50)	Maio:	(12,50)	Setembro:	(12,50)	
Fevereiro:	(12,50)	Junho:	(12,50)	Outubro:	(12,50)	
Março:	(12,50)	Julho:	(12,50)	Novembro:	(12,50)	
Abril:	(12,50)	Agosto:	(12,50)	Dezembro:	(12,52)	
00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica						2.500,00
Janeiro:	208,24	Maio:	208,24	Setembro:	208,24	
Fevereiro:	208,24	Junho:	208,24	Outubro:	208,24	
Março:	208,24	Julho:	208,24	Novembro:	208,24	
Abril:	208,24	Agosto:	208,24	Dezembro:	209,31	
Receita						2.750,00
Janeiro:	229,07	Maio:	229,07	Setembro:	229,07	
Fevereiro:	229,07	Junho:	229,07	Outubro:	229,07	
Março:	229,07	Julho:	229,07	Novembro:	229,07	
Abril:	229,07	Agosto:	229,07	Dezembro:	230,18	
Renúncia						(62,50)
Janeiro:	(5,21)	Maio:	(5,21)	Setembro:	(5,21)	
Fevereiro:	(5,21)	Junho:	(5,21)	Outubro:	(5,21)	

Março:	(5,21)	Julho:	(5,21)	Novembro:	(5,21)	
Abril:	(5,21)	Agosto:	(5,21)	Dezembro:	(5,22)	
Restituições						(62,50)
Janeiro:	(5,21)	Maio:	(5,21)	Setembro:	(5,21)	
Fevereiro:	(5,21)	Junho:	(5,21)	Outubro:	(5,21)	
Março:	(5,21)	Julho:	(5,21)	Novembro:	(5,21)	
Abril:	(5,21)	Agosto:	(5,21)	Dezembro:	(5,22)	
Descontos Concedidos						(62,50)
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
Janeiro:	(5,21)	Maio:	(5,21)	Setembro:	(5,21)	
Fevereiro:	(5,21)	Junho:	(5,21)	Outubro:	(5,21)	
Março:	(5,21)	Julho:	(5,21)	Novembro:	(5,21)	
Abril:	(5,21)	Agosto:	(5,21)	Dezembro:	(5,22)	
Outras Deduções						(62,50)
Janeiro:	(5,21)	Maio:	(5,21)	Setembro:	(5,21)	
Fevereiro:	(5,21)	Junho:	(5,21)	Outubro:	(5,21)	
Março:	(5,21)	Julho:	(5,21)	Novembro:	(5,21)	
Abril:	(5,21)	Agosto:	(5,21)	Dezembro:	(5,22)	
00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						1.500,00
Janeiro:	124,95	Maio:	124,95	Setembro:	124,95	
Fevereiro:	124,95	Junho:	124,95	Outubro:	124,95	
Março:	124,95	Julho:	124,95	Novembro:	124,95	
Abril:	124,95	Agosto:	124,95	Dezembro:	125,58	
Receita						1.650,00
Janeiro:	137,44	Maio:	137,44	Setembro:	137,44	
Fevereiro:	137,44	Junho:	137,44	Outubro:	137,44	
Março:	137,44	Julho:	137,44	Novembro:	137,44	
Abril:	137,44	Agosto:	137,44	Dezembro:	138,10	
Renúncia						(37,50)
Janeiro:	(3,12)	Maio:	(3,12)	Setembro:	(3,12)	
Fevereiro:	(3,12)	Junho:	(3,12)	Outubro:	(3,12)	
Março:	(3,12)	Julho:	(3,12)	Novembro:	(3,12)	
Abril:	(3,12)	Agosto:	(3,12)	Dezembro:	(3,13)	
Restituições						(37,50)
Janeiro:	(3,12)	Maio:	(3,12)	Setembro:	(3,12)	
Fevereiro:	(3,12)	Junho:	(3,12)	Outubro:	(3,12)	
Março:	(3,12)	Julho:	(3,12)	Novembro:	(3,12)	
Abril:	(3,12)	Agosto:	(3,12)	Dezembro:	(3,13)	
Descontos Concedidos						(37,50)
Janeiro:	(3,12)	Maio:	(3,12)	Setembro:	(3,12)	
Fevereiro:	(3,12)	Junho:	(3,12)	Outubro:	(3,12)	
Março:	(3,12)	Julho:	(3,12)	Novembro:	(3,12)	
Abril:	(3,12)	Agosto:	(3,12)	Dezembro:	(3,13)	
Outras Deduções						(37,50)
Janeiro:	(3,12)	Maio:	(3,12)	Setembro:	(3,12)	
Fevereiro:	(3,12)	Junho:	(3,12)	Outubro:	(3,12)	
Março:	(3,12)	Julho:	(3,12)	Novembro:	(3,12)	
Abril:	(3,12)	Agosto:	(3,12)	Dezembro:	(3,13)	
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA					- MULTAS E JUROS	5.000,00
Janeiro:	416,50	Maio:	416,50	Setembro:	416,50	
Fevereiro:	416,50	Junho:	416,50	Outubro:	416,50	
Março:	416,50	Julho:	416,50	Novembro:	416,50	
Abril:	416,50	Agosto:	416,50	Dezembro:	418,50	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						3.000,00
Janeiro:	249,90	Maio:	249,90	Setembro:	249,90	
Fevereiro:	249,90	Junho:	249,90	Outubro:	249,90	
Março:	249,90	Julho:	249,90	Novembro:	249,90	
Abril:	249,90	Agosto:	249,90	Dezembro:	251,10	
Receita						3.180,00
Janeiro:	264,89	Maio:	264,89	Setembro:	264,89	
Fevereiro:	264,89	Junho:	264,89	Outubro:	264,89	
Março:	264,89	Julho:	264,89	Novembro:	264,89	
Abril:	264,89	Agosto:	264,89	Dezembro:	266,17	
Restituições						(60,00)
Janeiro:	(5,00)	Maio:	(5,00)	Setembro:	(5,00)	
Fevereiro:	(5,00)	Junho:	(5,00)	Outubro:	(5,00)	
Março:	(5,00)	Julho:	(5,00)	Novembro:	(5,00)	
Abril:	(5,00)	Agosto:	(5,00)	Dezembro:	(5,02)	
Descontos Concedidos						(60,00)
Janeiro:	(5,00)	Maio:	(5,00)	Setembro:	(5,00)	
Fevereiro:	(5,00)	Junho:	(5,00)	Outubro:	(5,00)	
Março:	(5,00)	Julho:	(5,00)	Novembro:	(5,00)	
Abril:	(5,00)	Agosto:	(5,00)	Dezembro:	(5,02)	
Outras Deduções						(60,00)
Janeiro:	(5,00)	Maio:	(5,00)	Setembro:	(5,00)	
Fevereiro:	(5,00)	Junho:	(5,00)	Outubro:	(5,00)	
Março:	(5,00)	Julho:	(5,00)	Novembro:	(5,00)	
Abril:	(5,00)	Agosto:	(5,00)	Dezembro:	(5,02)	
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica						1.250,00
Janeiro:	104,13	Maio:	104,13	Setembro:	104,13	
Fevereiro:	104,13	Junho:	104,13	Outubro:	104,13	
Março:	104,13	Julho:	104,13	Novembro:	104,13	
Abril:	104,13	Agosto:	104,13	Dezembro:	104,63	
Receita						1.325,00
Janeiro:	110,37	Maio:	110,37	Setembro:	110,37	
Fevereiro:	110,37	Junho:	110,37	Outubro:	110,37	
Março:	110,37	Julho:	110,37	Novembro:	110,37	

Abril:	110,37	Agosto:	110,37	Dezembro:	110,90	
Restituições						(25,00)
Janeiro:	(2,08)	Maio:	(2,08)	Setembro:	(2,08)	
Fevereiro:	(2,08)	Junho:	(2,08)	Outubro:	(2,08)	
Março:	(2,08)	Julho:	(2,08)	Novembro:	(2,08)	
Abril:	(2,08)	Agosto:	(2,08)	Dezembro:	(2,09)	
Descontos Concedidos						(25,00)
Janeiro:	(2,08)	Maio:	(2,08)	Setembro:	(2,08)	
Fevereiro:	(2,08)	Junho:	(2,08)	Outubro:	(2,08)	
Março:	(2,08)	Julho:	(2,08)	Novembro:	(2,08)	
Abril:	(2,08)	Agosto:	(2,08)	Dezembro:	(2,09)	
Outras Deduções						(25,00)
Janeiro:	(2,08)	Maio:	(2,08)	Setembro:	(2,08)	
Fevereiro:	(2,08)	Junho:	(2,08)	Outubro:	(2,08)	
Março:	(2,08)	Julho:	(2,08)	Novembro:	(2,08)	
Abril:	(2,08)	Agosto:	(2,08)	Dezembro:	(2,09)	
00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						750,00
Janeiro:	62,48	Maio:	62,48	Setembro:	62,48	
Fevereiro:	62,48	Junho:	62,48	Outubro:	62,48	
Março:	62,48	Julho:	62,48	Novembro:	62,48	
Abril:	62,48	Agosto:	62,48	Dezembro:	62,78	
Receita						795,00
Janeiro:	66,22	Maio:	66,22	Setembro:	66,22	
Fevereiro:	66,22	Junho:	66,22	Outubro:	66,22	
Março:	66,22	Julho:	66,22	Novembro:	66,22	
Abril:	66,22	Agosto:	66,22	Dezembro:	66,54	
Restituições						(15,00)
Janeiro:	(1,25)	Maio:	(1,25)	Setembro:	(1,25)	
Fevereiro:	(1,25)	Junho:	(1,25)	Outubro:	(1,25)	
Março:	(1,25)	Julho:	(1,25)	Novembro:	(1,25)	
Abril:	(1,25)	Agosto:	(1,25)	Dezembro:	(1,26)	
Descontos Concedidos						(15,00)
Janeiro:	(1,25)	Maio:	(1,25)	Setembro:	(1,25)	
Fevereiro:	(1,25)	Junho:	(1,25)	Outubro:	(1,25)	
Março:	(1,25)	Julho:	(1,25)	Novembro:	(1,25)	
Abril:	(1,25)	Agosto:	(1,25)	Dezembro:	(1,26)	
Outras Deduções						(15,00)
Janeiro:	(1,25)	Maio:	(1,25)	Setembro:	(1,25)	
Fevereiro:	(1,25)	Junho:	(1,25)	Outubro:	(1,25)	
Março:	(1,25)	Julho:	(1,25)	Novembro:	(1,25)	
Abril:	(1,25)	Agosto:	(1,25)	Dezembro:	(1,26)	
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00 - IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS -						360.000,00
Janeiro:	29.988,00	Maio:	29.988,00	Setembro:	29.988,00	
Fevereiro:	29.988,00	Junho:	29.988,00	Outubro:	29.988,00	
Março:	29.988,00	Julho:	29.988,00	Novembro:	29.988,00	
Abril:	29.988,00	Agosto:	29.988,00	Dezembro:	30.132,00	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						216.000,00
Janeiro:	17.992,80	Maio:	17.992,80	Setembro:	17.992,80	
Fevereiro:	17.992,80	Junho:	17.992,80	Outubro:	17.992,80	
Março:	17.992,80	Julho:	17.992,80	Novembro:	17.992,80	
Abril:	17.992,80	Agosto:	17.992,80	Dezembro:	18.079,20	
Receita						219.000,00
Janeiro:	18.242,70	Maio:	18.242,70	Setembro:	18.242,70	
Fevereiro:	18.242,70	Junho:	18.242,70	Outubro:	18.242,70	
Março:	18.242,70	Julho:	18.242,70	Novembro:	18.242,70	
Abril:	18.242,70	Agosto:	18.242,70	Dezembro:	18.330,30	
Renúncia						(600,00)
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
Janeiro:	(49,98)	Maio:	(49,98)	Setembro:	(49,98)	
Fevereiro:	(49,98)	Junho:	(49,98)	Outubro:	(49,98)	
Março:	(49,98)	Julho:	(49,98)	Novembro:	(49,98)	
Abril:	(49,98)	Agosto:	(49,98)	Dezembro:	(50,22)	
Restituições						(600,00)
Janeiro:	(49,98)	Maio:	(49,98)	Setembro:	(49,98)	
Fevereiro:	(49,98)	Junho:	(49,98)	Outubro:	(49,98)	
Março:	(49,98)	Julho:	(49,98)	Novembro:	(49,98)	
Abril:	(49,98)	Agosto:	(49,98)	Dezembro:	(50,22)	
Descontos Concedidos						(600,00)
Janeiro:	(49,98)	Maio:	(49,98)	Setembro:	(49,98)	
Fevereiro:	(49,98)	Junho:	(49,98)	Outubro:	(49,98)	
Março:	(49,98)	Julho:	(49,98)	Novembro:	(49,98)	
Abril:	(49,98)	Agosto:	(49,98)	Dezembro:	(50,22)	
Outras Deduções						(1.200,00)
Janeiro:	(99,96)	Maio:	(99,96)	Setembro:	(99,96)	
Fevereiro:	(99,96)	Junho:	(99,96)	Outubro:	(99,96)	
Março:	(99,96)	Julho:	(99,96)	Novembro:	(99,96)	
Abril:	(99,96)	Agosto:	(99,96)	Dezembro:	(100,44)	
00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica						90.000,00
Janeiro:	7.497,00	Maio:	7.497,00	Setembro:	7.497,00	
Fevereiro:	7.497,00	Junho:	7.497,00	Outubro:	7.497,00	
Março:	7.497,00	Julho:	7.497,00	Novembro:	7.497,00	
Abril:	7.497,00	Agosto:	7.497,00	Dezembro:	7.533,00	
Receita						91.250,00
Janeiro:	7.601,13	Maio:	7.601,13	Setembro:	7.601,13	
Fevereiro:	7.601,13	Junho:	7.601,13	Outubro:	7.601,13	
Março:	7.601,13	Julho:	7.601,13	Novembro:	7.601,13	
Abril:	7.601,13	Agosto:	7.601,13	Dezembro:	7.637,63	
Renúncia						(250,00)
Janeiro:	(20,82)	Maio:	(20,82)	Setembro:	(20,82)	

Fevereiro:	(20,82)	Junho:	(20,82)	Outubro:	(20,82)	
Março:	(20,82)	Julho:	(20,82)	Novembro:	(20,82)	
Abril:	(20,82)	Agosto:	(20,82)	Dezembro:	(20,93)	
Restituições						(250,00)
Janeiro:	(20,82)	Maio:	(20,82)	Setembro:	(20,82)	
Fevereiro:	(20,82)	Junho:	(20,82)	Outubro:	(20,82)	
Março:	(20,82)	Julho:	(20,82)	Novembro:	(20,82)	
Abril:	(20,82)	Agosto:	(20,82)	Dezembro:	(20,93)	
Descontos Concedidos						(250,00)
Janeiro:	(20,82)	Maio:	(20,82)	Setembro:	(20,82)	
Fevereiro:	(20,82)	Junho:	(20,82)	Outubro:	(20,82)	
Março:	(20,82)	Julho:	(20,82)	Novembro:	(20,82)	
Abril:	(20,82)	Agosto:	(20,82)	Dezembro:	(20,93)	
Outras Deduções						(500,00)
Janeiro:	(41,65)	Maio:	(41,65)	Setembro:	(41,65)	
Fevereiro:	(41,65)	Junho:	(41,65)	Outubro:	(41,65)	
Março:	(41,65)	Julho:	(41,65)	Novembro:	(41,65)	
Abril:	(41,65)	Agosto:	(41,65)	Dezembro:	(41,85)	
00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						54.000,00
Janeiro:	4.498,20	Maio:	4.498,20	Setembro:	4.498,20	
Fevereiro:	4.498,20	Junho:	4.498,20	Outubro:	4.498,20	
Março:	4.498,20	Julho:	4.498,20	Novembro:	4.498,20	
Abril:	4.498,20	Agosto:	4.498,20	Dezembro:	4.519,80	
Receita						54.750,00
Janeiro:	4.560,68	Maio:	4.560,68	Setembro:	4.560,68	
Fevereiro:	4.560,68	Junho:	4.560,68	Outubro:	4.560,68	
Março:	4.560,68	Julho:	4.560,68	Novembro:	4.560,68	
Abril:	4.560,68	Agosto:	4.560,68	Dezembro:	4.582,57	
Renúncia						(150,00)
Janeiro:	(12,49)	Maio:	(12,49)	Setembro:	(12,49)	
Fevereiro:	(12,49)	Junho:	(12,49)	Outubro:	(12,49)	
Março:	(12,49)	Julho:	(12,49)	Novembro:	(12,49)	
Abril:	(12,49)	Agosto:	(12,49)	Dezembro:	(12,55)	
Restituições						(150,00)
Janeiro:	(12,49)	Maio:	(12,49)	Setembro:	(12,49)	
Fevereiro:	(12,49)	Junho:	(12,49)	Outubro:	(12,49)	
Março:	(12,49)	Julho:	(12,49)	Novembro:	(12,49)	
Abril:	(12,49)	Agosto:	(12,49)	Dezembro:	(12,55)	
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
Descontos Concedidos						(150,00)
Janeiro:	(12,49)	Maio:	(12,49)	Setembro:	(12,49)	
Fevereiro:	(12,49)	Junho:	(12,49)	Outubro:	(12,49)	
Março:	(12,49)	Julho:	(12,49)	Novembro:	(12,49)	
Abril:	(12,49)	Agosto:	(12,49)	Dezembro:	(12,55)	
Outras Deduções						(300,00)
Janeiro:	(24,99)	Maio:	(24,99)	Setembro:	(24,99)	
Fevereiro:	(24,99)	Junho:	(24,99)	Outubro:	(24,99)	
Março:	(24,99)	Julho:	(24,99)	Novembro:	(24,99)	
Abril:	(24,99)	Agosto:	(24,99)	Dezembro:	(25,11)	
1.1.1.2.53.0.2.00.00.00.00.00 - IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS -						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						600,00
Janeiro:	49,98	Maio:	49,98	Setembro:	49,98	
Fevereiro:	49,98	Junho:	49,98	Outubro:	49,98	
Março:	49,98	Julho:	49,98	Novembro:	49,98	
Abril:	49,98	Agosto:	49,98	Dezembro:	50,22	
Receita						780,00
Janeiro:	64,97	Maio:	64,97	Setembro:	64,97	
Fevereiro:	64,97	Junho:	64,97	Outubro:	64,97	
Março:	64,97	Julho:	64,97	Novembro:	64,97	
Abril:	64,97	Agosto:	64,97	Dezembro:	65,29	
Restituições						(60,00)
Janeiro:	(5,00)	Maio:	(5,00)	Setembro:	(5,00)	
Fevereiro:	(5,00)	Junho:	(5,00)	Outubro:	(5,00)	
Março:	(5,00)	Julho:	(5,00)	Novembro:	(5,00)	
Abril:	(5,00)	Agosto:	(5,00)	Dezembro:	(5,02)	
Descontos Concedidos						(60,00)
Janeiro:	(5,00)	Maio:	(5,00)	Setembro:	(5,00)	
Fevereiro:	(5,00)	Junho:	(5,00)	Outubro:	(5,00)	
Março:	(5,00)	Julho:	(5,00)	Novembro:	(5,00)	
Abril:	(5,00)	Agosto:	(5,00)	Dezembro:	(5,02)	
Outras Deduções						(60,00)
Janeiro:	(5,00)	Maio:	(5,00)	Setembro:	(5,00)	
Fevereiro:	(5,00)	Junho:	(5,00)	Outubro:	(5,00)	
Março:	(5,00)	Julho:	(5,00)	Novembro:	(5,00)	
Abril:	(5,00)	Agosto:	(5,00)	Dezembro:	(5,02)	
00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica						250,00
Janeiro:	20,83	Maio:	20,83	Setembro:	20,83	
Fevereiro:	20,83	Junho:	20,83	Outubro:	20,83	
Março:	20,83	Julho:	20,83	Novembro:	20,83	
Abril:	20,83	Agosto:	20,83	Dezembro:	20,92	
Receita						325,00
Janeiro:	27,07	Maio:	27,07	Setembro:	27,07	
Fevereiro:	27,07	Junho:	27,07	Outubro:	27,07	
Março:	27,07	Julho:	27,07	Novembro:	27,07	
Abril:	27,07	Agosto:	27,07	Dezembro:	27,20	

Restituições						(25,00)
Janeiro:	(2,08)	Maio:	(2,08)	Setembro:	(2,08)	
Fevereiro:	(2,08)	Junho:	(2,08)	Outubro:	(2,08)	
Março:	(2,08)	Julho:	(2,08)	Novembro:	(2,08)	
Abril:	(2,08)	Agosto:	(2,08)	Dezembro:	(2,09)	
Descontos Concedidos						(25,00)
Janeiro:	(2,08)	Maio:	(2,08)	Setembro:	(2,08)	
Fevereiro:	(2,08)	Junho:	(2,08)	Outubro:	(2,08)	
Março:	(2,08)	Julho:	(2,08)	Novembro:	(2,08)	
Abril:	(2,08)	Agosto:	(2,08)	Dezembro:	(2,09)	
Outras Deduções						(25,00)
Janeiro:	(2,08)	Maio:	(2,08)	Setembro:	(2,08)	
Fevereiro:	(2,08)	Junho:	(2,08)	Outubro:	(2,08)	
Março:	(2,08)	Julho:	(2,08)	Novembro:	(2,08)	
Abril:	(2,08)	Agosto:	(2,08)	Dezembro:	(2,09)	
00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						150,00
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
Janeiro:	12,50	Maio:	12,50	Setembro:	12,50	
Fevereiro:	12,50	Junho:	12,50	Outubro:	12,50	
Março:	12,50	Julho:	12,50	Novembro:	12,50	
Abril:	12,50	Agosto:	12,50	Dezembro:	12,56	
Receita						195,00
Janeiro:	16,24	Maio:	16,24	Setembro:	16,24	
Fevereiro:	16,24	Junho:	16,24	Outubro:	16,24	
Março:	16,24	Julho:	16,24	Novembro:	16,24	
Abril:	16,24	Agosto:	16,24	Dezembro:	16,32	
Restituições						(15,00)
Janeiro:	(1,25)	Maio:	(1,25)	Setembro:	(1,25)	
Fevereiro:	(1,25)	Junho:	(1,25)	Outubro:	(1,25)	
Março:	(1,25)	Julho:	(1,25)	Novembro:	(1,25)	
Abril:	(1,25)	Agosto:	(1,25)	Dezembro:	(1,26)	
Descontos Concedidos						(15,00)
Janeiro:	(1,25)	Maio:	(1,25)	Setembro:	(1,25)	
Fevereiro:	(1,25)	Junho:	(1,25)	Outubro:	(1,25)	
Março:	(1,25)	Julho:	(1,25)	Novembro:	(1,25)	
Abril:	(1,25)	Agosto:	(1,25)	Dezembro:	(1,26)	
Outras Deduções						(15,00)
Janeiro:	(1,25)	Maio:	(1,25)	Setembro:	(1,25)	
Fevereiro:	(1,25)	Junho:	(1,25)	Outubro:	(1,25)	
Março:	(1,25)	Julho:	(1,25)	Novembro:	(1,25)	
Abril:	(1,25)	Agosto:	(1,25)	Dezembro:	(1,26)	
1.1.1.2.53.0.3.00.00.00.00.00 - IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - DÍVIDA						3.000,00
Janeiro:	249,90	Maio:	249,90	Setembro:	249,90	
Fevereiro:	249,90	Junho:	249,90	Outubro:	249,90	
Março:	249,90	Julho:	249,90	Novembro:	249,90	
Abril:	249,90	Agosto:	249,90	Dezembro:	251,10	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						1.800,00
Janeiro:	149,94	Maio:	149,94	Setembro:	149,94	
Fevereiro:	149,94	Junho:	149,94	Outubro:	149,94	
Março:	149,94	Julho:	149,94	Novembro:	149,94	
Abril:	149,94	Agosto:	149,94	Dezembro:	150,66	
Receita						1.980,00
Janeiro:	164,93	Maio:	164,93	Setembro:	164,93	
Fevereiro:	164,93	Junho:	164,93	Outubro:	164,93	
Março:	164,93	Julho:	164,93	Novembro:	164,93	
Abril:	164,93	Agosto:	164,93	Dezembro:	165,73	
Restituições						(60,00)
Janeiro:	(5,00)	Maio:	(5,00)	Setembro:	(5,00)	
Fevereiro:	(5,00)	Junho:	(5,00)	Outubro:	(5,00)	
Março:	(5,00)	Julho:	(5,00)	Novembro:	(5,00)	
Abril:	(5,00)	Agosto:	(5,00)	Dezembro:	(5,02)	
Descontos Concedidos						(60,00)
Janeiro:	(5,00)	Maio:	(5,00)	Setembro:	(5,00)	
Fevereiro:	(5,00)	Junho:	(5,00)	Outubro:	(5,00)	
Março:	(5,00)	Julho:	(5,00)	Novembro:	(5,00)	
Abril:	(5,00)	Agosto:	(5,00)	Dezembro:	(5,02)	
Outras Deduções						(60,00)
Janeiro:	(5,00)	Maio:	(5,00)	Setembro:	(5,00)	
Fevereiro:	(5,00)	Junho:	(5,00)	Outubro:	(5,00)	
Março:	(5,00)	Julho:	(5,00)	Novembro:	(5,00)	
Abril:	(5,00)	Agosto:	(5,00)	Dezembro:	(5,02)	
00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica						750,00
Janeiro:	62,48	Maio:	62,48	Setembro:	62,48	
Fevereiro:	62,48	Junho:	62,48	Outubro:	62,48	
Março:	62,48	Julho:	62,48	Novembro:	62,48	
Abril:	62,48	Agosto:	62,48	Dezembro:	62,77	
Receita						825,00
Janeiro:	68,72	Maio:	68,72	Setembro:	68,72	
Fevereiro:	68,72	Junho:	68,72	Outubro:	68,72	
Março:	68,72	Julho:	68,72	Novembro:	68,72	
Abril:	68,72	Agosto:	68,72	Dezembro:	69,05	
Restituições						(25,00)
Janeiro:	(2,08)	Maio:	(2,08)	Setembro:	(2,08)	
Fevereiro:	(2,08)	Junho:	(2,08)	Outubro:	(2,08)	
Março:	(2,08)	Julho:	(2,08)	Novembro:	(2,08)	
Abril:	(2,08)	Agosto:	(2,08)	Dezembro:	(2,09)	
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
Descontos Concedidos						(25,00)
Janeiro:	(2,08)	Maio:	(2,08)	Setembro:	(2,08)	

Fevereiro:	(2,08)	Junho:	(2,08)	Outubro:	(2,08)	
Março:	(2,08)	Julho:	(2,08)	Novembro:	(2,08)	
Abril:	(2,08)	Agosto:	(2,08)	Dezembro:	(2,09)	
Outras Deduções						(25,00)
Janeiro:	(2,08)	Maio:	(2,08)	Setembro:	(2,08)	
Fevereiro:	(2,08)	Junho:	(2,08)	Outubro:	(2,08)	
Março:	(2,08)	Julho:	(2,08)	Novembro:	(2,08)	
Abril:	(2,08)	Agosto:	(2,08)	Dezembro:	(2,09)	
00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						450,00
Janeiro:	37,49	Maio:	37,49	Setembro:	37,49	
Fevereiro:	37,49	Junho:	37,49	Outubro:	37,49	
Março:	37,49	Julho:	37,49	Novembro:	37,49	
Abril:	37,49	Agosto:	37,49	Dezembro:	37,67	
Receita						495,00
Janeiro:	41,23	Maio:	41,23	Setembro:	41,23	
Fevereiro:	41,23	Junho:	41,23	Outubro:	41,23	
Março:	41,23	Julho:	41,23	Novembro:	41,23	
Abril:	41,23	Agosto:	41,23	Dezembro:	41,43	
Restituições						(15,00)
Janeiro:	(1,25)	Maio:	(1,25)	Setembro:	(1,25)	
Fevereiro:	(1,25)	Junho:	(1,25)	Outubro:	(1,25)	
Março:	(1,25)	Julho:	(1,25)	Novembro:	(1,25)	
Abril:	(1,25)	Agosto:	(1,25)	Dezembro:	(1,26)	
Descontos Concedidos						(15,00)
Janeiro:	(1,25)	Maio:	(1,25)	Setembro:	(1,25)	
Fevereiro:	(1,25)	Junho:	(1,25)	Outubro:	(1,25)	
Março:	(1,25)	Julho:	(1,25)	Novembro:	(1,25)	
Abril:	(1,25)	Agosto:	(1,25)	Dezembro:	(1,26)	
Outras Deduções						(15,00)
Janeiro:	(1,25)	Maio:	(1,25)	Setembro:	(1,25)	
Fevereiro:	(1,25)	Junho:	(1,25)	Outubro:	(1,25)	
Março:	(1,25)	Julho:	(1,25)	Novembro:	(1,25)	
Abril:	(1,25)	Agosto:	(1,25)	Dezembro:	(1,26)	
1.1.1.2.53.0.4.00.00.00.00.00 - IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - DÍVIDA						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						600,00
Janeiro:	49,98	Maio:	49,98	Setembro:	49,98	
Fevereiro:	49,98	Junho:	49,98	Outubro:	49,98	
Março:	49,98	Julho:	49,98	Novembro:	49,98	
Abril:	49,98	Agosto:	49,98	Dezembro:	50,22	
Receita						780,00
Janeiro:	64,97	Maio:	64,97	Setembro:	64,97	
Fevereiro:	64,97	Junho:	64,97	Outubro:	64,97	
Março:	64,97	Julho:	64,97	Novembro:	64,97	
Abril:	64,97	Agosto:	64,97	Dezembro:	65,29	
Restituições						(60,00)
Janeiro:	(5,00)	Maio:	(5,00)	Setembro:	(5,00)	
Fevereiro:	(5,00)	Junho:	(5,00)	Outubro:	(5,00)	
Março:	(5,00)	Julho:	(5,00)	Novembro:	(5,00)	
Abril:	(5,00)	Agosto:	(5,00)	Dezembro:	(5,02)	
Descontos Concedidos						(60,00)
Janeiro:	(5,00)	Maio:	(5,00)	Setembro:	(5,00)	
Fevereiro:	(5,00)	Junho:	(5,00)	Outubro:	(5,00)	
Março:	(5,00)	Julho:	(5,00)	Novembro:	(5,00)	
Abril:	(5,00)	Agosto:	(5,00)	Dezembro:	(5,02)	
Outras Deduções						(60,00)
Janeiro:	(5,00)	Maio:	(5,00)	Setembro:	(5,00)	
Fevereiro:	(5,00)	Junho:	(5,00)	Outubro:	(5,00)	
Março:	(5,00)	Julho:	(5,00)	Novembro:	(5,00)	
Abril:	(5,00)	Agosto:	(5,00)	Dezembro:	(5,02)	
00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica						250,00
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
Janeiro:	20,83	Maio:	20,83	Setembro:	20,83	
Fevereiro:	20,83	Junho:	20,83	Outubro:	20,83	
Março:	20,83	Julho:	20,83	Novembro:	20,83	
Abril:	20,83	Agosto:	20,83	Dezembro:	20,92	
Receita						325,00
Janeiro:	27,07	Maio:	27,07	Setembro:	27,07	
Fevereiro:	27,07	Junho:	27,07	Outubro:	27,07	
Março:	27,07	Julho:	27,07	Novembro:	27,07	
Abril:	27,07	Agosto:	27,07	Dezembro:	27,20	
Restituições						(25,00)
Janeiro:	(2,08)	Maio:	(2,08)	Setembro:	(2,08)	
Fevereiro:	(2,08)	Junho:	(2,08)	Outubro:	(2,08)	
Março:	(2,08)	Julho:	(2,08)	Novembro:	(2,08)	
Abril:	(2,08)	Agosto:	(2,08)	Dezembro:	(2,09)	
Descontos Concedidos						(25,00)
Janeiro:	(2,08)	Maio:	(2,08)	Setembro:	(2,08)	
Fevereiro:	(2,08)	Junho:	(2,08)	Outubro:	(2,08)	
Março:	(2,08)	Julho:	(2,08)	Novembro:	(2,08)	
Abril:	(2,08)	Agosto:	(2,08)	Dezembro:	(2,09)	
Outras Deduções						(25,00)
Janeiro:	(2,08)	Maio:	(2,08)	Setembro:	(2,08)	
Fevereiro:	(2,08)	Junho:	(2,08)	Outubro:	(2,08)	
Março:	(2,08)	Julho:	(2,08)	Novembro:	(2,08)	
Abril:	(2,08)	Agosto:	(2,08)	Dezembro:	(2,09)	

00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						150,00
Janeiro:	12,50	Maio:	12,50	Setembro:	12,50	
Fevereiro:	12,50	Junho:	12,50	Outubro:	12,50	
Março:	12,50	Julho:	12,50	Novembro:	12,50	
Abril:	12,50	Agosto:	12,50	Dezembro:	12,56	
Receita						195,00
Janeiro:	16,24	Maio:	16,24	Setembro:	16,24	
Fevereiro:	16,24	Junho:	16,24	Outubro:	16,24	
Março:	16,24	Julho:	16,24	Novembro:	16,24	
Abril:	16,24	Agosto:	16,24	Dezembro:	16,32	
Restituições						(15,00)
Janeiro:	(1,25)	Maio:	(1,25)	Setembro:	(1,25)	
Fevereiro:	(1,25)	Junho:	(1,25)	Outubro:	(1,25)	
Março:	(1,25)	Julho:	(1,25)	Novembro:	(1,25)	
Abril:	(1,25)	Agosto:	(1,25)	Dezembro:	(1,26)	
Descontos Concedidos						(15,00)
Janeiro:	(1,25)	Maio:	(1,25)	Setembro:	(1,25)	
Fevereiro:	(1,25)	Junho:	(1,25)	Outubro:	(1,25)	
Março:	(1,25)	Julho:	(1,25)	Novembro:	(1,25)	
Abril:	(1,25)	Agosto:	(1,25)	Dezembro:	(1,26)	
Outras Deduções						(15,00)
Janeiro:	(1,25)	Maio:	(1,25)	Setembro:	(1,25)	
Fevereiro:	(1,25)	Junho:	(1,25)	Outubro:	(1,25)	
Março:	(1,25)	Julho:	(1,25)	Novembro:	(1,25)	
Abril:	(1,25)	Agosto:	(1,25)	Dezembro:	(1,26)	
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO						725.000,00
Janeiro:	65.250,00	Maio:	61.625,00	Setembro:	58.000,00	
Fevereiro:	61.625,00	Junho:	58.000,00	Outubro:	58.000,00	
Março:	58.000,00	Julho:	61.625,00	Novembro:	61.625,00	
Abril:	58.000,00	Agosto:	58.000,00	Dezembro:	65.250,00	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						435.000,00
Janeiro:	39.150,00	Maio:	36.975,00	Setembro:	34.800,00	
Fevereiro:	36.975,00	Junho:	34.800,00	Outubro:	34.800,00	
Março:	34.800,00	Julho:	36.975,00	Novembro:	36.975,00	
Abril:	34.800,00	Agosto:	34.800,00	Dezembro:	39.150,00	
00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica						181.250,00
Janeiro:	16.312,50	Maio:	15.406,25	Setembro:	14.500,00	
Fevereiro:	15.406,25	Junho:	14.500,00	Outubro:	14.500,00	
Março:	14.500,00	Julho:	15.406,25	Novembro:	15.406,25	
Abril:	14.500,00	Agosto:	14.500,00	Dezembro:	16.312,50	
00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						108.750,00
Janeiro:	9.787,50	Maio:	9.243,75	Setembro:	8.700,00	
Fevereiro:	9.243,75	Junho:	8.700,00	Outubro:	8.700,00	
Março:	8.700,00	Julho:	9.243,75	Novembro:	9.243,75	
Abril:	8.700,00	Agosto:	8.700,00	Dezembro:	9.787,50	

Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER LEGISLATIVO						53.000,00
Janeiro:	4.770,00	Maio:	4.505,00	Setembro:	4.240,00	
Fevereiro:	4.505,00	Junho:	4.240,00	Outubro:	4.240,00	
Março:	4.240,00	Julho:	4.505,00	Novembro:	4.505,00	
Abril:	4.240,00	Agosto:	4.240,00	Dezembro:	4.770,00	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						31.800,00
Janeiro:	2.862,00	Maio:	2.703,00	Setembro:	2.544,00	
Fevereiro:	2.703,00	Junho:	2.544,00	Outubro:	2.544,00	
Março:	2.544,00	Julho:	2.703,00	Novembro:	2.703,00	
Abril:	2.544,00	Agosto:	2.544,00	Dezembro:	2.862,00	
00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica						13.250,00
Janeiro:	1.192,50	Maio:	1.126,25	Setembro:	1.060,00	
Fevereiro:	1.126,25	Junho:	1.060,00	Outubro:	1.060,00	
Março:	1.060,00	Julho:	1.126,25	Novembro:	1.126,25	
Abril:	1.060,00	Agosto:	1.060,00	Dezembro:	1.192,50	
00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						7.950,00
Janeiro:	715,50	Maio:	675,75	Setembro:	636,00	
Fevereiro:	675,75	Junho:	636,00	Outubro:	636,00	
Março:	636,00	Julho:	675,75	Novembro:	675,75	
Abril:	636,00	Agosto:	636,00	Dezembro:	715,50	
1.1.1.3.03.4.1.01.01.00.00.00 - IMPOSTO DE RENDA RETIDA NA FONTE PJ						162.000,00
Janeiro:	13.494,60	Maio:	13.494,60	Setembro:	13.494,60	
Fevereiro:	13.494,60	Junho:	13.494,60	Outubro:	13.494,60	
Março:	13.494,60	Julho:	13.494,60	Novembro:	13.494,60	
Abril:	13.494,60	Agosto:	13.494,60	Dezembro:	13.559,40	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						97.200,00
Janeiro:	8.096,76	Maio:	8.096,76	Setembro:	8.096,76	
Fevereiro:	8.096,76	Junho:	8.096,76	Outubro:	8.096,76	
Março:	8.096,76	Julho:	8.096,76	Novembro:	8.096,76	
Abril:	8.096,76	Agosto:	8.096,76	Dezembro:	8.135,64	
00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica						40.500,00
Janeiro:	3.373,65	Maio:	3.373,65	Setembro:	3.373,65	
Fevereiro:	3.373,65	Junho:	3.373,65	Outubro:	3.373,65	
Março:	3.373,65	Julho:	3.373,65	Novembro:	3.373,65	
Abril:	3.373,65	Agosto:	3.373,65	Dezembro:	3.389,85	
00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						24.300,00
Janeiro:	2.024,19	Maio:	2.024,19	Setembro:	2.024,19	
Fevereiro:	2.024,19	Junho:	2.024,19	Outubro:	2.024,19	
Março:	2.024,19	Julho:	2.024,19	Novembro:	2.024,19	
Abril:	2.024,19	Agosto:	2.024,19	Dezembro:	2.033,91	
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL						717.000,00

Janeiro:	59.726,10	Maio:	59.726,10	Setembro:	59.726,10	
Fevereiro:	59.726,10	Junho:	59.726,10	Outubro:	59.726,10	
Março:	59.726,10	Julho:	59.726,10	Novembro:	59.726,10	
Abril:	59.726,10	Agosto:	59.726,10	Dezembro:	60.012,90	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						430.200,00
Janeiro:	35.835,66	Maio:	35.835,66	Setembro:	35.835,66	
Fevereiro:	35.835,66	Junho:	35.835,66	Outubro:	35.835,66	
Março:	35.835,66	Julho:	35.835,66	Novembro:	35.835,66	
Abril:	35.835,66	Agosto:	35.835,66	Dezembro:	36.007,74	
Receita						444.000,00
Janeiro:	36.985,20	Maio:	36.985,20	Setembro:	36.985,20	
Fevereiro:	36.985,20	Junho:	36.985,20	Outubro:	36.985,20	
Março:	36.985,20	Julho:	36.985,20	Novembro:	36.985,20	
Abril:	36.985,20	Agosto:	36.985,20	Dezembro:	37.162,80	
Renúncia						(600,00)
Janeiro:	(49,98)	Maio:	(49,98)	Setembro:	(49,98)	
Fevereiro:	(49,98)	Junho:	(49,98)	Outubro:	(49,98)	
Março:	(49,98)	Julho:	(49,98)	Novembro:	(49,98)	
Abril:	(49,98)	Agosto:	(49,98)	Dezembro:	(50,22)	
Restituições						(600,00)
Janeiro:	(49,98)	Maio:	(49,98)	Setembro:	(49,98)	
Fevereiro:	(49,98)	Junho:	(49,98)	Outubro:	(49,98)	
Março:	(49,98)	Julho:	(49,98)	Novembro:	(49,98)	
Abril:	(49,98)	Agosto:	(49,98)	Dezembro:	(50,22)	
Descontos Concedidos						(600,00)
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
Janeiro:	(49,98)	Maio:	(49,98)	Setembro:	(49,98)	
Fevereiro:	(49,98)	Junho:	(49,98)	Outubro:	(49,98)	
Março:	(49,98)	Julho:	(49,98)	Novembro:	(49,98)	
Abril:	(49,98)	Agosto:	(49,98)	Dezembro:	(50,22)	
Outras Deduções						(12.000,00)
Janeiro:	(999,60)	Maio:	(999,60)	Setembro:	(999,60)	
Fevereiro:	(999,60)	Junho:	(999,60)	Outubro:	(999,60)	
Março:	(999,60)	Julho:	(999,60)	Novembro:	(999,60)	
Abril:	(999,60)	Agosto:	(999,60)	Dezembro:	(1.004,40)	
00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica						179.250,00
Janeiro:	14.931,52	Maio:	14.931,52	Setembro:	14.931,52	
Fevereiro:	14.931,52	Junho:	14.931,52	Outubro:	14.931,52	
Março:	14.931,52	Julho:	14.931,52	Novembro:	14.931,52	
Abril:	14.931,52	Agosto:	14.931,52	Dezembro:	15.003,23	
Receita						185.000,00
Janeiro:	15.410,50	Maio:	15.410,50	Setembro:	15.410,50	
Fevereiro:	15.410,50	Junho:	15.410,50	Outubro:	15.410,50	
Março:	15.410,50	Julho:	15.410,50	Novembro:	15.410,50	
Abril:	15.410,50	Agosto:	15.410,50	Dezembro:	15.484,50	
Renúncia						(250,00)
Janeiro:	(20,82)	Maio:	(20,82)	Setembro:	(20,82)	
Fevereiro:	(20,82)	Junho:	(20,82)	Outubro:	(20,82)	
Março:	(20,82)	Julho:	(20,82)	Novembro:	(20,82)	
Abril:	(20,82)	Agosto:	(20,82)	Dezembro:	(20,93)	
Restituições						(250,00)
Janeiro:	(20,82)	Maio:	(20,82)	Setembro:	(20,82)	
Fevereiro:	(20,82)	Junho:	(20,82)	Outubro:	(20,82)	
Março:	(20,82)	Julho:	(20,82)	Novembro:	(20,82)	
Abril:	(20,82)	Agosto:	(20,82)	Dezembro:	(20,93)	
Descontos Concedidos						(250,00)
Janeiro:	(20,82)	Maio:	(20,82)	Setembro:	(20,82)	
Fevereiro:	(20,82)	Junho:	(20,82)	Outubro:	(20,82)	
Março:	(20,82)	Julho:	(20,82)	Novembro:	(20,82)	
Abril:	(20,82)	Agosto:	(20,82)	Dezembro:	(20,93)	
Outras Deduções						(5.000,00)
Janeiro:	(416,50)	Maio:	(416,50)	Setembro:	(416,50)	
Fevereiro:	(416,50)	Junho:	(416,50)	Outubro:	(416,50)	
Março:	(416,50)	Julho:	(416,50)	Novembro:	(416,50)	
Abril:	(416,50)	Agosto:	(416,50)	Dezembro:	(418,50)	
00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						107.550,00
Janeiro:	8.958,91	Maio:	8.958,91	Setembro:	8.958,91	
Fevereiro:	8.958,91	Junho:	8.958,91	Outubro:	8.958,91	
Março:	8.958,91	Julho:	8.958,91	Novembro:	8.958,91	
Abril:	8.958,91	Agosto:	8.958,91	Dezembro:	9.001,93	
Receita						111.000,00
Janeiro:	9.246,30	Maio:	9.246,30	Setembro:	9.246,30	
Fevereiro:	9.246,30	Junho:	9.246,30	Outubro:	9.246,30	
Março:	9.246,30	Julho:	9.246,30	Novembro:	9.246,30	
Abril:	9.246,30	Agosto:	9.246,30	Dezembro:	9.290,70	
Renúncia						(150,00)
Janeiro:	(12,49)	Maio:	(12,49)	Setembro:	(12,49)	
Fevereiro:	(12,49)	Junho:	(12,49)	Outubro:	(12,49)	
Março:	(12,49)	Julho:	(12,49)	Novembro:	(12,49)	
Abril:	(12,49)	Agosto:	(12,49)	Dezembro:	(12,55)	
Restituições						(150,00)
Janeiro:	(12,49)	Maio:	(12,49)	Setembro:	(12,49)	
Fevereiro:	(12,49)	Junho:	(12,49)	Outubro:	(12,49)	
Março:	(12,49)	Julho:	(12,49)	Novembro:	(12,49)	
Abril:	(12,49)	Agosto:	(12,49)	Dezembro:	(12,55)	
Descontos Concedidos						(150,00)
Janeiro:	(12,49)	Maio:	(12,49)	Setembro:	(12,49)	
Fevereiro:	(12,49)	Junho:	(12,49)	Outubro:	(12,49)	
Março:	(12,49)	Julho:	(12,49)	Novembro:	(12,49)	

Abril:	(12,49)	Agosto:	(12,49)	Dezembro:	(12,55)	
Outras Deduções						(3.000,00)
Janeiro:	(249,90)	Maio:	(249,90)	Setembro:	(249,90)	
Fevereiro:	(249,90)	Junho:	(249,90)	Outubro:	(249,90)	
Março:	(249,90)	Julho:	(249,90)	Novembro:	(249,90)	
Abril:	(249,90)	Agosto:	(249,90)	Dezembro:	(251,10)	
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS E JUROS						5.000,00
Janeiro:	416,48	Maio:	416,48	Setembro:	416,48	
Fevereiro:	416,48	Junho:	416,48	Outubro:	416,48	
Março:	416,48	Julho:	416,48	Novembro:	416,48	
Abril:	416,48	Agosto:	416,48	Dezembro:	418,72	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						3.000,00
Janeiro:	249,89	Maio:	249,89	Setembro:	249,89	
Fevereiro:	249,89	Junho:	249,89	Outubro:	249,89	
Março:	249,89	Julho:	249,89	Novembro:	249,89	
Abril:	249,89	Agosto:	249,89	Dezembro:	251,23	
Receita						3.600,00
Janeiro:	299,88	Maio:	299,88	Setembro:	299,88	
Fevereiro:	299,88	Junho:	299,88	Outubro:	299,88	
Março:	299,88	Julho:	299,88	Novembro:	299,88	
Abril:	299,88	Agosto:	299,88	Dezembro:	301,32	
Renúncia						(150,00)
Janeiro:	(12,50)	Maio:	(12,50)	Setembro:	(12,50)	
Fevereiro:	(12,50)	Junho:	(12,50)	Outubro:	(12,50)	
Março:	(12,50)	Julho:	(12,50)	Novembro:	(12,50)	
Abril:	(12,50)	Agosto:	(12,50)	Dezembro:	(12,52)	
Restituições						(150,00)
Janeiro:	(12,50)	Maio:	(12,50)	Setembro:	(12,50)	
Fevereiro:	(12,50)	Junho:	(12,50)	Outubro:	(12,50)	
Março:	(12,50)	Julho:	(12,50)	Novembro:	(12,50)	
Abril:	(12,50)	Agosto:	(12,50)	Dezembro:	(12,52)	
Descontos Concedidos						(150,00)
Janeiro:	(12,50)	Maio:	(12,50)	Setembro:	(12,50)	
Fevereiro:	(12,50)	Junho:	(12,50)	Outubro:	(12,50)	
Março:	(12,50)	Julho:	(12,50)	Novembro:	(12,50)	
Abril:	(12,50)	Agosto:	(12,50)	Dezembro:	(12,52)	
Outras Deduções						(150,00)
Janeiro:	(12,50)	Maio:	(12,50)	Setembro:	(12,50)	
Fevereiro:	(12,50)	Junho:	(12,50)	Outubro:	(12,50)	
Março:	(12,50)	Julho:	(12,50)	Novembro:	(12,50)	
Abril:	(12,50)	Agosto:	(12,50)	Dezembro:	(12,52)	
00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica						1.250,00
Janeiro:	104,12	Maio:	104,12	Setembro:	104,12	
Fevereiro:	104,12	Junho:	104,12	Outubro:	104,12	
Março:	104,12	Julho:	104,12	Novembro:	104,12	
Abril:	104,12	Agosto:	104,12	Dezembro:	104,68	
Receita						1.500,00
Janeiro:	124,95	Maio:	124,95	Setembro:	124,95	
Fevereiro:	124,95	Junho:	124,95	Outubro:	124,95	
Março:	124,95	Julho:	124,95	Novembro:	124,95	
Abril:	124,95	Agosto:	124,95	Dezembro:	125,55	
Renúncia						(62,50)
Janeiro:	(5,21)	Maio:	(5,21)	Setembro:	(5,21)	
Fevereiro:	(5,21)	Junho:	(5,21)	Outubro:	(5,21)	
Março:	(5,21)	Julho:	(5,21)	Novembro:	(5,21)	
Abril:	(5,21)	Agosto:	(5,21)	Dezembro:	(5,22)	
Restituições						(62,50)
Janeiro:	(5,21)	Maio:	(5,21)	Setembro:	(5,21)	
Fevereiro:	(5,21)	Junho:	(5,21)	Outubro:	(5,21)	
Março:	(5,21)	Julho:	(5,21)	Novembro:	(5,21)	
Abril:	(5,21)	Agosto:	(5,21)	Dezembro:	(5,22)	
Descontos Concedidos						(62,50)
Janeiro:	(5,21)	Maio:	(5,21)	Setembro:	(5,21)	
Fevereiro:	(5,21)	Junho:	(5,21)	Outubro:	(5,21)	
Março:	(5,21)	Julho:	(5,21)	Novembro:	(5,21)	
Abril:	(5,21)	Agosto:	(5,21)	Dezembro:	(5,22)	
Outras Deduções						(62,50)
Janeiro:	(5,21)	Maio:	(5,21)	Setembro:	(5,21)	
Fevereiro:	(5,21)	Junho:	(5,21)	Outubro:	(5,21)	
Março:	(5,21)	Julho:	(5,21)	Novembro:	(5,21)	
Abril:	(5,21)	Agosto:	(5,21)	Dezembro:	(5,22)	
00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						750,00
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
Janeiro:	62,47	Maio:	62,47	Setembro:	62,47	
Fevereiro:	62,47	Junho:	62,47	Outubro:	62,47	
Março:	62,47	Julho:	62,47	Novembro:	62,47	
Abril:	62,47	Agosto:	62,47	Dezembro:	62,81	
Receita						900,00
Janeiro:	74,97	Maio:	74,97	Setembro:	74,97	
Fevereiro:	74,97	Junho:	74,97	Outubro:	74,97	
Março:	74,97	Julho:	74,97	Novembro:	74,97	
Abril:	74,97	Agosto:	74,97	Dezembro:	75,33	
Renúncia						(37,50)
Janeiro:	(3,12)	Maio:	(3,12)	Setembro:	(3,12)	
Fevereiro:	(3,12)	Junho:	(3,12)	Outubro:	(3,12)	
Março:	(3,12)	Julho:	(3,12)	Novembro:	(3,12)	
Abril:	(3,12)	Agosto:	(3,12)	Dezembro:	(3,13)	
Restituições						(37,50)

Janeiro:	(3,12)	Maio:	(3,12)	Setembro:	(3,12)	
Fevereiro:	(3,12)	Junho:	(3,12)	Outubro:	(3,12)	
Março:	(3,12)	Julho:	(3,12)	Novembro:	(3,12)	
Abril:	(3,12)	Agosto:	(3,12)	Dezembro:	(3,13)	
Descontos Concedidos						(37,50)
Janeiro:	(3,12)	Maio:	(3,12)	Setembro:	(3,12)	
Fevereiro:	(3,12)	Junho:	(3,12)	Outubro:	(3,12)	
Março:	(3,12)	Julho:	(3,12)	Novembro:	(3,12)	
Abril:	(3,12)	Agosto:	(3,12)	Dezembro:	(3,13)	
Outras Deduções						(37,50)
Janeiro:	(3,12)	Maio:	(3,12)	Setembro:	(3,12)	
Fevereiro:	(3,12)	Junho:	(3,12)	Outubro:	(3,12)	
Março:	(3,12)	Julho:	(3,12)	Novembro:	(3,12)	
Abril:	(3,12)	Agosto:	(3,12)	Dezembro:	(3,13)	
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA						10.000,00
Janeiro:	832,98	Maio:	832,98	Setembro:	832,98	
Fevereiro:	832,98	Junho:	832,98	Outubro:	832,98	
Março:	832,98	Julho:	832,98	Novembro:	832,98	
Abril:	832,98	Agosto:	832,98	Dezembro:	837,22	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						6.000,00
Janeiro:	499,79	Maio:	499,79	Setembro:	499,79	
Fevereiro:	499,79	Junho:	499,79	Outubro:	499,79	
Março:	499,79	Julho:	499,79	Novembro:	499,79	
Abril:	499,79	Agosto:	499,79	Dezembro:	502,33	
Receita						6.600,00
Janeiro:	549,78	Maio:	549,78	Setembro:	549,78	
Fevereiro:	549,78	Junho:	549,78	Outubro:	549,78	
Março:	549,78	Julho:	549,78	Novembro:	549,78	
Abril:	549,78	Agosto:	549,78	Dezembro:	552,42	
Renúncia						(150,00)
Janeiro:	(12,50)	Maio:	(12,50)	Setembro:	(12,50)	
Fevereiro:	(12,50)	Junho:	(12,50)	Outubro:	(12,50)	
Março:	(12,50)	Julho:	(12,50)	Novembro:	(12,50)	
Abril:	(12,50)	Agosto:	(12,50)	Dezembro:	(12,52)	
Restituições						(150,00)
Janeiro:	(12,50)	Maio:	(12,50)	Setembro:	(12,50)	
Fevereiro:	(12,50)	Junho:	(12,50)	Outubro:	(12,50)	
Março:	(12,50)	Julho:	(12,50)	Novembro:	(12,50)	
Abril:	(12,50)	Agosto:	(12,50)	Dezembro:	(12,52)	
Descontos Concedidos						(150,00)
Janeiro:	(12,50)	Maio:	(12,50)	Setembro:	(12,50)	
Fevereiro:	(12,50)	Junho:	(12,50)	Outubro:	(12,50)	
Março:	(12,50)	Julho:	(12,50)	Novembro:	(12,50)	
Abril:	(12,50)	Agosto:	(12,50)	Dezembro:	(12,52)	
Outras Deduções						(150,00)
Janeiro:	(12,50)	Maio:	(12,50)	Setembro:	(12,50)	
Fevereiro:	(12,50)	Junho:	(12,50)	Outubro:	(12,50)	
Março:	(12,50)	Julho:	(12,50)	Novembro:	(12,50)	
Abril:	(12,50)	Agosto:	(12,50)	Dezembro:	(12,52)	
00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica						2.500,00
Janeiro:	208,24	Maio:	208,24	Setembro:	208,24	
Fevereiro:	208,24	Junho:	208,24	Outubro:	208,24	
Março:	208,24	Julho:	208,24	Novembro:	208,24	
Abril:	208,24	Agosto:	208,24	Dezembro:	209,31	
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
Receita						2.750,00
Janeiro:	229,07	Maio:	229,07	Setembro:	229,07	
Fevereiro:	229,07	Junho:	229,07	Outubro:	229,07	
Março:	229,07	Julho:	229,07	Novembro:	229,07	
Abril:	229,07	Agosto:	229,07	Dezembro:	230,18	
Renúncia						(62,50)
Janeiro:	(5,21)	Maio:	(5,21)	Setembro:	(5,21)	
Fevereiro:	(5,21)	Junho:	(5,21)	Outubro:	(5,21)	
Março:	(5,21)	Julho:	(5,21)	Novembro:	(5,21)	
Abril:	(5,21)	Agosto:	(5,21)	Dezembro:	(5,22)	
Restituições						(62,50)
Janeiro:	(5,21)	Maio:	(5,21)	Setembro:	(5,21)	
Fevereiro:	(5,21)	Junho:	(5,21)	Outubro:	(5,21)	
Março:	(5,21)	Julho:	(5,21)	Novembro:	(5,21)	
Abril:	(5,21)	Agosto:	(5,21)	Dezembro:	(5,22)	
Descontos Concedidos						(62,50)
Janeiro:	(5,21)	Maio:	(5,21)	Setembro:	(5,21)	
Fevereiro:	(5,21)	Junho:	(5,21)	Outubro:	(5,21)	
Março:	(5,21)	Julho:	(5,21)	Novembro:	(5,21)	
Abril:	(5,21)	Agosto:	(5,21)	Dezembro:	(5,22)	
Outras Deduções						(62,50)
Janeiro:	(5,21)	Maio:	(5,21)	Setembro:	(5,21)	
Fevereiro:	(5,21)	Junho:	(5,21)	Outubro:	(5,21)	
Março:	(5,21)	Julho:	(5,21)	Novembro:	(5,21)	
Abril:	(5,21)	Agosto:	(5,21)	Dezembro:	(5,22)	
00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						1.500,00
Janeiro:	124,95	Maio:	124,95	Setembro:	124,95	
Fevereiro:	124,95	Junho:	124,95	Outubro:	124,95	
Março:	124,95	Julho:	124,95	Novembro:	124,95	
Abril:	124,95	Agosto:	124,95	Dezembro:	125,58	
Receita						1.650,00
Janeiro:	137,44	Maio:	137,44	Setembro:	137,44	
Fevereiro:	137,44	Junho:	137,44	Outubro:	137,44	
Março:	137,44	Julho:	137,44	Novembro:	137,44	

Abril:	137,44	Agosto:	137,44	Dezembro:	138,10	
Renúncia						(37,50)
Janeiro:	(3,12)	Maio:	(3,12)	Setembro:	(3,12)	
Fevereiro:	(3,12)	Junho:	(3,12)	Outubro:	(3,12)	
Março:	(3,12)	Julho:	(3,12)	Novembro:	(3,12)	
Abril:	(3,12)	Agosto:	(3,12)	Dezembro:	(3,13)	
Restituições						(37,50)
Janeiro:	(3,12)	Maio:	(3,12)	Setembro:	(3,12)	
Fevereiro:	(3,12)	Junho:	(3,12)	Outubro:	(3,12)	
Março:	(3,12)	Julho:	(3,12)	Novembro:	(3,12)	
Abril:	(3,12)	Agosto:	(3,12)	Dezembro:	(3,13)	
Descontos Concedidos						(37,50)
Janeiro:	(3,12)	Maio:	(3,12)	Setembro:	(3,12)	
Fevereiro:	(3,12)	Junho:	(3,12)	Outubro:	(3,12)	
Março:	(3,12)	Julho:	(3,12)	Novembro:	(3,12)	
Abril:	(3,12)	Agosto:	(3,12)	Dezembro:	(3,13)	
Outras Deduções						(37,50)
Janeiro:	(3,12)	Maio:	(3,12)	Setembro:	(3,12)	
Fevereiro:	(3,12)	Junho:	(3,12)	Outubro:	(3,12)	
Março:	(3,12)	Julho:	(3,12)	Novembro:	(3,12)	
Abril:	(3,12)	Agosto:	(3,12)	Dezembro:	(3,13)	
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS						5.000,00
Janeiro:	416,48	Maio:	416,48	Setembro:	416,48	
Fevereiro:	416,48	Junho:	416,48	Outubro:	416,48	
Março:	416,48	Julho:	416,48	Novembro:	416,48	
Abril:	416,48	Agosto:	416,48	Dezembro:	418,72	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						3.000,00
Janeiro:	249,89	Maio:	249,89	Setembro:	249,89	
Fevereiro:	249,89	Junho:	249,89	Outubro:	249,89	
Março:	249,89	Julho:	249,89	Novembro:	249,89	
Abril:	249,89	Agosto:	249,89	Dezembro:	251,23	
Receita						3.600,00
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
Janeiro:	299,88	Maio:	299,88	Setembro:	299,88	
Fevereiro:	299,88	Junho:	299,88	Outubro:	299,88	
Março:	299,88	Julho:	299,88	Novembro:	299,88	
Abril:	299,88	Agosto:	299,88	Dezembro:	301,32	
Renúncia						(150,00)
Janeiro:	(12,50)	Maio:	(12,50)	Setembro:	(12,50)	
Fevereiro:	(12,50)	Junho:	(12,50)	Outubro:	(12,50)	
Março:	(12,50)	Julho:	(12,50)	Novembro:	(12,50)	
Abril:	(12,50)	Agosto:	(12,50)	Dezembro:	(12,52)	
Restituições						(150,00)
Janeiro:	(12,50)	Maio:	(12,50)	Setembro:	(12,50)	
Fevereiro:	(12,50)	Junho:	(12,50)	Outubro:	(12,50)	
Março:	(12,50)	Julho:	(12,50)	Novembro:	(12,50)	
Abril:	(12,50)	Agosto:	(12,50)	Dezembro:	(12,52)	
Descontos Concedidos						(150,00)
Janeiro:	(12,50)	Maio:	(12,50)	Setembro:	(12,50)	
Fevereiro:	(12,50)	Junho:	(12,50)	Outubro:	(12,50)	
Março:	(12,50)	Julho:	(12,50)	Novembro:	(12,50)	
Abril:	(12,50)	Agosto:	(12,50)	Dezembro:	(12,52)	
Outras Deduções						(150,00)
Janeiro:	(12,50)	Maio:	(12,50)	Setembro:	(12,50)	
Fevereiro:	(12,50)	Junho:	(12,50)	Outubro:	(12,50)	
Março:	(12,50)	Julho:	(12,50)	Novembro:	(12,50)	
Abril:	(12,50)	Agosto:	(12,50)	Dezembro:	(12,52)	
00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica						1.250,00
Janeiro:	104,12	Maio:	104,12	Setembro:	104,12	
Fevereiro:	104,12	Junho:	104,12	Outubro:	104,12	
Março:	104,12	Julho:	104,12	Novembro:	104,12	
Abril:	104,12	Agosto:	104,12	Dezembro:	104,68	
Receita						1.500,00
Janeiro:	124,95	Maio:	124,95	Setembro:	124,95	
Fevereiro:	124,95	Junho:	124,95	Outubro:	124,95	
Março:	124,95	Julho:	124,95	Novembro:	124,95	
Abril:	124,95	Agosto:	124,95	Dezembro:	125,55	
Renúncia						(62,50)
Janeiro:	(5,21)	Maio:	(5,21)	Setembro:	(5,21)	
Fevereiro:	(5,21)	Junho:	(5,21)	Outubro:	(5,21)	
Março:	(5,21)	Julho:	(5,21)	Novembro:	(5,21)	
Abril:	(5,21)	Agosto:	(5,21)	Dezembro:	(5,22)	
Restituições						(62,50)
Janeiro:	(5,21)	Maio:	(5,21)	Setembro:	(5,21)	
Fevereiro:	(5,21)	Junho:	(5,21)	Outubro:	(5,21)	
Março:	(5,21)	Julho:	(5,21)	Novembro:	(5,21)	
Abril:	(5,21)	Agosto:	(5,21)	Dezembro:	(5,22)	
Descontos Concedidos						(62,50)
Janeiro:	(5,21)	Maio:	(5,21)	Setembro:	(5,21)	
Fevereiro:	(5,21)	Junho:	(5,21)	Outubro:	(5,21)	
Março:	(5,21)	Julho:	(5,21)	Novembro:	(5,21)	
Abril:	(5,21)	Agosto:	(5,21)	Dezembro:	(5,22)	
Outras Deduções						(62,50)
Janeiro:	(5,21)	Maio:	(5,21)	Setembro:	(5,21)	
Fevereiro:	(5,21)	Junho:	(5,21)	Outubro:	(5,21)	
Março:	(5,21)	Julho:	(5,21)	Novembro:	(5,21)	
Abril:	(5,21)	Agosto:	(5,21)	Dezembro:	(5,22)	
00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						750,00
Janeiro:	62,47	Maio:	62,47	Setembro:	62,47	

Fevereiro:	62,47	Junho:	62,47	Outubro:	62,47	
Março:	62,47	Julho:	62,47	Novembro:	62,47	
Abril:	62,47	Agosto:	62,47	Dezembro:	62,81	
Receita						900,00
Janeiro:	74,97	Maio:	74,97	Setembro:	74,97	
Fevereiro:	74,97	Junho:	74,97	Outubro:	74,97	
Março:	74,97	Julho:	74,97	Novembro:	74,97	
Abril:	74,97	Agosto:	74,97	Dezembro:	75,33	
Renúncia						(37,50)
Janeiro:	(3,12)	Maio:	(3,12)	Setembro:	(3,12)	
Fevereiro:	(3,12)	Junho:	(3,12)	Outubro:	(3,12)	
Março:	(3,12)	Julho:	(3,12)	Novembro:	(3,12)	
Abril:	(3,12)	Agosto:	(3,12)	Dezembro:	(3,13)	
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
Restituições						(37,50)
Janeiro:	(3,12)	Maio:	(3,12)	Setembro:	(3,12)	
Fevereiro:	(3,12)	Junho:	(3,12)	Outubro:	(3,12)	
Março:	(3,12)	Julho:	(3,12)	Novembro:	(3,12)	
Abril:	(3,12)	Agosto:	(3,12)	Dezembro:	(3,13)	
Descontos Concedidos						(37,50)
Janeiro:	(3,12)	Maio:	(3,12)	Setembro:	(3,12)	
Fevereiro:	(3,12)	Junho:	(3,12)	Outubro:	(3,12)	
Março:	(3,12)	Julho:	(3,12)	Novembro:	(3,12)	
Abril:	(3,12)	Agosto:	(3,12)	Dezembro:	(3,13)	
Outras Deduções						(37,50)
Janeiro:	(3,12)	Maio:	(3,12)	Setembro:	(3,12)	
Fevereiro:	(3,12)	Junho:	(3,12)	Outubro:	(3,12)	
Março:	(3,12)	Julho:	(3,12)	Novembro:	(3,12)	
Abril:	(3,12)	Agosto:	(3,12)	Dezembro:	(3,13)	
1.1.2.1.01.0.1.00.00.00.00.00 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL						110.000,00
Janeiro:	9.163,00	Maio:	9.163,00	Setembro:	9.163,00	
Fevereiro:	9.163,00	Junho:	9.163,00	Outubro:	9.163,00	
Março:	9.163,00	Julho:	9.163,00	Novembro:	9.163,00	
Abril:	9.163,00	Agosto:	9.163,00	Dezembro:	9.207,00	
00510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia						110.000,00
Janeiro:	9.163,00	Maio:	9.163,00	Setembro:	9.163,00	
Fevereiro:	9.163,00	Junho:	9.163,00	Outubro:	9.163,00	
Março:	9.163,00	Julho:	9.163,00	Novembro:	9.163,00	
Abril:	9.163,00	Agosto:	9.163,00	Dezembro:	9.207,00	
Receita						120.000,00
Janeiro:	9.996,00	Maio:	9.996,00	Setembro:	9.996,00	
Fevereiro:	9.996,00	Junho:	9.996,00	Outubro:	9.996,00	
Março:	9.996,00	Julho:	9.996,00	Novembro:	9.996,00	
Abril:	9.996,00	Agosto:	9.996,00	Dezembro:	10.044,00	
Outras Deduções						(10.000,00)
Janeiro:	(833,00)	Maio:	(833,00)	Setembro:	(833,00)	
Fevereiro:	(833,00)	Junho:	(833,00)	Outubro:	(833,00)	
Março:	(833,00)	Julho:	(833,00)	Novembro:	(833,00)	
Abril:	(833,00)	Agosto:	(833,00)	Dezembro:	(837,00)	
1.1.2.1.01.0.2.00.00.00.00.00 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS						2.000,00
Janeiro:	166,60	Maio:	166,60	Setembro:	166,60	
Fevereiro:	166,60	Junho:	166,60	Outubro:	166,60	
Março:	166,60	Julho:	166,60	Novembro:	166,60	
Abril:	166,60	Agosto:	166,60	Dezembro:	167,40	
00510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia						2.000,00
Janeiro:	166,60	Maio:	166,60	Setembro:	166,60	
Fevereiro:	166,60	Junho:	166,60	Outubro:	166,60	
Março:	166,60	Julho:	166,60	Novembro:	166,60	
Abril:	166,60	Agosto:	166,60	Dezembro:	167,40	
1.1.2.1.01.0.3.00.00.00.00.00 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA						6.000,00
Janeiro:	499,80	Maio:	499,80	Setembro:	499,80	
Fevereiro:	499,80	Junho:	499,80	Outubro:	499,80	
Março:	499,80	Julho:	499,80	Novembro:	499,80	
Abril:	499,80	Agosto:	499,80	Dezembro:	502,20	
00510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia						6.000,00
Janeiro:	499,80	Maio:	499,80	Setembro:	499,80	
Fevereiro:	499,80	Junho:	499,80	Outubro:	499,80	
Março:	499,80	Julho:	499,80	Novembro:	499,80	
Abril:	499,80	Agosto:	499,80	Dezembro:	502,20	
Receita						7.000,00
Janeiro:	583,10	Maio:	583,10	Setembro:	583,10	
Fevereiro:	583,10	Junho:	583,10	Outubro:	583,10	
Março:	583,10	Julho:	583,10	Novembro:	583,10	
Abril:	583,10	Agosto:	583,10	Dezembro:	585,90	
Descontos Concedidos						(500,00)
Janeiro:	(41,65)	Maio:	(41,65)	Setembro:	(41,65)	
Fevereiro:	(41,65)	Junho:	(41,65)	Outubro:	(41,65)	
Março:	(41,65)	Julho:	(41,65)	Novembro:	(41,65)	
Abril:	(41,65)	Agosto:	(41,65)	Dezembro:	(41,85)	
Outras Deduções						(500,00)
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
Janeiro:	(41,65)	Maio:	(41,65)	Setembro:	(41,65)	
Fevereiro:	(41,65)	Junho:	(41,65)	Outubro:	(41,65)	
Março:	(41,65)	Julho:	(41,65)	Novembro:	(41,65)	
Abril:	(41,65)	Agosto:	(41,65)	Dezembro:	(41,85)	
1.1.2.1.01.0.4.00.00.00.00.00 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS						2.000,00
Janeiro:	166,60	Maio:	166,60	Setembro:	166,60	
Fevereiro:	166,60	Junho:	166,60	Outubro:	166,60	
Março:	166,60	Julho:	166,60	Novembro:	166,60	

Abril:	166,60	Agosto:	166,60	Dezembro:	167,40	
00510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia						2.000,00
Janeiro:	166,60	Maio:	166,60	Setembro:	166,60	
Fevereiro:	166,60	Junho:	166,60	Outubro:	166,60	
Março:	166,60	Julho:	166,60	Novembro:	166,60	
Abril:	166,60	Agosto:	166,60	Dezembro:	167,40	
1.1.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PRIN CIPAL						10.000,00
Janeiro:	833,00	Maio:	833,00	Setembro:	833,00	
Fevereiro:	833,00	Junho:	833,00	Outubro:	833,00	
Março:	833,00	Julho:	833,00	Novembro:	833,00	
Abril:	833,00	Agosto:	833,00	Dezembro:	837,00	
00510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia						10.000,00
Janeiro:	833,00	Maio:	833,00	Setembro:	833,00	
Fevereiro:	833,00	Junho:	833,00	Outubro:	833,00	
Março:	833,00	Julho:	833,00	Novembro:	833,00	
Abril:	833,00	Agosto:	833,00	Dezembro:	837,00	
1.1.2.2.01.0.1.00.00.00.00.00 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - PRINCIPAL						95.000,00
Janeiro:	7.913,50	Maio:	7.913,50	Setembro:	7.913,50	
Fevereiro:	7.913,50	Junho:	7.913,50	Outubro:	7.913,50	
Março:	7.913,50	Julho:	7.913,50	Novembro:	7.913,50	
Abril:	7.913,50	Agosto:	7.913,50	Dezembro:	7.951,50	
00511 - Taxas - Prestação de Serviços						95.000,00
Janeiro:	7.913,50	Maio:	7.913,50	Setembro:	7.913,50	
Fevereiro:	7.913,50	Junho:	7.913,50	Outubro:	7.913,50	
Março:	7.913,50	Julho:	7.913,50	Novembro:	7.913,50	
Abril:	7.913,50	Agosto:	7.913,50	Dezembro:	7.951,50	
Receita						100.000,00
Janeiro:	8.330,00	Maio:	8.330,00	Setembro:	8.330,00	
Fevereiro:	8.330,00	Junho:	8.330,00	Outubro:	8.330,00	
Março:	8.330,00	Julho:	8.330,00	Novembro:	8.330,00	
Abril:	8.330,00	Agosto:	8.330,00	Dezembro:	8.370,00	
Outras Deduções						(5.000,00)
Janeiro:	(416,50)	Maio:	(416,50)	Setembro:	(416,50)	
Fevereiro:	(416,50)	Junho:	(416,50)	Outubro:	(416,50)	
Março:	(416,50)	Julho:	(416,50)	Novembro:	(416,50)	
Abril:	(416,50)	Agosto:	(416,50)	Dezembro:	(418,50)	
1.1.2.2.01.0.2.00.00.00.00.00 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - MULTAS E JUROS						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
00511 - Taxas - Prestação de Serviços						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.1.2.2.01.0.3.00.00.00.00.00 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - DÍVIDA ATIVA						3.000,00
Janeiro:	249,90	Maio:	249,90	Setembro:	249,90	
Fevereiro:	249,90	Junho:	249,90	Outubro:	249,90	
Março:	249,90	Julho:	249,90	Novembro:	249,90	
Abril:	249,90	Agosto:	249,90	Dezembro:	251,10	
00511 - Taxas - Prestação de Serviços						3.000,00
Janeiro:	249,90	Maio:	249,90	Setembro:	249,90	
Fevereiro:	249,90	Junho:	249,90	Outubro:	249,90	
Março:	249,90	Julho:	249,90	Novembro:	249,90	
Abril:	249,90	Agosto:	249,90	Dezembro:	251,10	
1.1.2.2.01.0.4.00.00.00.00.00 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
00511 - Taxas - Prestação de Serviços						1.000,00
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PRINCIPAL						347.000,00
Janeiro:	28.905,10	Maio:	28.905,10	Setembro:	28.905,10	
Fevereiro:	28.905,10	Junho:	28.905,10	Outubro:	28.905,10	
Março:	28.905,10	Julho:	28.905,10	Novembro:	28.905,10	
Abril:	28.905,10	Agosto:	28.905,10	Dezembro:	29.043,90	
00507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF						347.000,00
Janeiro:	28.905,10	Maio:	28.905,10	Setembro:	28.905,10	
Fevereiro:	28.905,10	Junho:	28.905,10	Outubro:	28.905,10	
Março:	28.905,10	Julho:	28.905,10	Novembro:	28.905,10	
Abril:	28.905,10	Agosto:	28.905,10	Dezembro:	29.043,90	
1.2.4.1.50.0.2.00.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - MULTAS E JUROS						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
00507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.2.4.1.50.0.3.00.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - DÍVIDA ATIVA						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	

Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
00507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.2.4.1.50.0.4.00.00.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
00507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.3.2.1.01.1.1.01.00.00.00.00 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - RECURSOS LIVRES						500.000,00
Janeiro:	41.650,00	Maio:	41.650,00	Setembro:	41.650,00	
Fevereiro:	41.650,00	Junho:	41.650,00	Outubro:	41.650,00	
Março:	41.650,00	Julho:	41.650,00	Novembro:	41.650,00	
Abril:	41.650,00	Agosto:	41.650,00	Dezembro:	41.850,00	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						500.000,00
Janeiro:	41.650,00	Maio:	41.650,00	Setembro:	41.650,00	
Fevereiro:	41.650,00	Junho:	41.650,00	Outubro:	41.650,00	
Março:	41.650,00	Julho:	41.650,00	Novembro:	41.650,00	
Abril:	41.650,00	Agosto:	41.650,00	Dezembro:	41.850,00	
1.3.2.1.01.1.1.02.00.00.00.00 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - RECURSOS VINCULADOS						300.000,00
Janeiro:	24.990,00	Maio:	24.990,00	Setembro:	24.990,00	
Fevereiro:	24.990,00	Junho:	24.990,00	Outubro:	24.990,00	
Março:	24.990,00	Julho:	24.990,00	Novembro:	24.990,00	
Abril:	24.990,00	Agosto:	24.990,00	Dezembro:	25.110,00	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						300.000,00
Janeiro:	24.990,00	Maio:	24.990,00	Setembro:	24.990,00	
Fevereiro:	24.990,00	Junho:	24.990,00	Outubro:	24.990,00	
Março:	24.990,00	Julho:	24.990,00	Novembro:	24.990,00	
Abril:	24.990,00	Agosto:	24.990,00	Dezembro:	25.110,00	
1.3.2.1.01.2.1.01.00.00.00.00 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - RECURSOS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - FONTE 107						7.000,00
Janeiro:	583,10	Maio:	583,10	Setembro:	583,10	
Fevereiro:	583,10	Junho:	583,10	Outubro:	583,10	
Março:	583,10	Julho:	583,10	Novembro:	583,10	
Abril:	583,10	Agosto:	583,10	Dezembro:	585,90	
00107 - Salário-Educação						7.000,00
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
Janeiro:	583,10	Maio:	583,10	Setembro:	583,10	
Fevereiro:	583,10	Junho:	583,10	Outubro:	583,10	
Março:	583,10	Julho:	583,10	Novembro:	583,10	
Abril:	583,10	Agosto:	583,10	Dezembro:	585,90	
1.6.1.1.02.0.1.00.00.00.00.00 - INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROC ESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL						7.000,00
Janeiro:	583,10	Maio:	583,10	Setembro:	583,10	
Fevereiro:	583,10	Junho:	583,10	Outubro:	583,10	
Março:	583,10	Julho:	583,10	Novembro:	583,10	
Abril:	583,10	Agosto:	583,10	Dezembro:	585,90	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						7.000,00
Janeiro:	583,10	Maio:	583,10	Setembro:	583,10	
Fevereiro:	583,10	Junho:	583,10	Outubro:	583,10	
Março:	583,10	Julho:	583,10	Novembro:	583,10	
Abril:	583,10	Agosto:	583,10	Dezembro:	585,90	
1.6.1.1.02.0.2.00.00.00.00.00 - INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - MULTAS E JUROS						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.6.1.1.02.0.3.00.00.00.00.00 - INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - DÍVIDA ATIVA						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.6.1.1.02.0.4.00.00.00.00.00 - INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	

1.6.1.1.03.0.1.00.00.00.00.00 - SERVIÇOS D E REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL						7.000,00
Janeiro:	583,10	Maio:	583,10	Setembro:	583,10	
Fevereiro:	583,10	Junho:	583,10	Outubro:	583,10	
Março:	583,10	Julho:	583,10	Novembro:	583,10	
Abril:	583,10	Agosto:	583,10	Dezembro:	585,90	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						7.000,00
Janeiro:	583,10	Maio:	583,10	Setembro:	583,10	
Fevereiro:	583,10	Junho:	583,10	Outubro:	583,10	
Março:	583,10	Julho:	583,10	Novembro:	583,10	
Abril:	583,10	Agosto:	583,10	Dezembro:	585,90	
1.6.1.1.03.0.2.00.00.00.00.00 - SERVIÇOS D E REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.6.1.1.03.0.3.00.00.00.00.00 - SERVIÇOS D E REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						1.000,00

Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.6.1.1.03.0.4.00.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.6.2.1.02.0.1.00.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS OU MERCADORIAS - PRINCIPAL						7.000,00
Janeiro:	583,10	Maio:	583,10	Setembro:	583,10	
Fevereiro:	583,10	Junho:	583,10	Outubro:	583,10	
Março:	583,10	Julho:	583,10	Novembro:	583,10	
Abril:	583,10	Agosto:	583,10	Dezembro:	585,90	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						7.000,00
Janeiro:	583,10	Maio:	583,10	Setembro:	583,10	
Fevereiro:	583,10	Junho:	583,10	Outubro:	583,10	
Março:	583,10	Julho:	583,10	Novembro:	583,10	
Abril:	583,10	Agosto:	583,10	Dezembro:	585,90	
1.6.2.1.02.0.2.00.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS OU MERCADORIAS - MULTAS E JUROS						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.6.2.1.02.0.3.00.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS OU MERCADORIAS - DÍVIDA ATIVA						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.6.2.1.02.0.4.00.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS OU MERCADORIAS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.6.4.1.01.0.1.00.00.00.00.00 - RETORNO DE OPERAÇÕES, JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS - PRINCIPAL						11.000,00
Janeiro:	916,30	Maio:	916,30	Setembro:	916,30	
Fevereiro:	916,30	Junho:	916,30	Outubro:	916,30	
Março:	916,30	Julho:	916,30	Novembro:	916,30	
Abril:	916,30	Agosto:	916,30	Dezembro:	920,70	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						11.000,00

Janeiro:	916,30	Maio:	916,30	Setembro:	916,30	
Fevereiro:	916,30	Junho:	916,30	Outubro:	916,30	
Março:	916,30	Julho:	916,30	Novembro:	916,30	
Abril:	916,30	Agosto:	916,30	Dezembro:	920,70	
1.6.9.9.99.0.1.01.00.00.00.00 - SERVIÇOS CORREIOS						9.000,00
Janeiro:	749,70	Maio:	749,70	Setembro:	749,70	
Fevereiro:	749,70	Junho:	749,70	Outubro:	749,70	
Março:	749,70	Julho:	749,70	Novembro:	749,70	
Abril:	749,70	Agosto:	749,70	Dezembro:	753,30	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						9.000,00
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
Janeiro:	749,70	Maio:	749,70	Setembro:	749,70	
Fevereiro:	749,70	Junho:	749,70	Outubro:	749,70	
Março:	749,70	Julho:	749,70	Novembro:	749,70	
Abril:	749,70	Agosto:	749,70	Dezembro:	753,30	
1.6.9.9.99.0.1.02.00.00.00.00 - SERVICOS DE FOTOCOPIAS (XEROX)						9.000,00
Janeiro:	749,70	Maio:	749,70	Setembro:	749,70	
Fevereiro:	749,70	Junho:	749,70	Outubro:	749,70	
Março:	749,70	Julho:	749,70	Novembro:	749,70	
Abril:	749,70	Agosto:	749,70	Dezembro:	753,30	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						9.000,00
Janeiro:	749,70	Maio:	749,70	Setembro:	749,70	
Fevereiro:	749,70	Junho:	749,70	Outubro:	749,70	
Março:	749,70	Julho:	749,70	Novembro:	749,70	
Abril:	749,70	Agosto:	749,70	Dezembro:	753,30	
1.6.9.9.99.0.1.03.00.00.00.00 - SERVICOS DE EXPEDICAO DE CERTIDOES						9.000,00
Janeiro:	749,70	Maio:	749,70	Setembro:	749,70	
Fevereiro:	749,70	Junho:	749,70	Outubro:	749,70	
Março:	749,70	Julho:	749,70	Novembro:	749,70	
Abril:	749,70	Agosto:	749,70	Dezembro:	753,30	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						9.000,00
Janeiro:	749,70	Maio:	749,70	Setembro:	749,70	
Fevereiro:	749,70	Junho:	749,70	Outubro:	749,70	
Março:	749,70	Julho:	749,70	Novembro:	749,70	
Abril:	749,70	Agosto:	749,70	Dezembro:	753,30	
1.6.9.9.99.0.4.01.00.00.00.00 - SERVIÇOS CORREIOS						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.6.9.9.99.0.4.02.00.00.00.00 - SERVICOS DE FOTOCOPIAS (XEROX)						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.6.9.9.99.0.4.03.00.00.00.00 - SERVICOS DE EXPEDICAO DE CERTIDOES						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00 - COTA-PARTE D O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL						17.975.000,00
Janeiro:	1.497.317,50	Maio:	1.497.317,50	Setembro:	1.497.317,50	
Fevereiro:	1.497.317,50	Junho:	1.497.317,50	Outubro:	1.497.317,50	
Março:	1.497.317,50	Julho:	1.497.317,50	Novembro:	1.497.317,50	
Abril:	1.497.317,50	Agosto:	1.497.317,50	Dezembro:	1.504.507,50	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						13.479.000,00
Janeiro:	1.122.800,70	Maio:	1.122.800,70	Setembro:	1.122.800,70	
Fevereiro:	1.122.800,70	Junho:	1.122.800,70	Outubro:	1.122.800,70	
Março:	1.122.800,70	Julho:	1.122.800,70	Novembro:	1.122.800,70	
Abril:	1.122.800,70	Agosto:	1.122.800,70	Dezembro:	1.128.192,30	
00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB						1.126.250,00
Janeiro:	93.816,63	Maio:	93.816,63	Setembro:	93.816,63	
Fevereiro:	93.816,63	Junho:	93.816,63	Outubro:	93.816,63	
Março:	93.816,63	Julho:	93.816,63	Novembro:	93.816,63	
Abril:	93.816,63	Agosto:	93.816,63	Dezembro:	94.267,13	
Receita						5.616.250,00
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
Janeiro:	467.833,63	Maio:	467.833,63	Setembro:	467.833,63	
Fevereiro:	467.833,63	Junho:	467.833,63	Outubro:	467.833,63	
Março:	467.833,63	Julho:	467.833,63	Novembro:	467.833,63	
Abril:	467.833,63	Agosto:	467.833,63	Dezembro:	470.080,13	
Deduções de Receita para a Formação do FUNDEB						(4.490.000,00)
Janeiro:	(374.017,00)	Maio:	(374.017,00)	Setembro:	(374.017,00)	
Fevereiro:	(374.017,00)	Junho:	(374.017,00)	Outubro:	(374.017,00)	

Março:	(374.017,00)	Julho:	(374.017,00)	Novembro:	(374.017,00)	
Abril:	(374.017,00)	Agosto:	(374.017,00)	Dezembro:	(375.813,00)	
00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						3.369.750,00
Janeiro:	280.700,17	Maio:	280.700,17	Setembro:	280.700,17	
Fevereiro:	280.700,17	Junho:	280.700,17	Outubro:	280.700,17	
Março:	280.700,17	Julho:	280.700,17	Novembro:	280.700,17	
Abril:	280.700,17	Agosto:	280.700,17	Dezembro:	282.048,08	
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00 - COTA-PARTE D O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - PRINCIPAL						2.426.000,00
Janeiro:	202.085,80	Maio:	202.085,80	Setembro:	202.085,80	
Fevereiro:	202.085,80	Junho:	202.085,80	Outubro:	202.085,80	
Março:	202.085,80	Julho:	202.085,80	Novembro:	202.085,80	
Abril:	202.085,80	Agosto:	202.085,80	Dezembro:	203.056,20	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						1.455.600,00
Janeiro:	121.251,48	Maio:	121.251,48	Setembro:	121.251,48	
Fevereiro:	121.251,48	Junho:	121.251,48	Outubro:	121.251,48	
Março:	121.251,48	Julho:	121.251,48	Novembro:	121.251,48	
Abril:	121.251,48	Agosto:	121.251,48	Dezembro:	121.833,72	
00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica						606.500,00
Janeiro:	50.521,45	Maio:	50.521,45	Setembro:	50.521,45	
Fevereiro:	50.521,45	Junho:	50.521,45	Outubro:	50.521,45	
Março:	50.521,45	Julho:	50.521,45	Novembro:	50.521,45	
Abril:	50.521,45	Agosto:	50.521,45	Dezembro:	50.764,05	
00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						363.900,00
Janeiro:	30.312,87	Maio:	30.312,87	Setembro:	30.312,87	
Fevereiro:	30.312,87	Junho:	30.312,87	Outubro:	30.312,87	
Março:	30.312,87	Julho:	30.312,87	Novembro:	30.312,87	
Abril:	30.312,87	Agosto:	30.312,87	Dezembro:	30.458,43	
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00 - COTA-PARTE D O IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL						80.000,00
Janeiro:	6.664,00	Maio:	6.664,00	Setembro:	6.664,00	
Fevereiro:	6.664,00	Junho:	6.664,00	Outubro:	6.664,00	
Março:	6.664,00	Julho:	6.664,00	Novembro:	6.664,00	
Abril:	6.664,00	Agosto:	6.664,00	Dezembro:	6.696,00	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						60.000,00
Janeiro:	4.998,00	Maio:	4.998,00	Setembro:	4.998,00	
Fevereiro:	4.998,00	Junho:	4.998,00	Outubro:	4.998,00	
Março:	4.998,00	Julho:	4.998,00	Novembro:	4.998,00	
Abril:	4.998,00	Agosto:	4.998,00	Dezembro:	5.022,00	
00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB						5.000,00
Janeiro:	416,50	Maio:	416,50	Setembro:	416,50	
Fevereiro:	416,50	Junho:	416,50	Outubro:	416,50	
Março:	416,50	Julho:	416,50	Novembro:	416,50	
Abril:	416,50	Agosto:	416,50	Dezembro:	418,50	
Receita						25.000,00
Janeiro:	2.082,50	Maio:	2.082,50	Setembro:	2.082,50	
Fevereiro:	2.082,50	Junho:	2.082,50	Outubro:	2.082,50	
Março:	2.082,50	Julho:	2.082,50	Novembro:	2.082,50	
Abril:	2.082,50	Agosto:	2.082,50	Dezembro:	2.092,50	
Deduções de Receita para a Formação do FUNDEB						(20.000,00)
Janeiro:	(1.666,00)	Maio:	(1.666,00)	Setembro:	(1.666,00)	
Fevereiro:	(1.666,00)	Junho:	(1.666,00)	Outubro:	(1.666,00)	
Março:	(1.666,00)	Julho:	(1.666,00)	Novembro:	(1.666,00)	
Abril:	(1.666,00)	Agosto:	(1.666,00)	Dezembro:	(1.674,00)	
00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						15.000,00
Janeiro:	1.249,50	Maio:	1.249,50	Setembro:	1.249,50	
Fevereiro:	1.249,50	Junho:	1.249,50	Outubro:	1.249,50	
Março:	1.249,50	Julho:	1.249,50	Novembro:	1.249,50	
Abril:	1.249,50	Agosto:	1.249,50	Dezembro:	1.255,50	
1.7.1.2.50.0.1.00.00.00.00.00 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - PRINCIPAL						1.600.000,00
Janeiro:	133.280,00	Maio:	133.280,00	Setembro:	133.280,00	
Fevereiro:	133.280,00	Junho:	133.280,00	Outubro:	133.280,00	
Março:	133.280,00	Julho:	133.280,00	Novembro:	133.280,00	
Abril:	133.280,00	Agosto:	133.280,00	Dezembro:	133.920,00	
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
00505 - Royalties Tratado de Itaipú Binacional						1.600.000,00
Janeiro:	133.280,00	Maio:	133.280,00	Setembro:	133.280,00	
Fevereiro:	133.280,00	Junho:	133.280,00	Outubro:	133.280,00	
Março:	133.280,00	Julho:	133.280,00	Novembro:	133.280,00	
Abril:	133.280,00	Agosto:	133.280,00	Dezembro:	133.920,00	
1.7.1.2.51.0.1.00.00.00.00.00 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - CFEM - PRINCIPAL						75.000,00
Janeiro:	6.247,50	Maio:	6.247,50	Setembro:	6.247,50	
Fevereiro:	6.247,50	Junho:	6.247,50	Outubro:	6.247,50	
Março:	6.247,50	Julho:	6.247,50	Novembro:	6.247,50	
Abril:	6.247,50	Agosto:	6.247,50	Dezembro:	6.277,50	
00504 - Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias						75.000,00
Janeiro:	6.247,50	Maio:	6.247,50	Setembro:	6.247,50	
Fevereiro:	6.247,50	Junho:	6.247,50	Outubro:	6.247,50	
Março:	6.247,50	Julho:	6.247,50	Novembro:	6.247,50	
Abril:	6.247,50	Agosto:	6.247,50	Dezembro:	6.277,50	
1.7.1.2.52.1.1.00.00.00.00.00 - COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO - LEI Nº 7990/89 - PRINCIPAL						5.000,00
Janeiro:	416,50	Maio:	416,50	Setembro:	416,50	
Fevereiro:	416,50	Junho:	416,50	Outubro:	416,50	
Março:	416,50	Julho:	416,50	Novembro:	416,50	
Abril:	416,50	Agosto:	416,50	Dezembro:	418,50	
00504 - Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias						5.000,00
Janeiro:	416,50	Maio:	416,50	Setembro:	416,50	
Fevereiro:	416,50	Junho:	416,50	Outubro:	416,50	
Março:	416,50	Julho:	416,50	Novembro:	416,50	
Abril:	416,50	Agosto:	416,50	Dezembro:	418,50	
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00 - COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL						340.000,00

Janeiro:	28.322,00	Maio:	28.322,00	Setembro:	28.322,00	
Fevereiro:	28.322,00	Junho:	28.322,00	Outubro:	28.322,00	
Março:	28.322,00	Julho:	28.322,00	Novembro:	28.322,00	
Abril:	28.322,00	Agosto:	28.322,00	Dezembro:	28.458,00	
00504 - Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias						340.000,00
Janeiro:	28.322,00	Maio:	28.322,00	Setembro:	28.322,00	
Fevereiro:	28.322,00	Junho:	28.322,00	Outubro:	28.322,00	
Março:	28.322,00	Julho:	28.322,00	Novembro:	28.322,00	
Abril:	28.322,00	Agosto:	28.322,00	Dezembro:	28.458,00	
1.7.1.3.50.1.1.01.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇ OS PÚBLICOS DE SAÚDE						360.000,00
Janeiro:	29.988,00	Maio:	29.988,00	Setembro:	29.988,00	
Fevereiro:	29.988,00	Junho:	29.988,00	Outubro:	29.988,00	
Março:	29.988,00	Julho:	29.988,00	Novembro:	29.988,00	
Abril:	29.988,00	Agosto:	29.988,00	Dezembro:	30.132,00	
00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde						360.000,00
Janeiro:	29.988,00	Maio:	29.988,00	Setembro:	29.988,00	
Fevereiro:	29.988,00	Junho:	29.988,00	Outubro:	29.988,00	
Março:	29.988,00	Julho:	29.988,00	Novembro:	29.988,00	
Abril:	29.988,00	Agosto:	29.988,00	Dezembro:	30.132,00	
1.7.1.3.50.1.1.02.00.00.00.00 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE						130.000,00
Janeiro:	10.829,00	Maio:	10.829,00	Setembro:	10.829,00	
Fevereiro:	10.829,00	Junho:	10.829,00	Outubro:	10.829,00	
Março:	10.829,00	Julho:	10.829,00	Novembro:	10.829,00	
Abril:	10.829,00	Agosto:	10.829,00	Dezembro:	10.881,00	
01051 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias						130.000,00
Janeiro:	10.829,00	Maio:	10.829,00	Setembro:	10.829,00	
Fevereiro:	10.829,00	Junho:	10.829,00	Outubro:	10.829,00	
Março:	10.829,00	Julho:	10.829,00	Novembro:	10.829,00	
Abril:	10.829,00	Agosto:	10.829,00	Dezembro:	10.881,00	
1.7.1.3.50.1.1.03.00.00.00.00 - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ATENÇAO A SAUDE BUCAL						30.000,00
Janeiro:	2.499,00	Maio:	2.499,00	Setembro:	2.499,00	
Fevereiro:	2.499,00	Junho:	2.499,00	Outubro:	2.499,00	
Março:	2.499,00	Julho:	2.499,00	Novembro:	2.499,00	
Abril:	2.499,00	Agosto:	2.499,00	Dezembro:	2.511,00	
00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde						30.000,00
Janeiro:	2.499,00	Maio:	2.499,00	Setembro:	2.499,00	
Fevereiro:	2.499,00	Junho:	2.499,00	Outubro:	2.499,00	
Março:	2.499,00	Julho:	2.499,00	Novembro:	2.499,00	
Abril:	2.499,00	Agosto:	2.499,00	Dezembro:	2.511,00	
1.7.1.3.50.2.1.01.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						20.000,00
Janeiro:	1.666,00	Maio:	1.666,00	Setembro:	1.666,00	
Fevereiro:	1.666,00	Junho:	1.666,00	Outubro:	1.666,00	
Março:	1.666,00	Julho:	1.666,00	Novembro:	1.666,00	
Abril:	1.666,00	Agosto:	1.666,00	Dezembro:	1.674,00	
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde						20.000,00
Janeiro:	1.666,00	Maio:	1.666,00	Setembro:	1.666,00	
Fevereiro:	1.666,00	Junho:	1.666,00	Outubro:	1.666,00	
Março:	1.666,00	Julho:	1.666,00	Novembro:	1.666,00	
Abril:	1.666,00	Agosto:	1.666,00	Dezembro:	1.674,00	
1.7.1.3.50.3.1.01.00.00.00.00 - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE -						266.000,00
Janeiro:	22.157,80	Maio:	22.157,80	Setembro:	22.157,80	
Fevereiro:	22.157,80	Junho:	22.157,80	Outubro:	22.157,80	
Março:	22.157,80	Julho:	22.157,80	Novembro:	22.157,80	
Abril:	22.157,80	Agosto:	22.157,80	Dezembro:	22.264,20	
00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde						266.000,00
Janeiro:	22.157,80	Maio:	22.157,80	Setembro:	22.157,80	
Fevereiro:	22.157,80	Junho:	22.157,80	Outubro:	22.157,80	
Março:	22.157,80	Julho:	22.157,80	Novembro:	22.157,80	
Abril:	22.157,80	Agosto:	22.157,80	Dezembro:	22.264,20	
1.7.1.3.50.3.1.02.00.00.00.00 - INC. FIN. AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE - AGENTES DE						126.100,00
Janeiro:	10.504,13	Maio:	10.504,13	Setembro:	10.504,13	
Fevereiro:	10.504,13	Junho:	10.504,13	Outubro:	10.504,13	
Março:	10.504,13	Julho:	10.504,13	Novembro:	10.504,13	
Abril:	10.504,13	Agosto:	10.504,13	Dezembro:	10.554,57	
01051 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas aovencimentodos agentes comunitários desaúdeedos agentes decombate às endemias						126.100,00
Janeiro:	10.504,13	Maio:	10.504,13	Setembro:	10.504,13	
Fevereiro:	10.504,13	Junho:	10.504,13	Outubro:	10.504,13	
Março:	10.504,13	Julho:	10.504,13	Novembro:	10.504,13	
Abril:	10.504,13	Agosto:	10.504,13	Dezembro:	10.554,57	
1.7.1.3.50.4.1.02.00.00.00.00 - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE						51.600,00
Janeiro:	4.298,28	Maio:	4.298,28	Setembro:	4.298,28	
Fevereiro:	4.298,28	Junho:	4.298,28	Outubro:	4.298,28	
Março:	4.298,28	Julho:	4.298,28	Novembro:	4.298,28	
Abril:	4.298,28	Agosto:	4.298,28	Dezembro:	4.318,92	
04945 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistencia Farmaceutica Federal						51.600,00
Janeiro:	4.298,28	Maio:	4.298,28	Setembro:	4.298,28	
Fevereiro:	4.298,28	Junho:	4.298,28	Outubro:	4.298,28	
Março:	4.298,28	Julho:	4.298,28	Novembro:	4.298,28	
Abril:	4.298,28	Agosto:	4.298,28	Dezembro:	4.318,92	
1.7.1.3.50.5.1.01.00.00.00.00 - TRANSFERENCIA GESTAO DO SUS - ASSISTENCIA FINANCEIRA PISO DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM						25.000,00
Janeiro:	2.082,50	Maio:	2.082,50	Setembro:	2.082,50	
Fevereiro:	2.082,50	Junho:	2.082,50	Outubro:	2.082,50	
Março:	2.082,50	Julho:	2.082,50	Novembro:	2.082,50	
Abril:	2.082,50	Agosto:	2.082,50	Dezembro:	2.092,50	
01064- AssistênciafinanceiradaUniãodestinadaàcomplementaçãoaopagamentodos pisos salariais paraprofissionais daenfermagem						25.000,00
Janeiro:	2.082,50	Maio:	2.082,50	Setembro:	2.082,50	
Fevereiro:	2.082,50	Junho:	2.082,50	Outubro:	2.082,50	
Março:	2.082,50	Julho:	2.082,50	Novembro:	2.082,50	

Abril:	2.082,50	Agosto:	2.082,50	Dezembro:	2.092,50	
1.7.1.3.50.9.1.01.00.00.00.00 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC - SAMU 192 - FONTE 4949						360.000,00
Janeiro:	29.988,00	Maio:	29.988,00	Setembro:	29.988,00	
Fevereiro:	29.988,00	Junho:	29.988,00	Outubro:	29.988,00	
Março:	29.988,00	Julho:	29.988,00	Novembro:	29.988,00	
Abril:	29.988,00	Agosto:	29.988,00	Dezembro:	30.132,00	
04949 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR						360.000,00
Janeiro:	29.988,00	Maio:	29.988,00	Setembro:	29.988,00	
Fevereiro:	29.988,00	Junho:	29.988,00	Outubro:	29.988,00	
Março:	29.988,00	Julho:	29.988,00	Novembro:	29.988,00	
Abril:	29.988,00	Agosto:	29.988,00	Dezembro:	30.132,00	
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL						413.000,00
Janeiro:	34.402,90	Maio:	34.402,90	Setembro:	34.402,90	
Fevereiro:	34.402,90	Junho:	34.402,90	Outubro:	34.402,90	
Março:	34.402,90	Julho:	34.402,90	Novembro:	34.402,90	
Abril:	34.402,90	Agosto:	34.402,90	Dezembro:	34.568,10	
00107 - Salário-Educação						413.000,00
Janeiro:	34.402,90	Maio:	34.402,90	Setembro:	34.402,90	
Fevereiro:	34.402,90	Junho:	34.402,90	Outubro:	34.402,90	
Março:	34.402,90	Julho:	34.402,90	Novembro:	34.402,90	
Abril:	34.402,90	Agosto:	34.402,90	Dezembro:	34.568,10	
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - PRINCIPAL						100.000,00
Janeiro:	8.330,00	Maio:	8.330,00	Setembro:	8.330,00	
Fevereiro:	8.330,00	Junho:	8.330,00	Outubro:	8.330,00	
Março:	8.330,00	Julho:	8.330,00	Novembro:	8.330,00	
Abril:	8.330,00	Agosto:	8.330,00	Dezembro:	8.370,00	
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
01042 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)						100.000,00
Janeiro:	8.330,00	Maio:	8.330,00	Setembro:	8.330,00	
Fevereiro:	8.330,00	Junho:	8.330,00	Outubro:	8.330,00	
Março:	8.330,00	Julho:	8.330,00	Novembro:	8.330,00	
Abril:	8.330,00	Agosto:	8.330,00	Dezembro:	8.370,00	
1.7.1.4.53.0.1.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE -						50.000,00
Janeiro:	4.165,00	Maio:	4.165,00	Setembro:	4.165,00	
Fevereiro:	4.165,00	Junho:	4.165,00	Outubro:	4.165,00	
Março:	4.165,00	Julho:	4.165,00	Novembro:	4.165,00	
Abril:	4.165,00	Agosto:	4.165,00	Dezembro:	4.185,00	
01043 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes aoProgramaNacional deApoioaoTransporteEscolar (PNATE)						50.000,00
Janeiro:	4.165,00	Maio:	4.165,00	Setembro:	4.165,00	
Fevereiro:	4.165,00	Junho:	4.165,00	Outubro:	4.165,00	
Março:	4.165,00	Julho:	4.165,00	Novembro:	4.165,00	
Abril:	4.165,00	Agosto:	4.165,00	Dezembro:	4.185,00	
1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAR - PRINCIPAL						340.000,00
Janeiro:	28.322,00	Maio:	28.322,00	Setembro:	28.322,00	
Fevereiro:	28.322,00	Junho:	28.322,00	Outubro:	28.322,00	
Março:	28.322,00	Julho:	28.322,00	Novembro:	28.322,00	
Abril:	28.322,00	Agosto:	28.322,00	Dezembro:	28.458,00	
01040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR						340.000,00
Janeiro:	28.322,00	Maio:	28.322,00	Setembro:	28.322,00	
Fevereiro:	28.322,00	Junho:	28.322,00	Outubro:	28.322,00	
Março:	28.322,00	Julho:	28.322,00	Novembro:	28.322,00	
Abril:	28.322,00	Agosto:	28.322,00	Dezembro:	28.458,00	
1.7.1.6.50.0.1.01.00.00.00.00 - FNAS - SERVIÇOS DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS - SCFV						10.000,00
Janeiro:	833,00	Maio:	833,00	Setembro:	833,00	
Fevereiro:	833,00	Junho:	833,00	Outubro:	833,00	
Março:	833,00	Julho:	833,00	Novembro:	833,00	
Abril:	833,00	Agosto:	833,00	Dezembro:	837,00	
00935 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica Especial - SUAS						10.000,00
Janeiro:	833,00	Maio:	833,00	Setembro:	833,00	
Fevereiro:	833,00	Junho:	833,00	Outubro:	833,00	
Março:	833,00	Julho:	833,00	Novembro:	833,00	
Abril:	833,00	Agosto:	833,00	Dezembro:	837,00	
1.7.1.6.50.0.1.02.00.00.00.00 - FNAS - PISO BASICO FIXO - PAB						90.000,00
Janeiro:	7.497,00	Maio:	7.497,00	Setembro:	7.497,00	
Fevereiro:	7.497,00	Junho:	7.497,00	Outubro:	7.497,00	
Março:	7.497,00	Julho:	7.497,00	Novembro:	7.497,00	
Abril:	7.497,00	Agosto:	7.497,00	Dezembro:	7.533,00	
00934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS						90.000,00
Janeiro:	7.497,00	Maio:	7.497,00	Setembro:	7.497,00	
Fevereiro:	7.497,00	Junho:	7.497,00	Outubro:	7.497,00	
Março:	7.497,00	Julho:	7.497,00	Novembro:	7.497,00	
Abril:	7.497,00	Agosto:	7.497,00	Dezembro:	7.533,00	
1.7.1.6.50.0.1.03.00.00.00.00 - FNAS - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA - PROGRAMA AUXILIO BRASIL						60.000,00
Janeiro:	4.998,00	Maio:	4.998,00	Setembro:	4.998,00	
Fevereiro:	4.998,00	Junho:	4.998,00	Outubro:	4.998,00	
Março:	4.998,00	Julho:	4.998,00	Novembro:	4.998,00	
Abril:	4.998,00	Agosto:	4.998,00	Dezembro:	5.022,00	
00940 - Bloco de Financiamento da Gestão do ProgramaBolsafamíliaeCadastroÚnico - Portaria 113/2015						60.000,00
Janeiro:	4.998,00	Maio:	4.998,00	Setembro:	4.998,00	
Fevereiro:	4.998,00	Junho:	4.998,00	Outubro:	4.998,00	
Março:	4.998,00	Julho:	4.998,00	Novembro:	4.998,00	
Abril:	4.998,00	Agosto:	4.998,00	Dezembro:	5.022,00	
1.7.1.9.52.0.1.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO A CONSÓRCIOS PÚBLICOS - PRINCIPAL						90.000,00
Janeiro:	7.497,00	Maio:	7.497,00	Setembro:	7.497,00	
Fevereiro:	7.497,00	Junho:	7.497,00	Outubro:	7.497,00	
Março:	7.497,00	Julho:	7.497,00	Novembro:	7.497,00	
Abril:	7.497,00	Agosto:	7.497,00	Dezembro:	7.533,00	
00325 - Transferências Consorcio FEDERAL						90.000,00
Janeiro:	7.497,00	Maio:	7.497,00	Setembro:	7.497,00	

Fevereiro:	7.497,00	Junho:	7.497,00	Outubro:	7.497,00	
Março:	7.497,00	Julho:	7.497,00	Novembro:	7.497,00	
Abril:	7.497,00	Agosto:	7.497,00	Dezembro:	7.533,00	
1.7.1.9.58.0.1.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 176/2020 - PRINCIPAL						600.000,00
Janeiro:	49.980,00	Maio:	49.980,00	Setembro:	49.980,00	
Fevereiro:	49.980,00	Junho:	49.980,00	Outubro:	49.980,00	
Março:	49.980,00	Julho:	49.980,00	Novembro:	49.980,00	
Abril:	49.980,00	Agosto:	49.980,00	Dezembro:	50.220,00	
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						600.000,00
Janeiro:	49.980,00	Maio:	49.980,00	Setembro:	49.980,00	
Fevereiro:	49.980,00	Junho:	49.980,00	Outubro:	49.980,00	
Março:	49.980,00	Julho:	49.980,00	Novembro:	49.980,00	
Abril:	49.980,00	Agosto:	49.980,00	Dezembro:	50.220,00	
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00 - COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL						5.488.000,00
Janeiro:	457.150,40	Maio:	457.150,40	Setembro:	457.150,40	
Fevereiro:	457.150,40	Junho:	457.150,40	Outubro:	457.150,40	
Março:	457.150,40	Julho:	457.150,40	Novembro:	457.150,40	
Abril:	457.150,40	Agosto:	457.150,40	Dezembro:	459.345,60	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						4.116.000,00
Janeiro:	342.862,80	Maio:	342.862,80	Setembro:	342.862,80	
Fevereiro:	342.862,80	Junho:	342.862,80	Outubro:	342.862,80	
Março:	342.862,80	Julho:	342.862,80	Novembro:	342.862,80	
Abril:	342.862,80	Agosto:	342.862,80	Dezembro:	344.509,20	
00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB						343.000,00
Janeiro:	28.571,90	Maio:	28.571,90	Setembro:	28.571,90	
Fevereiro:	28.571,90	Junho:	28.571,90	Outubro:	28.571,90	
Março:	28.571,90	Julho:	28.571,90	Novembro:	28.571,90	
Abril:	28.571,90	Agosto:	28.571,90	Dezembro:	28.709,10	
Receita						1.715.000,00
Janeiro:	142.859,50	Maio:	142.859,50	Setembro:	142.859,50	
Fevereiro:	142.859,50	Junho:	142.859,50	Outubro:	142.859,50	
Março:	142.859,50	Julho:	142.859,50	Novembro:	142.859,50	
Abril:	142.859,50	Agosto:	142.859,50	Dezembro:	143.545,50	
Deduções de Receita para a Formação do FUNDEB						(1.372.000,00)
Janeiro:	(114.287,60)	Maio:	(114.287,60)	Setembro:	(114.287,60)	
Fevereiro:	(114.287,60)	Junho:	(114.287,60)	Outubro:	(114.287,60)	
Março:	(114.287,60)	Julho:	(114.287,60)	Novembro:	(114.287,60)	
Abril:	(114.287,60)	Agosto:	(114.287,60)	Dezembro:	(114.836,40)	
00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						1.029.000,00
Janeiro:	85.715,70	Maio:	85.715,70	Setembro:	85.715,70	
Fevereiro:	85.715,70	Junho:	85.715,70	Outubro:	85.715,70	
Março:	85.715,70	Julho:	85.715,70	Novembro:	85.715,70	
Abril:	85.715,70	Agosto:	85.715,70	Dezembro:	86.127,30	
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00 - COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL						440.000,00
Janeiro:	36.652,00	Maio:	36.652,00	Setembro:	36.652,00	
Fevereiro:	36.652,00	Junho:	36.652,00	Outubro:	36.652,00	
Março:	36.652,00	Julho:	36.652,00	Novembro:	36.652,00	
Abril:	36.652,00	Agosto:	36.652,00	Dezembro:	36.828,00	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						330.000,00
Janeiro:	27.489,00	Maio:	27.489,00	Setembro:	27.489,00	
Fevereiro:	27.489,00	Junho:	27.489,00	Outubro:	27.489,00	
Março:	27.489,00	Julho:	27.489,00	Novembro:	27.489,00	
Abril:	27.489,00	Agosto:	27.489,00	Dezembro:	27.621,00	
00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB						27.500,00
Janeiro:	2.290,75	Maio:	2.290,75	Setembro:	2.290,75	
Fevereiro:	2.290,75	Junho:	2.290,75	Outubro:	2.290,75	
Março:	2.290,75	Julho:	2.290,75	Novembro:	2.290,75	
Abril:	2.290,75	Agosto:	2.290,75	Dezembro:	2.301,75	
Receita						137.500,00
Janeiro:	11.453,75	Maio:	11.453,75	Setembro:	11.453,75	
Fevereiro:	11.453,75	Junho:	11.453,75	Outubro:	11.453,75	
Março:	11.453,75	Julho:	11.453,75	Novembro:	11.453,75	
Abril:	11.453,75	Agosto:	11.453,75	Dezembro:	11.508,75	
Deduções de Receita para a Formação do FUNDEB						(110.000,00)
Janeiro:	(9.163,00)	Maio:	(9.163,00)	Setembro:	(9.163,00)	
Fevereiro:	(9.163,00)	Junho:	(9.163,00)	Outubro:	(9.163,00)	
Março:	(9.163,00)	Julho:	(9.163,00)	Novembro:	(9.163,00)	
Abril:	(9.163,00)	Agosto:	(9.163,00)	Dezembro:	(9.207,00)	
00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						82.500,00
Janeiro:	6.872,25	Maio:	6.872,25	Setembro:	6.872,25	
Fevereiro:	6.872,25	Junho:	6.872,25	Outubro:	6.872,25	
Março:	6.872,25	Julho:	6.872,25	Novembro:	6.872,25	
Abril:	6.872,25	Agosto:	6.872,25	Dezembro:	6.905,25	
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00.00.00 - COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL						76.800,00
Janeiro:	6.397,44	Maio:	6.397,44	Setembro:	6.397,44	
Fevereiro:	6.397,44	Junho:	6.397,44	Outubro:	6.397,44	
Março:	6.397,44	Julho:	6.397,44	Novembro:	6.397,44	
Abril:	6.397,44	Agosto:	6.397,44	Dezembro:	6.428,16	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						57.600,00
Janeiro:	4.798,08	Maio:	4.798,08	Setembro:	4.798,08	
Fevereiro:	4.798,08	Junho:	4.798,08	Outubro:	4.798,08	
Março:	4.798,08	Julho:	4.798,08	Novembro:	4.798,08	
Abril:	4.798,08	Agosto:	4.798,08	Dezembro:	4.821,12	
00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB						4.800,00
Janeiro:	399,84	Maio:	399,84	Setembro:	399,84	
Fevereiro:	399,84	Junho:	399,84	Outubro:	399,84	
Março:	399,84	Julho:	399,84	Novembro:	399,84	

Abril:	399,84	Agosto:	399,84	Dezembro:	401,76	
Receita						24.000,00
Janeiro:	1.999,20	Maio:	1.999,20	Setembro:	1.999,20	
Fevereiro:	1.999,20	Junho:	1.999,20	Outubro:	1.999,20	
Março:	1.999,20	Julho:	1.999,20	Novembro:	1.999,20	
Abril:	1.999,20	Agosto:	1.999,20	Dezembro:	2.008,80	
Deduções de Receita para a Formação do FUNDEB						(19.200,00)
Janeiro:	(1.599,36)	Maio:	(1.599,36)	Setembro:	(1.599,36)	
Fevereiro:	(1.599,36)	Junho:	(1.599,36)	Outubro:	(1.599,36)	
Março:	(1.599,36)	Julho:	(1.599,36)	Novembro:	(1.599,36)	
Abril:	(1.599,36)	Agosto:	(1.599,36)	Dezembro:	(1.607,04)	
00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)						14.400,00
Janeiro:	1.199,52	Maio:	1.199,52	Setembro:	1.199,52	
Fevereiro:	1.199,52	Junho:	1.199,52	Outubro:	1.199,52	
Março:	1.199,52	Julho:	1.199,52	Novembro:	1.199,52	
Abril:	1.199,52	Agosto:	1.199,52	Dezembro:	1.205,28	
1.7.2.1.53.0.1.00.00.00.00.00 - COTA-PARTE D A CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL						13.000,00
Janeiro:	1.082,90	Maio:	1.082,90	Setembro:	1.082,90	
Fevereiro:	1.082,90	Junho:	1.082,90	Outubro:	1.082,90	
Março:	1.082,90	Julho:	1.082,90	Novembro:	1.082,90	
Abril:	1.082,90	Agosto:	1.082,90	Dezembro:	1.088,10	
00512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)						13.000,00
Janeiro:	1.082,90	Maio:	1.082,90	Setembro:	1.082,90	
Fevereiro:	1.082,90	Junho:	1.082,90	Outubro:	1.082,90	
Março:	1.082,90	Julho:	1.082,90	Novembro:	1.082,90	
Abril:	1.082,90	Agosto:	1.082,90	Dezembro:	1.088,10	
1.7.2.2.51.0.1.01.00.00.00.00 - EXPLORAÇÃO RECURSOS NATURAIS - RPM - ESTADUAL						5.000,00
Janeiro:	416,50	Maio:	416,50	Setembro:	416,50	
Fevereiro:	416,50	Junho:	416,50	Outubro:	416,50	
Março:	416,50	Julho:	416,50	Novembro:	416,50	
Abril:	416,50	Agosto:	416,50	Dezembro:	418,50	
00504 - Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias						5.000,00
Janeiro:	416,50	Maio:	416,50	Setembro:	416,50	
Fevereiro:	416,50	Junho:	416,50	Outubro:	416,50	
Março:	416,50	Julho:	416,50	Novembro:	416,50	
Abril:	416,50	Agosto:	416,50	Dezembro:	418,50	
1.7.2.3.50.0.1.01.00.00.00.00 - FMSE - INCENTIVO F.ESTADUAL CUSTEIO P.QUAL. A. PRIMARIA - APSUS SAUDE BUCAL E FAMILIA PARANAENSE						80.000,00
Janeiro:	6.664,00	Maio:	6.664,00	Setembro:	6.664,00	
Fevereiro:	6.664,00	Junho:	6.664,00	Outubro:	6.664,00	
Março:	6.664,00	Julho:	6.664,00	Novembro:	6.664,00	
Abril:	6.664,00	Agosto:	6.664,00	Dezembro:	6.696,00	
49412 - FMSE - INCENTIVO F.ESTADUAL CUSTEIO P.QUAL. A. PRIMARIA - APSUS SAUDE BUCAL E FAMILIA PARANAENSE						80.000,00
Janeiro:	6.664,00	Maio:	6.664,00	Setembro:	6.664,00	
Fevereiro:	6.664,00	Junho:	6.664,00	Outubro:	6.664,00	
Março:	6.664,00	Julho:	6.664,00	Novembro:	6.664,00	
Abril:	6.664,00	Agosto:	6.664,00	Dezembro:	6.696,00	
1.7.2.3.50.0.1.05.00.00.00.00 - RESOLUÇÃO SESA - 689/2025 - PROVIGIA						50.000,00
Janeiro:	4.165,00	Maio:	4.165,00	Setembro:	4.165,00	
Fevereiro:	4.165,00	Junho:	4.165,00	Outubro:	4.165,00	
Março:	4.165,00	Julho:	4.165,00	Novembro:	4.165,00	
Abril:	4.165,00	Agosto:	4.165,00	Dezembro:	4.185,00	
49423 - RESOLUÇÃO SESA 689/2025 - PROVIGIA PARANA						50.000,00
Janeiro:	4.165,00	Maio:	4.165,00	Setembro:	4.165,00	
Fevereiro:	4.165,00	Junho:	4.165,00	Outubro:	4.165,00	
Março:	4.165,00	Julho:	4.165,00	Novembro:	4.165,00	
Abril:	4.165,00	Agosto:	4.165,00	Dezembro:	4.185,00	
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
1.7.2.3.50.0.1.06.00.00.00.00 - RESOLUÇÃO SESA - 544/2025 - PROVIGIA						180.000,00
Janeiro:	14.994,00	Maio:	14.994,00	Setembro:	14.994,00	
Fevereiro:	14.994,00	Junho:	14.994,00	Outubro:	14.994,00	
Março:	14.994,00	Julho:	14.994,00	Novembro:	14.994,00	
Abril:	14.994,00	Agosto:	14.994,00	Dezembro:	15.066,00	
49424 - RESOLUÇÃO SESA 544/2025 - PROVIGIA						180.000,00
Janeiro:	14.994,00	Maio:	14.994,00	Setembro:	14.994,00	
Fevereiro:	14.994,00	Junho:	14.994,00	Outubro:	14.994,00	
Março:	14.994,00	Julho:	14.994,00	Novembro:	14.994,00	
Abril:	14.994,00	Agosto:	14.994,00	Dezembro:	15.066,00	
1.7.2.4.51.0.1.01.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE ED UCAÇÃO - PETE						110.000,00
Janeiro:	9.163,00	Maio:	9.163,00	Setembro:	9.163,00	
Fevereiro:	9.163,00	Junho:	9.163,00	Outubro:	9.163,00	
Março:	9.163,00	Julho:	9.163,00	Novembro:	9.163,00	
Abril:	9.163,00	Agosto:	9.163,00	Dezembro:	9.207,00	
00123 - PETE SEED ESTADUAL 2						110.000,00
Janeiro:	9.163,00	Maio:	9.163,00	Setembro:	9.163,00	
Fevereiro:	9.163,00	Junho:	9.163,00	Outubro:	9.163,00	
Março:	9.163,00	Julho:	9.163,00	Novembro:	9.163,00	
Abril:	9.163,00	Agosto:	9.163,00	Dezembro:	9.207,00	
1.7.2.9.50.0.1.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS - PRINCIPAL						80.000,00
Janeiro:	6.664,00	Maio:	6.664,00	Setembro:	6.664,00	
Fevereiro:	6.664,00	Junho:	6.664,00	Outubro:	6.664,00	
Março:	6.664,00	Julho:	6.664,00	Novembro:	6.664,00	
Abril:	6.664,00	Agosto:	6.664,00	Dezembro:	6.696,00	
00324 - Transferências Consorcio ESTADUAL						38.400,00
Janeiro:	3.198,72	Maio:	3.198,72	Setembro:	3.198,72	
Fevereiro:	3.198,72	Junho:	3.198,72	Outubro:	3.198,72	
Março:	3.198,72	Julho:	3.198,72	Novembro:	3.198,72	
Abril:	3.198,72	Agosto:	3.198,72	Dezembro:	3.214,08	
04949 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR						41.600,00
Janeiro:	3.465,28	Maio:	3.465,28	Setembro:	3.465,28	

Fevereiro:	3.465,28	Junho:	3.465,28	Outubro:	3.465,28	
Março:	3.465,28	Julho:	3.465,28	Novembro:	3.465,28	
Abril:	3.465,28	Agosto:	3.465,28	Dezembro:	3.481,92	
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00.00.00 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF - PRINCIPAL						500.000,00
Janeiro:	41.650,00	Maio:	41.650,00	Setembro:	41.650,00	
Fevereiro:	41.650,00	Junho:	41.650,00	Outubro:	41.650,00	
Março:	41.650,00	Julho:	41.650,00	Novembro:	41.650,00	
Abril:	41.650,00	Agosto:	41.650,00	Dezembro:	41.850,00	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						500.000,00
Janeiro:	41.650,00	Maio:	41.650,00	Setembro:	41.650,00	
Fevereiro:	41.650,00	Junho:	41.650,00	Outubro:	41.650,00	
Março:	41.650,00	Julho:	41.650,00	Novembro:	41.650,00	
Abril:	41.650,00	Agosto:	41.650,00	Dezembro:	41.850,00	
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇ ÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA						E 4.470.000,00
Janeiro:	372.351,00	Maio:	372.351,00	Setembro:	372.351,00	
Fevereiro:	372.351,00	Junho:	372.351,00	Outubro:	372.351,00	
Março:	372.351,00	Julho:	372.351,00	Novembro:	372.351,00	
Abril:	372.351,00	Agosto:	372.351,00	Dezembro:	374.139,00	
00101 - Fundeb 60%						4.470.000,00
Janeiro:	372.351,00	Maio:	372.351,00	Setembro:	372.351,00	
Fevereiro:	372.351,00	Junho:	372.351,00	Outubro:	372.351,00	
Março:	372.351,00	Julho:	372.351,00	Novembro:	372.351,00	
Abril:	372.351,00	Agosto:	372.351,00	Dezembro:	374.139,00	
1.9.2.2.99.0.1.01.00.00.00.00 - IMPUGNAÇÕES E GLOSAS DETERMINADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO D O PARANÁ - PRINCIPAL						22.000,00
Janeiro:	1.832,60	Maio:	1.832,60	Setembro:	1.832,60	
Fevereiro:	1.832,60	Junho:	1.832,60	Outubro:	1.832,60	
Março:	1.832,60	Julho:	1.832,60	Novembro:	1.832,60	
Abril:	1.832,60	Agosto:	1.832,60	Dezembro:	1.841,40	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						22.000,00
Janeiro:	1.832,60	Maio:	1.832,60	Setembro:	1.832,60	
Fevereiro:	1.832,60	Junho:	1.832,60	Outubro:	1.832,60	
Março:	1.832,60	Julho:	1.832,60	Novembro:	1.832,60	
Abril:	1.832,60	Agosto:	1.832,60	Dezembro:	1.841,40	
1.9.2.2.99.0.2.01.00.00.00.00 - IMPUGNAÇÕES E GLOSAS DETERMINADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - MULTAS E						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.9.2.2.99.0.3.01.00.00.00.00 - IMPUGNAÇÕES E GLOSAS DETERMINADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO D O PARANÁ - DÍVIDA ATIVA						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.9.2.2.99.0.4.01.00.00.00.00 - IMPUGNAÇÕES E GLOSAS DETERMINADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO D O PARANÁ - DÍVIDA ATIVA						- 1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.9.9.9.99.2.1.01.00.00.00.00 - CRÉDITO DE D EVOLUÇÃO DE PAGAMENTOS INDEVIDOS						22.000,00
Janeiro:	1.832,60	Maio:	1.832,60	Setembro:	1.832,60	
Fevereiro:	1.832,60	Junho:	1.832,60	Outubro:	1.832,60	
Março:	1.832,60	Julho:	1.832,60	Novembro:	1.832,60	
Abril:	1.832,60	Agosto:	1.832,60	Dezembro:	1.841,40	
01045 - Outros Recursos não Vinculados						22.000,00
Janeiro:	1.832,60	Maio:	1.832,60	Setembro:	1.832,60	
Fevereiro:	1.832,60	Junho:	1.832,60	Outubro:	1.832,60	
Março:	1.832,60	Julho:	1.832,60	Novembro:	1.832,60	
Abril:	1.832,60	Agosto:	1.832,60	Dezembro:	1.841,40	
1.9.9.9.99.2.2.01.00.00.00.00 - CRÉDITO DE D EVOLUÇÃO DE PAGAMENTOS INDEVIDOS						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.9.9.9.99.2.3.01.00.00.00.00 - CRÉDITO DE D EVOLUÇÃO DE PAGAMENTOS INDEVIDOS						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	

00000 - Recursos Ordinários (Livres)						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
1.9.9.9.99.2.4.01.00.00.00.00 - CRÉDITO DE D EVOLUÇÃO DE PAGAMENTOS INDEVIDOS						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
00000 - Recursos Ordinários (Livres)						1.000,00
Janeiro:	83,30	Maio:	83,30	Setembro:	83,30	
Fevereiro:	83,30	Junho:	83,30	Outubro:	83,30	
Março:	83,30	Julho:	83,30	Novembro:	83,30	
Abril:	83,30	Agosto:	83,30	Dezembro:	83,70	
2.2.1.3.01.0.1.01.00.00.00.00 - ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS EM GERAL						150.000,00
Janeiro:	12.495,00	Maio:	12.495,00	Setembro:	12.495,00	
Fevereiro:	12.495,00	Junho:	12.495,00	Outubro:	12.495,00	
Março:	12.495,00	Julho:	12.495,00	Novembro:	12.495,00	
Abril:	12.495,00	Agosto:	12.495,00	Dezembro:	12.555,00	
Prevista		**Prevista**		**Prevista**		**Total Prevista**
00501 - Receitas de Alienações de Ativos						150.000,00
Janeiro:	12.495,00	Maio:	12.495,00	Setembro:	12.495,00	
Fevereiro:	12.495,00	Junho:	12.495,00	Outubro:	12.495,00	
Março:	12.495,00	Julho:	12.495,00	Novembro:	12.495,00	
Abril:	12.495,00	Agosto:	12.495,00	Dezembro:	12.555,00	
Total geral por entidade						
Câmara Municipal de São José das Palmeiras						0,00
Município de São José das Palmeiras						41.068.500,00

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:1FBD09D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 29/2026

Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira
Estado do Paraná
Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br
CNPJ: 76.290.659/0001-91

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N° 29/2026

GABINETE DA PREFEITA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

Torna-se pública a **Adjudicação** e a **homologação** da Dispensa de Licitação 19/2026 a que se refere o Processo Administrativo 100/2026, com base no Art. 21 Inciso III do Decreto Municipal 111/2025 cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada em serviços de transporte de pessoas em veículos caracterizados, tipo "carreta liga da justiça", para realizar passeios gratuitos pela cidade de São Sebastião da Amoreira, atendendo todas as idades, em comemoração ao Natal 2026.**

META TRANSPORTES RECREATIVOS LTDA, estabelecida na Rua Uruguai, nº. 67, Jardim Residencial, CEP: 86 310 000, no Município de **Nova Fátima,** no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº **34.821.878/0001-00.**

LOTE	ORDEM	QUANTI-DADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	1,00	DIÁRIA	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS** ● ATRAVÉS DE CARRETA DE 02 (DOIS) ANDARES. ● (EXIGÊNCIA DE PARA PEITO DE NO MÍNIMO 1,20 DE ALTURA NO SEGUNDO ANDAR) PARA IMPOSSIBILITAR POSSÍVEIS ACIDENTES. ● COM CAPACIDADE PARA TRANSPORTAR NO MÍNIMO 80 (OITENTA) PESSOAS POR VOLTA. ● PERSONALIZADA COM LED E SOM AUTOMOTIVO. ● QUE CONTENHA NO MÍNIMO TRÊS (03) PERSONAGENS CARACTERIZADOS. ● PARA FINS DE ENTRETENIMENTO, LAZER E CULTURA PARA TODAS AS IDADES. ● DURANTE O DIA 04/12/26. ● NOS HORÁRIOS: DAS 08H00 ÀS 11H30 - DAS13H00 ÀS 17H00 E ENTRE ÀS 18H00 ÀS 22H00. ● (O PERIODO MATUTINO E VESPERTINO SERÁ DESTINADO AOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS. ● O PERÍODO NOTURNO PARA TODA POPULAÇÃO). **MARCA: PRÓPRIA**	R$ 9.000,00	R$ 9.000,00
VALOR TOTAL DOS ITENS:						**R$ 9.000,00**
TOTAL DO PROCESSO:						**R$ 9.000,00**

São Sebastião da Amoreira - PR, 15 de outubro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:2FEE177B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO TERMO DE APOSTILAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 355/2025- ID: 10560 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2025

ORIGEM:	**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2025**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – Pr**
CONTRATADA:	**RJ MARCAL AUDIO TECNOLOGIA LTDA**
CNPJ/CPF:	**10.494.777/0001-03**
OBJETO DA LICITAÇÃO:	*Registro de preços para serviços de comunicação visual, instalação de películas, adesivos de demarcação de solo extintor, totem tríedro e itens infláveis promocionais, visando atender às necessidades do Município de Sarandi/PR*
OBJETO DO APOSTILAMENTO:	O objeto do presente instrumento é: REGISTRAR o reajuste contratual no acumulado de 4,327% (fator 1,04327), de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do período de 15 de outubro de 2026 a 14 de outubro de 2027, conforme estabelecido na Cláusula V, da Ata de Registro de Preço n° 355/2025:

LOTE 1: Ampla Concorrência

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Unitário Reajust. R$
1	40777	Serviço de Confecção de Banner e Faixas em Lona. Conforme memorial descritivo.	M²	1.224	R$ 28,00	R$ 29,21

Sarandi, 09 de outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:EF76B495

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20261009_191205

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 30/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AEK8828	284610NIC0034098	19/09/2026	50020
AFP4A07	284610NIC0034083	19/09/2026	50020
AGK3105	284610NIC0034106	19/09/2026	50020
AIS0J81	284610NIC0034088	19/09/2026	50020
AOS5603	284610NIC0034108	19/09/2026	50020
AOT0531	284610NIC0034080	19/09/2026	50020
AQJ9J89	284610NIC0034079	19/09/2026	50020
ARN5D43	284610NIC0034089	19/09/2026	50020
ASI6B63	284610NIC0034101	19/09/2026	50020
AWG8C04	284610NIC0034110	19/09/2026	50020
AZZ7472	284610NIC0034097	19/09/2026	50020
BCH0G93	284610NIC0034111	19/09/2026	50020
BDO0H22	284610NIC0034076	19/09/2026	50020
BEH8B47	284610NIC0034103	19/09/2026	50020
BEJ3J55	284610NIC0034100	19/09/2026	50020
BVH1D33	284610NIC0034090	19/09/2026	50020
EBJ3I21	284610NIC0034113	19/09/2026	50020
FGU6H29	284610NIC0034085	19/09/2026	50020
FNO6I81	284610NIC0034087	19/09/2026	50020
IXT5A97	284610NIC0034112	19/09/2026	50020
KAI2D09	284610NIC0034105	19/09/2026	50020
KRN1B52	284610NIC0034077	19/09/2026	50020
LWW9B77	284610NIC0034109	19/09/2026	50020
MMD1E28	284610NIC0034084	19/09/2026	50020
QAR3D80	284610NIC0034081	19/09/2026	50020
QXM8H45	284610NIC0034107	19/09/2026	50020
RHV5J48	284610NIC0034104	19/09/2026	50020
RTF9C68	284610NIC0034075	19/09/2026	50020
SDU5J79	284610NIC0034091	19/09/2026	50020
SED3I69	284610NIC0034082	19/09/2026	50020
SER3I17	284610NIC0034102	19/09/2026	50020
SET2B65	284610NIC0034099	19/09/2026	50020
SFA5C58	284610NIC0034096	19/09/2026	50020
SFB7J70	284610NIC0034086	19/09/2026	50020
STN2J99	284610NIC0034078	19/09/2026	50020
TAM1C91	284610NIC0034092	19/09/2026	50020
TBN0G76	284610NIC0034095	19/09/2026	50020
TLZ6C24	284610NIC0034114	19/09/2026	50020

UAB2C50	284610NIC0034115	19/09/2026	50020
UBB6C59	284610NIC0034094	19/09/2026	50020
UBX6D35	284610NIC0034093	19/09/2026	50020

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:F7C2DA87

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20261010_191258

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 30/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAA2A46	284610T000014052	02/10/2026	76332
AAE2J13	284610T000014630	05/10/2026	66531
ABB4088	284610M000366400	25/09/2026	60503
ABJ1569	284610T000014601	05/10/2026	57463
ABM4A39	284610T000014063	08/10/2026	51852
ABP9J52	284610T000013598	02/10/2026	66531
ABQ9A24	284610T000014257	05/10/2026	73150
ABQ9A24	284610T000014255	05/10/2026	51851
ABQ9A24	284610T000014258	05/10/2026	66532
ABZ1F86	284610T000014604	05/10/2026	51851
ACH1165	284610M000366552	27/09/2026	60503
ACJ4E42	284610M000366513	26/09/2026	56732
ADD8A29	284610T000014054	02/10/2026	66531
ADD8A29	284610T000014055	02/10/2026	76842
ADF8I78	284610T000014254	05/10/2026	51851
ADZ6862	284610M000366489	26/09/2026	60503
AEL7959	284610M000366385	25/09/2026	60503
AEW7I80	284610T000014606	05/10/2026	65800
AFH0616	284610M000366448	25/09/2026	60503
AFK2613	284610T000013521	02/10/2026	51851
AFK2613	284610T000013522	02/10/2026	76332
AFR8C22	284610M000366445	25/09/2026	60503
AFU9F72	284610M000366567	27/09/2026	60503
AFY0E77	284610M000366408	25/09/2026	60503
AGD1795	284610T000014291	05/10/2026	76842
AGD1795	284610T000014292	05/10/2026	66531
AGD9780	284610T000014588	02/10/2026	66531
AGI6234	284610M000366402	25/09/2026	60503
AGI6E01	284610M000366285	23/09/2026	60503
AGU0074	284610M000366524	27/09/2026	60503
AGW8443	284610T000014728	09/10/2026	53800
AGW9A96	284610M000366301	23/09/2026	60503
AHB1F07	284610M000366546	27/09/2026	60503
AHD2926	284610T000009554	06/10/2026	55414
AHE4226	284610T000014251	05/10/2026	51851
AHI3E64	284610M000366288	23/09/2026	60503
AHI3E64	284610M000366478	26/09/2026	60503
AHI3E64	284610M000366331	24/09/2026	60503
AHI3E64	284610M000366315	24/09/2026	60503
AHM1B90	284610T000014725	07/10/2026	66532
AHP8F91	284610M000366594	26/09/2026	60503
AHV4260	284610M000366584	26/09/2026	60503
AJC2651	284610M000366378	23/09/2026	60503
AJD1573	284610T000013249	02/10/2026	51851
AJD3F32	284610M000366396	25/09/2026	60503
AJF5A21	284610M000366468	26/09/2026	60503
AJG5926	284610T000014561	02/10/2026	51851
AJK4782	284610M000366321	24/09/2026	60503
AJO6D46	284610T000014268	05/10/2026	55414
AJQ9507	284610M000366442	25/09/2026	60503
AJR7855	284610M000366533	26/09/2026	60503
AJT5E74	284610T000014067	08/10/2026	66531
AJU9B54	284610M000366419	25/09/2026	60503
AJW6D67	284610M000366356	24/09/2026	60503
AJY1A05	284610T000014556	02/10/2026	51852
AKA4A90	284610M000366390	25/09/2026	60503
AKB6701	284610T000014286	05/10/2026	76842
AKB6701	284610T000014287	05/10/2026	66531
AKD0973	284610M000366470	26/09/2026	60503
AKD1F02	284610M000366355	23/09/2026	60503
AKL8F47	284610M000366580	26/09/2026	60503
AKN7243	284610M000366369	22/09/2026	60503
AKO1206	284610T000014702	07/10/2026	57463
AKQ9G98	284610T000014598	04/10/2026	55920
AKS6G89	284610T000013593	02/10/2026	66531
AKT5074	284610T000013510	02/10/2026	51851
AKW0963	284610M000366324	24/09/2026	60503
AKW5I88	284610M000366338	24/09/2026	60503
AKY0C21	284610T000014264	05/10/2026	51851
AKY5E54	284610M000366474	26/09/2026	56732
ALA4A77	284610M000366539	27/09/2026	60503

ALB5247	284610T000014558	02/10/2026	66531
ALB5247	284610T000014557	02/10/2026	73400
ALJ7C85	284610M000366320	24/09/2026	60503
ALK1J06	284610T000014053	02/10/2026	66531
ALN6A92	284610M000366389	25/09/2026	60503
ALO3171	284610M000366494	26/09/2026	60503
ALQ6410	284610T000014265	05/10/2026	51851
ALX3104	284610M000366547	27/09/2026	60503
ALX8G00	284610T000014565	02/10/2026	58196
ALZ7948	284610M000366342	24/09/2026	60503
AMC5482	284610T000014046	05/10/2026	66531
AMH2E26	284610T000013596	02/10/2026	51851
AMI3J39	284610T000014597	04/10/2026	60501
AML5659	284610M000366593	26/09/2026	60503
AMO9E74	284610M000366587	26/09/2026	60503
AMP6E52	284610T000001288	02/10/2026	57380
AMV1F21	284610M000366446	25/09/2026	60503
AMW2J42	284610T000009551	06/10/2026	55414
AMX6C25	284610M000366361	24/09/2026	60503
AMX8160	284610M000366560	27/09/2026	60503
ANA3I93	284610M000366522	26/09/2026	60503
ANB4890	284610M000366332	24/09/2026	60503
ANE4C84	284610T000014567	02/10/2026	66531
ANK1107	284610T000014069	08/10/2026	76251
ANL3447	284610T000013514	02/10/2026	51851
ANM1B17	284610M000366465	25/09/2026	60503
ANO2218	284610T000014621	05/10/2026	54526
ANP7749	284610T000014648	07/10/2026	65992
ANP7749	284610T000014649	07/10/2026	66371
ANP7B81	284610T000014284	05/10/2026	66531
ANP7B81	284610T000014285	05/10/2026	76842
ANU4F08	284610T000014280	05/10/2026	66531
ANU4F08	284610T000014281	05/10/2026	76842
ANW2203	284610T000013502	02/10/2026	51851
ANZ9C14	284610T000014288	05/10/2026	66531
AOA9C75	284610T000014626	05/10/2026	58196
AOA9C75	284610T000014584	02/10/2026	58196
AOB3C77	284610M000366490	26/09/2026	60503
AOB3C77	284610M000366508	26/09/2026	60503
AOB3C77	284610M000366347	24/09/2026	60503
AOC3068	284610T000011801	06/10/2026	76332
AOF6G36	284610T000014590	02/10/2026	67000
AOH8420	284610M000366328	24/09/2026	60503
AOH8420	284610M000366394	25/09/2026	60503
AOM3G83	284610T000013595	02/10/2026	76842
AOM3G83	284610T000013594	02/10/2026	66532
AON9F44	284610M000366327	24/09/2026	60503
AOP2058	284610M000366510	26/09/2026	60503
AOR2004	284610M000366323	24/09/2026	60503
AOT5G64	284610T000014582	02/10/2026	58196
AOT8319	284610T000014705	07/10/2026	66531
AOU4679	284610M000366492	26/09/2026	60503
AOW3C46	284610M000366551	27/09/2026	60503
APC8A91	284610M000366558	26/09/2026	60503
APG5D81	284610T000002472	03/10/2026	76332
APG5D81	284610T000002473	03/10/2026	51851
APH2543	284610M000366561	27/09/2026	60503
APN7960	284610M000366471	26/09/2026	60503
APQ9053	284610M000366352	23/09/2026	60503
APR4G82	284610M000366333	24/09/2026	60503
APS9J93	284610T000014559	02/10/2026	51851
APT5703	284610M000366397	25/09/2026	60503
APY2D91	284610M000366422	25/09/2026	60503
APZ2929	284610T000014261	05/10/2026	76842
APZ2929	284610T000014262	05/10/2026	66531
AQC2989	284610T000014289	05/10/2026	66531
AQC2989	284610T000014290	05/10/2026	76842
AQC7450	284610M000366477	26/09/2026	60503
AQF7F91	284610M000366357	24/09/2026	60503
AQF8415	284610M000366540	27/09/2026	60503
AQI0582	284610M000366461	25/09/2026	60503
AQJ1787	284610T000014711	07/10/2026	66531
AQJ6G00	284610M000366302	24/09/2026	60503
AQL1J34	284610T000014617	05/10/2026	65992
AQL1J34	284610T000014619	05/10/2026	67261
AQL1J34	284610T000014618	05/10/2026	70721
AQN5046	284610T000014591	02/10/2026	66531
AQN5046	284610T000014592	02/10/2026	76842
AQN5046	284610T000014593	02/10/2026	58940
AQO3670	284610M000366456	25/09/2026	60503
AQR2E96	284610T000014709	07/10/2026	61220
AQT4C90	284610T000013597	02/10/2026	70721
AQT8748	284610M000366553	26/09/2026	60503
AQT8748	284610M000366391	25/09/2026	60503
AQU3G12	284610M000366418	25/09/2026	60503
ARA3H51	284610M000366507	26/09/2026	60503
ARB9C16	284610T000014634	07/10/2026	76842
ARB9C16	284610T000014635	07/10/2026	73400
ARE6C10	284610M000366303	24/09/2026	60503

ARF4625	284610M000366482	26/09/2026	60503
ARL8F53	284610T000014633	07/10/2026	51851
ARM7A65	284610M000366511	26/09/2026	60503
ARN9H82	284610T000014627	05/10/2026	58196
ARO4232	284610M000366421	25/09/2026	60503
ARS3J58	284610M000366358	24/09/2026	60503
ARS7E21	284610M000366343	24/09/2026	60503
ARS7E21	284610M000366348	24/09/2026	60503
ARS7E21	284610M000366457	25/09/2026	60503
ARU4232	284610T000014299	05/10/2026	52070
ARU4232	284610T000014294	05/10/2026	60502
ARU4232	284610T000014300	05/10/2026	66532
ARU4232	284610T000014295	05/10/2026	58350
ARU4232	284610T000014296	05/10/2026	58000
ARU4232	284610T000014293	05/10/2026	73580
ARU4232	284610T000014297	05/10/2026	76842
ARU4232	284610T000014298	05/10/2026	58432
ARU7384	284610M000366479	26/09/2026	60503
ARU7384	284610M000366501	26/09/2026	60503
ARU7384	284610M000366472	26/09/2026	60503
ARV0E38	284610T000013592	02/10/2026	51851
ARX3D51	284610M000366406	24/09/2026	60503
ARZ6F51	284610M000366538	27/09/2026	60503
ASA9H21	284610M000366376	23/09/2026	60503
ASB0F66	284610M000366392	25/09/2026	60503
ASC9J63	284610T000014607	05/10/2026	66531
ASD7035	284610M000366379	25/09/2026	60503
ASG7705	284610M000366317	24/09/2026	60503
ASH3F34	284610M000366481	26/09/2026	60503
ASH4I52	284610T000008147	04/10/2026	60760
ASJ6724	284610M000366506	26/09/2026	56732
ASK9G71	284610M000366444	25/09/2026	60503
ASN8633	284610T000001959	06/10/2026	51851
ASO1D76	284610M000366373	23/09/2026	60503
ASO2G36	284610T000012564	04/10/2026	53800
ASP8119	284610M000366344	24/09/2026	60503
ASR0518	284610T000014616	05/10/2026	52070
AST2A92	284610T000014608	05/10/2026	57463
ASU9812	284610T000014275	05/10/2026	66531
ASW0B62	284610M000366491	26/09/2026	60503
ATB8841	284610T000013520	02/10/2026	76332
ATB8841	284610T000013519	02/10/2026	51851
ATI7E86	284610T000013504	02/10/2026	51851
ATM3I81	284610T000013507	02/10/2026	51851
ATM3I81	284610T000013508	02/10/2026	76332
ATN1374	284610M000366375	23/09/2026	60503
ATO9147	284610M000366503	26/09/2026	60503
ATR1D75	284610M000366349	24/09/2026	56732
ATT4973	284610M000366305	24/09/2026	60503
ATV3899	284610M000366404	25/09/2026	60503
ATY6608	284610M000366382	25/09/2026	60503
ATZ9969	284610T000012569	07/10/2026	70481
ATZ9969	284610T000012570	07/10/2026	65992
AUA0598	284610M000366534	26/09/2026	60503
AUB1560	284610T000014717	07/10/2026	76842
AUB1560	284610T000014716	07/10/2026	66531
AUB1560	284610T000014718	07/10/2026	73400
AUD1362	284610T000014713	07/10/2026	51851
AUE2D26	284610T000014555	02/10/2026	51851
AUE2F53	284610M000366462	25/09/2026	60503
AUE8G02	284610T000013501	02/10/2026	51851
AUG0H03	284610T000014263	05/10/2026	51851
AUH9631	284610T000014644	07/10/2026	55411
AUH9631	284610T000014645	07/10/2026	65992
AUL4C11	284610T000014802	09/10/2026	51851
AUL4C11	284610T000014801	09/10/2026	55411
AUM7E82	284610T000014560	02/10/2026	51851
AUM8H21	284610T000014647	07/10/2026	51851
AUN4D28	284610M000366405	24/09/2026	60503
AUR2A43	284610M000366563	27/09/2026	60503
AUS7J18	284610M000366504	26/09/2026	56732
AUS8B32	284610T000014563	02/10/2026	69472
AUT1A25	284610T000014570	02/10/2026	58196
AUT4448	284610T000007721	08/10/2026	73662
AUX0A81	284610T000014731	09/10/2026	66531
AUZ9I36	284610T000013516	02/10/2026	51851
AUZ9I36	284610T000014044	05/10/2026	51852
AVE7B62	284610T000013307	08/10/2026	73400
AVG4A73	284610M000366443	25/09/2026	60503
AVM3F60	284610M000366505	26/09/2026	56732
AVN8C99	284610T000014554	02/10/2026	51851
AVR3C70	284610M000366519	25/09/2026	60503
AVS4030	284610M000366304	24/09/2026	60503
AVT7D80	284610M000366550	27/09/2026	60503
AWB8C07	284610M000366568	27/09/2026	60503
AWF4512	284610M000366574	26/09/2026	60503
AWH2620	284610M000366487	26/09/2026	60503
AWL6819	284610M000366585	26/09/2026	60503
AWS8C75	284610T000014562	02/10/2026	51851

AWT2A35	284610T000014726	07/10/2026	51851
AWU1C93	284610M000366483	26/09/2026	60503
AWW6D28	284610T000014631	07/10/2026	57463
AWX0516	284610M000366451	25/09/2026	60503
AWZ0954	284610M000366318	24/09/2026	60503
AWZ5144	284610M000366514	26/09/2026	60503
AXA0558	284610M000366291	22/09/2026	60503
AXA0558	284610M000366454	25/09/2026	56732
AXC9J44	284610M000366384	25/09/2026	60503
AXE5E10	284610T000013523	02/10/2026	51851
AXG3476	284610T000014611	05/10/2026	51851
AXL2G62	284610M000366413	24/09/2026	60503
AXP4G79	284610M000366480	26/09/2026	56732
AXR2H28	284610M000366459	24/09/2026	60503
AXR6B41	284610M000366296	23/09/2026	56732
AXU2035	284610T000014629	05/10/2026	57463
AXZ4249	284610M000366306	24/09/2026	60503
AYB8H48	284610M000366398	25/09/2026	60503
AYD0C11	284610T000014066	08/10/2026	66532
AYE8G81	284610M000366411	24/09/2026	60503
AYI0F21	284610T000014587	02/10/2026	66531
AYO3849	284610M000366525	27/09/2026	60503
AZC4647	284610T000013517	02/10/2026	51851
AZC4647	284610T000013518	02/10/2026	76332
AZE6C26	284610T000008148	04/10/2026	60760
AZE9D46	284610T000014625	05/10/2026	58196
AZH7D16	284610M000366486	26/09/2026	60503
AZH7D16	284610M000366499	26/09/2026	60503
AZI8A08	284610M000366292	22/09/2026	60503
AZJ0G04	284610M000366581	26/09/2026	60503
AZK6785	284610T000014724	07/10/2026	51851
AZP2J43	284610T000014578	02/10/2026	58196
AZP2J43	284610T000014579	02/10/2026	66531
AZP2J43	284610T000014650	07/10/2026	66531
AZU0G23	284610T000014602	05/10/2026	66531
AZU8J81	284610T000014708	07/10/2026	76332
AZZ3I50	284610T000003260	06/10/2026	70481
BAA3G93	284610M000366310	24/09/2026	60503
BAC1F38	284610M000366350	23/09/2026	60503
BAF7872	284610M000366575	26/09/2026	60503
BAH6G25	284610M000366330	24/09/2026	60503
BAM6E82	284610M000366502	26/09/2026	56732
BAM6J66	284610M000366416	25/09/2026	60503
BAM7038	284610M000366549	26/09/2026	60503
BAN8B48	284610M000366412	24/09/2026	60503
BAT8120	284610M000366346	24/09/2026	60503
BAX7C16	284610M000366354	23/09/2026	60503
BAZ3D18	284610M000366299	23/09/2026	60503
BBE1432	284610M000366528	26/09/2026	60503
BBG0C87	284610T000014721	07/10/2026	76332
BBJ8C25	284610T000014047	05/10/2026	66531
BBK3530	284610T000013600	02/10/2026	66532
BBP1751	284610M000366548	26/09/2026	60503
BBQ5I05	284610T000010875	06/10/2026	51851
BBS6A99	284610T000014269	05/10/2026	54521
BBU2B72	284610M000366293	22/09/2026	60503
BBX2E52	284610M000366295	22/09/2026	60503
BCG3J52	284610T000014723	07/10/2026	55680
BCJ5D38	284610T000014720	07/10/2026	66531
BCL6J84	284610T000014564	02/10/2026	57463
BCM2205	284610M000366339	24/09/2026	60503
BCN0F56	284610M000366430	25/09/2026	56732
BCN1G41	284610T000011158	07/10/2026	76331
BCN7D89	284610M000366433	25/09/2026	60503
BCO3C69	284610M000366562	27/09/2026	60503
BCO9A24	284610M000366520	25/09/2026	60503
BCO9A39	284610T000014059	06/10/2026	55414
BCQ2C67	284610M000366531	26/09/2026	60503
BCR2I86	284610T000014051	02/10/2026	58196
BCS4C44	284610M000366532	26/09/2026	60503
BCT6B32	284610T000014589	02/10/2026	58196
BCW2D38	284610M000366523	26/09/2026	60503
BDJ6B84	284610T000014710	07/10/2026	66531
BDL3D83	284610T000014638	07/10/2026	55920
BDL8E01	284610T000014704	07/10/2026	76332
BDO4A97	284610M000366417	25/09/2026	60503
BDO8D03	284610T000009555	06/10/2026	55414
BDO8G49	284610T000014277	05/10/2026	76842
BDO8G49	284610T000014276	05/10/2026	66531
BDR2G17	284610M000366353	23/09/2026	60503
BDR4A96	284610M000366372	25/09/2026	60503
BDT9B74	284610T000013599	02/10/2026	57463
BDV1G94	284610M000366496	26/09/2026	60503
BDV6G64	284610T000011159	07/10/2026	55414
BDZ4F51	284610M000366488	26/09/2026	60503
BEC3H84	284610T000014068	08/10/2026	76251
BEE8I37	284610M000366438	25/09/2026	60503
BEH4G25	284610T000014266	05/10/2026	59670
BEL5E03	284610T000011160	07/10/2026	51851

BEN1F62	284610T000014805	09/10/2026	55920
BEN8H06	284610M000366427	25/09/2026	60503
BEP7I89	284610M000366455	25/09/2026	60503
BEQ3D26	284610M000366452	25/09/2026	60503
BET7F06	284610T000013525	02/10/2026	51851
BET9C85	284610M000366498	26/09/2026	60503
BEU4D85	284610T000014730	09/10/2026	57200
BME1478	284610M000366307	24/09/2026	60503
BMK4751	284610M000366289	23/09/2026	60503
BMW3G69	284610T000014551	02/10/2026	51851
BPY2D22	284610M000366386	25/09/2026	60503
BZI3H43	284610M000366312	24/09/2026	60503
CCU6A44	284610T000014628	05/10/2026	57463
CIJ2B19	284610M000366529	26/09/2026	60503
CIL8C06	284610T000014571	02/10/2026	65300
CIL8C06	284610T000012562	04/10/2026	65300
CQD0651	284610M000366591	26/09/2026	60503
CQO2E35	284610M000366322	24/09/2026	56732
CSC8039	284610M000366464	25/09/2026	60503
CSR0H66	284610M000366485	26/09/2026	60503
CST4I71	284610T000012571	09/10/2026	61300
CTE9C07	284610T000014612	05/10/2026	65992
CTE9C07	284610T000014613	05/10/2026	65564
CTM5J94	284610M000366337	24/09/2026	60503
CVA4855	284610M000366518	25/09/2026	60503
CVP1E79	284610T000014575	02/10/2026	57463
CWZ5474	284610M000366334	24/09/2026	60503
DEF8240	284610M000366278	23/09/2026	60503
DHV1I63	284610T000014049	05/10/2026	51851
DHV1I63	284610T000014050	05/10/2026	76332
DJD8A19	284610M000366381	25/09/2026	60503
DKN3154	284610T000013512	02/10/2026	51851
DMY0870	284610M000366600	26/09/2026	60503
DOB1B54	284610T000014706	07/10/2026	66531
DOT1H51	284610T000013515	02/10/2026	51851
DPS0A81	284610T000014603	05/10/2026	65300
DRB4433	284610M000366326	24/09/2026	60503
DSB5B07	284610M000366428	25/09/2026	60503
DSH0G56	284610T000014804	09/10/2026	53800
DTX3I41	284610M000366399	25/09/2026	60503
DUL5A95	284610T000014714	07/10/2026	51851
DUL5A95	284610T000014715	07/10/2026	73150
DUR3G07	284610T000014640	07/10/2026	51851
DWH6366	284610M000366450	25/09/2026	60503
DWK5336	284610M000366409	24/09/2026	60503
EAB0250	284610T000013503	02/10/2026	51851
EDH1F58	284610M000366564	27/09/2026	60503
EDK2213	284610M000366535	27/09/2026	60503
EFA6H53	284610M000366420	25/09/2026	60503
EKQ7I62	284610T000012568	06/10/2026	51851
EKZ1D44	284610T000013248	02/10/2026	51851
ELN7B41	284610M000366371	24/09/2026	60503
EMU9D72	284610M000366290	22/09/2026	60503
ENI3C25	284610M000366309	24/09/2026	60503
EPT1G80	284610T000009552	06/10/2026	51851
EQD3H89	284610T000011162	07/10/2026	51180
EQD3H89	284610T000011161	07/10/2026	73400
EQD3H89	284610T000012567	05/10/2026	73400
EQT2H99	284610T000013513	02/10/2026	51851
ERM0H73	284610T000012560	04/10/2026	57380
ERU4937	284610T000013511	02/10/2026	51851
ESA1A03	284610T000014610	05/10/2026	67000
ETI5D55	284610T000012565	05/10/2026	55090
ETJ4E39	284610M000366599	26/09/2026	60503
EUW5C20	284610T000014614	05/10/2026	76332
EVH6690	284610T000014064	08/10/2026	51851
EWL9J38	284610T000014643	07/10/2026	51851
EWT0B25	284610T000014605	05/10/2026	57463
EXB0221	284610M000366592	26/09/2026	60503
EZH4F01	284610T000013505	02/10/2026	51851
EZJ5B84	284610M000366544	27/09/2026	60503
FBN9418	284610M000366588	26/09/2026	60503
FCJ3D61	284610M000366395	25/09/2026	60503
FEA9103	284610T000014042	05/10/2026	51851
FEN4G78	284610M000366439	25/09/2026	60503
FIQ5E19	284610M000366359	24/09/2026	60503
FKE2B89	284610M000366341	24/09/2026	60503
FKL4A02	284610M000366449	25/09/2026	60503
FMS1J20	284610M000366543	27/09/2026	60503
FNA5A93	284610M000366336	24/09/2026	60503
FNF9E68	284610M000366495	26/09/2026	56732
FNU3G10	284610M000366475	26/09/2026	56732
FOY6C06	284610M000366521	26/09/2026	60503
FRW0H37	284610M000366387	25/09/2026	60503
FWC1F64	284610T000014061	07/10/2026	51851
FYD0G80	284610M000366319	24/09/2026	60503
GAJ4J24	284610M000366577	26/09/2026	60503
GAZ1B01	284610T000013247	02/10/2026	51852
GBG9C70	284610M000366569	27/09/2026	60503

GCV2B65	284610T000014642	07/10/2026	57463
GCW7B17	284610M000366458	25/09/2026	60503
GFH9J79	284610T000014274	05/10/2026	52070
GFH9J79	284610T000014272	05/10/2026	60502
GFH9J79	284610T000014273	05/10/2026	76842
GHJ1C22	284610M000366589	26/09/2026	60503
GNP1D59	284610T000013506	02/10/2026	51851
GOZ9J48	284610T000014727	07/10/2026	51851
GQD0025	284610M000366579	26/09/2026	60503
HIT5J49	284610M000366516	26/09/2026	60503
HNK7185	284610M000366598	26/09/2026	60503
HNU4J85	284610M000366388	25/09/2026	60503
HSH4J46	284610T000009250	02/10/2026	73662
HSJ3H17	284610T000014646	07/10/2026	51851
HSM2I89	284610M000366572	27/09/2026	60503
HTO2E07	284610T000014062	08/10/2026	51852
IOP8554	284610M000366530	26/09/2026	60503
IQZ4H46	284610M000366365	24/09/2026	60503
ISW0J83	284610M000366570	27/09/2026	60503
ISZ5E98	284610T000014060	06/10/2026	76251
ISZ6E85	284610M000366364	24/09/2026	60503
IWP3J03	284610M000366590	26/09/2026	60503
IYA6A51	284610T000014577	02/10/2026	58196
JMS4825	284610T000014048	05/10/2026	51851
JNB6225	284610M000366536	27/09/2026	60503
JNN9788	284610T000013524	02/10/2026	51851
JYU9342	284610M000366407	24/09/2026	60503
KGA1I31	284610M000366509	26/09/2026	60503
KJA2829	284610M000366363	24/09/2026	60503
KVM5I15	284610M000366541	27/09/2026	60503
KXV7A31	284610M000366279	23/09/2026	60503
LCO8265	284610T000001069	29/09/2026	65300
LXN6428	284610T000014701	07/10/2026	66532
MCY8D06	284610M000366311	24/09/2026	56732
MGJ3E16	284610M000366467	26/09/2026	60503
MKA9D40	284610M000366360	24/09/2026	60503
MKM9A08	284610T000014733	09/10/2026	76842
MKM9A08	284610T000014732	09/10/2026	66531
MLH5732	284610M000366583	26/09/2026	60503
MLK9B38	284610M000366329	24/09/2026	60503
MPZ6268	284610T000012573	09/10/2026	76251
NCR6I10	284610M000366526	26/09/2026	56732
NFE1557	284610M000366542	27/09/2026	60503
NGW8170	284610T000014600	05/10/2026	57463
NLK7B40	284610M000366367	24/09/2026	60503
NLY1D27	284610T000014045	05/10/2026	51851
NMN2B55	284610T000009553	06/10/2026	55414
NSD2H94	284610M000366437	25/09/2026	60503
NXW1I10	284610T000014065	08/10/2026	51851
ODK1F05	284610T000014056	02/10/2026	57463
OKD5J93	284610M000366586	26/09/2026	60503
OTZ3E75	284610T000014594	02/10/2026	65300
PUR2F46	284610M000366415	24/09/2026	60503
PWA8C29	284610M000366314	24/09/2026	60503
PWQ6541	284610M000366426	25/09/2026	60503
PXJ8C88	284610T000014070	08/10/2026	76251
QHU1H42	284610T000014282	05/10/2026	76842
QHU1H42	284610T000014283	05/10/2026	66531
QHW2C52	284610M000366370	22/09/2026	60503
QNJ5A25	284610T000014712	07/10/2026	55920
QNS9B34	284610M000366366	24/09/2026	60503
QOY0I70	284610T000013250	02/10/2026	51851
QRI9C19	284610T000001289	04/10/2026	65300
QUF9D87	284610M000366559	27/09/2026	60503
QUG3E53	284610M000366441	25/09/2026	60503
QXE7J97	284610T000012572	09/10/2026	55411
RDE6B43	284610M000366429	25/09/2026	60503
REY6E96	284610M000366554	26/09/2026	60503
REY6E96	284610M000366557	26/09/2026	60503
RHE7I10	284610T000014637	07/10/2026	76842
RHE7I10	284610T000014636	07/10/2026	73400
RHL4I08	284610T000014253	05/10/2026	76842
RHL4I08	284610T000014252	05/10/2026	66531
RHQ1I61	284610T000014707	07/10/2026	66531
RHQ2G50	284610M000366527	26/09/2026	60503
RHV1F98	284610T000014734	09/10/2026	76842
RHV1F98	284610T000014735	09/10/2026	66531
RHW1G70	284610M000366340	24/09/2026	60503
RHW1G70	284610M000366423	25/09/2026	60503
RHW6C65	284610T000014703	07/10/2026	66531
RHX6B23	284610T000014736	09/10/2026	66531
RKW3I18	284610M000366578	26/09/2026	60503
RKY6D56	284610T000014267	05/10/2026	51851
RLA4J21	284610T000014639	07/10/2026	57463
RNW2B84	284610M000366277	23/09/2026	56732
RUW5A92	284610M000366556	26/09/2026	60503
RVD3H20	284610M000366297	23/09/2026	56732
RVQ9E79	284610M000366362	24/09/2026	60503
RXK4F09	284610M000366313	24/09/2026	60503

RYO6D63	284610M000366447	25/09/2026	60503
SDP5I31	284610T000006574	07/10/2026	76332
SDP9F76	284610M000366466	25/09/2026	56732
SDQ7C63	284610M000366280	23/09/2026	56732
SDU8J29	284610T000014615	05/10/2026	76251
SEB7H14	284610T000014586	02/10/2026	58196
SED3I69	284610T000012563	04/10/2026	54521
SEG6A42	284610M000366377	23/09/2026	60503
SEH2A32	284610M000366555	26/09/2026	60503
SEI8D45	284610M000366414	24/09/2026	60503
SEJ4E34	284610M000366512	26/09/2026	56732
SEL9A95	284610T000014622	05/10/2026	65991
SEL9A95	284610T000014623	05/10/2026	50100
SEL9F20	284610T000014058	06/10/2026	57380
SEM1A59	284610M000366537	27/09/2026	56732
SEP5C62	284610M000366576	26/09/2026	60503
SES3F06	284610T000011157	03/10/2026	73400
SEY4C10	284610M000366596	26/09/2026	60503
SFC4B78	284610T000014573	02/10/2026	76842
SFC4B78	284610T000014574	02/10/2026	52070
SFC4B78	284610T000014572	02/10/2026	76332
SFE5C62	284610T000014271	05/10/2026	66531
SFG3E68	284610M000366403	25/09/2026	60503
SFG9E98	284610M000366325	24/09/2026	60503
SFH1F45	284610M000366440	25/09/2026	60503
SFH4E86	284610M000366401	25/09/2026	60503
SFK7B10	284610M000366565	27/09/2026	60503
SFK8G07	284610T000014719	07/10/2026	76842
SFL7B54	284610M000366434	25/09/2026	60503
SFM3D88	284610T000014803	09/10/2026	55411
SFM4C66	284610M000366517	26/09/2026	60503
SFN2B96	284610T000014043	05/10/2026	66531
SFN8B80	284610M000366500	26/09/2026	60503
SGB9H84	284610M000366298	23/09/2026	60503
SID1F68	284610M000366383	25/09/2026	60503
SUU9D08	284610M000366335	24/09/2026	60503
SXP5E15	284610M000366276	23/09/2026	60503
SZK5C07	284610M000366597	26/09/2026	60503
TAP0F16	284610T000014566	02/10/2026	58196
TAP4G58	284610M000366300	23/09/2026	60503
TAP6E31	284610T000014595	04/10/2026	66531
TAU2I75	284610M000366515	26/09/2026	60503
TAV2F99	284610T000013509	02/10/2026	76332
TAW5G85	284610T000014260	05/10/2026	76842
TAW5G85	284610T000014259	05/10/2026	76332
TAY0E11	284610M000366380	25/09/2026	60503
TAZ1E69	284610T000014583	02/10/2026	58196
TAZ4G09	284610T000001958	06/10/2026	73400
TAZ7J25	284610M000366453	25/09/2026	60503
TBD6E66	284610T000014620	05/10/2026	57463
TBI0D37	284610M000366573	27/09/2026	60503
TBI7B46	284610T000012574	09/10/2026	60501
TBJ9H02	284610M000366393	25/09/2026	60503
TBK4B35	284610T000014278	05/10/2026	76842
TBK4B35	284610T000014279	05/10/2026	66531
TBL5B87	284610M000366368	24/09/2026	60503
TBL7D05	284610M000366436	25/09/2026	60503
TBM6D61	284610T000013588	02/10/2026	66532
TBM6D61	284610T000013590	02/10/2026	73400
TBM6D61	284610T000013589	02/10/2026	76842
TBN9H41	284610M000366566	27/09/2026	60503
TBQ5B57	284610M000366473	26/09/2026	60503
TBX9E17	284610M000366484	26/09/2026	60503
TDO2A00	284610M000366287	23/09/2026	60503
TLW0F10	284610M000366469	26/09/2026	60503
TLW0F10	284610M000366582	26/09/2026	60503
TWZ6D78	284610M000366460	24/09/2026	60503
TYU0H86	284610M000366282	23/09/2026	56732
UAT0E96	284610M000366431	25/09/2026	60503
UAU6D47	284610T000014270	05/10/2026	66531
UAU8I53	284610M000366284	23/09/2026	60503
UAV5G73	284610T000014552	02/10/2026	70721
UAZ4A70	284610M000366275	23/09/2026	60503
UAZ4H53	284610M000366286	23/09/2026	60503
UBA4G98	284610M000366497	26/09/2026	60503
UBB6A67	284610M000366432	25/09/2026	60503
UBD5H09	284610T000014632	07/10/2026	76332
UBF3E04	284610M000366410	24/09/2026	60503
UBH7E86	284610M000366545	27/09/2026	60503
UBI4F43	284610M000366316	24/09/2026	60503
UBI9B51	284610M000366493	26/09/2026	60503
UBJ9A85	284610T000013306	08/10/2026	70301
UBJ9A85	284610T000013305	08/10/2026	73400
UBK6H97	284610T000014569	02/10/2026	58196
UBK9I14	284610M000366425	25/09/2026	60503
UBL9F76	284610M000366435	25/09/2026	60503
UBM3G79	284610T000014576	02/10/2026	66531
UBN1D40	284610T000001957	06/10/2026	70301
UBQ7A67	284610T000012566	05/10/2026	61300

UBR3I07	284610M000366283	23/09/2026	60503
UBS0D55	284610M000366601	26/09/2026	60503
UBW7D50	284610M000366281	23/09/2026	56732
UBW9J62	284610M000366463	25/09/2026	60503
UBY4E65	284610M000366571	27/09/2026	60503
UBY4E65	284610T000014641	07/10/2026	66531
UCB6H06	284610T000013591	02/10/2026	66532
UCC1G17	284610M000366424	25/09/2026	60503
UCC9G21	284610T000014580	02/10/2026	58196
UCE2C36	284610M000366374	23/09/2026	60503
UCE5J61	284610M000366345	24/09/2026	60503
UCE8A26	284610T000014585	02/10/2026	58196
UCG5H64	284610M000366476	26/09/2026	60503
UCI7E85	284610T000014568	02/10/2026	58196
UCK3C25	284610M000366595	26/09/2026	60503
UCK8F81	284610T000014581	02/10/2026	58196
UCN1C92	284610T000012561	04/10/2026	55920
UCO8H16	284610T000014722	07/10/2026	76332
UCR8E69	284610M000366294	22/09/2026	60503
UCS7F23	284610T000014553	02/10/2026	51852
UMQ4H04	284610M000366351	23/09/2026	60503

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:A61CA633

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20261014_191449

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 03/12/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAA7098	284610T000012234	06/08/2026	76332	R$ 293,47
AAY7498	284610M000362453	28/07/2026	60503	R$ 293,47
ABK9861	284610M000362557	30/07/2026	60503	R$ 293,47
ABK9E11	284610T000011581	04/08/2026	51851	R$ 195,23
ABM4B29	284610M000362434	28/07/2026	60503	R$ 293,47
ABN0A21	284610T000011589	07/08/2026	55414	R$ 195,23
ABV3A07	284610M000362447	28/07/2026	60503	R$ 293,47
ABX2482	284610M000362398	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ABY6695	284610M000362471	28/07/2026	60503	R$ 293,47
ACA9995	284610M000362474	28/07/2026	60503	R$ 293,47
ACD0G03	284610M000362622	31/07/2026	60503	R$ 293,47
ACK5B81	284610NIC0033622	21/07/2026	50020	R$ 586,94
ACM2446	284610T000011863	05/08/2026	51851	R$ 195,23
ACM2446	284610T000011862	05/08/2026	65300	R$ 195,23
ACQ0537	284610NIC0033635	21/07/2026	50020	R$ 586,94
ACT1409	284610T000011281	30/06/2026	76842	R$ 130,16
ACY5J00	284610M000362487	29/07/2026	60503	R$ 293,47
ACZ1196	284610M000362646	31/07/2026	60503	R$ 293,47
ACZ3H88	284610M000362536	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AFB6H67	284610M000362552	30/07/2026	60503	R$ 293,47
AFL2C90	284610M000362411	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AFP1632	284610T000012201	05/08/2026	51851	R$ 195,23
AFS3979	284610T000011585	07/08/2026	76251	R$ 293,47
AFY1I08	284610M000362505	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AGI6I68	284610T000011325	03/08/2026	66531	R$ 195,23
AHH1I31	116100T000381248	04/08/2026	76251	R$ 293,47
AHO1691	284610M000362373	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AHU0153	284610T000011582	07/08/2026	55414	R$ 195,23
AHU2624	284610T000012211	05/08/2026	51851	R$ 195,23
AID4410	284610M000362508	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AIE7I62	284610M000362407	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AIZ4B21	284610M000362616	31/07/2026	60503	R$ 293,47
AJC9932	284610T000011319	03/08/2026	51852	R$ 195,23
AJC9932	284610T000011318	03/08/2026	55680	R$ 195,23
AJD3F32	284610M000362618	31/07/2026	60503	R$ 293,47
AJD3F32	284610M000362377	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AJG8D22	284610T000009219	30/07/2026	55411	R$ 195,23
AJU6001	284610M000362392	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AKB1316	284610M000362513	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AKB2F44	284610M000362410	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AKC7199	284610M000362345	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AKF9J37	284610M000362626	31/07/2026	60503	R$ 293,47
AKF9J37	284610M000362473	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AKF9J37	284610M000362504	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AKG1086	284610M000362635	31/07/2026	60503	R$ 293,47
AKI5G44	284610T000007980	31/07/2026	73400	R$ 130,16
AKL5175	284610T000011575	03/08/2026	51851	R$ 195,23
AKN5336	284610T000011326	04/08/2026	65992	R$ 293,47
AKY3H68	284610M000362349	26/07/2026	60503	R$ 293,47
ALL7G27	284610T000012244	06/08/2026	51851	R$ 195,23
ALP3243	284610M000362400	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ALP5792	284610M000362542	29/07/2026	60503	R$ 293,47
ALP8C49	284610T000011324	03/08/2026	67000	R$ 195,23

ALR6812	284610T000012208	05/08/2026	51851	R$ 195,23
ALT2160	284610T000012217	05/08/2026	51851	R$ 195,23
ALT4J01	284610M000362570	30/07/2026	60503	R$ 293,47
AMB2524	284610M000362402	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AMH1008	284610T000007987	31/07/2026	51851	R$ 195,23
AMI5H01	284610M000362441	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AML3187	284610M000362355	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AMQ4282	284610M000362484	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AMQ5F96	284610M000362405	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AMW0638	284610M000362619	31/07/2026	60503	R$ 293,47
AMW9F03	284610M000362578	30/07/2026	60503	R$ 293,47
AMX7I63	284610M000362638	31/07/2026	56732	R$ 130,16
AMY9755	284610M000362477	28/07/2026	60503	R$ 293,47
ANB5077	284610M000362387	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AND0D49	284610M000362514	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AND0D49	284610M000362516	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AND7489	284610M000362555	30/07/2026	60503	R$ 293,47
ANI0I50	284610M000362641	31/07/2026	60503	R$ 293,47
ANI3E69	284610T000001229	03/08/2026	51851	R$ 195,23
ANJ2032	284610M000362529	29/07/2026	60503	R$ 293,47
ANL5H47	284610M000362459	28/07/2026	60503	R$ 293,47
ANL8313	284610M000362647	31/07/2026	60503	R$ 293,47
ANN9G92	284610M000362394	27/07/2026	56732	R$ 130,16
ANN9G92	284610T000010915	04/08/2026	55414	R$ 195,23
ANO0D06	284610M000362426	28/07/2026	60503	R$ 293,47
ANP7159	284610T000009220	03/08/2026	51851	R$ 195,23
ANX9A02	284610T000011327	07/08/2026	76251	R$ 293,47
ANY5B76	284610M000362503	29/07/2026	60503	R$ 293,47
ANZ4A73	284610M000362461	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AOC6213	284610M000362562	30/07/2026	60503	R$ 293,47
AOE0446	284610M000362537	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AOF7431	284610M000362588	30/07/2026	60503	R$ 293,47
AOF9G27	284610CND0000931	25/07/2026	50450	R$ 293,47
AOG2F28	284610T000007981	31/07/2026	51851	R$ 195,23
AOH8420	284610M000362367	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AOH8420	284610M000362374	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AOJ9I39	284610T000011579	04/08/2026	51851	R$ 195,23
AON0F52	284610T000006774	31/07/2026	61300	R$ 293,47
AOO6039	284610T000000956	05/08/2026	55414	R$ 195,23
AOV9A81	284610T000011570	03/08/2026	51851	R$ 195,23
AOW7F16	284610M000362414	28/07/2026	56732	R$ 130,16
AOZ2B69	284610T000011322	03/08/2026	60501	R$ 293,47
APK6715	284610M000362463	28/07/2026	60503	R$ 293,47
APN1940	284610T000007984	31/07/2026	51851	R$ 195,23
APU5783	284610M000362351	26/07/2026	60503	R$ 293,47
APU5783	284610M000362356	27/07/2026	60503	R$ 293,47
APU5783	284610M000362546	29/07/2026	60503	R$ 293,47
APU5783	284610M000362596	31/07/2026	60503	R$ 293,47
APV5718	284610M000362446	28/07/2026	60503	R$ 293,47
APV6718	284610M000362567	30/07/2026	60503	R$ 293,47
APV6D71	284610M000362572	30/07/2026	60503	R$ 293,47
APX3363	284610M000362527	29/07/2026	60503	R$ 293,47
APX3D01	284610T000011566	03/08/2026	55090	R$ 130,16
AQB8C60	284610T000011315	03/08/2026	56222	R$ 88,38
AQH1882	284610M000362564	30/07/2026	60503	R$ 293,47
AQK9J10	284610M000362489	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AQO4E50	284610T000012238	06/08/2026	73400	R$ 130,16
AQO8B68	284610T000012240	06/08/2026	51851	R$ 195,23
AQQ4A23	284610M000362454	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AQQ4A23	284610M000362448	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AQR5996	284610M000362607	31/07/2026	60503	R$ 293,47
AQT8748	284610T000006776	31/07/2026	73400	R$ 130,16
AQU4E74	284610M000362468	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AQV9174	284610M000362483	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AQX4G77	284610T000012226	05/08/2026	51852	R$ 195,23
AQZ4298	284610T000012228	05/08/2026	51851	R$ 195,23
ARB6234	284610M000362494	29/07/2026	60503	R$ 293,47
ARB6234	284610M000362493	29/07/2026	60503	R$ 293,47
ARG1E32	284610T000006778	04/08/2026	73400	R$ 130,16
ARK5295	284610M000362482	29/07/2026	60503	R$ 293,47
ARO3C29	284610M000362458	28/07/2026	60503	R$ 293,47
ARO6A73	284610M000362464	28/07/2026	60503	R$ 293,47
ARU7384	284610M000362583	30/07/2026	60503	R$ 293,47
ARU9D48	284610T000012233	06/08/2026	51851	R$ 195,23
ARV0C42	284610M000362500	29/07/2026	60503	R$ 293,47
ARV5D01	284610M000362354	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ARX4025	284610T000012251	06/08/2026	51851	R$ 195,23
ARY9G11	284610M000362403	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ASB0F66	284610M000362421	28/07/2026	60503	R$ 293,47
ASD4F05	284610M000362399	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ASG6208	284610M000362427	28/07/2026	60503	R$ 293,47
ASI0546	284610NIC0033626	21/07/2026	50020	R$ 390,46
ASI0546	284610T000012222	05/08/2026	51851	R$ 195,23
ASK2B51	284610M000362585	30/07/2026	60503	R$ 293,47
ASM6143	284610M000362497	29/07/2026	60503	R$ 293,47
ASM6143	284610M000362511	29/07/2026	60503	R$ 293,47
ASQ8D63	284610NIC0033629	21/07/2026	50020	R$ 586,94
AST1586	284610T000012231	06/08/2026	73400	R$ 130,16
AST2F74	284610M000362573	30/07/2026	60503	R$ 293,47

ASU3B86	284610T000011563	31/07/2026	51851	R$ 195,23
ASU7A29	284610M000362507	29/07/2026	60503	R$ 293,47
ASW6128	284610T000012213	05/08/2026	51851	R$ 195,23
ATA6933	284610T000011572	03/08/2026	55417	R$ 195,23
ATE6997	284610M000362376	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ATF2169	284610M000362431	28/07/2026	60503	R$ 293,47
ATH2925	284610M000362359	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ATL3H98	284610M000362532	29/07/2026	60503	R$ 293,47
ATR3A97	284610M000362571	30/07/2026	60503	R$ 293,47
ATU6D52	284610M000362424	28/07/2026	60503	R$ 293,47
ATX7476	284610M000362428	28/07/2026	60503	R$ 293,47
ATZ2G92	284610T000011588	07/08/2026	55417	R$ 195,23
ATZ3868	284610T000001186	03/08/2026	51851	R$ 195,23
AUF3A52	284610T000006772	31/07/2026	51930	R$ 293,47
AUI3J06	284610T000006780	04/08/2026	51851	R$ 195,23
AUO8421	284610M000362472	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AUQ3205	284610M000362569	30/07/2026	60503	R$ 293,47
AUR8295	284610M000362437	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AUS5478	284610M000362438	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AUV0I31	284610M000362601	30/07/2026	60503	R$ 293,47
AVB1B59	284610T000012215	05/08/2026	51851	R$ 195,23
AVB1I06	284610T000011316	03/08/2026	51851	R$ 195,23
AVD4A87	284610M000362629	31/07/2026	60503	R$ 293,47
AVK8E43	284610T000011864	06/08/2026	51851	R$ 195,23
AVM0I61	284610T000011317	03/08/2026	66700	R$ 195,23
AVN1D46	284610M000362636	31/07/2026	60503	R$ 293,47
AVO6H66	284610M000362632	31/07/2026	60503	R$ 293,47
AVU0F23	284610T000009225	07/08/2026	55414	R$ 195,23
AWG6H75	284610T000012246	06/08/2026	51851	R$ 195,23
AWJ6E07	284610M000362364	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AWK6B89	284610M000362561	30/07/2026	60503	R$ 293,47
AWM9912	284610M000362603	31/07/2026	60503	R$ 293,47
AWO9851	284610M000362443	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AWP3064	284610T000011591	07/08/2026	76251	R$ 293,47
AWP7H27	284610M000362379	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AWQ8B99	284610M000362515	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AWV9267	284610M000362559	30/07/2026	60503	R$ 293,47
AWV9B38	284610NIC0033627	21/07/2026	50020	R$ 390,46
AWW0206	284610T000011593	07/08/2026	55414	R$ 195,23
AWW7H72	284610T000010408	04/08/2026	55414	R$ 195,23
AXA6315	284610M000362419	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AXE0G70	284610T000011564	03/08/2026	55417	R$ 195,23
AXH3D16	284610M000362370	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AXI6G44	284610M000362525	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AXI9201	284610T000012241	06/08/2026	76332	R$ 293,47
AXO0F37	284610M000362530	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AXS1C25	284610M000362614	31/07/2026	60503	R$ 293,47
AXS1E75	284610M000362630	31/07/2026	60503	R$ 293,47
AXT1646	284610M000362491	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AXT2G38	284610M000362602	31/07/2026	60503	R$ 293,47
AXV1722	284610T000012209	05/08/2026	51851	R$ 195,23
AXW5041	284610M000362393	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AYC7D84	284610M000362383	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AYD8316	284610NIC0033623	21/07/2026	50020	R$ 586,94
AYK2364	284610T000001414	03/08/2026	73400	R$ 130,16
AYM4B98	284610M000362620	31/07/2026	60503	R$ 293,47
AYN4C77	284610M000362548	31/07/2026	60503	R$ 293,47
AYR4D46	284610M000362501	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AYR4D46	284610M000362556	30/07/2026	60503	R$ 293,47
AYT7F59	284610M000362395	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AYT9B10	284610M000362360	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AYY8I07	284610M000362492	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AZC0637	284610M000362444	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AZE8574	284610M000362637	31/07/2026	60503	R$ 293,47
AZI9I83	284610T000011577	04/08/2026	73400	R$ 130,16
AZI9I83	284610T000011576	04/08/2026	70301	R$ 293,47
AZK2D16	284610NIC0033615	21/07/2026	50020	R$ 586,94
AZQ5502	284610T000011584	07/08/2026	55411	R$ 195,23
AZR4G26	284610NIC0033610	21/07/2026	50020	R$ 586,94
AZW4E18	284610T000001231	03/08/2026	51851	R$ 195,23
AZW5173	284610M000362534	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AZZ1521	284610M000362611	31/07/2026	60503	R$ 293,47
AZZ3903	284610M000362610	31/07/2026	60503	R$ 293,47
AZZ3J04	284610NIC0033609	21/07/2026	50020	R$ 586,94
AZZ5I78	284610M000362547	30/07/2026	60503	R$ 293,47
BAB6F36	284610M000362609	31/07/2026	60503	R$ 293,47
BAG1H29	284610T000011565	03/08/2026	55414	R$ 195,23
BAH6G25	284610M000362485	29/07/2026	60503	R$ 293,47
BAL6A88	284610T000000957	05/08/2026	55414	R$ 195,23
BAQ1A18	284610T000012214	05/08/2026	51851	R$ 195,23
BAR2F92	284610T000006779	04/08/2026	51851	R$ 195,23
BAU6217	284610M000362357	27/07/2026	60503	R$ 293,47
BAX0B24	284610T000012221	05/08/2026	76332	R$ 293,47
BAX4I03	284610M000362575	30/07/2026	60503	R$ 293,47
BAX6A39	284610NIC0033624	21/07/2026	50020	R$ 586,94
BBD6177	284610M000362436	28/07/2026	60503	R$ 293,47
BBP7G60	284610T000012248	06/08/2026	76332	R$ 293,47
BBU5E53	284610M000362348	26/07/2026	60503	R$ 293,47
BBY9948	284610M000362430	28/07/2026	60503	R$ 293,47

BBZ7074	284610M000362417	28/07/2026	60503	R$ 293,47
BCB2D76	284610M000362440	28/07/2026	60503	R$ 293,47
BCC9J72	284610M000362390	27/07/2026	60503	R$ 293,47
BCI1G42	284610M000362576	30/07/2026	60503	R$ 293,47
BCJ4B19	284610T000011321	03/08/2026	76842	R$ 130,16
BCJ8I03	284610M000362526	29/07/2026	60503	R$ 293,47
BCK7A49	284610M000362566	30/07/2026	60503	R$ 293,47
BCK7A49	284610M000362554	30/07/2026	60503	R$ 293,47
BCM7A39	284610T000011587	07/08/2026	55414	R$ 195,23
BCN3E36	284610M000362523	29/07/2026	56732	R$ 130,16
BCN6133	284610M000362558	30/07/2026	60503	R$ 293,47
BCO0B58	284610T000012250	06/08/2026	51851	R$ 195,23
BCR9B79	284610T000009223	03/08/2026	51851	R$ 195,23
BCT2H30	284610M000362432	28/07/2026	60503	R$ 293,47
BCW1I27	284610M000362604	31/07/2026	60503	R$ 293,47
BCW7D18	284610NIC0033634	21/07/2026	50020	R$ 586,94
BCX4H61	284610M000362386	27/07/2026	60503	R$ 293,47
BCX4H61	284610M000362375	27/07/2026	60503	R$ 293,47
BDC7F94	284610M000362343	30/07/2026	60503	R$ 293,47
BDD4I46	284610M000362615	31/07/2026	60503	R$ 293,47
BDF2J53	284610M000362544	24/07/2026	60503	R$ 293,47
BDG6G27	284610M000362457	28/07/2026	60503	R$ 293,47
BDJ4F58	284610M000362589	30/07/2026	60503	R$ 293,47
BDQ5I33	284610M000362621	31/07/2026	60503	R$ 293,47
BDS8F02	284610T000012216	05/08/2026	51852	R$ 195,23
BDT3G03	284610T000012224	05/08/2026	51851	R$ 195,23
BDV8B20	284610M000362369	27/07/2026	60503	R$ 293,47
BDV8B20	284610M000362455	28/07/2026	60503	R$ 293,47
BEF4C91	116100T002190208	28/07/2026	55411	R$ 195,23
BEJ3J55	284610M000362388	27/07/2026	60503	R$ 293,47
BEK6H26	284610M000362347	26/07/2026	60503	R$ 293,47
BEO4E54	284610T000011590	07/08/2026	55414	R$ 195,23
BER4I58	284610M000362502	29/07/2026	60503	R$ 293,47
BEU4D85	284610T000007989	31/07/2026	51851	R$ 195,23
BEY9F27	284610NIC0033614	21/07/2026	50020	R$ 390,46
BKT5B30	284610M000362496	29/07/2026	60503	R$ 293,47
BSE8281	284610NIC0033636	21/07/2026	50020	R$ 586,94
CEI0209	284610M000362465	28/07/2026	60503	R$ 293,47
CHN8115	284610M000362608	31/07/2026	60503	R$ 293,47
CIJ2B19	284610T000007982	31/07/2026	51851	R$ 195,23
CJL1715	284610T000012212	05/08/2026	51851	R$ 195,23
CKN8174	284610T000011580	04/08/2026	51851	R$ 195,23
CMW6770	284610T000012206	05/08/2026	51851	R$ 195,23
COZ8B14	284610T000001366	07/08/2026	54600	R$ 130,16
CSN1A53	284610M000362645	31/07/2026	60503	R$ 293,47
CSW2685	284610T000012245	06/08/2026	51851	R$ 195,23
CTA2358	284610M000362456	28/07/2026	60503	R$ 293,47
CXH9410	284610T000011569	03/08/2026	51851	R$ 195,23
CXW9588	284610NIC0033611	21/07/2026	50020	R$ 586,94
DBJ4I33	284610T000012247	06/08/2026	51851	R$ 195,23
DGG1G92	284610T000000955	05/08/2026	54870	R$ 195,23
DJF9D04	284610M000362598	31/07/2026	56732	R$ 130,16
DKC1164	284610M000362612	31/07/2026	60503	R$ 293,47
DKH4B59	284610M000362577	30/07/2026	60503	R$ 293,47
DKV7591	284610T000001367	07/08/2026	76331	R$ 293,47
DKX3I42	284610T000006569	31/07/2026	51851	R$ 195,23
DLW7044	284610M000362382	27/07/2026	60503	R$ 293,47
DMD1I13	284610M000362538	29/07/2026	60503	R$ 293,47
DPA6623	284610T000007983	31/07/2026	51851	R$ 195,23
DPN4J76	284610M000362543	29/07/2026	60503	R$ 293,47
DQE6H22	284610T000003470	31/07/2026	51851	R$ 195,23
DQH1170	284610T000012210	05/08/2026	51851	R$ 195,23
DSM4G27	284610M000362449	28/07/2026	60503	R$ 293,47
DSN6I63	284610M000362490	29/07/2026	60503	R$ 293,47
DSU2568	284610M000362531	29/07/2026	60503	R$ 293,47
DYA4C95	284610M000362540	29/07/2026	60503	R$ 293,47
DZY8B27	284610M000362498	29/07/2026	60503	R$ 293,47
EAB9F38	284610M000362408	27/07/2026	60503	R$ 293,47
EAC2C91	284610M000362597	31/07/2026	60503	R$ 293,47
EEQ3G32	284610M000362644	31/07/2026	60503	R$ 293,47
EFF5B14	284610M000362587	30/07/2026	60503	R$ 293,47
EFH0G57	284610M000362462	28/07/2026	60503	R$ 293,47
EFH0G57	284610M000362470	28/07/2026	60503	R$ 293,47
EHV7087	284610M000362385	27/07/2026	60503	R$ 293,47
EIC2J09	284610M000362541	29/07/2026	60503	R$ 293,47
EKG9E10	284610M000362551	30/07/2026	60503	R$ 293,47
ELU8H69	284610M000362631	31/07/2026	60503	R$ 293,47
ENH7D94	284610T000007985	31/07/2026	51851	R$ 195,23
ENY8J61	284610T000012243	06/08/2026	51851	R$ 195,23
ERI3G98	284610T000012203	05/08/2026	51851	R$ 195,23
EVG4390	284610M000362628	31/07/2026	60503	R$ 293,47
EVL6C57	284610T000007986	31/07/2026	51851	R$ 195,23
FBY1C62	284610NIC0033643	21/07/2026	50020	R$ 390,46
FCO2216	284610NIC0033613	21/07/2026	50020	R$ 586,94
FGU6H29	284610NIC0033617	21/07/2026	50020	R$ 586,94
FGU6H29	284610NIC0033618	21/07/2026	50020	R$ 586,94
FGU6H29	284610M000362599	31/07/2026	60503	R$ 293,47
FHL1I27	284610T000012219	05/08/2026	76332	R$ 293,47
FHL1I27	284610T000012220	05/08/2026	51851	R$ 195,23

FNT0C62	284610M000362535	29/07/2026	60503	R$ 293,47
FRN3B34	284610M000362396	27/07/2026	60503	R$ 293,47
FSF4F26	284610M000362435	28/07/2026	60503	R$ 293,47
FSW9C37	284610NIC0033637	21/07/2026	50020	R$ 586,94
FTH8E88	284610T000012229	05/08/2026	51851	R$ 195,23
FVF7B08	284610M000362445	28/07/2026	60503	R$ 293,47
FVJ3I40	284610M000362381	27/07/2026	60503	R$ 293,47
GBM3J75	284610T000012235	06/08/2026	51851	R$ 195,23
GBN6A51	284610M000362640	31/07/2026	60503	R$ 293,47
GBS3J72	284610T000011861	05/08/2026	61220	R$ 293,47
GDY6C83	284610T000011573	03/08/2026	55417	R$ 195,23
HCO3758	284610M000362389	27/07/2026	60503	R$ 293,47
HMC5H95	284610M000362590	30/07/2026	60503	R$ 293,47
HMY0570	284610M000362352	26/07/2026	60503	R$ 293,47
HPG1608	284610T000010410	04/08/2026	51851	R$ 195,23
HQP8F73	284610T000009221	03/08/2026	51851	R$ 195,23
HQS7A62	284610M000362450	28/07/2026	60503	R$ 293,47
HTK5B51	284610M000362606	31/07/2026	60503	R$ 293,47
HTK5B51	284610M000362625	31/07/2026	60503	R$ 293,47
HTK5B51	284610M000362433	28/07/2026	60503	R$ 293,47
HTQ5E35	284610T000010409	04/08/2026	55411	R$ 195,23
IMG5448	284610T000012249	06/08/2026	51851	R$ 195,23
IMZ9E90	284610M000362581	30/07/2026	60503	R$ 293,47
IOM3257	284610T000009224	07/08/2026	55414	R$ 195,23
IQZ4J49	284610T000009222	03/08/2026	51851	R$ 195,23
IRV7431	284610M000362380	27/07/2026	60503	R$ 293,47
IVD6B92	284610T000006775	31/07/2026	51851	R$ 195,23
IVL9E56	284610M000362476	28/07/2026	60503	R$ 293,47
IWS9C80	284610T000011586	07/08/2026	55417	R$ 195,23
IXS5D73	284610M000362591	30/07/2026	60503	R$ 293,47
IYF5F79	284610M000362391	27/07/2026	60503	R$ 293,47
JBN1H17	284610T000011574	03/08/2026	76251	R$ 293,47
JFH5B26	284610M000362499	29/07/2026	60503	R$ 293,47
JKY3B31	284610M000362353	27/07/2026	60503	R$ 293,47
JRD8J57	284610M000362550	30/07/2026	60503	R$ 293,47
JUJ0F84	284610T000006777	04/08/2026	51851	R$ 195,23
JVS7A77	284610NIC0033630	21/07/2026	50020	R$ 586,94
JZP1349	284610M000362586	30/07/2026	60503	R$ 293,47
KAA4C25	284610M000362409	27/07/2026	56732	R$ 130,16
KAK7732	284610M000362422	28/07/2026	60503	R$ 293,47
KAK7732	284610M000362481	28/07/2026	60503	R$ 293,47
KWR4D46	284610M000362412	27/07/2026	60503	R$ 293,47
LMG3F89	284610T000011567	03/08/2026	76251	R$ 293,47
LNW0E35	284610M000362378	27/07/2026	60503	R$ 293,47
LUH3C04	284610T000012230	06/08/2026	51851	R$ 195,23
LYY1C38	284610M000362579	30/07/2026	60503	R$ 293,47
MCR8F57	284610M000362466	28/07/2026	60503	R$ 293,47
MEN2398	284610T000012252	06/08/2026	51851	R$ 195,23
MFL9B57	284610NIC0033607	21/07/2026	50020	R$ 586,94
MHK5D52	284610M000362467	28/07/2026	60503	R$ 293,47
MHU4A33	284610T000012242	06/08/2026	51851	R$ 195,23
MIG1A71	284610M000362429	28/07/2026	60503	R$ 293,47
MIO0D81	116100T000381247	04/08/2026	76252	R$ 293,47
MIP3151	284610M000362371	27/07/2026	60503	R$ 293,47
MLH5732	284610M000362613	31/07/2026	60503	R$ 293,47
NKY4E07	284610M000362642	31/07/2026	60503	R$ 293,47
NOJ4C02	284610M000362539	29/07/2026	60503	R$ 293,47
NRY2C17	284610T000012236	06/08/2026	51851	R$ 195,23
NWN7239	284610M000362580	30/07/2026	60503	R$ 293,47
NXE2H83	284610T000007988	31/07/2026	51851	R$ 195,23
OOO0D81	284610M000362363	27/07/2026	60503	R$ 293,47
OOT8G80	284610M000362568	30/07/2026	60503	R$ 293,47
OOU4I45	284610NIC0033625	21/07/2026	50020	R$ 586,94
OOW0F39	284610T000012232	06/08/2026	51851	R$ 195,23
PHZ3H94	284610M000362594	30/07/2026	60503	R$ 293,47
PSN6J01	284610M000362595	30/07/2026	60503	R$ 293,47
PUO5A65	284610M000362358	27/07/2026	60503	R$ 293,47
PZO3C29	284610T000012207	05/08/2026	51851	R$ 195,23
PZO3C29	284610T000012205	05/08/2026	76332	R$ 293,47
QAC1357	284610M000362495	29/07/2026	60503	R$ 293,47
QAM6F61	284610T000012218	05/08/2026	51851	R$ 195,23
QBY7J62	284610T000012237	06/08/2026	51851	R$ 195,23
QCW3I44	284610M000362404	27/07/2026	60503	R$ 293,47
QHB5944	284610M000362643	31/07/2026	60503	R$ 293,47
QHS9I71	284610T000001364	03/08/2026	51930	R$ 293,47
QHS9I71	284610T000001368	07/08/2026	58191	R$ 880,41
QHW2C52	284610M000362425	28/07/2026	60503	R$ 293,47
QHZ3B35	284610M000362600	31/07/2026	60503	R$ 293,47
QHZ3B35	284610M000362479	28/07/2026	60503	R$ 293,47
QIF8I75	284610M000362442	28/07/2026	60503	R$ 293,47
QNO1G91	284610T000012204	05/08/2026	51851	R$ 195,23
QNX4E60	284610M000362512	29/07/2026	60503	R$ 293,47
QPO3H27	284610T000001365	03/08/2026	51930	R$ 293,47
QQD2C24	284610T000012225	05/08/2026	51851	R$ 195,23
QRA0B08	284610NIC0033620	21/07/2026	50020	R$ 586,94
QUD9D62	284610M000362451	28/07/2026	60503	R$ 293,47
QWR5D94	284610M000362533	29/07/2026	60503	R$ 293,47
RFT0C09	284610T000011583	07/08/2026	76252	R$ 293,47
RHK7C14	284610NIC0033612	21/07/2026	50020	R$ 586,94

RHN5I06	284610NIC0033632	21/07/2026	50020	R$ 586,94
RHN5I06	284610NIC0033633	21/07/2026	50020	R$ 260,32
RHQ2G50	284610M000362593	30/07/2026	60503	R$ 293,47
RHZ5G16	284610M000362460	28/07/2026	60503	R$ 293,47
RLJ4D45	116100T000381246	04/08/2026	76251	R$ 293,47
RMD3H51	284610M000362545	29/07/2026	60503	R$ 293,47
RMN7G77	284610NIC0033621	21/07/2026	50020	R$ 586,94
RTK2E50	284610T000001230	03/08/2026	51851	R$ 195,23
RVD1I52	284610M000362439	28/07/2026	60503	R$ 293,47
RYH5C81	284610NIC0033642	21/07/2026	50020	R$ 586,94
SDP6J41	284610M000362565	30/07/2026	60503	R$ 293,47
SDQ2I80	284610NIC0033616	21/07/2026	50020	R$ 586,94
SDY6H19	284610T000012202	05/08/2026	51851	R$ 195,23
SEH0E75	284610M000362384	27/07/2026	60503	R$ 293,47
SEI3F82	284610M000362413	28/07/2026	60503	R$ 293,47
SEP3H07	284610M000362480	28/07/2026	60503	R$ 293,47
SEV7B25	284610NIC0033619	21/07/2026	50020	R$ 586,94
SEV8D45	284610M000362406	27/07/2026	60503	R$ 293,47
SEW9G74	284610M000362488	29/07/2026	60503	R$ 293,47
SEY2I30	284610M000362362	27/07/2026	60503	R$ 293,47
SFA6D57	284610M000362372	27/07/2026	60503	R$ 293,47
SFB6A35	284610M000362344	30/07/2026	60503	R$ 293,47
SFF1D47	284610T000011323	03/08/2026	66532	R$ 195,23
SFI2H22	284610M000362469	28/07/2026	60503	R$ 293,47
SFJ3E13	284610T000012239	06/08/2026	76332	R$ 293,47
SFK4J50	284610M000362365	27/07/2026	60503	R$ 293,47
SFN8B80	284610M000362401	27/07/2026	60503	R$ 293,47
SFO4F83	284610T000011592	07/08/2026	73400	R$ 130,16
SFO6D48	284610T000010916	04/08/2026	57380	R$ 293,47
SIM2J31	284610M000362397	27/07/2026	60503	R$ 293,47
SJI1D50	284610M000362418	28/07/2026	60503	R$ 293,47
SJQ2A83	284610M000362627	31/07/2026	60503	R$ 293,47
SJQ2A83	284610M000362368	27/07/2026	60503	R$ 293,47
SSZ4D79	284610NIC0033608	21/07/2026	50020	R$ 586,94
TAK6E40	284610M000362478	28/07/2026	60503	R$ 293,47
TAN4I10	284610M000362584	30/07/2026	60503	R$ 293,47
TAY0H82	284610T000009226	07/08/2026	56222	R$ 88,38
TAZ1F26	284610NIC0033628	21/07/2026	50020	R$ 586,94
TBB0F22	284610M000362361	27/07/2026	60503	R$ 293,47
TBC6F22	284610M000362634	31/07/2026	60503	R$ 293,47
TBD4G38	284610M000362623	31/07/2026	60503	R$ 293,47
TBF0B56	284610M000362624	31/07/2026	60503	R$ 293,47
TBK6J53	284610M000362452	28/07/2026	60503	R$ 293,47
TBQ8A20	284610T000006570	04/08/2026	76841	R$ 130,16
TBU6G81	284610NIC0033631	21/07/2026	50020	R$ 586,94
TCD3J79	284610M000362549	30/07/2026	60503	R$ 293,47
TCP1F24	284610M000362563	30/07/2026	60503	R$ 293,47
TDW5A63	284610NIC0033638	21/07/2026	50020	R$ 586,94
TIW5E73	284610T000011568	03/08/2026	55414	R$ 195,23
TJA6D16	284610NIC0033640	21/07/2026	50020	R$ 586,94
TJA6D16	284610NIC0033641	21/07/2026	50020	R$ 260,32
TOH5H90	284610M000362524	29/07/2026	56732	R$ 130,16
TXK7C45	284610NIC0033639	21/07/2026	50020	R$ 586,94
TZV0H19	284610M000362605	31/07/2026	60503	R$ 293,47
UAU1F89	284610M000362423	28/07/2026	60503	R$ 293,47
UAX6E50	284610M000362560	30/07/2026	60503	R$ 293,47
UBE7G85	284610M000362592	30/07/2026	60503	R$ 293,47
UBG4E89	284610M000362633	31/07/2026	60503	R$ 293,47
UBH5J24	284610M000362510	29/07/2026	60503	R$ 293,47
UBM7B88	284610M000362617	31/07/2026	60503	R$ 293,47
UBP9I01	284610M000362518	29/07/2026	60503	R$ 293,47
UBT3G35	284610T000011320	03/08/2026	66532	R$ 195,23
UCA4C82	284610M000362420	28/07/2026	60503	R$ 293,47
UCB4A56	284610M000362517	29/07/2026	60503	R$ 293,47
UCG5I11	284610M000362486	29/07/2026	60503	R$ 293,47
UCH1C28	284610M000362509	29/07/2026	60503	R$ 293,47
UEV0C46	284610M000362366	27/07/2026	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:85791D36

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5221/2026

Súmula: Abre Credito Suplementar no valor de R$ 345.100,00 (Trezentos e Quarenta e Cinco Mil e Cem Reais), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENGES, ESTADO DO PARANÁ, GERSON NUNES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N.779 DE 16/10/2025.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 345.100,00 (Trezentos e Quarenta e Cinco Mil e Cem Reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Transferência		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.003	DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES	
04.122.0004.2008	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE LICITAÇÕES	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
730	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.500,00
04.005	DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS	
04.122.0004.2010	MANUTENÇÃO DE DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
860	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
04.006	DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA	
06.181.0004.2011	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
940	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
	SUBTOTAL	11.500,00
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
07.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
20.605.0009.2022	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1680	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.002	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAUDE	
10.301.0015.2060	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAUDE	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
5580	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	29.900,00
	SUBTOTAL	29.900,00
11	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
11.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0016.2063	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
6270	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.700,00
	SUBTOTAL	5.700,00
13	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	
13.001	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0017.2073	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
7530	00000-Recursos Ordinários (Livres)	85.000,00
7540	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	113.000,00
	SUBTOTAL	198.000,00
	TOTAL	345.100,00

Art. 2º. Para acorrer ao crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
02	GABINETE DO PREFEITO	
02.002	SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE	
04.122.0002.2003	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GABINETE	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
220	00000-Recursos Ordinários (Livres)	17.200,00
	SUBTOTAL	17.200,00
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
07.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
20.605.0009.2022	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1700	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.002	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAUDE	
10.301.0015.2060	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAUDE	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
5560	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	29.900,00
	SUBTOTAL	29.900,00
13	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	
13.001	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0017.2073	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
7580	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	113.000,00
15.451.0017.1003	PAVIMENTAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA DE VIAS URBANAS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
7400	00000-Recursos Ordinários (Livres)	85.000,00
	SUBTOTAL	198.000,00
	TOTAL	345.100,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Sengés, 14/10/2026

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:7CB9DFF8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 183/2026 – LEILÃO Nº 001/2026

OBJETO: O Município de Sengés- Paraná, através **do LEILOEIRO OFICIAL, RICARDO FERREIRA GOMES**, Matricula JUCEPAR 21/332-L, realizará a venda de ativos inservíveis, ao final deste edital discriminados, através de leilão público oficial on-line. Constitui como objeto, a alienação de bens móveis inservíveis ou antieconômicos, sucatas e grãos, no estado em que se encontram e conforme especificações constantes no anexo I deste edital, através de leilão público oficial on-line, onde o cadastro dos interessados e os lanços serão efetuados exclusivamente perante o Leiloeiro Público Oficial.

Homologamos e adjudicamos referente ao presente procedimento licitatório:

Arrematante	Lote	Item	Produto/Serviço	Valor Inicial:	Quantidade	Valor Arremate:
LAIKY GABRIEL FERREIRA DA SILVA	1	1	ALIENAÇÃO SUCATA DE INFORMATICA	R$ 100,00	R$ 1,00	R$ 1.700,00
DANIEL JUNIOR ALVES DOS SANTOS	2	1	ALIENAÇÃO máquinas de costura	R$ 100,00	R$ 1,00	R$ 700,00
ROSINEIA APARECIDA RODRIGUES BRAATZ	3	1	ALIENAÇÃO PULVERIZADOR JACTO 600 LITROS	R$ 600,00	R$ 1,00	R$ 8.000,00
E.A. DA SILVA	4	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR sucata volkswagem fox 1.0	R$ 800,00	R$ 1,00	R$ 2.000,00
AILTON APARECIDO DE SOUSA	5	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR FIAT PALIO FIRE	R$ 8.000,00	R$ 1,00	R$ 26.000,00
FABIO BUENO DOS SANTOS JUNIOR	6	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR RENAULT SANDERO AUTENTIQUE 1.0	R$ 9.000,00	R$ 1,00	R$ 18.800,00
FABIO BARRETO DOS SANTOS	7	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR RENAULT SANDERO AUTENTIQUE 1.0	R$ 8.500,00	R$ 1,00	R$ 18.500,00
LEONARDO AUGUSTO DE SOUZA DOS REIS	8	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR VOLKSWAGEN GOL 1.0 MC4	R$ 15.000,00	R$ 1,00	R$ 27.000,00
MINERACAO SAO JUDAS LTDA	9	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR VOLKSWAGEN GOL TL MCV	R$ 14.000,00	R$ 1,00	R$ 26.200,00
CALIL DIAS DE OLIVEIRA FILHO	10	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR VOLKSWAGEN GOL 1.0 L MC4	R$ 16.000,00	R$ 1,00	R$ 30.000,00
JOCINEIA MARIA DE FIGUEREDO	11	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR BCI-5451 CHEVROLET ONIX 1.0 MT JOYE	R$ 14.000,00	R$ 1,00	R$ 20.800,00
TATIANE CIRINEU DA ROSA ALMEIDA	12	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR BCI-5447 CHEVROLET ONIX 1.0 MT JOYE	R$ 14.000,00	R$ 1,00	R$ 22.600,00
GILLIARDI ROSETTI	13	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR BEQ-5E29 HYUNDAI HB20 1.0 M SENSE SURROUND GRILLE	R$ 17.000,00	R$ 1,00	R$ 30.400,00
ODEMIR ANDERSON ALVES	14	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR BEQ-5E25 HYUNDAI HB20 1.0 M SENSE SURROUND GRILLE	R$ 17.000,00	R$ 1,00	R$ 30.200,00
WILSON PEREZ OCCHI	15	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR BEK7A33 RENAULT DUSTER 1.6 EXPRESSION	R$ 8.000,00	R$ 1,00	R$ 27.400,00
VILMAR DIAS SOARES	16	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR GKE-2E36 RENAULT DUSTER ZEN 1.6	R$ 18.000,00	R$ 1,00	R$ 37.000,00
VALMIR SANCHES RIBEIRO	18	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR DUSTER OROCH DYNAMIQUE 1.6	R$ 24.000,00	R$ 1,00	R$ 45.000,00
RENATO INOCENCIO DE AZEVEDO	19	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR RENAULT DUSTER OROCH 1.6 4X2	R$ 19.000,00	R$ 1,00	R$ 33.600,00
TATIANE CIRINEU DA ROSA ALMEIDA	20	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR CHEVROLET MONTANA LS1	R$ 12.000,00	R$ 1,00	R$ 30.600,00
GRID 4X4 AUTO PECAS LTDA	21	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR BDF-1E52 IVESO DAILY CLASS VAN	R$ 12.000,00	R$ 1,00	R$ 45.400,00
SERGIO FRANCOZI	22	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR BEW-1H85 AMBULÂNCIA RENAULT MASTER L1H1	R$ 38.000,00	R$ 1,00	R$ 84.800,00
NABOSNE VEICULOS	23	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR BCX-OF95 AMBULÂNCIA RENAULT MASTER	R$ 33.000,00	R$ 1,00	R$ 67.800,00
PABLO OLIVEIRA DE ANDRADE	25	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR RHF-8A12 VOLARE WL EXECUTIVE EURO V	R$ 45.000,00	R$ 1,00	R$ 132.200,00
JMM TRANSPORTE ESCOLAR LTDA	26	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR BCV-5I02 MARCOPOLO VOLARE W-L	R$ 80.000,00	R$ 1,00	R$ 246.200,00
GILLIARDI ROSETTI	27	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR VOLKSWAGEN 13.180 EURO WORKER	R$ 29.000,00	R$ 1,00	R$ 88.400,00
ELTON EBER GOMES	28	1	ALIENAÇÃO DE BENS- VEICULO AUTOMOTOR VOLKSWAGEN 13.180 EURO WORKER	R$ 44.000,00	R$ 1,00	R$ 118.000,00
SERGIO FRANCOZI	29	1	ALIENAÇÃO SR RODOEIXO BA 2E	R$ 35.000,00	R$ 1,00	R$ 136.000,00
EVERTON LUIS JOAY	30	1	ALIENAÇÃO ROLO COMPACTADOR MULLER VAP70LT	R$ 50.000,00	R$ 1,00	R$ 137.000,00
NICOLAU THEOBALDO	31	1	ALIENAÇÃO RETROESCAVADEIRA	R$ 45.000,00	R$ 1,00	R$ 113.200,00

WERNECK			RANDON RD 406			
SERGIO FRANCOZI	32	1	ALIENAÇÃO RETROESCAVADEIRA CAT 416 E	R$ 60.000,00	R$ 1,00	R$ 128.200,00
BOSS MÁQUINAS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	34	1	ALIENAÇÃO MOTONIVELADORA XCMG GR 1803BR	R$ 80.000,00	R$ 1,00	R$ 153.500,00
Adriano Ribeiro de Lara	35	1	ALIENAÇÃO SUCATA MISTA	R$ 900,00	R$ 1,00	R$ 22.500,00
Ney Kampa Filho	36	1	ALIENAÇÃO 3.284 KG DE SOJA	R$ 4.300,00	R$ 1,00	R$ 6.900,00
Ney Kampa Filho	37	1	ALIENAÇÃO	R$ 7.600,00	R$ 1,00	R$ 10.600,00
POPLAVISKI E POPLAVISKI LTDA	38	1	ALIENAÇÃO FORD CARGO 816 S	R$ 47.000,00	R$ 1,00	R$ 150.400,00
VALOR TOTAL ARREMATADO:					**R$ 2.077.600,00**	

O objeto desta licitação, com o valor total de **R$ 2.077.600,00 (dois milhões setenta e sete mil e seiscentos reais).**

Publique-se na forma da Lei.

Sengés, 15 de outubro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:54415027

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO 465/2026

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL Nº 82 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, autorizado a abrir no orçamento-programa para o exercício de 2026 um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 3.507.003,16 (Três Milhões, Quinhentos e Sete Mil e Três Reais e Dezesseis Centavos)** nas seguintes dotações:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.007	DIVISÃO DE TESOURARIA	
28.845.0021.2075	Pagamento de Requisições de Pequeno Valor – RPV	
3.3.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	
610	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
	SUBTOTAL	30.000,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.304.0015.2099	Gestão e Manutenção da Vigilância Sanitária	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2615	43494-CEF 624013-3 PISO FIXO VIGIL SANITARIA PFVISA F43494	1.173,16
10.301.0012.1089	Aquisição de Veículo para Atenção Primária à Saúde	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1803	00000-Recursos Ordinários (Livres)	170.000,00
1819	58518-BB 24870-3 AQ. DE TRANSPORTE SANITÁRIO SESA 336/2026	220.000,00
	SUBTOTAL	391.173,16
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.003	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
08.243.0027.2054	Manutenção e Atendimento - PSB-Proteção Social Básica à Criança e Adolescente	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3336	02963-BB 27310-4 FORT DA POLIT. ESTADUAL CRIANÇA A ADOL. DEL 13/2025 FTE2963	15.000,00
08.243.0027.2168	Aquisição de Material e Equipamento - Proteção Social á Criança e Adolescente - PSB e PSE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3506	02963-BB 27310-4 FORT DA POLIT. ESTADUAL CRIANÇA A ADOL. DEL 13/2025 FTE2963	35.000,00
06.004	FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	
08.241.0001.2030	Manutenção da Divisão do Idoso	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3615	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3637	00982-BB 28040-2 VIAJA +60 DEL 04/2026 CEDIPI/PR FTE 982	25.830,00
	SUBTOTAL	85.830,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
10.002	DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
15.451.0018.1104	Melhoria da Infraestrutura Viária Urbana e Rural	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4482	02987-BB-28204-9 RECAPEAMENTO ASFALTICO SIT 85590 FTE 2987	3.000.000,00
	SUBTOTAL	3.000.000,00
	TOTAL	3.507.003,16

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R$ 3.507.003,16

Art. 2º -Para fazer face ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado:

I- Cancelamento no valor **R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais**) nas seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.004	FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	
08.241.0001.2030	Manutenção da Divisão do Idoso	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3635	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

TOTAL DO CANCELAMENTO R$ 10.000,00

II- Superávit Financeiro do Exercício de 2025 no valor de **R$ 251.173,16 (Duzentos e Cinquenta e Um Mil, Cento e Setenta e Três Reais e Dezesseis Centavos**) nas seguintes fontes de recursos:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
02963	BB 27310-4 FORT DA POLIT. ESTADUAL CRIANÇA A ADOL. DEL 13/2025 FTE2963	50.000,00
43494	CEF 624013-3 PISO FIXO VIGIL SANITARIA PFVISA F43494	1.173,16
	TOTAL	251.173,16

III- Excesso de arrecadação de receita, no valor de **R$ 3.245.830,00 (Três Milhões, Duzentos e Quarenta e Cinco Mil, Oitocentos e Trinta Reais)** contabilizado na seguinte rubrica:

2.4.2.1.50.0.1.13.00.00.00.00 - BB 24870-3 AQ. DE TRANSPORTE SANITARIO SESA 336/20265 FTE 58518.....R$ 220.000,00

1.7.2.9.51.0.1.04.00.00.00.00 - BB 28040-2 VIAJA +60 DEL 04/2026 CEDIPI/PR FTE 982.....R$ 25.000,00

1.3.2.1.01.1.1.99.23.00.00.00 - RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA FONTE 982.....R$ 830,00

2.4.2.2.54.0.1.04.00.00.00.00 - BB-28204-9 RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIAS URBANA SIT 85590.....R$ 3.000.000,00

Art. 3º - Ficam incluídas na programação financeira e/ou cronograma de desembolso os seguintes valores como segue:

Alterações Adicionais das Cotas de Receita

Fonte: 0982 OUTUBRO R$ **25.830,00**
Fonte: 2987 OUTUBRO R$ **3.000.000,00**
Fonte: 58518 OUTUBRO R$ **220.000,00**

Alterações Adicionais do Cronograma de Desembolso

Fonte: 0000 OUTUBRO R$ **200.000,00**
Fonte: 0982 OUTUBRO R$ **25.830,00**
Fonte: 2963 OUTUBRO R$ **50.000,00**
Fonte: 2987 OUTUBRO R$ **3.000.000,00**
Fonte: 43494 OUTUBRO R$ **1.173,16**
Fonte: 58518 OUTUBRO R$ **220.000,00**

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, 15 DE OUTUBRO DE 2026 (15/10/2026) .

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Morales Périco de Souza
Código Identificador:F1734F12

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL N° 30/2026 - BOLSA AUXILIO TRANSPORTE

EDITAL Nº 30/2026

RESULTADO DEFINITIVO DOS CADASTRADOS PARA O RECEBIMENTO DO CUSTEIO PARCIAL DE TRANSPORTE DE ESTUDANTES – MÊS DE SETEMBRO

A Secretaria Municipal de Educação por meio dos membros da Comissão de Análise e Deferimento da Bolsa Auxílio - CADBA, nomeada pela Portaria nº 16862/2025, e no uso de suas atribuições legais, especialmente da Lei Municipal nº 1.936/2022 e demais disposições legais **TORNA PÚBLICO o RESULTADO DEFINITIVO** dos inscritos e cadastrados para o recebimento de custeio parcial de transporte de estudantes – Bolsa Auxílio para o mês de **SETEMBRO.**

Reconhecem os membros da CADBA que os inscritos abaixo relacionados atendem aos requisitos do Edital de Atualização e Cadastramento nº 01/2026 e da Lei nº 1.936/2022 para o recebimento do Auxílio Transporte ao **Município de Toledo – Estado do Paraná:**

Nº	AUXÍLIO TRANSPORTE PARA TOLEDO-PR				
	Nome do(a) beneficiário(a)	**Instituição de ensino**	**Nível técnico/ graduação**	**Resultado mês de setembro**	**Valor Mensal**
1	Adrian Ricardo de Souza	PUCPR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
2	Ana Luiza Simão	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
3	Artur Mendonça Antonio	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
4	Carolina de Castro dos Santos	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
5	Deivison Alexandre dos Santos Avanci	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
6	Diogo Castro de Oliveira	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
7	Erica Ayumi Uno	FAG	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
8	Fernando Vinicius dos Anjos Barbosa	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
9	Gabriel Cella dos Santos	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
10	Gabriel Fernandes Maciel de Souza	PUCPR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
11	Gabriel Ferreira de Freitas	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
12	Gabriel Gomes de Souza	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
13	Geysa Jacinto da Silva	UNIASSELVI	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
14	Giovanna Rodrigues Alves	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
15	Gustavo Poletine Wasicki	FAG	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
16	Heloisa de Brito Souza	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
17	Henrique Silvio Kich	FAG	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
18	Hillary Yasmin de Oliveira	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
19	Isabela Kakimori Perisato	PUCPR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
20	Isabela Schreiner	Donaduzzi	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
21	Jennifer Correia Zavadzki	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
22	João Pedro Ferreira Menossi	Donaduzzi	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
23	Juan Carlos Guatierri Alves	BIOPARK	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
24	Julia dos Santos	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
25	Julia Fragallo Tomadon	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
26	Larissa Asami Ribeiro Aibe	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
27	Larissa Cadette dos Santos	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
28	Larissa Sant'anna Priori	PUC PR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
29	Lauana Lopes de Sá	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
30	Lucas Eduardo Agostinelli	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
31	Lucas Pedro Casini	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
32	Luís Miguel Tomadon Cavalheiro	FAG	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
33	Luiz Miguel Roque Ortega	PUCPR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
34	Maria Eduarda da Silva Lima	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
35	Maria Vitória Bertuluci Martins	PUCPR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
36	Matheus Henrique Curcino dos Santos Martins	FAG	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
37	Mayse Perandre Nepomuceno Soares	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
38	Millena Viacelli Simões	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	160,00
39	Murilo Carlos Garcia Trindade	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
40	Nasser Burham Taha	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
41	Nathalia dos Santos Agostinelli	PUC PR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
42	Pablo Araujo Lopes Biassi	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
43	Pedro Obara da Silva	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
44	Rafael Henrique Barzagui	BIOPARK	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
45	Rauana Vitorino Sanches	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
46	Renan Luiz de Lima Nery	UNIOSTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
47	Rodrigo de Freitas	Donaduzzi	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
48	Ruan Felipe Paes Foglietti	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
49	Thiago Gabriel Rocha Silva	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
50	Tiago Costa Gon	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
51	Vinicius Gabriel Pasqualini Delarmelino	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00

52	Vitor Hugo Moreira Takayama	Donaduzzi	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00

2. Reconhecem os membros da CADBA que os inscritos abaixo relacionados atendem aos requisitos do Edital de Atualização e Cadastramento nº 01/2026 e da Lei nº 1.936/2022 para o recebimento do Auxílio Transporte ao **Município de Guaíra – Estado do Paraná.**

Nº	AUXÍLIO TRANSPORTE PARA GUAÍRA-PR				
	Nome do(a) beneficiário(a)	Instituição de ensino	Nível técnico/ graduação	Resultado mês de setembro	Valor Mensal
1	Adir Lara Paiva Júnior	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
2	Ana Carolina Ribeiro de Alcantara	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
3	Ana Cristina Arcanjo dos Santos	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
4	Anne Lyse Magalhães Farias	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
5	Antonella Oliveira Grosso	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
6	Beatriz Santos do Nascimento	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
7	Bruno dos Santos de Brito	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
8	Bruno Henrique Rebelo Zamian	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
9	Carine Tavares Sanches	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
10	Carlos Cristiano Zuze Machado	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
11	Carolaine Rodrigues Oliveira	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
12	Charlles Rodrigues de Oliveira	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
13	Diogo Henrique dos Santos Melo	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
14	Diogo Lopes de Sa	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
15	Eduarda Borges de Souza	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
16	Emily Aparecida Ribeiro Zavadzki	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
17	Elaine do Nascimento da Silva	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	24,00
18	Elaine Xavier Peralta Denis	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
19	Felipe Santos de Oliveira	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
20	Gabrielle Leticia Benelli	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
21	Gabrielle Tomadon Perissatto	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
22	Gabrieli Aparecida Nogueira dos Santos	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
23	Gabrielly Walker Joaquim	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
24	Gabriely Alves Martins	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
25	Guilherme Henrique Garcia de Oliveira	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
26	Gustavo Boter Valentim Alves	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
27	Gustavo Perez Queiroz	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
28	Helton Rodrigues da Silva	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
29	Higo Silva Monteiro Martins	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
30	Igor Rafael Nogueira	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
31	Isabella Aprigio Pojato	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	24,00
32	Isabela Marques Nabão	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
33	Jean Becker da Silva Magalhães	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
34	José Augusto Bertoluci dos Santos	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
35	Julia Cardoso Alves	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
36	Julia Tayna De Moura	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
37	Kauã Cardoso Soares	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
38	Kauan Camargo Santos	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
39	Laiana Fernanda Rodrigues	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
40	Larissa de Oliveira Queiroz	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
41	Larissa Midori Nakai Frasson	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
42	Laura da Costa Serra	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
43	Laura Vonsovicz de Oliveira	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
44	Luiz Antonio Neotte de Melo Costa	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
45	Marcela Moura dos Reis	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
46	Maria Clara Gaiola Becker	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
47	Maria Claudia Patricio de Souza Santos	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
48	Maria Vitoria Azevedo Costa	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
49	Mariana Sabatine Ferreira	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
50	Mateus dos Santos Magalhães	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
51	Maylon Augusto Vasconcellos Da Silva	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
52	Monaliza Lima Pinaffi	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
53	Nadhya Rayssa Sá de Souza	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
54	Nicolly Olímpio Bernardo Fernando	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
55	Paloma Fernanda Nogueira	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
56	Paola Beatriz de Moraes	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
57	Rafael Quintão de Almeida	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
58	Rafaela Boter Mariano	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
59	Silvana Belon Leandro dos Santos	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
60	Taianara Cristina Reis	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
61	Thayná Yara Soares	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
62	Vinicius Barzagui	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	120,00
63	Vitor Sabatine Latrônico	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00

Reconhecem os membros da CADBA que os inscritos abaixo relacionados atendem aos requisitos do Edital de Atualização e Cadastramento nº 01/2026 e da Lei nº 1.936/2022 para o recebimento do Auxílio Transporte ao **Município de Marechal Cândido Rondon – Estado do Paraná.**

Nº	AUXÍLIO TRANSPORTE PARA MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR				
	Nome do(a) beneficiário(a)	Instituição de ensino	Nível técnico/ graduação	Resultado mês de setembro	Valor Mensal
1	Angela Gabrielly Campos	ISEPE	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	320,00
2	Athur Queiroz Rossini	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
3	Camile Carvalho Bastos	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
4	Crislayne Cristina Santana	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
5	Eduardo Henrique Petermann	ISEPE	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	320,00
6	Everton Gabriel Cesário Marcondes	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
7	Gabriel Cequinato	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
8	Helena Victória de Freitas Brito	ISEPE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
9	Isabely Kelm Scarparo	ISEPE	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	320,00
10	Itamar Ceitiro Takayama	ISEPE	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	320,00
11	José Eduardo Souza da Silva	ISEPE	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	320,00
12	Kauan Oliveira da Silva	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
13	Kevin Ruan de Souza Schulz	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
14	Lucas Mateus Ikert	ISEPE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
15	Maria Clara Glossler	ISEPE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
16	Mirela dos Santos Vargas	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
17	Pedro Henrique de Souza	ISEPE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
18	Raquelli Parlato de Aguiar	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
19	Renato Oro	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	320,00
20	Sibelly Alves Giombelli	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	320,00
21	Sofia Cristina Woiciechowski	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
22	Sofia Martins Pacheco	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
23	Uendrius Andriel dos Santos	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
24	Victor Gabriel Camargo	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
25	Vinicius Rogerio Zimmermann	ISEPE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00

4. Reconhecem os membros da CADBA que os inscritos abaixo relacionados atendem aos requisitos do Edital de Atualização e Cadastramento nº 01/2026 e da Lei nº 1.936/2022 para o recebimento do Auxílio Transporte ao Município de **Palotina – Estado do Paraná.**

Nº	AUXÍLIO TRANSPORTE PARA PALOTINA - PR				
	Nome do(a) beneficiário(a)	Instituição de ensino	Nível técnico/ graduação	Resultado mês de setembro	Valor Mensal
1	Aline dos Santos Reis	UFPR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	160,00
2	Amanda Tolotto da Rocha	UFPR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	160,00
3	Ana Claudia da Silva	Uniguaçu	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	160,00
4	Andre Mezavila Domeni	UFPR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	160,00
5	Athos de Azevedo	Uniguaçu	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	160,00
6	Gabriel Hellmann Link	UFPR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	160,00
7	Guilherme Shuck Martins	Colégio Estadual Adroaldo A. Colombo	TÉCNICO	INDEFERIDO	160,00
8	Gustavo Koval dos Santos	Colégio Estadual Adroaldo A. Colombo	TÉCNICO	DEFERIDO	64,00
9	Jessica Rezende Cella	Uniguaçu	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	160,00
10	Letícia Roque Goulart	UFPR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	160,00
11	Leonardo Copetti Camargo	UFPR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	160,00
12	Luiz Felipe Ferreira Menossi	Colégio Estadual Adroaldo A. Colombo	TÉCNICO	DEFERIDO	64,00
13	Maysa Vitoria Lenz	Colégio Estadual Adroaldo A. Colombo	TÉCNICO	DEFERIDO	64,00
14	Patricia Gabrielly Nunes da Silva	UFPR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	160,00
15	Pedro Henrique Fernandes Leonel	Colégio Estadual Adroaldo A. Colombo	TÉCNICO	INDEFERIDO	160,00
16	Pedro José Antonio	Colégio Estadual Adroaldo A. Colombo	TÉCNICO	INDEFERIDO	64,00
17	Queren Nalevaiko de Carvalho	UFPR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	160,00
18	Rafael Aranão Correa	UFPR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	160,00
19	Vanusa Espiaci Santos	Uniguaçu	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	160,00
20	Vinicius Cardoso Siqueira	Colégio Estadual Adroaldo A. Colombo	TÉCNICO	DEFERIDO	160,00
21	Willian Adriel Nunes da Silva	UFPR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	160,00

5. Reconhecem os membros da CADBA que os inscritos abaixo relacionados atendem aos requisitos do Edital de Atualização e Cadastramento nº 01/2026 e da Lei nº 1.936/2022 para o recebimento do Auxílio Transporte ao **Município de Umuarama – Estado do Paraná.**

Nº	AUXÍLIO TRANSPORTE PARA UMUARAMA –PR				
	Nome do beneficiário	Instituição de ensino	Nível técnico/ graduação	Resultado mês de setembro	Valor Mensal
1	Luciara de Souza Ferreira	Centro de Educação Profissional Adamantina	Técnico	DEFERIDO	88,00
2	Valdemar Artmann Junior	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	176,00

6. Reconhecem os membros da CADBA que o inscrito abaixo relacionado atende aos requisitos do Edital de Atualização e Cadastramento nº 01/2026 e da Lei nº 1.936/2022 para o recebimento do Auxílio Transporte ao **Município de Mundo Novo- Estado do Mato Grosso do Sul.**

Nº	AUXÍLIO TRANSPORTE PARA MUNDO NOVO –MS				
	Nome do beneficiário	Instituição de ensino	Nível técnico/ graduação	Resultado mês de setembro	Valor Mensal
1	Vinicius Rorras Mariano Gonçalves dos Santos	UEMS	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	160,00

7. Reconhecem os membros da CADBA que os inscritos abaixo relacionados atendem aos requisitos do Edital de Atualização e Cadastramento nº 01/2026 e da Lei nº 1.936/2022 para o recebimento do Auxílio Transporte ao **Município de Assis Chateaubriand – Estado do Paraná.**

Nº		AUXÍLIO TRANSPORTE PARA ASSIS CHATEAUBRIAND - PR			
	Nome do(a) beneficiário(a)	Instituição de ensino	Nível técnico/ graduação	Resultado mês de setembro	Valor Mensal
1	Ágatha Alves Dala Riva	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
2	Anna Carolyne Ungri Rogério	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
3	Beatriz Vitoria Servino Roling	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
4	Eduarda Costanari Mati	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
5	Ezequiel Alves de Souza	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
6	Gabrielle Monteiro Lima	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
7	Gabriely de Souza Gomes	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
8	Guilherme Neves Lima	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
9	Kamile Aiko Noda	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
10	Karine Aymi Noda	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
11	Leonardo Gaspareto Favato	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
12	Otavio Rian Figueiredo Mancini	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
13	Paola Pacheco Martins	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
14	Raquel Figueiredo da Silva	CTESOP	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
15	Thayla Gabrielli Souza Gomes	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
16	Thayla Kauane Fonte da Silva	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
17	Yasmim Rebelo Rodrigues Dias	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00

Terra Roxa- PR, 15 de outubro de 2026.

EVERTON SOARES DE SOUSA BARROSO
Secretário Municipal De Educação E Cultura
Port. N.º 17619/2026

DANUBIA SERAFIM VIEIRA GRATON
Membro Da CADBA

JANAINA SANTANA DA SILVA
Membro Da CADBA

TAILINE ADRIELE FERNANDES DE SOUZA
Membro Da CADBA

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:539BB87F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 91/2026 – CONCORRÊNCIA Nº 10/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 91/2026 – CONCORRÊNCIA Nº 10/2026

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA	INICIO VIGÊNCIA	FIM VIGÊNCIA	VALOR DO CONTRATO
Nº 91/2026 CONCORRÊNCIA 10/2026	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL MANOEL MARCÍLIO DE OLIVEIRA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SU/PR.	CWB CIVIL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 29.988.500/0001-65	07/10/2026	16/10/2026	15/10/2027	R$ 177.000,00

Tijucas do Sul, 15 de outubro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:B2A63DC7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

CIAS
ANEXO IV

MUNICIPIO DE JAPIRA - PR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO 2026 / BIMESTRE JULHO - AGOSTO				
RREO - ANEXO 4 (LRF, Art 53, inciso II)				R$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**		
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00		
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00		
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00		
Receita Patrimonial	0,00	0,00		
Receitas Imobiliarias	0,00	0,00		
Receita de Valores Mobiliários	0,00	0,00		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00		
Receita de Serviços	0,00	0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00		
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00		
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00	0,00		
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00		
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Beneficios	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**			
Valor	0,00			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**			
Valor	0,00			
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00			
Outros Aportes para o RPPS	0,00			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00			
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outros Bens e Direitos	0,00			
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**		
Receitas Correntes	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00		
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outros Bens e Direitos	0,00			
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**		
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00		
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: CONS INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO CIAS. Emissão: 29/09/2026, às 08:05:41.				
Nota(s) Explicativa(s):				
Japira, 29/09/2026				

Publicado por:
Ana Celia de Oliveira
Código Identificador:9C98B9F9

CIAS
ANEXO VI

MUNICIPIO DE JAPIRA - PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO - AGOSTO 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$ 1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Janeiro - Agosto 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	4.349.900,00	1.894.716,27
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.000,00	8.083,80
Aplicações Financeiras (II)	1.000,00	8.083,80
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	4.348.900,00	1.886.632,47
Cota-Parte FPM	0,00	0,00
Cota-Parte ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte ITR	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	4.348.900,00	1.886.632,47
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	4.348.900,00	1.886.632,47
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	0,00	0,00
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	4.348.900,00	1.886.632,47
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	4.348.900,00	1.886.632,47

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Janeiro - Agosto 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	4.269.000,00	2.163.235,14	1.988.235,14	1.964.486,66	5.270,41	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	340.000,00	225.299,07	225.299,07	219.550,59	5.270,41	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.929.000,00	1.937.936,07	1.762.936,07	1.744.936,07	0,00	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	3.929.000,00	1.937.936,07	1.762.936,07	1.744.936,07	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	4.269.000,00	2.163.235,14	1.988.235,14	1.964.486,66	5.270,41	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	58.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	58.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	58.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	4.327.900,00	2.163.235,14	1.988.235,14	1.964.486,66	5.270,41	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	4.327.900,00	2.163.235,14	1.988.235,14	1.964.486,66	5.270,41	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]					-83.124,60		
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]					-83.124,60		

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
JUROS NOMINAIS	Janeiro - Agosto 2026
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	8.083,80
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	-75.040,80

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025(a)	Janeiro - Agosto 2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XL)	-57.075,31	-52.897,03
Disponibilidade de Caixa	-57.075,31	-52.897,03
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	6.237,66	967,25
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	50.837,65	51.929,78
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	57.075,31	52.897,03
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**4.178,28**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
AJUSTE METODOLÓGICO	Janeiro - Agosto 2026
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-5.270,41
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	-73.948,67
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	-75.040,80
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-83.124,60
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: CONS INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO CIAS. Emissão: 29/09/2026, às 08:06:51.	
Nota(s) Explicativa(s):	

Publicado por:
Ana Celia de Oliveira
Código Identificador:A9C554FC

CIAS
ANEXO VIII

MUNICIPIO DE JAPIRA - PR		
CONSOLIDADO		Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO - AGOSTO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	0,00	0,00
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	0,00	0,00
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	0,00	0,00
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	0,00	0,00
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	0,00	0,00
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0,00	0,00
2.1 - Cota-Parte FPM	0,00	0,00
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	0,00	0,00
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	0,00	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	0,00	0,00
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00
2.4 - Cota-Parte ITR	0,00	0,00
2.5 - Cota-Parte IPVA	0,00	0,00
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**0,00**	**0,00**
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))[1]	**0,00**	**0,00**
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**0,00**	**0,00**
FUNDEB		

RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6 - TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	0,00	0,00
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00
6.1.1 - Principal	0,00	0,00
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.1.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	0,00	0,00
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**0,00**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB				
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - OUTRAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE INDICADORES				
12.1 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	
12.2 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI	0,00	0,00	0,00	
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- INDICADORES FUNDEB (70% E 4%)				
15.1 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00
15.2 - MÍNIMO DE 4% DO FUNDEB NA CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI[11]	0,00	0,00	0,00	0,00
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)

	ANTERIOR (s)					
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
20.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
20.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL				VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20 (d ou e)				0,00
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)				0,00
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18 (q)				0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19 (x)				0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS				0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO 4 e 7 ENSINO = L30.1(af)				0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)				0,00
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2e5		VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS		0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE 8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE				
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			0,00	0,00
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)			0,00	0,00
31.1.1 - Salário-Educação			0,00	0,00
31.1.2 - PDDE			0,00	0,00
31.1.3 - PNAE			0,00	0,00
31.1.4 - PNATE			0,00	0,00
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE			0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			0,00	0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO			0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO			0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB			0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			0,00	0,00
6 OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
33.1 - Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.1 - Pessoal Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2 - Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)		SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)	
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	0,00		0,00	
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	0,00		0,00	
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	0,00		0,00	

37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: CONS INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO CIAS. Emissão: 29/09/2026, às 08:08:46.

[1] Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

[2] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[3] Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.

11 Até o atingimento das metas do Plano Nacional de Educação, nos termos do art. 212-A, XV da Constituição e observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Ana Celia de Oliveira
Código Identificador:171699DE

CIAS
ANEXO XI

MUNICIPIO DE JAPIRA - PR			
CONSOLIDADO			Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO - AGOSTO			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)**	**SALDO (h) = (d - e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2025 **(i)**	2026 **(j) = (Ib - (IIf+IIg))**	**SALDO ATUAL**
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: CONS INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO CIAS. Emissão: 29/09/2026, às 08:10:19.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Ana Celia de Oliveira
Código Identificador:78A963EF

CIAS
ANEXO XII

ESTADO PARANÁ			Exercício de 2026	
CONS INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO CIAS			Período: Janeiro a Agosto	
Anexo 12 - Balanço Orçamentário				
Consolidado				
Parâmetros: Mês: 8; Enviar relatório para o Transparência Cloud: S; Exercício: 2026; Tipo do recurso: TODOS; Enviar Relatório para o Transparência Fly: S; Consolidado: S - Versão: 5 de 15/07/2025 11:50:45				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO c = (b-a)**
RECEITAS CORRENTES	4.349.900,00	4.349.900,00	1.894.716,27	-2.455.183,73
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.000,00	1.000,00	8.083,80	7.083,80
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	1.000,00	1.000,00	8.083,80	7.083,80

Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.348.900,00	4.348.900,00	1.886.632,47	-2.462.267,53
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	4.348.900,00	4.348.900,00	1.886.632,47	-2.462.267,53
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00

Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas*	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	**4.349.900,00**	**4.349.900,00**	**1.894.716,27**	**-2.455.183,73**
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	**4.349.900,00**	**4.349.900,00**	**1.894.716,27**	**-2.455.183,73**
Déficit (IV)	0,00	0,00	268.518,87	268.518,87
TOTAL (V) = (III + IV)	**4.349.900,00**	**4.349.900,00**	**2.163.235,14**	**-2.186.664,86**
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	**0,00**	**0,00**	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores RPPS	-	**0,00**	**0,00**	-
Superávit Financeiro	-	**0,00**	**0,00**	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	**0,00**	**0,00**	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL (d)**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS (f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (g)**	**DESPESAS PAGAS (h)**	**SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e-f)**
DESPESAS CORRENTES	4.269.000,00	4.269.000,00	2.163.235,14	1.988.235,14	1.964.486,66	2.105.764,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	340.000,00	340.000,00	225.299,07	225.299,07	219.550,59	114.700,93
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.929.000,00	3.929.000,00	1.937.936,07	1.762.936,07	1.744.936,07	1.991.063,93
DESPESAS DE CAPITAL	58.900,00	58.900,00	0,00	0,00	0,00	58.900,00
INVESTIMENTOS	58.900,00	58.900,00	0,00	0,00	0,00	58.900,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	**4.349.900,00**	**4.349.900,00**	**2.163.235,14**	**1.988.235,14**	**1.964.486,66**	**2.186.664,86**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	**4.349.900,00**	**4.349.900,00**	**2.163.235,14**	**1.988.235,14**	**1.964.486,66**	**2.186.664,86**
Superávit (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VII + IX)	**4.349.900,00**	**4.349.900,00**	**2.163.235,14**	**1.988.235,14**	**1.964.486,66**	**2.186.664,86**
RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Nota(s) Explicativa(s):						

Publicado por:
Ana Celia de Oliveira
Código Identificador:12619DAA

CIAS
ANEXO XIV

MUNICIPIO DE JAPIRA - PR			
CONSOLIDADO			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO - AGOSTO			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)**
DESPESAS DE CAPITAL	58.900,00	0,00	58.900,00
Investimentos	58.900,00	0,00	58.900,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	58.900,00	0,00	58.900,00
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	58.900,00	0,00	58.900,00
Japira, 29/09/2026			
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: CONS INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO CIAS. Emissão: 29/09/2026, às 08:09:19.			
Nota(s) Explicativa(s):			

Publicado por:
Ana Celia de Oliveira
Código Identificador:44301F15

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026.

O Pregoeiro, devidamente constituída, em cumprimento ao disposto na legislação, torna público e comunica aos interessados na execução do objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 50/2026, o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

Classificações em primeiro lugar nos itens do objeto, conforme segue:

Ø ALIMENTEX DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ N° 41.191.505/0001-68

	LOTE 01: PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
11	POLVILHO AZEDO, DERIVADO DA MANDIOCA, OBTIDO A PARTIR DA EXTRAÇÃO DO AMIDO (FÉCULA) DE SUAS RAÍZES. GRUPO I, TIPO 1, FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SÃS E LIMPAS, PRODUTO LIVRE DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS, LARVAS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS DE POLIETILENO. REPOSIÇÃO DO PRODUTO: NO CASO DE ALTERAÇÃO DO MESMO ANTES DO VENCIMENTO DO PRAZO DE VALIDADE, PRAZO DE VALIDADE VENCIDO E EMBALAGENS DANIFICADAS. EMBALAGEM COM 500G. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. MARCA: ZAELI, GERIBA, PRATA, YOKI, OU EQUIVALENTE, OU DE MELHOR QUALIDADE.	PACOTE	288	PRATA	3,95	1.137,60
13	BISCOITO SALGADO/CRACKER INTEGRAL: FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, SENDO NO MÍNIMO 40 % DE FARINHA INTEGRAL, TER ZERO (0) % GORDURA TRANS. TER TEXTURA CROCANTE. PACOTE CONTENDO ENTRE 330G A 360 G, E DUPLA EMBALAGEM PARA PRESERVAÇÃO DO FORMATO DO PRODUTO. CONTER NO RÓTULO INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LISTA DE INGREDIENTES E DATA DE VALIDADE. REPOSIÇÃO DO PRODUTO: EMBALAGENS DANIFICADAS OU COM CARACTERISTICAS ORGANOLÉPTICAS ALTERADAS (ODOR, SABOR, TEXTURA). O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. MARCAS PRÉ APROVADAS: LIANE, SALT PLUS SOL OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE E QUE ATENDAM AO DESCRITIV	PACOTE	852	TODESCHINI	5,90	5.026,80
14	BISCOITO DE POLVILHO, SALGADO, FORMATO DE BASTÃO OU ARGOLA. FEITO A PARTIR DE POLVILHO, OLEO, OVOS E SAL, PODENDO OU NÃO CONTER LEITE, E PODENDO TER APENAS CORANTE NATURAL DE URUCUM. NÃO CONTER GLÚTEN. DESTINADO A DIETA DE ALÉRGICOS/INTÔLERANTES A GLÚTEN. PACOTE DE 70 A 80GRAMAS. COM VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. MARCAS PRÉ APROVADAS: DA COLONIA, NAZINHA OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE.	PACOTE	360	JOAO E MARIA	5,95	2.142,00
	VALOR TOTAL				**8.306,40**	

Valor total para o fornecedor: R$ 8.306,40 (Oito mil e trezentos e seis reais e quarenta centavos).

Ø RHEINHEIMER & RHEINHEIMER LTDA – CNPJ N° 03.657.902/0001-93

LOTE 01: PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
1	QUEIJO MUSSARELA, RESFRIADO E FATIADO. INGREDIENTES: LEITE PASTEURIZADO, CLORETO DE SÓDIO (SAL), ESTABILIZANTE: CLORETO DE CÁLCIO, COAGULANTE E/OU COALHO, FERMENTO LÁCTEO. ZERO GORDURA TRANS. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO TRANSPARENTE, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E INGREDIENTES, LOCAL DE ORIGEM DO PRODUTO, E DATA DE VALIDADE. HERMETICAMENTE VEDADO E INTACTO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 30 DIAS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL - SIF.TRANSPORTAR ATÉ A UNIDADE DE ENSINO EM LOCAL REFRIGERADO OU EM CAIXAS TÉRMICAS DEVIDAMENTE HIGIENIZADAS.	QUILO	408	jumbo	43,00	17.544,00
2	BEBIDA DE ARROZ: PÓ PARA PREPARO DE ALIMENTOS A BASE DE ARROZ, SABOR ORIGINAL, SEM LACTOSE E SEM LEITE OU TRAÇOS DE LEITE, SEM GLÚTEN E SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, E ADICIONADO DE CÁLCIO. (PARA INT. A GLÚTEN E LACTOSE E APLV). EMBALAGEM CONTENDO 300 GRAMAS. NO SEU RÓTULO DEVE CONTER INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, PRAZO DE VALIDADE E LOTE. REPOSIÇÃO DO PRODUTO: EMBALAGEM COM AVARIAS. COM VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. MARCA PRÉ APROVADA: JASMINE (BIOVE) , OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE E QUE ATENDA AO DESCRITIVO.	LATA	12	risovita	23,17	278,04
3	FORMULA A BASE DE SOJA: PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA A BASE DE SOJA, PARA CRIANCAS DE 1 A 3 ANOS DE IDADE, INDICADO PARA INTOLERANTES A LACTOSE E PARA ALÉRGICOS A PROTEÍNA DO LEITE DE VACA. FONTE DE CALCIO, FERRO, ZINCO, OMEGA 3 E 6, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR E ISENTO DE PROTEÍNAS LACTEAS E LACTOSE. LATAS CONTENDO 800 GRAMAS. NA EMBALAGEM/ROTULAGEM DEVE CONSTAR DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MINIMA DE 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA E TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. REPOSIÇÃO DO PRODUTO: LATAS DANIFICADAS/AMASSADAS. MARCAS PRÉ APROVADAS: DANONE (APTANUTRE SOJA), OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE E QUE ATENDA AO DESCRITIVO.	LATA	24	Aptanutri soja	99,00	2.376,00
4	FÓRMULA INFANTIL A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, EM PÓ, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS, FERRO E OUTROS MINERAIS, ISENTA DE LACTOSE E PROTEÍNAS LACTEAS. INDICADA PARA LACTENTES COM INTOLERÂNCIA A LACTOSE OU ALERGIA AO LEITE DE VACA COM INDICAÇÃO ENTRE 0 A 12 MESES. NA EMBALAGEM DEVERÃO CONSTAR EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃOE PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, ORIENTAÇÃO PARA O PREPARO E DILUIÇÃO, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. O PRODUTO DEVE POSSUIR NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. LATA DE 800 GRAMAS. REPOSIÇÃO DO PRODUTO: LATAS DANIFICADAS/AMASSADAS. MARCAS PR	LATA	24	Aptamil soja	98,00	2.352,00
5	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO, PARA LACTENTES, MODIFICADA EM PÓ A BASE DE LEITE DE VACA COM AGENTE ESPESSANTE GOMA JATAÍ, OU AMIDO PRE GELATINIZADO, ADICIONADO DE VITAMNINAS, MINERAIS E OUTROS OLIGOELEMENTOS. INDICADA PARA ALIMENTAÇÃO DE CRIANÇAS QUE APRESENTAM REGURGITAÇÃO/ REFLUXO GASTROESOFÁGICO. PARA BEBÊS ATÉ 12 MESES. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, ORIENTAÇÃO PARA O PREPARO E DILUIÇÃO, LOTE, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DO PRODUTO. LATA DE 800G. REPOSIÇÃO DO PRODUTO: LATAS DANIFICADAS E/OU AMASSADAS. O PRODUTO DEVE APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. MARCAS PRÉ APROVADAS: APTAMIL RR	LATA	24	Aptamil rr	112,00	2.688,00
6	FÓRMULA INFANTIL SEM LACTOSE PARA BEBÊS DE 0 A 12 MESES DE VIDA, INDICADA PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES COM NECESSIDADE DE DIETA ESPECÍFICA, COMO INTOLERÂNCIA A LACTOSE. SUA FÓRMULA É FONTE DE NUCLEOTÍDEOS E ÁCIDOS GRAXOS, COMO DHA E ARA. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, ORIENTAÇÃO PARA O PREPARO E DILUIÇÃO, LOTE, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DO PRODUTO. LATA DE 800G. REPOSIÇÃO DO PRODUTO: LATAS DANIFICADAS E/OU AMASSADAS. O PRODUTO DEVE APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. MARCAS PRÉ APROVADAS: NESLÉ - NAN S.L (SEM LACTOSE), DANONE -APTAMIL S.L.OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE.	LATA	24	Aptamil sl	117,00	2.808,00
8	QUEIJO MUSSARELA ZERO LACTOSE, FATIADO: CONTENDO OS SEGUINTES INGREDIENTES: LEITE PASTEURIZADO, CLORETO DE SÓDIO, ENZIMA LACTASE, CLORETO DE CALCIO, COALHO E FERMENTO LACTEO. SER ISENTO DE LACTOSE E DE GORDURAS TRANS. EMBALAGEM DE 150 GRAMAS. CONTER NO RÓTULO INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E INGREDIENTES E DATA DE VALIDADE. TER REGISTRO DE INSPEÇÃO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/SIF. COM VALIDADE DE NO MÍNIMO 30 DIAS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. MARCAS PRÉ APROVADAS: FRIMESA, LAC LELO, ITAMBÉ OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE E QUE ATENDA AO DESCRITIVO.	QUILO	132	frimesa	65,00	8.580,00
9	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA, EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES, ENRIQUECIDA COM FERRO E VITAMINAS. COM PROTEÍNAS MODIFICADAS EM SUA RELAÇÃO CASEÍNA/PROTEÍNAS DO SORO DO LEITE, SEM SACAROSE. DENSIDADE CALÓRICA: MÍNIMO DE 67 KCAL/100ML. DISTRIBUIÇÃO CALÓRICA MÍNIMO 7% PROTEÍNA, 45 % CARBOIDRATOS E 45 LIPÍDIOS: OSMOLALIDADE DE 250 MOSM KG, COM ADIÇÃO DE ARA E DHA, LATA DE 800 GR. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. MARCA: NESTLÉ- NAN 1, DANONE- APTAMIL 1 OU EQUIVALENTE, OU DE MELHOR QUALIDADE.	LATA	48	Aptamil 1	87,00	4.176,00
10	ARROZ PARBOILIZADO: GRUPO BENEFICIADO, SUBGRUPO PARBOILIZADO POLIDO, CLASSE LONGO FINO, TIPO 1. SEM GLÚTEN. EMBALAGEM DE PLÁSTICO TRANSPARENTE E INTACTA, COM RÓTULO CONTENDO AS INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, INGREDIENTES, PRAZO DE VALIDADE E LOTE. DATA DE FABRICAÇÃO RECENTE, COM VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. PESO LÍQUIDO DE 5 KG POR PACOTE. REPOSIÇÃO DO PRODUTO: EMBALAGENS DANIFICADAS OU COM PRESENÇA DE CARUNCHOS. MARCAS PRÉ APROVADAS: TIO JOÃO, URBANO , SABOR SUL , OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE E QUE ATENDAM AO DESCRITIVO.	PACOTE	1.212	Sabor sul	18,50	22.422,00
12	BISCOITO DOCE, INTEGRAL, TIPO COOKIE, COM INGREDIENTES NATURAIS E INTEGRAIS, PRODUTO VEGANO, ISENTO DE PRODUTOS LÁCTEOS (SEM LACTOSE E SEM PROTEÍNAS DO LEITE, INCLUSIVE SEM TRAÇOS DE LEITE) E SEM OVOS, E ZERO GORDURA TRANS. (PARA APLV, INTOLERANCIA A LACTOSE, E ALÉRGICO A OVOS). EMBALAGEM/ ROTULAGEM COM INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LISTA DE INGREDIENTES, VALIDADE, LOTE. DATA DE FABRICAÇÃO RECENTE E COM NO MÍNIMO 6 MESES DE VALIDADE A PARTIR DA ENTREGA. PACOTE DE 120 GRAMAS. MARCAS PRÉ APROVADAS:	PACOTE	180	jasmini	6,14	1.105,20

	JASMINE, OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE E QUE ATENDA AO DESCRITIVO.					
16	SUCO DE UVA TINTO INTEGRAL: ELABORADO SOMENTE COM UVAS, SEM ADIÇÃO DE ÁGUA, CORANTES OU AÇÚCAR (SOMENTE O AÇÚCAR NATURAL DA FRUTA). PASTEURIZADO, NÃO ALCOÓLICO, NÃO FERMENTADO. EMBALAGEM DE VIDRO CONTENDO 1,5 LITROS. ROTULAGEM APRESENTANDO INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, REGISTRO NO MAPA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. MARCAS PRÉ APROVADAS: JOÃO &MARIA, GARIBALDI, AURORA, ALIANÇA, OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE.	FRASCO	1.656	aliança	14,00	23.184,00
	LOTE 02: PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA TODAS AS SECRETARIAS					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
17	ABACAXI PÉROLA: FRUTA IN NATURA, MENOR ACIDEZ, DOCE. FRUTA SELECIONADA, NO PONTO PARA CONSUMO (NÃO VERDE, NEM APODRECIDA).	Kg	300	cantu	12,00	3.600,00
18	ABÓBORA CABOTIÁ, IN NATURA, TAMANHO MÉDIO, MADURA, SEM SUJIDADES, SEM PARTES PODRES.	Kg	200	cantu	4,25	850,00
19	ABOBRINHA A GRANEL, TAMANHO MÉDIO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, RACHADURAS E CORTES, NÃO PODEM ESTAR MURCHAS, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS. EMBALADO ADEQUADAMENTE EM SACOS PLÁSTICOS PRÓPRIOS PARA ALIMENTOS OU EM CAIXAS PLÁSTICAS LIMPAS PRÓPRIAS PARA ALIMENTO.	Kg	300	cantu	6,80	2.040,00
20	ACELGA (CABEÇA), LIMPA, FRESCA E NÃO AMASSADA. ENTREGUE ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE PLÁSTICO.	UN	120	Horticultura Planalto	8,00	960,00
21	ALMEIRÃO (CABEÇA), LIMPA, FRESCA E NÃO AMASSADA. ENTREGUE ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE PLÁSTICO.	UN	180	Horticultura Planalto	4,21	757,80
22	ALHO IN NATURA, GRAÚDO, CABEÇAS INTACTAS COM TODAS AS PARTES COMESTÍVEIS APROVEITÁVEIS, ASPECTO, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS.	Kg	120	cantu	21,80	2.616,00
23	BATATA INGLESA, SEM SUJIDADES, SEM PARTES PODRES.	Kg	1800	cantu	5,54	9.972,00
24	CENOURA IN NATURA, NOVA LIMPA, SEM SUJIDADES, DE PRIMEIRA QUALIDADE. DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICA BEM FORMADA, LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS. GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, COM ETIQUETA INDICANDO PESO.	Kg	600	cantu	5,30	3.180,00
25	CHICÓRIA (CABEÇA), LIMPA, FRESCA E NÃO AMASSADA. ENTREGUE ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE PLÁSTICO.	UN	150	Horticultura Planalto	4,85	727,50
26	CHUCHU A GRANEL. APRESENTAR CARACTERÍSTICA BEM FORMADA, LIVRE DE DANOS, PRAGAS E DOENÇAS. GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO.	Kg	335	cantu	3,50	1.172,50
27	LIMÃO	Kg	200	cantu	9,45	1.890,00
28	MANGA A GRANEL, FRUTA IN NATURA, DOCE, NO PONTO PARA CONSUMO, NÃO VERDE NEM APODRECIDA.	Kg	350	cantu	9,95	3482,5
29	MELANCIA	Kg	700	cantu	4,40	3080
30	MELÃO, FRUTA IN NATURA, DOCE, FRUTA SELECIONADA, NO PONTO PARA CONSUMO SEM AMADURECIMENTO EXCESSIVO OU VERDES QUE IMPOSSIBILITEM O CONSUMO.	Kg	400	cantu	5,45	2.180,00
31	PIMENTÃO A GRANEL	Kg	160	cantu	11,80	1.888,00
32	REPOLHO A GRANEL, TAMANHO MÉDIO, NOVO, INTEIRO DE 1º QUALIDADE, SEM MANCHAS E LIMPO. CONDICIONADO EMBALAGENS DE PLÁSTICO RESISTENTE, OU CAIXAS PRÓPRIAS PARA ALIMENTO.	Kg	500	cantu	4,05	2.025,00
33	RÚCULA, TAMANHO MÉDIO.	MAÇO	200	Horticultura Planalto	4,85	970,00
34	TOMATE A GRANEL, EM BOM ESTADO, ÍNTEGRO, LIVRE DE PARTES ESMAGADAS, ESTRAGADAS, SEM SUJIDADES OU COM AMADURECIMENTO EXCESSIVO OU VERDES PARA CONSUMO, EMBALADO ADEQUADAMENTE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS OU CAIXAS PLÁSTICAS PRÓPRIAS PARA ALIMENTOS.	Kg	1000	cantu	8,10	8.100,00
35	REFRIGERANTE 1 LITRO, SABOR COLA, ACONDICIONADA EM GARRAFA PET (DESCARTÁVEL)	UN	1.800	Coca cola	5,85	10.530,00
36	REFRIGERANTE 1 LITRO, SABOR COLA, ACONDICIONADA EM GARRAFA RETORNÁVEL.	UN	1.300	Coca cola	4,65	6.045,00
	VALOR TOTAL				**153.579,54**	

Valor total para o fornecedor: R$ 153.579,54 (Cento e cinquenta e três mil e quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos).

Ø TOSCAN DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ 10.828.263/0001-47

	LOTE 01: PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
15	CAFÉ EM PÓ, HOMOGÊNEO, TORRADO E MOÍDO, TIPO TRADICIONAL, COM CERTIFICADO DE PUREZA ABIC (CERTIFICADO DE PUREZA E QUALIDADE). PREPARADOS COM MATÉRIAS PRIMAS SÃS, LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E DE DETRITOS ANIMAIS E/OU VEGETAIS. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS PRIMÁRIA LAMINADA, FECHADA Á VÁCUO, DEVENDO APRESENTAR EMBALAGEM SECUNDÁRIA DE PAPEL, CONTENDO 500 GRAMAS. REPOSIÇÃO DO PRODUTO: NO CASO DE ALTERAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE VENCIDO E EMBALAGENS DANIFICADAS. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. MARCA: MELITA, BOM JESUS, ITAMARATY, TRES CORAÇÕES OU EQUIVALENTE, OU DE MELHOR QUALIDADE.	CAIXA	288	odebrecht	19,70	5.673,60
	VALOR TOTAL				**5.673,60**	

Valor total para o fornecedor: R$ 5.673,60 (Cinco mil e seiscentos e setenta e três reais e sessenta centavos).

Ø VTR COMERCIAL LTDA – CNPJ 52.932.346/0001-21

	LOTE 01: PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
7	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO, MODIFICADA EM PÓ, INDICADA PARA A	LATA	480	Aptamil Premium	90,00	43.200,00

	ALIMENTAÇÃO DE CRIANÇAS A PARTIR DOS 6 MESES ATÉ 12 MESES DE IDADE, COM PROTEÍNAS /CASEINA, ENRIQUECIDA COM DHAE ARA, NUCLEOTIDEOS E PREBIÓTICOS, 100% LACTOSE. LATAS PESANDO 800 GRAMAS. NA EMBALAGEM DEVERÃO CONSTAR OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, ORIENTAÇÃO PARA O PREPARO E DILUIÇÃO, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. POSSUIR NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. REPOSIÇÃO DO PRODUTO: LATAS DANIFICADAS/ AMASSDAS. MARCAS PRÉ APROVADAS: APTAMIL PREMIUM 2, NAN 2, OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE.			2 - Danone / Lata 800g			
	VALOR TOTAL				**43.200,00**		

Valor total para o fornecedor: R$ 43.200,00 (Quarenta e três mil e duzentos reais).

Lotes Fracassados

Lotes Desertos

Desclassificações / Inabilitações

Três Barras do Paraná/Pr. 15 de outubro de 2026.

CARLOS SNIEZKO
Pregoeiro

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:616F7350

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PMU

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2026 – PMU

O **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, Centro Cívico, em Umuarama, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **ANTONIO FERNANDO SCANAVACA,** brasileiro, casado, empresário/agente político, portador do RG nº **891472-* – SESP-PR, inscrito no CPF sob nº ***.395.309-**, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama, Paraná, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o procedimento de Licitação **PREGÃO ELETRÔNICO**, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 043/2026 - PMU, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios de 01 de junho de 2026, processo administrativo n.º *2026/03/186*, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Aviso do Pregão Eletrônico nº 043/2026 - PMU*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e demais disposições legais, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para possível aquisição de pneus, câmaras de ar, protetor de aro e anéis de vedação para a frota de veículos da Prefeitura do Município de Umuarama/PR, conforme especificado no Termo de Referência, anexo ao Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n.º 043/2026 - PMU, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, os quantitativos estimados, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Descrição	Marca Modelo	Aplicação	Unid.	Qntd.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – Um Ano)
1	Pneu 2.75-18 M/C TT. Posição De Uso: Dianteira. Indice De Carga: Mín. 42. Para Uso Urbano.	Technic Tiger	Motocicleta	Und	2	R$ 153,00	R$ 306,00	Curitiba Comércio De Pneumáticos E Tintas Ltda Epp	09/10/2027
2	Pneu 90/90-18 M/C TT. Posição De Uso: Traseira. Indice De Carga: Mín. 57. Para Uso Urbano.	Technic Tiger	Motocicleta	Und	2	R$ 164,00	R$ 328,00	Curitiba Comércio De Pneumáticos E Tintas Ltda Epp	09/10/2027
3	Pneu 90/90-19 M/C TT. Posição De Uso: Dianteira. Indice De Carga: Mín. 52. Para Uso Misto (On/Off).	Maggion Viper	Motocicleta	Und	4	R$ 235,00	R$ 940,00	Pr Pneus Peças E Serviços Automotivos Ltda-Epp	09/10/2027
4	Pneu 110/90-17 M/C TT. Posição De Uso: Traseira. Indice De Carga: Mín. 60. Para Uso Misto (On/Off)	Maggion Viper	Motocicleta	Und	4	R$ 249,00	R$ 996,00	Vicenzo Pneus E-Commerce Ltda	09/10/2027
5	Pneu 175/70R13. Tipo: HT. Indice De Carga: Mín. 82.	Tornel Turbo	Carros e similares	Und	16	R$ 215,00	R$ 3.440,00	Vicenzo Pneus E-Commerce Ltda	09/10/2027
6	Pneu 175/70R14. Tipo: HT. Indice De Carga: Mín. 84.	Sunfull Sf-05	Carros e similares	Und	8	R$ 207,00	R$ 1.656,00	Vicenzo Pneus E-Commerce Ltda	09/10/2027
7	Pneu 185/70R14. Tipo: HT. Indice De Carga: Mín.88	Jk Vectra	Carros e similares	Und	34	R$ 238,00	R$ 8.092,00	Vicenzo Pneus E-Commerce Ltda	09/10/2027

8	Pneu 195/65R15. Tipo: HT. Indice De Carga: Mín. 91.	Massimo/Shandong Fengyuan Tire Man. Co 195/65r15 91v Massimo Ottima Plus	Carros e similares	Und	14	R$ 222,01	R$ 3.108,14	Coutinho Pneus Ltda	09/10/2027
9	Pneu 205/60R15. Tipo: HT. Indice De Carga: Mín. 91.	Golden Crown Rp68	Carros e similares	Und	18	R$ 249,00	R$ 4.482,00	A M Mendes - Acessorios	09/10/2027
10	Pneu 205/55R16. Tipo: HT. Indice De Carga: Mín. 91	Massimo/Shandong Fengyuan Tire Man. Co 205/55r16 91v Massimo Ottima Plus	Carros e similares	Und	12	R$ 228,70	R$ 2.744,40	Coutinho Pneus Ltda	09/10/2027
11	Pneu 185/60R15. Tipo: HT. Indice De Carga: Mín. 88.	Massimo/Shandong Fengyuan Tire Man. Co 185/60r15 88h Massimo Ottima Plus	Carros e similares	Und	6	R$ 200,46	R$ 1.202,76	Coutinho Pneus Ltda	09/10/2027
12	Pneu 215/65R16. Tipo: AT. Indice De Carga: Mín. 98. LISO CARGA	Westlake Z108	Carros e similares	Und	4	R$ 299,00	R$ 1.196,00	A M Mendes - Acessorios	09/10/2027
13	Pneu 205/75R16. Tipo: HT. Indice De Carga: Mín. 108. LISO CARGA	Massimo /Shandong Fengyuan Tire Man. Co 205/75r16c 8pr 110/108r Massimo Durevo V1	Vans e similares	Und	76	R$ 305,60	R$ 23.225,60	Coutinho Pneus Ltda	09/10/2027
14	Pneu 235/65R16C. Tipo: HT. Indice De Carga: Mín. 119.	Roadx Rxquest C02 121/119r	Vans e similares	Und	8	R$ 698,00	R$ 5.584,00	Tereza Pneus Ltda	09/10/2027
15	Pneu 235/75R15. Tipo: HT. Indice De Carga: Mín. 109. LISO CARGA	Sunset Ventura B1	Vans e similares	Und	6	R$ 430,00	R$ 2.580,00	Vicenzo Pneus E-Commerce Ltda	09/10/2027
16	Pneu 265/60R18. Tipo: HT. Indice De Carga: Mín. 110. LISO	Golden Crown Rp68	Vans e similares	Und	8	R$ 440,00	R$ 3.520,00	A M Mendes - Acessorios	09/10/2027
17	Pneu 265/65R17. Tipo: HT. Indice De Carga: Mín. 112.	Golden Crown Rp68	Vans e similares	Und	6	R$ 420,00	R$ 2.520,00	A M Mendes - Acessorios	09/10/2027
19	Pneu 225/75R16. Tipo: HT. Indice De Carga: Mín. 100. LISO CARGA	Massimo/Shandong Fengyuan Tire Man. Co 225/75r16c 10pr 121/120r Massimo Durevo V1	Camionetas e similares	Und	2	R$ 357,65	R$ 715,30	Coutinho Pneus Ltda	09/10/2027
20	Pneu 7.50-16 (Liso/Direcional). Mín. 10 Lonas. Indice De Carga: Mín. 116.	Westlake Cr832	Caminhões, ônibus e similares	Und	2	R$ 539,00	R$ 1.078,00	A M Mendes - Acessorios	09/10/2027
21	Pneu 10.00R20. (Liso/Direcional). Mín. 16 Lonas. Indice De Carga: Min. 140.	Chengshan Csp20	Caminhões, ônibus e similares	Und	10	R$ 1.259,00	R$ 12.590,00	Vicenzo Pneus E-Commerce Ltda	09/10/2027
22	Pneu 1100R22. Mín 16 Lonas. Indice De Carga: Mín. 150.	Jk Jetway Juh4	Caminhões, ônibus e similares	Und	4	R$ 1.999,00	R$ 7.996,00	Vicenzo Pneus E-Commerce Ltda	09/10/2027
23	Pneu 215/75R17.5 (Liso/Direcional). Mín. 16 Lonas. Indice De Carga: Min. 124.	Golden Crown Az170a	Caminhões, ônibus e similares	Und	30	R$ 497,00	R$ 14.910,00	A M Mendes - Acessorios	09/10/2027
24	Pneu 235/75R17.5. Mín. 18 Lonas. Indice De Carga: Mín. 143.	Ovation/Shandong Changfeng Tire Co., Ltd. 235/75r17.5 143/141j 16pr Ovation Vi-111	Caminhões, ônibus e similares	Und	28	R$ 583,42	R$ 16.335,76	Coutinho Pneus Ltda	09/10/2027
25	Pneu 275/80R22.5 (Liso/Direcional). Mín. 16 Lonas. Indice De Carga: Mín. 144.	Dureble Dr622	Caminhões, ônibus e similares	Und	64	R$ 1.212,00	R$ 77.568,00	Lv Transportes E Com. De Pneumaticos Ltda	09/10/2027
26	Pneu 285/70R19.5. Mín. 18 Lonas. Indice De Carga: Mín. 150.	Jinyu/Jinyu Tire Group Co. 285/70r19.5 150/148k 18pr Jinyu Jf568	Caminhões, ônibus e similares	Und	10	R$ 1.019,80	R$ 10.198,00	Coutinho Pneus Ltda	09/10/2027
27	Pneu 295/80R22.5 (Liso/Direcional). Mín. 16 Lonas. Indice De Carga: Mín. 148.	Durable Dr622	Caminhões, ônibus e similares	Und	14	R$ 1.292,00	R$ 18.088,00	Lv Transportes E Com. De Pneumaticos Ltda	09/10/2027
28	Pneu 20.5-25 L3 (Tração). Mín. 16 Lonas E Trama De Aço.	Speedroad O9011	Pá Carregadeira	Und	2	R$ 4.230,00	R$ 8.460,00	Vicenzo Pneus E-Commerce Ltda	09/10/2027
29	Pneu 19.5L-24 R4. Mín. 12 Lonas.	Speedroad O4510	Retroescavadeira /	Und	2	R$ 2.250,00	R$ 4.500,00	Vicenzo Pneus E-Commerce Ltda	09/10/2027
30	Pneu 12-16.5 (Tração). Mín. 12 Lonas.	Forerunner Sks-1	Minicarregadeira / Similar	Und	8	R$ 507,00	R$ 4.056,00	Curitiba Comércio De Pneumáticos E Tintas Ltda Epp	09/10/2027
31	Pneu 17.5R25 L3. Mín. 16 Lonas. Com Tramas De Aço.	Speedroad O9011	Motoniveladora/ Pá carregadeira	Und	2	R$ 2.720,00	R$ 5.440,00	Vicenzo Pneus E-Commerce Ltda	09/10/2027
33	Pneu 10.5/80R18.	Forerunner R4	Retroescavadeira / Equipamentos similares	Und	2	R$ 1.203,28	R$ 2.406,56	Curitiba Comércio De Pneumáticos E Tintas Ltda Epp	09/10/2027
34	Pneu 14.9/24 Mín: 12 Lonas.	Forerunner/QingdaoQihang TyreCo.,Ltd. 14.9-24 12pr Forerunner R1 Tt Qh612	Trator	Und	2	R$ 1.414,14	R$ 2.828,28	Coutinho Pneus Ltda	09/10/2027
36	Câmara De Ar 1000r20	Jabuti Tr78a	Caminhões, ônibus e similares	Und	20	R$ 90,00	R$ 1.800,00	Vicenzo Pneus E-Commerce Ltda	09/10/2027
37	Protetor Aro 20	Jabuti Jabuti	Caminhões, ônibus e similares	Und	50	R$ 31,00	R$ 1.550,00	Vicenzo Pneus E-Commerce Ltda	09/10/2027
38	Anel De Vedação De Roda R25	Tru Seel	Maquinários	Und	15	R$ 103,00	R$ 1.545,00	M.A. Dal Pozzo Me	09/10/2027
39	Anel De Vedação De Roda R24	Tru Seel	Maquinários	Und	15	R$ 61,00	R$ 915,00	M.A. Dal Pozzo Me	09/10/2027
40	Câmara De Ar 25	Jabuti Tr220a	Maquinários	Und	10	R$ 218,00	R$ 2.180,00	Vicenzo Pneus E-Commerce Ltda	09/10/2027
41	Câmara De Ar 1400	Jabuti Tr220a	Maquinários	Und	10	R$ 140,00	R$ 1.400,00	Vicenzo Pneus E-Commerce Ltda	09/10/2027
42	Câmara De Ar 16	Jabuti Tr15	Maquinários	Und	10	R$ 49,50	R$ 495,00	Vicenzo Pneus E-Commerce Ltda	09/10/2027
43	Câmara De Ar 17.5r25	Jabuti Tr220a	Maquinários	Und	10	R$ 217,00	R$ 2.170,00	Vicenzo Pneus E-Commerce Ltda	09/10/2027
						Valor Total:		**R$ 265.145,80**	

Divisão dos Quantitativos

Item	Descrição	UND	PMU	EDU	GUARDA	SAÚDE	ACESF	TOTAL
01	Pneu 2.75-18 M/C TT. Posição de uso: dianteira. Indice de carga: mín. 42. Para uso urbano.	UND	02					02
02	Pneu 90/90-18 M/C TT. Posição de uso: traseira. Indice de carga: mín. 57. Para uso urbano.	UND	02					02
03	Pneu 90/90-19 M/C TT. Posição de uso: dianteira. Indice de carga: mín. 52. Para uso misto (on/off).	UND	02		02			04
04	Pneu 110/90-17 M/C TT. Posição de uso: traseira. Indice de carga: mín. 60. Para uso misto (on/off)	UND	02		02			04
05	Pneu 175/70R13. Tipo: HT. Indice de carga: min. 82.	UND	10	02		04		16
06	Pneu 175/70R14. Tipo: HT. Indice de carga: mín. 84.	UND	04	02		02		08
07	Pneu 185/70R14. Tipo: HT. Indice de carga: min.88	UND	10	04	04	16		34
08	Pneu 195/65R15. Tipo: HT. Indice de carga: mín. 91.	UND	06	02	02	04		14
09	Pneu 205/60R15. Tipo: HT. Indice de carga: mín. 91.	UND	10			04	04	18
10	Pneu 205/55R16. Tipo: HT. Indice de carga: Mín. 91	UND	08		04			12
11	Pneu 185/60R15. Tipo: HT. Indice de carga: mín. 88.	UND	04	02				06
12	Pneu 215/65R16. Tipo: AT. Indice de carga: mín. 98. LISO CARGA	UND				04		04
13	Pneu 205/75R16. Tipo: HT. Indice de carga: min. 108. LISO CARGA	UND	14	02	02	58		76
14	Pneu 235/65R16C. Tipo: HT. Indice de carga: mín. 119.	UND				08		08

15	Pneu 235/75R15. Tipo: HT. Indice de carga: mín. 109. LISO CARGA	UND	04				02	06
16	Pneu 265/60R18. Tipo: HT. Indice de carga: mín. 110. LISO	UND	06		02			08
17	Pneu 265/65R17. Tipo: HT. Indice de carga: mín. 112.	UND			06			06
19	Pneu 225/75R16. Tipo: HT. Indice de carga: mín. 100. LISO CARGA	UND	02					02
20	Pneu 7.50-16 (Liso/Direcional). Mín. 10 lonas. Indice de carga: mín. 116.	UND	02					02
21	Pneu 10.00R20. (Liso/Direcional). Mín. 16 lonas. Indice de carga: mín. 140.	UND	10					10
22	Pneu 1100R22. Mín 16 lonas. Indice de carga: mín. 150.	UND	02	02				04
23	Pneu 215/75R17.5 (Liso/Direcional). Mín. 16 lonas. Indice de carga: mín. 124.	UND	14	10	02	02	02	30
24	Pneu 235/75R17.5. Mín. 18 lonas. Indice de carga: mín. 143.	UND	10	14		04		28
25	Pneu 275/80R22.5 (Liso/Direcional). Mín. 16 lonas. Indice de carga: mín. 144.	UND	54	10				64
26	Pneu 285/70R19.5. Mín. 18 lonas. Indice de carga: mín. 150.	UND				10		10
27	Pneu 295/80R22.5 (Liso/Direcional). Mín. 16 lonas. Indice de carga: mín. 148.	UND	14					14
28	Pneu 20.5-25 L3 (Tração). Mín. 16 lonas e trama de aço.	UND	02					02
29	Pneu 19.5L-24 R4. Mín. 12 lonas.	UND	02					02
30	Pneu 12-16.5 (Tração). Mín. 12 lonas.	UND	08					08
31	Pneu 17.5R25 L3. Mín. 16 lonas. Com tramas de aço.	UND	02					02
33	Pneu 10.5/80R18.	UND	02					02
34	Pneu 14.9/24 Mín: 12 lonas.	UND	02					02
36	Câmara De Ar 1000r20	UND	20					20
37	Protetor Aro 20	UND	50					50
38	Anel De Vedação De Roda R25	UND	15					15
39	Anel De Vedação De Roda R24	UND	15					15
40	Câmara De Ar 25	UND	10					10
41	Câmara De Ar 1400	UND	10					10
42	Câmara De Ar 16	UND	10					10
43	Câmara De Ar 17.5r25	UND	10					10
		Total	**350**	**50**	**26**	**116**	**08**	**550**

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 O órgão gerenciador será o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.378/0001-56.

3.2 Participam desta Ata de Registro de Preços:

I – Município de Umuarama;

II – Fundo Municipal de Saúde - FMS;

III – Administração de Cemitérios e Serviços Funerários - ACESF;

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente deste Pregão Eletrônico, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação do processo licitatório, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade do fornecedor oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *Edital de Pregão Eletrônico e/ou no Edital de Licitação,* e se obrigar nos limites dela.

5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *Edital de Pregão Eletrônico n° 043/2026 - PMU* e

5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de Licitação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *Edital de Pregão Eletrônico n° 043/2026 - PMU*, poderá:
5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.2 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.4 Na hipótese de previsão no Edital de Licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;
6.4.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.4.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto nos itens 5.4.2 e seguintes.
7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.3, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
8.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
8.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
8.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou.
8.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
8.3 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
8.3.1 Por razão de interesse público;
8.3.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou.
8.3.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023

9. DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *Edital de Pregão Eletrônico nº 043/2026 - PMU*.
9.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1 O presente objeto será entregue no Departamento de Compras e Almoxarifado (DCA), e após conferido, será encaminhado, de maneira a ser acordada, ao pátio municipal. O objeto será entregue de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Serviços Rodoviários, essa que é responsável pela manutenção da Frota Municipal, Frota da Secretaria de Educação, Fundo Municipal de Saúde e ACESF.
10.2 A entrega dos objetos deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias após recebimento da Nota de Empenho.
10.3 Os objetos serão recebidos provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias pela Comissão de Recebimento responsável e poderá ser acompanhada pelo Fiscal do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
10.4 Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
10.5 Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
10.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
10.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
10.8 Caso a empresa contratada seja de outro Município, todas as despesas de envio ocorrerão por conta da contratada.

Parágrafo Primeiro: Os bens objeto da presente contratação são caracterizados como comuns e não possuem fornecimento de natureza contínua, nos termos do art. 6º, incisos XIII e XV, respectivamente, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo: Vinculam esta contratação, independente de transcrição:
I – O Termo de Referência;
II – O Edital do Processo Licitatório – Pregão Eletrônico 043/2026 – PMU
III – A Proposta da Contratada;
IV – Eventuais anexos e documentos presentes no Processo Licitatório – Pregão Eletrônico nº 043/2026 – PMU.

Parágrafo Terceiro: As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, nos termos do que dispõe o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
11.1 As despesas correrão por conta da dotação orçamentária:

10.001.15.452.0006.2.025.3.3.90.30.00.00 D: 445 F: 511
10.001.15.452.0006.2.025.3.3.90.30.00.00 D: 446 F: 1000

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Umuarama, 09 de outubro de 2026.

ADRIANA MICHELE MENDES
A M Mendes – Acessorios
Detentora da Ata

RODRIGO COUTINHO NILES
Coutinho Pneus LTDA
Detentora da Ata

JOSÉ SALESIO MUNIZ DO AMARAL
Curitiba Comércio de Pneumáticos e Tintas LTDA EPP
Detentora da Ata

LUIZ VINICIUS DA SILVA VALDIVIESO
LV Transportes e Com. de Pneumaticos LTDA
Detentora da Ata

MILTON ANDREASSA DAL POZZO
M.A. Dal Pozzo ME
Detentora da Ata

SIDNEI CARLOS GEREVINNI
PR Pneus Peças e Serviços Automotivos LTDA-EPP
Detentora da Ata

RAFAEL CASCALES DOS SANTOS
Vicenzo Pneus E-Commerce LTDA
Detentora da Ata

MARIA TEREZINHA DOS ANJOS SENFF
Tereza Pneus LTDA
Detentora da Ata

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador

CARLOS ALBERTO DE ASSIS
Secretário Designado
Secretaria Municipal de Serviços Rodoviários

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:BB27C49D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO Nº 28/2026

EXTRATO Nº 28/2026							
PRORROGAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 79/2025							
DOS ADMITIDOS NO REGIMEADMINISTRATIVO ESPECIAL– PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITALNº 159/2023							
Objeto do Edital nº 75 de 09 de outubro de 2025							
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL– 40 HORAS SEMANAIS							
Item	**Class.**	**Nome**	**Lotação**	**Admissão**	**Prorrogação**	**RG/CPF**	**Salário**
01	264º	DÉBORA DA SILVABUTARELLO	Secretaria Municipal de Educação	20/10/2025	21/10/2027	094.544.279-38	R$ 5.130,63

PAÇO MUNICIPAL, Umuarama, 13 de outubro de 2026.

ALEXANDRE FAKER RIBEIRO
Diretor de Recursos Humanos

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:DB910D26



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
RREO – ANEXO I

CONSORCIO INTERM. DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA CONSÓRCIO PÚBLICO ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2.026/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			no Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.848.667,76	15.843.122,92	1.667.005,66	10,52	12.742.265,51	80,43	3.100.857,41
RECEITAS CORRENTES	11.848.667,76	15.843.122,92	1.667.005,66	10,52	12.742.265,51	80,43	3.100.857,41
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação Profissional Contr. para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	30.326,64	0,00	-30.326,64
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	30.326,64	0,00	-30.326,64
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Autorização ou Licença Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.848.667,76	15.843.122,92	1.666.470,66	10,52	12.704.631,76	80,19	3.138.491,16
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades Transferências dos Municípios e de suas Entidades	11.848.667,76	15.843.122,92	1.666.470,66	10,52	12.703.057,24	80,18	3.140.065,68
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	1.574,52	0,00	-1.574,52
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	535,00	0,00	7.307,11	0,00	-7.307,11
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	535,00	0,00	7.307,11	0,00	-7.307,11
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	11.848.667,76	15.843.122,92	1.667.005,66	10,52	12.742.265,51	80,43	3.100.857,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	11.848.667,76	15.843.122,92	1.667.005,66	10,52	12.742.265,51	80,43	3.100.857,41
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	11.848.667,76	15.843.122,92	1.667.005,66	10,52	12.742.265,51	80,43	3.100.857,41
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	665.333,56	0,00	0,00	665.333,56	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	665.333,56	0,00	0,00	86.493,75	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	11.848.667,76	16.508.456,48	5.064.702,22	11.811.083,41	4.697.373,07	5.169.447,29	10.260.436,16	6.248.020,32	6.888.576,17
DESPESAS CORRENTES	11.661.677,60	16.282.269,08	5.064.702,22	11.798.894,21	4.483.374,87	5.163.048,09	10.248.246,96	6.034.022,12	6.876.386,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.189.134,74	8.953.867,04	2.864.696,21	6.802.313,22	2.151.553,82	2.812.880,55	6.750.497,56	2.203.369,48	5.280.307,54
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.472.542,86	7.328.402,04	2.200.006,01	4.996.580,99	2.331.821,05	2.350.167,54	3.497.749,40	3.830.652,64	1.596.079,43
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	3.472.542,86	7.328.402,04	2.200.006,01	4.996.580,99	2.331.821,05	2.350.167,54	3.497.749,40	3.830.652,64	1.596.079,43
DESPESAS DE CAPITAL	68.503,48	107.700,72	0,00	12.189,20	95.511,52	6.399,20	12.189,20	95.511,52	12.189,20
INVESTIMENTOS	68.503,47	107.700,71	0,00	12.189,20	95.511,51	6.399,20	12.189,20	95.511,51	12.189,20
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	118.486,68	118.486,68	0,00	0,00	118.486,68	0,00	0,00	118.486,68	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	11.848.667,76	16.508.456,48	5.064.702,22	11.811.083,41	4.697.373,07	5.169.447,29	10.260.436,16	6.248.020,32	6.888.576,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESA S (XII) = (X + XI)	11.848.667,76	16.508.456,48	5.064.702,22	11.811.083,41	4.697.373,07	5.169.447,29	10.260.436,16	6.248.020,32	6.888.576,17
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	931.182,10	-	-	2.481.829,35	-	5.853.689,34
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	11.848.667,76	16.508.456,48	5.064.702,22	12.742.265,51	-	5.169.447,29	12.742.265,51	-	12.742.265,51
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CONSORCIO INTERM. DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA, emitido em 14/out/2026 as 08h e 30m.

ADRIANO RAMOS
Presidente

JAI LSON PEREIRA SANTOS
Chefe Do Departamento De Contabilidade

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:25023ADA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

PODER LEGISLATIVO
ERRATA ANEXO I DEMONSTRATIVO DESPESA COM PESSOAL

MUNICIPIO DE PAULA FREITAS - PR														
PODER LEGISLATIVO													Exercício de 2026	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JULHO/2025 - JUNHO/2026														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")														
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	Mai/2026	Jun/2026	TOTAL (ULTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	89.003,88	88.128,70	88.128,70	88.128,70	123.117,16	139.562,35	91.171,39	91.171,40	97.514,55	98.079,35	98.965,04	99.753,51	1.192.724,73	0,00
Pessoal Ativo	89.003,88	88.128,70	88.128,70	88.128,70	123.117,16	139.562,35	91.171,39	91.171,40	97.514,55	98.079,35	98.965,04	99.753,51	1.192.724,73	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	76.790,32	76.067,04	76.067,04	76.067,04	110.447,82	116.441,88	76.067,03	76.067,04	81.209,97	81.817,97	82.243,46	82.885,16	1.012.171,77	0,00
Obrigações Patronais	12.213,56	12.061,66	12.061,66	12.061,66	12.669,34	23.120,47	15.104,36	15.104,36	16.304,58	16.261,38	16.721,58	16.868,35	180.552,96	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Deduções Constitucionais														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	89.003,88	88.128,70	88.128,70	88.128,70	123.117,16	139.562,35	91.171,39	91.171,40	97.514,55	98.079,35	98.965,04	99.753,51	1.192.724,73	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**49.317.454,51**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	**1.100.000,00**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	**600.000,00**	
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22)	**454.228,00**	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	**0,00**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**47.163.226,51**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**1.192.724,73**	**2.53%**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**2.829.793,59**	**6%**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**2.688.303,91**	**5,7%**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**2.546.814,23**	**5,4%**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: CÂMARA MUNICIPAL PAULA FREITAS. Emissão: 15/10/2026, às 14:15:40.		
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
Nota:		

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO	***LEOMAR ANTONIO BURTET***	***LETICIA LESOSKI***
Presidente	Técnico Em Contabilidade - CRC	Controle Interno

Publicado por:
Marcos Roberto Banhara
Código Identificador:3A5C1590

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – 2027 | CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO POR COTAS DE DESPESA PREVISTO

Município de São José das Palmeiras - 2027												
Cronograma de desembolso por cotas de despesa												
Previsto												
Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
10 - 01.001.01.031.0001.1001 - EXPANSÃO E MELHORIAS NA CÂMARA MUNICIPAL - Natureza: 4.4.90.51.00.00 - Fonte: 00001												
12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.555,00	**150.000,00**
20 - 01.001.01.031.0001.1002 - EQUIPAMENTOS PARA CÂMARA MUNICIPAL - Natureza: 4.4.90.52.00.00 - Fonte: 00001												
12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.555,00	**150.000,00**
30 - 01.001.01.031.0001.2003 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO LEGISLATIVO - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00001												
87.465,00	87.465,00	87.465,00	87.465,00	87.465,00	87.465,00	87.465,00	87.465,00	87.465,00	87.465,00	87.465,00	87.885,00	**1.050.000,00**
40 - 01.001.01.031.0001.2003 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO LEGISLATIVO - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00001												

18.326,00	18.326,00	18.326,00	18.326,00	18.326,00	18.326,00	18.326,00	18.326,00	18.326,00	18.326,00	18.326,00	18.414,00	**220.000,00**
50 - 01.001.01.031.0001.2003 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO LEGISLATIVO - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00001												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
60 - 01.001.01.031.0001.2003 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO LEGISLATIVO - Natureza: 3.1.90.46.00.00 - Fonte: 00001												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
70 - 01.001.01.031.0001.2003 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO LEGISLATIVO - Natureza: 3.3.90.14.00.00 - Fonte: 00001												
4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.603,50	**55.000,00**
80 - 01.001.01.031.0001.2003 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO LEGISLATIVO - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00001												
7.497,00	7.497,00	7.497,00	7.497,00	7.497,00	7.497,00	7.497,00	7.497,00	7.497,00	7.497,00	7.497,00	7.533,00	**90.000,00**
90 - 01.001.01.031.0001.2003 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO LEGISLATIVO - Natureza: 3.3.90.33.00.00 - Fonte: 00001												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**
100 - 01.001.01.031.0001.2003 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO LEGISLATIVO - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00001												
499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	502,20	**6.000,00**
110 - 01.001.01.031.0001.2003 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO LEGISLATIVO - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00001												
16.493,40	16.493,40	16.493,40	16.493,40	16.493,40	16.493,40	16.493,40	16.493,40	16.493,40	16.493,40	16.493,40	16.572,60	**198.000,00**
120 - 01.001.01.031.0001.2003 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO LEGISLATIVO - Natureza: 3.3.90.40.00.00 - Fonte: 00001												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
130 - 01.001.01.031.0001.2003 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO LEGISLATIVO - Natureza: 3.3.90.93.00.00 - Fonte: 00001												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
140 - 02.001.04.122.0002.2004 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00000												
24.157,00	24.157,00	24.157,00	24.157,00	24.157,00	24.157,00	24.157,00	24.157,00	24.157,00	24.157,00	24.157,00	24.273,00	**290.000,00**
150 - 02.001.04.122.0002.2004 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00000												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
160 - 02.001.04.122.0002.2004 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00000												
166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	167,40	**2.000,00**
170 - 02.001.04.122.0002.2004 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO - Natureza: 3.3.90.14.00.00 - Fonte: 00000												
2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.092,50	**25.000,00**
180 - 02.001.04.122.0002.2004 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.255,50	**15.000,00**
190 - 02.001.04.122.0002.2004 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO - Natureza: 3.3.90.33.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
200 - 02.001.04.122.0002.2004 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	251,10	**3.000,00**
210 - 02.001.04.122.0002.2004 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
2.249,10	2.249,10	2.249,10	2.249,10	2.249,10	2.249,10	2.249,10	2.249,10	2.249,10	2.249,10	2.249,10	2.259,90	**27.000,00**
220 - 02.001.04.122.0002.2004 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO - Natureza: 3.3.90.93.00.00 - Fonte: 00000												
166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	167,40	**2.000,00**
230 - 02.002.04.121.0002.2005 - MANUTENÇÃO DO PLANEJAMENTO E ASSESSORIAS DIRETAS - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00000												
18.575,90	18.575,90	18.575,90	18.575,90	18.575,90	18.575,90	18.575,90	18.575,90	18.575,90	18.575,90	18.575,90	18.665,10	**223.000,00**
240 - 02.002.04.121.0002.2005 - MANUTENÇÃO DO PLANEJAMENTO E ASSESSORIAS DIRETAS - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00000												
3.915,10	3.915,10	3.915,10	3.915,10	3.915,10	3.915,10	3.915,10	3.915,10	3.915,10	3.915,10	3.915,10	3.933,90	**47.000,00**
250 - 02.002.04.121.0002.2005 - MANUTENÇÃO DO PLANEJAMENTO E ASSESSORIAS DIRETAS - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00000												
166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	167,40	**2.000,00**
260 - 02.002.04.121.0002.2005 - MANUTENÇÃO DO PLANEJAMENTO E ASSESSORIAS DIRETAS - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
270 - 02.002.04.121.0002.2005 - MANUTENÇÃO DO PLANEJAMENTO E ASSESSORIAS DIRETAS - Natureza: 3.3.90.33.00.00 - Fonte: 00000												
249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	251,10	**3.000,00**

Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
280 - 02.002.04.121.0002.2005 - MANUTENÇÃO DO PLANEJAMENTO E ASSESSORIAS DIRETAS - Natureza: 3.3.90.34.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
290 - 02.002.04.121.0002.2005 - MANUTENÇÃO DO PLANEJAMENTO E ASSESSORIAS DIRETAS - Natureza: 3.3.90.35.00.00 - Fonte: 00000												
6.247,50	6.247,50	6.247,50	6.247,50	6.247,50	6.247,50	6.247,50	6.247,50	6.247,50	6.247,50	6.247,50	6.277,50	**75.000,00**
300 - 02.002.04.121.0002.2005 - MANUTENÇÃO DO PLANEJAMENTO E ASSESSORIAS DIRETAS - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
310 - 02.002.04.121.0002.2005 - MANUTENÇÃO DO PLANEJAMENTO E ASSESSORIAS DIRETAS - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.255,50	**15.000,00**
320 - 02.002.04.121.0002.2005 - MANUTENÇÃO DO PLANEJAMENTO E ASSESSORIAS DIRETAS - Natureza: 3.3.90.40.00.00 - Fonte: 00000												
4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.603,50	**55.000,00**
330 - 02.002.04.121.0002.2005 - MANUTENÇÃO DO PLANEJAMENTO E ASSESSORIAS DIRETAS - Natureza: 3.3.90.91.00.00 - Fonte: 00000												

416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
340 - 02.003.04.124.0002.2006 - MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00000												
5.164,60	5.164,60	5.164,60	5.164,60	5.164,60	5.164,60	5.164,60	5.164,60	5.164,60	5.164,60	5.164,60	5.189,40	**62.000,00**
350 - 02.003.04.124.0002.2006 - MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00000												
1.082,90	1.082,90	1.082,90	1.082,90	1.082,90	1.082,90	1.082,90	1.082,90	1.082,90	1.082,90	1.082,90	1.088,10	**13.000,00**
360 - 02.003.04.124.0002.2006 - MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO - Natureza: 3.3.90.14.00.00 - Fonte: 00000												
249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	251,10	**3.000,00**
370 - 03.001.04.122.0002.1007 - EQUIPAMENTOS SECRETARIAS ADMINISTRATIVAS - Natureza: 4.4.90.52.00.00 - Fonte: 00000												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**
380 - 03.001.04.122.0002.1008 - EXPANSÃO E MELHORIA EM PRÉDIOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO - Natureza: 4.4.90.51.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
390 - 03.001.04.122.0002.2009 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS E FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
400 - 03.001.04.122.0002.2009 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS E FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO - Natureza: 3.3.90.31.00.00 - Fonte: 00000												
1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.255,50	**15.000,00**
410 - 03.001.04.122.0002.2009 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS E FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
420 - 03.001.04.122.0002.2009 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS E FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.480,00	**400.000,00**
430 - 03.001.04.122.0002.2009 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS E FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO - Natureza: 3.3.90.40.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
440 - 03.001.04.122.0002.2010 - PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.255,50	**15.000,00**
450 - 03.001.04.122.0002.2011 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00000												
46.481,40	46.481,40	46.481,40	46.481,40	46.481,40	46.481,40	46.481,40	46.481,40	46.481,40	46.481,40	46.481,40	46.704,60	**558.000,00**
460 - 03.001.04.122.0002.2011 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00000												
9.746,10	9.746,10	9.746,10	9.746,10	9.746,10	9.746,10	9.746,10	9.746,10	9.746,10	9.746,10	9.746,10	9.792,90	**117.000,00**
470 - 03.001.04.122.0002.2011 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00000												
2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.511,00	**30.000,00**
480 - 03.001.04.122.0002.2011 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - Natureza: 3.1.90.46.00.00 - Fonte: 00000												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
490 - 03.001.04.122.0002.2011 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - Natureza: 3.1.90.94.00.00 - Fonte: 00000												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
500 - 03.001.04.122.0002.2011 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - Natureza: 3.3.50.43.00.00 - Fonte: 00000												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
510 - 03.001.04.122.0002.2011 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - Natureza: 3.3.90.14.00.00 - Fonte: 00000												
499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	502,20	**6.000,00**
520 - 03.001.04.122.0002.2011 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.625,50	**115.000,00**
530 - 03.001.04.122.0002.2011 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - Natureza: 3.3.90.33.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
540 - 03.001.04.122.0002.2011 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - Natureza: 3.3.90.34.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**

Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
550 - 03.001.04.122.0002.2011 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
560 - 03.001.04.122.0002.2011 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - Natureza: 3.3.90.37.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
570 - 03.001.04.122.0002.2011 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
66.640,00	66.640,00	66.640,00	66.640,00	66.640,00	66.640,00	66.640,00	66.640,00	66.640,00	66.640,00	66.640,00	66.960,00	**800.000,00**
580 - 03.001.04.122.0002.2011 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - Natureza: 3.3.90.40.00.00 - Fonte: 00000												
6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.696,00	**80.000,00**
590 - 03.001.04.122.0002.2011 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - Natureza: 3.3.90.93.00.00 - Fonte: 00000												
499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	502,20	**6.000,00**
600 - 03.002.04.122.0002.2012 - MANUTENÇÃO DO RECURSOS HUMANOS - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00000												
8.996,40	8.996,40	8.996,40	8.996,40	8.996,40	8.996,40	8.996,40	8.996,40	8.996,40	8.996,40	8.996,40	9.039,60	**108.000,00**
610 - 03.002.04.122.0002.2012 - MANUTENÇÃO DO RECURSOS HUMANOS - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00000												
1.915,90	1.915,90	1.915,90	1.915,90	1.915,90	1.915,90	1.915,90	1.915,90	1.915,90	1.915,90	1.915,90	1.925,10	**23.000,00**
620 - 03.002.04.122.0002.2012 - MANUTENÇÃO DO RECURSOS HUMANOS - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00000												

416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
630 - 03.002.04.122.0002.2012 - MANUTENÇÃO DO RECURSOS HUMANOS - Natureza: 3.3.90.14.00.00 - Fonte: 00000												
166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	167,40	**2.000,00**
640 - 03.002.04.122.0002.2012 - MANUTENÇÃO DO RECURSOS HUMANOS - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
583,10	583,10	583,10	583,10	583,10	583,10	583,10	583,10	583,10	583,10	583,10	585,90	**7.000,00**
650 - 03.002.04.122.0002.2012 - MANUTENÇÃO DO RECURSOS HUMANOS - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	167,40	**2.000,00**
660 - 03.002.04.122.0002.2012 - MANUTENÇÃO DO RECURSOS HUMANOS - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.255,50	**15.000,00**
670 - 03.002.04.122.0002.2012 - MANUTENÇÃO DO RECURSOS HUMANOS - Natureza: 3.3.90.40.00.00 - Fonte: 00000												
4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	5.022,00	**60.000,00**
680 - 04.001.04.123.0003.2013 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECEITA E TESOURARIA - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00000												
22.990,80	22.990,80	22.990,80	22.990,80	22.990,80	22.990,80	22.990,80	22.990,80	22.990,80	22.990,80	22.990,80	23.101,20	**276.000,00**
690 - 04.001.04.123.0003.2013 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECEITA E TESOURARIA - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00000												
4.831,40	4.831,40	4.831,40	4.831,40	4.831,40	4.831,40	4.831,40	4.831,40	4.831,40	4.831,40	4.831,40	4.854,60	**58.000,00**
700 - 04.001.04.123.0003.2013 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECEITA E TESOURARIA - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
710 - 04.001.04.123.0003.2013 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECEITA E TESOURARIA - Natureza: 3.3.90.14.00.00 - Fonte: 00000												
499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	502,20	**6.000,00**
720 - 04.001.04.123.0003.2013 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECEITA E TESOURARIA - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**
730 - 04.001.04.123.0003.2013 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECEITA E TESOURARIA - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
740 - 04.001.04.123.0003.2013 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECEITA E TESOURARIA - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
13.328,00	13.328,00	13.328,00	13.328,00	13.328,00	13.328,00	13.328,00	13.328,00	13.328,00	13.328,00	13.328,00	13.392,00	**160.000,00**
750 - 04.001.04.123.0003.2013 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECEITA E TESOURARIA - Natureza: 3.3.90.40.00.00 - Fonte: 00000												
1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.674,00	**20.000,00**
760 - 04.001.04.123.0003.2013 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECEITA E TESOURARIA - Natureza: 3.3.90.93.00.00 - Fonte: 00000												
249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	251,10	**3.000,00**
770 - 04.002.04.123.0003.2014 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00000												
23.990,40	23.990,40	23.990,40	23.990,40	23.990,40	23.990,40	23.990,40	23.990,40	23.990,40	23.990,40	23.990,40	24.105,60	**288.000,00**
780 - 04.002.04.123.0003.2014 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00000												
4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	5.022,00	**60.000,00**
790 - 04.002.04.123.0003.2014 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00000												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**
800 - 04.002.04.123.0003.2014 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - Natureza: 3.3.90.14.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
810 - 04.002.04.123.0003.2014 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.255,50	**15.000,00**

Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
820 - 04.002.04.123.0003.2014 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - Natureza: 3.3.90.33.00.00 - Fonte: 00000												
249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	251,10	**3.000,00**
830 - 04.002.04.123.0003.2014 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - Natureza: 3.3.90.35.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
840 - 04.002.04.123.0003.2014 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
850 - 04.002.04.123.0003.2014 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.348,00	**40.000,00**
860 - 04.002.04.123.0003.2014 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - Natureza: 3.3.90.40.00.00 - Fonte: 00000												
13.328,00	13.328,00	13.328,00	13.328,00	13.328,00	13.328,00	13.328,00	13.328,00	13.328,00	13.328,00	13.328,00	13.392,00	**160.000,00**
870 - 05.001.12.306.0004.2015 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00000												
15.410,50	15.410,50	15.410,50	15.410,50	15.410,50	15.410,50	15.410,50	15.410,50	15.410,50	15.410,50	15.410,50	15.484,50	**185.000,00**
880 - 05.001.12.306.0004.2015 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 01042												
8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.370,00	**100.000,00**
890 - 05.001.12.361.0004.1016 - EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA E ESCOLAS - Natureza: 4.4.90.52.00.00 - Fonte: 00103												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**
900 - 05.001.12.361.0004.1016 - EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA E ESCOLAS - Natureza: 4.4.90.52.00.00 - Fonte: 00107												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
910 - 05.001.12.361.0004.1017 - EXPANSÃO E MELHORIAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - Natureza: 4.4.90.51.00.00 - Fonte: 00104												

4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
920 - 05.001.12.361.0004.2018 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO E CONFERÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00103												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
930 - 05.001.12.361.0004.2018 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO E CONFERÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00103												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
940 - 05.001.12.361.0004.2018 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO E CONFERÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00103												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
950 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.1.90.04.00.00 - Fonte: 00103												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
960 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00101												
150.523,10	150.523,10	150.523,10	150.523,10	150.523,10	150.523,10	150.523,10	150.523,10	150.523,10	150.523,10	150.523,10	151.245,90	**1.807.000,00**
970 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00103												
45.231,90	45.231,90	45.231,90	45.231,90	45.231,90	45.231,90	45.231,90	45.231,90	45.231,90	45.231,90	45.231,90	45.449,10	**543.000,00**
980 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00104												
24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	25.110,00	**300.000,00**
990 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00101												
31.487,40	31.487,40	31.487,40	31.487,40	31.487,40	31.487,40	31.487,40	31.487,40	31.487,40	31.487,40	31.487,40	31.638,60	**378.000,00**
1000 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00103												
9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.625,50	**115.000,00**
1010 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00104												
5.247,90	5.247,90	5.247,90	5.247,90	5.247,90	5.247,90	5.247,90	5.247,90	5.247,90	5.247,90	5.247,90	5.273,10	**63.000,00**
1020 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00101												
4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	5.022,00	**60.000,00**
1030 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00103												
4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.581,50	4.603,50	**55.000,00**
1040 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.1.90.94.00.00 - Fonte: 00103												
4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	5.022,00	**60.000,00**
1050 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.3.90.14.00.00 - Fonte: 00103												
499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	502,20	**6.000,00**
1060 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00103												
4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	5.022,00	**60.000,00**
1070 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00104												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
1080 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00107												
7.080,50	7.080,50	7.080,50	7.080,50	7.080,50	7.080,50	7.080,50	7.080,50	7.080,50	7.080,50	7.080,50	7.114,50	**85.000,00**

Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
1090 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.3.90.31.00.00 - Fonte: 00103												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
1100 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00103												
2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.092,50	**25.000,00**
1110 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00107												
4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	5.022,00	**60.000,00**
1120 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.3.90.33.00.00 - Fonte: 00103												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
1130 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.3.90.34.00.00 - Fonte: 00103												
9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.207,00	**110.000,00**
1140 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00103												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
1150 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.3.90.37.00.00 - Fonte: 00103												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
1160 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00103												
12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.555,00	**150.000,00**
1170 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00104												
8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.370,00	**100.000,00**
1180 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00107												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
1190 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.3.90.40.00.00 - Fonte: 00103												
3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.348,00	**40.000,00**
1200 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.3.90.48.00.00 - Fonte: 00103												

83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
1210 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.3.90.49.00.00 - Fonte: 00103												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
1220 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.3.90.91.00.00 - Fonte: 00103												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
1230 - 05.001.12.361.0004.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - Natureza: 3.3.90.93.00.00 - Fonte: 00103												
499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	502,20	**6.000,00**
1240 - 05.001.12.361.0004.2073 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00101												
7.580,30	7.580,30	7.580,30	7.580,30	7.580,30	7.580,30	7.580,30	7.580,30	7.580,30	7.580,30	7.580,30	7.616,70	**91.000,00**
1250 - 05.001.12.361.0004.2073 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00101												
1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.590,30	**19.000,00**
1260 - 05.001.12.365.0004.2020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CMEI DE 0 à 5 - Natureza: 3.1.90.04.00.00 - Fonte: 00104												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
1270 - 05.001.12.365.0004.2020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CMEI DE 0 à 5 - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00101												
89.547,50	89.547,50	89.547,50	89.547,50	89.547,50	89.547,50	89.547,50	89.547,50	89.547,50	89.547,50	89.547,50	89.977,50	**1.075.000,00**
1280 - 05.001.12.365.0004.2020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CMEI DE 0 à 5 - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00104												
17.243,10	17.243,10	17.243,10	17.243,10	17.243,10	17.243,10	17.243,10	17.243,10	17.243,10	17.243,10	17.243,10	17.325,90	**207.000,00**
1290 - 05.001.12.365.0004.2020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CMEI DE 0 à 5 - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 01040												
23.324,00	23.324,00	23.324,00	23.324,00	23.324,00	23.324,00	23.324,00	23.324,00	23.324,00	23.324,00	23.324,00	23.436,00	**280.000,00**
1300 - 05.001.12.365.0004.2020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CMEI DE 0 à 5 - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00101												
18.742,50	18.742,50	18.742,50	18.742,50	18.742,50	18.742,50	18.742,50	18.742,50	18.742,50	18.742,50	18.742,50	18.832,50	**225.000,00**
1310 - 05.001.12.365.0004.2020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CMEI DE 0 à 5 - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00104												
3.581,90	3.581,90	3.581,90	3.581,90	3.581,90	3.581,90	3.581,90	3.581,90	3.581,90	3.581,90	3.581,90	3.599,10	**43.000,00**
1320 - 05.001.12.365.0004.2020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CMEI DE 0 à 5 - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 01040												
4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	5.022,00	**60.000,00**
1330 - 05.001.12.365.0004.2020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CMEI DE 0 à 5 - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00101												
2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.511,00	**30.000,00**
1340 - 05.001.12.365.0004.2020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CMEI DE 0 à 5 - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00104												
1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.674,00	**20.000,00**
1350 - 05.001.12.365.0004.2020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CMEI DE 0 à 5 - Natureza: 3.3.90.14.00.00 - Fonte: 00104												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**

Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
1360 - 05.001.12.365.0004.2020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CMEI DE 0 à 5 - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00104												
8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.370,00	**100.000,00**
1370 - 05.001.12.365.0004.2020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CMEI DE 0 à 5 - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00107												
3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.348,00	**40.000,00**
1380 - 05.001.12.365.0004.2020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CMEI DE 0 à 5 - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00104												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
1390 - 05.001.12.365.0004.2020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CMEI DE 0 à 5 - Natureza: 3.3.90.33.00.00 - Fonte: 00104												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
1400 - 05.001.12.365.0004.2020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CMEI DE 0 à 5 - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00104												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
1410 - 05.001.12.365.0004.2020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CMEI DE 0 à 5 - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00104												
10.829,00	10.829,00	10.829,00	10.829,00	10.829,00	10.829,00	10.829,00	10.829,00	10.829,00	10.829,00	10.829,00	10.881,00	**130.000,00**
1420 - 05.001.12.365.0004.2020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CMEI DE 0 à 5 - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00107												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
1430 - 05.001.12.365.0004.2020 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CMEI DE 0 à 5 - Natureza: 3.3.90.40.00.00 - Fonte: 00104												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**
1440 - 05.001.12.365.0004.2021 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR - Natureza: 3.1.90.04.00.00 - Fonte: 00103												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
1450 - 05.001.12.365.0004.2021 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00101												
40.150,60	40.150,60	40.150,60	40.150,60	40.150,60	40.150,60	40.150,60	40.150,60	40.150,60	40.150,60	40.150,60	40.343,40	**482.000,00**
1460 - 05.001.12.365.0004.2021 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00103												
1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.674,00	**20.000,00**
1470 - 05.001.12.365.0004.2021 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00101												
8.413,30	8.413,30	8.413,30	8.413,30	8.413,30	8.413,30	8.413,30	8.413,30	8.413,30	8.413,30	8.413,30	8.453,70	**101.000,00**
1480 - 05.001.12.365.0004.2021 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00103												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
1490 - 05.001.12.365.0004.2021 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00101												

2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.511,00	**30.000,00**
1500 - 05.001.12.365.0004.2021 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00103												
2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.511,00	**30.000,00**
1510 - 05.001.12.365.0004.2021 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR - Natureza: 3.3.90.14.00.00 - Fonte: 00103												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
1520 - 05.001.12.365.0004.2021 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00103												
2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.511,00	**30.000,00**
1530 - 05.001.12.365.0004.2021 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00107												
2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.092,50	**25.000,00**
1540 - 05.001.12.365.0004.2021 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00103												
1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.255,50	**15.000,00**
1550 - 05.001.12.365.0004.2021 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR - Natureza: 3.3.90.34.00.00 - Fonte: 00103												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
1560 - 05.001.12.365.0004.2021 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00103												
7.497,00	7.497,00	7.497,00	7.497,00	7.497,00	7.497,00	7.497,00	7.497,00	7.497,00	7.497,00	7.497,00	7.533,00	**90.000,00**
1570 - 05.001.12.365.0004.2021 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00104												
5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.859,00	**70.000,00**
1580 - 05.001.12.365.0004.2021 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00107												
4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	5.022,00	**60.000,00**
1590 - 05.001.12.365.0004.2021 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR - Natureza: 3.3.90.40.00.00 - Fonte: 00103												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
1600 - 05.001.12.365.0004.2073 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00101												
7.580,30	7.580,30	7.580,30	7.580,30	7.580,30	7.580,30	7.580,30	7.580,30	7.580,30	7.580,30	7.580,30	7.616,70	**91.000,00**
1610 - 05.001.12.365.0004.2073 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00101												
1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.582,70	1.590,30	**19.000,00**
1620 - 05.001.12.366.0004.2022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00103												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**

Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
1630 - 05.001.12.366.0004.2022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00103												
8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,37	**100,00**
1640 - 05.001.12.366.0004.2022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00103												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
1650 - 05.001.12.366.0004.2022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00000												
33,32	33,32	33,32	33,32	33,32	33,32	33,32	33,32	33,32	33,32	33,32	33,48	**400,00**
1660 - 05.001.12.366.0004.2022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00103												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
1670 - 05.001.12.367.0004.2023 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00101												
4.248,30	4.248,30	4.248,30	4.248,30	4.248,30	4.248,30	4.248,30	4.248,30	4.248,30	4.248,30	4.248,30	4.268,70	**51.000,00**
1680 - 05.001.12.367.0004.2023 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00103												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
1690 - 05.001.12.367.0004.2023 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00101												
916,30	916,30	916,30	916,30	916,30	916,30	916,30	916,30	916,30	916,30	916,30	920,70	**11.000,00**
1700 - 05.001.12.367.0004.2023 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00103												
166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	167,40	**2.000,00**
1710 - 05.001.12.367.0004.2023 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00103												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
1720 - 05.001.12.367.0004.2023 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00000												
166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	167,40	**2.000,00**
1730 - 05.001.12.367.0004.2023 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00103												
2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.511,00	**30.000,00**
1740 - 05.001.12.782.0004.2024 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - Natureza: 3.3.90.18.00.00 - Fonte: 00103												
16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.740,00	**200.000,00**
1750 - 05.001.12.782.0004.2024 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00103												
12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.555,00	**150.000,00**
1760 - 05.001.12.782.0004.2024 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00104												
8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.370,00	**100.000,00**
1770 - 05.001.12.782.0004.2024 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00123												
6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.696,00	**80.000,00**
1780 - 05.001.12.782.0004.2024 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 01043												

4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
1790 - 05.001.12.782.0004.2024 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - Natureza: 3.3.90.33.00.00 - Fonte: 00103												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
1800 - 05.001.12.782.0004.2024 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00103												
8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.370,00	**100.000,00**
1810 - 05.001.12.782.0004.2024 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00123												
2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.511,00	**30.000,00**
1820 - 05.001.12.782.0004.2024 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - Natureza: 3.3.90.48.00.00 - Fonte: 00103												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
1830 - 05.002.13.392.0005.1025 - EXPANSÃO E MELHORIAS NOS POLOS ESPORTIVOS - Natureza: 4.4.90.51.00.00 - Fonte: 00000												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
1840 - 05.002.13.392.0005.2026 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00000												
7.996,80	7.996,80	7.996,80	7.996,80	7.996,80	7.996,80	7.996,80	7.996,80	7.996,80	7.996,80	7.996,80	8.035,20	**96.000,00**
1850 - 05.002.13.392.0005.2026 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00000												
1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.674,00	**20.000,00**
1860 - 05.002.13.392.0005.2026 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00000												
1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.255,50	**15.000,00**
1870 - 05.002.13.392.0005.2026 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES - Natureza: 3.3.90.14.00.00 - Fonte: 00000												
166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	167,40	**2.000,00**
1880 - 05.002.13.392.0005.2026 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	5.022,00	**60.000,00**
1890 - 05.002.13.392.0005.2026 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES - Natureza: 3.3.90.31.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**

Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
1900 - 05.002.13.392.0005.2026 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
1910 - 05.002.13.392.0005.2026 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	502,20	**6.000,00**
1920 - 05.002.13.392.0005.2026 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES - Natureza: 3.3.90.40.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
1930 - 05.002.13.392.0005.2026 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES - Natureza: 3.3.90.93.00.00 - Fonte: 00000												
166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	167,40	**2.000,00**
1940 - 05.002.13.392.0006.2027 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.255,50	**15.000,00**
1950 - 05.002.13.392.0006.2027 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA - Natureza: 3.3.90.31.00.00 - Fonte: 00000												
1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.255,50	**15.000,00**
1960 - 05.002.13.392.0006.2027 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	5.022,00	**60.000,00**
1970 - 06.002.10.301.0007.1028 - EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA E CENTRO DE SAÚDE - Natureza: 4.4.90.52.00.00 - Fonte: 00303												
4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	5.022,00	**60.000,00**
1980 - 06.002.10.301.0007.1029 - CONSTRUÇÃO E MELHORIAS NO CENTRO DE SAÚDE - Natureza: 4.4.90.51.00.00 - Fonte: 00303												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**
1990 - 06.002.10.301.0007.2031 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO E CONFERÊNCIAS DA SAÚDE - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00303												
166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	167,40	**2.000,00**
2000 - 06.002.10.301.0007.2031 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO E CONFERÊNCIAS DA SAÚDE - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00303												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
2010 - 06.002.10.301.0007.2031 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO E CONFERÊNCIAS DA SAÚDE - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00303												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
2020 - 06.002.10.301.0007.2032 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00303												
6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.696,00	**80.000,00**
2030 - 06.002.10.301.0007.2032 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00303												
11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.718,00	**140.000,00**
2040 - 06.002.10.301.0007.2032 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 04945												
4.298,28	4.298,28	4.298,28	4.298,28	4.298,28	4.298,28	4.298,28	4.298,28	4.298,28	4.298,28	4.298,28	4.318,92	**51.600,00**
2050 - 06.002.10.301.0007.2033 - MANUTENÇÃO DO PROGAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00303												
34.569,50	34.569,50	34.569,50	34.569,50	34.569,50	34.569,50	34.569,50	34.569,50	34.569,50	34.569,50	34.569,50	34.735,50	**415.000,00**
2060 - 06.002.10.301.0007.2033 - MANUTENÇÃO DO PROGAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 01051												
9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.207,00	**110.000,00**
2070 - 06.002.10.301.0007.2033 - MANUTENÇÃO DO PROGAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00303												

9.329,60	9.329,60	9.329,60	9.329,60	9.329,60	9.329,60	9.329,60	9.329,60	9.329,60	9.329,60	9.329,60	9.374,40	**112.000,00**
2080 - 06.002.10.301.0007.2033 - MANUTENÇÃO DO PROGAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 01051													
8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,37	**100,00**
2090 - 06.002.10.301.0007.2033 - MANUTENÇÃO DO PROGAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00303													
2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.092,50	**25.000,00**
2100 - 06.002.10.301.0007.2033 - MANUTENÇÃO DO PROGAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 01051													
1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.255,50	**15.000,00**
2110 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00303													
166.600,00	166.600,00	166.600,00	166.600,00	166.600,00	166.600,00	166.600,00	166.600,00	166.600,00	166.600,00	166.600,00	167.400,00	**2.000.000,00**
2120 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00494													
37.318,40	37.318,40	37.318,40	37.318,40	37.318,40	37.318,40	37.318,40	37.318,40	37.318,40	37.318,40	37.318,40	37.497,60	**448.000,00**
2130 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 01064													
2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.092,50	**25.000,00**
2140 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00303													
35.819,00	35.819,00	35.819,00	35.819,00	35.819,00	35.819,00	35.819,00	35.819,00	35.819,00	35.819,00	35.819,00	35.991,00	**430.000,00**
2150 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00494													
5.664,40	5.664,40	5.664,40	5.664,40	5.664,40	5.664,40	5.664,40	5.664,40	5.664,40	5.664,40	5.664,40	5.691,60	**68.000,00**
2160 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00303													
25.406,50	25.406,50	25.406,50	25.406,50	25.406,50	25.406,50	25.406,50	25.406,50	25.406,50	25.406,50	25.406,50	25.528,50	**305.000,00**

Tabela 9

Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
2170 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00494												
4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	5.022,00	**60.000,00**
2180 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.1.90.94.00.00 - Fonte: 00303												
9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	10.044,00	**120.000,00**
2190 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.3.90.14.00.00 - Fonte: 00303												
2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.511,00	**30.000,00**
2200 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00303												
24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	25.110,00	**300.000,00**
2210 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 01045												
12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.555,00	**150.000,00**
2220 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 49424												
8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.370,00	**100.000,00**
2230 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00303												
4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	5.022,00	**60.000,00**
2240 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.3.90.33.00.00 - Fonte: 00303												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
2250 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.3.90.34.00.00 - Fonte: 00303												
249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	249,90	251,10	**3.000,00**
2260 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00303												
1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.674,00	**20.000,00**
2270 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.3.90.37.00.00 - Fonte: 00303												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**
2280 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00303												
14.161,00	14.161,00	14.161,00	14.161,00	14.161,00	14.161,00	14.161,00	14.161,00	14.161,00	14.161,00	14.161,00	14.229,00	**170.000,00**
2290 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 01045												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
2300 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 49423												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
2310 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 49424												
6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.696,00	**80.000,00**
2320 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.3.90.40.00.00 - Fonte: 00303												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**
2330 - 06.002.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Natureza: 3.3.90.93.00.00 - Fonte: 00303												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
2340 - 06.002.10.302.0007.2035 - MANUTENÇÃO DOS CONSÓRCIOS INTEMUNICIPAIS OE SAÚDE - Natureza: 3.1.71.70.00.00 - Fonte: 00303												
31.654,00	31.654,00	31.654,00	31.654,00	31.654,00	31.654,00	31.654,00	31.654,00	31.654,00	31.654,00	31.654,00	31.806,00	**380.000,00**
2350 - 06.002.10.302.0007.2035 - MANUTENÇÃO DOS CONSÓRCIOS INTEMUNICIPAIS OE SAÚDE - Natureza: 3.1.71.70.00.00 - Fonte: 00324												
2.532,32	2.532,32	2.532,32	2.532,32	2.532,32	2.532,32	2.532,32	2.532,32	2.532,32	2.532,32	2.532,32	2.544,48	**30.400,00**
2360 - 06.002.10.302.0007.2035 - MANUTENÇÃO DOS CONSÓRCIOS INTEMUNICIPAIS OE SAÚDE - Natureza: 3.1.71.70.00.00 - Fonte: 00325												

4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
2370 - 06.002.10.302.0007.2035 - MANUTENÇÃO DOS CONSÓRCIOS INTEMUNICIPAIS OE SAÚDE - Natureza: 3.1.71.70.00.00 - Fonte: 04949												
33.453,28	33.453,28	33.453,28	33.453,28	33.453,28	33.453,28	33.453,28	33.453,28	33.453,28	33.453,28	33.453,28	33.613,92	**401.600,00**
2380 - 06.002.10.302.0007.2035 - MANUTENÇÃO DOS CONSÓRCIOS INTEMUNICIPAIS OE SAÚDE - Natureza: 3.3.71.70.00.00 - Fonte: 00303												
9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.207,00	**110.000,00**
2390 - 06.002.10.302.0007.2035 - MANUTENÇÃO DOS CONSÓRCIOS INTEMUNICIPAIS OE SAÚDE - Natureza: 3.3.71.70.00.00 - Fonte: 00324												
666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	669,60	**8.000,00**
2400 - 06.002.10.302.0007.2035 - MANUTENÇÃO DOS CONSÓRCIOS INTEMUNICIPAIS OE SAÚDE - Natureza: 3.3.71.70.00.00 - Fonte: 00325												
3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.348,00	**40.000,00**
2410 - 06.002.10.302.0007.2035 - MANUTENÇÃO DOS CONSÓRCIOS INTEMUNICIPAIS OE SAÚDE - Natureza: 3.3.72.32.00.00 - Fonte: 00303												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
2420 - 06.002.10.302.0007.2035 - MANUTENÇÃO DOS CONSÓRCIOS INTEMUNICIPAIS OE SAÚDE - Natureza: 3.3.72.33.00.00 - Fonte: 00303												
2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.511,00	**30.000,00**
2430 - 06.002.10.302.0007.2035 - MANUTENÇÃO DOS CONSÓRCIOS INTEMUNICIPAIS OE SAÚDE - Natureza: 3.3.72.39.00.00 - Fonte: 00303												
95.795,00	95.795,00	95.795,00	95.795,00	95.795,00	95.795,00	95.795,00	95.795,00	95.795,00	95.795,00	95.795,00	96.255,00	**1.150.000,00**

Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
2440 - 06.002.10.302.0007.2035 - MANUTENÇÃO DOS CONSÓRCIOS INTEMUNICIPAIS OE SAÚDE - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00303												
8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.370,00	**100.000,00**
2450 - 06.002.10.302.0007.2035 - MANUTENÇÃO DOS CONSÓRCIOS INTEMUNICIPAIS OE SAÚDE - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00303												
1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.674,00	**20.000,00**
2460 - 06.002.10.302.0007.2035 - MANUTENÇÃO DOS CONSÓRCIOS INTEMUNICIPAIS OE SAÚDE - Natureza: 4.4.71.70.00.00 - Fonte: 00303												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
2470 - 06.002.10.302.0007.2036 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL - Natureza: 3.3.90.34.00.00 - Fonte: 00303												
16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.740,00	**200.000,00**
2480 - 06.002.10.302.0007.2036 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00303												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
2490 - 06.002.10.302.0007.2036 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00303												
83.300,00	83.300,00	83.300,00	83.300,00	83.300,00	83.300,00	83.300,00	83.300,00	83.300,00	83.300,00	83.300,00	83.700,00	**1.000.000,00**
2500 - 06.002.10.302.0007.2036 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL - Natureza: 3.3.90.48.00.00 - Fonte: 00303												
12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.555,00	**150.000,00**
2510 - 06.002.10.304.0007.2037 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00303												
1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.255,50	**15.000,00**
2520 - 06.002.10.304.0007.2037 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00494												
3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.348,00	**40.000,00**
2530 - 06.002.10.304.0007.2037 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00303												
333,20	333,20	333,20	333,20	333,20	333,20	333,20	333,20	333,20	333,20	333,20	334,80	**4.000,00**
2540 - 06.002.10.304.0007.2037 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00494												
749,70	749,70	749,70	749,70	749,70	749,70	749,70	749,70	749,70	749,70	749,70	753,30	**9.000,00**
2550 - 06.002.10.304.0007.2037 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00494												
666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	669,60	**8.000,00**
2560 - 06.002.10.304.0007.2037 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA - Natureza: 3.3.90.14.00.00 - Fonte: 00494												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
2570 - 06.002.10.304.0007.2037 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00494												
1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.339,20	**16.000,00**
2580 - 06.002.10.304.0007.2037 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 49412												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
2590 - 06.002.10.304.0007.2037 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00303												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
2600 - 06.002.10.304.0007.2037 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00494												
1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.255,50	**15.000,00**
2610 - 06.002.10.304.0007.2037 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 49412												
2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.511,00	**30.000,00**
2620 - 06.002.10.305.0007.2037 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 01051												
8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.370,00	**100.000,00**
2630 - 06.002.10.305.0007.2037 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00303												
1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.757,70	**21.000,00**
2640 - 06.002.10.305.0007.2037 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00303												
1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.255,50	**15.000,00**
2650 - 06.002.10.305.0007.2037 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 01051												

1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.255,50	**15.000,00**
2660 - 06.002.10.305.0007.2037 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA - Natureza: 3.3.90.14.00.00 - Fonte: 00494												
166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	167,40	**2.000,00**
2670 - 06.002.10.305.0007.2037 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 01051												
1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.339,20	**16.000,00**
2680 - 06.002.10.305.0007.2037 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA - Natureza: 3.3.90.40.00.00 - Fonte: 00494												
749,70	749,70	749,70	749,70	749,70	749,70	749,70	749,70	749,70	749,70	749,70	753,30	**9.000,00**
2690 - 07.001.15.451.0008.1038 - AMPLIAR E REFORMAR A POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - Natureza: 4.4.90.51.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
2700 - 07.001.15.451.0008.1039 - OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA - Natureza: 4.4.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**

Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
2710 - 07.001.15.451.0008.1039 - OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA - Natureza: 4.4.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.674,00	**20.000,00**
2720 - 07.001.15.451.0008.1039 - OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA - Natureza: 4.4.90.51.00.00 - Fonte: 00000												
8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.370,00	**100.000,00**
2730 - 07.001.15.451.0008.1039 - OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA - Natureza: 4.4.90.51.00.00 - Fonte: 01045												
12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.555,00	**150.000,00**
2740 - 07.001.15.452.0008.1040 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS - Natureza: 4.4.90.61.00.00 - Fonte: 00000												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**
2750 - 07.001.15.452.0008.1041 - EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 4.4.90.52.00.00 - Fonte: 00000												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
2760 - 07.001.15.452.0008.1041 - EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 4.4.90.52.00.00 - Fonte: 00501												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
2770 - 07.001.15.452.0008.2042 - MANUTENÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00000												
30.487,80	30.487,80	30.487,80	30.487,80	30.487,80	30.487,80	30.487,80	30.487,80	30.487,80	30.487,80	30.487,80	30.634,20	**366.000,00**
2780 - 07.001.15.452.0008.2042 - MANUTENÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00000												
6.414,10	6.414,10	6.414,10	6.414,10	6.414,10	6.414,10	6.414,10	6.414,10	6.414,10	6.414,10	6.414,10	6.444,90	**77.000,00**
2790 - 07.001.15.452.0008.2042 - MANUTENÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00000												
5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.440,50	**65.000,00**
2800 - 07.001.15.452.0008.2042 - MANUTENÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - Natureza: 3.3.71.70.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
2810 - 07.001.15.452.0008.2042 - MANUTENÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
2820 - 07.001.15.452.0008.2042 - MANUTENÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00511												
2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.092,50	**25.000,00**
2830 - 07.001.15.452.0008.2042 - MANUTENÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - Natureza: 3.3.90.34.00.00 - Fonte: 00000												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
2840 - 07.001.15.452.0008.2042 - MANUTENÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
43.316,00	43.316,00	43.316,00	43.316,00	43.316,00	43.316,00	43.316,00	43.316,00	43.316,00	43.316,00	43.316,00	43.524,00	**520.000,00**
2850 - 07.001.15.452.0008.2042 - MANUTENÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00511												
2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.511,00	**30.000,00**
2860 - 07.001.15.452.0008.2043 - MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CIDERSOP - Natureza: 3.1.71.70.00.00 - Fonte: 00000												
11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.662,00	11.718,00	**140.000,00**
2870 - 07.001.15.452.0008.2043 - MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CIDERSOP - Natureza: 3.3.71.70.00.00 - Fonte: 00000												
9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.207,00	**110.000,00**
2880 - 07.001.15.452.0008.2043 - MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CIDERSOP - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
2890 - 07.001.15.452.0008.2043 - MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CIDERSOP - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00505												
8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.370,00	**100.000,00**
2900 - 07.001.15.452.0008.2043 - MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CIDERSOP - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
2910 - 07.001.15.452.0008.2043 - MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CIDERSOP - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00505												
8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.370,00	**100.000,00**
2920 - 07.001.15.452.0008.2043 - MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CIDERSOP - Natureza: 4.4.71.70.00.00 - Fonte: 00000												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**
2930 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00000												
53.561,90	53.561,90	53.561,90	53.561,90	53.561,90	53.561,90	53.561,90	53.561,90	53.561,90	53.561,90	53.561,90	53.819,10	**643.000,00**
2940 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00000												

11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.299,50	**135.000,00**
2950 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00000												
11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.299,50	**135.000,00**
2960 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.1.90.94.00.00 - Fonte: 00000												
2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.092,50	**25.000,00**
2970 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.3.90.14.00.00 - Fonte: 00000												
333,20	333,20	333,20	333,20	333,20	333,20	333,20	333,20	333,20	333,20	333,20	334,80	**4.000,00**

Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
2980 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
62.475,00	62.475,00	62.475,00	62.475,00	62.475,00	62.475,00	62.475,00	62.475,00	62.475,00	62.475,00	62.475,00	62.775,00	**750.000,00**
2990 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00507												
9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.163,00	9.207,00	**110.000,00**
3000 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00510												
5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.859,00	**70.000,00**
3010 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00511												
1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.674,00	**20.000,00**
3020 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00000												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**
3030 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.3.90.34.00.00 - Fonte: 00000												
82.467,00	82.467,00	82.467,00	82.467,00	82.467,00	82.467,00	82.467,00	82.467,00	82.467,00	82.467,00	82.467,00	82.863,00	**990.000,00**
3040 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.3.90.34.00.00 - Fonte: 00510												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
3050 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.3.90.34.00.00 - Fonte: 01045												
4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	5.022,00	**60.000,00**
3060 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
3070 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.3.90.37.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
3080 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	25.110,00	**300.000,00**
3090 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00507												
19.992,00	19.992,00	19.992,00	19.992,00	19.992,00	19.992,00	19.992,00	19.992,00	19.992,00	19.992,00	19.992,00	20.088,00	**240.000,00**
3100 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00510												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**
3110 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00511												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**
3120 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.3.90.40.00.00 - Fonte: 00000												
1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.255,50	**15.000,00**
3130 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 3.3.90.93.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
3140 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 4.4.90.30.00.00 - Fonte: 01045												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
3150 - 07.001.15.452.0008.2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO - Natureza: 4.4.90.39.00.00 - Fonte: 01045												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
3160 - 08.001.22.662.0011.1045 - IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO NÚCLEO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Natureza: 4.4.90.51.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
3170 - 08.001.23.691.0011.2046 - GESTÃO DE APOIO AO COMÉRCIO E INDÚSTRIA - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 01045												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
3180 - 08.001.23.691.0011.2046 - GESTÃO DE APOIO AO COMÉRCIO E INDÚSTRIA - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 01045												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
3190 - 08.002.17.511.0010.2047 - MANUTENÇÃO DO MINI SISTEMA DE ÁGUA RURAL - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.859,00	**70.000,00**
3200 - 08.002.17.511.0010.2047 - MANUTENÇÃO DO MINI SISTEMA DE ÁGUA RURAL - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.674,00	**20.000,00**
3210 - 08.002.20.606.0010.1048 - EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE DES. ECON. E AGRICULTURA - Natureza: 4.4.90.52.00.00 - Fonte: 00000												
5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.859,00	**70.000,00**
3220 - 08.002.20.606.0010.1049 - OBRAS DE INFRA ESTRUTURA RURAL - Natureza: 4.4.90.51.00.00 - Fonte: 00000												
3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.348,00	**40.000,00**
3230 - 08.002.20.606.0010.1050 - AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NO CENTRO DE EVENTOS - Natureza: 4.4.90.51.00.00 - Fonte: 00000												

1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.674,00	**20.000,00**
3240 - 08.002.20.606.0010.2051 - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**

Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
3250 - 08.002.20.606.0010.2051 - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00000												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
3260 - 08.002.20.606.0010.2051 - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**
3270 - 08.002.20.606.0010.2052 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DES. ECON. AGRICULTURA M. AMBIENTE - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00000												
63.224,70	63.224,70	63.224,70	63.224,70	63.224,70	63.224,70	63.224,70	63.224,70	63.224,70	63.224,70	63.224,70	63.528,30	**759.000,00**
3280 - 08.002.20.606.0010.2052 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DES. ECON. AGRICULTURA M. AMBIENTE - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00000												
13.244,70	13.244,70	13.244,70	13.244,70	13.244,70	13.244,70	13.244,70	13.244,70	13.244,70	13.244,70	13.244,70	13.308,30	**159.000,00**
3290 - 08.002.20.606.0010.2052 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DES. ECON. AGRICULTURA M. AMBIENTE - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00000												
5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.859,00	**70.000,00**
3300 - 08.002.20.606.0010.2052 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DES. ECON. AGRICULTURA M. AMBIENTE - Natureza: 3.3.50.41.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
3310 - 08.002.20.606.0010.2052 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DES. ECON. AGRICULTURA M. AMBIENTE - Natureza: 3.3.90.14.00.00 - Fonte: 00000												
166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	167,40	**2.000,00**
3320 - 08.002.20.606.0010.2052 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DES. ECON. AGRICULTURA M. AMBIENTE - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
18.326,00	18.326,00	18.326,00	18.326,00	18.326,00	18.326,00	18.326,00	18.326,00	18.326,00	18.326,00	18.326,00	18.414,00	**220.000,00**
3330 - 08.002.20.606.0010.2052 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DES. ECON. AGRICULTURA M. AMBIENTE - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00504												
1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.674,00	**20.000,00**
3340 - 08.002.20.606.0010.2052 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DES. ECON. AGRICULTURA M. AMBIENTE - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00505												
22.491,00	22.491,00	22.491,00	22.491,00	22.491,00	22.491,00	22.491,00	22.491,00	22.491,00	22.491,00	22.491,00	22.599,00	**270.000,00**
3350 - 08.002.20.606.0010.2052 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DES. ECON. AGRICULTURA M. AMBIENTE - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00000												
4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	5.022,00	**60.000,00**
3360 - 08.002.20.606.0010.2052 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DES. ECON. AGRICULTURA M. AMBIENTE - Natureza: 3.3.90.33.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
3370 - 08.002.20.606.0010.2052 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DES. ECON. AGRICULTURA M. AMBIENTE - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
3380 - 08.002.20.606.0010.2052 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DES. ECON. AGRICULTURA M. AMBIENTE - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	15.066,00	**180.000,00**
3390 - 08.002.20.606.0010.2052 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DES. ECON. AGRICULTURA M. AMBIENTE - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00505												
2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.511,00	**30.000,00**
3400 - 08.002.20.606.0010.2052 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DES. ECON. AGRICULTURA M. AMBIENTE - Natureza: 3.3.90.40.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
3410 - 08.002.20.606.0010.2052 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DES. ECON. AGRICULTURA M. AMBIENTE - Natureza: 3.3.90.93.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
3420 - 09.001.08.244.0012.2053 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00000												
57.227,10	57.227,10	57.227,10	57.227,10	57.227,10	57.227,10	57.227,10	57.227,10	57.227,10	57.227,10	57.227,10	57.501,90	**687.000,00**
3430 - 09.001.08.244.0012.2053 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00000												
11.995,20	11.995,20	11.995,20	11.995,20	11.995,20	11.995,20	11.995,20	11.995,20	11.995,20	11.995,20	11.995,20	12.052,80	**144.000,00**
3440 - 09.001.08.244.0012.2053 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00000												
1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.255,50	**15.000,00**
3450 - 09.001.08.244.0012.2053 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.3.90.14.00.00 - Fonte: 00000												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
3460 - 09.001.08.244.0012.2053 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.332,80	1.339,20	**16.000,00**
3470 - 09.001.08.244.0012.2053 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.3.90.33.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
3480 - 09.001.08.244.0012.2053 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.3.90.34.00.00 - Fonte: 00000												
166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	167,40	**2.000,00**
3490 - 09.001.08.244.0012.2053 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	167,40	**2.000,00**
3500 - 09.001.08.244.0012.2053 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.092,50	**25.000,00**
3510 - 09.001.08.244.0012.2053 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.3.90.40.00.00 - Fonte: 00000												
666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	666,40	669,60	**8.000,00**

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
3520 - 09.001.08.244.0012.2053 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.3.90.93.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
3530 - 09.002.08.243.0012.6054 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS FEDERAL - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00934												
1.832,60	1.832,60	1.832,60	1.832,60	1.832,60	1.832,60	1.832,60	1.832,60	1.832,60	1.832,60	1.832,60	1.841,40	**22.000,00**
3540 - 09.002.08.243.0012.6054 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS FEDERAL - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00935												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
3550 - 09.002.08.243.0012.6054 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS FEDERAL - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00940												
1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.255,50	**15.000,00**
3560 - 09.002.08.243.0012.6054 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS FEDERAL - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00934												
3.831,80	3.831,80	3.831,80	3.831,80	3.831,80	3.831,80	3.831,80	3.831,80	3.831,80	3.831,80	3.831,80	3.850,20	**46.000,00**
3570 - 09.002.08.243.0012.6054 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS FEDERAL - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00940												
1.166,20	1.166,20	1.166,20	1.166,20	1.166,20	1.166,20	1.166,20	1.166,20	1.166,20	1.166,20	1.166,20	1.171,80	**14.000,00**
3580 - 09.002.08.243.0012.6054 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS FEDERAL - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00934												
166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	167,40	**2.000,00**
3590 - 09.002.08.243.0012.6054 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS FEDERAL - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00940												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
3600 - 09.002.08.243.0012.6054 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS FEDERAL - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00934												
1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.674,00	**20.000,00**
3610 - 09.002.08.243.0012.6054 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS FEDERAL - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00935												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
3620 - 09.002.08.243.0012.6054 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS FEDERAL - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00940												
999,60	999,60	999,60	999,60	999,60	999,60	999,60	999,60	999,60	999,60	999,60	1.004,40	**12.000,00**
3630 - 09.002.08.244.0012.1055 - EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDOS - Natureza: 4.4.90.52.00.00 - Fonte: 00000												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**
3640 - 09.002.08.244.0012.1055 - EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDOS - Natureza: 4.4.90.52.00.00 - Fonte: 00940												
1.499,40	1.499,40	1.499,40	1.499,40	1.499,40	1.499,40	1.499,40	1.499,40	1.499,40	1.499,40	1.499,40	1.506,60	**18.000,00**
3650 - 09.002.08.244.0012.2056 - MANUTENÇÃO DAS CONFERÊNCIAS E DOS CONSELHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
3660 - 09.002.08.244.0012.2056 - MANUTENÇÃO DAS CONFERÊNCIAS E DOS CONSELHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00000												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
3670 - 09.002.08.244.0012.2056 - MANUTENÇÃO DAS CONFERÊNCIAS E DOS CONSELHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
3680 - 09.002.08.244.0012.2056 - MANUTENÇÃO DAS CONFERÊNCIAS E DOS CONSELHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
3690 - 09.002.08.244.0012.2057 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRASS - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
2.915,50	2.915,50	2.915,50	2.915,50	2.915,50	2.915,50	2.915,50	2.915,50	2.915,50	2.915,50	2.915,50	2.929,50	**35.000,00**
3700 - 09.002.08.244.0012.2057 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRASS - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00000												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**
3710 - 09.002.08.244.0012.2057 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRASS - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
3720 - 09.002.08.244.0012.2057 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRASS - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.092,50	**25.000,00**
3730 - 09.002.08.244.0012.2057 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRASS - Natureza: 3.3.90.40.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
3740 - 09.002.08.244.0012.2057 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRASS - Natureza: 3.3.90.93.00.00 - Fonte: 00000												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
3750 - 09.002.08.244.0012.2057 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRASS - Natureza: 4.4.90.51.00.00 - Fonte: 00501												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
3760 - 09.002.08.244.0012.2058 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
2.998,80	2.998,80	2.998,80	2.998,80	2.998,80	2.998,80	2.998,80	2.998,80	2.998,80	2.998,80	2.998,80	3.013,20	**36.000,00**
3770 - 09.002.08.244.0012.2058 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00000												
21.658,00	21.658,00	21.658,00	21.658,00	21.658,00	21.658,00	21.658,00	21.658,00	21.658,00	21.658,00	21.658,00	21.762,00	**260.000,00**
3780 - 09.002.08.244.0012.2058 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.3.90.33.00.00 - Fonte: 00000												
166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	167,40	**2.000,00**

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
3790 - 09.002.08.244.0012.2058 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
3800 - 09.002.08.244.0012.2058 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												

7.080,50	7.080,50	7.080,50	7.080,50	7.080,50	7.080,50	7.080,50	7.080,50	7.080,50	7.080,50	7.080,50	7.114,50	**85.000,00**
3810 - 09.002.08.244.0012.2058 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.3.90.40.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
3820 - 09.002.08.244.0012.2058 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - Natureza: 3.3.90.48.00.00 - Fonte: 00000												
3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.348,00	**40.000,00**
3830 - 09.002.08.244.0012.6059 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS ESTADUAL - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,37	**100,00**
3840 - 09.002.08.244.0012.6059 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS ESTADUAL - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00000												
8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,37	**100,00**
3850 - 09.002.08.244.0012.6059 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS ESTADUAL - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,37	**100,00**
3860 - 09.002.08.244.0012.6059 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS ESTADUAL - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,74	**200,00**
3870 - 09.003.08.243.0012.2060 - PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,74	**200,00**
3880 - 09.003.08.243.0012.2060 - PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,37	**100,00**
3890 - 09.003.08.243.0012.2060 - PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,37	**100,00**
3900 - 09.003.08.243.0012.2060 - PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA - Natureza: 3.3.90.48.00.00 - Fonte: 00000												
8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,37	**100,00**
3910 - 09.003.08.243.0012.2061 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00000												
13.911,10	13.911,10	13.911,10	13.911,10	13.911,10	13.911,10	13.911,10	13.911,10	13.911,10	13.911,10	13.911,10	13.977,90	**167.000,00**
3920 - 09.003.08.243.0012.2061 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00000												
3.082,10	3.082,10	3.082,10	3.082,10	3.082,10	3.082,10	3.082,10	3.082,10	3.082,10	3.082,10	3.082,10	3.096,90	**37.000,00**
3930 - 09.003.08.243.0012.2061 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - Natureza: 3.3.90.14.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
3940 - 09.003.08.243.0012.2061 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.511,00	**30.000,00**
3950 - 09.003.08.243.0012.2061 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
3960 - 09.003.08.243.0012.2061 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - Natureza: 3.3.90.33.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
3970 - 09.003.08.243.0012.2061 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
3980 - 09.003.08.243.0012.2061 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.092,50	**25.000,00**
3990 - 09.003.08.243.0012.2061 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - Natureza: 3.3.90.40.00.00 - Fonte: 00000												
166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	167,40	**2.000,00**
4000 - 09.003.08.243.0012.2061 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - Natureza: 3.3.90.93.00.00 - Fonte: 00000												
166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	166,60	167,40	**2.000,00**
4010 - 09.003.08.243.0012.2062 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.511,00	**30.000,00**
4020 - 09.003.08.243.0012.2062 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
4030 - 09.003.08.243.0012.2062 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - Natureza: 3.3.90.33.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
4040 - 09.003.08.243.0012.2062 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
4050 - 09.003.08.243.0012.2062 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
1.915,90	1.915,90	1.915,90	1.915,90	1.915,90	1.915,90	1.915,90	1.915,90	1.915,90	1.915,90	1.915,90	1.925,10	**23.000,00**

Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
4060 - 09.003.08.243.0012.2062 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - Natureza: 3.3.90.40.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
4070 - 09.003.08.243.0012.2062 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - Natureza: 4.4.90.52.00.00 - Fonte: 00000												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**
4080 - 09.004.08.242.0012.2063 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA PESSOA DEFICIENTE - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
4090 - 09.004.08.242.0012.2063 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA PESSOA DEFICIENTE - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00000												

41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
4100 - 09.004.08.242.0012.2063 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA PESSOA DEFICIENTE - Natureza: 3.3.90.33.00.00 - Fonte: 00000												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
4110 - 09.004.08.242.0012.2063 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA PESSOA DEFICIENTE - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
4120 - 09.004.08.242.0012.2063 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA PESSOA DEFICIENTE - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.092,50	**25.000,00**
4130 - 09.005.08.241.0012.2064 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA PESSOA IDOSA - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.082,50	2.092,50	**25.000,00**
4140 - 09.005.08.241.0012.2064 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA PESSOA IDOSA - Natureza: 3.3.90.32.00.00 - Fonte: 00000												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**
4150 - 09.005.08.241.0012.2064 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA PESSOA IDOSA - Natureza: 3.3.90.33.00.00 - Fonte: 00000												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
4160 - 09.005.08.241.0012.2064 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA PESSOA IDOSA - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
4170 - 09.005.08.241.0012.2064 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA PESSOA IDOSA - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	5.022,00	**60.000,00**
4180 - 10.001.26.782.0009.1065 - EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTE - Natureza: 4.4.90.52.00.00 - Fonte: 00000												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
4190 - 10.001.26.782.0009.1065 - EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTE - Natureza: 4.4.90.52.00.00 - Fonte: 00501												
4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.165,00	4.185,00	**50.000,00**
4200 - 10.001.26.782.0009.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE - Natureza: 3.1.90.11.00.00 - Fonte: 00000												
49.063,70	49.063,70	49.063,70	49.063,70	49.063,70	49.063,70	49.063,70	49.063,70	49.063,70	49.063,70	49.063,70	49.299,30	**589.000,00**
4210 - 10.001.26.782.0009.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE - Natureza: 3.1.90.13.00.00 - Fonte: 00000												
10.329,20	10.329,20	10.329,20	10.329,20	10.329,20	10.329,20	10.329,20	10.329,20	10.329,20	10.329,20	10.329,20	10.378,80	**124.000,00**
4220 - 10.001.26.782.0009.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE - Natureza: 3.1.90.16.00.00 - Fonte: 00000												
11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.245,50	11.299,50	**135.000,00**
4230 - 10.001.26.782.0009.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE - Natureza: 3.1.90.94.00.00 - Fonte: 00000												
83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,30	83,70	**1.000,00**
4240 - 10.001.26.782.0009.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00000												
74.970,00	74.970,00	74.970,00	74.970,00	74.970,00	74.970,00	74.970,00	74.970,00	74.970,00	74.970,00	74.970,00	75.330,00	**900.000,00**
4250 - 10.001.26.782.0009.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00504												
27.822,20	27.822,20	27.822,20	27.822,20	27.822,20	27.822,20	27.822,20	27.822,20	27.822,20	27.822,20	27.822,20	27.955,80	**334.000,00**
4260 - 10.001.26.782.0009.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00505												
83.300,00	83.300,00	83.300,00	83.300,00	83.300,00	83.300,00	83.300,00	83.300,00	83.300,00	83.300,00	83.300,00	83.700,00	**1.000.000,00**
4270 - 10.001.26.782.0009.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE - Natureza: 3.3.90.30.00.00 - Fonte: 00512												
1.041,25	1.041,25	1.041,25	1.041,25	1.041,25	1.041,25	1.041,25	1.041,25	1.041,25	1.041,25	1.041,25	1.046,25	**12.500,00**
4280 - 10.001.26.782.0009.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE - Natureza: 3.3.90.36.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
4290 - 10.001.26.782.0009.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE - Natureza: 3.3.90.37.00.00 - Fonte: 00000												
416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	418,50	**5.000,00**
4300 - 10.001.26.782.0009.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00000												
14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	15.066,00	**180.000,00**
4310 - 10.001.26.782.0009.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00504												
5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.440,50	**65.000,00**
4320 - 10.001.26.782.0009.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00505												
6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.664,00	6.696,00	**80.000,00**

Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
4330 - 10.001.26.782.0009.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE - Natureza: 3.3.90.39.00.00 - Fonte: 00511												
1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.255,50	**15.000,00**
4340 - 99.001.28.846.0013.0068 - DEVOLUÇÃO E RESTITUIÇÃO DE VALORES - Natureza: 3.3.90.93.00.00 - Fonte: 00000												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
4350 - 99.001.28.846.0013.0068 - DEVOLUÇÃO E RESTITUIÇÃO DE VALORES - Natureza: 4.4.90.93.00.00 - Fonte: 00000												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
4360 - 99.001.28.846.0013.0069 - SENTENÇAS E RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS - Natureza: 3.3.90.91.00.00 - Fonte: 00000												
833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	837,00	**10.000,00**
4370 - 99.001.28.846.0013.0070 - ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA - Natureza: 3.2.90.21.00.00 - Fonte: 00000												
20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.925,00	**250.000,00**
4380 - 99.001.28.846.0013.0070 - ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA - Natureza: 4.6.90.71.00.00 - Fonte: 00000												

95.795,00	95.795,00	95.795,00	95.795,00	95.795,00	95.795,00	95.795,00	95.795,00	95.795,00	95.795,00	95.795,00	96.255,00	**1.150.000,00**
4390 - 99.001.28.846.0013.0071 - ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS - Natureza: 3.1.90.01.00.00 - Fonte: 00000												
5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.440,50	**65.000,00**
4400 - 99.001.28.846.0013.0071 - ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS - Natureza: 3.1.90.03.00.00 - Fonte: 00000												
1.082,90	1.082,90	1.082,90	1.082,90	1.082,90	1.082,90	1.082,90	1.082,90	1.082,90	1.082,90	1.082,90	1.088,10	**13.000,00**
4410 - 99.001.28.846.0013.0072 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP - Natureza: 3.3.90.47.00.00 - Fonte: 00000												
24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00	25.110,00	**300.000,00**
4420 - 99.001.28.846.0013.0072 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP - Natureza: 3.3.90.47.00.00 - Fonte: 00504												
499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	499,80	502,20	**6.000,00**
4430 - 99.001.28.846.0013.0072 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP - Natureza: 3.3.90.47.00.00 - Fonte: 00505												
1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.674,00	**20.000,00**
4440 - 99.001.28.846.0013.0072 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP - Natureza: 3.3.90.47.00.00 - Fonte: 00512												
41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,65	41,85	**500,00**
4450 - 99.001.99.999.0013.9067 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Natureza: 9.9.99.99.00.00 - Fonte: 00000												
16.893,24	16.893,24	16.893,24	16.893,24	16.893,24	16.893,24	16.893,24	16.893,24	16.893,24	16.893,24	16.893,24	16.974,36	**202.800,00**
4460 - 99.001.99.999.0013.9067 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Natureza: 9.9.99.99.00.00 - Fonte: 01045												
16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.740,00	**200.000,00**
TOTAL GERAL DADESPESA												
3.421.006,05	3.421.006,05	3.421.006,05	3.421.006,05	3.421.006,05	3.421.006,05	3.421.006,05	3.421.006,05	3.421.006,05	3.421.006,05	3.421.006,05	3.437.433,45	**41.068.500,00**
Critérios de seleção												
Relatório: Por conta de despesa												
Período: Mensal												

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:216A162E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

CIAS
ANEXO I

MUNICIPIO DE JAPIRA - PR						
CONSOLIDADO						
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						Exercício de 2026
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO - AGOSTO						
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º)						R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	4.349.900,00	4.349.900,00	368.039,87	8,46	1.894.716,27	43,56	2.455.183,73
RECEITAS CORRENTES	4.349.900,00	4.349.900,00	368.039,87	8,46	1.894.716,27	43,56	2.455.183,73
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Púbica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.000,00	1.000,00	1.522,93	152,29	8.083,80	808,38	-7.083,80
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	1.000,00	1.000,00	1.522,93	152,29	8.083,80	808,38	-7.083,80
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE JAPIRA - PR

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA — Exercício de 2026

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.348.900,00	4.348.900,00	366.516,94	8,43	1.886.632,47	43,38	2.462.267,53
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	4.348.900,00	4.348.900,00	366.516,94	8,43	1.886.632,47	43,38	2.462.267,53
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	4.349.900,00	4.349.900,00	368.039,87	8,46	1.894.716,27	43,56	2.455.183,73
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	4.349.900,00	4.349.900,00	368.039,87	8,46	1.894.716,27	43,56	2.455.183,73
DÉFICIT (VI)	----	----	----	----	93.518,87	----	----
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	4.349.900,00	4.349.900,00	368.039,87	8,46	1.988.235,14	45,71	----
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	----	----	----	----	----
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	----	0,00	----	----	0,00	----	----

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	4.327.900,00	4.327.900,00	697.170,88	2.163.235,14	2.164.664,86	522.170,88	1.988.235,14	2.339.664,86	1.964.486,66
DESPESAS CORRENTES	4.269.000,00	4.269.000,00	697.170,88	2.163.235,14	2.105.764,86	522.170,88	1.988.235,14	2.280.764,86	1.964.486,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	340.000,00	340.000,00	49.363,59	225.299,07	114.700,93	49.363,59	225.299,07	114.700,93	219.550,59
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.929.000,00	3.929.000,00	647.807,29	1.937.936,07	1.991.063,93	472.807,29	1.762.936,07	2.166.063,93	1.744.936,07
DESPESAS DE CAPITAL	58.900,00	58.900,00	0,00	0,00	58.900,00	0,00	0,00	58.900,00	0,00
INVESTIMENTOS	58.900,00	58.900,00	0,00	0,00	58.900,00	0,00	0,00	58.900,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS)(X) = (VIII + IX)	4.327.900,00	4.327.900,00	697.170,88	2.163.235,14	2.164.664,86	522.170,88	1.988.235,14	2.339.664,86	1.964.486,66
AMORTIZAÇÃO DA DIV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	4.327.900,00	4.327.900,00	697.170,88	2.163.235,14	2.164.664,86	522.170,88	1.988.235,14	2.339.664,86	1.964.486,66
SUPERÁVIT (XIII)	----	----	----	0,00	----	----	0,00	----	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	4.327.900,00	4.327.900,00	697.170,88	2.163.235,14	----	522.170,88	1.988.235,14	----	1.964.486,66
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: CONS INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO CIAS. Emissão: 29/09/2026, às 08:03:46.									
Nota(s) Explicativa(s):									

Publicado por:
Ana Celia de Oliveira
Código Identificador:D5316010

CIAS
ANEXO II

MUNICIPIO DE JAPIRA - PR	
CONSOLIDADO	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	

JANEIRO A AGOSTO / BIMESTRE JULHO - AGOSTO										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c")										R$ 1,00
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	4.349.900,00	4.349.900,00	697.170,88	2.163.235,14	100,00	2.186.664,86	522.170,88	1.988.235,14	100,00	2.361.664,86
SANEAMENTO	4.349.900,00	4.349.900,00	697.170,88	2.163.235,14	100,00	2.186.664,86	522.170,88	1.988.235,14	100,00	2.361.664,86
ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.349.900,00	4.349.900,00	697.170,88	2.163.235,14	100,00	2.186.664,86	522.170,88	1.988.235,14	100,00	2.361.664,86
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
TOTAL (III) = (I + II)	**4.349.900,00**	**4.349.900,00**	**697.170,88**	**2.163.235,14**	**100,00**	**2.186.664,86**	**522.170,88**	**1.988.235,14**	**100,00**	**2.361.664,86**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: CONS INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO CIAS. Emissão: 29/09/2026, às 08:04:29.										
Nota(s) Explicativa(s):										

Publicado por:
Ana Celia de Oliveira
Código Identificador:26E4C466

CIAS
ANEXO III

MUNICÍPIO DE JAPIRA - PR														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026														
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2026
	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	Mai/2026	Jun/2026	Jul/2026	Ago/2026	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**130.503,57**	**157.940,21**	**240.278,22**	**191.226,28**	**202.337,52**	**313.845,78**	**234.566,78**	**214.680,60**	**239.198,48**	**322.047,24**	**153.320,56**	**214.719,31**	**2.614.664,55**	**4.349.900,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.503,77	1.294,95	1.137,98	1.183,55	1.218,82	1.332,59	1.366,46	1.005,22	962,31	675,47	850,12	672,81	13.204,05	1.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.503,77	1.294,95	1.137,98	1.183,55	1.218,82	1.332,59	1.366,46	1.005,22	962,31	675,47	850,12	672,81	13.204,05	1.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	128.999,80	156.645,26	239.140,24	190.042,73	201.118,70	312.513,19	233.200,32	213.675,38	238.236,17	321.371,77	152.470,44	214.046,50	2.601.460,50	4.348.900,00
Cota-Parte do F.P.M.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.T.R.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	128.999,80	156.645,26	239.140,24	190.042,73	201.118,70	312.513,19	233.200,32	213.675,38	238.236,17	321.371,77	152.470,44	214.046,50	2.601.460,50	4.348.900,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**130.503,57**	**157.940,21**	**240.278,22**	**191.226,28**	**202.337,52**	**313.845,78**	**234.566,78**	**214.680,60**	**239.198,48**	**322.047,24**	**153.320,56**	**214.719,31**	**2.614.664,55**	**4.349.900,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	130.503,57	157.940,21	240.278,22	191.226,28	202.337,52	313.845,78	234.566,78	214.680,60	239.198,48	322.047,24	153.320,56	214.719,31	2.614.664,55	4.349.900,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	130.503,57	157.940,21	240.278,22	191.226,28	202.337,52	313.845,78	234.566,78	214.680,60	239.198,48	322.047,24	153.320,56	214.719,31	2.614.664,55	4.349.900,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: CONS INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO CIAS. Emissão: 29/09/2026, às 08:05:01.														
Nota(s) Explicativa(s):														

Publicado por:
Ana Celia de Oliveira
Código Identificador:AC680E14

CIAS
ANEXO VII

MUNICIPIO DE JAPIRA - PR												
CONSOLIDADO												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						Exercício de 2026						
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A AGOSTO 2026 / MÊS AGOSTO 2026												
RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, Inciso V)												R$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)	132,00	6.105,66	5.270,41	0,00	967,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	967,25
PODER EXECUTIVO	132,00	6.105,66	5.270,41	0,00	967,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	967,25
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO	132,00	6.105,66	5.270,41	0,00	967,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	967,25
Total (III) = (I + II):	**132,00**	**6.105,66**	**5.270,41**	**0,00**	**967,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**967,25**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: CONS INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITARIO CIAS. Emissão: 29/09/2026, às 08:07:59.												
Nota(s) Explicativa(s):												

Publicado por:
Ana Celia de Oliveira
Código Identificador:913CA549

